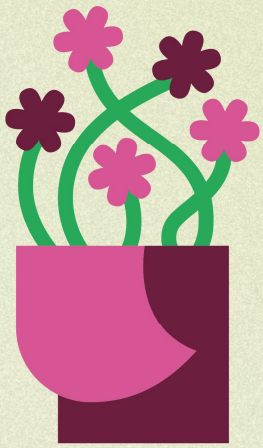
37º CICT
Ciência Delas

Anais

37º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN





37º CICT

Ciência Delas

UFRN PROPESQ CNPq

EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT) é um evento aberto à comunidade no qual todos os aproximadamente 1.800 alunos de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (bolsistas e voluntários) apresentam os resultados de suas pesquisas desenvolvidas ao longo de um ano, como cumprimento de um plano de trabalho elaborado e orientado por um professor/pesquisador do quadro permanente da Instituição.

O CICT está entre as ações inseridas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que possui entre seus objetivos: a) Contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e c) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.

A 37ª edição do Congresso teve como tema “Ciência Delas", estando alinhada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Ao submeter os trabalhos ao Congresso, os alunos indicaram os objetivos da Agenda 2030 aos quais suas pesquisas estavam relacionadas. Essa iniciativa visa estimular a pesquisa científica e tecnológica voltada para a busca por soluções para os desafios sociais contemporâneos. Em uma etapa inicial do CICT, denominada Mostra de Trabalhos e Vídeos de Ciência, Tecnologia e Inovação, foram realizadas as apresentações dos trabalhos submetidos pelos participantes do evento. As apresentações ocorreram de forma assíncrona, por meio de arquivos digitais (trabalho completo e vídeo), sendo disponibilizadas não só aos avaliadores do congresso pelos Sistemas da UFRN, mas também ao público em geral por meio do site do evento (www.cic.propesq.ufrn.br). Após essa etapa inicial, que ocorreu sob o formato virtual, os 48 melhores trabalhos do evento foram selecionados para apresentação oral em uma etapa complementar do congresso que ocorreu de forma presencial.

Os alunos concorreram ao 10º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que foi instituído pela Pró-Reitoria de Pesquisa em 2017 para reforçar as ações dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica. O prêmio contemplou as categorias Trabalho Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica e Vídeo Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica e na subcategoria de Inovação. Os premiados foram agraciados com bolsas mensais de até R$ 1100,00 (mil e cem reais) durante o período de um ano. Os orientadores dos alunos premiados adquiriram precedência em relação aos demais para efeitos de concorrência no Edital de Bolsas de Pesquisa da UFRN em 2027.

Ainda em 2026, a Pró-Reitoria de Pesquisa realizou a 8ª Edição do Prêmio Pesquisador Destaque da UFRN, certame instituído em 2019 e que é concedido anualmente aos pesquisadores da instituição que tenham apresentado relevantes contribuições para o desenvolvimento da ciência em cada uma das três grandes áreas do conhecimento: Ciências da Vida; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. Além de troféu e certificado, todos os premiados foram contemplados com auxílio no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para custear despesas específicas, discriminadas em edital, e tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências com os participantes do CICT 2026 em uma mesa redonda.

Além de valorizar a contribuição das mulheres para a produção do conhecimento científico, promovendo a visibilidade de suas trajetórias e reconhecendo seu papel no desenvolvimento da ciência, o congresso cumpriu três funções valiosas para a instituição: a inserção dos discentes em um ambiente acadêmico de publicação e apresentação dos resultados de pesquisa; a divulgação científica, por meio de vídeos que utilizam uma linguagem científica, porém acessível ao público em geral; e, por fim, a popularização da ciência.

PROGRAMAÇÃO

DATA	ATIVIDADE
09/10	Divulgação da lista dos pré-selecionados para concorrer ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN
19/10	Abertura oficial do evento
19/10 a 23/10	CICT 2026 - Etapa presencial
20/10 a 22/10	Sessões de apresentações orais
23/10	Cerimônia de premiação e encerramento do evento

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

CÓDIGO: ET0077

AUTOR: YASMIN VARELA DA SILVA

ORIENTADOR: FRANCISCO JABLINSKI CASTELHANO

TÍTULO: Análise Espacial da Evolução da Vulnerabilidade Social na Região Metropolitana de Natal

Resumo

Este estudo analisa a evolução da vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Natal (RMN) entre os anos de 2010 e 2022, utilizando dados dos Censos Demográficos do IBGE. A metodologia baseia-se na construção de um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) adaptado, processado em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Para a comparação temporal, os dados vetoriais foram convertidos em matrizes raster, permitindo a aplicação de álgebra de mapas por meio da subtração do raster de 2022 em relação ao de 2010. Os resultados demonstram as áreas de persistência, redução e agravamento da vulnerabilidade, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas públicas territoriais.

Palavras-chave: Censo; Álgebra de Mapas; Análise Espacial; Desigualdade Social; RN

TITLE: Spatial Analysis of the Evolution of Social Vulnerability in the Metropolitan Region of Natal

Abstract

This study analyzes the evolution of social vulnerability in the Metropolitan Region of Natal (MRN), Brazil, between 2010 and 2022 using data from the Brazilian Demographic Censuses conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The methodology is based on the construction of an adapted Social Vulnerability Index (SVI), processed within a Geographic Information System (GIS) environment. For the temporal comparison, vector data were converted into raster matrices, enabling the application of map algebra through the subtraction of the 2010 raster from the 2022 raster. The results identify areas of persistent, reduced, and

increased social vulnerability, providing valuable support for territorial planning and the formulation of public policies.

Keywords: Demographic Census; Map Algebra; Spatial Analysis; Social Inequality;

Introdução

A vulnerabilidade social constitui um fenômeno multifacetado e dinâmico, resultante da interação entre fatores econômicos, sociais, territoriais e políticos que condicionam o acesso da população a recursos, serviços e oportunidades. No Brasil, sua manifestação está associada às desigualdades históricas que estruturam a produção do espaço urbano, tornando sua análise fundamental para o planejamento territorial e a formulação de políticas públicas. Nesse contexto, este estudo analisa e compara a evolução da vulnerabilidade social nos municípios de Extremoz, Natal, Macaíba e Parnamirim, integrantes da Região Metropolitana de Natal (RMN), a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022.

Nas áreas metropolitanas, a expansão urbana ocorre frequentemente de maneira desigual, produzindo territórios com diferentes condições de infraestrutura, renda e acesso aos serviços. Essa configuração aproxima-se da interpretação de Santos (2001) sobre a coexistência entre espaços “luminosos”, caracterizados pela concentração de infraestrutura, modernização e capital, e espaços “opacos”, marcados pela precariedade e exclusão. Essa diferenciação evidencia a fragmentação socioespacial das cidades brasileiras e a distribuição desigual de investimentos e oportunidades no espaço urbano (Villaça, 1998).

Na RMN, essas desigualdades possuem significativa expressão territorial. Conforme Barbosa, Gonçalves e Santana (2019), a vulnerabilidade social compreende a coexistência e a sobreposição espacial de situações de pobreza, privação social e exposição a riscos, envolvendo a exposição, a capacidade de reação e as possibilidades de adaptação diante de situações adversas. Estudos realizados em Natal demonstram uma distribuição heterogênea, com menores níveis de vulnerabilidade concentrados principalmente nos distritos Sul e Leste, enquanto áreas das zonas Norte e Oeste apresentam condições mais vulneráveis, refletindo desigualdades relacionadas à infraestrutura, ao capital humano e à renda (Barbosa, Gonçalves e Santana, 2019).

Uma das principais ferramentas utilizadas para analisar essas condições é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que possibilita avaliar diferentes dimensões das condições de vida da população (IPEA, 2026; Teixeira, 2025). A disponibilização dos dados do Censo Demográfico de 2022 permite comparar essas condições com o cenário de 2010, abrangendo um intervalo de doze anos marcado por importantes transformações econômicas, demográficas e territoriais.

Nesse período, Natal apresentou redução populacional de aproximadamente 7%, enquanto municípios periféricos da RMN registraram crescimento demográfico

significativo, indicando uma reorganização da população no território metropolitano (AGÊNCIA BRASIL, 2023; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2023). Diante desse cenário, parte-se da hipótese de um processo de "periferização da vulnerabilidade social", associado à expansão urbana para municípios limítrofes ao núcleo metropolitano. O deslocamento populacional para áreas periféricas pode contribuir para a formação de novos espaços vulneráveis em territórios cuja infraestrutura e oferta de serviços públicos ainda se encontram em consolidação.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar espacialmente a evolução da vulnerabilidade social em Natal, Parnamirim, Macaíba e Extremoz entre 2010 e 2022, identificando áreas de permanência, redução e intensificação. Para isso, empregam-se técnicas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), com a conversão dos dados dos setores censitários em superfícies raster e aplicação de álgebra de mapas. A comparação busca compreender a redistribuição espacial da vulnerabilidade na RMN, contribuindo para o planejamento territorial e para a formulação de políticas públicas direcionadas às áreas socialmente mais vulneráveis.

Metodologia

O presente estudo foi desenvolvido nos municípios de Extremoz, Natal, Macaíba e Parnamirim, integrantes da Região Metropolitana de Natal (RMN), no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. A área caracteriza-se por intensos processos de expansão urbana e desigualdades socioespaciais, constituindo um recorte relevante para investigar a evolução da vulnerabilidade social. A unidade espacial adotada corresponde aos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilitando maior detalhamento das condições socioeconômicas em escala intraurbana. Foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, disponibilizados pelo IBGE. A comparação entre os dois levantamentos permite analisar as transformações ocorridas em um intervalo de doze anos. A metodologia foi estruturada em três etapas: I) coleta, organização e tratamento dos dados censitários; II) construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) por meio da Análise de Componentes Principais (PCA); e III) análise comparativa da evolução espacial da vulnerabilidade por meio de técnicas de geoprocessamento e álgebra de mapas.

3.1 Coleta e tratamento dos dados

A seleção das variáveis baseou-se em critérios semelhantes aos propostos por Oliveira et al. (2019), contemplando três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Na primeira, foram considerados domicílios com coleta inadequada de lixo e abastecimento inadequado de água. O capital humano foi representado pela proporção de pessoas alfabetizadas com 25 anos ou mais, proporção de moradores com até cinco anos, média de moradores por domicílio e proporção de pessoas pretas e pardas. Para renda e trabalho, utilizou-se a renda média do responsável pelo domicílio. Após a organização do banco de dados, as variáveis foram padronizadas para eliminar diferenças de escala. Posteriormente, foi construída uma matriz de correlação e sua adequação à PCA foi verificada pelo teste de esfericidade de Bartlett, que permite avaliar se existem correlações significativas entre as variáveis suficientes para justificar a redução da dimensionalidade.

3.2 Construção do Índice de Vulnerabilidade Social

O IVS foi elaborado mediante Análise de Componentes Principais (Principal Component Analysis – PCA), técnica estatística multivariada que reduz um conjunto de variáveis correlacionadas a componentes ortogonais capazes de sintetizar parcela significativa da variabilidade original dos dados (Jolliffe, 2002). Após a verificação da adequação dos dados, foram extraídos os componentes principais e retidos aqueles com autovalores superiores a 1, conforme o critério de Kaiser (Hair et al., 2010). As cargas fatoriais foram analisadas para identificar a contribuição das variáveis em cada componente. Posteriormente, os escores dos componentes selecionados foram ponderados segundo a proporção da variância explicada, originando um índice sintético para cada setor censitário: $IVS = \Sigma\ [Score_i \times (\lambda_i / \Sigma\lambda)]$

em que $Score_i$ representa o escore do componente i, λ_i corresponde ao seu autovalor e $\Sigma\lambda$ à soma dos autovalores dos componentes selecionados. O índice resultante foi normalizado para o intervalo de 0 a 1, no qual valores próximos de zero representam menor vulnerabilidade e valores próximos de um indicam maior vulnerabilidade social. As análises estatísticas foram realizadas no software R, principalmente com os pacotes psych e factoextra. Procedimentos semelhantes são empregados por Oliveira et al. (2019), Castelhano et al. (2025) e Vale Júnior e Castelhano (2024).

3.3 Análise comparativa da evolução espacial

Os índices calculados para 2010 e 2022 foram associados às respectivas malhas censitárias e convertidos para o formato raster, preservando-se o valor do IVS atribuído a cada setor. Considerando as modificações realizadas pelo IBGE na configuração dos setores entre os dois censos, procedeu-se previamente à harmonização das superfícies espaciais, buscando reduzir incompatibilidades decorrentes da criação, subdivisão ou agregação de setores. Após a compatibilização, aplicou-se a álgebra de mapas (Druck et al., 2004), realizando operações célula a célula entre os rasters. A variação temporal foi calculada pela expressão: $\Delta IVS = IVS_{2022} - IVS_{2010}$

Valores positivos representam aumento da vulnerabilidade social, enquanto valores negativos indicam redução. Valores próximos de zero representam maior estabilidade das condições relativas entre os períodos. O raster resultante possibilitou espacializar padrões de redução, permanência e intensificação da vulnerabilidade na RMN. Como análise complementar, investigou-se a relação entre a condição inicial de vulnerabilidade e sua evolução temporal. Os valores dos rasters de 2010 e 2022 foram convertidos em uma base tabular, na qual cada registro corresponde a uma célula da superfície harmonizada, contendo os valores do IVS de 2010, IVS de 2022 e ΔIVS. Posteriormente, os valores de 2010 foram agrupados em cinco classes — muito baixa, baixa, média, alta e muito alta — e calculou-se a variação média para cada classe inicial. Esse procedimento permitiu verificar se áreas originalmente mais vulneráveis apresentaram tendência de intensificação, estabilidade ou redução da vulnerabilidade entre 2010 e 2022. A utilização das células da superfície raster harmonizada como unidade de comparação também reduz os efeitos das alterações dos limites dos setores censitários, evitando estabelecer correspondência direta entre unidades territoriais que sofreram modificações entre os levantamentos.

3.4 Limitações metodológicas

Apesar da harmonização espacial, as alterações das malhas censitárias constituem uma limitação do estudo. Mudanças nos limites, subdivisões e agregações realizadas pelo IBGE podem introduzir incertezas na comparação temporal. Assim, os resultados devem ser interpretados prioritariamente como tendências espaciais de evolução da

vulnerabilidade, e não como correspondências exatas entre setores censitários individuais.

Resultados e Discussões

4 Resultados e discussões

Para uma compreensão visual da distribuição e evolução da vulnerabilidade social, os mapas gerados a partir do IVS para 2010 e 2022, bem como o mapa de diferença, seriam inseridos aqui. Estes mapas são cruciais para ilustrar as dinâmicas espaciais discutidas.

4.1 Métricas dos Modelos

Antes da construção do Índice de Vulnerabilidade Social, verificou-se a adequação da matriz de correlação por meio do teste de esfericidade de Bartlett (Tabela 2). Os resultados indicaram valores elevados da estatística qui-quadrado para ambos os períodos analisados ($\chi^2 = 1595{,}52$ em 2010 e $\chi^2 = 4412{,}36$ em 2022), com nível de significância inferior a 0,001, rejeitando-se a hipótese nula de que a matriz de correlação corresponde a uma matriz identidade. Esses resultados evidenciam a existência de correlações significativas entre as variáveis selecionadas, confirmando a adequação da aplicação da Análise de Componentes Principais (PCA).

Observa-se ainda que o valor da estatística de Bartlett foi substancialmente superior em 2022 quando comparado a 2010. Esse comportamento sugere uma estrutura de correlação mais intensa entre os indicadores socioeconômicos no período mais recente, indicando maior interdependência entre as diferentes dimensões da vulnerabilidade social. Embora a magnitude do teste seja influenciada pelo tamanho da amostra, o resultado reforça a consistência estatística da aplicação da PCA para ambos os cenários temporais.

Tabela 2: Resultado do Teste de Esfericidade de Bartlet;
Ano Qui-Quadrado P-valor Graus de Liberdade
2010 - 1595.519 - 0 - 21
2022 - 4412.358 - 0 - 21

Fonte: Resultados originais da pesquisa

A Tabela 2 apresenta a variância acumulada explicada pelos componentes principais para os anos de 2010 e 2022. Em ambos os períodos observa-se que os primeiros componentes concentram parcela significativa da variabilidade dos dados, demonstrando elevada capacidade de síntese da PCA.

Para o ano de 2010, o primeiro componente explicou aproximadamente 26% da variabilidade total, enquanto os três primeiros componentes responderam conjuntamente por cerca de 67% da variância acumulada. A incorporação do quarto componente elevou esse percentual para aproximadamente 80%, indicando que grande parte da informação presente nas sete variáveis originais pode ser representada por um conjunto reduzido de componentes.

Em 2022, verificou-se uma concentração ainda maior da variabilidade nos primeiros componentes. O primeiro componente passou a explicar aproximadamente 40% da variância total, percentual significativamente superior ao observado em 2010.

Considerando-se os quatro primeiros componentes, a variância acumulada atingiu aproximadamente 84%, sugerindo uma estrutura de dados mais coesa e com maior correlação entre os indicadores utilizados na construção do índice.
A maior capacidade explicativa do primeiro componente em 2022 pode indicar que as diferentes dimensões da vulnerabilidade social (infraestrutura urbana, capital humano e renda) passaram a apresentar comportamento mais convergente ao longo do território metropolitano. Esse resultado está em consonância com a hipótese de reorganização espacial da vulnerabilidade social discutida neste estudo, embora a interpretação definitiva dependa da análise das cargas fatoriais e da distribuição espacial do índice.

Tabela 3: Variância acumulada por Fator para os dados de 2010 e 2022

	PC1	PC2	PC3	PC4	PC5	PC6	PC7
Variância de 2010	0.26	0.50	0.67	0.80	0.90	0.95	1
Variância de 2022	0.40	0.56	0.71	0.84	0.93	0.97	1

Fonte: Resultados originais da pesquisa

4.2 Vulnerabilidade Social na Região Metropolitana de Natal em 2010
A Figura 1 apresenta a distribuição espacial do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para o ano de 2010 nos municípios analisados da Região Metropolitana de Natal. O padrão espacial evidencia uma organização marcada por fortes contrastes territoriais, com concentração dos menores índices nas áreas mais consolidadas da metrópole e maiores níveis de vulnerabilidade nas porções periféricas da região.
Na porção leste da área de estudo, particularmente ao longo da faixa litorânea e em setores centrais do município de Natal, predominam os menores valores do índice, principalmente entre as classes de 0,1 e 0,4. Esses setores formam um eixo relativamente contínuo de baixa vulnerabilidade, associado às áreas urbanas mais consolidadas e dotadas de melhores condições de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos.
A porção norte, correspondente principalmente ao município de Extremoz, apresenta predomínio de classes intermediárias e elevadas de vulnerabilidade. Observam-se extensas áreas classificadas entre 0,6 e 0,8, além de setores pontuais inseridos nas classes de maior vulnerabilidade (0,9–1,0), concentrados sobretudo no extremo norte do município.
Na porção oeste, abrangendo principalmente Macaíba e áreas limítrofes com Natal, verifica-se uma distribuição espacial caracterizada por extensos setores classificados entre 0,5 e 0,8. Destaca-se a presença de uma grande mancha contínua de vulnerabilidade muito alta (0,9–1,0) na região centro-oeste do município, cercada por áreas de vulnerabilidade elevada. Esse padrão evidencia significativa concentração espacial de condições socioeconômicas desfavoráveis.
A porção sul, representada principalmente pelo município de Parnamirim, apresenta maior diversidade de classes de vulnerabilidade. Predominam setores classificados entre 0,3 e 0,6, intercalados por áreas de maior vulnerabilidade situadas principalmente na direção oeste do município. Essa configuração confere maior heterogeneidade espacial ao setor sul da área de estudo.
No município de Natal, observa-se um comportamento espacial distinto em relação aos municípios periféricos. Enquanto a porção leste concentra predominantemente setores de baixa vulnerabilidade, as zonas norte e oeste apresentam maior diversidade de classes, incluindo setores classificados entre 0,5 e 0,7, evidenciando contrastes

socioespaciais significativos dentro do próprio município. Ainda assim, predominam condições relativamente mais favoráveis quando comparadas às áreas periféricas da região metropolitana.

De maneira geral, a distribuição espacial da vulnerabilidade social em 2010 evidencia a existência de um gradiente territorial na Região Metropolitana de Natal. Os menores índices concentram-se no eixo leste-litorâneo, enquanto os maiores valores distribuem-se predominantemente nas porções norte e oeste da área de estudo. Esse padrão revela que, já em 2010, a vulnerabilidade social apresentava forte associação com a estrutura socioespacial da metrópole, refletindo a concentração de infraestrutura, serviços e oportunidades nas áreas mais consolidadas, em contraste com as condições observadas nos municípios periféricos e nas áreas de expansão urbana.

Figura 1: Índice de Vulnerabilidade Social por Setor Censitário (2010).

Fonte: Os autores (2026)

4.3 Vulnerabilidade Social na Região Metropolitana de Natal em 2022

O mapa referente ao ano de 2022 (Figura 2) revela uma distribuição espacial da vulnerabilidade social caracterizada pela consolidação de grandes manchas territoriais de vulnerabilidade intermediária e elevada, interrompidas por corredores de baixa vulnerabilidade associados aos espaços urbanos mais consolidados da Região Metropolitana de Natal. Em comparação com a leitura do mapa de 2010, observa-se uma configuração espacial menos fragmentada, em que determinadas classes passam a ocupar áreas contínuas de maior extensão.

A principal concentração de baixos índices permanece localizada no setor leste da metrópole, acompanhando a faixa litorânea de Natal e parte dos bairros centrais. Nessa porção predominam setores classificados entre 0,1 e 0,4, formando um corredor relativamente contínuo que se estende desde a orla até áreas adjacentes do núcleo urbano consolidado. Essa continuidade espacial contrasta com a configuração observada nas demais porções da região metropolitana.

À medida que se avança em direção ao norte e ao oeste, o padrão territorial modifica-se significativamente. Nessas áreas predominam classes de vulnerabilidade entre 0,7 e 0,9, formando extensas manchas contínuas que abrangem grande parte dos municípios de Extremoz e Macaíba. Em diversos setores também são identificadas ocorrências da classe máxima do índice (0,9–1,0), evidenciando a concentração espacial das condições mais críticas de vulnerabilidade social.

Na porção sul, representada principalmente pelo município de Parnamirim, a distribuição assume comportamento distinto. Em vez de grandes manchas homogêneas, observa-se uma alternância entre setores de baixa, média e alta vulnerabilidade, configurando um mosaico espacial mais diversificado. Ainda assim, as maiores concentrações de vulnerabilidade tendem a localizar-se nas áreas voltadas para o oeste e sudoeste do município, enquanto os menores índices permanecem associados aos setores mais próximos da continuidade da malha urbana de Natal.

O município de Natal destaca-se por apresentar elevada heterogeneidade interna. A coexistência de setores classificados em praticamente todas as faixas do índice evidencia a diversidade das condições socioespaciais existentes no município. Enquanto os bairros situados na porção leste concentram predominantemente baixos índices de vulnerabilidade, as zonas norte e oeste apresentam maior concentração de classes intermediárias e elevadas, revelando contrastes expressivos mesmo no interior do município polo da região metropolitana.

Figura 2: Índice de Vulnerabilidade Social por Setor Censitário (2022).

Fonte: Os autores (2026)

Em síntese, o cenário de 2022 evidencia uma organização espacial na qual a vulnerabilidade social tende a distribuir-se segundo a estrutura metropolitana. As áreas de menor vulnerabilidade permanecem fortemente associadas ao eixo urbano consolidado localizado no leste da região, ao passo que as maiores concentrações de vulnerabilidade se estendem pelas porções norte, oeste e sudoeste, formando grandes compartimentos territoriais relativamente homogêneos. Esse padrão reforça que a distribuição da vulnerabilidade acompanha a organização do espaço urbano-metropolitano e expressa a desigual disponibilidade de infraestrutura, serviços e oportunidades ao longo do território.

4.4 Análise Comparativa da Vulnerabilidade Social entre 2010 e 2022
A Figura 3 apresenta a variação espacial do Índice de Vulnerabilidade Social entre os anos de 2010 e 2022, obtida por meio da álgebra de mapas. Valores negativos (tons de azul) representam redução da vulnerabilidade social ao longo do período analisado, enquanto valores positivos (tons de amarelo, laranja e vermelho) indicam aumento da vulnerabilidade.

Figura 3: Indice de Vulnerabilidade Social por Setor Censitário (2022).

Fonte: Os autores (2026)

O padrão espacial evidencia que as transformações ocorridas na Região Metropolitana de Natal não foram homogêneas. Em vez de uma tendência uniforme de melhoria ou agravamento, observa-se a formação de áreas com comportamentos distintos, revelando que a evolução da vulnerabilidade ocorreu de maneira seletiva no território metropolitano.
As reduções mais expressivas da vulnerabilidade concentram-se principalmente na porção oeste da área de estudo, abrangendo extensas áreas do município de Macaíba. Nessa região predominam manchas contínuas em tons de azul claro e azul escuro, indicando redução significativa do índice em diversos setores censitários. Áreas de melhoria também podem ser observadas na faixa leste da região metropolitana, especialmente ao longo do litoral de Natal e em parte do município de Parnamirim, embora de forma mais fragmentada.
Em contrapartida, os maiores incrementos da vulnerabilidade social distribuem-se de maneira mais dispersa pelo território. Destacam-se concentrações de setores com aumento do índice na porção central da área de estudo, abrangendo áreas limítrofes entre Natal, Macaíba e Parnamirim, onde se observam manchas contínuas em tons alaranjados e avermelhados. Também são identificados núcleos de agravamento na porção norte, especialmente em setores localizados em Extremoz, além de ocorrências pontuais distribuídas ao longo do tecido urbano de Natal. Em Extremoz, todavia, cabe destacar o incremento no quantitativo de setores, e a remodelagem territorial do município em virtude de seu intenso crescimento populacional.
No município de Natal, a dinâmica apresenta elevada heterogeneidade espacial. Pequenas áreas de redução da vulnerabilidade alternam-se com setores onde o índice aumentou, formando um mosaico de mudanças positivas e negativas. Esse comportamento sugere que as transformações ocorridas no município polo foram

bastante localizadas, refletindo processos distintos de reorganização socioespacial em diferentes bairros.

Já nos municípios periféricos, especialmente Macaíba, observa-se maior continuidade espacial dos processos de redução da vulnerabilidade, embora persistam setores específicos com aumento do índice, principalmente nas áreas de expansão urbana localizadas próximas aos limites com Natal e Parnamirim.

Em diversos setores de Macaíba e Extremoz, áreas inicialmente classificadas nas maiores classes de vulnerabilidade passaram a apresentar redução do índice ao longo do período analisado, indicando melhoria relativa das condições socioeconômicas. Esse resultado sugere que a elevada vulnerabilidade inicial não implicou, necessariamente, sua intensificação entre 2010 e 2022.

Em contrapartida, o agravamento da vulnerabilidade concentrou-se em setores específicos da região metropolitana, particularmente em áreas de expansão urbana localizadas entre Natal, Macaíba e Parnamirim. Dessa forma, o aumento da vulnerabilidade não ocorreu predominantemente nos territórios historicamente mais vulneráveis, mas em áreas que passaram por transformações urbanas recentes e cuja estrutura de infraestrutura e serviços ainda se encontrava em consolidação.

Em síntese, o mapa de evolução evidencia que a vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Natal sofreu um processo de reorganização espacial ao longo do período analisado. Embora extensas áreas tenham apresentado redução dos níveis de vulnerabilidade, especialmente nas porções oeste e parte do leste da região, persistem núcleos de agravamento distribuídos principalmente nas áreas centrais de expansão metropolitana e em setores periféricos específicos. Esses resultados indicam que as transformações ocorridas entre 2010 e 2022 não seguiram uma lógica uniforme, mas refletem a atuação diferenciada dos processos de urbanização, expansão territorial e desigual distribuição dos investimentos urbanos.

Conclusão

A análise comparativa da vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Natal (RMN) entre 2010 e 2022 demonstra que sua evolução não ocorreu de maneira homogênea, tampouco pode ser explicada exclusivamente por um processo de periferização. Os resultados evidenciam uma reorganização espacial da vulnerabilidade social, caracterizada pela coexistência de melhorias em territórios historicamente vulneráveis e pelo agravamento das condições em outras áreas da metrópole.

A análise da variação temporal reforça essa interpretação. As áreas classificadas com muito baixa vulnerabilidade em 2010 apresentaram o maior aumento médio do índice até 2022 (+0,46), enquanto aquelas inicialmente classificadas com muito alta vulnerabilidade registraram redução média (-0,17). As classes intermediárias apresentaram comportamento gradual, indicando que os territórios historicamente mais vulneráveis não foram necessariamente aqueles que experimentaram maior agravamento. Parte deles apresentou melhorias relativas, enquanto áreas anteriormente menos vulneráveis passaram a registrar aumento do índice.

Espacialmente, setores de Macaíba e Extremoz com elevada vulnerabilidade em 2010 apresentaram redução do índice, enquanto novos focos de aumento foram identificados em diferentes áreas do tecido metropolitano, especialmente em espaços associados à expansão urbana. Dessa forma, a hipótese inicial de periferização da vulnerabilidade deve ser parcialmente reformulada. Embora determinadas áreas periféricas tenham apresentado agravamento, os resultados apontam para um fenômeno mais complexo de redistribuição territorial das condições de vulnerabilidade.

Essa dinâmica dialoga com Santos (2001), ao demonstrar que as desigualdades resultantes da distribuição seletiva de infraestrutura, investimentos e oportunidades não permanecem espacialmente estáticas. As fronteiras entre espaços “luminosos” e “opacos” são continuamente redefinidas pelas transformações urbanas, econômicas e demográficas.

Conclui-se, portanto, que a vulnerabilidade social deve ser compreendida como uma expressão dinâmica da produção desigual do espaço. Na RMN, as desigualdades não desapareceram entre 2010 e 2022, mas foram territorialmente reorganizadas. Esses resultados reforçam a necessidade do monitoramento contínuo da vulnerabilidade e de políticas públicas territorialmente diferenciadas, capazes de acompanhar as transformações metropolitanas e atuar tanto nos espaços historicamente vulneráveis quanto nos novos núcleos de precarização.

Referências

COSTA, V. G. Indicadores socioespaciais do habitat em grandes cidades brasileiras: Belém e Rio de Janeiro. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CUTTER, S. L.; BORUFF, B. J.; SHIRLEY, W. L. Social vulnerability to environmental hazards. Social Science Quarterly, v. 84, n. 2, p. 242–261, 2003. DOI: https://doi.org/10.1111/1540-6237.8402002.

DAVIS, M. Planet of slums. London: Verso, 2006.

DRUCK, S. et al. (org.). Análise espacial de dados geográficos. Brasília, DF: EMBRAPA, 2004.

GAEDKE, P. da S. et al. Análise de componentes principais aplicada à identificação da vulnerabilidade socioambiental na área urbana de Londrina/PR. Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, v. 12, n. 1, p. 88–108, 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8386391.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.

GÜLAGIZ, F. K.; SAHIN, S. Comparison of hierarchical and non-hierarchical clustering algorithms. International Journal of Computer Engineering and Information Technology, v. 9, n. 1, p. 6–14, 2017.

HAIR JUNIOR, J. F. et al. Multivariate data analysis. 7. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2010.

HARVEY, D. The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change. Oxford: Blackwell, 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Vulnerabilidade Social. Disponível em: https://ivs.ipea.gov.br/. Acesso em: 27 maio 2026.

JOLLIFFE, I. T. Principal component analysis. 2. ed. New York: Springer, 2002.

KATZMAN, R. Vulnerabilidad social: su persistencia en las ciudades de América Latina. Santiago: RIL Editores; Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, 2021.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Dinâmicas demográficas e imobiliárias: os primeiros dados do Censo 2022 para a Região Metropolitana de Natal. 31 ago. 2023. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/dinamicas-demograficas-e-imobiliarias-os-primeiros-dados-do-censo-2022-para-a-regiao-metropolitana-de-natal/. Acesso em: 27 maio 2026.

OLIVEIRA, I. S.; BARBOSA, I. R.; GONÇALVES, R. C. B.; SANTANA, R. L. Social vulnerability map for the municipality of Natal (Northeast Brazil) at a census sector level. Journal of Human Growth and Development, v. 29, n. 1, p. 48–56, 2019. DOI: https://doi.org/10.7322/jhgd.v29.9418.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

TEIXEIRA, L. C. M. et al. Trabalhos preparatórios para atualização do IVS a partir do Censo Demográfico 2022: primeiros passos. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/717e2672-1aca-431c-82bf-7f202fe9da19/download. Acesso em: 27 maio 2026.

VILLAÇA, F. Espaço intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VOLAYA, J. Álgebra de mapas. In: Libro SIG. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://volaya.github.io/libro-sig/chapters/Algebra_de_mapas.html. Acesso em: 27 maio 2026.

BARBOSA, I. R.; GONÇALVES, R. C. B.; SANTANA, R. L. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. Journal of Human Growth and Development, v. 29, n. 1, p. 48–56, 2019. DOI: https://doi.org/10.7322/jhgd.157749.

AGÊNCIA BRASIL. Censo 2022: o que explica a queda populacional em diferentes capitais. 2 jul. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/censo-2022-o-que-explica-queda-populacional-em-diferentes-capitais. Acesso em: 27 maio 2026.

Anexos

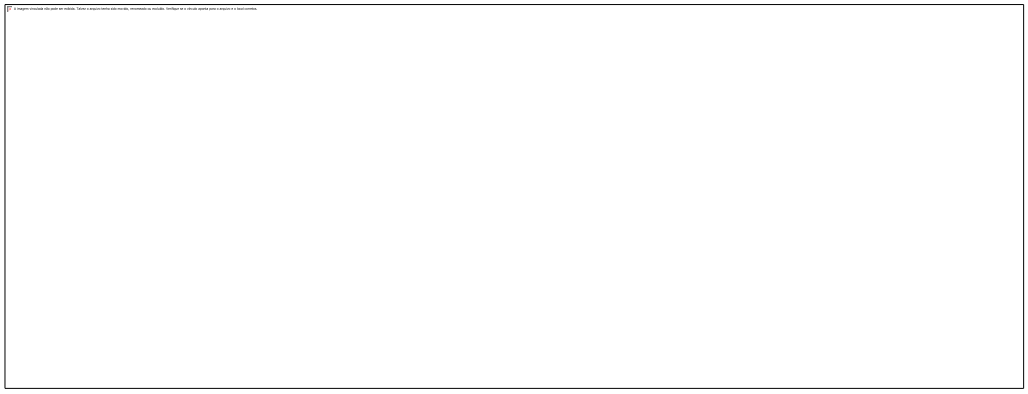


TABELA 1 : DIMENSÕES E VARIÁVEIS UTILIZADAS NO ESTUDO

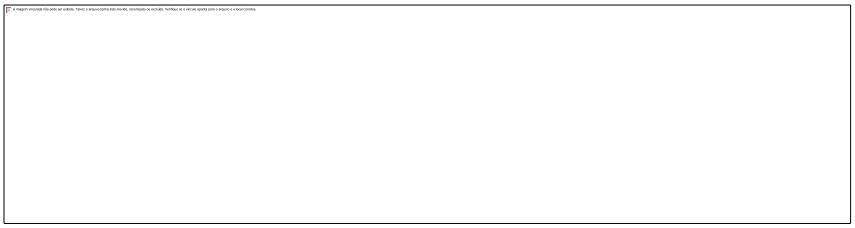


TABELA 2: RESULTADO DO TESTE DE ESFERICIDADE DE BARTLET



TABELA 3: VARIÂNCIA ACUMULADA POR FATOR PARA OS DADOS DE 2010 E 2022

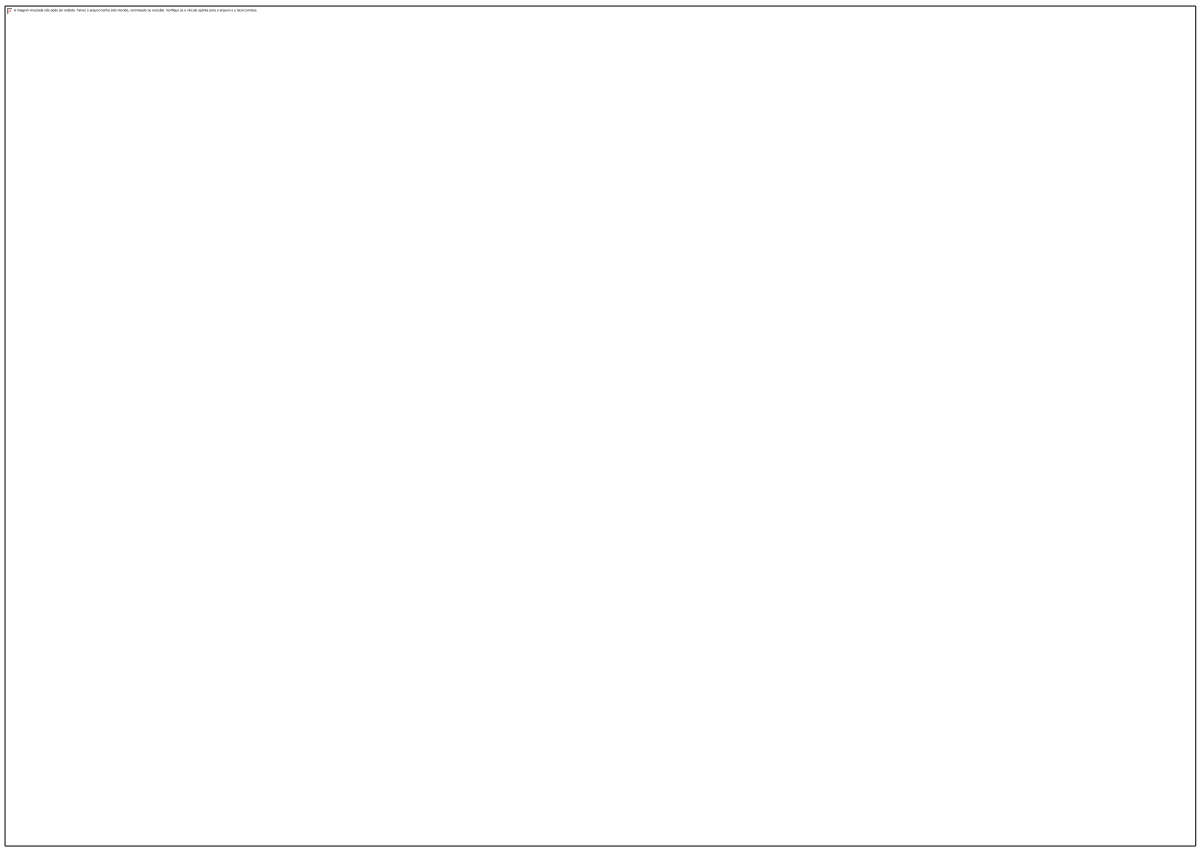


Figura 1: índice de vulnerabilidade social por setor censitário (2010)

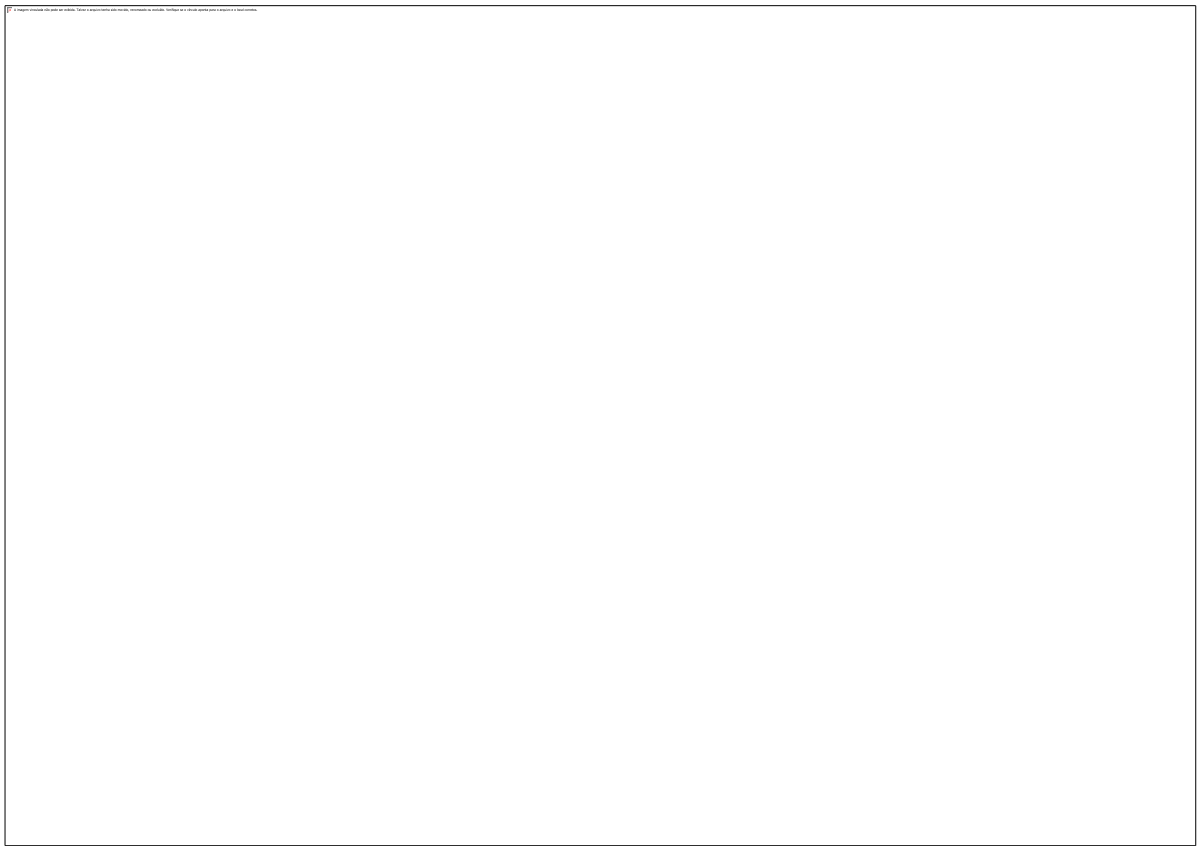


Figura 2: índice de vulnerabilidade social por setor censitário (2022)

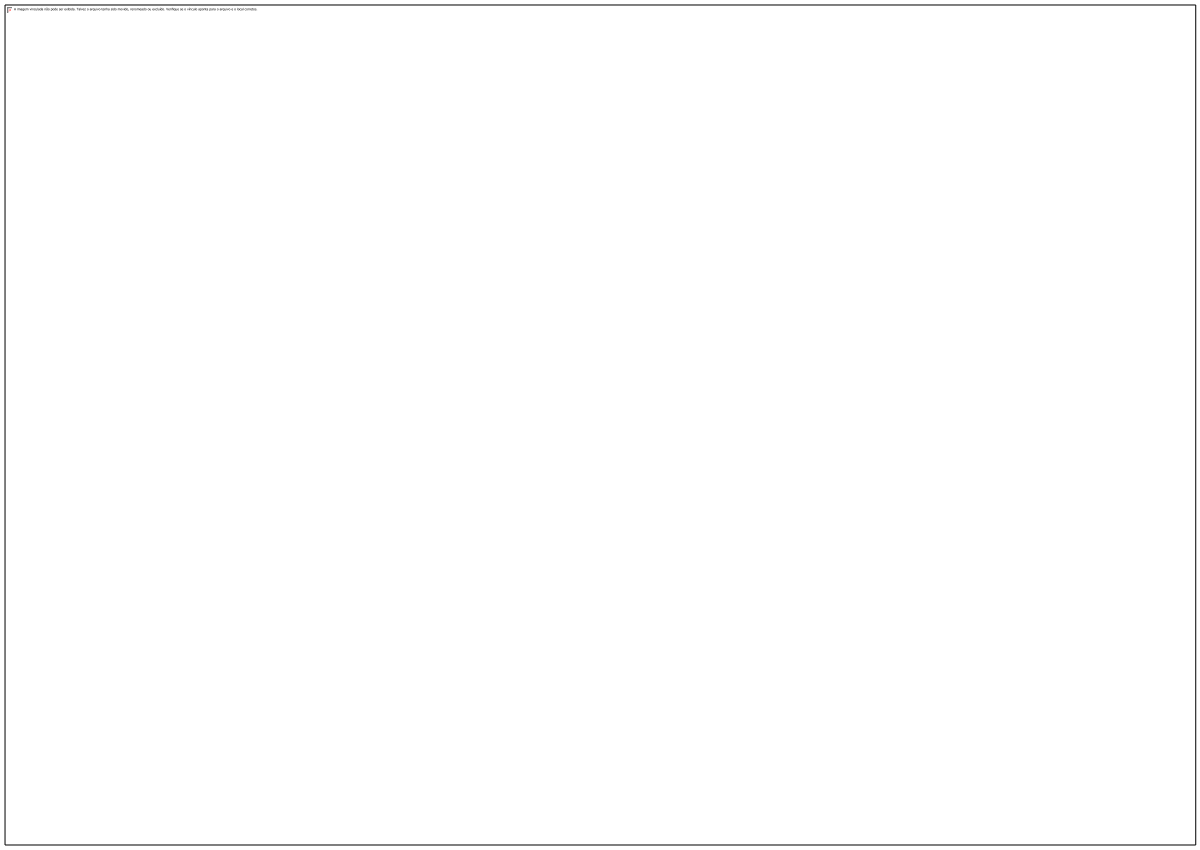


Figura 3: Índice de vulnerabilidade social comparativa entre 2010 e 2022

CÓDIGO: ET0319

AUTOR: RUTE MARIA DOS SANTOS SILVA

ORIENTADOR: FRANCISCO JABLINSKI CASTELHANO

TÍTULO: Segregação sociorracial e desigualdade térmica na cidade de Natal/RN

Resumo

Este trabalho analisa a relação entre o micro clima e a segregação racial a partir de variações microclimáticas, demonstrando como os fatores climáticos afetam de maneira desigual diferentes grupos da população de Natal/RN. A metodologia articulou dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE) sobre a distribuição da população negra na cidade ao monitoramento térmico contínuo realizado em março de 2025. Os resultados apontam que as zonas com maior concentração de população negra registram as temperaturas mais elevadas, reflexo direto da falta de planejamento urbano e da escassez de cobertura vegetal. Em contrapartida, as áreas privilegiadas, de população maioritariamente branca, apresentam médias térmicas mais baixas. A análise em escala local no bairro de Ponta Negra reforça como a ausência de planejamento urbano se sobrepõe aos fatores mitigadores naturais, sobrecarregando as áreas mais vulneráveis. O estudo evidencia a produção desigual do espaço urbano em Natal, expondo a materialização do racismo ambiental e da injustiça climática na escala local.

Palavras-chave: Racismo Climático. Microclima. Zonas Climáticas Locais. Justiça Ambien

TITLE: Socio-racial Segregation and Thermal Inequality in the City of Natal/RN

Abstract

This study analyzes the relationship between climate racism and the reality of Natal, Rio Grande do Norte, based on microclimatic variations, demonstrating how climate factors unequally affect different population groups in the city. The methodology integrated data from the 2022 IBGE Demographic Census regarding the distribution of the Black population with continuous thermal monitoring conducted in March 2025. The final results indicate that areas with higher concentrations of the Black population record the highest temperatures—a direct reflection of the lack of urban planning and the scarcity of

vegetation cover. In contrast, privileged areas with a predominantly white population present lower average temperatures. Local-scale analysis in the Ponta Negra neighborhood reinforces how the absence of urban planning overrides natural mitigating factors, overburdening the most vulnerable areas. Overall, the study highlights the unequal production of urban space in Natal, exposing the local manifestation of environmental racism and climate injustice.

Keywords: Climate Racism. Microclimate. Local Climate Zones. Environmental Justi

Introdução

O processo de urbanização de Natal/RN foi historicamente marcado pela segregação socioespacial em benefício das elites e do mercado imobiliário. A partir da década de 1970, contudo, esse padrão de desigualdade se intensificou com a aceleração da expansão urbana e a especulação imobiliária, consolidando a produção de um espaço fragmentado onde a lógica do capital se sobrepõe às necessidades sociais, empurrando as populações de menor renda para periferias desprovidas de infraestrutura básica (SOUZA, 2014). A atual divisão da cidade é a consolidação histórica desse processo.
Nessa dinâmica, o mercado de terras e a especulação imobiliária definem o acesso à cidade, visto que as classes dominantes segregam os demais grupos sociais ao exercerem o controle sobre o uso do solo (CORRÊA, 2014). Como consequência, estrutura-se uma divisão socioespacial na qual os grupos de maior poder aquisitivo dominam os espaços mais valorizados, enquanto as populações vulnerabilizadas permanecem retidas em áreas precárias (HARVEY, 1980).
Essa segregação territorial faz com que os fenômenos naturais e climáticos atinjam a população de forma heterogênea, fundamentando o debate a partir dos conceitos de Racismo Ambiental e Racismo Climático. Conforme destaca Bullard (2025), o racismo institucional atua de forma central no planejamento urbano e na tomada de decisões ambientais, relegando populações historicamente marginalizadas a territórios mais desprotegidos e suscetíveis a riscos. Em concordância, Pacheco (2007) aponta que as injustiças sociais e ambientais possuem origens comuns e se alimentam mutuamente, demonstrando que o estresse térmico e a exposição aos impactos climáticos são reflexos de escolhas econômicas e políticas segregadoras.
Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar a correlação entre a distribuição da população negra e a variação microclimática da temperatura na cidade de Natal/RN. Utilizando dados do Censo do IBGE e coletas in loco realizadas entre 1 e 12 de março, a pesquisa busca evidenciar como o racismo ambiental se manifesta no microclima urbano, embasando um debate sobre o racismo climático na escala local.

Metodologia

A metodologia deste trabalho é baseada nos procedimentos propostos por Castelhano (2025), articulando a análise do microclima urbano com a distribuição sociodemográfica para discutir as dinâmicas de expansão urbana e as manifestações de racismo ambiental e climático em Natal/RN.
Na primeira fase do trabalho, ocorreu o monitoramento dos dados por meio do registro contínuo da temperatura do ar entre os dias 1 e 12 de março de 2025. Utilizando uma rede de amostragem constituída por termohigrômetros e data loggers da marca Elitech (modelos GSP-6, RC-5 e RC-5+), devidamente acoplados no interior de mini abrigos meteorológicos de PVC fabricados segundo as especificações técnicas de Castelhano e Roseghini (2011), conforme ilustrado na Figura 1.

A distribuição espacial dos pontos de coleta seguiu a tipologia Local Climate Zones (LCZ) para garantir a representatividade das diferentes tipologias de uso, ocupação e cobertura do solo no município de Natal/RN (Figura 2).

Na fase seguinte ocorreu a caracterização e espacialização das temperaturas que foram executadas no software R por meio do pacote LCZ4r (Anjos et al., 2025), adotando a classificação conceitual da paisagem proposta por Stewart e Oke (2012) (Figura 3). A estimativa contínua da temperatura do ar foi realizada pelo método de krigagem com deriva externa, utilizando a tipologia das LCZs como variável explicativa para refinar a variação microclimática local. Esse procedimento resultou no mapa de temperatura média do ar, estruturado para a interpretação dos campos térmicos na seção de resultados. Para a elaboração do gráfico de variabilidade diária (Figura 6), que compara os pontos Conjunto e Vila, os dados de temperatura registrados continuamente pelos aparelhos foram processados no R. A temperatura média de cada dia foi calculada somando todas as medições feitas ao longo de 24 horas e dividindo pelo total de medições daquele dia. Esse procedimento permitiu obter um valor médio diário para cada ponto e comparar o comportamento térmico entre as duas áreas ao longo dos 12 dias de monitoramento.Simultaneamente, foram utilizados dados censitários do IBGE do Censo 2022 agregados por setor censitário para o processamento e mapeamento da variável raça/cor no software R. Os indivíduos autodeclarados pretos e pardos foram somados a categoria "negros" para o cálculo da proporção populacional por setor. Essa espacialização gerou o mapa de distribuição da população negra em Natal/RN, o qual é apresentado e analisado na seção de resultados em articulação direta com o mapa de temperatura do ar para a discussão sobre justiça e racismo climático.

Resultados e Discussões

Ao analisar o mapa da distribuição da população negra (pretos e pardos) em Natal/RN, Figura 4, com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE), torna-se possível visualizar a segregação sociorracial entre as zonas da cidade.

Nas Zonas Oeste e Norte, há uma maior concentração da população negra do município, sendo também as regiões onde é possível observar altas temperaturas. Como se observa no mapa de temperatura do ar, Figura 5, ao relacionar esses dados com o mapa de LCZ, percebe se que essas áreas correspondem às porções mais urbanizadas, adensadas e com

baixa cobertura vegetal.
Na Zona Norte, predominam percentuais entre 50% e 75%. A Zona Oeste apresenta os maiores picos de concentração da cidade, com setores onde a população preta e parda ultrapassa 75%, atingindo as faixas mais elevadas da escala representados por tons de amarelo. Já as Zonas Sul e Leste apresentam o padrão oposto, nessas regiões, predominam amplamente as tonalidades roxas, indicando que a população negra representa os menores percentuais, predominantemente abaixo de 30%.

Ao relacionar o mapa de distribuição da população negra com mapa de temperatura média do ar para o período monitorado (01 a 12 de março de 2025), é possível notar a relação entre a vulnerabilidade sociorracial e o desconforto térmico na cidade.
Nas Zonas Norte e Oeste, onde tem maior concentração da população negra, registram-se as temperaturas do ar mais altas da cidade, variando entre 28 °C e 29 °C. Já as Zonas Sul e Leste, caracterizadas por uma população em grande parte não negra, apresentam temperaturas consideravelmente mais baixas, com valores entre 27 °C a 28 °C, especialmente próximo ao litoral sul.
Essa realidade evidencia que a exposição ao desconforto térmico ocorre de forma heterogênea na cidade, expondo as marcas da segregação sociorracial. Esse fato concretiza o que Bullard (2025) conceitua como racismo ambiental, no qual a estrutura racial da sociedade concede aos grupos brancos uma "vantagem" sistemática no acesso a ambientes fisicamente mais saudáveis e termicamente protegidos.
As altas temperaturas em diferentes áreas nas Zonas Norte e Oeste é representada visualmente no mapa de LCZ, Figura 2, onde nota se o predomínio de áreas compactas e abertas construídas (LCZ 3 e LCZ 6) e a pouca presença de cobertura vegetal. Essa configuração do uso do solo dialoga com o que Amorim (2005) aponta sobre a origem das ilhas de calor: a substituição da vegetação por concreto e asfalto retém mais calor, reduz a evapotranspiração e bloqueia os ventos, intensificando a injustiça climática nas periferias da cidade.
O uso do solo e a segregação socioespacial ficam evidentes em escala local ao analisar o bairro de Ponta Negra. No Conjunto, área planejada, predominam temperaturas significativamente mais baixas, conforme observado na Figura 6. Já na Vila de Ponta Negra, área que concentra maior proporção de população não branca, a falta de planejamento urbano eleva as temperaturas, sobrepondo-se inclusive aos fatores mitigadores naturais, como a vegetação existente, a proximidade do mar e os ventos de leste.

A Vila está inserida em um contexto de vulnerabilidade sociorracial que expõe sua população ao desconforto térmico. Como ressalta Monteiro e Mendonça (2003), o conforto térmico depende do equilíbrio microclimático; quando o meio construído bloqueia o ar e retém calor, gera-se um estresse térmico contínuo. Assim, o bairro ilustra como a produção desigual do espaço urbano resulta em um microclima excludente, representando em menor escala o que ocorre em todo o município.

Conclusão

Ao longo da pesquisa foi possível observar que processo histórico de expansão urbana em Natal/RN produziu um espaço segregado que atendeu aos interesses das elites e do mercado imobiliário, desprezando a população menos favorecida a áreas desprovidas de infraestrutura. Essa produção desigual do espaço reflete-se diretamente na dinâmica climática atual do município, consolidando padrões de racismo ambiental e climático. Ao cruzar os dados populacionais com os registros de temperatura do ar, foi comprovado que a exposição ao desconforto térmico não ocorre de forma homogênea, mas segue recortes raciais e socioeconômicos bem definidos.
As zonas de maior concentração da população não branca registram as temperaturas mais elevadas da cidade, resultado do descaso do planejamento urbano nesses locais. Por outro lado, as áreas habitadas predominantemente por populações não negras e de maior poder aquisitivo concentram os ambientes termicamente mais confortáveis, demonstrando que a gestão pública atua de forma seletiva ao priorizar os espaços de maior apelo econômico. Fica evidente que o conforto térmico na capital potiguar funciona como um privilégio socioespacial distribuído de maneira desigual. O planejamento urbano desigual exige que as políticas públicas municipais priorize a justiça racial.

Referências

ANJOS, M. et al. LCZ4r package R for local climate zones and urban heat islands. Scientific Reports, v. 15, p. 7710, 2025.

AMORIM, Margarete C. de C. T. Ilhas de calor em Birigui/SP. Revista Brasileira de Climatologia, v. 1, n. 1, dez. 2005.

BULLARD, Robert D. Anatomia de um racismo ambiental e o movimento de justiça ambiental. Tradução: James Miyamoto. Revisão: Luiza Coelho. Thésis, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, e572, jul. 2025.

CASTELHANO, F. J.; ROSEGHINI, W. F. F. A utilização de policloreto de vinila (PVC) na construção de mini-abrigos meteorológicos para aplicação em campo. Revista Brasileira de Climatologia, v. 9, 2011.

CASTELHANO, Francisco Jablinski. Disparidades raciais e exposição ao calor: análise preliminar do racismo climático urbano em Natal/RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 16., 2025, Natal. Anais [...]. Natal: ENANPEGE, 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

MONTEIRO, C. A. F.; MENDONÇA, F. (org.). Clima urbano. São Paulo: Contexto, 2003.

PACHECO, Tania. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. Combate Racismo Ambiental, 2007.

SOUZA, Rafaela Oliveira de. Entre a legalidade e a informalidade: os loteamentos fechados na zona sul de Natal-RN. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Humanidades, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

STEWART, I. D.; OKE, T. R. Local climate zones for urban temperature studies. Bulletin of the American Meteorological Society, v. 93, p. 1879–1900, 2012.

Anexos



Figura 1: Equipamentos e Mini Abrigos



Figura 2: Área de Estudo



Figura 3: Classificação da paisagem e definições das Zonas Climáticas Locais.

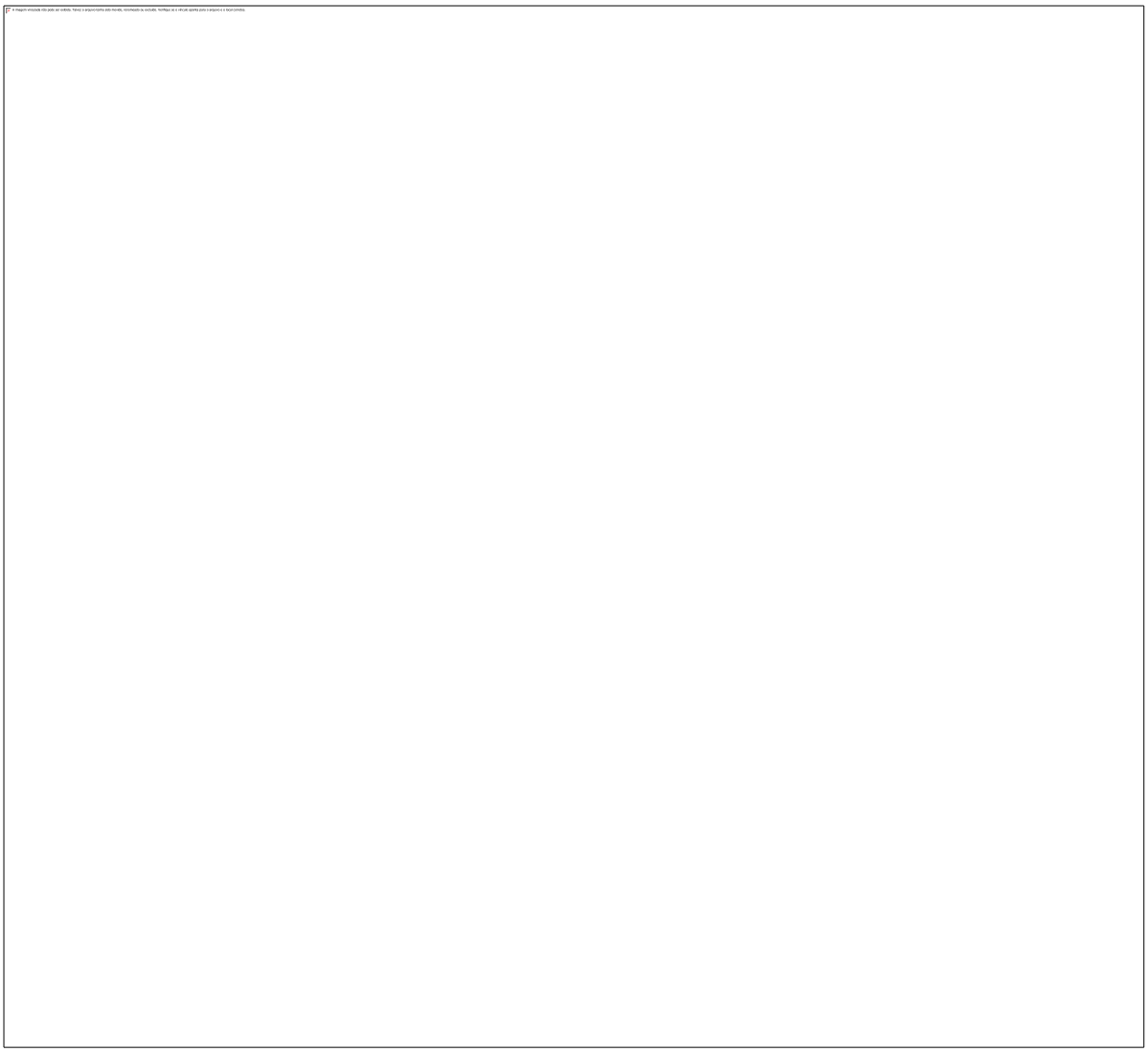


Figura 4 : Mapa da Distribuição da População Negra



Figura 5 : Mapa de Temperatura do Ar

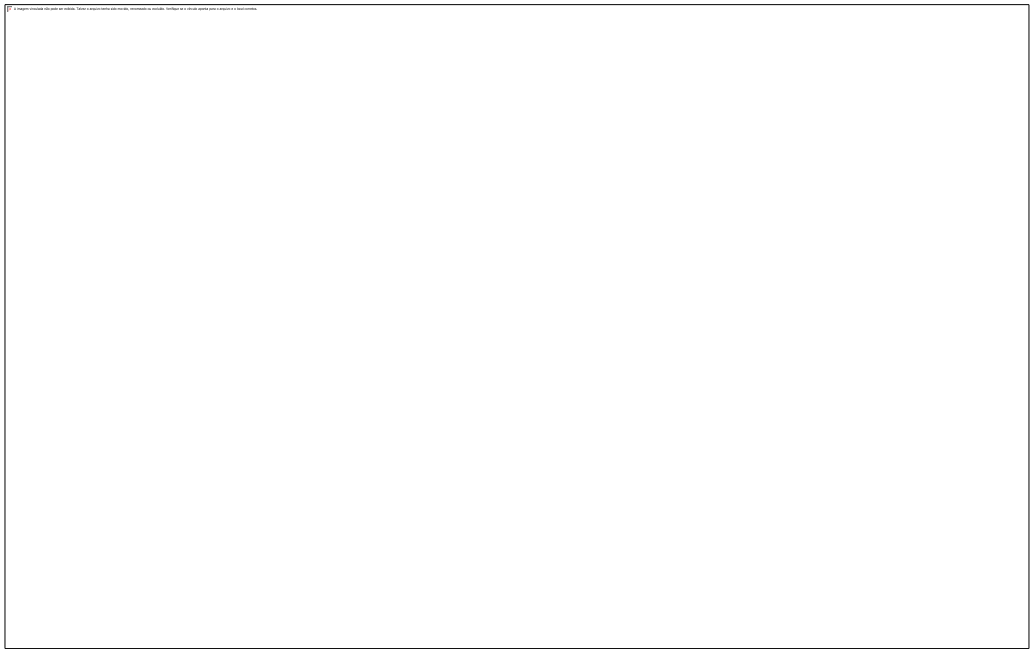


Figura 6 : Gráfico de Variabilidade Diária da Temperatura do Ar

CÓDIGO: ET1647

AUTOR: ANA RITA DO NASCIMENTO SILVA

COAUTOR: HELERIANY DE MEDEIROS MADEIROS

ORIENTADOR: RODRIGO DE FREITAS AMORIM

TÍTULO: CONDICIONANTES MORFODINÂMICOS E BALANÇO SEDIMENTOLÓGICO COMO SUBSÍDIO À ANÁLISE DA EROSÃO COSTEIRA NA PRAIA DE PIPA - TIBAU DO SUL, RN

Resumo

A Praia de Pipa, em Tibau do Sul (RN), é margeada por falésias ativas e inativas da Formação Barreiras e integra um dos trechos costeiros de maior procura turística do litoral potiguar. Este trabalho tem como objetivo caracterizar a morfodinâmica de um trecho dessa praia e discutir a influência sobre os processos erosivos nas falésias vivas adjacentes, a partir de dados de campo (seis pontos de coleta, jan – set./2025) e de reanálises meteoceanográficas ERA5/CMEMS. O estado de praia, obtido pelo modelo combinado de Ômega-RTR de Masselink e Short (1993) indicou regime predominantemente intermediário com bancos e cavados (barrado) – Ômega médio de 4,05 e RTR médio de 1,64, abaixo do limiar de 3 que separa praias dominadas por onda das modificadas por maré, apesar da área estar em um trecho de costa classificado como mesomaré. O sedimento das zonas de berma, estirâncio e antepraia mostrou-se predominantemente selecionado a muito bem selecionado (124 das amostras processadas), com classe granulométrica de areia fina a média. Entre os seis pontos, observou-se gradiente espacial de energia, na Baía dos Golfinhos (dissipativo) em direção a Praia do Centro (de menor energia), padrão compatível com a configuração da linha de costa em zeta, sendo um indicador qualitativo da distribuição não uniforme de energia de onda que atua na base das falésias vivas do trecho estudado.

Palavras-chave: geomorfologia costeira; morfodinâmica praial; balanço sedimentológico.

TITLE: Morphodynamic Conditioning Factors and Sediment Budget as Subsidy to Coastal Erosion Analysis at Pipa Beach - Tibau do Sul, RN

Abstract

Pipa Beach, in Tibau do Sul, Rio Grande do Norte State (RN), is bordered by active and inactive cliffs of the Barreiras Formation and forms part of one of the most highly sought-after tourist coastal stretches of the state of Rio Grande do Norte. This study aims to characterize the morphodynamics of a section of this beach and discuss its influence on erosional processes affecting the adjacent active cliffs, based on field data (six sampling points, January–September 2025) and ERA5/CMEMS meteoceanographic reanalysis data. The beach state, determined using the combined Omega-RTR model of Masselink and Short (1993), indicated a predominantly intermediate regime with bars and troughs (barred), with a mean Omega value of 4.05 and a mean RTR value of 1.64. The latter is below the threshold of 3 that separates wave-dominated beaches from tide-modified beaches, despite the study area being located along a mesotidal coast. Sediments from the berm, foreshore, and shoreface zones were predominantly well to very well sorted (124 of the processed samples), with grain-size classes ranging from fine to medium sand. Among the six sampling points, a spatial energy gradient was observed from Baía dos Golfinhos (dissipative) toward Praia do Centro (lower energy). This pattern is consistent with the zeta configuration of the shoreline and represents a qualitative indicator of the non-uniform distribution of wave energy acting at the base of the active cliffs within the study area.

Keywords: coastal geomorphology; beach morphodynamics; sediment budget.

Introdução

A dinâmica costeira do Nordeste brasileiro apresenta como uma das feições morfológicas de sua paisagem as falésias, escarpas estruturadas por depósitos quaternários/Formação Barreiras. A Praia de Pipa, localizada em Tibau do Sul (RN), é composta por falésias ativas e inativas da Formação Barreiras defronte às praias arenosas, também apresentando baías em forma de zeta em sua extensão (Amorim, Maia e Meireles, 2022). A região é um dos destinos turísticos litorâneos de maior expressão no cenário nacional e internacional por seus atributos paisagísticos (Amorim, Maia e Meireles, 2022, Taveira, 2023).

As praias são sistemas submetidos à processos dinâmicos que esculturam sua morfologia, relacionadas aos comportamentos das formas de deposição, aos processos hidrodinâmicos (energia, altura e período de ondas; amplitudes de marés e direção das correntes), a granulometria e redistribuição dos sedimentos e regime de ventos, associadas a escalas espaço-temporais e condições ambientais distintas (Wright e Short, 1984; Short e Jackson, 2013). A integralização desses processos e parâmetros é o que determina o estado morfodinâmico da praia, caracterizado por Short (1999) em 15 variações que caracterizam o estágio de praia.

Embora o estudo teórico de Short (1999) analise praias sob regimes de micromarés, esse referencial serve de base para a análise do estágio de praia sob outros regimes de maré.

A relação empírica entre tamanho dos sedimentos e declividade da face praial, reforça essa integração, incorporada, aos dados de Ômega e Amplitude de Maré (RTR) (Brascom, 1951).

A partir dos condicionantes morfodinâmicos, compreende-se o balanço sedimentológico da praia, isto é, se há superávit ou déficit de sedimentos no ambiente analisado. O conceito de equilíbrio dinâmico em sistemas sedimentares costeiros, introduzido por Gilbert (1877 apud Baux et.al, 2019) é definido como o equilíbrio entre o transporte, erosão e deposição de partículas em função dos parâmetros hidrodinâmicos e físico-biológicos (Perillo, 2019). Rompido esse equilíbrio, o déficit sedimentar figura entre um dos indicadores que avaliam riscos à erosão costeira (Souza e Luna, 2009).

Estudos do litoral nordestino oferecem parâmetros que reforçam que a leitura do estado morfodinâmico de uma praia limitada por falésias ativas depende da articulação do regime de ondas, da textura do sedimento e da configuração geomorfológica do trecho, tendo em vista que os processos morfodinâmicos ultrapassam a dimensão natural e influenciam a dinâmica social, econômica e territorial da orla (Barroso et al, 2019; Sousa Júnior, Gregório e Carneiro, 2024).

A mecânica de base dessa articulação – prisma praial como moderador de energia de onda que atinge a rocha – relaciona a variabilidade litológica dos sistemas de falésias e a heterogeneidade dos regimes de onda que os condicionam (Sunamura, 1972; Trenhaile, 1987; Naylor, Stephenson e Trenhaile, 2010; Naylor, Kennedy e Stephenson, 2014). Assim, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar a morfodinâmica de um trecho da Praia de Pipa – Tibau do Sul/RN e discutir a influência sobre os processos erosivos em falésias ativas, a partir de análises de parâmetros morfodinâmicos de 6 pontos de coleta, entre janeiro e setembro de 2025.

Esse trabalho é fruto do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado "Metodologia para avaliação de erosão costeira", ancorado pelo Grupo de Pesquisa Estrutura e Evolução de Paisagens do Quaternário, vinculado ao Laboratório de Processamento de Dados e Gestão Territorial (LAPROTER) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Metodologia

2.1 Área de Estudo

A área de estudo central dessa pesquisa compreende um trecho de aproximadamente 1,2 km de ambiente costeiro no Distrito de Pipa (latitude: 6º 11'12" Sul e longitude: 35°05'31" Oeste), município de Tibau do Sul, litoral oriental do Rio Grande do Note, estendendo-se da Praia do Centro à Baia dos Golfinhos, a 85 km de Natal. O acesso ocorre pela BR-101 até Goianinha, seguindo pela RN-003 (Figura 1).
Em Pipa, a Praia do Centro apresenta 800m de extensão de falésias ativas, com altura crescente de aproximadamente 10 metros, no limite sul, a 24,8m, no promontório da Baía dos Golfinhos (Amorim e Maia, 2022). Em escala regional, as falésias do Distrito de Pipa inserem-se na Bacia Sedimentar de Pernambuco-Paraíba. A configuração da linha de costa em forma de zeta - alternância de baías côncavas erosivas e promontórios protegidos

- decorre da deriva litorânea de sul para norte, que gera difração de ondas ao transpor os promontórios (Amorim e Maia, 2022).
O regime climático da área corresponde ao tipo As' na classificação climática de Köppen-Geiger (1936), megatérmico, com precipitação anual superior à evapotranspiração potencial, concentrada no outono-inverno (março a julho) e estação seca no verão (Moura et al., 2009; Amorim et al., 2019; Oliveira e Lima, 2019; Silva et al., 2023). Quanto ao regime meteoceanográfico, a altura significativa das ondas (Hs) varia de 1,25m e 2,25m, com período de pico (Tp) entre 6 a 9 segundos e direção predominante entre 80º e 120º (E-SE). O regime de marés é do tipo mesomaré semidiurna, com amplitude de até 2,7m (Santos Jr. et al., 2011; Amorim e Maia, 2021; Matos et al., 2022). Os ventos sopram predominantemente de sudeste, com variações entre sul e nordeste (Figura 2).

A ocupação urbana e imobiliária das bordas dos tabuleiros é densa e a maior parte das edificações, como também as rodovias que dão acesso às praias do Distrito, situam-se a menos de 10m de distância da borda da falésia, com drenagem pluvial dessas estruturas contribuindo para o agravamento dos processos erosivos (Amorim e Maia, 2022).

2.2 Procedimentos de campo

A seleção dos pontos para coleta de sedimentos considerou as feições geomorfológicas que permitiam representar a diversidade morfológica do terraço de abrasão e escarpa, bem como as variações no padrão de exposição da falésia (Figura 3).
As coletas iniciavam no Ponto 1 (P1), na Baía dos Golfinhos e terminavam no Ponto 6 (P6), localizado na Praia do Centro, na área de embarque/desembarque de turistas para os passeios de barco. As coletas de sedimento contemplaram as feições berma, estirâncio e antepraia. A presença de berma, ao longo do trecho estudado varia com a dinâmica praial.
As campanhas ocorreram em marés baixas de sizígia (lua nova ou lua cheia), conforme tábua de marés o Centro de Hidrografia Marinha (CHM) da Marinha do Brasil, Porto Natal.

2.3 Procedimentos de laboratório

2.3.1 Análise sedimentológica

A granulometria classifica os sedimentos por diâmetro do grão (Suguio, 1973). Os procedimentos da análise seguem os protocolos já aplicados pelo Laboratório de Geografia Física (LabGeoFis/UFRN) e do Laboratório de Sedimentologia do Museu Câmara Cascudo (MCC/UFRN). A análise das amostras a partir dos protocolos mencionados seguem a seguinte ordenação (Figura 4):
Para este trabalho, utilizaram-se os resultados das análises de janeiro à setembro de 2025, período correspondente aos trabalhos realizados pela autora do trabalho.

2.3.2 Aquisição e tratamento de dados meteoceanográficos

Para a aquisição dos dados de onda, utilizou-se o produto Global Ocean Waves Analysis and Forecast da Copernicus Marine Service, que disponibiliza dados diários e previsões de até 10 dias a cada três horas. Já para os dados de vento, empregou-se a reanálise ERA5 (ECMWF), com estimativas horárias de variáveis atmosféricas-ondas-superfície, com atualização diária. Esses dados foram processados em ambiente de programação Jupyter Notebook, utilizando linguagem Python.
Os dados de precipitação foram coletados das estações do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres (CEMADEN) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN). Os dados foram organizados em

planilhas do Microsoft Excel e integrados no Jupyter Notebook.

2.4 Indicadores morfodinâmicos

Para a classificação do estado morfodinâmico da praia, adotou-se o parâmetro ômega de Dean, que descreve o estado da praia por meio da velocidade de queda adimensional do sedimento:

$$\Omega = Hb / (Ws \times T)$$

Onde, Hb é a altura de onda na arrebentação (m); Ws é a velocidade de queda (sedimentação) do grão de sedimento (m/s) e T é o período da série de ondas (s). A interpretação do ômega apresenta os seguintes estágios de praia: refletivo ($\Omega < 2,5$), intermediário ($2,5 < \Omega < 6$) e dissipativo ($\Omega > 6$) (Figura 5).

A altura de onda na arrebentação (Hb) e a velocidade de queda de sedimentação (Ws) do grão do sedimento foram estimados mediante fórmulas empíricas. Assim, a Tabela 1 apresenta respectivamente: a fórmula utilizada, os autores que a definiram e as variáveis presentes em cada:

Os dados obtidos são integrados à Relative Tide Range (RTR) - Amplitude de Maré Relativa, método de Masselink e Short (1993), para ambientes de meso e macromaré. Assim, a Amplitude de Maré Relativa:

$$RTR = TR / Hb$$

Onde, TR é a amplitude de maré de sizígia média (MSR). A combinação de Ômega e RTR permite classificar oito estados morfodinâmicos além dos já propostos por Dean, sendo eles: refletivo, terraço de baixa-mar com e sem rips; banco/rip de baixa-mar; barrado; barrado dissipativo; não barrado dissipativo e ultradissipativo (Figura 6). Esses parâmetros permitiram situar a praia no contínuo entre os extremos refletivo e dissipativo, enquanto a Amplitude de Maré Relativa (RTR) informa em que medida a maré atua como agente modificador desse estado, deslocando praias intermediárias para configurações barradas, de terraço de baixa-mar ou dissipativas sem barra, conforme a combinação de dois índices.

Resultados e Discussões

3.1 Regime de ondas, marés e ventos

No período de campanha deste artigo (jan-set/2025), a altura significativa de onda (Hs) média mensal, obtida por reanálise CMEMS, variou entre 0,91 m (janeiro) e 1,24 m (setembro), com período de pico (Tp) entre 7,99 e 11,17 s. O vento, por reanálise ERA5 (Hersbach et al., 2020), apresentou velocidade média mensal crescente ao longo do peródo, de 4,51 m/s (janeiro) a 7,34 m/s (setembro), com direção predominante deslocando-se de ENE/SE, no início do ano, para SE/SSE, no inverno – explicado pelo padrão de intensificação sazonal dos ventos alísios de sudestes para a costa potiguar. Já a amplitude de maré de sigízia, variou, em seus máximos mensais, entre 2,21 m (junho) e 2,74 m (março) ao longo de 2025; para o cálculo da Amplitude de Maré Relativa (RTR), adotou-se como TR a média das doze amplitudes máximas mensais de 2025, de 2,48 m, seguindo a formulação de Masselink e Short (1993) (Figura 7).

3.2 Estado morfodinâmico modal: ômega e RTR (jan.-set./2025)

O estado de praia foi obtido mensalmente para os seis pontos de coleta (P1 a P6) pelo modelo combinado de Ômega (Dean, 1973) e RTR (Masselink e Short, 1993). O diâmetro

médio do sedimento de estirâncio, que alimenta o cálculo junto à onda diária de reanálise, variou entre 0,228mm (março) e 0,318 mm (setembro) – areia fina a média, segundo a escala de Wentworth.

O parâmetro Ômega apresentou média mensal entre 3,22 (fevereiro) e 4,82 (junho), com média do período de 4,05, situando a praia no estágio "intermediário" ($2,5 < \Omega < 6$). A amplitude de Maré Relativa (RTR) variou de 1,83 (janeiro) e 1,50 (fevereiro), permanecendo, nos nove meses analisados, abaixo do limiar de 3, mostrando que o trecho apresenta praias determinadas por ondas e praias modificadas pela maré (Masselink e Short, 1993).

A combinação de Ômega intermediário e RTR < 3 classifica o estado de praia modal do período como "intermediário com bancos e cavados (barrado)", esse estado predominou com frequência de 100% em sete dos nove meses, com incursões pontuais ao estado "dissipativo com bancos (barrado)" em março (55%) e em junho (67%), associados a picos localizados de Ômega decorrentes de ondulação mais energética e/ou sedimento mais fino nos dias de coleta (Figura 8).

Assim, em um contexto geral, o trecho de praia, apresenta em sua maior parte um perfil com bancos e cavados na zona de surfe e em determinados períodos uma mudança na largura da zona de surfe com uma maior dissipação de energia por atrito e quebra de onda mais distribuída (Whrigt e Short, 1984; Masselink e Short, 1993 e Short, 1999).

O resultado também indica que, apesar do trecho analisado estar em uma costa de mesomaré em termos absolutos (TR = 2,48 m), o RTR manteve a praia no regime micro-mareal dos parâmetros de Wright e Short (1984) durante todo o período analisado, já que a altura de onda na arrebentação (Hb médio de 1,55 m) é proporcionalmente grande frente à maré – situação em que a energia de onda, e não a de maré, funciona como principal agente modelador do perfil praial, ainda que a classificação absoluta do regime de maré, isoladamente, sugerisse o contrário (Short, 1999). Esse resultado reforça o argumento de Short (1999) e de Weschenfelder e Zouain (2002) sobre a interdependência entre sedimento, da amplitude de maré e da altura de onda na definição do estado morfodinâmico.

3.3 Variabilidade espacial do estado de praia entre os pontos de coleta (P1 e P6)

O cálculo de ômega repetido separadamente para cada um dos seis pontos de coleta, com o D50 medido em cada ponto a cada campanha mensal, evidenciou um gradiente espacial de energia ao longo do trecho estudado. O ponto 1 (P1), na Baía dos Golfinhos, registrou o maior Ômega médio do conjunto (5,04; variação mensal de 3,12 e 6,71), associado ao sedimento mais fino entre os pontos com D50 médio de 0,241 mm), sendo classificado como "intermediário barrado" (praia com perfil alta variabilidade morfológica em curto prazo e bancos e cavados na zona de surfe) quando RTR < 3 –, como "dissipativo" (arrebentação derramante ao longo de toda a zona de surfe, associado a energia de onda alta e persistente) em seis dos nove meses analisados. O Ponto 2 (P2) apresentou Ômega médio semelhante a P1, com apenas um período do ano mostrando elevação (14,01, associado a um episódio pontual de sedimento muito fino – D50 de 0,125 mm). No restante do período, P2 foi classificado como "banco longitudinal" (subtipo do perfil "intermediário barrado") em cinco dos nove meses analisados.

A partir do Ponto 3, o Ômega médio diminui e se mantém em patamar mais baixo e homogêneo até o Ponto 6 (P6). O Ponto P3 e P4 foram classificados como “praia e bancos rítmicos” (subtipo do estado intermediário, dentro do grupo barrado) com resultados de ômega (4,18 e 3,98) e D50 (0,284mm e 0,295) respectivamente. O Ponto 5, com Ômega médio de 3,45 e D50 médio 0,333, registrou as únicas ocorrências, em todo o conjunto de dados, dos subtipos de menor energia da escala “banco e praia transversal” (subtipo do estado “intermediário”) no mês de janeiro e “terraço de baixa mar” (caracterizado por um terraço quase plano na baixa mar, com face refletiva na maré e sensível a pequenas variações de energia. Por fim, o ponto P6, com Ômega médio de 3,93 e D50 médio de 0,290 mm, foi classificado como “banco longitudinal” (subtipo intermediário).

Como a onda de largada (Hs, Tp) empregada no cálculo é a mesma para os seis pontos, provenientes de um único ponto de grade CMEMS, com resolução (~0,08º) insuficiente para diferenciar a onda entre os perfis que medem poucos centímetros de distância, esse gradiente decorre da variação espacial do D50 medido nas análises laboratoriais e não na diferença na onda incidente estimada.

Assim, o conjunto de dados delimita dois setores de comportamento distintos, P1 e P2, de maior energia morfodinâmica e sedimento mais fino e, P3 a P6, de energia mais baixa e mais homogênea entre si. Essa transição coincide com um controle estrutural identificado em campo, mais expressivo na Praia do Centro, em que a base da falésia é margeada por um terraço de abrasão, que reduz o espaço de acomodação disponível para o sedimento e amplia a dissipação de energia por atrito de fundo antes da linha de praia (Gallop et al., 2020).

3.4 Textura sedimentar: seleção granulométrica por zona geomorfológica

As 124 amostras de sedimento processadas nas três zonas geomorfológicas (berma, estirâncio e antepraia) ao longo do período, distribuídas pelos seis pontos de coleta, foram classificadas segundo o grau de seleção de Folk e Ward (1957) e segundo a escala granulométrica de Wentworth para cada ponto (Figura 9 e 10).

Quanto a seleção, P3 apresentou o sedimento mais bem selecionado (78%), seguido por P4, P5 e P6, todos com a totalidade das amostras entre bem e muito bem selecionadas. P1 e P2 apresentaram-se como moderadamente selecionadas. Quanto à classe granulométrica, P3 e P4 tiveram a distribuição mais concentrada, com a totalidade das amostras nas classes areia fina e areia média, sem ocorrências de areia muito fina ou mais grossa. P5 segui padrão semelhante aos pontos P3 e P4, com exceção de um momento com areia grossa (6%). Em contraste, P1 e P2 concentraram as ocorrências de areia muito fina das amostras analisadas (26% e 35%, respectivamente) e P6 apresentou tanto areia muito fina (10%) quanto areia muito grossa (5%), configurando a distribuição textural mais heterogênea entre os seis pontos.

Essa maior homogeneidade textural de P3 a P5 é resposta ao retrabalhamento para praias com substrato geologicamente controlado, em que a granulometria retida sobre a plataforma tende a ser mais restrita do que em setores de praia livre de afloramento rochoso (Rocha-Barreira, 2001; Passo, 2004; Gallop et al., 2020).

3.5 Morfodinâmica e influência nos processos erosivos em falésias vivas

A dissipação da energia da onda pelo prisma praial na base de falésias ativas corresponde a um dos mecanismos estabelecidos da geomorfologia de costas rochosas na modelagem da relação entre largura de praia, altura de onda e taxa de recuo da escarpa (Sunamura, 1992; Trenhaile, 1987). A espessura do prisma praial na base de uma falésia atua como amortecedor da energia de onda que atinge a rocha, de modo que níveis de praia mais baixos ou mais estreitos correspondem a taxas de recuo de falésias mais altas (Lee, 2008).

Além disso, a morfologia de praia e, não apenas a altura da onda, controla a energia efetivamente transferida à base da falésia durante eventos de alta energia, ou seja, uma praia mais dissipativa, ao dissipar energia sobre uma zona de surfe mais larga, reduz a energia residual que atinge a falésia, ao passo que uma praia mais refletiva, ou com menor prisma sedimentar, constra essa energia junto à base rochosa (Earlie, Masselink e Russell, 2018).

No trecho estudado, o estado intermediário com bancos e cavados e o gradiente espacial de energia entre os pontos de coleta sugerem que a energia de onda disponível para atuar na base das falésias não é uniforma ao longo do trecho. No setor próximo à Baía dos Golfinhos, onde o Ponto 1 registrou o subtipo dissipativo com maior frequência, a energia de onda tende a ser dissipada sobre uma zona de surfe mais larga antes de ati ngir a base da falésia, cuja altura, nesse mesmo setor, é descrita como crescente em direção ao promontório. O padrão observado também pode revelar que a variabilidade alongshore na transferência de energia de onda a um litoral rochoso responde, em parte, à configuração morfodinâmica da praia adjacente (Vann Jones, Rosser e Brain, 2018).

A esse quadro morfológico soma-se a interferência antrópica – a ocupação urbana e imobiliária das bordas dos tabuleiros, com parte das edificações e das vias de acesso situadas a menos de 10 m da borda da falésia, cuja drenagem pluvial contribui para o agravamento dos processos erosivos (COLOCAR REFERÊNCIA). Tomados em conjunto, os resultados morfodinâmicos texturais aqui apresentados oferecem uma base técnica para o acompanhamento contínuo do setor de falésias vivas de Pipa e para o ordenamento territorial do litoral adjacente.

Conclusão

Este artigo teve como objetivo caracterizar a morfodinâmica de um trecho da Praia de Pipa – Tibau do Sul/RN e discutir a influência sobre os processos erosivos nas falésias vivas que margeiam esse trecho, com base em dados de campo de seis pontos de coleta (jan.-set./2025) e reanálises meteoceanográficas ERA5/CMEMS. O estado de praia modal, obtido pelo modelo combinado Ômega-RTR, classificou o trecho estudado como intermediário com bancos e cavados (barrado) – Ômega médio de 4,05 e RTR médio de 1,64, este último sempre abaixo do limiar de 3 ao longo dos nove meses analisados.

A Praia de Pipa, embora situada em trecho de costa classificado como mesomaré em termos absolutos, comporta-se, quanto ao regime morfodinâmico, segundo o modelo micro-mareal, por ser a altura de onda de arrebentação proporcionalmente grande frente à mare. O sedimento do estirâncio mostrou-se em grande parte bem a muito bem

selecionado (114 de 124 amostras processadas), com classe granulométrica modal de areia fina a média.

O cálculo individualizado de Ômega por ponto de coleta evidencia um gradiente espacial de energia: os pontos 1 e 2, na Baía dos Golfinhos, registraram os maiores valores médios de Ômega e o sedimento mais fino e menos selecionado de todo o conjunto de amostras, ao passo que os Pontos 3 a 6 mantiveram-se em patamar mais baixo e homogêneo, padrão associado a um controle estrutural – terraço de abrsão. Esse gradiente, articulado à relação entre morfodinâmica praial e energia de onda na base da falésia constitui a contribuição central deste artigo.

O trabalho oferece, assim, um diagnóstico morfodinâmico primário do trecho estudado como subsídio técnico ao acompanhamento das falésias vivas e ao ordenamento territorial da orla. Como limitação, destaca-se a resolução de grade de reanálise da onda, insuficiente para diferenciar a forçante hidrodinâmica entre os seis pontos.

Referências

ALVARES, Clayton Alcarde et al. Köppen's climate classification map for Brazil. Meteorologische Zeitschrift, Stuttgart, v. 22, n. 6, p. 711–728, jan. 2014. DOI: 10.1127/0941-2948/2013/0507.

AMARO, V.E.; ARAÚJO, A.B. Análise Multitemporal da morfodinâmica da região costeira setentrional do Nordeste do Brasil entre os municípios de Grossos e Tibau, Estado do Rio Grande do Norte. Revista da Gestão Costeira Integrada, 8(2):77-100, 2008.

AMORIM, A. C. B.; SCUDELARI, A. C.; AMARO, V. E.; MATOS, M. de F. A. de. 2019. Variabilidade dos Extremos de Precipitação Diária na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Sul, Nordeste do Brasil. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, vol. 42, n° 4, 2019. p. 284 – 295.

AMORIM, Rodrigo; MAIA, R. P. Diagnóstico preliminar das falésias de Pipa e Barra de Tabatinga-RN. Volume 1. Natal: UFRN, 2021.

AMORIM, R.F.; MAIA, R. P.; MEIRELES, A.J.A. Falésias: origem, evolução, risco. Imprensa Universitária: Fortaleza, 2022.

BARBOSA, J. A., SOUZA, E. M., LIMA FILHO, M. F. & NEUMANN, V. H. A estratigrafia da Bacia Paraíba: uma reconsideração. Estudos Geológicos, Recife, 13, 2003. p. 89-108.

BARBOSA, J. A; LIMA FILHO, M. F. Aspectos estruturais e estratigráficos da

faixa costeira Recife-Natal: observações em dados de poços. Boletim de

Geociências da Petrobras, 14, n. 1, 2006. p. 287-306.

BARBOSA, J. A. A deposição carbonática na faixa costeira recife-natal, NE do Brasil: aspectos estratigráficos, geoquímicos e paleontológicos. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Geociências – UFPE, 2007. 270p

BEZERRA, F.H.R.; AMARO, V.E.; VITA-FINZI, C.; SAADI, A. Pliocece- quaternary fault control of sedimentation and coastal plain morphology in NE Brazil. Journal of South American Earth Sciences, n. 14, 2001. p. 61-75

BIGARELLA, J. J. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e

Subtropicais. Florianópolis: Ed. UFSC. v.3, 2003. p.877-1436.

CÂMARA, M.R. Análise do recuo de falésias no litoral do estado do Rio Grande do Norte. Dissertação (mestrado). Centro de Tecnologia. UFRN, 2018. 148p.

DIAS, Ismália Cassandra Costa Maia; ROCHA-BARREIRA, Cristina de Almeida. Comportamento Morfodinâmico da Praia da Taíba, Nordeste do Brasil. Revista da Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management, 11(4):421-431, 2011. DOI: 10.5894/rgci256.

FARIAS, E.G.G.; MAIA, L.P. Uso de técnicas de geoprocessamento para a análise da evolução da linha de costa em ambientes litorâneos do Estado do Ceará, Brasil. Revista da Gestão Costeira Integrada, 10(4):521-544, 2010.

FEITOSA. E. C.; FEITOSA, F. A. C. Considerações sobre a Bacia Potiguar –

Bacia Costeira Pernambuco-Paraíba Departamento de Geologia, Universidade

Federal de Pernambuco. Estudos Geológicos, 8, 1986. p.71-78.

FERREIRA, J.M.; BEZERRA, F.; SOUSA, M.; NASCIMENTO, A. DO; SÁ, J.; FRANCA, G. The role of Precambrian mylonitic belts and present-day stress field in the coseismic reactivation of the Pernambuco lineament, Brazil. Tectonophysics (Amsterdam), v. 456, n. 3-4, 2008. p. 111-126

LANA, M. C. C.; ROESNER, E. H. O Cretáceo Superior na região de Natal, RN: novas interpretações com base na palinologia. SBP XVI Cong. Bras. Paleont. Anais, 1999. p. 55-56.

MADEIROS, Heleriany de Medeiros; AMORIM, Rodrigo de Freitas; SOUSA, Sílvio Braz de; SANTOS, Daniel Carlos Alves; FRAZÃO, Ana Paula Rodrigues. Gatilhos geomorfológicos de curto prazo em falésias costeiras ativas. In: XIMENES NETO, A. R. (org.). Geomorfologia Costeira, Marinha e Eólica, v. IV. Mossoró: Edições UERN, 2026. p. 29-47.

MASSELINK, G.; SHORT, A.D. The effect of tide range on beach morphodynamics and morphology: a conceptual beach model. Journal of Coastal Research, 9(3):785-800, 1993.

MATOS, M.F.A.; AMARO, V.E.; SCUDELARI, A.C.; ROSADO, S.B. Estimativas das alterações de longo prazo na linha de praia do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte Nordeste do Brasil. Revista Brasileira de Geomorfologia, v.23, n.1, 2022. p. 1027-1053

McLACHLAN, A.; DORVLO, A. Global Patterns in Sandy Beach Macrobenthic Communities. Journal of Coastal Research, 4(21):674-687, 2005. DOI: 10.2112/03-0114.1.

MOREIRA, M.Q. Geodinâmica das seqüências sedimentares cenozóicas e neotectônica da região litorânea do Município de Touros - RN. Relatório de

Graduação, UFRN, Natal, 1994.

MOURA, M.V.M.; REYES-PEREZ, Y.A.; GAUW, D.S.; SANTOS SILVA, D.A.; SOUZA, A.M.; PELOSI, A.P.M.R.; LIMA-FILHO, F.P. Levantamento geofísico em um campo de dunas eólicas em Tibau do Sul/RN. Revista de Geologia, v.19, 2006. p. 99-108.

MOURA, B. A. G.; ARAGÃO, J. O. R.; MELO, J. S. P.; SILVA, A. P. N.; GIONGO: R.; LACERDA, F. F. Z. O. Relação entre a precipitação do leste do Nordeste do Brasil e a temperatura dos oceanos. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, 13(4), 2009. p. 462 – 469.

OLIVEIRA, D. H. M. C; LIMA, K. C. What is the return period of intense rainfall events in the capital cities of the northeast region of Brazil? Atmos Sci Lett. 2019. p. 1-11.

RIBEIRO, Raphael Souza; BONETTI, Jarbas; KLEIN, Antonio Henrique da Fontoura. Caracterização Morfológica e Hidrodinâmica de Praias do Estado de Santa Catarina com Vistas à Avaliação de Perigo ao Banhista. Geosul, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 49-68, jul./dez. 2015.

SANTOS JR. O.F.; AMARAL, R.F.; SCUDELARI, A.C. Processos erosivos em la desembocadura de la laguna de Guarairas. 12th Panamerican Conferenfe on Soil Mechanics and Geotechnical Engineering, Cambridge, Massachusetts, 2003, v.1, 2003. p. 827-832.

SANTOS JR. O.F.; SCUDELARI, A.C.; COSTA, Y.D.; COSTA.C.M. Sea cliff retreat mechanisms in northeastern Brazil. Journal of Coastal Research, Special Issue, v.64, 2011. p. 820-824.

SHORT, A.D. Beach hazards and safety. In: SHORT, A.D. (ed.), Handbook of Beach Shoreface Morphodynamics, p. 293-303. New York: John Wiley & Sons, 1999. ISBN 9780471965701.

SHORT, A.D. Australian Beach Safety & Management Program. Surf Life Saving Australia, 2002.

SHORT, A. D.; JACKSON, D. W. T. Beach morphodynamics. In: SHRODER, John F. (ed.). Treatise on Geomorphology. San Diego: Academic Press, 2013. v. 10, p. 106–129.

SILVA, B. M. F.; SANTOS JÚNIOR, O. F.; FREITAS NETO, O.; SCUDELARI, A. C. Erosão em Falésias Costeiras e Movimentos de Massa no Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. Revista Geociências, UNESP, v. 39, n. 2, p. 447-462, 2020. DOI: 10.5016/geociencias.v39i2.14233.

SILVA, Luana Raquel Juvino da; AMARO, Venerando Eustáquio; SCUDELARI, Ada Cristina; PINHEIRO, Lívian Rafaely de Santana Gomes. Mapa de risco à erosão costeira e movimentos gravitacionais de massa no litoral oriental do Nordeste do Brasil: estudo de caso na Praia de Pipa/RN. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 24, n. 2, e2281, 2023. DOI: 10.20502/rbg.v24i2.2281.

SOUZA, E.M. Estratigrafia da seqüência clástica inferior (andares Coniaciano-Maastrichtiano Inferior)da Bacia da Paraíba, e suas implicações paleogeográficas. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Geociências – UFPE, 2006. 350p.

SUGUIO, K. Tópicos em Geociências para o desenvolvimento sustentável: as regiões litorâneas. Revista do Instituto de Geociências, 1:1-40, USP, São Paulo, 2003.

TAVEIRA, Marcelo da Silva (coord.). Inventário da oferta turística do município de Tibau do Sul, RN [recurso eletrônico]. Currais Novos, RN: UFRN/FELCS, 2023. p. 13–15.

VITAL, H.; SANTOS NETO, F.; PLÁCIDO JÚNIOR, J. S. Morfodinâmica de um canal de maré tropical: Estudo de caso na costa norte rio grandense, Nordeste do Brasil. Revista da Gestão Costeira, v. 8, n. 2, p. 113-126, 2008.

WESCHENFELDER, J.; ZOUAIN, A.N.R. Variabilidade Morfodinâmica das Praias Oceânicas entre Imbé e Arroio do Sal, RS, Brasil. Pesquisas em Geociências, 29(1):3-13, 2002.

WRIGHT, L. D.; SHORT, A. D. Morphodynamics variability of surf zone and beaches – A synthesis. Marine Geology, 56(1-4):93-119, 1984. DOI: 10.1016/0025-3227(84)90008-2.

Anexos

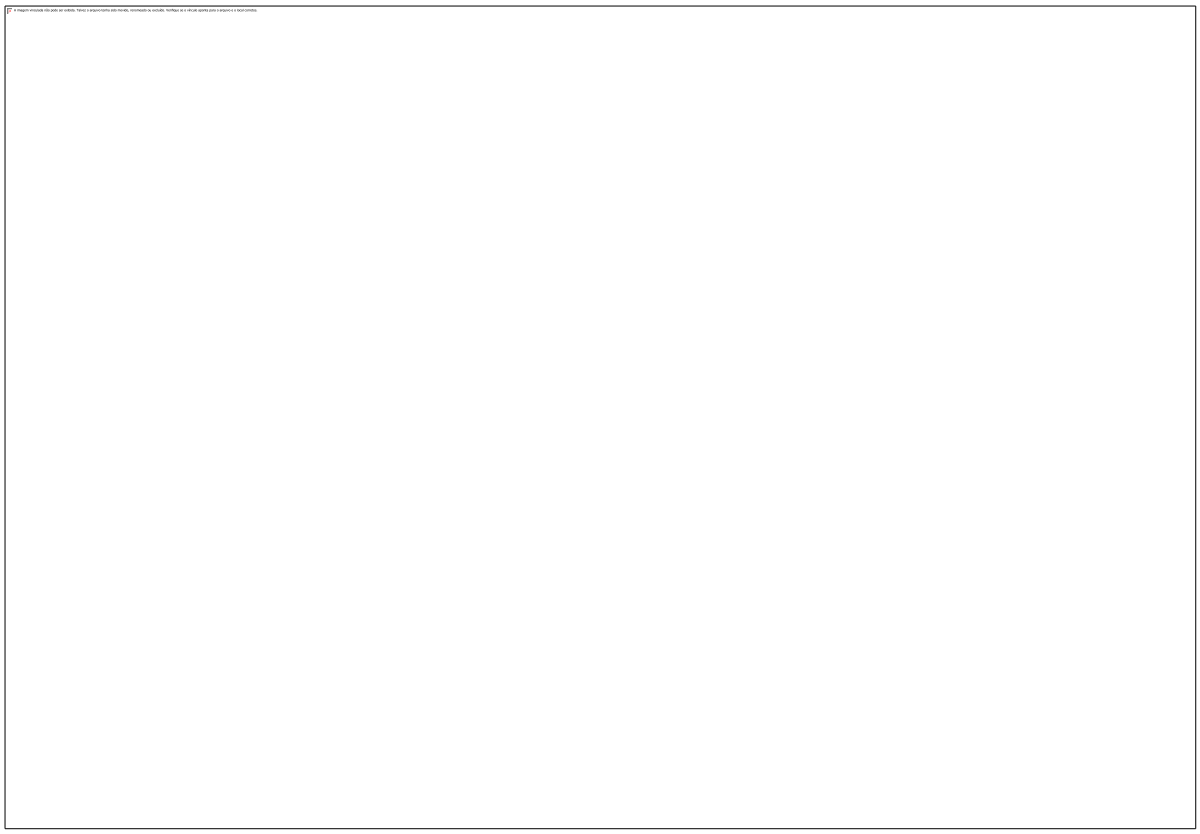


Figura 10 – Classificação granulométrica por ponto de coleta (escala de Wentworth), Pipa/RN (jan.–set./2025, todas as zonas). Fonte: Elaborado pelos autores, 2026



Figura 9 - Classificação de seleção do sedimento por ponto de coleta (Folk e Ward, 1957), Pipa/RN (jan.–set./2025, todas as zonas). Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

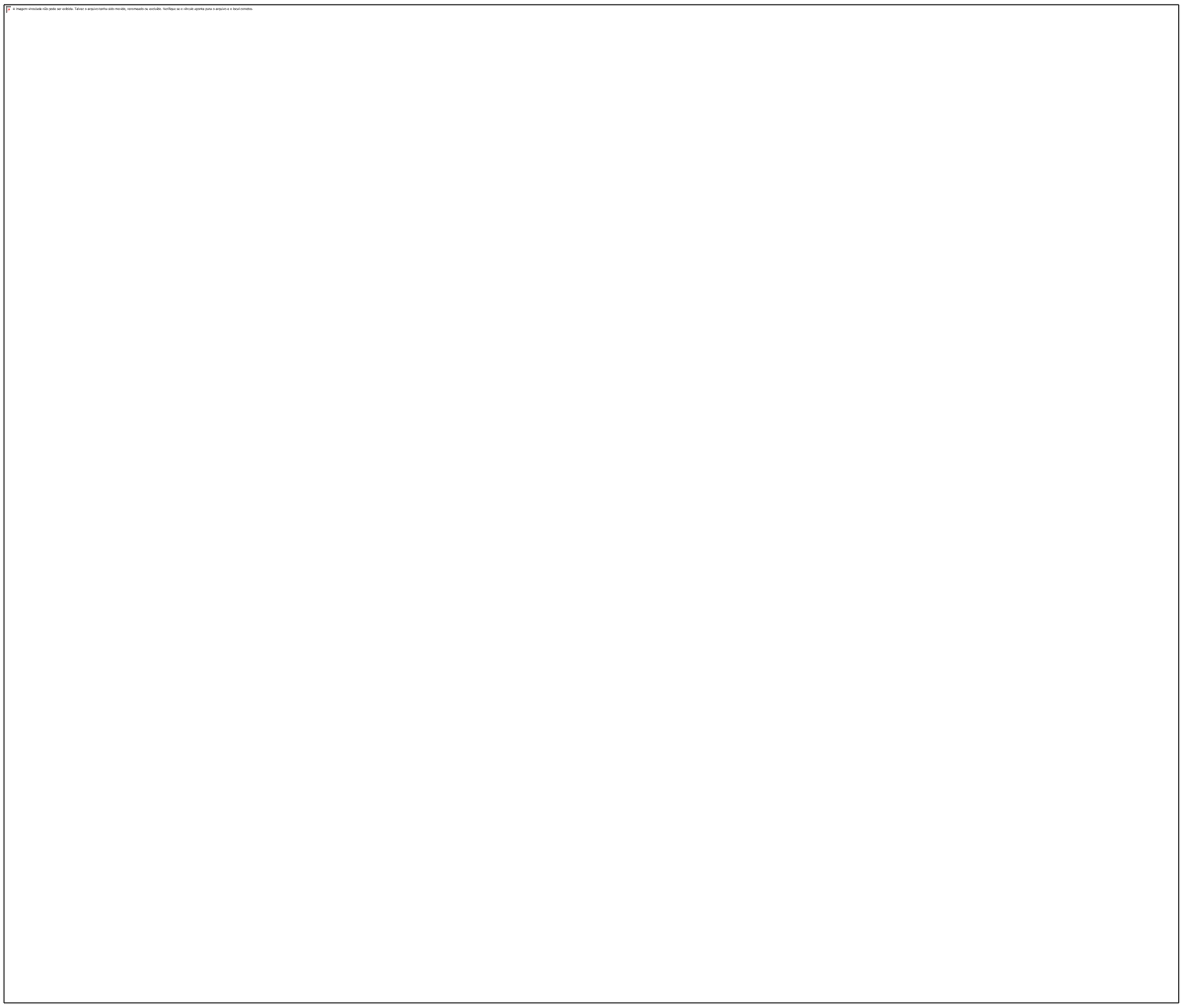


Figura 8 - Classificação do estado de praia (Ômega x RTR) para as campanhas de campo com sedimento processado. Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

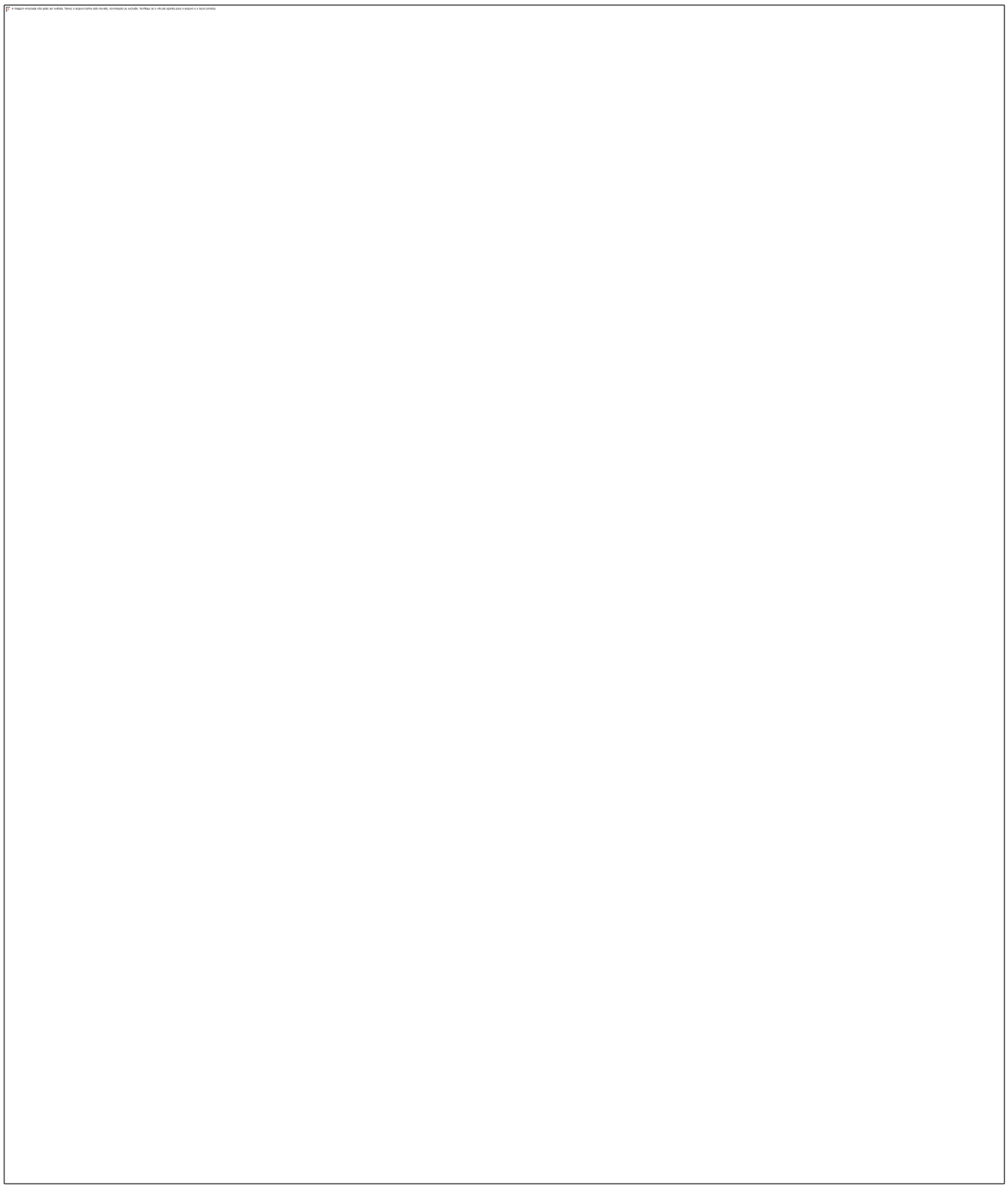


Figura 7 - Resultados das médias de velocidade do vento (m/s), altura de onda (m) e precipitação (mm/dia) de janeiro a setembro de 2025. Fonte: ERA5, CMEMS e CEMADEN, 2025.



Tabela 1 – Fórmulas utilizadas para a classificação do estado morfodinâmico a partir do parâmetro de Ômega. Fonte: Komar e Gaughan (1972); Soulsby (1997).

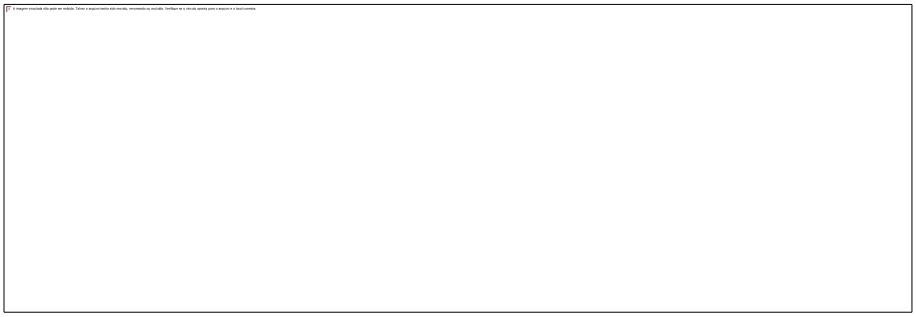


Figura 5 - Estados de praia de acordo com o parâmetro Ômega. Fonte: Whrigth; Short, 1984.



Figura 6 - Modelos conceituais de praias, utilizando o parâmetro Ômega e o RTR



Figura 4 – Organograma dos protocolos de análise. Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

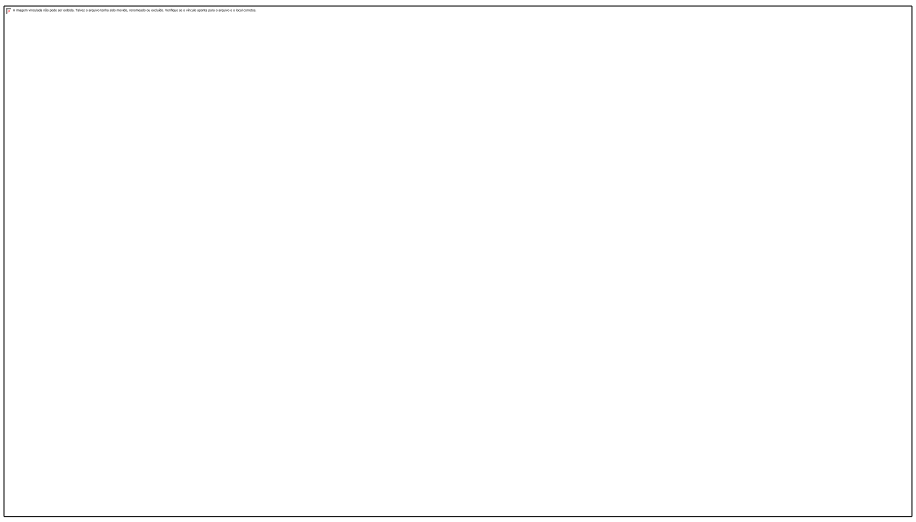


Figura 3 - Localização dos pontos de coleta de sedimento. Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

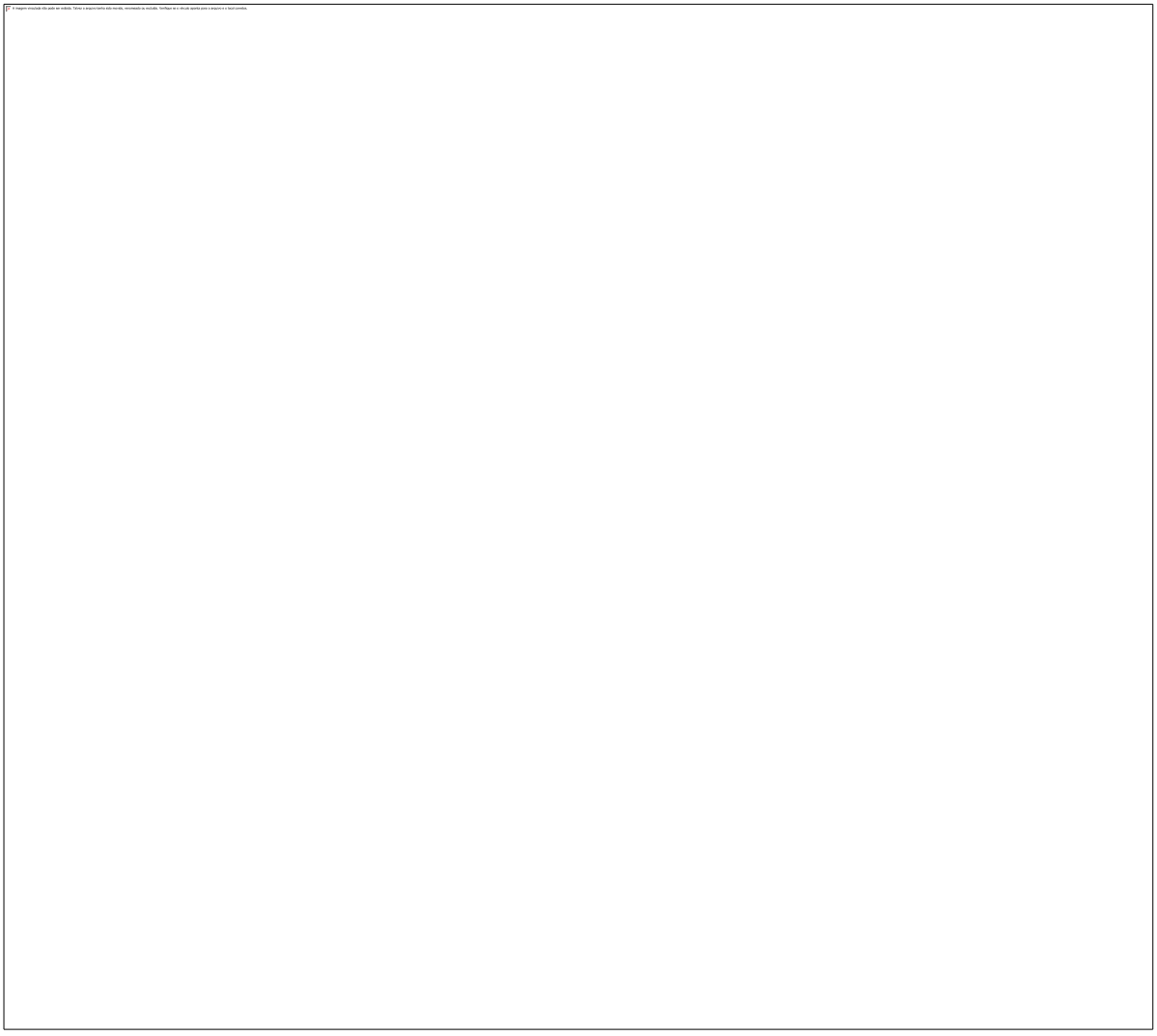


Figura 2 - Normais climatológicas para ondas (1986-2025), ventos (1986-2025) e precipitação (1991-2025).Fonte: CMES; ERA5; EMPARN e CEMADEN (2025).

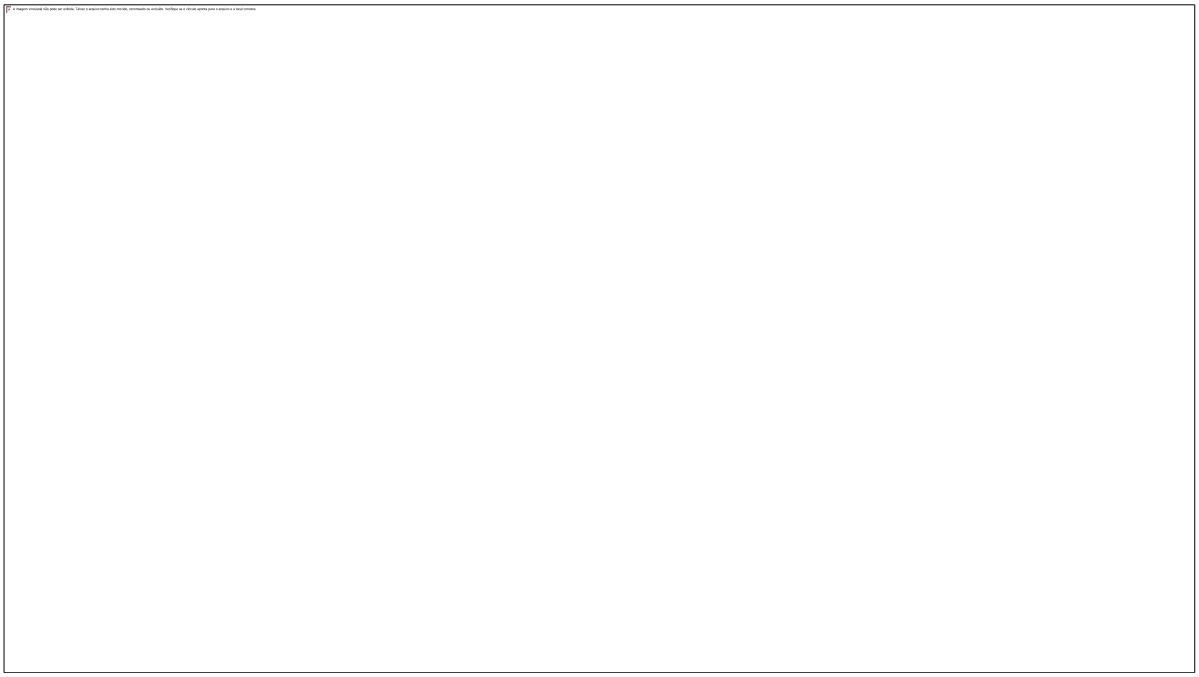


Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo. Fonte: elaborado pelos autores (2026).

CÓDIGO: HS0012

AUTOR: TALLYTA MISAELLY MATIAS

ORIENTADOR: CELIA MARIA DE MEDEIROS

TÍTULO: Análise dos níveis macrotextual e microtextual no gênero acadêmico monografia: Trabalhos de Conclusão de Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN

Resumo

O gênero acadêmico monografia constitui uma das modalidades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação. No curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), as primeiras defesas ocorreram em 2023, em um momento inaugural para esse gênero no curso, configurando-se como uma oportunidade para investigar sua organização textual. O presente trabalho analisa a organização do plano de texto das monografias com base nos postulados de Adam (2011, 2021, 2022), considerando os níveis de estruturação micro e macrotextual. No nível microtextual, analisamos as ocorrências de modalização nas diferentes seções das monografias; no macrotextual, observamos a organização do plano de texto em seções e subseções. Adotamos uma abordagem qualitativa, de cunho interpretativista, por meio do método indutivo. O corpus é composto por 8 (oito) TCCs do curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN. Os resultados evidenciaram o predomínio da modalização epistêmica, revelando uma tendência dos produtores a assumirem seus posicionamentos de forma cautelosa. Verificamos que a ocorrência das modalidades varia conforme a função discursiva de cada seção, contribuindo para a construção da responsabilidade enunciativa. No nível macrotextual, observamos que, embora o gênero apresente certa previsibilidade estrutural, a organização do plano de texto varia conforme a área de estudo e as escolhas do autor.

Palavras-chave: Plano de texto; micronível; macronível; modalização; monografia.

TITLE: Analysis of the Macrotextual and Microtextual Levels in the Academic Genre Monograph: Undergraduate Theses in Portuguese Language and Literatures at UFRN

Abstract

The academic genre monograph constitutes one of the formats adopted for the Undergraduate Thesis (TCC) in undergraduate programs. In the Portuguese Language

and Literatures program at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), the first thesis defenses took place in 2023, marking the inaugural moment of this genre in the program and providing an opportunity to investigate its textual organization. This study analyzes the organization of the text plan of monographs based on Adam's postulates (2011, 2021, 2022), considering the microtextual and macrotextual levels. At the microtextual level, we analyze occurrences of modalization in the different sections of the monographs; at the macrotextual level, we examine the organization of the text plan into sections and subsections. We adopted a qualitative, interpretivist approach through the inductive method. The corpus consists of eight undergraduate theses from the Portuguese Language and Literatures program at UFRN. The results showed that epistemic modalization was the predominant modality, revealing a tendency for writers to express their positions cautiously. We also found that the occurrence of modalization varies according to the discursive function of each section, contributing to the construction of enunciative responsibility. At the macrotextual level, the organization of the text plan varies according to the research area and the author's choices.

Keywords: Text plan; microlevel; macrolevel; modalization; monograph.

Introdução

A monografia, inserida no domínio discursivo institucional, é um gênero acadêmico presente em diferentes níveis de formação, configurando-se como requisito obrigatório para a conclusão de cursos de graduação. No curso de Letras - Língua Portuguesa da UFRN, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi incorporado ao currículo em 2018, tendo suas primeiras defesas realizadas apenas em 2023. Esse momento inaugural representa uma oportunidade singular para observar como esse gênero está sendo produzido no contexto específico do curso. Assim, este trabalho se propõe a analisar a organização do plano de texto das monografias, buscando compreender como esse gênero se configura e se materializa nos TCCs apresentados.

Segundo Adam (2011, p. 256), "o reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis." Ou seja, entender um texto por completo, perpassa pela identificação de sua estrutura. Ainda conforme Adam (2011, p. 258), "os planos de texto estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais." Nesse sentido, os planos de texto, ao fazerem parte do repertório social, possibilitam suas produções, bem como sua construção de sentidos.

Nessa direção, no que diz respeito aos estudos e análises dos planos de texto, Adam (2022, p. 67) estabelece "três planos de análise linguística e três níveis de estruturação textual que constituem subsistemas que interagem uns com os outros tanto na produção quanto na interpretação [...]", sendo eles os níveis macrotextual, mesotextual e microtextual. Neste trabalho, nossa atenção volta-se para a análise dos níveis micro e macrotextual das monografias.

No nível microtextual, observa-se a articulação de fatores que possibilitam a conexidade e coesão entre os períodos, que são o que Adam (2022, p. 69) nomeia como procedimentos ativos: "o entrelaçamento desses diferentes procedimentos ativos, tanto no nível intraperiódico [..] como no nível interperiódico, explica a diversidade dos

julgamentos emitidos sobre a completude, a conexidade e a coesão de textos ou de porções de texto." É neste nível que observamos as ocorrências das marcas linguísticas, como articuladores e formadores textuais, operadores argumentativos, modalizadores e formas de referenciação.

No que diz respeito ao nível macrotextual, Adam (2021, p. 4) explica que "é constituído pelas fronteiras peritextuais e as subdivisões de um texto escrito em parágrafos, capítulos, seções ou partes, que conferem o sentimento de uma unidade textual constituída de subunidades significantes, de extensão e de natureza semiológica variáveis". Nesta categoria, analisa-se a estrutura geral do texto e como se dá sua organização dentro dos limites ou divisões estabelecidas, bem como suas relações cotextuais.

Considerando os aspectos teóricos adotados para esta pesquisa, inicialmente buscamos compreender como as marcas linguísticas organizam o micronível textual das monografias. Dentre as marcas linguísticas encontradas no micronível, selecionamos os modalizadores para aprofundamento por possibilitarem investigar o posicionamento do pesquisador no texto. Assim, o presente trabalho orienta-se pelos seguintes questionamentos: "No nível microtextual, de que modo a modalização atua na construção da responsabilidade enunciativa nas diferentes seções das monografias? e "Como se apresenta o plano de texto no nível macrotextual?" Para responder a essas questões, objetivamos descrever, analisar e interpretar o gênero acadêmico monografia concernente ao Trabalho de Conclusão de Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN, a partir do estudo do plano de texto.

Metodologia

Para a investigação, utilizamos a pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, que busca primeiramente compreender os fenômenos para, posteriormente, apresentar uma análise crítica sobre eles. O método adotado é o indutivo, pois parte da observação e interpretação dos dados para a construção de conceitos, perspectivas e interpretações (Bogdan; Biklen, 1994).

Nosso corpus é composto por 8 (oito) monografias disponibilizadas no repositório virtual do CCHLA – TCC – Letras – Língua Portuguesa e Literaturas , defendidas entre 2023 e 2025, assim divididas: 3 (três) monografias do ano de 2023, 3 (três) do ano de 2024 e 2 (duas) do ano de 2025. A seleção contempla 1 (uma) monografia para cada área do curso que, conforme a Resolução N° 02/2024 do Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024, são as seguintes: I - Ensino de Língua Portuguesa; II - Ensino de Literatura; III - Estudos Clássicos e Diacrônicos; IV - Linguística; V - Língua Portuguesa; VI - Literatura Brasileira; VII - Literaturas de Língua Portuguesa (Literatura Portuguesa/ Literaturas Africanas de Língua Portuguesa); VIII - Teoria da Literatura (Oliveira Neto, 2024, p. 3-5), aos quais foram aplicados os seguintes procedimentos de análise: a) descrição dos planos de texto do corpus com foco nos níveis macro e microtextual; e b) elaboração de quadros descritivos e escolha de excertos para a análise e interpretação dos resultados. Visando a identificação da análise dos TCC, eles foram numerados de (1) a (8), conforme a identificação no Quadro 1.

Resultados e Discussões

Nível Microtextual

Adam (2022, p. 68) desdobra o nível microtextual de estruturação em plano intra-P (intraperiódico), voltado para as questões de morfossintaxe, articulação de cláusulas em períodos e pontuações; e plano inter-P(interperiódico), que analisa os fatores de conexidade e coesão, chamados por ele de subsistemas, responsáveis pela articulação dos enunciados. Esta pesquisa tem como foco a análise do plano inter-P (interperiódico), em especial as operações de coesão e transição enunciativas (E), por estar diretamente relacionada à construção do valor ilocucionário e à orientação argumentativa dos enunciados.

Conforme os postulados de Adam (2021), as operações de coesão e transição enunciativas (E) dividem-se em três categorias: a responsabilidade enunciativa (E1), as variaçõesde planos de enunciação (E2) e as correspondências metaenunciativas do dizer sobre o dito (E3). Na análise das monografias, a responsabilidade enunciativa (E1) mostra-se particularmente relevante, pois diz respeito à forma como o enunciador assume, atenua ou delega a responsabilidade pelo conteúdo enunciado.

A responsabilidade enunciativa diz respeito ao modo como o produtor de um texto assume, compartilha ou atribui a outros a responsabilidade pelo conteúdo apresentado em seu discurso. Esse conceito envolve a identificação das vozes presentes no enunciado e das marcas linguísticas que evidenciam o posicionamento do locutor diante daquilo que é dito, indicando graus de adesão, distanciamento, certeza, dúvida, avaliação ou compromisso com as informações apresentadas.

Nesse contexto, Rabatel (2016, 2025) distingue as figuras do locutor e do enunciador, permitindo uma descrição mais precisa dos modos de assunção e de atribuição dos pontos de vista. Para o autor, locutor e enunciador podem aparecer em sincretismo quando o responsável pelo texto também é a fonte do ponto de vista, sendo representados como L1/E1. Entretanto, o locutor pode também convocar outras vozes em seu discurso, dando lugar a locutores e enunciadores segundos (l2, e2 ou l2/e2), que contribuem para a construção dos sentidos do texto.

Entre as unidades linguísticas que evidenciam a responsabilidade enunciativa, destaca-se a modalização. Conforme Koch (2000), os modalizadores são elementos linguísticos que expressam a atitude do locutor em relação ao conteúdo enunciado, revelando diferentes graus de certeza, dúvida, possibilidade ou obrigação. Assim, a análise da modalização permite compreender como o sujeito enunciador se posiciona diante do que afirma, indicando níveis de comprometimento ou distanciamento em relação às informações apresentadas no discurso.

Neste trabalho, apresentamos uma análise descritivo-interpretativa de excertos selecionados do corpus, com o objetivo de evidenciar as marcas de modalização presentes nas seções dos TCCs e os efeitos enunciativos produzidos por elas na constituição do

discurso acadêmico, buscando compreender a assunção da responsabilidade enunciativa na escrita desses textos. Para fins de organização, dividimos a análise pelas seguintes seções dos TCCs: Introdução, Fundamentação teórica, Análise dos dados e Conclusão, conforme apresentado na sequência.

A seção de Introdução do TCC é responsável pela apresentação do tema, da problemática da pesquisa, da justificativa e dos seus objetivos. É na introdução que o produtor delimita o objeto de estudo, contextualiza a pesquisa e apresenta os caminhos que orientarão a investigação. Em nossa análise, observamos maior recorrência de modalizadores epistêmicos e deônticos nas introduções, como ilustram os exemplos no Quadro 2.

Segundo Koch (2015, p. 136), os modalizadores epistêmicos "são os que assinalam o comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado [...]". Ou seja, esta modalidade está relacionada ao grau de certeza do locutor enunciador primeiro (L1/E1) diante do próprio enunciado.

Como podemos observar, no Exemplo (4) (Quadro 2), ao utilizar a construção "é possível", o L1/E1 evita afirmar categoricamente que o ensino de Literatura no contexto contemporâneo apresenta desafios diferentes daqueles enfrentados em épocas passadas, e formula essa proposição de maneira mais cautelosa. Desse modo, o modalizador epistêmico "é possível" evidencia um posicionamento marcado pela prudência enunciativa. Ainda assim, o L1/E1 assume a responsabilidade enunciativa ao se posicionar diante do tema e orientar argumentativamente o dito, embora reduza o grau de comprometimento asseverativo com o conteúdo enunciado.

No que diz respeito à modalidade deôntica, que "indica o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional" (Koch, 2015, p. 137), no Exemplo (6) (Quadro 2), observamos que o L1/E1 assume a responsabilidade enunciativa pelo seu dizer ao fazer uso da construção de caráter deôntico "é necessário", enfatizando a necessidade do aperfeiçoamento das práticas de ensino de língua materna. Quando o L1/E1 modaliza o seu dizer de maneira deôntica, além de assumir a responsabilidade pelo enunciado, ele introduz sua perspectiva de urgência ou obrigatoriedade diante da proposição.

Desse modo, a partir dos excertos analisados nas monografias, constatamos que nas seções de Introdução, os autores escolhem, com mais recorrência, a modalidade epistêmica, assumindo, dessa forma, uma responsabilidade enunciativa mais cautelosa nas apresentações de seus trabalhos. Porém, notamos certa frequência da modalidade deôntica, sobretudo quando os autores estão justificando a necessidade ou relevância de suas pesquisas, como uma maneira de assumir um posicionamento mais assertivo diante da importância do estudo desenvolvido.

Ao analisarmos as seções de Fundamentação Teórica, observamos que estas têm como objetivo apresentar os conceitos teóricos que embasam e sustentam a pesquisa desenvolvida na monografia. Desse modo, há uma tendência, por parte dos produtores, de reduzir a marcação de suas próprias vozes, para enfatizar apenas as outras vozes dos autores que são evocadas nas conceituações. Contudo, notamos recorrentes ocorrências de modalização axiológica e epistêmica.

Considerando que o uso da modalização axiológica permite ao enunciador atribuir valor sobre suas proposições (Koch, 2015), as ocorrências de modalizadores axiológicos presentes nas seções de Fundamentação teórica, descritas no Quadro 3, nos permitem observar como, apesar de se tratar de uma seção em que predominam as vozes dos e2, os L1/E1 fazem perceber suas impressões.

O Exemplo (9) (Quadro3) foi retirado de uma subseção intitulada "Aspectos da leitura e da compreensão textual", da Fundamentação Teórica do TCC4, em que o autor apresenta toda a conceituação que envolve essa temática. Contudo, em determinado momento, ao expor sobre o conceito de "conhecimento prévio", o L1/E1 insere-se no discurso, ao evidenciar um julgamento valorativo positivo acerca da importância das informações armazenadas na memória para a construção do sentido textual, por meio da expressão "suma relevância".

Observamos, ainda, em nossa análise, recorrentes ocorrências de modalização epistêmica, sobretudo por meio da construção formada pelo verbo modal "poder" seguido de "ser". O fenômeno repete-se em diferentes TCCs, como ilustram os Exemplos (12), (13) e (14) (Quadro 3).

Nos três exemplos, o verbo modal "poder" introduz um valor de possibilidade, situando as proposições no campo da hipótese, e não da certeza absoluta. No Exemplo (12), ao afirmar que a leitura "pode ser um ato tão comum e involuntário", o L1/E1 apresenta essa condição como uma possibilidade associada à experiência leitora. No Exemplo (13), a expressão "pode ser interpretada" evidencia abertura para diferentes compreensões acerca da proposta de Cosson. De modo semelhante, no Exemplo (14), a construção "pode ser considerado" permite compreender o olhar periférico de Nael sob diferentes perspectivas. Assim, a modalização epistêmica, nos três casos, revela o comprometimento do L1/E1 com proposições formuladas no domínio da possibilidade.

Portanto, nas seções de Fundamentação Teórica, os produtores privilegiam o uso dos modalizadores axiológicos para emitirem suas vozes no discurso, sobretudo quando consideram necessário expressar suas avaliações diante dos conceitos abordados. Notamos, também, considerável uso da modalização epistêmica, principalmente marcando a cautela enunciativa ao apresentar algumas possibilidades de interpretação teórica.

Quanto à seção de Análise dos Dados, esta se caracteriza pela descrição dos resultados obtidos na pesquisa, no trabalho desenvolvido em sala de aula ou nas interpretações de obras literárias. O caráter descritivo dessa seção tende, por vezes, a inibir a subjetividade do produtor. Entretanto, a análise revelou recorrência das modalizações epistêmica e deôntica, que atuam como recursos linguísticos para evidenciar a responsabilidade enunciativa dos enunciadores, como podemos observar nos excertos do Quadro 4.

Nos exemplos (16), (17) e (18) (Quadro 4), as construções "é possível concluir", "é possível constatar" e "é possível interpretar" funcionam como modalizadores epistêmicos de possibilidade, apresentando as proposições como interpretações plausíveis, e não como verdades absolutas. Os verbos "concluir", "constatar" e "interpretar" evidenciam processos de inferência, reconhecimento e atribuição de sentido, próprios da atividade analítica do L1/E1. Assim, os produtores assumem a responsabilidade enunciativa pelas

proposições apresentadas, ao formularem possibilidades interpretativas com base nos resultados obtidos.

No que diz respeito à modalização deôntica, notamos, de forma frequente, sua manifestação por meio da expressão de necessidade nos enunciados, indicando condições que são consideradas indispensáveis para a compreensão dos objetos de análise. No Exemplo (19), o uso do tempo verbal no futuro do indicativo em "será necessário compreender" insere essa necessidade como requisito para a análise proposta, enquanto no Exemplo (20), o tempo verbal presente em "é necessário recuperar" apresenta essa exigência de forma mais imediata e direta.

Assim, nas seções de Análise dos Dados, os autores mantêm a cautela característica da modalização epistêmica. Contudo, notamos forte presença da modalização deôntica, sobretudo associada à indicação de necessidades interpretativas consideradas essenciais à compreensão dos objetos analisados.

No que se refere às seções de Conclusão, estas têm como principal objetivo sintetizar os resultados obtidos no trabalho de pesquisa. É o momento da escrita em que o produtor retoma os pontos abordados e demonstra se as perguntas da problematização levantadas por ele puderam ser sanadas, bem como expõe a relevância dos resultados alcançados. Em nossas observações, constatamos, principalmente, dois tipos de modalização mais recorrentes: epistêmica e deôntica, como ilustra o Quadro 5.

Nos Exemplos (23) e (24) (Quadro 5), a expressão "é possível" atua como modalizador epistêmico ao apresentar as proposições de forma menos assertiva. No Exemplo (32), o verbo "pressupor" introduz uma inferência construída a partir dos dados analisados, enquanto, no Exemplo (33), a construção "é possível afirmar" atenua o caráter categórico do verbo "afirmar", apresentando a conclusão como uma possibilidade interpretativa. Assim, em ambos os casos, os L1/E1 assumem a responsabilidade enunciativa ao formularem conclusões fundamentadas na análise, sem atribuir-lhes o estatuto de verdade absoluta.

Se por um lado os produtores optam por sintetizar os resultados de suas pesquisas de maneira cautelosa, por intermédio da modalidade epistêmica, por outro, tendem a ser mais asseverativos quando expressam condições consideradas relevantes para a compreensão ou aplicação dos resultados apresentados, o que é evidenciado pela modalização deôntica.

No Exemplo (26), ao utilizar a expressão "é preciso", o L1/E1 faz uso de uma modalização deôntica que evidencia a necessidade de salientar os limites da análise realizada. Em outras palavras, ele está dizendo que seus resultados precisam ser considerados dentro de um limite específico. Com isso, ele orienta a interpretação do interlocutor acerca do alcance dos resultados apresentados, ressaltando que as considerações feitas estão restritas ao contexto sociocomunicativo do corpus analisado.

Verificamos, desse modo, que nas seções de Conclusão, diante do objetivo de sintetizar seus resultados, os produtores escolhem, de forma mais recorrente, a modalidade epistêmica, sobretudo para expressar a cautela enunciativa, ao apresentar suas conclusões como possibilidades analíticas. Notamos, ainda, que, através da modalidade deôntica, eles se posicionam de forma mais asseverativa, quando é necessário apresentar delimitações para os resultados obtidos.

Com base nas análises realizadas no nível microtextual, sistematizamos, no Quadro 6, os principais resultados obtidos, considerando as modalidades mais recorrentes em cada seção dos TCCs e sua relação com a construção da responsabilidade enunciativa e os efeitos de sentido produzidos.

Nível Macrotextual

Adam (2021, p. 28) elucida que "um plano de texto torna mais ou menos viso-legíveis os segmentos macrotextuais que, entre o título e o ponto final, organizam o sentido em parágrafos, grupos de parágrafos, partes, subpartes, capítulos." Dessa forma, a maneira como o texto organiza-se e os elementos peritextuais que o cercam possibilita a compreensão do todo. A organização textual comunica tanto quanto as palavras escritas, e é papel da análise macrotextual investigar como se configura o plano geral do texto e quais suas implicações para a compreensão.

Tendo em vista que "o peritexto mínimo de um texto é a presença de um título" (Adam, 2022, p. 115), todo o mais que a ele se agrega, desde um subtítulo até uma nota de rodapé, estão, conjuntamente, atuando com função significativa na concepção do plano textual. Adam (2022) categoriza essa organização do texto como estruturação configuracional,acrescentando que, "pela simples varredura do peritexto, eles tornam possível a leitura de um todo, a partir de uma percepção da organização hierárquica dos diferentes níveis textuais de profundidade" (Adam, 2022, p. 114).

Levando em consideração os conceitos apresentados, ao analisar o plano macrotextual das monografias, demos ênfase à sua divisão em seções e subseções, onde encontramos os padrões de regularidade entre elas. Todavia, é importante destacar as demais partes peritextuais constituintes desse gênero, comum a todas as áreas analisadas, e que fazem parte de sua estruturação configuracional: capa; folha de rosto; ficha catalográfica; folha de aprovação; agradecimentos; resumo em Língua Portuguesa; resumo em outra língua; lista de figuras e quadros (caso tenha); sumário; seções e subseções; referências; anexos. Para a observação da análise macrotextual, organizamos dois grupos, cada um com 3 (três) TCCs, com ênfase em suas seções e subseções.

O Grupo 1 é composto pelos TCCs (2), (4) e (5) (Quadro 7). Nesse grupo, associamos as monografias pertencentes às seguintes áreas: Ensino de Língua Portuguesa, Ensino de Literatura, Linguística e Língua Portuguesa, e notamos que eles apresentam uma organização de seu plano de texto similar e previsível, geralmente dividido em 1) Introdução, 2) Referencial teórico, 3) Metodologia, 4) Análise, 5) Considerações finais.

As variações nessa organização se dão quando as seções são ou não divididas em subseções e na quantidade dessas subdivisões. Por exemplo, os TCCs (4) e (5) subdividem a seção 3) Metodologia em 4 partes, enquanto o TCC (5) discorre sobre o conteúdo em apenas uma parte. Há também o caso do plano de texto do TCC (5), que teve acrescentada uma seção chamada 5) Discussão, localizada entre a 4) Análise dos dados e a 6) Conclusão, que nada mais é do que um fechamento do que se apresentou na análise e uma abertura para o que será posto nas considerações finais.

Entretanto, no que diz respeito à principal forma de divisão textual, todos os/as autor/as adotam o mesmo plano de texto, que consiste em: 1) introdução do assunto, contextualizando-o e problematizando-o; 2) apresentação dos autores e teorias por eles

abordadas que darão sustentação ao trabalho; 3) o método utilizado para desenvolvimento da pesquisa; 4) discussões e resultados na análise do objeto de estudo; e 5) fechamento com as considerações finais.

Podemos dizer que essa forma de organização favorece o propósito da abordagem dos conteúdos das áreas do grupo 1 - Ensino, Linguística e Língua Portuguesa - que são marcadas por seus sistemas metodológicos. Além disso, essa estrutura organizacional propicia ao leitor saber, a partir do sumário, o que esperar da leitura da monografia.

No Grupo 2, formado pelos TCCs (1), (3) e (6) (Quadro 8), organizamos as monografias concernentes às áreas de Literatura Brasileira, Literaturas de Língua Portuguesa, Teoria da Literatura e Estudos Clássicos e Diacrônicos, que, conforme observado, não apresentam um padrão regular do seu plano de texto na organização das suas seções. Diferente do Grupo 1, marcado por seu padrão estável e previsível, no Grupo 2, o único padrão que se repete é que a primeira seção sempre será a Introdução e a última, antes das referências, será de Conclusão.

A exemplo disso, aqui estão os títulos das seções de número 3 presentes nas monografias do grupo em questão: “O mundo grego clássico e a tirania” (TCC 1); “O sobrado antigo pintado de verde-escuro (TCC 3); “O homem e a nuvem” (TCC 6). Note que, diferente da seção 3 do Grupo 1, Metodologia, que seu título já permite prever seu conteúdo, os títulos dessas seções não possibilitam tal previsibilidade.

No que se refere à função dos títulos, Adam (2021, p. 28) afirma que “um título e intertítulos são, no recorte de um plano de texto, marcadores da estruturação configuracional que resumem, por enunciados geralmente nominais, a coesão temática de um texto inteiro e de suas partes e subpartes, que formam, elas próprias, diversas unidades de sentido.” Como mencionado anteriormente, os títulos das seções das monografias do Grupo 2 não favorecem sua antecipação, todavia, isso ocorre apenas quando considerados isoladamente.

Tomando como exemplo a seção 3 do TCC (3), intitulada O sobrado antigo pintado de verde-escuro, ao se considerar o título da monografia - A ruína da família e a casa em ruínas: a construção romanesca do espaço em dois irmãos, de Milton Hatoum - é possível inferir que a seção trata de um dos espaços representados na obra literária analisada. Assim, notamos que a imprevisibilidade das seções dos trabalhos das áreas de Literaturas apenas evidenciam seu caráter criativo e a natureza subjetiva que é própria das análises literárias.

Conclusão

Este trabalho teve como propósito analisar o gênero monografia a partir dos níveis micro e macrotextual, com o objetivo de identificar, no micronível, as marcas de modalização relacionadas à construção da responsabilidade enunciativa e analisar a organização do plano de texto no macronível. Para isso, investigamos os planos de texto de 8 (oito) TCCs do curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas.

No que concerne à organização microtextual, a análise da modalização evidenciou que a responsabilidade enunciativa é construída de maneira distinta nas diferentes seções das monografias, em função dos propósitos comunicativos de cada uma delas. Na Introdução, observamos maior recorrência das modalizações epistêmica e deôntica, empregadas, respectivamente, para apresentar o problema de pesquisa de forma cautelosa e justificar a necessidade do estudo.

Na Fundamentação Teórica, destacaram-se as modalizações axiológica e epistêmica, que permitem aos produtores manifestar avaliações e apresentar possibilidades interpretativas diante das vozes teóricas mobilizadas. Na Análise dos Dados, as modalidades epistêmica e deôntica mostraram-se predominantes, orientando a interpretação dos resultados e indicando necessidades analíticas. Por fim, nas Conclusões, verificamos a recorrência dessas mesmas modalidades, empregadas para apresentar as conclusões de forma prudente e delimitar o alcance dos resultados obtidos.

Partindo para a organização macrotextual, concluímos que as monografias pertencentes às áreas de Linguística e Ensino possuem planos de texto com divisões em seções mais regulares e previsíveis, enquanto que as pertencentes às áreas de Literatura têm um caráter imprevisível, próprio de sua natureza subjetiva.

Tendo em vista os resultados alcançados através de nossa pesquisa, compreendemos que a análise das marcas de modalização é uma importante ferramenta para identificar a assunção da responsabilidade enunciativa por parte dos produtores do texto acadêmico. Nesse sentido, pontuamos que, de modo geral, a modalidade que mais se destacou por sua recorrência foi a epistêmica, com sentido de cautela enunciativa. Assim, ainda que de maneira ponderada, notamos considerável presença da voz dos L1/E1 nos trabalhos analisados.

Portanto, este trabalho oferece contribuições iniciais para a compreensão do funcionamento do TCC em Letras sobre a estrutura organizacional do texto e a dinâmica dos dispositivos enunciativos na constituição do Trabalho de Conclusão de Curso, o que, reforçamos, favorece aos estudos linguísticos do texto com foco no âmbito da escrita acadêmica.

Referências

ADAM, Jean-Michel. A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Textos: tipos e protótipos. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. Tradução Ana Lúcia Tinoco Cabral e Maria das Graças Soares Rodrigues. Revisão técnica João Gomes da

Silva Neto e Luis Passeggi. In: Letra Magna, n. 27, 2021, p. 1-38.

ADAM, Jean-Michel. A noção de texto. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFRN, 2022.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA NETO, Pedro Fernandes. Resolução n° 02/2024 – Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024. Natal: UFRN, 2024.

RABATEL, Alain. Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração: teoria e análise. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v. 1.

RABATEL, Alain. Por uma análise linguística, discursiva e crítica das mídias: empatia, ética, ponto(s) de vista. Tradução Wander Emediato. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

Referências das monografias - corpus da pesquisa

ALMEIDA, Igor da Silva Gomes. A diáspora angolana em “A geração da utopia”, de Pepetela. 2025. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

BERNARDO, Ingrid Rafaela Pinheiro. O narrador-nuvem: uma análise da voz narrativa em Rastros do Verão, de João Gilberto Noll. 2024. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

CABRAL, Bruno de Araújo. A ruína da família e a casa em ruínas: a construção romanesca do espaço em Dois Irmãos, de Milton Hatoum. 2023. 65f. Monografia (graduação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

DUARTE, Maria Júlia de Oliveira. “Escolha sua aventura” no folclore brasileiro: uma proposta de sequência didática para a elaboração de uma narrativa interativa ambientada no sítio do pica-pau amarelo. 2025. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

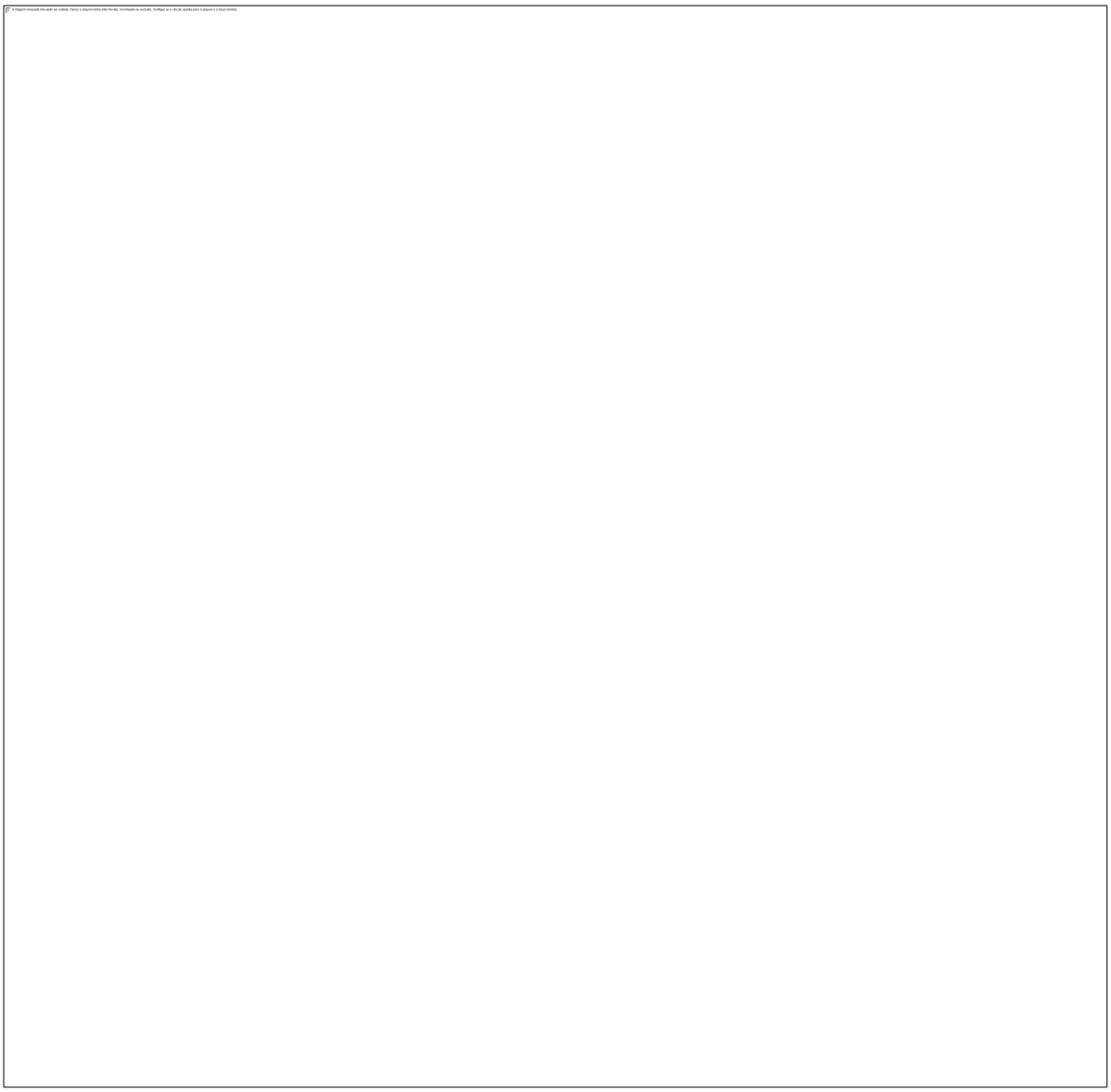
PEREIRA, Ingrid Isabel Santos. O plano de texto de produções textuais do Exame de Seleção do IFRN: o artigo de opinião em foco. 2023. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

SILVA, Athyrson Souza da. Da oralidade ao mito: a figura do narrador e a denúncia da tirania no Prometeu de Ésquilo. 2023. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOUZA, Ana Clara Vitelbino de. Do traço ao verbo: análise das estratégias leitoras em um livro didático do 8° ano do ensino fundamental. 2024. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

TEIXEIRA, Vinicius Claudino. Uma abordagem cognitiva do espaço e do tempo em frases do tipo “minha faculdade fica a dez minutos daqui”. 2024. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

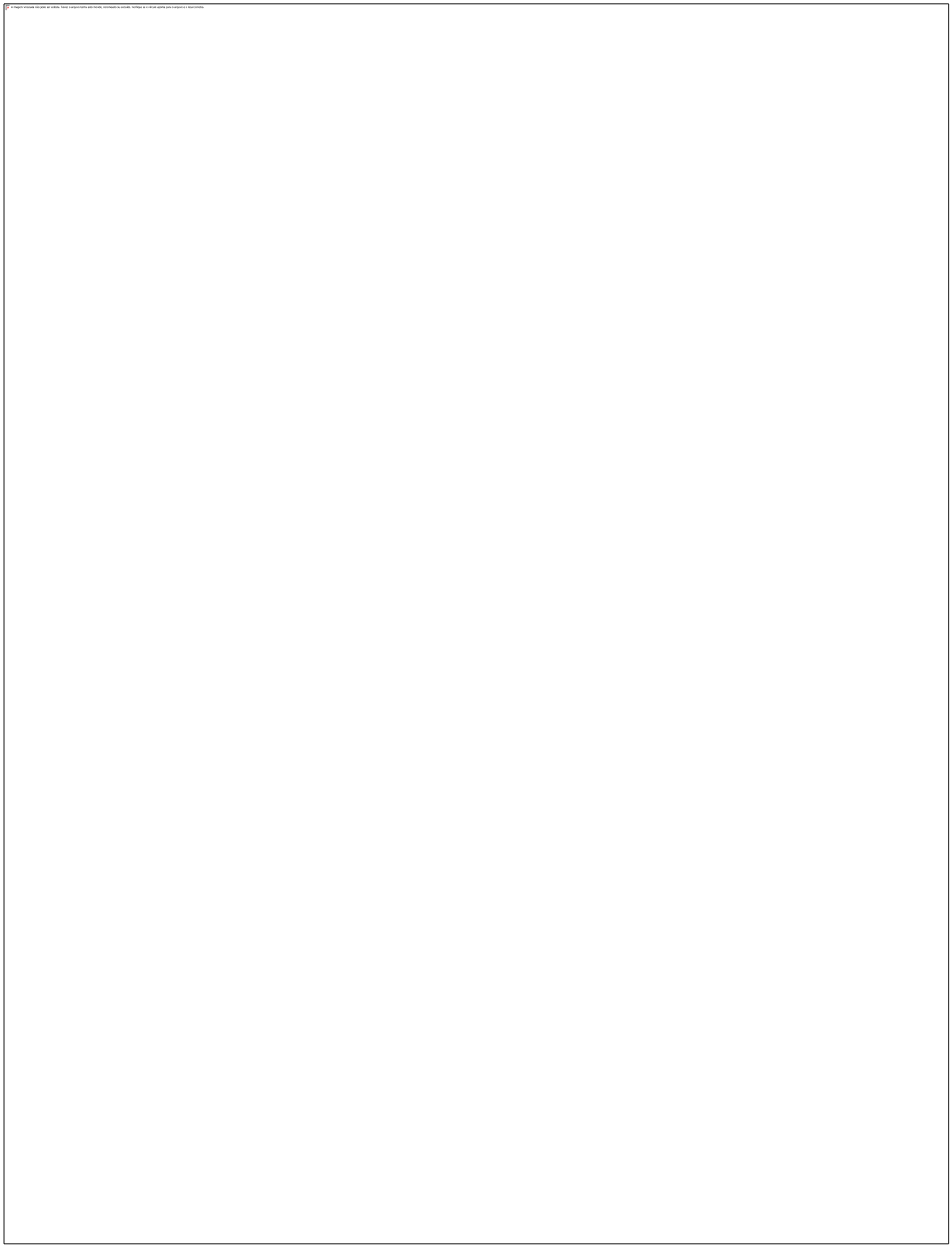
Anexos



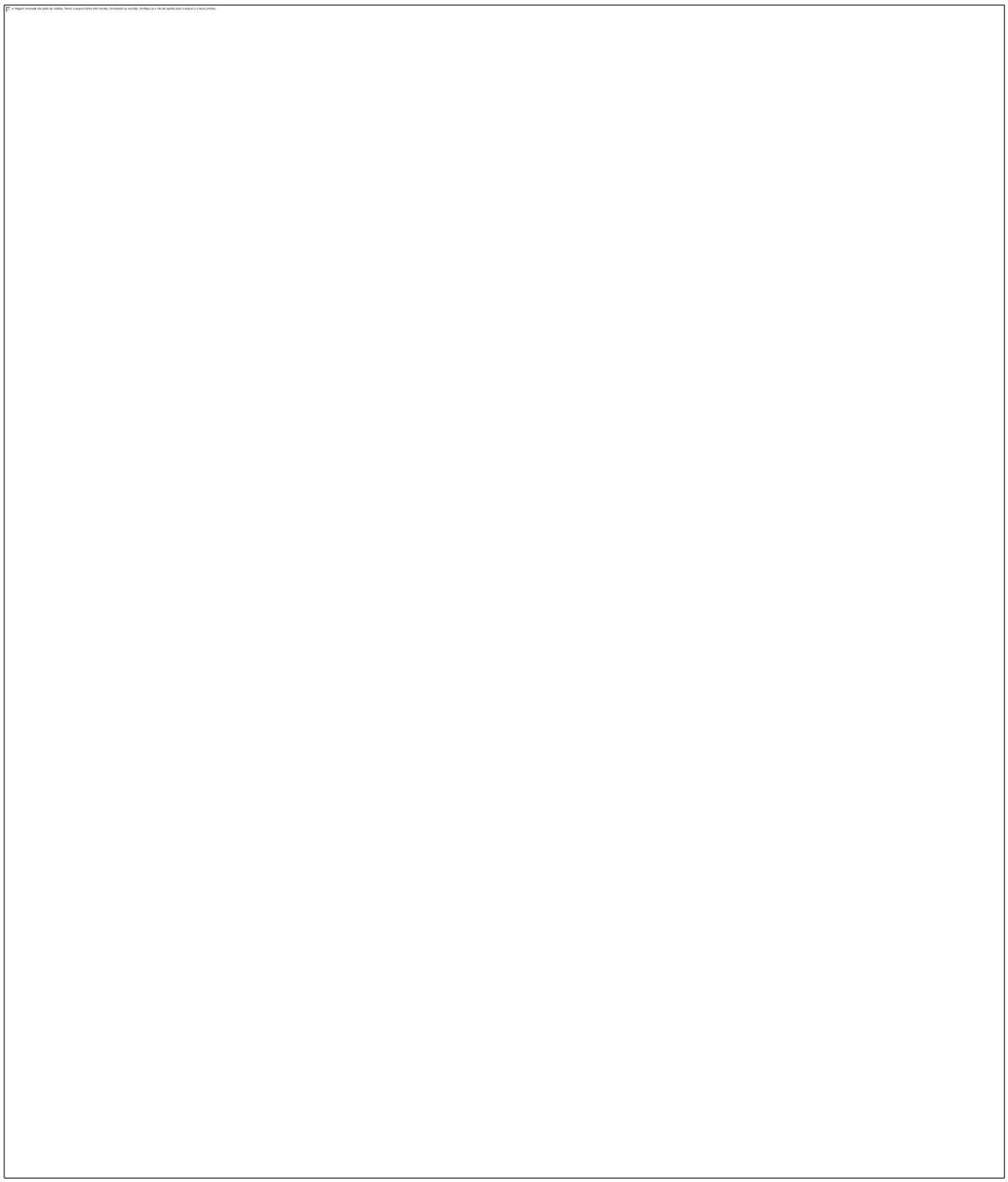
Quadro 1 - Monografias analisadas



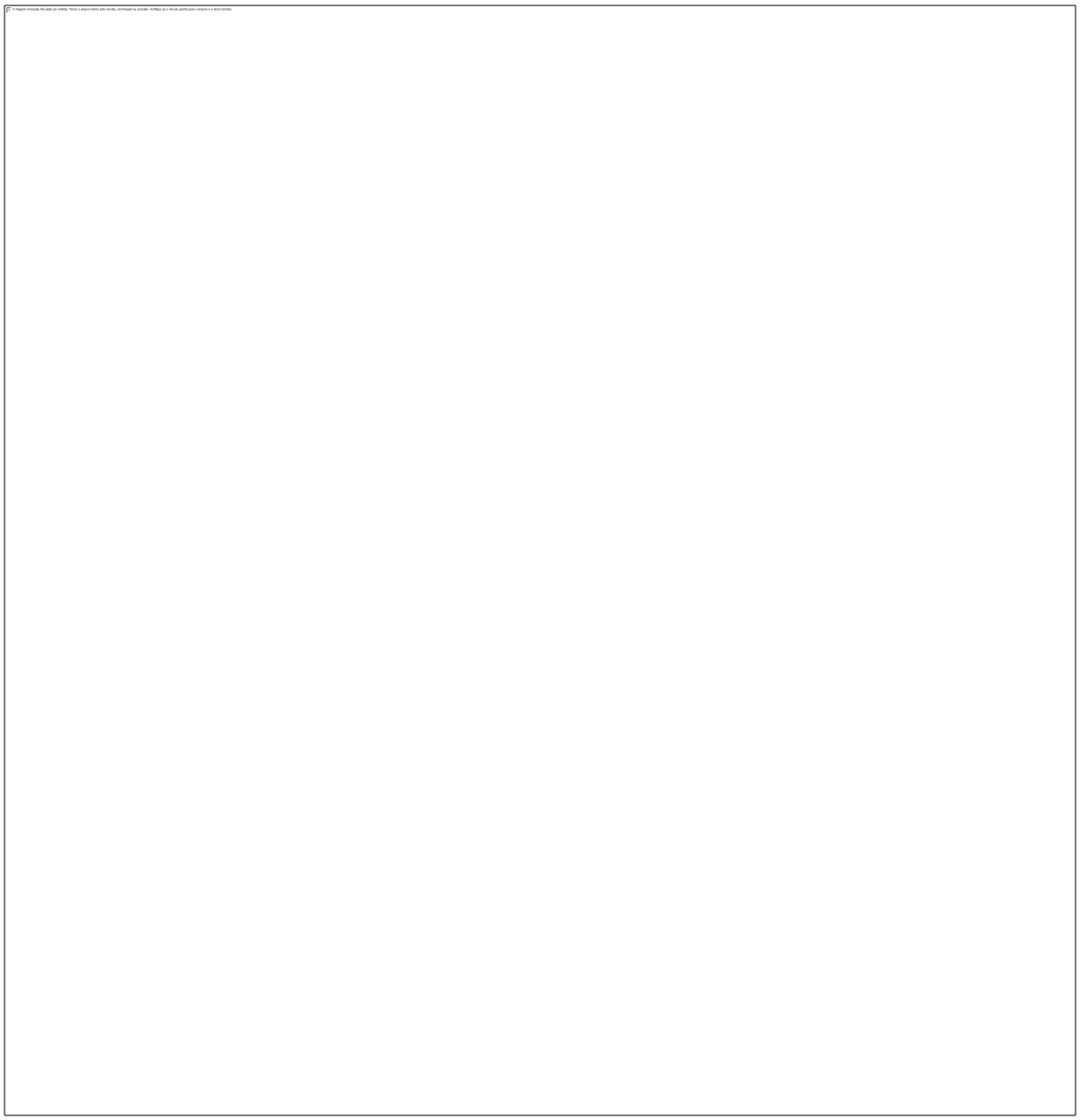
Quadro 2 - Seção Introdução



Quadro 3 - Seção Referencial teórico



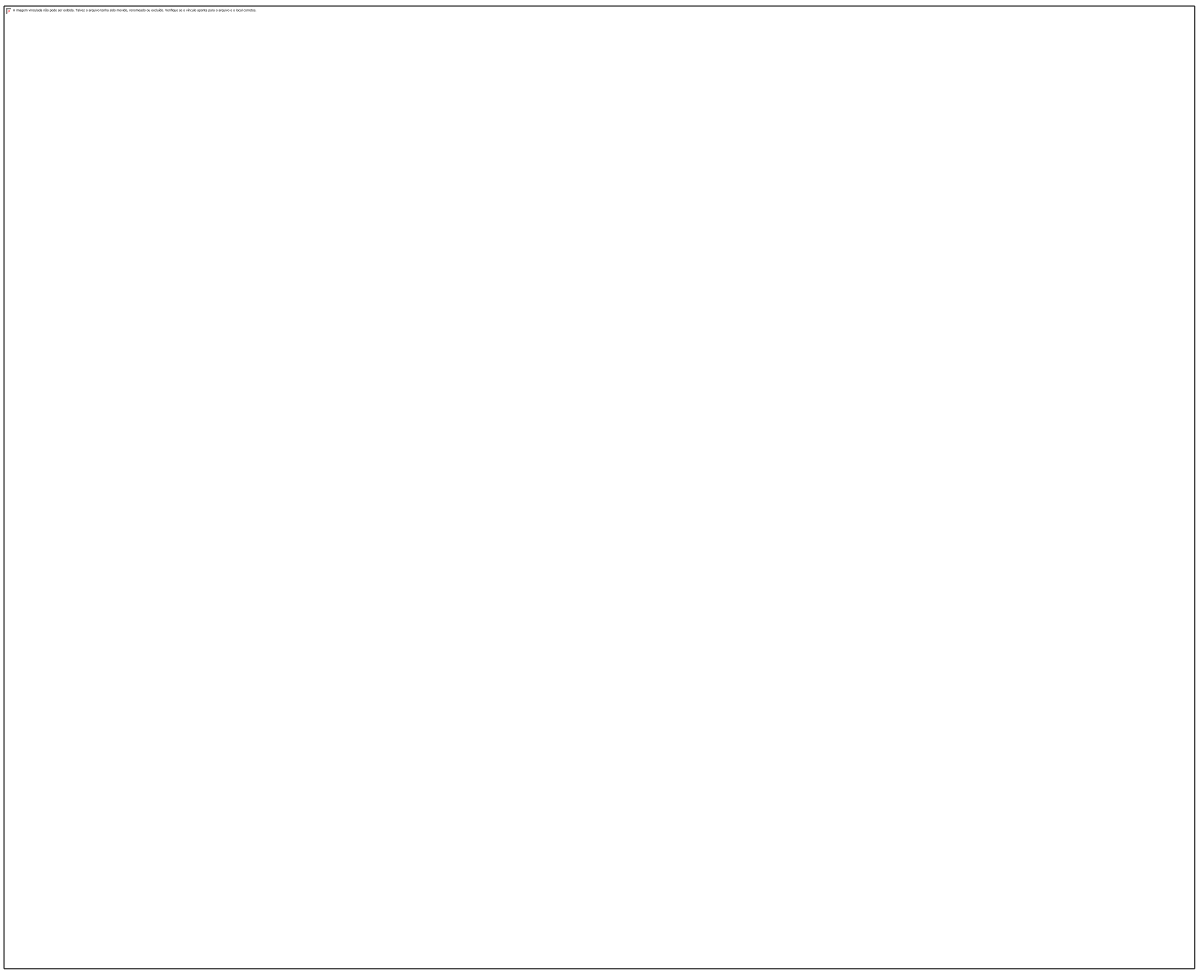
Quadro 4 - Seção Análise dos dados



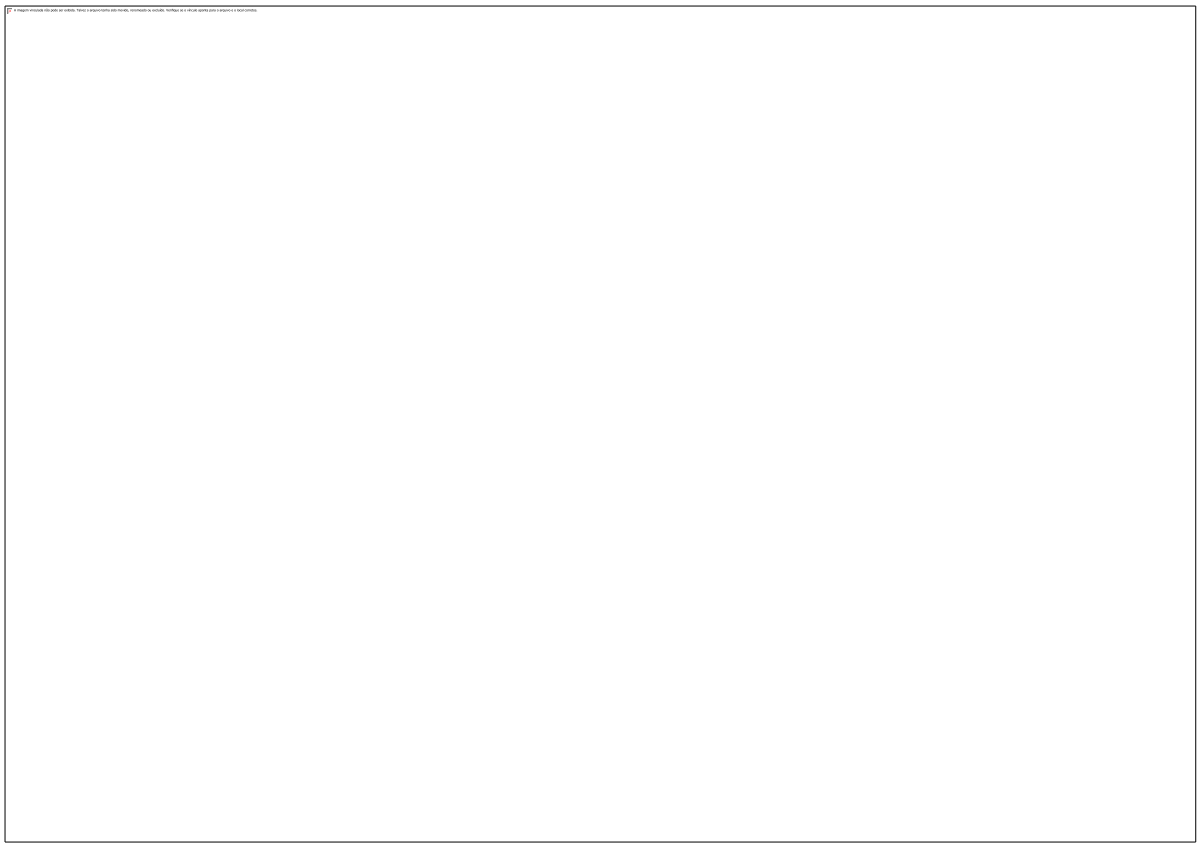
Quadro 5 - Seção Conclusão



Quadro 6 - Sínteses dos resultados



Quadro 7 - Análise Macrotextual - Grupo 1



Quadro 8 - Análise Macrotextual -Grupo 2

CÓDIGO: HS0057

AUTOR: DEBORAH MOURA DE LIMA

COAUTOR: RENATA WANDERLEY HAESBAERT

ORIENTADOR: IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES

TÍTULO: De mão em mão: Desenvolvimento e Validação de um Material Didático para Aprendizagem Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Resumo

A pandemia de COVID-19 intensificou desafios relacionados à aprendizagem matemática na Educação Básica. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo desenvolver um protocolo destinado à avaliação e estimulação de habilidades matemáticas em estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental, fundamentado nos pressupostos da cognição corporificada e no uso dos dedos como recurso pedagógico. Trata-se de um estudo exploratório, transversal e de abordagem quantitativa, desenvolvido a partir da adaptação de protocolos internacionais e nacionais. O material é composto por dezoito atividades que contemplam habilidades como contagem, comparação de magnitudes, compreensão da relação quantidade-número, reta numérica, adição e subtração, utilizando representações simbólicas, corporais e imagéticas. Para verificar a validade de conteúdo, o protocolo foi submetido à avaliação de quatro especialistas. Os materiais foram analisados quanto à clareza, pertinência, aplicabilidade, organização e aspectos gráficos. Os resultados evidenciaram elevada concordância entre os avaliadores, com concordância absoluta em 47,1% dos itens. O Índice de Validade de Conteúdo global foi de 0,832, indicando adequação dos materiais aos objetivos propostos. Conclui-se que o material apresenta evidências satisfatórias de validade de conteúdo e constitui um recurso promissor para apoiar a avaliação e o desenvolvimento de habilidades matemáticas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Aprendizagem matemática. Cognição corporificada. Ensino Fundamental.

TITLE: De Mão em Mão”: Development and Validation of an Educational Resource for Mathematics Learning in the Early Years of Elementary Education

Abstract

The COVID-19 pandemic intensified challenges related to mathematics learning in Basic Education. In this context, the present study aimed to develop a protocol for the assessment and stimulation of mathematical skills in first-grade elementary school students, based on the principles of embodied cognition and the use of fingers as a pedagogical resource. This is an exploratory, cross-sectional, quantitative study developed through the adaptation of international and national protocols. The material consists of eighteen activities addressing skills such as counting, magnitude comparison, understanding the quantity–number relationship, number line concepts, addition, and subtraction, using symbolic, bodily, and pictorial representations. To verify content validity, the protocol was evaluated by four experts. The materials were assessed regarding clarity, relevance, applicability, organization, and graphical aspects. The results showed a high level of agreement among the evaluators, with absolute agreement observed in 47.1% of the items. The overall Content Validity Index (CVI) was 0.832, indicating that the materials were appropriate for the proposed objectives. It is concluded that the material presents satisfactory evidence of content validity and constitutes a promising resource to support the assessment and development of mathematical skills in the early years of elementary education.

Keywords: Mathematics learning. Embodied cognition. Primary education.

Introdução

A pandemia de COVID-19 produziu impactos significativos em diferentes dimensões da vida social, incluindo a educação. Yaegashi e Almeida (2025) identificaram como principais dificuldades na Educação Básica durante a pandemia a redução da motivação dos estudantes, o acesso limitado a recursos e ferramentas de aprendizagem e o aumento da evasão escolar durante o ensino remoto. Os autores destacam, ainda, que os prejuízos à aprendizagem foram particularmente expressivos nas disciplinas da área de exatas, especialmente em matemática.

As dificuldades observadas nessa área podem ser compreendidas, em parte, pelas especificidades da aprendizagem matemática, que exige a construção gradual de conceitos abstratos e o estabelecimento de relações entre diferentes formas de representação numérica. As limitações impostas pelo contexto pandêmico dificultaram a implementação de estratégias pedagógicas capazes de favorecer a compreensão desses conceitos, tornando o processo de ensino e aprendizagem da matemática ainda mais desafiador (Santos & Sant'Anna, 2020).

Os efeitos desse cenário podem ser observados nos indicadores educacionais recentes. Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), avaliação que compara o desempenho de estudantes em áreas consideradas fundamentais para a aprendizagem, indicaram que, em 2022, apenas 27% dos estudantes brasileiros atingiram o nível esperado de proficiência em matemática, percentual inferior à média registrada entre os países avaliados (OCDE, 2022).

Além de diagnosticar desafios educacionais, os resultados do PISA fornecem subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade da educação. Nesse sentido, torna-se relevante investir no desenvolvimento de recursos que favoreçam a aprendizagem matemática e auxiliem professores e

estudantes no enfrentamento das dificuldades identificadas. Embora a literatura já tenha documentado os prejuízos da pandemia para a aprendizagem matemática, ainda são escassos os materiais pedagógicos fundamentados na teoria da cognição corporificada destinados à formação e à atuação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Foi a partir dessa lacuna que se desenvolveu a presente pesquisa, cujo objetivo consistiu na elaboração de um material didático voltado ao desenvolvimento de habilidades matemáticas em crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O material foi concebido para utilização por professores da Educação Básica, buscando oferecer estratégias de ensino fundamentadas em evidências científicas e passíveis de aplicação no contexto escolar.

A proposta fundamenta-se na teoria da cognição corporificada, segundo a qual os processos cognitivos emergem das interações entre corpo, mente e ambiente, sendo constituídos e influenciados por essas relações (Shapiro & Stolz, 2018). Nessa perspectiva, as experiências corporais desempenham papel relevante na construção do conhecimento, podendo favorecer a aprendizagem e contribuir para a redução de dificuldades acadêmicas.

Entre as evidências que sustentam essa abordagem, destaca-se a utilização dos dedos na contagem e na representação numérica, considerada uma das formas mais diretas de interação entre o corpo e os números (Fischer et al., 2016). Estudos indicam que o uso dos dedos pode favorecer a aprendizagem matemática ao proporcionar representações concretas das quantidades numéricas e reduzir a sobrecarga cognitiva durante a resolução de tarefas matemáticas (Crollen & Noël, 2015).

Nesse sentido, o material didático desenvolvido reúne atividades voltadas ao uso dos dedos como recurso de apoio à aprendizagem matemática, além de materiais informativos destinados à formação docente e à orientação sobre sua aplicação em sala de aula. Dessa forma, busca-se ampliar o repertório de recursos pedagógicos disponíveis para o ensino da matemática nos anos iniciais da escolarização e promover maior autonomia dos professores.

Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório, transversal e de abordagem quantitativa, cujo objetivo é elaborar e avaliar a validade de conteúdo de um protocolo destinado ao ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, fundamentado nos pressupostos da cognição corporificada e no uso dos dedos como recurso pedagógico.

O estudo integra uma parceria entre o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e a Rede Nacional de Ciência para Educação (Rede CpE), estabelecida para investigar os impactos da pandemia de COVID-19 na aprendizagem matemática. A iniciativa busca articular pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento na produção de

evidências capazes de subsidiar práticas pedagógicas e políticas educacionais mais eficazes.

O material desenvolvido teve como base dois protocolos prévios. O primeiro é a versão original em alemão, Wie Finger Zahlen Helfen, desenvolvida pela psicóloga Roberta Barroca, do Leibniz-Institut für Wissensmedien (IWM), em Tübingen, e pelo professor Dr. Korbinian Moeller, da Loughborough University. A partir dessa versão, foi elaborado o segundo protocolo: a adaptação brasileira denominada Protocolo Dedos e Números, traduzida e adaptada para o português brasileiro por Haesbaert (2021).

Para a elaboração do novo protocolo, realizou-se uma revisão narrativa da literatura, considerando especialmente as diferenças entre o público-alvo dos materiais anteriores (crianças de 4 a 6 anos) e o público deste estudo (estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental, com aproximadamente 6 a 7 anos). A partir dessa análise, as atividades foram adaptadas para aplicação coletiva em sala de aula.

Além disso, o material fundamenta-se no padrão canônico de contagem com os dedos identificado por Cunha (2019): indicador direito (1), médio direito (2), anelar direito (3), mínimo direito (4), polegar direito (5), polegar esquerdo (6), indicador esquerdo (7), médio esquerdo (8), anelar esquerdo (9) e mínimo esquerdo (10). Esse padrão orientou a elaboração das atividades envolvendo contagem com os dedos.

O conjunto de materiais é composto por manual geral, manual da professora, guia de aplicação, pranchas de aplicação, caderno do aluno, ficha de registro de desempenho e folha de recorte. O protocolo contempla 18 atividades destinadas à avaliação de competências matemáticas de estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental, devendo ser aplicado em uma única sessão de aproximadamente 30 minutos, com mediação da professora.

Embora tenha sido concebido para aplicação coletiva, o material também inclui instrumentos que possibilitam avaliações qualitativas individuais quando necessário. As atividades foram estruturadas com base nos estudos de Krajewski e Schneider (2009) e Roesch e Moeller (2015), contemplando habilidades numéricas básicas, como adição e subtração, além da compreensão de quantidade, relações numéricas, composição, decomposição e comparação de números.

Ainda, considerando que os construtos avaliados podem não integrar a formação prévia de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais, o protocolo inclui uma seção explicativa com linguagem acessível, apresentando os conceitos teóricos subjacentes e sua relevância para a aprendizagem matemática.

Para verificar a validade do conteúdo, foi realizada uma avaliação por juízes especialistas por meio de questionário on-line. Participaram dessa etapa dois professores da Educação Infantil da rede pública de ensino e dois especialistas em Neuropsicologia. O processo incluiu: (a) seleção dos participantes; (b) contato por e-mail; (c) assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); (d) envio do material e do instrumento de avaliação; e (e) devolução dos pareceres em até 30 dias.

Desse modo, os itens foram avaliados considerando sua adequação ao desenvolvimento infantil de 6 e 7 anos, clareza e aplicabilidade das tarefas em sala de aula, estrutura e

organização dos materiais, bem como pela atratividade visual da narrativa e dos personagens considerando a faixa etária. O questionário final contemplou os sete materiais produzidos, totalizando 70 itens, predominantemente de resposta fechada.

A avaliação foi realizada por meio de uma escala de quatro pontos: adequado, parcialmente adequado e inadequado. A coleta de dados ocorreu em formulário eletrônico que também disponibilizou espaços para comentários qualitativos.

Os dados quantitativos foram analisados por meio do coeficiente Kappa de Fleiss e de análises de frequência para verificar a confiabilidade e a reprodutibilidade das avaliações. As análises foram conduzidas no Jamovi 2.7.38 (R Core Team, 2021; The jamovi project, 2022) e no Microsoft Excel. Além disso, foi feita a análise do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), obtido pela fórmula que calcula o número de itens cotados com 3 ou 4 e divide o resultado pelo número total de itens. Utilizou-se o valor de 0,78 como referência para assumir a existência de validade de conteúdo (Alexandre & Coluci, 2011).

Adicionalmente, as respostas abertas foram submetidas à análise qualitativa de conteúdo, buscando identificar interpretações dos avaliadores, sugestões de aprimoramento, ressalvas relevantes e pontos de consenso. Após a incorporação das contribuições dos juízes, será elaborada uma versão revisada do protocolo, correspondente ao pré-teste do instrumento, a ser utilizada na etapa subsequente da pesquisa.

Resultados e Discussões

O material didático desenvolvido teve como objetivo disponibilizar aos professores da Educação Básica um recurso acessível para avaliação e estimulação de habilidades matemáticas em crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente na faixa etária de aproximadamente sete anos. Sua aplicação foi planejada para ocorrer tanto em contexto coletivo quanto individual, permitindo adaptações às necessidades específicas dos estudantes e favorecendo um acompanhamento mais detalhado do desenvolvimento das habilidades investigadas.

A proposta foi estruturada a partir de personagens e narrativas que apresentam situações-problema relacionadas à matemática, buscando promover maior engajamento dos estudantes durante as atividades. O material encontra-se disponível gratuitamente por meio do portal Ciência Nacional para Educação (Haesbaert & Hazin, 2026). A narrativa baseia-se no universo do Dragão dos Números e seus amigos da floresta, originalmente desenvolvido por Frey et al. (2024) e posteriormente adaptado para o contexto brasileiro por Cunha (2019).

Diferentemente da versão original da intervenção, na qual o personagem principal era apresentado por meio de um fantoche utilizado no início das sessões, a presente adaptação incorporou os personagens diretamente às atividades propostas, estratégia semelhante à adotada no protocolo Dedos e Números (Haesbaert, 2021). Os

personagens foram disponibilizados em formato de figuras de papel, cuja montagem constitui a atividade inicial do protocolo. Além de favorecer a familiarização com a narrativa, essa atividade possibilita o estímulo de habilidades motoras finas e a observação de aspectos relacionados à lateralidade.

Além das atividades interventivas, o material contém uma seção dedicada à apresentação dos constructos e conceitos avaliados e estimulados ao longo do protocolo. Essa seção foi elaborada com caráter formativo e tem como objetivo fornecer aos professores da Educação Básica informações acessíveis sobre os principais fatores envolvidos no desenvolvimento das habilidades matemáticas iniciais, fundamentando-se em conhecimentos provenientes da neuropsicologia e das neurociências cognitivas.

Essa seção foi elaborada com o objetivo de aproximar conhecimentos da neuropsicologia e das neurociências cognitivas da prática educacional, contribuindo para a adoção de estratégias pedagógicas fundamentadas cientificamente (Cosenza & Guerra, 2011). Nesse sentido, são apresentados conceitos relacionados à cognição corporificada e ao uso dos dedos como ferramenta de aprendizagem matemática, bem como uma breve contextualização sobre intervenções previamente desenvolvidas nessa área. Adicionalmente, são descritos os principais constructos contemplados nas atividades propostas, incluindo conceito quantidade-número, gnosia digital, estimativa súbita (subitização), senso numérico e outras habilidades consideradas relevantes para o desenvolvimento da competência matemática.

A adaptação do material foi inicialmente apresentada nos estudos de Reis e Haesbaert (2024) e de Lima e Cunha (2024). O primeiro trabalho realizou uma adaptação mais direta das atividades do protocolo DODE para o contexto escolar, enquanto o segundo propôs a adequação das atividades da intervenção Dragão dos Números à realidade educacional brasileira. A partir dessas iniciativas, foram realizadas sucessivas revisões e aprimoramentos, resultando na versão atualmente publicada.

O protocolo atual é composto por 18 atividades, cuja aplicação pode ser realizada de maneira flexível de acordo com a organização pedagógica da turma. As oito primeiras atividades correspondem a adaptações do protocolo Dedos e Números (Haesbaert, 2021) e contemplam habilidades relacionadas à motricidade, contagem, comparação de magnitudes simbólicas e não simbólicas, comparação numérica verbal, relações numéricas e compreensão do conceito quantidade-número.

As dez atividades subsequentes foram desenvolvidas especificamente para este material, com o objetivo de ampliar a investigação e o trabalho de conceitos matemáticos fundamentais, como reta numérica, adição e subtração. Essas atividades foram estruturadas considerando três níveis de representação do conhecimento matemático: representação numérica simbólica, representação corporal por meio dos dedos e representação imagética ou pictórica (Roesch & Moeller, 2015). Essa organização busca favorecer a construção de relações entre diferentes formas de representação dos números, contribuindo para uma compreensão mais integrada dos conceitos matemáticos.

A seguir, são apresentadas as atividades que compõem o material e seus respectivos objetivos:

1. Montagem de material – Atividade de motricidade

2. Contando as flores, as folhas e as laranjas – Atividade de contagem

3. Brincando com quantidades – Atividade de comparação de magnitude não simbólica

4. Mais e Menos – Atividade de comparação numérica verbal

5. Olhando para os números – Atividade de comparação de magnitudes simbólicas

6. Animais na floresta – Atividade de contagem nos dedos (Nível I)

7. Dedos e idade – Atividade de padrões numéricos com os dedos (Nível II)

8. Contando com os animais – Atividade de mostrar com os dedos (Nível III)

9. Caminho das pedras – Atividade de reta numérica com os números

10. Dedos na régua – Atividade de reta numérica com os dedos

11. Colhendo as laranjas – Atividade de reta numérica com imagético

12. Pedras no rio – Atividade de adição com os números

13. Caça ao tesouro – Atividade de adição com os dedos

14. Flores pelo caminho – Atividade de adição com imagético

15. Lanche do Elefante – Atividade de subtração com os números

16. Flores da floresta – Atividade de subtração com os dedos

17. Macaco e as bananas – Atividade de subtração com imagético

18. Completando a Aventura com o Dragão e seus Amigos – Fechamento da avaliação

A atividade Contando as Flores, as Folhas e as Laranjas consiste em uma adaptação de uma tarefa de contagem presente no protocolo Dedos e Números (Haesbaert, 2021). Além da contagem propriamente dita, a atividade explora os princípios de cardinalidade e ordinalidade, ao solicitar que a criança inicie a contagem a partir de determinados elementos em momentos específicos. As principais adaptações realizadas envolveram a substituição de respostas que dependiam exclusivamente da expressão oral por respostas registradas por escrito, bem como a inclusão de representações visuais das quantidades por meio dos dedos. Dessa forma, a criança é solicitada a relacionar a quantidade contada à figura que representa a configuração correspondente dos dedos.

A atividade Brincando com Quantidades foi adaptada de uma tarefa adaptada do protocolo original e tem como objetivo avaliar a comparação de magnitudes não simbólicas. Assim como na atividade anterior, as adaptações buscaram adequar a

aplicação ao contexto coletivo de sala de aula, mantendo os objetivos centrais da tarefa original.

A atividade Mais e Menos investiga habilidades relacionadas à comparação numérica verbal. Nessa tarefa, os alunos devem ouvir atentamente as instruções fornecidas pela professora e identificar números maiores ou menores do que um valor de referência previamente estabelecido. Além da comparação de magnitudes, a atividade demanda processos atencionais para a compreensão e execução adequada dos comandos. Sua estrutura foi baseada na tarefa de Comparação Numérica Verbal do protocolo Dedos e Números.

Por sua vez, a atividade Olhando para os Números tem como objetivo avaliar a comparação de magnitudes simbólicas. A partir da observação de algarismos apresentados visualmente, os alunos devem identificar se cada número é maior ou menor do que o valor de referência estabelecido. Dessa forma, a tarefa investiga a compreensão das relações de magnitude utilizando representações numéricas simbólicas.

As atividades Animais na Floresta e Dedos e Idade avaliam habilidades relacionadas à contagem com os dedos e foram adaptadas das atividades iniciais do protocolo Dedos e Números (Haesbaert, 2021). Seu objetivo é promover a associação entre quantidades representadas pelos dedos e a sequência numérica verbal. Em relação à versão original, foram realizadas adaptações para possibilitar a aplicação em contexto coletivo. Enquanto no protocolo original o avaliador observa diretamente a execução da contagem nos dedos pela criança, nesta versão os estudantes registram suas respostas por meio da seleção de figuras que representam a configuração dos dedos correspondente à quantidade contada. Embora essa adaptação facilite a aplicação em sala de aula, ela impede a observação direta do princípio de correspondência um a um, aspecto contemplado na tarefa original.

A atividade Contando com os Animais, inspirada na tarefa Mostrando com os Dedos do protocolo original, tem como objetivo identificar padrões numéricos e desenvolver habilidades de composição e decomposição de números, incluindo adição, subtração e identificação de diferenças. Nessa atividade, o professor utiliza os dedos para representar as quantidades apresentadas em cada item, servindo como modelo para os estudantes. Recomenda-se que os números representados com uma única mão sejam executados com a mão direita, enquanto os números que exigem ambas as mãos sejam representados utilizando inicialmente a mão direita e complementados com a esquerda.

Além disso, algumas etapas da atividade podem ser enriquecidas com o uso de materiais concretos, como figuras recortáveis, brinquedos ou materiais recicláveis (tampas de garrafa ou potes, brinquedos, balões, caixas de fósforo). Na atividade de decomposição, por exemplo, elementos ilustrados podem ser manipulados pelos estudantes para representar diferentes composições numéricas. Embora a realização da atividade não dependa desses recursos, sua utilização contribui para a manutenção do caráter lúdico da proposta e aproxima a experiência da intervenção original, que faz uso de objetos concretos durante a execução das tarefas.

A atividade Caminho das Pedras foi desenvolvida especificamente para este material e tem como objetivo trabalhar conceitos relacionados à reta numérica, representação de

quantidades, ordenação de números, correspondência um a um, ordinalidade e cardinalidade. A inclusão dessa atividade fundamenta-se na relevância da reta numérica para o desenvolvimento do pensamento matemático, uma vez que sua construção ocorre paralelamente ao desenvolvimento da memória de trabalho e contribui para a organização mental dos números e para a compreensão das relações de ordem (Habib, 2015).

De forma semelhante, a atividade Dedos na Régua explora conceitos associados à reta numérica e à compreensão do conceito quantidade-número. Adaptada de tarefas presentes no protocolo original, ela requer que os estudantes relacionem representações numéricas a posições específicas em uma reta impressa. Diferentemente da versão anterior, que utilizava cartões manipuláveis, nesta adaptação os estudantes identificam a resposta correta diretamente na folha de atividades, por meio da marcação do número correspondente.

Seguindo a mesma proposta, a atividade Colhendo as Laranjas busca desenvolver o senso numérico, a representação de quantidades por meio de imagens e a compreensão das relações espaciais e numéricas. A tarefa envolve a utilização da reta numérica, a ordenação crescente e decrescente de números, a correspondência um a um e a compreensão dos princípios de ordinalidade e cardinalidade. Para sua realização, os estudantes devem contar os elementos apresentados e registrar a resposta no espaço indicado.

A atividade Pedras no Rio trabalha relações numéricas iniciais envolvendo a interpretação de símbolos numéricos e operações de adição. As atividades Caça ao Tesouro e Flores pelo Caminho apresentam objetivos semelhantes, diferenciando-se principalmente pelas formas de representação utilizadas, que incluem representações corporais por meio dos dedos e representações imagéticas. A abordagem de um mesmo conteúdo por diferentes modalidades de representação favorece a flexibilidade cognitiva e a generalização das habilidades aprendidas, contribuindo para uma aprendizagem mais consolidada (Januário et al., 2016).

De maneira análoga, as atividades Lanche do Elefante, Flores da Floresta e Macaco e as Bananas abordam os mesmos domínios cognitivos, porém voltados ao desenvolvimento de habilidades relacionadas à operação de subtração. Por fim, o protocolo é concluído com a atividade Completando a Aventura com o Dragão e seus Amigos, que consiste na leitura da parte final da narrativa e no encerramento das atividades propostas.

Após a elaboração do material, foi realizada a validação de conteúdo por quatro juízes especialistas. Dois dos avaliadores eram pedagogas atuantes na Educação Básica em escolas públicas, com mais de cinco anos de experiência profissional na área. Os outros dois eram psicólogos doutores, especialistas em neuropsicologia infantil, também com experiência superior a cinco anos em suas respectivas áreas de atuação.

Os avaliadores receberam previamente todos os materiais e responderam a um questionário via Google Forms, estruturado em três dimensões: análise de conteúdo das atividades propostas, avaliação dos materiais de apoio - avaliando clareza, relevância e pertinência - e análise dos aspectos gráficos e de design. Os materiais avaliados incluíram o Manual Geral, Manual do Professor, Guia de Aplicação, Pranchas de Aplicação, Caderno do Aluno, Registro de Desempenho e Folha de Recorte.

O questionário continha predominantemente questões objetivas, cujas opções de resposta eram “adequado”, “parcialmente adequado” e “inadequado”. Ao final de cada seção, foi disponibilizado um espaço destinado ao registro de comentários e sugestões referentes ao respectivo material. Todos os juízes receberam os documentos por correio eletrônico e dispuseram de tempo suficiente para análise antes do preenchimento do instrumento.

Após a incorporação das modificações sugeridas pelos especialistas, o formulário de avaliação foi atualizado para contemplar as alterações realizadas e reaplicado aos avaliadores. Para viabilizar as análises estatísticas, as respostas foram convertidas em valores numéricos, atribuindo-se 1 para “adequado”, 2 para “parcialmente adequado” e 3 para “inadequado”.

Utilizou-se como base a interpretação de Landis e Koch (1977) para determinar a confiabilidade entre os juízes, de modo que: valores de Kappa inferiores a 0 indicam concordância pobre; entre 0,00 e 0,20 indicam concordância leve; entre 0,21 e 0,40 concordância razoável; entre 0,41 e 0,60 concordância moderada; entre 0,61 e 0,80 concordância substancial; e entre 0,81 e 1,00 concordância quase perfeita. Se a concordância for fraca, leve ou razoável, o conteúdo do protocolo deverá passar por mudanças para adequar o material.

A análise revelou um coeficiente de concordância de $\kappa = 0{,}037$ (Tabela 1), valor classificado como concordância leve. Contudo, esse resultado deve ser interpretado com cautela. Observou-se uma distribuição altamente assimétrica das respostas entre as categorias avaliadas, situação que pode reduzir os valores de Kappa, mesmo na presença de consenso significativo entre os avaliadores. Em razão dessa limitação, a validade de conteúdo foi examinada prioritariamente por meio dos percentuais de concordância e do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), considerados mais adequados para a interpretação dos dados obtidos.

A análise das frequências de resposta evidenciou grau de concordância satisfatório entre os especialistas (Tabela 2). Verificou-se concordância absoluta em 47,1% dos itens avaliados, enquanto outros 47,1% apresentaram concordância de 75%, indicando que três dos quatro juízes atribuíram a mesma classificação ao item. Apenas 5,8% dos itens apresentaram divergências mais expressivas. Além disso, nenhum item foi considerado inadequado pelos avaliadores. Esses resultados demonstram consistência nas avaliações realizadas e fornecem evidências favoráveis à adequação dos materiais analisados.

A análise qualitativa dos comentários permitiu identificar os principais aspectos considerados parcialmente adequados pelos especialistas. A maior parte das observações concentrou-se em elementos relacionados ao design, à narrativa e à operacionalização das atividades. Em contrapartida, aspectos referentes à fundamentação teórica, aos objetivos pedagógicos e à relevância educacional da proposta foram avaliados positivamente, sendo considerados adequados e consistentes com a finalidade do material.

Entre as sugestões apresentadas, destacou-se a necessidade de ampliar o grau de desafio de algumas atividades destinadas a crianças de seis a sete anos. Os avaliadores apontaram que determinadas tarefas poderiam contemplar desafios matemáticos mais complexos e uma progressão mais gradual da dificuldade ao longo do protocolo.

Outra recomendação recorrente referiu-se à adequação do material às condições reais de implementação nas escolas. Os especialistas destacaram que algumas instituições podem enfrentar limitações relacionadas à impressão de materiais coloridos, recurso que nem sempre está disponível no contexto escolar. Além disso, foram levantadas preocupações acerca do tempo necessário para a aplicação de determinadas atividades, considerando as demandas já existentes na rotina pedagógica das turmas.

Também foram sugeridos ajustes específicos nos materiais gráficos, incluindo modificações em elementos visuais, espaçamento entre figuras, espessura de linhas e marcações para recorte. Segundo os avaliadores, essas alterações poderiam facilitar a visualização e o manuseio dos materiais pelas crianças.

Em síntese, os comentários indicaram que o protocolo foi percebido como pedagogicamente relevante, teoricamente fundamentado e adequadamente estruturado. As sugestões concentraram-se principalmente em aspectos relacionados ao refinamento das atividades, à adaptação às diferentes realidades escolares e à otimização dos materiais de aplicação. Todas as contribuições consideradas pertinentes foram incorporadas à versão final do produto.

Adicionalmente, foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo (IVC). Considerando as avaliações dos quatro especialistas, obteve-se um índice global de 0,832. Tendo como referência o valor mínimo de 0,78 proposto por Alexandre e Coluci (2011), o resultado indica concordância satisfatória quanto à adequação dos materiais avaliados. Dessa forma, os achados fornecem evidências favoráveis à validade de conteúdo do protocolo, sugerindo que o material é pertinente e adequado para a finalidade educacional proposta.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo desenvolver e obter evidências iniciais de validade de conteúdo para um material didático destinado à avaliação e estimulação de habilidades matemáticas em estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental, fundamentado nos pressupostos da cognição corporificada e no uso dos dedos como recurso pedagógico. A proposta foi concebida em resposta aos desafios educacionais evidenciados após a pandemia de COVID-19, especialmente aqueles relacionados às dificuldades de aprendizagem matemática observadas nos anos iniciais da escolarização.

Entre as adaptações implementadas ao longo do processo de desenvolvimento, destaca-se a substituição de materiais concretos e manipulações diretamente observadas pelo avaliador por representações simbólicas registradas em papel como principal adaptação das atividades. Essa modificação buscou preservar os objetivos pedagógicos das atividades originais, ao mesmo tempo em que favoreceu sua aplicação em contextos coletivos de sala de aula.

Os resultados obtidos demonstram que o material desenvolvido alcançou os objetivos propostos, oferecendo um conjunto estruturado de recursos pedagógicos fundamentados em evidências científicas e adaptados à realidade da Educação Básica brasileira.

A etapa de validação de conteúdo forneceu evidências importantes sobre a qualidade do material produzido. Embora o coeficiente Kappa tenha apresentado valor reduzido, resultado influenciado pela distribuição assimétrica das respostas dos avaliadores, as análises de frequência e o Índice de Validade de Conteúdo demonstraram resultados amplamente favoráveis. Observou-se concordância absoluta em 47,1% dos itens avaliados e concordância de 75% em outros 47,1%, evidenciando elevado consenso entre os especialistas. Além disso, nenhum item foi classificado como inadequado pelos juízes participantes.

O Índice de Validade de Conteúdo global alcançou valor de 0,832. Esse resultado indica que os materiais foram considerados adequados, pertinentes e coerentes com os objetivos educacionais propostos. As análises qualitativas reforçaram essa conclusão ao evidenciar que as sugestões dos especialistas concentraram-se principalmente em aspectos de refinamento gráfico, operacionalização das atividades e adequação às condições de implementação das escolas, sem questionamentos significativos quanto à fundamentação teórica ou à relevância pedagógica da proposta.

Dessa forma, conclui-se que o protocolo desenvolvido apresenta evidências satisfatórias de validade de conteúdo e constitui uma ferramenta promissora para apoiar o ensino e a aprendizagem da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados obtidos reforçam a importância da utilização de abordagens fundamentadas na cognição corporificada e apontam para o potencial do material como recurso de avaliação, intervenção e formação docente.

Referências

Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. Ciência & Saúde Coletiva, 16(7), 3061–3068.

Consenza, R. M., & Guerra, L. B. (2011). Neurociência e educação. Artmed.

Crollen, V., & Noël, M.-P. (2015). The role of fingers in the development of counting and arithmetic skills. Acta Psychologica, 156, 37–44.https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2015.01.007

Cunha, É. R. A. (2019). Contando nos dedos: Aprendizagem e desenvolvimento numérico (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Fischer, U., et al. (2016). Dancing with the SNARC: Measuring spatial-numerical associations on a digital dance mat. Canadian Journal of Experimental

Psychology/Revue canadienne de psychologie expérimentale, 70(4), 306–315.https://doi.org/10.1037/cep0000080

Frey, M., et al. (2024). You can count on your fingers: Finger-based intervention improves first-graders' arithmetic learning. Journal of Experimental Child Psychology, 244, Article 105934.https://doi.org/10.1016/j.jecp.2024.105934

Habib, M. (2015). Neurologie des aptitudes mathématiques, bases cérébrales des troubles d'apprentissage. In La constellation des dys: Bases neurologiques de l'apprentissage et de ses troubles (2nd ed., pp. 153–176). De Boeck Supérieur.

Haesbaert, R. W. (2021). Tradução e adaptação transcultural para o português/Brasil do protocolo Wie Finger Zahlen Helfen (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Haesbaert, R. W., & Pires, I. A. H. (2026). De mão em mão: Material de apoio ao professor. Rio de Janeiro.

Januário, M. S., Ugrinowitsch, H., Lage, G. M., Vieira, M., & Benda, R. N. (2016). Aumento gradual da variabilidade de prática: Efeito na aprendizagem da estrutura e na parametrização da habilidade. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 30(3), 769–779.https://doi.org/10.1590/1807-55092016000300769

Krajewski, K., & Schneider, W. (2009). Early development of quantity to number-word linkage as a precursor of mathematical school achievement and mathematical difficulties: Findings from a four-year longitudinal study. Learning and Instruction, 19(6), 513–526.https://doi.org/10.1016/j.learninstruc.2008.10.002

Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. Biometrics, 33(1), 159–174.

Lima, D. M. de, Cunha, É. R. A., & Pires, I. A. H. (2024). P0T1: Uma adaptação do treinamento baseado na contagem com os dedos para professores. In Anais do XXXV Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (CICT 2024). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2022). PISA 2022 results (Volumes I and II): Country notes. OCDE.https://l1nq.com/UXK6l

Reis, G. B. dos, Haesbaert, R. W., & Pires, I. A. H. (2024). Proposta de atividades para professoras: Avaliação de habilidades matemáticas. In Anais do XXXV Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (CICT 2024). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Roesch, S., & Moeller, K. (2015). Considering digits in a current model of numerical development. Frontiers in Human Neuroscience, 8, Article 1026.https://doi.org/10.3389/fnhum.2014.01026

Santos, M. S., & Sant'Anna, N. F. P. (2020). Reflexões sobre os desafios para a aprendizagem matemática na educação básica durante a quarentena. Revista Baiana de

Educação Matemática, 1, e202013.https://www.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/10240

Shapiro, L., & Stolz, S. A. (2019). Embodied cognition and its significance for education. Theory and Research in Education, 17(1), 19–39.https://doi.org/10.1177/1477878517752673

The jamovi project. (2022). jamovi (Version 2.3) [Computer software].https://www.jamovi.org

Yaegashi, S. F. R., & Almeida, S. V. M. (2025). Impactos do ensino remoto emergencial na aprendizagem de alunos da educação básica: Reflexões sobre o fracasso escolar e a pandemia da Covid-19. Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática, 6, e025001.https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/2067

Anexos

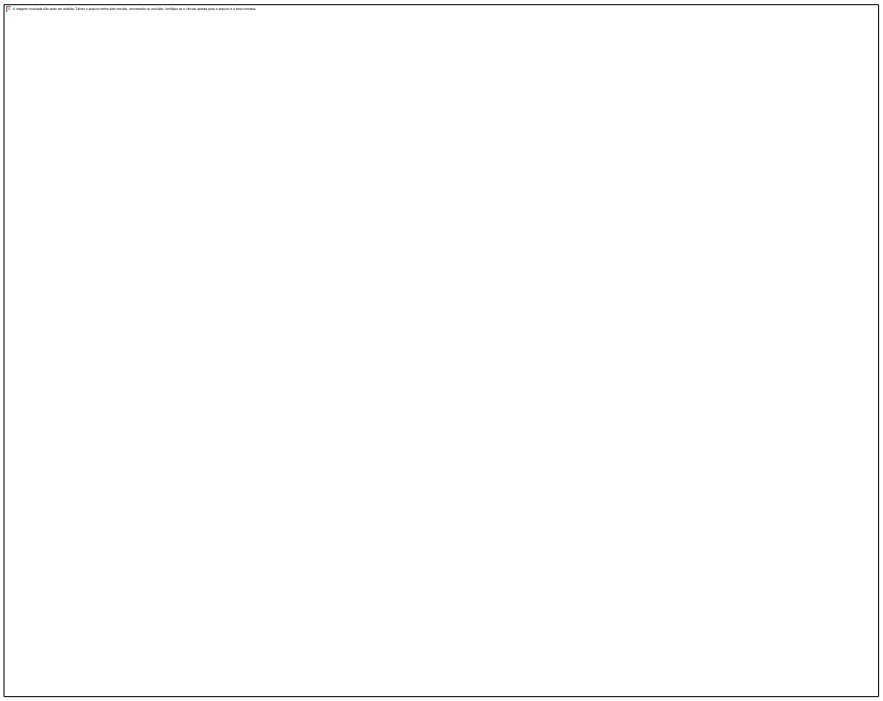


Tabela 1



Tabela 2

CÓDIGO: HS0058

AUTOR: LARISSA BEATRIZ DOS SANTOS RODRIGUES

ORIENTADOR: RAQUEL FARIAS DINIZ

TÍTULO: Pescadoras/es artesanais no Rio Grande do Norte: desenvolvimento e avaliação de intervenções psicoambientais

Resumo

A pesquisa investiga os impactos psicossocioambientais da expansão de grandes empreendimentos econômicos sobre pescadoras artesanais no Rio Grande do Norte. A partir de uma abordagem qualitativa, utilizou-se de observações participantes e entrevistas com seis mulheres de comunidades de pesca artesanal, com interpretação do corpus através de análise de conteúdo reflexiva, e discussões a partir de referenciais da Psicologia Ambiental em articulação com Antropologia e Psicologia da Libertação. O estudo indica, diante da expansão de empreendimentos como os de energias renováveis e de turismo predatório, a sobreposição da razão instrumental de controle capitalista à razão histórica e afetiva tradicional. Os resultados demonstram a configuração do Trauma Psicossocial, operado pelos desencadeadores da violência política, da polarização social e da mentira institucionalizada. Identificam-se danos como medo generalizado, perseguição política e abalo da confiança coletiva, com risco à continuidade identitária da pesca. Em contraposição, a conscientização e a recuperação da memória histórica, fortalecidas pela autoidentificação como povos tradicionais, constituem formas de resistência. O protagonismo feminino e a solidariedade de classe convertem a dor em esperança e ação política, exigindo do Estado uma defesa irrestrita dos modos de vida tradicionais frente ao avanço do neoextrativismo e da psicologia a reafirmação de seu compromisso ético com a libertação dos povos latino-americanos.

Palavras-chave: Pescadoras artesanais; conflitos socioambientais; Psicologia Ambiental

TITLE: Artisanal fishers in Rio Grande do Norte: development and evaluation of psycho-environmental interventions

Abstract

This study investigates the psycho-socio-environmental impacts of large-scale economic expansion on artisanal fisherwomen in Rio Grande do Norte. Using a qualitative approach, participant observation and interviews were conducted with six women from artisanal fishing communities. The data were interpreted through reflexive content analysis, drawing on Environmental Psychology, Anthropology, and Liberation

Psychology. Findings indicate that expanding ventures, such as renewable energy and predatory tourism, superimpose instrumental capitalist control over traditional historical and affective rationality. The results demonstrate the emergence of Psychosocial Trauma, driven by political violence, social polarization, and institutionalized lies. Identified harms include generalized fear, political persecution, and the erosion of collective trust, threatening the continuity of artisanal fishing identity. In response, critical consciousness (conscientização) and the recovery of historical memory, bolstered by self-identification as traditional peoples, serve as forms of resistance. Female protagonism and class solidarity turn grief into hope and political action, urging the State to defend traditional ways of life against neo-extractivism and calling for psychology to reaffirm its ethical commitment to the liberation of Latin American peoples.

Keywords: Artisanal fisherwomen; Environmental Psychology.

Introdução

O presente trabalho se desenvolve como continuação de uma pesquisa iniciada no ano de 2023, a partir da aproximação do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (obPALA) da pesca artesanal e dos conflitos socioambientais vivenciados na costa potiguar, mediante participação no II Encontro da Rede MangueMar, Estuário e Litoral (ERMMEL). Partindo desse encontro, estruturou-se um campo de pesquisa que buscava se aproximar e compreender os impactos dos conflitos socioambientais nos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais no estado do Rio Grande do Norte.

Essa construção adota, como premissa inicial, a compreensão dos pescadores e pescadoras artesanais como parte da categoria de Povos e Comunidades Tradicionais, uma vez que se constituem enquanto grupo culturalmente diferenciado, alicerçado a partir da coletividade, da relação com o território e da organização para defesa e manutenção de suas práticas, saberes e tradições (Diegues, 1983; Diegues & Arruda, 2000; Little, 2002).

Nesse contexto, a relação com o território e a identidade ganham centralidade diante dos impactos decorrentes da expansão de empreendimentos econômicos que restringem o acesso e o uso aos territórios, enquanto ameaçam, violentam e tentam invisibilizar a existência e modos de vida dos pescadores e pescadoras (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021).

Para compreender essa dinâmica, utilizaram-se a pesquisa documental e a observação participante, conduzidas nos anos de 2024 e 2025, na aproximação inicial com o campo. Esse procedimento permitiu introduzir o debate e detalhar os conflitos territoriais e socioambientais decorrentes da implementação ostensiva das energias renováveis, do turismo predatório e/ou das contradições inerentes à dimensão urbana da pesca artesanal. Ressalta-se ainda a organização interna da pesca artesanal, que se articula enquanto categoria e movimento social para defender seus modos de vida, com apoio de organizações da sociedade civil, tal como discutimos em recente publicação (Diniz, Durazzo & Rodrigues, 2025).

Ao adentrar no cenário da organização política, logo se destaca o protagonismo das mulheres na articulação e defesa dos direitos de toda a categoria da pesca. Consoante com Svampa (2015, citado em Moreira et al, 2025), que disserta acerca do protagonismo crescente das mulheres latino-americanas nas lutas sociais e na organização coletiva para garantia de direitos e justiça socioambiental. Sendo assim, nos pareceu fundamental ouvir e compartilhar as vozes que vivem e resistem em meio a esses conflitos. Para isso, convidamos as participantes que ocupam um lugar de centralidade nos processos de mobilização que acompanhamos ao decorrer da pesquisa (Diniz & Rodrigues, 2026).

Como resultado inicial das entrevistas, discutimos suas relações com os territórios, permeadas por profundo pertencimento e pela luta para permanência; das suas trajetórias na pesca artesanal, atravessadas por afetos, cuidado, responsabilidades e sobrecargas; de suas percepções acerca dos conflitos e dos processos de resistência diante deles, com forte organização e articulação com movimentos sociais e redes de apoio. O protagonismo feminino é reconhecido em uma luta que vai além da defesa de um espaço, em busca da manutenção de um modo de vida ancestral e coletivo que desafia a lógica capitalista enquanto constrói uma política de cuidado e permanência (Diniz & Rodrigues, 2026).

Diante da vastidão de atravessamentos que se desvelam no contexto da pesca artesanal, de seus conflitos e dos processos de resistência, propomos dar continuidade à pesquisa e à articulação com as entrevistas de modo a debater temas que ainda não tivemos a oportunidade de desenvolver. Para isso, fundamentamos a construção e discussão deste corpus a partir de conceitos teóricos e/ou políticos como trauma psicossocial e conscientização de Ignácio Martín-Baró.

Metodologia

A partir de uma abordagem qualitativa, este trabalho se desenvolveu através de observações participantes em eventos públicos e da realização de entrevistas com lideranças e representantes de comunidades de pesca artesanal do estado do Rio Grande do Norte. A metodologia qualitativa permite a descrição das manifestações sociais a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, promovendo uma compreensão do fenômeno “de dentro para fora” (Willig, 2008), facilitando a aproximação com a dimensão psicossocial e ambiental que estrutura a relação entre as pescadoras e seus territórios.

A condução da pesquisa baseou-se nos princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), que orienta práticas investigativas comprometidas com os direitos, os costumes, as tradições e os modos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse sentido, adotou-se uma perspectiva ética e dialógica, alinhada às Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) com Povos Tradicionais (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019), as quais reconhecem a diversidade de cosmovisões desses grupos e a não hegemonia de uma única racionalidade sobre seus modos de existência.

Os procedimentos metodológicos foram definidos ao longo do processo investigativo, em consonância com a aproximação teórica ao objeto de estudo e a inserção progressiva no campo. Foram utilizados os seguintes instrumentos para a construção do corpus: (a) observação participante e diários de campo, realizados em eventos públicos, bem como em ações de extensão promovidas pelo Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana; (b) entrevistas semiestruturadas com mulheres de comunidades de pesca artesanal.

A observação participante, conforme defendido por Willig (2008) e Mónico et al. (2017), nos permitiu ter contato com o cotidiano das comunidades investigadas, articulando envolvimento e distanciamento de maneira equilibrada. Essa estratégia favoreceu o acesso a interações e relatos anteriormente inacessíveis, além de possibilitar uma compreensão processual dos eventos à medida que ocorriam, mantendo-se, simultaneamente, uma postura analítica e reflexiva.

As atividades de observação participante ocorreram, principalmente, em eventos públicos organizados por comunidades de pesca artesanal do Rio Grande do Norte e seus apoiadores. Com destaque para a participação em três módulos dos encontros realizados pelo projeto Mulheres Construindo Jornadas de Luta em Defesa dos Maretórios (MUDEM), realizado pela OSC Oceânica em parceria com o projeto Planejamento e Gestão Territorial frente a Grandes Projetos de Energias Renováveis (através da Chamada CNPq/MCTI N 10/2023 - Universal).

O primeiro encontro aconteceu na comunidade de Enxu Queimado entre os dias 02, 03 e 04 de fevereiro de 2024, o segundo durante os dias 27, 28 e 29 de setembro de 2024, na cidade de Galinhos (RN) e o terceiro em Caiçara (RN) entre os dias 07, 08 e 09 de fevereiro de 2025. O primeiro encontro foi um momento de debate acerca dos conflitos que as pescadoras vivenciam e de como incidir politicamente diante deles, os encontros seguintes debateram os impactos dos empreendimentos no litoral potiguar e a importância da elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento, como as ferramentas de planejamento e gestão territorial.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 6 (seis) mulheres de comunidades de pesca artesanal do litoral do Rio Grande do Norte, das quais 5 (cinco) ocupam posições de liderança seja em suas colônias de pesca, seja em associações em nível municipal ou nacional. As entrevistas aconteceram entre novembro de 2024 e janeiro de 2025 em formato virtual ou presencial, com a duração média de 1 (uma) hora, e foram posteriormente transcritas pela equipe de pesquisa. Todas as participantes receberam informações sobre a pesquisa e seus objetivos, assim como sobre a garantia de sigilo e anonimato, e deram consentimento para a gravação das entrevistas. Nesse sentido, foram respeitadas todas as diretrizes éticas concernentes à integridade na realização da pesquisa com seres humanos (Resolução nº 510/2016, Conselho Nacional de Saúde).

Para a análise do corpus da pesquisa, composto pelos registros das observações, materiais da pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, foi empregada a análise de conteúdo com orientação interpretativa, cujo propósito é identificar, examinar e relatar temas recorrentes ou significativos presentes no conjunto de dados (Braun & Clarke, 2006). Essa abordagem não apenas possibilitou uma organização sistemática e uma descrição detalhada do material empírico, como também favoreceu a interpretação de múltiplos aspectos relacionados à problemática investigada. A análise foi conduzida

conforme os três níveis analíticos propostos por Flick (2006): (a) o nível sintetizador, voltado à descrição sumária das ideias emergentes no corpus; (b) o nível explicativo, dedicado ao aprofundamento das ideias identificadas, com base tanto no próprio material quanto em referências externas, como literatura acadêmica e fontes jornalísticas, visando à ampliação da compreensão; e (c) o nível estruturante, responsável por articular os dados interpretados com constructos teóricos e abstrações conceituais.

O processo de análise iniciou-se em 2025 e possibilitou a construção de um capítulo intitulado Conflitos territoriais e protagonismo feminino no contexto da pesca artesanal no Rio Grande do Norte (Diniz & Rodrigues, 2026). Dadas as limitações temporais e editoriais, os temas presentes nas narrativas das pescadoras não puderam ser esgotados no capítulo, o que leva a pesquisa de volta ao nível explicativo, demandando o retorno ao processo de estudo teórico para maior compreensão do conceito escolhido para abordar as experiências relativas ao caráter coletivo dos danos experienciados pelas pescadoras e seus processos de mobilização diante deles, adentrando assim na temática do Trauma Psicossocial, de Ignácio Martín-Baró (1988).

Resultados e Discussões

A aproximação construída ao longo dos anos com a pesca artesanal passa pela investigação e descrição dos conflitos socioambientais vivenciados e seus impactos na vida dos pescadores e pescadoras artesanais (Diniz, Durazzo & Rodrigues, 2025). Continua com a busca pela compreensão dos modos de vida das pescadoras artesanais, aproximando-se de suas narrativas acerca de temáticas como territorialidade, protagonismo e resistência (Diniz & Rodrigues, 2026). E retoma aqui, em um esforço para descrever e relacionar a realidade narrada pelas pescadoras artesanais com a dimensão coletiva das dificuldades que atravessam suas vivências enquanto mulheres da pesca em constante posição de defesa de seus territórios e modos de vida. Compreendidas aqui a partir de dois eixos relacionados às obras de Martín-Baró, a maioria lidas integralmente e outras incorporadas a partir do trabalho de Antônio Euzébios Filho em Trauma Psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina. O primeiro eixo é referente ao: *Trauma Psicossocial:desencadeadores e danos psicossociais*, que traça paralelos entre o que define-se por trauma psicossocial, seus desencadeadores e suas consequências, com a realidade das pescadoras artesanais; já o segundo eixo, *Respostas ao TPS: conscientização e enfrentamento organizado*, aborda a conscientização como processo de resposta das pescadoras e seus aliados ao que foi discutido no eixo anterior.

Trauma psicossocial: desencadeadores e danos psicossociais

Nesta etapa atual, a análise das entrevistas e dos outros materiais nos aproxima do conceito de Trauma Psicossocial (TPS), concebido pelo psicólogo social Ignácio Martín-Baró a partir de sua inserção no seio das contradições da guerra civil em El Salvador. Ao cunhar Trauma Psicossocial o autor busca abordar o "carácter essencialmente dialéctico" (p. 135) de um trauma que é socialmente produzido, localizando suas raízes nas relações sociais e na relação do indivíduo com essa sociedade (Martín-Baró, 1988).

"El trauma psicosocial constituye así la cristalización concreta en los individuos de unas relaciones sociales aberrantes e deshumanizadoras como las que prevalecen en la guerra civil" (Martín-Baró, 2003b, p. 293).

Segundo Martín-Baró (2003b), o Trauma Psicossocial pode se instalar como uma consequência comum nos sistemas sociais baseados em exploração e opressão desumanizadoras, como "parte de una 'normal anormalidad' social" (p. 295). O que demonstra a atualidade e validade do conceito que, embora desenvolvido para abordar a conjuntura da guerra salvadorenha, continua atual para analisar os contextos sócio-históricos de violência política que assolam as populações latino-americanas, vítimas da "desigualdade social, retirada de direitos, polarização social, entre outros aspectos que contribuem para a degradação da humanidade" (Euzébios Filho, 2023, p. 22).

Essa "normal anormalidade" de que fala Martín-Baró (2003b) pode ser percebida no contexto das pescadoras artesanais a partir da inversão de valores apresentada por Paul Little (2002) ao debater os territórios sociais e povos tradicionais no Brasil, onde se apropria dos conceitos de razão histórica e razão instrumental de Aníbal Quijano (1988, citado em Little, 2002) para discutir as diferentes visões e usos dos territórios. Little diferencia a razão instrumental, atrelada ao controle do território pelo Estado-nação a partir de uma lógica capitalista e individualista que converte a terra em mercadoria, da razão histórica, vinculada a ocupação ancestral, afetiva e coletiva do território pelos povos e comunidades tradicionais, de modo a apontar e contestar a hegemonia da razão instrumental em detrimento da razão histórica.

A inversão de valores aqui tratada não passa despercebida pelas pescadoras, como demonstra a participante 1 ao falar que o ideal para resolver o problema do avanço do mar na orla de Ponta Negra, em Natal, seria a desapropriação das construções a beira-mar para expandir a orla sem alterar a natureza, coloca que a ideia foi cogitada mas não considerada realmente: "não, cogitado foi, só que os empresários falam mais alto, quem somos nós?".

O contexto em que vivem as pescadoras artesanais, de supressão dos seus direitos territoriais em meio a disputa entre a razão instrumental e a sua razão histórica, se assemelha ao que é caracterizado no TPS, uma vez que emerge na realidade concreta da América Latina e é permeado pela desigualdade social associada ao funcionamento do capitalismo. Esse cenário desigual, presente na América Latina, e também nos modos de vida das pescadoras aqui retratadas, é propagado pelo que Martín-Baró (1998, 2003a) caracteriza como desencadeadores do Trauma Psicossocial: a violência, a polarização social e a mentira institucionalizada.

A violência aparece no centro do conflito social, como uma resposta repressiva que suplanta a razão através da força e finaliza minando as relações humanas. Enquanto a polarização social se caracteriza a partir da fragmentação e oposição entre grupos, com uma diferenciação radical entre os dois pólos que reduz as relações em uma dicotomia (Martín-Baró, 2003a). Já a mentira institucionalizada é definida por Martín-Baró (1988) como uma versão oficial da história que inventa, ignora, distorce ou falseia aspectos fundamentais da realidade.

Ao agir de forma sistemática para proteger a mentira produzida, constrói-se o lugar do "subversivo" para aqueles que questionam a mentira institucionalizada e que são desacreditados através do "cordón sanitario" (p. 132) que isola a verdade e desqualifica a resistência de modo a continuar a validar a história oficial e a opressão que ela representa (Martín-Baró, 1988). Em conjunto ao subversivo, há também o lugar do inimigo político, um estereótipo social assumido a partir da polarização e da rejeição ativa ao indivíduo que está do lado oposto, que personifica todos os males sociais e é alvo de ódio e ressentimento (Martín-Baró, 2003c).

O subversivo e/ou inimigo se encontra de repente entre a mentira, a polarização e a violência, como o sujeito que precisa ser combatido. É nesse lugar que se localizam as pescadoras artesanais e seus apoiadores. Em meio ao discurso que propõe atividades

como o turismo e a geração de energias renováveis como desenvolvimento e ainda, desenvolvimento sustentável, quando na verdade são atividades produtivas que visam o crescimento econômico, mesmo que para isso precisem sacrificar territórios e modos de vida que se desenvolvem a partir deles (Hofstaetter, 2021).

Outras mentiras institucionalizadas permeiam esse processo e dão força para o processo de polarização entre os que defendem os grandes empreendimentos e os que são atingidos por eles. Como a promessa de geração de empregos nos processos de implementação e manutenção dos empreendimentos eólicos, que não se efetiva de forma justa e permanente como defende Hofstaatter (2016) e também a participante 2 "se tiver cinco funcionários daqui [...] trabalhando hoje é muito, o que ficou para trabalhar são os de fora". Ou ainda, a ideia de que aquele é um espaço vazio que pode ser melhor aproveitado, desconsiderando a presença e a importância da pesca artesanal, e também da agricultura familiar e de outros modos de extrativismo que não o de grande escala capitalista (Hofstaetter, 2021).

A mentira oficial cerceia as reivindicações dos pescadores e pescadoras artesanais à medida que constrói e mantém uma narrativa fantasiada de verde, mas que é em essência o mesmo extrativismo que atinge há décadas a América Latina, o Brasil, o Nordeste e as comunidades tradicionais e transforma as pessoas e os lugares em mercadorias. No entanto, a roupagem verde e a promessa de progresso disfarçam a expropriação dos territórios e colocam as vítimas desse processo como inimigos do desenvolvimento, contribuindo para a polarização social entre os que defendem o "progresso/ desenvolvimento" e dos que se posicionam contra a forma que eles são desenvolvidos, como declara a participante 3 em fala durante uma audiência pública no ano de 2024:

"Quero deixar aqui bem claro que nós, das comunidades, nós não somos contra o progresso, a gente é contra a maneira que eles estão chegando, devastando as nossas comunidades sem nos ouvir, que a gente precisa do nosso espaço."

A configuração atual dos debates acerca dos empreendimentos que prejudicam a pesca artesanal não demonstra de forma explícita esse cenário, uma vez que de acordo com Martín-Baró (citado em Euzébios Filho, 2023) a violência mais repressiva costuma receber maior resistência, dificultando a interiorização dos critérios éticos e ideológicos daquele que reprime. Desse modo, a violência e a repressão assumem outra estrutura de dominação, com a produção de um falso diálogo, uma inclusão conveniente ao invés de uma exclusão explícita. Essa compreensão da dialética inclusão/exclusão é concebida também por Bader Sawaia (2001), que a nomeia como inclusão perversa.

Um dos exemplos dessa exclusão disfarçada pode ser percebida na construção do Complexo Turístico da Redinha, na capital do estado potiguar, que ocorreu em meio aos protestos das pescadoras, como demonstra a participante 1: "lembro que na Redinha as mulheres que estavam no início da obra, disseram 'prefeitura não, isso é nada, você chegou agora, isso aqui é nosso, se vier me tirar eu vou para frente [das máquinas]'. Apesar dos protestos, o poder municipal realizou uma reunião para Consulta Livre, Prévia e Informada – como demandado pelo Ministério Público Federal – apenas quando a obra já estava praticamente concluída, de acordo com o reportado por Soares, V. (2026) da Agência Saiba Mais.

Na obra que organiza o pensamento de Martín-Baró sobre o Trauma Psicossocial para pensar a realidade da América Latina, Euzébios Filho (2023) disserta também sobre os danos psicossociais que se associam ao TPS. Para isso, faz uso do pensamento de Espinosa sobre o afeto e sua potencialidade de estabilizar ou desestabilizar ações políticas e caracteriza os danos psicossociais como afetos negativos que "reduzem a capacidade de ação dos sujeitos e comunidade" (p. 33), diminuindo a capacidade individual e coletiva da elaboração do sofrimento que advêm da naturalização de relações violentas, em um cenário de polarização social e mentiras institucionalizadas.

O autor traz alguns dos danos psicossociais caracterizados por Martín-Baró, sendo eles:

> "O medo generalizado, a elevação do sentimento fatalista, o enfraquecimento da autoconfiança e da confiança em relação aos outros, a fragmentação da memória histórica e da identidade como grupo e/ou classe." (Euzébios Filho, 2023, p. 49)

Muitos desses danos emergem no discurso das pescadoras, como o medo e o enfraquecimento da confiança em relação aos outros que surge em contextos de perseguição política, relatada pelas participantes 1, 2 e 4. A participante 2 relata ameaças e considera que: "eu costumo dizer que a gente não desenvolveu, a gente adquiriu problemas mentais, problemas psicológicos de tanta pressão que a gente passou". Enquanto a Participante 4 questiona se deve continuar na defesa da pesca diante da perseguição da prefeitura "[...] eu vou ver se isso vale a pena. Porque eu já vi os prefeitos, não foi um, foi vários, se voltar contra mim". Ainda, é possível perceber a fragmentação da identidade pesqueira diante da falta de incentivos atuais, mencionada pela maioria das participantes, e das ameaças quanto a possibilidade de manutenção da prática no futuro, como aponta a participante 6: "vamo dizer que você tá indo pro mar agora, daqui uns 3 anos tá cheio de eólica no mar, [...] como você vai pescar?".

Diante dos danos causados em meio aos cenários de injustiça e violação de direitos, as respostas podem seguir diferentes caminhos a depender dos sujeitos envolvidos, que podem aceitar passivamente esse cenário negativo, a partir de uma postura que Martín-Baró (1998a) vai definir como fatalista, ou romper com esses danos e ir em busca da conscientização e resistência popular (Euzébios Filho, 2023). É na segunda conjuntura em que se enquadram as pescadoras artesanais, respondendo aos desencadeadores e aos danos de forma consciente, organizada e coletiva.

Respostas ao TPS: conscientização e enfrentamento organizado

De acordo com Martín-Baró (1998b) a conscientização é um movimento pessoal e comunitário, forjado a partir da dialética entre práxis e reflexão diante da realidade histórica. É um processo psicológico à medida que forja uma nova consciência e uma nova leitura da realidade, e é também estruturalmente social, tendo em vista que só ocorre a partir da comunidade e para a comunidade, e uma vez que é essencialmente social é também político.

Ainda, Martín-Baró (1998b) indica que a conscientização se constitui como um processo de mudança, de transformação ativa e passiva. A partir disso, considera que esse movimento se enraíza no passado histórico para esboçar um futuro diferente, um movimento da comunidade que entre o fazer e o pensar se conscientiza em busca de um novo projeto histórico. Em suas palavras,"una nueva conciencia va proyectando una nueva imagen de la comunidad" (p. 142).

O processo de conscientização das mulheres da pesca caminha por pautas como o reconhecimento de seu lugar na pesca e também pelo cuidado direcionado à classe pesqueira, à comunidade e ao território, tudo isso atravessado por reivindicações acerca de justiça social e ambiental. Durante esse caminho, encontram parceria nas coletividades formadas entre a classe, como a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e também nas externas, como o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Rede MangueMar e a OSC Oceânica.

A jornada das pescadoras e de seus parceiros é atravessada pela tarefa de recuperação da memória histórica, caminho pensado por Martín-Baró (1998b) como uma das etapas para a construção de uma psicologia da libertação latino-americana, compreendendo a libertação a partir de sua ligação com a conscientização pois "cabe decir con igual verdad tanto que la conscientización debe ser liberadora como que toda liberación es conscientizadora" (p. 142).

A recuperação da memória histórica é percebida na escolha das pescadoras e pescadores pela identificação como Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's), enquanto grupo detentor de uma identidade coletiva, historicamente situada e baseada no

estabelecimento e manutenção de seu território (Little, 2002). Desse modo, assumem uma identidade política que garante um novo lugar político diante do Estado e das políticas públicas, com maiores possibilidades de enfrentamento aos aparatos do Estado na busca pelo reconhecimento de seus direitos (Wedig, 2016). É a partir desse lugar que as pescadoras se posicionam para reivindicar o diálogo diante dos projetos desenvolvimentistas, amparadas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que garante o direito dos PCT's à Consulta Livre, Prévia e Informada, um direito proposto na OIT como instrumento de interação social e conciliação por parte do Estado e dos povos afetados pelos projetos desenvolvimentistas.

É importante salientar, sem minimizar o mérito da organização interna das pescadoras, a potencialidade que surge a partir do apoio de movimentos de educação popular como o projeto Mulheres Construindo Jornadas de Luta em Defesa dos Maretórios (MUDEM), organizado pela Rede MangueMar e executado pela OSC Oceânica. O projeto surge como um espaço de formação crítica e de produção de redes cooperativas e solidárias entre as pescadoras, elementos fundamentais na busca por direitos sociais (Euzébios Filho, 2023). O movimento iniciado ali contribuiu para o fortalecimento político das participantes, que entram em contato com uma versão decodificada das relações de poder que influenciam as violações de direitos das quais são acometidas. A participante 4, ao discorrer sobre as contribuições do projeto em sua vivência, declara que "[...] eu percebi assim, em mim, que eu aprendi mais coisas. Empoderamento, falar em público, questão de formação mesmo e autonomia. Conhecimento, né?". Contribui também para que as experiências possam ser coletivizadas, colocando as mulheres de diversas comunidades para compartilharem as histórias de conflito e resistência e percebendo as semelhanças entre elas. Consoante com o que manifesta a participante 2:

"[...] a gente pôde ter noção de que outras comunidades também sofriam com empreendimento imobiliário, com as eólicas e com outros problemas. A gente pôde ver que não é só a gente que tem dor"

O compartilhamento dessas vivências resulta no aumento da solidariedade entre a classe e na cooperação para construção de uma resistência que é fortalecida pela coletividade. Essa dinâmica é reconhecida e comentada pelas próprias participantes, como afirma a participante 2 : "porque o MUDEM é muito bom, é o nosso poço de fortalecimento; que o MUDEM veio para nos fortalecer, para nos unir".

Por fim, o projeto ajuda também ao viabilizar instrumentos para a garantia de direitos, com especial atenção para os instrumentos de regulação do uso do território, orientando as pescadoras a solicitar os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e a reivindicar a Consulta Livre, Prévia e Informada, como preconizado pela Convenção 169 da OIT, durante o licenciamento de novos empreendimentos. Para promover as oficinas que explicam sobre os processos de regulação, o projeto MUDEM conta com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, representada por professoras e pesquisadoras que compartilham seus conhecimentos de áreas como Arquitetura e Urbanismo, Turismo e Saúde Coletiva. Se articula também com outros órgãos públicos para garantir apoio técnico e jurídico às reivindicações, como o Ministério Público Federal. Essa integração é descrita e estimada pela participante 5:

"Então o MUDEM ele veio para fazer uma orientação, sabe? Para as lutas serem mais complexas, terem mais órgãos ligados a isso, Universidade, Secretaria da Pesca, Ministério da Pesca, Oceânica, Rede Manguemar, tudo junto nesse contexto. Aí se transforma em uma luta bem mais sólida, né?"

É importante reconhecer, disseminar e apoiar a trajetória de resistência construída até aqui pelas mulheres da pesca, mas é também fundamental refletir sobre o grau de comprometimento psicossocial que está atrelado ao grau de participação e representatividade política delas. Como reflete Euzébios Filho (2023), o investimento nesse lugar de representação produz afetos, ações e posicionamentos de um sujeito que "não sente só por si e pelos seus entes mais próximos, sente pelo mundo" (p. 63). Para compreender a natureza dessa afetação, o autor traz o conceito de sofrimento ético-

político, de Bader Sawaia, para abordar o sofrimento como uma dor produzida pelas relações sociais e com capacidade para restringir a potência de ação dos sujeitos. Durante as entrevistas e observações, é evidente o cansaço, o medo, a solidão, a omissão e a injustiça que acometem as mulheres que lutam por um futuro melhor para as suas comunidades. A resposta possível vai de encontro ao que já foi iniciado pelas pescadoras e sua rede de apoio, a coletividade, na elaboração coletiva do sofrimento ético-político e na produção de afetos positivos, como a esperança, de modo a gerar a felicidade ético-política que Sawaia (1999) traz como contraponto ao sofrimento ético-político.

Embora haja imensa nobreza na resistência das mulheres pela defesa de suas identidades e territórios e também imenso potencial na coletividade e solidariedade geradas e mantidas nessa luta, é preciso continuar questionando as relações de poder e a noção de território que se perpetua no Brasil e que coloca sob essas condições não somente as pescadoras artesanais, mas os diversos Povos e Comunidades Tradicionais. Para que não nos esqueçamos da pluridiversidade que sustenta a identidade brasileira, que não deve ser sacrificada em nome do progresso neoextrativista

Conclusão

O trabalho apresentado caminha em busca do que Martín-Baró (1996) vai colocar como o horizonte primordial da psicologia, a conscientização enquanto desalienação dos povos latino-americanos. Estudar e ampliar a voz das comunidades da pesca, dar suporte em seu processo de decodificação do mundo e de seus mecanismos opressores e desumanizantes, acompanhar enquanto se “permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser” (p. 16) e ir ao encontro de novas possibilidades de ação não mais escondidas sob o véu que naturalizava sua opressão.

Para alcançar esse lugar, dentro da especificidade de práticas da psicologia, é fundamental atuar no processo de promoção de uma consciência crítica sobre o surgimento e a manutenção da alienação social que sustenta e perpetua a opressão e a violência contra as maiorias populares da América Latina, promovendo a partir disso o desencadeamento de mudanças (Martín-Baró, 1996). Além disso, de modo mais urgente, é dever da psicologia se posicionar e cobrar o fortalecimento de políticas públicas que reconheçam e protejam os territórios da pesca artesanal, respeitando os princípios da consulta livre, prévia e informada.

Por fim, este estudo reafirma a importância de abordagens éticas e dialógicas na produção de conhecimento sobre povos tradicionais, valorizando suas vozes e experiências como fontes legítimas de saber. A pesca artesanal, vivida e narrada por seus protagonistas, emerge como campo fértil para a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, apontando caminhos para uma convivência mais justa, plural e sustentável com os territórios e com a natureza.

Referências

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101.https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Cidreira Neto, I. R. G., Rodrigues, G. G., & Candeias, A. L. B. (2020). Pesca artesanal: Identidade e representatividade da mulher pescadora. Cadernos de Gênero e Tecnologia, 13(42), 62–76. https://doi.org/10.3895/cgt.v13n42.10577

Conselho Federal de Psicologia. (2019). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

Conselho Pastoral dos Pescadores. (2021). Relatório dos conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil (2ª ed.). Conselho Pastoral dos Pescadores.

Diegues, A. C. (1983). Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. Ática.

Diegues, A. C., & Arruda, R. S. V. (Orgs.). (2000). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. MMA/COBIO/NUPAUB-USP.

Diniz, R., Durazzo, L., & Rodrigues, L. (2025). Resilience and strengthening of artisanal fishing communities in Northeast Brazil. In J. Sandoval-Díaz & R. E. Mardones Barrera (Eds.), Community environmental psychology and community resilience (pp. 207–232). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-032-02678-1_9

Diniz, R. & Rodrigues, L. (2026). Conflitos territoriais e protagonismo feminino no contexto da pesca artesanal no Rio Grande do Norte. In B. M. P. Ferreira, R. P. Medeiros, & S. M. G. de Matto (Eds.), A pesca artesanal no Brasil: transformações, métodos e governança (pp. 306–338). TBTI Global. ISBN 978-1-0679858-0-6.

Flick, U. (2006). Introdução à pesquisa qualitativa (J. E. Costa, Trad.; 3ª ed.). Artmed.

Euzébios Filho, A. (2023). Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina. CRV. https://doi.org/10.24824/978652514491.7

Hofstaetter, M. (2016). Energia eólica: Entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Repositório Institucional da UFRN.

Hofstaetter, M. (2021). Turismo e parques eólicos no litoral norte potiguar: Espaços de valorização do capital e do aprofundamento das vulnerabilidades (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Repositório Institucional da UFRN

Little, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade (Série Antropologia, n. 322). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Martín-Baró, I. (1988). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. Revista de Psicología de El Salvador, 7(28), 123–141.

Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia (Natal), 2(1), 7–27. https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002

Martín-Baró, I. (1998a). El fatalismo como identidad cognitiva. In A. Blanco (Ed.), Psicología de la liberación (pp. 39–130). Editorial Trotta.

Martín-Baró, I. (1998b). El quehacer desideologizador de la Psicología. In A. Blanco (Ed.), Psicología de la liberación (pp. 131–202). Editorial Trotta.

Martín-Baró, I. (2003a). Guerra y salud mental. In A. Blanco & L. de la Corte (Eds.), Poder, ideología y violencia (3.ª ed., pp. 333–351). Editorial Trotta.

Martín-Baró, I. (2003b). Guerra y trauma en la niñez. In A. Blanco & L. de la Corte (Eds.), Poder, ideología y violencia (3.ª ed., pp. 289–332). Editorial Trotta.

Martín-Baró, I. (2003c). Polarización social y violencia. In A. Blanco & L. de la Corte (Eds.), Poder, ideología y violencia (3.ª ed., pp. 139–155). Editorial Trotta.

Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In Atas do 6.º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ) (Vol. 3, pp. 724–733).

Moreira, C., Sousa, V., França, J., Neves, C., & Silva, M. (2025). “Mas é território ou maré?” O conceito de maretório e as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia, Brasil. Polis (Santiago), 23(68), 341–383. https://doi.org/10.32735/S0718-6568/2024-N68-3872

Organização Internacional do Trabalho. (2011). Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT (5ª ed.). OIT.

Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social (2ª ed., pp. 96–118). Vozes.

Wedig, J. C. (2016). Organização política e luta pela diferença: Ações coletivas da Rede Puxirão de povos e comunidades tradicionais. RURIS (Campinas, Online), 10(1). https://doi.org/10.53000/rr.v10i1.2641

Willig, C. (2008). Introducing qualitative research in psychology: Adventures in theory and method (2nd ed.). McGraw-Hill/Open University Press.

CÓDIGO: HS0068

AUTOR: ANA CAROLINA ALVES DE LIMA

ORIENTADOR: FABIOLA CRISTINA ALVES

TÍTULO: Rossini Perez e sua inserção internacional: uma análise a partir das correspondências

Resumo

Este estudo parte da investigação dentro do acervo do Instituto Rossini Perez (IRP), até então desconhecido pela pesquisadora, desencadeando em um processo de mergulho nas relações e memórias ali registradas, revelando fragmentos da vida do artista por meio de documentos pessoais. Tendo em vista esse ponto de partida, a pesquisa se dedica ao estudo das correspondências profissionais de Rossini Perez, tendo como objetivo traçar um retrato vívido da sua trajetória artística e o cenário no qual ele estava inserido. Além disso, o estudo visa dar visibilidade ao IRP e a partir do acervo produzir um estudo inédito sobre o artista norte-riograndense. A pesquisa tem como adotada a metodologia histórico-crítica e pesquisa documental e fundamenta-se em uma abordagem que articula os estudos referenciais da História da Arte, da Micro-História e dos estudos arquivísticos. A análise dos documentos apresentados até este ponto revelam, como resultados iniciais desta investigação, um aprofundamento na circulação de Rossini Perez que estruturou sua carreira no cenário artístico internacional entre as décadas de 1960 e 1970.

Palavras-chave: Rossini Perez, acervo de artista, arquivo pessoal, correspondências

TITLE: Rossini Perez and his international engagement: an analysis based on correspondence

Abstract

This study originates from an investigation into the collection of the Rossini Perez Institute (IRP)—previously unknown to the researcher—which sparked a deep dive into the relationships and memories documented there, revealing fragments of the artist's life through personal papers. Building on this starting point, the research focuses on Rossini Perez’s professional correspondence, aiming to paint a vivid portrait of his artistic trajectory and the context in which he operated. Furthermore, the study seeks to raise the profile of the IRP and, drawing on its collection, produce an original study on this artist from Rio Grande do Norte. The research employs a historical-critical methodology and documentary analysis, grounded in an approach that integrates key scholarship from Art History, Microhistory, and archival studies. Preliminary findings from the analysis of the

documents examined thus far reveal new insights into the professional circulation that shaped Rossini Perez's career within the international art scene during the 1960s and 1970s.

Keywords: Rossini Perez, artist's collection, personal archive, correspondence.

Introdução

Esta pesquisa é um aprofundamento realizado a partir do artigo desenvolvido no primeiro ano de Iniciação científica intitulada Arquivo de artista: as correspondências de Rossini Perez, e tem alicerce no acervo do Rossini Perez atualmente acomodado no Laboratório de História, Crítica e Curadoria de Arte - ArtLab/UFRN, trazido pela diretora-executiva, Sabrina Moura, do Instituto Rossini Perez (IRP) em meados de abril de 2023. A concepção do IRP remonta a 2019, refletindo um antigo sonho do artista, que, após o falecimento de Perez em 2020, encontra suporte para sua concretização com herdeiros e doadores do acervo. Oficialmente criado em 2023, o Instituto Rossini Perez parte do acervo do artista, deixado em sua antiga residência em Copacabana (RJ). Esse acervo foi trasladado em sua integridade para o Rio Grande do Norte — estado de nascimento de Perez —, onde se encontra atualmente em fase de catalogação. Esse processo se dá por meio de um inventário participativo, realizado pelos discentes membros do grupo de pesquisa Pensar Imagens, sob a supervisão da profa. Fabíola Alves.

O presente estudo aconteceu graças ao projeto de pesquisa Pensar imagens: Cultura Visual e História das Artes Visuais no Rio Grande do Norte. Por meio deste, o plano de trabalho Arquivo de artista: as correspondências de Rossini Perez se desenvolveu. Esta iniciação científica elencou subtemas diagnosticados no arquivo do artista e analisou essas fontes. A proposta justifica-se pela contribuição do estudo de um arquivo localizado em Natal (RN) que conecta a história de um artista norte-rio-grandense com a história da arte internacional. O trabalho proposto cria a possibilidade de vivenciar a prática investigativa sob a luz dos estudos históricos das artes visuais. Soma-se a isso o compromisso de produzir conhecimento relevante em História da Arte a partir de uma perspectiva localizada, evidenciando a importância de um artista nascido no Rio Grande do Norte no panorama da arte nacional e internacional.

A pesquisa tem como objeto principal de estudos as correspondências profissionais encontradas no acervo. A leitura das cartas revelou, de forma sutil, as relações que Rossini Perez mantinha com instituições governamentais e privadas, permitindo compreender como ele se posicionou no cenário artístico da época e como se articulou institucionalmente: os vínculos que estabelecia com museus e espaços culturais, e a maneira como era recebido e reconhecido por esses representantes. Assim, ao longo da investigação apresentada neste trabalho, foi possível identificar aspectos relacionados à carreira profissional e o cotidiano que atravessam a vida artística de Perez, oferecendo novas perspectivas sobre sua carreira. Ao explorar as correspondências profissionais do artista, a pesquisa revelou como suas experiências subjetivas, relações interpessoais e contextos vividos moldaram sua trajetória profissional.

Portanto, com esta investigação, pretende-se mostrar um panorama geral desses documentos que revelam aspectos cotidianos e profissionais que atravessam a produção artística de Rossini, oferecendo novas interpretações sobre sua carreira nas décadas de

1960 e 1970. Ademais, o estudo almeja contribuir para o reconhecimento do valor documental, histórico e simbólico do acervo do Instituto Rossini Perez.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa documental, tendo como eixo a investigação do acervo do Instituto Rossini Perez. Essa escolha metodológica se justifica pela proposta do estudo, que busca compreender não apenas os conteúdos materiais — obras, documentos, cartas, anotações e registros pessoais —, mas também os significados e camadas subjetivas que esses vestígios revelam sobre o processo do artista. O estudo foi desenvolvido a partir de visitas frequentes ao acervo, atualmente acomodado no DEART.

O processo de inventário dos arquivos de Rossini foi iniciado pelas pastas relativas às Artes Visuais, quando foi possível conhecer seus cadernos de desenhos e seus processos de experimentações por meio das suas pastas. Todavia, foi descobrindo os arquivos pessoais, seu passaporte, seus documentos de imigração, suas anotações, que foi se descobrindo outras facetas do artista. Depois, a familiarização com sua caligrafia já era possível, e foram feitas as leituras de suas correspondências endereçadas aos seus famíliares mais queridos, amigos próximos e amantes. O contato com esses documentos permitiu atribuir novas camadas de sentido às obras que já havia conhecido no início do inventário. Nesse momento, foi possível vislumbrar a riqueza de cruzar essas informações para aprofundar a compreensão não só do processo de criação do artista, mas também do processo de agenciamento e auto-agenciamento. Cada correspondência revela, de forma sutil, as relações que Rossini Perez mantinha com outros artistas e instituições, permitindo compreender como ele se posicionou no meio artístico. Esses documentos, portanto, oferecem uma perspectiva ampliada sobre sua trajetória, tanto no campo afetivo quanto nas dinâmicas profissionais que atravessaram sua carreira.

O procedimento realizado na análise das correspondências, nas idas aos arquivos eram feito da seguinte forma:

- **Identificação do remetente:** A partir dessa primeira identificação, é possível compreender o sentido do texto. Saber para quem escreve orienta a leitura, e a partir disso é possível entender se é de cunho íntimo, profissional, formal;
- **Cronologia:** Depois que a identificação do remetente é feita, é analisada a data e o local de onde é enviado a correspondência. Consequentemente, pode-se compreender uma ordem de acontecimentos da vida de Rossini;
- **Leitura e Interpretação das correspondências:** Nessa etapa é feito a leitura do conteúdo da carta em si, buscando identificar algo que nos revele tendo em vista o ponto de partida da pesquisa;
- **Classificação do conteúdo:** Por fim, depois de analisar a correspondência pelos três critérios descritos acima, é feito um balanço final do material.

Durante essas visitas, foram realizadas observações diretas, anotações de campo, registros fotográficos e levantamento descritivo dos documentos acessados. As anotações de campo funcionaram como um diário de pesquisa, no qual foram registradas impressões, hipóteses iniciais e reações subjetivas diante dos documentos. Os registros fotográficos

serviram como apoio visual e como ferramenta para revisitar os materiais posteriormente, facilitando a análise e a comparação entre diferentes peças do acervo. O levantamento descritivo buscou identificar e classificar os itens acessados, considerando tipologias documentais, datas, remetentes, destinatários e possíveis vínculos com a produção artística de Rossini Perez.

De forma complementar, é realizada a leitura de bibliografias norteadoras. No livro Arqueologia da Criação: Uma Imersão no Acervo-Atêlie de Rossini Perez (2022), da pesquisadora Sabrina Moura, a autora narra a história de Perez por meio de um processo imersivo no seu acervo, revelando para o leitor aspectos inéditos da obra e vida de Rossini. Além disso, outra bibliografia norteadora foi a dissertação de mestrado da pesquisadora Marisa Rodrigues intitulada Entre Palavras e Imagens: O Legado Artístico de Rossini Perez (2016), a investigação mostra como o acervo, organizado pelo próprio Rossini, funciona como autobiografia material, revelando sua trajetória pessoal, artística e cultural. O trabalho destaca ainda a importância do acervo para a preservação da memória artística brasileira, reconhecendo Rossini Perez entre os grandes gravadores do país, com projeção internacional. Tanto os trabalhos de Rodrigues (2016) quanto os de Moura (2022), assim como esta pesquisa, têm como alicerce o mesmo acervo, mas a partir de perspectivas distintas.

Resultados e Discussões

Quando é mencionado correspondências dentro de um arquivo de artista, é referido a um conjunto de cartas, cartões postais, mensagens de correio eletrônico e telegramas trocados entre Rossini e diferentes interlocutores ao longo de sua vida e trajetória profissional. A análise detalhada do material permite identificar duas categorias principais: as de cunho pessoal e as de cunho profissional. Embora em muitos momentos as dimensões do trabalho e da vida íntima se entrelaçam, é possível reconhecer temas predominantes que permitem situar cada carta dentro dessas duas categorias gerais. É importante entender esse material não apenas como documentos isolados, mas como rastros que localizam Rossini no tempo. Numa primeira avaliação, pode-se afirmar:

As correspondências pessoais de Rossini Perez revelam um retrato vívido de sua trajetória artística entre as décadas de 1960 e 1990. Ao longo das cartas, é possível perceber como sua estadia em Paris se consolidou como um eixo fundamental de criação e circulação artística, especialmente no campo da gravura — núcleo central de sua produção. Rossini descreve com frequência o cotidiano de exposições, jantares e encontros com outros brasileiros e artistas estrangeiros, entre eles Frans Krajcberg. Também menciona o envio de obras por meio de amigos e familiares, prática que evidencia a importância das redes de apoio e colaboração entre artistas brasileiros residentes no exterior. Essa dinâmica, recorrente nas cartas, demonstra como sua carreira se sustentava não apenas na institucionalidade do circuito artístico, mas também em vínculos pessoais que garantiam a continuidade de sua produção e presença internacional. (Alves de Lima, 2025, online).

Essas correspondências revelam uma trajetória marcada pela mobilidade internacional, com passagens e atuações na França, Portugal, México, Dinamarca, Senegal, Estados Unidos e Brasil, relacionadas tanto a compromissos profissionais quanto pessoais. Essa

dimensão cosmopolita contribuiu para a consolidação de sua carreira e sua inserção no circuito cultural internacional. Embora o arquivo também reúna correspondências pessoais, este estudo concentra-se inicialmente nas profissionais, considerando seus contextos institucionais, afetivos e estratégicos. Esses documentos evidenciam como Rossini Perez articulava sua presença nos circuitos nacional e internacional por meio de cartas, convites, recibos e recomendações, mobilizando uma rede de curadores, diplomatas, familiares, artistas e colecionadores envolvidos na circulação e legitimação de sua obra.

Analisando este material, os arquivos também revelam uma ampla rede de contatos internacionais. Entre os documentos, encontram-se registros de convite de instituições públicas e particulares na europa, na América Latina, na América do Norte e na Ásia, além de convites para bienais e exposições em diferentes países, como por exemplo: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAMRJ), Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e The Museum of Modern Art (MOMA), por exemplo. Essa rede evidencia a inserção de Rossini em um ambiente artístico global, no qual sua obra contribui para projetar o nome do Brasil no cenário internacional.

Nesse contexto, dentro dos diversos arquivos preservados por Rossini que se localizam no Instituto, temos uma coletânea de nove pastas denominadas *Correspondências Profissionais* com mais de 200 correspondências, telegramas, e-mails eletrônicos, dentre outros que foram organizados pelo próprio artista ainda em vida. Nesse material tem registrado quase 45 anos da trajetória artística de Perez — de 1957 á 2001 — no qual é revelado como ele se movimentava em um processo de auto-agenciamento de sua própria carreira. Nessa coletânea, temos enquanto conteúdo desses arquivos: cartas de intenção, convites para participação de exposições e bienais, comercialização de obras, propostas de bolsas, propostas para workshops, dentre outros trâmites.

Neste estudo, a análise concentra-se na pasta “Correspondências Profissionais: 1957–1970”, selecionada por abranger um período decisivo da trajetória de Rossini Perez e da consolidação da gravura moderna brasileira. Nesse intervalo, o artista intensifica sua projeção internacional, participa de importantes circuitos expositivos e estabelece redes institucionais relacionadas ao mercado de arte e às políticas de diplomacia cultural do Ministério das Relações Exteriores. O período também é marcado pela expansão das bienais, pela valorização internacional da gravura e pelo fortalecimento dos intercâmbios culturais entre América Latina, Europa e Estados Unidos. Antes de analisar propriamente o conteúdo das correspondências, torna-se necessário contextualizar o cenário de articulação e prospecção profissional que Rossini Perez já desenvolvia em território nacional.

Em meados dos anos 1950, intelectuais brasileiros defendiam a aceitação e implantação da arte moderna no país. Nesse contexto, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ) surgiu do desejo de construir um museu de prestígio internacional na então capital brasileira. Sua inauguração reuniu autoridades, empresários e banqueiros, evidenciando uma reorganização dos papéis da política no desenvolvimento nacional, marcada pela cooperação entre os setores público e privado (Távora, 2007). Paralelamente, desenvolvia-se o projeto de uma escola técnica de criação, voltada à formação de artistas brasileiros para a produção de novas formas relacionadas à indústria nascente.

Nesse sentido, surge a criação do ateliê de gravura, inaugurado em maio de 1959, no âmago desse projeto de consolidação da arte moderna. A abertura do curso foi feita pelo gravador franco-alemão Johnny Friedlaender, que teve como assistentes a artista Edith Behring e o artista Rossini Perez. Nesse período, Rossini já havia construído uma presença significativa no cenário nacional e internacional, sendo reconhecido como gravador, motivo pelo qual participou da fundação desse novo espaço de formação em gravura. No Brasil, não se tinha a possibilidade de adquirir equipamentos para a gravura em metal, todo o mobiliário e o material artístico teriam que ser importados, e Perez foi uma pessoa chave de consulta. Sobre esse Período, Maria Luíza Távora comenta:

Em 1957 com o dinheiro do Prêmio Museu de Arte Moderna Rio de Janeiro, na IV Bienal de São Paulo, Rossini Perez alugou um apartamento na Rua Barão de Ipanema, em Copacabana, levou a sua prensa e continuou trabalhando, fazendo gravura em metal, encerrando suas experiências com linóleo. Nesse período, Rossini Perez participava de exposições, de bienais internacionais e nacionais, sendo reconhecido como gravador, foi quando recebeu o convite para participar do projeto da Oficina de Gravura do MAM-RJ, atuando na definição do espaço, do mobiliário e do material específico para gravura, que seria todo importado, porque no Brasil, na época, não havia equipamento para gravura em metal a venda. (TÁVORA, 2016, p.100)

Em 1960, Rossini Perez recebeu o Prêmio de Viagem ao País no IX Salão Nacional de Arte Moderna, realizado no Rio de Janeiro pelo Itamaraty (Rodrigues, 2016, p. 104). O incentivo o levou a encerrar suas atividades no apartamento de Copacabana e partir para Paris, com apoio do Itamaraty e de Wladimir Murtinho, que viabilizou sua viagem em um navio cargueiro até o porto de Havre (Rodrigues, 2016, p. 104). Na França, viveu inicialmente na Cidade Universitária e, em 1964, estabeleceu-se em um estúdio na Rue de La Roquette, que também se tornou espaço de convivência e troca com outros artistas brasileiros residentes em Paris. Durante sua permanência na França (1960–1972), Rossini ampliou sua atuação profissional. Sobre esse período, o artista comenta:

"Fiquei doze anos na Europa. Inicialmente, alojado na Cité Universitaire — etapa rotineira de muitos jovens que chegavam a Paris. Frequentei galerias de arte e museus, e também me entrosei com os brasileiros residentes na França: Piza, Camargo, Bandeira, Krajcberg. (...) Instalei minha oficina numa área de 150 m², nas dependências da Passage du Cheval Blanc, da Cours de Mars, e da Rue de la Roquette. Ali fiquei por 9 anos em intensa atividade, alternando períodos de produção com viagens pela Europa, Estados Unidos, índia, Cuba. Egito." (Perez, entrevista concedida a Sabrina Moura, 2022, p.52-53)

É importante lembrar que o período em que Rossini Perez se consolidou como artista — entre os anos 1950 e 1970 — coincide com um momento de intensas transformações culturais, econômicas e políticas no Brasil. Como observa Nunes (2024), este intervalo é atravessado pelas tensões que antecederam o golpe de 1964 e pelo próprio regime militar, cujas políticas se estenderam até 1985, afetando profundamente as formas de circulação e institucionalização da arte.

Não é por acaso, portanto, que as correspondências de Rossini revelem a presença constante do Itamaraty como mediador, já que, como demonstram Durand (2001) e Faria (2022), a diplomacia cultural do período funcionava como um desdobramento simbólico do projeto político do regime, mobilizando a produção artística como instrumento de

representação internacional. No próprio depoimento de Rossini, no livro da Arqueologia da Criação (2022), quando ele descreve as mudanças do mercado de arte nos anos 1960 — um momento que ele vivenciou enquanto artista em trânsito, ele relata:

A repressão política levou os artistas a se unirem — momento raro —, e essa solidariedade gerou uma linguagem profunda. As novas propostas puseram fim àquelas por demais intelectualizadas dos abstratos. Os artistas se voltaram para o desenho, reapareceu a figura, num diálogo mais direto com o espectador. (Perez, entrevista concedida a Sabrina Moura, 2022, p.63)

Esse cenário coincide com um momento decisivo de transformação das estruturas do campo artístico brasileiro. Conforme Cristina Tejo discute em A gênese da curadoria no Brasil (2025), os anos 1960 e 1970 foram marcados pelo surgimento de novas formas de mediação, legitimação e circulação, que reorganizaram o sistema das artes no país. Apesar da distância geográfica, Rossini não se afastou das dinâmicas culturais e institucionais brasileiras, como evidencia a atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) nas negociações e no agenciamento de sua carreira. Sua permanência no exterior lhe garantiu autonomia frente às limitações impostas pelo contexto nacional e lhe permitiu atuar de forma mais aberta nas redes internacionais de arte e mercado. A relação entre Rossini Perez e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil antecede o golpe civil-militar de 1964, já que, como mencionado anteriormente, o artista recebeu apoio institucional para sua ida à França em 1960.

Vale destacar que antes mesmo da consolidação do regime, Rossini já integrava os circuitos de circulação cultural articulados pelo MRE, sendo frequentemente mobilizado como um dos nomes associados à representação da arte moderna brasileira no exterior. Sua produção em gravura, já reconhecida nacional e internacionalmente naquele período, fazia parte do projeto de difusão cultural promovido pelo Itamaraty, como demonstra nas correspondências do MRE enviada para Rossini em 1960 (figuras 1 e 2) .

Essa construção de uma imagem moderna do Brasil no exterior dialogava com as transformações do próprio sistema artístico nacional. Nos anos 1960 e 1970, houve significativa ampliação de instituições culturais, museus de arte moderna, bienais e espaços de circulação artística. Segundo Cristina Tejo (2025), esse processo também fortaleceu agentes mediadores responsáveis por legitimar artistas e construir narrativas sobre a produção contemporânea brasileira. Nesse contexto, a presença do Itamaraty nas correspondências e negociações de Rossini Perez não deve ser vista como um episódio isolado, mas como parte de uma engrenagem institucional mais ampla, na qual arte, política cultural e diplomacia internacional estavam articuladas.

Além disso, a própria produção gráfica e a valorização da gravura nesse período ajudam a compreender o contexto em que Rossini se inseriu. Como demonstra Maria Luisa Tavora no texto O artista-gravador - anos 50/60: Gravura meio de Expressão? Métier como tradição? (2013), as décadas de 1950 e 1960 correspondem a um momento de intensa ativação da gravura artística no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, quando a técnica deixa de ser percebida apenas como meio reprodutivo e passa a ser reconhecida como linguagem autônoma de criação artística. A figura do “artista-gravador” emerge justamente nesse contexto de modernização das linguagens artísticas, associado às experiências das vanguardas e à ampliação dos circuitos institucionais de arte. Esse movimento contribuiu para consolidar a gravura como meio expressivo legítimo no

circuito contemporâneo, favorecendo sua circulação em exposições, bienais e intercâmbios internacionais, precisamente os espaços mediados pelas políticas culturais e diplomáticas do período.

As correspondências (figuras 3, 4, 5 e 6) nos revelam uma negociação comercial direta entre Rossini e o MRE. No conteúdo desse material, fica evidente uma discussão contínua sobre os valores monetários — números definidos, justificados e renegociados — relacionados às obras do artista, o que levanta questões importantes: até que ponto a projeção internacional da obra respondia a critérios estéticos e até que ponto se subordinava aos interesses de política cultural? Era preciso convertê-lo em valor econômico validado no exterior? Ainda, seria possível considerar que a inserção internacional da gravura brasileira não se sustentava apenas em critérios estéticos ou reconhecimento artístico, mas também em sua capacidade de circular comercialmente em redes diplomáticas, institucionais e culturais?

Nesse contexto, a circulação de obras, exposições e artistas brasileiros integrava uma política de representação nacional, na qual a cultura atuava como instrumento de prestígio internacional e aproximação diplomática. A atuação do Itamaraty evidencia essa articulação entre promoção da arte brasileira e estratégias de representação, em que a cultura assumia funções simbólicas, políticas e econômicas. Assim, as gravuras de Rossini não circulavam apenas como objetos artísticos, mas também como produtos culturais capazes de projetar uma imagem atualizada, sofisticada e internacionalizada do Brasil. Além disso, a questão dos pagamentos também evidencia a dificuldade de localizar o artista, devido à sua intensa circulação internacional, marcada por constantes deslocamentos para exposições, residências e compromissos profissionais.

As cartas também permitem pensar sobre a proximidade entre Rossini e Pedro Moacir. Embora a troca envolva temas formais, como valores de obras e envio de pagamentos, o tom adotado ultrapassa uma certa rigidez esperada em relações estritamente institucionais, permanecendo um aspecto mais cordial e pessoal. O uso de expressões como “abraço” ao final da terceira carta, ainda que parcialmente visível na imagem, reforça essa impressão: trata-se de uma despedida típica de vínculos já construídos e até mesmo consolidados, que dificilmente apareceria em um contato inicial ou distante. Então, talvez, essa expressão presente não seja meramente por cortesia, mas sim um marcador que evidencia uma relação construída ao longo do tempo.

A atuação de Rossini Perez ocorreu em diferentes frentes; aqui, o foco recai sobre as correspondências com galerias e instituições privadas. Com sua residência na França, intensificaram-se as relações com galerias e agentes do circuito artístico europeu, ampliando suas possibilidades de inserção profissional e seus contatos com galeristas, editores, críticos e instituições ligadas à produção gráfica contemporânea. Nesse sentido, destaca-se a troca epistolar entre Rossini e Elaine L. Johnson, curadora associada do Museum of Modern Art (MoMA), contato significativo para a inserção de sua produção na instituição e que posteriormente favoreceu a circulação e o interesse do museu por sua obra.

O MoMA, instituição fundada durante a Grande Depressão dos Estados Unidos e idealizada por grandes socialites americanas, possui um histórico de interesse pela produção artística brasileira. Em 1939, o Brasil participou da Feira Mundial de Nova York, organizada nos moldes das Exposições Europeias, destacando-se tanto pela

arquitetura modernista de seu pavilhão, projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer — então em início de projeção internacional —, quanto pelas políticas nacionalistas do governo de Getúlio Vargas. Essas diretrizes eram simbolicamente representadas nas três grandes pinturas de Cândido Portinari que ornamentavam o pavilhão, artista fundamental para a construção e difusão da imagem cultural do Brasil naquele período (Nastari, 2016, p. 50). Ao término da Feira, obras de Portinari foram incorporadas ao acervo do MoMA.

A incorporação das obras de Portinari ao acervo do MoMA após a Feira Mundial de Nova York de 1939 foi um dos primeiros movimentos de aproximação da instituição com a produção artística latino-americana. Como demonstra Nastari (2016), a presença brasileira no evento despertou o interesse do museu por artistas capazes de representar visualmente projetos nacionais modernos, inserindo a arte latino-americana em uma narrativa internacional da modernidade. Nas décadas seguintes, esse interesse seria ampliado por meio de exposições, aquisições e pesquisas voltadas para a América Latina, especialmente em um contexto marcado pela Política da Boa Vizinhança e, posteriormente, pelas disputas simbólicas da Guerra Fria.

Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, o MoMA consolidou uma política de aproximação com artistas latino-americanos, incorporando obras de diferentes países ao seu acervo. Nesse processo, a arte latino-americana passou, assim, a ser compreendida como parte integrante da história da arte moderna internacional, ainda que frequentemente mediada por leituras produzidas a partir dos grandes centros culturais dos Estados Unidos.

É nesse cenário que se insere a aproximação entre Rossini Perez e o MoMA. Quando suas gravuras despertam o interesse da instituição, percebe-se que o museu já possuía uma trajetória de aquisição e legitimação de artistas latino-americanos. Nas figuras 7 e 8, encontra-se a resposta enviada por Rossini Perez à curadora Elaine L. Johnson, do MoMA, em agosto de 1967, em retorno à correspondência anteriormente enviada por Rossini. Nessa carta, o artista agradece o interesse demonstrado por suas gravuras e informa o envio de um conjunto de obras para apreciação da instituição. O documento marca o início de um diálogo que se estenderia, ao menos, até setembro de 1968, revelando a construção gradual de uma relação profissional entre o gravurista e o museu nova-iorquino.

É importante frisar também que, para além de um agenciamento institucional, Perez contava com o apoio direto de seus familiares na circulação estratégica de suas obras e na construção de sua presença internacional. desde o príncipio da carreira de Rossini, Renard Perez atuava como cronista em jornais, era bem conceituado no meio cultural e mantinha estreita relação com os movimentos da arte moderna (Rodrigues, 2016, p. 78).

Na figura 9, a documentação evidencia que a família funcionava como uma verdadeira rede de suporte, capaz de mobilizar contatos, mediar encontros e criar oportunidades em diferentes contextos culturais. A carta enviada por Kenneth Kruger, por exemplo, deixa claro que a lista de potenciais interessados em arte — e, portanto, possíveis compradores — foi elaborada “a pedido de Helena & Renard”, sendo Renard Perez irmão do artista. O papel desempenhado pela família de Rossini na mobilização de contatos, nos mostra que a trajetória de Rossini depende de um conjunto heterogêneo de agentes que participam da construção de sua visibilidade.

Conclusão

A análise dos documentos apresentados até este ponto permite compreender com maior precisão as múltiplas camadas que estruturaram a circulação de Rossini Perez no cenário artístico internacional e nacional entre as décadas de 1960 e 1970. Longe de ser resultado de ações isoladas, sua presença em diferentes países evidencia a articulação de redes diversas — institucionais, pessoais, familiares e profissionais — que se entrelaçavam na sustentação de sua trajetória. Assim, as evidências reunidas revelam que o percurso se insere em uma engrenagem mais ampla, composta por iniciativas estatais, interesses geopolíticos, mediações pessoais e familiares que, somados, criam um ambiente para sua projeção no Brasil e fora dele.

Ao longo da pesquisa, observou-se que o Ministério das Relações Exteriores desempenhou papel fundamental nesse processo, sobretudo por meio das estratégias de diplomacia cultural implementadas a partir da segunda metade do século XX. A atuação do Itamaraty, ao promover exposições, intercâmbios e programas culturais no exterior, inseriu Rossini Perez em circuitos de visibilidade internacional que, inclusive, antecederam o golpe civil-militar de 1964, demonstrando que sua projeção internacional já fazia parte de um projeto mais amplo de representação cultural brasileira no exterior.

Da mesma forma, a documentação relacionada ao Museum of Modern Art (MoMA) evidencia como a circulação internacional das obras dependia de negociações contínuas entre artistas e instituições. O interesse da curadora Elaine L. Johnson pelas gravuras de Perez revela não apenas o reconhecimento de sua produção, mas também a inserção do artista em uma política de aquisições que, desde as décadas de 1940 e 1950, vinha ampliando a presença da arte latino-americana nos acervos norte-americanos. Nesse contexto, a aquisição de obras de Rossini pode ser entendida como parte de um movimento mais amplo de incorporação da produção latino-americana às narrativas internacionais da arte moderna.

Por fim, esta pesquisa procurou demonstrar que as correspondências constituem fontes privilegiadas para a compreensão da história da arte e dos mecanismos de circulação artística. Mais do que simples registros administrativos, esses documentos permitem visualizar negociações, interesses, expectativas e estratégias que frequentemente permanecem invisíveis nas narrativas tradicionais centradas apenas nas obras ou exposições. A partir delas, foi possível traçar o Rossini Perez não apenas como artista, mas como agente inserido em uma ampla rede de relações que contribuiu decisivamente para a construção de sua trajetória e para a circulação internacional da gravura brasileira na segunda metade do século XX.

Referências

ALVES DE LIMA, Ana Carolina. Arquivo de Artista: uma imersão no acervo do Instituto Rossini Perez. In: Anais eletrônicos do 36º CICT… Disponível em: CICT - Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica. Acesso: 25 out 2025.

NUNES, Dhomicia. Acervo do Instituto Rossini Perez: arquivos de correspondências e redes de trabalhos. In: Anais eletrônicos do 35º CICT… Disponível em: CICT - Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica. Acesso: 12 de nov 2025

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

CAETANO, Renata Oliveira. A presença do desenho em cartas de artistas: algumas possibilidades críticas. Todas as Artes: Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura, Porto, v. 3,n. 1, p. 63–73, 2020. DOI: 10.21747/21843805/ta3n

FORTE, Graziela Naclério. Mestre da Gravura Brasileira: 60 Anos da Arte de Rossini Perez(1955-2015). In: Jornada de Pesquisa em Arte PPG UNESP, 2018, São Paulo. Jornada de Pesquisa em Arte PPG UNESP 2017. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2017.

FORCINETTI, Carla. Livros/Diários de Artista: a sua expressão no mundo. São Paulo: Faculdade Santa Marcelina, 2008

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. Trajetórias documentadas: a relevância da ordem original em arquivos pessoais. Natal: EDUFRN, 2025.

MOURA, Sabrina (Org.). Arqueologia da criação: uma imersão no acervo-ateliê de Rossini Perez. Projeto gráfico de Frederico Floeter. 1. ed. Bauru: Vasto Edições; Editora Mireveja, 2023.

PAULA, Arethusa Almeida de; FRONER, Yacy-Ara. Acervo de artista: a narrativa de uma memória escondida. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 16., 2007, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: ANPAP, 2007. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2007/2007/artigos/18 3.pdf. Acesso em: 20 de mai. 2025.

RODRIGUES, Marisa. Pires. Entre palavras e imagens: O legado artístico de Rossini Perez. 2016.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 15 (2), p. 66 - 72, 2001.

FARIA, Breno Marques Ribeiro. O Itamaraty e o moderno: O Ministério das Relações Exteriores e as artes visuais e arquitetura em meados do século XX. 2022. 277 p. Tese (Doutorado em Artes) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022..

CAUQUELIN, Anne. Arte contemporânea: uma introdução. Tradução de Rejane Janowitzer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Arte, memória e arquivo em contextos extremos: do AI-5 aos anos 2000. PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 11, n. 22, mai-ago. 2021. Disponível em <https:// doi.org/ 10.35699/2237-5864.2021.23175

TAVORA, Maria Luisa Luz . O ateliê livre de gravura do MAM-Rio-1959/1969 - projeto pedagógico de atualização da linguagem. Arte e Ensaio , v. 15, p. 58-67, 2007.

JAREMTCHUK, Dária. O Brazilian-American Cultural Institute como ferramenta político-cultural (1964-2007). Estudos Avançados, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 155-176, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35103.010.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221, jan./jun. 2014. DOI: 10.1590/S0102-01882014000100010.

Anexos

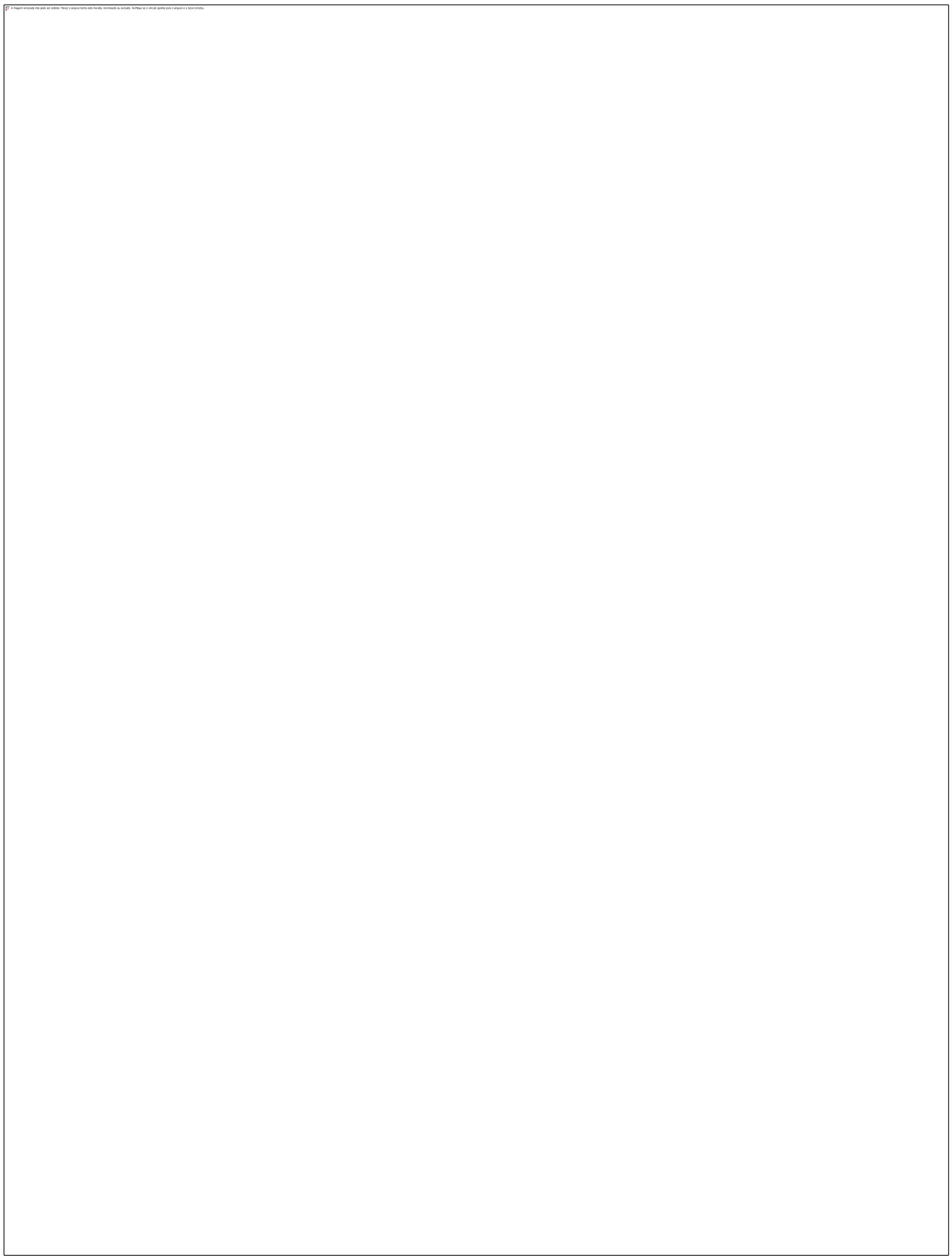


Figura 1: Correspondência de Wladimir Murtinho para Rossini Perez em 1960, primeira parte.



Figura 2: Correspondência de Wladimir Murtinho para Rossini Perez em 1960, segunda parte.



Figura 3: Correspondência enviada por Pedro Moacir, representante da Embaixada do Brasil no Senegal do Ministério das Relações Exteriores, primeira parte.

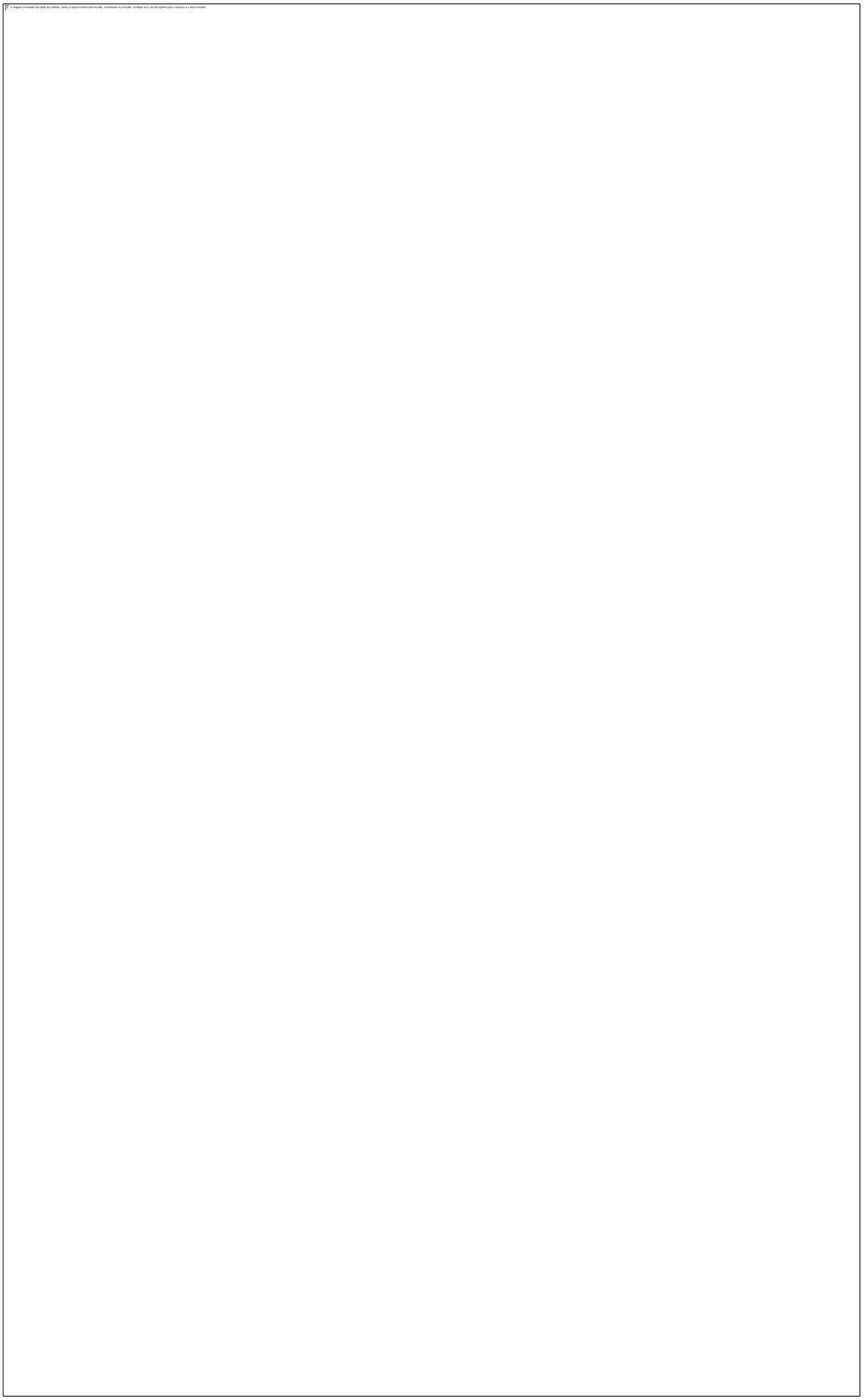


Figura 4: Correspondência enviada por Pedro Moacir, representante da Embaixada do Brasil no Senegal do Ministério das Relações Exteriores, segunda parte.

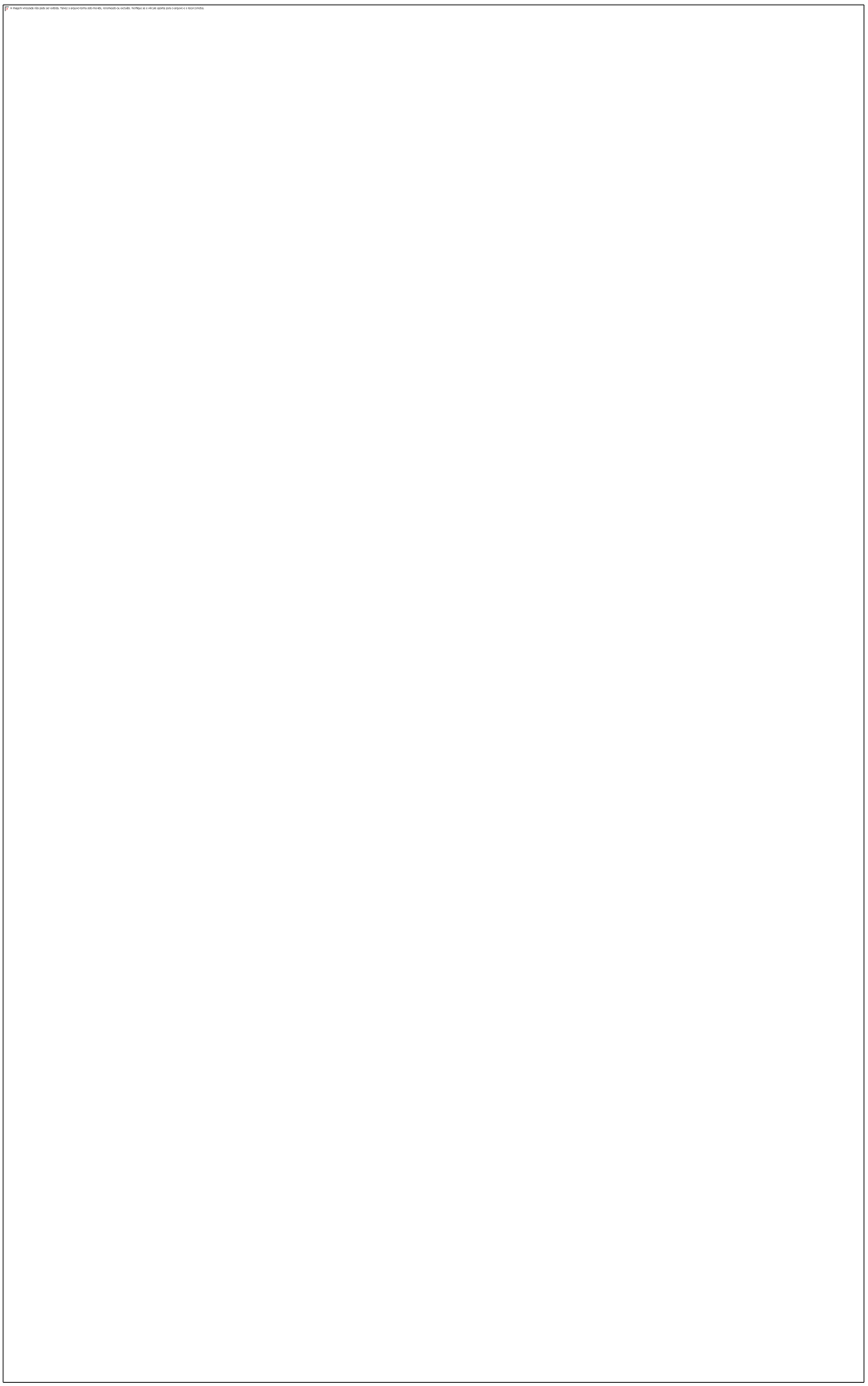


Figura 5: Correspondência enviada por Pedro Moacir, representante da Embaixada do Brasil no Senegal do Ministério das Relações Exteriores, terceira parte.

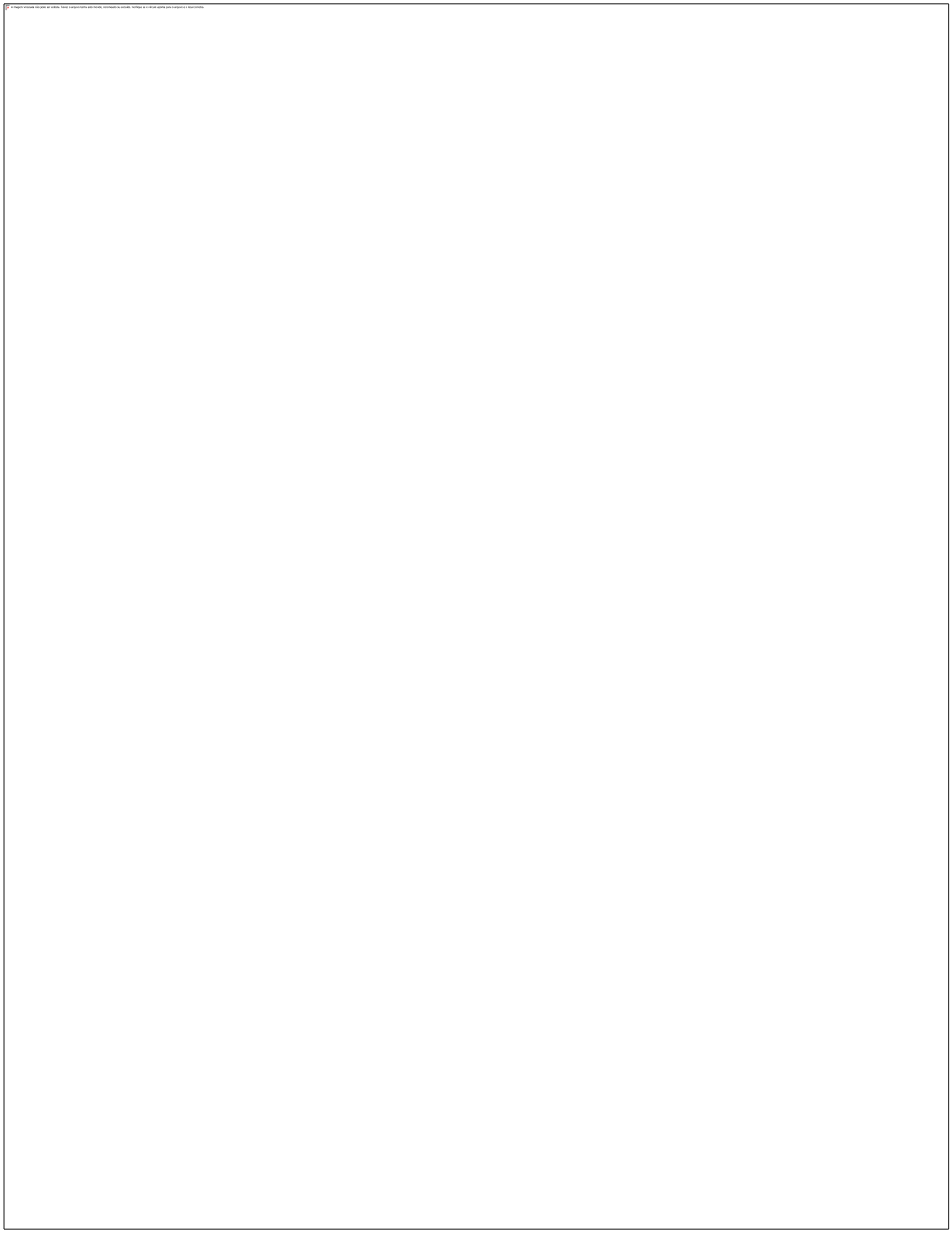


Figura 6: Recibo assinado por Rossini Perez, referente ao pagamento realizado pelo Itamaraty pela venda de suas obras, datado um ano antes da correspondência acima enviada por Pedro Moacir.

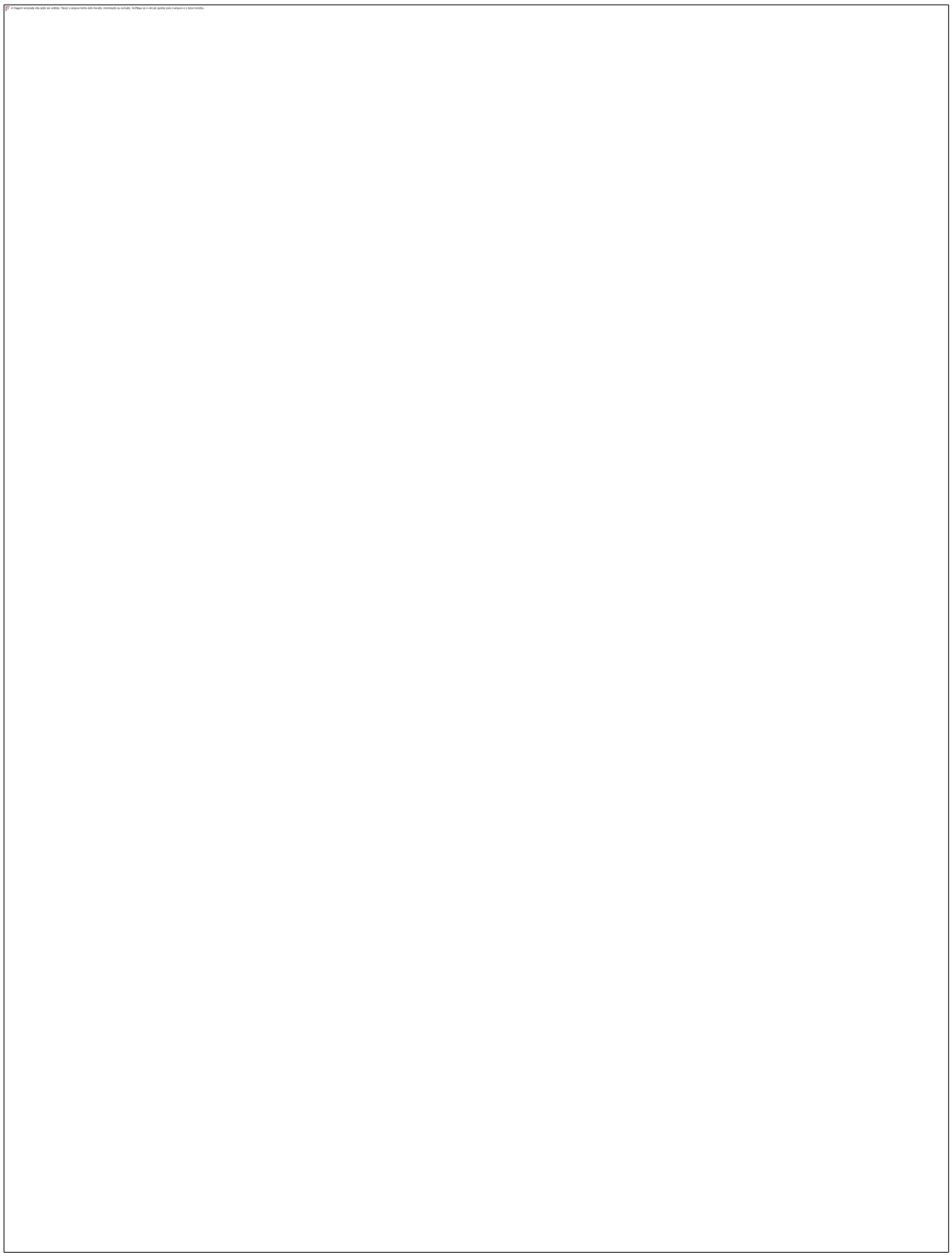


Figura 7: Correspondência de Rossini Perez em resposta a Elaine L. Johnson em 1967.



Figura 8: Correspondência do MoMA para Rossini Perez sobre o recebimento das obras enviadas à Instituição em 1967.



Figura 9: Correspondência enviada por Kenneth Kruger para Rossini em 1969.

CÓDIGO: HS0078

AUTOR: JOSE ROBERTO DE FRANCA JUNIOR

ORIENTADOR: CELIA MARIA DE MEDEIROS

TÍTULO: Análise do nível mesotextual no gênero acadêmico monografia: as sequências textuais em Trabalhos de Conclusão de Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN

Resumo

O gênero monografia pertence ao domínio discursivo instrucional e sua utilização perpassa os diferentes níveis de formação acadêmica. Na graduação, a monografia é uma das modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), as primeiras defesas de TCCs ocorreram em 2023, configurando-se como uma oportunidade para analisar a organização textual desse gênero. Teoricamente, esta pesquisa filia-se aos pressupostos teóricos de Adam (2011, 2019, 2021, 2022), no que diz respeito ao plano de texto e seus níveis textuais, com foco no nível mesotextual, mais especificamente à análise das sequências textuais presentes na monografia; e de Rabatel (2016), no que se refere às instâncias enunciativas. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa de cunho interpretativista e método indutivo. O corpus é composto por 5 (cinco) TCCs do curso Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN. No que concerne às instâncias enunciativas, os resultados demonstram que foi possível determinar, em todo o corpus, um locutor enunciador primeiro (L1/E1) que se utiliza de enunciadores segundos (e2); no que tange às sequências textuais, constatamos a predominância da sequência explicativa nesse gênero. Todavia, em determinadas seções de algumas das monografias, houve a predominância das sequências argumentativa e narrativa.

Palavras-chave: nívelmesotextual;sequênciastextuais;instâncias enunciativas;monografia

TITLE: Analysis of the mesotextual level in the academic genre monograph: textual sequences in Undergraduate Theses in Portuguese Language and Literatures at UFRN

Abstract

The monograph genre belongs to the instructional discourse domain, and its use spans various levels of academic training. At the undergraduate level, the monograph is one form of the Undergraduate Theses (TCC). In the Portuguese Language and Literatures program at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), the first TCC defenses took place in 2023, providing an opportunity to analyze the textual organization of this genre. Theoretically, this research aligns with the premises of Adam (2011, 2019, 2021, 2022), regarding the text plan and its textual levels, focusing on the mesotextual level, specifically the analysis of textual sequences within the monograph; and Rabatel (2016), regarding enunciative instances. The methodology adopted is qualitative research with an interpretivist approach and an inductive method. The corpus consists of five undergraduate theses from the Portuguese Language and Literatures program at UFRN. The results demonstrate that: regarding enunciative instances, it was possible to identify a primary speaker-enunciator (L1/E1) throughout the corpus who employs secondary enunciators (e2); regarding textual sequences, we observed a predominance of the explanatory sequence in this genre. However, in specific sections of some monographs, argumentative and narrative sequences predominated.

Keywords: mesotextual level; textual sequences; enunciative instances; monograph

Introdução

A monografia é um gênero acadêmico inserido no domínio discursivo instrucional e seu uso perpassa os diferentes níveis de formação acadêmica. Em cursos de graduação, a monografia é uma das modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN, o TCC foi incorporado ao currículo em 2018, com as primeiras defesas sendo realizadas em 2023. Esse fenômeno recente simboliza uma grande oportunidade de analisar esse gênero em um contexto específico de produção. Com isso, este trabalho visa analisar o plano de texto das monografias, com foco no nível mesotextual, buscando compreender como as sequências textuais se manifestam nesse gênero acadêmico.

De acordo com Adam (2011, p. 256), “os planos de texto estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais”, ou seja, são dispositivos que fazem parte da memória sociocognitiva dos indivíduos e mediam a construção de sentidos dos textos. Ademais, ainda em consonância com Adam (2011, p. 256), os planos de texto “permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura e na escrita) a organização global de um texto, prescrita por um gênero”. Dessa forma, a recepção, a produção e a reprodução de um texto só é possível por causa da existência de um plano de texto, uma vez que “o reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis” (Adam, 2011, p. 254).

Em pesquisas posteriores, Adam (2021, 2022) segmenta o plano de texto em três níveis de estruturação: macrotextual, mesotextual e microtextual (os três níveis textuais foram representados na Figura 1). Consoante Adam (2021, p. 4), o nível macrotextual é

> [...] constituído pelas fronteiras peritextuais e as subdivisões de um texto escrito em parágrafos, capítulos, seções ou partes, que conferem o sentimento de uma unidade textual constituída de subunidades significantes, de extensão e de natureza semiológica variáveis (certas partes ou módulos de um texto podendo ser icônicos).

O nível mesotextual, por sua vez, "[...] compreende, de fato, dois componentes cuja combinação é muito flexível: os segmentos no plano da divisão gráfica ou sonora dos enunciados e os agrupamentos de frases/períodos (P) em macroproposições (MP) no plano semântico" (Adam, 2022, p. 100, grifo próprio).

No que diz respeito ao nível microtextual, Adam (2022) o organiza em dois planos: o plano Intra-P (intraperiódico), em que se situam "[...] as questões de morfossintaxe, de articulação das cláusulas em períodos e de pontuação (segmentação em unidades orais ou gráficas)" (Adam, 2022, p. 66); e o plano Inter-P (interperiódico), em que se situam fatores de conexidade e coesão responsáveis pela articulação de enunciados, esses "subsistemas" são fatores de textualidade (como anáforas, conectores, dêiticos, atos de discurso etc.).

Com base nos pressupostos teóricos adotados para esta pesquisa, focalizando na análise das instâncias enunciativas e das sequências textuais, buscamos responder os seguintes questionamentos: "Como se apresentam as instâncias enunciativas nas monografias?" e "No nível mesotextual, como se apresentam as sequências textuais nas monografias?". Para responder a essas perguntas objetivamos descrever, analisar e interpretar o gênero acadêmico monografia concernente ao Trabalho de Conclusão de Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN, a partir do estudo do nível mesotextual e das instâncias enunciativas.

Metodologia

Adotamos, para este trabalho, a pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, pois o pesquisador, após a coleta do corpus, deve revisitar esses dados em sua totalidade, e o entendimento do investigador sobre esses dados é a sua chave de análise (Bogdan; Biklen, 1994). O método utilizado é o indutivo, pois, segundo Creswell (2010), o pesquisador irá

analisar seus dados a partir de categorias, buscando padrões abrangentes e/ou generalizações.

Nosso corpus é composto por 5 (cinco) monografias disponibilizadas no repositório virtual do CCHLA – TCC – Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, todas defendidas em 2025. Ademais, codificamos as monografias com a sigla "TCC". Para maior abrangência, cada TCC selecionado é de uma área distinta: o TCC (1) é da área de Linguística; o TCC (2) é da área de Literatura Brasileira; o TCC (3) é da área de Ensino de Língua Portuguesa; o TCC (4) é da área de Ensino de Literatura; por fim, o TCC (5) é da área de Estudos Clássicos e Diacrônicos. O nome das áreas estão de acordo com a Resolução N° 02/2024 do Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024 (Oliveira Neto, 2024). Aos TCCs, foi aplicado os seguintes procedimentos de análise: a) descrição dos planos de texto do corpus com ênfase no nível mesotextual; b) identificação e descrição do locutor enunciador primeiro (L1/E1) e dos enunciadores segundos (e2); c) elaboração de quadros descritivos e escolha de excertos para a análise e interpretação dos resultados. Com o intuito de proporcionar um melhor entendimento do corpus, ilustramos, no Quadro 1, os TCCs analisados.

Resultados e Discussões

Instâncias enunciativas

Consoante Rabatel (2016, p. 86), "todos os enunciadores (enquanto fontes de conteúdos proposicionais) não se equivalem". Ou seja, eles não têm a mesma relevância, uns são mais importantes do que os outros dependendo do grau de atualização no discurso, da natureza dos fenômenos de responsabilidade enunciativa etc. Sob essa ótica, o autor define o que seria um enunciador primário e um enunciador segundo. Observemos:

> [...] o enunciador primário, aquele que assume a responsabilidade enunciativa dos PDV aos quais ele adere, aquele a quem se atribui um grande número de PDV, redutíveis a um PDV geral e a uma posição argumentativa global que, supõe-se, corresponde a sua posição sobre a questão. Nomearemos principal o enunciador em sincretismo com o locutor, porque esse último exprime o PDV em um triplo aspecto:enquanto locutor, por intermédio de seu papel na enunciação[...]; enquanto ser do mundo e, por fim, enquanto sujeito que fala, aquele a quem se pede que preste contas pelo que é dito e pela forma como é dito (Rabatel, 2016, p. 86).

> [...] os enunciadores segundos, internos ao enunciado que correspondem, no caso da narração, aos personagens e que são verdadeiros centros de perspectiva, visto que agregam em torno deles um certo número de conteúdos proposicionais que indicam o PDV do enunciador intradiscursivo sobre tal evento, tal estado, tal noção etc. (Rabatel, 2016, p. 87).

Dessa forma, de acordo com Rabatel (2016), o locutor, que diz respeito ao aparelho físico da enunciação, poderá coincidir ou não com o enunciador, que diz respeito àquele que está na fonte do enunciado, que assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo

proposicional do dizer. Caso o locutor e o enunciador coincidam, há sincretismo entre o locutor e o enunciador primeiro, registrando-se L1/E1.

No caso dos TCCs analisados, podemos constatar a presença de um locutor enunciador primeiro (L1/E1) em todo o corpus. Além disso, todos os locutores enunciadores primeiros mobilizaram enunciadores segundos (e2), ou seja, trouxeram outras vozes aos seus textos. Por exemplo, o L1/E1 do TCC (2), que é a autora do TCC (2), traz as vozes de Eco (2003, 2024), Todorov (1979, 2008), entre outros, para embasar a sua análise do conto "A causa secreta", de Machado de Assis. Para melhor compreensão, ilustramos as instâncias enunciativas no Quadro 2.

O nível mesotextual da estruturação

O nível mesotextual, como já exposto anteriormente, diz respeito a "[...] dois componentes cuja combinação é muito flexível: os segmentos no plano da divisão gráfica ou sonora dos enunciados e os agrupamentos de frases/períodos (P) em macroproposições (MP) no plano semântico" (Adam, 2022, p. 100, grifo próprio). Os "segmentos no plano da divisão gráfica ou sonora dos enunciados" refere-se aos parágrafos, estrofes e turnos de fala. Já os "agrupamentos de frases/períodos (P) em macroproposições (MP) no plano semântico" diz respeito às sequências textuais. A fim de proporcionar um melhor entendimento, ilustramos o nível mesotextual na Figura 2. Além disso, Adam (2011) define as sequências textuais como uma rede relacional hierárquica, com partes ligadas entre si e ao todo, e como uma entidade relativamente autônoma, numa relação de dependência-independência com o conjunto maior do qual faz parte. Em outras palavras, sequência textuais são estruturas semiautônomas que se relacionam entre si e com o texto. Ilustramos, na Figura 3, a definição de sequência textual.

Adam (2019) trabalha com cinco protótipos de sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal. Como dito antes, essas sequências são compostas por macroproposições (MP), isto é, por complexas unidades de sentido que permitem a identificação dos "momentos" de cada sequência. Vejamos:
- Sequência descritiva: não é composta por macroproposições, ma sim por macro-operações, são elas: tematização, aspectualização, relação e expansão por subtemaização (Adam, 2019);

- Sequência narrativa: situação inicial (MPn1); nó (MPn2); re-ação ou avaliação (MPn3); desfecho (MPn4); situação final (MPn5) (Adam, 2019);

- Sequência argumentativa: tese anterior (MP. arg. 0); dados/fatos (MP. arg. 1); suporte (MP. arg. 3); restrição (MP. arg. 4); conclusão (MP. arg. 5) (Adam, 2019);

- Sequência explicativa: esquematização inicial (MP. expl. 0); problema/pergunta (MP. expl. 1); explicação/resposta (MP. expl. 2); ratificação-avaliação (MP. expl. 3) (Adam, 2019);

- Sequência dialogal: intercâmbio de abertura (P. dial. 0); intercâmbio de fechamento (P. dial. Ω) (Adam, 2011).

Para melhor compreensão, ilustramos os protótipos das sequências descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal nas Figuras 4, 5, 6, 7 e 8, respectivamente. A seguir,

evidenciaremos quais sequências textuais foram predominantes em cada seção das monografias. Após, analisaremos trechos representativos de cada sequência identificada nos trabalhos.

As sequências textuais predominantes em cada seção das monografias

Os TCCs analisados são compostos majoritariamente por 6 (seis) seções, são elas: introdução; fundamentação teórica; metodologia; análise dos dados; e, por fim, conclusão. A predominância de uma sequência ou outra nas seções dos TCCs variou de acordo com a área de estudos, os objetivos e intenções dos autores. No entanto, antes da análise pormenorizada de cada seção, é importante destacar que a sequência explicativa teve a maior predominância no corpus, o que é esperado, uma vez que o gênero monografia pertence ao domínio discursivo acadêmico-instrucional, em que a explicação de conceitos, teorias, objetivos, métodos, dados e a análise desses dados é algo essencial e incontornável. Com o intuito de melhor compreensão dos dados encontrados, ilustramos, na Figura 9, cada seção das monografias, as sequências predominantes e em que TCC tal sequência predominou.

Na seção de introdução, a sequência explicativa predominou nos TCCs (2), (4), e (5), enquanto nos TCCs (1) e (3), a sequência predominante foi a explicativa. A autora do TCC (1) argumentou que existe uma falta significativa de estudos sobre o gênero fanfiction na área da linguística e, por isso, seu trabalho teria relevância, uma vez que analisa linguisticamente um gênero pouco explorado na área. Já a autora do TCC (3) argumenta sobre a importância de considerar o contexto específicos da EJA, as aulas, segundo a autora, devem ser de qualidade e emancipatórias, promovendo o letramento crítico. Por conseguinte, a sequência argumentativa predominou nessas duas monografias.

No que diz respeito à seção de fundamentação teórica, a sequência explicativa foi predominante nos TCCs (1), (2), (3) e (4), algo de se esperar, pois é nessa seção em que os autores explicam os conceitos teóricos que norteiam suas pesquisas. Em contrapartida, a sequência predominante no TCC (5) foi a narrativa, uma vez que o autor utilizou a seção para apresentar as diferentes versões do mito de Medeia e Jasão, o que demandou maior narração.

No que concerne à seção de metodologia, apenas o TCC (1) apresenta esta seção, em que a sequência predominante foi a explicativa. Nos outros TCCs, a metodologia foi inserida ou na introdução ou na fundamentação teórica. Embora esses TCCs não tenham seção própria de metodologia, é possível afirmar que, caso tivessem, a sequência predominante também seria a explicativa, uma vez que, nesses trabalhos, seja a metodologia inserida na introdução, seja a metodologia inserida na fundamentação teórica, os autores utilizaram-se de explicação, ou seja, da sequência explicativa.

Já na seção de análise dos dados, a sequência explicativa predominou em todo o corpus. A necessidade de expor os resultados da pesquisa, além de discutir, interpretar e ligar esses resultados com os pressupostos teóricos utilizados, faz com que a sequência explicativa seja predominante.

No que se refere à seção de conclusão, os TCCs (1) e (2) tiveram como sequência predominante a explicativa. Já nos TCCs (3), (4) e (5), a sequência argumentativa

predominou. No caso dos TCCs (3) e (4), ambos da área de ensino (TCC (3) - Ensino de Língua Portuguesa; TCC (4) - Ensino de Literatura), as autoras utilizaram a conclusão para argumentar o porquê de seus trabalhos serem relevantes, além de o porquê de suas propostas didáticas serem importantes para o ensino na área e viáveis para a aplicação em sala de aula. No caso do TCC (5), o autor, assim como as autoras dos TCCs (3) e (4), também argumentou o motivo de seu trabalho ser importante para a área em que está localizado, principalmente pela análise do aspecto dual do fogo e do amor no mito analisado. Além disso, o autor também argumenta sobre a importância de ler e estudar mitos como o de Jasão e Medeia, uma vez que eles trazem questionamentos e reflexões ainda pertinentes na atualidade.

Ademais, é importante ressaltar que, embora uma sequência textual tenha predominado em determinada seção, não significa que há apenas aquele tipo de sequência. Dito de outro modo, uma seção com a sequência explicativa predominante, por exemplo, pode ter – e normalmente terá – outras sequências encaixadas e/ou encadeadas ao longo do texto. Na seção de fundamentação teórica do TCC (4), por exemplo, apesar da sequência explicativa ser predominante, na última subseção desta seção houve a predominância, majoritariamente, das sequências argumentativa e narrativa. Na seção de análise dos dados dos TCCs, ainda que a sequência explicativa seja a predominante, a sequência argumentativa, e até a sequência narrativa, em alguns dos TCCs, foram mobilizadas em momentos específicos. Enfim, tudo isso para frisar que um texto, em especial uma monografia, raramente será tipologicamente "puro", sempre haverá encaixamentos de sequências textuais, uma vez que a produção de um texto perpassa momentos de explicação, argumentação, narração, descrição, entre outros. A única exceção, no corpus analisado, foi a seção de introdução do TCC (2), em que a sequência explicativa foi completamente predominante, sem o encaixamento de outra sequência textual.

A seguir, selecionamos excertos representativos das sequência textuais identificadas nos TCCs (explicativa, argumentativa, narrativa e descritiva), para uma análise pormenorizada.

Sequência explicativa

Para a realização da análise das sequências explicativas, elaboramos o Quadro 3. Nesse quadro, os excertos representativos escolhidos mobilizam marcas linguísticas que explicitam a composição desta sequência.

No excerto do TCC (1), podemos observar a utilização do articulador textual de conformidade "de acordo com", marcando a inserção de uma outra voz em seu texto. Os articuladores textuais de proporção "desde" e "até" marcam a explicação de o que pode ser considerado uma tradição discursiva. Além dos marcadores de exemplificação "como" e "tais como", que inserem exemplos a fim de esclarecer a explicação sendo desenvolvida.

No excerto do TCC (4), o organizador textual de mudança de tópico "no que diz respeito" sinaliza a passagem de um objeto de discurso (a articulação das habilidades da BNCC) a outro (especialmente o trabalho com gêneros). Assim como no excerto anterior, também há a presença de uma marcador de exemplificação, nesse caso, o "por exemplo". Por fim, o articulador textual de consequência/conclusão "assim" indica o fechamento da sequência explicativa.

Já no excerto do TCC (5), o autor utiliza o marcador de reformulação “ou seja” para, com suas palavras, explicar o que o amor ser visto como páthos na antiguidade significa.

Sequência argumentativa

Para a análise dos excertos representativos da sequência argumentativa, elaboramos o Quadro 4. Assim como na análise da sequência explicativa, os excertos foram escolhidos pela ocorrência de marcas linguísticas que sinalizam explicitamente a sequência argumentativa.

No excerto do TCC (2), os articuladores textuais de contrajunção/adversidade “no entanto” e “contudo” marcam as contra-argumentações construídas pela autora. Além disso, os advérbios “criticamente”, “consequentemente” e “supostamente” modalizam o enunciado, evidenciando o ponto de vista da autora no que tange à linguagem do conto analisado. Ainda sobre a linguagem do conto, mais especificamente em relação à descrição feita pelo narrador dos experimento elaborados por uma das personagens, a autora utiliza os adjetivos “concisa”, “veloz” e “objetiva”, evidenciando, mais uma vez, a percepção da autora sobre aspectos da obra analisada.

No excerto do TCC (3), a sequência argumentativa é aberta pelo modalizador axiológico “é importante”, que explicita o posicionamento da autora em relação a “levar em consideração as especificidades da EJA". Ademais, o articulador textual de causalidade “uma vez que” marca o porquê considerar as especificidades da EJA é importante. O articulador textual de conformidade “de acordo com” assinala o argumento da autora de que as práticas de ensino devem estar em consonância com princípios que garantam a educação dos alunos. Educação essa que é qualificada a partir da locução adjetiva “de qualidade”, do adjetivo “emancipatória” e da oração adjetiva restritiva “que respeite a diversidade sociocultural”, ou seja, segundo a autora, a educação oferecida para esses alunos não pode ser qualquer uma, ela tem que conter essas qualificações.

A partir da análise dos excertos, é possível afirmar que o posicionamento/ponto de vista dos autores, seja sobre os dados analisados, seja sobre temáticas mais amplas, é expresso de maneira mais explícita na sequência argumentativa.

Sequência narrativa

Para a análise da sequência narrativa, elaboramos o Quadro 5, com excertos escolhidos que são compostos por marcas linguísticas que enfatizam a composição desta sequência.

No excerto do TCC (2), os dêiticos temporais “após, “agora”, “já” e “durante” marcam a sequencialidade dos acontecimentos na narrativa. Além disso, os verbos conjugados no pretérito perfeito do indicativo “voltam”, “contam” e “socorreu” sinalizam que os ocorridos estão situados em um passado mais distante.

No excerto do TCC (5), também há a presença de dêiticos temporais, sendo eles “após” e “enquanto”, que, assim como no excerto anterior, sequencializam os acontecimentos narrados. Ademais, várias construções verbais estão presentes: verbos conjugados no pretérito perfeito do indicativo (“revelaram”, “atendeu”, “resistiu”, “decidiu”, “eram”), que assinalam o passado distante; locuções verbais com o verbo auxiliar “haver”

conjugado no pretérito imperfeito do indicativo (“havia revelado”, “havia consagrado”), que indicam situações contínuas que não se encerraram de forma clara nesse passado; verbos conjugados no pretérito imperfeito do subjuntivo (“liberasse”, “permanecesse”), que marcam situações hipotéticas, que poderiam ou não terem ocorrido nesse passado; e, por fim, o verbo conjugado no futuro do pretérito do indicativo (“permaneceria”), que sinaliza uma situação que poderia ter acontecido, mas não se efetua, ou seja, uma situação incerta.

Ademais, é importante salientar que, em ambos os excertos, os autores utilizam a sequência narrativa para explanar a história ou partes da história da obra analisada em seus trabalhos, contextualizando o leitor e, além disso, a sequência narrativa foi mais frequente nos trabalhos da área de literatura.

Sequência descritiva

Para a análise da sequência descritiva, elaboramos o Quadro 6. Além disso, selecionamos excertos com marcas linguísticas que evidenciam diferentes tipos de descrição.

Antes da análise dos excertos, é importante ressaltar que Adam (2019) menciona dois grandes tipos de descrição: a descrição retrato e a descrição propriamente dita. A descrição retrato diz respeito à descrição de aspectos físicos, psicológicos e morais de seres-humanos e personagens humanas. Já a descrição propriamente dita se refere à descrição de todas as coisas não-humanas, como paisagens, animais, objetos, quadros, figuras etc. Entender esses dois grandes tipos de descrição é de suma importância para este trabalho, uma vez que, nos excertos escolhidos, podemos identificar esses dois tipos e como eles se manifestam linguisticamente.

No excerto do TCC (1), a autora descreve um quadro que trouxe ao seu texto, utilizando os organizadores textuais espaciais “ao lado esquerdo” e “ao lado direito”, com o intuito de sinalizar em que parte do quadro os elementos estão localizados, para melhor compreensão dos leitores.

No que tange ao excerto do TCC (2), a autora descreve traços psicológicos e morais das personagens do conto analisado. As personagens são descritas a partir de uma adjetivação excessiva, com a utilização de adjetivos como “prestativa”, “dedicada”, “sádico”, “impiedoso”, “absorto”, “curioso” e “deslumbrado”, além de dois predicativos do sujeito: “muito atento aos outros” e “dotado de um compasso ético mais equilibrado”.

Já no excerto do TCC (3), a autora descreve uma charge a partir de dois tipos de organizadores textuais: os organizadores textuais enumerativos “inicialmente” e “em seguida”, que ordenam o sequenciamento da descrição sendo feita; e os organizadores textuais especiais “na parte superior” e “à sua frente”, que, assim como no excerto do TCC (1), servem para indicar a localização dos elementos sendo descritos.

Assim, a partir da análise dos excertos, podemos afirmar que, nos excertos dos TCCs (1) e (3), há a presença da descrição propriamente dita, uma vez que a autora do TCC (1) descreve um quadro e a autora do TCC (3) descreve uma charge, ou seja, elementos que não dizem respeito a aspectos de seres-humanos. Já no excerto do TCC (2), a descrição retrato está presente, já que a autora descreve aspectos psicológicos e morais das personagens humanas do conto analisado. No que tange às marcas linguísticas desses dois

tipos de descrição, podemos observar que a descrição propriamente dita é marcada por organizadores textuais espaciais e enumerativos, enquanto a descrição retrato é marcada por adjetivos e predicativos do sujeito. Além do mais, podemos confirmar que a sequência descritiva, no gênero monografia, é bem escassa, sendo utilizada de maneira pontual e sempre encaixada em outras sequências.

O encaixamento de sequência textuais

Como já foi dito anteriormente, textos ou partes de textos raramente serão compostos apenas por um tipo de sequência textual, normalmente haverá outras sequências presentes em sua composição, em especial por processos de encaixamento. O encaixamento de sequência, como o nome já sugere, diz respeito à uma sequência textual outra que está encaixada em uma sequência textual predominante, por exemplo, uma sequência dialogal encaixada em uma sequência narrativa, uma sequência argumentativa encaixada em uma sequência explicativa etc. No caso dos TCCs analisados, foi possível constatar vários encaixamentos de sequências. Com o intuito de melhorar a compreensão acerca desses processos de encaixamento, elaboramos o Quadro 7 e o Quadro 8.

No Quadro 7, o excerto retirado do TCC (3) consta com o encaixamento de uma sequência explicativa em uma sequência argumentativa maior. O início da sequência explicativa é marcada linguisticamente pelo marcador de exemplificação “por exemplo”. Além disso, é interessante observar que esse processo de encaixamento no TCC (3) não ocorreu em apenas um parágrafo, mas sim ao longo de três.

No Quadro 8, o excerto retirado do TCC (5) mostra duas sequências textuais, uma explicativa e outra narrativa, encaixadas em uma sequência argumentativa. No excerto, podemos afirmar que as sequências explicativa e narrativa encaixadas servem como um apoio à argumentação construída pelo autor, ajudando a embasar seus argumentos. Além disso, diferentemente do excerto do TCC (3), em que o processo de encaixamento se realiza ao decorrer de três parágrafos, aqui o encaixamento ocorre dentro de um único parágrafo. Isso demonstra como a composição das sequências textuais é heterogênea, norteada por diferentes e diversos processos.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo descrever, analisar e interpretar o gênero acadêmico monografia concernente ao Trabalho de Conclusão de Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN, a partir do estudo do nível mesotextual e das instâncias enunciativas. No que concerne à fundamentação teórica, esta pesquisa ancora-se nos postulados de Adam (2011, 2019, 2021, 2022), no que diz respeito ao nível mesotextual, especificamente às sequências textuais; e Rabatel (2016), no que se refere aos estudos das instâncias enunciativas.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que, em relação às instâncias enunciativas, identificamos um locutor enunciador primeiro (L1/E1) em todo o corpus, ou seja, os autores assumem a responsabilidade enunciativa pelo dito, além de evocarem

enunciadores segundos (e2), essas outras vozes, aos seus textos. No que tange aos resultados das sequências textuais, observamos que a sequência explicativa predomina nesse gênero, algo previsto, uma vez que os autores precisam explicar os objetivos e métodos do trabalho, a fundamentação teórica e conceitos pertinentes, além dos dados e os processos de análise desses dados. Contudo, também observamos que, em algumas seções dos TCCs, as sequências argumentativa e narrativa predominaram.

Além disso, foi possível verificar que a sequência narrativa foi mais frequente nos trabalhos da área de Literatura, uma vez que os autores precisam contextualizar o leitor e explanar os fatos narrativos das obras analisadas. Sobre a sequência descritiva, constatamos a mobilização de diferentes tipos de descrição, além de evidenciar seu uso escasso e pontual nas monografias. No que diz respeito à sequência argumentativa, ressaltamos que é nessa sequência que o posicionamento/ponto de vista dos autores é manifestado explicitamente. Além do mais, enfatizamos o caráter heterogêneo do nível mesotextual a partir da análise de excertos que demonstram diferentes processos de encaixamento de sequências.

Por fim, salientamos que a análise do nível mesotextual, especialmente das sequências textuais, é de suma importância para um melhor e mais abrangente entendimento da escrita acadêmica. Portanto, este trabalho é relevante na medida que contribui para a compreensão do funcionamento do gênero monografia no contexto específico do curso de letras da UFRN, o que ajuda a enriquecer os estudos linguísticos do texto, sobretudo os estudos das sequências textuais.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual:** introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. **Textos:** tipos e protótipos. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. Tradução Ana Lúcia Tinoco Cabral e Maria das Graças Soares Rodrigues. Revisão técnica João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. *In*: **Letra Magna**, n. 27, 2021, p. 1-38.

ADAM, Jean-Michel. **A noção de texto**. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFRN, 2022.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA NETO, Pedro Fernandes. **Resolução n° 02/2024** – Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024. Natal: UFRN, 2024.

RABATEL, Alain. **Homo narrans:** por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa – pontos de vista e lógica da narração- teoria e análise. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v.1.

Referências das monografias – *corpus* da pesquisa

ARAÚJO, Isabela de Brito Uchôa. **O domínio do espetáculo:** um estudo da narração no conto “A causa secreta”, de Machado de Assis. Orientador: Andrey Pereira de Oliveira. 2025. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

MOURA, Bianca Cordeiro de. **O gênero charge no ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos**. Orientadora: Célia Maria de Medeiros. 2025. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

PONTES, Íris Maria Ferreira. **Mediação literária:** a cultura digital como paradigma do letramento literário. Orientador: Francisco Fábio Vieira Marcolino. 2025. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal , 2025.

SIMÕES, Isabela Monteiro. **Fanfiction, um gênero entre oralidade e escrituralidade:** uma análise dos parâmetros comunicativos do gênero da atualidade. Orientadora: Alessandra Castilho Ferreira da Costa. 2025. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

SILVA, Pedro Henrique Barbosa da. **Entre o amor e a ruína:** o fogo do Eros em Medeia. Orientador: Marcos César Tindo Barbosa. 2025. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras - Língua Portuguesa e Literaturas), Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

Anexos



Figura 1 - Os níveis textuais

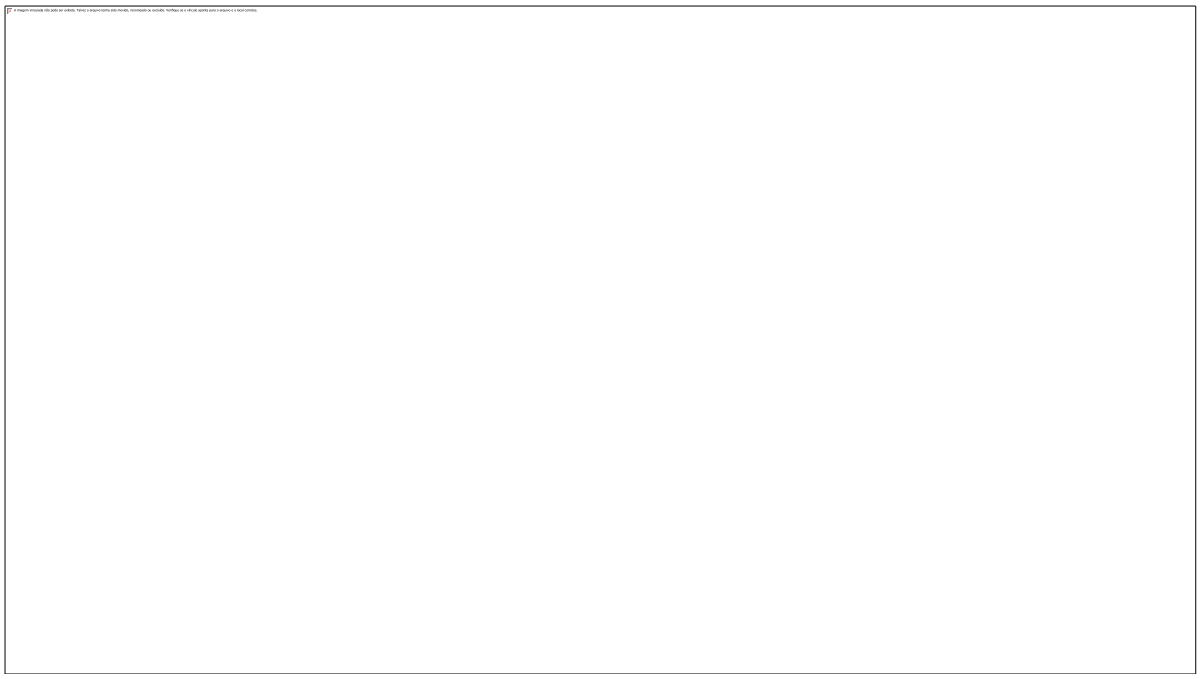


Figura 2 - O mesonível da estruturação textual



Figura 3 - Definição de sequência textual

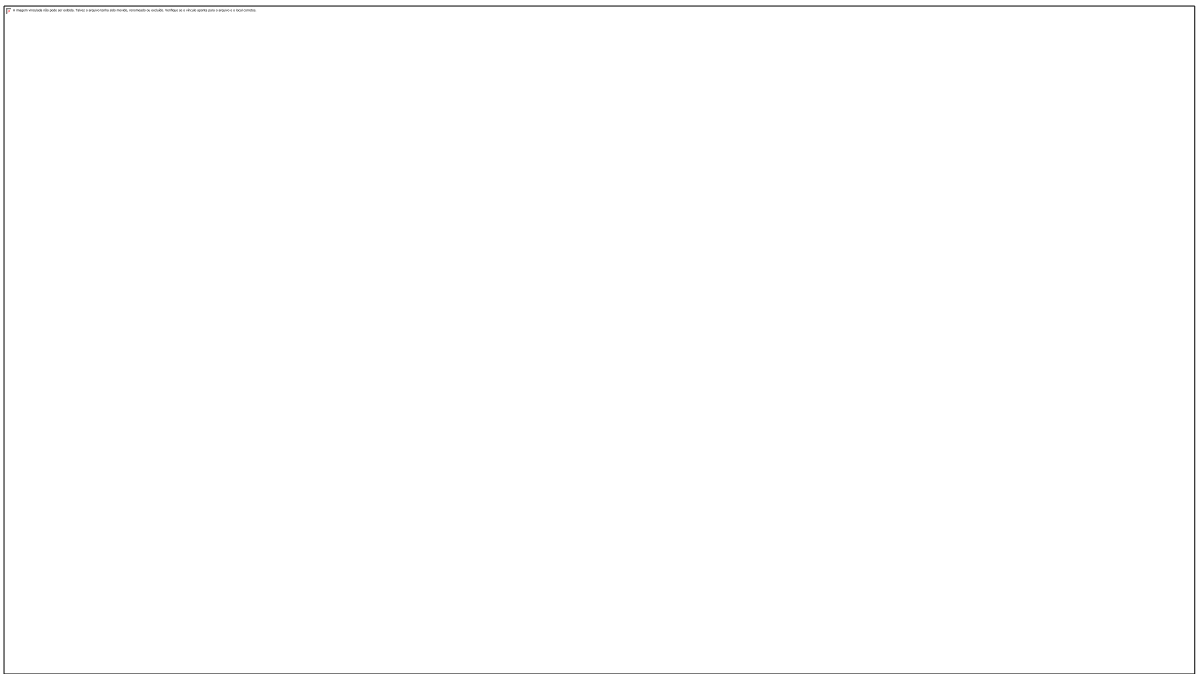


Figura 4 - Protótipo da sequência descritiva

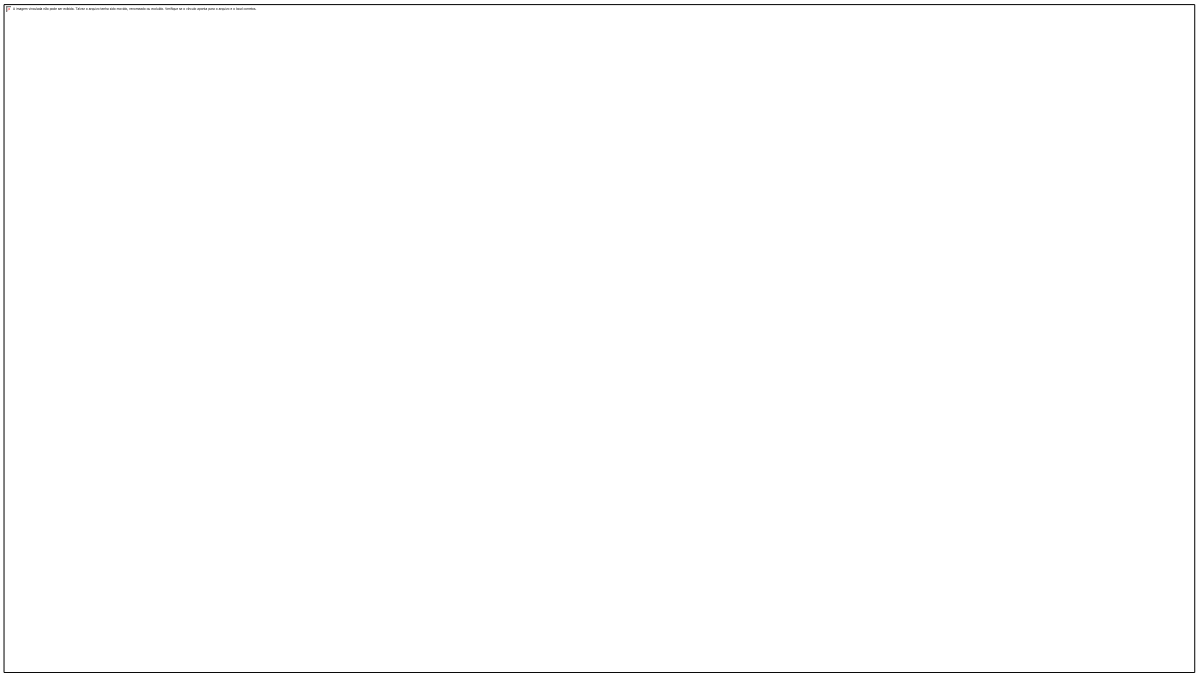


Figura 6 - Protótipo da sequência argumentativa

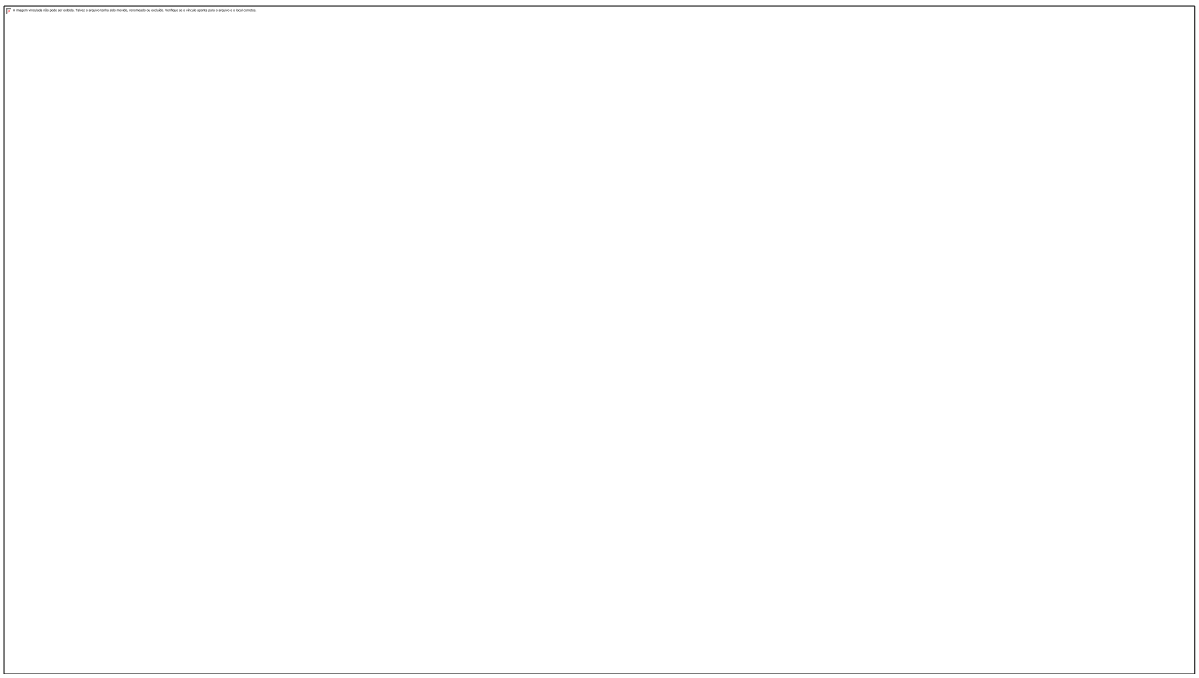


Figura 5 - Protótipo da sequência narrativa

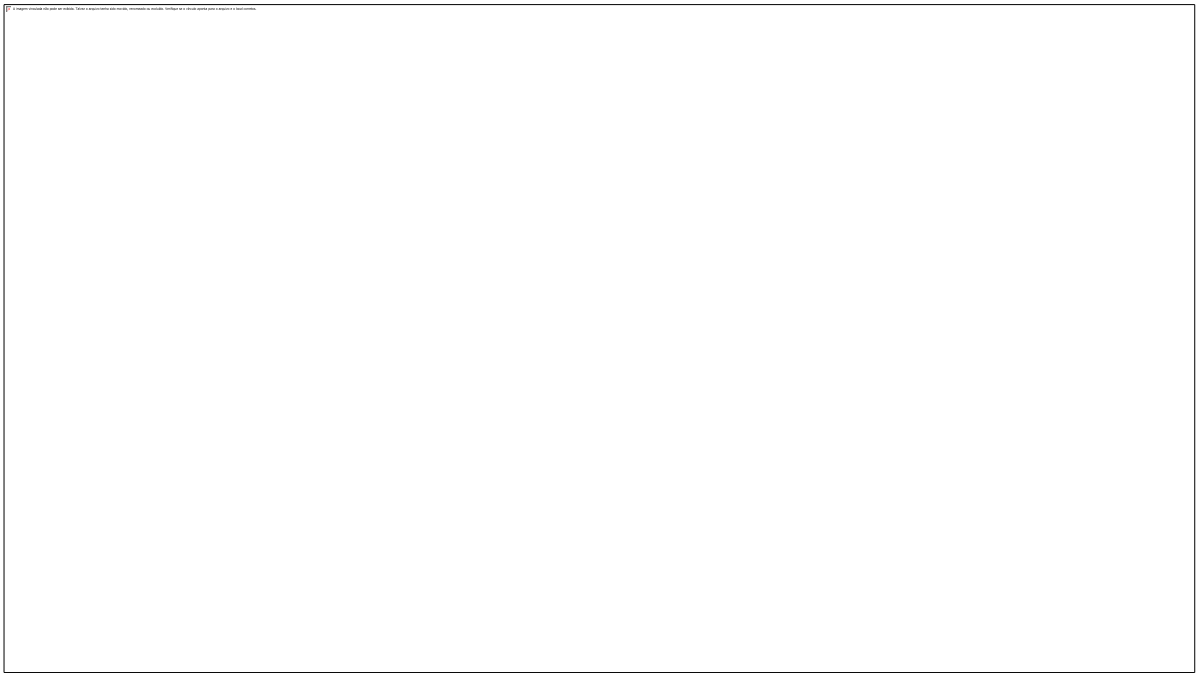


Figura 7 - Protótipo da sequência explicativa

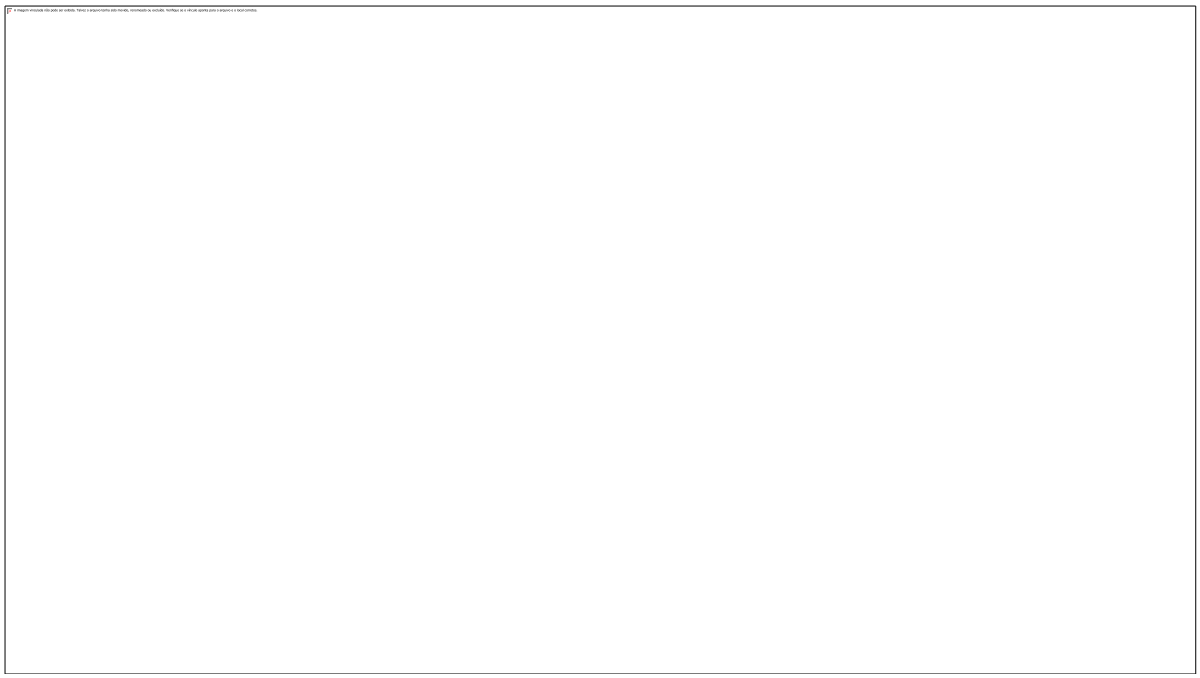


Figura 8 - Protótipo da sequência dialogal

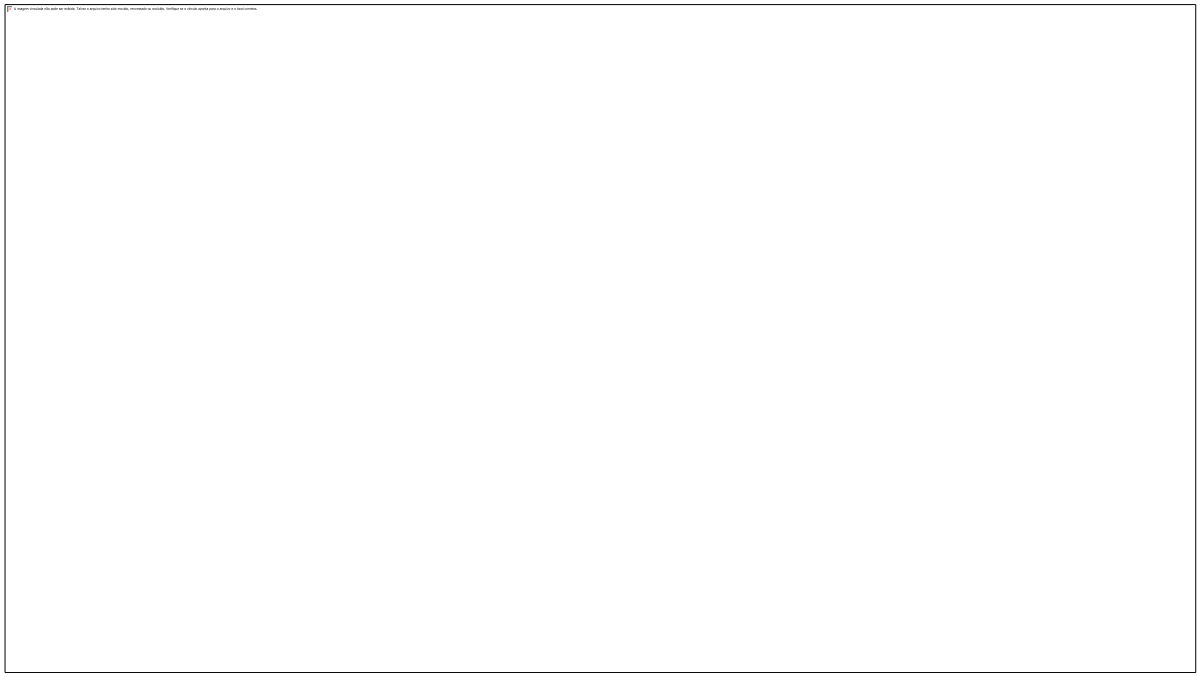
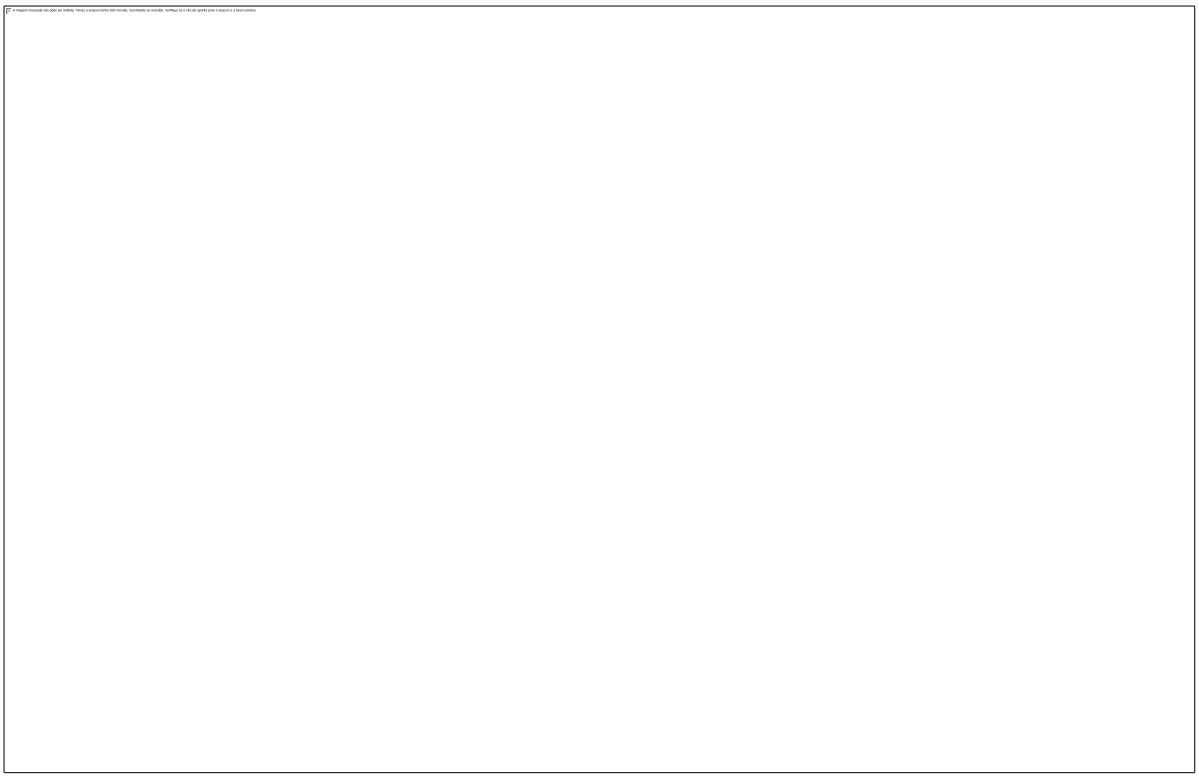


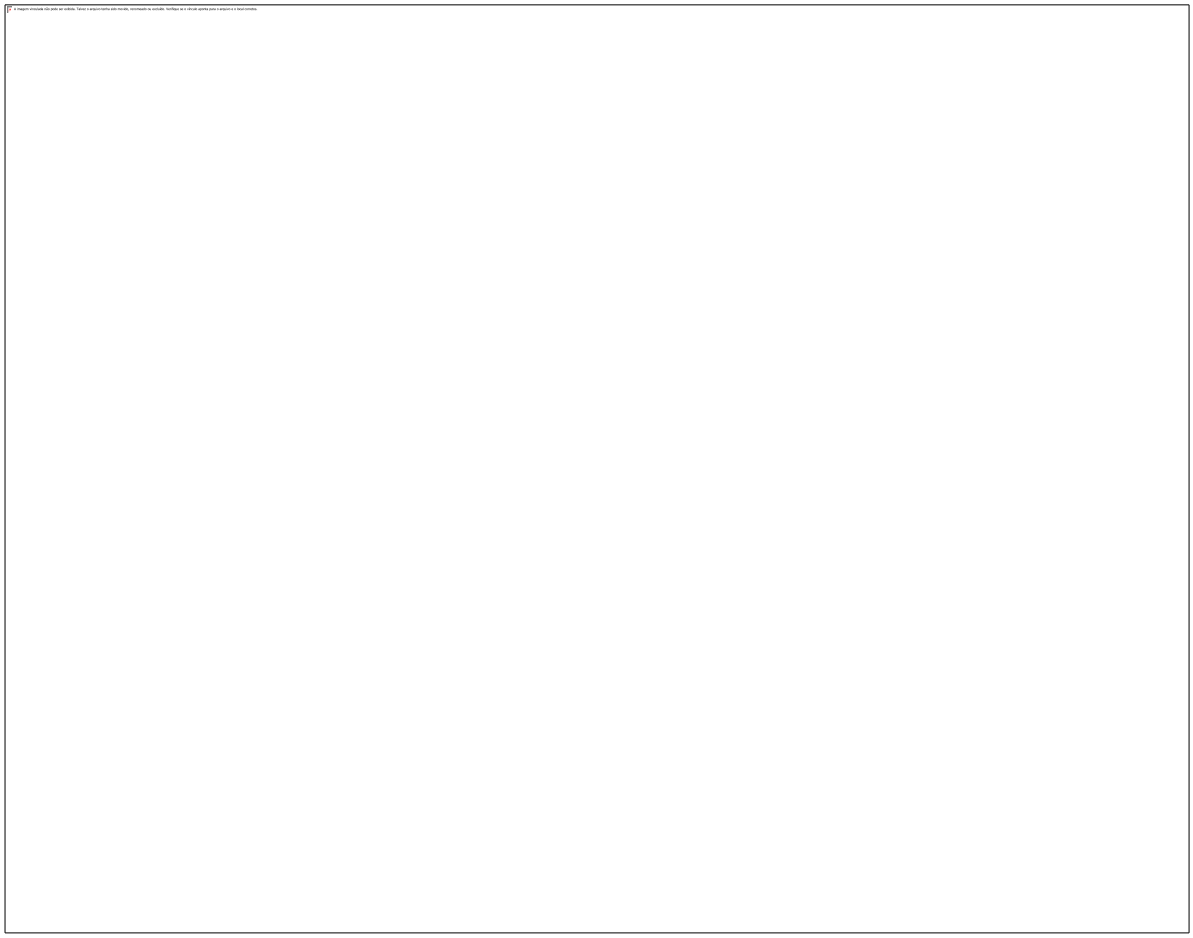
Figura 9 - Sequências textuais predominantes em cada seção das monografias



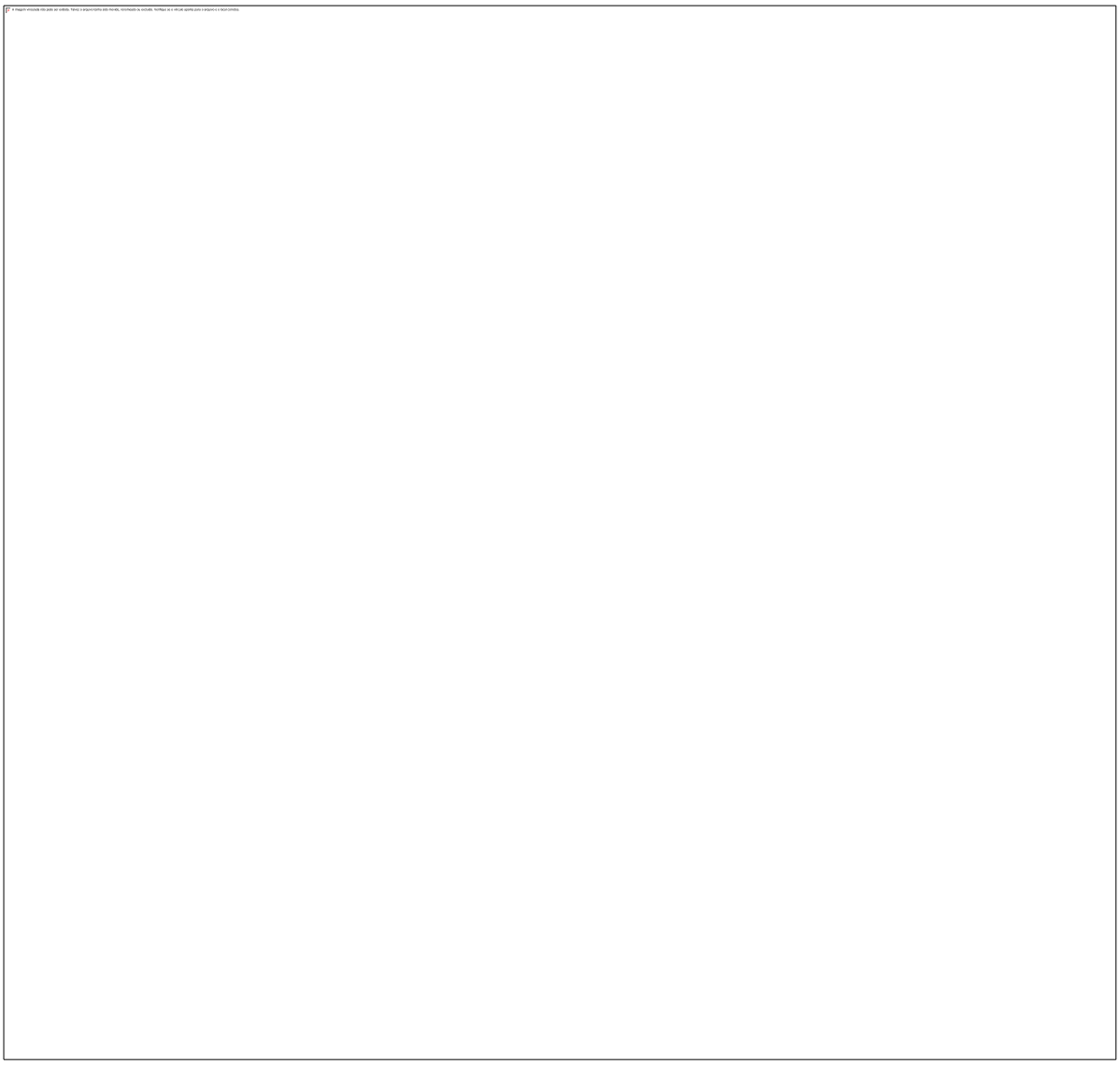
Quadro 1 - Corpus da pesquisa



Quadro 2 - Instâncias enunciativas das monografias



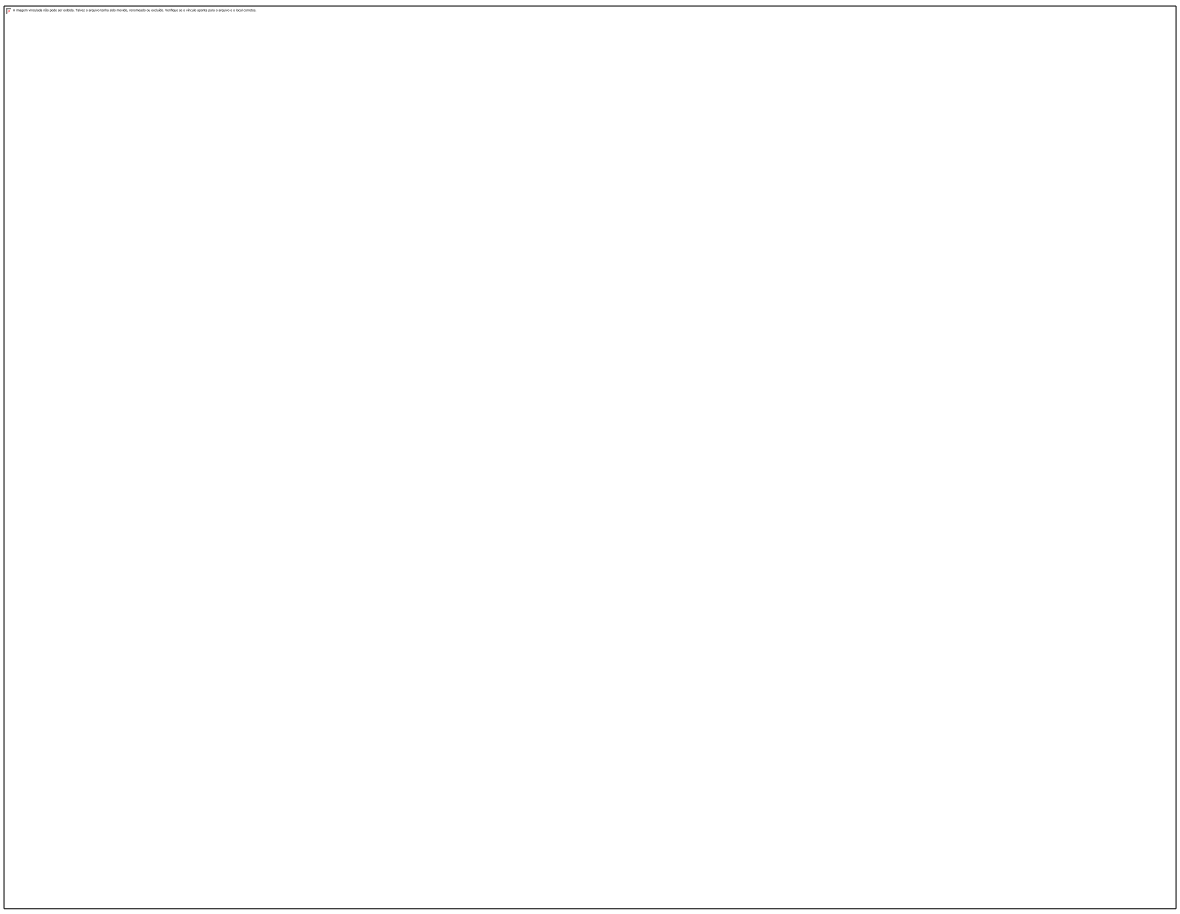
Quadro 3 - Análise mesotextual (sequência explicativa)



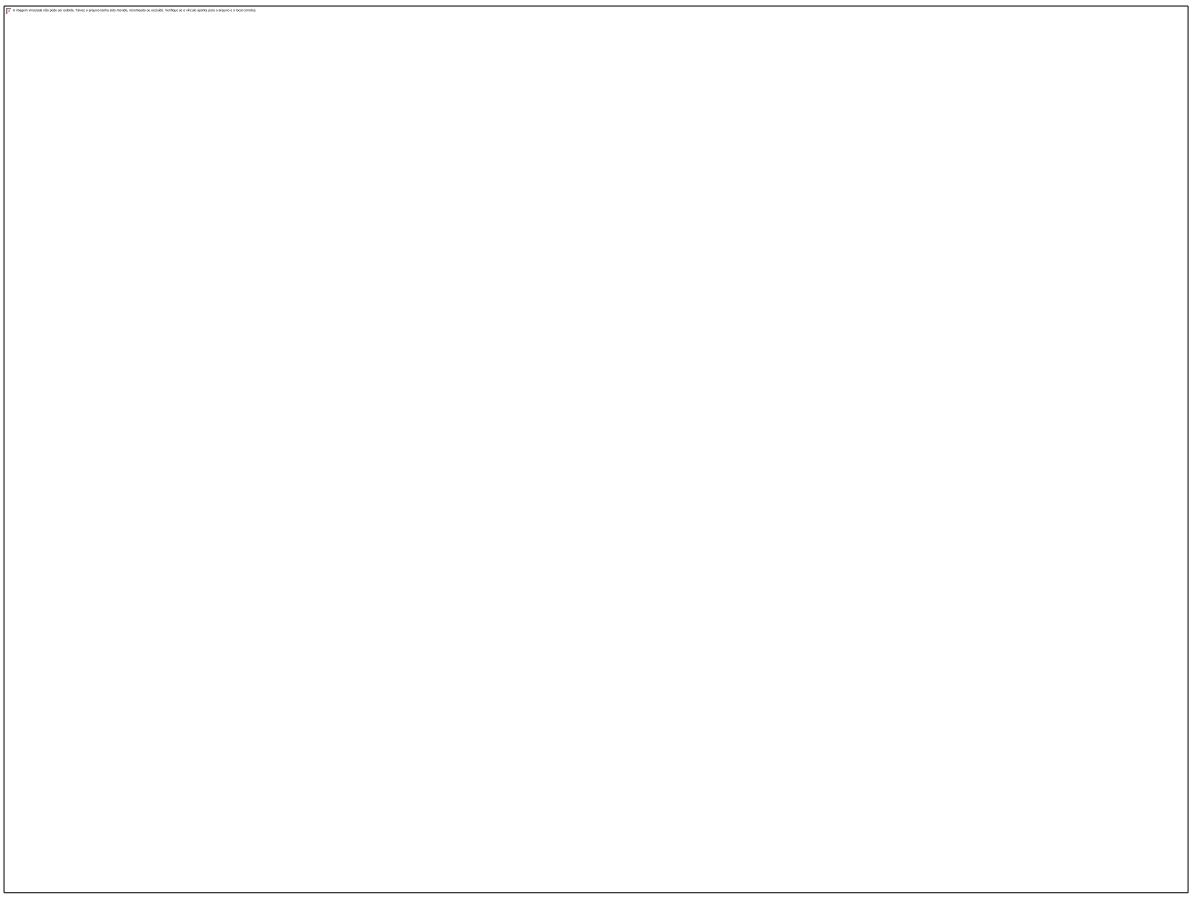
Quadro 4 - Análise mesotextual (sequência argumentativa)



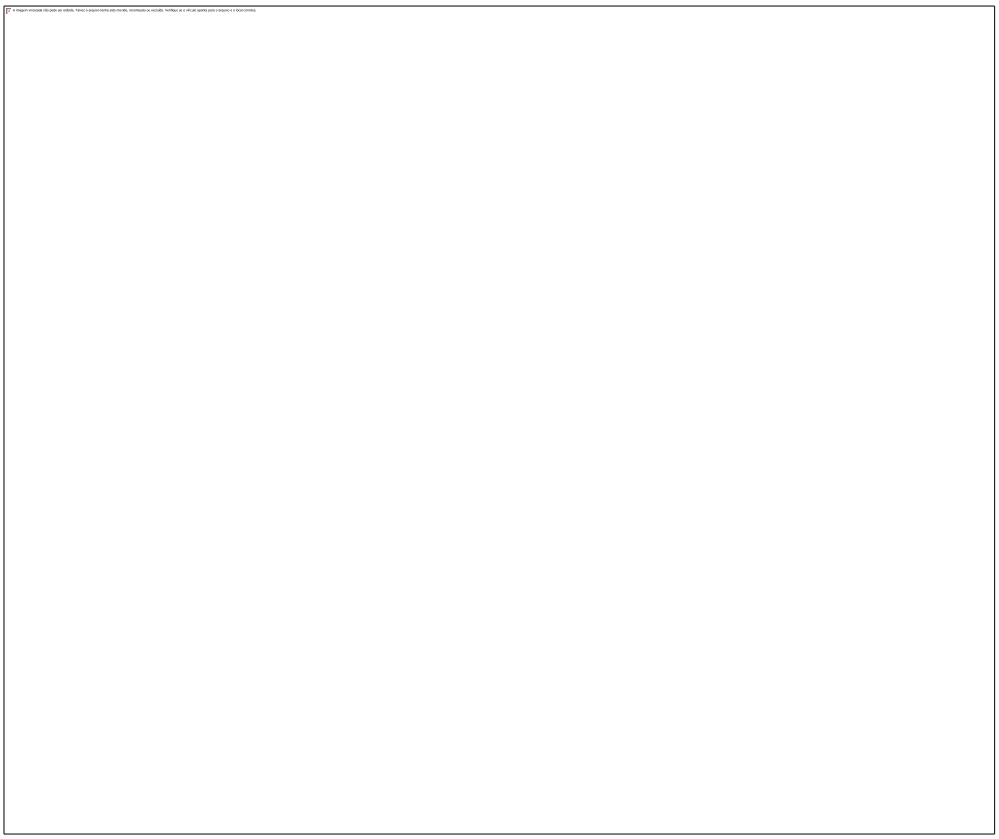
Quadro 5 - Análise mesotextual (sequência narrativa)



Quadro 6 - Análise mesotextual (sequência descritiva)



Quadro 7 - Análise mesotextual (encaixamento de sequências textuais)



Quadro 8 - Análise mesotextual (encaixamento de sequências textuais)

CÓDIGO: HS0096

AUTOR: THALITA DOS SANTOS FERREIRA

ORIENTADOR: KATIA AILY FRANCO DE CAMARGO

TÍTULO: Do Jabuti ao Mundo: A Internacionalização da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira

Resumo

A literatura infantil e juvenil (LIJ) desempenha um papel fundamental na formação cultural, intelectual e ética de crianças e jovens. No entanto, ainda são poucos os estudos que abordam a circulação da LIJ brasileira no exterior, bem como os mecanismos que favorecem ou dificultam essa difusão. Intitulado “Do Jabuti ao mundo: a internacionalização da literatura infantil e juvenil brasileira”, e integrado ao projeto de pesquisa principal da professora orientadora – “Letras que atravessam fronteiras: literatura infantil e juvenil brasileira entre prêmios e traduções” –, o presente trabalho tem como objetivo investigar o papel de prêmios literários – em especial do Prêmio Jabuti –, na circulação internacional da LIJ brasileira, sobretudo por meio de traduções para a língua francesa. A partir de uma abordagem bibliográfica e documental – mapeando autores, títulos, temas e editoras premiadas e traduzidas –, a pesquisa busca analisar como prêmios literários contribuem para a consagração de autores, a valorização simbólica de suas obras e sua projeção no mercado internacional, principalmente no contexto francófono. A análise parte de aportes teóricos de autores como Sapiro (2008) e Casanova (2002), articulando os Estudos da Tradução, a Sociologia da Literatura e os Estudos da Literatura Infantil e Juvenil. Ao final, pretende-se contribuir para o mapeamento da internacionalização da literatura infantil e juvenil brasileira e para a reflexão sobre sua representação no exterior.

Palavras-chave: Literatura infantil e juvenil. Prêmio Jabuti. Internacionalização.

TITLE: From Jabuti to the World: The Internationalization of Brazilian Children's and Young Adult Literature

Abstract

Children's and young adult literature plays a fundamental role in the cultural, intellectual, and ethical development of children and young people. However, studies on the international circulation of Brazilian children's and young adult literature and the mechanisms that facilitate or hinder its dissemination abroad remain scarce. Entitled From Jabuti to the World: The Internationalization of Brazilian Children's and Young Adult Literature and conducted as part of the advisor's research project, Letters Across

Borders: Brazilian Children's and Young Adult Literature Between Literary Awards and Translations, this study investigates the role of literary awards – particularly the Jabuti Prize – in the international circulation of Brazilian children's and young adult literature, especially through translations into French. Based on a bibliographic and documentary approach, the research examines award-winning and translated authors, titles, themes, and publishers, and how literary awards contribute to their recognition, symbolic value, and visibility in the international market, particularly within the French-speaking world. The analysis draws on Sapiro (2008) and Casanova (2002), as well as Translation Studies, the Sociology of Literature, and Children's and Young Adult Literature Studies. Ultimately, the study seeks to contribute to mapping the internationalization of Brazilian children's and young adult literature and reflecting on its representation abroad.

Keywords: Children's and young adult Literature. Jabuti Prize. Translation.

Introdução

A literatura infantil e juvenil (LIJ) é fundamental para o desenvolvimento da competência leitora de crianças e jovens. Embora inicialmente tivesse objetivos pedagógicos e fosse considerada inferior à literatura adulta, nas últimas décadas vem alcançando espaço no universo literário.

Nesse processo de legitimação, a LIJ, passa a obter mais reconhecimento no campo literário e ganha visibilidade por meio de instâncias de consagração, como os prêmios literários. Segundo Camargo (2026), os prêmios literários,

> [...] servem não apenas para identificar obras de qualidade na literatura infantil e oferecer reconhecimento aos laureados, mas também para atrair maior atenção crítica, aumentar as vendas e ampliar o público leitor, seja por meio de novas edições, seja por traduções para outros idiomas etc" (Camargo, 2026, p. 5).

Nesse sentido, esse reconhecimento concedido pelos prêmios exerce uma função essencial no caminho para alcançar traduções para outro idiomas, pois como demonstra Dantas (2017), a falta de consagração nacional de uma obra no Brasil seria um dos principais obstáculos para o reconhecimento da literatura brasileira no exterior.

Diante desse cenário, os prêmios literários atuam na acumulação de capital literário de uma obra. Como aponta Casanova (2002), no livro intitulado *A República Mundial das Letras*, o acesso ao espaço literário mundial é desigual e depende da posse deste capital. Nesse contexto, para entrar nesse espaço, a tradução da obra de uma língua periférica para uma língua de prestígio também desempenha um papel fundamental. De acordo com a autora, existe um prestígio e um capital literário ligados a línguas consideradas mais literárias que outras, "assim como efeitos propriamente literários, ligados sobretudo às traduções, que são irredutíveis ao capital propriamente linguístico ligado a uma língua" (Casanova, 2002, p. 33).

Dessa forma, partimos da suposição de que a premiação de uma obra pode ser um agente condutor à tradução para uma língua de maior circulação literária no espaço literário mundial. Será que uma obra brasileira premiada nacionalmente tem realmente mais chances de ser traduzida para uma língua de prestígio, como o francês? De acordo com Heilbron e Sapiro (2008), o francês é uma língua central, juntamente com o alemão,

representando 10 a 12% do mercado mundial de tradução. O português, por outro lado, permanece em posição periférica, representando menos de 1% desse fluxo internacional. Os autores afirmam que:

> As línguas dominadas são línguas pouco dotadas de capital literário e em reconhecimento internacional. As línguas dominantes, devido ao seu prestígio específico, de sua antiguidade, do número de textos declarados universais escritos nessas línguas, são detentoras de um capital literário importante. [...] Para um campo literário nacional em processo de constituição, a tradução de uma obra canônica de literatura clássica pode servir para acumular capital simbólico. Em contrapartida, a tradução de um texto de uma literatura dominada para uma língua dominante, como o inglês ou o francês, constitui uma verdadeira consagração para o autor (Heilbron; Sapiro, 2008, tradução nossa).

Nesse sentido, utilizaremos o Prêmio Jabuti como exemplo de instância consagradora, visando investigar se as obras de LIJ vencedoras do prêmio foram traduzidas para uma *língua dominante* como o francês, analisando se esse capital literário concedido pelo prêmio foi suficiente para alcançar o espaço literário internacional.

Para desenvolver esta pesquisa, o percurso metodológico foi estruturado em três etapas: o levantamento documental das obras premiadas pelo Jabuti, a análise da circulação internacional dessas obras por meio da base de dados da BNF (Univers Jeunesse) e a reflexão sobre o papel do prêmio como mediador transnacional. Os procedimentos metodológicos, as técnicas de coleta de dados e os critérios de análise utilizados neste estudo serão detalhados a seguir.

Metodologia

O objetivo do nosso estudo foi analisar que papel desempenham os prêmios literários como mediadores na circulação transnacional da literatura infantil e juvenil brasileira. Nossa pesquisa buscou investigar se o fato de as obras terem vencido o Prêmio Jabuti influenciou as traduções para línguas estrangeiras, em especial o francês.

O Prêmio Jabuti é um dos maiores prêmios literários que consagra obras e autores no Brasil. O Jabuti passou por diversas transformações, embora contasse inicialmente com apenas oito categorias, ao longo dos anos, outras foram sendo adicionadas, sendo elas atualmente distribuídas em quatro eixos: Literatura; Não Ficção; Produção Editorial; Inovação (PRÊMIO JABUTI, 2025). Neste trabalho, focamos apenas no eixo literatura, nas categorias de literatura infantil e juvenil.

A partir de um levantamento bibliográfico de textos sobre literatura infantil e juvenil, prêmios literários e circulação internacional de obras, e documental, fizemos um mapeamento no site do Jabuti de todos os vencedores (contemplando também a segunda e terceira colocação, quando estavam presentes) da categoria de literatura infantil; literatura juvenil; e literatura infantil e juvenil do Prêmio Jabuti desde sua primeira edição em 1959, até o momento em que este trabalho estava sendo realizado, em 2025, totalizando 184 obras. No primeiro momento, organizamos uma planilha com os seguintes dados: ano de premiação, categoria, título da obra, autor(a), editora, e temática principal.

Em seguida, organizamos outra planilha com as traduções encontradas de cada obra,

focando, para tanto, no catálogo l'Univers Jeunesse da Biblioteca Nacional da França (BNF). Os dados foram divididos da seguinte maneira: existência de tradução para o francês, título em francês, país, editora e ano de publicação na língua estrangeira.

Logo após, pesquisamos no Univers Jeunesse os nomes dos autores vencedores do Prêmio Jabuti, com o questionamento de se havia outras obras dos mesmos autores que foram traduzidas para o francês depois de receberem o prêmio literário, os dados obtidos foram distribuídos da mesma forma que na etapa anterior. Posteriormente, pesquisamos as obras encontradas na BNF que tiveram circulação no mercado francófono em sites como Goodreads e Worldcat, com o objetivo de investigar se havia versões em outros idiomas, especialmente se essas obras foram traduzidas para outros idiomas antes de ganharem tradução na França, para analisar se isso influenciou a tradução para a língua francesa, e registramos todos os dados em uma terceira planilha.

A análise da circulação dessas obras para o mercado francês fundamentou-se na teoria de Casanova (2002) e Heilbron e Sapiro (2008), nas quais os autores discutem como a tradução de uma obra para uma língua de prestígio serve de consagração no universo literário. Como aponta Casanova:

> A tradução é a grande instância de consagração específica do universo literário. [...] A noção de "literariedade", ou seja, de crédito literário ligado a uma língua, independentemente de seu capital propriamente lingüístico, permite portanto considerar a tradução dos dominados literários como um ato de consagração que dá acesso à visibilidade e à existência literárias. Os que criam em línguas pouco ou não reconhecidas como literárias, muito desprovidas de tradições próprias, não podem ser consagrados literariamente de imediato. É a tradução para uma grande língua literária que vai fazer seu texto entrar para o universo literário: a tradução não é uma simples "naturalização" (no sentido de uma mudança de nacionalidade), ou a passagem de uma língua para outra; é, muito mais especificamente, uma "literarização" (Casanova, 2002, p. 169-172).

Buscamos, assim, verificar se o reconhecimento e capital simbólico adquiridos pelo Prêmio Jabuti foram suficientes para ter acesso à tradução para a língua francesa, sendo esta uma grande língua literária no espaço literário mundial, analisando a cronologia e eficácia desse processo de mediação.

Resultados e Discussões

O Prêmio Jabuti

O Prêmio Jabuti, gerido pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), teve sua primeira edição em 1959, na qual já contemplava as categorias "Literatura Infantil" e "Literatura Juvenil". Nesse ano, a primeira categoria teve como obra premiada as *Aventuras na Roça*, de Renato Sêneca Fleury, enquanto a segunda categoria consagrou Glorinha, de Isa Silveira Leal. De 1959 até 2025, somente nos anos de 1961 e 1967 não houve premiações de nenhuma dessas duas categorias. A partir de 1993, as duas categorias foram unificadas, tornando-se "Literatura Infantil ou Juvenil". No entanto, de 2005 a 2025, elas foram separadas novamente, com exceção do ano de 2018, no qual se premiou apenas a categoria "Infantil e Juvenil". Em 2015, o prêmio adiciona a categoria "Infantil Digital", mas esta só é premiada até 2017.

De acordo com o regulamento da 67ª edição do Prêmio Jabuti (2025), "as obras inscritas em cada categoria serão analisadas em uma única fase por um corpo de jurados(as) especialistas nas áreas correspondentes" (CBL, 2025, Anexo III, Art. 1º, § 1º), os quais não podem ter vínculo com nenhuma das editoras, autoras(es), obras ou iniciativas inscritas em qualquer categoria da referida edição, além de não poderem ter qualquer grau de parentesco com pessoas envolvidas nas obras concorrentes. A partir disso, cada jurado escolhe 13 títulos dentre os inscritos na categoria da qual participa e os classifica conforme o regulamento. Dentre esses, os dez mais bem classificados são considerados semifinalistas, os quais são divulgados no site oficial do Prêmio Jabuti, e posteriormente uma lista dos cinco finalistas é publicada respeitando a ordem alfabética dos títulos, mas não a classificação dos participantes. A obra com melhor classificação é considerada a vencedora e só é divulgada na cerimônia do 67º Prêmio Jabuti.

Segundo o regulamento do Prêmio Jabuti, os critérios de avaliação da categoria "Infantil" são: "1. Inventividade e originalidade com linguagem adequada ao público-alvo; 2. Obras que despertem percepções, emoções e sensações; 3. Obras que multipliquem ou expandam a experiência leitora" (CBL, 2025, Anexo I). Enquanto os da categoria "Juvenil" são: "1. Inventividade na criação de personagens e de universos reais ou imaginários; 2. Linguagem atrativa que estimule a circulação de literatura entre os jovens; 3. Representação das culturas juvenis e colaboração com a construção de identidades" (CBL, 2025, Anexo I).

Os vencedores, além de serem contemplados com uma estatueta do Prêmio Jabuti, recebem um prêmio no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). O regulamento (CBL, 2025, Art. 13º) também destaca as "iniciativas especiais" como: encontros com autores(as) e editores(as) premiados(as), participação institucional na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro e divulgação internacional das obras premiadas, em parceria com a UNESCO para o Ano da Capital Mundial do Livro.

As obras premiadas

No período compreendido entre 1959 e 2025, 184 obras e 143 autores foram laureados. Alguns autores se destacam por terem ganhado mais de uma vez o prêmio Jabuti, conforme Quadro 1 em anexo.

É sobre este grupo de 28 autores que se restringe nossa análise qualitativa. Essa delimitação justifica-se por critérios de representatividade analítica: esses autores constituem a configuração central da consagração literária no campo da LIJ brasileira. Entre esses 28 autores mais premiados, notamos uma leve predominância de homens (15). Além disso, dentre os nomes listados, a região sudeste predomina como terra natal dos autores, conforme ilustra a figura 1 em anexo, totalizando 22 representantes.

Dentre estes, doze nasceram no estado de São Paulo, seis no Rio de Janeiro e quatro em Minas Gerais. Por outro lado, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste só contam com um representante cada, sendo eles Daniel Munduruku, André Neves e Roger Mello, respectivamente. Além disso, três autores não nasceram no Brasil (Eva Furnari nascida na Itália, Marina Colasanti em Eritreia e Ondjaki em Angola).

Entretanto, a grande maioria tem como região de residência o Sudeste (conforme

ilustra o Quadro 2 em anexo), com exceção da autora Maria Valéria Rezende que nasceu na cidade de Santos, mas se mudou para João Pessoa - PB, sendo a única representante da região Nordeste. O Sul conta com apenas dois autores, André Neves, que nasceu em Recife (morou em Porto Alegre por muitos anos e hoje vive em Florianópolis, SC), e Sérgio Capparelli, nascido em Uberlândia, MG. Outros autores que migraram para o Sudeste foram: Roger Mello, Marina Colasanti, Eva Furnari, e Daniel Munduruku.

Diante desse quadro, observa-se que a maior parte das premiações foi concedida a autores em momentos já mais consolidados de suas trajetórias literárias, e não no início de carreira. Nesse conjunto, André Neves (nascido em 1973) e Ondjaki (nascido em 1977) figuram como exceções, ao passo que a maior concentração de premiações recai sobre autores com percursos mais longos. Tal tendência corrobora a formulação de Bourdieu acerca do capital simbólico: no campo literário, o reconhecimento institucional costuma resultar menos de uma lógica de renovação geracional imediata do que da acumulação progressiva de prestígio, visibilidade e legitimidade ao longo da carreira.

Essa tendência de legitimação institucional tardia é evidenciada por nomes notáveis, como a trajetória de Ruth Rocha, que, em 2014, aos 83 anos, recebeu o Jabuti pela obra *Poemas que escolhi para crianças*, demonstrando a longevidade de sua carreira. Além disso, vale ressaltar a presença feminina entre os multipremiados e sua importância na construção do campo da literatura infantojuvenil brasileira. Isa Silveira Leal, por exemplo, foi uma das primeiras grandes premiadas, conquistando o Jabuti em 1959, 1962 e 1969. Ademais, nomes como Angela Lago, Marina Colasanti, Ana Maria Machado, e Eva Furnari são nomes (autoras) fundamentais da literatura premiada no país.

As obras traduzidas

Mesmo com o reconhecimento proporcionado pelo Prêmio Jabuti, notamos uma disparidade no alcance internacional das obras premiadas. Das 184 obras que ganharam o Jabuti, somente cinco foram encontradas com tradução para o francês. Com exceção dos autores Ilan Brenman e Rodrigo Lacerda, todos os outros estavam na listagem dos 28 autores apresentada anteriormente. Dentre essas obras, duas foram premiadas como "Infantil ou Juvenil" (*Cena de Rua* e *Contos de enganar a morte*), duas como "Infantil" (*João por um fio* e *Cabo de guerra*), e uma como "Juvenil" (*O fazedor de velhos*).

A obra que levou mais tempo para ser traduzida foi *Le petit marchand des rues*, de Angela Lago (como mostra o Quadro 3 em anexo), ainda que se trate de livro-imagem. O ano de sua premiação foi o de 1995, e a tradução para o francês foi publicada somente dez anos depois, em 2005. *Les trompe-la-mort* levou quatro anos para ser traduzida depois do prêmio. *L'homme qui faisait vieillir* levou três anos, e Jean fil à fil apenas dois anos. Já *Le nerf de la guerre*, de Ilan Brenman, foi traduzida no mesmo ano em que ganhou o Jabuti.

Segundo levantamento realizado nos sites Goodreads e WorldCat, as obras analisadas apresentam trajetórias de tradução distintas. *Cena de Rua* teve apenas uma tradução anterior à edição francesa: a versão em espanhol de 2002, intitulada *De noche en la calle*. *O fazedor de velhos* também foi traduzido para o espanhol no mesmo ano de sua publicação francesa (2012), por Beatriz Peña pela editora Castillo, com o título *El fabricante de edades*.

Em contraste, *João por um fio* apresenta uma circulação internacional mais ampla. Embora tenhamos identificado apenas uma tradução formal para o inglês em 2022 (por Daniel Hahn, Elsewhere Editions, *João by a thread*), o autor Roger Mello afirma, em nota publicada no PublishNews (2023), que se trata de seu livro mais traduzido, tendo alcançado leitores na China, Coreia do Sul, França e Estados Unidos. A obra foi ainda reconhecida com o Mildred L. Batchelder Honor Books em 2023, entre os quatro melhores livros infantis dos EUA.

Cabo de guerra, por sua vez, teve apenas uma tradução identificada: a versão em basco de 2024, *Sokatira*, traduzida por Ipar Alkain pela editora Denonartean. Nas bases consultadas (Goodreads e WorldCat), não foram localizados registros de outras traduções desta obra de Ricardo Azevedo.

Em relação aos tradutores das obras publicadas em francês, observamos uma divisão de perfis: de um lado, tradutores especializados no nicho infantojuvenil, cujas atuações vinculam-se a editoras de referência como as Éditions MeMo (Olga Kent) e iniciativas de divulgação como a revista Cramik (Carine Simão Pires). De outro, tradutores de consolidada trajetória na literatura lusófona, como Bernard Tissier e Dominique Nédellec, sendo este último premiado em diversas instâncias. Nédellec, além de ter traduzido *L'homme qui faisait vieillir*, também traduziu *Bonjour camarades* e *Ceux de ma rue* de Ondjaki (conforme mostra o Quadro 4 em anexo). Essa dupla via de atuação sugere que a entrada da LIJ brasileira no espaço francófono pode ocorrer tanto pela valorização do objeto livro infantil quanto pelo interesse associado à literatura lusófona contemporânea.

Esses tradutores têm grande importância no que tange à exportação da literatura de um país. Eles atuam como mediadores transnacionais, os quais são definidos por Casanova (2002) como “agentes de câmbio” que fixam o valor literário de um texto ao exportá-lo de um espaço a outro:

> A presença de grande número de intermediários transnacionais importantes, de literatos sutis e de críticos refinados é, em outras palavras, um sinal essencial de poder literário. Os grandes cosmopolitas (em geral poliglotas) são de fato uma espécie de agentes de câmbio, "cambistas" encarregados de exportar de um espaço a outro textos dos quais fixam, por aí mesmo, o valor literário (Casanova, 2002, p. 37).

De acordo com a base consultada (a BNF), apenas dois dos cinco autores analisados tiveram obras traduzidas para o mercado francófono: Ilan Brenman e Roger Mello. Este último, além de *Jean fil à fil*, teve apenas uma obra traduzida: *Catarineta*: légende anonyme du XVIe siècle (2005), traduzida por Maria Cabral e Patricia Emsens pela editora Du Pépin. Em contraste, Ilan Brenman destaca-se quantitativamente com dez obras traduzidas entre os anos de 2014 e 2025, das quais cinco foram traduzidas por Dorothée de Bruchard pela editora Glénat (como mostra o Quadro 4 em anexo). Bruchard também traduziu *La cuisine enchantée des contes de fées*, de Katia Canton, pela mesma editora em 2018.

Ainda sobre os tradutores, Noémi Kopp-Tanaka dedicou-se exclusivamente a obra de Lygia Bojunga Nunes, com seis publicações pelas editoras Kanjil e La Farandole. Alice Raillard também trabalhou com Lygia Bojunga Nunes, traduzindo três obras: as duas edições de *La Fille du cirque* (1981 e 1998) e *La Sacoche jaune* (1983), conforme mostra o Quadro 4 em anexo). Dominique Nédellec, igualmente com três publicações, traduziu dois livros de Ondjaki e um de Rodrigo Lacerda, como mencionado anteriormente.

No que concerne às editoras, conforme o Quadro 3 acima, há três francesas, uma canadense e uma suíça. Elas revelam estratégias distintas de entrada no mercado. A editora Chandeigne é especializada na divulgação de obras ligadas ao universo lusófono. Esta foi responsável, além da publicação da obra de Ricardo Azevedo, pela edição francesa da obra de Ana Maria Machado (*Bisa Béa Bisa Bel*), em 2014 (como mostra o Quadro 4 em anexo). Rue du monde e Les 400 coups ocupam nichos temáticos voltados à formação do pensamento crítico e à exploração lúdica da narrativa infantojuvenil, respectivamente. Já as editoras MeMo e La Joie de lire, especialistas em *littérature jeunesse*, ancoram seu prestígio na excelência estética e gráfica. Aqui, portanto, vale ressaltar a importância dos ilustradores das obras publicadas por essas editoras. As ilustrações da obra *O fazedor de velhos* são de Adrianne Gallinari e o projeto gráfico foi desenvolvido por Luciana Facchini. De acordo com Silva ([2009?]), em sua resenha "Premiação para livros que envelhecem", o design arrojado do projeto gráfico deste livro rompe com o padrão tradicional de uma obra dedicada aos jovens. Além disso, ela acrescenta que "as ilustrações assinadas pela artista plástica Adrianne Gallinari são compostas por figuras geométricas que perguntam e sugerem muito mais do que revelam". Quanto a *João por um fio*, as ilustrações são do próprio autor, variando entre as cores vermelha, preta e branca. Os desenhos são compostos por linhas feitas com caneta esferográfica. Castro (2022) aponta que as linhas não são apenas ilustrações, mas o "'fio condutor' que unifica o texto, a narrativa visual, a profissão do pai pescador e a colcha de retalhos." A autora acrescenta: "a narrativa possui certo lirismo, próprio de uma cantiga de ninar que, combinada com as imagens, propõe um jogo, em que o leitor é convidado a ler o livro como um quebra-cabeça" (Castro, 2022).

Ainda sobre as editoras, conforme mostra o Quadro 4 em anexo, a Glénat apresenta o maior número de publicações, totalizando oito obras. Ela concentra quase toda a produção traduzida de Ilan Brenman (sete títulos) e também publicou uma obra de Katia Canton (*La cuisine enchantée des contes de fées*). Em seguida, a editora Kanjil publicou quatro obras, todas da autora Lygia Bojunga Nunes, lançadas no ano de 2014. Por fim, a editora La Joie de lire com três obras traduzidas, sendo duas delas de Ondjaki (*Bonjour camarades* e *Ceux de ma rue*) e uma de Rodrigo Lacerda (*L'homme qui faisait vieillir*).

Temáticas das obras premiadas traduzidas para o francês

No que tange aos temas das obras, *Cena de Rua* de Angela Lago foca na jornada de um jovem em busca de seu propósito e identidade, enfrentando desafios e mistérios do passado. Trata-se de uma narrativa por imagens, o "propósito" e a "identidade" são construídos visualmente. Segundo Coelho (2000), a imagem no livro infantil tem grande importância no desenvolvimento da criança, ajudando-a a compreender o mundo, estimulando a atenção visual e facilitando a comunicação com a narrativa. Além disso, as imagens tornam ideias abstratas mais concretas, fortalecem emoções e impressões transmitidas pela leitura e enriquecem a imaginação e a criatividade infantil.

De forma semelhante, *O fazedor de velhos* aborda o amadurecimento, narrando a transição de um adolescente para a vida adulta com reflexões sobre amor, relações familiares e a vida profissional. Teoricamente, ele se enquadra na linha da introspecção psicológica, a qual Colomer (*apud* Luft, 2010) explica como sendo:

[...] narrativas que descrevem a "vivência individual de um protagonista, normalmente associada ao amadurecimento na etapa adolescente" (id., p. 249). Os temas são narrados por meio de uma perspectiva "absolutamente centrada na personagem" (id., ibid.). Trata-se, pois, de uma narração mais intimista e introspectiva, de modo que "o leitor conhece as ações e reflexões do personagem mediante sua própria voz" (id., p. 334) (Luft, 2010).

Além disso, é um livro que carrega elementos da brasilidade, com referências ao cotidiano nacional, como o Maracanã e o futebol de botão.

Quanto à obra *Contos de enganar a morte*, de Ricardo Azevedo, o tema central é a mortalidade, apresentando personagens que utilizam a criatividade para tentar driblar a visita da morte. Este tema era evitado no século XX para preservar a etapa pura que é a infância. No entanto, segundo Lima (2015), nas últimas décadas do século XX "começa-se a discutir a censura para crianças, e se ela não poderia e deveria ser apresentada a todas as formas de ficção, inclusive ao terror". Além disso, de acordo com Cardoso *et al*. (2012), na narrativa dos contos, as personagens apresentam marcas como a carência e a pobreza, aproximando-se "muito da realidade das crianças de escola pública que moram nas grandes periferias do Brasil". No entanto, os autores acrescentam que o humor sempre aparece nessa realidade, o que favorece a identificação dos leitores com as narrativas e estimula reflexões sobre as experiências retratadas, tornando a leitura mais envolvente para crianças e jovens.

No que concerne à obra de Roger Mello *João por um fio*, a história trata dos medos e sonhos que preenchem a noite do menino João. O livro reflete a fase de amadurecimento interior da criança, utilizando elementos da cultura brasileira e do cotidiano de um filho de pescador como conchas, lagos, peixes, girinos, redes de pesca, etc., que se misturam ao universo dos sonhos e ilustram a convivência natural entre realidade e imaginário. Segundo Coelho (2000), o elemento maravilhoso ocupa um papel central na literatura infantil, pois seus significados simbólicos dialogam com conflitos e desafios relacionados ao desenvolvimento emocional humano.

Em relação a *Cabo de guerra* de Ilan Brenman, a narrativa foca no humor e no absurdo, narrando uma disputa confusa e engraçada que envolve diversos personagens, desde animais e figuras clássicas de contos de fadas até referências a personalidades do esporte, como Pelé e Maradona.

Diante dessas temáticas, observamos que narrativas que abordam questões universais da experiência humana, como o amadurecimento, a construção de identidade, os medos, a morte e as relações interpessoais constituem uma tendência recorrente na maior parte das obras analisadas acima. Além disso, também se destaca o maravilhoso, valorizando a imaginação e reflexão do leitor. Por fim, quase todas as narrativas apresentam forte enraizamento na cultura brasileira, seja por referências ao cotidiano, à cultura popular ou aos espaços e personagens nacionais.

Conclusão

O presente trabalho propôs analisar a consagração obtida pelo Prêmio Jabuti ser suficiente para influenciar a tradução para a língua francesa das obras vencedoras. Os

resultados desta pesquisa mostram que, apesar de o Jabuti ser uma das instâncias mais relevantes de consagração de obras e autores no Brasil, existe uma disparidade entre a consagração nacional e o alcance global. Das 184 obras premiadas entre 1959 e 2025, apenas cinco (2,7%) foram localizadas com tradução para o francês na base da BNF. Além disso, somente 11,2% dos autores vencedores do prêmio tiveram suas obras publicadas no mercado francófono. Esses dados sugerem que o valor conferido internamente pelo Jabuti não garante, por si só, a exportação imediata da obra.

A entrada no mercado estrangeiro, especificamente o francófono, demonstrou ser dependente da atuação de tradutores e editoras especializadas (como em literatura lusófona ou em excelência estética e gráfica), que funcionam como "agentes de câmbio" essenciais para a divulgação da literatura brasileira no exterior.

Os resultados indicam que, embora a LIJ brasileira premiada possua um capital simbólico nacional significativo, a influência do Prêmio Jabuti na internacionalização da literatura infantojuvenil brasileira para o público francófono ainda é limitada. Sua circulação internacional depende de uma rede complexa de mediadores, para além do selo de premiação nacional.

Por fim, compreendemos a limitação deste estudo por se concentrar no mercado francófono. Portanto, sugerimos a continuação desta linha de investigação para além da língua francesa, ampliando o escopo da análise para outros mercados editoriais estrangeiros.

Referências

AGUIAR, Vera Teixeira de. Pierre Bourdieu e as regras do campo literário. *Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 237-241, jun. 1996.

ALVSTAD, Cecilia; BORG, Claudine. The impact of awards on the translation and circulation of children's literature into semi-peripheral and peripheral languages. *Perspectives: Studies in Translation Theory and Practice*, [*s. l.*], v. 29, n. 6, p. 799-813, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0907676X.2020.1839521. Acesso em: 1 fev. 2026.

BOURDIEU, Pierre. A dinâmica dos campos. *In*: BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Editora Zouk; Edusp, 2007. p. 212-215.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Zouk; Edusp, 2007.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Regulamento*: 67º Prêmio Jabuti (2025). São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.premiojabuti.com.br/jabuti/regulamento/. Acesso em: 19 abr. 2026.

CARDOSO, Amanda Silva *et al*. *Experimentos de leitura na escola*: contos de enganar a morte. Anais IV ENLIJE. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/624. Acesso em: 5 jun. 2026.

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTRO, Camila. O despertar de diferentes leituras e sentimentos em "João por um fio". *Revista Fique Bem*, n. 17, jun. 2022. Disponível em: https://www.seelearningbrasil.org.br/junho2022/o-despertar-de-diferentes-leituras-e-sentimentos-em-%E2%80%9Cjo%C3%A3o-por-um-fio%E2%80%9D. Acesso em: 4 jun. 2026.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil*: teoria, análise, didática. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

COSTA, Inês. The Winner Takes It All? The Impact of Awards on the Internationalization of the Portuguese Children's Publisher Planeta Tangerina. *Bookbird: A Journal of International Children's Literature*, [*s. l.*], v. 59, n. 2, p. 55-66, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1353/bkb.2021.0017. Acesso em: 10 mar. 2026.

DANTAS, Marta Pragana. O que podem as traduções pela literatura brasileira? *Belas Infiéis*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 11-20, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v6.n2.2017.11451. Acesso em: 17 maio 2026.

DANTAS, Marta Pragana; PERRUSI, Artur. Considerações temporárias sobre um problema permanente: sociologizando a tradução. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 25, p. 1-36, 2023. Disponível em: http://doi.org/10.1590/18070337-127858. Acesso em: 29 jan. 2026.

DUARTE, Cristina Rothier; SEGABINAZI, Daniela Maria; SANTOS, Maria das Graças de Aquino. Romance juvenil: panorama via prêmio jabuti (2007-2017). *Revista Letras Raras*, [*s. l.*], v. 7, n. 3, p. 34-54, 2018. Disponível em: https://dx.doi.org/10.35572/rlr.v7i3.1185. Acesso em: 14 mar. 2026.

EVEN-ZOHAR, Itamar. *O "sistema literário"*. Tradução de Luis Fernando Marozo e Yanna Karlla Cunha. Revisão linguística de Raquel Bello Vazques. [*s.l.*]: [*s.n.*], [*s.d.*].

HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. Chapitre premier. La traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux. In: SAPIRO, Gisèle (Ed.). *Translatio*. Paris: CNRS Éditions, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.4000/books.editionscnrs.9473. Acesso em: 09 abr. 2025.

JESUS, Fabricia dos Santos de. *A literatura infantil brasileira contemporânea*: um exercício historiográfico e crítico em torno do Prêmio Jabuti. 2023. 148 f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

LIMA, Lia Araujo Miranda de. *Traduções para a primeira infância*: o livro ilustrado traduzido no Brasil. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LUFT, Gabriela. A literatura juvenil brasileira no início do século XXI: autores, obras e tendências. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 36, p. 111-130, jul./dez. 2010.

MARTINS, Anderson Bastos; ALMEIDA, Vinícius Paulo Corrêa. O livro premiado: a literatura como evento e a globalização da cultura brasileira. *Belas Infiéis*, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 135-155, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v6.n2.2017.11459. Acesso em: 10 mar. 2026.

MAISON DE LA CULTURE DU JAPON À PARIS. *Le livre jeunesse*: regard croisé nippo-brésilien. Paris, 2016. Disponível em: https://www.mcjp.fr/fr/le-livre-jeunesse-regard-croise-nippo-bresilien. Acesso em: 6 jul. 2026.

OLIVEIRA, Debora Santos de; GARCÍA RODRÍGUEZ, Araceli; GÓMEZ DÍAZ, Raquel. Una aproximación a los premios de literatura infantil y juvenil brasileños (2000-2020): análisis y caracterización. *Encontros Bibli*: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 29, p. 01-22, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e95861. Acesso em: 11 mar. 2026.

PRÊMIO JABUTI. *História*. Disponível em: https://www.premiojabuti.com.br/jabuti/historia/. Acesso em: 10 abr. 2026.

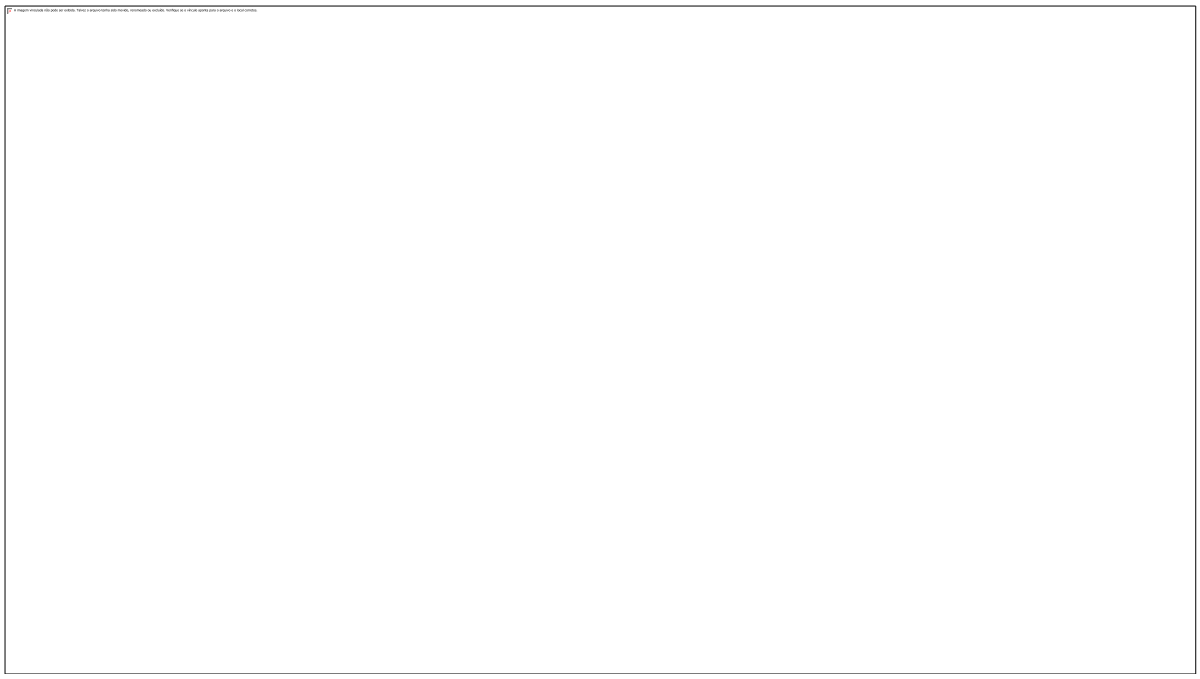
PUBLISHNEWS. Roger Mello ganha prêmio nos EUA com o livro João por um fio. *PublishNews*, 3 fev. 2023. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2023/02/03/roger-mello-ganha-premio-nos-eua-com-o-livro-joao-por-um-fio. Acesso em: 7 jun. 2026.

SEIBEL, Patrícia. Literatura Infantil e Juvenil brasileira: desafios e oportunidades no mercado externo. *Revista Arte 21*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 102-106, jul./dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.62507/a21.v5i2.77. Acesso em: 27 mar. 2026.

SILVA, Ana Paula Rodrigues da. *Premiação para livros que envelhecem*. [Resenha de: LACERDA, Rodrigo. O Fazedor de Velhos. São Paulo: Cosacnaify, 2008]. [*s. l.*: *s. n.*], [2009?].

ZILBERMAN, Regina. O romance brasileiro contemporâneo conforme os prêmios literários (2010-2014). *Aletria*: Revista de Estudos de Literatura, Belo Horizonte, n. 50, p. 424-443, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2316-40185025. Acesso em: 5 fev. 2026.

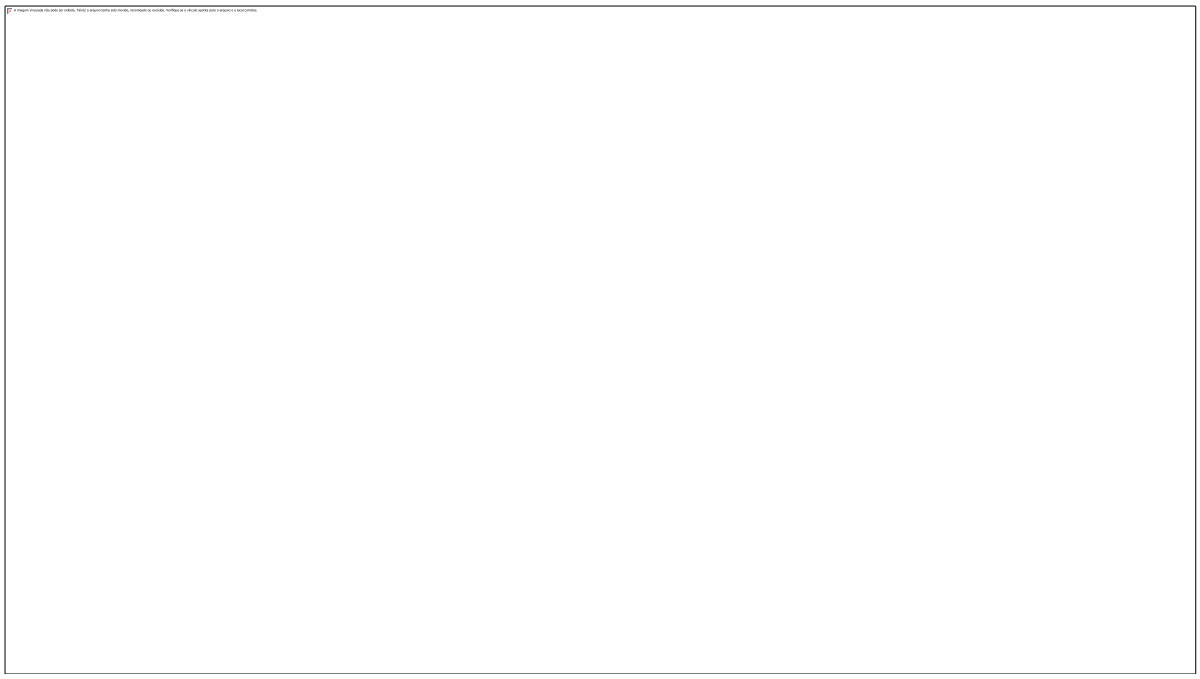
Anexos



Quadro 1 – Autores com maior recorrência de premiações



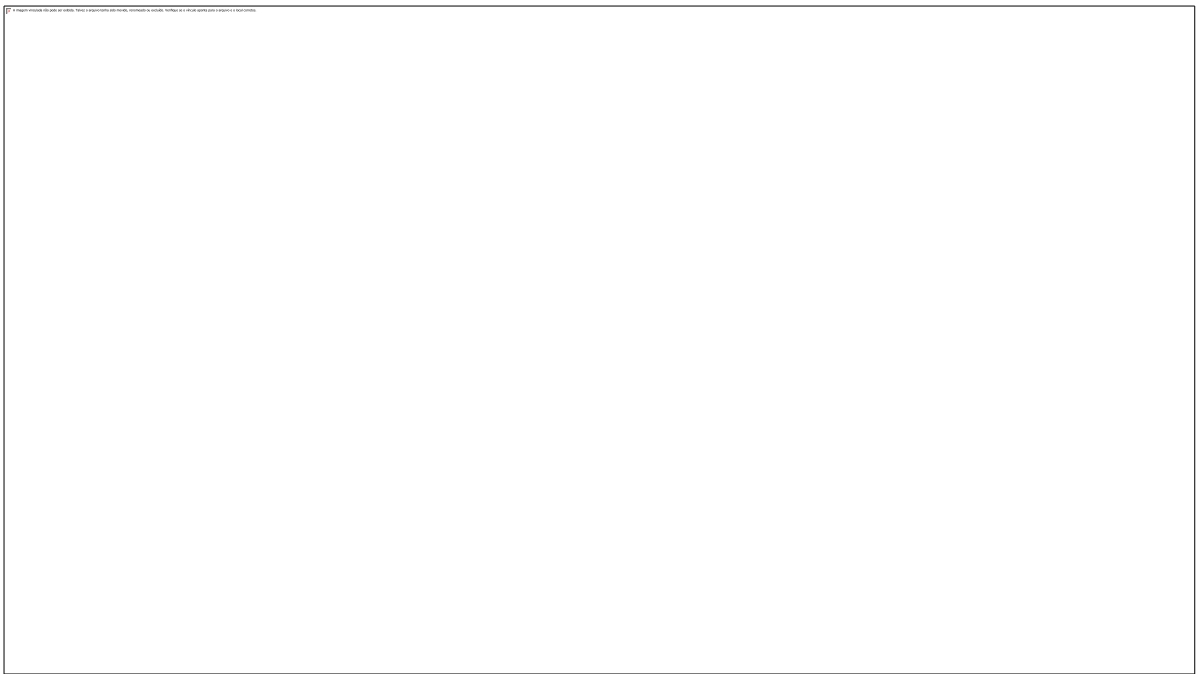
Figura 1 - Gráfico das regiões representadas pelo nascimento dos 28 autores listados



Quadro 2 – Distribuição dos autores por regiões e períodos de premiação



Quadro 3 – Obras brasileiras premiadas pelo Jabuti: traduções francesas na BNF



Quadro 4 – Obras em francês na BNF de autores premiados pelo Prêmio Jabuti



Declaração de uso de inteligência artificial

CÓDIGO: HS0103

AUTOR: GLENDA HELOISA DE FARIAS SOUSA

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA COMO EXPRESSÃO TERRITORIAL DA PERMANENTE NEGAÇÃO DO SER HUMANO NO NORDESTE BRASILEIRO (SÉCULO XXI)

Resumo

O objetivo geral deste relatório é identificar os territórios da escravidão contemporânea na região Nordeste (NE) do Brasil, evidenciando as áreas que concentram o processo de desumanização das pessoas no tempo-espaço presente. No âmbito da teoria social crítica, a problemática deste escrito reside no fato da permanência da escravidão, a qual, no mundo contemporâneo, reafirma a lógica da formação histórico-territorial desigual e injusta do NE. A espacialização do modo de escravização atual e das atividades que impulsionam esse fenômeno é uma tentativa metodológica utilizada para demonstrar, de modo mais explícito, como a problemática se apresenta, com o suporte da interpretação das cartas geradas. Essa análise permitiu, em termos gerais, demonstrar que a escravidão contemporânea no Nordeste constitui uma expressão de desigualdades históricas produzidas pelo processo de formação territorial, e, que, se reafirma, notadamente, nas áreas mais antigas de ocupação territorial, mas, principalmente nas novas áreas de fronteira agrícola na região.

Palavras-chave: Desumanização; Fronteira agrícola; MATOPIBA; Nordeste; Brasil.

TITLE: CONTEMPORARY SLAVERY AS A TERRITORIAL MANIFESTATION OF THE ONGOING DENIAL OF HUMAN DIGNITY IN NORTH-EAST BRAZIL (21ST CENTURY)

Abstract

The overall aim of this report is to identify the areas affected by contemporary slavery in the North-East (NE) region of Brazil, highlighting the areas where the process of dehumanisation of people is concentrated in the present time and space. Within the framework of critical social theory, the central issue addressed in this paper lies in the persistence of slavery, which, in the contemporary world, reaffirms the logic of the unequal and unjust historical-territorial formation of the NE. The spatialisation of the current mode of enslavement and of the activities driving this phenomenon is a methodological approach used to demonstrate, more explicitly, how the issue manifests itself, supported by the interpretation of the maps generated. This analysis has, in general terms, demonstrated that contemporary slavery in the North-East constitutes an expression of historical inequalities produced by the process of territorial formation, and that it is notably reaffirmed in the oldest areas of territorial occupation, but particularly in the region's new agricultural frontier areas.

Keywords: Dehumanisation; Agricultural frontier; MATOPIBA; the North-East; Brazi

Introdução

A escravidão no Brasil, embora juridicamente abolida em 1888, permanece como uma marca estrutural das relações entre sociedade e natureza, constituindo uma das expressões mais cruéis das desigualdades produzidas pela formação histórico-territorial brasileira (Sodré, 2018). No século XXI, manifesta-se por diferentes mecanismos de exploração, entre eles a servidão por dívidas (Martins, 1999), inserindo-se em uma lógica de expansão capitalista própria de uma sociedade marcada por estruturas coloniais, modernas e racistas (Morais, Costa e Castilho, 2024).

Nesse contexto, a escravidão contemporânea evidencia formas particulares de uso, ocupação e exploração do espaço geográfico, sobretudo em setores de forte crescimento econômico, como o agronegócio (Martins, 1999; Sakamoto, 2000). Entre 2003 e 2023, foram registrados 51.897 trabalhadores/as resgatados/as em condição de escravidão segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), enquanto o Radar SIT registrou 62.862 trabalhadores/as no mesmo período.

No Nordeste, a persistência desse fenômeno também constitui importante elemento da organização territorial regional. Segundo o Radar SIT, 10.576 pessoas foram submetidas à escravidão entre 2003 e 2023, correspondendo a 16,82% dos registros nacionais. Conforme a CPT, foram 10.011 pessoas, equivalentes a 19,29% do total brasileiro. Os casos concentram-se tanto em antigas áreas de produção canavieira, especialmente na Zona da Mata dos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, quanto em áreas de expansão da fronteira agrícola, particularmente no MATOPIBA, formado por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

A persistência da superexploração do trabalho evidencia uma organização histórico-territorial perversa, na qual determinados setores econômicos produzem riqueza enquanto submetem trabalhadores/as a condições que negam seu pleno desenvolvimento humano. O MATOPIBA, por exemplo, consolida-se como importante

fronteira agrícola, marcada pela expansão das lavouras de grãos e da pecuária extensiva, por intensos fluxos populacionais e pela reprodução de estruturas territoriais associadas à presença de trabalhadores/as resgatados/as em condições de escravidão (Ambrósio; Rodrigues, 2025).

Dessa forma, compreende-se que a exploração do trabalho está diretamente relacionada ao processo de formação histórico-territorial e à contínua expansão capitalista. Conforme Santos (2006), o território usado expressa a coexistência entre modernização tecnológica e informacional e a permanência de práticas de dominação e expropriação social. Assim, a escravidão contemporânea deve ser analisada considerando os processos históricos e as atuais dinâmicas econômicas que produzem e reorganizam o espaço.

Nessa perspectiva, o objetivo geral deste artigo é identificar os territórios da escravidão contemporânea na região Nordeste do Brasil, evidenciando as áreas que concentram processos de desumanização no tempo-espaço presente. O trabalho parte de dois argumentos centrais: a) fatores territoriais ajudam a explicar a distribuição espacial da escravidão contemporânea no Nordeste, especialmente pela permanência de uma base produtiva voltada à produção e ao fornecimento de matérias-primas para exportação, como a cana-de-açúcar; e b) regiões como o MATOPIBA constituem uma nova fronteira da desumanização, evidenciando a relação entre a expansão do agronegócio e a exploração extrema da força de trabalho.

O artigo está estruturado em quatro seções: a primeira apresenta a introdução; a segunda discute a escravidão contemporânea como resultado das formas históricas e atuais de uso e ocupação do território nordestino, além dos procedimentos metodológicos; a terceira apresenta a expressão territorial da escravidão contemporânea no Nordeste, por meio de dados, mapas e análise das atividades econômicas relacionadas ao fenômeno; e a quarta apresenta as conclusões.

Metodologia

O método socioespacial adotado parte da compreensão de que a escravidão contemporânea constitui um fenômeno de desvalorização e desumanização de homens e mulheres, transformados em sujeitos descartáveis e substituíveis no processo de acumulação capitalista. Bales (2019) destaca que pessoas podem ser convertidas em instrumentos para geração de riqueza, enquanto Kara (2017) compreende a escravidão como um sistema baseado na coerção e na degradação humana. Nessa perspectiva, a superexploração da força de trabalho constitui elemento central para compreender a permanência do fenômeno.

No Brasil, a escravidão contemporânea não deve ser interpretada apenas como sobrevivência de relações arcaicas, mas como fenômeno articulado à própria expansão do capitalismo. Morais, Costa e Castilho (2024) compreendem o cativeiro contemporâneo como uma condição vinculada à concentração da terra e à expansão da acumulação, enquanto Martins (1994; 1999) demonstra que relações de servidão podem coexistir com formas modernas de produção capitalista. Sakamoto (2008; 2020) reforça que o trabalho escravo pode ser utilizado pelo próprio capital como instrumento de

redução de custos e ampliação da competitividade, inserindo-se inclusive em cadeias produtivas vinculadas às commodities.

Essa perspectiva permite compreender a escravidão contemporânea como expressão das contradições socioespaciais produzidas pelo desenvolvimento capitalista. A modernização produtiva pode coexistir com relações profundamente desiguais, sobretudo em territórios marcados pela concentração fundiária, vulnerabilidade social e exploração intensiva da força de trabalho. No Nordeste, tais contradições relacionam-se à formação histórica baseada no latifúndio, na monocultura e na agroexportação. Andrade (2005) demonstra que a concentração fundiária e a subordinação dos trabalhadores constituíram elementos estruturantes da formação territorial regional. Essas permanências contribuem para a reprodução contemporânea de condições favoráveis à superexploração (FIGUEIRA, 2004; BALES, 2012).

A área de estudo compreende os nove estados do Nordeste brasileiro: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (Mapa 1). A região corresponde a aproximadamente 18% do território nacional e possui 1.794 municípios. Segundo o IBGE (2022), 72,3% da população nordestina se autodeclara negra, frente a 55,5% no Brasil, além da permanência de desigualdades socioeconômicas e educacionais, especialmente nas áreas rurais.

Para identificar a distribuição territorial da escravidão contemporânea, foram utilizados dados do Radar SIT, referentes ao período de 2003 a 2023, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com dados municipais de 2003 a 2019. A diferença temporal decorre das distintas formas de coleta e sistematização das informações. O Radar SIT reúne registros provenientes de operações oficiais de fiscalização, enquanto a CPT trabalha com denúncias e acompanhamento de conflitos relacionados ao trabalho escravo. As duas bases foram utilizadas de forma complementar para identificar padrões de localização e concentração do fenômeno.

As variáveis econômicas foram obtidas no IBGE, por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), considerando o período de 2003 a 2023. Para a pecuária, foram utilizados dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), especialmente referentes ao efetivo bovino. Para as atividades agrícolas, utilizaram-se dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), com destaque para soja, cana-de-açúcar e café.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e posteriormente tratados no Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS, versão 3.38.2, para elaboração dos mapas. A análise foi realizada por meio da comparação entre a distribuição dos trabalhadores/as resgatados/as e as principais atividades econômicas, buscando identificar padrões de localização, concentração e possível sobreposição espacial.

O cruzamento entre os dados de escravidão contemporânea e as variáveis econômicas não pressupõe relação de causalidade direta entre determinada atividade produtiva e o trabalho escravo. Busca-se, sobretudo, identificar associações territoriais entre a expansão de atividades como pecuária, soja, cana-de-açúcar e café, a transformação do uso do território e a ocorrência de trabalhadores/as submetidos/as a condições análogas à escravidão.

Dessa forma, o método socioespacial articula referencial teórico, dados institucionais, informações econômicas e representação cartográfica para compreender a escravidão contemporânea como fenômeno relacionado à formação territorial, às desigualdades socioeconômicas e às contradições da expansão capitalista no Nordeste brasileiro.

Resultados e Discussões

No âmbito das principais características do processo de formação histórico-territorial brasileiro e nordestino, observa-se que a racionalidade técnico-instrumental capitalista impôs, e ainda impõe, a negação das pessoas ao reduzi-las a recursos passíveis de apropriação e exploração. A escravidão contemporânea constitui uma expressão concreta dessa racionalidade, manifestando-se territorialmente em diferentes partes do país e vinculando-se a setores econômicos que extraem trabalho vivo em condições degradantes, sobretudo nas atividades agropecuárias, extrativistas, na construção civil, na mineração e em serviços diversos (BRASIL, 2024). No Nordeste, esse fenômeno apresenta relações históricas com as áreas de cultivo de cana-de-açúcar da Zona da Mata e, mais recentemente, com as novas frentes de expansão agrícola e pecuária, especialmente aquelas associadas ao MATOPIBA.

Esses territórios revelam desigualdades estruturais herdadas do passado colonial e escravocrata, atualizadas pela expansão do agronegócio, concentração fundiária, vulnerabilidade social e fragilidade da fiscalização. Nesse contexto, a exploração extrema da força de trabalho pode atuar como mecanismo de redução de custos e aumento da competitividade. Tal processo evidencia a continuidade de formas de desumanização de homens e mulheres, conforme observado na Prancha 1, que demonstra a presença do trabalho escravo contemporâneo em diferentes áreas do território nacional.

Segundo os dados do Radar SIT para o período de 2003 a 2023, os estados com maiores números de trabalhadores/as resgatados/as são Minas Gerais, com 9.342 casos (17,82% do total nacional), Pará, com 8.704 (16,61%), Goiás, com 5.351 (10,21%), Mato Grosso, com 3.816 (7,28%), Mato Grosso do Sul, com 3.033 (5,79%), Maranhão, com 2.745 (5,24%), e Tocantins, com 2.651 (5,06%). Na escala municipal, destacam-se Ulianópolis (PA), com 1.304 casos (2,36% do total nacional), Brasilândia (MS), com 1.011 (1,83%), Campos dos Goytacazes (RJ), com 982 (1,78%), São Desidério (BA), com 967 (1,75%), São Félix do Xingu (PA), com 843 (1,53%), Iguatemi (MS), com 668 (1,21%), e Marabá (PA), com 654 (1,18%).

Considerando especificamente os resgates registrados, Ulianópolis apresenta 1.364 trabalhadores/as resgatados/as, correspondendo a aproximadamente 3,02% do total de 45.185 resgates analisados; Confresa (MT) possui 1.348 (2,98%), Campos dos Goytacazes (RJ), 1.158 (2,56%), São Desidério (BA), 1.015 (2,25%), Brasilândia (MS), 1.011 (2,24%), São Félix do Xingu (PA), 902 (2,00%), Rondon do Pará (PA), 662 (1,47%), e Marabá (PA), 646 (1,43%). Esses dados evidenciam que a escravidão contemporânea apresenta ampla dispersão territorial, embora exista concentração em

áreas caracterizadas pela expansão de atividades agropecuárias e pela exploração de recursos naturais.

No Nordeste, os maiores quantitativos de resgates registrados pelo Radar SIT estão na Bahia, com 3.517 trabalhadores/as, no Maranhão, com 3.056, e no Piauí, com 1.560. A CPT apresenta padrão semelhante, destacando a Bahia, com 3.394 trabalhadores/as, o Maranhão, com 2.684, o Piauí, com 1.055, e Alagoas, com 846. Essa distribuição evidencia uma dupla dimensão espacial da escravidão contemporânea: de um lado, áreas tradicionais de produção agroindustrial, como a Zona da Mata canavieira; de outro, as novas fronteiras agrícolas associadas à expansão do agronegócio.

Na análise dos dados da CPT, o Piauí representa 14,1% dos trabalhadores/as registrados/as, aproximadamente 1.173 pessoas, seguido por Pernambuco e Alagoas, ambos com 8,3% (cerca de 691 trabalhadores/as cada). O Ceará corresponde a 6,5%, com aproximadamente 541 trabalhadores/as; a Paraíba, a 1,2%, com cerca de 100; e Sergipe, a 0,1%, apresentando número reduzido. O padrão espacial reforça a concentração do fenômeno em determinados estados, sobretudo aqueles vinculados à expansão da fronteira agrícola, da pecuária e de atividades agroindustriais tradicionais.

A distribuição espacial do Radar SIT entre 2003 e 2023 totaliza 10.859 trabalhadores/as resgatados/as no Nordeste. A Bahia responde por 32,4% desse total, com 3.517 resgates, seguida pelo Maranhão, com 28,1% e 3.056 trabalhadores/as. O Piauí apresenta 14,3%, com 1.560 resgates; Pernambuco, 10,2%, com 1.105; Alagoas, 8,5%, com 920; Ceará, 4,8%, com 527; Rio Grande do Norte, 1,1%, com 122; e Paraíba, 0,5%, com 52. Não foram identificados registros oficiais do Radar SIT para Sergipe no período analisado.

Apesar das diferenças metodológicas entre Radar SIT e CPT, ambas as bases apresentam convergência espacial ao identificar o oeste da Bahia, o sul e oeste do Maranhão e parte do Piauí como áreas de elevada ocorrência do trabalho escravo contemporâneo. A principal diferença está na abrangência: o Radar SIT contempla registros decorrentes de operações oficiais de fiscalização, enquanto a CPT reúne informações provenientes de denúncias e do acompanhamento de conflitos relacionados ao trabalho escravo. A menor concentração de casos na faixa litorânea e a maior presença no interior nordestino também se destacam, sobretudo em áreas de expansão da soja, da pecuária extensiva e de outras commodities.

Na escala municipal, os maiores registros concentram-se em São Desidério (BA), com 967 trabalhadores/as, Correntina (BA), com 508, e Açailândia (MA), com 481. Esses municípios apresentam forte presença da agricultura empresarial e da pecuária, inserindo-se em áreas de expansão do agronegócio e apresentando registros recorrentes de violações trabalhistas (SANTANA, 2021). Entre os dez municípios com maiores quantitativos, quatro pertencem à Bahia — São Desidério, Correntina, Barreiras e Jaborandi —, três ao Maranhão — Açailândia, Bom Jardim e Santa Luzia —, dois a Pernambuco — Palmares e Aliança —, e um a Alagoas — Rio Largo. Assim, Bahia e Maranhão concentram sete dos dez municípios destacados.

A comparação entre as bases também evidencia convergência nos principais municípios. O Radar SIT registra 445 trabalhadores/as resgatados/as em Barreiras e 401 em Rio Largo, enquanto a CPT contabiliza 369 em Barreiras, alterando suas posições no ranking. A distribuição territorial desses casos demonstra associação entre a ocorrência

do trabalho escravo contemporâneo e áreas de especialização produtiva relacionadas à pecuária bovina, cana-de-açúcar, soja e café.

A produção de café apresenta menor abrangência territorial no Nordeste, mas elevada concentração espacial na Bahia. Do total aproximado de 3,20 milhões de toneladas produzidas no período analisado, a Bahia responde por 98,9%, enquanto Pernambuco representa 0,9% e Ceará 0,1%. Essa concentração coincide espacialmente com áreas que apresentam expressivos registros de trabalhadores/as resgatados/as. A Bahia contabiliza 3.517 resgates pelo Radar SIT, equivalentes a 32,4% do total regional, e 3.394 trabalhadores/as na base da CPT, correspondentes a 35,8%.

Na escala municipal, São Desidério registra 967 resgates e produção acumulada de aproximadamente 127.174 toneladas de café, enquanto Barreiras apresenta 445 resgates pelo Radar SIT e cerca de 207.047 toneladas. A sobreposição desses dados demonstra que a ocorrência do trabalho escravo não se distribui necessariamente de forma proporcional ao volume produzido, mas pode coincidir espacialmente com áreas de especialização produtiva. Na cafeicultura, períodos de colheita e contratação temporária podem ampliar situações de vulnerabilidade, especialmente quando associados à precarização das relações de trabalho e à mobilidade de trabalhadores migrantes.

A cana-de-açúcar apresenta distribuição espacial distinta, concentrando-se principalmente no Maranhão, Alagoas e Pernambuco. Considerando aproximadamente 1,80 bilhão de toneladas produzidas no período analisado, o Maranhão responde por 30,6%, Alagoas por 26,6% e Pernambuco por 19,3%; Bahia representa 6,7% e Paraíba, 7,1%. A atividade apresenta correspondência espacial com áreas de ocorrência de escravidão contemporânea, embora essa relação não seja homogênea entre os estados.

Alagoas e Pernambuco concentram conjuntamente aproximadamente 18,7% dos resgates do Radar SIT no Nordeste, sendo 920 em Alagoas (8,5%) e 1.105 em Pernambuco (10,2%). Na CPT, esses estados correspondem a 17,0% dos registros regionais, com 846 trabalhadores/as em Alagoas (8,9%) e 770 em Pernambuco (8,1%). Na escala municipal, Rio Largo (AL) apresenta 401 resgates e aproximadamente 18 milhões de toneladas de cana-de-açúcar; Aliança (PE), 252 resgates e 13,1 milhões de toneladas; e Palmares (PE), 300 resgates e aproximadamente 6,1 milhões de toneladas. Esses dados evidenciam a permanência de relações de trabalho precarizadas em uma atividade historicamente vinculada à formação territorial nordestina.

A soja apresenta a relação espacial mais evidente com a expansão da fronteira agrícola do MATOPIBA, sobretudo na Bahia, Maranhão e Piauí. Do total aproximado de 154,3 milhões de toneladas registradas no Nordeste, a Bahia responde por 54,3%, o Maranhão por 25,9% e o Piauí por 19,7%. Somados, os três estados concentram aproximadamente 99,9% da produção regional de soja. Essa configuração apresenta forte convergência com os registros de escravidão contemporânea: Bahia, Maranhão e Piauí reúnem conjuntamente 74,9% dos resgates do Radar SIT, distribuídos em 32,4%, 28,1% e 14,4%, respectivamente. Na CPT, os mesmos estados concentram aproximadamente 75,2% dos registros regionais, correspondendo a 35,8% na Bahia, 28,3% no Maranhão e 11,1% no Piauí.

Na escala municipal, São Desidério apresenta 967 resgates pelo Radar SIT e aproximadamente 21,3 milhões de toneladas de soja; Correntina, 508 resgates e cerca de

9 milhões de toneladas; e Barreiras, 445 resgates e aproximadamente 10,6 milhões de toneladas. No Maranhão, Açailândia registra 481 resgates e aproximadamente 1,38 milhão de toneladas de soja. A coincidência espacial entre a expansão da produção de commodities e os elevados registros de trabalhadores/as resgatados/as não permite afirmar causalidade direta, mas demonstra associação territorial entre a expansão da fronteira agrícola, a concentração econômica e a superexploração da força de trabalho.

A pecuária bovina constitui a atividade de maior abrangência territorial entre as variáveis econômicas analisadas. O efetivo acumulado alcança aproximadamente 606,7 milhões de cabeças no período estudado. A Bahia concentra cerca de 37,3% do efetivo regional, seguida pelo Ceará, com 8,6%, Pernambuco, com 7,1%, Paraíba e Alagoas, ambos com 4,1%, Sergipe, com 3,8%, Rio Grande do Norte, com 3,4%, Maranhão, com 0,03%, e Piauí, com aproximadamente 0,01%, conforme os dados apresentados na Tabela 2.

A Bahia destaca-se simultaneamente pelo maior efetivo bovino e pelo maior número de trabalhadores/as resgatados/as no Nordeste, com 3.517 registros no Radar SIT (32,4%) e 3.394 na CPT (35,8%). Essa convergência é particularmente expressiva no oeste baiano, região caracterizada pela expansão das atividades agropecuárias e por profundas transformações no uso do território.

Na escala municipal, Correntina apresenta aproximadamente 2,36 milhões de cabeças de gado e 508 resgates; Barreiras reúne cerca de 1,64 milhão de cabeças e 445 resgates; Jaborandi apresenta aproximadamente 1,54 milhão de cabeças e 293 resgates; e São Desidério possui aproximadamente 1,50 milhão de cabeças e 967 resgates. A presença simultânea de grandes efetivos bovinos e elevados números de trabalhadores/as resgatados/as evidencia uma sobreposição territorial significativa entre a pecuária e a ocorrência da escravidão contemporânea.

A análise da Prancha 3 reforça que a pecuária bovina possui ampla distribuição no Nordeste. Entre 2003 e 2023, grande parte dos municípios apresentou rebanhos superiores a 16.515 cabeças, alcançando aproximadamente 389.552 animais nos municípios com maiores efetivos. A atividade concentra-se especialmente no oeste da Bahia e em áreas do sul do Maranhão e do Piauí, regiões que também apresentam expressivos registros de trabalhadores/as resgatados/as. São Desidério e Correntina constituem exemplos dessa sobreposição, reunindo elevados efetivos bovinos e quantitativos significativos de resgates.

A soja reforça a centralidade do MATOPIBA como fronteira de expansão do capital agrícola. Os maiores produtores apresentam valores superiores a 105 mil toneladas, alcançando mais de 1,06 milhão de toneladas nos municípios de maior produção. A concentração ocorre principalmente no oeste baiano e no sul do Maranhão, áreas também caracterizadas por elevados registros de escravidão contemporânea.

A cana-de-açúcar, por sua vez, concentra-se principalmente na Zona da Mata, sobretudo em Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Os municípios com maior produção ultrapassam 3,4 milhões de toneladas, enquanto áreas de produção intermediária apresentam valores entre 569 mil e 3,3 milhões. Embora constitua uma atividade tradicional, o setor sucroalcooleiro permanece associado historicamente à precarização do trabalho, especialmente em etapas como corte manual, plantio e manutenção dos canaviais.

O café apresenta menor expressão territorial, concentrando-se principalmente no sul e extremo oeste da Bahia, onde alguns municípios produzem entre 20 mil e 39 mil toneladas. Apesar de sua menor participação regional, a atividade também apresenta ocorrências de exploração laboral, particularmente nos períodos de colheita, marcados pela contratação temporária e pela vulnerabilidade de trabalhadores migrantes.

O cruzamento dos dados apresentados na Tabela 3 permite observar que a espacialização do trabalho escravo contemporâneo acompanha, em grande medida, territórios de forte atividade agropecuária e expansão do agronegócio. No oeste baiano, São Desidério, Correntina e Barreiras destacam-se pelos elevados registros de trabalhadores/as resgatados/as e pela expressiva produção agrícola e pecuária. No Maranhão, Açailândia e Bom Jardim também se inserem nesse padrão, enquanto Pernambuco e Alagoas apresentam maior correspondência com a produção canavieira.

Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) demonstram, portanto, a diversidade das cadeias produtivas associadas aos territórios onde ocorre a escravidão contemporânea. A soja apresenta forte concentração em São Desidério e Correntina; a cana-de-açúcar destaca-se em Rio Largo e Palmares; a pecuária possui ampla distribuição e forte concentração no oeste baiano; e o café apresenta concentração particularmente elevada na Bahia. Essas sobreposições não devem ser interpretadas como prova de que determinada atividade econômica produz necessariamente trabalho escravo, mas como evidência de associação espacial entre especialização produtiva, expansão do agronegócio e ocorrência de situações de superexploração da força de trabalho.

Desse modo, a análise territorial demonstra que a escravidão contemporânea não constitui fenômeno isolado ou desvinculado da dinâmica econômica. Sua ocorrência está relacionada a estruturas históricas de concentração fundiária, desigualdade social, vulnerabilidade da força de trabalho e expansão de atividades econômicas intensivas na exploração dos recursos territoriais. A modernização produtiva, portanto, não elimina necessariamente formas extremas de exploração; ao contrário, determinadas condições de expansão do capital podem coexistir com relações laborais profundamente precarizadas.

A convergência entre os mapas de trabalho escravo e os mapas de produção agropecuária evidencia, sobretudo no interior nordestino, uma importante associação entre as áreas de expansão das commodities e os territórios de maior ocorrência de resgates. O MATOPIBA destaca-se como uma das principais expressões contemporâneas dessa dinâmica, especialmente pela expansão da soja, da pecuária e de outras atividades agropecuárias. Paralelamente, a Zona da Mata mantém a importância histórica da cana-de-açúcar como eixo econômico, demonstrando que diferentes temporalidades produtivas podem coexistir com formas contemporâneas de exploração.

Assim, a escravidão contemporânea pode ser compreendida como parte das contradições territoriais produzidas pelo processo de acumulação capitalista. A apropriação desigual do território, a concentração dos meios de produção, a vulnerabilidade socioeconômica e a precarização das relações de trabalho contribuem para a formação de condições favoráveis à superexploração. A presença de elevados números de trabalhadores/as resgatados/as em municípios de intensa atividade agropecuária reforça a necessidade de compreender o fenômeno não apenas como uma

violação trabalhista, mas como uma problemática socioespacial vinculada às formas de apropriação, organização e uso do território.

Dessa maneira, os resultados permitem identificar a pecuária bovina, a soja, a cana-de-açúcar e o café como importantes eixos econômicos para a análise da espacialização da escravidão contemporânea no Nordeste. A relação observada entre produção e resgates deve ser compreendida em termos de associação territorial e não de causalidade direta, uma vez que a ocorrência do trabalho escravo também depende de fatores institucionais, fundiários, sociais e históricos. Ainda assim, a coincidência espacial entre elevada produção, expansão do agronegócio e concentração de trabalhadores/as resgatados/as evidencia as contradições existentes entre modernização econômica, apropriação territorial e desumanização do trabalho.

Conclusão

Diante do exposto, ressalta-se que o momento atual de formação territorial do NE coloca a escravidão contemporânea como uma clara expressão das desigualdades históricas que marcaram a constituição da região. Assim, longe de representar uma prática isolada ou residual, o trabalho escravo revela-se como parte integrante da dinâmica de expansão capitalista no campo nordestino, especialmente vinculada às atividades agropecuárias e às novas fronteiras agrícolas do agronegócio.

Ao mesmo tempo, a espacialização do fenômeno e o cruzamento com atividades econômicas evidenciam que a modernização técnica não se traduziu na erradicação das formas arcaicas e violentas de exploração da força de trabalho. Os municípios com forte atividade ligada à pecuária extensiva, à monocultura da soja no MATOPIBA e ao setor sucroalcooleiro na Zona da Mata apresentam forte concentração dessa precarização laboral, demonstrando como a territorialização do capital no século XXI se aproveita das vulnerabilidades sociais historicamente produzidas.

Observou-se que a permanência desse fenômeno está diretamente relacionada à precarização das relações de trabalho e à vulnerabilidade socioeconômica presente na região. Nesse contexto, o estudo evidenciou que áreas inseridas na fronteira do MATOPIBA apresentam forte associação entre expansão da pecuária e da agricultura voltada à exportação e a ocorrência de trabalhadores/as resgatados/as em condições degradantes, reafirma a coexistência contraditória entre modernização econômica e permanência de práticas arcaicas de exploração.

Referências

AMBROSIO, Ellen Cristinne da Silva; RODRIGUES, Sávio José Dias. Usos do território pelo agronegócio e discurso de modernização do MATOPIBA. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, v. 8, n. 19, 2025. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/397960749_Usos_do_territorio_pelo_agronegocio_e_discurso_de_modernizacao_do_MATOPIBA. Acesso em: 13 jul. 2026.

BALES, Kevin. Disposable people: new slavery in the global economy. Berkeley: University of California Press, 2012. Disponível em: https://www.unodc.org/e4j/data/_university_uni_/disposable_people_new_slavery_in_the_global_economy.html?lng=en. Acesso em: 22 mai. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. MDHC, em parceria com MDS, lança ação para conscientizar profissionais da assistência social contra trabalho escravo. Brasília, DF, 29 jan. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/mdhc-em-parceria-com-mds-lanca-acao-para-conscientizar-profissionais-da-assistencia-social-contra-trabalho-escravo?. Acesso em: 22 mai. 2026.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; MORAIS, Hugo Arruda de. USO NEOLIBERAL DO TERRITÓRIO E CONDENADOS/AS DA TERRA: PERMANÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INJUSTIÇA E DESIGUALDADE NO TEMPO-ESPAÇO BRASILEIRO. Revista Terra Brasilis, 2024. DOI: 10.33237/2236-255X.2024.6314. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/6314. Acesso em: 17 jun. 2026.

ELIAS, Denise. A produção da fábula do agronegócio no Brasil: novas e velhas faces da dependência. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-producao-da-fabula-do-agronegocio-no-brasil-novas-e-velhas-faces-da-dependencia/. Acesso em: 20 de ago. 2026.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=265&sid=33. Acesso: 12 mai. 2026.

KARA, Siddharth. Modern slavery: a global perspective. New York: Columbia University Press, 2017. Disponível em: https://cup.columbia.edu/book/modern-slavery/9780231158473/. Acesso em: 21 mar. 2026.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000873861. Acesso: 26 mar. 2026.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação: (reflexões sobre riscos da intervenção subinformada). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Tradução . São Paulo: Edições Loyola /Comissão Pastoral da Terra, 1999. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Martins_JS_41_1087112_AEscravidaoNosDiasDeHojeEAsCiladasDaInterpretacao.pdf. Acesso em: 18 jan 2026.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2023. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001676299. Acesso: 13 abr. 2026.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994). Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/5CFzyNQtQYKfrc9Hypg4pvy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 de jun. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2003.473.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf. Acesso 21 de mar. 2025.

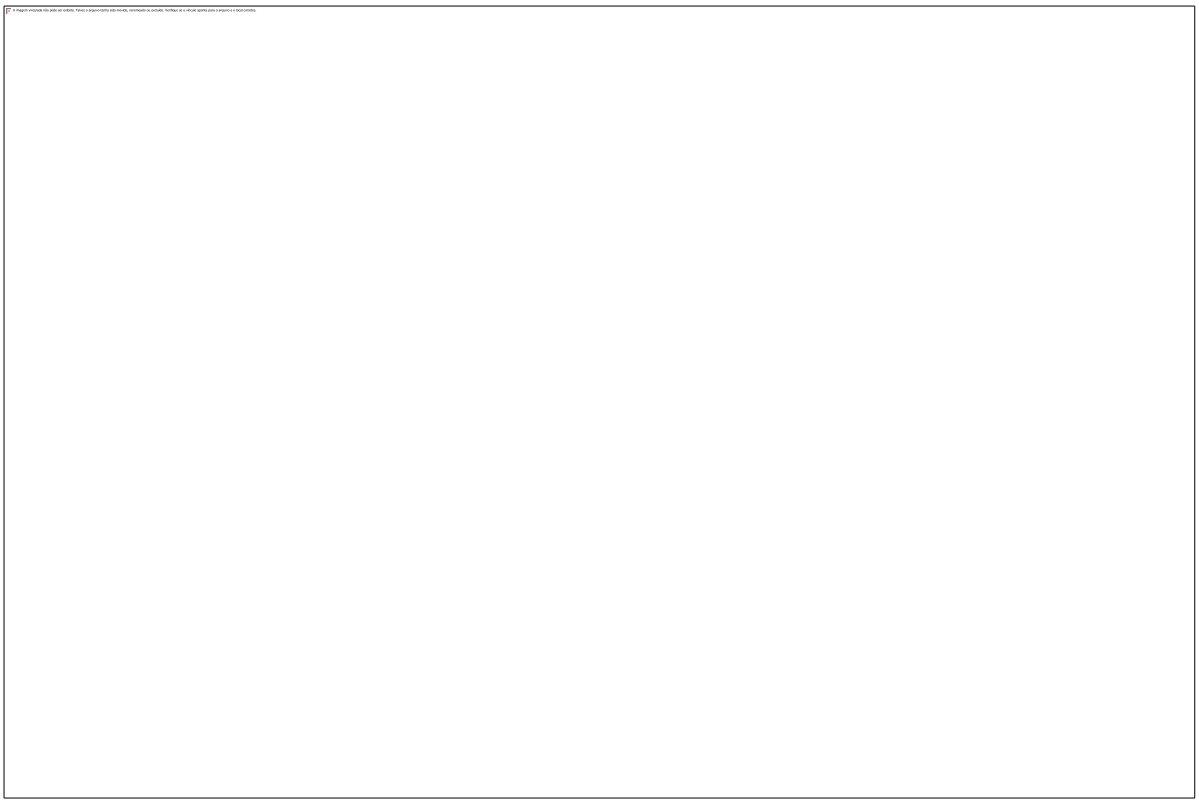
SANTANA, Aurelane Alves. Trabalho escravo contemporâneo rural na Bahia. Revista de Geografia (Recife), Recife, v. 38, n. 4, p. 55-75, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51359/2238-6211.2021.250986. Acesso em: 14 jun. 2026.

SAKAMOTO, Leonardo. Trabalho escravo no Brasil do século XXI. Brasília: OIT, 2008. Disponivel em:https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227551.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

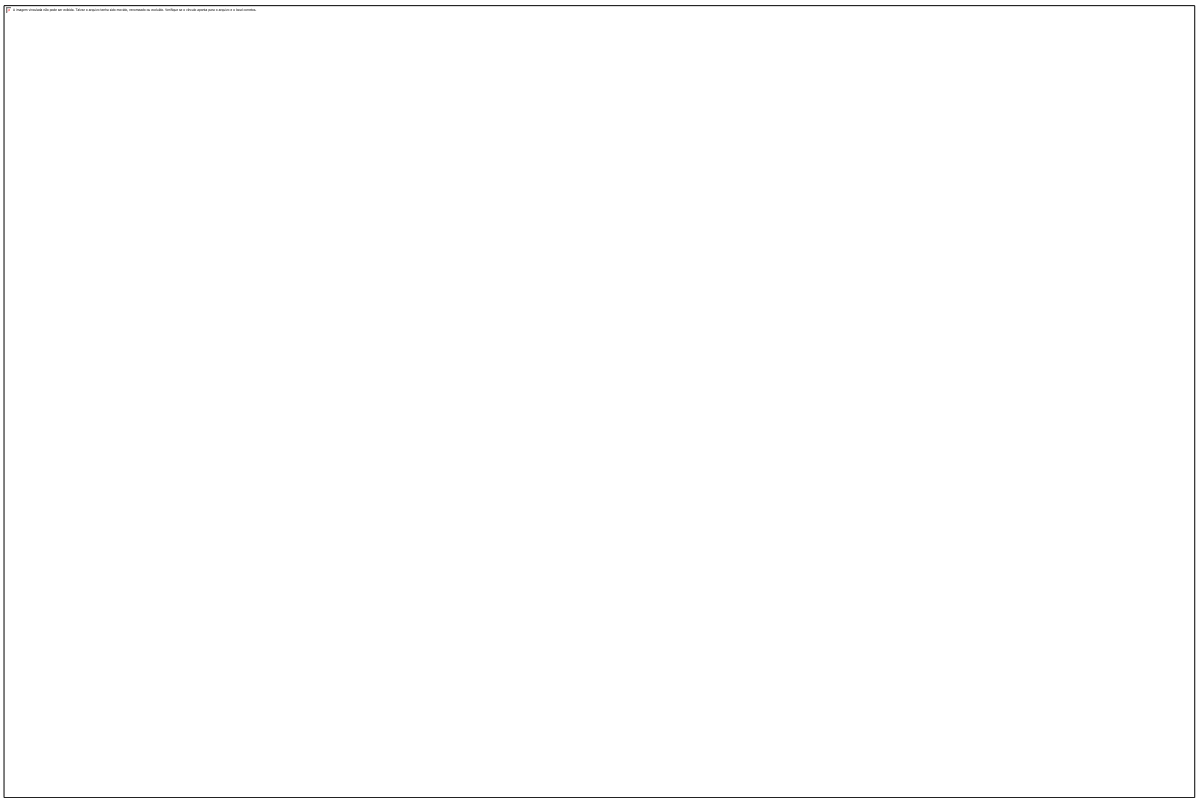
SAKAMOTO, Leonardo. Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020. Disponível em: Fonte: 12º Encontro Escravidão e Liberdade https://share.google/EBfU7GxFMGYjYELsK. Acesso em: 18 jan. 2026.

SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. Eco-Pós, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 9-16, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22524. Acesso em: 29 maio 2026.

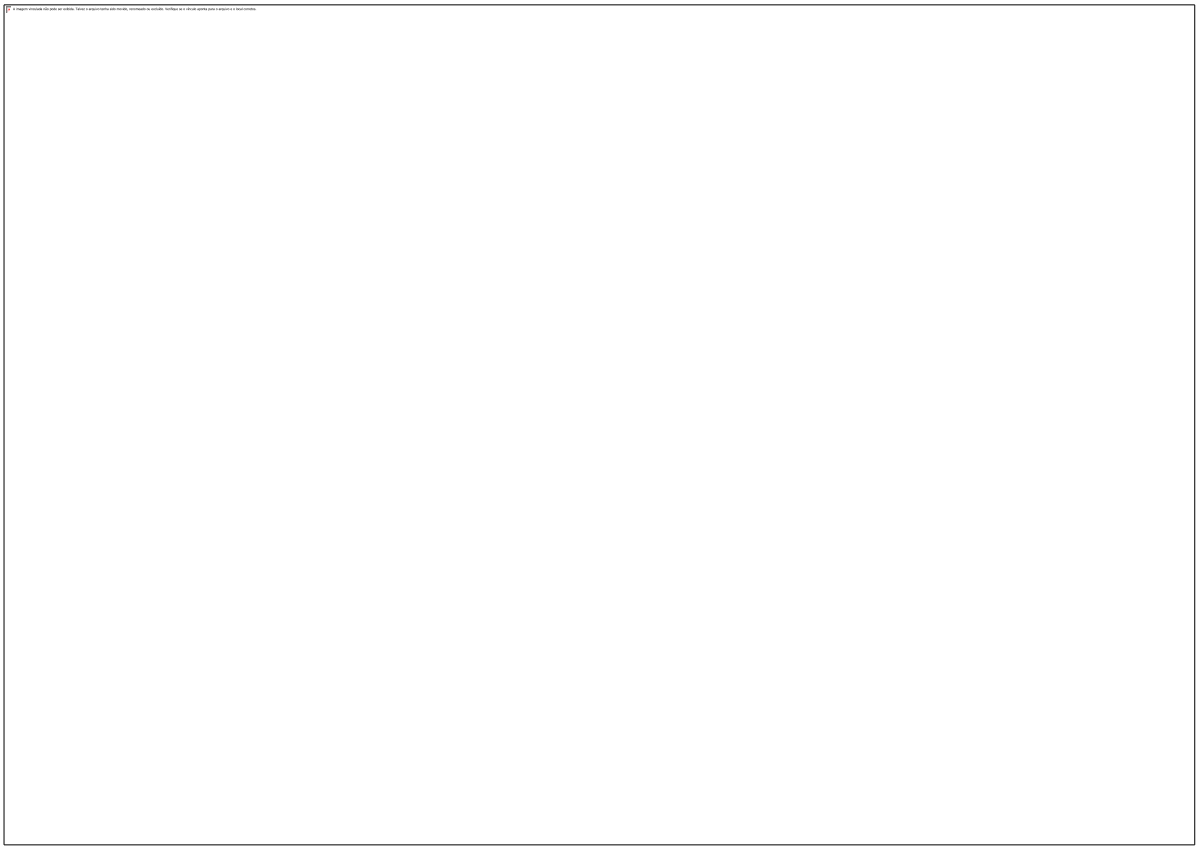
Anexos



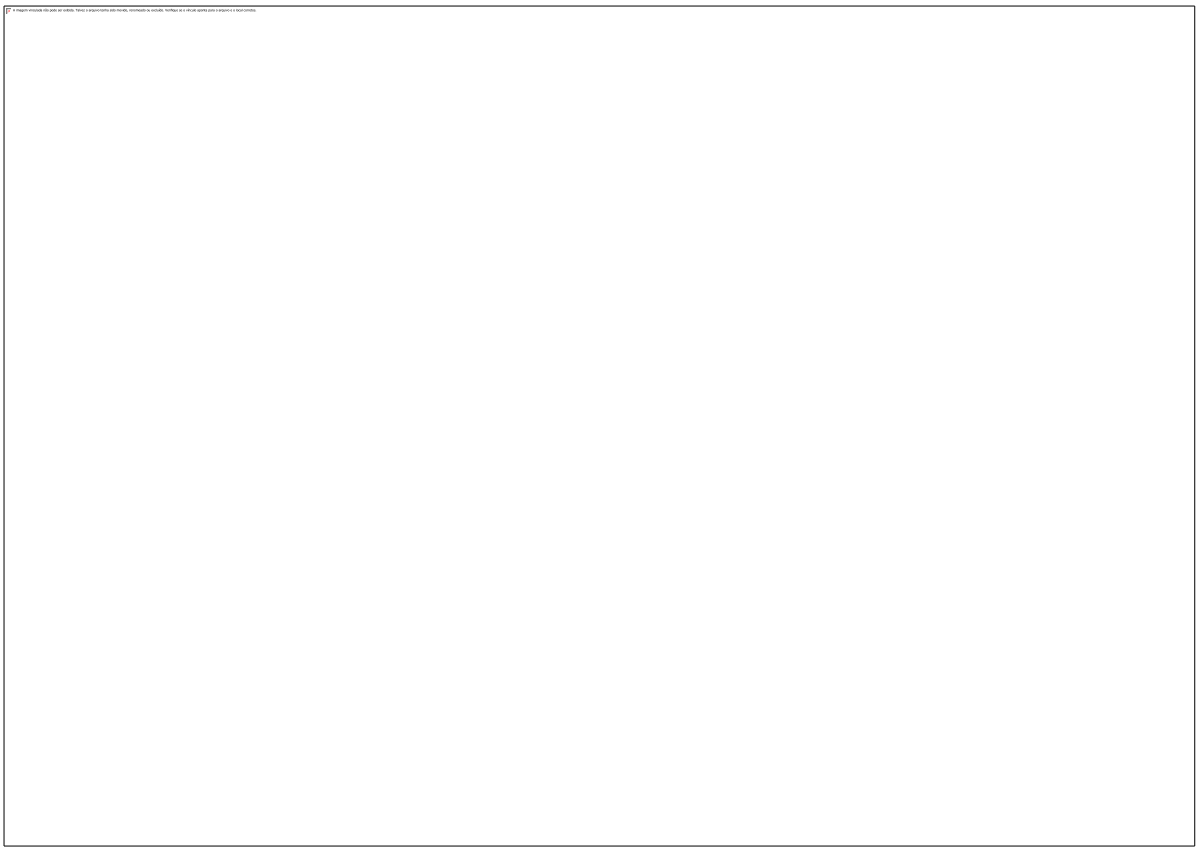
Mapa 1: CPT



mapa 2



mapa 3



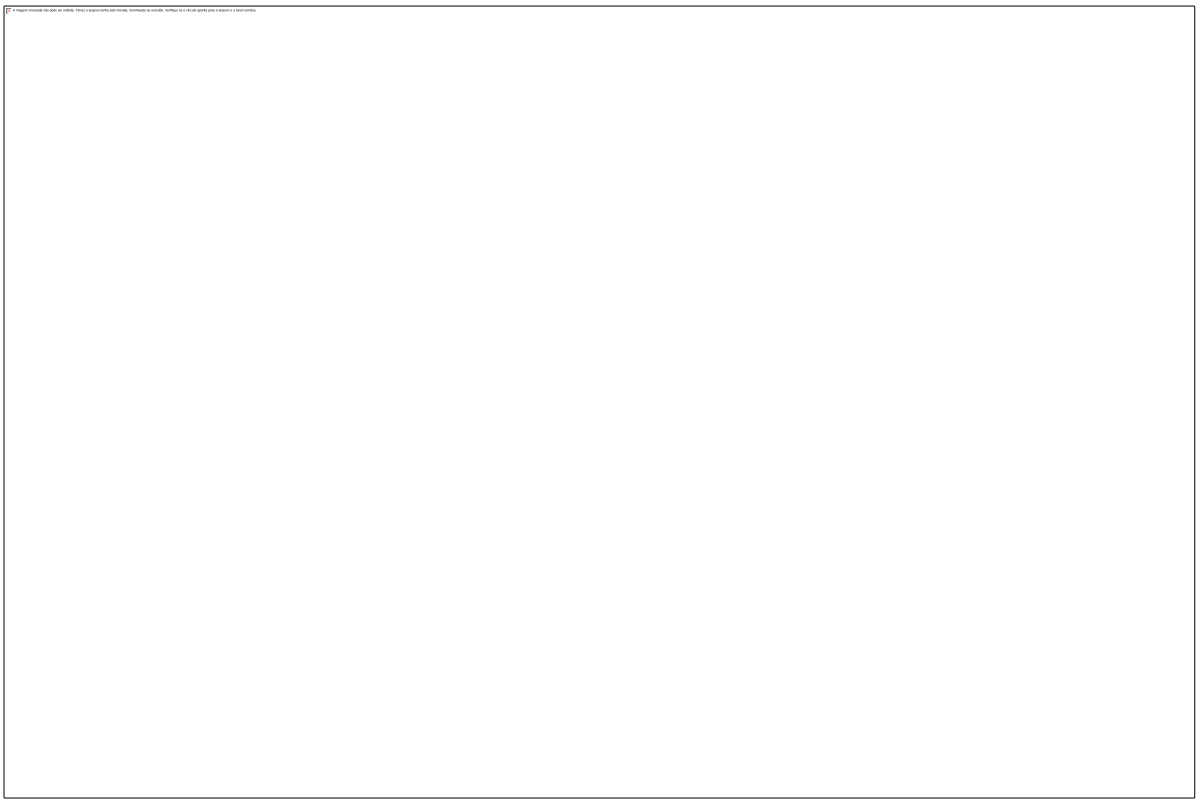
mapa 4



mapa 5



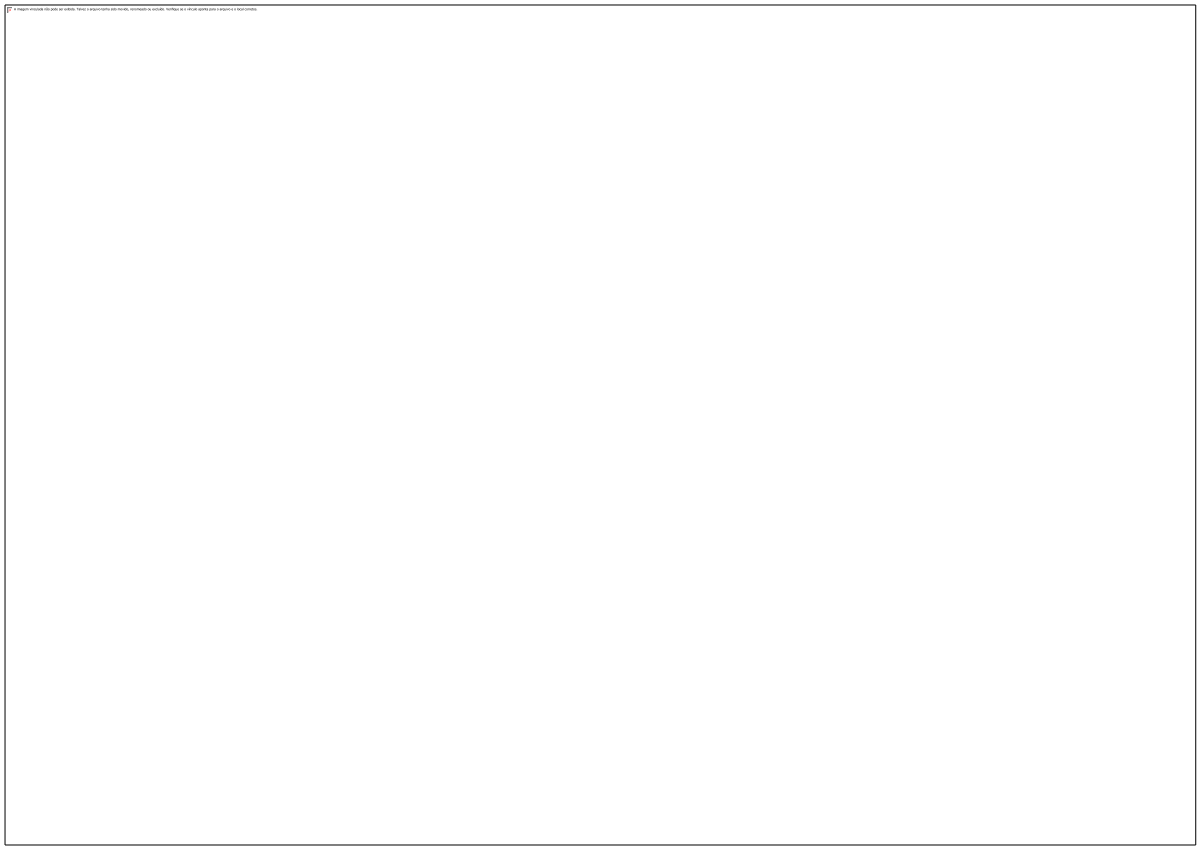
mapa 6



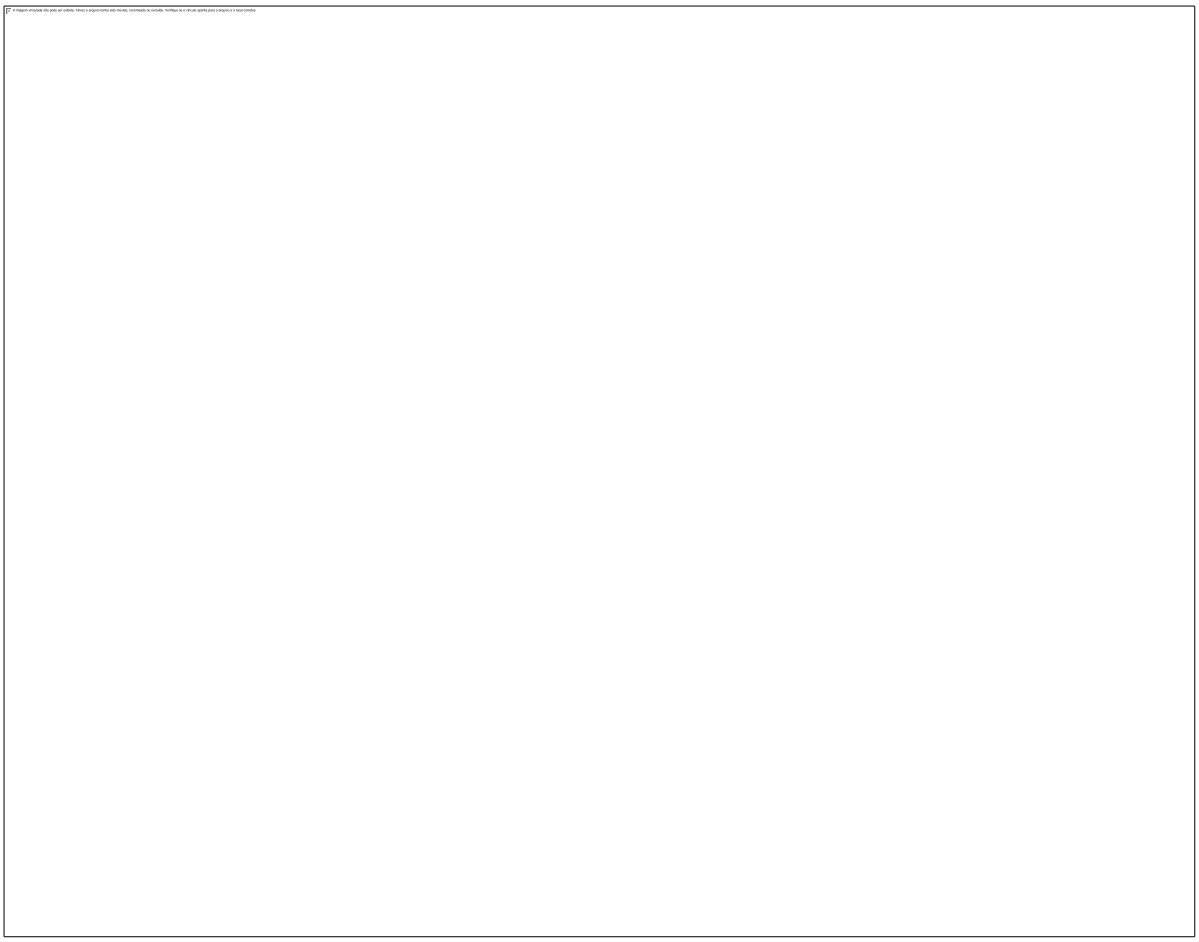
mapa 7



mapa 8



mapa 9



mapa 11

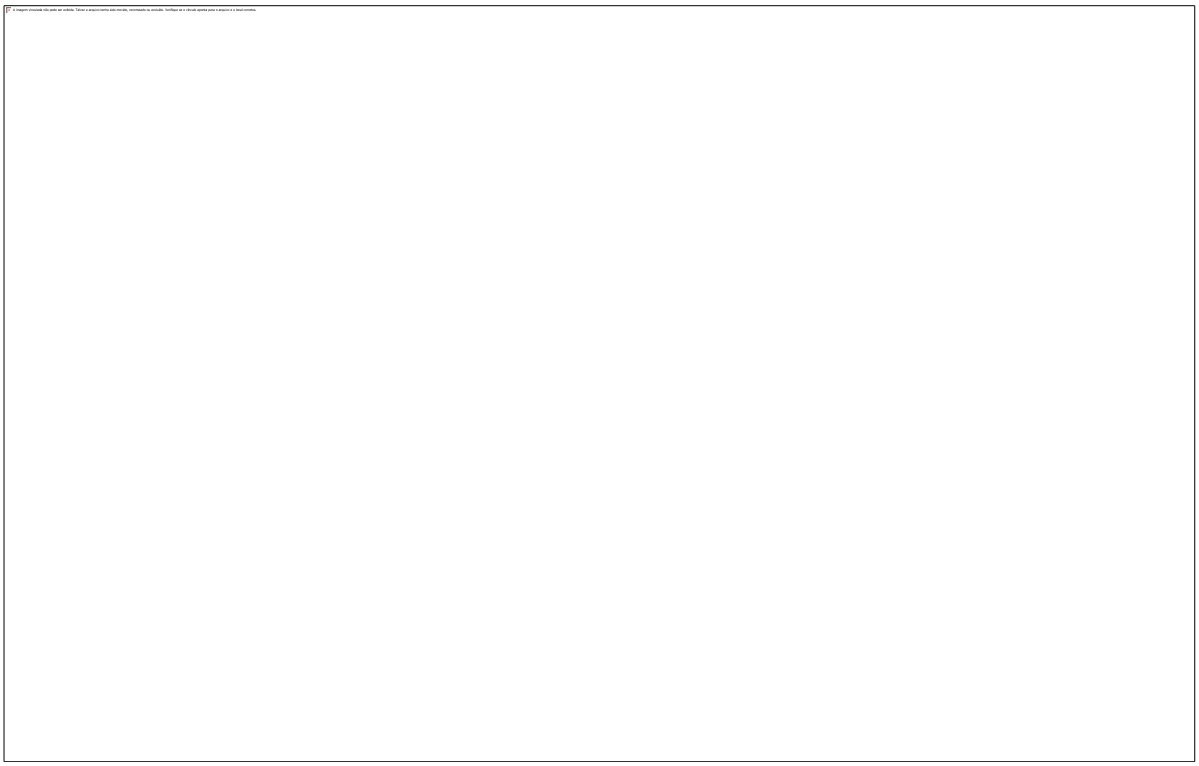


tabela 1

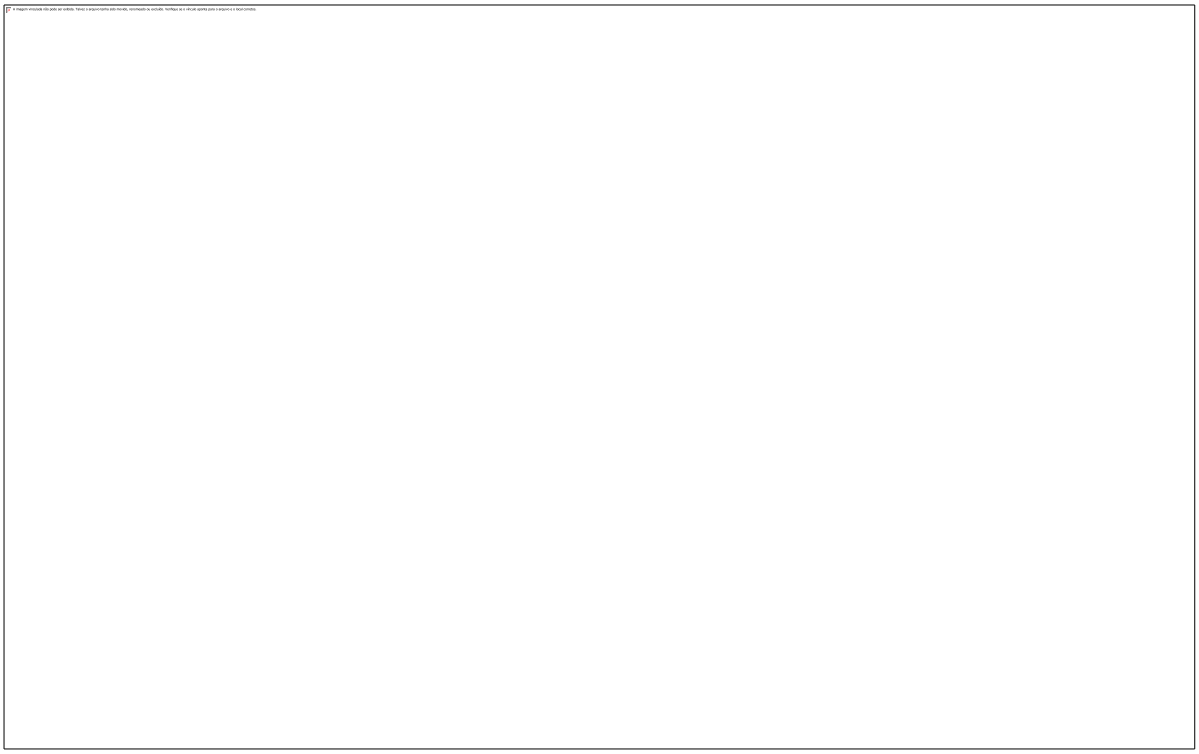
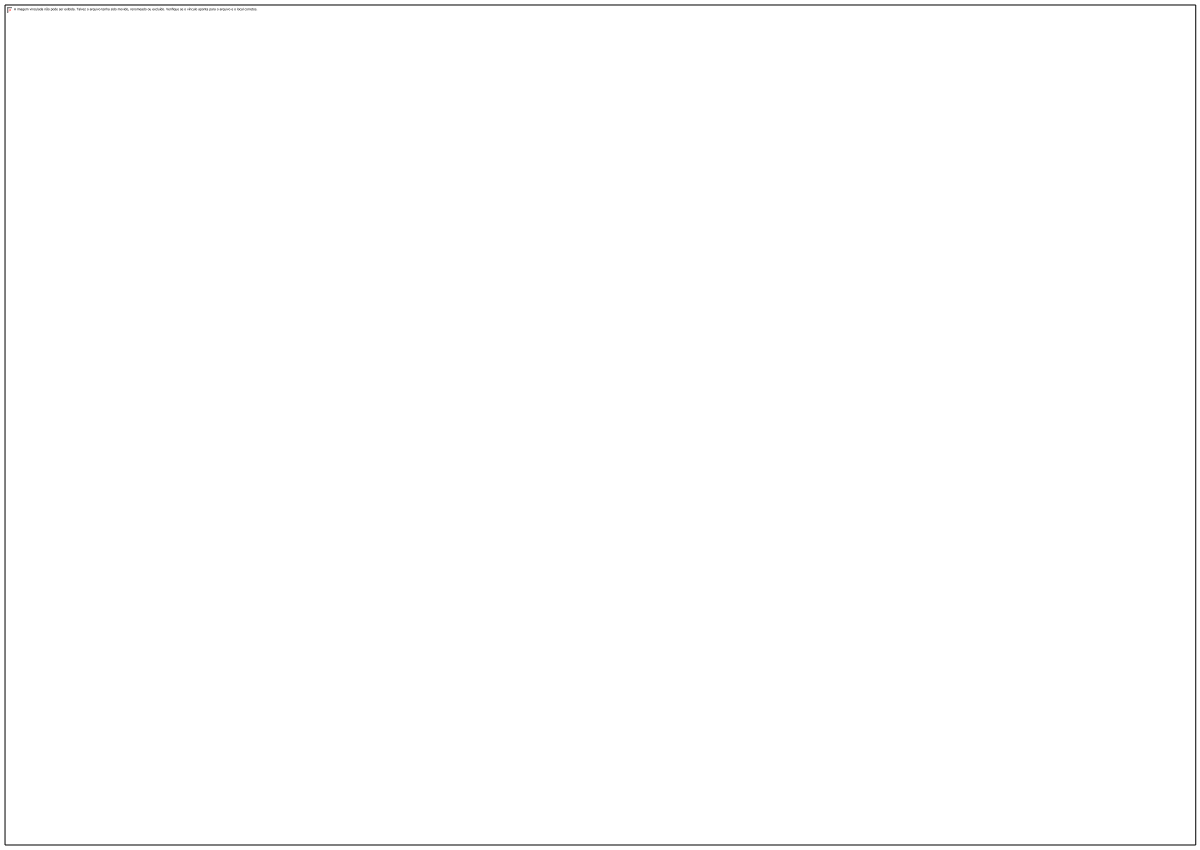


tabela 2



Mapa Brasil 1



Mapa brasil 2

CÓDIGO: HS0105

AUTOR: ERIK RYAN BEZERRA DA SILVA

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: ALICE COMO VESTÍGIO DE MEMÓRIA: A PRESENÇA DE ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS (1865), DE LEWIS CARROLL , EM O CORPO INTERMINÁVEL (2019), DE CLAUDIA LAGE

Resumo

O presente trabalho tem como foco a análise da relação entre Alice no país das maravilhas ([1865] 2010), de Lewis Carroll, e O corpo interminável (2019), de Cláudia Lage, tendo em vista as referências a Alice no romance. Para os procedimentos metodológicos a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e de cunho qualitativo, como aporte teórico têm-se: Literatura e Sociedade (Candido, 2006); “Crítica e intertextualidade” (Perrone-Moisés, 1978); “Escrita e vestígio” (Assman, 2011), “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória” (Gagnebin, 2006), assim como a fortuna crítica do romance (Filho, 2021; Lima, 2025; Welter e Andrade, 2024). Como hipótese de leitura, compreende-se que Alice mediante dimensões oníricas representa um vestígio de memória que exerce a função de denunciar o período violento indo contra um projeto autoritário de esquecimento. Nesse sentido, a presença de Alice nas narrativas fragmentadas e na de Daniel revelam múltiplas nuances da violência e do apagamento do período repressivo.

Palavras-chave: O corpo interminável; Ditadura; Alice no país das maravilhas.

TITLE: ALICE AS A VESTIGE OF MEMORY: THE PRESENCE OF ALICE'S ADVENTURES IN WONDERLAND, BY LEWIS CARROLL, IN O CORPO INTERMINÁVEL (2019), BY CLAUDIA LAGE

Abstract

This study focuses on analyzing the relationship between Lewis Carroll's Alice's Adventures in Wonderland ([1865] 2010) and Cláudia Lage's O corpo interminável (2019), considering the references to Alice within the novel. Methodologically, the

research is characterized as qualitative and bibliographic. The theoretical framework comprises: Literatura e Sociedade (Candido, 2006); “Crítica e intertextualidade” (Perrone-Moisés, 1978); “Escrita e vestígio” (Assmann, 2011); and “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória” (Gagnebin, 2006); as well as the novel's critical reception (Filho, 2021; Lima, 2025; Welter and Andrade, 2024). As a reading hypothesis, it is understood that Alice, through dreamlike dimensions, represents a trace of memory that serves to denounce the violent period, actively resisting an authoritarian project of forgetting. In this sense, Alice's presence in the fragmented narratives and in Daniel’s narrative reveals multiple nuances of violence and erasure during the repressive period.

Keywords: O corpo interminável; Dictatorship; Alice's Adventures in Wonderland.

Introdução

O presente trabalho está ambientado no projeto de pesquisa “Narrar é Resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar, coordenado pela Profa. Dra. Juliane Vargas Welter, vinculada ao Departamento de Letras (DLET), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O referido projeto busca compreender de maneira investigativa como se dá o uso da memória como elemento narrativo central na literatura contemporânea brasileira, ao considerar as relações entre literatura e sociedade. Sob a hipótese que tal tendência se dá em decorrência de processos históricos agressivos e inacabados do país, se faz interessante compreender como a literatura introjeta elementos da sociedade por meio da memória. Desse modo, o corpus da análise desta pesquisa contempla o Prêmio São Paulo de Literatura do período de 2008 até o presente momento e as pesquisas desenvolvidas contribuem para perscrutar o problema inicial investigado ao compreender a relação entre memória-sociedade-literatura.

O Prêmio São Paulo de Literatura é um importante evento que consagra autores no cenário contemporâneo da produção literária brasileira. Iniciado em 2008 e proporcionado pelo governo do estado de São Paulo, o projeto publica anualmente um novo edital em busca de publicações recentes. Em 2020, a escritora Claudia Lage ganha a disputa com a sua obra O corpo interminável (2019), narrativa que explora as nuances da participação feminina no contexto de ditadura civil-militar brasileira ocorrida nos anos de 1964-1985.

No livro vencedor, além da memória ser um importante constituinte da narrativa, percebe-se a presença de relações e até de citações à obra Aventuras de Alice no país das maravilhas ([1865] 2010), de Lewis Carroll. Importante publicação infantil produzida pelo inglês Charles Lutwidge Dodgson, mas divulgado com o seu pseudônimo. Tal presença persistente proporciona a compreensão de que a obra exerce um significado singular para a história, sendo reforçado ao decorrer das páginas.

Nesse sentido, cabe analisar de que maneira a presença do livro Aventuras de Alice no país das maravilhas (2010) atua como um vestígio de memória que, mediante uma dimensão fantasiosa entre o plano íntimo do sonho e o âmbito histórico ditatorial, revela as nuances do trauma. Com isso, objetiva-se estabelecer a relação entre as obras, ter um

parecer favorável de Alice como um vestígio de memória persistente na narrativa, além de observar o que isso ocasiona na trama.

Tal pesquisa se dará sob o embasamento teórico de Candido (2006) na relação entre a literatura e a sociedade; Perrone-Moisés (1978) acerca da intertextualidade entre os livros; Assman (2011) ao que diz respeito à memória e o vestígio; Gagnebin (2006) para a memória e o trauma; assim como autores da fortuna crítica Filho (2021), Lima (2025) e Welter e Andrade (2024). Portanto, tal pesquisa contribui para as discussões que se sucedem a respeito da memória na escrita literária contemporânea e os seus desdobramentos.

Metodologia

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e viés exploratório, o corpus selecionado é o livro O corpo interminável (2019), da autora Claudia Lage. A metodologia abordada se ramifica em três, a primeira caracterizada pela escolha da obra dentre os que integram o plano de trabalho do Prêmio São Paulo de Literatura, sendo eles: A chave de casa (2007), de Tatiana Salem Levy; Galileia (2008), de Ronaldo Correia de Britto; A parede no escuro (2008), de Altair Martins; Método prático de guerrilha (2010),de Marcelo Ferroni; Vermelho Amargo (2011),de Bartolomeu Campos de Queiróz; Os hungareses (2010), de Susana Montoro; Antiterapias (2012), de Jacques Fux; Desnorteio (2012), de Paulo Frábio; O evangelho segundo Hitler (2013), de Marcos Peres; Enquanto Deus não está olhando (2014), de Débora Ferraz. Nossa Teresa - vida e morte de uma santa suicida (2014), de Micheliny Verunschk; Rebentar (2015), de Rafael Gallo; A imensidão íntima dos carneiros (2015), de Marcelo Maluf; A instrução da noite (2016), de Maurício de Almeida; Céus e Terra (2016), de Franklin Carvalho; Assim na terra como embaixo da terra (2017), de Ana Paula Maia; O peso do pássaro morto (2017), de Aline Bei; Oito do sete (2017), de Cristina Judar; O corpo interminável (2019), de Cláudia Lage; Front (2020), de Edmilson de Almeida Pereira; Ao pó (2020), de Morgana Kretzmann; Terrapreta (2021), de Rita Carelli; Não fossem as sílabas do sábado (2022), de Mariana Salomão Carrara; Tinta branca (2022), de Alexandre Aliatti; Mata doce (2023), de Luciany Aparecida; Louças de família (2023), Eliane Marques.

A segunda etapa diz respeito aos encontros quinzenais de todos os integrantes das pesquisas para serem discutidos textos teóricos a respeito do dispositivo narrativo estudado, ou seja, a memória. Além do encontro para apresentação do curso da pesquisa de cada um, com a apresentação da obra escolhida, assim como o elemento eleito para ser analisado. Já a terceira condiz com a investigação em diversos buscadores, como SciELO, BDTD, Google Acadêmico e Repositório UFRN, a fim de realizar o levantamento de dados da fortuna crítica do livro, principalmente no que tange ao elemento narrativo memória. Por meio da busca, foi possível perceber a ampla produção acadêmica, inclusive traçando análises das diferentes nuances da memória na obra em questão. Diante disso, é relevante analisar como se dá às relações ao livro de Carroll e como isso integra um vestígio memorialístico de uma personagem.

Tal processo se dá com os referentes aportes teóricos: Candido (2006) para compreender como se dá às relações entre literatura e sociedade; Assman (2011) para definir memória

e vestígio, inclusive no contexto narrativo; Gagnebin (2006) para esclarecer as relações do vestígio com a memória e o trauma, elementos firmemente presentes durante toda a produção; Perrone-Moisés (1978) para ancorar a relação intertextual entre as duas obras. Para elucidar a relação entre os romances serão utilizados autores da fortuna crítica que trouxeram isso em suas produções, tais como Filho (2021), Lima (2025) e Welter e Andrade (2024).

Resultados e Discussões

A obra em questão exerce uma postura contra-hegemônica ao oportunizar a voz e o protagonismo a personagens que no período ditatorial seriam relegados ao silêncio e esquecimento. A narrativa exibe uma das principais marcas do regime, pois explora como a violência em suas múltiplas formas exerce um papel brutal no processo de repressão aos indivíduos divergentes. Com descrições diretas, como "Os tapas, os choques, os ratos, as baratas. Há muitos tipos de tortura [...]" (Lage, 2019, p. 92), a autora reflete a forma truculenta com que o regime lidava com as guerrilheiras – mulheres que lutavam contra a ditadura.

No que diz respeito à estrutura da obra, ela é dividida em 4 partes, sendo elas: distâncias, presenças, distâncias e corpos. Os capítulos são ausentes de qualquer marcação, fortalecendo a concepção de um corpo perpétuo negado de qualquer direito sobre si, a única particularidade é a distinção entre os capítulos iniciados com letra maiúscula e narrados em primeira-pessoa pelo personagem Daniel e capítulos independentes iniciados com minúsculas e dando voz a mulheres vítimas do regime totalitário. O livro acompanha a história de Daniel, filho de uma guerrilheira desaparecida no período da ditadura e a sua namorada Melina, filha de um fotógrafo que atuou na Casa da Morte localizada em Petrópolis, RJ.

De maneira alternativa, histórias autônomas de mulheres são narradas. A respeito dessas narrativas e a relação com a personagem Julia, Lima (2025, p.12) revela que: "tais circunstâncias induzem o leitor a pensar que os relatos consistem em testemunhos de Julia", mas tal percepção é desconsiderada, pois "[...] as contradições narrativas entre eles fazem a hipótese desmoronar" (Lima 2025, p.12). Ou seja, essa estratégia de acrescentar no livro histórias autônomas traz à tona uma busca de protagonismo às memórias subterrâneas, ou seja, a "dos excluídos, dos marginalizados e das minorias" (Pollak, 1989, p. 4) em que se enquadra as guerrilheiras, pois ainda existem algumas que até hoje apresentam laudos inconclusivos, desaparecimentos não resolvidos ou a ausência de responsabilização dos seus agressores do regime (Brasil, 2014).

Em decorrência desse processo de tornar protagonista mulheres guerrilheiras com o uso de uma narrativa com rupturas e histórias descontínuas, Welter e Andrade (2024, p. 190) afirmam que essas variadas vozes provocam a fragmentação e que "se dá a partir também dos dois eixos, sendo que no eixo do passado, com histórias sem início e fim, histórias descontínuas". Nesse sentido, tal estratégia revela que essas narrativas independentes estão, "servindo apenas como um pano de fundo mais panorâmico do contexto da ditadura

e das violências sofridas por outras vítimas do regime, para além da própria Julia" (Lima, 2025). Assim como sua relação para com o contexto histórico retratado, cabe analisar como se dá a presença entre essas tramas independentes e a de Daniel em relação ao livro Aventuras de Alice no país das maravilhas, em que de maneira intertextual atua como um vestígio de memória.

A princípio, a relação entre a narrativa de Lage (2019) com a de Carroll ([1865] 2010) se estabelece por meio da intertextualidade, que nas palavras de Perrone-Moisés (1978, p.63) "entende-se por intertextualidade este trabalho constante de cada texto com relação aos outros, esse imenso e incessante diálogo entre obras que constitui a literatura". Assim, Lage (2019) mediante esse artifício linguístico dialoga veemente com Alice, seja ao trazer o livro materialmente no romance, a personagem principal no curso da narrativa, ou elementos como toca do coelho, o próprio coelho e até o buraco em que ela cai.

Por isso, ao conter elementos que referenciam Alice e a sua narrativa, Lage (2019) mescla com elementos linguísticos para produzir principalmente metáforas que dialogam diretamente com a problemática central da obra, como "Sonhei de novo com a toca do coelho. [...] Nas primeiras páginas, sempre me deparava com Alice perseguindo o coelho, mas dessa vez foi diferente, nesse sonho não havia coelho, havia apenas Alice" (Lage, 2019, p. 13). No excerto é possível compreender que a corrupção da fantasia em pesadelo ocorre no momento em que ao sonhar com aquela cena do livro novamente ela adquire uma nova configuração. Um formato mais pesaroso e sombrio, isso fica claro quando é afirmado: "só que numa realidade de sonho, na qual Alice não perseguia o coelho, mas me perseguia" (Lage, 2019, p. 13), que denota um estado paranóico e de hipervigilância, dilemas constantes em cenários repressivos.

Ainda no que tange a esfera intertextual e metafórica isso se sucede em: "Alice agora era um monstro, e a toca do coelho tinha se tornado um buraco onde não cabia somente um coelho ou uma criança, mas uma pessoa grande" (Lage, 2019, p. 14). Assim, a transformação da Alice em monstro e do contexto fantasioso em pesadelo reflete a distorção do ambiente repressor, em que converte símbolos de escape lúdico em fontes de ameaça e pavor. Tal concepção se fortalece quando a personagem revela: "Eles falaram que eu ia enlouquecer. Antes de ir embora falaram, você vai enlouquecer aqui sozinha" (Lage, 2019, p. 16), aqui é explicitado táticas de tortura psicológica e confinamento solitário empregadas pelos agentes da repressão com o viés de desestruturar a sanidade dos presos políticos.

Desse modo, Lage (2019) com os aparatos linguísticos subverte a versão conhecida de Carroll ([1865] 2010) e denuncia a violência ditatorial, tornado a "toca do coelho" antes vista como um espaço mágico e fantasioso para o da prisão, do brutal e desumano. Tamanha denúncia se dá pela autora mediante o não dito, ou seja, é no próprio contexto da obra e no entrecruzamento das histórias autônomas que essas informações implícitas podem ser depreendidas. Isso se dá em meio a um processo lacunar, acerca disso Welter e Andrade (2024, p. 187) revelam que, "assim, a lacuna, ou melhor, o silêncio dessas vozes, ecoa no tempo presente". Posto isso, tal recurso de utilizar o onírico para metaforizar a dor e a violência em tempos de repressão ecoam em meio a um silêncio de gerações.

Assim, com a relação intertextual entre as duas obras, há um importante elemento que também atua como dispositivo narrativo quando Alice se faz presente na obra de Lage

(2019). O vestígio, como Assman (2011) defende, é um resquício da memória, "O passo que leva dos textos aos vestígios e objetos remanescentes como testemunhas significantes do passado corresponde a um passo que leva da escrita como signo linguístico intencional ao vestígio como cunhagem material" (Assman, 2011, p. 227) . O livro deixado pela mãe de Daniel e as referências à obra durante as narrações das guerrilheiras ao mesmo tempo que despontam resquícios do período autoritário demonstram uma possível relação com a concepção defendida por Assman (2011).

Desse modo, ao curso da leitura é apresentado um livro gasto de Alice como alguns dos elementos deixados pela mãe de Daniel, que pode ser observado no trecho: "O menino teve um estremecimento ao ver a caligrafia circular, firme, tão parecida com a sua. Sim, se olhasse bem, via traços bem próximos" (Lage, 2019, p. 51). Agindo como uma testemunha silenciosa sob a perspectiva de Assman (2011) esse livro gasto e inserido entre livros na estante continua a causar surpresa em Daniel, com "O jeito de arredondar as vogais, de esticar os Ls, cruzar os Ts. Era a letra da sua mãe? No início do livro o nome, a data, a assinatura afirmando, este livro é meu" (Lage, 2019, p. 51). A forma como a obra do século XIX atua como um vestígio memorioso se dá inclusive pelo rastro de um corpo que foi apagado e passou a ocupar um não-espaço e um não-dito, em detrimento da violência brutal de uma configuração política autoritária.

Com isso, ao reconhecer traços da mãe em si, o personagem passa por um processo catártico de filiação em que busca resgatar uma memória desse silêncio em que foi posto desde o nascimento. Em meio ao processo de respostas, o livro de Alice serve como esse vestígio, pois é reapropriado em detrimento da dor do desaparecimento, ao mesmo instante que surgem questionamentos a respeito disso, como em: "Lá se foi Alice, estava repetido na margem o texto original. Por que ela repetiria a frase já escrita? Por que se repete uma frase, ou qualquer coisa? O que a repetição traz que já não existe na primeira vez?" (Lage, 2019, p. 51). Aqui o vestígio memorioso se dá com o registro físico, revelando ao personagem informações antes inacessíveis e negadas. Com isso, Daniel segue na perseguição do rastro deixado pela mãe.

Além da relação do personagem Daniel com a obra de Carroll são apresentadas histórias autônomas de guerrilheiras que também apresentam menções a Alice e seus elementos. Por exemplo, ao iniciar o livro é apresentado uma guerrilheira, ela começa a narrativa juntamente com a referência intertextual da Alice, como pode ser visto: "Nas primeiras páginas, sempre me deparava com Alice perseguindo o coelho, mas dessa vez foi diferente, nesse sonho não havia coelho, havia apenas Alice" (Lage, 2019, p. 13), em que a experiência onírica revela não apenas uma, mas várias Alices em suas múltiplas formas e representações. No que tange a presença múltipla de Alices, a princípio, existem duas diametralmente opostas, o que exibe um cenário fantástico e bastante dicotômico, mas até que "as duas imagens se apertaram, se fundiram e num estalo se transformaram numa só" (Lage, 2019, p. 14), o que revelou uma personagem mais sombria e assustadora possível.

A partir da representação obscura da Alice, surge uma voz interior em que a narradora-personagem interage, quando "me virei para ela, para essa voz, e perguntei [...] por que estando dentro de mim me assombrava, já não bastava a Alice monstro" (Lage, 2019, p. 16). Tal comentário da personagem-narradora elucida com o que vem depois, "Se eu fecho os olhos, o que vejo posso chamar de sonho? O que me aparece é a visão desse infinito, o que não acaba, desse inferno, o que não extingue" (Lage, 2019, p. 17-18), ou seja, torna transparente o tormento psicológico que caracteriza a notória perda do refúgio

mental. Assim, é construído mediante a oposição, entre o descanso esperado no campo onírico e a realidade em que o terror se predomina. Com isso, a Alice da narrativa infanto juvenil é subvertida a uma representação assombrosa e inextinguível.

Ainda nas histórias independentes narradas em primeira pessoa, a Alice cujo valor simbólico principal se configura como um vestígio memorioso se dá também em: “Ontem sonhei com Alice. Deve ter sido sonho, ou a memória do sonho, uma parca lembrança, um delírio, como for, não parecia um sonho macabro como o outro, parecia apenas um sonho, desses que a gente acorda sem susto” (Lage, 2019, p. 97). Com isso, o sonho anterior e o atual se sobrepõem mediante a metáfora da memória histórica da repressão, pois a oscilação vocabular por parte da personagem entre “sonho”, “memória” e “delírio” revela a fragmentação do sujeito marcado pelo trauma.

De semelhante modo, no excerto: “Eu que já vi tanta coisa, o que pode ter nesse sonho de assustador, nada. Engraçado, o sonho mal tinha começado e eu já tinha esquecido completamente da sensação de terror do outro, de como acordei apavorada [...]” (Lage, 2019, págs. 97-98), ocorre o processo repentino de esquecimento da sensação iminente de terror aliado à banalização do medo, que é notado quando a personagem revela que nada poderia a assustar como o outro sonho, isso funciona como uma metáfora para a amnésia coletiva. Tal metáfora pode ser compreendida quando o que foi vivido no trauma – o que leva a crer que foi a violência no regime – apresenta a caracterização pela personagem como “outro sonho”, ou seja, que se resume apenas ao campo onírico. Acerca disso, Welter e Andrade (2024, p. 191) afirmam que “As múltiplas vozes e a variação acabam por entrar em choque com esse esquecimento forçado”, o que corrobora, segundo as autoras, pela fragmentação das narrativas.

Tal discussão a respeito da fragmentação da história evoca a compreensão da memória e trauma, aplicadas à compreensão da narrativa, pois Gagnebin (2006, p. 110) defende que “O trauma é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito”. Assim, ao lidar com o contexto ditatorial, os narradores das narrativas autônomas utilizam a intertextualidade da Alice como um vestígio memorioso, pois em detrimento do onírico e fantástico se revelam rastros do trauma, do apagamento e do esquecimento.

De semelhante modo, se pode depreender que tal processo de encontro e de retomada de Alice durante a narrativa de Lage (2019) reforça que o trauma acometido pelo processo de silenciamento e apagamento de Júlia, mãe do personagem principal, tanto na esfera das relações sociais de seu convívio como também no que tange o Estado, culminou ao personagem Daniel, em processos de buscas de vestígios que forneçam respostas para as inúmeras indagações. Isso favoreceu o seu processo de criação de rememorações e confabulações a respeito de um passado desconhecido e negado.

Conclusão

Portanto, apesar do esforço em manter e evocar o esquecimento, por parte de um sistema que insiste em manter a ditadura no passado, é relevante evidenciar uma análise que

compreenda a observação e comprovação da presença da obra Aventuras de Alice no país das maravilhas ([1865] 2010) repleta de intertextualidade e desafios a lógica, como um dispositivo narrativo de vestígio de memória em que por meio de dinâmicas oníricas e ambíguas revelem os rastros de violência sofridos por mulheres guerrilheiras no período ditatorial.

A análise revela que Alice e o universo da narrativa de Carroll ([1865] 2010) no livro de Lage (2019) opera como um recurso de denúncia social, pois ao mesclar o fantasioso com as marcas da violência política, a autora evidencia de maneira fragmentada os rastros de violência, apagamento e desumanização sofridos pelas personagens da obra.

Mediante um cenário histórico repleto de repressão, censura e a violência acrescida de apagamento e silenciamento, Lage (2019) por meio de uma escrita intertextual, expõe o absurdo mesclado com o onírico e fantasioso não como forma de fuga da realidade, mas como estratégia de narrar o brutal, o indizível. Desponta aí um cenário contemporâneo em que o alarmante deveria ser “o quanto ainda não sabemos sobre a ditadura e suas relações tentaculares” (Welter e Andrade, 2024, p. 179).

Assim, depreende-se a importância do livro de Lage (2019) para compor, mesmo que de maneira ficcional, uma crítica ao regime ditatorial, com o fito de denunciar e dar voz à perspectiva feminina do regime e as violência sofridas por essa parte da população, o que mantém aceso a possibilidade de discussões e problematizações, inclusive como a autora fez em seu livro ao utilizar Alice.

Referências

ASSMAN, Aleida. “Escrita e vestígio”; “Vestígios e lixo”. In: Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. Acesso: 10 ago. 2026.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 3 v. Disponível em:http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Acesso em: [18 ago 2026].

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. 199 p.

CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do espelho e o que Alice encontrou por lá. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Ilustrações de John Tenniel. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 317 p. Obra originalmente publicada em duas partes (1865 e 1871).

FILHO, A Coutinho Soares. (2021). ESPIRAIS DA MEMÓRIA EM O CORPO INTERMINÁVEL, DE CLÁUDIA LAGE. EntreLetras, 12(2), 99–117. https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2021v12n2p99-117. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/12747. Acesso em: 12 jul. 2026.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006. Acesso: 10 ago. 2026.

LAGE, Claudia. O corpo interminável. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LIMA, Ana Byatriz Moreira de. Inventando a memória: a autoria de Daniel nas narrativas de testemunho em O corpo interminável (2019), de Claudia Lage. 2025. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/d2eefc78-7fb8-4157-8168-a6400749ac41. Acesso em: 12 jul. 2026.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Crítica e intertextualidade. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. Texto, crítica, escritura. São Paulo: Ática, 1978. cap. 3, p. 58-74.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista estudos históricos, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Welter, J. V., & Andrade, M. R. S. A. de. (2024). Corpos fraturados: uma leitura de Que bom te ver viva, de Lúcia Murat, e Corpo interminável, de Cláudia Lage. Porto Das Letras, 10(3), 177–199. https://doi.org/10.20873.24.409.

CÓDIGO: HS0111

AUTOR: ELYSA CÂNDIDA DE FRANÇA ROCHA

ORIENTADOR: RITA DE CASSIA MARIA NEVES

TÍTULO: IMPACTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar a análise dos impactos de grandes empreendimentos sobre as comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte, especificamente na região do litoral norte e compreender como a memória e a identidade social fazem parte desse processo de resistência. Para isso, os objetivos deste trabalho estão centrados no desenvolvimento da auto cartografia das comunidades aqui apresentadas, com o intuito de preservar e fortalecer os saberes e os territórios tradicionais, além da melhoria da qualidade de vida e da segurança das populações locais. A implementação dos projetos desses grandes empreendimentos possuem uma organização com base na herança colonial brasileira, onde a exploração latifundiária e de domínio privado são responsáveis pelas desigualdades sociais históricas através do controle de terras e de corpos, com o epistemicídio de comunidades e de povos tradicionais. A partir de métodos qualitativos e de uma observação participante foram coletados dados importantes para a futura construção do mapa e do boletim informativo sobre os impactos de grandes empreendimentos nas comunidades pesqueiras tradicionais do litoral norte potiguar, com a transcrição de entrevistas com as lideranças e moradores das comunidades, com registros fotográficos e pontos cartográficos com o auxílio do GPS.

Palavras-chave: Resistência. Auto cartografia. Herança colonial. Mapa. Epistemicídio.

TITLE: Impact of large-scale projects on traditional peoples and communities

Abstract

The purpose of this study is to present an analysis of the impacts of large-scale development projects on traditional communities in Rio Grande do Norte, specifically in the northern coastal region, and to understand how memory and social identity are part of this process of resistance. To this end, the objectives of this study focus on developing self-mapping by the communities presented here, with the aim of preserving and strengthening traditional knowledge and territories, as well as improving the quality of life and safety of local populations. The implementation of these large-scale development

projects is rooted in Brazil's colonial heritage, where large-scale landownership and private control have been responsible for historical social inequalities through the control of land and people, resulting in the epistemicide of traditional communities and peoples. Using qualitative methods and participant observation, important data were collected for the future creation of a map and an informational bulletin on the impacts of large-scale projects on traditional fishing communities along the northern coast of Rio Grande do Norte. This included transcriptions of interviews with community leaders and residents, photographic records, and GPS-assisted mapping.

Keywords: Resistance. Self-mapping. Colonial legacy. Map. Epistemicide. Memory.

Introdução

A energia eólica é considerada uma energia limpa e sustentável, pois além de beneficiar o uso para a geração elétrica, ela não possui contribuição para a emissão de CO^2, principal gás do efeito estufa. Diante disso, a qualidade dos ventos potiguares é um grande atrativo para a implementação de grandes empreendimentos eólicos, tanto os offshore (fonte de energia obtida pelos ventos em instalações em alto-mar) como os onshore (fonte de energia obtida pelos ventos em instalações em terra).

Atualmente, segundo dados de 2026, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Bahia possui 376 usinas eólicas instaladas e o RN possui 318. Mesmo em segundo lugar, se considerarmos o tamanho do estado da Bahia, podemos ver como o RN possui um enorme campo de investimento nessa área. Em sua grande maioria, os geradores são instalados em regiões distantes, mas próximos de comunidades tradicionais. Assim, torna-se possível refletir sobre a dimensão das atividades do setor eólico sobre as comunidades tradicionais de pesca no estado.

É importante salientar que essa pesquisa é parte de um projeto maior, intitulado "Nova Cartografia Social: Memória, Saberes e Resistências de Povos e Comunidades Tradicionais no Rio Grande do Norte". A pesquisa que desenvolvemos de forma ampla, possui uma parte voltada às comunidades de pesca artesanal impactadas ou em vias de serem impactadas por empreendimentos eólicos em suas áreas de pesca. Ao longo do trabalho de pesquisa, a equipe mais ampla do projeto realizou um evento na comunidade quilombola de Coqueiros, em Ceará-Mirim, com a presença de quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais. Na ocasião, as representantes das comunidades de pesca pediram para que a gente visitasse as comunidades para conversar com as pessoas que estavam no evento. Dessa forma, realizamos uma imersão nessas comunidades de pesca artesanal para conhecer e realizar a pesquisa.

A pesquisa, portanto, foi realizada no litoral norte potiguar, nos municípios de Caiçara do Norte, Enxú Queimado, Galinhos, Guamaré, São Miguel do Gostoso e Macau, os quais apresentaram diversas realidades e situações de enfrentamento sobre os impactos dos grandes empreendimentos eólicos instalados ou em vias de serem instalados. Nesse contexto observamos que a chamada "energia limpa", que promove uma narrativa sobre sustentabilidade, oculta um fato cruel: destruição do modo de vida e do bem estar das comunidades tradicionais, além de um ecocídio, poluição sonora e visual.

Além desses obstáculos, os moradores das comunidades em pauta possuem preocupação em relação às eólicas offshore ainda não instaladas, que possuem áreas de interesse para a instalação nas zonas fundamentais para a pesca. Essas iniciativas demonstram o crescente interesse e exploração na região do litoral Norte do estado, mas também histórico de resistência e luta das comunidades tradicionais desses municípios.

Esse sistema de dominação capitalista faz parte de um conjunto de fatores sobre a herança colonial no Brasil que perpetua desigualdades sociais e injustiça socioambiental. As consequências da implementação de grandes empreendimentos em territórios tradicionais sem consulta prévia, têm gerado desconfiança e resistência, principalmente pelos exemplos já observados em que há perda de direitos territoriais e risco à saúde e ao bem estar das comunidades. Além disso, esses empreendimentos impossibilitam a continuação cultural e modos específicos de se relacionar com o ambiente.

Por esse motivo é essencial as pesquisas e o mapeamento de projetos de geração de energia no Rio Grande do Norte, a fim de revelar e discutir sobre os impactos desses empreendimentos nas comunidades de pesca tradicionais. Assim, revela-se a importância da auto cartografia das comunidades tradicionais afetadas pelos megaprojetos, com a descrição de suas trajetórias de resistências políticas, suas práticas autônomas de preservação cultural, de afirmação identitária e de luta pela memória histórica.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de cunho qualitativo, baseada em um levantamento bibliográfico de cunho histórico e antropológico, com consultas a livros e obras sobre História Ambiental e História Oral.Ao mesmo tempo, o processo etnográfico constituiu-se como parte essencial da pesquisa, com o estudo empírico através da experiência prática, visto que, conforme afirma Mariza Peirano, “a teoria se aprimora pelo constante confronto com novos dados e novas experiências de campo” (PEIRANO, 2014).

Dessa forma, a etnografia, e a observação participante utilizada nesse processo, auxiliam em uma prática reflexiva, em que o conhecimento antropológico possui a necessidade de uma investigação e de uma ação reflexiva a partir da experiência das realidades brasileiras, a fim de superar uma tradição colonial eurocêntrica (OLIVEIRA, 2018). A reflexão, portanto, é indispensável para uma etnografia e para um estudo antropológico a partir de uma observação participante, a fim de superar a visão ultrapassada do antropólogo como alguém que é capaz de observar a realidade e a cultura de cima.

Para a coleta de dados primários nas comunidades, foi necessário a análise dos dados secundários obtidos no levantamento bibliográfico, a qual fundamentou a compreensão sobre o funcionamento das comunidades deste estudo. Assim, foram realizadas reuniões do projeto Nova Cartografia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o intuito de discutir sobre as possibilidades dos procedimentos a serem executados,

além de realizar discussões bibliográficas sobre a temática, auxiliando na preparação para o processo prático e próximo às comunidades.

Após essa etapa inicial, realizamos uma semana mais intensa de trabalho de campo, passando por todas as comunidades de pesca artesanal nos municípios acima citados. Como já haviam sido realizadas outras ações do projeto nas comunidades tradicionais analisadas neste estudo, o processo de ir ao encontro das pescadoras artesanais em suas comunidades ficou bem mais fácil e pôde ser realizado de forma ampla. Portanto, as reuniões e orientações do projeto da Nova Cartografia Social e da professora Rita Neves, associadas ao acesso e ao estudo do material produzido pelo projeto (transcrições de áudios, seleção de falas, fotos e vídeos), auxiliaram no preparo para a prática junto às comunidades.

Nas comunidades visitadas, foram realizados encontros em grupo para conversar e compreender melhor a dinâmica das relações sociais, do trabalho e dos conflitos nessas localidades. Outrossim, ocorreram encontros em grupos para realização de oficinas cujo objetivo estava em torno da auto cartografia das comunidades e do diálogo sobre o impacto dos grandes empreendimentos. O material obtido por meio desses encontros coletivos foi essencial na construção dos produtos que iremos organizar: um mapa dos locais de instalação das torres e um boletim informativo sobre as comunidades tradicionais afetadas pelos grandes empreendimentos. Vale ressaltar que as falas e fotos utilizadas aqui fazem parte do conjunto de materiais obtidos durante todo o processo de trabalho de campo do projeto Nova Cartografia Social, o qual será aplicado na construção do boletim e mapas sobre os impactos de grandes empreendimentos em comunidades tradicionais.

Outras entrevistas individuais foram realizadas, principalmente com lideranças de cada comunidade, às quais participavam de movimentos sociais em prol dos direitos e do bem estar da comunidade no contexto da implementação de grandes empreendimentos. Para efetuar todas as entrevistas foi necessário o uso de microfones portáteis e celulares com gravador de voz.

Outra etapa fundamental do trabalho foi a marcação dos pontos, a partir do uso do GPS, além de celulares e de máquinas fotográficas para registros visuais dos locais indicados. Durante essa fase, fomos acompanhados pelas lideranças das comunidades a fim de auxiliarem nesse processo e decidirem quais lugares eram importantes para serem inseridos no mapa.

Nesse sentido, a participação da comunidade desde o processo de escolha dos pontos no GPS até a construção do mapa e a revisão dos materiais propostos é de extrema importância. Por meio dessa participação ativa é possível ampliar o processo de afirmação identitária da comunidade, de resistência e de participação política ativa na construção e preservação da memória e da história, preservando a tradição e os costumes tradicionais.

Durante e após o trabalho de campo, a consulta do meu diário de campo e do material coletado foi essencial no processo de escrita, organização de informações e na construção dos produtos planejados. Ademais, como método de trabalho, organizamos os pontos indicados e registrados pelas pessoas das comunidades em uma tabela com as coordenadas geográficas, o título do local e suas respectivas fotos.

Resultados e Discussões

A pesquisa que foi realizada no litoral norte potiguar teve como objetivo analisar os impactos de grandes empreendimentos em comunidades tradicionais, com foco nas comunidades de pesca artesanal em Caiçara do Norte, Enxu Queimado, São Miguel do Gostoso, Galinhos, Macau e Guamaré. Assim, por meio da etnografia e de uma observação participante foi possível analisar e compreender as práticas culturais em torno das vivências e dos modos de trabalho dos povos e das comunidades tradicionais analisadas. Vale ressaltar que ao longo desse trabalho o termo "usina eólica" será utilizado por ser o termo mencionado nos encontros com as comunidades.

Caiçara do Norte está localizado entre os municípios de Guamaré, Parazinho e São Bento do Norte, sua economia é baseada na pesca artesanal, essencial para a economia como para a memória e história local, com destaque para a pesca do peixe-voador. Em junho de 2026, foi aprovada a implantação e gestão do Porto Indústria-Verde, complexo portuário e industrial com objetivo de apoiar a transição energética em Caiçara do Norte. Entre outras atribuições, o porto industrial dará suporte para as torres eólicas offshore, impactando drasticamente na atividade de pesca. Além disso, as eólicas onshore causam impacto significativo no modo de vida das pessoas, já que as torres causam problemas de saúde e impedem a livre circulação das pessoas.

Francisca é moradora de Caiçara do Norte e foi uma das principais lideranças do movimento feminista contra os impactos de grandes empreendimentos que conhecemos e conversamos. Sua participação nesse movimento é fruto de sua luta e tormentos diários, pois foi instalada uma torre eólica há poucos metros de sua casa, causando rachaduras, desestabilidade material da casa e insegurança. Francisca sofre diariamente com os ruídos das turbinas há cerca de seis anos. Afirma que possui problemas de ansiedade e surdez, o que ela chama de "síndrome da turbina". Além da sua saúde e bem estar, os seus animais também são vítimas da proximidade da torre eólica, com danos severos à saúde desses animais e morte de alguns:

Então é um tipo de doença que a gente não sabe o que é, mas é causada por... por esses barulhos que geram estresse no animal. Aí, devido a esse estresse, desencadeia esse tipo de doença, entendeu? Várias doenças. E não é só comigo, não. As pessoas que moram aqui relatam isso (entrevista com Francisca, 2026).

O município de Galinhos é uma península no litoral norte do estado com sua economia local apoiada sobre o turismo e a atividade pesqueira por suas paisagens naturais e seu potencial para a pesca. A atividade pesqueira em Galinhos é marcada por memórias afetivas baseadas na luta para conseguir o sustento e sobrevivência das famílias dos pescadores: "Eduquei toda minha família assim, formei minha filha através da pesca, tudo que eu tenho de economia, saúde e amizade. Para mim a pesca é tudo" (entrevista com Paulo, 2026).

A trajetória da comunidade tradicional de pesca de Galinhos é marcada por resistência e luta contra os impactos de empreendimentos, como a implantação da salina, e da prática da carcinicultura, próxima às áreas de manguezal e da usina eólica onshore sobre as

dunas. Além desses, a comunidade enfrenta outra preocupação: a futura instalação das usinas eólicas offshore, ação que afetará drasticamente a economia e modo de vida da população de Galinhos. Nesse sentido, os danos ao meio ambiente são inúmeros, impossibilitando, assim, o proveito da natureza pela população local, afetando principalmente os pescadores locais: “As máquinas destruindo a areia lá, dá para perceber lá, jogando a areia das estradas por um lado do rio, cada vez mais enterrando, o pescado ficando mais difícil.” (entrevista com Paulo, 2026).

O Rio Grande do Norte é responsável por 95,3% da produção de sal marinho brasileiro, e o município de Macau com 30% dessa produção (PONTAROLO et al, 2020). A partir disso, é possível concluir como a atividade salineira está inserida nos aspectos socioambientais da população de Macau, principalmente nas comunidades de pesca e de marisqueiras. Ademais, a atividade salineira causa grandes impactos na economia pesqueira da região, com a pesca sendo artesanal e um dos pilares fundamentais da economia local.

Além disso, as comunidades pesqueiras de Macau dependem do manguezal, ecossistema crucial para a reprodução de diversas espécies e para o fornecimento de nutrientes. Porém, o desmatamento dos manguezais ocasionado para a construção de reservatórios de evaporação e cristalização, além dos despejos de efluentes industriais demonstra os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos, prejudicando a economia local, visto que os pescadores e marisqueiras dependem desse ecossistema: “E joga aquela água com o produto pra dentro do nosso rio também. Mata nosso peixe, mata o ciri, mata o búzio. Mata tudo, todos os pescados.” (entrevista com Sandra, 2026)”

Os empreendimentos eólicos também afetam a vida da comunidade tradicional pesqueira de Macau. Nessa comunidade as usinas offshores são a maior preocupação e causam medo pela ameaça ao futuro da pesca artesanal: “Essas torres vai chegar próximo aqui, a nós, logo aqui de frente, e vai ser uma cerca. Cada um a quinhentos metros de distância da outra e esses quinhentos metros a gente não vai poder passar, né?” (entrevista com Rita, 2026).

Guamaré também enfrenta problemas ambientais causados pelos grandes empreendimentos eólicos, danificando principalmente as áreas dos manguezais que são utilizadas pelos pescadores, causando efeitos negativos para a natureza, a economia e a cultura local. Paralelo à isso, existem ainda os impactos da carcinicultura nas áreas de mangue: “O nosso mangue está morrendo através da carcinicultura. Eu não sei quando vocês chegaram aqui que viram que tem um mangue morto… ali na beira da estrada.” (entrevista com Itajones, 2026).

Ademais, as eólicas onshore impactam negativamente na vida da população, com poluição sonora e visual, além de riscos mais graves à saúde e ao bem estar dos moradores. Os moradores da praia do Amaro sofrem todos os dias diretamente os impactos das torres eólicas instaladas há poucos metros de distância de suas residências: “Quando os empreendimentos chegaram aqui em 2010, a gestão atual do município, tava com um projeto pra lá de construção de casa popular, UBS, escola, e isso tudo foi parado porque a empresa diz que a terra é deles, né?” (entrevista com Itajones, 2026). A partir disso, é possível observar as relações de dominação, principalmente territoriais,

dos empreendimentos, dificultando o acesso da comunidade aos direitos humanos básicos.

São Miguel do Gostoso possui sua economia voltada para o turismo, a pesca artesanal e a agricultura, com paisagens e condições naturais muito atrativas, tanto para o turismo, como para a implementação de empreendimentos eólicos. Nesse sentido, a atividade turística, embora impulsione a economia, gera desafios significativos para os moradores: segregação sócio-espacial, expulsão e especulação imobiliária, conflitos culturais e exclusão, trabalho de baixa qualificação e desigualdade social.

Os empreendimentos eólicos em São Miguel do Gostoso também impactam negativamente na vida da população, como no meio ambiente: poluição sonora e visual, desterritorialização e perda de acesso, ruptura da ética camponesa e destruição do ecossistema local (QUEIROZ, 2016). Assim, o arrendamento de terras sem a explicitação do contrato faz parte de um conjunto de ações colonialistas que desrespeitam a vida da comunidade: “Eles venderam a terra deles, um contrato, e daí sem poder mais passar nem perto das terras.” (entrevista com Ilza, 2026). Logo, evidencia-se a ausência de apoio jurídico ou de assessoria para auxiliar as comunidades no entendimento dos contratos de arrendamento e nas negociações com os empreendedores, como afirma Marques (2018), tendo em vista a situação socioeconômica da comunidade e das pessoas que não sabem ler.

Dessa forma, evidencia-se a falta de uma participação democrática da população de São Miguel do Gostoso e a perda de direitos pela comercialização das terras. Ademais, o ramo hoteleiro e do turismo impactaram significativamente a vida da população local, ressaltando os conflitos e dificuldades em usos tradicionais de território anteriormente considerados de uso da comunidade (DIEGUES, 2008).

Na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado, localizada em Pedra Grande, os mesmos problemas se repetem, mas com algumas variações particulares, como o cercamento de áreas comunais e outras ações repressivas enfrentadas pela população. Os conflitos territoriais, assim como os danos à saúde da população e seu modo de vida tradicional são os principais entraves enfrentados pela comunidade: “[...] pessoas também com depressão por causa dos ruídos, né? Tem aquela menina ali, que é bem perto da gente ali, que a questão dos ruídos ela disse que começou a ter problemas de não dormir.” (entrevista com Sueli, 2026).

Os animais também são afetados pela implantação dos empreendimentos eólicos onshore, e pelos danos ambientais causados pela exploração socioambiental desses empreendedores: “Além de ter colocado a cerca, fizeram uma vala lá da praia até lá, junto do mato. Muito funda. Não contando que, às vezes, a gente ia procurar os bichinhos novinhos, tava lá dentro da vala, morto.” (entrevista com Francisco, 2026). Portanto, a degradação ambiental e o bloqueio de acesso territorial decorrentes da exploração desses empreendimentos são os principais transtornos enfrentados pela comunidade, com prejuízos à economia de subsistência, à fauna e à flora locais, à saúde e ao bem estar da comunidade.

Diante do exposto, nota-se como as comunidades pesqueiras tradicionais aqui analisadas são afetadas pela implantação de grandes empreendimentos nos seus territórios tradicionais sem apoio e sem proteção estatal. A poluição sonora é uma das

principais causas de adoecimento humano e animal: morte de animais, estresse (humano e animal), perda de audição e ansiedade nos moradores. Ademais, a poluição visual causada pelos empreendimentos, principalmente os eólicos, dificulta o processo de rememoração dos moradores, visto que a paisagem faz parte da história da comunidade:

Rapaz, a gente colhia muito lá, era quixaba, a gente colhia ameixa. Hoje é difícil a gente encontrar até um pé de quixabeira para a gente chupar uma quixabazinha, um negócio, que era uma fruta que minha mãe e meu pai gostam muito. Mas agora é difícil, porque é tudo desmatada, né? (entrevista com Francisco, 2026).

As paisagens naturais que compõem a memória narrativa da comunidade são alteradas constantemente, e o acesso aos seus territórios e ao seus frutos (ou outros elementos que estão inseridos no espaço) é entravado pelo desmatamento e pela poluição ambiental, os quais fazem parte dos aspectos que dificultam o resgate da memória da comunidade.

Os conflitos territoriais, assim como os outros fatores citados anteriormente, fazem parte das inúmeras formas de exploração e de dominação capitalistas sobre as comunidades tradicionais no Brasil. A exclusão dos saberes e das posses territoriais tradicionais é um dos aspectos pertencentes à herança colonial brasileira, onde é possível compreender, a partir da história da formação do Brasil, como a questão da terra no país está intrinsecamente ligada à organização social e política, além da questão econômica.

Diante disso, a implementação dos grandes empreendimentos obtém características do modelo de ocupação territorial colonial desde o sistema de sesmarias, o qual foi o primeiro modelo a ser implementado no território brasileiro. A partir disso, vale salientar o que a Lígia Osorio Silva (2008) comenta em sua obra “Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850” que o sistema de sesmarias foi criado em Portugal pela ociosidade das terras em um diferente contexto, porém esse sistema foi transposto da metrópole portuguesa para a colônia. No entanto, a vastidão territorial e as necessidades do capital mercantil modificaram o sentido original, tornando as sesmarias a causa principal do latifúndio no Brasil (SILVA, 2008).

Outro aspecto que sofreu a transposição da metrópole para a colônia foi a questão das terras devolutas, onde em Portugal eram as terras que eram devolvidas à Coroa quando o sesmeiro não conseguia plantar nada no prazo estimado, já na Colônia seu significado mudou, passando apenas para sinônimo de terra vaga ou desocupada. Dessa forma, essas características e suas constituintes, como por exemplo a imprecisão da delimitação das terras a fim de beneficiar os colonos e os grandes proprietários, compõem a base da problemática da ocupação territorial no país.

A Lei de Terras de 1850 também foi um dos marcos principais na modificação na estrutura fundiária do Brasil. Essa Lei foi responsável pelo fim do acesso gratuito à terra, pela comercialização de terras públicas em lotes, pela nova definição do termo “terras devolutas” e pela obrigatoriedade do registro (SILVA, 2008). Essas modificações foram algumas das diversas implementadas por meio dessa Lei, possibilitando a adaptação da lei aos interesses de algumas camadas da população em detrimento de outras: “A Lei de 1850 estabelecera as normas pelas quais os sesmeiros em situação irregular e os posseiros se transformariam em proprietários de pleno direito das terras que ocupavam” (SILVA, 2008).

Diante do exposto é possível compreender o histórico da legislação agrária que consolidou a estrutura do latifúndio e do domínio privado no Brasil, com a relação entre os grandes proprietários e o Estado constituindo a base para a compreensão sobre a dinâmica da sociedade brasileira. Assim, a grande propriedade monocultora e escravista formou o comportamento da classe dominante brasileira, impedindo a consolidação de um Estado de Direito em relação à propriedade fundiária.

Seguindo essa linha de raciocínio, as comunidades tradicionais enfrentam na atualidade os impactos de grandes empreendimentos em seus territórios, afetando o modo de vida tradicional, a saúde, o bem estar e a sobrevivência das comunidades. Esses empreendimentos podem ser considerados como "novas plantations" e novos processos de esbulho de terras. Nesse sentido, a ideia de "energia limpa" propagada pelos grandes empreendimentos faz parte do discurso de dominação disfarçado de boas intenções, onde apenas o lucro é importante e as consequências à natureza e às comunidades são minimizadas ou ignoradas. A construção dessa narrativa se estabelece com o desenvolvimento dessa herança colonial que se perpetua na atualidade, onde o capital e o desenvolvimento econômico são apoiados no epistemícidio, ecocídio e genocídio dos povos nativos, das populações periféricas, das comunidades e dos povos tradicionais, conforme aludido no livro "O cárcere dos ventos":

[...] a percepção dos povos indígenas e de ancestralidade africana que tratam a natureza como algo sagrado, dotado de espírito, é ridicularizada diante dos alicerces da adoecida civilidade moderna, essencialmente ecocida. Para esses povos ancestrais, Vento é Espirito. Para o Capital, mais uma commoditie (MARQUES, J. et al, 2021, p. 13).

A luta pela preservação dos territórios tradicionais assim como o bem estar e a garantia dos direitos dessas comunidades são essenciais em um contexto de crise climática e de exploração colonial. Nesse sentido, Antonio Diegues em sua obra "O mito moderno da natureza intocada" constrói uma crítica sobre o modelo ocidental eurocêntrico de "preservação ambiental" em detrimento da exclusão humana. Nessa obra, o autor debate sobre as comunidades tradicionais e como o contato com a natureza é profundo, o qual constitui a essência da cultura e do modo de viver das comunidades: "Existe, no entanto, debate crescente de que a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e, no final das contas, sustentáveis." (DIEGUES, 2008).

Dessa forma, as comunidades tradicionais são grupos que possuem uma relação simbiótica com a natureza, dependendo de seus ciclos para a subsistência. Ademais, elas dispõem de um extenso etnoconhecimento, o qual inclui os saberes tradicionais sobre a natureza que são transmitidos oralmente. Assim, a ameaça aos modos de vida e culturas tradicionais pelos grandes empreendimentos demonstra a importância do conhecimento dos direitos e do respeito às vidas que diferem do padrão ocidental capitalista. Para isso, torna-se fundamental a memória e a identidade como parte do processo de resistência e de pertencimento das comunidades, principalmente nesses contextos conflituosos.

A discussão de Pollak (1992) sobre identidade e memória também é relevante para compreender as relações de poder que estão em conflito nesse debate, visto que a memória nacional, por exemplo, é um objeto de disputa, sendo possível refletir acerca da memória como elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva. A partir disso, torna-se essencial na construção do material aqui

proposto a valorização da memória dessas comunidades, a fim de fortalecer a identidade coletiva e, por conseguinte, estabelecer limites e reconhecer seus direitos, além de combater e resistir às dominações capitalistas.

Diante disso, vale ressaltar os modos de resistência das comunidades tradicionais frente aos impactos dos grandes empreendimentos, onde a memória e a identidade são fortalecidas nesses processos. A auto cartografia possui papel fundamental nesse processo da agência das comunidades tradicionais que possibilita a história ser contada pela própria comunidade, em que o fortalecimento da identidade e da memória são enfatizados:

Em resumo, erigir “museus vivos”, inserindo neles somente o que o próprio povo ou comunidade considera relevante, tal como sucede com os mapas que produzem, consiste numa forma de interlocução mediante uma situação conflitiva, em que persiste a visão estigmatizante de seus antagonistas de representá-los como “sem história” e sem qualquer patrimônio ou tipo de reconhecimento (ALMEIDA, 2017).

Conclusão

A região do litoral norte do Rio Grande do Norte é o espaço em foco dessa pesquisa, visto que essa localidade aqui destacada possui características climáticas favoráveis à implantação de grandes empreendimentos, principalmente os eólicos, os quais propagam um discurso sobre “energia limpa” como base principal para a exploração capitalista.

A poluição sonora e visual são os principais efeitos ocasionados principalmente pelos empreendimentos eólicos que afetam a saúde e o bem estar da população das comunidades. Outro efeito é a falta de informação no processo de arrendamento de terras, com a ilusão de uma vida melhor para o indivíduo que está em vulnerabilidade social e é enganado, gerando insegurança financeira e problemas de saúde.

O meio ambiente também é vítima dos grandes empreendimentos aqui citados, com a fauna marinha em risco na implementação de torres eólicas offshore e de salinas, as quais alteram a vegetação marinha e, por conseguinte, afetam a vida marinha. Além disso, o acesso dos pescadores locais é restrito nesse contexto. Os animais terrestres (ovelhas e gado) e aves também são vítimas da implantação irresponsável das torres eólicas.

A má organização e a falta de comunicação com a população local impedem que os problemas comentados sejam solucionados ou pelo menos discutidos e passíveis de avaliação. Ademais, a falta de amparo institucional agrava essa situação, com as comunidades desamparadas e com o aumento da exploração capitalista.

A partir disso, é preciso considerar também como a questão territorial no Brasil na atualidade ainda sofre profunda influência do modelo de ocupação territorial colonial, assim como as características advindas das relações entre os grandes proprietários e o

Estado, com o latifúndio e o domínio privado como elementos centrais na formação territorial do Brasil.

Desse modo, a observação participante, o processo reflexivo, a gravação das entrevistas por microfones, os registros fotográficos pelos celulares e os pontos cartográficos pelo GPS foram essenciais para a contribuição dessa pesquisa. Além disso, a participação ativa das lideranças e de parte das comunidades foi essencial nesse processo, contribuindo para o desenvolvimento do engajamento político e da agência social da comunidade a fim de valorizar os saberes tradicionais, delimitar e caracterizar seus territórios a partir de seus saberes e tecnologias tradicionais.

Nesse sentido, a partir do material coletado, a próxima etapa da pesquisa, a ser realizada entre 2026 e 2027, possibilitará a construção e efetivação dos materiais propostos: o mapa e o boletim informativo das comunidades pesqueiras tradicionais e os impactos dos grandes empreendimentos. Assim, a produção desse material é essencial para a devolução da pesquisa nas comunidades, além da divulgação dos produtos a fim de compartilhar a situação dos impactos dos grandes empreendimentos nas comunidades pesqueiras tradicionais do litoral norte potiguar.

Referências

ALBINO, Felipe Gustavo. A gestão pública do turismo em São Miguel do Gostoso desde uma perspectiva antropológica – RN. 2022. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

ALMEIDA, A. W. B. de; OLIVEIRA, M. A. (orgs.). A historicidade da vida contra a museificação: os museus e os mapas nos Centros de Ciências e Saberes. In: ALMEIDA, A. W. B. de. Museus indígenas e quilombolas: centros de ciências e saberes. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA E NOVAS TECNOLOGIAS (ABEEólica). Boletim Anual 2024. São Paulo: ABEEólica, 2025.

CAIÇARA DO NORTE (RN). Prefeitura Municipal. Histórico. Caiçara do Norte: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte, [s.d.]. Disponível em:https://caicaradonorte.rn.gov.br/pages/historico. Acesso em: 16 jul. 2026.

DANTAS, G. C. B. et al. Panorama do setor eólico no estado do Rio Grande do Norte, no período de 2004 a 2017. In: Estudos Avançados 35 (102), 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP, 2008.

MARQUES, J. et all. O Cárcere dos ventos : Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Vol. 3. Paulo Afonso, Bahia: SABEH, 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco. Desafios contemporâneos para a antropologia no Brasil: sinais de uma nova tradição etnográfica e de uma relação distinta com os seus "outros". Revista Mundaú, n. 4, p. 140-159, 2018

PONTAROLO, M. C. C.; TINOCO, D. J. B.; FERNANDES, J. K. S.; GOUVEIA, S. S. da S.; SILVA, R. C. Cadeia produtiva de sal do Rio Grande do Norte: modelagem, objetivos, processos, atores e recursos alinhados para o crescimento. R. Gest. Industr., Ponta Grossa, v. 16, n. 3, p. 224-246, Jul./Set. 2020.

POLLAK, Michael.Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992.

QUEIROZ, Isaac Newton Lucena Fernandes de. Percepções no processo de licenciamento de empreendimentos em energia eólica e conflitos socioambientais no município de São Miguel do Gostoso. 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Priscila Kelly Oliveira da Cruz; SILVA, Márcia Regina Farias da. Os manguezais no município de Macau, Rio Grande do Norte: olhar sobre os aspectos socioambientais. In: MEDEIROS, Wendson Dantas de Araújo (org.). Gestão ambiental no Semiárido: estudos e práticas do curso de Gestão Ambiental da UERN. Mossoró, RN: Edições UERN, 2023. p. 30–52.

CÓDIGO: HS0115

AUTOR: SANTELMO DIAS DAS MERCES JUNIOR

ORIENTADOR: ROBSON CARLOS HADERCHPEK

TÍTULO: ESTADO DE VAZIO: CRUZOS ENTRE O BUDISMO E O TEATRO RITUAL

Resumo

A pesquisa Estado de Vazio: Cruzo entre o Budismo e o Teatro investigou, por meio de procedimentos teórico-práticos, as relações entre as práticas meditativas zen-budistas do zazen e do kin-hin e o Teatro Ritual desenvolvido pelo Grupo Arkhétypos da UFRN. A investigação foi organizada em dois cruzos. No Primeiro Cruzo, foram realizadas a familiarização e a repetição das práticas meditativas, sua experimentação em contextos de artes cênicas não representativas e sua transmutação em programas performativos e, posteriormente, em scores, elaborando-se os primeiros rascunhos de uma estética ralentada. No Segundo Cruzo, essas práticas foram articuladas à Poética dos Elementos, especialmente à Poética do Elemento Terra, em oficinas extensionistas de práticas corporais do Grupo Arkhétypos e em processos artísticos, incluindo a peça DISSECAÇÃO. Os resultados indicam que o zazen e o kin-hin podem contribuir para a preparação do performer, sobretudo na sustentação da atenção, da presença e da percepção do tempo durante situações de imobilidade ou contenção. Notaram-se sensações de tédio, angústia e desconforto diante da desaceleração das meditações, evidenciando a tensão entre essas práticas e os modos usuais de produção e fruição contemporâneos. Conclui-se que a meditação zen-budista, as artes não representativas e Teatro Ritual podem produzir experiências extemporâneas capazes de tensionar os usos hegemônicos do tempo e abrir novas possibilidades de investigação corporal e cênica.

Palavras-chave: Teatro Ritual. Cruzo. Zen Budismo. Vazio. Não-representação.

TITLE: State of Emptiness: Crossing between Buddhism and Theater

Abstract

State of Emptiness: Crossing between Buddhism and Theater investigated, by means of theoretical-practical procedures, as relations between the Zen-Buddhist meditative practices of zazen and kin-hin and the Ritual Theater developed by Grupo Arkhétypos da UFRN. The investigation was organized in two crosses. In the First Crossing, was

made to familiarize and repeat meditative practices, their experimentation in contexts of non-representative performing arts and their transmutation in performative programs and, subsequently, in scores, elaborating the first scratches of a slowed aesthetic. In the Second Crossing, these practices were articulated in Poetics of Elements, especially in Poetics of Element Earth, in the extension offices of corporate practices of Grupo Arkhétypos and in artistic processes, including the DISSECAÇÃO piece. The results indicate that zazen and kin-hin can contribute to the preparation of the performer, especially in the support of attention, presence and perception of time during situations of immobility or content. Note the sensations of tedium, anguish and discomfort during the slowdown of the meditations, evidencing the tension between these practices and the usual modes of contemporary production and fruition. It is concluded that Zen-Buddhist meditation, non-representative arts and Ritual Theater can produce extemporaneous experiences capable of straining the hegemonic uses of time and opening new possibilities for corporal and performance research.

Keywords: Ritual Theatre. Crossing. Zen Buddhism. Emptiness. Non-representation.

Introdução

Iniciada no semestre de 2025.2, a pesquisa intitulada Estado de Vazio: Cruzo entre o Budismo e o Teatro deteve-se no estudo e experimentação teórico-prática acerca da relação entre a Poética dos Elementos do Grupo Arkhétypos de Teatro (Haderchpek, 2021) e as práticas de meditação do Zen Budismo.

Tendo em vista o desenvolvimento exponencial das lógicas de tempo produtivistas alavancadas desde a modernidade (Rancière, 2021), bem como o atual adoecimento da sociedade diante das lógicas de aceleração que regem a disputa de imagens, discursos e opiniões no meio digital, nas artes e na vida, buscamos reunir parâmetros corporais, estéticos e filosóficos a partir do Zen Budismo para auxiliar na continuidade do trabalho do Grupo Arkhétypos, que há dezesseis anos pesquisa o poder de transformação gerado pelos ritos.

É a partir, então, da tentativa de fabricar uma fresta na estrutura produtivista neoliberal, que rascunhamos uma poética - modo de fazer teatro - e uma estética - relação da obra com o interlocutor - que não busque transmitir, em seu conteúdo, algum ensinamento moral, história, denúncia, ou mensagem fechada, mas que permita a pausa e a contemplação na fruição de uma obra sensível que aponte ao sujeito uma lógica extemporânea (Quilici, 2015).

Nessa perspectiva, a organização da escrita dá-se pela divisão do relatório em dois cruzos, isto é, a articulação de saberes e práticas subalternos a outros historicamente hegemônicos, a fim de produzir alternativas epistemológicas não sustentadas em binarismos ou lógicas estruturalistas redutoras das complexidades da vida e da experiência (Rufino, 2019). Assim, convocamos referenciais consolidados dos campos da Dança, da Arte da Performance e do Teatro a partir das perspectivas brasileiras e orientais na busca por novos caminhos de criação e percepção da cena.

Com isso, no Primeiro Cruzo, elaboramos os rascunhos iniciais de uma estética ralentada a partir dos processos de investigação e experimentação estética em torno das práticas meditativas Zen Budistas do zazen e do kin-hin. Nesse momento do texto descrevemos a repetição das práticas meditativas, bem como sua compreensão enquanto programas performativos (Fabião, 2013) e, posteriormente, como scores (Rossini, 2011).

A respeito do Segundo Cruzo, este trata-se do encontro entre os achados do Primeiro Cruzo, ou a poética ralentada em rascunho, com o Teatro Ritual e a Poética dos Elementos (Haderchpek, 2021). Nesta parte descrevemos as práticas laboratoriais realizadas sob a confluência da Poética do Elemento Terra, das práticas meditativas investigadas e de exercícios de conscientização corporal de Moshé Feldenkrais (1977).

Em síntese, no Primeiro Cruzo realizou-se a familiarização do bolsista pesquisador com as meditações, a aproximação entre o Dharma e o campo das artes não representativas e a compreensão e teste de diferentes modos de integrar o zazen e o kin-hin em práticas de artes cênicas. No Segundo Cruzo foram aplicadas, em cruzo com a Poética dos Elementos (Haderchpek, 2021) do Grupo Arkhétypos de Teatro, as práticas elaboradas em dois contextos distintos.

O locus da pesquisa é o Grupo Arkhétypos de Teatro da UFRN, onde as experimentações aconteceram dentro das práticas laboratoriais extensionistas realizadas semanalmente pelo grupo e em áreas externas no Departamento de Artes da UFRN. Além disso, algumas partes da investigação aconteceram em experiências e processos da produção artística independentes do bolsista pesquisador.

Metodologia

A pesquisa esteve norteada a partir das seguintes diretrizes metodológicas:

• Experimental: Conduzida pelo professor-pesquisador dentro da perspectiva da prática laboratorial do Teatro Ritual (Haderchpek, 2021), contemplando investigações artísticas e experimentos práticos desenvolvidos pelo Grupo Arkhétypos da UFRN;

• Bibliográfica: Desenvolveu-se a partir da leitura dos livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionados ao tema. Foram estudados autores próximos ao conteúdo epistemológico da pesquisa, como Eleonora Fabião, Elcio Gimenez Rossini, Jacques Ranciére, Cassiano Quilici, Robson Haderchpek e André Lepecki.

Técnicas e Procedimentos: Tiveram-se os procedimentos de criação norteadores do Teatro Ritual (Haderchpek, 2021) e as poéticas de transformação de si (Quilici, 2015) enquanto saberes técnicos empregados.

Forma de Discussão e Análise dos Resultados:

A análise dos resultados obtidos neste projeto foi desenvolvida de forma dialética, imagética, simbólica e subjetiva traçando paralelos entre a prática laboratorial desenvolvida pelo Grupo Arkhétypos (Haderchpek, 2021) e as práticas de meditação budistas (Plá, 2012; 2018).

Teoria de Base: A teoria de base foi estruturada a partir da inter-relação entre os princípios decorrentes do Teatro Ritual (Haderchpek, 2021) e dos estudos sobre as poéticas de transformação de si (Quillici, 2015). Foram utilizados também os diários de bordo e as narrativas pessoais do discente-pesquisador nos processos laboratoriais do Grupo Arkhétypos da UFRN.

Registro e Coleta de Dados:

O processo de pesquisa foi registrado através de vídeos, fotografias, diários de bordo e depoimentos, disponibilizados no final da pesquisa, guardando o direito de imagem, som, e privacidade aos participantes da pesquisa.

Resultados e Discussões

Primeiro Cruzo

No semestre de 2025.1 nos detivemos na repetição semanal de duas formas de meditação Zen Budistas, o zazen e o kin-hin. A primeira (ver anexo 1) consiste na meditação sentada, onde o praticante deve permanecer imóvel, frente auma parede com o olhar voltado para um ponto abaixo da linha comum da visão, além disso, mantém-se a palma da mão direita apontada para cima e a esquerda sobre esta, a ponta dos polegares encostam-se suavemente, formando o mudra cósmico. Já o kin-hin (ver anexo 2)é uma meditação em deslocamento, nela a atenção deve permanecer na relação entre as transferências de peso (no caminhar) e de ar (na respiração), além disso deve manter-se as mãos posicionadas à frente do corpo.

As práticas meditativas foram apreendidas inicialmente através da oralidade dentro do JIKAI, Comunidade Zen Budista em Natal-RN, localizada no bairro de Neópolis. Como recorte da vasta gama de saberes e práticas dentro do Zen Budismo, nesta pesquisa temos o enfoque nas duas meditações mencionadas e em uma breve aproximação entre o dharma - conjunto de saberes do zen budismo - e os formatos artísticos não representativos.

Nesta primeira etapa da pesquisa de Iniciação Científica, investigamos os efeitos que a prática contínua dessas meditações gera no corpo do performer, em especial, como estas meditações podem auxiliar no processo de preparação para atuar em cenas não representativas. Além disso, experimentamos a transmutação dessas práticas em novos programas (noção mais elaborada a posteriori) utilizados como treinamento; refletimos, também, acerca dos efeitos estéticos ralentados gestados a partir da inserção dessas práticas transmutadas em peças.

A não representação como caminho do meio: o dharma e a cena

Convém justificar a aproximação entre Zen Budismo e os modos de criação não representativos adotados para a experimentação das práticas meditativas investigadas na pesquisa. Destarte, estes formatos artísticos parecem transpor para as artes cênicas o princípio da horizontalidade ontológica que serve,dentro do zen budismo, enquantofundamentação metafísica para o Nobre Caminho Óctuplo, isto é, o caminho desenhado para que os praticantes alcancem a iluminação através da intenção correta, verdade correta, entre outros seis passos (Maciel, 2022).

Proposto por Siddhārtha Gautama, a horizontalidade ontológica destrona qualquer autoridade pré determinativa ou superioridade ontológica de um ser/coisa sobre outras - desde deuses sobre homens, homens sobre a natureza e, ainda, a matéria sobre átomos - ao atestar que as coisas e seres não existem por causa de outros seres que os geraram, mas devido a um processo de co-originação independente, ou seja: todas as coisas são igualmente valoradas por si mesmas e por suas conexões (horizontais) com as outras coisas (Maciel, 2022).

Em paralelo com as artes cênicas, esse princípio é importante também para examinar-se a lógica de representação dos formatos tradicionais das artes cênicas, visto que esta forma de criação tende a ser delimitada pelo que as ações, movimentos e falas representam, na mesma medida em que os treinamentos, preparações e pedagogias do teatro clássico,como em Stanislavski (2011), tendem a buscar o aperfeiçoamento das técnicas para que as imagens criadas para a cena possam melhor responder a uma ideia una ao qual ela - supostamente - advém.

Essas lógicas de criação sustentam o “mundo representativo” de origem platônica cujas elaborações críticas de Deleuze (1997) tentam subverter. Elas referem-se, também, à uma estrutura binária de Ideia-Semelhança que hierarquiza o pensamento ao inserir a multiplicidade das coisas abaixo da ideia una inalcançável (Deleuze, 1997 apud Tomass, 2020). Diante desse paradigma da representação, surge e consolida-se entre as décadas de 60-80 a Arte da Performance enquanto uma linguagem (Cohen, 2009) artística específica.

Esse novo formato estético por sua vez foi responsável pela criação de segmentos como o teatro pós dramático (Lehmann, 2007), a dança pós-moderna, a instalação, entre outros, que assemelham-se entre si pelo rompimento com as lógicas de representação, espetacularidade e expressividade, regedores dos modos tradicionais de criação. É neste cenário que artistas experimentalistas como Marina Abramovic, John Cage, Meredith Monk e Bill Viola experimentaram elementos do dharma e práticas de contemplação e meditação em suas criações através de distintos suporte e linguagens (Quillici, 2015).

Portanto, os formatos tradicionais de teatro e da dança tendem a exigir que a cena signifique ou responda à ideias e mensagens fechadas externas a ela e que detém, diante das lógicas representativas, maior valor e autoridade do que as ações, movimentos e imagens desencadeadas pela obra artística em si. Comumente, essas obras não representativas tornam-se alvos de questionamentos como “o que significa isso?”, “porque fazer isto?” ou “o que está por trás disto?” como forma de escapar à coisa em si que acontece, no tempo presente, em sua frente. Neste sentido:

[..] não há uma "realidade por trás das coisas", visto que as coisas são o que são: entes processuais de co-originação, cuja confluência de forças indica uma existência frágil, instável e quebradiça. E é exatamente por isso que o cuidado com a existência se torna extremamente crucial. É como uma consequência ética desta metafísica que o cuidado, a sutileza, a delicadeza, a calmaria se tornam extraordinariamente importantes. (Maciel, 2022, p. 20-21)

Ao considerarem, também, "as coisas como elas são" a performance art e os formatos artísticos originados a partir da importação de seus elementos tendem a apresentar o caráter de 'cuidado', 'sutileza' e 'delicadeza' mencionados pelos autores, uma vez que insistem na criação de imagens (sonoras, visuais, auditivas, etc) que trazem de volta a atenção de quem assiste à obra para os pequenos detalhes e diferenças mínimas que acontecem no presente, isto costuma ser realizado por meio de estratégias de criação e composição como: ações de longa duração, da repetição de uma mesma ação/imagem, do número reduzido de estímulos sonoros, visuais e de espectadores, entre outros.

Zazen I e Kin-hin I: programas performativos

Com o objetivo de tornar pública a prática do zazen e do kin-hin realizadas durante algumas semanas desde o início do período da pesquisa, estudamos, em agosto de 2025, a noção de programa performativo (Fabião, 2013).

Esta maneira de sistematização e elaboração de performances foi conceituada pela pesquisadora da performance Eleonora Fabião (2013), em diálogo com as proposições acerca do Corpo Sem Órgãos de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), no artigo "Programa Performativo: corpo-em-experiência", onde descreve que:

[...] A prática do programa cria corpo e relações entre corpos. [...] É este programa/enunciado que possibilita, norteia e move a experimentação. Proponho que quanto mais claro e conciso for o enunciado — sem adjetivos e com verbos no infinitivo — mais fluida será a experimentação. Enunciados rocambolescos turvam e restringem, enquanto enunciados claros e sucintos garantem precisão e flexibilidade. (Fabião, 2013, p. 4)

Nesse viés, o princípio da horizontalidade ontológica mencionado anteriormente e a concretude presente no topos zen budista "as coisas como elas são" assemelham-se à objetividade necessária para a escrita do enunciado proposto pela autora. O programa, como sugere a autora, seria uma operação possível para a desconstrução da representação e, também, motor para a experimentação na performance. Com isso, elaboraramos dois programas performativos (vê-los na íntegra no anexo 3), intitulados Zazen I e Kin-hin I, nos quais estive enquanto performer realizando as práticasem espaços externosdo Departamento de Artes da UFRN (ver anexos 4 e 5).

Com a execução dos programas, compreendemos que (1) sua realização em espaço públicos parece interromper o fluxo acelerado das coisas, ao instaurar uma imagem imóvel (zazen) oulentaem movimento (kin-hin) sobre os rápidos trânsitos cotidianos, além disso (2) com a utilização dos programas, que priorizam a objetividade na escrita e execução da ação, notamos que as meditações podem ser estéticas por si mesmas e por sua relação com os espectadores transeuntes, que param - ou não - seu deslocamento para vê-las acontecendo.

SAL: como durar no tempo e os scores

Ainda no semestre de 2025.2, aprofundamos a investigação acerca das práticas meditativas por meio de uma Residência Artística entre a TORTA Plataforma de Arte Expandida e o Coletivo Agente. Ao longo de 12 encontros, entre a sede da Torta Plataforma e a Praça Santa Paula Franssinetti, Alexandre Américo (RN) - artista caiçara e pesquisador da dança e da educação - conduziu práticas e ensaios, a partir da Zona Dissoluta, dispositivo conceitual-metodológico que tensiona a relação entre corpos com e sem deficiência em uma experiência de produção de conhecimento e diferença a partir da relação de dissolução entre esses corpos. (Oliveira, 2025)

A Residência tratava-se de uma reencenação [re-enactment] (Lepecki, 2011) da peça "SAL: como durar no tempo", encenada anteriormente sob diferentes circunstâncias materiais, humanas e estéticas e, no momento situado, sendo acessada novamente a partir do encontro entre corpos DEF's e corpos normativos. SAL: como durar no tempo é uma peça de dança-performance organizada por meio de scores (Rossini, 2011) e aconteceu enquanto uma circunstância de confluência de pesquisas de artistas interdisciplinares. Nesse sentido, ao participar como performer no elenco do trabalho, detive-me a experimentar, como convite de Alexandre, a realização das meditações como parte da coreografia da peça.

Para isso, o zazen e o kin-hin, trabalhados anteriormente enquanto programas performativos (Fabião, 2013) foram revisitados enquanto scores, que integraram a coreografia da obra:

Scores são estruturas abertas que fornecem uma orientação para o movimento, mas, ao mesmo tempo, deixam lacunas que devem ser preenchidas pelo performer. O score pode ser registrado em palavras [...], pode ser um desenho, um gráfico ou uma mistura de palavras e imagens, o que amplia ainda mais a possibilidade de obtermos, com um mesmo score, diferentes maneiras de executá-lo. (Rossini, 2011, p. 51)

Diferentemente dos programas mencionados anteriormente como sistematizações objetivas, os scores - ou tarefas - são elaborados de modo mais aberto, em que distintas composições de movimentos, ações ou gestos possam ser elaborados para responder a um único score.

Com isso, na coreografia de SAL, enquanto os outros 08 bailarinos executam a mesma série de scores, eu realizava outros dois: (1) "permanecer imóvel e parcialmente submerso dentro de uma piscina plástica até ouvir a marcação na trilha sonora que indica o momento de levantar-se" (ver anexo 6) e (2) "caminhar lentamente da piscina até o portão da quadra, atravessando os outros bailarinos - que moviam-se com bastante tônus e em velocidade alta - e carregando um grande balão preto cheio de água" (ver anexo 7).

Na realização do primeiro score, compreendi a ação enquanto um zazen, no qual, apesar da diferente configuração corporal - não sentado ou de frente para a parede como feito tradicionalmente - a atenção mantinha-se em permanecer imóvel e presente à espera da marcação, também deveria perceber a respiração para que o frio não se tornasse uma distração. Já a respeito do segundo, este era análogo ao kin-hin, mas com mais pontos de atenção, visto que, além da atenção manter-se nas transferências de peso e de ar, eu

também deveria equilibrar a pesada e escorregadia bexiga preta, mantendo, ainda, a atenção e cuidado para que esta não fosse derrubada pelos movimentos bruscos dos demais bailarinos.

Esta experiência artístico-formativa de investigação fez com que eu enxergasse o zazen e o kin-hin de maneira menos rígida, expandindo a compreensão anterior das meditações sob uma lógica de programa (Fabião, 2013), onde todas as etapas deveriam ser seguidas ipsis litteris, com um fim imagético e estético pré-estabelecidos.

Em adição a isso, notou-se que é possível manter os mesmos parâmetros corporais da contenção, respiração, imobilidade e/ou movimento ralentado das meditações, tendo-as enquanto scores e injetá-las de modo aberto dentro de obras cênicas, seguindo outras configurações corporais e elementos estéticos - figurinos, materialidades, sonoridades, etc. -, mas mantendo o mesmo efeito estético á quem assiste.

Esse efeito estético, aqui chamado de ralentado, dialoga com a ideia de paragem (Lepecki, 2010) elaborada pelo pesquisador do campo da dança André Lepécki (2010), que, grosso modo, trata-se da interrupção de um movimento em andamento, não necessariamente pela pausa e imobilidade, mas também para produzir uma alternativa diferente de movimento. Nesse sentido, a realização destas meditações em público, assim como o deslocamento do kin-hin que atravessa os corpos agitados em SAL, interrompem algum tipo de aceleração.

Diferentemente de obras artísticas contemporâneas, nas quais a cena está em consonância com o hiperestímulo, as informações e mensagens excessivas, a verborragia textual comuns da época em que vivemos, as obras citadas até então e as práticas desenvolvidas assumem um caráter extemporâneo (Quillici, 2015) ao posicionarem-se enquanto estrangeiras a esses movimentos notáveis não só nas artes cênicas, mas nas mídias sociais e nas relações interpessoais contemporâneas.

Segundo Cruzo

Nesta etapa da pesquisa, utilizamos as meditações como um score na peça de teatro pós-dramático DISSECAÇÃO (2024-) e como programas performativos (Fabião, 2013) de preparação corporalpara as práticas laboratoriais realizadas nas oficinas extensionistas oferecidas pelo Grupo Arkhétypos da UFRN, ambas no Departamento de Artes.

Na DISSECAÇÃO

Co-criada pelo autor em colaboração com a artista CADIDJA - bolsista de extensão do Grupo Arkhétypos - em 2025 e encenada novamente em 2026, a peça DISSECAÇÃO trata-se de uma livre experimentação da prática do Corpo Sem Órgãos de Deleuze e Guattari (1997), na qual os artistas envolvidos tomam a linguagem teatral enquanto corpo a ser posto em processo de desestratificação, ou dissecação. Na peça, as atrizes mantêm a neutralidade em seus corpos e faces enquanto realizam as ações, falas e gestos, com o objetivo de conferir um tom de ironia ao que é feito em cena e ao modo tradicional de relacionar-se com o espectador.

Nesse viés, uma transmutação do zazen integra os primeiros 30 minutos da peça como um score, no qual as atrizes permanecem sentadas olhando para os espectadores até que

o temporizador - posicionado entre elas - dispare. A cada alarme do temporizador uma delas comanda a outra a realizar uma ação pré-definida. Uma vez realizada a ação, ambas se sentam e este score repete-se. Nomeado enquanto prisão (ver anexo 8), este score foi criado a partir do estado e efeito percebidos durante a observação do Zazen I realizado anteriormente em agosto de 2025.

Nas Oficinas de Práticas Corporais

Em paralelo a isso, o zazen e o kin-hin foram usados, também, como etapa de preparação para oficinas centradas na experimentação corporal e criação a partir da Poética do Elemento Terra (Haderchpek, 2021). As oficinas foram conduzidas em colaboração com Cesiane Sena (Dasmata) - bolsista de extensão do Grupo Arkhétypos - e o público foi de discentes dos cursos de dança, teatro, bolsistas de extensão do grupo e pessoas com pouca ou nenhuma experiência em artes cênicas, de dentro e de fora da universidade.

As oficinas iniciaram ora com exercícios de preparação corporal do livro “Consciência pelo Movimento” de um dos pioneiros da educação somática, Moshé Feldenkrais (1977), ora com a permanência dos participantes no zazen e no kin-hin por 15 minutos cada, ora com ambas as práticas (ver anexo 9). Após as meditações fazíamos uma prática imersiva na qual conduzimos os participantes a imaginarem que seu corpo - inicialmente deitado e depois de pé - estava sendo abraçado por raízes que agiam enquanto restritivas do movimento, adicionando tônus, peso e lentidão a todas as movimentações feitas. Após alguns minutos as raízes tornavam-se mais fluidas e os movimentos podiam ser maiores e mais leves (ver anexo 10).

Neste contexto, as práticas meditativas serviram para acionarem estados alterados de consciência, a fim de permitir que a natureza instintiva do corpo tomasse conta, acionando um estado de criação no qual o cérebro deixa de operar por uma lógica racional e funciona a partir de uma espécie de livre associação inconsciente de imagens, ações e significados corporificando uma relação simbiótica entre corpo e imagem, essa relação alimenta a cena e expande a imagem (Haderchpek, 2021).

Percebeu-se, no momento de avaliação ao fim da prática que os participantes se sentiram bastante desconfortáveis ao longo das meditações - “como se estivessem presos” - e que ao serem liberados no momento final puderam sentir o prazer e explorar melhor os movimentos, de fato aproveitando a prática. Além disso, também ouvimos relatos de angústia ao precisarem mover-se lentamente e sob os parâmetros do kin-hin (relação entre transferência de ar e peso; mãos juntas à frente do corpo). Foi dito, também, que a prática do Feldenkrais (1977), quando realizada, fez com que as meditações fossem menos difíceis e tediosas. Também foi possível notar uma maior percepção dos pesos das partes do corpo, em especial dos pés em relação ao chão.

A partir dos relatos dos participantes das oficinas e das atrizes que participaram do processo criativo da DISSECAÇÃO, bem como por experiências pessoais análogas do próprio bolsista pesquisador ao meditar, entende-se que permanecer “apenas sentado” ou “sem fazer nada” tende a ser bastante desagradável, em especial em um contexto de criação no qual convencionou-se - em especial nas artes cênicas - a haver um excesso de movimentações e elementos, com isso:

Certamente não é fácil sustentar esses vácuos em que não estamos pendurados em nenhuma tarefa ou diversão, eles rapidamente podem ganhar o nome de “tédio”. Mas o tédio já é um tipo de reação, uma sensação aversiva diante de um vazio, um nome para esconder a experiência crua do tempo que passa. (Quillici, 2015, p.138)

Em adição às experiências relatadas ao permanecer em zazen, kin-hin ou um exercício corporal criado a partir destes, tem-se também o relato das fruições da peça DISSECAÇÃO, que de modo bastante similar apresentam o tédio, a confusão e o desprazer diante do longo tempo que as atrizes permanecem em cena sem agirem, ou diante da atuação não representativa que desempenham.

Conclusão

Em síntese, percebem-se enquanto principais distanciamentos e aproximações resultados do cruzo (Rufino, 2019) entre as práticas meditativas do zazen e kin-hin e a Poética do Elemento Terra do Grupo Arkhétypos de Teatro Ritual:

Enquanto que nos relatos e comentários feitos após as oficinas usuais do Grupo Arkhétypos, onde apenas a Poética dos Elementos é aplicada enquanto metodologia de experimentação e criação, notam-se relatos de diferimento, descontração, exaustão física, liberdade, etc., nas atividades cruzadas com as práticas que derivam da estética ralentada os participantes experienciaram sensação de aprisionamento, sonolência, tédio, angústia e desconforto;

A prática do kin-hin em oficinas da Poética do Elemento Terra tendem a estimular a percepção dos pés em contato com o chão, auxiliando nos exercícios de enraizamentos usualmente feitos nesta prática e ativando a presença;

Apesar de não estimular sensações semelhantes a danças populares - usualmente utilizada como aquecimento para as práticas do elemento terra do Grupo Arkhétypos -, o zazen, o kin-hin e os exercícios feitos a partir destas meditações podem ser úteis para auxiliar performers a permanecerem imóveis por longas durações em cenas nas quais isso seja preciso, visto que familiariza o corpo em manter a atenção e percepção no tempo presente mesmo durante a não-ação ou ação sob alguma contenção. Essas contenções ampliam a possibilidade de apontar os fluxos de atenção para a execução da própria ação, da própria performance e, consequentemente, mantém o corpo no aqui-agora.

Além disso, nota-se que seria preciso de um maior tempo para aprofundar os estudos e realizar mais experimentações entre a estética ralentada experimentada e a Poética do Elemento Terra para encontrar maiores aproximações e distanciamentos, ainda assim, conclui-se que ambas seguem a lógica extemporânea apresentada por Quillici, por compreenderem a importância do rito enquanto interrupção do tempo cooptado pelas lógicas capitalistas.

Desse modo, tem-se as artes não-representativas, as práticas meditativas zen budistas e a prática já consolidada do Teatro Ritual - com efeitos estéticos e terapêuticos atestados em uma extensa bibliografia (Haderchpek, 2013, 2017, 2018, 2021) - como experiências artísticas extemporâneas, devido à sua desorganização dos sentidos e usos hegemônicos do tempo, algo urgentemente necessário na contemporaneidade, momento onde o tempo é sequestrado pelas máquinas de entretenimento, distração e produção como é afirmado por Cassiano Sydow Quilici e Jacques Ranciére.

Referências

BRONDANI, Joice Aglae. (org.) Grotowski estados alterados de consciência: teatro, máscara, ritual. São Paulo: Giostri, 2015.

CARNEIRO, Leonel Martins. A atenção no teatro contemporâneo: um estudo crítico dos escritos de Lehmann, Desgranges e Rancière. Revista Aspas, v. 2, n. 1, p. 164-173, 2012.

COHEN, Renato. Performance como linguagem: criação de um tempo-espaço de experimentação. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1997.

FABIÃO, Eleonora. Programa performativo: o corpo-em-experiência. Ilinx – Revista do LUME, n. 4, 2013.

FELDENKRAIS, M. Consciência pelo movimento: exercícios fáceis de fazer para melhorar a postura, visão, imaginação e percepção de si mesmo. São Paulo: Summus, 1977.

GREINER, Christine. Leituras do Corpo no Japão. São Paulo: n-1 edições, 2015.

GROTOWSKI, Jerzy; POLASTRELLI, Carla; FLASZEN, Ludwik. O Teatro Laboratório de Jerzy Grotowski 1959-1969. São Paulo: Fondazione Pontedera Teatro, Editora Perspectiva, 2007.

GROTOWSKI, Jerzy. Por um teatro pobre. Brasília: Teatro Caleidoscópio & Editora Dulcina, 2011.

HADERCHPEK, Robson. O Teatro Ritual e os Estados Alterados de Consciência. São Paulo: Giostri, 2021.

HADERCHPEK, Robson Carlos. Poéticas Decoloniais nas Artes da Cena: Identidade e Performatividade. In: LYRA, Luciana de Fátima Rocha Pereira de (org.). Tramas do corpo: ressonâncias e resistências performativas. Trans_bordar horizontes: Coleção

PPGArtes-UERJ Arte e Cultura Contemporânea, v. 3, 1a. ed. - Rio de Janeiro: NAU Editora, 2022. (p.106-112).

HADERCHPEK, Robson Carlos. As Epistemologias do Sul e os Saberes Interculturais: teatro, ritual e performance. In: Anais ABRACE, Campinas, v. 20, n. 1, p. 01-17, 2019.

HADERCHPEK, Robson Carlos (org). Arkhétypos Grupo de Teatro: Encontros e Atravessamentos. Natal: Fortunella Casa Editrice, 2017.

HADERCHPEK, Robson Carlos. O Jogo Ritual e as Pedagogias do Sul: Práticas Pedagógicas para a Descolonização do Ensino do Teatro. In: Revista Moringa - Artes do Espetáculo. João Pessoa: UFPB Departamento de Artes Cênicas, 2018. p. 55-65.

HADERCHPEK, Robson Carlos. A Poética dos Elementos e a Imaginação Material nos Processos de Criação do Ator: Diálogos Latino-Americanos. In: Memória ABRACE XVI - Anais do IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. Anais. Uberlândia (MG) UFU, 2017. p. 2645-2664.

HADERCHPEK, Robson Carlos. Aboiá: Teatro-Ritual e Física Quântica. In Memória ABRACE Digital: Anais da VII Reunião Científica da ABRACE - Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, no GT Processos de Criação e Expressão Cênica, 2013.

HADERCHPEK, Robson Carlos. VARGAS, Rocio del Carmen Tisnado. O Sul Corpóreo e a Poética dos Elementos: Práticas para a Descolonização do Imaginário. In Revista ILINX: Revista do Lume. Campinas: Unicamp, 2017. p.77-87.

HAN, Byung-Chul. O desaparecimento do ritual: uma topologia do presente. Petrópolis: Vozes, 2021.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEHMANN, Hans-Thies. Teatro pós-dramático. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LEPECKI, André. Planos de composição. In: GREINER, Christine Greiner; ESPÍRITO SANTO, Cristína; SOBRAL, Sônia (org.). Cartografia Rumos Itaú Cultural Dança: Criações e Conexões. São Paulo: Itaú Cultural, 2010. p. 13-20.

LEPECKI, André. O corpo como arquivo: vontade de reencenar e as sobre-vidas da dança. In: OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Wellington de (Org.). A performance ensaiada: ensaios sobre performance contemporânea. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2011.

MACIEL, Otávio Souza e Rocha Dias.. Entre o eternalismo e o niilismo: o caminho-do-meio do budismo. In: BOBSIN DUARTE, Michelle (org.). VIII Semana dos Alunos e das Alunas de Pós-Graduação em Filosofia – PPGFil-UFRRJ. Seropédica: PPGFil-UFRRJ, 2022. p. 8-25.

MARCO FURRASOLA, Ángeles. Una aproximación a la semiótica del silenci. 1999. Tese (Doutorado em Filologia Românica) — Universitat de Barcelona, Barcelona, 1999

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OIDA, Yoshi. Um ator errante. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

OLIVEIRA., A. A . ZONA DISSOLUTA: uma proposição conceitual em dança para a elaboração tensiva entre corpos dissidentes e normativos.. In: ANPED & WERA 2025, 2025, João Pessoa. Anais eletrônicos..., Galoá, 2025. Disponível em: <https://proceedings.science/anped-wera-2025/trabalhos/zona-dissoluta-uma-proposicao-conceitual-em-danca-para-a-elaboracao-tensiva-entr?lang=pt-br> Acesso em: 11 Ago. 2026.

PLÁ, Daniel Reis. Sobre cavalgar o vento: contribuições da meditação budista no processo de formação do ator. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2012.

PLÁ, Daniel Reis. Mindfulness, meditação, dharma art: pistas para a pedagogia do ator. In: Revista Pós. v.8, n.15, 2018.

QUILICI, Cassiano Sydow. Teatros do silêncio. In: Sala preta, v. 5, p. 69-77, 2005.

QUILICI, Cassiano Sydow. O ator-performer e as poéticas da transformação de si. São Paulo: Annablume, 2015.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. Tempos modernos: arte, tempo, política. Tradução de Pedro Taam. São Paulo: n-1 edições, 2021.

ROSSINI, Elcio. Tarefas: uma estratégia para criação de performances. 2011. 151 f. Tese (Doutorado em Poéticas Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28623

STANISLAVSKI, Constantin. A Preparação do Ator. Tradução de Pontes de Paula Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

TOMASS, Izis Dellatre Bonfim. A dança como crítica à representação: Merce Cunningham e a filosofia da diferença. Conceição/Conception, Campinas, SP, v. 9, e020007, 2020.

Anexos

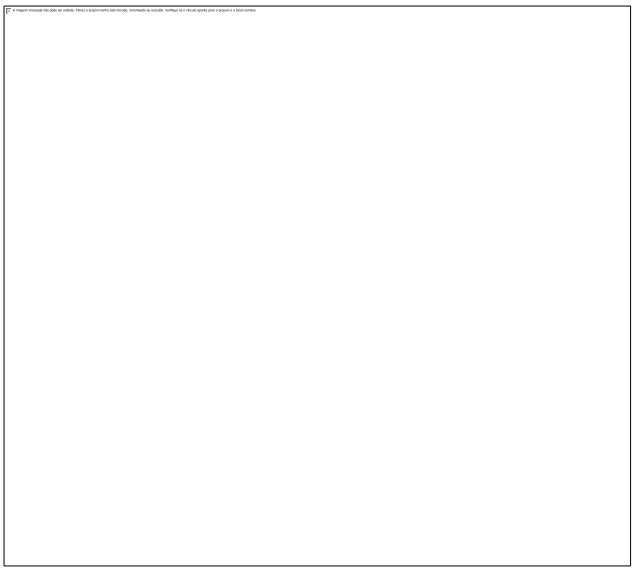


Figura 01 - posição para realizar o zazen

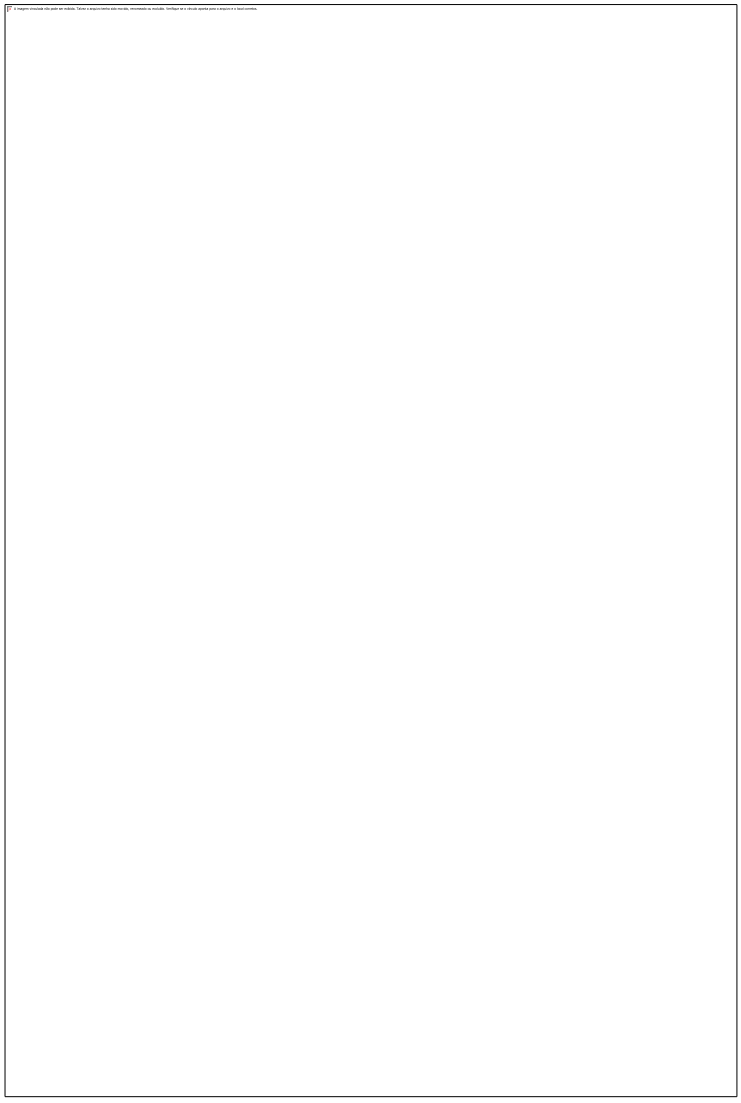


Figura 02 - movimento dos pés na realização do kin-hin

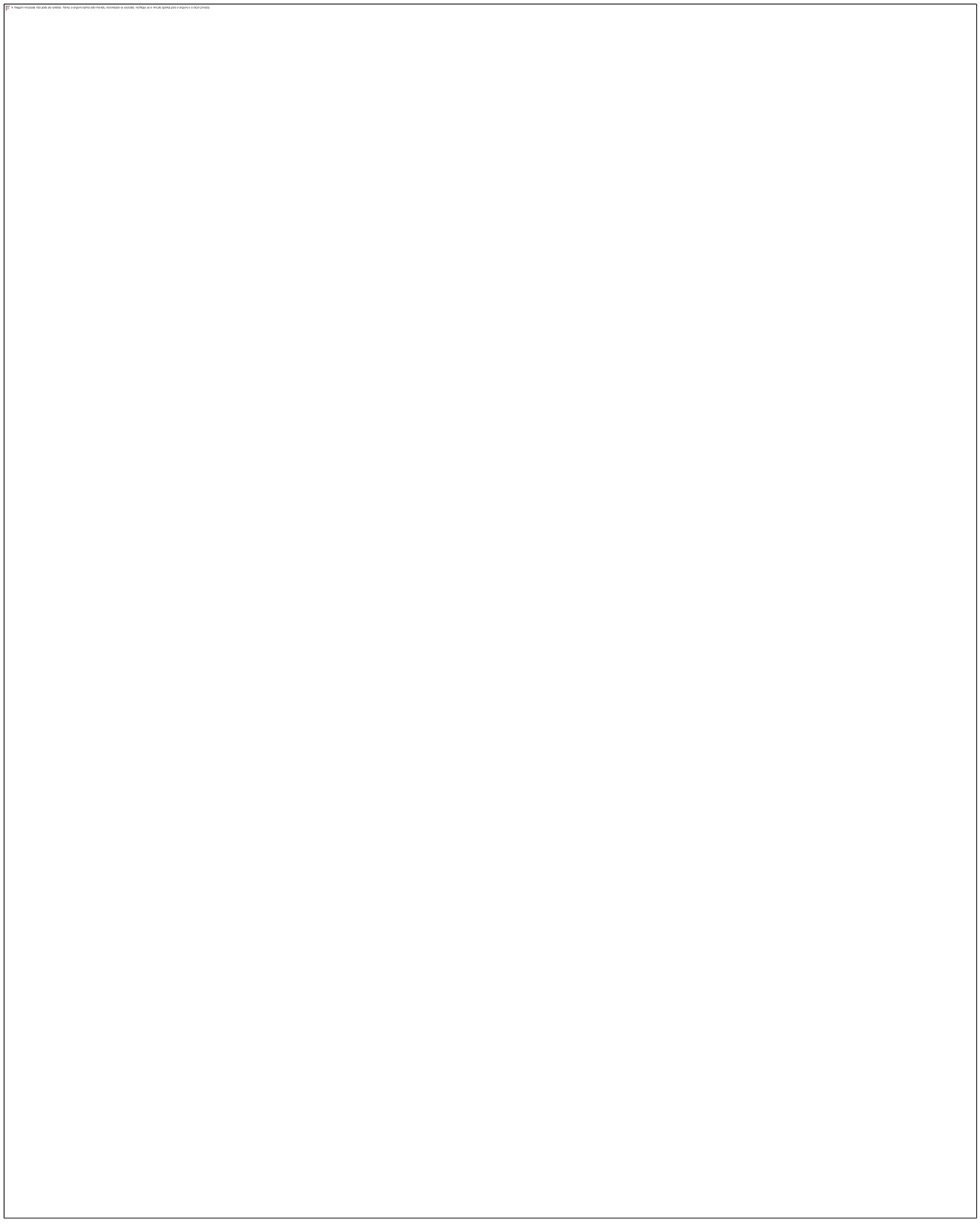


Figura 03 - arte divulgação com programas das performances budistas

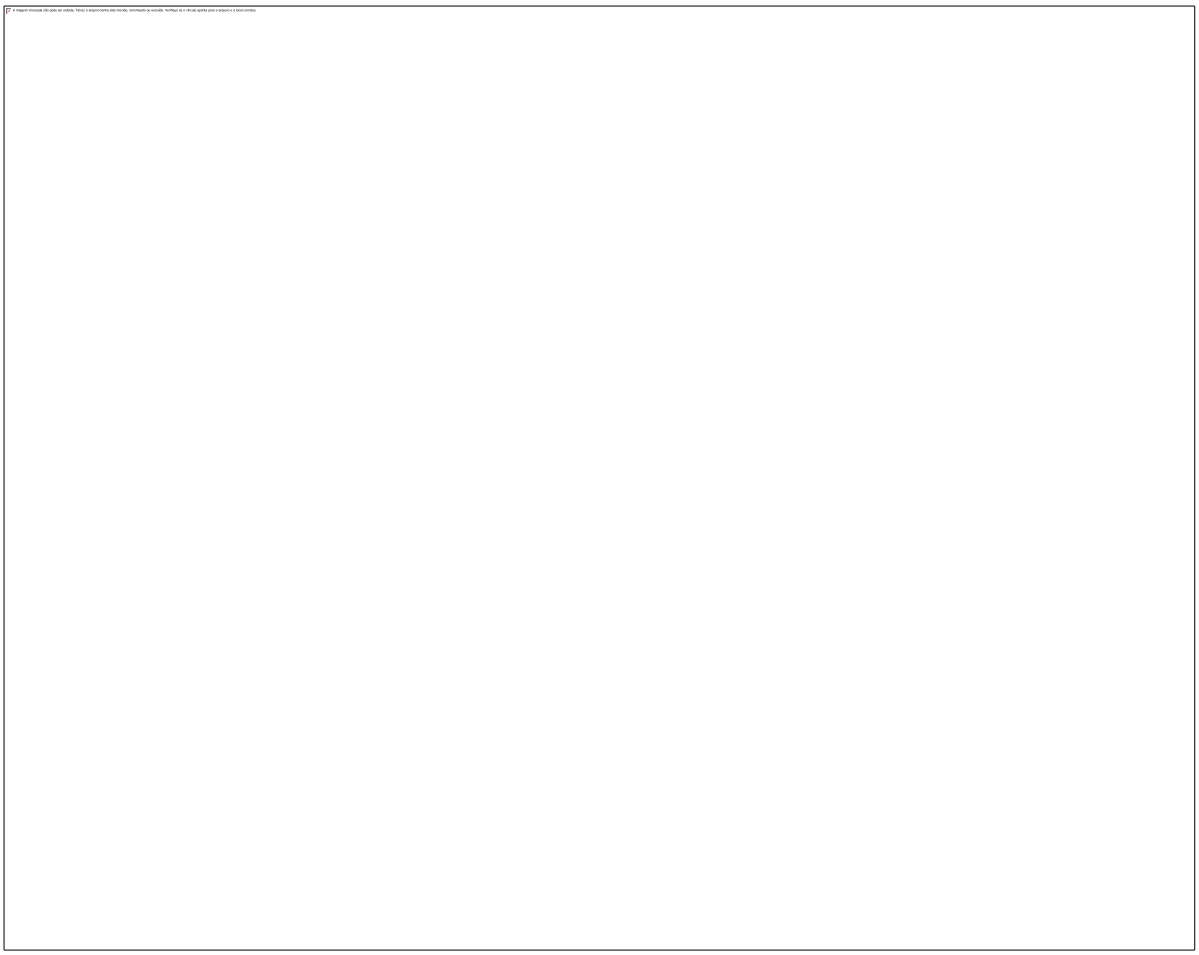


Figura 04 - Zazen I no anfiteatro do DEART



Figura 05 - Kin-hin I no DEART



Figura 06 - zazen transmutado em score da peça SAL



Figura 07 - kin-hin transmutado em score da peça SAL

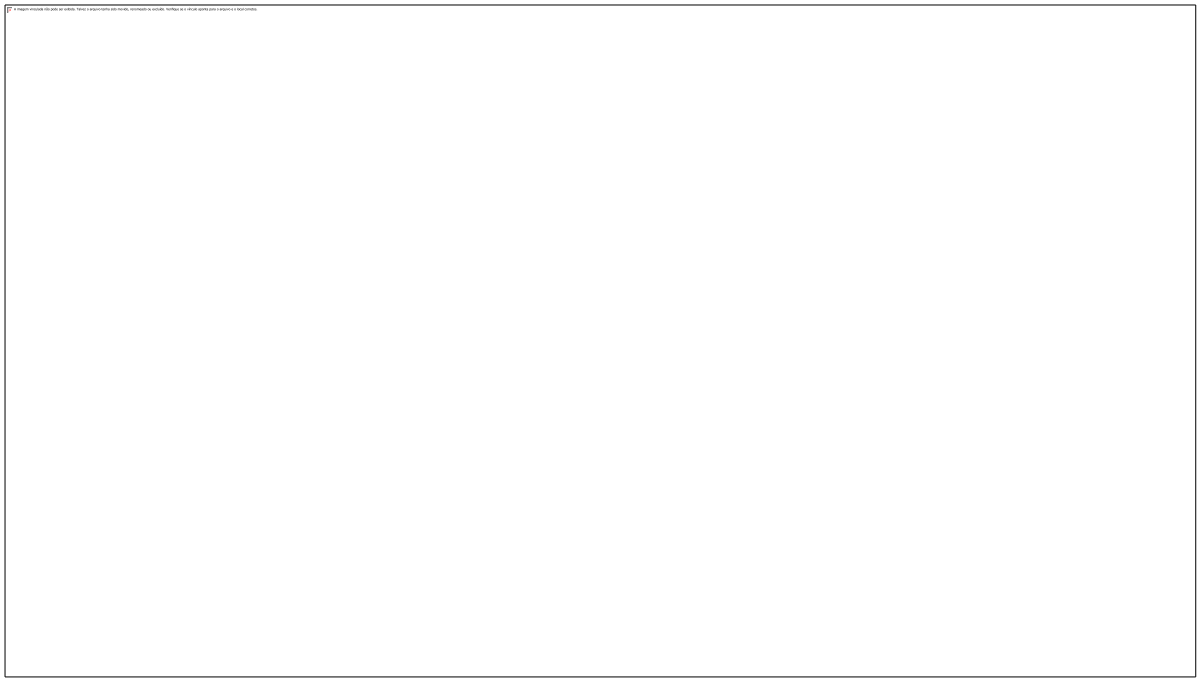


Figura 08 - zazen transmutado em score da peça DISSECAÇÃO



Figura 09 - kin-hin em oficina do Grupo Arkhetypos

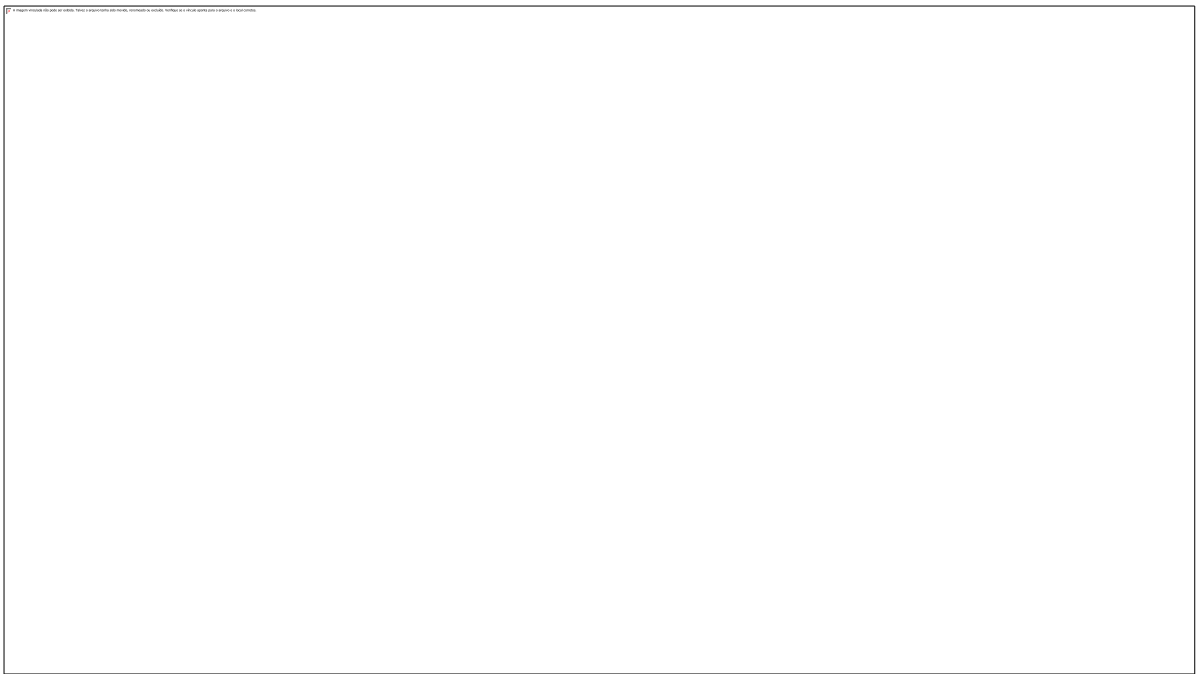


Figura 10 - Prática laboratorial a partir da Poética do Elemento Terra

CÓDIGO: HS0158

AUTOR: OLINTO RENAN DE SOUZA

ORIENTADOR: RENATO AMADO PEIXOTO

TÍTULO: A Educação e a “Coluna do Centro” na década de 1930: Reflexões dos intelectuais católicos

Resumo

Este trabalho analisa os pensamentos, opiniões e reflexões de intelectuais católicos veiculados na “Coluna do Centro”, um espaço católico do Centro Dom Vital dentro do jornal “O Jornal”, um dos principais periódicos brasileiros da década de 1930. A pesquisa foca em debates sobre educação básica, ensino religioso, a presença católica na universidade e as visões de figuras como Hamilton Nogueira, Laura Jacobina Lacombe, Luis Sucupira, Jonathas Serrano e Everardo Backheuser. A partir desses recortes, busca-se refletir sobre os posicionamentos políticos, pedagógicos e religiosos desses intelectuais. O arcabouço teórico fundamenta-se na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que permite analisar a atuação desses intelectuais em um campo religioso comum, e na obra de Sérgio Miceli, “Intelectuais à Brasileira”, que aborda a participação católica na educação brasileira do período.

Palavras-chave: Coluna do Centro; Educação; Ensino Religioso; O Jornal; Catolicismo.

TITLE: Education and the “Center Column” in the 1930s: Reflections by Catholic Intellectuals

Abstract

This study analyzes the thoughts, opinions, and reflections of Catholic intellectuals published in the “Coluna do Centro,” a Catholic column of the Dom Vital Center within the newspaper “O Jornal,” one of the leading Brazilian newspapers of the 1930s. The research focuses on debates regarding basic education, religious instruction, the Catholic presence in universities, and the views of figures such as Hamilton Nogueira, Laura Jacobina Lacombe, Luis Sucupira, Jonathas Serrano, and Everardo Backheuser. Based on these excerpts, the study seeks to reflect on the political, pedagogical, and religious stances of these intellectuals. The theoretical framework is based on Pierre Bourdieu’s theory of fields, which allows for an analysis of these intellectuals’ activities within a shared religious field, and on Sérgio Miceli’s work, "Intelectuais à Brasileira", which addresses Catholic participation in Brazilian education during that period.

Keywords: Center Column; Education; Religious Education; The Newspaper; Catholic

Introdução

A educação e a religião católica no Brasil possuem uma relação histórica profunda, enraizada desde o período colonial com a atuação dos jesuítas na catequização e na implementação de um modelo de educação religiosa. Conforme Torres (2021, p.27), os jesuítas foram, por muito tempo, os únicos provedores de ensino no país, com seus Colégios de Artes atingindo níveis quase universitários. A desvinculação da educação brasileira da religião foi um processo longo, estendendo-se por séculos. No início do século XX, a participação eclesiástica e de leigos católicos evidenciou a persistência de uma educação atrelada à moralidade e à conduta religiosa esperada. Este estudo se propõe a analisar a atuação de intelectuais e religiosos, majoritariamente ligados ao Centro Dom Vital (CDV), na defesa de uma educação alinhada aos padrões religiosos. Isso se manifestava tanto na busca pela inclusão da disciplina facultativa de Educação Religiosa nas escolas regulares quanto no combate ao pensamento progressista em instituições de ensino superior. As principais fontes para esta análise são os textos publicados na "Coluna do Centro", um espaço católico fomentado pelo CDV no diário "O Jornal", parte da rede "Diários Associados" de Assis Chateaubriand. Através dessa mídia impressa, leigos católicos – advogados, médicos, engenheiros e professores – com um vínculo comum no catolicismo, puderam expressar suas visões sobre diversos temas, incluindo a educação. Essa união de agentes da religiosidade pode ser compreendida sob a ótica do campo religioso de Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu (2025, p.85), o poder religioso resulta de uma transação entre agentes religiosos e leigos, onde interesses particulares de cada categoria devem ser satisfeitos. A educação era um interesse comum para a permanência e expansão da religiosidade no campo educacional. A participação desses intelectuais não se limitou a discursos em jornais, mas incluiu congressos nacionais e regionais sobre educação e a formulação de diretrizes educacionais, como Alceu Amoroso Lima nas eleições do Conselho Nacional de Educação em 1936, conforme Sérgio Miceli (2001).

Metodologia

A análise dos textos da "Coluna do Centro" revela que a educação era um ponto crucial para a Ação Católica e para os intelectuais católicos. Eles atuavam como agentes de difusão do pensamento religioso no contexto educacional, utilizando a coluna como um espaço privilegiado para expressar opiniões, formular críticas e defender propostas que visavam manter e ampliar a influência católica na educação. Para esses intelectuais, a educação não era apenas a transmissão de conhecimento, mas um meio de formação moral, religiosa e social. A defesa do ensino religioso, a preocupação com a juventude universitária e a crítica a reformas educacionais consideradas laicas ou progressistas eram elementos centrais de sua atuação. A "Coluna do Centro" não se limitava à propaganda religiosa, mas funcionava como um ambiente de circulação intelectual onde diferentes autores discutiam questões pedagógicas, políticas e culturais. A interpretação baseada em Pierre Bourdieu e Sérgio Miceli permite compreender esses autores como agentes de um mesmo campo religioso, com influência que se estendia para além dos jornais, alcançando instituições educacionais, associações católicas e organismos de

formulação de políticas públicas. Os debates educacionais na coluna são uma fonte importante para entender as disputas em torno da educação brasileira nos anos 1930, revelando tensões entre diferentes projetos de sociedade, cidadania e formação escolar, e evidenciando o papel dos intelectuais católicos na consolidação de estratégias de intervenção da Igreja Católica na esfera pública brasileira.

Resultados e Discussões

O catolicismo, desde a década de 1920, buscava ampliar sua influência em diversas esferas da sociedade, incluindo a cultura e a educação (Miceli, 2001). Muitos dos intelectuais que escreviam na "Coluna do Centro" eram membros do CDV e articulavam essa visão. O primeiro texto sobre educação na coluna, "Propaganda Comunista na Universidade", assinado por Hamilton Nogueira, já demonstrava a preocupação com a influência ideológica na universidade. Nogueira, em outro texto, elogia o discurso do professor Paulo de Sá sobre a técnica e o bem social, mostrando uma vertente mais técnica na discussão educacional. A preocupação com a formação feminina e a moralidade católica foi expressa por Laura Jacobina Lacombe, a primeira mulher a escrever na "Coluna". Em seu texto "Conceitos da educação", Lacombe criticava a "educação sexual" e defendia uma educação integral que abrangesse dimensões física, intelectual, profissional, moral e religiosa. Sua visão conservadora sobre sexualidade e educação das meninas era evidente, alinhada à defesa do ensino religioso como fundamental. Luis Sucupira, em "A educação e a Ordem Social", argumentava que os novos sistemas de educação e o materialismo representavam um perigo moral e social, defendendo uma maior atuação da Igreja nas instituições educacionais. Sua participação na Ação Católica Universitária reforça a ideia de que a universidade era vista como um espaço estratégico para a formação de lideranças e a disputa ideológica. Jonathas Serrano, membro da Associação de Professores Católicos, contribuiu com o texto "Exames ou médias?", no qual discutia reformas educacionais e o sistema de exames a partir de sua experiência docente. Embora católico, Serrano abordava a educação sob uma perspectiva técnica e intelectual, sem uma centralidade explícita da religião, o que ilustra a pluralidade de abordagens dentro da "Coluna do Centro". Everardo Backheuser, um anticomunista ferrenho, defendeu a organização de congressos regionais e nacionais de educação católica. Esses congressos eram vistos como uma estratégia para coordenar e fortalecer a atuação católica no campo educacional, reagindo às reformas educacionais e à expansão do ensino laico, especialmente após a criação do Conselho Nacional de Educação em 1931. A articulação entre imprensa, associações católicas e a formulação de políticas educacionais era um instrumento de influência da Igreja Católica na esfera pública brasileira.

Conclusão

O estudo da "Coluna do Centro" demonstra a significativa atuação dos intelectuais católicos na década de 1930, que, por meio desse veículo de comunicação, buscaram influenciar os rumos da educação brasileira. A educação era percebida como um campo estratégico para a manutenção e expansão dos valores católicos na sociedade, e a "Coluna do Centro" serviu como um palco para a defesa do ensino religioso, a crítica a

modelos educacionais laicos e a promoção de uma formação moral e social alinhada aos preceitos da Igreja. Apesar de uma aparente unidade em torno da defesa do catolicismo na educação, a "Coluna do Centro" revelou uma pluralidade de vozes e abordagens, com intelectuais como Hamilton Nogueira e Jonathas Serrano, por vezes, focando em aspectos mais técnicos e intelectuais da educação, enquanto outros, como Laura Jacobina Lacombe e Luis Sucupira, enfatizavam a moralidade e a religiosidade. Essa diversidade, contudo, convergia para o objetivo comum de reafirmar a presença e a influência da Igreja Católica no cenário educacional e social brasileiro. Os intelectuais católicos, articulados em torno do Centro Dom Vital e utilizando a imprensa como ferramenta, transcenderam o debate meramente religioso, inserindo-se ativamente nas discussões pedagógicas e políticas da época. Sua atuação, que se estendeu a congressos e à formulação de diretrizes educacionais, evidencia a complexidade das relações entre religião, política e educação no Brasil da década de 1930 e a capacidade de mobilização de um grupo intelectual engajado na defesa de seus ideais.

Referências

BALDIN, Marco Antonio. O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942). 2014. 159 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014. BARBOSA, Flávio André Rodrigues. "O sanatório das almas": reação católica e radicalização política na década de 1930 no discurso de Jonathas Serrano. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. BOURDIEU, Pierre. Microcosmos: teoria dos campos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2025. DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964. Novos Estudos – CEBRAP, n. 12, 1975. FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. INSTITUTO DO CEARÁ (Histórico, Geográfico e Antropológico). Luís Cavalcante Sucupira. Fortaleza: Instituto do Ceará, [s.d.]. Disponível em: Instituto do Ceará – Luís Cavalcante Sucupira. Acesso em: 9 jun. 2026. MEDICINA, Academia Nacional de. Hamilton de Lacerda Nogueira. Disponível em: Hamilton de Lacerda Nogueira. Acesso em: 9 jun. 2026. MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. OLIVEIRA, Mateus Vicente Guerra Dantas. Roma versus Moscou: anticomunismo, geopolítica e catolicismo na obra de Everardo Backheuser (1928-1937). 2026. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026. ORLANDO, Evelyn de Almeida. Laura Jacobina Lacombe: uma intelectual a serviço da educação feminina e militância católica. Educação Temática Digital, Campinas, v. 27, n. 00, p. 1-18, 28 ago. 2025. Disponível em: Laura Jacobina Lacombe. Acesso em: 9 jun. 2026. RODRIGUES, Cândido Moreira. Aproximações e conversões: o intelectual alceu amoroso lima no brasil dos anos 1928-1946. São Paulo: Alameda, 2012. TORRES, João Camilo de Oliveira. História das ideias religiosas no Brasil. 1.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. Fontes: ATHAYDE, Tristão. Propósitos. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 4.643, dez. 1934, p. 3. Disponível em: Propósitos. Acesso em: 7 jun. 2026. BACKHEUSER, Everardo. Congressos de educação. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 4.688, jan. 1935, p. 3. Disponível

em: Congressos de educação. Acesso em: 11 jun. 2026. LACOMBE, Laura Jacobina. Conceitos da educação. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 4.654, dez. 1934, p. 3. Disponível em: Conceitos da educação. Acesso em: 9 jun. 2026. NOGUEIRA, Hamilton. Propaganda comunista na universidade. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 4.645, dez. 1934, p.3. Disponível em: Propaganda comunista na universidade. Acesso em: 7 jun. 2026. NOGUEIRA, Hamilton. Discurso de paranympho. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 4.659, dez. 1934, p.3. Disponível em: Discurso de paranympho. Acesso em: 10 jun. 2026. SERRANO, Jonathas. Exames ou médias?. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 4.658, dez. 1934, p.3. Disponível em: Exames ou médias?. Acesso em: 10 jun. 2026. SUCUPIRA, Luís. A educação e a ordem social. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 4.657, dez. 1934, p.3. Disponível em: A educação e a ordem social. Acesso em: 9 jun. 2026.

CÓDIGO: HS0166

AUTOR: MARIA LUIZA DA SILVA FREIRE

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: MONGÓLIA: UM ROMANCE DE RESQUÍCIOS, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Resumo

O presente relatório analisa o romance *Mongólia*, de Bernardo Carvalho, a partir das relações entre memória, esquecimento, forma e conteúdo. Propõe-se investigar como a memória e o esquecimento constituem um princípio estético da composição do romance. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e qualitativo, fundamentada principalmente nas perspectivas de Walter Benjamin (1987) acerca da memória e da experiência de rememoração; nas contribuições de Jaime Ginzburg (2015) sobre trauma, violência histórica e forma literária; e Antonio Candido (2006) quanto às relações integrativas entre literatura e sociedade. A análise evidencia duas manifestações centrais em que essas lacunas reverberam, denominadas elipses da forma e elipses do conteúdo, compreendidas como procedimentos estéticos e dialéticos que estruturam o romance. Concluiu-se, ao fim deste estudo, que a fragmentação narrativa não se constitui apenas enquanto um recurso estilístico do autor ou uma característica da contemporaneidade das formas, e sim que esta materializa uma memória feita através de resquício, em que lembrar e esquecer operam dialeticamente na constituição da narrativa.

Palavras-chave: Mongólia; Memória; Esquecimento; Forma Narrativa; Bernardo Carvalho.

TITLE: MONGÓLIA: A NOVEL OF REMMENTS, MEMORY AND FORGETTING

Abstract

This report analyzes Bernardo Carvalho's novel *Mongólia* through the relationships between memory, forgetting, form, and content. It aims to investigate how memory and forgetting constitute an aesthetic principle underlying the composition of the novel. This is a bibliographic and qualitative study, grounded primarily in Walter Benjamin's (1987) perspectives on memory and the experience of recollection, Jaime Ginzburg's (2015) contributions on trauma, historical violence, and literary form, and Antonio Candido's (2006) approach to the integrative relationships between literature and society. The

analysis identifies two central manifestations through which these gaps reverberate, referred to as ellipses of form and ellipses of content, understood as aesthetic and dialectical procedures that structure the novel. The study concludes that narrative fragmentation is not merely an authorial stylistic device or a characteristic of contemporary forms; rather, it materializes a memory constituted through remnants, in which remembering and forgetting operate dialectically in the construction of the narrative.

Keywords: Mongólia; Memory; Forgetting; Narrative Form; Bernardo Carvalho.

Introdução

Publicado em 2003, o romance *Mongólia*, de Bernardo Carvalho, constrói-se através do deslocamento, da fragmentação narrativa e da mediação memorialística. Vencedor do Prêmio Jabuti, o romance articula três vozes: o cônsul aposentado, ou Narrador Maior; o Ocidental, diplomata brasileiro; e Buruu nomton, o fotógrafo "Desaparecido"; são vozes que se alternam e que são marcadas iconograficamente: Times New Roman, Times New Roman em itálico e Arial, respectivamente. A partir desses retalhos, o Narrador Maior busca reconstruir retrospectivamente os eventos que envolvem o desaparecimento do fotógrafo brasileiro e, a posteriori, a morte do diplomata encarregado de procurá-lo.

A narrativa de *Mongólia* (2003) inicia-se quando um diplomata brasileiro, recém-transferido para Pequim, recebe a missão de localizar um jovem fotografo desaparecido, apelidado de Buruu nomton pelos mongóis, buscando os resquícios pelo território mongol. Após a morte do diplomata, um cônsul aposentado reúne os documentos deixados por ele, isto é, a sua carta-diário e os diários de Buruu nomton, intercalando-os às suas próprias impressões sobre esses relatos. Enquanto organiza as motivações de cada relato (a obsessão de Buruu nontom por uma lenda mongol e a imperiosidade de o Ocidental de achá-lo), o Narrador Maior lida com a instabilidade residual da própria História do país onde os eventos ocorrem.

O romance conta com o esforço metalinguístico do cônsul (que é uma personagem-autora), para reproduzir a imagem dessa Mongólia ficcional, que é, ao mesmo tempo, geográfica, imaginada e memorialística. A narrativa tensiona questões de alteridade e de crise da representação, e evidencia a volubilidade das narrativas construídas pela memória. O fato de os eventos se passarem numa terra aparentemente "sem memória" e, portanto, sem "História formal" reforçam a ideia desse espaço discursivamente atravessado pelos resquícios da ditadura comunista que assolou o país no século XX. Trata-se de uma Mongólia marcada pela percepção alheia, pela liquidez do tempo e pela sinuosidade da memória.

A fortuna crítica do romance dedica-se predominantemente a discussões acerca da fragmentação da narrativa, do narrador contemporâneo e das relações entre viagem, alteridade e representação literária. Destacam-se contribuições que expressam as dificuldades em construir sentidos estáveis dentro da narrativa de

Mongólia, bem como em compreender o descentramento dos sujeitos que a compõem, a mediação discursiva da experienciação e a fragmentação estrutural inerente ao romance contemporâneo (CORDEIRO; MARANI, 2019; SILVA, 2016; NEVES, 2019). Além disso, as relações de alteridade, espaço e experiência, deslocam o olhar, sobretudo, para o deslocamento geográfico e o impacto cultural que produz uma Mongólia construída pela ótica do(s) estrangeiro(s) (D'ANGELO, 2008; NUÑEZ, 2009).

Embora essas contribuições abordem questões fundamentais à constituição do romance, pouco foram exploradas as relações entre memória, esquecimento, forma e conteúdo, que aparecem tangenciadas nas análises supracitadas. Partindo dessa aparente ausência analítica, o presente relatório, vinculado ao projeto de pesquisa "Narrar é resistir?: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar", pretende investigar Mongólia a partir dessas relações, compreendendo-as como princípios estéticos indissociáveis na leitura crítica do romance.

Para tanto, o problema de pesquisa consiste em compreender de que modo as lacunas narrativas, enquanto resquícios, manifestam-se no campo da forma e do conteúdo. A hipótese é de que essas omissões aparecem conforme um princípio estruturador, em que memória e esquecimento cooperam dialeticamente. Com base nisso, utiliza-se, primordialmente, as perspectivas de Antonio Candido (2006) sobre texto e contexto, as reflexões benjaminianas acerca da memória, e, por fim, os aportes de Ginzburg (2015) sobre as relações entre trauma e construção formal no romance contemporâneo.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter bibliográfico e de natureza qualitativa, elaborada a partir da análise interpretativa do romance *Mongólia*, de Bernardo Carvalho. A investigação concentra-se, de modo articular, nas relações entre memória, esquecimento e aspectos formais, observando de que maneiras as lacunas e fragmentos estrutural a composição do romance.

A interpretação do corpus ancora-se, primeiramente, nas contribuições de Walter Benjamin (1987) no que diz respeito à memória, ao esquecimento e aos resquícios do passado; em segundo lugar, nas reflexões de Jaime Ginzburg (2015) sobre a experiência histórica, traumas e forma literária, bem como a hibridização de gêneros modernos; e, por fim, pelas considerações de Antonio Candido acerca do texto, contexto e organização interna da obra literária, sobretudo nas tensões dialéticas que se articulam na constituição do romance.

Resultados e Discussões

Os procedimentos analíticos do romance enquanto um constructo memorialístico é, assim como explicitou Benjamin, marcado por esquecimentos e, segundo Ginzburg, pelos traumas históricos que adentram o presente tempo da narrativa. O romance, divido em três partes, constrói sua elaboração estética através da ausência, não se limitando a narrar sobre ela. A partir dessas considerações, propõe-se a leitura do romance por meio de duas manifestações dessas ausências, denominadas aqui elipses da forma e elipses do conteúdo.

As elipses da forma

Ao ser encarregado de encontrar o jovem fotógrafo, o Ocidental considera refazer seus caminhos pela Mongólia, tencionando encontrar algo que o leve ao paradeiro do rapaz. Em meados do romance, durante as extensas e fatigosas empreitadas, o Ocidental questiona os métodos de Purevabaart, mesmo guia de Buruu nontom antes de seu desaparecimento, considerando-os falhos. Toda essa dinâmica é, assim como tudo no romance, filtrada pela perspectiva do cônsul aposentado. Alguns pontos interessantes dessa composição são as escolhas do Narrador Maior, em seu ato de reconstituição dos fatos: i) interrupção sintática como manifestação aberta dessa elipse formal; ii) a memória como construção fragmentária; e iii) o vazio enquanto princípio da estrutura.

> [...] Purevbaatar, ao perceber a irritação do cliente, não se fez de rogado. Podia estar sendo pago, mas também tinha seus brios e não levava desaforo para casa. “Talvez você não tenha entendido o meu trabalho quando me contratou. Não brinco em serviço. Você me pediu para fazer o mesmo percurso que fiz com ele há seis meses. Acontece que esse percurso depende das pessoas que encontramos no caminho. Num país de nômades, por definição, as pessoas nunca estão no mesmo lugar. Mudam conforme as estações. Os lugares são as pessoas. Você não está procurando um lugar. Está procurando uma pessoa. Pois é atrás dela que eu estou indo (Carvalho, 2003, p. 108).

O cônsul aposentando, em seu papel de personagem-autora em frenesi metalinguístico, omite os fragmentos do diário, copiados ipsis litteris no parágrafo antecedente ao supracitado, e retoma sua própria voz narrativa, comentando mais as impressões do que eu do que o que, de fato, está escrito no diário. É nesse sentido que o Narrador Maior adota o uso autoral de períodos curtos. Os quatro últimos períodos, principalmente, expressam essa concisão, ou melhor, inconclusão de pensamento. Ao encadear quatro ideias que poderiam estar

interligadas em um ou dois períodos maiores, o narrador suspende o sentido das informações pela incompletude material da linguagem.

Essa escolha narratológica traduz a memória nos termos de Walter Benjamin, isto é, uma reconstrução fragmentária em que, aquele que rememora, concebe o passado em resquícios. É interessante pensar também que essa rememoração parte não do ser que vivenciou esses relatos, mas das reminiscências afloradas pelo narrador que as constrói. Esse excerto explicita também o vazio enquanto um princípio estrutural, em que ele produz significados, e o silêncio funciona narrativamente na expressão dessa incapacidade de reconstruir um todo detalhadamente.

Outro ponto que permeia todo o caráter lacunar do romance é a concepção dos diários, tanto o do desaparecido quanto o do Ocidental, como registros documentais que conferem a essa memória um ar de oficialidade, ainda que precariamente, ao qual o Narrador Maior tenciona preservar. Ao aproximar-se do clímax do romance, o cônsul se depara com os relatos do período mais insalubre das buscas, em que, ao mesmo tempo em que tenta decodificar o diário do desaparecido, ele e Purevbaatar enfrentam uma tempestade no deserto. O seguinte fragmento expõe essa mobilização formal:

> Durante duas horas, com auxílio da lanterna, ele tentou ler o diário do desaparecido, achando que mais cedo ou mais tarde seria carregado pelo vento. Entre os trechos que conseguiu decifrar, havia um que falava da falta de privacidade entre os nômades: A Mongólia é um país pouquíssimo povoado, mas há sempre alguém por perto. Por mais ermo que seja o lugar, por mais distante, há sempre uma iurta num canto de um vale. Sempre alguém vem visitá-lo e ver sua barraca no meio do deserto, na estepe ou no alto de uma montanha. Há curiosos por toda parte. Há sempre alguém que enfia a cabeça no seu carro para ver o que tem dentro, quando você para em algum lugar para pedir informações. Ninguém nunca está em paz na Mongólia (Carvalho, 2003, p. 155).

Tal precariedade é expressa pela ideia de tempestade, que funciona quase como uma metáfora da forma que sustenta o projeto do romance. É uma imagem recorrente nas duas primeiras partes da narrativa, em que os acontecimentos se perturbam diante da ideia de uma tempestade. Em outros termos, a tempestade que ameaça apagar o que resta do relato de Buruu nomtom é a instabilidade, a dissolução da narrativa, ou a memória em ruínas. O diário que “mais cedo ou mais tarde seria carregado pelo vento” é uma representação estética desse passado que nunca aparece integralmente, existente apenas sobre os restos dessa tapeçaria da rememoração. Outras expressões dessa natureza surgem ao longo do romance, em momentos em que a própria construção da forma memorialística ameaça se fragmentar, nos planos material e imaterial.

Tal excerto revela ainda uma fragilidade que atravessa toda a constituição da narrativa: não raro o Narrador Maior lida com registros incompletos, deteriorados e ilegíveis, de modo que a reconstrução da trajetória, além dos impasses das condições da viagem em um país majoritariamente nômade, exige um esforço de decifração. Aqui, a escolha do verbo “decifrar” não é arbitrária: ela sugere um acesso a um passado que não é integral, e nem o pode ser, uma vez que se compõe apenas de resquícios e esquecimentos. A Mongólia de Bernardo Carvalho, nesse sentido, configura-se como um espaço de lacunas e dissoluções, refletindo uma memória que, a nível instável tanto em níveis sócio-históricos quanto em níveis subjetivos desses sujeitos que rememoram.

Essa volubilidade aproxima-se das reflexões de Jaime Ginzburg (2015) a respeito da experiência contemporânea com narrativas fragmentas e labirínticas, que rompem com a linearidade das estruturações tradicionais. Em *Mongólia*, o relato ameaça desaparecer constantemente, seja pela tempestade (metaforicamente representada), seja pela precariedade material (a ideia paradigmática de história oficial documentada), seja ainda pela impossibilidade da depreensão completamente linear. É a partir dessas lacunas e interrupções que o romance se organiza, em dialética entre o lembrar e o esquecer.

Outra manifestação das elipses formais ocorre nas primeiras páginas no diário do Ocidental, em que, explicitamente, transpõe as ideias de vazio, não linearidade e desorientação, fazendo do próprio vazio um labirinto, e deste, sua estrutura narrativa.

O labirinto é o vazio. Pequim é uma cidade feita para não deixar entrar e que acaba por não deixar sair. Uma cidade concebida pela ótica obsessiva da defesa, a despeito de todo e qualquer bem-estar dos cidadãos (Carvalho, 2003, p. 16).

O vazio surge enquanto forma estruturada. A ausência converte-se em estrutura narrativa na medida em que o nada organiza esse espaço em duas partes: i) o espaço físico; e ii) a impressão desse espaço na voz narrativa. O espaço que reverbera na memória do Ocidental é, assim como a tempestade, uma metáfora psíquica que imprime a sensação do deslocamento, a alienação ao exterior e o estranhamento ao estrangeiro. Essa mobilização reverbera nos sentidos do romance, cria no leitor a perene sensação de se estar perdido, capturando sempre pedaços e nunca inteiros.

Teoricamente, tanto Benjamin quanto Ginzburg, cada qual em sua perspectiva, compreendem essa fragmentação enquanto uma crise da representação, ou, em

outras palavras, da incapacidade de reproduzir, pela linguagem, um retrato do que a memória intenta descrever. Tanto as tensões traumáticas, apontadas por Ginzburg, quanto os esforços memorialísticos indicados por Benjamin, desaguam na perda de sentidos totalizantes e na impossibilidade de síntese de um mundo que é passado e que, por isso, não pode ser recontado com exatidão.

As elipses do conteúdo

Conteúdo e forma em Mongólia são indissociáveis dado que ambos se sustentam pela ausência, pela instabilidade e pela impossibilidade da apreensão de uma realidade integral. Se nas elipses da forma, por um lado, as lacunas se manifestam-se sobretudo estruturalmente, nas elipses do conteúdo, por outro lado, elas aparecem se constituem majoritariamente na matéria narrada.

> Tudo havia começado com um manuscrito que ele decidira guardar como relíquia pessoal: semanas antes de o mosteiro de Zuil ser destruído, em 1937, um velho lama, acompanhado de uma jovem, passou por lá, fugindo dos comunistas. O velho estava muito abalado, e seu estado físico pedia cuidados. Confiou seu diário de viagem ao médico do mosteiro, Basar Gavj. [...] Foi essa a história que Ayush contou a Shagdarsouren e que Shagdarsouren relatou a Purev baatar e ao rapaz. [...] *Não dá para saber quando e onde a história começa. Uma coisa leva a outra, e a coerência parece só ter efeito retroativo. Está escrito no diário do rapaz*: “Ninguém sabe nada de lugar nenhum. Aprenderam a não se comprometer. O passado, quando não se perdeu, agora são lendas e suposições nebulosas. Eles não têm outro uso para a imaginação. Durante séculos, os lamas se encarregaram de imaginar por eles. Durante setenta anos, o partido se encarregou de lembrar por eles, no lugar deles. Agora, lembrar é imaginar. Às vezes prefiro quando dizem que não sabem ou não se lembram de nada” (Carvalho, 2003, p. 123-125).

O fragmento acima trabalha com a mobilização quase simultânea dos três narradores — o cônsul, o Ocidental e Buruu nomton, que se dissecam sobre o mesmo objeto: uma lenda mongol que se torna a obsessão da viagem desse jovem fotógrafo. O Narrador Maior sintetiza essa história, trazendo ipsis litteris apenas o que lhe parece crucial dos relatos dos outros dois. Percebe-se que o que incomoda em igual medida as três vozes narrativas é justamente a inexistência desse manuscrito, a fim de garantir uma prova concreta dessa memória. A lenda, ainda que exista de modo oral, não é uma memória materializada para Buruu nomton até que se haja um documento residual. Há uma invalidação dessa “memória pendurada” porque, em suas palavras, o passado “quando não se perdeu, agora são lendas e suposições nebulosas”.

O passado em *Mongólia* sobrevive de ruínas, sem constituir totalidade, amarrado em fragmentos que, segundo Benjamin, inventam uma nova formulação para esse passado. E esse caráter reformulado do passado pelo olhar do presente

dialoga ainda com o que Ginzburg compreende por trauma e apagamento histórico. A destruição cultural da Mongólia inserida no romance, isto é, a impossibilidade de comprovação através da materialidade, aponta para duas questões de forte interferência no conteúdo memorialístico imprescindivelmente lacunar: i) a violência histórica, fruto da ditadura comunista que, ainda que não apareça como tema do romance, é uma das causas pelas quais, neste universo, as ações funcionam de tal modo; e ii) a ruína da memória coletiva, uma vez que esta está diluindo-se em tantos recontos que quase não se entende mais como um construto coletivo.

O (re)encontro entre Buruu nomton e o Ocidental é também elaborado sob a lógica da rememoração repartida que endossa todo o romance. O desaparecido, personagem a qual todas as demais gravitam ao seu redor, reaparece de modo inesperado, quase espectral, quase como se emergisse dos rastros espalhados ao longo do romance.

Quando me volto para o interior da casa, todos os olhos estão sobre mim, à espera de uma reação ou de uma resposta que ainda não posso dar. Só Purevbaatar, boquiaberto, não consegue desviar os olhos do rapaz que, como um mendigo, continua parado na porta, sem coragem de entrar. Buruu nomton.

Kuidabergen o havia encontrado na neve, desacordado, e o levara para casa. Estava ferido. Tinha caído e perdido o cavalo. Cuidaram dele. O rapaz não disse uma palavra desde que voltou a si. Assim que recobrou as forças, passou a ajudar no trabalho diário, como voluntário, como se fosse da família. Automaticamente. Não pediu para ir embora. Não pediu nada. Simplesmente não falava. Kuidabergen supunha que ele fosse brasileiro por causa do emblema de metal que havia achado no bolso do casaco, na neve, a bandeira do Brasil, um distintivo idêntico ao que dias antes o Ocidental tinha visto na iurta de Shagdarsouren, com o nome do país embaixo (Carvalho, 2003, p. 167).

A presença, antes fantasmagórica da personagem, se faz material junto ao reaparecer do apagado. Neste ponto narrativo, a Memória Involuntária de Benjamin surge, posta em meios formais e refletida em ecos conteudísticos. É a partir da leitura do diário do Ocidental que a lembrança do fotógrafo lhe ecoa, tanto é que há a mudança dos tipos gráficos na mesma linha, sem qualquer preparo. Existe um retorno inesperado desse passado, formado por um repente; é a irrupção do passado sobre o presente através de uma trivialidade: a descrição de um rapaz que poderia ser qualquer um, mas que remete, acertadamente e sem esforço voluntário, a Buruu nomton. O “Desaparecido” é presença física e ausência simbólica, uma figura de limiar entre a memória e o esquecimento. O sujeito é resto, a memória encarnada, a qual a narrativa organiza-se ao redor dele.

As elipses do conteúdo, portanto, dizem respeito ao caráter lacunar inscrito na matéria narrada, isto é, informações que, apesar dos múltiplos narradores, consolidam-se indeterminadas, inacessíveis ou incompletas ao longo do esforço empreendido pelo cônsul aposentado. Aqui, o próprio objeto da rememoração apresenta-se através da sinuosidade da memória: são histórias que não podem ser verificadas, acontecimentos incertos e já deteriorados pelo esquecimento e incapacidade de recuperar uma totalidade que talvez nem sequer exista. Não se trata de uma falha narrativa, pelo contrário. É a conversão em matéria narrada aquilo que não pode ser integralmente recomposto.

Conclusão

A partir das discussões desenvolvidas e nos pares memória-esquecimento e forma-conteúdo, concluiu-se que as lacunas narrativas, enquanto resquícios, constituem-se como um princípio estruturador do romance. A análise desenvolvida demonstrou que memória e esquecimento coexistem e articulam-se dialeticamente através das denominadas elipses da forma e elipses do conteúdo, orientando o movimento de fragmentação empreendida pelo Narrador Maior. As elipses do conteúdo atestaram essas indeterminações contidas e atravessadas nos relatos desses três narradores, enquanto as elipses da forma manifestaram essas ausências na própria materialidade textual, por meio das intercalações dos fragmentos que compõem a narrativa e da própria natureza da memória. É nesse sentido que se comprova a hipótese defendida neste relatório, em que memória e esquecimento cooperam dialeticamente.

O estudo do romance propicia, ainda, o entendimento dessa fragmentação não apenas como procedimento estético isolado, mas sim como parte ativa na construção do texto literário, uma vez que os resquícios, as interrupções e as pressuposições do Narrador Maior materializam a memória, sobretudo aquela que compreende que nem tudo pode ser recuperado através de seus esforços. Nesse sentido, as articulações entre Benjamin, Candido e Ginzburg permitiram observar o caráter memorialístico reverberado na experiência histórica e na organização interna da obra, em que esse conjunto converge para a reafirmação da hipótese adotada atestada.

Referências

BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3º. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1887. p. 36-49.

CANDIDO, Antonio. *Dialetica da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias)*. Revista do Instituto de estudos brasileiros: São Paulo, nº 8, 1970, p. 67-89.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9º ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, Bernardi. *Mongólia*. Companhia das letras. 1° ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva; MARANI, Eloiza Fernanda. *Mongólia, de Bernardo Carvalho: o descentramento do narrador na ficção contemporânea*. Letras de Hoje, Três Lagoas, MS, v. 54, nº 4, p. 493-502, 2019.

D'ANGELO, Biagio. Escritas circulares: a viagem e a morte em Mongólia, de Bernardo Carvalho. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 12, nº 23, p. 84-97, 2008.

GINZBURG, Jaime. *Autoritarismo e Literatura: a História como Trauma*. VIDYA, v. 19, nº 33, p. 43-52, 2015.

NEVES, Fábio Luís Silva. *Entre relatar a experiência e construir a narração: as transformações do narrador e do ponto de vista da (re)construção do romance de viagens Mongólia, de Bernardo Carvalho*. Garrafa, Rio de Janeiro, v. 17, nº 47, p. 192-212, 2019.

NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate. *"Mongólia" de Bernardo Carvalho: romance de espaço e imagologia*. Cadernos do CNLF, v. 13, p. 1-8, 2009.

SILVA, Maria Andréia de Paula. *Mongólia e o jogo narrativo de Bernardo Carvalho*. VERBO DE MINAS, Juiz de Fora, v. 17, nº 30, p. 71-84, 2016.

CÓDIGO: HS0172

AUTOR: ROSILENE MARQUES RIBAS

ORIENTADOR: NEDJA LIMA DE LUCENA

TÍTULO: REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE CONSTRUÇÕES DE ESTRUTURA ARGUMENTAL NO PORTUGUÊS

Resumo

Este artigo realiza uma revisão sistemática da produção científica brasileira dedicada às construções de estrutura argumental, dos estudos publicados entre 2010 e 2024. O trabalho busca identificar as principais tendências de investigação e os tipos de construções descritos nessa produção científica. A análise fundamenta-se nos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso e da Gramática de Construções e foi desenvolvida a partir de um protocolo de revisão sistemática, que orientou as etapas de identificação, seleção e análise dos 81 estudos incluídos no corpus. Os resultados apontam para um processo de expansão das pesquisas sobre o fenômeno no contexto brasileiro, tanto no crescimento da produção acadêmica quanto na ampliação dos objetos investigados, com destaque para os estudos sobre construções transitivas, ditransitivas, de movimento causado e resultativas, entre outras. A partir desse panorama, o estudo dedica atenção especial às pesquisas sobre construções transitivas, intransitivas e ditransitivas, consideradas padrões construcionais relevantes para a descrição da gramática do português, buscando sistematizar seus principais resultados e discutir as contribuições desses trabalhos para o conhecimento acerca dessas construções.

Palavras-chave: Linguística Funcional Centrada no Uso. Revisão Sistemática. Português.

TITLE: SYSTEMATIC REVIEW OF BRAZILIAN RESEARCH ON ARGUMENT STRUCTURE CONSTRUCTIONS IN PORTUGUESE

Abstract

This article presents a systematic review of Brazilian scientific research on argument structure constructions, based on studies published between 2010 and 2024. The study aims to identify the main research trends and the types of constructions described in this body of scientific literature. The analysis is grounded in the assumptions of Usage-Based Functional Linguistics and Construction Grammar and was conducted following a systematic review protocol that guided the identification, selection, and analysis of the 81 studies included in the corpus. The results point to an expansion of research on the

phenomenon in the Brazilian context, reflected both in the growth of academic production and in the broadening of the objects investigated, with particular emphasis on studies of transitive, ditransitive, caused-motion, and resultative constructions, among others. Based on this overview, the study focuses particularly on research addressing transitive, intransitive, and ditransitive constructions, which are considered relevant constructional patterns for describing the grammar of portuguese. It seeks to systematize the main findings of these studies and discuss their contributions to the understanding of these constructions.

Keywords: Usage-Based Functional Linguistics. Systematic Review. Portuguese.

Introdução

Nas últimas décadas, os estudos linguísticos têm ampliado a compreensão sobre como os falantes organizam e expressam eventos por meio da língua. Entre os fenômenos que têm recebido crescente atenção, destacam-se as Construções de Estrutura Argumental (doravante CEA), compreendidas como padrões construcionais que articulam aspectos formais e funcionais da gramática. À luz da Linguística Funcional Centrada no Uso (Furtado da Cunha; Bispo, 2013; Rosário, 2022, entre outros), a construção constitui um pareamento simbólico entre forma e função, organizados em uma rede dinâmica continuamente moldada pelas experiências de uso (Bybee, 2016; Traugott; Trousdale, 2021).

No português brasileiro (PB), as pesquisas sobre CEA diversificaram-se nas últimas décadas, contemplando desde as construções transitiva, intransitiva e ditransitiva, até padrões mais específicos, como construções causativas, resultativas, médias e com verbos suporte. Apesar desses avanços, ainda são escassas iniciativas de sistematização que permitam compreender, de forma integrada, a constituição desse campo, os objetos privilegiados pelas pesquisas e as tendências que vêm se consolidando. Nesse contexto, a revisão sistemática da literatura constitui um instrumento adequado para oferecer um panorama do campo e identificar lacunas e apontar perspectivas para pesquisas futuras.

É diante dessa lacuna que se insere este estudo, que analisa e sistematiza a produção científica brasileira sobre CEA por meio de uma revisão sistemática da literatura (Systematic Literature Review), método que emprega protocolos explícitos, replicáveis e verificáveis para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis (Bortolozzi, 2024; Galvão; Ricarte, 2020). Embora amplamente difundida em outras áreas do conhecimento, essa abordagem ainda é recente nos estudos linguísticos (Zhang, 2022), o que reforça sua pertinência neste trabalho.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: como se caracteriza a produção científica brasileira sobre construções de estrutura argumental, desenvolvida entre 2010 e 2024, no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso e da Gramática de Construções? Para isso, realizou-se uma revisão sistemática, baseada em critérios explícitos de busca, seleção e análise dos estudos. O recorte temporal justifica-se pela intensificação, no Brasil, de pesquisas fundamentadas em modelos baseados no uso e pelo crescimento de estudos construcionistas voltados ao PB.

O objetivo é mapear as principais tendências de investigação, identificar os tipos de construções descritos e discutir os resultados alcançados pelas pesquisas brasileiras sobre CEA, com especial atenção para as construções transitiva, intransitiva e ditransitiva, por constituírem os padrões construcionais centrais na descrição da estrutura argumental do português. Ao reunir e analisar criticamente essa produção, o artigo busca ampliar a compreensão sobre a constituição desse campo e oferecer subsídios para pesquisas futuras.

Metodologia

Esta revisão sistemática fundamenta-se nas diretrizes metodológicas de Page et al. (2021),Bortolozzi et al. (2024) e Gomes e Lucena (2025), referentes aos procedimentos de identificação, seleção e análise de estudos científicos. A descrição das etapas metodológicas inspira-se em Duque (2025) para a pesquisa linguística.

Protocolo da revisão, elegibilidade e estratégias de busca

Esta revisão sistemática seguiu as diretrizes da declaração PRISMA 2020 (Page et al. 2021), visando assegurar transparência, rigor metodológico e reprodutibilidade. A questão de pesquisa foi formulada com base em uma adaptação do modelo SPIDER: (i) Amostra: pesquisas brasileiras sobre CEA no português; (ii) Fenômeno de interesse: CEA sob uma perspectiva funcional-construcionista; (iii) Desenho de estudo: estudos de revisão bibliográfica e investigações descritivo-analíticas; (iv) Avaliação: contribuições teóricas e principais resultados; (v) Tipo de pesquisa: estudos qualitativos e quantitativos com viés sincrônico e funcional-construcionista.

Foram incluídos os estudos previamente classificados como elegíveis na etapa de triagem que abordavam as CEA como objeto central de investigação, apresentando discussão direta sobre esse tipo construcional sob a perspectiva funcional-construcionista. Excluíram-se estudos em que as CEA apareciam apenas de forma tangencial, complementar ou ilustrativa, aqueles cujo foco principal recaia sobre outros fenômenos linguísticos, ainda que relacionados à Gramática de Construções, e os trabalhos que, embora elegíveis na triagem inicial, não apresentavam contribuição direta para a análise das CEA.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO Brasil, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, considerando estudos publicados entre 2010 a 2024 sobre o PB. A estratégia de busca empregou os descritores “Construção de estrutura argumental” e “Construções de estrutura argumental”, combinadas pelo operador booleano OR. As estratégias foram adaptadas às especificidades de cada base (título, resumo, palavras-chave ou busca livre), preservando-se os critérios estabelecidos no protocolo.

A seleção dos estudos foi conduzida pelos autores e compreendeu as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme as diretrizes do PRISMA 2020. Na etapa de identificação, a busca recuperou 238 registros, dos quais 30 foram excluídos por duplicidade. Os 208 registros remanescentes foram submetidos à triagem

por meio da leitura de títulos, palavras-chave e resumos, resultando em 130 estudos elegíveis. Os demais 78 registros foram excluídos por não atenderem aos critérios, seja por adotarem outras abordagens teóricas, seja por não tratarem das CEA como foco da investigação.

A Figura 1 (todas as figuras e quadros encontram-se no Anexo) sintetiza o processo de seleção dos estudos e o quantitativo de registros em cada etapa da revisão sistemática, conforme adaptação do fluxograma PRISMA 2020. Na etapa de elegibilidade, os 130 estudos foram submetidos à leitura analítica integral e avaliados quanto à centralidade das CEA em seus objetivos e análises. Desse conjunto, 81 estudos atenderam aos critérios de inclusão e constituíram a base analítica desta pesquisa.

Extração e análise de dados

Nessa etapa, foram extraídas e organizadas as principais informações dos estudos selecionados, com foco nos verbos analisados, nos tipos de CEA investigadas e nas categorias analíticas. Inicialmente, identificaram-se os verbos focalizados em cada estudo, quando explicitados, considerando que alguns analisavam itens lexicais específicos, enquanto outros privilegiavam construções mais abstratas. Em seguida, identificamos o tipo de CEA abordado em cada registro. Entre os padrões encontrados, destacam-se as construções: causativa, com verbo suporte, de argumento cindido, de movimento causado, ditransitiva, ergativa, além de estudos que apresentavam múltiplas construções argumentais.

Os estudos foram organizados em cinco categorias analíticas (Quadro 1), definidas com base na recorrência e na centralidade das construções examinadas. Cada estudo foi alocado em apenas uma categoria. Essas categorias, elaboradas especificamente para esta revisão, constituem agrupamentos analíticos destinados a organizar a diversidade de objetos identificados no corpus, e não níveis hierárquicos da rede construcional.

Essa organização orientou a análise dos dados, permitindo identificar a distribuição dos objetos investigados e as principais tendências da produção científica sobre as CEA. Os dados foram submetidos a uma síntese qualitativa, baseada na leitura integral dos registros. A análise considerou o grau de centralidade das pesquisas em relação às CEA, distinguindo aquelas em que esse fenômeno constituía o foco da investigação (estudos nucleares) daquelas em que aparecia de forma secundária (estudos não nucleares). Esse procedimento contribuiu para uma interpretação mais precisa dos resultados da literatura funcional-construcionista.

Resultados e Discussões

Distribuição temporal e institucional

A Figura 2 mostra a distribuição temporal dos estudos entre 2010 e 2024. Verificamos que houve baixa frequência de publicações, com variação de um e quatro estudos anuais. Em 2014 há uma elevação pontual, que não configura uma tendência consistente de crescimento. A partir de 2016, o padrão muda, com expansão da produção, especialmente em 2020 e 2022, que concentram o maior número de trabalhos (12 e 11 estudos, respectivamente).

Há uma tendência geral de crescimento das pesquisas sobre CEA no Brasil, embora com oscilações anuais. Essa expansão também se evidencia pela participação de diferentes instituições acadêmicas, como Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Universidade Estadual Paulista. Essa diversidade sugere a consolidação desse campo de investigação para além de núcleos isolados de pesquisa.

Mapeamento por tipo de estudo

A distribuição dos estudos segundo as categorias elencadas está na Figura 3. Existe a predominância de artigos científicos (n=48), principal forma de circulação dos resultados das pesquisas sobre CEA. As dissertações (n=14) e teses (n=13) evidenciam a contribuição da produção vinculada aos programas de pós-graduação stricto sensu para a consolidação desse campo. Já os capítulos de livro (n=5) e as monografias (n=1) apresentaram menor frequência. Esse predomínio de artigos científicos está em consonância com a tendência de divulgação da produção acadêmica em periódicos, indicando que as pesquisas sobre CEA se concentram principalmente em artigos e trabalhos de pós-graduação stricto sensu, enquanto capítulos de livros e monografias apresentam participação complementar.

Mapeamento por categorias analíticas

A distribuição dos estudos segundo as categorias analíticas desta revisão estão na Figura 4. Observamos maior concentração de pesquisas na categoria construções de estrutura argumental esquemáticas (n=49). Esse resultado se relaciona ao caráter central desses padrões na descrição gramatical, por constituírem esquemas abstratos e produtivos, associados à organização de diferentes eventos na língua. Nos estudos de base funcional-construcionista essas construções permitem investigar a hipótese de que a estrutura argumental é uma propriedade da construção, e não exclusivamente do verbo, favorecendo a expansão de redes construcionais e a emergência de novos usos.

Em menor proporção, há os estudos sobre construções com verbos suporte (n=13), seguidos pelas categorias construções de mudança de estado (n=9) e construções de valência reduzida (n=9), com frequências semelhantes. A presença expressiva de trabalhos sobre verbos-suporte evidencia o interesse por construções cujo significado decorre exclusivamente do verbo, mas da integração entre o elemento verbal e a construção como um todo. No PB, esse tipo de análise é relevante pois verbos como dar, fazer, ter e tomar, participam de diferentes configurações construcionais e da emergência de novos padrões de uso.

Por outro lado, as construções idiomáticas relacionadas à estrutura argumental apresentaram baixa ocorrência, com apenas um estudo identificado, indicando um campo pouco explorado. Esse resultado sugere que as pesquisas brasileiras têm privilegiado construções mais esquemáticas e produtivas, embora padrões mais específicos e convencionalizados também sejam reconhecidos pela GC. Por envolverem significados não derivados da simples composição de seus elementos, as construções idiomáticas constituem um campo promissor para investigações futuras.

De modo geral, a predominância das CEA esquemáticas e das construções com verbos-suporte indica que a produção brasileira tem privilegiado padrões em que a relação entre verbo, construção e significado pode ser analisada de forma sistemática. Em contrapartida, construções mais específicas e convencionalizadas permanecem como uma frente de investigação a ser ampliada nos estudos construcionistas do PB.

Construções de estrutura argumental esquemáticas: análise da categoria predominante

A partir do panorama apresentado, observamos que as construções de estrutura argumental esquemáticas constituem o principal foco das pesquisas brasileiras analisadas. Essa categoria corresponde a aproximadamente 60% do corpus analisado, evidenciando a predominância de estudos voltados à descrição dos padrões construcionais mais gerais da gramática. Enquanto categorias como as construções idiomáticas relacionadas à estrutura argumental apresentaram baixa ocorrência, com apenas um registro identificado, as construções de estrutura argumental esquemáticas concentram a maior parte das teses, dissertações e artigos examinados, revelando sua centralidade nos estudos sobre CEA no PB.

A relevância dessa categoria decorre por reunir construções fundamentais para a organização da experiência linguística, como as construções transitiva, intransitiva e ditransitiva, responsáveis pela codificação de cenas como ações, movimento, transferência e relações entre participantes. Esses padrões ocupam posição central na gramática e são descritos como esquemas basilares da rede construcional.

Nos estudos analisados, essas construções constituem o núcleo clássico das pesquisas em CEA, fornecendo base empírica e teórica para a hipótese de que a estrutura argumental e a transitividade não são propriedades exclusivamente verbais, mas emergem da interação entre verbos e construções (Furtado da Cunha, 2014). Nessa perspectiva, os verbos integram esquemas construcionais mais amplos, dotados de significados convencionais próprios.

Outro aspecto recorrente é o elevado grau de esquematicidade e produtividade dessas construções. Os estudos analisados (cf. Quadro 2) mostram que esses padrões recrutam diferentes tipos de verbos e apresentam ampla recorrência de uso, constituindo pontos de partida para investigações sobre valência verbal, mudança construcional e organização da gramática em rede. Além disso, essa produtividade relaciona-se à reutilização de padrões convencionalizados pelos falantes, favorecendo a expansão da rede construcional e a emergência de novos usos. Sob a ótica dos modelos baseados no uso, a recorrência de estruturas estabelecidas desempenha papel fundamental nos processos de categorização, processamento e mudança linguística (Bybee, 2016; Traugott; Trousdale, 2021).

Entretanto, a relevância da categoria de construções de estrutura argumental esquemáticas não se restringe ao fato de reunirem as CEA mais gerais, mas também ao papel que desempenham na organização da rede construcional. Os estudos analisados evidenciam que esses padrões favorecem processos de extensão semântica e emergência de novos sentidos: a partir de significados prototípicos, como mudança de estado na construção transitiva e transferência na ditransitiva, novos usos podem ser convencionalizados, originando subesquemas e microconstruções relacionados por vínculos de herança (Goldberg, 1995; Traugott; Trousdale, 2021).

Outro aspecto destacado nos estudos refere-se à flexibilidade desses padrões para integrar diferentes relações entre forma e significado. Nesse sentido, algumas pesquisas analisam fenômenos de desencontro entre a configuração formal da construção e os papéis semânticos dos participantes (mismatch), como a Construção de Argumento Cindido (Sampaio, 2010), que mantém propriedades estruturais de construções argumentais gerais, mas reorganiza a distribuição dos papéis no evento. Assim, a predominância dessa categoria no corpus evidencia o papel central das construções de estrutura argumental esquemáticas nas pesquisas brasileiras, tanto como objeto de descrição quanto como base para compreender processos de extensão, mudança e organização da gramática em rede.

Construção Transitiva

No que se refere aos padrões construcionais investigados, destaca-se a Construção Transitiva Canônica [S-V-OD] (Lopes, 2019), que apresenta elevado grau de esquematicidade e produtividade, privilegiando a emergência de extensões de uso, a exemplo da Construção Monoargumental de Focalização (Freitas Jr. et al., 2022), caracterizada pela posposição do sujeito como estratégia de introdução de novos referentes; da Construção de Argumento Cindido (Sampaio, 2010), que reorganiza a relação entre argumentos semânticos e sintáticos; das construções idiomáticas de base transitiva (Marques, 2019), caracterizadas pela integração não composicional entre verbo e nome.

Quanto aos tipos de verbos investigados, verificamos o predomínio de verbos de ação-processo (Borba, 2002), embora os estudos também contemplem verbos de movimento, cognição, percepção, comunicação, mudança de estado e estados ou experiências. Essa diversidade evidencia que a Construção Transitiva recruta verbos de diferentes domínios semânticos, confirmando sua produtividade. Também se destacam fenômenos como alternâncias argumentais, extensões semânticas, polissemia e coerção construcional, que reforçam a concepção desse padrão como esquema flexível, capaz de acomodar diferentes configurações semânticas e manter sua identidade construcional.

Os 22 estudos analisados, sintetizados no Quadro 2, evidenciam o amadurecimento das pesquisas brasileiras sobre a Construção Transitiva. Observamos uma ampliação progressiva dos objetos de análise, que passam da descrição do esquema prototípico para a investigação de redes construcionais, extensões semânticas, alternâncias argumentais e processos de mudança construcional.

Embora contemplem objetos distintos, os trabalhos convergem para a compreensão de que a transitividade constitui uma propriedade da construção, e não exclusivamente do verbo. Os 22 estudos identificados fazem da Construção Transitiva o padrão específico mais amplamente investigado no corpus desta revisão, confirmando seu papel como principal objeto empírico das pesquisas funcional-construcionistas sobre estrutura argumental no PB.

Construção Intransitiva

Em contraste com a Construção Transitiva, há apenas três estudos dedicados especificamente à Construção Intransitiva, sintetizados no Quadro 3. Esse resultado evidencia que, embora a intransitividade constitua um dos esquemas básicos da estrutura argumental, ela ainda ocupa espaço relativamente reduzido na produção funcional-construcionista brasileira, indicando um campo com potencial para futuras investigações.

Apesar do número restrito de pesquisas, os estudos convergem para a compreensão de que a intransitividade deve ser entendida como uma propriedade da construção, e não exclusivamente do verbo, resultante da interação entre forma, significado e contexto de uso. As análises concentram-se, sobretudo, na organização da estrutura argumental, na atribuição de papéis semânticos e nos processos de mudança construcional (Robuste, 2018).

Entre os aspectos recorrentes, destacam-se a discussão dos papéis semânticos atribuídos ao sujeito, especialmente agente, experienciador e tema, bem como a reinterpretação da distinção entre construções inacusativas e inergativas à luz da GC. Os estudos também evidenciam que processos de construcionalização podem ampliar as funções desempenhadas por determinadas construções, favorecendo a emergência de novos usos semânticos e pragmático-discursivos.

Embora numericamente reduzidos (n=3), os estudos identificados contribuem para

demonstrar que a Construção Intransitiva vem sendo analisada para além da classificação tradicional dos verbos, privilegiando sua inserção em redes construcionais e sua participação em processos de mudança linguística. Ao mesmo tempo, a baixa representatividade dessa construção no corpus evidencia uma lacuna na literatura brasileira, sobretudo quando comparada ao volume de pesquisas dedicadas à Construção Transitiva.

Construção ditransitiva

Os estudos analisados (n=6) convergem ao caracterizar a Construção Ditransitiva como uma construção de transferência, cujo significado central pode ser representado pelo esquema [X faz com que Y receba Z] (Goldberg, 1995). Nessa perspectiva, o sentido de transferência é atribuído à própria construção, e não exclusivamente ao verbo, permitindo que verbos pertencentes a diferentes classes semânticas sejam recrutados pelo padrão ditransitivo quando apresentam compatibilidade com esse esquema de significado. Nesse conjunto de pesquisas, o verbo dar é reconhecido como o protótipo da Construção Ditransitiva, por representar de forma mais direta o evento de transferência.

Quanto aos tipos de transferência, verificamos que os estudos descrevem diferentes extensões semânticas a partir do significado prototípico da construção. Além da transferência concreta de posse, identificamos usos relacionados à transferência de informação, especialmente com verbos de comunicação (Furtado da Cunha, 2017; Couto, 2017), bem como extensões metafóricas, intenções de transferência e situações em que a efetivação do evento depende da aceitação do destinatário (Oliveira, 2014; Furtado da Cunha, 2017). Esses resultados evidenciam a natureza polissêmica da Construção Ditransitiva e demonstram que um mesmo esquema construcional pode instanciar diferentes formas de conceptualizar eventos de transferência.

Em relação à descrição dos argumentos, os estudos mostram que o PB apresenta diferentes possibilidades de realização dos argumentos na construção ditransitiva. Predomina a ordem (OI–OD), embora a configuração (OD–OI) também seja descrita em contextos específicos (Oliveira, 2014; Furtado da Cunha, 2017). As pesquisas analisam ainda fenômenos como topicalização, clivagem e obscurecimento do tema, demonstrando que a escolha entre esses padrões não depende apenas da estrutura sintática, mas também da organização da informação no discurso e de fatores semântico-pragmáticos, como a extensão, a complexidade e a acessibilidade dos argumentos.

Em conjunto, os seis estudos identificados evidenciam o amadurecimento das pesquisas brasileiras sobre a Construção Ditransitiva, no que se refere à descrição de sua rede de sentidos e dos fatores que condicionam sua realização no uso. Embora menos numerosos que os trabalhos dedicados à Construção Transitiva, esses estudos demonstram que a Construção Ditransitiva constitui um dos esquemas mais produtivos para a investigação da interface entre estrutura argumental, polissemia construcional e organização da informação, reafirmando o papel da construção na codificação dos eventos de transferência.

Em conjunto, as pesquisas reunidas no Quadro 4 evidenciam uma agenda de investigação consistente, voltada à descrição da polissemia da Construção Ditransitiva, de seus padrões de realização e das motivações semântico-pragmáticas que orientam seu funcionamento no PB. Embora o recorte temporal desta revisão se encerre em 2024, observamos que estudos publicados posteriormente continuam a ampliar essa agenda de investigação, reforçando o interesse da literatura funcional-construcionista pela Construção Ditransitiva e por seus desdobramentos semânticos e discursivos.

Tendências teóricas observadas

A análise dos estudos reunidos na categoria de Construções de Estrutura Argumental Esquemáticas evidencia uma convergência teórica na pesquisa brasileira sobre CEA. Embora focalizem diferentes construções e fenômenos, os trabalhos apresentam um deslocamento analítico consistente: a estrutura argumental deixa de ser concebida como propriedade exclusiva do verbo e passa a ser interpretada como uma propriedade da construção, unidade simbólica que associa forma e significado.

Nesse contexto, os verbos são analisados em interação com padrões construcionais mais abstratos, de modo que fenômenos como transitividade, transferência, movimento, mudança de estado e relações entre participantes são explicados a partir do significado convencional das construções e de sua compatibilidade com diferentes classes verbais. Também verificamos a recorrência de conceitos, como rede construcional, polissemia construcional, mudança construcional, construcionalização, esquematicidade, produtividade, coerção, herança e frequência de uso, os quais refletem uma concepção dinâmica da gramática, na qual construções emergem, se convencionalizam e se reorganizam continuamente a partir do uso. Nesse cenário, as contribuições de Goldberg (1995), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2021) constituem as principais referências teóricas mobilizadas pelos estudos analisados.

Apesar dessa convergência, há diferentes ênfases analíticas entre os subtipos construcionais. As pesquisas de Construção Transitiva concentram-se, em processos de causação, afetamento, polissemia e reorganização argumental; as de Construção Ditransitiva privilegiam eventos de transferência material e abstrata e a variação entre esquemas argumentais; e as de Construção Intransitiva, embora menos numerosas, em processos de aspectualidade, mudança construcional e funções pragmático-discursivas.

Lacunas identificadas

Os estudos revelam desafios e direções promissoras para as pesquisas sobre CEA. As lacunas concentram-se em três eixos principais: ampliação da base empírica, aprofundamento da investigação de processos construcionais e fortalecimento das análises diacrônicas.

O primeiro eixo refere-se à necessidade de ampliar as bases empíricas, sobretudo por meio de corpora mais extensos, diversificados e representativos da língua em uso. Parte dos estudos ainda se apoia em dados restritos ou predominantemente escritos, indicando a importância de incorporar amostras de fala espontânea e diferentes contextos de uso, o que permitiria descrições mais robustas de padrões construcionais e suas frequências (Melo, 2016). O segundo eixo diz respeito à operacionalização de conceitos centrais da LFCU, como produtividade, frequência, esquematicidade, polissemia e mudança construcional. Embora recorrentes nas análises, esses conceitos nem sempre são sustentados por evidências empíricas suficientes, o que evidencia um desafio metodológico para a demonstração de seu papel na organização das construções (Ciríaco, 2014). O terceiro eixo envolve as investigações diacrônicas. Apesar da incorporação de conceitos como construcionalização e mudança construcional, a escassez de dados históricos e a baixa frequência de algumas construções nos corpora disponíveis ainda limitam a reconstrução de suas trajetórias de emergência, expansão e convencionalização (Robuste, 2018).

Essas lacunas refletem o amadurecimento de um campo em expansão, e também apontam para pesquisas futuras que integrem corpora mais representativos, metodologias quantitativas refinadas e análises capazes de articular aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e histórico-construcionais.

Consolidação do campo

Os resultados evidenciam a consolidação dos estudos sobre CEA no Brasil, e se manifesta tanto pelo crescimento da produção científica quanto pela ampliação dos objetos de investigação, que passam a contemplar além dos padrões argumentais básicos, as extensões semânticas, funções discursivas, processos de mudança construcional e a organização das construções em rede. Paralelamente, observamos uma convergência teórica e metodológica em torno dos pressupostos de modelos baseados no uso, como a LFCU e a GC, favorecendo descrições cada vez mais refinadas das particularidades do PB.

Embora esta revisão tenha focalizado apenas um segmento da produção funcional-construcionista brasileira, o panorama obtido evidencia a maturidade alcançada por essa agenda de investigação. O número de estudos identificados, a diversidade dos fenômenos analisados, a continuidade das pesquisas e o aprofundamento teórico observado revelam uma produção científica robusta, em termos quantitativos e qualitativos. Esses resultados demonstram que a pesquisa brasileira tem desempenhado papel relevante na consolidação dos estudos sobre CEA e no fortalecimento dos estudos funcionais-construcionistas na descrição do PB.

Conclusão

Este estudo mapeou a produção científica brasileira sobre construções de estrutura argumental publicada entre 2010 e 2024, identificando tendências de investigação e padrões construcionais descritos na perspectiva funcional-construcionista. Os resultados evidenciam a expansão das pesquisas, a convergência teórica da área e a predominância de estudos sobre Construções de Estrutura Argumental Esquemáticas, especialmente a Construção Transitiva, embora também contemplem investigações sobre construções intransitivas, ditransitivas e outros padrões. A análise do corpus revelou ainda a ampliação dos objetos de estudo, com destaque para temas como polissemia construcional, redes construcionais, produtividade e mudança construcional, além de desafios relacionados à ampliação da base empírica, aos estudos diacrônicos e à investigação de construções ainda pouco exploradas.

Os resultados também revelaram que a produção brasileira tem ampliado progressivamente seus objetos de investigação, incorporando temas como polissemia construcional, redes construcionais, mudança construcional e produtividade, ao mesmo tempo em que apontam lacunas relacionadas à ampliação da base empírica, ao desenvolvimento de estudos diacrônicos e à investigação de construções ainda pouco exploradas.

Do ponto de vista metodológico, esta revisão demonstra que, embora a triagem documental constitua um processo criterioso e, muitas vezes, extenso, ela representa uma etapa fundamental para assegurar maior confiabilidade aos resultados obtidos. A adoção de procedimentos sistemáticos de busca, seleção, categorização e análise permitiu construir um panorama consistente da produção científica, oferecendo um protocolo passível de replicação em revisões futuras. Nesse sentido, acreditamos que a metodologia aqui empregada pode contribuir não apenas para o estudo das construções

de estrutura argumental, mas também para o mapeamento do estado da arte de diferentes objetos de investigação em Linguística

Naturalmente, o panorama apresentado não esgota o desenvolvimento dessa agenda de pesquisa. Como toda revisão sistemática, este estudo corresponde a um recorte temporal e metodológico específico, razão pela qual novas publicações já produzidas após o período investigado poderão ampliar, refinar ou mesmo redimensionar algumas das tendências aqui identificadas. É precisamente essa abertura que confere relevância às revisões sistemáticas: mais do que oferecer um ponto de chegada, elas estabelecem bases sólidas para que o conhecimento continue sendo continuamente organizado, reavaliado e expandido.

Referências

BORBA, Francisco da Silva. Dicionário de usos do português do Brasil. São Paulo: Ática, 2002.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Bruna Bortolozzi; OTTONI, Ana Carla Vieira. Revisão sistemática da literatura na abordagem qualitativa: da elaboração à publicação. Bauru: Gradus Editora, 2024.

BYBEE, Joan. Língua, uso e cognição. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha.

São Paulo: Cortez, 2016.

CIRÍACO, Larissa Santos. A construção transitiva de sujeito agente-beneficiário no português brasileiro. Caligrama: Revista de Estudos Românicos, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 83-98, 2014.

COUTO, Marcella Monteiro Lemos. O estudo das valências verbais aplicado às construções de comunicação do português brasileiro. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CROFT, William. Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DUQUE, Paulo Henrique. Interações sociais e ambientais no desenvolvimento linguístico de bebês: uma revisão sistemática. Matraga: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 32, n. 64, p. 15-29, jan./abr. 2025.

FREITAS JR., Roberto de; CEZARIO, Maria Maura. A construção [(X)VAUXVPPSN]FOC do Funcionalismo Clássico à Linguística Funcional Centrada no Uso. In: BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito; SOUZA, Diego Leite de (org.). Pesquisas funcionalistas: da versão clássica à centrada no uso – uma homenagem à Maria Angélica Furtado da Cunha. Natal: EDUFRN, 2022. p. 159-194.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Construções de estrutura argumental no português do Brasil. In: Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL), 17, 2014, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: ALFAL, 2014.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Motivações semântico-pragmáticas para a ordenação dos argumentos na construção ditransitiva. Revista do GELNE, Natal, v. 19, n. 1, p. 41-61, 2017.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Emergência e convencionalização da construção V LEVE (DAR, FAZER) + SN. Revista do GEL, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 136-160, 2022.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica.A construção [SN1 + VLEVE + SN2] e os processos cognitivos de chunking e categorização. EntreLetras, Araguaína, v. 16, n. 1, p. 263-286, jan./abr. 2025.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no uso. Revista do GELNE, v. 15, n. 1, p. 49-74, 2013.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino. Pra quem é, bacalhau basta: da opacidade e produtividade das construções idiomáticas. SOLETRAS, Rio de Janeiro, Brasil, n. 37, p. 103-116, 2019.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. LOGEION: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020.

GOLDBERG, Adele.Constructions: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOMES, Jackeline Simões; LUCENA, Nedja Lima de. Predicação com o verbo “ficar” em português: Um exame a partir de revisão sistemática. Tabuleiro de Letras, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 248-267, 2025.

HILPERT, Martin. Construction grammar and its application to English.

Edinburgh University Press, 2014.

LOPES, Monclar Guimarães. A construção transitiva prototípica e a construção transitiva causativa no português: um caso de variação construcional? Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 99-124, 2019.

MARQUES, Carolina Medeiros Coelho. A rede do esquema transitivo com verbos de ação-processo no português brasileiro. 2019. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2019.

MELO, Sara Azevedo Santos de. Padrões de estrutura argumental com os verbos de percepção ver e olhar. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, Thiago Laurentino de. A construção de transferência em dados do português brasileiro. Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Rio de Janeiro, v. 16, p. 62-92, 2014.

PAGE, Matthew J.; McKENZIE, Joanne E.; BOSSUYT, Patrick M.; BOUTRON, Isabelle; HOFFMANN, Tamara C.; MULROW, Cynthia D. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. Rev Panam Salud Publica. 2022;46:e112.

PINHEIRO, Diogo. Curso Básico de Gramática de Construções. São Paulo: Contexto, 2025.

PREZOTTO JUNIOR, José Roberto. Construções completivas de manipulação interpessoal na história do português. 2024. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, 2024.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. (Org.). Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso – teoria, método e aplicação. Rio de Janeiro: EDUFF, 2022.

ROBUSTE, Taísa Barbosa. Construções [V1+VER] no português brasileiro contemporâneo sob perspectiva construcional. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2018.

SAMPAIO, Thais Fernandes. A família de construções de argumento cindido no português do Brasil. 2010. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SANTOS, Clarice Fernandes dos; CIRÍACO, Larissa Santos; SOUZA, Ricardo Augusto de. A construção de ação-causada no Português Brasileiro (PB) e seus efeitos na compreensão e produção linguística de bilíngues do par PB-Inglês. Diacrítica, Braga, v. 33, n. 2, p. 216-228, 2019.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. Construcionalização e mudança constructional. Trad. Taísa Peres de Oliveira e Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis: Vozes, 2021.

ZHANG, Jianping. Qualitative Systematic Review in Applied Linguistics: A Synthesis.

International Journal of Language and Literary Studies, v. 5, n. 1, p. 156-174, 2022.

Anexos



Figura 1 - Fluxograma PRISMA



Figura 2 - Distribuição temporal dos estudos sobre CEA entre 2010 e 2024

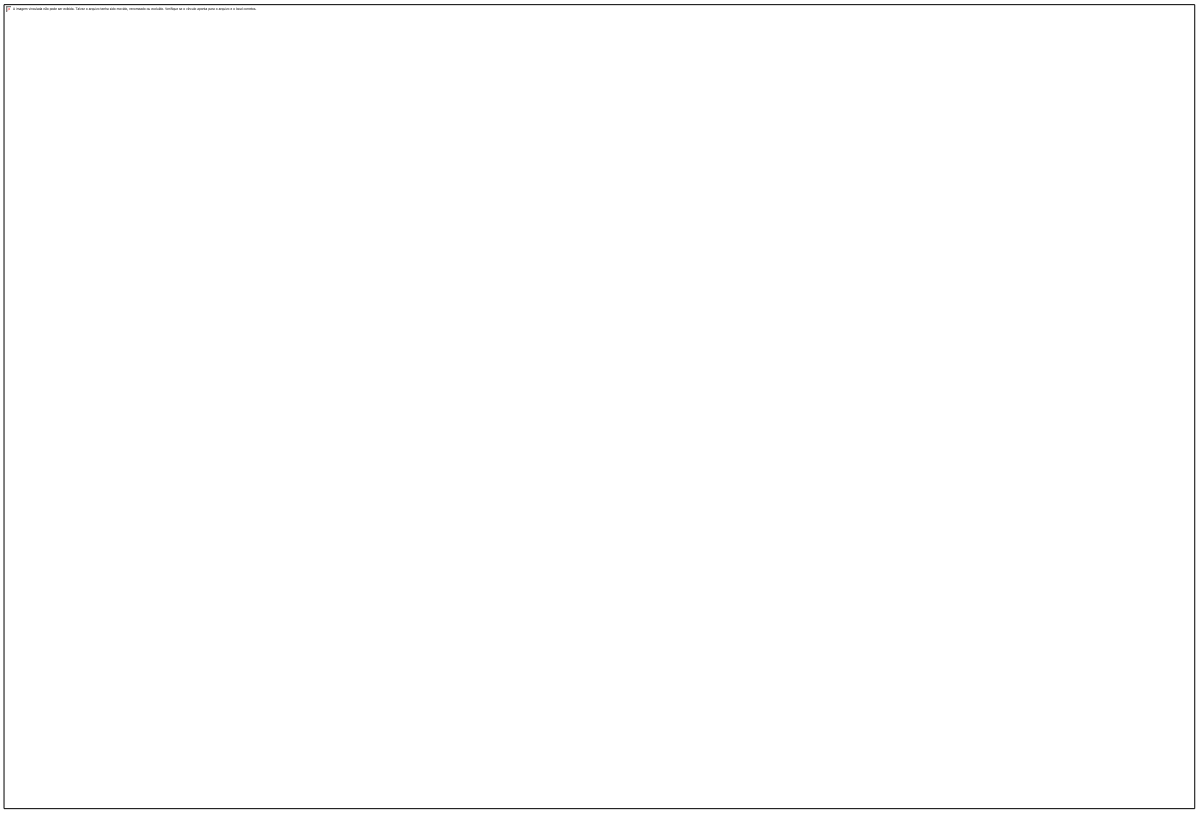


Figura 3 - Distribuição dos estudos segundo as categorias das publicações.

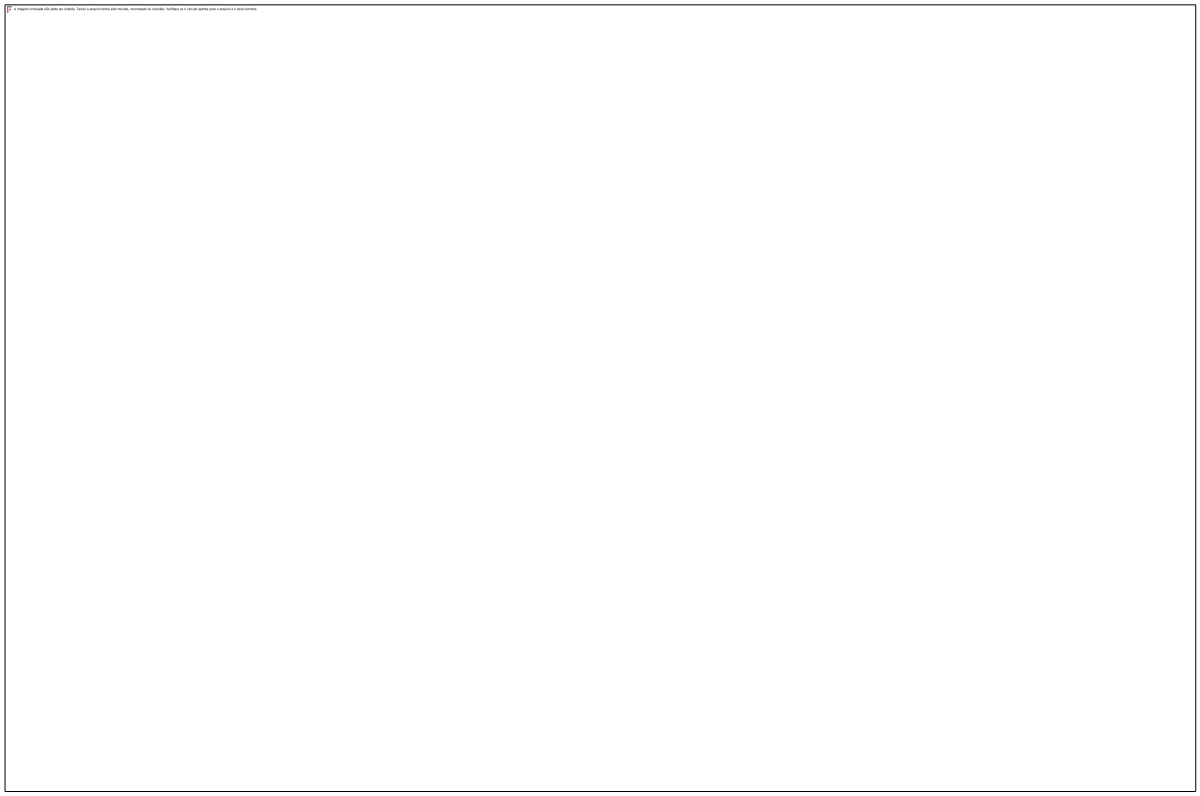


Figura 4 - Distribuição dos estudos segundo as categorias de construções analisadas.



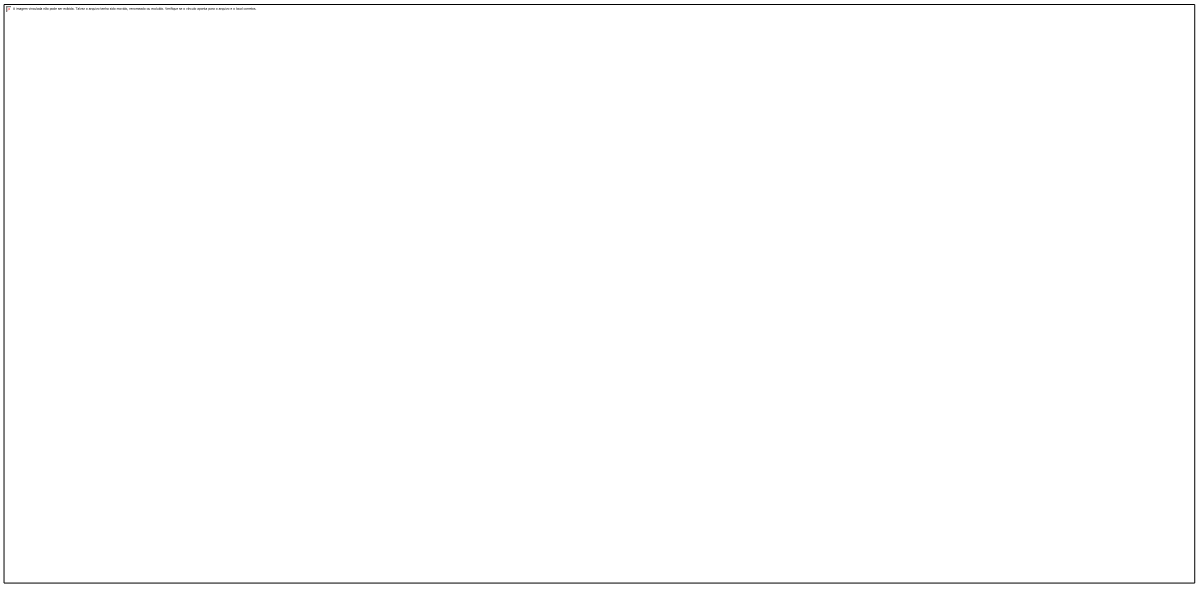
Quadro 1 - Categorias analíticas estabelecidas na revisão sistemática.



Quadro 2 - Estudos analisados sobre a construção transitiva.



Quadro 3 - Estudos analisados sobre a construção intransitiva.



Quadro 4 - Estudos analisados sobre a construção ditransitiva.

CÓDIGO: HS0175

AUTOR: ARTHUR WILLIAM SILVA SOUSA

ORIENTADOR: LARISSA JACHETA RIBERTI

TÍTULO: A Comissão Geral de Investigações (1975-1976) e a investigação dos casos de corrupção no Rio Grande do Norte durante a ditadura militar.

Resumo

Entre os anos de 1968 e 1978 a Comissão Geral de Investigações se consolidou como o principal órgão de investigação de casos de corrupção no aparelho da ditadura, podendo acarretar na perda de direitos políticos e confisco de bens do investigado. No Rio Grande do Norte, o sistema CGI atuou diretamente na investigação de políticos alinhados ao ex-governador Aluízio Alves, bem como fora uma das bases para sua cassação em 1969. Em razão de disputas internas dentro do ARENA, Aluísio se tornara mal visto para uma determinada ala do regime, alinhada a seu adversário Dinarte Mariz. Desse modo, uma das investigações decorreu do processo nº 048/76, onde o prefeito Manoel Torres de Araújo, foi investigado por práticas de corrupção e má utilização de recursos públicos na cidade de Caicó. Por meio do processo enviado à comissão, decorrente de uma Comissão Especial de Inquérito do legislativo municipal, e do uso de jornais, foi possível analisar como eram tratados os casos de corrupção nas pequenas cidades. Também é explorado as dinâmicas do cenário político do estado, além de como ocorria a utilização dos aparelhos repressivos da ditadura nos interiores, servindo como um aparelho de repressão seletiva aos aliados da oposição do regime.

Palavras-chave: Ditadura. Comissão Geral de Investigações. Interiores. Caicó.

TITLE: The General Commission of Investigations (1975–1976) and the investigation of corruption cases in Rio Grande do Norte during the military dictatorship.

Abstract

Between 1968 and 1978, the General Commission of Investigations established itself as the primary body for investigating corruption cases within the dictatorship, which could result in the loss of political rights and confiscation of assets. In Rio Grande do Norte, the CGI system was directly involved in the investigation of politicians aligned with former governor Aluízio Alves, and was also one of the grounds for his impeachment in 1969. Due to internal disputes within ARENA, Aluízio had become unpopular with a certain wing of the regime, aligned with his adversary Dinarte Mariz. Thus, one of the investigations stemmed from case No. 048/76, in which Mayor Manoel Torres de

Araújo was investigated for corruption and misuse of public resources in the city of Caicó. Through the case submitted to the commission, resulting from a Special Commission of Inquiry of the municipal legislature, and the use of newspapers, it was possible to analyze how corruption cases were handled in small towns. The dynamics of the state's political landscape are also explored, as well as how the dictatorship's repressive apparatus was used in the interior, serving as a selective repression apparatus for the regime's opposition allies.

Keywords: Dictatorship. General Commission of Investigations. Interiors. Caicó.

Introdução

No dia 1º de julho de 1976, a Subcomissão Geral de Investigações do Estado do Rio Grande do Norte (SCGI/RN), respondendo ao Ministério da Justiça, na pessoa do presidente Ten. Cel. Áureo de Oliveira Assis, encaminha ao presidente da Câmara Municipal de Caicó, um pedido pela cópia de um inquérito. Tratava-se de uma investigação em relação a possíveis irregularidades na gestão municipal de Manoel Torres de Araújo. Basílio Ginane Bezerra, presidente da casa legislativa, responde com o relatório final do caso realizado no município seridoense, e dá início a um processo na Comissão Geral de Investigações (CGI).

Longe de ser um caso inédito de corrupção via prefeitura municipal em contexto de ditadura, o referido processo se enquadra em uma conjuntura maior não só no que diz respeito a figura do investigado, Manoel Torres de Araújo, mas também se destaca pela proporção de seu objetivo, sendo levado a cabo pela Comissão Geral de Investigação, um dos órgãos repressores da ditadura militar brasileira. Compreendida como um "tribunal de exceção" dentro do regime, a CGI funcionava através de atos direcionados exclusivamente a crimes voltados à corrupção, onde a lógica girava em torno do confisco de bens bem como da comprovação ou não dos crimes do acusado.

É inegável o descompasso que se encontra quando o assunto é estudos de caso que ligam a região do interior do Nordeste do Brasil e o período da ditadura, sendo comuns as observações a cerca de um sudeste tido como centro dos acontecimentos tidos como cruciais para a história do regime. Entretanto, é certo o grau de complexidade que tomou de conta dos eventos no restante do país, em função de diferentes estruturas e formações históricas que diferenciam as regiões e camadas sociais brasileiras (RAMIREZ, 2025, p. 14).

Metodologia

Propõe-se a análise de como a investigação exemplifica os usos dos aparelhos do regime em uma espacialidade pouco aprofundada, o interior sertanejo em época de autoritarismo.

Desse modo, por meio do perfil político do investigado aliado ao contexto político do Rio Grande do Norte e suas lideranças à ditadura, além da utilização do processo

presente na comissão como fonte, poderá ser discutido as relações no cotidiano interiorana traçando conexões com o discurso de moralidade e combate à corrupção, principalmente no que concerne ao desvio e mau uso de recursos públicos, retóricas do autoritarismo iniciado em 1964 (MOTTA, 2021, p. 200).

Para título de organização do artigo, será discutido primeiramente a trajetória do político Manoel Torres de Araújo e sua conexão com a territorialidade do Seridó, na municipalidade de Caicó - RN, demonstrando as características de uma típica liderança que é elevada ao poder na região. Por um segundo plano, colocará em questão o contexto político e partidário do Rio Grande do Norte e Caicó no que compreende o pós golpe de 1964 tal qual a implantação da Comissão Geral de Investigações e seu processo na Câmara Municipal de Caicó. Por fim, algumas conclusões poderão ser traçadas com base no documento já citado, estabelecendo algumas questões para serem refletidas mediante o contexto da municipalidade da época.

Resultados e Discussões

Quando se discute a política seridoense é quase impossível dissociar esta de um quadro econômico de maior conjuntura, logo, de seus ciclos econômicos. Isso porque a região na primeira metade do século XX tornou-se o epicentro da economia regional, o que era refletido no âmbito político, em razão do desenvolvimento da produção de algodão mocó e extração da scheelita. Logo, pode-se afirmar que o tripé econômico algodão-pecuária-mineração, rendeu ao espaço uma nova quadra política, com uma elite local sendo alçada ao poder estadual, com alguns de seus perfis ganhando expressão nacional (MORAIS; DANTAS, 2006, p. 6).

É nesse contexto que figuras como Manoel Torres de Araújo obtém espaço, um cenário de expansão e reinvenção da economia local. O “comerciante” Manoel Torres ganhara notabilidade em função de sua atuação na região, com destaque para seu lugar a frente da Cooperativa de Crédito Agrícola de Jardim Piranhas, fundada em 1952, a qual era presidente, bem como associado da Associação Rural de Caicó, onde ocupava o cargo de segundo secretário (Diário de Natal, 1953). Graças a sua expressiva participação nos órgãos de administração do comércio local, fora alçado candidato a deputado estadual no ano de 1954 pelo Partido Social Democrático (PSD), compondo a chapa de nomes como Dinarte Mariz, Georgino Avelino e Dix-Huit Rosado (O Poti, 1954). Eleito e diplomado, ocupou o cargo por 4 legislaturas na Assembleia Estadual do Rio Grande do Norte.

No pós-golpe, como deputado estadual pelo ARENA, liderou um protesto de comerciantes de Caicó em 1966 contra as medidas fiscais, principalmente no que tange a aplicação de multas do governo do estado, à época administrado por Walfredo Gurgel (PSD), sofrendo votos de louvor pela câmara municipal (A Ordem, 1966). Aqui merece o destaque para a mudança de tom em relação ao governo do estado, o qual Torres de Araújo ajudou a eleger na campanha de 1965. Ainda no ano de 1966, representando a categoria industrial de Caicó, viaja ao Rio de Janeiro e São Paulo para tratar de assuntos ligados ao comércio, ao mesmo tempo em que mantém contato com o ex-governador Aluízio Alves, visando às próximas eleições, que seriam realizadas em 1968.

Na campanha para prefeitura de Caicó de 1968 perde para o oponente Doutor Chiquinho, ou "Chico Burra Cega", em um pleito marcado pelo medo do justiçamento político, motivado pelo assassinato de Carlindo de Souza Dantas, deputado estadual em outubro de 1967. Nesse contexto, Manoel se torna uma das testemunhas a favor da inocência de um dos suspeitos de mando da morte, Osvaldo Lobo, em um processo no ano de 1971. A presença do deputado estadual ganhou destaque e importância, principalmente em relação a sua situação econômica, bem como sua atuação política na região (Diário de Natal, 1971).

No ano eleitoral de 1972, integra novamente a disputa à prefeitura de Caicó tendo como rival o médico Vivaldo Silvino da Costa. Nessa conjuntura, com dois nomes para o cargo, o ARENA de Caicó enfrentou rachado o pleito, opondo a legenda ARENA-1 (Vermelha) de Costa, apoiada pelo senador Dinarte Mariz, ao ARENA-2 (Verde), de Manoel Torres, sustentada pelo senador Jessé Freire (O Poti, 1973). Vencendo por uma diferença de 75 votos, Torres enfrenta uma das maiores polêmicas no que diz respeito a sua diplomação. Isso porque, Vivaldo Costa e a sessão do ARENA derrotada entram com um pedido de impugnação, que é devolvido pelo juiz. A impugnação continua tramitando e um recurso é entregue ao TRE pelo procurador geral do estado que mantém o mandato que é novamente ferido com uma tentativa de cassação advindo da comarca de Jardim do Seridó. Ao fim, o TRE considera precluso o recurso e mantém a gestão (Diário de Natal, 1973).

A trajetória política de Manoel Torres de Araújo é o típico desenvolvimento do político seridoense, marcado pela contradição entre humildade e poder político. Como comentado acima, ao iniciar sua vida política aparece como um "comerciante" na lista de candidatos do PSD, algo que fazia questão de deixar claro durante suas campanhas. Não tinha jeito de político, poderia sim ser considerado um industrial, um comerciante, porém, foi convocado para a política e assim o fez (TORRES, apud, SILVA, 2009, p. 1).

Assim, edificara uma imagem de si remetendo aos valores e crenças do sertanejo, como um homem nobre e justo de classe média, que não tinha as "mãos manchadas com o sangue adversário" ou que não enriqueceu com dinheiro público (TORRES, apud, MORAIS; DANTAS, 2006, p. 9). Desse modo, se colocava como um "homem de fibra", sinônimo de honestidade, sinceridade, lealdade e coerência, quase como uma "espécie em extinção" por ser um político comprometido com a coletividade e um homem de palavra (MORAIS; DANTAS, 2006, p. 10).

Não é de se estranhar que a ruptura de 1964 e o fim do regime iniciado em 1945 colocasse como uma de suas principais bandeiras a luta contra a corrupção. Tomemos como exemplo que as tentativas de intervenções de 1954, 1955 e 1961 questionaram a legalidade dos governos institucionalizados, em oposição ao que se observava ser herdeiros ou continuadores de um Estado "corrupto". Iniciada a ditadura, a temática ganha foco, principalmente para atingir uma mobilização e justificar o autoritarismo dos primeiros momentos, difunde-se a ideia de que não era necessário se livrar apenas do comunismo e da esquerda representada por Goulart, mas também da corrupção presente na máquina governamental (MOTTA, 2021, p 204).

Portanto, uma das primeiras ações no que tange ao enfrentamento dos casos fora a instauração do Ato Institucional Número 1 (AI-1), dando ao Presidente da República,

general Castelo Branco, o poder de cassar mandatos parlamentares e a intervenção em cargos públicos. Em relação à corrupção, o AI-1 previa punição para aqueles que dilapidaseem patrimônio público, cabendo ao Estado a instauração de investigações sumárias a exemplo da abertura dos Inquéritos Policial-Militares (IPMS). Nessa lógica, o ápice da institucionalização do "combate a corrupção" é demonstrado na criação da Comissão Geral de Investigações (CGI), sob o comando do marechal Estevão Taurino de Resende. Com um prazo de 6 meses, a primeira CGI visava coordenar os mais de setecentos IPMS abertos e fora marcada pela sua incapacidade frente ao número de demandas bem como por disputas entre os civis e militares da linha dura que defendiam o endurecimento das punições (MOTTA, 2021, p. 207). Exemplo claro das primeiras ações é o caso da cassação do então senador Juscelino Kubitschek, acusado de práticas ilícitas, a tentativa de confisco de um apartamento em seu nome em 1968 e o bloqueio de bens em meados de 1969.

Em função da pressão exercida pela linha dura em relação ao prolongamento dos atos de exceção além de divergências tratadas com Castelo Branco sobre a corrupção, foi com o Ato Institucional Número 5 (AI-5) que as demandas por punição foram atendidas, em um momento de recrudescimento do regime. Isso porque, em seu artigo 8 previa o confisco de bens a partir de enriquecimento ilícito apoiada pela segunda Comissão Geral de Investigações (CGI), 4 dias após a promulgação do ato 5 em 17 de dezembro de 1968 (FICO, 2001, p. 151). Com sede no Rio de Janeiro o "Sistema CGI" fora ligada ao Ministério da Justiça, presidida pelo ministro, porém conduzida por seu vice, e tinha como objetivo estabelecer investigações sumárias para o confisco de bens daqueles que através de cargos públicos tivessem realizado enriquecimento ilícito. Contava com mais de 20 subcomissões estaduais funcionando como um tribunal administrativo "especial" visando a aplicação das medidas do AI-5, como a permanência e consolidação da Revolução (FICO, 2001, p. 154).

Como bem comenta Patto Sá Motta (2021), o tema da corrupção fora claramente manipulado por aqueles que estavam à frente da ditadura, principalmente se analisarmos que os alvos atingidos eram adversários ou inconvenientes políticos. Quando expande-se o aparelho repressor para as cidades, em especial nos processos realizados contra prefeitos e vereadores, encontramos algo mais relacionado à dinâmica partidária local antes de qualquer coisa. Nas municipalidades de menor expressão as denúncias vinham associadas a irregularidades administrativas, uso indevido de de bens públicos, além de extravio de bens da própria prefeitura (KNACK, 2018, p. 151).

Nas pequenas cidades o sistema CGI provou-se ineficiente, muito em razão da já comentada particularidade no que diz respeito à política local, fazendo com que os processos ficassem concentrados nas sessões estaduais, sem solução ou continuidade. O que muito fora comum era a realização das "ações catalíticas", onde os agentes do órgão iam visitar presencialmente com vistas à intimidação, bem como do acionamento do órgão por autoridades recém empossados, seja função de desconfortos locais ou como forma de alinhamento automático aos militares (KNACK, 2018, p. 163).

No dia 1° abril, as tropas tomaram a capital do estado, ao mesmo tempo em que o então governador Aluízio Alves comunicava à imprensa seu alinhamento ao novo regime, estando favorável a interferência militar em curso (BARBOSA, 2005, p. 56). O gesto realizado por Alves soava como uma clara movimentação de monopolização do papel de liderança do golpe no RN em oposição a qualquer posicionamento de Dinarte Mariz,

como uma forma de sobrevida dentro do sistema. Os embates entre as duas figuras seguiram uma lógica de polarização entre os partidos, até a promulgação do segundo Ato Institucional em 1965.

Com o fim dos partidos políticos, ambos estiveram na base do regime e posteriormente foram filiados à ARENA. Entretanto, as divergências entre ambos estavam longe de terminar. No Rio Grande do Norte como em outros estados do Brasil, o MDB e a ARENA fundiram disputas locais, nesse caso, o partido governista condensou antigas lideranças do PSD bem como da UDN (CARVALHO, 2018, p 51). Logo, ainda durante a implantação do AI-1, Mariz fora responsável por uma tentativa de cassação à Alves, algo que não se desenvolveu em razão da aproximação do último com a ala ligada ao presidente Castelo Branco (TRINDADE, 1997, p. 19). Outro exemplo que expressa de maneira significativa os embates internos diz respeito ao veto de Dinarte ao nome de Aluízio Alves para o senado federal nas eleições de 1966, com este concorrendo ao cargo de deputado federal.

Assim, o clima de descontentamento por parte de alguns setores gerou a busca pela criação de sublegendas dentro do próprio partido. O grupo de 60 parlamentares que encabeçavam a sublegenda representava a maioria do Diretório Regional, o que gerou revolta por parte de Dinarte Mariz, por divergirem no que tange à maneira de divisão das sublegendas de maneira vertical e horizontal, disputas na câmara e senado (TRINDADE, 1997, p. 28). Todavia, a batalha pelas sublegendas não vingou, dada a cassação da ala ligada a Aluísio em 1969. Além do próprio, foram cassados o deputado federal Erivan França, o deputado estadual Garibaldi Alves e o prefeito de Natal, Agnelo Alves.

O processo de cassação e desconfiança movido pelos militares para com os políticos ligados a Alves e a implantação da CGI no estado do Rio Grande do Norte por vezes confundem-se. Isso porque, se retornarmos às eleições de 1965 e a gestão do governador monsenhor Walfredo Gurgel (ARENA), acompanha-se uma investigação julgando o religioso incapaz por aproximações com a família Alves. As investigações prosseguiram acusando o governador em casos de corrupção e irregularidades, mas por falta de provas fora absolvido (KNACK, 2018, p. 141). Nesse sentido, o órgão continuou a perseguir a família potiguar, investigando cada vez mais seu núcleo duro, a exemplo do prefeito da capital, Agnelo Alves.

Irmão do ex-governador e deputado federal Aluízio Alves, Agnelo também seguiu a trajetória de seu parente, sendo jornalista e militando no Clube da Lanterna, grupo antigetulista ligado a Carlos Lacerda da UDN (FERREIRA, 2019, p. 228). No final dos anos 1960, em 1969, foram abertas duas investigações fora da CGI, ambas de caráter militar, ligadas ao tenente-coronel Carlos Alberto Pamplona de Moura, advinda de um IPM e outra do general Hildebrando de Assis Duque Estrada, encaminhada ao IV Exército (KNACK, 2018, p. 155). O número de tentativas de investigações se associam ao contínuo embate no âmbito estadual, onde, na capital se expressava pela opção da oposição na Câmara por um processo de impeachment, bem como encaminhado ao Ministério da Justiça via o senador Dinarte Mariz.

Ainda em 1969, em abril, a subcomissão do Rio Grande do Norte, via seu presidente, Francisco Gomes da Costa, produzira um relatório preliminar dando destaque ao abuso de poder para fins ilícitos e ligado ao “caos administrativo” na prefeitura de Natal

(KNACK, 2018, p. 155). O período final dos anos 1960 e início dos 1970 representaram uma revitalização do MDB potiguar com a família Alves se configurando como protagonista nas eleições indiretas que elegeram Cortez Pereira, Tarcísio Maia e Lavoisier Maia , além de Henrique Eduardo Alves, deputado federal, e o próprio Agnelo Alves à prefeitura de Natal. Assim, a gestão da capital ligada ao MDB representava um claro incômodo para militares, principalmente por ter crescido associado a seu irmão, levando a seu afastamento, cassação e prisão. No mesmo ano, a SCGI acusou-o de "empreguismo", levar à cargos públicos familiares e aliados, uma das principais acusações quando se analisa o trabalho da comissão em grandes e pequenas cidades (KNACK, 2018, p. 155).

Como visto até aqui, a figura do político íntegro, moral e comprometido com sanar a corrupção durante sua gestão é uma peça fundamental para a compreensão do imaginário coletivo no pré e pós Golpe, tornando-se um ideal institucionalizado com a Comissão Geral de Investigações. Nesse sentido, o personagem Manoel Torres de Araújo coloca-se no centro não somente de uma influência direta dos debates em torno da política da cidade seridoense de Caicó, mas também de uma rede regional de disputas pelo poder que colocaram a CGI como um de seus principais instrumentos políticos.

A Comissão Especial de Inquérito (CEI), instituída em 30 de agosto de 1975, com os trabalhos começando em 1º de setembro do mesmo ano, com duração de 65 dias, pouco é lembrada por grande parte da população de Caicó, ou quem dirá, pela memória em torno do ex-prefeito. Reunida pelo presidente da legislatura, Basílio Ginane Bezerra para apurar possíveis irregularidades administrativas nas divisões de Finanças, Tributação, Educação, Saúde, Obras Viação e Serviços Urbanos, a comissão fora composta pelos vereadores Delmiro Saldanha Neto, Hamilton Teixeira de Araújo e Joaquim Gaspar Filho, este último substituído por Almir Ferreira de Macêdo.

Os trabalhos na câmara concluíram que houve na prefeitura de Caicó malversação dos recursos públicos, peculato, prevaricação e condescendência criminosa, bem como infrações aos artigos 1° e 4°, do decreto-lei n° 201, de 27 de fevereiro de 1967. Tal decreto colocava em evidência o discurso de punição de prefeitos que, de maneira geral, utilizassem de bens ou rendas públicas para o enriquecimento próprio ou alheio, logo, que cometessem o ato de corrupção (BRASIL, 1967). O processo se desenvolveu através de dois núcleos centrais, a malversação de recursos públicos quando do auxílio dos atingidos pelas fortes chuvas e aqueles relacionados aos trabalhos internos da prefeitura em si, como o nepotismo ligado ao prefeito.

O primeiro caso envolve o inverno de 1974, onde com a lei municipal nº 509 de 4 de maio do mesmo ano tem a autorização do Executivo para abrir crédito especial de 25.000,00 cruzeiros para o auxílio da reconstrução de pequenos casebres atingidos pelas enchentes. Os recibos de nº 921, 924, 996, 1330 e 1465 mostram expedientes endereçados a D. Elza Sebastiana Soares, chefe da divisão de Saúde e Assistência Social, a chefe da divisão de Administração, Laurinda Silva, e a chefe do gabinete do prefeito, Maria Maurisa de Macêdo, a Comissão ouviu as testemunhas, a começar por Sebastiana Soares. Sebastiana assinava adiantamentos mensais à base de 1.000 cruzeiros "aos pobres deste município", bem como, do mesmo modo, Raimundo Lucena de Sá, também relacionado à pasta de Saúde e Assistência Social, não havendo conta bancária

para o recebimento desse dinheiro, sendo retirado diretamente no gabinete do prefeito (CGI, PROC 048/76).

A Comissão deixou de ouvir D. Laurinda Silva em virtude de não existir residência com o nº 735 à rua João Florêncio, fato comprovado por fiscais. A próxima ouvida, Maria Maurisa de Macêdo, afirmou que toda a semana comparecia à prefeitura onde recebia "uma esmolinha" no valor de 0,50 centavos de cruzeiro. Entretanto, fora contrariada pelos recibos, onde constava 40 cruzeiro, o mesmo acontecendo com as senhoras Severina Maria de Jesus e Madalena Ana de Jesus, recebendo 60 e 50 cruzeiros respectivamente. Desse modo, por meio de investigação em consonância ao chefe da divisão de obras públicas, ficou estabelecido que os beneficiários do auxílio não moravam em casebres tampouco na periferia. As chuvas atingiram os trechos adjacentes aos rios Seridó e Barra Nova, já os beneficiários moravam no centro e não tiveram suas casas destruídas pelas águas. Assim, a Comissão chegou à conclusão de que ocorreu uma distribuição dos auxílios a quem bem quisesse, havendo manipulação de verbas destinadas à ajudas a indigentes.

Durante os anos de 1973 e 1974 não foi realizada nenhuma licitação para a feitura ou serviços públicos, exemplo disso é o contrato firmado em 26 de agosto de 1974 com o arquiteto Luiz Nazário Medeiros Cavalcanti no valor de 10.000 cruzeiros. A licitação fora dispensada em razão de um suposto "serviço especial" encontra-se no contrato assinado com o cunhado do prefeito, José Francisco de Oliveira, não especificando o tipo e o objetivo da contratação. Destaca-se ainda de forma irregular a prestação de serviços da empresa PETRACCO LTDA no valor de 20.000 cruzeiros, onde por meio da reincidência do contrato fora retornado a prefeitura o valor de 5.000 da moeda corrente (CGI, PROC 048/76).

Exceção a isso fora a única licitação feita em um período de dois anos referente a venda de estruturas metálicas do município. No valor de 91.696,23 cruzeiros, a transação pôde ter ocorrido por interposta pessoa Francisco Torquato Neto, em favorecimento ao sobrinho do prefeito, José Torres de Araújo. A Comissão apurou também que Torquato Neto trabalha de motorista para uma empresa na qual tanto Manoel Torres quanto seu sobrinho são sócios.

Para tanto, o inquérito averiguou com base na Lei Estadual nº 3.846, que ocorreu um abuso desenfreado de nepotismo por parte da gestão Torres de Araújo. Assim, conheceu que o engenheiro José Francisco de Oliveira é cunhado do prefeito; José Torres de Araújo, sobrinho do prefeito, se estabeleceu como principal fornecedor de peças, gasolina e óleo para a prefeitura; além do médico Fernando Silva de Azevedo, genro de Manoel Torres, ter sido contratado por tempo indeterminado via "serviço especial".

Conclusão

A Comissão Geral de Investigações se estabeleceu como o principal órgão de investigações em relação a casos de corrupção durante a ditadura militar. Isso prova que ocorrera uma institucionalização de um discurso que vinha sendo gestado desde a primeira metade do século, que abrangia inúmeros setores da sociedade brasileira, indo

desde as Forças Armadas associada às elites, passando pelas classes médias civis. A retórica contra a corrupção fora um dos motores principais do golpe de Estado consolidado em 1º de abril de 1964 e ajudou a estabelecer a imagem de políticos que queriam se firmar como bastiões nessa luta, a exemplo de Carlos Lacerda.

No Rio Grande do Norte o uso da CGI se traduziu nas disputas entre oligarquias partidárias que atravessaram o golpe e perpassaram a ditadura. De maneira singular, a comissão no estado valeu-se com fins de acirrar antigas rixas, à exemplo do ocorrido entre Dinarte Mariz e Aluísio Alves, colocando o último e seus aliados como alvos. A figura do prefeito de Caicó, Manoel Torres de Araújo, é um modelo claro de como o órgão governamental agia e tinha extensão. Colocado como um prefeito íntegro, uma das principais lideranças políticas do Seridó e aliado do grupo político de Alves, Araújo é uma imersão na conjuntura das dinâmicas relações entre os grupos da região.

Mesmo seu processo não indo até as últimas instâncias do que a CGI propunha, é um exemplo de como o órgão chegou aos interiores e se adequou às particularidades locais. Aqui vale lembrar que mesmo antes da instauração do inquérito aberto pela Câmara de Caicó, Torres de Araújo já havia passado por tentativas de inviabilizar sua posse e diplomação, através de recursos movidos pela oposição ligada a Dinarte Mariz.

A Comissão Especial de Inquérito e suas repercussões são provas de como os instrumentos institucionais da ditadura puderam ser utilizados nas pequenas cidades, além de demonstrar como o discurso de corrupção pôde ser instrumentalizado por diversas facções políticas. No pleito seguinte, o grupo do prefeito não conseguira fazer seu sucessor, perdendo espaço para a candidatura de Irami Araújo e de seu vice, Basílio Ginane Bezerra, ex-presidente da Câmara responsável pela abertura do processo contra Torres de Araújo.

Referências

A Ordem. 1960-1969; Diário de Natal. 1950-1959; 1970-1979; O Poti. 1950-1959;1970-1979.

BRASIL (1967). Decreto-Lei Nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0201.htm>. Acesso em 23 de maio de 2025.

CGI, Proc. 048/76. Fundo Comissão Geral de Investigações - CGI. Arquivo Nacional.

BARBOSA, Sevemar Rodrigues. Alianças, intrigas e ideologias no Rio Grande do Norte: governo Djalma Maranhão (1960-1964). 2004.

BERNARDO, Larisse Santos; DE LIMA, Jailma Maria. OS CAMINHOS E OS DESDOBRAMENTOS DA VIDA, TRAJETÓRIA POLÍTICA E DOS DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS DE DINARTE MARIZ. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo: A ambiguidade do liberalismo brasileiro (1945-1965). 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 1981.

CARVALHO, Robson Vasconcelos. Família E Política No Rn. Clube de Autores, 2018.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Record. 2001.

KNACK, Diego. Ditadura e corrupção: a Comissão Geral de Investigações e o confisco de bens de acusados de enriquecimento ilícito no Brasil, 1968-1978. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2018.

KNACK, Diego. O combate à corrupção durante a Ditadura Militar por meio da Comissão Geral de Investigações (1968–1978). 2014. Thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MACÊDO, Almir Ferreira de. In. MACÊDO, Muirakytan K. de et al. História & memória da Câmara Municipal de Caicó. 2017.

MORAIS, IRD; DANTAS, E. M. Região e Capital Social: a reinvenção do Seridó Potiguar nos fios silenciosos da cultura. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 3, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar. 2021.

RAMÍREZ, Hernán. Ecos da Ditadura Militar no Brasil Profundo. 1ª Edição. Paraíba. Editora do CCTA, 2025.

SILVA, Hugo Romero Cândido da. Vozes da cidade: história oral e memórias dos grupos econômicos da cidade Caicó/RN (1970-1990). 2009.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. A abertura política no Rio Grande do Norte (1974-1979): Aluízio Alves, Dinarte Mariz e Tarcísio Maia-A luta pelo poder. 1997.

CÓDIGO: HS0178

AUTOR: SERGIO AMORIM DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: A Fundação de Isaac Asimov: os romanos no Império Galáctico russo-americano

Resumo

Publicado em 1951 por Isaac Asimov, “Fundação” é o primeiro volume de uma série que revolucionou a ficção científica. O livro descreve a queda do Império Galáctico, a maior instituição política desse universo literário. O escritor declaradamente se utiliza do Império Romano, ou seja, da Antiguidade, como matriz para a imaginação desse império futurístico que começa a ruir. Na narrativa, o Império Galáctico engloba vinte e cinco milhões de planetas em uma urbanização sem precedentes, porém possui uma apatia para com a periferia, inúmeras revoltas e uma aristocracia corrupta que controla a política desse mundo ficcional. Todas essas questões não são ao acaso, fazem parte de debates clássicos sobre a queda de Roma, tanto na historiografia quanto nas metáforas culturais do século XX. O nosso objetivo é discutir a obra do Asimov como um produto de Recepção da Antiguidade, bem como entender essa “identidade romana produzida”. Busca-se entender o consumo historiográfico feito pelo autor, sua visão sobre a Antiguidade e essas relações com o contexto da Guerra Fria. O termo “Recepção” é utilizado em seu sentido de “via de mão de dupla”, influenciado pela “estética da recepção”, que se desenvolveu dentro da teoria literária alemã. Esse texto também se pautará nos resultados obtidos após o primeiro ciclo de Iniciação Científica “A Antiguidade reinventada: as identidades em recepções da História Antiga”, dialogando os trabalhos, metodologia utilizada e projetos futuros.

Palavras-chave: Império Romano. Recepção. Fundação. Isaac Asimov

TITLE: Isaac Asimov's Foundation: The Romans in the Russo-American Galactic Empire

Abstract

Published in 1951 by Isaac Asimov, Foundation is the first volume of a series that revolutionized science fiction. The book depicts the fall of the Galactic Empire, the largest political institution in this literary universe. The writer openly draws upon the Roman Empire—that is, from Antiquity—as a matrix for the imagination of this futuristic empire

in its state of decay. In the narrative, the Galactic Empire encompasses twenty-five million planets in an unprecedented level of urbanization, yet it displays apathy toward its periphery, endures numerous revolts, and possesses a corrupt aristocracy that controls the politics of this fictional world. All these features are not coincidental; they partake in classical debates concerning the fall of Rome, both in historiography and in the cultural metaphors of the twentieth century. Our aim is to discuss Asimov's work as a product of the Reception of Antiquity, as well as to understand this "produced Roman identity." We seek to comprehend the historiographical consumption carried out by the author, his vision of Antiquity, and these relations with the context of the Cold War. The term "Reception" is employed in its "two-way street" sense, influenced by the "aesthetics of reception," which developed within German literary theory. This text is also grounded in the results obtained after the first cycle of the Scientific Initiation project "Antiquity Reinvented: Identities in Receptions of Ancient History,".

Keywords: Roman Empire. Reception. Foundation. Isaac Asimov.

Introdução

Publicado em 1951 por Isaac Asimov, “Fundação” é o primeiro volume de uma série que revolucionou a ficção científica moderna. O livro descreve a queda do Império Galáctico, a maior instituição política desse universo literário. Nessa obra, o escritor declaradamente se utiliza do Império Romano, ou seja, da Antiguidade, como matriz para a imaginação desse império futurístico que começa a ruir. Na narrativa, o Império Galáctico engloba vinte e cinco milhões de planetas em uma urbanização sem precedentes, porém possui uma apatia para com a periferia, dependência de alimentos, inúmeras revoltas e uma aristocracia corrupta que controla a política desse mundo ficcional.

Todas essas questões não são ao acaso, fazem parte de debates clássicos sobre a queda de Roma, tanto na historiografia quanto nas metáforas culturais do início do século XX. Esse período e suas especificidades também fazem jus às publicações do grupo de escritores “The Futurians”, do qual Isaac Asimov fez parte, com novas ideias para se incorporarem às produções de ficção científica, principalmente pensando-se à esquerda do espectro político (Seiffert, 2021, p. 8). Assim, nesse texto, buscamos discutir a obra de Asimov como um produto de Recepção da Antiguidade, bem como entender essa “identidade romana produzida”.

O termo “recepção” é utilizado em seu sentido de “via de mão dupla”, influenciado pela “estética da recepção”, que se desenvolveu dentro da teoria literária alemã na década de 1960. A ideia é que há um diálogo entre presente e passado, o foco estando tanto na Antiguidade quanto na Contemporaneidade, uma modificando a outra (Martindale, 2013, p. 171). Essa questão nos é fundamental, visto não ser uma coincidência o uso da queda de Roma enquanto metáfora em um século XX em que o Isaac Asimov testemunha os conflitos oriundos da Guerra Fria. O livro Fundação seria um produto dessa recepção feita pelo autor, no caso, consumindo uma historiografia tradicional e reproduzindo-a sem a devida criticidade.

Ao longo deste texto, a ideia de recepção irá nos nortear, mas também optamos por utilizar os termos usos ou usos do passado em conformidade com o entendimento e trabalhos realizados por Glaydson José da Silva, Pedro Paulo Funari e Renata Senna Garraffoni (2020). Esses autores compreendem esse campo como incluído nos estudos de recepção, pensando em uma ideia mais política e/ou ideológica (Silva, Funari, Garraffoni, 2020, p. 45).

Como o livro do Asimov se constituiu durante a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, e o próprio autor se declarava militante, participando de um grupo de escritores à esquerda do espectro político, optamos por essas escolhas, entendendo a recepção como também portadora de uma mensagem para tal período conflituoso (Silva, Funari, Garraffoni, 2020, p. 45). Dessa forma, investigamos a recepção e os usos do passado em "Fundação", obra de ficção científica de Isaac Asimov.

Metodologia

Visando uma investigação acerca do primeiro livro da série a Fundação, bem como das ideias de recepção e usos do passado que permeiam a obra, utilizamos da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2015) e das reflexões tecidas por Alaíde Ribeiro (2022). Essa análise qualitativa, embasada em uma ficha de crítica externa e interna, permite-nos compreender a autoria, assim como o contexto da escrita do Isaac Asimov. A outra parte consiste na análise minuciosa do texto, selecionando trechos e pensando temas. A proposta metodológica, sendo pensada nesses dois eixos, nos permite uma relação dialógica em conformidade com a ideia de recepção.

Para melhor se entender o uso das fichas da análise de conteúdo, ao longo da leitura selecionamos partes específicas da obra. Posteriormente, atribuímos categorias aos trechos para facilitar a visualização dos temas que permeiam o livro escrito pelo Isaac Asimov. Assim, podemos pensar nas relações entre temáticas ou na análise de um caso específico. As seguintes categorias foram as utilizadas para a divisão da obra e que auxiliam em nossa análise: Ideia de ciência; Religião; Decadência Imperial; Determinismo; O Império na periferia; Comércio; Periferia; Império totalizante; Guerra; Progresso.

Exemplificando as tematizações e análises, trazemos abaixo trechos de partes distintas do livro:

"Pelo menos vinte das prefeituras mais distantes da Galáxia, toda a Periferia na verdade, começaram a dirigir as coisas ao seu bel-prazer. Estou lhe dizendo, estou com uma tremenda insegurança com relação ao Império e sua capacidade de nos proteger". (Asimov, 2014, p. 58)

Entre outras categorias, o recorte acima e os demais têm em comum um discurso acerca da periferia desse Império Galáctico, aparecendo de forma negativa e pejorativa ao longo da obra. Além disso, se destaca um sentimento de insegurança relacionado com o

enfraquecimento dessa estrutura imperial. Não seria uma imposição forçada pensar que esses mesmos sentimentos são os refletidos durante a Guerra Fria e sentidos pelo escritor.

"Nós éramos uma minúcula ilha de energia nuclear neste oceano de barbárie e um prêmio de valor infinito". (ASIMOV, 2014, p. 111)

No que diz respeito ao trecho acima, também podemos pensar dialogando com a Guerra Fria e suas metáforas do século XX. A insegurança pensada no primeiro recorte entra em contato diretamente com a iminência de um conflito nuclear durante a obra. Isaac Asimov, nessa parte do a Fundação, mescla preocupações do seu presente com as ideias clássicas de invasões bárbaras enfraquecendo Roma.

"vocês agora chegaram ao ponto de dominar os reinos bárbaros que cercam imediatamente a Fundação. Assim como na primeira crise vocês os mantiveram longe pelo uso do Equilíbrio do Poder, na segunda ganharam dominância pelo uso do Poder Espiritual contra o Temporal". (ASIMOV, 2014, p. 171)

O último recorte também discute a ideia da periferia do Império enquanto bárbara, bem como a categorização do outro, sendo um debate comum ao campo da historiografia da História Antiga. Ademais, na Fundação essas questões seguem uma certa teleologia, como se fosse natural o fim do Império. Assim, posteriormente, outros atores surgiriam, como a religião, e exerceriam novos domínios.

Resultados e Discussões

Para apresentar melhor o enredo da obra e o uso do Império Romano que propomos discutir, recorremos também à sinopse utilizada pela editora:

"Há doze mil anos, o Império Galáctico reina, absoluto, sobre todos os mundos habitados. Mas esse reinado ignora um futuro terrível: uma crise levará a humanidade a uma era sombria de ignorância e barbárie que se estenderá por milênios. O único homem a prever a tragédia é Hari Seldon, que a partir de uma ciência recém-descoberta, a psico-história, cria um plano para preservar todo o conhecimento humano e evitar o declínio da civilização. Esse plano será a última esperança da humanidade e deverá ser colocado em prática, através dos séculos, pelos membros da Fundação. Publicado originalmente em 1951, Fundação permite o encontro da grandiosidade temática inspirada por Declínio e queda do Império Romano, de Edward Gibbon, e as situações únicas de exploração do cenário galáctico e futurístico, retratando como isso reflete nos caminhos da humanidade" (Aleph, 2020).

Pela leitura da sinopse percebemos a ideia de um Império, tão absoluto que possui dimensões galácticas, e ele está em crise. Segundo o livro, toda essa situação é devastadora e esse declínio precisa ser evitado. Asimov declaradamente se utiliza do Império Romano, ou seja, da Antiguidade, como matriz para a imaginação desse império futurístico que começa a ruir. As inspirações do autor ficam bem claras ao vermos o destaque que a editora dá à citação do Declínio e Queda do Império Romano, de Edward

Gibbon, bem como essa mesma obra é evidenciada na autobiografia "I, Asimov: A Memoir". Destaca-se, também em sua autobiografia, o autor frisa seu sonho em tornar-se historiador e tinha um fascínio para com a Antiguidade. Com uma carreira se consolidando, esse sonho ressurge, permeado pelas suas leituras da juventude (Asimov, 2009, p. 134-135).

Já outra influência a ser citada em referência à psico-história, ciência criada por Asimov para discutir a capacidade de se prever e controlar os movimentos da humanidade em Fundação, é o marxismo. Essa questão nos é fundamental para também demonstrar que o autor estava articulado além das produções historiográficas e participava de discussões políticas típicas do século XX. Seu colega de grupo, Donald Wollheim, também um Futurian, escreveu:

"Eu presumo que Asimov tomou essa premissa básica de Marx e Engels, disse a si mesmo que havia um ponto aí - que os movimentos da massa humana devem estar sujeitos às leis do movimento e da interação, e que uma ciência poderia ser desenvolvida com base em matemática e utilizando todos os dados conhecidos - milhões e milhões de variáveis certamente! - isso seria o que o marxismo achava que era e nunca poderia ser" (Wollheim, 1971, p. 41).

Outra questão clássica, que também permeia a Fundação, são os motivos e a própria decadência imperial muito inspirada na obra de Edward Gibbon, Declínio e Queda do Império Romano, publicada em 1776. Para melhor entendermos essa inspiração, como também a recepção do consumo historiográfico feito por Asimov, abaixo teremos sete trechos de três temáticas diversas. A ideia é ter um comparativo direto do Declínio e Queda do Império Romano e a Fundação, tanto tematicamente quanto estruturalmente. Nossa ideia é mostrar como o conhecimento histórico foi interpretado, da leitura do Gibbon pelo Asimov, e suas facetas em um gênero literário não tão comum ao ofício do historiador utilizá-lo.

"Todavia, o declínio de Roma foi a natural e inevitável consequência da grandeza imoderada. A prosperidade fez com que amadurecesse o princípio de decadência; as causas de destruição se multiplicaram com a extensão das conquistas; e tão logo o tempo ou os acidentes removeram os sustentáculos artificiais, a estupenda estrutura desabou sob seu próprio peso. A história da sua ruína é simples e óbvia; em vez de perguntar por que o império romano foi destruído, devemos antes surpreender- nos de ele ter durado tanto". (Gibbon, 2018, p. 602)

"Entretanto, a queda do Império, cavalheiros, é uma coisa sólida e não será fácil evitá- la. Ela é ditada por uma burocracia em ascensão, um dinamismo em declínio, um congelamento de castas, um represamento da curiosidade... e uma centena de outros fatores. Já vem acontecendo, como eu disse, há séculos, e é um movimento por demais majestoso e maciço para ser interrompido". (Asimov, 2014, p. 40)

Percebemos em ambos os casos ideias de um império totalizante bem como sua decadência. Asimov emula uma das questões principais do Edward Gibbon, a queda de Roma como inevitável. Além disso, esse fim se dá pela própria grandeza e extensão imperial nos dois casos, semelhantes até em semântica.

"No segundo século da era cristã, o império de Roma abrangia a mais bela parte da terra e o segmento mais civilizado da humanidade. As fronteiras daquela vasta monarquia eram guardadas por antigo renome e disciplinada bravura". (Gibbon, 2018, p. 36)

"Havia quase vinte e cinco milhões de planetas habitados na Galáxia então, e nenhum deles deixava de prestar obediência ao Império, cujo trono ficava em Trantor". (Asimov, 2014, p. 09)

Outra característica que o Isaac Asimov frisa constantemente é a extensão desse Império Galáctico. Inseridos nesse universo com a queda imperial já determinada pela psico-história, fica destacada a relação que o autor faz dos dois pontos, como já comentado pelos trechos anteriores

"Um exame franco mas judicioso do avanço e estabelecimento do cristianismo pode ser considerado parte deveras essencial da história do império romano. Enquanto esse grande organismo era invadido pela violência sem freios ou minado pela lenta decadência, uma religião pura e humilde se foi brandamente insinuando na mente dos homens, crescendo no silêncio e na obscuridade; da oposição, tirou ela novo vigor para finalmente erguer a bandeira triunfante da Cruz por sobre as ruínas do Capitólio". (Gibbon, 2018, p. 261)

"Tratando o problema sociologicamente, é como se, quando o velho império começou a apodrecer pelas beiradas, pudesse ser considerado que a ciência, como ciência, tivesse fracassado nos mundos externos. Para voltar a ser aceita, ela teria de se apresentar com outro disfarce: e foi exatamente o que fez". (Asimov, 2014, p. 119)

"Quando o Império Galáctico começou a morrer nas fronteiras, quando os confins da Galáxia reverteram à barbárie e se afastaram, Hari Seldon e seu bando de psicólogos plantaram uma colônia, a Fundação, bem aqui no meio da confusão, para que pudéssemos incubar a arte, a ciência e a tecnologia, além de formar o núcleo do Segundo Império". (Asimov, 2014, p. 217)

Finalizando essas observações, destaca-se, mais uma vez, uma certa teleologia em a Fundação. Como já citado, a psico-história possui sua influência do marxismo e na busca pela regularidade das coisas. Um destaque da obra são as transições de poderes: do Império para a religião, do Império para a própria Fundação. Assim como o Gibbon põe o cristianismo como um agente e substituto do poder de Roma, assim o Asimov trabalha na ficção.

Logo, com base nesses trechos em destaque, percebemos não só uma emulação temática, mas também certas estruturas de parágrafos e frases. No geral, as ideias de grandeza imperial enquanto geradora de fragilidade, decadência moral e política, pressões externas e religiosas se repetem e evidenciam o papel de "historiador" do Asimov enquanto repetidor da historiografia tradicional à época da escrita, transformando esse conhecimento histórico em questões de seu presente.

Ademais, compreendendo as leituras, influências intelectuais e contextuais de Isaac Asimov durante a escrita de A Fundação, também podemos perguntar-nos sobre qual é este Império Romano/Galáctico que cai. Ao longo da série de contos que, posteriormente, constituiu o livro analisado, um verbete aparece várias vezes no percurso dessa história futurística: "A violência é o último refúgio do incompetente".

Compreendemos o Império Romano ou Galáctico de Asimov como a guerra. Roma ou Trantor caem pela humanidade e suas violências. Ideia possivelmente proveniente e influenciada pela Guerra Fria e Segunda Guerra Mundial, visto a atuação do escritor como químico durante o conflito armado (Asimov, 2009). A possibilidade interpretativa que podemos aferir, permeada pelas metáforas da Antiguidade e Contemporaneidade, é de um fim para os impérios que promovem sofrimento e nos encaminham para períodos de "trevas", como ocorre em Fundação e também se pensava no século XX.

Além da relevância historiográfica do Edward Gibbon para o Isaac Asimov, não podemos tratar essa análise como isolada e única. O livro Fundação compartilha um horizonte temático típico do pós-guerra: a crença de que a História possui regularidades, que civilizações seguem padrões de ascensão e declínio e que é possível compreendê-las por meio de modelos gerais. Outra obra que trabalha essas questões é o Um Estudo da História, do Arnold Toynbee e com o primeiro volume publicado em 1934, um pouco antes do Império Galáctico descrito por Asimov. Assim, ressalta-se mais uma vez a articulação e relação entre os tempos históricos com a sua reprodução na literatura, nesse caso, a época da escrita influenciando a obra.

Conclusão

Compreendemos os usos do passado inseridos junto dos estudos de recepção. Dessa forma, com essa pesquisa, entendemos que há uma mensagem política por trás do a Fundação, bem como de seu referencial teórico. A Guerra Fria impulsionou a escrita e o uso da Antiguidade enquanto metáfora na obra literária. Assim, Roma e sua queda mostraram-se ativos pelo Asimov em seu tempo presente, inquieto pelos conflitos mundiais e pensando seu futuro enquanto escritor, intelectual e agente político nos Estados Unidos do século XX.

Essa pesquisa possui possibilidades de desdobramentos em outras iniciações científicas, bem como em um mestrado. Há muito a se explorar sobre as referências de Isaac Asimov na construção de Fundação e, quanto maior a base teórica para tais questões, maior a relação que podemos fazer entre o texto, a Antiguidade e o tempo presente do autor. Além disso, as questões temáticas podem se desdobrar e, tratando-se de uma série de livros, a metodologia pode ser replicada, visando a novas análises e estudos de recepção. O campo de pesquisa é amplo e precisa de incentivo, principalmente nessa relação não tão usual entre história e ficção científica, com um futuro promissor.

Referências

ALEPH, Editora. Fundação. Disponível em: <https://aleph.com.br/products/fundacao>. Acesso em: 10 ago.2026.

ASIMOV, Isaac. I, Asimov: a memoir. Bantam, 2009.

ASIMOV, Isaac. Fundação. Aleph, 2014.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

GIBBON, Edward. Declínio e queda do Império Romano: Edição abreviada. Editora Companhia das Letras, 2018.

MARTINDALE, Charles. Reception—a new humanism? Receptivity, pedagogy, the transhistorical. Classical Receptions Journal, v. 5, n. 2, p. 169-183, 2013.

RIBEIRO, Alaide Matias. A África na Geografia de Estrabão: a construção de paisagens egípcias, etíopes e líbias no Império Romano - volume I. 2022.

SEIFFERT, Andreya S. História por trás da história em Fundação, de Asimov. Anais do II Seminário História & Literatura: Incursões pelos bosques da ficção, p. 7-14, 2021.

SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. Revista Brasileira de História, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.

TOYNBEE, Arnold. Study of History. Londres: Oxford University Press, 1934-1961. 12 v.

WOLLHEIM, Donald. The Universe Makers. New York: Harper & Row, 1971, p. 41.

Anexos



Ficha de análise 1



Ficha de análise 2



Ficha de análise 3



Ficha de análise 4



Ficha de análise 5



Ficha de análise 6



Ficha de análise 7



Ficha de análise 8



Ficha de análise 9



Ficha de análise 10



Ficha de análise 11



Ficha de análise 12



Ficha de análise 13



Ficha de análise 14

CÓDIGO: HS0181

AUTOR: RUBENS MANOEL LEMOS NETO

ORIENTADOR: LARISSA JACHETA RIBERTI

TÍTULO: Perseguição política no Rio Grande do Norte durante a ditadura militar

Resumo

O trabalho propõe uma análise da repressão política no Rio Grande do Norte durante a Ditadura Empresarial-Militar, tendo como principal fonte documental o "Relatório Veras" (1965). Justificando a relevância do tema, defende-se que o estudo do golpe não pode se restringir à uma visão historiográfica desenvolvida no eixo sul-sudeste, pois a repressão no Nordeste e no Rio Grande do Norte foi parte nuclear e indivisível do processo nacional. Em seguida, o texto apresenta uma crítica à historiografia potiguar, que, conforme aponta a historiadora Jailma Maria de Lima, ainda reproduz uma abordagem memorialística e personalista, focada nos "grandes homens" e nas biografias, sem problematizar adequadamente as estruturas de classe e poder – ressalva importante para que a análise do Relatório Veras não se reduza ao levantamento de biografias, mas mantenha um horizonte macroscópico e crítico. Para contextualizar o relatório, o artigo discorre sobre o cenário da Guerra Fria e a Aliança para o Progresso, evidenciando a miséria do Nordeste como território fértil para a luta camponesa e a consequente ameaça aos interesses estadunidenses, que buscavam conter o "efeito revolucionário" de Cuba. No Rio Grande do Norte, o governo de Aluízio Alves consolidou-se como uma "ilha de sanidade" em contraponto ao "subversivo" Pernambuco, apoiando-se em sindicatos rurais vinculados à Igreja Católica e na Aliança para o Progresso, o que garantiu sua adesão ao plano norte-americano.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Relatório Veras, Rio Grande do Norte

TITLE: Political persecution in Rio Grande do Norte during the military dictatorship

Abstract

This study proposes an analysis of political repression in Rio Grande do Norte during the Business-Military Dictatorship, drawing primarily on the "Veras Report" (1965) as a documentary source. The author begins by justifying the topic's relevance, arguing that the study of the coup cannot be confined to a perspective centered on the Southeast or a totalizing narrative; rather, repression in the Northeast—and specifically in Rio Grande do Norte—was a core, inseparable component of the national process. The text then critiques the historiography of Rio Grande do Norte, which, as historian Jailma Maria de Lima notes, continues to reproduce a memorialist and personalist approach focused

on "great men" and biographies, without adequately problematizing class and power structures—a crucial caveat to ensure the analysis of the Veras Report avoids merely compiling biographies and instead maintains a macroscopic, critical perspective. To contextualize the report, the article discusses the Cold War landscape and the Alliance for Progress, highlighting how the poverty of the Northeast created fertile ground for peasant struggles—thereby threatening U.S. interests, which sought to contain the "revolutionary effect" emanating from Cuba. In Rio Grande do Norte, the administration of Aluízio Alves established itself as an "island of sanity" in contrast to "subversive" Pernambuco.

Keywords: Military Dictatorship, Veras Report, Rio Grande do Norte

Introdução

Pela evidência do tema que será explorado no artigo em produções artísticas recentes, talvez pareça óbvio ou repetitivo o ímpeto de ainda falar sobre a "Ditadura Militar" em pleno 2026, 62 anos depois dos acontecimentos em questão. A verdade dura dos fatos prova que, infelizmente, falar sobre o assunto continua sendo de importância fulcral, especialmente porque, diferentemente da compreensão sudestina muitas vezes totalizadora, o processo de estabelecimento do novo regime e a supressão dos direitos políticos também se deram de forma relevante nos mais variados e "distantes" espaços do território nacional – razão pela qual, ao falar do Rio Grande do Norte, não é cabível entender o assunto como história "regional", mas sim como parte nuclear e indivisível do processo que transformou a vida pública e privada de incontáveis indivíduos. Pesquisar sobre o tópico é encontrar a fartura confusa de relatórios oficiais, dossiês, personagens esvanecentes e muito sofrimento, e tão difícil quanto encarar a imensidão dos fatos é escrever sobre eles sem deixar-se consumir pela amargura e pela revolta. É nesse contexto que o "Relatório Veras" se apresenta como um sombrio dossiê redigido pelo delegado Carlos Moura de Morais Veras em 1965, contendo informações sobre alvos de interesse do Estado nas frentes urbana e rural, debruçando-se sobre a ocupação, a vida privada e a atuação política de dezenas de indivíduos e esboçando, entre análises precisas ou pouco esclarecedoras, uma teia de conexões da resistência ao regime empresarial-militar no estado. Ao visitar as densas páginas desse documento – uma das mais importantes peças documentais para a memória potiguar –, o discente de História da UFRN deparou-se com uma miríade de personagens, redes e pontos de interesse que, no entanto, exigem um olhar crítico: como se verá adiante, a análise do relatório não pode se reduzir ao levantamento biográfico das vítimas, sob pena de reproduzir a tradição memorialística e personalista que ainda marca a historiografia local, sendo necessário, antes, situar o dossiê no contexto mais amplo da Aliança para o Progresso, da Guerra Fria e das estruturas de classe que tornaram o Nordeste um palco estratégico da repressão anticomunista.

Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se, em primeiro lugar, na pesquisa documental, tendo como fonte primária central o "Relatório Veras" – dossiê policial redigido em 1965 pelo delegado Carlos Moura de Morais Veras, atualmente sob guarda

de arquivos históricos e acessível ao pesquisador. A escolha desse documento justifica-se por sua relevância enquanto peça-chave para a compreensão da repressão política no Rio Grande do Norte, uma vez que reúne informações sistematizadas sobre dezenas de indivíduos investigados pelas forças de segurança, mapeando redes de militância urbana e rural e oferecendo um retrato, ainda que parcial e ideologicamente enviesado, do universo da resistência ao regime empresarial-militar no estado. Para além da consulta direta ao dossiê, a pesquisa recorre a um amplo levantamento bibliográfico, composto por obras de historiadores e cientistas sociais que se dedicaram ao estudo do período, como Jailma Maria de Lima, Pedro Carvalho Oliveira, Manuel Correia Andrade, José Antônio Spinelli Lindoso e Henrique Alonso Albuquerque Pereira, entre outros, cujas contribuições permitem situar o relatório em seu devido contexto histórico, político e social.

Um dos eixos centrais da investigação consiste na pesquisa nominal sobre os personagens citados no Relatório Veras, o que implica necessariamente o cruzamento de informações com outros fundos documentais disponíveis em instituições de guarda. Nesse sentido, o Arquivo Nacional assume um papel de primeira grandeza, pois abriga, um banco de dados que integra cerca de 400 mil itens produzidos por órgãos de repressão como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o DOI-Codi e os serviços de censura, além de documentação proveniente de universidades e estatais . Com a vigência da Lei de Acesso à Informação, o Arquivo Nacional disponibilizou ao público aproximadamente 16 milhões de páginas de acervo do período militar, incluindo dossiês pessoais, relatórios de inquéritos, denúncias e sentenças condenatórias de órgãos como o Centro de Informações do Exército (CIE), o DOPS e as secretarias de Segurança Pública . Para acessar essa vasta documentação, o pesquisador recorreu ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), plataforma que permite consultas por palavras-chave e recortes temporais, com milhares de arquivos disponíveis para download .

Esse conjunto documental, embora ainda não tenha passado por tratamento arquivístico completo, oferece um importante contraponto local aos fundos de abrangência nacional e permite verificar, confrontar e complementar as informações constantes no Relatório Veras, especialmente no que diz respeito às trajetórias individuais dos investigados e às redes de solidariedade e repressão que se articularam no estado .

Do ponto de vista analítico, o trabalho adota uma abordagem crítica e problematizadora, que não se contenta em reproduzir as informações do dossiê como verdade factual, mas busca desnaturalizar o discurso repressivo nele contido. Isso implica uma dupla operação: por um lado, a leitura atenta do documento para extrair dele os dados objetivos sobre os investigados – suas ocupações, vínculos associativos, trajetórias políticas e pontos de conexão –; por outro, a desconfiança sistemática em relação aos juízos de valor, adjetivações e categorizações ideológicas que permeiam o texto do delegado, reconhecendo que o relatório, embora se apresente como uma ficha técnica, funciona também como um artefato de propaganda anticomunista, carregado de acusações muitas vezes infundadas ou exageradas. Nesse sentido, a metodologia dialoga com a crítica historiográfica formulada por Jailma Maria de Lima, que aponta para a necessidade de superar a tradição memorialística e personalista da produção histórica potiguar, evitando que a análise se reduza a um elenco de biografias ou a uma simples lista de vítimas, e privilegiando, em contrapartida, uma compreensão macroscópica que

articule as experiências individuais às estruturas de classe, aos interesses econômicos e geopolíticos e aos mecanismos de dominação que viabilizaram o golpe e a repressão.

A pesquisa também se vale do método da análise contextual, buscando inserir o Relatório Veras em duas escalas complementares: a escala local, que considera as particularidades da configuração oligárquica potiguar, a atuação dos sindicatos rurais vinculados à Igreja Católica e o papel do governo Aluízio Alves como "ilha de sanidade" no Nordeste; e a escala global, que enxerga o golpe de 1964 e a repressão que se seguiu como desdobramentos da Guerra Fria e da política de contenção ao comunismo patrocinada pelos Estados Unidos, materializada na Aliança para o Progresso. Essa dupla inserção permite escapar tanto de um provincialismo que isolaria o caso norte-rio-grandense do processo nacional quanto de uma visão generalista que apagaria suas especificidades. Por fim, a metodologia incorpora uma dimensão reflexiva, na medida em que o pesquisador, ciente de sua própria posição como sujeito histórico e de sua implicação emocional diante do sofrimento documentado, procura manter o distanciamento crítico necessário sem, contudo, abdicar do compromisso ético com a memória e com a verdade histórica, equilibrando a rigidez da análise científica com a sensibilidade exigida por um tema que, ainda em 2026, permanece aberto e doloroso.

Resultados e Discussões

Há, no entanto, uma clara problemática que precisa ser abordada. O relatório, pela sua própria concepção, trata de personagens e a relação delas com a rede de resistência ao governo. Mas por que então, falar dessas personalidades e suas biografias, pode ser uma dificuldade?

Voltemos à contribuição de Maria de Lima sobre a historiografia norte riograndense

“Apesar da ampliação das pesquisas sobre o Rio Grande do Norte, a produção local, sobretudo sobre o século XX, ainda não absorveu as transformações historiográficas recentes e tem como marca a consolidação de imagens memorialísticas produzidas pelos políticos locais." [...] “"não problematiza sobre as ações dos políticos, tratando-os apenas na perspectiva de 'grandes homens, grandes obras' e reproduzindo suas falas.”, DE LIMA, Jailma Maria (2013) p.2-3

Percebe-se então, tendo em vista os trabalhos biográficos como de Ticiano Duarte e João Batista Machado, a tendência memorialística e personalista na construção do passado potiguar. Nesse sentido, por mais que o resgate à memória privada das muitas vítimas e personagens da perseguição no Rio Grande do Norte seja importante e saudável, não é sensato centralizar toda a discussão sobre a Ditadura Empresarial-Militar nas biografias, e, por consequência, relegar o horizonte macroscópico, essencial para uma compreensão crítica e classista de todo o processo ao plano de fundo secundário.

É impossível discorrer sobre o Relatório Veras sem citar suas personagens, e para isso uma seção será destinada. Cabe antes construir o contexto político e social do espaço a ser discutido, sua importância enquanto núcleo dos esforços anticomunistas no nordeste e papel estratégico na escala global da Guerra Fria.

Falemos então sobre a Aliança para o Progresso no Rio Grande do Norte, seus motivadores e efeitos na configuração política local.

Pedro Carvalho Oliveira traz em seu texto "O Nordeste do Brasil como palco da Guerra Fria…" essencial contextualização. No panorama internacional, a configuração bipolar entre centros de poder implicava necessariamente uma disputa por espaço e influência. A América Latina como um todo, pela sua proximidade geográfica e laços históricos com os Estados Unidos da América, precisava ser assegurada a todo custo. O interesse estadunidense passou a ser de particular urgência após a Revolução Cubana e eventual aproximação do governo castrista com o bloco soviético, posicionando assim uma ameaça à sua segurança continental.2

O efeito revolucionário de Cuba deveria ser, para todos os efeitos, esmagado e contido. Com a tentativa de intervenção militar ao arquipélago fracassada na desastrosa invasão à Baía dos Porcos, restava ao serviço de segurança nacional dos Estados Unidos assegurar que os eventos de janeiro de 1959 não se repetissem em solo tocado pela antiga mas sempre viva Doutrina Monroe – a postura intervencionista dos EUA em relação a todas as Américas.2

Para garantir a integridade dos regimes aliados à esfera econômica estadunidense era preciso fazer em primeiro lugar o reconhecimento de espaços em que as circunstâncias sociais eram "favoráveis" ao surgimento de movimentos subversivos, para então anular essas circunstâncias e garantir assim a supressão de organizações sociais classistas.

E quais foram as "circunstâncias" encontradas no Rio Grande do Norte?

José Antônio Spinelli Lindoso desenha o retrato das oligarquias na administração burguesa do estado. O aparelhamento do sistema público com os interesses de grandes proprietários rurais desenvolveu o conflito entre diferentes castas oligárquicas, conflito que tinha como front diferentes mecanismos de dominação, dentre eles o mais claro sendo os currais eleitorais. A imposição da força somada à perpetuação do sistema oligárquico apesar do declínio econômico do açúcar no começo do século XX pôs em ebulição a ânsia de diferentes classes por uma nova perspectiva econômica e social. É nesse contexto que surge a liderança operária de João Café Filho e a Aliança Liberal, representando as dissidências da classe média e outras elites emergentes3.

O cenário de dominação oligárquica e expansão do latifúndio teve profundos efeitos na vida da população. Manuel Correia Andrade4, descreve em sua obra contemporânea "A Terra e o Homem no Nordeste" o estado absolutamente calamitoso do nordeste brasileiro às vésperas da Aliança Para o Progresso.4

A miséria tornara-se território fértil para a luta camponesa, e também uma ameaça aos interesses estadunidenses.

"A miséria levou o trabalhador rural a tomar conhecimento de sua força, a não esperar pelos doutores, a exigir os seus direitos. Passou o médio dos proprietários e dos feitores e organizados por políticos de esquerda como Julião, ou por sacerdotes católicos como Antônio Melo, passam os trabalhadores rurais a exigir maior compensação pelo seu trabalho. Agitam-se, esperneiam, são perseguidos, reagem e exigem a cota correspondente à sua participação na produção, desejam melhores dias." ANDRADE, Manuel Correia (1964) p. 257

Para combatê-la era necessário um plano de ação concreto. Segundo Pedro de Carvalho Oliveira4, à altura da revolução cubana, a fundamentação teórica para o plano já estava sendo formada nas universidades dos EUA a partir das teorias da modernização do economista e depois Conselheiro de Segurança Nacional na administração de Lyndon B. Johnson, W.W Rostow, em seu livro The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto. Rostow acreditava que o investimento massivo e inserção econômica dos países periféricos ao capitalismo global seriam motores de uma "revolução pacífica" – anulando assim a ameaça de insurgência por melhores condições de vida. Deste modo, na presidência de John Kennedy o programa foi posto.

Voltando ao Rio Grande do Norte.

O governo de Aluízio Alves, fruto da ruptura com o udenista Dinarte Mariz5, se consolidou com o incentivo de sindicatos rurais ligados à Igreja Católica como alternativa às radicais ligas camponesas. Em meio à luta de muitos pela reforma agrária, o governador se contentou com a conciliação. Sobre isso, Albuquerque Pereira coloca:

"Se em Pernambuco as Ligas Camponesas foram o mais importante movimento social rural, no Rio Grande do Norte sua atuação foi inexpressiva. Fortemente influenciados pela Igreja Católica, e com o apoio decisivo da Aliança para o Progresso, os Sindicatos Rurais funcionaram como uma das maiores expressões que o Rio Grande do Norte, na qualidade de "Ilha de Sanidade", ofereceu em contraposição ao "subversivo" Pernambuco.", PEREIRA, Henrique Alonso Albuquerque (2004) p. 6

O depósito de confiança em Aluízio por parte do governo estadunidense garantiu sua rápida adoção ao plano, apesar de resistência inicial em relação ao papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no projeto. O governador do Rio Grande do Norte, ao integrar-se ao plano diferentemente de Miguel Arraes – governador de Pernambuco – antagonizou os quadros nacionalistas da política estadual, dentre esses destacando-se Djalma Maranhão, prefeito de Natal deposto na emergência do golpe.6

Apesar de sua cumplicidade com a influência norte-americana no estado, o governo mantinha relações com a administração progressista de João Goulart. Com o iminente processo de "radicalização" das propostas do presidente, é posto em prática o golpe. Aluízio participa do grupo de governadores simpáticos ao novo movimento reacionário, coletivo que contava com figuras como Adhemar de Barros e o "corvo" Carlos Lacerda – governadores do estado de São Paulo e da Guanabara, respectivamente.7

Feita a indispensável contextualização, andemos adiante até o relatório da subversão no Rio Grande do Norte e suas faces. Em meio aos vários alvos de investigação pelas forças repressivas encontramos simples trabalhadores dos mais variados setores,

funcionários públicos, políticos em exercício de mandato, camponeses, jornalistas e até mesmo um clérigo da Igreja Católica.

O dossiê esboça a rede de contatos por meio de nomes e rostos, uma descrição de suas atividades subversivas e pontos de conexão com os demais investigados. Ao longo de toda essa exposição, alguns nomes se repetem com maior frequência. O deputado estadual cassado pelos repressores, Floriano Bezerra de Araújo, é notavelmente citado em pelo menos oito outras fichas do documento.

Partindo do ponto de um ponto de vista analítico, o Relatório Veras se propõe a ser antes de mais nada uma ficha técnica para conduzir as investigações dos órgãos repressores. Dados importantes, conexões, acusações e qualquer informação útil para o delineamento dos perfis é colocada em prioridade. Ainda assim, como é de praxe na prática da pesquisa histórica, deve-se ter cautela com a procedência das acusações. Em vários sentidos, mesmo sendo uma ficha técnica, o Relatório acaba em momentos se confundindo com um texto ideológico. Adjetivos, juízo de valor e em vários momentos notas sobre a importância de se deter a ameaça comunista no país – por meio do movimento "revolucionário" dos militares – são comuns. Voltando a Floriano Bezerra, em sua ficha é descrito como "debochado" e "calculista" em uma passagem particularmente extensa se comparada às outras. A passagem de "Padre Alípio", curioso personagem na lista de investigados, talvez seja o melhor exemplo do teor ideológico explícito no documento. Analisemos o excerto:

"Agitador revolucionário, atuava em franco distrito com o não menos agressivo Francisco Julião, prevaleceu de representante da Igreja Católica para, assim, melhor seduzir os incautos, menos favorável pela sorte e ignorantes, produzindo, assim, aspectos tão placentares negativos para a solução dos problemas mais graves dos humildes homens do Campo. Neste Estado como em outras regiões do País, mancando com Francisco Julião realizou conferências, palestras, comícios e instalações de Ligas Camponesas, tudo sob a promessa de que tais atividades resolveriam os graves problemas dos que trabalham na agricultura. Pura mistificação e solertes promessas que culminavam sempre em agitação e verda deiros desarranjos sociais para os trabalhadores do Campo que, impulsionados, dirigidos e orientados contra os proprietários de terras, de engenhos e de uzinas viviam num clima de eterna suspeição e franca dissensão com os últimos. Prova inconteste dos efeitos maléficos das atividades desses clérigos foi a falta de receptividade pela população de Macau quando o Padre Alípio de Freitas fugindo dos sagrados deveres de sacerdote e de orientador de almas realizou uma conferência em [...]"

Conclusão

A análise do "Relatório Veras" e do contexto histórico que o envolve permite ao pesquisador chegar a um conjunto de conclusões que transcendem o próprio documento, lançando luz sobre aspectos fundamentais da repressão política no Rio Grande do Norte durante a Ditadura Empresarial-Militar. Em primeiro lugar, fica evidente que o relatório, embora se apresente como uma peça técnica e objetiva a serviço da investigação policial, é também um documento profundamente ideológico, que reflete o

imaginário anticomunista das forças repressivas e opera por meio de uma gramática de suspeição que transforma qualquer atuação social ou política minimamente organizada em ameaça à segurança nacional. As adjetivações dirigidas a figuras como Floriano Bezerra de Araújo – descrito como "debochado" e "calculista" – e, sobretudo, a caracterização do Padre Alípio de Freitas como "agitador revolucionário" que se prevaleceu de sua condição clerical para "seduzir os incautos", demonstram que o documento não se limita a registrar fatos, mas constrói ativamente uma narrativa moral e política que deslegitima a resistência e justifica a repressão, revelando assim o caráter arbitrário e persecutório que orientou grande parte da atuação do Estado durante o período.

Em segundo lugar, a pesquisa evidencia que a repressão no Rio Grande do Norte não pode ser compreendida como um fenômeno secundário ou periférico, mas sim como parte integrante e estratégica do projeto golpista e da política de contenção ao comunismo em escala continental. A posição do estado como "ilha de sanidade" no Nordeste, a adesão do governo Aluízio Alves à Aliança para o Progresso e a proximidade com os interesses estadunidenses demonstram que o território potiguar foi um espaço de experimentação e consolidação das políticas desenvolvimentistas e repressivas que marcaram o período, servindo como contraponto ao "subversivo" Pernambuco e como vitrine da "revolução pacífica" proposta por Rostow. Esse achado reforça a necessidade de descentralizar o olhar historiográfico, que muitas vezes concentra sua atenção no eixo Rio-São Paulo, e de reconhecer a multiplicidade de experiências e dinâmicas regionais que compuseram o regime militar brasileiro.

Em terceiro lugar, o trabalho reforça a crítica historiográfica formulada por Jailma Maria de Lima à tradição memorialística e personalista da produção histórica potiguar, que tende a reduzir a compreensão do passado a um rol de biografias de "grandes homens" ou a um inventário de vítimas, sem problematizar as estruturas de classe, os interesses econômicos e os projetos políticos que estiveram em jogo. Embora o resgate da memória individual dos perseguidos seja necessário e justo, o artigo conclui que a análise do "Relatório Veras" não pode se exaurir na nomeação dos investigados ou na reconstituição de suas trajetórias pessoais, sob pena de reproduzir o mesmo personalismo que a historiografia crítica busca superar.

Referências

LIMA, Jailma Maria. “Memórias e narrativas políticas: como se escreve a história do Rio Grande do Norte pós-1945”. Anais do VII Encontro Regional Sul de História Oral. Foz do Iguaçu, 2013.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. O Nordeste do Brasil como palco da Guerra Fria: a Aliança para o Progresso e o interesse das forças políticas tradicionais nordestinas nas relações Brasil-Estados Unidos (1960-1964). Diálogos, Maringá-PR, v. 26, n. 1, p. 255-279, jan./abr. 2022. DOI: https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i1.56565. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/56565. Acesso em: 12 ago. 2026.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1964. 143 p.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. A conjuntura pré-revolucionária: a 'virola' como instrumento de hegemonia. In: LINDOSO, José Antônio Spinelli. Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992. p. 39-41. (Coleção Humanas Letras, 5).

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Modernizar para não mudar: a "Aliança para o Progresso" no Rio Grande do Norte. In: BUENO, Almir de Carvalho (Org.). Revisitando a história do Rio Grande do Norte. Natal: Editora da UFRN, 2009

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. Projeto História, São Paulo, v. 29, tomo 2, p. 593-603, dez. 2004.

CAVALCANTI NETTO, Francisco Ivo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. Natal, 1997. 38 p. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE. Agora que é abriu e o mar se ausenta. 50 anos da cassação dos mandatos de Floriano Bezerra, Luiz Maranhão e Cesário Clementino. Natal, 2014. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/floriano/cartilha_50al.pdf
AZEVEDO, Dermi. "Prefácio". In. COMITÊ ESTADUAL PELA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA RN. Subversão no RN – Relatório Veras. Coleção Repressão no RN, vol.1. Natal: DHNET, 2012. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/verdade/rn/veras/relatorioveras.html#relatoriomoura (acesso em 04 de junho de 2024)

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense. Revista Interface (Porto Nacional), v. 12, n. 12, p. 34-54, 2016.

BARBOSA, Igor Andrade Vidal A governamentalidade e o desenvolvimento internacional: um estudo de caso do Acordo do Nordeste de 1962. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2010.

BERNARDO, Larisse Santos.; LIMA, Jailma Maria de. "Os caminhos e os desdobramentos da vida, trajetória política e dos discursos e pronunciamentos de Dinarte Mariz". Revista Galo, n. 3, p. 125–140, 18 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53919/g3d7>. Acesso em: 5 jun. de 2024.

CAPISTRANO, Antonio. "A Cruzada da Esperança: 50 anos de uma campanha". Portal Vermelho, 26 de janeiro de 2010. Disponível em: https://vermelho.org.br/2010/01/26/capistrano-a-cruzada-da-esperanca-50-anos-de-uma-campanha/. Acesso em: 04 de junho de 2024.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR – CDHMP. Campo de concentração no RN: as torturas na Base Aérea de Natal. 1952-193. Natal: Potiguarana, 2021.
COMITÊ ESTADUAL PELA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA RN. Subversão no RN – Relatório Veras. Coleção Repressão no RN, vol.1. Natal: DHNET, 2012. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/verdade/rn/veras/relatorioveras.html#relatoriomoura (acesso em 04 de junho de 2024)

COSTA, Helensandra Lima da. A Família do tesouro: a monumentalização da família Albuquerque Maranhão e a luta pelo poder no Rio Grande do Norte (1889-1914). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CPDOC. Dinarte de Medeiros Mariz. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dinarte-de-medeiros-mariz>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril. Rio Grande do Norte: Edições Clima, 1994. Versão digitalizada, disponível em: https://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/mailde/livro_mailde_1964.htm. Acesso em 04 de junho de 2024.

GERMANO, José Willington. De pé no chão também se aprende a ler: política e educação no Rio Grande do Norte, 1960-1964. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1981.

GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964). Uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro; Revan; editora UFRJ, 1999.

GUERRA, Marcos J.A. “As 40 horas de Angicos: vítimas da Guerra Fria?”. Revista de Informação do Semiárido, v. 1, n. 1, 2013.

LEITE, Arlan Eloi. O jornal Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964: a publicidade da “subversão” potiguar. Natal: EDUFRN, 2016.

LEITE, José Evangilmárison Lopes. Em nome da ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

LIMA, Jailma Maria. “Memórias e narrativas políticas: como se escreve a história do Rio Grande do Norte pós-1945”. Anais do VII Encontro Regional Sul de História Oral. Foz do Iguaçu, 2013.

LOUREIRO, Felipe Pereira. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. Editora Unesp, 2021.

MARANHÃO, Djalma. De Pé no Chão Também se Aprende a Ler: a escola brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido. Estudo realizado no exílio no Uruguai. Natal: DHNET, 2017.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Emmanuel Bezerra dos Santos. Perfil. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/emmanuel-bezerra-dos-santos/. Acesso em 04 de junho de 2024

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Luiz Ignácio Maranhão Filho. Perfil. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/luiz-ignacio-maranhao-filho/. Acesso em 04 de junho de 2024.

NASCIMENTO, Paulo. “O amigo americano. Medo do comunismo fez EUA criarem clã político do Rio Grande do Norte durante Guerra Fria”. Intercept Brasil. 07 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2021/08/07/comunismo-guerra-fria-dolares-nordeste-aluizio-alves/. Acesso em 04 de junho de 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, nordeste: planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Roselia Cristina de. A educação made in Rio Grande do Norte: entre as políticas desenvolvimentistas e o projeto hegemônico da Aliança para o Progresso (1961-1971). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

PEREIRA, Henrique Alonso. Criar Ilhas de Sanidade. os Estados Unidos e a Aliança Para o Progresso no Brasil (1961-1966). 2005. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo–PUCSP.

SILVA, João Paulo de Lima. Implantação da Aliança para o Progresso, o Programa Alimentos para a Paz e as Frentes de Trabalho no sertão do Seridó Potiguar (1961-1978). Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

SOUSA, Luís Otavio de. Aluísio Alves. Verbete. CPDOC. Disponível em https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alves-aluisio. Acesso em 04 de junho de 2024.

SPINELLI, José Antonio. Da oligarquia Maranhão à política do Seridó. O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992.

CÓDIGO: HS0201

AUTOR: VICENTE CABRAL DE BRITTO NETTO

ORIENTADOR: MARIA DO SOCORRO FURTADO VELOSO

TÍTULO: Análise qualitativa das entrevistas de José Saramago ao Roda Viva

Resumo

Este estudo apresenta uma análise das três entrevistas concedidas pelo escritor português José Saramago (1922-2010) ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, tendo em vista a construção da imagem do autor de Caim (2009) como intelectual público a partir de sua constante presença nas mídias, entre outras formas de atuação na esfera pública. O objetivo geral é investigar como essas entrevistas colaboram para a circulação e preservação do pensamento social saramaguiano, aqui compreendido como o significativo conjunto de ideias e inquietações que ele expressou, sobre os mais variados temas, ao longo de sua trajetória (Silva; Veloso, 2025). A fundamentação teórica inclui Aguilera (2010), Said (2005), Vogel (2009), Lage (2005), Rêgo (2013) e Palacios (2010). Na metodologia, faz-se uso da análise de conteúdo (Bardin, 2016). Conclui-se que o material jornalístico se converte em meio de representação da dimensão intelectual do escritor ao público brasileiro face a temas como: religião; comunismo; relações entre Brasil e Portugal; e questões envolvendo globalização e democracia.

Palavras-chave: Entrevista jornalística. José Saramago. Pensamento social. Roda Viva.

TITLE: José Saramago’s interviews on Roda Viva as forums for the dissemination and preservation of Saramago’s social thought

Abstract

This study presents an analysis of the three interviews given by Portuguese writer José Saramago (1922–2010) to the program Roda Viva, on TV Cultura in São Paulo, with a view to examining the construction of the image of the author of Cain (2009) as a public intellectual based on his constant presence in the media, among other forms of engagement in the public sphere. The overall objective is to investigate how these interviews contribute to the dissemination and preservation of Saramago’s social thought, understood here as the significant set of ideas and concerns he expressed on a wide variety of topics throughout his career (Silva; Veloso, 2025). The theoretical framework includes Aguilera (2010), Said (2005), Vogel (2009), Lage (2005), Rêgo (2013), and Palacios (2010). The methodology employs content analysis (Bardin, 2016). It is concluded that journalistic material serves as a medium for representing the writer’s intellectual

dimension to the Brazilian public when addressing topics such as religion; communism; relations between Brazil and Portugal; and issues involving globalization and democracy.

Keywords: Journalistic interview. José Saramago. Social thought. Roda Viva.

Introdução

Único autor da língua portuguesa já laureado com o Prêmio Nobel de Literatura, o escritor português José Saramago (1922-2010), a partir das relações que estabeleceu com as mídias, construiu uma imagem pública que o projetou como intelectual público, para além do seu trabalho como literato. Conforme Aguilera (2010), entre as diferentes intervenções que realizou na esfera pública, o autor de Levantado do chão (1980) se valeu dos espaços abertos nos meios jornalísticos para registrar não apenas aspectos de sua biografia e pormenores de sua atividade profissional, mas também para expressar convicções sociais e políticas, de modo a tornar "[...] sua voz uma referência global, particularmente identificada com o pensamento crítico, a defesa dos excluídos e a reivindicação dos direitos humanos" (Aguilera, 2010, p. 12).

Com base nesses pressupostos, este estudo objetiva investigar a presença do que se entende como pensamento social de José Saramago nas entrevistas por ele concedidas ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, nos anos de 1992, 1998 e 2003. Tal investigação parte do seguinte questionamento: de que forma as participações de José Saramago no Roda Viva constituem espaço de circulação e preservação do pensamento social do escritor? Por pensamento social saramaguiano entende-se "[...] o significativo conjunto de ideias e inquietações que o escritor expressou ao longo de sua trajetória [...] e que comportam as mais variadas temáticas, além da própria literatura que produziu e daquela que consumiu como forma de conhecimento do mundo" (Silva; Veloso, 2025, p. 12).

São objetivos específicos: a) identificar a recorrência de ideias que expressem, nas entrevistas analisadas, o que é entendido como pensamento social do autor de Memorial do convento (1982); e b) evidenciar o papel das entrevistas jornalísticas como um relevante lugar de diálogo e preservação de memória para esse que é considerado um dos mais ativos e influentes intelectuais públicos de sua geração.

A escolha pelas entrevistas concedidas ao Roda Viva se deve ao fato de que esse é um dos mais tradicionais programas de entrevistas da televisão brasileira, com acervo gratuitamente disponibilizado no YouTube. No ar desde 1986, ele tem como elementos de distinção junto ao público o cenário em forma de arena, no centro da qual o entrevistado se posiciona e responde à bancada, a um nível acima, de entrevistadores convidados, bem como a profundidade e a dinamicidade dos debates, que, pelo ritmo das perguntas, interrupções e sobreposições da fala, podem assumir um caráter de tensão (Silva, 2011).

Metodologia

O método de abordagem deste estudo é o da pesquisa qualitativa, na qual o foco está em descrever e explicar os fatos e fenômenos por suas dinâmicas (Proetti, 2017). De acordo com Proetti (2017, p. 18), a pesquisa qualitativa "[...] realça valores, estuda crenças, representações culturais, opiniões e atitudes comportamentais de grupos e pessoas ou de casos e permite ao pesquisador a compreensão dos objetos estudados pelo alto grau de complexidade". Já o método de procedimento adotado é a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que visa, a partir do desmembramento do texto em unidades, classificar e agrupar essas unidades, seguindo a frequência com que itens de sentido se fazem presentes, de modo que as categorias temáticas permitam inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem.

O corpus da análise é composto pelas três entrevistas concedidas pelo autor de O ano da morte de Ricardo Reis (1984) ao Roda Viva. Após a observação e transcrição dos conteúdos, cada binômio pergunta-resposta foi tomado como unidade de registro. Tendo como regra de enumeração a frequência com que uma ideia representativa do pensamento social de José Saramago se repete, tais unidades foram inventariadas e classificadas para, em seguida, serem reagrupadas em categorias temáticas, de modo a tornar compreensíveis os aspectos implícitos das mensagens analisadas (Bardin, 2016) e lançar luz sobre as reflexões do escritor português.

Para submeter o corpus à análise de conteúdo, foram utilizados como suporte teórico os conceitos de intelectual público (Said, 2005), personagem público (Vogel, 2009), entrevista jornalística em profundidade (Lage, 2005) e lugar de memória (Rêgo, 2013, e Palacios, 2010).

Segundo Said (2005, p. 27), o intelectual é uma "[...] figura representativa – alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras. [...] seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão". Na obra Representações do intelectual, ele acrescenta que "[...] essa vocação é importante na medida em que é reconhecível publicamente e envolve, ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade" (Said, 2005, p. 27).

Tal concepção pode ser aplicada a José Saramago, na medida em que o escritor forjou sua dimensão intelectual também a partir da constante presença em veículos de comunicação – entendidos como espaços públicos –, expondo juízos e opiniões sobre questões sociais,

políticas e humanitárias (Aguilera, 2010). Enquanto intelectual engajado, ele ergueu "[...] a sua voz inconformada, para se colocar ao lado daqueles que sofrem em silêncio e potencializar um discurso reivindicativo e humanista, até se tornar uma das grandes consciências do planeta" (Aguilera, 2010, p. 342).

Nesse contexto, as entrevistas jornalísticas, como as concedidas pelo autor de Ensaio sobre a cegueira (1995) ao Roda Viva, convidam à reflexão. Em obra sobre a relação do escritor Jorge Luís Borges com o gênero entrevista, Vogel (2009, p. 9) chama atenção para o fato de que o conjunto de entrevistas avulsas concedidas por ele, "[...] que costumam seguir um ritmo de conversação, [...] realçam sua autonomia intelectual e contribuem para redesenhar a imagem que se tem de Borges, sua ação no campo literário e sua figura autoral".

Assim, as entrevistas contribuem para transformar o entrevistado em um "[...] personagem público [...] que despertava interesse, por sua função autoral, suas declarações e sua personalidade" (Vogel, 2009, p. 47), graças à grande exposição pública, marcada pela linguagem oral, pela vivacidade e espontaneidade da comunicação, bem como pela diversidade de interlocutores e temas (Vogel, 2009).

A partir do entendimento do papel da mídia, sobretudo das entrevistas jornalísticas, na construção do personagem público e do intelectual público, ressalta-se a importância do corpus por sua caracterização enquanto entrevistas em profundidade (Lage, 2005). Isso se deve a terem como objetivo conhecer, a partir de questões propostas pelos entrevistadores, a própria figura do entrevistado, "[...] a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida" (Lage, 2005, p. 75).

As entrevistas jornalísticas aqui analisadas, enfim, têm potencial para se converter em lugares de memória, com suas imagens e mensagens influindo no imaginário simbólico coletivo e constituindo fonte para pesquisas históricas (Rêgo, 2013). Consoante Palacios (2010, p. 39-40), o jornalismo, desde a modernidade, ocupa um duplo lugar: é "[...] espaço vivo de produção da Atualidade, lugar de agendamento imediato, e igualmente lugar de memória, produtor de repositórios e registros sistemáticos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica".

Resultados e Discussões

A partir da submissão do material à análise de conteúdo, foi possível identificar a presença de quatro conjuntos temáticos de juízos e opiniões recorrentes, reveladores das ideais e inquietações de José Saramago. São eles: religião; comunismo; relações entre Brasil e Portugal; e vinculação entre globalização e democracia.

Em 1992, questionado pelo repórter Luiz Antônio Giron, da Folha de S. Paulo, sobre o motivo do ódio de alguns religiosos quanto ao sucesso da obra O evangelho segundo Jesus Cristo (1991), Saramago, que era ateu, oferece um exemplo de como encara o tema: "[...] há uma coisa que me surpreende muito. É que, depois de uma missa, não apareça uma, ou duas, ou três pessoas mortas. E digo isto, enfim, por esta razão muito simples: como é que é possível aguentar a presença de Deus e continuar vivo?" (Roda Viva, 2012). E complementa: "[...] a missa acaba, independentemente do grau de fé e de participação que os fiéis tenham. Mas é um ato um pouco social. Quer dizer, eu acho que, se Deus estivesse lá, se as pessoas sentissem a real presença de Deus, que não aguentariam. Quer dizer, não é possível" (Roda Viva, 2012). Já aí ele revela sua inquietação com o modo socialmente estabelecido de viver o fenômeno religioso.

Ainda nessa resposta a Giron, ele amplia sua perspectiva crítica, do Cristianismo para as religiões em geral, ao classificar como absurda a relação de sacrifício dos homens com os deuses: "[...] E, agora, é curioso, não apenas este Deus, todos os deuses, todos os deuses pediram sangue. E esta relação de sacrifício dos homens, que continuamente se sacrificam à uma transcendência que, enfim, que não conhecem, que é, de facto, o absurdo, para mim" (Roda Viva, 2012).

Na entrevista de 1998, ao ser provocado pela jornalista Norma Couri, da Folha de S. Paulo, Saramago agrega ao debate o que via como a conversão da figura de Deus em "[...] espécie de pai autoritário, de fiscal de nossas ações, de juiz, de carrasco também [...]" (Roda Viva, 2010). O escritor afirma colocar em causa "[...] O Deus sedento de domínio, sedento de poder. E não estou a caluniar, porque a história que veio depois veio mostrar que esse Deus foi transformado nisso mesmo, em instrumento, ou pretexto, ou, como é que eu ia dizer, álibi de um poder" (Roda Viva, 2010).

Adiante, em resposta ao crítico literário Rinaldo Gama, o autor de História do cerco de Lisboa (1989) aponta não ter sentido, desde um ponto de vista humano, viver uma vida de infelicidade em troca de, "[...] ainda que nunca comprovada, uma vida eterna de suposta felicidade" (Roda Viva, 2010). A categoria temática não está contemplada na entrevista de 2003.

Quanto à sua posição como militante do Partido Comunista Português, o escritor argumenta ao crítico e professor universitário Fábio Lucas, no Roda Viva de 1992, que, ao se reivindicar materialista, não poderia limitar suas perspectivas de análise do mundo: "[...] Digamos que eu, materialista, privilegiando uma janela, ou duas, ou três, não deixo de visitar, de frequentar todas as outras janelas" (Roda Viva, 2012).

Mais à frente, acerca da curiosidade de Jayme Martins, jornalista da TV Cultura, sobre a manutenção de suas convicções políticas ante o que considera como fracassos da experiência socialista pelo mundo, afirma:

> [...] porquê que por uma coisa ter acabado, coisa essa que não é a coisa, mas que é apenas uma delas, que foi apenas uma delas, que não se constitui, ao derrocar-se, como a morte da morte, o fim do fim, podíamos perguntar porque é que isso haveria de significar a renúncia a princípios meus, que têm essa ligação profunda. Quero eu dizer, se os meus princípios estivessem dependentes do maior ou menor êxito da sua aplicação, então eu seria tanto mais fiel a esses princípios quanto mais os resultados fossem favoráveis aos meus pontos de vista, o que se confundiria perigosamente com o oportunismo (Roda Viva, 2012).

Reiterando a independência do seu pensamento político, ele acrescenta:

> [...] aquilo que representa a utilização ou a tentativa de transportar para uma prática o que está contido nesses princípios, posso dizer que em princípio também tenho a parte da responsabilidade que resulta da minha adesão a esses princípios, mas não posso assumir a responsabilidade que resulta da má aplicação desses mesmos princípios. Quer dizer, eu não sou obrigado... Primeiro lugar, não sou obrigado a renunciar aos meus princípios porque a União Soviética se desmantelou. E também não era obrigado antes a crer, como aliás não cria, que aquilo que estava a ser feito na União Soviética fosse a efetiva concretização de princípios aos quais era fiel então e continuo a ser fiel. De uma maneira mais clara: a União Soviética nunca foi para mim uma referência exclusiva (Roda Viva, 2012).

Em sua participação no ano de 1998, Saramago, a partir de questionamento do jornalista José Geraldo Couto, da Folha de S. Paulo, leva ao debate uma reflexão que confronta a tradição marxista: "[...] Quando eu tenho dito nos últimos dias que para que haja socialismo é preciso que haja socialistas, o que parece pôr a questão ao contrário, que seria o socialismo que criaria os socialistas, creio que não é, que não é assim" (Roda Viva, 2010). Ao afirmar que "[...] Ser-se socialista, penso eu que é um estado de espírito" (Roda Viva, 2010), ele completa: "[...] talvez o marxismo não seja essa espécie de máquina fria em que a transformaram, em que se transformou numa simples glosa de glosas. E talvez devemos olhar, reolhar, voltar a olhar e voltar a considerar tudo isso de outras perspectivas" (Roda Viva, 2010). Não se observou a presença de elementos desta categoria temática na entrevista de 2003.

Sobre as relações entre Brasil e Portugal, o autor de A jangada de pedra (1986) também adota uma postura crítica. No Roda Viva de 1992, indagado por Fábio Lucas sobre o pouco interesse dos escritores portugueses pela produção literária brasileira, José Saramago expressa como acreditava que deveria ser a relação entre os dois países:

> [...] A verdade é que não sei o que é que se passa entre nós, que, quando é possível encontrarmos, encontramos ao mesmo tempo todas as razões para continuarmos juntos, e depois nada disso passa, ou muito pouco disso passa, ao plano do trabalho em comum. [...] enquanto nós não encontrarmos maneiras de trabalhar em comum, qualquer tentativa de aproximação será sempre ou instrumentalizada, ou visando objetivos que não são exatamente, ou podem não ser, os da cultura. E é esse caminho que nós ainda não encontramos: como trabalhar em comum. Porque no dia em que trabalharmos em comum, o conhecimento vai mover-se num sentido e num outro sentido (Roda Viva, 2012).

No programa de 1998, a necessidade de Brasil e Portugal encontrarem maneiras de trabalhar em comum como forma de aproximação nas relações entre os dois países volta ao centro da roda. Em resposta conjunta a Leo Gilson Ribeiro, crítico literário e editor da revista Caros Amigos, e a Matinas Suzuki Jr., jornalista e então apresentador do Roda Viva, Saramago avalia que a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa "[...] repete todos os erros da retórica fácil, da retórica balofa, da retórica vazia, que tem sido a relação mais aparente, portanto falsa relação, entre os nossos dois países [...]" (Roda Viva, 2010). O escritor frisa mais uma vez que Brasil e Portugal deveriam investigar quais as questões de interesse comum para trabalharem juntos, de modo a criar e ampliar espaços de entendimento, ressalvando o que ocorre na prática: "[...] Mas a verdade é que desgraçadamente, [...] com demasiada frequência, há questões, há fricções, há mal-entendidos" (Roda Viva, 2010).

Já na entrevista de 2003, a partir de uma pergunta enviada por telespectador, ele sentencia, como que de forma resignada, que a relação entre os dois países não o satisfaz e que não existem entre Brasil e Portugal interesses em comum: "Quais são os interesses comuns que podem juntar Portugal e o Brasil? Não há. Não os vemos. O que é que interessa a este país aqui? Interessa a América. [...] Que papel joga, que papel desempenha Portugal aí? É o avozinho que lá está do outro lado do mar" (Roda Viva, 2016).

O autor de Ensaio sobre a lucidez (2004) também apresenta posições críticas acerca da globalização, associadas ao quadro das democracias. Em 1992, respondendo a Fábio Lucas sobre a "europeização" de Portugal, ele classifica a globalização como "[...] tendência para unificar, para laminar, para esmagar, enfim, justamente as diferenças [...]" (Roda Viva, 2012). Mais à frente, sobre questionamento de Roberto Pompeu de Toledo, editor-especial da revista Veja, quanto ao que via de errado no processo de integração europeia, Saramago expõe o cerne de sua crítica: "O que há de errado, a meu ver, neste processo, fundamentalmente, é que ele decorre, começa e decorre, à margem da vontade dos povos" (Roda Viva, 2012).

Em seu julgamento, "[...] se deve chegar aí pela vontade dos povos" (Roda Viva, 2012), não por um consenso entre governos em tese ideologicamente diferentes. Para o escritor, os governos apenas se declaravam distintos entre si, seja como socialistas, conservadores ou democratas cristãos, mas agiam, no poder, da mesma maneira, enquanto "[...] os povos assistem" (Roda Viva, 2012).

Tema ausente na entrevista de 1998, a imbricação entre globalização e crise da democracia reaparece na entrevista de 2003. A partir das intervenções de Paulo Markun (jornalista e apresentador do Roda Viva à época), Aurora Bernardini (professora de Literatura Comparada da Universidade de São Paulo), Rinaldo Gama e Ricardo Soares (jornalista e documentarista da TV Cultura), Saramago afirma, de maneira reiterada, que "[...] o poder político transformou-se em serventuário do poder econômico" (Roda Viva, 2016) e que é necessário se realizar um debate mundial que discuta a situação da democracia.

Em resposta à Aurora Bernardini, se havia possibilidade de negociar o processo de globalização com as corporações econômicas, ele provoca:

> [...] Não podemos continuar com esta fantochada, ou, se quer um termo mais delicado, com esta fachada – rima – que é de continuar a chamar de democracia algo que não tem nada que ver com a democracia. Vivemos num regime plutocrático, o governo dos ricos sobre os pobres, e isto com um sistema que podemos chamar representativo, mas politicamente representativo, e só aí. Limitado no seu alcance, porque nós podemos fazer tudo até um certo ponto. Podemos ter um governo, elegemos um governo, o governo é eleito com os votos dos cidadãos. A partir daí para cima, não podemos chegar. E daí para cima é que está o poder efetivo (Roda Viva, 2016).

A Rinaldo Gama, Saramago põe em xeque novamente a questão: "[...] Eu acho que necessitamos um debate sobre a democracia, um debate mundial sobre a democracia" (Roda Viva, 2016). Em resposta a Ricardo Soares, aprofunda:

> [...] "Ah, mas é o melhor dos sistemas possíveis". Pois. Mas essa afirmação não é tão inocente quanto parece. É porque, quando nos dizem "É o melhor dos sistemas possíveis", de alguma forma estão a impedir-nos de tentar encontrar alguma coisa que seja melhor. Já é o melhor dos possíveis, portanto contentemo-nos com isso. Não, não devemos contentar-nos. Ou então, que é isto? [...] O que é que eu faço com um voto que vai eleger um governo, supondo que o meu voto serve para isso – nunca aconteceu que o meu voto tivesse eleito um governo, nunca aconteceu. Mas imaginando que poderia suceder. Quando eu sei de antemão que ele vai fazer o contrário. Primeiro lugar, vai fazer o contrário daquilo que me prometeu, e, em segundo lugar, vai fazer aquilo que outros vão querer que ele faça – com alguma exceção. De vez em quando, pode não acontecer. Mas, no global. Pois. A política mundial é determinada, e cada vez o sabemos melhor, pelas corporações industriais e financeiras (Roda Viva, 2016).

Isto posto, no conjunto das entrevistas é possível encontrar elementos daquilo que Aguilera (2010, p. 16) chama de "arquitetura ideológico-social saramaguiana". Sobre a temática das religiões, "[...] o fator Deus, entendido como um fato cultural moldador das consciências e das comunidades" (Aguilera, 2010, p. 116), com estruturas de governo e poder institucional contra as quais Saramago se insurge. Quanto ao tema comunismo, vê-se sua independência de pensamento e sua lógica autônoma em relação ao Partido Comunista Português e à doutrina canônica marxista (Aguilera, 2010).

Acerca das relações entre Brasil e Portugal, estão presentes "[...] as possibilidades e obrigatoriedades de diálogo, de relação direta de fraternidade contraídos historicamente pela Península [Ibérica] com a África e a América Latina" (Aguilera, 2010, p. 392), especialmente com o Brasil. Enfim, é frequente sua desaprovação do "[...] funcionamento das atuais democracias enquanto reivindicava um debate aprofundado, consciente de que se tratava de uma questão comumente considerada intocável", dados "[...] o governo real do mundo por uma plutocracia e o caráter cerimonial dos sistemas baseados no sufrágio universal" (Aguilera, 2010, p. 381).

Assim, constatada a presença de juízos e opiniões acerca de temáticas reiteradas que exemplificam o que aqui se entende por pensamento social de José Saramago, a análise das três entrevistas concedidas ao Roda Viva permite observar que essas se somam ao conjunto de intervenções feitas pelo autor de As intermitências da morte (2005) em espaços públicos de modo a projetar aos espectadores sua dimensão intelectual.

Enquanto intelectual público, Saramago empenha, nessas intervenções, "[...] todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem" (Said, 2005, p. 35-36). Sobretudo ao público brasileiro, as entrevistas aqui analisadas ampliam os espaços pelos quais a voz do escritor português se fez presente, iluminam algumas das causas que o inquietaram ao longo da sua trajetória e preservam o conjunto de suas ideias (Silva; Veloso, 2025).

Conclusão

Ao fim deste estudo, pode-se concluir que o programa Roda Viva constitui-se como um espaço privilegiado de circulação, de preservação e de memória do pensamento social saramaguiano, nas três ocasiões em que o autor de Todos os nomes (1997) lá esteve. Além de questões voltadas à vida privada e à literatura, entre outros assuntos, José Saramago expressou pontos de vista sobre temas que incluíram paradoxos das religiões, militância comunista, relações entre Brasil e Portugal, bem como tensões entre demandas da globalização e democracia.

Tal material jornalístico se converte em meio de representação da dimensão intelectual de José Saramago nas mídias, tendo em vista o alcance da produção literária e das frequentes reflexões públicas do escritor. Trinta e quatro anos após a primeira entrevista do autor de As pequenas memórias (2006) ao programa, nota-se a atualidade das temáticas ali abordadas. Essa constatação permite considerar que a presente análise pode agregar aos debates e reflexões do presente – especialmente quanto a assuntos como fundamentalismo religioso, luta anticapitalista, cooperação internacional e crise da democracia – as opiniões e os juízos emitidos ao longo da vida por esse escritor e intelectual público.

Referências

AGUILERA, Fernando Gómez (org.). **As palavras de Saramago:** catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PALACIOS, Marcos. Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História. **MATRIZes**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 1, p. 37–50, 2011. Disponível em: https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38274. Acesso em: 13 ago. 2026.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, [s. l], v. 2, n. 4, p. 1-23, dez., 2017. Disponível em: https://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60. Acesso em: 14 maio 2024.

RÊGO, Ana Regina. O Jornalismo Cultural na Revista O Cruzeiro. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto. **Anais [...].** Ouro Preto: Ufop, 2013. p. 1-16. Disponível em: https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-9o-encontro-2013/. Acesso em: 21 abr. 2026.

RODA VIVA. **José Saramago - 26/10/1998.** YouTube, 8 dez. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Wt8qVW2xlzU. Acesso em: 21 abr. 2026.

RODA VIVA. **Roda Viva Retrô | José Saramago | 1992.** YouTube, 7 set. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2tcmIDH19e0. Acesso em: 21 abr. 2026.

RODA VIVA. **Roda Viva | José Saramago | 13/10/2003.** YouTube, 3 mar. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k36uq02_fVY. Acesso em: 21 abr. 2026.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual:** as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Fernanda Maurício da. O Roda Viva e as estratégias de construção de um debate público. In: GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Gênero televisivo e modos de endereçamento no telejornalismo.** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 49-75. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/9wgnc/pdf/gomes-9788523211998.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

SILVA, Louise Soraya Chacon; VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Apontamentos sobre o legado intelectual de José Saramago, a partir de seis entrevistas jornalísticas. **Revista Iniciacom**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 10-26, jan./mar. 2025. Disponível em: https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/4875. Acesso em: 21 abr. 2026.

VOGEL, Daisi. **Borges e a entrevista:** performances do escritor e da literatura na cena midiatizada. Florianópolis: Insular, 2009.

CÓDIGO: HS0213

AUTOR: MARIA EDUARDA SOUZA DA SILVA

ORIENTADOR: PATRICIA FERREIRA BOTELHO

TÍTULO: Letramentos acadêmicos, linguagem e metacognição: gerenciamento das atividades de leitura e escrita nos cursos de Letras, de Ciências Humanas e de Ciências da Saúde

Resumo

Este trabalho busca investigar possíveis dificuldades com as habilidades de leitura e escrita que os alunos do ensino superior possam ter, a fim de que possamos pensar em estratégias para auxiliar esses estudantes a desenvolverem essas habilidades tão necessárias no ambiente acadêmico. Para o desenvolvimento da pesquisa, nos ancoramos nos conceitos de Letramento (Kleiman, 2024) e nos estudos em Metacognição (Botelho, Neves, 2019), a fim de tornar esses sujeitos academicamente letrados. Os estudos foram obtidos por meio de uma avaliação diagnóstica aplicada às turmas de graduandos ingressantes dos cursos de Enfermagem e de Letras. O diagnóstico contou com questões que visam conhecer as experiências prévias dos estudantes com essas habilidades e compreender quais são as possíveis dificuldades que eles consideram ter, além de fazê-los refletir sobre os próprios conhecimentos e sobre o que ainda precisam aprender. A análise das respostas revelou diferenças significativas entre os grupos quanto à percepção de suas experiências prévias com leitura e escrita, ao reconhecimento de si como leitores e produtores de texto e à expectativa de dificuldades no contexto acadêmico. Conclui-se que foi importante o uso desse diagnóstico inicial como uma ferramenta relevante para orientar práticas docentes capazes de favorecer a autonomia, a autorregulação da aprendizagem e o desenvolvimento das competências de leitura e escrita no ensino superior.

Palavras-chave: Leitura e Escrita. Questionário diagnóstico. Metacognição. LA.

TITLE: Academic literacies, language and metacognition: work plans for reading and writing in Language and Literature, Humanities, and Health Sciences Programs

Abstract

This study aims to investigate possible difficulties that higher education students may have with reading and writing skills, so that we can develop strategies to help these students develop these skills, which are essential in the academic environment. For the

development of the research, we draw on the concepts of Literacy (Kleiman, 2024) and studies on Metacognition (Botelho, Neves, 2019), with the aim of fostering these students' academic literacy. The data were obtained through a diagnostic assessment administered to groups of first-year undergraduate students enrolled in Nursing and Language and Literature programs. The assessment included questions designed to identify students' previous experiences with these skills and to understand the possible difficulties they perceive themselves as having, as well as to encourage them to reflect on the knowledge they already possess and what they still need to learn. Analysis of the responses revealed significant differences between the groups regarding their perceptions of previous experiences with reading and writing, their recognition of themselves as readers and text producers, and their expectations of difficulties in the academic context. It is concluded that the use of this initial diagnostic assessment was important as a relevant tool for guiding teaching practices capable of fostering autonomy, self-regulated learning, and the development of reading and writing skills in higher education.

Keywords: Reading and Writing. Diagnostic questionnaire. Metacognition. AL.

Introdução

A leitura e a escrita são habilidades de extrema importância para o convívio de qualquer indivíduo no ambiente acadêmico e social. Por compreender isso, o desenvolvimento dessas habilidades deve ser prioridade para um docente em sala de aula, a fim de pensar a formação dos estudantes para atuação nas diversas práticas sociais relacionadas ao ambiente acadêmico. Pensando nisso, este trabalho de pesquisa busca compreender as maiores dificuldades com leitura e escrita dos alunos ingressantes na educação superior, a fim de mitigar esses problemas, se não solucioná-los.

Além disso, o objeto principal da pesquisa é formar indivíduos letrados, que consigam estar bem na academia por meio da leitura e da escrita, práticas tão importantes para a vida social. Nesse sentido, é necessário que o docente, em sala de aula, busque práticas que valorizem o conhecimento prévio do aluno para a aprendizagem efetiva, como aponta Kleiman (2007). A relação entre professor e aluno deve ser colaborativa, e, nessa dinâmica, é papel do professor entender o estudante como um sujeito subjetivo, como propõe Sinha (1997).

A base da pesquisa se dá pelos estudos em Letramento e em Metacognição, visto que objetivamos mitigar desafios para a consolidação do desenvolvimento das práticas de leitura e escrita, bem como nos propomos a refletir sobre como esses alunos se observam como estudantes e qual a experiência deles com essas práticas. Perceber o autogerenciamento dos estudantes e como eles organizam sua vida acadêmica é primordial para a busca por estratégias metacognitivas que possam ser aplicadas posteriormente.

Para isso, foi aplicado um questionário em duas turmas, a fim de perceber as características de cada uma, bem como cada aluno se enxerga como um sujeito leitor e escritor, e fazer a comparação das turmas por meio desses dados. Os componentes escolhidos foram: i. Prática de Leitura e Escrita I, fornecida para a turma de

Enfermagem; e ii. Leitura e Produção de Texto, oferecida à turma ingressante do curso de Letras - Língua Portuguesa, cujos planos de curso são semelhantes.

A princípio, o objetivo era a aplicação do questionário apenas em turmas ingressantes, incluindo as da área da saúde, mas, na prática, foi possível notar uma turma bastante heterogênea, no caso da turma de Enfermagem, com a mescla de estudantes de diferentes cursos da graduação e de diferentes períodos letivos em uma mesma turma, tais como Direito, Física, Química, entre outros. Essa informação é importante, pois será essencial para a compreensão do perfil de turma que traçamos em cada uma delas.

Elaboramos, para esta pesquisa, um questionário composto por 12 (doze) questões que buscam investigar as experiências prévias dos estudantes com as habilidades de leitura e escrita.Essas questões, que serão mais bem delimitadas na metodologia, nos fornecem uma ideia breve do que esperar da turma e ao analisar algumas respostas poderemos pensar em futuras estratégias.

Com o intuito de melhor organização, no decorrer do trabalho, essas turmas serão identificadas como “turma de Enfermagem” e “turma de Letras”. É importante sinalizar que são turmas comumente relacionadas ao trabalho da professora orientadora a que esta pesquisa está vinculada.

Por fim, salientamos que, além desta introdução, o trabalho está organizado, na sequência, pelas seções de: Metodologia, que descreve e detalha a pesquisa; Resultados e Discussões, que contará com o aporte teórico trabalhado e a análise dos dados; e uma seção de Conclusão, que finaliza a discussão.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, visto que houve a necessidade de encontrar soluções e detalhar intervenções diante dos problemas encontrados ao longo da pesquisa (Gil, 2017). Isso foi feito por meio da aplicação e, posteriormente, da análise das respostas do questionário diagnóstico formulado para averiguar informações pertinentes sobre as turmas que podem nos ajudar nesses detalhamentos intervencionistas. Nesse caminho, a pesquisa ancora-se na Linguística Aplicada, já que pretende averiguar questões para compreensão e, possivelmente, resolução de problemas práticos relacionados ao emprego da linguagem.

Além disso, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, posto que tem a intenção de elencar apontamentos acerca de um determinado grupo de pessoas ou fenômenos, e o meio utilizado foi a pesquisa-ação, dado que os pesquisadores buscaram melhorias e mudanças positivas na situação social dos participantes, além de gerar conhecimento teórico e prático sobre a situação (Paiva, 2019; Brasileiro, 2021).

Embora façamos a utilização de números como apoio para a interpretação de alguns dos nossos dados, já que trabalhamos com quantidade de alunos, esse parâmetro não é de fato essencial para a pesquisa, visto que o nosso foco é a qualidade das respostas. Por

isso, esta pesquisa é de abordagem qualitativa, já que “inclui análise de experiências individuais ou coletivas, de interações [...]” (Paiva, 2019, p. 13).

Dessa forma, os processos metodológicos que norteiam o estudo se deram a partir de reuniões quinzenais durante um ano, a fim de discutir textos lidos, tais como artigos e capítulos de livro. Nesse processo, portanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica, voltada aos conceitos de gerenciamento e de autorregulação, dos Estudos em Metacognição (Botelho e Neves, 2024), e de letramento acadêmico (Kleiman, 2007), para embasamento teórico-descritivo da pesquisa.

Além das reuniões, um questionário diagnóstico, produzido e aperfeiçoado em planos de trabalhos anteriores a este, foi aplicado às turmas de Enfermagem, do Departamento de Ciências da Saúde, e de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, do Departamento de Letras, ambos da UFRN.

Acerca do questionário, ele é composto por 12 (doze) questões que buscam investigar as experiências prévias dos estudantes com as habilidades de leitura e escrita, a exemplo das questões 5. Você teve aulas de Língua Portuguesa regularmente no ensino médio? E no ensino fundamental?; e 11. Você já teve, em algum momento da vida escolar, experiência com leitura e escrita? Descreva brevemente. Buscamos também compreender como esses estudantes enxergam o componente curricular, com a questão 12. Você imagina que terá alguma dificuldade com leitura e escrita de textos no semestre? Explique por quê.; e como eles se organizam para estudos, como na questão 8. Você definiu uma rotina/agenda de estudos dos conteúdos ensinados nas aulas? Se não, explique por quê. Essas e outras questões nos fornecem uma ideia breve do que esperar da turma e ao analisar algumas respostas poderemos pensar em futuras estratégias.

A análise dessas respostas foi feita com o objetivo de observar as experiências acadêmicas dos estudantes. Analisamos as respostas dos questionários considerando tanto a individualidade dos estudantes, quanto o universo que constitui cada turma, mas, vale ressaltar que estabelecer a comparação entre as turmas foi essencial para traçarmos seus perfis. Dentre os dados obtidos que foram tabulados e organizados para a composição deste trabalho, destacamos que o trabalho com a turma de Enfermagem foi no semestre letivo de 2025.2, turno matutino, já com a turma dos ingressantes em Letras foi em 2026.1, turno matutino. Sobre o quantitativo de estudantes, a turma de Enfermagem era composta por 21, dos quais 20 responderam ao questionário e a turma de Letras era composta por 33, dos quais 29 responderam ao questionário. Vale comentar que, nesta turma, há um aluno do programa de mobilidade acadêmica vindo da China, e a comparação de experiências entre estudantes de lugares tão diferentes é bastante rica para o nosso trabalho. Quanto à Enfermagem, a turma é bastante diversificada, com estudantes de diversas áreas do conhecimento e de períodos bem diferentes do curso.

É importante salientar que o questionário aplicado às turmas foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número do parecer 7.512.256 junto ao Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n° 85711724.0.0000.5537.

Resultados e Discussões

A presente pesquisa aplicada foi desenvolvida com base nos Estudos em Letramento e nos Estudos em Metacognição. Nesse campo, o entendimento de metacognição trabalhado aqui trata-se do "[...] pensar sobre o próprio pensar, é um conceito que envolve uma ação cognitiva que se volta à reflexão sobre outras ações cognitivas" (Botelho e Neves, 2024, p. 39). Essa ação autorregulada é fundamental para o desenvolvimento de um estudante nesse contexto acadêmico, e é a partir disso que ele pode estabelecer estratégias efetivas para o seu aprendizado.

Acreditamos que, em sala de aula, o docente também pode e deve ser um facilitador para que o estudante seja capaz de elaborar essas estratégias e utilizá-las para gerenciar seu aprendizado. Para isso, essa conceituação é importante, já que, conhecendo as estratégias metacognitivas que podem ser promissoras para um aprendizado efetivo, o professor será um importante mediador no gerenciamento das próprias estratégias pelos estudantes. Por isso, essa perspectiva é fundamental para a pesquisa e para a análise de alguns aspectos neste trabalho.

Acerca do letramento acadêmico, nós o entendemos como um processo contínuo, que deixa de ser apenas a diferença entre o ensino escolar e a prática social com a linguagem. Portanto, diz respeito às práticas sociais do indivíduo, com o uso da língua em contextos sociais e culturais, indo além da alfabetização técnica (Kleiman, 2007). Na academia, portanto, o letramento deve ainda ser desenvolvido com o intuito de que os estudantes sejam capazes de exercer adequadamente as práticas de leitura e de escrita nesses diversos contextos.

Além disso, ao pensar em atuar em uma sala de aula, é necessário antes compreender o aluno como indivíduo e como aprendiz. Para isso, tomamos como base a análise de Sinha (1999), que investigou como o sujeito aprende e como se coloca na sociedade a partir de seu processo de aprendizagem. Por meio dessas reflexões, compreendemos, antes de tudo, a subjetividade do estudante, moldado pelas práticas educativas que o rodeiam, bem como pela cultura na qual está inserido.

A partir, então, dessa breve explanação do referencial teórico, com foco no objetivo do trabalho – compreender as maiores dificuldades com leitura e escrita dos alunos da educação superior –, podemos começar a refletir sobre o perfil que traçamos das turmas em que o questionário foi aplicado. As respostas evidenciam distinções entre as turmas, conforme explicaremos a seguir.

Um dos aspectos que mais nos chamou atenção é que foi possível perceber que a experiência individual com as habilidades de leitura e escrita é diferente para os alunos de cada turma. Observamos isso por meio das respostas para a questão 11 do questionário diagnóstico, "Você já teve, em algum momento da vida escolar, experiência com leitura e escrita? Descreva brevemente.", da qual obtivemos as seguintes respostas: para a turma de Enfermagem: 16 disseram que sim; 1 disse que a experiência foi pouca; 3 disseram que não têm/não tiveram experiência com leitura e escrita. Além das respostas pontuais, notamos que a parte da descrição é breve, com poucas palavras; já para a turma de Letras, as respostas são bastante variadas e detalhadas, e, das 29 respostas, apenas uma diz não ter tido experiência além do foco direcionado à redação solicitada no ENEM e um estudante afirmou ter tido essa

experiência na escola “esporadicamente”, com atividades obrigatórias de leitura e escrita. Os demais graduandos relataram suas vivências com leitura de texto literário, escritos pessoais e para projetos escolares. O aluno de mobilidade acadêmica da turma também disse ter tido essa experiência com a preparação do que ele chamou de “ENEM da China”.

Observamos, nessas respostas, possivelmente, o que esses alunos compreendem por experiência com habilidades de leitura e de escrita. Ainda que a maioria dos estudantes investigados tenha relatado vivências diversas com essas práticas, para a turma de Enfermagem, muitas respostas se voltaram apenas à redação do ENEM. Além desse modelo de redação, a maioria dos alunos não citou outras experiências com textos na escola. Ou seja, em sua maioria, muitos estudantes entenderam que tiveram experiência com essas práticas na escola, mas, nas respostas da turma de Enfermagem, a pouca vivência com leitura e escrita é evidenciada com maior volume, inclusive porque a descrição dessas experiências foi bastante sucinta. Os motivos podem ser diversos, mas é possível pensar que um deles seja as limitações na maneira como o discente se enxerga como alguém que lê e escreve.

Na turma de Letras, é interessante observar como os estudantes se entendem como leitores e produtores de texto. Eles consideram muitas práticas escolares como experiência com essas habilidades, o que diverge dos estudantes da turma de Enfermagem. Com isso, podemos pensar em possíveis motivos para essa divergência: pouca prática com a linguagem na escola, diferença de escola pública para a privada, a capacidade de perceber que determinada prática escolar (como um projeto) é um desenvolvedor de leitura e escrita, entre outros. A hipótese principal é que os alunos da turma de Enfermagem não se percebem leitores e autores de textos, não compreendendo que práticas do dia a dia, muitas vezes, como a leitura de artigos para a faculdade, leitura de notícias, ou projetos escolares com escrita fazem deles pessoas que leem e escrevem.

Essa hipótese é defendida, principalmente, ao observarmos uma semelhança em ambas as turmas – a que diz respeito à regularidade de aulas de Língua Portuguesa no ensino básico. Para a questão 5, “Você teve aulas de Língua Portuguesa regularmente no ensino médio? E no ensino fundamental?”, tivemos as seguintes respostas: para a turma de Enfermagem, 17 disseram que “sim”; 1 afirmou que não teve aula de forma regular nem no Ensino Fundamental nem no médio e 2 responderam que tiveram aulas regulares no Ensino Fundamental, mas que no Ensino Médio não (em ambas as respostas, o motivo, ou um dos motivos, foi a pandemia). Ou seja, a maioria teve aula regularmente. Dentre os estudantes de Letras, 25 disseram ter tido aulas regulares no ensino médio e no fundamental, 2 afirmaram não ter tido aulas regularmente e 2 pontuaram ter tido aulas regulares em uma das etapas somente, sendo que uma delas justificou ter feito o ensino médio na pandemia. A maioria dos alunos das duas turmas, portanto, tiveram aulas regulares na Educação Básica, o que implica concluir que a falta de aulas de Língua Portuguesa não é um fator, no caso dessas turmas, para a falta de experiência com leitura e escrita, mas abre espaço para pensarmos na efetividade dessas aulas no ensino básico.

Essas questões que os alunos responderam são importantes porque pensamos também em como a cultura se relaciona com o modo de pensar do sujeito (Oliveira, 1995). É preciso perceber de onde esses estudantes vieram, quais são suas experiências e suas

formações, pois entendemos que esse ambiente de desenvolvimento é basilar para como o sujeito pensa e se constrói como aprendiz. Evidenciamos, portanto, que compreender esses alunos, buscando suas dificuldades, sua realidade sociocultural e suas experiências, também é essencial para que o docente possa pensar em estratégias a serem aplicadas no contexto de sala de aula, com a finalidade de auxiliar esses estudantes, trabalhando junto com eles para superar tais dificuldades.

Assim, a maneira como o aluno se desenvolve no ambiente educacional, como autogerencia seus saberes e como busca estratégias para si mesmo, a fim de organizar seus estudos, tem ligação direta com a maneira com que ele aprendeu a fazer isso, e se aprendeu. Por isso, investigar essa experiência com atividades relacionadas ao desenvolvimento da leitura e da escrita é tão importante para que seja possível pensar em atividades metacognitivas.

Outro aspecto importante e que apresenta bastante divergência entre as turmas é no que concerne à questão 12, “Você imagina que terá alguma dificuldade com leitura e escrita de textos no semestre? Explique por quê.”, já que, para a turma de Enfermagem, das 20 respostas obtidas, 10 mostraram que sim, sentem que terão dificuldade com os textos, 2 responderam que “talvez tenham”, 5 afirmaram que não terão dificuldade (por variados motivos), 1 afirmou que não sabe se estará preparado (sendo essa uma resposta que destoa bastante das demais) e 2 afirmaram que a dificuldade se daria somente na produção de textos acadêmicos, mas que, com a leitura deles, não sentem dificuldade. Entre os estudantes de Letras, os resultados mostram que apenas 9 alunos afirmaram com certeza que sentem que terão dificuldade com ambas as habilidades por motivos variados, sendo uma dessas respostas a do aluno de mobilidade acadêmica, que afirmou precisar passar mais tempo lendo, já que o Português Brasileiro não é sua língua materna. As outras 20 respostas variaram entre “não sentir que terá dificuldade” e “sentir que a dificuldade se daria apenas em uma habilidade” - a escrita, normalmente.

Novamente essa questão nos mostra, principalmente, a maneira como esses estudantes se enxergam como acadêmicos. A crença de que terão essas dificuldades também é advinda do que eles entendem por leitura e produção de texto. Dessa forma, podemos pensar que questões dessa natureza, também podem auxiliar os alunos a refletirem sobre si mesmos e a tentarem compreender o que já sabem, o que ainda não sabem, quais dificuldades podem vir a ter e, com isso, pensar no que podem fazer para resolver. Essa atividade ressalta o autogerenciamento de que tratamos. Entendemos que levar o aluno à autoavaliação é importante para que ele possa se enxergar como aprendiz, já que “sabendo que os alunos têm bagagens culturais diversificadas como membros participantes de uma sociedade letrada, fica mais fácil para o professor permitir que os alunos tomem parte de forma variada das situações, criem táticas diferentes para lidar com suas limitações ou potencialidades na situação [...]” (Kleiman, 2007, p. 19).

Dessa forma, questões como as desse diagnóstico são essenciais, porque nos permitem identificar que os alunos podem pensar sobre as próprias práticas de leitura e produção de texto, mas, principalmente, por mostrar ao docente quais são as experiências do seu alunado com educação. Compreender isso é importante para que o professor reconheça a heterogeneidade de uma sala de aula e, com isso, possa pensar em práticas que considerem os saberes prévios dos estudantes como ponto de partida da aprendizagem (Kleiman, 2007; Botelho e Neves, 2019).

Conclusão

Este trabalho, portanto, mostra-se pertinente no âmbito da análise do nível de letramento dos estudantes dos cursos de Enfermagem e de Letras. A análise dos resultados nos permite observar esse perfil das turmas e, assim, estabelecer estratégias a serem aplicadas em sala de aula para cada uma delas. O presente trabalho evidencia a relevância de compreender o perfil dos estudantes ingressantes no ensino superior para o planejamento de práticas pedagógicas mais eficazes em busca do desenvolvimento da leitura e da escrita.

A partir da análise, foi possível concluir que os estudantes dos cursos investigados sentem que podem ter dificuldade com habilidades tão imprescindíveis, ainda que em níveis diferentes. No entanto, a análise mostrou também que as turmas trabalhadas se diferem na maneira como percebem suas experiências com leitura e escrita. Por essa razão reforçamos o papel do docente de olhar para essas dificuldades criticamente e de pensar que elas podem, mesmo no ensino superior, serem resolvidas. Além disso, é a partir desses resultados que o docente pode propor estratégias que se adequem a cada perfil de turma, para que o ensino de leitura e escrita de textos possa ser efetivo.

Por fim, evidenciamos que este trabalho abre espaço para que outros estudos sejam feitos a partir das conclusões aqui apresentadas, tais como propostas de atividades, especialmente no campo da metacognição, que apontem caminhos para o desenvolvimento da leitura e da escrita acadêmica na educação superior.

Referências

BOTELHO, Patrícia Ferreira; NEVES, Fabiana Esteves. Perspectivas metacognitivas e metalinguísticas para o ensino de leitura e escrita em língua materna. In: Revista do GELNE, v. 21, n. 2, p. 189-201, 2 set. 2019.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como produzir textos acadêmicos e científicos. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2021. 272p.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KLEIMAN, Angela Bustos. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.

KLEIMAN, A. B. et al. O conceito de Letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. Trabalhos em Lingüística Aplicada, v. 63, n. 1, p. 240–254, 2024.

KOERNER, Rosana Mara; FISCHER, Adriana. A escrita acadêmica em cursos de licenciaturas: o que dizem os professores. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, 2024.

NEVES, Fabiana Esteves; BOTELHO, Patricia Ferreira (orgs.). Metacognição, práticas de leitura e de escrita: repensando estratégias de ensino. Campinas (SP): Pontes Editores, 2024.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Letramento, cultura e modalidades de pensamento. In: KLEIMAN, Angela B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 147-160.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Manual de pesquisa em estudos linguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

SINHA, Chris. Situated Selves: learning to be a learner. In: Joan Bliss, Roger Sãljõ and Paul Light (Eds.) Learning Sites: Social and Technological Resources for Learning. Oxford, Pergamon, 1999. Pages 32-48.

CÓDIGO: HS0218

AUTOR: LAYFSON GABRIEL DA SILVA COSTA

ORIENTADOR: ROBSON CARLOS HADERCHPEK

TÍTULO: A DANÇA DAS ÁGUAS: TEATRO RITUAL E ANCESTRALIDADE

Resumo

Esta pesquisa buscou investigar como o elemento água pode contribuir para processos de criação artística e para a vivência pessoal do bolsista pesquisador. O objetivo principal foi compreender suas possibilidades em processos laboratoriais e de criação nas artes da cena, considerando suas dimensões material, imagética e corporal. A investigação foi desenvolvida por meio de imersões, práticas corporais, registros em diário de bordo e pesquisa bibliográfica. Durante o processo, o elemento água mostrou-se capaz de provocar imagens, figuras e diferentes possibilidades de criação, resultando no surgimento da figura Mãeriana e na manifestação progressiva da dança como parte do processo criativo. A pesquisa permitiu compreender a água como uma potência de investigação e criação, capaz de permanecer como estímulo para novos processos artísticos e laboratoriais.

Palavras-chave: Elemento água; Teatro Ritual; Artes da Cena; Processo de criação; Ance

TITLE: THE DANCE OF THE WATERS: RITUAL THEATER AND ANCESTRY

Abstract

This research investigates how the water element can contribute to artistic creation processes and to the personal experience of the researcher. The objective was to understand its possibilities within laboratory and creative processes in the performing arts, considering its material, imagetic, and corporeal dimensions. The investigation was developed through immersions, bodily practices, logbook records, and bibliographic research. Throughout the process, the water element proved capable of provoking images, figures, and different possibilities of creation, resulting in the emergence of the figure Mãeriana and the progressive manifestation of dance as part of the creative process. The research made it possible to understand water as a potential for investigation and creation, capable of remaining as a stimulus for new artistic and laboratory processes.

Keywords: Water element; Ritual Theater; Performing Arts; Creative process; Ance

Introdução

A presente pesquisa, intitulada “A Dança das Águas: Teatro Ritual e Ancestralidade”, iniciada no segundo semestre de 2025, foi desenvolvida no Grupo Arkhétypos de Teatro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio de práticas laboratoriais no Departamento de Artes (DEART), experiências pessoais e pesquisas bibliográficas. A pesquisa se propôs a investigar de que maneira o elemento água pode constituir uma potência simbólica, poética e corporal, transformando-se em objeto imagético e objeto de cena, ao mesmo tempo em que estabelece relações com a ancestralidade e a dança. Neste sentido Teatro Ritual (Haderchpek, 2021) constitui um dos principais campos de experimentação da investigação, possibilitando o trabalho com os elementos, o corpo e suas dimensões energéticas e criativas. O primeiro passo para se trabalhar com a energia de um elemento é percebê-lo e existem várias formas de se fazer isso, a primeira delas é o contato direto com o elemento, tal como fizemos em nossa pesquisa de campo. {...} O contato direto com o elemento nos ajuda a trabalhar sinestesicamente com ele, acionando memórias e trazendo materialidade para as nossas ações. As histórias que trazem em si o universo mítico das águas são diferentes das histórias que contam as mitologias da terra, do ar e do fogo (Haderchpek, 2021, p.77) A investigação parte da compreensão de que a água ultrapassa seu aspecto físico e pode assumir diferentes significados nos campos da imaginação, corporeidade, memória e experiência humana. Gaston Bachelard (2013), em seus estudos sobre a imaginação material, contribui para compreender a água como elemento capaz de mobilizar imagens poéticas e experiências relacionadas à transformação e ao movimento. Nessa perspectiva, a água é compreendida não apenas como objeto de representação, mas como potência capaz de mobilizar experiências corporais, sensoriais, simbólicas e criativas. Uma gota de água poderosa basta para criar um mundo e dissolver a noite. Para sonhar o poder, necessita-se apenas de uma gota imaginada em profundidade. A água assim dinamizada é um embrião; dá à vida um impulso inesgotável. (Bachelard, 2013, p. 10). A pesquisa também se fundamenta em diferentes perspectivas sobre a ancestralidade. Inaicyra Falcão dos Santos (2009) relaciona ancestralidade, corpo, memória e tradições articulando corpo e ancestralidade a partir de uma perspectiva estética afro-brasileira no campo das Artes da Cena. Leda Maria Martins (2021) contribui por meio da noção de tempo espiralar, articulando temporalidade, corpo, memória, performance e saberes ancestrais. Luiz Rufino (2019), se soma a essa perspectiva por meio da Pedagogia das Encruzilhadas (2019), amplia essa discussão ao compreender a encruzilhada como espaço de possibilidade e produção de outros modos de conhecimento, tendo Exu como fundamento de sua perspectiva teórico-metodológica. Essas perspectivas contribuem para compreender a ancestralidade como dimensão relacionada ao corpo, à memória, aos processos de criação e às experiências do presente. O Teatro Ritual desenvolvido pelo Grupo Arkhétypos constitui o principal espaço prático da investigação dessa pesquisa. Haderchpek (2017) apresenta o trabalho do grupo a partir de uma perspectiva laboratorial, fundamentada em uma poética corporal, no treinamento psicofísico, nos elementos da natureza, na mitologia pessoal e no jogo ritual. Assim, a prática constitui uma das principais formas de produção do conhecimento investigado. Dentro dessas perspectivas, foram desenvolvidas experiências laboratoriais, imersões corporais e energéticas, práticas de criação e registros ao longo da pesquisa, considerando as experiências pessoais e artísticas como parte do processo investigativo. Assim, este texto apresenta o percurso, os procedimentos metodológicos, as reflexões e os resultados decorrentes dessas práticas e estudos, buscando compreender as relações do elemento água.

Metodologia

2.1 Caracterização da pesquisa A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de caráter experimental e laboratorial, articulada à pesquisa bibliográfica e à abordagem autobiográfica. Telles (2012) contribui para compreender a abordagem autobiográfica como possibilidade de articulação entre experiência, prática artística e reflexão. O percurso foi desenvolvido principalmente por meio de práticas corporais, experiências de imersão, procedimentos de criação e vivências em espaços de matriz africana, tendo como eixo central as relações entre o elemento água, o corpo, a ancestralidade e o Teatro Ritual. A dimensão experimental foi desenvolvida a partir das práticas laboratoriais realizadas no Grupo Arkhétypos de Teatro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), envolvendo experiências individuais e coletivas. Conforme previsto no projeto inicial, a investigação utilizou procedimentos de criação relacionados ao Teatro Ritual (Haderchpek, 2021), tendo o corpo e a experiência do artista-pesquisador como elementos importantes para o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa também apresentou uma dimensão autobiográfica (Telles, 2012), uma vez que as experiências pessoais e corporais do pesquisador fizeram parte do processo investigativo. As experiências foram acompanhadas por registros escritos, anotações e narrativas produzidas durante o percurso, conforme previsto no projeto inicial. O percurso metodológico não seguiu uma sequência rígida de procedimentos previamente estabelecidos. As etapas foram sendo construídas a partir das experiências realizadas, de modo que cada prática produzia novas questões e contribuía para orientar os procedimentos seguintes. 2.2 Procedimentos e experiências laboratoriais O primeiro eixo prático da investigação foi constituído pelas experiências de imersão relacionadas ao elemento água. A primeira experiência diretamente ligada à pesquisa foi realizada individualmente, em ambiente doméstico, utilizando uma bacia com água, tecidos e estímulos sonoros, com a participação de uma atriz colaboradora do Grupo Arkhétypos, responsável pela produção desses estímulos. A prática possibilitou o início de uma investigação corporal e sensorial relacionada à presença material da água. Posteriormente, foi realizada uma segunda experiência individual no Departamento de Artes (DEART), dessa vez sem a presença física da água. A escolha buscou investigar o elemento a partir de sua dimensão simbólica e imagética, utilizando a imaginação como estímulo para a criação corporal. Em outro momento, foi realizada uma experiência de imersão conduzida por dois integrantes do Grupo Arkhétypos, Helton e Júlia Roque. Foram utilizados materiais pertencentes ao próprio grupo, entre eles velas, conchas, tecidos, bacias com água e flores. A experiência foi realizada individualmente, enquanto os colaboradores conduziram os estímulos e procedimentos da imersão. Posteriormente, foi realizada uma experiência conduzida pelo professor e orientador Robson Carlos Haderchpek, durante uma das oficinas do Grupo Arkhétypos. A prática foi organizada progressivamente, partindo de exercícios preparatórios e aquecimento corporal até chegar ao momento de imersão. Em seu livro sobre o Teatro Ritual (2021) Haderchpek nos fala como ele sistematizou o trabalho com o elemento água, vejamos: Geralmente quando iniciamos um processo com o elemento água eu peço aos performers que eles massageiem o peito e deixem a água sair. No centro do peito nós temos o chakra cardíaco que também é o responsável pelas nossas emoções, e sempre que inicio um trabalho com o elemento água, eu proponho uma massagem suave abrindo o externo e soltando levemente o pescoço. (2021, p. 78) Após essas experiências, foi realizada uma nova imersão individual no DEART, buscando retomar e aprofundar elementos surgidos

durante as práticas anteriores. Além das experiências realizadas no Grupo Arkhétypos, a pesquisa contou com visitas a terreiros de matriz africana. Ao todo, foram realizadas oito visitas, buscando ampliar a investigação sobre as relações entre dança, corpo, ritual e ancestralidade. Na última visita, foi realizado um jogo de búzios, experiência que passou a integrar o percurso pessoal e investigativo do pesquisador. Seus desdobramentos serão apresentados na seção de Resultados e Discussões. 2.3 Registros, acompanhamento e análise do processo Ao longo das experiências, foram realizados registros escritos em diário de bordo, principalmente após as práticas. As anotações buscavam registrar percepções, sensações, imagens, acontecimentos e questões surgidas durante o processo. Em algumas das imersões consideradas mais significativas, os registros foram realizados imediatamente após a prática, buscando preservar as primeiras impressões produzidas pela experiência. O processo também contou com momentos de orientação e conversa com o professor Robson Carlos Haderchpek. Nessas ocasiões, as experiências eram compartilhadas e questões eram levantadas a partir do que vinha sendo desenvolvido, contribuindo para o surgimento de novas perguntas e para a retomada de determinadas experiências. Os registros produzidos foram posteriormente utilizados para a organização e reflexão sobre as experiências realizadas. Dessa forma, o diário de bordo funcionou como instrumento de acompanhamento das questões surgidas durante a pesquisa. Tais registros passaram a compor o acervo do Grupo Arkhétypos e podem ser disponibilizados guardados os direitos de som de imagem dos participantes. Assim, a metodologia foi construída a partir da relação entre prática corporal, experimentação, registro e reflexão, permitindo o aprofundamento das questões relacionadas ao elemento água, ao corpo, à ancestralidade e à criação cênica.

Resultados e Discussões

3.1 A água entre materialidade, espaço e memória A primeira imersão diretamente relacionada à pesquisa foi realizada em um espaço reduzido, utilizando uma bacia com água, tecidos e estímulos sonoros. A configuração espacial interferiu nas possibilidades de movimentação, conduzindo a experiência para uma corporeidade mais contida e concentrada. Os movimentos das pernas permaneceram reduzidos durante parte significativa da experiência, enquanto foram percebidas sensações de pressão e tensão na região do peito, acompanhadas por um estado de confusão corporal. A presença material da água, entretanto, não se restringiu à sua dimensão física. Durante a experiência, foram evocadas memórias relacionadas a acontecimentos e relações do passado, fazendo com que o elemento funcionasse como estímulo para o surgimento de imagens e lembranças. Nesse sentido, a experiência encontra aproximação com a perspectiva de Gaston Bachelard (2013), para quem a água participa de uma imaginação material capaz de produzir imagens poéticas e mobilizar dimensões íntimas da experiência. Em A água e os Sonhos (2013), o filósofo investiga justamente a relação entre a matéria da água e a produção de imagens, sonhos, devaneios e lembranças. [...] se pudermos convencer o nosso leitor de que existe, sob as imagens superficiais da água, uma série de imagens cada vez mais profundas, cada vez mais tenazes, ele não tardará a sentir, em suas próprias contemplações, uma simpatia por esse aprofundamento; verá abrir-se, sob a imaginação das formas, a imaginação das substâncias. Reconhecerá na água, na substância, um tipo de intimidade, intimidade bem diferente das que as “profundezas” do fogo e da pedra sugerem. Deverá reconhecer que a imaginação material da água é um tipo particular de imaginação. (Bachelard,

2013, p.06). A experiência também dialoga diretamente com a pesquisa desenvolvida por Haderchpek (2017), que relaciona a Poética dos Elementos ao conceito de imaginação material de Bachelard e descreve o trabalho do Arkhétypos como uma prática laboratorial fundamentada em uma poética corporal, nos elementos da natureza, na mitologia pessoal e no jogo ritual (Haderchpek, 2016). Dessa maneira, o que inicialmente se apresentava como uma investigação sobre a água passou a mobilizar também aspectos da memória e do universo simbólico do próprio pesquisador. Ainda nessa primeira experiência, surgiu uma figura associada à água. Sua presença era percebida como semelhante à imagem de uma figura materna relacionada ao elemento, embora não fosse identificada diretamente como Iemanjá. A emergência dessa imagem marcou um primeiro deslocamento da pesquisa: a água deixou de ser somente um elemento a ser experimentado corporalmente e passou a produzir figuras e imagens que poderiam ser investigadas ao longo do processo. 3.2 Da água material à água imaginada A segunda imersão foi realizada sem a presença física da água. A proposta consistiu em trabalhar o elemento de maneira simbólica e imaginativa, permitindo que a água fosse construída mentalmente durante a experiência. Essa mudança produziu uma alteração significativa na relação estabelecida com o elemento. De acordo com Haderchpek: Quando não podemos trabalhar com o elemento concreto, ou quando escolhemos trabalhar sem ele, nós buscamos despertá-lo em nosso corpo. Todos os elementos fazem parte da nossa constituição física e emocional, em maior ou em menor grau de proporção, e cabe a nós reconhecê-lo em nosso corpo [...]. (2021, p.78) Na percepção deste pesquisador, a ausência da água material possibilitou maior liberdade para imaginar seus deslocamentos e transformações. A água podia ser conduzida mentalmente para diferentes lugares e utilizada de diferentes maneiras durante as provocações da imersão. Ao mesmo tempo, percebeu-se uma redução na presença da figura anteriormente identificada. Quando essa figura aparecia, sua permanência era mais breve do que na experiência em que a água estava materialmente presente. A diferença entre as duas experiências não foi compreendida como oposição entre uma experiência "real" e outra "imaginária", mas como duas possibilidades distintas de relação com o elemento. A água material funcionava como estímulo concreto, enquanto a água imaginada ampliava as possibilidades de transformação dentro da própria imaginação. Essa experiência pode ser relacionada novamente à concepção de imaginação material de Bachelard (2013), especialmente porque a matéria não aparece apenas como algo exterior ao sujeito, mas como elemento capaz de provocar imagens e devaneios. Com efeito, acreditamos possível estabelecer, no reino da imaginação, uma lei dos quatro elementos, que classifica as diversas imaginações materiais conforme elas se associem ao fogo, ao ar, à água ou à terra. E, se é verdade, como acreditamos, que toda matéria deve receber componentes – por fracos que sejam – de essência material, é ainda essa classificação pelos elementos materiais fundamentais que deve aliar mais fortemente as almas poéticas. (Bachelard, 2013, p.3-4). No contexto desta pesquisa, a retirada da matéria não eliminou a presença da água. Ao contrário, possibilitou perceber que sua permanência poderia ocorrer por meio da imagem e da experiência corporal. Ainda nesse sentido, Haderchpek (2017) também contribui para essa reflexão ao relacionar a poética dos elementos aos processos de criação do ator e ao universo simbólico individual. O autor aponta que, no trabalho desenvolvido pelo Grupo Arkhétypos, os elementos da natureza participam de um processo de criação que atravessa o corpo e o imaginário do artista. Assim, constato que a segunda imersão me permitiu compreender que a relação com a água poderia continuar existindo mesmo quando sua materialidade fosse retirada. 3.3 A multiplicidade de estímulos e o surgimento das figuras Uma das experiências seguintes foi conduzida por Heltom e

Júlia, integrantes do Grupo Arkhétypos, e apresentou uma quantidade maior de elementos e estímulos em comparação às primeiras imersões. Foram utilizados materiais como água, fogo, velas, conchas, tecidos, flores e estímulos sonoros, além das provocações realizadas pelos próprios condutores da experiência. A ampliação dos estímulos modificou a experiência corporal e imaginativa. Durante a imersão, surgiram no meu corpo diferentes figuras femininas que circulavam pelo espaço, apresentando características associadas à imagem de sereias. Essas figuras dançavam, riam, provocavam e mantinham certa distância do pesquisador, que tentava aproximar-se delas e estabelecer contato. A experiência produziu, portanto, uma multiplicidade de imagens que não havia aparecido com a mesma intensidade nas imersões anteriores. Embora a experiência corporal permanecesse individual, os diferentes elementos e estímulos utilizados pelos colegas produziram uma sensação de maior abertura para o encontro com outras figuras. Essa dimensão encontra diálogo com a própria concepção de trabalho desenvolvida pelo Grupo Arkhétypos. Haderchpek (2017) apresenta a prática do grupo como um processo laboratorial baseado no mergulho no universo simbólico do artista e na relação entre elementos, corpo, mitologia pessoal e jogo ritual. Em outro trabalho, Haderchpek (2018) caracteriza o jogo ritual desenvolvido pelo grupo como uma prática de caráter empírico e experimental, relacionada à poética dos elementos. Nesse sentido, a multiplicidade de figuras surgida durante essa experiência não foi tomada como uma conclusão definitiva sobre a natureza da água, mas como material poético produzido pelo próprio processo de investigação. 3.4 A sensualidade da água e o encontro com a figura Uma das experiências mais significativas para este ator-pesquisador ocorreu durante uma oficina conduzida por Robson Haderchpek no contexto das atividades do Grupo Arkhétypos. Diferentemente das experiências individuais anteriores, essa imersão ocorreu em um contexto coletivo, com a participação de outros integrantes. A experiência foi desenvolvida a partir de um percurso progressivo de preparação corporal, passando por momentos de aquecimento e jogos até chegar à imersão propriamente dita. A estrutura da prática aproximou-se dos procedimentos de criação desenvolvidos no âmbito do Teatro Ritual do Grupo Arkhétypos. Várias pesquisas (Almeida, 2021) sobre o grupo descrevem esse trabalho como uma metodologia empírica e experimental baseada no jogo ritual, na poética dos elementos e na experiência psicofísica do ator. Durante essa experiência surgiu uma dimensão da água que ainda não havia sido percebida de maneira tão evidente: a sensualidade. Até então, a sensualidade estava mais associada, na experiência do pesquisador, ao elemento fogo. A experiência com a água revelou outra possibilidade, marcada por uma sensualidade inicialmente mais contida, mas que se expandia progressivamente por meio do corpo. As provocações realizadas durante a imersão possibilitaram também uma experiência de relação com outro corpo. O contato visual e a experimentação dessa sensualidade com outro participante contribuíram para ampliar as possibilidades corporais associadas à água. Nesse processo, a figura que havia aparecido para mim de maneira fragmentada nas experiências anteriores começou a adquirir características mais definidas. O meu corpo passou a produzir movimentos associados a ela, como giros, risos e danças. A figura não era simplesmente imaginada de maneira racional. Em determinados momentos, os movimentos aconteciam antes mesmo de uma elaboração consciente sobre aquilo que estava sendo realizado. O gesto precedia à ação. Esse aspecto encontra relação com a concepção de criação desenvolvida no Grupo Arkhétypos, na qual a prática corporal e o universo simbólico do artista se articulam durante o processo de criação. Haderchpek (2017) afirma que a poética dos elementos é utilizada pelo grupo como base para um treinamento psicofísico que envolve o corpo, os elementos da natureza, a mitologia pessoal e o jogo ritual. A

figura em questão começou, então, a ser nomeada a partir da própria experiência. A dimensão materna percebida na energia associada à água conduziu à palavra "mãe", enquanto as características brincantes, dançantes e risonhas da figura conduziram à referência ao nome "Mariana". Da combinação dessas referências surgiu o nome Mãeriana. 3.5 Mãeriana: entre dançar com a figura e dançar a figura O surgimento de Mãeriana representou uma mudança importante no percurso da investigação. A figura, que inicialmente aparecia de maneira rápida e fragmentada, passou a permanecer durante as experiências e a estabelecer uma relação mais definida com o corpo do pesquisador. A relação estabelecida com a figura apresentou duas formas distintas de experiência. Em determinados momentos, o pesquisador percebia que estava dançando com Mãeriana, compreendendo-a como uma presença com a qual estabelecia uma relação corporal. Em outros, percebia que estava dançando Mãeriana, assumindo corporalmente características da própria figura. Essa distinção tornou-se uma das descobertas centrais do processo, pois deslocou a figura de uma imagem exclusivamente imaginada para uma experiência incorporada. Mãeriana passou a existir não apenas como representação mental, mas como possibilidade de ação corporal, corroborando com a tese de Bachelard dobre a imaginação material. A última imersão individual aprofundou essa relação. Com a presença novamente material da água e de outros elementos de estímulo, o pesquisador buscou reencontrar a figura e experimentá-la de maneira mais consciente. A experiência aproximou-se de uma criação cênica, uma vez que já não se tratava apenas de descobrir o que surgiria durante a imersão, mas também de experimentar como aquela figura poderia agir, mover-se e relacionar-se no espaço. Esse deslocamento pode ser compreendido em diálogo com a perspectiva laboratorial do Grupo Arkhétypos, na qual o processo de criação não parte necessariamente de uma forma cênica previamente determinada, mas permite que imagens, elementos e experiências corporais produzam materiais para a criação. Assim, Mãeriana constituiu-se como um resultado do percurso investigativo e, simultaneamente, como uma possibilidade de continuidade da pesquisa artística. 3.6 Ancestralidade e continuidade da investigação Paralelamente às experiências laboratoriais, foram realizadas oito visitações a terreiros de matriz africana, buscando observar relações entre dança, ritual e ancestralidade. Essas experiências contribuíram para ampliar o contato do pesquisador com diferentes manifestações e práticas relacionadas à dimensão ancestral. A ancestralidade, entretanto, não esteve presente com a mesma intensidade em todas as etapas da investigação. Seu aparecimento ocorreu de maneira mais pontual e ganhou uma dimensão particular após a realização do jogo de búzios, realizado durante a última visitação. A partir dessa experiência, surgiu um interesse mais específico pela investigação da ancestralidade do próprio ator-pesquisador. Esse resultado pode ser relacionado às discussões de Inaicyra Falcão dos Santos (2009; 2015), que articula corpo, ancestralidade, dança e expressividade afro-brasileira, compreendendo essas dimensões como elementos relacionados aos processos de criação e às experiências corporais. Também dialoga com Leda Maria Martins (2021), cuja concepção de tempo espiralar articula ancestralidade, memória, presente e continuidade, não reduzindo a experiência ancestral a algo localizado exclusivamente no passado. No entanto, os resultados desta pesquisa não permitem afirmar que houve uma investigação aprofundada ou uma conclusão definitiva sobre a ancestralidade do pesquisador, cuja investigação foi iniciada. O que se evidencia é o surgimento de uma questão que ganhou força ao longo do processo e que permanece aberta para futuras investigações artísticas e pessoais. 3.7 A dança como descoberta do processo A dança esteve presente como intenção desde o início da pesquisa, mas sua manifestação prática ocorreu de maneira progressiva. Nas primeiras experiências, a atenção esteve concentrada principalmente

na relação com a água, nas sensações corporais, nas memórias e nas imagens que surgiam durante as imersões. A dança passou a aparecer de maneira mais evidente à medida que as figuras foram surgindo. As figuras femininas presentes na terceira imersão já apresentavam características fortemente relacionadas ao movimento, enquanto Mãeriana se revelou como uma figura essencialmente dançante. Desse modo, a dança não se apresentou apenas como uma linguagem previamente escolhida para representar a água. Ela emergiu do próprio processo investigativo. A descoberta de Mãeriana tornou essa relação ainda mais evidente, uma vez que a figura se manifestava por meio do movimento e permitia ao pesquisador experimentar diferentes formas de relação corporal com ela. O percurso, portanto, produziu um deslocamento importante em relação à proposta inicial: a dança, que inicialmente aparecia como um objetivo da pesquisa, passou a constituir uma consequência das próprias experiências realizadas com o elemento água. Esse resultado também pode ser compreendido a partir das pesquisas desenvolvidas no Grupo Arkhétypos, que articulam a poética dos elementos, a corporeidade, a imaginação e os processos laboratoriais de criação. Segundo Haderchpek: No nosso caso, como trabalhamos na perspectiva do Teatro Ritual, nós criamos num limiar entre a dança e o teatro, entre o teatro e a música e entre todos estes e o ritual, por isso o termo ‘jogo ritual’ tem refletido a nossa busca cênica e a nossa proposta pedagógica. (2018, p.61) Neste sentido, a experiência analisada demonstra, que o processo de investigação artística não conduziu necessariamente a resultados previamente definidos, mas permitiu que novas relações surgissem durante a prática.

Conclusão

A presente pesquisa investigou como o elemento água, em sua forma materializada e não materializada, poderia contribuir para a criação de figuras e outras possibilidades imagéticas, possibilitando o desenvolvimento de processos de criação cênica. O percurso permitiu compreender que o elemento água pode atuar não apenas como objeto de investigação, mas também como disparador de procedimentos e metodologias de criação dentro de processos laboratoriais. As experiências realizadas demonstraram que os elementos primordiais, como água, terra, fogo e ar, podem contribuir significativamente para processos laboratoriais e para a criação artística. Nesse percurso, a descoberta de Mãeriana constituiu uma possibilidade de continuidade do trabalho, permitindo compreender como o elemento água pode permanecer como estímulo para novos processos de criação. A pesquisa também possibilitou perceber que a investigação artística pode produzir desdobramentos para além de seus objetivos iniciais. A ancestralidade, embora não tenha sido aprofundada de forma vertical a ponto de constituir uma conclusão definitiva desta pesquisa, tornou-se uma questão de fundamental importância para futuras investigações pessoais e artísticas, especialmente a partir das experiências realizadas ao longo do processo. Dessa maneira, o percurso desenvolvido possibilitou compreender o elemento água como potência de investigação corporal, imagética e cênica, abrindo possibilidades para a continuidade de processos laboratoriais e para novos caminhos de pesquisa nas artes da cena.

Referências

ALMEIDA, Saulo Vinícius. O Teatro e o Sagrado: Imagem, Transe e Ritual. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 2021. ALMEIDA, Saulo Vinícius; HADERCHPEK, Robson Carlos. O Axis Mundi e o Jogo Ritual: Deslocamento da realidade imanente para se alcançar a Hierofania. In: Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 38, ago./set. 2020. ARTAUD, Antonin. O Teatro e seu Duplo. São Paulo: Martins Fontes, 1993. BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2013. BACHELARD, Gaston. A poética do devaneio. São Paulo, Martins Fontes, 2009. BRONDANI, Joice Aglae. (org.) Grotowski estados alterados de consciência: teatro, máscara, ritual. São Paulo: Giostri, 2015. BRONDANI, Joice Aglae; HADERCHPEK, Robson Carlos; ALMEIDA, Saulo Vinícius (org). Práticas Decoloniais nas Artes da Cena. São Paulo: Giostri, 2020. CAMPBELL, Joseph. O Poder do Mito. São Paulo: Palas Athena, 1990. COUTINHO, Karyne Dias. HADERCHPEK, Robson Carlos. Pedagogia de Si: Poética do Aprender no Teatro Ritual. In ART RESEARCH JOURNAL / Revista de Pesquisa em Artes. Vol. 6 nº1. Natal: UFRN e UDESC, 2019. p. 01-21. FABRINI, Verônica. Arte, Ciência e Descolonização. In BAPTISTA, Ana Maria Haddad; SEVERINO, Francisca Eleodora; ANDRÉ, Carminda Mendes (Org.). In: Artes, Ciências e Educação. São Paulo: Big Time Editora, 2015. FEINSTEIN, David & KRIPPNER Stanley. Mitologia Pessoal: a psicologia evolutiva do self. São Paulo: Cultrix, 1992. GROTOWSKI, Jerzy. Por um teatro pobre. Brasília: Teatro Caleidoscópio & Editora Dulcina, 2011. GROTOWSKI, Jerzy; POLASTRELLI, Carla; FLASZEN, Ludwik. O Teatro Laboratório de Jerzy Grotowski 1959-1969. São Paulo: Fondazione Pontedera Teatro, Editora Perspectiva, 2007. GRUZINSKI, Serge. A Colonização do Imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar desde las sabidurías insurgentes el sentido de las epistemologías dominantes, para construir sentidos otros de la existencia. In: Sophia, Colección de Filosofía de la Educación, n.8, 2010, p. 101-146. HADERCHPEK, Robson Carlos. O poder do rito: O sagrado no ritual e na cena. In: BASTOS, Jeferson; GONÇALVES, Luiz Davi Vieira. (org). Tabihuni: corpo, performances e rituais. Cachoeirinha: Fi, 2024. (355p.) HADERCHPEK, Robson Carlos. Poéticas Decoloniais nas Artes da Cena: Identidade e Performatividade. In: LYRA, Luciana de Fátima Rocha Pereira de (org.). In: Tramas do corpo: ressonâncias e resistências performativas. Trans_bordar horizontes: Coleção PPGArtes-UERJ Arte e Cultura Contemporânea, v. 3, 1ª. ed. - Rio de Janeiro: NAU Editora, 2022. (p.106-112). HADERCHPEK, Robson. O Teatro Ritual e os Estados Alterados de Consciência. São Paulo: Giostri, 2021. HADERCHPEK, Robson Carlos. As Epistemologias do Sul e os Saberes Interculturais: teatro, ritual e performance. Anais ABRACE, Campinas, v. 20, n. 1, p. 01-17, 2019. HADERCHPEK, Robson Carlos (org). Arkhétypos Grupo de Teatro: Encontros e Atravessamentos. Natal: Fortunella Casa Editrice, 2017. HADERCHPEK, Robson Carlos. O Jogo Ritual e as Pedagogias do Sul: Práticas Pedagógicas para a Descolonização do Ensino do Teatro. In: Revista Moringa - Artes do Espetáculo. João Pessoa: UFPB Departamento de Artes Cênicas, 2018. p. 55-65. HADERCHPEK, Robson Carlos. A Poética dos Elementos e a Imaginação Material nos Processos de Criação do Ator: Diálogos Latino-Americanos. In: Memória ABRACE XVI - Anais do IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. Anais. Uberlândia (MG) UFU, 2017. p. 2645-2664. HADERCHPEK, Robson Carlos. A Dramaturgia dos Encontros e o Jogo Ritual: Revoada e A Conferência dos Pássaros. In: Revista Encontro Teatro nº3. Goiânia: Flex Gráfica, 2016. p. 38-58. HADERCHPEK, Robson Carlos. Aboiá: Teatro-Ritual e Física Quântica. In Memória ABRACE Digital: Anais da VII Reunião Científica da ABRACE - Associação Brasileira de Pesquisa e

Pós-Graduação em Artes Cênicas, no GT Processos de Criação e Expressão Cênica, 2013. HADERCHPEK, Robson Carlos. Santa Cruz do Não Sei: O Simbólico, O Ritual e A Cena. In Memória ABRACE Digital: Anais do VII Congresso da ABRACE – Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, no GT Processos de Criação e Expressão Cênica, 2012. HADERCHPEK, Robson Carlos. Teatro, Ritual e Liminaridade: O Processo de Criação do Espetáculo Aboiá. In I Colóquio Internacional Interfaces do Imaginário: Educação Cinema e Religião – Anais do Colóquio. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. HADERCHPEK, Robson Carlos. VARGAS, Rocio del Carmen Tisnado. O Sul Corpóreo e a Poética dos Elementos: Práticas para a Descolonização do Imaginário. In Revista ILINX: Revista do Lume. Campinas: Unicamp, 2017. p.77-87. HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007. JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Petrópolis: Vozes, 2012. MACHADO, Lara Rodrigues. Danças no Jogo da Construção Poética. Natal: Jovens Escribas, 2017. MARIZ, Adriana Dantas de. A Ostra e a Pérola: Uma visão antropológica do Corpo no teatro de Pesquisa. São Paulo: Perspectiva S.A, 2008. MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. MARIZ, Adriana Dantas de. A Ostra e a Pérola: Uma visão antropológica do Corpo no teatro de Pesquisa. São Paulo: Perspectiva S.A, 2008. OLIVEIRA NETO, Leônidas; HADERCHPEK, Robson Carlos. O Jogo Ritual e os Estados Alterados de Consciência: Os processos psicofísicos no trabalho de criação do ator. In: Revista Brasileira de Estudos da Presença, vol. 11, p. 01-24, 2021. QUILICI, Cassiano Sydow. Antonin Artaud: Teatro e Ritual. São Paulo: Ed. Annablume; Fapesp, 2004. RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. SANTOS. Inaicyra Falcão dos. Corpo e Ancestralidade: Uma Configuração Estética Afro-Brasileira. In: Revista Repertório Teatro & Dança. n. 24. jan./jun. 2015. Salvador: PPGAC/UFBA, 2015. SANTOS. Inaicyra Falcão dos. Dança e Pluralidade Cultural: Corpo e Ances- tralidade. In: Revista Múltiplas Leituras. v. 2, n. 1. jan./jun. 2009. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009. SILVA, José Ricardo Roberto da. HADERCHPEK, Robson Carlos. Processo Ânima: A Imaginação Material e a Descoberta da Ancestralidade. In Revista Arte da Cena. Vol. 4 nº1. Goiânia: UFG, 2018. p. 42-70. TELLES, Narciso. Pesquisa em artes cênicas: textos e temas. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2012. TURNER, Victor W. O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura. Tradução Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

CÓDIGO: HS0223

AUTOR: RIVANO DE SOUZA SOARES

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Curraleiros e gado nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil: territorialização dos sertões, desenvolvimento da economia colonial e agentes financeiros-fazendários (Século XVIII)

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o desenvolvimento do criatório do gado nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil no século XVIII, com especial foco ao Rio Grande do Norte. O criatório de gado, por meio de seus criadores, foi um dos motivos fundantes ao processo de expansão territorial em direção ao hinterland no período colonial. Em resultado, o processo de conquista e de territorialização dos Sertões do Norte teve como grande estrutura mantenedora e propagadora o criatório de gado. O pastoreio, além de ter sido forma de ocupação dos novos territórios conquistados, foi também a base econômica dos Sertões do Norte e um importante elemento integrador desses espaços. Muito mais que uma simples atividade complementar à produção açucareira, o criatório bovino passou a ser o principal expoente econômico dos Sertões do Norte. Os circuitos mercantis criaram uma maior conexão interna, e a pecuária, a partir dos caminhos de gado, auxiliou no desenvolvimento dessa rede de conexões físicas. Além disso, é explorada a institucionalização fazendária da arrecadação do "gado do vento", que se conecta com os furtos de gado e a forma extensiva do criatório. Muito além do aspecto econômico, o intuito era desvendar aspectos do cotidiano, da vida material, da dinâmica econômica e dos conflitos.

Palavras-chave: Territorialização; desenvolvimento econômico; criatório de gado.

TITLE: Cattle Ranchers and Cattle in the Captaincies of Northern Portuguese America: Territorialization of the Hinterlands, Development of the Colonial Economy, and Fiscal-Financial Agents (18th Century)

Abstract

This paper aims to analyze the development of cattle ranching in the Captaincies of Northern Portuguese America during the eighteenth century, with particular focus on

Rio Grande do Norte. Cattle ranching, through its ranchers, was one of the founding factors in the process of territorial expansion toward the hinterland during the colonial period. As a result, the process of conquest and territorialization of the Northern Hinterlands had cattle ranching as its main sustaining and propagating structure. Pastoralism, besides serving as a means of occupying newly conquered territories, was also the economic foundation of the Northern Hinterlands and an important element integrating these spaces. Much more than a simple complementary activity to sugar production, cattle ranching became the main economic driving force of the Northern Hinterlands. Commercial circuits created greater internal connections, and cattle ranching, through cattle trails, contributed to the development of this network of physical connections. Furthermore, the fiscal institutionalization of the collection of the "gado do vento" is explored, connecting it to cattle theft and the extensive nature of cattle ranching. Far beyond the economic aspect, the aim was to uncover aspects of everyday life, material life, economic dynamics, and conflicts.

Keywords: Territorialization; economic development; cattle ranching.

Introdução

Preâmbulo: a territorialização e o desenvolvimento do pastoreios nos Sertões do Norte

Diversas produções já foram escritas sobre o processo de "interiorização" das Capitanias do Norte (Abreu, 1907; Vianna, 1935; Prado Júnior, 1942; Silva, 1997; Puntoni, 2002; Dias, 2011; Dias, 2015; Silva, 2015; Rolim, 2019; Nogueira, 2021). É comum a todas essas, em certa medida, a conexão entre o processo de territorialização das zonas sertanejas e o criatório do gado. Ao se debruçar sobre a expansão da conquista territorial em direção ao interior das Capitanias do Norte, ocorrência relevante foram as Guerras de Conquista dos Sertões, mais facilmente reconhecidas, em decorrência das produções precedentes sobre a temática, pelo nome de "Guerra dos Bárbaros". O primeiro palco de batalha foi a Bahia, na década de 1650, de modo a dissipar-se paulatinamente para as demais capitanias. A partir de 1680, então, entram em cena as capitanias da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande.

Nesse caso, o criatório de gado, por meio de seus criadores, foi um dos motivos fundantes ao processo de expansão territorial em direção ao hinterland no período colonial, em que resultou no encontro e no embate com os povos indígenas durante o transcorrer desse caminho (Silva, 2003). Por outro lado, o processo de expansão territorial, em grande parte, se utilizou do sistema jurídico do período para validar e realizar essa conquista do interior. Nesse aspecto, houve a conexão entre o pastoreio e o sistema sesmarial. Diferentemente da inicial função estabelecida em Portugal, na América Portuguesa, esse aparelho jurídico de concessão de terras serviu como meio de reprodução dos desejos coloniais (Alveal, 2022).

Nas Capitanias do Norte, o gado era criado solto, sem estábulos, silagem ou uso de técnicas de aprimoramento do pasto, assim, predominava a paisagem aberta dos campos e das caatingas (Valverde, 1967; Silva, 1997). Por esse caráter extensivo do pastoreio, a

pecuária representou uma fronteira móvel liderada por sesmeiros e arrendatários (Linhares, 1996). Ao criar uma fazenda, estas se alastravam por contiguidade a partir de seus epicentros (Prado Júnior, 1942), e, nesse processo, o gado permitia a seu dono conquistar novos espaços (Abreu, 1930). Assim, as fazendas serviram como elementos de poder irradiadores do processo de colonização dos sertões.

O pastoreio, além de ter sido forma de ocupação dos novos territórios conquistados, foi também a base econômica dos Sertões do Norte e um importante elemento integrador desses espaços (Silva, 2023). Serviu como assegurador do povoamento do interior, mantenedor da estrutura socioeconômica que se formava e caminho para as correntes comerciais (Simonsen, 2005). Muito mais que uma simples atividade complementar à produção açucareira, o criatório bovino passou a ser o principal expoente econômico dos Sertões do Norte, de modo que, em algumas capitanias, seu desenvolvimento passou a ser o maior representante da arrecadação da Fazenda Real.

Dessa forma, este artigo objetiva analisar o desenvolvimento do criatório do gado nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil no século XVIII, com especial foco ao Rio Grande do Norte, introduzindo a relação entre a territorialização dos Sertões do Norte e a pecuária, o desenvolvimento econômico dos currais durante o Setecentos, suas conexões e os interesses envoltos. Além disso, é explorada a institucionalização fazendária da arrecadação do “gado do vento”, que se conecta com os furtos de gado e a forma extensiva do criatório.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de diferentes fontes documentais referentes ao criatório de gado nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil durante o século XVIII, com especial foco ao Rio Grande do Norte. O cruzamento dessas fontes permitiu acessar diferentes conexões e interconexões relacionadas à territorialização dos sertões, à organização da criação extensiva, aos furtos de gado, ao “gado do vento” e à arrecadação da Fazenda Real. O intuito foi, muito além do aspecto econômico, desvendar aspectos do cotidiano, da vida material, da dinâmica econômica e dos conflitos.

Para isso, foram utilizadas principalmente fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), nos Papéis Avulsos das capitanias do Rio Grande, Ceará e Paraíba, além do Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Entre os documentos consultados estavam cartas de provedores da Fazenda Real, despachos do Conselho Ultramarino, registros das Câmaras, editais e documentos relativos às arrematações dos dízimos e do “gado do vento”. Esses documentos permitiram acompanhar, por exemplo, os contínuos furtos de gado nos sertões, as dificuldades encontradas pelos arrematadores e os conflitos entre moradores e agentes da Fazenda Real.

A análise das fontes foi realizada de maneira qualitativa e quantitativa. No primeiro caso, foram observadas as informações presentes nas cartas e registros administrativos sobre a forma extensiva do criatório, a circulação dos animais, a ausência de marcas e sinais, as “juntas” de gado, os furtos e as disputas em torno da propriedade das reses. A

documentação de 1738, por exemplo, relatou as dificuldades encontradas na cobrança dos dízimos diante da dispersão dos animais pelos campos e das estratégias utilizadas por alguns criadores para ocultar parte de suas criações. O problema também apareceu na institucionalização do "gado do vento", especialmente nas discussões sobre quais animais poderiam ser efetivamente considerados sem dono.

A dimensão quantitativa foi utilizada para mensurar, dentro das possibilidades apresentadas pela documentação, a arrecadação fazendária e o desenvolvimento do criatório. Nesse sentido, foram analisados valores de contratos e, principalmente, os rendimentos efetivamente arrecadados. Para o Rio Grande, a arrecadação total das quatro ribeiras passou de 1:047$100, em 1725, para 2:556$655, em 1741, demonstrando uma ampliação dos ganhos da Fazenda Real. A documentação produzida a partir de 1778, por determinação da Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco, possibilitou ainda quantificar os rendimentos do "gado do vento" por ribeira e local de arrecadação.

Foram utilizados, nesse levantamento, documentos como o "Rendimento do gado do vento da Ribeira do Apodi (1786)" e a "Administração do gado do vento do Assu (1793-1795)", ambos pertencentes ao Fundo Documental do IHGRN. A partir deles, foram observados os desempenhos das diferentes ribeiras, com destaque para Apodi e Assu, principais áreas do criatório bovino. Também foram consideradas as alterações provocadas pela seca de 1793, relacionando os rendimentos à destruição dos pastos e das águas, à morte e ao despovoamento.

Para compreender a relação entre o criatório e a ocupação territorial, foram utilizados os dados da Plataforma SILB. No Rio Grande do Norte, foram identificadas 510 sesmarias concedidas no século XVIII, das quais 340 apresentaram explicitamente o criatório de gado como justificativa, correspondendo a 66,67%. Esses dados foram relacionados às concessões de outras capitanias, permitindo observar a recorrência do pastoreio como forma de validação do uso da terra e como uma das formas de conquista territorial.

Também foram levantadas informações referentes às fazendas e aos valores arrecadados. A documentação permitiu identificar os nomes das fazendas e seus respectivos recebimentos, com preço médio em torno de 1$600 réis, embora fossem encontrados casos de 10$000 réis. Foram ainda registradas ocorrências isoladas de venda de um barbatão por 3$000 réis e de um "menor" por 2$000 réis. Esses dados foram utilizados como possibilidades de mensuração do criatório, ainda que a documentação não permitisse estabelecer, naquele momento, o valor unitário arrecadado por cabeça de gado.

Assim, o procedimento metodológico articulou documentação fiscal, administrativa, camarária e fundiária, relacionando os dados sobre sesmarias, fazendas, rendimentos, contratos, circulação e conflitos. O cruzamento dessas informações permitiu observar o criatório não apenas como atividade econômica, mas como elemento de territorialização, de integração dos sertões e de formação das relações entre os agentes envolvidos na dinâmica econômica e fazendária das Capitanias do Norte.

Resultados e Discussões

O criatório no século XVIII: o avançar de interesses comerciais, o "gado do vento" e os furtos

O pastoreio, além de ter sido forma de ocupação dos novos territórios conquistados, foi também a base econômica dos Sertões do Norte e um importante elemento integrador desses espaços (Silva, 2023). Serviu como assegurador do povoamento do interior, mantenedor da estrutura socioeconômica que se formava e caminho para as correntes comerciais (Simonsen, 2005). Após as Guerras de Conquista dos Sertões, a expansão do criatório ganhou força nos interiores, expressando-se na expansão territorial e no incremento do criatório de bovinos, caprinos, muares e outros animais na formação das fazendas sertanejas.

Após a conquista do hinterland, o pastoreio pôde expandir-se, tornando-se atividade de grande interesse e lucro, especialmente por representar fator essencial para a alimentação. Muito mais que uma simples atividade complementar à produção açucareira, o criatório bovino passou a ser o principal expoente econômico dos Sertões do Norte, de modo que, em algumas capitanias, seu desenvolvimento passou a ser importante para a arrecadação da Fazenda Real. No Rio Grande, já no início da primeira metade do século XVIII, o maior expoente dos dízimos reais era representado pelos gados vacuns e cavalares criados nos seus sertões.

Se, durante o século XVII, os rendimentos da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande eram irrisórios (Barbosa, 2021), o cenário passou a ser outro a partir de meados do século XVIII. A arrecadação total das quatro ribeiras saiu de 1:047$100, em 1725, para 2:556$655, em 1741, mais que dobrando. Esse panorama de aumento de arrecadação se ligou ao adentramento ao hinterland, especialmente nas ribeiras do Assu e Apodi, que experimentaram ascensões em grande escala a partir da década de 1720. Pelo avançar do gado e pela criação de bases de sustentação econômicas que pareciam lucrativas e com possibilidade de expansão, essas zonas passaram a denotar maior interesse dos contratadores.

A expansão do criatório esteve diretamente relacionada à ocupação da terra. No Rio Grande, já no início do século XVII havia sesmarias dedicadas ao criatório (Oliveira, 2023). A partir dos dados da Plataforma SILB, foram identificadas 510 sesmarias concedidas no século XVIII, das quais 340 apresentaram explicitamente o criatório de gado como justificativa, correspondendo a 66,67%. No Ceará, entre 1700 e 1791, o percentual chegou a 92,26%; para Piauí e Maranhão, na segunda metade do século XVIII, a média foi de 86%; e, nos sertões da Paraíba, 72,8% (Pinheiro apud Rolim, 2012; Roland, 2022; Morais, 2023). O importante aqui não são os números em si, mas o que eles representam: o pastoreio foi uma forma, ao ponto de vista dos colonizadores, de validar o uso da terra das concessões de sesmaria.

Nas Capitanias do Norte, o gado era criado solto, sem estábulos, silagem ou uso de técnicas de aprimoramento do pasto, predominando a paisagem aberta dos campos e das caatingas (Valverde, 1967; Silva, 1997). Por esse caráter extensivo, a pecuária representou uma fronteira móvel liderada por sesmeiros e arrendatários (Linhares, 1996). Ao criar uma fazenda, estas se alastravam por contiguidade a partir de seus epicentros (Prado Júnior, 1942), e, nesse processo, o gado permitia a seu dono conquistar novos espaços (Abreu, 1930). Assim, as fazendas serviram como elementos de poder irradiadores do processo de colonização dos sertões.

A expansão do criatório, contudo, não ocorreu sem conflitos. A própria conquista territorial esteve marcada pelo encontro e pelo embate com os povos indígenas durante as Guerras de Conquista dos Sertões (Silva, 2003; Puntoni, 2002). No Assu, a expansão da ocupação e das relações de poder foi marcada por disputas entre terras, homens e diferentes interesses durante o processo de territorialização (Silva, 2015). O criatório participou, portanto, da própria constituição dos espaços e das relações sociais estabelecidas nos sertões.

A dispersão das fazendas e o desenvolvimento da economia colonial também promoveram ocorrências que geraram a necessidade da intervenção do aparato fiscal-jurídico. Dentre elas, seu maior fervor ocorreu a partir da década de 1720: os furtos de gado. Em 1721, os camarários de Natal revelaram, por meio de uma carta enviada ao rei D. João V, a necessidade de se atalhar os furtos de gados vacuns e cavalares nos sertões desta capitania e do Ceará. Em 1724, a Câmara de Natal determinou que nenhuma pessoa poderia levar gados para fora da capitania sem licença e registro em Cunhaú, sob pena de quatro mil réis. O registrador deveria "registrar o dito gado, cabeça por cabeça, e marca por marca, com distinção clara" (Alveal; Barbosa, 2018).

Os locais de registro eram pontos fiscalizatórios que migraram entre Tamatanduba, Goianinha, Utinga e Cunhaú (Barbosa, 2017). Estavam na trajetória de caminhos antigos usados para conduzir o gado a Pernambuco (Dias, 2011). As correições registraram ocorrências de sujeitos que passaram gado para Pernambuco sem licença, retiraram seus animais da capitania sem registro ou mataram gados alheios ocultamente (Alveal; Barbosa, 2018).

Em 1725, o Conselho Ultramarino solicitou parecer ao provedor da Fazenda Real acerca das ocorrências dos furtos e, em 1729, foi remetida novamente uma carta relativa ao problema (AHU-RN, Cx. 2, D. 99; AHU-RN, Cx. 2, D. 16). Os camarários propuseram que houvesse um homem de "sã consciência" responsável por registrar e verificar a quantidade e as marcas dos gados que saíssem das ribeiras e dos sertões em direção aos locais de venda, fornecendo uma "carta guia". A descrição dos caminhos revela as interconexões entre os sertões do Ceará, Rio Grande e Paraíba, demonstrando que as fronteiras eram aspectos simbólicos, de aspecto fluido e não limitantes de contatos entre as Capitanias do Norte.

Em 1732, os camarários relatavam que "por falta de providência continua em grande aumento este delito". Os casos também ocorreram na Paraíba e nos sertões do Piauí, onde eram relatados "os grandes latrocínios que fazem os que levam gados dos sertões [...] para as povoações de Pernambuco, Bahia e Minas introduzindo neles gados alheios" (AHU-PB, Cx. 5, D. 400; AHU-Piauí, Cx. 1, D. 68). Os furtos eram realizados nos caminhos, a partir da ação de afugentar as reses dos seus rebanhos para depois as apanharem e venderem.

O aumento dessas ocorrências coincidiu com a descoberta e exploração das zonas mineiras e seu crescimento populacional. Na primeira metade do século XVIII, houve consolidação dos circuitos mercantis nas zonas interioranas e maior desenvolvimento dos caminhos (Arraes, 2012; Carrara, 2024). O ouro foi importante vetor de dinamização dessas relações, tendo como decorrência o intenso comércio de abastecimento (Nogueira, 2021). Ocorreram vendas de gado e cavalos para as zonas mineiras a partir do Rio Grande, suprindo as necessidades das novas áreas do Centro-Sul. A circulação monetária e o

aumento dos preços tornaram o furto do gado uma possibilidade de lucro (Antonil, 2011). Nesse contexto, descaminhos, contrabandos, extravios, furtos e roubos eram ocorrências frequentes (Ivo, 2009).

Esses circuitos mercantis criaram maior conexão interna. A pecuária, a partir dos caminhos de gado, auxiliou no desenvolvimento dessa rede de conexões físicas (Arraes, 2012). O que se percebe não é apenas os Sertões em movimento, mas em conexões. As rotas garantiam o abastecimento e a venda das reses, tendo as feiras como importantes locais de convergência, como a de Capuame (Henrique, 2014).

A partir do desenvolvimento do pastoreio e de suas redes nas Capitanias do Norte, destacou-se ainda a inserção de grupos comerciantes-mercantis, especialmente pernambucanos, nos Sertões e nas Ribeiras do Norte, por meio da posse de terras ou de arrematações da Fazenda Real (Silva, 2020). No Rio Grande, em 1761, Patrício José de Oliveira arrematou os dízimos reais, mais o gado do vento, das cinco ribeiras, pelo valor de 9:336$500. Agente mercantil da praça do Recife, estava envolvido com o "trato dos viventes", criação de gados vacuns e cavalares, comércio de carne para o Rio de Janeiro, posse de terras e investimentos em companhias (Souza, 2020).

O caminhar livre nos campos: o gado do vento, a forma de criação extensiva e a arrecadação fazendária

Os furtos de gado permitem perceber a forma em que era conduzido o criatório. Eram relatados, em grande parte, furtos de gados alheios, não marcados, que não tinham identificação das ferras de marcação de seus proprietários. Essa condição viabilizava os roubos, pois o animal furtado não poderia ser identificado ou reconhecido. Assim, concomitante aos roubos de gados, apareciam as reses sem marcas, nem sinal, algumas consideradas barbatões, isto é, reses que, criando-se nos matos, tornavam-se bravias (Luz, 1962). Essa característica explicitava o caráter extensivo do criatório.

Nas Ordenações Afonsinas aparece a instrução "de como se hão de arrematar as coisas que forem achadas do vento", posteriormente reproduzida nas Ordenações Manuelinas e Filipinas. Segundo Viterbo (1865, p. 290), "chama-se, pois, gado do vento, o que, sem dono ou pastor, anda vagando de uma para outra parte". No Rio Grande, durante a década de 1720, foram relatados gados sem marca, nem sinal, pelos sertões da capitania e do Ceará. O problema estava no recolhimento dos dízimos, pois não era possível aferir se esses animais pertenciam ou não às fazendas.

A ausência de marcação também estava relacionada aos períodos de seca. As criações "muitas vezes não chegam a um ano de idade, ou quando mais, sem marca, nem sinal", pois, durante os anos rigorosos de seca, "é impossível beneficiarem-se os ditos gados, nem marcarem-se" (Fundo Documental do IHGRN, Cx. 02, Livro 7, fl. 136v.). O tempo para que o gado ganhasse "seus verdadeiros valores" era de aproximadamente cinco a seis anos em períodos de seca, trazendo impactos para as arrecadações fazendárias.

Desde as primeiras discussões camarárias, esses animais foram designados como de "orelha redonda". Lamartine e Azevedo (1966) também conceituaram o gado do vento e os barbatões como "orelhudos", pois não detinham símbolos na pele e nem sinal na orelha. A baixa quantidade de registros de marcas de ferro nas Cartas e Provisões do

Senado da Câmara de Natal durante o século XVIII reforça a possibilidade de que a marcação não fosse uma prática tão difundida.

Essa característica aparece na reclamação do provedor da Fazenda sobre os pagamentos dos dízimos, quando afirmou que os criadores tinham a prática de "cortarem as orelhas do vacum que toca ao dízimo e lançarem-no antes deste tempo ao campo, à revelia dos contratadores". Em razão da quantidade de animais dispersos, os senhores prometiam juntar seus gados e cavalos, mas, ao fim da junta e contagem, deixavam nos currais algumas criações "inferiores e aleijadas". Às vezes, a cobrança ficava "de um ano para outro"; em outros casos, os proprietários falseavam a quantidade de animais. A "junta" era a reunião das criações dispersas e até bravias pelos campos, podendo demorar dias (Santos Filho, 1956).

A partir de 1728, estabeleceu-se a arrecadação no Norte do Estado do Brasil "sobre os escravos que se achassem nestas capitanias sem dono e acerca do gado que chamam do vento", cujo produto deveria ser recolhido à Real Fazenda (AHU-PE, Cx. 38, D. 3405; AHU-PE, Cx. 38, D. 3407; AHU-PB, Cx. 7, D. 568; AHU-CE, Cx. 4, D. 225). Em 1733, os arrematadores encontraram dificuldades para realizar as cobranças porque as pessoas dos sertões "uns os impedem com violência, outros positivamente vos destroem, mantendo-se deles, e deixando os mortos nos campos [...] por serem oriundos dos que cada um possui" (AHU-RN, Cx. 3, D. 180). Os criadores preferiam matar os próprios animais a permitir que fossem levados pelo contratador, gerando forte conflito entre curraleiros e agentes da arrecadação.

A partir de 1741, o conflito se intensificou na Ribeira do Apodi. Os "magnatas" se contrapuseram à arrecadação do gado do vento, enquanto o contratador João Pinto da Cruz cobrava os impostos de todos os gados sem marca. Deveriam pertencer ao contrato somente as reses "que andavam dispersas pelos matos, serras, e campos" onde não houvesse povoações de fazendas a que pudessem pertencer e aquelas cujos donos não pudessem ser averiguados (AHU-RN, Cx. 5, D. 286). João Pinto da Cruz e seus irmãos estavam inseridos nas redes comerciais de gado e couro e nas arrematações de contratos (Barbosa; Fonseca, 2016). Em 1743, a Câmara pediu esclarecimento "sobre o que verdadeiramente se pode chamar do vento e que deve ser arrematado" (Fundo Documental do IHGRN, Cx. 02, Livro 08, fl. 104). Ceará e Paraíba também enfrentaram problemas relacionados à tributação (AHU-CE, Cx. 4, D. 225; AHU-PB, Cx. 17, D. 1407).

Na segunda metade do século XVIII, a documentação permitiu uma aproximação quantitativa da arrecadação. Em 1778, a Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco enviou uma carta às demais provedorias das Capitanias do Norte, estabelecendo a quantificação dos rendimentos de cada ribeira e local de arrecadação. A partir disso, foi possível mensurar o desempenho da arrecadação do gado do vento entre 1779 e 1795. Diferentemente das arrematações, os rendimentos das cobranças fazendárias permitiam mensurar de maneira mais verossímil o desempenho e a produção econômica, pois eram valores obtidos após o recolhimento dos impostos.

As ribeiras do Apodi e do Assu, principais áreas do criatório bovino, foram as que apresentaram maiores desempenhos; a do Norte, por outro lado, apresentou menor expressão. A curva de ascensão, principalmente nos locais situados no hinterland, foi determinada pela grande seca de 1793, destruidora dos pastos e das águas, gerando um

ambiente de devastação, morte, despovoamento e entrega do gado ao destino (Felipe, 2020). Na documentação do Assu, as fazendas estavam completamente abandonadas em 1794 em decorrência da devastadora seca.

A mesma documentação permitiu observar que a arrecadação era registrada, em grande parte, pelo nome das fazendas. O preço médio girou em torno de 1$600 réis, com ocorrências de recebimentos de 10$000. Também foi registrada a venda de um barbatão por 3$000 e um "menor" por 2$000. Ainda não foi possível descobrir o valor unitário arrecadado por cabeça de gado, o que possibilitaria mensurar o número da criação por cada respectiva fazenda.

Os resultados demonstram que o criatório não pode ser separado das redes de circulação, dos interesses mercantis e da própria organização fazendária. A expansão dos currais criou novas conexões entre os sertões, enquanto os caminhos de gado possibilitaram a circulação das reses e aproximaram áreas produtoras, feiras e mercados. Ao mesmo tempo, a criação extensiva e a baixa frequência de marcações produziram problemas para a identificação dos proprietários e para a arrecadação, fazendo com que a categoria "gado do vento" estivesse no centro de disputas entre criadores, contratadores e agentes da Fazenda Real.

Muito além do aspecto econômico, o intuito foi desvendar aspectos do cotidiano, da vida material, da dinâmica econômica e dos conflitos. A ocorrência dos períodos de escassez d'água revela essa luta de superação às barreiras ao ambiente, essas vidas secas que há muito existem. A pesquisa, ainda em andamento, busca alargar e desenvolver principalmente a quantificação e mensuração da arrecadação fazendária, dos preços de produtos e das conexões internas com outras expressões econômicas além da pecuária. Entender o quadro da produção material e suas variedades é um passo fundamental para compreender as características específicas, as diferenças e o papel da pecuária na economia colonial das Capitanias do Norte.

Conclusão

O criatório de gado nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil constituiu-se como uma das principais estruturas de ocupação, territorialização e desenvolvimento econômico dos Sertões durante o século XVIII. Muito além de uma atividade complementar à produção açucareira, o pastoreio foi elemento mantenedor e propagador do processo de conquista dos novos territórios, contribuindo para o povoamento do hinterland, para a formação das fazendas e para a criação de redes de circulação entre diferentes espaços.

Os dados analisados demonstraram a estreita relação entre a expansão da pecuária e o acesso à terra. No Rio Grande, das 510 sesmarias concedidas no século XVIII, 340 apresentaram o criatório como justificativa, correspondendo a 66,67%. Esse quadro também se expressou nas demais Capitanias do Norte, demonstrando que o criatório esteve diretamente relacionado às estratégias de ocupação e legitimação do uso da terra.

A criação extensiva produziu, ao mesmo tempo, formas próprias de organização da vida sertaneja. O “gado do vento”, os barbatões, as reses “de orelha redonda”, as juntas de gado e a circulação dos animais pelos campos revelaram práticas diretamente relacionadas às características ambientais e ao modo de criação. Essas mesmas características produziram conflitos com os agentes da Fazenda Real, sobretudo em torno da identificação dos proprietários e da cobrança dos dízimos.

Os furtos de gado e os constantes conflitos documentados desde a década de 1720 também evidenciaram a dimensão econômica desses circuitos. Os caminhos que ligavam as ribeiras aos mercados de Pernambuco, Bahia e Minas contribuíram para integrar os Sertões do Norte e aproximar áreas produtoras, feiras e centros consumidores. Nesse processo, comerciantes e agentes da praça do Recife passaram a participar diretamente da economia sertaneja, inclusive por meio da posse de terras e das arrematações dos contratos fazendários.

A análise da arrecadação demonstrou ainda o crescimento da importância econômica do criatório. Entre 1725 e 1741, os rendimentos das quatro ribeiras do Rio Grande passaram de 1:047$100 para 2:556$655. Na segunda metade do século XVIII, os registros de 1779 a 1795 permitiram observar o desempenho da arrecadação do gado do vento, com destaque para as ribeiras do Assu e Apodi.

Desse modo, o criatório deve ser compreendido não apenas como atividade econômica, mas como elemento fundamental da territorialização, das conexões internas, das relações sociais e da vida material dos Sertões do Norte. A pecuária produziu caminhos, mercados, conflitos, formas de ocupação e modos de vida que ultrapassaram o século XVIII e permaneceram como importantes elementos da cultura dos Sertões.

Referências

ABREU, João Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930.

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907.

ALVEAL, Carmen; BARBOSA, Kleyson. POSTURAS E CORREIÇÕES. Natal: Flor do Sal, 2018.

ALVEAL, Carmen. Senhorios Coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América Portuguesa. Niterói: Editora Proprietas, 2022.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Brasília: Senado Federal, 2011.

AMARAL E SILVA, Giovanna Costa do. O Comércio de terras nas capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba (Século XVIII). Revista Espacialidades, v. 1, n. 01, p. 1280-1293, 2025.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. Das ribeiras o tesouro, das receitas o sustento: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723). 2021.

CARRARA, Ângelo Alves. Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DIAS, Thiago Alves. Dinâmicas mercantis coloniais, Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FARIA, Oswaldo Lamartine de; AZEVEDO, Guilherme de. Vocabulário do criatório norte-riograndense. Estudos Brasileiros-Serviço de Informação Agrícola (Brasil), n. 23. 1966.

FELIPE, Mariely de Albuquerque Mello. E a natureza os entregou ao jogo dos tempos: a seca de 1791 na capitania de Pernambuco e suas anexas. 2020. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as Capitanias do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760). 2022. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

HENRIQUE, Juliana da Silva. A feira de Capuame: Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). 2014. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

IVO, Isnara Pereira. Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa - século XVIII. 2009. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Fréderic Mauro, v. 34, p. 5-16, 1996.

LOPES, Quelen Ingrid. O mercado de bens rurais, extrativos e urbanos do termo de Mariana: interações sociais, econômicas e espaços de produção (1711-1779). 2015. Tese (Doutorado em História) - Instituo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MORAIS, Yan Bezerra de. Sertão em movimento: conexões, circulações e mobilidades nos Sertões de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. Às margens do Império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento (Século XVIII). 2021. Tese (Doutorado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

OLIVEIRA, Marcelo Igor de Araújo. Georreferenciamento de sesmarias: uma ferramenta para analisar o passado econômico e social da Capitania do Rio Grande (do Norte) (1600 -1614). XXXIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN – eCICT. 2023.

PUNTONI, Pedro Luís. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Fapesp, 2002.

ROLAND, Samir Lola. Sesmarias, fazendas e vilas: a consolidação da ocupação pela pecuária nos sertões do Maranhão e Piauí (1750-1777). Fronteiras, v. 24, n. 44, p. 177-197, 2022.

ROLIM, Leonardo Candido. A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial (c. 1660-c. 1810). 2019. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SOUZA, George Felix Cabral de. Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759). 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2020.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 8, p. 119-156, abr. 1997.

SILVA, Tatiane Eloise da. Das ribeiras e fazendas às vilas e câmaras: elites sertanejas do Rio Grande do Norte, séc. XVIII e XIX. 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. ‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras' - Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Poliana Priscila da. Nos bastidores da arrematação: a atuação dos homens de negócio nas arrematações dos principais contratos régios da capitania de Pernambuco (1727 -1780). 2020. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu Colonial (1680-1720). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. História econômica do Brasil: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, 2005.

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. Finisterra, v. 2, n. 4, 1967.

VIANNA, Urbino de Sousa. Bandeiras e sertanistas bahianos. Brasiliana, 1935.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usavam. AJ Fernandes Lopes, 1865.

Anexos



Gráfico



Gráfico - arrematações



Ribeiras Coloniais

CÓDIGO: HS0248

AUTOR: SARAH DANTAS DA SILVA

ORIENTADOR: JULIANA FELIPE FARIAS

TÍTULO: Mapeamento Participativo e expansão da energia eólica nos municípios de São Bento do Norte e Caiçara do Norte (RN)

Resumo

O presente trabalho apresenta como tema “Mapeamento Participativo e Expansão da Energia Eólica nos municípios de São Bento do Norte e Caiçara do Norte (RN)”, articulado a um projeto de pesquisa mais amplo que originalmente incluía Galinhos (RN), contudo, devido a limitações logísticas, esta análise delimita-se às duas primeiras localidades. Embora o setor eólico promova um discurso de progresso, a sua expansão em territórios pesqueiros, consolidada especialmente nos anos de 2015 e 2021, gera profundos conflitos socioespaciais. Tais intervenções ameaçam a soberania alimentar, os saberes seculares e a permanência das populações tradicionais em seus territórios de origem. O objetivo central é analisar as transformações territoriais e socioeconômicas locais, utilizando a cartografia social para dar visibilidade às demandas frequentemente ignoradas pelos registros oficiais. Metodologicamente, a pesquisa atrela o levantamento de indicadores socioeconômicos coletados em bases, como o IBGE, ao mapeamento participativo, cujo foco se direciona à Colônia de Pescadores Z-01. Como resultado desse processo, foram gerados produtos como quadro, mapas e tabelas, que compõem a sistematização de um banco de dados de características regionais. Sendo fundamentais para resultar na visibilidade voltada para as vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades dos municípios de Caiçara do Norte e São Bento do Norte diante a pressão exercida pelos novos aparatos tecnológicos.

Palavras-chave: Energia eólica. Comunidades pesqueiras. Cartografia Social.

TITLE: Participatory Mapping and wind power expansion in the municipalities of São Bento do Norte and Caiçara do Norte (RN)

Abstract

This study focuses on the theme “Participatory Mapping and Wind Power Expansion in the municipalities of São Bento do Norte and Caiçara do Norte (RN)”, linked to a broader research project that originally included Galinhos (RN),

however, due logistical constraints, this analysis is limited to the first two locations. Although the wind sector promotes a discourse of progress, its expansion in fishing territories, consolidated especially between 2015 and 2021, generates deep socio-spatial conflicts. Such interventions threaten food sovereignty, secular knowledge, and the permanence of traditional populations in their territories of origin. The central objective is to analyze local territorial and socioeconomic transformations, using social cartography to provide visibility to demands frequently ignored by official records. Methodologically, the research links the collection of socioeconomic indicators from databases, such as IBGE, to participatory mapping, focusing on the Z-01 Fishermen's Colony. As a result of this process, products such as charts, maps, and tables were generated, comprising the systematization of a regional characteristics database. These are fundamental in providing visibility to the vulnerabilities faced by the communities of Caiçara do Norte and São Bento do Norte under the pressure exerted by new technological apparatuses.

Keywords: Wind energy. Fishing communities. Social Cartography.

Introdução

A implantação de empreendimentos eólicos no Brasil iniciou-se nos anos 90, especificamente no Nordeste, com a instalação do primeiro aerogerador em Fernando de Noronha (PE) em 1992 (Pinto, 2017). Entretanto, adentrou-se no estado do Rio Grande do Norte devido às condições climáticas, geomorfológicas e hídricas resultantes da sua localização privilegiada no litoral do continente, onde se concentraram, inicialmente, nas áreas litorâneas e foram levados para a parte interiorana. Portanto, os municípios de Caiçara do Norte e São Bento do Norte foram acarretados com empreendimentos eólicos datados nos anos de 2015 a 2021 totalizando cerca de 20 parques em estado de operação (ANEEL, 2025), porém esses empreendimentos contrastam com a existência de grupos, entre eles as comunidades tradicionais pesqueiras, resultando em uma luta cotidiana.

Historicamente, a formação de Caiçara do Norte e São Bento do Norte está intrinsecamente ligada à atividade pesqueira artesanal, que moldou a identidade cultural e a ocupação inicial do litoral potiguar. Sendo assim, a gênese territorial de Caiçara do Norte remonta ao período pré-colonial, quando a região foi cenário de intensos conflitos étnicos, visto que, a ocupação indígena original já estabelecia uma relação ancestral com o território. Logo, no século XVI, com o início do contato europeu mediado por franceses e portugueses, a área era dominada pela tribo Tupi dos Potiguaras (Caiçara do Norte, 2022). Segundo o Histórico Oficial do Município (2025), a ocupação luso-brasileira consolidou-se apenas no século XVIII, fundamentada na concessão de sesmarias para a exploração de recursos naturais. Em outras palavras, nesse estágio embrionário, a economia local já se sustentava pela extração de sal, a pecuária e, primordialmente, a pesca.

No tocante a São Bento do Norte, a sua formação territorial esteve ligada à exploração de recursos tradicionais da zona costeira, fundamentada na pesca artesanal e no pequeno plantio de subsistência (São Bento do Norte, s.d.), porém ocorreu uma grande mudança na organização de seu espaço geográfico,

impulsionada pela transição da matriz energética renovável. Ademais, um marco fundamental foi em agosto de 2010, quando o Rio Grande do Norte sagrou-se campeão no segundo Leilão Nacional de energia para fontes alternativas, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), havendo a emersão de São Bento do Norte como um dos polos de instalação de novos parques eólicos, atraindo investimentos massivos em infraestrutura.
Outrossim, a transição de uma economia baseada na subsistência para um polo de geração de energia limpa trouxe complexidades socioeconômicas, onde o aporte de capital dos grandes empreendimentos nem sempre se reflete na valorização do trabalho local. Conforme Lima (2022), a atividade pesqueira enfrenta o desafio de se integrar aos novos usos do mar, como a implantação de parques eólicos, que exigem programas de compensação e monitoramento da biota marinha, fora a criação de zonas de exclusão e a interferência nas rotas tradicionais de captura, o que exige a implementação rigorosa de Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) para evitar o colapso da soberania alimentar das comunidades costeiras.
Diante desse cenário, a análise sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), citando os objetivos 7, 10 e 14, que estabelecem o equilíbrio com a meta de energia limpa e acessível, a redução das desigualdades no território e a preservação da vida marinha. Contudo, os grandes empreendimentos eólicos frequentemente ferem os objetivos em seus processos de implantação e operação. Sob esse prisma, a pesquisa tem por objetivo principal, analisar os impactos da instalação e expansão de parques eólicos onshore e offshore nas comunidades tradicionais pesqueiras dos municípios de Caiçara do Norte e São Bento do Norte, por meio da construção de um diagnóstico com ênfase na cartografia social.

Metodologia

Para realizar o levantamento foram utilizadas as metodologias qualitativas e quantitativas, sendo conceituadas por Moreira e Caleffe (2008), na qual, a pesquisa qualitativa “[...] explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente” (p. 73), enquanto a pesquisa quantitativa “[...] explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas” (p. 73). Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para alimentar um banco de dados por meio de materiais como livros, artigos científicos, teses e dissertações que abordam aspectos socioterritoriais do recorte.

Ademais, para o levantamento citado, a base utilizada foram revistas, bibliotecas, dentre outros no banco de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no site SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para analisar o Observatório Setorial Territorial, na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o Painel de Indicadores do SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), o Boletim do Registro Geral do Pescador e Pescadora Profissional e os planos municipais disponíveis no site da prefeitura municipal para apanhar informações na

confecção de uma caracterização de dados socioeconômicos de ambos municípios.

Na busca de conteúdo digital de artigos, teses e dissertações foram utilizados os descritores a seguir: “energia eólica offshore no Rio Grande do Norte”, “Segregação socioespacial nos municípios de Caiçara do Norte e São Bento do Norte”, “Projetos de energia eólica onshore em Caiçara do Norte e São Bento do Norte”, “Desafios das comunidades tradicionais pesqueiras no Rio Grande do Norte”.

Tal pesquisa foi realizada entre os meses de setembro de 2025 e ainda está ocorrendo no mês de setembro de 2026, devido ao entrelaçamento com um projeto de doutorado em andamento intitulado de “Mapeamento Participativo e expansão da energia eólica nos municípios de São Bento do Norte, Caiçara do Norte e Galinhos (RN)”. Embora Galinhos estivesse contemplado inicialmente, a pesquisa delimitou-se a Caiçara do Norte e São Bento do Norte para garantir o aprofundamento exigido pela Cartografia Social, priorizando os municípios onde os vínculos comunitários e a mobilização via Colônia Z1 mostraram-se mais maduros, além da similaridade direta nas dinâmicas de ocupação dos parques eólicos, permitindo uma análise mais coesa sobre os impactos na pesca artesanal.

No total foram escolhidos cerca de 33 artigos que vieram a servir como base para a compreensão teórica e constituição do presente trabalho e os demais artigos serviram como uma complementação dos dados tratados, nos quais foram pautados em virtude da sua apresentação teórica sobre a tríade de expansão eólica, comunidades tradicionais pesqueiras e dinâmica territorial no Nordeste. Adicionalmente, para a organização das tabelas foi utilizada como ferramenta de esboço o excel, seguindo a ordem fornecida pelo IBGE (2024), contempladas com dados demográficos, sociais, territoriais e econômicos.

A fundamentação metodológica desta pesquisa reside, primordialmente, na Cartografia Social (CS), na qual é compreendida como uma abordagem participativa e baseada no diálogo, surgindo como um rompimento dos modelos tradicionais de projeções cartográficas, ao realizar a junção dos conhecimentos técnicos e saberes locais em um único projeto, ou seja, a CS é entendida como um campo de disputa simbólica, conforme abordado por Acselrad (2013), permitindo que os pescadores artesanais evidenciem seus conflitos socioambientais e relações de pertencimento.

O diagnóstico será operacionalizado por meio do mapeamento participativo, funcionando como um instrumento de escuta e afirmação de saberes que integra o conhecimento técnico à realidade local. Seguindo as etapas sistematizadas por Soares (2024), o processo metodológico consistirá na construção de vínculos com a comunidade, realização de oficinas para compartilhamento de técnicas e a posterior elaboração coletiva de vínculos com a comunidade, além da posterior elaboração coletiva de materiais cartográficos.

Nessa perspectiva, o mapa deixa de ser apenas um registro técnico para atuar como mediação entre a memória coletiva da comunidade pesqueira e a ação

social frente às transformações territoriais (CALLAI, 2013), valorizando as expressões simbólicas e afetivas dos espaços vividos (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015).

Cabe ressaltar que a referida pesquisa encontra-se em fase de execução, concentrado-se atualmente na Fase 3 do itinerário proposto por Soares (2024), que consiste na construção e análise dos materiais cartográficos elaborados pelos pesquisadores e as comunidades pesqueiras para o reconhecimento do contexto local (Figura 1).

Em virtude disso, a etapa de campo foi estruturada por meio de oficinas de Cartografia Social, cujo processo de mobilização teve início com o mapeamento e convite à liderança da Colônia de Pescadores/Z1 Almirante Gomes Pereira e associações locais, como estudantes da EJA, sendo em sua grande maioria parentes de pescadores garantindo que diferentes perfis com opiniões diversas estejam representados, no qual o primeiro contato foi efetuado via online, e posteriormente, presencialmente por meio de doces e bolachas, com o intuito de deixar o público confortável e disposto para participar da oficina, além da leitura e explicação dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a operacionalização, foram utilizados materiais como mapas-base, especificamente imagens de satélite em larga escala elaborados a partir do Google Earth, marcadores permanentes para a elaboração das legendas, massinhas colantes para o manuseio dos ícones elaborados referentes às representações das potencialidades e problemas, um gravador de aúdio para o registro das narrativas que emergiram durante a oficina e registros fotográficos.

Resultados e Discussões

3.1 Aspectos Socioeconômicos de Caiçara do Norte e de São Bento do Norte - Demografia, Educação, Saúde e Saneamento Básico

A estruturação territorial dos municípios de Caiçara do Norte e São Bento do Norte, situados no litoral setentrional potiguar, é definida por uma inserção estratégica em uma zona de transição ecossistêmica que concilia o bioma Caatinga Arbustiva com o Sistema Costeiro-Marinho (IBGE, 2022). O município de Caiçara do Norte abrange uma área de 225,633 km², cuja paisagem é marcada pela transição entre dunas e mar, com clima tropical equatorial e temperaturas médias superiores a 26°C, conforme o IBGE (2022), visto no mapa 1.

Ademais, um dado territorial relevante para a gestão pública é o seu alto índice de urbanização e concentração espacial, pois de acordo com o Censo Demográfico (2022), 98% da população reside na zona urbana, refletindo no conglomerado de atividades econômicas e residenciais em torno da orla marítima e do centro administrativo. Porém, sob esse prisma, a distribuição territorial sobre as dunas torna o município particularmente vulnerável ao processo de erosão costeira, tornando-se um desafio contemporâneo que tem

demandado intervenções estruturais, como o exemplo notório da construção de gabiões na praia principal.

Voltando-se para São Bento do Norte, segundo os dados consolidados do Censo de 2022, o município abrange uma extensão de 288,761 km², revelando um pequeno porte populacional, caracterizado por uma ocupação rarefeita de seu território e por desafios estruturais significativos no que tange ao desenvolvimento humano e à equidade social. Segundo os dados consolidados do Censo de 2022, com sua extensão territorial, reflete-se uma distribuição espacial dispersa, sendo classificado na hierarquia urbana como um Centro Local integrado funcionalmente ao Arranjo Populacional de Caiçara do Norte (Mapa 1).

Quanto à dinâmica demográfica, ambos os municípios revelam sinais notórios de uma transição demográfica caracterizada pela queda acentuada na natalidade e mudanças na estrutura etária que redefinem as demandas por serviços públicos. Em Caiçara do Norte, segundo dados do Datasus (2024), observa-se uma queda acentuada e progressiva na taxa de natalidade, que deve recuar de 10,65 nascimentos por mil habitantes em 2021 para uma projeção de apenas 6,01 em 2025, sinalizando o envelhecimento da comunidade. Na localidade de São Bento do Norte, essa tendência é igualmente alarmante, pois segundo dados do MEC (2025), o total de nascimentos recuou de 60 em 2021 para 55 em 2024, resultando em uma taxa de natalidade de 8,43 por mil habitantes, valor significativamente inferior aos 22,33 registrados quatro anos antes.

Outrossim, a composição por gênero e faixa etária apresenta um equilíbrio relativo, com leve predominância masculina em Caiçara do Norte de 51,84% e um volume populacional concentrado majoritariamente nas faixas jovens e adultas entre 15 e 44 anos em ambos os territórios, conforme dados do Censo Censitário (2022), exposto na tabela 1. No entanto, sob a ótica do IBGE (2010), a vulnerabilidade econômica permanece como um desafio estrutural, onde em Caiçara do Norte, 52,60% da população possui rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo.

No que tange à estrutura etária e à composição por gênero de São Bento do Norte, a população do Censo Demográfico do IBGE (2022) apresenta um equilíbrio relativo, embora demonstre sinais nítidos de transição demográfica, pois percebe-se que o maior volume populacional se concentra nas faixas jovens e adultas, com destaque para o intervalo entre 15 e 29 anos, que totaliza 735 pessoas (Tabela 2). No município, sob o prisma do IBGE (2010), nota-se que esse índice atinge 51,20%, evidenciando que a circulação da riqueza macroeconômica gerada por novos ativos industriais e energéticos ainda não atinge de forma equânime a base da pirâmide social.

No tocante à identidade étnico-racial, Caiçara do Norte apresenta um perfil majoritariamente pardo, representando entre 71% a 81% da população, o que reflete a herança histórica de miscigenação entre os povos originários com os colonizadores. Em diálogo com dados do Censo Escolar (2025) e registros no Cadúnico (2024), é notável que, apesar da forte ascendência indígena

mencionada na formação histórica, os dados do IBGE (2022) apontam 0,0% de autodeclaração indígena nos sistemas, de modo que o município não possui escolas ou comunidades oficialmente reconhecidas como indígenas ou quilombolas.

Prosseguindo, o cenário educacional de Caiçara do Norte apresenta-se como um sistema em processo de estruturação física e pedagógica, refletindo tanto os avanços quanto às profundas desigualdades estruturais comuns. No ano de 2025, segundo o Censo Escolar, a rede de educação básica do município contabilizou um total de 1.419 estudantes matriculados, distribuídos em 12 unidades de ensino, onde a organização institucional revela uma forte predominância do poder público municipal, que gere 66,7% das escolas, enquanto o setor privado ocupa uma parcela de 25% e a esfera estadual responde por apenas 8,3% das unidades escolares.

Dando continuidade, para compreender a complexidade desse atendimento, a tabela 3 detalha a distribuição do contingente escolar, onde nota-se que o maior volume de matrículas concentra-se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com 459 alunos, enquanto o Ensino Médio regular apresenta o menor contingente, com apenas 82 estudantes, sinalizando um funil educacional, segundo dados do Censo Escolar (2025).

A análise interpretativa dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2023 aponta para uma estagnação no desempenho escolar, ficando ligeiramente abaixo da meta projetada de 4,0, ou seja, esses números são agravados pelo indicador de distorção idade-série de acordo com o Censo Escolar (2025), pois enquanto nos anos iniciais a taxa é de 16,6%, ela salta para alarmantes 49,6% nos anos finais. Esse fenômeno é frequentemente associado ao abandono temporário para o trabalho na pesca ou nas salinas, além de falhas no processo de alfabetização na idade certa.

Ademais, a formação docente apresenta uma disparidade notável, pois, segundo o INEP (2025), se nos anos iniciais 70,7% dos professores possuem formação adequada, esse índice despenca para apenas 21,7% nos anos finais, revelando que a maioria dos docentes nesta etapa leciona disciplinas fora de sua área de graduação.

Quanto à infraestrutura, embora o Censo Escolar (2025) aponte que as escolas convencionais de Caiçara do Norte apresentam uma cobertura de 100% em serviços básicos como água potável, energia elétrica e esgoto, as mesmas carecem quase totalmente de equipamentos de apoio pedagógico avançado. Dados de 2025 do SEBRAE registram 0% de quadras esportivas, laboratórios de informática ou de ciências nas escolas convencionais, resultando na limitação de atividades.

A análise educacional de São Bento do Norte revela um sistema que, embora atinja metas básicas de desempenho no ensino fundamental e apresenta avanços significativos na conectividade digital, enfrenta barreiras estruturais severas que comprometem a formação de capital humano qualificado. A rede de

ensino é composta por 6 escolas que atendem um contingente de 1.100 estudantes, conforme citado no Censo Escolar (2025).

Conforme aborda a tabela 4, um ponto de destaque na gestão atual é o investimento na Educação Infantil, que conta com 4 creches e 4 pré-escolas, atendendo um total de 249 crianças, onde é advertida com o maior número de redes em comparação às outras etapas de ensino (Censo Escolar, 2025).

Dando continuidade, a qualidade da educação básica, medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2023), apresenta resultados estáveis, com nota 4,2 nos anos iniciais. Porém, a análise aprofundada dos indicadores de fluxo revela uma realidade alarmante, pois segundo dados do INEP (2025), a taxa de distorção idade-série, indica o percentual de alunos com atraso escolar de dois anos ou mais, onde nos anos finais do ensino fundamental, esse índice atinge 39,4%, um valor drasticamente superior à média nacional de 16,4%. Essa fragilidade reflete-se na baixa competitividade dos jovens, visto que apenas 44,9% dos concluintes do ensino médio participaram do ENEM em 2025 (SGP;INEP, 2025).

Um contraste marcante em São Bento do Norte é a modernização tecnológica frente à carência de espaços físicos: o município alcançou 100% de conectividade à internet em suas escolas, mas mantém uma taxa de 0% em laboratórios de ciências e quadras de esportes (INEP, 2023; MEC, 2025). Ademais, a qualificação docente nos Anos Iniciais é um ponto de atenção, com apenas 51,2% de adequação, embora suba para 94,4% nos Anos Finais (INEP, 2025).

A organização territorial das escolas também impõe desafios de locomoção, segundo Silva (2024). Em São Bento do Norte, como existe apenas uma escola para os Anos Finais e uma para o Ensino Médio, os estudantes da zona rural precisam obrigatoriamente se deslocar para o centro urbano ou para o Distrito de São Miguel para concluir a educação básica. Esse padrão de dependência do centro também é visto em Caiçara do Norte, onde o acesso ao ensino profissional e médio exige deslocamentos exaustivos para o núcleo urbano ou cidades polo como Natal.

Abrangendo à saúde pública em ambos os municípios, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (2022), sustenta-se na cobertura da Atenção Primária, mas enfrenta a dependência de polos regionais para procedimentos complexos. Em Caiçara do Norte, a rede garante 100% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família e registrou um indicador de excelência de zero óbitos maternos entre 2015 e 2020 (Secretaria Municipal de Saúde, 2022). Em contraste, São Bento do Norte apresenta uma taxa de mortalidade infantil preocupante de 19,61 por mil nascidos vivos (IBGE, 2023), além de novos desafios de saúde pública relacionados aos ruídos dos parques eólicos, que podem causar transtornos do sono e estresse nas populações vizinhas, em que, de acordo com González, Gonçalves e Vasconcelos (2017 apud Lima, 2022), é necessário salientar a necessidade de monitoramento rigoroso do conforto acústico.

Em virtude disso, no saneamento básico, observa-se uma disparidade crítica entre o abastecimento hídrico e o esgotamento sanitário. Conforme os indicadores demográficos do IBGE (2022), Caiçara do Norte possui 92,2% de cobertura de água, o que reflete na ausência de internações por diarreia (IBGE, 2024), mas o esgoto atende apenas 27,94% dos domicílios, de acordo com dados do Planejamento de Investimentos em Saneamento e Meio Ambiente (2025), além da exposição da seletividade espacial da infraestrutura.

Referente à São Bento do Norte, a situação é mais severa, no qual, o esgotamento sanitário atinge apenas 2,43% e a rede de água (IBGE, 2022), além de cobrir apenas 50,30% da zona rural, sofre com 71,88% de perdas na distribuição, seguindo a análise do Relatório de Indicadores do Módulo de Água (SINISA 2023/2024).

3.2 A Importância da Pesca dentro da Economia e Cultura dos municípios

Dentro desses municípios, a pesca é algo primordial, constituindo-se como pilar central da identidade cultural, da segurança alimentar e da circulação de capital. A atividade desponta como ponto característico da cultura local de Caiçara do Norte, conferindo ao município o título de “maior praia de pesca artesanal do Rio Grande do Norte”. Como destaca Silva (2024), esse título é ostentado em seu pórtico de entrada como um cartão de visitas de sua identidade, ou seja, a vida comunitária é regida pelo ciclo das marés e pela abundância do peixe-voador, espécie que moldou uma linguagem comercial e social própria.

Para o pescador caiçarense, o exercício da profissão é visto como um ato de autonomia e interação com o meio ambiente, sendo um conhecimento tradicional transmitido de pai para filho (Silva, 2024). A organização institucional dessa cultura é garantida pela Colônia de Pescadores Z-01, Almirante Gomes Pereira, a mais antiga do estado, fundada em 1919 e reconhecida como de utilidade pública em 2022 por seu papel fundamental na defesa dos direitos sociais, artísticos e culturais da categoria (Caiçara do Norte, 2022). A Colônia concentra cerca de 300 embarcações cadastradas e 1.200 pescadores atuantes (FEPERN, 2024; Caiçara do Norte, 2025), conforme citado no Quadro 1.

Segundo Silva (2021), o foco principal da captura é o peixe-voador, cuja abundância se torna a base do sustento de famílias inteiras, ainda que a produtividade venha enfrentando desafios sazonais e a pressão da pesca predatória. Outrossim, a dinâmica pesqueira é caracterizada por viagens que variam de canoas próximas à costa até barcos de maior porte que alcançam entre 20 e 60 milhas náuticas, evidenciando uma dependência vital do território marinho.

Contudo, observa-se atualmente uma alteração de ideais geracionais e socioespaciais, provocada pela pressão da modernização industrial e pela especulação energética. Conforme Silva (2024), nota-se um crescente desinteresse dos jovens em dar continuidade à tradição pesqueira, frequentemente seduzidos pela promessa de empregos formais na indústria

salineira ou nos novos complexos de energia eólica, além do impacto corrosivo das drogas ilícitas que afasta parte da força de trabalho do mar.

Referente ao mercado de trabalho formal, observa-se uma forte concentração no setor de Administração Pública, que atua como o principal empregador direto e estabilizador da economia local, preenchido, em grande parte, por jovens. De acordo com dados da SEBRAE (2024), o setor terciário é composto majoritariamente por micro empreendimentos voltados ao consumo interno, contando com 21 estabelecimentos de comércio varejista ativos em 2025.

Os dados do emprego formal de indicadores do CAGED (2024) revelam que a indústria, embora possua poucos estabelecimentos, oferece as maiores remunerações médias como R$3.380,51, enquanto o setor de serviços apresenta os menores índices salariais (Tabela 5). Essa estrutura, conforme a visão do Ministério do Trabalho (2024), demonstra que a economia de Caiçara do Norte ainda carece de uma base industrial robusta que possa absorver a mão de obra local de forma contínua e qualificada.

Outro ponto a ser destacado por Silva (2024) é a iminente chegada da eólica offshore e do Porto Indústria Verde, onde há uma introdução de zona de tensão com os costumes locais, uma vez que a instalação de torres em territórios tradicionais de captura (entre 5 km e 50 km da costa, segundo dados do IBAMA (2024 apud Silva, 2024)) ameaça não apenas a soberania alimentar, mas a própria manutenção dos saberes seculares. Assim, a comunidade caiçarense pode ser configurada hoje como uma resistência que segue em luta para harmonizar e buscar os seus direitos em relação à pauta do desenvolvimento econômico com a preservação de sua estética do trabalho e de sua memória coletiva (Silva, 2024).

No que se refere a São Bento do Norte, a conexão secular do município com o sistema costeiro-marinho reflete-se na centralidade da pesca artesanal e da aquicultura para a subsistência e geração de renda. Entretanto, a consolidação de São Bento do Norte como polo eólico, iniciada no Leilão de 2010, trouxe para o território ocupações com salários considerados “estrondosos” para a realidade regional.

Embora esses salários elevem a média municipal, de acordo com a tabela 6, existe uma barreira de acesso intransponível para a maioria dos moradores, onde essas vagas disponíveis existem um alto rigor acadêmico (SEBRAE, 2024), como resultado, a demanda por profissionais qualificados é suprida por trabalhadores vindos de outros grandes centros ou estados, gerando um fluxo de renda que não permanece no comércio ou na economia da cidade, caracterizando a instalação desses parques como “enclaves tecnológicos”, conforme relatado no MEC (2026).

Em outras palavras, essa transformação alterou a paisagem e a lógica de ocupação do território, uma vez que a instalação de aerogeradores exigiu complexos processos de licenciamento ambiental e a construção de infraestruturas de transmissão que conectam o município ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Segundo a análise de Silveira Júnior (2010), essas mudanças

promovem reconfigurações profundas na distribuição espacial da população e na situação dos domicílios, forçando a saída dos moradores para outros locais em virtude da nova dinâmica territorial.

Além disso, existe um hiato profundo entre a relevância social da pesca e a sua representação no mercado de trabalho formal. Conforme o Ministério de Educação (2026), o município registra apenas 5 pescadores artesanais formalizados e 1 supervisor de exploração de pesca, com remunerações médias situadas na faixa de R$1.440,78, cadastrados na Colônia Z-01 em Caiçara do Norte. Interpretativamente, esses números evidenciam a invisibilidade estatística da pesca artesanal de captura, que é predominantemente informal e de subsistência.

O grande destaque financeiro deste setor, contudo, reside na carcinicultura, onde os dados do IBGE dos anos de 2013 a 2024 mostram que São Bento do Norte já atingiu picos de produção de camarão com valores que ultrapassam a casa dos milhões de reais (R$22.857.630,00 em 2024 com uma produção de 683.133kg), configurando-se como uma das atividades mais rentáveis do setor primário (Tabela 7).

Além da mencionada produção de camarão, o município apresenta uma inserção na piscicultura de água doce. Segundo os dados citados pelo MEC (2026), em 2024, São Bento do Norte registrou a produção de 12.000 kg de tilápia, gerando um valor de produção de R$96.000,00. Embora esse valor seja significativamente menor que o do camarão, ele indica uma diversificação estratégica que utiliza corpos d'água doce no bioma Caatinga, complementando a renda das famílias que não possuem acesso direto à costa.

3.3 O papel do Mapeamento Participativo nas comunidades

Nesse contexto, o mapeamento participativo constitui-se como um instrumento que dá voz a essas comunidades e visibilidade para possuírem um contexto de transformações que respeite suas vivências e territorialidades, resultando na identificação e espacialização de conflitos socioambientais frequentemente negligenciados na cartografia tradicional. No caso das comunidades costeiras, a Cartografia Social permite registrar o “espaço vivido”, conceito abordado por Milton Santos em 1996, na obra “A Natureza do espaço”, que define o território a partir de seu uso compartilhado e ressignificação cotidiana pelos indivíduos.

Dessa forma, a Cartografia Social vem tornando-se uma ferramenta de resistência contra as pressões territoriais iminentes abordadas pelo Porto Indústria Verde e pela eólica offshore. Ao georreferenciar as zonas tradicionais de pesca, os históricos pesqueiros e os fluxos de navegação, a CS materializa o direito ao uso do mar comum, assegurando que a memória coletiva e a estética do trabalho sejam consideradas no ordenamento territorial, através dos conhecimentos discutidos pelas comunidades pesqueiras na tomada de decisões e na garantia de direitos.

Conclusão

Diante desse cenário, conclui-se que, embora a energia eólica traga consigo discursos de evolução, enfatizando o tópico de aumento de renda e gerando altas expectativas nas comunidades, sua implantação não garante o desenvolvimento efetivo dos municípios, pois os tópicos ofertados para o aumento salarial são vagas de emprego que não são ocupadas pelos próprios moradores. Sendo assim, as vagas de emprego exigem uma alta qualificação técnica, enquanto a população local apresenta um déficit educacional, com formação majoritariamente no ensino fundamental, apesar do acesso à matrícula ser garantido, observa-se uma falha na entrega de um ensino de qualidade igualitária, pois persistem barreiras severas à locomoção e à permanência dos estudantes, ou seja, a exigência de alto rigor acadêmico para as vagas no setor eólico acaba por excluir a comunidade local das oportunidades geradas.

Ademais, os impactos das energias eólicas são evidenciados no cotidiano dos moradores, onde como discutido nas potencialidades e limitações, devido a sua má distribuição, a proximidade dos aerogeradores com as residências, geram intervenções na rotina noturna da população, resultantes da geração de ruídos e feixes de luz, além do gotejamento de óleos vindo da movimentação das pás, esse conjunto de fatores comprometem a saúde física e mental. Somam-se a isso os danos ambientais, como o desmatamento da flora e o afugentamento da fauna local para a construção dos aerogeradores, evidenciando que o modelo atual prioriza a técnica em detrimento do bem-estar social e ecológico.

Outrossim, a utilização do mapeamento participativo, torna-se fundamental na análise desses impactos, pois permite uma observação precisa da distribuição de recursos e das consequências locais da infraestrutura eólica. Devido a evidência de um descompasso voltando-se o olhar para os indicadores de saúde e saneamento básico, a população de São Bento do Norte e de Caiçara do Norte carece de uma distribuição de água equitativa e de tratamento de esgoto, destinados em principal para as zonas urbanas, negligenciando as zonas rurais, revelando um cenário de vulnerabilidade social que demanda intervenções contínuas das políticas públicas de assistência, especialmente ao considerar a disparidade entre a riqueza gerada pelo setor eólico e a qualidade de vida da base populacional, no qual é ignorado na cartografia convencional.

Além dos danos em terra, os aspectos físico-ambientais atraem projetos de expansão ainda mais ambiciosos, como a energia eólica offshore, impondo desafios extremos à comunidade pesqueira, pilar econômico de sobrevivência local de ambos os municípios, que enfrenta a possível restrição de seus territórios tradicionais de pesca e o comprometimento de sua fonte de renda. Em suma, a transição energética só será genuinamente “verde” e “sustentável” se for socialmente justa, sendo necessário o rompimento da lógica do colonialismo verde, que explora recursos locais sem promover a dignidade humana.

Referências

BRASIL. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA). Relatório de indicadores do módulo água - 2024: São Bento do Norte (Ano de referência 2023). Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Vis Data: famílias beneficiárias por município (Bolsa Família - São Bento do Norte). Brasília, DF: MDAS, 2026. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/tabelas/tabela.php?iuid=75894&cfc=prog=1$banco=Producao$referencia=2026-04-01;2026-03-01;2026-02-01;2026-01-. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Vis Data: famílias beneficiárias por município (Bolsa Família - São Bento do Norte). Brasília, DF: MDAS, 2025. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/tabelas/tabela.php?iuid=54159&paginacao=1&pagina=1&registros=100&exibe_num=1&exibir_codigo_divisao=1&cfc=prog=1$banco=Producao$referencia=2025-09-01;2025-08-01;2025-07-01;2025-06-01;2025-05-01;2025-04-01;2025-03-01;2025-02-01;2025-01-01%7C$vars=bf_qtd_fam,bf_vl&tipo_divisao=m&sub_t_acima=1&sub_tipo_divisao=241160. Acesso em: 25 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. A educação no município de Caiçara do Norte. Brasília, DF: MEC, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. A educação no município de São Bento do Norte. Brasília, DF: MEC, 14 maio de 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED): indicadores de emprego e remuneração de Caiçara do Norte. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim do Registro Geral do Pescador e Pescadora Profissional: 2024. Boletim Anual – RGP – Volume II. Brasília: MPA, 2025.

CAIÇARA DO NORTE. Prefeitura Municipal. Histórico do município. Caiçara do Norte, RN, 2025. Disponível em: https://caicaradonorte.rn.gov.br/pages/historico. Acesso em: 03 dez. 2025.

CAIÇARA DO NORTE. Prefeitura Municipal. Lei nº 260/2024: estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Caiçara do Norte-RN para o Exercício de 2025 (LOA 2025). Caiçara do Norte, RN, 2024.

CAIÇARA DO NORTE. Prefeitura Municipal. Plano Plurianual (PPA) 2026-2029: Anexo III - Unidades executoras e ações voltadas ao desenvolvimento do programa governamental. Caiçara do Norte, RN, 2025.

CAIÇARA DO NORTE. Secretaria Municipal de Saúde. Plano Municipal de Saúde 2022-2025. Caiçara do Norte, RN, 2022.

DIAS, Victor Lucas Souza. Oportunidades e desafios da cadeia de suprimentos da eólica offshore no Brasil. 2023. 72 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

GIANVENUTI, Leroy. Mapeamento de usinas eólicas offshore: estrutura da base de dados. 2019. 76 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Caiçara do Norte - RN: panorama geral. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/caicara-do-norte.html. Acesso em: 20 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). São Bento do Norte - RN: panorama geral. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-bento-do-norte/panorama. Acesso em: 20 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: resultados por município - São Bento do Norte (RN). Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população residente, densidade demográfica e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar 2024/2025: indicadores de fluxo, matrículas e adequação docente de Caiçara do Norte. Brasília, DF: Inep, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse estatística da educação básica 2024. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/. Acesso em: 14 jul. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Painel de indicadores: SINISA. Brasília, 2025. Disponível em: https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/. Acesso em: 20 jun. 2026.

LIMA, Lílian Oliveira. Impactos ambientais de empreendimentos eólicos offshore: proposta de programas para o gerenciamento. 2022. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: ONU, [s.d]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 20 jun. 2026.

PINTO, Milton de Oliveira. Estudo estimativo básico para implantação de turbinas eólicas offshore no litoral do estado do Rio Grande do Norte. 2017.

PINTO, Lucía Iracema Chipponelli; MARTINS, Fernando Ramos; PEREIRA, Enio Bueno. O mercado brasileiro da energia eólica, impactos sociais e ambientais. Revista Ambiente & Água, Taubaté, v. 12, n. 6, p. 1082-1100, dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.4136/ambi-agua.2064. Acesso em: 3 ago. 2026

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp(Editora da USP), 2003.

SÃO BENTO DO NORTE. Prefeitura Municipal. Conheça o Município. São Bento do Norte: Prefeitura Municipal, [s.d.]. Disponível em: https://saobentodonorte.rn.gov.br/conheca-o-municipio/. Acesso em: 20 Jun. 2026.

SEBRAE. Observatório Setorial Territorial: Decifrando Territórios e Setores para Ampliar sua Competitividade. Portal Sebrae, 2026. Disponível em: https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/caicara-do-norte. Acesso em: 03 dez. 2025.

SEBRAE. Observatório Setorial Territorial: Decifrando Territórios e Setores para Ampliar sua Competitividade. Portal Sebrae, 2026. Disponível em: https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/sao-bento-do-norte. Acesso em: 20 Jun. 2026.

SILVA, Higo Soares da. A exploração de recursos naturais no ambiente marinho: a concepção de um marco legal para a geração de energia eólica offshore no Brasil. 2023. 51 f. Monografia (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SILVA, Loren Cassiane Souza. Cenários e desafios da energia eólica offshore e da pesca artesanal nos municípios de Galinhos e Caiçara do Norte (RN). 2024. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SILVEIRA JÚNIOR, Joselito da. Território, população e políticas urbanas: uma análise da relação entre alterações na situação do domicílio e mudanças na distribuição espacial da população nos municípios do Rio Grande do Norte. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SOARES, Larícia Gomes et al. Entre mapas e vozes: a cartografia social como instrumento de afirmação de saberes, ensino de geografia e ordenamento do território. Sociedade e Território, Natal, v. 38, n. 1, p. 266-280, jan./abr. 2026.

Anexos



Figura 1: Processo de criação dos mapas.



Mapa 1: Localização dos municípios estudados.



Tabela 1 – População residente por faixa etária e sexo em Caiçara do Norte.



Tabela 2 – Distribuição da população residente por faixa etária e sexo em São Bento do Norte.



Tabela 3 – Panorama da educação básica por etapa e modalidade em Caiçara do Norte.



Tabela 4 – Panorama de matrículas e estrutura docente em São Bento do Norte.



Quadro 1: Perfil da atividade pesqueira em Caiçara do Norte.



Tabela 5 – Distribuição de estabelecimentos e trabalhadores por setor em Caiçara do Norte.



Tabela 6 – Médias salariais em setores de alta tecnologia em São Bento do Norte.



Tabela 7 – Efetivo dos Principais Rebanhos em São Bento do Norte.

CÓDIGO: HS0265

AUTOR: MARIA EDUARDA DE ASSIS SANTANA

ORIENTADOR: PAULO HENRIQUE DUQUE

TÍTULO: Análise da similaridade entre respostas de interpretação de texto humanas e respostas de Modelos de Linguagem de Larga escala

Resumo

Esta pesquisa investiga a capacidade dos Modelos de Linguagem de Larga escala ChatGPT, DeepSeek e Gemini de produzir respostas satisfatórias a questões de compreensão textual de diferentes níveis, a partir da perspectiva ecocognitiva da linguagem, discutida por Duque (2025), e dos três níveis de compreensão leitora debatidos por Basabara et al. (2013). Para isso, foram selecionados quatro textos de gêneros distintos e elaboradas três questões para cada um, uma em cada nível. As respostas dos modelos foram comparadas a dois gabaritos independentes, de respostas humanas, por meio de similaridade semântica, utilizando TF-IDF, n-gramas e similaridade do cosseno, considerando-se compatíveis as respostas com índice igual ou superior a 0,20. Os resultados demonstraram que o ChatGPT e o DeepSeek obtiveram similaridade com os gabaritos de referência em 50% das respostas, enquanto o Gemini 33%. Observou-se também uma queda progressiva de desempenho conforme aumentava a complexidade da compreensão exigida. Além disso, foram identificadas diferenças entre os gêneros textuais, com melhor desempenho nos textos de linguagem mais direta e menor quantidade de respostas compatíveis no poema. Os resultados sugerem dificuldades dos LLMs em operações que demandam inferências, mobilização de conhecimentos prévios, experiências e interpretação de sentidos implícitos e poéticos.

Palavras-chave: LLMs. IA. Compreensão textual. Similaridade semântica.

TITLE: Analysis of the Similarity Between Human Text Interpretation Responses and Responses from Large-Scale Language Models

Abstract

This study investigates the ability of the Large-scale Language Models ChatGPT, DeepSeek, and Gemini to produce satisfactory responses to text comprehension questions at different levels, from the ecocognitive perspective of language discussed by Duque (2025) and the three levels of reading comprehension discussed by Basabara et al. (2013). To this end, four texts from distinct genres were selected, and three questions were

formulated for each, one at each level. The models responses were compared to two independent human answer keys using semantic similarity measures TF-IDF, n-grams, and cosine similarity with responses having an index of 0.20 or higher considered compatible. The results showed that ChatGPT and DeepSeek achieved similarity with the human responses in 50% of them, while Gemini achieved 33%. A progressive decline in performance was also observed as the complexity of the required comprehension increased. Furthermore, differences were identified across text genres, with better performance in texts featuring more direct language and a lower number of compatible responses in the poem. The results suggest that LLMs face difficulties in tasks that require inference, the application of prior knowledge and experience and the interpretation of implicit and poetic meanings.

Keywords: LLMs. AI. Textual comprehension. Semantic similarity

Introdução

Os Modelos de Linguagem de Larga escala (LLMs) popularizaram-se devido à sua capacidade de simular compreensão textual ao ponto que é comum vermos pessoas utilizando textos produzidos por inteligência artificial como referência de uma escrita ideal, todavia, sabe-se que "os LLMs não se aproximam de sistemas cognitivos. São simuladores linguísticos formais" (Duque, 2025, p. 9). Desse modo, a partir da perspectiva ecocognitiva da compreensão leitora, o presente estudo se propõe a investigar a capacidade dos LLMS Chat GPT, Deep Seek e Gemini de "interpretar" textos e de produzir respostas satisfatórias sobre eles, com o intuito de averiguar a consistência da simulação linguística produzida por esses modelos a depender do nível de compreensão demandado. Como as autoras abaixo expõem:

Diferente de toda tecnologia já lançada, as IAs generativas trazem dilemas e desafios para a educação de forma contundente [...] Cabe alertar que o uso do chatbot de IA indiscriminadamente e sem criticidade pode levar a situações nas quais o uso em prol da educação deixa de ser fator fundamental, gerando desinformação, dependência de tecnologia e impacto no desenvolvimento e uso das habilidades humanas (Da silva, Fiuza et Giacomazzo, 2025, p.48).

Tendo em vista o uso passivo e problemático que muitos usuários dos modelos apresentam, faz-se necessário aprofundar e divulgar o conhecimento em torno das inteligências artificiais e de seu modo de funcionamento. Portanto, esse estudo busca expandir os conhecimentos em torno do tema, a fim de tornar mais aperfeiçoada a criticidade com a qual julgamos a qualidade das respostas produzidas por IA.

Para tal foram selecionados textos de gêneros distintos e elaboradas questões de diferentes níveis, literal, inferencial e avaliativo sobre eles. Assim, foi analisada de maneira comparativa a diferença de desempenho entre as respostas que os LLMs forneceram nos três níveis e entre um modelo e outro, ou seja, levou-se em consideração a diferença entre a complexidade de "interpretação" exigida.

Na fase inicial da pesquisa, antes da análise dos dados, partiu-se da hipótese de que não haveria uma hierarquia discrepante entre os três modelos, mas que, em relação aos níveis de compreensão, as IAs analisadas obteriam no nível literal uma boa e constante performance, no inferencial também boa mas não tão consistente, e no avaliativo uma má performance, porque, o primeiro nível depende apenas da identificação de informações explícitas, o segundo necessita não só da correlação entre elas mas também da interpretação de outras informações que estão implícitas, enquanto o terceiro precisa da mobilização de experiências e julgamentos subjetivos, aumentando dessa maneira a complexidade entre um nível e outro.

A ideia de que existem diferentes níveis de compreensão de leitura, cada um dos quais impõe diferentes exigências cognitivas ao leitor e requer diferentes graus de interação com o texto, não é nova [...] Esta teoria propõe um continuum de competências de compreensão de leitura no qual um aluno deve primeiro envolver-se com proficiência em tarefas de compreensão literal antes de se envolver em interações mais profundas com o texto, tais como aquelas suscitadas pela compreensão inferencial e avaliativa (Basabara et al, 2013, p.352, tradução própria).

Quanto à fundamentação teórica, o texto é embasado a partir da perspectiva ecocognitiva da compreensão leitora, discutida por Duque, 2025, uma vez que essa é uma abordagem que leva em consideração a integração de dimensões cognitivas, emocionais, socioculturais e tecnológicas. Além disso, Basabara et al, 2013 será utilizado para a discussão sobre os níveis de compreensão, pois os autores propõem uma análise que contempla diferentes graus de processamento textual, da mesma maneira que pretendemos investigar, porém com LLMs ao invés de alunos.

Metodologia

1. Seleção de textos

A seleção de textos levou em consideração três critérios distintos. O primeiro foi a utilização de textos e autores não tão populares ou pouco estudados, forçando dessa maneira os LLMs a produzirem respostas que não tenham uma fonte direta robusta em sua base de dados, certamente as IAs utilizaram informações de seu banco de dados sobre o gênero textual, os recursos de linguagem utilizados, etc. mas dificilmente há dados especificamente sobre os autores e os textos. O segundo critério foi a escolha de textos de gêneros textuais distintos, com o intuito de observar se há uma discrepância no desempenho de simulação de linguagem a depender das características específicas de cada gênero. O terceiro e último critério levado em consideração foi a presença de textos literários que formulam um trabalho mais complexo com a linguagem, simultaneamente a presença de algum texto mais informativo com uma linguagem caracterizada pela objetividade.

Nesse sentido, foram escolhidos quatro textos, para facilitar a organização das tabelas que seriam necessárias posteriormente, eles foram nomeados da seguinte forma: T01, A lição da merendeira, cordel escrito pelo autor José Acaci e publicado em seu livro Uns causos que me contaram: humor, cordel e poesia; T02, uma crônica intitulada como O bom filho

a casa torna, de autoria de G. Pereira e publicada na revista Cadernos de Estágio; T03, o poema AUTA DE SOUZA do autor Henrique Eduardo de Sousa; por fim, O texto T04 que corresponde à notícia intitulada Polícia de SP procura motociclista que fugiu após comparsa ser atropelado e morto por Mercedes quando tentavam roubar Porsche, publicada no portal de notícias g1 São Paulo. Esses códigos foram úteis no processo de categorizar à qual texto pertencia cada questão.

2. Elaboração de questões e gabaritos

O que entende-se dos três níveis de compreensão textual? Conforme afirma Basabara et al (2013, p.353-354, tradução própria) "A compreensão literal, o primeiro nível de compreensão, exige que o aluno seja capaz de extrair informações explicitamente mencionadas em um texto", enquanto a compreensão inferencial:

pode ser vista como uma extensão lógica da etapa de reconhecimento da compreensão literal, na medida em que os leitores são obrigados a ir além do simples reconhecimento de que os fatos são extraídos de uma passagem, passando a interagir efetivamente com o texto para fazer inferências sobre significados não explicitados no texto. (Basabara et al, 2013, p.354, tradução própria).

Já a compreensão avaliativa, segundo os autores, seria uma extensão dos dois últimos, isto é, a partir das relações construídas nos níveis literal e inferencial, o leitor pode adicionar à sua interpretação, seu conhecimento prévio e sua experiência de mundo para formular uma avaliação ou julgamento em torno do que leu.

A partir do entendimento dos três níveis de compreensão textual, foram elaboradas três questões para cada um dos quatro textos, uma de nível literal, uma inferencial e uma avaliativa, totalizando 12 questões. Além disso, foi designado um código para cada uma delas (P01, P02, P03…), com o objetivo de facilitar sua identificação, organização e referência durante as etapas de coleta, categorização e análise dos dados.

Consequentemente, após a organização de questões, foi feita a preparação de gabaritos para referenciar a acurácia das respostas, portanto, para cada questão, foram construídos dois gabaritos independentes produzidos por humanos, tratam-se de respostas registradas e organizadas em planilhas, a serem utilizadas como parâmetros para análise de similaridade, que será detalhada no tópico "4. Procedimentos de análise".

3. Formulação do prompt

O prompt foi pensado com o intuito de adaptar categorias tradicionalmente aplicadas à leitura humana para a análise do funcionamento de modelos de linguagem. Assim, ele leva a IA a explicitar os processos cognitivos simulados, recursos tecnológicos envolvidos, a operações linguísticas empregadas e os conhecimentos mobilizados durante a interpretação, dessa maneira o modelo descreve seu próprio percurso "interpretativo". Tendo em vista os objetivos da pesquisa, o prompt possibilita averiguar a capacidade da IA não só de responder às questões, mas também de justificar suas interpretações e explicar seus mecanismos de processamento. Vale ressaltar que o prompt, nesse caso, também funcionou como uma ferramenta para tentar "obrigar" os modelos a responderem como leitores humanos, porque essa instrução estava explícita no prompt.

4. Procedimentos da análise

As respostas dos LLMs foram inicialmente convertidas em uma variável binária, sendo classificadas como compatíveis (1) ou não compatíveis (0) em relação aos gabaritos. Essa classificação foi realizada com base em um critério de similaridade semântica, calculado por meio da representação vetorial TF-IDF, utilizando n-gramas de palavras e caracteres, e da medida de similaridade do cosseno. Consideraram-se compatíveis as respostas que atingiram um índice de similaridade igual ou superior a 0,20, limiar adotado como critério operacional de acurácia para a categorização das respostas.

Resultados e Discussões

Os modelos de linguagem utilizados neste estudo (Chat GPT, Deep seek e Gemini) possuem uma arquitetura conexionista, que "propõe que o conhecimento pode ser adquirido e representado a partir da interação entre unidades simples, organizadas em redes que processam informações de maneira distribuída" (Duque, 2025, p. 157).Logo, "O aprendizado ocorre à medida que a rede é exposta a muitos exemplos e ajusta internamente suas conexões para melhorar seu desempenho" (Duque, 2025, p. 157). Ou seja, são modelos que aprendem a partir de grandes volumes de dados, identificando padrões e relações entre os elementos linguísticos para produzir respostas diante de diferentes estímulos. Sendo assim, seu funcionamento não opera a partir da recuperação de informações previamente armazenadas, mas por meio da capacidade de estabelecer relações probabilísticas entre os dados processados, permitindo a geração de respostas novas a partir dos padrões identificados. Desse modo, eles estariam - supostamente - mais próximos da habilidade escrita dos seres humanos.

Seu funcionamento baseia-se na exposição a enormes volumes de dados linguísticos, a partir dos quais aprendem a reconhecer padrões e prever continuidades em sequências de texto, sem depender de regras explícitas programadas manualmente. Diferentemente das abordagens anteriores, nas quais as representações categóricas e as regras de inferência são estáticas ou predefinidas, os modelos conexionistas "aprendem" com os dados (Duque, 2025, p. 158).

Isso significa que, eles são projetados para se adequarem a contextos distintos, a diversos tipos de textos e as diferentes solicitações dos usuários. Todavia, apesar dessa gigantesca exposição a dados linguísticos, foi possível observar, a partir dos resultados das medidas de similaridade, que nenhum dos três Modelos de Linguagem de Larga escala obteve semelhanças com o gabarito dentro dos parâmetros estabelecidos em mais da metade das questões, conforme está explicitado no Gráfico 01.

Por meio do resultado exposto pelo gráfico 01, podemos conjecturar que, quando os LLMs reproduzem os padrões identificados num volume descomunal de textos, ao mesmo tempo que eles se aproximam da massa amorfa composta por milhões de produções textuais humanas, eles se afastam das características específicas de cada uma delas enquanto produções únicas. Isso justificaria as falhas identificadas no teste de similaridade semântica.

Nota-se, também, que essas falhas não ocorreram de maneira aleatória, os padrões são parecidos apesar de se tratarem de três LLMs distintos, pois há um declínio na taxa de acurácia a depender da complexidade do nível de resposta exigido. Enquanto os três modelos apresentaram similaridade com as respostas humanas em 75% das respostas de nível literal, esse rendimento, para o Chat GPT e para o DeepSeek cai para 50% no nível inferencial e 25% no avaliativo; no caso do Gemini o declínio foi ainda maior tendo saltado de 75% para 25% e em seguida para 0%, como podemos conferir no Gráfico 02:

Segundo Basabara et al. (2013, p.353-354, tradução própria) sobre o nível literal, “Esse nível de compreensão depende das habilidades de processamento de palavras dos alunos, ou seja, da capacidade de identificar com precisão palavras individuais e compreender o significado criado pela combinação de palavras em proposições e sentenças”. Já sobre o nível inferencial, os autores afirmam que nele “o leitor é obrigado a manipular as informações do texto para procurar relações entre a ideia principal e os detalhes e a usar essas informações para interpretar e tirar conclusões sobre o significado pretendido pelo autor”. Enquanto isso, o nível avaliativo seria

O terceiro e mais complexo nível de compreensão de leitura proposto pela teoria dos níveis de compreensão é a compreensão avaliativa. A compreensão avaliativa pode ser vista como uma extensão do conhecimento, das habilidades e das estratégias exigidas nas tarefas de compreensão literal e inferencial. Essa extensão é evidenciada pelo fato de que o leitor é obrigado a compreender o texto escrito na página (compreensão literal), fazer interpretações sobre o significado pretendido pelo autor e/ou compreender as relações entre os elementos apresentados no texto (compreensão inferencial) e, posteriormente, analisar ou avaliar as informações adquiridas a partir do texto em termos de conhecimento prévio ou experiências ou conhecimento importado de fora do texto (Basabara et al, 2013, p.356, tradução própria).

Portanto, nota-se que os LLMs demonstram melhor desempenho no primeiro nível devido à simplicidade daquilo que é requisitado, identificação de informações, visto que, quando submetidos a questões de nível inferencial, apesar de apresentarem respostas aparentemente corretas, em mais da metade das respostas se distanciaram daquilo que os gabaritos concluíram, demonstrando dificuldade de simular uma compreensão semelhante à humana nesse nível. Já quando focalizamos no nível avaliativo a discrepância é ainda maior.

Esse resultado pode ser compreendido a partir da perspectiva ecocognitiva da compreensão leitora, segundo a qual, não seria suficiente para os LLMs apenas identificar e reproduzir padrões linguísticos, pois é necessário um processo situado de interação, no qual o leitor estabelece relações entre aquilo que é apresentado linguisticamente e os conhecimentos, experiências e padrões normativos que orientam sua atuação em determinado contexto, conforme afirma Duque, 2025.

A abordagem ecocognitiva da cognição [...] concebe o conhecer não como representação mental do mundo, mas como reorganização operatória dos modos de engajamento do organismo com o ambiente. Esse engajamento é situado e funcionalmente orientado, regulado por padrões normativos historicamente estabilizados que organizam o campo de ação e percepção segundo saliências contextuais. É nesse enquadramento que a linguagem deve ser compreendida como um elemento constitutivo de uma ecologia de práticas, e não como um sistema simbólico abstrato (Duque, 2025, p.120).

Essa dimensão situada da compreensão é um aspecto que explicaria a queda drástica de desempenho nas questões avaliativas, uma vez que esse nível exige que o leitor ultrapasse a recuperação de informações para posicionar-se diante do conteúdo textual, atribuindo-lhe valor, julgando ideias ou estabelecendo relações. Assim, a maior discrepância observada no segundo gráfico pode ser interpretada como resultado da dificuldade dos LLMs em reproduzir integralmente uma atividade de compreensão.

Nesse sentido, ao caracterizar o conceito de linguagem Duque, 2025 expõe que "Longe de ser um sistema de representação interna, ela é um instrumento de reconfiguração sensível da experiência vivida, inscrito nas formas de vida e nas ecologias de prática que estruturam o campo da ação humana" (Duque, 2025, p.126). Portanto, pode-se inferir que a falta de acesso às formas de vida e a experiência no mundo impactam de maneira limitadora a simulação linguística realizada pelos Modelos de Linguagem de Larga escala.

Outro padrão identificado que poderia ser explicado pela ausência de corporeidade das IAs é a diferença de respostas similares às respostas humanas de referência a depender do gênero textual dos textos "interpretados". Foram produzidas 9 respostas para cada gênero textual, o número de acertos, isto é, respostas similares aos gabaritos foram, 5 para gênero cordel, 4 para a crônica, 2 para o poema e 5 para o gênero notícia. Desse modo, foi identificado que, nos textos que apresentam uma linguagem mais direta, em comparação com o poema, a taxa de acertos foi maior, enquanto no gênero caracterizado pela linguagem lírica e poética houve uma queda de desempenho.

Essa diferença pode ser compreendida considerando-se que os gêneros textuais não se constituem apenas por características formais, mas também pelas práticas sociais e pelos modos de interação que organizam sua produção e compreensão. Como afirmam Dionísio et al, (p. 52),"Os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais".

No caso do poema, esse engajamento tende a ser particularmente complexo, uma vez que os sentidos não estão necessariamente concentrados nas informações explicitamente apresentadas. A linguagem, nesse texto específico, mobiliza ambiguidades, metáforas, imagens, associações, e outros recursos que fazem com que a interpretação dependa da articulação entre diferentes elementos implícitos e sutis do texto e dos conhecimentos mobilizados pelo leitor. Nesse sentido, Dionísio et al. destacam:

Cada vez que escrevemos, criamos um novo enunciado para uma nova circunstância. É por essa razão que o ato de escrever é tão difícil; cada vez que escrevemos, temos que pensar em palavras novas, apropriadas e efetivas num turno extensivo como parte de uma interação que não está imediatamente visível para nós, uma interação que temos que imaginar. Por outro lado, escrevemos em domínios de discurso identificáveis, mobilizamos formas reconhecíveis para localizar nossa atividade, percebemos possibilidades, formulamos intenções e fazemos com que nossos enunciados sejam inteligíveis para nossos leitores (Dionísio et al. p.101).

A vista disso, diante do texto "AUTA DE SOUZA" que não se propõe a ser informativo e explícito, os Modelos de Linguagem de Larga escala apresentaram mais problemas em simular respostas próximas às das respostas humanas, possivelmente porque para interpretar o gênero textual poema é preciso, mais do que nos outros gêneros utilizados,

a identificação das sensações e sentimentos evocados no leitor, para assim estabelecer algum tipo de sentido com o texto.

Por exemplo, nas questões P07 e P09 não foram identificados acertos. Na P07, as respostas dos modelos são consideravelmente maiores do que as dos gabaritos, carregadas de adjetivos, muitas vezes redundantes, como, “rotina cotidiana”, ou até mesmo dramáticos como “sustento espiritual que vivifica a experiência” ou “identidade física e temporal”, além de repetições recortadas de partes do texto que parecem não focalizar naquilo que foi demandado.

Já na questão P09, quando perguntadas sobre sua relação com a leitura poética, as IAs não foram capazes de simular, mesmo que explicitamente requisitadas, uma resposta humana, uma vez que o Chat GPT e o Gemini responderam sobre a relação do eu lírico com esse tipo de leitura ao invés de criar uma própria, enquanto o DeepSeek também não seguiu o prompt por afirmar ser um sistema incapaz de sentir esse impacto.

Em relação à crônica, nota-se que houve sim uma queda de desempenho em comparação com os gêneros notícia e cordel mas ela não é tão expressiva quanto a do poema, e se deu por uma limitação do vocabulário dos modelos, uma vez que a palavra “resenha” não foi alcançada pelas respostas em seus contexto regional e se limitou aos sentidos explicitamente mostrados no texto, o que ocasionou apenas erros para a questão P05, visto que as respostas humanas de referência levaram em consideração os múltiplos sentidos que essa palavra pode significar para um falante da região nordeste do país.

Em relação à hipótese inicial da pesquisa, identificou-se que, contrariamente ao que se esperava, mesmo no nível literal da compreensão leitora, a quantidade de respostas similares ao gabarito foi muito baixa. Da mesma forma, os resultados das respostas do nível inferencial foram abaixo do esperado, enquanto as expectativas em relação ao nível avaliativo se confirmaram. Além do mais, vale ressaltar que, reproduzir esta pesquisa, mas com um gabarito mais robusto e diverso (composto por respostas de uma quantidade maior de pessoas) poderia fornecer dados mais detalhados acerca da proximidade da produção textual feita por LLMs e daquela feita por humanos.

Conclusão

A partir da análise de textos pertencentes a diferentes gêneros e da elaboração de questões literais, inferenciais e avaliativas, foi possível observar que o desempenho dos modelos, na formulação de respostas para as perguntas propostas, não se mantém constante diante das diferentes exigências de compreensão. Os resultados demonstraram, inicialmente, que nenhum dos três modelos apresentou similaridade com as respostas humanas de referência em mais da metade das questões analisadas. Em nenhum dos três níveis houve apenas acertos. Para o ChatGPT e o DeepSeek, no literal a porcentagem de respostas similares foi de 75%, no inferencial 50% e no avaliativo 25%. Enquanto para o Gemini as porcentagens foram, respectivamente, 75%, 25% e 0%.

Para além dos níveis de análise, também foi observado no experimento que o gênero textual e a linguagem do texto a ser "interpretado" influenciam consideravelmente seu desempenho. Ao mesmo tempo que os modelos formularam adequadamente 5 respostas para um total de 9 tanto no gêneros notícia como no cordel, na crônica responderam 4 de 9 e no poema apenas 2 de 9. O que evidencia que essas ferramentas não apresentaram uma performance homogênea em relação à todos os tipos de estímulo, que na verdade, ao responderem perguntas sobre textos mais poéticos ou de linguagem regional, sua capacidade de se assemelhar a uma produção textual humana sofreu uma diminuição de eficiência.

Esse resultado é interessante porque evidencia uma diferença entre a capacidade dos LLMs de produzir respostas linguísticamente plausíveis e a capacidade de construir respostas efetivamente compatíveis com uma interpretação humana do texto. Isso reforça a noção de que embora os modelos sejam capazes de reproduzir padrões linguísticos a partir de grandes volumes de dados, essa capacidade não implica, necessariamente, uma produção textual idêntica àquela realizada por pessoas.

Referências

Acaci, José. **Uns causos que me contaram: humor, cordel e poesia**. Mogi Mirim, SP, Editora Ixtlan, 2023, p. 68 - 73.

BASARABA, Deni et al. **Examining the structure of reading comprehension: Do literal, inferential, and evaluative comprehension truly exist?**. Reading and writing, v. 26, n. 3, p. 349-379, 2013.

DA SILVA, Juliana Pires; FIUZA, Patricia Jantsch; GIACOMAZZO, Graziela Fátima. **IAs Generativas na Educação: o Letramento em IA e o Pensamento Crítico como caminhos possíveis para o uso consciente**. RENOTE, v. 24, n. 2, p. 47-58, 2025.

DIONISIO, Angela Paiva et al. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

DUQUE, P. H. **Da palavra ao token: um estudo ecocognitivo sobre como LLMs pensam**. 2025. 360 f. Tese (Ascensão a Professor Titular) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

DUQUE, P. H. **A construção ecocognitiva da compreensão leitora**. A Cor das Letras, [S. l.], v. 25, n. 1, 2024a. Disponível em: https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/11513. Acesso em: 20 maio 2026.

PEREIRA, G. **O bom filho a casa torna**. Cadernos de Estágio, v. 7, n. 1, 2025. DOI: 10.21680/2763-6488.2025v7n1ID39048.

SOUSA, Henrique Eduardo de. **AUTA DE SOUZA**. Disponível em: https://banquetedelivrosufrn.lovestoblog.com/tres-poemas-de-henrique-eduardo-de-sousa/?i=1. Acesso em 10 de Out. de 2025.

G1 SP, **Polícia de SP procura motociclista que fugiu após comparsa ser atropelado e morto por Mercedes quando tentavam roubar Porsche**. São Paulo. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/11/10/policia-de-sp-procura-motociclista-que-fugiu-apos-comparsa-ser-atropelado-e-morto-por-mercedes-quando-tentavam-roubar-porsche.ghtml. Acesso 10 de nov. 2025.

Anexos



Gráfico 01 - Acurácia total por modelo (Elaboração própria, 2026)



Gráfico 02 - Acurácia por nível de compreensão (Elaboração própria, 2026)



Gráfico 03 - Quantidade de acertos por gêneros textuais (Elaboração própria, 2026)

CÓDIGO: HS0272

AUTOR: ANA VITORIA RODRIGUES DA SILVA

ORIENTADOR: LARISSA JACHETA RIBERTI

TÍTULO: Desaparecimento forçado e responsabilização: uma análise da decisão da CIDH sobre o caso Rosendo Radilla Pacheco

Resumo

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de examinar o processo referente ao caso Rosendo Radilla Pacheco vs. México, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2009. A análise parte do contexto histórico, marcado pelo movimento de contrainsurgência mexicano, período em que ocorre o desaparecimento forçado do senhor Radilla Pacheco, em 1974, sucedendo-se até a condenação internacional do Estado pelo Tribunal e o impacto político-social desencadeado por ela. Trata-se da primeira sentença da Corte que responsabiliza o México por desaparecimento forçado, estabelecendo precedentes para que outros crimes cometidos nos períodos de repressão estatal venham a ser devidamente julgados no âmbito interno e internacional. Dessa forma, o ponto principal do trabalho é evidenciar a relevância do caso Radilla como marco histórico e jurídico, na consolidação da jurisprudência interamericana.

Palavras-chave: Corte Interamericana.desaparecimento forçado.direitos humanos. México

TITLE: Forced Disappearance and Accountability: An analysis of the IACTHR decision on the Rosendo Radilla Pacheco case.

Abstract

This study aims to examine the proceedings of the Rosendo Radilla Pacheco v. Mexico case, adjudicated by the Inter-American Court of Human Rights in 2009. The analysis begins with the historical context, marked by Mexico's counter-insurgency movement and the 1974 enforced disappearance of Mr. Radilla Pacheco, and traces events through to the State's international condemnation by the Court and the resulting socio-political impact. As the Court's first ruling holding Mexico liable for enforced disappearance, this judgment established precedents for the proper adjudication, at both domestic and international levels of other crimes committed during periods of state repression. Thus, the study’s central objective is to highlight the significance of the Radilla case as a historical and legal milestone in the consolidation of Inter-American jurisprudence.

Keywords: Inter-American Court.forced disappearance.human rights.Mexico

Introdução

O desaparecimento forçado é uma das mais graves violações de direitos humanos. o ato consiste na privação de liberdade de um indivíduo pelo Estado e na recusa de reconhecer seu paradeiro, estando, na maior parte das vezes, ligado a circunstâncias políticas e sociais. Por sua seriedade, a proibição do desaparecimento forçado alcançou o princípio de jus cogens, ou seja, não pode ser violado sob nenhuma circunstância. Nesse sentido, o artigo 7.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) estabelece que "Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais", o que determina que os estados têm a obrigação de investigar os desaparecimentos até que a pessoa privada de sua liberdade tenha seu paradeiro descoberto e, consequentemente, puna os devidos responsáveis.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, tem sido o principal mecanismo internacional para responsabilizar Estados por violações de Direitos Humanos, funcionando de forma autônoma e com sede em San José, Costa Rica. A corte é composta por 7 juízes, que são os responsáveis por aplicar e interpretar a Convenção Americana, mas examinando apenas os estados americanos que ratificaram a convenção. Os casos chegam ao tribunal após passar pela Comissão Interamericana, que é responsável por submeter as denúncias. Uma vez proferidas, as sentenças são finais e vinculantes, cujo cumprimento é monitorado pela Corte.

Entre as décadas de 1960 e o início dos anos 1990, o México sofreu com diversas violações de direitos humanos decorrentes da repressão do Estado, período que ficou conhecido popularmente como "Guerra Suja". Tradicionalmente, o governo do país esteve nas mãos do mesmo partido durante 71 anos consecutivos, O PRI (Partido Revolucionário Institucional), que em seus primeiros anos apresentava propostas consideradas progressistas e focadas nos camponeses, mas teve sua ideologia transformada a partir da década de 40, quando passou a adotar valores conservadores de centro-direita. A hegemonia do partido só teve fim nos anos 2000, com a vitória do candidato Vicente Fox.

Nesse contexto, insere-se Rosendo Radilla Pacheco, nascido em 20 de março de 1914, no estado de Guerrero, México. Líder social camponês que esteve envolvido em diversos movimentos sociais e políticos de seu município, atuando junto a grupos de camponeses locais na construção de frentes autônomas e independentes de luta, participando da organização do Congresso Camponês em Atoyac de Álvarez, ligado à Liga Agraria del Sur Emiliano Zapata, realizado em 1965. Os documentos de vigilância da Dirección Federal de Seguridad (DFS), agência responsável pela repressão de movimentos sociais no período de contrainsurgência, indicam que Rosendo estava sendo monitorado desde 1962, acusado de atividade subversiva e manifestar ideias simpátizantes à causa de Lucio Cabañas. Para além disso, Rosendo era conhecido por sua composição de corridos, gênero musical tradicional conhecido por narrar histórias, onde ele expressava sua indignaçao diante as injustiças vivenciadas pela sua comunidade. Foi a sua atuação política ativa que o colocou como alvo do governo e em agosto de 1974, Radilla foi desaparecido pelo estado.

As circunstâncias causadas pelo período de repressão impossibilitaram uma denúncia formal sobre seu desaparecimento. Foi somente em 2001, depois de sofrer durante décadas com a falta de amparo do governo nacional, que os familiares apresentaram uma denúncia contra o Estado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No entanto, a lentidão para resolução do caso foi perceptível: o julgamento pela Corte só foi oficialmente iniciado em 2008, com sua sentença proferida no ano seguinte, 2009. A partir do caso Radilla, este trabalho busca compreender como a atuação da Corte Interamericana contribuiu para o fortalecimento de normas internacionais voltadas aos direitos humanos e para redefinir as relações entre os Estados, indivíduos e instituições.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada para a compreensão da atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos no desenrolar do caso Radilla Pacheco vs. México. A abordagem foi escolhida para permitir uma análise mais contextualizada dos processos históricos e decisões referentes ao caso. O procedimento central se deu por pesquisas bibliográficas e documentais, com o levantamento de fontes nacionais e internacionais. Na bibliografia, foram examinados artigos científicos e acadêmicos das áreas de Direito Internacional e História Social, para o melhor entendimento tanto sobre o funcionamento da Corte, quanto sobre aspectos específicos do caso investigado. No campo documental, a análise se divide em três pontos principais: A sentença proferida pela Corte Interamericana no caso Radilla Pacheco (2009); a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969); e o “Informe final del Mecanismo para la Verdad y el Esclarecimiento Histórico; Fue el Estado (1965-1990)”, que foi produzido no México na busca de reconstruir a verdade histórica, narrando as brutalidades cometidas pelo Estado e visibilizando as vítimas desse período. Além disso, foram considerados relatos pessoais de familiares da vítima, obtidos por meio de entrevistas concedidas à imprensa, com destaque aos depoimentos de Tita Radilla Martinez, filha de Rosendo, que assumiu a frente na busca por justiça para seu pai e permanece ativa até os dias atuais. Os relatos foram incluídos para evidenciar como os impactos de um desaparecimento forçado vão além de uma perspectiva jurídica, além de afetar a vítima em si, também atingem todo seu conjunto familiar. Desse modo, a junção desses materiais permitiu montar uma cronologia dos fatos históricos e o trâmite processual perante a Corte, e também interpretar o papel do Tribunal na responsabilização do Estado mexicano.

Resultados e Discussões

Em 23 de novembro de 2009, a Corte proferiu a sentença contra o Estado mexicano, que foi notificado em 9 de fevereiro de 2010. Por unanimidade, o Tribunal declarou o México responsável pela violação dos direitos contidos na Convenção Americana de Direitos Humanos, entre eles estavam: violação à liberdade pessoal (artigo 7.1); à Integridade Pessoal (artigos 5.1 e 5.2); ao reconhecimento a personalidade jurídica (artigo 3); e à Vida (artigo 4.1). O Tribunal também reconheceu a violação de Direito à Integridade Pessoal (Artigos 5.1 e 5.2) de 3 dos 13 filhos da vítima, Tita, Andréia e Rosendo. Presumindo que o desaparecimento do pai lhes causou impacto psicológico e

moral, algo que não foi refutado pelo Estado. Além disso, a Corte decidiu que o Estado violou garantias judiciais e o direito à Proteção Judicial da Família (artigos 8.1 e 25.1), E também considerou que o México não cumpriu a obrigação de ajustar suas leis internas as normas internacionais, pois não havia tipificado corretamente o crime de desaparecimento forçado. Por fim, o Tribunal destacou que já haviam se passado 35 anos desde a detenção e nenhuma investigação séria havia sido feita para descobrir o paradeiro da vítima ou punir responsáveis. O processo seguiu por um longo tempo. A denúncia contra o Estado foi apresentada à Comissão Interamericana em 15 de novembro de 2001, pela Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos. A Comissão aprovou o caso em 12 de outubro de 2005 e notificou o México em 2007. Como o estado não cumpriu as recomendações da Comissão, o caso foi enviado à Corte em 2008. O pedido da Comissão pretendia responsabilizar o Estado pela violação dos artigos (3, 4, 5, 7, 8 e 25) da Convenção Americana. Esse último, Proteção Judicial (25), foi pedido em nome da família. Ainda era pedida a reparação da memória de Rosendo Radilla Pacheco. Em setembro de 2008, o estado mexicano respondeu apresentando quatro argumentos para tentar impedir a Corte de julgar o caso: 1) o Tribunal não teria competência para julgar fatos que ocorreram antes da data em que o México aderiu à Convenção Americana; 2) pelo mesmo motivo não seria possível aplicar a Convenção Interamericana sobre desaparecimento forçado; 3) o Tribunal não poderia usar a carta da OES como base jurídica para o caso; 4) o Tribunal não teria competência para julgar as violações dos artigos 4 (Direito à Vida) e 5 (Direito à Integridade Pessoal). Ainda assim, o Estado reconheceu parcialmente sua responsabilidade e aceitou ter violados os artigos 8 (Garantias Judiciais) e 25 (Proteção Judicial) contra os familiares, e os artigos 5 e 7 contra o senhor Radilla Pacheco, mas se recusou a reconhecer o Artigo 13 (Liberdade de Expressão) e Artigo 3 (quanto à vítima) e o Artigo 5 (contra a sua comunidade). Esse tipo de comportamento demonstra algo comum em casos de desaparecimento forçado: o Estado tende a reconhecer falhas processuais, mas evita reconhecer a responsabilidade mais grave, que é a violação contra a vítima. A defesa do México se apoiou principalmente no argumento de que o país só havia aderido à Convenção Americana em 1981. Como o desaparecimento aconteceu em 1974, o Estado alegou não ter nenhuma obrigação internacional e que o Tribunal não poderia julgar retroativamente. A Corte rejeitou esse argumento, pois, segundo a jurisprudência, o desaparecimento forçado é um crime que continua enquanto o paradeiro da vítima for desconhecido. Como ainda permanece até a atualidade, o caso de Rosendo Radilla, e como a investigação não havia promovido nenhum resultado, o Tribunal considerou que a violação seguia ocorrendo mesmo depois de 1981. Isso era suficiente para justificar sua competência no caso. A jurisprudência da Corte é totalmente obrigatória a todos os países que assinaram a Convenção Americana. Isso significa que os juízes de cada país devem aplicá-la em suas decisões. Na sentença de Rosendo Radilla, a Corte determinou que o judiciário mexicano deveria exercer, por conta própria, o Controle de Convencionalidade, sendo assim, todas as suas leis internas deveriam ser compatíveis com as da Convenção Americana e como a Corte a interpreta. Essa determinação ganhou força prática em 2011, quando a Suprema Corte de Justiça da Nação do México, aprovou o Expediente Vários 912/2010. Foi um marco histórico que estabeleceu, pela primeira vez que uma sentença da Corte gerou obrigações reconhecidas diretamente pelo judiciário mexicano. Outro ponto central da sentença trata dos limites da jurisdição militar. A corte deixou claro que, em um Estado de Direito, o desaparecimento forçado de civis por militares não pode ser tratado como parte legítima de uma missão militar, pois contraria diretamente os deveres de respeitar e proteger os direitos humanos. Por esse motivo, esse tipo de crime não pode ser julgado

em um tribunal militar. A jurisdição militar continua válida apenas para crimes relacionados à disciplina militar e ela não pode, em nenhuma circunstância julgar civis. A sentença do caso Rosendo Radilla estabeleceu outras obrigações ao Estado mexicano, entre as principais estão: 1) continuar buscando o paradeiro do senhor Radilla ou de seus restos mortais; 2) investigar o caso com maior seriedade e, se possível, abrir um processo penal para apurar responsabilidades; 3) criar programas permanentes de capacitação para o Judiciário Federal e Ministério publico, sobre limites da jurisdição militar e sobre como investigar corretamente crimes de desaparecimento forçado; 4) publicar a sentença no Díario Oficial da Federaçao e em jornais de grande circulação; 5) pagar indenização por danos materiais e morais, além de oferecer assistência psicológica e psiquiátrica gratuitas para as vítimas que precisassem . A luta da família Radilla foi necessária para que o caso chegasse até a Corte. Em entrevista concedida ao blog A dónde van los desaparecidos, em 2021, Tita Radilla Martinez, filha de Rosendo, contou como sua região viveu sob a ocupação militar durante o período de “Guerra Suja”. Ela descreveu comunidades inteiras sendo deslocadas à força e povoados destruídos. Segundo Tita, os casos daquele período são responsabilidade direta do Estado mexicano, que seria “el responsable de esas detenciones y desapariciones” (RADILLA, 2021). Esse depoimento dado décadas depois dos fatos, demonstra como a memória e luta das próprias vítimas continuam sendo importantes na busca por justiça. Mais de dez anos depois da sentença, o cumprimento continua de forma parcial. A última atualização conhecida vem de 2019. Durante esse tempo, algumas medidas mais simples, como capacitações, as publicações oficiais e indenizações foram cumpridas, mas os pontos de maior relevância continuam em aberto: ninguém foi condenado pelo caso e o paradeiro de Rosendo Radilla continua desconhecido. Escavações foram feitas no antigo quartel militar de Atoyac de Alvarez, mas nada sobre a vítima foi encontrado. Esse tipo de impunidade não é exclusivo do caso Radilla. O desaparecimento forçado acontece há décadas no México e se estende até os dias atuais, já que o país enfrenta uma grave crise de pessoas desaparecidas e a maior parte delas se dá por omissão do Estado. Os resultados apresentados aqui ajudam a entender, na prática, a tensão que existe entre a soberania dos Estados e a responsabilização internacional. Por um lado, o caso Radilla ajudou a consolidar a jurisprudência interamericana sobre Desaparecimento Forçado; esse tipo de acontecimento nunca teria sido possível apenas por mecanismos internos, já que o próprio processo demonstrou resistência do Estado em assumir a responsabilidade. Por outro lado, o baixo cumprimento das obrigações mostra que apenas uma sentença vinculante não garante, sozinha, uma transformação real, isso também depende da vontade política e esforço institucional.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, evidenciaram-se as falhas do Estado Mexicano na prevenção, investigação e responsabilização por violações de direitos humanos, o que configura o descumprimento das obrigações que foram estabelecidas pela Convenção Interamericana. A denúncia apresentada à Comissão Interamericana em 2001, e o posterior julgamento e a sentença proferida pela Corte, demonstram a relevância do Sistema Interamericano como uma última instância para a reparação diante de um silenciamento que a família Radilla enfrentou por décadas. A decisão da Corte representa um marco na jurisprudência e também de forma simbólica ao reconhecer a gravidade das violações sofridas e impõe ao Estado obrigações específicas de reparações e transformações estruturais, como o ponto de partida para a Introdução ao

controle de convecionalidade em todo o judiciário mexicano. Porém, um desafio que permanece é a efetividade de implementação das medidas determinadas. Graças às resistências políticas e omissões do Estado, isso se reflete diretamente na ausência de condenações penais e na busca por Rosendo Radilla, que segue como desaparecido, 17 anos depois da sentença. No ponto de vista das Relações Internacionais, o caso confirma que a soberania estatal pode ser reconfigurada por recursos internacionais de responsabilização, mas que a reconfiguração enfrenta limites quando não é acompanhada da boa-fé do Estado. No fim do dia, foi a família da vítima e outras redes de Direitos Humanos que sustentaram o caso ao longo das décadas, sempre em busca de justiça. Assim, com esse trabalho, é possível concluir que, embora o México tenha sido responsabilizado internacionalmente, os desafios para a concretização efetiva das medidas impostas permanecem.

Referências

BERNARDI, B. B.. (2015). O sistema interamericano de direitos humanos e a justiça de transição no México. Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (94), 143–179. https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400006 RIBERTI, Larissa Jacheta. Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS (CMDPDH). La sentencia de la Corte IDH: Caso Radilla Pacheco Vs. Estados Unidos Mexicanos. Cidade do México: CMDPDH, 15 dez. 2022. Disponível em: https://cmdpdh.org/2022/12/15/la-sentencia-de-la-corte-idh-caso-radilla-pacheco-vs-estados-unidos-mexicanos-2/. COSSIO DIAZ, José Ramón. Algunas notas sobre el caso Rosendo Radilla Pacheco. Anu. Mex. Der. Inter, Ciudad de México , v. 14, p. 803-834, 2014 . Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-46542014000100022&lng=es&nrm=iso>. CALABRIA, C.. Alterações normativas, transformações sociojurídicas: analisando a eficácia da Corte Interamericana de Direitos Humanos1. Revista Direito e Práxis, v. 8, n. 2, p. 1286–1355, abr. 2017. MECANISMO PARA LA VERDAD Y EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO (MEH). Informe final del Mecanismo para la Verdad y el Esclarecimiento Histórico: Fue el Estado (1965–1990). Cidade do México: MEH, 2024. Disponível em: https://www.meh.org.mx/especial-informe-final/. MOLLER, Carlos María Pelayo. El Proceso De Creación E Incorporación De Los Estándares Internacionales En Materia De Desaparición Forzada De Personas En México Y Su Revisión Por Parte De Corte Interamericana De Derechos Humanos En El Caso Rosendo Radilla. Anuario Mexicano de Derecho Internacional, México, D.F. l, v. XII. , p. 959-1021, 2012. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/pdf/amdi/v12/v12a26.pdf. NUCAMENDI, Marcos. “Ya es necesario que se esclarezcan los crímenes de la guerra sucia”: Tita Radilla. A dónde van los desaparecidos, 8 sep. 2021. Disponível em: https://adondevanlosdesaparecidos.org/2021/09/08/ya-es-necesario-que-se-esclarezcan-los-crimenes-de-la-guerra-sucia-tita-radilla/. LAZCANO, Alfonso Jaime Martínez. Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos: caso Rosendo Radilla Pacheco. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 12, n. 3, p. 1068-1084. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/30485 OCHOA, José Luis

Caballero. A trajetória do processo de justiça transicional do México: Um Comentário À Luz Do Caso Radilla Pacheco Vs. Estados Unidos Mexicanos, Decidido Pela Corte Interamericana De Direitos Humanos . Corte IDH, 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r29983.pdf.

CÓDIGO: HS0283

AUTOR: LARISSA SOFIA DE AQUINO ALVES

ORIENTADOR: ANA KARINA SILVA AZEVEDO

TÍTULO: Compreendendo o Suicídio de Crianças no Brasil

Resumo

O presente artigo apresenta um estudo epidemiológico do suicídio de crianças no Brasil. Este é um estudo quantitativo, descritivo e documental, baseado em dados do Ministério da Saúde, coletados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Objetiva-se tabular, oganizar e analisar os dados do suicídio de crianças, visando discussões e criação de estratégias de cuidado e prevenção. A tabulação dos dados contemplou o período de 2014 a 2023 e utilizou-se dos seguintes filtros: faixa etária de 0 a 12 anos; estados brasileiros e suas respectivas regiões, sexo, raça e CIDs do X60 a X84, que referem-se a óbitos por autointoxicações ou lesões autoprovocadas. Como resultados encontrados (421 casos), identificamos que: meninos se matam mais que meninas (48,52%); crianças negras são as que mais morrem por suicídio (57%); o método mais utilizado no suicídio de crianças é o enforcamento (79,57%); e o local de maior incidência dos casos tem sido as residências (65%). Na análise ao longo dos anos, percebeu-se que de 2014 a 2023 houve um aumento nos suicídios (54,05%). Esse aumento também foi percebido quando se observou a faixa etária: percebeu-se que, conforme a idade avança, o risco de suicídio aumenta (3983,33%). Este trabalho é um alerta para a existência do suicídio de crianças e seus atravessamentos, compreendendo que é preciso tirar esse fenômeno da invisibilidade para que assim estratégias de cuidado e prevenção possam ser pensadas.

Palavras-chave: Suicídio, Infância, Brasil, Dados Epidemiológicos.

TITLE: Understanding Child Suicide in Brazil

Abstract

This article presents an epidemiological study on child suicide in Brazil. This is a quantitative, descriptive, and documentary study based on data from the Ministry of Health, collected through the Informatics Department of the Unified Health System (DATASUS). The objective is to tabulate, organize, and analyze child suicide data to foster discussions and the creation of care and prevention strategies. Data tabulation covered the period from 2014 to 2023, applying the following filters: age group from 0

to 12 years; Brazilian states and their respective regions, sex, race, and ICD codes X60 to X84, which refer to deaths from intentional self-poisoning or self-inflicted injuries. Among the results found (421 cases), we identified that: boys commit suicide more than girls (48.52%); black children are the most affected by suicide mortality (57%); the most frequently used method in child suicide is hanging (79.57%); and the most common location for these occurrences is the home (65%). In the temporal analysis across the years, it was observed that from 2014 to 2023 there was an increase in suicides (54.05%). This increase was also noticeable when observing the age group: it was found that as age advances, the risk of suicide increases (3,983.33%). This work serves as an alert to the existence of child suicide and its intersections, understanding that it is necessary to bring this phenomenon out of invisibility so that care and prevention strategies can be devised.

Keywords: Suicide, Childhood, Brazil, Epidemiological Data.

Introdução

Considerado um tabu na sociedade ocidental, a morte nos confronta com a finitude existencial, gera desconfortos e silenciamentos, tendendo, por isso, a ser um tema evitado. A dificuldade de encarar este tema torna-se ainda mais acentuada quando se trata do suicídio – intensificado por mitos que alimentam a crença de que falar sobre o assunto é perigoso, desnecessário ou até mesmo um incentivo a novas ocorrências. No entanto, em 1994, com o surgimento das campanhas do Setembro Amarelo nos Estados Unidos – e sua chegada ao Brasil em 2015 – tem-se buscado um caminho contrário, pois compreende-se que falar sobre o suicídio pode ser uma importante estratégia de prevenção, desde que feito com ética e responsabilidade. Contudo, questionamo-nos: o que acontece quando quem se mata é uma criança?

Autores como Silva e Minayo (2021) apontam que o suicídio de crianças envolve o que eles chamam de triplo tabu: o tabu da morte, o tabu do suicídio e o tabu do suicídio infantojuvenil. Deposita-se na infância as esperanças em torno de um novo tempo e um novo mundo e por isso espera-se que esse período da vida seja marcado exclusivamente por sonhos, levezas e brincadeiras. Depararmo-nos com o sofrimento infantil e constatar que crianças podem se matar, e se matam, escancara uma difícil realidade e denuncia um mundo que tem falhado na tarefa de proteger suas crianças e garantir condições mínimas de segurança, abrigamento e pertencimento.

Autores como Angerami-Camon (2012) apontam que há uma descrença na compreensão infantil da morte, que atrelado à baixa letalidade dos meios por elas usados, pode corroborar para a dificuldade na crença da intenção do ato suicida por parte das crianças e, consequentemente, no aumento das subnotificações. Isto é, a ausência de discussões acerca do suicídio de crianças colabora para a maior dificuldade de conhecimento e sensibilização por parte dos profissionais de saúde e de educação que atuam com essa faixa etária e poderiam ser agentes de cuidado, intervenção e notificação dos casos encontrados. Por sua vez, a dificuldade em encontrar dados epidemiológicos que permitam compreender a dimensão e a complexidade do suicídio, especialmente o de crianças, paradoxalmente corrobora para a maior subnotificação dos casos, uma vez que, frente ao silenciamento em torno desse assunto, aumenta-se a descrença da existência do

fenômeno, resultando na escassez de políticas públicas e intervenções que busquem a prevenção e posvenção de tentativas de suicídio de crianças. Como reflexo disso, observa-se que, mesmo em meses de campanhas de prevenção da morte autoprovocada, as crianças estão sendo deixadas de fora, e assim ficando desprotegidas.

Compreendendo que intervenção e prevenção se fazem com informação, neste artigo objetiva-se compreender dados epidemiológicos relativos aos suicídios de crianças no Brasil.

Metodologia

Com fins de alcance do objetivo, a presente pesquisa se configura como um estudo quantitativo, descritivo e documental, constituído de dados secundários, provenientes do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM – do Ministério da Saúde e publicados no DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

O levantamento analisou os dados registrados entre os anos de 2014 a 2023, último ano que se registra a divulgação destes dados no SIM. A escolha pelo início da análise ter sido em 2014 se deu devido a publicação da Portaria MS/GM nº 1.271 de 6 de junho de 2014, que acrescentou as tentativas de suicídio à Lista Nacional de Notificação Compulsória, que, a partir de então, deveria ser realizada por profissionais de saúde de instituições públicas e privadas, possibilitando um incentivo as notificações.

Os dados obtidos foram registrados em uma planilha do Microsoft Excel, e submetidos a uma análise estatística do tipo descritiva, por meio da leitura das frequências absolutas (N) e relativas (%). Em seguida, os resultados foram compreendidos à luz do referencial teórico do fenômeno do suicídio, infância e demais fatores que emergirem dos dados. Os resultados foram organizados em tabelas e apresentados em gráficos, levando em consideração critérios como raça, sexo, idade e regiões de maior prevalência dos registros.

Para o referido levantamento, utilizou-se dos seguintes filtros: faixa etária de 0 a 12 anos; estados brasileiros e suas respectivas regiões; e CIDs do X60 a X84, que referem-se a óbitos por autointoxicações ou lesões autoprovocadas, de acordo com a décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), conforme exposto no quadro a seguir: **[ANEXO: Quadro 1. Descrição dos CIDS utilizados. Fonte: CID-10, 1997.]**

[NOTAS DE RODAPÉ]

1. Utilizamos o termo “sexo biológico” devido à ausência do campo “gênero” na ficha do SINAN.

2. Apesar da infância no Brasil ser considerada até os 12 anos incompletos segundo o ECA (1990), neste estudo estendemos até os 12 anos a fim de ampliar os achados e, assim, possibilitar uma maior compreensão do suicídio de crianças.

Resultados e Discussões

Nesse momento, apresentaremos os resultados encontrados a partir da tabulação de dados de mortes por suicídio de crianças no Brasil. Para ilustrar os dados coletados, apresentaremos quatro gráficos: o primeiro expõe o número total de suicídios de crianças no Brasil, bem como sua distribuição regional; o segundo evidencia a relação entre suicídio e sexo; o terceiro compõe o cruzamento com a variável faixa etária; e o quarto apresenta os registros dos suicídios infantis ao longos dos anos. Apesar da tabulação dos dados ter sido realizada de 0 a 12 anos, a representatividade estatística de crianças abaixo dos 7 anos foi considerada insignificante e por isso não será analisada neste estudo.

Inicia-se a apresentação dos achados a partir dos dados gerais sobre o suicídio de crianças no Brasil e suas respectivas regiões. No período compreendido entre 2014 e 2023, foram identificados 421 registros de suicídio entre crianças com idades entre 7 e 12 anos. É importante destacar que o suicídio constitui um fenômeno amplamente subnotificado (Mendes, 2017; Costa, 2019; Albuquerque, 2020; Andrade, 2020), sendo provável que as mortes autoprovocadas na infância apresentem índices de subnotificação ainda mais elevados.

Conforme poderemos ver abaixo, em todas as regiões brasileiras foram encontrados registros de suicídio de crianças, o que demonstra que este não é um problema isolado, mas de todo o país. A região Norte foi a que mais registrou casos, seguida das regiões Sudeste, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente. **[ANEXO: Figura 1. Notificações de Suicídio de Crianças por Região. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.]**

Ao analisar os dados de forma proporcional ao contingente populacional infantil de cada região, observa-se uma reconfiguração na ordem de incidência dos casos. Nessa perspectiva, a região Sul passa a ocupar a primeira posição, com 0,95 casos por 100 mil habitantes, seguida pelas regiões Nordeste (0,84), Sudeste (0,64), Norte (0,28) e Centro-Oeste (0,14), respectivamente. Em comparação aos números absolutos, nota-se mudanças significativas: a região Norte, que anteriormente apresentava a maior quantidade de casos, passa para a quarta posição, enquanto a região Sul, que ocupava a quarta posição em valores brutos, ascende ao primeiro lugar na análise proporcional. A região Nordeste sobe da terceira para a segunda posição, enquanto o Sudeste apresenta movimento inverso. A região Centro-Oeste mantém-se estável, sem alteração em sua classificação.

No que se refere ao sexo, observou-se que no Brasil há uma predominância do suicídio infantil masculino em detrimento do feminino. Tal achado conversa com o que é apontado em relatórios divulgados pela WHO (World Health Organization, 2014, 2021) e Ministério da Saúde (Brasil, 2021), que também destacam a prevalência do suicídio entre homens. Quanto aos dados, constata-se que o suicídio de meninos 48,52% maior que o de meninas. A exceção foi a região Centro-Oeste, onde os dados de meninas superaram os de meninos, porém, com apenas um caso de diferença. O Nordeste foi a região que registrou a maior diferença, com o suicídio de meninos representando 75,26% do número total, seguido da região Sudeste com 63,37% e depois da região Norte, com 59,83%. As regiões Sul e Centro-Oeste representaram uma diferença menor que 2%. **[ANEXO:**

Figura 2. Notificações de Suicídio de Crianças por Região: Total x Sexo. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.]

No gráfico a seguir, será apresentado a relação entre suicídio de crianças e faixa etária. Nos registros encontrados, observou-se que as crianças mais velhas – 12 anos – são as que mais se matam, representando 58,19% do número total de suicídio. Na análise dos achados, observou-se que o risco de uma criança morrer por suicídio aumenta com o avançar da idade. Entre os 7 e 12 anos, o aumento registrado foi de 3983,33%, o que corresponde a quase 40 vezes o valor inicial, conforme exposto abaixo: **[ANEXO: Figura 3. Notificações de Suicídio de Crianças: Total x Faixa Etária. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.]**

A respeito da variável raça, nos chama atenção observar a predominância do suicídio de crianças negras nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Apenas nas regiões Sudeste e Sul, crianças brancas se matam mais que as crianças negras, vindo estas em segundo lugar. Embora em duas regiões o suicídio não tenha sido predominante negro, a análise geral por raça mostra que a ocorrência de suicídio entre crianças negras representa 57% do número total de suicídio, sendo maior do que a de todas as outras raças somadas. De acordo com os registros encontrados, o suicídio de crianças negras é 96,72% maior que o de crianças brancas, isto é, o risco de suicídio de uma criança negra é quase duas vezes maior se comparado ao de uma criança branca. Também foi constatado que o método mais utilizado no suicídio de crianças é o enforcamento (79,57%) e o local de maior incidência dos casos tem sido as residências (65%).

Embora esses dados revelem uma dimensão crucial para a compreensão do fenômeno, a limitação de escopo deste artigo impede, no momento, um aprofundamento adequado e compromete a uma melhor visibilidade dos dados, sendo recomendado, em um momento posterior, uma análise dedicada exclusivamente a essa relevante temática.

A seguir, no último gráfico, será apresentado os dados relativos ao suicídio de crianças ao longo do anos: **[ANEXO: Figura 4. Distribuição Anual das Notificações de Suicídio de Crianças. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.]**

Na análise dos números acima, observamos que, entre os anos de 2014 a 2023, houve um aumento de 53,33% nos registros de suicídio. Outro importante ponto de análise se refere ao período da pandemia de COVID-19: constatamos que entre 2020 a 2022 – período em que a pandemia esteve com maiores restrições no Brasil – o aumento encontrado foi de 54,05%. Quando analisado o primeiro ano pós pandemia, de 2022 a 2023, momento em que as medidas de isolamento foram reduzidas e as crianças puderam retornar às atividades presenciais, os suicídios caíram 19,3%. Os achados chamam a atenção por desvelar um cenário que pode ser diferente do esperado. Por estarem em casa, as notificações de lesões autoprovocadas e suicídios poderiam ter reduzido devido à falta de contato das crianças com os profissionais da saúde e educação, responsáveis pelas notificações. No referido cenário, a redução nos números não significaria necessariamente uma redução nas tentativas e suicídios, mas uma maior dificuldade em notificá-los. No entanto, observamos o oposto: as ocorrências aumentaram, vindo a diminuir logo após o relaxamento das medidas de isolamento.

Em pesquisa realizada por Deslandes (2020), o autor aponta um crescimento na busca por desafios virtuais durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa de Sousa, Haviaras e

Carvalho (2023), realizada em Santa Catarina, destacou um aumento de "45% no número de casos de autolesões no local de estudo, no ano seguinte ao início da pandemia de COVID-19". Sabe-se que a pandemia e o confinamento tornaram-se um fator de adversidade psicossocial que afeta as famílias e seus filhos. (Palacio-Ortiz et al., 2020). Esse dado remete à pesquisa de Melo (2022) sobre o suicídio infantil, na qual a autora relata que, ao entrevistar meninas com ideação e tentativas de suicídio, observou que o período da pandemia intensificou a solidão dessas crianças. Sem as distrações proporcionadas pelas atividades cotidianas, elas foram confrontadas com a angústia do existir, muitas vezes isoladas em ambientes familiares marcados por adoecimentos e relações difíceis.

O levantamento epidemiológico apresentado neste estudo nos permite perceber que o suicídio de crianças não tem tido restrição de região, raça ou faixa etária, tem atingido a todos. Contudo, conforme exposto neste artigo, observa-se que o suicídio não atinge a todos da mesma forma, algumas crianças são mais afetadas que outras, a exemplo dos meninos e das crianças negras, nos fazendo ver que, para discutir este fenômeno, se faz necessário analisar os marcadores sociais de modo a tornar possível compreender os sentidos das mortes autoprovocadas na infância de forma mais ampla.

[NOTAS DE RODAPÉ]

1. Compreendido como a somatória de pretos e pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conclusão

Os achados expostos neste artigo nos comprovam a existência do fenômeno do suicídio de crianças, inclusive de crianças pequenas, a partir dos sete anos. Tal comprovação ajuda-nos a lançar luz a este fenômeno, lembrando-nos do que dizia Djamila Ribeiro (2019) quando explicava que, para resolver um problema, é preciso primeiro tirá-lo da invisibilidade. Estima-se, no entanto, que os números aqui mostrados sejam extremamente subnotificados: uma vez que os dados relativos ao suicídio já o são (Mendes, 2017; Costa, 2019; Albuquerque, 2020; Andrade, 2020), acredita-se que o suicídio de crianças seja ainda mais.

Dito isto, neste trabalho lançamos luz a alguns números, mas ressaltamos que este é um fenômeno de dimensões e complexidades ainda desconhecidas. Esse desconhecimento pode apontar para algumas possíveis causas, entre elas: a demora no início da obrigatoriedade das notificações de tentativas de suicídio, que só se tornou obrigatória em 2014 e ampliada em 2019; e ao próprio desconhecimento do suicídio de crianças por parte dos profissionais que atuam na realização das notificações, o que pode afetar diretamente na identificação dos casos.

Analisando os achados desta pesquisa, identificamos que o suicídio de crianças acontece em todas as regiões brasileiras, afeta a todas as idades e todas as raças, mas não da mesma maneira. Os números apresentados neste artigo nos mostram que algumas crianças são

mais afetadas que outras. Quando analisamos o suicídio de crianças e raça, por exemplo, constatamos que crianças negras são as que mais se matam: os registros encontrados de crianças negras que morreram por suicídio é maior do que a somatória de todas as outras raças. Se comparado com crianças brancas, crianças negras possuem duas vezes mais chances de morrer por suicídio. O que essa diferença nos sinaliza?

Reforçamos que este artigo foi pensado a partir da constatação da lacuna acerca dos dados referentes ao suicídio de crianças no Brasil, especialmente de estudos que se detivessem exclusivamente a esse fenômeno na infância. Analisar a adolescência também é extremamente importante, mas quando o fazemos junto com a infância, perdemos a possibilidade de compreender o que esse fenômeno desvela em cada faixa etária. No penúltimo gráfico deste trabalho, podemos observar que o suicídio aumenta conforme a idade, o que nos indica a necessidade de refletirmos sobre a morte autoprovocada de crianças como forma de prevenção do suicídio em outras faixas etárias, como adolescência e idade adulta.

Compreendemos, por fim, que é preciso desconstruir o mito da infância feliz para que assim possamos nos aproximar da infância real, aquela que pode carregar dores e sofrimentos e ter, por vezes, a existência sentida como um fardo. Os dados aqui expostos no alertam para a existência do suicídio de crianças em todas as regiões brasileiras e para a necessidade de cuidar de suas dores como forma de prevenção e redução das tentativas e dos casos de suicídio.

Referências

Albuquerque, R. S. M., et al. (2020). Subnotificação de suicídios no Brasil: Análise dos dados de mortalidade de 2000 a 2015. Cadernos de Saúde Pública, 36(2), e00061619. https://doi.org/10.1590/0102-311X00061619

Andrade, P. R. A., et al. (2018). A mortalidade por suicídio e os desafios na notificação no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 34(12), e00222917. https://doi.org/10.1590/0102-311X00222917

Angerami-Camon, V. A. (2012). Suicídio infantil: o escarro maior do desespero humano. In: V. A. Angerami-Camon (Org.), O atendimento infantil na ótica fenomenológico existencial (pp. 1-50). São Paulo: Pioneira Thomson Learning

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. Ministério da Saúde. (2021, 16 de setembro). Brasil registra aumento de suicídios entre 2010 e 2019. Gov.br.https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/setembro/brasil-registra-aumento-de-suicidios-entre-2010-e-2019

Costa, J. A. S., et al. (2019). Suicídio e subnotificação: Reflexões sobre os dados no Brasil. Revista de Saúde Pública, 53, 1-9. https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000561

Deslandes, S. F., & Coutinho, T. (2020). O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. Ciência & Saúde Coletiva, 25(Suppl 1), 2479–2486.https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11472020

Melo, M. B. de. (2022). Compreensões fenomenológico-existenciais acerca da experiência suicídio na infância: "E existe?" [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Mendes, M. L. A., et al. (2017). A subnotificação de suicídios no Brasil: Estudo sobre as taxas e diferenças regionais. Revista Brasileira de Psiquiatria, 39(2), 112-119. https://www.scielo.br/j/rbpci/

Organização Mundial da Saúde. (1997). Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (10ª rev.). Edusp.

Palacio-Ortiz, J. D., Londoño-Herrera, J. P., Nanclares-Márquez, A., Robledo-Rengifo, P., Quintero-Cadavid, C. P. (2020). Psychiatric disorders in children and adolescents during the COVID-19 pandemic. Revista Colombiana de Psiquiatría (English Edition), 49(4), 279–288.https://doi.org/10.1016/j.rcpeng.2020.11.003

Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014 (2014, 6 de junho). Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html

Ribeiro, D. (2019). Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, O. C. & Minayo, M. C. S. (2021). Triplo tabu: sobre o suicídio na infância e na adolescência. Ciência & Saúde Coletiva, 26(7), 2693-2698. https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07302021

Sousa, A. E. P., Haviaras, A. C., & Carvalho, E. R. (2023). Análise epidemiológica de crianças e adolescentes com autolesão atendidas em um hospital referência em Santa Catarina nos anos de 2018-2021. Debates em Psiquiatria, 13, 1–19.https://doi.org/10.25118/2763-9037.2023.v13.424

World Health Organization. (2014). Preventing suicide: A global imperative. World Health Organization.https://www.who.int/publications/i/item/97892415647

World Health Organization. (2021). Suicide worldwide in 2019: Global health estimates. World Health Organization.https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643

Anexos



Quadro 1. Descrição dos CIDS utilizados. Fonte: CID-10, 1997



Figura 1. Notificações de Suicídio de Crianças por Região. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.png



Figura 2. Notificações de Suicídio de Crianças por Região: Total x Sexo. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.png



Figura 3. Notificações de Suicídio de Crianças: Total x Faixa Etária. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.png



Figura 4. Distribuição Anual das Notificações de Suicídio de Crianças. Brasil, 2014 a 2023. Fonte: Brasil, 2024.png

CÓDIGO: HS0303

AUTOR: LUDMYLLA HELLEN ARRUDA DA CUNHA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Sal, terra e poder: as sesmarias de salinas na capitania do Rio Grande do Norte (séculos XVII-XVIII)

Resumo

A exploração de sal marinho na Capitania do Rio Grande, durante o século XVII, configurou-se como um elemento relevante na estruturação do espaço colonial. Este trabalho busca analisar como as concessões de sesmarias em áreas salineiras funcionaram como instrumentos de ocupação territorial e organização econômica. A ocupação das várzeas dos rios Açu e Mossoró foi formalizada por meio de concessões, usando como exemplo a sesmaria concedida por Jerônimo de Albuquerque a seus filhos em 1605, que visava transformar as jazidas naturais na costa setentrional em unidades produtivas ordenadas e povoadas. As sesmarias expressam o ordenamento da Coroa na economia da colônia sob a lógica colonial. A concessão dessas terras era condicionada à obrigação de povoar e pagar dízimos, vinculando a atividade salineira ao abastecimento da pecuária extensiva no sertão e à conservação de alimentos essenciais à subsistência, como carnes e peixes. A análise inicial dos documentos evidencia a atuação de diferentes agentes, como religiosos, militares e herdeiros de posse, indicando a diversidade social que estava envolvida nessa atividade econômica. Dessa forma, observa-se que a exploração salineira estava associada a mecanismos de organização do território e de estímulo à produção, contribuindo para a compreensão das dinâmicas econômicas da América portuguesa.

Palavras-chave: Sesmarias; Monopólio do sal; Rio Grande do Norte; Fazenda Real.

TITLE: Salt, Land, and Power: The Salt-Producing Land Grants in the Captaincy of Rio Grande do Norte (17th–18th Centuries)

Abstract

Sea salt exploitation in the Captaincy of Rio Grande during the 17th century played a significant role in structuring the colonial landscape. This study analyzes how land grants in salt-producing areas served as instruments for territorial occupation and economic organization. The settlement of the Açu and Mossoró river floodplains was formalized through such grants, exemplified by the land grant granted by Jerônimo de Albuquerque to his children in 1605, which aimed to transform natural coastal salt deposits into organized, populated production units. These land grants reflect the Crown's regulation

of the colonial economy within the colonial framework. Land grants were conditional upon obligations to settle the area and pay tithes, thereby linking salt production to the supply needs of extensive cattle ranching in the backlands and the preservation of essential subsistence foods, such as meat and fish. A preliminary analysis of the documents reveals the involvement of diverse agents including clergy, military personnel, and heirs to landholdings, highlighting the social diversity inherent in this economic activity. Thus, salt exploitation is shown to be linked to mechanisms of territorial organization and production incentives, contributing to a better understanding of economic dynamics in Portuguese America.

Keywords: Land grants; Salt monopoly; Rio Grande do Norte; Royal Treasury.

Introdução

A costa setentrional do Rio Grande do Norte possui, em sua paisagem de salinas, estuários e barras de rios, uma das mais antigas fronteiras econômicas do Brasil Colonial. Antes mesmo de a capitania ser dotada de estrutura administrativa sólida, o sal extraído da costa já circulava pelas redes mercantis do Atlântico Sul (Dias, 2011, p. 199), atraindo os olhares estrangeiros, disputas entre potentados locais e, sobretudo, a atenção vigilante da Coroa portuguesa (Ellis, 1955, p. 42-43). Compreender a forma como essa riqueza foi apropriada, regulada e distribuída ao longo dos séculos XVII e XVIII implica necessariamente analisar a distribuição dessas terras de salinas pelo sistema sesmarial como mecanismo de territorialização colonial.

A hipótese central deste trabalho é a de que as sesmarias de salinas funcionaram não apenas como mecanismo de redistribuição de terras, mas como dispositivos de uma racionalidade colonial que articulava controle fiscal, ocupação demográfica e inserção das Capitanias do Norte nas cadeias mercantis do Atlântico Sul. A argumentação é desenvolvida com base em três eixos principais. O primeiro diz respeito ao funcionamento do sistema de sesmarias como um instrumento de ocupação territorial na América portuguesa, que dialoga com as interpretações recentes que propõem uma leitura mais profunda das dinâmicas de apropriação da terra nas colônias ibéricas. O segundo eixo examina a construção do monopólio régio do sal e seus efeitos sobre a organização produtiva na Capitania do Rio Grande. O terceiro analisa os agentes sociais que estavam envolvidos nessas concessões de terras salineiras, dando evidência à diversidade de interesses que convergem para esse espaço econômico estratégico.

Metodologia

Este trabalho fundamenta-se metodologicamente na análise documental de fontes primárias em diálogo com a bibliografia especializada sobre o sistema de sesmarias na América portuguesa, o monopólio régio do sal e as dinâmicas econômicas das Capitanias do Norte.

O corpus documental é composto por seis documentos provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), pertencentes à série Avulsos do Rio Grande do Norte, datados entre

1729 e 1787, contendo petições e cartas de data e sesmaria referentes a áreas salineiras da Capitania do Rio Grande. Os dados provenientes dos documentos foram cruzados entre si e com a bibliografia especializada, permitindo identificar recorrências nas formulações, elementos biográficos dos peticionários, disputas de posse e a lógica administrativa subjacente às concessões.

A fundamentação bibliográfica central apoia-se, primeiramente, na obra Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa, de Carmen Alveal (2022), para a compreensão de como a posse de terra era mediada por disputas jurídicas e pela imposição de supostos direitos senhoriais no período colonial. No que diz respeito ao monopólio régio do sal, a referência central é a tese de doutorado de Myriam Ellis (1955), Monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801), que detalha a instituição do estanque do sal em 1631 como estratégia de controle fiscal e garantia de abastecimento da Coroa, perspectiva complementada por Manoel Correia de Andrade (2018), em O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico do Rio Grande do Norte, sobre a transformação das salinas naturais em territórios produzidos para fins econômicos.

A inserção da Capitania do Rio Grande nas dinâmicas econômicas sustenta-se pelas pesquisas de Thiago Dias (2011), em seu livro Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821), que demonstra como o sal, o gado e outros produtos integravam a capitania a redes mercantis que alcançavam as capitanias do Ceará, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro. As especificidades da exploração extrativista e a diversificação das atividades econômicas na costa, que incluíam também a pesca, a pecuária e as lavouras açucareiras, contam com a análise de Ana Lunara Morais (2021). Os estudos de Lívia Barbosa (2021) elucidam como os processos de conquista e territorialização estavam subordinados a uma lógica fazendária de arrecadação de tributos e dízimos. Para a compreensão da origem medieval do instituto sesmarial, recorreu-se à obra de Virgínia Rau (1982), e para a leitura das Capitanias do Norte como conjunto regional integrado, aos estudos de Carmen Alveal e Thiago Dias (2020).

Metodologicamente, o procedimento adotado consistiu na leitura de seis documentos do corpus, na identificação de fórmulas jurídicas recorrentes (obrigações de povoar, medir, demarcar e pagar dízimo), na reconstituição de elementos biográficos e sociais dos peticionários e na análise da localização geográfica das sesmarias em relação aos principais sítios de produção salineira da costa setentrional (Guamaré, Água Maré, Minhoto, Mangue Seco, Tubarão, Caiçara). A interpretação dos dados foi organizada em três eixos analíticos: o funcionamento do sistema de sesmarias como instrumento de ocupação territorial; a construção do monopólio régio do sal e seus efeitos sobre a organização produtiva; e os agentes sociais envolvidos nas concessões de terras salineiras.

Resultados e Discussões

Para compreender as sesmarias salineiras, é preciso partir de uma leitura do próprio instituto jurídico-territorial que as organiza. O sistema de sesmarias foi, durante muito tempo, interpretado pela historiografia como um mecanismo feudal de concentração fundiária, gerador quase automático de latifúndio e dependência servil. Como destaca Carmen Alveal (2022, p. 22) “ao conceber o sistema de sesmarias como a política ‘oficial’

de distribuição de terras aos povoadores, realizado pela Coroa portuguesa, a legislação agrária reinol, envolvendo sesmarias e senhorios (donatários), foi apropriada pela sociedade colonial com base em estratégias que pudessem garantir o domínio de suas terras". Essa visão, consolidada nas décadas de 1950 e 1960, tem sido progressivamente desconstruída por abordagens que privilegiam a complexidade das práticas de apropriação territorial na colônia.

A origem desse sistema remonta à lei das sesmarias de 1375, promulgada pelo rei Dom Fernando em Portugal para enfrentar a grande crise agrícola e a escassez de mantimentos decorrente da falta de mão de obra e do abandono das terras rurais (Rau, 1982, p. 9-11). A instituição das sesmarias traz consigo uma lógica medieval, estudada por Virgínia Rau (1982), segundo a qual a concessão de terras pela Coroa não implicava alienação plena do domínio régio, mas a criação de um vínculo de uso produtivo condicionado: o sesmeiro recebia a terra para cultivá-la e dela tirar proveito, mas sob pena de perdê-la caso não cumprisse as obrigações estabelecidas (Rau, 1982, p. 29, 39). Ao ser implementada na América portuguesa, essa lógica adquiriu características próprias. Conforme analisa Alveal (2022, p. 25), o funcionamento do regime sesmarial era sustentado por uma complexa articulação de objetivos, onde a Coroa buscava tanto o controle social sobre a posse da terra, quanto o fortalecimento da Fazenda Real por meio da produtividade "forçada". A Coroa, ao conceder sesmarias, não estava renunciando a sua soberania sobre as terras, mas estabelecendo um contrato de uso condicionado ao cumprimento de obrigações específicas: a de povoar, a de medir e demarcar, e a de pagar o dízimo sobre os frutos que as terras rendiam. A não observância dessas condições implicava a reversão das terras ao patrimônio régio, as chamadas "terras devolutas", que poderiam ser redistribuídas a novos beneficiários (Alveal, 2022, p. 23).

Essa lógica contratual é visível nos documentos de concessão de sesmarias salineiras analisados. Na maior parte dos requerimentos, os peticionários comprometiam-se a cumprir as obrigações jurídicas: "com a obrigação de as povoarem, medirem e demarcarem dentro do termo da lei e ordens de Sua Majestade" (AHU-RN, Cx. 2, D. 53). A recorrência dessa fórmula ao longo de todas as cartas de concessão exemplifica a firmeza de uma racionalidade administrativa que via a concessão de terras como instrumento de ordenamento territorial, e não simplesmente uma dádiva real (Alveal, 2022, p. 22). A Coroa pretendia, por meio dessas concessões, transformar os ditos espaços "incultos" em espaços produtivos integrados à economia fiscal do império.

Carmen Alveal e Thiago Dias (2020) argumentam que as Capitanias do Norte do Estado do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) formavam um conjunto integrado por redes de circulação mercantil, militar e administrativa que conferiam à região uma identidade histórica própria, frequentemente apagada pelas narrativas centradas em Salvador ou no Rio de Janeiro (Alveal; Dias, 2020, p. 13-14). No caso da Capitania do Rio Grande, essa inserção regional realizava-se de modo particular por meio de dois recursos fundamentais: o gado e o sal (Dias, 2011, p. 188, 199).

Essa dupla dimensão de controle social e estímulo produtivo explica por que as sesmarias de salinas na capitania do Rio Grande não se reduziram a simples mecanismos de distribuição de terras, mas constituíram dispositivos de uma racionalidade colonial que articulava interesses da Coroa e dos colonizadores em torno de um recurso estratégico e rentável (Alveal, 2022, p. 23). A expressão recorrente nos documentos de que o povoamento das terras de salinas "redunda em aumento dos dízimos reais, e de se não

povoarem redunda em prejuízo" (AHU-RN, Cx. 2, D. 53) sintetiza a visão instrumental que a Coroa tinha das sesmarias: estas eram meios para o aumento das rendas reais, e não fins em si mesmos. Conforme argumenta Lívia Barbosa , os processos de "conquista, expansão e territorialização também estavam inseridas na lógica fazendária estabelecida no Rio Grande", assegurando a produção de dízimos, maior fonte de arrecadação da capitania (Barbosa, 2021, p. 270). Essa perspectiva é fundamental para compreender a especificidade das sesmarias de salinas, pois, nestas, a extração de um recurso de valor estratégico sobrepunha-se à simples ocupação agrária (Ellis, 1955, p. 27-28).

A importância do sal na economia colonial do Brasil não pode ser subestimada. A atividade salineira na costa setentrional assumiu função estratégica fundamental, articulando as necessidades de provimento da colônia aos interesses arrecadatórios da Metrópole. Como produto indispensável à conservação de alimentos, o sal era também insumo essencial para o processamento de minerais e para o beneficiamento do gado (Dias, 2011, p. 200). Segundo Myriam Ellis (1955, p. 43-44), a instituição do estanque régio em 1631-1632 visava, primordialmente, captar recursos para a "sustentação dos presídios" e para a defesa militar do território, especialmente na Capitania de Pernambuco, ao passo que assegurava o suprimento de um "gênero de primeira necessidade" indispensável à vida colonial. Complementarmente, Manoel Correia de Andrade (2018, p. 80) destaca que o sal foi o suporte essencial para a "salga da carne e do peixe", integrando-se à lógica metropolitana de maximizar as rendas da Real Fazenda por meio do controle desse recurso mineral e de melhorar o abastecimento para os moradores da colônia.

A história do sal no Brasil colonial está marcada por uma tensão entre a produção local e o monopólio metropolitano. Portugal, que obtinha parte significativa de sua receita fiscal da exportação de sal de Setúbal e de Aveiro para os mercados do norte da Europa, temia que o desenvolvimento da produção salineira no Brasil gerasse concorrência interna capaz de desestabilizar esse comércio (Ellis, 1955, p. 39-41). Em consequência, a Coroa oscilou, ao longo do século XVII, entre a proibição da extração local e a tentativa de regulá-la por meio do estanque régio.

O estanque régio do sal, instituído em 1631, representou uma inflexão decisiva: a Coroa tomou para si o controle da comercialização do sal, equiparando sua estrutura administrativa à da Provedoria da Fazenda Real, o mesmo órgão responsável pela fiscalização dos dízimos e pelo controle do ouro (Ellis, 1955, p. 43). Conforme demonstrou Ellis (1955, p. 44), essa medida tinha motivações que iam além do controle fiscal: a presença holandesa no atual Nordeste do Brasil, que havia tornado evidente o interesse estrangeiro pelas salinas localizadas nas capitanias do Rio Grande e da Paraíba, alertara a Coroa para o valor geopolítico desse recurso. O sal das salinas setentrionais era cobiçado precisamente porque sua produção, favorecida pelo regime de ventos e pela alta taxa de evaporação do litoral (Andrade, 2018, p. 78), fazia-se sem grandes custos de instalação, diferentemente das salinas artificiais do sul da Europa.

Essa importância estratégica está implícita nos documentos analisados. Um detalhe revelador consta na carta de sesmaria concedida ao sargento-mor Gregório de Oliveira e Melo em 1729: o escrivão da Fazenda Real advertia que a sesmaria deveria ser concedida "com a cláusula de não entrarem as salinas por serem realengas" (AHU-RN, Cx. 7, D. 463). As salinas, ou lagoas de extração efetiva do sal, eram propriedade da Coroa, insuscetíveis de alienação. O que se concedia em sesmaria eram as terras circundantes,

os sítios de pescaria e os logradouros, mas o recurso mineral em si permanecia sob o domínio régio, uma lógica de territorialização seletiva, que abria a posse dos espaços periféricos à apropriação privada, mas retinha o núcleo produtivo sob controle público (Ellis, 1955, p. 42-43).

A integração da produção salineira potiguar aos circuitos comerciais da América portuguesa foi examinada por Thiago Dias (2011, p. 201-205), que identificou o sal como um dos pilares das dinâmicas mercantis da Capitania do Rio Grande entre 1760 e 1821. O autor demonstrou que, apesar das restrições do estanque régio, o sal produzido na costa do Rio Grande era um "considerável ramo de comércio" (Casal apud Dias, 2011, p. 204), circulando em redes de longa distância que interligavam os portos de Assú, Mossoró e Águas Mares (Guamaré) a mercados como Aracati, no Ceará, além de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. A pecuária e a pesca, principais atividades do interior e da costa, dependiam do sal tanto para a conservação de seus produtos quanto para o abastecimento dos próprios trabalhadores.

A correspondência entre a localização das sesmarias documentadas e os principais pontos de produção salineira da costa rio-grandense é significativa: os sítios mencionados (Guamaré, Água Maré, Minhoto, Mangue Seco, Tubarão, Caiçara) correspondem a áreas que até hoje preservam tradição salineira e pesqueira, evidenciando o posicionamento estratégico dos agentes coloniais em relação aos recursos mais valiosos da capitania.

Um dos aspectos mais reveladores nos documentos analisados é a diversidade dos agentes que peticionaram sesmarias nas áreas salineiras da Capitania do Rio Grande. Longe de revelar uma estrutura social homogênea, dominada por uma classe senhorial, os documentos evidenciam a participação de grupos sociais distintos (religiosos, herdeiros, militares, oficiais das câmaras municipais e a própria Fazenda Real) com estratégias e objetivos variados. A convergência dos interesses de cada grupo para a zona costeira evidencia que o posicionamento estratégico em relação aos recursos naturais (o sal e o pescado) era fundamental para a consolidação de seus patrimônios e a subsistência na colônia.

O primeiro documento analisado, datado de 1729, registra a petição do padre João de Melo, da Companhia de Jesus, superior da missão indígena do Guajiru. O religioso pediu sesmaria na costa das salinas, nos sítios dos Galos e de Água Maré, alegando que a missão precisava de "sítios de pescarias em que possam mandar pescar" para se manter (AHU-RN, Cx. 2, D. 53). A concessão foi efetivada pelo capitão-mor Domingos de Morais Navarro, que já havia, poucos anos antes (1723), concedido ao coronel Manoel da Silva Queiroz terras próximas na mesma costa. A presença jesuítica revela que as missões indígenas participavam ativamente da economia colonial, integrando suas comunidades às redes de produção e distribuição de pescado e, indiretamente, ao circuito do sal. Ao emitir seu parecer em 1729, o escrivão da Fazenda Real, Caetano de Melo Albuquerque, destaca a utilidade de doar terras devolutas para o aumento dos dízimos reais, alertando que o "realengo", ou seja, que eram de domínio da Coroa, deveria ser excluído da doação. Essa concessão mostra como a exploração salineira mobilizava o trabalho compulsório de indígenas aldeados, empregados na pesca, na coleta de sal e na salga de peixes para comércio (Morais, 2021, p. 52).

Também em 1729, o sargento-mor Gregório de Oliveira e Melo peticionou sesmaria nos sítios de Minhoto, Mangue Seco, Tubarãozinho, Tubarão e Cacimbas do Madeira, com 3

léguas de comprimento a partir do Minhoto e 1 légua de largura para o sertão, confrontando com as terras de Pascoal de Freitas de Crasto (AHU-RN, Cx. 7, D. 463). Sua petição apresenta elementos biográficos reveladores: o peticionário declarava ter servido à Coroa há "muitos anos" sem pedir terras, por estar onerado com o sustento de sua mãe, irmãos e irmãs após a morte de seu pai, o capitão Manoel Gonçalves Branco. A sesmaria era, assim, parte de uma estratégia de consolidação patrimonial de uma família soldadesca que acumulara serviços e prestígio sem ainda obter compensação fundiária correspondente, linguagem política frequente, compreendida pela administração colonial como forma de remunerar quem havia contribuído para o ordenamento e defesa da capitania (Alveal, 2022, p. 44). Caetano de Melo e Albuquerque informava ainda que dois dos sítios requeridos (Tubarão e Mangue Seco) já haviam sido concedidos em 25 de novembro de 1708 a Belchior de Brito e José de Mendonça, mas se encontravam devolutos por falta de registro de povoamento efetivo, revelando o caráter dinâmico do sistema sesmarial, que condicionava os direitos à demonstração contínua de produção (Alveal, 2022, p. 78). Em outro documento, de 1780, há menção a outro "Manuel Gonçalves Branco", oficial da câmara, levantando a possibilidade de se tratar de membros de uma mesma linhagem.

A sesmaria do capitão Inácio Gomes da Câmara, concedida em 1735, apresenta lógica diferente: o peticionário não pedia novas terras, mas a regularização de posse já existente, nas Praias de Salinas (Caiçara), herdada de seu pai, o sargento-mor Bartolomeu da Costa. A formalização era necessária porque as terras estavam "prescritas segundo os editais" publicados pelo capitão-mor João de Teive Barreto de Menezes, que declarava devolutos os imóveis não confirmados pelo Conselho Ultramarino. Esse mecanismo de prescrição, usado pelas autoridades coloniais para incentivar a regularização fundiária e aumentar a arrecadação de dízimos, mostra o sistema sesmarial também como dispositivo de atualização cadastral e de captura de posses informais: terras herdadas sem formalização precisavam, a cada geração, regressar ao circuito oficial da concessão régia. A aprovação sem contestação sugere que a posse de Bartolomeu da Costa já era reconhecida como legítima, cabendo apenas formalizá-la.

A petição do ajudante Francisco Carvalho Alcácer, de 1780, é uma concessão inteiramente nova, sem invocação de posse anterior ou herança, requerendo terras da Gamboa que divide a ilha do Pira Sal até perto do Mangue Seco, com cerca de 1 légua de comprimento e largura (AHU-RN, Cx. 7, D. 461). Foi solicitada a governadores interinos, o comandante José Batista Freire e o vereador Prudente de Sá Bezerra, que exerciam o governo na ausência de capitão-mor titular, evidenciando a precariedade institucional do período. A agilidade da tramitação chama atenção: petição, consultas ao escrivão do Senado da Câmara, aos oficiais da câmara, ao escrivão e ao provedor da Fazenda Real, despacho e carta de sesmaria foram todos expedidos entre 22 e 23 de agosto de 1780, revelando tanto a ausência de controvérsias sobre a posse quanto a eficiência de uma máquina burocrática local. Esse circuito institucional evidencia uma governança da terra distribuída por diversos agentes, dependente do saber local acumulado nos livros de registro de datas e sesmarias.

A última concessão analisada, da sesmaria do capitão-mor Pedro Pereira da Costa, de 1787, desloca o foco das salinas costeiras para as ilhas fluviais do Rio Açu. O peticionário, morador na freguesia do Assú, requeria ilhas devolutas para "cultivar com plantas, gados ou pescarias" (AHU-RN, Cx. 8, D. 476), revelando a multiplicidade de usos das terras dos rios no sertão riograndense. Essa indeterminação era estratégica: ao

citar vários usos, Pedro Pereira enquadrou seu pedido da maneira mais abrangente possível, pois qualquer uma das atividades citadas era reconhecida como forma válida de fazer possuir a terra e aumentar os dízimos reais (Barbosa, 2021, p. 262). A região do Assú, que nas cartografias holandesas do século XVII aparecia como área de presença indígena e de produção de sal, havia sido progressivamente integrada à economia pecuária e de pesca fluvial ao longo do século XVIII: era pelo rio Açu que o sal litorâneo subia para o interior e o gado do sertão descia para os portos de embarque (Dias, 2011, p. 140, 201). As ilhas fluviais construíam, assim, espaços de conexão entre a lógica pastoril do sertão e a lógica pesqueira e salineira da costa, repetindo no interior a lógica das concessões costeiras.

Por fim, os processos de ocupação das várzeas do Rio Grande remontam a marcos anteriores ao recorte setecentista aqui priorizado, destacando-se a doação de Jerônimo de Albuquerque aos seus filhos em 1605, que visava converter as jazidas naturais da costa setentrional em unidades produtivas povoadas e ordenadas. A importância estratégica desse recurso foi acentuada também durante a ocupação holandesa, quando a exploração das salinas e a presença indígena na ribeira do Açu já figuravam com destaque na cartografia e nas preocupações geopolíticas da época, episódios que, dada sua complexidade, ficarão reservados para análise posterior.

A relação entre o monopólio régio das salinas e a concessão de sesmarias revela uma articulação específica entre controle real e ações de particulares, característica do sistema colonial português. Essa articulação não era isenta de tensões, já que a Coroa precisava simultaneamente incentivar a ocupação das terras, para aumentar a produção e a cobrança dos dízimos, e preservar seu controle sobre o recurso mais valioso, o sal em si (Ellis, 1955, p. 42-43).

A solução encontrada foi juridicamente sofisticada: as terras ao redor das salinas eram dadas em sesmaria, com todas as suas "águas, matas, campos, testadas, logradouros e mais úteis que nelas houverem", mas com a explícita exclusão das salinas, declaradas realengas. Esse expediente permitia que a Coroa obtivesse povoamento e aumento produtivo que a área necessitava, sem renunciar ao recurso estratégico. Os concessionários, por sua vez, obtinham acesso a terras férteis e bem localizadas, com possibilidade de explorar a pesca, o pastoreio e o acesso às rotas de comércio do sal, mesmo sem possuir formalmente as salinas.

Esse arranjo criava, na prática, uma "economia de vizinhança": os sesmeiros das terras costeiras dependiam do sal régio para viabilizar suas pescarias e seus rebanhos, ao passo que a Coroa dependia da presença e da atividade dos sesmeiros para garantir que as salinas fossem guardadas, exploradas e seus produtos fiscalizados. A obrigação de "dar pelas ditas terras caminhos livres ao conselho para fontes, pontes e pedreiras", presente em todos os documentos analisados, revela essa interdependência: o Estado colonial precisava de infraestrutura que apenas a presença particular dos indivíduos poderia garantir.

Alveal e Dias (2020, p. 14) alertam para o risco de interpretar as estruturas administrativas das Capitanias do Norte como um Estado centralizado e racionalmente planejado. A colonização resultava de “processos adaptativos”, dependentes de múltiplos agentes no território, muitas vezes à margem das formalidades institucionais (Alveal; Dias, 2020, p.

14-15), tornando o saber local sobre posses e terras devolutas insubstituível à governança (Alveal; Dias, 2020, p. 13, 18). A administração consolidou-se como sistema de interdependência, eficiente pela confluência entre realidades locais e interesses da conquista regional (Alveal; Dias, 2020, p. 24). Isso aparece no escrivão da Fazenda Real, Caetano de Melo e Albuquerque, que assina pareceres em dois documentos de 1729. Ao verificar concessões, informou que os sítios de Tubarão e Mangue Seco "foram dados em 25 de novembro de 1708 a Belchior de Brito e José de Mendonça" (AHU-RN, Cx. 7, D. 74), mobilizando acervo documental e memória institucional, recursos escassos em capitanias marcadas por conflitos, incêndios e desorganização.

Conclusão

A análise das sesmarias salineiras da Capitania do Rio Grande permite articular, em escala documental, dimensões que a historiografia regional frequentemente trata de forma separada: a territorialização colonial, a política fiscal da Coroa, as dinâmicas mercantis regionais e as trajetórias dos agentes sociais locais. Os documentos examinados, que vão do jesuíta ao militar, do herdeiro ao colonizador novo, mostram que a ocupação das terras salineiras não foi um processo linear e homogêneo, mas um campo de disputas em que diferentes lógicas sociais e institucionais entrecruzavam-se.

A persistência das obrigações associadas às sesmarias (pagamento do dízimo, aproveitamento, demarcação, confirmação régia) ao longo de mais de meio século revela tanto a estabilidade do aparato jurídico colonial quanto sua aplicação seletiva e negociada. As terras devolutas que retornavam ao patrimônio régio por descumprimento das obrigações eram o mecanismo que mantinha o sistema em movimento, impedindo que as concessões se cristalizassem em patrimônios imóveis e estimulando a circulação da terra entre novos ocupantes (Alveal, 2022, p. 78). Nesse sentido, as sesmarias de salinas funcionavam como um dispositivo de mobilização de recursos, forçando a territorialização contínua de um espaço que, de outra forma, poderia permanecer inculto e economicamente improdutivo do ponto de vista do fisco colonial.

A exclusão das salinas do âmbito das concessões, invariavelmente declaradas realengas, é o elemento que mais nitidamente revela a racionalidade colonial implícita ao sistema. O sal não era apenas um recurso econômico, era um recurso estratégico cujo controle tinha implicações geopolíticas evidentes, como a ocupação holandesa havia demonstrado no século XVII. A Coroa portuguesa, ao conceder as terras circundantes mas reter as salinas, operava com uma sofisticada distinção entre o espaço da produção particular e o espaço do domínio régio, distinção que é o núcleo do pacto colonial tal como o vivenciavam os moradores da costa setentrional do Rio Grande (Ellis, 1955, p. 44).

Referências

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. História Unicap, v. 7, n. 13, jan./jun. de 2020.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; et al. Rio Grande (do Norte): história e historiografia. Mossoró, RN: EDUERN, 2021.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade da América portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Proprietas, 2022.

ANDRADE, Manoel Correia de. O Território do Sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico do Rio Grande do Norte. Revista GeoInterações, Assú, v. 2, n. 2, p. 71-104, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1105>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. Das ribeiras o tesouro: a arrecadação de tributos e zonas fiscais da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1673-1723). In: ALVEAL, Carmen; et al. Rio Grande (do Norte): história e historiografia. Mossoró, RN: EDUERN, 2021. Cap. 10, p. 253-276.

CASAL, Aires de. Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

DIAS, Thiago Alves. Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). Dissertação (Mestrado em História). Natal: EDUFRN, 2011.

ELLIS, Myriam. O monopólio do sal no estado do Brasil (1631-1801). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1955.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Entre terras e águas: quezílias pela posse de calidades pesqueiras da capitania do Rio Grande (Séculos XVII-XVIII). In: ALVEAL, Carmen; et al. Rio Grande (do Norte): história e historiografia. Mossoró, RN: EDUERN, 2021. Cap. 2, p. 41-68.

RAU, Virgínia. Sesmarias medievais portuguesas. Lisboa: Presença, 1982.

Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Avulsos do Rio Grande do Norte. AHU_CU_018, Cx. 2, D. 144 [ant. 1730, jan. 7]. Requerimento do padre João de Melo à confirmação de sesmaria na costa das salinas, sítios dos Galos e Água Maré.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Avulsos do Rio Grande do Norte. AHU_CU_018, Cx. 4, D. 236 [ant. 1737, mai. 4]. Requerimento do capitão Inácio Gomes da Câmara à confirmação de sesmaria nas Praias de Salinas em Caiçara.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Avulsos do Rio Grande do Norte. AHU_CU_018, Cx. 7, D. 461 [1780]. Requerimento do ajudante Francisco Carvalho Alcácer à confirmação de sesmaria da Camboa do Sal ao Trapiche.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Avulsos do Rio Grande do Norte. AHU_CU_018, Cx. 7, D. 463 [ant. 1783, jan. 13]. Requerimento do sargento-mor Gregório de Oliveira e Melo à confirmação de sesmaria nos sítios de Minhoto, Mangue Seco, Tubarãozinho, Tubarão e Cacimbas do Madeira.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Avulsos do Rio Grande do Norte. AHU_CU_018, Cx. 8, D. 476 [ant. 1788, dez. 5]. Requerimento do capitão-mor Pedro Pereira da Costa à confirmação de sesmaria na Boca da Camboa dos Barcos, Ribeira do Açu.

CÓDIGO: HS0339

AUTOR: VANUSA LUANA CAVALCANTE SANTOS

ORIENTADOR: MAGDA DINIZ BEZERRA DIMENSTEIN

TÍTULO: CONSTRUÇÃO DO CASO EM CAPS PARA ATENÇÃO A TRANSTORNOS MENTAIS GRAVES E PERSISTENTES: A EQUIDADE NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Resumo

A pesquisa investiga se a construção do caso, articulada à elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) sob uma perspectiva interseccional, pode produzir mudanças nas práticas clínicas de equipes de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e contribuir para a redução de barreiras de acesso à atenção psicossocial. Trata-se de uma pesquisa-intervenção qualitativa, realizada no CAPS II Oeste e CAPS III Leste, em Natal/RN, com profissionais de equipes multiprofissionais. A intervenção envolveu a construção coletiva de casos e elaboração de PTS, considerando atravessamentos de raça, gênero, classe, território, relações familiares e vulnerabilidades. Os resultados apresentados referem-se à construção de três casos no CAPS II Oeste, com aprofundamento de dois. A análise evidenciou lacunas nas informações sobre as trajetórias dos usuários e leituras individualizantes, especialmente na atribuição das dificuldades de cuidado às famílias. O processo produziu deslocamentos nas narrativas das equipes, ampliando a escuta para além do diagnóstico e reconhecendo vínculos, desejos, território, práticas corporais, música e dança como dimensões do cuidado. Conclui-se que a articulação entre construção do caso e interseccionalidade pode favorecer práticas mais equitativas, territoriais, intersetoriais e antimanicomiais, embora dependa de condições institucionais que sustentem a discussão coletiva e o acompanhamento dos casos.

Palavras-chave: Saúde mental; Interseccionalidade; CAPS; Construção de caso; PTS.

TITLE: CASE CONSTRUCTION IN CAPS FOR THE CARE OF SEVERE AND PERSISTENT MENTAL DISORDERS: EQUITY IN PSYCHOSOCIAL CARE

Abstract

This study investigates whether case construction, combined with the development of an Individualized Therapeutic Plan (PTS) from an intersectional perspective, can change the clinical practices of Psychosocial Care Center (CAPS) teams and reduce

barriers to psychosocial care. This qualitative intervention research was conducted at CAPS II Oeste and CAPS III Leste, in Natal, Brazil, with multidisciplinary team professionals. The intervention involved collective case construction and PTS development, considering race, gender, class, territory, family relationships, and vulnerabilities. Results refer to three cases constructed at CAPS II Oeste, with two explored in depth. The analysis revealed gaps in information about users' trajectories and individualizing interpretations, especially regarding families' responsibility for difficulties in care. The process shifted teams' narratives, broadening listening beyond diagnosis and recognizing bonds, desires, territory, bodily practices, music, and dance as dimensions of care. Case construction combined with intersectionality can foster more equitable, territorial, intersectoral, and anti-asylum practices, but depends on institutional conditions that support collective discussion and continuous case follow-up.

Keywords: Mental health; Intersectionality; CAPS; Case construction; ITP.

Introdução

A Reforma Psiquiátrica brasileira representou uma importante transformação no modelo de atenção à saúde mental, substituindo a lógica manicomial por uma perspectiva pautada na atenção psicossocial, na garantia de direitos e no cuidado em liberdade. Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) consolidaram-se como serviços estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), responsáveis pelo cuidado de pessoas em sofrimento psíquico grave e persistente. Orientados pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), os CAPS devem ofertar um cuidado territorializado, interdisciplinar e centrado nas necessidades singulares dos usuários, promovendo sua inserção social e o fortalecimento de vínculos comunitários. Apesar dos avanços da Reforma Psiquiátrica, persistem desafios para a efetivação de um cuidado equitativo. O acesso aos serviços de saúde não é determinado apenas pelas necessidades clínicas, mas também pelas condições sociais que atravessam as trajetórias dos sujeitos e pelos modos como as instituições respondem às diferenças. Processos de saúde, adoecimento e cuidado são marcados por desigualdades relacionadas à raça/cor, classe, gênero, orientação sexual, territorialidade e geração (Dimenstein et al., 2021). Esses marcadores articulam-se entre si, produzindo experiências distintas de vulnerabilização e exclusão social (Collins, 2021), com repercussões no acesso, na permanência e na qualidade da atenção em saúde mental. A perspectiva interseccional permite compreender como sistemas de opressão, como racismo, patriarcado, LGBTfobia e desigualdades socioeconômicas, interagem e produzem formas específicas de vulnerabilidade (Collins, 2021). No campo da saúde mental, esses processos atravessam tanto as condições de vida dos usuários quanto as práticas institucionais e clínicas, influenciando o acolhimento, a construção de vínculos e os projetos terapêuticos. Reconhecer tais atravessamentos é, portanto, fundamental para a construção de práticas comprometidas com a equidade. Nesse cenário, a construção do caso constitui uma estratégia clínico-institucional que favorece a elaboração coletiva das situações acompanhadas pelas equipes, ampliando a compreensão das necessidades dos usuários e contribuindo para a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Articulada à perspectiva interseccional, essa ferramenta pode deslocar análises centradas exclusivamente no diagnóstico ou na dimensão individual do sofrimento, incorporando as determinações sociais que atravessam cada

caso e qualificando as práticas de cuidado nos CAPS. É nesse contexto que se insere esta pesquisa, cujo objetivo é investigar, junto às equipes do CAPS II Oeste e CAPS III Leste de Natal/RN, se a utilização da construção do caso, articulada à elaboração do PTS sob uma perspectiva interseccional, promove mudanças nas concepções e práticas clínicas, contribuindo para a redução das barreiras de acesso à atenção psicossocial especializada. Parte-se da hipótese de que o racismo, o machismo, a LGBTfobia e os processos de segregação que atingem populações pobres, periféricas e rurais operam como mecanismos estruturais e institucionais de produção de desigualdades no acesso e na vinculação aos serviços. Pressupõe-se, ainda, que a incorporação da interseccionalidade à construção do caso e ao PTS pode ampliar a capacidade dos CAPS de produzir acolhimento, vínculo e cuidado orientados pela equidade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa-intervenção de abordagem qualitativa, fundamentada na articulação entre a tecnologia da construção do caso, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) e a perspectiva teórica da interseccionalidade. O estudo tem como campo de investigação dois Centros de Atenção Psicossocial voltados ao atendimento de adultos com transtornos mentais graves e persistentes (não relacionados ao uso de álcool e outras drogas) no município de Natal/RN: o CAPS II Oeste e o CAPS III Leste. Esses serviços configuram-se como pontos estratégicos da atenção especializada em saúde mental na capital potiguar, acolhendo usuários cujas trajetórias de vida são marcadamente atravessadas por contextos de vulnerabilização social, desigualdades históricas e violências diversas. Os participantes do estudo são os profissionais de saúde que compõem as equipes multiprofissionais do CAPS II Oeste e do CAPS III Leste. A inclusão abrange trabalhadores de diferentes categorias profissionais envolvidos diretamente no planejamento e na execução do cuidado psicossocial nesses serviços. A intervenção metodológica pauta-se na realização de reuniões interprofissionais de construção de casos e elaboração de PTS no âmbito do trabalho diário das equipes. Cada equipe multiprofissional é convidada a selecionar dois casos clínicos para serem trabalhados ao longo do processo. Os critérios de inclusão para a escolha dos casos contemplam a constatação de dificuldades significativas na vinculação do usuário às ofertas terapêuticas do serviço e a percepção, por parte da equipe, da presença de marcadores sociais da diferença atuando como fatores que incrementam essas barreiras de acesso e acolhimento. Conforme aponta Figueiredo (2004), a construção do caso representa uma contribuição da psicanálise para o campo da Atenção Psicossocial, pautada no compartilhamento coletivo de elementos da história do usuário. Essa tecnologia permite colher, a partir das produções do sujeito e da singularidade de seus sintomas narrados pela equipe, orientações para a prática clínica. No âmbito desta pesquisa, como mencionado anteriormente, alia-se a construção do caso à lente analítica da interseccionalidade (Collins, 2021), convidando os trabalhadores a identificar de que modo as opressões estruturais e os marcadores sociais se entrecruzam e operam nos processos de acolhimento, diagnóstico e pactuação do cuidado. A produção dos dados a serem analisados apoia-se nos seguintes instrumentos: os prontuários dos usuários; o diário de campo dos pesquisadores; e as narrativas das construções de caso. As reuniões de construção de caso e pactuação do PTS foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. A análise do material pauta-se na identificação de concepções de saúde mental, barreiras de acesso, entraves na produção do vínculo e transformações perceptíveis nas práticas clínicas dos profissionais ao longo da intervenção. O texto resultante das

transcrições é submetido à análise por Núcleos Narrativos (Onocko-Campos & Furtado, 2008), técnica que permite sistematizar e reordenar as falas das equipes em unidades de sentido e enredos interpretativos. A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CEP/UFRN) e aprovado sob o Parecer nº CAEE 85718124.2.0000.5537. Todos os profissionais participantes foram formalmente esclarecidos sobre os objetivos da investigação e confirmaram sua adesão mediante a assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

Resultados e Discussões

RESULTADOS Os resultados, até o momento, referem-se à construção de três casos (Alceu, Rebeca e Fernanda) de usuários trazidos pela equipe multiprofissional do CAPS II Oeste. A partir de uma perspectiva interseccional, compreende-se que suas trajetórias não podem ser explicadas apenas pelo sofrimento psíquico ou pelas dificuldades de adesão ao cuidado, mas pelo entrecruzamento de raça, gênero, classe, território, relações familiares e outras condições de vulnerabilidade, que produzem diferentes possibilidades de acesso e vinculação à Rede de Atenção Psicossocial. Para a análise, utilizou-se a construção do caso, articulada à elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS), buscando compreender como esses atravessamentos incidem sobre as barreiras de acesso e o cuidado. Os três casos foram trazidos pela equipe por apresentarem dificuldades de vinculação, embora expressem trajetórias distintas. Alceu é um homem negro, de meia idade e baixa renda, acompanhado pelo CAPS há aproximadamente duas décadas, com fragilidade da rede de suporte, dificuldades de acesso a direitos e outros cuidados em saúde e questões relacionadas à continuidade do tratamento. Rebeca é uma mulher negra, de meia idade, baixa renda e analfabeta, também acompanhada há mais de uma década, cuja trajetória é atravessada pela circulação frequente pelo território, fragilidade da rede de apoio, violência doméstica e sexual e dificuldades de autonomia no cuidado. Fernanda é a filha que chega ao serviço trazida pela mãe, compondo com ela uma dinâmica de dependência mútua, intenso sofrimento psíquico e dificuldades de adesão ao cuidado, atravessada por relações familiares, gênero, vulnerabilidade social e territorial, isolamento e fragilidade da rede de apoio. Diante dos limites das informações disponíveis, este caso será apresentado apenas de forma sintética. Em conjunto, os três casos evidenciam como a articulação dos marcadores sociais com as trajetórias singulares participa da produção dos processos de saúde-doença-cuidado, conformando diferentes vulnerabilidades, barreiras de acesso e demandas de cuidado. Alceu é acompanhado pelo CAPS há cerca de duas décadas. Um aspecto marcante de sua trajetória é a relação com a música: carrega seu instrumento musical e participa de oficinas relacionadas. Sua rede de suporte é fragilizada. Reside com um familiar que exerce sua curatela, sua irmã, cunhado e sobrinhos, sendo a irmã a principal responsável pelo cuidado. Embora a equipe reconheça a importância dessa rede, relata dificuldades de articulação com os familiares, que não comparecem ao serviço mesmo quando convocados. Segundo os profissionais, na juventude Alceu integrava uma banda familiar e o início do sofrimento psíquico esteve relacionado à ruptura desse vínculo, quando apresentou sua primeira crise, marcada por um desaparecimento de aproximadamente quatro dias. A equipe relata ainda suspeitas de violência patrimonial e dificuldades na continuidade do tratamento medicamentoso. Os medicamentos prescritos para aquisição fora da rede nem sempre eram comprados e, quando adquiridos, havia relatos de administração

inadequada pela família. Como estratégia para garantir a continuidade do tratamento, passou-se à administração supervisionada da medicação no próprio CAPS, por via injetável. A discussão do caso evidenciou também a necessidade de ampliar a articulação com a rede familiar a partir da corresponsabilização, evitando a concentração do cuidado em um único membro. A condição de saúde de Alceu também é precária, com importante comprometimento da saúde bucal e dificuldades de acesso ao tratamento odontológico. Realiza frequentemente deslocamentos a pé, apesar de morar distante do CAPS e não possuir carteira de transporte coletivo. A obtenção do documento é dificultada pela perda frequente de documentos e pelas dificuldades em lidar com demandas burocráticas, exigindo acompanhamento. Entre as principais pactuações do PTS estão: ampliar a escuta sobre história de vida, desejos e necessidades; fortalecer a rede familiar por meio de visitas domiciliares; manter a dispensação medicamentosa supervisionada; sustentar a oficina de música como dispositivo de vínculo e produção de sentido; articular o cuidado com a UBS, especialmente em relação à saúde bucal e ao rastreio de comorbidades; apoiar a regularização de documentos, obtenção da carteira de transporte e outras demandas burocráticas, inclusive com avaliação de Acompanhante Terapêutico (AT); definir técnico de referência; e avaliar o acionamento da assistência social/CREAS diante de indícios de violação de direitos e dependência familiar. Rebeca é uma mulher negra, de meia idade, baixa renda e analfabeta, acompanhada pelo CAPS há mais de uma década. Um elemento importante de sua trajetória é a andarilhagem frequente pela cidade. A equipe não sabe precisar se ela está em situação de rua, mas reconhece que essa circulação tem produzido repercussões em sua saúde e demanda articulação com a atenção básica. Rebeca é descrita pela equipe como alguém que apresenta sofrimento psíquico intenso, ideias persecutórias, medo, labilidade emocional, dificuldades de compreensão associadas a limitações cognitivas e dificuldade de manejo autônomo da medicação. Sua rede de apoio é fragilizada: reside com um companheiro que pratica violência doméstica e sexual. Não há informações claras sobre filhos ou outros familiares na cidade, e a situação de curatela aparece de forma pouco definida nos registros, gerando preocupação quanto à garantia de direitos. Apesar da participação irregular nas oficinas, Rebeca mantém vínculo longitudinal com o CAPS. Em atividades que exigem permanência sentada, apresenta inquietação e dificuldade de concentração, enquanto demonstra maior identificação e mobilização em atividades corporais e expressivas, especialmente música e dança. Também passou a frequentar o Centro de Convivência de Natal (CECCO), embora pouco se saiba sobre essa experiência. Um episódio compartilhado pela equipe foi especialmente significativo: quando outra usuária precisou ser levada à UPA, Rebeca reivindicou acompanhá-la e organizou-se para ocupar uma posição de cuidado. O acontecimento permitiu reconhecer capacidades de organização que não apareciam na narrativa centrada em sua desorganização, além de apontar para possibilidades de vínculo e participação que podem ser mobilizadas no cuidado. As principais pactuações do PTS envolvem: definir ou fortalecer técnico/a de referência; ampliar a escuta sobre história de vida, desejos, vínculos, circulação territorial e referências afetivas; adaptar orientações terapêuticas e medicamentosas às condições de analfabetismo e dificuldades cognitivas; articular com a UBS; acionar CREAS e Centro de Referência da Mulher Elizabeth Nasser (CREM) diante do histórico de violência; esclarecer a situação de curatela e possíveis violações de direitos; construir estratégias de proteção diante da convivência com o companheiro/agressor; fortalecer a participação em atividades corporais, de dança, expressão e música; mapear a rede de apoio, incluindo CECCO, UBS, profissionais de referência e outros vínculos territoriais; e sustentar CAPS e CECCO como pontos de ancoragem no território.

DISCUSSÕES A análise dos casos evidencia que a perda de informações sobre os usuários não é apenas material, relacionada à ausência de documentos ou registros, mas também ocorre no campo das representações produzidas sobre eles. O objeto de análise não são somente suas trajetórias, mas também o discurso construído pela equipe e os efeitos da construção do caso sobre esse discurso. Durante os encontros, identificaram-se lacunas importantes sobre as histórias de vida dos usuários. A equipe desconhecia aspectos como interesses, desejos, vínculos, experiências anteriores ao CAPS, circulação pelo território e composição das redes de suporte. Em Alceu, por exemplo, sabia-se de sua relação com a música, mas pouco se conhecia sobre o significado dessa experiência em sua trajetória. No caso de Rebeca, sabia-se que havia perdido os pais precocemente, mas não se conseguia construir uma narrativa sobre seus vínculos e caminhos posteriores. Mais do que a ausência dessas informações, chamou atenção o fato de que muitas delas não apareciam inicialmente como perguntas relevantes para o cuidado. Os profissionais também relatavam conversas que não eram registradas e, em diferentes momentos, esqueciam informações anteriormente compartilhadas. Esse movimento pode ser compreendido como um indício de que o apagamento dos usuários extrapola suas trajetórias individuais e opera também no manejo clínico, reproduzindo processos de invisibilização no interior da instituição. A construção do caso permitiu, assim, problematizar não apenas o que a equipe sabia sobre os usuários, mas quais aspectos de suas vidas eram considerados relevantes para o cuidado. Esse apagamento também aparece na forma como as barreiras de acesso são interpretadas. Inicialmente, as dificuldades relacionadas às redes familiares eram frequentemente compreendidas como problemas da própria família. No caso de Alceu, por exemplo, os impasses eram atribuídos em grande parte ao pouco envolvimento dos familiares, sem que fossem inicialmente problematizadas as estratégias do próprio serviço para se articular com essa rede. Predominava uma lógica individualizante, na qual a responsabilidade pelo cuidado recaía sobre um familiar, frequentemente uma mulher que já concentra múltiplas tarefas, em vez de ser compartilhada entre família, serviço e demais equipamentos da rede. A construção do caso e do PTS produziu deslocamentos nesse discurso. Informações inicialmente secundárias passaram a ocupar lugar central. No caso de Rebeca, por exemplo, o episódio em que acompanhou outra usuária à UPA emergiu quando a equipe foi convidada a rememorar sua convivência com ela para além dos momentos de crise. O episódio permitiu reconhecer capacidades de organização e cuidado que não apareciam na narrativa centrada em sua desorganização. Ao mesmo tempo, possibilita problematizar marcadores de gênero, uma vez que sua capacidade de organização passa a ser reconhecida especialmente quando vinculada ao cuidado de outra pessoa, embora também tenham emergido outras formas de iniciativa e mobilização, como sua relação com música, dança e atividades corporais. Um dos principais efeitos da construção do caso foi ampliar a escuta para além do diagnóstico e dos episódios de crise, recolocando em cena história, vínculos, território, desejos e condições concretas de vida. Não se trata apenas de produzir mais informações, mas de transformar a maneira como os usuários são narrados e compreendidos. Ao construir coletivamente o caso, torna-se possível tensionar uma lógica biomédica centrada na doença, na crise e na adesão como atributos individuais, incorporando processos sociais, institucionais e relacionais que participam da produção das barreiras ao cuidado. Essa ampliação permite reconhecer que os marcadores sociais não produzem apenas sofrimento e vulnerabilização, mas também formas de existência, resistência e potencialidades de vida. Nos casos analisados, música, dança, corpo e circulação territorial aparecem como dimensões significativas das experiências de Alceu e Rebeca, embora inicialmente ocupassem lugar secundário na narrativa da equipe. É importante,

contudo, que a perspectiva interseccional não produza uma nova homogeneização dos sujeitos. Compartilhar determinados marcadores não significa viver experiências semelhantes. Os casos de Alceu e Rebeca evidenciam essa diferença. Embora ambos sejam negros, de baixa renda, acompanhados há muitos anos pelo CAPS e apresentem intensa circulação territorial, os sentidos dessa circulação são distintos. Para Alceu, os deslocamentos relacionam-se, entre outros aspectos, à distância de sua residência, à ausência de transporte e às dificuldades burocráticas e documentais. Em Rebeca, a andarilhagem é mais frequente e seu significado permanece pouco compreendido pela equipe, articulando-se a diferentes dimensões de sua trajetória, vínculos e modo de habitar o território. Assim, uma mesma característica pode assumir sentidos diferentes e demandar estratégias singulares. A interseccionalidade permite perguntar como raça, gênero, classe, território, história de vida, vínculos e condições concretas se articulam em cada trajetória, sem reduzir os sujeitos aos marcadores que os atravessam. Essa dimensão pode ser relacionada a modos de vida e formas de produção de coletividade presentes na formação social brasileira, especialmente aqueles atravessados por matrizes afroindígenas, nas quais corpo, oralidade, música, dança, circulação territorial e experiência coletiva constituem formas de relação e produção de vida. Em contraposição, a racionalidade ocidental que sustenta parte do modelo biomédico encontra na separação cartesiana entre corpo e mente uma de suas referências, privilegiando frequentemente a dimensão individual, psíquica e racional do sofrimento. A interseccionalidade pode contribuir não apenas para identificar opressões, mas para reconhecer saberes, práticas corporais, artísticas e coletivas produzidas pelos sujeitos. Se raça, gênero, classe e território participam da produção do sofrimento, também atravessam os modos de criar vínculos, circular, cuidar e sustentar a vida. O cuidado em saúde mental precisa, portanto, abrir-se ao corpo, à arte, à dança, à música, à coletividade e aos modos singulares de habitar o território. Essa análise também convoca a equipe a colocar em questão os marcadores que atravessam sua própria posição profissional. As dificuldades em nomear a raça dos usuários e em produzir uma leitura racializada de suas trajetórias indicam que a interseccionalidade não incide apenas sobre os corpos daqueles que são cuidados, mas também sobre os lugares sociais a partir dos quais os profissionais constroem suas leituras. A dificuldade de escutar determinadas dimensões das trajetórias pode estar relacionada não apenas à ausência de informações, mas aos referenciais que definem o que é reconhecido como relevante em uma história de vida. A construção do caso também modifica a posição da equipe diante do cuidado. Ao introduzir as lacunas e o não saber como elementos da discussão, permite que o profissional não ocupe permanentemente o lugar daquele que sabe sobre o usuário, mas sustente perguntas e construa o cuidado a partir daquilo que ainda não se sabe. Isso tensiona uma posição marcada pela necessidade de explicar, diagnosticar, encaminhar e produzir respostas, reconhecendo que usuários e territórios também produzem saberes sobre o cuidado. Nos casos analisados, embora fossem mencionados encaminhamentos para outros serviços, identificou-se pouca articulação efetiva com esses equipamentos e poucas ações de acompanhamento fora do CAPS, limitando as possibilidades de cuidado. As pactuações construídas a partir da discussão dos casos, como visitas domiciliares, avaliação de Acompanhante Terapêutico e articulação com serviços de saúde e assistência social, constituem movimentos iniciais em direção a um cuidado territorial. A construção do caso pode mobilizar a equipe a sustentar um cuidado que não se encerra no CAPS, acompanhando as condições concretas em que a vida e o sofrimento se produzem. Tanto a construção do caso quanto o PTS possuem caráter processual e precisam ser revisitados conforme novas informações, desejos, necessidades e possibilidades emergem. A sustentação desse processo, entretanto, não

depende apenas da disposição individual dos profissionais, mas das condições concretas de trabalho. O sucateamento da RAPS, a redução das equipes e a sobrecarga limitam o tempo disponível para escuta, construção de vínculos, discussão coletiva e registro qualificado das histórias. Ao mesmo tempo, identificou-se uma lógica familiarista na qual a família aparece como principal responsável pela sustentação da vida e do tratamento. Quando não consegue ocupar esse lugar, tende a ser descrita como desestruturada, ausente ou pouco participativa. A família passa, assim, a ser reconhecida principalmente como cuidadora, e não como também necessitada de suporte e corresponsabilização por parte dos serviços e das políticas públicas. Como aponta Lancetti (2016), uma clínica comprometida com a vida e com o território exige deslocar-se dos espaços institucionais e produzir intervenções nos territórios concretos. Essa perspectiva amplia a compreensão de rede, que não pode ser reduzida aos vínculos familiares e biológicos, mas deve incluir comunidade, equipamentos públicos, vínculos territoriais e outros atores presentes na vida dos sujeitos. No caso de Alceu, as dificuldades de continuidade do tratamento foram inicialmente atribuídas em grande medida à família. A discussão permitiu deslocar essa leitura, perguntando não apenas o que a família fazia ou deixava de fazer, mas quais estratégias o serviço poderia construir diante das condições concretas do usuário. A medicação supervisionada no CAPS, as visitas domiciliares, o apoio nas demandas burocráticas e a articulação com outros equipamentos constituem movimentos de corresponsabilização. Os indícios de violência patrimonial, por sua vez, exigem que o serviço analise relações de poder e possíveis violações de direitos, em vez de reduzi-las à suposta desestruturação familiar. Em Rebeca, a fragilidade da rede e a violência doméstica e sexual também podem ser deslocadas de uma leitura centrada exclusivamente na família. Sua relação com o CECCO, a mobilização em atividades corporais, musicais e expressivas e o episódio em que cuidou de outra usuária apontam para vínculos e possibilidades de cuidado que extrapolam os laços familiares. A pergunta passa, então, de “por que a família não consegue cuidar?” para “quais redes de cuidado podem ser construídas e fortalecidas a partir dos vínculos, territórios e espaços que já compõem a vida do sujeito?”. Nessa direção, a clínica peripatética de Lancetti (2016) contribui para pensar um cuidado que se desloca em direção aos territórios e às redes concretas de vida. Desse modo, as barreiras ao cuidado não são produzidas apenas pela ausência de recursos materiais ou pela precarização das redes familiares, mas também pelos modos como a instituição interpreta e distribui responsabilidades. Quando a família é responsabilizada por sustentar o cuidado, corre-se o risco de reproduzir uma lógica tutelar e culpabilizante que obscurece as condições sociais vivenciadas e a responsabilidade dos serviços e das políticas públicas. A perspectiva interseccional, articulada à dimensão territorial, permite tensionar esse movimento e reconhecer que o cuidado pode ser produzido em serviços, espaços comunitários, vínculos territoriais e outras relações que ultrapassam os modelos familiares tradicionais. Trata-se, portanto, não de buscar uma família suficientemente estruturada para sustentar o cuidado, mas de construir uma rede suficientemente ampla e corresponsável para que ele não recaia sobre um único sujeito, uma única família ou exclusivamente sobre o CAPS. Por fim, torna-se fundamental recolocar o sujeito e o cidadão no centro das intervenções clínicas, recusando sua redução a categorias diagnósticas e considerando as condições concretas de existência que conformam suas trajetórias. Isso implica enfrentar a “persistência de um modus individualizante e etnocêntrico de compreensão e intervenção” (Dimenstein et al., 2021, p. 73) nos processos de saúde-doença-cuidado, especialmente entre pessoas negras, pobres e atravessadas por diferentes formas de exclusão. A perspectiva interseccional mostra-se, assim, uma ferramenta para compreender as desigualdades, mas também para

colocar em análise as próprias práticas institucionais, desnaturalizando leituras individualizantes e produzindo possibilidades de cuidado centradas nos sujeitos, em seus territórios e em suas redes de vida.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa evidenciam, até o momento, que a construção do caso, articulada à elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) sob uma perspectiva interseccional, constitui uma ferramenta potente para qualificar o cuidado nos Centros de Atenção Psicossocial. Mais do que organizar informações, esse dispositivo produziu deslocamentos nas narrativas das equipes, ampliando a compreensão sobre trajetórias de vida, vínculos, territórios e condições sociais que atravessam o sofrimento psíquico e a vinculação ao serviço. A análise dos casos mostrou que as dificuldades de acesso e permanência no cuidado não podem ser explicadas apenas pelo diagnóstico ou pela adesão individual ao tratamento, mas pela interação entre marcadores sociais e barreiras institucionais. A perspectiva interseccional contribuiu para problematizar leituras individualizantes do sofrimento e favorecer estratégias orientadas pela equidade e pela corresponsabilização na Rede de Atenção Psicossocial. A construção do caso também criou espaços de reflexão coletiva, possibilitando questionar práticas automatizadas, ampliar a escuta e reconhecer os usuários como sujeitos de direitos, com histórias, desejos e projetos que extrapolam o adoecimento. Entretanto, a sustentação dessas mudanças depende de condições institucionais que garantam tempo para discussão coletiva, elaboração clínica e fortalecimento da RAPS, diante da sobrecarga e precarização dos serviços. A intervenção apresentou limites, especialmente pelo número restrito de encontros e pelo caráter ainda inicial dos deslocamentos produzidos em um processo de trabalho atravessado por uma lógica institucional consolidada. Permanece o desafio de fazer com que o PTS não se reduza a uma lista de metas, mas se constitua como construção compartilhada e continuamente revisitada com o usuário. Assim, a pesquisa não pretende afirmar a transformação de uma lógica individualizante a partir de uma intervenção pontual, mas evidenciar possibilidades de deslocamento e abrir novas perguntas sobre o trabalho em saúde mental. Sustentar esses movimentos exige processos contínuos de análise, acompanhamento dos casos e participação dos usuários. Por fim, o trabalho convoca as equipes a sustentar uma clínica territorial, intersetorial e antimanicomial, articulando dimensões como violência de gênero, racismo, pobreza, condições de saúde, circulação territorial e acesso a direitos. Trata-se de reconhecer os modos singulares pelos quais os usuários se vinculam ao serviço, ao corpo, às oficinas, à medicação e às pessoas, compreendendo esses vínculos como operadores do cuidado. A construção do caso articulada à perspectiva interseccional fortalece, assim, um cuidado em liberdade, territorializado e comprometido com a proteção social, a corresponsabilização e a ampliação da cidadania, reafirmando os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e do SUS.

Referências

Campos, R. T. O., & Furtado, J. P. (2008). Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. Revista de Saúde Pública, 42(6), 1090–1096. https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000052 Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). Interseccionalidade (R. Souza,

Trad.). Boitempo. Dimenstein, M., Simoni, A. C. R., Macedo, J. P., Nogueira, N., Barbosa, B. C. N. S., Silva, B. Í. do B. de M., Amaral Filho, J. B. do ., Silva, R. C. de A., Liberato, M. T. C., Prado, C. L. do C., Leão, M. V. A. S., Quinto, B. A., & Soares, L. F.. (2021). Equidade e acesso aos cuidados em saúde mental em três estados nordestinos. Ciência & Saúde Coletiva, 26(5), 1727–1738. https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.04912021 Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 7(1), 75–86. doi.org Lancetti, A. (2016). Clínica peripatética. Hucitec.

CÓDIGO: HS0379

AUTOR: ALEXIA KALYNE SILVA BASTOS

ORIENTADOR: JADER FERREIRA LEITE

TÍTULO: PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE FEIRAS DE ALGRICULTURA FAMILIAR POR CONSUMIDORES/AS URBANOS/AS

Resumo

Este trabalho se propõe a investigar a produção de sentidos sobre as feiras de agricultura familiar entre consumidores/as urbanos/as. A pesquisa tem sido desenvolvida no Mercado da Agricultura Familiar (MAF), localizado na cidade de Natal/RN. Até o momento, foram realizadas 6 entrevistas com consumidoras da feira. A análise do material tem sido feita com base no Construcionismo Social. As feiras livres constituem uma estratégia para dar vazão às produções da agricultura familiar, garantindo a comercialização sem necessitar da mediação de um atravessador, e favorecendo o contato direto entre produtores rurais e consumidores urbanos. As consumidoras urbanas valorizam as relações de proximidade e cuidado estabelecidas com os produtores rurais, possibilitada pelo ambiente da feira. Evidenciam também o caráter político da produção familiar e do consumo promovido pelo MAF. A feira é percebida, portanto, como local de lazer, produção de cuidado e de um consumo politicamente implicado.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Feiras livres; Cuidado; Práticas discursivas

TITLE: URBAN CONSUMERS' PERCEPTIONS OF FAMILY FARMERS' MARKETS

Abstract

This study aims to investigate the meanings constructed around family farming markets among urban consumers. The research has been conducted at the Family Farming Market (MAF) in the city of Natal, Rio Grande do Norte (RN). To date, six interviews have been conducted with female consumers at the market. The material has been analyzed through the lens of Social Constructionism. Open-air markets serve as a strategy for distributing family farming produce, ensuring sales without the need for middlemen and fostering direct contact between rural producers and urban consumers. Urban female consumers value the relationships of closeness and care established with rural producers—relationships facilitated by the market environment. They also

highlight the political nature of family farming production and the consumption promoted by the MAF. Thus, the market is perceived as a space for leisure, the generation of care, and politically engaged consumption.

Keywords: Family farming; Family Farmer's Market; Care; Discursive Practices

Introdução

A agricultura familiar constitui uma prática produtiva exercida por membros de uma mesma família, com uma lógica que difere daquela do agronegócio de exportação. Este último se perpetua como principal sistema agroalimentar por meio da industrialização exacerbada e da comercialização de alimentos por meio de cadeias longas, sob a gerência de grandes corporações e com formas diversas de impactos ambientais negativos (Oliveira et al., 2019).

Em oposição a essa lógica, os agricultores familiares dão conta da produção de alimentos saudáveis, cultivados de forma sustentável e agroecológica, respeitando os recursos naturais do território em que vivem e produzem. Assim, garante-se a biodiversidade local e efetiva-se uma produção livre de agrotóxicos e demais organismos geneticamente modificados (Costa, Leite & Dimenstein, 2019; Ploeg, 2013; Marcos, 2007). Dessa forma, as produções agroalimentares de base familiar constituem uma alternativa sustentável que, perpetuada de forma geracional, valoriza os saberes tradicionais aplicados à agricultura. Nesse sentido, a agricultura familiar contribui, ainda, para a preservação de um patrimônio sociocultural (Schneider, 2016; Wanderley, 2014) que embasa as práticas exercidas e repassadas nesse meio.

Além disso, as produções advindas da agricultura familiar têm tido importante inserção produtiva a nível mundial. Graeub et al. (2016) apontam que os estabelecimentos de produção agroalimentar de base familiar representam 98% das unidades agropecuárias do planeta. Estas são responsáveis por 53% da produção mundial de alimentos. São diversas as formas de dar vazão a essa produção, possibilitando geração de renda aos agricultores. Uma dessas formas se dá por meio da figura do atravessador, que atua como um mediador ao comprar grandes quantidades da produção por um valor mínimo, e revender os produtos, garantindo sua parte do lucro numa cadeia longa de comercialização, porém minimizando a renda desses agricultores.

No entanto, existem estratégias para afastar o atravessador, e viabilizar uma maior lucratividade para as famílias produtoras. Por meio de cadeias curtas de comercialização, a produção é vendida diretamente da pessoa que produz para aquela que consome. As feiras livres são exemplos de concretização dessa estratégia, ao passo que promovem espaços de exposição e comercialização da produção operados justamente por membros da família agricultora. Além do benefício aos produtores, os consumidores urbanos também são beneficiados, na medida em que podem acessar alimentos produzidos sem aditivos químicos, em produções de pequena escala que respeitam a diversidade cultural e ambiental de uma dada região.

Além de viabilizarem um importante avanço na garantia de maior lucratividade aos produtores, e no acesso a alimentos de qualidade aos consumidores, as feiras livres representam, ainda, um lócus privilegiado de trocas socioculturais entre o campo e a cidade (Araújo & Ribeiro, 2018). A feira pode ser descrita como mecanismo de promoção de encontros de resistência (Batista, Guimarães & Baú, 2018), em que a diversidade de sujeitos faz valer um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Abre-se possibilidade, assim, para outra forma de se relacionar com os alimentos comprados e com aqueles que os produzem, numa experiência dialógica que valoriza saberes e técnicas invisibilizadas num contexto de domínio do agronegócio de exportação e suas lógicas de produção. É por meio do contato produtor-consumidor que são compartilhadas histórias, dicas e informações sobre os alimentos produzidos e suas formas de cultivo. A feira passa a ser entendida, então, como um local que suscita outras formas de relação e troca, para além da mera comercialização e exibição de alimentos e produtos advindos da agricultura familiar.

Com este trabalho, objetiva-se investigar a produção de sentidos sobre as feiras de agricultura familiar entre consumidores/as do Mercado de Agricultura Familiar (MAF), na cidade de Natal/RN.

Metodologia

O Mercado da Agricultura Familiar (MAF) foi escolhido como campo empírico desta pesquisa. Anteriormente chamado de Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES/RN), surge com o objetivo de dar vazão às produções das famílias agricultoras de todo o estado, dispensando a figura do atravessador e potencializando a autonomia, independência e gerando maior lucratividade aos produtores (Oliveira, 2019). O local, que funciona desde 2017, é resultado da articulação de diversos agentes institucionais, como o Governo do Estado e a Cooperativa Central de Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (COOAFARN), uma entidade da sociedade civil. O coletivo de permissionários é composto por agricultores familiares individuais e organizações jurídicas, tais como cooperativas e associações de agricultura familiar advindas de todas as mesorregiões do estado. A feira é gerida por um comitê gestor, com participação de representantes do Estado e da sociedade civil.

Foram realizadas visitas de observação de campo no MAF, possibilitando a inserção no cotidiano da feira, na perspectiva de "conviver e observar" (Cardona, Cordeiro & Brasilino, 2014, p. 127). Os consumidores eram abordados e convidados para participar da pesquisa. Dessa forma, foram realizadas 6 (seis) entrevistas em profundidade com consumidoras mulheres. Buscou-se compor um grupo diverso nos termos de gênero, sexualidade e raça, aspecto dificultoso considerando o desinteresse do público masculino em participar da pesquisa. Ainda assim, as 6 (seis) consumidoras entrevistadas compõem um grupo diverso nos termos de raça, sexualidade e faixa etária.

No que tange à produção dos dados, foram realizadas entrevistas em profundidade, gravadas em arquivo de áudio, mediante autorização das participantes e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Foi utilizado um roteiro, que guiou

as entrevistas em 4 (quatro) dimensões de análise: 1) dados socioeconômicos, para mapear gênero, raça, sexualidade, renda e demais aspectos relevantes para identificar o perfil das consumidoras; 2) feira de agricultura familiar, com questões voltadas para a relação das consumidoras com a feira, há quanto tempo frequentam e o porquê frequentam; 3) agricultura familiar, com uma questão aberta que busca compreender quais sentidos são atribuídos à agricultura familiar por parte de cada uma das consumidoras; e 4) relação com os produtores, com questões formuladas para entender como se dá a relação consumidora-agricultor, no que diz respeito à compra dos alimentos e às interações estabelecidas. O roteiro servia como um guia, e as entrevistas eram realizadas de forma semi-estruturada, possibilitando explorar aspectos específicos identificados no discurso das consumidoras no momento do encontro. As condições de realização das entrevistas eram pactuadas com as participantes, de modo que 5 (cinco) das 6 (seis) foram realizadas no formato virtual, e apenas 1 (uma) na modalidade presencial, realizada na sala do grupo de pesquisa, no Laboratório de Psicologia (LabPsi/UFRN).

A análise dos dados das entrevistas foi realizada por meio da perspectiva do Construcionismo Social, buscando compreender a experiência da feira livre pela ótica das consumidoras urbanas. O uso desta teoria se justifica na medida em que o Construcionismo Social privilegia a linguagem, compreendendo esta como prática social capaz de promover novos sentidos, gerando efeitos de subjetivação nos sujeitos. Spink e Medrado (2013) definem a linguagem em uso como prática discursiva fruto das interações cotidianas, com as quais se faz possível captar tanto os sentidos cristalizados quanto a emergência de novos sentidos e, portanto, efeitos de subjetivação. Assim, de acordo com Gergen (2009), a pesquisa construcionista social considera as diversas formas que os sujeitos significam e dão conta do mundo. Nesse sentido, as práticas discursivas que emergem das relações sociais entre os sujeitos desempenham um papel fundamental na construção de sentidos acerca da realidade, ao mesmo tempo em que contribuem para a maneira como indivíduos e grupos se reconhecem e se posicionam socialmente, considerando os diferentes contextos históricos e culturais em que estão inseridos (Spink & Medrado, 2013).

Como primeira etapa de análise, foi elaborado um mapa associativo (Spink & Menegon, 2013) para cada uma das entrevistadas, com o objetivo de categorizar e estruturar os principais aspectos advindos das entrevistas. Cada entrevista gerou uma tabela de análise, com as seguintes colunas: dados socioeconômicos; sentidos da agricultura familiar; sentidos da feira livre; interação com agricultores; atores institucionais e não institucionais. Para cada um dos eixos temáticos, foi criada uma coluna específica para adicionar fragmentos das entrevistas, e uma coluna para sintetizar o sentido atribuído pela consumidora. Dessa forma foi possível categorizar os achados por meio de eixos temáticos, e visualizar, com base nas entrevistas, como as consumidoras dão sentido ao espaço da feira de agricultura familiar e às interações com os agricultores rurais.

Resultados e Discussões

De início, insta caracterizar o público frequentador do Mercado. Percebe-se, por meio da observação realizada nas visitas, um público composto majoritariamente por

mulheres brancas. A localização da feira em área privilegiada e o estacionamento murado, do lado de fora do MAF, normalmente com várias vagas ocupadas, sugere que o público frequentador tem certo poder aquisitivo. Esta hipótese pôde ser verificada por meio da análise do perfil socioeconômico das consumidoras entrevistadas. Das 6 mulheres, 3 recebem até 3 salários mínimos, com observação de uma, cuja renda familiar chega aos 8 mil reais. As demais entrevistadas recebem, respectivamente, 5 salários mínimos, 9 salários mínimos e 10 salários mínimos. Foi possível constatar, ainda, que todas as entrevistadas possuem ensino superior completo, e 2 delas são pós-graduadas. No que tange à raça, 2 mulheres se autodeclaram como negras, uma como parda, outra como preta, e as 4 restantes se autodeclaram como brancas. De acordo com Amaral et al. (2020), a procura e o consumo de alimentos orgânicos e regionais ainda é muito centrado no público de maior poder aquisitivo. O MAF é exemplo disso, num contexto em que o acesso aos produtos lá dispostos segue sendo dificultoso para uma grande parcela da população potiguar.

O MAF fica localizado numa das principais avenidas da capital norte-rio-grandense, com uma estrutura recém-reformada que chama atenção dos transeuntes. Não se trata de uma feira livre de rua, mas de um galpão totalmente adaptado, organizado e decorado para comportar uma feira livre de agricultura familiar da melhor forma possível. O espaço físico do MAF é colorido e amplo, conta com um térreo onde se dispõem as bancas dos agricultores familiares, e um mezanino que comporta os quiosques das cooperativas de artesanato e de produtos agroindustriais, tais como queijos, geleias, cachaças e demais itens que passam a ter maior valor agregado depois do seu beneficiamento. Além disso, o mezanino também conta com pequenos restaurantes e lanchonetes, banquetas e espaço decorado para fotos e contemplação. Periodicamente, há a realização de eventos voltados para a agricultura familiar, com atração cultural e, aos finais de semana, uma banda de forró se apresenta no mezanino. Conforme a fala de T (56 anos), o MAF convida os visitantes e consumidores a se demorarem ali, constituindo um espaço de lazer:

“Então, assim, desde o princípio da feira que eu vou, eu não sou uma pessoa assídua de ir sempre, né? Mas a gente dá uma passada por lá para ver, geralmente a gente marca com alguém pra ir né? Acaba sendo uma espécie de... de lazer também [risos]. Não a feira por si só.”

Entende-se, então, que o MAF amplia o sentido estabelecido no senso comum do que seria uma feira livre, sendo percebido pelas consumidoras entrevistadas como um espaço de socialização e de encontro. A consumidora E (61 anos) relata sentir que está se cuidando ao visitar e consumir da feira de agricultura familiar, atribuindo um novo sentido à experiência de estar numa feira livre. T refere, ainda, que o espaço do mezanino, com os restaurantes, quiosques e banquetas, favorece a socialização com os cooperados, e faz da feira um “lugar de bestar”, termo que sugere, no dialeto de regiões do nordeste brasileiro, vaguear, andar à toa e falar besteira. Essa errância também pode ser, dessa forma, relacionada com a produção de vínculos entre os sujeitos. A consumidora Z (33 anos) descreve o MAF como um lugar acolhedor, em que pode “fazer compras conversando diretamente com quem produziu” o que está sendo comprado. Já S (49 anos), que frequenta a feira semanalmente, relata ter mais contato com agricultores específicos, e diz que “todo sábado a gente passa por elas, então essas a gente tem uma boa relação, já conhece”. Esse vínculo favorece uma relação de maior consciência com o que é consumido, exemplo disso, a mesma consumidora relata

devolver as embalagens dos ovos que compra com o agricultor a quem se referiu. Nesse sentido, Amaral et al., (2020) aponta que o conhecimento acerca da procedência é frequentemente associado à percepção de qualidade de um produto, o que fortalece a perspectiva das cadeias curtas de comercialização, a exemplo das feiras livres.

A maioria das entrevistadas faz um contraponto entre a experiência de comprar em grandes redes de supermercado, e a experiência de comprar na feira livre de agricultura familiar. Sobre esse aspecto, as consumidoras consideram que os alimentos da feira são melhores que aqueles vendidos pelos supermercados. Acerca disso, L (30 anos) comenta:

"(...) por mais que a gente tenha uma variedade grande de supermercados, mas esses supermercados, eles sempre adquirem de grandes empresas. E aí, essas grandes empresas, elas acabam tendo muito mais espaço no mercado. Elas ficam muito mais visíveis, elas são muito mais consumidas. E os pequenos produtores (...) acabam perdendo espaço."

Entende-se que as cadeias curtas de comercialização contribuem também para uma maior visibilidade dos produtos da agricultura familiar, dando vazão à produção e garantindo um retorno financeiro justo àqueles que produzem, sem haver a necessidade de mediação de um atravessador. A consumidora L (30 anos) comenta sobre isso:

"Eu acho que é um espaço, né, que está sendo dado, né, pra esses pequenos produtores. (...) Então, aquela feira ali, ela valoriza muito, né, o que é produzido pelo pequeno produtor. E ela fortalece muito, né, a renda, né, desses pequenos produtores."

Ainda sobre essa diferença, a consumidora Z (33 anos) relata que, ao comprar diretamente com quem produz seu alimento, pode entender melhor o que está sendo comprado, de uma forma mais aprofundada do que teria se "fosse comprar no supermercado e só ler as coisas no Google". T (56 anos) também valoriza essa socialização própria da feira, ao dizer que "no supermercado você nunca fala com ninguém sobre isso, você passa lá e pega". Nesse sentido, Cuervo, Hamann e Pizzinato (2020) apontam que a possibilidade de estabelecer relações e conversação é um dos fatores que faz as feiras livres se perpetuarem ainda hoje, mesmo num contexto em que os supermercados podem oferecer mais variedade de produtos. De acordo com Silva e Lacerda (2022), "a particularidade da feira reside em sua oposição aos supermercados", apontado como lugar de silêncio e impessoalidade. As feiras, por sua vez, aparecem como local de familiaridade e socialização, onde a conversa é parte constituinte da experiência.

As entrevistas sugerem que o grande diferencial percebido pelas consumidoras entre realizar suas compras no MAF em oposição às grandes redes de supermercados é a relação estabelecida com os agricultores. Por materializar a perspectiva das cadeias curtas, a feira livre do MAF favorece a comunicação direta entre quem compra e quem produz. Com isso, as consumidoras podem perguntar e aprender sobre as formas de cultivo dos alimentos, trocar receitas e entender a procedência do que está sendo comprado, aspecto explorado em diversas entrevistas. A possibilidade da troca de informações sobre os produtos, no contexto das feiras, é apontado na literatura como um dos argumentos em defesa das cadeias curtas, na medida em que estas garantem uma maior participação do consumidor no ato da compra (Ferrari, 2011). Esse contato direto

com o produtor empodera as consumidoras a assumirem uma postura ativa em relação ao que está sendo comprado. Assim, o público consumidor do MAF é composto pelo que Goodman (2017) chama de consumidores reflexivos, uma vez que estão atentos à qualidade dos produtos e dispostos a estabelecer interações com aqueles que produzem para entender a procedência do que estão adquirindo. Acerca disso, H (39 anos) relata:

"(...) é um lugar que eu sei de onde os produtos vêm, eu sei que foram produzidos de uma forma responsável e agroecológica, que as pessoas não foram exploradas para produzir aquele produto. É um lugar que eu consigo consumir sem peso na consciência. Eu costumo dizer que não existe consumo consciente dentro do capitalismo, mas a feira da agricultura familiar até por ela ter essa noção diferente de comercialização, é um lugar que consigo consumir sem peso na consciência."

Silva e Lacerda (2022) compreendem que os consumidores de feiras livres atribuem mais qualidade aos alimentos advindos da agricultura familiar por saberem onde, como e quem os produz. Ainda para os autores, estes fatores indicam "segurança alimentar, consumo consciente e status diferenciado" (p. 3). A fala da consumidora E (61 anos) corrobora isso, ao falar sobre a preocupação com a qualidade do que consome:

"(...) eu comecei a participar [da feira] porque eu sempre me preocupei muito com essa coisa de o que a gente come, entendeu? Qual é a qualidade do que você está comendo? Qual é a quantidade de veneno que eu estou ingerindo?"

Ainda em relação à qualidade dos produtos, para a consumidora L (30 anos), os alimentos produzidos em larga escala e comercializados nos supermercados precisam de "recursos tecnológicos, mas que no final não acabam sendo tão saudáveis para a população, né, como os de agrotóxicos". Acerca disso, para Navarro, Preiss e Depanti (2025), há uma correlação entre o perfil socioeconômico dos consumidores das feiras de agricultura familiar e a possibilidade de escolher o que e onde consumir, e a consciência crítica e reflexiva acerca dessas escolhas. O consumo, no âmbito do MAF, é pautado por escolhas políticas. A fala da consumidora Z (33 anos) exemplifica este fato:

"Porque, inclusive, para que o supermercado e para que (...) grandes plantações consigam manter essa frequência, elas exploram o solo, elas exploram pessoas, elas não vendem produtos tão bons para a gente."

Ainda de acordo com ela, os alimentos da agricultura familiar têm "mais qualidade por serem fruto de pequenas produções". Diante disso, L (30 anos) relata que valoriza a agricultura familiar: "em termos de qualidade, eu prezo muito por isso, né, da produção da agricultura familiar. Pelo cuidado". Aqui, novamente, a palavra cuidado é utilizada, mas desta vez como sentido atribuído à agricultura familiar. Há, por parte das consumidoras do MAF, uma valorização do trabalho dos agricultores, mesmo num contexto de crescente industrialização e desvalorização do trabalho campesino (Cuervo, Hamann & Pizzianato, 2020).

Essa percepção de cuidado pode ser observada também nos relatos sobre o atendimento dos agricultores e as relações estabelecidas entre estes e as consumidoras. A consumidora E (61 anos), assídua no MAF, tem uma relação de bastante proximidade com uma das famílias que comercializa suas produções na feira. Ela relata ter dificuldade para carregar as sacolas, e diz receber ajuda de um pai e de seu filho, ambos

agricultores dessa mesma banca, numa relação que evidencia as práticas de cuidado exercidas no MAF:

"E sempre o P. ia ajudar o A., o P. levava minhas coisas no carro, então já faz muito tempo também que eu tenho problema de coluna, então existe essa coisa assim do carregar suas próprias compras, ele sempre dá um jeito. Então o A. era pequenininho, ia com o P., pai dele, levar minhas coisas no carro, entendeu? E hoje o A. já tá um rapagão (...)"

Há, na fala de E (61 anos), um acompanhamento da vida dessa família: ela frequenta a feira e, mais especificamente a banca deles, há tanto tempo, que pôde ver o crescimento do membro mais novo da família, filho do casal de agricultores. O contato de E (61 anos) com a família de agricultores do MAF evidencia que o espaço da feira livre "fomenta e se dá pela relação interpessoal" (Cuervo, Hamann & Pizzianato, 2020). Nesse sentido, a rede de relações e trocas sociais estabelecidas entre agricultores e consumidores constitui fator importante na caracterização do espaço da feira livre. Existe, atualmente, uma relação de proximidade, cuidado e confiança entre a consumidora e os produtores rurais.

"Já aconteceu coisas bem engraçadas que você diz só mesmo quando você estabelece com eles o nível de relação que hoje eu posso dizer que eu tenho. Um dia eu cheguei lá e eu tinha esquecido meu celular, eu estava sem celular e estava sem cartão de crédito e sem dinheiro. Eu esqueci em casa. Então eu fiz toda a minha feira lá, especialmente na barraca do André e na barraca da vizinha, levei os pix [anotados num papel] e mandei de casa. Então assim, uma relação de confiança que eles têm comigo."

A confiança é um aspecto que aparece também nos relatos de outras consumidoras, e constitui parte importante do sentido atribuído à feira livre de agricultura familiar do MAF. Acerca disso, H (39 anos) relata:

"Esses dias eu comprei uma determinada planta, eu disse pra ele que achava que não ia vingar, e aí ele disse, ah, qualquer coisa eu trago outra pra você. Eu lhe dou outra, assim, sabe? Sem nem falar de querer que eu comprasse outra, mas não, eu lhe dou outra. Então, eu acho que tem muito essa coisa da confiança mesmo."

O fragmento acima revela uma cena que passa a ser possível por meio da proximidade entre consumidores e agricultores, promovida pelas cadeias curtas de comercialização, mas também pelas relações de confiança que esse modo de venda proporciona no espaço das feiras livres. Para Cuervo, Hamann e Pizzianato (2020), a confiança, no contexto das feiras livres, se dá por meio da rotina, da presença e do diálogo. Assim, pode-se criar o tipo de relação que a consumidora Z (33 anos) relata:

"(...) você cria uma relação entre o produtor e o comprador, existe essa troca não só uma troca comercial e financeira, mas você acaba desenvolvendo uma relação e alguma ligação com aquelas pessoas (...)."

Com base nisso, tem-se que a feira de agricultura familiar, localizada no MAF, é percebida pelas consumidoras como um local de acolhimento, trocas e produção mútua de cuidado, evidenciando a potencialidade de uma feira, aspecto já apontado por Araújo & Ribeiro (2018). É por meio da conversa que as trocas socioculturais entre o campo e a

cidade são viabilizadas, numa relação dialógica em que consumidores aprendem com os agricultores, e vice-versa (Silva & Lacerda, 2022). No discurso das consumidoras, a conversa aparece como aspecto central, mediando trocas afetivas e monetárias por meio das cadeias curtas de comercialização. O MAF é, então, um espaço que favorece e se constitui por relações promotoras de cuidado e confiança e, ao mesmo tempo, fortalece o sentido político da produção agroalimentar e do consumo de seus produtos.

Conclusão

Por fim, conclui-se que o MAF converge a politização do consumo com a formação de trocas interpessoais e socioculturais, aspectos viabilizados pela comercialização em cadeias curtas, que refletem numa maior aproximação entre agricultores e consumidores. Apesar da busca por alimentos orgânicos e de produção sustentável ainda ser protagonizada pelas classes mais abastadas, conforme mostra a literatura (Navarro, Preiss & Deponti, 2025; Amaral et al., 2020) e os resultados preliminares desta pesquisa, é importante evidenciar a dimensão política desse consumo. As consumidoras entrevistadas atribuem mais qualidade aos alimentos vendidos no MAF por considerarem a produção da agricultura familiar mais cuidadosa e sustentável, favorecendo um consumo mais consciente e politizado. A comercialização em cadeias curtas contribui para a politização do consumo, na medida em que viabiliza o acesso aos meandros da produção e o contato agricultor-consumidor, conforme demonstra a literatura (Goodman, 2017) e a percepção das consumidoras do presente estudo. As entrevistadas também consideram positivas as relações interpessoais favorecidas pelo espaço e pelas programações culturais do MAF, bem como pelas conversas com os agricultores, que dão dicas de manejo e uso dos alimentos. É por meio do encontro, do ato de jogar conversa fora e do “bestar” que a feira passa a ser percebida como lócus de produção de vínculos e de cuidado, além de representar um ambiente que fomenta um consumo intrinsecamente político por apostar num circuito alternativo de comercialização de produtos sustentáveis.

Referências

Amaral, L. de S., Santos, C. de J., Souza, C. R. de, Penha, T. A. M., & Araújo, J. P. de. (2020). O papel das cadeias curtas de comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: O caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). Desenvolvimento e Meio Ambiente, 55, 494–516. https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.74160

Araújo, A. M., & Ribeiro, E. M. (2018). Feiras, feirantes e abastecimento: Uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. Estudos Sociedade e Agricultura, 26(3), 561–583. https://doi.org/10.36920/esa-v26n3-4

Batista, L., Guimarães, M. L. P., & Baú, A. C. (2018). Feiras, limiares e fronteiras: Entre regulamentações biopolíticas e astúcias cotidianas. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 13(4), 1–12.

Cardona, M. G., Cordeiro, R. M., & Brasilino, J. (2014). Observação no cotidiano: Um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In M. J. P. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. do Nascimento, & M. P. Cordeiro (Orgs.), A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas (pp. 123–148). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. F. (2019). Feminismos e agroecologia: Lutas contemporâneas na cidade. In M. L. M. Bosi, S. D. Prado, & L. Amparo-Santos (Orgs.), Cidade, corpo e alimentação: Aproximações interdisciplinares (pp. 69–97). EDUFBA. https://doi.org/10.7476/9786556300108.0005

Cuervo, M. R. M., Hamann, C., & Pizzinato, A. (2020). Dimensões psicossociais e possibilidades políticas de ação no comércio de feira agroecológica. Revista Subjetividades, 20(2), 1–13. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i2.e9304

Cuervo, M. R. M., Hamann, C., & Pizzinato, A. (2019). Feira agroecológica enquanto comunidade de prática: Redes de sociabilidade, consumo e resistência. Sociedade e Cultura, 22(1). https://doi.org/10.5216/sec.v22i1.43743

Ferrari, D. L. (2011). Cadeias agroalimentares curtas: A construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital.

Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. INTERthesis, 6(1), 299–325. https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299

Goodman, D. (2017). Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: Conectando produção e consumo. In M. Gazolla & S. Schneider (Orgs.), Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar (pp. 59–82). Editora da UFRGS.

Graeub, B. E., Chappell, M. J., Wittman, H., Ledermann, S., Bezner Kerr, R., & Gemmill-Herren, B. (2016). The state of family farms in the world. World Development, 87, 1–15. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012

Marcos, V. de. (2007). Agroecologia e campesinato: Uma nova lógica para a agricultura do futuro. Agrária, 7, 182–210. https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i7p182-210

Navarro, R. S., Preiss, P. V., & Deponti, C. M. (2025). Por que consumir em feiras da agricultura familiar? Uma análise das motivações dos consumidores em feiras do Vale do Rio Pardo-RS sob a perspectiva orientada ao ator. Ágora, 27(2), 16–36. https://doi.org/10.17058/agora.v27i2.20843

Oliveira, A. L. A. de, Cruz, F. T. da, & Schneider, S. (2019). Sustentabilidade e escolhas alimentares: Por uma biografia ambiental dos alimentos. Sustentabilidade em Debate, 10(1), 146–158. https://doi.org/10.18472/SustDeb.v10n1.2019.19280

Ploeg, J. D. van der. (2014). Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. The Journal of Peasant Studies, 41(6), 999–1030. https://doi.org/10.1080/03066150.2013.876997

Schneider, S. (2016). A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. Redes, 21(3), 11–33. https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390

Silva, P. L. B. da, & Lacerda, R. T. de O. (2022). Fazer a feira e conversar: Estudo das representações sociais de feirantes e consumidores – Viçosa-MG. Estudos de Sociologia, 27, e022032. https://doi.org/10.52780/res.v27i00.15758

Spink, M. J. P., & Medrado, B. (2013). Produção de sentidos no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas (pp. 22–41). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Spink, M. J. P., & Menegon, V. M. (2013). A pesquisa como prática discursiva: Superando os horrores metodológicos. In M. J. P. Spink (Org.), Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas (pp. 42–70). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Wanderley, M. de N. B. (2014). O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural, 52(Supl. 1), 25–44. https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002

CÓDIGO: HS0385

AUTOR: MARIA ALICE DE SOUZA FERNANDES

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: as provisões para o Além na tumba de Rekhmirê (TT100), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1479-1401 A.E.C.

Resumo

Esta pesquisa investiga o espaço funerário egípcio na tumba de Rekhmirê (TT100), vizir do Reino Novo durante os reinados de Tutmés III e Amenhotep II (c. 1401-1379 A.E.C.), analisando como a organização espacial e a iconografia transformam a estrutura física em um lugar dotado de valor memorial, identitário e sentimental. Contrapondo-se a visões orientalistas que reduzem a arte egípcia a uma técnica de reprodução, o trabalho apoia-se em Melinda Hartwig sobre a manifestação do sagrado e adota uma metodologia interdisciplinar que integra a semiótica de Valérie Angenot (focada na interdependência entre texto e imagem em rituais como a Abertura da Boca), a hermenêutica contextualizadora e a Teoria do Engajamento Material de Lambros Malafouris, que examina a agência ativa da cultura material na ressurreição. Os resultados revelam que a tumba transita de "espaço" a "lugar" pela experiência sensorial do tato e da visão, estruturando a arquitetura a partir da orientação corporal da múmia erguida (futuro à frente em direção ao sol, passado atrás) e organizando a travessia pelo Além por meio de um espaço mítico associado aos ciclos da natureza. Sob a ótica sociológica, a iconografia instrui sobre as funções do cargo de vizir e consolida o prestígio e o capital simbólico de Rekhmirê, cuja autoridade provém da verdade legítima do rei, servindo a tumba como um elo vital para perpetuar a adoração divina e a harmonia cósmica universal no Egito Antigo.

Palavras-chave: História Antiga; Egito Antigo; Reino Novo; Espaço e Lugar.

TITLE: The Funerary Space in Ancient Egypt: Material Agency in the Tomb of Rekhmire (TT100), New Kingdom, 18th Dynasty, c. 1479–1401 BCE.

Abstract

This research investigates the Egyptian funerary space in the tomb of Rekhmire (TT100), a New Kingdom vizier during the reigns of Thutmose III and Amenhotep II (c. 1401-1379 B.C.E.), analyzing how spatial organization and iconography transform the physical structure into a place of memory, identity, and sentimental value. Challenging Orientalist views that reduce Egyptian art to a mere technique of reproduction, the study draws on Melinda Hartwig's perspective on the manifestation of

the sacred and adopts an interdisciplinary methodology integrating Valérie Angenot's semiotics (focusing on text-image interdependence in rituals like the Opening of the Mouth), contextual hermeneutics, and Lambros Malafouris' Material Engagement Theory, which examines the active agency of material culture in resurrection. The results reveal that the tomb transitions from "space" to "place" through sensory experiences of touch and sight, guiding architectural orientation based on the upright mummy's bodily coordinates (future/sun facing forward, past behind) and organizing the journey through the Afterlife via a mythical space linked to natural cycles. From a sociological standpoint, the iconography depicts the vizier's duties and consolidates Rekhmire's prestige and symbolic capital, legitimized by the king as the enunciator of truth, ultimately framing the tomb as a vital link to sustain divine worship and universal cosmic harmony in Ancient Egypt.

Keywords: Ancient History; Ancient Egypt; New Kingdom; Space and Place.

Introdução

O estudo dos espaços construídos por sociedades antigas constitui um instrumento para a pesquisa histórica, permitindo a exploração de concepções epistemológicas e significados atribuídos ao mundo a partir do ambiente habitado pelos seres humanos. Tal investigação demanda a análise dos modos de vida, das relações pessoais e, fundamentalmente, da religiosidade. A presente pesquisa concentra-se na tumba de Rekhimirê (TT100), vizir e governador egípcio. Classificada como uma sepultura de elite (não real), a estrutura foi edificada durante a XVIII Dinastia, abrangendo os reinados de Tutmés III e Amenhotep II (1401-1379 A.E.C.), e está situada no sítio arqueológico de Sheikh Abd el-Qurna. O exame de seus costumes funerários permite refletir sobre a transição do indivíduo da sociedade dos vivos para a dos mortos. A iconografia da TT100 possibilita uma análise das dimensões políticas, sociais e individuais dos sujeitos nela representados. Historicamente, interpretações de matriz orientalista limitaram a arte egípcia à condição de técnica de reprodução, desconsiderando sua profundidade histórica e social. Em contraposição, este trabalho fundamenta-se na perspectiva de Melinda Hartwig sobre a manifestação do sagrado e do invisível por meio das imagens em tumbas privadas. O ciclo inicial desta Iniciação Científica priorizou a fundamentação teórica e a análise das estruturas e registros pictóricos da tumba, visando estabelecer uma base sólida para a continuidade do estudo. Nesse sentido, o ciclo 2025/2026 buscou aprofundar a compreensão do espaço funerário e da sua relação com a sociedade egípcia, investigando como a organização espacial pode ser uma forma de compreender relações humanas ao longo do tempo, em especial a partir de uma ressignificação de um espaço fisico para um dotado de valor memorial e sentimental.

Metodologia

A metodologia adotada fundamenta-se na integração da semiótica, da hermenêutica e da Teoria do Engajamento Material (TEM) para o estudo do espaço funerário egípcio. No campo da semiótica, utiliza-se a perspectiva de Valérie Angenot para analisar a interdependência entre texto e imagem, observando como elementos iconográficos complementam os signos classificantes dos hieróglifos. Essa abordagem busca

compreender a integração de texto, imagem e espaço como um sistema funcional destinado à recriação e ativação do mundo do falecido por meio de rituais, como o de Abertura da Boca, presente de forma completa na tumba de Rekhmirê (TT 100). Através da hermenêutica, o estudo foca na contextualização temporal e espacial dos códigos semióticos para evitar anacronismos, situando-os especificamente na XVIII Dinastia, além de investigar anomalias iconográficas que revelem significados subjacentes nas entrelinhas das representações. Complementarmente, a Teoria do Engajamento Material de Lambros Malafouris é aplicada para examinar a relação de agência entre seres humanos e objetos, partindo do princípio de que "fazemos coisas que nos fazem de volta". Nessa perspectiva, a tumba é tratada não apenas como um local estático de sepultamento, mas como uma ferramenta ritual ativa onde a cultura material e o espaço físico interagem com a mente humana para possibilitar a ressurreição no Além.

Resultados e Discussões

A análise da tumba de Rekhimirê (TT100) sob a perspectiva de Yi-Fu Tuan revela que o ambiente funerário transita da condição de espaço, como localidade demarcada, para a de lugar, à medida que é permeado de significados, personalidade e conhecimento. Para entes externos, a estrutura pode ser vista apenas como um espaço geográfico, mas para o vizir ela se constitui como um lugar onde sua história é narrada e seus feitos são evocados para garantir o sucesso na travessia para o Além. Essa transformação é mediada pela experiência sensorial, especialmente o tato e a visão, que permitem a familiarização com o local e envolvem o proprietário em suas memórias de vida por meio da iconografia. O conhecimento desse ambiente varia conforme a vivência de cada sujeito: enquanto um sacerdote experimenta a tumba através de obrigações litúrgicas e locais de oferendas, para Rekhimirê esses mesmos espaços representam um caminho a ser percorrido na eternidade. A relação entre o corpo humano e o espaço é igualmente central, pois as coordenadas corporais de localização determinam a percepção do mundo. A múmia, inicialmente submissa à morte na posição horizontal, recupera o domínio de si ao pôr-se de pé através do processo de ressurreição, permitindo os deslocamentos necessários no Além. Essa lógica orienta a arquitetura, projetando o espaço frontal em direção ao sol para simbolizar o futuro e o ato de ressuscitar, enquanto o espaço posterior é associado ao passado. Diante do desconhecido da morte, a sociedade egípcia desenvolveu um espaço mítico orientador, composto por encantamentos e rituais que asseguram uma passagem ordenada. Esse ordenamento místico assemelha-se aos processos da natureza, como o plantio e a colheita, funcionando como uma ferramenta para organizar fenômenos que fogem ao controle humano direto. O ato de construir a tumba está associado ao ordenamento do mundo e possui um caráter educativo, tornando a edificação um símbolo da organização social que instrui sobre as funções que competem a cada indivíduo. Na TT100, essa dimensão didática é explícita na iconografia que registra os deveres inerentes ao cargo de vizir, estabelecendo ainda uma distinção entre o mundo interno privado da câmara funerária e a área externa de convivência com os visitantes. Sob a ótica sociológica de Sylvio Fausto Gil Filho, a religião é compreendida como uma construção social que gera capital simbólico e hierarquias. O prestígio de Rekhimirê lhe confere o direito a uma relação mais próxima com o divino, diferenciando-o de um agricultor comum, enquanto a Necrópole atua como um espaço de conhecimento restrito para a realização de fórmulas e procedimentos seguros de transição. A eficácia desse discurso religioso

fundamenta-se na institucionalidade e na tradição, sendo o rei o enunciatário da verdade cujas palavras e rituais legitimam a identidade religiosa e as ações sociais. Símbolos e linguagem reforçam a autoridade do discurso, demonstrando como a tradição constitui a realidade sagrada. Finalmente, conforme as proposições de Jan Assmann, a existência do espaço funerário responde à necessidade de dar continuidade à harmonia entre as esferas divina e humana. A tumba permite que o sujeito, após os rituais de retorno à vida, continue servindo e adorando aos deuses, transformando-se em um local fundamental para a simetria, o equilíbrio e o pleno funcionamento do universo egípcio ao unir o mundo dos homens ao mundo das divindades.

Conclusão

A pesquisa sobre a tumba de Rekhimirê (TT100) integra perspectivas geográficas e sociológicas para compreender o espaço funerário como um local de significados profundos, onde a iconografia e a experiência sensorial transformam uma estrutura física em um lugar de memória e identidade. Os estudos fundamentam a análise da relação entre o corpo e a arquitetura, demonstrando como a orientação espacial e o processo de ressurreição permitem ao indivíduo retomar o domínio de si e transitar de forma ordenada pelo espaço mítico. Essa base teórica explica como os egípcios organizavam o desconhecido da morte, conferindo segurança à passagem para o Além através de rituais e encantamentos que harmonizam os ciclos da natureza com a religiosidade. Além disso, a fundamentação sociológica permite interpretar a tumba como um símbolo de capital simbólico e prestígio, refletindo a hierarquia de Rekhimirê e a legitimidade institucional de seu cargo no Reino Novo. O espaço funerário é visto como um elo vital para a manutenção da harmonia universal, unindo o mundo dos deuses e dos homens e garantindo o pleno funcionamento do Egito. Com a conclusão desta etapa inicial de formação teórica, a continuidade da pesquisa no ciclo 2025/2026 buscou aprofundar essa relação entre o espaço construído e a sociedade egípcia, investigando como a organização espacial e o programa iconográfico articulam o papel do vizir dentro das dinâmicas coletivas e religiosas de sua época.

Referências

FONTE: DAVIES, Norman de Garis. The tomb of Rekh-mi-rê at Thebes. Nova Iorque: Metropolitan Museum of Art Expedition, 1943. BIBLIOGRAFIA: ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe (coord.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011 ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014. ASSMANN, Jan. Written culture. In: ASSMANN, Jan. Cultural Memory and Early Civilization: writing, remembrance, and political imagination. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 70-110. BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003. BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia II. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004. CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Gramática Básica: Aprendendo e Praticando o Egípcio Médio, Nível I. 1. ed. Belém: RFB Editora, 2025. v. 1. 274p . CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht

(Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço sagrado: estudos em geografia da religião. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008. HAYS, Harold M. Between identity and agency in Ancient Egypt ritual. In: NYORD, Rune; KJØLBY, Annette. "Being in Ancient Egypt" thoughts on agency, materiality and cognition. Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. Oxford: British Archaeological Reports, 2009. HODDER, Ian. Introduction: contemporary theoretical debate in archaeology. In: HODDER, Ian (org.). Archaeological theory today. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 1-14. IHDE, Don; MALAFOURIS, Lambros. Homo faber Revisited - Postphenomenology and Material Engagement Theory. Philos. Technol., v. 32, 2019, p. 195–214. IKRAM, Salima. Os vivos e os mortos. In: IKRAM, Salima. Ancient Egypt: an introduction. Tradução de Pedro Hugo Canto. Nova Iorque: Cambridge, 2010. LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). (Re)productive Traditions in Ancient Egypt. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017. LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. MOLYNEAUX, Brian Leigh. The cultural life of images: visual representation in archaeology. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1997. [Introdução e Capítulo 6]. NYORD, Rune. "Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously": why should we, and how could we? Journal of Ancient Egyptian Interconnections, v. 17, p. 73-87, mar. 2018. NYORD, Rune. On interpreting ancient Egyptian funerary texts. Claroscuro, n. 19, v. 2, 2020, p. 1-23. PEREIRA, Ronaldo G. G. Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. SILVERMAN, David P. O divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013. VASQUES, Marcia Severina. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Formações egiptológicas no Brasil: os caminhos, os contextos e as perspectivas futuras. No prelo. ZAGO, Silvia. The Book of the Dead. In: ZAGO, Silvia. A Journey through the beyond: the development of the concept of Duat and related cosmological notions in Egyptian funerary literature. Columbus: Lockwood Press, 2022. p. 123-158.

CÓDIGO: HS0389

AUTOR: LUCAS LELIO OLIVEIRA DE FRANCA

ORIENTADOR: MAHAYANA CRISTINA GODOY

TÍTULO: A iconicidade em itens lexicais de origem expressiva

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar se palavras consideradas de origem expressiva e onomatopaica são mais icônicas que o léxico proveniente de outras origens etimológicas, compreendendo a iconicidade como uma percepção de semelhança entre forma linguística e significado (Winter et al. 2024) e os vocábulos de origem expressiva e onomatopaica como emergentes da tentativa de reproduzir na forma algum aspecto do significado (Azevedo, 2022). Em termos de metodologia, utilizamos os dados de Godoy, Ananias e París (em preparação), que coletaram notas de iconicidade para 7.158 palavras do português com 2.601 participantes. Também consultamos dicionários etimológicos para aferir as palavras por eles classificadas como de origem onomatopaica e expressiva. De fato, tais palavras foram percebidas como mais icônicas que os demais itens do estudo, conforme demonstrou uma análise por modelos lineares. Tal resultado pode indicar que a origem expressiva/onomatopaica contribui para uma relativa estabilidade da forma e do sentido de uma palavra, o que, por consequência, manteria sua iconicidade diacronicamente. Ao mesmo tempo, em razão de limitações teórico-metodológicas dos etimologistas, cogitamos a possibilidade de que esses estudiosos e os demais falantes da língua tenham percepções de iconicidade lexical semelhantes. Este estudo se relaciona com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (educação de qualidade), pois contribui para o avanço dos estudos linguísticos.

Palavras-chave: iconicidade. origem expressiva. origem onomatopaica. léxico.

TITLE: Iconicity in lexical items of expressive origin

Abstract

This study aims to investigate whether words considered to be of expressive and onomatopoeic origin are more iconic than the lexicon derived from other etymological sources, defining iconicity as a perceived resemblance between linguistic form and meaning (Winter et al. 2024) and viewing words of expressive and onomatopoeic origin as emerging from attempts to reproduce some aspect of the meaning within the form itself (Azevedo, 2022). Methodologically, we utilized data from Godoy, Ananias, and París (in preparation), who collected iconicity ratings for 7.158 Portuguese words from 2.601 participants. We also consulted etymological dictionaries to identify words classified as having an onomatopoeic or expressive origin. Indeed, an analysis using

linear models demonstrated that such words were perceived as more iconic than the other items in the study. This result suggests that an expressive or onomatopoeic origin contributes to a relative stability in a word's form and meaning, thereby preserving its iconicity over time. Furthermore, given the theoretical and methodological limitations of etymologists, we consider the possibility that these scholars and the general speaker population share similar perceptions regarding lexical iconicity. This study aligns with Sustainable Development Goal 4 (Quality Education) by contributing to the advancement of linguistic research.

Keywords: iconicity. expressive origin. onomatopoeic origin. lexicon.

Introdução

Comumente compreendida como semelhança entre forma e conteúdo, a iconicidade têm sido alvo recorrente de estudos no campo das Ciências Cognitivas sob diferentes perspectivas. Nos estudos da linguagem, especificamente, o fenômeno costuma ser estudado com foco nos níveis morfossintático (Antonio, 2008) e lexical (Ananias, 2024).

Em função de ser estudada por áreas internas e externas à Linguística, o termo iconicidade ganhou usos diversos ao longo do tempo. Uma definição possível é a de Winter et al. (2024), os quais compreendem o fenômeno como a percepção de semelhança entre pelo menos algum aspecto da forma linguística e pelo menos algum aspecto do seu significado. Esta concepção se alinha com trabalhos, como este, que olham para a iconicidade como um processo cognitivo que, em algum grau, motiva a criação de léxico.

Agora, é importante lançar olhar sobre trabalhos que se dedicaram ao estudo da iconicidade no nível lexical. Perry et al. (2015), Hinojosa et al. (2020) e Godoy (2026) investigaram o fenômeno respectivamente em inglês, espanhol e português. Para tanto, solicitavam que os participantes atribuíssem notas para palavras de sua língua conforme o quão icônicas elas soavam. Ao analisarem os dados divididos por classe gramatical, os três estudos convergiram em um ponto: as onomatopeias e interjeições foram percebidas como as classes mais icônicas.

Com relação às palavras de origem onomatopaica e expressiva, até onde foi possível constatar, nota-se que formam um grupo pouco explorado nos trabalhos de Linguística, especialmente no Brasil. Uma definição para elas apenas foi encontrada no Dicionário de onomatopeias e vocábulos expressivos, escrito por Azevedo (2022). Quanto aos itens de formação onomatopaica, o autor os define como o resultado da imitação de um som natural por meio dos sons da língua (e.g., baque, ronronar, zunido). Já aqueles de formação expressiva são definidos por ele como o resultado da imitação de categorias

que sejam diferentes de som, como textura, movimento e intensidade, por meio dos sons da língua (e.g., mofo, piscar, escalafobético).

Quando se trata de textos voltados à iconicidade lexical em relação com a diacronia e com a etimologia, também se tem um número reduzido, inclusive internacionalmente. Um trabalho relevante nesse âmbito é o de Flaksman (2017), que versa sobre o processo de desiconização. Segundo a autora, em estágios iniciais desse processo, a forma da palavra guarda uma forte relação com o significado, como são as onomatopeias e o léxico de formação onomatopaica que se assemelha às onomatopeias (e.g., cocoricó e cacarejar, buf e bufar). Porém, eventuais mudanças fonético-fonológicas e semânticas fragilizam essa relação, isto é, induzem a palavra a ser cada vez menos icônica (Flaksman, 2017).

Tendo em vista os estudos até então mencionados, pretendemos verificar se há alguma relação entre a origem etimológica de uma palavra e o seu grau de iconicidade, com a hipótese de que as palavras de formação onomatopaica e expressiva apresentam um grau de iconicidade superior ao daquelas com outras origens etimológicas. Este trabalho se faz importante, pois contribui para a compreensão da iconicidade no léxico do Português Brasileiro (doravante, PB), bem como da influência de processos cognitivos na organização do sistema linguístico.

Metodologia

Para os fins do presente artigo, colaboramos com a elaboração da lista de estímulos experimentais do trabalho de Godoy, Ananias e París (em preparação). Tais autoras coletaram notas de iconicidade para mais de 7.000 palavras com 2.500 participantes, todos falantes nativos do PB. Para o experimento, fez-se uso da escala Likert, de modo que cada participante atribuía uma nota de 1 a 7 para 40 palavras do idioma, significando 1 “nada icônica” e 7 “muito icônica”. Nossa colaboração consistiu, especificamente, em selecionar palavras classificadas como de origem onomatopaica ou expressiva pelo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (2010), de Antônio Geraldo da Cunha, o que foi feito considerando apenas os vocábulos mais conhecidos por falantes da língua.

Em um segundo momento, com as notas de iconicidade coletadas por Godoy, Ananias e París (em preparação), optamos por refinar a notação etimológica dos nossos dados e também por identificar outras palavras do corpus das autoras que poderiam ter origem expressiva/onomatopaica. Para isso, recorremos não só ao Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (2010), mas também ao Dicionário Etimológico Resumido (1966) e ao Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (1956), ambos de Antenor Nascentes.

Nessa nova etapa de classificação, atribuímos origem onomatopaica ou expressiva somente àquelas palavras que ao menos dois dos dicionários assim as considerassem, tendo em vista que algumas etimologias apresentam controvérsias e inconsistências. Ao final dessa seleção, ficamos com 120 palavras.

Em relação àquelas de origem onomatopaica, têm-se: abafado, afofar, apitar, apito, bafafá, bafo, baque, baquear, bem-te-vi, bisbilhotar, bisbilhotice, bofetada, bofete, bomba, bombardear, bombardeiro, bombeiro, bufante, bufar, bumbum, burburinho, cacarejar, chiado, chiar, chupar, chupeta, clicar, clique, cochichar, cochicho, cuco, desabafar, esbaforido, esbofetear, fanho, fofo, fungada, fungar, gago, gaguejar, gargalhada, gargalhar, garganta, guinchar, guincho, jorrar, jorro, miado, miar, paspalhão, pata, patas, pateta, pato, piada, piar, pinto, pipi, retumbante, retumbar, rola, ronronado, ronronante, ronronar, tico-tico, tilintante, tilintar, tocar, tombar, toró, traque, traquinas, trepar, xixi, xôxo, zabumba, zangado, zangão, zanzar, zapear, zigue-zague, ziguezaguear, zumbido, zumbir, zunido.

Já no que se refere àquelas de origem expressiva, têm-se: biruta, calhambeque, chibatar, esculacho, fuzuê, gogó, lambisgoia, lenga-lenga, mimo, miserê, mocorongo, mofado, mofar, mofo, muxoxo, nenê, nhaca, pequena, pequeno, peteleco, picolé, piscar, ranzinza, remelexo, serelepe, sonso, teta, urucubaca, xexelento, xodó. Encontramos, ainda, palavras que só constavam em dois dicionários e um apontava para origem expressiva e o outro, para origem onomatopaica: afobar, chispar e engasgar.

Em posse de tais dados, fizemos uso do pacote tidyverse no RStudio para aferir as medidas de tendência central e o desvio-padrão. Além disso, foi necessário o pacote ggplot, no mesmo software, para a criação de um boxplot que demonstrasse a possível interação entre iconicidade e origem etimológica.

Importante salientar que, para todas as formas de análise, a variável origem etimológica foi dividida em dois níveis, a saber: origem onomatopaica/expressiva e outra. Este segundo nível se refere ao caso de palavras com outras origens como aquelas provenientes do latim, do grego, etc. Além disso, optamos por não separar os itens lexicais de origem expressiva e os de origem onomatopaica em função da falta de delimitação conceitual desses termos nos dicionários utilizados, questão sobre a qual discutiremos na seção a seguir.

Resultados e Discussões

Primeiramente, calculamos a média de iconicidade de cada grupo de interesse. Obtivemos, então, o valor de 5.50 para os itens de origem expressiva/onomatopaica e 3.81 para os itens de outras origens. A diferença entre essas médias é um indicativo de que o primeiro conjunto de palavras foi percebido como mais icônico pelos participantes. O mesmo pode-se dizer ao analisarmos a mediana, que resultou em 5.69 para itens de origem expressiva/onomatopaica e 3.73 para aqueles de outras origens.

Também interessa verificar a distribuição de nossos dados. Por isso, identificamos o desvio-padrão, sendo este igual a 0.870 no caso das palavras de origem expressiva e onomatopaica e 0.963 no caso das palavras de outras origens, o que demonstra que o primeiro grupo apresenta observações mais concentradas. O boxplot (ou gráfico de caixa) a seguir ilustra cada distribuição:

Figura 1 - Boxplot com correlação entre iconicidade e origem etimológica.

O gráfico referente à figura 1 dispõe as palavras de cada conjunto conforme seu grau de iconicidade, reportando também a mediana, representada pela linha mais destacada no centro de cada distribuição. As caixas inferior e superior na cor azul representam, respectivamente, os quartis 1 e 3, cada um comportando 25% dos dados. Em relação às hastes inferior e superior, essas também comportam 25%, contabilizando também os outliers (valores destoantes da tendência central, representados pelos pontos).

Posto isso, quando observamos a distribuição das palavras de origem onomatopaica e expressiva (nomeadas como “exp”), identificamos que 75% delas se encontram a partir de um valor em torno de 4.9. Isto é, a maioria desses dados apresentam notas de iconicidade superiores à metade dos valores de uma escala Likert de 1 a 7. Nota-se, também, que há uma assimetria no sentido de que o quartil 3 e a haste superior são menores que o quartil 1 e a haste inferior, indicando há uma concentração mais acentuada de palavras entre notas em torno de 6.6 e 6.9. Apenas duas observações não seguiram a tendência central.

Por outro lado, analisando a distribuição das palavras de origens distintas (nomeadas como “outra”), percebemos uma dispersão muito maior, já que os dados se espalham entre em torno de 1.3 até 7. Além disso, tem-se uma simetria mais consistente especificamente nos quartis 1 e 3. No que se refere aos outliers, compreende-se que há uma quantidade considerável deles, tendo em mente as sobreposições, o que nos mostra uma tendência das palavras de estarem até em torno de 6.5.

Sendo assim, o resultado do presente trabalho demonstra que as palavras de origem onomatopaica e expressiva foram consideradas pelos participantes como mais icônicas que as palavras de origens distintas. Nosso achado se alinha com os resultados de Perry et al. (2015), Hinojosa et al. (2020) e Godoy (2026), que constataram um grau de iconicidade superior para as onomatopeias e interjeições, e expande a nossa compreensão sobre a iconicidade, pois sugerimos que as formas onomatopaicas e expressivas plenamente lexicalizadas também podem apresentar uma iconicidade elevada.

Nosso resultado, ainda, parece indicar que os itens de origem expressiva e onomatopaica aqui analisados se encontram em estágios mais iniciais no processo de desiconização proposto por Flaksman (2017). No entanto, para que tal afirmação possa ser feita com mais consistência, faz-se necessário categorizar esses itens lexicais de acordo com os estágios apresentados pela autora, o que pretendemos realizar em um estudo futuro.

Cabe-nos agora discutir sobre o que se pode depreender desse achado. Uma possível interpretação é a de que a formação expressiva/onomatopaica seria causadora dessa alta percepção de iconicidade, implicando que as palavras com tal origem tenham passado por poucas mudanças fonético-fonológicas e semânticas desde sua criação. As eventuais mudanças, ao menos, não foram suficientes para obscurecer de forma significativa a semelhança entre forma e conteúdo. A essa perspectiva, poderíamos acrescentar que a própria origem icônica de tais palavras funcionaria como uma força estabilizadora frente a mudanças linguísticas, já que, de acordo com Perniss, Thompson e Vigliocco (2010), a iconicidade oferece benefícios cognitivos por proporcionar uma forma de relacionar estruturas da língua ao conhecimento de experiências perceptuais.

Entretanto, algumas limitações dos nossos dados nos impedem de chegar a uma conclusão mais robusta. Ocorre que, embora os dicionários etimológicos utilizados sejam considerados confiáveis e pertençam a autores renomados no campo dos estudos etimológicos, falta nessas obras uma clareza teórico-metodológica a respeito da classificação de uma palavra como sendo de origem expressiva ou onomatopaica (cf. Da Cunha, 2010; Nascentes, 1966; Nascentes, 1956).

Em termos teóricos, não se tem uma definição consistente dessas origens que seja plenamente aplicada. Como já explicitado, Azevedo (2022) conceitua os vocábulos de origem onomatopaica como provenientes da tentativa de reprodução de um som e os de origem expressiva como provenientes da tentativa de reprodução de categorias diferentes de som. Porém, há alguns casos de palavras em que os autores dos dicionários parecem utilizar esses rótulos de maneira indistinta e duvidosa. Exemplos disso são os vocábulos “garganta” e “engasgar”. O dicionário de Antenor Nascentes (1965, p. 365) coloca “garganta” como derivada da onomatopeia “garg”, que

entendemos como representativa do ruído produzido pela parte do corpo. Ao mesmo tempo, Nascentes (2010, p. 286) identifica “engasgar” como de formação expressiva a partir do radical “gasg”, embora esse verbo também apresente a repetição do fonema /g/ para fazer referência ao som da garganta.

Um outro exemplo seria o substantivo “miserê”, classificado por Da Cunha (2010, p. 429) e Nascentes (1966, p. 508) como vocábulo expressivo. No entanto, a relação que podemos enxergar entre a forma e o significado desse substantivo advém do fato de que é derivado de “miséria”, uma palavra sequer categorizada como de origem expressiva. Portanto, o termo origem expressiva nos parece ser utilizado de maneira genérica, englobando inclusive a origem onomatopaica. Por esse motivo, optamos por não criar conjuntos separados para origem expressiva e onomatopaica em nossas análises.

Em termos de metodologia, também encontramos um problema: são poucos os casos como o de “garganta” e “engasgar” em que se explicita a forma da qual essas palavras expressivas derivam, o que possivelmente ocorre por falta de uma descrição diacrônica robusta do PB nesse aspecto. Fato é que, na maioria das vezes, coloca-se o termo origem onomatopaica ou expressiva e, como não se sabe a forma de que a palavra derivou nem o método empregado para se concluir determinada etimologia, o texto deixa dúvidas, fazendo-nos pensar na possibilidade de que a classificação foi feita com base somente na intuição do autor.

Nesse sentido, o resultado encontrado por este trabalho significaria uma convergência entre o julgamento de iconicidade dos etimologistas e dos demais falantes do PB. Afinal, o falante nativo de uma língua, seja estudioso da linguagem ou não, costuma ter uma percepção única a respeito da sonoridade e do sentido pertencentes às palavras do seu idioma (Iida e Akita, 2024).

Tendo em vista o que discutimos até o presente momento, acreditamos que nosso conjunto de itens de origem expressiva e onomatopaica possa comportar palavras que, de fato, se formaram a partir da tentativa de reproduzir na estrutura linguística algum aspecto do significado e, por isso, ainda se mantêm muito icônicas para os falantes do PB. Ao mesmo tempo, algumas palavras podem simplesmente ser percebidas como icônicas pelos autores dos dicionários e os demais falantes da língua as concebem de modo semelhante. Dadas as limitações aqui expostas, essa é uma questão que permanece em aberto.

Conclusão

Este trabalho tratou de investigar a iconicidade, atendo-se ao léxico classificado como de origem expressiva/onomatopaica. Em função da natureza imitativa da origem dessa parte do léxico evidenciada por Azevedo (2022) e dos achados a respeito das onomatopeias e interjeições como muito icônicas por Perry et al. (2015), Hinojosa et al. (2020) e Godoy (2026), formulamos a hipótese de que esses vocábulos expressivos seriam percebidos como mais icônicos por falantes do PB que o restante dos itens do estudo.

Efetivamente, nossos resultados indicaram um nível de iconicidade superior para as palavras de origem expressiva/onomatopaica. Diante desse achado, pensamos na possibilidade de que tal origem condiciona a palavra a uma certa estabilidade formal e conceitual, permanecendo assim icônica para falantes atuais da língua. Porém, como discutido, a falta de descrição diacrônica e de clareza em critérios de classificação etimológica inviabilizam uma conclusão mais fechada, tornando plausível a ideia de que os etimologistas e os demais falantes compartilhem percepções de iconicidade lexical.

Sendo assim, esperamos que estudos futuros, inclusive em outras línguas com classificação etimológica mais consistente, se ocupem de investigar a relação entre origem etimológica e iconicidade. Dessa forma, pode-se chegar a compreensões mais sólidas a respeito do papel desse processo cognitivo nas línguas naturais.

Referências

ANTONIO, Juliano Desiderato. Manifestações sintáticas do princípio da iconicidade na fala e na escrita: uma análise funcionalista da realização morfológica de SNs na função sintática de sujeito e da freqüência de ocorrência de orações. ALFA: Revista de Linguística, v. 52, n. 1, 2008.

ANANIAS, Thayná Cristina. A iconicidade e a aquisição de palavras do português. Orientadora: Dra. Mahayana Cristina Godoy. 2024. 97f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

AZEVEDO, Wagner. Dicionário de Onomatopeias e Vocábulos Expressivos. Edição 2. Iguaçu: Editora Moan, 2022. p. 783.

DA CUNHA, Antonio Geraldo. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4. ed. Rio de

Janeiro: Lexikon, 2010. 744 p.

FLAKSMAN, Maria. Iconic treadmill hypothesis: The reasons behind continuous onomatopoeic coinage. In: FLAKSMAN, Maria. Dimensions of Iconicity. [s. l.]: John Benjamins Publishing Company, 2017. p. 351.

GODOY, Mahayana C. Iconicity Normf for 6000+ Brazilian Portuguese Words. 15th International Symposium on Iconicity in Language and Literature. Nagoya, Japan, 2026.

HINOJOSA, J. A. et al. Iconicity ratings for 10,995 Spanish words and their relationship with psycholinguistic variables. Behavior Research Methods. Londres: Springer Nature, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3758/s13428-020-01496-z. Acesso em: 13 mar. 2026.

IIDA, H.; AKITA, K. Iconicity Emerges From Language Experience: Evidence From Japanese Ideophones and Their English Equivalents. Cognitive Science, Wiley, v. 48, n. 12, Dezembro 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1111/cogs.70031.

NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: [s. n.], 1956. p. 535.

NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico Resumido. Edição 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. p. 808.

PERNISS, P., Thompson, R., & Vigliocco, G. (2010). Iconicity as a General Property of Language: Evidence from Spoken and Signed Languages. Frontiers in Psychology, 1. https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2010.00227

PERRY, Lynn K.; PERLMAN, Marcus; LUPYAN, Gary. Iconicity in English and Spanish and Its Relation to Lexical Category and Age of Acquisition. PLOS ONE, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0137147. Acesso em: 22 abr. 2026.

WINTER, Bodo et al. Iconicity ratings for 14,000+ English words. Behavior Research Methods. Londres: Springer Nature, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3758/s13428-023-02112-6. Acesso em: 13 mar. 2026.

Anexos



Figura 1

CÓDIGO: HS0417

AUTOR: RIANNA DE CARVALHO FEITOSA

ORIENTADOR: KATIA AILY FRANCO DE CAMARGO

TÍTULO: Auto e heteroimagens do Brasil na obra Quelle fête! de Ana Maria Machado: uma abordagem comparativa

Resumo

A pesquisa investiga as auto e heteroimagens do Brasil construídas na obra infantil Mas que festa!, de Ana Maria Machado, e em sua edição francesa, Quelle fête!, publicada em 2005. O objetivo é analisar comparativamente como referências culturais brasileiras são mantidas, adaptadas ou substituídas no processo de tradução, examinando de que modo essas operações interferem na representação da identidade brasileira e da diversidade cultural. A pesquisa adota abordagem qualitativa e comparativa, articulando os Estudos da Tradução e a Antropologia da Alimentação, com análise dos elementos textuais, paratextuais e visuais das duas edições. A análise evidencia que a versão francesa preserva a estrutura narrativa e a celebração da diversidade presentes no original, mas reorganiza seus referentes culturais: alimentos, nomes de personagens, ritmos musicais, relações de sociabilidade e elementos das ilustrações são substituídos ou adaptados por referências mais familiares ao público francês. Conclui-se que a tradução não elimina a diversidade, mas desloca seus significados e pertencimentos, atenuando a especificidade histórica e cultural brasileira em favor de uma representação mais próxima do multiculturalismo francês. O estudo evidencia, assim, que a circulação internacional da literatura infantil envolve não apenas a tradução linguística, mas também a negociação de imaginários nacionais e formas de representação da alteridade.

Palavras-chave: Literatura infantil, Estudos da Tradução, Brasilidade, Alimentação.

TITLE: Self- and Hetero-Images of Brazil in Ana Maria Machado’s Quelle fête!: A Comparative Approach

Abstract

This research investigates the self-images and hetero-images of Brazil constructed in the children's book Mas que festa!, by Ana Maria Machado and in its French edition, Quelle fête!, published in 2005. The study aims to comparatively analyze how Brazilian cultural references are maintained, adapted, or replaced in the translation process, examining how these operations affect the representation of Brazilian identity and cultural diversity. The research adopts a qualitative and comparative approach, drawing on Translation Studies and the Anthropology of Food to analyze textual, paratextual, and visual elements in both editions. The analysis shows that the French version preserves the narrative structure and celebration of diversity found in the original, while reorganizing its cultural references: foods, character names, musical genres, social relationships, and elements of the illustrations are replaced or adapted through references that are more familiar to French readers. The study concludes that the translation does not eliminate diversity but rather shifts its meanings and cultural affiliations, attenuating the historical and cultural specificity of Brazil in favor of a representation closer to French multiculturalism. The findings thus demonstrate that the international circulation of children's literature involves not only linguistic translation but also the negotiation of national imaginaries and ways of representing otherness.

Keywords: Children's literature, Translation Studies, Brazilian identity, Food.

Introdução

O livro infantil Mas que festa!, de Ana Maria Machado, acompanha os preparativos para a festa de aniversário de uma criança cuja identidade permanece deliberadamente indeterminada. Ao reunir familiares, amigos e vizinhos em torno da comida, da música e da celebração, a obra constrói uma narrativa sobre convivência, diversidade e comensalidade. Os diferentes pratos mencionados ao longo da história não cumprem apenas função descritiva: remetem aos encontros culturais que constituem a sociedade brasileira, evocando trajetórias migratórias e heranças indígenas, africanas e europeias. Desse modo, a alimentação atua como marcador de pertencimento e de memórias coletivas, contribuindo para a construção de uma imagem plural da sociedade brasileira.

Publicada originalmente em 1999, a obra foi posteriormente reeditada no Brasil com novos projetos visuais e ganhou projeção internacional, especialmente a partir de sua tradução francesa, *Quelle Fête!*, publicada em 2005 pela editora *Vents d'ailleurs*. A edição francesa constitui a primeira tradução da obra e contou com a participação de Ana Maria Machado na adaptação da narrativa, em diálogo com a tradutora Sylvie Gradel e a ilustradora Hélène Moreau. Sua importância para a circulação internacional do livro e sua influência sobre outras edições traduzidas tornam-na um objeto privilegiado para investigar os processos de transformação cultural envolvidos na tradução da obra.

Embora trate de uma experiência amplamente compartilhada, como a expectativa por uma festa de aniversário, Mas que festa! mobiliza referências culturais específicas. Sua tradução, portanto, envolve questões que ultrapassam a dimensão estritamente linguística e dizem respeito às formas de representar uma cultura para leitores de outro contexto. Na edição francesa, observa-se a preservação da estrutura narrativa e da

celebração da diversidade, acompanhada, contudo, pela substituição ou adaptação de diferentes referentes culturais brasileiros por referentes franceses.

É nesse processo de circulação e transformação que se situa o problema desta pesquisa: como as auto e heteroimagens do Brasil construídas em Mas que festa! são transformadas na edição francesa *Quelle fête!*? Parte-se da hipótese de que as alterações realizadas no texto, nas referências culturais e nos elementos visuais não apenas adequam a obra ao público de chegada, mas também deslocam os sentidos associados à representação da diversidade brasileira. A pesquisa busca, assim, compreender como a tradução participa da construção de imagens do Brasil e da alteridade, examinando as negociações culturais envolvidas na passagem da obra para o contexto francês.

Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e comparativo, tendo como *corpus* as edições brasileiras e francesa do livro infantil Mas que festa!, de Ana Maria Machado. São consideradas as edições brasileiras ilustradas por Graça Lima (1999) e Cláudio Martins (2013 e 2025) e a edição francesa *Quelle fête!*, ilustrada por Hélène Moreau e publicada em 2005. A escolha da edição francesa deve-se à sua relevância para a circulação internacional da obra: trata-se da primeira tradução do livro e de uma edição cuja adaptação contou com a participação da própria autora, em diálogo com a tradutora Sylvie Gradel e a ilustradora Hélène Moreau.

A análise comparativa é orientada pelo modelo descritivista de José Lambert e Hendrik Van Gorp (1985), que propõe a observação integrada de diferentes níveis da tradução. O procedimento considera tanto aspectos macroestruturais, relacionados à organização geral da narrativa, quanto aspectos microestruturais, referentes às escolhas linguísticas e aos elementos culturais mobilizados no texto (Bourdieu, 2007). A partir dessa perspectiva, são identificadas e sistematizadas as permanências, substituições, adaptações, omissões e acréscimos entre as edições, buscando compreender como essas operações interferem na construção das auto e heteroimagens do Brasil.

No plano verbal, são analisadas as referências culturais presentes na narrativa, com especial atenção aos alimentos, nomes de personagens, referências musicais, relações de sociabilidade e outros elementos associados à representação da diversidade brasileira. Para a descrição das modalidades de tradução, são utilizadas as categorias propostas por Francis Aubert (1998), permitindo identificar procedimentos como adaptação, substituição, omissão e acréscimo.

No plano visual, realiza-se a análise comparativa dos projetos gráficos e das ilustrações das diferentes edições, considerando elementos iconográficos, cromáticos e composicionais. Busca-se observar de que maneira a representação visual dos personagens, dos espaços, dos objetos e das práticas culturais contribui para a construção ou transformação das imagens do Brasil. A análise considera, portanto, a dimensão verbo-visual da obra, entendendo que texto e imagem participam conjuntamente da produção dos sentidos culturais (Bourdieu, 2007).

A perspectiva da Antropologia da Alimentação (Counihan; Van Esterik, 2013; Gambier; Van Doorslaer, 2021; Mintz, 2001; Mintz.; Du Bois, 2002) atravessa o procedimento analítico ao compreender a comida não apenas como elemento narrativo, mas como marcador de memória, identidade, pertencimento e relações sociais. Dessa forma, a análise dos alimentos e das práticas de comensalidade permite investigar como diferentes repertórios culturais são associados à representação da sociedade brasileira na edição original e como são reconfigurados na tradução francesa.

Por fim, os dados produzidos pela análise comparativa são interpretados à luz das discussões dos Estudos da Tradução (Lambert; Van Gorp, 1985) sobre as relações entre cultura de partida e cultura de chegada, especialmente os conceitos de hospitalidade linguística e domesticação. Busca-se, assim, compreender em que medida as operações tradutórias observadas preservam, deslocam ou atenuam referências culturais brasileiras e quais efeitos produzem sobre as auto e heteroimagens do Brasil construídas pela obra em sua circulação internacional.

Resultados e Discussões

1. A construção do protagonista e as imagens da brasilidade

A análise inicia-se pela própria configuração do protagonista de Mas que festa!. A narrativa acompanha os preparativos para a festa de aniversário de uma criança cuja identidade permanece deliberadamente indeterminada. Desde a abertura — “Cuidado! Muito cuidado! Se estiver chegando o seu aniversário e sua mãe disser: ‘Acho que vou fazer um bolo, uns brigadeiros e comprar uns guaranás. Por que você não convida uns amiguinhos para virem brincar com você?’” (Machado, 1999, p. 5)— o texto convoca diretamente o leitor a imaginar o próprio aniversário. A narrativa não se organiza em torno de um evento já realizado, mas de uma possibilidade, estruturada pela lógica hipotética do “e se”. O leitor é, assim, convidado a ocupar o lugar do aniversariante.

A ausência de nome e de marcação explícita de gênero da criança protagonista constitui um recurso importante para essa abertura. A escolha dialoga com uma reflexão da própria Ana Maria Machado sobre as diferenças de identificação de meninos e meninas com protagonistas de gêneros distintos. Em entrevista, a autora afirma ter percebido, a partir de sua experiência como livreira, que meninas tendem a ler com maior facilidade livros protagonizados por meninos, enquanto meninos apresentam maior resistência a protagonistas femininas (Super Libris, 2025). Nesse contexto, a ausência de um referente fixo pode ser compreendida como estratégia de ampliação da identificação infantil. A criança protagonista não é definida por nome, gênero ou características individuais que restrinjam sua identificação com o leitor.

As diferentes edições analisadas, entretanto, produzem efeitos distintos sobre essa indeterminação. Na primeira edição brasileira, ilustrada por Graça Lima (Machado, 1999), a capa apresenta apenas um recorte do rosto de uma criança sorrindo diante de um bolo com velas acesas. As ilustrações, executadas em traço que remete ao lápis de cor ou ao giz de cera, empregam cores vibrantes e contrastantes. A roupa da criança combina verde, azul e amarelo, cores que evocam a bandeira brasileira. No interior da

obra, embora amigos e vizinhos sejam representados durante a preparação da festa, o aniversariante não volta a aparecer, reforçando sua abertura à projeção do leitor.

A edição de 2013, ilustrada por Cláudio Martins e mantida na reedição de 2025 (Machado, 2013; 2025), produz efeito distinto. Com estilo aquarelado e paleta mais clara, próxima aos tons pastel, a capa apresenta uma criança de cabelos azuis curtos, vestindo roupas de gênero ambíguo e cercada por elementos de atmosfera onírica. A indeterminação permanece, embora a associação com elementos explicitamente brasileiros seja menos marcada.

Na edição francesa, ilustrada por Hélène Moreau (Machado, 2005), ocorre uma mudança significativa. A capa apresenta um grupo diversificado de personagens e objetos, enfatizando visualmente a pluralidade étnica e cultural. No interior da obra, o protagonista aparece claramente identificado como um menino de cabelos castanhos curtos. Desse modo, antes mesmo das alterações dos alimentos, das referências musicais e dos fluxos migratórios, a edição francesa modifica um dos principais mecanismos de universalização presentes no original: a possibilidade de qualquer criança ocupar o lugar do aniversariante.

As imagens também participam da construção das representações culturais. Nas ilustrações de Graça Lima, diferentes personagens aparecem acompanhados de marcadores visuais associados a suas matrizes culturais e regionais. A diversidade fenotípica é explicitada e aparecem referências a matrizes indígenas e afro-brasileiras, à imigração japonesa e chinesa e a diferentes tradições europeias e árabes. Elementos gráficos, instrumentos musicais, roupas e outros objetos reforçam a ideia de uma sociedade constituída por múltiplas contribuições culturais.

Nas ilustrações de Cláudio Martins, parte dessas referências permanece, mas de maneira menos sistemática. A diversidade fenotípica continua presente, embora alguns marcadores culturais sejam atenuados, em favor de uma estética mais fantástica. Na edição francesa, Hélène Moreau preserva a diversidade étnica dos personagens, mas a reorganiza em diálogo com as alterações realizadas no texto verbal. Algumas referências às cores da bandeira brasileira permanecem pontualmente, mas o conjunto deixa de produzir uma representação tão diretamente ancorada na formação cultural brasileira.

2. A festa e a mesa como metáforas da formação social brasileira

A análise evidencia que a festa constitui mais do que o cenário da narrativa: ela funciona como metáfora da própria formação social brasileira. A cada novo convidado, a celebração imaginada se amplia e incorpora personagens de diferentes origens, acompanhados por pratos, práticas e referências culturais diversas. A identidade representada pela obra não se fundamenta na homogeneidade, mas na convivência entre diferenças. Nesse processo, a alimentação ocupa posição central. Em Mas que festa!, a identidade brasileira não é apresentada por meio de explicações sobre o país, mas construída organicamente pela circulação de alimentos, receitas, convites e relações de sociabilidade em torno de uma mesa imaginada. A comensalidade funciona como aquilo que Marcel Mauss (2003) chamou de “fato social total”, pois mobiliza ao mesmo tempo dimensões afetivas, familiares, econômicas, históricas e simbólicas. A lista de quitutes (que inclui alimentos como brigadeiro, pão de queijo, feijoada, cuscuz, vatapá e açaí)

ultrapassa a função descritiva: cada prato atua como marcador cultural, regional e histórico, remetendo a diferentes matrizes que participaram da formação da sociedade brasileira.

Essa dimensão torna particularmente significativa a primeira alteração observada na edição francesa. Na abertura do livro, "bolo, uns brigadeiros e [...] uns guaranás" (Machado, 1999, p. 5) tornam-se "*un gâteau, des crêpes et* [...] *des jus de fruits*" (Machado, 2005, p. 6). O brigadeiro, associado às comemorações infantis brasileiras, é substituído pelo crêpe, referência familiar ao leitor francês; o guaraná é transformado em um genérico suco de frutas. Segundo as modalidades tradutórias de Aubert (1998), trata-se de operações de adaptação, nas quais referentes específicos da cultura de partida são substituídos por referências mais próximas da cultura de chegada.

A alteração é especialmente significativa porque a festa ainda não aconteceu: ela é apenas imaginada. Os alimentos constituem parte do conjunto de possibilidades oferecido ao leitor. Ao modificar esses elementos, a tradução interfere, portanto, não apenas naquilo que será servido, mas no próprio universo cultural que a criança é convidada a imaginar. A festa que, no original, começa a ser imaginada a partir de referências brasileiras passa a ser construída, na tradução, a partir de referências mais familiares ao contexto francês.

O mesmo deslocamento aparece na enumeração dos pratos preparados pelos vizinhos. No original, os alimentos permanecem associados a personagens femininas identificadas por seus nomes: "o pão de queijo da dona Nieta, da feijoada da dona Vicentina, do cuscuz da dona Ester, do vatapá da dona Flor, do açaí da dona Iara [...]" (Machado, 1999, p. 22). Na tradução, essas mulheres desaparecem enquanto personagens individualizadas e são substituídas pela expressão genérica *les mères du voisinage*, "as mães da vizinhança" (Machado, 2005, p. 23). Ao mesmo tempo, os pratos brasileiros são substituídos por *couscous, mafé, crêpes, carpe farcie, poissons frits, acras, rouleaux de printemps* e *riz*.

O efeito dessa transformação é duplo. De um lado, ocorre uma omissão: desaparecem os nomes e as individualidades das mulheres que compõem a rede de sociabilidade da narrativa. De outro, ocorre uma substituição sistemática do repertório alimentar. A diversidade permanece, mas passa a ser representada por preparações associadas a outros processos migratórios e culturais, especialmente aqueles presentes na sociedade francesa contemporânea. Essa operação fica ainda mais evidente quando se observam os pratos individualmente. Preparações como o pé-de-moleque, a cocadinha, o cajuzinho, o bolinho de bacalhau, o papo de anjo e o churrasco são substituídas por *tartelette, gâteau au coco*, frutas tropicais, *beignets, crèmes aux œufs* etc. O churrasco, única refeição preparada por um personagem masculino na narrativa, transforma-se em *méchoui*, assado associado às tradições culinárias do Norte da África.

Mesmo quando existe aparente equivalência, a substituição produz deslocamentos culturais. O cuscuz brasileiro e o *couscous* magrebino, por exemplo, compartilham o nome, mas remetem a preparações e trajetórias históricas distintas. O primeiro está associado, no contexto da narrativa, ao repertório culinário brasileiro, enquanto o segundo remete a uma tradição alimentar magrebina amplamente incorporada à sociedade francesa. A tradução preserva, portanto, a função narrativa da diversidade,

mas substitui o repertório histórico e cultural por meio do qual essa diversidade é construída.

A mesa de *Quelle fête!* não deixa de ser multicultural. O que muda é o mapa cultural que ela representa. A formação histórica brasileira dá lugar a outro conjunto de experiências migratórias, culinárias e identitárias. A tradução da comida constitui, nesse sentido, uma forma de tradução cultural: alimentos e práticas de comensalidade são reorganizados para produzir, no leitor francês, uma experiência de diversidade que não corresponde mais àquela construída no texto brasileiro.

3. Traduzindo pessoas: nomes, identidades e pertencimentos

O deslocamento dos referentes culturais também se manifesta nos nomes próprios. A análise identifica diferentes modalidades tradutórias: alguns antropônimos são mantidos por empréstimo, como Moacir e Maíra; outros sofrem adaptações ou decalques, como Fátima/Fatima e Giovani/Giovanni; e alguns são completamente substituídos, como Miguel/Djamel, dona Munira/Madame Khelil, dona Gina/Madame Bonano e Severino/Chicco. Essa distribuição é significativa porque os nomes próprios, no texto, não funcionam apenas como identificadores individuais. Eles participam da construção das identidades e dos pertencimentos dos personagens. A manutenção e a substituição seletivas produzem, portanto, efeitos sobre a forma como diferentes grupos são inscritos na narrativa traduzida. A coexistência dessas estratégias não permite afirmar que todos os nomes brasileiros sejam sistematicamente apagados. Ao contrário, nomes associados a diferentes origens (como Moacir, Maíra, Iracema, Yoko e Chang) permanecem na edição francesa. O que se observa é uma reorganização seletiva dos pertencimentos culturais. Nomes como Miguel e Severino, por exemplo, são substituídos por Djamel e Chicco, reinscrevendo determinados personagens em outros repertórios de identificação.

Essa transformação se articula às alterações das relações sociais. No original, os pratos são vinculados a mulheres nomeadas, estabelecendo uma rede concreta de vizinhança, memória e reciprocidade. Na tradução, parte dessa rede é convertida em uma categoria coletiva (*les mères du voisinage*). A substituição dos nomes individuais por uma designação genérica reduz a especificidade dessas relações, ao mesmo tempo em que a diversidade culinária passa a ser organizada por outras referências culturais.

As referências musicais seguem uma lógica semelhante. O axé é substituído por uma *bande de rappeurs*, o funk dá lugar ao reggae e o forró à salsa. Novamente, a diversidade não é eliminada: ela é preservada por meio da manutenção da presença de diferentes gêneros musicais, mas seus referentes são deslocados para repertórios considerados mais reconhecíveis no contexto francês. Texto e imagem, assim, atuam conjuntamente. A edição francesa conserva a presença de personagens diversos, alimentos variados e diferentes gêneros musicais, mas modifica as relações entre esses elementos. O conjunto que, no original, remetia à formação histórica e cultural do Brasil passa a produzir uma representação de diversidade mais próxima do multiculturalismo francês.

4. Auto e heteroimagens do Brasil: entre hospitalidade e domesticação

A comparação dos níveis macro e microestruturais evidencia que *Quelle fête!* preserva a estrutura narrativa de Mas que festa!, especialmente sua lógica de acumulação: novos

personagens, alimentos e práticas são progressivamente incorporados à festa. No entanto, no nível microestrutural, observa-se uma série recorrente de adaptações, substituições e omissões que modifica os referentes culturais mobilizados pela narrativa. Esse resultado é central para compreender a construção das auto e heteroimagens do Brasil. No texto brasileiro, a imagem do país é construída a partir da reunião de diferentes matrizes culturais e históricas. A diversidade aparece como característica constitutiva da sociedade brasileira e é representada por meio de práticas cotidianas, como o comer, cozinhar, receber, nomear, ouvir música e conviver. Trata-se de uma autoimagem do Brasil como sociedade plural, cuja formação resulta da coexistência e do encontro de diferentes grupos.

Na edição francesa, essa estrutura de diversidade é mantida, mas seus referentes são transformados. O Brasil deixa de ser o principal horizonte cultural da festa e dá lugar a um repertório no qual diferentes tradições migratórias e culturais presentes na França contemporânea passam a ocupar posição central. Configura-se, assim, uma heteroimagem do Brasil mediada pela cultura de chegada, já que o país é apresentado indiretamente a partir de categorias que fazem sentido dentro do universo multicultural francês. A análise permite, então, qualificar a ideia de apagamento da brasilidade. Não se trata de um desaparecimento completo da diversidade nem de uma eliminação sistemática de todos os marcadores brasileiros. Alguns nomes, cores, personagens e referências permanecem. O que ocorre é uma relocalização da diversidade: preserva-se a função narrativa da pluralidade, mas modificam-se os referentes históricos e culturais que lhe dão sentido.

Essa constatação pode ser interpretada a partir da tensão entre hospitalidade linguística e domesticação. A domesticação, conforme discutida por Lawrence Venuti (2002) e por Verônica Suhett do Nascimento (2010), descreve procedimentos pelos quais elementos da cultura de partida são aproximados das expectativas da cultura de chegada. Em *Quelle fête!*, esse movimento é perceptível na substituição de alimentos, nomes, músicas e outros marcadores culturais por referentes mais familiares ao público francês. A noção de hospitalidade linguística (Chartier, 2022) oferece uma perspectiva complementar. Traduzir implica acolher o texto estrangeiro na língua de chegada sem necessariamente eliminar sua diferença. Nesse sentido, uma tradução pode ser compreendida como espaço de encontro com aquilo que não é imediatamente familiar. As escolhas observadas em *Quelle fête!*, entretanto, sugerem um movimento de aproximação que reduz parte dessa distância cultural.

Essa questão é particularmente relevante no caso da literatura infantil. Conforme observa Zohar Shavit (2006), a literatura infantil ocupa posição específica no sistema literário e admite maior intervenção do tradutor, inclusive por meio de adaptações e omissões justificadas por critérios de adequação ao público infantil. A tradução pode, assim, atuar como mediação cultural, selecionando aquilo que será apresentado ao leitor e a maneira pela qual o outro será representado. No caso analisado, essa mediação parece partir da necessidade de tornar determinados referentes mais familiares ao leitor francês. Contudo, as declarações da própria Ana Maria Machado tornam a questão mais complexa. A autora afirma compreender a literatura como “arte da palavra”, e não como instrumento primordialmente didático (Trilha das letras, 2017), mas participou ativamente das adaptações da obra e declarou buscar uma aproximação com a realidade europeia sem trair o espírito da obra (Franca, 2007). A questão, portanto, não pode ser reduzida a uma oposição entre autora e tradutora ou entre intenção e resultado.

O problema desloca-se para aquilo que a tradução considera necessário preservar para que uma obra possa ser acolhida em outro contexto. Se a diversidade é mantida, mas seus referentes são substituídos, o que se preserva é a forma da diversidade, enquanto seu conteúdo histórico e cultural é transformado. A operação produz uma espécie de "exotismo útil" no qual a diferença continua presente, mas é reorganizada em formas reconhecíveis e compatíveis com o repertório cultural do público de chegada. Dessa forma, a tradução pode ser entendida como uma domesticação que não elimina o outro, mas o torna familiar por meio da substituição de seus referentes. O Brasil não desaparece inteiramente de *Quelle fête!*, mas sua presença é atenuada e reconfigurada. A festa continua sendo uma celebração da diversidade; entretanto, já não é a mesma diversidade.

A questão torna-se particularmente evidente no encerramento da obra. No original, a festa é caracterizada como "uma festa brasileira" (Machado, 2013, p. 30). Na edição francesa, a formulação correspondente é "*une fête bien de chez nous*" (Machado, 2005, p. 29), i.e., uma festa "bem daqui", "bem nossa". A alteração sintetiza o deslocamento observado ao longo de toda a análise: aquilo que no texto brasileiro é explicitamente situado como brasileiro torna-se, na tradução, pertencente ao universo cultural do "nós" francês. Os resultados indicam, portanto, que a circulação internacional de Mas que festa! não envolve apenas a passagem de uma língua para outra. Envolve também a negociação de imagens nacionais, pertencimentos e formas de representar a alteridade. A tradução preserva a estrutura narrativa da convivência e da diversidade, mas modifica os referentes por meio dos quais essa diversidade é significada. A análise das edições permite compreender que a tradução de literatura infantil participa ativamente da produção de auto e heteroimagens culturais: ao traduzir uma festa, traduz-se também uma determinada maneira de imaginar o Brasil.

Conclusão

A análise de *Quelle fête!* evidencia que a circulação internacional da literatura infantil não envolve apenas a tradução de palavras, mas também a negociação de imaginários nacionais, pertencimentos culturais e expectativas sobre o leitor infantil. Ao preservar a estrutura narrativa de Mas que festa! e reorganizar seus referentes culturais, a tradução francesa produz uma obra que continua celebrando a diversidade, mas já não a constrói a partir das mesmas referências históricas e culturais brasileiras. A alteridade não desaparece: é deslocada e reconfigurada em um universo mais familiar ao leitor de chegada. Esse deslocamento é sintetizado pela última frase da narrativa: o pertencimento deixa de remeter explicitamente ao Brasil e passa a ser localizado no espaço simbólico de um "nosso", isto é, da cultura de chegada. A única referência explícita ao Brasil na edição francesa encontra-se na folha de rosto, na indicação "*traduit du brésilien*". Como observa Franca (2007), essa escolha editorial confere visibilidade à especificidade da literatura brasileira, distinguindo-a da portuguesa. Paradoxalmente, esse discreto elemento paratextual preserva a identidade nacional da obra depois de sua atenuação ao longo da narrativa.

Os resultados permitem compreender que as operações identificadas não eliminam a diversidade cultural, mas modificam os referentes históricos e sociais por meio dos

quais ela é representada. A autoimagem do Brasil construída no original, fundada na convivência entre diferentes matrizes culturais, trajetórias migratórias e práticas de sociabilidade, é reconfigurada na tradução a partir de referências mais próximas da experiência francesa. Produz-se, assim, uma heteroimagem do Brasil mediada pelas categorias e expectativas da cultura receptora. Longe de constituir um juízo sobre as escolhas da tradutora Sylvie Gradel ou da própria Ana Maria Machado, esta pesquisa buscou compreender como determinadas operações tradutórias se relacionam às condições de circulação da literatura infantil e às expectativas atribuídas ao seu público. A análise também permitiu problematizar em que medida a adaptação, ao aproximar a obra do leitor de chegada, preserva ou reduz a experiência da alteridade. Assim, a tensão entre acolhimento (Berman, 1984; Ricœur, 2016), domesticação e hospitalidade linguística permanece produtiva. Se traduzir também significa hospedar o estrangeiro, como discutido a partir de Chartier (2022), *Quelle fête!* evidencia que acolher uma obra em outra cultura pode implicar tanto aproximá-la do leitor quanto preservar aquilo que nela permanece estrangeiro. As escolhas tradutórias participam, portanto, da construção de imagens sobre as culturas em circulação: a festa continua sendo uma celebração da diversidade, mas a diversidade que chega ao leitor francês já não é a mesma. A tradução transforma não apenas a língua da obra, mas também o lugar cultural a partir do qual o Brasil pode ser imaginado.

Referências

Referências bibliográficas

AUBERT, Francis Henrik. Modalidades de tradução: teoria e resultados. TradTerm, 1, 1998. 99-128.

BERMAN, Antoine. L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique. Paris: Gallimard, 1984.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Editora Zouk; Edusp, 2007.

CHARTIER, Roger. Editar e traduzir: mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII). Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

COUNIHAN, Carole; VAN ESTERIK, Penny (ed.). Food and culture: a reader. 3rd ed. New York: Routledge, 2013.

FRANCA, Vanessa Gomes. A literatura infantil/juvenil brasileira na França: Où est Lobatô?. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

GAMBIER, Yves; VAN DOORSLAER, Luc (org.). Handbook of Translation Studies. v. 5. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2021.

LAMBERT, José; VAN GORP, Hendrik. On describing translations. In: HERMANS, Theo. (Org.). Themanipulation of literature. London: Croom Helm, 1985, p. 42-53.

MACHADO, Ana Maria. Mas que festa! Ilustração de Graça Lima. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MACHADO, Ana Maria. Quelle Fête ! Ilustração de Hélène Moreau. Tradução de Sylvie Gradel. La Roque-d'Anthéron: Vents d'Ailleurs, 2005.

MACHADO, Ana Maria. ¡Menuda fiesta! Ilustração de Ivar Da Coll. Tradução de Mario Merlino. Madrid: Anaya, 2009.

MACHADO, Ana Maria. Mas que festa! Ilustração de Cláudio Martins. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MACHADO, Ana Maria. Mas que festa! Ilustração de Cláudio Martins. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2025.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-42, out. 2001.

MINTZ, Sidney W.; DU BOIS, Christine M. The Anthropology of Food and Eating. Annual Review of Anthropology, Palo Alto, v. 31, n. 1, p. 99-119, out. 2002.

NASCIMENTO, Verônica Suhett do. Os itens de especificidade cultural na tradução de From Another World de Ana Maria Machado. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 14., 2010, Rio de Janeiro. Anais […]. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010. p. 1444-1470. (Cadernos do CNLF, v. 14, n. 4, t. 2). Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/completo_tomo_2.pdf. Acesso em: jul. 2026.

RICŒUR, Paul. Sur la traduction. Paris: Les Belles Lettres, 2016.

SHAVIT, Zohar. Translation of Children's Literature. In: LATHEY, Gillian. The Translation of Children's Literature: a reader. Topics in Translation: 31. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 2006, p. 25-40.

VENUTI, Lawrence. Escândalos da tradução. Trad. L. Pelegrin, L. Marcelino Villela, M. Dias Esqueda, V. Biondo. São Paulo: EDUSC, 2002.

Referências a entrevistas (vídeo e áudio)

SUPER LIBRIS. Ana Maria Machado | Entrevista | Super Libris. Direção e entrevista: José Roberto Torero. São Paulo: SescTV, 25 mar. 2025. Vídeo (15 min 12 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KTG2lB7pxoU. Acesso em: jul. 2026

TRILHA DAS LETRAS. Escritora Ana Maria Machado no Trilha de Letras | Programa Completo. Entrevista: Raphael Montes. Rio de Janeiro: TV Brasil, 06 jul. 2017. Vídeo (26 min 07 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RLEZK0rwBEo&t=27s Acesso em: jul. 2026.

CÓDIGO: HS0425

AUTOR: GABRIEL NUNES MORAES

ORIENTADOR: TADEU MATTOS FARIAS

TÍTULO: Pop Rua, de mau cidadão a “guerreiro do terceiro mundo”: a dimensão espacial e política dos processos saúde-doença da população em situação de rua de Natal-RN

Resumo

A População em Situação de Rua (Pop Rua) apropria-se da cidade e seus signos para sobreviver (Farias & Diniz, 2019). Assim o uso da cidade implica estratégias que potencializam a produção de saúde e mitigam processos destrutivos sobre o nexo biopsíquico. A coletividade é uma dessas estratégias, seja na divisão social do trabalho, redes de apoio, ou organização política. Sendo a práxis, nesta última, orientada pelo enfrentamento político e cuidado coletivo. Nesse ínterim, este trabalho investigou as trajetórias de vida e saúde da Pop Rua em Natal-RN, focalizando: (a) debater o papel da dimensão política nos processos saúde-doença da Pop Rua; (b) analisar a relação entre a participação no Movimento Nacional da Pop Rua (MNPR/RN) e os processos saúde-doença; e (c) analisar as mediações entre atividades de formação política e processos saúde-doença da Pop Rua. Essa discussão teve como fio condutor o contraste entre a ideologia do mau cidadão e da organização política da Pop Rua, bem como suas respectivas práxis diante da invisibilização e a visibilização perversa imposta pelo Estado no processo de apropriação-alienação da cidade pela Pop Rua. Para isso foram analisadas entrevistas com pessoas com trajetória de rua organizadas no MNPR e diários de campo que registram oficinas do projeto “RUALOGIA II: Das marquises pra luta, conhecer para lutar” – projeto organizado e conduzido pelo MNPR/RN junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos - Marcos Dionísio (CRDH-MD) no ano de 2024.

Palavras-chave: Pop Rua; Organização Política; Guerra às drogas; Ideologia.

TITLE: People living in the streets, from bad citzen to "third world warrior": the spacial and Political Dimension of Health-Disease Processes of the Homeless Population in Natal-RN

Abstract

The Homeless Population (Pop Rua) appropriates the city and its signs to survive (Farias & Diniz, 2019). Thus, the use of the city involves strategies that enhance health production and mitigate destructive processes on the biopsychic bond. Collectivity is

one of these strategies, whether through the social division of labor, support networks, or political organization. In the latter, praxis is guided by political confrontation and collective care. In this context, this study investigated the life and health trajectories of the Pop Rua in Natal-RN, focusing on: (a) debating the role of the political dimension in the health-disease processes of Pop Rua; (b) analyzing the relationship between participation in the National Movement of the Homeless Population (MNPR/RN) and health-disease processes; and (c) analyzing the mediations between political training activities and health-disease processes of Pop Rua. The discussion was guided by the contrast between the ideology of the "bad citizen" and the political organization of Pop Rua, as well as their respective praxis in the face of invisibility and the perverse visibility imposed by the state in the process of appropriation-alienation of the city by Pop Rua. For this purpose, interviews with individuals with a history of homelessness organized in the MNPR and field diaries that record workshops from the project "RUALOGIA II: From the Marquises to the Struggle, Knowing to Fight" – a project organized and led by MNPR/RN in partners

Keywords: Homeless people; Political Organization; War on Drugs; Ideology.

Introdução

A população em situação de rua (Pop Rua) têm sua história diretamente atrelada ao desenvolvimento das cidades-mercadorias. Na Inglaterra, o cercamento das terras de camponeses, a criminalização da vadiagem e a apropriação privada dos meios de produção da vida foi basilar para avançar com a acumulação primitiva de capital, criando uma horda de trabalhadores despossuídos e assujeitados a um regime econômico alicerçado nas violências de classe e gênero (Federicci, 2010).
A cidade-mercadoria absorve essa massa excedente de trabalhadores em diáspora como exército industrial de reserva. Abandonados à situação de rua nesse cenário urbano emergente, tinham função indispensável no tear da acumulação primitiva: pressionar a classe trabalhadora empregada a tolerar a precarização, fazendo-a temer a miséria.
No Brasil, Clovis Moura (2021) descreve um cenário muito elucidativo em se tratando da integração perversa da população negra no projeto societário dos séculos XIX e XX. O contexto de abolição da escravidão foi articulada com a “importação” de mão de obra estrangeira e o privilégio desta última no acesso aos setores mais dinâmicos da economia, aspecto que será abordado mais extensamente adiante. O proibicionismo e a Guerra às Drogas (GD) atualizam a ideologia do mau cidadão, aprimorando essa estrutura colonial-racista que alicerça as políticas de extermínio hegemonizadas no capitalismo dependente brasileiro (Costa & Mendes, 2021).
Nesse contexto, entre a invisibilização e a visibilização perversa, o processo de apropriação-alienação da cidade-mercadoria determina radicalmente os processos saúde-doença-cuidado da Pop Rua (Farias & Diniz, 2019). A Pop Rua apropria-se da cidade e seus signos para sobreviver (Farias & Diniz, 2019). Logo, seus processos saúde-doença-cuidado são determinados por essa pauperizada inserção no Modo de Produção Capitalista (MPC) (Laurel, 1989) e por estruturas econômico-políticas e socioculturais que dispõem as relações pessoa-ambiente especificando esse desgaste, quais sejam: classe, gênero, raça e etnia (Breilh, 2006).
Contudo, há uma naturalização dessas condições, individualizando o sofrimento e suas causas, culpabilizando a Pop Rua por sua condição de vida. Essa ideia, assim como a GD, comportam-se como ideologia, pois estabelecem uma função social mediante conflitos da

luta de classes, orientando a práxis dos sujeitos na vida social, neste caso: articulando mecanismos de barragem do negro e, sobretudo, da Pop Rua.
Nesta direção, coube analisar como a ideologia de mau cidadão atinge a Pop Rua e como é metabolizada nesse processo, a fim de investigar suas influências sobre as trajetórias de vida e saúde da Pop Rua em Natal-RN, focalizamos: 1) debater o papel da dimensão política nos processos saúde-doença da Pop Rua; 2) analisar a relação entre a participação no Movimento Nacional da Pop Rua (MNPR/RN) e os processos saúde-doença; e 3) analisar as mediações entre atividades de formação política e processos saúde-doença da Pop Rua.
Essa análise foi pauta de uma apresentação-denúncia em um congresso. Intitulado "'Até parece que sou fera': Pop Rua, de mau cidadão a 'guerreiro do terceiro mundo'", o resumo orientado pelo Professor orientador deste relatório foi apresentado no "GT 47: Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência", no 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, em Manaus.
Esse trabalho está em consonância com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU: a)) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; c) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; d) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Metodologia

Para isso foram analisadas entrevistas com pessoas com trajetória de rua organizadas no Movimento Nacional Pop Rua/RN (MNPR/RN) e diários de campo que registram oficinas do projeto "RUALOGIA II: Das marquises pra luta, conhecer para lutar" – projeto organizado e conduzido pelo MNPR/RN junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD) no ano de 2024.

Foram conduzidas 3 entrevistas a partir das histórias de vidas com pessoas em Situação de Rua da cidade de Natal. O acesso a essas pessoas foi mediado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR/RN. Vale destacar que os 3 entrevistados são membros do movimento e hoje estão domiciliados, destes, duas são mulheres que permanecem enfrentando instabilidades quanto à moradia, tendo retornado recentemente às ruas até conseguir novamente um domicílio – vulnerabilidade que frequentemente aflige a Pop Rua.

Embora o método de História de Vida pressuponha o relato livre e espontâneo (Silva, 2007), a entrevista foi conduzida conforme o foco nas questões relativas aos processos saúde-doença e a relação com território, ou seja, foi-se delineando o relato por meio das provocações. Tomando como referência temas recorrentes nas histórias compartilhadas e os indicativos da literatura basilar para este trabalho, foram estabelecidos eixos de estudo, envolvendo Contexto e trajetória de vida; Acesso à cidade; Processos saúde doença; Dimensão produtiva; Dimensão de consumo; Dimensão política; Dimensão ideológica, e Relação com o ambiente (Breilh, 2009).

Apoiando-se no método materialista histórico dialético, têm-se na dialética singular-particular-universal uma ferramenta de análise que assume a totalidade na experiência

dos sujeitos (Pasqualini & Martins, 2015). Os sentidos expressos na história de vida viabilizam o acesso à esfera singular da vivência, a partir das quais buscamos as mediações das particularidades da experiência da trajetória em situação de rua para enfim construir elaborações a cerca de uma categoria de tamanha complexidade. A análise desses sentidos foi feita por meio do Núcleo de Significação (Aguiar & Ozella, 2006), seguindo o aporte teórico-metodológico preconizado por Vigotski. Esses sentidos remontam o transcurso histórico e afetivo das palavras na sua trajetória de vida, indicando particularidades da vivência em situação de rua no processo de apropriação da cidade e seus símbolos. Ademais expressam as determinações concretas das estruturas e relações sociais nas quais os sujeitos se inserem.

Orientada pela epidemiologia crítica (Breilh, 2006), as particularidades das esferas produtiva, de consumo, ideológica e política, bem como da trajetória de vida, dos sentidos e significados, e das relações com ambiente foram eixos norteadores das entrevistas, discussões e categorização. No processo de significação, sentidos distintos – e por vezes opostos –, podem ser atribuídos a uma mesma categoria ou palavra (Aguiar & Ozella, 2006). Para tanto, destaca-se nesta análise o caráter ideológico sobre a situação de rua: as funções sociais que, permeando esses sentidos, orientam a práxis dos sujeitos mediante os conflitos sociais (Coelho-Lima, 2018).

Resultados e Discussões

O papel da dimensão política nos processos saúde-doença da Pop Rua

Segundo Clóvis Moura (2021), a população negra que, quando escravizada, tinha acesso a uma ocupação regular, passa a ser, em sua maioria relegada aos subempregos e a situação de rua, sendo lida nas estatísticas como “desocupada”.

A população negra brasileira passa então a ser olhada sob o prisma da ideologia de barragem do negro, ou como pretendo chamar aqui: ideologia do “mau cidadão”. Relegada à inclusão perversa no MPC, nesse sistema de peneiramento social, a população negra é aqui tornada Pop Rua e passa a compor a franja marginal do exército industrial de reserva, sendo alvo do encarceramento em massa e, quando não, massacrada cruelmente pelo aparato repressivo do Estado (Moura, 2021).

As políticas públicas desenvolvidas no Brasil para a Pop Rua tem seu início – nem um pouco coincidentemente – após a abolição da escravidão, constituindo-se como pilares da repressão: a) a lei da vadiagem, b) a lei de terras de 1850, c) a proibição da compra, venda e consumo de maconha e d) a criação da primeira polícia militar.
A lei da vadiagem foi uma contravenção penal brasileira, presente no Artigo 59 do Decreto-lei nº 3.688 de 1941, que estabeleceu a prisão como punição para aqueles que eram tidos como ociosos, sem meios de subsistência ou com ocupação ilícita. A Lei de Terras de 1850, funcionou como barramento do negro no acesso a terras, estabelecendo o requisito da compra para aquisição de terras, dificultando o acesso a quem não tinha recursos. Já a proibição da compra, venda e consumo de maconha, era uma forma de perseguir os consumidores da erva trazida de África que se relacionavam com cosmologias e espiritualidades afro-brasileiras.
Essas leis combinadas com a violência policial institucionalizada e a política de limpeza

étnica materializada na importação de mão de obra europeia constituíam a face insitucional e bélica de marginalização e barragem do negro no acesso a terra, renda, moradia e dignidade.

Quando a "política sangrenta" não era suficiente, se estabeleciam formas mais "polidas" de repressão. O médico Nina Rodrigues, contemporâneo ao contexto da abolição e marginalização da população negra ex-escravizada, foi um dos expoentes do racismo científico no Brasil, encabeçando as pesquisas sobre as teorias da degenerescência. Ele se pretendeu a verificar no Brasil as elaborações de Broca e Lombroso, alegando a existência de patologias de ordem física e psicológica oriundas da miscigenação. (Oda, 2001).

Cabe ressaltar o aspecto moral das psicopatologias supostamente oriundas da degenerescência, pois foram basilares na fundamentação "científica" para a produção das ideologias do mau cidadão e da GD. Essa manifestação da ideologia do mau cidadão reedita os mecanismos ideológicos de barragem do negro que já eram evidenciados na obra de Clovis Moura(2021).

"A imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do negro é reflexa dessa realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso. Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar da liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. A partir daí conclui-se que se ele se encontra presentemente marginalizado e em situação inferior ao branco. Isto se deve fundamentalmente à sua própria incapacidade, e não às barragens de peneiramento que lhe foram impostas."

Nas entrevistas, a ideologia do mau cidadão manifesta-se sobretudo no estigma relacionado ao consumo de drogas:

"Quando eu comecei a roubar, eu só roubava farmácia (...) Não gostava dessas coisas não. Não era da minha índole. Eu só fazia por causa da droga. (Maria Bonita, 2024)

"Tem muita gente que usa drogas pra fazer mal aos outros, só que não é pela droga. Faz mal porque quer, como roubar. (...) mas não é a droga que faz ele roubar. (Maria Bonita, 2024)

Ambos trechos retirados da mesma entrevista, evidenciando uma contradição entre diferentes formas de metabolizar o discurso do mau cidadão, mas ambas incorrendo na culpabilização da Pop Rua. Ora associando-o à causa de uma perversão moral, ora bode expiatório de tendências criminosas imanentes, muito se assemelha às postulações de Nina Rodrigues em suas investigações racistas criminalistas

Essa manifestação da ideologia do mau cidadão articulada com a ojeriza ao consumo de substâncias é algo que acompanha a Pop Rua na figura do "noiado". A própria situação de rua é causalmente relacionada, segundo uma entrevistada, com o consumo de drogas:

"Foi porque, olha, pra eu criar esses meus meninos, não tinha ninguém pra ficar com eles, certo? Não tinha ninguém pra ficar com eles, fui vender água, tinha muita gente vendendo água, aí eu não vou mentir pra você, eu fui vender droga, eu vendi droga já, pra sustentar meus filhos, aí só que infelizmente nesse negócio de vender drogas, eu

fiquei curiosa e cai, na droga, aí pronto se desbaguelou tudo, foi daí que eu fui pra rua." (Mãe da Rua, 2024)

Nesse trecho fica muito nítido como violências de gênero, doméstica, e a própria fragilização de vínculos com a rede de apoio, entre outros aspectos, são naturalizados no estigma sobre o consumo de drogas. Assim, são sublimadas uma gama de violências, ocultas por trás do "cair na droga", deixando transparecer apenas uma culpa que orbita a Pop Rua e seus "desvios morais".
Essa desumanização da Pop Rua é uma face cruel do que Clovis Moura (2021) define como uma "ligação reificada", termo lukcaksiano do qual ele se apropria para definir a estreita relação estabelecida pelas ideologias de barramento entre a etnia negra e a situação de pobreza. Segundo Lukács, a reificação é consequência da lógica mercadológica e da influência do fetichismo da mercadoria sobre a objetivação do sujeito. Tendo seu trabalho coisificado, o próprio sujeito passa a operar (ou ser operado) sob essa lei de trocas. O que Clovis Moura (2021) ressalta brilhantemente é o caráter de desvalorização que o racismo colonial capitalista impõe sobre o negro, e aqui extendo para Pop Rua.
Contrastando com a perspectiva racista e aporofóbica da ideologia do mau cidadão, a organização e consciência política produzida na articulação com o MNPR/RN, provoca os significados estáticos e rígidos acerca do consumo de drogas e do estigma sobre os usuários, mas acima disso, enfrenta o estigma sobre a Pop Rua. A politização, dá margem para pôr em movimento os sentidos produzidos acerca desse tema, questionando a ideologia do mau cidadão e desenvolvendo formas de ressignificar e combater a barragem social da Pop Rua.

As mediações entre atividades de formação política e processos saúde-doença da Pop Rua

Nas oficinas de formação política do projeto "RUALOGIA II: das marquises pra luta, conhecer para lutar", organizado e realizado ao longo de 2025 pelo MNPR e CRDH, teve como temática central a "formação de lideranças". A oficina que encerrava aquele bloco de atividades formativas do movimento, trabalhou com uma retrospectiva: dispondo fotos do movimento juntamente com palavras, temáticas e reflexões partilhadas ao longo desta edição, foi construído um potente espaço de registro e testemunho da história singular de cada participante e do MNPR enquanto coletivo. A atividade idealizada por mim juntamente com outros estudantes do 4º ano de psicologia da UFRN, foi estopim para elaborações muito interessantes entre os participantes do MNPR, Plural e MLB. Acerca da temática desta edição, destacam-se algumas falas e reflexões:

"Eu decidi falar sobre 'Liderança'. Porque tá no singular, né? Mas é uma... A liderança de si, né? A liderança de se autopromover, né? Quando eu digo isso, é do autocuidado, né? É se liderar pra organizar a experiência de outro dia, né? Pra quem realmente conviveu e convive na rua, convive de uma forma solo, isso também pesa muito, sabe? Essa questão da escuta, uma escuta qualificada mesmo, porque muitas vezes, quando você vai conversar sobre o seu problema, poucas são as pessoas que ouvem realmente, né? (...) Porque é na hora da tristeza que a gente realmente vê quem é da nossa luta, né? Quem é da nossa liderança real." (Foguete, 2024)

Em sua fala, Foguete tenciona, estica e remodela os sentidos atribuídos à palavra liderança. O significado cristalizado dá lugar a uma gama de significações próprias da vivência singular desse alquimista linguístico formado na experiência empírica da Rualogia. A liderança, “no singular”, como ressalta ele, é antes de tudo uma “liderança de si”, mas em suas falas, aprofundando as elaborações sobre essa palavra, vão se borrando alguns contornos: aos poucos a liderança, que poderia à princípio soar como uma forma de motivação ou autogerenciamento, passa também a assumir sentido de uma identidade coletiva mediada por uma luta em comum.
Nas ruas, a radical determinação dos processos saúde-doença é confrontada com uma forma de cuidado-enfrentamento: o autocuidado relatado por Foguete é imediatamente relacionado com a escuta, que também é imbricado à partilha da luta. O reconhecimento da liderança é o reconhecimento de “quem é da nossa luta”, mas sendo a Pop Rua tão heterogênea em suas trajetórias e características, como pode esse reconhecimento ser possível? Foguete nos elucida adiante:

"A nossa principal liderança de luta é nós mesmos nos motivarmos a continuar a lutar, né? A minha motivação é a liderança de Vanilson, a minha outra motivação é Meyre, é o Roberto, é a Anastasia, porque tipo, às vezes o cara tá fraco, tá lá muitas vezes (...) assim, murmurando, reclamando. Mas aí eu paro e penso assim, pra fazer essa analogia, né? Será que eu teria aguentado 27 anos na rua que nem Vanilson? Será que eu teria aguentado o que Marcela ou o que Renata passou? O que todo mundo passou na rua? Então tipo, cada um tem a sua real guerra, né? Emocional, a guerra social. Mas se não tivesse a liderança de resistir, de querer continuar, a gente não estaria aqui hoje, né? Então é isso, eu agradeço por isso. Porque todos nós somos a liderança, né? Em comum, a liderança de querer viver mais um dia." (Foguete, 2024)

Entre suas divagações, Foguete ora destaca o peso da “convivência solo” nas ruas, ora destaca a escuta – ou testemunho – enquanto uma forma de partilha da luta. E é precisamente a partilha da luta, que assume lugar de elo entre vivências tão “singulares”, reafirmando as particularidades que apontam para uma categoria comum: a heterogeneidade contida na Pop Rua e a unidade que se produz no que reverbera entre essas vivências. Esse movimento dialético entre singular-particular-universal é novamente ressaltado nas oficinas:

"Queria fazer essa reflexão também. E aqui eu quero mostrar duas pessoas, que eu conheço. Priscila, que eu nasci e me criei ali no Passo da Pátria, que eu vim da favela pra rua, e da rua pra favela, aí eu saí da favela, saí da rua, mas a rua não saiu de mim, porque eu tenho vários amizades na rua. Meyre, mulher forte, e Priscila também, né? Que é resiliência, define tudo nessas mulheres, né?" (Dama, 2024)

A identificação presente nas falas de Foguete e Dama, seja com a liderança, seja com a favela, desvela uma apropriação. A Pop Rua apropria-se da cidade e seus signos para sobreviver (Farias & Diniz, 2019). O que em um primeiro momento se trata de um movimento de apropriação dos recursos da cidade em função da sobrevivência, ganha agora um caráter de consciência política enquanto direcionamento para a práxis. Transmutam-se as palavras quase tão simultaneamente quanto transmuta-se a percepção sobre cenário urbano e o leque de ações sobre ele.

A relação entre a participação no Movimento Nacional da Pop Rua (MNPR/RN) e os processos saúde-doença

Segundo Breilh, fatores protetivos e destrutivos (ou desgastes) são aspectos indissociáveis na dialética dos processos saúde-doença, determinados pela forma que se insere no modo de produção. Para tanto, há diversas dimensões por meio das quais se podem analisar esses processos imbricados na produção de saúde, identificação de adoecimento e nas estratégias de cuidado enquanto continuum relacional. As dimensões produtiva, ideológica e política pensadas pelo autor podem ser analisadas nos contextos a seguir:

"Geralmente quem está em situação de rua não fica num lugar parado, quando não está com a saúde mental muito abalada. Às vezes quando a gente não tá com saúde mental nem consegue se levantar de um canto, fica estático. Mas quando ainda não estamos assim, a gente é nômade (...) as relações dependem do dia a dia e da confiança que a gente vai tendo um no outro, porque na rua também existem pessoas que fazem coisas ruins. Mas tem também na polícia, na psicologia, na educação, então o ser humano é assim: temos instintos bons e ruins." (Zumbi, 2024)

"Quando eu acho que eu tenho depressão, é porque eu estou com preguiça de tomar banho. Porque quando eu estou no banho, eu espero que eu vá para todo canto. Mas também tem os dias que eu tomo banho e eu digo, hoje eu não vou sair para canto nenhum. Pode ser o meu estado mental que não está disposto a ouvir problemas de alheio. Porque eu acho que só os meus problemas individuais estão me sufocando. (...) Então, recentemente a gente perdeu a nossa filha de uma forma muito abrupta através do feminicídio. Eu ainda estou em estado de negação. Talvez por isso que eu esteja aqui hoje, tentando avançar no dia a dia." (Antônio Conselheiro, 2024)

O reconhecimento de seus processos saúde-doença, mediados pela disposição para se cuidar e cuidar dos seus torna muito nítidas as contradições imbricadas no cuidado-enfrentamento. O pesar nas palavras de Antônio Conselheiro escancaram os registros da dor de lutar ferido. Compondo-se por meio da oposição, essa percepção sobre seus processos saúde-doença pronunciadas na disposição à mover-se e conectar-se está também presente nas falas de Zumbi, que mediante a vulnerabilidade às violências institucionais, ou mesmo “da rua pra rua”, aponta a andarilhagem como ferramenta de apropriação da cidade e subsistência.
Segundo Zumbi, a função da andarilhagem e do movimento como mediador para estabelecer relações e conectar-se, é um fator protetivo diametralmente oposto ao desgaste proporcionado pelo “ficar estático”. Assim como, Antônio Conselheiro ao falar sobre essa indisponibilidade afetiva para lidar com problemas alheios , sufocando-se com problemas individuais opõe-se à sua escolha pelo cuidado-enfrentamento: tentando avançar no dia a dia.
O Movimento é instrumento ideológico-político de reprodução simbólica, mas é também aspecto constituinte da rede de apoio dessas pessoas. Tem-se na participação das oficinas, no caso de Antônio Conselheiro, uma mediação para produzir saúde em coletividade, sendo esta uma rede de apoio para além do paradigma de cuidado “da rua e pra rua,” partilhando com outros aliados um propósito comum que orienta a práxis frente às contradições do MPC: a luta coletiva pela garantia de direitos.
Acerca disso, Zumbi desenvolve mais sobre as conexões e “portas que se abriram” por meio dessa escolha pela práxis política em sua trajetória:

"Eu tinha algumas questões sociais, percebia algumas violações de direitos, mas não sabia exprimir, não sabia trazer isso para o dia a dia (...) Através do Movimento Nacional de População de Rua a gente conseguiu alçar voos, estar em espaços antes não imagináveis, e a transformação foi radical. Mas mesmo estando no movimento há uma luta muito grande, ainda, para que esses direitos sejam efetivados; seja na saúde mental, na habitação, na assistência, na saúde em geral. Mas é isso. Pra mim abriu os meus olhos nas questões de garantias de direitos humanos, vamos dizer assim, que engloba tudo das questões da população em situação de rua. Pra mim o movimento foi essa porta aberta para que outras portas pudessem ser abertas e reabertas." (Zumbi, 2024)

Conforme Zumbi, a participação no MNPR proporcionou uma divisão radical em sua vida. Ocupar espaços de controle social é algo apontado por Zumbi como um avanço tanto em sua vida pessoal, quanto coletivamente, em se tratando da trajetória do Movimento. Contudo, são tensionadas as margens desses avanços pelas vias institucionais. Ao ler “O município faz: Tá aqui o curso, tá aqui o papel. Agora se vire. No caso da população de rua, não pode ser um mero papel. Tem que vir com a política pública.”, fala proferida na oficina de “Acesso a trabalho emprego e renda” do Rualogia II, evocou a seguinte provocação:

"É, o que eu vejo, né, que o município faz mais a maquiagem, né? Nós sabemos, né? Tá ali as cidades esburacadas ali. Muitas pessoas nas praças, né? Não tem um abrigo pro povo em situação de rua. Muitas vezes não tem nem um dinheiro pra comprar uma quentinha, porque às vezes acaba se drogando. Mas estamos aqui pra ajudar, né? Um ajudando uns os outros, né? E juntos a gente tem uma força maior, né?" (Dama, 2024)

Entre a reforma dos aparatos públicos pela garantia de direitos e a superação desse sistema que se sustenta sobre a inequidade e mortificação dos mais vulneráveis, a atuação do Movimento vêm tensionando radicalmente as estruturas governamentais. Nas atividades formativas do MNPR focalizando a formação de lideranças, muito se debate acerca dessas contradições que envolvem ocupar espaços institucionais de representação política da Pop Rua: a disparidade entre a felicidade diante dos avanços coletivos e pessoais enquanto participantes do Movimento e a frustrante estagnação das reivindicações que não se confirmam.
Ainda na esteira dessas contradições, os militantes do movimento seguem divididos entre representar, reivindicar e orgulhar-se pela identidade Pop Rua, enquanto paradoxalmente vivenciam nas ruas o estigma do corpo Pop Rua. Do projeto RUALOGIA II, cabe um destaque à oficina “Saúde mental, luta antimanicomial e redução de danos”. As falas de Foguete, evidenciam inconformidade e enfrentamento à estrutura colonial racista que está posta:

“A maior droga da sociedade é o preconceito social” (Foguete, 2024)

“Como manter-se lúcido em uma sociedade como essa? Como não beber ou não cheirar, se saio de casa e acham que sou ladrão?” (Foguete, 2024)

A oficina supracitada foi muito simbólica dentre as atividades formativas do MNPR/RN. A participação da Associação Potiguar PLURAL, um coletivo de luta antimanicomial que apoia e é apoiado pelo MNPR. Ambas as organizações situam a condição limítrofe entre a ocupação de espaços institucionais de representação,

disputando os rumos das políticas públicas, mas combatendo radicalmente a estrutura do próprio Estado.

Nessa oficina, Foguete falou sobre como os espaços formativos são espaços de acolhimento para encontrar equilíbrio frente às violências e exclusão. O isolamento, nas palavras dele, é destruição, ao passo que o acolhimento é um dever para a Universidade. O acolhimento é central para aprender a aprender e aprender a ensinar.

Alguns meses após as oficinas, Foguete foi encarcerado mesmo com provas escassas e insuficientes, vivenciando na pele as contradições mencionadas anteriormente: do dia para noite perdeu a bolsa que recebia enquanto representante no Colaboratório Nacional Pop Rua, se viu distante de sua família e precisou passar novamente por condições irregulares de moradia.

Hoje livre, Foguete é prova viva do papel da organização política nos processos saúde-doença-cuidado da Pop Rua: ele não está só. O MNPR teve papel central mobilizando a universidade, os grupos de capoeira, família, amigos, entre outros, em luta por sua liberdade.

É a organização política que dá força institucional para ocupar espaços acadêmicos, espaços de convivência da Pop Rua, mídias digitais e audiências públicas de forma massiva e diretiva. É a articulação do MNPR que conseguiu promover o Comitê de Luta pela Liberdade de Foguete, o qual unificou esforços e recursos para garantir sua defesa na esfera jurídica e apoio aos seus filhos. E é o Movimento que segue dando suporte no processo de retomada de tudo aquilo que o Estado em sua lógica punitiva e racista aviltou

Conclusão

São desveladas nuances do consumo de drogas, questionando o estigma tão caro à ideologia do mau cidadão. Nesta perspectiva, apesar dos diferentes sentidos atribuídos à situação de rua e ao consumo de drogas, todos os relatos referem-se à particularidades da trajetória de rua e suas significações. Contudo, as ideologias operadas nesse processo de significação implicam em diferentes formas de sentir, pensar e lidar com esta condição de vida. As funções sociais implicadas nessas ideologias correspondem a interesses de classes opostas e inconciliáveis, constituindo uma oposição dialética.

A ideologia do mau cidadão, reproduz a naturalização, individualização e culpabilização da Pop Rua por sua condição de vida – interesse da classe que lucra com a concentração fundiária, imobiliária e de capital proveniente do mercado de drogas e de segurança privada –, ao passo que a ideologia do cuidado-enfrentamento, representada aqui pelo MNPR/RN, provoca o questionamento da estrutura colonial-racista, negando a culpabilização da Pop Rua por sequelas do MPC.

Portanto, desta dialética as ações do MNPR/RN apontam para o paradoxo entre o dever pedagógico da apropriação das esferas de controle social, assumindo uma postura questionadora e combativa nas instâncias deliberativas das políticas, e a luta pela superação do Estado burguês e do MPC. Apesar disso, estar na linha de frente desta luta, implica também em formas específicas de reconhecer seus próprios processos saúde-doença, sendo o cuidado-enfrentamento uma forma de manejar os processos de desgaste imbricados nessa práxis. Em síntese, o movimento evidencia um norte à práxis desses sujeitos frente aos conflitos sociais do MPC, reconhecendo a luta coletiva como

processo protetivo imprescindível, e assumindo na produção de saúde um propósito para a coletivização da luta.

Referências

Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos: The meaning core as an instrument for the understanding of the sense constitution. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Breilh, J. (2006). Epidemiologia crítica: Ciência emancipadora e interculturalidade. Editora FIOCRUZ.

Coelho-Lima, F. (2018). Ideologia em Lukács: Contribuições para a Psicologia. In Marx hoje: Pesquisa e transformação social – Volume II (pp. 153–181). Outras Expressões.

Farias, T. M., & Diniz, R. F. (2019). População em situação de rua e direito à cidade: Invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. In M. T. Nobre, A. K. A. Amorim, F. C. Medeiros, & A. C. V. Matos (Orgs.), Vozes, imagens e resistências nas ruas: A vida pode mais (pp. 34–62). EDUFRN.

Farias, T. M., & Diniz, R. F. (2021). Looking at the urban invisibles: Appropriation of space and senses of place by people living in the streets. In C. Raymond, L. Manzo, D. Williams, T. V. Wirth, & A. Di Masso (Eds.), Changing senses of place: Navigating global challenges (pp. 234–243). Cambridge University Press.

Federici, S. (2017). Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Elefante.

Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário (A. Cohn, A. Pitta-Hoisel, A. I. Paraguay, & L. H. Barbosa, Trads.). Editora Hucitec.

Medeiros, F. C. de, Almeida, H. T. de, & Oliveira, I. M. F. F. de. (2021). Da sopa e do cobertor: Trabalho, assistência social e os direitos da população em situação de rua. In K. P. da Silva, C. K. M. de Araújo, & A. C. da S. Vieira (Orgs.), Vozes, imagens e resistências nas ruas (pp. 177–198). EDUFRN.

Moura, C. (2021). O negro: De bom escravo a mau cidadão? Dandara.

Oda, A. M. G. R. (2001). A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. História da Psiquiatria, 6(12). Disponível emhttps://www.polbr.med.br/ano01/wal1201.php

Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: Implicações do método materialista dialético para a psicologia. Psicologia & Sociedade, 27(2), 362–371. https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362

Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). “Conte-me sua história”: Reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico, 1(1), 25–35. http://www.fafich.ufmg.br/mosaico

Vigotski, L. S. (1998). A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (6ª ed., M. Cole et al., Orgs.; J. C. Neto, L. S. M. Barreto, & S. C. Afeche, Trads.). Martins Fontes.

CÓDIGO: HS0439

AUTOR: EVERTON DAVI SILVA DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: LARISSA JACHETA RIBERTI

TÍTULO: Metamorfoses rebeldes: Das Forças de Libertação Nacional ao Exército Zapatista de Libertação Nacional

Resumo

Este trabalho procura analisar o contexto de formação do “Movimento Armado Socialista” (MAS) no México, o que envolve a hegemonia do PRI, e por todo o globo, o que compreende as tensões que caracterizaram a Guerra Fria. Por fim, tratou-se brevemente da história de dois grupos guerrilheiros: as Forças de Libertação Nacional (FLN) e sua posterior transmutação no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Palavras-chave: Movimento Armado Socialista; México Contemporâneo; Guerrilha

TITLE: Rebel metamorphoses: from the National Liberation Forces to the Zapatista Army of National Liberation

Abstract

This work seeks to analyze the context of the formation of the "Socialist Armed Movement" (MAS) in Mexico, which involves the hegemony of the PRI, and throughout the globe, which comprises the tensions that characterized the Cold War. Finally, it briefly dealt with the history of two guerrilla groups: the National Liberation Forces (FLN) and its subsequent transmutation into the Zapatista Army of National Liberation (EZLN).

Keywords: Armed Socialist Movement; Contemporary Mexico; Guerrilla

Introdução

Esta Iniciação Científica (IC) teve como escopo o chamado “Movimento Armado Socialista” (MAS) e as estratégias de contrainsurgência utilizadas pelo Estado mexicano para combatê-las. MAS é a nomenclatura pela qual os historiadores se referem aos

muitos grupos guerrilheiros, urbanos e rurais, que atuaram no México durante as décadas de 1960 a 1980 (Riberti, 2023), com o objetivo de derrubar a "ditadura perfeita"[1] do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governava o país desde sua fundação em 1929.

Um ocorrido que não originou o MAS, embora tenha contribuído para a radicalização de setores da sociedade mexicana, especialmente dos estudantes, foi o Massacre de Tlatelolco, ocorrido em 2 de outubro de 1968. Durante esse episódio, o governo mexicano ordenou a repressão do movimento estudantil, que protestava na Praça das Três Culturas, o que colaborou para o fim da legitimidade do governo (Cedillo, 2010). Além disso, deve-se levar em consideração as questões locais, por exemplo, nas zonas rurais, o tema agrário era um fator de mobilização.

Segundo Cedillo, houve duas ondas guerrilheiras que atingiram a América Latina nos anos de 1959 a 1992 (2010, p. 14-5), como parte das tensões que caracterizaram a Guerra Fria. A primeira onda, que vai de 1959 a 1979, se espalhou por toda a América Latina, mas suas características e contextos, como a aceitação de sua ideologia, suas estratégias, sua atuação (se rural ou campesina) e o apoio de países socialistas variavam bastante de país para país (Cedillo, 2010, p. 14).

Já a segunda onda começou em 1980, logo após o término da segunda, e perdurou até o ano de 1992. É caracterizada pela utilização das táticas de Guerra Popular Prolongada (GPP) e guerra popular de libertação (Cadillo, 2010, p. 15).[2]

No caso específico do México, pode-se falar de uma primeira onda guerrilheira dividida em dois momentos: o primeiro deles inicia no ano de 1961 e se encerra no ano de 1968, quando tem início o segundo período, que perdura até o ano de 1982 (Cedillo, 2010, p. 16).

O primeiro desses períodos foi caracterizado por grupos pequenos formados em sua maioria por estudantes. Grupos estes que foram facilmente derrotados pela contrainsurgência mexicana (Cedillo, 2010, p. 16). Já no segundo momento, os grupos eram considerados maiores e mais estruturados. Embora igualmente incapazes de resistir à repressão do Estado mexicano (Cedillo, 2010, p. 16).

Houve uma segunda onda formada pelos grupos, ou pelos "herdeiros" dos grupos, que sobreviveram à segunda onda. Baseados em uma lógica de GPP. Entre eles, o Ejército Zapatista de Liberación Nacional, conhecido pela sigla EZLN, fundado pelas Fuerzas de Liberación Nacional, ou simplesmente FLN (Cedillo, 2010, p. 16). O EZLN, que, com o avançar desta pesquisa, se tornou o seu foco.

[1] Foi assim que Mario Vargas Llosa se referiu à hegemonia do PRI, que permaneceu no poder ininterruptamente por 71 anos (1929-2000).

[2] "Cabe recordar que la GPP tenía tres etapas: en la primera, los campesinos formarían guerrillas, em la segunda se constituiría el ejército popular, se mutiplicarían las bases de apoyo y se combinaría la guerra de guerrillas com la de movimientos y en la tercera ocuparían un lugar destacado la guerra de movimientos y posiciones, con la de guerrillas como auxiliar. Como su nombre lo indicaba, la GPP estaba proyectada para durar décadas y no tenía atajos posibles. La variante vietnamita era la Guerra Popular de

Liberación, que planteaba la combinación de la estrategia descrita con la de insurrección de masas." Cedillo, p. 15. Nota 8.

Metodologia

Como convém a uma pesquisa da área de História, esse trabalho se fundamenta no método histórico. Ou seja, é orientado por uma problemática, baseia-se em fontes, dialoga com a bibliografia especializada, tendo em mente o tempo como categoria de análise principal, para que, enfim, se produza um texto acadêmico, exposição, documentário, etc.

Inicialmente, esse plano de trabalho previa as seguintes estratégias:
1) Triagem e análise do conteúdo dos documentos referentes aos grupos guerrilheiros, bem como as ações repressivas;
2) Construção de uma planilha que agregue informações técnicas e relevantes sobre os temas investigados;
3) Fichamento das referências bibliográficas a respeito do tema;
4) Entrevistas semiestruturadas (se possível e/ou à distância) com sobreviventes, familiares de mortos e desaparecidos, bem como membros de organismos civis de direitos humanos que atuem no tema;
5) Sistematização das informações e produção de textos que possam apresentar os resultados da pesquisa.

Em suma, esse plano de trabalho procurou seguir o método histórico e montar uma base de dados inicial sobre os assuntos tratados, facilitando assim futuras pesquisas. E, embora não se tenha avançado muito, os objetivos permanecem.

Infelizmente, os rumos tomados por esta pesquisa impossibilitaram que fosse dispensada a devida atenção às fontes primárias sobre as guerrilhas mexicanas e a contrainsurgência. Espera-se que, no futuro, se possa atentar mais às fontes primárias disponíveis em arquivos digitais, permitindo assim que essa pesquisa avance e preencha a lacuna existente sobre o MAS na literatura em língua portuguesa.

Resultados e Discussões

O FLN foi fundado em 1969 (Cedillo, 2010, p. 9). Sendo um grupo *sui generis* quando comparado a outros que atuaram no México durante o MAS. Pois, apesar de seus integrantes, como em outros grupos, serem oriundos de uma classe média urbana e universitária vanguardista e nacionalista, seu foco de atuação foram as cidades e não o

campo. Sua ideologia era eclética com predominância do castro-guevarismo. Além disso, eram antimilitaristas (Cedillo, 2010, p. 11).

Da sua fundação até o ano de 1974, foi o período de consolidação do FLN da estrutura político-militar, mas também de seu aparente fim. Devido à atuação da contrainsurgência.[1] Após esse momento, os remanescentes da guerrilha se reuniram em Chiapas, onde se aliaram aos indígenas locais.

Com o passar do tempo, essa aliança resultou em uma "indigenização" do movimento, que acabou por se dividir em dois. De um lado, o EZLN, de outro, o FLN, cada vez mais enfraquecido, até que chegou ao seu fim. Tomou o seu lugar o EZLN, menos marxista e mais indígena e campesino. Apesar de suas origens, o EZLN pouco se assemelha ao FLN, além do fato de terem surgido no mesmo contexto.

[1] Para uma análise detalhada das técnicas de contrainsurgência, ver Sánchez (2003) Cap. 4.

Conclusão

Essa pesquisa realizou um breve apanhado acerca do MAS. Entendendo-o como indissociável da história política mexicana mais recente. Além de o inserir como parte de um contexto global mais amplo que envolve as disputas geopolíticas da Guerra Fria. Nisso se inclui a disseminação de táticas como Guerra Popular Prolongada (GPP) e guerra popular de libertação. Além disso, tratou, também brevemente, de dois grupos guerrilheiros: FLN e EZLN, expondo as suas principais características.

Referências

CASTELLANOS, Laura. **México armado**: 1943-1981. Epílogo e cronologia de Alejandro Jiménez Martín del Campo. Cidade do México: Ediciones Era, 2007.

CEDILLO, Adela. **El fuego y el silencio**: historia de las Fuerzas de Liberación Nacional mexicanas (1969-1974). 2008. Tese (Licenciatura en Historia) – Facultad de Filosofía y Letras, Colegio de Historia, Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.F., 2008.

CEDILLO, Adela. La crisis del poder, las guerrillas y el endurecimiento del régimen después de 1968 en México. In: Prieto Reyes, Luis, et al. **XXXI Jornadas de Historia de Occidente**: Las crisis y la historia de México. [S. l.] Ed. CERMLC, 2010. p. 151-170.

CEDILLO, Adela. **El suspiro del silencio**: De la reconstrucción de las Fuerzas de Liberación Nacional a la fundación del Ejército Zapatista de Liberación Nacional

(1974-1983). Orientadora: Dra. Alba Teresa Estrada Castañón. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-americanos) – Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México, México, D. F., 2010.

RIBERTI, Larissa Jacheta. As condições para o surgimento do Movimento Armado Socialista do México e a contrainsurgência entre as décadas de 1960 e 1980. **Cadernos Prolam/USP - Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 22, n. 45, p. 92-128, jan.-jun. 2023.

ROMERO SÁNCHEZ, Verónica. **Los movimientos armados en México**, 1960-1980: breve comparación de las estrategias aplicadas y sus objetivos. Orientador: Miguel González Madrid. 2003. 66 f. Tesina (Licenciatura en Ciencia Política) – Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, Ciudad de México, 2003.

CÓDIGO: HS0465

AUTOR: LUCAS THIAGO DIAS FERREIRA

ORIENTADOR: HENRIQUE ALONSO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO: Discurso Religioso e Conflito Político nos Estados Unidos durante a Pandemia de COVID-19

Resumo

A pandemia da COVID-19 demonstrou que crises sanitárias também envolvem dimensões políticas, sociais e religiosas. Este trabalho analisa a relação entre política, religião e comunicação nos Estados Unidos durante a pandemia, com destaque para o discurso de Donald Trump e a influência do evangelicalismo conservador. A pesquisa utiliza a Análise de Discurso de linha francesa, baseada em Eni Orlandi e Michel Pêcheux, para compreender como discursos e narrativas moldaram a interpretação da crise. A partir dos conceitos de geopolítica crítica e geopolítica popular, o estudo evidencia o papel das redes sociais e dos meios de comunicação na construção de percepções sobre a gravidade da COVID-19, as medidas sanitárias e a atuação governamental. Os resultados apontam que a pandemia foi marcada por forte polarização política, transformando temas como uso de máscaras, distanciamento social e vacinação em questões ideológicas. Além disso, a religião desempenhou uma dupla função: ofereceu apoio emocional e espiritual à população, ao mesmo tempo em que participou da produção e circulação de discursos políticos. Conclui-se que a compreensão da pandemia exige considerar a interação entre comunicação, religião e política, elementos fundamentais para entender os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas diante de situações de crise.

Palavras-chave: COVID-19; Geopolítica Popular; Donald Trump; Evangelicalismo.

TITLE: Religious Discourse and Political Conflict in the United States during the COVID-19 Pandemic.

Abstract

The COVID-19 pandemic demonstrated that health crises extend beyond the field of public health, encompassing political, social, and religious dimensions. This study analyzes the relationship between politics, religion, and communication in the United States during the pandemic, focusing on Donald Trump's discourse and the influence of

conservative evangelicalism. The research is based on the French tradition of Discourse Analysis, particularly the contributions of Eni Orlandi and Michel Pêcheux, to examine how discourses and narratives shaped the interpretation of the crisis. Drawing on the concepts of critical geopolitics and popular geopolitics, the study highlights the role of social media and communication platforms in shaping public perceptions of COVID-19, sanitary measures, and government actions. The findings indicate that the pandemic was marked by intense political polarization, transforming issues such as mask-wearing, social distancing, and vaccination into ideological disputes. Furthermore, religion played a dual role during the crisis, providing emotional and spiritual support while also participating in the production and circulation of political discourses. The study concludes that understanding the pandemic requires considering the interaction between communication, religion, and politics, which are essential elements for analyzing the challenges faced by contemporary democracies in times of crisis.

Keywords: COVID-19; Popular Geopolitics; Donald Trump; Evangelicalism.

Introdução

A pandemia da COVID-19 constituiu um dos acontecimentos mais marcantes do século XXI, produzindo impactos profundos nos âmbitos sanitário, econômico, social e político. A rápida disseminação do vírus exigiu a adoção de medidas emergenciais por parte dos governos, como isolamento social, restrições à circulação de pessoas e suspensão temporária de diversas atividades. Entretanto, a crise ultrapassou o campo da saúde pública, tornando-se também um espaço de intensos debates políticos e disputas acerca da melhor forma de enfrentar a pandemia.

Nesse contexto, a interpretação da gravidade da doença, a aceitação das medidas sanitárias e a confiança nas instituições passaram a ser influenciadas não apenas por evidências científicas, mas também por fatores políticos, ideológicos e religiosos. Diferentes lideranças construíram narrativas sobre a pandemia, disputando a autoridade para interpretar os acontecimentos e orientar a população. Assim, questões relacionadas à saúde pública passaram a integrar um cenário de forte polarização política.

No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro enfatizou os impactos econômicos das restrições sanitárias, defendendo a necessidade de preservar empregos e manter a atividade econômica. Nos Estados Unidos, o governo Donald Trump também desenvolveu uma narrativa própria sobre a pandemia, utilizando amplamente as redes sociais para dialogar diretamente com a população e reforçar interpretações que dialogavam com sua base política.

Para compreender esse fenômeno, este trabalho utiliza os conceitos de geopolítica crítica e geopolítica popular. Enquanto a geopolítica crítica destaca o papel dos discursos na construção das relações de poder, a geopolítica popular analisa como narrativas políticas são difundidas por meio da mídia, das redes sociais e da cultura de massa, influenciando a percepção da sociedade sobre acontecimentos internacionais. Durante a pandemia, essas narrativas contribuíram para moldar diferentes interpretações sobre a COVID-19, suas consequências e as estratégias de enfrentamento da crise.

A religião também desempenhou papel central nesse contexto. Nos Estados Unidos, a histórica aproximação entre o evangelicalismo conservador e a política favoreceu a articulação entre lideranças religiosas e projetos políticos, influenciando debates sobre liberdade religiosa, medidas sanitárias e atuação do Estado. Ao mesmo tempo, a espiritualidade buscou oferecer apoio emocional e construção de sentido diante do medo, das perdas e das incertezas provocadas pela pandemia.

Dessa forma, este trabalho analisa a relação entre política, religião e comunicação durante a pandemia da COVID-19 em um contexto norte-americano. Para isso, serão discutidos o cenário político, a utilização da geopolítica popular no discurso de Donald Trump, a influência do evangelicalismo na política dos Estados Unidos e o papel da espiritualidade como forma de enfrentamento da crise sanitária. Busca-se demonstrar que as respostas à pandemia foram construídas não apenas com base em critérios científicos, mas também por meio de disputas políticas, valores religiosos e estratégias de comunicação que influenciaram a formação da opinião pública.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, a metodologia baseia-se na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, inspirada na obra de Eni Orlandi e nas teorias de Michel Pêcheux. Escolheu-se esse caminho porque a Análise de Discurso não vê a linguagem como um simples canal neutro para passar informações, mas como uma prática social atravessada pela história e pela cultura. Por isso, em vez de seguir um roteiro rígido de etapas ou contar palavras, o estudo constrói um dispositivo analítico adaptado ao material analisado e às perguntas da pesquisa. Esse dispositivo funciona como uma lupa que vai além do texto simples, saindo da superfície escrita para entender como e por que determinados sentidos são criados. Para tanto, o percurso articula o aspecto linguístico, o histórico e o ideológico em quatro frentes.

Primeiramente, levantam-se as condições de produção do texto, identificando quem fala, com quem fala, de qual lugar social e em qual momento histórico. Nessa etapa, mapeiam-se as formações imaginárias, ou seja, as imagens e projeções que a pessoa constrói sobre si mesma, sobre seu público e sobre o assunto tratado. Em seguida, investiga-se a memória discursiva e o interdiscurso, que representam o conjunto de ideias já ditas que sustentam a fala no presente. Apoia-se no pensamento de Jean-Jacques Courtine para analisar como essa memória de fundo cruza com o texto que está sendo dito no momento, revelando as formações discursivas — as regras invisíveis que determinam o que pode ou não ser dito a partir de certa posição ideológica, em diálogo com autores como Louis Althusser, Michel Foucault e Georges Canguilhem.

No exame do próprio texto, o estudo acompanha a disputa entre a repetição e a transformação dos sentidos. Entram em cena as duas principais ilusões que todos nós temos ao falar, identificadas por Michel Pêcheux: a ideia falsa de que somos os criadores absolutos de nossas próprias ideias, e a crença ingênua de que as palavras são totalmente diretas e transparentes. Esse olhar se completa com a ideia da psicanálise de Lacan, de que o sujeito não domina totalmente o que diz. Para fechar, na fase de síntese e interpretação, os detalhes do texto são ligados ao seu contexto com a ajuda da visão

crítica de Roland Barthes, revelando não só o que está escrito de forma superficial, mas como esses sentidos ganham força e quais opiniões ou valores o texto espalha e defende.

Resultados e Discussões

A pandemia da COVID-19 representou uma disputa pela construção de narrativas capazes de explicar a crise à população. Nos Estados Unidos, essa dimensão tornou-se particularmente evidente durante o governo de Donald Trump, cujo discurso público procurou oferecer interpretações próprias sobre a pandemia, frequentemente divergentes das recomendações apresentadas por instituições científicas, autoridades sanitárias e parte da imprensa. Nesse contexto, compreender a atuação do presidente norte-americano exige recorrer ao conceito de geopolítica popular, entendido como a produção e circulação de discursos geopolíticos destinados ao grande público por meio da mídia, das redes sociais e da comunicação política.

Diferentemente da geopolítica clássica, voltada para a análise das relações entre Estados, fronteiras e interesses estratégicos, a geopolítica popular concentra-se na forma como determinados acontecimentos internacionais são apresentados, interpretados e consumidos pela sociedade. Ela parte do princípio de que a compreensão da política mundial não é construída apenas por especialistas ou diplomatas, mas também por filmes, jornais, programas de televisão, redes sociais e discursos produzidos por lideranças políticas. Dessa maneira, acontecimentos complexos são traduzidos em narrativas simples, emocionalmente envolventes e facilmente assimiladas pela população.

Durante a pandemia, Donald Trump utilizou intensamente esse mecanismo. Desde os primeiros meses da crise, o presidente buscou construir uma narrativa segundo a qual a COVID-19 representava uma ameaça temporária e controlável. Em diferentes pronunciamentos públicos, minimizou a gravidade da doença, demonstrou otimismo quanto à rápida recuperação da economia e procurou transmitir confiança na capacidade do governo de superar a crise. Mais do que fornecer informações técnicas sobre a pandemia, Trump buscava produzir uma interpretação política dos acontecimentos, direcionada principalmente à sua base eleitoral.

Essa estratégia pode ser compreendida à luz daquilo que David Altheide denomina lógica da mídia (media logic). Segundo o autor, os meios de comunicação contemporâneos não apenas transmitem informações, mas influenciam a maneira como os acontecimentos são percebidos pela sociedade. A estrutura comunicacional das plataformas digitais favorece mensagens curtas, linguagem simplificada, forte apelo emocional e elevada capacidade de compartilhamento. Em consequência, conteúdos que despertam identificação política ou emocional tendem a alcançar maior visibilidade do que análises técnicas ou científicas.

Segundo Altheide (2020), a pandemia revelou como a comunicação digital pode influenciar profundamente a percepção social das crises. Em vez de promover apenas a circulação de informações confiáveis, as redes sociais, principalmente o antigo Twitter

(atual X) também favoreceram a disseminação de interpretações simplificadas, rumores, teorias conspiratórias e discursos polarizados, inclusive por parte do próprio presidente. A COVID-19 passou, assim, a ser interpretada não apenas como um problema de saúde pública, mas também como um elemento das disputas políticas existentes na sociedade norte-americana.

Essa transformação pode ser observada na maneira como diferentes grupos passaram a interpretar a pandemia. Questões relacionadas ao uso de máscaras, ao fechamento temporário de estabelecimentos, ao distanciamento social e, posteriormente, à vacinação deixaram de representar apenas recomendações sanitárias para adquirir forte significado político. A adesão ou rejeição a determinadas medidas passou a expressar, em muitos casos, posicionamentos ideológicos relacionados às identidades partidárias dos indivíduos.

Os dados produzidos pelo Pew Research Center ilustram claramente esse fenômeno. Pesquisas realizadas durante a pandemia demonstraram que democratas e republicanos frequentemente possuíam percepções bastante distintas sobre a gravidade da COVID-19 e sobre a atuação do governo federal. Enquanto parcela significativa dos democratas avaliava que Donald Trump havia subestimado os riscos da doença, muitos republicanos consideravam que a cobertura realizada pela imprensa exagerava a gravidade da pandemia.

A polarização também esteve presente na avaliação das autoridades públicas. Enquanto aproximadamente 59% dos republicanos consideravam que Donald Trump avaliou corretamente os riscos da pandemia, cerca de 81% dos democratas afirmavam que o presidente não havia levado a COVID-19 suficientemente a sério. Esses dados revelam que a percepção da crise sanitária foi profundamente condicionada pelas identidades políticas dos indivíduos, demonstrando que a interpretação da pandemia ultrapassava largamente os limites da informação científica.

Outro aspecto importante refere-se à confiança nas instituições. O Pew Research Center identificou que democratas demonstravam maior confiança na capacidade de encontrar informações confiáveis durante futuras emergências sanitárias, enquanto republicanos apresentavam níveis significativamente menores de confiança. Esse resultado evidencia que a pandemia produziu uma crise não apenas sanitária, mas também institucional, na qual diferentes grupos passaram a atribuir distintos níveis de credibilidade às autoridades científicas, aos meios de comunicação e aos próprios governos.

A pandemia da COVID-19 evidenciou que a religião continua desempenhando um papel central na sociedade norte-americana, não apenas como expressão da espiritualidade individual, mas também como importante elemento da cultura política do país. Em um contexto marcado pela insegurança, pelo medo e pelas profundas transformações provocadas pela crise sanitária, diferentes lideranças religiosas passaram a interpretar os acontecimentos à luz de princípios teológicos, morais e políticos, influenciando significativamente a forma como milhões de pessoas compreenderam a pandemia. Dessa maneira, analisar o discurso religioso durante esse período exige compreender a histórica relação entre evangelicalismo, política e identidade nacional nos Estados Unidos.

O evangelicalismo norte-americano possui raízes profundas na formação histórica do país. Randall Balmer (2021) explica que esse movimento resulta da convergência de três importantes tradições religiosas, conhecidas como os "três Ps": o puritanismo da Nova Inglaterra, o presbiterianismo escocês-irlandês e o pietismo continental europeu. Essas matrizes contribuíram para a formação de uma cultura religiosa que valoriza a experiência individual de conversão, a leitura das Escrituras, o compromisso moral e a participação ativa na vida pública.

Ao longo do século XX, especialmente após a década de 1970, parte significativa do movimento evangélico passou a atuar de maneira cada vez mais organizada na política norte-americana. Durante muito tempo, difundiu-se a interpretação de que essa mobilização teria surgido principalmente como reação à legalização do aborto. Entretanto, Balmer questiona essa explicação. Em The Abortion Myth, o autor demonstra que a consolidação da Direita Religiosa esteve profundamente relacionada às reações de setores conservadores diante das mudanças promovidas pelo Movimento dos Direitos Civis, particularmente aquelas ligadas ao fim da segregação racial e às transformações culturais ocorridas nas décadas seguintes.

Essa interpretação é aprofundada por estudos recentes, como Whitewashing Racism and the Rise of the Religious Right, que argumentam que parte da memória construída sobre a origem da Direita Religiosa minimizou a importância das disputas raciais na formação do movimento. Ao enfatizar quase exclusivamente pautas como aborto e defesa da família, essas narrativas acabam ocultando que questões relacionadas à segregação racial, à educação e às mudanças sociais exerceram papel decisivo na reorganização política do evangelicalismo conservador. Assim, compreender o discurso religioso contemporâneo exige reconhecer que ele foi historicamente construído por meio da articulação entre religião, cultura, identidade e poder político.

Nas décadas seguintes, essa aproximação entre religião e política fortaleceu a influência do evangelicalismo sobre o Partido Republicano. Valores como defesa da família tradicional, oposição ao aborto, liberdade religiosa e resistência ao progressismo cultural passaram a constituir importantes elementos de identidade compartilhados entre lideranças religiosas e representantes políticos conservadores. Esse contexto histórico ajuda a explicar por que Donald Trump, apesar de não representar o perfil tradicional de um líder religioso, recebeu amplo apoio de parcelas expressivas do eleitorado evangélico durante sua campanha presidencial e ao longo de seu governo.

Quando a pandemia teve início, essa aliança política já estava consolidada. Por essa razão, a interpretação da COVID-19 não ocorreu em um vazio social, mas foi mediada por valores religiosos e identidades políticas previamente estabelecidos. Muitos fiéis interpretaram as mensagens presidenciais por intermédio de lideranças religiosas que compartilhavam visões semelhantes sobre liberdade religiosa, autonomia das igrejas e limitação da atuação do Estado.

Nesse contexto, o fechamento temporário dos templos religiosos tornou-se um dos temas mais controversos da pandemia. Embora as restrições fossem justificadas pelas autoridades sanitárias como estratégia para reduzir a transmissão do vírus, parte das lideranças evangélicas interpretou essas medidas como possíveis ameaças ao livre exercício da religião. O debate deixou de envolver apenas questões epidemiológicas e

passou a incorporar discussões constitucionais sobre liberdade religiosa, direitos individuais e limites da atuação governamental.

Dados do Pew Research Center demonstram que as instituições religiosas responderam de maneiras diversas a esse cenário. Muitas igrejas permaneceram abertas com adaptações para reduzir os riscos de contágio, enquanto outras suspenderam temporariamente suas atividades presenciais e passaram a investir em cultos virtuais. Algumas organizaram campanhas de arrecadação de alimentos, assistência financeira às famílias em situação de vulnerabilidade, apoio psicológico e acompanhamento espiritual dos fiéis. Em um período marcado pelo isolamento social, essas comunidades contribuíram para preservar vínculos de pertencimento e solidariedade, oferecendo suporte emocional diante das perdas provocadas pela pandemia.

Essa dimensão pode ser compreendida à luz das reflexões de Ivone Gebara (2020). Para a autora, as religiões constituem formas institucionais de consolo e de proteção simbólica desenvolvidas historicamente para auxiliar os indivíduos no enfrentamento das dificuldades da existência. Em momentos de sofrimento coletivo, como ocorreu durante a pandemia, a busca por explicações transcendentais, esperança e conforto espiritual tende a intensificar-se. A fé oferece recursos capazes de amenizar o medo, a insegurança e o sentimento de impotência produzidos por situações de crise.

Entretanto, limitar o papel da religião à dimensão espiritual seria insuficiente. Durante a pandemia, igrejas e lideranças religiosas também participaram ativamente da construção de narrativas sobre a COVID-19. Em diferentes contextos, líderes religiosos orientaram seus fiéis sobre questões relacionadas às restrições sanitárias, ao fechamento dos templos, à vacinação e à atuação dos governos. Assim, religião e política passaram a atuar conjuntamente na produção de interpretações sobre a realidade, influenciando comportamentos individuais e posicionamentos coletivos.

Conclusão

A pandemia da COVID-19 evidenciou que crises sanitárias ultrapassam o campo da saúde pública e envolvem dimensões políticas, sociais, culturais e religiosas. Ao longo deste trabalho, foi possível demonstrar que a interpretação da pandemia foi influenciada não apenas por evidências científicas, mas também por discursos políticos e religiosos que disputaram a autoridade para explicar a crise e orientar a sociedade.

A pesquisa mostrou que a relação entre religião e política nos Estados Unidos possui raízes históricas profundas. As contribuições de Randall Balmer permitiram compreender que a consolidação da Direita Religiosa está ligada a processos históricos mais amplos, envolvendo disputas culturais, morais e raciais, e não apenas às pautas tradicionais associadas ao aborto e à família. Nesse contexto, o apoio do eleitorado evangélico ao governo Donald Trump durante a pandemia refletiu uma identidade política construída ao longo de décadas.

Também foi possível verificar a importância da geopolítica popular na construção das narrativas sobre a COVID-19. O uso das redes sociais, especialmente o Twitter, possibilitou a difusão de discursos que influenciaram a percepção da população acerca da gravidade da pandemia, das medidas sanitárias e da atuação do governo. Os dados do Pew Research Center evidenciam que essas interpretações variavam significativamente conforme a identidade política dos indivíduos, reforçando o cenário de polarização.

Entretanto, a religião não exerceu apenas uma função política. Conforme discutido a partir das reflexões de Ivone Gebara, Ribeiro e Abijaudi, ela também desempenhou papel essencial como fonte de esperança, conforto e construção de sentido diante do medo, das perdas e das incertezas provocadas pela pandemia. Além disso, igrejas e comunidades religiosas atuaram no acolhimento espiritual, na assistência social e na manutenção dos vínculos comunitários, inclusive por meio de atividades virtuais.

A comparação entre Brasil e Estados Unidos demonstrou que, embora apresentem contextos históricos distintos, ambos evidenciaram uma forte aproximação entre lideranças políticas conservadoras e setores do evangelicalismo, tornando a pandemia um espaço de disputa não apenas científica, mas também política e religiosa.

Conclui-se, portanto, que o discurso religioso durante a COVID-19 exerceu dupla função: ofereceu apoio simbólico e emocional à população, ao mesmo tempo em que participou da construção de narrativas políticas sobre a crise sanitária. Assim, compreender a relação entre religião, política e comunicação torna-se fundamental para analisar não apenas a experiência da pandemia, mas também os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas diante de futuras crises.

Referências

DODDS, Klaus. Geopolitics: A Very Short Introduction. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2019.

ALTHEIDE, David L. Pandemic in the Time of Trump: Digital Media Logic and Deadly Politics. Symbolic Interaction, 2020.

BALMER, Randall. Bad Faith: Race and the Rise of the Religious Right. Grand Rapids: Eerdmans, 2021.

BUTLER, Anthea. White Evangelical Racism: The Politics of Morality in America. Chapel Hill: UNC Press, 2024.

DJUPE, Paul A.; FRIESEN, Amanda (orgs.). An Epidemic Among My People: Religion, Politics, and COVID-19 in the United States. Philadelphia: Temple University Press, 2023.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PEREIRA, Henrique A. A. R. “Religious Influence and Political Power: Evangelical Engagement in Brazilian Politics During Bolsonaro’s Presidency”. IOSR Journal of Humanities and Social Science, 2024.

VOESE, Judith. Análise de Discurso e História. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PEREIRA, Henrique Alonso. Religious Influence and Political Power: Evangelical Engagement in Brazilian Politics During Bolsonaro’s Presidency. IOSR Journal of Humanities and Social Science, v. 29, n. 8, p. 22–31, 2024.

TYSON, Alec; LIPKA, Michael; DEANE, Claudia. 5 years later: America looks back at the impact of COVID-19: most Americans say the pandemic drove the country apart. Washington, DC: Pew Research Center, 12 fev. 2025. Disponível em: Pew Research Center Report

CÓDIGO: HS0468

AUTOR: THEO DE ARAUJO FERREIRA LIMA

ORIENTADOR: ROSANNE BEZERRA DE ARAUJO

TÍTULO: Frankenstein: The Modern Prometheus: Uma Perspectiva Ecocrítica

Resumo

Este artigo propõe uma leitura ecopoética do romance Frankenstein ou o Prometeu Moderno (1818), de Mary Shelley, investigando a representação da natureza e sua relação com os conflitos existenciais das personagens. O objeto de estudo consiste nas descrições do espaço natural, montanhas, paisagens alpinas, rios e regiões isoladas,, elementos que desempenham papel significativo na construção do imaginário narrativo e no desenvolvimento dos conflitos que estruturam a obra. O objetivo é analisar como esses espaços influenciam as dimensões psicológicas e filosóficas das personagens, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre a relação entre humanidade, ciência e natureza. O referencial teórico fundamenta-se na Ecocrítica e na Ecopoética, com destaque para as contribuições de Mellor (1988), Glotfelty (1996) e Garrard (2004), em diálogo com debates contemporâneos sobre o Antropoceno. A análise demonstra que, em Frankenstein, a natureza atua como força simbólica que contrasta com o impulso humano de dominar o mundo natural, antecipando reflexões atuais sobre os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente e evidenciando a responsabilidade ética inerente aos projetos científicos modernos.

Palavras-chave: Ecocrítica; Mary Shelley; Antropoceno; Romantismo.

TITLE: Frankenstein: The Modern Prometheus: An Ecocritical Perspective

Abstract

This article proposes an ecopoetic reading of Frankenstein; or, The Modern Prometheus (1818) by Mary Shelley, investigating the representation of nature and its relationship with the existential conflicts of the characters. The object of study consists of descriptions of natural space, mountains, Alpine landscapes, rivers, and isolated regions, elements that play a significant role in the construction of the narrative imaginary and in the development of the conflicts that structure the work. The aim is to analyze how these spaces influence the psychological and philosophical dimensions of the characters, contributing to a broader reflection on the relationship between humanity, science, and nature. The theoretical framework is grounded in Ecocriticism and Ecopoetics, emphasizing the contributions of Mellor (1988), Glotfelty (1996), and Garrard (2004), in dialogue with contemporary debates about the Anthropocene. The analysis demonstrates that, in Frankenstein, nature acts as a symbolic force that contrasts with the human

impulse to dominate the natural world, anticipating current reflections on the impacts of human actions on the environment and revealing the ethical responsibility inherent in modern scientific projects.

Keywords: Ecocriticism; Mary Shelley; Anthropocene; Romanticism.

Introdução

1. INTRODUÇÃO

1.1 Ecocrítica e literatura inglesa do século XIX

A ecocrítica se consolida como campo disciplinar a partir dos anos 1990, impulsionada pela consciência ambiental do pós-guerra e pela publicação de Silent Spring (1962), de Rachel Carson. Embora o interesse pela natureza na literatura remonte à Antiguidade, é só nesse período que a crítica anglófona organiza um instrumental teórico voltado às relações entre texto literário e ambiente físico, tendo como marco institucional The Ecocriticism Reader (1996), de Glotfelty e Fromm.

Glotfelty (1996, p. 19) define a ecocrítica como "o estudo das relações entre a literatura e o ambiente físico", em abordagem centrada na Terra análoga ao feminismo em relação ao gênero e ao marxismo em relação à produção econômica: uma prática de leitura politicamente orientada. Garrard (2004) amplia essa definição ao situar o campo em torno de tropos como pastoralismo, deserto, apocalipse e animal, evidenciando que as representações da natureza nunca são neutras, mas vinculadas a interesses sociais, de classe, gênero e etnia.

No século XIX britânico, esse terreno é fértil: Bate (2000) argumenta que o Romantismo inaugura uma "ecologia romântica" em que a subjetividade humana se constitui em interação com o ambiente. Kerridge (1998, p. 5) define o ecocrítico como quem busca "rastrear ideias e representações ambientais" nos diversos espaços culturais. Contudo, Garrard (2004) adverte que é preciso distinguir o interesse romântico pela natureza — frequentemente valorizada pelo que representa à alma humana — de uma preocupação genuinamente ecológica. É essa tensão que Frankenstein radicaliza, ao apresentar a natureza não como espelho da interioridade humana, mas como força com lógica própria, capaz de resistir aos projetos de dominação do texto.

1.2 A paisagem como construção cultural e o contexto histórico da obra

A paisagem representada em textos literários nunca é transcrição neutra do real, mas construção cultural carregada de valores e afetos. Schama (1995, p. 15) mostra como a percepção de montanhas e rios é historicamente condicionada, e Rigby (2004, p. 57) propõe uma "topoética" que investiga como lugares adquirem significado cultural para além do estatuto de cenário. Em Frankenstein, o Monte Branco cumpre essa função: não é apenas onde Victor encontra a criatura, mas onde a natureza se impõe como presença incontornável.

As paisagens do romance desempenham três funções interdependentes. Primeiro, servem como espaço de fuga temporária, ao qual Victor recorre quando o peso da culpa se torna

insuportável. Segundo, operam como dispositivo de amplificação emocional pela falácia patética, recurso central do Romantismo, em que tempestades correspondem à desordem interior e o frio ao isolamento existencial. Terceiro — e mais relevante para a leitura ecocrítica —, a natureza age como força moral autônoma que julga silenciosamente os atos das personagens: não é acaso que Victor adoece isolado no laboratório e se restaura no contato com a paisagem alpina, nem que a criatura encontre nas florestas e montanhas o único espaço possível de existência.

Frankenstein é publicado em 1818, no ponto de inflexão da Revolução Industrial britânica, contexto relevante porque a industrialização radicaliza o projeto iluminista de domínio sobre a natureza. Sua origem imediata é igualmente reveladora: o romance nasce durante o "ano sem verão" de 1816, causado pela erupção do vulcão Tambora. Wood (2014, p. 4) documenta que o Tambora lançou na atmosfera cinza e dióxido de enxofre em quantidade suficiente para provocar resfriamento global, colheitas devastadas e fome na Europa — condições climáticas que se refletem no ambiente sombrio e na luz atenuada da paisagem do romance. Assim, de modo não intencional, Frankenstein emerge de uma crise ambiental real e imagina outra, prefigurando os dilemas que os estudos do Antropoceno sistematizariam séculos depois.

Metodologia

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e adota como método principal a análise textual ecocrítica. O corpus primário é o romance Frankenstein ou o Prometeu Moderno, na versão revisada de 1831, conforme a edição Oxford World's Classics (Shelley, 2008), considerando as diferenças pontuais em relação à edição original de 1818, quando relevante para a análise. A escolha da edição de 1831 justifica-se por ser a mais amplamente disponível e por conter as revisões que a própria Shelley julgou definitivas, incluindo alterações nas descrições de paisagem e nos monólogos de Victor que ampliam as dimensões filosóficas do texto.

O procedimento analítico compreende três etapas articuladas. Na primeira, realiza-se um mapeamento sistemático das ocorrências de descrição do espaço natural ao longo do romance, identificando os principais cenários, as paisagens alpinas de Chamounix e Mer de Glace, as florestas germânicas, as costas mediterrâneas e as regiões árticas, suas posições na estrutura narrativa e as personagens envolvidas. Na segunda etapa, procede-se à análise literária propriamente dita, utilizando os instrumentos da ecocrítica e da ecopoética para investigar as funções simbólicas, psicológicas e filosóficas desses espaços, com atenção especial ao tropo do sublime, ao conceito de transcorporalidade e à lógica da violência lenta. Na terceira, articula-se a leitura textual com o referencial teórico mais amplo, especialmente os debates sobre Antropoceno, responsabilidade científica e ética ambiental.

O referencial teórico mobilizado inclui as obras já mencionadas e, adicionalmente, as contribuições de Timothy Morton (2007, 2016) sobre a "estranheza ecológica" e a lógica da ecologia escura (dark ecology); de Stacy Alaimo (2010) sobre a transcorporalidade e a porosidade dos corpos em relação ao ambiente; de Tobias Menely e Jesse Oak Taylor

(2017) sobre a leitura literária em tempo geológico; de Jason W. Moore (2016) sobre o Capitaloceno; e de Gillen D'Arcy Wood (2014) sobre os impactos climáticos do Tambora e sua influência sobre o contexto de produção do romance.

Resultados e Discussões

3. ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As paisagens alpinas e o sublime como dispositivo ético

As paisagens alpinas constituem o núcleo mais denso do imaginário natural de Frankenstein. Victor visita os Alpes em dois momentos estruturalmente cruciais: após a morte de Justine Moritz, executada por um crime cujo responsável moral é o próprio Victor; e quando reencontra a criatura no glaciar de Mer de Glace, momento em que toda a culpa que o protagonista havia reprimido é confrontada de forma direta e inexorável. Em ambas as cenas, a paisagem alpina funciona como um dispositivo ético que expõe, por contraste, a falência moral do protagonista. A passagem da chegada a Chamounix é uma descrição que merece leitura atenta:

The next morning I awoke as from a dream; and as soon as I had dressed, I went to the window and surveyed the mountains and glaciers that were about me. The mountains of Jura, surmounted by the Alps, whose summits were concealed by clouds that floated around them, like the wings of spirits, appeared to me to be the natural home of my monster. (Shelley, 2008, cap. 10)

A revelação é eloquente : o próprio Victor reconhece, ainda que indiretamente, a adequação entre a criatura e os espaços naturais inóspitos que habitam suas margens. A natureza não é aqui idílica: ela é grandiosa, perturbadora e violenta em sua escala. O sublime, no sentido burkiano do termo, não apazigua o protagonista, mas o força a sair de si mesmo, a reconhecer uma ordem de forças que transcende seus projetos. Garrard (2004, p. 60) analisa o tropo do sublime como uma forma de construção da natureza que frequentemente serve interesses humanos específicos, reforçando o dualismo entre o sujeito que contempla e o objeto contemplado. Na obra, porém, esse esquema é perturbado: Victor vai às montanhas para fugir de sua responsabilidade, mas é lá que a encontra. A natureza, que deveria ser o espaço do refúgio e da restauração, torna-se o espaço do confronto ético.

A cena da Mer de Glace é igualmente significativa. O glaciar, vasto, imóvel, indiferente em sua escala geológica — serve de palco para a longa exposição da criatura sobre sua condição. Ela narra sua aprendizagem, sua solidão, a tentativa fracassada de ser aceita pela família De Lacey e a crueldade com que foi recebida no mundo humano. A força dramática da cena vem precisamente do contraste entre a eloquência dolorosa de um ser profundamente consciente e a indiferença monumental da paisagem ao redor. A natureza não consola nem condena: ela simplesmente persiste, alheia aos dramas humanos e quase-

humanos que se desenrolam em sua superfície. É o que Timothy Morton (2016, p. 24) chamaria de "estranheza ecológica" (ecological strangeness): a natureza que recusa ser domesticada pelo significado humano, que existe em sua própria escala temporal sem se submeter às categorias morais que os sujeitos humanos projetam sobre ela. O glaciar de Shelley não é natureza romântica no sentido convencional — ele não devolve ao protagonista nem conforto nem certeza moral. Ele simplesmente existe, com uma indiferença que é, em si mesma, uma forma de julgamento.

3.2 A criatura e o mundo natural: um sujeito sem lugar

Uma das contribuições mais originais de uma leitura ecocrítica de Frankenstein é a análise da relação da criatura com o mundo natural. Enquanto os personagens humanos habitam espaços domésticos e sociais — casas, cidades, universidades, barcos —, a criatura existe nas margens: nas florestas densas onde se esconde da vista humana, nas montanhas inóspitas, nas regiões árticas onde a vida humana chega ao seu limite extremo. Essa marginalidade espacial é também uma marginalidade ontológica: a criatura não pertence ao mundo humano porque foi feita, não nascida; não pertence ao mundo animal porque é dotada de linguagem, razão e sentimento moral. Ela ocupa um entre-lugar que é, ao mesmo tempo, o lugar da natureza na modernidade, nem totalmente dentro da ordem humana, nem completamente fora, mas constantemente invadida, transformada e apropriada por ela.

Stacy Alaimo (2010, p. 2) propõe o conceito de "transcorporalidade" (transcorporeality) para descrever como os corpos — humanos e não-humanos — são atravessados por fluxos de matéria que dissolvem as fronteiras entre o organismo e seu ambiente. A criatura literaliza essa transcorporalidade de maneira perturbadora: ela é feita de partes de corpos humanos mortos, suas fronteiras são literalmente as fronteiras entre a morte e a vida, entre o humano e o inumano. Ela não tem um corpo que seja originalmente seu — ela é um conjunto de outros corpos montados pela vontade de um único homem, sem o consentimento de ninguém. Essa origem material da criatura é a forma mais concreta da violência que Victor exerce sobre o mundo natural e sobre os seres que o habitam. A transcorporalidade, nesse caso, não é apenas teórica: ela é literal, anatomicamente manifesta, e aponta para os limites entre a agência humana e o que ela cria.

A cena em que a criatura observa a família De Lacey é especialmente rica para essa análise. Ela aprende linguagem, história e costumes pela observação distante, mediada por uma fenda na parede da cabana. Ela está fora, no frio, na natureza; eles estão dentro, no calor, na cultura. Essa oposição espacial é também uma oposição entre pertencimento e exclusão, entre o que a modernidade reconhece como humano e o que descarta como supérfluo, monstruoso ou selvagem. O fracasso da tentativa da criatura de se apresentar à família, que termina com ela sendo atacada e expulsa, é o momento em que o romance abandona qualquer ilusão de reconciliação possível entre o ser criado e a ordem humana. A partir desse ponto, a criatura incendeia a cabana e volta-se progressivamente para a destruição. Mas o romance enquadra essa violência não como malvadeza intrínseca, mas como resposta à violência estrutural que o sistema, tanto social quanto científico, exerceu sobre ela. É o que Nixon (2011, p. 14) identificaria como a passagem da violência lenta, acumulada silenciosamente ao longo do tempo, para a violência visível e reativa: o dano acumulado explode em formas que a ordem estabelecida então criminaliza, sem reconhecer sua própria cumplicidade.

3.3 O Ártico, o Antropoceno e os limites do projeto humano

O romance abre e fecha no Ártico, e essa simetria estrutural é carregada de significado ecocrítico. As cartas de Robert Walton para sua irmã Margaret, que enquadram toda a narrativa em camadas de narração superpostas, descrevem uma expedição ao Polo Norte motivada por um desejo de descoberta que é, em muitos aspectos, análogo ao de Victor: Walton quer "beneficiar a humanidade" alcançando rotas marítimas polares e regiões ainda não exploradas pelo conhecimento geográfico. Tanto Walton quanto Victor são movidos por um impulso prometéico que não reconhece limites naturais ou humanos. Nenhum deles questiona, no início, o direito que têm de ultrapassar fronteiras que a natureza e a prudência haviam estabelecido.

O Ártico representa o ponto de saturação desse impulso. É o espaço mais radicalmente inóspito do planeta, aquele em que as pretensões de controle humano são brutalmente desfeitas pela realidade física. O gelo que bloqueia o navio de Walton, as tempestades que ameaçam destruir a embarcação, o frio que mata, tudo isso lembra aos exploradores que existem forças naturais que excedem inteiramente sua capacidade de domínio. Victor morre no Ártico, exaurido pela perseguição e pela culpa, e a criatura anuncia que irá ainda mais fundo no gelo para construir sua própria pira funerária. A natureza, ao final, recupera o que o projeto humano havia tentado subtrair a ela. A moldura narrativa de Walton sublinha essa lição: ele abandona a expedição e retorna, contrariando a vontade dos tripulantes que queriam prosseguir. Ao contrário de Victor, Walton reconhece o limite e recua. O romance recompensa esse reconhecimento com a sobrevivência.

Essa dimensão do romance adquire ressonâncias particulares no contexto do Antropoceno. O derretimento das calotas polares, o recuo dos glaciares, a abertura de novas rotas marítimas árticas, consequências documentadas das mudanças climáticas antropogênicas, transformam o Ártico do romance em uma metáfora involuntária, mas poderosa das consequências do projeto de dominação que o romance critica. O gelo que aprisionava o navio de Walton está derretendo; o limite que a natureza impunha à expansão humana está sendo removido não por heroísmo científico, mas pela devastação climática. A ironia é sombria: no século XXI, o Ártico tornou-se não o lugar onde os projetos humanos de conquista chegam ao fim, mas o lugar onde suas consequências mais catastróficas se tornam visíveis.

Tobias Menely e Jesse Oak Taylor (2017, p. 1-5) argumentam que a literatura do período romântico é especialmente pertinente para pensar o Antropoceno porque registra, no plano da imaginação cultural, o momento em que a relação entre humanidade e natureza começa a ser percebida como estruturalmente problemática. Frankenstein é um texto inaugural nesse sentido: ele imagina, em forma ficcional, as catástrofes que a ciência sem ética pode desencadear. A criatura pode ser lida como metáfora do próprio Antropoceno, produto inesperado de um projeto humano de progresso e controle, que excede os parâmetros do projeto, adquire agência própria, causa danos que o criador não previu e eventualmente retorna para confrontá-lo com as consequências de sua irresponsabilidade. Jason W. Moore (2016, p. 14) argumenta que o Antropoceno deveria ser mais precisamente chamado de "Capitaloceno" — uma época definida pela expansão do capitalismo como sistema que organiza as relações entre humanidade e natureza em termos de exploração e acumulação ilimitadas. Essa perspectiva é relevante porque o romance é escrito exatamente no momento em que o capitalismo industrial se consolida na Grã-Bretanha, e Victor é seu emblema cultural: ele cria sem responsabilidade, inova

sem calcular os custos sistêmicos, progride sem considerar os limites do sistema que sustenta a vida.

Conclusão

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura ecocrítica de Frankenstein ou o Prometeu Moderno revela uma obra que, muito além do horror gótico e do experimento narrativo, constitui uma meditação profunda sobre as relações entre humanidade, ciência e natureza. As paisagens alpinas, os glaciares, as florestas e o Ártico não são cenários decorativos: são agentes simbólicos que participam ativamente da construção dos conflitos éticos e filosóficos do romance. A natureza, em Frankenstein, não se deixa domesticar — ela persiste, resiste e, em última instância, recupera o que a arrogância humana havia tentado subtrair a ela.

A análise demonstrou três dimensões centrais para a ecocrítica: a crítica do projeto científico de dominação da natureza, a partir de Mellor (1988) e Merchant (1980); a representação da criatura como sujeito excluído cuja marginalização ontológica e espacial espelha a marginalização do mundo não-humano na modernidade, lida à luz de Alaimo (2010) e Nixon (2011); e a dimensão catastrófica do romance, inscrita na moldura ártica e articulada com os debates contemporâneos sobre Antropoceno e responsabilidade ambiental, por meio de Menely e Taylor (2017) e Moore (2016). As conexões entre o romance e os debates atuais são produtivas e múltiplas: o conceito de violência lenta de Nixon ilumina a irresponsabilidade de Victor; a proposta de Haraway de "fazer parentesco" com o não-humano aponta para o que o protagonista recusa; e a análise de Moore sobre o Capitaloceno contextualiza o romance no processo histórico de consolidação do capitalismo industrial britânico.

Como perspectiva de desdobramento, seria produtivo aprofundar a análise comparativa entre a edição de 1818 e a de 1831, investigando as modificações que Shelley introduziu nas descrições de paisagem e nos monólogos de Victor e da criatura, verificando em que medida essas alterações aprofundam ou modulam a crítica ambiental do texto. Seria também relevante articular a leitura ecocrítica com uma análise mais detalhada da dimensão de gênero do romance — dimensão que Mellor e as ecofeministas têm explorado, mas que ainda oferece possibilidades interpretativas não esgotadas, especialmente no que diz respeito à associação entre feminino, natureza e exclusão que a narrativa simultaneamente mobiliza e subverte. Frankenstein permanece, mais de duzentos anos após sua publicação, um texto incômodo e necessário: ele nos lembra que o progresso sem ética não é progresso, mas apenas destruição com outro nome.

Referências

REFERÊNCIAS

ALAIMO, S. Bodily Natures: Science, Environment, and the Material Self. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

BATE, J. The Song of the Earth. Londres: Picador, 2000.
BOHLS, E. Romantic Literature and Postcolonial Studies. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.
GARRARD, G. Ecocriticism. Londres: Routledge, 2004.
GLOTFELTY, C.; FROMM, H. (Orgs.). The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology. Athens: University of Georgia Press, 1996.
HARAWAY, D. Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016.
KERRIDGE, R.; SAMMELLS, N. (Orgs.). Writing the Environment. Londres: Zed Books, 1998.
MELLOR, A. K. Mary Shelley: Her Life, Her Fiction, Her Monsters. Nova York: Methuen, 1988.
MENELY, T.; TAYLOR, J. O. (Orgs.). Anthropocene Reading: Literary History in Geologic Times. University Park: Penn State University Press, 2017.
MERCHANT, C. The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution. San Francisco: Harper and Row, 1980.
MOORE, J. W. Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital. Londres: Verso, 2016.
MORTON, T. Ecology Without Nature: Rethinking Environmental Aesthetics. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
MORTON, T. Dark Ecology: For a Logic of Future Coexistence. Nova York: Columbia University Press, 2016.
NIXON, R. Slow Violence and the Environmentalism of the Poor. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
PLUMWOOD, V. Feminism and the Mastery of Nature. Londres: Routledge, 1993.
RIGBY, K. Topographies of the Sacred: The Poetics of Place in European Romanticism. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.
SCHAMA, S. Landscape and Memory. Nova York: Alfred A. Knopf, 1995.
SHELLEY, M. Frankenstein; or, The Modern Prometheus. Oxford: Oxford World's Classics, 2008 [1831].
SLOVIC, S. Seeking Awareness in American Nature Writing. Salt Lake City: University of Utah Press, 1992.
WOOD, G. D'A. Tambora: The Eruption That Changed the World. Princeton: Princeton University Press, 2014.

CÓDIGO: HS0484

AUTOR: MARIA VITÓRIA EVELLYN FONSECA XAVIER

ORIENTADOR: EUGENIA MARIA DANTAS

TÍTULO: FRAGMENTOS URBANOS, PAISAGENS DO SILÊNCIO: MANIFESTAÇÕES E MOVIMENTOS NA TRAMA URBANA DO ALECRIM, NATAL/RN

Resumo

O estudo analisa as paisagens do silêncio a partir de fragmentos urbanos do bairro do Alecrim, em Natal/RN, buscando identificar suas formas de manifestação, tipologias e movimentos na trama urbana. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, articulando revisão teórica, observação empírica, registros em diário de campo, fotografias, cartografia produzida no QGIS e fontes secundárias. Foram realizados doze trabalhos de campo, entre outubro de 2025 e março de 2026, distribuídos em quatro zonas do bairro e em diferentes horários. Seis situações geográficas foram selecionadas para aprofundamento, considerando usos, funções, temporalidades, condições materiais, fluxos, experiências e relações com o entorno. Os resultados permitiram consolidar três tipologias: Silêncio Residual, relacionado à permanência ou transformação de formas e funções; Silêncio Estrutural, associado a condições materiais, funcionais e ambientais; e Silêncio Experiencial/Perceptivo, vinculado à experiência sensível do espaço. Também foram reconhecidos movimentos de propagação, concentração, interrupção e transformação. Conclui-se que as paisagens do silêncio não correspondem necessariamente à ausência de pessoas, sons ou atividades, nem se restringem ao abandono. No Alecrim, elas podem coexistir com intensa circulação e atividade comercial, constituindo um fenômeno relacional estabelecido entre ponto, entorno, temporalidade e experiência.

Palavras-chave: Alecrim. Espaço urbano. Silêncio. Paisagem urbana. Dinâmica urbana.

TITLE: URBAN FRAGMENTS, LANDSCAPES OF SILENCE: MANIFESTATIONS AND MOVEMENTS IN THE URBAN FABRIC OF ALECRIM, NATAL/RN

Abstract

This study analyzes landscapes of silence by examining urban fragments in the Alecrim neighborhood, Natal, Brazil, seeking to identify their forms of manifestation, typologies, and movements within the urban fabric. The research adopted a qualitative approach, combining theoretical review, empirical observation, field diary records, photographs, cartography produced in QGIS, and secondary sources. Twelve fieldwork visits were conducted between October 2025 and March 2026, distributed across four areas of the neighborhood and at different times of day. Six geographic situations were selected for in-depth analysis, considering uses, functions, temporalities, material conditions, flows, experiences, and relations with the surroundings. The results supported three typologies: Residual Silence, related to the persistence or transformation of forms and functions; Structural Silence, associated with material, functional, and environmental conditions; and Experiential/Perceptual Silence, linked to the sensory experience of space. Movements of propagation, concentration, interruption, and transformation were also identified. The study concludes that landscapes of silence do not necessarily correspond to the absence of people, sounds, or activities, nor are they restricted to abandonment. In Alecrim, they may coexist with intense circulation and commercial activity, constituting a relational phenomenon between point, surroundings, temporality, and experience.

Keywords: Alecrim. Urban space. Silence. Urban landscape. Urban dynamics.

Introdução

A cidade não se constitui de forma pronta ou estática, mas se produz e se modifica conforme mudam os usos, as funções, as relações sociais e a apropriação do espaço. Carlos (1992) compreende a cidade como uma realização humana construída no tempo, enquanto Santos (2006) entende o espaço pela relação indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Assim, as formas urbanas expressam permanências e mudanças que ajudam a compreender sua dinâmica. Nesse contexto insere-se o bairro do Alecrim, localizado na Zona Leste de Natal/RN. Antes de sua oficialização, em 1911, a área já funcionava como ponto de passagem para o núcleo urbano de Natal à época. Com a expansão da cidade, o bairro ampliou sua importância e desenvolveu dinâmica comercial própria, sendo caracterizado como um “bairro mercado” (Alveal et al., 2011).

Sua localização e diversidade de comércio e serviços consolidaram uma centralidade marcada pela circulação de pessoas e mercadorias (Bezerra, 2005).

Mapa 1 – Localização do bairro do Alecrim em Natal/RN - Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

Entretanto, foi nesse cenário de movimento que o trabalho de campo revelou situações marcadas por outro ritmo. Na Avenida Presidente Bandeira, o intenso fluxo de pessoas, veículos e comércio convivia com estabelecimentos fechados, quiosques sem funcionamento, prédios mal conservados e pavimentos sem uso. Em outros trechos, observaram-se imóveis desocupados, usos interrompidos e redução da circulação, alterando a experiência da caminhada. Essas situações mostram que a dinâmica do Alecrim não se resume à imagem de um bairro sempre ativo.

A partir dessas diferenças e descontinuidades, a pesquisa mobiliza a noção de fragmentos urbanos como recortes da trama em que usos, funções, temporalidades, materialidades, fluxos e experiências se combinam de modo particular, sempre em relação ao entorno e à dinâmica do bairro. Esses fragmentos permitem reconhecer diferentes ritmos e transformações associados às paisagens do silêncio. A investigação corresponde ao terceiro movimento de uma pesquisa mais ampla no Alecrim: Lima (2024) realizou uma leitura panorâmica do bairro, enquanto Silva (2025) aprofundou a análise de formas em desuso, espaços vazios e paisagens do abandono.

A pesquisa atual retoma as quatro zonas anteriormente delimitadas e aprofunda sua análise, buscando compreender o silêncio não apenas como uma condição localizada, mas como fenômeno estabelecido também pelas relações com o entorno.

As paisagens do silêncio são compreendidas como configurações espaciais em que rupturas, permanências, perdas ou transformações de funções, condições materiais e experiências sensíveis alteram o ritmo predominante da vida urbana. Esse silêncio não corresponde necessariamente à ausência de sons ou pessoas, nem pode ser reduzido ao abandono. Pode se manifestar em uma loja fechada em uma rua movimentada, em uma estrutura cuja função se transformou ou em condições materiais que modificam a permanência e a experiência em determinado trecho. Essa compreensão permitiu sistematizar três tipologias: Silêncio Residual, Silêncio Estrutural e Silêncio Experiencial/Perceptivo.

A investigação busca compreender dimensões da dinâmica urbana reveladas não apenas pelos fluxos e atividades, mas também por rupturas, permanências e transformações que reorganizam as relações espaciais e a experiência no bairro. Diante disso, pergunta-se: como as paisagens do silêncio se manifestam e se movimentam na trama urbana do Alecrim, considerando usos, funções, temporalidades, condições materiais, fluxos e experiências espaciais? O objetivo geral é analisar essas paisagens a partir de fragmentos urbanos do Alecrim, identificando suas manifestações, tipologias e movimentos na trama urbana.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, articulando revisão teórica, observação empírica, registros de campo, cartografia no QGIS e fontes secundárias. A interpretação do espaço urbano considerou formas, usos, funções e temporalidades, com base em Santos (2006), Corrêa (1989) e Carlos (1992). A leitura da paisagem incorporou percurso, posição do observador e informações multissensoriais, apoiando-se em Lynch (1997), Ferrara (1988), Gomes (2013), Tuan (1980; 1983; 2005) e Merleau-Ponty (1999).

A noção de paisagens do silêncio foi construída pela articulação entre espaço, paisagem e experiência. O silêncio não foi reconhecido por elementos isolados, mas pelas relações entre forma, uso, função, temporalidade, condições materiais, fluxos, experiência e entorno. Em campo, observaram-se situações em que alterações nessas dimensões modificavam o ritmo da paisagem ou produziam efeitos sobre circulação, permanência, apropriação e experiência espacial. Assim, o silêncio foi tratado como fenômeno relacional e dinâmico, constituído entre ponto, entorno, temporalidade e experiência.

O estudo corresponde ao terceiro movimento de uma investigação desenvolvida no Alecrim, vinculada ao projeto-âncora “Espaço e complexidade: a confecção da paisagem na trama da cultura citadina”. Deu continuidade aos levantamentos de Lima (2024), voltados à leitura panorâmica do bairro, e de Silva (2025), sobre espaços vazios e paisagens do abandono. Mantiveram-se as quatro zonas anteriormente delimitadas para comparar permanências, rupturas, mudanças de função, condições materiais e experiências.

Figura 1 – Fluxograma da trajetória da pesquisa
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

O trabalho de campo constituiu etapa central da investigação. Conforme Claval (2013) e Serpa (2006), essa prática articula teoria e realidade observada e permite reconhecer aspectos que escapam a outras estratégias. Foram realizadas caminhadas sistemáticas nas quatro zonas, abrangendo áreas comerciais, residenciais, institucionais e trechos com diferentes fluxos.

Foram realizados três trabalhos de campo em cada zona, totalizando doze visitas entre outubro de 2025 e março de 2026, pela manhã, entre 9h e 11h, e à tarde, entre 13h e 16h. Os percursos retomaram ruas e pontos anteriores, com adaptações conforme as vias e as condições de segurança. A primeira visita foi exploratória; a segunda aprofundou situações relacionadas às paisagens do silêncio; e a terceira permitiu reobservar e comparar os registros. A divisão em zonas organizou os percursos sem pressupor homogeneidade interna.

Mapa 2 – Divisão do bairro do Alecrim em quatro zonas de investigação
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

O diário de campo reuniu informações sobre usos, fluxos, edificações, comércio, serviços, residências, sons, odores, vegetação, limpeza, degradação e percepção de segurança. Fotografias e mapas dos percursos complementaram as observações. Os registros foram organizados em fichas por zona e ponto para comparação entre dias, horários e áreas. Como não foram realizadas entrevistas ou questionários, percepções de segurança,

desconforto ou tranquilidade foram tratadas como experiências da pesquisadora, e não como percepções coletivas do bairro.

A sistematização cartográfica foi realizada no QGIS para tratar bases vetoriais, representar as quatro zonas, espacializar percursos e pontos de observação e elaborar mapas de localização e síntese. Os produtos utilizaram o Sistema de Referência de Coordenadas SIRGAS 2000 / UTM Zona 24S e foram articulados aos registros de campo.

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos de campo
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

As situações geográficas foram selecionadas qualitativamente por sete critérios: fluxo, desuso, temporalidade, relação com o entorno, efeitos espaciais, repetição em campo e riqueza geográfica. Foram escolhidas Avenida Presidente Bandeira, Rua Amaro Barreto, Rua Fonseca e Silva, Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, Rua Presidente Sarmento e Rua Presidente José Bento. Cada situação foi compreendida como fragmento urbano relacionado ao entorno, às temporalidades e à dinâmica mais ampla do Alecrim.

Quadro 2 – Situações geográficas selecionadas para análise
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

A comparação permitiu reconhecer manifestações recorrentes: descontinuidade em meio ao movimento, perda ou transformação de função, redução da circulação, degradação, condicionamento material, efeitos sobre o entorno e transição. Do cruzamento dessas manifestações com forma, função, temporalidade, condições materiais e experiência, consolidaram-se três tipologias: Silêncio Residual, ligado à permanência de formas, usos ou marcas anteriores; Silêncio Estrutural, associado a condições materiais e funcionais; e Silêncio Experiencial/Perceptivo, relacionado à experiência sensível. Construídas após os campos, as tipologias podem se sobrepor e orientam a análise do movimento do silêncio.

Quadro 3 – Tipologias das paisagens do silêncio e critérios de identificação
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

Por fim, foram utilizadas fontes históricas, acadêmicas, documentais e estatísticas, entre elas Alveal (2011), Bezerra (2005), Rocha e Nascimento (2017), Hermes (2022), Lima (2024) e Silva (2025). A interpretação cruzou diário de campo, fichas, fotografias, cartografia, referenciais teóricos e dados secundários, distinguindo observação direta, experiência da pesquisadora e informações externas. Nenhuma evidência foi tomada isoladamente como suficiente para explicar uma paisagem do silêncio.

Figura 2 – Fluxograma da síntese do percurso metodológico da pesquisa
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

Resultados e Discussões

3.1 O Alecrim entre Movimento, Permanência e Transformação

Os trabalhos de campo mostraram que a dinâmica do Alecrim é marcada por forte heterogeneidade espacial. Áreas de comércio intenso são sucedidas, em pequenas distâncias, por trechos residenciais, institucionais e de serviços, enquanto ruas próximas apresentam fluxos e usos distintos. Esse padrão dialoga com Corrêa (1989), para quem o espaço urbano é simultaneamente fragmentado, articulado e mutável. No bairro, comércio, residência, circulação, desuso e permanências materiais não formam compartimentos isolados, mas combinações que variam entre zonas, ruas e trechos de uma mesma via. Assim, os fragmentos analisados representam situações particulares de uma mesma trama urbana, compreendidas pelas relações entre cada ponto, seu entorno e as temporalidades presentes.

Mapa 3 – Percursos e pontos de observação no bairro do Alecrim Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

A Avenida Presidente Bandeira tornou essa coexistência evidente. Próximo ao Supermercado Nordestão e ao Camelódromo foram registrados fluxo muito alto, congestionamento, músicas, vendedores, quiosques, banco, igreja e comércio diversificado, ao mesmo tempo em que apareciam lojas fechadas, edificações mal conservadas e um antigo estúdio fotográfico sem funcionamento. A diversidade comercial já havia sido apontada por Rocha e Nascimento (2017), mas o campo mostrou que elementos de desuso permanecem inseridos nessa centralidade ativa. Desse modo, a redução do movimento não é condição necessária para reconhecer uma paisagem do silêncio, pois a descontinuidade também pode emergir em espaços intensamente movimentados.

Figura 3 – Contrastes da paisagem urbana observados durante o trabalho de campo Fonte: Acervo próprio (2026).

3.2 Situações Geográficas e Manifestações do Silêncio

As seis situações selecionadas, Avenida Presidente Bandeira, Rua Amaro Barreto, Rua Fonseca e Silva, Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, Rua Presidente Sarmento e Rua Presidente José Bento, permitiram aprofundar diferenças de fluxo, função, temporalidade, materialidade, entorno e experiência. Manifestação e tipologia não são equivalentes: a manifestação corresponde ao modo como o silêncio aparece empiricamente, como descontinuidade, transformação funcional, redução da circulação, condicionamento material ou transição; a tipologia indica a dimensão predominante da interpretação. Essa distinção permite compreender por que situações semelhantes assumem sentidos distintos e por que uma mesma situação pode reunir diferentes dimensões, evitando tratar o silêncio como característica fixa de imóveis fechados ou trechos pouco movimentados.

3.2.1 Presidente Bandeira e Amaro Barreto: Movimento, Descontinuidade e Transformação Funcional

Na Presidente Bandeira, a repetição dos percursos confirmou a presença de estabelecimentos fechados em meio ao funcionamento comercial intenso, incluindo quiosques, cigarreiras e restaurante popular sem atividade. Lynch (1997) destaca que as

vias organizam a percepção dos elementos urbanos durante o deslocamento, enquanto Gomes (2013) ressalta que a visibilidade depende da posição e das relações entre os componentes da cena. Nesse contexto, o elemento fechado ganha destaque porque interrompe uma sequência marcada por vitrines, vendedores, pessoas e veículos. A manifestação predominante é, portanto, a descontinuidade em meio ao movimento, e não a ausência dele.

Figura 4 – Av. Presidente Bandeira e suas manifestações
Fonte: Acervo próprio (2026).

A Rua Amaro Barreto apresentou temporalidades sobrepostas. Foram registrados uma livraria fechada em imóvel anteriormente utilizado como farmácia, estabelecimentos que estavam abertos no levantamento de Silva (2025), imóveis em restauração e edifícios com comércio no térreo e moradia no pavimento superior. A permanência da forma acompanhada por mudanças de função aproxima a situação do Silêncio Residual, em diálogo com Santos (2006) e Corrêa (1989). Entretanto, reformas, substituições e reutilizações mostram que a transformação funcional não ocorre em direção única, podendo envolver retomada, mudança, ressignificação ou interrupção dos usos ao longo do tempo.

Figura 5 – Amaro Barreto e as temporalidades sobrepostas
Fonte: Acervo próprio (2026).

Na mesma rua, o Silêncio Residual apareceu sobreposto a condições estruturais e experienciais. Resíduos, pichações, fachadas degradadas e odor relacionado ao esgoto acompanharam mudanças de fluxo e alterações na percepção durante a caminhada. Ferrara (1988) contribui para essa leitura multissensorial da cidade, na qual sons, odores, movimento e materialidade também produzem informação espacial. A sensação de insegurança registrada no diário foi tratada como experiência situada, e não como atributo objetivo da rua, conforme Tuan (1980). A Amaro Barreto evidenciou, assim, a coexistência entre Silêncio Residual, Estrutural e Experiencial/Perceptivo, mostrando que uma mesma situação pode concentrar processos distintos quando forma, função, materialidade, fluxo e experiência são analisados conjuntamente.

Figura 6 – Condições estruturais e experienciais da R. Amaro Barreto
Fonte: Acervo próprio (2026).

3.2.2 Alexandrino de Alencar e Fonseca e Silva: Contrastes entre Movimento, Permanência e Desuso

Na Avenida Almirante Alexandrino de Alencar foi observada configuração mista, com presença residencial e institucional, baixo fluxo de pedestres em determinados trechos e circulação intensa de veículos. Residências, imóveis à venda, vegetação, serviços de limpeza e equipamentos como Senac, Colégio Atlântico e Centro Clínico da Polícia Militar coexistem com poucas lojas fechadas. O resultado exige distinguir circulação viária de circulação pedonal, pois uma avenida pode permanecer integrada aos deslocamentos urbanos e, ao mesmo tempo, apresentar baixa permanência de pessoas a pé. A manifestação predominante foi a transição gradual entre configurações, relacionada principalmente à dimensão Experiencial/Perceptiva.

Figura 7 – Av. Alm. Alexandrino de Alencar e suas configurações Fonte: Acervo próprio (2026).

Na Rua Fonseca e Silva, a dinâmica esteve organizada por equipamentos de saúde, educação, assistência, trabalho e religião, além de residências antigas e praça revitalizada. A menor intensidade comercial não significou ausência de função, pois as instituições produziam fluxos específicos conforme horários e finalidades. Esse resultado dialoga com Corrêa (1989), ao evidenciar a coexistência e articulação de diferentes usos. As situações observadas na Fonseca e Silva e na Alexandrino de Alencar mostram, portanto, que o silêncio não é sinônimo de abandono ou degradação: pode se manifestar pela mudança relativa do ritmo, da circulação e da experiência quando interpretada em relação ao entorno.

Figura 8 – R. Fonseca e Silva e sua dinâmica espacial Fonte: Acervo próprio (2026).

3.2.3 Presidente Sarmento e José Bento: Materialidade, Efeitos e Articulação com o Entorno

A Rua Presidente Sarmento apresentou uma das expressões mais evidentes do Silêncio Estrutural. A via manteve fluxo elevado de veículos, oficinas, comércio e residências, mas também foram observadas edificações antigas e desgastadas, lixo, esgoto e diferenças de conservação. Essas condições mostram que o Silêncio Estrutural não corresponde à paralisação do espaço, mas a condições materiais, funcionais e ambientais que interferem na dinâmica urbana. Ferrara (1988) sustenta a importância dos dados sensoriais nessa leitura, pois o odor relacionado ao esgoto, associado à circulação do vento, ultrapassava o ponto material de origem e modificava a experiência do trecho. O diário de campo sintetizou essa relação no registro “vem o vento mas com ele vem o fedor” (Diário de campo, 2026).

O interesse analítico não está apenas no odor, mas no processo espacial revelado: uma condição localizada produz efeitos além de sua origem material. Santos (2006) contribui para compreender a articulação entre materialidade e ações, enquanto Corrêa (1989) e Carlos (1992) situam infraestrutura, comércio, residência e degradação na produção urbana. Nesse caso, o movimento do silêncio ocorreu pela propagação de efeitos, sem interromper o funcionamento da rua. A situação demonstra que a dimensão Estrutural pode coexistir com circulação e atividade econômica, pois determinadas condições materiais interferem na circulação, permanência e experiência do entorno.

Na Presidente José Bento, a principal característica foi a variação interna. Em um trecho predominavam residências, pequenos comércios associados às casas, arborização, baixo fluxo e percepção de tranquilidade; em outro, observava-se maior presença de veículos, ônibus, motos, lojas e pessoas nas calçadas, além da mistura entre edificações antigas e modernas. Gomes (2013) auxilia essa interpretação pela posição relativa dos elementos na trama locacional. A mesma via assume sentidos distintos conforme o trecho e sua relação com ruas adjacentes. Sua principal manifestação foi a transição entre configurações, expressando a articulação espacial entre diferentes trechos e seu entorno.

Figura 9 – Condições materiais e transições espaciais em Presidente Sarmento e José Bento
Fonte: Acervo próprio (2026).

3.3 Tipologias das Paisagens do Silêncio

As tipologias foram consolidadas após o cruzamento dos dados de campo, e não impostas previamente. O Silêncio Residual responde principalmente às permanências e transformações funcionais; o Silêncio Estrutural, às condições materiais e funcionais que interferem na dinâmica; e o Silêncio Experiencial/Perceptivo, à relação entre configuração espacial e experiência situada. Essas dimensões podem ocorrer de forma predominante ou sobreposta, conforme forma, função, temporalidade, fluxo, entorno, materialidade e experiência.

3.3.1 Silêncio Residual

O Silêncio Residual apareceu com maior nitidez na Presidente Bandeira e na Amaro Barreto. Na primeira, lojas e quiosques fechados permaneciam inseridos em uma centralidade comercial ativa; na segunda, determinadas formas acompanharam a sucessão de funções, incluindo a passagem de farmácia para livraria e o posterior fechamento. Santos (2006), Corrêa (1989) e Carlos (1992) ajudam a compreender permanências de formas submetidas a novos conteúdos e temporalidades. Entre os principais indicadores estiveram perda ou transformação de função, fechamento, marcas de usos anteriores, reutilização, reforma e contraste entre o objeto remanescente e a dinâmica do entorno.

Figura 10 – Exposição do Silêncio Residual
Fonte: Acervo próprio (2026).

3.3.2 Silêncio Estrutural

Mais expressivo na Presidente Sarmento e, secundariamente, na Amaro Barreto, o Silêncio Estrutural não decorreu da ausência de atividades, mas da coexistência entre funcionamento urbano e condições materiais capazes de modificar circulação, permanência e percepção. Esgoto, resíduos, odores, fachadas degradadas e problemas de infraestrutura tornaram-se relevantes quando produziram efeitos espacialmente identificáveis. Santos (2006) relaciona objetos e ações; Corrêa (1989) e Carlos (1992) situam essas condições na produção do espaço; e Ferrara (1988) incorpora informações olfativas e sonoras. Assim, o Silêncio Estrutural é definido pelos efeitos das condições atuais sobre a dinâmica espacial e por como a materialidade interfere nas práticas e experiências do entorno.

Figura 11 – Condições materiais e funcionais associadas ao Silêncio Estrutural
Fonte: Acervo próprio (2026).

3.3.3 Silêncio Experiencial/Perceptivo

O Silêncio Experiencial/Perceptivo manifestou-se de modo mais evidente na Fonseca e Silva e na Alexandrino de Alencar, aparecendo também na Amaro Barreto e na Sílvio Pélico. Não constitui propriedade objetiva do lugar, mas fenômeno dependente da relação entre configuração espacial e experiência do observador. Com base em Tuan (1980; 1983;

2005), Merleau-Ponty (1999), Ferrara (1988), Gomes (2013) e Lynch (1997), os registros mostram que fluxo reduzido, sons, odores, vegetação, conservação e presença de pessoas acompanharam sensações de tranquilidade, alerta, conforto ou insegurança, tratadas como experiências situadas e vinculadas a elementos observáveis.

Figura 12 – Configurações espaciais e experiências associadas ao Silêncio Experiencial/Perceptivo
Fonte: Acervo próprio (2026).

Quadro 4 – Síntese empírica das tipologias das paisagens do silêncio
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

As três tipologias permitiram organizar situações diferentes sem eliminar suas sobreposições. Presidente Bandeira e Amaro Barreto concentraram evidências do Residual; Presidente Sarmento expressou com maior força o Estrutural; e Fonseca e Silva e Alexandrino de Alencar tornaram mais evidente a dimensão Experiencial/Perceptiva. Essas associações representam predominâncias, e não exclusividades, pois diferentes dimensões podem coexistir, sobretudo na Amaro Barreto.

3.4 Manifestação, Sobreposição e Movimento do Silêncio

A análise distinguiu três níveis complementares: tipologia, manifestação e movimento. A tipologia qualifica a dimensão predominante; a manifestação indica como o silêncio se torna empiricamente reconhecível; e o movimento explica como ela se estabelece e se modifica espacial e temporalmente. Nos campos, as manifestações apareceram como descontinuidade em meio ao movimento, perda ou transformação de função, redução da circulação, condicionamento material, efeitos sobre o entorno e transições espaciais. Essa diferenciação evita transformar o silêncio em propriedade fixa de imóveis ou ruas.

O movimento do silêncio foi interpretado por quatro operações: propagação, identificada na Presidente Sarmento, onde o odor relacionado ao esgoto alcançava outros trechos; concentração, mais evidente na Amaro Barreto, pela convergência de desuso, degradação, odores e alterações da experiência; interrupção, observada na Presidente Bandeira, onde pontos fechados quebravam localmente o ritmo comercial; e transformação, quando funções foram perdidas, transferidas ou substituídas e imóveis passaram por reformas ou reutilização. Essas operações não são novas tipologias e podem coexistir em uma mesma situação.

A relação entre ponto e entorno ocorre em duas direções. Um estabelecimento fechado pode produzir ruptura em uma sequência de lojas abertas, mas a intensidade do entorno também torna essa ruptura significativa. Gomes (2013) sustenta essa interpretação pela posição relativa dos elementos e pelo campo de visibilidade. Assim, o silêncio não está contido exclusivamente no prédio fechado, no baixo fluxo, no odor ou na sensação experimentada; esses elementos adquirem significado geográfico quando relacionados à situação, ao entorno e à temporalidade, podendo ganhar ou perder intensidade conforme essas relações se modificam.

3.5 Temporalidade e Transformação: do abandono ao silêncio

A comparação com Silva (2025) mostrou que abandono e desuso não são condições permanentes. Os levantamentos anteriores registraram imóveis vazios, estabelecimentos desativados e atividades transferidas, enquanto os levantamentos atuais identificaram mudanças posteriores. Entre os exemplos estão uma loja de cosméticos cuja mudança de endereço foi registrada, uma edificação que conservava fachada de academia enquanto funcionava como loja de móveis e estabelecimentos da Rua dos Canindés que mudaram de endereço ou entraram em reforma; na Amaro Barreto, um estabelecimento anteriormente aberto foi encontrado fechado. Esses casos demonstram que fechamento, abandono, relocalização e desaparecimento da função não são processos equivalentes.

Na Amaro Barreto, uma livraria fechada em imóvel anteriormente utilizado como farmácia e prédios em restauração reforçaram a sobreposição de temporalidades e possibilidades de reutilização. A passagem “do abandono ao silêncio” não corresponde a uma sequência linear: o abandono constitui uma situação possível dentro de fenômeno mais amplo, enquanto o silêncio também aparece onde existem comércio, instituições e circulação. Essa leitura, sustentada por Corrêa (1989), Carlos (1992) e Santos (2006), mostra que o movimento ocorre no espaço, pela relação entre ponto e entorno, e no tempo, pelas mudanças de função, materialidade, fluxo e experiência.

3.6 Percepção, Segurança e Limites de Interpretação

As percepções de segurança e insegurança apareceram principalmente em trechos com mudanças de fluxo, condições materiais ou transições. Na Amaro Barreto, a percepção de insegurança aumentou em parte do percurso; na Sílvio Pélico, a menor circulação foi associada simultaneamente à tranquilidade e a um maior estado de atenção. Tuan (2005) reconhece a dimensão subjetiva do medo, enquanto Lynch (1997) relaciona orientação e imagem ambiental à segurança emocional. Assim, afirmar que um trecho foi percebido como inseguro não equivale a classificá-lo objetivamente como perigoso.

O estudo de Hermes (2022), sobre roubos e furtos de veículos em Natal, foi utilizado como referência documental de confronto, mas seus dados tratam de modalidades específicas e não permitem generalizações sobre as condições gerais de violência ou segurança de cada trecho. Como Merleau-Ponty (1999) reforça que percepção e experiência pertencem a um sujeito situado, sensações de alerta, conforto ou insegurança foram mantidas como dados experienciais. Essa delimitação diferencia paisagem do silêncio de paisagem do medo: o medo pode participar de determinadas manifestações, mas não é condição necessária para reconhecer o silêncio. Preserva-se, assim, a distinção entre observação direta, percepção durante o percurso e fontes documentais externas.

3.7 Síntese Cartográfica das Paisagens do Silêncio

A síntese cartográfica foi concebida como representação interpretativa das situações significativas, e não como classificação homogênea de ruas inteiras. As seis situações apresentaram diferenças internas e sobreposições; por isso, atribuir uma única tipologia a toda a extensão de uma via apagaria variações observadas. A representação privilegiou pontos e situações registrados, indicando dimensões predominantes e, quando necessário, sobreposições.

Na síntese, a Presidente Bandeira associa-se principalmente à manifestação de descontinuidade; a Amaro Barreto, à transformação funcional e ao movimento de

concentração; Fonseca e Silva e Alexandrino de Alencar, à transição; Presidente Sarmento, ao condicionamento material e à propagação de efeitos; e Presidente José Bento, à articulação entre configurações espaciais distintas. As indicações de movimento foram utilizadas apenas onde os dados permitiram reconhecer relações entre ponto e entorno, sem sugerir uma direção fixa do silêncio.

Mapa 4 – Situações geográficas significativas e manifestações das paisagens do silêncio no Alecrim
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

Dessa forma, a cartografia sintetizou localização, tipologia predominante, manifestação, sobreposição, movimento e efeitos, sem substituir a discussão qualitativa. Os resultados reforçam o princípio central da pesquisa: as paisagens do silêncio são situações dinâmicas produzidas nas relações entre objetos, usos, temporalidades, fluxos, condições materiais, experiências e entorno. O silêncio, portanto, não se opõe necessariamente ao movimento urbano e pode manifestar-se e transformar-se dentro de uma centralidade ativa como o Alecrim.

Mapa 5 – Movimento do silêncio entre situações e entorno
Elaboração: Maria Vitória Evellyn Fonseca Xavier (2026).

Conclusão

A pesquisa demonstrou que as paisagens do silêncio se manifestam no Alecrim por meio das relações entre usos, funções, temporalidades, condições materiais, fluxos e experiências. Mesmo diante da intensa centralidade comercial e da elevada circulação do bairro, os resultados mostraram que silêncio e movimento não são extremos opostos. Estabelecimentos fechados podem permanecer em áreas ativas, trechos residenciais apresentam ritmos próprios e condições materiais podem alterar a experiência sem interromper o funcionamento urbano. Assim, o silêncio foi compreendido como um fenômeno relacional, constituído na articulação entre ponto, entorno, temporalidade e experiência, e não pela simples ausência de pessoas, atividades ou sons.

A sistematização dos dados permitiu consolidar três tipologias: o Silêncio Residual, que evidenciou permanências de formas e funções interrompidas ou transformadas; o Silêncio Estrutural, que reuniu condições materiais, funcionais e ambientais capazes de interferir na dinâmica espacial; e o Silêncio Experiencial/Perceptivo, que incorporou a dimensão sensível da relação entre sujeito e configuração urbana.

Como essas tipologias não correspondem a lugares fixos e podem ocorrer de maneira sobreposta, a exemplo do que foi observado na Amaro Barreto, a análise mostrou ainda

que o silêncio não é sinônimo de abandono, degradação ou medo, embora essas condições possam estar presentes em determinadas manifestações.

Outra contribuição da pesquisa está na compreensão do movimento do silêncio, identificado por propagação, concentração, interrupção e transformação. Esse movimento apareceu de formas distintas: na Presidente Sarmento, condições materiais e sensoriais produziram efeitos sobre o entorno; na Amaro Barreto, manifestações se concentraram; e, na Presidente Bandeira, estabelecimentos fechados produziram interrupções localizadas em meio ao ritmo comercial. Em complemento, a comparação com Silva (2025) reforçou que desuso e abandono não são estados definitivos, pois imóveis podem fechar, mudar de função, receber novos usos ou passar por reformas, alterando o silêncio ao longo do tempo.

Como terceira etapa de uma trajetória investigativa sobre o Alecrim, o estudo avançou do panorama do bairro e das paisagens do abandono para a análise de fragmentos urbanos nos quais foram reconhecidas manifestações, tipologias e movimentos das paisagens do silêncio. Esses fragmentos evidenciaram que diferenças de uso, função, temporalidade, materialidade, fluxo e experiência não constituem situações isoladas, mas se articulam à dinâmica mais ampla da trama urbana. Assim, a pesquisa relaciona forma, função, temporalidade, materialidade, experiência e entorno, sem reduzir a paisagem a uma aparência isolada.

Referências

ALVEAL, Carmem M. O. et al. Memória minha comunidade: Alecrim. Natal: SEMURB, p. 19-45, 2011. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/semurb/publicacoes/ALECRIM_MEMORIA.pdf. Acesso em: 10 set 2025.

BEZERRA, Josué Alencar. A reafirmação do bairro: um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 23-41, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18892. Acesso em: 20 out 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, p. 57-68, 1992.

CLAVAL, Paul. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. Confins, n. 17, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.4000/confins.12414. Acesso em: 17 nov 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática S.A., p. 8-10, 1989.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. Ver a cidade: cidade, imagem e leitura. São Paulo: Nobel, p. 15-25, 1988.

GOMES, Paulo Cesár da Costa. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 18-36, 2013.

HERMES, Sáskia Sandrinelli Guedes de Araújo Lima. Distribuição espacial e perfil dos roubos e furtos de veículos na cidade de Natal/RN: período 2012-2021. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 16-54, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/1b5706bd-bf97-4c28-a834-ff230997afbf/content. Acesso em: 17 nov 2025.

LIMA, Michelly Tavares da Silva. Território e afetos: a complexidade da paisagem urbana. 19 p., 2024.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, p. 4-52, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, p. 1-233, 1999.

ROCHA, Welliton Belo; NASCIMENTO, Gerson Gomes do. Estudo geohistórico sobre a distribuição dos serviços na Avenida Presidente Bandeira no bairro do Alecrim em Natal/RN. Geoconexões, v. 1, p.38-41, 2017. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/6292. Acesso em: 27 jun 2026.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 39, 2006.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo. n. 84, p. 7-24, 2006.

SILVA, Rute Maria dos Santos. Paisagens do Abandono: Dinâmicas Urbanas dos Espaços Vazios no Alecrim. 28 p., Relatório de Iniciação Científica – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2025.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, p. 3-61, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Paisagens do Medo. São Paulo: UNESP, p. 7-12, 2005.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, p. 1-274, 1980.

Anexos



Mapa 1 - Localização do bairro do Alecrim em Natal/RN



Figura 1 – Fluxograma da trajetória da pesquisa



Mapa 2 – Divisão do bairro do Alecrim em quatro zonas de investigação



Quadro 1 – Síntese dos trabalhos de campo



Quadro 2 – Situações geográficas selecionadas para análise



Quadro 3 – Tipologias das paisagens do silêncio e critérios de identificação



Figura 2 – Fluxograma da síntese do percurso metodológico da pesquisa



Mapa 3 – Percursos e pontos de observação no bairro do Alecrim



Figura 3 – Contrastes da paisagem urbana observados durante o trabalho de campo



Figura 4 – Av. Presidente Bandeira e suas manifestações



Figura 5 – Amaro Barreto e as temporalidades sobrepostas



Figura 6 – Condições estruturais e experienciais da R. Amaro Barreto



Figura 7 – Av. Alm. Alexandrino de Alencar e suas configurações



Figura 8 – R. Fonseca e Silva e sua dinâmica espacial



Figura 9 – Condições materiais e transições espaciais em Presidente Sarmento e José Bento



Figura 10 – Exposição do Silêncio Residual



Figura 11 – Condições materiais e funcionais associadas ao Silêncio Estrutural.



Quadro 4 – Síntese empírica das tipologias das paisagens do silêncio



Figura 12 – Configurações espaciais e experiências associadas ao Silêncio Experiencial/Perceptivo



Mapa 4 – Situações geográficas significativas e manifestações das paisagens do silêncio no Alecrim.



Mapa 5 – Movimento do silêncio entre situações e entorno

CÓDIGO: HS0509

AUTOR: LAURA DOS SANTOS PAIVA

ORIENTADOR: LUIS ALFREDO FERNANDES DE ASSIS

TÍTULO: Woman-hating: Internalised Misogyny In The Hostile Relationships Between Women In “The Mere Wife”

Resumo

The Mere Wife (2018), de Maria Dahvana Headley, reimagina Beowulf ao colocar as mulheres no centro de seus conflitos, sobretudo Willa Herot (Wealhtheow) e Dana Mills (a Mãe de Grendel). Este trabalho analisa as relações hostis entre mulheres na comunidade suburbana de Herot Hall, defendendo que tal hostilidade não é traço inerente à feminilidade, mas produto da misoginia internalizada (Bearman & Amrhein, 2014), por meio da qual as mulheres aprendem a regular a si mesmas e às outras conforme padrões patriarcais. Com apoio também em Chesler (2009) e Evteeva (2024), a pesquisa realiza uma análise literária qualitativa de passagens selecionadas envolvendo Willa Herot, as Mães de Herot Hall e Dana Mills, organizadas em quatro categorias: objetificação, invalidação, depreciação e competição entre mulheres. A análise mostra que Willa e as Mães reproduzem normas patriarcais por meio de vigilância, julgamento e rivalidade, tornando-se agentes das próprias estruturas que as oprimem, enquanto Dana, posicionada fora de Herot Hall, escapa em grande parte dessas dinâmicas, já que sua agressividade decorre da proteção materna, e não da misoginia internalizada. Assim, o romance expõe como valores patriarcais são perpetuados nas relações cotidianas entre mulheres, sugerindo também formas alternativas e não competitivas de feminilidade.

Palavras-chave: misoginia internalizada. patriarcado. relações femininas. Beowulf.

TITLE: Woman-hating: Internalised Misogyny In The Hostile Relationships Between Women In “The Mere Wife”

Abstract

Maria Dahvana Headley's The Mere Wife (2018) reimagines Beowulf by placing women at the centre of its conflicts, particularly Willa Herot (Wealhtheow) and Dana Mills (Grendel's Mother). This study examines hostile relationships between women within the suburban community of Herot Hall, arguing that such hostility is not an inherent trait of femininity but a product of internalised misogyny (Bearman & Amrhein, 2014), through which women learn to regulate themselves and other women

according to patriarchal standards. Drawing also on Chesler (2009) and Evteeva (2024), the research applies a qualitative literary analysis to selected passages involving Willa Herot, the collective Mothers of Herot Hall, and Dana Mills, organised around four categories: objectification, invalidation, derogation, and competition between women. The analysis shows that Willa and the Mothers reproduce patriarchal norms through surveillance, judgement, and rivalry, ultimately becoming enforcers of the very structures that oppress them, while Dana, positioned outside Herot Hall, largely escapes these dynamics, her aggression rooted in maternal protection rather than internalised misogyny. The study shows that Headley's novel exposes how patriarchal values are perpetuated through everyday relationships between women, while also suggesting alternative, non-competitive forms of womanhood.

Keywords: internalised misogyny. patriarchy. women's relationships. Beowulf.

Introdução

Maria Dahvana Headley's *The Mere Wife* (2018) offers a contemporary reimagining of the anonymous epic poem Beowulf (c.1000) that places women at the centre of its narrative conflicts through modern renditions of Wealhtheow and Grendel's Mother, exposing tensions that shape their identities and relationships. Within the suburban landscape of Herot Hall, female interactions are marked by suspicion and competition, revealing how patriarchal structures encourage women to monitor and compete with one another. As Haslanger (2012) argues, gender is constituted through social interpretations of bodies that position men as dominant and women as subordinate. Likewise, Bearman and Amrhein (2014) argue that internalised sexism operates "within or between women, even when no men are present" (p. 192), as women reproduce misogynistic beliefs through everyday interactions and gender conditioning.

This study analyses hostile relationships between women in the novel, particularly the matriarchal figures, while highlighting the different behaviour of Dana Mills (Grendel's Mother), whose character challenges the notion of inevitable female rivalry. The title, "The Mere Wife", symbolises this through its double meaning: "mere" as something small and unimportant, reflecting the wives of Herot Hall, especially Willa Herot (Wealhtheow), and "mere" as the body of water by which Dana lives.

These dynamics can be understood through internalised misogyny (Bearman & Amrhein, 2014), who argue that sexist expectations are perpetuated by both men and women, leading women to regulate themselves and others according to patriarchal standards. Using this concept as its main theoretical framework, this study employs a qualitative literary analysis alongside contributions from Chesler (2009) and Evteeva (2024). Focusing on Dana Mills, Willa Herot, and the Mothers of Herot Hall, the research analyses selected passages through four categories: objectification, invalidation, derogation, and competition between women, while also examining Dana's actions as resistance to patriarchal expectations.

This phenomenon affects women in everyday life: Bearman, Korobov, and Thorne's (2009) study of conversations between female friends shows that women are socialised to underestimate their abilities and accept restrictive gender expectations, reinforcing one another's insecurities. Such behaviour is normalised through reality television, which reinforces emotional manipulation and gender stereotypes, blaming women for men's harmful behaviour (Denby, 2021). Contemporary media such as The Mere Wife also operates through postfeminist discourse, creating the illusion that women have achieved

liberation while reinforcing patriarchal expectations (Hughes, 2012). Studying internalised misogyny exposes the mechanisms through which inequality is maintained, encouraging healthier solidarity among women.

Current scholarship on Headley's novel has largely focused on monstrosity, motherhood, and marginalisation within a patriarchal setting (Lucier, 2020; Bonvillain, 2020; Kroosterman, 2022; Møllegaard, 2024). While these studies acknowledge that women participate in reproducing patriarchal norms, relationships between women remain underexamined; this article addresses that gap, arguing that female antagonism is fundamental to the dynamics sustaining Herot Hall's patriarchal order.

Accordingly, this study seeks to show how hostile relationships between women are represented in The Mere Wife and how they sustain patriarchal structures within Herot Hall, examining objectification, invalidation, derogation, and competition, while investigating how Dana Mills's actions function as resistance. This article has five sections: following this introduction, the methodology outlines the qualitative approach adopted; the analysis examines the three characters through the four categories above, following their journey through the novel; finally, the conclusion summarises the main findings.

Metodologia

The research took place from September 2025 to August 2026. From September to December, the reading of the corpus took place, along with many articles and books regarding the texts. In the beginning of 2026, the aims were narrowed down and more articles focused on the matter were analysed. The writing took place from February to June.

This study adopts a qualitative (Minayo, 2016) literary analysis approach to examine hostile relationships between women in Maria Dahvana Headley's The Mere Wife (2018). The analysis is grounded primarily in the concept of internalised sexism proposed by Bearman and Amrhein (2014), particularly the categories outlined in the chapter "Girls, Women, and Internalized Sexism". Their framework understands internalised sexism as the process through which women absorb, reproduce, and reinforce patriarchal values through attitudes and behaviours directed toward themselves and other women. Our research also draws on the contributions of Chesler (2009) and Evteeva (2024), whose works examine the reproduction of misogyny through antagonism, emotional policing, and competition among women.

In her paper on Headley's novel, Møllegaard (2024) argues that Headley reconfigures monstrosity by bringing it closer to home, shifting it from a distant, external threat to something immediate or "next door." Therefore, a physical boundary is imposed on the novel, those inside Herot Hall that should adhere to its norms and customs and those outside of it are faced with horrid consequences by "trespassing". However, while that does not work to stop monstrosity from living inside the gated community, it illustrates what behaviour is expected from the people in it. In this case, it is regarded as internalised misogyny.

Thus, the corpus of our analysis consists of selected excerpts from the novel involving interactions between female characters. It is divided into two main sections: Inside, regarding Willa Herot and the Mothers; and Outside, on Dana Mills and her mother. That is, those inside the community being forced to follow its standards and those outside of it that actively transgress upon them. These excerpts are organised into four analytical categories adapted from Bearman and Amrhein's framework: objectification,

invalidation, derogation, and competition between women. These excerpts are presented following the events of the novel, by doing so we can understand how this phenomenon can affect the characters' development. Although presented separately for analytical purposes, these categories are understood as interconnected and overlapping forms of internalised misogyny that frequently operate simultaneously within the narrative.

The first category, objectification, examines moments in which women are reduced to their appearance, reproductive function, domestic role, or social utility within patriarchal structures. The second category, invalidation, focuses on interactions in which women dismiss, silence, undermine, or delegitimise the experiences and emotions of other women, reinforcing normative expectations of femininity and behaviour. The third category, derogation, analyses expressions of judgment, humiliation, exclusion, or hostility directed toward women who deviate from socially accepted gender roles, particularly regarding motherhood, sexuality, embodiment, and class performance. Finally, competition between women investigates how patriarchal values encourage rivalry, comparison, and antagonism among women, especially within the suburban environment of Herot Hall, where social acceptance and conformity become forms of symbolic power.

By close reading and interpretative analysis, the selected passages are examined through the lenses of internalised misogyny, aiming to understand these characters as both victims and transgressors of this phenomenon. Rather than treating hostility between women as an inherent characteristic of femininity, this methodology approaches such dynamics as socially constructed behaviours shaped by misogynistic cultural norms and reproduced through everyday interpersonal interactions.

Resultados e Discussões

Inside

The women in this section, Willa Herot and the collective Mothers (Diane Nowell, Tina Herot, and other unnamed matriarchs), occupy a paradoxical position within Herot Hall. Although they possess little formal authority, they perform much of the labour necessary for the community's survival, raising children, managing domestic life, and transmitting social values across generations. This supports Evteeva's (2024) observation that women may become participants in the preservation of systems that marginalise them, not because they hold power equal to men's, but because they are socialised to uphold existing structures. The Mothers teach their daughters to reproduce the same values they themselves embody, and continue to monitor and correct them long into adulthood. Headley consistently associates the group with imagery of organisation, discipline, and control, suggesting their authority extends beyond ordinary maternal concern. Although they do not employ physical violence, their power operates through judgement, shame, and social pressure. As Chesler (2009) observes, women are frequently discouraged from expressing aggression openly and instead learn to communicate hostility through indirect means such as manipulation, exclusion, and criticism. The Mothers exemplify this, enforcing conformity while presenting their actions as guidance and care.

1. Willa Herot

Willa Herot embodies the reproduction of patriarchal femininity within Herot Hall. According to Johri (2023), patriarchy constructs normative ideals of femininity that women are expected to reproduce, shaping them through emotional restraint, caregiving, social grace, aesthetic self-regulation, and deference to authority. While the novel exposes the pressures imposed on women, Willa is not portrayed solely as their victim; she

actively internalises and perpetuates them toward women who fail to conform. Drawing on Bearman and Amrhein's categories of objectification, invalidation, derogation, and competition, as well as Chesler's discussion of female aggression under patriarchy, Willa's character reveals how patriarchal ideology is sustained not only through male authority but through women's participation in enforcing its values upon themselves and one another. This section explores how a victim of other women's internalised misogyny can come to adopt the same behaviour, and how it leads to her tragic demise.

Willa is first introduced reading a curated cooking schedule, a calculated act: "Other wives look at her and wonder, and she wants it that way. She photographs and posts. She dresses for dinner. It is a competition, even though it pretends not to be" (p. 20). Even her affection for her husband is performative, "She likes it when he does it in front of guests" (p.20), revealing that marriage itself functions as comparison rather than intimacy. This performance is mirrored architecturally: Willa's home, made mostly of glass, fittingly symbolises a life lived under constant observation. Willa's past is significant: once a young actress married to the musician Richie Cotton, she is, after that early marriage fails, essentially married off to Roger Herot by her mother rather than through her own choice. "She woke up the morning after that wedding with her mother standing over her wedding bed. Willa's mother knows how to get a job done. Diane will never forgive Willa for that heroic rescue" (p. 22). Diane exemplifies an agent of patriarchal discipline presented as maternal concern, predicting Willa's future for her: "You won't go back to the city, Willa. You'll get married and have a child with Roger... You'll never be able to wear heels again" (p. 23). This is invalidation (Bearman & Amrhein, 2014) as Willa's future is narrated before she can determine it herself. Diane's regulation extends to appearance: "When there's anything that looks like a wrinkle or spot, her mother notices before she does... 'You have a man to keep'" (p. 24), reflecting objectification, whereby women learn to understand themselves as bodies evaluated externally. After Willa gives birth to Dylan, "two of her mother's friends arrived with a clenching device for revising her vagina" (p.24), postpartum recovery reframed as an exercise in aesthetic correction rather than rest.

This internalised objectification resurfaces after Roger's death, when Willa perceives herself as "thinner and more beautiful than she was a week ago, more perfect" (p. 133), even grief is filtered through appearance. When Willa struggles emotionally after Roger's death, Diane intervenes physically: "Diane's hands are on Willa's shoulders, marrowing her bones. 'Pull yourself together!' She pinches Willa through her dress" (p. 122), vulnerability disciplined rather than acknowledged. This moment foreshadows the woman Willa becomes she internalises the demand to "pull herself together" and reconstructs her identity around the performance of perfection, ultimately losing the ability to recognise Dylan's needs as separate from her own. Willa's self-surveillance turns outward when she meets Dana, her symbolic opposite: poor rather than wealthy, marginal rather than suburban. Willa's descriptions rely on monstrous, animalistic imagery ("claws, claws," p. 135), stripping Dana of humanity, and later escalate to violent fantasy: "She wants to slice Dana Mills into bites" (p. 279). This reflects Bearman and Amrhein's competitive logic, in which patriarchal structures redirect women's dissatisfaction horizontally rather than toward the systems that oppress them, Dana's motherhood and humanity are simply invalidated.

By Part III, Willa's identity is almost entirely dependent on performance: "her heroic husband is the envy of everyone, and sometimes she has him carry her purse through a crowded room, just so other women know she claims him" (p. 225), marriage as status

rather than intimacy. Beneath this, she remains exhausted, fantasising about forbidden indulgences, "hamburgers from drive-through windows... boxes of Girl Scout cookies" (p. 226), impulses that remain fantasy, showing how thoroughly she has learned to regulate herself. In the novel's tragic turn, Willa, traumatised, overwhelmed, and reliant on sleeping pills, mistakes her own son Dylan for Grendel and kills him. The tragedy occurs not because Willa rejects the values imposed on her, but because she embraces them so completely that they distort her perception of reality. Watching Dana board the evacuation train in Chapter 43, Willa reflects: "Dana Mills is a woman in black, who should never have come back from any dead land, who deserves nothing... with something she finally diagnoses as lust" (p. 294), a contradictory mix of condemnation and longing for the freedom Dana represents outside Herot Hall's structures. Rather than recognising this dissatisfaction as a product of the norms she has internalised, Willa redirects it toward Dana (derogation). In the same scene, watching the other women evacuate, she condemns them as "cowards" and "abandoners," concluding "Kill them, then. Kill them all" (p. 294): even in catastrophe, she weaponises the standards of endurance and self-denial that once disciplined her, now turning them against other women rather than against the structures responsible for her suffering. Willa Herot ultimately illustrates how internalised misogyny operates as a broader social mechanism sustaining patriarchal order. Through self-objectification, emotional invalidation, classed judgments of femininity, and antagonism toward Dana, Willa reproduces the very structures that constrain her, becoming one of Herot Hall's most active enforcers rather than simply its victim.

2. The Mothers

The Mothers function as the collective enforcers of Herot Hall's patriarchal order. Although they recognise the burdens placed on women, they reproduce those burdens through emotional policing, objectification, judgement, and competition, refusing responsibility when women fail under the pressures they impose. This haunting collective, narrated in first-person plural, includes Diane (Willa's mother) and Tina Herot (Willa's mother-in-law), the only two named individually.

3. The Policing of Femininity

The Mothers function as arbiters of acceptable womanhood, monitoring behaviour, appearance, motherhood, and emotional expression, presenting judgement as protection. Bearman and Amrhein (2014) argue that internalised sexism is perpetuated by women who participate in socialising other women and ensuring they do not deviate too far from the desired role. Diane exemplifies this from her first appearance, orchestrating Willa's transition into life at Herot Hall, including an abortion Willa does not seem to want yet complies with (p. 23), constructing womanhood as a predetermined sequence of marriage, motherhood, and self-sacrifice. The Mothers' collective policing becomes explicit when they arrive at Willa's home after she reports possible intruders: "'So?' says Willa's mother, Diane, marching in with her matriarchal unit... the mothers travel as a pack... This is a council of war" (p. 53). Although women in Beowulf are traditionally associated with peace-weaving (Lucier, 2020), Headley repeatedly associates the Mothers with conflict and surveillance instead, reinforced when Willa later regrets "calling in the troops" (p. 56). As Chesler (2009) notes, this regulation rarely manifests as direct confrontation. Tina's response to Willa, "A guest with a dog?" followed by "a look that feels like an ice pick to the soul" (p. 54), relies on suggestion rather than open accusation, notable given that Tina herself entered Herot Hall as another man's mistress, yet now participates in the same derogation once directed at her. As the Mothers move through Willa's home, they assert their dominance without a single insult: "at least two of them have fingers out, dragging for dust. Willa has a sudden fear that her lacy panties are on the kitchen floor" (p. 55); though she has done nothing wrong, their presence alone is enough to provoke

shame. This scrutiny intensifies around food and body image: Tina remarks "I'd never do a goose," Diane replies "The fat," and Tina adds "I love how she doesn't care about calories" while both look at Willa's waist (p. 56), objectification and derogation disguised as casual conversation, through which Diane and Tina achieve solidarity by policing femininity together, exemplifying Chesler's argument about When Willa appears distressed, the Mothers respond dismissively: "What's gotten into her is that she's a time bomb in yoga pants... Once, we had to have an emergency hysterectomy and we said nothing" (p. 93), suffering treated as competitive, with emotional endurance framed as a measure of feminine worth. Male infidelity, by contrast, is normalised: reflecting on Roger's father, they note "Not one of us wasn't pinched by that man. Tina was his fourth choice. She was his secretary. This is the way it goes" (p. 93), naturalising unequal dynamics while directing judgement toward the women involved rather than the men responsible. Even apparent comfort remains disciplinary: after Roger's death, Diane tells Willa, "Keep yourself together. Don't fall apart... Stand up straight. This isn't your shame. It's Roger's" (p. 137), grief subordinated to composure and performance. The Mothers thus emerge not simply as victims of patriarchal expectations but as active participants in their reproduction.

4. The Limits of Maternal Authority

The Mothers' authority depends on women successfully performing their assigned roles; when women experience grief or collapse, the Mothers prove incapable of accommodating this and instead redirect blame onto the individual, illustrating what Evteeva (2024) describes as oppressed people coming to "accept dominant ideology" and becoming "collaborators of the system" (p. 3). After Roger's death, Tina, who once helped police other women, becomes isolated by her own grief and is judged in turn: "She looks like the walking dead. She's just been going to the cemetery to sit at Roger's grave, like that's not morbid" (p. 144). Her mourning is read as inappropriate deviation rather than natural response, showing that internalised misogyny ultimately harms even those who enforce it. The Mothers are not unaware of their position, reflecting on Diane, Headley states, "Her mother and women like her are the reason men can live at all, running corporations, announcing wars... every woman plots the course of the universe... sending him out into his day" (p. 174). Yet this recognition produces no resistance, instead, Diane insists Willa continue performing femininity even in mourning: "Don't you dare make that face... This is your moment. Take it... You've had more than your fair share" (p. 174), minimising Willa's suffering rather than the conditions producing it. Tina's marginal status within the group persists for decades: "Tina was never our favourite... she comes knocking, carrying a basket of muffins like she's Red Riding Hood, when really she's a wild animal" (p. 204), derogation functioning as exclusion. As her grief deepens and she can no longer meet the community's expectations, Diane ultimately kills her in a symbolic culmination of the Mothers' logic that a woman who cannot maintain Herot Hall's standards becomes disposable, violence that was previously indirect is now made literal. Yet the Mothers can also articulate genuine awareness of their position: "It's always the mothers who are hated. The fathers are too far away, home at 5:30... Imagine being a target for fifty years... unacknowledged as being the armed guard of civilization" (p. 268). This insight never develops into critique, they continue enforcing the same pattern on younger women, illustrating Evteeva's argument that awareness of oppression can coexist with its reproduction. Their ambivalence peaks in relation to Dana Mills, who exists outside their structures: "We who are survivors recognize her. We've wanted to be like her, even, warriors with our swords, killing everyone who gets in our way" (pp. 268--269), admiration immediately followed by the resolve to "hunt her" as "a pack of well-preserved women" (pp. 268--269), since embracing what Dana represents would mean

abandoning the order that grants them authority. This logic culminates in a rhetoric of protection, "We save our daughters from disaster, over and over again" (p. 270), before finally collapsing into denial: "Look at him, not at us... She's not our daughter. Never mind the years of cleaning up after her, fixing her life, mending her marriages" (Headley, 2018). Despite decades spent shaping Willa's behaviour, the Mothers refuse accountability when the results prove destructive, individualising responsibility instead. The Mothers therefore emerge not as villains but as participants in a cycle of patriarchal reproduction: they recognise many of the injustices shaping their lives yet remain invested in the very system responsible for their suffering, transforming care into control, solidarity into exclusion, and responsibility into denial.

5. Outside: Dana Mills

Dana Mills, Grendel's mother, named Gren here, is the only female character living outside Herot Hall and largely free of its norms. Her hostility toward Willa emerges from rivalry over Dylan, but her motivations differ fundamentally: while Willa and the Mothers reproduce patriarchal norms through surveillance and emotional policing, Dana demonstrates comparatively few of these behaviours. Notably, while Willa is narrated in third person and the Mothers in first-person plural, Dana speaks alone in first-person singular. Unlike Willa's introduction through competition, Dana describes herself through the marks of survival: "The damage that shows: One eye. There's a part of my hair coming in white instead of black" (p. 31). These injuries are not framed as flaws requiring correction or tied to desirability, in contrast to the Mothers' constant bodily monitoring. Dana remains largely outside the objectification (Bearman and Amrhein, 2014) that structures Herot Hall's interactions. Dana rarely participates in these dynamics even in conflict: her hostility toward Willa is never rooted in Willa's femininity, appearance, or social status, but centres on protecting Gren, as when she worries about Dylan's ability to "break my baby's heart" (Headley, 2018). Her claim over Dylan is rooted in love and protection, unlike Willa's, which is shaped by Herot Hall's expectations. The clearest distinction lies in Dana's aggression. Where the Mothers' hostility is non-violent but indirect (Chesler, 2009), Dana's anger is explicit and directed at the men and institutions she associates with danger: "Men who think they made the world out of clay... a woman wouldn't flip the universe over and flatten them beneath it. I have enough bullets for all of them" (p. 117). Unlike the Mothers, who redirect dissatisfaction toward other women, Dana names the actual source of her anger; her violence stems from a desire to protect Gren, not from internalised misogyny. Even after killing Roger, believing he murdered Gren, Dana reflects on the cost to Dylan: "I killed Dylan's father because Dylan's father killed Gren, but Gren's not dead..." (Headley, 2018), an awareness of consequence beyond her own suffering that the Mothers, who reduce other women to objects of judgement, rarely display. Whereas Willa and the Mothers repeatedly participate in reproducing patriarchal systems against women who fail to conform (Evteeva, 2024), Dana occupies a position largely external to these structures. She neither seeks validation from Herot Hall nor helps maintain its social order, though she remains affected by the broader patriarchal world around her and is far from free of violence herself. Unlike Willa and the Mothers, however, her actions are motivated by preserving Gren's life rather than regulating other women or maintaining respectability. Through Dana, Headley demonstrates that female aggression need not stem from internalised misogyny, and that maternal devotion can exist outside the systems governing the women inside Herot Hall.

Conclusão

This study analysed internalised misogyny in Headley's The Mere Wife (2018), focusing on Willa Herot, the Mothers of Herot Hall, and Dana Mills. Drawing on Bearman and Amrhein (2014), Chesler (2009), and Evteeva (2024), the analysis showed that internalised misogyny functions not as an individual attitude but as a social mechanism through which patriarchal norms are reproduced by women, exposing women as both victims and agents of oppression. The analysis of Willa Herot revealed how patriarchal expectations are internalised through continuous regulation of appearance, behaviour, motherhood, and emotional expression. Throughout the novel, Willa learns to evaluate herself by standards imposed by her mother and Herot Hall, so her identity depends on external validation. Her antagonism toward Dana and psychological collapse illustrate the destructive consequences of internalised misogyny when feminine worth becomes inseparable from social approval; fittingly, she is the only woman held accountable by the novel's end, while the Mothers who shaped her escape any comparable reckoning. The Mothers of Herot Hall demonstrate how internalised misogyny operates collectively. Through surveillance, invalidation, derogation, and exclusion, they regulate other women's behaviour while presenting such interventions as care. Although they recognise the inequalities shaping their lives, they remain invested in preserving the structures responsible for their suffering, revealing how patriarchal systems encourage hostility toward one another rather than the institutions constraining them. In contrast, Dana Mills functions as a narrative counterpoint. While not free from violence or trauma, she rarely reproduces the internalised misogyny governing Herot Hall; her actions stem primarily from protection and maternal devotion rather than the need to regulate other women, demonstrating that female aggression need not stem from internalised misogyny. Ultimately, The Mere Wife presents internalised misogyny as one of the novel's most destructive forces. Rather than depicting patriarchal oppression solely as something imposed by men, Headley highlights how these structures become embedded in everyday relationships among women, shaping how they perceive themselves and one another. By reimagining Grendel's mother and relocating the conflicts of Beowulf to a contemporary suburban setting, the novel exposes how patriarchal values continue to be reproduced through family, community, and motherhood. Consequently, the novel offers a powerful critique of the mechanisms that transform women into enforcers of the very norms that limit their autonomy, while suggesting the possibility of alternative ways of inhabiting womanhood beyond the restrictive boundaries of patriarchal femininity. The Mere Wife also suggests that internalized misogyny is maintained not simply through women's belief in patriarchal values, but through their everyday enforcement of those values upon one another.

Referências

BEARMAN, S.; AMRHEIN, M. Girls, women, and internalized sexism. In: DAVID, E. J. R. (Ed.). Internalized oppression: The psychology of marginalized groups. New York: Springer Publishing Company, 2014. p. 191-225. BEARMAN, Steve; KOROBOV, Neill; THORNE, Avril. The fabric of internalized sexism. Journal of Integrated Social Sciences, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 10-47, 2009. BONVILLAIN, Claire M. "Monsters in Suburbia": Women's Bodies, Monstrosity, and Motherhood in The Mere Wife. 2020. Honors Theses -- Louisiana State University, Baton Rouge, 2020. CHESLER, Phyllis. Woman's Inhumanity to Woman. Chicago: Lawrence Hill Books, 2009. DENBY, Kathryn. Toxicity and femininity in Love Island: how reality dating shows perpetuate

sexist attitudes towards women. Frontiers in Sociology, Lausanne, v. 6, art. 641216, 2021. DONALDSON, E. Talbot (trad.). Beowulf: a prose translation. Rev. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2002. GARDNER, John. Grendel. New York: Vintage Books, 1971. HASLANGER, Sally. Resisting Reality: Social Construction and Social Critique. New York: Oxford University Press, 2012. HEADLEY, Maria Dahvana. The Mere Wife. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018. HEANEY, Seamus (trad.). Beowulf: a new verse translation. New York: W. W. Norton & Company, 2000. HUGHES, Lilian. The real housewives of postfeminism: false agency and the internalization of patriarchy on reality television. 2012. Thesis (Master of Arts in Communication, Culture, and Technology) -- Georgetown University, Washington, D.C., 2012. JOHRI, Manjari. Feminist perspective on patriarchy: its impact on the construction of femininity and masculinity. New Literaria: An International Journal of Interdisciplinary Studies in Humanities, v. 4, n. 2, p. 1-9, 2023. KROOSTERMAN, Alison. Shattered temporalities: an investigation into trauma, time, and the monstrous in Maria Dahvana Headley's The Mere Wife (2018). 2022. Thesis (Master of Arts), 2022. LUCIER, Grace. Matrons, mothers, and monsters: the heroine in Beowulf, Grendel, and The Mere Wife. 2020. Honors Thesis -- College of the Holy Cross, Worcester, 2020. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016. MØLLEGAARD, Kristen. The monster next door: uncanny suburbia and monstrous motherhood in Maria Dahvana Headley's The Mere Wife. 2024.

CÓDIGO: HS0510

AUTOR: NATHALIA MONTEIRO DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: CARLOS EDUARDO FREITAS MORAIS

TÍTULO: Uma cartografia contemporânea do vitalismo na teoria social

Resumo

Este relatório investiga a presença de uma sensibilidade vitalista na teoria social contemporânea, a partir da obra de Geni Núñez, escritora e ativista indígena guarani. Fundamentado em seminários que articularam autores como Vandenberghe, Viveiros de Castro, Isaiah Berlin, Hölderlin e Habermas, o trabalho parte da ideia de que a vida pode ser pensada como força, movimento e transformação, e não como algo fixo ou definitivo.

A pesquisa vem se concentrando no livro "Descolonizando afetos" (2023), no qual Núñez propõe romper com os parâmetros coloniais que regem as relações afetivas. A autora identifica a monogamia não como um dado natural, mas como um dispositivo colonial de controle sobre o corpo, o gênero, a fé, a economia e o direito — que se desdobra em violências de gênero, exclusão de pessoas sexo-gênero dissidentes, arquitetura jurídica do casamento e divisão do trabalho doméstico.

A partir daí, vêm sendo mapeados três conceitos-chave da obra de Núñez que dialogam com o vitalismo: a "artesania dos afetos", que entende o amor como construção sob medida e não como roteiro pronto; a "fala boa" (aywu porã ou nhe'ẽ), que trata a palavra como algo vivido; e o "tropismo", noção emprestada da biologia que descreve o afeto como movimento orientado, e não como escolha fixa. Juntos, esses conceitos apontam para o afeto como força viva, em constante reorientação.

Palavras-chave: Vitalismo. Teoria social. Geni Núñez. Tropismo. Descolonização. Afetos

TITLE: A contemporary cartography of vitalism in social theory

Abstract

This report investigates the presence of a vitalist sensibility in contemporary social theory, based on the work of Geni Núñez, a Guarani indigenous writer and activist. Grounded in seminars that engaged authors such as Vandenberghe, Viveiros de Castro, Isaiah Berlin, Hölderlin, and Habermas, the study departs from the idea that life can be understood as force, movement, and transformation, rather than as something fixed or definitive.

The research has been focusing on the book "Descolonizando afetos" [Decolonizing Affects] (2023), in which Núñez proposes breaking with the colonial parameters that govern affective relationships. The author identifies monogamy not as a natural given, but as a colonial device of control over the body, gender, faith, economy, and law — one that unfolds into gender-based violence, the exclusion of sex-gender dissident people, the legal architecture of marriage, and the division of domestic labor.

From this starting point, the study has been mapping three key concepts from Núñez's work that engage with vitalism: "artesania dos afetos" [craft of affects], which understands love as a custom-made construction rather than a ready-made script; "fala boa" [good speech] (aywu porã or nhe'ẽ), which treats the word as something lived; and "tropism," a notion borrowed from biology that describes affect as oriented movement rather than fixed choice. Together, these concepts point to affect as a living force, in constant reorientation.

Keywords: Vitalism. Social theory. Geni Núñez. Tropism. Decolonization. Affects.

Introdução

O presente relatório tem por base seminários de formação nos quais foram trabalhadas as leituras de autores como Frédéric Vandenberghe, Eduardo Viveiros de Castro, Isaiah Berlin, Friedrich Hölderlin e Jürgen Habermas, articulando conceitos centrais para a pesquisa: metateoria, teoria sociológica e teoria social; o conceito de sociedade na antropologia; as tradições do romantismo e do idealismo alemão; e o fenômeno da modernidade. Essas leituras constituem a base teórica do plano de trabalho "Uma cartografia contemporânea do vitalismo na teoria social", cujo objetivo é mapear essa tradição nas teses de autoras contemporâneas — Geni Núñez, Christina Sharpe, Elizabeth A. Povinelli, Donna Haraway, Vinciane Despret, Dominique David-Ménard e

Judith Butler —, a partir de textos-chave como "Life" (Lash, 2006) e "Vida" (Canguilhem, 2020).

Cada autor trabalhado nos seminários contribui de forma específica para essa cartografia. A discussão sobre metateoria, conduzida a partir de Vandenberghe, ajuda a situar o vitalismo dentro do campo da teoria social. O estudo do romantismo e do idealismo alemão, com Hölderlin e Isaiah Berlin, revela as raízes desse pensamento sobre vida, força e movimento. Viveiros de Castro, por sua vez, conecta essa discussão ao conceito de sociedade na antropologia e à proposta ontológica de Geni Núñez, autora da qual me aproximei de modo mais direto ao longo da pesquisa. Já Habermas, com sua teoria da modernidade, oferece um contraponto crítico, apontando os riscos e os limites desse retorno ao vitalismo — especialmente nas discussões sobre raça, corpo e subjetividade presentes nas obras de Sharpe, Butler e David-Ménard.

No desenvolvimento efetivo da pesquisa, dediquei-me exclusivamente à obra de Geni Núñez, autora da qual me abarquei de modo mais direto. É em conceitos como o de "artesania dos afetos" — a ideia de que amar não segue um roteiro pronto, mas se fabrica sob medida a cada relação —, o de "fala boa" (aywu porã ou nhe'ẽ), que concebe a palavra não como algo apenas dito ou escrito, mas como palavra vivida, e sobretudo o de "tropismo", que a autora importa da biologia para descrever o afeto como movimento orientado, e não como escolha fixa ou puramente racional, que essa tradição vitalista aparece com mais clareza em seu trabalho. Nesses três conceitos, o afeto é tratado como força viva, em constante reorientação e fabricação, o que aproxima o pensamento de Núñez, ainda que ela não utilize o termo, de uma sensibilidade vitalista dentro da teoria social contemporânea.

Metodologia

A pesquisa que fundamenta este relatório caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, ancorada num procedimento de leitura e análise conceitual desenvolvido ao longo de seminários de formação. A escolha por essa abordagem se justifica pela própria natureza do objeto investigado: trata-se de identificar e mapear uma sensibilidade teórica — o vitalismo — que não se apresenta de forma explícita ou sistematizada nas obras analisadas, mas que precisa ser reconstruída a partir da leitura atenta de conceitos, imagens e argumentos dispersos ao longo dos textos.

O primeiro momento da pesquisa consistiu na participação em seminários de formação teórica, nos quais foram trabalhadas as leituras de autores fundamentais para a construção do arcabouço conceitual do trabalho: Frédéric Vandenberghe, Eduardo Viveiros de Castro, Isaiah Berlin, Friedrich Hölderlin e Jürgen Habermas. Esses seminários funcionaram como uma etapa de formação teórica de base, na qual os conceitos de metateoria, teoria sociológica e teoria social foram diferenciados e articulados, o conceito de sociedade na antropologia foi discutido a partir da leitura de Viveiros de Castro, as tradições do romantismo e do idealismo alemão foram estudadas por meio de Hölderlin e Berlin, e o fenômeno da modernidade foi problematizado a

partir da leitura crítica de Habermas. Essa etapa não configurou, portanto, uma análise direta do objeto de pesquisa, mas uma preparação conceitual necessária para reconhecer, mais adiante, os traços de uma tradição vitalista em autoras contemporâneas.

A partir dessa base teórica, delimitou-se o plano de trabalho "Uma cartografia contemporânea do vitalismo na teoria social", cujo desenho metodológico original previa o mapeamento comparativo dessa tradição nas obras de sete autoras — Geni Núñez, Christina Sharpe, Elizabeth A. Povinelli, Donna Haraway, Vinciane Despret, Dominique David-Ménard e Judith Butler —, tomando como referência textos-chave sobre o conceito de vida, como "Life" (Lash, 2006) e "Vida" (Canguilhem, 2020). Esse desenho inicial cumpriu a função de situar o problema de pesquisa dentro de um campo mais amplo de discussão contemporânea sobre vitalismo, corpo, raça e subjetividade.

No entanto, no desenvolvimento efetivo da pesquisa, optou-se por um recorte metodológico mais delimitado, concentrando a análise exclusivamente na obra de Geni Núñez. Essa escolha metodológica se deu por dois motivos principais: primeiro, pela viabilidade de um estudo mais aprofundado e cuidadoso de uma única autora, em vez de uma abordagem panorâmica e necessariamente mais superficial de sete pensadoras distintas; segundo, porque a obra de Núñez apresentou, já numa primeira leitura exploratória, uma densidade conceitual particularmente fértil para a discussão vitalista, especialmente pela articulação entre cosmogonia guarani, crítica decolonial e teoria dos afetos.

O procedimento analítico adotado para o estudo da obra de Núñez consistiu na leitura integral e na análise de conteúdo do livro "Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar" (2023), complementada pela leitura do artigo "O sistema de monoculturas da sexualidade, da fé e dos afetos: reflorestando imaginários" (2022). A partir dessas leituras, foi realizado um processo de identificação e sistematização de conceitos-chave que apresentassem ressonância com a tradição vitalista trabalhada nos seminários — processo que resultou na seleção de três conceitos centrais: "artesania dos afetos", "fala boa" (aywu porã ou nhe'ẽ) e "tropismo".

Cada um desses conceitos foi analisado isoladamente, por meio de leitura interpretativa dos trechos em que aparece na obra, e, em seguida, relacionado ao arcabouço teórico vitalista construído previamente nos seminários — sobretudo à ideia, oriunda do romantismo e do idealismo alemão, de que a vida é força, movimento e impulso, e não substância fixa e inerte. Esse movimento de aproximação entre os conceitos da autora e a tradição vitalista não pressupôs que Núñez estivesse dialogando diretamente com essa tradição filosófica ocidental — a própria autora não emprega o termo "vitalismo" em nenhum momento —, mas buscou evidenciar uma convergência de sensibilidade teórica entre campos de pensamento distintos: a filosofia vitalista europeia e a cosmogonia guarani articulada por Núñez.

Cabe destacar que esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento, e o recorte metodológico aqui apresentado reflete uma etapa ainda em curso do processo investigativo. Os conceitos analisados, bem como as aproximações propostas entre a obra de Núñez e a tradição vitalista, devem ser compreendidos como resultados preliminares, passíveis de aprofundamento, revisão e ampliação nas etapas subsequentes da pesquisa — inclusive com a possível retomada, em momento posterior, do desenho

comparativo original envolvendo as demais autoras inicialmente previstas no plano de trabalho.

Resultados e Discussões

A leitura da obra de Geni Núñez, sobretudo do livro "Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar" (2023), permitiu identificar um percurso argumentativo consistente, que parte da crítica à monogamia como dispositivo colonial e desemboca em uma proposta afetiva compatível com uma sensibilidade vitalista, ainda que a autora não utilize esse termo em nenhum momento de sua obra.

A monogamia como dispositivo colonial

O primeiro resultado relevante da pesquisa diz respeito à desnaturalização da monogamia. Núñez argumenta que a monogamia não é um dado natural, universal ou espontâneo da capacidade humana de se afetar, mas um dispositivo colonial de controle sobre o corpo, o gênero, a fé, a economia e o direito. Essa constatação é sustentada pela própria gramática guarani, que, segundo a autora relata, não possui palavras específicas que denotem posse: "Minha mãe me contou que, em Guarani, ela não conhece palavras específicas que denotem posse. Em vez de dizer que somos 'donos' de algo, falamos que estamos em sua companhia" (Núñez, 2023). Essa observação, aparentemente pontual, revela-se estruturante para todo o argumento da autora: se a própria língua de seu povo recusa a lógica proprietária, então a monogamia — fundada justamente sobre essa lógica — não pode ser tomada como universal ou natural. Essa recusa dialoga com o pensamento de Kimberly TallBear, para quem a monogamia é parte de um projeto de imposição colonial iniciado nas missões jesuíticas como instrumento catequizador e civilizatório.

A partir dessa desnaturalização inicial, a pesquisa identificou que Núñez desdobra sua crítica em quatro frentes articuladas, que não devem ser lidas como argumentos isolados, mas como faces diferentes de um mesmo dispositivo de controle. A primeira frente relaciona a indissolubilidade do vínculo conjugal à violência de gênero, apontando que a impossibilidade histórica do divórcio sob a normatividade cristã funcionou como ferramenta ideológica de sustentação de violências misóginas — não sendo coincidência que o feminicídio seja majoritariamente cometido por ex-companheiros inconformados com a ruptura da exclusividade relacional. A segunda frente estende essa mesma estrutura às pessoas sexo-gênero dissidentes, cuja existência já contraria os preceitos estritamente cristãos da monogamia compulsória: "A monogamia faz parte da conjuntura da família defendida pelo Estado, caracterizada também pela heterocisnorma que orienta a misoginia e as demais violências sofridas por pessoas sexo-gênero dissidentes" (Núñez, 2023).

A terceira frente identificada desloca a discussão do campo moral para o campo jurídico-econômico, revelando como a moralidade religiosa se traduziu em legislações

inteiras: "podemos perceber que a imposição jurídica da monogamia está diretamente relacionada ao direito à propriedade, à previdência, à pensão" (Núñez, 2023). Segundo a autora, esse arranjo tem por objetivo assegurar que os direitos circulem apenas entre os sujeitos ditos da "família normal", o que fere o próprio princípio de laicidade do Estado. A quarta e última frente mapeada volta-se para a divisão do trabalho doméstico, mostrando como a gestão religiosa do corpo — sobretudo do corpo feminino — naturalizou a exigência de ser "boa esposa" e "dona do lar", fechando o círculo entre fé, direito e trabalho.

Recusar sem inverter: a interdependência anticolonial

Um resultado particularmente relevante da análise foi a identificação de um cuidado metodológico da própria autora, que se revelou central para compreender a proposta afetiva que ela constrói. Núñez alerta que a crítica à monogamia não deve recair no mesmo erro que denuncia: "A identificação daquilo que não gostaríamos de perpetuar não deve ser simplesmente uma inversão dos valores da monogamia, pois essa inversão ainda centralizaria a monogamia" (Núñez, 2023). Esse cuidado é o que permite à autora escapar de uma hierarquização invertida — afirmar simplesmente que a não monogamia seria "superior" — e propor, em seu lugar, o conceito de interdependência anticolonial: um modelo horizontal que reconhece que ninguém se sustenta sozinho, distribuindo o comprometimento afetivo por uma rede de cuidado, amizade, parentesco e comunidade, sem hierarquizar vínculos.

A monocultura dos afetos

A pesquisa também identificou, na obra de Núñez, uma operação conceitual de grande potência analítica: a analogia entre monocultura, monoteísmo e monogamia. Servindo-se do pensador indígena Ailton Krenak, para quem "monocultura é a imposição monolítica de um mundo só" (Krenak; Campos, 2021), Núñez transpõe essa estrutura para os afetos, argumentando que a monogamia funciona como uma monocultura afetiva: um regime que reconhece como legítima apenas uma única forma de afetação, descartando a fertilidade que a pluralidade de vínculos poderia sustentar. Essa analogia revelou-se um dos pontos mais fecundos da pesquisa, pois estabelece uma ponte direta entre a crítica decolonial de Núñez e uma imagem organicista — a da terra empobrecida por uma única espécie cultivada — que já carrega, em si, uma sensibilidade vitalista: a ideia de que a vida (da terra, dos afetos) se realiza plenamente na diversidade e no movimento, e se empobrece na repetição fixa de um único modelo.

Artesania dos afetos, fala boa e tropismo: a aproximação com o vitalismo

O núcleo mais relevante dos resultados desta pesquisa, no entanto, concentra-se em três conceitos que Núñez desenvolve na etapa final de sua obra e que, segundo a análise realizada, apresentam a aproximação mais evidente com a tradição vitalista discutida nos seminários de formação.

O primeiro conceito é o de "artesania dos afetos", que sugere que amar não é seguir um roteiro pronto — o script romântico monogâmico herdado da colonização —, mas fabricar, com as próprias mãos e junto de quem se ama, formas de vínculo sob medida para cada relação e cada momento. A pesquisa identificou uma aproximação relevante entre essa noção e o conceito de fabulação crítica de Saidiya Hartman (2008): assim

como a fabulação inventa narrativas possíveis onde o arquivo oficial silenciou, a artesania dos afetos inventa formas de amar onde a norma colonial só ofereceu um único molde. Trata-se, portanto, não de ficção no sentido de irrealidade, mas de um exercício criativo e situado de construção relacional.

O segundo conceito identificado é o de "fala boa" (aywu porã ou nhe'ẽ), noção da cosmogonia guarani que ensina que a palavra não é apenas algo escrito ou dito, mas a palavra vivida. Na artesania dos afetos, a fala boa atua como um artesanato narrativo, no qual palavras como "amor", "fidelidade" e "respeito" são "abertas" para que se verifique o que elas de fato traduzem na prática cotidiana, para além das abstrações e promessas vazias da moralidade colonial. Esse conceito revelou-se especialmente significativo para a discussão vitalista, pois desloca a palavra do campo estático da linguagem escrita ou formal para o campo dinâmico da vivência — a palavra como algo que só existe, de fato, quando encarnada na prática.

O terceiro e mais decisivo conceito é o de "tropismo", noção que a autora importa diretamente da biologia — o movimento de um organismo em resposta a um estímulo do ambiente — para descrever o afeto como movimento orientado, e não como escolha fixa ou puramente racional. Segundo Núñez, formados numa monocultura afetiva, nosso tropismo relacional tende a se voltar, quase automaticamente, para os modelos que essa cultura valida — a exclusividade, o casamento, a posse —, mesmo quando cremos estar escolhendo livremente. Descolonizar os afetos é, portanto, também reeducar esse tropismo, reorientando o movimento de nossos desejos e vínculos para outras fontes de referência que não apenas as ensinadas pela colonialidade. Esse conceito, mais do que qualquer outro identificado na obra, materializa a aproximação com a tradição vitalista: o afeto deixa de ser tratado como estado ou escolha fixa e passa a ser compreendido como força viva, em constante reorientação e movimento — exatamente a concepção de vida que autores como Hölderlin e Isaiah Berlin, no âmbito do romantismo e do idealismo alemão, já haviam explorado a partir de outro referencial teórico e histórico.

Discussão preliminar

Os resultados aqui apresentados permitem sustentar, de forma ainda preliminar, que a obra de Geni Núñez articula, a partir de um referencial próprio — a cosmogonia guarani e a crítica decolonial —, uma sensibilidade teórica compatível com a tradição vitalista discutida nos seminários de formação. Essa convergência não deve ser lida como uma aplicação direta de categorias filosóficas ocidentais sobre o pensamento indígena, mas como uma aproximação de sensibilidades: tanto o vitalismo quanto os conceitos de Núñez recusam a ideia de vida (e de afeto) como algo fixo, definitivo e naturalizado, propondo, em seu lugar, uma compreensão da existência como força, movimento e possibilidade permanente de reorientação.

Cabe destacar, contudo, que esses resultados refletem uma etapa ainda em desenvolvimento da pesquisa. A discussão aqui proposta concentrou-se exclusivamente na obra de Núñez, e os apontamentos sobre sua aproximação com o vitalismo — especialmente por meio dos conceitos de artesania dos afetos, fala boa e tropismo — constituem hipóteses interpretativas a serem aprofundadas em etapas posteriores da investigação, inclusive por meio do eventual retorno ao desenho comparativo original com as demais autoras previstas no plano de trabalho inicial.

Conclusão

O percurso de Núñez não propõe substituir uma norma por outra, mas sustenta, do início ao fim, a mesma ideia central: a de que amar nunca foi uma questão puramente íntima, mas política, jurídica, religiosa e econômica — e que a monogamia, longe de ser natureza, é a forma que a colonialidade encontrou de administrar tudo isso ao mesmo tempo. Reconhecer essa continuidade entre violência, direito, fé e trabalho não significa condenar quem escolhe viver a monogamia, mas recusar que ela seja a única forma legítima de amar. A verdadeira desordem que a autora propõe, afinal, não é o caos, mas a possibilidade de artesanato: a de que cada pessoa, em interdependência com as demais, teça seus próprios modos de se relacionar — plurais, horizontais e livres da exigência de posse.

Referências

BERLIN, Isaiah. *As raízes do romantismo*. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Fósforo, 2022.

CANGUILHEM, Georges. Vida. Tradução: Caio Souto. *PERI – Revista de Filosofia*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 190-205, 2020.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*: doze lições. Tradução: Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARTMAN, Saidiya. Venus in two acts. *Small Axe*, Durham, v. 12, n. 2, p. 1-14, jun. 2008.

HÖLDERLIN, Friedrich. *Fragmentos de poética e estética*. Trad. Ulisses Razzante Vaccari. São Paulo: Edusp, 2020.

KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. *Lugares de origem*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

LASH, Scott. Life (vitalism). *Theory, Culture & Society*, [S. l.], v. 23, n. 2-3, p. 323-329, 2006.

NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos*: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

NÚÑEZ, Geni. O sistema de monoculturas da sexualidade, da fé e dos afetos: reflorestando imaginários. *In*: AMBRA, Pedro (org.). *As subversões do erótico*. São Paulo: Cult Editora, 2022. p. 87-97.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica. *Cadernos do Sociofilo*, Rio de Janeiro, n. 3, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de sociedade em antropologia: um sobrevôo. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 297-316.

CÓDIGO: HS0531

AUTOR: YSLA GABRIELE RIBEIRO DE MIRANDA

ORIENTADOR: ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM

TÍTULO: MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS SOBRE DROGAS: IMPACTOS NA VIDA E NA SAÚDE MENTAL

Resumo

Este projeto busca compreender como mulheres em situação de rua produzem práticas de cuidado e saberes relacionados às drogas a partir de suas experiências territoriais. Diante de uma perspectiva interseccional, notam-se os atravessamentos de gênero, raça/etnia e classe social na produção de violências e violações de direitos. A partir de uma abordagem antiproibicionista e colaborativa, subsidiada pela cartografia e análise institucional, compreendemos que pesquisadoras e participantes constroem os dados da pesquisa por sua implicação no processo. Foram desenvolvidas atividades coletivas com o Movimento Nacional da População de Rua do RN e mulheres que frequentam a Toca de Assis, instituição religiosa em Natal. Para isso, foram utilizados como instrumentos metodológicos rodas de conversa, oficinas e diários de campo. A partir disso, observou-se a diversidade do que é existir como mulher em situação de rua: militando em movimentos políticos e/ou reivindicando direitos através do corpo nos territórios. As drogas assumem significados diversos, como formas de proteção, resistência e socialização. Esses achados evidenciam que as experiências relacionadas às drogas possibilitam estratégias construídas pelas mulheres diante das violências e violações de direitos. Conclui-se que as práticas de cuidado e saberes produzidos pelas mulheres em situação de rua constituem formas de resistência e produção de vida, tensionando perspectivas centradas no controle do uso de drogas.

Palavras-chave: Mulheres em situação de rua. Interseccionalidade. Drogas. Cuidado.

TITLE: Homeless women and drug policy: impacts on life and mental health

Abstract

This project seeks to understand how women experiencing homelessness develop care practices and knowledge related to drugs based on their experiences within specific

territories. From an intersectional perspective, we observe the intersections of gender, ethnicity, and social class in the production of violence and human rights violations. Through an anti-prohibitionist and collaborative approach, supported by cartography and institutional analysis, we recognize that researchers and participants jointly construct the research data through their involvement in the process. Collective activities were developed with the National Movement of the Homeless Population of Rio Grande do Norte and women who frequent Toca de Assis, a religious institution in Natal. For that, conversation circles, workshops, and field journals were used as methodological tools. Like this, we observed the diversity of what it means to exist as a woman living on the streets: engaging in political movements and/or asserting rights through the body within these territories. Drugs take on diverse meanings, such as forms of protection, resistance, and socialization. These findings demonstrate that drug-related experiences enable strategies developed by women in the face of violence and rights violations. It is concluded that the care practices and knowledge produced by women living on the streets constitute forms of resistance and the creation of life, challenging perspectives centered on controlling drug use.

Keywords: Homeless women. Intersectionality. Drugs. Care.

Introdução

Diante da desigualdade brasileira, o cenário de política sobre drogas aprofunda a violência cotidiana. Isso se dá mediante os impactos relativos às políticas de segurança e repressão ao tráfico de drogas (Telles, Arouca, Santiago, 2018) e às práticas de cuidado asilares, focadas em comunidades terapêuticas e na privatização e psiquiatrização da saúde (Fossi, Guareschi, 2015; Costa, 2022), vivida pelas pessoas que consomem substâncias psicoativas e que estão em situação de rua.

Segundo dados do sistema e-SUS AB acerca da população em situação de rua, até junho de 2020 (Brasil, 2020), houve 34.291 mil pessoas do gênero feminino em situação de rua e 64.273 mil pessoas do gênero masculino. O total dessa população cadastrada nessa plataforma representa cerca de 45% (98.564) da população em situação de rua no Brasil, estimado pelo IPEA em 2020, de, aproximadamente, 222 mil pessoas. Ademais, conforme o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), pessoas de países pobres e periféricos tendem a sofrer mais os impactos negativos das políticas sobre drogas. Esse fenômeno pode ser explicado pela discriminação social e pelas barreiras no acesso à assistência médica de qualidade, pois residem ou transitam em territórios negligenciados pelo Estado.

A Política Nacional para População em Situação de Rua foi criada pelo governo brasileiro em 2009 a partir da participação de movimentos sociais como o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), apesar das lacunas ainda presentes. Nesse cenário, o acesso às políticas públicas torna-se elemento central para o enfrentamento das desigualdades vivenciadas por essa população. Assim, considerando a agenda global (Agenda 2030) e as Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Políticas de Drogas, torna-se urgente pensar sobre a situação de direitos dessas mulheres e a necessidade de reorientação dessas políticas.

Tendo em vista essas populações, aquelas que mais sofrem os impactos negativos atribuídos à violência e precarização do acesso às políticas sobre drogas são as mulheres negras, indígenas e periféricas, viventes de territórios como as ruas, quilombos, aldeias e fronteiras (Furtado, Andriolli, 2021; Lacerda, Silva, 2016). Sabe-se que elas, historicamente, são constantemente atravessadas pelas desigualdades de gênero, fruto de uma sociedade patriarcal e racista, projetando nesses corpos processos de objetificação e de negação de suas subjetividades (Kilomba, 2020). Logo, gênero, raça/etnia e classe social articulam-se na produção de diferentes experiências de violência, violações de direitos e acesso às políticas de cuidado.

Assim, considerando o contexto brasileiro, o presente projeto é justificado perante a necessidade de aprofundar e identificar os problemas relativos às políticas sobre drogas vivenciados por estas mulheres em contextos de uso de drogas e/ou que são afetadas pelo tráfico; identificar violações de direitos humanos, propondo diretrizes de cuidado e acesso a direitos; fomentar a educação em direitos humanos; mapear estratégias de redução de danos e cuidado já existentes, desenvolvendo outras baseadas em suas experiências, e elaborar novas propostas de diretrizes de cuidado e acesso à direitos.

Portanto, objetiva-se mapear as práticas de cuidado e os saberes produzidos por mulheres em situação de rua em relação à temática de drogas, considerando suas experiências nos territórios e os atravessamentos de gênero, raça/etnia e classe social, além de contribuir para o avanço acadêmico-científico na área de Psicologia e Direitos Humanos. Ao tomar como referência as Diretrizes Internacionais de Direitos Humanos e as legislações nacionais e internacionais em relação às políticas sobre drogas brasileiras, contribui na garantia de direitos humanos a essas mulheres, bem como fomenta maior participação e protagonismo desses sujeitos na construção das políticas sobre drogas.

Metodologia

A metodologia da presente pesquisa se baseia numa abordagem qualitativa, avaliativa, participativa e intervencionista, subsidiada pela análise institucional e pelas teorias feministas latinoamericanas. Ressalta-se, nesse contexto, a pesquisa-intervenção proposta por Rocha e Aguiar (2003), forma de pesquisar na qual o pesquisador assume uma dimensão política, intervindo diretamente no processo de interação com os indivíduos e ambientes no qual a pesquisa está inserida.

Além disso, tal percepção está ligada, à visão de pesquisa cartográfica, proposta por Deleuze e Guattari (1980), a qual diz respeito a uma pesquisa realizada com objetivos dinâmicos, dependentes das intervenções no campo, das afetações dos pesquisadores e participantes, entre si e individualmente. Trata-se, assim, de um mapa com contrariedades, decalques diversos e caminhos a serem produzidos, por isso, a pesquisa não deve estar regida por regras limitadoras.

Assim, pode-se inferir que a pesquisa será diretamente influenciada pelas dinâmicas dos participantes, seus saberes, relações com o espaço e com outros indivíduos, tornando, dessa forma, a intervenção ambivalente, o pesquisador afetará o participante, assim

como o contrário (De Maman, 2026). Nessa perspectiva, a cartografia é compreendida não como um conjunto fixo de técnicas ou etapas metodológicas previamente definidas, mas como uma modalidade de pesquisa-intervenção voltada ao acompanhamento de processos em constante transformação, realizada em conjunto com os participantes da pesquisa e, com isso, há uma aposta na modificação processual do objeto de pesquisa através de intervenções no cotidiano dos espaços onde ela se realiza (Romagnoli, 2014).

Nesse sentido, tendo em vista que a participação dos sujeitos na pesquisa é uma forma de garantir o protagonismo na produção do conhecimento, não apenas de produzir uma relação unilateral de saberes do pesquisador, mas ouvir e acolher as demandas, histórias e desejos das mulheres envolvidas no campo. Ao escolher uma pesquisa colaborativa e interventiva, pretende-se acompanhar, antes de afirmar, as diversas possibilidades de percepções, resoluções e implicações relatadas pelo público alvo da pesquisa. Trata-se, na verdade, de orientar o percurso em seu próprio fluxo, caminhar e traçar, ao mesmo tempo, as metas do trabalho (Passos, et al., 2009). Assim, há maior coerência entre os valores do pesquisador e os valores da comunidade, a fim de oferecer potencialidades para ambos.

No campo da Saúde Mental, foco da pesquisa, os conhecimentos que emergem dos processos de parceria podem facilitar a adoção e incorporação de novas abordagens, avançando em relação ao fosso entre os resultados da pesquisa clínica e as práticas implementadas nos serviços (Passos et al., 2017). Por isso, tendo como base a análise cartográfica, o discurso do sujeito analisado é central para a compreensão da realidade no qual está inserido, as dificuldades pelas quais são constantemente atravessados, seus desejos e o que os impede de realizá-los.

Portanto, o olhar do pesquisador é imprescindível, pois ele está sempre implicado em seu campo de pesquisa, é afetado e afeta o território e os sujeitos presentes em seu estudo, intervindo diretamente sobre ele (Lourau, 1995). Além disso, mediante a dinâmica pesquisador-território-sujeitos pode-se compreender melhor as instituições opressoras sociais e as consequências emergentes diante dessa dinâmica situacional a fim de contornar aquilo que afeta diretamente os indivíduos, tornando-os forças mais potentes de produção.

Ademais, é essencial ressaltar o uso do conceito de interseccionalidade no campo das drogas, pois, conforme Crenshaw (1991) os atravessamentos de gênero, classe social e raça/etnia são articuladas e interagem entre si, tornando as experiências de discriminação multidimensionais. Dessa maneira, as experiências que perpassam as vidas das mulheres no contexto das políticas sobre drogas abarca violências variadas presentes nos contextos de vulnerabilidade em que estão inseridas.

A fim de potencializar as experiências das participantes, optou-se por realizar oficinas e rodas de conversa, tornando-as sujeitas ativas na pesquisa, mediante a escuta de suas demandas e anseios, produzindo uma dinâmica dialógica com o pesquisador e essas mulheres (Spink, et al., 2014). Além disso, os diários de campo foram escolhidos como ferramenta essencial no que diz respeito às análises das implicações do pesquisador em seu campo, pois é uma maneira de não somente registrar os acontecimentos do campo, mas de, principalmente, construir significados, impressões, afetos, encontros, tensões e produções de vida e movimentos na pesquisa (Passos, et al. 2009).

Por fim, tendo como base o método cartográfico deve-se, a partir desses dispositivos analisar, em conjunto com as mulheres envolvidas no presente projeto,os movimentos, afetos, narrativas e processos de subjetivação que emergiram ao longo das intervenções grupais propostas na pesquisa. A análise será, assim, conduzida a partir das pistas produzidas no campo, buscando mapear tensões e sentidos construídos pelos participantes em torno de suas experiências sobre drogas e políticas públicas.

Resultados e Discussões

A partir das concepções acima detalhadas, o campo de pesquisa encontra-se em desenvolvimento O projeto está vinculado ao PROCAD - Ação de Apoio à Cooperação Acadêmica: Políticas sobre Drogas, uma iniciativa colaborativa entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP), sob o CAAE nº 97029226.5.1001.5537 e integra as atividades do Grupo de Pesquisa em Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência (GENTILEZA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

As atividades de oficinas, rodas de conversa e reuniões são feitas em conjunto com o Movimento Nacional da População de Rua do RN (MNPR-RN) e com mulheres em situação de rua que participam de encontros mensais em uma instituição religiosa católica denominada Toca de Assis, que oferece assistência a pessoas em vulnerabilidade social. A inserção no campo tem possibilitado acompanhar e construir, de forma coletiva, diferentes experiências, vivências e saberes relacionadas às políticas sobre drogas e às estratégias de cuidado produzidas pelas mulheres em situação de rua. Diante desse cenário, percebe-se articulações e implicações no campo das políticas públicas sobre drogas das mais variadas formas, mesmo diante de um cenário brasileiro de proibicionismo e moralismo enraizado não só na sociedade no geral, mas, principalmente, nas políticas públicas vigentes (Malheiro, 2018).

No campo junto com ao MNPR, as pesquisadoras participaram como auxiliares e ouvintes das pautas e demandas do movimento no geral, como na primeira reunião participativa com o grupo, na qual houve uma dinâmica de coletar as principais demandas do coletivo e de como saná-las através de oficinas formativas (Figura 1). A partir dessas demandas, ao decorrer das reuniões, foram propostas oficinas de formação política, como “Leis, políticas, direitos e serviços voltados para POP RUA”, na qual houve o debate sobre leis e direitos vigentes para a população de rua, seus impactos nas vidas dos sujeitos e se são, de fato, postos em prática, como ilustra a Figura 2. Nesses momentos, os homens também estão presentes, diferentemente das oficinas realizadas na Toca de Assis, na qual somente as mulheres participam. Vale ressaltar que, de sete pessoas com trajetórias de situação de rua à frente da liderança do movimento, quatro são mulheres. A partir desse dado, nota-se que as figuras femininas são constantemente atreladas à resistência, força e desejo de mudanças. Um dos temas mais constantes descritos por essas mulheres foi a maternidade nas ruas, o medo constante de perder

seus filhos para uma forma de possessão governamental forçada devido a sua situação de vulnerabilidade (Moreira, 2022).

Durante as reuniões do MNPR, as lideranças produziram atas com as demandas mais urgentes a serem discutidas e resolvidas. Dentre elas, as mais comuns foram de natureza material: necessidade de encontrar estratégias de geração de renda para as pessoas conhecidas que estavam em situação de rua ou vulnerabilidade social, a urgência de conseguir um local seguro para a realização das reuniões, tendo em vista que as primeiras reuniões foram realizadas na casa de uma das lideranças, e a dificuldade de participação dos militantes devido a questões pessoais. Assim, nota-se que as vulnerabilidades materiais que essas pessoas enfrentam são questões que afetam diretamente na militância e produção das atividades do coletivo, demonstrando que os atravessamentos de classe social são essenciais para a luta política.

Além das demandas advindas dessas reuniões formativas e organizativas produzidas pelo grupo, também foram abordadas temáticas de vivências na rua e experiências no movimento político, como espaços de troca e produção coletiva de saberes. Nesses momentos, os integrantes do movimento e as pesquisadoras conseguiram partilhar histórias, saberes e afetos. No geral, a percepção coletiva de que há direitos propostos apenas no papel pelo Estado, mas que, na prática não são efetivados, foi um momento importante para o fortalecimento da mobilização do grupo, pois é um fato que contribui para o aumento da vulnerabilidade das pessoas em situação de rua de maneira concreta. Ou seja, a negligência governamental e o distanciamento das medidas estatais permanecem constantes na vida desses sujeitos, contribuindo para sua invisibilização e marginalização.

No entanto, mesmo diante de tantas dificuldades, o movimento se mantém lutando ativamente por seus direitos. As experiências de vida nas ruas das lideranças sãograndes fomentadoras de desejo de mudança, pois eles ou ainda passam pelo processo de viver nas ruas, ou conhecem pessoas viventes, ainda, dessa dinâmica. Por isso, há uma articulação constante para alterar essa realidade o mais rápido possível para aqueles que sofrem das dificuldades de estar em situação de rua. Os militantes são muito engajados, participando de Conselhos Nacionais e reuniões com outros movimentos políticos, inclusive com a UFRN.

Para além das atividades realizadas no MNPR, o projeto também realiza oficinas mensais com mulheres em situação de rua que se encaminham para a Toca de Assis aos domingos. As experiências relatadas por essas mulheres e pelas militantes do MNPR, apesar de possuírem suas semelhanças, também divergem em vários fatores. Na perspectiva das diferenças, nota-se a participação política das mulheres militantes na reivindicação de seus direitos, principalmente daqueles negados permanentemente. Elas demonstram o desejo de alterar não só suas realidades, mas também a daqueles ao seu redor que permanecem com dificuldades de sair das violências ocorridas nas ruas.

Ademais, suas demandas partem de lugares diferentes: é a permanência do que já possuem que está em voga. A permanência de seus trabalhos, de suas residências temporárias, do cuidado com seus filhos e do alimento cotidiano. Quanto às drogas, comentar sobre o assunto é mais naturalizado entre elas, pois a maioria já participou de reuniões, campanhas ou intervenções envolvendo o uso de substâncias psicoativas.

Dessa forma, percebe-se que uso é maior de drogas lícitas como o cigarro e o álcool, apesar da maioria das mulheres afirmar já ter consumido algum tipo de droga ilícita.

Enquanto isso, entre as mulheres do MNPR, as demandas se concentram na da luta coletiva por direitos e a manutenção de condições já conquistadas, as mulheres que se encontram na Toca relatam não possuir moradia (fixa ou não), higiene diária, alimentação adequada, entre diversos outros direitos básicos. Assim, a questão central é garantir, ainda, o que não está posto. Principalmente estando a maior parte do tempo, ou o dia inteiro nas ruas, essas mulheres destacam a violência física e moral proveniente da sociedade que as rodeia, as quais produzem o cenário de vulnerabilidades que atravessam o cotidiano delas. Aqui, a relação com as drogas é, de certa forma, de resistência e sobrevivência às condições da rua. Houve relatos de mulheres que afirmaram utilizar de drogas ilícitas a fim de permanecerem acordadas durante a madrugada para que não fossem violentadas, assim como outras comentaram o uso de substâncias para acalmar a mente num cotidiano repleto de crueldade.

No entanto, conversar sobre o tema com elas é, ainda, um tabu. Ao tocar no assunto nas oficinas produzidas, algumas falavam baixo, como se estivessem com receio de serem julgadas, mesmo quanto às substâncias lícitas como remédios psicotrópicos. Mesmo, assim, ao falarem de drogas psicotrópicas, descriminalizadas, não havia receio do julgamento, apesar das falas ressaltarem um uso abusivo. Enquanto isso, as drogas criminalizadas, como a maconha, partiam de uma visão de medo, mesmo sendo utilizadas, por vezes, como forma de adequação a um ambiente violento, deixando-as mais calmas. Vale ressaltar o fato de que os encontros são realizados numa instituição religiosa, permeada pelo proibicionismo e preconceito quanto ao uso de drogas.

Essa dificuldade de falar sobre as experiências também se relaciona à constante vigilância vivenciada por essas mulheres. É notório, além disso, que essas mulheres, por estarem constantemente vigilantes, são mais temerosas em relatar suas experiências de vida e relações cotidianas, não só com as pesquisadoras deste projeto, mas também com as outras mulheres presentes na oficina, algumas possuindo, inclusive, desavenças entre si. Mesmo assim, as oficinas tiveram o objetivo de garantir uma aproximação maior com seus desejos e demandas, com suas narrativas e vontades futuras. Assim, foi, mediante a proposição de atividades manuais, como a produção de acessórios com miçangas (Figura 3) e colagens (Figura 4), que suas histórias foram sendo partilhadas (Spink, et al., 2014).

A partir dessas experiências de aproximação e escuta, a individualidade de cada mulher deve ser reafirmada, pois todas estão em lugares diferentes de subjetividade. Algumas possuem companheiros, questão muito debatida por elas. Esses companheiros tornam-se, para elas, formas de proteção e afeto que não encontram em seus cotidianos nas ruas. No entanto, nota-se, também, relações com traços possessivos e controladores, dificultando, em certos momentos, a permanência nas oficinas, tornando complexos tais laços produzidos, posto que também são fatores de risco para essas mulheres. Além disso, parte delas possuem moradia temporária, como unidades de acolhimento públicos, enquanto outras permanecem o dia inteiro nas ruas, transitando pela cidade.

Outra experiência que possibilitou acessar essas diferentes dimensões das vivências foi uma das oficinas realizadas na Toca de Assis de bricolagem, na qual o tema proposto foi “um dia nas ruas”. Apesar de ser um tema que se espera histórias tristes, a maioria

desenhou dias felizes, principalmente com sua família e companheiros. Mesmo assim, os discursos que ouvimos, para além da oficina, das colagens e desenhos, foram de mulheres que se sentem constantemente ameaçadas, violentadas e inseguras. O que estava no papel transbordou. A oficina é uma maneira de mediar a escuta e o cuidado com essas mulheres, pois o que houve de mais rico não foi posto no papel. As experiências e vivências são muito diversas, singulares, e, ao mesmo tempo, coletivas, pois todas são atravessadas por questões cotidianas e necessidades semelhantes. Mesmo assim, ainda é difícil tecer um movimento de coletividade e agrupamento entre elas, apesar de nas oficinas os momentos de partilha serem brechas para que as linhas do comum atravessem.

Quanto aos pontos semelhantes entre as mulheres do MNPR e as presentes nas manhãs de convivência da Toca de Assis, a vulnerabilidade material é uma questão constantemente comentada: mesmo naquelas atualmente empregadas (do MNPR), o discurso de medo quanto a potencial falta de alimento e higiene é presente em todos os aspectos de suas vidas. Além disso, os dois grupos comentam sobre os atravessamentos de gênero que perpassam seus corpos vigiados, objetificados e o sentimento de insegurança permanente é um dos principais analisadores notados, assim como afirmam Almeida & Quadros (2016), que apontam que, apesar da menor presença de mulheres em situação de rua em relação aos homens, são elas as principais vítimas de violência. Em ambos os ambientes a maior parte das mulheres são negras. Além disso, houve uma grande presença de mulheres trans, que, violentadas pela sociedade, buscaram nas ruas um local de acolhimento. Assim como afirmado anteriormente, a interseccionalidade de gênero, raça/etnia e classe social permanece sendo fator direto para a ocorrência de situações de violência e silenciamento na sociedade.

Esses atravessamentos também aparecem naquilo que as mulheres expressam como necessidade de escuta e acolhimento. Em sua totalidade, o desejo dessas mulheres é o de serem ouvidas e acolhidas diante de uma dinâmica cotidiana violenta. Mesmo possuindo ou não um senso de coletividade entre si, a maioria parecia querer compartilhar suas vivências nas ruas para as outras, demonstrando que a sociedade e o governo as silencia e as negligencia. Inclusive, vários relatos denunciam as condições precárias de assistência pública de saúde.

Assim, nota-se que uma das tarefas como grupo de pesquisa, extensão e intervenção com essas mulheres é a de aproximá-las de seus direitos, bem como os lugares onde podem procurar informações que necessitem, cuidados e locais de acolhimento. A escuta, sobretudo, não pode ser negligenciada. Ao mesmo tempo, essa aproximação possibilita acompanhar e reconhecer os saberes e as práticas de cuidado que são produzidos pelas próprias mulheres, a partir de suas experiências e vivências cotidianas, especialmente em relação às drogas. Um exemplo disso é trazido por uma das mulheres, que relata que aquele espaço produzido pelo grupo foi um momento de descanso que não se obtinha há muito tempo. Nota-se que, encontrar um espaço seguro e coletivo é fundamental para narrar sobre suas histórias de violência, perdas e negligências e ocupar a partir dos seus desejos de como usufruir dele, diferente do que ocorre cotidianamente em suas vidas. Nesse sentido, em meio às vulnerabilidades que produzem a vida precária nas ruas, os encontros nas oficinas produzem brechas para que a vida transborde exigindo mais.

Em relação às perspectivas futuras, pretende-se dar continuidade à imersão ao campo e à organização das rodas de conversa com as mulheres em situação de rua na Toca de Assis e no MNPR, além de buscar a confluência entre dois grupos de mulheres e na produção coletiva de estratégias e caminhos de cuidado e assistência para a produção de políticas públicas coerentes e que ampliem as potencialidades de vida das mulheres em situação de rua.

Conclusão

A análise dos discursos orienta-se pela cartografia, conforme Passos, Kastrup e Escóssia (2009), compreendendo a produção e a análise dos dados como processos inseparáveis. A investigação acompanha os movimentos, afetos e processos de subjetivação que emergiram nas oficinas e reuniões, buscando mapear tensões e sentidos construídos pelas participantes.

As narrativas das participantes evidenciam alguns analisadores e marcadores de relatos mais evidentes. Em uma sociedade com estruturas racistas, coloniais e patriarcais, o sofrimento produzido dessas mulheres em situação de rua se torna ainda mais profundo e diverso (Malheiro, 2018). A interseccionalidade de gênero, raça/etnia e classe social, revela uma violência que abarca o medo constante de ser violentada, ameaçada ou pressionada por homens; o racismo enraizado numa sociedade que permanece com visões e atitudes colonizadas, e a desigualdade de oportunidades, renda e mudança de vida proveniente de uma estrutura social capitalista exploradora.

O desamparo quanto às políticas públicas é recorrente nos relatos. Passos e Souza (2011), afirmam que a política antidrogas vigente se estabelece mediante uma lógica bélica e racista, operando através da coerção e de violações de direitos. Por isso, a mediação da pesquisa com essas mulheres deve ser antiproibicionista, não centralizada na abstinência, mas na Redução de Danos, considerando suas condições de existência, subjetividades, desejos, demandas e territórios.

Assim, o relato sobre drogas é observado em sua multiplicidade: formas de resistência às violências cotidianas, maneiras de relaxamento diante da vigilância permanente, lugares de socialização e de escuta num espaço silenciador e pouco coletivizado. A resistência assume tanto a forma organizada da militância quanto práticas cotidianas de cuidado e sobrevivência. Por isso, a apropriação de seus direitos e a atuação na reivindicação do que não é efetivo são essenciais.

Portanto, os processos acompanhados até o momento apontam que a diversidade de paisagens subjetivas, territoriais e afetivas gera uma miríade de práticas de cuidado e resistência, saberes e formas de organização das mulheres em situação de rua presentes nos territórios afetados pelas políticas sobre drogas.

É necessário, dessa forma, a implicação das pesquisadoras para acompanhar e abrir a passagem para os afetos e construir espaços de escuta, acolhimento, compartilhamento e resistência com mulheres que vivenciam cotidianamente a negligência de seus corpos e

de suas histórias, mas lutam por uma vida para além da precariedade. Portanto, devem-se compor ações coletivas entre essas mulheres em situação de rua e as pesquisadoras e construir um caminho para que os dados produzidos subsidiem políticas públicas baseadas em suas vivências e experiências reais, a fim de que o saber não fique apenas no espaço acadêmico, mas que se prolifere para as vidas cotidianas das mulheres envolvidas no projeto.

Referências

ALMEIDA, Diana Jenifer Ribeiro de; QUADROS, Laura Cristina de Toledo. A pedra que pariu: narrativas e práticas de aproximação de gestantes em situação de rua e usuárias de crack na cidade do Rio de Janeiro. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p. 225-237, 2016.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI:https://doi.org/10.2307/1229039. Disponível em:https://doi.org/10.2307/1229039. Acesso em: 27 ago. 2026.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

FOSSI, Luciana Barcellos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas confessionais na conformação dos sujeitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 94-115, 2015. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2015.16062. Disponível em:https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/16062. Acesso em: 1 jul. 2024.

FURTADO, Fabrina Pontes; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 66-93, 2021. Disponível em:https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599965952006. Acesso em: 1 jul. 2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo quotidiano. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LACERDA, Roberto dos Santos; SILVA, Geisa Matos da. Reterritorialização, conflitos ambientais e saúde em comunidades quilombolas de Sergipe. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 239-254, 2016. Disponível em:https://abpnrevista.org.br/site/article/view/50. Acesso em: 2 jul. 2024.

LOURAU, René. A análise institucional. Tradução de Mariano Ferreira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MALHEIRO, Luana Santos Borges. Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador-BA. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em:https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28468. Acesso em: 27 ago. 2026.

MAMAN, Daniela de. Entre retalhos e afetos: uma cartografia das aprendizagens em Psicologia. Revista Tópicos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 32, p. 1-18, 2026. DOI:https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776066655. Disponível em:Revista Tópicos. Acesso em: 27 ago. 2026.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate. In: LUTA antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 25-51.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. DOI:https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010. Disponível em:https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/. Acesso em: 27 ago. 2026.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006. Disponível em:https://www.scielo.br/j/psoc/a/NqxkBHNRmdShkZcgZJ4zg5M/. Acesso em: 27 ago. 2026.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005. Disponível em:https://www.scielo.br/j/psoc/a/wrfMHbjhHNppX7Lppk8DMNJ/. Acesso em: 27 ago. 2026.

TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raull. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate

sobre política de drogas. Boletim de Análise Político-Institucional, Brasília, DF, n. 18, p. 109-116, dez. 2018. Disponível em:Ipea – texto completo. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP).International guidelines on human rights and drug policy. New York: UNDP, 2020. Disponível em:United Nations Development Programme – International Guidelines on Human Rights and Drug Policy. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC).World drug report 2023. Vienna: United Nations, 2023. Disponível em:UNODC – World Drug Report 2023. Acesso em: 27 ago. 2026.

CÓDIGO: HS0558

AUTOR: ISAAC RENNE DA SILVA ALVES

ORIENTADOR: LUIS ALFREDO FERNANDES DE ASSIS

TÍTULO: “Bruta Inimizade”: Alteridade e a Desconstrução do Heroísmo e Monstruosidade em Grendel, de John Gardner

Resumo

Este estudo analisa como Grendel, de John Gardner, desconstrói teorias do heroísmo e da monstruosidade sem estabelecer uma equivalência moral entre herói e monstro. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, qualitativa e analítico-interpretativa, fundamentada em uma leitura cerrada dos encontros de Grendel com Unferth e Beowulf. O referencial teórico tem como base o conceito de Jeffrey Jerome Cohen do monstro como corpo cultural e na concepção de Brian Treanor de otherness como uma relação quiástica entre similitude e alteridade. Nossa análise indica que as identidades heroicas e monstruosas não são essências naturais, mas construções relacionais moldadas pela narrativa, pelos encontros corporais e pelas distribuições de poder. Embora Grendel exponha a instabilidade das teorias humanas, ele reproduz seu fechamento interpretativo ao tratar sua própria teoria de "Bruta inimizade" como uma explicação completa da realidade. Os encontros com Unferth e Beowulf revelam que tanto as interpretações humanas quanto as monstruosas permanecem vulneráveis aquilo que o Outro pode revelar. Concluímos que o romance preserva a possibilidade de julgamento moral enquanto apresenta o heroísmo e a monstruosidade como categorias instáveis, provisórias e relacionais, abertas à revisão.

Palavras-chave: Grendel, Beowulf, Monster, Hero, Alterity

TITLE: “Brute Enmity”: Alterity and the Deconstruction of Monstrosity and Heroism in John Gardner’s Grendel

Abstract

This study analyzes how John Gardner’s Grendel deconstructs theories of heroism and monstrosity without establishing a moral equivalence between hero and monster. It adopts a bibliographic, qualitative, and analytical-interpretive approach based on a close reading of Grendel’s encounters with Unferth and Beowulf. The theoretical framework draws on Jeffrey Jerome Cohen’s concept of the monster as a cultural body and Brian Treanor’s understanding of otherness as a chiasmic relationship between similitude and alterity. Our analysis indicates that heroic and monstrous identities are not natural

essences but relational constructions shaped by narrative, bodily encounters, and distributions of power. Although Grendel exposes the instability of human theories, he reproduces their interpretive closure by treating his own theory of "Brute Enmity" as a complete explanation of reality. The encounters with Unferth and Beowulf reveal that both human and monstrous interpretations remain vulnerable to what the Other may disclose. We conclude that the novel preserves the possibility of moral judgment while presenting heroism and monstrosity as unstable, provisional, and relational categories open to revision.

Keywords: Grendel, Beowulf, Monstro, Herói, Alteridade

Introdução

In literature, the figure of the monster usually appears as a threat to human order, as a being that comes from outside of the community and is associated with violence, a grotesque body, and something that must be defeated before ordinary life can continue. However, monstrosity is more complex than a physical or moral characteristic that society defines as wrong. As Cohen (1996, p. 4) argues: the monster's body is also a cultural body: it gives visible form to the fears, desires, conflicts, and boundaries of the society that imagines it.

This is a central theme in Beowulf, the Old English epic in which a foreign hero crosses the sea to fight monsters the Danes are unable to defeat. In this poem we are introduced to the monster Grendel. He attacks Hrothgar's hall for years until Beowulf slays him. The reader never hears Grendel's voice or learns about his motives, although the text connects him to Cain's lineage, associating him to pure evil and darkness (Beowulf, 2000). By contrast, published in 1971, John Gadner's novel Grendel, retells the story while radically changing its point of view: instead of presenting Grendel as the voiceless and, therefore, mindless enemy, Gardner makes him the narrator and protagonist of his own story.

As Milosh (1978) emphasizes, Gardner's Grendel differs significantly from the relatively fixed figure inherited from the epic because he develops through experience, responds to art and beauty, and continually revises his explanations of the world. His voice, therefore, makes the traditional opposition between human and monster difficult to sustain because he chooses to remain violent, arguably accepting the role of monster, while, at the same time, resisting reduction to the silent embodiment of evil presented in the original epic.

The critical tradition has approached Gardner's retelling from several directions. Milosh (1978) compares Grendel with its medieval sources and examines the changes introduced by Gardner. Merrill (1984) reads the novel as a modern fable and warns against interpreting Grendel's intelligence and suffering as representative of the work's ultimate moral position. Karadaş (2011) examines the Shaper's role in turning fragments of violent experience into historical narrative and argues that heroism and monstrosity are ideological constructions rather than natural essences. Others have explored the novel's philosophical dimensions and its portrayal of a sympathetic monstrous narrator.

This study focuses on the novel's recurring interest in human beings as "theory-makers" (Gardner, 1989, p. 64), as repeatedly pointed out by the narrator. It examines this issue through Cohen's account of the monster as a cultural body, along Treanor's discussion of alterity and otherness, in order to demonstrate how Grendel deconstructs both heroic and monstrous paradigms. This research addresses the gap in the existing scholarship by bringing these paradigms into dialogue from this particular perspective. Rather than presenting Grendel as a hero or focusing on what constructs Grendel as a monster, we examine what he does from that position and what happens when the beings he interprets resist his attempts to theorize them, thereby placing Grendel's own theory of "brute enmity" (Gardner, 1989, p. 22) into question.

The question guiding this study is: how does John Gardner's Grendel deconstruct human theories of the monstrous and the heroic by refusing the roles assigned to the characters? From this question, we aim to analyze how the novel deconstructs these theories without rendering the hero and monster morally identical and, more specifically, to establish Grendel as a figure situated in the chiastic relationship between similitude and alterity. We seek to explain how this position allows him to move between human and monstrous perspectives. This is achieved by examining how Grendel's encounters with Unferth and Beowulf expose and challenge fixed conceptions of heroism and monstrosity.

Metodologia

Methodologically, this study is bibliographic of its sources, qualitative in its approach, and analytical-interpretive in its procedures. The investigation is based on published materials, specifically literary works, theoretical books, and scholarly articles, and is developed through readings and theoretical discussions. We examine the construction of meaning and draw on theoretical and interpretive perspectives to understand how categories such as hero, monster, and other acquire and develop meaning within specific narrative and cultural relationships.

The primary corpus consists of John Gardner's Grendel (1989), while Beowulf, in Seamus Heaney's translation (2000), is consulted as a supporting text. The Old English poem provides a basis for understanding Gardner's retelling, particularly by identifying which elements of the heroic tradition Gardner preserves, displaces, or reverses. The theoretical framework is principally grounded in Jeffrey Jerome Cohen's understanding of the monster as a cultural body and Treanor's chiastic account of otherness. Critical studies on narrative, historicity, and Gardner's revision of the epic are also used to situate the interpretation within the already existing scholarship of the novel.

The main analytical procedure is close textual reading; therefore, the interpretations are grounded in the language and formal organization of the novel. The reading process is developed in three stages: textual, thematic, and interpretive analysis. The first one consists of a complete reading focused on the novel's narrative development, chapter structure, retrospective narration, and major philosophical changes. The second one maps the theories developed by both humans and Grendel that organize the novel's conflicts, including heroic history, inherited monstrosity, the notion of humans as

"theory-makers" (Gardner, 1989, p. 64), and Grendel's theory of "brute enmity" (Gardner, 1989, p. 22). The third one examines scenes in which these theories are tested, contradicted, or transformed through the actions of other characters.

The encounters with Unferth and Beowulf were selected because both are confrontations organized by the expectation of heroic combat, while presenting different distributions of physical and interpretive power. Although Grendel can easily overcome Unferth at any time, it is Beowulf that holds the upper hand in their one and only confrontation. Thus, these encounters allow us to examine Grendel both from a position of advantage and from one of disadvantage, highlighting the shifts in physical and interpretive power that characterize his interactions with the human world.

The main plot and discourse claims are grounded in direct textual passages, while preserving their narrative contexts, and distinguishing among other character's philosophical statements, Grendel's retrospective narration, and the position constructed by the novel as a whole. Accordingly, the analysis is divided into two parts. The first situates Grendel as a culturally produced monster and develops the relationship among "brute enmity," "brute existent" (Gardner, 1989, p. 73), and Treanor's chiasm. The second applies this framework to the encounters with Unferth and Beowulf, tracing Grendel's movement from controlling another character's heroic meaning to confronting the failure of his own interpretive system.

Resultados e Discussões

3.1 The Monster Who Says "I"

From the opening chapter, it becomes clear that Grendel is not evil in any simple sense. Although capable of terrible violence, he is also an intellectually restless being, constantly showing an impulse to question and define the world around him. His unique narration, shaped by a stream-of-consciousness technique, cannot be treated as a transparent or objective account of reality. Grendel is, to some extent, aware of his storytelling, and what he is really doing is shaping the novel's events through his act of narration: "(Talking, talking. Spinning a web of words, pale walls of dreams, between myself and all I see.)" (Gardner, 1989, p. 8). Now this philosophical monster lives what the epic tradition denied him. He challenges that tradition, its categories, and all the interpretations imposed upon him. His repeated question to his mother "Why are we here?" (Gardner, 1989, p. 11) expresses the existential problem that accompanies him throughout the novel: Grendel must make sense of both the world and himself.

In this analysis, drawing on Treanor (2006) as our theoretical basis, the self refers to the concrete subject who says "I", so Grendel as an individual consciousness. The Same is not just another name for the self; rather, it designates the self as a structure of identity that preserves itself by reducing everything it encounters into its own terms. The Other refers to the beings and things Grendel encounters, whereas alterity designates the dimension of the Other that remains unfamiliar and resistant to assimilation. Alterity is distinguished from similitude, the aspect of the Other that is sufficiently familiar or

intelligible to make some level of understanding possible: “Otherness, then, is the chiastic relationship of alterity and similitude” (Treanor, 2006, p. 229). In this sense, Grendel is the self in the ordinary sense, but his interpretive system, his “brute enmity”, enacts the logic of the Same by allowing everything else to acquire meaning only through its relation to himself.

Grendel formulates his own theory in chapter 2, while narrating a memory of being trapped in a tree. He arrives at the following conclusion drawn from observing a bull repeatedly attacking him:

I understood that the world was nothing: a mechanical chaos of casual, brute enmity on which we stupidly impose our hopes and fears. I understood that, finally and absolutely, I alone exist. All the rest, I saw, is merely what pushes me, or what I push against, blindly – as blindly as all that is not myself pushes back. I create the whole universe, blink by blink. (Gardner, 1989, p. 21–22)

This elaborate reflection is, in itself, a theory of alterity, in which everything that is not Grendel, the self, is reduced to an “it”, the Other. By identifying brute enmity as an objective law of existence, Grendel does much more than just recount what happened to him over the years; he transforms that encounter into a theory of everything, a closed system through which all things can be understood. The frightened men below the tree, his pale fat mother, the mindless bull, everything becomes part of his interpretation. That is, as Treanor indicates, a misguided attempt to understand the Other by completely assimilating it to the self, or through the Same, swallowing the external and giving sense to it through the very lenses that differentiates it from the internal, and therefore constituting an approach already doomed to fail: “all philosophy ultimately thinks the other in terms of the same and thereby absorbs the other into the same” (Treanor, 2006, p. 5). Grendel’s theory performs this absorption by allowing the external world to appear only in relation to himself: as what pushes him or what he pushes against. The Other, then, is not encountered on its own terms but converted into a function within the self’s closed interpretive system. The approach fails from the outset because it explains difference only by suppressing its capacity to exceed Grendel’s categories.

In chapter 5, Grendel meets the Dragon, a treasure-hoarding creature who claims to perceive past, present, and future simultaneously. The Dragon gives a social function to Grendel’s system, recognizing him as the “brute existent”, and identifying his function as that of a mirror against which humanity defines itself, as the Dragon says:

You improve them, my boy! Can't you see that yourself? You stimulate them! You make them think and scheme. You drive them to poetry, science, religion, all that makes them what they are for as long as they last. You are, so to speak, the brute existent by which they learn to define themselves. The exile, captivity, death they shrink from – the blunt facts of their mortality, their abandonment – that's what you make them recognize, embrace! You are mankind, or man's condition: inseparable as the mountain-climber and the mountain. (Gardner, 1989, p. 72–73)

The recurrence of brute enmity and brute existent throughout the narrative reveals a central problem: enmity is experienced as a fact but also organized into a tool of interpretation that assigns fixed positions to the self and the Other. Grendel accepts this

tool, his theory of Brute enmity, but rejects the fixed roles it establishes. Instead of changing the tool, he moves the roles and the boundaries of heroism and monstrosity, promoting their constant deconstruction. He does this, of course, out of enmity as Grendel's purpose is to prove human theories wrong.

Although human theories are certainly Grendel's primary targets of deconstruction, his own theories are also being implicitly called into question. Grendel's judgments may originate in accurate observation, but they are pushed to exhaustion because, from Treanor's perspective, Grendel does not approach the Other as a crossing of what can be understood and what can still surprise him (Treanor, 2006, p. 229). Instead, he treats the Other as a fixed object whose meaning has already been determined by his own interpretive system.

This problem becomes particularly clear in two encounters: Grendel's refusal to kill Unferth and his fatal encounter with Beowulf. In the first Grendel controls the encounter and preserves Unferth's life in order to control its meaning. In the second Beowulf seizes both Grendel's body and the narrative interpretation of the scene.

To better understand this difference, it is important to consider that the monster is not simply found outside culture but is actually produced at the boundary through which culture imagines itself (Cohen, 1996, p. 4-7). Moreover, an encountered Other is neither wholly assimilable nor wholly alien: otherness emerges through the chiasm of similitude and alterity, the unstable crossing of partial intelligibility with irreducible difference (Treanor, 2006, p. 228-230). Read together, these ideas prevent the analysis from deciding which body is "really" monstrous. Instead, Grendel locates monstrosity in a necessarily relational operation, the use of narrative or physical power to turn a provisional interpretation of another being into an unanswerable identity, one that the Other is no longer permitted to challenge or exceed through its own responses.

3.2 Theory-Makers vs. Brute Enmity

Grendel criticizes human beings as "theory-makers" (Gardner, 1989, p. 64), yet Brute enmity is itself a theory that connects experiences and after judgements turn them into closed interpretations. Treanor's chiasm depends on similitude, since the Other must be familiar enough to be encountered, addressed, and partly understood. He affirms that "justifiable, if provisional, judgments can be made about the other" (Treanor, 2006, p. 229), meaning Grendel's judgements are part of the natural relational process. The problem begins when a theory forgets that its judgments are provisional and treats what it can recognize as the whole of the being before it. The monster's "destructiveness is really a deconstructiveness" because it reveals that "difference originates in process, rather than in fact" (Cohen, 1996, p. 14). This way, humans do not invent Grendel's violence, but their stories transform conflict into an apparently natural opposition between civilized humanity and inherited evil. While Grendel transforms human violence and theories into evidence that all relations are governed by Brute enmity.

3.3 Moving Borders: Unferth

In chapter 6, Unferth, one of Hrothgar's thanes, approaches Grendel as though the encounter were a heroic narrative. His public challenge requires a recognizable arrangement: Unferth must be the warrior who knowingly risks death, while Grendel

must be the enemy whose defeat or victory will authenticate that risk. Unferth needs Grendel's exclusion from the human world because the heroic self he performs acquires coherence against that excluded Other. Grendel immediately recognizes this dependence and refuses to cooperate with it. His response is not merely to defeat Unferth but to alter the kind of scene in which defeat is interpreted: Grendel throws apples at Unferth to humiliate him (Gardner, 1989, p. 82-86). By refusing the expected role of the monster, he also prevents Unferth from fulfilling the expected role of the hero.

The later meeting in Grendel's cave complicates this initial interpretation. Unferth has followed him without an audience and, although exhausted and wounded, argues that the absence of witnesses does not destroy the meaning of his choice:

No man above us will ever know whether Unferth died here or fled to the hills like a coward. Only you and I and God will know the truth. That's inner heroism. [...] Except in the life of a hero, the whole world's meaningless. The hero sees values beyond what's possible. That's the nature of a hero. (Gardner, 1989, p. 88-89)

The speech does not prove that Unferth's theory is true, and it does not erase his vanity or violence. It does, however, exceed Grendel's earlier hero caricature, because this time Unferth's actions are no longer fully explained by his need for public recognition. He accepts the possibility that nobody in the hall will know what happened. In their first encounter, Unferth realizes that Grendel's sounds are words but understands only fragments. In the cave, however, he finally understands the substance of Grendel's speech (Gardner, 1989, p. 83-90). So Unferth gives Grendel a reason to revise his earlier judgment, embodying precisely the corrective possibility of alterity that Grendel refuses.

Grendel does not silence Unferth literally; instead, he constructs an interpretive system in which nothing Unferth says or does can change what "Unferth" means. The Other is permitted to exist only as the failed hero required by Grendel's mechanism of the Same, by his own Brute enmity. Sparing Unferth therefore preserves his life while attempting to eliminate his alterity; that is, his capacity for an action or meaning that exceeds Grendel's category. Grendel continues killing other men but repeatedly leaves Unferth alive (Gardner, 1989, p. 90), reversing the cultural mechanism described by Cohen (1996, p. 18), in which "the monster's eradication functions as an exorcism and, when retold and promulgated, as a catechism". Grendel thus creates an anti-catechism. Instead of the hero's victory repeatedly teaching the defeat of monstrosity, Unferth's repeated non-death teaches the very supposed impossibility of heroism. His living body becomes a lesson staged for the public hall that should validate his heroism. In this sense, Grendel has not, at least completely, escaped the human production of identities; rather, he has appropriated its power and directed it against the so-called hero.

Even so, the deconstruction remains incomplete in both directions. Grendel successfully shows that heroism is not a natural essence and that it depends upon narrative form and on an enemy willing to play the proper role. Unferth, however, demonstrates that heroism cannot be reduced entirely to public performance, because his journey to the cave introduces into the concept of hero a unique commitment to suffering and self-knowledge. Their subsequent encounters also deconstruct Grendel's theory, because the very effort required to preserve Unferth as a failed hero reveals that he continues to exceed the interpretation imposed upon him. What becomes unstable, then, is the

boundary between hero and monster, while what fails is each character's attempt to use that boundary to make his own identity final.

3.4 Moving Borders: Beowulf

The final chapter begins with a redistribution of power as Grendel starts to understand that Beowulf is more than human. Grendel remains the first-person narrator, meaning the self from which the consciousness of the scene reaches the reader, but he is no longer the only one able to determine the plot. Beowulf first appears to him as an unusually resistant Other. Grendel notices that when Beowulf speaks, his lips do not correspond to the sounds he produces. It is Grendel's perception, therefore, that starts losing value while facing an Other unable to fit into his categories. Beowulf's words are recognizable, pointing to similitude, yet their visible source becomes uncertain, introducing an alterity that Grendel cannot assimilate. This perceptual disruption begins to shift the boundaries between the heroic and monstrous: the human hero acquires an unstable and increasingly supernatural body, while Grendel becomes a frightened observer, while his interpretive system can no longer make words, body, and meanings coincide (Gardner, 1989, p. 155).

Beowulf faces Grendel under conditions very different from those of Unferth or any other warrior. Instead of issuing a boastful heroic challenge, Beowulf pretends to sleep. When he finally acts, bare-handed, Grendel describes the grip through the vocabulary of monstrosity:

Now he's out of his bed, his hand still closed like a dragon's jaws on mine. Nowhere on middle-earth, I realize, have I encountered a grip like his. [...] I scream, facing him, grotesquely shaking hands – dear long-lost brother, kinsman-thane – and the timbered hall screams back at me. (Gardner, 1989, p. 168)

"Dragon's jaws" makes Beowulf monstrously strange, while "brother" and "kinsman" introduce an unexpected similitude, so not simply exchanging images of hero and monster. Their joined hands resemble both a greeting and a menace, a genuine connection and a form of final assimilation. At the same time, Grendel's pain and fear make his inherited monstrosity recognizable as a vulnerable body. The scene, then, enacts the two movements that Treanor locates within otherness: the familiar hero becomes unfamiliar, while the alien monster becomes partially familiar.

From Beowulf's perspective, Grendel is neither absolutely alien nor simply identical to him, as the word "brother" implies. This establishes enough similitude for the operations Beowulf performs upon Grendel through his accusations and promises. Beowulf speaks as though Grendel can hear an ethical challenge and respond to the world he has created. He directs that challenge toward the precise structure through which Grendel suppresses alterity:

"Though you murder the world, turn plains to stone, transmogrify life into I and it, strong searching roots will crack your cave and rain will cleanse it: The world will burn green, sperm build again. My promise (Gardner, 1989, p. 170)."

The opposition between "I and it" restates Brute enmity as a problem of the Same and touches the very core of Grendel's worldview. Grendel does not merely distinguish

himself from other beings; he imposes fixed identities upon them, so everything, from the tiniest animal to the infinite cosmos is assigned the same function of confirming a solitary consciousness surrounded by meaningless resistance. In opposition, Beowulf's images of roots and rain, a message of Spring regenerating Winter, does not deny Grendel's view in a diametrical opposition. Instead, they challenge Grendel's claim that these facts exhaust the world. Alterity appears here as the possibility that reality discloses more than the interpreter's most powerful pattern allows.

The wall makes this challenge material, as Beowulf tells Grendel, "You make the world by whispers, second by second," but immediately adds, "Feel the wall: is it not hard?" He then smashes Grendel against it and commands, "Now sing of walls! Sing!" (p. 171). Its hardness does not prove every part of Beowulf's vision; rather, it disproves Grendel's authority to treat his vision as complete, showing the limit of the narrator's privileged position. With Unferth, Grendel could combine narrative and physical power, determining the event and then explaining its significance. With Beowulf, he can still narrate, but he cannot choose the outcome of the event. Beowulf briefly seizes interpretive authority within the struggle by making Grendel's body register a rival account of reality. He does not completely seize the novel's narrative authority, however, and readers still receive the lesson through Grendel's resistant self. This distinction matters because physical defeat does not abolish the alterity of the defeated subject.

Beowulf's lesson is corrective without being ethical because he does not invite Grendel into open dialogue; instead, he violently commands Grendel to admit a new meaning. His action risks reproducing the same structure it exposes, with the powerful self making the Other speak within an interpretation whose terms the Other did not choose. In this way, the power to shift the boundary can itself become monstrous when it denies the resistant voice on the Other side. Even so, this structural resemblance does not produce moral equivalence. Beowulf's violence responds to Grendel's killings and protects the human community, so he is justified in stopping Grendel, even if both his method and philosophical lesson are violent. A chiastic interpretation makes it possible to hold both judgments together instead of allowing either one to erase the other. Beowulf can be right and violent, even without offering Grendel another outcome.

Grendel's insistence that his defeat was an accident "Blind, mindless, mechanical. Mere logic of chance" (p. 173) reveals both the persistence and the failure of Brute enmity. It persists because he converts even this unforeseen encounter into further evidence of mechanical chaos; yet it fails because the repetition sounds too defensive, as now his theory must protect itself from an event it could not account for. Beowulf can break Grendel's arm and force him to sing new meanings, but he cannot make his interpretation coincide completely with Grendel's consciousness. The Other, this time Grendel, remains capable of responding, even if that response is evasive. Grendel remains the narrating self but becomes the physically captured Other inside Beowulf's lesson. Beowulf is the human hero and yet becomes monstrous within Grendel's perception, while also enacting the Same when he attempts to force the defeated being into a final meaning. Their similitude makes recognition and responsibility possible, while their alterity keeps every act of recognition incomplete.

What the scene deconstructs, then, is not the possibility of heroism but its claim to a pure ethical intention, nor the reality of Grendel's monstrosity but its claim to be an

inherited essence. Beowulf is heroic insofar as he interrupts a murderous interpretive system and protects its victims. He approaches the monstrous insofar as he uses violent interpretive domination to make his interpretation unanswerable. Grendel becomes familiar enough to suffer and speak without becoming innocent, while Beowulf becomes strange enough to terrify without becoming morally identical to the being he stops. Gardner shifts the boundary so that judgment remains possible, provisional, and accountable to more than one perspective.

Conclusão

The encounters with Unferth and Beowulf demonstrate that Grendel deconstructs theories of heroism and monstrosity by revealing the relations through which identities are constructed. Unferth needs Grendel as the enemy who can validate heroic sacrifice, while Grendel needs Unferth as the survivor who demonstrates that heroism is empty. Beowulf enters as the heroic answer to Grendel's violence, yet he appears from Grendel's perspective as a monster, one similar enough to be his brother. The boundary shifts because neither "hero" nor "monster" possesses a meaning independent of the bodies, the stories, and distributions of power. It is Treanor's chiasm that explains why this movement does not erase alterity.In each encounter, similitude makes the Other partially intelligible: Grendel understands Unferth's desire for meaning, while Beowulf addresses Grendel as a moral being capable of accountability. Alterity then prevents that understanding from becoming complete possession: Unferth's inward commitment exceeds Grendel's parody whereas Grendel's resistant narration exceeds Beowulf's imposed lesson. Each becomes a self in relation to an Other, and each risks enacting the Same when an interpretation is protected from what the Other may disclose next.

This distinction reveals that Grendel's error is more epistemological than existential. He identifies violence within human theories but then treats these discoveries as complete explanations. Because heroic history is constructed, he concludes that heroism is merely vanity; and because social order conceals violence, he concludes that order is only an illusion. As the world resists him, every relation becomes Brute enmity. His conclusions preserve partial truths by denying the alterity that could qualify them. His deconstruction of human theories thus became a new attempt to achieve interpretive closure.

Brute enmity is not the objective law that Grendel understands it to be, but an interpretive arrangement produced when resistance is taken as proof that all relations are forms of hostility and when the Other is allowed to exist only within the self's categories. The "brute existent" is a cultural function rather than a natural essence. Grendel is made into the body against which humanity defines itself, understands that function, resists it, only to reproduce it by making others serve his theories.

Cohen(1996, p. 20) writes that monsters return with questions about how culture has represented them and, ultimately, "They ask us why we have created them". Gardner allows Grendel to ask that question but does not grant him innocence or the final word. The novel's deconstruction lies in this double movement: it makes human theories answerable to the monster they created, while making the monster's theory answerable

to the Others it attempts to contain. Heroism and monstrosity remain meaningful categories of judgments, but only when they remain provisional, relational, and open to correction.

Referências

BEOWULF: a new verse translation. Tradução de Seamus Heaney. New York: W. W. Norton, 2000.

COHEN, Jeffrey Jerome. Monster culture (seven theses). In: COHEN, Jeffrey Jerome (ed.). Monster Theory: Reading Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. p. 3–25.

GARDNER, John. Grendel. New York: Vintage Books, 1989.

KARADAŞ, Fırat. Historicity, narrative and the construction of monstrosity in John Gardner's Grendel. In: TYMIENIECKA, Anna-Teresa (ed.). Phenomenology/Ontopoiesis Retrieving Geo-cosmic Horizons of Antiquity. Dordrecht: Springer, 2011. p. 521–538. DOI: 10.1007/978-94-007-1691-9_39.

MERRILL, Robert. John Gardner's Grendel and the interpretation of modern fables. American Literature, v. 56, n. 2, p. 162–180, May 1984.

MILOSH, Joseph. John Gardner's Grendel: sources and analogues. Contemporary Literature, v. 19, n. 1, p. 48–57, Winter 1978.

TREANOR, Brian. Aspects of Alterity: Levinas, Marcel, and the Contemporary Debate. New York: Fordham University Press, 2006.

CÓDIGO: HS0566

AUTOR: ROBSON TRIGUEIRO DE ALMEIDA

ORIENTADOR: VALQUIRIA APARECIDA PASSOS KNEIPP

TÍTULO: Reconfiguração da Ecologia Midiática Plataformizada: Um Estudo Sobre Web Stories No Nordeste

Resumo

A pesquisa analisa a reconfiguração do jornalismo da plataformização da informação, com foco no formato Web Stories. Discute como esse modelo, inspirado nas narrativas das redes sociais, busca tornar o conteúdo jornalístico mais acessível, visual e adaptado ao consumo em dispositivos móveis. Também diferencia Web Stories, compreendendo-os como uma nova modalidade do Jornalismo Digital e Audiovisual. Além disso, investiga a presença de gêneros e formatos jornalísticos nesse ambiente narrativo. Foram selecionadas iniciativas digitais dos nove estados do Nordeste que utilizam Web Stories, classificadas entre mídias independentes e grupos tradicionais.

Palavras-chave: plataformização; Web Stories; ecologia da Mídia; nordeste

TITLE: Reconfiguration of the Platformized Media Ecology: A Study on Web Stories in Northeast Brazil

Abstract

This research analyzes the reconfiguration of journalism within the context of the platformization of information, focusing on the Web Stories format. It discusses how this model—inspired by social media storytelling—seeks to make journalistic content more accessible, visual, and tailored for mobile consumption. It also distinguishes Web Stories, framing them as a new modality of digital and audiovisual journalism. Furthermore, the study investigates the presence of journalistic genres and formats within this narrative environment. Digital initiatives from the nine states of Northeast Brazil that utilize Web Stories were selected and classified into independent media outlets and traditional media groups.

Keywords: platformization; Web Stories; media ecology; Northeast

Introdução

Esta pesquisa teve como ponto de partida a problemática analisada por Scolari (2015) e Postman (2000) sobre como uma nova ecologia da mídia se reconfigura a partir de novas abordagens e apropriações no jornalismo contemporâneo, para a produção e distribuição de notícias em tempos de plataformização. Nesse cenário de variados formatos, as web stories vêm surgindo como uma alternativa que busca informar, com um formato mais palatável e acessível ao público, de forma simples, rápida e precisa, muito parecida com as stories das redes sociais. Trata-se de conteúdos com forte apelo visual, que permitem que o usuário toque e pule de tela por tela. São um formato similar aos Stories do Instagram, Facebook, Status do WhatsApp, que teve sua origem em 2018 como AMPStories. A plataforma Google Web Stories classifica o formato como uma "narrativa visual" (grifo meu).

A rigor, trata-se de um formato pensado primariamente para dispositivos móveis, com conteúdos de tela cheia, interação por toque e uma experiência baseada em painéis de conteúdo – basta tocar nas extremidades da tela para avançar à próxima página ou retornar à anterior.

É preciso esclarecer que stories no Instagram ou em qualquer rede social digital e Web Stories são coisas distintas. E que esse jornalismo constituído por Web Stories configura-se como uma nova modalidade de jornalismo nas telas, em um desdobramento do Telejornalismo ou do Jornalismo Audiovisual (Spinelli, 2018), dedicado exclusivamente ao Jornalismo Digital. Desta forma, como os gêneros jornalísticos propostos por Marques de Melo (2010): Informativo, Opinativo, Interpretativo, Diversional e Utilitário, nas Web Stories já se pode identificar alguns formatos editoriais específicos como crônica, perfil, depoimento, reportagem, entrevista, listas, interativos, resenhas.

Como objetos empíricos dessa pesquisa, selecionou-se uma primeira amostra de um representante de cada um dos nove estados do Nordeste, com iniciativas plataformizadas, que estão utilizando webstories, conforme o Quadro 1 abaixo. As nove iniciativas selecionadas inicialmente tiveram como ponto em comum estarem desenvolvendo o formato denominado Web Stories, mesmo que de forma equivocada. Elas podem ser caracterizadas em duas categorias distintas – a primeira com mídias digitais e independentes (MDI) e a segunda com mídias digitais de grupos tradicionais (MDT). Como se trata de um novo formato de jornalismo digital e com possibilidades de reconfigurações e adaptações, no momento da pesquisa foi reavaliado cada um dos nove objetos inicialmente selecionados.

Metodologia

O instrumental metodológico para este estudo baseia-se em observações sistemáticas, com recortes pontuais selecionados das nove iniciativas que foram empreendidas nos estados da região Nordeste, de forma virtual e com a possibilidade de seleção e armazenamento de conteúdo para análises mais detalhadas. Os conteúdos foram observados, recortados e analisados, como forma de entender o funcionamento desse

novo formato da mídia digital, caracterizado pelas Web Stories, para identificar como se reconfigura a estrutura midiática para a formação de uma nova ecologia dos meios na atualidade. A análise de conteúdo foi selecionada porque "é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto" (Krippendorf, 1990, p. 29). Foi utilizada a IA para elaboração de gráfico.

Resultados e Discussões

A mídia (rádio, televisão, jornal, cinema, internet e redes sociais digitais) passou por profundas transformações nas últimas duas décadas em decorrência da digitalização, da convergência midiática, da pós-globalização e da midiatização da sociedade, configurando uma nova ecologia das mídias. O conceito retoma as reflexões de Marshall McLuhan (1960), que analisou como os meios de comunicação influenciam a percepção, os sentimentos e os valores humanos. Para Lance Strate, José Luiz Braga e Paul Levinson (2019), os ambientes midiáticos constituem sistemas complexos de mensagens que moldam formas de pensar, sentir e agir. Nesse contexto, a pesquisa investiga as mudanças nas práticas de produção e difusão de conteúdos midiáticos, articulando a ecologia dos meios de McLuhan com a Nova Ecologia dos Meios proposta por Carlos Alberto Scolari (2015), a partir da observação das práticas do telejornalismo e das Web Stories como formatos de jornalismo audiovisual. Embora utilizem terminologias distintas, os autores apresentam perspectivas convergentes sobre as transformações do ecossistema midiático contemporâneo.

As teorias clássicas da comunicação precisam ser revisitadas e confrontadas com este novo contexto midiático. Algumas atualizações no que diz respeito à ideia de que as mídias tradicionais são hegemônicas precisam ser investigadas, pois o cenário aponta para uma nova ecologia, em que muitas mídias constituem o instrumental comunicacional da sociedade contemporânea. Por isso, este estudo torna-se pertinente e necessário, no sentido de acompanhar as novas práticas sociais midiáticas.

Como vemos no quadro abaixo (no quadro 1), a utilização do formato Web Stories não se perpetuou no cenário da nova ecologia da mídia. Nos veículos analisados do Nordeste, as últimas postagens datam do ano de 2023, além da maior parte dos portais não possuir mais memória relacionada ao formato.

Com base nos resultados obtidos que indicam a descontinuação do formato Web Stories nos nove veículos analisados – alguns sem sem registro de memória –, buscamos detalhar como se comporta o ecossistema midiático dos veículos de comunicação analisados. Para isso, monitoramos os veículos de comunicação por um mês (maio de 2026), conforme o quadro 2. Assim, obtivemos o montante de 114 matérias analisadas

entre os nove veículos selecionados (Tabela 1). Sendo que a utilização de web stories tem uma frequência que varia entre 1 (0,9%) e 52 (45,6%) postagens.

Os dados foram organizados considerando gênero jornalístico, formato, veículo, editoria, origem do conteúdo e presença de recursos característicos do webjornalismo (Melo, 2010; Pereira, 2021). De modo geral, os resultados indicam a predominância de conteúdos de caráter informativo e do formato notícia, além de uma presença de recursos multimídia e de interatividade, embora esses sejam aplicados ainda de forma primária.

Quanto aos gêneros jornalísticos (gráfico 1), observa-se forte predominância do gênero informativo, presente em 80 matérias, o equivalente a 70,2% do corpus analisado. Em seguida aparecem os conteúdos classificados simultaneamente como informativos e utilitários, com 15 ocorrências (13,2%), enquanto o gênero opinativo representa 11 matérias (9,6%). Os conteúdos exclusivamente utilitários correspondem a quatro registros (3,5%), e outras quatro matérias (3,5%) não receberam classificação por terem seu formato direcionado às redes sociais, se assemelhando ao entretenimento/infotenimento, por vezes não representando conteúdo jornalístico. Os dados demonstram, portanto, que a amostra é maioritariamente orientada à transmissão de informações, com menor participação de conteúdos voltados à opinião ou à prestação de serviços.

Em relação aos formatos jornalísticos, a notícia apresenta ampla predominância, com 67 ocorrências, correspondentes a 58,8% das matérias. A reportagem aparece em segundo lugar, com 14 registros (12,3%), seguida pelo formato notícia/serviço, com 13 ocorrências (11,4%). Colunas representam sete matérias (6,1%), enquanto serviços correspondem a quatro (3,5%). Artigos, cartas e formatos híbridos aparecem de maneira residual. Essa distribuição – alimentada principalmente pelo Saiba Mais, Paraíba Já e O Piauiense – reforça a predominância de formatos associados à atualização cotidiana e à publicação de informações de maneira mais objetiva e imediata.

A distribuição por veículos também revela concentração significativa. O Paraíba Já reúne 52 das 114 matérias analisadas (45,6%), seguido pelo O Piauiense, com 27 (23,7%), e pelo Saiba Mais, com 25 (21,9%). Juntos, esses três veículos concentram 104 matérias, correspondentes a aproximadamente 91,2% de todo o corpus. Os demais seis veículos representam, individualmente, parcelas inferiores a 3% da amostra. Esse aspecto deve ser considerado na interpretação dos resultados, uma vez que a elevada concentração pode fazer com que determinadas características dos veículos mais representados tenham maior peso sobre o panorama geral. Identificando que as mídias alternativas utilizam com maior frequência do que a mídia tradicional.

No que se refere às editorias, Cotidiano foi a categoria mais frequente, com 25 matérias (21,9%), seguida pelas publicações sem classificação editorial, com 21 (18,4%). Política apresentou 12 ocorrências (10,5%), Brasil, 11 (9,6%), Cultura, 10 (8,8%), e Cidadania, oito (7%). A diversidade de editorias demonstra a abrangência temática do corpus, embora exista concentração em assuntos relacionados ao cotidiano, à política e às questões sociais.

Por fim, os recursos do webjornalismo apresentaram presença expressiva. Todas as 114 matérias analisadas utilizaram algum nível de multimidialidade e interatividade, principalmente por meio da combinação de texto e fotografia, vídeos e botões de compartilhamento. O recurso de memória foi identificado em 79 matérias (69,3%), geralmente por meio de links para conteúdos relacionados ou notícias anteriores. Já os hiperlinks apareceram em 20 matérias (17,5%). Os resultados indicam que, embora a notícia tradicional permaneça predominante, os veículos analisados incorporam recursos próprios do ambiente digital, sobretudo aqueles relacionados à integração de diferentes linguagens, à interação com o público e à conexão entre conteúdos. Mas vale ressaltar que os recursos aplicados são considerados primários, visto que o uso de vídeos e hiperlinks ainda não são amplamente difundidos nos sites, mesmo com essa nova configuração.

Conclusão

A análise evidencia que a adoção das Web Stories pelos veículos nordestinos não resultou na consolidação do formato como prática jornalística permanente. Embora inicialmente apresentadas como uma possibilidade de reconfiguração da narrativa jornalística para ambientes móveis e plataformizados, as Web Stories foram descontinuadas nos veículos analisados, com as últimas publicações identificadas em 2023 e, em diversos casos, sem preservação de memória sobre esses conteúdos. Esse cenário coloca em questão a ideia de que a incorporação de formatos associados às plataformas digitais representa, por si só, uma transformação estrutural do jornalismo. A experiência observada sugere, ao contrário, que a inovação formal pode ser circunstancial e depender de fatores editoriais, tecnológicos e econômicos para se sustentar. Uma vez que inicialmente a plataforma Google Web Stories era uma novidade e gratuita, houve grande adesão e, com o tempo e a partir da cobrança pelos recursos, houve uma redução na utilização do recurso.

Os resultados obtidos a partir do monitoramento dos veículos em maio de 2026 reforçam essa contradição. Apesar da presença de recursos característicos do webjornalismo, como multimidialidade, interatividade e memória, sua utilização ocorre predominantemente em níveis elementares, com forte manutenção da lógica tradicional da notícia. O uso ainda restrito de vídeos e, principalmente, de hiperlinks demonstra que a linguagem digital não é plenamente explorada, limitando as possibilidades de aprofundamento, contextualização, navegação não linear e participação do usuário. A

descontinuação das Web Stories e a exploração limitada dos recursos do webjornalismo indicam, portanto, que a plataformização não produz automaticamente inovação: ela cria possibilidades técnicas que precisam ser efetivamente incorporadas às práticas jornalísticas para provocar uma reconfiguração mais profunda da ecologia dos meios. O que fica é a identificação de um novo formato jornalístico, que combina imagem e informação, caracterizando uma nova espécie de jornalismo - vertical, seguindo um pouco a lógica das redes sociais digitais, com publicação no formato 9:16.

Referências

KRIPPENDORF, Klaus. Metodologia de análisis de contenido. Barcelona: Paidós, 1990.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. Mídia regional: indústria, mercado e cultura. Natal: EDUFRN, 2010.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo, Cultrix, 1964.

MELO, José Marques. ASSIS, Francisco. Gêneros jornalísticos no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

PEREIRA, Clarissa Josgrilberg. Cibergêneros nos webjornais brasileiros: um estudo dos dez principais veículos.Intexto, Porto Alegre, n. 52, e-90530, 2021. DOI:https://doi.org/10.19132/1807-8583202152.90530.

POELL, Tomas. NIEBORG, David. VAN DIJCK. Plataformização. Revista Fronteiras – estudos midiáticos.Unisinos, 2020. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01. Acesso em 22 jul. 2023.

SCOLARI, Carlos. Ecología de los medios - Entornos, evoluciones e interpretaciones. Barceloa; Editorial Gedisa, 2015.

SPINELLI, Egle Müller. Jornalismo audiovisual: gêneros e formatos na televisão e Internet. Revista Alterjor: São Paulo, jul-dez, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/alterjor/issue/view/6793 . Acesso em 11 nov. 2024.

STRATE, Lance. BRAGA, Adriana. LEVINSON, Paul. Introdução à ECOLOGIA DAS MÌDIAS. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2019.

Anexos



Quadro 1 – Amostra de Web Stories no Nordeste Brasileiro



Quadro 2 - Mês da análise (maio 2026)



Tabela 1 - Distribuição por veículo jornalístico



Gráfico 1

CÓDIGO: HS0575

AUTOR: YASMIN RAPHAELLE FREITAS DA SILVA

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: Assassin’s Creed Odyssey: os gregos no videogame francês

Resumo

O Assassin’s Creed Odyssey é um jogo de ação e aventura em mundo aberto que recria a Grécia do século V A.E.C. Ao inserir o jogador como um(a) misthios espartano(a), explorando um espaço digital que combina pesquisa histórica, referências literárias e elementos míticos para construir uma experiência interativa do passado. Visamos analisar a Recepção da Antiguidade a partir desse jogo digital. Utilizamos a Recepção como categoria de análise acerca da apropriação e reutilização da antiguidade em espaços contemporâneos. Sendo assim, um exemplo da Recepção da antiguidade ao utilizar de resgates de elementos desse período e da tradição literária grega para a produção de uma identidade helênica voltada ao público geral. O propósito foi compreender como a Grécia Clássica foi reconstruída pela Ubisoft. Os objetivos envolveram entender a Grécia representada no jogo, identificar projeções contemporâneas sobre o passado, entender e analisar jogos digitais, mapear discursos identitários e elaborar uma proposta didática. A metodologia foi organizada em quatro etapas: análise da jogabilidade por meio de uma ficha de microetnografia, estudo do contexto de produção, mapeamento da recepção do jogo.

Palavras-chave: Grécia Antiga. Assassin 's Creed Odyssey. Recepção da Antiguidade.

TITLE: Assassin’s Creed Odyssey: the Greeks in the French video game

Abstract

Assassin’s Creed Odyssey is an open-world action-adventure game that recreates fifth-century BCE Greece. It places the player in the role of a Spartan misthios, exploring a digital space that combines historical research, literary references, and mythical elements to construct an interactive experience of the past. We aim to analyze the Reception of Antiquity through this digital game. We use Reception as an analytical category for

examining the appropriation and reuse of antiquity in contemporary spaces. Thus, the game provides an example of the Reception of Antiquity by drawing on elements from this period and from the Greek literary tradition to construct a Hellenic identity aimed at a general audience. The purpose was to understand how Classical Greece was reconstructed by Ubisoft. The objectives included understanding the Greece represented in the game, identifying contemporary projections onto the past, understanding and analyzing digital games, mapping identity discourses, and developing a didactic proposal. The methodology was organized into four stages: analysis of gameplay through a microethnographic observation form, study of the production context, mapping of the game's reception.

Keywords: Ancient Greece. Assassin's Creed Odyssey. Reception of Antiquity.

Introdução

Assassin's Creed Odyssey é um jogo de ação e aventura em mundo aberto desenvolvido pela Ubisoft, que amplia a renovação da franquia Assassin's Creed. Ambientado no século V A.E.C., durante a Guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta, o jogo permite ao jogador assumir o papel de Alexios ou Kassandra, mercenários de origem espartana que percorrem um vasto território grego. A narrativa mistura elementos históricos e mitológicos, inserindo personagens como Péricles, Sócrates e Brasidas, ao mesmo tempo em que dialoga com lendas gregas, oráculos e criaturas mágicas. A partir disso, o jogo oferece uma experiência de exploração do mundo grego recriado a partir de pesquisa arqueológica, documentação histórica e recursos artísticos, combinando narrativa épica, escolhas morais e mecânicas de RPG.

Seu lançamento se deu em um contexto de fortalecimento da indústria de videogames, que, em 2018, já se consolidava com um faturamento superior a das indústrias de cinema e música juntas (Khan,2023), e do recém sucesso da franquia com o Assassin's Creed Origins, consolidando, também, a Ubisoft no mercado. Além disso, ao mesmo tempo, temas como democracia, identidade cultural e "herança política" eram objeto de intensos debates sobre valores universais.Desse modo, precisamos pensar a Ubisoft como uma empresa integrante do mundo capitalista e ocidental, que passava por um processo de restabelecimento após tentativas de aquisição pela Vivendi entre 2015 e 2016 (Walton), no qual o lançamento do Odyssey auxiliou na manutenção da relevância da franquia e da empresa. A Ubisoft, a partir da Recepção da Antiguidade, mescla autenticidade histórica e política, reforçando sua identidade como produtora de experiências históricas interativas e, ao mesmo tempo, alimentando debates contemporâneos sobre democracia, identidade e memória cultural.

Primeiro, é importante analisar como o jogo exemplifica a Recepção da Antiguidade ao reinterpretar a Grécia Clássica e a tradição literária grega para criar uma identidade helênica voltada ao público geral. A Grécia Clássica é resgatada por meio das fontes antigas (como Homero e Xenofonte), arquitetura, filosofia e vida cívica ateniense, além da representação da pólis como espaço de debate político e militar. A presença do jogador como descendente de Leônidas conecta a narrativa ao "mito da bravura espartana" que

está presente em filmes como 300 (Silva, 2010), evocando um ideal heróico de continuidade cultural e de identidade guerreira.

Nesse sentido, nosso objetivo central com esse trabalho foi de analisar como essa Antiguidade foi recepcionada no mundo contemporâneo a partir do jogo digital, compreendendo o contexto da sua construção e as suas críticas negativas e positivas após o lançamento.

Metodologia

A organização da pesquisa possuiu quatro momentos. Primeiro analisamos a obra e o seu conteúdo. Neste, a fonte foi jogada em console (videogame) próprio e preenchemos uma ficha de microetnografia do gameplay. O segundo momento foi da compreensão da fonte como um produto, por meio de leituras sobre o contexto histórico da produção do jogo. No terceiro, buscamos compreender quais as necessidades para tal obra ou quais entendimentos da Antiguidade a Ubisoft teve à disposição quando construíram a obra.

Utilizamos a atualização de Helyom Viana Telles (2019) para a microetnografia do gameplay de Seth Giddings (2009). A forma de análise de Telles adota a perspectiva apresentada por Gonzalo Frasca (2001), que considera a simulação como um paradigma cognitivo, em oposição à abordagem puramente estruturalista de Robson Belo e José Antonio Vasconcelos (2017), os quais tratam o videogame apenas como meio de representação histórica. Desse modo, a simulação opera modelando comportamentos em vez de somente representar sistemas, conforme destacado por Claudio Fogu (2009). Essa dinâmica promove uma espacialização virtual do passado, substituindo a mera representação histórica e intercala tanto o jogo quanto algo prático e midiático.

A ficha da microetnografia do gameplay teve as seguintes categorias: Plataformas; Valor do jogo ao longo dos anos; Recursos e ganho de experiência; Sistema de evolução; Descrição do espaço; Associações; População digital; Textos e hipertextos; Comunidades e grupos de jogo; Enredo; Referência literária do enredo; Organização visual da tela e informações; Sistemas de interação e comunicação; Sistema de orientação; Inventário e itens; Comandos; Introdução do jogo e modo de treino; Qualidade gráfica; Avatar; Personagens históricos; Fases; Nível de violência em associação às fases; Elementos ideológicos; Principais canais de divulgação no YouTube e números de visualização.

Resultados e Discussões

Ao analisarmos a Recepção da Antiguidade no jogo, compreendemos as escolhas e usos realizados pela Ubisoft para a reconstrução da identidade helênica dentro do seu universo digital. Essa identidade, reforçada pelo mito da bravura espartana, projeta-se para o mundo contemporâneo potencializada pelas ascensões nacionalistas e dos debates acerca das democracias. Nesse sentido, durante o processo de mapeamento da abrangência e

propagação da obra no contexto contemporâneo, foi despertada a reflexão dos possíveis usos da fonte para o ensino. Pois, enquanto aluna do curso de licenciatura em História, ao analisar os discursos impulsionados pelo jogo, noto as potencialidades que o diálogo com o Ensino de História traz ao utilizar o jogo como ferramenta didática para essas discussões.

Dessa forma, os resultados dessa Iniciação Científica, do ano de 2025-2026, ainda estão em discussão, sendo necessário o aprofundamento em um novo projeto de Iniciação Científica, intitulado de "Assassin's Creed Odyssey: entre os gregos das fontes antigas e modernas e o Ensino de História Antiga", já cadastrado na PROPESQ para o ano de 2026-2027. Assim, nosso objetivo central de analisar como essa Antiguidade foi recepcionada no mundo contemporâneo a partir do jogo digital amplia-se também para as possibilidades de adaptar essas análises para o Ensino de História Antiga.

Isso se deve ao fato de que a ambientação do jogo foi desenvolvida com base em pesquisas históricas e arqueológicas recentes, além de contar com a colaboração direta de especialistas na área. Além disso, existe uma outra versão da ambientação desse jogo que é o Discovery Tour, lançado em 2019, que possui um viés educativo, que apresenta uma visão de Grécia Antiga que foi pré-selecionada pela Ubisoft e direciona o sentido do Ensino (Canto Núñez; Paiva, 2025). Possibilitando, assim, analisar como esse jogo pode funcionar como uma ferramenta para o ensino de História Antiga.

Ao analisarmos o contexto histórico de polarizações políticas e das ascensões de nacionalismo durante a produção do jogo, revisitar a Grécia Clássica nesse momento oferecia ao público uma oportunidade de refletir sobre poder, cidadania e o papel do indivíduo frente a estruturas sociais e históricas. Todas fazem parte das Competências e Habilidades que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) direciona para o 6º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais. Desse modo, buscamos, ao fim do novo ciclo de pesquisas, estruturar uma proposta didática consoante com essas Competências e Habilidades do 6º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais previstas pela BNCC com algum trecho do jogo selecionado durante a pesquisa.

A respeito do potencial do jogo como ferramenta didática, podemos observar a experiência do professor Wesley Bernardo que viralizou na internet ao utilizar o Odyssey em suas aulas. O docente faz uso da versão do Discovery Tour para explicar a Batalha de Termópilas e a Segunda Guerra Médica. Demonstrando que apesar do jogo ser de 2019, podendo já ser considerado obsoleto para a comunidade consumidora de jogos, ao ser transposto como ferramenta para a sala de aula, seus gráficos tidos como ultrapassados não interferem no processo de ensino e aprendizagem. Outro exemplo disso, é o relato de aplicação do jogo em sala de aula por Rebeca Paiva e Pedro Núnez no capítulo "Jogos digitais e o Ensino de História Antiga: uma experiência de aplicação de Assassin's Creed Origins e Odyssey nos Anos Finais do Ensino Fundamental", onde descrevem o saldo positivo da experiência da utilização do jogo em aula ao obterem o engajamento e interesse da turma.

Por conta do tamanho do jogo, preenchimento da ficha microetnografia do gameplay não será da história completa. Delimitamos nossa análise neste para as primeiras cinco missões principais iniciais do Assassin's Creed Odyssey. Analisaremos e preencheremos a ficha a cada missão, de modo a entendermos melhor o tempo necessário para cada uma. Essas missões iniciais ("Tudo Começa Aqui", "Cobrador de Dívidas", "Olho por Olho",

"Convidados Indesejados" e "O Sudário de Penélope") funcionam como um prólogo que introduz o jogador à vida de um(a) mercenário(a) na ilha de Cefalônia. Porém, para além de ser apenas um tutorial, essas etapas conectam o jogador às fontes fundamentais da História Antiga Clássica. A busca pelo "Sudário de Penélope" em Ítaca, por exemplo, é uma referência direta à Odisseia de Homero. A fonte antiga é utilizada para a construção do universo virtual, onde o jogador pode explorar o conto da fidelidade de Penélope e a geografia das ilhas jônicas.

Ademais, iremos realizar a comparação da construção produzida pela Ubisoft com a fonte escrita, através da leitura da Odisseia de Homero. A fim de analisarmos o seu uso, a interpretação e as reconstruções feitas pela empresa de jogos.

Conclusão

Compreendemos o potencial do jogo Assassin 's Creed Odyssey como uma fonte contemporânea de análise da Recepção da Antiguidade e a sua propagação de discursos identitários sobre o passado. Além disso, entendemos como fundamental as articulações entre a Recepção da Antiguidade e o Ensino de História Antiga são importantes para a formação docente preocupada com a visibilidade e aplicabilidade desse jogo digital no Ensino Básico, visto a capacidade desse passado transformado e reinterpretado ser tratado em sala de aula de acordo com a BNCC do Ensino Fundamental.

Essa pesquisa pode possuir desdobramentos em outras Iniciações Científicas ou um mestrado, visto a capacidade de estudar-se outras missões do jogo, bem como o modo educacional do Assassin's Creed Odyssey, o Discovery Tour. Ademais, em um futuro também pode relacionar-se o jogo para com fontes antigas, sejam escritas ou materiais, pensando-se na reconstrução feita pela Ubisoft nesse Mundo Antigo virtualizado.

Referências

CRUZ, Matheus Morais; MENDES, Jéssica Silva. Múmias digitais: práticas funerárias em Assassin's Creed Origins. R. Museu Arq. Etn., v. 36, p. 177-190, 2021.

EKLUND, Lina; FOKA, Anna; VEKSELIUS, Johan. Playing with Gender: Women in Assassin's Creed Odyssey. Game Studies – the international journal of computer game research, v. 24, n. 2, jul. 2024.

FOGU, Claudio. Digitalizing historical consciousness. History and Theory, Middletown, US, n. 47, p. 103-121, maio 2009.

FRASCA, Gonzalo. Ludologists love stories, too: notes from a debate that never took place. In: CONFERENCE: DIGITAL GAMES RESEARCH CONFERENCE, 2003, [S.l]. Annals... [S.l]: Digra, 2003. p. 92-99.

FRASCA, Gonzalo. Simulation 101: simulation versus representation. Ludology, [S.l], 2001. Disponível em: <http://www.ludology.org/articles/sim1/simulation101d.html>. Acesso em: 4 set. 2025.

GIDDINGS, Seth. Events and collusions: A glossary for the microethnography of videogame play. Games and Culture, Thousand Oaks, v. 4, n. 2, p. 144-157, 2009.

KHAN, Rida. $300 Billion of Video Gaming Revenue, by Segment (2017-2026F). Visual Capitalist, 15 ago. 2023. Disponível em: https://www.visualcapitalist.com/sp/video-games-industry-revenue-growth-visual-capitalist/. Acesso em 4 set. 2025.

MARTINDALE, Charles. Reception - a new humanism? Receptivity, pedagogy, the transhistorical. Classical Receptions Journal, v. 5. n. 2, 2013, p. 169–183.

MOORE, Christopher (org.). Brill's Companion to the Reception of Socrates. Leiden; Boston: Brill, 2019.

MOORE, Kenneth R. (org.). Brill's Companion to the Reception of Alexander the Great. Leiden; Boston: Brill, 2018. Série Brill's Companions to Classical Reception, v. 14.

SILVA, Cleyton Tavares da Silveira. "Isso é Esparta": Esparta e espartanos sob a película cinematográfica. In: XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB - História, Memórias e Comemorações, 2010, João Pessoa. Anais Eletrônicos do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB - História, Memórias e Comemorações, 2010.

SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43-66, ago. 2020.

UBISOFT ENTERTAINMENT. Ubisoft reports full-year 2018-19 sales and earnings figures. GlobeNewswire, 15 maio 2019. Disponível em: https://www.globenewswire.com/news-release/2019/05/15/1825430/0/en/UBISOFT-ENTERTAINMENT-Ubisoft-reports-full-year-2018-19-earnings-figures.html. Acesso em 4 set. 2025.

VIANA TELLES, Helyom. Jogar e compartilhar: por uma descrição densa dos jogos eletrônicos baseados em simulações do passado. In: ALVES, Lynn; VIANNA, Helyom;

VIANA-TELLES, Helom. Antropologia e game studies: o giro cultural na abordagem sobre os jogos eletrônicos. In: ALVES, L.; NERY, J. (org.). Jogos eletrônicos, mobilidades e educações: trilhas em construção. Salvador: Edufba, 2015. p. 157-184.

VIANA-TELLES, Helom. Ensino de história e videogame: problematizando a avaliação de jogos baseados em representações do passado. In: ALVES, L.; COUTINHO, I. (org.). Jogos Digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidências. Campinas: Papirus, 2016. p. 125-146.

VIANA-TELLES, Helom. Halbwachs no Holodeck: jogos eletrônicos e memória coletiva. Revista Mídia e Cotidiano, Niterói, n. 10, dez. 2016.

VIANA-TELLES, Helom. História digital, sociologia digital e humanidades digitais: algumas questões metodológicas. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 5, p. 74-101, ago. 2017.

VIANA-TELLES, Helom. Mutações na Imagem uma perspectiva antropológica sobre a cultura visual dos meios de entretenimento digital. Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, n. 20, p. 47-62. 2005.

VIANA-TELLES, Helom. Um passado jogável? Simulação digital, videogames e história pública. Revista Observatório, Palmas, v. 2, n. especial 1, p. 163-191, maio, 2016.

CÓDIGO: HS0594

AUTOR: LOUISE PEIXOTO NOBRE

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Quando ser mulher é delito: mecanismos de controle do comportamento feminino na capitania do Rio Grande no século XVIII.

Resumo

A presente pesquisa analisa as normas de conduta destinadas ao sexo feminino na sociedade colonial, especificamente na capitania do Rio Grande do século XVIII. Configurou-se como objetivo apontar a dinâmica do controle do comportamento feminino a partir das noções de honra e reputação. Além disso, o estudo procurou diferenciar as condições étnicas, econômicas e sociais diante do tema. Para isso, os termos de vereação, processos inquisitoriais dos crimes de solicitação, compreensão das determinações eclesiásticas e jurídicas e literatura do período foram utilizados na investigação desse quadro dentro dos limites espaciais e temporais mencionados.

Palavras-chave: História das mulheres, Mulheres, Gênero, Rio Grande do Norte, colônia.

TITLE: When Being a Woman Is a Crime: mechanisms of control over female behavior in the captaincy of Rio Grande in the eighteenth century

Abstract

This research analyzes the codes of conduct directed at women in colonial society, specifically in the Captaincy of Rio Grande during the eighteenth century. Its objective was to examine the dynamics of female behavioral control based on notions of honor and reputation. In addition, the study sought to distinguish the ethnic, economic, and social conditions surrounding the issue. To this end, municipal council records, inquisitorial proceedings concerning the crime of solicitation, ecclesiastical and legal regulations, and literature from the period were used to investigate this context within the aforementioned spatial and temporal boundaries.

Keywords: Women's History; Women; Gender; Rio Grande do Norte; Colonial Brazil.

Introdução

A imposição do espaço privado sobre a vida do sexo feminino simboliza apenas um exemplo entre vários usados como meios de identificar mulheres compatíveis com os valores cristãos, que servem de base aos padrões morais do Ocidente setecentista. Embora a Igreja Católica enfrentasse suas divergências com outras comunidades cristãs, em especial o movimento protestante, a condição de subordinação feminina nunca teria sido questionada e manteve-se, sob tutela dos homens em qualquer posição das disputas religiosas. Ainda nessa análise, cabe ressaltar as reformas tridentinas, decorrentes do Concílio de Trento (1545–1563), como relevantes no século XVIII na colônia da América Portuguesa, pois serviram para reafirmar o domínio católico sobre as posses ibéricas.

A respeito das mudanças incentivadas pelas igrejas, nas quais o episcopado foi o principal agente mediador dessas transformações, as medidas concentravam-se no comportamento de seus fiéis. Assim, foi preciso garantir uma melhor evangelização da população, que, muitas vezes, desconhecia a obrigação celibatária de seus sacerdotes (Lima, 2019). Então, as paróquias necessitaram, para isso, de maior controle. As unidades paroquiais mantinham contato direto com o cotidiano dos indivíduos de diversas localidades da colônia e, em muitos casos, não reforçavam as regras do contexto tridentino (Lima, 1993). Foram nessas circunstâncias que surgiram as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707).

Nesse viés, a Igreja contribuiu, por meio de suas diretrizes e discursos, para a reafirmação de diversos conceitos e pressupostos, inclusive os relativos ao sexo feminino. Quanto a essas, eram as causadoras do pecado original, naturalmente predispostas a mais leviandades (Hespanha, 2010). Os membros da Igreja receberam atenção particular para a manutenção da ordem; porém, as mulheres também não foram poupadas de intensa vigilância sobre suas ações. Como mais inclinadas ao erro, seriam alvo de normas mais severas de controle e de obediência (Araújo, 1993). Por conseguinte, a dominação masculina sobre essa parcela da população seria justificada e importante, com a finalidade de endireitar as propensões femininas e resguardar os homens desses sujeitos desviantes.

A Coroa, de forma semelhante, contribuiu para esse quadro por meio de suas leis e de seus posicionamentos judiciais. Assim, regulava a boa conduta moral dos colonos e, geralmente, favorecia a frenagem feminina diante de situações que demandassem algum tipo de independência (Albuquerque, 2007). Nesse aspecto, as Ordenações Filipinas (1603), corpo jurídico português, promulgado por Filipe II da Espanha durante a União Ibérica, reforçaram hábitos e entendimentos acerca da sociedade e dos indivíduos que a compunham. Também é válido destacar que a intensidade desses procedimentos e das consequências aplicadas às mulheres variava conforme sua posição social (Manso, 2008). Logo, esse fato não apenas explica a hierarquia social como fator decisivo nos critérios de julgamento e nas punições legais, mas também se aplica, de certo modo, à lógica das relações sociais regidas por esses códigos.

Portanto, o presente trabalho pretende analisar as mulheres setecentistas da capitania do Rio Grande. Essas eram controladas cotidianamente em suas obrigações domésticas, como mães e esposas. Contudo, a pesquisa buscou reconhecer a reputação e suas noções de honra como um método de controle do comportamento feminino. Suas consequências, quando aplicadas às interações sociais, não deixariam de determinar, de forma considerável, questões significativas referentes à sobrevivência e à manutenção

do bem-estar feminino, em contraste com os homens. Assim, será possível explicar quais preocupações motivaram por vezes a conformação e a adaptação ao contexto desigual que vivenciavam. Por fim, vale enfatizar a tentativa de captar as diferentes nuances da experiência feminina colonial quanto aos aspectos de etnia, estrato social e condição jurídica

Metodologia

O uso das fontes, essencial para qualquer análise do ofício do historiador, foi empregado para identificar o sujeito feminino na sociedade colonial da Capitania do Rio Grande. Ainda assim, não passa despercebida a dificuldade de interpretar a vivência do objeto de estudo, as mulheres, quando esses registros foram intermediados pelas palavras masculinas que interpretaram, sob sua respectiva visão, o estado e realidade das ações dessas. Porém, configurou-se como objetivo justamente avaliar, com base nas avaliações que lhes foram submetidas e nos julgamentos sobre elas, como isso se refletiria em determinadas necessidades de suas vidas.

A investigação empregou a tradução do termo honra para a conjuntura examinada, a fim de evitar confusões descontextualizadas e decorrentes do recuo temporal. Os termos de vereação registravam as decisões tomadas pelas câmaras municipais e estabeleciam uma conexão essencial com o entendimento sobre o que era inadequado e passível de repreensão por parte do segmento social feminino. Esses documentos em questão, ao mencionarem “mulheres prejudiciais”, introduzem questionamentos relativos ao incômodo provocado por aquelas que foram marginalizadas da própria comunidade. Constitui, assim, um centro basilar para interpretar o cenário em que as mulheres estavam inseridas no período.

Ademais, a análise das Ordenações Filipinas (1603), texto do direito civil, penal e administrativo em vigor no contexto colonial, foi indispensável. O reconhecimento do papel desse corpo documental foi fundamental para entender a regulamentação daquilo classificado como infrações e suas consequências para o grupo feminino. A partir da leitura de seu quinto livro, é evidente como essas leis promoveram a legitimação da avaliação da honra e, por conseguinte, da reputação feminina na capitania.

Não obstante, as preocupações da Igreja relativas ao sexo feminino foram constatadas dentre as determinações estabelecidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Esse agrupamento de regras eclesiásticas manifestou e delimitou os protocolos de atuação dos sacerdotes, as preferências quanto aos modos de administração paroquial e o trato com os fiéis. A consideração dessas ao longo da pesquisa proporcionou a compreensão das regras que prevaleceram na vida religiosa e social da população em questão.

Outrossim, os crimes de solicitação foram investigados para discernir, dentre as denúncias na capitania, como essa violação, que vitimou majoritariamente mulheres, era tratada pelos inquisidores, que julgavam os desdobramentos desses casos. Nesse sentido, os crimes por solicitação, em que os clérigos solicitavam favores sexuais de fiéis durante o sacramento da confissão, também constaram do presente estudo a fim de

averiguar os procedimentos judiciais na execução dos processos. A avaliação direcionada às vítimas do crime constituiu parte relevante da pesquisa para verificar a presença da honra e da reputação como fatores influentes nas deliberações dos inquisidores.

Logo, ao evidenciar como os julgamentos imputados aos indivíduos estudados eram compostos por sua reputação, demonstrar-se-á que esse elemento seria decisivo nas resoluções de suas questões. Duas denúncias foram utilizadas para isso; uma ocorreu em 1763, promovida por onze mulheres, em Arez, presente no acervo digitalizado do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), que acusaram o padre de solicitação. Outra, do Pedro Padre Homem da Costa, iniciada em 1692, passou-se em Natal, também presente no mesmo arquivo digitalizado, e reforça os preceitos defendidos pelo estudo, mesmo que se afaste do limite temporal estabelecido pela pesquisa. Ambos configuraram casos valiosos para análise.

Por fim, implementou-se a literatura a esse panorama, o que estimulou a discussão de particularidades específicas da educação e da conduta feminina. Esse elemento cultural fez parte da complexa cosmovisão e da cultura simbólica da época no que se refere aos costumes femininos e, dessa maneira, auxilia na compreensão do que se esperava das mulheres naquela sociedade (Algranti, 2014). Para isso, o livro Educação de uma Menina até a idade de tomar Estado (Sanches, 1754) foi incluído. Essa parte da pesquisa serviu para ampliar a percepção da honra, geralmente atrelada apenas ao aspecto da sexualidade feminina. Por essa razão, a dita obra não foi negligenciada ao compor o presente trabalho.

Procurar compreender como cada um desses componentes influenciou o comportamento feminino, a partir da preocupação com a reputação, correspondeu substancialmente à forma como a documentação foi estudada. No decorrer da pesquisa, buscou-se o tratamento que lhes costumava ser dispensado, considerando as especificações e as diferenças próprias de cada indivíduo e de sua posição no quadro social. Nessa perspectiva, compreende-se a Igreja, a Coroa e as suas leis e normas, bem como a mentalidade e a cultura simbólica da época como elementos em constante relação ao legitimar, com frequência, determinados ideais, tornando-os dominantes. Por conseguinte, assimilou-se às barreiras levantadas, a fim de restringir a atuação das mulheres no corpo social, sob a forma da noção de honra. Desse modo, intenta-se compreender como essa categorização do comportamento feminino, estabelecida por essas instituições no que se refere à imagem, interferiu diretamente na conduta das mulheres.

Resultados e Discussões

Inicialmente, é preciso compreender a composição da honra, noção em que o estudo deteve-se para analisar seus efeitos no cotidiano feminino do século XVIII, na capitania do Rio Grande. Nesse intuito, a definição proposta pelo conhecido dicionário de Rafael Bluteau (1728) propõe que para além do “ [...] respeito e reverência com que tratamos as pessoas em razão de sua nobreza, dignidade, virtude, ou outra excelência” também é o “bom crédito e a boa fama, adquirida com boas ações. Essa perspectiva de tratamento

ou compostura negociada pela imagem entendida pela comunidade com a qual se convive coincide com uma crucial característica da vida colonial: relações sociais pautadas em hierarquias sociais. De acordo com Emanuel Araújo (1993), os vínculos adquiridos no dia a dia são diretamente influenciados pelo prestígio do grupo do qual os indivíduos fazem parte. Dessa forma, a preocupação com a reputação é decisiva para a preservação da boa coexistência em sociedade e para o potencial de barganhar benesses para si e sua família. Logo, a maneira pela qual um sujeito é reconhecido constitui um valioso bem em uma dinâmica em que ser "bem falado" significa ser respeitado.

Especificando essa realidade no contexto feminino, nota-se, então, uma particularidade quanto à principal motivação de cautela com a fama feminina, atrelada à sua sexualidade. O comportamento sexual feminino encontra-se frequentemente controlado e em subserviência de qualquer homem sob o qual a mulher em questão esteja dependente, marido, pai, ou outro parente masculino. Esse processo é evidenciado em outro verbete lexical, publicado em 1789 por Antônio de Morais Silva (1789). Nesse dicionário, adaptado a partir das definições de Bluteau, são acrescentadas as palavras "pudicícia" e "castidade" para descrever as razões pelas quais o crédito e o respeito são merecidamente estendidos a alguém.

Nessa análise, constata-se que para ser assegurada com o bom tratamento dos outros e a conquista de benefícios, as mulheres devem provar-se honradas para os outros, e isso é especialmente avaliado a partir do critério de quão pudica ou decente ela é considerada. Isso, de fato, faz sentido à luz das regulamentações legais do período, como as Ordenações Filipinas (1603), que ilustram, em determinados excertos, justamente esse modo de proceder. No título XVI, do seu Livro Quinto, é criminalizado invadir casa de terceiro e nesta propriedade dormir com "mulher virgem" ou " viúva honesta". Nesse prisma, há uma categorização da mulher, nessa a lei protege a mulher socialmente creditada adequada com padrões morais quanto à sua sexualidade. A virgem é respeitada por preservar sua decência e a viúva é glorificada por ter cumprido seu dever social.

Ainda nesse entendimento, Gerda Lerner ressalta essa lógica ao defender o seu funcionamento na aplicação de moldes que se aplicam para avaliar as "mulheres respeitáveis", as quais ganham mercês intermediadas pela posição e associação com seu tutor masculino. A diferença do que se encontra em outras formas de dominação, como de raça ou classe, o indivíduo feminino não encontra amparo da família diante de erros e falhas, igualmente não há apoio dentro de uma comunidade coesa dentre outras mulheres, discriminadas em níveis, proporções e jeitos diferentes.

A Lei de 19 de junho de 1775, no livro quarto do conjunto de códigos legais já mencionado, descreve a "Providência sobre a aliciação, sedução e corrupção dos filhos-famílias de ambos os sexos". Essa lei estaria punindo qualquer um que, por força ou por lábia, tentasse roubar herdeiros ou herdeiras de suas famílias, seja para fins financeiros ou "libidinosos". Apesar de valer para resguardar tanto homens quanto mulheres, não deixa de lembrar que a manipulação tenderia a ser mais eficiente com o sexo feminino devido à sua fragilidade. A preocupação que justifica a magnitude do decreto é a dificuldade enfrentada pelos pais da vítima, sequestrada ou enganada por promessas de casamento, em reparar sua "honra". Por conseguinte, o que já foi discutido comprova-se: a prática sexual dita a qualidade do sujeito feminino e esse não se encontra a salvo ou escusado desses princípios humilhantes dentro do conjunto familiar.

Ao não colaborar com a mecânica desses procedimentos ou simplesmente ser reprovada segundo seus critérios de exame, a mulher fica vulnerável a perder o bem requisitado nessa sociedade colonial: sua imagem. Como efeito, está sujeita à marginalização ou à perda de garantias que, a priori, seriam consideradas quando convenientes. Uma questão importante nesta discussão é que isso não significa que o sujeito feminino repreenda estes mecanismos de controle, os reconheça ou os rejeite, pois, como já foi explicado, o funcionamento desse sistema depende muito mais da percepção de terceiros acerca de sua conduta. Os termos de vereação da Câmara de Natal exemplificam isso em alguns casos de mulheres expulsas da cidade por serem classificadas como "prejudiciais". Não se achou explicações para essas medidas, todavia, no esquema apresentado, não são necessárias para prosseguirem-se as consequências sobre a vida dessas mulheres. Em 1789, registrou-se: "convocaram a parda Ignácia Maria [...] que se fosse da Cidade pela sua ruim conduta, requerendo esta retirar-se para Recife, seu lugar de origem, em barco de partida deste porto" (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1789, fl. 95v-96). Mas décadas antes disso já havia ocorrido algo similar em 1722, quando "escreveram ao Capitão-mor da Capitania sobre a expulsão que lhe requereram de duas mulheres prejudiciais nesta Capitania" (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1722, fl. 20v-21).

Todavia, isso não significa afirmar ou defender que nada semelhante não ocorresse com os homens da capitania, tendo em conta que já se declarou que a reputação significava, em certa medida, uma vantagem ou um prejuízo para todos. Mas, com o estudo, quedou-se indiscutível a percepção de que o rigor de juízos destinados às mulheres aparece em circunstâncias que hodiernamente são reconhecidas como misóginas, incomparavelmente. Nos termos de vereação, procurou-se por casos em que homens foram expulsos e verificam-se essas dimensões, porque o único exemplar disponível é de 1694, quando Miguel Rodrigues de Lima foi degredado por quatro anos "por ter morto sua esposa" (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1694, fl. 118v). Dessa forma, nota-se que o descumprimento das normas de conduta feminina era punido com medidas sinônimas às atribuídas a criminosos.

Convém evidenciar uma segunda proposta que atingiria, possivelmente, a reputação feminina e a noção de classificar esses sujeitos como "honrados" no quesito da boa fama: a natureza e execução do ofício. Assim, no âmbito da divisão do trabalho por gênero, que atribuiu a ocupação do cuidado ao gênero feminino, a capacidade de maldizer a reputação das mulheres também abrangeria a execução das tarefas da rotina. O desempenho em atividades próprias às mães, donas de casa e esposas deveria ser ensinado às meninas e moças, preparando-as para a vida adulta. A obra Educação de uma Menina até a idade de tomar Estado, escrita por António Nunes Ribeiro Sanches (1754), demonstra essa preocupação com a atividade doméstica feminina e auxilia a conceber o significado da desonra neste específico caso:

A Menina que fosse assim criada até 19 ou 18 anos asseguro a Vossa mercê que não viveria muito ociosa; não lhe ficaria muito tempo para enfeitar-se vãmente; e muito menos para se pôr a uma janela, ou a uma varanda, ler novelas e comédias, e passar o tempo com o pensamento enleado na ternura dos amantes. (Sanches, p. 44)

Assim, o autor defende, como outros iluministas interessados em pedagogia à sua época, a extensão da educação básica às mulheres. Mas a limita e resume-a, ao longo da obra, ao ambiente privado e condena a preguiça (Algranti, 2014). Novamente, os

Termos de Vereação da Câmara de Natal (1786) conseguem provar configurações pertinentes, uma vez que neles identifica-se uma mentalidade similar àquilo reiterado pelo trecho destacado:

Notificaram algumas mulheres solteiras ociosas e daninhas para que trabalhassem, fiando e fazendo ocupações próprias do seu sexo, com honestidade e bons costumes, de forma que constasse terem decentes ocupações, conforme os que habitavam na Cidade e sua ribeira (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1786, fl. 33).

Os efeitos do crivo ao cumprimento dos deveres femininos afetariam-as de maneiras diferentes. As realidades femininas sustentaram dinâmicas próprias influenciadas por fatores sociais, financeiros e étnicos. Não obstante, seja de que forma se manifestassem, as avaliações sobre afazeres, ocupações ou a não execução desses não deixam de alcançar o potencial perigo de manchar a boa imagem de mulheres como mães, esposas e sujeitos honrados. Defende-se aqui, a partir disso, a manutenção da conivência feminina com esse sistema em que desprestigiar seu papel social como um todo, nas dimensões sexuais, religiosas, morais e comunitárias, seria um perigo para a manutenção de sua qualidade de vida. Como resultado, fez parte dessa experiência arrecadar e gerenciar a imagem e a opinião alheias sobre si.

A continuidade dessa configuração implica o estabelecimento de padrões duradouros de costume do comportamento feminino. A profundidade dessas condições revela possíveis manifestações semelhantes às atuais. Os processos de solicitação entram neste estudo como uma conexão com um fenômeno desagradável, atualmente conhecido como assédio. Os acusados de cometer o dito delito eram clérigos habilitados a confessar os fiéis de suas respectivas paróquias. Essas ocorrências demonstram como as mulheres, principais vítimas dessa forma de violação ao longo do tempo, foram tratadas e avaliadas ao denunciarem os padres confessores.

O reconhecimento e a busca de validação como parte da condição feminina são, assim, revelados. O primeiro caso, apesar de afastar-se levemente do limite temporal estabelecido, julgou-se de inestimável relevância: o processo do Padre Pedro Homem da Costa, que ocorreu ao final do século XVII na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, atual Natal. Esse dito padre de hábito de São Pedro atuou como coadjutor em diversas capelas da região de Natal. Seu processo iniciou-se em 1692 e, em 1695, foi privado de confessar para sempre, de exercer suas ordens por cinco anos e degredado por cinco anos para fora do bispado de Pernambuco.

O acusado de solicitar às vítimas atos torpes acumula vinte testemunhas que esclarecem o que sabem sobre isso e sobre sua conduta perante os inquisidores. Todos os sujeitos interrogados concordam com os procedimentos desonestos e sua “escandalosa” atuação na paróquia. Isso mostra o valor, para todos, da preservação da reputação no funcionamento da sociedade. Todavia, ainda com esses desvios, o testemunho de Luiza, crioula cativa do Capitão-mor Manoel de Abreu Soares, contra o Padre não deixou de ser questionado:

[...] foram perguntados os ditos padres se lhes parecia que ela falava verdade e merecia crédito. Por eles foi dito que notaram nela alguma perturbação, variedade no falar, mas que lhes pareceu seria por medo por entender que queriam fazer algum mal e se ver diante do reverendo comissário e três sacerdotes, e ser preta de pouca confiança.

Contudo julgam que ela falava a verdade e se lhe podia dar crédito por convir dar o seu dito com a testemunha Maria escrava de Inácio Pestana que nela referiu, a qual julgaram ser de crédito, e tornar de assinar pôr o reverendo comissário. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1692, p. 114).

Neste caso em particular, a condição de escravizada da testemunha e a maneira como fala suscitam dúvidas. O que confere validade à sua concordância é o reconhecimento dos outros homens presentes quanto ao crédito daquela que, de fato, consideram digna, Maria. Mesmo que procedimento padrão dos métodos inquisitoriais de investigar-se a verdade, talvez seja possível identificar a dificuldade que seria para qualquer indivíduo feminino de provar-se merecedora da mesma consideração direcionada aos seus pares masculinos.

Para conectar com o processo, que começou em 1763 e encerrou em 1768, do Padre Ventura de Albuquerque, terminou sem condenação mesmo com a condição equivalente (Antt, 1764). As onze testemunhas acusadoras apresentaram discursos semelhantes, mas foram desacreditadas por compartilharem relações parentais e de amizade, o que gerou suposições de que estariam acobertando as supostas mentiras umas das outras. Contudo, suas palavras não pesaram tanto quanto a avaliação de terceiros sobre essas, pois quando perguntados sobre a reputação das mulheres envolvidas com o caso, os membros da comunidade imputaram sobre essas suas origens indígenas e desentendimentos com outros como prova de seus deméritos com a verdade

Portanto, a existência feminina implica comprometer a validade. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) reconhecem a jurisdição da Igreja ultramarina sobre os crimes de solicitação. No primeiro livro, é possível captar as instruções aos confessores de como prevenir essas situações, no título XLVII adverte a fuga de “curiosas, inúteis, e discretas perguntas, principalmente nas confissões de gente moça” e no título seguinte, o XLVIII, estipula preferência que se deve conferir às mulheres para que ao se confessarem, mesmo que a paróquia esteja cheia, o procedimento seja obrigatoriamente realizado no confessionário público, a fim de evitar circunstâncias propiciadoras de solicitação. Visto que essas medidas nem sempre significaram salvaguarda, é notório que os atos desrespeitosos e suas consequências seriam sofrimentos com os quais as mulheres deveriam lidar, seja ao ignorar o ocorrido, seja ao arriscar a denúncia e serem desprezadas em suas necessidades (Diniz, Neto, Chacon, 2022).

A atribuição da responsabilidade feminina pelo preparo para se precaver diante de inúmeros requisitos ajuizadores e atendê-los foi uma marca indissoluta da experiência feminina. Na pastoral do Bispo de Pernambuco, Dom José Fialho, de 1726, o eclesiástico censura a escolha de roupas das mulheres na paróquia de Portalegre, que, por decorações “diabólicas” e por não se cobrirem o suficiente, promoveriam a lascívia dos homens ao seu redor. Ainda, ao descrever as mulheres escravizadas nesse contexto da repreensão, apresenta a situação como um “costume” dessas. Caracteriza o seu discurso por um teor e uma definição das mulheres em posição de vulnerabilidade como mais imorais, e, igualmente, explicita interseções de hostilidades quanto à raça, condição jurídica e sexo.

As fontes articuladas são apenas alguns exemplos para defender aquilo que a pesquisa se propõe a fazer, indicar um padrão excessivamente preocupado com a imagem e a

reputação desempenhadas pelas mulheres devido a razões estruturalmente enraizadas desde o cenário colonial. Ainda devem ser levantadas outras observações para complexificar e compreender novos debates sobre o tema. Mas é evidente que, nesse contexto, arquétipos e regras insaciáveis foram lançados sobre as mulheres em seu cotidiano, sujeitas a constantes avaliações de sua conduta. Nesse sentido, as mulheres indígenas, pretas, pobres ou escravizadas sofrem duplamente com concepções prejudiciais, a ponto de ser praticamente impossível barganhar , dentro dos padrões de comportamento, em prol de suas demandas. Portanto, talvez seja explicável por um modelo existente nas dinâmicas sociais que geram impasses impossíveis de superar ou satisfazer, mesmo quando há conivência por parte do grupo feminino.

Conclusão

Diante do exposto, torna-se perceptível que a conduta social desempenhada das mulheres, no contexto da capitania do Rio Grande setecentista, esteve condicionada pelas expectativas morais da comunidade. Nessas circunstâncias, as normas religiosas forneceram justificativas morais para sustentar a ideia de que as mulheres deveriam estar sob domínio. Além disso, os códigos legislativos que regulamentaram as ações passíveis de castigo.

Sob essas condições, o sentido empregado pelas Ordenações Filipinas legitimou a posição de ausência de autonomia feminina. As mulheres não somente são frágeis e sensíveis como também devem estar enquadradas dentro de padrões específicos para que as leis garantam-lhes proteção. Nesse sentido, a categorização do sujeito feminino a partir de seu comportamento sexual, o qual é usado como critério para avaliá-lo, é capaz de determinar seu destino. As mulheres registradas nos termos de vereação foram mandadas embora da cidade de Natal por serem consideradas nocivas para os referenciais da conjuntura social, as mulheres de Arez foram desacreditadas, mesmo que não restasse dúvida capaz de desmentir seus relatos.

Também é necessário enfatizar a relevância dos casos de solicitação que contribuíram para explicitar uma realidade sensível e, não poucas vezes, simplificada por muitas bibliografias sobre as mulheres em situação de vulnerabilidade na hierarquia social. Ao retomar o fato de que o cenário estudado foi marcado por, de certa forma, rígidas condutas de acordo com a posição ocupada no corpo social de convivência e o nível de status, é compreensível que as punições tenderiam a ser mais severas para as mais carentes desses elementos e que o receio de julgamento seria mais preocupante entre as originárias de famílias relevantes no contexto social.

Contudo, como evidenciado pelas duas ocorrências de solicitação, não se deve confundir o estado de marginalização das mulheres pobres, negras, indígenas ou escravizadas na sociedade com liberdade. Isso porque, usualmente, indicam um número menor de avaliações destinadas a essas. Porém, percebeu-se que, na verdade, isso representou uma desvantagem incompensável para essas desafortunadas que não recebiam o benefício da dúvida que as mulheres ricas e/ou brancas obtinham ao barganhar e obedecer às regras de conduta.

Assim, aquelas de estratos mais benéficos eram constantemente vigiadas rigidamente, ao manter a boa imagem arrecadariam o “bom crédito”, “boa fama” ou a honra, em prol de suas atender suas necessidades. Enquanto as encontradas em condições opostas teriam poucas chances de fazer o mesmo, já praticamente categorizadas como não adequadas e sem honra suficiente para contradizer esses julgamentos. Por fim, ao expandir o “bom crédito” para além do comportamento sexual, há espaço para debate,uma dinâmica semelhante de avaliação e critérios relativos ao desempenho dos afazeres femininos e sobre como as expectativas de terceiros afetariam-nas.

Referências

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Maryanne Carla Oliveira. As mulheres no espaço público colonial de Natal: “daninhas” e “mal procedidas”. 2007. 50 f. TCC (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). Revista de História Regional, 2014. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr.

ALVES, Sílvia. Infirmitas sexus, animi levitas: a punição das mulheres na vigência das Ordenações Filipinas. Delictae, s. l., v. 5, n. 9, p. 7-80, jul./dez. 2020.

ARAÚJO, Emanuel. A colônia pecadora. in: ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v., 2 supl.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

DINIZ, Aldilene Marinho César Almeida; Neto, Francisco Firmino Sales; CHACON, Diego Firmino. A inquisição em Arez: Mulheres Indígenas e outros personagens na história da cidade. Conhecer Arez: História, memórias e culturas. Cajazeiras, 2022.

HESPANHA, António Manuel. Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Lana Lage da Gama. A reforma tridentina do clero no Brasil colonial: estratégias e limitações. In: Congresso Internacional De História: Missionação Portuguesa E Encontro De Culturas, 1993, Lisboa. Actas do Congresso Internacional de História: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993. v. 2, p. 531-549.

LIMA, Lage da Gama. Relações cotidianas entre o clero e as mulheres no Brasil setecentista. In: SILVA, Marco Antônio Nunes da & SEVERS, Suzana Maria de S. S. (Orgs.). Estudos inquisitoriais: história e historiografia. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2019. p. 237-262.

MANSO, Maria de Deus Beites. The Feminine Ideal of 18th century colonial Brazil. in: SACRAMENTO, Clara. Women in the portuguese empire: The theatre of Shadows. Cambridge scholars publishing, 2008.

NASCIMENTO SOBREIRA, Dayane; OLIMPIO DE SANTANA, Rosemere. HISTÓRIA DAS MULHERES (E GÊNERO) NA PARAÍBA: UM BALANÇO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS. Revista Mosaico - Revista de História, Goiânia, Brasil, v. 18, n. 1, p. 95–103, 2025. DOI: 10.18224/mos.v18i1.14591. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/14591. Acesso em: 27 jun. 2026.

PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva. As mãos que tecem a família: o jogo da virtude e da honra da mulher colonial no século XVIII. Revista Amerindia, v. 8, n. 1, p. 1-15, maio 2010.

PORTUGAL. Ordenações e leis do reino de Portugal. Organização e comentários de Cândido Mendes de Almeida. Nota de José Carlos Moreira Alves. Ed. fac-sim. da 14. ed. de 1870. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. Educação de uma Menina até à idade de tomar Estado no Reino de Portugal (1754). In: PINA, Luís de. Plano para a educação de uma menina portuguesa no século XVIII (no II centenário da publicação do Método de Ribeiro Sanches). Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto, Porto, v. 1, p. 9-50, 1968. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo432.pdf. Acesso em: 27 jun. 2026.

SILVA, António de Morais. Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v. Disponível em: https://archive.org/details/diccionariodalin00mora/. Acesso em: 1 jul. 2026.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Violência doméstica: reflexos das ordenações filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 18, n. 1, p. 62-82, jan./jun. 2009.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FONTES:

Acervo da Cúria Metropolitana de Natal, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 14, Termo de Visita de 07/02/1726.

Processo do Padre Pedro Homem da Costa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3953. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/f17bc9c824fa47d39bd984b2f7c6ba79

Processo do Padre Ventura de Albuquerque. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5670. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/dafd42a9549b4ca78a0bc11e567a92e8

_____. Livro de Termos de Vereação (1674-1698), cx 03.

_____. Livro de Termos de Vereação (1721-1735), cx 01.

_____. Livro de Termos de Vereação (1784-1803), cx 02.

_____. Livro de Termos de Vereação (1793-1802), cx 02.

CÓDIGO: HS0614

AUTOR: VITORIA DE ARAUJO SEVERIANO

ORIENTADOR: CINARA MARIA LEITE NAHRA

TÍTULO: Inteligência artificial e ética kantiana

Resumo

O tema da pesquisa é a inteligência artificial e a ética kantiana. O problema investigado é determinar em que se enquadra a ética, seja na máquina, nos programadores ou nos seus usuários. O objetivo deste trabalho é esclarecer o que é a inteligência artificial (IA), incluindo suas possibilidades e sua existência, e esclarecer os conceitos de boa vontade e de legalidade das ações e como isso se relaciona com a inteligência artificial. A fundamentação teórica utilizada considera a perspectiva do filósofo John R. Searle sobre a IA fraca e a IA forte. Dessa forma, será realizada uma investigação a partir da perspectiva kantiana. Para exemplificar a fundamentação teórica, foi utilizado o artigo da Ana Cristina Bicharra Garcia, que comenta sobre a Tay online, IA da Microsoft, inserida no Twitter, que tinha a proposta de ser uma distração, como fazer comentários sobre uma foto que lhe foi enviada. Porém, em menos de 24 horas, o que era para ser uma descontração tornou-se foco de comentários racistas e misóginos. Os principais resultados deste trabalho são que a IA forte não possui compreensão ou intencionalidade, enquanto a IA fraca é uma ferramenta e deve ser utilizada. Logo, o agir não ético deve ser atribuído às ações dos usuários e programadores, mas especialmente e fundamentalmente às grandes empresas de IA e seus donos/tomadores de decisão que ferem o imperativo categórico, pois a máxima destes tomadores de decisão não pode ser universalizada.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Ética kantiana.

TITLE: Artificial intelligence and Kantian ethics

Abstract

The topic of the research is artificial intelligence and Kantian ethics. The problems investigated are discerned in terms of where it fits in ethics, in the machine, in the programmer, or in the internet user. The objective of this work is to elucidate what artificial intelligence (AI) is, including its possibility and its existence, and clarify the concepts of the good will and legality of actions and connect with artificial intelligence. The theoretical background considers the perspective of philosopher John R. Searle about weak AI and strong AI. The theoretical background is a Kantian perspective. For exemplification of the theoretical background, the article by Ana Cristina Bicharra Garcia talks about Tay online, an AI of Microsoft inserted on Twitter. Your proposal

was diversion: how to make comments or send a photo, but less than 24 hours later, what was a diversion became racist and misogynistic comments. The principals resulted these work are that strong AI lacks understanding or intentionality, whereas weak AI is a tool and should be used. Therefore, unethical conduct must be attributed to the actions of users and programmers, but especially and fundamentally to large AI companies and their owners or decision-makers who violate the categorical imperative, as the maxim guiding these decision-makers cannot be universalized.

Keywords: Artificial intelligence. Kantian ethics.

Introdução

A IA está presente no cotidiano de diversos indivíduos, principalmente, se eles possuem algum aparelho eletrônico que inclua acesso à internet (celulares, notebooks, tablets, etc.). Por exemplo, no Brasil em 2024 cerca de 74,9 milhões de domicílios possuíam internet. Com isso, grande parte da população brasileira interage de alguma forma com a IA. Por consequência, ela está inserida na sociedade de forma ampla, pois não é necessário ter um conhecimento técnico sobre a ferramenta para que ela seja utilizada indiscriminadamente. A partir disso, o presente trabalho visa realizar uma investigação sobre o que é a IA e a quem é possível atribuir a ética. O primeiro ponto será embasado a partir da perspectiva de John R. Searle, na qual se delimita a IA em: a IA forte, caracterizada por entender e compreender dados, porém, ela é apenas uma possibilidade para o futuro, e a IA fraca, que existe, é considerada uma ferramenta e deve ser utilizada. O segundo ponto da investigação é se é possível atribuir ética à IA fraca ou a outros indivíduos e grupos. Para isso, o embasamento teórico será a perspectiva ética kantiana. Logo, conceitos como boa vontade, imperativo categórico e legalidade geral das ações estarão presentes para realizar essa conexão entre a ética e a IA.

Metodologia

Leitura de livros, artigos e reflexões sobre o assunto.

Resultados e Discussões

O que é inteligência artificial?

Antes de evidenciar qual a relação entre a inteligência artificial e a ética kantiana, é necessário explicar o que é de fato a IA para que seja possível partir do mesmo referencial. A IA é uma área da ciência da computação que visa à otimização de tarefas humanas, tais como entendimento da linguagem humana, análise de dados e sugestões. Sua funcionalidade está totalmente atrelada aos dados, algoritmos e poder computacional, isto é, quanto mais dados de qualidade a ferramenta for exposta, melhor será seu desempenho. Com relação às áreas, destaca-se a Machine Learning (ML), que permite o aprendizado por intermédio de dados com o intuito de identificar padrões. Na

ML há uma subárea chamada Aprendizado Profundo (DL), caracterizada por utilizar redes neurais artificiais. Isso faz com que a IA possa desempenhar atividades mais complexas, ou seja, reconhece textos escritos, áudios e conteúdos visuais.

Na área da inteligência artificial, é possível delimitá-la em uma IA que existe, a qual utilizamos atualmente, e uma IA que é uma possibilidade para o futuro. As duas possibilidades são:Inteligência Artificial Geral (AGI) e Superinteligência Artificial (ASI). A primeira é caracterizada por visar à adaptação e à autonomia. Isso significa que ela possuiria raciocínio aproximado ao do ser humano e seria capaz de realizar diversas tarefas, enquanto a segunda possui a proposta de ser autoconsciente e superar a humanidade. A IA existente é a Inteligência Artificial Estreita (ANI). Em contraposição às duas possibilidades, ela não possui raciocínio ou autoconsciência. Sua funcionalidade está relacionada com o treinamento de dados com um algoritmo para encontrar padrões. Isso implica diretamente na qualidade dos dados, pois se eles forem bem colocados, o resultado tende a ser positivo. Mas se os dados forem tendenciosos, preconceituosos ou falsos, o resultado será a reprodução deles. A partir disso, a ANI é utilizada em IA generativa, como o ChatGPT e os GPS modernos.

1.1 IA fraca e IA forte

Seguindo com as definições sobre IA, pode-se ressaltar a perspectiva de John R. Searle, que expõe a IA fraca e a IA forte. A primeira aproxima-se da explicação sobre a ANI. É definida como sendo existente. Além disso, o computador, ou o meio que tem acesso a ela, pois atualmente temos notebooks e celulares que têm acesso à IA, “nos fornece uma ferramenta extremamente poderosa” (SEARLE, 1980, p.1). Isso ocorre porque a IA fraca possui um maior rigor e precisão na elaboração de hipóteses. Por exemplo, cálculos extensos e revisão ortográfica podem ser feitos pela IA. Obtendo, assim, além de rigor e precisão, também a otimização de tempo. Logo, a IA fraca existe e está no cotidiano como uma ferramenta, seja para uso acadêmico, como pesquisas de artigos científicos, livros etc., seja para uso popular, como o GPS. Em contrapartida, o autor apresenta a ideia de IA forte que consiste no entendimento e na compreensão. Adianto que esse conceito aproxima-se da AGI e da ASI no sentido de ter a capacidade de raciocínio e compreensão semelhantes aos do ser humano e de ser apenas uma possibilidade para o futuro. A IA forte é caracterizada por entender e compreender os dados, ou seja, ela possui estados cognitivos. Para elucidar esses dois conjuntos, Searle baseia-se no programa de Schank, que consiste na simulação da compreensão humana com relação a histórias. O exemplo escolhido é um atendimento em um restaurante. No primeiro caso, o cliente recebe o pedido queimado e sai do restaurante bastante bravo e sem realizar o pagamento, tanto do pedido quanto da gorjeta. Logo, é subentendido que o cliente não comeu. No segundo caso, o cliente recebeu o pedido e ficou contente. Realizou o pagamento tanto do pedido quanto da gorjeta. Logo, é subentendido que o cliente comeu. Supondo que essa situação fosse passada para uma IA forte, ela não apenas simularia uma capacidade humana, mas também: “a) A máquina compreende a história e fornece respostas às questões. b) O que a máquina e seu programa fazem explica a habilidade humana para entender histórias e responder questões sobre elas.” (SEARLE, 1980, p.2) Searle afirma que esses dois pontos não fazem sentido. Elucidando seu ponto de vista, ele utiliza o recurso de Gedankenexperiment. Com isso, ele escolhe o exemplo do quarto chinês, que consiste em um indivíduo falante da língua inglesa que está em um recinto. Ele não tem nenhum conhecimento da língua chinesa, seja em fala, leitura ou escrita, e para este indivíduo são dados três textos, o primeiro em

japonês, o segundo em inglês contendo regras e o terceiro em japonês e inglês. A partir disso, o indivíduo manipula os símbolos fazendo uma correlação do inglês para o japonês. Como resultado, suas respostas são muito satisfatórias, porém o indivíduo apenas agrupou símbolos formais. Isso significa que, mesmo que ele manipule bem os símbolos formais, ele não consegue entender o significado do que está escrevendo em japonês. Seguindo essa lógica, vai ser concluído que o indivíduo se comporta tal como um computador. Com esse exemplo, Searle encontra inconsistências no programa de Schank, com relação ao ponto A, mesmo que o indivíduo ou o computador possa manipular muito bem os símbolos, ele não consegue compreender o que está sendo dito. Com relação ao ponto B, "podemos verificar que o computador e seu programa não fornecem as condições suficientes para a compreensão" (SEARLE, 1980, p.3). Por conseguinte, Searle conclui que, por mais que um computador tenha em seu sistema a posse dos princípios formais, isto não é suficiente para a compreensão, colocando em paralelo um ser humano que também tem acesso aos princípios formais, e isso não indica que o indivíduo consiga compreender os símbolos que estão sendo passados. Logo, para Searle, o indivíduo possui compreensão e a IA não.

Ética kantiana

No prefácio do livro Fundamentação da Metafísica dos Costumes serão expostas definições iniciais. Primeiramente, o significado do termo : "metafísica dos costumes", o qual é condizente com duas línguas, no grego provém de ethos, enquanto no latim provém de mores. Por conseguinte, "metafísica dos costumes quer dizer o mesmo que metafísica da moral ou metafísica da ética" (KANT, 2018, p.8).

No prólogo, Kant traz a definição grega que divide física, ética e lógica. Com isso, será focado na definição que é dada à segunda ciência. A ética é uma metafísica dos costumes. Possui uma parte empírica denominada antropologia especialmente prática, e a outra parte é racional. Chama-se moral. A necessidade de existir uma metafísica dos costumes se dá por dois motivos. O primeiro por causa da razão da especulação e o segundo "os costumes em si permanecem submetidos a todo tipo de deterioração, enquanto faltar esse fio condutor, a regra mais elevada do seu julgamento correto" (KANT, 2018, p.28). Dessa forma, o objetivo central da fundamentação é investigar e determinar o supremo princípio da moralidade.

Na primeira seção, é introduzido o conceito de boa vontade. Sua existência implica que, para algo ser considerado bom, precisa estar de acordo com esse conceito, até mesmo características e dons que naturalmente têm o potencial de serem bons. Para elucidar a questão, Kant utiliza os seguintes exemplos: "a coragem, a determinação e a perseverança"(KANT, 2018, p.33), mas por não seguirem a boa vontade podem ser corrompidos e maléficos. Diante do exposto, o alicerce da boa vontade é ela ser "boa apenas pelo querer, isto é, em si mesma" (KANT, 2018, p.34). Ademais, será definido que a boa vontade é "o bem supremo e também condição para todo o resto" (KANT, 2018, p.36). Isso ocorre pelo fato de a boa vontade ter uma relação com a razão, ou seja, esta é um recurso prático que influencia a vontade. Logo, o produto desta relação é a boa vontade. Kant busca uma melhor explicação para o conceito de vontade utilizando o conceito de dever. A partir disso, vão ser expostas três proposições. A primeira não é marcada tão claramente, pois está diluída em cinco exemplificações. É a diferenciação que o autor coloca entre o dever e a inclinação. A segunda é:

uma ação realizada por dever possui seu valor moral não no propósito a ser alcançado por ela, porém na máxima pela qual é determinada. Portanto, não depende da existência real do objeto da ação, mas apenas do princípio do querer pelo qual ocorreu, sem considerar todos os objetos do desejo como um todo. (KANT, 2018, p.40)

A relação disso com a vontade é que ela é bifurcada entre seu princípio, a priori e formal, e seu indutor, a posteriori e material. A vontade "precisa ser determinada por alguma coisa" (KANT, 2018, p.40), considerando que a ação é efetuada pelo dever. Logo, ela é determinada pelo seu princípio, desconsiderando sua parte a posteriori. A terceira proposição é "o dever é a necessidade de uma ação em respeito à lei" (KANT, 2018, p.40). Isso significa que um objeto necessita estar atrelado ao princípio da vontade. Por conseguinte, a ação por dever está totalmente desvinculada da inclinação e o que pode determinar a boa vontade é a lei, objetivamente, e a máxima, subjetivamente. Anteriormente, é citado nas proposições o conceito de lei. Neste contexto, o autor quer explicitar a legalidade geral das ações, ou seja, "nunca devo agir de outro modo a não ser querendo que a minha máxima também se torne uma lei geral" (KANT, 2018, p.42). Com isso, "chegamos ao princípio do reconhecimento moral da razão humana comum" (KANT, 2018, p.44), ou seja, o senso comum tem total capacidade de realizar distinções dicotômicas, tais como bem e mal. Porém, o ser humano possui a tendência de barganhar com as leis do dever e, quando isso acontece, é quando é buscada a transição entre razão humana comum e filosofia prática, pois a última orienta e determina claramente o seu princípio, evitando que a máxima atinja de forma negativa os princípios morais.

Na segunda seção, o autor define que a gênese dos conceitos morais é a priori, seja na razão humana comum ou na razão especulativa. Além disso, é definido que a exposição do conceito moral também deve ser feita de maneira a priori, ou seja, se os conceitos serão utilizados em uma antropologia especialmente prática, é necessário que a exposição dos conceitos seja feita na metafísica.

A faculdade prática da razão é baseada no seguinte argumento:

"Todas as coisas da natureza atuam de acordo com leis" (KANT, 2018, p.53)

"Só um ser racional tem a capacidade de agir de acordo com uma ideia de leis" (KANT, 2018, p.53)

Se "Precisamos de uma razão para derivarmos as ações das leis" (KANT, 2018, p.53), então a vontade é a razão prática.

∴Se a razão determina a vontade, então "a vontade é um recurso para se escolher apenas aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário" (KANT, 2018, p.54)

Com esse argumento é possível extrair duas definições. A primeira é a obrigação quando a vontade não está totalmente determinada pela razão em si e continua submetida à subjetividade. A segunda é o princípio objetivo, que é a conclusão do argumento. Além disso, o princípio objetivo é o mandamento da razão e sua fórmula é o imperativo. "Os imperativos são expressos como dever" (KANT, 2018, p.54). Eles são como fios condutores de uma boa ação e podem ser divididos em hipotéticos: a ação é

um meio para alcançar algo, e categóricos: “ação como objetivamente necessária para si mesma, sem relação com nenhum outro propósito” (KANT, 2018, p.55). Seguindo na explicação, o imperativo hipotético pode ter dois propósitos: o possível, princípio prático problemático, e o real, princípio assertórico-prático. O imperativo categórico possui apenas o princípio apodítico-prático e será colocado como imperativo da moralidade, ou seja, ele vai conter em si a lei e a necessidade de uma máxima.

Outro conceito fundamental desta seção é a finalidade. Sua definição é “fundamento objetivo da autodeterminação da vontade” (KANT, 2018, p. 69). Além disso, ela deve ser válida para todos os seres racionais e estes existem como finalidade em si. Se o princípio prático da razão existir, então ele deve ser

A partir da ideia do que é necessariamente uma finalidade para todos, porque é uma finalidade em si mesma, ela deve constituir um princípio objetivo da vontade e, portanto, servir como uma lei prática universal. O fundamento desse princípio é: a natureza racional existe como uma finalidade em si mesma. (KANT, 2018, p.71, grifo do autor)

Este princípio é ao mesmo tempo subjetivo, na medida em que o ser humano imagina sua própria existência, e objetivo, quando a imaginação da existência está em função do fundamento racional. Dessa forma, o imperativo prático se apresenta da seguinte maneira: “ Aja de modo a usar a humanidade, tanto na sua pessoa quanto na pessoa de outrem, a todo instante e ao mesmo tempo como um fim, mas jamais apenas como meio” (KANT, 2018, p.71, grifo do autor).

O princípio da finalidade em si não é retirado da experiência e isso se dá por três motivos. O primeiro é em detrimento da sua universalidade. O segundo fator é a humanidade, apresentada como finalidade objetiva, ou seja, as finalidades devem se construir como leis e partir da razão pura. Com isso, adentramos no terceiro princípio prático da vontade “a ideia da vontade de todo ser racional como uma vontade legisladora universal” (KANT, 2018, p.73, grifo do autor). Este último princípio permite somente máximas que estão de acordo com a legislação universal da vontade. Isso ocorre porque a vontade é tanto autolegisladora quanto submetida à lei que ela mesma criou.

Os imperativos categóricos não permitiam qualquer interesse, mas eles eram admitidos dessa maneira para explicar o conceito do dever. Na formulação do terceiro princípio, há a possibilidade de ele convir ao imperativo categórico, pois, considerando a noção de legislação universal, o imperativo categórico é o único que pode ser incondicional. O motivo pelo qual o imperativo categórico e o dever não conseguiam coexistir estava baseado no raciocínio incompleto sobre o que o ser humano estava ligado ao dever, mas não reparamos que ele estava subordinado à sua própria legislação, a qual é uma legislação universal. Além disso, o ser humano agia de acordo com sua própria vontade. Isso, não reparamos que sua vontade era uma vontade legisladora universal. Considerando que um ser racional, por meio de suas máximas, deve considerar um legislador universal para avaliar a si mesmo e suas ações, com isso, teremos outro conceito: reino das finalidades. Dessa forma, “todos os seres racionais estão submetidos a leis, pelas quais devem tratar-se e tratar os outros” (KANT, 2018, p.76, grifo do autor). A partir disso, surge o reino das finalidades, pois “essas leis têm como propósito a relação desses seres entre si, como finalidades e meios” (KANT, 2018, p.76).

O ser racional no reino das finalidades pode ter duas ocupações. A primeira é como membro, caracterizada quando ele é tanto legislador quanto submetido às leis. O segundo é como chefe, ou seja, quando ele não está como legislador. A partir disso, o ser racional não pode se colocar a si mesmo como chefe considerando apenas a máxima da sua vontade. A única maneira do ser racional fazer isso é se ele for totalmente independente da faculdade da vontade. Um adendo sobre a legislação: ela é encontrada em cada ser humano e deriva da sua vontade a partir do imperativo categórico e do terceiro princípio prático da vontade. Diante disso, a necessidade de uma ação segundo o terceiro princípio é chamada de dever ou obrigação prática. Isso é atribuição de cada membro, em igual medida do reino das finalidades e não do chefe. A necessidade prática de agir de acordo com o dever baseia-se nas relações dos seres racionais entre si. Isso significa que não há interferências de inclinações e que a vontade é legisladora.

No reino das finalidades existem duas dinâmicas. A primeira é que há um preço e, em seu lugar, pode colocar algo equivalente. Aqui pertence às necessidades e inclinações. A segunda consiste na dignidade, ou seja, algo que está acima de qualquer preço; logo, não possui algo equivalente. Aqui se insere a finalidade em si. Por conseguinte, “a moralidade é a única condição pela qual um ser racional pode ser finalidade em si mesmo, pois só por meio dela é possível alguém ser um membro legislador no reino das finalidades”. (KANT, 2018, p.77)

Dado o exposto, o autor define que a autonomia da vontade pode ser o princípio supremo da moralidade. Isso ocorre em suas duas definições, sendo a primeira “a qualidade da vontade pela qual ela mesma é sua lei” (KANT, 2018, p.83) e a segunda “não escolher nunca a não ser de modo que as máximas da sua escolha também estejam incluídas nesse mesmo querer como uma lei universal” (KANT, 2018, p.83). Essas duas definições são imperativas, proposições sintéticas e reconhecidas a priori: desse modo, “é o único princípio da moral” (KANT, 2018, p.83). Em contraposição, o autor define a “heteronomia da vontade como fonte de todos os princípios falsos da moralidade”(KANT, 2018, p.83). Isso ocorre porque ela se baseia em inclinações ou nas ideias da razão, culminando em imperativos hipotéticos. Os caminhos errados para chegar à moralidade podem ser empíricos, derivações de princípios da felicidade,ou racionais, provenientes do princípio da perfeição. Os primeiros são caracterizados pela “constituição peculiar da natureza humana, ou das circunstâncias casuais em que está inserida” (KANT, 2018, p.85, grifos do autor). O segundo relaciona-se com o conceito ontológico da perfeição, em outras palavras, a vontade de Deus. Isso pode culminar em ideias perversas de dominação e vingança, contrapondo-se à moralidade. Em resumo, esses casos acima são regidos por uma heteronomia. E não é moral agir porque a fórmula do imperativo seria constituída da seguinte forma: “quando ou porque queremos esse objeto, devemos agir de um modo ou de outro” (KANT, 2018, p.87, grifos do autor). Dessa forma, a próxima etapa da pesquisa é investigar se a ética kantiana pode ser utilizada para uma IA ética.

IA fraca, ética Kantiana e sugestão para outras pesquisas na área

Considerando a teoria de Searle, a IA forte é uma possibilidade futura, mas não um problema investigado no presente. Em contraposição, a IA fraca existe. É uma ferramenta que desempenha funções que são determinadas e deve ser utilizada. Sendo ela observada em diversos âmbitos da sociedade, seja no ambiente acadêmico com correções ortográficas, brainstorming, sugestões de artigos, cálculos que demandam

muito tempo se fossem feitos manualmente, ou como forma de distração em redes sociais, por exemplo, a Tay online, em seu primeiro momento. Porém, o fácil acesso à internet e, consequentemente, à IA encaminhou-se a atitudes extremamente maldosas e danosas a grupos e indivíduos. Visto que a IA fraca não possui compreensão e entendimento, é apenas uma ferramenta. Não é possível atribuir ética a ela. Por conseguinte, surgem as seguintes questões: a ética kantiana deve ser atribuída aos usuários? Pois, como foi exemplificado na Tay online, os usuários têm uma certa capacidade de treinar a IA. Deve ser atribuída aos programadores? Pois eles têm acesso à configuração técnica da IA. Deve ser atribuída aos proprietários das IAs, às big techs? Por uma questão de regulamentação. Ou a ética deve ser atribuída aos três? Na medida em que podem interferir na IA fraca.

Conclusão

Por fim, para realizar a conexão da ética. Kant enfatiza que a moralidade está inserida na razão humana comum. Isso ocorre quando o conhecimento moral comum reconhece ações que estão boas ou más. As hipóteses que serão aprofundadas em uma segunda etapa da pesquisa são: com relação aos usuários, eles devem agir segundo a boa vontade, vontade ser boa em si mesma, e o conceito de imperativo categórico, máximas que devem ser universalizadas. Aos programadores, eles poderiam ter se apropriado da lógica e realizado um contra-exemplo, ou seja, imagine um mundo onde pessoas que possam ter atitudes absurdas possuam acesso àquela IA. Assim, quando a IA identificasse um comportamento danoso a algum grupo ou indivíduo, o responsável seria banido temporariamente ou permanentemente da plataforma. Pois tais ações ferem a legalidade geral das ações, considerando que a máxima desses usuários é inviável em uma sociedade. Por último, com relação aos proprietários da IA, esse tópico será discutido em um segundo momento da pesquisa.

Referências

Garcia, A. C. B. (2020). Ética e Inteligência Artificial. Computação Brasil, (43), 14–22. https://doi.org/10.5753/compbr.2020.43.1791

GOOGLE CLOUD. What is artificial intelligence (AI)? Disponível em:https://cloud.google.com/learn/what-is-artificial-intelligence?hl=pt-BR#key-takeaways. Acesso em: 28 abr. 2026.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Martin Claret, 2018.

LOSCHI, Marília . Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. Agência IBGE, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-

noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024. Acesso em: 04 maio 2026.

SEARLE, John Rogers. Mentes, cérebros e programas. Tradução de Cléa Regina de Oliveira Ribeiro. Reimpressão preparada por Osvaldo Pessoa Júnior para a disciplina TCFC3 – Filosofia das Ciências Neurais. São Paulo: FFLCH-USP, 2011. Disponível em: http://www.filosofiadamente.org/images/stories/textos/mentes.doc. Acesso em: 12 mai. 2026.

SEARLE, John R. Minds, brains, and programs. Behavioral and Brain Sciences, Cambridge, v. 3, n. 3, p. 417–457, 1980.

CÓDIGO: HS0646

AUTOR: ANA JULIA CUNHA DE MEDEIROS

COAUTOR: VITORIA PATRICIA BEZERRA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: FELLIPE COELHO LIMA

TÍTULO: Como as trajetórias de trabalho dos entregadores influenciam os sentidos que eles atribuem ao trabalho por aplicativo?

Resumo

A expansão das plataformas digitais, no contexto da Indústria 4.0, tem transformado as relações de trabalho, intensificando processos de flexibilização e precarização. Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as trajetórias laborais dos entregadores por aplicativo influenciam os sentidos atribuídos ao trabalho, tendo como recorte Natal/RN. De caráter qualitativo, foram analisadas 15 entrevistas semiestruturadas com entregadores por aplicativo da cidade. Identificaram-se trajetórias marcadas pela informalidade, pelo desemprego, por "bicos" e por ocupações de baixa remuneração. A inserção no trabalho por aplicativo esteve relacionada à necessidade de geração de renda, à busca por melhores rendimentos, à possibilidade de conciliar atividades e à valorização da flexibilidade e da autonomia. Entretanto, os participantes também relataram instabilidade dos rendimentos, ausência de direitos trabalhistas, jornadas prolongadas, riscos e dependência da demanda e do funcionamento das plataformas. Os sentidos atribuídos ao trabalho mostraram-se, portanto, contraditórios: embora a autonomia, a flexibilidade e a ausência de uma figura patronal tradicional sejam valorizadas, permanecem condições de precarização e subordinação. Conclui-se que esses sentidos são constituídos na relação entre as trajetórias laborais e as condições concretas de vida dos trabalhadores, expressando a tensão entre autonomia e subordinação, liberdade e necessidade.

Palavras-chave: Uberização; Trabalho por aplicativo; Entregadores; Trajetória laboral.

TITLE: How do delivery workers' labor trajectories influence the meanings they attribute to app-based work?

Abstract

The expansion of digital platforms, within the context of Industry 4.0, has transformed labor relations, intensifying processes of flexibilization and precarization. This study aimed to analyze how the labor trajectories of app-based delivery workers influence the meanings attributed to work, focusing on Natal, Rio Grande do Norte, Brazil. A qualitative approach was adopted, based on the analysis of 15 semi-structured interviews with app-based delivery workers in the city. The participants' trajectories were characterized by informality, unemployment, temporary and informal jobs, and low-paid occupations. Entry into app-based work was associated with the need to generate income, the search for higher earnings, the possibility of combining different activities, and the value attributed to flexibility and autonomy. However, participants also reported income instability, the absence of labor rights, long working hours, risks, and dependence on demand and platform operations. The meanings attributed to work were therefore contradictory: although autonomy, flexibility, and the absence of a traditional employer figure were valued, conditions of precarization and subordination persisted. It is concluded that these meanings are constituted through the relationship between workers' labor trajectories and their concrete living conditions, expressing the tension between autonomy and subordination, freedom and necessity.

Keywords: Uberization; App-based work; Delivery workers; Labor trajectory.

Introdução

A Indústria 4.0, ou Quarta Revolução Industrial, caracteriza-se por transformações nas formas de produção e nas relações de trabalho, nas quais as tecnologias de informação e comunicação (TIC) passam a ser desenvolvidas também para ampliar o lucro e a produtividade das empresas (Antunes, 2020). Inseridos nas dinâmicas do capitalismo, esses avanços transformam as relações entre capital e trabalho, intensificando a exploração da força de trabalho por meio da terceirização, flexibilização e informalidade, acompanhadas pela expansão das plataformas digitais e por novas formas de organização do trabalho (Antunes, 2020).

É nesse cenário que se consolida a Gig Economy (economia de bicos), caracterizada por relações laborais precárias nas quais empresas admitem trabalhadores que oferecem sua mão de obra de forma autônoma, sem vínculo empregatício (Lacerda, 2025). Esse modelo contribui para a fragilização dos direitos trabalhistas ao submeter trabalhadores à instabilidade, à baixa remuneração e à insegurança laboral (Lisboa, 2021). No Brasil, entretanto, a precarização do trabalho não constitui um fenômeno recente (Alves, 2007). Ela possui raízes históricas relacionadas ao passado escravocrata e à inserção dependente da economia brasileira no capitalismo, fatores que contribuíram para a consolidação de um percurso marcado pela informalidade no país (Marini, 2022).

Nesse contexto, a uberização constitui uma forma contemporânea de controle, gerenciamento e organização do trabalho mediada por plataformas digitais, mas que não se restringe a elas (Slee, 2017; Abílio, 2020). Esse processo consolida a figura do trabalhador just-in-time e amplia a informalização e a flexibilização do trabalho (Abílio, 2020). O trabalhador passa a ser considerado autônomo e permanece disponível, sem garantias sobre remuneração e sem transparência quanto às regras de precificação e organização do trabalho. Embora o fenômeno anteceda a empresa Uber, sua expansão contribuiu para ampliar sua visibilidade e transformar o trabalho de motoristas e

entregadores, alcançando outras ocupações e setores da economia (Slee, 2017; Abílio, 2020).

A consolidação desse modelo é acompanhada por discursos que apresentam o trabalho por aplicativo a partir dos valores de liberdade, autonomia e empreendedorismo. Nesse contexto, a uberização transforma os trabalhadores em "donos do próprio negócio", deslocando para eles os riscos, custos e responsabilidades da atividade laboral e ocultando as relações de subordinação presentes na organização do trabalho pelas plataformas. Compreender esse processo implica considerar as condições objetivas de trabalho e os sentidos produzidos pelos trabalhadores sobre suas experiências.

Para compreender os sentidos atribuídos pelos entregadores, parte-se dos conceitos de sentido e significado propostos pela Psicologia Histórico-Cultural. De acordo com Vigotski (2009), o significado corresponde aos conteúdos generalizados, sociais e historicamente construídos, enquanto os sentidos se referem à apropriação singular desses significados pelos sujeitos, sendo atravessados pelas trajetórias, pelo contexto e pelas dimensões afetivas de sua relação com a realidade. Nesse movimento, as situações dramáticas ganham centralidade por se constituírem em momentos da vida cotidiana marcados por tensões que demandam do sujeito um posicionamento e podem mobilizar a internalização de novos sentidos a partir das vivências experienciadas (Medeiros, no prelo).

Diante desse cenário, esta pesquisa buscou responder: Como as trajetórias de trabalho dos entregadores influenciam os sentidos que eles atribuem ao trabalho por aplicativo? Como objetivos específicos, busca-se compreender as motivações que levaram os trabalhadores a ingressar na atividade de entrega por aplicativo e identificar os sentidos atribuídos pelos entregadores ao trabalho, considerando como esses sujeitos interpretam sua relação com a atividade que desempenham.

Metodologia

A presente pesquisa constitui um desdobramento da pesquisa multicêntrica "Nexos da Uberização: análises a partir dos trabalhadores", desenvolvida por docentes e discentes de diferentes localidades. São elas: Natal/RN, Uberlândia/MG e Goiânia/GO, de Córdoba/Argentina e Nova York/Estados Unidos. Ao todo, foram realizadas 158 entrevistas semiestruturadas com trabalhadores de entrega por moto e bike das cidades mencionadas anteriormente. Para compor o corpus de análise da presente pesquisa, foram selecionadas entrevistas realizadas com entregadores por aplicativo da cidade de Natal/RN, sendo 15 no total. A escolha desse recorte se deu a fim de analisar em maior profundidade as particularidades referentes à localidade supracitada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por possibilitar a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes às suas trajetórias de trabalho, em diálogo com a literatura sobre uberização e precarização do trabalho, partindo do mesmo referencial teórico-metodológico e temático do qual o projeto a qual se filia.

Os dados da pesquisa foram construídos com o apoio de um roteiro semiestruturado e um questionário sociodemográfico. As entrevistas foram gravadas, transcritas e categorizadas

no programa QDA Miner 5.0, a partir dos eixos temáticos comuns ao roteiro, contemplando: 1) trajetória laboral; 2) contexto de trabalho; 3) liberdade no trabalho; 4) saúde e adoecimento no trabalho; 5) sentido e significado do trabalho e do dinheiro; 6) sentido do trabalho como entregador por aplicativo; 7) projeto laboral; e 8) sentido dos direitos, mobilizações e organização dos trabalhadores. Para esse relatório, foram analisados os eixos 01, 02, 05, 06 e 08, bem como os dados sociodemográficos obtidos nas entrevistas.

Os participantes da pesquisa foram selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: a) com cadastros ativos em ao menos uma plataforma digital; b) que realizem atividade de entrega ou transporte de passageiros em plataforma digital há um mês, ao menos e c) que tenham realizado ao menos uma entrega ou transporte de passageiro durante os últimos sete dias que antecederam a pesquisa. Já no que se refere aos critérios de exclusão, não participaram da pesquisa, trabalhadores a menos de um mês na atividade.

O processo de pesquisa também foi atravessado pela inserção da pesquisadora nas atividades coletivas construídas no âmbito do projeto Nexos da Uberização. A participação em encontros semanais do grupo Nexos da Uberização, onde, em conjunto, discutimos sobre os materiais produzidos e formamos debates teóricos e reflexões acerca da Psicologia Histórico-Cultural e Marxismo contribuiu para um processo contínuo de implicação com o objeto investigado, a partir de um olhar mais atento às trajetórias e desafios dos entregadores por aplicativo, permitindo enxergar a historicidade dos fenômenos.

2.1 Caracterização dos participantes

Conforme os dados produzidos pela pesquisa Nexos da Uberização, a partir das 48 entrevistas analisadas, observou-se que 100% dos participantes declararam pertencer ao sexo masculino, 73,8% se autodeclararam pretos ou pardos e 51,1% dos entregadores declararam possuir mais do que 30 anos. Além disso, 59,2% afirmaram ter concluído o ensino médio e 46,9% informaram receber de 1 a 2 salários mínimos.

Resultados e Discussões

Esse trabalhou buscou responder a questão: Como as trajetórias de trabalho dos entregadores influenciam os sentidos que eles atribuem ao trabalho por aplicativo?. A partir dessa pergunta, dois eixos foram formulados, sendo eles: 1) trajetória laboral no trabalho por aplicativo e 2) sentidos de trabalho como entregador.

3.1 TRAJETÓRIA LABORAL NO TRABALHO POR APLICATIVO

Inicialmente, nessa categoria buscamos compreender as trajetórias dos entregadores, investigando como e por que eles ingressaram no trabalho por plataformas digitais. Verificou-se que, nos relatos de trabalhadores natalenses, o trabalho por aplicativo aparece como uma possibilidade de inserção laboral diante de dificuldades relacionadas ao desemprego, à informalidade e à insuficiência da renda obtida em outras atividades. Isso foi intensificado principalmente durante a pandemia do coronavírus, época que transformou as relações de trabalho devido ao caráter emergencial da situação (Antunes, 2020).

No que diz respeito à primeira categoria, foi possível identificar cinco argumentos principais relativos aos motivos para trabalhar como entregador por aplicativo. São eles: a) possibilidade de conciliar com outra atividade / complemento de renda; b) necessidade de geração de renda / desemprego; c) melhores rendimentos em comparação aos outros trabalhos; d) flexibilidade e autonomia; e e) liberdade por trabalhar sem patrão. Sendo que esses argumentos não são necessariamente excludentes, de modo que uma mesma pessoa pode mobilizar mais de um deles.

O primeiro argumento diz respeito à possibilidade de ter as entregas como uma das atividades articuladas pelo trabalhador para garantir a reprodução cotidiana, de modo que esses trabalhadores ajustam suas ocupações definindo os períodos em que está conectado ao aplicativo. O segundo se relaciona à entrada do aplicativo após um período de ruptura, como a perda de emprego anterior ou dificuldade de encontrar um trabalho. Nesse caso, a plataforma se apresenta como uma possibilidade de obtenção de renda imediata que não exige qualificação formal nem experiência profissional específica. O terceiro argumento diz da percepção do trabalho por aplicativo como alternativa economicamente mais vantajosa. Aqui, as falas dos entrevistados promovem uma comparação sobretudo com experiências de trabalho com carteira assinada (CLT), que os trabalhadores associam, em alguns casos, à remuneração de um salário mínimo. Esses três primeiros argumentos estão relacionados às condições e motivações que permeiam a entrada e permanência inicial dos trabalhadores na atividade.

Por sua vez, os dois últimos argumentos indicam os sentidos atribuídos à própria forma de organização do trabalho por plataformas. O quarto argumento corresponde à autonomia percebida pelos trabalhadores, principalmente pela possibilidade de definir os horários de conexão e organizar a própria rotina. Entretanto, esse elemento contém uma contradição, já que essa autonomia percebida não significa a ausência da subordinação, uma vez que a atividade permanece condicionada pela dinâmica das plataformas e necessidade de obtenção de renda. Por fim, o último argumento está relacionado com a liberdade percebida pela ausência da figura patronal tradicional, que, nas falas dos trabalhadores, é frequentemente associada a relações marcadas por desrespeito, cobranças, vigilância e pressão por produtividade.

A partir desse levantamento, percebe-se que a entrada no aplicativo aparece como resposta à dualidade: necessidade econômica e valorização da autonomia. Em entrevista, ao ser questionado sobre o significado de trabalhar na rua, Bento, um dos entregadores, narra, a seguir, que não considera uma experiência desejável nem uma experiência completamente livre:

Entrevistadora: "Entendi. Para você, o que significa trabalhar na rua?"

Bento: "Loucura. Loucura, precisão e... Como eu posso dizer, loucura, precisão e... só pedir a Deus para proteger a gente mesmo porque como eu já falei... é muito perigoso. Eu não indico para ninguém. Quem for novo assim, procure algo melhor, fazer uma faculdade, procurar um trabalho decente. Qualquer que esteja aqui, não quer estar aqui, entendeu? Tá aqui porque é o único jeito no momento, mas não é todo mundo que queira tá aqui".

Bento: "Tem um amigo meu aqui que ele tá fazendo (faculdade), ele como tá no primeiro período ainda, ele disse que só quer terminar de se formar para fazer os concursos dele, para ver o que ele vai querer da vida dele para sair disso, entendeu? Sendo que é muito puxado para ele, porque essa semana mesmo dele vai ser de prova. Vai ser semana de prova pra ele e vai ser muito puxado pra ele, entendeu? Mas mesmo assim, na semana de prova ele vai tá ali trabalhando, porque se ele não trabalhar, não vai ter como ele manter a faculdade dele, nem os compromissos dele, entendeu?".

Bento relaciona a permanência nas entregas à necessidade de obter renda para sua manutenção, significando a atividade como uma alternativa circunstancial diante da ausência de outras possibilidades. Ao caracterizá-la como "loucura" e "precisão", evidencia uma experiência marcada pela necessidade e pela exposição a condições adversas. A fala sobre seu colega amplia essa compreensão ao evidenciar a articulação entre trabalho e estudo como estratégia para garantir a reprodução no presente e construir possibilidades profissionais futuras.

Nesse contexto, quanto à história laboral dos participantes, observou-se a prevalência de trajetórias marcadas pela informalidade, pelo chamado "viver de bicos", pela alternância entre ocupações formais e informais e pela extenuante busca por trabalhos temporários como modo de sobrevivência. A maior parte dos entrevistados também comentam terem tido o primeiro contato com o trabalho ainda muito jovens. Ludmila Abílio (2021) ao propor definir a uberização como "subsunção real da viração" aborda os modos de vida periféricos que são permanentemente invisibilizados por relações de trabalho que não contam com fronteiras claras nem estabilidade, dentro e fora do emprego formal, onde as pessoas aproveitam oportunidades efêmeras e passageiras como enfrentamento da insegurança e precariedade com a qual vivem cotidianamente no mercado de trabalho. Sob essa perspectiva, a entrada nas plataformas digitais representa uma continuidade no percurso historicamente marcado pelas estratégias cotidianas de sobrevivência, mas a partir da novidade na qual as empresas-plataformas se utilizam desse autogerenciamento para estimular a figura do "empreendedor de si" (Abílio, 2021).

Nesse sentido, após a discussão dos argumentos relacionados às condições econômicas de entrada no trabalho como entregador por aplicativo, passamos à análise da justificativa de "ser seu próprio chefe", associada à possibilidade de definir os próprios horários e organizar a forma de realização do trabalho. Essa percepção aparece sintetizada no relato de Marcos, que ingressou no aplicativo após ser demitido de seu emprego formal:

Marcos: "A decisão eu tomei assim, porque eu tava desempregado, praticamente né, não tinha o que fazer. Quando alguém me indicou e eu já fui conhecendo [...].Se eu soubesse, até no tempo que começou, eu já tinha deixado o emprego, sem nem pensar 2 vezes. Já tinha vindo para cá. Mas como eu não sabia, né."

Marcos: "[...] Você é independente, você não trabalha para ninguém. Você trabalha a hora que quer. Ligou o aplicativo, aí espera chamar aí quando você não quiser... resolver alguma coisa, desliga. Você trabalha a hora que quer, não tem quem encher o seu saco "ei, você tem que trabalhar, você tem que estar lá na hora certa, você tem que tá fazendo isso... Não tem ninguém pra mandar em você, você mesmo que faz a sua escala do jeito que você quiser, entendeu?"

Antunes (2020) destaca como a flexibilização constitui uma base do adoecimento nos trabalhadores, já que se expressa na diminuição da fronteira entre atividade laboral e espaço de vida privada, no desmanche das legislações trabalhistas e, em sua expressão negada, o desemprego estrutural. Segundo o autor, o fenômeno é expresso na atual fase de desenvolvimento do capitalismo na densificação da jornada de trabalho, no ajustamento desta às demandas flexíveis do mercado e ao salário também variável subordinado ao cumprimento de metas de produção. A flexibilização sintetiza a precarização do trabalho, que, de modo contraditório, desperta resistência dos trabalhadores e se apresenta como engrenagem de funcionamento do capitalismo. Nesse sentido, a fala de Marcos evidencia essa dimensão quando a flexibilidade pode adquirir diferentes sentidos para os trabalhadores, inclusive sendo percebida como possibilidade de maior autonomia na organização da atividade, ao mesmo tempo em que se insere em um processo mais amplo de precarização do trabalho.

3.2 SENTIDOS DE TRABALHO COMO ENTREGADOR

Nessa seção, buscou-se compreender os sentidos atribuídos pelos entregadores ao trabalho subordinado por plataformas digitais. Desse modo, nas entrevistas, os entregadores foram convidados a apontar os principais fatores positivos e negativos no trabalho como entregador. Os participantes destacaram como significados positivos comuns: a) autogerenciamento/autonomia; b)flexibilidade para conciliar com outras atividades; c) remuneração; e d) sociabilidade no trabalho. Como sentidos negativos comuns foram: a) instabilidade dos rendimentos; b) ausência de direitos trabalhistas; c) jornadas prolongadas; d) discriminação; e) riscos de acidentes e violência; e e) problemas tecnológicos relacionados às plataformas digitais.

Conforme sintetizado, os sentidos positivos mais recorrentes relacionam-se à possibilidade de autogerenciamento da rotina de trabalho, à flexibilidade para conciliar a atividade com outras ocupações, à remuneração percebida como superior a de alguns empregos formais, às relações sociais estabelecidas durante o exercício da atividade e o fator da ausência de exigências relacionadas à atividade comercial. Inclusive, a autonomia aparece como sentido positivo em praticamente todos os relatos, de modo que eles imediatamente a percebiam como a principal vantagem do trabalho por aplicativo, sendo comuns falas como "você é independente, você não trabalha para ninguém" (Marcos); Você consegue trabalhar de manhã, você vai em casa… (Vigílio); eu começo o horário que eu quero, posso ficar até o horário que eu quero também (Pedro); [Como ponto positivo é] a disponibilidade que eu tenho de fazer os meus próprios horários" (Antônio).

Além disso, quando solicitados a descrever como eles escolhiam quantas horas iriam trabalhar por dia, muitos deles afirmaram trabalhar condicionados por metas diárias, por necessidade financeira, pela demanda do aplicativo e a partir das intempéries do tempo. As entrevistas também evidenciaram diferenças nas de organização do trabalho nas plataformas, distinguindo aqueles que trabalham como Operador Logístico (OL) daqueles que trabalham em nuvem. Os primeiros cumprem escalas e horários previamente definidos por estabelecimentos, já os entregadores em nuvem podem se conectar em qualquer momento. Ademais, as entrevistas revelam ainda que jornadas prolongadas são frequentemente compreendidas como necessárias para atingir metas financeiras ou objetivos pessoais, como garantir o sustento da família, adquirir um veículo de trabalho ou ampliar a renda mensal, conforme relato por Sílvio, que trabalhava com entregas por bicicleta:

Silvio: "Ish, teve tempo que eu passei 13 horas na rua, mais da metade do dia, mais tempo fora de casa do que com a família, porque com a família, eu chego em casa, tomo um banho, como alguma coisa e nem durmo, desmaio, apago. Mas vale a pena, eu tenho uma missão, realizar um sonho, né? Comprei uma bicicleta motorizada, tá ajeitando, daqui pro dia 15 ela tá na rua, o leão tá fora da jaula, 'Rawr', pra Zona Sul, ali pra Ponta Negra."

Silvio: "E é pelos meus filhos, num é pra mim não, que eu nasci nu e já to de roupa, tênis, tenho o que comer."

Nesse sentido, embora os entregadores os entregadores mencionem liberdade e flexibilidade em relação ao trabalho, as narrativas revelam que essa autonomia é exercida em limites bem específicos. Desse modo, esse propósito de trabalhar como o "seu próprio chefe" constitui uma contradição na medida em que o trabalhador permanece submetido à condições precárias e extensas jornadas de trabalho. Nessa lógica, o discurso de empreendedorismo como via para sair do pauperismo é socialmente divulgado e reforçado pelas empresas-plataformas, ao mesmo tempo que transferem aos entregadores a responsabilidade por acidentes, pelo adoecimento e custos do próprio trabalho, marcando um contexto de ausência de direitos e garantias trabalhistas (Coelho-Lima & Bendassolli, 2018).

Outro ponto importante, foi que de maneira aparentemente paradoxal, alguns trabalhadores argumentam que continuariam trabalhando, mesmo em uma realidade paralela em que não precisam de dinheiro. Isso porque, segundo alguns deles, o trabalho é uma forma de ocupar o tempo, de estruturar o cotidiano, um passatempo e até uma forma de "diversão". Vigílio pontua isso: "Eu gosto [de trabalhar], sempre gostei, sempre andei de moto, então pra mim é meio que uma diversão, um passatempo…". O trabalho foi significado como uma atividade de ocupação de tempo, ao contato com outras pessoas e realização humana.

Tais narrativas evidenciam que o trabalho não é significado exclusivamente como meios de obtenção de renda, mas dotada de outros sentidos. Essa percepção dialoga com a concepção ontológica do trabalho desenvolvido por Marx e aprofundado por Lukács, no qual o trabalho constitui a atividade fundante do ser social, possuindo dimensão criadora e humanizadora (Lukács, 2013). No entanto, sob o capitalismo, o trabalho criativo perde

a força, sendo subordinado à lógica da acumulação, intensificando os processos de exploração e alienação (Medeiros, no prelo). As narrativas revelam, ainda, a centralidade que o trabalho assume na vida desses trabalhadores. Mais do que um meio de garantir a sobrevivência material, o trabalho aparece como um elemento estruturante do cotidiano, das relações sociais e dos projetos de vida.

Quando perguntados sobre os sentidos negativos do trabalho como entregador, além do que o que seria um "bom trabalho", as respostas trouxeram que seria aquele que garantisse uma boa remuneração, que permitisse valorizar a vida para além do trabalho, como conseguir descansar, passar tempo com a família e amigos, e assegurasse os direitos trabalhistas. Isso pode ser exemplificado com a fala de Caetano, que diz:

Caetano: "Acho que um bom trabalho é a gente ter liberdade. É... assim que ter tempo para nossa família, que eu acho que algo mais importante na nossa vida é a família. Porque sem a família a gente não tem nada, né?"

Caetano: "O ponto negativo é que... (pausa curta) aquela coisa, se eu não fizer, se eu não trabalhar, eu não vou ter. Uma coisa que a carteira assinada dá ao menos essa proteção pra pessoa se ela ficar doente, colocar um atestado "num sei o que lá". Aí tem o respaldo jurídico sobre aquele quesito, já eu não, se eu ficar doente e não puder trabalhar, então eu não vou ter o meu lucro, digamos assim, do dia".

Assim, tais compreensões de um "bom trabalho" coincidem com as definições de "trabalho decente" cunhadas por organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), que caracterizam o trabalho bom como aquele que assegura condições de liberdade, segurança, dignidade humana (Medeiros, no prelo), além de estar de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, que reconhece o trabalho como um direito social e prevê sua proteção, garantindo direitos relacionados à remuneração, à jornada de trabalho e à proteção do trabalhador (Brasil, 1988). Esse resultado evidencia que os entregadores atribuem sentidos positivos ao trabalho por aplicativo, mas também reconhecem que as condições essenciais para um "bom trabalho" correspondem aos direitos historicamente reivindicados pela classe trabalhadora, que estão amplamente ausentes no trabalho mediado por plataformas digitais, como os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Todavia, a contradição presente nos discursos dos trabalhadores que, simultaneamente, rejeitam os moldes tradicionais do emprego formal e reivindicam maior proteção social não deve ser compreendida como irracionalidade ou como adesão acrítica ao discurso empreendedor. Tais percepções expressam escolhas construídas a partir das alternativas disponíveis em um mercado de trabalho marcado pela precarização. Nesse sentido, Antunes (2020) descreve a "classe-que-vive-do-trabalho" que compreende diferentes polos da mesma classe trabalhadora, que nascem sob o mesmo signo da corrosão dos direitos e lutam de todos os modos para conquistá-los e não se precarizar ainda mais. O proletariado no Brasil, junto aos demais países que vivenciaram o escravismo colonial, vive a precarização como traço constante desde sua origem, portanto a classe trabalhadora contemporânea é atravessada por diferentes formas de precarização, como a "superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade [...], o despotismo dos

chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes e os assédios" (Antunes, 2020, p.70). Assim, a classe dos entregadores representa a continuidade de um processo histórico no qual a adaptação às diferentes formas de exploração constituem elementos estruturantes da experiência laboral.

Desse modo, os sentidos atribuídos pelos entregadores ao trabalho que exercem revelam uma experiência marcada por contradições e ambiguidades. A partir da análise das entrevistas, percebeu-se que os entregadores ao mesmo tempo que defendem o trabalho por conta própria e criticam o trabalho formal, também reconhecem a importância dos elementos historicamente associados aos empregos formais (Medeiros, no prelo). Entretanto, compreender os sentidos dos discursos dos trabalhadores e a precarização do mercado de trabalho não significa concebê-los como processos acabados ou incontestáveis. Conforme argumenta Antunes (2020), a precarização não é estática, mas um modo do sistema capitalista, de modo que tanto pode aumentar como reduzir, dependendo da capacidade da resistência e organização da classe trabalhadora. Nesse sentido, é na práxis e na construção coletiva de sentidos e das condições reais de vida que se faz a resistência (Coelho-Lima & Bendassolli, 2018). É nesse contexto que se inserem as formas de organização coletiva. Em Natal/RN, a Associação dos Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike do Rio Grande do Norte (ATAMB) cumpre essa função quando surge da própria organização dos trabalhadores de entrega por aplicativo, que, em busca de melhores condições para a categoria, promove importantes ações de mobilização.

Conclusão

A presente pesquisa buscou analisar as trajetórias laborais dos entregadores por aplicativo da cidade de Natal/RN, tendo como objetivo compreender como essas trajetórias influenciam os sentidos atribuídos ao trabalho mediado por plataformas digitais. Os dados analisados revelam que essas experiências não são homogêneas e que as trajetórias são marcadas, em grande parte, pela informalidade, pelos "bicos" e pela busca constante por formas de garantir a reprodução da vida. Nesse sentido, a entrada no trabalho por aplicativo aparece relacionada à precarização do mercado de trabalho. Como observa Marx (1867), para aqueles que não detêm o capital, o trabalho se apresenta como uma necessidade para a manutenção da vida. Assim, para os participantes, o aplicativo aparece como mais uma possibilidade de geração de renda diante das alternativas disponíveis, seja pela necessidade de trabalhar, pela busca por melhores rendimentos ou pela possibilidade de conciliar diferentes atividades.

Além disso, os participantes atribuíram outros sentidos ao trabalho por aplicativo. Autonomia, flexibilidade, remuneração e ausência de uma figura patronal tradicional foram aspectos valorizados na atividade. Desse modo, embora o trabalho com entregas seja percebido como perigoso e instável, também pode assumir um sentido positivo quando comparado a experiências anteriores. As trajetórias de empregos mal remunerados, desemprego e relações de trabalho marcadas por hostilidade contribuem para que "ser o próprio chefe" seja significado como liberdade e autonomia.

Todavia, essa autonomia não se sustenta de maneira absoluta nas narrativas dos entregadores. Os mesmos trabalhadores que valorizam a liberdade também relatam

jornadas prolongadas e cansativas, necessidade de cumprir metas e dependência da demanda, do tempo, de suas próprias condições físicas e do funcionamento das plataformas. Assim, a figura do trabalhador autônomo convive com uma realidade de subordinação às plataformas, ainda que de forma mascarada, enquanto riscos, custos e responsabilidades da atividade são deslocados para o próprio trabalhador. Ademais, ao descreverem o que consideravam um "bom trabalho", os entregadores reconheceram condições muitas vezes fragilizadas ou ausentes na atividade que exercem, como tempo para a família, descanso, segurança e proteção. Dessa forma, evidencia-se que a valorização da autonomia não implica uma rejeição aos direitos trabalhistas.

Conclui-se, portanto, que os sentidos atribuídos pelos entregadores ao trabalho por aplicativo são constituídos na relação entre suas condições concretas de vida e suas trajetórias laborais. A valorização da autonomia e da flexibilidade não pode ser compreendida separadamente das experiências de precarização que antecederam a entrada nas plataformas. Da mesma forma, o reconhecimento dos aspectos negativos da atividade não elimina os sentidos positivos construídos pelos trabalhadores. O que se evidencia é uma experiência marcada por contradições.

Referências

Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados, v. 34, n.98.

Alves, G. (2007). Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaios de sociologia do trabalho (2ª ed.). Praxis

ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

Antunes, R. (2020). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital (2ª ed.). Boitempo.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

Coelho-Lima, F. & Bendassolli, P. F. (2018). A ideologia e o significado do trabalho para trabalhadores por conta própria. Estudos de Psicologia, 23(3), 259-270. doi: http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180025

FRANCO, D. S., & FERRAZ, D. L. D. S.. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. Cadernos EBAPE.BR, 17(spe), 844–856. https://doi.org/10.1590/1679-395176936

LACERDA, Vanessa; PREVOT, Rejane; MOURA, Renan. Gig economy, capitalismo de vigilância e as relações de trabalho no Brasil. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 27, n. 64, e6461280, 2025.

LISBOA, Anna Luiza de Carvalho. Gig economy e as (re)configurações de trabalho. Revista Estudantil Manus Iuris, v. 2, n. 1, p. 57-70, 2021.

Lukács, G. (2013). Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo.

Marini, R. M. (2022). Dialética da dependência (M. D. Carcanholo, Trad.). In R. Traspadini & J. P. Stedile (Orgs.), Ruy Mauro Marini: "Dialética da dependência" e outros escritos. Expressão Popular.

Marx, K. (2013). O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo (Publicado originalmente em 1867).

Slee, T. (2017). Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante.

Vigotski, L. S. (2009). A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

CÓDIGO: HS0648

AUTOR: LARYSSA OLIVEIRA CAMPOS

ORIENTADOR: ANDRESSA LIDICY MORAIS LIMA FREITAS

TÍTULO: Do Antropoceno à Ancestralidade: por uma crítica ameríndia à ontologia do humano

Resumo

Este trabalho investiga a transição paradigmática do antropocentrismo à ancestralidade, analisando a falência da "Constituição Moderna" que instituiu a separação absoluta entre Natureza e Cultura. Fundamentada no Perspectivismo Ameríndio, a pesquisa explora o conceito de multinaturalismo, no qual a humanidade é a condição original comum a todos os seres e o corpo atua como o principal operador de diferença radical . Essa reviravolta ontológica desafia a "humanidade seletiva" e a violência epistêmica que alienou o homem do organismo vivo da Terra .

Diante das ruínas do Antropoceno e da lógica do "capitalismo de aproveitamento", o estudo utiliza a perspectiva de Anna Tsing para examinar a sobrevivência em condições de precariedade por meio de assembleias polifônicas e encontros multiespécies . Ailton Krenak emerge como voz central para as estratégias de "adiar o fim do mundo", propondo o "futuro ancestral" e a "florestania" como formas de resistência ao tempo linear do progresso . Conclui-se que a ancestralidade não é um retorno ao passado, mas uma tecnologia para habitar o presente, transformando a relação com o mundo de exploração em envolvimento diplomático e colaboração interespecífica.

Palavras-chave: Cosmopolítica, Ancestralidade, Perspectivismo Ameríndio, Antropoceno

TITLE: From the Anthropocene to Ancestry: Towards an Amerindian Critique of the Ontology of the Human

Abstract

This work investigates the paradigmatic transition from anthropocentrism to ancestry, analyzing the failure of the "Modern Constitution" that established the absolute separation between Nature and Culture. Grounded in Amerindian Perspectivism, the research explores the concept of multinaturalism, in which humanity is the original condition common to all beings and the body acts as the primary operator of radical difference . This ontological turn challenges "selective humanity" and the epistemic violence that alienated humans from the Earth's living organism.

Faced with the ruins of the Anthropocene and the logic of "salvage capitalism," the study employs Anna Tsing's perspective to examine survival under precarious conditions through polyphonic assemblages and multispecies encounters . Ailton Krenak emerges as a central voice for strategies to "delay the end of the world," proposing the "ancestral future" and "florestania" (forest-citizenship) as modes of resistance against the linear time of progress . The study concludes that ancestry is not a return to the past, but a technology for inhabiting the present, transforming the relationship with a world of exploitation into one of diplomatic involvement and interspecific collaboration.

Keywords: Cosmopolitics, Ancestrality, Amerindian Perspectivism, Anthropocene

Introdução

Os estudos sobre os efeitos das viradas ontológicas têm demonstrado a vitalidade e o potencial heurístico introduzido a partir da teoria do perspectivismo ameríndio. Antropólogos brasileiros como Eduardo Viveiros de Castro (2002; 1986) e Tânia Stolze de Lima (2005), entre outros autores, são exemplos dos atuais esforços teóricos em demonstrar esse fenômeno. A relação entre alteridade e outros modos de existência não é uma temática que passe despercebida na teoria social contemporânea; tampouco a relação entre o conteúdo moral das demandas de reconhecimento propugnadas pela Teoria Crítica do Reconhecimento a partir das contribuições de Axel Honneth (2003) que tem servido para pensar a gramática dos conflitos sociais no mundo contemporâneo. A aproximação entre essas tradições teóricas com foco nas cosmologias indígenas como horizonte epistemológico e ontológico é o tema central de investigação do presente plano de trabalho. Este trabalho propõe uma reorientação crítica da teoria do reconhecimento, tal como formulada por Axel Honneth, por meio do diálogo com as cosmologias indígenas e afro-diaspóricas.

As cosmologias ameríndias e afro-diaspóricas nos oferecem, portanto, não apenas outras ontologias, mas outros modos de vida, temporalidade e relação com o mundo. A proposta aqui é interrogar a teoria do reconhecimento a partir dessas cosmologias, perguntando: e se o reconhecimento não fosse apenas um processo inter-humano? E se, como sugerem os povos indígenas, a agência e a dignidade não estivessem restritas ao humano moderno? E se o mundo não fosse um só, mas múltiplos mundos em confluência, em constante transfluência?

A Teoria Crítica do Reconhecimento articulada por Axel Honneth (2003) a partir dos escritos de juventude do jovem Hegel permitiu a este autor extrair dali o conceito de reconhecimento. Sua instigante teoria da luta por reconhecimento atualizou a abordagem da reificação em termos de reconhecimento e não reconhecimento da identidade. Particularmente este autor propõe a construção de uma Teoria Social com base no conceito de reconhecimento hegeliano com foco em um modelo dinâmico de relações intersubjetivas. Para isso, Honneth articula três esferas de reconhecimento: o amor, o respeito e a solidariedade. Sua teoria tem servido para pensarmos a gramática moral dos conflitos sociais presentes no mundo contemporâneo e tem também a virtude de superar modelos atomistas da subjetividade, por exemplo, o modelo psicanalítico do sujeito/objeto, que privilegia o lugar da agência destinado a somente um pólo da relação. Honneth através de seu modelo dinâmico, intersubjetivo e tripartite de reconhecimento reforça o caráter relacional que se dá numa agência compartilhada entre sujeito/sujeito. Esse deslocamento desidrata a concepção hierárquica e instrumental dos modelos atomistas. Assim, nesse modelo, o reconhecimento da agência pode se dar nos dois pólos de relação. Se Honneth tem o mérito de demonstrar uma equalização da agência entre os sujeitos que participam da ação, por outro lado nesse modelo os sujeitos agentes são sempre seres humanos.

Logo, quem não goza do estatuto ontológico de humano é despossuído de agência. Isso gera limites ético-políticos e epistêmicos que se tornam cada vez mais visíveis diante das urgências ambientais e do colapso ecológico atual. É possível pensar essa relação de outra maneira? É possível conceber relações de reconhecimento entre humanos e não humanos ou entre animais não humanos e coisas? Bom, essas são questões que a teoria do reconhecimento tal como formulada por Honneth não consegue conceber. Mas podemos considerar outras trilhas da teoria social que permitem equacionar essas duas questões. Por exemplo, o chamado giro ontológico apresenta novas questões acerca da alteridade e da diferença, sobretudo ao considerar aquilo que emerge das experiências etnográficas para pensar sobre o ponto de vista do outro.

Metodologia

Como um todo, a presente investigação vai envolver dois grandes momentos exploratórios e analíticos. O primeiro momento compreende um trabalho de “revisão sistemática” (Koller; Couto; Hohendorff, 2014, p.40), isto é, um levantamento da literatura especializada sobre a temática das múltiplas ontologias e sua recepção nos desenvolvimentos clássicos e contemporâneos da teoria social. Livros e artigos publicados em periódicos científicos (Qualis A1, A2 e B1) nacionais e internacionais serão considerados as principais fontes de consulta e pesquisa.

Depois de revisar a literatura clássica e contemporânea das ciências sociais, procuramos atualizar os temas do “pluralismo ontológico” e dos “afetos políticos” de um quadro conceitual renovado de uma teoria da sociedade orientada normativamente. De maneira geral, acreditamos que a reconstrução e atualização da teoria social em novos fundamentos metateóricos que sejam sensíveis ao pluralismo ontológico possibilitará uma compreensão mais adequada dos dilemas e impasses atuais presentes das sociedades democráticas contemporâneas.

Ainda sobre a abordagem metodológica empregada nesta pesquisa, a mesma pode ser caracterizada como uma "atualização sistemática" que procura integrar os meios analíticos da "história dos conceitos" (Koselleck, 2020), do método de "reconstrução teórica" (Habermas, 2016; Honneth, 2003; 2018) e da metateorização (Ritzer, 2010). Mais que isso, além de empregar a atualização e a reconstrução pretende-se estabelecer uma "fusão de horizontes" (Gadamer, 1999) entre o conceito ou texto que está sendo trabalhado e o mundo do qual ele parte com a nossa visão de mundo e o local de onde estamos lendo-o com o intuito de localizar como determinadas ideias se relacionam com determinado "horizonte" ou tempo histórico. Conforme observado por Reinhart Koselleck (2020), a história dos conceitos envolve a reconstrução da formação e percurso histórico de articulações do significado de determinados conceitos. De fato, encontramos o mesmo método de reconstrução teórica aplicada pelo próprio Habermas em Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus (1976) [2015] e também em Axel Honneth nas suas obras Kampf um Anerkennung (1992) [2003] e Verdinglichung – Eine anerkennungstheoretische Studie (2006) [2018]. Logo, a definição habermasiana da abordagem teórico-reconstrutiva, assim entendemos, é semelhante ao que Georg Ritzer (2010) tipificou como sendo uma "metateorização de tipo Mp", isto é, a abordagem teórica que procura refazer e atualizar determinadas teorias ou conceitos de modo a torná-los capazes de responder às exigências teórico-epistemológicas e empírico-práticas do conhecimento científico contemporâneo. A própria reconstrução teórica empregada em nossa investigação se inspira e segue de perto mais ou menos os mesmos passos sequenciais e analíticos, a saber: 1) revisão conceitual; e 2) atualização sistemática a partir de aportes teóricos clássicos e contemporâneos.

Resultados e Discussões

O Perspectivismo Ameríndio, conforme formulado por Viveiros de Castro , postula um multinaturalismo onde a humanidade é a forma espiritual comum a todos os seres. Animais e entes não-humanos possuem agência, intencionalidade e pontos de vista próprios. Dentro dessa cosmovisão, o sonho não é um epifenômeno da psique, mas um campo de experimentação direta e um estado ativo de negociação com o invisível e com os xapiri (espíritos) .

Baseando-se na etnografia de Hanna Limulja e nas reflexões de Sidarta Ribeiro e Ailton Krenak, o sonho permite navegar pelo desejo do outro, compreendendo o que a floresta demanda do humano:

Navegação Ontológica: O sonhador acessa a subjetividade de seres não-humanos, reconhecendo a floresta como um espaço habitado por vontades soberanas.

Sobrevivência e Simulação: O sonho atua como uma tecnologia milenar de simulação de ameaças e busca de soluções criativas para crises objetivas.

Corpo como Antena: Através de dietas e ritos, o corpo é treinado para se tornar uma antena sensível a comunicações cosmopolíticas, transcendendo a rotina mercantil.

Cosmopolítica e a Crítica ao Capitalismo

A Cosmopolítica ameríndia denuncia a "fúria reprodutiva do Sapiens" e o capitalismo como uma máquina de fazer futuros . Para Krenak , o futuro é uma invenção capitalista — uma linha reta em direção ao consumo que ignora o presente. Em contraste, o futuro ancestral é espiralado e circular, onde o tempo é uma experiência de imanência e cuidado.

Simbiose e Colaboração vs. Competição

Utilizando as contribuições de Nurit Bensusan, este relatório aponta uma fissura na visão bélica do mundo. A teoria da endossimbiose de Lynn Margulis demonstra que os saltos evolutivos fundamentais resultaram da colaboração, e não da competição predatória.

Esta mudança de paradigma é fortalecida pela desconstrução da cegueira arqueológica . Tradicionalmente, a ciência colonial tratou a Amazônia como um "vazio demográfico" ou um ambiente primitivo. Pesquisadores indígenas e contemporâneos provam que a região era composta por hiper-aldeias e sociedades complexas sob lógicas de governança que frequentemente tangenciavam o matriarcado, revelando a floresta como um bioma manejado e antropogênico .

Práticas de Resistência: Educação e Cultura Alimentar

A reativação da ancestralidade exige práticas pedagógicas e materiais decoloniais:

Pretagogia: Sandra Petit propõe uma abordagem afrorreferenciada centrada no Corpo-Altar e no Corpo-Dança. Esta prática visa curar os traumas históricos do desterro e reencantar o mundo através da oralidade e do movimento ancestral, combatendo o genocídio epistemológico.

Cultura Alimentar: Mateus Tremembé e Marina Araújo defendem a decolonização do prato como ato político. A valorização de ingredientes como o murici, o caju, o azeite de lagosta e o óleo de batiputá reconecta o humano à Mãe Terra, transformando o ato de comer em uma afirmação da soberania ancestral contra a padronização do mercado.

Conclusão

A tese central deste relatório reafirma que a ancestralidade não representa um retorno nostálgico, mas um ajuste de foco indispensável à sobrevivência. Diante do colapso do Antropoceno, o imperativo ético é o de pisar suavemente na terra .

A resistência reside na alegria (alacridade) e no reencantamento do mundo . O mundo "tem jeito" se houver um levante de cuidado recíproco, reconhecendo que não apenas habitamos a Natureza, mas somos a própria Natureza em devir. O futuro, para existir, deve ser necessariamente ancestral.

Referências

BACHMANN-MEDICK, Doris. Cultural Turns: New Orientations in the Study of Culture. Berlim: De Gruyter, 2016.

CAMPELLO, Filipe. Crítica dos afetos. Belo Horizonte, Autêntica, 2022.

CHERNILO, Daniel. Debating Humanity: Towards a Philosophical Sociology. UK, Cambridge University Press, 2017.

DAVID-MÉNARD, Monique. A vontade das coisas. São Paulo, Ubu Editora, 2022.

DEBALD, Blasius (Org.). Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno. Porto Alegre: Penso, 2020.

DESCOLA, Philippe. Outras naturezas, outras culturas. São Paulo, Editora 34, 2016.

FREITAS, Alexandre S. Geontologia e as artes neoliberais de governo: educar os corpos para além do imaginário do carbono. Revista Pro-Posições, v. 30, 2019.

GABRIEL, Markus. Por que o mundo não existe. Rio de Janeiro, Vozes, 2016a.

GABRIEL, Markus. O sentido da existência: para um novo realismo ontológico. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016b.

HARAWAY, Donna. A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres. São Paulo, Martins Fontes, 2023.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Unesp, 2018.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten. The Ontological Turn: an anthropological exposition. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.

INGOLD, Tim. Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2015.

JOAS, Hans. A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos. São Paulo, Editora UNESP, 2012.

LATOUR, Bruno. On Interoobjectivity. Mind, Culture, and Activity. Vol 3, n.4, 1996.

LATOUR, B. Réponse aux objections. Revue du MAUSS, v. 17, n. 1, 2001.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social. Salvador, Edufba, 2012.

LATOUR, Bruno. Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: 34, 2016.

LATOUR, Bruno. Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

LIMULJA, Hanna. O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos yanomami. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

MARTIN, Nastassja. A leste dos sonhos: Respostas even às crises sistêmicas. São Paulo: Editora 34, 2023.

MORTON, Timothy. Ser ecológico. São Paulo, Quina Editora, 2023.

POVINELLI, Elizabeth A. Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio. São Paulo, Ubu, 2023.

POVINELLI, Elizabeth A. Catástrofe ancestral. São Paulo, Ubu, 2024.

KOSELLECK, Reinhart. História de conceitos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2020.

RITZER, George. Sociological Theory. USA, McGrawHill Companies, 2010.

ROSA, Hartmut. Resonance. A Sociology of Our Relationship to the World. UK, Polity Press, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

STOLZE LIMA, Tânia. Um peixe olhou para mim. O povo yudjá e a perspectiva. São Paulo: Unesp, 2005.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. São Paulo, Cosac Naufy, 2014.

SOURIAU, Étienne. Diferentes modos de existência. São Paulo, n-1, 2020.

TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

VANDENBERGHE, Frédéric. Ser ou não ser afetado. Blog do LABEMUS, 2 nov. 2017. Disponível em:https://blogdolabemus.com/2017/11/02/debate-ser-ou-nao-ser-afetado-por-frederic-vandenberghe/. Acesso em: 31 maio 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac-Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir. Rio de Janeiro: Instituto socioambiental, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O passado está por vir. Rio de Janeiro: n-1, 2023.

TSING, Anna. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 edições, 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília, IEB Mil Folhas, 2019.

VANDENBERGHE, Frédéric; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (Org.). Teoria social contemporânea: um laboratório. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo, 2 ed. São Paulo:Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CÓDIGO: HS0655

AUTOR: MARIA HELENA LOPES XAVIER

ORIENTADOR: MAGDA DINIZ BEZERRA DIMENSTEIN

TÍTULO: CONSTRUÇÃO DO CASO EM CAPS AD: SABERES E PRÁTICAS PARA A EQUIDADE NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Resumo

Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) constituem importantes dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial, destinados ao atendimento de pessoas que apresentam necessidades relacionadas ao uso de substâncias. Entretanto, o acesso e a vinculação dos usuários a esses serviços podem ser atravessados por diferentes marcadores sociais da diferença e por processos de estigmatização e exclusão. Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo investigar, junto às equipes dos CAPS AD de Natal, se a utilização da tecnologia da construção do caso, articulada à elaboração do Projeto Terapêutico Singular e orientada por uma abordagem interseccional, promove mudanças nas concepções e práticas das equipes. Trata-se de uma pesquisa-intervenção, de caráter quantitativo e qualitativo, realizada em dois CAPS AD do município de Natal, por meio de reuniões de construção de caso com as equipes multiprofissionais. Como instrumentos de produção de dados, são utilizados diário de campo, narrativas construídas durante as reuniões e dados sociodemográficos dos usuários. Os resultados obtidos até o momento, referentes a duas construções de caso realizadas em um dos serviços, evidenciam como diferentes marcadores sociais da diferença se relacionam e atravessam as trajetórias dos usuários. As discussões também produziram movimentações nas equipes, favorecendo a problematização de suas próprias concepções e práticas e a construção coletiva de estratégias de cuidado.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Construção do Caso, CAPS AD

TITLE: Clinical Case Study in CAPS AD: Knowledge and Practices for Equity in Psychosocial Care

Abstract

The Centers for Psychosocial Attention for Alcohol and Other Drugs (CAPS AD) are key components of the Brazilian Psychosocial Care Network, aimed to help individuals with needs related to substance abuse. However, access and

connection to these services can be influenced by many social markers of difference, as well as by processes of stigmatization and exclusion. In this context, this study aims to investigate, in collaboration with CAPS AD teams in Natal, whether the use of a "clinical case study" methodology, integrated with the development of Individual Therapeutic Projects and guided by an intersectional approach, promotes changes in the teams' conceptions and practices. This is a quantitative and qualitative intervention study conducted at two CAPS AD units in Natal, involving clinical case study meetings with multidisciplinary teams. Data collection tools include field diaries, narratives developed during the meetings, and sociodemographic data on the people that use the service. Results obtained so far, based on two clinical case study sessions at one of the units, highlight how different social markers of difference intersect and shape people's life stories. The discussions also promoted changes within the teams, encouraging them to critically analyze their own conceptions and practices and to collaboratively develop care strategies.

Keywords: Intersectionality, Clinical Case Study, CAPS AD

Introdução

Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) são serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e representam um dos principais dispositivos da reforma psiquiátrica brasileira, destinados ao atendimento de pessoas que apresentam necessidades relacionadas ao uso de substâncias. Baseados numa perspectiva interdisciplinar e comunitária, esses serviços se opõem a práticas de isolamento e exclusão que historicamente impactam pessoas em sofrimento psíquico e que fazem uso de álcool e outras drogas, promovendo uma lógica de atenção pautada na garantia de direitos e na valorização da singularidade dos sujeitos.

Nessa perspectiva, o cuidado ofertado pelos CAPS AD reconhece que as necessidades e trajetórias dos usuários não se restringem ao uso de substâncias, mas são atravessadas por múltiplos fatores que extrapolam a dimensão do sofrimento psíquico e das questões relacionadas à adesão ao tratamento. Aspectos como gênero, raça, classe social, território e diferentes situações de vulnerabilidade articulam-se na produção de suas experiências, influenciando suas possibilidades de circulação, acesso e permanência na RAPS.

Nesse contexto, as barreiras ao acesso a esses serviços envolvem processos de estigmatização, discriminação e invisibilização de determinadas experiências, o que pode comprometer a construção de vínculos. Desse modo, a perspectiva da interseccionalidade apresenta-se como importante ferramenta analítica para compreender como diferentes marcadores sociais se relacionam e produzem desigualdades (Collins, 2021), as quais impactam diretamente o cuidado em saúde mental.

Considerando essa perspectiva, o presente estudo articula uma abordagem interseccional à construção do caso e à elaboração do Projeto Terapêutico

Singular (PTS), buscando compreender de que maneira os diferentes marcadores sociais podem configurar obstáculos ao cuidado e interferir nos processos de aproximação e estabelecimento de vínculo entre os usuários e os serviços. Nesse contexto, a construção do caso propõe a elaboração coletiva de narrativas que consideram a singularidade dos usuários, seus recursos e os múltiplos marcadores sociais que atravessam suas trajetórias.

Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo investigar, junto às equipes dos CAPS AD de Natal, se a utilização da tecnologia da construção do caso, articulada à elaboração do PTS e orientada por uma abordagem interseccional, promove mudanças nas concepções e práticas clínicas das equipes. Assim, busca-se fortalecer práticas orientadas pelos princípios do SUS, capazes de contribuir para a redução das barreiras de acesso à atenção psicossocial especializada.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa-intervenção de caráter quantitativo e qualitativo, tendo como campo de pesquisa dois Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas do município de Natal: o CAPS AD III Norte e o CAPS AD III Leste. Participam da pesquisa profissionais integrantes das equipes multiprofissionais dos dois CAPS AD, envolvidos diretamente nos processos de cuidado aos usuários.

O desenvolvimento da pesquisa ocorre por meio de reuniões de construção de caso junto às equipes, nas quais cada serviço seleciona dois casos para discussão. Essa escolha considera usuários que apresentam dificuldades de vinculação ao serviço, buscando compreender de que modo essa relação é atravessada pela presença de marcadores sociais da diferença e por suas articulações interseccionais.

Para tanto, a construção de caso, conforme proposta por Figueiredo (2004), constitui uma estratégia de elaboração coletiva na qual são compartilhados elementos considerados significativos sobre certo caso, permitindo que a singularidade do sujeito e as narrativas produzidas pela equipe orientem a compreensão e a condução do cuidado. Nesse sentido, essa ferramenta é articulada à perspectiva da interseccionalidade, possibilitando a análise de como diferentes marcadores sociais da diferença atravessam os processos de acolhimento e vinculação aos serviços.

Como instrumentos de produção de dados, são utilizados o diário de campo, as narrativas construídas durante as reuniões de construção de caso e os registros de dados sociodemográficos dos usuários. As reuniões são gravadas em áudio e posteriormente transcritas para análise. O material produzido é organizado por meio da construção de núcleos narrativos, conforme proposto por Onocko-Campos e Furtado (2008), buscando compreender como os processos de acolhimento desenvolvidos pelas equipes possibilitam ou dificultam o acesso ao

cuidado, de que maneira enfrentam ou reproduzem barreiras relacionadas aos marcadores sociais da diferença e quais transformações emergem na compreensão dos casos e nas práticas de cuidado ao longo da elaboração do PTS.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e aprovada sob o CAEE nº 85718124.2.0000.5537. Todos os profissionais foram informados sobre os objetivos da pesquisa e confirmaram participação mediante a assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

Resultados e Discussões

Os resultados obtidos até o presente momento dizem respeito à elaboração de duas construções de caso (Alice e Bruno, ambos nomes fictícios) referentes a usuários acompanhados pelo CAPS AD III Leste e indicados pela equipe multiprofissional como sujeitos com histórico de dificuldade na constituição de vínculo com o serviço.

Em relação ao caso de Alice — ou Pedro, como em determinado momento pediu para ser chamada —, trata-se de uma mulher trans negra, em situação de rua, acompanhada pelo CAPS AD III Leste há alguns anos. Vive com HIV e faz uso de substâncias, sendo sua trajetória marcada por sucessivas experiências de violência, exclusão social e fragilidade dos vínculos institucionais, o que configura um cenário de alta vulnerabilidade social.

Nascida no interior do estado, Alice cresceu em um contexto permeado por violência familiar, abusos e rejeição relacionados à sua identidade de gênero e orientação sexual. Relata ter sido vítima de violência sexual e, ainda na adolescência, envolvido-se em pequenos delitos e no tráfico de drogas. Além disso, em decorrência de conflitos relacionados a violência urbana, encontra-se impedida de retornar a sua cidade natal, onde permanecem seus filhos. Assim, sua história evidencia de forma expressiva o impacto dos marcadores sociais da diferença (ser mulher trans, negra, pobre, interiorana, vivendo com HIV e em situação de rua) na produção de desigualdades e na limitação do acesso a direitos.

No que diz respeito à rede familiar, observa-se uma importante fragilidade dos vínculos. Apesar de manter algum contato com o pai, essa relação encontra-se profundamente desgastada em decorrência dos sucessivos pedidos de ajuda financeira e das constantes situações de risco às quais Alice se expõe. Segundo relatos da equipe, o pai manifesta sentimentos de exaustão e desesperança em relação ao futuro da filha.

No CAPS, Alice é descrita pela equipe como uma usuária que mobiliza intensamente o serviço, sendo frequentemente caracterizada como "trabalhosa".

Segundo os profissionais, seu percurso é atravessado por episódios recorrentes de furtos, conflitos interpessoais e agressões físicas, inclusive envolvendo outros usuários. Como consequência dessas ocorrências, foi suspensa do albergue noturno e excluída de outros dispositivos da rede, como o Centro de Referência LGBT e casas de acolhimento destinadas a mulheres em situação de violência. Diante desse cenário, o CAPS permanece como um dos poucos serviços que mantêm suas portas abertas, sustentando um espaço de acolhimento frente às sucessivas rupturas vivenciadas em outros dispositivos.

No geral, Alice apresenta baixa adesão ao tratamento medicamentoso e ao acompanhamento clínico. As internações em leitos de acolhimento costumam ser breves e marcadas por conflitos, assim como sua participação nas atividades grupais, frequentemente descontínua. Ainda assim, a equipe reconhece que, nos momentos de maior sofrimento, ela busca espontaneamente o CAPS, utilizando o serviço como espaço de acolhimento e proteção. Durante as reuniões de equipe, essa relação foi simbolizada pela metáfora da boia: o CAPS funciona como um “salva-vidas”, um serviço ao qual a usuária pode se agarrar em meio às adversidades.

Nesse contexto, também foi citado pela equipe que Alice apresenta maior vínculo com alguns profissionais da equipe, como o psiquiatra, de modo que, em diversos momentos, a própria equipe se referia ao caso de Alice como “o caso do psiquiatra”. No entanto, uma das movimentações produzidas nas reuniões de equipe em relação ao caso foi a compreensão de que o cuidado de Alice se constitui de forma coletiva e compartilhada entre os diferentes profissionais do serviço. Assim, as discussões possibilitaram deslocar a centralidade da responsabilidade em um único profissional para uma perspectiva de responsabilização coletiva.

Outro aspecto marcante do caso refere-se à multiplicidade de identidades pelas quais Alice se apresenta, pois alterna entre diferentes nomes, como Alice e Pedro, além de personagens do cinema, da mitologia e de religiões de matriz africana. A equipe reconhece diferenças comportamentais associadas a essas identificações: Alice é descrita como mais impulsiva, menos aderente ao tratamento e identificada com religiões de matriz africana, enquanto Pedro demonstra maior organização, melhor adesão e maior aproximação com o cristianismo.

Inicialmente, a equipe demonstrava bastante curiosidade diante dessas formas singulares de expressão, as quais eram frequentemente abordadas de maneira mais expositiva nas discussões sobre o caso. Ao longo das reuniões, essa perspectiva foi sendo problematizada, possibilitando compreender a diferença da usuária como uma oportunidade de ampliar as formas de compreensão do caso e as diferentes possibilidades de cuidado ofertadas pelo serviço.

Além disso, a dimensão performática constitui outro eixo importante de sua experiência. Alice demonstra grande investimento na aparência, no cuidado com o corpo, cabelos, roupas, perfumes e procedimentos estéticos, além de relatar com satisfação suas experiências sexuais. Embora a equipe frequentemente associe esses elementos às situações de risco e violência presentes em sua

rotina, eles também representam importantes recursos subjetivos, revelando potenciais criativos, estéticos e artísticos que podem ser incorporados ao PTS como dispositivos de produção de novos sentidos e de fortalecimento do vínculo com o serviço.

Ao longo das discussões, também foi possível identificar momentos em que a equipe expressava a sensação de que pouco ou nada estava acontecendo em relação ao caso. Uma das movimentações produzidas nas reuniões foi justamente problematizar essa percepção, ampliando a compreensão sobre as diferentes formas de intervenção possíveis diante da complexidade da situação. Nesse sentido, um passo importante foi o reconhecimento, por parte da equipe, de que a manutenção do vínculo da usuária com o serviço também é relevante para seu processo de cuidado, especialmente a partir da perspectiva da redução de danos. Essa compreensão mobilizou a equipe a refletir sobre estratégias que não reproduzem processos de exclusão já vivenciados pela usuária em outros serviços, reforçando a importância de reconhecer sua singularidade, evitar respostas moralizantes e sustentar seu vínculo com o CAPS.

Até o momento, a síntese das principais pactuações estabelecidas com a equipe no âmbito do PTS contempla: a ampliação da escuta das múltiplas identidades, nomes e personagens assumidos pela usuária, compreendendo-os como produções subjetivas e recursos para seu cuidado; a valorização de sua dimensão estética, performática e artística como potencial para o fortalecimento do vínculo; a implementação de oficinas de teatro, artes e estética como espaços de criação e expressão; a manutenção do CAPS como dispositivo de acolhimento; a sustentação das estratégias de redução de danos, considerando sua circulação entre a rua e o serviço; o acompanhamento da fragilidade dos vínculos familiares; e o fortalecimento da articulação com outros dispositivos, como o Ambulatório TT, o Centro de Referência LGBT e o Serviço de Assistência Especializada (SAE).

Já em relação ao segundo caso, Bruno é um homem que teve sua trajetória marcada por diversas violências, por vínculos familiares e sociais fragilizados e pelo uso de substâncias desde a adolescência. Residente de uma região periférica de Natal, sua história de vida é atravessada por situações de extrema vulnerabilidade, envolvendo violência urbana e criminalidade, elementos que repercutem diretamente na constituição de seu percurso de cuidado.

Em relação ao seu contexto familiar, sua mãe apresenta problemas relacionados ao uso abusivo de álcool e o seu pai foi assassinado em razão do seu envolvimento com o tráfico de drogas. Atualmente, vive afastado da mãe e das irmãs, mas mantém contato com uma tia e um tio, que é barbeiro, profissão com a qual Bruno se identifica.

Uma parte importante de sua história é que Bruno passou um tempo em uma instituição socioeducativa, momento no qual se aproximou da religião. Além disso, sua trajetória de vida nas ruas é marcada por conflitos, rupturas e episódios relacionados ao uso de substâncias e situações de violência. Em determinados períodos, devido ao envolvimento em brigas, chegou a ser impedido de circular em seu território. Ao longo desse percurso, acessou

diferentes equipamentos da rede, como o albergue noturno, o Centro POP e o Consultório na Rua, serviços com os quais o CAPS mantém articulação.

No CAPS, oscila entre momentos de aproximação intensa e afastamento. Em alguns períodos, permanece durante longos intervalos no serviço, chegando cedo, solicitando alimentação e banho. Em outros, desaparece por semanas, relatando permanecer envolvido em contextos relacionados ao tráfico e frequentemente retornando ao serviço em condições físicas fragilizadas. Nesse contexto, Bruno também tende a se afastar do serviço quando vivencia períodos de uso mais intenso, e demonstra ser bastante exigente consigo mesmo, especialmente diante dos episódios de recaída.

A dimensão religiosa também parece ocupar um lugar significativo na história de Bruno e em sua relação com o CAPS. Ao mesmo tempo em que a religiosidade pode ser uma importante referência para ele nos momentos difíceis, ela também parece se articular a uma elevada exigência moral em relação a si mesmo, o que se expressa especialmente diante das recaídas, momentos em que Bruno parece vivenciar de forma intensa sentimentos de vergonha.

Outro ponto importante é que Bruno parece transitar entre posições distintas nas relações que estabelece, alternando entre a proteção e a agressividade. Essa dinâmica pode ser compreendida em articulação com o ideal de masculinidade que atravessa sua história, marcada por experiências de violência. Nesse sentido, a posição de “protetor” e a de “agressor”, embora aparentemente opostas, podem coexistir em sua trajetória e expressar diferentes formas de responder às situações vivenciadas, constituindo elementos relevantes para a compreensão de suas relações.

Nesse sentido, observa-se que Bruno parece buscar no CAPS um lugar de pertencimento e cuidado que historicamente esteve fragilizado em sua trajetória. Suas demandas por permanecer além dos horários habituais, realizar refeições ou encontrar abrigo no serviço podem ser compreendidas como expressão de uma necessidade de proteção. A complexidade do caso mobiliza sentimentos intensos na equipe e reforça a necessidade do compartilhamento do cuidado, construção coletiva de estratégias e manutenção do vínculo.

Ao longo das discussões, também foi possível perceber uma mudança na posição da equipe diante do caso de Bruno. Inicialmente, existia um certo sentimento de desesperança em relação à situação, considerando os seus afastamentos frequentes e suas recaídas. Nesse sentido, a própria equipe parecia assumir uma posição de elevada exigência em relação ao seu trabalho, e acabava não reconhecendo a potência presente na própria permanência de Bruno no serviço, em seus retornos após períodos de afastamento e nas pequenas transformações que se produziam em sua relação com o cuidado.

As discussões em equipe possibilitaram, então, um deslocamento dessa perspectiva, reforçando a importância de sustentar uma ética de redução de danos que não opere a partir de uma lógica de tudo ou nada, valorizando a construção de metas pequenas e possíveis, e considerando os recursos e limites apresentados por Bruno em cada momento de sua trajetória.

Diante disso, as principais pactuações relacionadas ao PTS são: a constituição de uma equipe de referência composta por profissionais de diferentes áreas para acompanhar de forma mais próxima o caso; a manutenção de uma abordagem baseada na redução de danos, acolhendo recaídas e favorecendo retomadas do cuidado; o fortalecimento da articulação com a rede de apoio possível, especialmente com familiares com quem ainda existem vínculos preservados, como a tia e o tio; a valorização de aspectos protetores e potencialidades do usuário, como sua habilidade profissional e sua capacidade de proteção diante de situações de violência; e a adoção de uma lógica de baixa exigência, com construção de metas pequenas e possíveis.

Conclusão

Os resultados encontrados até o momento sugerem que a construção do caso, articulada a uma perspectiva interseccional, evidencia que as dificuldades de acesso e vinculação aos serviços não podem ser compreendidas como questões individuais dos usuários, pois são atravessadas pela interação de diferentes marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe, território, violência, uso de substâncias e vivências que produzem diferentes possibilidades de circulação e permanência na rede.

Para além disso, o processo de construção do caso e elaboração de PTS produziu movimentações importantes nas próprias equipes. As discussões permitiram colocar em análise não apenas as trajetórias dos usuários, mas também os modos pelos quais os profissionais interpretam essas histórias e as formas de cuidado produzidas a partir delas.

Assim, o estudo aponta para a importância de sustentar espaços coletivos de discussão que possibilitem problematizar como os próprios serviços podem acabar reproduzindo processos de exclusão e também transformar essas reflexões em estratégias concretas de cuidado, considerando não apenas as dificuldades apresentadas pelos usuários, mas também seus recursos, potencialidades e diferentes formas de relação com os serviços.

Por fim, os achados desta pesquisa ressaltam a importância de práticas que se sustentem no território, na articulação intersetorial e nos princípios da atenção psicossocial, favorecendo a produção de um cuidado em liberdade e comprometido com a luta antimanicomial e com a reforma psiquiátrica brasileira.

Referências

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). Interseccionalidade (T. T. N. da Silva, Trad.). Boitempo.

Onocko Campos, R. T., & Furtado, J. P.. (2008). Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. Revista De Saúde Pública, 42(6), 1090–1096. https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000052

Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 7, 1 75–86. doi: 10.1590/1415-47142004001006.

CÓDIGO: HS0663

AUTOR: ANTONIO SAMUEL DA SILVA SOUZA

ORIENTADOR: ILANA LEMOS DE PAIVA

TÍTULO: O PAPEL DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Resumo

A socioeducação brasileira, consolidada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), está imersa em um campo de tensões entre práticas protetivas aos jovens e uma herança punitivista herdada do sistema penitenciário. Nesse cenário, expressões artísticas ganham um espaço no trabalho com os jovens em medidas socioeducativas, agindo como um instrumento de mediação simbólica com capacidade de construir e desconstruir significados para experiências, ampliando horizontes de possibilidade de ser e também fortalecendo vínculos. Fundamentado na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vygotsky, o presente estudo investiga o uso de arte em unidades de socioeducação. Adotando a revisão bibliográfica como estratégia metodológica, foram selecionadas produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2025 que analisaram o uso de oficinas de rap, funk, grafite e outras expressões artísticas em práticas socioeducativas voltadas ao desenvolvimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Os estudos analisados indicam que essas práticas não se restringem ao entretenimento, podendo constituir importantes recursos para a construção de identidade e para a elaboração de conflitos, tanto internos quanto relacionados às experiências sociais dos (as) adolescentes. Entretanto, sua efetivação ainda encontra limites e barreiras institucionais no cotidiano das medidas socioeducativas.

Palavras-chave: socioeducação; arte; psicologia histórico-cultural; Vygotsky.

TITLE: THE ROLE OF ARTISTIC EXPRESSION IN SOCIO-EDUCATIONAL SETTINGS: INSIGHTS FROM HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY

Abstract

The Brazilian socio-educational system—consolidated through the Statute of the Child and Adolescent (1990) and the National System of Socio-educational Care (SINASE)—operates within a field of tension between protective practices for youth and a punitive legacy inherited from the adult prison system. In this context, artistic expressions have carved out a space in work with young people serving socio-educational measures; they

act as instruments of symbolic mediation capable of constructing and deconstructing the meaning of experiences, broadening horizons regarding ways of being, and strengthening social bonds. Grounded in Lev Vygotsky's historical-cultural psychology, this study investigates the use of art within socio-educational facilities. Using a literature review as its methodological strategy, the study selected academic works published between 2014 and 2025 that analyzed the use of workshops—covering rap, funk, graffiti, and other artistic expressions—within socio-educational practices aimed at the development of adolescents serving such measures. The analyzed studies indicate that these practices go beyond mere entertainment, serving as important resources for identity formation and the processing of conflicts—whether internal or related to the adolescents' social experiences. However, their implementation still faces institutional limitations and barriers in the day-to-day reality of socio-educational interventions.

Keywords: socio-education system; art; cultural-historical psychology; Vygotsky;

Introdução

A socioeducação no Brasil consolidou-se a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em uma busca pela garantia de direitos do público infantojuvenil e não se prendendo apenas a uma responsabilização sobre os atos cometidos, mas reconhecendo as vulnerabilidades sociais, permeadas pelas desigualdades que mantém ausência de oportunidades, sendo um aspecto constante nas realidades vividas – demandando ações voltadas a expandir horizontes diante dessa vivência excludente e violenta. Esses princípios entram em conflito com ideias herdadas do sistema penitenciário, reforçando uma lógica punitivista na atuação, associando o jovem com a criminalidade e enfatizando a dimensão corretiva das medidas (Bonatto & Fonseca, 2020).

É entre frestas desse emaranhado de discussões que a arte emerge como uma alternativa de potencial transformador, para além da ideia lúdica de seu uso. Adquire, a partir da perspectiva histórico-cultural, de Lev Vygotsky, um papel de instrumento simbólico de ressignificação da experiência social a partir da importância da criação estética, do imaginário e da linguagem como fatores fundamentais no desenvolvimento humano. É por meio do exercício dessa prática que novos arranjos sobre o funcionamento do mundo podem se expandir, ampliando a noção de pertencimento, identidade e o repertório de expressões que agem como elo do indivíduo com os contextos que está inserido – como uma unidade, mobilizando emoções, sentidos e todos os processos simbólicos, sejam eles internos ou externos (Zanelato & Urt, 2021; Marcon, 2020). Os(as) adolescentes em situação de vulnerabilidade podem, através do contato com as mais variadas expressões artísticas, acessar diferentes modos de significar o mundo e eles mesmos – evidenciando o potencial de junção das dimensões da vida subjetiva, coletiva ou social, nesse delicado processo educativo.

Em estudos empíricos realizados no contexto de programas socioeducativos, observou-se que oficinas baseadas em expressões da cultura juvenil, como o rap, o funk e o grafite, promovem a aproximação entre profissionais e adolescentes, contribuindo para reduzir distanciamentos e tensionar barreiras institucionais presentes no cotidiano desses programas (dos Santos, 2016; Santos et al., 2020; Rodrigues et al., 2021). Por

mais que seja um ambiente de privação de liberdade, que já carrega consigo um caráter opressor, ao estabelecer dispositivos que dialogam com a realidade dos indivíduos, principalmente com a possibilidade comunicativa sobre suas experiências de exclusão, de dor, esperança, injustiça e também de resistência, abre espaço para uma elaboração e reelaboração simbólica sobre o vivido (Santos & Leite, 2017; Mayer et al., 2019). A partir dessas experiências, também encontramos pontos de singularidade entre os jovens, servindo para o fortalecimento de uma cultura coletiva mais ampla.

Este estudo pretende compreender a socioeducação à luz da Psicologia Histórico-Cultural, com ênfase nas diferentes expressões artísticas e em seus impactos e contribuições nas experiências de jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, centrada na análise crítica de produções acadêmicas que articulam arte, socioeducação e Psicologia Histórico-Cultural. A escolha metodológica orienta-se a partir do objetivo de compreender como diferentes formas de expressão artísticas vem sendo trabalhada com adolescentes em medidas socioeducativas, em especial o uso do rap, fotografia, grafite ou outros modos de subjetivação da arte, à luz da teoria histórico-cultural de Vygotsky. O interesse não esteve apenas em identificar a presença da arte nesses espaços, mas em compreender o lugar que ela ocupa dentro das experiências analisadas. Buscou-se observar quais funções são atribuídas às diferentes expressões artísticas, especialmente quando utilizadas como formas de linguagem, criação e mediação simbólica, além das condições necessárias para que essas práticas ultrapassem o lugar de uma atividade recreativa. Também foram considerados as limitações de atuação encontradas nos próprios estudos, principalmente aqueles relacionados à organização institucional, possibilitando ou não continuidade das ações e às tensões entre propostas educativas e lógicas de controle e encarceramento presente no sistema socioeducativo.

Foram incluídos estudos empíricos, sejam eles com abordagem qualitativa, quantitativa ou mista, além de relatos de experiência, que apresentassem práticas artísticas desenvolvidas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no contexto brasileiro. Também foram considerados trabalhos que apresentassem articulação explícita com a Psicologia Histórico-Cultural ou que mobilizassem conceitos compatíveis com essa perspectiva, especialmente aqueles relacionados à linguagem, mediação, imaginação, criação, desenvolvimento humano e constituição social do sujeito. Atentando-se em excluir trabalhos em que a arte aparecia exclusivamente como atividade recreativa, sem articulação com objetivos pedagógicos, formativos ou de intervenção. O rastreamento contemplou produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2025, localizadas nas bases SciELO, PePSIC, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES, bem comoem repositórios institucionais de universidades federais, entre elas UFRN, UFMG, UFPE, UFRJ, UFC e UFBA. As buscas utilizaram os descritores “Socioeducação”, “Sistema Socioeducativo”, “Arte”, “Expressão artística”, “Psicologia Histórico-Cultural” e “Vygotsky”, combinados de diferentes formas conforme a base consultada.

A busca identificou aproximadamente 30 produções acadêmicas, incluindo artigos, teses, dissertações, capítulos de livros e trabalhos publicados em eventos. Após a leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, do texto integral, foram excluídas aqueles itens que não atendiam aos requisitos pré-estabelecidos. Ao final de todo o processo de análise, nove estudos compuseram o corpus da revisão.

Após a leitura exploratória dos textos selecionados e a exclusão dos que não atenderam os requisitos, foi realizada a leitura analítica das discussões centrais levantadas pelos autores. Isso permitiu estabelecer dois eixos temáticos principais que nortearam as discussões: (1) estética, arte e imaginação como mediadores simbólicos no desenvolvimento humano e (2) a arte como instrumento capaz de reelaborar experiências vividas e também construir novas ideias sobre o mundo no contexto socioeducativo. Levou-se em consideração a dimensão institucional ocupando a transversalidade dos dois eixos, especialmente quando se pensa na continuidade dos projetos, os recursos disponíveis e as tensões dentro do sistema socioeducativo.

Isso possibilita a construção de amplo panorama sobre o sistema, desde suas tensões, pontos de singularidades ou lacunas que ainda dificultam uma aplicação da arte como esse agente de transformação. Na perspectiva histórico-cultural, é fundamental um enlaçamento entre a reflexão teórica e a construção conceitual de ferramentas e sua aplicabilidade, buscando desvelar complicações presentes em sua própria aplicação – buscando tornar mais compreensível. Assim, o estudo não se restringe apenas à busca e análise bibliográfica, mas propõe uma interpretação crítica que atribui sentido ao objeto investigado.

A interpretação dos resultados foi realizada à luz da Psicologia Histórico-Cultural, buscando romper com uma leitura descritiva e imparcial das experiências encontradas. Assim, a arte foi compreendida não como um imediato recurso transformador – mas com potência para ser –, mas como essa prática cultural mediadora depende das relações estabelecidas entre sujeito, linguagem, cultura, prática pedagógica e instituição. Por se tratar de uma revisão bibliográfica exploratória, os resultados não permitem generalizações sobre todo o sistema socioeducativo brasileiro, mas um estrato de experiências vivenciadas nele. O número reduzido de estudos selecionados e a heterogeneidade das experiências analisadas constituem limites. Ainda assim, a análise do corpus permite identificar tendências e tensões relevantes para compreender as possibilidades e os limites das expressões artísticas no contexto socioeducativo.

Resultados e Discussões

As evidências levantadas pela análise dos estudos criam um ponto de partida impossível de ignorar: a presença da arte como linguagem na socioeducação tem a capacidade de reconfigurar o que está posto na realidade, podendo alterar a relação entre os adolescentes, instituição e o mundo que os rodeia. Indo além da ocupação de tempo como atividades meramente prazerosas, mas atuando simbolicamente como mediador e reposicionando o jovem como criador e também um sujeito capaz de exercer a palavra. Em outros termos, a atividade criadora consegue deslocar o foco na atuação das medidas – que normalmente carregam consigo o controle como base (Barroco &

Superti, 2014; Zanelato & Urt, 2021). Esses signos artísticos passam a atuar como uma ferramenta psicológica, fazendo com que os jovens tenham seus repertórios de expressão, sejam abstratas ou em uma expressão mais direta, e, com isso, tecer outros meios de interlocução com seus iguais, a instituição e também os profissionais que atuam naquele espaço.

Essa tendência torna-se ainda mais evidente nas experiências relatadas em oficinas que exploraram manifestações como rap, funk e poesia. Contudo, sua própria inserção dentro do ambiente socioeducativo é rodeada de preconceito, pois, em muitos dos textos analisados, é relatado a realidade dura que um contingente da população que está à margem da sociedade enfrenta – dito como um conteúdo perigoso para se entrar em um ambiente de "educação". Essas produções normalmente elaboram cicatrizes, ou feridas ainda abertas, marcadas por trajetórias violentas, não raro inseridas no meio do tráfico de drogas ilícitas ou outros delitos. Nas letras produzidas em oficinas, é possível observar a elaboração de casos semelhantes, passando daquela realidade bruta a qual foi vivida, com violência, perdas e cheias de injustiças, para o vivido simbolizado, em que todo o conflito, ou pelo menos parte dele, ganha campo para correr livremente através da poesia presente nas rimas, na métrica e nas metáforas que estão no RAP. A passagem entre esses planos, segundo Barroco e Superti (2014), é justamente o que na Psicologia Histórico-Cultural acaba sendo chamado de conversão de afetos em signos, usando da linguagem para reorganizar – operação das funções psicológicas superiores (Barroco & Superti, 2014). Estudos realizados dentro de unidades socioeducativas, incluindo o processo de escrita e apresentação ao público, não é apenas uma estratégia para abrir a possibilidade de escuta ao que está silenciado naquele ambiente, mas servindo para organizar a autopercepção do jovem, fazendo refletir sobre seu lugar e também o coletivo em que vive. Abaixo, é possível observar um trecho no relato de um adolescente sobre isso:

Quando você escuta as letras e vê ali... É tipo um conselho, ali você escutando um RAP. Tipo assim, ele fala na convivência que já viveu, e no mesmo momento, fortalecendo você a não se envolver, dizendo o que é o crime, dizendo os prejuízos se você continuar, se você permanecer... Ali, quando você escuta, você já vê, você para e pensa "É mesmo, oh, enquanto tem filho de rico que tá ali gastando dinheiro, rindo, e outro ali tá chorando". Porque ele fala a realidade que a gente tá vivendo hoje, fala que ele tá presenciando na realidade o que a gente vive hoje (Kmila). (Santos et al., 2020, p. 85)

O microfone, as letras, as caixas de som soando a música e as gravações não são meros adereços para performar algo: são realidades culturais que atuam como agente direto, expresso pela arte, na modulação de memória, atenção, autorregulação e argumentação sobre seus anseios e desejos.

Outra expressão artística encontrada nos estudos sobre socioeducação, foi o uso do grafite, levantando um tópico pertinente sobre a modificação do espaço físico em duas camadas que se entrelaçam profundamente. No primeiro plano, o ato de se escrever no muro institucional opera, de um modo subjetivo, na inscrição da existência do jovem naquele espaço, semelhante a uma marca histórica de si. No plano social, o gesto age como uma enunciação compartilhada da disputa simbólica que as marcas de contenção deixam nas mesmas paredes. Essa margem mostra que o grafite altera a própria geografia das instalações por meio da expressão visual – o lugar que antes era uma parede-barreira, torna-se uma tela a ser escrita e o silêncio e histórias de violência

guardadas naquelas paredes, ganham outra cor (Mayer et al., 2019; Rodrigues et al., 2021). Ao produzir, os adolescentes estabelecem uma relação de extensão com o espaço físico das instituições e com sua própria história, configurando o real. O que ajuda a entender relatos sobre esperança e o senso de pertencimento dos jovens.

Entretanto, para que esses efeitos possam acontecer, essas práticas não devem vir no vazio de teorias ou projetos. É essencial haver um projeto pedagógico bem definido sobre a arte nesse meio, além de condições para acontecer mediações. As literaturas revisadas apontam tópicos principais para não serem ignorados: primeira ponto é a construção colaborativa dos objetivos e os procedimentos metodológicos a serem seguidos, incluindo todas da unidade para terem noção do que irá acontecer e também os adolescentes em cumprimento de medida – não ignorando os repertórios que eles já possuem; o segundo ponto é a ideia de continuidade do projeto, pois o desenvolvimento simbólico não acontecerá a partir de oficinas esporádicas e desconectadas entre si; e o último ponto é uma escuta estética sobre o que está sendo produzido, a partir de uma referência cultural para que tudo que esteja sendo produzido não caia na redundância de "desabafos", mas como informações indispensáveis sobre o andamento do projeto (Zanelato & Urt, 2021; UFMS, 2014). No momento que essas condições convergem, o uso da arte atinge o patamar onde todos envolvidos no projeto irão atuar de maneira coletiva no desenvolvimento dos jovens, auxiliando cada um a sair do plano individual e relacionar-se com o coletivo, podendo adquirir mais referências e experiências em seu modo de viver e ver o mundo.

Os textos também são explícitos em relação aos freios institucionais, os quais costumam operar de maneira contrária ao preestabelecido pelo ECA e SINASE. Um dos maiores, que atravessa do sistema socioeducativo, é o viés punitivista herdado do sistema penitenciário que adota um modelo de funcionamento correcional – buscando "corrigir" e punir os chamados "infratores". Isso se manifesta em como a entrada da arte é tratada, geralmente podando ao máximo quaisquer críticas que envolvem denúncias de racismo, violência policial e outros esquemas de violação de direitos – tolerando apenas prática dóceis ao sistema. Em letras de RAP, por exemplo, tais denúncias são uma presença constante, então esse filtro acaba esvaziando a força de impacto que essa expressão poderia ter, rebaixando a uma válvula de escape. Isso é mais do que uma simples censura de conteúdo, trata-se de um mecanismo que visa suprimir e controlar o acesso simbólico para aquele público: ele pode até se expressar, mas dentro dos limites institucionais estabelecidos pelos agentes, evitando reflexões e críticas ao próprio sistema, fazendo com que a arte, nesse contexto, adquira uma face de pacificação e não como um instrumento de ampliação das possibilidades de signos. Esse punitivismo "silencioso", que retira sutilmente as potencialidades de mudanças, a possibilidade de dizer, deixa evidente o quão tensionado a rede de socioeducação brasileira opera sob o espectro do sistema penal brasileiro (Bonatto & Fonseca, 2020).

Além disso, existem os freios estruturais entre instituições; como projetos com editais para escrever, dificuldades de articulação de estágios e parcerias externas, orçamento comprometido, descontinuação de vínculos e outras questões que dificultam a possibilidade de um projeto contínuo e bem articulado. Por mais que, socialmente, haja uma noção da importância da arte em espaços da educação, não possuem domínio completo sobre teorias, ferramentas e muito menos recursos para implementar de maneira eficaz. Por conta dessas dificuldades, o uso de expressões artísticas não consegue atingir seu pleno potencial pedagógico. Dito de outro modo: a arte só realiza

sua potência se houver um forte apoio institucional que reconheça sua legitimidade como direito (ECA) e como eixo formativo (SINASE), fornecendo orçamento para implementação. O capítulo 2.1 do material formativo do SINASE (UFMS, 2014), produzido por Paes, aponta a imaginação como alavanca pedagógica, não como uma forma de fugir da realidade, mas um processo que rearticula o vivido e projeta o possível. As produções acadêmicas analisadas evidenciam essa confirmação: ao convocar a imaginação, é possível ver novos papéis, junto a mudanças de vínculos e organizações de conflitos. Se for censurada ou tratada apenas como uma "ajuda", a arte torna-se algo sem a densidade de transformação.

E para haver transformação, os conteúdos necessitam carregar uma carga simbólica para o indivíduo. Escolhas como o Rap, funk e grafite não são por acaso, pois se tratam de uma linguagem nascida e cultivada ao longo do tempo em periferias, até ganhar outros espaços – ou invadi-los. Os estudos mostram que, ao escolher expressões artísticas que estejam próximas das realidades que eles vivem, os adolescentes não precisam ignorar e assumir outra persona, deixando parte de si no lado de fora para aprender. Muito pelo contrário: é por meio desse senso de pertencimento que novos signos podem ser incluídos em suas noções de mundo. Esse cuidado com a origem diz respeito à ideia de que toda função superior, os processos mais complexos – memória, consciência, abstração e demais aspectos –, tem uma origem sociocultural antes de serem internalizadas (Barroco & Superti, 2014). Tornando-se indispensável a complexificação e abordagem de temas como racismo, violência e polícia, tendo em vista que a questão étnico-racial e territorial está fundamentalmente entrelaçada na realidade dos adolescentes que estão em medidas socioeducativas (Mayer, Brum, & dos Santos, 2019; Rodrigues et al, 2021).

Ainda buscando romper com a ideia de que existe uma separação entre o mundo dentro da instituição e o mundo de fora, a exposição cultural de obras se mostra como um fator de sustentação ao longo do processo socioeducativo, principalmente ao trazer a comunidade e família para próximo – buscando quebrar o estigma social imposto sobre os jovens. Apresentações públicas, murais de grafite em áreas expostas para a cidade, presença em festivais culturais são modos de construir pontos de retorno ao território a qual pertencem. Esse movimento figura, de maneira nítida, o quanto a relação é a base do desenvolvimento, abraçando o mundo para si e expondo-se ao mundo, sempre em unidade, nunca separado. Em tese, se existe a possibilidade da arte construir novas posições subjetivas no desenvolvimento, é quando acontece a interação por meio da circulação social que essas produções se confirmam e estabilizam – impactando na validação simbólica da autoria (Santos & Leite, 2017; Santos, Alberto, & Muniz, 2020).

Importante discutir os riscos que essa implementação carrega. Há sempre uma vontade de usar esse conteúdo artístico como uma grande panaceia: "faz uma oficina de música que resolve", "chama o professor de grafite e faz um mural". Contudo, nenhuma dessas práticas devem substituir as lutas por políticas públicas que dêem melhores condições de vida, sejam elas através das condições dignas no cumprimento das medidas ou de renda, moradia, saúde mental, escolarização e trabalho. Nenhuma técnica que busca produzir mediações para elaborar o que é vívido e projetar os desejos, serve para substituir o questionamento sobre a norma social e o funcionamento da estrutura que está presente no dia a dia, marcada por mais e mais jovens entrando em contato, seja ela direto ou indireto, com a criminalidade. Esses mesmos jovens em contextos sociais totalmente precarizados, sem suporte do estado, a não ser presença da força punitiva que

chega em áreas periféricas, tendo em vista que a maioria das pessoas em medidas socioeducativas são negros estruturalmente marginalizados e criminalizados pela sociedade – carregando antes de seu nome e sua história, a cor (Lúcio, 2018). No instante que esses projetos artísticos são planejados para "acalmar" a instituição sem que haja mudança ou sequer um questionamento sobre a estrutura, eles adotam uma posição de amortecedor de danos, um verniz sob os reais problemas, reproduzindo o status quo. Por isso, o planejamento das ações precisa necessariamente de uma articulação entre questões socioculturais, de saúde, bem-estar e também envolvendo educação e a busca pela construção de uma rede comunitária no território, caso o objetivo não seja transformar o trabalho com a linguagem em uma simples decoração.

Conclusão

O conjunto de achados na produção acadêmica traz uma complexidade teórica e margem para uma discussão ampla sobre o modo de funcionamento real que as unidades seguem e as possibilidades de atuação dentro desse campo, principalmente ao colocar expressões estéticas como expoentes nos processos de medidas socioeducativas. É um recurso de capacidade formativa potente, carregando consigo chances de ampliar o desenvolvimento subjetivo, social e também cultural dos jovens, construindo uma rede que visa romper com lógicas impostas. Ao longo das leituras, confirmou-se que experiências com modelos diferentes de arte, seja o rap, o teatro, o grafite ou outros estilos, vão além de ocupar o tempo e "distrair a mente", ocupa um espaço simbólico para criar outras significações em suas ideias, abrindo caminho para uma elaboração de conflitos internos e externos, além da expressão de sentimentos e a construção de novas trajetórias para o futuro.

Essas ideias partem da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, refletindo sobre a imaginação e criatividade, associado a arte, como uma força motriz no desenvolvimento humano. Nesse sentido, as práticas artísticas se revelam como um instrumento de humanização, oferecendo ao jovem uma oportunidade de ver a si para além do título e condição de "infrator", sendo possível resgatar do rótulo que é imposto ao jovem periférico. Para que esses objetivos sejam concretizados, os resultados indicaram que o uso da cultura próximo a realidades dos adolescentes, como o rap, grafite, funk e outras expressões de seus cotidianos são fundamentais. Essa estratégia possibilita que aconteça a enlaçamento coletivo entre os jovens, criando um senso de pertencimento à comunidade, partilhando dores, experiências e esperanças.

Contudo, apresentou uma fragilidade estrutural em muitas unidades de socioeducação, atravessando todos os campos da instituição: as próprias questões orçamentárias que inviabilizam a contratação de profissionais e a efetivação da compra de materiais para ser realizado as oficinas de maneira consistente; resistências dos profissionais que ainda se prendem a lógica punitivista, criando uma resistência na arte como um eixo mais centralizada nas experiências dos jovens em medidas socioeducativas. Isso aponta a urgência de investimento e políticas públicas que garantam condições de trabalho adequadas, valorizando práticas culturais no cotidiano das instituições, para os jovens e os profissionais.

Em síntese, a partir do estudo, conclui-se que a arte, ao ser utilizada no contexto da socioeducação, deve adquirir um caráter central no desenvolvimento pedagógico da instituição. Ao ser articulada com ética e política, a estética artística possibilita não apenas sonhar com outros mundos e ficar preso apenas na imaginação, mas também experimentar, no presente em que se encontra, formas humanas de se expressar, sentir e relacionar consigo e com o outro.

Referências

Barroco, S. M. S., & Superti, T. (2014). Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. Psicologia & Sociedade, 26(1), 22–31.

Bonatto, V. P., & Fonseca, D. C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. Educação em Revista, 36, 1–17.

Lúcio, N. F. (2018). Punição e criminalização da pobreza: uma análise das violações de direitos sofridas por adolescentes em privação de liberdade.

Marcon, A. M. (2020). Imaginação e criação na infância. Revista Espaço Pedagógico, 27(2), 576–580.

Mayer, A. S., Brum, L. M., & dos Santos, S. S. (2019). A (in)visibilidade do graffiti e da pichação: subjetivando juventudes? Revista Subjetividades, 19(1), e8845.

Padovani, A. S., & Ristum, M. (2016). Significados construídos acerca das instituições socioeducativas: Entre o imaginado e o vivido. Psico-USF, 21(3), 609–622.

Pereira, A. D. S. F., & de Souza, C. F. (2025). As medidas socioeducativas e a cultura como eixo pedagógico: Um estudo sobre o estado da arte. Revista Interinstitucional Artes de Educar, 11(2), 85–108.

Rodrigues, C. R. C., Garcez, A., de Brito, R. D. V. A., Giacomozzi, A. I., & Santa Rosa, T. R. (2021). Transformando muros: graffiti com adolescentes em privação de liberdade. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 12(1 supl), 63–87.

Santos, A. C. S. D., Alberto, M. D. F. P., & Muniz, A. S. (2020). Possibilidades e potencialidades do rap para adolescentes e jovens cumprindo medida socioeducativa. Estudos de Psicologia (Natal), 25(1), 80-90.

Santos, H. S. (2016). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. Revista InCantare, 7(2).

Santos, M. D., & Leite, T. P. (2017). O rap é uma coisa que conecta, tá ligado?!: Ressignificando contextos de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Anais do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE), 12(1), 1–12.

Zanelato, E., & Urt, S. D. C. (2021). A atividade pedagógica para adolescentes: contribuições da psicologia histórico-cultural. Psicologia em Estudo, 26, e45690.

CÓDIGO: HS0665

AUTOR: VINNICIUS SILVA EUFLAUSINO

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A EXPRESSÃO TERRITORIAL DA NEGAÇÃO DO SER HUMANO E DA NATUREZA NO SÉCULO XXI

Resumo

O seguinte relatório tem como intuito abordar a escravidão contemporânea na Amazônia brasileira como expressão territorial da negação do ser humano e da natureza no século XXI. Destacando a crise climática atual, definida pelo presidente Lula como “tragédia do presente”, que expõe e aprofunda desigualdades sociais históricas. A Amazônia, bioma mais diverso do planeta, abriga cerca de 50 milhões de habitantes, incluindo 400 povos indígenas, cujos territórios sofrem intensamente com o avanço do desmatamento e da mineração ilegal, evidenciando a destruição ambiental e injustiça social. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) enfatiza a importância da demarcação e proteção efetiva desses territórios para atuação na crise climática. O texto relaciona a expansão da escravidão contemporânea com o modelo capitalista-colonial que mercantiliza a natureza e explora pessoas periféricas, sobretudo indígenas e ribeirinhos. Dados indicam que a Amazônia Legal representa 41% dos casos de trabalho escravo no Brasil e concentra elevados índices de queimadas, revelando a íntima conexão entre exploração laboral e degradação ambiental. O cativeiro moderno é analisado como ferramenta de expansão territorial capitalista, perpetuando desigualdades e agravando a crise climática por meio da destruição da floresta. O artigo estrutura uma abordagem cartográfica para demonstrar a concentração desse fênomeno

Palavras-chave: Desmatamento; Degradação Ambiental; Formação-brasileira.

TITLE: Contemporary Slavery in the Brazilian Amazon: The Territorial Expression of the Negation of the Human Being and Nature in the 21st Century

Abstract

The following report aims to address contemporary slavery in the Brazilian Amazon as a territorial expression of the denial of human beings and nature in the 21st century. It highlights the current climate crisis, defined by President Lula as a "tragedy of the present," which exposes and deepens historical social inequalities. The Amazon, the most diverse biome on the planet, is home to about 50 million inhabitants, including 400 indigenous peoples, whose territories intensely suffer from the advance of

deforestation and illegal mining, evidencing environmental destruction and social injustice. The Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB) emphasizes the importance of the demarcation and effective protection of these territories for action in the climate crisis. The text relates the expansion of contemporary slavery with the capitalist-colonial model that commodifies nature and exploits peripheral people, particularly indigenous peoples and riverine communities. Data indicate that the Legal Amazon accounts for 41% of the cases of slave labor in Brazil and concentrates high rates of fires, revealing the intimate connection between labor exploitation and environmental degradation. Modern captivity is analyzed as a tool of capitalist territorial expansion, perpetuating inequalities and aggravating the climate crisis through the destruction of the forest. The article structures a cartographic approach to demonstrate the spatial concentration of this phenomenon.

Keywords: Dehumanizations; Environmental Degradation; Brazilian Formation

Introdução

No dia dez de novembro de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em seu discurso de abertura da programação da 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), em Belém, estado do Pará, colocou as prioridades do Brasil e apontou para os desafios de todos os países perante os problemas das mudanças climáticas, denominando o atual contexto global de “tragédia do presente”. Assim, afirmou a autoridade brasileira:

A mudança do clima já não é uma ameaça do futuro. É uma tragédia do presente. [...] A emergência climática é uma crise de desigualdade. Ela expõe e exacerba o que já é inaceitável. Ela aprofunda a lógica perversa que define quem é digno de viver e quem deve morrer. Mudar pela escolha nos dá a chance de um futuro que não é ditado pela tragédia. O desalento não pode extinguir as esperanças da juventude. Devemos a nossos filhos e netos a oportunidade de viver em uma Terra onde seja possível sonhar (Brasil, 2025).

Ao convocar a comunidade internacional “a colocar as pessoas no centro da agenda climática”, por meio da superação dos combustíveis fósseis e do colapso climático, o presidente brasileiro destacou, também, que a realização de tão importante Conferência em território nacional colocava a Amazônia no centro do mundo, afirmando, na oportunidade, que a floresta existe e precisava de cuidados:

A Amazônia não é uma entidade abstrata. Quem só vê a floresta de cima desconhece o que se passa à sua sombra. O bioma mais diverso da Terra é a casa de quase cinquenta milhões de pessoas, incluindo quatrocentos povos indígenas, dispersa por nove países em desenvolvimento que ainda enfrentam imensos desafios sociais e econômicos [...] E o mundo poderá, enfim, dizer que conhece a realidade da Amazônia (Brasil, 2025).

Não obstante, na mesma Conferência, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por meio de uma carta aberta à sociedade, chamou atenção para o fato de que, num contexto de emergência climática, o desmatamento do bioma amazônico tem conduzido a destruição dos territórios indígenas e as demais territorialidades da região,

impondo graves consequências para o clima global e ao desenvolvimento brasileiro. Ao afirmar a necessidade urgente de ações para a "demarcação de seus territórios", a entidade indígena se posicionou diante do atual contexto de destruição da floresta.

Nesse contexto, o padrão de ocupação do espaço amazônico vem repetindo, nas últimas décadas, agressões sistemáticas à Natureza e às pessoas, por meio de uma mercantilização do ambiente, através de vetores de ocupação, centrados, principalmente, em fronteiras agrícolas e na apropriação das terras. Tal processo conduz a região à condição de ser a última periferia e fronteira que sofre com os avanços e perversidades da lógica instrumental e irracional capitalista.

Não obstante, a manutenção dessa lógica de organização espacial na Amazônia brasileira, associada à expansão da escravidão contemporânea, resulta num processo ininterrupto de negação das pessoas, principalmente, dos povos originários e da população ribeirinha, ampliando desigualdades e injustiças socioespaciais herdadas do processo de formação histórico-territorial do Brasil. Ao mesmo tempo, o quadro de perversidades espaciais, através da incorporação da Natureza como recurso e/ou mercadoria, impõe à população viver em condição de encurralados ou refugiados nas regiões onde persistem ecossistemas preservados (Krenak, 2019).

Assim, o propósito desse escrito é identificar a atual expressão territorial da escravidão contemporânea na Amazônia brasileira, numa perspectiva de apontar a relação entre o cativeiro e as áreas com forte presença de extração de madeira e produção de carvão vegetal

Metodologia

O método de abordagem foi construído com o suporte teórico da análise geográfica sob parâmetros da teoria social crítica, reconhecendo que a lógica de subordinação dos indivíduos aos imperativos da modernização capitalista no Brasil impõe processos de organização do espaço que subvertem os atuais usos do território.

Nessa perspectiva, a interpretação das relações sociedade-espaço, a partir da atual organização espacial na Amazônia, deve considerar os processos históricos no seu acontecer, principalmente, por indicarem como a organização da sociedade se apresenta.

Nesse sentido, parte-se da perspectiva que a formação territorial do Brasil segue uma lógica de uso do território que é norteado pelos "parâmetros dos imperativos da lógica da racionalismo técnico-instrumental inerente ao modo de produção capitalista" (Castilho, 2017, p. 135), onde o processo de apropriação da realidade geográfica nega a diversidade ambiental e das territorialidades existentes, por meio de formas de exploração e de espoliação dos recursos naturais e dos mais pobres.

Nessa perspectiva, a presença da escravidão contemporânea na região amazônica, no momento presente, além de ser uma etapa do processo de reprodução ampliada do capital (Martins, 1994), reafirma o quadro de formação territorial do Brasil, principalmente, por estar associada ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

Por isso, determinadas atividades econômicas na região amazônica, a exemplo da extração de madeiras e produção de carvão vegetal, associadas a formas de relações de trabalho sob os moldes do cativeiro de pessoas, constituem procedimentos que têm reforçado o desrespeito e, ao mesmo tempo, a destruição do meio ambiente, reafirmando o quadro de formação histórico-territorial do Brasil, onde a Natureza e as pessoas, principalmente, as mais pobres, são postas como mercadorias descartáveis. Assim, a consolidação dos interesses hegemônicos, engendrando formas particulares de uso, ocupação e exploração do espaço geográfico, confirma as diversas desigualdades e a problemática social e ambiental que se estabelece na região.

Dessa forma, o cativeiro moderno se apresenta como elemento da dinâmica histórica da relação sociedade e espaço no Brasil, apontando para procedimentos mais perversos de negação, expropriação e exploração de homens, mulheres e da Natureza na Amazônia brasileira, principalmente, por envolver movimentos de modernização e racionalidade, mas, também, de opressão e violência impostas pelo capital.

Por isso, é possível traçar um paralelo entre a exploração do trabalho e o processo de mudança climática na Amazônia, a partir de uma íntima ligação entre a servidão humana e a devastação da floresta. Nessa perspectiva, a escravidão contemporânea, no contexto amazônico, se apresenta, dentre outros aspectos, como um "multiplicador de ameaças às causas das mudanças climáticas" (Bales, 2020, p. 156), uma vez que a violência e exploração de pessoas conduz a um círculo vicioso e calamitoso de injustiças sociais e de drama ambiental.

Nessa lógica, sendo a Amazônia a última fronteira de florestas tropicais no mundo, e que vem sofrendo com a expansão da sociedade nacional sobre os territórios dos indígenas, os processos de destruição, no atual contexto histórico, impõem um "risco potencial" ao colapso climático, principalmente, por ter no cativeiro humano um fenômeno que favorece a negação do meio ambiente: "[...] a destruição ambiental e suas muitas consequências e sequelas também são fatores conhecidos por impulsionar pessoas a um estado de vulnerabilidade que eleva o risco de escravização" (Bales, 2020, p. 166). Não obstante, e olhando, especificamente, para a floresta Amazônia.

Nesse sentido, e com vistas à operacionalização da referida abordagem, visando à concretização do objetivo central do texto, o presente escrito assume o entendimento de Amazônia brasileira, a partir da perspectiva da região da Amazônia Legal, conforme aponta a Lei de nº1.806, de 06/01/1953, que estabeleceu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e que não resume a área apenas ao ecossistema de selva úmida, a qual estende-se por 49% do território nacional, mas, também, abrange a área de nove (9) Unidades Federativas (UF), sendo elas: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (Mapa 1). Essa região corresponde hoje a cerca de 59% do território brasileiro e conta com 56% da população indígena brasileira, segundo IBGE (2024).

Em termos de sua dimensão territorial, segundo o IBGE (2024), a área compreende cerca de 5.014.107,875 km² do território nacional, sendo composto por 772 municípios, com uma população de 27,8 milhões de habitantes, o que corresponde a aproximadamente 13,7% dos habitantes do país, e tendo a maior concentração,

principalmente, nos estados do Pará, com 8.902.320 milhões de indivíduos, Maranhão (7.192.350) e Amazonas (4.220.742).

Em relação às características ambientais, o território da Amazônia Legal é composto por três (3) unidades de bioma, divididos em: Amazônia (predominante na área), Cerrado (presente nos estados do MA, TO e MT) e Pantanal (caracterizado na porção sul do MT) (Mapa 2).

Em termos de dados oficiais para mensuração do fenômeno, o presente escrito utilizou as bases de informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho (RADAR SIT), para fins de análise e reconhecimento do processo de territorialização da escravidão contemporânea na Amazônia, tendo como escala temporal de referência, para efeito de informação, o período que se estende entre os anos de 2003 e 2023.

Não obstante, como variáveis independentes, foram utilizados dados de uso e cobertura do solo da plataforma MapBiomas (2025), referentes aos anos de 2003 e 2023. As categorias de perda da vegetação primária, focos de regeneração da vegetação secundária e marcas de cicatrizes de fogo em território nacional.

Resultados e Discussões

No âmbito das principais características do processo de formação histórico-territorial brasileiro, observa-se que a lógica, hoje mais do que nunca, da racionalidade técnico-instrumental capitalista impôs a negação da Natureza e das pessoas, tendo-as como meros recursos a serem extraídos para venda.

Nesse processo, a escravidão contemporânea se coloca como um instrumento nefasto e cruel para reprodução ampliada do capital, manifestando-se, assim, como um fenômeno persistente.

Não estamos, portanto, apenas diante de um fenômeno de persistência de relações arcaicas de trabalho que, à primeira vista, têm sido muitas vezes definidas, impropriamente, como pré-capitalistas. Pois, o que constatamos é que modernas empresas capitalistas que investem em empreendimentos agropecuários na vasta região da Amazônia brasileira (mais da metade do território de um país com cerca de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) rotineiramente tem recorrido à escravidão por dívida em algumas de suas atividades (Martins, 1999, p. 2).

Para Martins (1999, p. 6), o processo de reprodução ampliada do capital faz com que “estruturas sociais, econômicas e políticas de um passado que ainda estava muito próximo” apareçam, de forma enganosa, como “meras sobrevivências de modos de produção ainda não completamente destruídos pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Quando, na verdade, estavam se tornando produtos do capital”.

Nessa perspectiva, o capital cria processos de servidão que só podem ser compreendidos na atual forma de exploração, dentro, evidentemente, da historicidade atual, e sem ser colocado como uma cópia ou repetição do passado. Por isso, há um descompasso entre

o progresso técnico e o social nas áreas onde há a presença do cativeiro, uma vez que a realidade econômica da produção e a realidade social se contrapõem, por meio de ritmos e processos diferentes de reprodução capitalista.

O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas [...] A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades e não uniformidades da mesma realidade econômica e social [...] É necessário, portanto, conhecer em que tarefas o trabalho escravo é empregado hoje, para poder, então, compreendê-lo como momento do processo do capital (Martins, 1999, p. 6).

No Brasil, por exemplo, o cerceamento da liberdade se coloca como uma realidade cruel e fruto de transformações políticas, institucionais e econômicas, reafirmando, no atual contexto histórico-territorial do país, que a escravidão não é um resquício de condições de modo de produção arcaicas, mas é uma condição do próprio processo de expansão da acumulação capitalista.

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão (Sakamoto, 2008, p. 112).

Nesse caminho, a escravidão contemporânea não é um desvio qualquer, mas uma forma de sistema que possibilita o processo de ampliação de capital, mesmo utilizando mecanismos que negam a sua essência.

A escravidão contemporânea não é um desvio, portanto, e sim mais uma aparente contradição do capital que utiliza formas que parecem negar a sua própria natureza, ignorando assalariamento e o contrato social estabelecido entre tomadores e vendedores de força de trabalho (Sakamoto, 2008, p. 112).

Assim, a escravidão contemporânea, especificamente, na realidade da Amazônia, pode ser compreendida dentro de um processo histórico-geográfico que abrange as diferentes formas de organização social e política de exploração do trabalho, mas, principalmente, como um processo de superexploração associado à frente de expansão capitalista, por meio da “frente pioneira”.

A rápida expansão da frente pioneira em direção à Amazônia deu-se num contexto bem diverso do das histórias costumeiras em países que servem de modelo ao debate do tema, como os Estados Unidos: ao invés de se constituir numa abertura do território com base nos valores da democracia e da liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política. Sobretudo, num contexto de anticomunismo em que, justamente as classes trabalhadoras, na cidade e no campo, tornavam-se automaticamente suspeitas de subversão da ordem política sempre que reagiam às más condições de vida que o regime lhes impusera (Martins, 1999, p. 4).

Esse modelo de desenvolvimento proposto na região impõe, ainda hoje, etapas de exploração associadas à destruição da floresta, forçando as pessoas a situações de coerção, principalmente, por dívida e de acumulação de riqueza por desapossamento (espoliação):

[...] quando o trabalhador compromete a sua própria sobrevivência, ou de sua família, quando é expropriado da possibilidade de viver, trabalhando mais do que a jornada normal de trabalho, acima do trabalho excedente extorquido sob a máscara do salário e da contratualidade da relação entre patrão e empregado. Isso fica claro quando, ao final de meses de trabalho nada tem a receber; ao contrário, ainda tem que pagar algo a quem o empregou. É, no fundo, procedimento que faz parte do mesmo quadro confiscatório em que o trabalhador se vê privado dos meios de produção que ainda possui, como terra e ferramentas, pois a superexploração introduz em sua vida dificuldades (como doenças e endividamentos, ou mesmo sua morte) que lentamente o incorporarão e/ou sua família ao chamado exército industrial de reserva, a força de trabalho à disposição do capital (Martins, 1999, p. 9).

Nessa perspectiva, a expansão da escravidão contemporânea na Amazônia está associado a vetores de ocupação, a nível global e nacional, por meio da expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, conforme destaca Becker (2005). Oliveira Neto e Théry (2025, p. 170) afirmam que há um processo de expansão, por meio de frentes pioneiras, que conduzem a verdadeiras transformações territoriais na região amazônica.

A Amazônia contemporânea corresponde a um recorte espacial repleto de transformações espaciais articuladas às diferentes frentes pioneiras que apresentam movimentos de expansão com a transformação das florestas em áreas agricultáveis ou de pastagem degradam, frentes em transformação com o deslocamento de capitais transformando a paisagem agrária.

Nesse caminho, para Coy, Klingler e Kohlhepp (2017, on-line), na Amazônia há um processo de mercantilização da Natureza, denominando-a de “fronteira de recursos”. Assim sendo:

[...] os frontiers da Amazônia do séc. XXI estão marcados como frontiers de recursos e mais do que nunca pela mudança dos mecanismos de mercado e pela pressão pela incorporação global e uso de recursos sub-terrestres, da floresta e da terra. Lógicas de expansão econômicas, estatais e privadas transformam constantemente as “relações societais com a natureza” da Amazônia e, devido ao aumento de exposição, suscitam vulnerabilidade social mais alta dos livelihoods rurais.

Tal processo histórico e espacial proporciona etapas contínuas de aniquilação de homens e mulheres, como também, a retirada da Natureza, destruindo o quadro da vegetação do bioma amazônico. Nesse caminho, e de acordo com o Mapa 3, observa-se que o cativeiro se encontra presente em todos os estados da Amazônia Legal, registrando, entre 2003 e 2023, um total de 22.988 trabalhadores/as submetidos/as ao cativeiro e que foram encontrados pela Inspeção do Trabalho.

Na região Norte, os maiores cativeiros registrados estão presentes nos estados do Mato Grosso e Pará, ambos, também, apresentando uma ascendência na concentração por

municípios, tendo como destaque Confresa (MT), com 1348 casos registrados, Ulianópolis, 1304 registros, São Félix do Xingu, 843, Marabá, 654, e Pacajá com 623 no PA. Somados, os estados do PA e MT totalizam 10.534 e 4.499 casos registrados, respectivamente.

Diante desse quadro, e impulsionado por uma lógica de acumulação do capital presente na região em epígrafe, observa-se que há uma crescente negação do homem, mas, também, da Natureza, a partir da constante ampliação do processo de extração de riquezas e, consequentemente, agravamento ambiental.

Nesse sentido, e de acordo com dados do MapBiomas (2025), a Amazônia Legal tem apresentado um aumento nos números de registros de queimadas, principalmente, nas áreas de ascendência de registros de resgates, conforme observado no Mapa 04 e Tabela 01.

A imagem e os dados apresentados evidenciam uma ameaça significativa à população e ao meio ambiente locais, principalmente, pela relação indissociável entre a distribuição espacial dos casos registrados de escravidão e as cicatrizes de queimadas, por município. Constata-se que as localidades com maior expressividade em dados de queimadas estão concentradas nos estados do PA, TO, MA e MT, tendo como expoentes principais as localidades de São Félix do Xingu/PA (7.418.245 marcas de cicatrizes de fogo por hectare e 843 casos de trabalhadores resgatados), Formosa/TO (5.653.423; não apresentou casos), Lagoa da Confusão/TO (5.651.993/43 registros); os municípios de Mirador, Balsas (ambos no MA) e Ribeirão Cascalheira/MT apresentaram valores acima dos 4 milhões e tendo, respectivamente, 35, 58 e 11 casos de cativeiro. No caso dos municípios que apresentaram os maiores números em termos de trabalhadores/as resgatados/as, os dados mostram que Confresa (1348 registros de escravidão), Ulianópolis (1304), Marabá (654) e Pacajá (623) tiveram, respectivamente, 1.023.865, 721.075, 891.996 e 628823 marcas de cicatrizes de fogo por hectare.

Adentrando ainda mais nas características do processo de destruição ambiental na área analisada, foram levantados dados referentes à perda de vegetação primária, os quais foram utilizados para produzir a Tabela 02 e o Mapa 05.

Nota-se que o PA e MT enquadram-se, novamente, entre as unidades federativas com os valores mais expoentes em perda de vegetação primeira, sendo, 10.996.955 e 8.952.391 hectares, respectivamente. Ao mesmo tempo, como mostrado anteriormente, as duas unidades federativas configuram-se com a maior quantidade de casos registrados de trabalhadores/as resgatados/as na delimitação espaço temporal adotada.

Registra-se, ainda, que o estado do Amapá, com 157.753 trabalhadores/as resgatados/as por hectare perdido de vegetação, configurando-se com o maior índice de preservação. Em termos de municípios, os dados mostram que quatro casos se destacam negativamente, quando a questão é a perda de vegetação primária, dois estão localizados no PA e dois no estado do AM. As perdas são 316.479.640ha em Altamira/PA, 246.005.386ha em Barcelos/AM, 225.240.416ha em São Gabriel da Cachoeira/AM e 219.620.003ha em Oriximiná/PA. De forma contraditória, as duas últimas localidades citadas não apresentam registros de trabalhadores/as resgatados/as na delimitação temporal estabelecida na pesquisa.

Ainda, foram identificados na localidade de Altamira, 230 casos de trabalhadores/as resgatados/as, enquanto Barcelos registrou 13 casos. Em ordem dos municípios com maior registro de resgates, observa-se, em ordem crescente, o acúmulo de vegetação primária no lapso dos 20 anos: São Félix do Xingu (141.563.217), Marabá (15.289.947), Pacajá (14.922.593), Confresa (4.520.715) e Ulianópolis (4.136.320), em termos de quantidades de vegetação por hectare.

Por outro lado, é importante salientar que, inversamente, onde há mais registros de escravidão contemporânea, observa-se uma maior presença de vegetação secundária, por municípios, conforme mostra a Tabela 03 e o Mapa 06.

Considerando a Tabela 03, observa-se que o quadro de vegetação secundária (por hectare) apresenta uma leve recuperação da vegetação, observando um processo gradativo de regeneração até o ano de 2022. Porém, no ano seguinte, tem-se uma diminuição destas áreas, sendo um cenário presente nas nove unidades federativas. Cabe destacar, também, que os estados do PA e MT recuperaram mais de 1.800.000ha de sua vegetação, entre 2003 e 2022, e, na mesma proporção, ambos também tiveram a maior perda registrada de área em 2023.

Em termos de escala municipal, é possível observar que no estado do PA ocorre a predominância de áreas com vegetação regenerada, com destaque para as localidades de Paragominas, com 3.057.467ha, Santarém (1.897.558), Monte Alegre (1.776.554) e Itaituba (1.623.087). Em MT, as localidades com maior expoente nos dados de vegetação secundária foram os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade (1.382.742) e Juruena (1.260.290). Tais números mostram que essas localidades apresentaram 483, 37, 28 e 5 registros de cativeiro. As localidades de Itaituba e Juruena não apresentam dados para a variável em perspectiva. Em ordem dos municípios que apresentaram valores elevados para os casos de trabalhadores libertos, pode-se encontrar os dados de vegetação secundária nos seguintes valores: Confresa (336.716), Ulianópolis (1.259.033) São Félix do Xingu (1.338.716), Marabá (1.051.125) e Pacajá (1.216.259).

A Tabela 04 e o Mapa 07 representam a distribuição espacial da atividade de extração da madeira, em metros cúbicos (m³) por município, entre 2003 e 2023, na Amazônia Legal.

Dessa forma, conforme observa-se nos dados acima, os estados que apresentaram valores expoentes da atividade extrativista, em ordem crescente, foram: PA (123.915.230 m³), MT (59.689.699 m³), RO (33.383.440 m³).

No âmbito da análise dos municípios que compõem a área da Amazônia Legal, observa-se que o foco de concentração da atividade extrativista se encontra, principalmente, em Portel/PA, com 17.604.310 de madeira em tora extraída por metros cúbicos; seguido pelas localidades de Porto Velho/RO (10.439.692 m³), Tailândia/PA (9.244.163 m³), Paragominas/PA (7.911.763 m³) e Aripuanã/MT (7.214.589 m³).

Em termos de registros de casos de trabalhadores/as resgatados/as para as localidades que apresentaram os valores mais expoentes da atividade extrativista, observa-se os municípios de Portel (com 17 casos), Porto Velho (159), Tailândia (117), Paragominas (483). Quanto à localidade de Aripuanã, esta não apresentou registros. Salienta-se trazer

os valores da atividade extrativista para os municípios com os maiores índices de resgates, sendo eles: Confresa (50.101), Ulianópolis (2.910.535), São Félix do Xingu (796.715), Marabá (443.600) e Pacajá (809.228).

Paralelamente à atividade de extração da madeira, e associada a esta, realiza-se a da produção de carvão. No âmbito da discussão ora em realização, a Tabela 05 e Mapa 08, representam a atual distribuição espacial da produção de carvão na área em estudo.

Assim, elenca-se enumerar as unidades federativas com os valores mais elevados sendo estes, em ordem, MA (6.439.056), PA (2.547.101) e MT (601.891). Salienta-se a disparidade que ocorre entre os três 3 valores apresentados, com diferenças acima do 1 milhão de um estado para outro, o que mostra uma quebra do padrão que vinha sendo observado nas tabelas anteriores, onde o PA e MT ocupando a primeira e segunda posição na tabela - com exceção da variável de cicatrizes de fogo, em que o MT apresentou o maior valor.

Abarcando a escala municipal, têm-se como destaque três localidades, com valores acima de 600 mil dados de carvão vegetal extraído por tonelada, sendo Paragominas no PA, com (682.750), Grajaú (677.168) e Bom Jardim (635.172) no PA e MA. Ainda, destacam-se as localidades de Barra do Corda/MA (467.084) e Centro Novo do Maranhão/MA (301.725).

Conclusão

Diante do exposto, ressalta-se que o momento atual de formação histórico-territorial do Brasil, tendo a Amazônia Legal como exemplo abordado aqui, mostra a permanente lógica de racionalidade técnico-instrumental capitalista de exploração, espoliação e negação das pessoas e da Natureza.

Nesta perspectiva, demonstrou-se em que medida os exemplos das atividades de extração de madeiras e produção de carvão vegetal, e o próprio desmatamento, associados a formas de relações de trabalho sob os moldes do cativeiro de pessoas, constituem procedimentos que têm reforçado o desrespeito e, mesmo, a destruição da área em epígrafe. Se este processo perdurar, o risco de extermínio da diversidade ambiental, e, por conseguinte, dos próprios seres humanos, tornar-se-á uma condição sem retorno.

É no âmbito desta chamada de atenção, e de modo provocativo, que a construção das tabelas e dos produtos cartográficos, que buscou-se a identificação de uma conexão entre as questões ambientais, a exploração de atividades de cunho extrativistas e a presença da escravidão contemporânea, principalmente, em municípios dos estados do PA e MT, reforçando, evidentemente, o papel da ciência geográfica como capaz de interpretar o acontecer histórico e espacial a partir de uma perspectiva dinâmica, integral e complexa.

Nesta perspectiva, em definitivo, cabe ressaltar que a conexão entre de escravidão contemporânea e o agravamento da crise ambiental na Amazônia Legal se mostra quase que indissociável, o que requer um esforço de investimento e recursos de fiscalização e combate aos males gerados nesse processo, quebrando o círculo vicioso de negação do Outro e da Natureza, renunciando, notadamente, a construção da realidade como objeto de uso e domínio para fins puramente especulativos.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão territorial no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Carta Aberta da Apib na COP 30. Belém, PA: APIB, 2025. Disponível em: https://apiboficial.org/2025/04/30/povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais-se-unem-em-declaracao-politica-rumo-a-cop30/. Acesso em: 10 mar. 2026.

BALES, Kevin. O impacto da escravidão nas mudanças climáticas. In: SAKAMOTO, Leonardo (org.). Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020.

BALES, Kevin; SOVACOOL, Benjamin K. From forests to factories: How modern slavery deepens the crisis of climate change. Energy Research & Social Science, [S. l.], v. 77, p. 102096, jul. 2021. Disponível em: doi.org. Acesso em: 10 mar. 2026.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005. Disponível em: SciELO. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 30ª Conferência das Partes (COP30). Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cop30-em-belem-pa. Acesso em: 10 mar. 2026.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Do (des) respeito à complexidade ambiental no processo de formação do território brasileiro. In: GALVÍNCIO, J. D.; OLIVEIRA, V. S. de; SOUZA, W. M. de. (org.). Mudança climática, sociedade, cidade e meio ambiente. Recife: Editora UFPE, 2017. p. 131-155.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Territórios violados, resistências e massacres de povos e comunidades tradicionais no Brasil. Geografares, Vitória, n. 30, p. 11-28, jun. 2020. Disponível em: periodicos.ufes.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

COY, Martin; KLINGLER, Michael; KOHLHEPP, Gerd. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e

sócio-ecológico. Confins [Online], n. 30, 2017. DOI: doi.org. Disponível em: journals.openedition.org. Acesso em: 10 mar. 2024.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MACHADO, Lia Osório. O. A fronteira jurídica: uma introdução. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV. AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia; São Paulo: CPT; Loyola, 1999.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 1-25, 1994. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

MORAIS, Hugo Arruda de; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Uso neoliberal do território e condenados/as da terra na metrópole do Recife. GEOTemas, Pau dos Ferros, v. 14, p. e02414, 2024. Disponível em: periodicos.uern.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. In: CANUTO, Antônio et al. (org.). Conflitos no campo Brasil 2007. Goiânia: CPT Nacional, 2008. p. 111.

THÉRY, Hervé; OLIVEIRA NETO, Tiago de. Dinâmicas territoriais na Amazônia: frentes, eixos e cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; AMARAL, Márcio Douglas Brito (org.). Amazônias: o urbano, o metropolitano e o agrário. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

Anexos



Mapa 01 – Unidades Federativas que formam a Amazônia Legal brasileira



Mapa 02 - Biomas da Amazônia Legal brasileira



Mapa 03 - Amazônia Legal: Trabalhadores/as resgatados/as (2003-2023)



Mapa 04 - Amazônia Legal: marcas de cicatrizes de fogo na Amazônia Legal e número de trabalhadores/as resgatados/as (2003-2023)



Tabela 01 - Amazônia Legal: Número de cicatrizes de fogo e trabalhadores resgatados por Estado (2003-2023)



Tabela 02 - Amazônia Legal: número da perda da vegetação primária e trabalhadores/as resgatados/as por Estado (2003-2023)



Mapa 05 - Amazônia Legal: Perda de vegetação primária na Amazônia Legal e número de trabalhadores/as resgatados/as (2003-2023)



Tabela 03 - Amazônia Legal: Número da perda da vegetação secundária e trabalhadores/as resgatados/as por Estado (2003-2023)



Mapa 06 - Amazônia Legal: Perda de vegetação secundária na Amazônia Legal (2003-2023) e número de trabalhadores/as resgatados/as (2003-2023)



Tabela 04 - Amazônia Legal: extração de madeira e número de trabalhadores/as resgatados/as por Estado (2003-2023)



Mapa 07 - Amazônia Legal: Extração de madeira na Amazônia Legal (2003-2023) e número de trabalhadores/as resgatados/as (2003-2023)



Tabela 05 - Amazônia Legal: Número da Extração de carvão vegetal e número de trabalhadores/as resgatados/as por Estado (2003-2023)



Mapa 08 - Amazônia Legal: extração de carvão vegetal na Amazônia Legal e número de trabalhadores/as resgatados/as (2003-2023)

CÓDIGO: HS0686

AUTOR: LOUYSE NATIVIDADE GALVAO DOS SANTOS

ORIENTADOR: JANAINA WEISSHEIMER

TÍTULO: Os Efeitos da Escolarização Bilíngue no desenvolvimento da produção oral em duas línguas: uma análise de narrativas infantis por meio de Grafos

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar como a conectividade da fala na oralidade em L1 (português) e L2 (inglês) se modifica entre o 1º e o 5º ano do Ensino Fundamental, ampliando as discussões de Costa et al. (2023) ao investigar a conectividade da fala em diferentes etapas da escolarização bilíngue. Participaram da pesquisa 75 crianças de uma escola bilíngue de Natal, sendo 42 estudantes do Year 1 e 33 do Year 5. Os dados foram coletados por meio da plataforma Mobile Brain, que registrou as narrativas orais produzidas espontaneamente nas duas línguas e as converteu em grafos. Foram analisados os atributos de número de Nós, relacionado à quantidade de palavras distintas produzidas no discurso, e de conectividade longa (LSC), correspondente ao maior conjunto de elementos da produção oral que se encontra fortemente conectado. Os resultados demonstraram maior número de Nós na L1 em comparação à L2 nos dois anos escolares, além de aumento dessa medida do 1º para o 5º ano em ambas as línguas. Em relação ao LSC, também houve aumento dos valores entre os anos escolares nas duas línguas, mostrando um aumento da conectividade de fala do 1° para o 5° ano. Os resultados confirmam a hipótese do estudo, evidenciando mudanças na conectividade da fala e na diversidade lexical ao longo da escolarização bilíngue.

Palavras-chave: Bilinguismo. Biliteracia. Conectividade da fala. Análise de grafos.

TITLE: The effects of Bilingual Schooling on the Development of Oral Production in Two Languages: A Graph Analysis of Children's Narratives

Abstract

The present study aims to analyze how speech connectedness in L1 (Portuguese) and L2 (English) oral production changes between the 1st and 5th years of elementary education, expanding upon the discussions of Costa et al. (2023) by investigating speech connectedness at different stages of bilingual schooling. The study involved 75 children from a bilingual school in Natal: 42 Year 1 students and 33 Year 5 students. Data were collected using the Mobile Brain platform, which recorded spontaneous oral narratives in both languages and converted them into graphs. The analysis focused on two attributes: the number of Nodes, related to the quantity of distinct words produced in the discourse, and Long-Range Connectivity (LSC), corresponding to the largest set of strongly connected elements within the oral production. The results showed a higher number of Nodes in L1 compared to L2 across both grade levels, as well as an increase in this measure from Year 1 to Year 5 in both languages. Regarding LSC, values also increased between grade levels in both languages, indicating an increase in speech connectivity from Year 1 to Year 5. The results confirm the study's hypothesis, demonstrating changes in speech connectivity and lexical diversity throughout bilingual schooling.

Keywords: Bilingualism. Biliteracy. Speech Connectedness. Graph analysis.

Introdução

Nas últimas décadas, a aprendizagem de uma segunda língua (L2) vem ganhando cada vez mais importância em um contexto de globalização (Crystal, 2003). Nesse cenário, o ensino de inglês desde a infância passou a ocupar um espaço maior nos currículos das instituições educacionais brasileiras. Resende (2023) estima que cerca de 1,2 mil instituições já oferecem algum tipo de programa bilíngue, contribuindo para o crescimento da alfabetização bilíngue no país.

Em instituições bilíngues que usam metodologias de imersão parcial e alfabetização simultânea, como o modelo CLIL (Content and Language Integrated Learning), a criança tem contato com a língua materna (L1) e a língua adicional (L2) desde o início da escolarização. Diante disso, torna-se importante compreender de que maneira a oralidade se desenvolve em ambas as línguas. Pesquisas apontam que a aprendizagem de uma segunda língua pode beneficiar o desempenho geral do indivíduo bilíngue (Escamilla et al., 2014). Além disso, segundo a Hipótese da Interdependência (Cummins, 1981, 2017), conteúdos e habilidades desenvolvidos em uma língua podem ser transferidos para a outra. Assim, também é necessário compreender, de forma mais aprofundada e considerando cada contexto escolar, como habilidades específicas (reading, writing, listening, speaking) se organizam ao longo dos diferentes estágios de desenvolvimento.

Por ser fundamental para a comunicação oral, a fala também precisa ser observada dentro do contexto bilíngue, buscando entender como os alunos se expressam e de que forma a L1 e a L2 se relacionam durante esse processo. Nesse sentido, Costa et al. (2023) investigaram a conectividade da fala em crianças bilíngues e encontraram uma correlação positiva entre essa conectividade e o desempenho em leitura nas duas línguas. Os resultados indicam que, apesar de apresentarem trajetórias próprias, as duas línguas permanecem relacionadas durante o desenvolvimento. O estudo também mostra que a biliteracia simultânea não representa um prejuízo ao desenvolvimento linguístico, mas pode estabelecer uma relação bidirecional na qual as duas línguas se apoiam, conforme discutido por Cummins (2017).

No ambiente acadêmico, a conectividade em contextos bilíngues vem sendo investigada por meio da combinação entre dados empíricos e ferramentas de análise computacional, como a análise de grafos. Essas ferramentas têm sido utilizadas em estudos recentes para compreender diferentes aspectos da organização da fala.

O termo "conectividade de fala", apesar de ser um termo originalmente matemático, pode ser comparado ao conceito de "coesão textual" na Psicolinguística (Costa et. al., 2023). Neste contexto, a conectividade de fala é entendida como uma medida da coerência do discurso. Essa medida é feita por meio da Análise de Grafos, observando-se a adjacência entre itens lexicais, ou seja, como as palavras aparecem conectadas em sequência e se relacionam, medindo o quanto os elementos da fala estão conectados, o que indica se a produção oral é bem estruturada e compreensível.

Botezatu et al. (2022) mostram que o desenvolvimento da fala está relacionado à experiência do indivíduo com a linguagem e ocorre gradualmente tanto na L1 quanto na L2. A conectividade presente em narrativas espontâneas permite observar mudanças nessa organização ao longo do desenvolvimento e, por isso, pode ser considerada um indicador da aquisição linguística. As autoras também relacionam níveis menores de conectividade na L2 aos estágios iniciais de aprendizagem, possivelmente devido a dificuldades relacionadas ao vocabulário e ao acesso lexical. Dessa forma, a aferição computacional da conectividade de fala, através da análise de grafos, oferece uma maneira mais objetiva de investigar o desenvolvimento da oralidade.

Metodologia

PERGUNTA DE PESQUISA: A conectividade da fala na oralidade em L1 e L2 se modifica entre o 1º e o 5º ano do Ensino Fundamental em um contexto de escolarização bilíngue?

HIPÓTESE: Esperamos encontrar evidências de que a conectividade da fala na oralidade em L1 e L2 se desenvolve ao longo da escolarização bilíngue, com diferentes padrões de conectividade entre as línguas, a partir das medidas de número de Nós (palavras inéditas no discurso) e conectividade longa (LSC).

OBJETIVO: Analisar como a conectividade da fala na oralidade em L1 e L2 se modifica entre o 1º e o 5º ano do Ensino Fundamental, considerando as medidas de número de Nós e LSC.

Esta pesquisa é de natureza quantitativa, pois se apoia na coleta e na análise de dados quantitativos obtidos por meio da plataforma Mobile Brain, disponível em: <https://www.mobilebrain.com.br>. De acordo com Gil (2022), uma pesquisa quantitativa utiliza instrumentos estatísticos na coleta e na análise de dados, assim como será feito na pesquisa.

Participantes

A pesquisa contou com o total de 75 crianças elegíveis de duas turmas diferentes, sendo esses 42 alunos de anos iniciais (Year 1 - alfabetização) e 33 alunos de anos finais do Ensino Fundamental (Year 5 - último estágio do fundamental I) com idade de 6 e 10 anos. A pesquisa contou também com 19 crianças inelegíveis, sendo 13 dos anos iniciais e 6 dos anos finais. A inelegibilidade ocorreu tanto pela opção de algumas crianças em não participar da pesquisa quanto pelo fato de algumas serem não verbais (Informações representadas no quadro 1).

Instrumentos e Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Para a realização da etapa de coleta de dados da pesquisa, o proponente solicitou que os responsáveis pelos estudantes assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a participação de seus filhos na pesquisa. Esse termo foi enviado às famílias por meio da agenda eletrônica da escola, junto com todas as informações sobre o estudo e a possibilidade de aceitação ou não da participação. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Após a autorização dos pais ou responsáveis, o projeto foi apresentado às crianças e, em seguida, foram iniciados os procedimentos para a coleta de dados.

Nessa ocasião, as responsáveis pela pesquisa fizeram a leitura do documento com os alunos, explicando cada parte, esclarecendo eventuais dúvidas e orientando-os sobre os procedimentos da pesquisa. Os estudantes foram informados de que a assinatura do termo era voluntária. Todos os responsáveis legais assinaram o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), e as crianças participaram voluntariamente e puderam se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Como instrumento de coleta e análise, foi utilizada a plataforma Mobile Brain, uma ferramenta que registra produções orais e realiza a análise de grafos por meio de números. A plataforma gravou as narrativas produzidas pelos participantes e, posteriormente, converteu automaticamente essas produções em grafos, possibilitando o cálculo das medidas de conectividade da fala utilizadas nesta pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio do registro em áudio das produções orais dos participantes nas duas línguas (L1 - português e L2 - inglês). Os participantes foram convidados individualmente a ir para uma sala com uma das pesquisadoras e produzir histórias/narrativas espontâneas a partir de três imagens apresentadas na plataforma digital Mobile Brain. As imagens serviram como estímulo para a elaboração das histórias, sem imposição de roteiro ou limite de criatividade, possuindo três temas neutros, sendo estes doces, bebês e cachorros. Permitindo assim, que cada participante organizasse seu discurso de forma livre e espontânea.

A ordem de realização das tarefas foi definida de forma aleatória. Dessa forma, parte dos participantes realizou inicialmente a narrativa em português e, no segundo dia, em inglês, enquanto os demais seguiram a ordem inversa. Esse procedimento de randomização teve como objetivo reduzir efeitos de ordem e previsibilidade, aumentando a confiabilidade dos dados obtidos.

As gravações das produções orais convertidas em dados pela plataforma (Figuras 1-5) permitiram a comparação entre produções em L1 e L2 e entre os dois grupos escolares para a análise das medidas de conectividade da fala.

Resultados e Discussões

Esta seção apresenta as análises dos dados coletados através da plataforma Mobile Brain, estas análises consideraram os atributos de Nós (palavras inéditas no discurso) e LSC (Largest Strongly Connected Component), que corresponde ao maior conjunto de elementos da produção que se encontra fortemente conectado, isto é, os pares de nós estão não apenas conectados por algum caminho possível como também por um caminho de ida e volta. Isso permite observar como as relações entre diferentes palavras são organizadas e mantidas ao longo da produção oral buscando observar diferenças na organização da fala em L1 e L2 nos alunos do 1º e do 5º ano. Os boxplots apresentados nos Gráficos 1 e 2 permitem visualizar a distribuição dos valores obtidos para cada medida.

Os dados apresentados no Gráfico 1 permitem observar a distribuição dos valores de Nós entre a L1 e a L2 nos dois anos escolares. No 1º ano, observa-se uma concentração de valores mais altos na L1 em comparação à L2 (M=22,07 na L1 e M=20,50 na L2), indicando uma maior quantidade de palavras distintas nas produções em L1. Esse padrão também é observado no 5º ano, em que os valores de L1 (M=23,27) permanecem superiores aos de L2 (M=23,25). Esse

resultado indica que as produções em L1 apresentaram uma maior quantidade de palavras inéditas em relação às produções em L2. Isto se justifica por as crianças conviverem em um ambiente exclusivamente monolíngue quando não estão na escola. Ainda, se compararmos os dois anos escolares analisados, observa-se um resultado crescente no número de Nós na L1 e na L2, mostrando um efeito positivo da escolarização bilíngue.

O Gráfico 2 mostra os valores de LSC na L1 (português) e na L2 (inglês) do 1º e do 5º ano do Ensino Fundamental 1. É possível observar que, nos dois anos, os valores de LSC, atributo que indica forte conectividade longa, são mais elevados na L1, do que na L2 (M=15,51 no 1º ano e M=16,51 no 5º ano), o que confirma nossa hipótese de que os participantes teriam números mais elevados de conectividade de fala em sua língua materna. Observa-se também que a conectividade longa (LSC) é maior no 5° ano (M=17,16 na L1 e M=16,51 na L2) em comparação ao 1° ano (M=16,25 na L1 e M=15,51 na L2), nas duas línguas, confirmando nossa hipótese sobre o desenvolvimento desse construto ao longo da escolarização bilíngue.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa permitiram analisar a organização das produções orais em português (L1) e inglês (L2) de estudantes do 1º e do 5º ano do Ensino Fundamental I, a partir dos atributos de Nós (palavras inéditas no discurso) e LSC (componente mais fortemente conectado).

Em relação ao número de Nós, observou-se uma maior quantidade de palavras distintas nas produções em L1 em comparação à L2, tanto no 1º quanto no 5º ano. Também foi observado um aumento no número de Nós entre os dois anos escolares, tanto em L1 quanto em L2.

Quanto ao LSC, também observou-se um desenvolvimento nesse atributo de conectividade de fala do 1º para o 5º ano em ambas as línguas. Esse resultado indica uma mudança na conectividade de longo alcance entre os anos escolares.

Dessa forma, os resultados respondem à pergunta de pesquisa ao mostrarem que a conectividade da fala apresentou mudanças entre o 1º e o 5º ano, tanto em L1 quanto em L2. Essas mudanças foram observadas de formas diferentes

nas duas medidas analisadas. Tanto o número de Nós quanto a conectividade longa (LSC) apresentaram aumento do 1º para o 5º ano.

Esses resultados contribuem para a compreensão da organização da fala em um contexto de escolarização bilíngue, especialmente ao considerar as mudanças observadas entre diferentes etapas da escolarização. Propõe-se que investigações futuras avaliem se o aumento do número de Nós atua apenas como uma métrica quantitativa de expansão lexical ou se reflete um ganho qualitativo na organização discursiva que modula diretamente o LSC. Mapear a complexidade dos novos Nós ajudará a entender como o refinamento do vocabulário reorganiza a rede da fala entre 1º ao 5º ano na L1 e L2.

Referências

BIALYSTOK, Ellen. Language acquisition and bilingualism: Consequences for a multilingual society. Applied Psycholinguistics, v. 28, n. 3, p. 393–409, 2007.

BOTEZATU, Mona R.; WEISSHEIMER, Janaina; RIBEIRO, Marina; GUO, Taomei; FINGER, Ingrid; MOTA, Natália Bezerra. Graph structure analysis of speech production among second language learners of Spanish and Chinese. Frontiers in Psychology, v. 13, art. 949633, p. 1–13, 2022.

BRENTANO, Luciana; FINGER, Ingrid. Biliteracia e Educação Bilingue: Contribuições das Neurociências e da Psicolinguística para a compreensão do desenvolvimento da leitura e escrita em crianças bilíngues. Revista Letrônica, Porto Alegre, v. 13, n. 4, e37528, 2020. Disponível em:https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.4.37528. Acesso em: 10 abr. 2026.

COSTA, Ana Clara; CURY, Larissa; FINGER, Ingrid; MOTA, Natália Bezerra; WEISSHEIMER, Janaina. Two Languages in One Mind: Biliteracy, Speech Connectedness and Reading in 5th Grade Bilingual Children. Ilha do Desterro, Florianópolis, v. 76, n. 3, p. 93–115, 2023.

CRYSTAL, David. English as a global language. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CUMMINS, Jim. The role of primary language development in promoting educational success for language minority students. In: CALIFORNIA STATE DEPARTMENT OF EDUCATION (ed.). Schooling and language minority students: a theoretical framework. Los Angeles: Evaluation, Dissemination and Assessment Center, California State University, 1981. p. 3–49.

CUMMINS, Jim. Teaching for transfer in multilingual school contexts. In: GARCÍA, Ofelia; LIN, Angel M. Y.; MAY, Stephen (eds.). Bilingual and multilingual education. 3. ed. Cham: Springer, 2017. p. 103–116.

ESCAMILLA, Kathy; HOPEWELL, Susan; BUTVILOFSKY, Sandra; SPARROW, Wendy; SOLTERO-GONZÁLEZ, Lucinda; RUIZ-MARTÍNEZ, Manuel; SÁENZ, Olivia. Alfabetização desde o início: alfabetização ao quadrado em ação. Philadelphia: Caslon Publishing, 2014.

GARCÍA, Ofelia. Bilingual education in the 21st century: a global perspective. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LEMKE, Cristiane Ely; WEISSHEIMER, Janaína; MOTA, Natália Bezerra; BRENTANO, Luciana de Souza; FINGER, Ingrid. The Effects of Early Biliteracy on Thought Organisation and Syntactic Complexity in Written Production by 11-Year-Old Children. Language Teaching Research Quarterly, v. 26, p. 1–17, 2021.

MOBILE BRAIN. Mobile Brain: transformando linguagem em tecnologia. [S. l.]: Mobile Brain, 2026. Disponível em:https://www.mobilebrain.com.br/. Acesso em: 10 abr. 2026.

RESENDE, Brenda Gonçalves de. Mapeamento de escolas públicas bilíngues no Brasil: potencialidades e limites de uma nova tecnologia social. 2023. 150 f. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

Anexos



Quadro 1



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Gráfico 1



Gráfico 2

CÓDIGO: HS0696

AUTOR: LUISA XABREGAS FERREIRA FERNANDES COSTA

ORIENTADOR: LUCAS TRINDADE DA SILVA

TÍTULO: A construção da tríade sociológica clássica na periferia e no centro: Florestan Fernandes e Anthony Giddens

Resumo

Este trabalho analisa a construção da tríade sociológica clássica (Marx, Weber e Durkheim) nas obras de Florestan Fernandes e Anthony Giddens. Investiga-se o pioneirismo cronológico de Fernandes frente a Giddens na consolidação desse cânone, denunciando a divisão internacional do trabalho intelectual que historicamente rebaixa a produção do Sul global à condição de mero pensamento local e contingente. Sustenta-se que o suposto atraso da periferia é, na verdade, um adiantamento teórico forjado pela urgência de compreender as contradições atípicas do capitalismo dependente. O estudo mapeia semelhanças de agenda entre as duas sínteses. Contudo, desvelam-se diferenças cruciais: enquanto Giddens executa uma exegese histórica substantiva da modernidade industrial da perspectiva do Norte Global, Fernandes opera uma articulação metodológica da investigação. Nessa síntese periférica, Marx funciona como operador dialético englobante da totalidade histórica e não apenas como pivô comparativo. Por fim, destaca-se o engajamento dialógico de Florestan, que eleva os sujeitos subalternos à condição de agentes ativos da produção de conhecimento. Conclui-se que a periferia atua como mirante epistemológico capaz de provincializar o centro e formular diagnósticos de época globais.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Anthony Giddens; Síntese teórica.

TITLE: The Construction of the Classical Sociological Triad in the Periphery and the Center: Florestan Fernandes and Anthony Giddens.

Abstract

This study analyzes the construction of the classical sociological triad (Marx, Weber, and Durkheim) in the works of Florestan Fernandes and Anthony Giddens. It investigates Fernandes's chronological precedence over Giddens in consolidating this canon, challenging the international division of intellectual labor that historically relegates Global South scholarship to the status of mere local, contingent thought. It argues that the periphery's alleged backwardness is, in fact,

a theoretical advancement forged by the urgent need to understand the atypical contradictions of dependent capitalism. The study maps agenda similarities between the two syntheses; however, it reveals crucial differences: while Giddens conducts a substantive historical exegesis of industrial modernity from a Global North perspective, Fernandes engages in a methodological articulation of inquiry. In this peripheral synthesis, Marx functions as a dialectical operator encompassing the historical totality, rather than merely serving as a comparative pivot. Finally, the study highlights Florestan's dialogical engagement, which elevates subaltern subjects to the status of active agents in knowledge production. It concludes that the periphery serves as an epistemological vantage point capable of provincializing the center and formulating global diagnoses of the era.

Keywords: Florestan Fernandes; Anthony Giddens; Theoretical synthesis.

Introdução

A consolidação dos programas de teoria social em todo mundo é marcada por uma profunda assimetria geopolítica. Historicamente, consagrou-se uma divisão internacional do trabalho intelectual que rebaixa o Sul global. Sob essa ótica, os países do centro hegemônico seriam os únicos produtores de ciência, filosofia e teoria de alcance universal, enquanto às nações periféricas restaria apenas o papel de fornecer dados empíricos ou formular pensamentos locais, contingentes, voltados à resolução de problemas práticos e imediatos. Essa hierarquização epistêmica eclipsa o potencial analítico de intérpretes que, a partir da periferia, formularam esquemas explicativos de altíssima abstração e relevância universal. O caso da recepção e consolidação da chamada tríade sociológica clássica, composta por Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, ilustra com perfeição essa dinâmica de apagamento

A história oficial da sociologia atribui ao sociólogo britânico Anthony Giddens, com a publicação do seu aclamado livro *Capitalismo e Moderna Teoria Social* em 1971, o pioneirismo na fixação desse cânone clássico incontornável. Ocorre, todavia, uma impressionante ironia cronológica: quase duas décadas antes, a partir de 1953, Florestan Fernandes já havia estruturado e lecionado de forma sistemática a articulação desses mesmos três autores na cadeira de sociologia I da Universidade de São Paulo. Os ensaios reunidos em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1959), escritos entre 1953 e 1957, registram esse esforço pioneiro de metateorização, revelando que o Sul global não apenas antecipou a fixação da tríade, mas o fez com uma particular sofisticação lógica.

Diante desse cenário, este trabalho de Iniciação Científica propõe-se a resgatar o estatuto de "teoria social global" da obra de Florestan Fernandes, promovendo um cotejo exegético profundo entre sua síntese da tríade sociológica clássica e a de Anthony Giddens. Afasta-se, assim, a leitura redutora que confia Fernandes ao rótulo de mero comentador do "pensamento social basileiro", demonstrando que a sua obra possui o rigor, a abstração e a vigência necessários para dialogar em pé de igualdade com qualquer teoria produzida no Norte global. A pesquisa investiga como ambos os autores responderam, a partir de seus respectivos

lugares de enunciação, aos três dilemas basilares que fundam a sociedade: como a ordem social é possível? O que define a agência humana? De que maneira se processa a mudança social?

A originalidade de Florestan Fernandes repousa no fato de que ele utilizou a integração dos clássicos para decifrar a especificidade histórica e estrutural de sociedades que sofreram as injunções do passado colonial e da dependência, operando a partir da "periferia como método" (Bastos, 2002). Enquanto Giddens trabalha em um modelo de transição pura baseado na estabilidade e na diferenciação das estruturas do Ocidente moderno, Fernandes desvela uma "modernidade de amálgama", na qual o moderno e o arcaico não se excluem, mas se fundem e se reproduzem de forma complementar para sustentar o capitalismo dependente.

Além disso, a introdução deste projeto delimita o alcance contemporâneo da teoria de Florestan através de seu diagnóstico de época tardio: a tese de generalização das formas autocráticas de exercício do poder. Fernandes percebeu de forma pioneira que os sintomas da autocracia burguesa e da violência estrutural, antes caracterizados como exclusividades da periferia, começaram a eclodir também no centro hegemônico do sistema capitalista global, antecipando a precarização do trabalho e o desmonte democratico contemporâneo.

Metodologia

A estratégia de trabalho adotada nesta pesquisa segue o caminho planejado no projeto de pesquisa maior intitulado "*Síntese teórica ao Sul: teoria social, teoria sociológica e a articulação de modelos explicativos em Florestan Fernandes"*, sob a coordenação e orientação do professor Lucas Trindade. O estudo em questão é puramente teórico e bibliográfico, baseado na análise atenta de livros e artigos da sociologia moderna. Para explicar esse formato de pesquisa, adotamos a perspectiva da "prática teórica", uma ideia que vem das propostas do filósofo Louis Althusser. Isso significa que esse trabalho atua de forma direta no exame de ideais que já foram escritas, transformando conceitos antigos em novas maneiras de compreender o mundo atual. Esse processo de investigação teórica ocorre em três instâncias que se conectam. Primeiro, a matéria prima, que é o conjunto de textos e livros de Florestan, publicados de 1953 a 1975, além do livro *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, escrito por Anthony Giddens em 1971. Segundo, utilizamos as ferramentas e propostas da sociologia de hoje para reler esses livros, buscando entender como as ideias dos grandes autores do passado circulam pelo mundo. Terceiro, o objetivo final é mostrar que Fernandes construiu, a partir da nossa realidade, uma teoria crítica relevante e de amplo alcance, que explica não somente a realidade periférica como o funcionamento do capitalismo em escala global.

Para realizar a pesquisa teórica, o trabalho foi dividido em duas frentes de análise. Primeiro, houve a familiarização com as obras de Florestan Fernandes,

constituído em um estudo histórico interno de suas obras com uma abordagem diacrônica e imanente. Dessa forma, foi mapeado como o pensamento do sociólogo evoluiu ao longo do tempo, como a síntese da tríade clássica foi pensada e qual foi seu objetivo. Foi observado a coerência dentro da própria obra, observando a maneira que ele constrói seus argumentos, como ele organiza Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, de um modo que eles não se excluem, mas articulam-se durante a construção da tríade clássica, completando-se de forma heuristicamente produtiva. Por fim, após a releitura de das obras de Florestan Fernandes, colocamos o intelectual em diálogo com discussões recentes do campo da teoria social. A intenção foi tirar Florestan de um isolamento nacional, provando que ele não é apenas um autor que fala sobre o Brasil, mas um contemporâneo com ideias que ajudam a entender o mundo de forma ampla. Logo, foi feito um cotejo entre as sínteses de Florestan Fernandes e Anthony Giddens, colocando em destaque suas similaridades como também suas diferenças.

Resultados e Discussões

Em um primeiro momento, a discussão principal girou em torno dos artigos *A teoria social crítica de Florestan Fernandes* (Trindade, 2026a), *Síntese Teórica ao Sul: a Articulação de Modelos Explicativos em Florestan Fernandes* (Trindade, 2026b) e *Fios Clássicos na Composição de A Revolução Burguesa no Brasil* (Trindade, 2026c) para conhecer a teoria da síntese da tríade clássica de Florestan Fernandes, assim como outras obras de seu acervo intelectual. Dessa forma, foi importante colocar em destaque o protagonismo de Florestan nos anos 50 para discorrer sobre a razão pela qual chegamos a conclusão de que o mesmo deveria ser estudado a nível de "teoria" e não apenas como uma ideia delimitada ao Sul do mundo.

Por mais que sínteses teóricas sempre existiram, eram casos isolados e não foram bem aceitas por parte dos defensores das teorias pré existentes. Isso mudou a partir dos anos 1980 e 1990, quando articular teorias não era mais um esforço isolado e passou a ser uma "tendência geral". Os sociólogos não estão mais preocupados em criar uma teoria única que explique tudo. Fica claro, assim, a precocidade de Florestan Fernandes, já que ele pensou uma síntese completa em 1950. Desse modo, é incontestável que Fernandes foi uma das ilhas de síntese que existiram antes do ambiente favorável para tal tipo de teoria, mas, por mais que ele tenha sido um dos pioneiros da síntese teórica no sul, seria impossível e errôneo afirmar que seu acervo científico é imaturo ou incompleto, já que é possível detectar em sua produção intelectual, segundo o professor Lucas Trindade (2026b, p. 4) em seu artigo, quatro momentos de síntese:

a) a síntese criativa no interior do método de interpretação funcionalista, com a intenção de aprimorar a sua capacidade para lidar com a mudança social, em diálogo com Émile Durkheim, Radcliffe Brown, Marcel Mauss, Robert Merton, entre outros; b) em interlocução crítica com Ferdinand Tönnies e Karl Mannheim, a subdivisão e articulação dos seis campos da atividade sociológica - "Sociologia

Sistemática, Sociologia Descritiva, Sociologia Comparada, Sociologia Diferencial, Sociologia Aplicada e Sociologia Geral ou Teórica" (Fernandes, 1976 a: 23); c) a articulação do processo de observação e do processo de interpretação, a sociologia americana e a sociologia europeia, a pesquisa empírica e a construção de tipos; d) por fim, a síntese das perspectivas da tríade sociológica clássica (dialética, funcionalismo e 'compreensão).

Ao longo das reuniões que tivemos para discutir a pesquisa, nosso foco foi o último tipo de síntese citada.

A discussão sobre "Florestan como teoria" foi ponderada a partir do que foi discutido acima. Pensar o sociólogo como "pensamento social brasileiro" limita o potencial explicativo vasto de uma obra que possui rigor, abstração e atualidade, e que pode sim dialogar e ser igualada a qualquer teoria no campo da sociologia produzida no norte global. No decorrer dos estudos sobre o autor, ficou evidente três pontos chave para questionar a divisão internacional do trabalho intelectual e demonstrar um trabalho social teórico de alto nível em Fernandes.

Em primeiro lugar, como já discutido antes, a precocidade de Florestan Fernandes revela um grande preparo acadêmico, integrando de forma inovadora, desde a década de 1950, os métodos e conceitos de Weber, Durkheim e Marx para explicar o capitalismo dependente e suas anomalias. Em segundo lugar, em vez de focar em casos isolados, ele reformulou sofisticadamente teorias clássicas para analisar a realidade de países que foram colonizados, onde o capitalismo se desenvolveu de forma atípica se comparados com os países europeus. Ele oferece respostas próprias às três grandes questões da teoria social: como a ordem social é possível? O que é ação social? Como ocorre a mudança social? Ele realizou a atualização a partir de uma posição epistêmica particular: a "periferia como método" (Bastos, 2002). Por fim, em terceiro lugar, Florestan elaborou diagnósticos de época de relevância global, e a força disso reside na capacidade que o sociólogo teve de construir uma profunda reflexão baseada na sua própria vivência, no seu presente histórico.

Tal diagnóstico é o motivo principal em razão do qual Fernandes deveria estar ao lado dos autores considerados "clássicos obrigatórios", pois, diferente do que se achava, as patologias sociais do subdesenvolvimento não são exclusivas da periferia. Florestan começa a apontar que os sintomas da autocracia burguesa estavam começando a eclodir também no centro do capitalismo mundial. Quando os países desenvolvidos notaram tais aspectos e a importância de estudá-los, Florestan já tinha analisado várias vezes, de várias perspectivas, trazendo a síntese dos clássicos para o protagonismo em suas obras, pois o problema de crise do Estado de bem-estar social, precarização do trabalho e corrosão do Estado democratico já era presente na realidade de Florestan e de boa parte dos brasileiros já nos anos 50, quando Florestan começa a trabalhar em seu acervo intelectual. Sua antecipação vai muito além da construção da síntese da tríade clássica, o caráter das pesquisas de Florestan Fernandes sempre foi historicamente adiantado. Enquanto nos Estados Unidos, o centro do capitalismo, estava passando ainda pela segregação social legal nos anos 1960, por exemplo, Fernandes, nos anos 50, já estudava as relações raciais no Brasil

a partir do Projeto Unesco, pesquisa que depois tomou formato dos livros *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, escrito com Bastide e publicado em 1955, e *A Integraçao do Negro na Sociedade*, de 1964. Tal fato é uma amostra de como Fernandes já estava preocupado com questões sociais muito antes dos países do Centro e do Norte do mundo, pois, nessa conjuntura, Florestan estudava a população negra como membro ativo de uma sociedade e não apenas "objeto de estudo" passivo como a sociologia da época propunha. Florestan também desmistifica a ideia de que o capitalismo e a democracia liberal andam sempre juntas. Ele observa que diante de crises e contestações sociais, as burguesias, sejam elas na periferia do capitalismo ou não, compartilham o interesse de manter o sistema social e econômico a qualquer custo. Isso revela a propensão a aceitar ditaduras de classe e ações altamente reacionárias para garantir sua dominação. Dessa forma, Florestan não apenas traduz impasses históricos da sociedade brasileira, mas oferece ferramentas analíticas e métodos muito mais amplos e sofisticados para compreender relações políticas e sociais a nível global.

Depois de estudar sobre Florestan Fernandes e estabelecer a sua importância intelectual, buscamos cotejar a sistematização da tríade sociológica clássica (Marx, Durkheim e Weber) em Fernandes e Anthony Giddens. Para isso, foi feita a leitura do livro *Capitalismo Moderno e Teoria Social*, de Giddens. Aqui pretendo demonstrar que, mesmo compartilhando de um mesmo objeto de estudo e produzindo algo relativamente parecido, Florestan Fernandes e Anthony Giddens operaram de coordenadas geopolíticas e lógicas diferentes, com objetivos diferentes. Nesse sentido, mobiliza-se também o propósito de deixar evidente a liderança de Florestan no trabalho da tríade.

A geopolítica do conhecimento

Os primeiros ensaios de Fernandes escritos entre 1953 e 1957, publicados em 1959, já apresentavam a integração da tríade de forma clara e madura. Ele estruturou a base teórica e metodológica para lecionar esse tópico na USP. Sendo assim, a dúvida do porquê Giddens recebe o crédito internacional pelo feito da tríade surgiu. A comparação entre o trabalho de Giddens e Fernandes feita durante a iniciação científica esclarece e denuncia epistemologicamente a divisão internacional do trabalho intelectual, conforme estudado no artigo *Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)* (Lynch, 2013). Essa divisão impõe uma assimetria geopolítica na qual se assume que as nações de centro produzem "teoria" e "ciência" enquanto as periferias do sul global são limitadas apenas a "pensamento" caracterizado como pontual, puramente local, quase sempre voltado à resolução de problemas internos. O hiato de quase duas décadas entre a produção das duas sínteses revela que o apagamento histórico de Florestan não foi devido a uma deficiência analítica, mas sim pela divisão internacional do trabalho intelectual. É fundamental dizer também que o atraso do Sul nada mais é que uma falácia, já que o que realmente acontece é um adiantamento forjado pela urgência da crise social, marcada por um caráter subdesenvolvido de passado colonial, onde o intelectual não possui espaço para um distanciamento abstrato.

As semelhanças entre as sínteses

Apesar do abismo espacial e temporal entre Florestan Fernandes e Anthony Giddens, os dois operaram uma virada metateórica na sociologia. Tanto *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (Fernandes, 1959) e *Capitalismo e Moderna Teoria Social* (Giddens, 1971) surgem de profundos descontentamentos com a fragmentação e o dogmatismo que dominavam a sociologia no século XX. Ambos os intelectuais rejeitavam o sectarismo dogmático e estabeleceram uma nova trindade a partir disso.

Os dois sociólogos também enfrentavam um problema que vinha desde o século XIX. A sociologia de Auguste Comte e Herbert Spencer tentou explicar de maneira positivista como a sociedade tinha a tendência de caminhar para a evolução inevitavelmente. Porém, no século XX, essa narrativa evolucionista cai em desuso pela conjuntura da época: guerras catastróficas que aconteciam no Centro e a situação no Sul não escapava de polêmicas, diversas transformações sociais e políticas de grande impacto. Florestan e Giddens viram, ambos em seu respectivo momento, a necessidade de "destronar" Comte e Spencer e reestruturar os fundamentos científicos da sociologia. A partir desse contexto, surge a necessidade de uma nova explicação, algo que tomasse uma nova perspectiva analítica. Dessa carência nasce a síntese teórica clássica no Sul por Florestan, em 1950, e no Norte por Giddens, em 1970. A articulação do cânone demonstrou de forma inovadora que os fundamentos lógicos e analíticos da sociologia residem no diálogo de Marx, Weber e Durkheim.

Na obra de ambos, a rejeição completa ao pragmatismo e a defesa da capacidade da mudança pela ação humana tomam protagonismo. Giddens aponta que Marx, Weber e Durkheim, apesar de suas diferenças e discordâncias, compartilham da mesma premissa: todos eles negam o pragmatismo filosófico pois este nega a ação humana como principal agente de mudança histórica. Esse diagnóstico em Giddens vai de perfeito encontro com Fernandes, pois para ele, a ação humana é o principal motor de mudança no mundo.

somente por ficção se pode falar em estática social, pois todo fenômeno social se apresenta à observação como fenômeno de ação, de relação ou de atividade (Fernandes, 1980: 247)

Ao integrar o tipo ideal de Weber, Florestan buscava resgatar a importância da ação humana e sua subjetividade na sociedade, para retirar a sociologia do determinismo mecânico. Assim, observa-se que ambos os autores viram na tríade a possibilidade de reaver a relevância da ação social, contrapondo o pragmatismo que havia se instalado na sociologia.

Ao analisar as dinâmicas do capitalismo, os sociólogos identificam as mesmas pontes de transição conceitual e compatibilidade entre os clássicos. Em Marx e Durkheim, para falar da divisão de trabalho e a coesão textual, Giddens, ao explicar o processo de diferenciação da divisão de trabalho nas sociedades, demonstra que a elaboração de Marx tem uma estreita semelhança com a de Durkheim. Florestan opera nessa exata compatibilidade: ele utiliza o tipo médio de Durkheim para compreender as funções de integração moral, coesão e os

consensos que a divisão de trabalho exige, articulando-o com o tipo extremo de Marx para explicar como contradições materiais dessa mesma divisão geram mudanças históricas. Em Marx e Weber, Giddens nota que, ao analisar o caráter auto suficiente das pequenas comunidades aldeãs que limitavam o crescimento urbano na China e na Índia, Weber e Marx chegam às mesmas conclusões. Florestan utiliza essa mesma chave interpretativa: autonomia versus heteronomia. Ele mobiliza Weber e Marx para contrastar o modelo Norte-Americano de desenvolvimento autônomo com o modelo periférico Latino-Americano de dependência. Por fim, em Durkheim e Weber, Giddens demonstra que Durkheim e Weber chegam em uma conclusão muito semelhante sobre como as condutas cotidianas se estabilizam e normalizam socialmente, assim como Florestan utiliza dessa aproximação intelectual entre os dois para explicar como a violência da dominação senhorial e do capitalismo dependente foi internalizada no Brasil, demonstrando que a coerçao tradicional de Durkheim o arbítrio patrimonialista de Weber se fundiram no cotidiano das classes dominantes brasileiras

As diferenças entre as sínteses

Apesar das proximidades apontadas acima, é fundamental ressaltar também as diferenças entre as obras. Dissecar as divergências metateóricas e metodológicas que separam os dois esforços de síntese é o fator essencial dessa pesquisa. Embora ambos os trabalhos tenham sua importância única para a sociologia, eles foram produzidos a partir de vivências diferentes.

A primeira diferença discutida nas reuniões reside no próprio objetivo das sínteses. Florestan Fernandes, nos textos dos anos 1950, estava mais preocupado em construir uma metodologia, seu propósito era formular uma teoria de investigação e não discutir conceitos substantivos da sociedade moderna. Fernandes analisa como cada clássico opera a reconstrução conceitual da realidade a partir de três modelos lógicos: o tipo ideal, ou compreensivo, de Weber, o tipo médio, ou funcionalista, de Durkheim e o tipo extremo, ou dialético, de Marx. Já Giddens, propõe rever radicalmente a teoria social contemporânea de forma teórica. Seu objetivo era, primeiramente, realizar uma análise profunda sobre as obras de Marx , Weber e Durkheim e, logo após, colocar esses três autores em um diálogo comparativo de teorias, estabelecendo até mesmo um confronto entre as três partes. Giddens reconstrói os argumentos clássicos a partir de suas visões da sociologia, procurando compreender o capitalismo moderno e a sociedade industrial. Sendo assim, percebe-se que a estrutura e a intenção de cada síntese é diferente por uma se tratar de método e a outra ser puramente teórica.

Seguindo essa linha de raciocínio, é evidente que o distanciamento acadêmico de Giddens vai de encontro com o saber militante de Fernandes. Anthony Giddens fala a partir de uma visão privilegiada, seu lugar de enunciação acadêmico é institucionalizado no Norte global. Sua relação com os clássicos é de estudo e análise, voltada a uma neutralidade científica para debates teóricos em universidades de elite no centro hegemônico. Indo na contramão, Florestan Fernandes pensa a síntese da tríade clássica em 1950 como algo conceitual para integrar nas suas aulas na USP. Mas já em 1960, a teoria toma um lugar

de urgência na periferia dependente. Para ele, a ciência social é uma ferramenta de mudança, de intervenção histórica profunda. Existe um profundo caráter político na síntese de Fernandes e um compromisso com a sociedade que Giddens não está necessariamente preocupado em ter pelo afastamento geográfico. Florestan revoluciona a metodologia de pesquisa quando se aproxima de seu objeto de estudo. Nas pesquisas sobre relações raciais nos anos 1950, por exemplo, Fernandes rompe com a tradição acadêmica de tratar essas populações marginalizadas como meros objetos passivos de estudo, pelo contrário, ele coloca eles no centro da pesquisa como sujeitos ativos do conhecimento. Em Florestan, o conceito não anula a voz do pesquisado, ele ajuda o objeto a falar.

Outra diferença corresponde à concepção ontológica do próprio capitalismo. Na reconstrução do cânone por Giddens, a modernidade é explicada a partir da experiência histórica dos três principais países do Ocidente: a Inglaterra, a França e a Alemanha. Isso pode ser explicado através da maneira que o próprio Giddens enxerga o capitalismo: um processo transitório em que as estruturas tradicionais e religiosas são progressivamente substituídas pela burocratização e moral. É possível ver que, quando o sociólogo analisa qualquer outro país não ocidental, como os escritos de Weber sobre a Índia e a China, essas realidades são tratadas como secundárias, meramente comparativas, servem como régua do racionalismo ocidental. Logo, percebe-se que, em Anthony Giddens, o modelo europeu é tratado como critério universal. Isso já não acontece em Florestan, que toma especialmente a América Latina e o Brasil como parâmetro de formação conceitual e comparação. Tomando a “periferia como método” (Bastos, 2002), ele demonstra que a trajetória europeia de transição não deve ser espelho universal para o desenvolvimento global. A grande tese de Fernandes é que a sociedade capitalista periférica e subdesenvolvida não é uma “redução patológica” ou “atraso” em relação ao modelo europeu, pelo contrário, ela constitui uma manifestação normal do próprio capitalismo sob as condições impostas pela dependência. Florestan prova que, na periferia, o arcaico e o moderno não se excluem, eles se fundem e se alimentam mutuamente. Através do conceito de dupla articulação, Florestan explica que as formas ultramodernas de acumulação capitalista dependem diretamente da reatualização de padrões arcaicos e patrimoniais de exploração de trabalho.

Em última análise, vale ressaltar também que a forma como cada autor posiciona o materialismo histórico e o método dialético revela uma divergência heurística notável sobre o motor da sociedade. Giddens posiciona Marx em sua obra como parâmetro de comparação exegética. Ele analisa a coerência interna da teoria de Marx para, em seguida, avaliar em que medida a sociologia de Durkheim e a de Weber foram construídas como tentativas conscientes de refutação ou refinamento das teses marxistas sobre o capitalismo. Marx é o pivô sobre o qual gira a comparação, mas as três teorias mantém-se em um plano de equivalência exegética. Já em Florestan, Marx representa o eixo englobante e superior que dá inteligibilidade a toda síntese. Ele demonstra que tanto o tipo ideal de Weber quanto o tipo médio de Durkheim são limitados porque dão privilégio à estabilidade social, mostrando-se mecanicistas e incapazes de explicar mudanças sociais. Somente o tipo extremo de Marx incorpora o tempo real, a história e a contradição no próprio conceito. Por isso, as teorias de Weber e

Durkheim só são completas na obra de Florestan Fernandes quando as contribuições de Karl Marx são mobilizadas.

Em resumo, a comparação entre as teorias de Florestan Fernandes e Anthony Giddens mostra que, embora os dois tenham encontrado pontos muito parecidos nos autores clássicos, o trabalho de cada um teve um peso político e um reconhecimento muito diferentes devido a uma simples localização geográfica. Ao juntar os métodos clássicos na USP quase vinte anos antes de Giddens fazer o mesmo na Europa, Florestan prova que é errada a ideia de que os países de Norte e Centro produzem “teoria de verdade” enquanto a periferia fica presa em ideias secundárias. A teoria sociológica de Florestan, nascida da urgência de explicar a crise social brasileira, demonstra que o Sul global não é uma “cópia atrasada do norte”. Pelo contrário, olhar o mundo a partir da periferia funciona como um ponto de vista privilegiado: mostra que as teorias europeias eram limitadas por apenas focarem na estabilidade, e prova que as análises periféricas são capazes de analisar o autoritarismo e as desigualdades a partir de uma perspectiva única.

Conclusão

A presente investigação de Iniciação Científica logrou alcançar resultados de significativa relevância teórica e geopolítica. Em primeiro lugar, restituiu-se o estatuto de teoria social de alcance global à obra de Florestan Fernandes, desmistificando a clássica assimetria epistêmica que rebaixa o Sul global à mera aplicação prática de conceitos gerados no Norte. A comparação com Anthony Giddens provou que Florestan não apenas antecipou cronologicamente a consolidação do cânone da tríade clássica em quase duas décadas, mas fez com uma sofisticação metateórica robusta, baseada em uma narrativa sintética orientada pela divergência que preservou, ao unificá-los, às particularidades de cada método. Esse “ecletismo bem temperado” (Cohn, 1987) permitiu integrar o tipo ideal weberiano, o tipo medio durkheimiano e o tipo extremo marxiano, demonstrando como a mudança histórica e as contradições do capitalismo periférico são articuladas sob a inteligibilidade da dialética marxiana, que opera como o eixo superior de toda sua síntese conceitual. Além disso, os resultados demonstram que adotar a "periferia como método" (Bastos, 2002) permite subverter os modelos lineares de transição capitalista. Enquanto as teorias do centro supõem um desenvolvimento homogêneo onde o moderno substitui o tradicional, Florestan revela uma dupla articulação, na qual as estruturas arcaicas e modernas se reproduzem para sustentar a dominação burguesa e o capitalismo dependente.

Para o avanço dessa agenda de pesquisa, sugere-se que investigações futuras explorem a indissociabilidade entre racismo, herança cultural e capitalismo dependente em outras formações sociais da América Latina, aplicando o instrumental analítico florestaneano como base de análise. Recomendo, ainda, aprofundar como tese a generalização das formas autocráticas de poder, como se manifesta na atual democracia e na precarização do trabalho que assola tanto

o Sul quanto o Norte global na modernidade tardia, abrindo espaço para novas reflexões sobre a circulação periférica de ideias e teorias.

Por fim, este trabalho consolida não apenas uma etapa acadêmica, mas meu compromisso intelectual com as ciências humanas do nosso continente. Minha firme intenção é seguir no ramo da pesquisa científica latino-americana, dedicando-me a investigar a rica tradição das teorias críticas periféricas e a desvelar as contradições estruturais que definem a nossa realidade. Pretendo aprofundar o exame das desigualdades que definem nossa região, buscando produzir uma ciência comprometida com a emancipação.

Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. p. 183-230.

COHN, Gabriel. Ecletismo bem temperado. In: O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Florestan. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

KOBAYASKI, Ricardo. O negro no mundo dos brancos. Disponível em:https://aterraeredonda.com.br/o-negro-no-mundo-dos-brancos/. Acesso em: 26 ago. 2026.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). Dados, v. 56, n. 4, p. 727-767, dez. 2013.

TRINDADE, Lucas. A teoria social crítica de Florestan Fernandes. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 127, 2026a.

TRINDADE, Lucas. Fios clássicos na composição de A revolução burguesa no Brasil. Mediações, 2026b. No prelo.

TRINDADE, Lucas. Síntese teórica ao sul: a articulação de modelos explicativos em Florestan Fernandes. Dados, 2026c. No prelo.

CÓDIGO: HS0718

AUTOR: PEDRO HENRIQUE CALAZANS FERNANDES DE PAIVA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Alianças e Circulação Senhorial na Nova Holanda: territorialização e formação social entre o Rio Grande e o Siará (1600-1670)

Resumo

Os neerlandeses conquistaram, ao longo da década de 1630, diversos territórios do Estado do Brasil, então sob domínio luso-castelhano. A documentação que produziram ilumina aspectos do convívio e da sociabilidade entre vários grupos, sem comparação com a documentação ibérica. A presente pesquisa recorreu a esta e a mais documentação diversa para compreender as relações entre os moradores europeus entre si e com os indígenas da capitania do Rio Grande. Diversos fatores contribuíram para um estado de ações limitadas e demandas atrofiadas, tornando o conflito propício à medida de qualquer movimentação mal compreendida. Ao longo da conquista que empreenderam sobre os Potiguara, os luso-brasileiros foram incentivados a tomar posse de todos os recursos do novo território. Os moradores, ao passo que vexavam os indígenas aldeados e dos sertões com abusos e excessos, alegavam que estes não lhes obedeciam satisfatoriamente. A centralidade dos conflitos nesta capitania envolveu, deste modo, o usufruto destes recursos, sobretudo o acesso aos trabalhadores Potiguara. Deste modo, as alianças, as redes sociais e a circulação eram elementos fundamentais para garantir a hegemonia no território e pautar a sociabilidade.

Palavras-chave: Indígenas; Potiguara; Capitania do Rio Grande; Nova Holanda.

TITLE: Signorial Alliances and Circulation in New Holland: Territorialization and Social Formation between Rio Grande and Siará (1600-1670)

Abstract

The Dutch conquered several territories of the State of Brazil from Luso-Castilian rule throughout the 1630s. The documentation they produced illuminates aspects of coexistence and sociability among various groups, without comparison to Iberian documentation. The present research drew on these and other diverse documents to understand the relationships among European residents and the indigenous people of the captaincy of Rio Grande. Several factors contributed to a state of limited action and stunted demand, making conflict likely in the event of any misreading of a movement. Throughout the conquest they undertook over the Potiguara, Luso-Brazilians were encouraged to take possession of all resources in the new territory. Residents, while

harassing indigenous people in villages and the hinterlands with abuses and excesses, claimed that they did not obey them satisfactorily. The centrality of conflicts in this captaincy involved, in this way, the usufruct of these resources, especially access to Potiguara workers. Thus, alliances, social networks, and circulation were fundamental elements in ensuring hegemony in the territory and guiding sociability.

Keywords: Brazil's Amerindians. Potiguara. Captaincy of Rio Grande. New Holland.

Introdução

O presente plano de trabalho delimitou como escopo o processo de conquista luso-brasileira, o povoamento e a circulação social na capitania do Rio Grande, entre 1600 e 1670. A motivação desta pesquisa partiu da aceitação do papel eminentemente periférico que a capitania desempenhou no período de recorte, que abrange o início do povoamento lusitano até o início das Guerras de Conquista dos Sertões. Delimitou-se, ainda, que seu enfoque central seriam as redes de sociabilidade e de circulação dos agentes coloniais, em contraposição aos povos originários, especialmente Potiguara e Tarairiú. Foi traçado, ainda, que o trabalho teria como produto a elaboração de gráficos capazes de demonstrar as conexões entre os agentes da capitania do Rio Grande e outros territórios coloniais, especialmente o "Siará-Grande", bem como as capitanias da Paraíba, de Itamaracá e de Pernambuco. Considerando o exposto, entende-se que o processo inicial de povoamento desencadeado pela guerra aos Potiguara nas últimas décadas do século XVI atendeu a interesses correlatos dos colonos estabelecidos na vila de Olinda, do Governo-Geral do Estado do Brasil e da Coroa dual luso-castelhana (1580/1583-1640). Para os luso-brasileiros, a base da dialética da expansão no contexto quinhentista esteve centrada no interesse do suprimento e da oferta elástica: de trabalho (escravizado), de terras e de cargos. Conquistar novos territórios não era somente uma empresa viável, como necessária, para suprir as demandas de exaustão de braços, de capacidade nutritiva do solo e de espaço político. Para a governação da conquista e da Coroa, interessava: a manutenção das remessas de lucros, com a maior parte do ônus econômico sobre os colonos; o combate ao corso e às incursões de outras potências europeias; e, sobretudo, a garantia de reprodução da própria dialética da conquista. Um diferencial da coroa lusitana em relação à coroa dual foi a alteração significativa no tratamento do dispêndio do erário régio, cada vez mais presente e volumoso (Pereira, 2018; Batista, 2013). Compreende-se que a capitania do Rio Grande ocupava, até a primeira década do século XVII, a posição de "fronteira" (Schwartz; Lockhart, 2002), marcada pela presença bélica e pela necessidade de acordos construídos com muita tateabilidade e atrito, até 1633, com a rendição luso-castelhana aos neerlandeses. Sob o novo domínio, a capitania passou a ocupar um novo espaço — de periferia —, porquanto se mudaram o centro político (de Salvador para o Recife) e o papel econômico do Rio Grande (de abastecimento interno da conquista). Alida Metcalf (2005) foi ao encontro dos demais autores, enfatizando o papel dos agentes que aproximavam as periferias dos centros e organizavam a sociabilidade nas fronteiras de Pindorama: "os intermediários", que alargaram os limites da conquista e garantiram a sustentação e a mediação de acordos. O historiador Mark Meuwese (2003, p. 125-190) caracterizou as alianças entre a WIC e os indígenas no Brasil como "efetiva, mas frágil". O proposto aqui é que esta "aliança efetiva, mas frágil" define o conjunto de complexos de sociabilidade, não apenas entre colonos e indígenas, na capitania do Rio

Grande na primeira metade dos Seiscentos. Com a conquista neerlandesa (1633), diversos protagonistas oriundos dos países nórdicos entraram em cena. Embora tenha havido embates e conflitos entre luso-brasileiros e teuto-neerlandeses nos primeiros anos, não tardaram a constituir alianças dentro dos limites impostos pela realidade. Compreender as dinâmicas destas alianças, dos acordos e das contingências históricas garante que a memória de grupos subalternizados possa ter seu espaço na história narrada devidamente, quando a documentação é lida a contrapelo.

Metodologia

Em vista do amplo recorte, da problemática e da proposta da pesquisa, delimitou-se que a metodologia deveria ser igualmente diversa e ampliada. Deste modo, o corpo documental, as técnicas de pesquisa e os referenciais teóricos foram abordados de maneira holística e interdisciplinar, de forma adequada aos objetivos acima expostos. Estes podem ser sintetizados do seguinte modo: “identificar e elaborar as redes e dinâmicas de sociabilidades e de circulação dos agentes coloniais na capitania do Rio Grande, em contraposição (ou não) aos povos originários”. Para o primeiro aspecto, a respeito da identificação e elaboração das “redes”, a partir de seu significado polissêmico, pois estas podem ser: fiscais (relações de dívidas, por exemplo), econômicas (relações de trabalho), parentais (como matrimônios entre famílias), de compadrio, entre outras. O segundo aspecto, concernente às relações de sociabilidade, compete sobretudo às formas de relação política e econômica e, no contexto geopolítico de uma periferia, partindo-se das particularidades e da contingência histórica (Xavier, 2018). A circulação, por fim, tem caráter eminentemente econômico, que não deve ser visto somente de forma abstrata, mas justamente moldado a partir das redes e das dinâmicas de sociabilidade, ao que competem: fluxos migratórios, o uso do meio ambiente, o comércio, as relações de produção, de trabalho e de acesso aos recursos socialmente necessários. Cada um destes aspectos será destrinchado doravante, a partir de como foi incorporado na pesquisa. Para a compreensão das redes e das dinâmicas de sociabilidade, foi necessário identificar os indivíduos. O primeiro passo foi a tabulação daqueles que são citados nas narrativas quinhentistas e seiscentistas (Salvador, 1954; Sousa, 1851) relacionadas às guerras de conquista aos Potiguara, e nas missivas jesuíticas (nas coletâneas organizadas por Serafim Leite no início do século XX: “A História da Companhia de Jesus no Brasil” e a “Brasilia”, ambas a partir dos originais no Arquivo do Vaticano). Ainda neste sentido, houve de identificar os concessionários das sesmarias entre 1570-1620 nas quatro capitanias ao norte do rio São Francisco (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande) e, não obstante, as pessoas contidas nos 93 processos inquisitoriais do Santo Ofício realizados nestes territórios na década de 1590, além dos Registros Gerais de Mercês portugueses, ambos sob custódia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, digitalizados e disponíveis de modo gratuito (ANTT, TSO, TL; ANTT, RGM, CH). Somente para o caso da capitania do Rio Grande, houve a identificação de 95 sesmeiros, dentre os quais se destacaram 17, que acumularam quase metade das sesmarias concedidas entre 1599 e 1614, um dos quais foi acusado de heresia e sodomia perante o Santo Ofício (Simão Pereira Lagarto). A tabulação ainda não está concluída, dado o volume superior ao esperado de documentos e agentes neste período. Adentrando-se no período de ocupação neerlandesa, foi necessário recorrer a esta base de 93 indivíduos com as listas eleitorais da câmara local entre 1637 e 1644, que perfazem 44 homens. Os nomes arrolados foram cruzados com os índices onomásticos dos volumes quatro e cinco da coleção “O Brasil em Arquivos

Neerlandeses (1624-1654)" (Wiesebron, 2011-2013), de modo a obter mais documentos que fazem menção a estes e outros agentes. O volume total de entradas até o ano de 1644 atualmente soma quase dois mil documentos distintos, com dezenas de sujeitos, dos quais 45 destacam-se, com mais de 800 menções. A documentação neerlandesa original a que se tem acesso está sob a guarda do Arquivo Nacional de Haia, nos Países Baixos (NL-HaNA), e está dividida em vários acervos, que, em sua grande maioria, estão digitalizados. Dentre estes acervos, destaca-se a documentação conservada na "Companhia das Índias Ocidentais Velha" (1.05.01.01) e nos "Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos" (1.01.02). Nestes acervos, separados em centenas de inventários, há aqueles voltados especificamente às matérias dos neerlandeses durante sua ocupação das Capitanias do Norte, amplamente recorridos na pesquisa. São eles os das "Nótulas Diárias" (DN) e das "Cartas e Papéis do Brasil" (OBPB). Para a tabulação, compilação e análise das redes, das dinâmicas sociais e dos movimentos de circulação, além das fontes mencionadas, trabalhou-se com o vasto registro fiscal e notarial resguardado no Arquivo Municipal de Amsterdã e com a coleção de estudos da revista "Studia Rosenthaliana" relativos aos judeus sefarditas na mesma cidade. Deste modo, o empreendimento de pesquisa tem-se mostrado frutífero, embora ainda não esteja plenamente concluído (como dito, dado o volume real de documentos, maior do que o esperado, a despeito do que se afirme em contrário na historiografia). A partir da identificação de um mesmo indivíduo em tipos documentais distintos e de seu cruzamento com outros agentes, o paradigma indiciário propugnado por Carlo Ginzburg (1990) foi a principal metodologia, buscando compreender o todo a partir dos registros históricos fragmentários em seu devido contexto. Por fim, destaca-se que conceitos e técnicas da História Ambiental, História Econômica, História Social, História Social da Propriedade e da Geografia Física e Econômica foram necessários para compreender o avanço do movimento de conquista e consolidação da dialética da expansão colonial, bem como da Etnologia e da Sociologia, para melhor se compreender as formas e possibilidades de relações dos povos originários com os invasores de suas terras.

Resultados e Discussões

Com vistas à limitação de caracteres imposta para o presente panorama, será destacada a seguir somente uma rede elaborada, que aqui se compreende ser a melhor consolidada no recorte da pesquisa. Para tanto, optou-se por expô-las de forma articulada e cronológica, tendo algumas personagens como protagonistas recorrentes. Estas personagens são Manuel Rodrigues Pimentel, o maior sesmeiro do período inicial da capitania; João Lostau Navarro, francês radicado na conquista brasílica; e George Garzman van Werven, militar germânico que participou da conquista neerlandesa da capitania do Rio Grande e do Siará. Não se pretende (tampouco é função do paradigma indiciário) elaborar uma biografia destes sujeitos, mas sim compreendê-los como representações dos tipos sociais existentes no contexto histórico de um território periférico. Delimitar-se-á, neste sentido, primeiramente o contexto social e geográfico das terras conquistadas, que viriam a ser a capitania do Rio Grande. O solo do litoral oriental, franja territorial efetivamente ocupada até meados do século XVII, é composto por dunas móveis e fixas e por rochas sedimentares (Dantas; Medeiros; Cavalcante, 2021). O rio Potengi, cuja largura da embocadura deu o nome português à capitania, marca o "fim" da Mata Atlântica, que se estende pelo litoral oeste do Brasil (Dean, 1996). O solo, em compensação, tem boa capacidade de acomodar a pequena lavoura em conjunto com a flora nativa (Van den Bel; Françozo, 2024; Moreno, 1955). O

território abriga muitos rios intermitentes. Alguns cursos aquáticos de grande vazão, como o próprio Potengi, possuem trechos que não são perenes, e dependem dos índices pluviométricos para a manutenção de seu volume. Muitas lagoas são salgadas ou impróprias para a piscicultura, em decorrência do acúmulo de minerais nos tabuleiros. Um complexo hídrico, a "Região das Lagoas", é uma exceção, abrangendo a parte central do litoral leste e compreende as lagoas Guaraíras, Papeba e Nísia Floresta, ao sul da Cidade do Natal (Dantas, 1982). Por um lado, córregos tributários e afluentes, ao secarem, formam várzeas que irrigam e nutrem o solo; por outro, as lagoas salgadas, ao secarem, formam salinas naturais e inviabilizam o plantio no local. Estes recursos naturais foram nomeados pelos povos indígenas, muitas vezes, a partir de suas potencialidades para a reprodução da vida (Dean, 1996). Guaraíras, Trairí, Jacuí, Jequisí-Pitanga, Piaçica, Sibaúma e Aranum, entre outros, indicam a grande presença de pescado e aves no local (Morais, 2016); Paraguaçu, Cururu, Ipoxí, Papeba, por sua vez, destacam aspectos físicos. Na Região das Lagoas, os Potiguara legaram, por meio da toponímia, a identificação de uma área que abrangia recursos hídricos, solo fertilizado, aves de consumo, pescado, abundância de lenha e de pedregulhos. Não à toa esta região foi, por estes povos, densamente povoada. Um documento que indica isto é o plano cartográfico de Jacques de Vau de Claye, de 1579, no qual a Região das Lagoas é representada por duas grandes aldeias (a saber, "Random em Pernambuco" e "Guarapari"). A legenda da "aldeia Random" indica a presença de 600 guerreiros (algumas milhares de pessoas), representando 6% do total estimado pelo francês, em dez mil, para um arco que englobava a área entre os rios Paraíba e Mearim. O processo de conquista da costa setentrional do Estado do Brasil, legou aos povos indígenas, especialmente os Potiguara, o desabastecimento alimentar e o morticínio. Nas Jornadas do Rio Grande, iniciadas em 1597, o capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho, marchou com as tropas terrestres mediante a terra arrasada: queimando floresta, roçados e aldeias (Batista, 2013). O locotenente de Pernambuco, Manoel Mascarenhas Homem, navegou pelo mar, dando rebates náuticos ao longo da costa. Em decorrência de doenças infectocontagiosas, as tropas de Coelho tiveram de recuar, de modo que o centro da capitania permaneceu sem acesso imediato aos primeiros colonos e moradores, permitindo o reagrupamento Potiguara e um novo adensamento populacional. Os jesuítas, responsáveis pela "Missão do Rio Grande", foram os primeiros agentes régios a adentrar nas aldeias daqueles "sertões", intermediando acordos com as chefias locais. Acertados os acordos e, inicialmente, desbravada a região, é possível observar o curso cronológico da desterritorialização por intermédio da concessão de sesmarias. No "Auto da Repartição…" de 1614, constam 186 sumários de 209 cartas de sesmarias passadas pelos capitães-mores do Rio Grande entre 1599 e 1614. Deste volume, 60% (113) das doações estavam localizadas nos arredores da Cidade do Natal (chãos de terra e ribeiras do Potengi e do Jundiaí). Outros 18% (33) estão localizados na região central do litoral; 13% (24) no litoral setentrional e 8% (16) no litoral meridional. A "Região Central" (que engloba o complexo de lagoas, os rios Sibaúma, Jacuí e Trairí, além de outros riachos e córregos) foi a segunda região de maior interesse dos sesmeiros, com 31 doações, correspondentes a 26% do total. A região é, não obstante, a terceira zona com o maior volume de sesmarias economicamente ativas (49%), acima da média geral (45%). O processo de concessões nesta região teve início em 1601, com a doação da 15ª sesmaria registrada na capitania, que foi passada a João Lostau Navarro. Segundo os pareceres dos agentes que elaboraram o documento, a Região Central poderia ser útil à pescaria, à lavoura de mantimentos, às salinas e ao criatório de gado, além de possuir várzeas férteis para o plantio de cana-de-açúcar. No fim de 1594, James Lancaster esteve por uma semana

nestas paragens, identificando o ancoradouro francês em Pirangi, onde se encontravam militares de Dieppe, fluentes na língua Potiguara (da família Tupi). Frei Vicente do Salvador (1954) narrou que esta presença francesa na Paraíba e no Maranhão foi pacificada em benefício da Coroa dual quando da conquista, mediante acordos de rendição. No "Livro 1º do Governo do Brasil", há, ademais, um "Memorial de todos os Estrangeiros" que habitam a costa sem suspeitas, datado de 1618, no qual o único na capitania do Rio Grande é João Lostau Navarro, em que se alega que "vive [no Rio Grande] despois que se conquistou" (Salvado; Miranda, 2001, p, 221). Isto reforça a hipótese de que Lostau foi um dos intermediários franceses, senão um dos principais, que veio nas jornadas a partir da Paraíba, para negociar os termos de rendição dos demais que viessem a habitar o local. O "seu porto" é plotado no ancoradouro de Tabatinga, local de onde comandaria as atividades econômicas nas quais estava envolvido. A partir do cotejamento destas concessões com doações em outras áreas de conquista recente (Tavares, 1982; Freire, 1891), foi possível verificar que aquelas aos membros de maior qualidade incluíam todos os recursos que havia em seus termos (terra, água, madeiras etc.). Estas sesmarias foram concedidas a agentes destacados no processo de conquista, reconhecendo seus serviços e estimulando o beneficiamento da conquista (Alveal, 2022). Restava-lhes a apropriação do trabalho e dos trabalhadores: algo que a guerra justa garantia, mas que os acordos de paz vedavam. Mediante as concessões que mencionam aldeias, levanta-se a hipótese de tratar-se de um artifício recorrente para a apropriação do trabalho alheio: dos roçados, das criações, das ocas, das paliçadas e de outras benfeitorias, como na sesmaria passada a Domingos Sirgo em 1605, pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, que "começa no Pacoval de [Jacumaúna]" (BR-SILB-RN-177). Um meio para aferir o prestígio e serviços dos conquistadores é verificar o número de sesmarias que receberam. A grande maioria dos moradores do Rio Grande recebeu entre um e dois lotes de terra. Um grupo reduzido de 16 homens, mais a Companhia de Jesus, chegou a receber três ou mais doações, o que os coloca como "grandes sesmeiros" em relação aos demais. Este grupo acumulou 98 sesmarias, o que corresponde a 47% das doações. Dos grandes sesmeiros, há um grupo ainda mais seleto, de sete homens mais os inacianos, que recebeu seis ou mais sesmarias (56 doações, 27% do total). Pode-se chamar-lhes, portanto, de "agentes destacados" nas "Jornadas do Rio Grande". São estes: Manoel Rodrigues Pimentel (com nove sesmarias); o padre vigário Gaspar Gonçalves da Rocha (com oito); Gaspar Rebelo Gondim (escrivão da Fazenda em 1614); a Companhia de Jesus; e Gregório Pinheiro (sete doações cada); Domingos Sirgo, João Lostau Navarro e José do Porto (seis doações cada). Das 15 sesmarias ativas na Região das Lagoas em 1614, oito foram concedidas a três destes agentes destacados, a saber: Manoel Rodrigues Pimentel e João Lostau Navarro (três cada um); e Gregório Pinheiro (duas). As seis concessões realizadas a Lostau Navarro concentravam-se, não obstante, nesta região, tendo sido concedidas entre 1601 e 1608. Este e Pimentel receberam ou adquiriram ainda recursos de aldeias: Jacumaúna (na ribeira do Jacuí), Maracanã-Puama (Trairí) e Paraguaçu (Trairí). O quarto agente que recebeu recursos indígenas na Região Central foi Jerônimo de Albuquerque e Ataíde (concedidos por seu tio, o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque), em 1605 (na mesma data de seu confrontante, Rodrigues Pimentel), na aldeia de Maracanã-Puama. Estas informações estão sintetizadas na Figura 1. Nesta aldeia, o conflito foi deflagrado, entre 1610 e 1613, forçando a intermediação do então capitão-mor, Lourenço Peixoto Cirne, na resolução dos conflitos. O militar resolveu que os indígenas tinham o direito de possuir e usufruir de seus roçados, alterando o termo das doações dos colonos, acrescentando que "enquanto estiver o gentio, lhe não estorve fazer suas roças" (BR-SILB-RN-0087). Foi durante o governo de Peixoto Cirne (1610-

1613) que El-Rei Felipe III (1598-1621) determinou a execução do Auto, inclusive indicando-o a tomar conhecimento e informar às demais autoridades seu parecer sobre a terra. Quando da execução das diligências, em fevereiro de 1614, o novo capitão-mor, Francisco Caldeira Castelo Branco, alegou não ter notícias suficientes da capitania, e apontou dois moradores antigos, o padre vigário Gaspar Gonçalves da Rocha e Manoel Rodrigues Pimentel, como informantes (Pereira, 2014). Estima-se que, das sesmarias produtivas em 1614, 6% correspondiam à atividade pesqueira (Morais, 2016; Pereira, 2014). Esta é a principal atividade pela qual João Lostau é reconhecido — mesmo por um chefe indígena, Gaspar Paraupaba, que alegou em 1628 que seu porto era o principal da capitania por onde vinham os mercadores de Pernambuco comprar pescado (Van den Bel; Françoso, 2024, p. 30-35). Na década de 1630, a pesca ainda era uma importante atividade econômica da capitania e, no rio Potengi, era monopólio da WIC. Nas listas de arrematação de contratos para o quarto (25%) do pescado, de 1637, 1638 e 1639, os do Rio Grande superaram, em termos nominais e proporcionais, os dos rios Paraíba (266%) e Capibaribe (101%), com desgastes ecológicos mais duradouros. Compreende-se que a limitação do acesso a águas potáveis e aptas à piscicultura em grande escala, bem como as relações mediadas por grupos belicosos, foram contradições associadas ao processo violento de esbulho iniciado na conquista. A gestão das águas era central, dados os fatores naturais e, sobretudo, os sociais com que as populações deveriam conviver. Em 1626, uma interseção nevrálgica para esta pesquisa foi estabelecida entre os grandes sesmeiros, potentados e vizinhos João Lostau e o capitão Manuel Rodrigues Pimentel (BR-SILB-RN-0894). Aquele chancelou, perante o tabelião, o casamento de sua filha Maria Lostau Casamaior com Pimentel, formalizando-lhe o dote e nomeando-a como herdeira de uma capelania para a sua alma, vinculando seus bens à sua descendência feminina. Destaca-se que, como dote, Lostau legou além de 50 rezes, meia légua de terra em quadra na tapera de Paraguaçu e, em caso de sua morte, sua filha herdaria todas as suas terras livremente, com todos os sítios de pescaria que nelas houvesse. A tapera Paraguaçu, que se menciona, não compõe o rol das sesmarias de Lostau até 1613; antes, o local ainda era uma taba povoada, cuja população marchou com os luso-brasileiros nas Jornadas do Maranhão (Salvador, 1954). Entretanto, estava no centro da região conflituosa com os potentados no curso do rio Trairí. Em momento incerto, portanto, os agentes coloniais sufocaram o desenvolvimento desta aldeia. Como dito, os potentados locais, como Lostau e Pimentel, tinham dificuldades para acessar o trabalho dos indígenas, porquanto não os podiam escravizar de modo legítimo em decorrência dos acordos de paz. Havia, entretanto, alguns meios de conseguir acessá-lo: por meio da mediação dos párocos seculares e da edição de dispositivos normativos pelo conselho municipal, do qual Lostau era, segundo o referido “Memorial” de 1618, um de seus componentes. Em outro trabalho, foi analisada a composição da Câmara de Escabinos na capitania entre 1637 e 1645, e concluiu-se que alguns dos agentes destacados na conquista permaneceram no Rio Grande até a década de 1640. Os “agentes destacados” e alguns dos “grandes sesmeiros” podem ser caracterizados como os Principais da Terra na primeira metade do século XVII e puderam controlar indiretamente o trabalho Potiguara por meio de posturas, correições e editais, pelo menos até 1633. Com a conquista da capitania pela WIC neste ano, novos dispositivos jurídicos e intermediários entraram em cena. O major George Garzman van Werven baixou um regimento, conforme o apregoado na Ordem de Governo da WIC (NL-HaNA, 1.05.01.01, inv. 50, d. 18), determinando que os brasilianos deveriam ter suas liberdades econômicas e religiosas respeitadas, além de ter garantida sua autonomia relativa aos colonos. Foi possível identificar, nas listas eleitorais mencionadas, que oito dos primeiros sesmeiros do Rio Grande gozavam de prestígio entre seus pares luso-brasileiros. São estes: Gaspar

Rebelo Gondim; Antônio Vilela Cide; Simão Nunes Correia; João Lostau Navarro; Manuel Rodrigues Pimentel; Antônio Rodrigues Leitão; Pedro Xara Ravasco; e José do Porto. Outros sete homens nas listas eleitorais têm sobrenomes que levantam a hipótese de serem parentes ou descendentes dos primeiros sesmeiros: Francisco Mendes da Fonseca; Felipe Ferreira; Inácio Ferreira; Francisco Leitão; Gaspar de Oliveira; Domingos Duarte; e Vicente de Sousa Pereira. Atestou-se igualmente que a principal diferença entre luso-brasileiros e neerlandeses era seu grau de diversificação econômica. Para exemplificar brevemente, tome-se o caso de Wilhelm Becks, irmão do capitão da fortaleza do Siará, Mathias Becks. Wilhelm Becks, fora arrendatário do engenho Cunhaú, investiu na exploração das salinas na foz do rio Açu, além de deter vários contratos de rendimento na capitania (como os de extração de pau-brasil e de caça de animais). Seu irmão, Mathias Becks, organizou campanhas a fim de explorar a prata no território do Siará, tornando-se capitão da fortaleza. Entre os indicados e eleitos deste grupo havia ainda outros arrendatários do engenho Cunhaú (George Garzman van Werven; Hugo Graswinckel), arrematadores de contratos de rendimentos (Andries Claessen; H. Graswinckel; W. Becks; Wilhelm van Graeff), lavradores de cana (G. Garzman; Hendrick van Hamme), e outros curraleiros (H. van Hamme; Jacob Rowaen; Mathias Bommer; Thomas Bel). A maioria destes homens provinha dos estados germânicos e exerceu atividades militares na Nova Holanda, inclusive na conquista do forte dos Três Reis Magos, em 1633 (como Andries Claessen, Garzman, H. van Hamme, Graswinckel e Bommer) (Carvalho, 1906). Deste grupo, George Garzman, Hugo Graswinckel e os irmãos van Hamme, além de Thomas Bel, podem ser destacados como membros com ampla circulação na conquista, notadamente no financiamento da empresa militar e argentífera no Siará, em conjunto com Mathias Becks. Não obstante, após as incursões indígenas no Levante Senhorial de 1645, muitas de suas famílias foram, conjuntamente, para esta região, o que indica um pequeno grau de coesão entre seus interesses. A esta altura, Garzman casara-se (em data incerta) com a segunda filha de João Lostau, Beatriz Lostau de Casamaior, tornando-se concunhado de Manuel Rodrigues Pimentel e, efetivamente, consolidando uma rede que, economicamente, vinculava grandes possessões em toda a capitania. Isto não significa que não houve conflito entre os grupos, pois seria incorreto. Na segunda metade de 1642, houve queixas dos moradores da capitania de que o processo eleitoral não estava sendo seguido corretamente, o que levou a mais de uma revisão do pleito. Houve ainda um grande esforço de articulação que aproximou “portugueses” e “neerlandeses” quanto à governação da capitania. Para facilitar, do ponto de vista logístico, o cumprimento das normas, a capitania foi dividida em duas jurisdições, delimitadas pela “freguesia” de Mipibu, às margens do rio Trairí. Em fevereiro de 1643, a situação parecia pacificada: os escabinos delegaram uma comissão, composta por George Garzman, seu concunhado, Manoel Rodrigues Pimentel e Estevão Machado, para negociar diretamente no Recife os pontos de maior interesse na capitania (DN 19 fev. 1643). Nesta ocasião, os “distritos” de Cunhaú (ao sul) e Potengi (ao norte) foram ratificados como cabeças das “comarcas” da capitania. A medida visava facilitar a comunicação e acelerar a resolução dos cargos; na prática, garantia maior controle nessas territorialidades, ao expandir o rol de intervenção de ambos os grupos, uma vez que o total de camaristas dobrou, passando de cinco para 10 cadeiras. Nos anos seguintes, o número de denúncias entre os grupos diminuiu, o que reforça a hipótese de uma articulação local que dirimiu os conflitos e conciliou os interesses de ambos. Pari passu à queda de queixas entre os europeus, houve um aumento de queixas contra os “tapuias” e os “brasilianos” (a rigor, povos Tarairiú e Potiguara, respectivamente) (DN’s 04 nov. 1638; 25 jun. 1642; 10 jul. 1642; 08 jan. 1643; 19 fev. 1643; 23 jan. 1645). O objetivo

central da delegação enviada pelos moradores da capitania ao Recife em 1643 foi solicitar a ratificação da prisão, por eles realizada, de Jacop Rabe, comissário oficial da WIC junto aos povos Tarairiú (Meuwese, 2005). Embora se saiba pouco sobre a biografia deste alemão, pode-se afirmar que Rabe representava, nesta conjuntura, a personificação de um inimigo comum aos senhores locais, que lhe votavam desprezo, em contraste com a estima e o respeito que possuía entre os diversos povos indígenas (Barléu, 2005). A questão de fundo, não obstante, estava nas liberdades econômicas e nas autonomias políticas que os indígenas conquistaram com muita negociação junto aos neerlandeses, em troca de serviços militares, dos quais Rabe era um importante intermediário. Na prática, a "Companhia dos Moradores" favoreceu um núcleo dos Principais da Terra, aliançados por relações familiares e clientelares: na arregimentação do trabalho social produzido pelos indígenas aldeados e no aprisionamento e na gestão dos grupos seminômades dos sertões. Os "outros perigos" inexistiam. Os delegados enviados ao Recife para comandar a milícia estavam, ademais, envolvidos nas campanhas de razias e no levante senhorial de 1645. A principal rede por trás do rol de alianças senhoriais que movimentou os interesses destes homens foi a Capela de João Lostau Navarro: um triângulo entre grandes potentados que, nas décadas de 1630 e 1640, controlavam quase a totalidade dos recursos da capitania.

Conclusão

É possível concluir que os atritos entre os senhores e os indígenas da capitania superaram os atritos entre os senhores. Por meio de casamentos e demais vínculos, econômicos e militares, os Principais da Terra luso-brasileiro mantiveram sua hegemonia e negociaram condições que lhes beneficiavam na arregimentação do trabalho social indígena. Estes, por sua vez, cientes de que seus inimigos históricos armavam-se contra eles, fizeram aplicar, pela força, os editais e mandados que vedavam o armamento e pediam a prisão de rebeldes insurretos. A "Companhia dos Moradores do Rio Grande", de 1643, foi criada com o objetivo de reprimir as movimentações dos "tapuias" dos sertões à costa (uma vez que as faziam sazonalmente, conforme os regimes de estiagem). Esta companhia possuía amplos poderes, com a prerrogativa de mobilizar toda a população armada, as tropas dos Potiguara aldeados e a "gente de guerra" estacionada no forte Ceulen. Observou-se, neste sentido, que o sentido da relativa unidade entre os senhores locais consistia em dirimir seus atritos sob as contradições superiores — o acesso aos braços indígenas. Nas décadas subsequentes à capitulação da Taborda (1654), pode-se observar um duplo movimento: petições de mercês por pessoas "portuguesas" com sobrenomes dos ex-moradores do Rio Grande (Lostau Navarro e Pimentel, por exemplo) no Siará; e petições de pagamentos de dívidas de ex-soldados da WIC em Haia e Amsterdã que cumpriram serviços aos senhores alemães no Rio Grande (como a Garzman e mesmo a Hugo Graswinckel). Houve tentativas legítimas de resolução por parte dos povos originários que, ao verem suas liberdades cada vez mais ameaçadas pela restauração total dos interesses dos senhores luso-brasileiros, realizaram campanhas de aplicação da justiça. Em reação ao movimento dos indígenas por sua autonomia (dentre os quais se destacam os morticínios de Cunhaú e as batalhas de Tabatinga e Uruaçu) contra a restauração dos interesses luso-brasileiros, George Garzman mandou assassinar o intermediário dos neerlandeses junto aos Tarairiú-Janduí, Jacop Rabe. Na ocasião, fora processado e remetido aos Países Baixos para julgamento, mas regressou em pouco tempo, sendo

então remetido para comandar as tropas da WIC no Siará, local para onde haviam emigrado parte das viúvas e dos órfãos dos insurretos do Rio Grande.

Referências

ALVEAL, Carmen. **Senhorios Coloniais**: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América Portuguesa. Niterói: Proprietas, 2022.

BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês….** Tradução Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005. [1648] (Edições do Senado Federal; v. 43).

BATISTA, Adriel Fontenele. **O Sumário das Armadas**: guerras, missões e estratégias discursivas na conquista do rio Paraíba. Natal: EDUFRN, 2013.

CARVALHO, Alfredo de. Os Hollandezes no Rio Grande do Norte: 1625-1654 (Em face de documentos ineditos). **Rev. IHGRN**, Natal, v. 4, n. 1, p. 117-139, jan. 1906.

DANTAS, Ana Maria de Oliveira. **Aspectos da vegetação do complexo lagunar Nísia Floresta, Papeba, Guaraíras e arredores**. Natal: PRAEU, 1982.

DANTAS, Eugênio Pacelli; MEDEIROS, Vladimir Cruz de; CAVALCANTE, Rogério. **Mapa geológico do estado do Rio Grande do Norte e mapa de recursos minerais do estado do Rio Grande do Norte**. Recife: CPRM, 2021. Escala 1:500.000.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

METCALF, Alida. **Go-betweens and the colonization of Brazil (1500-1600)**. Austin: Univ. of Texas Press, 2005.

MEUWESE, Marcus P. **"For the peace and well-being of the country"**: intercultural mediators and Dutch-Indian relations Innew Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Dissertação (PhD em História), Indiana: University of Notre Dame. 2003.

MEUWESE, Marcus P.. The murder of Jacob Rabe: contesting Dutch Colonial Authority in the Borderlands of Northeastern Brazil. In: SMOLENSKI, John; HUMPHREY, Thomas J. (ed.) **New World Orders**: violence, sanction, and authority in the Colonial Americas. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 133-156.

MORAIS, Ana Lunara da Silva et. al. (org.). **Coleção Sesmarias do Brasil**: capitania do Rio Grande (do Norte), 1600-1831. Porto: Editora Cravo, 2023. p. 47-80.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Conflitos pela posse de localidades pesqueiras da capitania do Rio Grande: séculos XVII-XVIII. **Revista Em Perspectiva**, [S. l.], v.2, n.1, p.57-72, 2016.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. [1612]

PEREIRA, Elenize Trindade. **De capitania donatária à capitania régia: o senhorio de João de Barros na "Terra dos Potiguara"**: século XVI. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas, ouvi dizer. **Historien**, Petrolina, v. 5, n. 10, p. 169-179, jan./jun. 2014.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (ed.). **Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633)**. Lisboa: CNCDP, 2001.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil, 1500-1627**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954 [1627].

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. A periferia. Separata de: **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 299-351.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851 [1587].

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a História territorial da Parahyba**. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1982.

VAN DEN BEL, Martijn; FRANÇOZO, Mariana (Ed.). **The Tapuia of northeastern Brazil in Dutch Sources**. Brill: Leiden; Boston, 2024.

VAU DE CLAYE, Jacques de. **Carte de la côte du Brésil**. Bibliothèque Nationale de France, GE D 13871 RES. Dieppe, 1579.

VINGBOONS, Johannes. Capitania de Rio Grande. In: **Grote Atlas van de West-Indische Compagnie**, deel I. Biblioteca Apostólica Vaticana, Reg.lat.2106, ca.1645. fl. 47r. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Reg.lat.2106/. Acesso em: 20 jul. 2025.

WIESEBRON, Marianne L. (ed.). O **Brasil em Arquivos Neerlandeses (1624-1654)**.... Tradução Maria Celeste Augusto. Leiden: Leiden University Press, 2011-2013. (Mauritiana, v. 4, 5)

XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. **Sociabilidade do Brasil Neerlandês** (1630-1654). 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Leiden, Leiden, 2018.

Anexos



Figura 1 — Sesmarias, aldeias e conflitos na capitania do Rio Grande (1610-1645).

CÓDIGO: HS0730

AUTOR: YASMIN DE LIMA DIAS

ORIENTADOR: ROSANNE BEZERRA DE ARAUJO

TÍTULO: ESPAÇO E GÊNERO EM JANE AUSTEN: UMA LEITURA ECOCRÍTICA E ECOFEMINISTA DE PERSUASÃO

Resumo

A utilização da construção de espaços para interações socioambientais e moldagem das múltiplas personalidades é uma ferramenta marcante em autores do século XIX. Ao utilizar o meio-ambiente e suas diferentes formas com suas características de fauna, flora, climas distintos em conjunto com a inserção do ser-humano como agente interacional de grandes influências, é possível paralelizar a forma como cada personagem interage com este meio aos seus traços de personalidade marcantes. Essa estratégia fundamenta a Ecocrítica que, segundo Cheryll Glotfelty (1996), Greg Garrard (2004), Terry Gifford (2017), Val Plumwood (1993) demonstra que as formas de dominação da natureza estão ligadas às formas de dominação das pessoas, especialmente as mulheres, ocorrendo de maneira ocidentalizada, patriarcal e econômica. Jane Austen (1775-1817), utiliza de espaços como *Bath, Kellynch, Uppercross* e *Lyme* como ferramenta para realçar como a mesma percebia que os humanos e seus espaços estavam intrinsecamente ligados. Este artigo analisa a obra sob uma perspectiva Ecocrítica e Ecofeminista, examinando a protagonista Anne Elliot, a ambientação e de que forma a interação com os espaços físicos considerando aspectos psicológicos e sociais.

Palavras-chave: Jane Austen; Persuasão; Ecocrítica; Ecofeminismo.

TITLE: Space and gender in Jane Austen: An Ecocritical and Ecofeminist reading of Persuasion.

Abstract

The use of space construction for socio-environmental interactions and the shaping of multiple personalities is a prominent strategy among nineteenth-century authors. By employing the environment and its different forms, with their characteristics of fauna, flora, and distinct climates, together with the insertion of human beings as highly influential agents of interaction, it is possible to parallel the way each character interacts with their surroundings and their defining personality traits. This strategy that substantiate Ecocriticism, which, according to Cheryll Glotfelty (1996), Greg Garrard (2004), Terry Gifford (2017), and Val Plumwood (1993), demonstrates that forms of

domination over nature are connected to forms of domination over people, especially women, occurring within Western, patriarchal, and economic structures. Jane Austen (1775–1817) employs spaces such as Bath, Kellynch, Uppercross, and Lyme as tools to emphasize how she perceived humans and their environments as intrinsically connected. This article analyzes the novel from an Ecocritical and Ecofeminist perspective, examining the protagonist Anne Elliot, the setting, and how her interaction with physical spaces is shaped by psychological and social aspects.

Keywords: Jane Austen; Persuasion; Ecocriticism; Ecofeminism.

Introdução

O século XIX foi marcado por importantes avanços tecnológicos, culturais, sociais, econômicos, artísticos e políticos, sucedendo, então, mudanças no modo de pensar e viver das pessoas daquela época. A sociedade estava se adaptando a uma nova realidade de mudanças e, nesse sentido, a literatura se torna um escape diante do começo de uma industrialização desenfreada que iria seguir até a contemporaneidade. Alguns escritores passaram a escrever histórias atípicas, que descreviam espaços naturais, algumas até fantasiosas, de alguma maneira, era uma tentativa otimista de superar as adversidades do mundo real. Jane Austen, escritora da obra destacada neste artigo, é um exemplo de autora que ressaltava o ambiente rural e natural, mas sem deixar de abordar temáticas importantes, como a desigualdade de gênero, a falta de autonomia feminina e também a ascensão da nova burguesia, aspectos vistos, em especial, em sua última obra escrita em vida e lançada post mortem, *Persuasão* (1817).

Neste último romance, Jane Austen apresenta aos seus leitores uma escrita diferente da observada em suas obras anteriores. Neste livro, sua heroína destaca-se por seu amadurecimento quando comparada às suas outras protagonistas. Ainda assim, a autora mantém alguns temas primordiais que perpassam suas obras, como mobilidade social, casamento, relações familiares e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. No decorrer da narrativa observa-se a protagonista, Anne Elliot, em seu processo de libertação das amarras sociais que lhe são impostas, e através das mudanças de ambiente vivenciadas pela personagem, é possível observar como a natureza a afeta psicologicamente e socialmente. Quando ela se encontra em espaços artificiais, como *Kellynch Hall,* Anne sente-se diminuída e sem voz, por outro lado, em *Lyme*, a personagem demonstra maior liberdade e segurança em si mesma.

A escolha de analisar uma obra de Jane Austen se deu pela maneira como a autora enfatiza os espaços — principalmente os rurais — em suas obras, bem como pela divergência entre o ambiente urbano e o rural. A natureza em suas obras ensina por meio do olhar das personagens. Exemplo disso sendo *Persuasão* (1817), em que a mudança entre os espaços conta uma história à parte, permitindo perceber um desenvolvimento da diegese como um todo, principalmente da protagonista, que vivencia um florescimento em sua personalidade e aprende a ser firme em suas decisões. O segundo ponto, que motivou este trabalho foram as discussões sociais — como preconceito de classe e direitos femininos — presentes em uma obra do século XIX, e que eram avançados para a época, fazendo com que os romances de Austen permaneçam essenciais mesmo após tantos anos. Assim, esta pesquisa visa investigar como as interações da protagonista com os espaços físicos, sendo eles artificiais —

como grandes mansões e cidades movimentadas — e naturais — com destaque para o mar e o campo — influenciam a narrativa, considerando aspectos psicológicos e sociais, contribuem para a construção do romance, a partir das perspectivas da Ecocrítica e do Ecofeminismo.

Diante dessas considerações, a presente pesquisa parte da seguinte questão norteadora: De que maneira os espaços físicos, artificiais e naturais, em *Persuasão* (1817), contribuem para a construção da protagonista, Anne Elliot? Busca-se compreender como a ambientação transcende a função de mero cenário narrativo e passa a atuar como elemento constitutivo da identidade, das relações sociais e do desenvolvimento psicológico das personagens, refletindo, ao mesmo tempo, aspectos sociais, culturais e ideológicos da sociedade inglesa do século XIX.

Metodologia

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e adota como método principal a análise textual fundamentada nas perspectivas da Ecocrítica e do Ecofeminismo. O *corpus* da pesquisa é constituído pelo romance *Persuasion* (1817), de Jane Austen, utilizando-se a edição digital disponibilizada pela Planet eBook. A análise concentra-se na representação dos espaços físicos da narrativa — *Bath, Kellynch Hall, Uppercross* e *Lyme* —, e suas relações com a construção da protagonista. Para isso, serão examinadas as descrições dos espaços, as interações da personagem principal com esses ambientes e os significados psicológicos, sociais e simbólicos atribuídos a eles ao longo da narrativa. A interpretação do corpus será orientada pelos conceitos da Ecocrítica e do Ecofeminismo, dialogando com os referenciais teóricos que fundamentam esta pesquisa, com destaque para Cheryll Glotfelty (1996), Greg Garrard (2004), Terry Gifford (2017), Val Plumwood (1993) e outros estudiosos importantes para esta pesquisa.

Resultados e Discussões

1. O deslocamento de Anne Elliot

Persuasão é um romance no qual as personagens estão sempre em deslocamento, cada local visitado iniciando um novo arco na narrativa. *Kellynch Hall* inicia a trama como o símbolo de vaidade, apesar de ser o "lar amado" (Austen, 1817, p. 56, tradução nossa) de Anne Elliot, sua antiga casa era um lembrete de uma aristocracia retrógrada, que estava decaindo pelos seus próprios erros. *Uppercross*, pelo contrário de *Kellynch Hall*, é um espaço onde há verdadeira conexão familiar, sendo descrito como um lugar de "caráter alegre" (Austen, 1817, p. 145, tradução nossa). *Lyme* é destaque pela natureza, um lugar belo onde as pessoas comumente vão para descansar da vida atribulada. *Bath* é a cidade grande e o espaço de maior desafeição para a protagonista, que prefere o interior, onde se sente conectada com a natureza. Esses quatro lugares centralizam a trama e funcionam como elementos estruturantes da narrativa, pois, embora as

personagens se desloquem entre eles, suas experiências e memórias permanecem associadas a esses espaços, mesmo quando não tenham vivido momentos perfeitos:

Quando a dor passa, a lembrança dela muitas vezes se torna um prazer. Não se ama menos um lugar por ter sofrido nele, a menos que ele tenha sido inteiramente sofrimento, nada além de sofrimento, o que de modo algum foi o caso em *Lyme*. (Austen, 1817, p. 220, tradução nossa)

Jane Austen não usa seus espaços como plano de fundo, em *Persuasão* eles são parte fundamental da construção do romance. A cada novo deslocamento feito por Anne Elliot, ela vivencia situações que contribuem para que seu posicionamento mude. Anne é uma protagonista em processo de formação que, de acordo com Morgenstern (1819, apud MAAS, 1999), representa a formação do protagonista em seu início e trajetória até alcançar um determinado grau de perfectibilidade. Os espaços não apenas acompanham a trajetória de Anne, mas participam de sua experiência e transformação. Entre esses espaços, os ambientes naturais assumem uma importância particular, sabendo disso, se torna ainda mais interessante observar como Austen constrói sua narrativa em torno dos espaços e a valorização que é dada para ambientes naturais como o mar e a paisagem pastoril. Garrard (2004) afirma que a visão da natureza no século XIX era diferente da que existe na contemporaneidade, a natureza não era percebida como seriamente ameaçada, portanto, ela era apreciada por sua vastidão, beleza e resistência, o que é observado nas descrições da romancista:

Anne e Henrietta, percebendo que eram as primeiras do grupo na manhã seguinte, concordaram em caminhar até o mar antes do café da manhã. Foram até a praia, para observar o movimento da maré, que uma agradável brisa de sudeste trazia com toda a grandiosidade que uma costa tão plana permitia. Elogiaram a manhã; deleitaram-se com o mar; compartilharam o prazer proporcionado pela brisa fresca. (Austen, 1817, p. 123, tradução nossa)

O uso de palavras como “grandiosidade”, “deleite” e “prazer” marca a admiração das personagens pelo natural e o foco que é dado à dimensão do mar e à sua beleza. Anne e Henrietta, neste momento, além de admirarem a natureza, vivenciam integralmente aquele momento. Austen, nesse trecho, usa claramente o espaço como parte essencial da história, e não como um plano de fundo, evidenciando também a maneira como a natureza é integrada à experiência cotidiana das personagens.

Em contraponto, Anne Elliot não via beleza no artificial, já que passou a maior parte de sua vida no interior. *Bath* simboliza um encerramento de sua história em *Kellynch Hall,* o que aumenta seu distanciamento emocional em relação a *Bath*. Por isso, sua aversão a *Bath* era persistente, não conseguiria gostar de um lugar como aquele:

Ela persistia em uma aversão muito determinada, embora muito silenciosa, a *Bath*; teve a primeira visão indistinta dos extensos edifícios, encobertos pela chuva, sem qualquer desejo de vê-los melhor; sentiu que seu avanço pelas ruas era, embora desagradável, rápido demais; pois quem ficaria feliz em vê-la quando chegasse? E olhou para trás, com afetuoso pesar, para a agitação de *Uppercross* e o isolamento de *Kellynch*. (Austen, 1817, p. 161, tradução nossa)

Ao ir de encontro a *Bath*, a protagonista se vê em um momento difícil, onde se reencontra com membros de sua família de *Kellynch*, que a desvalorizam e a destratam. Jane Austen usa também da chuva nesse trecho para enfatizar o tom depressivo do reencontro de Anne com sua família e a sua primeira visita à nova moradia. A chuva pode ser interpretada como um elemento que reforça o que a protagonista está sentindo. Aqui, novamente,, a natureza não funciona como plano de fundo, mas participa da construção da atmosfera e do desenvolvimento da personagem.

Apesar de o natural e o artificial divergirem, nesta análise não é estabelecido um dualismo, que é "o processo em que conceitos contrastantes são formados pela dominação e subordinação e construídos como opostos e excludentes" (Plumwood, 1993, p. 31, tradução nossa). Nesse caso, a ideia é a de que uma coisa sempre se opõe à outra e a domina, como nos pares homem/mulher, razão/emoção e humano/natureza, podendo também ser aplicada à relação artificial/natural. Seguindo esse pensamento, um lado sempre se sobressai e seria considerado o "correto", sendo o lado masculino, por exemplo, o favorecido em relação ao feminino. Contudo, a questão não são as distinções entre mulheres e homens ou entre humano e natureza, mas a sua construção dualista (Plumwood, 1993). Compreendendo isso, entende-se que Anne Elliot demonstra uma preferência pelo espaço natural em detrimento do artificial, não por acreditar que o natural seja mais "dominante" ou superior em comparação com o artificial, mas por causa do que aquele espaço físico representa para ela. Assim, a relação de Anne com os espaços não é determinada por uma oposição hierárquica entre natural e artificial, mas pelas experiências e significados que cada espaço assume ao longo de sua trajetória.

2. Espaços que restringem

Apesar de ser o par romântico da protagonista, o Capitão Wentworth possui falas que contradizem o ar de mocinho que ele deveria possuir. Afirmando que "nenhum navio sob seu comando deve jamais transportar um grupo de mulheres a lugar algum, se eu puder evitar" (Austen, 1817, p. 82, tradução nossa), o uso de expressões como "nenhum navio", "jamais transportar" e "se eu puder evitar" demonstra sua resistência à presença de mulheres naquele espaço e uma certeza de que ele não permitirá que mulheres o ocupem. Esse tipo de pensamento, exemplificado por Austen, mostra como a figura masculina se vê no direito de determinar como outras mulheres devem se comportar.

Essa perspectiva também é questionada por sua irmã, Sophia Croft, que responde ao irmão: “eu odeio ouvir você falar assim, como um ‘cavalheiro’, e como se todas as mulheres fossem damas refinadas, em vez de criaturas racionais” (Austen, 1817, p. 82, tradução nossa). A fala de Sophia evidencia que a própria personagem reconhece e contesta a posição assumida por Wentworth, estabelecendo uma oposição entre a autoridade masculina e a autonomia feminina. Essa construção pode ser relacionada ao que Plumwood (1993) denomina de dualismo, nesse caso, a oposição entre masculino e feminino não se limita à existência de diferenças entre os gêneros, mas à atribuição de posições hierarquizadas, em que o homem assume o direito de determinar o espaço e o comportamento das mulheres.

Anne Elliot também possui consciência da hierarquização que vivencia, na qual deve obediência ao pai e, mesmo se fosse a irmã mais velha, nunca poderia assumir o título do pai. Seu único destino esperado é o casamento, e ela não pode sonhar com grandes viagens: “nós vivemos em casa, quietas e confinadas” (Austen, 1817, p. 280, tradução nossa). A mulher é encaminhada desde cedo a aprender práticas domésticas e a servir ao lar, em vez de almejar explorar o mundo, que é tão vasto. Dessa forma, as mulheres permanecem enclausuradas e submetidas às figuras masculinas de suas vidas. A protagonista acaba, portanto, possuindo um papel passivo em sua própria vida, permitindo que outros tomem decisões por ela e determinem os caminhos que deve seguir. Apesar de sua evolução como personagem, Anne Elliot continua, infelizmente, condicionada a estruturas sociais que delimitam sua existência como mulher.

Como dito anteriormente, as mulheres acabam sendo vítimas de papéis de gênero, nos quais possuem obrigações com a casa e a família, enquanto seu bem-estar fica em segundo plano para priorizar os outros, sacrificando-se pelo outro. A ideia de que as mulheres sofrem uma forma de exploração semelhante àquela imposta à natureza parte desse princípio: ambas podem ser compreendidas dentro de uma lógica de instrumentalização, seu valor é associado à função que desempenham para o homem, como pode ser observado na fala de Anne Elliot:

> Não, acredito que vocês sejam capazes de tudo o que há de grandioso e bom em suas vidas de casados. Acredito que sejam capazes de todo esforço importante e de toda abnegação doméstica, desde que — se me é permitido usar a expressão — desde que tenham um objetivo. Quero dizer, enquanto a mulher que vocês amam vive, e vive por vocês. (Austen, 1817, p. 284, tradução nossa)

A afirmação “enquanto a mulher que vocês amam vive, e vive por vocês” explicita as ideias trazidas nesta análise: a mulher é vista a partir de sua função para o homem, tendo seu valor condicionado à sua capacidade de servir e dedicar-se a ele. Plumwood destaca como é importante a discussão sobre esses papéis de gênero:

> A tentativa de atribuir principalmente às mulheres a responsabilidade como administradoras e consumidoras do lar deve ser rejeitada, porque continua a conceber o

espaço doméstico como um fardo das mulheres, porque compreende equivocadamente o poder do lar privado de impedir a degradação ambiental e porque recorre à tradicional abnegação feminina, pedindo-lhes que carreguem os males do mundo em reconhecimento ao dever materno. No entanto, as mulheres não podem fundamentar sua própria liberdade na defesa da continuidade do baixo status da esfera da natureza com a qual foram identificadas e da qual recentemente se elevaram. (Plumwood, 1993, p. 23, tradução nossa)

Em vista disso, não se pode esperar que as mulheres abneguem de sua própria vida para viver em uma função doméstica, em uma existência voltada ao servir. Os afazeres domésticos não podem ser compreendidos como uma obrigação exclusivamente feminina. Plumwood permite problematizar justamente essa associação entre feminilidade e abnegação. Dessa forma, a trajetória de Anne Elliot demonstra que sua evolução enquanto personagem não significa que houve superação das estruturas sociais que limitam sua autonomia, mas evidencia a necessidade de questionar os papéis que determinam os espaços que as mulheres podem ocupar e as funções que devem desempenhar. Assim, em *Persuasão*, o espaço não apenas acompanha a trajetória de Anne, mas participa da construção de sua identidade e mostra as relações de poder que atravessam sua experiência enquanto mulher no século XIX.

Conclusão

Em conclusão, este trabalho buscou investigar os espaços físicos, artificiais e naturais, da obra *Persuasão* (1817), a partir das perspectivas da Ecocrítica e do Ecofeminismo, bem como compreender como esses espaços contribuem para a construção identitária da personagem principal, Anne Elliot, e para a formação da narrativa.

Dessa maneira, percebeu-se que os espaços não são somente planos de fundo para o desenvolvimento da obra, pois os deslocamentos feitos por Anne contribuem para seu estado emocional e psicológico. Além disso, as mulheres são condicionadas a estruturas e normas de gênero que as forçam a uma vida de reclusão. A perspectiva Ecofeminista permite relacionar a dominação da mulher à lógica de dominação da natureza, sem afirmar que mulher e natureza são a mesma coisa. Apesar da diferença entre artificial e natural existir, não se pode estabelecer uma oposição hierárquica entre essas duas categorias. Por fim, Anne Elliot passa por mudanças positivas em sua personalidade, mas ainda continua condicionada a papéis de gênero.

Portanto, este estudo agrega para a fortuna crítica de Jane Austen, trazendo uma discussão pertinente, ao fazer uma leitura Ecocrítica e Ecofeminista de sua obra *Persuasão.* Além disso, a discussão mostra-se significativa, uma vez que esta pesquisa aborda o papel dos espaços físicos e estabelece uma relação entre a exploração da natureza e a experiência feminina. Ao recorrer a uma obra do século XIX, evidencia-se que, mesmo após séculos, os romances de Jane Austen permanecem relevantes, sobretudo por possibilitarem reflexões acerca de questões que continuam presentes na sociedade contemporânea.

Referências

AUSTEN, Jane. **Persuasion**. Melbourne: Planet eBook, [s.d.]. Disponível em:https://www.planetebook.com/persuasion/. Acesso em: 30 set. 2025.

GIFFORD, Terry. A ecocrítica na mira da crítica atual. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 20, p. 244–261, 2017. DOI: 10.55702/3m.v13i20.11049.

GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (org.). **The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology**. Athens: University of Georgia Press, 1996.

GARRARD, Greg. **Ecocriticism**. London; New York: Routledge, 2004.

MAAS, Wilma Patricia Marzari Dinardo. **O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature**. London: Routledge, 1993.

VAKOCH, Douglas A.; MICKEY, Sam (org.). **Ecofeminism in dialogue**. Lanham: Lexington Books, 2018.

CÓDIGO: HS0731

AUTOR: GABRIEL BERNARDO DOS REIS

ORIENTADOR: IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES

TÍTULO: Material pedagógico de auxílio à contagem com os dedos: uma análise estatística do estudo piloto

Resumo

O desempenho insatisfatório do Brasil em matemática no PISA 2022 evidencia a necessidade de investigar precursores dessa aprendizagem já na infância. Com base na cognição corporificada, considera-se que a contagem com os dedos favorece o desenvolvimento posterior de habilidades matemáticas mais complexas. O material pedagógico De Mão em Mão, derivado do protocolo Dedos e Números, busca avaliar e estimular essa habilidade em crianças de 4 a 6 anos em contexto escolar. O objetivo deste trabalho foi analisar os dados do estudo piloto desse material, identificando padrões de desempenho e relações entre variáveis. Participaram 80 crianças de duas escolas privadas, distribuídas entre nível 4, nível 5 e primeiro ano do ensino fundamental. Os dados foram analisados no software Jamovi, com descrições de medidas de tendência central e de dispersão, além de testes não paramétricos. Não houve diferença significativa de desempenho entre as duas escolas, nem entre nível 5 e primeiro ano na pontuação total, embora esta última tenha se destacado numa tarefa específica de contagem com os dedos. A comparação por idade revelou diferença significativa, com crianças de 7 anos apresentando desempenho superior ao das crianças de 5 anos. Observou-se um efeito teto no desempenho geral por turma. O material discrimina adequadamente o desempenho por faixa etária, mas necessita de ajustes que reduzam o efeito teto e permitam melhor diferenciação entre níveis de escolarização próximos.

Palavras-chave: Cognição corporificada; Habilidades matemáticas; Contagem com os dedos

TITLE: Educational Material to Support Finger Counting: A Statistical Analysis of the Pilot Study

Abstract

Brazil’s low performance in mathematics in PISA 2022 reinforces the need to understand the processes involved in mathematics learning from early childhood. From an embodied cognition perspective, finger use is an important resource for the development of numerical knowledge. The De Mão em Mão educational material,

derived from the Dedos e Números Protocol, was developed to support the assessment and intervention of mathematical skills in school settings. This study analyzed data from the pilot study of the material, aiming to identify performance patterns and aspects relevant to its improvement. Participants were 80 children from two private schools, enrolled in preschool levels 4 and 5 and the first year of elementary school. Descriptive analyses and nonparametric tests were performed. No significant differences in total scores were found between schools or between preschool level 5 and the first year of elementary school. However, a more complex finger-counting task differentiated the two educational levels. Regarding age, 7-year-old children performed significantly better than 5-year-olds. A ceiling effect was also identified. The results indicate that the material is sensitive to specific age-related differences and task demands, while also highlighting the need for adjustments to improve its ability to differentiate performance levels, providing evidence for its refinement as a resource to support mathematics education.

Keywords: Embodied cognition; Mathematical skills; Finger counting.

Introdução

O ensino da matemática representa um dos pilares centrais dos sistemas educacionais em todo o mundo. O domínio de conceitos matemáticos constitui um importante indicador do desempenho educacional e é utilizado em avaliações internacionais que permitem comparar resultados entre países. Com esse propósito, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coordena o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), aplicado nos 81 países-membros.

A cada ciclo, o PISA avalia estudantes de 15 anos nas áreas de matemática, leitura e ciências. Em 2022, participaram 10.798 estudantes de 599 escolas brasileiras, das redes pública e privada, com aplicação em formato digital. Naquela edição, a matemática foi o domínio prioritário, concentrando maior número de questões. O Brasil obteve posição entre 62º e 69º lugar no desempenho em matemática, ficando atrás de países latino-americanos como Chile, Uruguai, México e Peru. Os resultados evidenciam que o país apresentou pouco progresso nessa área, com leve queda no período pós-pandemia de COVID-19 (OECD, 2023).

Diante desse cenário, diferentes pesquisas em neuropsicologia têm buscado compreender os mecanismos subjacentes ao desenvolvimento das habilidades matemáticas, com ênfase na infância. Argumenta-se que a aprendizagem matemática depende da conquista prévia de determinadas habilidades e disposições, denominadas precursores. A assimilação posterior de conteúdos matemáticos mais complexos no contexto escolar tende a ser favorecida quando, especialmente nos primeiros anos de vida, a criança constrói sua relação com objetos, com outras pessoas e com o próprio corpo.

A cognição corporificada é uma abordagem teórica segundo a qual os processos mentais se constituem a partir da relação entre sujeito e ambiente, mediada pelo corpo (WILSON, 2002; WASNER, 2016). Nessa perspectiva, explorar o corpo e empregá-lo como recurso de interação com o mundo torna-se essencial para o desenvolvimento de diferentes estratégias de resolução de problemas. Entre elas, destaca-se a contagem nos

dedos, cuja prática precoce exerce influência relevante na aquisição, mais adiante, de habilidades matemáticas mais avançadas ao longo da escolarização (FREY et al., 2024; NOEL, 2005; WYNN, 1990).

A partir dessas evidências, pesquisadores alemães desenvolveram um protocolo destinado à avaliação de habilidades matemáticas e ao estímulo do uso dos dedos em crianças de 4 a 6 anos. O próprio processo de avaliação dessas habilidades já se compõe como uma intervenção em contagem com os dedos, sobretudo porque as atividades não diferem muito das tarefas já realizadas no contexto escolar, mas operam sob a lógica de encorajamento, em lugar da restrição do uso desse recurso.

O protocolo “Wie Finger Zahlen Helfen” foi traduzido e adaptado culturalmente para o contexto brasileiro na forma do “Protocolo Dedos e Números” (HAESBAERT, 2021). Posteriormente, esse protocolo, inicialmente desenvolvido para aplicação individual, foi adaptado para utilização coletiva em sala de aula, resultando no material pedagógico De Mão em Mão (HAESBAERT & HAZIN, 2026).

Este trabalho de iniciação científica teve como objetivo analisar e interpretar os dados obtidos no estudo piloto do material De mão em mão, identificando especificidades no desempenho das crianças avaliadas e estabelecendo possíveis relações entre as variáveis disponíveis, a fim de orientar atualizações no material e fornecer indicações de como pode ser melhor utilizado pelas professoras em sala de aula.

Metodologia

O estudo piloto foi realizado a partir da aplicação coletiva do material pedagógico De Mão em Mão em duas escolas em duas escolas privadas da região metropolitana de Natal/RN, entre os meses de agosto e outubro de 2025. Após o contato com as instituições e a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, teve início a coleta de dados, conduzida por estudantes da pós-graduação e da graduação, integrantes da equipe de pesquisa, incluindo bolsistas e voluntários. Durante o mesmo período, outras medidas de avaliação foram aplicadas às crianças no âmbito do projeto mais amplo, mas seus resultados não foram considerados no presente estudo.

Participaram da coleta 117 crianças matriculadas no nível 4, nível 5 e do primeiro ano do Ensino Fundamental, correspondentes à faixa etária contemplada pelo material. A participação ocorreu mediante autorização dos responsáveis por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para as análises do presente estudo, foram consideradas apenas as crianças que concluíram todas as tarefas propostas. Sendo assim, foram excluídas 35 crianças que não concluíram as atividades e duas sem registro de nascimento, resultando em uma amostra final de 80 participantes.

Foram analisadas as variáveis idade, turma, escola, desempenho total no material e desempenho nas diferentes tarefas. As análises foram realizadas no software Jamovi (2025). Inicialmente, foram utilizadas estatísticas descritivas para caracterização da

amostra e do desempenho das crianças, incluindo medidas de tendência central e dispersão.

As medidas de tendência central (médias, medianas e modas) caracterizam a amostra e mostram valores importantes, mas não permitem medir a variabilidade interna dos dados, não consideram eventos estatísticos adversos como a presença de outliers, nem possibilitam comparar grupos de forma fidedigna, (FLICK, 2013). Para isso, utilizou-se o desvio-padrão para analisar a dispersão dos dados, e outros índices específicos para medir as pontuações das crianças e compará-las entre si.

A distribuição dos dados foi examinada por meio do teste de Shapiro-Wilk (1965) (FIELD, 2009). Considerando as características das distribuições encontradas, foram empregados testes não paramétricos para as comparações entre grupos. O teste U de Mann-Whitney foi utilizado para comparar o desempenho entre as duas escolas e entre as crianças do nível 5 e do primeiro ano do Ensino Fundamental. Para a comparação do desempenho entre as faixas etárias, foi utilizado o teste de Kruskal-Wallis, seguido do teste post hoc de Dunn para identificação das diferenças entre os grupos. Também foram realizadas análises do desempenho nas diferentes tarefas que compõem o material. Adotou-se um nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

Resultados e Discussões

O material pedagógico De Mão em Mão (Haesbaert & Hazin, 2026) foi desenvolvido como recurso de apoio à avaliação e à intervenção em habilidades matemáticas de crianças de 4 a 6 anos no contexto escolar. Fundamentado na perspectiva da cognição corporificada e na importância do uso dos dedos para a construção de conhecimentos numéricos, o material contempla habilidades como contagem com os dedos, identificação de números, gnosia digital, realização de operações aritméticas simples e compreensão de comandos verbais.

O material é composto por 18 tarefas, respondidas pelas crianças em folhas de registro, com acompanhamento das professoras. Cada tarefa corresponde a 1,0 ponto, que pode ser dividido de acordo com a quantidade de subitens, totalizando uma pontuação máxima de 18 pontos. A primeira e a última atividades são pontuadas de acordo com o engajamento da criança na montagem dos materiais e no encerramento da atividade e, diferentemente das demais, não apresentam subitens. Nessas duas atividades, a maior parte das crianças obtém a pontuação máxima.

Das 117 crianças que participaram inicialmente da coleta, 35 não concluíram todas as atividades propostas e duas não possuíam registro da data de nascimento, resultando em uma amostra final de 80 crianças. Destas, 53 estudavam na escola A, sendo 29 do primeiro ano, 22 do nível 5 e duas do nível 4. Na escola B, 26 crianças estavam matriculadas no primeiro ano e uma no nível 5, totalizando 27 participantes. A distribuição encontra-se apresentada na Tabela 1.

Em relação à idade, a escola A possuía 11 crianças de 5 anos, 25 de 6 anos e 17 de 7 anos. Na escola B, uma criança tinha 5 anos, 12 tinham 6 anos e 14 tinham 7 anos no momento da aplicação. A distribuição é apresentada na Tabela 2.

As duas escolas pertencem à mesma rede educacional e apresentam propostas de ensino semelhantes. Na escola A, a média da pontuação total foi de 16,6 pontos (DP = 1,28), com mediana de 17 pontos (IQR = 1,65). Na escola B, a média foi de 16,8 pontos (DP = 1,04), com mediana de 17,2 pontos (IQR = 1,44). O teste de Shapiro-Wilk indicou distribuição não normal das pontuações totais ($p < 0,001$). A comparação realizada pelo teste U de Mann-Whitney não identificou diferença estatisticamente significativa entre as duas escolas ($p = 0,451$).

A ausência de diferença estatisticamente significativa não permite afirmar que as escolas sejam equivalentes, especialmente porque a distribuição dos participantes por nível de ensino foi desigual entre as duas instituições. Entretanto, considerando esse resultado e o fato de ambas pertencerem à mesma rede educacional, as análises seguintes foram realizadas com a amostra conjunta, considerando principalmente as variáveis idade e nível de ensino.

Na amostra total, 55 crianças estavam no primeiro ano, 23 no nível 5 e apenas duas no nível 4. Em relação à idade, 31 crianças tinham 7 anos, 37 tinham 6 anos e 12 tinham 5 anos. A distribuição conjunta dessas duas variáveis é apresentada na Tabela 3.

A distribuição apresentada na Tabela 3 evidencia uma característica importante da amostra: idade e nível de ensino não se distribuem de maneira independente. Todas as crianças de 7 anos estavam matriculadas no primeiro ano, enquanto as crianças do nível 5 tinham 5 ou 6 anos. Dessa forma, os efeitos relacionados à idade e à escolarização não podem ser completamente separados nesta amostra. Essa característica deve ser considerada na interpretação das comparações realizadas.

Outro aspecto relevante é a baixa representação do nível 4. Apenas duas crianças desse grupo concluíram o material e puderam ser incluídas nas análises. Diante desse número, não é possível estabelecer conclusões sobre o desempenho das crianças desse nível de ensino. Além disso, o fato de 35 das 117 crianças inicialmente avaliadas não terem concluído todas as atividades merece atenção. Como o presente trabalho analisa um estudo piloto, estudos posteriores poderão investigar de forma sistemática os motivos da não conclusão e sua possível relação com idade, nível de ensino, extensão da aplicação ou características das próprias tarefas.

Na comparação do desempenho total entre as idades, o teste de Kruskal-Wallis indicou diferença estatisticamente significativa entre os grupos, $X^2(2) = 9,47$, $p = 0,009$, $\varepsilon^2 = 0,120$. A análise post hoc pelo teste de Dunn mostrou que as crianças de 7 anos (mediana = 17,4; IQR = 1,47) apresentaram desempenho significativamente superior às crianças de 5 anos (mediana = 15,8; IQR = 1,91), $z = -2,88$, $p = 0,004$. Não foram identificadas diferenças significativas entre as crianças de 5 e 6 anos ou entre aquelas de 6 e 7 anos.

O resultado indica, portanto, uma diferença entre os grupos etários mais distantes da amostra, mas não uma progressão estatisticamente identificável entre todas as idades consecutivas. Esse achado permite qualificar os resultados inicialmente encontrados no

estudo piloto do De Mão em Mão. Na tese que deu origem ao material, Haesbaert (2025) observou descritivamente um aumento das médias de desempenho em função da idade, passando de aproximadamente 15,5 pontos aos 5 anos para 16,5 aos 6 anos e 17,2 aos 7 anos. Os resultados do presente estudo mostram que essa tendência descritiva não corresponde necessariamente a diferenças estatisticamente significativas entre todas as faixas etárias consecutivas.

Para a comparação por nível de ensino, as duas crianças do nível 4 foram retiradas da análise devido à baixa representatividade desse grupo. O teste U de Mann-Whitney não identificou diferença estatisticamente significativa entre as pontuações totais das crianças do nível 5 e do primeiro ano. O primeiro ano apresentou mediana de 17,1 pontos (IQR = 1,33), enquanto o nível 5 apresentou mediana de 16,8 pontos (IQR = 2,47).

Entretanto, a análise do desempenho nas tarefas identificou uma diferença significativa em Mostrando com os dedos – nível III ($U = 343$, $p < 0,001$). Todas as crianças do primeiro ano alcançaram a pontuação máxima nessa atividade, enquanto as crianças do nível 5 apresentaram mediana de 0,75 ponto (IQR = 0,25). Esse resultado é especialmente interessante porque indica que, apesar da semelhança entre os grupos na pontuação total, determinadas características das tarefas podem apresentar maior sensibilidade às diferenças de desempenho.

O material apresenta três tarefas relacionadas à contagem com os dedos. As duas primeiras envolvem principalmente a correspondência entre quantidades, números e configurações dos dedos, mobilizando o princípio de correspondência um a um (KRAJEWSKI & SCHNEIDER, 2009) e a associação entre a quantidade representada e a sequência numérica verbal. A tarefa Mostrando com os dedos – nível III, por sua vez, acrescenta demandas relacionadas à adição, subtração, decomposição e comparação de quantidades.

Além da demanda aritmética, essa tarefa apresenta enunciados verbais mais longos e situações-problema, como “como se pode dividir essas folhas entre esses dois animais?” ou “quantas laranjas esse animal carregou a mais que o outro?”. Para responder, a criança precisa compreender a situação apresentada, identificar a relação numérica envolvida, realizar a operação solicitada e reconhecer sua representação por meio dos dedos. A atividade, portanto, parece exigir uma articulação mais complexa entre linguagem, raciocínio aritmético e representação corporal da quantidade.

Esse resultado pode ajudar a compreender por que a tarefa foi mais sensível às diferenças entre nível 5 e primeiro ano. Entretanto, não é possível afirmar, a partir dos dados disponíveis, qual dessas demandas explica a diferença observada. A hipótese de participação da linguagem é relevante, mas habilidades linguísticas não foram analisadas especificamente neste estudo. Da mesma forma, idade e escolarização estão parcialmente sobrepostas na composição dos grupos. Estudos posteriores poderão investigar em que medida a complexidade verbal, as demandas aritméticas e a integração entre diferentes formas de representação numérica contribuem para o desempenho nessa atividade.

A interpretação dessa tarefa também pode ser aproximada da perspectiva da cognição corporificada que fundamenta o material. Estudos sobre aprendizagem matemática têm

destacado que a construção dos conceitos numéricos envolve a integração entre experiências sensório-motoras, linguagem, percepção, ação e representação simbólica, e que os dedos podem funcionar como recurso para a articulação entre diferentes formas de representação numérica. Nessa direção, a maior sensibilidade da tarefa de nível III pode estar relacionada não apenas ao aumento isolado de sua dificuldade, mas à necessidade de coordenar simultaneamente diferentes recursos para solucionar o problema.

Outro resultado importante foi a concentração das pontuações na parte superior da escala. Tanto as crianças do nível 5 quanto as do primeiro ano apresentaram medianas próximas à pontuação máxima de 18 pontos, caracterizando um efeito teto. Esse resultado reduz a variabilidade entre os participantes e, consequentemente, a capacidade da pontuação total de diferenciar crianças com desempenhos mais elevados.

O efeito teto já havia sido identificado no estudo piloto original do material. Haesbaert (2025) observou concentração de participantes próximos à pontuação máxima e indicou a necessidade de ajustes capazes de diferenciar melhor as crianças com desempenho mais avançado. Os resultados do presente estudo reforçam essa observação e acrescentam que, embora a pontuação total apresente baixa capacidade de discriminação entre nível 5 e primeiro ano, uma tarefa de maior complexidade foi capaz de diferenciar esses grupos.

Nesse sentido, o efeito teto não representa apenas uma limitação da análise, mas constitui um resultado relevante de um estudo piloto cujo objetivo é contribuir para o aperfeiçoamento do material. Algumas tarefas podem ser adequadas para identificar habilidades já consolidadas, mas pouco sensíveis para diferenciar níveis mais avançados de desempenho. A revisão do material poderá, portanto, considerar diferentes graus de complexidade das tarefas e maior diversidade de respostas possíveis, permitindo identificar não apenas se a criança acerta ou erra, mas também as estratégias utilizadas e os tipos de erro apresentados.

A própria composição da pontuação total merece ser examinada em estudos posteriores. A primeira e a última atividades são pontuadas predominantemente pelo engajamento e apresentam elevada frequência de pontuação máxima. Embora essas atividades possam desempenhar funções importantes na organização da aplicação e na participação das crianças, sua contribuição para a diferenciação dos níveis de desempenho matemático parece limitada. Estudos posteriores poderão avaliar se essas atividades devem permanecer na composição do escore total ou se podem ser utilizadas prioritariamente como indicadores qualitativos de participação.

Em conjunto, os resultados mostram que o De Mão em Mão foi sensível à diferença de desempenho entre crianças de 5 e 7 anos, mas não diferenciou as faixas etárias consecutivas nem as crianças do nível 5 e do primeiro ano por meio da pontuação total. Por outro lado, uma tarefa que articula contagem com os dedos, operações aritméticas, compreensão verbal e diferentes formas de representação numérica mostrou-se sensível à diferença entre os dois níveis de ensino. Esses achados, associados à identificação do efeito teto, oferecem indicações concretas para o aprimoramento do material.

Na perspectiva da cognição corporificada, esses resultados também reforçam a importância de compreender a aprendizagem matemática para além da execução de

operações isoladas. A construção dos conhecimentos numéricos envolve relações entre corpo, linguagem, ação e sistemas simbólicos que se transformam ao longo do desenvolvimento e das experiências escolares. Nesse sentido, o estudo piloto contribui não apenas para identificar diferenças no desempenho das crianças, mas para compreender quais características das tarefas podem torná-las mais sensíveis a diferentes momentos do desenvolvimento das habilidades matemáticas.

Conclusão

Os resultados deste estudo permitiram aprofundar a análise dos dados obtidos no estudo piloto do material De Mão em Mão, identificando diferenças no desempenho das crianças e aspectos relevantes para o aprimoramento do próprio material. A análise por idade mostrou diferença significativa entre crianças de 5 e 7 anos, embora essa diferença não tenha sido observada entre faixas etárias consecutivas. Na comparação entre nível 5 e primeiro ano, não foram encontradas diferenças na pontuação total.

Um dos principais achados foi a diferença entre nível 5 e primeiro ano na tarefa Mostrando com os dedos – nível III. Por articular contagem com os dedos, operações aritméticas, compreensão verbal e diferentes formas de representação numérica, essa atividade parece apresentar maior sensibilidade às diferenças entre os grupos. O resultado é compatível com os pressupostos da cognição corporificada, segundo os quais a construção dos conhecimentos matemáticos envolve relações entre corpo, ação, linguagem e sistemas simbólicos.

A análise também identificou efeito teto na pontuação total, indicando a necessidade de ajustes que ampliem a capacidade do material de diferenciar crianças com desempenhos mais avançados. Por se tratar de um estudo piloto, esses resultados devem ser interpretados considerando a distribuição desigual dos participantes, a relação entre idade e escolarização e a baixa representação do nível 4. Estudos posteriores, com amostras maiores e mais diversificadas, poderão avaliar de forma mais precisa a sensibilidade do material e orientar seu aperfeiçoamento.

Para além do desenvolvimento do De Mão em Mão, o estudo se insere no desafio de enfrentamento das dificuldades persistentes na aprendizagem da matemática no Brasil. A construção de recursos acessíveis ao contexto escolar, capazes de auxiliar professores na identificação das habilidades consolidadas e daquelas que ainda necessitam de mediação, pode contribuir para práticas de avaliação formativa e intervenção pedagógica. Essa perspectiva se aproxima das políticas públicas brasileiras voltadas ao fortalecimento da educação matemática, que reconhecem a importância da avaliação da aprendizagem, dos recursos pedagógicos e do apoio ao trabalho docente.

Assim, a contribuição deste estudo não se limita à identificação de diferenças quantitativas entre as crianças. Ao investigar em quais condições o material se mostra mais ou menos sensível ao desempenho, o trabalho oferece elementos para seu aprimoramento e para a produção de recursos de avaliação e intervenção que aproximem o conhecimento científico das necessidades concretas da escola, contribuindo para o enfrentamento dos desafios da educação matemática brasileira.

Referências

FIELD, Andy. Descobrindo a estatística usando o SPSS. Tradução de Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, M. et al. You can count on your fingers: Finger-based intervention improves first-graders' arithmetic learning. Journal of Experimental Child Psychology, v. 244, p. 105934, ago. 2024.

FLICK, U. Introdução a Metodologia de Pesquisa: Um Guia para Iniciantes. 1. ed. São Paulo: Penso, 2013.

HAESBAERT, R. W. Tradução e adaptação transcultural para o português/Brasil do Protocolo Wie Finger Zahlen Helfen. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

HAESBAERT, R. W.; HAZIN, I. De mão em mão: material de apoio ao professor. Rio de Janeiro: [s. n.], 2026. 114 p. ISBN 978-65-83875-13-6.

KRAJEWSKI, K.; SCHNEIDER, W. Early development of quantity to number-word linkage as a precursor of mathematical school achievement and mathematical difficulties: Findings from a four-year longitudinal study. Learning and Instruction, v. 19, n. 6, p. 513–526, dez. 2009.

NOËL, M.-P. Finger gnosia: a predictor of numerical abilities in children? Child Neuropsychology, v. 11, n. 5, p. 413–430, 16 out. 2005.

OECD. PISA 2022 Results (Volume I). [s.l.] OECD, 2023.

R CORE TEAM (2025). R: A Language and environment for statistical computing. (Version 4.5) [Computer software]. Retrieved fromhttps://cran.r-project.org. (R packages retrieved from CRAN snapshot 2025-05-25).

ROESCH, S.; MOELLER, K. Considering digits in a current model of numerical development. Frontiers in Human Neuroscience, v. 8, n. JAN, 13 jan. 2015.

SHAPIRO, S. S., & WILK, M. B. (1965). An analysis of variance test for normality (complete samples). Biometrika, 52(3/4), 591–611.

THE JAMOVI PROJECT (2025). jamovi. (Version 2.7) [Computer Software]. Retrieved fromhttps://www.jamovi.org.

WASNER, M. et al. Finger gnosis predicts a unique but small part of variance in initial arithmetic performance. Journal of Experimental Child Psychology, v. 146, p. 1–16, 1 jun. 2016.

WILSON, M. Six views of embodied cognition. Psychonomic Bulletin & Review, v. 9, n. 4, p. 625–636, dez. 2002.

WYNN, K. Children's understanding of counting. Cognition, v. 36, n. 2, p. 155–193, 1990.

Anexos



Tabela 1



Tabela 2



Tabela 3

CÓDIGO: HS0738

AUTOR: AICROM DOS SANTOS FEITOZA

ORIENTADOR: RAQUEL FARIAS DINIZ

TÍTULO: Impactos psicossociais das energias eólicas: um olhar sobre a produção científica nacional e internacional

Resumo

O presente relatório descreve as atividades de Iniciação Científica desenvolvidas junto ao Observatório Brasileiro de Psicologia Ambiental Latino-Americana (ObPALA) em colaboração com o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN) da UFRN, no período de setembro de 2025 a agosto de 2026. O projeto de pesquisa adota uma abordagem mista e longitudinal e visa analisar a extensão dos impactos psicológicos e neuropsicológicos (cognição, sono, afetividade e territorialidade) associados à presença de empreendimentos eólicos em comunidades do Rio Grande do Norte. Contudo, devido à fase de planejamento e estruturação do cronograma das atividades de campo do grupo, as etapas empíricas com os participantes não foram iniciadas no período. Durante esse período, minha atuação concentrou-se no aprofundamento teórico em Psicologia Ambiental Crítica e na colaboração direta com a revisão sistemática de mestrado intitulada “Insustentabilidade socioambiental e parques eólicos onshore: uma revisão systematic”, conduzida pelo pesquisador Saulo Medeiros. Essa inserção viabilizou o aprendizado e a aplicação do Protocolo PRISMA (Page et al., 2021), a utilização do software Rayyan e o manejo das bases de dados SciELO e Periódicos CAPES. A experiência proporcionou saberes acerca do processo de coleta de dados, capacidade de organização de dados bibliográficos e aprendizado sobre a fundamentação da relação entre transição energética e saúde mental coletiva (Martín-Baró, 1984, 1998).

Palavras-chave: Psicologia Ambiental Crítica; Energia Eólica; Território.

TITLE: Psychosocial Impacts of Wind Energy: An Overview of National and International Scientific Production

Abstract

This report describes Scientific Initiation activities developed at the Brazilian Observatory of Latin American Environmental Psychology (ObPALA), in collaboration with the Research and Extension Laboratory in Neuropsychology (LAPEN) of the UFRN, from September 2025 to August 2026. The research adopts a mixed-methods and longitudinal approach to analyze psychological and neuropsychological impacts

(cognition, sleep, affectivity, and territoriality) associated with wind energy developments in communities in Rio Grande do Norte, Brazil. Due to the planning and structuring of the group's fieldwork, empirical activities with participants were not initiated during this period. Thus, the activities focused on theoretical development in Critical Environmental Psychology and collaboration in the master's systematic review "Socio-environmental Unsustainability and Onshore Wind Farms," conducted by researcher Saulo Medeiros. This experience enabled learning and application of the PRISMA Protocol (Page et al., 2021), use of Rayyan, and management of SciELO and CAPES Journals databases. It also contributed to learning about data collection, bibliographic organization, and the relationship between energy transition and collective mental health (Martín-Baró, 1984, 1998).

Keywords: Critical Environmental Psychology; Wind Energy; Territory.

Introdução

Meu processo como estudante em iniciação científica teve início no dia 17 de setembro de 2025. Minha participação no ObPALA (Observatório Brasileiro de Psicologia Ambiental Latino-Americana) foi marcada por encontros entre membros do grupo para a discussão de temas da psicologia ambiental dentro da lente teórica do observatório. Autores como Little (2004) e Santos (2007) tornaram-se figuras-chave para o direcionamento crítico da psicologia ambiental no contexto latino-americano.

Temas como território e a relação pessoa-ambiente são compreendidos como dimensões inseparáveis da constituição dos sujeitos. A compreensão dos atravessamentos que o território proporciona às comunidades e suas implicações em terras latinas são assuntos recorrentes na psicologia ambiental crítica (Diniz & Minchoni, 2025). Para entender como essa relação ocorre na América Latina, é inevitável analisar as condições históricas que produziram conflitos territoriais fundados na colonialidade (Quijano, 2005), cujas heranças perpetuam disputas contemporâneas no cenário dos empreendimentos eólicos.

Após essa etapa de aprofundamento teórico, fui inserido como colaborador na pesquisa do mestrando Saulo Medeiros, intitulada "Insustentabilidade socioambiental e parques eólicos onshore: uma revisão sistemática". Nesse cenário, pude me aprofundar na necessidade de repensar e em como problematizar as implementações das energias renováveis nas terras potiguares, frequentemente difundidas sob o discurso hegemônico e neoliberal de "energia limpa", no entanto, produzem impactos psicossociais e territoriais nas populações afetadas. Como as atividades de campo do projeto de IC vinculado aos empreendimentos eólicos encontravam-se em fase de planejamento, minha prática de pesquisa concentrou-se no suporte à essa revisão sistemática a partir de fevereiro de 2026 e mantém-se em andamento.

Paralelamente, o projeto de Iniciação Científica no qual estou vinculado prevê investigar os impactos socioambientais e neuropsicológicos decorrentes do avanço dos parques eólicos no estado do Rio Grande do Norte, estado líder na produção dessa matriz no país (Alonso et al., 2024). A pesquisa propõe-se a analisar como as transformações territoriais interferem em dimensões como cognição, sono, afetividade,

saúde mental e vínculos comunitários, problematizando condições descritas na literatura como a Síndrome da Turbina Eólica e a Doença Vibroacústica.

O objetivo Geral é analisar a extensão dos impactos psicológicos e neuropsicológicos causados em comunidades locais por empreendimentos eólicos no Rio Grande do Norte, com foco na cognição, sono, afetividade, bem como nas implicações subjetivas, simbólicas e afetivas nos processos de territorialidade das comunidades afetadas.

Objetivos Específicos:

Mapear a produção científica, em formato de artigos, que aborda os impactos psicossociais das energias renováveis em contexto nacional e internacional.

Analisar fatores biométricos (quantitativos) referentes aos artigos identificados no mapeamento da produção.

Metodologia

Delineamento e Procedimentos Previstos no Projeto O projeto no qual este plano de trabalho se insere prevê uma abordagem mista, com triangulação de dados quantitativos e qualitativos, composta em dois eixos analíticos: uma etapa transversal e uma etapa longitudinal de acompanhamento ao longo de três anos.

Os procedimentos do projeto englobarão a aplicação de instrumentos para avaliação do sono, desempenho cognitivo e dimensões emocionais, combinados a métodos de observação participante, entrevistas e histórias de vida. As análises quantitativas preveem estatística descritiva e inferencial via software SPSS/R, enquanto os dados qualitativos serão submetidos à Análise Temática de Braun e Clarke (2006).

Os procedimentos adotados para a revisão sistemática conduzida neste plano de trabalho foram pautados no Protocolo PRISMA (Page et al., 2021).

Resultados e Discussões

A vivência nas reuniões e discussões do ObPALA permitiu consolidar o entendimento do território não apenas como espaço físico ou como fonte de recurso, mas como dimensão simbólica, afetiva e indissociável da constituição da existência humana. A articulação entre autores como Santos (2007) e Little (2004) fundamentou a crítica às contradições da transição energética no RN, demonstrando como a instalação de parques eólicos pode gerar insegurança fundiária, assim como impactos psicossociais nas comunidades locais.

A colaboração na pesquisa de Saulo Medeiros viabilizou a familiarização com o Protocolo PRISMA (Page et al., 2021) e o uso da ferramenta Rayyan, que evidenciaram a importância de critérios explícitos e replicáveis para a seleção de literatura. Essa prática permitiu observar o estado da arte das pesquisas sobre os impactos socioambientais de parques eólicos onshore e identificar lacunas na literatura científica acerca desses impactos postos de maneira sistematizada.

Durante o período coberto por este relatório, as etapas empíricas de campo (coleta com participantes em Macambira e Serra Verde) permaneceram em fase de estruturação e planejamento logístico pelo grupo de pesquisa. Dessa forma, a atuação esteve concentrada na formação metodológica bibliográfica em colaboração com a revisão sistemática do mestrando Saulo Medeiros.

As atividades compreenderam: Grupo de Estudos sobre fontes renováveis, impactos socioambientais, processos de despossessão (Harvey, 2004) e Psicologia Ambiental Crítica; manejo de bases de dados, realização de buscas sobre o funcionamento das plataformas SciELO e Periódicos CAPES; e o estudo da ferramenta de sistematização, posto em prática nas diretrizes do Protocolo PRISMA (Page et al., 2021) e utilização do software Rayyan para revisões dos dados selecionados dentro do levantamento, com a aplicação de critérios de inclusão/exclusão e leitura na íntegra de estudos, resultando em 950 artigos selecionados.

Fica registrado que as etapas empíricas previstas no plano de trabalho, como a aplicação de testes cognitivos, inventários de sono, entrevistas e observação participante nas comunidades de Macambira e Serra Verde, não foram executadas no período delimitado, permanecendo resguardadas à medida que o cronograma do grupo seja efetivado.

Conclusão

Meu período de Iniciação Científica no ObPALA reforçou a relevância de investigar os impactos das energias renováveis a partir de uma postura crítica, que posicione o bem-estar psicológico, a saúde e o território das comunidades locais no centro do debate sobre sustentabilidade.

Embora a etapa de campo não tenha sido iniciada, a experiência acumulada na revisão sistemática e nas discussões do observatório garantiu uma sólida base metodológica e conceitual. O aprendizado do Protocolo PRISMA (Page et al., 2021) e o manuseio de softwares de triagem bibliográfica capacitaram minha formação para o avanço dos estudos em Psicologia Ambiental.

Para a continuidade da Iniciação Científica, é aguardada a execução das etapas empíricas planejadas (eixo transversal e longitudinal), visando gerar dados científicos aplicados que possam dar sustento a fiscalizações, controle social e políticas públicas voltadas à saúde, educação e justiça ambiental no estado do Rio Grande do Norte.

Referências

Alonso, P., Souza, L. M., & Freitas, T. C. (2024). Panorama da energia eólica no Brasil: Dados e perspectivas. Instituto Nacional de Energia Renovável.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101.

Diniz, R. F., & Minchoni, T. (2025). Aportes do pensamento de Milton Santos para uma psicologia espacializada e cidadã. In T. M. Farias & P. H. A. Costa (Orgs.), De frente para o quarto de despejo: Contribuições do pensamento social brasileiro para uma psicologia brasileira (1ª ed., pp. 222–245). Lutas Anticapital.

Harvey, D. (2004). O "novo" imperialismo: Sobre a reconfiguração do território e do capital. Tempo Social, 16(1), 41–63.

Little, P. E. (2004). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, 28(1), 251–290.

Martín-Baró, I. (1984). Guerra y salud mental. Estudios Centroamericanos, 39(429/430), 503–514.

Martín-Baró, I. (1998). Psicología de la liberación (A. Blanco, Ed.). Editorial Trotta.

Page, M. J., *et al*. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, 372, Article n71.

CÓDIGO: HS0740

AUTOR: MARIA EDUARDA OLIVEIRA CARVALHO

ORIENTADOR: JANAINA WEISSHEIMER

TÍTULO: Bilinguismo e Biliteracia sob as lentes da análise de grafos: Investigando a conectividade de fala em L1 e L2 na oralidade de crianças bilíngues

Resumo

O bilinguismo e a biliteracia vem se expandindo no cenário mundial, o que acaba atingindo a educação brasileira e pesquisas acerca do tema se tornam essenciais. O presente estudo avança as discussões feitas por Costa et al. (2023) e tem como objetivo analisar o desenvolvimento da conectividade de fala na oralidade na L1 (Português) e na L2 (Inglês) de crianças que passam por escolarização bilíngue, comparando turmas de 1º ano (n = 42) e 5º ano (n = 33) do Ensino Fundamental 1. A coleta dos dados foi realizada por meio da plataforma Mobile Brain, que registrou as narrativas orais e produziu grafos a partir delas, calculando os atributos de grafo de conectividade longa (LSC) e conectividade curta (RE), LSC correspondendo ao maior conjunto de elementos da produção que se encontra fortemente conectado e RE correspondendo à recorrência de repetições das palavras no discurso. Os resultados obtidos demonstraram um avanço positivo e paralelo na conectividade de fala na oralidade ao longo da escolarização bilíngue, confirmando a hipótese do estudo e mostrando que a escolarização bilíngue favorece o desenvolvimento da conectividade de fala.

Palavras-chave: Bilinguismo. Biliteracia. Conectividade de fala. Análise de grafos.

TITLE: Bilingualism and biliteracy through the lens of graph analysis: Investigating speech connectedness in L1 and L2 in the oral production of bilingual children

Abstract

Bilingualism and biliteracy have been expanding worldwide, which ends up affecting Brazilian education, and research on the topic becomes essential. The present study advances the discussions made by Costa et al. (2023) and aims to analyze the development of speech connectedness in oral production in L1 (Portuguese) and L2 (English) of children who attend bilingual education, comparing Year 1 (n = 42) and Year 2 (n = 33) of Elementary School. Data collection was carried out through the platform Mobile Brain,

which recorded the oral narratives and produced graphs from them, calculating the graph attributes of long connectedness (LSC) and short connectedness (RE), with LSC corresponding to the largest strongly connected component and RE corresponding to the recurrence of word repetitions in the speech. The results obtained demonstrated a positive and parallel advancement in speech connectedness in oral production throughout bilingual education, confirming the hypothesis of the study and showing that bilingual education promotes the development of speech connectedness.

Keywords: Bilingualism. Biliteracy. Speech connectedness. Graph analysis.

Introdução

É perceptível que o bilinguismo e a valorização do conhecimento em várias línguas vem crescendo no cenário mundial, e, por isso, o estudo de uma segunda língua ganha relevância social nesse cenário globalizado (Crystal, 2003). O conceito de biliteracia ocupa um lugar fundamental, pois é o desenvolvimento simultâneo das habilidades linguísticas na L1 e na L2. Segundo Resende (2023), estima-se que aproximadamente 1,2 mil instituições brasileiras já ofereçam algum tipo de programa bilíngue, contribuindo para a formação bilíngue e para o desenvolvimento da biliteracia no contexto nacional.

Por causa da expansão desses espaços, as crianças possuem contato frequente com a língua desde os anos iniciais na escola. Diante disso, o domínio da língua inglesa não se torna essencial apenas para fins comunicativos, mas também um diferencial no desenvolvimento de habilidades cognitivas e metalinguísticas (Bialystok, 2007; García, 2009). Por isso, torna-se relevante investigar e compreender como a experiência bilíngue se manifesta na oralidade e habilidades linguísticas do aluno.

Em instituições bilíngues que seguem metodologias de imersão parcial e alfabetização simultânea, como o modelo CLIL (Content and Language Integrated Learning), a criança é inserida em um ambiente onde existe a presença simultânea da língua materna (L1) e a língua adicional (L2) desde o início da escolarização, por este motivo é necessário investigar como a oralidade se desenvolve nas duas línguas. Embora pesquisas indiquem que a aprendizagem de uma segunda língua seja benéfica para o desempenho geral da pessoa bilíngue (Escamilla et al. 2014) e que, de acordo com a Hipótese da Interdependência (Cummins, 1981, 2017) exista a transferência de conteúdos e habilidades entre as línguas do falante, o que acaba ajudando no desenvolvimento daquele indivíduo bilíngue, também é necessário analisar de forma mais profunda e contextualizada como as habilidades específicas (reading, writing, listening, speaking) desse aluno se organizam nos diferentes estágios escolares.

Ao considerar a importância da fala para a comunicação oral, é preciso observar como essa habilidade é desenvolvida em um contexto bilíngue a fim de entender como se expressam os alunos desse contexto, e como a L1 e a L2 se comportam em função da coexistência uma da outra. Levando em conta o contexto da escolarização bilíngue, Costa et al. (2023) analisam a conectividade de fala em crianças bilíngues e demonstram que há uma correlação positiva entre a conectividade de fala e o desempenho em leitura nas duas línguas. É interessante observar que o estudo sugere que as duas línguas se desenvolvem por caminhos distintos, porém inter-relacionados. Algo que é importante também ressaltar é que o estudo traz, ao contrário do que muitos acham, que a biliteracia

simultânea não prejudica o desenvolvimento linguístico; ao contrário, promove uma relação bidirecional em que ambas as línguas se apoiam mutuamente, como afirmado por Cummins (2017).

A investigação sobre a conectividade de fala em contextos bilíngues tem sido desenvolvida a partir de abordagens que unem dados empíricos e análises computacionais, como a análise de grafos. Estudos recentes têm utilizado tais ferramentas para investigar essa conectividade. Conforme apontam Botezatu et al. (2022), a experiência com a linguagem molda o amadurecimento gradual da fala tanto na L1 quanto na L2. Aspectos estruturais, como a conectividade de narrativas espontâneas, revelam esse progresso ao longo do desenvolvimento, sendo um indicador importante da aquisição linguística. Além disso, o estudo aponta que níveis mais baixos de conectividade de fala na L2 estão associados a estágios iniciais de aprendizagem, o que está diretamente relacionado a limitações no vocabulário e no acesso lexical. A aferição computacional da conectividade de fala, através da análise de grafos, contribui significativamente ao oferecer uma forma objetiva de analisar o desenvolvimento da oralidade.

Metodologia

OBJETIVO: A partir dessa perspectiva, o presente estudo busca agregar contribuições significativas acerca dos benefícios da escolarização bilíngue, evidenciando os efeitos da biliteracia sobre um dos aspectos da fala em crianças no decorrer do ensino fundamental: a conectividade. O presente estudo avança as discussões feitas por Costa et al. (2023), pois se propõe a analisar a conectividade de fala em crianças do 1º Ano e 5º Ano do Ensino Fundamental.

PERGUNTA DE PESQUISA: A conectividade de fala se desenvolve paralelamente na oralidade em L1 e L2 de crianças que passam por escolarização bilíngue?

HIPÓTESE: Esperamos encontrar evidências de que a conectividade da fala na oralidade em L1 e L2 se desenvolve em paralelo nas duas línguas, com a L1 se destacando por ser a língua materna, a partir de medidas de conectividade longa (LSC) e curta (RE).

Esta pesquisa é de natureza quantitativa, pois se apoia na coleta e na análise de dados numéricos obtidos por meio da plataforma Mobile Brain, disponível em: <https://www.mobilebrain.com.br>. De acordo com Gil (2022), uma pesquisa quantitativa utiliza instrumentos estatísticos na coleta e na análise de dados, assim como será feito na pesquisa.

Participantes

A pesquisa contou com o total de 75 crianças elegíveis de duas turmas distintas, sendo 42 alunos de anos iniciais (Year 1 - alfabetização) e 33 alunos de anos finais do Ensino Fundamental (Year 5 - último estágio do fundamental I) com idade de 6 e 10 anos. A pesquisa teve também 19 crianças inelegíveis, a causa da inelegibilidade sendo tanto por

optarem por não participar da pesquisa quanto por algumas crianças serem não verbais, sendo 13 alunos de anos iniciais e 6 alunos de anos finais, como mostrado no Quadro 1.

Instrumentos e Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Para a realização da etapa de coleta de dados da pesquisa, o proponente solicitou que os responsáveis pelos estudantes assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a participação de seus filhos na pesquisa. Esse termo foi enviado às famílias por meio da agenda eletrônica da escola, junto com todas as informações sobre o estudo e a possibilidade de aceitação ou não da participação. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Após a autorização dos pais ou responsáveis, o projeto foi apresentado às crianças e, em seguida, foram iniciados os procedimentos para a coleta de dados.

Nessa ocasião, as responsáveis pela pesquisa fizeram a leitura do documento com os alunos, explicando cada parte, esclarecendo eventuais dúvidas e orientando-os sobre os procedimentos da pesquisa. Os estudantes foram informados de que a assinatura do termo era voluntária. Todos os responsáveis legais assinaram o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), e as crianças participaram voluntariamente e puderam se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Como instrumento de coleta e análise, foi utilizada a plataforma Mobile Brain, uma ferramenta que registra produções orais e realiza a análise de grafos por meio de números. A plataforma gravou as narrativas produzidas pelos participantes e, posteriormente, converteu automaticamente essas produções em grafos, possibilitando o cálculo das medidas de conectividade da fala utilizadas nesta pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio do registro em áudio das produções orais dos participantes nas duas línguas (L1 - português e L2 - inglês). Os participantes foram convidados individualmente a ir para uma sala com uma das pesquisadoras e produzir histórias/narrativas espontâneas a partir de três imagens apresentadas na plataforma digital Mobile Brain. As imagens serviram como estímulo para a elaboração das histórias, sem imposição de roteiro ou limite de criatividade, possuindo três temas neutros, sendo estes doces, bebês e cachorros. Permitindo assim, que cada participante organizasse seu discurso de forma livre e espontânea.

A ordem de realização das tarefas foi definida de forma aleatória. Dessa forma, parte dos participantes realizou inicialmente a narrativa em português e, no segundo dia, em inglês, enquanto os demais seguiram a ordem inversa. Esse procedimento de randomização teve como objetivo reduzir efeitos de ordem e previsibilidade, aumentando a confiabilidade dos dados obtidos. As gravações das produções orais convertidas em dados pela plataforma (Figuras 1-5) permitiram a comparação entre produções em L1 e L2 e entre os dois grupos escolares para a análise das medidas de conectividade da fala.

Resultados e Discussões

Esta seção apresenta as análises dos dados coletados através da plataforma Mobile Brain. A análise da conectividade da fala foi realizada, inicialmente, a partir do indicador LSC (Largest Strongly Connected Component) e RE (Repeated Edges), dois atributos de grafo. A LSC corresponde ao maior conjunto de elementos da produção que se encontra fortemente conectado, isto é, os pares de nós estão não apenas conectados por algum caminho possível como também por um caminho de ida e volta, permitindo observar como as relações entre diferentes palavras são organizadas e mantidas ao longo da produção oral. Já a RE corresponde à recorrência de repetições das palavras, indicando se o participante recorre muito à repetição dos pares de palavras (Mota, 2013). Em geral, espera-se que as crianças produzam mais conectividade longa (LSC) e menos recorrências curtas (RE) ao longo do Ensino Fundamental 1, nas duas línguas.

A Tabela 1 mostra de maneira mais detalhada as médias dos valores de LSC e RE das turmas de 1º e 5º ano do Ensino Fundamental 1.

A Tabela 1 mostra as médias descritivas dos atributos de conectividade de fala longa (LSC) e de conectividade de fala curta (RE) nas produções orais dos participantes do 1º e do 5º ano na L1 e L2. Para poder interpretar esses dados, consideramos que valores maiores de LSC e valores mais baixos de RE estão associados a uma maior conectividade das produções.

Diante desse cenário, na L1, a média de LSC aumentou de 16,25 no 1º ano para 17,16 no 5º ano, enquanto a média de RE diminuiu de 1,78 para 0,97. Na L2, também foi observado um aumento na média de LSC comparando os dois anos, o aumento foi de 15,51 no 1º ano para 16,51 no 5º ano, com a RE também diminuindo, indo de 3,45 para 1,54. Dessa forma, os dados mostram que o 5º ano apresentou valores mais positivos de conectividade em comparação ao 1º ano nas duas línguas.

O Gráfico 1 mostra os valores de LSC na L1 (português) e na L2 (inglês) do 1º e do 5º ano do Ensino Fundamental 1. É possível observar que, nos dois anos, os valores de LSC, atributo que indica forte conectividade longa, são mais elevados na L1 que na L2, como ilustrado na Tabela 1, o que confirma nossa hipótese de que os participantes teriam números mais elevados em sua língua materna. Observa-se também, na Tabela 1, que a conectividade longa (LSC) é maior no 5º ano em comparação ao 1º ano, nas duas línguas, confirmando nossa hipótese sobre o desenvolvimento desse construto ao longo da escolarização.

Já o Gráfico 2 mostra os valores de RE também na L1 (português) e na L2 (inglês) do 1º e do 5º ano do Ensino Fundamental 1. No gráfico, é possível enxergar que o 1º ano recorre mais à repetição das palavras nas duas línguas, tendo a média de RE tanto na L1 quanto na L2 (como ilustrado na Tabela 1), maiores que as do 5º ano. Nos dois anos, a repetição de palavras é menor na L1, como previsto, confirmando também a nossa hipótese de que ocorreria o desenvolvimento do construto ao longo da escolarização bilíngue.

Esses avanços na L1 e na L2 no aumento da LSC e na diminuição da RE ao longo dos anos fazendo parte de um programa bilíngue acabam dialogando com a Hipótese da Interdependência (Cummins, 1981, 2017), trazida anteriormente, a qual afirma que a L1 cria uma base para a L2 e acaba ocorrendo a transferência de conhecimento entre as duas línguas. Esse processo pode ter ajudado na conectividade de fala das crianças, pois nossas hipóteses foram confirmadas e houve avanço nos dois atributos de grafo analisados.

Além disso, é importante mencionar que o RE mais alto presente no 1º ano não é sem motivo. Esses valores encontrados, especificamente na L2, acabam funcionando também como uma estratégia nessa fase inicial do Ensino Fundamental 1, visto que esses dados vão de encontro ao apontamento feito por Botezatu et al. (2022) de que crianças mais novas têm níveis de conectividade mais baixos por terem limitações de vocabulário e acesso lexical, o que acaba ficando mais evidente quando eles precisam produzir narrativas espontâneas, como as que foram produzidas neste estudo.

As Figuras 6 e 7 apresentam grafos que representam a conectividade de fala na oralidade de duas crianças diferentes, ambas na L2 (inglês). Na Figura 6, é possível visualizar uma criança de 5º ano com uma conectividade de fala longa (LSC) alta, por isso o grafo possui mais nós (representação de palavras) e arestas (conexão entre as palavras - nós), o que cria uma LSC: 60, provando que é uma rede de palavras fortemente conectada. Já na Figura 7, temos o grafo de fala de uma criança de 1º ano com uma LSC: 8, sendo uma rede de palavras menos forte pois possui menos nós, menos arestas, e, consequentemente, menos conexão de fala. Com isso, nota-se, mesmo a análise sendo feita com duas crianças diferentes, que os anos em escolarização bilíngue fazem efeito e que essas crianças realmente desenvolvem a conectividade de fala, tendo um discurso mais coeso e conexo conforme avançam os anos escolares.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo investigar se a conectividade de fala se desenvolve paralelamente na oralidade em L1 e L2 de crianças que passam por escolarização bilíngue, comparando resultados de turmas de 1º e 5º ano do Ensino Fundamental 1. Os dados foram coletados a partir da plataforma Mobile Brain e foram transformados em grafos. Os atributos de grafo analisados na pesquisa foram LSC (Largest Strongly Connected Component), atributo que mede a conectividade de fala longa e RE (Repeated Edges), atributo que mede a conectividade de fala curta (Mota., 2013). Os dois atributos medem a conectividade de fala da criança, assim conseguimos enxergar se houve mudanças na organização do pensamento e da fala.

Na análise, foi possível observar que os alunos do 5º ano obtiveram resultados mais elevados do que os alunos do 1º ano na parte de LSC e valores menores de RE, como esperado pois LSC mais elevado e RE mais baixo significa um discurso mais fortemente conectado, e era esperado que crianças com mais anos de escolarização bilíngue atingissem esse resultado, pois como afirma Botezatu et al. (2022), crianças mais novas possuem limitações de vocabulário e acesso lexical, por isso os anos de escolarização bilíngue fazem diferença. Além disso, os resultados encontrados corroboram a relevância da utilização da análise de grafos como uma ferramenta para investigar a conectividade da fala em contextos de escolarização bilíngue e ter esses atributos de grafo permitiu que ocorresse uma análise mais objetiva da conectividade de fala na oralidade das crianças.

Para futuros estudos, sugerimos que o estudo seja replicado, mas dessa vez comparando turmas do Ensino Fundamental 2, como alunos no 6º e 9º ano que estejam passando por escolarização bilíngue, comparando inclusive com os dados dessa pesquisa para investigar como a conectividade de fala na oralidade continua se desenvolvendo nos anos

finais do Ensino Fundamental 2 e como é importante que a formação bilíngue seja continuada. Além de que, como trazido anteriormente, a experiência com uma segunda língua está associada ao desenvolvimento de diferentes habilidades linguísticas e cognitivas (Bialystok, 2007).

Referências

BIALYSTOK, Ellen. Language acquisition and bilingualism: Consequences for a multilingual society. Applied Psycholinguistics, v. 28, n. 3, p. 393–409, 2007.

BOTEZATU, Mona R.; WEISSHEIMER, Janaina; RIBEIRO, Marina; GUO, Taomei; FINGER, Ingrid; MOTA, Natália Bezerra. Graph structure analysis of speech production among second language learners of Spanish and Chinese. Frontiers in Psychology, v. 13, art. 949633, p. 1–13, 2022.

BRENTANO, Luciana; FINGER, Ingrid. Biliteracia e Educação Bilingue: Contribuições das Neurociências e da Psicolinguística para a compreensão do desenvolvimento da leitura e escrita em crianças bilíngues. Revista Letrônica, Porto Alegre, v. 13, n. 4, e37528, 2020. Disponível em:https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.4.37528. Acesso em: 10 abr. 2026.

COSTA, Ana Clara; CURY, Larissa; FINGER, Ingrid; MOTA, Natália Bezerra; WEISSHEIMER, Janaina. Two Languages in One Mind: Biliteracy, Speech Connectedness and Reading in 5th Grade Bilingual Children. Ilha do Desterro, Florianópolis, v. 76, n. 3, p. 93–115, 2023.

CRYSTAL, David. English as a global language. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CUMMINS, Jim. The role of primary language development in promoting educational success for language minority students. In: CALIFORNIA STATE DEPARTMENT OF EDUCATION (ed.). Schooling and language minority students: a theoretical framework. Los Angeles: Evaluation, Dissemination and Assessment Center, California State University, 1981. p. 3–49.

CUMMINS, Jim. Teaching for transfer in multilingual school contexts. In: GARCÍA, Ofelia; LIN, Angel M. Y.; MAY, Stephen (eds.). Bilingual and multilingual education. 3. ed. Cham: Springer, 2017. p. 103–116.

ESCAMILLA, Kathy; HOPEWELL, Susan; BUTVILOFSKY, Sandra; SPARROW, Wendy; SOLTERO-GONZÁLEZ, Lucinda; RUIZ-MARTÍNEZ, Manuel; SÁENZ, Olivia. Alfabetização desde o início: alfabetização ao quadrado em ação. Philadelphia: Caslon Publishing, 2014.

GARCÍA, Ofelia. Bilingual education in the 21st century: a global perspective. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LEMKE, Cristiane Ely; WEISSHEIMER, Janaína; MOTA, Natália Bezerra; BRENTANO, Luciana de Souza; FINGER, Ingrid. The Effects of Early Biliteracy on Thought Organisation and Syntactic Complexity in Written Production by 11-Year-Old Children. Language Teaching Research Quarterly, v. 26, p. 1–17, 2021.

MOBILE BRAIN. Mobile Brain: transformando linguagem em tecnologia. [S. l.]: Mobile Brain, 2026. Disponível em:https://www.mobilebrain.com.br/. Acesso em: 10 abr. 2026.

MOTA, Natália Bezerra. Análise de grafos aplicada a relatos de sonhos: ferramenta diagnóstica objetiva e diferencial para psicose esquizofrênica e bipolar. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Neurobiologia Celular e Molecular; Neurobiologia de Sistemas e Cognição; Neurocomputação Neuroengen) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

RESENDE, Brenda Gonçalves de. Mapeamento de escolas públicas bilíngues no Brasil: potencialidades e limites de uma nova tecnologia social. 2023. 150 f. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

Anexos



Quadro 1 – Número de participantes



Figura 1 – Tela inicial da plataforma



Figura 2 – Tela de coleta



Figura 3 – Tela para testar o áudio



Figura 4 – Tela de observação das imagens



Figura 5 – Tela da gravação dos dados



Tabela 1 - Descrição da média dos dados de LSC e RE



Gráfico 1 – Boxplots de descrição da LSC



Gráfico 2 – Boxplots de descrição de RE



Figura 6 - Descrição de grafo - Conectividade de fala na oralidade em L2 (5º ano)

CÓDIGO: HS0762

AUTOR: MAURO GUIMARAES DE CARVALHO ASSUNCAO

ORIENTADOR: CLEMILTON LOPES PINHEIRO

TÍTULO: Operações de escritura como traços de aprendizagem autorregulada: estudo em relatos produzidos por estudantes do ensino fundamental

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar o emprego de operações de adição e exclusão na produção de relatos de estudantes do ensino fundamental para identificar padrões de reescrita e indícios de aprendizagem autorregulada. Foram identificadas 152 operações, distribuídas igualmente entre adições e exclusões, que foram classificadas em duas categorias: de conteúdo e metalinguísticas. Esses resultados indicam que os estudantes concentraram seus esforços principalmente no aprimoramento da organização textual, e da adequação ao gênero e, em segundo plano, no aprimoramento de conceitos. Esses esforços sugerem comportamentos compatíveis com processos de autorregulação da aprendizagem. Conclui-se que a prática de produção e reescrita de textos constitui um ambiente favorável ao desenvolvimento de estratégias autorregulatórias de aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem autorregulada; Escrita; Reescrita; Operações de escritura

TITLE: Writing Operations as Traces of Self-Regulated Learning: A Study of Narratives Produced by Elementary School Students

Abstract

This study aimed to analyze the use of addition and exclusion operations in reports written by elementary school students in order to identify rewriting patterns and indications of self-regulated learning. A total of 152 operations were identified, equally distributed between additions and exclusions, which were classified into two categories: content and metalinguistic. These results indicate that students focused their efforts primarily on enhancing textual organization and genre appropriateness, and secondarily on improving concepts. These efforts suggest behaviors compatible with self-regulated learning processes. It is concluded that the practice of text production and rewriting constitutes a favorable environment for the development of self-regulatory learning strategies.

Keywords: Self-regulated learning; Writing; Rewriting; Writing operations; Eleme

Introdução

Este trabalho insere-se no contexto de um trabalho mais amplo realizado por Pinheiro, (2023), que investiga a relação causal entre a escritura e a aprendizagem. O autor analisou "um conjunto de dados produzidos por estudantes do ensino fundamental anos finais (6o, 7o e 8o anos) que participaram de um projeto de ensino desenvolvido em uma escola pública do município de Fortaleza-Ceará com base na perspectiva Escritura através do currículo" (PINHEIRO, 2023, p. 11), a partir de dois procedimentos principais: "a) identificação, das operações de escritura: adição, exclusão, substituição e deslocamento; b) interpretação da relação entre as operações de escritura e os conhecimentos, as habilidades e competências requeridas na disciplina escolar." (PINHEIRO, 2023, p. 11)

Essa análise foi fundamentada nas perspectivas de Escritura através do currículo:

Neste trabalho, consideramos a necessidade de explicar o estabelecimento de uma relação causal entre a escritura e a aprendizagem escolar/acadêmica. [...] Nesse sentido, pretendemos traçar um diagnóstico sobre a função epistêmica da escritura com base na análise de operações de escritura (exclusão, adição, substituição, deslocamento) presentes em textos de estudantes no ensino fundamental anos finais que participaram de um projeto de ensino desenvolvido com base na perspectiva Escritura através do currículo (ou em outros termos, o enfoque Escrever para aprender). (PINHEIRO, 2023, p. 93)

Essa abordagem se inspira nos dois modelos de composição escrita de Catel (2001), que sugerem a existência de um modelo puramente expositivo e um segundo voltado para a interpretação e transformação do conhecimento. Para Catel, “A escritura pode criar significados e incentivar a mudança conceitual” (Catel, 2001). Ou seja, de acordo com o segundo modelo, ao escrever, o aluno não está apenas pondo no papel informações armazenadas em sua mente, mas está realizando um processo ativo de criação e ressignificação de conceitos.

Ainda de acordo com Catel (2001), ao exigir que o aluno coloque os conceitos no papel, a escrita de interpretação (o segundo modelo) permite que ele compreenda e memorize melhor a matéria, o que reafirma a escrita como um recurso fundamental para o aprendizado.

A fim de investigar esse processo, Pinheiro (2023) realiza um estudo que busca examinar o impacto das operações de escritura (adição, exclusão, substituição e deslocamento), buscando identificar indícios de aprendizagem autorregulada durante essas práticas de reescrita nas cinco atividades aplicadas na escola. No entanto, o trabalho não aprofunda a análise nas atividades, de forma isolada, uma vez que analisou de forma holística e optou por não focalizar em uma atividade específica.

Neste trabalho, buscou-se, portanto, mitigar esse limite ao aprofundar a análise de uma fatia específica do corpus (a atividade relato escolar sobre a água). Buscou-se verticalizar a análise por meio de um levantamento de apenas duas das quatro operações escrita: a adição e exclusão, as mais recorrentes.

Portanto, buscou-se responder às seguintes perguntas:

1. Qual a natureza das adições e exclusões?

2. Quais os indícios de aprendizagem autorregulada presentes nessas produções?

Metodologia

Para responder a essas perguntas, foram analisados 11 relatos sobre a temática da Água, feitos por alunos da disciplina de Ciências. Foram identificadas e classificadas todas as ocorrências de adição e exclusão nas duas versões de cada relato (V1 e V2), em dois grupos principais: as operações de conteúdo e as operações de organização textual. em dois grupos: as operações de conteúdo e as de organização textual

As operações de organização textual dizem respeito ao movimento de adequar o texto ao gênero específico (relato escolar), à função do texto, e também diz respeito a aspectos de natureza formal próprios da escrita, desenvolvendo sua proficiência na escrita. As operações de conteúdo por sua vez limitam-se a inserir, remover ou expandir os conceitos, ou seja, mobilizam o conteúdo da disciplina.

Para exemplificar, podemos considerar o seguinte cenário: se um aluno escreve em V1 que "a água é muito importante, porque a água compõe 70% do corpo humano e por isso ela é vital para o homem" e, na reescrita (V2): "a água compõe 70% do corpo humano, por isso é muito importante", o conteúdo permanece o mesmo. No entanto, as operações de adição e, principalmente, de exclusão, atenuaram a redundância, ou seja, um procedimento formal. Neste cenário, o aluno realizou operações de organização textual.

Em cada uma dessas duas grandes categorias foram identificadas subcategorias, conforme a tabela 01.

Resultados e Discussões

Análise de resultados

Partindo do levantamento dos 11 relatos, segue a interpretação quantitativa e qualitativa do conjunto de dados. Essa análise foca em identificar padrões de escrita/reescrita usados pelos estudantes, e os impactos dessas escolhas na construção da versão final dos relatos.

Houve simetria entre o número de adições e exclusões, com 76 adições e 75 exclusões, como pode ser visto no gráfico 01. Em uma interpretação superficial, seria possível interpretar que há um equilíbrio nas operações, que podem indicar que os alunos

entendem a reescrita como algo que supera um mero exercício de “esticar” o texto de forma prolixa, mas esse equilíbrio pode ser enganoso: hipoteticamente, se um relato apresenta 10 exclusões e nenhuma adição, e outro, 10 adições e nenhuma exclusão, também haveria um aparente equilíbrio. Logo, é preciso detalhar esses dados para melhor analisar as operações.

É possível fazer a comparação entre as quantidades de adição e exclusão de cada relato e traçar três perfis prevalentes entre os estudantes: um perfil expansivo (relatos 01 e 10), um de síntese (relatos 02, 06, 07 e 11) e um de equilíbrio, que adicionou e excluiu em praticamente a mesma quantidade (relatos 03, 04, 05, 08 e 09).

A maior parte dos alunos manifestou um perfil equilibrado na reescrita, com saldos entre -1 e +1. Para estes estudantes, a revisão da V1 para V2 não significou um momento de mera expansão ou corte, mas de substituição, reconfiguração. Isto pode ser um indício de que os estudantes reconheceram a reescrita como oportunidade de refino e adequação textual, desenvolvendo suas habilidades de escrita.

Importante notar que o equilíbrio no saldo de adições e exclusões não quer dizer necessariamente equilíbrio no tamanho do texto. Por exemplo, o relato 09 apresentou 4 adições e 4 exclusões, mas V2 ficou da metade do tamanho de V1. Isso porque um grande bloco de texto não redundante foi excluído. Portanto, o impacto de uma operação também depende de seu tamanho, não apenas das frequências, e o estudante do relato 09 pode ser considerado equilibrado nas frequências de adição/exclusão, mas fez grande síntese, quando considerado o tamanho do texto.

Os dados mostraram que os alunos realizaram mais operações de organização textual do que operações de conteúdo: 88 x 64. Uma inferência possível é a de que os estudantes, ao receberem o comando do trabalho, se preocupam mais com “o que dizer”, ou em selecionar as informações conceituais. Após o retorno e a revisão da professora, os estudantes passam a empregar, em V2, mais operações para ajustar a estrutura do texto. Para observar melhor como esses dois grandes blocos se desdobram na prática, os gráficos 03, 04 e 05 demonstram as quantidades de cada subcategoria.

As adições de conteúdo somaram 37 no total, as de organização textual, 39. Quando realizam operação de adição de conteúdo, na maioria das vezes os alunos realizaram as operações de Adição de Informação Nova (1.1.1). (20 de 37), ao invés de corrigir ou ampliar conceito que já estava em V1, o que pode indicar que, para muitos alunos, o primeiro momento da feitura do texto (V1) foi insuficiente para resgatar tudo o que sabiam sobre o assunto.

Muitas vezes os alunos realizam uma operação de Adição de Informação Nova (1.1.1) que até são pertinentes, mas que foram adicionados de forma incoerente à V2. Exemplo disso é a adição D do relato 08: “Si nos não cuidar desse 5% de água doce até enquanto traxforma agua salgada em doce, para nos cuda do nosso mundo”. Este foi o único aluno a mencionar algum processo de dessalinização em seu relato, mas o trecho adicionado está incompleto, truncado. Talvez, caso houvesse uma outra rodada de revisão da professora e reescrita, esse trecho sofreria operações metalinguísticas.

Quando realizam operações de adição de organização textual, a maioria dessas é a de paráfrase para aprimoramento (1.2.3). Aqui o aluno parece querer manter o conceito,

mas realiza uma exclusão e uma respectiva adição para melhorar o texto. Exemplo disso está no relato 9, em que o aluno excluiu todo o trecho: “A importância da água para os seres vevos e que a agua idrata nosso corpo idrata nossos rinz e oragãos…” e inseriu uma paráfrase em seu lugar (adição B): “A água e importante para idratar o nosso corpo não só o corpo mas também os rinzs e os outros órgãos”.

As exclusões de conteúdo somaram 26, as metalinguísticas, 49, Quando excluíram conteúdo, os alunos quase sempre (22 de 26) removiam informações não-redundantes, ou seja, conceitos que os alunos julgaram serem irrelevantes para o texto. Algumas vezes isso gerava problemas de remoção de conceitos que eram pertinentes, como na exclusão “G” do relato 04: o trecho removido: “não é para deixar a água ligada o tempo todo, não gastar muito a água.” é pertinente, e talvez o aluno o considerou informal demais, ou irrelevante.

Quando realizam exclusões de Organização Textual, na maioria das vezes (28 de 49) os alunos realizam um tipo de paráfrase (2.2.2. Exclusão de trechos para serem reescritos com maior clareza). Na prática, o aluno quis manter o conteúdo mas identificou problemas na escrita em V1. Essa operação vem acompanhada de uma adição correspondente. Exemplo interessante é a exclusão E do relato 07, em V1, o trecho excluído foi: “Eu acho que nós precisamos tanto da água que algumas pessoas ainda desperdisa”: o aluno utilizou uma lógica argumentativa consecutiva em V1, que não faz sentido. O aluno observou isso e usou em V2 uma relação de causa, muito mais coerente, na adição A: “já que o ser Humano precisa de mais água doce do que salgada, então, não devemos desperdisa…” Essas operações demonstram um ajuste na utilização da lógica argumentativa e dos conectores: “tanto… que; então”, fundamentais para a construção de sentido no texto.

AS OPERAÇÕES DE ESCRITURA COMO INDÍCIOS DE AUTORREGULAÇÃO

Para discutir a autorregulação da aprendizagem nos alunos, consideramos a proposta de Schunk e Zimmerman (2003), que descrevem o papel da autorregulação em contexto escolar a partir de uma extensa análise de pesquisas anteriores.

Uma das classificações de atividades autorreguladas propostas pelos autores são as teorias de processamento de informação, que percebem o aprendizado como a “codificação de informação na memória de longo prazo” (2003, p 61). Nessa perspectiva, um dos modelos discutidos pelos autores é o esquema TOTE (Test-Operate-Test-Exit). Nesse modelo, o indivíduo avalia seu progresso comparando seu estado atual com um padrão, um modelo de referência (Test); caso perceba discrepâncias, realiza modificações (Operate), realizando depois um novo teste (Test), assim sucessivamente até que o objetivo seja alcançado (Exit).

Pode-se observar um funcionamento análogo ao esquema TOTE na atividade do relato escolar. Os alunos fizeram a primeira versão do texto (V1), que passou por uma análise (teste), com a mediação e correção da professora, o que funcionou como o critério de comparação do teste, e fizeram as operações de adição e exclusão, descritas neste trabalho (operate). Uma diferença é que o TOTE propõe um modelo para comparação, e aqui ao invés desse modelo de comparação houve uma revisão feita pela professora.

Outra perspectiva discutida por Schunk e Zimmerman (2003,)são as teorias operantes, que abarcam o processo de automonitoramento. Para os autores a autorregulação exige que o aluno tenha consciência de suas ações e comportamentos, e é impossível regular ações sem ter dados verificáveis, pois nossa memória sobre os resultados pode se tornar seletiva e ineficaz. Uma prática autorregulada de estudo automonitorada deve conter registros: “Behavioral traces and archival records” (Schunk e Zimmerman, 2003, p. 60). A dinâmica estudada neste trabalho propicia a autorregulação na medida em que materializa no papel duas versões do mesmo trabalho escrito, permitindo que o aluno observe seu próprio texto.

A teoria social cognitiva diz que a aprendizagem regulada pode ser um resultado de uma interação recíproca entre: comportamento, variáveis do ambiente e variáveis cognitivas. A proposta do relato em duas versões propicia um circuito semelhante: variáveis do ambiente são o ambiente escolar e feedback da professora; as produções de V1 e V2 são o fator comportamental, operacional; e os processos mentais que propiciaram ao aluno compreender e escrever o relato, e depois realizar as operações de adição e exclusão, são os fatores cognitivos.

Na esteira dessa perspectiva teórica, podemos interpretar as operações de reescrita mapeadas na metodologia deste trabalho (adições, exclusões e suas subcategorias), como indícios empíricos dessa autorregulação. As operações de organização textual dizem respeito ao movimento de adequar o texto ao gênero específico (relato escolar), à função do texto, e a aspectos de natureza formal próprios da escrita, desenvolvendo sua proficiência na escrita. Por outro lado, as operações de conteúdo limitam-se a inserir, remover ou expandir os conceitos, ou seja, mobilizam o conteúdo da disciplina.

Conclusão

Este trabalho objetivou investigar as operações de adição e exclusão em 11 relatos escolares: demonstrando como essas operações se deram e em que medida podem ser indícios de aprendizagem autorregulada.Os resultados demonstram que há uma diversidade de estratégias utilizadas pelos estudantes na reescrita dos textos. Houve uma equivalência geral no volume de operações (76 adições e 75 exclusões), e mais intervenções voltadas à organização textual (88 ocorrências) quando comparado com as de conteúdo (63 ocorrências). Foram observados comportamentos heterogêneos de reescrita: enquanto a maioria foi mais equilibrada (entre -1 e +1 no saldo de operações), outros tiveram perfil nitidamente expansivo, e outros de síntese.

Constatou-se que nas adições de conteúdo (37 ocorrências) sobressaíram-se as de acréscimo de informação nova (20 ocorrências), indicando que a V1 foi muitas vezes insuficiente para o estudante escrever todo seu repertório conceitual, e isso algumas vezes gerou adições truncadas, como no relato 08, o que demandaria novas etapas de revisão, com novas operações de adição e exclusão. Já nas adições de organização textual (39 ocorrências), destaca-se o uso de paráfrases para aprimoramento (17 ocorrências), preservando o conceito e ajustando a forma do texto.

As exclusões de conteúdo (26 ocorrências) concentraram-se na remoção de informações não redundantes (22 ocorrências), eliminando ideias que os alunos julgaram irrelevantes. Ao passo em que nas exclusões de organização textual (49 ocorrências) predominaram a eliminação de trechos para reescrita com maior clareza (28 ocorrências), como demonstrado no relato 07, em que a substituição de uma relação consecutiva incoerente por uma causal coerente permitiu ao estudante ajustar os conectores e a lógica argumentativa do texto.

Esta pesquisa logrou demonstrar que a reescrita mediada de um texto, por alunos do ensino fundamental não é um processo mecanizado ou automatizado, mas ativo, em que os alunos atuam, ao mesmo tempo, em duas frentes: ajustar a precisão dos conceitos científicos e aprimorar a clareza do texto. Ou seja, ao mesmo tempo em que recupera conceitos, consolidam o conteúdo da disciplina, o aluno desenvolve sua própria habilidade em escrever nesse tipo de exercício.

Esta pesquisa teve a limitação de não aprofundar a correlação teórica entre a análise das operações de adição e exclusão, e os modelos formais de aprendizagem autorregulada. Como perspectivas futuras, pretende-se ampliar a amostra de textos analisados e aprofundar a fundamentação teórica sobre os processos de aprendizagem autorregulada.

Referências

PINHEIRO, Clemilton Lopes. Escrever para aprender: evidências pelas operações de escritura em textos de estudantes do ensino fundamental. 2023. Tese (Progressão para Professor Titular) – DLET, CCHLA, UFRN, Natal, 2023.

SCHUNK, Dale H.; ZIMMERMAN, Barry J. Self-regulation and learning. In: REYNOLDS, William M.; MILLER, Gloria E. (ed.). Handbook of Psychology: Volume 7: Educational Psychology. Editor-in-chief: Irving B. Weiner. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2003. cap. 4, p. 59-85.

Anexos



Tabela 01



gráficos

CÓDIGO: HS0771

AUTOR: ISAQUE LIMA DA SILVA

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito ptolomaico: a tumba de Petosíris

Resumo

Esta pesquisa analisa a tumba de Petosíris, localizada na necrópole de Tuna el-Gebel, em Hermópolis Magna, como um espaço funerário privilegiado para compreender as transformações culturais e políticas do Egito no início do período ptolomaico. Partindo do conceito de Emaranhamento Cultural, o estudo investiga de que modo elementos tradicionais da cultura funerária egípcia foram articulados a referências formais e iconográficas de matriz grega, especialmente no Pronaos da tumba, nosso foco deste plano de trabalho. A pesquisa baseou-se na construção de um catálogo documental (corpus) das cenas selecionadas, na análise comparativa entre a iconografia egípcia e a helênica, bem como na tradução e interpretação de inscrições hieroglíficas associadas às cenas estudadas. A partir da cena de ourivesaria, observa-se que temas, inscrições, objetos, vestimentas e formas de representação revelam uma estratégia visual que preserva a função religiosa da tumba como meio de continuidade da existência do morto no Além, ao mesmo tempo que comunica a inserção de Petosíris e de sua família nas novas dinâmicas de poder instauradas pelos macedônios. Assim, interpretamos que a tumba de Petosíris não representava apenas uma justaposição de estilos, mas uma construção ativa de identidade e memória, na qual a elite local mobilizou tradições egípcias e influências gregas para reafirmar seu prestígio social.

Palavras-chave: Egito Antigo. Período Ptolomaico. Emaranhamento Cultural.

TITLE: The Funerary Space in Ptolemaic Egypt: The Tomb of Petosiris

Abstract

This research analyzes the tomb of Petosiris, located in the necropolis of Tuna el-Gebel, in Hermopolis Magna, as a privileged funerary space for understanding the cultural and political transformations of Egypt at the beginning of the Ptolemaic period. Based on the concept of Cultural Entanglement, the study investigates how traditional elements of Egyptian funerary culture were articulated with formal and iconographic references of Greek origin, especially in the tomb's pronaos, the focus of this work plan. The research

was based on the construction of a documentary catalog (corpus) of selected scenes, the analysis of comparative scenes between Egyptian and Hellenic iconography, as well as the translation and interpretation of hieroglyphic cultures associated with the research. From the goldsmithing scene, it is observed that themes, inscriptions, objects, clothing, and forms of representation reveal a visual strategy that preserves the religious function of the tomb as a means of ensuring the continuity of the deceased's existence in the afterlife, while simultaneously communicating the insertion of Petosiris and his family into the new power dynamics established by the Macedonians. Thus, we interpret that Petosiris' tomb represented not merely a juxtaposition of styles, but an active construction of identity and memory, in which a local elite mobilized Egyptian traditions and Greek influences to reaffirm its social prestige.

Keywords: Ancient Egypt. Ptolemaic Period. Cultural Entanglement.

Introdução

Com o fim do período de dominação persa e o estabelecimento do poder macedônico no Egito após a conquista de Alexandre o Grande em 332 A.E.C. (antes da Era Comum), o Egito passou por uma série de mudanças políticas e culturais que moldaram profundamente as relações sociais estabelecidas dentro do território, no que pode ser definido como o período ptolomaico. Nesse contexto histórico, nativos com a tradição da cultura egípcia e emigrados com tradições da cultura helênica passaram a existir em um mesmo espaço, levando a uma nova configuração social para os membros da sociedade egípcia que precisam, a partir de então, lidar com este novo poder dominante. Uma das formas de compreender esse processo de adaptação à nova realidade posta é a partir da análise da cultura material desenvolvida neste período, cuja materialidade pode apontar formas pelas quais indivíduos, como, por exemplo, membros das elites locais, buscaram se associar ao poder macedônio recém estabelecido.

Um dos exemplos mais debatidos pela historiografia do período é a Tumba de Petosíris, a GB 50. Localizada na necrópole de Tuna el-Gebel, no Médio Egito, a tumba se destaca como um dos monumentos funerários mais antigos do sítio arqueológico e que, já nos primeiros anos de dominação grega no Egito, possui em sua iconografia a adição de formas e estilos da arte grega, dividindo o mesmo espaço com a arte convencional egípcia, e moldando, assim, aspectos nativos. Petosíris foi um sumo sacerdote e administrador do Templo de Thot em Hermópolis Magna e viveu os primeiros anos da dominação macedônica, buscando, em vida, estabelecer relações de contato com o novo poder dominante de forma semelhante a que outros membros de sua família, que viveram sob o domínio persa nos anos anteriores à conquista de Alexandre o Grande, fizeram (Cole, 2019; Zein e Heragi, 2021).

Dentro desta conjuntura, o projeto de pesquisa desenvolvido buscou, a partir da análise do espaço funerário da tumba de Petosíris, interpretar os textos, as imagens e as materialidades da tumba, localizando e mapeando a tradição funerária egípcia na tumba de Petosíris, para considerar as influências gregas na iconografia. Desta forma, buscamos ponderar acerca dos elementos identitários emaranhados da tumba de Petosíris levando em consideração sua posição social dentro da sociedade de Hermópolis Magna.

Metodologia

Para esta pesquisa, consideramos a perspectiva do egiptólogo Roland Tefnin (1997, p. 7), que avalia que análises iconográficas devem ser feitas a partir da relação entre imagem, texto e o espaço físico da tumba e o espaço cósmico do Além egípcio. Assim, a pesquisa se baseou inicialmente na descrição das cenas escolhidas, levando à construção do catálogo, o corpus documental que organiza o objeto de pesquisa, contendo os seguintes elementos: Título, localização atual, período, descrição da imagem, inscrições e referências bibliográficas.

Para o acesso à fonte e construção do catálogo utilizou-se duas obras que abordam a tumba de Petosíris. Nos três volumes de "Le Tombeau de Petosíris", Gustave Lefebvre (1923-1924) constrói um catálogo completo da tumba, contendo uma descrição das cenas, um vocabulário inicial de termos utilizados, uma transcrição de todos os textos hieroglíficos e uma seção de imagens e representações artísticas contemporâneas das cenas. A outra obra, "Le tombeau de Petosíris à Touna el-Gebel: Relevé photographique", de autoria de Nadine Cherpion, Jean-Pierre Corteggiani e Jean-François Gout (2022), traz novas imagens da tumba em alta definição, permitindo uma melhor visualização dos detalhes das cenas e dos textos em hieróglifos, possuindo também uma nova catalogação das cenas e novas plantas dos relevos, o que permite uma compreensão espacial mais profunda.

Após a construção do catálogo, analisou-se a iconografia das cenas a partir de duas operações comparativas, a primeira tratando-se da comparação entre os elementos da cena com a tradição egípcia e o segundo consistindo na comparação com a tradição helênica, utilizando vasos gregos catalogados no Banco de Dados de Cerâmica do Arquivo Beazley. Concomitantemente, traduziu-se alguns dos textos em hieróglifos presentes nas cenas estudadas, utilizando para tal o livro "Gramática Básica - Aprendendo e Praticando o Egípcio Médio, Nível I", de autoria de Pedro Hugo Canto Núñez como resultado do "Curso de Hieróglifos: aprendendo e praticando o Egípcio Médio (Nível I)", realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte no ano de 2025.

Durante todas as etapas da pesquisa foram realizadas diversas leituras sobre a cultura funerária egípcia tanto no período faraônico quanto no período ptolomaico, com especial menção ao livro "Death and Salvation in Ancient Egypt", de Jan Assmann (2005) e bibliografias específicas sobre a etnicidade, como "Ethnicity in Ptolemaic Egypt", de Koen Goudriaan (1988) e "Teorias da etnicidade, seguido de grupos étnicos seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth", de Philippe Poutignet e Jocelyne Streiff-Fenart (2011).

Resultados e Discussões

A construção iconográfica da tumba de Petosíris pode ser compreendida a partir da perspectiva de Philippe Stockhammer (2012) sobre o Emaranhamento Cultural. Para o autor (Philippe Stockhammer (2012, p. 48-51), o emaranhamento é a elaboração de um novo paradigma cultural, baseado na integração de culturas distintas que passam a coexistir e a mutuamente se modificarem, tornando-se uma nova via de expressão cultural. No contexto egípcio do período ptolomaico, o Emaranhamento Cultural se estabelece a partir da troca cultural entre as populações nativas e as populações emigradas, onde a cultura produzida perde seu caráter essencialmente grego ou egípcio e passa a integrar uma terceira via, uma nova forma como a cultura se expressa.

A tumba de Petosíris foi, no período helenístico, chamada de ieron, um termo grego para se referir a um lugar sagrado, santuário ou templo (Vasques, 2015, p. 117). Tal analogia pode ser explicada pela configuração da estrutura interna da tumba, dividida em Pronaos e Naos (Anexo 1). Na arquitetura dos templos gregos, o Pronaos era o átrio, a antecâmara do Naos, a sala central do templo que abrigava a estátua da divindade ou do morto divinizado. Na tumba de Petosíris, enquanto o Naos possui inscrições que tratam de Sishou e Djedtotiuefankh, respectivamente pai e irmão de Petosíris, o Pronaos é dedicado ao culto funerário de Petosíris, de sua esposa, de seus irmãos mais novos e de seus descendentes (Sales, 2020).

Quantitativamente, é no Pronaos que a arte grega aparece emaranhada com a arte tradicional de forma mais expressiva. Nele, temos diversas cenas que advém da tradição egípcia, como cenas de produções de estatuária e objetos funerários, cena de vitivinicultura e procriação de bois, cena agrícola e cenas de oferendas aos mortos. Podemos observar o Emaranhamento Cultural a partir de um registro da cena de ourivesaria, localizada tematicamente dentro das cenas de produção de objetos funerários na parede A do Pronaos (Anexo 2). Esse registro é catalogado como Cena 30, utilizando a catalogação proposta em “Le tombeau de Petosíris à Touna el-Gebel: Relevé photographique” (2022, p. 34), sendo composto por quatro figuras. Três delas são ourives que estão sentados, trabalhando na confecção de objetos e a quarta figura, que está em pé, é provavelmente seu supervisor.

A cena possui duas inscrições hieroglíficas, transcritas no volume 2 de “Le tombeau de Petosíris”, de Gustave Lefebvre (1923a, p. 10). Após o processo de transliteração e tradução, a primeira inscrição diz: “(O) Escultor Ourives louva (o) forte através da fundição (de) prata (e) ouro oferecida em frente dele (...) noite, investida diariamente (...) (para) ele observar (...)” (Anexo 3). Uma proposta interpretativa desta inscrição é que o “Escultor Ourives”, o que produz os itens da cena, louva “o forte”, o morto, através dos produtos manufaturados, que em uma cena posterior são levados para a tumba, espaço compreendido por Assmann (2005) como local de manifestação da cultura funerária egípcia, onde os vivos e o morto se conectam através da visitação, sendo construída como suporte para que o morto possa usufruir no Além dos itens colocados materialmente na tumba ou em sua iconografia.

O segundo texto hieroglífico diz: “Vocês fazem (um) projeto perfeito. (O que) vocês fazem será aceito (e) recompensado” (Anexo 4). Compreendemos este texto como uma fala do supervisor aos ourives, onde o mesmo anima os trabalhadores, afirmando que a produção de objetos é um “projeto perfeito” que será recompensado.

Cenas de ourivesaria existem no Egito desde o Reino Antigo e estão geralmente próximas de cenas de carpintaria, como pode ser observado na Mastaba de Mereruka, datada do Reino Antigo, e na tumba de Rekhmire, datada do Reino Médio. Na tumba de Petosíris a cena de carpintaria está localizada também no muro norte, ao lado direito da entrada. Desta forma, observamos como a iconografia da tumba utiliza a perspectiva tradicional da cultura egípcia na escolha do tema, mas reconfigura esses elementos, formando uma nova forma de representar a cultura nativa.

Um olhar mais atento à iconografia permite observar as influências da arte grega na cena. Os ourives nas extremidades do registro utilizam uma vestimenta grega parecida com o exomis, uma roupa de trabalho que era presa sobre um ombro, deixando o outro braço livre para o trabalho físico, vista em representações de cenas agrícolas na arte grega (Anexo 5). Já o supervisor dos ourives veste um quíton de estilo grego, uma vestimenta composta por um pedaço de tecido dobrado verticalmente ao meio e preso na cintura também presentes na arte grega (Anexo 6).

A figura na extremidade direita produz um tipo de vaso, enquanto a figura central trabalha no detalhamento de um prótomo, um elemento decorativo difundido na arte grega, constituído pela cabeça ou busto de homens, animais ou criaturas, sendo utilizado como ornamento, cujas representações de equinos se assemelha às de vasos gregos (Anexo 7). Já a figura na extremidade esquerda produz um ríton, um objeto de origem grega e persa, definido por Hajime Inagaki (2024) como um utensílio utilizado para o consumo de bebidas, que é visualmente semelhante a um chifre, possuindo duas aberturas em suas extremidades, tendo sido amplamente mobilizado na iconografia helênica (Anexo 8).

O tema, as vestimentas, os objetos e o posicionamento da cena de ourivesaria em relação às outras cenas na tumba demonstram como a GB 50 utiliza elementos tradicionais e externos na construção de sua iconografia que cumpre seu papel enquanto interface entre o plano dos vivos e o Além egípcio ao mesmo tempo que apresenta uma nova via representativa dessa cultura funerária, baseando-se artisticamente tanto na forma egípcia quanto na forma grega. Desta forma, constata-se que a iconografia da tumba de Petosíris está inserida dentro das dinâmicas de Emaranhamento Cultural definida a partir da perspectiva teórica definida por Philippe Stockhammer.

Estando a tumba de Petosíris inserida neste contexto emaranhado, faz-se necessário questionar a motivação por trás desta escolha. Por que Petosíris e seus descendentes se preocuparam em aplicar a um monumento egípcio aspectos da arte grega?

Mohamed Zein e Mohammed Heragi (2021) apontam que Petosíris e outros membros de sua família não resistiram ao domínio estrangeiro no Egito, sendo este persa ou grego, mas que os governos não nativos recorreram, de forma sistemática, aos sacerdotes egípcios para que estes mantivessem a estabilidade política em suas cidades ao mesmo tempo que constituíam um ponto de conexão com os egípcios. Sara Cole (2019), por outro lado, aponta que Petosíris exerceu seu sacerdócio em um período quando, apesar da existência de um poder macedônico no Egito, não existia a presença física de um rei governante, considerando que o governo de Ptolomeu Sóter foi, até 305 A.E.C., sob o regime de satrapia, e que Filipe Arrideu atuou de forma distante.

Diante deste cenário, a iconografia da tumba de Petosíris atua como mediadora entre a defesa da tradição egípcia e a abertura ao novo poder dominante, indicando, em nível discursivo, seu apoio parcial ao governo macedônico. Ao mobilizar a cultura tradicional egípcia e elementos gregos, Petosíris e seus descendentes apontam, a partir da iconografia, a possibilidade de coexistência entre a população nativa e os emigrados ao Egito, navegando estrategicamente o cenário político posto para manter sua posição na prestígio na elite de Hermópolis Magna. Assim, a construção de uma arte emaranhada culturalmente está diretamente ligada à sobrevivência de Petosíris e de sua família enquanto agentes atuantes na sociedade egípcia no período ptolomaico.

Conclusão

A partir do estudo dos processos de Emaranhamento Cultural no Egito Ptolomaico, a presente pesquisa buscou compreender a agência de Petosíris enquanto membro de uma elite local que, para manter-se relevante frente ao novo poder dominante, adotou uma série de elementos gregos em sua tumba, um monumento tradicional do sistema de crenças egípcio, sendo este imprescindível para a manutenção da memória do morto, permitindo sua existência no Além e seu contato com os vivos. Desta forma, a iconografia da tumba de Petosíris possui um papel político, apresentando à sociedade da época a possibilidade de coexistência entre gregos e egípcios ao mesmo tempo que mantém Petosíris em um espaço de interação entre os nativos e os emigrados.

Consideramos portanto que a pesquisa possui um amplo escopo para estudo que ainda não foi esgotado. Próximas pesquisas podem ampliar o quantitativo de cenas analisadas, assumidamente poucas até então, onde será possível observar as influências gregas nas cenas do Pronaos, como as cenas de vitivinicultura, procriação de bois, produção agrícola e de oferendas aos mortos. Outro ponto a ser debatido é a concentração do emaranhamento ao Pronaos, enquanto no Naos, local onde seriam colocados os corpos de Petosíris e familiares e que, dentro da cultura funerária egípcia, estariam concentrados os textos e cenas próprios que permitiriam sua existência no Além, não possuem tantos elementos emaranhados. Assim, a pesquisa empreendida pode ser aprimorada e ampliada, de forma que os debates empreendidos se alinham aos da Linha 3 do Programa de Pós Graduação em História, “Espaços de Memória, cultura material e usos públicos do passado”.

Referências

ASSMANN, Jan. Death and salvation in ancient Egypt. Ithaca: Cornell University, 2005.

CHERPION, Nadine; CORTEGGIANI, Jean-Pierre; GOUT, Jean-François. Le Tombeau de Petosíris à Touna el-Gebel: Relevé Photographique. Edição Digital Revisada. Cairo: Institut français d'archéologie orientale. 2022.

COLE, Sara E. Cultural Manoeuvring in the Elite Tombs of Ptolemaic Egypt. In: GONDEK, Renee; WEAVER, Carrie L. Sulosky. The Ancient Art of Transformation: Case Studies from Mediterranean Contexts. Oxford, Philadelphia: Oxford Books, 2019. p. 75-106.

ZEIN, Mohamed; HERAGI, Mohammed. Some Insights on the Hybrid Style of Art in Petosíris' Tomb: A Construction During Transition of Powers Era. International Journal of Tourism and Hospitality Management, v. 4, n. 1, p. 151-179, jun. 2021.

INAGAKI, Hajime. So-called "Rhyton" Revisited: Its appearance and genealogy of expression in the Greco-Roman world. Bulletin of Miho Museum, v. 24, n. 1, 2024.

LEFEBVRE, M. Gustave. Le tombeau de Petosíris. Première Partie: description. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1924.

LEFEBVRE, M. Gustave. Le tombeau de Petosíris. Deuxième Partie: les textes. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1923a.

LEFEBVRE, M. Gustave. Le tombeau de Petosíris. Troisième Partie: vocabulaire et planches. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1923b.

LEMBKE, Katja. City of the Dead: Tuna el-Gebel. In: RIGGS, Christina. The Oxford Handbook of Roman Egypt. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SALES, José das Candeias. A decoração do pronaos do túmulo de Petosíris: Temas, cenas, estilos e técnicas. In: LARGACHA, Antonio Pérez; SÁINZ, Inmaculada Vivas. Egiptología Ibérica en 2017: Estudios y nuevas perspectivas. Colección Estudios, v. 159. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2017. p. 33-60.

STOCKHAMMER, Philipp Wolfgang. Conceptualizing cultural hybridization in archeology. In: STOCKHAMMER, Philipp Wolfgang. Conceptualizing cultural hybridization: A transdisciplinary approach. Heidelberg, Dordrecht, Londres, Nova York: Springer, 2012. p. 43- 58.

VASQUES, Marcia S. Máscaras funerárias do Egito Romano: Crenças funerárias, etnicidade e identidade cultural. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

Anexos



Anexo 1 - Planta da tumba de Petosiris (GB 50)



Anexo 2: Ficha Catalográfica da Cena 30



Anexo 3: Transcrição, transliteração e proposta de tradução da inscrição 30A



Anexo 4: Transcrição, transliteração e proposta de tradução da inscrição 30B



Anexo 5: Ficha catalográfica de vaso grego 1



Anexo 6: Ficha catalográfica de vaso grego 2



Anexo 7: Ficha catalográfica de vaso grego 3



Anexo 8: Ficha catalográfica de vaso grego 4

CÓDIGO: HS0778

AUTOR: RENAN FELIPE DE OLIVEIRA GABRIEL

ORIENTADOR: ANTONINO CONDORELLI

TÍTULO: Pluriverso, cosmotécnicas e crítica decolonial ao pensamento tecnológico e tecnoemancipatório dominante

Resumo

Este artigo discute a relação entre tecnologia, conhecimento e comunicação a partir de uma perspectiva crítica à universalização da técnica moderna. Parte-se do conceito de monotecnologia, de Yuk Hui (2020), para problematizar a imposição de uma racionalidade tecnológica como modelo universal de desenvolvimento. Em seguida, articula-se essa discussão ao conceito de epistemicídio, de Sueli Carneiro (2005), buscando compreender os processos de deslegitimação de sujeitos e saberes historicamente marginalizados. A análise incorpora ainda a categoria de amefricanidade, de Lélia Gonzalez (1988), e a noção de contracolonização, de Nêgo Bispo (2020), como perspectivas de afirmação de saberes, modos de existência e formas de organização que confrontam a racionalidade colonial. Por fim, retoma-se Yuk Hui (2020), especialmente por meio dos conceitos de tecnodiversidade e cosmotécnicas, para pensar a multiplicidade das relações entre técnica, cultura e modos de existência, tendo o pluriverso (Kothari et al., 2021) como horizonte. A pesquisa possui natureza teórica, qualitativa e bibliográfica, tendo como corpus as obras dos autores mobilizados. O percurso analítico aponta para a necessidade de superar a mera apropriação de tecnologias existentes e reconhecer a pluralidade de formas de produzir, compreender e relacionar-se com a técnica como possibilidade de enfrentamento à colonialidade digital.

Palavras-chave: tecnodiversidade; contracolonização; colonialidade digital.

TITLE: Pluriverse, Cosmotechnics and a Decolonial Critique of Dominant Technological and Techno-Emancipatory Thought

Abstract

This article discusses the relationship between technology, knowledge, and communication from a critical perspective on the universalization of modern technology. It draws on Yuk Hui's (2020) concept of monotechnology to problematize the imposition of a technological rationality as a universal model of development. This discussion is then articulated with Sueli Carneiro's (2005) concept of epistemicide, seeking to understand processes that delegitimize historically marginalized subjects and forms of knowledge. The analysis also incorporates Lélia Gonzalez's (1988) category of Amefricanity and Nêgo Bispo's (2020) notion of counter-colonization as perspectives for affirming forms of knowledge, ways of existence, and forms of organization that confront colonial rationality. Finally, Yuk Hui (2020) is revisited through the concepts of technodiversity and cosmotechnics to consider the multiplicity of relationships between technology, culture, and ways of existence, with the pluriverse (Kothari et al., 2021) as a horizon. The research is theoretical, qualitative, and bibliographic, based on the works of the authors discussed. The analytical trajectory points to the need to move beyond the mere appropriation of existing technologies and to recognize the plurality of ways of producing, understanding, and relating to technology as a possibility for confronting digital coloniality.

Keywords: counter-colonization; digital coloniality.

Introdução

O cenário da comunicação contemporânea é profundamente atravessado pelas tecnologias digitais e pelos fluxos de informação que delas derivam. Nesse contexto, a tecnologia costuma ser apresentada a partir de uma perspectiva universalizante, como se seu desenvolvimento obedecesse a uma trajetória única, linear e progressiva. Essa compreensão, entretanto, desconsidera que as formas de produzir, utilizar e atribuir sentido à técnica estão relacionadas a contextos históricos, culturais e cosmológicos específicos. É a partir dessa crítica que Yuk Hui (2020) questiona a ideia de uma tecnologia única e propõe pensar a existência de diferentes formas de relação entre técnica, cultura e modos de vida.

A crítica à universalização da técnica permite aproximar o debate tecnológico das relações de poder que historicamente determinaram quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, o conceito de epistemicídio, desenvolvido por Sueli Carneiro (2005), contribui para compreender os processos de deslegitimação e apagamento dos sujeitos negros e indígenas enquanto produtores de conhecimento. A articulação entre a monotecnologia discutida por Hui (2020) e o epistemicídio permite problematizar como a imposição de determinados padrões de racionalidade pode contribuir para a marginalização de outras formas de conhecimento e de relação com o mundo.

A partir desse problema, a categoria de amefricanidade, formulada por Lélia Gonzalez (1988), possibilita deslocar o olhar para as experiências históricas e culturais das populações negras e indígenas nas Américas. Mais do que reconhecer a presença desses grupos, a perspectiva amefricana permite questionar os referenciais universalizantes a partir dos quais suas experiências foram historicamente interpretadas e subordinadas.

Trata-se, portanto, de localizar a produção de conhecimento e as formas de existência em seus contextos históricos e culturais específicos.

Esse movimento de localização conduz à reflexão de Nêgo Bispo (2020) sobre a contracolonização. Ao partir das experiências e dos modos de vida de comunidades quilombolas e tradicionais, o autor apresenta formas de resistência que não se limitam à oposição às estruturas coloniais, mas envolvem a preservação e a afirmação de outros modos de existência, de relação com o território e de organização da vida coletiva. A contracolonização permite, assim, ampliar a discussão sobre a técnica para além dos parâmetros estabelecidos pela modernidade ocidental.

Nesse percurso, o retorno ao pensamento de Yuk Hui (2020), por meio dos conceitos de cosmotécnica e tecnodiversidade, possibilita pensar a existência de diferentes relações entre técnica, cosmologia e modos de vida. Em lugar de uma tecnologia compreendida como universal e homogênea, a tecnodiversidade aponta para a possibilidade de múltiplas trajetórias técnicas, vinculadas a diferentes formas de compreender e organizar a existência. Essa perspectiva aproxima-se da ideia de pluriverso, entendida neste trabalho como um horizonte no qual diferentes mundos, saberes e modos de vida possam coexistir sem serem submetidos a uma única racionalidade.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir como a articulação entre os conceitos de monotecnologia, epistemicídio, amefricanidade, contracolonização, cosmotécnicas e tecnodiversidade permite problematizar a universalização da técnica moderna e pensar outras possibilidades de relação entre tecnologia, conhecimento, comunicação e modos de existência. A articulação proposta entre Yuk Hui, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Nêgo Bispo constitui uma construção interpretativa deste trabalho, uma vez que os autores não estabelecem entre si um diálogo teórico direto.

Metodologia

A pesquisa possui natureza teórica, qualitativa e bibliográfica, seguindo as orientações de Gil (1989). O corpus analítico é constituído pelas obras de Yuk Hui (2020), Sueli Carneiro (2005), Lélia Gonzalez (1988) e Nêgo Bispo (2020), mobilizadas para problematizar a universalização da técnica e suas relações com conhecimento, comunicação e modos de existência.

O percurso analítico consiste no mapeamento e na articulação dos conceitos de monotecnologia, epistemicídio, amefricanidade, contracolonização, cosmotécnicas e tecnodiversidade. A partir da leitura e da correlação dessas formulações, busca-se construir uma interpretação sobre as relações entre tecnologia, colonialidade e diversidade epistêmica, tendo a tecnodiversidade e o pluriverso como possibilidades para pensar outros modos de relação com a técnica.

Resultados e Discussões

MONOTECNOLOGIA E A UNIVERSALIZAÇÃO DA TÉCNICA

A compreensão da tecnologia frequentemente parte de parâmetros que a apresentam como um processo universal, independente dos contextos históricos e culturais nos quais é produzida. É justamente essa pretensão que Yuk Hui (2020) questiona ao desenvolver o conceito de monotecnologia, entendido como a universalização de um modelo ocidental de técnica e racionalidade. Para o autor, diferentes sociedades estabelecem relações próprias com a técnica, articulando-a às suas formas de compreender e organizar a existência.

Essa discussão exige ampliar a própria definição de tecnologia. Barcelos Neto, Pérez Gil e Paiva Ramos (2024, p. 26) compreendem a tecnologia como os "modos, habilidades e conhecimentos por meio dos quais as pessoas interagem com a matéria do seu mundo, transformando-a, de forma a criar as condições de possibilidade da própria existência e da vida social". A definição permite deslocar a técnica de sua associação exclusiva aos dispositivos da modernidade e reconhecer a diversidade de práticas por meio das quais diferentes povos estabelecem relações com a matéria e o território.

Nesse sentido, Hui (2020) afirma que "não há uma tecnologia única, mas uma multiplicidade de cosmotécnicas" (p. 25). As cosmotécnicas articulam técnica, cosmologia e moral, evidenciando que as práticas técnicas não estão dissociadas das formas pelas quais diferentes sociedades compreendem e organizam a vida. A monotecnologia, ao apresentar determinado modelo técnico como referência universal de desenvolvimento e inovação, tende a invisibilizar essa multiplicidade e a deslegitimar outras formas de produzir conhecimentos e estabelecer relações com o mundo.

A crítica à monotecnologia conduz, assim, à discussão sobre os processos históricos que definem quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos. Essa problemática será aprofundada a partir do conceito de epistemicídio, desenvolvido por Sueli Carneiro (2005).

EPISTEMICÍDIO E A DESLEGITIMAÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE CONHECIMENTO

A universalização de determinada racionalidade técnica não envolve apenas a adoção de modelos tecnológicos, mas também a valorização de formas específicas de conhecimento em detrimento de outras. No contexto brasileiro, essa dinâmica pode ser analisada a partir do conceito de epistemicídio desenvolvido por Sueli Carneiro (2005). A autora retoma a formulação de Boaventura de Sousa Santos e amplia sua análise ao evidenciar os mecanismos sociais e institucionais que produzem a inferiorização intelectual dos sujeitos negros e dificultam seu reconhecimento como produtores de conhecimento.

A autora define o epistemicídio como:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da

indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p.97)

O epistemicídio atua, portanto, simultaneamente sobre os conhecimentos e sobre os sujeitos que os produzem. Carneiro (2005, p. 10) sintetiza essa operação ao afirmar que ela produz "formas de seqüestro, rebaixamento ou assassinato da razão" e, simultaneamente, consolida a supremacia intelectual da racialidade branca. Como consequência, a desqualificação de determinados saberes implica também a desqualificação daqueles que os produzem. Nas palavras da autora: "não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes" (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A aproximação entre Carneiro (2005) e Hui (2020) constitui uma proposição desta pesquisa. Enquanto Hui questiona a universalização de uma concepção específica de técnica, Carneiro evidencia os mecanismos de poder que estabelecem hierarquias entre sujeitos e conhecimentos. Em conjunto, essas perspectivas permitem questionar quais conhecimentos e sujeitos participam da definição do que é reconhecido como técnica, inovação e desenvolvimento.

Essa discussão conduz à categoria de amefricanidade, formulada por Lélia Gonzalez (1988), como possibilidade de localizar experiências e saberes historicamente marginalizados nas Américas.

A AMEFRICANIDADE COMO LÓCUS EPISTÊMICO DE RESISTÊNCIA

A categoria político-cultural de amefricanidade, formulada por Lélia Gonzalez (1988), permite deslocar a análise para as experiências históricas e culturais das populações negras e indígenas nas Américas. A autora critica interpretações da América Latina baseadas exclusivamente em referências europeias e evidencia a centralidade das matrizes africanas e indígenas na formação do continente. Nesse contexto, Gonzalez (1988, p. 72) afirma que a América Latina é muito mais "ameríndia e amefricana do que outra coisa", identificando também a atuação do chamado "racismo por denegação", associado ao mito da democracia racial e da mestiçagem.

A amefricanidade busca, assim, ultrapassar classificações construídas a partir de referências externas às experiências americanas. Para Gonzalez (1988, p. 76), suas implicações políticas e culturais permitem "ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico", abrindo novas perspectivas para compreender o continente.

Mais do que uma identificação étnico-racial, a categoria constitui uma perspectiva situada para reconhecer formas próprias de produção cultural, conhecimento e resistência. Seu valor metodológico, segundo Gonzalez (1988, p. 77), está em "permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo".

Essa agência também se manifesta historicamente nas formas de resistência construídas pelas populações negras e indígenas. Gonzalez (1988, p. 79) destaca as “formas alternativas de organização social livre”, expressas nos quilombos e em outras experiências de resistência espalhadas pelas Américas.

A articulação entre amefricanidade e monotecnologia é uma interpretação proposta por este artigo. Se a primeira permite localizar experiências historicamente marginalizadas, a segunda evidencia a universalização de uma determinada concepção de técnica. Reconhecer essas experiências implica, portanto, avançar da localização dos saberes para as práticas de resistência e organização da vida, discussão desenvolvida a partir da contracolonização de Nêgo Bispo.

CONTRACOLONIZAÇÃO E MODOS DE EXISTÊNCIA

A noção de contracolonização, formulada por Antônio Bispo dos Santos (2020), permite avançar da localização dos saberes para as práticas e modos de existência construídos por comunidades quilombolas e tradicionais. O autor compreende a colonização para além da ocupação territorial, relacionando-a a processos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e substituição cultural. Em contraposição, define a contracolonização como: Todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios(SANTOS, 2020, p. 48).

A resistência contracolonial envolve, portanto, a continuidade de formas próprias de organização da vida, articulando território, cultura, memória e ancestralidade. Essa dimensão aparece na relação estabelecida por Santos (2020) entre oralidade e preservação dos conhecimentos:

Porque mesmo que queimem a escrita, / Não queimarão a oralidade. / Mesmo que queimem os símbolos, / Não queimarão os significados. / Mesmo queimando o nosso povo, / Não queimarão a ancestralidade. (SANTOS, 2020, p. 47).

As práticas comunitárias descritas pelo autor evidenciam relações específicas com o território. A prática de “guardar o peixe nas águas” (SANTOS, 2020, p. 83), por exemplo, expressa uma relação com o ambiente que não se reduz à retirada imediata de seus recursos. Essas experiências permitem questionar modelos de desenvolvimento baseados em relações exclusivamente instrumentais com a matéria.

A aproximação entre contracolonização e técnica também constitui uma interpretação desta pesquisa. Considerando a definição de tecnologia apresentada por Barcelos Neto et al. (2024), as práticas descritas por Bispo permitem pensar relações entre técnica, território, comunidade e modos de existência que não correspondem necessariamente aos pressupostos da técnica moderna ocidental. Essa discussão conduz novamente a Yuk Hui (2020) e à proposta de tecnodiversidade.

TECNODIVERSIDADE E COSMOTÉCNICAS

A tecnodiversidade, formulada por Yuk Hui (2020), constitui uma alternativa à universalização técnica característica da monotecnologia. Para o autor, as técnicas estão vinculadas às cosmologias e aos valores das sociedades que as produzem. Nesse

sentido, a cosmotécnica é definida como “a unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas” (HUI, 2020, p. 33).

A tecnodiversidade não corresponde, portanto, à simples existência de tecnologias diferentes, mas à possibilidade de múltiplas relações entre técnica, valores, conhecimentos e modos de existência. Como afirma o autor:

Tecnodiversidade não significa apenas que países diferentes produzam o mesmo tipo de tecnologia (monotecnologia) sob marcas diferentes e com atributos ligeiramente diferentes. Na verdade, ela se refere a uma multiplicidade de cosmotécnicas que difiram uma das outras em seus valores, epistemologias e formas de existência. (HUI, 2020, p. 116)

A articulação entre Hui (2020), Carneiro (2005), Gonzalez (1988) e Bispo (2020) constitui uma proposição interpretativa desta pesquisa. O epistemicídio permite compreender mecanismos de deslegitimação dos sujeitos e saberes; a amefricanidade localiza experiências negras e indígenas nas Américas; a contracolonização evidencia práticas de resistência e modos de existência vinculados ao território; e a tecnodiversidade permite relacionar essas experiências à possibilidade de diferentes trajetórias técnicas.

Essa perspectiva aproxima-se do horizonte do pluriverso discutido por Kothari et al. (2021), entendido como a coexistência de diferentes mundos, modos de vida e formas de organização social não subordinados a uma única concepção de desenvolvimento. A tecnodiversidade amplia esse horizonte para a dimensão técnica, ao reconhecer que diferentes povos podem estabelecer relações distintas com a tecnologia de acordo com seus valores, cosmologias e necessidades. Desse modo, pensar a tecnodiversidade implica questionar a universalização de um único modelo técnico e reconhecer a legitimidade de múltiplas formas de produzir conhecimento, organizar a vida e estabelecer relações com o mundo.

Conclusão

A investigação buscou compreender como a articulação entre diferentes perspectivas críticas permite problematizar a universalização da técnica moderna e pensar outras relações entre tecnologia, conhecimento, comunicação e modos de existência. O percurso realizado partiu da crítica de Yuk Hui (2020) à monotecnologia, avançou para o epistemicídio em Sueli Carneiro (2005), a amefricanidade em Lélia Gonzalez (1988) e a contracolonização em Nêgo Bispo (2020), retornando a Hui (2020) por meio dos conceitos de cosmotécnica e tecnodiversidade. Essa articulação permitiu compreender que a universalização de uma racionalidade técnica não envolve apenas a adoção de determinadas tecnologias, mas também a definição de quais conhecimentos, práticas e modos de existência são reconhecidos como legítimos.

Nesse sentido, a análise sugere que pensar uma comunicação antirracista exige ultrapassar a dimensão da inclusão e da representatividade e questionar as próprias

racionalidades que orientam a produção e a circulação dos conhecimentos e das tecnologias. A relação entre epistemicídio, amefricanidade e contracolonização evidencia a existência de saberes e práticas historicamente deslegitimados, enquanto a tecnodiversidade permite pensar a possibilidade de diferentes relações entre técnica, cosmologia e modos de vida. A correlação estabelecida entre Yuk Hui, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Nêgo Bispo constitui, portanto, uma proposta interpretativa desta pesquisa, uma vez que os autores não estabeleceram diretamente esse diálogo em suas obras.

Por seu caráter teórico, qualitativo e bibliográfico, esta pesquisa não buscou verificar empiricamente como essas relações se manifestam nas estruturas e práticas comunicacionais contemporâneas. Essa limitação, contudo, abre possibilidades para estudos posteriores que investiguem de forma localizada as relações entre comunicação, tecnologia, racismo e diversidade epistêmica. O percurso desenvolvido aponta, assim, para a necessidade de continuar questionando a pretensão de universalidade da técnica e de considerar a existência de diferentes formas de produzir conhecimento, organizar a vida e estabelecer relações com a tecnologia.

Referências

BARCELOS NETO, Aristóteles. GIL, Laura Pérez. RAMOS, Danilo Paiva. Introdução. O xamã como criador e transformador de mundos. In: BARCELOS NETO, Aristóteles. GIL, Laura Pérez. RAMOS, Danilo Paiva (Org.). Xamanismos ameríndios: expressões sensíveis e ações cosmopolíticas. São Paulo: Hedra, 2024. p. 12-27.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, quilombos: Modos e significados. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade.Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº 92/93. 1988.

HUI, Yuk. Tecnodiversidade. Trad. Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2020.

KOTHARI, Ashish. SALLEH, Ariel. ESCOBAR, Arturo. DEMARIA, Federico. ACOSTA, Alberto (Orgs.). Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento. Trad. Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

CÓDIGO: HS0780

AUTOR: RAYANE MILLENA VILA NOVA

ORIENTADOR: FABIOLA CRISTINA ALVES

TÍTULO: O grotesco na obra de Raul Pedroza

Resumo

Esta pesquisa busca produzir um ensaio crítico da litogravura ‘La Folie Du Crime’ de 1927, produção do artista Raul Pedroza (1892-1962), natural de Natal - RN.Também visa analisar criticamente o contexto social em que a obra está inserida, para tanto a pesquisa tem como referência os estudos do historiador da arte Rafael Cardoso, especificamente sua obra ‘Modernidade em Preto e Branco’. A investigação adotou o método de comparação visual, inspirado no Atlas Mnemosyne Warburguiano, que comporta imagens que ressurgem ao longo de representações grotescas sobre a loucura e o bizarro abordadas por surrealistas como Joan Miró e Max Ernst.

Palavras-chave: Grotesco; Litogravuras; Modernismo; Raul Pedroza, Surrealismo.

TITLE: The Grotesque in the work of Raul Pedroza

Abstract

This research aims to produce a critical essay on the 1927 lithograph “La Folie du Crime” 1927, by the artist Raul Pedroza (1892–1962), a native of Natal, Rio Grande do Norte. It also seeks to critically analyze the social context

in which the art piece is situated, drawing upon the studies of art historian Rafael Cardoso, specifically his book “Modernity in Black and White”. The investigation employs a visual comparison method inspired by the Warburgian Mnemosyne Atlas, encompassing images that recur within grotesque depictions of the bizarre, themes explored by Surrealists such as Joan Miró and Max Ernst.

Keywords: Grotesque; Lithographs; Modernism; Raul Pedroza; Surrealism

Introdução

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa Pensar imagens: Cultura Visual e História das Artes Visuais no Rio Grande do Norte sob a coordenação da professora Fabíola Alves, também orientadora deste trabalho. O plano de trabalho desenvolvido ao longo da iniciação científica realizou um levantamento inicial sobre a vida e a obra doartista Raul Pedroza, que embora ainda pouco pesquisado no contexto nacional e internacional, sua produção artística possui relevância nesses dois âmbitos.Ele passou parte de sua vida convivendo na alta sociedade natalense em tempos da Belle Époque, ainda criança foi morar na França, onde iniciou seus estudos artísticos e durante sua juventude voltou para o Rio de Janeiro, lugar em que passou grande período de sua vida já com uma produção voltada para o surrealismo. Se faz importante notar que o artista, por ser um homem, abastado e com influência política no início do século XX, possuía acesso a certas facilidades que grande parte da população brasileira não possuía, e mesmo com estes privilégios sua arte é ainda pouco conhecida, fazendo-se necessário entender os motivos que o levaram ao ostracismo.

Assim, inicialmente, vale a pena traçar algumas considerações para melhor compreender o contexto vivido pelo artista no início do século XX, bem como localizar a sua produção surrealista,visando um olhar diferente sobre suas produções, mais especificamente a série “Poemas Grotescos e Macabros”. A nosso ver, o resgate da sua obra vem fortalecer o legado regional e nacional, igualmente reviver discussões em torno de temas como a pluralidade dos modernismos nacionais, relevante debate acadêmico desde os anos 80. É importante perceber que existem modernismos fora do eixo Rio-São Paulo e que mesmo no centro hegemônico há a escolha de certas obras e linguagens em detrimento de outras.

Em relação à produção artística de Raul Pedroza, é possível encontrar obras que o artista evidenciou como “grotescas”, apesar dessa afirmação, fica a questão: o que sugere essa palavra? É imprescindível fazer uma avaliação qualitativa por uma abordagem teórico-metodológica dentro da história e da crítica da arte, desde a palavra grotta a partir de sua origem italiana até os mais diversos significados ao longo dos séculos, por fim sendo incorporado como uso estético, bem como perceber o grotesco no trabalho de diferentes artistas através do tempo como Odilon Redon e Joan Miró. Nesse sentido, o estudo elenca a seguinte questão norteadora: como a obra “La Folie Du Crime” de Raul Pedroza expressa poética e esteticamente o grotesco a partir de antecedentes históricos.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida pela abordagem qualitativa, considerando a revisão de literatura direta e indireta, a análise de imagens e elaboração textual de natureza ensaística-crítica. A bibliografia levantada serviu de base para a discussão e tratamento da obra objeto de estudo, a situando no seu contexto histórico de produção em diálogo com referências visuais e estéticas de diferentes temporalidades. Além da metodologia mencionada, foi necessário somar o método de crítica de arte em função da análise de imagens, o qual estabelece as seguintes etapas de leitura de imagens: descrição, interpretação e a avaliação. A descrição da imagem se encontra no formato de ensaio, e nele é possível situar a obra em um determinado tempo e espaço.

Para a interpretação, é necessário se ancorar em uma literatura que embase uma linha de interpretação possível.Por isso, foi necessário a leitura do livro "Modernidade em Preto e Branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945" da autoria de Rafael Cardoso (2022), no qual entende-se a existência de modernismos plurais no contexto brasileiro da primeira metade do século XX, que coloca em evidência determinadas formas visuais em detrimento de outras.

Também endossou esta investigação a leitura de "O Grotesco" de Wolfgang Kayser (2014) e "O Império do grotesco" dos autores Muniz Sodré e Raquel Paiva (2014),essas leituras corroboram para um amplo entendimento a respeito do que é o grotesco, quais as suas categorias principais, e como esta categoria estética sobrevive socialmente desde a antiguidade. Ademais, a leitura do livro "Realismo, Racionalismo, Surrealismo: a arte no entre-guerras", dos historiadores Briony Fer e David

Batchelor(1998) acrescenta no tocante a compreensão do movimento surrealista dentro de uma dimensão histórica.

Por último, foram criados painéis comparativos de imagens inspirados no Atlas Mnemosyne, abordagem de estudo elaborada pelo historiador Aby Warburg. Essa etapa da pesquisa buscou evidenciar a relação visual entre "La Folie du Crime" e a produção de outros artistas de diferentes temporalidades.

Resultados e Discussões

Ao fruir a obra "La Folie du Crime" (imagem 1 - Raul Pedroza,1927) percebi que essa figura ri para mim enquanto sua observadora, me aprisiona e me faz questionar sobre a origem de seu ser."La Folie du Crime", traduzido como a loucura do crime, me prende em um estado psicológico hipnótico pela forma em que seu sorriso, desde a primeira mirada, levanta uma incógnita a respeito de suas verdadeiras intenções. Seus dentes, por vezes redondos, por outras, pontudos, possuem caninos desenvolvidos e prontos para abocanhar a presa, não de maneira vampiresca, onde se faz necessário o ataque físico, mas psicológica, embaraçando a mente de quem aobserva e se posta sobre o seu domínio. Ali, dentro do espaço pictórico, sua influência é unilateral e sedutora.

Seu corpo, formado por uma esfera vermelha ao centro da imagem, se coloca cenicamente a partir de seus membros inferiores e superiores, formando uma dança mordaz que se assemelha à estrutura esquelética humana. Olho para sua pele enrugada, marcada pela passagem do tempo, e com tantos indícios imagéticos me pergunto: faz menção à psique humana, bem como a todos os sentimentos que se deseja ocultar?

Sem responder essa questão de imediato, percebo a cor vermelho-sangue diluída em água que contribui para a atmosfera do monstro, junto aos degradês em roxo, me alertam sobre prováveis perigos que me envolverão ao me submeter ao seu controle. Um fragmento de seu corpo flutua em direção ao chão, como o ruir de uma época considerada pacífica, uma evidência de que seu corpo já não resiste a trama física que se porta diante do espectador, por isso o seu ataque.

O monstro-humano então me revelaa sua terceira forma, a máquina. Na medida em que a humanidade se arma e eleva as tensões para os acontecimentos da

grande guerra, ao mesmo tempo em que a segunda revolução industrial se espalha em solo mundial, o artista, como uma testemunha de seu tempo, arquiteta estruturas que se assemelham a máquinas bélicas e anacronicamente a membros robóticos com braços mecânicos que portam garras pontiagudas. Agora, suas três estruturas, monstro, humano e máquina se fundem quimérica e comicamente, entrelaçando-se ao grotesco e protagonizando a loucura de um início de século distópico, vivenciada ainda em sua juventude e evidenciada pelo título. Outras duas perguntas se elaboram: a personagem seria a expressão de um sintoma psicológico coletivo que alimentou o conflito da guerra mundial? Como ela traduz os impactos dessa guerra no modo de ver o mundo?

Sabe-se que grande guerra afetou também os artistas brasileiros, como a elite cultural carioca que possuía grande ligação com a cultura francesa, como Pedroza, que passara parte de sua vida no país. A exemplo, o historiador da arte Rafael Cardoso revive algumas ilustrações de Helios Seelinger, artista que faz parte da boemia carioca do século anterior, que em 1914 produz ilustrações consideradas sombrias a respeito de suas afetações sobre a guerra. Cardoso também reitera a respeito da devastação pandêmica da gripe espanhola, deixando milhares de mortos em solo brasileiro no fim da primeira década do século XX.

A primeira guerra mundial foi um marco decisivo dessa virada. Até quem se preocupasse menos com o conflito na Europa não escapou da mortandade e da tragédia quando a gripe espanhola chegou ao Brasil (1918-1919), matando dezenas de milhares de brasileiros, inclusive o presidente recém eleito Rodrigues Alves. (Cardoso, 2022. p.141).

Combinados, esses dois aspectos que atingiram a vida social e pessoal do artista em questão, somados a um pessimismo coletivo da população mundial, aqui com o recorte da elite carioca, é possível encontrar o contexto cultural em que Raul se encontrava ao dar vida a série “poemas grotescos e macabros”, onde a cultura convencional burguesa deixa de fazer sentido, recorrendo ao grotesco em suas criações como escape, como uma “catástrofe do gosto clássico” (Sodré; Paiva, 2014).

De imediato, é possível perceber a influência direta do simbolista Odilon Redon. Situado na França, viveu entre o final do século XIX e a primeira década do século XX. Além da compatibilidade material, ambos trabalham com litogravuras, e da compatibilidade geográfica, Pedroza se muda para Pau que fica a 2 mil quilômetros de Bordeaux, cidade de origem do simbolista, há uma força imagética que transpassa um período da história e que circula entre o final do século XIX e início do século XX.

A nosso ver, Raul Pedroza bebe da fonte simbolista de Odilon Redon para elaborarseus próprios trabalhos, ambos com criações de seres monstruosos que

expressam sentimentos humanos. A metáfora visual é essencial para os surrealistas, como cita Briony Fer“a força da metáfora, para o surrealismo, era que ela envolvia um deslocamento dos padrões convencionais de interpretação" (Fer, 1998).

A nosso ver, Odilon Redon nos apresenta figuras místicas, com feições humanas incompletas, disformes, em preto e branco, com rostos que fogem de uma interpretação convencional de tradição clássica. A metáfora recai na dualidade entre título e forma de representação. O cenário não é exato, a materialidade (carvão sobre papel) possibilita ao artista divagar sobre contornos não exatos. o esfumado ao fundo nos dá a impressão de um tipo de visão do espectador, um devaneio. Todas essas características também aparecem ao longo da obra de Pedroza, em especial as litogravuras dos “Poemas Macabros e Grotescos”, razão que torna as evidências de uma influência direta quase que incontestáveis, podendo ser notada na comparação das obras dos dois artistas (imagem 3 e 4).

Ainda na metáfora, é possível destacar também algumas correspondências visuais com a obra de Joan Miró, surrealista espanhol que mantém recorrente a figura do olho e de formas sinuosas, orgânicas. Em sua tela, “Carnaval do Arlequim” de 1924-25 (imagem 5) pequenos demônios em folia, padrões redondos e formas espirais dançam em sintonia num bailar frenético de cores e gestos, uma ode à inquietação humana similar à inquietude expressa por Raul. Ambos também passam pela experiência disruptiva da grande guerra e que mais tarde, Miró estaria refugiado ao lado de sua família da guerra civil que assola a Espanha na década de 1930.

‘‘Carnaval do Arlequim’’ nos revela a respeito de seu conteúdo, personagem típico da commedia dell’arte, teatro italiano de improviso,era destinado a entreter as classes mais populares. A figura do Arlequim, cômica e traiçoeira, era um dos personagens principais, onde sua falta de recursos o levava a realizar truques para conseguir sobreviver. Não sendo da classe dominante, portanto, pode ser entendido neste estudo como parte de um conteúdo grotesco, não por acaso tema central da obra de Miró e que foi lançada alguns anos antes de "La Folie Du Crime". A palavra vai, assim, ganhando matizes novos, em geral associados ao desvio de uma norma

expressiva dominante, seja referente a costumes, seja referente a convenções culturais.” (Sodré; Paiva, 2014).

O carnaval como celebração popular por si só é entendido como uma inversão de valores que a sociedade heteronormativa tende a classificar como "certos". As multidões tomam as ruas, com diferentes bases socioeconômicas, com vestimentas que as aproximam e unificam como meros foliões, sem rostos ou nomes, exercem ritualisticamente uma semana de liberdades que são retiradas

nos dias posteriores. “A confusão, a desordem, a alegria desabrida, a exuberância de formas aparentadas a conteúdos culturais reprimidos pela ordem burguesa são traços carnavalizantes.” (Sodré; Paiva, 2014)

Joan Miró capta a essência da festa ao dar vida a formas pulsantes e anônimas, algumas delas sequer é possível entender onde começam e onde terminam, entram em conjunto com uma folia que perpassa a tela, onde as leis da física moderna não encontram espaços e as formas serpenteiam pelos lugares, trazendo a público o onírico, uma outra versão possível do mundo. Já Pedroza absorve a essencialidade do espírito carnavalesco, integrando essa ideia à personagem que protagoniza "La Folie Du Crime".

Conclusão

A leitura realizada ao longo da pesquisa permite situar a obra de Raul Pedroza dentro do seu contexto histórico de origem. A aproximação de sua obra com a dos artistas Odilon e Miró, nos proporciona perceber recorrências visuais, modelos artísticos reinventados em tempos distintos, visto que os artistas surrealistas Pedroza e Miró são de uma geração posterior a Odilon. Para uma segunda etapa deste estudo a ser desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), outras análises comparativas e aproximação são planejadas, aqui elencamos alguns artistas modernistas, Max Ernst, Frida Kahlo e no contexto brasileiro, Tarsila do Amaral. Para além dos modernistas, o simbolista Odilon Redon exerce influência central nos trabalhos da série “Poemas Grotescos e Macabros”, especialmente “La Folie du Crime”, ligando-se na ideia de reproduzir feições humanas deformadas que trazem a representação de algum sentimento, também na forma em que são representadas, com relações espaço-temporais próximas umas das outras. A reproduçãoe recriação dessas formas através do tempo, utilizadas para alcançar o mesmo

tipo de representação é associada a expressão da sobrevivência das formas.

Referências

Batchelor, David; Fer, Briony; Wood, Paul. Realismo, Racionalismo, Surrealismo: A arte no entre-guerras. In: Fer, Briony. Surrealismo, mito e psicanálise. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1998. p. 170 - 250.

Cardoso, Rafael. Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890 - 1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2022; 1ª ed.

Guggenheim, New York. Joan Miró. Disponível em: https://www.guggenheim.org/artwork/artist/joan-miro. Acesso em: 03 de ago. de 2026.

Kayser, Wolfgang. O Grotesco. São Paulo:Perspectiva, 2020; 1ª ed.

Soares, Luisa Castro; Araújo, Alexandre; Amarante, Natália. A commedia dell'arte e as suas personagens: influências na obra de Molière. ERAS, v. 13 N.º 3 p. 28 - 42, 2022. DOI: https://doi.org/10.37334/eras.v14i3.256

Sodré, Muniz; Paiva, Raquel. O império do grotesco. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002; 2. ed. 2014.

Anexos



imagem 2 Odilon Redon, Visão, 1883. Carvão sobre papel.



Imagem1. Raul Pedroza, La Folie Du Crime, 1927.



Imagem 3. Comparação de Visão, 1883 de Odilon Redon e La Folie du Crime de Raul Pedroza



Imagem 4. Obra sem título, 1881 Odilon Redon e partes de La Folie du Crime de Raul Pedroza



Imagem 5 Joan Miró, Carnaval do Arlequim, 1924-25.

CÓDIGO: HS0782

AUTOR: MATHEUS HERACLITO XAVIER

ORIENTADOR: ZORAIDE SOUZA PESSOA

TÍTULO: GOVERNANÇA CLIMÁTICA E SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DA RMN E DA UPH SERIDÓ

Resumo

Apesar do avanço nas discussões sobre a emergência climática e os seus efeitos a nível global e nacional, as agendas governamentais progridem lentamente na construção de políticas ambientais e climáticas. O objetivo deste plano de trabalho é analisar como os governos estaduais e municipais do Nordeste estão incorporando as questões climáticas em suas políticas públicas. A pesquisa adota uma abordagem multidisciplinar, com natureza quali quantitativa e descritiva, baseada em fontes secundárias. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica para compreender o estado teórico do problema. Em seguida, uma análise documental qualitativa coletou dados de legislação e planos do Nordeste sobre meio ambiente, recursos hídricos, energias renováveis e mudanças climáticas. Finalmente, a etapa quantitativa analisou a agenda 2030 por meio de indicadores sociais do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) para monitorar a atuação do nordeste relativo aos ODS 2, 6, 7, 11 e 13. Os resultados apontam que as agendas governamentais estão a passos pequenos de serem estabelecidas para das metas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A contribuição da pesquisa reside no monitoramento das políticas públicas, promovendo um debate sobre as pautas na agenda ambiental e ajudando a compreender essa agenda no nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Mudanças climáticas; Desenvolvimento sustentável.

TITLE: CLIMATE AND SOCIO-ENVIRONMENTAL GOVERNANCE: A CASE STUDY OF THE NATAL METROPOLITAN REGION (RMN) AND THE SERIDÓ HYDROGRAPHIC PLANNING UNIT (UPH)

Abstract

Despite the progress in discussions about the climate emergency and its effects at both global and national levels, government agendas are advancing slowly in the development of environmental and climate policies. The objective of this work plan is to analyze how state and municipal governments in the Northeast of Brazil are incorporating climate issues into their public policies. The research adopts a multidisciplinary approach, with a qualitative-quantitative and descriptive nature, based on secondary sources. Initially, a literature review was conducted to understand the theoretical framework of the problem. Next, a qualitative documentary analysis collected data from legislation and plans in the Northeast related to the environment, water resources, renewable energy, and climate change. Finally, the quantitative phase analyzed the 2030 Agenda using social indicators from the Sustainable Development Index for Cities – Brazil (IDSC-BR) to monitor the Northeast's performance in relation to SDGs 2, 6, 7, 11, and 13. The results indicate that government agendas are progressing slowly toward meeting the Sustainable Development Goals. The research contributes to the monitoring of public policies, fostering debate on environmental issues and helping to understand this agenda in the Brazilian Northeast.

Keywords: Public policies. Climate change. Sustainable development.

Introdução

As mudanças climáticas representam o maior desafio da humanidade atualmente. Conforme o autor (Artaxo, 2019) “é indiscutível que os seres humanos estão alterando o clima da Terra, com base em diversas evidências”. Ele afirma que os efeitos previstos pelos modelos climáticos para ocorrerem em 30 a 50 anos já estão ocorrendo, sendo necessário intensificar os esforços na mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e acelerar o processo de adaptação ao novo clima.

Entretanto, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do século XIX, as atividades humanas tornaram-se as principais impulsionadoras das mudanças climáticas. “Essas mudanças consistem inicialmente em alterações nas temperaturas do planeta após as emissões dos gases do efeito estufa na atmosfera, gerados principalmente pela queima de combustíveis fósseis” (ONU, 2025). O agravamento destes efeitos acendeu um alerta em todo o mundo, levando a diversos países a pensar em medidas urgentes de adaptação. O contexto atual, exige uma reconfiguração dos modelos de gestão territorial, substituindo padrões produtivos extrativistas por alternativas baseadas em energias limpas e em respeito à diversidade sociocultural para preparar a sociedade e ter adaptação climática como pauta importante na construção de políticas públicas sustentáveis e plurais.

A construção da agenda governamental, conforme Kingdon (2011), consiste em um conjunto de temas e problemas que recebem atenção prioritária das autoridades públicas em determinado momento. Esse processo é marcado por

uma dinâmica competitiva, na qual diferentes ideias, questões e interesses disputam a atenção dos formuladores de políticas (Capella, 2007; Söthe; Mantovaneli Junior; Kegel, 2018). Nesse sentido, a priorização da adaptação climática depende da capacidade dos governos municipais de reconhecer a gravidade das mudanças climáticas.

Em consideração na necessidade de análise das políticas públicas socioambientais e de uma governança na resposta das instituições acerca do tema das mudanças climáticas o projeto tem como problema de pesquisa uma investigação para compreender de que forma a governança climática e socioambiental vem sendo construída em municípios da Região Metropolitana de Natal e da UPH do Seridó, do Rio Grande do Norte/RN e vem se configurando em suas políticas de adaptação climática ou não e como se insere numa perspectiva de transição energética e descarbonização dos territórios. Para responder a esse problema de estudo foi pensado no objetivo geral para subsidiar a coleta de dados e fundamentar a investigação em um Diagnóstico de como se estrutura a governança climática e socioambiental dos municípios do Rio Grande do Norte/RN, tanto da RMN e do Seridó, que estão sensíveis aos climas tropical litorâneo e tropical semiárido. E com isso foi possível por meio dos objetivos específicos, I) mapear ações e políticas voltadas para governança socioambiental e climática da área empírica; II) identificar os investimentos dos governos para gestão socioambiental e climática nos seus orçamentos;

Este relatório está associado ao projeto de pesquisa “Sustentabilidade, Adaptação Climática, Energias e Sociodiversidade dos Territórios: uma análise comparativa de estudos de casos de governos no contexto do nordeste brasileiro” (PVC18326-2020/UFRN). O foco será nos 36 municípios do Rio Grande do Norte/RN inseridos no recorte territorial da Unidade de Planejamento Hidrológico Seridó (UPH Seridó RN) e na Região Metropolitana de Natal (RMN). O primeiro compõe parte do território localizado na Região Metropolitana de Natal (RMN) e o segundo na bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (UPH-SÉRIDO RN).

O relatório científico está estruturado em quatro tópicos: introdução, que contextualiza a temática; metodologia, que apresenta os métodos de pesquisa; resultados e discussões, que analisam os achados; e conclusões, com perspectivas e possíveis soluções.

Metodologia

A metodologia deste estudo utiliza uma natureza quali-quantitativa, buscando mensurar e comparar variáveis objetivas para testar relações entre elas, conforme proposto por Creswell, Creswell (2021). Essa abordagem permite uma análise de padrões observáveis na realidade empírica desta pesquisa, viabilizando inferências fundamentadas sobre o desempenho institucional e orçamentário dos municípios investigados, com ênfase na gestão ambiental e na gestão de riscos e desastres.

A pesquisa teve como áreas de estudo a Região Metropolitana de Natal (RMN) e o território do Seridó Potiguar, contemplando seus respectivos municípios. A RMN é composta por: Arês, Bom Jesus, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Vera Cruz. Já o Seridó Potiguar inclui: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

A opção por uma abordagem quantitativa está diretamente alinhada aos objetivos específicos desta pesquisa, assegurando coerência entre o problema proposto, as etapas do processo investigativo e os métodos de análise de dados. Para o primeiro objetivo específico, que consiste em examinar os instrumentos de gestão de riscos de desastres existentes nos municípios da RMN e do Seridó Potiguar na gestão de riscos de desastres, foi adotada como base empírica a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1999.

A pesquisa MUNIC/IBGE disponibiliza dados sobre os 5.570 municípios brasileiros, com o objetivo de consolidar uma base sólida e periodicamente atualizada de informações estatísticas e cadastrais referentes à administração pública local (IBGE, 2021). Esses dados derivam de questionários aplicados a gestores municipais responsáveis por diferentes setores e/ou instituições, que fornecem informações acerca dos órgãos públicos e demais instrumentos de gestão municipal (IBGE, 2021). As informações resultantes constituem indicadores relevantes para o monitoramento e a avaliação do quadro institucional dos municípios, contribuindo para o planejamento e a melhoria da gestão municipal.

As informações examinadas nesta etapa foram extraídas da edição de 2020 da pesquisa MUNIC, cujos dados foram coletados entre 2017 e 2020. A escolha dessa edição se justifica por ser a mais recente a incorporar a seção “Gestão ambiental”. Neste estudo, foram utilizados especificamente os dados referentes aos instrumentos de gestão ambiental, que reúnem informações sobre o enfrentamento de eventos climáticos extremos.Para a análise comparativa da presença de instrumentos de gestão ambiental nos municípios, foram utilizados Excel para tratamento dos dados, e logo após utilização em linguagem PYTHON que dispõe de bibliotecas específicas para análise estatística e visualização de dados.

Para o segundo objetivo específico, que visa analisar comparativamente os investimentos orçamentários na gestão ambiental dos municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN) e do Seridó Potiguar, foram utilizados dados do Finanças do Brasil (FINBRA), banco de dados alimentado pelas declarações enviadas pelos entes federados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Brasil, 2000). O FINBRA integra o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e reúne dados contábeis, orçamentários e financeiros dos estados e municípios. Essas informações são utilizadas para monitorar a gestão fiscal dos entes federados e garantir a responsabilidade fiscal, conforme estabelecido na LRF.

No presente estudo, foram analisadas as “Despesas por Função” da função 18 - Gestão Ambiental, 17 - Saneamento, 15 - Urbanismo e 06.182 - Defesa Civil, especificamente na categoria “Despesas Liquidadas”, por refletirem o estágio da despesa em que foi verificado o direito do credor, ou seja, a entrega do bem ou a prestação do serviço foi confirmada e atestada pela administração pública. Isso reflete com maior precisão quanto efetivamente foi realizado (executado) em termos de políticas públicas, como a função 18 - Gestão Ambiental. Tal categoria é a métrica mais adequada para avaliar a execução orçamentária, pois indica o volume de recursos efetivamente comprometidos com a política pública em questão. Utilizou-se o relatório de Despesas por Função de 2024 por ser o mais recente divulgado pelo FINBRA.

Para a análise comparativa dos valores declarados de investimentos em gestão ambiental, os municípios foram organizados em tabelas a partir de um processo de ordenação baseado nas despesas liquidadas. Esse procedimento, fundamentado em estatística descritiva, é apropriado para sistematizar e comparar unidades de análise com base em uma métrica ordinal, de acordo com Field (2020). Dessa forma, os municípios foram organizados em ordem decrescente, do maior para o menor investimento.

Resultados e Discussões

A crise climática é global, mas as suas consequências se manifestam de maneira incisiva nos territórios urbanos e rurais. “Segundo projeções climáticas para os próximos 100 anos, as regiões Amazônica e nordeste serão as áreas mais afetadas pelas mudanças no clima, com destaque para as áreas urbanas e costeiras” (IPCC, 2007; Marengo, 2006, Nobre et al., 2010).

As cidades concentram a maioria da população e das atividades econômicas, observando uma grande responsabilidade acerca da adaptação às mudanças climáticas nas agendas governamentais dos entes federativos brasileiros, para tentar conseguir obter resultados satisfatórios acerca da adaptação climática para as próximas décadas, como reflete (Pessoa, 2012). “Esse cenário é preocupante, tendo em vista que os principais problemas das cidades não foram resolvidos e tendem a avolumar-se nas próximas décadas, gerando cenários de incertezas, especialmente nas grandes cidades e metrópoles”.

O relatório analisou dados da Região Metropolitana de Natal (RMN) e a UPH Seridó para como os territorios estão desenvolvendo suas governanças ambientais e climáticas, reverberando como esses territorios estão de fato se adaptando as mudanças climáticas por meio de politicas públicas. Já a resiliência ocorre quando os recursos da comunidade são robustos, redundantes e rapidamente acessíveis para neutralizar ou diminuir os efeitos do evento extremos, permitindo o retorno da comunidade ao seu funcionamento normal, de forma adaptada (NORRIS et al., 2008). A Figura 1 se encotra a localização dos dois territorios estudos pela pesquisa.

Região Metropolitana de Natal (RMN) e da Unidade de Planejamento Hídrico (UPH) do Seridó permite identificar diferentes configurações territoriais de capacidade institucional, infraestrutura ambiental e preparação para o enfrentamento dos riscos associados às mudanças climáticas. A comparação evidencia que os municípios não apresentam condições homogêneas de resposta aos riscos ambientais, sendo necessário considerar as especificidades territoriais, urbanas e institucionais que condicionam sua vulnerabilidade e capacidade adaptativa. Essa perspectiva aproxima-se da compreensão de vulnerabilidade apresentada por (Cavalcanti, 2015), “segundo a qual a exposição aos riscos climáticos deve ser analisada em conjunto com as condições de adaptação e de capacidade adaptativa dos territórios. A literatura reunida no relatório também estabelece relação direta entre mudanças climáticas, riscos, adaptação e capacidade institucional”.

Um primeiro elemento de diferenciação entre os territórios encontra-se na taxa de arborização. Na RMN, os 15 municípios analisados apresentam uma taxa média de aproximadamente 52,3%, enquanto os 21 municípios da UPH Seridó alcançam média aproximada de 86,0%. Essa diferença é expressiva e evidencia condições territoriais distintas. Na RMN, os valores variam de 40,37%, em Goianinha, a 72,98%, em Arês. Já no Seridó, a variação ocorre entre 68,11%, em Cerro Corá, e 96,60%, em Serra Negra do Norte.

Entretanto, a maior taxa de arborização observada no Seridó não deve ser interpretada automaticamente como indicador de maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas. A arborização constitui um importante componente ambiental e pode contribuir para a redução de determinados impactos associados ao calor e à degradação ambiental, mas sua interpretação precisa ser articulada às características de ocupação e urbanização de cada território. Nesse sentido, a literatura sobre cidades e mudanças climáticas ressalta que os impactos climáticos são mediados pelas características sociais, espaciais e infraestruturais dos territórios. (Farias, 2012), “ao discutir vulnerabilidade e adaptação em contexto metropolitano, contribui para compreender que a vulnerabilidade urbana não decorre exclusivamente da ocorrência de eventos climáticos, mas também das condições territoriais que determinam a exposição diferenciada das populações”.

Essa diferença torna-se particularmente relevante quando se considera a estrutura territorial dos dois recortes. A RMN apresenta maior concentração urbana e metropolitana, reunindo municípios submetidos a processos mais intensos de expansão urbana, impermeabilização do solo e ocupação territorial. O Seridó, por outro lado, é constituído predominantemente por municípios de menor porte e inseridos em contexto territorial distinto. Assim, a taxa de arborização precisa ser compreendida não apenas como uma característica ambiental, mas também como expressão das diferentes formas de produção e ocupação do espaço.

Essa interpretação pode ser relacionada à perspectiva de (Beck, 2011), “para quem os riscos contemporâneos são produzidos e distribuídos socialmente”. No caso analisado, isso significa compreender que a exposição aos riscos ambientais e climáticos não ocorre de maneira uniforme entre os municípios. A configuração territorial, a infraestrutura disponível e a capacidade de planejamento interferem na forma como os eventos ambientais podem produzir impactos sobre as populações. A referência à sociedade de risco presente no relatório oferece, portanto, suporte para interpretar as diferenças observadas entre os dois territórios não apenas como diferenças ambientais, mas como distintas condições de produção e enfrentamento dos riscos.

A Defesa Civil apresenta, por sua vez, uma diferença importante entre os territórios. Na RMN, 13 dos 15 municípios possuem registro de Defesa Civil, enquanto no Seridó esse registro aparece em nove dos 21 municípios. Em termos proporcionais, isso corresponde a aproximadamente 86,7% dos municípios metropolitanos contra 42,9% dos municípios do Seridó. Essa diferença é particularmente relevante quando considerada à luz dos estudos sobre desastres naturais e resiliência urbana. Freitas e Ximenes (2015) destacam a necessidade de compreender os desastres a partir da relação entre vulnerabilidade e capacidade de resiliência, enquanto o IPCC (2012) enfatiza a

importância da gestão dos riscos de eventos extremos para o avanço da adaptação climática.

Nesse sentido, a maior presença da Defesa Civil na RMN pode ser interpretada como uma maior institucionalização formal da resposta aos riscos e desastres. Contudo, é necessário evitar uma associação automática entre existência institucional e efetividade. A presença de uma estrutura de Defesa Civil não permite, isoladamente, afirmar que o município possui maior capacidade de prevenção, monitoramento ou resposta. O que os dados permitem afirmar é que existe uma maior presença formal desse componente institucional no território metropolitano.

No Seridó, a situação assume característica distinta. Embora os municípios apresentem taxas de arborização consideravelmente superiores às da RMN, observa-se menor presença relativa de estruturas de Defesa Civil e ausência de legislação climática municipal registrada na matriz. Esse contraste é relevante porque demonstra que condições ambientais aparentemente favoráveis não significam necessariamente maior capacidade institucional de adaptação.Essa constatação reforça a abordagem de Eakin, Lemos e Nelson (2014), segundo a qual as capacidades adaptativas são diferenciadas entre territórios. A adaptação às mudanças climáticas depende não apenas das características biofísicas do território, mas também da capacidade de mobilizar instituições, conhecimentos, recursos e instrumentos de planejamento. Portanto, a comparação entre RMN e Seridó evidencia que capacidade ambiental e capacidade institucional são dimensões distintas, embora relacionadas.

Outro resultado significativo é a inexistência de Fundo Municipal Climático nos dois recortes. Nenhum dos municípios analisados na RMN ou na UPH Seridó apresenta esse instrumento na matriz. Esse dado demonstra que, independentemente das diferenças entre os territórios, existe uma lacuna comum relacionada à institucionalização de mecanismos especificamente direcionados à agenda climática. A ausência desse instrumento não permite afirmar, por si só, que inexistam recursos destinados a ações ambientais ou de adaptação, mas indica que não foi identificada, na matriz, uma estrutura financeira municipal especificamente classificada como fundo climático.

A análise comparativa também permite compreender a diferença entre risco e vulnerabilidade. O risco climático não resulta exclusivamente da ocorrência de um fenômeno natural, mas da interação entre o perigo, a exposição e as condições de vulnerabilidade da sociedade. O IPCC dedica parte significativa de sua produção à relação entre impactos, vulnerabilidade e adaptação, enquanto trabalhos como os de Janssen e Ostrom (2006) relacionam vulnerabilidade,

resiliência e capacidade adaptativa. Assim, municípios com diferentes condições ambientais e institucionais podem apresentar diferentes capacidades de enfrentar eventos semelhantes.

No caso da RMN, a maior presença de Defesa Civil e de instrumentos de política ambiental ocorre simultaneamente a menores taxas de arborização e a um contexto metropolitano caracterizado por maior intensidade de urbanização. Esse conjunto de características sugere a coexistência de maior pressão ambiental e maior estrutura institucional formal de resposta. No Seridó, por outro lado, as elevadas taxas de arborização coexistem com menor presença de Defesa Civil e ausência de legislação climática municipal. A relação entre essas dimensões demonstra que a capacidade adaptativa não pode ser reduzida a um único indicador.

Dessa maneira, os resultados permitem identificar dois padrões territoriais distintos. A RMN apresenta uma estrutura institucional ambiental relativamente mais consolidada e maior presença de Defesa Civil, mas enfrenta maiores pressões decorrentes da urbanização e apresenta menores taxas médias de arborização. O Seridó apresenta maiores taxas médias de arborização, porém menor presença relativa de estruturas de Defesa Civil e ausência de instrumentos municipais específicos de política climática. Em ambos os territórios, contudo, permanece uma fragilidade comum: a baixa institucionalização específica da agenda das mudanças climáticas.

A diferença fundamental entre os dois territórios, portanto, não está na existência de uma condição plenamente estruturada de resposta climática, mas na forma como diferentes capacidades e fragilidades se distribuem territorialmente. Enquanto a RMN apresenta maior institucionalização formal da resposta aos riscos e maior pressão decorrente da urbanização, o Seridó apresenta melhores indicadores de arborização, mas menor estrutura institucional relacionada à Defesa Civil e à política climática. Esse cenário reforça a necessidade de uma abordagem territorial da adaptação, na qual as políticas ambientais e climáticas sejam articuladas às características específicas de cada município e às diferentes formas de exposição e vulnerabilidade existentes no território conforme apresentado no gráfico 1.

O primeiro gráfico evidencia uma diferença muito expressiva entre os dois territórios ao longo de todo o período de 2022 a 2025. A despesa da RMN permanece muito superior à do UPH - SERIDÓ RN em todos os anos, embora apresente oscilações importantes. Em 2022, a RMN alcançou aproximadamente R$ 1,2 bilhão, contra cerca de R$ 130 milhões no UPH - SERIDÓ RN . Em 2023, há redução para aproximadamente R$ 850 milhões na RMN e R$ 90 milhões no

UPH - SERIDÓ RN . A queda torna-se ainda mais acentuada em 2024, quando a RMN registra cerca de R$ 440 milhões, enquanto o UPH - SERIDÓ RN se aproxima de R$ 30 milhões. Em 2025, observa-se uma recuperação, com aproximadamente R$ 1 bilhão na RMN e R$ 110 milhões no UPH - SERIDÓ RN.

A RMN apresenta uma capacidade de mobilização de recursos significativamente superior à observada no UPH - SERIDÓ RN , mas essa capacidade não se distribui de maneira linear ao longo do período, indicando forte oscilação anual na realização das despesas voltadas à gestão ambiental e demandas voltadas ao meio ambiente.

A queda de 2024 é particularmente importante. Ela demonstra que a disponibilidade ou execução dos recursos não ocorre de maneira constante. Portanto, não é adequado interpretar a despesa acumulada apenas como resultado de uma trajetória contínua de investimento. A despesa acumulada entre 2022 e 2025 é separada por categoria. Percebe-se que Urbanismo é, de longe, a principal responsável pela diferença entre RMN e UPH - SERIDÓ RN . A RMN apresenta aproximadamente R$ 3,1 bilhões em despesas de Urbanismo, enquanto o UPH - SERIDÓ RN apresenta algo próximo de R$ 330 milhões.

Essa diferença é muito maior do que aquela observada em Saneamento e Gestão Ambiental. O saneamento representa uma parcela relevante na RMN, mas em escala bastante inferior ao urbanismo. Gestão Ambiental aparece com valores ainda menores, e Defesa Civil possui participação praticamente residual no conjunto analisado. Esse resultado é bastante significativo porque revela uma estrutura setorial da despesa fortemente concentrada em intervenções urbanas, conforme visualizado no gráfico 2.

A concentração da despesa em Urbanismo sugere que a ação estatal sobre o território ocorre predominantemente por meio de investimentos e intervenções relacionados à infraestrutura e à estrutura urbana, enquanto setores diretamente associados à gestão ambiental e à Defesa Civil possuem participação financeira significativamente menor.

Uma obra urbana pode ter relação com adaptação, mas também pode estar associada à mobilidade, pavimentação, infraestrutura viária, habitação, requalificação urbana ou outras finalidades. Portanto, seria metodologicamente inadequado classificar toda a despesa de Urbanismo como financiamento climático conforme visualizado no gráfico 3.

Os dados evidenciam uma forte assimetria territorial na distribuição das despesas relacionadas ao Urbanismo, Saneamento, Gestão Ambiental e Defesa Civil entre 2022 e 2025. A Região Metropolitana de Natal concentra parcela substancialmente superior dos recursos em termos absolutos, diferença explicada principalmente pela elevada participação das despesas de Urbanismo.

Entretanto, quando os valores são relativizados pela população, observa-se uma distribuição mais heterogênea, especialmente no UPH - SERIDÓ RN, onde alguns municípios apresentam despesas per capita significativamente superiores. Desse modo, a análise demonstra que a desigualdade na alocação dos recursos não pode ser compreendida apenas pelo volume total gasto, sendo necessário considerar simultaneamente a escala territorial, a população e a composição setorial das despesas.

A predominância das despesas de Urbanismo, acompanhada pela participação relativamente reduzida de Gestão Ambiental e Defesa Civil, também indica que a dimensão ambiental e a redução direta de riscos não constituem, necessariamente, o principal eixo financeiro da intervenção estatal nesses territórios. Para compreender sua contribuição para o enfrentamento das mudanças climáticas, torna-se necessário ultrapassar a análise do volume financeiro e identificar a finalidade efetiva das despesas, distinguindo investimentos urbanos convencionais daqueles que possuem função de adaptação, mitigação ou redução da vulnerabilidade climática.

Conclusão

O presente relatório teve como objetivo analisar comparativamente a estrutura de governança ambiental e climática de municípios inseridos na Região Metropolitana de Natal (RMN) e na Unidade de Planejamento Hídrico (UPH) do Seridó, considerando aspectos relacionados à capacidade institucional, aos instrumentos de planejamento, às condições ambientais e à atuação estatal diante dos desafios associados às mudanças climáticas. A partir da análise dos dados levantados, foi possível identificar que os dois territórios apresentam configurações distintas, mas também compartilham importantes fragilidades no processo de institucionalização da agenda climática municipal.

Os resultados demonstraram que a RMN apresenta maior presença formal de estruturas institucionais relacionadas à gestão ambiental e à Defesa Civil. Dos 15 municípios analisados, 13 possuem registro de Defesa Civil, enquanto no

Seridó esse registro foi identificado em nove dos 21 municípios. Essa diferença evidencia uma maior institucionalização formal da resposta aos riscos e desastres no território metropolitano. Entretanto, a presença dessas estruturas não deve ser interpretada, isoladamente, como comprovação de maior capacidade adaptativa, uma vez que a efetividade das políticas depende também da existência de instrumentos de planejamento, recursos, articulação institucional e capacidade de implementação.

Em contrapartida, a UPH Seridó apresentou taxas médias de arborização significativamente superiores às observadas na RMN. Enquanto os municípios metropolitanos apresentaram média aproximada de 52,3%, os municípios do Seridó alcançaram aproximadamente 86,0%. Embora esse resultado represente uma condição ambiental relevante, a pesquisa demonstrou que maiores taxas de arborização não significam necessariamente maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas. As condições de vulnerabilidade e exposição aos riscos são determinadas pela interação entre características ambientais, sociais, espaciais e institucionais, tornando inadequada uma avaliação baseada em um único indicador.

Diante desses resultados, a comparação entre a RMN e a UPH Seridó evidencia que a capacidade de resposta às mudanças climáticas é territorialmente desigual e não pode ser explicada por uma única dimensão. A RMN apresenta maior institucionalização formal de estruturas de resposta aos riscos, mas também está submetida a maiores pressões decorrentes da urbanização, da impermeabilização do solo e das transformações territoriais. O Seridó, por sua vez, apresenta melhores indicadores médios de arborização, mas menor presença relativa de estruturas de Defesa Civil e ausência de instrumentos municipais específicos de política climática registrados na matriz. Portanto, os dois territórios apresentam diferentes combinações entre potencialidades e fragilidades.

Referências

AYERS, J.; DODMAN, D. Climate change adaptation and development I: the state of the debate. Progress in Development Studies, v.10, p.161-8, 2010.

ANA CÉLIA BAÍA ARAÚJO. DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL E CIDADES SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NORDESTINAS. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Zoraide Souza Pessoa.

BARBI, Fabiana. Governando as Mudanças Climáticas no Nível Local: Riscos e Respostas Políticas. 2014. 250f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) –

Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Universidade de Campinas, Campinas.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. São Paulo: edições 70, 2011.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade. 2a. Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades; IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios. Brasília: MCidades; IPT, 2007.

CARVALHO, S. A. D.; FURTADO, A. T. Os desafios da adaptação às mudanças climáticas globais. ClimaCom Cultura Científica: pesquisa, jornalismo e arte, ano 02, n. 02, 2015.

CAVALCANTI, Edneida. Vulnerabilidade, Adaptação e Capacidade Adaptativa. In.: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALC NTARA, Ednéa (Orgs.). Mudanças Climáticas e Resiliência de Cidades. Refice: Pickimagem, p. 75-86, 2015.

CONDE-ÁLVAREZ, Cecilia; SALDAÑA-ZORRILLA, Sergio. Cambio climático en América Latina y el Caribe: impactos, vulnerabilidad y adaptación. Ambiente y desarrollo, v. 23, n. 2, p. 23-30, 2007

DARELA FILHO, J. P. et al.. Socio-climatic hotspots in Brazil: how do changes driven by the new set of IPCC climatic projections affect their relevance for policy?. Climatic Change, v. 136, p. 413-425, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/ponte/Downloads/21-07-rnm-symp-modified-program.pdf >. Acesso em: 02 de abr. de 2018.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, p. 127-153, 2008. DI

GIULIO, Gabriela Marques et al.. Mudanças climáticas, riscos e adaptação na megacidade de São Paulo, Brasil. Sustentabilidade em Debate, v. 8, n. 2, p. 75-87, 2017. Disponível em: . Acesso em: 18 de dez. de 2018.

EAKIN, H., LEMOS, M.C.. Adaptation and the state: Latin America and the challenge of capacity-building under globalization. Global Environmental Change 16 (1), 7–18, 2006.

EAKIN, H., LEMOS, M.C.; NELSON, D.. Differentiating capacities as a means to sustainable climate change adaptation. Global Environmental Change, 27: p. 1-8, 2014. EUROPEAID. Cambio Climático en América Latina. 2009. Disponível em: . Acesso em: 27 de jan. de 2019.

FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARIAS, Glorgia Barbosa de Lima de. Cidades, Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas: Um estudo na Região Metropolitana de Belém. 89f. Dissertação

(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FREITAS, Carlos Machado de; XIMENES, Elisa Francioli. Cidades e Desastres Naturais – da Vulnerabilidade à Resiliência. In.: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALC NTARA, Ednéa (Orgs.). Mudanças Climáticas e Resiliência de Cidades. Refice: Pickimagem, p. 235-253, 2015.

FURTADO, Fátima; PRIORI JR., Luiz; ALC NTARA, Ednéa. Mudanças Climáticas e Resiliência de Cidades. Refice: Pickimagem, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel et al.. Estrutura do projeto de pesquisa. In.: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HURLIMANN, Anna C.; MARCH, Alan P. The role of spatial planning in adapting to climate change. Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, v. 3, n. 5, p. 477-488, 2012. Disponível em: . Acesso em: 16 de jan. de 2019.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2007: The Physical Science BasisWorking Group I Contribution to the IPCC Fourth Assessment Report. Brussels, February 2007a.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Working Group II – Climate Change Impacts, Adaptation and Vulnerability. United Kingdom: Crown. 2007.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. MANAGING THE RISKS OF EXTREME EVENTS AND DISASTERS TO ADVANCE CLIMATE CHANGE ADAPTATION. 2012. Disponível em: . Acesso em: 18 de jan. de 2018.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Summary for Policymakers. In: Stocker, T.F.; D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex and P.M. Midgley. Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2013.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JANSSEN, M. A.; OSTROM, E. Resilience, vulnerability and adaptation: a cross-cutting theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change. Global Environmental Change, Amsterdam, Netherlands, v. 16, p. 237-239, 2006.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005. Disponível em: . Acesso em: 20 de jan. de 2019.

LEMOS, Maria Fernanda Rodrigues Campos. Adaptação de cidades para mudança climática: uma metodologia de análise para os planos diretores municipais. 2010. 295f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MAGRIN, G.O. et al.. Central and South America. In.: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part B: Regional Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Barros, et al (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1499-1566, 2014.

MAPPLECROFT. Índice de vulnerabilidad y adaptación al cambio climático en la región de América Latina y el Caribe. 2014. Disponível em: . Acesso em: 27 de jan. de 2019.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. Revista de Administração Contemporânea, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: . Acesso em: 25 de jan. de 2019.

NOBRE, Carlos A. Mudanças climáticas globais: possíveis impactos nos ecossistemas do país. Parcerias estratégicas, v. 6, n. 12, p. 239-258, 2001. Disponível em: . Acesso em: 24 de jan. de 2019.

NOBRE, Carlos A. Mudanças climáticas e o Brasil – Contextualização. Parcerias estratégicas, v. 13, n. 27, p. 07-18, 2008. Disponível em: . Acesso em: 17 de dez. de 2018.

NOGUEIRA, José Manuel Freira. América do Sul: Uma Visão Geopolítica. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 de dez. de 2018. PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Informe sobre desarrollo humano, 2007-2008. Nueva York, Grupo Mundi-Prensa. 2007.

PRIORI JR., Luiz. Mudanças Climáticas e Resiliência da Infraestrutura Urbana. In.: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALC NTARA, Ednéa (Orgs.). Mudanças Climáticas e Resiliência de Cidades. Refice: Pickimagem, p. 107-132, 2015.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Quarta etapa: A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE. In: _____. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva - Publicações, 1992, p. 107-154. Tradução de: Manual de Recherche en Siences Sociales.

RIBEIRO, S. K.; SANTOS, Andrea Souza. Mudanças climáticas e cidades: Relatório Especial do Painel

Anexos



Figura 1 - Mapa de Localização dos municípios da RMN e da UPH-SERIDÓ.



Figura 2 - Inventário da Governança Ambiental e Climática da RMN.



Figura 3 - Inventário da Governança Ambiental e Climática da UPH- Seridó.



Gráfico 1 - Evolução de despesa liquidada entre 2022 - 2025 em Gestão Ambiental.



Gráfico 2 - Despesa total por categoria de conta (2022–2025 acumulado)



Gráfico 3 - Evolução da despesa total por território pelas variáveis Urbanismo, Saneamento, Gestão Ambiental e Defesa Civil por território (2022–2025)

CÓDIGO: HS0783

AUTOR: MARIANA CLARA SILVA DOS SANTOS

ORIENTADOR: RAIMUNDO NONATO ARAUJO DA ROCHA

TÍTULO: Educandário Oswaldo Cruz: Práticas profiláticas (1962-1980).

Resumo

Este trabalho investiga as práticas médicas e administrativas desenvolvidas no Educandário Oswaldo Cruz, instituição localizada no Rio Grande do Norte, no período de 1962 a 1980. A instituição foi criada para abrigar e educar os filhos sadios de pais segregados no Leprosário São Francisco de Assis. Por meio de fontes documentais, registros médicos, atas administrativas, artigos da imprensa e produção médica da época, analisa-se a separação compulsória de crianças de suas famílias, o controle médico sistemático e a disciplina institucional vigentes. O estudo resgata uma história ainda pouco explorada, que envolve estigma, segregação e violação de vínculos familiares, e dialoga com as reivindicações dos ex-internos por reconhecimento e reparação.

Palavras-chave: Hanseníase. Isolamento. Saúde pública.

TITLE: Oswaldo Cruz School: Preventive Practices (1962-1980).

Abstract

This work investigates the medical and administrative practices developed at the Oswaldo Cruz Educational Institution, located in Rio Grande do Norte, during the period from 1962 to 1980. The institution was created to house and educate the healthy children of parents segregated at the São Francisco de Assis Leprosarium. Through documentary sources, medical records, administrative minutes, press articles, and medical publications of the time, it analyzes the compulsory separation of children from their families, systematic medical control, and the prevailing institutional discipline. The study uncovers a still little-explored history involving stigma, segregation, and the violation of family bonds, and engages with the demands of former residents for recognition and reparation.

Keywords: Leprosy. Isolation. Public health.

Introdução

A hanseníase é uma doença infecciosa causada pela bactéria Mycobacterium leprae, que afeta principalmente a pele e os nervos periféricos, podendo causar perda de sensibilidade, comprometimento motor e deformidades quando diagnosticada tardiamente. Apesar de hoje ser considerada uma doença curável, ao longo de séculos foi envolta em preconceitos, medo e estigma, frequentemente associada a impureza e punição moral. Essa herança cultural, somada ao desconhecimento sobre suas formas de transmissão, fundamentou práticas públicas baseadas na segregação compulsória de doentes e de seus familiares durante grande parte do século XX.

No Brasil, o combate à hanseníase constituiu-se em política de Estado, estruturada a partir de um modelo profilático que reunia três tipos de estabelecimentos: leprosários, destinados ao isolamento dos doentes; dispensários, responsáveis pelo acompanhamento de casos suspeitos; e educandários ou preventórios, criados para abrigar os filhos sadios de pais acometidos pela doença (Cunha, 2011).

No Rio Grande do Norte, essa política foi implementada com a construção do Leprosário São Francisco de Assis, em 1926, e do Educandário Oswaldo Cruz, cuja obra teve início em 1939 e inauguração em 1942. A instituição recebia crianças separadas dos pais ao nascer ou nos primeiros anos de vida, sob o argumento de proteção sanitária, submetendo-as a exames periódicos, rígida disciplina e privação de convívio familiar.

O Decreto Federal nº 968, de 7 de maio de 1962, instituiu novas normas técnicas para o combate à hanseníase. Entretanto, o Educandário Oswaldo Cruz continuou recebendo novos internos, revelando um descompasso entre a legislação federal e a realidade local. Esse fato torna o período de 1962 a 1980 especialmente relevante para compreender como as normas foram interpretadas e aplicadas na prática, e quais interesses e representações sobre a doença sustentaram a continuidade de práticas segregacionistas.

O estudo justifica-se pela lacuna existente na historiografia potiguar, que ainda dedica pouca atenção ao funcionamento interno do Educandário e às experiências daqueles que ali viveram. A relevância da pesquisa amplia-se com a recente aprovação da Lei Federal nº 14.736, de 24 de novembro de 2023, que prevê reparação financeira aos filhos sadios separados de pais segregados em leprosários no Brasil, e com as reivindicações dos ex-internos potiguares por reconhecimento histórico e garantia de direitos (Brasil,2023). O trabalho também cumpre função pedagógica, ao inserir estudantes de graduação em atividades sistemáticas de pesquisa, manuseio de fontes primárias e reflexão crítica sobre as relações entre medicina, Estado e sociedade. Espera-se que os resultados contribuam para o conhecimento histórico sobre saúde pública no Rio Grande do Norte e sirvam como subsídio às reivindicações coletivas, ao poder público e à sociedade em geral.

Metodologia

A pesquisa tem natureza histórica e baseia-se no estudo e na análise crítica de fontes documentais, organizadas em quatro conjuntos complementares. A combinação entre diferentes tipos de registros visa permitir visão ampla e comparativa das práticas institucionais, das normas oficiais e das representações sociais veiculadas na época.

O primeiro conjunto é formado por fontes administrativas e legislativas: leis, decretos, portarias, regulamentos e atas de reuniões da Sociedade de Assistência aos Lázaros, instituição responsável pela manutenção e gestão do Educandário Oswaldo Cruz. Esses documentos permitem reconstituir o quadro normativo vigente, a estrutura organizacional, a gestão de recursos, as decisões administrativas e a forma como a instituição era concebida e supervisionada. As atas, em especial, trazem informações sobre número de admissões, movimentações internas, eventos e convênios, oferecendo visão sobre o funcionamento cotidiano da instituição.

O segundo conjunto compreende a produção médica contemporânea: artigos, relatórios, pareceres e comunicações de profissionais envolvidos na formulação e execução da política de combate à hanseníase. Tais fontes revelam os referenciais teóricos, os princípios e as crenças que orientavam as condutas médicas, explicitando os argumentos que embasavam a separação de crianças, o controle sanitário e a manutenção da instituição mesmo após as alterações legais de 1962.

O terceiro grupo é formado por periódicos que circularam no estado, como os jornais A Ordem, A República e O Diário de Natal. Por meio das matérias publicadas, busca-se compreender como a instituição, a doença e as crianças eram apresentadas à opinião pública, quais discursos eram veiculados e qual a recepção social às políticas de isolamento e assistência.

O quarto conjunto é constituído pelos registros médicos e epidemiológicos produzidos no Educandário: fichas clínicas, fichas de acompanhamento, relatórios de exames e fichas evolutivas. Esses documentos permitem traçar o perfil das crianças admitidas, a periodicidade e os tipos de avaliação médica realizados, os critérios de permanência e os desfechos institucionais. Considera-se, na análise, que esses registros foram elaborados sob a ótica da instituição, o que exige leitura crítica e contextualizada.

O tratamento das fontes segue princípios de crítica histórica, com verificação de autoria, data, contexto de produção e eventuais vieses. Os dados são organizados e comparados entre si, buscando confrontar as prescrições normativas com as práticas efetivamente documentadas. A interpretação apoia-se em referências da história social da saúde, compreendendo a doença e as políticas a ela dirigidas como expressões de saberes, valores e relações de poder de cada período.

Resultados e Discussões

A análise das fontes permitiu identificar que, mesmo após a publicação do Decreto Federal nº 968 de 1962, que redefiniu normas, assim deveria ser evitada a aplicação de medidas que implicassem na quebra da unidade familiar, como o isolamento compulsório e separação abrupta entre pais e filhos (Brasil,1962). O Educandário Oswaldo Cruz manteve suas atividades e continuou recebendo novas crianças. Essa continuidade revela a existência de distanciamento entre as determinações legais federais e as práticas concretas desenvolvidas no Rio Grande do Norte, sustentadas por representações sobre a transmissão da hanseníase e pela persistência de modelos assistenciais baseados na segregação. Nesse contexto, Rosenberg (1997) afirma que a definição do que é “doença”

e como ela deve ser tratada não está apenas nos avanços científicos, mas, sim em valores e crenças coletivas.

Os documentos administrativos e as atas da Sociedade de Assistência aos Lázaros mostram que a instituição continuou funcionando com estrutura organizacional, rotinas e finalidades semelhantes às de períodos anteriores. As crianças ingressavam ainda nos primeiros anos de vida, eram separadas dos pais e submetidas a regime de internação prolongada, com exames médicos periódicos e rígida disciplina interna caracterizada por normativas expressamente impostas e punições (até mesmo físicas) caso ocorresse descumprimento. Em somatória, a diária era totalmente circunscrita no espaço profilático, com raras saídas. Essas escapatórias normalmente ocorriam em grupos, como: ida a casa de praia da instituição (permitida apenas aos comportados), rápidas visitas ao Leprosário São Francisco de Assis para ver seus genitores (apenas em datas festivas). Quando realizadas individualmente, estavam limitadas as festividades de final de ano, as quais deveriam ser previamente comunicadas à direção e autorizada pela mesma. A manutenção desse modelo amparava-se em argumentos de proteção à saúde infantil e de interesse público, presentes tanto em relatórios médicos quanto em notícias veiculadas na imprensa. Assim, pode-se afirmar que as doenças são narrativas sociais, elas são enquadradas em discursos que moldam percepções públicas, políticas de saúde e práticas médicas (Rosenberg, 1997).

Os registros médicos revelam que o acompanhamento das crianças centrava-se na vigilância sistemática de sinais sintomáticos da doença, com avaliações mensais e registros detalhados sobre saúde física e desenvolvimento. Contudo, pouco se observa sobre os impactos psicológicos e sociais da separação familiar, o que reflete a centralidade do olhar clínico e sanitário nesse período (Pereira, 2001). As fichas também indicam perfil diversificado de crianças, oriundas de diferentes regiões do estado, o que demonstra abrangência da política de isolamento no RN.

A imprensa potiguar, por sua vez, costumava retratar a instituição como obra benemérita. Evidenciando os suntuosos eventos realizados pela administração para os internos. Como também, a presença de “ilustres personagens” da sociedade potiguar em constantes visitas às crianças. Percebe-se nas notícias a tentativa de estimular a contribuição particular quer fosse de forma direta com doações, ou indireta participando de festividades promovidas por instituições filantrópicas para a obtenção de recursos, posteriormente repassados ao Educandário. Já as crianças eram ilustradas como protegidas e educadas. O discurso era sempre o mesmo, ou melhor, reforçava a legitimidade da iniciativa e necessidade de manutenção, assim propiciando a ausência de contestação pública mais ampla.

Constata-se, portanto, que a continuidade do Educandário não se deveu apenas ao desconhecimento da legislação, mas à força de saberes consolidados, de interesses institucionais e de representações sociais que associavam a hanseníase ao perigo e à exclusão. Os resultados encontrados dialogam com estudos que apontam a persistência de práticas segregacionistas no Brasil mesmo após mudanças legais e científicas como apontam: Pavani (2019), Farias (2014) e Silva (2001).

Os dados também indicam que as crianças internadas constituíram grupo socialmente atingido por medidas que lhes retiraram o convívio familiar e a liberdade. Tal situação influenciou na construção da identidade desses indivíduos, uma vez que, em alguns casos, sequer há registro sobre o vivido. Esse apagamento de vozes reforça a importância de

estudos que resgatem essa história, especialmente em momento em que os próprios ex-internos reivindicam reconhecimento e reparação.

Conclusão

A pesquisa permitiu compreender o funcionamento e a continuidade do Educandário Oswaldo Cruz entre 1962 e 1980, evidenciando que, apesar das alterações legais introduzidas pelo Decreto nº 968, a instituição permaneceu recebendo crianças e mantendo rotinas baseadas na separação familiar e no isolamento. Constatou-se que a manutenção dessas práticas esteve ligada a representações sobre a hanseníase, a saberes médicos vigentes e à estrutura institucional de assistência aos chamados “lázaros”, que resistiu às mudanças normativas por quase duas décadas.

Identificou-se, ainda, o perfil geral das crianças atendidas e a sistemática de controle médico a que foram submetidas, demonstrando que, embora sob argumentos de proteção sanitária, as medidas impuseram sacrifícios profundos aos indivíduos e famílias atingidas. A existência de lacunas e silêncios nas fontes revela, por outro lado, a necessidade de que outras fontes, como histórias orais e depoimentos pessoais, sejam incorporadas em estudos futuros, permitindo visão mais completa e humana sobre o que significou viver na instituição.

O trabalho demonstra, ademais, que o Educandário Oswaldo Cruz não foi apenas espaço de assistência, mas também instrumento de uma política que separou famílias e produziu impactos que se fazem sentir até hoje. Nesse sentido, os resultados obtidos prestam-se a subsidiar o reconhecimento público dessa história, a formulação de políticas de reparação e a preservação de memória sobre o tema. Recomenda-se a continuidade das investigações, o aprofundamento do diálogo com os ex-internos e a preservação dos acervos documentais, de modo a evitar que essa história volte a ser silenciada.

Referências

BRASIL. Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962. Estabelece normas técnicas especiais para o combate à lepra. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 maio 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d0968.htm (planalto.gov.br). Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.736, de 24 de novembro de 2023. Dispõe sobre o reconhecimento e a reparação às pessoas que foram separadas de seus pais em razão da hanseníase. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14736.htm(planalto.gov.br). Acesso em: 31 ago. 2026.

CUNHA, Vivian da Silva. Centro Internacional de Leprologia: ciência, saúde e cooperação internacional no Brasil do entre-guerras (1923–1939). 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

FARIAS, Kalyna Ynanhiá Silva de. Da dignificação dos lázaros: um estudo sobre o preventório Afrânio de Azevedo. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2014.

PAVANI, Elaine Cristina Rossi. O controle da lepra e o papel dos preventórios: exclusão social e interações socioespaciais dos egressos do Educandário. 2019. 2v. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PEREIRA NETO, André de Faria. Ser médico no Brasil: o presente e o passado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ROSENBERG, Charles E.; GOLDEM, Janet. Framing disease: studies in cultural history. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

SILVA, Maria Rodrigues da. Cultura e experiências sociais de hansenianos acreanos nas lutas contra a doença, os preconceitos e a exclusão social: Rio Branco e Sena Madureira (1930–1982). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco / Universidade Federal do Acre, Recife, 2001.

CÓDIGO: HS0784

AUTOR: DANIEL CERBARO BARBOSA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: A face do braço forte: perfil dos membros das ordenanças na Capitania do Rio Grande (1786 - 1804)

Resumo

O presente estudo adota uma abordagem prosopográfica para caracterizar a sociodemografia do contingente armado das Ordenanças na Capitania do Rio Grande do Norte entre 1786 e 1804. Essas tropas funcionavam como efetivos armados compulsórios e não pagos, mobilizando homens de 18 a 60 anos, e constituíam o pilar da defesa territorial e da administração régia colonial. A análise tem como base os documentos denominados assentos de praça, presentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), que registravam a data de entrada do indivíduo naquela companhia, o nome, a idade, a origem, onde morava, o nome do pai, a qualidade e outras características físicas, como a cor da pele, a estatura, o tipo de cabelo, entre outras. Estes poderiam ser alterados posteriormente, para adicionar informações sobre o indivíduo, como o motivo de ter deixado a companhia, se fora promovido ou se passou para outra companhia, tornando-se, assim, documentos de baixa. Dessa maneira, ao identificar as informações recorrentes na documentação, busca-se analisar o perfil étnico, espacial e social desse grupo, composto pelos “principais da terra” e pelas massas da população.

Palavras-chave: Ordenanças; População; Rio Grande.

TITLE: The Face of the Strong Arm: A Profile of the Ordenanças Members in the Captaincy of Rio Grande (1786–1804)

Abstract

This study employs a prosopographical approach to examine the sociodemographic characterization of the Ordenanças armed contingent in the Captaincy of Rio Grande do Norte between 1786 and 1804. These troops operated as compulsory, unpaid armed forces, mobilizing men aged 18 to 60, and constituted the backbone of territorial defense and colonial royal administration. The analysis is based on enlistment records (assentos de praça) preserved at the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte (IHGRN), which recorded each individual's entry date into the company, name, age, origin, place of residence, father's name, socio-racial status (qualidade), and physical attributes, such as skin color, stature, and hair type. These documents could be

subsequently updated to incorporate further details, such as reasons for leaving the company, promotions, or transfers, thereby serving as discharge records. By analyzing the recurring patterns within this documentation, the study aims to evaluate the ethnic, spatial, and social profile of a group comprised of both local elites (principais da terra) and the broader population.

Keywords: Ordenanças; Population; Rio Grande

Introdução

INTRODUÇÃO

As ordenanças, em conjunto com as milícias e tropas pagas, formavam “o tripé” das tropas institucionais portuguesas durante o período colonial (Mello, 2009; Puntoni, 1998; Silva, 2001). Era esperado pela coroa que todos os colonos fossem capazes de defender os territórios do Império e por meio da “Lei de Armas de 1560” (Mendonça, 1972), todos os portugueses deveriam ser possuidores de armas e mantimentos. Dessa forma, o Regimento das Ordenações de 1570 previa o alistamento de todos os homens entre 18 e 60 anos, com exceção dos eclesiásticos e dos fidalgos, que seriam organizados em companhias nas cidades e vilas. Até 1709, os capitães-mores (maior cargo hierarquicamente) eram escolhidos entre os principais da terra pelas câmaras, porém a partir dessa data, a Coroa escolhia entre os membros de uma lista tríplice formulada pela câmara, quem ocuparia o cargo (Silva, 2001).

As ordenanças foram o principal meio de manter a ordem e a administração colonial nos vastos territórios da América portuguesa, sendo organizadas pelos grupos locais e compostas pela população dos termos e vilas (Prado Júnior, 2011 [1942]). Essa tropa armada era, na historiografia clássica (Prado Júnior, 2011 [1942]), analisada como a extensão do poder régio, fazendo com que ele fosse mantido e seguido nas Américas. Nessa perspectiva, a origem de uma tentativa de ordem na colônia se daria apenas com a implementação de órgãos militares e administradores da metrópole nas Américas. Enquanto as organizações locais seriam apenas submetidas ao poder régio.

Pagano de Mello, em sua obra ‘Forças militares do Brasil colonial' (2009), apresenta outra percepção sobre as ordenanças, as quais não seriam utilizadas apenas para atingir os interesses da coroa e dos governadores, mas também dos grupos locais. Em uma relação dialética, os corpos de ordenanças seriam um espaço de negociações das câmaras, compostas pelos grupos locais, com o poder régio e os governadores. Os “principais da terra” buscavam a “nobreza política” fornecida pelos cargos militares, para se distinguirem socialmente e usufruírem dos benefícios do oficialato. Assim como utilizaram a ligação régia das ordenanças para melhor governar, apoiados pela autoridade da coroa. Dessa forma, buscavam negociar com o Estado português os cargos da tropa, dessa forma, a “elite local se afirmava em nível político e/ou militar, articulada com o poder central que a legitimava” (Mello, 2009).

A autora de forma alguma estabelece a relação entre o poder central e o local como adversa, mas sim como complementar pelos limites de cada entidade. Afastando-se de uma noção de centralidade absoluta da Coroa. Sob essa perspectiva, os grupos locais,

amparados pela legitimidade conferida pelos cargos militares das ordenanças, preencheriam o "vazio" deixado pela administração colonial, sobretudo nas regiões mais periféricas do império. Mesmo reconhecendo a assimetria de poder entre os dois lados, a autora afirma que tanto a Coroa quanto os grupos locais se beneficiariam dessa relação dinâmica e complexa.

Visto a importância das ordenanças para a administração colonial, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os membros das ordenanças da região da Ribeira do Assú, com base em documentos de assentos de praça. A análise evidencia as características étnicas e sociais, bem como as conexões entre os oficiais da tropa. Os trabalhos sobre as tropas institucionais, normalmente enquadram-se no eixo da história política e sempre destacam os grandes conflitos e os oficiais. Porém, nos últimos anos, importantes pesquisas foram desenvolvidas para evidenciar questões sociais, como a péssima condição dos corpos armados nas colônias e as relações étnico-raciais nas tropas (Araújo, 2019; Puntoni, 1998). Por esse viés, essa investigação busca construir o "rosto do braço forte" da capitania do Rio Grande entre os anos de 1786 e 1804.

Metodologia

METODOLOGIA

A historiografia militar anteriormente centralizada em uma história política, escrita ao redor dos grandes acontecimentos e personagens, vem sofrendo transformações nas últimas décadas, dialogando com novos temas da história social, política e econômica e afastando-se das grandes figuras. Essas pesquisas inovadoras trazem perspectivas como a dificuldade de recrutar homens para as tropas (Mello, 2009), a relação entre as economias locais e as atividades militares (Silva, 2001), o cotidiano das tropas (Miranda, 2011), a participação indígena nos conflitos (Puntoni, 1998; Silva, 2019, 2024) e o perfil étnico das tropas (Araújo, 2019; Ferreira, 2023). Esse movimento, ficou conhecido no Brasil como "Nova História Militar Brasileira" (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004; Moreira; Loureiro in Possamai, 2012).

Por essa abordagem, a presente pesquisa pretende compreender o perfil social e étnico dos membros das Ordenanças na Capitania do Rio Grande no final do século XVIII e no início do XIX. O procedimento utilizado é a prosopografia, ao analisar as características em comum do grupo, a fim de encontrar padrões que expressam a realidade social do grupo (Stone, 2011). Ademais, ao empregar o conceito de qualidade, um conjunto de elementos fenotípicos e sociais que hierarquizam o indivíduo no Antigo Regime (Paiva, 2015), busca-se corroborar o entendimento de que a qualidade do indivíduo não era determinada apenas pela cor de sua pele.

Essa pesquisa utiliza como fontes principais 6 livros não identificados que contém os assentos de praça e baixas dos homens da capitania do Rio Grande Entre os anos de 1786 e 1804 oriundas do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). No total, elas somam 469 páginas. Até este momento, só foi possível transcrever, tabular e analisar 2 livros, totalizando 119 páginas de documentos, que contêm o registro de 157

indivíduos oriundos da região da Ribeira do Assú. Dessa maneira, infere-se tratar-se da documentação das ordenanças da Vila da Princesa (atualmente a cidade de Assú).

Os assentamentos de praça eram documentos que registravam a data de entrada do indivíduo naquela companhia, o nome, a idade, a origem, onde morava, o nome do pai, a qualidade e outras características físicas, como a cor da pele, a estatura, o tipo de cabelo, entre outras (Araújo 2019). Estes poderiam ser alterados posteriormente, para adicionar informações sobre o indivíduo, como o motivo de ter deixado a companhia, se fora promovido ou se passou para outra companhia, tornando-se, assim, documentos de baixa.

Após a separação das fontes que seriam analisadas, elas foram então transcritas e tabuladas utilizando-se da ferramenta "Google Planilhas". Além da visualização dos dados, a ferramenta também foi usada para a criação de tabelas e gráficos, visando a uma melhor análise quantitativa da documentação.

Resultados e Discussões

RESULTADOS E DISCUSSÃO

"Nestes Livros se declarará o dia em que Começaram a servir e as praças de primeira Plana se porão cada uma em sua Lauda, e as dos Soldados da mesma maneira declarando-se em cada assento a terra de onde cada um é natural, e o'nome do Pai, e os sinais do Rosto, e estatura do Corpo e os anos de idade em que assentou a praça" (Regimento das Fronteiras, 1645).

A documentação que embasa esse trabalho, são dois livros não identificados que contém os assentos de praça e baixas dos homens da ribeira do Assú entre os anos de 1786 e 1804 oriundos do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). No total, eles somam 119 páginas de documentos e registram 157 indivíduos. Os assentamentos de praça eram documentos que registravam a data de entrada do indivíduo naquela companhia, o nome, a idade, a origem, onde morava, o nome do pai, a qualidade e outras características físicas, como a cor da pele, a estatura, o tipo de cabelo, entre outros. Estes poderiam ser alterados posteriormente, para adicionar informações sobre o indivíduo, como o motivo de ter deixado a companhia, se fora promovido ou se passou para outra companhia, tornando-se, assim, documentos de baixa. Como todos os homens deveriam estar presentes nas ordenanças, não havia um processo de recrutamento, apenas uma listagem dos homens hábeis para cumprirem suas obrigações, como os exercícios aos domingos (Silva, 2001).

A prosopografia é o estudo de características comuns em grupos, ao analisar como esses dados uniformes, ao serem comparados, dentro ou fora do grupo, podem expressar a realidade social de um conjunto de indivíduos (Stone, 2011). Por esse viés, seria possível analisar um grande grupo de pessoas com base em informações recorrentes, como as que se apresentam nos assentos de praça. Origem familiar, características físicas, qualidade, idade, local de residência, origem geográfica, ocupação e mobilidade na tropa. Esses variados tipos de informações podem ser combinados e contrastados, com o objetivo de

elucidar questões e detalhes sobre grupos específicos, como a população masculina da Ribeira do Assú.

Os estudos prosopográficos podem ser divididos em duas escolas principais, os que estudam as elites e os que estudam as massas (Stone, 2011). As elites, ou os principais da terra (os homens de maior qualidade e cabedal), nesse caso, os oficiais de alta patente, por estarem em evidência na hierarquia social, normalmente são os grupos que mais possuem documentação sobre, ou, pelo menos, a documentação que chegou ao tempo presente. A historiografia militar tem muita dificuldade em se desvincular dessa "história dos grandes homens", devido ao importante papel político exercido pelos oficiais, tanto em questões administrativas quanto em momentos de guerra. Porém, a "Nova História Militar" vem desenvolvendo diversas pesquisas sobre as massas que compõem as tropas (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004; Moreira; Loureiro, in Possamai, 2012).

Porém, as ordenanças não eram compostas apenas pelos "homens de qualidade", mas sim, por todos os homens capazes de pegar em armas para defenderem o território. Dessa maneira, a prosopografia pode ser o melhor método para compreender essa instituição, pois tanto "as elites" quanto as massas a compõem. Se "em todos os lugares e épocas, quanto mais baixo vai-se no sistema social, mais pobres ficam os documentos" (Stone, 2011), os assentamentos de praça das ordenanças, por apresentarem informações sobre os homens "sem qualidade", podem ser considerados documentos de suma importância para o estudo das populações.

As ordenanças não possuíam apenas objetivos militares e políticos, mas também ideológicos. Ao criar uma tropa armada que englobava todos os homens presentes nos territórios do império português, a Coroa criava uma "força capaz de reunir, ou reduzir, todos os indivíduos a um só corpo" (Mello, 2009), na qual o rei seria a cabeça. As ordenanças seriam então capazes de reunir todos os diferentes "povos", indígenas, homens forros e homens brancos, todos submetidos às ordens da Coroa, pela organização hierárquica militar.

Essa política régia se destaca na segunda metade do século XVIII, momento em que o Estado portugues busca por uma maior centralidade administrativa, mesmo nos pontos mais periféricos da colônia, e fortalece-se o processo de afastamento entre a religião e a política (Mello, 2009). Ao criar uma hierarquia militar que se inicia no rei e se estende a todos os soldados, ou seja, engloba todos os homens do reino, reafirma-se a hierarquização do Antigo Regime. Dessa maneira, as ordenanças possuíam um papel fundamental de integrar e disciplinar todos os homens sob o império português, principalmente nas regiões periféricas (Ferreira, 2023)

É possível que, os assentamentos de praças por descreverem informações sobre uma grande parcela da população, pelo menos toda a masculina, possam ser utilizados por pesquisadores para realizar trabalhos demográficos de uma parcela da população. Dessa maneira, torna-se viável, por meio de análises quantitativas, obter dados como a idade dos membros da organização.

Gráfico 1- Distribuição dos membros das ordenanças do Assú por idade

Fonte: Elaborado pelo autor com base em 91 assentos de praça e baixas entre os anos de 1786 e 1806. Fundo documental do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

O gráfico 1 torna possível a análise da idade dos homens da ribeira do Assú, demonstrando que a maioria estava por volta dos 25 anos de idade. Apenas os homens entre 18 e 60 anos deveriam compor a tropa; porém, na amostra de 91 indivíduos, 24 tinham menos de 18 anos, dos quais dois dos mais novos tinham apenas 12 anos. Não foi possível identificar uma característica comum entre esses indivíduos; porém, alguns eram filhos de oficiais, o que poderia ser uma forma de iniciar o jovem na carreira militar. As ordenanças eram as tropas preferidas dos principais da terra, por serem uma tropa imóvel, apenas participariam em conflitos em situações de defesa (Silva, 2001), Nenhum indivíduo com uma idade maior que 45 anos foi encontrado. É possível que isso tenha ocorrido porque apenas uma pequena parcela da população tinha essa idade nesse período ou porque os homens eram dispensados de seus serviços militares antes de atingirem 60 anos de idade.

Nos assentamentos de praça também estavam identificados o local em que o indivíduo morava e se originava, assim como quando mudava de distrito, dessa maneira as ordenanças poderiam cumprir importantes funções administrativas para o controle das movimentações dentro do Império. O quadro 1 demonstra os termos utilizados para se referir à região do Assú e às outras localidades das quais os membros da tropa eram oriundos

Quadro 1- Localidades e termos encontrados

Fonte: Elaborado pelo autor com base em 157 assentos de praça e baixas entre os anos de 1786 a 1806. Fundo documental do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

Diferentes termos são utilizados para expressar localidades parecidas, como Ribeira, ou Freguesia do Assú; a “vila da princesa” era o antigo nome da atual cidade do Assú. Entre as localidades encontradas, pode-se perceber regiões próximas, como Apodi ou “Freguesia de {S, V], do Rio Grande”, mas também lugares mais distantes, como o Rio de Janeiro e a Ilha de São Miguel, nos Açores. É possível que a “vila da serrinha”seja a atual cidade de Serrinha no Rio Grande do Norte. A “Matriz das Russas” refere-se à atual cidade de Russas no Ceará. A vila do Pombal é a atual cidade homônima na Paraíba. Não foi possível identificar o que seria “Parmado”.

Ao notar as origens e destinos regulares da população da região, seria possível traçar um “perfil espacial”, ou seja, construir as rotas de deslocamento da população, evidenciando as principais localidades. Vale lembrar que as ordenanças eram predominantemente compostas por homens com ocupações fixas, como agricultores (Silva, 2001), e que, nessas jornadas pelo espaço, suas famílias também deveriam acompanhar os homens. Assim, a locomoção descrita nos assentos de praça poderia alterar as dinâmicas sociais e políticas dos distritos, o que seria mais um motivo para mencioná-la no documento.

Essas diferentes localidades demonstram a fluidez do tráfego de pessoas no império português e como todos continuavam integrados à hierarquização das ordenanças. As

mudanças de distritos precisavam ser comunicadas para receberem baixas em suas companhias de ordenanças, como demonstrar o gráfico 2

Gráfico 2 - Motivos para baixa

Fonte: Elaborado pelo autor com base em 86 assentos de praça e baixas entre os anos de 1786 e 1806. Fundo documental do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

28 indivíduos receberam baixa por se mudarem de distrito. 31 passaram para outra companhia, por não especificarem que mudaram de distrito; acredita-se que sejam outras companhias localizadas no Assú. 17 faleceram por motivos não especificados. 1 indivíduo recebeu baixa por idade avançada, porém a idade não foi especificada, provavelmente, pelo menos 60 anos, devido à idade máxima registrada no Regimento das Ordenanças. 1 indivíduo recebeu baixa por "despacho do ilustríssimo senhor governador", no qual o motivo não foi especificado. 8 indivíduos estavam ausentes durante a listagem ou "mostra".

Vale constar que muitos recrutamentos ocorriam durante as revistas, que eram inspeções nas tropas realizadas pelos capitães-mores ou sargentos-mores (Silva, 2001). Dessa maneira, o indivíduo continuava integrado às ordenações até receber a sua baixa, porém, dos 86 casos encontrados, apenas 19 foram devidamente desligados de seus serviços militares (os que faleceram ou que receberam baixa por invalidez ou despacho). Portanto, pode-se teorizar que a maioria dos homens passava toda a vida inserida nas ordenanças, dada a raridade das baixas em vida.

No Antigo Regime, os homens eram hierarquizados de acordo com a sua "qualidade", que seria um conjunto de fatores, como religião, cor da pele, cabedal, ocupação, entre outros que demarcavam o lugar do indivíduo na sociedade (Paiva, 2015). Vale ressaltar, que por mais que interligados, o conceito de cor não é o mesmo que qualidade, pois enquanto a cor se refere apenas ao fenótipo desse indivíduo, a qualidade se refere a todas as outras características citadas.

A hierarquização das tropas armadas reforçava as distinções entre os homens sem qualidade e aqueles que possuíam. Porém, pela falta de homens de qualidade suficientes para preencherem os postos de oficiais, os homens de cor, viam na vida militar, uma maneira de ascenderem socialmente (Araújo, 2019; Ferreira, 2023; Silva, 2001). Dessa maneira, os assentamentos de praça, por contabilizarem todos os homens capazes de pegar em armas, podem ser uma fonte importante para a construção de um passado étnico, como demonstra o gráfico.

Gráfico 3 - Qualidade dos homens da ribeira do Assú

Fonte: Elaborado pelo autor com base em 88, Assentos de praça e baixas entre os anos de 1786 e 1806. Fundo documental do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

No gráfico 3, os indivíduos foram divididos de acordo com a qualidade expressa no documento, porém, quando a qualidade não foi apresentada, foram agrupados de acordo com a cor descrita. A documentação encontrada pode ser separada em três partes: a

listagem dos soldados das ordenanças, com a característica física, uma listagem dos oficiais sem a descrição física, e uma terceira parte menor a qual além de descrever as características físicas, também apresenta também o ofício dos membros. Os motivos dessa diferenciação não são claros.

Há uma variedade de expressões para os homens das ordenanças, o que reforça a ideia de que a cor da pele não era o único elemento definidor da qualidade. Primeiramente, as descrições de “pele negra”, “crioulo” ou "gentio da Angola" foram todas destinadas a escravizados, dos quais 2 dos 3 ocupavam o cargo de “tambor”. No assentamento dos escravizados também consta o nome de seus “senhores”, todos capitães. Por mais que haja uma pequena quantidade de homens negros nessa listagem de ordenanças, isso não significa que não houvesse uma quantidade maior de pessoas negras, livres ou forras, em Assú nesse período. Maiara Araújo (2019) também analisou os membros dessa tropa e chegou à conclusão de que a população negra pode não ter sido alistada no meio militar, em sua maioria. É possível que apenas os escravizados que possuíam o cargo de tambor fossem registrados nos assentos de praça. O termo “negro” é utilizado apenas uma vez e para um homem livre.

“A importância hoje de estudar a taxonomia e o léxico do passado é talvez é talvez jogar luz sobre os procedimentos generalizantes, simplificadores e anacrônicos que temos adotado quando resolvemos olhar para nossa história de distinção e hierarquização sociais” (Paiva, 2015)

Na documentação analisada, foram encontrados tanto indivíduos de qualidade “branco”, porém descritos com cor parda ou “trigueiro”, quanto indivíduos “pardos” descritos de “cor alva”, cabelo ruivo e olhos azuis. O que ressalta que a cor da pele não era o único fator determinante da qualidade de um indivíduo. Vale também notar, que o termo “pardo” também era utilizado como forma de distinção por pessoas livres das escravizadas (Ferreira, 2023, Paiva, 2015). Chama a atenção a única instância do termo “cabra”, o qual poderia se referir a filhos de pessoas indígenas com pessoas negras, ou de pessoas que possuem a pele mais escura (Lara in Sampaio; Lima; Balaban, 2019, Almeida; Bezerra, 2019).

Porém, o termo indígena não é encontrado na documentação. Vale lembrar que a região do Assú foi palco principal da Guerra da Conquista dos Sertões na Capitania do Rio Grande, e que estes foram tanto inimigos da coroa, quanto membros integrantes de suas tropas (Puntoni, 2001; Silva, 2015; Araújo, 2019). É possível que uma pesquisa mais aprofundada, que evidencie os traços fenotípicos desses homens, como os que possuem “cabelo corredio”, revele traços indígenas entre aqueles classificados como “pardos”.

Pela padronização dos termos, mesmo que alguns chamem a atenção (indivíduos descritos com “olhos mortais”), a descrição deveria ser feita por meio do ponto de vista do oficial que estivesse fazendo a vistoria, e não uma auto descrição. Dessa forma, a descrição presente nos assentos de praça expressa como o Estado português, por meio das ordenanças, percebia os membros do seu império e os classificava.

Como já mencionado, apenas a seção dos soldados inclui a descrição dos indivíduos, que abrange a descrição fenotípica, cor da pele, tipo de corpo, rosto, olhos, cor do cabelo, estatura e nome do pai. Enquanto que, na seção dos oficiais constam apenas a data em que ele foi nomeado e por quem ele foi nomeado. A descrição física do indivíduo era

importante para verificar se ele era quem afirmava ser, para evitar deserções nas tropas (Silva, 2001). Dessa maneira, duas hipóteses podem ser levantadas para explicar a ausência de descrição dos oficiais. A primeira é que os oficiais, por serem homens de maior qualidade, já seriam conhecidos pelos demais oficiais e por isso não precisariam confirmar sua identidade. A segunda, é que essa ausência de informações, seria uma tentativa de apagamento dos traços fenótipos dos oficiais, para que então, suas origens como indivíduos pardos ou negros seja esquecida, visto que tentativas de embranquecimento eram comuns dentro das tropas (Araújo, 2019).

Vale lembrar a importância da identificação e do controle dos homens pelas instituições militares para a manutenção da hierarquia social do Antigo Regime e para a promoção da obediência e da disciplina entre os indivíduos.

Se os soldados tiveram suas descrições escritas devido à desconfiança de que eram quem afirmavam ser, foi essa desconfiança que permitiu que fontes repletas de informações sobre suas características chegassem até os dias de hoje. Esses documentos podem, então, ser utilizados para a criação de um perfil étnico e social dos homens da ribeira do Assú, dada a uniformidade das descrições.

Os cargos de oficiais das ordenanças não eram procurados pelos grupos locais apenas para obter uma “nobreza política", que os distinguiria socialmente do restante da população e lhes daria uma maior autoridade, mas também pelas mercês, como as sesmarias (Silva, 2015), e por outras vantagens políticas e econômicas (Mello, 2009). Dessa maneira, as nomeações para oficiais carregavam uma importância administrativa e econômica, e ocupavam um papel central na negociação entre o poder central e o local.

Uma parte ainda em estado inicial desta pesquisa seria a elaboração de uma “ rede de conexões” entre os oficiais da tropa. Na seção de oficiais destes assentamentos de praças, está descrito quem nomeou esses oficiais para seus postos. Com essas informações, seria possível criar uma rede de conexões entre os indivíduos, que demonstraria os interesses dos grupos locais e dos agentes responsáveis.

Imagem 1- Conexões de indicações 1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em 91 assentos de praça e baixas entre os anos de 1786 e 1806. Fundo documental do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

Imagem 2 - Conexões de indicações 2

Fonte: Elaborado pelo autor com base em 91 assentos de praça e baixas entre os anos de 1786 e 1806. Fundo documental do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

As indicações encontradas nem sempre apresentam o nome de quem indicou; às vezes, limitam-se ao cargo, como “Sargento-Mor governador”, “senhor governador desta capitania” ou “comandante”. Para descobrir quem seriam esses agentes, pesquisas mais aprofundadas seriam necessárias. A análise biográfica desses homens de maior patente poderia auxiliar a construir qual seria o interesse deles nestas indicações e quais outros laços eles possuem com outros indivíduos. Pesquisas genealógicas poderiam expor a

qualidade desses indivíduos, para compreender a presença de oficiais pardos nessas redes, e como conseguiram segurar suas posições. Dessa forma, os assentamentos de praça também apresentam as redes de indicações dos principais da terra.

Conclusão

CONCLUSÃO:

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa inicial sobre as ordenanças do Rio Grande, a qual já conseguiu identificar como as diferentes qualidades formavam as tropas do Assú, e como a cor do indivíduo era diferente de sua qualidade designada, por esta abranger diferentes características. Além disso, demonstrou como as ordenanças integravam os mais diversos "povos" que compunham a sociedade colonial, por mais que se note a ausência de membros descritos como "índios".

Assim, visto que a relação intrínseca entre a hierarquização militar e a hierarquização social entre aqueles que tinham qualidade e aqueles que não tinham ou a tinham em menor quantidade, precisa ser melhor explorada. E os assentamentos de praça, por descreverem fenotipicamente os indivíduos, suas posições militares e origens espaciais, podem ajudar a esclarecer quais elementos fenótipos e sociais determinavam a qualidade um indivíduo no Antigo Regime, assim como outros dados demográficos, como a idade dos indivíduos

Por fim, com uma pesquisa em andamento, outras informações ainda precisam ser melhor analisadas, como a ideia inicial das "redes de indicações". O uso de outras fontes, como os registros paroquiais de batismo, podem auxiliar em um melhor entendimento da população. Assim como um estudo mais aprofundado sobre o contexto social e político da capitania do Rio Grande no final do século XVIII.

Referências

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; BEZERRA, Janaína dos Santos. Cor, qualidade e condição: uma reflexão sobre conceitos no Brasil colonial no século XVIII. Luso-Brazilian Review, v. 56, n. 1, p. 130-160, 2019.

ARAÚJO, Maiara Silva. Tropas pagas e ordenanças: perfil social dos militares da capitania do Rio Grande (séculos XVII-XIX). 2019. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). 2011. Tese (Doutorado) - Universidade de Leiden, Leiden, 2011.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
LARA, Silvia Hunold. Pretos, pardos e mulatos: cor e condição social no Brasil da segunda metade do século XVIII. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo (org.). Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 17-40.
MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do Século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009;
MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Raízes da formação administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972
MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri; LOUREIRO, Marcelo José Gomes. A nova história militar e a América Portuguesa: balanço historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012
PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 1998.
SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: história de homens, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.
SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na 'Guerra dos Bárbaros' (1651-1704). Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 77–90, 2019.
SILVA, Kalina Vanderlei. SEM OS 'TAPUIAS' NÃO SE CONQUISTA O SERTÃO.Revista Latino-Americana de História, v. 12, p. 117-137, 2024.
SILVA, Tyego Franklim da.A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
STONE, Lawrence. PROSOPOGRAFIA. Revista de Sociologia e Política, [S. l.], v. 19, n. 39, 2011.

FONTES:
Alvará das Armas de 1569
Instituto Histórico e Geográfico Do Rio Grande Do Norte –IHGRN, Natal-RN: Caixa Assentamentos de Praça 1789
Caixa Assentamentos de Praça 1795

Regimento das Ordenanças de 1570

Regimento das Fronteiras, 1645

Anexos



Gráfico 1- Distribuição dos membros das ordenanças do Assú por idade



Quadro 1- Localidades e termos encontrados



Gráfico 2 - Motivos para baixa



Gráfico 3 - Qualidade dos homens da ribeira do Assú



Imagem 1- Conexões de indicações 1



Imagem 2 - Conexões de indicações 2

CÓDIGO: HS0789

AUTOR: MARIANA LIBERATO GUIMARAES

ORIENTADOR: PABLO DE SOUSA SEIXAS

TÍTULO: Caracterização e análise da formação em Psicologia no RN

Resumo

Desde a regulamentação da profissão, a formação em Psicologia no Brasil passou por diferentes transformações, intensificadas nas últimas décadas pela expansão do ensino superior privado e pelas políticas de ampliação do acesso à educação superior. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais constituem importantes referenciais para a organização dos cursos e para a formação profissional. Este estudo teve como objetivo analisar a organização e os fundamentos da formação em Psicologia no Rio Grande do Norte, a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Foi realizada uma pesquisa documental, com levantamento de 17 cursos de Psicologia existentes no RN e coleta dos respectivos PPCs, dos quais 13 foram obtidos e analisados, sendo 5 localizados na capital e 8 no interior. Os documentos foram sistematizados e a partir de eixos relacionados à apresentação histórica dos cursos, às justificativas para sua criação, aos objetivos e ao perfil do egresso. Os resultados evidenciaram maior diversidade nos históricos e nas justificativas dos cursos, especialmente quanto à relação com demandas regionais e mercado de trabalho, enquanto os objetivos e perfis dos egressos apresentaram maior uniformidade e forte correspondência com as DCNs. Também foram identificadas limitações na contextualização regional de determinados PPCs e casos de elevada padronização documental.

Palavras-chave: Educação em Psicologia. Ensino Superior. Projetos Pedagógicos.

TITLE: Characterization and Analysis of Psychology Education in Rio Grande do Norte (RN)

Abstract

Since the regulation of the profession, Psychology education in Brazil has undergone several transformations, which have intensified in recent decades due to the expansion of private higher education and policies aimed at increasing access to higher education. In this context, the National Curriculum Guidelines constitute important references for the organization of Psychology programs and professional training. This study aimed to analyze the organization and foundations of Psychology education in the state of Rio Grande do Norte, based on the Programs' Pedagogical Projects. A documentary study

was conducted, involving the identification of 17 Psychology programs in the state and the collection of their respective Pedagogical Projects, of which 13 were obtained and analyzed, with 5 located in the capital and 8 in the interior of the state. The documents were systematized and analyzed based on categories related to the historical presentation of the programs, the justifications for their creation, their objectives, and graduate profiles. The results revealed greater diversity in the historical presentations and justifications of the programs, particularly regarding regional demands and the labor market, whereas the objectives and graduate profiles showed greater uniformity and strong alignment with the National Curriculum Guidelines. Limitations in the regional contextualization of certain Pedagogical Projects and cases of high documentary standardization were also identified

Keywords: Psychology Education. Higher Education. Pedagogical Projects.

Introdução

A formação em Psicologia no Brasil passou por significativas transformações desde a regulamentação da profissão, em 1962, por meio da Lei nº 4.119/1962 e do Parecer nº 403/1962. Inicialmente, a formação esteve marcada por uma perspectiva individualizante e subjetivista, sendo organizada a partir do currículo mínimo estabelecido para os cursos de Psicologia. A partir da Reforma Universitária de 1968 e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, esse modelo passou por sucessivas reformulações, culminando na instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Psicologia em 2004 e em sua posterior atualização em 2023. Essas mudanças ampliaram a flexibilidade da formação e a possibilidade de adequação dos cursos às diferentes realidades institucionais e regionais, ao mesmo tempo em que estabeleceram parâmetros nacionais para a formação profissional.

Nas últimas décadas, paralelamente às transformações nas políticas educacionais, a expansão do ensino superior modificou significativamente o cenário de formação em Psicologia no país. Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), contribuíram para a expansão do número de estudantes e de instituições, especialmente no setor privado. Esse processo, embora tenha ampliado as possibilidades de acesso à formação superior, também produziu debates acerca das condições e da qualidade da formação oferecida. Nesse contexto, a avaliação e o acompanhamento dos cursos de graduação passaram a ocupar papel relevante na produção de informações sobre o ensino superior e na formulação de políticas educacionais.

No campo específico da Psicologia, as DCNs assumem papel central na organização dos cursos de Psicologia, ao estabelecerem parâmetros gerais para a formação e, simultaneamente, possibilitarem que as Instituições de Ensino Superior (IES) definam aspectos específicos de seus projetos formativos. Essa organização permite que diferentes instituições construam propostas pedagógicas relacionadas às suas características e aos contextos sociais nos quais estão inseridas, incorporando perspectivas teóricas, metodológicas e práticas distintas. Nesse sentido, a trajetória de reformulação das DCNs evidencia o esforço de articular a formação em Psicologia às transformações das políticas educacionais, às demandas sociais e às exigências da

prática profissional. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), por sua vez, constituem documentos fundamentais para compreender como essas orientações nacionais são apropriadas e materializadas pelas instituições, uma vez que apresentam os fundamentos teóricos, metodológicos e pedagógicos que orientam a organização curricular e o processo formativo.

Desse modo, o acompanhamento das transformações no ensino superior e a análise dos processos de organização dos cursos de Psicologia tornam-se relevantes para compreender como as políticas educacionais e as diretrizes nacionais se expressam concretamente na formação profissional. A análise de documentos institucionais, especialmente dos PPCs, permite investigar a organização dos cursos, seus fundamentos epistemológicos, teóricos e pedagógicos, bem como os conteúdos e perspectivas privilegiadas em suas estruturas curriculares. Essa análise adquire particular relevância no contexto do Rio Grande do Norte, que possui 17 cursos de Psicologia distribuídos entre a capital e o interior do estado, majoritariamente ofertados por instituições privadas e localizadas no interior. Esse cenário suscita questões acerca da expansão e da configuração da formação em Psicologia no estado, tornando pertinente investigar como diferentes cursos estruturam suas propostas formativas e quais fundamentos epistemológicos, teóricos, pedagógicos e conteúdos são privilegiados em seus currículos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter exploratório e descritivo, voltada à análise de documentos relacionados à formação em Psicologia no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa foi desenvolvida em continuidade a um estudo iniciado em 2023, que consistiu no levantamento e na sistematização dos cursos de Psicologia existentes no estado. Essa etapa preliminar utilizou bases oficiais, como o Censo da Educação Superior, o sistema e-MEC do Ministério da Educação (MEC) e os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A partir dessas fontes, foram levantadas informações referentes ao quantitativo de cursos em funcionamento, à sua distribuição entre capital e interior, à categoria administrativa, à organização acadêmica, ao ano de abertura dos cursos, ao número de vagas ofertadas e à carga horária total, entre outros aspectos estruturais. Esse levantamento possibilitou não apenas a caracterização dos cursos existentes no estado, mas também a delimitação do conjunto de instituições cujos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) seriam posteriormente analisados.

A partir do levantamento inicial, foi realizada a busca e a coleta dos PPCs das Instituições de Ensino Superior (IES) identificadas. O levantamento documental ocorreu entre o final de 2024 e o início de 2025, por meio de consultas aos sites institucionais, mecanismos de busca online e contato direto com as instituições, por telefone e por canais oficiais de comunicação. Nos casos em que os documentos não estavam disponíveis publicamente, foram realizados contatos com as coordenações dos cursos ou órgãos institucionais equivalentes, com o objetivo de solicitar o acesso aos respectivos PPCs. Um dos principais desafios encontrados nessa etapa foi a dificuldade de acesso

aos documentos, uma vez que nem todas as instituições os disponibilizam de forma pública e sistematizada em seus portais institucionais.

Os PPCs coletados foram organizados em um banco de dados específico, destinado à sistematização das informações referentes à formação em Psicologia no Rio Grande do Norte. Para a análise documental, foram considerados aspectos relacionados à caracterização geral dos cursos e às especificidades de suas propostas formativas, levando em conta elementos como a categoria administrativa da instituição, a organização acadêmica e a existência de propostas curriculares elaboradas institucionalmente ou vinculadas a redes educacionais. Considerando a diversidade na organização e na apresentação das informações nos documentos, a análise foi orientada por elementos apontados na literatura especializada e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia.

Nesse sentido, foram priorizados, para fins de análise comparativa, os seguintes elementos: (a) apresentação histórica da instituição e/ou do curso; (b) justificativa para sua criação; (c) perfil do egresso; e (d) objetivos gerais e específicos. A delimitação desses elementos buscou garantir maior consistência na comparação entre os documentos e possibilitar a identificação de como os diferentes cursos de Psicologia do estado apresentam suas instituições, justificam sua criação e definem as características da formação profissional que pretendem oferecer.

Embora os PPCs sejam elaborados em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia, não há uniformidade quanto à sua estrutura, extensão ou nível de detalhamento. Dessa forma, determinados elementos podem estar ausentes ou ser apresentados de maneira pouco desenvolvida em alguns documentos, constituindo uma limitação para análises comparativas mais abrangentes. Além disso, foram identificados casos de reprodução de trechos das próprias DCNs, especialmente na apresentação de competências e habilidades previstas para a formação, o que pode reduzir a explicitação das particularidades institucionais e regionais das propostas curriculares. Essa característica também foi considerada na análise, uma vez que permite discutir em que medida os PPCs apresentam uma proposta formativa contextualizada ou se limitam a reproduzir orientações estabelecidas nacionalmente.

Resultados e Discussões

A análise dos bancos de dados construídos a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) possibilitou caracterizar 13 dos 17 cursos de Psicologia existentes no Rio Grande do Norte. Entre os cursos analisados, duas pertencem a instituições públicas e 11 a instituições privadas. Quanto à localização, cinco cursos estão situados na capital e oito no interior do estado. Entre as instituições públicas, uma está localizada na capital e outra no interior. Os quatro cursos que não puderam ser incluídos na análise correspondem a instituições cujos PPCs não foram disponibilizados publicamente ou não puderam ser obtidos por meio dos contatos realizados com as instituições.

Inicialmente, foram analisadas as apresentações históricas dos cursos, nas quais foram identificadas diferentes formas de caracterização das instituições e de suas graduações.

No caso das IES públicas, os dois PPCs analisados apresentam praticamente o mesmo texto histórico, fazendo referência ao primeiro curso de Psicologia do Rio Grande do Norte, inaugurado em 1977. Não foram identificadas diferenças significativas entre os documentos nesse aspecto, com exceção do PPC da instituição localizada no interior, que acrescenta um breve trecho referente à importância da atuação do psicólogo na localidade. Dessa forma, observa-se pouca diferenciação na apresentação histórica dos cursos em relação aos contextos regionais nos quais estão inseridos.

Entre as IES privadas, foram identificadas abordagens mais diversificadas para a apresentação de suas trajetórias institucionais. Entretanto, as instituições que possuem unidades na capital e no interior tendem a utilizar o mesmo PPC para diferentes localidades e, consequentemente, apresentam a mesma caracterização histórica. Assim, também não se observa, nesses casos, uma diferenciação significativa da apresentação do curso em relação às particularidades dos diferentes territórios. Entre as sete instituições privadas localizadas no interior, apenas três apresentaram maior aproximação entre a caracterização do curso e as especificidades locais. As outras quatro instituições privadas do interior enfatizam aspectos relacionados ao crescimento institucional e à inserção da formação em Psicologia diante das demandas do mercado de trabalho.

Em seguida, foram analisadas as justificativas para a criação e a reformulação dos cursos. Nessa etapa, foram identificadas diferenças relacionadas ao próprio momento de elaboração dos documentos, uma vez que alguns PPCs analisados não correspondiam à criação original dos cursos, mas a processos posteriores de atualização curricular, realizados após mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Apesar dessa diferença, foram identificadas tendências nas justificativas apresentadas pelas IES privadas. Tanto nos cursos mais recentes quanto naqueles cujos PPCs foram elaborados em processos de atualização, a Psicologia é frequentemente apresentada como uma profissão vinculada à área da saúde. Também se observa forte presença de argumentos relacionados às demandas do mercado de trabalho, com a formação sendo apresentada como possibilidade de desenvolvimento econômico para o estado e de inserção profissional para os estudantes. Embora também sejam mencionadas demandas sociais, administrativas e institucionais, bem como a necessidade de atualização profissional, esses argumentos aparecem com menor frequência e, em geral, são desenvolvidos de maneira menos detalhada do que aqueles relacionados às demandas mercadológicas.

Foram observadas, contudo, algumas exceções entre instituições privadas de pequeno porte localizadas no interior e entre a universidade federal situada nesta região. Nesses documentos, as justificativas apresentam maior ênfase na interiorização do ensino superior, destacando as dificuldades enfrentadas por estudantes que não possuem condições de deslocamento até a capital para acessar a graduação. Também são mencionadas a elevada concorrência por vagas na capital e a menor disponibilidade de profissionais de Psicologia no interior do estado. Nesses casos, a criação do curso é apresentada não apenas como uma estratégia de ampliação do acesso ao ensino superior, mas também como possibilidade de expansão da atuação profissional e de enfrentamento de demandas regionais.

De modo geral, embora tenha sido identificada certa diversificação nas justificativas para criação e reformulação dos cursos, algumas tendências mostraram-se recorrentes. As instituições públicas e os cursos privados de menor porte localizados no interior

apresentaram maior diversidade de argumentos para fundamentar suas propostas formativas, com maior presença de aspectos relacionados às particularidades regionais e às demandas sociais. Em contrapartida, as instituições privadas de maior porte apresentaram, de modo geral, discursos mais genéricos, com maior ênfase nas demandas do mercado de trabalho e na expansão institucional. A instituição pública localizada na capital apresentou uma configuração distinta, concentrando sua justificativa principalmente em aspectos estruturais e normativos relacionados à reformulação de seu PPC.

Os terceiro e quarto eixos analisados corresponderam aos objetivos dos cursos e ao perfil do egresso. Esses dois elementos foram analisados conjuntamente em razão da proximidade entre as informações apresentadas nos documentos e da baixa diversidade identificada entre os PPCs. Nas duas instituições públicas, os trechos referentes aos objetivos e ao perfil do egresso são praticamente idênticos e estão reunidos em uma mesma seção, denominada “objetivo, perfil e competências gerais”. Com pouco detalhamento, os documentos apresentam os objetivos em quatro tópicos, articulados a uma tabela que reúne as características esperadas para o perfil do egresso e as respectivas competências e habilidades. O conjunto dessas informações apresenta forte correspondência com os elementos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo essa relação explicitamente indicada ao final do trecho nos dois PPCs.

Nas IES privadas, embora os objetivos sejam, em geral, apresentados com maior detalhamento, com distinção entre objetivo geral e objetivos específicos, e o perfil do egresso seja relacionado às ênfases ou características particulares de cada curso, também se observa forte aproximação com os elementos estabelecidos pelas DCNs. Entre as características recorrentes nos objetivos e nos perfis dos egressos, destacam-se a formação de psicólogos generalistas, críticos, éticos e socialmente comprometidos; o desenvolvimento de capacidade para a pesquisa e para a atuação multiprofissional; a preparação para atuação em diferentes contextos e espaços; a capacidade de responder a diferentes demandas; a articulação entre teoria e prática; o contato com diferentes abordagens teóricas; o incentivo ao pensamento científico; a atenção à saúde; e a consideração das demandas socioculturais.

Apesar dessa convergência geral, foram identificadas diferenças quanto à ênfase atribuída a determinados aspectos. As instituições privadas localizadas na capital apresentam maior detalhamento de elementos relacionados ao empreendedorismo e ao desenvolvimento profissional individual dos estudantes. Por outro lado, as instituições privadas de pequeno porte localizadas no interior apresentam maior presença de aspectos relacionados ao compromisso social, à diversidade das demandas e à atuação profissional diante das especificidades do contexto regional.

Em conjunto, os resultados indicam que, embora os PPCs apresentem diferenças quanto à forma de organização e às ênfases atribuídas à formação, há significativa convergência entre os documentos, sobretudo nos elementos relacionados aos objetivos e ao perfil profissional. Essa aproximação é particularmente evidente quando os cursos se reproduzem ou se baseiam diretamente nas competências, habilidades e características previstas pelas DCNs. Ao mesmo tempo, as diferenças observadas nas apresentações históricas e nas justificativas para criação ou reformulação dos cursos sugerem que as especificidades institucionais e regionais aparecem de maneira desigual nos documentos analisados. Assim, a análise evidencia uma tensão entre a necessidade

de atender às orientações nacionais para a formação em Psicologia e a possibilidade de construção de propostas formativas relacionadas às características e demandas dos diferentes contextos em que os cursos estão inseridos.

Conclusão

Dessa maneira, a análise dos fundamentos dos cursos de Psicologia evidenciou tanto padrões quanto singularidades entre as diferentes Instituições de Ensino Superior analisadas, revelando distintas formas de conceber e apresentar a formação profissional. Os históricos e as justificativas para criação ou reformulação dos cursos constituíram os eixos de maior diversidade, apresentando diferentes estratégias discursivas, como o pioneirismo na universidade federal da capital, a institucionalidade na IES privada da capital, a interiorização na universidade federal do interior e a democratização do acesso ao ensino superior nas instituições privadas do interior. Em contrapartida, os objetivos dos cursos e os perfis dos egressos apresentaram maior uniformidade, reproduzindo, em diferentes níveis de detalhamento, elementos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

As principais lacunas identificadas relacionam-se à limitada especificidade dos objetivos e dos perfis dos egressos e à padronização de determinados PPCs, especialmente no caso das instituições privadas de grande porte, cujos documentos apresentam pouca contextualização regional. A semelhança entre os documentos das universidades federais também reduz a explicitação das particularidades dos contextos em que os cursos estão inseridos. Os resultados, portanto, apontam para a necessidade de considerar, na construção e atualização dos PPCs, não apenas o atendimento às orientações nacionais para a formação em Psicologia, mas também as características institucionais, sociais e regionais que atravessam a formação profissional em diferentes territórios do Rio Grande do Norte.

Referências

Barbosa, R. M., & Marinho-Araújo, C. M.. (2010). Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. Estudos De Psicologia (campinas), 27(3), 393–402. https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011

Cavalcante, L. A., & Marinho-Araujo, C. M. (2019). A dimensão ética e política da pesquisa em psicologia escolar. Revista de Psicologia da IMED, 11(1), 103-119. https://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3018

Dazzani, M. V. M., Cunha, E. O., Luttigards, P. M., Zucoloto, P. C. S. V., & Santos, G. L. (2014). Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. Psicologia Escolar E Educacional, 18(3), 421–428. https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762

Guzzo, R. S. L. (2014). Psicologia Escolar: desafios e bastidores na educação pública. Campinas: Alínea.

Marinho-Araujo C. M., Braz-Aquino, F. S., Guzzo, R. S. L., & Souza, V. L. T.. (2018). Psicologia escolar crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas. Campinas: Alínea.

Sousa, M. P. R. (2017). Psicologia escolar na luta por uma atuação ético-política na educação básica. In A. M. Machado, A. B. C. Lerner, & P. F. Fonseca, Concepções e proposições em psicologia e educação : a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (pp. 57-68). São Paulo : Blucher.

Wechsler, S. M. (Org.). (1996). Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática. Campinas: Alínea.

SEIXAS, P. S. (2014). A formação graduada em psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pos-DCN. 2014. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

RUDÁ, C.; SILVA, G. A. ; PATINO, R. (2023). A relevância dos fundamentos epistemológicos e históricos para a formação em psicologia: análise de matrizes curriculares. In: Janaína Zito Losada; Márcio José Silveira Lima; Lilian Reichert Coelho; Eva Dayane Almeida de Góes; Matheus Lopes da Silva. (Org.). De Valente Esperança e Rebeldia: Ensaios para um Brasil Plural. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2023, v. , p. 415-430.

Rudá, C., Coutinho, D. M. B., Almeida Filho, N.. (2015). Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004).

Rudá, C., Coutinho, D., Almeida Filho, N. M.. (2019). FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE CURRICULAR DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL.

Macedo, J. P., Reis, S. T.. (2021). POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS PT (2003-2016):

IMPACTO NO PERFIL DOS GRADUANDOS EM PSICOLOGIA.

Mancebo, D., Vale, A. A., & Martins, T. B. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010.

Revista Brasileira de Educação, 20(60), 31-50. https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003

Macedo, J. P., Reis, S. T., Bezerra, L. L. da S., & Abreu, M. M. de. (2022). Impacto dos programas de expansão das universidades.

Macedo, J. P., Lima, M. S. de S., Dantas, C., & Dimenstein, M.. (2017). Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em

Psicologia no Brasil. Psicologia: Ciência E Profissão, 37(4), 852–868. https://doi.org/10.1590/1982-3703004272016

Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G.. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. Psicologia: Ciência E Profissão, 29(4), 718–737. https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400006

Seixas, P. S., Coelho-Lima, F., Silva, S. G., & Yamamoto, O. H. (2013). Projeto

Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise.

Psicologia Escolar e Educacional (Impresso), 17, pp. 113-122.

Fávero, M. de L. de A. (2006). A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar Em Revista, 28, 17–36. https://doi.org/10.1590/s0104-40602006000200003

Conselho Nacional de Educação (Brasil). (2023). Resolução CNE/CES n. 1, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Diário Oficial da União [Seção 1, Página 55].

da Costa, J. P., Costa, A. L. F., Lima, F. C., Seixas, P. de S., Pessanha, V. C., & Yamamoto, O. H. (2012). A produção científica sobre a formação de psicólogos no Brasil. Revista Psicologia Em Pesquisa, 6(2), 130–138. https://doi.org/10.5327/z1982-12472012000200006

Rudá, C., & Silva, G. A. da. (2020). Formação do psicólogo na Bahia: uma análise a partir do ENADE 2015. Educação (UFSM), 45(1). https://doi.org/10.5902/1984644434755

João Paulo Macedo, Lima, M. S. de S., Dantas, C., & Dimenstein, M. (2017). Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil. https://doi.org/10.1590/1982-3703004272016

Macedo, J. P., Reis, S. T., Bezerra, L. L. da S., & Abreu, M. M. de. (2022). Impacto dos Programas de Expansão das Universidades Federais no Perfil de Estudantes de Psicologia. Psicologia: Ciência E Profissão, 42. https://doi.org/10.1590/1982-3703003230895

Dantas, F. H., Seixas, P. S., & Yamamoto, O. H. (2019). A formação em psicologia no contexto da democratização do ensino superior no Brasil. Estudos Interdisciplinares Em Psicologia, 10(3), 76. https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n3p76

Castelo Branco, P. C., Santiago, A. B. A., Pinheiro, R. F., & Cirino, S. D. (2022). censos do INEP como critério para entender a formação em Psicologia. Memorandum: Memória E História Em Psicologia, 39. https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.34930

CÓDIGO: HS0793

AUTOR: ANDERSON OLIVEIRA DE LIMA

ORIENTADOR: SEBASTIAO GUILHERME ALBANO DA COSTA

TÍTULO: “Diário de um Ladrão”: Um estudo sobre a autoficção como meio estético na literatura capaz de construir uma subjetividade marginal emancipatória

Resumo

O presente estudo faz parte do projeto de pesquisa “autoficção e figuração no jornalismo, literatura e audiovisual - Ano II”, orientado pelo professor Sebastião Albano, docente do departamento de comunicação social (DECOM). O trabalho analisa a obra Diário de um ladrão (1949), do escritor francês Jean Genet, para explorar a possibilidade de encaixá-lo como obra autoficcional, noção estabelecida por Serge Doubrovsky (1928-2017) para designar um gênero de escrita literária que utiliza elementos da autobiografia e ficção em obras de arte, especialmente os romances literários, utilizada de forma a construir sua subjetividade; a forma estética e o conteúdo trazidos pelo autor, ao narrar a sua própria vida, pode ser um objeto de análise confiável para pensar a crescente guinada autoficcional, modelo de escrita contemporâneo que de algum modo pode ser um rascunho de um avanço antropológico dos sujeitos que necessitam de um modelo de emancipação na periferia do capitalismo atual. Concluímos, provisóriamente, haver possibilidade de tal encaixe na medida em que a obra atende aos critérios da autoficção ao fundir as experiências vividas do autor às margens sociais enquanto homossexual, prostituto e ladrão e a invenção estética por meio da prosa poética. O trabalho não está totalmente completo por necessitar de algumas revisões e maior robustez bibliográfica; ainda assim, foi apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Palavras-chave: Autoficção; Subjetividade; Jean Genet; Escritas de si; Estética.

TITLE: "The Thief's Journal":A study on autofiction as an aesthetic medium in literature capable of constructing an emancipatory marginal subjectivity.

Abstract

This study is part of the research project “Autofiction and figuration in journalism, literature, and audiovisuals - Year II”, supervised by Professor Sebastião Albano, faculty member of the Department of Social Communication (DECOM). The work analyzes the book The Thief's Journal (1949) by the French writer Jean Genet to explore the possibility of framing it as an autofictional work, a concept established by Serge

Doubrovsky (1928–2017) to designate a literary writing genre that blends autobiographical and fictional elements in art, particularly literary novels, as a means of constructing subjectivity. The aesthetic form and content presented by the author when narrating his own life provide a reliable object of analysis to reflect on the growing autofictional turn, a contemporary writing model that may serve as an outline of an anthropological advance for subjects seeking emancipation on the margins of modern capitalism. We tentatively conclude that such a classification is possible, as the work meets the criteria of autofiction by merging the author's lived experiences on the social margins, as a homosexual, male prostitute, and thief, with aesthetic invention through poetic prose. The study is not fully complete, as it requires further revisions and broader bibliographical support; nevertheless, it was presented at the regional edition of the Brazilian Congress of Communication Sciences.

Keywords: Autofiction; Subjectivity; Jean Genet; Self-writing; Aesthetics

Introdução

Com obras censuradas por serem consideradas pornográficas, descoberto por Jean-Paul Sartre e Jean Cocteau, Jean Genet (1910-1986) "angaria para si o título de poeta do crime, do roubo, da prostituição e da homossexualidade" (Pereira Ramos, 2017, p. 12). A autobiografia, forma literária associada à Genet, para Serge Doubrovsky, é inatingível já que "toda a narrativa de si é modelagem" (Faedrich, 2016, p.8). Podemos, então, pensar nas formas de escrita de si como autoficções, justamente por ser um termo que abrange as histórias em que "a matéria é inteiramente autobiográfica, a maneira inteiramente ficcional" (Faedrich, 2016, p. 7).

Jean Genet, em Diário de um ladrão, tem a proposta de escrever um (falso) diário no qual documenta o período em que roubava e viajava pela Europa, muitas vezes era preso e logo solto, em uma narrativa onde a sua sexualidade, seus amores, a violência e as camadas mais obscuras da sociedade (digamos o seu lado marginal) estão postas como o que há de mais belo. No entanto, mesmo com intuitos autobiográficos, Genet não esconde a ficcionalização de sua obra ao deixar claro que é sobretudo a linguagem que modela a matéria vivida. (Pereira Ramos, 2017). "Quero reabilitar aquela época escrevendo-a com os nomes das coisas mais nobres. A minha vitória é verbal e eu a devo à suntuosidade dos termos, abençoada seja, pois, essa miséria que me aconselha tais escolhas" (Genet, Pereira Ramos, 2017, p. 20).

Nessa perspectiva, buscamos analisar a possibilidade da autoficção como elemento da literatura que ao mesmo tempo que designa o sujeito (Eu) como elemento principal da escrita, ou seja, produz uma autobiografia, é capaz de moldar sua subjetividade a partir de elementos ficcionalizantes. Dessa maneira, o presente estudo justifica-se a partir da necessidade de compreensão ou mesmo delimitação das formas de escritas de si como elemento fundamental para a construção de diferentes formas de subjetividade, especialmente dos indivíduos marginalizados, nos textos literários. Esses escritos são valiosos na medida em que possibilitam a "representação de experiências de uma coletividade marginalizada enquanto repercussões políticas e sociais normatizadas" (Eneas Lima, 2025, p. 2).

Metodologia

Realizamos um levantamento bibliográfico, método de pesquisa o qual busca identificar "[...] informações, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico" (Stumpf, 2005, p. 51). Este método se mostra importante por produzir conhecimento a partir de saberes anteriores a nós. Portanto, trataremos de indicar como os textos figuram essas marcas de um eu factual enquanto função autoral com as técnicas disponíveis da nossa própria experiência de leitura ou expectação; a busca por conceitos como o eu, a autoria, o real e o ficcional, nos textos analisados, foi a ferramenta metodológica seguindo a prática de leitura, interpretação e expectação.

Resultados e Discussões

A modernidade foi marcada por uma série de debates, entre importantes autores, sobre a questão do autor e seu processo de ascensão na história das artes e ciências humanas; o que fez com que certos filósofos e críticos - aqui em perspectiva Barthes e Foucault - declaram, até mesmo, o seu desaparecimento: na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem; "é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer" (Foucault, 1992, p. 35). O pensamento vigente estava posto a partir da ótica do nascimento do leitor, ou seja, iam contra uma antiga ideia de interpretação do sentido da obra a partir da intenção do autor: a antiga ideia corrente identificava o sentido da obra à intenção do autor, circulava habitualmente no tempo da filologia, do positivismo, do historicismo. A ideia corrente moderna(e ademais muito nova) denuncia a pertinência da intenção do autor para determinar ou descrever a significação da obra; o formalismo russo, os New Critics americanos, o estruturalismo francês divulgaram-na. (Compagnon, Antoine, 1999, p. 44)

Quando analisamos a crítica literária e os textos literários em si, pode ficar evidente o fato da arte não andar no mesmo caminho dos estudos críticos e teóricos sobre ela. Esse viés fica bem perceptível nos textos de Genet, o qual andava em contramão à ideia de morte do autor no conteúdo e forma de sua obra.

Diário de um ladrão é a sua tentativa de se afirmar enquanto sujeito no texto literário, visto que o autor constantemente, sem ter o trabalho de esconder ou se amenizar, reflete sobre sua própria obra por meio de uma prosa poética em um esforço para criação de uma subjetividade orgulhosamente marginal, em que o autor afirma "a imagem da persona que deseja transmitir a seu leitor" (Pereira Ramos, 2017, p. 35). Dessa forma, o escritor "assume em seu texto o papel de escritor, aquele que tem o poder de moldar a matéria narrada como quiser, como seu engenho literário lhe permitir [...] o autor pretende recriar e transmitir as suas lembranças através da sua visão lírica sobre aquilo que narra (Pereira Ramos, 2017, p. 20): se tento recompor com palavras a minha atitude

de então, o leitor, não mais do que eu, se deixará enganar. Sabemos que a nossa linguagem é incapaz de sequer lembrar o reflexo daqueles estados defuntos, estranhos. O mesmo se daria com este diário inteiro se ele tivesse de ser a notação do que eu fui. Por isso esclareço que ele deve informar sobre quem sou hoje quando escrevo. Não constitui uma busca do tempo passado, mas uma obra de arte cuja matéria-pretexto é a minha vida de outrora. (Genet, 2012, p.70)

A relação de Genet com sua obra é, portanto, um meio de escrita de um certo período da sua vida a partir de um olhar análitico do seu presente; sem, no entanto, buscar refletir sobre esse período, mas , sim, recriá-lo ou transformá-lo em algo além e belo através por meio da escrita. Essa maneira de se escrever podemos designar como ficcional, visto que mesmo traçando momentos da sua existência real ele a molda, transforma e (re)constrói esse passado por intermédio do texto literário. Isso faz com que o leitor se confunda, cria-se uma ambiguidade inerente à autoficção: Na autoficção, é necessária a intenção de abolir os limites entre o real e a ficção, confundir o leitor e provocar uma recepção contraditória da obra. A ambiguidade criada textualmente na cabeça do leitor é característica fundamental de uma autoficção (Faedrich, Pereira Ramos, 2017).

O projeto literário de Genet, podemos afirmar, está centrado em glorificar, tornar belo e trazer para o centro dos debates literários as vivências marginais consideradas abjetas pela sociedade tradicional conservadora - além de se afirmar na obra enquanto personagem e narrador. A vida do escritor foi marcada por uma série de eventos dos quais o possibilitou criar para si uma trajetória de exaltação da abjeção: sua vida de ladrão, sua criação em casas de detenção, seus relacionamentos homoafetivos com diversos homens ao longo de sua vida, a convivência com prostitutas e assassinos (ele mesmo muitas vezes se prostituiu) e o período em que passou no trabalhos forçados.

O escritor põe em perspectiva a desordem ignorada (intencionalmente) socialmente, visto que o posicionamento a partir de uma ordem civilizatória na sociedade é uma visão ideológica, da qual busca tornar tudo aquilo que está fora do modelo ordenado como marginal - no entanto, a existência da ordem implica a existência da desordem: Partindo do pressuposto de o pensamento ter uma lógica binária, ou seja, a existência de cada termo supor o que lhe é oposto, a existência de uma sociedade ordenada implica sua própria desordem. Essa desordem é associada ao negativo e sempre se tenta combatê-la, escondê-la e afastá-la da vida ordenada (Koster, 2021, p.1).

Essa subjetividade desordenada, nos escritos de Genet, é indubitavelmente corpórea, ou seja, toda sua relação com as “vilezas” sociais, na sua escrita, está representada pelo seu corpo: um corpo marginal. Vida e morte, desejo e violência, todos perpassam pela corporeidade. Exteriorizadas em seus relatos, as vivências de Genet mostram as aplicações irrestritas do corpo por meio da criminalidade, das prisões, da miséria e do sexo. Não há outra possibilidade de existência, porquanto o que existe são relações corpóreas e nada mais: eu sou corpo, o outro é corpo, a terra é corpo (Ferreira, 2018): “Assim o meu talento se desenvolvia ao dar um sentido sublime a uma aparência tão pobre. (Ainda não estou falando de talento literário.) Esta terá sido para mim uma disciplina muito útil, e que me permite ternamente sorrir ainda aos mais humildes dentre os detritos, sejam eles humanos ou materiais, e até aos vômitos, até a saliva que deixo babar sobre o rosto da minha mãe, até os excrementos de vocês. Conservarei em mim a minha própria imagem como mendigo” (Genet,2012, p. 31).

Conclusão

Ao se debruçar sobre a obra Diário de um ladrão, enxergamos que há possibilidade do genêro autoficção ser um meio utilizado pelo escritor para moldar e/ou construir sua identidade a partir de uma glorificação da marginalidade, na medida em que o autor, por meio de uma linguagem poética intrinsecamente ficcional, (re)constrói o seu passado a partir de um olhar do presente sem deixar de lado os elementos realísticos de sua biografia. Assim, Genet utiliza-se da estética literária para ressignificar os papéis sociais e transformar a abjeção em santificação. Essa inversão põe em cheque o seu corpo como linguagem e sua linguagem como uma organização capaz de converter a literatura em ferramenta de disputa social e política, na medida que se que utiliza como objeto narrado e se glorifica enquanto obra de arte, ou seja, transforma as características consideradas marginais e sujas da sociedade (homossexualidade, prostituição e, até mesmo, o roubo) em objeto estético, obra de arte, capaz de resignificar e (re)modular o olhar do leitor em relação à vida social; não romantizando, mas, sim, transformando a própria existência em objeto de reflexão e análise por meio da literatura.

Referências

ENEAS, Tiago de Lima; COSTA, Sebastião Guilherme Albano. A autossociobiografia e a comunicação: um estudo a partir de O acontecimento, de Annie Ernaux. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 25., 2025, Fortaleza: Intercom, 2025.

FAEDRICH, A. (2016). Autoficção: um percurso teórico. Revista Criação & Crítica, 17, 30-46.

FERREIRA, Marcela Ansoloni. A violência como devir em Jean Genet. Palimpsesto, Rio de Janeiro, ano 17, n. 27, p. 416-427, 2018. DOI: 10.12957/palimpsesto.2018.38356.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. Tradução: Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 3. ed. Lisboa: Vega, 1992. 162 p. (Coleção: Vega Universidade). ISBN 972-699-303-2.

KOSTER, Bruna R. de Britto. As transgressões do corpo, imagens e palavras em Jean Genet. 2021. Trabalho de Iniciação Científica (Graduação em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Orientador: José Carlos Rodrigues

PEREIRA, Rafael Ramos. O êxtase de saint Genet: uma poética do abjeto e uma (est)ética do marginal. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Editora Atlas SA, 2005. p. 51-61.

CÓDIGO: HS0794

AUTOR: MARINA DANTAS SOARES

ORIENTADOR: FABIULA SEVILHA DE SOUZA

TÍTULO: Usos e debates públicos dos espaços: a Engorda da Praia de Ponta Negra sob a perspectiva da História Pública Ambiental

Resumo

Durante o final do século XX, a cidade de Natal/RN expandiu-se para a Zona Sul a partir da construção da Via Costeira, uma avenida projetada com o objetivo de dinamizar o turismo nessa região. Diante dessa mudança, Ponta Negra passou a ser um local que atraía cada vez mais investimentos para a construção de condomínios de luxo, hotéis, restaurantes e clubes. A praia de Ponta Negra tornou-se o cartão-postal da Cidade do Sol e, junto a esse título, a partir da interação daqueles que a visitavam, o espaço passou por modificações em sua estrutura. A mais recente delas é o engordamento da faixa de areia, finalizada em janeiro de 2025, que visou combater a erosão costeira ocasionada pelo avanço do mar em direção ao calçadão e ao Morro do Careca. Essa intervenção, por sua vez, gerou debates nas redes sociais sobre a sua efetividade e objetivos por trás da gestão que promoveu a obra. Por meio da análise dos comentários presentes nas publicações do portal Tribuna do Norte no Instagram, este trabalho objetivou compreender qual a percepção da população em relação à obra e quais são os seus eixos argumentativos. Para a compreensão desses discursos, utilizou-se da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016) como metodologia.

Palavras-chave: Ponta Negra. Mídias sociais. Tribuna do Norte.

TITLE: Public uses and debates about spaces: the Ponta Negra Beach Nourishment project from the perspective of Environmental Public History.

Abstract

During the late 20th century, the city of Natal/RN expanded to the South Zone with the construction of the Via Costeira, an avenue designed to boost tourism in the region. As a result of this change, Ponta Negra became an increasingly attractive location for the construction of luxury condominiums, hotels, restaurants, and clubs. Ponta Negra beach became the postcard image of the "City of the Sun," and along with this title, and due to the interaction of those who visited it, the area underwent structural modifications. The most recent of these is the widening of the sand strip, completed in January 2025, which aimed to combat coastal erosion caused by the sea's advance towards the boardwalk and Morro do Careca. This intervention, in turn, generated debates on social media about its

effectiveness and the objectives behind the management that promoted the project. Through the analysis of comments on the Tribuna do Norte portal's Instagram posts, this study aimed to understand the public's perception of the work and its argumentative axes. To understand these discourses, the Content Analysis proposed by Laurence Bardin (2016) was used as the methodology.

Keywords: Ponta Negra. Social media. Tribuna do Norte.

Introdução

Durante o final do século XX, ocorreram modificações na dinâmica da cidade de Natal/RN. A partir da construção da Via Costeira, uma avenida que foi estabelecida com o objetivo de dinamizar o turismo, ocorreu a migração do crescimento populacional para a Zona Sul. Em decorrência disso, ao permitir a ligação entre a praia de Ponta Negra às praias de Farol e Areia Preta, o desenvolvimento turístico se intensificou nessa região e, junto a ele, surgem altos investimentos em hotéis, restaurantes, clubes e bares em torno da praia de Ponta Negra (Maciel; Lima, 2014). Da década de 1980 até os dias atuais, a praia de Ponta Negra é considerada um dos cartões-postais da Cidade do Sol e um dos principais pontos turísticos da cidade. A partir da interação entre a população natalense e os visitantes com esse espaço, sejam os banhistas, atletas ou comerciantes, ocorrem modificações e disputas neste local. A mais recente delas, concluída em janeiro de 2025, consistiu no engordamento da orla. A obra, segundo a Prefeitura de Natal (2025), ampliou a faixa de areia por 4,6 quilômetros ao longo da orla, objetivando conter a erosão costeira ocasionada pelo avanço do mar em direção ao calçadão e ao Morro do Careca.

A medida mencionada gerou discussões nas redes sociais, desde o anúncio da realização até a atualidade. A população que reside ou visita a cidade discute sobre a efetividade da intervenção e as consequências ambientais e econômicas que a obra tem trazido para Natal. Por meio das publicações do portal Tribuna do Norte no Instagram, é perceptível que a sociedade tem utilizado os comentários dessas postagens como um espaço para expressar as suas opiniões. Neles, identificam-se diferentes visões: por um lado, alguns caracterizam a Engorda de Ponta Negra como uma intervenção necessária, que trará avanços para o turismo da cidade, por outro, há aqueles que criticam a medida, especialmente pelo gasto do dinheiro público, visto que, além do investimento inicial, surgem com frequência problemas estruturais.

Diante do exposto, este plano de trabalho foi elaborado à luz da História Pública, a qual foi fundamental para refletir acerca dos debates públicos e suas disputas em torno desses espaços, visando a construção do conhecimento histórico compartilhado por meio das conexões entre o passado e o presente (Albieri, 2011). Para endossar a discussão, a História Ambiental foi utilizada para compreender a mentalidade antropocêntrica na modificação do ambiente a partir dos seus interesses influenciados tanto pelos domínios socioeconômicos quanto pelo ambiente natural (Worster, 1991). Dessa forma, nessa pesquisa foram analisadas as diferentes percepções do público em relação à Engorda de Ponta Negra e os argumentos utilizados nesses discursos, objetivando compreender como a população entende as transformações na orla de Ponta Negra e como esse entendimento reverbera nos usos e narrativas sobre este espaço.

Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho foi a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), realizada em três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira consistiu na delimitação das fontes a serem analisadas. No que se refere ao recorte temporal, foram analisados os comentários presentes nas publicações do portal Tribuna do Norte no Instagram em dois períodos: o da receptividade inicial da obra, compreendido entre 25 de janeiro de 2025 ao final de fevereiro; e o período subsequente, de março a julho de 2025, meses correspondentes ao período chuvoso na cidade de Natal e que começaram a surgir problemas na obra, como a ineficácia na drenagem da chuva, a presença de cascalhos na areia e a percepção de ondas mais fortes. Além disso, foi estabelecido que seriam coletados apenas os comentários dos usuários que estivessem inseridos na temática e que expressassem uma opinião própria, excluindo aqueles que fugiam do tema abordado ou que fossem compostos apenas por emoticons.

A exploração do material consistiu na coleta manual dos comentários. Durante a realização dessa etapa, houve dificuldades em acessar as publicações selecionadas, bem como os comentários, visto que o portal Tribuna do Norte possui um grande volume de publicações e o acesso a elas ocorreu estritamente de forma manual. Após a coleta dos comentários, foi realizado o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os discursos foram classificados em relação ao posicionamento geral da obra. Inicialmente, essa classificação estava sendo realizada nas categorias contra, a favor ou neutro, porém no decorrer da pesquisa, identificou-se que essas categorizações não se adequaram, visto que havia sujeitos que se posicionavam a favor da obra, mas realizavam críticas a certas medidas. Por isso, em vez de classificar o posicionamento geral da obra, passou-se a analisar a avaliação da população: se eram realizados elogios ou críticas. Em seguida, foi realizada uma análise qualitativa para verificar qual o eixo central da argumentação presente nos comentários, se estavam relacionados à questão ambiental, à gestão pública, aos danos paisagísticos, ao desenvolvimento do turismo, entre outros. Por fim, vale ressaltar que os nomes dos autores dos comentários que estão presentes nesse trabalho foram substituídos por pseudônimos, a fim de preservar o anonimato dos participantes.

Resultados e Discussões

Diante do grande volume de publicações, foram analisados 713 comentários, realizados até o dia 08/04/2025, do período subsequente. Nestes, identificou-se que a população realiza predominantemente críticas à obra (94,5%), conforme o gráfico presente no Anexo 1. Importante ressaltar que, nos comentários em que houve discussões entre os indivíduos, foram considerados os posicionamentos de “crítica” ou “elogio” do comentário principal, visto que o objetivo atual da pesquisa é mapear a avaliação geral da obra. Esses resultados dialogam com os da pesquisa de Mariano (2025), que analisou os impactos da Engorda de Ponta Negra no setor turístico a partir de um questionário online destinado à população. A autora identificou que houve predominantemente uma insatisfação com a obra, atribuída à fragilidade do planejamento e da execução, bem como à percepção de danos ambientais e de descaracterização do local. Apesar de as duas pesquisas utilizarem metodologias distintas, esta que analisa comentários espontâneos da população no Instagram e a outra que utiliza um questionário em que a população é convidada a responder, ambas apontam a percepção negativa da população e reforçam a insatisfação com a obra.

No que se refere aos eixos argumentativos, neste plano de trabalho, identificou-se que as críticas foram direcionadas principalmente aos problemas estruturais presentes na obra,

críticas à gestão pública e a culpabilização do Tribuna do Norte, conforme o Anexo 2. Em relação aos problemas estruturais aos quais os indivíduos se referem, estão relacionados, principalmente, à má execução da obra e aos danos paisagísticos da praia. Estes se tornam mais frequentes em notícias que apontam a ineficiência da drenagem durante o período chuvoso. Conforme o portal Tribuna do Norte noticiou em algumas publicações, a orla da praia foi alagada pela chuva e acarretava a formação de "lagoas" na praia, além de ocasionar um desgaste na estrutura da engorda. Diante dessas consequências, a população aponta que houve uma má execução da obra e o "fim" do Cartão-postal de Natal, utilizando como argumento a situação ocorrida em 08/07/2024. Nesse dia, ocorreu uma ocupação da sede do Idema, na presença do prefeito Álvaro Dias e do secretário municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Thiago Mesquita, para cobrar a concessão das licenças ambientais que permitiriam o início da obra (G1, 2024). Para a população que direciona críticas à realização da obra, esse evento é visto como uma imposição da obra a todo custo, independentemente das suas consequências. Nas publicações, encontram-se comentários que demonstram a insatisfação da população com a medida realizada, a exemplo, Almeida, em um comentário à publicação de 09 de julho de 2025, afirma que

E não é a obra perfeita? Não foi por isso que invadiram o IDEMA? Quem questionava era contra Natal? A drenagem é a fase básica de qualquer obra, mas a Engorda virou "obra sagrada", proibida de qualquer observação técnica. Mais dinheiro nosso para "remendar" uma obra eleitoreira.

Além de se referir aos pontos citados acima, há a crítica à gestão pública que se teria utilizado da obra para a promoção do candidato Paulinho Freire, atual prefeito da cidade de Natal. Nesse âmbito, Saturnino (2025) aponta que a engorda de Ponta Negra se tornou um emblema político na campanha do sucessor de Álvaro Dias, atuando como elemento de respaldo de sua competência administrativa. Tendo em vista que a obra "modernizaria" Natal e traria o "progresso", os discursos mobilizados buscavam neutralizar as críticas e legitimar a intervenção, apesar das controvérsias técnicas. A expressão "obra eleitoreira", presente no comentário acima, expressa o que Saturnino (2025) encontrou na sua análise da produção da campanha, mas com avaliação oposta: o que a gestão apresentava como prova de competência é interpretado pelo público como uso eleitoral do recurso público. Ainda se referindo ao comentário acima, ao afirmar que "a Engorda virou 'obra sagrada', proibida de qualquer observação técnica", o autor do comentário não critica apenas a intervenção: descreve um dos elementos que deslegitimou a obra durante a campanha. A tentativa de neutralização apontado por Saturnino (2025), torna-se um objeto de disputa no espaço dos comentários.

Indo além da preocupação com o gasto do dinheiro público, outra crítica direcionada ao âmbito da gestão pública é a culpabilização dos responsáveis pela obra. Um ponto a ser destacado é que a responsabilização da obra é atribuída a diferentes agentes: a prefeitura, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, o ex-prefeito Álvaro Dias, as empresas executoras e o atual prefeito, Paulinho Freire. Essas acusações que são direcionadas de maneiras distintas nos permitem diferentes interpretações. Ao avaliarem o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro brasileiro, Scherer, Asmus e Gandra (2018) apontam que a ausência de iniciativas oficiais de educação ambiental gerou desconhecimento da população tanto a respeito das zonas costeira e marinha quanto de seus direitos e deveres como cidadãos. Nesse sentido, os indivíduos ficam alheios às tomadas de decisões e essa indefinição sobre quem deve agir (União, estado ou município), dificultando a identificação dos responsáveis. Sob essa perspectiva, a

hipótese levantada nesse trabalho é que, essa indefinição observada nos comentários sobre quem seria o "culpado" pela obra, pode ser um reflexo da baixa familiaridade do público com as competências de cada instância política. Sendo a causa dessa difusão de opiniões sobre quem seria o responsável e deveria assumir as consequências que a obra tem gerado para a praia de Ponta Negra.

No que se refere ao portal Tribuna do Norte, ele tem sido culpabilizado e tido as suas informações descredibilizadas pela população. Há comentários como "A tribuna do norte também é responsável por esse desastre que foi feito em Ponta Negra", realizado por Freitas, em um comentário à publicação de 11 de julho de 2025, ou "deixando de seguir esse jornal parcial agora. Façam o mesmo!", apontado por Alves em uma publicação realizada em 25 de junho de 2025. É evidente que a população responsabiliza a mídia pelas consequências da obra e alega que o Tribuna do Norte favorece e protege as medidas realizadas pela prefeitura. À luz da Operação Midiográfica proposta por Sônia Meneses (2011), é preciso compreender que atualmente ainda há a crença de que os noticiários são neutros, objetivos e verídicos. E a partir desses elementos, cabe a nós, a população, interpretar esses fatos a partir da nossa visão de mundo. Entretanto, é importante compreender que durante a produção dessas mídias, há elementos ideológicos, filosóficos e linguísticos que estão articulados tanto no algoritmo das redes sociais em que acessamos as notícias, quanto durante a produção delas. Visto que, ao escrever acerca de um acontecimento, são realizados recortes do que será apresentado à população, bem como será escolhida uma linguagem a ser utilizada, para eufemizar ou sensacionalizar uma informação, por exemplo. Nesse sentido, as notícias são produtos de uma prática guiada por valores que são agregados aos acontecimentos narrados. Atrelando aos comentários acima, a população culpabiliza o Tribuna do Norte por compreender que, ao apresentar a Engorda de Ponta Negra nas notícias como uma obra promissora, há uma parte da população que acredita nessas informações e passa a apoiar a intervenção. Entretanto, quando se lida com as consequências negativas acarretadas pela obra, há uma descredibilização daquilo que foi dito com o que ocorre na realidade.

Conclusão

A principal conclusão desta pesquisa até o momento foi a identificação de que as houve uma predominância das críticas à engorda de Ponta Negra por parte da população. Os principais eixos argumentativos foram três: os problemas estruturais da obra, a atuação da gestão pública e a culpabilização do Tribuna do Norte. Esses argumentos se articulam entre si, visto que eles revelam que a obra foi executada apesar das objeções técnicas, realizada com interesses eleitorais e legitimada pela mídia. As consequências advindas dessa intervenção recaem sobre o ambiente natural da praia e o uso do dinheiro público para a realização de reparos na obra. Outro ponto que foi encontrado com frequência foi a busca pelo responsável da obra, consolidando o Instagram não apenas como um espaço em que a população expressa suas opiniões, mas por um local em que há a busca por respostas, a reivindicação pelas medidas que vêm sendo tomadas e a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, os comentários das publicações se tornaram um local de discussão entre a população, predominando a cobrança pública e a demanda de explicações da prefeitura e do próprio Jornal Tribuna do Norte.

No que se refere aos próximos passos da pesquisa, será concluída a análise dos comentários subsequentes, referentes ao intervalo entre março e 7 de abril de 2025, para em seguida iniciar a coleta dos dados relativos ao período de receptividade inicial. O objetivo é que, com todos os dados coletados, seja realizada uma comparação entre os

dois períodos para verificar se a avaliação pública da obra se transformou à medida que os problemas na obra se manifestaram e de que modo essa transformação se expressa nos discursos analisados.

Referências

ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.) Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

G1 RN. Engorda da praia de Ponta Negra em Natal: veja o antes e depois. G1, Rio Grande do Norte, 27 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2025/01/27/engorda-da-praia-de-ponta-negra-em-natal-veja-o-antes-e-depois.ghtml. Acesso em: 03 fev. 2026.

INTER TV CABUGI; G1 RN. Manifestantes arrombam portão e ocupam sede do Idema para cobrar início da obra de engorda de Ponta Negra. G1, Rio Grande do Norte, 8 jul. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2024/07/08/manifestantes-arrombam-portao-e-ocupam-sede-do-idema-para-cobrar-inicio-da-obra-de-engorda-de-ponta-negra.ghtml. Acesso em: 11 ago. 2026.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. Uso e ocupação de Ponta Negra, Natal/RN: uma análise multi-temporal. Sociedade e Território, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 127–147, 2014.

MARIANO, Yasmim Ângelo. Engorda da Praia de Ponta Negra (Natal/RN): impactos socioambientais e econômicos no setor turístico. Orientadora: Regina Ferreira de Araújo. 2025. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

SATURNINO, Carlos Henrique de Andrade. A midiatização da obra de engorda da Praia de Ponta Negra como estratégia política - análise da campanha de Paulinho Freire nas eleições municipais de 2024. 2025. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Departamento de Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2025.

SCHERER, Marinez Eymael Garcia; ASMUS, Milton Lafourcade; GANDRA, Tiago Borges Ribeiro. Avaliação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro no Brasil: União, Estados e Municípios. Desenvolvimento e Meio Ambiente, [S. l.], v. 44, 2018. DOI: 10.5380/dma.v44i0.55006. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/55006. Acesso em: 13 ago. 2026.

SEREJO, Vicente. Lições, lições. Natal, 25 jun. 2025. Instagram: @tribunadonorte. Disponível em: https://www.instagram.com/tribunadonorte/p/DLUdOffPD_b/. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. 2011. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

TRIBUNA DO NORTE. Prefeitura estuda alternativas para melhorar drenagem na engorda de Ponta Negra. Natal, 9 jul. 2025. Instagram: @tribunadonorte.

TRIBUNA DO NORTE. Seinfra estuda soluções para a drenagem de Ponta Negra. Natal, 11 jul. 2025. Instagram: @tribunadonorte.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

Anexos



Gráfico 1: Avaliação da população em relação a obra: elogio ou crítica.



Gráfico 2: Eixo argumentativo encontrado nos comentários coletados.

CÓDIGO: HS0795

AUTOR: ANA CECILIA PIERRE DOS SANTOS TAVARES

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: o banquete funerário e as procissões para Imentet na tumba de Nebamun (TT17), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1427-1401 A.E.C.

Resumo

Os planos decorativos em tumbas de particulares do Egito Antigo serviam como um espaço de conexão e interface entre os mortos e os vivos, parte de crenças funerárias que permanecem em constante debates entre os egiptólogos. Nessa pesquisa analisaremos algumas cenas que compõem o plano decorativo da tumba de um médico real, Nebamun (TT17), construída durante o reinado de Amenhotep II (c. 1427-1401 A.E.C.) e localizada em Dra Abu el-Naga, parte da Necrópole Tebana, atual Luxor, Egito. Focaremos nas traduções dos hieróglifos e análises iconográficas de duas cenas: o Banquete Funerário e as Procissões Funerárias para Imentet. Ambas possuem algumas particularidades que são significativas para uma melhor compreensão daquela antiga sociedade. O banquete tinha por objetivo servir como um espaço propício para que o morto pudesse interagir com os vivos e receber as oferendas e os status sociais no Além. Na TT17 vemos algumas relações pessoais do proprietário da tumba com estrangeiros, que ofertam utensílios médicos para Nebamun. Por sua vez, a procissão funerária de Nebamun possui o Ritual de Abertura de Boca com aspectos ritualísticos que apresentam uma criatividade no ritual tradicional, que serve como um capacitador das agências do morto no Além, enquanto o Ritual Tekenu demonstra uma forma física da união dos elementos do morto. Assim, buscamos compreender melhor o Espaço Funerário nessa tumba e entender quais as particularidades da TT17 em relação às demais tumbas do Reino Novo.

Palavras-chave: Espaço funerário. Procissões para Imentet. Nebamun (TT17).

TITLE: Funerary Space in Ancient Egypt: the funerary banquet and processions to Imentet in the tomb of Nebamun (TT17), New Kingdom, 18th Dynasty, c. 1427–1401 BCE.

Abstract

The decorative programs in private tombs of Ancient Egypt served as a space of connection and an interface between the dead and the living a subject of ongoing debate among Egyptologists. This research analyzes specific scenes within the decorative

program of the tomb of a royal physician, Nebamun (TT17), built during the reign of Amenhotep II (c. 1427–1401 BCE) and located at Dra Abu el-Naga, part of the Theban Necropolis in modern-day Luxor, Egypt. We focus on the translation of hieroglyphs and the iconographic analysis of two scenes: the Funerary Banquet and the Funerary Processions to Imentet. Both feature unique characteristics significant for a better understanding of that ancient society. The banquet served as a setting where the deceased could interact with the living and receive offerings and social status in the Afterlife. In TT17, we observe personal connections between the tomb owner and foreigners who present medical instruments to Nebamun. Meanwhile, Nebamun's funerary procession includes the Opening of the Mouth Ritual—featuring creative variations on the traditional rite that empower the deceased's agency in the Afterlife—and the Tekenu Ritual, which demonstrates a physical unification of the deceased's constituent elements. Thus, we aim to gain a deeper understanding of the funerary space within this tomb and to identify the specific features that distinguish TT17 from other New Kingdom tombs.

Keywords: Funerary space. Processions to Imentet. Nebamun (TT17).

Introdução

As diferentes condutas diante da morte fazem com que seja possível a construção de um estudo sobre o imaginário dessa e, consequentemente, da vida, de uma determinada sociedade. Diante dessa realidade, as tumbas, possuíam uma dupla função: eram espaços destinados a proteger o corpo do seu dono para o Além e a sua identidade como membro da sociedade egípcia.

As tumbas são as fontes mais ricas de informação para entendermos as crenças funerárias egípcias. Assim, esse projeto teve como foco o estudo de duas paredes da tumba do escriba e médico real, Nebamun (TT17), a parede Q (Figura 1) que consta o Ritual de Abertura de Boca e a parede R (Figura 2) com a Procissão Funerária, disponível por meio do catálogo do egiptólogo Torgny Säve-Söderbergh.

A TT17 foi construída durante o reinado de Amenhotep II (c. 1427-1401 A.E.C.), na XVIII Dinastia, e está localizada em Dra Abu el-Naga, parte da Necrópole Tebana, margem ocidental da atual Luxor, Egito. No Antigo Egito os trabalhos curativos eram realizados por sacerdotes, magos e médicos reais. Não é possível inferir o pagamento pela função, e a hereditariedade do trabalho é descartada por Säve-Söderbergh ao traduzir partes da TT17 e descobrir que o pai de Nebamun, Nebseny, é um juiz, contudo, O epíteto "médico real" aponta para a prática atividade médica em um círculo bastante restrito: a realeza. Desse modo, pode-se inferir a sua boa reputação tanto dentro da sociedade egípcia quanto fora (Nunn, 1996, P. 117).

As nossas indagações cercam a representatividade de duas cerimônias do Egito. A partir do estudo delas buscamos formular algumas explicações para uma melhor compreensão

do Egito Terreno e do Além. O que é o Ritual de Abertura de Boca? O que é o Ritual Tekenu? Há uma criatividade dentro do tradicionalismo das crenças ritualísticas? Como a agência do morto e a técnica artística convergem no espaço da tumba? Essas questões são algumas das que tentamos desenvolver ao longo dessa pesquisa com o objetivo de construir o Espaço Funerário egípcio na TT17, compreender melhor os rituais e entender quais as particularidades do discurso funerário da tumba de Nebamun em relação às demais tumbas particulares do Reino Novo.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa foi organizada em três etapas para abordar a problematização proposta. Visto que a produção do corpus documental foi realizada durante os semestres de 2024.2-2025.1, a pesquisa iniciou-se com a tradução das inscrições das cenas escolhidas. Essa tradução estará de acordo com o curso de extensão feito no primeiro semestre de 2025, intitulado “Curso de Hieróglifos: aprendendo e praticando o Egípcio Médio (Nível I)” e na gramática referente a ele, produzida por Pedro Hugo Canto Núñez (2025).

Em um segundo momento, por meio da perspectiva da egiptóloga Valerie Angenot, a qual defende o uso da semiótica de Roland Tefnin (1997) a partir de sua compreensão de hermenêutica (Angenot, 2011; 2015), analisamos as cenas das paredes. A relação imagem-texto-espaço é a base para que contextualizamos a TT17 em seu espaço-tempo, buscando encontrar semelhanças e diferenças com as demais tumbas de particulares da XVIII Dinastia.

A análise das cenas também foi realizada por intermédio dos conceitos de Tradição e Criatividade de Dimitri Laboury (2017). Contrapondo a compreensão da arte egípcia como algo imutável e meramente repetitiva, trabalhamos que esses conceitos na arte egípcia não são opostos, mas sim elementos que se articulam e se alimentam mutuamente. A “Criatividade” aqui trabalhada é a capacidade do artista de engajar-se com a tradição. Desse modo, os artistas, por meio de um "empréstimo criativo", não fazem uma reprodução servil, mas sim uma reinterpretação formal do modelo.

Por fim, em um último momento da etapa metodológica procuramos interpretar a tumba como Espaço Funerário utilizando a compreensão de agência material (Malafouris, 2013). Quanto ao Espaço Funerário entendemos como um sistema de agência material que utiliza a materialidade da tumba para sustentar a existência eterna do indivíduo e prevenir o seu esquecimento social (Canto Núñez, 2021). Assim, a tumba não é um espaço inerte, mas um que interage com o humano.

Resultados e Discussões

A tumba de Nebamun, catalogada como TT17 (Theban Tumb 17), pertenceu ao escriba e médico real Nebamun, e foi construída durante o reinado de Amenhotep II na necrópole de Dra Abu el Naga. Ela é caracterizada como uma tumba de particular, desse modo, compõe o grupo de estruturas funerárias feitas para membros da elite não pertencentes à família real.

Dra Abu el-Naga situa-se ao nordeste da necrópole tebana, fazendo divisa com a via cerimonial de Deir el-Bahri ao sul e o Vale dos Reis ao norte. A necrópole possui ao todo 84 tumbas tebanas, dessas, apenas 4 não são datadas do Reino Novo (Slinger, 2022, p. 60). O alto número de tumbas de particulares durante o Reino Novo, indica que, apesar da harmonização dos ritos funerários, esse período possibilitou uma maior ampliação desses ritos.

A Dra Abu el-Naga leste contém 39 TTs e a Oeste conta com 42 TTs, de modo que três tumbas (a TT305, TT306 e TT307) são consideradas periféricas, não compondo nenhuma das duas regiões. Por meio dessa divisão Slinger (2022) conseguiu inferir que além de diferenças claras na topografia natural dessas duas regiões e na cronologia das tumbas presentes nelas, a maioria das tumbas pertencentes a cada grupo, compartilha de orientações religiosas. As tumbas no setor leste estão frequentemente agrupadas em torno de enterros reais antigos e voltadas para o "Grande Pátio de Amon", um espaço ritual ligado aos monumentos de Amenhotep I. As concentradas ao lado oeste, por outro lado, estão alinhadas ao Templo de Karnak, situado na margem oposta do Nilo ou para a rota processional do Belo Festival do Vale em direção a Deir el-Bahri. A TT17, tumba a qual esse trabalho discorre, está no lado Oeste da necrópole.

Quanto a sua arquitetura, a tumba de Nebamun possui um formato de T, podendo ser categorizada como tumba Va de acordo com a classificação de Kampp-Seyfried (2003). Ela consta com uma estrutura superior, uma estrutura inferior e o nicho para a estátua Ka do morto.

A estrutura superior possui um papel social, agindo como um espaço de sociabilidade, onde o morto recebia oferendas de comida e bebida e a sua memória era evocada. Esse ambiente, como canal de ligação entre os vivos e os mortos, serve para prevenir a morte social, o esquecimento na memória coletiva que levaria a não-existência do morto. A falta do diálogo entre os vivos e os mortos acarretaria no esquecimento do nome, elemento fundamental da criação, e isso consequentemente, levaria a destruição definitiva do morto. A estrutura inferior, por outro lado, não era acessível aos vivos, mas tinha o objetivo de ser uma porta de entrada do morto para o Além.

Melinda K. Hartwig (2004) destaca três funções principais das tumbas. Elas protegiam o corpo do morto, agia como um ritual para assegurar sua transfiguração e bem-estar eterno e servir como monumento de projeção da identidade do seu dono na sociedade terrena e no Além (Hartwig, 2004, p. 5). Jas Assmann (2003b apud Canto Núñez, 2024) segue uma percepção semelhante, no entanto, atribui cinco funções à tumba. Elas estão incorporadas dentro de duas categorias: a de mistério e memória. Nesse sentido, as tumbas possuíam a finalidade de abrigar e ocultar o sacófogo da múmia; mostrar o nome do morto e seu lugar

de enterramento; representar a bibliografia do morto de modo que ela possuiria uma função mnemônica, de relembrar o morto; servia também como uma passagem do Egito terreno para o Além e por fim, preveniria a perturbação do mortos para com os vivos.

A priori, deve-se salientar, que a função de mistério atribuída por Assmann às tumbas egípcias é imbuída de uma compreensão dos cultos de mistérios gregos. Desse modo, as colocações de Rune Nyord (2025) de que as concepções acerca do imaginário egípcio sobre a morte respaldam-se na da crença cristã e no raciocínio europeu apresentam-se coerentes. Os nossos modelos de compreensão e nosso vocabulário se apropriam de conceitos cristão para explicar a religião mortuária egípcia, assim, faz-se necessário o desenvolvimento de novas perspectivas que priorizem as concepções e visões de mundo nativas em detrimento das europeia-cristãs. Apenas assim, é possível desvincular-nos de uma visão monolítica do edifício de crenças egípcias antigas. Essas mudanças epistemológicas são fundamentais para traçarmos novos caminhos da egiptologia, a fim de construir compreensões dos rituais da tumba de Nebamun por meio de um vocabulário e modelos de conhecimento nativo.

Retomando ao plano arquitetônico da TT17, ela possui uma característica interessante: a sua ligação com a TT145. Uma passagem inclinada liga a parede norte do salão transversal da TT17 até a parte posterior da TT145. Ambos os donos se chamam Nebamun, mas enquanto a TT145 foi construída durante os reinados de Hatshepsut e Tutmés III, a TT17 foi construída posteriormente, durante o reinado de Amenhotep II. Eles também não possuem a mesma profissão. Enquanto o dono da tumba, a qual esse trabalho estuda, é um escriba e médico real, o proprietário da TT145 é um capitão de tropas. Sabemos, graças às traduções realizadas por Säve-Söderbergh de inscrições na tumba do médico real, que o Nebamun da TT145 não é o pai de Nebamun TT17, pois o seu pai se chamava Nebseny e era um juiz, contudo, Katherine Slinger (2022), sugere que eles poderiam ser avó e neto. Essa hipótese se destaca quando dialogamos com as noções de culto aos ancestrais de Nicola Harrington (2013) e os próprios questionamentos de Slinger (2022) no levantamento de dados em seu livro.

Ao dividir as atribuições dos donos de todas as tumbas da necrópole tebana, Slinger (2022) se baseia em cinco grupos. Nebamun, está no terceiro grupo, daqueles com títulos administrativos reais, ligados ao palácio ou a corte, que trabalhem para o rei e sua família. Além de médicos reais, esse grupo é composto por administradores reais, mensageiros, enfermeiros, escribas reais, supervisores do tesouro, supervisor do celeiro do rei, e supervisores do harém real (Slinger, 2022, p.4).

Diante das observações supracitadas, conseguimos traçar as primeiras inferências para esses questionamentos. Os donos da TT17 e TT145 não compartilham do mesmo grupo de profissões, na realidade, a TT17 está distante de outras tumbas em que seus donos também possuíam funções administrativas reais. Assim, diferentemente de tumbas do período Raméssida, em que sumos-sacerdotes de Amon construíram tumbas próximas umas das outras, a escolha de Nebamun (TT17) para a localização de sua tumba não se deu por agrupamento ocupacional. Todavia, seguindo a hipótese de Slinger de que Nebamun (TT145) era avó do da TT17, pode-se argumentar que a escolha do local da sua tumba se deu por uma anseio de construção de uma comunidade familiar. Essa hipótese, como dito anteriormente, é amparada pela passagem que liga as duas tumbas.

Na busca por uma coesão social a partir de ritos presentes para um passado tangível, o

culto aos ancestrais era uma forma de manutenção da ordem social (Harrington, 2013, p. 63). Desse modo, a escolha de Nebamun (TT17) para a ligação de sua tumba com a do seu ancestral, permite não só a rememoração de ambos os mortos, mas faz com que o médico real honre Nebamun (TT145) ainda quando morto. Os familiares ainda vivos, ao vivenciar o luto de um, também vivenciaram o do outro, ao cultivar a memória de um, se reunindo em alguma festividade, estariam fazendo o mesmo pelo do outro. Era uma via de mão dupla.

A distinção entre Dra Abu el-Naga Oeste e Leste, na qual a Oeste, grupo o qual a TT17 faz parte, possui as suas tumbas na rota processional do Belo Festival do Vale em direção à Deir el-Bahri. Ocorrida anualmente durante o Reino Novo, ela era uma festividade de grande relevância na Necrópole Tebana no Antigo Egito (Manzi; Pereyra, 2014). Por meio de uma jornada religiosa, a celebração reafirmava o vínculo sagrado entre o deus Âmon-Rê e o faraó. A elite egípcia, especialmente a tebana, utilizavam a ocasião para visitar as tumbas de seus próprios familiares.

Feitas essas primeiras observações acerca da TT17, o trabalho aprofundar-se-á em duas paredes da tumba, a parede R, que contém a Procissão para Imentet (Figura 2) e a parede Q (Figura 1), com o Ritual de Abertura de Boca, ambas na segunda estrutura da tumba. Assim, buscamos compreender o Espaço Funerário desse complexo funerário.

A procissão funerária é um tema central nas cenas tumulares egípcias e tem como objetivo ser o veículo para a revivificação do morto e sua integração social no mundo dos vivos e no Além. A presença da deusa Imentet (Oeste personificado), demonstra a passagem que o morto faz do Leste, o mundo terreno, para o Oeste, o Além, durante a cerimônia.

Há cinco inscrições na parede R (Figura 2), as quais serão apresentadas e discutidas aqui. Na primeira inscrição traduzimos: “Para trazer os nossos produtos por todos os caminhos”. Os produtos referidos são as oferendas para o morto, essas oferendas podem ser do sacerdotes ou do próprio morto, e o “caminho” percorrido é justamente o caminho da procissão até a tumba.

A segunda inscrição foi traduzida como: Então, para dizer hoje, na entrada do desejo dos corações. Então, nós pertencemos ao redor. Paser oferece a libação (e) vai ele (para) o poço funerário dele eternamente (Neheh) (no) lugar dele do Lugar Sagrado (necrópole) para o Ocidente, sp2.

Por “entrada do desejo dos corações” pensamos na pesagem do coração durante o tribunal de Osíris e o desejo de ser aceito e ir ao Além para finalmente “pertencer ao redor”. Na terceira oração temos a identificação do sacerdote Paser, esse vai utilizar a libação como ritual de passagem do morto. Assim, Nebamun vai ao poço funerário, espaço físico da margem ocidental de Tebas, e finalmente ao lugar dele, a tumba.

Quanto à terceira inscrição, ela foi traduzida da seguinte maneira: Entrar na chuva para o lugar da Grande Montanha para ofertar,

A parte de “entrar na chuva” ainda está em estudo, podendo ser uma referência às águas primordiais. Em “para o lugar da Grande Montanha para ofertar” a Grande Montanha também é um espaço físico, sendo identificada por nós como a própria montanha de Tebas.

A quinta e última inscrição da parede R, a única que se refere ao Ritual Tekenu. Traduzimos como: Puxar o Tekenu / pelo Lugar Sagrado (necrópole). Oh, eu no Leão Duplo / A da minha vida da terra.

O ritual Takenu é complexo e ainda permanece em processo de estudo por nós devido à ausência de consenso entre egiptólogos quanto à sua classificação e à heterogeneidade de exemplos do ritual em mais diversas tumbas. Hermann V. Kees, defende que o Tekenu não era uma pessoa e sim um objeto. Para ele, Tekenu era um simulacro do morto que era enterrado junto com as partes sacrificadas do touro, com o intuito de atrair os poderes malignos deixando o corpo do morto livre para a sua passagem para o Além. Por outro lado, há autores como Margaret R. Bunson, que acredita que o Tekenu era uma esfinge feita de junco e outros vegetais e era queimada durante o ritual. Outros como Garis Davies propõem uma representação mais branda do ritual. Ele sugere que o Tekenu pode ser uma "sobrevivência cerimonial da antiga prática de sepultamento em posição de genuflexão, que só gradualmente deu lugar ao sepultamento completo" (West, 2019).

Para os estudos do ritual na TT17 juntamos duas perspectivas. Para West (2019) o Tekenu é representado sendo arrastado por homens em um trenó, e não por animais. A ação de puxar é fundamental para identificar o ritual, no qual o morto deve estar "ereto ou reclinado em um trenó arrastado por homens como parte da procissão funerária" para ser classificado como tal (West, 2019, p. 29). Essa posição seria a fetal ou de genuflexão também abordada por Garis Davies. O Tekenu da TT17 como tipo 2B, uma figura antropomórfica, descrito como "parcialmente coberto", revelando sempre o rosto e está sentada ou ajoelhada ereta sobre um trenó que é arrastado por homens (West, 2019, p. 115).

Em diálogo, temos a perspectiva de Griffiths. O autor liga a cerimônia do Tekenu a um antigo ritual funerário do Delta egípcio, argumentando que ela pertencia ao antigo Sepultamento Bútico. Ele conclui que o ritual ocorria originalmente quando os viajantes retornavam a Buto para as cerimônias funerárias finais. Citando a própria TT17 em seus estudos, Griffiths faz referências a homens que arrastavam o Tekenu, que vinham de Pe e Dep, que são cidades de Buto, identificadas na inscrição quatro.

Ademais, a tradução "Leão Duplo", na primeira oração, também traz um debate complexo. Na TT53 ele pode ser relacionado a uma região do Alto Egito (West, 2019, p.69). No entanto, há perspectiva que identifica o Leão Duplo como os deuses de Heliópolis, Shu e Tefnut. Assim, como as forças de criação e proteção que auxiliam o Tekenu e o morto em sua jornada para o Além (West, 2019, p. 185).

A Parede Q (Figura 1), está dividida em quatro registros e contém o Ritual de Abertura de Boca (RAB). Apesar da complexidade em traçar a sua origem, uma datação anterior ao Reino Novo, o RAB é tradicionalmente compreendido por meio de duas abordagens: o ritual "mágico", que animaria a estátua, e o ritual "funerário", que animaria o cadáver (Goyon, 1972). Essa estátua permanecia inanimada até receber a visita do Ba, que precisava ser atraído para sua "segunda morada". Inicialmente é necessário destrinchar que o RAB não é um ritual único, mas um conjunto de rituais que juntos buscam devolver os cinco sentidos, para que o morto seja capaz de usá-los no Além.

O Ba é um dos sete elementos que se desassociam do morto após a morte juntamente

com nome (rn), a múmia (sʿḫ), o corpo (ḏt), o cadáver (ḫ³t), a sombra (šwt), o coração (ib) e o Akh (³ḫ). Essa dissociação, como argumenta Assmann (2005), era mais desejada do que rejeitada, com o objetivo de assegurar a existência do morto no Além. Os elementos eram divididos entre as esferas sociais, físicas e uma terceira categoria com somente o Ahk (³ḫ). O Ba é o elemento móvel, circulando para fora da tumba, entre o Egito terreno e o Além, enquanto o Ka é o elemento que indica o status do morto, recebe as oferendas na tumba e nutre o Ba. Nesse sentido, apesar de serem elementos distintos e parecerem desconformes um ao outro, a compreensão de um está intrinsecamente ligada com o outro. Esses elementos também estão imbuídos de métodos de compreensão cristãos, sendo o Ba muitas vezes comparado e traduzido com alma. Essa, no entanto, não era a visão dos antigos egípcios, contudo funcionando como a forma em que os primeiros estudiosos sobre o Egito conseguiam compreender essas manifestações.

Devido à baixa qualidade do catálogo online não foi possível a tradução de toda a parede Q, assim essa pesquisa apresenta dois rituais que compõem o que chamamos de Ritual de Abertura de Boca. A primeira inscrição foi traduzida como: Palavras ditas: braço único, venha (para) a capela (funerária). Quando ocorre a morte do indivíduo os elementos do morto são separados. Para viver no Além, o morto deve ter todos os seus elementos reunidos e um dos processos para isso é o embalsamamento. Desse modo, pensamos que nesse ritual o braço é chamado de volta para a capela funerária.

A segunda inscrição foi traduzida da seguinte maneira: Palavras ditas (para) preparar: o vazio não existe para ti. O "vazio" aqui pode fazer referência ao mesmo "vazio" das Admoestações de Ipu-wer (7,2), na qual o rei, que foi enterrado como Hórus (falcão) teve sua tumba saqueada e estava vazia, desprovido do equipamento funerário que garante a sua eternidade no Além. O Ritual acima, ao preparar o morto para que o vazio não exista para ele, pode fazer referência à garantia de que o morto terá o seu equipamento funerário eternamente, assim como foi enterrado junto a ele.

Por meio de um levantamento e análise de dados de tumbas a partir do catálogo de Bertha Poter e Rosalind L. B. Moss (1970) pudemos perceber que o Ritual de Abertura de Boca se encontra principalmente na segunda estrutura, com 34 ocorrências (Figura 9). A proeminência das cenas com o RAB no espaço físico onde o corpo do morto e todas as suas diferentes entidades se reuniriam e repousariam fez com que nós ligássemos o objetivo do ritual com o privado. Além disso, a função da segunda estrutura de guardar os itens de valor do morto, é reafirmada com o ritual da "não existência do vazio" para Nebamun, apresentando uma preocupação do médico real com o seu equipamento funerário e bens de valor.

Quanto aos sítios arqueológicos, há mais tumbas com cena de RAB em Sheik Abd el-Qurna, com 30 tumbas ao total, o que equivale à 57,69% das tumbas analisadas, seguindo por Dra'Abu el Naga com 12 e El-Khokha com 6, sendo 23% e 11% do total, respectivamente (Figura 9).

Quanto às posições das cenas para o visitante da tumba, 51,9% delas encontram-se à direita do visitante, 32,6% à esquerda e 11,5% de frente para o visitante (Figura 12). A maioria das cenas, 34 tumbas que equivalem à 66%, estão na segunda estrutura das tumbas, enquanto 10 tumbas, cerca de 20% são encontradas na primeira estrutura. Vale destacar que quando o ritual está na segunda estrutura as tumbas, estão majoritariamente voltadas ao Leste, aproximadamente 68% do total de tumbas. Quando analisamos a

ligação entre localização geográfica e primeira estrutura, nota-se que as tumbas voltadas ao Oeste aumentaram consideravelmente, saindo de 32% para 50%.

Naturalmente, há uma terceira relação, entre localização geográfica e posição da cena em relação à entrada do visitante. Quando localizadas ao Leste, a cena está majoritariamente à direita do visitante com 32%, porém se voltada para o Oeste, os dados se invertem e o ritual estar predominante à esquerda, 44% (Figura 11). Com a tumba como um monumento que projeta a identidade do morto tanto para o Egito terreno quanto para o pós-existente (Hartwig, 2004, p. 5), esses dados são importantes para identificar a experiência daqueles que as visitavam e principalmente onde os donos das tumbas queriam mostrar o Ritual de Abertura de Boca. Assim, surgem questionamentos norteadores para pesquisas futuras. Por que o dono da tumba quis colocar a cena na segunda estrutura? O que além da RAB estava à direita em relação ao visitante?

Ao analisar a relação entre a localização geográfica, a posição da cena em relação ao visitante e a localização da cena na tumba, formulamos hipóteses interessantes. A relação diretamente proporcional entre o Oeste, a primeira estrutura e a cena situada à esquerda do visitante, bem como a relação entre o Leste, a segunda estrutura, e a cena à direita do visitante, indica a intenção de que o ritual permaneça restrito ao falecido no Além. A Leste encontram-se os templos, e a Oeste, o Monte Tebano. Portanto, quando a parede está voltada para o Oeste, não há necessidade de proximidade com o falecido; ela pode situar-se na primeira estrutura da tumba, à esquerda do visitante, distante da estátua Ka e do poço funerário. Por outro lado, quando a cena está voltada para o Leste, em direção aos templos, pode-se interpretar uma possível tentativa de interação entre os vivos e os mortos.

Além disso, ao tratar cada ritual como uma sentença, e não como uma narrativa completa e imutável, com início, meio e fim, é possível inferir as regras que regem o ritual. Assim, torna-se possível distinguir entre o tradicionalismo e a criatividade dos artesãos e proprietários das tumbas na adaptação da estrutura física do monumento às suas necessidades no Além.

Por fim, essa pesquisa repercutiu em congressos nacionais e internacionais sobre História Antiga e Arqueologia. As apresentações se desdobraram nos seguintes eventos: SoYa, o simpósio internacional de jovens arqueólogos, realizado pela Universidade de Leiden, na Holanda; o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-RN; VII Ciclo Nacional e V Ciclo Internacional – Colóquio de Pesquisa de Graduação e Pós-Graduação em História Antiga promovido pelo Grupo de Trabalho de História Antiga da ANPUH-RS e futuramente, n

Conclusão

A TT17, assim como diversas tumbas ao longo da história do Egito, é uma construção com função de ser o ponto de conexão entre o mundo dos vivos e o Além, onde ambos poderiam co-existir simbolicamente. Quanto ao seu plano arquitetônico a TT17, assim como as outras tumbas tebanas de particulares do setor Oeste da necrópole de Dra Abu el-Naga está na rota rota processional do Belo Festival do Vale em direção a Deir el-Bahri. Depreendemos que, devido tanto ao próprio objetivo do Belo Festival do Vale de

celebrar o culto aos mortos ancestrais e o plano arquitetônico da TT17 que a liga à TT145, que o médico real se preocupava em prevenir-se da morte social. A sua tumba estar ligada a seu ancestral e em uma rota de um festival com o intuito do culto aos mortos eram formas de assegurar a manutenção do seus status social e rememoração de sua identidade como membro da elite egípcia.

Quanto às paredes Q (Figura 1) e R (Figura 2), elas são agentes ativos que apresentam um discurso funerário singular que reflete a identidade e as preocupações específicas de Nebamun. Nesse sentido, a criatividade artística manifesta-se no diálogo entre a tradição iconográfica e as necessidades específicas do morto. Essa criatividade é uma recomposição produtiva: o grupo de artesãos em conjunto com o membro da elite que encomendou a tumba exercem uma certa liberdade ao selecionarem rituais de acordo com a disponibilidade das crenças e os reorganizam em uma ordem única. Essa disposição personalizada reflete tanto as crenças individuais de Nebamun quanto a capacidade dos artistas, transformando as crenças funerárias em um instrumento de individualidades daquela tumba específica.

Referências

Fontes:

PORTER, Bertha; MOSS, Rosalind L. B. : I. The Theban Necropolis. Part 1. Private Tombs. Assistência de Ethel W. Burney. 2. ed. rev. e aum. Oxford: Griffith Institute, Ashmolean Museum, 1970.

SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.

Bibliografia:

ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art.[S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014.

ASSMANN, Jan. Death and salvation in Ancient Egypt. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 2005.

BESTOCK, Laurel. Violence and Power in Ancient Egypt Image and Ideology before the New Kingdom. Devon, UK: Routledge (Taylor & Francis Group), 2018.

BOCHI, Patricia A. Death by Drama: The Ritual of Damnatio Memoriae in Ancient Egypt.

BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.

BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia II. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004.

CANTO NUÑEZ, Pedro Hugo. O Espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1410-1353 A.E.C.). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

CANTO NUÑEZ, Pedro Hugo. Gramática Básica: Aprendendo e Praticando o Egípcio Médio, Nível I. Belém: RFB, 2025. E-book. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wGl0GzjUJ6TFX5PAh8LkqNiHZj0F7QdC/view?usp=drivesdk. Acesso em: 15 ago, 2025.

CARVALHO, Alexandre Galvão; EFFGEN, André Luís Silva. A Violência ritual no Egito antigo: Entre a magia estatal e as práticas mágicas privadas. In: PINTO, Renato; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (org.). Violência no Mundo Antigo: Materialidades, discursos e imaginários. Recife: Ed. UFPE, 2024.

DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DODSON, Aidan; IKRAM, Salima. The Tomb in Ancient Egypt: royal and private sepulchres from the Early Dynastic Period to the Romans. London: Thames & Hudson, 2008.

GOYON, Jean-Claude. Rituels funéraires de l'ancienne Égypte: Le Rituel de l'Embaumement, le Rituel de l'Ouverture de la Bouche, Les Livres des Respirations. Paris: Éditions du CERF, 2004.

HARTWIG, Melinda K. Tomb painting and identity in ancient Thebes, 1419-1372 BCE. Turnhout, Bélgica: Brepols Publishers, 2004.

HAYD, Harold M. Between identity and agency in Anciens Egypte ritual. In: NYORD, Rune; KJØLBY, Annette. "Being in Ancient Egypt" thoughts on agency, matérialité and cognition. Proceeding if thè seminar held in Copenhague, September 29-30, 2006. Oxford: British Archeological Reports, 2009.

HODDER, Ian. Introduction: contemporary theoretical debate in archéologue. In: HODDER, Ian (org.) Archaeology theory today. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 1-14.

IHDE, Don; MALAFOURIS, Lambros. Homo faber Revisited - Postphenomenology and Material Engagement Theory. Philos. Technol., v. 32, 2019, p. 195-214.

IKRAM, Salima. Os vivos e os mortos. In: IKRAM, Salima. Ancient Egypt: an introduction. Tradução de Pedro Hugo Canto. Nova Iorque: Cambridge, 2010.

LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). (Re)productive Traditions in Ancient Egypt. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017.

LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron. E. (org.). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

LOPES, Maria Helena Trindade. O livro dos Mortos do Antigo Egipto. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991.

MENÉNDEZ Gómez, Gema. Extranjeros en Deir El- Medina durante las dinastías XVIII y XIX: integración e inserción social. 2008. Tese (Doutorado em História/Pré-história e Arqueologia) – Universidade Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Prehistoria y Arqueología, Madrid, 2008.

MOLYNEAUX, Brian L. The Cultural Life of Images: visual Representation in Archaeology. London; New York: Routledge, 1997.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2026. Disponível em:https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 6 ago. 2026.

NUNN, John F. Ancient Egyptian Medicine. London: British Museum Press, 1996. v. 1.

NYORD, Rune. “Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously”: why should we, and

how could we? Journal of Ancient Egyptian Interconnections, v. 17, p. 73-87, mar. 2018.

NYORD, Rune. On interpreting ancient Egyptian funerary texts. Claroscuro, n. 19, v. 2, 2020, p. 1-23.

OTTO, Eberhard. Das Ägyptische mundöffnungsritual. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1960.

PEREIRA, Ronaldo G.G. Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SILVERMAN, David P. O Divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron. E. (org.). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SLINGER, Katherine. Tomb Families: Private Tomb Distribution in the New Kingdom Theban Necropolis. Oxford: Archaeopress, 2022.

WEST, Glennise. The Tekenu and Ancient Egyptian Funerary Ritual. Oxford: Archaeopress, 2019.

ZAGO, Silvia. The Book of the Dead. In: ZAGO, Silvia. A Journey through the Beyond: the development of the concept of Duat and related cosmological notions in Egyptian funerary literature. Columbus: Lockwood Press, 2022. p. 123-158.

Anexos



Figura 3 - Hieróglifos, transliteração e tradução da inscrição 1 - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 1 - Parede Oeste da Câmara interna: Ritual de abertura de boca e Oferendas ao morto - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957)



Figura 2 - Parede Leste da câmara interna: Procissão fúnebre e a deusa Imentet - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 4 - Hieróglifos, transliterações e traduções das inscrições 3 e 4 - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 5 - Hieróglifos, transliterações e traduções da inscrição 5 - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 6 - Hieróglifos, transliteração e tradução da inscrição 1 do RAB - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 7 - Hieróglifos, transliteração e tradução da inscrição 2 do RAB - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 8 - Relação entre a localidade da cena na tumba e a sua posição geográfica.



Figura 9 - Porcentagem da quantidade de tumbas com cenas do Ritual de Abertura de Boca por cada sítio arqueológico.



Figura 10 - Relação entre a localização da cena na tumba e a posição da mesma para com o visitante.



Figura 11 - Relação entre posição geográfica e a posição do visitante para com a cena de RAB.



Figura 11 - Relação entre posição geográfica e a posição do visitante para com a cena de RAB.



Figura 12 - Porcentagem da posição da cena em relação ao visitante.

CÓDIGO: HS0799

AUTOR: GIDEAN SOARES DA CAMARA SIQUEIRA

ORIENTADOR: SAMUEL ANDERSON DE OLIVEIRA LIMA

TÍTULO: O teatro de Lope de Vega: Uma análise de La dama boba e Fuenteovejuna

Resumo

Este trabalho analisa La dama boba e Fuenteovejuna, de Lope de Vega, a partir das discussões sobre o Barroco e o teatro espanhol do Século de Ouro. A pesquisa, de caráter bibliográfico, considera o contexto histórico e literário do período, o Barroco como conceito de época e as mudanças ocorridas no teatro espanhol, com atenção à importância de Lope de Vega para sua renovação. A fundamentação teórica apoia-se principalmente nos estudos de Maravall (1975), Arellano (2012), Cunha e Guinsburg (2012) e Wagner Monteiro (2022), além do Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo, de Lope de Vega (2022). A análise parte de passagens selecionadas das duas obras, seguindo um eixo de leitura para cada peça. Em La dama boba, observa-se a relação entre amor, aprendizagem e transformação de Finea; em Fuenteovejuna, acompanha-se o movimento pelo qual os abusos do Comendador passam a envolver a comunidade até a reação coletiva. As análises mostram diferentes formas de construção da ação nas duas comédias e reforçam a importância de Lope de Vega para a renovação do teatro espanhol do Século de Ouro.

Palavras-chave: Século de Ouro. Barroco. Teatro espanhol. Lope de Vega.

TITLE: Lope de Vega's theater: An analysis of La dama boba and Fuenteovejuna

Abstract

Este trabajo analiza La dama boba y Fuenteovejuna, de Lope de Vega, a partir de las discusiones sobre el Barroco y el teatro español del Siglo de Oro. La investigación, de carácter bibliográfico, considera el contexto histórico y literario del período, el Barroco como concepto de época y los cambios ocurridos en el teatro español, con especial atención a la importancia de Lope de Vega para su renovación. La fundamentación teórica se apoya principalmente en los estudios de Maravall (1975), Arellano (2012), Cunha y Guinsburg (2012) y Wagner Monteiro (2022), además del Arte nuevo de hacer comedias

en este tiempo, de Lope de Vega (2022). El análisis parte de pasajes seleccionados de las dos obras, siguiendo un eje de lectura para cada pieza. En La dama boba, se observa la relación entre amor, aprendizaje y transformación de Finea; en Fuenteovejuna, se acompaña el proceso por el cual los abusos del Comendador pasan a involucrar a la comunidad hasta llegar a la reacción colectiva. Los análisis muestran diferentes formas de construcción de la acción en las dos comedias y refuerzan la importancia de Lope de Vega para la renovación del teatro español del Siglo de Oro.

Keywords: Siglo de Oro. Barroco. Teatro español. Lope de Vega.

Introdução

Estudar a Espanha do século XVII significa olhar para um cenário marcado por contradições. Por um lado, o país enfrentava dificuldades econômicas e políticas; por outro, vivia um período de intensa produção artística e literária, inserido no que ficou conhecido como Século de Ouro espanhol. É nesse contexto que o Barroco ganha força e pode ser compreendido não apenas por determinadas características artísticas, mas em relação às condições históricas, sociais e culturais de seu tempo. O teatro ocupa um lugar importante nesse cenário e encontra nos corrales de comedias um espaço de representação que favorece o contato das peças com um público amplo e diversificado.

Entre os dramaturgos que participaram das transformações do teatro espanhol, Lope de Vega ocupa uma posição de destaque. Sua importância não está em abandonar simplesmente os modelos clássicos, mas nas escolhas que fez a partir deles e das exigências do teatro de seu tempo, contribuindo para a consolidação da Comedia Nueva. A atenção à representação e à relação com o público faz parte desse processo de renovação, que pode ser observado em obras com conflitos bastante diferentes. Em La dama boba, a ação acompanha a transformação de Finea, inicialmente marcada por suas dificuldades de aprendizagem, e a relação que a peça estabelece entre amor, aprendizagem e mudança da personagem. Em Fuenteovejuna, os abusos praticados pelo Comendador atingem diferentes personagens e, à medida que se repetem, passam a envolver cada vez mais os habitantes da vila, até a construção de uma reação coletiva.

Este trabalho tem como objetivo analisar La dama boba e Fuenteovejuna a partir das discussões sobre o Barroco e o teatro espanhol do Século de Ouro e compreender como essas questões aparecem na construção das duas obras. Para isso, o estudo considera o contexto histórico e literário do período, a compreensão do Barroco como conceito de época e o desenvolvimento do teatro barroco espanhol, além da importância de Lope de Vega para sua renovação. A análise parte de momentos específicos das duas peças: em La dama boba, acompanha-se a trajetória de Finea a partir da relação entre amor, aprendizagem e transformação; em Fuenteovejuna, observa-se como os abusos praticados pelo Comendador vão envolvendo a comunidade até a reação dos habitantes da vila.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, desenvolvido a partir da leitura e análise de obras voltadas ao teatro espanhol do Século de Ouro, com

ênfase na produção de Lope de Vega. O corpus é constituído pelas comédias La dama boba e Fuenteovejuna, analisadas em diálogo com estudos sobre o contexto histórico e literário do período, o Barroco e o teatro espanhol do século XVII.

O percurso metodológico teve início com a leitura das duas peças, seguida do estudo de obras sobre o contexto em que Lope de Vega desenvolveu sua dramaturgia. A fundamentação teórica reuniu estudos sobre o Século de Ouro, o Barroco, o teatro espanhol e a importância de Lope de Vega para sua renovação. Nesse processo, a leitura de A nova arte de fazer teatro (Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo, 1609) contribuiu para a compreensão da Comedia Nueva e das escolhas que marcaram a dramaturgia de Lope, entre elas sua relação com as regras clássicas, a construção da ação e a atenção ao público.

Para analisar as duas peças, foi definido um eixo de leitura para cada uma, a partir das questões que mais se destacaram durante a leitura das obras e da bibliografia crítica. Em seguida, foram selecionadas passagens relacionadas a esses eixos, evitando a tentativa de abranger todos os temas presentes nas duas comédias. Em La dama boba, a análise concentrou-se na relação entre amor, aprendizagem e transformação de Finea; em Fuenteovejuna, nos abusos praticados pelo Comendador e no movimento que conduz à reação coletiva dos habitantes da vila.

As passagens selecionadas foram analisadas a partir das falas das personagens, do desenvolvimento da ação e de sua relação com a fundamentação teórica do trabalho. Dessa forma, a leitura das duas peças permanece ligada às discussões sobre o contexto histórico e teatral em que foram produzidas

Resultados e Discussões

Ao estudar o Siglo de Oro, uma primeira questão aparece na própria delimitação do período. Bennassar (2001) mostra que não há uma única maneira de estabelecer seus limites e considera insuficiente associá-lo apenas ao esplendor da literatura espanhola. Diante das diferentes possibilidades de compreender o período, o historiador afirma: “Por tanto, me siento con entera libertad para proponer mi visión del Siglo de Oro porque, del mismo modo, no existe una clara doctrina a este respecto” (Bennassar, 2001, p. 10).

Bennassar (2001) situa esse período aproximadamente entre 1525 e 1648. O primeiro marco corresponde a um momento em que a monarquia de Carlos I já havia superado as agitações políticas e sociais dos primeiros anos de seu reinado, enquanto 1648 marca o fim do predomínio militar espanhol e uma grave crise interna.

No campo da literatura, Rodríguez Cacho (2009) chama atenção para a grande quantidade de autores e obras produzidas nos séculos XVI e XVII, lembrando que esse longo período reuniu diferentes formas de pensar e de produzir literatura. Por isso, falar em Siglo de Oro não significa considerar toda essa produção da mesma maneira.

Há ainda uma questão interessante na própria expressão Siglo de Oro. Rodríguez Cacho (2009) explica que seu uso aplicado à literatura começou a se firmar somente no século XVIII. A autora lembra que Cervantes se refere ao próprio tempo como uma "edad de hierro" e menciona que Lope, pouco antes de sua morte, escreveu sobre o retorno dos "siglos de oro". Para esses escritores, a ideia de uma idade de ouro estava ligada a um tempo anterior, e não ao presente em que viviam.

É nesse contexto histórico e literário que se encontra a produção de Lope de Vega. La dama boba e Fuenteovejuna, obras escolhidas para este trabalho, foram escritas no início do século XVII, período em que se desenvolveu a cultura barroca espanhola.

Ao tratar do Barroco, José Antonio Maravall apresenta uma compreensão que vai além da identificação de características presentes na pintura, na literatura ou em outras formas de arte. Para o historiador, não se trata simplesmente de um estilo que possa reaparecer em diferentes momentos da história. O Barroco deve ser entendido como um "concepto de época" (Maravall, 1975, p. 34), ligado às condições históricas em que se desenvolveu e às relações entre diferentes aspectos daquela sociedade. Dessa forma, compreender o Barroco envolve olhar não apenas para as obras, mas também para o contexto em que foram produzidas.

Isso não significa que toda a produção cultural do período tivesse as mesmas características. Maravall reconhece diferenças entre países e manifestações culturais, mas procura compreender o que fazia com que essas produções participassem de uma realidade histórica comum. Nesse sentido, aspectos políticos, econômicos, religiosos, sociais e artísticos estabelecem relações entre si.

É a partir dessas relações que se compreende melhor a expressão "conceito de época". Para Maravall, não basta situar o Barroco entre duas datas ou identificar características que também possam aparecer em outros períodos. O que importa é a maneira como diferentes fatores se articulam dentro de determinado tempo e espaço. Ao explicar essa ideia, o autor afirma:

Y esa conexión geográfico-temporal de articulación y recíproca dependencia entre una compleja serie de factores culturales de toda índole es la que se dio en el XVII europeo y creó una relativa homogeneidad en las mentes y en los comportamientos de los hombres. Eso es, para mí, el Barroco (Maravall, 1975, p. 34).

Essa compreensão interessa a este trabalho porque o teatro também fazia parte daquela realidade. Maravall afirma que a cultura barroca alcança as "más variadas manifestaciones de la vida social y de la obra humana" (Maravall, 1975, p. 42).

A partir dessa perspectiva, a leitura de La dama boba e Fuenteovejuna não se limita à procura de características que permitam classificá-las como obras barrocas. Interessa observar como o teatro de Lope de Vega se relaciona com a cultura de sua época e leva para o palco questões daquele contexto. Antes de chegar às duas peças, porém, é preciso compreender como essa cultura aparece no teatro espanhol do século XVII.

O teatro foi uma das manifestações importantes da cultura barroca espanhola do século XVII. Como vimos a partir de Maravall (1975), essa cultura não pode ser compreendida de forma isolada das condições históricas em que se desenvolveu. No caso do teatro,

Arellano (2012) chama atenção para algo que vai além do texto escrito: a representação e a dimensão social também faziam parte do teatro daquele período. Por isso, ao falar de teatro barroco, é preciso considerar sua realização no palco, sua relação com o público e as convenções próprias daquele momento histórico.

Arellano (2012) explica que, para compreender a Comedia Nueva, é necessário recuperar, na medida do possível, os códigos de produção e recepção, entre eles os gêneros e as convenções que orientavam a escrita teatral no século XVII. Assim, evitamos interpretar essas peças apenas a partir das referências do nosso tempo.

Arellano também alerta para o risco das generalizações sobre o teatro do Século de Ouro. As diferenças entre gêneros e entre os vários momentos do século XVII impedem que todas as obras sejam explicadas pelos mesmos temas ou princípios. A honra é um exemplo importante para este trabalho. Sua presença e sua função podem variar de acordo com o tipo de obra, o que torna problemático tomá-la previamente como uma chave para explicar todo o teatro do período. Ao tratar dessa questão, Arellano afirma:

Hablar del "tema del honor" como base de todo el teatro áureo, por ejemplo, es una generalización peligrosa, si no se especifican las variantes que el honor como tema, como motivo, como elemento estructural o ideológico, etc., adquiere en los distintos géneros y especies dramáticas (Arellano, 2012, p. 114).

Essa advertência será importante quando analisarmos Fuenteovejuna. A honra ocupa um lugar relevante na peça, mas identificá-la como um tema característico do período não será suficiente. Será preciso observar como ela aparece na obra, quem a reivindica e que função assume no desenvolvimento do conflito.

O teatro barroco espanhol está ligado à sociedade em que se desenvolveu, mas isso não significa que obras diferentes devam ser interpretadas da mesma maneira. Essa discussão nos aproxima de Lope de Vega, pois sua produção também precisa ser compreendida a partir do contexto teatral de sua época e das escolhas presentes em sua dramaturgia. O Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo ocupa um lugar importante nessa discussão, já que nele Lope reflete sobre sua própria maneira de fazer teatro.

A importância de Lope de Vega para o teatro espanhol do Século de Ouro não está apenas na quantidade de obras que escreveu. Sua produção faz parte de um processo de transformação que já vinha ocorrendo no teatro espanhol, mas sua participação foi decisiva para os caminhos que esse teatro tomou. Cunha e Guinsburg (2012, p. 33) destacam esse aspecto ao afirmarem “A chegada de Lope de Vega y Carpio [...] consolidou as experiências passadas e, ao mesmo tempo, renovou as perspectivas da dramaturgia espanhola” (Cunha; Guinsburg, 2012, p. 33).

Wagner Monteiro (2022, p. 15) chama atenção para o período que Lope passou em Valência, onde havia espetáculos nas ruas e forte interesse popular pelo teatro. Segundo o pesquisador, foi nesse ambiente que Lope aprendeu que o teatro se fazia para o espectador, e não apenas para os círculos eruditos.

Quando escreveu o Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo, publicado em 1609, Lope já possuía experiência com a escrita e a representação de comédias. Por essa razão,

Arellano (2012, p. 119) refere-se ao Arte nuevo como uma "preceptiva a posteriori": Lope escreve sobre uma maneira de fazer teatro que já conhecia e colocava em prática.

Uma das escolhas defendidas por Lope é a mistura do trágico e do cômico, elementos que a tradição clássica procurava manter separados. No Arte nuevo, o dramaturgo justifica essa combinação recorrendo à própria natureza:

O trágico e o cômico mesclado, [...]

que aquela variedade agrada muito:

bom exemplo nos dá a natureza,

que por tal variedade tem beleza" (Vega, 2022, p. 39).

Ao aproximar o trágico e o cômico, Lope permite que elementos diferentes convivam dentro da mesma obra, assim como a variedade que ele próprio encontra na natureza. Arellano (2012) chama atenção para essa mistura ao tratar da Comedia Nueva e de sua relação com a realidade representada no palco.

Mas a renovação do teatro de Lope não se limita a essa escolha. Cunha e Guinsburg (2012, p. 33) destacam a divisão das peças em três atos, o uso de diferentes métricas de acordo com as personagens e as situações e a presença do gracioso. O ritmo das peças também passa por mudanças. Monteiro (2022, p. 20) destaca uma ação mais ágil, com maior número de cenas e réplicas de poucos versos. Daí se percebe que a renovação do teatro de Lope não estava apenas no que suas peças contavam, mas também na maneira como eram construídas. É a partir dessas escolhas que La dama boba e Fuenteovejuna serão analisadas neste trabalho.

La dama boba, de Lope de Vega, é uma comédia dividida em três atos. A análise acompanha alguns momentos da trajetória de Finea, tendo como eixo a relação entre amor, aprendizagem e transformação da personagem. Foram selecionadas as cenas II, VI e XIV do primeiro ato, a cena VIII do segundo e as cenas XII e XIV do terceiro. A partir dessas cenas, acompanhamos as dificuldades de aprendizagem de Finea e as mudanças que vão aparecendo em seu comportamento, até o momento em que ela própria demonstra ter consciência de sua transformação.

No início da peça, Finea e Nise são apresentadas como irmãs muito diferentes. Esse contraste aparece na conversa entre Leandro e Liseo, quando este procura saber mais sobre a mulher com quem pretende se casar: Nise é descrita como inteligente e instruída, enquanto Finea é conhecida principalmente por sua falta de entendimento. Leandro compara as duas a uma "palmeira" e a um "carvalho", imagem que reforça a distância estabelecida entre elas. Nesse primeiro momento, Finea é apresentada pelas outras personagens como alguém com dificuldades para compreender e aprender; a aula com Rufino permite observá-la diretamente diante de uma situação de aprendizagem.

Durante a lição, Finea encontra dificuldades, mas suas respostas muitas vezes seguem o sentido literal que atribui às palavras de Rufino, e é desse desencontro que nasce boa parte do humor da cena:

RUFINO: São letras. Olha bem.

FINEA: Estou olhando.

RUFINO: B, E, M, bem.

FINEA: Onde?

RUFINO: Onde nunca mais te possa ver!

FINEA: Vem, não disseste? Pois já vou.

RUFINO: Estou enlouquecendo! É impossível que tu aprendas. Por

Deus que vou te dar com a palmatória (Vega, 2012, p. 350).

Nesse caso, o texto espanhol ajuda a perceber melhor o jogo de palavras que sustenta o diálogo:

RUFINO: Letras son; ¡mirálas bien!

FINEA: Ya miro.

RUFINO: B, E, N: bien.

FINEA: ¿Adónde?

RUFINO: ¡Adonde en mis días no te vuelva más a ver!

FINEA: ¿Ven, no dices? Pues ya voy (Vega, 2000, p. 35-36).

Mestre e aluna não compreendem da mesma maneira aquilo que é dito. No original espanhol, o jogo entre bien e ven torna esse desencontro ainda mais evidente, pois Finea interpreta como uma ordem para ir aquilo que Rufino apresenta durante o exercício. A confusão prossegue até que ele perde a paciência e recorre à palmatória, fazendo com que a aula, que deveria ensinar, termine em conflito. O humor da cena nasce, portanto, não apenas da dificuldade de Finea, mas do próprio jogo de sentidos construído no diálogo.

Essa maneira literal de compreender as palavras reaparece quando Laurencio começa a cortejá-la. Ele fala das “estrelas” e dos “luzeiros” dos olhos de Finea e, depois, de “raios” e “clarões de fogo”, imagens que ela recebe como se fossem concretas. Há, porém, uma diferença em relação à aula com Rufino: em vez de a incompreensão terminar em irritação, Finea demonstra curiosidade e pergunta: “E o que é amor?” (Vega, 2012, p. 366).

Laurencio responde que amor é desejo, e Finea procura compreender a explicação a partir daquilo que conhece. Quando ele fala de uma coisa formosa, ela pergunta se seria ouro ou diamante; embora a linguagem amorosa ainda lhe cause estranhamento, Finea pergunta, escuta e mantém a conversa. É nesse diálogo que Laurencio afirma:

“Tu verás ainda, querida,

como o querer transporta,

como o amor é luz do entendimento” (Vega, 2012, p. 368).

A relação entre amor e entendimento aparece, portanto, no próprio texto da peça, mas a mudança de Finea não acontece de uma só vez. No segundo ato, quando Clara se surpreende e diz “Te mostras sábia!”, Finea responde: “É que aprendo já; / ou me ensina o amor, quiçá, / me dando os seus cuidados” (Vega, 2012, p. 390).

Dessa vez, não é Laurencio quem anuncia o que o amor poderá fazer, mas a própria Finea que reconhece sua mudança ao dizer: “aprendo já”. Sua resposta recupera, por contraste, a cena com Rufino, que diante das dificuldades da aluna havia concluído que seria impossível fazê-la aprender. Agora, é Finea quem percebe que algo mudou, e sua transformação começa a aparecer não apenas no que os outros dizem sobre ela, mas na maneira como passa a compreender a si mesma.

No terceiro ato, essa mudança assume outra dimensão: Finea consegue fingir que voltou a ser boba e sabe que está representando uma condição que já não corresponde ao que ela é: “Mas senti muito voltar a ser boba, mesmo fingindo. E se fingindo o sinto, como são os bobos deveras, como vivem?” (Vega, 2012, p. 432).

A diferença em relação à Finea do primeiro ato está justamente no fingimento. Antes, sua interpretação literal das palavras era espontânea; agora, ela consegue representar o comportamento que apresentava no início da peça quando isso lhe interessa e, para fazê-lo, precisa reconhecer a distância entre quem era e quem se tornou. Sua antiga imagem deixa de ser apenas um julgamento das outras personagens e passa a ser algo que ela própria consegue utilizar.

Nise percebe essa mudança e acusa a irmã de dissimular, afirmando, na tradução de Newton Cunha, que Finea “já não [é] boba sequer” e sabe “armar a teia” (Vega, 2012, p. 435). Se no começo da comédia Finea era apresentada pelos outros como alguém sem entendimento, agora Nise se incomoda justamente porque a irmã aprendeu a agir com esperteza.

Entre a aula de Rufino e as cenas do terceiro ato, Finea percorre um caminho que a própria peça associa ao amor. Primeiro, ela não compreende a linguagem de Laurencio, mas procura saber o que ele está dizendo; depois, reconhece que está aprendendo e, por fim, consegue representar sua condição anterior e agir de acordo com seus interesses. A mudança não ocorre de uma só vez, mas vai sendo construída ao longo da ação e pode ser percebida na maneira como Finea fala, compreende o que acontece ao seu redor e passa a agir.

Fuenteovejuna, de Lope de Vega, é uma comédia dividida em três atos, cuja ação se desenvolve em torno dos conflitos entre os habitantes da vila de Fuente Ovejuna e Fernán Gómez de Guzmán, o Comendador da Ordem de Calatrava. Para esta análise, foram escolhidos quatro momentos da peça: no primeiro ato, a abordagem do Comendador a Laurencia; no segundo, o episódio envolvendo Jacinta; e, no terceiro, o discurso de Laurencia diante dos homens da vila e o interrogatório realizado após a morte do

Comendador. Essas passagens acompanham um movimento que atravessa a peça: os abusos praticados pelo Comendador atingem diferentes personagens e, à medida que se repetem, passam a envolver cada vez mais a comunidade. É nesse percurso que se constrói a reação coletiva de Fuente Ovejuna.

No primeiro ato, a relação desigual entre o Comendador e os habitantes da vila já se manifesta na maneira como ele se dirige a Laurencia. Ao encontrá-la sozinha, Fernán Gómez insiste em aproximar-se dela e reage à resistência da jovem como se sua posição lhe desse algum direito sobre ela. Isso aparece claramente quando afirma que Laurencia não deveria fugir "do senhor que tens" (Vega, 2012, p. 274). Ao se apresentar como seu "senhor", o Comendador leva para esse encontro a posição de autoridade que ocupa diante da vila, enquanto a recusa de Laurencia mostra que ela não reconhece nessa autoridade um direito sobre sua vontade.

No segundo ato, o episódio de Jacinta mostra que os abusos não se restringem ao conflito com Laurencia. Quando os homens do Comendador tentam levá-la, Mengo procura defendê-la e lembra que se trata de uma lavradora de família honrada. Diante do próprio Comendador, a resistência de Jacinta não é respeitada. Ela pede piedade, mas recebe como resposta: "Não há piedade" e, sem outra possibilidade de defesa, apela à justiça divina (Vega, 2012, p. 291). A cena amplia o que já havia aparecido no encontro com Laurencia: a posição ocupada pelo Comendador é usada para impor sua vontade sobre os habitantes da vila. O episódio não repete apenas o conflito anterior, mas mostra que essa forma de agir alcança outras personagens.

No terceiro ato, os homens de Fuente Ovejuna discutem os abusos sofridos pela comunidade quando Laurencia entra na reunião. Sua chegada dá ainda mais força ao conflito: ela não se limita a contar o que sofreu, mas acusa aqueles homens de terem permitido que os abusos chegassem àquele ponto. Ao perguntar "Vós sois homens nobres? Vós sois pais e parentes?" (Vega, 2012, p. 308), Laurencia relaciona a violência sofrida por ela aos vínculos que a unem àqueles que estão diante dela. Sua fala transforma a dor e a indignação em uma cobrança direta aos homens da vila.

Nesse momento, o original espanhol acrescenta um jogo importante à acusação de Laurencia: "Ovejas sois, bien lo dice / de Fuenteovejuna el nombre" (Vega, 2002, ato III, vv. 107-108). Ao chamá-los de ovejas, Laurencia relaciona a passividade dos homens ao próprio nome de Fuente Ovejuna, tornando ainda mais dura sua cobrança. Pouco depois, os homens decidem enfrentar o Comendador e Laurencia convoca as mulheres a participar da reação. A dimensão coletiva do conflito já vinha sendo construída ao longo da peça, mas encontra nessa sequência um momento decisivo da ação.

A honra aparece nesse contexto ligada aos agravos sofridos pelas personagens e aos vínculos entre os habitantes da vila. Quando Laurencia se dirige aos homens como "pais e parentes", o que aconteceu com ela deixa de ser apresentado apenas como uma violência sofrida individualmente e passa a fazer parte de uma cobrança dirigida àqueles que compartilham esses vínculos. Esse cuidado evita que a honra seja tomada como uma explicação geral para toda a peça. Como observa Arellano, Fuenteovejuna não pode ser reduzida apenas à questão da honra. O conflito assume uma dimensão coletiva que envolve a dignidade e os direitos dos habitantes da vila.

Depois da morte de Fernán Gómez, essa união reaparece no interrogatório realizado para descobrir quem matou o Comendador. A investigação procura um culpado, mas encontra repetidamente o nome da própria vila. Pascuala responde “Fuente Ovejuna, senhor”, enquanto Mengo, mesmo submetido à tortura, responde “Fuente Ovelhinha, senhor” (Vega, 2012, p. 326). A fala de Mengo conserva um efeito cômico em uma situação de violência sem quebrar a decisão do grupo, já que, mesmo sob tortura, ele mantém a mesma resposta dos demais. O elemento cômico participa da construção da cena sem diminuir a força da resposta coletiva.

A resposta repetida durante o interrogatório retoma, de outra maneira, o conflito apresentado desde o início da peça. Se, no primeiro ato, o Comendador se colocava diante de Laurencia como o “senhor” a quem ela deveria se submeter, no terceiro a tentativa de encontrar um responsável por sua morte encontra uma comunidade que sustenta a mesma resposta, mesmo diante da violência. Diante da tentativa de encontrar um culpado individual, é a vila que responde.

Conclusão

O estudo do teatro espanhol do Século de Ouro, considerando o Barroco em seu contexto histórico e cultural, contribuiu para compreender a produção de Lope de Vega para além de um conjunto de características atribuídas ao período. A discussão sobre o contexto histórico e literário, o Barroco como conceito de época e o teatro espanhol do século XVII permitiu situar as mudanças que marcaram a dramaturgia de Lope, especialmente sua relação com as regras clássicas, a construção da ação e a importância atribuída à representação e ao público.

A análise de La dama boba mostrou como a transformação de Finea é construída ao longo da peça. Suas dificuldades iniciais de aprendizagem dão lugar, pouco a pouco, a uma mudança que a própria obra relaciona ao amor, até o momento em que a personagem demonstra não apenas ter aprendido, mas também ter consciência de sua transformação. Em Fuenteovejuna, o caminho é outro: os abusos do Comendador atingem diferentes personagens e passam a envolver cada vez mais a comunidade. O discurso de Laurencia ocupa um lugar importante nesse processo, que se completa no interrogatório, quando a resposta repetida pelos habitantes confirma aquilo que a ação vinha construindo. Diante da procura por um responsável individual, a vila responde como um corpo coletivo.

As duas peças não precisam apresentar os mesmos conflitos para revelar a força do teatro de Lope de Vega. Em La dama boba, a ação acompanha principalmente a transformação de Finea; em Fuenteovejuna, os conflitos que atingem diferentes personagens acabam envolvendo toda a comunidade. As diferenças entre as duas obras mostram as possibilidades encontradas por Lope para construir personagens, desenvolver conflitos e conduzir a ação. A leitura das peças, em diálogo com as discussões realizadas ao longo do trabalho, reforça a importância do dramaturgo para a renovação do teatro espanhol do Século de Ouro.

Referências

ARELLANO, Ignacio. Historia del teatro español del siglo XVII. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2012.

BENNASSAR, Bartolomé. La España del Siglo de Oro. Barcelona: Crítica, 2001.

GUINSBURG, J.; CUNHA, Newton (orgs.). Teatro espanhol do Século de Ouro. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARAVALL, José Antonio. La cultura del Barroco: análisis de una estructura histórica. Barcelona: Ariel, 1975.

MONTEIRO, Wagner. Prefácio. In: VEGA, Lope de. A nova arte de fazer teatro. Tradução de Wagner Monteiro. Curitiba: Editora UFPR, 2022. p. 13-23.

RODRÍGUEZ CACHO, Lina. Manual de historia de la literatura española. v. 1: Siglos XIII al XVII. Madrid: Castalia, 2009.

VEGA, Lope de. A nova arte de fazer teatro. Tradução de Wagner Monteiro. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

VEGA, Lope de. Fuenteovejuna. In: GUINSBURG, J.; CUNHA, Newton (orgs.). Teatro espanhol do Século de Ouro. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 248-334.

VEGA, Lope de. Fuente Ovejuna. Edição de Rinaldo Froldi. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Disponível em:https://www.cervantesvirtual.com/obra/fuente-ovejuna--1/. Acesso em: 04 nov. 2025.

VEGA, Lope de. La dama boba. In: GUINSBURG, J.; CUNHA, Newton (orgs.). Teatro espanhol do Século de Ouro. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 337-455.

VEGA, Lope de. La dama boba. Edição de Alonso Zamora Vicente. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2000. Disponível em:https://www.cervantesvirtual.com/portales/lope_de_vega/obra/la-dama-boba--0/. Acesso em: 04 nov. 2025.

CÓDIGO: HS0808

AUTOR: ANA BEATRIZ SANTOS OVIDIO

ORIENTADOR: JOSE GLEBSON VIEIRA

TÍTULO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INDÍGENAS E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E ENSINO NA COMUNIDADE DO AMARELÃO

Resumo

Este trabalho analisa as experiências formativas e docentes de professores indígenas Mendonça Potiguara da comunidade do Amarelão, em João Câmara (RN), vinculados à Licenciatura em Educação Intercultural Indígena da UFRN (LICEII/UFRN). A pesquisa busca compreender como os(as) professores(as) articulam sua formação universitária, suas trajetórias pessoais e profissionais, experiências comunitárias e conhecimentos produzidos no território, tomando a memória e a consciência histórica como dimensões desses processos. Fundamentada na teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen (2007) e nas reflexões de Gersem Baniwa (2013, 2019, 2020) e Maximiliano Menezes (2012) sobre a educação escolar indígena, a pesquisa articula História Oral e observação participante. O acompanhamento de atividades formativas, permite observar a circulação de narrativas, memórias e experiências entre universidade, escola e território. A escuta dos educadores e a vivência nos territórios Potiguara possibilitam compreender as narrativas orais como fontes de conhecimento e formas de produção e expressão de historicidades próprias. Como a pesquisa se encontra em desenvolvimento, os resultados são parciais. As observações indicam a centralidade das experiências docentes e comunitárias na formação e sugerem que a docência indígena constitui espaço central de afirmação identitária, produção de memória, resistência e combate ao apagamento histórico dos povos indígenas no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Educação Indígena. Licenciatura Intercultural. Amarelão.

TITLE: INDIGENOUS PEDAGOGICAL PRACTICES AND HISTORICAL CONSCIOUSNESS: MEMORY, IDENTITY, AND TEACHING IN THE AMARELÃO COMMUNITY

Abstract

This study analyzes the training and teaching experiences of Indigenous teachers—members of the Mendonça Potiguara group from the Amarelão community in João Câmara (RN)—who are affiliated with the Intercultural Indigenous Education Degree

Program at UFRN (LICEII/UFRN). The research seeks to understand how these teachers integrate their university education, personal and professional trajectories, community experiences, and knowledge generated within their territory, treating memory and historical consciousness as key dimensions of these processes. Grounded in Jörn Rüsen's (2007) theory of historical consciousness and the reflections of Gersem Baniwa (2019, 2020) and Maximiliano Menezes (2012) regarding Indigenous school education, the study combines oral history with participant observation. Monitoring training activities allows for the observation of how narratives, memories, and experiences circulate between the university, the school, and the territory. Listening to the educators and experiencing life within Potiguara territories make it possible to understand oral narratives as sources of knowledge and as ways of producing and expressing distinct forms of historicity. As the research is ongoing, the results are preliminary. Observations highlight the central role of teaching and community experiences in the training process and suggest that Indigenous teaching serves as a crucial space for identity affirmation, memory production, resistance, and combating the historical e

Keywords: Indigenous Education. Oral History. Intercultural Teacher Education.

Introdução

A história da educação escolar indígena no Brasil é marcada por intensas lutas por transformações relacionadas às reivindicações dos próprios povos por escolas específicas, diferenciadas e vinculadas aos projetos de suas comunidades. O país abriga uma vasta sociobiodiversidade, cujas práticas de vida se estruturam na relação intrínseca entre cultura, território e preservação dos ecossistemas. O Censo de 2022 identificou 391 etnias e 295 línguas indígenas no país.

As relações entre território, conhecimentos, línguas e modos de vida assumem configurações específicas em cada povo. Nesse contexto, a escola, que historicamente funcionava como instrumento colonial de apagamento da pluralidade, passa por ressignificações como espaço de resistência e afirmação identitária. Processo semelhante coloca desafios às universidades brasileiras, especialmente a partir da ampliação da presença indígena no ensino superior e da criação de cursos de formação de professores. Essa presença tensiona práticas acadêmicas e coloca em discussão como os conhecimentos tradicionais podem participar do universo universitário.

Esse avanço foi impulsionado por políticas públicas como o PROLIND e o PARFOR Equidade (CAPES/SECADI), voltadas ao fortalecimento de licenciaturas interculturais. Lançado em 2023, o PARFOR Equidade busca fomentar cursos específicos para a Educação Escolar Indígena. O desafio atual é garantir a institucionalização definitiva desses cursos para assegurar regularidade e o reconhecimento do valor epistêmico da formação desses professores (Baniwa; Luciano, 2020).

Nesse cenário, a Licenciatura em Educação Intercultural Indígena (LICEII) da UFRN, criada em 2024 pelo PARFOR Equidade, atende a uma demanda histórica do movimento indígena potiguar. A estrutura do curso organiza-se entre o "Tempo Universidade", no campus, e o "Tempo Comunidade", no qual os estudantes cumprem 40% da carga horária vivenciando práticas pedagógicas aplicadas em seus territórios.

É nesse contexto que o presente trabalho de Iniciação Científica se insere, tomando como questão central as experiências de professores indígenas que, simultaneamente, atuam na Educação Escolar Indígena e participam de uma formação intercultural. A

investigação reflete sobre a inserção dos cursistas na universidade e a articulação de suas trajetórias com a atuação docente, focando nos professores da Comunidade Indígena do Amarelão, em João Câmara (RN), matriculados na LICEII/UFRN.

O Amarelão é uma das comunidades Mendonça Potiguara, abrigando cerca de 1.194 pessoas em 353 famílias. Nela encontra-se a Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento, onde estudantes da LICEII atuam na docência e gestão. A escola articula a memória histórica, a afirmação étnica, a retomada linguística e a defesa do território à apropriação dos conhecimentos científicos.

A Educação Escolar Indígena constitui um espaço de articulação entre conhecimentos comunitários e escolares. Interessa investigar como memórias, experiências territoriais e narrativas dos Mendonça Potiguara participam das práticas pedagógicas. A questão é relevante no Rio Grande do Norte, onde os povos indígenas enfrentaram processos de invisibilização histórica que vêm sendo combatidos pelas mobilizações contemporâneas.

O trabalho investiga como a prática pedagógica dos professores do Amarelão configura-se como elemento de consciência histórica e resistência. Dialoga-se teoricamente com Jörn Rüsen (2007), sobre a consciência histórica como capacidade de usar o passado para orientar o presente; com Gersem Baniwa (2013, 2019), sobre o protagonismo docente na transição para a "escola indígena"; e com Maximiliano Menezes (2012), acerca do "saber fazer" comunitário na sala de aula. Assim, busca-se problematizar as conexões entre memória, identidade e ensino na docência indígena.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, articulando observação participante e História Oral. O trabalho vem sendo desenvolvido no contexto da LICEII/UFRN e em atividades realizadas nos territórios indígenas, com atenção às experiências dos professores Mendonça Potiguara do Amarelão.

As observações ocorreram no campus da UFRN e em territórios indígenas, englobando componentes curriculares e momentos acadêmicos. No Laboratório Intercultural IV, os alunos refletiram sobre a Licenciatura em Educação Intercultural e formas de compartilhar a diversidade indígena. Na aula de Sintaxe, debateram quais são as línguas indígenas do Brasil, a conceituação do que é uma língua indígena, as línguas faladas nas comunidades, a defesa delas e a percepção do português Potiguara. O contexto abrangeu a disciplina de Raça, Gênero e Sexualidade, além de Panorama da Literatura Latino-Americana, que contou com discussões coletivas e a organização de um seminário.

Conforme observado durante a convivência com os alunos no campus da UFRN e em seus territórios, as atividades acadêmicas frequentemente mobilizam experiências que ultrapassam os conteúdos formalmente previstos. O debate sobre as línguas indígenas enquanto territórios de existência e seus processos de retomada, a percepção do português potiguara, as reflexões sobre interseccionalidade e as denúncias de desigualdades cotidianas emergem das vivências dos sujeitos em suas comunidades. Tais situações permitem observar como os estudantes relacionam a formação universitária às experiências construídas em suas comunidades e escolas.

Desse modo, a História Oral possibilita capturar a experiência e as dimensões afetiva e política contidas nas vozes desses educandos e lideranças.

Complementarmente ao registro oral e às narrativas partilhadas em sala de aula, a pesquisa utiliza a observação participante como recurso essencial durante as aulas teóricas, seminários e atividades de campo realizadas nas comunidades Potiguara de

Lagoa Grande e do Amarelão, onde pude conhecer os territórios dos alunos. A imersão nestes locais permitiu contextualizar as memórias narradas, relacionando o papel da escola comunitária, os projetos de revitalização linguística e a arte da presença aos espaços geográficos e simbólicos onde a vida comunitária e a práxis pedagógica acontecem.

Assim, a articulação entre as memórias, as narrativas produzidas em diferentes contextos e o trabalho de campo possibilita analisar como a Educação Intercultural Indígena é vivenciada pelos participantes, como conhecimentos e experiências circulam entre universidade, escola e território e como ela se consolida como campo de luta por direitos e manutenção sociocultural. Ao tomar como fonte oral o diálogo com referenciais teóricos — como Ailton Krenak (2019) e Daniel Munduruku (2012) — e com as produções musicais e poéticas locais, a História Oral assegura que a análise seja construída com a comunidade indígena, respeitando sua oralidade como expressão do protagonismo dos povos originários.

Nas diversas sociedades originárias do Brasil, a comunicação, a salvaguarda da memória e a transmissão dos saberes ancestrais ocorrem prioritariamente por meio da oralidade. A escolha da História Oral como aporte metodológico mostra-se pertinente para uma pesquisa voltada à memória, às trajetórias docentes e às interpretações produzidas pelos participantes acerca de suas experiências. Justifica-se por sua sintonia com a dinâmica cultural da comunidade indígena do Amarelão.

Longe de ser apenas um recurso técnico de coleta de dados, a escuta atenta da palavra falada reconhece os interlocutores indígenas como sujeitos ativos do conhecimento, conferindo visibilidade e legitimidade ao estudo do seu cotidiano educacional. Em outras palavras, a História Oral é compreendida não apenas como técnica de gravação, mas como metodologia que considera as entrevistas e documentos produzidos na interação entre pesquisadora e interlocutores. A análise deve, portanto, considerar tanto o conteúdo narrado quanto as circunstâncias em que as narrativas são produzidas.

Para que a História Oral cumpra essa função de maneira ética e metodologicamente consistente sem desrespeitar os ritmos e as especificidades locais, faz-se necessário um bom planejamento. A estruturação deste projeto articula, de forma integrada, a busca pelos objetivos da investigação e a construção responsável de um acervo documental comunitário. Na etapa preparatória, definem-se a seleção e a quantidade de entrevistados, os critérios de abordagem, os eixos temáticos dos roteiros, a dimensão temporal dos depoimentos e as diretrizes para a preservação, o tratamento arquivístico e a posterior devolução do material à comunidade.

Nesse percurso, combinam-se as modalidades de entrevista temática e de história de vida, compreendendo que as trajetórias pessoais dos docentes estão entrelaçadas à memória coletiva do povo Mendonça. Essa sobreposição é enriquecedora, pois, como aponta Verena Alberti (2013, p. 45), “pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados”.

O trabalho de campo e a produção das entrevistas organizam-se a partir de uma sequência de ações. Inicialmente, realiza-se a pesquisa bibliográfica e a elaboração do roteiro geral de entrevistas, etapa destinada ao mapeamento conceitual e histórico para subsidiar as abordagens teóricas acerca da atuação docente. Em seguida, aprofundam-se os contatos com os educadores da Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento para a construção dos roteiros individuais, adaptando as abordagens à biografia e à trajetória de cada docente. Concluída essa fase, realizam-se as entrevistas no ambiente acadêmico (UFRN) e no próprio território, registrando os relatos orais.

Sequencialmente, inicia-se o tratamento do material para garantir arquivamento e conservação,

Resultados e Discussões

Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, esta seção reúne dois tipos de material que precisam ser claramente diferenciados: de um lado, observações já realizadas no acompanhamento da LICEII e das atividades de campo; de outro, questões teóricas que orientarão a análise das entrevistas e da prática pedagógica na Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento.

Entender como os professores indígenas ensinam, como mobilizam interpretações acerca do passado em suas práticas pedagógicas e como o conhecimento se constrói no chão da escola exige olhar para a história além do amontoado de datas e fatos do passado. Trata-se de reconhecer que os próprios povos originários possuem modos próprios de conceber suas temporalidades, diferentes da lógica do tempo moderno ocidental. Enquanto o pensamento eurocêntrico tende a organizar a história de forma linear, contínua e calcada na ideia de progresso, as ontologias ameríndias operam a partir de dinâmicas marcadas pela reversibilidade, sobreposição de tempos e repetição de padrões no presente.

Assim, compreender as historicidades indígenas não significa encaixá-las na linha do tempo ocidental, mas reconhecer que suas noções de tempo orientam os sujeitos a partir de processos históricos mais amplos, como a colonização e as lutas por autonomia, fundamentando-se na ligação com o território e na experiência comunitária. A história ganha sentido quando dialoga com essas percepções internas e permite que a noção de tempo oriente os sujeitos no presente, fortalecendo a reflexão, a ação e as escolhas no dia a dia.

É nessa articulação que a teoria de Jörn Rüsen contribui para a reflexão, pois permite pensar a relação entre experiência do passado, interpretação do presente e orientação da ação. Para Rüsen (2001, 2007), a consciência histórica é parte da própria vida em sociedade, sendo uma capacidade reflexiva de produzir sentidos sobre a experiência temporal e que é ligada ao exercício da cidadania e à orientação da vida prática:

A consciência histórica pode ser considerada como aprendizado quando produz a ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática" (Rüsen, 2007, p. 110).

Visto por essa lente, o aprendizado da história ganha vida quando se conecta diretamente às práticas sociais e às vivências da comunidade e às memórias mobilizadas pelos sujeitos. Ao confrontar a pretensão de universalidade da continuidade temporal ocidental, a escola indígena afirma o tempo fractal e ancestral como matriz legítima de conhecimento. Mais do que uma disciplina do currículo escolar, a história se faz presente no cotidiano por meio da oralidade, das narrativas dos mais velhos e da memória coletiva, que são formas legítimas de produzir e transmitir conhecimentos. Ao expandirem sua capacidade de interpretar o mundo por meio dessas matrizes, os estudantes acionam a sabedoria ancestral e a experiência de seu povo para ler a realidade presente, guiar suas escolhas e projetar seus futuros. Nesse sentido, este trabalho compreende a história não apenas como um componente curricular, mas como uma práxis social dinâmica, fundamentada na experiência e na resistência dos povos originários ao longo do tempo.

Quando trazemos essa ideia para a Educação Escolar Indígena, noções como orientar a vida prática ou criar quadros de referência podem ser colocadas em diálogo com os conhecimentos produzidos na comunidade e com as experiências históricas de seus participantes. Elas passam a estar conectadas com o saber da comunidade e com as suas lutas diárias pelo reconhecimento de sua identidade. Como lembra Maximiliano Menezes (2012), o professor indígena precisa de uma criatividade que nasce do próprio sentir e do modo de viver do seu povo. O autor destaca que essa prática pedagógica diferenciada não trava diante das dificuldades materiais; pelo contrário, enfrenta os desafios reinventando a sala de aula a partir da própria língua, da cultura e da história da sua gente:

O professor indígena tem que ter criatividade. Tem que fazer as atividades de acordo com a comunidade, como ela pensa que a escola pode contribuir para a formação de um aluno indígena. [...] A escola indígena tem que preparar o aluno para viver nessas duas realidades. Sua própria realidade, que é ser indígena, e reconhecer a importância da educação própria. Tem que aprender a ler, escrever, entender o texto, falar bem o português, aprender a discutir e a questionar. Mas sempre como um bom cidadão indígena, que conhece sua própria cultura" (Menezes, 2012, p. 384).

As reflexões de Menezes ajudam a formular uma questão importante para esta pesquisa: de que maneira os professores do Amarelão relacionam conhecimentos aprendidos em suas trajetórias familiares e comunitárias aos conteúdos e metodologias mobilizados na escola?

É exatamente nesse ponto que as ideias de Menezes (2012) se encontram com a construção da consciência histórica. O autor propõe uma ponte entre o aprendizado do dia a dia, aquele que nasce do convívio familiar, da observação e do fazer prático, como a caça, a pesca e o trançado, e as disciplinas da escola. Para além disso, essa articulação responde às atribuições legais estipuladas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que incumbem o professor indígena de mediar o diálogo intercultural, elaborar propostas curriculares diferenciadas, pesquisar e valorizar os saberes e as línguas de sua comunidade. O "saber fazer" comunitário não fica do lado de fora da sala de aula, pois é a base legal e epistêmica para que a escola problematize a realidade sem afastar o estudante de suas concepções socioculturais. É nesse lugar de fronteira que o professor indígena atua como tecedor da identidade e da consciência histórica do aluno diante da globalização, como ilustra o autor:

Nessa educação indígena você vai aprendendo na rotina, como os pais ensinam. Você está ali observando e vai fazendo. A brincadeira da criança muitas vezes é fazer uma pequena cestaria. Ninguém vai dizer, 'olhem todos aqui, que eu vou ensinar como faz um urutu'. Não existe isso. Você aprende como fazer isso no dia a dia. Depois sim, você pode até utilizar isso como material de conteúdos de matemática, de história, de geografia. Pode comentar a quantidade de talas, analisar os desenhos, medir o diâmetro. Você pode utilizar nos cálculos. Mas como fazer, você tem que aprender com seus pais" (Menezes, 2012, p. 385).

Menezes (2012) faz ainda um alerta fundamental ao relatar que a escola indígena perde sua força e corre o risco de retroceder quando é gerida por pessoas de fora que não entendem a política de uma educação verdadeiramente diferenciada. Daí a urgência de valorizar os professores e gestores indígenas locais na liderança pedagógica e política de suas próprias escolas.

Nesse cenário, as reflexões de Gersem Baniwa (2019) aprofundam a dimensão histórico-política da formação e da atuação dos professores indígenas . Baniwa (2019) expõe que o papel desses educadores vai além da sala de aula: eles foram e continuam sendo os principais articuladores da organização política, da criação de entidades de

base e das conquistas legislativas que garantiram o direito a uma educação intercultural e específica no Brasil:

Desde o início do processo de mobilização, organização e luta indígena contemporânea o papel dos primeiros professores indígenas foi fundamental, mesmo considerando que seus processos de escolarização tivessem sido desenvolvidos nas escolas coloniais, na sua maioria, de cunho confessional. Estamos falando de primeiros professores indígenas, com pouca formação escolar se compararmos com a realidade atual, com pouco ou nenhum reconhecimento formal de sua profissão e, consequentemente, também de sua remuneração salarial. Na Amazônia, por exemplo, foram os professores indígenas que criaram e por um bom tempo dirigiram as primeiras e principais organizações indígenas locais e regionais, como a Foirn em 1987 e a Coiab em 1989. O papel dos professores indígenas nas iniciativas de mobilização e organização indígena no Brasil sempre foi destaque, assim como continua sendo" (Baniwa, 2019, p. 39).

O que Baniwa (2019) reafirma é que a atuação docente indígena é um ato de produção e exercício de construção identitária e histórica. Ao discutir a transição de uma "escola para índios" para uma "escola indígena", o autor demonstra como esses sujeitos mobilizam a memória de opressão e os saberes ancestrais para, a partir do presente — marcado pela resistência, pelos fóruns de discussão e pela formação acadêmica —, reorientar a luta por direitos e projetar um futuro de autonomia e cidadania plena. Assim, a consciência histórica ganha sentido tanto nas aulas formais quanto no ritmo da vida comunitária e da militância política. Percebe-se, portanto, que o trabalho do docente indígena vai além da mera transmissão de conteúdos programáticos, pois o ensino se ancora na construção da memória e na experiência histórica indígena.

A discussão de Baniwa (2019) permite compreender que a formação docente indígena possui dimensões que não se restringem à aquisição de técnicas pedagógicas ou à atuação em sala de aula. Em diferentes contextos, professores participam também de organizações, mobilizações, elaboração de políticas e construção dos projetos de suas comunidades. Tal perspectiva dialoga diretamente com a presente pesquisa, pois desloca a pergunta de “como ensinam os professores indígenas?” para uma questão mais ampla: o que significa ser professor(a) indígena e, simultaneamente, participar de um processo de formação intercultural?

Como resultado preliminar da pesquisa, a imersão na Licenciatura Intercultural (LICEII/UFRN) revelou a centralidade desse espaço formativo na trajetória dos educadores originários e permitiu observar que os estudantes mobilizam suas experiências docentes e comunitárias durante as atividades universitárias.

Debates realizados em sala de aula frequentemente são relacionados a situações vivenciadas nas escolas, às histórias das comunidades, às línguas, aos territórios e às demandas enfrentadas pelos próprios professores. Essa articulação ficou evidente, por exemplo, em uma aula do Tempo Universidade na UFRN, quando um professor Mendonça Potiguara, do Amarelão, tensionou a discussão ao relatar episódios recorrentes de negação da sua identidade indígena em espaços urbanos e institucionais. Ele compartilhou como a invalidação de sua pertença étnica e o preconceito linguístico atravessam sua rotina, defendendo que a sala de aula deve constituir um espaço de afirmação ancestral e de combate direto ao racismo estrutural.

Em outro momento, durante uma discussão coletiva na aula de Raça, Gênero e Sexualidade, o relato trazido por um estudante revelou como a homofobia e a negação da identidade indígena se articulam de forma violenta, impondo apagamentos tanto no espaço acadêmico quanto nas próprias dinâmicas em diferentes escolas não indígenas, onde ele exerceu a docência. O debate mostrou as dificuldades enfrentadas por sujeitos indígenas ao lidarem com o preconceito duplo, tensionando a universidade e a escola a

construírem ambientes plurais. Além disso, emergem também nos relatos dos alunos os saberes tradicionais ligados aos ensinamentos medicinais e ao manejo das plantas. Os estudantes compartilham o conhecimento técnico e científico próprio da comunidade, detalhando o uso da flora local, as formas de cultivo sustentável e os processos de cura preservados pelos mais velhos, reafirmando a botânica indígena como uma ciência que articula preservação ambiental, saúde e espiritualidade no cotidiano do território.

A circulação de tais vivências, marca central das atividades formativas da LICEII, demonstra que a formação não ocorre em uma única direção, da universidade para os estudantes. Os professores chegam ao curso trazendo conhecimentos, denúncias e experiências acumuladas em suas trajetórias, que reconfiguram profundamente as discussões no Tempo Universidade.

As atividades acompanhadas no Tempo Comunidade também permitem observar a importância do deslocamento da formação para os próprios territórios. Durante uma vivência no território do Amarelão, observou-se uma atividade na Oca Comunitária em que uma professora cursista reuniu estudantes e lideranças locais para resgatar a história das lutas pela terra e a memória da família Mendonça. No encontro, relatos da história oral trouxeram à tona como o racismo ambiental e a negação histórica dos direitos territoriais e identitários impactaram as gerações passadas e ainda ameaçam a preservação das fontes de água locais. Embora cenas como essa explicitem a riqueza desse intercâmbio e a força da memória como instrumento de combate à discriminação, ainda é necessário aprofundar a pesquisa para compreender como os professores Mendonça Potiguara avaliam essa experiência no território e de que maneira a relacionam às suas práticas escolares.

Por outro lado, é importante destacar que a convivência continuada com os professores indígenas permitiu compreender que a universidade se converte em um território de trocas simbólicas, no qual a experiência docente é constantemente ressignificada a partir dos saberes comunitários.

Considerando que o estudo se encontra em fase de continuidade e aprofundamento do trabalho de campo, os resultados esperados fundamentam-se na premissa de que a docência indígena se afirma como um espaço legítimo de produção de conhecimento histórico e de reafirmação identitária. Espera-se demonstrar que a atuação dos professores na Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento extrapola o ensino instrucional e prescritivo das disciplinas convencionais. Ao transpor e recriar os conteúdos curriculares a partir das memórias e dinâmicas do povo Mendonça, esses educadores atuam como agentes centrais na construção da consciência histórica e como intelectuais orgânicos de seu território.

Nessa perspectiva, os saberes ancestrais e as narrativas locais deixam de ocupar um lugar meramente complementar no currículo para se tornarem o seu eixo estruturante. Essa práxis pedagógica fortalece o pertencimento étnico e a resistência comunitária, atuando diretamente no enfrentamento aos processos históricos de invisibilização e apagamento que marcaram a trajetória das populações indígenas no Rio Grande do Norte.

Conclusão

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, as reflexões teóricas e metodológicas construídas até este momento permitem delimitar questões relevantes para compreender as experiências formativas e docentes dos professores Mendonça Potiguara do Amarelão e, por conseguinte, indicar caminhos promissores para compreender a prática

docente na comunidade do Amarelão, situando a escola indígena como um espaço de memória e afirmação cultural dos indígenas potiguares.

O acompanhamento inicial da LICEII evidencia a circulação de experiências entre universidade, escola e território e mostra que os estudantes indígenas participam do processo formativo mobilizando conhecimentos e questões provenientes de suas trajetórias profissionais e comunitárias. Essas observações reforçam a pertinência do problema proposto no plano de trabalho: compreender o que significa ser professor(a) indígena em um contexto de formação intercultural, considerando simultaneamente as experiências construídas na universidade e aquelas relacionadas à atuação docente e à vida comunitária.

Nesse sentido, a continuidade da pesquisa buscará compreender como os professores articulam a formação oferecida pela LICEII às experiências construídas anteriormente e às demandas que encontram na escola. Interessa-nos investigar, de um lado, os sentidos atribuídos pelos próprios participantes à formação e as possíveis transformações, continuidades e tensões que identificam em suas trajetórias. De outro, a pesquisa pretende discutir como a docência se consolida no entrecruzamento entre os saberes tradicionais, o conhecimento global, o exercício da cidadania e a sustentação sociocultural do território.

Ao apoiar-se na História Oral, o trabalho vai além do recurso metodológico e reconhece na oralidade uma dimensão indissociável da própria história, onde a fala, a escuta e as narrativas comunitárias são matrizes legítimas de produção de conhecimento e transmissão de memórias. Para os próximos passos da investigação, será necessário aprofundar as leituras teóricas e analíticas sobre a relação entre história e oralidade, além de concluir o trabalho de campo, realizar a transcrição dos depoimentos e sistematizar os dados coletados.

Também é objetivo da pesquisa estudar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e relacioná-lo com a atuação dos professores e o funcionamento da instituição na comunidade. Ademais, tem-se como meta o mapeamento de como a memória oral e as tradições comunitárias do Amarelão são mobilizadas em sala de aula, convertendo-se em recursos didáticos fundamentais para a orientação temporal e identidade dos estudantes. Além das contribuições acadêmicas e da devolução à comunidade sob a forma de um acervo documental de memórias docentes, espera-se que os resultados finais continuem a abrir caminhos para uma educação verdadeiramente intercultural no Rio Grande do Norte.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO AMARELÃO. Comunidade Indígena do Amarelão. [s.d.]. Disponível em: https://acamarelao.wordpress.com/comunidade-do-amarelao/. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). PARFOR Equidade. Brasília, DF: CAPES, [2024]. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade. Acesso em: 28 ago. 2026.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. Retratos da Escola, v. 7, n. 13, p. 345-356, 2013.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Ingresso de indígenas na educação superior no Brasil: um ensaio panorâmico. Revista del CISEN Tramas / Maepova, v. 8, n. 2, p. 175-195, 2020.

LUCIANO, Gersem José dos Santos (Baniwa). O protagonismo histórico do movimento de professores indígenas no Brasil. Em Aberto, Brasília, v. 32, n. 106, p. 35-48, set./dez. 2019.

MENEZES, Maximiliano. Desafios, avanços e retrocessos na Educação Escolar Indígena. In: CABALZAR, Flora Dias (org.). Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011: relato de experiências e lições aprendidas. 1. ed. São Paulo: Signorini Produção Gráfica, 2012. v. 1, p. 382-385.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

CÓDIGO: HS0816

AUTOR: JOSE ENZO SOARES DOS SANTOS

ORIENTADOR: ANA LUCIA BARBOSA MORAES

TÍTULO: A FRAGMENTAÇÃO COMO FORMA UMA ANÁLISE SOBRE O CURTA ENTREVISTA COM AS COISAS DE LINCOLN PÉRICLES

Resumo

Este trabalho analisa o curta-metragem Entrevista com as Coisas (2015), de Lincoln Péricles, a partir da fragmentação como estratégia estética e gesto político. Por meio da análise fílmica e do diálogo com o cinema experimental, investiga-se como imagens, montagem e som recusam a linearidade narrativa para produzir uma experiência sensível que desloca o espectador e afirma um cinema de resistência e invenção.

Palavras-chave: Cinema experimental; Fragmentação; Estética; Política;

TITLE: Fragmentation as Form: An Analysis of Lincoln Péricles' Short Film "Entrevista com as Coisas"

Abstract

This paper analyzes the short film Entrevista com as Coisas (2015) by Lincoln Péricles, focusing on fragmentation as an aesthetic strategy and political gesture. Through film analysis and dialogue with experimental cinema, it investigates how images, editing, and sound reject narrative linearity to create a sensorial experience that displaces the viewer and affirms a cinema of resistance and invention.

Keywords: Experimental cinema; Fragmentation; Aesthetics; Politics;

Introdução

Desde as vanguardas do início do século XX, o cinema experimental tem buscado romper com as convenções narrativas que estruturaram o cinema clássico e industrial. Se a narrativa linear tradicional do cinema se organiza a partir de uma lógica de causa e efeito, de unidade temporal e de personagens com trajetórias lineares, o cinema experimental propõe outro modo de ver e sentir. Um cinema do fragmento, da pausa, do intervalo e da deriva, nasce em contraposição a esse cinema hegemônico (Rossato, 2019). A força da experimentação está menos em contar histórias e mais em investigar as possibilidades sensoriais, formais e informais da imagem, tensionando o tempo, o espaço e a própria noção de narrativa (Nogueira, 2010).

O foco do cinema experimental está no processo de criação, nas sensações e possibilidades estéticas, mais do que na reprodução de uma narrativa linear. Essa busca por outras formas de ver implica também uma recusa política. Ao romper com a linearidade e a homogeneidade das narrativas dominantes, o cinema experimental abre fissuras na representação, questionando quem pode olhar e o que pode ser visto. O gesto experimental é, nesse sentido, um gesto de resistência: uma tentativa de reconfigurar o sensível, redistribuindo o que é dado a perceber e imaginar.

Luís Nogueira (2010) defende que:

[...] a experimentação na arte cinematográfica se manifesta nas mais diversas dimensões: nas técnicas utilizadas (indo da película às câmaras, da iluminação ao som e à montagem, entre outras); nas convenções que se vão instituindo (ao nível narrativo, plástico ou estilístico, por exemplo); nos temas abordados (a subjectividade, a percepção, o próprio cinema) (Nogueira, 2010, p. 117).

Pensando no contexto brasileiro, essa experimentação ganha novas camadas quando realizada a partir das margens, das periferias urbanas, dos corpos racializados e das experiências silenciadas pela norma. É nesse ponto que emerge o cinema de Lincoln Péricles, cuja obra tensiona tanto o campo da estética quanto o da política. Diretor negro e da favela do Capão Redondo, em São Paulo, seu curta-metragem Entrevista com as Coisas (2015) exemplifica um cinema que, ao mesmo tempo em que experimenta com a forma, também desloca o olhar para outras materialidades: as coisas, os objetos, os ruídos, os intervalos do cotidiano, os fragmentos.

Em Entrevista com as Coisas, não há uma narrativa linear a seguir nem personagens a acompanhar. O que se apresenta é uma sucessão de fragmentos visuais e sonoros que, na aparente desordem, compõem uma poética do real que não está presa em uma interpretação única. Essa fragmentação não é um simples recurso estético, mas um modo de enunciação política - uma recusa da coerência, da narrativa totalizante e do olhar colonizador que define o que é visível e o que é invisível. O cinema de Lincoln Péricles torna-se, assim, um cinema experimental de margem, no qual a fragmentação é um gesto de insurgência que desestabiliza a forma hegemônica do cinema e afirma a potência de um olhar periférico sobre o mundo.

Dessa forma, este trabalho propõe analisar como o curta-metragem Entrevista com as Coisas (2015), de Lincoln Péricles, mobiliza a fragmentação como forma de experimentação estética e como gesto político de ruptura com a linearidade narrativa hegemônica do cinema. A partir da compreensão do cinema experimental, busca-se compreender como o diretor fez do fragmento um espaço de invenção - um lugar onde as coisas falam, onde o silêncio tem densidade e onde o cinema encontra sua força justamente no que escapa da narrativa.

Metodologia

A presente pesquisa adota como eixo central a análise fílmica, entendida como procedimento de investigação que busca compreender a construção de sentidos a partir da forma audiovisual. Tal abordagem é especialmente adequada para o estudo do cinema experimental, uma vez que privilegia o exame das relações entre imagem, som, tempo e ritmo como elementos produtores de significado, em detrimento da narrativa tradicional.

Conforme propõe Manuela Penafria (2009), a análise fílmica envolve um processo de decomposição e reconstrução do filme a fim de identificar como seus componentes visuais, sonoros, rítmicos e narrativos se articulam na criação de uma poética própria. A autora destaca que “trata-se de fazer uma reconstrução para perceber de que modo esses elementos foram associados num determinado filme” (Penafria, 2009, p. 6). Nesse sentido, o curta Entrevista com as Coisas, será analisado em sua estrutura fragmentária, observando-se os modos como a montagem, o enquadramento, a duração dos planos, os silêncios e o uso do som operam como estratégias de experimentação estética e gesto político.

Além da análise fílmica, a pesquisa utiliza a pesquisa bibliográfica como suporte teórico e metodológico fundamental. Segundo Gil (1991), esse tipo de pesquisa permite reunir e discutir o conhecimento já produzido sobre o tema, fornecendo base conceitual sólida para o desenvolvimento da análise. Foram consultadas obras de referência sobre cinema experimental, estética, fragmentação e política da imagem. A metodologia proposta, portanto, combina análise fílmica e pesquisa bibliográfica, articulando forma e teoria para compreender como a obra opera uma estética do fragmento enquanto forma de experimentação e resistência.

Resultados e Discussões

Em "A Conversa Infinita", Maurice Blanchot (1969) discute o conceito de obra fragmentária como uma ruptura com a unidade tradicional da obra literária, enfatizando a importância dos fragmentos, das descontinuidades e das lacunas como modos de abertura ao outro, ao desconhecido e ao infinito. Blanchot (1969) entende o fragmento não como apenas uma parte de um todo, mas como uma unidade autônoma, portadora de seu próprio ritmo, sentido e mistério. Ao contrário dos românticos, para quem o fragmento ainda guardava relação com a ideia de unidade, Blanchot propõe a escrita

fragmentária como aquilo que desafia totalismos, propondo uma pluralidade aberta e irredutível.

> A obra fragmentária – a exigência fragmentária da obra – tem, portanto, um significado completamente diferente [...] como a busca por uma nova forma de escrita, que torna a obra concluída problemática, não porque recuse a completude, mas porque – para além da concepção da obra como unida e autocontida, organizando e dominando os valores transmitidos pelo conhecimento tradicional – explora o espaço infinito da obra, com rigor inexorável, mas sob uma nova premissa, a saber, que as relações desse espaço não necessariamente satisfarão os conceitos de unidade, totalidade ou continuidade (Blanchot, 1969, p. 420).

Deleuze e Guattari (2010), em "O Anti-Édipo", revivem a ideia blanchotiana da obra fragmentária ao propor uma escrita e um pensamento que recusa toda totalidade e hierarquia, valorizando as multiplicidades, as conexões livres e a produção contínua de diferenças. Para eles, assim como em Blanchot, não existe um sentido último, fechado ou universal, mas sim apenas "objetos parciais" e fluxos de desejo que se reagrupam e se dispersam de maneiras imprevisíveis. No lugar de uma obra totalizante, Deleuze e Guattari (2010) concebem o livro – e o próprio sujeito – como uma máquina, composta de múltiplas linhas, fragmentos, fluxos e conexões, sem centro ou unidade. Nesse sentido, o texto se aproxima de um agenciamento ou “livro-máquina”, cujo funcionamento é mais importante que sua completude. Cada fragmento, como em Blanchot, carrega em si um potencial de ruptura e inovação, tornando-se ponto de fuga para novas produções de sentido e de desejo.

Assim, Deleuze e Guattari (2010) atualizam e expandem o gesto blanchotiano ao propor que tanto a subjetividade quanto a literatura e o conhecimento são realidades essencialmente fragmentárias, descontínuas e produtivas, em constante devir, e que não devem buscar fechamento, mas sim criação contínua.

> O desejo não para de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, flui e corta. [...] produzem outros fluxos também recortados por outros objetos parciais. Todo “objeto” supõe a continuidade de um fluxo, e todo fluxo supõe a fragmentação do objeto (Deleuze e Guattari, 2010, p. 16).

Nesse ponto, nos apropriamos da relação entre Blanchot, Deleuze e Guattari para pensarmos o cinema. Essa mesma ideia pode ser aplicada a essa arte como uma recusa de narrativas lineares e totalizantes em prol de experiências visuais e narrativas compostas por fragmentos, planos autônomos e montagens descontínuas.

Filmes fragmentários se organizam por justaposição de cenas, imagens e blocos de tempo que não necessariamente obedecem a um fio narrativo contínuo. Em vez disso,

privilegiam o devir, o acaso e a montagem como atos criativos de ruptura e reinvenção. Para Deleuze (2018b), é na montagem, na junção e choque de imagens, que o cinema expressa melhor sua potência fragmentária, dando origem ao que ele chama de imagem-tempo e outras formas que escapam à narrativa clássica. Deleuze (2018a, 2018b) propõe o conceito de "imagem-movimento" e, mais tarde, "imagem-tempo", para pensar o cinema que não se preocupa em preencher as lacunas entre os fragmentos, mas que evidencia o corte, o vazio, a quebra da linearidade. Alguns filmes de cineastas como Jean-Luc Godard e Agnès Varda, trabalham com blocos descontínuos de tempo, posicionando fragmentos de memória, sonho e realidade sem os costurar em um todo unificado.

Talvez seja nesse fluxo contínuo das interrupções que as associações podem ser realizadas e alocadas em seus atos de potência. Para isso, podemos nos perguntar: qual é a potência da imagem? Ou melhor, qual é a potência do fragmento? Ao invés de apresentar uma história simples, direta e explicada cronologicamente, a obra fragmentária organiza as imagens do cotidiano e silêncios, criando múltiplas camadas de sentido e desafiando a expectativa de uma explicação única. Essa fragmentação convida o espectador a construir o sentido do filme de maneira ativa, sem receber respostas prontas, tornando a experiência mais crítica e aberta a diversas interpretações.

Dessa maneira, o espectador deixa de ser mero receptor e se torna montador, cocriador do sentido, tornando a obra um processo coletivo de crítica, invenção e pensamento. Com base nisso, podemos nos aproximar das ideias de Jacques Rancière (2010), que, pensando no espectador do teatro, desenvolve sua ideia de "Espectador emancipado". Para ele, o espectador:

> [...] precisa ser confrontado com o espetáculo de algo estranho, que se dá como um enigma e demanda que ele investigue a razão deste estranhamento. Ele deve ser impelido a abandonar o papel de observador passivo e assumir o papel do cientista que observa fenômenos e procura suas causas (Rancière, 2010, p. 109).

É nesse lugar das associações que o espectador faz sobre o fragmento que a ausência de uma explicação única ou definitiva no curta-metragem significa que o filme não entrega ao espectador uma leitura pronta, uma mensagem fechada ou um sentido absoluto. Pelo contrário, ao utilizar imagens fragmentadas, silêncios e momentos aparentemente aleatórios, a obra abre espaço para interpretações múltiplas, sugerindo que cada espectador pode construir seus próprios sentidos a partir da sua percepção, experiência e vivências.

O que se revela na prática cinematográfica fragmentária é a possibilidade de reformulação das formas de ver, narrar e sentir. Ao reorganizar experiências em blocos descontínuos de imagem e tempo, o curta desafia o espectador a reimaginar o próprio papel diante da obra, transgredindo padrões e fazendo uso de outra linguagem. Nesse sentido, é preciso destacar que a estética do fragmento não opera em um vazio, mas responde criticamente à lógica do consumo audiovisual dominante, abrindo fissuras produtivas no tecido narrativo e social do cinema contemporâneo. O valor dessas fissuras está em permitir que obras criem zonas de abertura, de estranhamento e de multiplicidade, onde o contato com

o outro (seja personagem, espectador ou realidade filmada) se torna motor para novas formas de pensamento e sensibilidade.

ANÁLISE

O curta inicia com uma gravação caseira de uma avenida no final da tarde. Sem estabilidade, a câmera parece não ter um centro de fuga. Estamos dentro da casa, atrás das grades, observando e ouvindo o que acontece lá fora. Em seguida, um corte seco nos coloca em uma instituição, silêncio é o que se faz escutar, o que surge a seguir são pilhas de livros, anúncios, placa de ordem, alguém apagando a luz de um corredor, janelas com grades, sombra dessa janela com o som da rua. Uma esperança de liberdade.

O título do curta aparece, fundo preto, texto em times new roman em caixa alta. Uma voz over robótica começa a nos contar significados de sonhos. Imagens estáticas começam a se seguir: vemos os livros empilhados de um outro ângulo, ao lado, o desenho de uma mão segura uma bomba. No corte seguinte, observamos uma mão segurando uma flor, uma caveira vermelha contrasta com um olho em tons de cinza, seguido do que parece ser uma janela de ônibus com um filtro nas imagens.

Entramos no ônibus, alguém segue o trajeto segurando um balde de rosas para vender, a voz passa a ditar os números sorteados em jogos de loteria, a esperança de uma nova estabilidade, apesar das imagens não serem estáveis. Uma tela preta nos consome, e Odetta começa a cantar “Another Man Done Gone” e imagens em zoom-in passam a povoar a tela. A última imagem a surgir é a “The New Queen of the May Print”. Tela preta e a dedicatória do curta aparece antes de chegar ao fim “Para Adriano, Leo, Nathalia, Cris, Gabi e Catarina. Por dividirem cotidianamente o último fôlego e bolacha de água e sal”.

Queremos destacar três pontos específicos que nos fazem pensar sobre essa fragmentação da obra: as imagens, a montagem e o som. Esse encadeamento sem raccord psicológico ou narrativo reforça a recusa de uma continuidade clássica, os blocos não “explicam” uns aos outros, eles chocam. É na potência desse choque que o espectador pode começar a pensar e criar seus próprios significados para a obra. Deleuze defende que o pensamento se dá diretamente nas imagens e pelos seus choques (Deleuze, 2018b). Pensamos porque algo nos atinge, nos interrompe, nos desestabiliza.
Os planos em sequência se organizam por associações livres e não por progressão causal. Sem seguir uma narrativa linear, a obra coloca o espectador no lugar desse co-montador sobre o qual discorremos no tópico anterior. O espectador, com o choque do fragmento, passa a pensar e iniciar seu processo de associação das imagens. Imagens essas que podem ser tratadas como fragmentos autônomos, cada uma carrega um mundo de sentidos, mas nenhuma se integra numa totalidade pacificada. Assim, podemos ler a obra de Lincoln como um instrumento político de pensamento.

Além das imagens, o desenho sonoro do curta também opera segundo uma lógica fragmentária, recusando qualquer função de unificação ou comentário explicativo. O que se escuta, não é o que se exibe na tela. O silêncio que marca o interior da instituição contrasta com os sons do exterior (a rua, o deslocamento, as vozes) criando uma tensão constante entre clausura e circulação. A voz over robótica, ao enunciar significados de sonhos, não organiza o sentido das imagens, mas introduz um discurso maquínico e deslocado, que promete interpretação sem jamais oferecê-las plenamente. Da mesma

forma, a enumeração dos números da loteria insere a ideia de esperança e estabilidade futura, mas permanece dissociada de qualquer resolução concreta, funcionando como mais um fragmento sonoro em choque com a instabilidade visual. A entrada da canção "Another Man Done Gone", por sua vez, não opera como fechamento emocional, mas como um excesso afetivo que atravessa as imagens, ampliando suas ressonâncias políticas e históricas. Assim, o som, longe de suturar a fragmentação, intensifica-a, atuando como força de disjunção que convoca o espectador a articular, também no plano sonoro, seus próprios percursos de sentido.

Como nas imagens da instituição, em que os fragmentos materiais fazem emergir uma política do cotidiano (controle, punição, vigilância), sem que o filme explique isso em voz over, buscando denunciá-la ou apresentá-la ao espectador. A montagem expõe; não traduz a realidade em discurso, mas organiza fragmentos que interpelam o olhar e convocam o espectador a completar, por conta própria, o trabalho crítico que a obra apenas inicia e quem a assiste pode completar.

Dessa forma, a fragmentação que atravessa o curta não deve ser entendida como ausência de sentido ou desarticulação formal, mas como um gesto estético e político deliberado. Ao recusar a continuidade narrativa e a hierarquização dos planos, a obra desloca o sentido do campo da explicação para o da experiência, fazendo do choque entre imagens o motor do pensamento. A montagem, organizada por associações livres, não conduz o espectador a uma leitura única, mas o implica ativamente no processo de construção de sentido.

Ao operar nesse regime de imagens autônomas e não reconciliadas, o filme produz um espaço de reflexão no qual o cotidiano, a instituição e os afetos se entrelaçam sem se resolver. É nesse entrechoque que a obra afirma sua potência crítica, não como discurso fechado, mas como dispositivo aberto de pensamento. Assim, mais do que representar uma política, o curta a faz emergir na própria experiência sensível do espectador, reafirmando a subjetividade dos indivíduos na construção dos sentidos.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, buscamos analisar como o curta-metragem Entrevista com as Coisas (2015), de Lincoln Péricles, mobiliza a fragmentação não apenas como procedimento estético, mas como gesto político. A análise demonstrou que a recusa da linearidade narrativa, a organização descontínua das imagens e assim como a paisagem sonora não operam como exercícios formais autônomos, mas como modos de enunciação profundamente vinculados a uma experiência do cotidiano.

É nesse sentido que o filme se diferencia de uma estrutura formalista. Em vez de utilizar o fragmento como estratégia autorreferencial ou como ruptura abstrata da linguagem cinematográfica, Entrevista com as Coisas faz da fragmentação um modo de existência e percepção. Os cortes, silêncios, instabilidades e justaposições não se impõem sobre o real

como efeito estético, mas emergem de uma realidade já atravessada por descontinuidades, precariedades e interrupções. A fragmentação, portanto, não produz distanciamento, mas aproxima o espectador de uma experiência sensível que resiste à coerência totalizante.

Essa dimensão situada é o que confere ao fragmento sua potência política. O filme articula imagens de instituições, deslocamentos urbanos, objetos cotidianos e sons dispersos para construir uma política do sensível que não se manifesta por meio da denúncia explícita, mas pela exposição das forças que atravessam o cotidiano periférico: controle, vigilância, espera, desejo e sobrevivência. Ao recusar uma narrativa explicativa ou pedagógica, o curta desloca o centro da enunciação e afirma um cinema que não fala sobre a periferia, mas a partir dela, reinscrevendo sua experiência no próprio modo de fazer e montar imagens, fazendo assim o espectador criar os sentidos para a obra.

No contexto do cinema experimental brasileiro, a análise do curta revela a existência de uma produção que tensiona os limites entre estética e política a partir das margens. Trata-se de um cinema que não busca legitimação por meio de modelos hegemônicos, mas que elabora suas próprias formas de experimentação a partir de experiências periféricas e urbanas. Ao privilegiar o fragmento, o silêncio, o ruído e o intervalo, esse cinema propõe outras temporalidades, outros regimes de visibilidade e outras relações entre imagem, som e espectador, ampliando o campo do cinema experimental no Brasil.

Por fim, este trabalho abre caminhos para possíveis desdobramentos. A análise aqui desenvolvida pode ser expandida para outros filmes de Lincoln Péricles, investigando a recorrência do fragmento como método estético e político em sua filmografia. Além disso, o estudo pode ser colocado em diálogo com outras produções do cinema periférico brasileiro, permitindo pensar o fragmento como uma estratégia compartilhada de resistência e invenção.

Referências

BLANCHOT, M. L’Entretien Infini. Paris: Gallimard, 2009

DELEUZE, G. A imagem-movimento. São Paulo: Editora 34, 2018a.

DELEUZE, G. A imagem-tempo. São Paulo: Editora 34, 2018b.

DELEUZE, G. O ato de criação. In: Folha de S. Paulo - Caderno Mais!, 27 de jun. de 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. trad. Luiz B. L. Orlandi. — São Paulo: Ed. 34, 2010. 560 p.

ENTREVISTA com as coisas. Direção de Lincoln Péricles. São Paulo. 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo : Atlas, 1991.

NOGUEIRA, L. Manuais de cinema II: Gêneros Cinematográficos. Covilhão: LabCom, 2010. Disponível em: https://deivissonlopes.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/11/nogueira-manual_ii_generos_cinematograficos.pdf.

PENAFRIA, M. Análise de Filmes -conceitos e metodologia(s).in: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, VI, 2009, Lisboa. Anais... Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação(SOPCOM), 2009, p. 1-10. Disponível em: https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf. Acesso em: 10 nov 2025.

RANCIÈRE, J. O espectador emancipado. trad. Daniele Ávila. Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas 1(15), 2010, 107-122.

ROSSATO, L. B. História do cinema mundial. Brasília : Editora IFB, 2019.

CÓDIGO: HS0825

AUTOR: EWERTON MATHEUS TEIXEIRA NASCIMENTO

ORIENTADOR: MARIA HELENA BRAGA E VAZ DA COSTA

TÍTULO: Filmes Urbanos: Paisagens e Arquiteturas do Visível

Resumo

Esta pesquisa investiga as relações entre cinema, arquitetura e cidade, compreendendo a representação cinematográfica como uma forma de construção do espaço urbano. A partir das contribuições de Corrêa e Rosendahl, Fredric Jameson, David Harvey e Mike Davis, busca-se compreender como paisagens e arquiteturas são selecionadas, enquadradas e ressignificadas pelo cinema. Para isso, são analisados comparativamente os filmes Blade Runner 2049 (2017), de Denis Villeneuve, e Parasita (2019), de Bong Joon-ho. Enquanto o primeiro apresenta uma metrópole futurista marcada pela monumentalidade, tecnologia e fragmentação, o segundo utiliza a arquitetura e a organização espacial para evidenciar desigualdades sociais e relações de poder. Conclui-se que o cinema não apenas representa a cidade, mas participa da construção de seus imaginários, produzindo diferentes formas de perceber e experimentar o espaço urbano.

Palavras-chave: Cinema; Arquitetura; Cidade; Paisagem cinematográfica.

TITLE: Urban Films: Landscapes and Architectures of the Visible

Abstract

This research investigates the relationship between cinema, architecture, and the city, understanding cinematic representation as a means of constructing urban space. Based on the contributions of Corrêa and Rosendahl, Fredric Jameson, David Harvey, and Mike Davis, it examines how landscapes and architectures are selected, framed, and re-signified through cinema. A comparative analysis is conducted of Blade Runner 2049 (2017), directed by Denis Villeneuve, and Parasite (2019), directed by Bong Joon-ho. While the former portrays a futuristic metropolis characterized by monumentality, technology, and fragmentation, the latter uses architecture and spatial organization to reveal social inequalities and power relations. The research concludes that cinema not only represents the city but also contributes to the construction of urban imaginaries, producing different ways of perceiving and experiencing urban space.

Keywords: Cinema; Architecture; City; Cinematic landscape.

Introdução

A cidade contemporânea pode ser entendida não apenas como espaço físico, mas também como construção simbólica, formada por imagens, significados e experiências. Nesse contexto, o cinema se apresenta como uma importante linguagem para compreender as formas pelas quais as paisagens urbanas e arquitetônicas são representadas e imaginadas. A representação cinematográfica da cidade ultrapassa a função de cenário, uma vez que enquadramentos, movimentos de câmera, montagem, iluminação e outros elementos da linguagem fílmica participam da construção dos significados atribuídos ao espaço, assim, o cinema pode produzir diferentes formas de perceber e experimentar as metrópoles, contribuindo para a formação de imaginários urbanos.

A partir da aproximação entre geografia cultural, cinema e arquitetura, esta pesquisa investiga como filmes produzidos entre 2015 e 2025 representam paisagens e arquiteturas metropolitanas, buscando compreender de que maneira essas imagens contribuem para a construção de uma “geografia do visível”. Para isso, são consideradas as relações entre espaço, tempo, paisagem, imaginário e linguagem cinematográfica, tendo como principais referências Corrêa e Rosendahl, David Harvey, Fredric Jameson e Mike Davis.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise fílmica. Inicialmente, foram consultados autores que discutem as relações entre cinema, espaço, paisagem, arquitetura e cidade, com destaque para Corrêa e Rosendahl (2001; 2009), Jameson (2007), Harvey (1992) e Davis (2001), a partir dos quais foram definidas categorias para orientar a análise. Foram selecionados, de forma intencional, dois filmes produzidos entre 2015 e 2025: Blade Runner 2049 (2017), dirigido por Denis Villeneuve, e Parasita (2019), dirigido por Bong Joon-ho. As obras foram analisadas integralmente, considerando suas dimensões material, visual, narrativa, espaço-temporal, cultural e sociopolítica, observando aspectos como arquitetura, paisagem, enquadramentos, iluminação, composição, deslocamentos, significados atribuídos aos lugares e relações de poder e desigualdade. Por fim, foi realizada uma análise comparativa entre os filmes, buscando compreender como diferentes estratégias cinematográficas contribuem para a construção de representações, experiências e imaginários urbanos.

Resultados e Discussões

A revisão das obras selecionadas permite compreender que a relação entre cinema, espaço e cidade não se limita à utilização do espaço urbano como cenário para o desenvolvimento de uma narrativa, o cinema é uma forma particular de representação espacial, na qual lugares, paisagens e arquiteturas são selecionados, enquadrados e reorganizados de acordo com as necessidades da narrativa e da linguagem cinematográfica. A coletânea Cinema, música e espaço, organizada por Corrêa e Rosendahl (2009), constitui uma referência central para essa compreensão ao aproximar

a produção cinematográfica das discussões geográficas sobre espaço, lugar e representação. A partir dessa perspectiva, a cidade apresentada na tela não deve ser entendida como uma reprodução objetiva da cidade existente, mas como uma construção espacial produzida pela articulação entre imagem, narrativa e experiência.

Essa compreensão pode ser relacionada às discussões desenvolvidas em Espaço e cultura: pluralidade temática, também organizada por Corrêa e Rosendahl, na medida em que a abordagem cultural do espaço permite ultrapassar sua compreensão exclusivamente material. O espaço pode ser entendido também a partir dos significados, valores e representações produzidos socialmente. Quando incorporado ao cinema, o espaço urbano passa por um processo de ressignificação, ruas, edifícios, praças, infraestruturas e paisagens deixam de ser somente elementos físicos e passam a participar da construção de determinadas experiências e imaginários espaciais, por consequência, o cinema não apenas representa um espaço previamente constituído, mas contribui para produzir formas específicas de percebê-lo e interpretá-lo.

Isso se torna evidente quando se considera o conceito de paisagem. Em Paisagem, imaginário e espaço, Corrêa e Rosendahl (2001) reúnem discussões que permitem compreender a paisagem para além de sua dimensão estritamente visual e material, relacionando-a às representações e ao imaginário social. A paisagem não é simplesmente aquilo que se encontra diante do observador, mas envolve uma determinada maneira de perceber, selecionar e atribuir significado aos elementos espaciais. A representação cinematográfica intensifica esse processo porque a própria linguagem audiovisual é baseada em escolhas, a câmera determina o que será visto e de que maneira será visto, a montagem estabelece relações entre diferentes espaços, a iluminação e a composição interferem na atmosfera e o som e a música podem modificar a percepção de uma mesma paisagem.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que uma mesma cidade pode produzir diferentes paisagens cinematográficas, uma avenida pode aparecer como espaço de circulação e vitalidade, como espaço de solidão, ameaça, um edifício pode ser apresentado como símbolo de poder e monumentalidade ou, por outro lado, como espaço de isolamento e opressão. Os procedimentos cinematográficos modificam a experiência do espaço representado, construindo assim, uma determinada forma de olhar para a cidade.

A arquitetura ocupa papel fundamental nesse processo, em vez de funcionar exclusivamente como pano de fundo, os edifícios e espaços urbanos podem adquirir funções simbólicas e narrativas. A escolha de determinada arquitetura para abrigar uma personagem, uma instituição ou um acontecimento estabelece relações entre forma espacial e significado, da mesma maneira, a repetição de determinados edifícios, ruas ou paisagens pode fazer com que esses elementos adquiram uma presença própria dentro da narrativa. A arquitetura cinematográfica passa a ser não apenas por suas características formais, mas pelas relações que estabelece com os personagens, com a narrativa e com o imaginário urbano.

Essa relação entre arquitetura e representação é ainda mais relevante diante das discussões de Fredric Jameson sobre o pós-modernismo. Em Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio, Jameson (2007) interpreta o pós-modernismo não simplesmente como um estilo artístico, mas como uma lógica cultural relacionada às

transformações do capitalismo tardio. Entre os aspectos discutidos pelo autor temos a crescente integração entre cultura, economia e produção de imagens. A cultura deixa de ocupar uma posição relativamente separada das demais dimensões sociais e passa a se expandir por diferentes campos da vida contemporânea, como é colocado por Jameson, ocorre uma "prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social" (JAMESON, 2007, p. 74). Essa frase é importante para compreender a condição contemporânea da imagem urbana, na qual arquitetura, publicidade, cinema, consumo e produção cultural encontram-se cada vez mais articulados.

A arquitetura participa diretamente desse processo porque seus edifícios e espaços podem adquirir uma dimensão imagética que ultrapassa sua função prática, determinadas construções tornam-se signos de modernidade, riqueza, poder, decadência ou inovação, sendo incorporadas à cultura visual contemporânea. O cinema participa dessa produção simbólica ao selecionar determinadas arquiteturas e transformá-las em elementos de representação, fazendo a cidade passar a existir simultaneamente como espaço físico e como imagem cultural. Essa relação aproxima-se da discussão de Jameson sobre a crescente centralidade das imagens na cultura contemporânea e permite compreender a paisagem cinematográfica como parte de uma cultura urbana cada vez mais mediada pela representação visual.

A discussão de Jameson também contribui para compreender a maneira como o cinema contemporâneo pode apresentar cidades fragmentadas, heterogêneas e marcadas pela coexistência de diferentes referências arquitetônicas. O pós-modernismo, ao colocar em crise determinadas distinções estabelecidas pelo modernismo, também produz novas relações entre estilos, temporalidades e referências culturais. Na arquitetura, essa transformação aparece de maneira particularmente evidente, uma vez que Jameson identifica nesse campo um dos espaços fundamentais para a discussão das mudanças estéticas associadas ao pós-modernismo (JAMESON, 2007). A cidade pode, assim, ser apresentada como uma sobreposição de diferentes épocas, estilos e formas de ocupação, produzindo uma paisagem marcada pela heterogeneidade.

A dimensão espaço-temporal dessa experiência é aprofundada por David Harvey em A condição pós-moderna, especialmente no capítulo dedicado ao tempo e ao espaço no cinema pós-moderno. Harvey (1992) utiliza obras cinematográficas como Blade Runner, de Ridley Scott, e Asas do Desejo, de Wim Wenders, para discutir como o cinema pode expressar transformações na experiência contemporânea do espaço e do tempo. A análise demonstra que a representação cinematográfica possui a capacidade de aproximar espaços distantes, interromper deslocamentos, sobrepor temporalidades e produzir relações espaciais que não correspondem necessariamente à experiência física do território.

A montagem cinematográfica é fundamental nesse processo, na experiência cotidiana, deslocar-se entre dois pontos da cidade implica atravessar uma determinada distância e experimentar o tempo necessário para percorrê-la, entretanto, no cinema, um simples corte pode transportar o espectador imediatamente de um lugar para outro, o espaço intermediário pode desaparecer completamente. Da mesma maneira, diferentes momentos temporais podem ser aproximados por meio da montagem, fazendo com que passado, presente e futuro sejam articulados dentro de uma mesma experiência narrativa, logo cidade cinematográfica é uma construída também pela manipulação do tempo.

A discussão de Harvey permite compreender que a experiência espacial contemporânea não pode ser separada das transformações na experiência temporal. A aceleração dos deslocamentos, a redução das distâncias percebidas e a possibilidade de estabelecer relações simultâneas entre lugares distintos modificam a maneira como o espaço urbano é experimentado, o cinema torna essas transformações perceptíveis porque sua própria linguagem permite condensar ou expandir o tempo e reorganizar espacialmente a experiência.

Essa relação entre espaço, tempo e imagem aproxima-se novamente da discussão de Jameson. Se Harvey permite compreender a transformação da experiência espaço-temporal, Jameson contribui para situá-la dentro de uma transformação mais ampla da cultura contemporânea. A cidade passa a ser experimentada não somente através da presença física, mas também por meio de imagens que circulam continuamente, filmes, fotografias, publicidade e outras formas de representação participam da construção dos imaginários urbanos, a paisagem cinematográfica se coloca em um sistema cultural mais amplo no qual a imagem assume papel central na experiência social.

Mike Davis acrescenta uma dimensão crítica fundamental a essa interpretação. Em Ecologia do medo, Davis (2001) analisa Los Angeles a partir das relações entre urbanização, riscos ambientais, desigualdade, especulação imobiliária e organização territorial. Sua abordagem demonstra que a paisagem urbana não pode ser interpretada apenas a partir de suas características formais, as formas construídas e a organização do território são também resultado de relações econômicas, sociais e políticas. A paisagem da cidade materializa, portanto, determinados conflitos e desigualdades.

Essa perspectiva é importante para a análise cinematográfica porque permite observar que determinadas formas arquitetônicas e urbanas podem expressar relações sociais. Muros, condomínios fechados, vias expressas, sistemas de vigilância, áreas degradadas, espaços abandonados e territórios segregados podem ser interpretados não somente como elementos visuais, mas como manifestações espaciais de relações de poder, desigualdade e medo. A arquitetura deixa de ser apenas uma questão estética e passa a ser compreendida como parte das estruturas sociais que produzem a cidade.

A noção de medo presente na análise de Davis também pode ser relacionada à maneira como determinadas paisagens metropolitanas são construídas pelo cinema. Espaços vazios, áreas periféricas, grandes infraestruturas, ambientes degradados e territórios marcados por barreiras físicas podem ser associados a sensações de insegurança e isolamento. Entretanto, é importante não confundir a representação cinematográfica com uma descrição objetiva da realidade urbana, o que interessa é compreender como o filme constrói determinada percepção do espaço e como essa percepção pode dialogar com conflitos existentes na cidade.

A contribuição de Davis permite introduzir uma dimensão política à análise da paisagem cinematográfica. Se Corrêa e Rosendahl permitem compreender a relação entre espaço, cultura, paisagem e imaginário, Harvey contribui para interpretar a dimensão espaço-temporal da experiência cinematográfica, enquanto Jameson permite relacionar a produção das imagens às transformações culturais do capitalismo tardio. Davis acrescenta a essas perspectivas a necessidade de observar as desigualdades e os conflitos materiais que estruturam a cidade.

A articulação dessas obras permite compreender a paisagem urbana cinematográfica a partir de diferentes dimensões. Há uma dimensão material, relacionada às arquiteturas, ruas, infraestruturas e paisagens representadas, uma dimensão visual, relacionada à seleção e organização dessas imagens, uma dimensão narrativa, relacionada ao papel que os espaços desempenham na história, uma dimensão espaço-temporal, relacionada aos deslocamentos, cortes e sobreposições temporais, uma dimensão cultural, relacionada aos significados atribuídos aos lugares, e uma dimensão social e política, relacionada às desigualdades, conflitos e relações de poder materializadas no território.

A partir desse conjunto teórico, é possível deslocar a pergunta inicial de "qual cidade aparece no filme?" para uma questão mais complexa como que cidade é produzida pela representação cinematográfica. A cidade existente constitui o ponto de partida, mas a cidade cinematográfica é resultado de uma operação de seleção, enquadramento, montagem e atribuição de significados. O filme pode privilegiar determinadas áreas, ocultar outras, enfatizar certos edifícios e transformar espaços ordinários em elementos simbólicos.

O conceito de geografia do visível pode ser entendido, nesta pesquisa, como a forma pela qual o cinema organiza aquilo que pode ser visto e experimentado espacialmente pelo espectador. A cidade cinematográfica não corresponde à totalidade da cidade real, mas a uma seleção espacialmente orientada. O que aparece na tela e a maneira como aparece são igualmente importantes para a construção do imaginário urbano.

Nesse sentido, a análise das obras cinematográficas selecionadas deverá observar não apenas os lugares representados, mas também os modos pelos quais esses lugares são construídos visualmente e narrativamente. É necessário considerar as arquiteturas privilegiadas, os espaços omitidos, os percursos dos personagens, as relações entre diferentes áreas da cidade, as temporalidades mobilizadas e os significados atribuídos às paisagens, a partir desse procedimento, é possível verificar como diferentes metrópoles são transformadas em imagens cinematográficas e como essas imagens participam da produção de determinados imaginários urbanos.

Para concretizar essas discussões, foram selecionados dois filmes produzidos no período estabelecido pela pesquisa, Blade Runner 2049 (2017), dirigido por Denis Villeneuve, e Parasita (2019), dirigido por Bong Joon-ho. A escolha das obras procura estabelecer um contraste entre diferentes formas de representação da cidade contemporânea e de sua arquitetura. Em Blade Runner 2049, a paisagem urbana é construída a partir de uma metrópole futurista marcada pela monumentalidade, pelas grandes infraestruturas, pela tecnologia, pela fragmentação espacial e pela coexistência de diferentes temporalidades e referências arquitetônicas. A arquitetura assume forte dimensão simbólica, contribuindo para produzir uma atmosfera de isolamento, controle e decadência, o que permite aproximar a análise das discussões de Jameson e Harvey acerca da imagem, da experiência espaço-temporal e das transformações da cultura urbana.

Em Parasita, por outro lado, a arquitetura cotidiana e a organização espacial da cidade tornam-se fundamentais para a representação das desigualdades sociais. A residência das diferentes famílias, os desníveis topográficos, as escadarias, os espaços subterrâneos e as relações entre áreas distintas da cidade não funcionam apenas como cenários, mas organizam visual e narrativamente as relações de poder entre os personagens. A própria disposição dos espaços contribui para tornar visíveis diferenças de classe que poderiam

permanecer abstratas. Nesse sentido, o filme permite aproximar a análise cinematográfica da perspectiva de Mike Davis, ao evidenciar como a materialidade urbana e arquitetônica pode expressar conflitos sociais, segregação e relações de poder.

A escolha desses filmes permite observar como diferentes construções cinematográficas da cidade podem produzir significados distintos a partir da arquitetura e da paisagem. Enquanto Blade Runner 2049 apresenta uma metrópole marcada pela escala monumental, pela tecnologia e pela fragmentação de um futuro distópico, Parasita utiliza espaços cotidianos e relações de proximidade para evidenciar desigualdades presentes na experiência urbana contemporânea. Apesar dessas diferenças, ambas as obras demonstram que a arquitetura participa ativamente da construção da narrativa e que a cidade representada no cinema é resultado de escolhas de enquadramento, montagem, percurso e atribuição de significado.

A análise comparativa permite, assim, aplicar o conjunto teórico apresentado anteriormente, considerando as dimensões material, visual, narrativa, espaço-temporal, cultural e sociopolítica da paisagem cinematográfica. Mais do que identificar quais cidades aparecem nos filmes, busca-se compreender quais cidades são produzidas pelo olhar cinematográfico, quais espaços são privilegiados ou ocultados e de que maneira a arquitetura contribui para construir determinadas experiências e imaginários urbanos.

Assim, a revisão teórica realizada permite a hipótese de que o cinema constitui uma forma relevante de produção de conhecimento e experiência sobre o espaço urbano. Ao representar arquiteturas e paisagens, ele não apenas registra a cidade, seleciona, reorganiza e atribui significado aos seus elementos. A cidade cinematográfica é, assim, uma construção simultaneamente espacial, visual, cultural, temporal e política, na qual a arquitetura participa ativamente da produção dos sentidos associados à experiência metropolitana.

Conclusão

A pesquisa permitiu compreender que a relação entre cinema, arquitetura e cidade ultrapassa a representação do espaço urbano como simples cenário. O cinema seleciona e reorganiza espaços, arquiteturas e paisagens, dando a eles significados que contribuem para a construção de diferentes imaginários urbanos. A partir das contribuições dos autores analisados, se entende a paisagem cinematográfica como uma construção simultaneamente espacial, visual, cultural, temporal e política, assim a ideia de geografia do visível evidencia que aquilo que é mostrado, omitido e organizado pelo olhar cinematográfico participa da construção da imagem da cidade.

Referências

BONG, Joon-ho (dir.). Parasita. Coreia do Sul: CJ Entertainment, 2019. 1 filme (132 min).

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Cinema, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Espaço e cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

DAVIS, Mike. Ecologia do medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2007.

VILLENEUVE, Denis (dir.). Blade Runner 2049. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 2017. 1 filme (164 min).

CÓDIGO: HS0851

AUTOR: REBECA CRISTINA DE SOUZA SANTIAGO

COAUTOR: SUSYALLEM CÂNDIDO DE MORAIS

COAUTOR: ISAAC NICOLAS LEMOS FERNANDES BATISTA

ORIENTADOR: JORGE TARCISIO DA ROCHA FALCAO

TÍTULO: Ser trabalhador com Epilepsia: Uma investigação sobre relações e condições de trabalho

Resumo

A epilepsia é uma condição neurológica crônica caracterizada pela ocorrência recorrente de crises epilépticas, podendo repercutir em diferentes dimensões da vida, incluindo o trabalho. Este estudo qualitativo teve como objetivo compreender as experiências profissionais de adultos com epilepsia no Brasil. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove participantes maiores de 18 anos, trabalhadores ou ex-trabalhadores remunerados, residentes em oito estados de quatro regiões brasileiras. Os dados foram analisados à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Clínica da Atividade. Os resultados evidenciaram quatro temas centrais: a tensão entre ocultar e revelar o diagnóstico como estratégia de proteção; a organização do trabalho e seus estressores como gatilhos de crises e sofrimento psicológico; o sobreesforço compensatório diante do estigma da incapacidade; e a construção de estratégias individuais e coletivas para manutenção do poder de agir e da proteção no trabalho. Os achados indicam que a rigidez organizacional e o preconceito restringem a autonomia e o poder de agir do(a) trabalhador(a), favorecendo a ocultação do diagnóstico e o sobre-esforço. Em contrapartida, o suporte dos colegas e ações educativas mostraram-se importantes para ampliar o pertencimento, a segurança e a dignidade no trabalho. Conclui-se que o reconhecimento coletivo e a transformação das condições laborais são fundamentais para favorecer o exercício profissional com autonomia e pertencimento.

Palavras-chave: Epilepsia; Saúde do Trabalhador; Clínica da Atividade;

TITLE: Being a Worker with Epilepsy: An Investigation into Workplace Relationships and Working Conditions

Abstract

Epilepsy is a chronic neurological condition characterized by recurrent epileptic seizures and may affect different dimensions of life, including work. This qualitative

study aimed to understand the professional experiences of adults with epilepsy in Brazil. Semi-structured interviews were conducted with nine participants aged 18 years or older who were current or former paid workers, residing in eight states across four Brazilian regions. Data were analyzed from the perspective of Cultural-Historical Psychology and the Activity Clinic. Four central themes emerged: the tension between concealing and disclosing the diagnosis as a protective strategy; work organization and its stressors as triggers of seizures and psychological distress; compensatory overexertion in response to the stigma of incapacity; and the development of individual and collective strategies to maintain agency and protection at work. The findings indicate that organizational rigidity and prejudice restrict autonomy and workers' power to act, encouraging diagnostic concealment and overexertion. Conversely, support from colleagues and educational initiatives were important in promoting belonging, safety, and dignity at work. It is concluded that collective recognition and the transformation of working conditions are essential to enable people with epilepsy to perform their professional activities with autonomy and a sense of belonging.

Keywords: Epilepsy; Occupational Health; Clinic of Activity;

Introdução

A epilepsia é uma condição neurológica crônica caracterizada pela ocorrência recorrente de crises epilépticas e que pode afetar diferentes dimensões da vida cotidiana. Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas vivam com epilepsia no mundo, com quase 80% residentes em países de baixa e média renda. Além disso, a prevalência ativa é estimada entre 4 e 10 pessoas a cada mil habitantes, evidenciando sua relevância epidemiológica e social (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2024). Embora o diagnóstico e o tratamento possam permitir o controle das crises em grande parte dos casos, o estigma e a discriminação permanecem importantes determinantes da qualidade de vida e da participação em comunidade (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2023). A história da epilepsia é atravessada por crenças, interpretações de cunho moral e práticas de exclusão que, em diferentes contextos, associaram a condição à incapacidade, à imprevisibilidade ou à inadequação social. Ainda hoje, pessoas com epilepsia podem encontrar barreiras educacionais, profissionais e sociais. A dimensão política dessa realidade tem sido reconhecida internacionalmente: a Organização Mundial da Saúde estabeleceu o Plano de Ação Global Intersetorial sobre Epilepsia e Outros Transtornos Neurológicos 2022-2031, que inclui como meta o fortalecimento de legislações voltadas à proteção dos direitos humanos e ao enfrentamento da discriminação, inclusive no âmbito do emprego. No mundo do trabalho, uma revisão sistemática (Narducci et al., 2025) recente identificou que o desemprego entre pessoas com a doença pode variar de taxas semelhantes até duas ou três vezes superiores às da população geral, além de apontar situações de subemprego, menores salários e influência das atividades de empregadores e do controle das crises na inserção profissional, ainda que não apresentem mais riscos de acidente quando comparado a outros trabalhadores (Miziara, Miziara & Munõz, 2011). Nesse cenário, discutir a condição de trabalhador com epilepsia exige ultrapassar uma leitura centrada nas limitações individuais e considerar as relações e condições concretas em que a atividade se realiza. Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) compreende o desenvolvimento humano como processo constituído nos vínculos sociais e mediado por instrumentos culturais, de modo que a atividade compartilhada participa da formação das funções psicológicas

superiores. O trabalho, portanto, não constitui apenas meio de subsistência, mas espaço de participação, reconhecimento e produção de sentidos. Em diálogo com essa perspectiva, Clot (2017) propõe a Clínica de Atividade como uma abordagem voltada às relações entre atividade e subjetividade, indivíduo e coletivo, tendo como horizonte o desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores sobre seu meio, sua organização e sua própria atividade. Portanto, quando as condições de trabalho, as normas ou as relações coletivas restringem essa margem de ação, podem também limitar possibilidades de desenvolvimento e saúde. Em face do exposto, a experiência laboral de pessoas com epilepsia não pode ser explicada apenas pelas características da expressão neurológica. O receio de sofrer uma crise no trabalho, a necessidade de revelar ou ocultar o diagnóstico, o preconceito, a superproteção e a redução de oportunidades colocam o trabalho como área da vida mais afetada em pessoas com epilepsia (Salgado & Souza, 2002); em contrapartida, ambientes pautados pelo diálogo, reconhecimento e participação podem favorecer a autonomia e ampliar o poder de agir . Investigar essas experiências significa, portanto, compreender como as organizações e os coletivos de trabalho participam da construção das possibilidades de ser, trabalhar e pertencer. Sendo assim, falar sobre epilepsia no trabalho é analisar o lugar de suspeita e contenção que essas pessoas têm ocupado no mercado de trabalho, para que se alcance um espaço em que o sujeito possa exercer sua atividade profissional de forma digna.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa com o objetivo de compreender as experiências profissionais de pessoas com epilepsia no Brasil, em comparação com pessoas típicas. A pesquisa foi desenhada para captar as particularidades da vivência laboral de pessoas com epilepsia, considerando interseccionalidades entre gênero, neurodivergência e posição ocupacional.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, feitas através da plataforma de reuniões online Google Meet entre julho e agosto de 2026. A entrevista foi feita com maiores de 18 anos de idade com epilepsia, que exerciam ou já exerceram uma atividade profissional remunerada, com laudo de confirmação. Essa estratégia permitiu a construção de um perfil comparativo entre as diferentes condições de trabalhos e experiências de pessoas com epilepsia, ampliando a validade externa da pesquisa. Ao todo, foram feitas 9 entrevistas com pessoas de 8 diferentes estados, e 4 diferentes regiões do Brasil (Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

O questionário foi composto por 24 itens, distribuídos em cinco blocos temáticos:

1. Perfil sociodemográfico: idade, identidade de gênero, raça/cor autodeclarada, escolaridade, cidade/estado de residência.
2. Caracterização da Epilepsia: Tempo de diagnóstico, tipo de crise e localização.
3. Trajetória profissional: setor de atuação, área profissional, ocupação atual, cargo de liderança, número de pessoas sob liderança direta ou indireta.
4. Condições de trabalho: Ritmo e carga de trabalho, nível de autonomia, recursos disponíveis, segurança e condições físicas do local. Além de fatores desafiadores e facilitadores das atividades exercidas.

5. Relações de trabalho: Relacionamento interpessoal, reconhecimento do seu trabalho por terceiros, conflitos e dificuldades interpessoais.
6. Epilepsia e trabalho: Presença da epilepsia no ambiente de trabalho, conhecimento de terceiros sobre a condição, influência da epilepsia na carreira profissional e experiências negativas e positivas relacionadas à condição.
7. Barreiras e estratégias de enfrentamento: Tipos de discriminação vivenciados, desafios enfrentados, e sugestões para tornar o ambiente profissional mais inclusivo.
8. Significado do trabalho: Satisfação pessoal na atividade profissional, significado do trabalho e motivos de sofrimento e preocupação.
9. Percepção de futuro: Desenvolvimento de potencial profissional e planos futuros de carreira.

Os dados angariados nas entrevistas foram analisados com base na análise temática por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) seguindo o percurso de seis fases proposto:

1. Familiarização com os dados: Transcrição integral das entrevistas seguida de leitura e releitura ativa do conjunto de dados.
2. Geração dos códigos iniciais: Codificação de todo o conjunto de dados, através da seleção de informações de interesse para a pesquisa, e em seguida o agrupamento e identificação desses. Os códigos foram gerados predominantemente pela indução orientada pelos dados.
3. Busca por temas: Análise, comparação e organização visual dos códigos para identificação de temas e subtemas.
4. Revisão dos temas: Refinamento em dois níveis dos temas candidatos, através da releitura de dados sobre cada tema e sua padronização, e em seguida a verificação de cada tema em relação ao conjunto de dados.
5. Definição e nomeação dos temas: Formalização e nomeação dos temas que apontavam para diferentes aspectos da realidade do trabalhador com epilepsia.
6. Discussão: Redação final da análise, estabelecendo o diálogo entre os dados e o referencial teórico fundamentado na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vygotsky (focada na constituição social da subjetividade) e na Clínica da Atividade de Yves Clot (centrada no desenvolvimento do poder de agir e no trabalho como atividade dirigida)

Com base no percurso metodológico adotado e na análise dos relatos obtidos nas entrevistas, foram identificados quatro temas predominantes, que sintetizam aspectos recorrentes nas experiências narradas pelos participantes. Por fim, esses temas evidenciam elementos comuns às vivências de pessoas com epilepsia no contexto de trabalho, permitindo compreender como a condição atravessa suas relações, condições e experiências laborais.

Todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Resultados e Discussões

RESULTADOS

O processo de análise de dados revelou os atravessamentos das dinâmicas organizacionais contemporâneas na vida profissional de pessoas com epilepsia de forma nítida. Os quatro temas centrais gerados a partir das entrevistas compreendem os seguintes pontos.

Primeiramente, o tema “O dilema da revelação do diagnóstico e a gestão de riscos psicossociais no trabalho” revela a decisão de revelar ou ocultar o diagnóstico de epilepsia no ambiente de trabalho, processo esse, que constitui um dos pontos de maior tensão entre os participantes. A ocultação do diagnóstico aparece como uma estratégia de sobrevivência e defesa contra a exclusão desse grupo no mercado de trabalho, tanto no âmbito das relações sociais com outras pessoas, quanto no processo admissional.

“Se você chegar numa empresa hoje e falar que você tem epilepsia eu garanto que 90 por cento das empresas não te contratam” (Entrevista A, comunicação pessoal, 14 ago.2026)

“Logo quando eu fui contratada eu omiti [a epilepsia] pois queria ser admitida” (Entrevista O, comunicação pessoal, 29 jul. .2026)

Em contrapartida, alguns sujeitos optam pela revelação precoce como estratégia de autopreservação física e conscientização dentro do ambiente de trabalho, superando o medo do estigma e o sentimento de vergonha. Considerando o sofrimento subjetivo associado a revelação do diagnóstico, os sentimentos de receio e vergonha dessas pessoas são estruturalmente sustentados por preconceitos, e falta de conhecimento sobre a condição, que associam as crises epilépticas a “questões espirituais”, “possessões demoníacas” ou “loucura”.

"A epilepsia sempre foi muito construída por preconceitos estereótipos, onde as pessoas nos veem como incapazes. Era tido como possessões demoníacas, realmente por preconceito que a sociedade tem e às vezes por não saber lidar, a sociedade não sabe lidar e acaba tendo algum medo"(Entrevista G, comunicação pessoal, 18 ago.2026)

O segundo tema abordado é “Organização do trabalho e produção do sofrimento” que revela como as condições físicas, ambientais, e o ritmo de trabalho imposto pelas organizações atuam como desencadeadores diretos de crises. Condições como pressão temporal e ritmo de trabalho acelerado potencializam estímulos que podem desencadear crises epilépticas, como ansiedade, estresse ou até mesmo condições fisiológicas como fome, vontade de urinar e cansaço.

“Quando eu tava como caixa muitas vezes, vamos supor o horário do almoço era meio-dia, e aí ele sempre atrasava a gente. Teve uma vez que eu fiquei lá até as 15h00 sem comer e eu ficava dando sinal pra eles: olha né já deu meia hora manda alguém me cobrir porque já deu minha hora. E aí nesse dia eles fizeram isso comigo, passou mais de 2h00 do meu horário de comer porque tudo pra mim é muito intenso a forma que eu sinto é de tremer mesmo ” (Entrevista V, comunicação pessoal, 13 ago.2026)

Além disso, as condições concretas do espaço físico de trabalho também impõem sofrimento como a presença de luzes fortes ou calor excessivo:

“Não tem ar-condicionado… eu vou naquele ônibus amarelinho e nesse sol quente agora a partir de agosto parece uma lata... a gente é invisível mas é até tranquilo o serviço [...]"É muito barulho também o ônibus, né?... Eu nunca me protegi. Eu acho que é até por isso que eu fico ansiosa ” (Entrevista N, comunicação pessoal, 18 ago.2026)

O terceiro tema é “Dever de ‘mostrar serviço’ e o sobre-esforço como compensação” que explora a presença de cobrança interna excessiva dos trabalhadores para compensar o estigma da doença. Essa percepção se revela como uma necessidade constante de provar que a epilepsia não limita sua capacidade como profissional, gerando sentimentos de competitividade, rejeição e incapacidade.

“Trabalhar em primeiro lugar é poder provar pra mim mesmo o que eu posso trabalhar, que eu consigo, que eu não sou uma pessoa incapaz... provar coisas mínimas, que eu existo, que eu não sou um erro, que eu não tenho uma doença contagiosa [...] Eu sempre tinha que ser a melhor de todas, eu não cobrava dos outros, eu cobrava de mim ” (Entrevista V, comunicação pessoal, 13 ago.2026)

Este sobre-esforço, contudo, depara-se com barreiras no plano de carreira, impedindo-os de crescer profissionalmente devido a suas limitações, o que gera a desvalorização e invisibilidade diante da gestão.

“A gente sendo da área de inclusão (se referindo a pessoas que precisam de ações de acessibilidade e inclusão) eles não gostam, e se dali veem você crescendo, não acredita no potencial que a gente pode evoluir. A gente que é da inclusão geralmente não sai do básico, do mesmo salário, né? ” (Entrevista J, comunicação pessoal, 27 jul.2026)

Por fim, o tema “Estratégias de enfrentamento e recursos de mediação na atividade real” se refere ao desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas de enfrentamento aos efeitos da epilepsia e das pressões organizacionais. Entre esses efeitos são citadas as perdas de memória, raciocínio lentificado, entre outras limitações cognitivas, causadas tanto pelas crises epiléticas quanto por efeitos colaterais das medicações. Como estratégias cita-se recursos como anotações e roteiros com detalhes sobre as atividades feitas pelo profissional (criado pelo mesmo), isolamento em ambientes com menos estímulos, e o uso de um estimulador do nervo vago (VNS) usado para abortar ou reduzir a intensidade das crises.

“poderia assim poder acabar atrapalhando ou afetando o emocional dela (se referindo a possibilidade de uma pessoa ver a crise epiléptica), porque muitos se assustam. Mas eu busco quando tô percebendo já um mal estado eu entro para dentro de uma áreazinha da copa e aguardo ali se acontecer algo. ” (Entrevista J, comunicação pessoal, 27 jul.2026)

Além disso, o suporte social exibe um importante papel no manejo de situações de risco para pessoas com epilepsia. Assim, a construção de relações de confiança e apoio com pessoas que estão atentas aos sintomas de risco, e que possuem os conhecimentos de primeiros socorros são recursos fundamentais para a segurança desse grupo:

“Todas as vezes que eu tive alguma crise o meu automático é ir para o banheiro e levar alguém comigo, a minha analista, ela já sabia, então se eu fosse no banheiro ela ia comigo na mesma hora então eu me sentia segura” (Entrevista O, comunicação pessoal, 29 jul.2026)

Destaca-se também a rara, e necessária, criação de um espaço para conscientização: Um dos casos revelou que diante de um conflito organizacional recebeu a oportunidade de propor ações sobre epilepsia dentro do seu ambiente de trabalho, o que gerou um movimento que auxiliou outros trabalhadores que ocultavam a epilepsia a revelarem seu diagnóstico e possuírem seu devido suporte.

“Abriram a oportunidade pra eu falar sobre epilepsia, a gente fez um café da manhã e convocou os setores pra gente falar sobre epilepsia e ensinar as pessoas. Tinha mais de 70 pessoas na palestra online” (Entrevista T, comunicação pessoal, 14 ago.2026)

Os temas centrais evidenciam a epilepsia para além de uma condição biomédica, assim, ela também deve ser compreendida enquanto uma condição socialmente construída.

DISCUSSÃO

Yves Clot (2008) aborda a relação entre o trabalho e o trabalhador através da sua noção de Clínica da Atividade, em que a saúde no trabalho não se resume à ausência de doenças ou de crises de cunho clínico, mas sim ao quanto o sujeito possui o meios de expressar um estilo pessoal na execução do trabalho esperado, o “poder de agir”. Tal poder de agir se refere à capacidade do trabalhador de se sentir autor de suas próprias ações, de ser capaz de intervir ativamente sobre a organização do trabalho, transformando-a de acordo com as necessidades impostas pela realidade da atividade. Sendo assim, quando a organização do trabalho se mostra rígida e prescritiva, ela impede o sujeito de transformar sua vivência em recurso para novas ações, e assim se instala o sofrimento da atividade impedida. Ou seja, o sofrimento, diante dessa perspectiva, é proveniente daquilo que o trabalhador é impedido de realizar ou transformar em sua própria rotina de ofício.

Desse modo, compreende-se, portanto, a imprescindibilidade do trabalho como vetor de preservação subjetiva, assim como afirmação da própria existência do sujeito e daquilo que ele produz. Nesse sentido, a fala a seguir exemplifica o esforço do indivíduo nessa direção:

“Trabalhar em primeiro lugar é poder provar pra mim mesmo o que eu posso trabalhar, que eu consigo, que eu não sou uma pessoa incapaz... provar coisas mínimas, que eu existo, que eu não sou um erro, que eu não tenho uma doença contagiosa [...] Eu sempre tinha que ser a melhor de todas, eu não cobrava dos outros, eu cobrava de mim ” (Entrevista V, comunicação pessoal, 13 ago.2026)

Para o entrevistado, o trabalho aparece como forma de acesso à dignidade e utilidade social. Entretanto, nota-se que quando o ambiente de trabalho falha em oferecer o suporte estrutural necessário para o desenvolvimento dessa atividade, o sujeito se sente obrigado a exercer um sobre-esforço compensatório, gerando solidão e sofrimento através da autocobrança excessiva. Desse modo, essa cobrança aponta diretamente para as lacunas de inclusão nos ambientes de trabalho, que ao se proporem a admitir pessoas através das cotas de inclusão formais, não traduzem essa admissão em modificações reais no ambiente, como na seguinte fala, "Se você entra pela cota mas você não tem uma adaptação na empresa, então não tem cota. Eles dizem que não tem recursos" (Entrevista V, comunicação pessoal, 13 ago.2026). Tal citação ressalta o sofrimento

subjetivo do sujeito que não permite a expansão do seu poder de agir, limitando o sujeito a uma inclusão meramente burocrática e clinicamente ineficaz.

Compreendendo os obstáculos criados pela rigidez prescritiva na atividade profissional, cita-se a manifestação dessa rigidez no ritmo de trabalho e no quadro de saúde dos trabalhadores. Na entrevista A, o indivíduo se encontra na linha de produção de uma fábrica, onde está sob extrema pressão temporal. Assim, devido ao estresse e ansiedade causado pela inflexibilidade da atividade, somada às tentativas constantes de encobrir os sintomas da epilepsia e o medo de sofrer uma crise, o entrevistado se vê tendo crises frequentes após anos de estabilidade, com apenas 3 meses no trabalho atual. Nesse sentido, ao buscar melhorar suas condições de trabalho, o entrevistado tenta exercer o seu poder de agir e modificar seu meio através de uma intervenção coletiva de organização (rodízio para a função), com o objetivo de aliviar a sobrecarga de trabalho que o adoecia:

"[Nome do chefe], esses meninos não podem ajudar? Tem quatro, cinco, você não pode colocar um? Já que ninguém gosta de ficar ali naquela parte comigo, é uma parte que ninguém gosta de ficar, então faz um rodízio. Na hora que chegar a vez, um ou outro que não quer ficar vai ter que ficar. É obrigado" (Entrevista A, comunicação pessoal, 14 ago.2026)

A proposta do entrevistado representa uma tentativa de instaurar o que Clot chama de controvérsia profissional, pautado na discussão e transformação nas formas de trabalho e na qualidade de vida no ofício. Entretanto, questões envolvendo desorganização por parte da gestão e recusa da chefia em negociar as regras do trabalho, a iniciativa do entrevistado A foi sufocada. Diante disso, a realidade desse trabalhador é atravessada por uma "amputação do trabalho possível" (Clot, 2008), a qual o impedimento sistemático de sua ação, junto ao medo de ser demitido em caso de seu diagnóstico ser revelado, restringem o poder de agir do indivíduo e o afastamento desse de sua própria atividade.

Diante do sofrimento profissional, que compromete a qualidade e sustentabilidade do trabalho, esse silenciamento do sujeito se manifesta em um desgaste crônico desse, provocando estresse, ansiedade, ou em casos extremos, condições físicas. Considerando o risco de pessoas com epilepsia entrarem em uma crise epiléptica, esse último se mostra como agravante, podendo comprometer não apenas as funções fisiológicas e cognitivas do indivíduo, mas desdobramentos sociais:

"[...] um olhar assim meio estranho das pessoas sabe? No meio da crise, pós-crise né? Parece mas eu não sei se seria um preconceito também, não posso te julgar mas é uma expressão [se referindo a expressão de outras pessoas olhando para ele depois de uma crise epiléptica] que a gente não se sente legal né? A gente fica realmente vulnerável quando tem crise, fica bem pra baixo. E esse olhar assim das pessoas muitas vezes preocupa a gente ainda. " (Entrevista L, comunicação pessoal, 23 jul.2026)

O entrevistado L acima exemplifica os agravos sociais gerados após uma crise epiléptica no seu ambiente de trabalho, levando-o a não ser visto à luz da sua profissão, mas estigmatizado pela sua condição. É relevante o fato de que a crise que gerou o episódio de estranhamento por parte dos colegas de trabalho do entrevistado L, foi causada pela sobrecarga de trabalho, caracterizada por poucos intervalos, e ritmo de

trabalho imposto desrespeitosamente por uma chefia abusiva. A impossibilidade de agir e deliberar sobre seu próprio ofício desdobrou-se em uma crise convulsiva (um dos tipos de crise epiléptica caracterizadas por contrações musculares involuntárias) no expediente, a qual ele "socou o notebook e a janela" (Entrevista L, comunicação pessoal, 23 jul.2026).

Nesse sentido, Clot (1999) define o conjunto de maneiras de agir e ser no ambiente de trabalho como gênero profissional, um patrimônio social e simbólico de um coletivo de trabalhadores. Esse gênero constitui um sistema de regras subentendidas compartilhadas por um grupo, que regulam a cooperação e se tornam instrumento de proteção do trabalhador, frente a atividade real desenvolvida. A potência desse movimento é a sintonização mútua dos trabalhadores ao proteger o indivíduo da solidão e do esgotamento, e essa regulação se mostra fundamental para o exercício profissional da entrevistada N. A trabalhadora em questão é monitora de um transporte escolar, e apesar das más condições de trabalho, como temperatura e imprevisibilidade por parte das crianças, a sua atividade é favorecida pela cooperação silenciosa entre ela e o motorista:

"Meu colega colabora, né? Ele pega e quando alguma criança teima muito, ele reage, ele intervém, né? Eu não consigo, nisso ele tem muita paciência comigo. Talvez se fosse um emprego de carteira assinada eu já teria sido mandado embora. Mas trabalhar para mim é me sentir útil, ter a dignidade de ter um salário" (Entrevista N, comunicação pessoal, 18 ago.2026)

Tal regulação informal estabelecida entre a entrevistada N e o motorista constitui um instrumento social do trabalho, na qual a divisão de tarefas e a paciência mútua compensam as perdas funcionais da monitora decorrentes da medicação. Essa proteção coletiva preserva a saúde no trabalho e dá sentido à existência do sujeito, entretanto, quando o gênero profissional se enfraquece, se fragmenta ou é silenciado por condições organizacionais, o trabalhador é levado ao isolamento e exaustão, como no exemplo a seguir:

""O silêncio ocorre bastante na atual equipe que tô trabalhando, né? (...) A gente fica aquele silêncio com a gente, a gente sente realmente essa exclusão ali, mas eu busco ser forte, mas é complicado" (Entrevista J, comunicação pessoal, 27 jul. .2025)

A fala do entrevistado J exemplifica o sofrimento derivado do enfraquecimento do gênero em sua atual equipe de trabalho, caracterizada pela ausência de diálogo e de trocas informais sobre as atividades de cada sujeito. De acordo com seu relato, embora a equipe preste assistência a ele em crises, há um silêncio que o isola, levando-o a sentimentos de exclusão e distanciamento afetivo do seu trabalho. Em contrapartida, quando há espaço para que o gênero seja suportado pelas transformações dos próprios trabalhadores, o coletivo se torna mais significativo.

O próprio entrevistado J transformou sua experiência pessoal com a epilepsia em um instrumento de educação do seu gênero profissional entre colegas e superiores, passando a dar palestras, produzir ações e se tornar ativista das causas de pessoas com epilepsia: "eles se socorrem outros de forma mais segura porque já sabiam o que passava comigo. Expliquei passo a passo e dei mais segurança" (Entrevista J, comunicação pessoal, 27 jul. 2026). Paralelamente, o caso da entrevistada T também exemplifica uma transformação do gênero ao promover palestras online sobre epilepsia para mais de 70

servidores públicos, fazendo com que o sofrimento deixe de ser um segredo individual e se torne objeto de debate e compartilhamento coletivo. Esses recursos são essenciais para o desenvolvimento social e de saúde mental dentro das organizações, principalmente no âmbito da inclusão e acessibilidade, que devem trazer o protagonismo para aqueles os quais as ações são direcionadas.

Nesse sentido, em "A formação Social da Mente" Lev Vygotsky (1998) apresenta a ideia de que funções psicológicas superiores, como atenção voluntária, memória lógica e comportamento intencional, são mediadas pelo uso de signos e instrumentos culturais, e não apenas de forma puramente biológica. Sendo assim, o sujeito é capaz de dominar suas próprias operações psicológicas através do uso de palavras, escrita, mapas ou anotações externas. Esse movimento reorganiza a percepção do campo visual e temporal do sujeito, compensando limitações biológicas por meio de recursos de ordem histórico-social. Cita-se aqui portanto, o caso da entrevistada H que para lidar com perdas de memória e com a lentificação do raciocínio decorrentes de sua condição clínica, adota instrumentos externos para orientar e planejar suas atividades no trabalho:

"Eu depois de ter anotado o passo a passo de tudo, e estar fazendo isso diariamente, parece que isso ajuda muito, sabe? E a empresa está começando a me passar coisas novas e eu continuo a fazer as anotações, assim tô tendo um suporte muito grande ali de aprendizado. E tem sempre os analistas ali do meu lado me orientando, explicando certinho" (Entrevista H, comunicação pessoal, 11 ago.2026)

A ilustração acima mostra o conceito de mediação e compensação cognitiva de Vygotsky, que possui um papel importante na qualidade de trabalho e autonomia da trabalhadora. Assim, o registro escrito para ela funciona como um mediador, que reorganiza internamente os seus processos cognitivos de atenção e memória, permitindo que ela domine suas funções e se sinta valorizada independentemente das suas limitações como pessoa com epilepsia.

Por fim, Vygotsky (1998) salienta a importância do meio e das interações sociais nos processos de desenvolvimento das funções superiores do indivíduo, essas que podem atuar como facilitadoras da compensação, ou como barreiras que duplicam o sofrimento biológico por meio da exclusão social. Portanto, quando a organização do trabalho rejeita as adaptações e as especificidades do trabalhador atípico, ela atua como restrição do desenvolvimento do sujeito, assim como cita a entrevistada V "se você entra pela cota mas você não tem uma adaptação na empresa, então não tem cota" (comunicação pessoal, 13 ago. 2026). Essa fala reflete a necessidade de ações eficientes de inclusão e acessibilidade, onde o ambiente organizacional atua como um espaço rico de mediações e assistência coletiva, fornecendo recursos, instrumentos e suporte necessários para que o trabalhador com epilepsia possa exercer plenamente seu direito de existir e atuar de forma digna no mundo.

Conclusão

O presente estudo evidenciou que a experiência de trabalho das pessoas com epilepsia é atravessada não tão somente pela condição neurológica em si, mas também, pelas

relações e condições concretas em que cada atividade profissional se realiza. Partindo da compreensão social sobre a pessoa com epilepsia e o mercado de trabalho, uma revisão de literatura (Golfetto, Dametto & Moretto, 2019) aponta a tomada de um olhar biomédico sobre o epiléptico que o afasta do ambiente laboral sem considerar o importante papel social desse. Portanto, se estabelece uma dificuldade de inserção e permanência desse público nos seus trabalhos com limitações que não se restringem a condições orgânicas do próprio indivíduo, mas produzidas pelas relações sociais, estigmas e a própria organização do trabalho.

Nesse sentido, direcionamos o estudo para o protagonismo das pessoas com epilepsia, gerando descobertas que giram em torno de quatro dimensões centrais experienciadas pelos sujeitos. A primeira diz respeito ao dilema entre revelar ou ocultar o diagnóstico, no qual a ocultação surge como uma estratégia de sobrevivência frente ao estigma e ao receio da não contratação, enquanto a revelação, quando possível, aparece associada à autopreservação psíquica, ao receio da vergonha e o tratamento diferencial. A segunda evidenciou que a organização do trabalho com seus ritmos acelerados, ausência de pausas regulares, condições físicas inadequadas como calor e ruído excessivos, atuam como desencadeadora direta de crises e sentimentos de exclusão, transformando o próprio ambiente laboral em fator de risco. A terceira dimensão revelou o sobre-esforço compensatório exercido pelos trabalhadores para provar sua capacidade profissional, gerando sofrimento subjetivo e, com frequência, barreiras ao crescimento de carreira. Por fim, a quarta dimensão apontou estratégias individuais e coletivas de enfrentamento, nas quais o suporte social e a construção de um gênero profissional solidário se mostraram fundamentais para a preservação da saúde e do poder de agir.

Os achados desta pesquisa aproximam-se dos resultados apresentados por Golfetto (2018), ao evidenciarem que as repercussões da epilepsia no trabalho não se restringem às manifestações clínicas da condição, identificando a presença de fatores psicossociais, como o estigma, a baixa autoestima e as dificuldades diante de situações adversas. Compreende-se portanto, que a inclusão efetiva exige escuta ativa do trabalhador para que haja transformação concreta, e supra a necessidade de conscientização, participação e colaboração por parte dos gestores, equipes e colegas de trabalho, para apoio à inserção e permanência de profissionais com epilepsia no mercado de trabalho.

Referências

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI:https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa.

CLOT, Yves. A ação e o sentido no trabalho: psicologia do trabalho e atividade humana. Petrópolis: Vozes, 2010.

CLOT, Yves. A função psicológica do trabalho. Tradução de A. Sobral. Petrópolis: Vozes, 2006. Obra original publicada em 1999.

CLOT, Yves. Trabalho e poder de agir. Tradução de G. J. F. Teixeira e M. M. Z. V. Camargo. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. Obra original publicada em 2008.

CLOT, Yves. Clínica da atividade e psicopatologia do trabalho. In: FALZON, Pierre (org.). Ergonomia construtiva. São Paulo: Blucher, 2017. p. 119–132.

GOLFETTO, Vando. Epilepsia e trabalho: aspectos biopsicossociais da qualidade de vida. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018.

GOLFETTO, V.; DAMETTO, J.; MORETTO, C. F. O discurso médico-científico acerca da relação epilepsia e trabalho: prescrições, limites e possibilidades ao sujeito trabalhador. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 24, n. 47, 2020. DOI: https://doi.org/10.52780/res.11832.

MIZIARA, C. S. M. G.; MIZIARA, I. D.; MUÑOZ, D. R. Epilepsia e trabalho: quando a epilepsia deve ser considerada incapacitante? Saúde, Ética & Justiça, v. 16, n. 2, p. 103–110, 2011. Disponível em:https://revistas.usp.br/sej/article/view/45883. Acesso em: 25 ago. 2026.

NARDUCCI, F. et al. Epilepsy and employment in Europe: a systematic review of literature. European Journal of Neurology, v. 32, n. 4, e70129, 2025. DOI: https://doi.org/10.1111/ene.70129.

SALGADO, P. C. B.; SOUZA, E. A. P. de. Impacto da epilepsia no trabalho: avaliação da qualidade de vida. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, v. 60, n. 2B, p. 442–445, 2002.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Epilepsy. Geneva: World Health Organization, 2024. Disponível em:https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/epilepsy. Acesso em: 22 ago. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Intersectoral global action plan on epilepsy and other neurological disorders 2022–2031. Geneva: World Health Organization, 2023. Disponível em:https://www.who.int/publications/i/item/9789240076624. Acesso em: 22 ago. 2026.

CÓDIGO: HS0852

AUTOR: LETICIA CARLOS DE AGUIAR

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: Assassin’s Creed Origins: os egípcios no videogame francês

Resumo

Lançado em 2017 pela empresa desenvolvedora de games Ubisoft, Assassin’s Creed Origins é ambientado no Egito do século I A.E.C., a transição do Egito Ptolomaico para o Egito Romano, e apresenta uma simulação do Egito construída a partir da articulação entre elementos do Egito faraônico, ptolomaico e romano. Ao reelaborar fontes históricas e arqueológicas para especializar o passado para o público contemporâneo, o jogo constrói por meio de diferentes períodos uma identidade egípcia para o público global. A presença de personagens históricos, espaços urbanos, templos e práticas religiosas contribuem para a exposição de uma identidade egípcia marcada pelas tradições locais e influências estrangeiras. Nesse sentido, o propósito da pesquisa é utilizar o jogo como exemplo de Recepção da Antiguidade, compreendendo o Assassin’s Creed Origins como uma produção cultural que articula memória, identidade e consumo cultural do passado para a elaboração do jogo.

Palavras-chave: História Antiga. Egito Antigo. Recepção. Identidade. Assassins Creed.

TITLE: Assassin's Creed Origins: Egyptians by a French videogame

Abstract

Released in 2017 by the game development company Ubisoft, Assassin’s Creed Origins is set in Egypt in the 1st century BCE, during the transition from Ptolemaic to Roman Egypt, and presents a simulation of Egypt constructed through the articulation of elements from Pharaonic, Ptolemaic, and Roman Egypt. By reworking historical and archaeological sources to spatialize the past for a contemporary audience, the game constructs, through different historical periods, an Egyptian identity for a global audience. The presence of historical figures, urban spaces, temples, and religious practices contributes to the representation of an Egyptian identity marked by local traditions and

foreign influences. In this sense, the purpose of this research is to examine the game as an example of the Reception of Antiquity, understanding Assassin's Creed Origins as a cultural production that articulates memory, identity, and the cultural consumption of the past in the development of the game.

Keywords: Ancient History. Ancient Egypt. Reception. Identity. Assassin's Creed.

Introdução

O Assassin's Creed Origins é um jogo de Role-Playing Games (RPG) de ação e mundo aberto desenvolvido pela empresa Ubisoft no ano de 2017, empresa esta que possui uma franquia de jogos (Assassin's Creed) adaptando diferentes tempos históricos. Ambientado no Egito do século I A.E.C., durante o reinado de Cleópatra VII, o jogo apresenta a origem da ordem dos assassinos, com o protagonista Bayek de Siuá, um medjai, guardião tradicional do Egito Faraônico e último da sua linhagem que tem como propósito vingar a morte do seu filho, assassinado por uma ordem secreta. A vingança de Bayek se inicia como uma luta pessoal, mas logo se transforma em uma trama política e ideológica.

Origins é um marco importante para a Ubisoft, destacando a renovação da empresa em um momento conturbado de crise e tentativas de aquisição por parte da Vivendi em 2015/2016 e que, para se reposicionar criativamente e financeiramente lança o Assassin's Creed Origins, grande responsável pelo lucro operacional de mais de 1,7 bilhões de euros em 2017. Desse modo, o AC Origins não pode ser interpretado apenas como fonte de entretenimento, mas como um projeto empresarial e cultural no qual, a partir da recepção da antiguidade, constrói a ambientação de um Egito que articula autenticidade histórica e alcance comercial, consolidando sua posição no mercado e estimulando discussões sobre memória, identidade e consumo cultural do passado.

Sob essa perspectiva, estudar a Recepção na antiguidade, especificamente no Assassin's Creed Origins consiste em compreender como este jogo constrói uma simulação do Egito ptolomaico e das identidades inseridas nesse período. Desse modo, buscamos analisar como o jogo se utiliza de elementos do passado como a organização do espaço urbano, as crenças religiosas, a cultura material, dentre outros elementos para elaborar uma interpretação contemporânea do Egito Antigo, evidenciando as múltiplas identidades apresentadas no universo do jogo.

Metodologia

A pesquisa se desenvolveu a partir da análise do jogo digital Assassin's Creed Origins, tendo como Teoria a Recepção da História, que busca compreender como o jogo interpreta o Egito Antigo e como transforma o passado em um espaço virtual de exploração e experimentação destinado ao público contemporâneo. O procedimento de análise foi dividido em quatro etapas realizadas ao longo do semestre.

O primeiro momento consistiu na análise da obra e o seu conteúdo. Para isso foi efetuada a experiência de gameplay do Origins em console, considerando o jogo como fonte de pesquisa. Além disso, acompanhamos gameplays produzidos por outros jogadores e disponibilizados em plataforma de vídeo, com o objetivo de observar a narrativa principal do jogo e as falas e interações entre o personagem principal e os personagens secundários.

Durante esse processo foi executado o preenchimento de uma ficha de microetnografia conforme a atualização de Helyom Viana Telles (2019) para a proposta de Seth Giddins (2009). O modo de análise o qual Telles adota fundamenta-se na perspectiva de Gonzalo Frasca (2001), segundo a qual considera a simulação como paradigma cognitivo, contrapondo a abordagem puramente estruturalista de Robson Belo e José Antonio Vasconcelos (2017) que definem o videogame como simples meio de representação histórica. Conforme Claudio Fogu (2009), considera-se o modo como a simulação opera e a sua forma de modelar comportamentos. Nesse contexto, o passado é apresentado além do conteúdo narrativo, mas é incorporado às possibilidades de exploração e interação oferecidas pelo jogo, fazendo com que os elementos históricos sejam experimentados por meio da articulação entre espaço, narrativa e mecânicas de jogo.

A ficha da microetnografia do gameplay contém as seguintes categorias: Plataformas; Valor do jogo ao longo dos anos; Recursos e ganho de experiência; Sistema de evolução; Descrição do espaço; Associações; População digital; Textos e hipertextos; Comunidades e grupos de jogo; Enredo; Referência literária do enredo; Organização visual da tela e informações; Sistemas de interação e comunicação; Sistema de orientação; Inventário e itens; Comandos; Introdução do jogo e modo de treino; Qualidade gráfica; Avatar; Personagens históricos; Fases; Nível de violência em associação às fases; Elementos ideológicos; Principais canais de divulgação no YouTube e números de visualização.

O segundo momento teve o propósito de compreender a fonte enquanto produto, lendo sobre o contexto histórico da produção do jogo. No terceiro momento foi feita a análise em busca do entendimento das necessidades para tal obra ou quais entendimentos da Antiguidade a Ubisoft teve à disposição quando construíram a obra, compreendendo as motivações da empresa para realização do gameplay. Por fim, foi efetuado o mapeamento da abrangência dessas obras e esquematizado a sua propagação na sociedade contemporânea.

Resultados e Discussões

Para compreender a representação do Egito em Assassin's Creed Origins, é necessário primeiramente definir o conceito de Recepção adotado nesta pesquisa e diferenciá-la do conceito de Usos do Passado. Embora ambos partam da compreensão de que a Antiguidade é apropriada e ressignificada a elementos contemporâneos, estes conceitos possuem discussões diferentes. Conforme Glaydson José da Silva, Pedro Paulo Funari e Renata Senna Garraffoni (2020), a categoria de Usos do Passado discute a apropriação da Antiguidade e a utilização de elementos como eventos e figuras históricas com intenção e objetivos políticos pedagógicos, ideológicos e identitários, incorporando ou omitindo o passado em narrativas construídas no tempo presente. Já a Recepção possui uma definição ampla, tornando difícil de definir este conceito. A Recepção se refere à interação entre o

passado e presente e à forma como ambos se relacionam e como estão interligados, podendo ser analisada na literatura, no cinema, nos jogos digitais entre outros diferentes suportes; o foco é compreender como estes meios interpretam o passado e como o transformam para a contemporaneidade, qual a narrativa é construída para o público.

No que tange ao estudo de Recepção com jogos digitais, para essa pesquisa, parte-se do entendimento de que os jogos digitais vão além de produtos destinados ao entretenimento, mas atuam como mídias interativas capazes de relacionar o jogador com o passado apresentado por meio da simulação. A interação do jogador com o ambiente virtual possibilita que o passado, nesse caso o Egito Antigo, seja explorado e experienciado a partir das mecânicas do jogo, sendo possível interagir com o cenário, dialogar com os personagens e vivenciar o Egito do século I A.E.C. por meio da narrativa produzida pela empresa Ubisoft. Desse modo, a escolha em abordar desse tempo histórico não se dá por acaso. Durante o século I A.E.C o Egito passava por grandes transformações políticas e sociais com a dinastia ptolomaica e a ascensão dos romanos no território, o jogo escolhe abordar essa narrativa mesclando elementos do Egito faraônico e Ptolomaico e Romano para construir uma identidade egípcia para o público geral. A escolha da temporalidade aborda as disputas políticas entre o Ptolomeu XIII e Cleópatra VII, as revoltas contra Ptolomeu e as ações de Cleópatra para ascender ao trono.

Com base nas observações feitas a partir da análise direta de gameplays, assim como a observação de gameplays produzidas por outros jogadores e a produção da ficha de microetnografia, identificamos as múltiplas identidades apresentadas no Assassin's Creed Origins e como elas são representadas no jogo. Entre os elementos observados na ficha de microetnografia, os espaços fronteiriços têm grande relevância para a construção da identidade egípcia no game, as cidades apresentam ao público as diferenças culturais, políticas e sociais dos Espaços Fronteiriços daquele território. Desse modo, as cidades funcionam como elementos ativos na construção da representação do Egito elaborada pela Ubisoft.

A divisão geográfica do Origins apresenta diversas regiões do Egito e da atual Líbia, sendo possível para o jogador transitar, interagir com o ambiente e efetuar missões em todas as cidades que se estendem pelo mapa. No que tange a pesquisa, considerou-se para a análise do Espaço as cinco principais cidades e regiões: Siuá, Alexandria, Mênfis, Cirene e Cocodilópolis. Apesar de Cirene não integrar o território do Egito, a cidade e região da Cirenaica estão presentes no mapa, constituindo um espaço fronteiriço do território egípcio. Desse modo, cada uma das regiões apresenta características particulares que evidenciam as múltiplas identidades do território e as diferentes expressões que aparecem na simulação por meio da arquitetura, dos cultos religiosos em cada cidade e da composição da população digital.

A estruturação dos Espaços Urbanos no ambiente virtual atua como uma das principais formas de mesclar o Egito Faraônico e o domínio Ptolomaico, apresentando ao público geral a narrativa de transformações políticas e sociais do período, bem como a identidade da região. O estudo da Recepção para o Assassin's Creed Origins exige considerar as particularidades apresentadas na mídia em comparação a outras formas de apropriação do passado. Conforme Claudio Fogu (2009), os videogames atuam em um processo de espacialização e virtualização do passado, transformando o passado para além da descrição e narrativa apresentada e transformando em um espaço virtual que permite ao jogador explorar e o experimentar, interagindo com o espaço. A simulação possibilita que

determinadas interpretações sejam estruturadas no ambiente virtual, sendo relevante considerar a influência desses espaços para o público consumidor do jogo.

A cidade de Siuá por exemplo, é marcada pela forte expressão egípcia na cidade. Sendo a cidade do protagonista Bayek, Siuá apresenta uma área de construções mais simples, com uma população digital majoritariamente egípcia e com algumas expressões de revolta e oposição ao faraó Ptolomeu. Siuá possui forte expressão de tradições egípcias que se apresentam por meio dos cultos ao deus Âmon, assim como pelas missões disponíveis na cidade e a própria origem de Bayek e sua função como mejdai. Essas narrativas demonstram as práticas culturais vinculadas a tradição.

Do mesmo modo, a cidade de Mênfis atua como a representação de tradições egípcias no jogo, com grande destaque para os monumentos religiosos representados no ambiente virtual, a presença de sacerdotes e da prática de culto reforçam a influência religiosa na composição da cidade. Mênfis evidencia que as práticas religiosas permaneceram mesmo após a dinastia ptolomaica, demonstrando a coexistência entre a cultura egípcia e grega que molda a identidade dos indivíduos.

Em oposição a essas cidades, Alexandria e Cirene apresentam a grande influência da cultura grega. Alexandria é marcada pela forte expressão da cultura helenística no território egípcio, com características que estruturavam a pólis grega, como teatros, templos, ágora, além de haver uma distinção entre os gregos e egípcios na população digital. Cirene, por sua vez, faz parte da Cirenaica, uma importante área de colonização grega, sendo representada no mapa do Origins como uma região fronteiriça ao Egito. A cidade evidência a cultura helenística por meio da formação dos espaços coletivos e individuais, estabelecendo um contraste entre o território grego e o território egípcio. A simulação desses espaços produz no jogador a percepção da ampla diversidade entre os grupos étnicos e culturais no Egito e nas suas proximidades durante o século I A.E.C.

Crocodilópolis por sua vez, tem uma construção espacial distinta em comparação com as demais localidades. A cidade é associada ao forte culto ao deus Sobek e possui uma vasta quantidade de crocodilos que cercam o espaço.As escolhas de simulação podem ser associadas primeiramente ao nome da cidade e à grande quantidade de crocodilos em seu entorno, possivelmente uma forma de fazer referência ao nome denominado pelos gregos, sendo uma escolha da Ubisoft se referir a cidade como Crocodilópolis e não Shedet, nome de origem. Do mesmo modo, a imagem de um ambiente úmido e pantanoso pode demonstrar como o Assassin's Creed escolheu representar as diferentes vegetações e a grandiosa fauna da região, evidenciando por meio das cidades a diversa biodiversidade presente.

Nesse sentido, os elementos que estruturam a espacialização das localidades analisadas contribuem para uma percepção do jogador para a diversidade cultural do Egito, sendo possível perceber desde a caracterização dos espaços urbanos, assim como por meio da vegetação, da fauna e da população que preenche as cidades que estes diferentes elementos juntos constituem as múltiplas identidades presentes no Egito Ptolomaico. Sob a perspectiva da Recepção, essa construção pode ser entendida como uma interpretação contemporânea do Egito no século I A.E.C., uma vez que elementos históricos são selecionados, reorganizados e incorporados ao ambiente virtual de acordo com a narrativa que a empresa gostaria de abordar no jogo. O Assassin's Creed Origins aborda a trama de vingança do personagem Bayek que logo se desenvolve em uma guerra política e

ideológica envolvendo personagens históricos e principalmente a disputa entre Cleópatra e Ptolomeu, para isso se faz necessário apresentar o Egito Antigo com as disputas que o cercavam.

A identidade egípcia narrada no jogo, portanto, é construída pela história principal apresentada ao jogador, mas também está muito presente na simulação do mundo do Origins. Diferentes aspectos do Egito Ptolomaico são especializados no ambiente virtual, evidentes por meio da arquitetura, da expressão religiosa nas cidades, da composição da população digital, na constituição da fauna e da flora e nas conversas disponíveis com ou entre os NPCS. Desse modo, a identidade egípcia não aparece de uma forma única e homogênea, mas é incorporada no ambiente virtual com base em diferentes elementos que compõem o espaço simulado. A exploração das localidades possibilita ao jogador compreender as diferenças culturais e sociais nos espaços analisados, colaborando para o entendimento das múltiplas identidades presentes no Egito durante a dinastia Ptolomaica. Essa incorporação pode ser associada à interpretação contemporânea da Antiguidade, na qual a Ubisoft seleciona e organiza diferentes fontes históricas e às estruturam em uma narrativa e simulação. Assim, a identidade egípcia presente no Origins se refere ao resultado das escolhas feitas para produção de um passado jogável e que se adequasse aos interesses do público contemporâneo.

Conclusão

A partir da discussão apresentada, compreende-se que o Assassin's Creed Origins constrói a identidade do Egito Ptolomaico a partir de uma interpretação contemporânea da Antiguidade, realizada por meio das escolhas e perspectivas mobilizadas pelos responsáveis pela produção do game. Deve-se considerar que o Egito Antigo é apresentado com base nas referências historiográficas, culturais e no próprio contexto em que foi produzido. O lançamento do Origins em 2017 pós Primavera Árabe (2011) ocorreu em um período marcado pela instabilidade política e forte repressão e centralização política durante o governo de Abdel Fattal El-Sisi. Nesse cenário, o Assassin's Creed é lançado abordando temas como Opressão, revolução e a busca por liberdade. Embora não se possa estabelecer uma conexão direta entre o contexto político e a escolha da Ubisoft sobre a temática, pode-se pensar acerca de como o passado egípcio foi ressignificado e pensado a partir de questões contemporâneas.

Outro aspecto fundamental para a análise do gameplay é a organização dos espaços no ambiente virtual, a simulação age ativamente na produção de sentido sobre o Egito por meio da exploração interativa com os espaços e com a população digital, fazendo com que determinadas interpretações sejam experienciadas não só pela narrativa, à exemplo são os protestos contra o faraó proferidos por NPCS em determinados pontos do mapa. A identidade produzida se propaga não apenas pelos acontecimentos da história fictícia, mas também pela relação do jogador com o espaço simulado, sobretudo pela sua exploração.

Por conseguinte, os resultados permitem compreender o Assassin's Creed Origins como um produto de Recepção e circulação de determinada perspectiva sobre o Egito. Se entende que o jogo não se compromete em abordar integralmente o passado, o passado não pode ser reproduzido perfeitamente, o que é feito é uma simulação que permite aos

jogadores vivenciarem uma interpretação contemporânea da Antiguidade, produzida com base nas influências realizadas pelo tempo presente e por assimilação do que faz sentido e é relevante ser incluído no jogo.

Por fim, a pesquisa também evidencia possibilidades de aprofundamento que vão além do recorte discutido. O preenchimento da ficha de microetnografia demonstra que o objeto de estudo pode evoluir para mais análises de diferentes elementos no mundo do Assassin's Creed Origins, possibilitando novas discussões sobre recepção nos jogos digitais. Dentre as possibilidades destaca-se a representação de personagens históricos como a Cleópatra VII, além de análises de falas expostas pelos personagens principais e secundários que podem seguir outras formas de compreensão na construção da identidade egípcia. O estudo da Recepção no Assassin's Creed Origins tem grandes possibilidades de pesquisas e diferentes dimensões de análise.

Referências

AARSETH, Espen. Cibertexto: perspectivas sobre a literatura ergódica. Lisboa: Pedra de Roseta, 2006.

AARSETH, Espen. O jogo da investigação: Abordagens metodológicas à análise de jogos. Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura, Lisboa, n. 4, jul. 2011.

APPERLEY, Tom; BEAVIS, Catherine. A model for critical games literacy. E-Learning & Digital Media, Thousand Oaks, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2013.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1991.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BRIERLEY-BEARE, Amy. The Language of Digital Love: Introducing a Taxonomy of Romance for the AAA Game. Game Studies – the international journal of computer game research, v. 25, n. 2, jul. 2025.

CARREIRO, Marcelo. Jogando o passado: videogames como fontes históricas. História e Cultura, Franca, SP, v. 2, n. 2, p. 157-173, 2013.

CRUZ, Matheus Morais; MENDES, Jéssica Silva. Múmias digitais: práticas funerárias em Assassin's Creed Origins. R. Museu Arq. Etn., v. 36, p. 177-190, 2021.

HARDWICK, Lorna; STRAY, Christopher. A companion to Classical Receptions. Londres: Wiley Blackwell, 2008.

HARTOG, François. Memória de Ulisses. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HARTOG, François. O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 21 ago. 2026.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAID, Edward. Orientalismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SHOHAT, E.. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. Cadernos Pagu, n. 23, p. 11–54, jul. 2004.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Crítica da Imagem Eurocêntrica: multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Glaydson José da. Antiguidade, arqueologia e a França de Vichy: usos do passado. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43-66, ago. 2020.

SILVA, Gilvan V. da; SILVA, Érica C. M. da (org.). Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos. Vitória, ES: GM Ed., 2015.

SIMMS, Robert C. (org.). Brill's Companion to Prequels, Sequels, and Retellings of Classical Epic. Leiden; Boston: Brill, 2018.

UBISOFT ENTERTAINMENT. Ubisoft reports full-year 2017-18 sales and earnings figures. GlobeNewswire, 17 maio 2018. Disponível em: https://www.globenewswire.com/news-release/2018/5/17/1508389/0/en/UBISOFT-REPORTS-FULL-YEAR-2017-18-SALES-AND-EARNINGS-FIGURES.html. Acesso em 4 set. 2025.

VASQUES, M. S. 2005. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VIANA TELLES, Helyom. Jogar e compartilhar: por uma descrição densa dos jogos eletrônicos baseados em simulações do passado. In: ALVES, Lynn; VIANNA, Helyom;

MATTA, Alfredo (org.). Museus virtuais e jogos digitais: novas linguagens para o estudo da história. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 59-90.

VIANA-TELLES, Helyom. Antropologia e game studies: o giro cultural na abordagem sobre os jogos eletrônicos. In: ALVES, L.; NERY, J. (org.). Jogos eletrônicos, mobilidades e educações: trilhas em construção. Salvador: Edufba, 2015. p. 157-184.

VIANA-TELLES, Helyom. Ensino de história e videogame: problematizando a avaliação de jogos baseados em representações do passado. In: ALVES, L.; COUTINHO, I. (org.). Jogos Digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidências. Campinas: Papirus, 2016. p. 125-146.

VIANA-TELLES, Helyom. Halbwachs no Holodeck: jogos eletrônicos e memória coletiva. Revista Mídia e Cotidiano, Niterói, n. 10, dez. 2016.

VIANA-TELLES, Helyom. História digital, sociologia digital e humanidades digitais: algumas questões metodológicas. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 5, p. 74-101, ago. 2017.

VIANA-TELLES, Helyom. Mutações na Imagem uma perspectiva antropológica sobre a cultura visual dos meios de entretenimento digital. Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, n. 20, p. 47-62. 2005.

VIANA-TELLES, Helyom. Um passado jogável? Simulação digital, videogames e história pública. Revista Observatório, Palmas, v. 2, n. especial 1, p. 163-191, maio, 2016.

XENOPHONTOS, Sophia; OIKONOMOPOULOU, Katerina (org.). Brill's Companion to the Reception of Plutarch. Leiden; Boston: Bril

Anexos



Ficha de microetnografia - p.1



Ficha de microetnografia - p.2



Ficha de microetnografia - p.3



Ficha de microetnografia - p.4



Ficha de microetnografia - p.5



Ficha de microetnografia - p.6



Ficha de microetnografia - p.7



Ficha de microetnografia - p.8

CÓDIGO: HS0863

AUTOR: DANIEL ALVES VENCESLAU

ORIENTADOR: RODRIGO SILVA IELPO

TÍTULO: Ciência da noite: o vodu haitiano como guardião da opacidade em País sem chapéu, de Dany Laferrière

Resumo

Este trabalho analisa a representação do vodu haitiano em País sem chapéu, de Dany Laferrière, a partir das noções de opacidade, Relação, pensamento arquipélago, crioulização e identidade-rizoma, formuladas por Édouard Glissant. Publicado como narrativa do retorno do autor-narrador ao Haiti após vinte anos de exílio, o romance estrutura-se na alternância entre os capítulos “País real” e “País sonhado”. Essa organização evidencia a coexistência entre a realidade cotidiana, marcada pela pobreza, pela memória política e pela sobrevivência, e uma dimensão noturna povoada por mortos, divindades, sonhos e entidades do vodu. A análise concentra-se na presença dos ancestrais, na figura do passador, na oposição entre “ciência diurna” e “ciência noturna” e na experiência do retorno como impossibilidade de recuperação de uma origem fixa. Argumenta-se que o vodu não é apresentado como superstição ou elemento exótico, mas como uma forma de conhecimento e resistência à transparência colonial. Ao preservar aquilo que não pode ser inteiramente traduzido pela racionalidade ocidental, a cosmologia vodu atua como guardiã da opacidade e contribui para a construção de uma identidade haitiana relacional, múltipla e não totalizante.

Palavras-chave: Dany Laferrière; vodu haitiano; opacidade; Édouard Glissant; identidad

TITLE: The Science of the Night: Haitian Voodoo as the Guardian of Obscurity in Down among the Dead Men by Dany Laferrière

Abstract

This paper analyzes the representation of Haitian Vodou in Dany Laferrière’s Pays sans chapeau through the concepts of opacity, Relation, archipelagic thought, creolization, and rhizomatic identity developed by Édouard Glissant. Framed as the narrator’s return to Haiti after twenty years in exile, the novel is structured through the alternation

between the chapters “Real Country” and “Dream Country.” This organization reveals the coexistence of everyday reality, marked by poverty, political memory, and survival, with a nocturnal dimension inhabited by the dead, deities, dreams, and Vodou entities. The analysis focuses on the presence of ancestors, the figure of the passer, the opposition between “daytime science” and “nighttime science,” and the experience of return as the impossibility of recovering a fixed origin. It argues that Vodou is not presented as superstition or an exotic cultural element, but as a form of knowledge and resistance to colonial transparency. By preserving what cannot be entirely translated by Western rationality, the Vodou cosmology acts as a guardian of opacity and contributes to the construction of a relational, multiple, and non-totalizing Haitian identity.

Keywords: Dany Laferrière; Haitian voodoo; opacity; Édouard Glissant; cultural i

Introdução

Dany Laferrière, nascido em 13 de abril de 1953, em Porto Príncipe, Haiti, é escritor, ensaísta, poeta, jornalista e cineasta. Em 1976, deixou o país e exilou-se no Canadá em razão do contexto político instaurado durante o regime de Jean-Claude Duvalier, conhecido como Baby Doc. Em Montreal, onde passou a viver, trabalhou como operário e desenvolveu uma produção literária marcada pela presença da memória, do deslocamento e das experiências relacionadas ao Haiti e à diáspora. Em 2009, recebeu o Prix Médicis por L’Énigme du retour, obra que narra o retorno ao Haiti após trinta e três anos fora do país, em razão da morte de seu pai. Em 2013, foi eleito para a Académie Française, tornando-se o primeiro haitiano a integrar a prestigiosa instituição.

A escrita de Laferrière articula frequentemente elementos autobiográficos e ficcionais para explorar os mais diversos temas em suas obras. Seus textos apresentam personagens e narradores situados entre diferentes espaços geográficos, contextos linguísticos e formas de compreender o mundo. Essa posição deslocada permite ao autor de trabalhar com as diversas visões do olhar estrangeiro sob o seu país, além de sua própria visão enquanto sujeito diaspórico em um novo contato com seu país natal.

Publicado originalmente em francês sob o título Pays sans chapeau (1996), o romance País sem chapéu (2011), traduzido no Brasil por Heloisa Moreira, narra o retorno do narrador ao Haiti após vinte anos de exílio, para a escrita de um novo livro. Entretanto, a volta a Porto Príncipe não representa a recuperação de uma origem intacta ou de uma identidade plenamente preservada. Ao reencontrar a mãe, a tia, os amigos, a língua crioula e as paisagens de sua infância, o narrador se depara com um país transformado e com uma necessidade de reconstruir sua relação com o lugar de onde partiu. O retorno é, assim, marcado pelo reconhecimento, mas sobretudo, pelo estranhamento do país e das relações que dele são estabelecidas.

A estrutura do romance expressa essa experiência ambivalente por meio da alternância entre capítulos intitulados “País real” e “País sonhado”. De um lado, encontra-se a realidade cotidiana da população haitiana, marcada pela pobreza, pela sobrevivência, pelas consequências da violência política e pela intervenção militar americana. De outro, apresenta-se uma dimensão noturna povoada por mortos, divindades, sonhos e entidades relacionadas ao vodu. Essas duas dimensões não excluem uma à outra, tampouco se

fundem completamente: elas coexistem e estabelecem relações constantes, revelando diferentes modos de experimentar o tempo, a memória e a realidade.

Neste contexto, o presente estudo busca analisar de que maneira o vodu haitiano é representado em País sem chapéu como uma forma de conhecimento, resistência e preservação da opacidade. A análise concentra-se na relação entre vivos e mortos, na estrutura dupla do romance, na oposição entre as ciências "diurna" e "noturna" e na experiência do retorno como crítica à ideia de uma origem única. Em diálogo complementar com Stuart Hall, especialmente com suas reflexões sobre identidade cultural, diáspora, continuidade e ruptura, pretende-se demonstrar que o vodu, na narrativa de Laferrière, não é apresentado como superstição, charlatanismo ou elemento exótico, mas como uma força religiosa que sustenta uma identidade haitiana relacional, múltipla e em constante transformação.

Metodologia

A abordagem metodológica deste estudo será qualitativa, bibliográfica e crítico-interpretativa, fundamentada principalmente e inicialmente nas contribuições de Édouard Glissant e, de modo complementar, de Stuart Hall. A análise irá se concentrar no romance País sem chapéu, de Dany Laferrière, com o objetivo de investigar como o vodu haitiano é representado como uma forma de conhecimento, resistência e preservação da opacidade. Serão mobilizados, especialmente, alguns conceitos glissantianos como Relação, pensamento arquipélago, crioulização, opacidade, errância e identidade-rizoma, articulados às reflexões de Hall sobre identidade cultural, diáspora, continuidade e ruptura.

A etapa inicial da pesquisa consistirá em uma leitura atenta e integral de País sem chapéu, considerando tanto sua organização formal quanto os temas desenvolvidos ao longo da narrativa. Será observada, em primeiro lugar, a alternância entre os capítulos intitulados "País real" e "País sonhado", buscando compreender de que modo essa estrutura produz uma coexistência entre diferentes dimensões da experiência haitiana. O "país real", associado à sobrevivência cotidiana, à pobreza e à memória da violência política, será analisado em relação ao "país sonhado", espaço narrativo povoado por mortos, divindades, sonhos e entidades vinculadas ao vodu.

A leitura do romance também terá como foco os episódios em que a cosmologia vodu interfere diretamente na vida dos personagens e na construção da voz narrativa. Alguns elementos a serem examinados são o ritual de servir café aos mortos, a permanência dos ancestrais no cotidiano dos vivos, a figura do passador e a possibilidade de atravessar para o "lado de lá". Esses episódios serão interpretados não como manifestações meramente folclóricas ou exóticas, mas como componentes de uma lógica cultural não ocidental que questiona a separação ocidental entre vida e morte, visível e invisível, realidade e imaginação.

A partir das formulações de Édouard Glissant, a pesquisa analisará como essas relações constituem uma experiência de coexistência não totalizante. O conceito de Relação permitirá compreender a maneira pela qual vivos e mortos, passado e presente, Haiti e

diáspora, memória e imaginação permanecem vinculados sem perder suas diferenças. A noção de pensamento arquipélago será utilizada para interpretar a estrutura fragmentada e alternada do romance, na qual cada capítulo funciona como uma unidade relativamente autônoma, mas estabelece relações com as demais. A obra será, assim, compreendida como uma composição de diferentes ilhas narrativas, cuja unidade não depende da fusão de seus elementos. O conceito de opacidade ocupará posição central na análise. Serão investigadas as passagens em que o romance apresenta a oposição entre a "ciência diurna", associada ao conhecimento ocidental, e a "ciência noturna", relacionada ao vodu e aos saberes considerados supersticiosos pelos colonizadores. O objetivo será demonstrar que a ciência noturna não é representada como ausência de racionalidade, mas como um modo distinto de compreender o mundo, que não precisa se tornar inteiramente transparente à lógica ocidental para ser legítimo. Nessa perspectiva, o vodu funciona como uma forma de proteção do diverso diante dos mecanismos coloniais de classificação, assimilação e dominação.

As reflexões de Stuart Hall serão utilizadas de maneira complementar, sobretudo para pensar a identidade cultural como processo marcado pela continuidade e pela ruptura. Essa abordagem contribuirá para interpretar a experiência do narrador, que retorna ao Haiti depois de vinte anos de exílio, mas não encontra uma origem plenamente preservada. Serão observadas, nesse sentido, as passagens relacionadas à reaprendizagem ou reutilização do crioulo haitiano, às lembranças familiares e de amigos, às transformações de Porto Príncipe e à identificação da mãe com o próprio país. A análise buscará compreender o retorno como uma experiência de negociação identitária, e não como simples recuperação de uma essência nacional ou cultural.

Também será estabelecida uma relação entre a errância do narrador e a crítica glissantiana à ideia de raiz única. O narrador será analisado como sujeito diaspórico situado entre diferentes espaços, línguas e temporalidades, cuja identidade se constitui por meio do deslocamento e das relações estabelecidas com os outros. Dessa forma, a pesquisa investigará como o romance substitui a ideia de pertencimento absoluto por uma concepção relacional de identidade. O exílio e o retorno, nesse contexto, não serão compreendidos apenas como experiências de perda, mas como condições que permitem ao narrador reconstruir sua relação com o Haiti.

A análise será desenvolvida por meio da seleção de excertos representativos do romance e de sua leitura comparada com as obras teóricas que compõem o referencial da pesquisa. Serão examinados trechos relativos à estrutura dos "dois países", à presença dos mortos, à ciência noturna, à atuação do passador, ao medo dos soldados estrangeiros diante do vodu e a outros acontecimentos ligados ao universo vodu. A interpretação desses fragmentos buscará evidenciar como os procedimentos narrativos, as imagens e as falas dos personagens elaboram uma crítica às formas de conhecimento e representação que pretendem reduzir a experiência haitiana a categorias externas e totalizantes.

Resultados e Discussões

Resultados e discussão:

1. Dois países, uma forma: o arquipélago como estrutura

Antes de qualquer aproximação temática, é a própria estrutura de País sem Chapéu que já traz à tona o pensamento de Édouard Glissant. O livro de Dany Laferrière não avança em linha reta: ele se organiza numa alternância fixa de capítulos intitulados ora "PAÍS REAL", ora "PAÍS SONHADO", que se revezam do início ao fim sem jamais se fundirem. É o próprio narrador quem formula essa divisão de forma quase teórica, ao comentar os medos noturnos de sua mãe:

> É como se dois países caminhassem lado a lado, sem jamais se encontrar. Um povo humilde se debate de dia para sobreviver. E esse mesmo país, à noite, é habitado somente por deuses, diabos, homens transformados em bestas. O país real: a luta pela sobrevivência. E o país sonhado: todos os fantasmas do povo mais megalomaníaco do planeta (Laferrière, 2011, p. 41).

Essa passagem é praticamente uma síntese do livro: ela não descreve dois territórios, mas dois modos de existência que coexistem em contato um com o outro, mas não se fundem, exatamente a lógica que Glissant atribui à crioulização, quando afirma que ela "não é fusão nem confusão" e que os elementos que ela reúne permanecem separados, "sem se unirem, ou seja, sem se fundirem" (Glissant, 2021, p. 89). A estrutura de País sem Chapéu, portanto, não é um recurso decorativo: ela encena formalmente aquilo que Glissant descreve conceitualmente como Relação, um modo de coexistência do múltiplo que recusa tanto a separação absoluta quanto a síntese totalizante.

Esse mesmo gesto teórico é retomado por Glissant, em termos quase idênticos, em Introdução a uma Poética da Diversidade, quando ele nomeia diretamente o que chama de "pensamento arquipélago": "um pensamento não sistemático, indutivo, que explora o imprevisto da totalidade-mundo" (Glissant, 2013, p. 47), contraposto ao "pensamento continental" ou "pensamento de sistema" que pretende prever e organizar o mundo de fora. É esse mesmo pensamento arquipélago, que rege a alternância entre "país real" e "país sonhado" em Laferrière: cada capítulo é uma ilha que não se dissolve na seguinte, pelo contrário, entram em relação e criam um verdadeiro arquipélago.

Fora do universo antilhano francófono, mas pensando ainda o caribe, Stuart Hall chega a uma formulação muito próxima ao pensar a identidade caribenha como resultado de dois movimentos simultâneos, nunca resolvidos um no outro: "Podemos considerar as identidades negras caribenhas como ‘delimitadas’ por dois eixos ou vetores, que atuam simultaneamente: o vetor da semelhança e da continuidade; e o vetor da diferença e da ruptura" (Hall, 1990, p. 226). É difícil não ler nessa formulação uma descrição quase literal da estrutura de País sem Chapéu: "país real" e "país sonhado" funcionam exatamente como dois vetores simultâneos, e não como dois momentos sucessivos de uma mesma linha narrativa. Vale registrar ainda que esse mesmo conjunto de ideias atravessa uma terceira obra de Glissant, o Tratado do Todo-Mundo, no qual ele formula quase como regra geral o seguinte: “O Todo-Mundo, que é totalizante, não [nos] é total. E chamo de Poética da Relação essa possibilidade do imaginário que nos leva a conceber a globalidade inabarcável de um tal Caos-Mundo” (Glissant, 2024, p. 19).

A repetição dessa mesma ideia, totalidade sem totalização, em três livros distintos de Glissant, ao longo de quase três décadas de produção, sugere que não se trata de um conceito pontual, mas do núcleo estável em torno do qual todo o seu pensamento se organiza.

É significativo, nesse sentido, que o próprio prefácio da edição brasileira de Poética da Relação cite Laferrière nominalmente como um dos autores em cuja "prosa ficcional" o pensamento arquipélago de Glissant se encena, ao lado de Patrick Chamoiseau, na esteira de Aimé Césaire, Derek Walcott e Kamau Brathwaite (Kiffer; Pereira, 2021, p. 15). A aproximação entre os dois livros, portanto, não é uma imposição forçada: ela já está inscrita na discussão em que a obra de Glissant circula.

Essa introdução estrutural nos permite enunciar a hipótese central do ensaio: se Glissant formula, ao longo de sua obra ensaística, uma teoria da Relação como copresença não totalizante do diverso, Laferrière, no plano do relato autobiográfico-ficcional do retorno ao Haiti de que trata seu livro, encena essa mesma lógica em três outros pontos que serão desenvolvidos a seguir: a relação com os mortos, a oposição entre "ciência diurna" e "ciência noturna", e a experiência do retorno como perda de raízes que gera algo novo. Essas duas primeiras dimensões, os mortos e as duas ciências, convergem numa mesma matriz: a cosmologia vodu, que atravessa o livro tanto como prática cotidiana quanto como força de resistência política.

2. Os mortos como Relação, não como além

Um dos aspectos mais marcantes de País sem Chapéu é a naturalidade com que os mortos participam do cotidiano dos vivos. Não há, no livro, um limite claro entre um "mundo dos vivos" e um "além" inacessível: os mortos são nomeados, servidos, consultados. Logo no início do livro, o narrador descreve um pequeno ritual em que café é derramado no chão antes de ser bebido:

Deve-se oferecer primeiro aos mortos. Aqui, servimos os mortos antes dos vivos. São nossos antepassados. Qualquer morto torna-se subitamente antepassado de todos os que continuam a respirar. [...] Eles estão aqui, bem perto de mim, os mortos. Meus mortos (Laferrière, 2011, p. 32).

Mais adiante, um interlocutor haitiano formula explicitamente a diferença entre essa lógica e a lógica ocidental de contagem populacional, num diálogo sobre um recenseamento: "Os americanos subtraem os mortos deles, nós, negros, continuamos a somá-los... Incompatibilidade de gênios..." (Laferrière, 2011, p. 80).

Essa frase é fundamental porque ela nomeia, no vocabulário do próprio livro, exatamente aquilo que Glissant teoriza como Relação: uma rede que não separa o vivo do não vivo, mas os inclui na mesma trama relacional. Kiffer e Pereira escrevem, a propósito do "Todo-Mundo", que este se revela "quando nos abrirmos à nossa capacidade para perceber que tudo entra em relação, inclusive vivos e não vivos, palavra e paisagem" (Kiffer; Pereira, 2021, p. 20). A prática haitiana de "somar" os

mortos, em vez de subtraí-los, é uma ilustração quase literal dessa concepção: a morte não interrompe a Relação, ela apenas desloca o morto "do presente para alcançar ao mesmo tempo o passado e o futuro" (Laferrière, 2011, p. 32) , para usar os termos do próprio narrador.

Essa lógica relacional dos mortos ganha, mais adiante no livro, uma figura narrativa concreta: o "passador", homem que teria o poder de atravessar para "o lado de lá" e retornar. É significativo que mesmo a tia do narrador, "católica fervorosa", reconheça essa autoridade (Laferrière, 2011, p. 111), o que evidencia, no plano da própria trama, o mesmo tipo de coexistência não excludente entre catolicismo e vodu que Glissant descreve como crioulização, e não sincretismo no sentido de fusão, segundo o autor “a crioulização não é uma fusão; ela exige que cada componente subsista, mesmo que já esteja mudando.” (Glissant, 2024, p. 184). Mais decisivo ainda: é esse mesmo passador quem oferece ao narrador a possibilidade de atravessar para escrever, finalmente, o livro sobre os mortos que ele carrega consigo, tornando-se "um repórter no país sem chapéu" (Laferrière, 2011, p. 112). A cena é quase um reflexo da obra dentro dela mesma: o próprio título do livro, e a possibilidade da escrita, dependem de uma travessia religiosa. O vodu deixa de ser pano de fundo cultural para ser o que torna a narrativa possível.

Vale notar que a religião vodu e essa lógica relacional entre vivos e mortos não são tratados como curiosidade exótica nem como crença ingênua: ela estrutura inclusive a compreensão política do livro, como na cena em que uma personagem observa, ao falar sobre a ocupação americana e a miséria extrema, que "já estamos todos mortos [...] deixai os mortos enterrar seus mortos" (Laferrière, 2011, p. 85). A morte deixa de ser um limite fixo de experiência existencial para se tornar mais um estado dentro do contínuo relacional em uma cosmovisão afro-haitiana.

3. Ciência diurna vs. ciência noturna: a opacidade em ato

Se a figura do passador já indicava que o vodu opera como condição da própria escrita, a fala do professor entrevistado pelo narrador nomeia explicitamente essa dualidade em termos de dois tipos de conhecimento:

Eles, os ocidentais, escolheram a ciência diurna [...] que chamam simplesmente de ciência. Nós, ao contrário, adotamos a ciência da noite, que os ocidentais chamam, pejorativamente, de superstição. [...] Claro, o país da morte é mais distante. Um pouco mais distante, um pouco mais próximo, o importante é que ele é invisível (Laferrière, 2011, p. 129)

.

É preciso notar, porém, que o narrador não ocupa uma posição de observador neutro diante dessa "ciência da noite": ele próprio especula se os deuses vodu não estariam buscando reconhecimento internacional através dele, escolhido, contra sua vontade, como uma espécie de porta-voz desses deuses, encerrando a reflexão com uma pergunta que resume bem sua ambivalência: "Resta uma única pergunta: por que eu?" (Laferrière, 2011, p. 130). Essa ambivalência complica a leitura da opacidade como algo simplesmente observado de fora, pois o narrador viajante, formado em parte pelo

Ocidente, ocupa ele mesmo uma posição intermediária, nem inteiramente "ciência diurna" nem inteiramente "ciência noturna", o que antecipa, em chave religiosa, essa mesma condição que será discutida na quarta parte deste ensaio, a propósito do retorno.

Essa formulação é praticamente uma tradução haitiana, em linguagem de personagem, do conceito glissantiano de opacidade. Para Glissant, a opacidade é aquilo "que protege o Diverso": não um obstáculo à compreensão a ser vencido, mas um direito de existir sem se deixar reduzir à "transparência" com que o pensamento ocidental pretende assimilar ou aniquilar o Outro. "Só lhe restará então ser assimilado ou aniquilado. Aí está todo o princípio e o processo da generalização" (Glissant, 2021, p. 76), escreve Glissant sobre a lógica dos mitos que fundam comunidades fechadas em si.

A "ciência da noite" do vodu, no relato de Laferrière, ocupa exatamente essa posição de opacidade aceita, conceito que, segundo Glissant (2013), dispensa a necessidade de compreender o outro, isto é, de reduzi-lo à nossa própria ideia de transparência. Essa ciência não pede para ser traduzida integralmente para a lógica ocidental. O próprio narrador assume a postura do que ele chama "escritor primitivo", que precisa reaprender a respirar, sentir, ver e tocar as coisas de modo diferente (Laferrière, 2011, p. 13). Quando sua vizinha sugere um remédio para retomar o ritmo normal, ele recusa prontamente:

A vizinha acrescenta que conhece um remédio que poderia me ajudar a reencontrar um ritmo normal. Não quero chá calmante. Quero perder a cabeça. Voltar a ser um garoto de quatro anos. Opa, um pássaro atravessa meu campo de visão. Escrevo: pássaro. Uma manga cai. Escrevo: manga. As crianças jogam bola na rua entre os carros. Escrevo: crianças, bola, carros. Pareço até um pintor primitivo. Aí está, é isso, achei. Sou um escritor primitivo. (Laferrière, 2011, p. 13)

Ao abandonar esse ensimesmamento para se deixar atravessar pela fala alheia, o narrador reconhece que sua relação com esse saber é sempre parcial, negociada e feita de aproximação e recuo, nunca de posse total. Essa atitude ecoa o alerta de Glissant contra a pretensão de "conhecer a totalidade do mundo": o errante, escreve ele, "procura conhecer a totalidade do mundo e sabe de antemão que nunca o conseguirá, e que é aí que se encontra a beleza ameaçada do mundo" (Glissant, 2021, p. 46).

Vale registrar que o próprio vodu haitiano é nomeado, fora do universo dos dois autores centrais deste ensaio, por exemplo, Stuart Hall, ao descrever a sobrevivência de cosmologias africanas nas Américas, escreve que "estes deuses continuam a viver, numa existência subterrânea, no universo religioso híbrido do vodu haitiano, da pocomania, do pentecostalismo indígena, do batismo negro, do rastafarianismo e dos santos negros do catolicismo latino-americano" (Hall, 1990, p. 227). A menção não é deslocada: ela confirma, a partir de um autor que não dialoga diretamente nem com Glissant nem com Laferrière, que a "ciência da noite" retratada em País sem Chapéu não é peculiaridade ficcional isolada, mas parte de um fenômeno cultural mais amplo e já teorizado na diáspora negra caribenha.

Essa mesma opacidade, que no plano do conhecimento protege o Diverso, ganha no romance uma dimensão explicitamente política quando se observa a relação entre os soldados americanos e a noite haitiana. Os ocupantes temem essa noite precisamente por não conseguirem "traduzi-la", o que já inverte a relação de poder colonial no plano do conhecimento, ainda que não no plano militar. Essa inversão aparece de forma ainda mais explícita numa passagem em que um interlocutor comenta, com ironia, que "os soldados americanos ficam fascinados com o vodu [...] eles acreditam em tudo, e adoram o mistério" (Laferrière, 2011, p. 153), episódio que culmina na imagem de um soldado americano, já em solo americano, acredita estar casado com uma divindade vodu, a ponto de reservar dias para essa união em detrimento de sua própria parceira. A cena inverte radicalmente a lógica da "ciência diurna" descrita anteriormente: não é mais o ocidental que observa, de fora, uma crença exótica a ser catalogada, é ele quem é capturado por essa cosmologia, sem conseguir traduzi-la nem dominá-la. A opacidade, aqui, não é fraqueza: é a única coisa que o poder estrangeiro não consegue subjugar.

Essa dimensão política do vodu como força que escapa ao controle colonial pode ainda ser lida à luz da própria história haitiana. Segundo Mintz e Trouillot, François Duvalier cultivou deliberadamente a reputação de ser um iniciado vodu, mas seu governo nunca apoiou oficialmente a religião popular, e chegou a fortalecer os laços entre o Estado e a Igreja Católica; o que de fato ocorreu foi a incorporação de alguns houngans às redes de repressão do regime, o que, após sua queda, custou a muitos sacerdotes uma onda de violência de vingança, sob a acusação de cumplicidade com a ditadura (Mintz; Trouillot, 2003). O culto aos ancestrais e o medo do esquecimento, evocados nas falas da mãe do narrador sobre o passado ditatorial, ecoam essa história de manipulação e violência em torno do vodu, ainda que o livro não nomeie Duvalier diretamente. O livro, ao devolver ao vodu sua dimensão de resistência, e não de mera superstição subjugada ou instrumento do poder, dialoga também com a imagem, presente na obra, da revolta dos próprios zumbis, figuras que deveriam apenas obedecer e que se voltam contra o "senhor das terras e da água", inversão que ecoa, no plano do mito, a própria história de resistência e revolução do Haiti.

4. O retorno como não-origem: crítica à raiz única

Esta última parte retoma o tema mais evidente, e mais estruturante, do próprio livro: o retorno do narrador ao Haiti depois de vinte anos de exílio, uma cifra que retorna obsessivamente ao longo de todo o texto ("Vinte anos", repete-se dezenas de vezes, quase como um refrão). O gesto inicial do narrador é o de tentar retomar exatamente o ponto em que havia parado, como se o tempo pudesse ser remendado: "Retomo minha vida no momento em que a deixei. Respiro a plenos pulmões. Livre na noite de Porto Príncipe" (Laferrière, 2011, p. 76).

Mas o livro desmonta, passo a passo, essa fantasia de continuidade. A tia corrige a mãe sobre datas, os amigos contam versões diferentes dos mesmos vinte anos, a própria língua materna, o créole haitiano, precisa ser reconquistada palavra por palavra, como confessa o narrador a um amigo: "tem palavras que não usei em vinte anos, e sinto que elas me fazem falta na boca [...] tenho fome dessas palavras" (Laferrière, 2011, p. 162). O retorno, portanto, não devolve uma origem intacta: ele revela que a identidade do narrador sempre foi relacional, construída na conversa, na negociação com os outros, e não numa essência que apenas esperava ser reencontrada.

Essa desconstrução da fantasia de retorno à origem é exatamente o gesto que Glissant descreve como crítica à "raiz única". Ao comentar Deleuze e Guattari, Glissant escreve que a raiz única "é um tronco que toma tudo para si, matando o que está ao redor", e propõe em seu lugar a imagem do rizoma, teorizada pelos dois autores, e segundo a qual "toda identidade se desdobra numa relação com o Outro" (Glissant, 2021, p. 36). Mais adiante, ao tratar da errância, ele precisa: o pensamento da errância "não decorre de uma renúncia nem de uma frustração em relação a uma situação de origem que se teria deteriorado" (Glissant, 2021, p. 43), ou seja, a errância não é a perda de uma raiz, mas outra forma de enraizamento, relacional e não totalitária.

Um contraponto teórico breve, vindo de fora do universo antilhano francófono, ajuda a confirmar que essa crítica à origem fixa não é único de Glissant. Stuart Hall, pensando a identidade caribenha a partir da diáspora negra britânica, chega a uma formulação que se aproxima das reflexões de Glissant: "Não é algo definitivo. Não é uma origem fixa à qual possamos fazer um retorno definitivo e absoluto" (Hall, 1990, p. 226). E, especificamente sobre a experiência de voltar ao Caribe depois de uma longa ausência, o que interessa mais de perto ao caso de Laferrière, Hall escreve: "Retornar ao Caribe após uma longa ausência é reviver o choque da 'dualidade' entre semelhança e diferença" (Hall, 1990, p. 227). O "choque da dualidade" nomeado por Hall é exatamente o que o narrador de Laferrière vive ao constatar que vinte anos de ausência não deixaram intacta nem a cidade, nem a língua, nem os vínculos familiares.

O Tratado do Todo-Mundo retoma essa mesma oposição de forma ainda mais direta, quase como manifesto:

A ideia da identidade como raiz única dá a medida em nome da qual essas comunidades foram subjugadas por outras [...] Mas em contraponto à raiz única, que mata o que está à sua volta, não ousaremos propor por extensão a raiz em rizoma, que estabelece Relação? Ela não é desenraizada, mas não usurpa o seu entorno (Glissant, 2024, p. 18).

E, sobre a errância especificamente, Glissant afirma que "é a própria errância que permite que nos fixemos" (Glissant, 2024, p. 54), uma formulação contraditória à primeira vista que resume bem o que acontece com o narrador de Laferrière: é justamente por ter errado, por ter se afastado, que ele consegue voltar a se fixar de outro modo, não mais como quem possui uma raiz, mas como quem está em Relação com um lugar.

O narrador de Laferrière, por isso, não é um exilado que finalmente "encontra sua raiz" ao voltar: ele é, na própria linguagem do livro, "o viajante", uma identidade assumida entre amigos precisamente para nomear essa condição de quem está desconectado o suficiente para ver o país de fora, mas ligado o suficiente para sofrer com ele. Quando o narrador fala sobre sua mãe, que se um dia ela deixasse o país "terei a impressão de que não há mais país. Identifico totalmente minha mãe com o país" (Laferrière, 2011, p. 121), o livro sugere que a única "raiz" possível já não é um lugar fixo, mas uma relação encarnada numa pessoa, numa língua, numa mesa posta para os vivos e os mortos,

precisamente a identidade-relação, a identidade-rizoma, que Glissant reivindica como alternativa à raiz única.

Conclusão

A análise de País sem Chapéu revela que a literatura de Dany Laferrière ilustra e encena alguns conceitos ensaísticos de Édouard Glissant, numa relação de mão dupla entre ficção e teoria. A estrutura alternante entre "país real" e "país sonhado", a lógica relacional que inclui os mortos no cotidiano dos vivos, a oposição entre "ciência diurna" e "ciência noturna" e a experiência do retorno como desenraizamento produtivo dramatizam, cada uma a seu modo, a Relação, o pensamento arquipélago, a crioulização e o direito à opacidade descritos por Glissant ao longo de toda sua produção intelectual.

O estudo demonstra ainda que o vodu haitiano ocupa posição central, e não periférica, nessa arquitetura: ele estrutura a relação com os ancestrais, condiciona a própria possibilidade da escrita através da figura do passador, e funciona como força de resistência epistemológica e política diante da ocupação estrangeira e da manipulação de sua imagem pelo regime duvalierista. O diálogo com Stuart Hall, Sidney Mintz e Michel-Rolph Trouillot permitiu qualificar essa leitura para além do par Glissant-Laferrière, confirmando que os fenômenos analisados no romance dialogam com um campo mais amplo de teorização sobre diáspora negra e resistência pós-colonial.

Declaração do uso de inteligência artificial generativa (IAG)

Durante as fases de redação e revisão textual deste trabalho, foram utilizadas as ferramentas de inteligência artificial generativa Claude, da Anthropic, e Perplexity, da Perplexity AI. O uso dessas ferramentas restringiu-se a: (i) para sugestões de reformulação estilística, aprimoramento da coesão textual; e (ii) auxílio no levantamento e checagem de fontes secundárias, posteriormente verificados e validados pelo autor. As ferramentas não atuaram como autoras, fontes teóricas ou substitutas da análise crítica. Esta declaração atende ao princípio de transparência e integridade acadêmica na pesquisa.

Referências

ANTHROPIC. Claude (versão Sonnet 4.6) [Inteligência Artificial Generativa]. San Francisco: Anthropic, 2026. Disponível em:https://claude.ai. Acesso em: 24 ago. 2026.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

GLISSANT, Édouard. Poética da relação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GLISSANT, Édouard. Tratado do Todo-Mundo. São Paulo: n-i edições, 2024.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan (Org.). Identity: community, culture, difference. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222-237. Disponível em:https://www.are.na/block/9838399. Acesso em: 20 ago. 2026.

KIFFER, Ana; PEREIRA, Edimilson de Almeida. Édouard Glissant e o mar sem margens do pensamento. In: GLISSANT, Édouard. Poética da relação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 12-24.

LAFERRIÈRE, Dany. País sem chapéu. São Paulo: Editora 34, 2011.

MÉTRAUX, Alfred. Le vaudou haïtien. Saint-Amand: Gallimard, 1977.

MINTZ, Sidney; TROUILLOT, Michel-Rolph. Haïti: histoire et vaudou. Rennes: Hoëbeke, 2003. Disponível em:https://www.etonnants-voyageurs.com/Haiti-Histoire-et-vaudou.html. Acesso em: 20 ago. 2026.

PERPLEXITY AI.Perplexity [inteligência artificial generativa]. [S. l.]: Perplexity AI, 2026. Disponível em: https://www.perplexity.ai/. Acesso em: 24 ago. 2026.

POCOMANIA. In: Dicionário Conciso Oxford de Religiões Mundiais. Disponível em:https://www.encyclopedia.com/religion/dictionaries-thesauruses-pictures-and-press-releases/pocomania. Acesso em: 24 ago. 2026.

CÓDIGO: HS0882

AUTOR: GUILHERME RIBEIRO DOS SANTOS SENA

ORIENTADOR: TADEU MATTOS FARIAS

TÍTULO: Propedêutica da crítica à díade decolonialidade-cientificismo na psicologia brasileira: o paradigma da Modernidade/Colonialidade como expressão da decadência ideológica

Resumo

O presente plano de trabalho objetivou discorrer criticamente acerca dos momentos de decadência ideológica na psicologia latino-americana, como um todo, e brasileira, em específico. Especialmente em seus âmbitos de agnosticismos formalistas e irracionalismos, representados pela busca incessante por uma psicologia baseada em evidências, por um lado, e por uma - ou várias - psicologia(s) de(s)colonial(is), por outro. Dessa maneira, conversaremos com o léxico lukacsiano com fins a esmiuçar o atual momento de crise da razão que perpassa a psicologia enquanto área do saber e profissão. Demonstramos, assim, como as pretensões de renovação da crítica vêm recaindo nos mesmos problemas que buscam criticar fervorozamente, a saber: na manutenção de velhas estruturas de assujeitamento ideológico e rebaixamento dos potenciais heurísticos e de libertação que essa área poderia oferecer em ambos os contextos citados.

Palavras-chave: Agnosticismos formalistas; Irracionalismos; Decadência ideológica.

TITLE: Propaedeutics of the critique of the decoloniality-scientism dyad in Brazilian psychology: the Modernity/Coloniality paradigm as an expression of ideological decadence

Abstract

This work aimed to critically examine instances of ideological decline within Latin American psychology in general, and Brazilian psychology in particular—specifically regarding forms of formalist agnosticism and irrationalism. These are manifested, on the one hand, by the relentless pursuit of an evidence-based psychology and, on the other, by the quest for a decolonial psychology (or psychologies). Drawing on Lukácsian terminology, we analyze the current crisis of reason permeating psychology as both a field of knowledge and a profession. We demonstrate how attempts to renew critical perspectives often fall into the very traps they seek to vehemently criticize: namely, the

perpetuation of old structures of ideological subjugation and the undermining of the heuristic and emancipatory potential that the field could offer in both contexts.

Keywords: Formalist agnosticisms; Irrationalisms; Ideological decadence.

Introdução

O presente plano de pesquisa buscou investigar, de maneira principalmente exegético-dedutiva, as interconexões seletivas observadas entre o avanço de tentativas pretensamente disruptivas frente ao mainstream conceitual e praxiológico da psicologia latino-americana, em geral, e brasileira, em específico, em duas expressões distintas, mas profundamente intercambiáveis, quais sejam: a) o avanço da necessidade em de(s)colonizar a psicologia, por um lado, e b) a busca constante por "padrões ouro" ancorados em evidências científico-positivas, por outro. Com isso, entendemos que ambos os fenômenos são expressões ulteriores daquilo que o filósofo brasileiro Carlos Nelson Coutinho (2010) – numa esteira traçada pelo denso léxico teórico estabelecido por György Lukács (2013; 2020) acerca da decadência ideológica – intitulou de irracionalismos e agnosticismos formalistas, respectivamente.

Em outros termos, como mostrado pelo autor principal num trabalho anterior (Sena, no prelo), a premência em de(s)colonizar tudo e todos recai naquilo que a teoria pós-marxista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987) erige como um significante vazio. Ou seja, um termo que foi tão amplamente utilizado e esgarçado por vertentes sociais dos mais diversos espectros imagináveis que perdeu seu significado/intuito original. Assim, mesmo com todas as possíveis boas intenções que essa tendência carrega, recai-se num irracionalismo. Especialmente no que concerne à busca constante por saberes subalternos retirados de um passado idílico e metafísico que são deturpados e transpostos ao bel prazer de seus utilizadores. Algo mais ou menos próximo da crítica realizada pela antropóloga peruana Marisol De La Cadena (2023) ao seu conterrâneo e formulador do "giro" ou "virada" decolonial, a saber, Aníbal Quijano (2005).

Por outro lado, haveria uma constituição de um agnosticismo formalista presente na contradição entre o crescimento das abordagens enquadradas sob o "guarda-chuva conceitual" da Psicologia Baseada em Evidências (PBE), num primeiro momento, e o restabelecimento de polêmicas já extenuantemente superadas no que tange aos critérios que constituiriam o cerne do funcionamento das ciências humanas, quando comparadas às ciências naturais, por outro momento. Em outras palavras, o projeto de um cientificismo vazio profundamente ancorado numa perspectiva de que a ciência, como um todo, e a psicologia, particularmente, seriam estritamente erigidas sob bases da teoria da falseabilidade, de filósofos da ciência pertencentes ao Círculo de Viena, vide Karl Popper (2005 [1934]). Porém, boa parte desses defensores neopositivistas – que também parecem profundos devedores da física social de Augusto Comte (2020 [1844]) – parece desconhecer a existência de outras abordagens em filosofia da ciência, que são muito mais condizentes com um saber como a psicologia, como uma fundamentação epistemológica pautada em paradigmas – a exemplo daquela formulada por Thomas Kuhn (2020 [1962]).

Por fim, podemos dizer que, especialmente na crítica da crítica decolonial está estritamente direcionada por uma noção atrelada aos momentos que estão aquém e além da proposição feita por Hamlin, Weiss e Brito (2020) em relação a uma necessidade de

um entendimento polifônico em sociologia, a saber, uma espécie de unísono estreito e restritivo que advoga pela manutenção das estruturas básicas que constituem as teorias trabalhadas (arcaísmo ortodoxo); e uma cacofonia da antiprodutividade, onde há uma abertura vulgar a todas as fontes por critérios de decolonialidade – inclusive as que não existem, de fato. Ou seja, deveríamos ignorar todas as produções advindas do Norte Global por não serem decoloniais (heterodoxia esvaziada). Assim como as autoras, portanto, não pretendemos ir pelos extremos da singularidade de vozes consultadas, ou da receptividade indiscriminada de saberes de(s)coloniais. E sim num entendimento polifônico intermediário entre ambos os polos analíticos.

Metodologia

O plano de trabalho erigido aqui se baseou numa metodologia exegética e dedutiva, porquê (meta)teórica. Assim, pretendemos realizar uma investigação metódica acerca do critério epistemológico da psicologia enquanto busca metateórica – ou seja, uma teoria que vem depois (Vandenberghe, 2011) – dos pressupostos transcendentais que fundamentam esses modelos explicativos ora da(s) psicologia(s) de(s)colonial(is), ora da Psicologia Baseada em Evidências. Dessa maneira, a pretensão inicial – aquela que consta no plano mais amplo desse projeto de pesquisa – que se pretendia analisar textos psicológicos à luz do léxico lukacsiano não foi passível de ser realizado em sua dimensão mais propriamente formal, visto a escassez de tempo nesses pouco mais de dois meses e meio entre a submissão do plano de trabalho e a escrita final deste relatório. Entretanto, a vasta e densa bibliografia mobilizada para tal tarefa – e que será exposta aqui adiante – possibilitará o prosseguimento futuro de tal intento teórico-metodológico e crítico-praxiológico.

Como principal arcabouço discursivo orientador para a prática exegética, foi utilizada, especialmente, a gramática dos mecanismos de decadência ideológica propostos por Carlos Nelson Coutinho, em seu O estruturalismo e a miséria da razão (2010), escrito originalmente em 1972. Dessa maneira, os conceitos de agnosticismo formalistas e irracionalismos utilizados pelo autor brasileiro – a partir de uma clara leitura lukacsiana (2013, 2020) – foram de importância crucial para o bom prosseguimento desta pesquisa. Além disso, os textos do próprio György Lukács foram consultados, especialmente A destruição da razão (2020), publicado pela primeira vez em 1954, e Para uma ontologia do ser social II (2013), originalmente de 1960. Pode-se dizer que esse seria o cerne – porque não o "núcleo duro" – que norteou a escolha dos outros textos que serviram de base para essa analítica diferencial-descritiva.

Ainda no campo do(s) marxismo(s), Louis Althusser, com seu Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (1980), se mostra – até certo ponto – um profícuo auxiliar na construção de um manuscrito em torno dos mecanismos de decadência ideológica. Aqui, se torna importante fazer um adendo não meramente circunstancial. Apesar de trazermos Lukács, em maior grau, e Althusser, em menor escala, para dialogar criticamente, entendemos toda a problemática que há no conflito envolvendo as visões dicotômicas de ambos os autores, seus respectivos continuadores – vide o próprio Nelson Coutinho, um claro perpetrador da teoria lukacsiana – e suas respectivas teorias da continuidade ou descontinuidade entre o "jovem Marx filósofo" e o "velho Marx economista".

No que tange à crítica dos aspectos de decadência ideológicos (re)produzidos na e pela psicologia, ainda num viés marxista, serão utilizados os artigos Psicologia e Ontologia: fundamentos para uma reflexão crítica sobre a produção de conhecimento (2021), de Tadeu Mattos Farias e Herculano Ricardo Campos; Teoría y crítica de la psicología (2013), de Fernando Lacerda Jr.; e o capítulo de livro A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina (2017), de Ignácio Martín-Baró. Este último, em especial, também será fundamental para pensar as interlocuções eletivas entre a crítica aos momentos de agnosticismos formalistas e irracionalismos da psicologia em seus respectivos momentos cientificistas, por um lado, e de(s)coloniais, por outro. Esse aspecto se justifica pelo fato de Martín-Baró, juntamente ao seu projeto mais amplo de uma psicologia da libertação latino-americana – mas não decolonial – assume potenciais heurísticos mais densos teoricamente e éticos em suas aplicabilidades anticoloniais.

Outros trabalhos que merecem ser mencionados com destaque são aqueles que, mesmo não versando especificamente sobre a psicologia, nos ajudaram a compreender o funcionamento de um projeto metateórico de rastreio dos paradigmas epistemológicos em ciências humanas. São eles, Metateoria, teoria social, teoria sociológica. Prefácio à tradução brasileira (2011), do belga radicado no brasil, Frédéric Vandenberghe (UERJ), e Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico (2022), das sociólogas brasileiras Cynthia Lins Hamlin, Raquel Andrade Weiss e Simone Magalhães Brito (UFPE, UFRGS e UFPB, nesta ordem). Já na crítica da crítica decolonial e suas conexões com as aspirações de uma – ou várias – psicologia(s) de(s)colonial(is), será utilizado como base principal um artigo do primeiro autor recém aceito para publicação (Sena, no prelo) e o livro Seres-terra: Cosmopolíticas em mundos andinos (2023), da antropóloga peruana Marisol De La Cadena.

Por um lado, no que tange à avaliação da crescente retomada do caráter cientificista e (neo)positivista, optamos por dialogar – não sem ressalvas, e atribuindo uma participação minoritária – com o pensamento de Michel Foucault e seus já clássicos História da loucura na Idade Clássica (2019), originalmente publicado em 1961, e O nascimento da clínica (2011), datado de 1963. Por outro lado, para entender o funcionamento das formas de instauração de uma descontinuidade intrusiva na relação constitutiva da hermenêutica e da semiologia, a saber, entre os significantes e os significados, utilizaremos do glossário pós-marxista dos significantes vazios pensados por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia (1987). Por fim, esta última parte de aportes teóricos.

Resultados e Discussões

Antes de mais nada, é imprescindível esclarecer o que viemos chamando, até agora, de aspectos de decadência ideológica, especialmente aqueles que Carlos Nelson Coutinho (2010) intitulou de agnosticismo formalistas e irracionalismos. Para tal, Farias e Campos (2021) também realizaram um estudo que pretendeu analisar a aplicabilidade desses conceitos na psicologia brasileira, mas sem a ênfase na crítica da crítica decolonial. Para eles, ambos os conceitos não são radicalmente excludentes. Pelo contrário: são mutuamente complementares, diferindo não tanto em suas naturezas formais, e sim em

sua dimensão háptica nos momentos de variação do ciclo econômico. Em outros termos, cada um corresponde ora a momentos de alta no ciclo econômico vigente, ora em instantes de crises político-econômicas.

Num primeiro momento, o agnosticismo formalista se apresenta, propriamente, como o Zeitgeist – o espírito do tempo – de um momento de pura segurança ontológica engendrado a partir da elevada produção econômica. É nesta ocasião de uma autêntica efervescência da razão instrumental, em detrimento de uma razão crítica (Adorno; Horkheimer, 1985) ou comunicativa (Habermas, 2023), que os pressupostos ulteriores das ciências se depositam na busca pela "formulação de leis universais e imutáveis, apoiadas em regras metodológicas formais e a partir de ciências compartimentadas, que fragmentam a totalidade do real e se reduzem a uma manipulação da realidade aparente" (Farias; Campos, 2021, p. 2). Nesse sentido e trazendo à pretensão mais ampla da presente pesquisa, o fenômeno do agnosticismo formalista estaria muito mais próximo do avanço das "terapias padrão ouro" em psicologia e da Psicologia Baseada em Evidências.

Noutro momento, ainda segundo o texto dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o irracionalismo se refere aos "contextos de crise do capitalismo e pelo espraiamento de um sentimento de angústia, pessimismo e ceticismo diante do real e das possibilidades de sua apreensão racional e transformação consciente" (Farias; Campos, 2021, p. 2). Ou seja, essa postura traria ao debate da ontologia do ser social (Lukács, 2013) o pessimismo da razão proposto por Arthur Schopenhauer (2015 [1818]) em sua clara tentativa de confrontar a teleologia logocêntrica proposta por seu rival Georg Wilhelm Friedrich Hegel (2003 [1807]). Schopenhauer, assim como os/as proponentes das vertentes de(s)coloniais em psicologia, se baseou em saberes antigos e não ocidentais para basear sua proposta de um irracionalismo frente ao avanço dialético do espírito racional proposto por Hegel. Dois séculos depois, esses continuadores se apropriam de práticas ancestrais de forma esvaziada com a premissa de descentramento de uma razão pretensamente hegemônica. Um esforço nobre, de fato. Infelizmente, tal objetivo foi tão amplamente discutido sem que houvesse os devidos cuidados epistemológicos.

E, assim como em Schopenhauer, manteve-se um claro dualismo improdutivo, aonde as teorias cosmopolitas do Norte Global e o pensamento com requintes de provincialismo do Sul Global são imiscíveis entre si (Lynch, 2013). Essas teorias se mostram tão insípidas entre si que parecem não saber que o próprio movimento decolonial é extremamente divergente em seu cerne. No seio do Grupo Modernidade/Colonialidade, do qual surgiu a terminologia decolonial, apesar de haver, de fato, concordâncias entre seus membros, as discórdias são extremamente presentes. Dentre essas, a que mais nos parece interessante para fundamentar nosso ponto proposto aqui é uma entre Enrique Dussel (2016) e Ramón Grosfoguel (2007a, 2007b) no que se refere à necessidade – ou à falta dela – da apropriação de saberes advindos do Norte Global na estruturação de propostas emancipatórias para os povos subalternos da América Latina. Assim como discutido pelo primeiro autor noutro trabalho anterior (Sena, 2026), nesse quesito, enquanto Dussel (2016) estaria aberto à multiplicidade conceitual – numa clara perspectiva de integração sistemática e não excludente –, seu congênere porto-riquenho advogava por um provincialismo latino-americano ad extremum – quase que num purismo genealógico.

Assim, além desses profissionais e teóricos da psicologia decolonial estarem bastante alinhados ao discurso de Grosfoguel, boa parte nem parece conhecer essas divergências

internas. Haja vista o exposto, poderia-se dizer ainda que seus escopos conceituais também parecem se inscrever num horizonte de clara inversão substitutiva erigida por uma falsa noção de equivalência. Dizendo de outra forma: esses projetos faraônicos atacam – ou, pelo menos, tentam – o eurocentrismo vigente nos modos de conhecer hegemônicos. Entretanto, suas tentativas de permutação por formas de conhecimento outsiders aparenta manter a sacralidade estrutural da decadência ideológica na medida em que: a) a disputa pela hegemonia discursiva se dá apenas na esfera culturalista (Laclau; Mouffe, 1985); pari passu e complementarmente, b) esse movimento de câmbio, por ser – muitas vezes – projetado nas mesmas bases coloniais e de mainstream, não altera a realidade opressiva vigente que busca questionar.

Mais que isso, poderia-se dizer, ainda, que essas intentonas estão fortemente entrelaçadas por um maniqueísmo renovado. Explico: a atual ordem cognoscente instaurada no sistema-mundo-moderno-colonial pela colonialidade do saber (Wallerstein, 2021; Mignolo, 2020) se funda pela dicotomia mais ou menos explícita onde aqueles conhecimentos tidos como intelectualmente relevantes se encontrariam num polo ascético, belo, bom e inteligível; ao mesmo tempo que aqueles considerados irrelevantes seriam maldosas, feias, deletérias e tradicionalistas. A pretensão dessa psicologia decolonial seria – puramente – inverter essa lógica, e não expurgá-la. Mantendo, assim, um platonismo às avessas, onde se preserva a lógica do bom conhecimento e do mal saber.

Voltaremos agora à questão da crítica ao cientificismo. Novamente, assim como em nossa asserção sobre a falta de leitura – ou a brevidade dela – de muitos/as dos/as proponentes da psicologia decolonial no que tange aos pressupostos metafísicos (metateóricos) que cercearam tais proposições, aqui, há uma repetição do mesmo caso. Especificamente, há aqueles e aquelas que bradam orgulhosamente a retórica popperiana quase num sentido dogmático – espalham a palavra de seu profeta do cientificismo –, onde, pela interpretação de que abordagens humanistas, psicanalíticas, sociais etc. não trabalham com fenômenos falseáveis, não poderiam ser consideradas científicas. Mais: nem poderiam ser designadas, em certos casos, como psicologia.

Aparentemente, a maioria desses pretensos intelectuais não leu A lógica da pesquisa científica (2005), originalmente publicado em 1934. Muito menos textos de autores que refutaram profundamente a visão popperiana da filosofia da ciência. Dentre estes, penso que boa parte desses e dessas psicólogos/as baseados em evidências se beneficiariam bastante de um contato com a noção de uma ciência baseada na sucessão de paradigmas, como bem proposto por Thomas Kuhn em seu A Estrutura das revoluções científicas (2020), datado de 1962. Brevemente, Kuhn acreditava que a ciência estaria muito mais fundamentada na ideia da aceitabilidade por meio de consensos transitórios e transitivos entre especialistas. Ou seja, o modelo geocêntrico foi tão científico à sua época enquanto foi aceito como paradigma de explicação do movimento entre a Terra e o Sol quanto o modelo heliocêntrico fundado por Galileu Galilei o é desde seu estabelecimento na qualidade de fundamento do mesmo ato em questão.

Além disso, como bem explicitado por Gabriel Peters (2019) – partindo de outro importante filósofo da ciência, qual seja, Roy Bhaskar –, caso as descobertas científicas dependessem de um modelo de falseabilidade para prosseguir, muitas das teorias propriamente especulativas teriam sido abandonadas em detrimento da impossibilidade de falseá-las. Para isso, ele nos exemplifica sobre o momento de descoberta do planeta Netuno, pelo inglês John Couch Adams e o francês Urbain Le Verrier, no século XIX.

Ambos notaram, de forma independente, que a órbita de Urano não seguia as lógicas da física e da astronomia newtonianas da gravitação. Para Peters (2019), então, segundo uma acepção popperiana – bastante esdrúxula – mobilizada por esses militantes da falseabilidade, tanto o francês quanto o inglês teriam provado o critério acientífico da teoria da gravidade newtoniana. Isso se daria porque, dentro da teoria proposta pelo austríaco, um só caso observável seria suficiente para derrubar toda uma teoria estabelecida. Adams e Le Verrier não procederam dessa forma, claro. Tentaram unificar o paradigma estabelecido por Newton aos dados obtidos por ambos. Assim, formularam a hipótese de haver outro planeta ainda mais distante da Terra do que Urano: Netuno. Que, vale dizer, foi descoberto antes de ser diretamente observado.

Entretanto, ainda segundo essa vereda bhaskariana mostrada por Peters (2019), a noção kuhniana de crítica ao modelo proposto por Karl Popper só nos levaria até certo ponto para o entendimento do funcionamento das ciências, como um todo, e das ciências humanas – vide a psicologia – em particular. Esse momento seria fortemente marcado pelo fato de Kuhn, assim como Popper, se basear numa subordinação dos pressupostos ontológicos das ciências aos pressupostos epistemológicos. Assim como buscamos realizar uma análise com base na totalidade social oferecida pela ontologia social lukacsiana, essa perspectiva erigida por Roy Bhaskar se mostra mais alinhada para a fundamentação do entendimento da psicologia enquanto ciência e profissão. Dessa forma, frente a esses projetos pautados ora em neopositivismos – onde tudo que é, é percebido – , ora em hermenêuticas radicalizadas (onde tudo é interpretação – e em ontologias planas, o proposição de uma ontologia estratificada – i.e. que não subordina o ontológico ao epistemológico.

Seguindo a explicação de Farias e Campos (2021), há a necessidade de se (re)estabelecer os potenciais emancipatórios perdidos da prática e da ciência psicológica desde sua necessidade candente em se disseminar enquanto ciência rigorosa e antiontológica. É interessante notar como o irracionalismo das psicologias decoloniais visam sanar essa lacuna. Tentam combater o agnosticismo formalista no próprio campo da decadência ideológica burguesa. Não há retorno à ontologia, muito menos à epistemologia. A libertação anticolonial, longe do projeto densamente elaborado por Ignácio Martin-Baró (2017), perpetra uma hierarquização dualista do assujeitamento subalterno. Em outros termos, na defesa feroz por um ideal repetido incessantemente, não se debate as bases ontoepistêmicas de libertação do momento neocolonial (NKrumah, 1965) vivido na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular.

Outro ponto importante de se salientar: os projetos engendrados em torno de uma – ou várias – psicologia(s) decolonial(is) está circunscrito a dois erros bastante idiossincráticos, mas profundamente complementares entre si: a) num primeiro momento – como dito anteriormente – não se estuda ou pouco se estuda os textos ditos clássicos da decolonialidade (Quijano, Dussel, Mignolo etc.); ao mesmo tempo que b) reduzem autores e autoras afro-latino-americanos (Gonzalez, 2020) à categoria de intelectuais decoloniais. Aqui, é importante voltar brevemente à história de surgimento do termo em questão. Na excelente reconstrução esmiuçada pela cientista política Luciana Ballestrin (2013), o termo surge quase que ao mesmo tempo da criação do Grupo Modernidade/Colonialidade, após a separação com o subaltern studies indiano e o grupo de estudos subalternos latino-americanos – nos anos de 1990 –, a partir da necessidade de demarcar as especificidades do movimento em relação às outras produções acadêmicas que versavam sobre as questões coloniais, neocoloniais, anticoloniais etc. Logo, pode-se

apreender que tudo aquilo produzido antes da criação desse "giro" epistêmico não poderia ser enquadrado sob a ótica decolonial.

Aqui, contudo, não se trata de adentrar nos meandros da polêmica que vem permeando o debate acerca das acusações realizadas pelo membro do M/C, Ramón Grosfoguel (2018), ao seu colega e fundador do grupo, Aníbal Quijano, sobre racismo e extrativismo acadêmicos; e que foi rebatida de forma contundente por Deni Alfaro Rubbo (2024). O que pretendemos é tão somente trazer à tona a polêmica que perpassa essa discussão nos últimos anos. Outro ponto importante nessa questão é a de que, assim como mostrado noutro lugar (Sena, no prelo), a acepção decolonial assume uma peculiaridade no contexto brasileiro que pode confundir pensadores/as de outras regiões. Tal proposição se baseia numa fala do filósofo político e engenheiro ambiental martinicano, Malcom Ferdinand (Ferdinand; Fagundes, 2023), quando se justificou em relação à escolha do título de seu livro mais famoso – Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho (2022).

Voltando à questão da PBE, algo que parece permear os discursos dos e das defensores/as dessa prática é um suposto caráter minoritário – leia-se de perseguição – ocupado por "quem deseja tratar a psicologia enquanto ciência". Ao observarmos, por exemplo, o levantamento realizado nas matrizes curriculares de grande parte dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil no estudo de Bado et al. (2025), podemos inferir elementos importantes para essa discussão. Longe de realizar argumentos ad hominem, é – no mínimo – curioso a escolha por tratar as Terapias Cognitivo-Comportamentais (TCCs) e a Análise do Comportamento (AC) em suas especificidades, enquanto se aglutina as abordagens humanistas, existenciais e fenomenológicas num único grupo, inferindo a sub-representação que aquelas têm nas grades curriculares analisadas. Entendemos, claro, que – de fato – as TCCs e a AC são vertentes distintas de se pensar o ser humano e a prática psicológica. Contudo, por que não tratar essas outras perspectivas da mesma forma?

Ainda segundo esse estudo, foram analisados 661 programas de graduação, podendo ser percebidos os seguintes números: por um lado, "94% oferecem pelo menos uma disciplina de Psicanálise, seguidas por 85% de Psicologia Humanista, Existencial e Fenomenológica" (Bado et al., 2025, p. 7), sendo, respectivamente, 1380 disciplinas de psicanálise e 1063 de vertentes humanistas, existenciais de fenomenológicas. Abordemos – para fins puramente didáticos – ambas sob um grupo intitulado de vertentes socioantropológicas e ontológicas. Por outro lado, "As disciplinas de Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) estão presentes em 57% das instituições, e a Análise do Comportamento aparece em 49%" (Bado et al., 2025, p. 7), sendo, nessa ordem, 625 disciplinas de uma e 571 de outra. Chamemos – também para fins meramente ilustrativos – de abordagens comportamentais-observacionais.

Temos, então, 2443 disciplinas do primeiro grupo contra 1196 do outro. Diferença significativa, de fato. Mas, quando lembramos da união – um tanto arbitrária – que foi realizada ao unir as psicologias humanistas, existenciais e fenomenológicas sob uma única batuta, podemos fazer outra subdivisão – também um tanto quanto parcial – ao contrapor apenas os números deste grupo citado imediatamente acima contra as 1196 disciplinas de TCCs e AC. Encontramos, então, 1063 das primeiras contra 1196 das segundas. A diferença diminui significativamente. Contrapondo, também, às 1380 disciplinas de psicanálise, não observamos uma sub-representação, quiçá uma caráter de outsider.

Nessa questão, penso que podemos nos aproveitar – dadas as devidas ressalvas – da analítica realizada por Michel Foucault acerca da História da loucura (2019 [1961]) e do Nascimento da clínica (2011 [1963]) para pensar algumas interações seletivas entre a crítica realizada pelo filósofo-historiador francês à psiquiatria para pensarmos essa crítica da psicologia baseada em evidências. Segundo ele, a clínica psiquiátrica seria baseada em duas grandes disciplinas intercambiáveis, quais sejam: uma pedagogia – ou seja, um conjunto de normas que regem e estruturam o saber médico-psiquiátrico, seus pressupostos epistemológicos – e uma terapêutica – uma série de códigos que orientam a aplicação praxiológica desses profissionais em relação aos seus pacientes – seus pressupostos normativos e ontológicos. Ambas as dimensões – mas, principalmente a primeira – estariam embebidas de discursos de suposto saber, onde a autoridade do médico enquanto detentor e aplicador da "ciência exata psiquiátrica" jamais poderia ser questionada.

Quando analisamos o surgimento dessa ala cientificista na psicologia, poderíamos inferir uma continuidade explícita entre ambas as áreas. Não à toa muitas das recomendações para acompanhamento psicológico, por parte de psiquiatras, se referem a psicólogos e psicólogas alinhados/as a vertentes como as TCCs e a AC. Talvez pelo fato de ambas trabalharem mais com adequação do sujeito às necessidades cada vez mais extenuantes do capital, diferentemente de outras abordagens que pensam os processos de subjetivação, interpelação e assujeitamento dos indivíduos ao contexto mais amplo do capitalismo tardio e periférico no qual estão inseridos atualmente no Brasil.

Como bem mostrado por Bulhões (2026), também em conformidade com a teoria lukacsiana, o avanço de um momento irracionalista na psicologia europeia da primeira metade do século passado foi fundamental para justificar ideologicamente os regimes fascistas italiano, alemão, português, espanhol etc. Dessa maneira, para ela, esses líderes autoritários da extrema direita se beneficiaram fortemente do momento de descredibilização da razão promovida por esses profissionais da psicologia alinhados aos ideais ultranacionalistas. Transpondo para a história recente da América Latina, como um todo, e do Brasil, em particular, vemos que a retomada de governos de direita e extrema direita após anos de centro-esquerda – a onda rosa latino-americana – coincide profundamente com projetos como a psicologia cristã e a psicologia baseada em evidências.

Portanto, em momentos de crise da racionalidade e dos projetos de emancipação humana, nada melhor que um sistema de pensamento que prega a adequação desses sujeitos por meio da união de técnicas psicológicas ao programa neopentecostal financiado pela CIA em solos sul-americanos, num momento, e pela utilização de práticas que estão mais preocupadas em demonstrar seu critério científico que propriamente escutar e acolher os sujeitos em sofrimento psíquico, ao mesmo tempo que se relega a ontologia do ser social a um papel minoritário – para não dizer inexistente – da aplicação dos saberes psicológicos.

Conclusão

Ao longo dessa pesquisa, pudemos ver como a psicologia latino-americana, em geral, e brasileira, em específico, vem lidando com o avanço de momentos de agnosticismos formalistas e irracionalismos (Coutinho, 2010) em suas expressões máximas, a saber: o cientificismo da psicologia baseada em evidências e a miríade de projetos em torno de uma – ou várias – psicologia(s) decolonial(is), respectivamente. Dessa maneira, observamos, também, como o denso léxico teórico-metodológico e crítico-normativo instaurado pelo filósofo hungaro György Lukács mantêm sua atualidade enquanto pensador dos mecanismos de decadência ideológica e da ontologia do ser social. Além disso, foi possível transpor – mesmo que brevemente – como sua filosofia social se mostra uma grande aliada contra os determinismos capitalistas que vêm permeando as práticas de profissionais da psicologia nos contextos destacados anteriormente.

Para futuras pesquisas, pretendemos analisar com mais calma documentos elencados que desempenhariam esses papéis de subterfúgios da decadência ideológica na psicologia. Assim, longe de esgotar o tema, gostaríamos de prosseguir um caminho mais abrangente no que se refere a um maior aprofundamento nos textos lukacsianos, com fins a estabelecer conexões eletivas entre suas ideias e a leitura de Carlos Nelson Coutinho (2010), num primeiro momento, para – enfim – poder partir para um momento mais documental. Pretendemos, de igual modo, nos utilizar de normas técnicas, resoluções e participações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) no prosseguimento ou na repressão desses movimentos agnosticistas e formalistas. Além disso, será de suma importância pensar mais alternativas à libertação dos sujeitos sociais frente ao projeto de(s)colonial que já se tornou hegemônico no seio da disciplina. Assim, numa busca por resgatar os potenciais heurísticos do campo, pretende-se, ao mesmo tempo, (re)estabelecer os critérios ontológicos da psicologia, e não apenas supostos pressupostos epistemológicos naturalistas de base neopositivista.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BADO, Patrícia P. et al. Graduação em Psicologia no Brasil: Mapeamento Nacional das Matrizes Curriculares. Psicologia: Ciência e Profissão, 45 (n.spe1), 66-, 2025. https://doi.org/10.1590/1982-3703003298124

BALLESTRIN, Luciana. (2013). “América Latina e o giro decolonial”. Revista brasileira de ciência política, n. 11, pp. 89-117.

BULHÕES, Larissa. A crise da psicologia e a destruição da razão: considerações sobre a decadência do pensamento científico ocidental do capitalismo imperialista. Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 59–80, 2026.

CHASIN, José. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

COMTE, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo. São Paulo: Editora Lafonte, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DE LA CADENA, Marisol. Seres-terra: Cosmopolíticas em mundos andinos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIAS, Tadeu. Mattos; CAMPOS, Herculano Ricardo. Psicologia e Ontologia: fundamentos para uma reflexão crítica sobre a produção de conhecimento. Psicologia USP, São Paulo, v. 32, p. 1-10, 2021.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERDINAND, Malcom; FAGUNDES, Guilherme. Diálogos entre-mundos negros. Diálogos Socioambientais, v. 6, n. 17, pp. 48-55, 2023.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Global Editora: São Paulo, 2021.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 63-77, 2007a.

GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. Ciência e cultura, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007b.

GROSFOGUEL, Ramón. "¿Negros marxistas o marxismos negros?: una mirada descolonial". Tabula Rasa, Bogotá, n. 28, pp. 11-22, 2018.

HABERMAS, Jurgen. Consciência moral e ação comunicativa. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HAMLIN, Cynthia Lins; WEISS, Raquel Andrade; BRITO, Simone Magalhães. Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. Sociologias, v. 24, n. 61, p. 26-59, 2022.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do espírito. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

KUHN, Thomas. A Estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2020.

LACERDA JR., Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. Teoría y crítica de la psicología, v. 3, p. 216-263, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LUKÁCS, György. A destruição da razão. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). Dados, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. "A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina". In: Martin-Baró, I., Crítica e Libertação na Psicologia. Petrópolis: Vozes, 2017.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MIGNOLO, Walter D. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. Revista lusófona de educação, v. 48, n. 48, 2020.

NKRUMAH, Kwame. Neocolonialismo: último estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

PETERS, Gabriel. Domínios de Existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social. Teoria e Cultura, v. 14, n. 2, 2019.

POPPER, Karl. A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix, 2005.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", in: Lander, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, pp. 117-142, 2005.

RUBBO, Deni Alfaro. Aníbal Quijano, usurpador da colonialidade do poder? Resposta a Rámon Grosfoguel. Dados, [s.l.], v. 68, p. e20230046, 2024.

SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e como representação - Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SENA, G. R. S. A constituição da identidade cultural na pós-modernidade e na transmodernidade: um estudo de teoria social comparativa. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais. João Pessoa, v. 1, n. 36, p. 195–216, jan./jun. 2026

SENA, G. R. S. Crítica Decolonial desde dentro ou Pós-colonial desde fora? Malcom Ferdinand e A Ecologia do Todo-Mundo. Simbiótica. Revista eletrônica. No prelo.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica. Prefácio à tradução brasileira", inUma história filosófica da sociologia alemã. Vol. 1. São Paulo: Annablume, pp. 1-25, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2021.

CÓDIGO: HS0884

AUTOR: EMANUELLY CRISTINA DA SILVA SEVERIANO

COAUTOR: ESTER VITORIA AGOSTINHO TRAJANO

ORIENTADOR: SARA RAQUEL FERNANDES QUEIROZ DE MEDEIROS

TÍTULO: ENTRE ESPAÇOS E CAMINHOS: a infraestrutura urbana na habitação popular

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise sobre a infraestrutura urbana e a localização dos empreendimentos habitacionais de interesse social, com foco no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Faixa 1, na Região Metropolitana de Natal. A pesquisa discute sobre a construção desses conjuntos habitacionais em áreas periféricas e desassistidas. Por meio de um levantamento bibliográfico e análise espacial, o estudo investiga elementos essenciais como pavimentação, saneamento e acesso a serviços públicos.

Palavras-chave: Habitação PopularInfraestrutura UrbanaPMCMVSegregação Socioespacial

TITLE: Between Spaces and Paths: Urban Infrastructure in Low-Income Housing

Abstract

This article presents an analysis of urban infrastructure and the location of social housing projects, focusing on the "Minha Casa Minha Vida" Program (PMCMV) - Tier 1, in the Metropolitan Region of Natal. The research discusses how the historical process of Brazilian urbanization and the logic of the real estate market resulted in the implementation of housing complexes in peripheral and underserved areas. Through a bibliographic survey and spatial analysis, the study investigates essential elements such as paving, sanitation, and access to public services.

Keywords: Social HousingUrban InfrastructurePMCMVSocio-spatial Segregation

Introdução

A questão da habitação no Brasil está historicamente ligada a processos de urbanização desigual e acelerada, marcada por profundas diferenças no acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos (Maricato, 2001). Ao longo deste processo, grande parte da

população de menor poder aquisitivo passou a ocupar áreas periféricas e isoladas, evidenciando limites das políticas públicas em garantir não apenas moradia, mas condições adequadas de inserção na cidade (Cardoso, 2001). Esse cenário revela que a habitação vai além das unidades residenciais, mas envolve também aausência dos espaços urbanos onde essas moradias estão inseridas, tendo em vista que, a sobrevivência na cidade depende fundamentalmente do acesso à moradia, que nas palavras de Ribeiro (1997) funciona como ticket de acesso à cidade.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2009, com o objetivo de ampliar o acesso à moradia, sobretudo para famílias de menor poder aquisitivo. O programa representou uma das maiores iniciativas de produção habitacional no Brasil, viabilizando a construção de milhares de unidades em todo o país desde o Banco Nacional da Habitação (BNH) (Bonduki, 2009). No entanto, diversos estudos apontam que, apesar do volume produzido, mais de cerca de 1,7 milhão de unidades habitacionais, muitos empreendimentos foram construídos em áreas periféricas e pouco integradas à malha urbana, o que compromete o acesso à infraestrutura e aos serviços essenciais (Cardoso, 2013; Ferreira, 2012).

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a questão da infraestrutura urbana do entorno associada aos conjuntos habitacionais. Elementos como pavimentação, drenagem, iluminação pública, saneamento básico e acesso ao transporte coletivo são fundamentais para garantir condições dignas de vida e possibilitar que os moradores se integrem à dinâmica urbana. Quando esses aspectos não são plenamente considerados, os empreendimentos podem acabar reforçando padrões históricos de desigualdade e segregação socioespacial, que ocorre quando populações menos favorecidas são deslocadas para áreas periféricas e isoladas, ficando distante das centralidades urbanas e da oferta de serviço (Ribeiro, 1996; Maricato, 2000).

Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: apenas construir moradias é suficiente, ou a forma como esses empreendimentos são inseridos e estruturados influencia diretamente a inserção dos moradores na cidade? Essa reflexão evidencia o desafio de produzir não apenas habitação, mas também cidade (Ferreira, 2012). Para responder a essa questão, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais Terras do Engenho I e II e América I e II, empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV – Faixa 1) localizados no município de Parnamirim, que integra a Região Metropolitana de Natal, buscando compreender de que forma a qualidade da infraestrutura e o acesso aos equipamentos públicos influenciam a inserção urbana dos moradores nesses territórios e suas condições de acesso à cidade.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir da articulação entre levantamento bibliográficoe análise empírica. O levantamento bibliográfico realizou-se com base nos autores que discutem política habitacional, urbanização e segregação socioespacial, com destaque para Bonduki (1998; 2011), Maricato (2000; 2001), Ferreira (2012), Cardoso (2013), Rolnik (2015) e Medeiros (2024), cujas obras abordam criticamente a produção da

habitação social no Brasil e suas implicações na organização do espaço urbano. Em seguida, foi realizado o levantamento de dados urbanísticos dos empreendimentos a partir de pesquisa de campo realizada pelo Grupo de Pesquisa Estúdio Conceito, incluindo registros fotográficose análises já desenvolvidas relacionadas à temática. Cabe informar que essas etapas integram a base de dados compartilhada do Grupo de Pesquisa, servindo de recurso para pesquisa de iniciação científica, mestrado e doutorado. A análise da infraestrutura foi realizada com base nos dados do censo Demográfico 2022 (IBGE),considerando elementos fundamentais como abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, drenagem urbana, iluminação pública e fornecimento de energia elétrica.

A análise espacial e territorial foi realizada com o apoio de ferramentas digitais do Sistema de Informações Geográficas (SIG), como Google Maps, Google Earth, e QGIS, utilizadas tanto para a elaboração de mapas quanto para a leitura do território possibilitando compreender a inserção urbana dos empreendimentos e sua relação com o entorno imediato a partir de um raio de abrangência de 800 metros, que determina se o empreendimento.está integrado com o tecido urbano anteriormente consolidado.

Resultados e Discussões

3.1 A Formação das Políticas Habitacionais no Brasil e a Expansão Urbana Periférica

O processo de urbanização brasileiro ocorreu de forma acelerada ao longo do século XX, marcado por profundas desigualdades no acesso à terra urbanizada e à infraestrutura. Nesse contexto, grande parte da população de menor poder aquisitivo passou a ocupar áreas periféricas, muitas vezes distantes dos centros urbanos e com pouca oferta de serviços, revelando que a expansão das cidades não foi acompanhada por políticas públicas capazes de garantir condições adequadas de moradia (Maricato, 2011).

A primeira iniciativa de política habitacional surgiu a partir da criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946. A instituição representou uma tentativa inicial do Estado de atuar diretamente na produção de moradias destinadas às camadas populares, mas sua atuação foi limitada e não conseguiu atender de forma significativa a demanda habitacional existente nas cidades em expansão (Azevedo; Andrade,1982). Posteriormente, em 1964, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), responsável por estruturar om Sistema Financeiroda Habitação que ampliou significativamente a produção de moradias no país. O BNH tornou-se o principal instrumento da política habitacional brasileira durante duas décadas, respondendo a um forte apelo à ideologia da casa própria e promovendo a construção de conjuntos habitacionais em diferentes regiões(Peruzzo, 1984;Medeiro, 2015). Ainda assim, grande parte da população de menor renda permaneceu excluída do acesso a essas políticas, o que contribuiu para a expansão de ocupações periféricas nas cidades brasileiras. Esse processo reforçou um padrão de urbanização marcado por profundas desigualdades no acesso à terra urbanizada e à infraestrutura urbana (Maricato, 2011).

Com a extinção do BNH (em 1986), e a redemocratização (em 1989) a política habitacional vivenciou novos arranjos, incialmente marcados por desordem, caos e abandono (Valença, 2002). Posteriormente, a política passou por uma fazes de pequenos programas, pulverizados e sem grandes impactos no atendimento da demanda habitacional (Medeiros, 2015). A criação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, inaugura um novo capítulo na política habitacional brasileira.

3.2 O Programa Minha Casa Minha Vida e as Críticas na Literatura

Criado em 2009 por meio da Lei nº 11.977, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) representa a maior políticahabitacional implementada no Brasil, desde o BNH. O programa tem em seus objetivos ampliar o acesso à moradia por meio da produção em larga escala de unidades habitacionais destinadas a diferentes faixas de renda da população.

A estrutura do programa foi organizada em três faixas de renda (Faixa 1,2 e 3), conforme o estabelecido e revogado pelo Decreto nº 6.962/2009, sendo a Faixa 1 destinada às famílias com menores rendimentos poderes aquisitivo. Essa modalidade permitiu que uma parcela expressiva das famílias de baixa renda tivesse acesso à casa própria, ampliando significativamente o número de unidades habitacionais produzidas no país (Cardoso; Aragão, 2013).

Apesar da importância do programa no enfrentamento do déficit habitacional, pesquisascomo as de Ferreira (2012), Cardoso (2013) e Rolnik (2015), Medeiros (2024) demonstram que muitos conjuntos habitacionais, em todos os estados do Brasil, foram construídos em áreas periféricas, com baixa integração à malha urbana e pouca oferta de infraestrutura e serviços. A produção de habitação social em larga escala não foi necessariamente acompanhada por políticas urbanas capazes de garantir adequada inserção territorial e acesso à infraestrutura (Rolnik, 2015).

3.3 A Infraestrutura Urbana e Inserção dos Empreendimentos

A análise da infraestrutura dos empreendimentos habitacionais evidencia aspectos fundamentais para a compreensão das condições de vida dos moradores. Elementos como pavimentação das vias, drenagem urbana, iluminação pública, abastecimento de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica constituem infraestruturas básicas que impactam diretamente o cotidiano das famílias (Maricato, 2001). A ausência ou precariedade desses serviços compromete a mobilidade, a saúde e a segurança, demonstrando que a qualidade da moradia não se restringe à unidade habitacional, mas está diretamente relacionada às condições urbanas do entorno (Harvey, 2014).

Nos empreendimentos de habitação de interesse social, é recorrente a implantação em áreas periféricas ou pouco integradas à malha urbana (Ferreira, 2012). Essa lógica territorial reforça processos de segregação socioespacial, uma vez que a moradia passa a existir dissociada do acesso pleno à cidade, negando, muitas vezes, o direito à moradia como um verdadeiro “ticket de acesso à cidade” (Ribeiro,1997). Além disso, essa dinâmica evidencia que o espaço urbano não é neutro, sendo resultado de decisões que historicamente direcionam a população de menor poder aquisitivo para áreas menos valorizadas, reproduzindo padrões de desigualdade (Maricato, 2000).Essa realidade pode ser ilustrada no município de Parnamirim pela localização dos empreendimentos Terras

do Engenho I e II e no América I e II, pertencentes à faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), inseridos no bairro Nova Esperança (figura 1).

Figura 1 - Vista externa do Residencial Terras do Engenho e acesso precário no entorno.

A paisagem do entorno (figura 1) expõea escassez deinfraestruturaem relaçãoà malha consolidada. A espacializaçãodessa fragilidade é evidenciada no mapeamento a seguir (figura 2).

Figura 2- Mapa de inserção urbana e localização dos condomínios PMCMV Faixa 1 no município de Parnamirim/RN.

A partir da segunda fase do MCMV, lei nº 12.424/2011, foram sinalizadas no desenho da políticatentativas institucionais de enfrentar parte desse problema por meio de diretrizes estabelecidas na cartilha de especificações urbanísticas do programa (BRASIL, 2010), que define critérios mínimos de inserção urbana. Essas exigências foram posteriormentereforçadas e reatualizadas no retorno do programa em 2023(Lei 14.620/2023), mantendo a obrigatoriedade de acesso à infraestrutura básica e a proximidade com serviços essenciais, como escolas de educação infantil a até 1km, escolas de ensino fundamental a até 1,5 km e unidades básicas de saúde a até 2,5 km dos empreendimentos. Apesar desses avanços, muitos estudos urbanos evidenciam que parte desses empreendimentos ainda enfrentam limitações (Ferreira,2012: Cardoso, 2013).No caso dos condomínios em Parnamirim, América e Terras do Engenho, investigações locais (RODRIGUES, 2018; CHAVES, 2019; SILVA, 2024) apontam quea análise espacial do bairro e dos equipamentos públicos mostra as contradições entre os parâmetros normativos e o real acesso aos serviços básicos ofertados aos moradores (tabela 1).

Tabela 1 – Síntese Urbanística, de Infraestrutura e Serviços do Bairro Nova Esperança (Parnamirim/RN)

A partir dos dados analisados na tabela 1, percebe-se que no bairro de Nova Esperança apresenta uma expressiva densidade demográfica. Entretanto, essa alta ocupação socioterritorial contrasta com a escassez deoferta de equipamentos públicos para a comunidade ali residente, com apenas uma praça pública.

Para além do panorama quantitativo do bairro, a análise socioespacial revela os reais limites concretos a acessibilidade dos moradores do Terras do Engenho e América. Ao espacializar os equipamentos e serviços comunitários a partir dos conjuntos (figura 2) demonstra a escassez de serviços públicos e de extrema importância no entorno imediato das habitações. No residencial América I e II há apenas um equipamento de saúde e duas unidades educacionais, com ausência de equipamentos de esporte, lazer e cultura. O cenário fica mais agravante no Terras do Engenho I e II, onde contabilizamos zeros unidades de saúde, educação e apenas um espaço voltado a lazer. Além disso, a apenas disponível só dois pontos de transporte público no limite evidenciando as barreiras impostas aos que residem na naquele local. Dessa forma, os dados cartográficos (figura 2) evidenciam que a implementação dos residenciais em Parnamirim/RN descumprem as diretrizes de infraestrutura urbana e de proximidade aos serviços básicos que são recomendados pelo regramento do PMCMV, identificando que os conjuntos estão mal inseridos.

Figura 3- Mapa de equipamentos comunitários e raios de abrangência nos condomínios Terras do Engenho e América no município de Parnamirim/RN.

No caso dos condomínios Terras do Engenho e América, localizados no bairro Nova Esperança, a análise socioespacial do entorno do empreendimento evidenciou que os equipamentos públicos não correspondem aos parâmetros normativos da política habitacional e o real acesso aos serviços básicos ofertados para os moradores (figura 2), demonstrando que ainda há gargalos que ainda persistem na implementação na habitação de interesse social no município.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar as condições de infraestrutura e inserção urbana dos empreendimentos de habitação de interesse social, evidenciando como sua localização e estrutura impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores. Embora políticas habitacionais tenham ampliado o acesso à moradia para parcelas da população menos favorecidas, a implantação desses conjuntos habitacionais frequentemente ocorre em áreas periféricas e pouco integradas à cidade. Esse padrão territorial tende a reproduzir processos de segregação socioespacial, deslocando a população para as áreas mais isoladas, limitando o acesso a serviços, equipamentos urbanos e oportunidades, o que demonstra que o direito à moradia está profundamente ligado ao direito à cidade.

De modo geral, a qualidade desses elementos influencia diretamente o cotidiano das famílias, e apesar das existentes diretrizes que buscam melhorar a localização e a integração urbana dos empreendimentos, ainda persistem desafios na efetivação dessas medidas. Assim, torna-se fundamental que as políticas habitacionais avancem para além da simples produção de moradias, considerando também a qualidade urbana e principalmente, a qualidade de vida dos moradores, e o direito básico que todos deveriam ter de forma igualitária, o direito à cidade.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Cartilha de especificações urbanísticas e de projeto – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Brasília: Caixa Econômica Federal, s.d.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). Produzir Casas ou Construir Cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

KATZMAN, Rubén. Segregação residencial e desigualdades urbanas. Montevidéu: CEPAL, 2021.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDEIROS, Sara. Gestão hostil: práticas da política habitacional social no Brasil. Revista da ANPEGE, v. 21, n. 44, 2025.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Segregação e gentrificação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RISÉRIO, Antônio. A cidade no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BRASIL. Ministério das Cidades. Orientações para Elaboração de Projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PARNAMIRIM (Município). Plano Plurianual (PPA Participativo 2022-2025): Relatório e Dados Estatísticos. Parnamirim: Prefeitura Municipal de Parnamirim, 2021.

PERUZZO, Dilvo Iria. Habitação: controle e espoliação. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.

HARVEY, David.Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CHAVES, Carina Aparecida Barbosa Mendes. Quanto vale a minha casa? A comercialização dos imóveis faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal. 2019. 157f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e

Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

RODRIGUES, Diana Araújo. Casa nova, vida nova? Mobilidade urbana nos empreendimentos minha casa minha vida (faixa 1) na região metropolitana de Natal. 2018. 163f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. 8.

SILVA, Analúcia de Azevedo. Cidade inteligente e humana: perspectivas e contradições em Natal/RN. Orientadora: Dra. Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros. 2024. 298f. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thaminne A. Reestruturação urbana e produção da
habitação de interesse social: o Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro. Rio de
Janeiro: Letra Capital, 2013.

VALENÇA, Márcio Moraes. A desordem das cidades: crise e política habitacional no Brasil.
Natal: Editora da UFRN, 2002

Anexos



Figura 1 – Levantamento fotográfico da área de estudo nos empreendimentos: Terras do Engenho I e II e América I e II.



Figura 2 – Mapeamento da fragilidade de infraestrutura e inserção urbana dos empreendimentos.



Tabela 1 – Síntese urbanística, de infraestrutura e serviços do bairro Nova Esperança (Parnamirim/RN)



Figura 3 – Mapa de equipamentos comunitários e raios de abrangência nos condomínios Terras do Engenho e América no município de Parnamirim/RN.

CÓDIGO: HS0897

AUTOR: LAÍS VICTÓRIA MARIA PEREIRA DINIZ

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: Escravidão contemporânea no Nordeste do Brasil (século XXI): identificação das dimensões socioeconômicas e ambientais que marcam os territórios do cativeiro.

Resumo

O objetivo geral deste relatório é identificar os territórios de escravidão contemporânea no Nordeste (NE) do Brasil, evidenciando, a partir de uma análise cartográfica, a correlação com as desigualdades educacionais e a composição étnico-racial da população no tempo-espaço presente. A técnica do uso de mapas é uma tentativa de demonstrar, de modo mais explícito, como a problemática se apresenta, a partir de sínteses cartográficas, buscando demonstrar a relação entre resgate de trabalhadores/as escravizados/as e os dados de vulnerabilidade social nos municípios nordestinos. O principal resultado traduziu-se na constatação de que os dados municipais indicam uma possível associação entre desigualdades educacionais, composição étnico-racial e superexploração do trabalho, mas não comprovam uma relação de causalidade direta nos processos que subvertem os usos do território no NE.

Palavras-chave: Desumanização; Composição étnico-racial; Vulnerabilidade social;

TITLE: EDUCATIONAL, ETHNIC-RACIAL INEQUALITIES, AND CONTEMPORARY SLAVERY: A CARTOGRAPHIC ANALYSIS IN NORTHEAST BRAZIL (21ST CENTURY).

Abstract

The overall objective of this report is to identify areas of contemporary slavery in the Northeast (NE) of Brazil, using a cartographic analysis to highlight the correlation with educational inequalities and the ethnic-racial composition of the population in the present time and space. The use of maps is an attempt to demonstrate, more explicitly, how the problem manifests itself through cartographic syntheses, seeking to illustrate the

relationship between the rescue of enslaved workers and data on social vulnerability in Northeastern municipalities. The main finding was that municipal data indicate a possible association between educational inequalities, ethnic-racial composition, and labor overexploitation, but do not prove a direct causal relationship in the processes that subvert land use in the Northeast.

Keywords: Dehumanization; Ethnic-racial composition; Social vulnerability;

Introdução

A permanência das desigualdades e injustiças socioespaciais herdadas do período colonial e ainda fortemente presentes na formação histórico-territorial do Nordeste (NE) do Brasil, especialmente nas últimas décadas do século XX e início do XXI, revela-se como uma questão latente e marcante na realidade atualmente. A história e a geografia da região, no contexto contemporâneo, repetem, em parte, a lógica de uso do território que norteou o processo de colonização no Brasil, ampliando e agravando o processo de concentração de terras, as várias formas de exploração e de espoliação dos recursos naturais, além do encurralamento e extermínio de populações marginalizadas, entre a quais se destacam os povos negros e originários como suas principais vítimas.

Para se ter maior clareza sobre esse lamentável contexto, nos últimos vinte anos (2003-2023), segundo o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho (Radar SIT), o Brasil registrou um número estimado de 57.636 pessoas trabalhando e vivendo sob condições de escravização, tendo a região Nordeste correspondido a cerca de 19,23% dos casos totais, percentual que equivale ao número de 11.083 trabalhadores/as.

Nesse caminhar histórico-geográfico de negação dos povos mencionados, ao se observam os diversos contextos da população negra no Brasil, e, principalmente, na perspectiva da escravidão contemporânea, tem-se que: do total de 43.736 trabalhadores/as resgatados/as por raça, entre 2002-2023, 30.833 eram indivíduos autodeclarados pardos e negros. Não obstante, conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para o período de 2003-2019, é possível observar que há uma maior concentração de resgate de trabalhadores/as escravizados/as nas áreas de avanço do agronegócio, como a região do MATOPIBA (composta por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia); a região Centro-Oeste (compreendendo Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul); a região Norte (abarcando, sobretudo, os municípios que fazem fronteira com a região do MATOPIBA e Centro-Oeste) e parte da região Sudeste do país (destacando Minas Gerais e Rio de Janeiro).

Diante desse contexto, é plausível afirmar que a modernidade no Brasil é fruto da construção territorial que perdurou por séculos de colonização, a qual impôs a negação dos sujeitos que, de imediato, não atendiam aos interesses capitalistas, apagando e renegando as suas existências, principalmente na dimensão de seus territórios. Tal condição traz como centralidade a perspectiva de que a produção histórica e espacial no território nacional e nordestino estabeleceu formas perversas e permanentes de dominação dos negros, constituindo-os como sujeitos subalternos, descriminados, colonizados e, principalmente, negados, por meio do cerceamento de suas liberdades e territorialidades.

Consequentemente, a questão do cativeiro humana no NE pode ser analisada na perspectiva histórico-geográfica, especialmente ao se observar que a escravidão contemporânea é, também fruto de uma estrutura associada a frentes de crescimento econômico, notadamente, naquelas ligadas ao agronegócio, e à reestruturação produtiva

do espaço rural (Figueira, 2000; 2004; Esterci, 2008). Nessa perspectiva, e segundo Martins (2003), a questão agrária, a partir da escravidão, é uma questão social no Brasil, uma vez que está ligada ao "desenraizamento como fonte de injustiças e problemas sociais" (Martins, 2003, p. 183). Nesse caminho, a interpretação da formação histórica-territorial da região NE, no momento presente, deve compreender as dinâmicas territoriais que ampliam os processos de subordinação do homem aos imperativos da modernização capitalista, através da cultura do cativeiro.
Assim, a escravidão contemporânea, enquanto elemento fundamental de uma lógica de subordinação do homem e da natureza aos imperativos da modernização capitalista, se territorializa e fornece as bases da constituição de territórios perversos no Brasil e a região NE se apresenta como uma área de fortes concentrações de casos.

Metodologia

Em termos metodológicos, esse escrito utilizou, como fontes de dados oficiais, a base de informações do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar Sit), para fins de análise e reconhecimento do processo de territorialização do modo contemporâneo da escravização de pessoas, dentro de uma escala temporal que se estende entre 2003 e 2023. Também, utilizou-se dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com recorte temporal que se estende, a nível municipal, entre 2003 e 2019. É importante ressaltar que, nos dados da CPT, as informações em nível estadual abrangem o intervalo temporal de 2003 a 2022. Já em relação aos dados em escala municipal, o intervalo compreende o período de 2003 a 2019.

Para as variáveis relacionadas à composição étnico-racial e à dados educacionais, utilizou-se informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na delimitação temporal estabelecida entre 2003 e 2023.

Os dados foram plotados em planilha eletrônicas por meio do software WPS Office, a qual passaram por tratamento, resultando na confecção de produtos cartográficos - elaborados no Sistema de Informação Geográficas (SIG) Quantum Gis (QGIS) versão 3.38.2 - e tabelas, desenvolvidas no WPS.

O processo de interpretação se estabeleceu, principalmente, por meio de sínteses cartográficas, onde a explicação da presença de escravidão contemporânea na região em epígrafe se confirma por meio da localização, distribuição e concentração demográfica desses/as trabalhadores/as superexplorados/as e a sua relação com a composição étnica racial e dos dados educacionais.

Assim, e numa tentativa de deixar mais explícita a dinâmica da relação entre o cativeiro e a indissociabilidade com a questão racial na região em estudo, foi apresentada uma série de mapas que mostra a relação entre o cativeiro, raça e educação. Nesse caminho, a superposição das representações cartográficas foi a escolha metodológica adotada na perspectiva de compreender o espaço como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico.

Resultados e Discussões

O Brasil registrou, de acordo com o Radar Sit, entre os anos de 2003 e 2023, o resgate de 55.224 pessoas em situação de escravidão contemporânea. Desse total, foram realizados 15.326 resgates na região Norte, 13.100 no Centro-Oeste, 12.360 no Sudeste, 11.072 no Nordeste e 3.366 na região Sul. Em relação aos dados fornecidos pela CPT, foram registrados 45.185 resgates de trabalhadores escravizados em todo o território nacional, no período de 2003 a 2019. Desse total, foram resgatadas 15.145 pessoas na região Norte, 11.109 no Centro-Oeste, 9.642 no Nordeste, 6.627 no Sudeste e 2.662 na região Sul. A região NE contou com 20,05% dos dados segundo o Painel de Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil e 21,34% dos registros da Comissão Pastoral da Terra (Prancha 1 e Tabela 1).

As ilustrações deixam claro que há uma forte concentração de resgatados nos municípios do Oeste da Bahia e no Sul do Maranhão, evidenciando áreas de uso intensivo de atividades rurais, como a agropecuária extensiva e o agronegócio. Também, aparecem núcleos significativos no Piauí, Tocantins e Pará, sugerindo um "arco" de exploração laboral ligado à fronteira agrícola e à expansão da produção de commodities em direção à região da Amazônia Legal. No interior do Ceará e Pernambuco, embora em menor intensidade, também há registros, mostrando que a prática não está restrita a poucas áreas, mas distribuída em diferentes territórios.

Essa espacialização reflete não apenas a estrutura produtiva regional (com predomínio de atividades rurais e agropecuárias), mas também a atuação da fiscalização, que tende a se concentrar onde há maior suspeita de ocorrência de trabalho escravo.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, entre 2003 e 2022, todas as unidades da Federação do NE apresentaram registros de trabalho em condições escravidão. Conforme os dados, os registros estão fortemente concentrados nos estados da Bahia (BA), com 3394 casos; Maranhão (MA), com 2684 casos; e Piauí (PI), com 1055 casos. Já de acordo com o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, entre 2003 e 2023, todas as unidades da Federação da região em tela apresentaram registros de trabalho em condições de escravidão. Conforme os dados do órgão, os registros estão fortemente concentrados nos estados da Bahia (BA), com 3624 casos; Maranhão (MA), com 3056 casos; e Piauí (PI), com 1560 casos (Tabelas 1 e 2).

Com base nas informações acima, Bahia e Maranhão juntos respondem por mais da metade dos resgates da região, evidenciando a persistência da exploração em áreas de grande extensão territorial e relevância no setor agropecuário. Piauí também se destaca negativamente. Estados menores em extensão ou com menor incidência de fiscalização, como Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, apresentam registros muito reduzidos.

Esses números revelam a possibilidade de uma nova dinâmica territorial na região, onde fatores como estrutura produtiva, vulnerabilidade social e presença de operações de fiscalização podem explicar as variações. Em síntese, a tabela reforça que o problema do trabalho escravo contemporâneo no Nordeste é mais intenso nos estados de Bahia, Maranhão e Piauí, mas está presente em toda a região, ainda que em menor escala em alguns estados.

Os dados relativos ao processo de espacialização e territorialização da escravidão contemporânea na região NE, permitem identificar, com base num recorte municipal, as dispersões e concentrações espaciais do fenômeno. Agora, buscando demonstrar a relação entre resgate de trabalhadores/as escravizados/as e os dados de vulnerabilidade social nos municípios nordestinos, a partir de dados referentes a questão étnico-racial e educacionais.

A prancha 1 representa a taxa de analfabetismo NE em 2022 e a composição étnica da população, com foco no número de pessoas autodeclaradas negras, conforme dados do IBGE (2022).

Os dados mostram que se observa uma redução do analfabetismo entre o censo de 2000 e 2022. Porém, o analfabetismo ainda está presente em todos os municípios dos estados do Nordeste, principalmente, em municipalidades como Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão.

Já a população negra representa 72,61% do total de população no Nordeste. Isso permite observar um crescimento desse grupo. O total passou de 47.782.488 habitantes, em 2000, para 54.658.515, em 2022, representando um crescimento de 14,39%. A Bahia permaneceu com o maior quantitativo populacional em todos os períodos analisados, passando de 9.574.018 habitantes, em 2000, para 11.268.655, em 2022. Ceará, Pernambuco e Maranhão também apresentaram crescimento ao longo desse período. Nos municípios analisados, os percentuais de composição étnico-racial são elevados. No Maranhão, por exemplo, os municípios com maiores registros de resgates apresentam percentuais de composição étnico-racial entre 77% e 86%.

A Tabela 3 apresenta a relação escravidão contemporânea, analfabetismo e composição étnico-racial nos municípios com maior concentração de casos e registros de trabalhadores/as resgatados/as na condição de escravos/as.

Apesar dos municípios analisados apresentarem os maiores registros de resgate de trabalhadores/as na condição de escravos/as, observa-se que, em termos gerais, há uma porcentagem de redução nos números de população não alfabetizada. Entretanto, os maiores registros permanecem concentrados nos estados com maiores índices demográficos sendo eles os municípios da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão, respectivamente. Observa-se que os maiores números de pessoas não alfabetizadas não correspondem necessariamente aos maiores números de trabalhadores/as resgatados/as, tendo variação entre os municípios e os estados. Ao mesmo tempo, há uma forte presença de pessoas autodeclaradas negras, o que não permite afirmar que há um impacto direto da escravidão nesse aumento.

Conclusão

A persistência do trabalho em condições de escravidão contemporânea, principalmente, no campo brasileiro, evidencia que a sociedade ainda convive com estruturas de desigualdade que guardam relações com seu passado escravista. O cativeiro atual atualiza

formas de sujeição e exploração em meio às transformações econômicas e territoriais do presente. Enfrentar esse fenômeno exige, portanto, considerar não apenas as relações de trabalho, mas também as hierarquias raciais, as desigualdades territoriais e o acesso desigual à terra e aos direitos sociais.

A análise conjunta dos dados evidencia que os territórios com registros de escravidão contemporânea no NE do Brasil apresentam diferentes condições demográficas, educacionais e étnico-raciais. A redução do analfabetismo, entre 2000 e 2022, ocorre ao mesmo tempo em que permanecem registros de trabalhadores/as resgatados/as em diferentes municípios. Também se observa que a elevada composição preta e parda não corresponde, isoladamente, aos percentuais de população negra entre os trabalhadores/as resgatados/as.

Assim, os dados municipais mostram uma possível associação entre desigualdades educacionais, composição étnico-racial e superexploração do trabalho, mas não comprovam causalidade direta, sendo necessários outros fatores socioeconômicos para confirmar a persistência desses processos no território nordestino. Pois, em diferentes estados, municípios com menores habitantes apresentam registros elevados, enquanto municípios com grandes populações urbanas apresentam números menores.

Por isso, a interpretação desses dados requer a utilização de outros indicadores que permitam compreender melhor a dimensão desse fenômeno. Municípios que registram maior contingente de população, tanto em áreas urbanas quanto rurais, tendem a apresentar um número absoluto mais elevado de pessoas não alfabetizadas, o que não representa uma maior incidência do analfabetismo em relação à população total.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. Como o Brasil enfrenta o trabalho escravo contemporâneo. In: SAKAMOTO, Leonardo (org.). Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020.

ESTERCI, Neide. Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? Estudos Avançados, v. 14, n. 38, 2000.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 6, n. 1–2, p. 1–25, 1994.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV. AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia; São Paulo: CPT; Loyola, 1999.

MARTINS, José de Souza. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2010.

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. Os acionistas da casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. In: CANUTO, Antônio et al. (org.). Conflitos no campo Brasil 2007. Goiânia: CPT Nacional, 2008. p. 111.

Anexos



Prancha 1 – Região Nordeste do Brasil Distribuição espacial de registros de trabalhadoresas resgatadosas na condição de escravosas contemporaneo



Prancha 2 Região Nordeste do Brasil: : taxa de analfabetismo e composição étnica da população, segundo dados do IBGE (2022).



Registro de resgates CPT tabela



Registro de resgates Radar Sit Tabela



Tabela 3 – Região Nordeste do Brasil_ relação entre analfabetismo, composição étnico-racial e os trabalhadores_as resgatados_as na condição de escravos_as contemporâneos_as_1



Tabela 3 – Região Nordeste do Brasil_ relação entre analfabetismo, composição étnico-racial e os trabalhadores_as resgatados_as na condição de escravos_as contemporâneos_as_2

CÓDIGO: HS0898

AUTOR: SARAH ELOISA FERREIRA DE ALCANTARA

ORIENTADOR: LORENA GOMES TORRES

TÍTULO: Uma investigação da presença decolonial no ensino de design na UFRN

Resumo

O presente trabalho discute a presença decolonial na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no curso de design, por meio do método da história oral, realizando assim entrevistas com alguns de seus professores. Com base nesse depoimento oral, foi feita uma análise de falas conforme as diretrizes para o ensino decolonial propostas por Torres (2022). Ao fim, foi constatada a manifestação decolonial de um docente, que se mostrou ativamente decolonial, enquanto o restante apresentavam alguns traços de acordo com as diretrizes, mas não se encontravam plenamente decoloniais. Apesar disso, apresentavam-se também distantes do pensamento eurocêntrico; assim, podemos concluir que a manifestação decolonial ainda não é forte localmente, mas também não é ínfima e seus impactos, mesmo que discretamente, estão influenciando o ensino.

Palavras-chave: Design, decolonialidade, ensino, história oral.

TITLE: An investigation into the decolonial presence in design education at UFRN

Abstract

This study examines the presence of decolonial approaches within the design program at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) by conducting the oral history method by interviewing some faculty members. Based on these accounts, the statements were analyzed according to the guidelines for decolonial education outlined in Lorena Gomes Torres's doctoral thesis, *Design Decolonial: Contribuição para o pensamento crítico e projetual no ensino de design no Brasil* (Decolonial Design: A Contribution to Critical and Design Thinking in Design Education in Brazil). The findings revealed a decolonial stance in one faculty member, who demonstrated an actively decolonial approach, while the others exhibited only certain traits aligned with

the guidelines but did not fully embody a decolonial perspective. Nevertheless, they also appeared distant from Eurocentric thought; thus, we can conclude that the decolonial expression is not yet strong locally, yet neither is it negligible, and its impacts—however subtle—are influencing education.

Keywords: Decolonial design, decoloniality, education, oral history.

Introdução

O presente artigo discute a decolonialidade no ensino de design, tendo em vista que design no Brasil teve origem por meio de pioneiros estrangeiros, a exemplo da ESDI, fundada em 1962 por Karl Heinz Bergmiller.

A fundação da ESDI tem origem que remonta ao design europeu, especialmente ao design alemão, com destaque para a Bauhaus e a Escola de Ulm. (Alves, Ana et al, 2014.)

Verifica-se, desde seu princípio, um ensino de design orientado a ideais europeus, todavia, sempre houve resistência quanto à maneira de se executar o design, em um contexto qual o pensamento eurocêntrico é considerado superior e correto (Boaventura, 2022). Constata-se, assim, a necessidade vigente de apropriação de nossas particularidades e de compreensão de nossas distinções, de modo a se construir uma forma de ensinar e produzir design, condizente com nossa identidade.

Ainda que a colonialidade tenha moldado nosso pensamento, é impossível apagar por completo a individualidade de uma nação e de seus habitantes. Mesmo tendo o ensino do design no Brasil tendo sido constituído sob moldes estrangeiros, existem brechas pelas quais se manifestam ideias, pensamentos e valores culturais próprios do brasileiro. Professores aqui formados por mestres de outra nação têm rompido com o paradigma considerado padrão e aproximado o design e seu ensino da realidade e das necessidades do território em que se encontram.

Por essa razão, este trabalho propõe uma análise qualitativa dos depoimentos orais dos professores do curso de design da UFRN,a respeito de seu papel no ensino, com vistas a identificar traços de decolonialidade em sua prática profissional e, assim, averiguar a posição do departamento de design no complexo contexto do pós-colonialismo.

Metodologia

Para a elaboração deste artigo, foram realizadas revisões literárias a respeito da

utilização de história oral como recurso investigativo e metodológico. Com base em Delgado (2009) e Alberti (2013), trata-se de uma abordagem que busca uma construção de conhecimento de forma mais aberta e livre, fundamentada na memória, nas experiências e nas reflexões dos interlocutores.

Segundo Delgado (2009), o estudo baseado na narrativa permite compreender a história em sua construção, revelando contextos complexos e significativos. A utilização desse método, ainda pouco tradicional, possibilitou captar, ao longo dos depoimentos, os fundamentos e a origem da experiência de cada docente.

Para a coleta de dados qualitativos a respeito do ensino e da decolonialidade no recorte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foram entrevistados quatro docentes atuantes na instituição, a saber: Olavo Fontes de Magalhães Bessa, Elizabeth Romani, Arthur Carvalho de Melo e Amanda Pereira Freire.

O roteiro utilizado como base para as entrevistas foi inspirado nas contribuições de Torres; Almendra e Braga (2022). O objetivo consistia em compreender a trajetória de cada docente e investigar trações decoloniais em sua atuação como professores do departamento de design da UFRN.

Revisão de literatura

Para entender a decolonialidade, faz-se necessário compreender, primeiramente, a colonialidade e o colonialismo. O colonialismo corresponde a dominação direta e política de um povo sobre o outro; fenômeno observado no processo histórico dos países da América Latina, África e Ásia. Já a colonialidade constitui o legado do colonialismo, uma estrutura de pensamento que permanece após a colonização, na qual o pensamento eurocêntrico persiste em países não europeus, incluindo questões relativas ao racismo e ao patriarcado. (Quijano, 2000)

Quijano, em seu ensaio “Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina” diz:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular de tal padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala societal. (QUIJANO, 2000, p. 201, tradução livre).

Boaventura de Souza Santos (2022. p. 45) em seu livro Descolonizar, afirma que colonialismo moderno constitui “um componente integral da modernidade eurocêntrica, que, por sua vez, compreende três modos principais de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado”. A análise dessa afirmação permite depreender, em primeiro lugar, que o colonialismo não se encerrou com a independência dos países colonizados, uma vez que persiste sob formas modernas de dominação. Em segundo lugar, pode-se afirmar a existência de uma sociedade dominada pela cultura europeia, na qual tudo o que dela deriva é percebido como intelectualmente, socialmente e culturalmente superior. (Santos, 2022)

Nesse contexto, emerge a decolonialidade como uma forma de resistência à dominação eurocêntrica. Em tradução livre, Catherine Walsh e Mignolo (2018) afirma:

> Decolonialidade necessariamente segue, deriva e responde à colonialidade e ao contínuo processo e condição colonial. É uma forma de resistência e sobrevivência (…) Contra a matriz colonial de poder em todas as suas dimensões.(Walsh, Mignolo, 2018, p. 17)

Walsh e Mignolo (2018) prossegue afirmando que "A decolonialidade implica um compromisso de 'desaprender' o que nos foi ensinado pela matriz colonial, para começar a reaprender a partir de nossas próprias memórias, territórios e práticas ancestrais", Dessa forma, a decolonialidade constitui mais do que "uma teoria acadêmica abstrata", configurando-se como projeto de vida, uma prática de resistência voltada à dignidade e a autodeterminação dos povos subalternizados pela modernidade/colonialidade. (Walsh e Mignolo (2018)

O contraponto ao pensamento hegemônico tem sido cada vez mais colocado em pauta, seja por meio da decolonialidade ou de outras matrizes epistemológicas, questionando-se aquilo que foi sempre considerado como o tradicional e correto. Tais manifestações têm se integrado a diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, a pedagogia, a psicologia, a arte ou o design, discussão que não deve ser negligenciada

Todavia surge uma questão: como abordar a decolonialidade em um ambiente tão tradicional e categórico quanto o ensino universitário? A área da pedagogia já estabeleceu formas distintas de ensino, com base em Paulo Freire, todavia os métodos desse autor são muito conhecidos mas pouco colocados em prática para além de seu departamento de origem

Freire (2002), ao discorrer sobre a educação, criticou a maneira pela qual o ensino, de modo geral, se baseava em uma hierarquia entre educador e educando propondo uma relação distinta: "o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa." (Freire, 2002, p. 68). Nesse sentido, o educador apropria-se dos conhecimentos prévios de seus estudantes, aprendendo sobre seus repertórios e territorialidades, conforme propõe a decolonialidade.

Resultados e Discussões

No mundo pós-colonial, embora não haja dominação explícita de um povo sobre o outro, permanece um domínio de ideais caracterizado pela colonialidade, conforme afirma Boaventura (2022. p.18):

> A colonialidade é a ideia de que tudo aquilo que difere da visão eurocêntrica do mundo é inferior, marginal, irrelevante ou perigoso.

Assim, a decolonialidade apresenta-se como um posicionamento crítico em relação ao pensamento hegemônico, não no sentido de negá-lo ou de a ele se opor diretamente, mas como um caminho alternativo possível.

Foram convidados a participar quatro professores da instituição: o Prof. Dr. Olavo Fontes de Magalhães Bessa, a Prof. Dra. Elizabeth Romani, ambos professores efetivos consolidados do departamento de design, além do o Prof. Me. Arthur de Melo e da Prof. Me. Amanda Pereira Freire, professores temporários da mesma universidade.

Os primeiros depoimentos foram coletados em novembro de 2025, com a entrevista de Arthur Carvalho, o restante foram efetuados no ano de 2026, sendo em abril, com a entrevista da Amanda Pereira, e em julho, com as entrevistas de Olavo Bessa e Elizabeth Romani.

Para a análise de decolonialidade, foram adotadas as diretrizes para o ensino decolonial proposta por Torres, Almendra e Braga (2022), a saber: haver educadores transgressores; ação pedagógica inclusa na prática de projeto em design; partir de projetos vinculados ao contexto; buscar outras direções epistemológicas e compreender o passado histórico, valorizando as memórias coletivas dos movimentos de resistência e utopia política.

Haver educadores transgressores.

O educador transgressor e decolonial é aquele que subverte as relações entre educador e educando, agindo ativamente para compreender e aplicar outras formas de ensino, de modo a impactar os estudantes. Torres, Almendra e Braga discorrem sobre o educador decolonial nos seguintes termos:

“O educador decolonial de hoje deve desenvolver a inclinação para a leitura crítica do mundo, recriando o ensino brasileiro de design a partir de outros territórios, em diálogo com outros sujeitos políticos, se espraiando para múltiplas direções, e deve induzir o estudante ao pensamento crítico, sujeitando-o ao constante questionamento e introduzindo nele outras histórias e modos de pensar.” (Torres; Almedra e Braga. 2022 p. 10)

A partir desse ponto de vista, é possível concluir, com base na análise das falas de cada entrevistado, que todos os educadores entrevistados se enquadram como educadores transgressores.

Arthur Carvalho posiciona-se no sentido de buscar uma abertura com seus educandos, evitando propor soluções binárias e sim priorizando a ampliação do olhar para outras perspectivas, de modo a incentivar as diferenças.Relata, ainda, que adota metodologia de ensino baseada em compreender o universo daqueles que leciona, chegando a incorporar a lógica do celular e redes sociais em sua postura, questionando-se constantemente sobre o que desperta a atenção das pessoas.

Olavo Bessa, por sua vez, relata que costuma apresentar provocações aos estudantes, colocando-os em situações de desconforto, de modo que cheguem por si mesmos a suas próprias conclusões e soluções, sem que ele, como professor, precise fornecer uma resposta pronta. Um princípio Bessa internalizou por meio de um dos seus mentores é o de que as pessoas não erram: Quando um produto é utilizado de maneira “incorreta”, Trata-se, na verdade, de uma falha de projeto. São essas provocações, vivenciadas por ele enquanto estudante, que busca reproduzir em suas aulas.

Amanda Pereira, diferentemente, segue uma orientação de aprendizado mútuo, não assumindo uma postura de detentora do conhecimento, mas atuando como facilitadora que, além de ensinar, também aprende no processo. Relata, ainda, que busca incentivar de forma enfática o pensamento crítico, promovendo debates e apresentando leituras de autores diversos.

Nessa mesma linha, Elizabeth Romani afirma que está constantemente ajustando suas aulas e conteúdos conforme o retorno dos estudantes e as mudanças geracionais em seu perfil. Segundo ela, ensinar constitui um trabalho contínuo de pesquisa e aperfeiçoamento, que exige compreender quem são as pessoas ensinadas, o que consomem, quais tecnologias utilizam e adaptar-se conforme as transformações ocorrem.

Ação pedagógica inclusa na prática de projeto em design:

Esta diretriz trata do docente, enquanto designer, assumir o papel de educador projetista, e não de mero emissor de conhecimento. Adotando, dessa forma, uma postura de catalisador na formação de designers que projetam para a sociedade ao mesmo tempo em que o próprio educador o faz. Nesta diretriz, apenas um professores enquadrou-se:

Arthur Carvalho assume a perspectiva de que o design deve fundamentar-se e ser projetado de acordo com a vocação do território no qual está inserido, seja no âmbito do design industrial, design de produto ou design de serviços. Afirma, ainda, que o que constitui o papel do designer, e ainda sendo brasileiros e nordestinos, apropriar-se daquilo que lhe é próprio, potencializando suas raízes e identidades.

Partir de projetos vinculados ao contexto.

Um educador decolonial no design é aquele vinculado ao território e ao contexto geográfico e cultural, de modo a incentivar o desenvolvimento de um design que considere cada região não sob olhar impositivo e autossuficiente, mas que se mescla a ela e busque compreender suas condições específicas. Somente assim será possível desvincular-se de um design puramente funcionalista e desenvolver um design latino-americano. (Torres; Almendra e Braga, 2022). Nesta diretriz, três professores foram vinculados.

Arthur Carvalho entende que o decolonial consiste na valorização daquilo que “é nosso”, a região, a cultura, o artesanato, a arte e o design locais. Trata-se de um exercício voltado a desfocar o olhar hegemônico sobre aquilo que se projeta.

Amanda Pereira considera que o design passou, e continua passando por grandes transformações ao longo de sua história, uma vez que,de uma área do conhecimento e profissão pouco conhecida tornou-se um termo da moda. Cabe, portanto, recuperar o significado original, em contraposição à norma padrão vigente.

Por fim, Elizabeth Romani relata que, em suas disciplinas, busca partir do próprio repertório do estudante, os autores, as mídias, as editoras que consome, desenvolvimento seu trabalho a partir desse repertório, Compartilha, ainda, o interesse em compreender os softwares de uso comum de seus discentes, que extrapolam os tradicionais Illustrator e Photoshop.

4) Buscar outras direções epistemológicas.

O verdadeiro educador decolonial compreende as diferentes cosmologias existentes no mundo e suas implicações sobre cada indivíduo, afastando, assim o pensamento hegemônico e eurocêntrico de seu pedestal, de modo a dar lugar a um senso mais amplo de pensamento. No ensino de design, isso implica em:

Reposicionar as práticas educativas de design de natureza emancipatória significa, em primeiro lugar, localizar, ressignificar e vincular as experiências, os sujeitos e os saberes que intervêm em apostas pedagógicas específicas, como o caso da investigação-ação, cujo propósito central é propiciar espaços formativos que contribuam para a transformação crítica da realidade social (Torres, Almendra e Bagra, 2022. p. 13)

Sob esse ponto de vista, dois docentes enquadram-se nesta diretriz: Arthur Carvalho, que se mostra aberto a diferentes cosmovisões, valorizando os povos originários e quilombolas e inspirando-se no pensamento de autores como Ailton Krenak e Nego Bispo; e Amanda Pereira, que se mostra aberta a perspectivas críticas e distintas sobre o mundo, apegando-se sobretudo àquelas de caráter anti-hegemônico.

5) Compreender o passado histórico, valorizando as memórias coletivas dos movimentos de resistência.

Trata-se de, na condição de educador, compreender a história tal como registrada,e também valorizar a memória e as experiências coletivas de resistência ao imperialismo e à dominação colonial, reconhecendo, por exemplo, a história indígena e quilombola como tão relevante para a atualidade quanto a história tradicional. Acerca da história do design:

Ao refletir sobre a história do design brasileiro, é preciso focar nas fissuras do design nacional, da cultura material e processos produtivos nas comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, do que é encoberto na história do ensino brasileiro de design e não se encontra facilmente nos livros de design (Torres, Almendra e Braga. 2022. p. 13)

Nesta diretriz apenas um docente enquadra-se: Arthur Carvalho, que lida de forma crítica com as questões históricas do Brasil, especificamente ao questionar o sufixo “eiro”, enquanto marca uma sociedade voltada e constituída para o trabalho. Ao fazer a referência a Nego Bispo, afirma que a vagabundagem constitui um ato essencial da vida, por representar uma das formas de contestar a lógica colonial da obrigatoriedade do trabalho.

6) Utopia Política

A luta por uma sociedade plural e livre de desigualdades integra o processo de transformação do design, de uma área concentrada no, e para o norte global, em uma área do conhecimento para e propriamente brasileira. A utilização de ferramentas pedagógicas voltadas à promoção da participação no processo de mudança social constitui elemento essencial à atuação do educador decolonial, conforme afirma Torres, Almendra e Braga (2022. p. 14): “O ensino brasileiro de design decolonial aponta para o caráter eminentemente político de todo e qualquer processo de formação humana e, dialeticamente, enfatiza o aspecto pedagógico da luta política.”

De modo semelhante a diretriz, anterior, Arthur Carvalho foi o único docente identificado nesses termos, dada sua participação em movimento social, Arthur possui uma formação política sólida, que se estende ao campo do design, refletindo-se no esforço de mobilizar seus discentes a posicionarem-se diante das injustiças e a compreenderem o design não como algo proveniente do norte global, mas como algo que também lhes pertence.

Verifica-se, portanto, de acordo com as diretrizes para o ensino decolonial apresentadas, um professor destaca-se como plenamente decolonial: Arthur Carvalho de Melo, cujas falas se enquadram em todas as diretrizes apresentadas e que, inclusive, autodescreve-se como docente decolonial.

Os demais entrevistados, por sua vez, apesar de apresentarem falas que se enquadram em determinadas diretrizes, não se manifestam plenamente decoloniais. Bessa, Pereira e Romani, ainda que compreendem o design e seu ensino como uma troca de experiências, buscando incorporar os repertórios dos estudantes e, em alguns casos, manifestando-se politicamente contra hegemônicos, não demonstraram, ao menos no momento dessas entrevistas, envolvimento ativo com a causa decolonial

Não obstante, é nítido o interesse desses docentes em despertar em seus discentes o pensamento crítico, bem como o interesse em um design mais participativo e inclusivo. Amanda Pereira relata buscar constantemente textos e outros recursos que estimulem o pensamento crítico de seus educandos. Olavo Bessa afirma costumar desafiar seus estudantes a pensarem por si mesmos na formulação de soluções para problemas complexos, e Elizabeth Romani apresenta-se como uma grande incentivadora do design inclusivo.

O professor Arthur Carvalho, por outro lado, apresenta-se de forma ativamente decolonial, posicionando-se epistemologicamente em sua maneira de ensinar, buscando estabelecer contato mais próximo com o estudante a fim de compreender suas necessidades e aproximar as relações de educador e educando. Manifesta e transmite ideais de pensadores contracoloniais como Ailton Krenak e Nego Bispo, desafiando o pensamento hegemônico e valorizando a formação e repertórios locais, entre outras manifestações que o caracterizam como um educador decolonial.

Conclusão

Apesar de a maior parte dos docentes entrevistados não se apresentarem decoloniais, eles todos manifestaram distanciamento em relação ao modo operante do ensinamento de design, de essência eminentemente eurocêntrica. Tais docentes não reproduzem integralmente o pensamento e o modo hegemônico, capitalista e ocidental, conferindo ao ensino de design uma forma crítica de pensar voltada para as questões locais; Observa-se, contudo, em suas referências e manifestações, uma preferência ainda vigente de autores e designers europeus.

Conclui-se que a presença decolonial tem exercido influência positiva sobre a educação do design na UFRN,contribuindo, para o desenvolvimento do pensamento crítico da nova geração de designers e para a estratégia pedagógica dos docentes de design da instituição.

Referências

ALVES, Ana Laura; LANDIM, Paula da Cruz. ESDI – 50 anos de fundação. In: Congresso Brasileiro de Pesquisa Desenvolvimento em Design (P&D DESIGN), 11., 2014, Gramado. Anais [...]. São Paulo: Blucher, 2014. p. 2012-2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

OLIVEIRA, Lorena Gomes Torres de. Design decolonial: contribuições ao pensamento crítico e projetual no ensino de design no Brasil. 2022. 302 f. Tese (Doutorado em Design) – Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Lisboa/Brasil, 2022. Orientadores: Rita Assoreira Almendra; Marcos da Costa Braga.

TORRES, L. G.; ALMENDRA, R. A.; BRAGA, M. C. Design Decolonial: contribuições ao pensamento crítico e projetual no ensino de design no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Pesquisa Desenvolvimento em Design, 14., 2022. Anais... Rio de Janeiro: ESDI; ESPM, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Descolonizar: abrindo a história do presente. Tradução de Luis Reyes Gil. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Boitempo, 2022.

WALSH, Catherine (Ed.). Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2005.

WALSH, Catherine E.; MIGNOLO, Walter D. On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Durham: Duke University Press, 2018.

CÓDIGO: HS0899

AUTOR: ERIC ARAUJO DA SILVA

ORIENTADOR: JOSE GLEBSON VIEIRA

TÍTULO: Formação intercultural e Educação Escolar Indígena: trajetórias de professores Potiguara do Catu na LICEII/UFRN

Resumo

O estudo situa-se no campo da educação intercultural, da diversidade sociocultural e linguística e da formação de professores(as) indígenas, tendo como foco a experiência de docentes do povo Potiguara Catu (RN) vinculados à Licenciatura em Educação Intercultural Indígena (LICEII/UFRN). A institucionalização da LICEII em 2024, no âmbito do PARFOR-Equidade, atende às demandas históricas por uma formação comprometida com a valorização dos saberes indígenas e com a consolidação da educação escolar indígena crítica. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de orientação etnográfica (2025–2026), baseada em entrevistas semiestruturadas, observação participante e diários de campo. Acompanharam-se os dois tempos da pedagogia da alternância: o Tempo Universidade (espaço de trocas teóricas e interétnicas) e o Tempo Comunidade (realizado no território Potiguara Catu, nas Escolas Alfredo Lima e João Lino, e em espaços comunitários). Os resultados evidenciam que o ingresso no curso representa uma escolha político-comunitária de segunda licenciatura voltada ao fortalecimento da autonomia educacional do povo. No Tempo Universidade, destacam-se a construção de redes de apoio frente às barreiras logísticas e o tensionamento de modelos eurocêntricos que priorizam a densidade teórica e o ensino normativo do português em prejuízo da revitalização do Tupi.

Palavras-chave: Educação Intercultural Indígena, Formação de Professores,

TITLE: Intercultural Training and Indigenous School Education: Trajectories of Potiguara Teachers from Catu in the LICEII/UFRN

Abstract

This study is situated within the fields of intercultural education, sociocultural and linguistic diversity, and Indigenous teacher training, focusing on the experiences of educators from the Potiguara Catu people (Rio Grande do Norte) enrolled in the Indigenous Intercultural Education Degree program (LICEII/UFRN). The institutionalization of LICEII in 2024, under the PARFOR-Equidade initiative, addresses long-standing demands for a training program committed to valuing Indigenous knowledge and consolidating a critical form of Indigenous school education. Methodologically, the study employs a qualitative, ethnographically oriented approach (2025–2026) based on semi-structured interviews, participant observation, and field journals. The research tracked the two phases of the "alternance pedagogy" model: "University Time" (a space for theoretical and inter-ethnic exchange) and "Community Time" (conducted within the Potiguara Catu territory, at the Alfredo Lima and João Lino schools, and in community spaces). Results indicate that enrolling in the program represents a political and community-oriented choice pursuing a second degree aimed at strengthening the people's educational autonomy. During "University Time," key aspects include the formation of support networks to overcome logistical barriers and the challenging of Eurocentric models that prioritize theoretical density and normative Portuguese instruction over the revitalization of the Tupi language.

Keywords: Indigenous Intercultural Education, Teacher Training,

Introdução

A emergência de um modelo educacional voltado às populações originárias no cenário brasileiro ganhou força substancial a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse marco jurídico favoreceu a ruptura com a histórica lógica de tutela e assimilação, garantindo o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas às suas identidades socioculturais e aos seus processos próprios de aprendizagem, bem como a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue ou multilíngue.

A Constituição Federal de 1988 constitui, nesse sentido, um marco fundamental no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no Brasil, ao assegurar suas formas de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. No campo educacional, tais direitos foram posteriormente desenvolvidos por dispositivos legais e normativos que passaram a afirmar o direito dos povos indígenas a uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue ou multilíngue, orientada pelo respeito aos processos próprios de aprendizagem e às especificidades socioculturais e linguísticas de cada povo.

Como destacam os pesquisadores indígenas Gersem José dos Santos Luciano e Rosenilda Rodrigues de Freitas Luciano (2020), o avanço das políticas de ações afirmativas e a criação de programas de formação intercultural têm contribuído para o enfrentamento de barreiras históricas relacionadas ao acesso e à permanência de estudantes indígenas na educação superior. O referido processo não pode, contudo, ser compreendido apenas em termos quantitativos de ampliação do acesso, pois a presença indígena nas universidades também coloca questões relativas à permanência, às formas de acolhimento institucional e as relações entre conhecimentos acadêmicos e indígenas.

Luís Donisete Benzi Grupioni (2003) enfatiza que a consolidação de uma escola indígena qualificada exige a participação de membros das próprias comunidades na docência e na gestão escolar, respaldada por legislações, como a Resolução CNE/CEB nº 3/99 e o Plano Nacional de Educação, que reconhecem a especificidade da Educação Escolar Indígena e asseguram a formação de professores indígenas em serviço e de forma contínua. As políticas educacionais voltadas à educação escolar indígena, especialmente aquelas direcionadas aos professores indígenas reforçam a importância de uma formação adequada às especificidades socioculturais, linguísticas e educacionais dos diferentes povos indígenas. A formação de professores indígenas constitui, portanto, uma dimensão fundamental para a construção de práticas escolares articuladas aos projetos educativos de cada povo.

Localizadas predominantemente em territórios tradicionalmente ocupados, as escolas indígenas buscam responder às demandas definidas pelas próprias comunidades, além de garantir o acesso aos níveis e etapas da educação básica. A atuação docente alinhada aos saberes locais e às especificidades socioculturais e linguísticas consolida-se como um dos pilares centrais da educação escolar indígena. No Rio Grande do Norte, as discussões sobre a formação de professores indígenas e a Educação Escolar Indígena assumem características particulares, especialmente quando observadas a partir das diferentes experiências dos povos

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa e de orientação etnográfica, por considerar a necessidade de analisar os fenômenos em seus contextos de ocorrência e interpretar os significados construídos social e culturalmente pelos sujeitos. O viés etnográfico pauta-se no que Geertz (1989) conceitua como “descrição densa”, permitindo acompanhar e interpretar as múltiplas dimensões das experiências humanas e as especificidades socioculturais e epistemológicas relacionadas ao território, assim como observar relações e registrar interpretações produzidas durante o trabalho de campo, de modo a compreender as práticas educacionais em seus contextos socioculturais específicos.

A pesquisa contou com a participação de 10 (dez) professores(as) indígenas da comunidade Potiguara Catu, sendo 8 (oito) mulheres e 2 (dois) homens. Do total de participantes, 9 (nove) possuem formação em Pedagogia e 1 (um) em Educação Física. Todos os participantes atuam na docência em escolas indígenas e cursam a Licenciatura em Educação Intercultural Indígena (LICEII), oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde agosto de 2024. O curso organiza-se como segunda licenciatura e visa habilitar docentes que já possuem diploma de nível superior em área distinta da sua atuação, promovendo uma formação específica para a Educação Escolar Indígena a fim de aprofundar a compreensão de suas trajetórias formativas e de suas experiências docentes.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a fim de aprofundar a compreensão das trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais dos participantes, das experiências

anteriores de formação, dos sentidos atribuídos ao ingresso na LICEII e dos desafios vivenciados durante o curso. O processo dos dados foram colhidos através das minhas observações e entrevistas aos professore(as) vale ressaltar por motivos de contratempos desses 10 (dez) consegui entrevistar individualmente apenas 7 (sete), mais minha vivência junto a eles pude conversar com demais em grupos tanto na universidade quanto na comunidade.

A participação em atividades acadêmicas, como disciplinas, rodas de leitura, seminários e grupos de estudo, também possibilitou acompanhar suas experiências de formação e as formas como os conhecimentos discutidos no curso são relacionados às práticas desenvolvidas em sala de aula. No Tempo Universidade, a observação participante contemplou componentes curriculares ministrados no semestre como Sintaxe do Português Brasileiro, Diversidade de Gênero, Educação e Relações Étnico-Raciais, Panorama da Literatura Latino-Americana e em outras atividades desenvolvidas pela turma, permitindo acompanhar situações de ensino e aprendizagem, interações entre estudantes e docentes e debates relacionados à Educação Escolar Indígena, à interculturalidade e às experiências dos diferentes povos e comunidades representados no curso.

No Tempo Comunidade, vivenciado no território Potiguara do Catu, a observação participante ocorreu tanto nas Escolas Indígenas Alfredo Lima e João Lino quanto em espaços comunitários de socialização e de produção e circulação de memórias e conhecimentos. A produção de dados também envolveu atividades realizadas em outras comunidades indígenas no âmbito da formação desenvolvida pela LICEII. A imersão em diferentes espaços de formação e convivência permitiu acompanhar práticas pedagógicas, processos de elaboração de materiais didáticos e formas de articulação entre conhecimentos indígenas e práticas escolares.

Como instrumento complementar de documentação e reflexão diária, foi utilizado o diário de campo para registrar impressões, interações informais e dinâmicas de sala de aula observadas tanto na universidade quanto nas comunidades acompanhadas durante o trabalho de campo. O material empírico foi composto pelas transcrições das entrevistas, pelos registros do diário de campo e pelos documentos pedagógicos produzidos e/ou utilizados pelos participantes. A análise dos dados foi realizada em articulação com os objetivos da pesquisa e com os referenciais teóricos relacionados à Educação Escolar Indígena e à formação intercultural de professores indígenas.

Resultados e Discussões

Trajetórias profissionais e sentidos atribuídos à formação intercultural

Os resultados parciais desta pesquisa evidenciam a complexidade e a riqueza das trajetórias formativas vivenciadas na Licenciatura em Educação Intercultural Indígena, com foco nas dinâmicas que perpassam as vivências no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade. A análise dos processos formativos revela experiências relacionadas à adaptação às dinâmicas universitárias, à construção de estratégias coletivas de permanência e à afirmação das especificidades da Educação Escolar Indígena, evidenciando tanto os avanços quanto às tensões decorrentes das relações

estabelecidas entre conhecimentos acadêmico-científicos e conhecimentos indígenas. A análise do material empírico busca, portanto, compreender o processo formativo em sua complexidade, considerando as experiências vivenciadas pelos participantes nos diferentes espaços e tempos da formação.

Um primeiro elemento importante diz respeito às trajetórias anteriores dos participantes. Todos os professores do curso já possuíam formação superior e experiência profissional na docência antes de ingressarem na LICEII. Assim, a particularidade dessa formação não consiste no acesso inicial ao ensino superior, mas na realização de uma segunda licenciatura especificamente voltada à Educação Escolar Indígena. A singularidade dessa experiência formativa reside, no fato de se configurar como licenciatura voltada à Educação Escolar Indígena. Nesse contexto, a segunda licenciatura intercultural surge não como um projeto individual de titulação, mas como uma escolha política e comunitária uma busca por referenciais pedagógicos e linguísticos capazes de reconfigurar suas práticas docentes, valorizar a memória e fortalecer o projeto de escola diferenciada e intercultural reivindicado pelo povo do Catu. A formação na LICEII passa a atuar, portanto, como um espaço institucional de tensionamento e reelaboração dos saberes da experiência, articulando a qualificação acadêmica às lutas históricas do povo indígena do estado pela afirmação de seus direitos, de seu território e de sua autonomia educacional.

Os participantes chegam ao curso trazendo experiências acumuladas em suas formações anteriores, na atuação docente e na vida comunitária. Desse modo, não ocupam apenas a posição de estudantes que estarão preparados para uma atuação profissional futura, pois já conhecem os desafios cotidianos enfrentados pelas escolas indígenas e mobilizam essas experiências durante a formação. Como mencionado pela professora: “ Aprimorar minha atuação pedagógica, a partir de conhecimento adquiridos no curso” (06/02/2026)

O fato de muitos estudantes já exercerem a docência antes do ingresso nessa formação específica confirma a importância de uma formação que, além de qualificar a atuação docente, reconhece os conhecimentos e experiências construídos nas comunidades e nas escolas indígenas. A realidade observada dialoga diretamente com as diretrizes apontadas por Grupioni (2003), ao destacar que a formação de professores indígenas se desenvolve em articulação com a própria atuação profissional, permitindo aproximar processos formativos, experiências docentes e demandas das escolas indígenas.

Tempo Universidade: formação, intercâmbios e desafios

A partir do acompanhamento das atividades desenvolvidas com os(as) estudantes, pude observar que, no Tempo Universidade, são criados espaços para o debate teórico, a apropriação de ferramentas conceituais e a troca de experiências entre estudantes de diferentes realidades e territórios. O convívio entre professores indígenas provenientes de diferentes comunidades constitui uma dimensão formativa, na medida em que possibilita a circulação de experiências distintas sobre escola, território, língua, memória, organização comunitária e prática docente.

O período possibilita reflexões sobre o papel do docente indígena por meio de uma perspectiva crítica e contextualizada. Todavia, o contexto de deslocamentos que não são apenas geográficos, envolvendo também conhecimentos, trajetórias e perspectivas, evidencia tensões na relação entre as experiências dos estudantes e determinadas formas

acadêmicas de organização do ensino e do conhecimento.

Ao mesmo tempo, as experiências relatadas pelos participantes indicam que o enfrentamento das dificuldades institucionais como desgaste nos deslocamentos, a complexa conciliação entre as exigências acadêmicas e as jornadas de trabalho nas escolas que trabalham, a sobrecarga de leituras teóricas, algumas inflexibilidade dos calendários acadêmicos, bem como as percalços logísticos relativos à hospedagem e alimentação durante o Tempo Universidade impõe barreiras expressivas à continuidade do percurso formativo. Como essa fala de um dos professores: “ Gostaria que o curso fosse mais flexível, porque a carga horária as vezes é muito exaustiva” (14/01/2026) a vivência dessas dificuldades favorece a emergência de estratégias coletivas de acolhimento, apoio mútuo e permanência qualificada no curso. A vivências no ambiente acadêmico também servem de insumo crítico e produzem questões que são retomadas pelos estudantes em suas reflexões sobre a prática docente e sobre as relações entre universidade, escola e comunidade.

Tempo Comunidade: território, escola e produção de conhecimentos

O Tempo Comunidade consolida-se como o eixo fundamental de formação, na medida em que possibilita experimentação, reconstrução e reelaboração dos conhecimentos, teorias e conceitos trabalhados na universidade, relacionando-os às experiências construídas nos territórios, nas escolas e em outros espaços comunitários. É no espaço comunitário e territorial que as aprendizagens ganham sentido prático, permitindo que diferentes questões trabalhadas durante a formação, assim como as atividades de pesquisa e extensão sejam retomadas e se enraízam nas demandas concretas da escola indígena e das lutas locais

A transição entre os dois tempos pedagógicos formativos evidencia que o processo de ensino-aprendizagem extrapola os limites da sala de aula acadêmica, situando o território como matriz educativa central. Ao colocar o território no centro do ato educativo, torna-se possível problematizar uma separação rígida entre teoria e prática. O Tempo Comunidade não se reduz a um mero "estágio" de aplicação de técnicas, mas constitui também um espaço de produção de questões, conhecimentos e experiências que podem retornar ao Tempo Universidade e participar das discussões desenvolvidas no curso.

Essa articulação ficou evidente durante as práticas realizadas no território do Catu, na atividade da disciplina Literatura do Brasil 1, ministrada pela professora Márcia Wayna Kambeba em 8 de fevereiro de 2026. Na ocasião, a docente pediu que os estudantes narrassem histórias, oralidades e memórias das vivências em suas comunidades. Em resposta à proposta, os estudantes do Catu conduziram a professora e a turma a locais marcantes do território, como a casa de Seu Chão, pai do Cacique Luiz Katu. Ali, Seu Chão e sua esposa narraram sua chegada à comunidade e os percalços enfrentados na luta indígena. Após os relatos emocionantes, a aula foi finalizada com o Toré.

As experiências relatadas e observadas indicam ainda que, no processo de formação, os conhecimentos acadêmicos são ressignificados e apropriados por meio da interlocução com conhecimentos e experiências existentes nas comunidades. A participação de sábios, lideranças e outros membros da comunidade em determinadas atividades amplia os sujeitos envolvidos nos processos de formação, articulando conhecimentos

produzidos na universidade às experiências, memórias e práticas vividas no território.

Tensões entre formação teórica e práticas pedagógicas

No decorrer do percurso formativo, sobressai também para alguns estudantes dificuldade de conciliar a densidade teórica, muitas vezes exigida no Tempo Universidade com as necessidades pedagógicas cotidianas dos professores em suas escolas. Nas conversas e no acompanhamento das atividades, verificou-se a percepção de uma sobrecarga de leituras acadêmicas em determinados momentos da formação, em detrimento de abordagens metodológicas mais experimentais e dinâmicas, que dialoguem diretamente com o fazer pedagógico das escolas indígenas. “ Sinto algumas dificuldades com certas leituras realizadas em disciplinas mais teóricas pela questão da quantidade em pouco tempo” (Entrevista realizada em 14/01/2026)

As experiências relatadas pelos participantes apontam para uma assimetria persistente entre o modelo de ensino universitário ainda marcado pelo abstracionismo teórico, e o modo de transmissão de conhecimentos na comunidade marcado pela oralidade, vivência e por uma pedagogia do "fazer junto" constitutivas das pedagogias indígenas. Pude notar essa percepção tanto nas atividades acompanhadas junto à turma quanto nas entrevistas realizadas. O contraste aparece quando disciplinas ministradas por professores indígenas como exemplo o professor Edson Kayapó que ministrou o componente curricular Panorama da Literatura Indígena Latino-Americana que determinadas atividades proposta por ele não discutem apenas a práxis em tese das literaturas, mas traduzem os referenciais teóricos em estratégias que podem ser mobilizadas no cotidiano da sala de aula produzir materiais de leituras de histórias de sua comunidade para que os mais novos já estejam engajados no movimento desde cedo na aldeia.

Embora o embasamento teórico seja reconhecido como relevante para a fundamentação política e pedagógica dos professores, os dados apontam para a demanda por maior articulação entre conteúdos teóricos e práticas pedagógicas contextualizadas. Esse resultado sugere a necessidade de refletir sobre formas de organização curricular e metodologias capazes de ampliar a interlocução entre formação teórica, experiências profissionais dos professores e práticas desenvolvidas nas escolas indígenas.

Entre as experiências e demandas identificadas, destaca-se a reivindicação por uma estrutura formativa que contemple com maior centralidade as práticas de campo. A floresta, os rios, os espaços sagrados e os encontros comunitários emergem em determinadas experiências e relatos como ambientes de aprendizagem, nos quais também se produzem e circulam conhecimentos relevantes para a formação por meio da oralidade, da memória e das relações estabelecidas com o território, assumindo, assim, importante papel pedagógico.

A ampliação dos espaços educativos também pode reconfigurar as formas de compreensão da autoridade docente e da produção de conhecimentos, ao trazer para o centro do processo formativo anciãos, pajés e lideranças como mestres e detentores legítimos de saberes, bem como professores e outros sujeitos reconhecidos pelas próprias comunidades por seus conhecimentos e experiências. As práticas relacionadas a essas formas de aprendizagens foram identificadas tanto no Catu, acompanhado ao longo da pesquisa, quanto em outras comunidades, conforme evidenciado pelos relatos

dos estudantes durante as atividades do Tempo Universidade.

Línguas, formação acadêmica e Educação Escolar Indígena

Observa-se em algumas experiências acompanhadas, uma assimetria no tratamento dispensado às línguas, com o predomínio de conteúdos relacionados aos aspectos fonéticos e gramaticais da língua portuguesa em relação às expectativas de determinados estudantes quanto ao ensino e a revitalização ou fortalecimento das línguas indígenas. Os dados indicam, de um lado, que tal assimetria remete a um modelo assimilacionista que perpetua a hegemonia da língua colonizadora em espaços que deveriam primar pelo diálogo intercultural. Por outro lado, evidencia-se uma tensão entre determinadas práticas acadêmicas e as expectativas dos professores quanto à construção de metodologias, a realização de pesquisas e a elaboração de materiais didáticos e práticas de alfabetização relacionados às línguas, os conhecimentos e as experiências e os contextos sociolinguísticos dos povos indígenas.

Também aparecem, nos relatos dos participantes, preocupações relativas à atuação futura ou continuada dos professores nas escolas de suas comunidades, especialmente no que diz respeito ao ensino, à valorização e aos processos de retomada das línguas indígenas. Se a formação acadêmica insiste em centralizar a gramática normativa do português, o professor indígena não dispõe de ferramentas metodológicas para construir pesquisas, materiais didáticos e práticas de alfabetização ancoradas nas gramáticas e epistemologias de seu próprio povo.

No caso dos Potiguara do Catu, essas questões precisam ser compreendidas considerando a situação sociolinguística específica da comunidade e as iniciativas de ensino e fortalecimento do tupi desenvolvidas no território e nas escolas. Mais do que estabelecer uma oposição simples entre língua portuguesa e língua indígena, interessa compreender como diferentes conhecimentos linguísticos podem participar dos projetos pedagógicos construídos pelos professores e pelas comunidades.

Interculturalidade, conhecimento e relações de poder

A vivência no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade reacende o debate crítico sobre as relações de poder que atravessam a produção, a legitimação e a circulação dos conhecimentos no ensino superior e na Educação Básica. Para a construção de uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e intercultural, faz-se necessário romper com a premissa de que o conhecimento escolar é neutro ou universal, reconhecendo que ele é atravessado por relações de poder e por assimetrias históricas (Bergamaschi, 2015). Superar a ilusão da neutralidade científica e curricular implica admitir que todo conhecimento é situado e atende a determinados interesses. As escolhas curriculares e pedagógicas envolvem processos históricos de valorização e desvalorização de determinadas formas de conhecer.

Nesse sentido, a formação do professor indígena não pode se limitar à assimilação ou apropriação passiva de conteúdos e métodos pretensamente universais. Conforme analisa Catherine Walsh (2009), é preciso ir além de uma interculturalidade funcional aquela promovida pelos discursos dominantes que visa ao simples reconhecimento da diversidade para acomodá-la e neutralizá-la sem alterar a matriz colonial de poder. A autora propõe a interculturalidade crítica como um projeto político, pedagógico e

epistémico construído desde baixo pelos sujeitos subalternizados. Sob essa perspectiva, a interculturalidade deixa de ser uma mera convivência harmoniosa entre saberes e passa a ser compreendida como um campo de lutas, questionamentos e enfrentamento direto das assimetrias e das relações de poder coloniais que persistem nas instituições escolares. Assim, formar docentes indígenas implica municiá-los de uma pedagogia decolonial que desaprenda as estruturas impostas e afirme os saberes e modos de vida das comunidades como conhecimentos legítimos para ler e transformar o mundo.

Assim, podemos adotar uma postura analítica e descolonizadora que seja capaz de problematizar narrativas hegemônicas e proporcionar a construção de propostas curriculares relacionadas às experiências, aos conhecimentos e às demandas das comunidades indígenas e que sejam engajadas na denúncia das violações territoriais e na afirmação das epistemologias indígenas.

Na mesma linha, Carlos Rodrigues Brandão (2002) ressalta que toda prática educativa possui dimensão cultural, razão pela qual os saberes populares e tradicionais e os conhecimentos produzidos em diferentes contextos sociais não podem ser reduzidos a meros conteúdos folclóricos ou complementares, devendo ser reconhecidos como sistemas epistemológicos estruturados e considerados em sua capacidade de produzir sentidos e orientar práticas educativas.

A negação histórica de conhecimentos produzidos pelos povos indígenas configura o que Daniel Munduruku (2002) conceitua como epistemicídio, que consiste em um processo no qual os saberes dos povos originários são deslegitimados em nome de um padrão científico eurocêntrico. Romper com o epistemicídio e superar processos históricos de deslegitimação exigem que a universidade e a escola indígena ultrapassem a mera concessão temática ou a inclusão pontual do "saber local" em datas comemorativas, devendo incorporar de forma mais consistente os conhecimentos, as experiências e as demandas das comunidades nos processos formativos.

Nessa direção, mais do que conceder um espaço pontual ao chamado “saber local”, interessa analisar as condições concretas de participação dos conhecimentos e dos sujeitos indígenas na formação universitária e nas práticas escolares.

Diversidade das experiências indígenas, participação comunitária e construção da formação

As experiências acumuladas durante a formação revelam ainda o risco de reprodução de visões homogeneizantes sobre o "ser indígena". A imposição de conceitos genéricos sobre as identidades indígenas desconsidera as especificidades socioculturais, linguísticas e territoriais dos diferentes povos e comunidades. Conforme destacam Silva et al. (2024), fazer e pensar a educação escolar indígena exige entrelaçar áreas de conhecimento sem cair no integracionismo, respeitando as particularidades socioculturais e políticas das comunidades.

Cada povo possui suas próprias formas de organização sociopolítica, situações sociolinguísticas, experiências escolares e relações territoriais. Tratar tal diversidade sob um rótulo genérico pode produzir novas formas de homogeneização e invisibilização das diferenças existentes entre povos e comunidades e incorrer em uma nova forma de invisibilização. A convivência entre estudantes pertencentes a diferentes povos e

comunidades no interior da LICEII constitui, nesse sentido, uma oportunidade para observar diferenças nas experiências escolares, nas relações com os territórios, nas situações sociolinguísticas e nas formas de organização comunitária. A formação docente deve, portanto, favorecer que o educador desenvolva instrumentos para pesquisar, compreender e valorizar as especificidades de sua própria comunidade, evitando modelos padronizados e pré-fabricados de "educação indígena".

Os resultados também apontam para a importância de uma postura de escuta atenta e diálogo intercultural por parte da universidade com sábios, anciãos, lideranças e outros sujeitos reconhecidos pelas comunidades como detentores de conhecimentos relevantes para os processos formativos como ocorreu no tempo comunidade realizada em Ceará-Mirim na aldeia Potiguara Ibirapi Lagoa Grande onde o cacique Ymenbira pai de uma das alunas levou os estudantes a uma reconhecimento das áreas da comunidade sobre a posse de fazendeiros da região desde do período dos engenhos mostrando o processo de luta dos indígenas. A construção de propostas formativas interculturais requer espaços efetivos de participação e diálogo que permitam incorporar diferentes perspectivas sobre os processos de conhecimento, aprendizagem e formação docente.

A organização do calendário acadêmico aparece, igualmente, como uma questão relevante, especialmente quando as atividades universitárias precisam ser articuladas às dinâmicas comunitárias, aos períodos de plantio e coleta, aos rituais, as mobilizações políticas, ao trabalho dos professores nas escolas, aos deslocamentos entre os territórios e a universidade e às demais atividades das quais participam em suas comunidades.

Diante de tais demandas, torna-se imprescindível desenvolver mecanismos institucionais que assegurem que o currículo seja co-construído a partir das demandas reais e das especificidades dos territórios e em coerência com o princípio da autodeterminação. A implementação da pedagogia da alternância exige formas de organização capazes de colocar em relação temporalidades acadêmicas e comunitárias.

Conclusão

O estudo demonstrou que a articulação entre as vivências acadêmicas no Tempo Universidade e a atuação no Tempo Comunidade contribui para superar uma compreensão dicotômica da relação entre teoria e prática. O trânsito entre os diferentes tempos e espaços formativos evidencia a centralidade do território, da escola, dos rituais, das memórias, das relações comunitárias e dos conhecimentos indígenas nos processos de aprendizagem e na construção das práticas pedagógicas dos professores Potiguara Catu.

Um aspecto central evidenciado pela pesquisa é que todos os participantes já possuíam formação superior e experiência docente antes do ingresso na LICEII. A licenciatura representa, portanto, não o primeiro acesso ao ensino superior, mas uma nova experiência formativa especificamente voltada à Educação Escolar Indígena. Esse dado permite compreender de maneira mais precisa os sentidos atribuídos pelos professores ao curso e as relações estabelecidas entre formação anterior, experiência profissional e formação intercultural.

Por outro lado, as narrativas dos professores revelam tensões vivenciadas no ambiente universitário, evidenciadas pela sobrecarga teórica identificada em determinados momentos da formação, pela rigidez de determinadas formas de organização curricular e pela prevalência de conteúdos relacionados à língua portuguesa, como por exemplo, a norma gramatical, em algumas experiências formativas acompanhadas.

Os resultados apontam para a necessidade de uma reestruturação curricular num esforço de co-construção que articule os conteúdos acadêmicos e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas indígenas, amplie a participação dos professores e das comunidades nos processos de discussão curricular e considere a flexibilidade de determinados marcos acadêmicos em diálogo com os conhecimentos produzidos nos territórios. A organização dos tempos e espaços formativos também demanda mecanismos institucionais capazes de considerar as temporalidades, as dinâmicas territoriais e os conhecimentos produzidos nas comunidades, incluindo o reconhecimento de conhecimentos e experiências construídos fora dos espaços formais de escolarização.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2015.

Bergamaschi, Maria Aparecida. Saberes e culturas na educação: desafios e possibilidades. Campinas: Papirus, 2015.

Brandão, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Geertz, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Quando a Antropologia se defronta com a Educação: formação de professores índios no Brasil.Pro-Posições, v. 24, n. 2, p. 69-80, 2013

Grupioni, Luís Donisete Benzi. Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil. Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 13-18, fev. 2003

LUCIANO, Gersem José dos Santos; LUCIANO, Rosenilda Rodrigues de Freitas. Ingresso de indígenas na educação superior no Brasil: um ensaio panorâmico.Revista del CISEN Tramas/Maepova, v. 8, n. 2, p. 175-195, 2020.

Munduruku, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 2002.

Silva et al. (2024). Educação intercultural e material didático: diagnóstico da educação escolar indígena do Rio Grande do Norte. Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 21, n. 3, p. 1-22, 2024.

Walsh, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. n. 4, p. 1-29, 2009.

CÓDIGO: HS0921

AUTOR: KARICIA JASMINE TAVARES LEMOS BARROSO

ORIENTADOR: SAMUEL ANDERSON DE OLIVEIRA LIMA

TÍTULO: Hierarquia e poder em El perro del hortelano e El villano en su rincón, de Lope de Vega

Resumo

Este artigo analisa como as relações de hierarquia e poder interferem nos desejos e nas escolhas dos personagens em *El perro del hortelano* e *El villano en su rincón*, de Lope de Vega. A primeira peça apresenta um conflito amoroso marcado pela diferença social entre Diana e Teodoro, enquanto a segunda aborda os limites da autonomia de Juan Labrador diante da autoridade do Rei. A pesquisa, de abordagem qualitativa e bibliográfica, foi realizada por meio da leitura das obras, da seleção de fragmentos e de sua análise. A fundamentação teórica reúne Bennassar (2001) e Cunha (2012), para a contextualização do Século de Ouro espanhol; Blecua (1984), Carpeaux (1990) e Maravall (1975), para a compreensão do Barroco, da hierarquia e das mudanças sociais; e Arellano (2012), para o estudo do teatro de Lope. Também foram consideradas as reflexões do dramaturgo em *Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo*. Os resultados mostram que a posição social estabelece limites para as ações individuais nas duas peças. Em *El perro del hortelano*, a desigualdade é contornada pela nova identidade atribuída a Teodoro. Em *El villano en su rincón*, a autonomia de Juan encontra seu limite no poder monárquico. A comparação revelou que Lope desenvolve conflitos distintos a partir do confronto entre os desejos dos personagens e o lugar que ocupam na sociedade.

Palavras-chave: Lope de Vega. Barroco. Hierarquia. Poder. Teatro espanhol.

TITLE: Hierarchy and Power in El perro del hortelano and El villano en su rincón by Lope de Vega

Abstract

This article analyzes how relations of hierarchy and power influence the desires and choices of the characters in El perro del hortelano and El villano en su rincón, by Lope de Vega. The first play presents a love conflict shaped by the social difference between Diana and Teodoro, while the second addresses the limits of Juan Labrador's autonomy in the face of the King's authority. The research adopted a qualitative and bibliographical approach and was conducted through the reading of the plays, the selection of excerpts,

and their analysis. The theoretical framework includes Bennassar (2001) and Cunha (2012) for the contextualization of the Spanish Golden Age; Blecua (1984), Carpeaux (1990), and Maravall (1975) for the understanding of the Baroque, hierarchy, and social change; and Arellano (2012) for the study of Lope's theater. The playwright's reflections in Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo were also considered. The results show that social position establishes limits on individual actions in both plays. In El perro del hortelano, inequality is circumvented through the new identity attributed to Teodoro. In El villano en su rincón, Juan's autonomy reaches its limit in monarchical power. The comparison revealed that Lope develops distinct conflicts through the confrontation between the characters' desires and the place they occupy in society.

Keywords: Lope de Vega. Baroque. Hierarchy. Power. Spanish theater.

Introdução

O Século de Ouro espanhol, situado entre os séculos XVI e XVII, foi marcado por uma intensa produção literária e artística. Essa produção se desenvolveu em uma sociedade atravessada por mudanças políticas, econômicas e religiosas. O teatro ganhou espaço nesse período, alcançou públicos diversos e se tornou uma das principais formas de expressão cultural da Espanha.

Entre os dramaturgos do período, Félix Lope de Vega y Carpio (1562-1635) teve papel decisivo na renovação do teatro espanhol e na consolidação da chamada Comedia nueva. Sua dramaturgia combinou elementos da tradição teatral com as exigências do palco e com o interesse do público de seu tempo. Em Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo, apresentado em 1609, Lope comenta sua experiência como autor e explica algumas escolhas empregadas na composição de suas peças, como a união entre comédia e tragédia e a divisão em 3 atos.

Entre sua extensa produção estão *El perro del hortelano* e *El villano en su rincón*. Embora apresentem conflitos diferentes, as duas peças podem ser aproximadas pelas posições dos personagens e pelas relações de poder entre eles. Na primeira, o conflito envolve Diana, condessa de Belflor, e Teodoro, seu secretário. Existe interesse amoroso entre os dois, mas ambos reconhecem que ocupam posições desiguais. Na segunda, Juan Labrador valoriza a vida em suas terras e não deseja aproximar-se da corte ou mudar de condição, embora reconheça a autoridade do rei.

A escolha dessas obras permite observar modos diferentes de lidar com a posição social e com os limites impostos por ela. Enquanto Diana e Teodoro encontram na desigualdade um obstáculo para seus desejos, Juan demonstra satisfação com a própria condição, mas sua autonomia encontra limites diante da autoridade monárquica. O trabalho analisa como a hierarquia e o poder interferem nas escolhas dos personagens e como esses conflitos se desenvolvem e encontram solução nas duas peças.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como corpus as peças *El perro del hortelano* (1618) e *El villano en su rincón* (1617), de Lope de Vega. A pesquisa concentrou-se na leitura e análise das duas obras, buscando compreender como a posição social, as relações hierárquicas e o poder interferem nos desejos e nas ações dos personagens. A escolha das peças se deu pela possibilidade de aproximar conflitos que apresentam essas questões de maneiras diferentes.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na leitura integral das duas peças. Durante essa leitura, foram observados os conflitos centrais, as relações estabelecidas entre os personagens e situações em que suas posições sociais interferiam em suas ações e escolhas. A partir dessas observações, foram selecionados fragmentos considerados significativos para a análise. Em *El perro del hortelano*, destacaram-se principalmente os diálogos relacionados à diferença social entre Diana e Teodoro e às dificuldades que essa desigualdade provoca na relação entre os dois. Em *El villano en su rincón*, foram selecionadas situações relacionadas à forma como Juan Labrador compreende sua própria condição, sua escolha de permanecer afastado da corte e sua relação com a autoridade do rei.

Após a leitura das peças e a seleção inicial dos fragmentos, iniciou-se o estudo da bibliografia teórica e crítica. Para a contextualização histórica e cultural, foram consultados trabalhos sobre o Século de Ouro espanhol, entre eles Bennassar (2001) e Cunha (2012). Em seguida, foram estudados textos relacionados ao Barroco e à sociedade do período, principalmente Blecua (1984), Carpeaux (1990) e Maravall (1975). Essas leituras foram utilizadas para ampliar a compreensão das questões identificadas anteriormente nas obras e oferecer apoio teórico para sua análise.

Também foram realizadas leituras sobre o teatro espanhol do século XVII e a produção dramática de Lope de Vega. Nesse momento, utilizou-se Arellano (2012) para compreender aspectos do teatro do período e da dramaturgia de Lope. Além disso, foi estudado *Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo*, juntamente com os estudos presentes na edição brasileira consultada (Vega, 2022), buscando compreender algumas das escolhas utilizadas pelo dramaturgo na construção de suas peças.

Com base nessas leituras, os fragmentos inicialmente selecionados foram retomados e analisados considerando três eixos principais: a posição social dos personagens, as relações hierárquicas estabelecidas entre eles e o exercício ou reconhecimento da autoridade. Outros aspectos percebidos durante a análise, como desejo e posição social, aparência e realidade, campo e corte, autonomia e submissão, foram considerados quando contribuíam para a compreensão dos conflitos. Os fragmentos não foram tratados de maneira isolada, mas relacionados ao momento em que aparecem na peça, às ações dos personagens e ao desenvolvimento do enredo.

Por fim, após as análises individuais, realizou-se uma aproximação entre *El perro del hortelano* e *El villano en su rincón*, buscando identificar semelhanças e/ou diferenças na maneira como os personagens reconhecem sua posição e lidam com os limites relacionados a ela. Os resultados encontrados na leitura das peças foram colocados em diálogo com a bibliografia estudada, permitindo relacionar os conflitos analisados ao contexto do Barroco e a aspectos da dramaturgia de Lope de Vega.

Resultados e Discussões

A leitura das duas peças mostrou que as diferenças sociais e as relações de poder participam da construção dos conflitos, embora isso aconteça de maneiras distintas em cada obra. Para compreender essas questões, foi necessário considerar o contexto em que o teatro de Lope de Vega se desenvolveu. Bennassar (2001) chama atenção para a necessidade de compreender o Século de Ouro para além de sua produção artística, considerando também as transformações políticas, econômicas e religiosas da sociedade espanhola. Cunha (2012) contribui para essa contextualização ao relacionar o desenvolvimento cultural do período às condições históricas da Espanha e às diferenças existentes entre seus grupos sociais.

O Barroco também não se limitou às manifestações artísticas. Carpeaux (1990) o apresenta como um "sistema de civilização", relacionado à organização política, social e religiosa. Ao tratar do Estado barroco, o autor destaca especialmente a posição do monarca: "O rei representa, 'hic et nunc', a glória do outro mundo. Como homem, ele participa do mundo e da morte; como soberano, pertence já a um outro nível da hierarquia universal" (Carpeaux, 1990, p. 16). Nessa explicação, o rei não é apenas um governante: sua figura recebe um valor quase sagrado e ocupa o ponto mais alto da ordem social. A hierarquia organiza tanto o poder quanto a maneira pela qual cada pessoa é vista. Maravall (1975) acrescenta que essa sociedade, embora hierarquizada, passava por tensões e mudanças de posição. A ordem social não era imóvel, mas qualquer ascensão ou queda continuava dependendo do reconhecimento coletivo. Essas idéias permitem ler a hierarquia nas peças como uma força que interfere nas decisões dos personagens, e não apenas como pano de fundo histórico.

Ao discutir o teatro desenvolvido por Lope de Vega, Arellano (2012, p. 174), retomando Ruiz Ramón, destaca a capacidade de Lope de reunir elementos cultos e populares, tradição e originalidade, valores individuais e coletivos:

[...] principalmente la capacidad de armonizar en una estructura dramática valiosa lo culto y lo popular, originalidad y tradición, drama y poesía, valores individuales y colectivos, pensamiento y acción, y todo ello enfocado hacia la recepción de un público complejo, entendido como colectividad nacional.

Essa combinação entre tradição e novas formas de construção teatral também aparece nas reflexões do próprio Lope em *Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo.* Ao discutir sua prática como dramaturgo, ele flexibiliza alguns princípios associados à tradição clássica, sem abandonar completamente as regras anteriores. Entre os aspectos de sua proposta estão a organização das peças em três atos, o decoro, a mistura de elementos trágicos e cômicos e a preocupação em manter o interesse do público (Vega, 2022). Esses elementos ajudam a compreender algumas escolhas presentes nas obras analisadas.

Em *El perro del hortelano*, a diferença social entre Diana e Teodoro aparece desde o primeiro ato. Diana reconhece qualidades no secretário, mas entende que a posição ocupada por ele representa um obstáculo para aquilo que sente:

DIANA

Mil veces he advertido en la belleza,

gracia y entendimiento de Teodoro,

que, a no ser desigual a mi decoro,

estimara su ingenio y gentileza.

Es el amor común naturaleza,

mas yo tengo mi honor por más tesoro,

que los respetos de quien soy adoro

y aun el pensarlo tengo por bajeza.

La envidia bien sé yo que ha de quedarme,

que, si la suelen dar bienes ajenos,

bien tengo de qué pueda lamentarme,

porque quisiera yo que, por lo menos,

Teodoro fuera más para igualarme

o yo, para igualarle, fuera menos.

(Vega, 2002).

Palavras como "*desigual*", "*decoro*", "*honor*", "*más*", "*menos*" e "*igualar*" deixam claro que Diana não questiona as qualidades de Teodoro, mas a distância social existente entre os dois. Quando afirma "*quien soy*", ela demonstra consciência da própria condição de condessa. Os últimos versos resumem bem o problema: para que houvesse igualdade, Teodoro precisaria ocupar uma posição superior ou Diana uma posição inferior. O conflito amoroso nasce justamente porque o sentimento não corresponde àquilo que ela considera adequado ao lugar que ocupa.

O uso da palavra "*decoro*" merece atenção. No trecho, ela está ligada à conduta que Diana considera adequada a uma condessa. Já em *Arte nuevo*, o decoro é um princípio de composição, as falas e as ações devem ser coerentes com o status social de cada personagem. Os sentidos não são idênticos, mas se aproximam porque, nos dois casos, existe uma expectativa de correspondência entre posição e comportamento. O título de Diana, portanto, não funciona apenas como informação sobre sua origem, ele orienta a forma como ela julga o próprio desejo e limita sua relação com Teodoro.

Teodoro também demonstra consciência dessa distância. No segundo ato, ao declarar seus sentimentos, afirma:

TEODORO

Un hora he estado leyendo

tu papel y, bien mirado,

[...]

pero que ya soy culpado

en tenerle, como necio,

a tus muchas diligencias,

y así, a decir me resuelvo

que te quiero, y que es desculpa

que con respeto te quiero.

Temblando estoy, no te espantes.

(Vega, 2002).

O "*respeto*" e o receio demonstrados por Teodoro mostram que ele não se coloca em condição de igualdade com Diana. Pouco depois, ela própria afirma "*soy tu señora*" (Vega, 2002). A diferença entre os dois envolve, portanto, mais do que prestígio social: Diana também é sua senhora, enquanto Teodoro é seu secretário. A relação amorosa se desenvolve dentro dessa desigualdade, o que ajuda a compreender por que os dois não tratam seus sentimentos como algo que poderia ser assumido livremente.

Essa dificuldade se torna ainda mais evidente quando Diana interfere na relação entre Teodoro e Marcela. Ela não consegue assumir o que sente pelo secretário, mas também não aceita que ele permaneça com outra mulher. Teodoro descreve esse comportamento por meio da expressão que dá título à peça:

TEODORO

Si cuando vee que me enfrío

se abrasa de vivo fuego,

y cuando vee que me abraso

se yela de puro yelo,

dejárame con Marcela.

Mas viénele bien el cuento

del perro del hortelano:

no quiere, abrasada en celos,

que me case con Marcela

y, en viendo que no la quiero,

vuelve a quitarme el jüicio

y a despertarme si duermo.

Pues coma o deje comer,

porque yo no me sustento

de esperanzas tan cansadas,

que si no, desde aquí vuelvo

a querer donde me quieren.

(Vega, 2002).

A fala se constrói por movimentos contrários: quando Teodoro se afasta, Diana se aproxima; quando ele corresponde, ela recua. Esse contraste se aproxima da visão barroca discutida por Blecua (1984), marcada pela convivência de forças opostas. Na peça, porém, a oposição não é abstrata. Diana deseja Teodoro, mas também procura conservar a honra ligada à sua condição de condessa. As duas vontades agem ao mesmo tempo e explicam suas mudanças de comportamento. Sua atitude não é simples indecisão amorosa, mas um conflito entre sentimento e posição social.

O desfecho da obra responde ao problema apresentado desde o primeiro ato. Tristán inventa para Teodoro uma origem nobre e faz com que ele seja reconhecido em uma condição compatível com a de Diana. Teodoro continua sendo o mesmo homem cujas qualidades ela já havia reconhecido, o que muda é sua identidade diante dos outros. A solução se aproxima das discussões de Maravall (1975) porque mostra uma mudança de condição dentro de uma sociedade que continua hierarquizada. Teodoro não ascende por ter adquirido novas qualidades, mas porque passa a ser visto como filho de um conde. A origem é falsa, seus efeitos sociais, no entanto, são reais. A união se torna possível não porque a diferença entre nobreza e criadagem perdeu valor, mas porque Tristán fornece a Teodoro a identidade exigida por essa ordem.

Em *El villano en su rincón*, a relação com a posição social segue outro caminho. Juan Labrador não deseja alcançar uma condição superior e demonstra satisfação com a vida que possui. Ao conversar com Feliciano no primeiro ato, apresenta-se como “rei” de seu pequeno espaço:

JUAN

Yo he sido rey, Feliciano,

en mi pequeño rincón;

reyes los que viven son

del trabajo de su mano.

Rey es quien con pecho sano

descansa sin ver al Rey,

obedeciendo su ley

como al que es Dios en la tierra,

pues que, del poder que encierra,

sé que es su mismo virrey.

(Vega, 2015).

Chamar a si mesmo de "rei" poderia sugerir inicialmente uma disputa com a autoridade do soberano, mas o restante da fala aponta em outra direção. Juan afirma que obedece às leis do Rei e chega a associá-lo a "*Dios en la tierra*". Seu "*reino*", portanto, é o espaço particular no qual trabalha e conduz a própria vida. Ele deseja independência em relação à corte, não independência em relação à monarquia.

Essa diferença ajuda a compreender a comparação que Juan faz pouco depois:

JUAN

Servile y no verle quiero,

porque al sol no le miramos

y con él nos alumbramos,

pues tal al Rey considero.

No se deja el sol mirar,

que es su rostro un fuego eterno.

(Vega, 2015).

A imagem do Sol coloca o Rei em posição superior e permite a Juan explicar sua escolha: assim como não é necessário olhar diretamente para o astro para receber sua luz, ele acredita que pode servir ao soberano sem vê-lo. A comparação se aproxima da "apoteose do monarca" discutida por Carpeaux (1990, p. 21). Com essa expressão, o autor explica

que o Estado barroco eleva o soberano acima dos demais homens e associa sua autoridade a uma ordem maior, quase sagrada. Juan reproduz essa visão ao comparar o Rei com um astro que ilumina a todos sem precisar estar próximo. Ele não questiona a grandeza real, usa essa grandeza para justificar a distância que deseja manter.

O problema surge quando essa escolha chega ao conhecimento do monarca. No final do primeiro ato, Juan é descrito como alguém que ama, respeita, teme e obedece ao Rei, mas não deseja conhecê-lo:

FILETO

[...] que es honrado,

que es rey en su rincón y que sus padres

no le vieron tampoco, y le sirvieron,

amaron, respetaron y temieron;

y que él le teme y ama y le respeta,

y no le quiere ver, sino serville,

amalle, obedecelle y respetalle,

y a su tiempo dineros emprestalle.

(Vega, 2015).

É essa combinação que desperta a curiosidade do Rei, que decide: "*Juan Labrador / ha de servir a señor, / y ver Rey y todo en mí*" (Vega, 2015). O conflito passa, então, a colocar frente a frente aquilo que Juan acredita ser possível, viver em seu espaço sem deixar de ser um súdito fiel, e a vontade do soberano de alcançar esse espaço.

Na obra, esse encontro ocorre no segundo ato, quando o Rei entra disfarçado na casa de Juan. Sem saber quem é o visitante, o lavrador estabelece claramente quem possui autoridade naquele espaço:

JUAN

Sentaos, que en mi casa estoy,

y no me habéis de mandar;

yo sí que os mando sentar,

que en ella esta silla os doy.

Y advertid que habéis de hacer,

mientras en mi casa estáis,

lo que os mandare.

(Vega, 2015).

A repetição de "*mandar*", "*mando*" e "*mandare*" chama atenção porque reforça a segurança de Juan dentro da própria casa. A ironia da cena está no fato de que ele dá ordens justamente ao homem que ocupa a maior posição de autoridade, sem saber sua identidade. O disfarce cria, assim, mais do que um jogo entre aparência e realidade: ele permite o encontro entre a autoridade que Juan exerce em seu espaço particular e aquela representada pelo Rei.

O terceiro ato mostra que a valorização da própria autonomia não impede Juan de cumprir seus compromissos. Quando o Rei cobra a promessa feita durante a visita, ele responde:

JUAN

Lo que dije esa noche, que la hacienda

le daría y los hijos, cumplirélo.

Venid por el dinero.

(Vega, 2015).

A atitude do personagem pode ser aproximada da discussão de Cunha (2012, p. 34) sobre nobreza e virtude no teatro de Lope. Essa relação permite separar o valor moral de uma pessoa de seu nascimento, Juan não pertence à nobreza, mas age com honra, fidelidade e firmeza. Ao cumprir a promessa sem conhecer a verdadeira identidade do visitante, demonstra que sua palavra não depende de recompensa ou prestígio. Logo depois, resume sua relação com o soberano: "*Yo no procuro / mayor satisfacción que su servicio, / porque el suyo es mandar, servir mi oficio*" (Vega, 2015). Os verbos "*mandar*" e "*servir*" mostram que Juan distingue a autoridade exercida em sua casa daquela que pertence ao Rei.

O próprio monarca reconhece as qualidades do villano:

Y yo pudiera

esto mismo responder

y con ocasión mayor,

porque, a no ser rey de Francia,

tuviera por más ganancia

que fuera Juan Labrador.

(Vega, 2015)

Essa fala aproxima os personagens sem torná-los iguais. O Rei valoriza a condição e as qualidades de Juan, mas não deixa de ocupar seu lugar de soberano. A peça consegue, dessa maneira, valorizar o villano sem precisar transformá-lo em nobre, aspecto que ganha ainda mais importância quando comparado à solução encontrada para Teodoro em *El perro del hortelano*.

Somente no terceiro ato é esclarecido por que Juan nunca quis conhecer o Rei: "*[...] me pareció que solamente el verte / pudiera ser la causa de mi muerte*" (Vega, 2015). Seu afastamento não nasce de uma recusa à autoridade real, mas do desejo de seguir o exemplo dos pais, que morreram sem conhecer o soberano, e permanecer até o fim nas próprias terras. Lope adia essa explicação até perto do desfecho, escolha que se relaciona à orientação apresentada no Arte nuevo de manter a solução suspensa. O público acompanha a ação sem conhecer por completo a causa da recusa. Quando o motivo é revelado, as falas anteriores de Juan ganham outro sentido: o que parecia desafio passa a ser entendido como fidelidade a uma escolha familiar.

No final a imagem do Sol utilizada no primeiro ato retorna, agora na fala do próprio Rei:

Mira al Rey, Juan Labrador,

que no hay rincón tan pequeño

adonde no alcance el sol.

Sol es el Rey.

(Vega, 2015).

A mesma imagem passa a responder ao argumento utilizado antes por Juan. Para ele, o Sol representava uma autoridade que podia ser respeitada à distância; para o Rei, representa um poder cujo alcance não encontra um rincón distante o bastante para escapar de sua presença. O desfecho estabelece o limite da autonomia que Juan acreditava possuir: seu espaço continua tendo valor, mas não está fora do alcance da autoridade monárquica.

A aproximação entre as obras evidencia duas maneiras diferentes de os personagens se relacionarem com a posição que ocupam. Diana e Teodoro desejam superar uma distância social que dificulta sua relação, enquanto Juan não deseja mudar de condição, mas preservar a vida que escolheu. Teodoro vê sua posição como um limite, Juan encontra nela satisfação. Nos dois casos, porém, os desejos dos personagens esbarram em relações de autoridade: entre senhora e secretário na primeira peça e entre soberano e súdito na segunda.

Os desfechos tornam essa diferença ainda mais clara. Em *El perro del hortelano*, a falsa origem criada por Tristán modifica a maneira como Teodoro é reconhecido e permite seu casamento com Diana. Em *El villano en su rincón*, não é Juan quem busca outra posição; é o Rei que alcança seu espaço e interfere em seu destino e no de seus filhos. Há mudanças nas duas obras, mas nenhuma delas depende do desaparecimento das diferenças sociais.

Em uma, encontra-se um meio de tornar Teodoro socialmente compatível com Diana; na outra, a autoridade do soberano estabelece até onde pode chegar a independência de Juan.

Conclusão

A análise de *El perro del hortelano* e *El villano en su rincón* mostrou que Lope de Vega trabalha conflitos bastante diferentes a partir de questões semelhantes, principalmente aquelas relacionadas à posição social, à hierarquia e ao poder. Na primeira, essas questões aparecem sobretudo na relação amorosa entre Diana e Teodoro, enquanto na segunda obra se desenvolvem na tensão entre a autonomia de Juan Labrador e a autoridade do Rei. Mesmo partindo de situações distintas, as duas peças mostram personagens que conhecem o lugar que ocupam e precisam lidar com os limites impostos por essa organização.

A aproximação entre as obras também permitiu perceber a habilidade de Lope em trabalhar elementos opostos sem construir conflitos iguais. Desejo e convenção social, aparência e realidade, campo e corte, autonomia e submissão assumem funções diferentes em cada peça e contribuem para o desenvolvimento das ações. E os desfechos reforçam essa diferença: em *El perro del hortelano*, a desigualdade é contornada pela nova identidade atribuída a Teodoro; em *El villano en su rincón*, a autonomia de Juan encontra seu limite na autoridade monárquica.

O estudo mostrou como Lope transforma questões sociais semelhantes em situações dramáticas distintas. Nas duas peças, a hierarquia participa do conflito e também de sua solução, mas produz efeitos diferentes sobre os personagens. A leitura reforça a habilidade do dramaturgo em trabalhar elementos opostos e em mostrar que conflitos diferentes podem nascer do mesmo problema: o choque entre os desejos individuais e o lugar que cada pessoa ocupa na sociedade.

Referências

ARELLANO, Ignacio. Historia del teatro español del siglo XVII. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2012.

BENNASSAR, Bartolomé. La España del Siglo de Oro. Tradução castelhana de Pablo Bordonaba. Barcelona: Crítica, 2001.

BLECUA, José Manuel (ed.). Poesía de la Edad de Oro II: Barroco. Madrid: Castalia, 1984.

CARPEAUX, Otto Maria. Teatro e Estado do Barroco. Estudos Avançados, São Paulo, v. 4, n. 10, 1990.

CUNHA, Newton. Uma era de esplendor. In: GUINSBURG, J.; CUNHA, Newton (org.). Teatro espanhol do Século de Ouro. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 21-39.

MARAVALL, José Antonio. La cultura del Barroco: análisis de una estructura histórica. Barcelona: Ariel, 1975.

VEGA, Lope de. A nova arte de fazer teatro. Apresentação de Miguel Ángel Zamorano; tradução, notas e estudo crítico de Wagner Monteiro. Curitiba: Ed. UFPR, 2022. 86 p. (Coleção Dramas & Poéticas, v. 8).

VEGA, Lope de. El perro del hortelano. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/el-perro-del-hortelano--0/html/ff981632-82b1-11df-acc7-002185ce6064_3.html#I_0_. Acesso em: 21 abr. 2026.

VEGA, Lope de. El villano en su rincón: comedia famosa. Edição de Guillermo Serés. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2015. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/el-villano-en-su-rincon-comedia-famosa/html/f58cfc0c-2fb2-4ba1-b5e9-af074bfc347d_2.html. Acesso em: 21 abr. 2026.

CÓDIGO: HS0922

AUTOR: JULIA SILVA OLIVEIRA

ORIENTADOR: SARA RAQUEL FERNANDES QUEIROZ DE MEDEIROS

TÍTULO: Vozes & Silêncios: controle social e participação na política habitacional popular

Resumo

Este artigo analisa o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), sob a vertente dos conselhos de habitação e cidade de Natal e Mossoró, com o objetivo de entender se a participação popular é eficaz ou figurativa, se os moradores possuem voz e liberdade de opinar nas decisões dos residenciais. No Rio Grande do Norte e em outros estados, a municipalização da política habitacional expôs a fragilidade institucional e a limitação técnica dos municípios para gerir ações efetivas e participativas (Medeiros; Freitas; Barbosa, 2023). A desarticulação dos conselhos de habitação e a pouca integração com os movimentos sociais mantêm uma gestão alheia às reais necessidades da população (Medeiros; Cruz; Freitas, 2022; Medeiros, 2025). Para evidenciar esse cenário, utilizou-se uma abordagem metodológica baseada na análise documental de relatórios oficiais. Tais deficiências ultrapassam o âmbito operacional e revelam um padrão decisório que ignora o diálogo com a sociedade civil, a participação dos beneficiários e o controle social (Medeiros, 2025).

Palavras-chave: Política Habitacional. Precariedade. Localização Periférica

TITLE: The Post-Key Silence: Social Control and Institutional Abandonment in the Minha Casa, Minha Vida Program

Abstract

This article analyzes the Minha Casa, Minha Vida Program (PMCMV) through the lens of the housing and city councils of Natal and Mossoró, aiming to understand whether popular participation is effective or merely figurative, and whether residents have a voice and the freedom to express their opinions regarding residential decision-making processes. In Rio Grande do Norte and other states, the municipalization of housing policy

has exposed the institutional fragility and technical limitations of municipalities in managing effective and participatory actions (Medeiros; Freitas; Barbosa, 2023). The disarticulation of housing councils and their weak integration with social movements maintain a model of governance detached from the population's real needs (Medeiros; Cruz; Freitas, 2022; Medeiros, 2025). To illustrate this scenario, a methodological approach based on the document analysis of official reports was employed. These deficiencies extend beyond the operational sphere, revealing a decision-making pattern that neglects dialogue with civil society, beneficiary participation, and social control (Medeiros, 2025).

Keywords: Housing Policy. Precariousness. Peripheral Location.

Introdução

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, através da Lei nº 11.977, foi apresentado com o objetivo de construir habitação com o intuito de atender a população de menores rendimentos, via aquisição da casa própria. Esse programa segue a mesma lógica da política habitacional brasileira, historicamente marcada pela produção de moradia em massa, frequentemente encerra sua atuação no momento simbólico da entrega das chaves. Nas análises do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), após 15 anos de sua criação, há uma lacuna crítica: o vácuo da administração governamental após a ocupação (Medeiros, 2025). Esse cenário comumente ocorre de forma contraditória: Silêncio do Pós-Chave revela-se aqui em sua forma mais crua; enquanto a entrega é celebrada com palanques e visibilidade política, o cotidiano subsequente dos empreendimentos é marcado por um silenciamento institucional sistemático.

A falta de administração governamental após a entrega transforma o direito à moradia em um desafio de sobrevivência urbana. Problemas estruturais negligenciados, a ausência de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde) e a precariedade do transporte público, evidenciam que a política habitacional foi reduzida ao objeto técnico "casa", ignorando a dimensão política da "cidade" (Ferreira et al. 2012). Aqueles que deveriam ser sujeitos de direitos na gestão de seus condomínios tornam-se vozes isoladas em periferias distantes, onde o silêncio do Estado torna essa população excluída. Portanto, investigar essa década e meia de (des)assistência é fundamental para entender se a participação popular prometida é real ou se os moradores foram apenas transferidos de uma invisibilidade para outra. Essa crítica, alinha-se às discussões de Medeiros (2025) sobre “Gestão Hostil”, ao abordar que as escolhas institucionais, como o modelo e a localização por exemplo, perpetuam à desigualdade e à precariedade das condições de vida e moradia da população que reside nos empreendimentos do PMCMV faixa 1.

O objetivo deste artigo é analisar a estrutura e o funcionamento dos mecanismos de controle social, como conselhos, movimentos sociais e dispositivos de participação popular, na promoção de políticas habitacionais inclusivas no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 1, em municípios do Rio Grande do Norte.

Diante disso, surge um questionamento: quem participa, quais segmentos estão representados, quais pautas conseguem entrar na agenda, quais demandas são

efetivamente encaminhadas e, principalmente, em que medida as discussões realizadas nesses espaços produzem efeitos concretos sobre as decisões públicas.

Metodologia

Este artigo é fruto de pesquisa bibliográfica documental, como pesquisas em matérias de jornal,análise das atas dos conselhos de habitação e conselho de cidade de Natal e Mossoró, entrevistas por questionário e elaboração de mapas e cartografia temática. Na revisão bibliográfica foram utilizados autores que abordam a Política Habitacional Brasileira, o controle social e o direito à moradia, como Arretche (1990), Ferreira et al. (2012), Rolnik (2014) e Valença (2014). A análise da precariedade urbana, da localização periférica e da insuficiência de infraestrutura nos conjuntos habitacionais é aprofundada a partir das perspectivas de Harvey (1996), Cardoso & Aragão (2013) e Medeiros (2018, 2025). Complementarmente ao aporte teórico, os dados primários foram obtidos mediante participação na pesquisa de campo vinculada a pesquisa de mestrado de Figueiredo (2026). Adicionalmente, aplicaram-se questionários aos moradores dos respectivos residenciais para diagnosticar as condições de habitabilidade e inserção urbana. A dimensão espacial da pesquisa foi viabilizada pelo uso das ferramentas do Sistemas de Informação Geográfica (SIG), por meio dos dos softwares Google Earth, QGIS e ArcGIS para o processamento de dados e a elaboração da cartografia temática e dos mapas de localização dos objetos de estudo.

Resultados e Discussões

3.1 - Política Habitacional: A precariedade urbanística

A política habitacional brasileira, tensionada entre a provisão social e o fomento econômico, encontra no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) o ápice de uma lógica produtivista que negligencia a dimensão urbana em favor do mercado (Rizek, Amore e Camargo, 2014) . Como observa Arretche (1990), a intervenção do Estado nesse setor frequentemente privilegiou os interesses do capital privado, transformando a habitação em um mecanismo de dinâmica industrial antes mesmo de ser um instrumento de direito. Esse modo de atuação remonta à política operacionalizada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que segundo Cardoso e Aragão (2013), revela a retomada da escala de produção, desacompanhada de um planejamento que integrasse a unidade habitacional à cidade. O resultado é o que Ferreira (2012) caracteriza como "produzir casas" e não "construir cidades", ao delegar às construtoras a escolha dos terrenos, balizada quase exclusivamente pelo baixo custo da terra e pela maximização do lucro. Como resultado, o Estado fomenta a criação de conjuntos em franjas urbanas desprovidas de qualquer infraestrutura básica.

Esse processo de periferização não é um erro de percurso, mas uma característica intrínseca de um modelo de "empresariamento urbano" (Harvey, 1996), onde a gestão pública renuncia ao seu papel ordenador para atuar como facilitadora do setor imobiliário. Nesse cenário, a precariedade urbanística manifesta-se como uma forma de segregação institucionalizada. Medeiros (2018) aponta que o Estado acaba por reproduzir a lógica

excludente do mercado, empurrando as populações de baixa renda para áreas desassistidas, onde o acesso ao trabalho, à saúde e ao lazer é mitigado pela distância e pela invisibilidade. Para Rolnik (2014), essa prática viola frontalmente o "direito à cidade", uma vez que a moradia, quando isolada dos fluxos de oportunidade, torna-se um elemento de imobilidade e de aprofundamento da vulnerabilidade social.

A problemática se agrava na escala local da Região Metropolitana de Natal. Através do que Cardoso (2001) denomina "descentralização perversa". Municípios muitas vezes desprovidos de autonomia técnica e financeira (Arretche, 2004), herdam a responsabilidade de gerir territórios complexos e segregados sem os recursos necessários para tal. Mais recentemente, o conceito de "gestão hostil" proposto por Medeiros (2025) ilumina a face mais crítica dessa política: o abandono pós-ocupação. Ao entregar a unidade física e retirar-se do território, o Estado deixa o morador em um vácuo assistencial, onde a ausência de iluminação, transporte e segurança pública funciona como uma punição geográfica. Sob o pretexto de reduzir o déficit habitacional, consolida-se um modelo que reforça fronteiras urbanas e desigualdades sócio-raciais (Ribeiro e Souza 2008), provando que a produção em massa de moradias, sem uma reforma urbana real e uma gestão comprometida, é apenas uma forma sofisticada de reproduzir a exclusão espacial.

3.2 - Controle Social e Participação Popular

A compreensão da participação social na política habitacional brasileira exige, inicialmente, recuperar o processo de reconstrução da política urbana nacional ocorrido a partir de 2003. A criação do Ministério das Cidades, no início do primeiro governo Lula, representou um marco nesse processo, ao reunir em uma mesma estrutura institucional as agendas de habitação, planejamento territorial, saneamento, mobilidade e desenvolvimento urbano, respondendo a reivindicações históricas dos movimentos sociais e entidades vinculadas à reforma urbana. A participação popular foi incorporada como um dos fundamentos da construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), sendo materializada por meio das Conferências das Cidades e da criação do Conselho das Cidades (CONCIDADE). A primeira Conferência Nacional das Cidades, realizada em 2003, foi precedida por conferências municipais, regionais e estaduais e mobilizou representantes do poder público e da sociedade civil em milhares de municípios, estabelecendo um processo institucionalizado de formulação participativa das diretrizes da política urbana.

Assim, os conselhos municipais podem constituir importantes espaços de mediação entre Estado e sociedade, permitindo que a população acompanhe, fiscalize e participe das decisões relacionadas à formulação e à implementação das políticas habitacionais. O controle social, entretanto, não deve ser reduzido à presença formal de representantes em reuniões ou à simples homologação de decisões previamente construídas pelo poder público. Para que a participação seja efetiva, é necessário que a sociedade civil tenha acesso às informações, possa apresentar demandas, acompanhar a execução das políticas (Ferreira 2012), questionar prioridades e influenciar concretamente os processos decisórios. Cardoso Júnior (2011), ao discutir os desafios do planejamento e da gestão pública, destaca a necessidade de fortalecer as capacidades estatais e os instrumentos de planejamento, aspecto que também envolve a construção de mecanismos institucionais capazes de ampliar a transparência e a participação social. Dessa forma, os conselhos podem exercer um papel estratégico na aproximação entre planejamento, gestão pública

e necessidades sociais, desde que disponham de condições efetivas para funcionar de maneira contínua e democrática.

A importância desses espaços torna-se ainda mais evidente quando se considera que a habitação não pode ser compreendida apenas como a produção física de unidades habitacionais. A moradia está diretamente relacionada à localização, à mobilidade, ao acesso aos equipamentos públicos, à infraestrutura urbana e às possibilidades de inserção da população na cidade. Ferreira (2012) problematiza justamente a necessidade de superar uma política orientada exclusivamente pela produção de casas para avançar na construção de cidades, enquanto Hall (2007) destaca a relação entre terra urbana, habitação e transporte como elementos fundamentais para o enfrentamento dos desafios urbanos contemporâneos. Assim, a participação da sociedade civil deve incidir não apenas sobre a quantidade de unidades produzidas, mas também sobre as decisões relativas à localização dos empreendimentos, à qualidade urbana, ao acesso aos serviços e à permanência das populações em seus territórios.

Trata-se, portanto, de discutir não somente o direito à moradia, mas o direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (1996) e retomado por Rolnik (2014), compreendendo a participação como parte constitutiva da possibilidade de os habitantes influenciarem a produção e a transformação do espaço urbano.

A análise das atas dos conselhos municipais de Natal e Mossoró evidencia a importância, mas também os limites, dos espaços institucionais de participação existentes. A frequência irregular das reuniões, os longos intervalos identificados em determinados períodos e a concentração das atividades em momentos específicos, como conferências, processos eleitorais ou revisão de instrumentos urbanísticos, podem comprometer a continuidade do controle social. O enfraquecimento ou o funcionamento irregular dos conselhos municipais de habitação, a ausência de espaços permanentes de escuta e a pouca integração com movimentos sociais e organizações atuantes no campo da moradia contribuem para a manutenção de formas de gestão que pouco dialogam com as necessidades concretas da população. No caso de Mossoró, Medeiros, Freitas e Cruz (2022) demonstram a importância de analisar a inserção do município na agenda habitacional em diferentes períodos, enquanto Medeiros et al. (2023) destacam os desafios e as possibilidades relacionados à municipalização da política de habitação. Esses estudos reforçam que o protagonismo municipal não deve ser avaliado apenas pela existência de estruturas institucionais, mas também pela capacidade de construir políticas territorialmente articuladas e socialmente participativas.

Dessa forma, a análise das atas dos conselhos de Natal e Mossoró permite compreender que a avaliação dos espaços participativos não deve se limitar à quantidade de reuniões realizadas ou ao número de representantes presentes. É necessário investigar quem participa, quais segmentos estão representados, quais pautas conseguem entrar na agenda, quais demandas são efetivamente encaminhadas e, principalmente, em que medida as discussões realizadas nesses espaços produzem efeitos concretos sobre as decisões públicas.

3.3 - Direito à Moradia: Infraestrutura insuficiente

A garantia do direito à moradia adequada transcende o mero acesso a quatro paredes e um teto; ela pressupõe a inserção do cidadão em um suporte urbano que viabilize a vida

digna. No entanto, no Programa Minha Casa Minha Vida, o que se observa é uma violação sistemática desse direito por meio da oferta de infraestrutura insuficiente. Como argumenta Ferreira (2012), a política habitacional brasileira operou sob a lógica do "produto" e não da "cidade", resultando em conjuntos que, embora resolvam o déficit habitacional numérico, aprofundam a precariedade urbana.

O direito à moradia, conforme defendido por Rolnik (2014) e Lefebvre (1996), é indissociável do direito à cidade. Quando o Estado entrega unidades habitacionais em áreas desprovidas de saneamento básico, iluminação pública, pavimentação ou proximidade com equipamentos de saúde e educação, ele promove uma inclusão precária. Para Medeiros (2025), essa falta de infraestrutura é um sintoma da negligência deliberada do planejamento governamental, que prioriza o lucro das empreiteiras em detrimento da qualidade de vida dos beneficiários.

Análise das ATAS

A análise documental das atas das reuniões dos Conselhos de Habitação e dos Conselhos da Cidade dos municípios de Natal e Mossoró constitui o eixo central desta investigação. Tal procedimento visa sistematizar e certificar as pautas deliberadas no âmbito desses instrumentos de gestão participativa nas duas maiores cidades do Estado do Rio Grande do Norte.

O objetivo principal é traçar um panorama comparativo sobre a dinâmica de funcionamento e a efetividade desses espaços institucionais, avaliando se cumprem plenamente suas atribuições do ponto de vista normativo e prático. Para tanto, foram solicitadas formalmente as atas referentes aos órgãos colegiados de ambos os municípios, possibilitando o mapeamento sistemático dos temas debatidos, da frequência das sessões e da regularidade dos encontros.

O Conselho de Habitação de Natal (CONHABINS) foi constituído através da Lei Complementar n°081/2007. A legislação o caracteriza como um órgão consultivo, deliberativo e de participação social. Vale ressaltar que o conselho não aparece simplesmente como um agente administrativo que tem a função de aprovar projetos, mas também é responsável por formular diretrizes, acompanhar a execução de política de habitação e análise de projetos da Habitação de Interesse Social (HIS).

O CONCIDADE/Natal é criado dois anos depois, regulamentado pela Lei n°6.013/2009. A diferença entre os conselhos, é que o CONCIDADE é um instrumento de gestão democrática e audiências públicas, além de favorecer a cooperação entre o poder público e atores sociais. Os Movimentos Sociais e sociedade civil são uma presença muito forte nas ATAS de reunião, principalmente o Movimento de Luta nos bairros, vilas e favelas (MLB), a Universidade Federal, Universidade Particular (convidados externos), Representantes Territoriais, ONGs, Sindicatos, dentre outros.
Ao analisar as ATAS do CONCIDADE/Natal, identifica-se a presença de pautas ambientais, como as ZPAs (Zonas de Proteção Ambiental).

CONSELHO DE CIDADE DE MOSSORÓ

Durante a Análise do CONCIDADE, só possui registo em 2026 (Plano Diretor de Mossoró) concluir que as reuniões tem com objetivo a organização da Conferência,

conclusão de regimentos e debates sobre alterações no plano diretor. Mas ocorre uma ausência nas pautas de habitação. A Sociedade civil se faz presente, em todas as reuniões, dentre os membros da Universidade e Movimentos Sociais.

A análise das atas disponíveis do Conselho da Cidade de Mossoró evidencia uma concentração das atividades no início de 2026, com quatro reuniões realizadas entre 23 de janeiro e 10 de fevereiro. A proximidade entre as datas com intervalos de 12, 2 e 4 dias, demonstra uma intensa mobilização institucional em um curto período, relacionada principalmente à organização da Conferência da Cidade. As pautas estiveram concentradas na discussão do Regimento Interno, homologação das inscrições e dos delegados, resolução de casos omissos e encaminhamentos relacionados à Pré-Conferência. Assim, observa-se que as reuniões analisadas possuem um caráter predominantemente administrativo e organizacional, voltado à preparação e condução do processo participativo.

A participação da sociedade civil apresentou uma média aproximada de três representantes por reunião, indicando uma presença relativamente reduzida nos registros analisados. Além da baixa quantidade de representantes, a concentração das reuniões em um período curto sugere que a participação social esteve mobilizada principalmente em função de um evento específico, e não necessariamente como resultado de uma dinâmica contínua e permanente de funcionamento do conselho. Esse aspecto merece atenção, pois a participação efetiva da sociedade civil depende não apenas da existência formal de representantes, mas também da regularidade das reuniões, da continuidade dos debates e da possibilidade de acompanhamento das políticas públicas ao longo do tempo.

Do ponto de vista da habitação, as atas analisadas não apresentam uma discussão direta e aprofundada sobre política habitacional, habitação de interesse social, déficit habitacional, regularização fundiária ou condições de moradia. A pauta aparece de forma indireta, inserida no debate mais amplo sobre cidade e participação social, sem que seja possível identificar, nos registros disponíveis, uma agenda específica sobre os problemas habitacionais de Mossoró. Essa ausência evidencia a necessidade de investigar se a habitação foi efetivamente incorporada às discussões posteriores da Conferência ou se permaneceu subordinada às pautas gerais de planejamento urbano e organização institucional.

Conselho de Cidade de Natal - CONCIDADE

A análise das atas do CONCIDADE de Natal, com registros entre 2012 e 2022, demonstra uma trajetória mais extensa, porém marcada por oscilações significativas na frequência das reuniões. Os anos de 2016 e 2017 concentraram o maior número de encontros, com 12 e 10 reuniões, respectivamente, enquanto nos anos posteriores observa-se uma redução da atividade, com quatro reuniões em 2018, três em 2019, seis em 2020 e três em 2022, além da ausência de registros identificados para 2021. Também foram observados intervalos prolongados entre reuniões, indicando uma dinâmica descontínua. As principais pautas estiveram relacionadas às questões ambientais, especialmente às Zonas de Proteção Ambiental, além do Plano Diretor, conferências, organização institucional, posse de conselheiros e processos eleitorais.

A sociedade civil apresentou uma participação média aproximada de nove representantes

por reunião, com uma variação significativa entre os encontros. Em algumas reuniões, a participação foi bastante reduzida, enquanto outras registraram maior mobilização, chegando a aproximadamente 29 representantes. Esses dados indicam que a presença da sociedade civil não ocorreu de maneira homogênea, podendo estar relacionada à relevância das pautas discutidas ou à capacidade de mobilização dos diferentes segmentos.

Em relação à habitação, observa-se que a pauta aparece com menor frequência de forma explícita, sendo geralmente incorporada a discussões mais amplas sobre planejamento urbano, Plano Diretor e ordenamento territorial. A predominância das questões ambientais revela a importância desse tema na agenda do conselho, mas também evidencia uma possível fragmentação entre as políticas urbana, ambiental e habitacional. Considerando que o direito à moradia está diretamente relacionado ao acesso à terra urbanizada, à localização dos empreendimentos, à infraestrutura e à regularização fundiária, a reduzida centralidade da habitação nas pautas sugere a necessidade de avaliar se o CONCIDADE tem atuado efetivamente na articulação entre planejamento territorial e habitação de interesse social ou se essas questões permanecem tratadas de maneira setorial e pouco integrada.

CONSELHO DE HABITAÇÃO DE NATAL - CONHABINS

As atas analisadas do CONHABINS de Natal abrangem principalmente os anos de 2013 até 2022, porém as datas de 2013 á 2019, não estão com acesso negado e apresenta a seguinte mensagem, “A Página solicitada não foi encontrada em nossos servidores”, que não permite o acesso. Porém as reuniões de 2020 e 2022 (2021 não possui registro) apresentam um número reduzido de reuniões, com uma interrupção significativa entre esses períodos. Foram identificados quatro registros em 2020 e dois em 2022, com um intervalo aproximado de 592 dias entre uma reunião registrada em novembro de 2020 e outra realizada em julho de 2022. Essa descontinuidade constitui um aspecto crítico, especialmente considerando que o conselho está diretamente relacionado às questões de habitação e deveria constituir um espaço permanente de acompanhamento, discussão e controle social da política habitacional. A irregularidade das reuniões pode limitar a capacidade do conselho de acompanhar problemas contínuos relacionados à precariedade habitacional e aos conflitos urbanos.

A participação da sociedade civil apresentou uma média aproximada de quatro representantes por reunião, inferior à observada no CONCIDADE de Natal. As pautas, entretanto, apresentam uma relação mais direta com os problemas concretos da habitação popular, incluindo discussões sobre ocupações urbanas, comunidades e territórios populares, situação do Hotel Central, Parque dos Coqueiros, Minas Nova, regularização fundiária, eleição de representantes comunitários e debates relacionados ao Plano Diretor. Dessa forma, o CONHABINS se destaca por apresentar uma agenda mais próxima das demandas concretas dos grupos sociais envolvidos em situações de precariedade habitacional e conflito pelo acesso à terra e à moradia.

A análise crítica demonstra, portanto, uma contradição importante: embora o CONHABINS seja o espaço em que a habitação aparece de forma mais direta e vinculada às demandas sociais concretas, sua baixa frequência de reuniões e a reduzida participação média da sociedade civil podem comprometer sua capacidade de incidência política. Problemas como ocupações, regularização fundiária, reassentamentos, déficit

habitacional e precariedade da moradia exigem acompanhamento permanente, e não apenas discussões pontuais. Assim, as atas indicam a existência de um espaço potencialmente importante para a participação social na política habitacional de Natal, mas que parece enfrentar limitações relacionadas à continuidade institucional e à regularidade do funcionamento, o que pode reduzir sua capacidade de transformar as demandas apresentadas pela sociedade civil em decisões efetivas sobre a política de habitação.

Conclusão

O que se percebe, ao cruzar as análises desses autores, é que a política habitacional no Brasil acabou presa a uma contradição difícil de resolver: ela funciona muito bem como impulsionador da economia, mas falha gravemente na produção de vida urbana. O Minha Casa Minha Vida (MCMV) é o exemplo mais nítido dessa lógica produtivista. Como Arretche (1990) já alertava lá atrás, o Estado brasileiro tem um histórico de se curvar aos interesses das empreiteiras, tratando a casa como uma mercadoria industrial antes de tratá-la como um direito. Essa herança do antigo BNH, discutida por Cardoso e Aragão (2013), mostra que a política habitacional implementada no Brasil até consegue entregar chaves em uma escala impressionante, mas não avança no direito à cidade. Essa crítica é reforçada por Ferreira (2012): o Brasil aprendeu a "produzir casas", mas desaprendeu a "construir cidades". Ao deixar que as construtoras escolhessem onde construir, priorizando terrenos baratos e isolados para aumentar a margem de lucro, o Estado alocou milhares de famílias para as franjas urbanas, criando bairros que já nascem precários.

Essa periferização não é um erro de cálculo; é parte de um modelo de "empresariamento urbano" (Harvey, 1996) onde o poder público abre mão de seu papel de planejar para virar um mero facilitador de negócios imobiliários. O resultado é uma segregação que Medeiros (2018) descreve como institucionalizada. Afinal, a moradia só é adequada se ela permitir que a pessoa participe da vida urbana; se ela isola, ela vira um instrumento de vulnerabilidade social.

Referências

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. Espaço & Debates, n. 31, p. 21-36, 1990.

CARDOSO, A. L. Política habitacional: a descentralização perversa. Cadernos IPPUR/UFRJ, p. 105-122, 2001.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

FERREIRA, J. S. W. (org.). Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

KATZMAN, R. Vulnerabilidad social. Montevideo: UDELAR, 2022. p. 1-532.

LEFEBVRE, H. The right to the city. Oxford: Blackwell, 1996.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. Espaço & Debates, v. 24, n. 45, p. 24-34, 2004.

_____. Housing policy and the myth of the benevolent state. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. (org.). The Affordable Housing Reader. Oxon: Routledge, 2013. p. 36-43.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. (Nota: Adicionado local e editora prováveis para completar a referência).

MEDEIROS, S. Gestão hostil: práticas na política habitacional social no Brasil. Revista da ANPEGE, v. 21, n. 44, 2025.

MEDEIROS, S. R. F. Q. D. Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal. Natal: EDUFRN, 2018.

RIBEIRO, L. C. Q.; SOUZA, F. S. As cores das fronteiras urbanas: segregação residencial e desigualdades “raciais” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, v. 22, n. 2, p. 9-36, ago./dez. 2008.

ROLNIK, R. Place, inhabitance and citizenship: the right to housing and the right to the city in the contemporary urban world. International Journal of Housing Policy, v. 14, n. 3, p. 293-300, 2014.

VALENÇA, M. M. Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Coord.). Direito à moradia. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 341-354.

Anexos



Tabela 1 - Análise de Atas do CONCIDADE MOSSORÓ



Tabela 2 - Análise de Atas do CONCIDADE NATAL



Tabela 3 - Análise de Atas do CONHABINS NATAL



Recortes de notícia sobre o MCMV



Recortes de notícia sobre o MCMV



Recortes de notícia sobre o MCMV



Recortes de notícia sobre o MCMV



Imagem do residencial Terras do Engenho



Imagem do residencial Terras do Engenho

CÓDIGO: HS0926

AUTOR: AMANDA KAROLINE DA COSTA BEZERRA

COAUTOR: EVILHIS DO NASCIMENTO SILVA

ORIENTADOR: WINIFRED KNOX

TÍTULO: Desigualdades de gênero como violências persistentes e a ação do estado

Resumo

O presente artigo apresenta uma revisão integrativa da literatura sobre como as desigualdades de gênero se configuram como violências persistentes no contexto brasileiro e de que maneira o Estado tem atuado ou falhado em seu enfrentamento. Fundamentado no protocolo metodológico de seis etapas de Botelho, Cunha e Macedo (2011), o estudo analisou um corpus de dez artigos científicos recentes publicados entre 2017 e 2026, compreendendo bases como SciELO, Google Acadêmico e Web of Science. A análise teórica, articulada sob a Teoria da Reprodução Social e o conceito de Interseccionalidade (gênero, raça e classe), revelou quatro eixos transversais críticos: o descompasso entre formulação central e implementação territorial das políticas (implementation gap); a reprodução de estereótipos tradicionais de gênero e a divisão sexual do trabalho em programas estatais de qualificação profissional; a descontinuidade institucional combinada ao estrangulamento orçamentário; e a discricionariedade moralizada de agentes públicos na linha de frente (burocratas de nível de rua). Conclui-se que a ação do Estado contemporâneo oscila entre a negligência orçamentária e a judicialização punitiva, evidenciando a necessidade de estruturação de redes de acolhimento laicas, descentralizadas e dotadas de sustentabilidade institucional perene.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Violência estrutural; Políticas Públicas;

TITLE: GENDER INEQUALITIES AS PERSISTENT FORMS OF VIOLENCE AND STATE ACTION: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Abstract

This paper presents an integrative literature review on how gender inequalities configure as persistent violences in the Brazilian context and how the State has acted or failed in tackling them. Grounded in the six-step methodological protocol of Botelho, Cunha and Macedo (2011), the study analyzed a corpus of ten recent scientific articles published between 2017 and 2026, across databases such as SciELO, Google Scholar, and Web of Science. The theoretical analysis, structured under Social Reproduction Theory and the concept of Intersectionality (gender, race, and class), revealed four critical cross-cutting axes: the mismatch between central formulation and territorial implementation of policies (implementation gap); the reproduction of traditional gender stereotypes and the sexual division of labor in state professional qualification programs; institutional discontinuity combined with budgetary stranglement; and the moralized discretion of frontline public agents (street-level bureaucrats). We conclude that contemporary State action oscillates between budgetary negligence and punitive judicialization, highlighting the urgent need to structure secular, decentralized support networks endowed with permanent institutional sustainability.

Keywords: Gender inequality; Structural violence; Public Policies;

Introdução

A persistência das desigualdades de gênero no Brasil expressa uma das formas mais enraizadas de violência estrutural, sustentada por um sistema histórico de exclusões e assimetrias de poder. Historicamente, o processo de colonização do país foi erguido sobre a escravização de populações indígenas e africanas e sobre a violência sexual sistemática contra as mulheres (Corrêa et al., 2021). Na contemporaneidade, embora as mulheres representem a maioria da população nacional, elas continuam sendo as principais atingidas pela precarização, pela informalidade e pelas desvantagens no mundo do trabalho (Corcetti et al., 2018). Desse modo, a desigualdade de gênero, o racismo e a opressão de classe consolidam-se como elementos formadores e estruturantes da formação social brasileira, produzindo efeitos materiais e simbólicos que limitam severamente a autonomia e o reconhecimento social feminino em diferentes esferas da vida (Pacheco & Dias, 2023).

Para compreender essa dinâmica em sua totalidade contraditória, a mobilização da perspectiva interseccional mostra-se indispensável. A interseccionalidade fornece a estrutura teórica necessária para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade e estatuto de cidadania posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo, operando como ferramenta essencial para capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação simultânea entre dois ou mais eixos de subordinação (Corrêa et al., 2021). Longe de atingir o segmento feminino de maneira homogênea, as marcas da desigualdade e da violência estrutural impõem-se com gravidade muito maior sobre as mulheres negras e pobres, as quais suportam de forma desproporcional os impactos mais profundos da omissão estatal e da exploração econômica da reprodução social (Guedes & Oliveira, 2026).

Nesse cenário de vulnerabilidade, a atuação do Estado e a formulação de políticas

públicas constituem fatores decisivos, capazes tanto de acelerar quanto de diminuir as desigualdades de gênero (Pacheco & Dias, 2023). A partir da década de 1980, impulsionada de forma marcante pela mobilização dos movimentos feministas, a desigualdade de gênero ingressou formalmente na agenda governamental brasileira. Posteriormente, a transversalidade de gênero foi adotada como estratégia e princípio norteador das ações públicas nacionais após a IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing (1995), visando à consolidação de direitos e à incorporação da perspectiva de igualdade nas instâncias e mecanismos estatais (Marcondes & Farah, 2021).

Contudo, as fontes evidenciam que a estruturação de condições institucionais para a promoção da equidade no país combinou avanços e profundas descontinuidades, cuja trajetória dependeu decisivamente da orientação político-ideológica dos governos de turno (Marcondes et al., 2022). Se, por um lado, registraram-se importantes marcos legislativos e programáticos a exemplo da Lei Maria da Penha e do Programa Mulheres Mil, por outro, constatam-se drásticas limitações estatais. Estas se manifestam no recorrente desmonte de políticas sociais, na severa asfixia orçamentária governamental voltada às mulheres (Aguiar et al., 2025), na escassez de infraestrutura e fraca integração na rede assistencial na ponta dos serviços públicos (Rodrigues et al., 2025) e na consequente reprodução de estereótipos tradicionais de gênero que comprometem o potencial emancipatório das ações (Corcetti & Loreto, 2017). Desse modo, consolida-se na realidade brasileira um nítido distanciamento entre as diretrizes nacionais formuladas e as práticas cotidianas possíveis de serem realizadas pelos operadores de linha de frente nos territórios (Tunin & Gouvêa, 2020).

Apesar da relevância desse debate, a literatura científica nacional ainda apresenta lacunas significativas. Conforme apontam as pesquisas, mesmo diante da existência de leis, políticas públicas e programas que contemplem a equidade entre mulheres e homens, ainda há uma expressiva carência de estudos analíticos

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada no método de revisão integrativa da literatura. A revisão integrativa consiste em uma modalidade de revisão sistemática que viabiliza a incorporação de estudos com múltiplos delineamentos metodológicos, abrangendo abordagens qualitativas, quantitativas e teóricas. Sua importância científica reside na capacidade de reunir, organizar e avaliar criticamente as evidências e discussões disponíveis na literatura sobre o estado da arte do tema, propiciando uma compreensão consistente, profunda e interseccional do fenômeno investigado.

O processo de operacionalização e a estruturação metodológica desta revisão integrativa foram fundamentados rigorosamente nas seis etapas sistemáticas propostas pelo protocolo de Botelho, Cunha e Macedo (2011), descritas a seguir:

1ª Etapa: Identificação do Tema e Seleção da Questão de Pesquisa. Esta fase inicial compreendeu a delimitação do problema de pesquisa e a formulação das duas perguntas norteadoras mencionadas na introdução. Com base nessas questões, foram selecionados

os seguintes descritores específicos para a estratégia de busca: 'Desigualdade de gênero', 'Violência estrutural', 'Políticas Públicas' e 'Interseccionalidade'.

2ª Etapa: Estabelecimento de Critérios de Inclusão e Exclusão. As buscas sistemáticas foram direcionadas a três bases de dados de relevância científica: Google Acadêmico, SciELO e Web of Science. O limite temporal estabelecido compreendeu os trabalhos produzidos entre os anos de 2000 e 2026. Para a recuperação dos estudos, foram elaborados strings de busca utilizando descritores e operadores booleanos, combinando os termos principais a sinônimos de relevância identificados na literatura, como: ('disparidade de gênero' OR 'discriminação de gênero'); ('ações do Estado' OR 'Políticas Públicas'); ('Violência estrutural' OR 'opressão sistêmica' OR 'desigualdade institucionalizada'); e termos referentes ao sujeito, tais como ('Mulher' OR 'Moça' OR 'Garota').

3ª Etapa: Identificação dos Estudos Pré-Selecionados. Esta etapa consistiu na triagem inicial da literatura baseada na leitura atenta de títulos, resumos e palavras-chave. Os critérios de inclusão exigiram: artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, disponíveis na íntegra, em português ou inglês, que abordassem teoricamente ou empiricamente a relação entre a ação do Estado brasileiro e as desigualdades de gênero, os limites das políticas de equidade ou as contradições na implementação de programas sociais (como o Programa Mulheres Mil). Foram excluídos: teses, dissertações, monografias, resumos de congressos, artigos duplicados ou que não tivessem foco na realidade brasileira. A amostra final desta revisão foi composta por 10 estudos selecionados que atenderam integralmente aos critérios.

4ª Etapa: Categorização dos Estudos Selecionados. As informações centrais de cada artigo incluído foram ordenadas em uma Matriz Síntese, registrando os dados de identificação, autoria, ano, objetivos, metodologia e os achados fundamentais. O uso desse instrumento viabilizou a categorização e a análise crítica integrada das informações essenciais de cada pesquisa (conforme detalhado na Tabela 1).

5ª Etapa: Análise e Interpretação dos Resultados. Os dados organizados na Matriz Síntese foram submetidos à discussão analítica e qualitativa, confrontando as evidências, lacunas e consensos da literatura com as perguntas de partida, estruturando as discussões sob o prisma da Teoria da Reprodução Social e do conceito de Interseccionalidade.

6ª Etapa: Apresentação da Revisão/Síntese do Conhecimento. Esta fase consiste no desenvolvimento e na redação final do artigo científico, descrevendo detalhadamente a revisão integrativa operada, sintetizando o estado da arte do tema e apontando propostas estruturadas para estudos futuros e contribuições para os tomadores de decisão.

Resultados e Discussões

Os resultados da revisão integrativa são apresentados inicialmente por meio da Matriz Síntese (Tabela 1), que compila as informações essenciais das dez fontes selecionadas

para análise. Esta matriz serve como base empírica e analítica para o desenvolvimento dos eixos de discussão subsequentes.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise integrada das publicações científicas que compõem o corpus desta revisão integrativa permite compreender, de forma sistemática, as complexas dinâmicas da atuação estatal no enfrentamento da violência estrutural e das desigualdades de gênero no Brasil. A partir do cruzamento analítico dos resultados das pesquisas teóricas, documentais e empíricas, emergiram quatro grandes categorias temáticas transversais, que representam as principais contradições e limites estruturais da ação pública nacional no âmbito das relações sociais de gênero.

4.1. O Descompasso entre a Formulação Centralizada e a Implementação Territorial (Implementation Gap)

A primeira grande contradição revelada pela literatura refere-se à severa fratura existente entre as diretrizes de políticas públicas formuladas no nível central (seja federal ou estadual) e a sua exequibilidade material na ponta dos territórios periféricos e vulnerabilizados. Esse fenômeno, caracterizado como lacuna de implementação ou implementation gap, é amplamente documentado tanto nas políticas sociais de qualificação profissional quanto nos dispositivos de acolhimento à mulher em situação de violência.

No âmbito das políticas educacionais de equidade, a avaliação empírica do Programa Mulheres Mil revela que, embora as diretrizes nacionais concebidas pelo Ministério da Educação preconizem a emancipação educacional e a inserção produtiva das alunas de baixa escolaridade no mundo do trabalho (Tunin & Gouvêa, 2020), a sua execução concreta nos Institutos Federais (nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro) ocorreu de maneira isolada e desarticulada do mercado de trabalho local. Como resultado dessa fragilidade de articulação intersetorial entre as instituições federais ofertantes e as prefeituras demandantes (via Centro de Referência da Assistência Social - CRAS), constatou-se que o programa falhou em promover a inserção econômica real das beneficiárias: as taxas de desemprego remanescentes entre as mulheres egressas mostraram-se alarmantes, atingindo o índice de 84,3% no caso estudado por Tunin & Gouvêa (2020), enquanto Corcetti et al. (2018) também apontam que a maioria absoluta das participantes permaneceu desempregada pós-curso.

De maneira análoga, no campo do enfrentamento à violência doméstica, a pesquisa sobre a implementação da Rede de Apoio e Enfrentamento evidencia que a sofisticada engenharia institucional prevista em planos nacionais que engloba as Casas da Mulher Brasileira, os Centros Especializados de Atendimento (CEAMs) e os abrigos sigilosos encontra-se completamente ausente em territórios periféricos e favelados de grande vulnerabilidade social (Rodrigues et al., 2025). Na ausência desses dispositivos especializados locais, o primeiro atendimento, acolhimento e suporte às vítimas são transferidos de maneira compulsória e sobrecarregada para as unidades de Atenção Primária à Saúde (CMS e Clínicas da Família), gerando uma visível inefetividade na rota crítica de proteção à vida feminina nesses locais (Rodrigues et al., 2025; Corrêa et al., 2021).

4.2. A Reprodução Ideológica de Estereótipos Tradicionais de Gênero e a Divisão Sexual do Trabalho

A segunda categoria analítica transversal diz respeito à reprodução ideológica e à legitimação de assimetrias tradicionais por meio de programas estatais que, retoricamente, anunciam a promoção da equidade de gênero. Sob o referencial teórico da Teoria da Reprodução Social, as fontes demonstram como as intervenções sociais de combate à pobreza e qualificação profissional muitas vezes instrumentalizam as mulheres vulneráveis, mantendo-as confinadas a papéis tradicionais de domesticidade e cuidados.

A análise crítica de discurso aplicada ao policy design do Programa Mulheres Mil expõe que a metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (PLAR), ao validar apenas as competências informais e práticas trazidas pelas mulheres de baixa escolaridade, acabou por direcionar e capacitar as turmas de alunas exclusivamente em ofícios historicamente feminizados e desvalorizados pelo mercado laboral, tais como costura, culinária, camareira, artesanato e cuidadores de crianças e idosos (Corcetti & Loreto, 2017; Corcetti et al., 2018). Essa escolha metodológica e de portfólio de cursos naturaliza a responsabilidade da mulher pela esfera do cuidado e da domesticidade, operando de forma totalmente funcional à reprodução capitalista na periferia dependente.

Segundo Guedes e Oliveira (2026), no capitalismo dependente, a burguesia local compensa a transferência de valor ao mercado imperialista superexplorando a força de trabalho interna. O enxugamento das funções sociais do Estado com a privatização de serviços e desmonte de direitos transfere diretamente a responsabilidade pela reprodução diária e geracional dos trabalhadores para as famílias e, essencialmente, para as mulheres das classes trabalhadoras, sob triplas jornadas não pagas. Ao qualificar as mulheres unicamente para esses nichos de cuidados e serviços informais (Tunin & Gouvêa, 2020), o Estado atua como fornecedor de mão de obra barata para as elites e perpetua a divisão sexual do trabalho, barateando os custos globais de reprodução social às custas do aprisionamento feminino na informalidade e sem garantias previdenciárias de direitos sociais.

4.3. Descontinuidade Institucional, Crise Orçamentária e Destransversalização de Gênero

A terceira vertente analítica discute a instabilidade e a descontinuidade das condições institucionais indispensáveis para que a transversalidade de gênero seja executada de maneira perene e integrada no interior do Estado. A literatura demonstra que a transversalidade não flutua no vazio normativo, dependendo radicalmente da dotação de recursos orçamentários específicos e de orientações político-ideológicas do governo de turno para materializar-se (Marcondes & Farah, 2021). Sob essa perspectiva, a destransversalização de gênero caracteriza-se como o desmantelamento deliberado das condições institucionais (instâncias e mecanismos) e o esvaziamento das agendas feministas na ação estatal, resultando na perda de aderência e na produção de enquadramentos cegos ao gênero (gender-blind) (Marcondes & Farah, 2021).

A análise comparativa do desenho das políticas públicas nos Planos Plurianuais (PPAs) federais de 2016-2019 e 2020-2023 prova que o planejamento governamental nacional

sofreu uma destransversalização e um desmantelamento deliberado da agenda para mulheres (Aguiar et al., 2025). No PPA 2016-2019, o governo possuía um programa finalístico estruturado com 5 objetivos, 19 metas e 14 indicadores voltados à igualdade racial, mulheres rurais, combate à violência e fomento à autonomia. Em contraste, no PPA 2020-2023, sob a premissa gerencial de 'simplificação', o programa de igualdade foi extinto, registrando-se uma redução drástica de 97,37% nas menções específicas ao termo 'mulher(es)'. O planejamento federal passou a adotar uma perspectiva familista conservadora, limitando a atuação a duas ações focadas na função reprodutiva materna e de confinamento doméstico (Aguiar et al., 2025).

Essa descontinuidade federal reflete-se de forma direta no nível subnacional e municipal. No estado do Rio Grande do Norte, o process tracing revela que as políticas de equidade e transversalidade sofreram severas inflexões de acordo com as coalizões de esquerda (Wilma de Faria, Fátima Bezerra) ou de direita (Rosalba Ciarlini) no poder, evidenciando uma baixíssima institucionalização e perenidade (Marcondes et al., 2022). Em âmbito municipal, a ausência de Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres recalcadas nos últimos anos resultou no esvaziamento e paralisação dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres (COMDIMs) no Rio Grande do Sul (Pacheco & Dias, 2023). A asfixia financeira e a completa desaparição da dotação orçamentária de gênero nas Leis Orçamentárias locais impediram o funcionamento básico dos Conselhos e a atualização dos planos municipais de políticas, que estão desatualizados ou paralisados na quase totalidade das cidades de grande porte investigadas (Pacheco & Dias, 2023).

4.4. A Discricionariedade Moralizada dos Burocratas de Nível de Rua e as Rotas Críticas

Por fim, a quarta categoria analítica foca na linha de frente da ação do Estado nos territórios vulneráveis. Diante do desmonte orçamentário, do sucateamento de equipamentos sociais de acolhimento e da crônica ausência de protocolos governamentais laicos de orientação e de programas de Educação Permanente em Saúde (EPS), as decisões dos profissionais na ponta dos serviços públicos caracterizados como burocratas de nível de rua (BNR) moldam ativamente a exequibilidade do direito das mulheres em situação de violência (Rodrigues et al., 2025).

Os burocratas de nível de rua, deparando-se rotineiramente com o sofrimento ético-político de mulheres periféricas sem recursos institucionais para encaminhamento, exercem uma discricionariedade moralizada para contornar a escassez material (Rodrigues et al., 2025). As pesquisas de campo mostram que o processamento dessas demandas se dá frequentemente por meio de improvisações baseadas em julgamentos e moralidades eminentemente pessoais. Um dos achados mais críticos revela que, na ausência de canais laicos e formais integrados de suporte intersetorial, operadores de saúde chegam a encaminhar e entregar vítimas de abuso sexual infantil e extrema violência doméstica a redes de templos e igrejas evangélicas atuantes na favela, gerando o risco sistemático de captura das políticas públicas por preceitos morais e de controle de condutas privadas sobre as mulheres (Rodrigues et al., 2025; Corrêa et al., 2021).

Outro elemento agravante do implementation gap refere-se à subnotificação sistemática de violência pelas fichas de notificação compulsória nas unidades de saúde. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que residem no próprio território investigado, recusam-

se a registrar formalmente as notificações devido ao medo legítimo de sofrer represálias armadas das forças de tráfico de drogas que exercem controle territorial e alternativo do poder nas favelas periféricas, as quais são comumente assoladas por tiroteios e operações policiais sangrentas (Rodrigues et al., 2025; Corrêa et al., 2021). Desse modo, a violência estatal expressa na ausência de proteção física aos operadores e na asfixia orçamentária gera rotas críticas que obstaculizam o acesso à justiça e à segurança, relegando as mulheres vulnerabilizadas à mercê do arbítrio de julgamentos morais individuais dos agentes implementadores.

Conclusão

A presente revisão integrativa da literatura permitiu consolidar evidências de que as desigualdades de gênero se configuram como violências persistentes e de caráter eminentemente estrutural no contexto nacional, sendo indissociáveis das opressões de raça e de classe que formam a sociabilidade brasileira. A atuação do Estado, longe de se constituir como um campo de neutralidade gerencial, reflete uma arena de intensas disputas de hegemonia em que o desinvestimento orçamentário deliberado e a asfixia das políticas sociais atuam como operadores diretos da violência extra econômica que viabiliza a acumulação de capital periférico dependente às custas da exploração do trabalho de reprodução das mulheres.

Constatou-se que o descompasso entre a formulação teórica nacional e a prática territorial (implementation gap) impede a plena efetivação dos direitos femininos na ponta dos serviços públicos. O design das políticas públicas muitas vezes trai os próprios objetivos de igualdade anunciados ao qualificar as mulheres em ofícios tradicionais de cuidados domésticos, reproduzindo ideologicamente os estereótipos patriarcais que as colocam como amortecedores sociais da miséria extrema da periferia. Ademais, na ausência de dotação orçamentária vinculada, de instâncias democráticas atualizadas e de diretrizes e capacitações formais, o enfrentamento da violência de gênero fica subordinado à discricionariedade moralizada e arbitrária de profissionais na ponta, submetendo corpos e direitos à captura de dispositivos morais religiosos.

Para darmos passos concretos rumo à superação desse cenário de retrocesso e subsidiar os tomadores de decisão na formulação de políticas públicas futuras, as pesquisas do corpus apontam recomendações urgentes: (1) superação do viés familista e de domesticidade tradicional no portfólio de cursos de inclusão produtiva (como o Programa Mulheres Mil), garantindo formação em setores tecnológicos e não tradicionais de maior rendimento e proteção social; (2) descentralização de equipamentos públicos laicos e intersetoriais integrados de acolhimento (Saúde, Assistência Social e Segurança Pública) diretamente nos territórios favelados e periféricos; (3) vinculação obrigatória de recursos públicos específicos nas peças orçamentárias (LDO, LOA e PPA) para assegurar o funcionamento autônomo dos Conselhos Municipais de Direitos e a perenidade da Rede de Apoio à violência; e (4) institucionalização da Educação Permanente em Saúde (EPS) com foco de gênero e

interseccionalidade, munindo os profissionais de linha de frente de protocolos formais que impeçam rotas críticas de revitimização e capture moral.

Referências

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite; SALVAGNI, Julice; LUI, Lizandro. Políticas públicas para mulheres nos Planos Plurianuais do Governo Federal 2016-2019 e 2020-2023: avanço ou retrocesso?. Revista PPC - Políticas Públicas e Cidades, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 1-27, 2025.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Azevedo; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CORCETTI, Elisabete; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. O discurso político sobre a qualificação profissional de mulheres desfavorecidas: emancipação ou hegemonia?. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 364-376, jun. 2017.

CORCETTI, Elisabete; SOUZA, Susane Petinelli; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. O "Programa Mulheres Mil" no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero?. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 911-943, jul./set. 2018.

CORRÊA, Milena Dias; MOURA, Ludmila de; ALMEIDA, Luciane Pinho de; ZIRBEL, Ilze. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 30, n. 2, e210001, 2021.

GUEDES, Manuella Fernanda Medeiros; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Violência contra mulheres no Brasil: criminalização e punitivismo à luz da Teoria da Reprodução Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 149, n. 3, e-6628565, 2026.

MARCONDES, Mariana Mazzini; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; SOUZA, Washington José de; NASCIMENTO, Clara Carolina Cândido do. Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte (2003-2021). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 373-392, maio/jun. 2022.

MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, e65398, 2021.

PACHECO, Eriane Martins; DIAS, Miriam Thais Guterres. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 263-283, 2023.

RODRIGUES, Thais Ferreira; NJAINE, Kathie; CECCHETTO, Fátima Regina. A política pública na prática: atuação dos burocratas de nível de rua em casos de violência de gênero. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 23, e03332297, 2025.

TUNIN, Andréa Simoni Manarin; GOUVÊA, Fernando César Ferreira. Políticas públicas para a inclusão de mulheres brasileiras: O Programa Mulheres Mil como interface entre a educação e trabalho. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Tempe, v. 28, n. 48, p. 1-21, 23 mar. 2020.

Anexos



TABELA 1



TABELA 1



TABELA 1

CÓDIGO: HS0927

AUTOR: MATHEUS PEREIRA GOMES

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: RASTROS DO PASSADO, INVESTIGAÇÃO: A MEMÓRIA COMO DISPOSITIVO NARRATIVO EM A RESISTÊNCIA (2015), DE JULIÁN FUKS

Resumo

Este relatório, vinculado ao projeto de pesquisa "Narrar é resistir: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar", propõe uma reflexão sobre a memória como dispositivo narrativo no romance A resistência (2015), de Julián Fuks. A análise parte das contribuições de Michael Pollak (1989) acerca das relações entre memória, silêncio e esquecimento, buscando investigar de que modo a memória constitui o princípio organizador da narrativa. Inicialmente, discute-se a concepção de memória como uma construção marcada por lacunas, silenciamentos e disputas de sentido. Em seguida, analisa-se como o narrador reconstrói a história familiar por meio de lembranças fragmentárias, evidenciando as tensões entre memória e subjetividade. Para fundamentar a discussão, recorremos aos trabalhos de Friedman (2002), Dalcastagnè (2001), Pollak (1989; 1992), Halbwachs (2004), Ricoeur (2007) e Sarlo (2007). Como resultado, observa-se que o romance transforma o ato de rememorar em um dispositivo narrativo que estrutura a escrita e possibilita a elaboração de experiências marcadas pela violência política, pelo exílio e pelos silêncios familiares.

Palavras-chave: Memória; Narrador; Literatura Contemporânea; Fuks; A Resistência

TITLE: TRACES OF THE PAST, INVESTIGATION: A MEMORY AS A NARRATIVE DEVICE IN A RESISTÊNCIA (2015), BY JULIÁN FUKS

Abstract

This report, developed within the research project "Narrar é resistir: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar" examines memory as a narrative device in the novel A Resistência (2015), by Julián Fuks. Drawing on Michael Pollak's

(1989) reflections on the relationships between memory, silence, and forgetting, the study investigates how memory functions as the organizing principle of the narrative. First, it discusses memory as a construct shaped by gaps, silences, and disputes over meaning. It then analyzes how the narrator reconstructs his family's history through fragmented recollections, highlighting the tensions between memory and subjectivity. The discussion is supported by the works of Friedman (2002), Dalcastagnè (2001), Pollak (1989; 1992), Halbwachs (2004), Ricoeur (2007) and Sarlo (2007). The findings indicate that the novel transforms the act of remembering into a narrative device that structures the writing and enables the elaboration of experiences marked by political violence, exile, and familial silences.

Keywords: Memory; Narrator; Contemporary Literature; Julián Fuks; A Resistência

Introdução

Buscando contribuir para as pesquisas que analisam criticamente a produção literária do século XXI no Brasil, o presente relatório resulta dos estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa "Narrar é Resistir?: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar". Com base nas contribuições de Candido (2000; 2006) e Schwarz (2000; 2012), o projeto busca investigar a memória enquanto elemento estruturante dessa produção a partir de um ponto de vista político e estético, compreendendo a obra literária como dialeticamente integrada à sociedade. As análises, portanto, propõem articular conteúdo e forma, literatura e sociedade. Como corpus, o projeto utiliza o recorte das obras contempladas pelos prêmios Jabuti, Fundação Biblioteca Nacional, Oceanos, antigo Portugal Telecom, entre 2001-2025. A partir deste ano, 2026, o prêmio São Paulo de Literatura foi incluído ao corpus do projeto.

A partir desse pressuposto, o plano de trabalho intitulado "Os prêmios, de 2013-2024" tem como objetivo dar continuidade[1] às análises dos romances premiados no período entre 2013-2024, para o Jabuti, Fundação Biblioteca Nacional e Oceanos. Dentro desse recorte, as obras que ainda não foram analisadas no projeto incluem: Paradeiro (2018), de Luís Bueno; Paraízo-Paraguay (2019), de Marcelo Labes; Além do Rio dos Sinos (2021), de Menalton Braff; Três porcos (2020), Marcelo Labes; O ausente (2020), Edimilson de Almeida Pereira; Siameses (2021), de Antonio Geraldo Figueiredo Ferreira; Uma exposição (2021), de Ieda Magri; O filósofo no porta-luvas (2021), de Juliano Garcia Pessanha; O som do rugido da onça (2021), de Micheliny Verunschk; A maçã envenenada (2013), Michel Laub; A resistência (2015), Julián Fuks; Bazar Paraná (2015), Luis S. Krauzs; Machado (2016), Silviano Santiago; A Tradutora (2016), Cristovão Tezza; O clube dos jardineiros de fumaça (2017), Carol Bensimon; Descobri que Estava Morto (2015), J. P. Cuenca; O sonâmbulo amador (2012), José Luiz Passos; O drible (2013), Sérgio Rodrigues; Mil rosas roubadas (2014), Silviano Santiago; e Simpatia pelo demônio (2016), Bernardo Carvalho. Para a presente pesquisa, analisaremos o romance A Resistência, de Julián Fuks.

A resistência acompanha um narrador-escritor em sua tentativa de reconstruir a história de sua família, marcada pelo exílio durante a ditadura militar argentina. Filho de pais

argentinos refugiados no Brasil, o narrador busca compreender a trajetória de seu irmão adotivo, cuja adoção ocorreu em circunstâncias atravessadas pela violência política e pelas incertezas do período. Ao longo da narrativa, as lembranças são apresentadas de forma fragmentária, revelando as dificuldades de recuperar o passado com precisão. Entre memórias, silêncios e lacunas, o romance problematiza temas como identidade, pertencimento, trauma, exílio e relações familiares. Mais do que narrar acontecimentos, a obra reflete sobre os limites da memória e da escrita, mostrando que recordar é sempre um processo de reconstrução, marcado por dúvidas, esquecimentos e silêncios. Dessa forma, A resistência articula a memória individual e coletiva para abordar os impactos duradouros da violência política sobre a vida privada e a constituição das subjetividades.

Partindo disso, o presente relatório tem como propósito analisar a memória como dispositivo narrativo no romance. Para isso, inicialmente, discutiremos as relações entre memória, silêncio e esquecimento. Em seguida, a análise se volta para a forma como o narrador reconstrói a história familiar por meio de lembranças fragmentárias, evidenciando as articulações entre memória e identidade. Para fundamentar essa leitura, são utilizados como referenciais teóricos os trabalhos de Friedman (2002), Dalcastagnè (2001), Pollak (1989; 1992), Halbwachs (2004), Ricoeur (2007) e Sarlo (2007).

[1] O projeto está em vigor desde 2019, portanto, as pesquisas acerca desse recorte acontecem desde então.

Metodologia

Esta pesquisa desenvolveu-se, inicialmente, a partir de um levantamento quantitativo dos romances premiados entre 2013 e 2025 que articulavam a memória em suas narrativas. Posteriormente, com base nesses dados, foram realizadas pesquisas qualitativas centradas nos romances catalogados, com o objetivo de investigar o uso da memória como dispositivo narrativo e, também, refletir sobre sua relação com a sociedade brasileira contemporânea, a partir do método dialético proposto por Candido (2006).

Dessa forma, a pesquisa que dá forma a este relatório foi estruturada em três etapas simultâneas durante o período de um ano da Iniciação Científica (2025-2026): a primeira consistiu na leitura dos romances que compõem o corpus previamente definido, bem como na seleção de um deles para a análise; a segunda envolveu uma revisão bibliográfica sobre as teorias da memória, a fortuna crítica do romance selecionado e outras teorias de apoio que contribuíram para a construção da análise; e a terceira ocorreu por meio de reuniões do projeto de pesquisa “Narrar é Resistir?”, voltadas inicialmente à discussão de textos indicados pela orientadora e, posteriormente, pelos pesquisadores, além de encontros destinados à orientação e à socialização dos dados coletados.

Resultados e Discussões

A resistência, de Julián Fuks, vencedor do Jabuti em 2016 e do prêmio José Saramago em 2017, é um romance narrado em primeira pessoa por Sebastián, um escritor, filho de

pais argentinos que se mudam para o Brasil para fugir da ditadura militar instaurada na Argentina em 1976. Embora inspirado na vida do próprio autor, o romance não se apresenta como autobiografia, mas como uma narrativa que oscila entre reflexões sobre memória, subjetividade e o próprio ato de escrever.

A trama gira em torno de Sebastián enquanto escreve um livro. Desde as primeiras páginas, ele demonstra qual o seu objetivo central: compreender a história de seu irmão mais velho, adotado ainda bebê na Argentina. Essa adoção torna-se o enredo da narrativa, pois o narrador percebe que ela é cercada por silêncios e dúvidas que nunca foram plenamente esclarecidas:

> Meu irmão é adotado, mas não posso e não quero dizer que meu irmão é adotado. Se digo assim, se pronuncio essa frase que por muito tempo cuidei de silenciar, reduzo meu irmão a uma condição categórica, a uma atribuição essencial: meu irmão é algo, e esse algo é o que tantos tentam enxergar nele, esse algo são as marcas que insistimos em procurar, contra a vontade, em seus traços, em seus gestos, em seus atos. Meu irmão é adotado, mas não quero reforçar o estigma que a palavra evoca, o estigma que é a própria palavra convertida em caráter. Não quero aprofundar sua cicatriz e, se não quero, não posso dizer cicatriz (Fuks, 2015[2], p. 9).

Segundo a classificação proposta por Friedman (2002), Sebastián aproxima-se da categoria do narrador-protagonista, uma vez que participa diretamente da história que narra e ocupa posição central no desenvolvimento da narrativa. Nesse tipo de configuração, o narrador apresenta os acontecimentos a partir de sua própria perspectiva, sem possuir acesso integral à interioridade ou às experiências dos demais personagens. Como observa Friedman, "o narrador-protagonista, portanto, encontra-se quase que inteiramente limitado a seus próprios pensamentos e percepções" (2002, p. 177). Essa limitação pode ser observada no trecho citado acima, quando Sebastián afirma: "Meu irmão é adotado, mas não posso e não quero dizer que meu irmão é adotado". A afirmação não revela diretamente a experiência do irmão, mas expõe as reflexões e os conflitos do próprio narrador diante dessa condição. Ao explicar as razões pelas quais evita nomear a adoção, Sebastián caracteriza o irmão e, além disso, revela a maneira particular como ele interpreta e atribui sentido à história familiar. Desse modo, a narrativa permanece circunscrita àquilo que o protagonista sabe, pensa e interpreta, sem lhe conferir acesso absoluto às experiências dos demais personagens.

Ao longo do romance, ele retorna repetidamente à infância da família, tentando reconstruir lembranças dispersas, ao recordar a relação entre os pais, ambos militantes de esquerda perseguidos pela ditadura, a decisão de deixar a Argentina e o início de uma nova vida em São Paulo. Porém, apesar desses vários atravessamentos, a figura do irmão ocupa o centro dessa escrita-investigação. Desde criança, ele parece carregar uma tristeza profunda, um sentimento constante de não pertencimento: "Não creio impreciso dizer que foi meu irmão quem impôs a todos o silêncio que lhe era mais confortável, e nós simplesmente aceitamos, tão gentis, tão covardes" (p. 14).

Motivado, o narrador procura entender de onde surge esse sofrimento: da adoção, da mudança de país, das expectativas projetadas pelos pais ou da própria violência histórica que atravessa sua origem. Em diversos momentos, por não possuir respostas definitivas, ele recorre à ficção: cria, inventa, deduz situações para preencher esses silêncios que permeiam a história dessa adoção, como, por exemplo, neste trecho:

> Uma brincadeira não sei se recupero intacta de algum recôndito da memória ou se invento agora, distribuindo papéis como quem a comandasse, redimindo em palavras a inação que me era própria. Vejo

> ou invento meu irmão a nos convocar calado, um dedo em riste cruzando os lábios: quer que apanhemos discretamente todas as almofadas, os travesseiros, os colchões que pudermos carregar, e quer que empilhemos tudo no corredor, cindindo o apartamento em duas metades (p. 26).

A citação nos mostra um dos principais procedimentos narrativos do romance: a impossibilidade de estabelecer uma separação definitiva entre a lembrança e a imaginação. Ao afirmar que inventa algumas situações, Sebastián explicita que seu acesso ao passado é marcado pela incerteza. A hesitação torna visível o processo de rememoração, evidenciando que lembrar não corresponde à recuperação fiel dos acontecimentos, mas à reconstrução de experiências fragmentadas. Nesse sentido, o narrador assume uma postura reflexiva diante de sua própria memória, reconhecendo que o passado só pode ser acessado por meio de rastros. A recorrência dos verbos "recuperar", "ver" e "inventar" demonstra que recordar implica também interpretar e reorganizar aquilo que o tempo tornou incompleto.

Essa dinâmica aproxima-se das reflexões de Ricoeur (2007) sobre o ato de rememoração envolver sempre um sujeito que lembra, um passado que é reconstruído e um modo particular de elaborar essa lembrança. No romance, a escrita assume justamente essa função: transformar lembranças incertas em narrativa, sem apagar as dúvidas que acompanham esse processo. Em vez de ocultar as lacunas da memória, Sebastián as incorpora ao discurso, fazendo da hesitação um elemento constitutivo da própria narrativa.

Além disso, como observa Sarlo (2007), a memória pode ser compreendida como um movimento de atualização do passado, no qual as experiências vividas são reorganizadas e reinterpretadas a partir das demandas do presente. Nesse sentido, recordar não significa restituir os acontecimentos tal como ocorreram, mas construir uma narrativa sobre eles, mediada pela subjetividade, pelos interesses do tempo presente e pelas formas discursivas que organizam a experiência.

Assim, toda rememoração implica um trabalho de seleção, interpretação e atribuição de sentido, tornando evidente que não existe uma relação imediata entre o fato vivido e sua recordação. Como destaca a autora, entre o passado e a memória interpõem-se diferentes mediações — como a linguagem, a ideologia e os gêneros narrativos —, além do próprio presente, que orienta o modo como os acontecimentos são lembrados e narrados (Sarlo, 2007). Desse modo, a memória configura-se menos como um depósito factual de acontecimentos e mais como um processo contínuo de elaboração e ressignificação do passado.

Essa característica determina a própria forma do romance. Em vez de organizar os acontecimentos de maneira cronológica, o narrador constrói sua história por meio de lembranças fragmentárias, constantemente atravessadas pela dúvida e pela imaginação. Em diversos momentos, Sebastián explicita a incerteza que acompanha o ato de recordar, questionando a própria origem de suas imagens: "O corpo encolhido da minha irmã como uma silhueta desenhada no assoalho — vejo ou invento essa imagem?" (p. 27). A escrita torna-se, então, um exercício de reconstrução do passado, no qual a memória é continuamente reelaborada sem a pretensão de restituir os acontecimentos em sua totalidade. Não por acaso, o narrador afirma: "Isto não é uma história. Isto é História" (p. 23), evidenciando que sua narrativa se constrói na tensão entre a experiência vivida, a memória e a elaboração narrativa:

> Lembro da geografia dos quartos, da posição da cama, da outra cama, do armário, a escrivaninha junto à janela que nos liberava para a imensidão da cidade, fosse ela São Paulo ou Buenos Aires. Lembro dos pôsteres vivazes que ele colava nas paredes, quiçá com alguma intenção de que eu partilhasse seus entusiasmos. Lembro de alguns brinquedos meus, pedaços inanes de plástico que me fascinavam, bonecos que eu envolvia em tramas complexas por toda a manhã, por toda a tarde, incansável enquanto ele não voltava. Era fértil a imaginação daquela época, fecunda ficção que hoje me abandona. Não consigo lembrar como era passar um minuto, dez minutos, uma hora ao seu lado, e também não consigo inventá-lo. Como se passaram oito anos naquele estado é uma questão que não sei responder, é mais uma noção do real que aqui se evade (p. 21).

A maneira como Sebastián constrói sua narrativa também evidencia uma instabilidade em sua posição enquanto narrador-protagonista. Embora ocupe o centro da história e conduza a investigação sobre o passado familiar, ele não se apresenta como alguém que possui pleno domínio sobre aquilo que narra. Ao contrário, suas afirmações são frequentemente acompanhadas por dúvidas, hipóteses e reformulações, fazendo com que a própria narração exponha os limites de seu conhecimento. Essa característica pode ser compreendida no contexto da literatura contemporânea que, como observa Dalcastagnè (2001), se distancia do modelo tradicional de um narrador dotado de autoridade e domínio sobre a narrativa, aproximando-se de uma voz que "tem dúvidas, que mente e se deixa enganar" (p. 114). Em A resistência, essa mudança se manifesta justamente na relação de Sebastián com o passado que procura reconstruir: ele narra aquilo que sabe, mas também aquilo que imagina, deduz e até mesmo aquilo de que desconfia.

Sua investigação corresponde a uma tentativa de compreender experiências que também participam de sua própria constituição. Ao investigar a história do irmão, Sebastián busca, simultaneamente, a história de sua família e as condições que determinaram sua própria formação. Nesse sentido, sua narrativa se aproxima do que Dalcastagnè (2001) identifica como um narrador "envolvido até a alma com a matéria narrada" (p. 115), cuja perspectiva é continuamente afetada pelos acontecimentos narrados. A dúvida, a hesitação e a especulação que atravessam seu discurso, portanto, são características psicológicas e, também, procedimentos que interferem diretamente na maneira como a história é narrada.

A construção desse narrador é, portanto, inseparável do próprio funcionamento da memória no romance. Se Sebastián não possui acesso direto ao passado que pretende reconstruir, sua narrativa necessariamente se constitui por fragmentos, relatos, lembranças e hipóteses. A instabilidade da voz narrativa passa, assim, a reproduzir formalmente a instabilidade da própria memória: quanto mais o narrador procura reconstruir o passado, mais evidencia as limitações de seu acesso a ele. Nesse movimento, narrar deixa de ser um gesto de domínio sobre a história e passa a constituir uma tentativa de aproximação de um passado que permanece parcialmente inacessível.

Dessa forma, o conceito de memória é essencial para a análise do romance. Para Halbwachs (2004), recordar é um processo que articula o indivíduo e os grupos de referência aos quais ele pertence, de modo que toda lembrança é simultaneamente um trabalho do sujeito e uma construção coletiva, sustentada pelos vínculos afetivos e pelas experiências compartilhadas. Em A resistência, Sebastián retorna constantemente ao passado familiar na tentativa de compreender a origem do irmão adotado e os efeitos da ditadura argentina sobre sua família: "Entre uma mentira e outra se desloca o drama desta narrativa: não mais os mesquinhos dogmas de uma família entre outras famílias, mas os ideais de dois jovens argentinos no tenso vértice de sua atuação política" (p. 36). Suas

recordações não se restringem à experiência individual, mas são constituídas pelas narrativas familiares e pelo contexto histórico que as atravessa, já que ele próprio não vivenciou parte dos fatos que procura reconstruir.

Sua memória é, portanto, mediada pelos relatos dos pais, pelos silêncios que permeiam a história da família e pelos rastros deixados por esse passado. Nesse âmbito, Pollak (1992) torna-se particularmente pertinente ao afirmar que:

> A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (Pollak, 1992, p. 204).

Assim, a busca empreendida por Sebastián não consiste em recuperar um passado intacto, mas em reconstruí-lo a partir de memórias transmitidas, reinterpretadas e continuamente ressignificadas no presente — mesmo que isso ocorra de maneira não intencional. Tal processo converge com a compreensão de Halbwachs (2004) de que toda lembrança é socialmente situada. Ainda que a memória se manifeste no indivíduo, ela se constitui a partir de sua inserção em diferentes grupos de pertencimento, fazendo da memória individual um ponto de encontro entre múltiplas influências coletivas, reorganizadas segundo a experiência singular de cada sujeito.

Entretanto, compreender a memória como uma construção coletiva não significa concebê-la como um processo homogêneo ou transparente. Ao aprofundar essa discussão, Pollak (1989) demonstra que toda memória é atravessada por tensões, disputas e mecanismos de seleção que condicionam aquilo que pode ser lembrado, esquecido ou silenciado. Mais do que um simples repositório de lembranças, a memória constitui um processo dinâmico de elaboração do passado, continuamente reorganizado pelas circunstâncias do presente e pelas condições sociais do momento de sua enunciação.

Entre as contribuições mais relevantes do autor está a noção de “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) isto é, lembranças que permanecem à margem das narrativas oficiais e sobrevivem sobretudo no interior das famílias, das redes afetivas e de pequenos grupos sociais. Frequentemente marcadas por experiências traumáticas, essas memórias são transmitidas por alusões e silêncios, permanecendo latentes até que determinadas circunstâncias permitam sua emergência.

No romance de Fuks, essa perspectiva ilumina a própria origem da narrativa. A história da adoção do irmão mais velho nunca se apresenta a Sebastián como um acontecimento plenamente conhecido, mas como uma memória herdada, cercada por lacunas, versões incompletas e não ditos. A adoção, atravessada pelo contexto da ditadura argentina, constitui uma espécie de memória subterrânea da família: embora constantemente presente, ela raramente é enunciada de forma direta, obrigando o narrador a reconstruí-la a partir de indícios, recordações alheias e hipóteses. Não por acaso, grande parte do romance é construída sobre deduções e conjecturas, evidenciando que o silêncio também produz sentido e participa da constituição da memória.

Essa dimensão do silêncio torna-se ainda mais evidente quando Sebastián afirma: "Que força tem o silêncio quando se estende muito além, eu me pergunto, muito além do incômodo imediato, e da mágoa, mas também muito além da culpa, e assim chego enfim a me responder. Também eu fui capaz, durante muito tempo, de esquecer" (p. 16). Nesse

trecho, o narrador reconhece que o silêncio passa a integrar sua própria relação com o passado. O esquecimento, nesse contexto, não é apresentado como simples apagamento das lembranças, mas como um efeito do prolongamento do silêncio ao longo do tempo. Ao admitir que também participou desse processo, Sebastián evidencia que a memória familiar é construída tanto pelo que foi transmitido quanto pelo que permaneceu suspenso, revelando que os "não ditos" moldam profundamente sua compreensão da história e motivam sua necessidade de narrá-la.

Nesse contexto, a escrita de Sebastián deixa de representar uma tentativa de recuperar um passado íntegro e passa a configurar um esforço de dar forma narrativa àquilo que permaneceu durante anos no espaço do não dito. Como observa Pollak (1989), entre o dizível e o indizível existem "zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos'", cujas fronteiras se deslocam continuamente conforme as possibilidades de comunicação de cada grupo: mais do que revelar uma verdade sobre o passado, o romance procura compreender como esse passado continua a existir por meio das memórias transmitidas, dos silêncios preservados e das ausências que atravessam a história familiar.

[2] Todas as citações a Fuks se referem a essa edição. A partir da próxima, para evitar repetições desnecessárias, incluiremos apenas as páginas do romance.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste relatório permitiu compreender que, em A resistência, de Julián Fuks, a memória ultrapassa a condição de tema e assume uma função fundamental na própria organização da narrativa. A reconstrução do passado familiar empreendida por Sebastián não se apresenta como uma tentativa de recuperar acontecimentos de maneira integral ou objetiva, mas como um processo marcado por lembranças fragmentárias, relatos, dúvidas e reelaborações realizadas a partir do presente. Nesse sentido, o romance evidencia a distância inevitável entre o acontecimento vivido e sua posterior rememoração, fazendo com que o ato de lembrar esteja continuamente associado à interpretação e à produção de sentidos.

A partir de Halbwachs (2004), foi possível observar que a memória de Sebastián se constitui em relação aos grupos de pertencimento, sobretudo no espaço familiar. Como ele não vivenciou diretamente grande parte dos acontecimentos que procura reconstruir, sua relação com o passado é mediada pelas experiências e narrativas transmitidas por seus pais e por outros membros da família. A memória individual, portanto, é o resultado de diferentes relações sociais e afetivas que permitem ao narrador estabelecer vínculos com acontecimentos anteriores à sua própria experiência. A contribuição de Sarlo (2007), por sua vez, possibilitou compreender que esse passado não é simplesmente recuperado, mas atualizado e reorganizado no presente, adquirindo novos sentidos conforme as necessidades e perspectivas daquele que o rememora.

Essa condição também repercute diretamente sobre a construção de Sebastián como narrador. Conforme discutido a partir de Friedman (2002), sua posição como narrador-protagonista limita o acesso aos acontecimentos àquilo que ele próprio conhece, percebe e interpreta. Longe de ocupar uma posição de autoridade absoluta, Sebastián constrói sua narrativa a partir de incertezas e lacunas, chegando, em determinados momentos, a questionar se determinadas imagens pertencem efetivamente à sua memória ou se foram produzidas pela imaginação. Dalcastagnè (2001) evidencia que essa instabilidade é uma

característica relevante e recorrente da narrativa contemporânea, na qual a voz narrativa se afasta de uma posição de domínio e evidencia suas próprias limitações diante daquilo que procura narrar. Assim, a forma de narrar acompanha a própria dificuldade de acesso ao passado.

Por fim, as reflexões de Pollak (1989) aprofundam a compreensão das lacunas que atravessam essa reconstrução ao evidenciarem que a memória também é constituída por silêncios, esquecimentos e experiências que permanecem à margem das narrativas dominantes. No romance, essa dimensão se manifesta na história da adoção do irmão, cuja origem permanece envolta em informações incompletas, silêncios e deduções realizadas por Sebastián. A noção de memória subterrânea permite compreender como essa história, embora constantemente presente, não é plenamente verbalizada.

Referências

DALCASTAGNÈ, Regina. Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambigüidades do discurso. **Diálogos Latinoamericanos**, [S.l], 2001.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. **Revista USP,** São Paulo, n. 53, p. 166–182, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i53p166 182. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/33195. Acesso em: 9 jun. 2025.

FUKS, Julián. **A resistência**. Editora Companhia das Letras, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3,
p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CÓDIGO: HS0932

AUTOR: GUSTAVO LEANDRO DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: MARIA HELENA BRAGA E VAZ DA COSTA

TÍTULO: Cinema e Arquitetura: Construções do Espaço

Resumo

O presente trabalho, tem como finalidade investigar o cinema como um instrumento de análise e produção do espaço, partindo da concepção de Milton Santos sobre a geografia espacial e das discussões estabelecidas por Leonardo Name para compreender como o aparato cienmatográfico não apenas reproduz espaços arquitetura e espaços urbanos, mas também produz novas espacialidades por meio de escolhas de agentes, do roteiro, locação, enquadramento, filmagem e montagem. A pesquisa ainda articula concepções entre, espaço, tempo e experiência, dando destaque ao conceito de "personagem geográfico" estabelecido por Name, pelo qual o personagem, o voiceover ou o espectador participam da construção dos sentidos fílmicos sobre o espaço. As análises sobre os filmes, O agente Secreto e Retratos fantasmas, evidenciaram como os conceitos estabelecidos aqui aparecem em prática, sendo utilizado pelo diretor Kleber Mendonça Filho para a construção espacial da cidade do Recife. Assim, podemos concluir que o cinema ultrapassa a representação do espaço, articulando espaço, tempo e memória para construir novas formas de perceber e experienciar o urbano e arquitetônico

Palavras-chave: Cinema, espaço urbano, arquitetura, análise espacial.

TITLE: Cinema and architecture: Constructions of Space

Abstract

This work aims to investigate cinema as an instrument for the analysis and production of space, starting from Milton Santos' conception of spatial geography and the discussions established by Leonardo Name to understand how the cinematographic apparatus not only reproduces architectural and urban spaces, but also produces new spatialities through choices of agents, script, location, framing, filming, and editing. The research also articulates conceptions of space, time, and experience, highlighting the concept of "Geographic Character" established by Name, whereby the character, the voice-over, or the spectator participates in the construction of filmic meanings about space. The analyses of the films *The Secret Agent* and *Ghost Portraits* showed how the concepts established here appear in practice, being used by director Kleber Mendonça Filho for the spatial construction of the city of Recife. Thus, we can conclude that cinema goes beyond the representation of space, articulating space, time,

and memory to construct new ways of perceiving and experiencing the urban and architectural.

Keywords: Cinema, urban space, architecture, spatial analysis.

Introdução

O presente trabalho tem como finalidade investigar o cinema como um instrumento de análise das produções e experiências do espaço, procurando entender como as produções cinematográficas podem representar, produzir e tensionar relações dos indivíduos, grupos sociais e culturais. Partindo da ideia de Milton Santos, o espaço é constituído por um conjunto indissociável de sistemas móveis e imóveis e um sistema de ações (Santos, 1996, apud Name, 2013) configurando assim, uma das ideias centrais da pesquisa, nos possibilitando compreender e comparar as categorias sobre o espaço e o aparato cinematográfico. A partir desta concepção, Name argumenta que o cinema não apenas reproduz, mas também produz espacialidades. Essa produção se dá a partir de um conjunto de agentes, roteiristas, diretores, produtores e técnicos, mas também se dá no gesto da câmera e montagem, a ação de selecionar nos faz perceber como a organização de imagens produzem novas representações do espaço. Sendo assim, o objetivo da pesquisa passa a ser compreender como a partir da construção deste espaço, o cinema não apenas reproduz, mas também contribui para a produção de novas espacialidades e formas de representações do urbano e arquitetônico.

Metodologia

A metodologia utilizada para a análise da pesquisa se deu a partir da leitura de referências das quais discutem os conceitos abordados ao tema da pesquisa. Algumas das obras utilizadas foram O cinema e análise espacial, por Leonardo Name em Geografia pop: o cinema e o outro, Arquiteturas do Olhar, por Junia Mortimer, os ensaios Cidade nua: regimes de representação e Cidades palimpsestas, cidades midiáticas, por Renato Gomes e Rose de Melo em Ecos Urbanos: a cidade e suas articulações midiáticas, também os ensaios presentes no livro Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade, desenvolvidos no capítulo 3 com tema Cultura e cidade, e Identidade Cultural na Pós-modernidade por Stuart Hall. As leituras foram debatidas e correlacionadas entre as teorias e conceitos desenvolvidos pelos autores. Além disso, também foram analisadas longas-metragens como Retratos Fantasmas, Aquarius e O Agente Secreto, por Kleber Mendonça Filho. Os longas analisados também foram correlacionados com as leituras, oferecendo como uma fonte de referências nas quais podíamos compreender os conceitos e teorias sendo aplicados em prática pelo diretor.

Resultados e Discussões

Se o cinema parte de espaços existentes para representá-los, em que medida essa representação pode ou deixa de ser apenas uma reprodução e passa a produzir espacialidades? Como estabelecido por Milton Santos, a ideia de espaço advém de uma série de fatores, cujos seus objetivos e sistemas são bem delimitados. No cinema, este conjunto pode ser reorganizado a partir da sua própria linguagem, onde os elementos

espaciais são selecionados e ressignificados na sua produção, possibilitando a melhor compreensão dessa lógica. Name nos mostra de forma estrutural como essa ideia se relaciona ao cinema, compreendendo que a produção cinematográfica vai além do seu resultado, envolvendo uma série de agentes e etapas que vão desde sua produção até sua circulação. Sendo assim, o espaço não aparece somente naquilo que está sendo representado na tela, parte também dos fatores e objetos que participam da sua construção. O roteiro, a locação de sua produção, a composição, sua filmagem, são elementos que desempenham suas ações, interferindo de maneira direta em como o espaço é produzido e percebido. Ainda assim, a produção do espaço também está ligada de maneira indissociável ao tempo. Como abordado por Name e outros autores, a construção do espaço cinematográfico se dá a partir de escolhas e ações, não depende apenas daquilo que está enquadrado na tela, mas também de sua duração, de seus movimentos e de como esses elementos apresentados se transformam ao longo da imagem. O autor ainda nos adverte que as mudanças advindas do tempo são registradas através do espaço, no meio urbano, em seus territórios, na sua arquitetura e até na sua paisagem, aspectos que tocam as dimensões sociais e culturais do espaço. Desta forma, o cinema constroi experiências a partir de suas articulações entre espaço e tempo, é na articulação destes processos que a representação pode ultrapassar a reprodução. No entanto, há ainda uma questão sobre como esse espaço produzido é experienciado, como sentimos e compreendemos. Ainda no capítulo O cinema e análise espacial por Leonardo Name, somos apresentados a ideia de “personagem geográfico”, é a partir dele que nos relacionamos com o espaço produzido na tela. O personagem faz parte do sistema de ações que participam da produção, uma vez que o “sujeito” é um dos grandes agentes do espaço, sem ele muita coisa não aconteceria, sendo por meio dele que as experiências são vividas e desenvolvidas. Sendo assim, o personagem atua como um agente fundamental na produção de sentido do espaço. Entretanto, este agente não fica por conta apenas da figura do personagem, podendo ser também o narrador e o próprio espectador do filme, as experiências individuais de cada espectador podem se misturar com as experiências vividas no filme, que entram em diálogo ou discordância, sendo assim o espectador também se torna parte desse processo, interpretando e sentindo a partir da narrativa. O autor ainda argumenta que não basta apenas analisar a paisagem, é preciso ainda compreender como os personagens narram, analisam e percebem o espaço, o ponto de vista deixa de ser apenas o olho da câmera, e passa a ter também o olhar interno dos personagens com suas questões internas, que perpassam suas complexidades culturais e sociais. O autor nos apresenta aqui a ideia de personagem geográfico para se referir às figuras que estão profundamente ligadas ao espaço, utilizando o exemplo do Batman e Gotham City. A cidade de Gotham tem seus múltiplos atravessamentos, mas há um recorte que nos possibilita compreender a cidade a partir da narrativa heroica, de perigo e do noir, isso não se dá de qualquer forma, percebemos a cidade dessa forma pois vemos ela através do personagem principal, o bilionário Bruce Wayne que anda pelas ruas a noite com sua identidade de heroi, prendendo criminosos da cidade. Tal ação nos faz perceber que o personagem não apenas age no espaço, mas também produz ele por meio de suas questões internas. A partir destas considerações, podemos observar como essa relação espaço, tempo e personagem se manifesta no filme O Agente Secreto. No filme, o personagem principal Armando vivido por Wagner Moura, trabalha como professor e decide fugir dos conflitos violentos da sua vida fugindo de São Paulo para o Recife, adquirindo também uma nova identidade, mas acaba atraindo o caos do qual havia fugido e segue sendo espionado constantemente. O recorte que temos da cidade do Recife no filme é um recorte temporal, já que se passa nos anos 70 da cidade, este recorte temporal vem

consigo seus aspectos sociais, políticos e culturais, não apenas pela cidade, mas por se situar em meio a ditadura militar. Para além deste recorte, temos o recorte do personagem geográfico que é Armando, com suas questões e experiências somos guiados na narrativa espacial a partir dele. Este é um exemplo concreto de como o espaço é produzido de forma temporal e ganha significado através do olhar e experiências internas do personagem. Em Ecos Urbanos: a cidade e suas articulações midiáticas, Renato Gomes nos permite compreender melhor o porquê o aparato cinematográfico surge como uma forma de representação do espaço, principalmente ao falar sobre o urbano. Em seu ensaio Cidade nua: regimes de representação o autor nos apresenta a ideia central com o filme The Naked City, citando a fala em voice over na última cena, que diz "Há mais de 8 milhões de histórias na cidade nua, esta é só uma delas", com essa única fala o autor nos apresenta a cidade pós-moderna. Com a ascensão da globalização e o capitalismo cada vez mais forte a cidade pós-moderna se fragmenta, tornando-se acelerada, cheia de estímulos, se torna complexo tecer uma única ideia de cidade, afinal ela é múltipla. Sendo assim, o cinema surge como uma solução, ele organiza esse emaranhado em narrativas de representação, nos possibilitando compreender a cidade. Sendo assim, se o aparato cinematográfico que surge com a possibilidade de organizar a fragmentação do espaço urbano, tornando o em narrativa, nos mostra que essa representação também pode atuar na construção de elementos sociais e culturais de identidade, uma vez que após todos os processos para a produção do filme ele é exibido e distribuído, e nesse processo o espaço geográfico gravado é indistinto do espaço geográfico real, seus significados fundem-se e confundem-se (Name, 2013). Para Stuart Hall, a identidade não existe simplesmente dentro do indivíduo, ela é construída historicamente e culturalmente, através das relações sociais, da cultura e dos sistemas de representação (Hall, 1992). Sendo assim, a cidade representada pelo cinema também pode contribuir para novos sentidos de memória e identificação, contribuindo para diferentes formas de perceber e sentir a cidade. A partir da análise feita sobre o filme Retratos Fantasmas por Kleber Mendonça, observamos como o cinema também atua em novas formas de representação do urbano. O diretor ao revisitar os cinemas de rua do Recife faz um resgate histórico, com materiais documentais e arquivos, reconstruindo estes espaços através da memória expressa na narrativa visual e de sua própria experiência como sujeito que viveu em meio aquele local. O espaço arquitetônico ganha uma estrutura simbólica e afetiva, o diretor traz através do cinema experiências que já não podem mais serem vividas no mundo concreto, a percepção individual de cada sujeito sobre o centro do Recife ganha uma nova camada, da qual não pode ser experienciada da mesma maneira, os espaços são recuperados e ressignificados, pela representação cinematográfica feito pelo diretor.

Conclusão

Portanto, a partir das discussões estabelecidas, foi possível compreender que o cinema ultrapassa apenas a reprodução do espaço, do meio urbano e arquitetônico, atuando também na construção de novas espacialidades e formas de representação. A partir das concepções estabelecidas por Milton Santos e Name, podemos compreender que o sistema de objetos e ações do espaço e do cinema estão interligados, nos possibilitando compreender que o aparato cinematográfico pode produzir através desse sistema de agentes que constroem o filme. Sendo assim, o espaço representado na tela não corresponde apenas a reprodução, mas resulta da captação e montagem dos elementos. Ademais, a análise do longa-metragem O Agente Secreto nos permitiu compreender a

concepção do conceito de personagem geográfico, e como este atua na produção de sentido do espaço. Além disso, o longa também nos permitiu compreender como recorte temporal também atua na produção de sentido e do espaço. Em Retratos Fantasmas, se evidencia como a relação espaço, tempo e memória podem atuar como forma de ressignificação, trazendo novas formas de representação para o espaço arquitetônico. Dessa maneira, a pesquisa alcançou os seus objetivos, demonstrando como a linguagem cinematográfica não somente representa o urbano e o arquitetônico, mas atua também na construção de novos sentidos e experiências para o espaço.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura e cidade: uma breve introdução ao tema. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. GOMES, Renato Cordeiro. Cidade nua: regimes de representação. In: PRYSTHON, Angela; CUNHA, Paulo. Ecos Urbanos: A cidade e suas Articulações Midiáticas. Porto Alegre: Sulina, 2008. HALL, Stuart. A identidade Cultural na pós-modernidade. Rio de janeiro: DP&A, 2006. ROCHA, Rose de Melo. Cidades palimpsestas, cidades midiáticas: linearidades e errâncias que produzem significação. In: PRYSTHON, Angela; CUNHA, Paulo. Ecos Urbanos: A cidade e suas Articulações Midiáticas. Porto Alegre: Sulina, 2008. ROSENDAHL, Zeny. Cultura e cidade: Para uma geografia das relações entre espaço, religião e política. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. MORTIMER, Junia. Arquiteturas do olhar. Belo Horizonte: C/Art, 2017. NAME, Leonardo. Geografia pop: o cinema e o outro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Apicuri, 2023. NIGRO, Cínthia. Territórios do patrimônio: Tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CÓDIGO: HS0933

AUTOR: DAWILA LAYSE LEONCO DE LIMA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Os Tarairiús e os sertões: as dinâmicas socioespaciais antes e depois da expansão colonial (séc. XVII e XVIII)

Resumo

A rendição dos neerlandeses, em 1654, iniciou a restauração e o repovoamento das terras do Brasil pela Coroa Portuguesa. Nesse processo, o interesse dos colonizadores voltou-se para os sertões das Capitanias do Norte, como as regiões do Seridó e do Assú, e as várzeas do Apodi, áreas semiáridas favoráveis à pecuária. A partir disso, a criação de gado ganhou cada vez mais espaço em uma região com predominância de grupos indígenas seminômades, como os Tarairiú-Janduís, que disputavam o domínio das terras do sertão. Desse modo, esta pesquisa, de cunho qualitativo, analisa as noções de territorialidade, como modos de vida, deslocamentos, práticas ritualísticas e vínculos com a terra dos grupos indígenas Tarairiú-Janduí antes da expansão colonial por meio dos relatos de cronistas como Jacob Rabbi e Roulox Baro. Além disso, investigar os espaços de atuação e de conflitos entre indígenas e não indígenas durante as Guerras de Conquista, e compreender a desterritorialização dos grupos étnicos das terras do sertão nos séculos XVII-XVIII.

Palavras-chave: Tarairiús-Janduís; Guerras de Conquista; desterritorialização.

TITLE: The Tarairiús and the Sertões: Socio-Spatial Dynamics Before and After Colonial Expansion (17th–18th Centuries)

Abstract

When the Dutch surrendered in 1654, the Portuguese Crown began reclaiming and repopulating the lands of Brazil. During this process, colonizers became interested in the interior (sertões) of the Northern Provinces, such as the regions of Seridó, Assú, and the Apodi floodplains, dry areas that were great for raising

cattle. Cattle ranching quickly expanded in a region inhabited by semi-nomadic Indigenous groups, such as the Tarairiú-Janduís, leading to a struggle over control of the land. This qualitative study examines how the Tarairiú-Janduí people lived on and connected with their land, including their way of life, movements, rituals, and bond with the territory, before colonial expansion, using the writings of chroniclers like Jacob Rabe and Rodolfo Baro. It also explores the spaces of conflict between Indigenous people and colonizers during the Conquest Wars, and seeks to understand how these ethnic groups were displaced from their lands in the 17th and 18th centuries.

Keywords: Tarairiú-Janduí; Conquest Wars; deterritorialization.

Introdução

Esta pesquisa visa contribuir para o debate social, político e acadêmico da História Indígena, abordando as formas de territorialidade e de preservação da vida de diversos grupos étnicos viventes no Brasil, bem como as maneiras pelas quais seus espaços de habitação foram invadidos ao longo do tempo, resultando, até a atualidade, em dificuldades na demarcação de suas terras de origem. Os povos indígenas foram progressivamente perdendo seus espaços territoriais e de preservação cultural, em um processo que principiou no contato, inicialmente "pacífico", e terminou com a desterritorialização de diversas etnias em detrimento dos interesses econômicos coloniais.

A restauração das capitanias do Brasil, após a rendição neerlandesa (1654), por exemplo, foi empreendida pela Coroa Portuguesa para retomar a administração das terras brasileiras. Inicialmente, houve incentivo à repovoação das regiões abandonadas, para torná-las produtivas e benéficas à economia colonial. Fátima Lopes (2003) ressalta que editais foram publicados para forçar os antigos produtores a reocuparem as terras, caso contrário, seriam consideradas devolutas e concedidas a outras pessoas na forma de concessão de sesmarias. Dessa maneira, para reiniciar a vida nas capitanias, era preciso fixar moradores nas terras, permitir o seu cultivo e, posteriormente, a Coroa garantir os dízimos provenientes delas.

Durante a restauração das Capitanias do Norte do Estado do Brasil (Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará), despertou-se o interesse das autoridades coloniais por uma região afastada do litoral, que não era indicada para a produção de cana-de-açúcar, porém era benéfica à outra atividade econômica, a pecuária. Em contrapartida aos "caminhos do gado", Marcos Galindo Lima (2004) enfatiza que diversas sociedades indígenas tinham uma dinâmica natural pré-existente nesses espaços de habitação, com o estabelecimento de redes de sociabilidade, como as competições, nas quais grupos distintos disputavam recursos naturais e espaços. Neste sentido, o sertão tornou-se um espaço de impulso à criação de gado e ligado às disputas por ocupação e poder entre diversos agentes, entre os quais indígenas e colonizadores lusitanos.

O sertão, considerado um território estático e desabitado, era o espaço de ocupação dos indígenas denominados “tapuias”, genericamente descritos como “bárbaros” e também conhecidos como “inimigos” da penetração colonial nos sertões e rivais dos “aliados” dos lusitanos (os Tupi). A designação genérica mascarava a diversidade de grupos étnicos que viviam naquele espaço. Nesse sentido, esta pesquisa considera o sertão como um lugar simbólico de preservação da vida e da cultura de povos étnicos, assegurados por línguas e tradições próprias, que cultivavam costumes próprios, confrontados com a expansão cada vez maior dos colonizadores. Os Tarairiús subdividiam-se entre os grupos e/ou povos Janduí, Itaú, Pega, Canindé, Genipapo, Paiacu, Panati, Caratiú e Corema. Segundo Olavo de Medeiros Filho (1999), autodenominavam-se Otshicayaynoe. Eram grupos etnolinguísticos com seus próprios modos de vida, com grande influência espacial no interior do sertão, ocupando predominantemente a capitania do Rio Grande, as ribeiras dos rios Açu, Apodi e respectivos afluentes.

A ação colonial nos sertões visou alterar o pertencimento territorial e a sociabilidade dos grupos indígenas. Diante disso, esta pesquisa analisa as noções de territorialidade dos Tarairiús-Janduís, investiga suas movimentações durante as Guerras de Conquista, especialmente a guerra do Açu, e examina os processos de desterritorialização de diversas etnias. A partir de relatos cronísticos, considerando a visão depreciativa que esses agentes poderiam ter ao observarem a vida dos grupos “tapuias”, e de documentos sobre os conflitos com colonizadores portugueses, é possível compreender as dinâmicas socioespaciais dessa etnia e contribuir para a historiografia sobre os povos originários.

Metodologia

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, concentra-se na investigação e na análise de fontes documentais. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se no conceito de Etnocentrismo Crítico, proposto pelo antropólogo Ernesto de Martino (2022). Essa abordagem desenvolve-se a partir do confronto consciente entre a cultura do observador (o agente colonial/cronista) e a do observado (os povos indígenas), utilizando como ferramenta analítica a desconstrução de narrativas eurocêntricas e o aprofundamento da compreensão da territorialidade indígena. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e a Relação da Viagem ao País dos Tapuias, de Roulox Baro, publicada por Pierre Moreau, a obra The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch Sources (1628–1648), organizada por Martijn van den Bel e Mariana Françozo, a coletânea Fontes indígenas da junta das missões de Pernambuco (1711-1715), organizada por Carmen Alveal et al., a documentação da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), e o Assento de Paz entre os Tarairiús-Janduís e a Coroa Portuguesa (1692-97) abordado na obra de Pedro Puntoni (2002). Nesse sentido, busca-se analisar informações a respeito da organização, dos costumes e das vivências dos grupos dessa nação; entender

as alianças e interações entre os europeus e os grupos indígenas dos sertões nos séculos XVII-XVIII; e examinar coletâneas de cartas, descrições, relatórios, depoimentos pessoais, diários e transcrições de interrogatórios sobre os grupos indígenas dos sertões e sua relação com os colonizadores. Para esta pesquisa, os documentos, especialmente trechos do diário de Jacob Rabbi, um intérprete holandês que conviveu com os indígenas Tarairiús, foram analisados minuciosamente para compreender o cotidiano e os costumes dos grupos dessa nação.

Resultados e Discussões

Jacob Rabbi (1610-1672) e Roulox Baro atuaram como importantes intermediários entre os holandeses e os indígenas no século XVII. Rabbi conviveu com os Janduís, registrando a cultura, a língua e a organização social do grupo, com o qual já mantinha relações próximas antes de ser acionado pelas autoridades neerlandesas (Van den Bel; Françozo, 2023). Além disso, Baro, enviado ao Brasil e fluente na língua nativa, viveu entre os indígenas para negociar alianças com a Companhia das Índias Ocidentais (Carvalho, 1930 apud Albuquerque, 2006).

Assim, a descrição dos modos de vida dos indígenas, neste caso, do grupo Janduí, muitas vezes, como uma tentativa de caracterizar costumes descritos como “exóticos”, destacou como os indígenas ocupavam, organizavam e se moviam em seus espaços de conservação da vida. Jacob Rabbi, ao retratar a rotina dos Tarairiús-Janduís, descreveu que os indígenas Janduí (tronco linguístico Tarairiú) construíam “acampamentos”, onde os homens saíam para pescar ou caçar animais, enquanto as mulheres cultivavam a terra e colhiam raízes para a produção de farinha e pão: “Em casa, elas se ajudam mutuamente e preparam comida e bebida com as próprias mãos, e então passam o tempo lutando com lanças, brigando, correndo. Duas mulheres são escolhidas para presidir essas competições e julgar o valor de cada uma e as vencedoras” (VAN DEN BEL et al., 2023, p. 193).

O deslocamento dos indígenas Janduí pelo sertão em busca de alimentos e, consequentemente, o estabelecimento de “acampamentos” permitem considerar condutas territoriais que representam uma noção de pertencimento e de apropriação do espaço. A maneira pela qual utilizavam a terra e seus recursos naturais para a subsistência, além da forma como se movimentavam pelo território nos “acampamentos”, nas competições, ritos e festividades, indica a vinculação dos indígenas ao território, aliada à noção de coletividade, nas caçadas, na construção de cabanas, na preparação de alimentos e de bebidas. Nesta perspectiva, o sertão assume o papel de “território social”, reforçando a ideia de vínculos sociais, simbólicos e rituais que um determinado grupo social mantém no ambiente em que vive. De acordo com o antropólogo Paul Little (2018), a ideia de “ser de um lugar” condiz com a relação que se estabelece em um espaço físico determinado, e, em relação aos indígenas Janduí, essa perspectiva é abrangente, diz respeito ao interior dos sertões, onde havia um

laço simbólico com a terra por meio do conhecimento do território e das formas de apropriação de seus recursos naturais para a sobrevivência.

Os sertões assumiram o centro das disputas entre grupos sociais que viam o território de maneiras distintas. Os indígenas viam-no como local de preservação de relações comunitárias; os colonizadores, por sua vez, viam-no como proveito no sentido econômico e privado. Segundo Tyego Silva (2015), a segunda metade do século XVII foi marcada pela expansão da Coroa Portuguesa e de exploradores, ambos interessados em ampliar suas posses e adquirir patrimônio na terra dominada pela "selvageria" dos indígenas. Além disso, a pecuária garantia a subsistência das vilas e das povoações e era muito importante para o comércio fora da colônia e entre as capitanias (Lopes, 2003). Dessa maneira, a entrada de exploradores no sertão e a expansão do gado sobre as terras ocupadas por grupos indígenas alteraram as dinâmicas socioespaciais daquele espaço e instituíram novas formas de organização social, de exploração da terra e de relações sociais. Consequentemente, as interações entre indígenas e não indígenas foram alteradas; o contato inicialmente próximo transformou-se em inimizade e disputas pelo domínio do território, ocasionando conflitos, mortes e aprisionamentos.

A utilização do espaço por grupos indígenas também foi descrita no relato de Roulox Baro, no qual relata sua jornada pelo sertão do Rio Grande a caminho do "acampamento" dos indígenas aliados, o Principal Janduí. Por conta da grande extensão de terra que o levava até o encontro com os indígenas, Baro marchou com o filho de Janduí, denominado como Muroti, e descreveu as maneiras como o seu grupo se movimentava pela mata em busca de alimentos, os quais "dois veados, oito grandes porcos do mato e três pequenos, e ainda mais cinco [...] os tapuias puseram-se em ação, preparando, limpando e moqueando as carnes [...]" (Moreau, 1979, p. 94). O próprio Roulox Baro viveu a dinâmica da caça, na qual relata: "tendo caçado, ceamos [...] uma grande serpente chamada cascavel, um tenro pássaro chamado avestruz e dois tatus, que matamos graças aos meus cães e às flechas dos tapuias [...]" (Moreau, 1979, p. 94). Portanto, as caçadas podem ser compreendidas como uma necessidade de autoconsumo, ao mesmo tempo em que estabelecem um vínculo ecológico do grupo com o ambiente em que vivia. Os indígenas Tarairiú-Janduí ocupavam efetivamente o interior das Capitanias do Norte, mantendo relações grupais, comunitárias e simbólicas nos espaços em que habitavam. O vínculo simbólico/ritualístico é apresentado no relato de Roulox Baro quando descreve que, para realizar o "ritual" de luto, "eles me disseram querer concluir o luto de um de seus parentes que havia morrido e precisavam de milho para misturá-lo com a farinha e os ossos do morto pulverizados, a fim de comê-los" (Moreau, 1979, p. 96).

De acordo com Little (2018), a territorialidade não se configura em leis ou títulos, mas nas dimensões simbólicas e identitárias de um grupo em relação ao seu lugar de habitação, o que aprofunda a consistência temporal do território. Dessa maneira, a forma de pertencimento à terra está intrinsecamente ligada ao ambiente onde determinado grupo habita, mas também às formas coletivas de preservação da vida e de organização social, às técnicas de sobrevivência e ao vínculo ritualístico dentro daquele ambiente, no qual a utilização de seus recursos é dotada de significado. A forma como os indígenas apropriaram-se dos

recursos naturais da terra, como parte de um ritual simbólico de luto, é resultado da sua integração territorial com aquele espaço. Ademais, a apropriação do espaço também se reflete nas dinâmicas internas dos grupos Tarairiú, o que Roulox Baro relatou ao descrever uma cerimônia entre os indígenas, que indica uma forma de apropriação do espaço: “[...] quando um deles parecia cansado, outro o substituía sem retardar a corrida, que durou mais de uma hora. [...] O ancião Janduí correra com eles e era coisa maravilhosa ver-se um homem de mais de cem anos [...] correr com tanta destreza. [...]” (Moreau, 1979, p. 99).

A relação estabelecida entre os indígenas e o seu meio foi percebida quando o grupo se movia pelo território por meio de festividades coletivas, reforçando as relações comunitárias e reafirmando a ligação com o meio natural e/ou com o local de habitação. A territorialidade que abrange os indígenas Tarairiú no sertão, antes da apropriação efetiva da colonização portuguesa, pode ser compreendida pelas formas com que ocuparam esse local e

instituíram uma organização socioespacial própria, usufruindo da terra para a subsistência, mas também para a conservação de seus ritos e de suas tradições. Ao longo da expansão colonial, o espaço de preservação da vida dos indígenas foi violado pelos caminhos do gado e pelos conflitos com os colonizadores, nos quais se confrontaram “a conduta territorial do grupo que pretendia avançar com a conduta territorial do grupo já residente naquele espaço” (Silva, 2020, p. 116). Após a tomada efetiva das terras habitadas pelos indígenas, houve a modificação do espaço para atender às necessidades da empreitada colonial, resultando na desterritorialização dos grupos étnicos de seus territórios de socialização e sobrevivência.

Referente ao processo de domínio e de desterritorialização dos indígenas Tarairiús-Janduís, de clima seco, com áreas pedregosas e alguns cursos d’água, o sertão das Capitanias do Norte era entendido como um lugar despovoado e desaproveitado (no sentido econômico), onde estavam os indígenas bravos e indomáveis (Amado, 1995). Ao reforçar a ideia de despovoamento do sertão, negava-se aos indígenas o direito de posse sobre aquele espaço, visto que não eram considerados donos das terras. A noção de desaproveitamento e o interesse pela terra, no sentido econômico e comercial, também favoreceram a entrada de exploradores, que passaram a modificar os espaços de habitação indígena.

A empreitada colonial pelo sertão ocorreu a partir de diferentes propósitos, porém, com o mesmo objetivo: penetrar os espaços ainda não dominados pelo império português e, consequentemente, garantir a expansão da colônia. A interiorização ocorreu por meio da concessão de sesmarias (reforçando a criação de gado e o estabelecimento da propriedade privada) e da busca de metais preciosos. A partir do avanço colonial sobre o sertão, foram modificados os espaços de territorialidade indígena, os quais se transformaram com a ocupação de agentes coloniais, como conquistadores, militares e religiosos, transformando as formas de apropriação e utilização da terra, bem como a relação com os habitantes naturais. O domínio colonial resultou na tomada da terra dos indígenas do sertão, estes últimos vencidos pelas mortes e escravizações decorrentes dos conflitos na chamada Guerra do Açu. As guerras

entre colonizadores e indígenas decorreram da constante aproximação entre esses grupos, daqueles que pretendiam dominar o espaço para o usufruto econômico e privado, e os que se viram confrontados com a presença e a dominação de seus espaços de socialização e subsistência.

Os conflitos entre grupos indígenas e colonizadores intensificaram-se a partir do Recôncavo Baiano (1651-1679), desencadeando guerras e o extermínio de etnias, como os Tarairiú-Janduís, até o início do século XVIII. Pedro Puntoni (2002) destaca que a ocupação do sertão intensificou os confrontos; o autor ressalta que os ataques a fazendas, rebanhos, lavouras e povoados na Bahia geraram expedições punitivas lusitanas, resultando em guerras violentas e tentativas de escravização. Maria Hilda Paraíso (1993) denominou essa dinâmica de ação-reação-repressão em seu estudo sobre os espaços baianos. Desse modo, conforme a colonização avançava sobre os territórios indígenas, espaços de mobilidade, sociabilidade e sobrevivência comunitária, a reação nativa ao avanço das fazendas e povoações provocou uma dura repressão colonial, disposta a eliminar as “muralhas do sertão” e efetivar a conquista territorial.

As guerras no Recôncavo Baiano foram intensificadas na região à medida que os levantes indígenas se tornavam obstáculos à continuidade da colonização, acarretando a fuga de moradores das fazendas e dos núcleos de povoação. As declarações de Guerra Justa contra alguns grupos “tapuias” podem ter contribuído para acirrar os conflitos, visto que a guerra, amparada por meios legais, aumentava o poder de repressão dos colonizadores para realizar expedições de extermínio e de desterritorialização das populações originárias. A partir de 1687, os conflitos expandiram-se pelo sertão norte, principalmente nas capitanias de Pernambuco, Rio Grande e Ceará, e a “Guerra do Açu” foi responsável por evidenciar a opressão e a tirania colonial contra os povos indígenas, particularmente os Tarairiú, em guerras cada vez mais violentas, assim como em articulações para barrar o invasor e a produção pecuária no sertão (Puntoni, 2002).

A entrada no sertão pelo colonizador não ocorreu sem resistência, na qual os indígenas adotaram estratégias de ataque e negociação para impedir o avanço e o domínio colonial. Pedro Puntoni (2002), ao longo de seu estudo, destaca diversas campanhas realizadas com o intuito de dominar os levantes indígenas que causavam muitos estragos nas povoações e de continuar o processo de ocupação e produção econômica. No entanto, as nações não conseguiram impedir o colonizador de adentrar em seu território, visto que as expedições e as campanhas militares conseguiram conquistá-lo por meio de guerras de extermínio e genocídio, escravizações e aldeamentos forçados. Dessa maneira, os sertões estariam livres de seus obstáculos “selvagens” e despovoados para o empreendimento colonial.

O processo de desterritorialização pode ser destrinchado a partir de relatos sobre as “conquistas” das terras do sertão, um dos quais trata das obras empreendidas durante o governo de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em Pernambuco, entre 1689 e 1690. Em relação à Guerra do Açu, logo após a posse do governo, Câmara Coutinho continuou as ações ofensivas contra os indígenas

"tapuias bárbaros" de diversas nações "bárbaras e agrestes". Aos paulistas foi confiada a função de combater os indígenas e garantir o sucesso da conquista. Eram "[...] homens sertanários de São Paulo que cometeram crimes nesta cidade, foram perdoados e transferidos até o sertão norte, junto a 800 tapuias mansos, para guerrear contra os rebeldes, visto que eram filhos do mato" (PERNAMBUCO…1979, p. 266).

Os conflitos entre paulistas e os grupos indígenas decorreram de confrontos diretos e de recuos estratégicos. O encontro das campanhas com os indígenas resultava em mortes dos dois lados, as quais, em um confronto, mataram o "Rei João Doim", o Principal "Jacaré Su" e outro Principal, irmão de Carnaúba. Quando os paulistas não conseguiam matá-los, recuavam por causa da carência de mantimentos e de munições. No entanto, as investidas das incursões paulistas tornaram-se cada vez mais intensas com a ajuda de reforços militares.Com isso, o processo de despovoamento das populações indígenas das terras do sertão já estava à caminho da sua efetivação por meio de mortes e escravizações forçadas, quando as campanhas e as guerras resultaram no cativeiro "de mulherio e crias, de que muitos passaram ao fio da espada, tomando satisfação da gente que lhe haviam morto, e se retirou trazendo duzentas crias e o mais mulherio, donde entravaram três principais também prisioneiros, com o título de reis, e com esta preza se vem prostrar aos pés do senhor Governador (PERNAMBUCO…, 1979, p. 268).

A desterritorialização dos indígenas materializou-se quando a violência contra os povos foi concluída, e aqueles que não tiveram o destino da morte, além de serem exibidos como troféus de conquista, saíram de seus espaços de preservação de vida para aldeamentos controlados por agentes coloniais, missionários e/ou colonizadores. E os conquistadores, "triunfando ao som de caixas e trombetas, com a preza que haviam tomado na guerra, com reis manietados com correntes de ferro, com todas as crias e mulherio e todo o mais despojo da guerra, a se prostarem aos pés de tão grande general" (PERNAMBUCO…, 1979, p. 269), permitiram a continuidade da ocupação colonial e do despovoamento das populações originárias.

A violência empreendida contra populações indígenas "tapuias" nos documentos coloniais também revela mecanismos de controle e justificativas de massacres durante conflitos, como destacado na "Portaria para o juiz ordinário do Rio Grande tirar uma devassa sobre a morte de 15 tapuias que se mataram de baixo de paz": [...] averigue por devassa se foi justa ou não a desconfiança que teve uma das nossas tropas de que quinze tapuias que traziam prisioneiros se queriam levantar contra ela, de que resultou darem-lhe uma carga com que mataram quatorze tendo-se lhes estes rendido com o pretexto de lhes perderem as vidas, individuando também da gente que vinha em companhia deles [...] (Alveal et al., 2026, p. 101-102).

O documento evidencia como a suspeita de levante era utilizada pelas tropas coloniais para legitimar as mortes de indígenas já rendidos. O trecho "rendido com o pretexto de lhes perderem as vidas" (Alveal et al., 2026, p. 101-102) contrasta diretamente com a violência imediata dos agentes colonizadores. Nesse sentido, revela-se a vulnerabilidade dos grupos indígenas submetidos às

tropas coloniais nos sertões do Rio Grande durante o período das Guerras de Conquista. Além disso, a portaria para o juiz aparenta legalidade e justiça, no entanto, apresentou-se uma situação de desconfiança contra os indígenas apreendidos e mortos, ocultando o genocídio e a desterritorialização dos povos indígenas nos sertões.

O assento de paz com os Tarairiú-Janduí, de 1692-97, é um documento que evidencia, por exemplo, as habilidades de diálogo dos indígenas com as autoridades coloniais. Porém, também destaca a mudança nas relações entre estes e a Coroa Portuguesa, e a desterritorialização das terras do sertão, visto que seriam ocupadas pelos grupos indígenas, sem interferência colonial, de acordo com os termos estabelecidos no documento, no entanto, já não pertenciam aos primeiros habitantes, mas a Sua Majestade, tendo o grupo Janduí se reconhecido como vassalo do rei de Portugal. A primeira cláusula do tratado trata do reconhecimento do monarca como “rei natural” e senhor de todos os territórios, inclusive, das aldeias ocupadas pelos Janduís, e da obediência destes por meio da vassalagem. Esse acordo considerava o monarca detentor das terras e, mesmo que ocupassem aquele espaço, o direito de propriedade permanecia com a Coroa. Desse modo, pode-se considerar que o domínio das terras estava sujeito à Coroa Portuguesa e se o acordo, porventura, fosse desfeito, a repressão colonial contra os grupos indígenas resultaria em guerras ainda mais violentas.

A terceira e a quarta cláusulas do acordo também podem demonstrar a sujeição dos Janduís ao regime monárquico de Portugal. A aceitação do batismo cristão, a promessa de fidelidade ao rei de Portugal e o comprometimento com as tropas portuguesas na guerra contra inimigos revelam que foram transformadas as relações entre os dois grupos, em que os indígenas estabeleceram o vínculo de subordinação ao regime monárquico lusitano. Nesse sentido, esse acordo consolidou a autoridade da Coroa Portuguesa sobre as terras e os grupos indígenas por meio do pacto de vassalagem, os quais foram submetidos à política e à organização coloniais portuguesas e incorporados à ordem colonial.

Porém, percebe-se que, nas cláusulas, também havia determinações que poderiam garantir a sobrevivência e a preservação étnica dos Janduís sob a ordem colonial imposta. O segundo e décimo termos evidenciam essas perspectivas quando resguardam a “liberdade natural” dos indígenas, como vassalos da Coroa, para evitar as escravizações e vendas, e impõem condições de convivência com os colonizadores a partir da condição de que estes não perturbem as aldeias ou queiram fazer guerra. Maria Regina Celestino de Almeida (2003) ressalta que a condição de aldeados de determinados grupos indígenas lhes permitiu adequar-se à situação colonial e obter vantagens na nova condição que o sistema colonial lhes impunha. A autora é incisiva ao destacar que a condição de subalternos “incentivava a reelaborar suas histórias e tradições, de forma a inserir-se nesse novo mundo numa condição que lhes fosse mais favorável” (Almeida, 2003, p. 277).

Essa concepção pode ser inserida no contexto do assento de paz dos Janduís, em que os indígenas tornaram-se vassalos da monarquia portuguesa e sujeitos à ordem colonial como uma tentativa de sobrevivência. Portanto, observa-se que

a repressão colonial sobre as terras dos indígenas do sertão, entre os quais os da etnia Tarairiú, resultou na desterritorialização destes últimos de seus espaços de vida e de sociabilidade. No entanto, as estratégias de atuação dentro do sistema colonial pelos Janduís, por meio de acordos e abnegações, podem ser compreendidas como uma forma de resistência étnica para a continuidade das relações socioespaciais com o seu meio e entre os agentes da aldeia.

Conclusão

Esta pesquisa pretendeu evidenciar as dinâmicas socioespaciais nos sertões entre os séculos XVII e XVIII, ressaltando as formas de apropriação da terra pelos indígenas Tarairiú-Janduí e pelos colonizadores. A relação dos povos indígenas com seu meio formava uma territorialidade própria, mantida pela preservação de suas vivências, tradições e laços sociais em seus "acampamentos". Porém, os espaços de sobrevivência foram profundamente impactados pela expansão colonial, que ocupou progressivamente o território e promoveu conflitos contra as populações habitantes do território, bem como as formas de desterritorialização empreendidas por agentes coloniais.

Por meio dos relatos de cronistas como Jacob Rabbi e Roulox Baro, foi possível analisar como esses grupos se apropriavam do espaço e estabeleciam vínculos socioespaciais e étnicos a partir de suas interações com o meio. No entanto, à medida que os colonizadores avançavam sobre essas terras, por meio do avanço da pecuária, da concessão de sesmarias e das incursões militares, os conflitos acirraram-se e o processo culminou em guerras, mortes e escravizações, resultando na desapropriação dos territórios indígenas.

Investigações futuras contribuirão para o aprofundamento da pesquisa, especialmente sobre o uso da terra e as dinâmicas socioespaciais de outras etnias pertencentes à Nação Tarairiú, bem como sobre os movimentos, as interações e as apropriações do espaço durante os conflitos das guerras do Açu. Portanto, a presente pesquisa ainda requer estudos e análises mais aprofundados para contribuir para a historiografia sobre os indígenas e os sertões.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. In: Metamorfoses indígenas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 257-279.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. O muro do demônio: economia e cultura na guerra dos bárbaros no Nordeste colonial do Brasil:séculos XVII e XVIII. 2007. 122 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2007.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos. V. 8, n.15. Rio de Janeiro, 1995, p. 145-151.

ALBUQUERQUE , James Emanuel de. Roulox Baro e o “país dos tapuias”: representações acerca do gentio no Brasil do século XVII. Orientadora: Professora Dra. Jacqueline Hermann. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFRJ/IFCS, Brasil, 2006. f. 108.

CAVALCANTI, Helaine de Moura. Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de restauração da Capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). Conflitos, revoltas e insurreições na América portuguesa. Maceió: UFAL, 2011. p. 41-53.

DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

HERCKMAN, Elias. Descripção geral da Capitania da Parahyba. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 5, n. 31, p. 239-288, 1886. Typographia Industrial.

LIMA, Marcos Galindo. O Governo das Almas: A expansão colonial no país dos tapuia 1651 – 1798. 2004. 343 f. Tese (Doutorado) – Universiteit Leiden, Leiden, 2004.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. (Coleção Mossoroense, série C, v. 1379).

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871. Acesso em: 12 ago. 2025.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os Tarairiús, extintos tapuias do Nordeste. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; SILVA, Edson (orgs.). Índios do Nordeste: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 1999. p. 241–257. Disponível em:https://www.etnolinguistica.org/biblio:medeiros-1999-tarairius. Acesso em: 7 jun. 2025.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias. Tradução

de Leda Boechat Rodrigues e José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho (1689-90). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 51, p. 257-300, 1979.

PERNAMBUCO (Capitania). Governador (1711-1715 : Félix José Machado de Mendonça). [Documento 107]: Portaria para o juiz ordinário do Rio Grande tirar uma devassa sobre a morte de 15 tapuias que se mataram de baixo de paz (Recife, 30 ago. 1714). In: ALVEAL, Carmen et al. (org.). Junta das Missões de Pernambuco: transcrições do Livro da Junta das Missões de Pernambuco (1711-1715). [S. l.: s. n.], 2026, p. 101-102.

POMPA, Cristina. Ernesto De Martino e o percurso italiano da antropologia. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 28, n. 62, p. 317-349, jan./abr. 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832022000100010.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. Revista de História, n. 129/131, 1993, p. 196.

RABBI, Jacob. Journal of Jacob Rabbi (1648). In: BEL, Martijn van den; FRANÇOZO, Mariana (ed.). The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch Sources (1628–1648). Leiden: Brill, 2023. p. 188-201. (The Early Americas: History and Culture, v. 11).

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos. Natal: EDUFRN, 2013.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu de Sousa. Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, ano XLVIII, p. 7–28, 1934.

SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial 1680-1720. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, Victor André Costa da. Guerra Justa e desterritorialização: os índios e as novas configurações espaciais na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720). 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

CÓDIGO: HS0966

AUTOR: YASMIN ALVES FARIAS MAIA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: DANIEL DANTAS LEMOS

TÍTULO: Violência e abuso discursivo na mídia: perspectivas da Análise Crítica do Discurso na comunicação política do RN em 2024

Resumo

Este trabalho busca analisar o discurso midiático sobre a disputa eleitoral para a Prefeitura de Natal (RN) em 2024, com foco na candidata do Partido dos Trabalhadores, Natália Bonavides, única mulher a concorrer ao cargo nessas eleições. O objetivo é compreender como a mídia local utilizou de estratégias discursivas, incluindo a misoginia e o discurso de ódio, especialmente no contexto de sua disputa contra o candidato Paulinho Freire, eleito prefeito. O corpus foi composto a partir de três blogs/sites de notícias locais, selecionando-se, entre 16 de agosto e 27 de outubro de 2024, a última matéria publicada em cada data sobre a candidata. A análise se fundamenta na Análise Crítica do Discurso de linha francesa, apoiando-se em autores como Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012) e Charaudeau & Maingueneau (2004), bem como em contribuições etnometodológicas (Garfinkel, 1994; 2002) para guiar a produção do texto. Resultados parciais indicam que Bonavides recebeu menor visibilidade midiática no primeiro turno, reforçando uma desconsideração de suas chances eleitorais. No segundo turno, contudo, sua viabilidade levou à intensificação de enquadramentos negativos, evidenciando possíveis práticas de abuso discursivo e desigualdade simbólica na cobertura jornalística.

Palavras-chave: Análise do discurso. Eleições. Comunicação política. Misoginia. Gênero

TITLE: Violence and discursive abuse in the media: perspectives from critical discourse analysis in political communication in Rio Grande do Norte in 2024

Abstract

This study analyzes media discourse surrounding the 2024 mayoral election in Natal, Rio Grande do Norte, focusing on Workers' Party candidate Natália Bonavides, the only woman running for the position. It aims to understand how local media employed discursive strategies, including misogyny and hate speech, particularly in the context of her race against Paulinho Freire, who was elected mayor. The corpus consists of articles from three local news blogs/websites, selecting the last article published each day about the candidate between August 16 and October 27, 2024. The analysis is grounded in the

French tradition of Critical Discourse Analysis, drawing on Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012), and Charaudeau and Maingueneau (2004), as well as ethnomethodological contributions (Garfinkel, 1994; 2002) to guide the research. Partial findings indicate that Bonavides received less media visibility during the first round, reinforcing the dismissal of her electoral prospects. In the second round, however, her growing viability led to intensified negative framing, revealing possible practices of discursive abuse and symbolic inequality in journalistic coverage.

Keywords: Discourse analysis. Elections. Political communication. Misogyny. Gend

Introdução

Este trabalho apresenta uma análise crítica do discurso midiático no contexto das eleições municipais de Natal (RN), realizadas em 2024, com atenção às possíveis manifestações de abuso de poder discursivo presentes na cobertura jornalística. A pesquisa integra o Projeto de Pesquisa “Novas perspectivas na análise crítica do discurso da mídia: violência e abuso discursivos no contexto de múltiplas modalidades de comunicação”, desenvolvido com bolsa de iniciação científica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O discurso político constitui uma importante prática social, especialmente por sua capacidade de produzir sentidos, estabelecer disputas e influenciar a forma como determinados sujeitos, grupos e projetos políticos são percebidos socialmente. Nesse processo, os meios de comunicação ocupam uma posição relevante, uma vez que participam da mediação entre os acontecimentos políticos e a população. A cobertura jornalística, portanto, não pode ser compreendida como uma prática totalmente neutra, pois os discursos produzidos também estão inseridos em relações de poder, ideologias e disputas sociais.

Partindo dessa perspectiva, a pesquisa tem como objeto a cobertura midiática da candidatura de Natália Bonavides, do Partido dos Trabalhadores (PT), à Prefeitura de Natal em 2024. Bonavides foi a única mulher a disputar o cargo e enfrentou, no segundo turno, o então deputado federal Paulinho Freire, posteriormente eleito prefeito em 2024. A escolha desse objeto está relacionada à hipótese de que mulheres inseridas em disputas políticas, sobretudo aquelas vinculadas a projetos de esquerda, podem ser submetidas a formas específicas de violência simbólica, misoginia e discursos de ódio. Dessa forma, analisar a representação da candidata na mídia local permite refletir sobre como determinadas práticas discursivas podem contribuir tanto para a construção de legitimidades quanto para processos de desqualificação e exclusão no debate político.

O corpus foi constituído a partir de três sites de notícias do Rio Grande do Norte, selecionados considerando sua presença e influência no cenário político local. O recorte temporal corresponde ao período oficial da campanha eleitoral, entre 16 de agosto e 27 de outubro de 2024, contemplando os dois turnos da eleição. Para a composição do material analisado, foi selecionada a última matéria publicada em cada dia sobre a candidata em cada um dos veículos pesquisados.

Durante o processo de coleta, observou-se uma diferença significativa na visibilidade destinada à candidatura ao longo da campanha. No primeiro turno, Natália Bonavides recebeu uma cobertura mais reduzida, o que pode indicar uma menor consideração de sua competitividade eleitoral. Já no segundo turno, com a consolidação de sua presença na disputa e a possibilidade concreta de vitória, verificou-se uma maior concentração de publicações e o fortalecimento de enquadramentos negativos em parte da cobertura.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), compreendendo o discurso como uma prática social atravessada por relações de poder e ideologia. A escolha desse percurso metodológico está relacionada à possibilidade de articular a análise dos textos com seus contextos sociais e políticos, identificando como desigualdades e possíveis abusos discursivos podem se manifestar na produção midiática. O referencial teórico dialoga, principalmente, com Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012) e Charaudeau e Maingueneau (2004).

Destarte, o objetivo deste trabalho é analisar possíveis manifestações de abuso discursivo na cobertura midiática das eleições municipais de Natal em 2024, tendo como foco a candidatura de Natália Bonavides. Embora a pesquisa ainda esteja em desenvolvimento, os resultados preliminares apontam para aspectos relevantes relacionados à visibilidade da candidata e à construção de enquadramentos que podem evidenciar processos de desigualdade simbólica no discurso jornalístico.

Metodologia

A pesquisa adota como percurso metodológico a Análise Crítica do Discurso (ADC), perspectiva que compreende a linguagem não apenas como instrumento de comunicação, mas como uma prática social relacionada à produção de sentidos, às relações de poder e às ideologias. A escolha da ADC possibilita investigar de forma crítica como os discursos produzidos pela mídia participam da construção de representações sociais e podem contribuir para a manutenção de desigualdades e processos de exclusão, especialmente em contextos de disputa política envolvendo candidaturas de mulheres.

O corpus da pesquisa foi constituído a partir de conteúdos publicados em três veículos de comunicação do Rio Grande do Norte: Blog do BG, Blog de Gustavo Negreiros e Tribuna do Norte. O recorte temporal corresponde ao período oficial da campanha eleitoral de 2024, entre os dias 16 de agosto e 27 de outubro, contemplando tanto o primeiro quanto o segundo turno das eleições municipais. Para a composição do corpus, foi adotado como critério a seleção da última matéria publicada em cada data sobre a candidata Natália Bonavides, do Partido dos Trabalhadores, única mulher na disputa pela Prefeitura de Natal.

A análise dos materiais considera procedimentos da ADC voltados para a observação das estruturas textuais e discursivas, sua interpretação e a relação desses elementos com o contexto social e político em que são produzidos. Dessa maneira, busca-se compreender não somente o conteúdo expresso nas matérias jornalísticas, mas também

os sentidos construídos a partir das escolhas discursivas e das relações de poder presentes na cobertura.

Assim, o método articula a análise dos textos midiáticos ao contexto sociopolítico das eleições de Natal em 2024, permitindo identificar de que forma determinadas representações podem reforçar relações de poder e desigualdades, incluindo aquelas relacionadas ao gênero. O percurso teórico-metodológico dialoga com contribuições de Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012) e Charaudeau e Maingueneau (2004), além de estudos brasileiros sobre discurso, desigualdade, opressão e violência discursiva, como Batista Jr., Sato e Melo (2018), Bessa e Sato (2018), Gonçalves-Segundo (2018), Lira e Alves (2018) e Martins (2018).

Resultados e Discussões

A análise do corpus permite identificar alguns aspectos relevantes sobre a cobertura midiática da eleição municipal de Natal em 2024 e, especialmente, sobre a representação da candidatura de Natália Bonavides. Um dos primeiros elementos observados está relacionado à distribuição da cobertura ao longo do período eleitoral. Durante o primeiro turno, verificou-se uma quantidade reduzida de matérias sobre a candidata, principalmente quando comparada à presença de seu principal adversário, Paulinho Freire, nos veículos analisados.

Essa menor visibilidade pode indicar uma desconsideração inicial da candidatura enquanto possibilidade concreta na disputa eleitoral. A ausência ou redução da cobertura também constitui um elemento relevante para a análise, uma vez que a visibilidade midiática participa diretamente da construção da relevância pública de atores políticos e de suas candidaturas.

No segundo turno, entretanto, o cenário se modifica. Com a consolidação de Natália Bonavides como uma adversária efetiva na disputa pela Prefeitura de Natal, observou-se um aumento da presença da candidata nas publicações analisadas. Paralelamente ao crescimento da cobertura, foram identificados enquadramentos predominantemente negativos, estratégias de deslegitimação e questionamentos relacionados à sua atuação e capacidade política. Também foram observados elementos que podem estar associados à reprodução de estereótipos de gênero e à presença de discursos de caráter misógino.

Os resultados iniciais dialogam com estudos que discutem a maior vulnerabilidade de mulheres inseridas na política diante de discursos de ódio, ataques direcionados e diferentes formas de violência simbólica e discursiva (BATISTA JR.; SATO; MELO, 2018; BESSA; SATO, 2018). Nesse sentido, a análise sugere que a ampliação da viabilidade eleitoral da candidata durante o segundo turno também foi acompanhada por uma intensificação de discursos e enquadramentos negativos.

Dessa forma, os resultados preliminares permitem apontar três aspectos centrais: a baixa visibilidade da candidatura no primeiro turno, que pode contribuir para a desconsideração de mulheres em disputas políticas; o aumento de estratégias de

deslegitimação no segundo turno, quando a candidatura passou a representar uma possibilidade concreta de vitória; e a presença de elementos misóginos e de possíveis discursos de ódio, evidenciando desigualdades de gênero presentes na cobertura midiática. Esses achados reforçam a necessidade de aprofundar a análise das estratégias discursivas utilizadas pelos veículos e de suas implicações para a representação de mulheres na política.

Conclusão

A pesquisa buscou analisar o discurso midiático sobre a eleição municipal de Natal em 2024, tendo como foco a cobertura da candidatura de Natália Bonavides, única mulher a disputar a Prefeitura de Natal. A partir da Análise Crítica do Discurso, foi possível observar, de forma preliminar, aspectos relevantes sobre a construção das representações da candidata e sobre a relação entre visibilidade midiática, disputa política, gênero e poder.

Os resultados iniciais apontam para uma diferença importante entre os dois momentos da campanha eleitoral. No primeiro turno, a reduzida presença de matérias sobre Bonavides nos veículos analisados pode indicar uma menor consideração de sua candidatura como uma possibilidade concreta na disputa. A baixa visibilidade, nesse sentido, também se apresenta como um elemento relevante para a análise do discurso, considerando que os meios de comunicação participam da construção da relevância pública dos sujeitos políticos e influenciam os sentidos produzidos sobre candidaturas e processos eleitorais.

No segundo turno, com a consolidação da candidata como uma adversária efetiva, observou-se uma ampliação da cobertura e, simultaneamente, a presença de enquadramentos negativos e estratégias discursivas que buscavam questionar ou deslegitimar sua atuação política. A identificação de elementos relacionados a estereótipos de gênero, misoginia e possíveis manifestações de discurso de ódio reforça a necessidade de compreender de que forma mulheres inseridas no campo político podem ser submetidas a formas específicas de violência simbólica e discursiva.

Dessa forma, os achados preliminares sugerem que a visibilidade midiática não ocorre de maneira dissociada das relações de poder que estruturam a sociedade. A própria mudança na intensidade e no direcionamento da cobertura, especialmente quando a candidatura passou a apresentar maior viabilidade eleitoral, demonstra a importância de analisar não apenas o que é dito sobre determinado ator político, mas também como, quando e em quais circunstâncias esses discursos são produzidos.

A pesquisa também evidencia a contribuição da Análise Crítica do Discurso para os estudos sobre comunicação política, ao possibilitar a articulação entre os elementos linguísticos presentes nos textos e os contextos sociais, ideológicos e políticos nos quais estão inseridos. Nesse sentido, a ADC permite compreender o discurso midiático para além de sua dimensão informativa, reconhecendo seu papel na produção e reprodução de relações de poder e desigualdades sociais.

Por fim, considerando que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, os

resultados apresentados não encerram as possibilidades de análise do corpus. O aprofundamento das categorias discursivas e das estratégias utilizadas pelos veículos poderá contribuir para uma compreensão mais ampla sobre as formas de representação de mulheres na política local. Destarte, espera-se que este estudo contribua para o debate sobre mídia, gênero e comun

Referências

BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2016.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LEMOS, D. D. et al. Racismo e necropolítica no jornalismo brasileiro: uma análise crítica do discurso do UOL. Comunicação Midiática, v. 17, n. 2, p. 122-138, 2022.

LIMA, Janaína de. Violações de direitos humanos pela mídia: uma análise sobre a transfobia nos portais de notícias online do RN e sua representação social. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MEDEIROS, L. O. Jornalismo sem partido? A ideologia do apartidarismo no ethos do discurso jornalístico do Congresso em Foco. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SENA, Tálison Felipe Ferreira de. O discurso do cidadão de bem: uma análise crítica das manifestações racistas e LGBTfóbicas no Instagram do @noticiasnoface. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun A. News as discourse. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VAN DIJK, Teun A. Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse. 6. ed. New York: Longman, 1992.

VAN DIJK, Teun A. (org.). Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2019.

CÓDIGO: HS0968

AUTOR: ELIETE JANUARIO DA SILVA FREITAS

ORIENTADOR: ALYANNE DE FREITAS CHACON

TÍTULO: Dêixis e construção do “eu” nas Confissões de Santo Agostinho: Uma Análise Enunciativa dos Livros I e II

Resumo

A obra Les Confessions de Santo Agostinho, ou Agostinho de Hipona, é considerada a primeira grande autobiografia ocidental e um marco na construção discursiva do eu. Ao considerarmos sua dimensão linguística, notamos que ainda foi pouco explorada, especialmente quanto ao uso dos dêiticos como marcadores de posicionamento enunciativo. A partir da teoria da dêixis e da enunciação fundamentada sobretudo nos estudos de Adam (2008), Benveniste (1989 e 1995) e Rabatel (2004, 2008), buscamos identificar os mecanismos linguísticos que posicionam o “eu” enquanto sujeito enunciativo e em relação ao tempo e ao espaço. Assim, a partir de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, nosso objetivo é propor uma análise enunciativa dos dêiticos (pessoais, temporais e espaciais) nos livros I e II das Confissões de Santo Agostinho, com o objetivo de compreender como o sujeito enunciador constrói sua identidade discursiva no texto. O resultado serviu para aprofundar as discussões acerca da Responsabilidade Enunciativa no gênero autobiográfico.

Palavras-chave: Responsabilidade Enunciativa, Dêiticos, Les Confession,Santo Agostinho

TITLE: Deixis and the construction of the "self" in the Confessions of Saint Augustine: An Enunciative Analysis of Books I and II

Abstract

The work Confessions by Saint Augustine, or Augustine of Hippo, is considered the first great Western autobiography and a landmark in the discursive construction of the self. When considering its linguistic dimension, we note that it remains under-explored, especially regarding the use of deictics as markers of enunciative positioning. Based on the theory of deixis and enunciation, grounded primarily in the studies of Adam (2008), Benveniste (1989, 1995), and Rabatel (2004, 2008), we seek to identify the linguistic mechanisms that position the "I" as an enunciative subject in relation to time and space. Thus, based on a qualitative bibliographic research approach, our objective is to propose an enunciative analysis of deictics (personal, temporal, and spatial) in Books I and II of Saint Augustine's Confessions, aiming to understand how the enunciating subject

constructs their discursive identity in the text. The results contribute to deepening discussions about Enunciative Responsibility in the autobiographical genre.

Keywords: Enunciative Responsibility, Deictics, Les Confessions,Saint Augustine.

Introdução

O presente artigo analisa a construção discursiva do "eu" e o uso dos dêiticos como marcadores de posicionamento enunciativo na versão em francês das Confissões de Santo Agostinho. Investigamos como o autor se apropria do aparelho formal da enunciação por meio dos dêiticos pessoais, espaciais e temporais para legitimar suas experiências. A Responsabilidade Enunciativa (RE), compreendida como o ato pelo qual o locutor assume o conteúdo de um enunciado, indicando o grau de engajamento de Agostinho ao escrever suas memórias.

Segundo Benveniste (1989, p. 82), a enunciação é o "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização". Distingue-se a língua enquanto possibilidade (antes da enunciação) e sua efetivação em "instância de discurso" (após a enunciação), processo no qual o sujeito sinaliza sua presença mediante marcas como eu-tu, aqui e agora.

A escolha do objeto justifica-se pela riqueza com que o autor utiliza o dispositivo "Eu-Tu" para dialogar com o divino durante a escrita de suas confissões. Conforme Álvarez (2002), a confissão e a autobiografia identificam narrador e personagem via primeira pessoa, remetendo ao sujeito da enunciação. Strefling (2007) pondera que Agostinho não produz uma autobiografia contemporânea, pois seu interesse estende-se enquanto sua vida ilustra uma teologia antropológica.

A obra Les Confessions de Santo Agostinho, é amplamente reconhecida como a primeira grande obra autobiográfica ocidental e um marco fundamental na construção discursiva do "eu". Contudo, sua dimensão propriamente linguística ainda se mostra pouco explorada, sobretudo no que tange ao emprego dos dêiticos como marcadores de posicionamento enunciativo.

Assim, os gêneros confissão e autobiografia proporcionam terreno fértil para a Teoria da Enunciação. Analisamos os livros I e II das Confissões a partir das marcas dêiticas, destacando-se a ausência de trabalhos prévios sobre dêixis no texto agostiniano.

Fundamentação Teórica

A dêixis compreende elementos que indicam um apontamento no contexto situacional, situando o sujeito na enunciação. Embora o termo não seja central no vocabulário de Émile Benveniste (1989), o fenômeno ganha profundidade em sua teoria pelas noções de "instância de discurso" e seus "indicadores" (pronomes, advérbios e tempos verbais).

Para Benveniste (1989), a língua só se realiza quando colocada em movimento por um sujeito, passando de mera possibilidade a uma instância de discurso efetuada por um locutor para atingir o ouvinte. Nela, os pronomes "eu" e "tu" referem-se à realidade do discurso: "eu" é o indivíduo que enuncia e "tu" é o alocutário. O autor (1995) sinaliza que

essa referência estende-se a uma série de indicadores gramaticais que traduzem como o enunciador se posiciona no discurso.

Charaudeau (1992) complementa que essas categorias não são meras estruturas formais, mas modos de organização do sentido pelos quais o locutor expressa seu engajamento. Na abordagem da Responsabilidade Enunciativa (RE), a dêixis revela-se o mecanismo essencial para marcar o grau de comprometimento do falante.

Nessa perspectiva da Linguística Textual e da Análise do Discurso, Adam (2008, 2011) reitera que a estruturação do texto articula-se aos níveis de responsabilidade enunciativa e às marcas de tomada de posição do sujeito. Para operacionalizar essa dinâmica narrativa, recorremos também a Rabatel (2004, 2008), que articula a RE à Teoria do Ponto de Vista (PDV), distinguindo o "sujeito da enunciação" (o eu do presente que escreve) e o "sujeito do enunciado" (o eu do passado), demonstrando como essa relação gera diferentes graus de distância discursiva. Compreende-se que toda unidade dêitica exige vinculação direta com o enunciador.

A partir da perspectiva benvenistiana, a dêixis constitui um eixo central em torno do qual o sujeito se posiciona no discurso.

Metodologia

A análise versou sobre os livros I e II da obra Les Confessions, de Santo Agostinho a partir do levantamento que focou em marcas dêiticas específicas, delimitando a análise em torno dos pronomes pessoais (je; j', moi, me; m' et nous), além dos marcadores temporais e espaciais que situam o "eu" no tempo e no espaço. Embora o pronome "on" esteja presente no corpus analisado (em língua francesa), ele não foi contabilizado, uma vez que a pesquisa com o objetivo de analisar o engajamento ou desengajamento do locutor/enunciador a partir do "on" já foi empreendida por outro discentno PIBIC de 2024.

Para a realização de nossa pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa de natureza interpretativista. Segundo Richardson (1999, p. 79), além de ser uma opção do investigador, a abordagem qualitativa se justifica, sobretudo, "por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social", possibilitando, destarte, abrir-se espaço para a interpretação e a compreensão de um fenômeno em estudo.

Podemos dizer, também, que nossa pesquisa é bibliográfica por utilizarmos apenas fontes bibliográficas acerca da RE e que os pressupostos teóricos utilizados advêm de bibliografias.

Quanto à apresentação dos dados, como o corpus da pesquisa está escrito em língua francesa, optamos por trazer os trechos extraídos em sua versão original, acompanhados de sua respectiva tradução para o português. Essa escolha metodológica visa permitir que leitores proficientes na língua francesa acompanhem o levantamento das marcas linguísticas no texto de origem, ao mesmo tempo em que garante a acessibilidade e a compreensão do conteúdo para o público que não domina o idioma.

Em função do limite de caracteres, foi necessário selecionar alguns dos trechos do corpus para expor a análise.

Resultados e Discussões

A análise a seguir considerou como Agostinho utilizou os dêiticos de pessoa, tempo e espaço para indicar a assunção da RE nas Confissões. Cada fragmento foi analisado, identificando como os marcadores dêiticos contribuem para que o locutor/escritor mostre o seu engajamento, ou seja, a assunção da RE. Esse posicionamento não se apoia em marcas históricas ou geográficas externas, mas fundamenta-se na própria instância do discurso, organizada em torno do eu-aqui-agora de Agostinho.

Após a delimitação dos conceitos teóricos, o mapeamento do corpus revelou um grande quantitativo de pronomes de primeira pessoa, totalizando 659 ocorrências nos dois primeiros livros da obra, que se justifica tanto pela obrigatoriedade gramatical da utilização do pronome pessoal na língua francesa quanto pela própria natureza do gênero autobiográfico.

Esses dados evidenciaram a densidade da presença do sujeito no enunciado, mas foi por meio da análise qualitativa que investigamos o nível de implicação do autor em seu relato e como ele se apropriou e utilizou os dêiticos para se colocar no discurso.

Dessa forma, a análise a seguir priorizou a interpretação dos sentidos constituídos no texto, focando em como Agostinho se utilizou dos marcadores para manifestar sua responsabilidade enunciativa.

Livro I

Capítulo I

No Capítulo I do Livro I, Santo Agostinho faz uma reflexão profunda sobre a relação de dependência entre o ser humano e o Criador. Ele não inicia sua obra somente narrando fatos, mas interpelando diretamente a Deus sobre uma dúvida fundamental: o que deve preceder, o ato de invocar ou o de louvar.

Nesse processo de interpelação entre o "eu" (Agostinho) e o "tu" (Divino), sua escrita deixa de ser um relato distante e se torna um momento de fala, no qual Agostinho constrói sua própria identidade enquanto fala com o Divino.

Diante desse cenário, identificamos que, para estruturar essa conversa, o autor utilizou índices de pessoas ao usar o pronome indicador de primeira pessoa "moi" (me) no trecho: "Accordez-moi, Seigneur…" (Concede-me, Senhor…). A ocorrência dessa marca pronominal "mim" inscreve Agostinho no centro de seus próprios questionamentos, mostrando quem é o sujeito que fala e assume o que diz no texto.

Dando sequência a esse diálogo, Agostinho utiliza o "tu" (tu) ou "vous" (vós), e é nessa conversa que o "eu" se completa. Ao direcionar esse pedido diretamente a Deus, Agostinho constrói um laço de proximidade e de diálogo ao usar repetidamente o pronome "vous" (vós). A relação entre quem fala e quem ouve é a base que dá sentido ao texto, conforme podemos observar no trecho a seguir:

[...] Accordez-moi, Seigneur, de savoir et de comprendre s'il faut d'abord vous invoquer ou vous louer, s'il faut d'abord vous connaitre ou vous invoquer. Mais qui vous invoque sans vous connaître? Car si l'on vous ignore, on peut en invoquer un autre que vous. Ou plutôt ne vous invoque-t-on pas pour vous connaître? [...] (p.15)

[...]Concede-me, Senhor, saber e entender se antes devemos invocar-vos ou louvar-vos, se devemos primeiro conhecer-vos ou invocar-vos. Mas quem é que vos invoca sem vos conhecer? Porque se fordes ignorado, pode-se invocar outro além de vós. Ou melhor, não sois invocado para que vos conheçamos? [...].

No mesmo capítulo, observamos que Agostinho também utiliza o pronome "on" em determinados momentos. Na língua francesa, esse pronome indica o "nós" informal, correspondendo em português, ao "a gente", ao impessoal ou ainda a um grupo de pessoas, funcionando como um recurso que permite ao locutor assumir ou não a responsabilidade enunciativa em relação às vozes no discurso.

Assim, em algumas passagens, observamos que Agostinho transforma sua indagação pessoal em um sentimento coletivo. No trecho “Car si l'on vous ignore, on peut en invoquer un autre que vous. Ou plutôt ne vous invoque-t-on pas pour vous connaître?” (Porque se fordes ignorado, pode-se invocar outro além de vós. Ou melhor, não sois invocado para que vos conheçamos?”), identificamos que ele se junta diretamente à voz coletiva, uma vez que não fica claro um distanciamento. Quando questiona “se devemos primeiro conhecer-vos…” notamos que essas expressões mostram o escritor como porta voz de um sentimento universal, indicando que a busca por Deus ou os questionamentos sobre a sua fé não é uma exclusividade de sua história, mas um sentimento partilhado por aqueles que sentem a alma inquieta.

Após observarmos como Agostinho inicia seu discurso pelo diálogo direto com o Divino, passamos a observar no Capítulo VI como ele organiza suas memórias mais remotas através de marcadores temporais e espaciais.

Capítulo VI

No Capítulo VI do Livro I, Agostinho reconhece humildemente a fragilidade de sua vida ao analisar o comportamento dos bebês. Ele faz essa reflexão para tentar compreender sua própria infância e sua dependência absoluta de Deus.

A estruturação dessa passagem, mostra o quanto o autor está envolvido com o relato. Notamos que os advérbios utilizados não se referem propriamente a um espaço físico. Por exemplo, os marcadores “au-dedans” (dentro) e “au-dehors” (fora) no trecho: “vous me l'avez crié par les bienfaits que vous m'avez prodigués au-dedans et au-dehors” (Vós gritastes para mim pelos benefícios que me destes dentro e fora de mim) não foram empregados para apontar lugares físicos ou geográficos. Na verdade, entendemos que esses marcadores mostram como Agostinho se posiciona para delimitar o mundo interno (sua alma) e o mundo externo (o espaço físico e das interações humanas).

Paralelamente, observamos a articulação entre o tempo da infância e o presente da escrita. O advérbio “depuis” no fragmento “C'est ce que j'ai compris depuis (Foi o que eu entendi desde então) funciona como um conector retrospectivo que projeta o aprendizado até o momento em que escreve.

Assim, apesar dessa distância no tempo entre o menino que viveu a história e o homem adulto que conta, o autor assume total controle e responsabilidade por tudo o que diz. Esse engajamento se evidencia quando o autor, do presente, revisa as experiências de seu

passado ao escrever “Foi o que eu entendi desde então”. Com essa fala, ele une o “eu” que escreve e o “eu” que viveu os fatos narrados. Vejamos no trecho:

[...] C'est ce que j'ai compris depuis: vous me l'avez crié par les bienfaits que vous m'avez prodigués au-dedans et au-dehors. Mais alors je ne savais que sucer, goûter la paix du plaisir, pleurer lorsque je souffrais dans ma chair, et rien de plus [...] (p.19)

[...] É o que eu entendi desde então: Vós gritastes para mim por meio dos atos de bondade que me destes dentro e fora de mim. Mas então eu só sabia mamar, saborear a paz do prazer, chorar quando eu estava sofrendo na minha carne, e nada mais [...]

Assim, vimos que, além dos dêiticos pessoais, os dêiticos espaciais e os temporais também estão presentes no texto agostiniano, servindo para indicar a assunção da RE. Vejamos abaixo outras ocorrências.

Capítulo XI

No Capítulo XI do Livro I, Agostinho relata um momento muito importante da sua infância: o adiamento de seu batismo após uma crise de saúde. O texto mantém o emprego da marca de primeira pessoa “je” (eu) nas passagens “j’avais entendu” (eu tinha ouvido) e “j’étais” (eu estava/era) para relatar o tempo do evento passado. Contudo, essa memória é trazida ao presente por meio de um diálogo direto com “Vós” (Deus), explicitado no trecho: “qui a mis tant d'espoirs en vous.” (que depositou tantas esperanças em vós). A presença do pronome “vós” promove o resgate e a ressignificação de sua própria identidade cristã através desse diálogo.

Identificamos também marcadores temporais, como as expressões “encore tout petit” (ainda muito pequeno) e “déjà” (já). Esses dêiticos atuam na orientação do leitor dentro da história, situando o sujeito “eu” no tempo da infância no fragmento “ainda muito pequeno”. Além disso, deparamo-nos com uma espécie de desdobramento da identidade do autor. Agostinho, no tempo presente, assume o papel de um observador externo de si mesmo. Ao empregar os verbos “estar/ser” no passado “J’étais déjà marqué” (Eu já estava marcado) e marcadores temporais como “encore tout petit” produz um olhar de distanciamento reflexivo, o que o possibilita a avaliação da infância a partir do presente.

Essas marcas de pessoa e de tempo atuam no discurso como indicadores da assunção da RE. Vejamos o trecho no qual o autor registra suas lembranças: “Eu já estava marcado com o sinal da cruz” e “já impregnado do sal sagrado”. Notamos a integração do “eu” do passado ao “eu” do presente, revelando a assunção da experiência vivida e a incorporação da infância à identidade cristã atual.

[...] J'avais entendu parler, encore tout petit, de la vie éternelle, qui nous fut promise par l'humidité du Seigneur notre Dieu, s'abaissant jusqu'à notre orgueil. J'étais déjà marqué du signe de la croix et déjà imprégné du sel sacré, à peine sorti du ventre de ma mère, qui a mis tant d'espoirs en vous [...] (p. 26)

[...] Eu tinha ouvido falar, ainda muito pequeno, da vida eterna que nos foi prometida pela humildade do Senhor nosso Deus, abaixando-se até ao nosso orgulho. Eu já estava marcado com o sinal da cruz e já impregnado do sal sagrado, mal saído do ventre de minha mãe, que depositou tantas esperanças em vós.[...]

Vejamos como Agostinho utiliza os dêiticos no capítulo XVI.

Capítulo XVI

No Capítulo XVI do Livro I, Agostinho faz uma severa crítica ao sistema de ensino da época. Ele critica as escolas que focavam apenas em uma fala eloquente, mas sem conteúdo real, comparando o ensino daquela época a um “rio infernal” que corrompia os jovens. Para mostrar isso, detectamos que o autor usa a palavra “ici” (aqui) de forma singular. Vejamos:

[...] Et pourtant, ô fleuve infernal, on précipite dans tes eaux les fils des hommes; on paye pour qu'ils apprennent ces choses. Et c'est là une grande affaire, quand elle a lieu en public au forum, sous le regard des lois qui accordent aux maîtres un salaire en sus des honoraires particuliers. Tu bats les rochers de tes flots et leur bruit proclame : "lci on apprend les mots, ici on acquiert l’éloquence nécessaire pour persuader et pour expliquer sa pensée". [...] (p.32).

[...] E, porém, ó rio infernal, precipitaram-se nas tuas águas os filhos dos homens; pagam para que aprendam estas coisas. E este é um grande negócio, quando ocorre em público no fórum, sob o olhar das leis que concedem aos mestres um salário além de honorários específicos. Tu bates as rochas com tuas ondas e o ruído delas proclama: "Aqui

aprendemos as palavras, aqui adquirimos a eloquência necessária para persuadir e explicar seu pensamento".[...]

Constatamos que, além de apontar lugares fixos como a escola e o fórum, o termo "aqui" é empregado de forma figurativa para dar voz ao próprio rio: "Ici on apprend les mots, ici on acquiert l'éloquence…" (Aqui aprendemos as palavras, aqui adquirimos a eloquência). Nesse ponto, entendemos que o uso do "aqui" serve para definir o lugar referente ao sistema de ensino da época em que ele nomeia "rio infernal".

Embora Agostinho esteja distante no tempo e no espaço ao registrar suas memórias, notamos que ao usar o termo "aqui" cria um efeito de presença. Esse recurso faz com que o leitor se sinta dentro do cenário que ele está criticando. Assim, mesmo sem estar fisicamente no espaço social do fórum no momento da escrita, essa marcação espacial atua para fixar o texto nesse ambiente e situar o discurso ao evocar a memória de uma situação vivida outrora.

Observamos no capítulo XVIII marcadores temporais que sinalizam a transição para o presente durante o diálogo com Deus.

Capítulo XVIII

No Capítulo XVIII do Livro I, Agostinho aprofunda sua crítica ao sistema daquela época, denunciando como as pessoas valorizavam mais o "falar bonito" (estética) do que a integridade moral. Para evidenciar o posicionamento do autor enquanto escreve, identificamos o dêitico temporal "dès maintenant" (mesmo agora/desde já).

Esse marcador serve para fazer uma transição, na qual o autor deixa de contar os fatos do passado e nos traz ao presente do seu ato de fala. Ao mobilizar o "dès maintenant", Agostinho coloca o leitor dentro do seu momento atual, mostrando que aquela conversa direta com Deus acontecia no momento da escrita, na frase: "Dès maintenant vous retirez de cet affreux abîme l'âme qui vous cherche…" (Mesmo agora, retirais deste terrível abismo a alma que vos procura). Vejamos:

[...]Vous voyez ces choses, Seigneur, et vous vous taisez, étant "patient, plein de miséricorde et vrai". Mais vous tairez-vous toujours? Dèsmaintenant vous retirez de cet

affreux abîme l'âme qui vous cherche, qui a soif de vos délices, le cœur qui vous dit : " J'ai cherché votre visage; votre visage, Seigneur, je le chercherai encore." [...] (p.34)

[...]Vós vedes essas coisas, Senhor, e permaneceis em silêncio, sendo "paciente, cheio de misericórdia e verdadeiro". Mas vós permanecereis sempre em silêncio? Mesmo agora, retirais deste terrível abismo a alma que vos procura, que tem sede das vossas delícias, o coração que vos diz: "Busquei o vosso rosto; o vosso rosto, Senhor, eu o procurarei outra vez[...]

Nesse mesmo trecho, identificamos outro marcador temporal, a partir dos verbos no presente, como “voyez” (vedes), “taisez” (permaneceis em silêncio) e “retirez” (retirais). Essa escolha mostra que Agostinho assume a responsabilidade pelo que está dizendo, afirmando que Deus o está tirando do “abismo” naquele exato momento da escrita, no trecho: “Dès maintenant vous retirez de cet affreux abîme l'âme qui vous cherche”.

Dessa forma, notamos que, em consonância com o capítulo I, no qual ele transforma a escrita em um momento de fala direta com o Criador, aqui a separação entre passado e presente também desaparece. O relato deixa de ser uma lembrança distante para se tornar um diálogo aberto e real com o Divino no “agora” da sua enunciação.

Observamos no Livro II no Capítulo I como a mobilização da dêixis temporal organiza o relato de sua adolescência, de modo que a alternância entre o presente e os pretéritos estabelece o posicionamento e, consequentemente, a assunção da RE diante dos atos do passado.

Livro II

Capítulo I

No Capítulo I, do Livro II, Agostinho faz uma pausa em sua narrativa para refletir sobre os erros que cometeu na adolescência. Vejamos:

[...]Je veux me souvenir de mes hontes passées…C’est par amour de votre amour que j’accomplis ce dessein. Je repasse par mes voies perverses, je les évoque amèrement pour

goûter votre douceur… J'étais adolescent; je brûlais de me rassasier de plaisirs infernaux… et je ne fus que pourriture à vos yeux[...] (p. 37)

[...]Eu quero lembrar-me das minhas vergonhas passadas… É por amor ao vosso amor que realizo este desígnio. Eu refaço meus caminhos perversos, eu os evoco amargamente para provar vossa doçura… Eu era adolescente; queria me saciar com prazeres infernais... e não fui senão podridão aos vossos olhos[...]

Ao usar o tempo presente, juntamente com o pronome de primeira pessoa, como em: "Je veux me souvenir", "j'accomplis", "Je repasse", "Je les évoque", marca-se não apenas a figura do locutor, mas também do enunciador no presente da escrita. Percebemos que o discurso não está apenas relatando fatos distantes, mas está revivendo esses sentimentos no exato momento em que o texto é escrito.

Em seguida, o autor faz uma transição para o passado, mudando o tempo verbal para o pretérito imperfeito: "J'étais" e "je brûlais" em "J'étais adolescent; je brûlais de me rassasier de plaisirs. Agostinho usa esse tempo verbal para descrever como ele se sentia durante sua adolescência, período em que ele se perdia em suas falhas.

Por fim, inferimos o emprego do pretérito perfeito "je ne fus" (eu não fui) para estabelecer um julgamento definitivo sobre aquele período, dizendo que "não foi senão podridão aos olhos de Deus". Assim, ao usar o presente para iniciar e o pretérito para encerrar o ciclo com um julgamento, compreendemos que Agostinho valida e confirma suas experiências.

Vejamos abaixo no capítulo IV o momento em que Agostinho descreve um pecado que cometeu na adolescência.

Capítulo IV

No Capítulo IV do Livro II, Agostinho relata o furto de peras que cometeu com seus amigos, enfatizando que a ação não foi motivada pela necessidade, mas pelo desejo deliberado de praticar o mal e desafiar o senso de justiça.

Observamos que a centralidade do relato não recai apenas sobre o acontecimento do furto, mas sim sobre os participantes da ação. Identificamos que a ocorrência do pronome de primeira pessoa do plural “nous” (nós) opera não apenas para mostrar que Agostinho não estava sozinho no roubo, mas constitui uma marca enunciativa de pertencimento ao grupo. Paralelamente, manifesta-se um marcador temporal que situa o momento em que ocorreram os fatos.

A presença do “nós”, caracterizando o grupo como “mauvais garçons”(meninos maus), o autor se inclui nessa voz enunciativa. Em ocorrências como “nous nous en allâmes”(nós fomos) ou “nous fîmes un énorme butin”(nós fizemos um grande monte), a escolha do “nós” em concordância com os verbos na forma afirmativa do pretérito como “nós fizemos” afasta a isenção de culpa, funcionando como um recurso de assunção compartilhada da RE diante do coletivo. Vejamos o trecho:

[...]En pleine nuit (selon notre exécrable habitude nous avions prolongé jusque-là nos jeux sur les places), nousnous en allâmes, une bande de mauvais garçons, secouer cet arbre et en emporter les fruits. Nous en fîmes [...] mais notre seul plaisir fut d'avoir commis un acte défendu.” (p.42)

[...]No meio da noite (de acordo com nosso péssimo hábito, nós tínhamos prolongado até então nossas brincadeiras nas praças), nós fomos, um bando de meninos maus, sacudir essa árvore e levar seus frutos. Nós fizemos isso [...] mas nosso único prazer foi ter cometido um ato proibido[...]

Notamos também que o emprego da locução “En pleine nuit” (No meio da noite) situa o leitor no instante preciso em que o delito se desenvolveu. Enquanto o pronome “nós” identifica quem participou da ação, o marcador temporal “no meio da noite” funciona para situar o cenário temporal do roubo. Juntas, essas marcas colocam os envolvidos e o delito em um mesmo tempo e lugar, deixando claro que todos compartilhavam a mesma prática.

Conclusão

Nesta pesquisa, propusemo-nos a analisar a Responsabilidade Enunciativa a partir dos dêiticos pessoais, espaciais e temporais, com o objetivo de compreender como o sujeito

enunciador constrói sua identidade discursiva e expressa seu engajamento nos Livros I e II da obra Les Confessions, de Agostinho de Hipona, ou Santo Agostinho.

Por meio da investigação desenvolvida, identificamos que a construção do “eu” se dá de forma estratégica na alternância dos pronomes, recurso do qual o autor se utiliza para controlar o nível de engajamento e as modalidades de organização de sentido, operado através do aparelho formal da enunciação. Verificamos que, enquanto as marcas de primeira e segunda pessoa (je, tu/vous) estabelecem a relação de proximidade e diálogo direto com o alocutário Divino, o uso do pronome “on” atuou como recurso polifônico e estratégico para avaliar diferentes graus de responsabilidade enunciativa, revelando os momentos em que Agostinho assume ou não, totalmente seus atos ao camuflar a voz individual sob uma aparência de generalidade. Em contrapartida, o pronome “nous” é mobilizado pelo autor quando opta por compartilhar sua voz com a coletividade, confirmando sua RE.

Ademais, vimos que os advérbios de lugar não funcionam como meras estruturas formais, sendo utilizadas predominantemente de forma existencial e subjetiva, como o “ici-bas” e “au-dedans/ au-dehors”, em vez de uma delimitação puramente geográfica. No plano temporal, os advérbios e adjuntos como: agora e desde então, mostraram-se essenciais para situar o leitor e acima de tudo, para articular a dinâmica do Ponto de Vista, permitindo que Agostinho enquanto sujeito da enunciação avalie, valide e julgue as suas ações a partir de suas memórias.

Como desdobramento deste trabalho, vislumbramos futuras pesquisas focadas especificamente no mapeamento dos espaços referenciais em oposição aos espaços subjetivos ao longo de toda a obra de Santo Agostinho. Recomendamos que estudos posteriores investiguem como o autor transita de marcadores espaciais de caráter físico, institucionais e históricos tais como: a mesa dos pais, a adega ou o fórum público, para coordenadas espaciais puramente espirituais e existenciais como: a alma, o abismo ou o plano divino. Aprofundar a pesquisa a partir dessa perspectiva permitirá compreender, de forma ainda mais rica, como os dêiticos espaciais são modelados pelo enunciador para ilustrar a sua própria jornada de conversão e evolução interior.

Por fim, ressaltamos que a realização deste estudo contribuiu de maneira significativa para o nosso próprio processo de aprendizagem e formação acadêmica. Ao investigarmos esses mecanismos linguísticos diretamente no texto fonte não apenas aprofundamos a nossa compreensão prática sobre a teoria da Enunciação e da linguística textual, como também desenvolvemos uma maior sensibilidade e proficiência no aprendizado da língua francesa.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

ÁLVAREZ, Miriam. **Tipos de escrito III**: Epistolar, administrativo y jurídico. Cuadernos de lengua española. n. 22. Madrid: Arco Libros, 2002, 70 p.

BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes. in:_ . **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In:_ . **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989. CÂMARA, J, J. M. Dicionário de Linguística e Gramática: referente à língua portuguesa. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette Éducation, 1992.

DUCROT, O. Le Dire et le dit. Paris: Minuit, 1984.

RABATEL, A. **Argumenter en racontant**: (Re)lire et (re)écrire les textes littéraires. Bruxelles: Éditions de Boeck Université, 2004.

RABATEL, A. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. **Langue Française**, n. 162, p. 71-87, 2009.

RABATEL, A. **Homo narrans**: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Les points de vue et la logique de la narration. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2008. t. 1.

STREFLING, S. R. A atualidade das Confissões de Santo Agostinho. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 37, n. 156, p. 259-272, 2007. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/2707. Acesso em: 20 ago. 2026.

CÓDIGO: HS0974

AUTOR: CLARA SCOTELARI DE AVILA

ORIENTADOR: FEDERICO SANGUINETTI

TÍTULO: Série de livros "Pensadories Brasileires", voll. II e III :: acompanhamento do processo editorial e produção de uma pesquisa

Resumo

Este trabalho de Iniciação Científica, analisa e reconstrói o argumento de Geni Núñez em Descolonizando Afetos: experimentações sobre outras formas de amar (2023), com ênfase no conceito de artesania dos afetos. A pesquisa demonstra como a autora articula a monogamia e a família nuclear como monoculturas afetivas impostas pela invasão colonial, pelo monoteísmo cristão e pela catequese, que funcionam como tecnologias de controle da subjetividade, isolamento e exploração do trabalho (especialmente de mulheres não brancas). Em contrapartida, reconstruímos a proposta de que a não monogamia não é um modelo alternativo pronto, mas uma artesania cotidiana, singular e irrepetível, fundada no acolhimento da diferença, na interdependência e na criação de uma ética própria. O estudo visa evidenciar o potencial filosófico-político desse pensamento para desnaturalizar a normatividade relacional e imaginar formas de amar mais éticas, autônomas e coletivas. A relevância reside na crítica ao isolamento adoecedor do capitalismo e na defesa de redes de cuidado para além da nuclearidade.

Palavras-chave: artesania dos afetos; Geni Núñez; não monogamia; descolonização; ética

TITLE: The Craftsmanship of Affections as Decolonial Relational Ethics: Reconstructing Geni Núñez's Thought in Descolonizando Afetos

Abstract

This undergraduate research project in Decolonial Philosophy analyzes and reconstructs Geni Núñez's argument in Descolonizando Afetos (2023), focusing on the concept of artesania dos afetos (craftsmanship of affections). The study shows how the author frames monogamy and the nuclear family as affective monocultures imposed by colonial invasion, Christian monotheism and catechesis, operating as technologies of subjectivity control, isolation and labor exploitation (especially of non-white women). In contrast, we reconstruct the proposal that non-monogamy is not a ready-made alternative model but a daily, singular and unrepeatable craftsmanship, grounded in the welcoming of difference, interdependence and the creation of one's own ethics. The research aims to highlight the philosophical-political potential of this thought for

denaturalizing relational normativity and imagining more ethical, autonomous and collective ways of loving. Its relevance lies in the critique of capitalism's isolating overload and in the defense of care networks beyond nuclearity. .

Keywords: craftsmanship of affections; Geni Núñez; non-monogamy; decoloniality;

Introdução

A monogamia costuma ser apresentada como a forma natural e correta de amar. No senso comum, ela aparece simplesmente como estar com uma pessoa de maneira exclusiva. Porém, neste trabalho, a monogamia não será compreendida só pela quantidade de parceiros. Ela também organiza o tempo, o corpo, a família, o cuidado e até os direitos. A partir de Geni Núñez, a monogamia será analisada como uma normatividade que transforma a exclusividade em prova de fidelidade, legitimidade e compromisso, pois o que há por trás é manutenção da propriedade e dos valores cristãos, deste modo essas questões são valorizadas para garantir essas premissas. É nesse debate que se insere Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. Geni Núñez é indígena Guarani, "poeta psicóloga ou psicóloga poeta", como ela mesma se apresenta (NÙÑES, 2023, p. 18). Sua forma de ver o mundo, estudar e escrever é atravessada pela poética de seu povo. No livro, ela mostra a monogamia como uma "monocultura dos afetos", imposta desde a invasão colonial e ainda presente nas leis, nas instituições e nas relações do cotidiano. A monocultura dos afetos é a forma que Geni fala desse modelo único de como lidar com os afetos, com o corpo e a terra, que é uma forma adoecedora que extrai tudo da terra a deixando seca. Uma analogia direta à monocultura na agricultura que esgota o solo. É importante destacar que a perspectiva utilizada aqui é a perspectiva Guarani apresentada por Núñez, e não uma representação de todos os povos indígenas. Diante disso, a pergunta que orienta este trabalho é: considerando que a monogamia foi historicamente imposta e naturalizada como a única forma legítima de se relacionar, de que maneira a crítica de Núñez à monocultura dos afetos, articulada à perspectiva Guarani, possibilita pensar a artesania dos afetos como uma ética relacional sem modelos universais? O objetivo é analisar como Geni Núñez relaciona colonização, monogamia e monocultura dos afetos, investigando de que maneira a artesania dos afetos pode ser compreendida como uma possibilidade de ética relacional baseada na autonomia, na interdependência, no cuidado e na coletividade. A ideia que orienta esta leitura é que a artesania dos afetos não propõe um novo modelo obrigatório de relacionamento. Ela desloca a ética da exclusividade, da posse e do controle para a construção cotidiana de vínculos singulares, responsáveis e interdependentes. Para desenvolver essa análise, o trabalho está dividido em quatro seções. A primeira aborda a relação entre colonização, monogamia e monocultura dos afetos. A segunda discute os efeitos dessa estrutura no isolamento, na sobrecarga e na violência contra mulheres e corpos dissidentes. A terceira apresenta elementos da cosmovisão Guarani mobilizados por Núñez, como a companhia, o corpo-território, o reflorestamento do imaginário e a interdependência. Por fim, a quarta seção analisa a artesania dos afetos como possibilidade de ética relacional sem molde único.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, teórico-bibliográfica e reconstrutiva. O objeto central é a obra Descolonizando Afetos: experimentações sobre outras formas de amar, de Geni Núñez (Paidós, 2023), lida em sua integralidade, com atenção especial ao conceito de artesania dos afetos (desenvolvido sobretudo na Parte III, no capítulo "Se não nos guiamos pela moral monogâmica, que ética não monogâmica podemos imaginar?"). As etapas foram: 1.Leitura e mapeamento argumentativo da obra, identificando os eixos: monogamia como tecnologia colonial (cartas jesuíticas, catequese, marcos legais); e proposta ética da artesania. 2.Reconstrução do argumento da autora em favor da crítica à monocultura afetiva através do olhar pela cosmogonia guarani. 3.Análise conceitual do termo "artesania dos afetos": Núñez o utiliza para recusar a não monogamia como modelo universal ou receita, enfatizando a construção singular, cotidiana e irrepetível. Diálogo explícito com a citação de Roberto Machado (sobre criar uma ética própria, expressão da verdade de potência nietzschiana) e com a recusa de mera inversão de valores da monogamia. 4.Contextualização histórica e política: exame das cartas jesuíticas (séc. XVI-XVII) citadas pela autora, impactos no Código Penal (adultério até 2005, bigamia), Código Civil (fidelidade recíproca) e jurisprudência (STF 2020 sobre uniões concomitantes). 5.Articulação com a motivação ética: crítica ao isolamento, à sobrecarga do trabalho doméstico/reprodutivo e à terceirização da autonomia do corpo. A não monogamia é lida como reorganização coletiva do cuidado, não como acúmulo de parcerias. O método privilegia a reconstrução filosófica do texto, com citações diretas e paráfrases fiéis, visando demonstrar a potencialidade do pensamento de Núñez para desconstrução da monocultura através da artesania dos afetos. O recorte privilegiou a artesania dos afetos como núcleo ético, o que implica menor desenvolvimento de outros tópicos (saúde mental, binarismo, parentalidades). Futuras pesquisas poderão expandir o diálogo com outras autoras indígenas e com a literatura sobre não monogamia política.

Resultados e Discussões

Seção 1 – Colonização e monocultura dos afetos Em Descolonizando afetos, Núñez desloca a monogamia do campo da preferência individual para o da história colonial. A autora afirma que "a colonização iniciou um projeto de imposição de uma monocultura dos afetos, que persiste desde 1500 até os dias de hoje"(NÚÑEZ, 2023, p. 25). O que se apresenta hoje como uma forma natural de amar aparece, na análise das cartas jesuíticas, como parte de um projeto de conversão. Núñez explicita que é um engano pensar que essas fontes mostram apenas o lado do colonizador, pois, ao observar as preocupações e os assombros dos catequizadores, também é possível perceber as desobediências indígenas contra a colonização. Esses registros esclarecem as lutas dos povos originários e os choques culturais entre os costumes. Para isso, é imprescindível um olhar descolonizador sobre esses documentos. A partir de um olhar mais afinado a essas cartas é possível perceber como no projeto civilizatório tinha em seu centro eliminar os arranjos afetivos indígenas que eram diversos; instaurar a monogamia cristã que visa promover a conversão através do batismo, um rito que leva a toda uma forma de vida específica que culmina no matrimônio indissolúvel. "Os missionários ficaram obcecados em erradicar as formas indígenas de não monogamia, pois compreendiam que, por meio do batismo, a obra missionária seria concluída com sucesso" (NÚÑEZ, 2023, p. 27). Desse modo, a ligação entre monoteísmo e monogamia toma forma: dentro do projeto civilizatório, a moral cristã era apresentada como a única possível. O casamento e o batismo estavam associados à indissolubilidade do vínculo e à não

concomitância amorosa, caracterizada como adultério e considerada um grave pecado. Núñez explica que a ideia de adultério aparece, primeiramente, como desvio espiritual, relacionado à demonização de outros deuses. A forma de provar amor a deus seria a fidelidade espiritual, segundo a qual só se poderia amar um único deus. “Para que uma relação pudesse ser definida como monogâmica, era necessário que atendesse ao princípio da indissolubilidade do vínculo, mais tarde repaginado pelo amor romântico na premissa do ‘até que a morte nos separe’” (NÚÑEZ, 2023, p. 32). Ainda tratando da catequização, Núñez apresenta um trecho do padre Diogo Ferrer, datado de 1633. Ele relata que os indígenas viviam juntos pelo tempo que desejassem e que não havia problemas quando um homem deixava uma mulher para se casar com outra, ou quando uma mulher fazia o mesmo. Ferrer se espanta com o fato de que, segundo ele, os indígenas não conheciam a perpetuidade do matrimônio e de que essa prática não lhes parecia ofensiva (NÚÑEZ, 2023, p. 32). Aqui se percebe a relação entre monogamia e monoteísmo, bem como as consequências dessa colonização nas leis e instituições brasileiras. Um exemplo é o direito ao divórcio, estruturado da forma como o conhecemos hoje apenas na Constituição de 1988, pois esse valor, colonial/cristão, da indissolubilidade do vínculo foi absorvido de forma institucional. Outro, é a tese da “legítima defesa da honra”, mobilizada durante décadas para tentar justificar ou atenuar a responsabilização de homens que haviam cometido violência contra mulheres acusadas de transgredir expectativas de fidelidade e exclusividade. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a incompatibilidade dessa tese com a dignidade da pessoa humana, a proteção à vida e a igualdade de gênero, no julgamento da ADPF 779 (BRASIL, 2021). Aqui é percebido como a fidelidade é um compromisso maior do que a própria integridade da vítima, a mulher. A criminalização da bigamia também impede a concomitância matrimonial. O artigo 235 do Código Penal estabelece que é crime “contrair novo casamento já sendo casado”, com pena de reclusão de dois a seis anos, e a ação penal depende de queixa do contraente enganado (BRASIL, 1940). “Isso chama a atenção porque sequer se cogita que as pessoas possam desejar, conscientemente, construir arranjos familiares múltiplos sem que alguém seja considerado ‘enganado’”(NÚÑEZ, 2023, p.38). Além disso, o adultério permaneceu como crime no Código Penal até 2005 (BRASIL, 2005). “A noção de adultério só faz sentido em uma estrutura que pressupõe que o direito ao próprio corpo deve ser cedido ao cônjuge, transformando a autonomia sobre a própria sexualidade em uma possível ofensa a terceiros” (NÚÑEZ, 2023, p. 38). Em nossa sociedade isso, a concessão do corpo e autonomia sobre a própria sexualidade já está tão introjetado, que se torna uma convenção quase que inquestionável. Tanto que haviam todas essas leis que garantiam esse direito e punia a subversão das leis matrimoniais. Em tese o indivíduo escolheu casar e já sabe quais são as regras, porém Geni dedica uma seção inteira, página 73, para falar como monogamia não é escolha visto que se você desejar romper esse acordo haverá punição tanto social, quanto legal. No âmbito do julgamento social, usar a autonomia sexual pode ser visto como ofensa ao cônjuge, ataque a honra e mal visto pela sociedade, uma pessoa traidora que por ter objetivado seu desejo, mesmo sem prejudicar ninguém é vista como uma humilhação para o parceiro. Fica exposta, assim, a forma como o monoteísmo, a monogamia e as leis positivas do país estão ligados de maneira intrínseca. Isso tensiona a afirmação de que o Estado é plenamente laico, uma vez que valores cristãos permanecem presentes na organização das instituições e dos direitos. O ordenamento jurídico brasileiro continua estruturado a partir da presunção da monogamia, dificultando o acesso a direitos por pessoas cujos vínculos não se enquadram nesse modelo. Historicamente, propriedade, previdência e pensão circularam sobretudo, dentro das famílias consideradas tradicionais. Durante muito tempo, filhos

nascidos fora do casamento foram chamados de “ilegítimos” e sofreram prejuízos jurídicos e sociais. Núñez cita, inclusive, Lélia Gonzalez, que denuncia esse tipo de hierarquia produzida pelo racismo no Brasil (NÚÑEZ, 2023, p. 40). Essa imposição monogâmica demonstra como a colonização instaurou uma monocultura dos afetos também na relação com as espiritualidades indígenas e afrodescendentes. A ideia de que só pode haver um deus, de que o batismo é imprescindível e de que a catequização deve ser imposta produz um movimento violento de racismo religioso. O modo de vida originário e as espiritualidades não cristãs são separados do modo de vida europeu e cristã, classificados a partir de oposições como bom e mau, certo e errado, selvagem e civilizado. Como mencionado por Núñez, “palavras como fidelidade, respeito e confiança são rapidamente preenchidas pelos valores monogâmicos, sem que se questione a possibilidade de existir fidelidade para além da exclusividade sexual”(NÚÑEZ, 2023, p. 40). A lógica da monocultura, que inclui a monogamia, exalta a não concomitância dos vínculos, e foi tão imposta como a forma correta de viver que, a fidelidade e a indissolubilidade do vínculo podem adquirir mais valor social do que a própria não violência. Aprendemos a considerar a quebra da exclusividade como uma das maiores violências possíveis, enquanto a sobrecarga, o controle, a desigualdade e a exploração do trabalho doméstico muitas vezes são naturalizadas dentro da relação. Núñez questiona a ideia de que o trabalho doméstico, o cuidado, a beleza, o apoio emocional e as renúncias pessoais possam garantir a exclusividade da outra pessoa. Essas práticas, embora frequentemente cobradas como provas de amor, não compram a permanência, o desejo ou a fidelidade de ninguém (NÚÑEZ, 2023, p. 68). Se a monogamia não se limita à imposição de uma forma de relacionamento, quais são os efeitos concretos dessa estrutura na organização do tempo, do trabalho e das redes de apoio? Seção 2 – Isolamento, sobrecarga e violência: efeitos sobre mulheres e corpos dissidentes A monocultura dos afetos não se esgota na catequese, nem na sua institucionalização jurídica. Ela organiza o tempo contemporâneo: isola o casal, concentra o cuidado e faz da exclusividade a prova de amor, com custos especialmente altos para mulheres e pessoas sexo-gênero dissidentes. Núñez questiona o argumento de que mulheres mães não teriam tempo para viver relações não monogâmicas. Para a autora, esse tempo já é consumido pela estrutura monogâmica, misógina e capitalista, que concentra sobre as mulheres o trabalho doméstico, o cuidado e a manutenção da família (NÚÑEZ, 2023, p. 64). Quando se pensa em namoro ou casamento, pensa-se também em trabalho, pois isso já é esperado e suportado. Não é raro que mulheres adiem sonhos, projetos e estudos, ficando cada vez mais vulnerabilizadas e dependentes da estrutura da casa para obter segurança econômica. Essa fragilização da mulher no tempo e formação traz uma distância no poder econômico da mulher , a deixando ainda mais vulnerabilizada e dependente do casamento para ter segurança essa segurança econômica. O isolamento social facilita essa sobrecarga e favorece serviços não remunerados que beneficiam os homens, permitindo que invistam em suas carreiras e em sua autonomia. A defesa conservadora da família está relacionada à manutenção dessa estrutura, realizada especialmente “por mulheres não brancas, mães, empobrecidas, trabalham gratuitamente para a ‘familia’” (NÚÑEZ, 2023, p. 64). Ao privatizar os afetos no modelo rígido do casal heteronormativo e da família nuclear, a colonialidade rompeu com formas coletivas de partilha e instituiu o isolamento como formato ideal e compulsório de relação. O tempo para descanso, lazer, projetos pessoais e redes coletivas é extremamente reduzido, o que nos leva a outra problemática: a violência doméstica. Minha leitura corrobora o que Núñez apresenta em Descolonizando afetos: com a romantização do casamento, a valorização da fidelidade, entendida como algo mais estimado do que a não violência, pode contribuir para que

mulheres permaneçam em relações nas quais existem agressões físicas e psicológicas, enquanto oferecem trabalho não remunerado, normalizado pela estrutura familiar. A autora argumenta que a violência contra as mulheres não deve ser compreendida apenas como uma expressão abstrata do machismo, pois grande parte dos feminicídios é cometida por companheiros ou ex-companheiros. Assim, a violência está relacionada a vínculos românticos monogâmicos e heteronormativos, nos quais posse e controle podem ser naturalizados (NÚÑEZ, 2023, p. 36). O que está em jogo não é apenas a vida das mulheres, mas também a de corpos dissidentes que não contemplam a heteronorma da família tradicional. Para muitos desses corpos, a estrutura social reserva, de maneira desigual, o trabalho de cuidado, o trabalho não remunerado e os subempregos. Isso também é uma herança colonial: aqueles que não se encaixam na norma cristã, que não servem ao batismo, ao casamento e à manutenção da propriedade concentrada no topo da cadeia social, formado por homens brancos e heterossexuais, ficam à margem, servindo a esse sistema. É o caso das pessoas LGBTQIAPN+, as quais, ainda são acusadas de serem destruidoras da família, uma vez que seus vínculos não são considerados como legítimos a partir dessa lógica da monocultura de afetos. A monocultura dos afetos também define quais corpos e vínculos serão reconhecidos como legítimos. Historicamente, a família considerada “normal” foi associada à união entre homem e mulher, à cisgeneridade, à reprodução e à exclusividade. A crítica à monocultura, portanto, não se refere apenas à possibilidade de ter mais de um vínculo. Ela questiona a forma como a sociedade organiza o tempo, o cuidado, a família e o reconhecimento social a partir do casal monogâmico. Quando uma única relação é responsabilizada por oferecer intimidade, segurança, cuidado e pertencimento, a vida afetiva se torna mais centralizada e, muitas vezes, mais vulnerável à posse e ao controle.
Seção 3 – Cosmovisão Guarani pela ótica de Geni Núñez, corpo-território e desconstrução da monocultura Apesar de Geni Núñez não ter dedicado um capítulo exclusivo para falar da cosmogonia indígena, o livro é permeado por esse tema. Inclusive, na apresentação, Geni deixa claro como ela traz consigo todos os seus atravessamentos. Ela afirma que sua forma de ver o mundo, estudar e escrever é “inexoravelmente atravessada pela poética de seu povo" (NÚÑEZ, 2023, p. 18). Núñez introduz como o idioma Guarani e a própria espiritualidade de seu povo são opostos à lógica da propriedade privada aplicada às relações. A autora relata que sua mãe não conhece, em Guarani, palavras específicas que expressam posse. Em vez de dizer que alguém é dono de algo, aparece a ideia de estar “em sua companhia”. O rio, o vento e as demais existências não são compreendidos prioritariamente como propriedades, o que revela uma relação diferente com a terra, os seres e os afetos (NÚÑEZ, 2023, p. 20). Essa visão permite observar como a linguagem reflete a cultura e a espiritualidade. Também evidencia como a sociedade brasileira absorveu os valores do monoteísmo e dos colonizadores, utilizando pronomes possessivos para quase tudo. Na perspectiva apresentada por Núñez, aparece a ideia de estar “em companhia” dos seres e das coisas, o que modifica a perspectiva relacional. Essa ideia de propriedade, tão presente na sociedade dominante, não ocupa o mesmo lugar nas perspectivas indígenas apresentadas pela autora. Como afirma Casé Tupinambá, citado por Núñez: “Não somos donos da terra, somos a terra”. A ideia de posse adoece a terra e o nosso corpo-espírito. “Viver bem é conviver sem posse”(NÚÑEZ, 2023, p. 20). Na cosmovisão segundo Geni, chegamos a uma análise importante sobre o corpo enquanto território, também colonizado. A exploração da terra, dos rios e das matas pode estar relacionada à exploração do território-corpo, que também pode ser esgotado, cansado e colocado a serviço de estruturas coloniais, capitalistas e patriarcais (NÚÑEZ, 2023, p. 116). A lógica colonial do extrativismo, criticada por Núñez, contrasta com a perspectiva

Guaraní apresentada no livro. Tudo é transformado em produto a serviço do capitalismo, e não há espaço para outras formas de existir. Por isso, a monocultura e o extrativismo esgotam tudo até que não haja mais nada. O mesmo ocorre com o nosso corpo, compreendido como um território colonizado e colocado a serviço de uma estrutura na qual o parceiro pode assumir o lugar de proprietário, explorando-o para a reprodução, o serviço doméstico e a manutenção do sistema capitalista por meio do trabalho. Além da compreensão do corpo enquanto território, uma visão importante apresentada por Núñez é a de que os afetos não são exclusivamente humanos. Eles também envolvem uma relação de respeito e responsabilidade com os demais seres e enfatiza outros modos de conceber intimidades que não sejam centrados na figura do humano universal, incluindo os vínculos com pradarias, rios e céus (NÚÑEZ, 2023, p. 25). Núñez traz um contraponto ecológico e relacional em uma metáfora muito rica, que aparece ao final de um poema. Ao questionar o desejo por uma primavera de uma única flor e por um enxame de uma única abelha, a autora afirma que a saúde está na floresta, e não na monocultura. Ela propõe "reflorestar nosso imaginário" como forma de enfrentar as monoculturas do pensamento e imaginar outras possibilidades de existência, rompendo com as separações coloniais entre natureza e cultura, humano e não humano, corpo e território (NÚÑEZ, 2023, p. 104). Essa reflexão abre caminho para algo essencial: o rompimento com as separações criadas a partir da colonização está ligado a esse reflorestamento do imaginário. Ele permite perceber a força da coletividade e compreender que a autonomia não tem relação com o sentido liberal que a aproxima da individualidade absoluta. Trata-se de depender sem se perder, assim como na floresta, onde uma árvore depende da chuva, mas não perde seus contornos. Essa é a ideia de interdependência: não há descolonização individual, pois o cuidado é compartilhado. Para Núñez, não somos autossuficientes: dependemos do ar, da água, da terra, do alimento e de outras pessoas. Por isso, a descolonização precisa envolver cuidado circular e responsabilidade coletiva (NÚÑEZ, 2023, p. 114). A interdependência apresentada por Núñez se opõe, tanto ao isolamento produzido pela centralização da vida no casal, quanto à ideia liberal de uma autonomia baseada na independência absoluta. Reconhecer que precisamos da terra, da água, dos demais seres e de outras pessoas não significa perder a autonomia. Ao contrário, significa compreender que a autonomia também se constrói por meio de relações de cuidado compartilhadas. Seção 4 – Artesania dos afetos e ética relacional sem moldes A monogamia, como vimos nas seções anteriores, tem um modelo único de relacionamento, organizado pela posse, pela centralização e pela exclusividade. Na perspectiva apresentada por Núñez, é possível perceber que existem outras formas de imaginar as relações, baseadas na companhia, na multiplicidade e na interdependência, como uma possibilidade de ética relacional, porém sem um molde único, concebida a partir das singularidades. A artesania dos afetos é uma construção. Além de não ser uma receita, também não é uma obrigatoriedade de se ter várias relações. A artesania dos afetos aparece como uma possibilidade de construir vínculos sem um molde fixo. Núñez formula essa ideia com clareza: Penso a não monogamia não como um modelo alternativo que se contrapõe à monogamia, mas sim como um não modelo. Não há receita pronta que funcione para todas as pessoas do mundo. Por isso utilizo a noção de artesania dos afetos para chamar a atenção para essa construção, que é sempre irrepetível em cada trajetória. (NÚÑEZ, 2023, p. 124) A partir disso, é possível observar que a não monogamia não irá transformar ninguém automaticamente em uma pessoa ética. Inclusive, Geni aponta essa questão em seu capítulo sobre machismo e heteronormatividade, quando provoca a reflexão de que, se um homem que se diz não monogâmico controla a sexualidade da parceira, ele está praticando monogamia

(NÚÑEZ, 2023, p. 99). Apesar de não haver regras prontas, percebo que existe uma base: o não cerceamento e a lógica da posse não cabem nessa artesania. O que me parece importante para que essa construção seja feita de maneira saudável é a percepção das dores e dos sofrimentos, como o ciúme, e o entendimento de que a dor de um indivíduo não justifica o cerceamento da liberdade do outro. A artesania dos afetos não determina previamente como cada relação deve ser. Ela exige atenção ao modo como os vínculos são construídos, considerando as singularidades, os limites e as responsabilidades de cada pessoa. A ética não está no nome da relação, mas na forma como ela acontece no cotidiano, por meio do cuidado, do respeito, da escuta e da autonomia. O compromisso pode aparecer no cuidado, na escuta, na presença e na responsabilidade, e não apenas na promessa de exclusividade. Assim, construir uma relação artesanal é estar disposto a rever os próprios acordos e compreender que os vínculos podem se transformar, sem que isso signifique necessariamente que aquilo que foi vivido antes era falso.

Conclusão

A análise desenvolvida neste trabalho buscou compreender como Geni Núñez relaciona a monogamia à colonialidade dos afetos, a partir da obra Descolonizando afetos. Ao longo do texto, foi possível observar como a monogamia é apresentada não apenas como uma escolha individual, mas como uma estrutura histórica, religiosa, jurídica e social. A partir da análise das cartas jesuíticas, Núñez mostra como a monogamia foi imposta junto ao projeto de catequização e civilização dos povos originários, permanecendo ligada à organização das leis, da família e das relações sociais. Também foi possível compreender que a monocultura dos afetos produz efeitos no presente, principalmente quando transforma a exclusividade, a posse e a centralização da vida no casal em provas de amor e compromisso. Essa estrutura pode contribuir para o isolamento, para a concentração do cuidado e para a sobrecarga das mulheres, especialmente das mulheres não brancas e das pessoas em situação de vulnerabilidade social. A perspectiva Guarani apresentada por Núñez possibilita deslocar essa lógica da propriedade e da separação. A ideia de estar em companhia, a compreensão do corpo como território, a ampliação dos afetos para além dos seres humanos, o reflorestamento do imaginário e a interdependência apresentam outras formas de pensar a existência. Nesse sentido, a artesania dos afetos pode ser compreendida como uma possibilidade de ética relacional sem um molde único. Ela não oferece uma receita para a não monogamia e também não garante que as relações serão automaticamente éticas ou livres de conflitos. A ética, nesse caso, não está apenas no nome da relação, mas na maneira como ela é construída e vivida no cotidiano. É importante reconhecer, contudo, os limites da obra analisada. Descolonizando afetos pode ser compreendido como uma porta de entrada para o debate sobre a não monogamia, pois apresenta mais perguntas e possibilidades de reflexão do que respostas prontas para sua aplicação como forma de vida. Em alguns momentos, pode-se observar a ausência de uma elaboração mais sistemática sobre a ética relacional e de um diálogo filosófico mais aprofundado. Outras produções acadêmicas de Núñez, como seus artigos e sua tese de doutorado, podem contribuir para o aprofundamento dos aspectos que aparecem como pistas no livro, especialmente aqueles relacionados à cosmogonia Guarani, ao território, à colonialidade e às relações entre seres humanos e não humanos. Assim, a importância de Descolonizando afetos não está em oferecer um manual para a não monogamia, mas em criar espaço para que os afetos sejam pensados para além da posse, da exclusividade e

da obrigação de um único modelo. Passar da monocultura à artesania não significa substituir uma regra por outra, mas abrir possibilidades para construir vínculos vivos, situados, responsáveis e em constante transformação.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> . Acesso em: 21 ago. 2026. BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 mar. 2005. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 779/DF. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, DF, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690> . Acesso em: 21 ago. 2026. NÚÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CÓDIGO: HS0980

AUTOR: MARIA ELISA DE SOUSA OLIVEIRA

ORIENTADOR: MAGDA DINIZ BEZERRA DIMENSTEIN

TÍTULO: Os sentidos da agroecologia para produtores rurais e consumidores de uma feira de agricultura familiar no Rio Grande do Norte

Resumo

O presente plano de trabalho consiste em um estudo acerca dos sentidos da agroecologia para produtores rurais e consumidores em feiras livres de agricultura familiar. A pesquisa foi desenvolvida no Mercado de Agricultura Familiar (MAF) e na Feira do Centro Administrativo, localizadas em Natal/RN. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis agricultores(as) que compõem o MAF e a Feira do Centro Administrativo, que foram analisadas a partir da perspectiva teórica do Construcionismo Social. Entre as práticas agroecológicas desenvolvidas, destacam-se a articulação entre as relações entre agroecologia e saúde, o desenvolvimento de projetos de vida, as relações de gênero e os atores institucionais envolvidos nessa prática. As posições discursivas desses atores são relatadas a partir de uma relação de construção coletiva entre os(as) agricultores, os(as) consumidores, o território e os atores institucionais.

Palavras-chave: agroecologia, atores institucionais, agricultura familiar

TITLE: The meanings of agroecology for rural producers and consumers at a family farming market in Rio Grande do Norte

Abstract

This study examines the meanings of agroecology for rural producers and consumers at family farming markets. The research was conducted at the Family Farming Market (MAF) and the Administrative Center Market, both located in Natal, Rio Grande do Norte (RN). Semi-structured interviews were held with six farmers participating in these markets, and the data were analyzed through the theoretical lens of social constructionism. Key aspects of the agroecological practices identified include the links between agroecology and health, the development of life projects, gender relations, and

the institutional actors involved in the practice. The discursive positions of these actors are presented as emerging from a process of collective construction involving farmers, consumers, the territory, and institutional actors.

Keywords: agroecology, institutional actors, family farming

Introdução

A perda da biodiversidade, o uso intensivo de agrotóxicos e o crescente desmatamento de áreas de preservação para estabelecimento de monoculturas ou pastagens têm sido apontados, dentre outros, como graves problemas gerados pelo padrão de produção de alimentos a partir da agricultura industrial, causando impactos nos modos de vida da população e dos recursos naturais (Oliveira et al., 2019; Altieri, 2012). Em consonância a essa questão, surgem inúmeras críticas a essa matriz produtiva em face de um novo paradigma que, sob o signo da sustentabilidade ambiental, defende estratégias de produção alimentar que integrem não só mudanças no manejo dos recursos naturais, mas também nas relações sociais (Caporal, 2009).

Nesse sentido, a Agroecologia tem se constituído como um importante campo de conhecimento capaz de apontar cenários para uma agricultura mais sustentável, na medida em que retoma os termos do debate sobre a produção agroalimentar por meio de uma perspectiva que aposte no profundo diálogo entre os saberes envolvidos historicamente nessa produção. Caporal (2009) enfatiza que uma transição agroecológica não significa meramente a substituição desses manejos por formas menos danosas ao meio ambiente, mas é favorecida pelo surgimento de novos conhecimentos socioambientais na articulação entre saberes locais e um conhecimento científico política e culturalmente sensível a esses saberes. Implica, também, um processo que demanda mudanças estruturais que garantam a efetivação de algumas condições para uma transição sustentada: acesso à terra e demais recursos de produção por meio de políticas públicas, construção de mecanismos de participação dos/as agentes envolvidos/as nos projetos de agricultura de base ecológica e garantia de direitos a tais agentes em face de sua diversidade sociocultural de gênero, étnico-racial e regional (Caporal, 2009).

Dentre a diversidade dos(as) agentes mobilizadores(as) pela perspectiva agroecológica, há um destaque para os(as) agricultores(as) familiares que tem, historicamente, contribuído para a produção de alimentos saudáveis por meio de manejos sustentáveis dos recursos naturais, garantindo a biodiversidade e livre de produção de organismos geneticamente modificados e de contaminantes químicos (Costa et al., 2019; Altieri, 2008; Marcos, 2007). Buscando assim, constituir-se como um modelo de produção onde trabalho, terra e família encontram-se enlaçados (Costa, 2023).

Conectados(as) diretamente com os consumidores/as, os produtores(as) oferecem a oportunidade de conhecer a biografia do alimento, compartilham histórias e experiências, de modo a abrir espaço para uma experiência que restitui os saberes invisibilizados pela lógica dominante de produção agroalimentar. Assim, a agricultura familiar têm possibilitado, por meio das feiras livres, uma importante inserção produtiva

na sociedade, bem como, o acesso de consumidores(as) urbanos a alimentos saudáveis e acessíveis, respeitando as diversidades territoriais e culturais no processo produtivo e protagonizando circuitos curtos de comercialização, de modo a promover maiores interações e trocas socioculturais entre produtores e consumidores dos centros urbanos (Amaral et al., 2020; Araújo & Ribeiro, 2018).

O presente plano de trabalho tem por objetivo analisar a produção de sentidos sobre a agroecologia para produtores rurais familiares de feiras livres na cidade de Natal/RN.

Metodologia

O campo empírico do presente estudo se deu no Mercado de Agricultura Familiar (MAF), antiga Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES/RN), localizada na cidade de Natal/RN e na Feira do Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. O MAF se configura como espaço relevante para a presente investigação, seja por articular agentes públicos e privados no investimento da agricultura familiar, como também por incorporar tanto agricultores familiares individuais quanto integrados a organizações produtivas, o que nos vislumbra duas possibilidades de inserção nas feiras de agricultura familiar. O MAF funciona efetivamente desde 2017, seu corpo de permissionários comporta tanto agricultores(as) familiares individuais (35 famílias), quanto organizações jurídicas (total de 20) voltadas para a agricultura familiar de todas as mesorregiões do Rio Grande do Norte, a exemplo de cooperativas, associações e organizações de famílias produtoras rurais. A sua administração se dá por meio de um comitê gestor que integra representação do Estado e da sociedade civil e seu funcionamento se dá diariamente, com exceção dos domingos. De acordo com Oliveira (2019), esta central foi concebida a partir da articulação de diversos agentes institucionais, tais como Governo do Estado e entidades da sociedade civil, como a Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (COOAFARN) com a finalidade de alavancar a agricultura familiar no Rio Grande do Norte. A feira passou a ser um ponto de escoamento da produção de agricultores de todo o estado, com o intuito de potencializar a comercialização e agregar valor aos produtos da agricultura familiar. Nesse sentido, a inserção no campo se deu por meio de 10 visitas realizadas no espaço das feiras, com o estabelecimento de contato com os(as) agricultores(as), a fim de construir um vínculo. Já a Feira do Centro Administrativo do Governo do Estado acontece semanalmente nas quartas-feiras, tendo como público consumidor mais acessado servidores das secretarias de governo e alguns(as) agricultores(as) também são atuantes na feira do MAF.

Mediante convite e aceitação para participar da pesquisa, foram realizadas entrevistas com 3 agricultores e 3 agricultoras, sendo no caso dos agricultores(as) selecionados aqueles que são da agricultura familiar e produzem produtos orgânicos e/ou naturais, com idade a partir de 18 anos até 67 anos e que realizam atividade de comercialização nas feiras com pelo menos um ano ou de consumidor dos seus produtos. Buscamos compor um grupo diverso de participantes em termos de gênero, raça/etnia e de formas de produção variada em agricultura de base familiar. Quanto às estratégias de produção e análise de dados, foi realizado o uso de entrevistas em profundidade gravadas em áudio mediante autorização prévia dos/as participantes (registrada e assinada por meio

de Termo de Consentimento Livre Esclarecido) e acompanhadas por um roteiro que abordou as questões principais do estudo: agroecologia e projetos de vida; agroecologia, saúde e gênero; agroecologia e relações com atores institucionais e não institucionais.O contexto (condições e espaço) de realização das entrevistas foi negociado com os/as participantes, de modo que as entrevistas foram realizadas com os/as agricultores/as no próprio espaço da feira. Foram executadas também observações de campo em que buscamos uma inserção no cotidiano dos(as) agricultores(as) familiares no espaço público das feiras, uma vez que entendemos ser nelas onde acontecem interações potencializadoras de sentidos relativos a essa modalidade de comercialização. Também pudemos identificar posicionamentos discursivos assumidos pelas pessoas em tais interações (Cardona, Cordeiro & Brasilino, 2014). As análises das entrevistas foram realizadas por meio da perspectiva das Práticas Discursivas, em que o interesse maior está concentrado no papel da linguagem na interação social e na forma como os sujeitos produzem sentidos e se posicionam frente às relações sociais cotidianas (Spink, 2010). A etapa de transcrição das entrevistas contou com o uso da ferramenta de Inteligência Artificial (IA), TurboScribe, limitada exclusivamente à conversão inicial de áudio em texto. Considerando possíveis interferências inerentes ao processo, todas as transcrições foram submetidas à revisão manual pela pesquisadora, de modo a garantir a veracidade do material. Destaca-se que não houve utilização de IA nas etapas de codificação, análise, interpretação dos dados ou elaboração dos resultados, em conformidade com as diretrizes éticas vigentes, especialmente a Portaria nº 2664/2026 do CNPq. Dessa forma, após o processo de transcrição das entrevistas realizado em um documento digitado, houve uma etapa de categorização das mesmas em uma planilha a partir dos mapas associativos (Spink, 2010), em que foram relacionadas as falas dos/as participantes com seções encontradas na literatura. A partir da organização do material, pudemos estruturar três eixos de produção discursiva: agroecologia e projetos de vida; agroecologia, saúde e gênero; e agroecologia e relações com atores institucionais e não institucionais. A partir desses eixos, foi possível identificar nos relatos de agricultores/as os sentidos produzidos sobre a agricultura familiar de base agroecológica e sua relação com as feiras livres.

Resultados e Discussões

Historicamente, a agroecologia surge no Brasil em setores específicos da sociedade, à medida em que há a retomada dos movimentos camponeses e das lutas sociais no campo após o fim da ditadura militar, regime este responsável por desarticular importantes organizações do campesinato (Costa, 2023). Contudo, a partir da alta incidência dos transgênicos no mercado agrícola, o Brasil se tornou o país líder em consumo de agrotóxicos ao adotar um modelo de produção ambiental adoecedor e insustentável, levando a extenuação dos recursos naturais e a desterritorialização dos agricultores (Costa, 2023; Caporal, 2009).

Dentre os atores implicados na prática agroecológica, a agricultura familiar destaca-se por sua heterogeneidade ao conseguir se reinventar entre as dissidências dos territórios. A agricultura de base agroecológica não se refere apenas a um modo de produção que possibilita outras formas não hegemônicas de ocupar o espaço, mas mobiliza importantes atores sociais e institucionais (Costa, 2023). Nesse sentido, as feiras livres se constituem como espaços de comercialização que representam um ponto importante

de fortalecimento e visibilidade dos produtos agroecológicos, na medida em que conectados/as diretamente aos consumidores, os produtores oferecem a possibilidade de conhecer a história dos alimentos, abrindo espaço para uma experiência que reconstitui saberes invisibilizados pela lógica dominante de produção agroalimentar (Costa, 2023; Oliveira 2023). Tais questões podem ser explicitadas na entrevista realizada com:

A. (homem cis/ 49 anos): “A gente viu a importância de produzir agroecológico para os nossos clientes [...]”

L. (mulher cis/ 49 anos): “A gente viu a necessidade de produzir alimento saudável, que os clientes procuravam muito.”

Caporal (2020) discorre sobre transição agroecológica como um processo multilinear, social, ecologicamente determinado, geracional e dinâmico, visto que suas formas de manejo podem ser alteradas ao longo do tempo. Constituída como uma nova forma de fazer a agricultura, com a utilização de métodos e tecnologias de base agroecológica que favorecem a preservação do ambiente, reduz os custos de produção e oferece produtos saudáveis, essa prática requer também mudanças das práticas e dos valores quanto ao uso e o manejo dos recursos disponíveis no ambiente (Marin, 2009). Desse modo, a transição agroecológica enquanto processo social se encontra enlaçado aos graus de diversidade e de complexidade social e ecológica, extrapolando os aspectos tecnológicos da produção rural. Assim, Costabeber (2006) pontua sobre a importância de iniciativas locais na construção de estratégias e conhecimentos, com destaque ao protagonismo dos atores sociais e institucionais na definição de pautas para o desenvolvimento agrícola e rural.

Devido à cadeia curta de produção, os consumidores conseguem assumir um papel ativo na construção de referências de qualidade, por meio da sociabilidade de conhecimentos, tornando-se consumidores reflexivos (Goodman, 2017). Tais aspectos não são postos apenas pelas relações de amizade criadas, mas também por meio da qualidade do alimento, criando assim, um sentimento de confiança no cliente (Schneider & Ferrari, 2015).

A partir dessa discussão, alguns atores institucionais e não institucionais surgem como figuras adjuntas no funcionamento das feiras livres e na produção de alimentos ao dispor do suporte de políticas públicas (Oliveira, 2023). Para tal, determinados contornos querem desse grupo social novos posicionamentos políticos e novas alianças que tensionam o modelo agroalimentar dominante frente a proposição de estratégias alternativas (Oliveira, 2023).

Quanto aos atores institucionais, há a participação de diversos setores governamentais, como por exemplo, a Secretária de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) que organiza e financia o espaço e o funcionamento do MAF (Amaral et al., 2023). Amaral et al. (2023) apontam diversos desafios enfrentados pelos agricultores do mercado quanto ao quadro insuficiente de técnicos, que não tem dado conta de acompanhar as atividades desenvolvidas, contudo, os(as) agricultores(as) buscam minimizar esse prejuízo pela troca de experiência com outros(as) agricultores(as) e adentrando em diversas redes de colaboração, como associações, sindicatos e universidade.

O SEBRAE por meio de trabalhos de consultoria tem estimulado a transição para um modelo mais sustentável, ao ofertar conhecimentos técnicos e auxiliar no processo de certificação, buscando valorizar a artesanalidade e a localidade como elementos de destaque (Amaral et al., 2020). Tal parceria é identificada na fala de A (homem cis, 49 anos): " Hoje a gente tem o consultor do Sebrae, tá lá com a gente, vai lá uma vez por mês" e na fala de R (mulher cis, 27 anos):

"Uma das assistências técnicas partiu do SEBRAE, a outra partiu do Senac. A do Senac era com a plantação das hortaliças e o SEBRAE foi com relação à gestão do negócio familiar. E além disso, também tem [nome do cliente] ele é presidente do SEBRAE, ele é nosso cliente [...] sempre que a gente precisa a gente entra em contato com ele e ele resolve o problema pra gente. Um exemplo foi a energia que a gente precisou. Bater lá na COSERN, várias, várias vezes pra gente poder ligar os equipamentos pra irrigação. A gente passou quase 2 meses e sempre tinha uma dificuldade pra ligar… a gente tava querendo só que ele ligasse a energia e tá pedindo nada, nada demais. É algo que a gente iria pagar aí. A gente falou com ele, ele conseguiu entrar em contato com alguém e, no mesmo dia, foram lá ligados, entendeu, ele nos ajuda, dando esse suporte."

Assim, o SEBRAE tem contribuído na construção da imagem dos produtos, mas as mudanças significativas são fruto das iniciativas dos agricultores em diálogo com os consumidores em suas redes de colaboração (Amaral et al., 2020). Em contrapartida, esse suporte prestado pelos atores institucionais não são acessíveis para todos/as os/as agricultores/as, como pode ser evidenciado na fala de M (homem cis, 60 anos):

"Não. Não tenho apoio de ninguém. Quando a gente procura, não encontra. Era para a gente poder fazer um empréstimo para poder fazer uma coisa maior, mas isso é muito difícil. Para chegar na mão do agricultor, é muito difícil. Quando vem, tem que pagar, isso nem é ajuda. Apoio mesmo não tem".

Amaral et al. (2020) aponta a discriminação das políticas de crédito para esse grupo social, evidenciando as dificuldades do Estado em fornecer um sistema de crédito acessível. Dessa forma, a disponibilização de recursos para fomentar a agricultura familiar deve ser horizonte nas políticas de desenvolvimento rural, bem como a participação dos gestores públicos na implantação de programas voltados ao mercado institucional e aos agricultores (Silva e Nunes, 2023; Melão, 2012). Em vista disso, as cooperativas surgem como um ponto de apoio que visa assegurar o desenvolvimento rural, econômico, cultural e ambiental, ao viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar (Silva e Nunes, 2023).

Quanto às questões de gênero e a participação feminina na agroecologia, todos(as) os(as) entrevistados(as) relataram não existir diferença na prática agroecológica entre homens e mulheres. Todavia, apontam em sua totalidade a destinação para a mulher do trabalho que envolve o cuidado. Nesse sentido, o trabalho feminino na agricultura familiar passa a ser visto como uma extensão dos papéis de mãe e de esposa, ficando ao seu cargo o papel de reprodução (Melo et al., 2007), como apontado em um trecho da entrevista de L (mulher cis, 49 anos):

Entrevistadora: "Você percebe alguma diferença entre como homens e mulheres praticam agroecologia?

L.: Não… hoje as mulheres estão muito presente nessa parte da agroecologia. E lá é tanto que lá a gente tá com um plantio de batata agora que quem tá limpando é as mulher, com a mão tá tirando mais com a mão porque a gente não pode usar herbicida, né? esse tipo de agrotóxico, né? [P SEP] Pronto e as mulheres ajudam muito assim [...] acho que são até às vezes mais envolvida do que os homens."

O debate entre mulheres e agroecologia vem crescendo no Brasil e em toda a América Latina, de forma a ressaltar a importância do fortalecimento do papel político das mulheres agricultoras na construção da agroecologia (Lima, 2017). A construção dos saberes agroecológicos ao englobar a dimensão social, permitiu que as mulheres pudessem repensar e questionar as relações de poder por meio de uma abordagem emancipatória que garante o entendimento das desigualdades de gênero e como essas questões dificultam o avanço da agroecologia (Backes et al., 2023).

Fernandes (2023) discorre sobre as formas com que o movimento agroecológico sublinha a politização do campesinato, constituindo-se como uma prática que perpassa por diferentes movimentos sociais ao integrar pautas sobre segurança alimentar, justiça ambiental, feminismo, saúde coletiva, relação campo-cidade, dentre outros.

Partindo do entendimento da produção de saúde de modo relacional (Leite et al. 2017), as populações rurais são povos ou comunidades que constituem seus modos de vida, de produção e de reprodução social relacionados à terra, na qual a diversidade territorial e a ligação com o território são evidenciados na multiplicidade das práticas populares de saúde (Rücket, 2018; Leite et al, 2017).A partir desse contexto, foi observado uma perspectiva homogênea entre os/as agricultores/as do entendimento da agroecologia como a promoção de saúde advinda de seu trabalho na terra:

M (homem cis, 60 anos): "Agroecologia é a ecologia das plantas, é plantar na terra. É isso que eu faço."

A (homem cis, 49 anos): "Eu acho que agroecologia é saúde. Você tem que plantar e produzir alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos."

Encontra-se, na fala dos agricultores, uma concepção de saúde ligada ao meio rural, o qual é observado pela relação entre o plantar e o consumo de alimentos saudáveis. Nesse viés, Navolar et al. (2009) apontam o comportamento alimentar como uma constituição para além do consumo, uma vez que é composto por aspectos produtivos, seleção, preparação e por aspectos simbólicos ligados às identidades sociais. Também foram observados nas falas dos agricultores a relação entre saúde e a utilização de ervas medicinais no cuidado primário à saúde diante do surgimento de alguma enfermidade, como apresentado por L. (mulher cis, 49 anos):

"Você consumir um alimento saudável, um alimento sem agrotóxico, você tá evitando de ir pra farmácia, né? por que hoje a farmácia é muito produto químico, muito agrotóxico que as pessoas consomem e termina direto na farmácia gastando dinheiro com remédio. É melhor comprar um alimento saudável que às vezes as pessoas acham que é muito caro e que não é, a gente vende aqui num preço acessível. E você tá consumindo um produto de qualidade e vai melhorar cada dia mais com saúde, né?"

As práticas de cuidado desenvolvidas pelas famílias encontram-se entrelaçadas a aspectos sociais, culturais e históricos. O alimento se vincula a esse cuidado ao visar a promoção e a proteção à saúde. Assim, a relação com uma medicina proveniente do acesso aos recursos da natureza fortalece as práticas de saúde cultivadas de maneira geracional ao conectar a terra e transformar o modo pelo qual se entende os processos de saúde-doença-cuidado (Wunsch et al., 2014). Ainda, para as famílias, outra prática de cuidado consiste em produzir e consumir o próprio alimento, ao entender que determinada atitude garante a sobrevivência na terra e protege a saúde (Wunsch et al., 2014).

O fortalecimento das conexões com o território entrelaçadas às práticas agroecológicas contribuem para a reconstrução de identidades coletivas e projetos de vida, ao fomentar a autonomia produtiva, as memórias sociais e as relações de pertencimento essenciais ao bem estar subjetivo (Altiere, 2002). Desta forma, a agroecologia potencializa a participação entre os sujeitos e faz com que os indivíduos possam se reconhecer como tais em seus territórios (Moreira, 2024).

João Nunes, presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em uma entrevista realizada pela Radis Fiocruz (2026), discorre sobre o potente encontro entre saúde e agroecologia, a medida em que fortalece uma dupla proteção a vida ao defender a produção e o consumo de alimentos saudáveis, ao mesmo tempo em que contribui para a proteção do planeta como alternativa às mudanças climáticas. Desse modo, o sanitarista Marco Menezes soma ao debate ao considerar que tal interlocução atualiza o conceito ampliado de saúde e os ideais da Reforma Sanitária Brasileira à medida em que a agroecologia permite a aproximação dos territórios e o seu entendimento como um local de produção de resistência.

Nesse viés, o desenvolvimento da Política Nacional de Saúde integral das populações do campo, da floresta e das águas (PNSIPCF), aprovada na 14º Conferência Nacional de Saúde, se constitui como um marco histórico na saúde brasileira ao reconhecer as condições e os determinantes sociais nos processos de saúde-doença-cuidado dessas populações (Dantas et al, 2020; Brasil, 2013).

Contudo, ao ser instituída como Portaria, evidencia a fragilidade da política como um ato normativo que pode ser alterada, revogada ou substituída a depender da Gestão vigente. A partir disso, Dantas et al. (2020) discorrem os obstáculos que impedem a realização de determinadas políticas públicas para as populações rurais em todo o país, visto que tais políticas esbarram em trâmites políticos e econômicos, de modo a fomentar a perpetuação dessas iniquidades. Dessa forma, as desigualdade vivenciadas no meio rural se articulam com níveis de determinação, dentre eles: uma dimensão macroestrutural que relaciona o capitalismo e as formas de produção de vida; e uma dimensão que articula aspectos culturais e simbólicos no que diz respeito às produções subjetivas, às práticas de saúde-doença-cuidado e os seus atravessamentos de raça, de gênero e de geração de renda (Dantas et al, 2020).

Conclusão

O presente trabalho buscou explorar os sentidos das práticas agroecológicas desenvolvidas por agricultores(as) familiares e consumidores/as de feiras de agricultura familiar, à medida em que se constituem como importantes espaços de encontro de saberes e de experiências. Por meio do compartilhamento de narrativas, foi possível compreender a agroecologia como um paradigma que entrelaça e tensiona a saúde, projetos de vida, relações de gênero e atores institucionais. Nesse sentido, o MAF e a Feira do Centro Administrativo vem construindo, com o apoio dos(as) agricultores(as), um trabalho em rede, constituído em grande parte por sujeitos(as) envolvidos no debate agroecológico.

No âmbito da saúde, o cultivo sem agrotóxicos e o uso de plantas medicinais são vivenciadas como práticas de saber e de cuidado continuadas, de modo a prevenir o adoecimento ao mesmo tempo em que conecta o trabalho, a terra e as práticas de saúde-doença-cuidado aos saberes tradicionais. Por fim, entende-se que a escrita deste relatório comporta determinados limites da própria escrita acadêmica por situar-se historicamente e particularmente no tempo, sem medidas conclusivas.

Referências

Altieri, M. A. (2008). Small farms as a planetary ecological asset: Five key reasons why we should support the revitalisation of small farms in the Global South. Third World Network.

Altieri, M. A. (2012). Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável (3ª ed. rev. e ampl.). Expressão Popular; AS-PTA.

Amaral, L. de S., Santos, C. de J., Souza, C. R., Penha, T. A. M., & Araújo, J. P. de. (2020). O papel das cadeias curtas de comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: O caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). Desenvolvimento e Meio Ambiente, 55, 494–516. https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.74160

Araujo, A. M., & Ribeiro, E. M. (2018). Feiras, feirantes e abastecimento: Uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. Estudos Sociedade e Agricultura, 26(3), 561–583.https://doi.org/10.36920/esa-v26n3-4

Backes, R. M. F., Giongo, C. R., & Cúnico, S. D. (2023). “Somos a Terra lutando para sobreviver”: Histórias de vida de mulheres agroecologistas. Psicologia: Ciência e Profissão, 43, 1–15. https://doi.org/10.1590/1982-3703003263959

Brasil. Ministério da Saúde. (2013). Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Ministério da Saúde.

Caporal, F. R. (2009). Agroecologia: Uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília.

Caporal, F. R. (2020). Transição agroecológica e o papel da extensão rural. Extensão Rural, 27(3), 7–19.https://doi.org/10.5902/2318179638420

Cardona, M. G., Cordeiro, R. M., & Brasilino, J. (2014). Observação no cotidiano: Um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In M. J. P. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. do Nascimento, & M. P. Cordeiro (Orgs.), A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas (pp. 123–148). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. F. (2019). Feminismos e agroecologia: Lutas contemporâneas na cidade. In M. L. M. Bosi, S. D. Prado, & A. Amparo-Santos (Orgs.), Cidade, corpo e alimentação: Aproximações interdisciplinares (pp. 69–97). EDUFBA. https://doi.org/10.7476/9786556300108.0005

Costabeber, J. A. (2006). Transição agroecológica: Rumo à sustentabilidade. Agriculturas: Experiências em Agroecologia, 3(3).

Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Macedo, J. P., & Belarmino, V. H. (2020). Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: Cuidado integral às populações do campo. Athenea Digital, 20(1), 1–21.https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2169

Fernandes, S. L., Rosário, H. D. C., & Souza, G. A. de. (2023). A história de Margarida: Agroecologia, feminismo e saúde. Estudos de Psicologia (Natal), 28(1). https://doi.org/10.22491/1678-4669.20230011

Goodman, D. (2017). Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: Conectando produção e consumo. In S. Schneider & M. Gazolla (Orgs.), Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar. UFRGS.

Lima, M. M. T., & Jesus, V. B. de. (2017). Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. Scientiae Studia, 15(1), 73–96.https://doi.org/10.11606/51678-31662017000100005

Leite, J. F., Dimenstein, M., Dantas, C. B., Silva, E. L., Macedo, J. P. S., & Sousa, A. P. (2017). Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: Um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. Avances en Psicología Latinoamericana, 35(2), 301–316. https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4768

Marcos, V. de. (2007). Agroecologia e campesinato: Uma nova lógica para a agricultura do futuro. Agrária, 7, 182–210. https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i7p182-210

Marin, J. O. B. (2009). Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica. Revista UFG, 11(7).https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48253

Melão, I. B. (2012). Produtos sustentáveis na alimentação escolar: O PNAE no Paraná. Caderno IPARDES – Estudos e Pesquisas, 2(2), 87–105.https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/article/view/533

Moreira, R. M., & Carmo, M. S. do. (2004). Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. Agricultura São Paulo, 51(2), 37–56.

Navolar, T. S., Rigon, S. do A., & Philippi, J. M. de S. (2012). Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 23(1), 69–79. https://doi.org/10.5020/1176

Oliveira, A. L. A. de, Cruz, F. T. da, & Schneider, S. (2019). Sustentabilidade e escolhas alimentares: Por uma biografia ambiental dos alimentos. Sustentabilidade em Debate, 10(1), 146–158.https://doi.org/10.18472/SustDeb.v10n1.2019.19280

Oliveira, F. S. S. (2019). A construção de mercados para a agricultura familiar no estado do RN: Analisando a Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – CECAFES/RN, no período de 2017 a 2019 [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Rückert, B., Cunha, D. M., & Modena, C. M. (2018). Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: Revisão integrativa da literatura. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, 22(66), 903–914. https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0449

Schneider, S., & Ferrari, D. L. (2015). Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: O processo de relocalização da produção agroalimentar em Santa Catarina. Organizações Rurais & Agroindustriais, 17(1), 56–71.https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87838281006

Silva, R. M. A. da, & Nunes, E. M. (2023). Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: Uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. Revista de Economia e Sociologia Rural, 61(2), e252661.https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661

Spink, M. J. (2010). A produção de sentidos na perspectiva da linguagem em ação. In M. J. Spink (Ed.), A linguagem e produção de sentidos no cotidiano (pp. 26–37). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Wunsch, S., Budó, M. L. D., Beuter, M., Garcia, R. P., & Seiffert, M. A. (2014). Proteção: Dimensão do cuidado em famílias rurais assentadas. Escola Anna Nery, 18(3), 533–538. https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140076

CÓDIGO: HS1027

AUTOR: MARIA EDUARDA ALVES MARTINS

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: as oferendas reais e para o rei na tumba de Amenemhat/Surero (TT48), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1391-1353 A.E.C.

Resumo

As tumbas egípcias de particulares no Reino Novo tinham a função de representar um espaço liminar entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, assim como ser uma faceta da identidade do proprietário, garantindo a sua perpetuação no Egito terreno e no Além. Nesse sentido, elaboramos uma pesquisa centrada na análise iconográfica da tumba de Amenemhat/Surere (TT48), que se encontra no sítio arqueológico de el-Khôkha, na margem ocidental de Tebas, atual Luxor, Egito. A TT48 foi construída durante o reinado de Amenhotep III (c. 1391-1353 A.E.C.), no período chamado "pré-amarniano", que antecede o reinado de Akhenaton (c. 1353-1335 A.E.C.) e a construção da cidade de Akhetaten (atual Tell el-Amarna). Amenemhat/Surere foi um membro da elite egípcia com diversos títulos, dentre os quais destacamos “mordomo chefe”, “à frente do rei” e “supervisor dos grãos de Âmon”, e sua tumba está repleta de imagens de adoração e oferendas protagonizadas tanto pelo morto quanto pelo faraó Amenhotep III. Buscamos, ao longo da pesquisa, interpretar os possíveis significados advindos da alta presença de cenas do rei em locais estratégicos, com relação ao visitante, ao redor de toda a estrutura funerária, e como isso poderia, potencialmente, afetar o destino de Amenemhat/Surere, considerando o papel da tumba como meio pelo qual o seu proprietário pode alcançar a vida após a morte.

Palavras-chave: Egito Antigo. Espaço funerário. Tumba de particular.

TITLE: Funerary Space in Ancient Egypt: the royal offerings and to the king in the tomb of Amenemhat/Surere (TT48), New Kingdom, 18th Dinasty, c. 1391-1353 B. C. E.

Abstract

The funerary beliefs of Ancient Egypt provide a multitude of available sources of research for Egyptologists worldwide, such as the iconography found on the walls of tombs built

from the Old Kingdom period to the final years of the Ptolemaic and Roman periods. In this sense, this poster presents the results of an undergraduate research project focusing on the tomb of Amenemhat/Surere (TT48), built during the reign of Amenhotep III (c. 1391-1353 BCE), pre-amarnian period, New Kingdom. The tomb was a funerary space that provided a post-death life to the owner, in which he still had access to the food, clothing, services, and other goods he had in life, through the spells, rituals, and offerings within the decorative plan, as well as through the interactions between living and dead in the upper structure of the tomb. The iconographical plan of TT48 presents a singularity of having many images and icons relating to the king, instead of the owner, and this research aims to understand why that is, and what repercussions and meanings can be taken from this, as the tomb was meant to uplift and represent its owner's interests, memory, and to guarantee his eternal life. Furthermore, we aim to discuss the power dynamics between royalty and elite, and what is the place of a member of the elite, inside their own tomb, in relation to the king during the pre-amarnian period.

Keywords: Ancient Egypt. Funerary space. Private tomb.

Introdução

A tumba de Amenemhat/Surere (TT48) encontra-se no sítio arqueológico de el-Khôkha, situado na margem ocidental de Tebas, atual Luxor, no Egito. No período em que a tumba foi construída, Tebas constituía o principal centro religioso do Egito e era o local destinado ao sepultamento dos reis da dinastia, bem como de determinados membros de destaque da elite egípcia. A construção da tumba ocorreu durante o reinado de Amenhotep III (c. 1391–1353 A.E.C.), na primeira metade da XVIII Dinastia (c. 1550–1307 A.E.C.) do Reino Novo (c. 1550–1070 A.E.C.).

Esse período corresponde ao que é denominado "pré-amarniano", momento anterior ao reinado de Akhenaton (c. 1353–1335 A.E.C.) e à fundação da cidade de Akhetaten (atual Tell el-Amarna). Trata-se de um contexto marcado por transformações políticas e religiosas na sociedade egípcia. Na primeira metade da XVIII Dinastia, o Egito passou por uma reestruturação interna relacionada à reconquista de seu território após o domínio dos hicsos. Esse processo foi acompanhado por uma política externa mais agressiva, pela expansão territorial e por investimentos nos templos e demais locais de culto; paralelamente, ocorreu uma maior difusão do culto de Âmon-Rê e de suas características solares (David, 2011, p. 243–245).

Amenemhat/Surere ocupava uma posição de destaque na administração egípcia, como demonstram os diversos títulos atribuídos a ele, entre os quais se encontram "mordomo chefe", "à frente do rei" e "abanador do rei". Sua presença pode ser reconhecida em diferentes partes da decoração da tumba, especialmente por meio da representação associada à sua função de abanador; além dessas representações, a iconografia da tumba apresenta cenas de adoração e de oferendas protagonizadas por Amenemhat/Surere e Amenhotep III. Na câmara de entrada da tumba, é possível identificar dezesseis cenas distribuídas pelas paredes, numeradas de acordo com a ordenação estabelecida no catálogo produzido durante o primeiro ano de Iniciação Científica desta pesquisa. São elas: cenas de adoração por parte de Amenemhat/Surere (III, IV, V, VI, VIII, XIV E XV),

conforme Fig. I; cenas de adoração por parte do rei (I, II e VI), na Fig. II; cenas de oferenda por parte de Amenemhat/Surere (IX, X e XIII), na Fig. III, uma cena de abertura da boca (V), na Fig. IV, cenas do rei ou de estátuas do rei (VII, XI e XII), na Fig. V, e, por fim, a decoração presente na entrada para a câmara interna (XVI) Fig. VI.

Assim sendo, diante da elaboração do catálogo e de sua subsequente análise, percebemos uma ampla presença do rei na decoração da tumba, protagonizando cenas de adoração e oferendas. Ao entendermos a tumba como o meio pelo qual o morto atinge a vida após a morte, ao longo desse ano de pesquisa, focamos em compreender quais poderiam ser as possíveis repercussões de uma figura terceira – mesmo que essa figura seja o faraó no poder – ter tanto destaque dentro de uma tumba que pertence a outra pessoa. Assim, analisamos a localização das cenas do rei dentro da tumba, e também escolhemos uma cena em específico para analisar de forma mais aprofundada, sendo ela a Figura XII, de acordo com a organização do catálogo da tumba.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, partimos da compreensão de que a análise da iconografia da tumba de Amenemhat/Surere (TT48) deve considerar sua inserção no espaço funerário. Dessa forma, buscamos interpretar os elementos iconográficos a partir de sua relação com o espaço, com o objetivo de compreender as formas pelas quais os antigos egípcios estabeleciam relações com a Cultura Material e, a partir disso, reconstruir o Espaço Funerário da TT48. Para a realização dessa análise, adotamos a perspectiva da egiptóloga Valérie Angenot, que propõe a utilização da semiótica de Roland Tefnin (1997) articulada à sua própria concepção de hermenêutica (Angenot, 2011, 2015).

A partir da perspectiva semiótica de Tefnin (1997), imagem, texto e espaço são compreendidos como elementos intercambiáveis e inter-relacionados, cuja articulação permite a construção e transmissão de uma mensagem em sua totalidade. Nessa abordagem, portanto, não há uma separação rígida entre imagem e texto: a imagem pode ser compreendida enquanto texto, assim como o texto pode assumir uma dimensão imagética. Ambos funcionam de maneira complementar e partem de bases e preceitos semelhantes, de modo que sua interpretação deve considerar a relação estabelecida entre esses diferentes elementos.

A essa perspectiva associamos a hermenêutica, entendida nesta pesquisa como uma abordagem interpretativa fundamentada na contextualização. Nesse sentido, a compreensão das mensagens presentes na tumba depende também da consideração de seus contextos histórico, social, político e religioso. Esses aspectos faziam parte do imaginário da população egípcia daquele período e, portanto, podem ter influenciado diretamente suas ações e escolhas (Angenot, 2014, p. 115–116). Assim, a análise considera tanto o contexto espacial dos elementos que circundam determinada imagem, seu contexto de produção e o local específico em que ela está inserida, quanto o contexto temporal, relacionado às condições sociais e culturais do Egito Antigo. Isso parte da compreensão de que o imaginário social de uma sociedade também pode se manifestar em suas diferentes formas de expressão artística e cultural.

Além dessas perspectivas, também nos fundamentamos nos estudos sobre Agência Material de Malafouris (2013). Essa abordagem está vinculada à Arqueologia Cognitiva e à Teoria de Engajamento Material, dedicando-se à compreensão das relações estabelecidas entre os seres humanos, a fabricação e a utilização de objetos e ferramentas. Nessa perspectiva, a intencionalidade presente na Cultura Material constitui um elemento fundamental para a compreensão da própria natureza humana. Ao transpor essa abordagem para o estudo do Egito Antigo, procuramos compreender a tumba não apenas como um espaço passivo no qual as ações humanas ocorrem, mas como um agente vivo e ativo, cuja existência e significado são constituídos a partir do engajamento e da interação dos seres humanos com o próprio espaço funerário.

Resultados e Discussões

A tumba contém um total de dezesseis cenas registradas, consistindo principalmente em cenas de oferenda e adoração protagonizadas tanto por Amenemhet/Surere, o proprietário, quanto pelo rei Amenhotep III. O morto aparece em dez cenas de oferendas e adorações e em uma cena do ritual de "abertura da boca", enquanto o rei é o foco principal de seis cenas; em três delas, o proprietário da tumba pode ser visto ao seu lado, segurando um leque. Uma das cenas em que o rei é o protagonista mostra Amenhotep III sentado em um trono, dentro de um quiosque, diante de uma procissão de estátuas (Fig. XVIII). Abaixo do trono, observa-se uma série de nove cenas que retratam o rei derrotando violentamente inimigos estrangeiros, representados tanto na forma humana quanto na de esfinge e usando coroas distintas que simbolizam o Alto e o Baixo Egito. Tais cenas podem ser interpretadas como a expressão de uma ideologia na qual o rei demonstra seu poder por meio da dominação violenta de povos, especialmente aqueles que habitavam as proximidades do território egípcio. Ao ser retratado sob diferentes formas e com variadas coroas, o rei projeta uma imagem de poder absoluto, valendo-se desses símbolos e motivos (Bestock, 2018, p. 146). É possível que essas cenas não retratem eventos históricos reais de combate e vitória do faraó sobre inimigos, sobretudo no que diz respeito às representações de pisoteamento e às diferentes formas assumidas pelo rei (humano e esfinge), mas sim que ilustrem como a dominação violenta e a subjugação constituem elementos centrais da ideologia real, reforçando, assim, o poder do monarca (Bestock, 2018, p. 144).

Quanto às cenas envolvendo Amenemhat/Surere, ele é retratado principalmente adorando e fazendo oferendas a diferentes deuses; em uma dessas cenas, localizada na primeira porta de entrada, ele aparece diante de uma mesa de oferendas, ao lado de sua mãe, adorando o sol nascente. Segundo Säve-Söderbergh (1957, p. 35), cuja obra “Private Tombs of Thebes Vol. I” serviu de base para a análise da iconografia e das informações sobre a tumba, é comum que o falecido esteja acompanhado pela esposa nesse tipo de cena; contudo, como Amenemhat aparentemente nunca se casou, é sua mãe quem está ao seu lado (Fig. IX). A mãe dele também é uma figura de interesse na tumba, sendo o único membro da família mencionado diversas vezes no local, ao contrário do pai e do irmão (Säve-Söderbergh, 1957, p. 35). Isso pode estar relacionado ao fato de que ela era, ao que tudo indica, considerada uma concubina real, desfrutando, portanto, de certo privilégio e relevância naquela sociedade, e a inclusão dela em diferentes partes do imaginário ou dos

textos da tumba poderia ser interpretada como uma forma de destacar a própria relevância de Amenemhat como membro da elite da sociedade egípcia.

Assim sendo, ao analisar a iconografia da TT48 por meio do catálogo produzido durante o ciclo anterior da pesquisa, a relevância do rei na imagética tornou-se um dos nossos tópicos de discussão. Das dezesseis cenas descritas no catálogo, seis têm o rei como foco principal, em vez do proprietário da tumba. Compreendendo a tumba aqui como um meio pelo qual o falecido pode alcançar a vida após a morte, podemos dividir sua estrutura em três partes que representam as zonas pelas quais o falecido circulará: o reino solar/celestial, na forma da estrutura superior; o reino terreno, espaço onde ocorrem as interações entre os vivos e os mortos; e o submundo, a subestrutura que abriga o corpo do falecido (Harrington, 2013, p. 86).

A tumba era um local fundamental de culto aos ancestrais, compreendido como um espaço liminar entre o mundo dos vivos e o dos mortos, por meio do qual o falecido podia ser homenageado e lembrado pelos membros de sua família e, assim, manter seus laços com o mundo dos vivos através de interações como rituais, dança e/ou embriaguez (Harrington, 2013, p. 86). Nesse sentido, muitas partes da decoração da tumba representavam rituais a serem realizados sobre o falecido ou em seu favor, visando garantir que ele pudesse continuar acessando os privilégios de que desfrutava em vida, bem como afirmar sua identidade neste mundo e no outro (Hartwig, 2004, p. 5). Durante o Império Novo, a tumba pode até ter sido considerada um aspecto da própria pessoa (Hartwig, 2004, p. 6), reafirmando a importância dela como um elemento que representa os interesses de seu proprietário em um contexto pós-morte. Diante disso, surgiu o nosso questionamento sobre quais seriam as possíveis repercussões de uma tumba que apresenta, em sua decoração, cenas centradas não no proprietário falecido e em suas necessidades pós-morte, mas em um terceiro indivíduo: o rei.

No contexto do Egito Antigo e durante o período focalizado por esta pesquisa, o rei não era apenas uma figura política, mas também religiosa. O rei representado na TT48 é Amenhotep III, membro da XVIII Dinastia, reconhecido por fortalecer o poder do Egito após reinados anteriores centrados em conflitos militares externos (Dodson; Hilton, 2004, p. 130). Amenhotep III realizou extensas obras durante seu reinado, especialmente templos e outros monumentos religiosos (David, 2002, p. 248), e começou a promover um culto distinto a Aton, separado de outras divindades solares, algo que alguns estudiosos acreditam ser o prelúdio do Interlúdio de Amarna imposto por seu filho, Amenhotep IV, mais tarde conhecido como Akhenaton (David, 2002, p. 251).

Nesse sentido, as cenas que retratam o rei na TT48 estão situadas em partes estratégicas da tumba: nas paredes da entrada (em ambos os lados), nas duas paredes situadas no final da primeira estrutura, entre as quais se encontra a entrada para o corredor, e nas duas paredes laterais dessa mesma estrutura. Assim, as cenas circundam a parte superior da tumba; isto é, o espaço construído para a interação entre os vivos e os mortos, onde as pessoas circulavam e tinham acesso.

Conclusão

Portanto, ao estudarmos o Espaço Funerário egípcio e nos aprofundarmos nos sentidos e intenções por trás das iconografias funerárias presentes na tumba, é possível conjecturarmos como essa sociedade antiga pensava e se comportava diante da morte. Ao estudarmos e discutirmos a bibliografia, conseguimos aplicá-la dentro de nosso objeto de estudo e melhor compreender os elementos presentes dentro de uma tumba de particular e o que eles podem nos informar sobre determinada sociedade antiga.

Assim, diante das análises empreendidas ao longo desse ano de Iniciação Científica, podemos refletir sobre as possíveis razões pelas quais a tumba de um membro da elite egípcia apresentaria tantas cenas em que o rei, e não o proprietário dela, é o foco da iconografia. Considerando os tipos de cenas em que o rei aparece, sobretudo adorando divindades e impondo seu poder por meio da violência ou do simbolismo, a tumba possui um potencial interessante como espaço de rememoração do poder real para os visitantes; estes circulavam principalmente pela superestrutura, sempre cercados por representações de Amenhotep III. Embora a tumba também contivesse muitas das cenas típicas de oferendas, adoração e o ritual da Abertura da Boca, ela servia igualmente como palco para que o rei – a quem o proprietário servia diretamente como abanador – exibisse o seu poder.

Logo, conseguimos perceber ao longo do ano de pesquisa a forma como a tumba também serve como um espaço simbólico de afirmação do poder do rei, além de sua função funerária e de perpetuação da identidade do morto a quem ela pertence. As diversas cenas protagonizadas pelo rei, além dos motivos iconográficos de dominação de estrangeiros e do poder militar da figura real, atestam uma função política e social do Espaço Funerário, espaço este projetado para ser continuamente visitado e celebrado pelos familiares do morto e até mesmo por estranhos. Assim, além de perpetuar a presença e a memória do morto, a TT48 também se destaca por sua função de perpetuação do poder real, a partir da violência e da força.

Diante dessa análise, a pesquisa possui o potencial de se desdobrar em um projeto de mestrado, a partir do qual a análise da função do Espaço Funerário da TT48 pode ser aprofundada. Além da presença do rei e dos motivos iconográficos reforçando seu poder, a iconografia de estrangeiros em um papel de subjugação e a presença da mãe do morto podem ser melhor exploradas, desenvolvendo conceitos de subalternização e gênero no contexto do Egito Antigo.

Referências

ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014.

ASSMANN, Jan. Death and salvation in ancient Egypt. Translated by David Lorton. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 1. 2021. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021a.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 2. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021b.

DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARRINGTON, Nicola. Living with the dead: ancestor worship and mortuary ritual in ancient Egypt. Oxford: Oxbow Books, 2013.

HARTWIG, Melinda K. Tomb painting and identity in ancient Thebes, 1419–1372 BCE. Turnhout: Brepols, 2004. (Monumenta Aegyptiaca, 1)

KAMPP, Friederike. Die thebanische Nekropole: zum wandel des grabgedankens von der XVIII. bis zur XX. Dynastie. Mainz am Rhein: von Zabern, 1996.

KANAWATI, Naguib. The tomb and beyond: burial customs of Egyptian officials. Warminster: Aris & Phillips, 2001.

MALAFOURIS, Lambros. How things shape the mind: a theory of material engagement. Cambridge: The MIT Press, 2013.

NYORD, Rune. Yearning for immortality: the European invention of the ancient Egyptian afterlife. Chicago: University of Chicago Press, 2025.

Anexos



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7

CÓDIGO: HS1036

AUTOR: NIKLENIA KELLE MEDEIROS DA SILVA

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Literatura africana queer e estudos da religião em diálogo: uma análise do papel da religião na obra Fimí Sílè Forever de Nnanna Ikpo

Resumo

Este trabalho analisa a obra “Fimi silè Forever” de Nnanna Ikpo, sob a perspectiva do heterdiscurso, discutida por Bakhtin (2015), que traz o “homem falante” como objeto principal do romance, onde a voz do personagem ressoa com o discurso social e histórico do ambiente em que está inserido. Na obra, Olawale Damien, um homem bissexual e ativista LGBTQIAPN+, tenta navegar os conflitos que acompanham sua sexualidade em Nigéria, onde a Lei de Proibição do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo está em vigor desde 2014, sua fé cristã e seus relacionamentos romanticos e platônicos. Diante da forte influência neopentecostal em países africanos e a perseguição à pessoas queer justificada através da religião cristã, essa pesquisa se propôs a investigar de que modo a violência dogmático cristã constrói os conflitos de Olawale sobre a sua sexualidade em situações homoafetivas e heteroafetivas. Conclui-se que a personagem se mantém dividida entre o discurso autoritário, representado pela lei local e dogmas religiosos, e o heterodiscurso, que acompanha suas vivências enquanto homem bissexual. Essa divisão resulta em uma auto vigilância constante de seus atos e desejos que Olawale não aplica a outras pessoas.

Palavras-chave: Nnanna Ikpo, Fimi Sile Forever, Literatura Queer, Literatura Africana

TITLE: Queer African Literature and Religious Studies in Dialogue: An Analysis of the Role of Religion in Nnanna Ikpo’s "Fimí Sílè Forever"

Abstract

This study analyzes the novel “Fimí sílè Forever” by Nnanna Ikpo through the lens of heteroglossia—a concept discussed by Bakhtin (2015)—which positions the "speaking subject" as the novel's central focus, where the character's voice resonates with the social and historical discourse of his environment. In this novel, Olawale Damien—a bisexual man and LGBTQIAPN+ activist—attempts to navigate the conflicts surrounding his sexuality in Nigeria (where the Same-Sex Marriage Prohibition Act has been in effect since 2014), his Christian faith, and his romantic and platonic relationships. Given the strong Neo-Pentecostal influence in African nations and the

persecution of queer individuals justified by Christianity, this research investigated how Christian dogmatic violence shapes Olawale's conflicts regarding his sexuality in both same-sex and heterosexual contexts. The study concludes that the character remains torn between authoritarian discourse—represented by local laws and religious dogmas—and the heteroglossia inherent in his lived experiences as a bisexual man. This internal division results in a constant self-surveillance of his own actions and desires—a scrutiny Olawale does not apply to others.

Keywords: Nnanna Ikpo, Fimi Sile Forever, African Literature, Queer Literature

Introdução

Ao considerarmos as pesquisas literárias dos anos recentes, é possível observar um aumento significativo nos estudos acerca de literatura escrita por mulheres, pessoas indígenas, pessoas pretas, dissidentes de gênero e sexo e outros grupos antes pouco considerados no âmbito acadêmico. Diante da busca por expansão desses estudos, atribuída aos esforços constantes destes grupos, ainda é possível observar uma lacuna no que diz respeito a como estas áreas se conectam dentro da literatura, considerando principalmente os temas de etnia, religião e sexualidade, alguns dos fatores mais relevantes dentro da representação literária, responsáveis por trazerem luz a temas socioculturais cruciais até os dias de hoje. Considerando esse fator, o presente trabalho busca discutir a conexão entre literatura africana queer e a violência dogmático cristã fortemente presente nestas obras, observando então a presença do neopentecostalismo em África e como esta religiosidade crescente incentiva não apenas o preconceito contra dissidências sexuais e de gênero, mas também a repressão legal deste grupo. Deste modo, será analisado o romance do autor Nigeriano Nnnanna Ikpo, "Fimí síle Forever", que narra a história dos irmãos gêmeos Olawale e Oluwole, advogados Yoruba e ativistas dos direitos humanos, durante o período de aprovação da Lei de Proibição do Casamento de Pessoas do Mesmo Sexo em Nigéria em 2014. O narrador, Olawale, um homem bissexual não assumido, assim como seu irmão Oluwole – apontado na história como o mais caracteristicamente homossexual entre os dois – vivem vidas duplas. Ainda que ambos os irmãos estejam noivos de mulheres que apoiam e defendem seu trabalho como ativistas, Wale e Wole não conseguem se desprender da vida em que se sentem pertencentes, na comunidade LGBT extremamente reclusa que frequentam. Apesar das constantes afirmações patriotas presentes na história, ao longo da narrativa se percebe que o lugar dos irmãos em Nigéria está cada vez mais ameaçado, culminando em uma exposição e humilhação pública de suas vidas privadas que os leva a considerar a vida fora de seu país. Esta pesquisa tem como objetivo expandir os estudos na área das literaturas africanas queer através de obras contemporâneas que trazem um reflexo da realidade de pessoas queer em ambientes que, influenciados pela colonização, vieram a se tornar hostil para este grupo. Mobilizando o estudo apresentado por Bakhtin (2015) em "Teoria do Romance I: A Estilística", que aborda "o falante no romance" e o "discurso autoritário", este estudo tenta responder à questão: Em que medida a violência dogmático cristã constrói os conflitos do protagonista Wale em "Fimí síle Forever" sobre sua sexualidade em situações homoafetivas e heteroafetivas? O uso dessa abordagem teórica do romance se justifica ao considerarmos que, para Bakhtin (2015), o falante é "essencialmente social, historicamente concreto e definido, e seu discurso é uma linguagem social (ainda que no embrião), uma linguagem de grupo e não um 'dialeto individual'" (p. 124), pensando-se então na forte influência religiosa do

neopentecostalismo e como as visões preconceituosas a respeito de dissidências de gênero e sexo presentes no discurso religioso afetam o personagem. Além desta introdução, esta pesquisa se organiza em quatro sessões, sendo elas: metodologia, onde será apresentado os conhecimentos discutidos para este estudo e de que modo estes foram mobilizados; resultados e discussões, onde serão apresentadas as passagens do romance que respondem à pergunta levantada nesta pesquisa; e conclusões, onde será brevemente sumarizado os resultados discutidos na sessão anterior, respondendo, de forma direta, à pergunta de pesquisa.

Metodologia

Este estudo, de caráter qualitativo, possui natureza bibliográfica. “Fimí síle Forever” (Ikpo, 2017), o romance a ser analisado, foi escolhido com base em sua relevância dentro da área das literaturas africanas queer, por narrar conflitos comuns à comunidade queer em países onde a repressão deste grupo ganha força com o passar dos anos e do aumento da influência religiosa cristã. O protagonista e narrador, Olawale, se identifica como homem bissexual e, através de todo o romance, tenta lidar com o conflito de sua sexualidade e a religião que acredita, ao mesmo tempo em que navega as imposições sociais feitas a pessoas dissidentes de gênero e sexo em Nigéria. A princípio, foram discutidos textos que tratam dos temas levantados em discussão, sendo eles “This alien legacy: the origins of ‘sodomy’ laws in British colonialism”, por Corinne Lennox e Matthew Waites, que analisa a origem das leis de sodomia em ex- colônias britânicas; “British colonialism and the criminalization of homosexuality”, por Enze Han e Joseph O’Mahoney, que detalha como o colonialismo britânico institucionalizou a criminalização da homossexualidade em várias nações; “Christianity and the politics of homosexuality in Africa”, por Adriaan van Klinken e Ezra Chitando, que explora a interseção entre o cristianismo e as políticas de homossexualidade em África; “Guerras Culturais, fundamentalismo evangélico e neoliberalismo: a situação das minorias homossexuais em contextos africanos”, por Caterina Alessandra Rea, que discute as guerras culturais promovidas pelo fundamentalismo evangélico; “Is Homosexuality an African or Un-African Human Rights Issue?”, por Kapya Kaoma, que discute a retórica da homossexualidade como “não-africana”; “Literatura e religião: traços e laços” por Mariângela de Andrade Paraízo, que discute a relação entre a literatura e o sagrado e “Sexual orientation and human rights: putting homophobia on trial”, por Makau Mutua, que discute questões jurídicas e de direitos humanos ligadas à orientação sexual. Além da discussão desses textos, a fundamentação teórica parte, também, do conceito de heterodiscurso (Bakhtin, 2015) segundo o qual os discursos, as vozes, as linguagens preenchem a obra romanesca. Nesse sentido, Bakhtin (2015) defende o “homem falante” como objeto principal do romance, além de utilizar o heterodiscurso social para criar a imagem da linguagem. Para Bakhtin, a voz do personagem ressoa com o discurso social e histórico do ambiente no qual ele está inserido, tornando o personagem um falante no romance que expressa seus próprios valores e estratifica a linguagem através do heterodiscurso.

Resultados e Discussões

A Violência Dogmático Cristã em “Fimí sílè Forever” A violência dogmático cristã é o uso de dogmas teológicos e retóricas religiosas das matrizes abraâmicas como ferramenta para repreender, excluir e oprimir pessoas dissidentes de sexualidade e gênero, de forma física e psicológica, exemplificada através dos textos “Guerras culturais, fundamentalismo evangélico e neoliberalismo”, de Caterina Alessandra Rea, e “Sexual orientation and human rights: putting homophobia on trial”, de Makau Mutua. Para analisar o personagem Wale e como a violência dogmático cristã se faz presente através de sua voz, é importante compreender a posição em que ele se encontra na narrativa de “Fimí síle Forever”. Wale é um advogado de direitos humanos que luta pela comunidade LGBTQIAP+ em Nigéria, sendo visto como um aliado devido ao seu projeto chamado Afrospark, o qual lidera junto ao seu irmão Wole. É necessário apontar que Wale se abriga sob a heterossexualidade esperada publicamente da sociedade em que está inserido, porém nunca se rotula como heterossexual na narrativa e, ainda que se considere bissexual, Wale aponta a presença de mulheres como necessária para sua vida, afirmando amá-las, mas expressa seu desejo por homens ao longo da história. Wale convive com mulheres e está noivo de Tega no início do livro, mas ainda mantém relacionamentos com outros homens de forma velada. Essa é uma característica que o difere de seu irmão Wole, cuja personalidade e comportamento refletem sua sexualidade mais abertamente, o que causa preocupação em Wale, tendo em vista a forma como pessoas LGBTQIAP+ são vistas em Nigéria, bem como devido à Lei de Proibição do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo que, no enredo, acabou de ser promulgada. Ainda que Wole também esteja noivo de uma mulher, Lola, esse relacionamento só se desenvolveu porque Wale afirmou que apenas namoraria Tega se seu irmão fizesse o mesmo com Lola, uma exigência que parte da preocupação de Wale quanto a segurança de seu irmão em Nigéria. A infância de Wale influencia suas experiências futuras, mas é revelada aos poucos durante o romance. Criado por pais adotivos até os sete anos, Wale é levado para morar com sua mãe biológica, a qual não conhecia até então. É nesse momento em que Wale conhece seu irmão gêmeo Wole e, com o tempo, tornam-se melhores amigos. Essa proximidade aumenta ao descobrirem que compartilham também orientações sexuais e românticas. Tais orientações também são notadas pela mãe dos garotos, que passa a frequentar a igreja assiduamente e convidar um pastor para conversar em sua casa e passar sermões aos gêmeos. Wale, ainda muito jovem, tem uma experiência com esse pastor em sua própria casa que, muito provavelmente orientado por sua mãe, prega sobre os males da sodomia como descritos na bíblia, o que causa um forte impacto em Wale, em seu desenvolvimento como pessoa e em seus relacionamentos com sua mãe, seu irmão e Seun, um jovem de quem era amigo quando morava com seus pais adotivos e que considera como seu primeiro amor. Nessa cena, Wale confessa que tem comportamentos homoafetivos, dizendo “I told him I was possessed by the spirit of sodomy and needed deliverance” (Ikpo, pag. 243, 2017). O pastor segue afirmando que Deus já o havia revelado esse fato e guia o protagonista a ficar de joelhos para começarem seu “salvamento”. Esse pode ser visto como um dos pontos iniciais que levam Wale a desenvolver sua visão de mundo e sua existência enquanto um homem bissexual cristão. Ainda que “Fimí Sílè Forever” tenha várias instâncias que permitem uma análise mais profunda, tanto de personagens secundários, quanto da narrativa como um todo, dadas as limitações pertinentes à natureza dessa pesquisa, foi selecionado em específico passagens que exemplificam a autovigilância performada por Wale ao longo da história. Bakhtin (2015) exemplifica o discurso autoritário por meio de dogmas religiosos e leis oficiais, algo petrificado, imutável e que, na ficção, pode apenas ser transmitido, nunca representado. Essa rigidez do discurso autoritário vai contra a presença do heterodiscurso, que resulta da estratificação

natural social, e tenta estabelecer um binarismo de “certo” e “errado” apontando dissidências de gênero e sexo como “inimigos sociais”. A violência dogmática se apropria desse mecanismo do discurso autoritário para adentrar a mente do indivíduo em seu processo de formação ideológica da consciência, buscando deter o discurso “interiormente persuasivo”, que reflete a busca por autonomia. Dessa forma, podemos representar o dilema de Olawale em “Fimí Sílè Forever” como bivocal, ou seja, o personagem expressa a norma social internalizada (discurso autoritário), mas sua construção na narrativa é definida pela homossexualidade que ele tenta reprimir (discurso interiormente persuasivo). Isso é exemplificado ao longo da história de diversas formas, e por outros personagens, mas em Wale a construção da bivocalidade está presente desde o começo. Logo no início da narrativa, Wale diz “I thanked God that I had been strong enough to resist cheating on my Woman. I had proved to myself that my sexuality was mine to control and define – this time.” (Ikpo, pag. 56). Essa passagem vem em contraste com uma cena que se segue apenas páginas depois, em uma conversa com seu irmão, tio, noiva e cunhada. Na página 73, durante uma conversa sobre amor à primeira vista, Tega, noiva de Wale, diz que não acredita que isso seja possível se as escolas separam as crianças por gênero nas salas de aula. Wole, então, diz que isso não afeta em nada, já que “boys can love boys” e Wale complementa com “and girls can love girls” (Ikpo, 2017). Isso resulta numa discussão sobre existir ou não bebês “gays e bissexuais”, na qual Wale discorda de seu tio, Irmão Gbenro, sobre sexualidade ser uma escolha. Corinne Lennox e Matthew Waites (2013) discutem como as leis de sodomia se tornam, para além de um mecanismo de punição de atos individuais, uma forma de controle social e colonização da mente. Wale exemplifica isso quando, em situações em que pode se expressar livremente, defende a existência de pessoas dissidentes, mas dentro da sua mente, em relação ao seu próprio comportamento, seus pensamentos tomam um tom punitivo. A pauta deixa de ser “garotos podem amar garotos” e passa a ser “eu tenho controle da minha sexualidade”, colocando as vezes em que se relacionou com homens, de forma indireta, como um “descontrole”, um ato falho pelo qual deveria ser punido, de acordo com sua religião. O discurso vai além de “trair” a noiva, porque em nenhum momento a discussão se volta para questões de monogamia, mas sim para sua sexualidade. Em outro momento, na página 57, Wale diz que estar ao redor de mulheres o faz se sentir como se tivesse “traded the intrigue of twilight for the bright clarity of the morning. like a part of me was waking while another was falling asleep” (Ikpo, 2017). Ainda na mesma página, Wale reitera sua necessidade por mulheres como parte de sua vida, mas insiste que amor não é desejo e que, ainda que quisesse amar sua noiva como havia amado outros antes dela, nenhuma mulher havia feito com que se sentisse “apaixonado”. Essa passagem em específico levanta a possibilidade do uso do termo “bissexual” por Wale como um mecanismo de proteção que não nega por completo sua sexualidade e que ainda o permite viver no limiar do “correto” definido pelo cristianismo. Wale não é homossexual, não rejeita mulheres, Wale ainda pode ser “salvo”, como falou ao pastor na primeira vez que confessou a alguém sobre sua orientação sexual. Wale não requer uma vigilância externa porque ele mesmo já realiza essa função através do autopoliciamento. Todas as instâncias em que afirma amar Tega, sua noiva, não são mentira, mas o que reverbera mais alto ainda é a afirmação do início de que amor não é desejo. As palavras que Wale utiliza para construir o argumento da sua sexualidade são, ao mesmo tempo, uma forma de afirmar a sua existência dentro de uma Nigéria tomada pelo cristianismo neopentecostal, a fim de validar sua presença em seu país. Esse termo de “proteção” que Wale utiliza não pode ser aplicado a seu irmão Wole, que não parece ter as mesmas ressalvas que Wale, talvez pelo fato de o cristianismo não estar tão profundamente enraizado em suas escolhas e

pensamento, o que pode justificar a preocupação constante de Wale quanto a Wole, bem como sua imposição de que Wole namorasse Lola. Wale tenta oferecer ao irmão a mesma "salvação" da qual ele pode alcançar, agindo como vigilante novamente, dessa vez do irmão e não de si. No entanto, a vigilância de Wale quanto a Wole é envolta no amor que ele sente e, dessa forma, menos severa do que as ideias que têm quanto a suas próprias transgressões, partindo muito mais de um medo pela integridade física do irmão do que por uma punição real do que seria considerado um comportamento "inadequado". Makau Mutua (2011) argumenta que "homophobia is deeply embedded in the social fabric of Africa", tendo em vista que o espaço político e cultural do país foi dominado pelo cristianismo e o islamismo, duas religiões abraâmicas que expressam a homofobia diretamente em sua doutrina e que importam a noção estrangeira da homossexualidade como algo "não Africano". Wale se orgulha de sua nacionalidade, aprecia seu país e demonstra uma vontade de permanecer nele e, consequentemente, acaba tentando se enquadrar nos ideais requeridos para que possa continuar em Nigéria "livremente". Kapya Kaoma (2018) define esse processo de definição da homossexualidade como "não Africana" por "homofobia protetiva". O argumento seria de "proteger" uma herança cultural de uma suposta "invasão estrangeira", sem reconhecer a própria religião seguida como sendo estrangeira. Wale se enquadra nesse discurso de forma inconsciente enquanto Wole, por ter um distanciamento religioso maior, consegue se manter de fora. Através do personagem de Wale, Nanna Ikpo cria o que Bakhtin (2015) aponta como "isolamento estético". Em sua posição de autor-criador, Ikpo utiliza o contraste entre a violência dogmático cristã presente no discurso autoritário e o heterodiscurso inerente ao personagem de Olawale para dar voz ao sofrimento social de pessoas dissidentes de gênero e sexo através da forma narrativa. Desta forma, o dogma é retirado de seu silêncio sagrado, posição garantida devido a sua classificação enquanto discurso autoritário, e levado diretamente ao heterodiscurso, o que garante ao personagem a empatia ética do leitor diante da representação de um sofrimento real.

Conclusão

Esse projeto de pesquisa buscou analisar como a violência dogmático cristã foi representada por Nnanna Ikpo em seu romance "Fimí Sílè Forever", através do personagem Olawale Damian, através da perspectiva do heterodiscurso (Bakhtin, 2015). Para alcançar esse objetivo, este relatório de pesquisa se segmentou em diferentes seções. Na primeira, a Introdução, apresentamos os objetivos da pesquisa e a sua pergunta norteadora. Na segunda, a Metodologia, abordamos a fundamentação teórica utilizada para a análise e como ela seria conduzida. Em Análise, a terceira seção, discutimos passagens do texto de base, a obra de Nnanna Ikpo, correlacionando-as com a fundamentação teórica utilizada para responder a pergunta de pesquisa apresentada na introdução. A partir desta análise, é possível responder à pergunta de pesquisa (Em que medida a violência dogmático cristã constrói os conflitos do protagonista Wale em "Fimí síle Forever" sobre sua sexualidade em situações homoafetivas e heteroafetivas?) afirmando que o personagem Wale representa a violência dogmático cristã de forma internalizada, através da bivocalidade do discurso, onde o discurso autoritário, que é por natureza imutável e irredutível, é utilizado para instituir a repressão homoafetiva no subconsciente de indivíduos que vivem sob regimes de religiões abraâmicas, indo contra o heterodiscurso inerente ao falante inserido em sociedade e os desejos expressos por esse falante quanto a sua própria realidade. Para além da representação literária de

pessoas dissidentes de gênero que vivem sob governos repressivos, a obra de Nnanna Ikpo reflete uma realidade pós-colonial em Nigéria, caracterizada pelo avanço do fundamentalismo neopentecostal e pela utilização da legislação como ferramenta de repressão em África. Concluímos, então, que a literatura queer africana contemporânea cumpre um papel que vai além de entreter ou representar artisticamente um grupo de pessoas: é uma importante forma de resistência e denúncia contra o discurso fundamentalista que persiste não apenas em África ou Nigéria, mas em todo o mundo moderno. “Fimí Sílè Forever” abre ainda muitas possibilidades de pesquisa na área da literatura e linguística, tendo em mente a riqueza de personagens secundários complexos a serem discutidos e os temas que vão além da representação queer, como o papel da mulher em contextos sociais dominados pelo cristianismo e a representação da violência dogmático cristã como justificativa de afeto e cuidado. Acreditamos que esta pesquisa venha, dessa forma, contribuir com a expansão dos estudos de literaturas africanas queer, bem como a disseminação destas obras literárias entre o público brasileiro que, em grande parte, desconhecem sua existência. Esperamos ainda que, com a expansão dos estudos nesta área, tais obras sejam consideradas para publicação em língua portuguesa, assim democratizando o acesso a esse campo literário extenso que, por vezes, se encontra restrito ao idioma no qual foi escrito.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. O falante no romance. In: BAKHTIN, Mikhail. Teoria do romance I: A estilística. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. CHITANDO, Ezra; KLINKEN, Adriaan van (org.). Christianity and Controversies over Homosexuality in Contemporary Africa. London: Routledge, 2016. HAN, Enze; O’MAHONEY, Joseph. British colonialism and the criminalization of homosexuality. Cambridge Review of International Affairs, London, v. 27, n. 2, p. 268-288 HUMAN RIGHTS WATCH. This alien legacy: the origins of ‘sodomy’ laws in British colonialism. In: LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew (org.). Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in The Commonwealth: Struggles for Decriminalisation and Change. London: School of Advanced Study, University of London, 2013. p. 83-123. IKPO, Nnanna. Fimí síle; Forever: Heaven gave it to me. London: Team Angelica Publishing, 2017. KAOMA, Kapya. Christianity, Globalization, and Protective Homophobia: Democratic Contestation of Sexuality in Sub-Saharan Africa. Cham (Suíça): Palgrave Macmillan, 2018. MUTUA, Makau. Sexual orientation and human rights: putting homophobia on trial. In: TAMALE, Sylvia (org.). African Sexualities: A Reader. Cape Town: Pambazuka Press, 2011. p. 517-555. PARAIZO, Mariângela de Andrade. Literatura e religião: traços e laços - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2012v10n25p8. HORIZONTE, Belo Horizonte, v. 10, n. 25, p. 8–11, 2012. DOI: 10.5752/10.5752/P.2175-5841.2012v10n25p8. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n25p8. Acesso em: 30 ago. 2026. REA, Caterina Alessandra. Guerras culturais, fundamentalismo evangélico e neoliberalismo: a situação das minorias sexuais em contextos africanos. Revista Communitas, v. 5, n. 10, p. 201-218, abr./jun. 2021 [5: 286, 341].

CÓDIGO: HS1048

AUTOR: JOAO FELIPE SOUZA DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: MELISSA DOS SANTOS LOPES

TÍTULO: A formação do (a) artista docente a partir da integração: teatro, educação, gestão cultural e pesquisa científica

Resumo

Este texto apresenta parte de uma pesquisa de Iniciação Científica que investiga a experiência formativa de uma artista-docente em formação durante a oficina Da Improvisação à Criação de Cenas, realizada pelo LABMASK entre setembro e dezembro de 2025. A pesquisa analisa os processos de aprendizagem e o desenvolvimento da autonomia pedagógica e da mediação ao longo dessa prática formativa. A oficina constituiu-se como um espaço de experimentação por meio de jogos de improvisação voltados à criação de cenas, possibilitando à pesquisadora mobilizar conhecimentos metodológicos e pedagógicos adquiridos na graduação em Teatro e articulá-los às experiências artísticas desenvolvidas por meio do "Coletivo Impróprio" (2024), formado por estudantes do curso. Adotando uma abordagem qualitativa, a pesquisa desenvolve uma análise reflexiva da prática artístico-pedagógica da estudante na condução da oficina. O estudo está vinculado aos desdobramentos de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no PPGArC/UFRN, dedicada à criação de cenas e apresentações públicas por meio de jogos de improvisação. Nesse contexto, reflete-se sobre o desenvolvimento da autonomia de uma artista-docente em formação, tendo como base as contribuições teóricas de Viola Spolin (2004) e Jean-Pierre Ryngaert (2009), referências fundamentais para a compreensão dos processos de improvisação teatral.

Palavras-chave: jogo; improvisação; formação; artista-docente

TITLE: The Education of the Artist-Teacher through Integration: Theater, Education, Cultural Management, and Scientific Research

Abstract

This text presents part of an Undergraduate Research project investigating the formative experience of an artist-teacher-in-training during the workshop From Improvisation to Scene Creation, held by LABMASK from September to December 2025. The research analyzes learning processes and the development of pedagogical autonomy and mediation throughout this formative practice. The workshop was established as a space for experimentation through improvisational games focused on scene creation, allowing

the researcher to mobilize methodological and pedagogical knowledge acquired in the undergraduate Theater program and articulate it with artistic experiences developed through the “Impróprio Collective” (2024), formed by students from the program. Adopting a qualitative approach, the research develops a reflective analysis of the student’s artistic-pedagogical practice in conducting the workshop. The study is linked to developments from a Master's research project at PPGArC/UFRN, dedicated to creating scenes and public performances through improvisational games. In this context, it reflects on the development of autonomy in an artist-teacher-in-training, drawing on the theoretical contributions of Viola Spolin (2004) and Jean-Pierre Ryngaert (2009), key references for understanding theatrical improvisation processes.

Keywords: play; improvisation; training; artist-educator

Introdução

Este trabalho apresenta parte de uma pesquisa de Iniciação Científica que investiga a experiência de um artista-docente em formação, na condução da oficina Do Improviso à Criação de Cenas, promovida pelo LABMASK – Laboratório de Experimentos em Atuação e Máscaras (CNPQ-UFRN), entre setembro e dezembro de 2025. O Laboratório desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão e tem como foco norteador, a pesquisa de linguagem a partir da investigação de processos criativos, da atuação, do mascaramento, das formas animadas e da formação do(a) artista-docente. E, desde 2019, tem se destacado com atividades de formação gratuitas que envolvem a comunidade externa à Universidade. O LABMASK abrange também experimentos transversais, como o teatro de rua, os espaços urbanos, a memória e o teatro, culturas tradicionais, estudos decoloniais, práticas contemplativas e o nonsense no teatro. É coordenado pela Profa. Dra. Melissa dos Santos Lopes e pela vice-coordenadora Profa. Dra. Ana Caldas Lewinsohn e atualmente tem como membros pesquisadores de mestrado e doutorado vinculados ao Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas (PPGArC), bem como graduandos do curso de Licenciatura em Teatro e pesquisadoras (es) de outras instituições de ensino. A oficina, aprovada no edital para processo seletivo de cursos de extensão - Programa Caravana Cultural (PROEX/UFRN) - Programa de extensão que financia propostas criadas por servidores e docentes da UFRN com foco na democratização do conhecimento e da cidadania. A atividade formativa constituiu-se como espaço de experimentação a partir de jogos improvisacionais voltados ao estudo da improvisação como base para a criação de cenas. Tal experiência possibilitou ao pesquisador de iniciação científica colocar em prática saberes metodológicos e pedagógicos adquiridos na Licenciatura em Teatro, bem como em experiências artísticas vividas no Coletivo Impróprio’s, formado por discentes do curso. O Coletivo surgiu em 2024 como um grupo de estudos e, realiza desde então, encontros semanais, que tem como objetivo, pesquisar praticamente a improvisação teatral. Para isso, os (as) participantes desenvolvem alguns exercícios preparatórios que visam oferecer estímulos para ampliar a expressividade do corpo, encontrar soluções para situações inusitadas, respeitar as regras estabelecidas por cada jogo, processo colaborativo, investigar a repetição, a incerteza, o risco e a relação que se estabelece no tempo presente.

Metodologia

Essa investigação na linguagem do improviso tem início quando, na época, o mestrando do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGARC-UFRN), Thairo Nicollas Alves de Moura, convidou discentes do Curso de Licenciatura em Teatro da UFRN para compor a parte prática de sua pesquisa. A investigação "Jogando com o improviso: práticas e reflexões sobre os jogos teatrais na criação cênica" buscava desenvolver por meio de jogos de improviso teatral, a expressividade, o estado de prontidão e a relação no ato da criação cênica. O processo resultou em um espetáculo de improviso chamado Impróprio's e por meio deste trabalho, o grupo tem se aprofundado em práticas improvisacionais. Para o pesquisador Thairo Moura (2025), o teatro improvisacional não é algo feito de qualquer modo ou sem o mínimo de preparação, pelo contrário, essa prática se destaca por conta da disciplina que é exigida. O ato de criar algo em tempo real é estruturado pelas regras e os acordos entre os jogadores e o público, criando uma relação direta entre ambas as partes. A Iniciação Científica vem com o propósito de desenvolver e ampliar esses saberes adquiridos dentro do grupo Impróprio's, as metodologias aprendidas ao longo do curso, mas de uma forma que o próprio bolsista crie autonomia e protagonismo dentro do processo de elaboração e condução da oficina. As atividades formativas foram pensadas por meio de um viés artístico-pedagógico, tendo como objetivo explorar e desenvolver esse repertório artístico a partir de experiências coletivas. A preparação da oficina começou no mês anterior ao início das aulas, com leituras acerca do papel da improvisação na formação do ator pela perspectiva dos autores Ryngaert (2009) e Spolin (2010) e depois mais diretamente sobre jogos improvisacionais, a partir da referência artística "Cia. Barbixas de Humor". O levantamento das referências teórico-práticas e a elaboração de fichamentos a partir destas leituras para a preparação dos encontros foi um passo importante no processo de desenvolvimento da autonomia do pesquisador/ministrante. Pois, a preparação do plano de aula e a articulação de como isso seria conduzido no ambiente da formação foi determinante para a troca de saberes que ocorreu entre ambas as partes. Por conta das leituras, principalmente os textos da encenadora pedagoga americana Viola Spolin (1906-1994), foi possível assegurar uma base segura para a condução da oficina. Graças às suas proposições foi possível organizar um ambiente confortável para os (as) participantes se sentirem à vontade para experimentar. O primeiro passo para jogar é sentir liberdade pessoal. Antes de jogar, devemos estar livres. É necessário ser parte do mundo que nos circunda e torná-lo real tocando, vendo, sentindo o seu sabor, e o seu aroma — o que procuramos é o contato direto com o ambiente. Ele deve ser investigado, questionado, aceito ou rejeitado. A liberdade pessoal para fazer isso leva-nos a experimentar e adquirir autoconsciência (auto-identidade) e auto-ex-pressão (SPOLIN, 2010, pag.6). Para que possamos criar é preciso estabelecer entre os participantes uma relação de confiança, ainda mais quando o ponto de partida é o improviso, pois muitas vezes o participante fica vulnerável diante das situações que surgem. Inclusive, algumas proposições podem desencadear travas físicas e/ou mentais, que em alguns casos, pode limitar a participação ao criar um certo receio do julgamento externo. Por esses fatores apresentados, é que se faz necessário a realização de jogos que trabalhem a interação, a cumplicidade entre os participantes, desenvolvendo um laço de respeito e afeto, assim como dinâmicas que incentivam a prática coletiva, numa perspectiva de pertencimento e horizontalidade. As oficinas aconteceram uma vez por semana, com duração média de 2 horas por encontro no Departamento de Artes da UFRN e atingiram um público de 20 participantes por dia. Além do bolsista de iniciação científica, a oficina também contou com a participação do bolsista de extensão. Ambos os bolsistas foram responsáveis pela condução dos

exercícios de aquecimentos, jogos teatrais e princípios básicos de improviso. Além disso, os exercícios também trabalhavam o estado de atenção e prontidão, a criatividade e a imaginação. Ao longo dos três meses foi possível perceber o amadurecimento dos (as) participantes e a capacidade de agir e resolver determinadas situações que surgiam durante os jogos de improvisos. O treinamento da improvisação ajuda o (a) ator (atriz) a expandir as possibilidades de resolução e, ao mesmo tempo, a evoluir na desenvoltura dentro e fora da cena, assim como, a fluidez e rapidez dos pensamentos, movimentos e uma participação mais ativa durante os jogos. As (Os) participantes passaram a expor suas ideias e fazer proposições mais enfáticas sem medo de cometer erros. Ao longo dos encontros, criou-se uma cumplicidade no grupo, tanto que os jogos se tornaram leves e divertidos. As noções de quem, onde e o que foram sendo desenvolvidas a partir de situações de conflito e aos poucos foi introduzida a noção de triangulação com o público. Ao final do curso foram criadas alguns exercícios de cena, que partiram de improvisos feitos pelos (as) alunos (as) e que posteriormente foram apresentadas publicamente.

Resultados e Discussões

Ao longo dos encontros foi possível notar que a prática dos exercícios de improvisação ajudou a despertar o corpo, estabelecendo outra relação com o que acontece ao redor da cena, de modo a ampliar a maneira com que o (a) ator (atriz) lida com situações inesperadas. Fora de cena, o ministrante da oficina provocava os (as) participantes a desenvolverem agilidade nas resoluções, o que tornava as experimentações mais integradas ao que acontece no instante do aqui-agora. Criar espaços para os bolsistas de iniciação científica e extensão do laboratório, experimentarem à docência tem sido um processo de ensino-aprendizagem bastante interessante, pois nesse caso, quando falamos do improviso, trabalhamos a escuta ativa. Para que haja a troca, o jogador não pode ficar ensimesmado, é preciso que haja comunicação entre os improvisadores. Para isso acontecer é importante que as pessoas em cena estejam abertas para serem atravessadas e/ou sensibilizadas não só pelo que é dito em palavras, mas pelo que o corpo comunica. Joga-se para si, joga-se para os outros, joga-se diante dos outros. A ausência de um desses elementos, ou a hipertrofia, desequilibra o jogo. O individualista arrebatado não partilha nada. O grupo fechado em seu prazer abandona-se ao narcisismo. (RYUNGAERT, 2009, p.33). O estudo do improviso é fundamental para a formação do artista-docente, que por muitas vezes precisa lidar com aas adversidades que existem em espaços educacionais. A arte em si já traz consigo, a subjetividade. Um acontecimento pode se ter diversas leituras. Quando adentramos na metodologia improvisacional é preciso estar atento a quaisquer tipos de acontecimentos que possam surgir e buscar soluções por vezes intuitivas. Essa complexidade presente apresenta novas percepções de uma mesma situação. E, são esses fatores que transformam a nossa visão e nos ajudam a construir um repertório que é bastante útil no cotidiano da sala de aula. Ao longo deste ano o pesquisador participou de dois encontros científicos (2025 e 2026) do EPA- Encontro de Pesquisas em Andamento, organizado pelo PPGAC – Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Uberlândia. E, na última edição enviou resumo para publicação dos Anais do evento.

Conclusão

O pesquisador de Iniciação Científica ministrou as oficinas de iniciação teatral “Do improviso à Cena” em 2025 e “Se Jogue na Cena” em 2026. Participou das duas residências artísticas e das oficinas de Máscara Neutra e Máscara Expressiva promovidas pelo LABMASK. Além de participar das oficinas, o discente deu continuidade ao estudo de improvisação, por meio dos encontros e apresentações do Coletivo Impróprio’s. Por meio destas práticas pedagógicas, da prática artística e dos estudos teóricos têm desenvolvido sua investigação. Como artista-docente tem desenvolvido sua autonomia em sala de aula e refletido sobre essa experiência a partir da partilha dos resultados em eventos científicos, inclusive exercitando a escrita por meio de resumos expandidos e produção textual para publicação de Anais.

Referências

MOURA, Thairo Nicollas Alves de. Jogando com o improviso: práticas e reflexões sobre os jogos teatrais na criação cênica. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas – PPGArC/UFRN. Natal: 2025.
RYNGAERT, Jean-Pierre. Jogar, representar. São Paulo: Cosac Naify, 2009. SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. 5. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CÓDIGO: HS1061

AUTOR: JAMILY JHENNIFFER AZEVEDO LOPES

ORIENTADOR: JULIANA FELIPE FARIAS

TÍTULO: CARTOGRAFIA SOCIAL E ENERGIA EÓLICA: PERSPECTIVAS PARTICIPATIVAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE PEDRA GRANDE NO LITORAL NORTE POTIGUAR.

Resumo

A expansão da matriz eólica no litoral do Rio Grande do Norte tem promovido transformações territoriais significativas em municípios de pequeno porte historicamente marcados por economias rurais e comunidades tradicionais, como é o caso de Pedra Grande, no Litoral Norte Potiguar. Este trabalho tem como objetivo geral analisar as repercussões da energia eólica no território tradicional de Pedra Grande, consolidando um diagnóstico situacional fundamentado no mapeamento social participativo, com destaque para a comunidade pesqueira tradicional de Enxu Queimado. Metodologicamente, articulou-se o arcabouço da Geoecologia das Paisagens, organizado em fases de inventário, análise, diagnóstico e proposição, e a abordagem participativa da Cartografia Social, com base em dados secundários de instituições como IBGE, IBAMA e DATASUS. Os resultados evidenciam um descompasso entre a expansão eólica e a invisibilidade estatística das atividades tradicionais que sustentam o modo de vida local, sobretudo a pesca artesanal e a agricultura familiar, pouco representadas nas bases oficiais. Constatou-se que o elevado PIB per capita reflete o capital mobilizado pelos empreendimentos, sem efeitos proporcionais na economia local, somando-se vulnerabilidades em saneamento e educação. Até o momento da elaboração deste trabalho, as oficinas de campo da Cartografia Social ainda não foram realizadas, de modo que o diagnóstico apresentado constitui etapa preparatória às fases participativas subsequentes.

Palavras-chave: Cartografia Social, Energia Eólica, Comunidades Tradicionais.

TITLE: SOCIAL CARTOGRAPHY AND WIND ENERGY: PARTICIPATORY PERSPECTIVES ON TERRITORIAL TRANSFORMATIONS IN THE MUNICIPALITY OF PEDRA GRANDE ON THE NORTHERN COAST OF RIO GRANDE DO NORTE.

Abstract

The expansion of wind power along the coast of Rio Grande do Norte has promoted significant territorial transformations in small municipalities historically marked by rural economies and traditional communities, such as Pedra Grande, on the North Coast of Rio Grande do Norte. This work aims to analyze the repercussions of wind energy in the traditional territory of Pedra Grande, consolidating a situational diagnosis based on participatory social mapping, with emphasis on the traditional fishing community of Enxu Queimado. Methodologically, the framework of Landscape Geoecology, organized in phases of inventory, analysis, diagnosis, and proposition, was articulated with the participatory approach of Social Cartography, based on secondary data from institutions such as IBGE, IBAMA, and DATASUS. The results highlight a mismatch between wind power expansion and the statistical invisibility of traditional activities that sustain the local way of life, especially artisanal fishing and family farming, which are poorly represented in official databases. It was found that the high GDP per capita reflects the capital mobilized by the enterprises, without proportional effects on the local economy, adding to vulnerabilities in sanitation and education. At the time of writing this work, the Social Cartography field workshops had not yet been carried out, so the diagnosis presented constitutes a preparatory step for subsequent participatory phases.

Keywords: Social Cartography, Wind Energy, Traditional Communities.

Introdução

No Brasil, a expansão da matriz eólica teve no litoral do Rio Grande do Norte seu principal expoente. O estado se apresenta como um dos principais produtores nacionais de energia eólica, com diversos parques instalados ao longo do litoral setentrional e interior potiguar, se constituindo também como uma das áreas mais promissoras para a instalação de futuros empreendimentos eólicos offshore (no mar), com projetos de licenciamentos junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama, 2025). Esse processo de expansão, entretanto, não vai ocorrer de maneira uniforme e não se isenta de conflitos, municípios de pequeno porte historicamente marcados por economias rurais e comunidades tradicionais especialmente aquelas dependentes da pesca artesanal, agricultura familiar e turismo, passam por limites estruturais, os aspectos no âmbito físicos e sociais são os principais impactados por esse modelo de produção de energia (Lima, 2022).

O município de Pedra Grande, localizado a 130km da capital de Natal, no litoral setentrional, na região chamada Mato Grande, é um exemplo desse processo. Emancipado política e administrativamente em 1962, apresenta uma economia ainda majoritariamente dependente do setor de serviços públicos, comércio local e atividades agropecuárias de subsistência, com baixos índices de formalização empresarial nos setores primários (IBGE, 2024). É também nesse território que se localiza a comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado, no qual o modo de vida está historicamente vinculado ao uso comum de dunas, lagoas e vazantes, além da pesca artesanal.
O mapa participativo é construído e reconstruído com base no conhecimento espacial e ambiental das comunidades tradicionais, o qual é integrado a modelos e técnicas mais convencionais de cartografia trazidas pelo pesquisador (Acselrad, 2010). É nesse

cenário que a cartografia social para o município de Pedra Grande é inserida, como uma abordagem que prioriza o conhecimento popular, simbólico e cultural de comunidades que estão em convívio com empreendimentos de energia eólica, por meio da produção de mapas que partem de um princípio de que espaço também é construído por relações sociais, culturais e simbólicas que não se traduzir em mapas oficiais.

No contexto deste estudo, o território será analisado como o espaço apropriado historicamente pelas comunidades tradicionais pesqueiras, que o utilizam segundo as necessidades e demandas de seu modo de vida. Essa compreensão de território dialoga diretamente com a Cartografia Social (CS), uma vertente da ciência cartográfica que foca no mapeamento de territórios tradicionais (Gorayeb; Andrade; Silva, 2015).

A relevância desta pesquisa está em compreender como a expansão de complexos eólicos onshore e offshore altera as paisagens litorâneas e a apropriação dos recursos naturais por comunidades tradicionais. Considerando que tais transformações impactam diretamente a pesca artesanal, a agricultura familiar e o turismo, podendo comprometer a segurança alimentar e o acesso a bens comuns. Neste contexto, a Cartografia Social emerge como um instrumento estratégico para mediar conflitos e orientar intervenções participativas. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as repercussões da energia eólica no território tradicional de Pedra Grande, consolidando um diagnóstico situacional fundamentado no mapeamento social participativo.

Este trabalho alinha-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, com destaque para o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), ao discutir criticamente a transição energética sob a lente da justiça climática. A pesquisa também contribui para o alcance dos ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre), ao monitorar a integridade dos ecossistemas costeiros e marinhos, e para o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao utilizar a cartografia social para conferir visibilidade e voz às populações vulneráveis.

Metodologia

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, adaptou-se uma abordagem metodológica. A viabilidade metodológica do trabalho se consolidou na escolha da Geoecologia das Paisagens como aparato teórico e metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, aliada a conceitos como os de Cartografia Social.
No desenvolvimento da pesquisa foi adotado o arcabouço teórico-metodológico em fases: organização e inventário, análise, diagnóstico e proposição. Uma abordagem participativa da Cartografia Social, distribuída em quatro momentos. As etapas de desenvolvimento da pesquisa, aplicadas no município de Pedra Grande, estão descritas a seguir:

Fase de Organização e Inventário:
Essa fase tem como propósito estruturar um banco de dados sobre as condições naturais e socioeconômicas da área de estudo. Nesse estágio, serão levantadas informações relacionadas às características ambientais, localização, processo histórico de ocupação e

aspectos socioeconômicos. Foram consultados bancos de dados de instituições em âmbito federal e estadual, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Observatório Setorial Territorial (DataSebrae), Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Fase de análise:
A fase de análise consiste na organização sistemática do material coletado na fase anterior, que serviu de base para a redação dos capítulos do trabalho, alinhados aos objetivos previamente estabelecidos. Será realizado o agrupamento e tratamento dos dados cartográficos coletados, possibilitando a elaboração dos primeiros mapas temáticos. A confecção desses materiais será feita com o auxílio de softwares especializados, como o ArcGis 10.5 e o QGIS 3.16.3
Adicionalmente, esta fase inclui o segundo momento da Cartografia Social, que envolve a organização e mobilização do público-alvo. Para isso, foi considerado os aspectos como: 1) Identificação das comunidades pesqueiras a serem trabalhadas, levando em consideração a diversidade geográfica e cultural; 2) Parceria com líderes comunitários e instituições locais para garantir uma participação ampla e representativa; 3) Garantia do consentimento informado de todos os participantes, respeitando os princípios éticos de autonomia, beneficência e justiça.

Fase de diagnóstico:
Esta fase se deu inicialmente com o diagnóstico socioeconômico da área de estudo, buscando investigar as alterações percebidas no território e no modo de vida local frente a instalação dos parques eólicos. A análise das alterações na paisagem e no cotidiano comunitário foi enriquecida pelo cruzamento dos dados socioeconômicos e ambientais coletados. Esse processo permitiu identificar os impactos gerados pela inserção dessas infraestruturas nos ambientes naturais, bem como possibilitou avaliar as restrições impostas ao uso tradicional do território, com foco nas atividades da pesca e da agricultura.
Em seguida, ocorreu o mapeamento participativo, apresentando a espacialização do uso, ocupação e manejo dos recursos naturais, identificando potencialidades, problemas, limitações e conflitos socioambientais. Esta fase contempla o terceiro momento da Cartografia Social, marcado pelo contato direto com as comunidades por meio de oficinas.
O mapeamento participativo inicialmente será realizado de forma analógica, no qual os dados geográficos são representados manualmente em papel ou em outros suportes físicos. Em seguida, ocorre a transposição dos dados do mapeamento analógico para o ambiente SIG, gerando mapas digitais. Esse processo envolve o uso de sistemas de informação geográfica para editar e analisar mapas, com os dados geográficos sendo armazenados em formato digital e manipulados por meio de software específico.
No decorrer das atividades de campo com as comunidades, aplicaram-se questões norteadoras voltadas a estimular o debate e direcionar os diálogos locais. Os questionamentos abordaram as particularidades da paisagem, os recursos naturais disponíveis, as ameaças às atividades tradicionais e as possibilidades de melhorias para a região.
Essa abordagem buscou: 1) compreender as potencialidades e os conflitos socioambientais existentes; 2) analisar a evolução e o desdobramento dos impactos

gerados; e 3) propor alternativas para o enfrentamento dos desafios diagnosticados. Finalizada esta fase, será realizada a sistematização e validação dos dados, com o objetivo de garantir a confiabilidade e a validade dos resultados. Além disso, os resultados serão validados junto às comunidades participantes, com base na adoção de princípios éticos que assegurem o respeito à privacidade e à confidencialidade dos envolvidos.

Fase propositiva:
Essa etapa final viabilizou a construção de cenários ambientais alternativos a partir dos resultados consolidados nas fases anteriores. Desse modo, atingiu-se o objetivo geral da pesquisa através de um diagnóstico integrado e participativo sobre as transformações nas paisagens e nas dinâmicas territoriais decorrentes da instalação e expansão de parques eólicos onshore e offshore em comunidades pesqueiras tradicionais da microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Norte.
O arcabouço teórico-metodológico sustentou-se nos princípios da Geoecologia das Paisagens e da Cartografia Social. Nesse momento, consolidou-se a quarta e última fase da Cartografia Social, marcada pela devolução dos mapas construídos participativamente às comunidades. Esse marco não apenas encerrou o processo de mapeamento, mas também impulsionou um ciclo de tomadas de decisão informadas e locais. Por fim, as proposições resultantes foram compartilhadas com as lideranças comunitárias e demais atores sociais envolvidos.

Resultados e Discussões

2.1 Perfil territorial e demográfico dos municípios.

Segundo a Lei 001/2012 Orgânica do município, é organizado em zonas categóricas, sendo elas: Zona urbana, que compreende a sede municipal, a Praia dos marcos e a Praia de Enxu Queimado; Zona de Expansão Urbana: definida para as comunidades de Barreiros, Alto da Aroeira, Lajedo, Cauã e Quixabeirinha; Zona Rural: áreas onde não é permitido o uso de urbanização intensa e que são destinadas majoritariamente a fins agropecuários; Zona de Proteção Ambiental: Áreas de uso e ocupação restritos, focadas na manutenção de mananciais hídricos, proteção da flora, fauna, solo e aspectos paisagísticos e científicos e Áreas Especiais: Locais que, devido a características específicas, exigem umregime urbanístico próprio, porém no documento não há áreas especificadas (Pedra Grande, 2012).

No que diz respeito aos aspectos populacionais do município Pedra Grande concentra uma população de 3.618 habitantes. Considerando a área e a população estimada no censo demográfico, o município apresenta uma densidade demográfica de 16,36 hab/km² quando comparado com outros municípios do Rio Grande do Norte, Pedra Grande ocupa a posição de 139° lugar de 167 municípios.

Tabela 1: População residente no município de Pedra Grande (RN) nos anos de 2010 e 2022.

Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

Os dados da Tabela 1, revelam que entre os anos de 2010 e 2022 quanto ao crescimento populacional total de no município houve um acrescimento de 97 habitantes, sendo destes, em um intervalo de 12 anos, o crescimento foi de aproximadamente 2,76%. Nesse período, observou-se também um aumento significativo da população urbana, enquanto a população rural apresentou queda. Em relação ao número de habitantes homens e mulheres neste mesmo intervalo, houve aumento em ambas categorias, sendo o número de homens mais significativo que o de mulheres.

Segundo demonstra na Lei n°. 560 de 2025 - Política Municipal de Saneamento Básico de Pedra Grande, a zona rural contém 10 distritos que possuem moradores sendo elas: Bom sucesso; Lajedo; Floresta; Alto da aroeira; Enxu Queimado; Barreiros; Boca do campo; Quixabeirinha; Acauã e Praia arraial do marco do descobrimento. Dentre esses distritos, a comunidade pesqueira de Enxu Queimado é a que mais se destaca em contingente populacional (Vital, 2023).A dinâmica cultural do município segue o padrão de outras cidades interioranas, potiguares, marcada sobretudo por manifestações religiosas, como a festa do Padroeiro São Francisco de Assis e os festejos de Semana Santa (Pedra Grande, 2023).

Conforme dados do Sistema de Geração da ANEEL (2025), o município de Pedra Grande possui empreendimentos eólicos em operação em seu território desde 2014, contando com um quantitativo total de 16 empreendimentos eólicos outorgados, destes 14 se encontram em operação e 1 em construção não iniciada. Comparando com o levantamento de Costa (2015), que identificou 8 parques em operação e 3 em construção não iniciada em Pedra Grande com base em dados da ANEEL/BIG (2016), observa-se que o número de empreendimentos em operação praticamente dobrou entre 2016 (8) e 2025 (14), embora o ritmo de expansão pareça ter se estabilizado nos últimos anos, sugerindo uma possível saturação do potencial onshore disponível no território, o que reforça a relevância de investigar as perspectivas offshore.

Esse dado é corroborado e detalhado por Vital (2023), que ao sistematizar informações da ANEEL, identificou que a primeira outorga de projeto eólico em Pedra Grande ocorreu em 2011, mais especificamente na comunidade de Enxu Queimado, com o primeiro parque entrando efetivamente em operação em 2014. A autora ainda destaca que o Grupo Serveng, por meio da Serveng Energia Renováveis S/A, controla atualmente 2.794 hectares de terra na comunidade, evidenciando um processo de concentração territorial associado à expansão eólica. Assim como descreve Costa (2015), observa-se que a maioria dos empreendimentos eólicos tem comumente se instalado em municípios pouco desenvolvidos, sem ligação direta com sua vida econômica, local e regional.

2.2 Atividades econômicas tradicionais e dependência dos recursos naturais.

Em relação ao que foi levantado para o município de Pedra Grande, em 2023 apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de 325.404,92R$ (x1000), e um PIB per capita de 89.940,55. Advindo de atividades econômicas como agropecuária, comércio local,

serviços e indústria. Pedra Grande é um município que apresenta uma parte considerável da população inserida em setores do serviço prestados para a prefeitura e outros no comércio. Além disso, ainda que de maneira menor, o turismo já é uma atividade complementar na renda familiar local, construindo uma economia local em bares e lanchonetes na época de veraneio e festas (Araújo, 2015).

É importante destacar que o valor elevado do PIB per capita de Pedra Grande não deve ser interpretado como indicador direto de riqueza distribuída à população local. Os investimentos em energia eólica no Rio Grande do Norte somam cerca de R$15 bilhões, dos quais aproximadamente metade corresponde à aquisição de aerogeradores e equipamentos, majoritariamente produzidos fora do estado. Esse tipo de investimento intensivo em capital fixo eleva artificialmente o PIB municipal sem necessariamente gerar efeitos multiplicadores proporcionais na economia local, fenômeno já observado em outros municípios eólicos potiguares (Costa, 2015)

No que diz respeito ao setor primário, os dados retirados dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do SIDRA IBGE (2024), em uma série temporal de dez anos, no qual mostra o quantitativo de área colhida e de toneladas, tanto para cultura temporárias (tabela 2) quanto para cultura permanente (tabela 3) além de dados a respeito da pecuária (tabela 4) retirados da Pesquisa Municipal (PPM) do SIDRA (2024).

Tabela 2: Culturas Temporárias: área colhida em hectares e toneladas (2014-2022) no município de Pedra Grande (RN).

Legenda: “-” significa sem dados.

Fonte: IBGE, 2024.

Conforme a Tabela 2, batata-doce e melancia lideram a produção de culturas temporárias na última década, seguidas por milho e feijão, com picos de produção concentrados entre 2018 e 2022.

Tabela 3: Culturas Permanente: área colhida em hectares e toneladas (2014-2022) no município de Pedra Grande (RN).

Fonte: IBGE, 2024.

Legenda: “-” significa sem dados.

No tocante aos dados sobre culturas permanentes, o coco-da-baía e a goiaba são as produções que mais se destacam no município. Neste contexto, a castanha de caju se demonstra bastante expressiva nos anos de 2014 a 2022, porém tendo um queda nesta produção tanto em hectares como em toneladas no ano de 2018 a 2024 com uma estabilização do número. Para além desta, nota-se também uma queda na produção da cultura de coco-baía, assim como a anterior, a partir do ano de 2018 a 2019, com 30 hectares e 75 toneladas (2014-2017) e um pequeno acréscimo de 25 toneladas em 2024.

Tabela 4: Efetivo de rebanhos em (2014-2022) no município de Pedra Grande (RN).

Fonte: IBGE, 2024.

Em relação a pecuária do município, verifica-se na Tabela 4, que a criação animal é bem significativa na economia de Pedra Grande, mesmo com dados que declaram uma inconstância nos anos expostos. Levando em consideração os maiores números de criação são os grupos que podem ser destacados: Galináceos (total) com uma criação superior a 3.914, não ultrapassando 4.683; seguido dos Bovinos, com número de cabeças que ultrapassou o número de 1.200 Ovinos, com 3.065 cabeças bovinas. Ademais, os grupos caprino, suíno, suíno (matrizes) e equinos se destacam respectivamente.

Tabela 5: Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais) em Pedra Grande.

Fonte: Adaptado de IBGE - PEVS, 2024.

Referente ao segmento de Produção na Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), nota-se que essa é uma atividade com um período de declínio seguido por uma recuperação recente, além da sua importância para a subsistência das comunidades. Em 2014, a produção era de 55 mil reais, e observou-se uma queda gradual até atingir seu ponto mais baixo em 2020, com 23 mil reais. Os dados mais recentes apontam um salto para 70 mil, o maior valor registrado na série histórica de dez anos apresentada.

Outro segmento da economia que pode-se destacar na pesquisa, são as empresas por setor, de suas classificações por porte (MEI, ME, EPP e demais) e dos segmentos de estabelecimentos, os fornecem um indicador da formalização, do empreendedorismo local e da estrutura produtiva do município.

Tabela 6: Total de empresas por setor no município de Pedra Grande.

Fonte: Adaptado de DataSebrae, 2026.

Segundo tabela 6, o setor de serviços é o mais expressivo, representando cerca de maioria do total de empresas, seguido de perto pelo Comércio. Juntos, esses dois setores do segmento terciário concentram a grande maioria dos estabelecimentos formais do município.

Diante desse cenário, o número baixo de empresas formalizadas no setor de agropecuária contrasta com a força produtiva rural do município, como a pecuária bovina e a extração vegetal, indicando que essas atividades fundamentais ocorrem majoritariamente de forma informal ou através de agricultura familiar.

Tabela 7: Total de empresas (matriz+filial) no município de Pedra Grande.

Fonte: Adaptado de DataSebrae, 2026.

A classificação do tabela 7, indica a saúde do empreendedorismo e a escala dos negócios no município. O MEI (Microempreendedor Individual), a categoria indicada como prioridade, é uma alta concentração de MEIs sugere que a economia é movida por pequenos negócios de subsistência e trabalhadores autônomos que buscam a formalização, especialmente nos setores de comércio e serviços.As classes EPP (Empresa de Pequeno Porte) e ME (Microempresa) representam o estágio seguinte de crescimento local. A presença dessas empresas indica uma capacidade maior de geração

de empregos diretos em comparação ao MEI. Já a classe Demais, em nota o SEBRAE indica que esta categoria inclui empresas de médio e grande porte. Segundo DataSebrae, o segmento individual mais é a geração de energia elétrica (21 registros), seguido por comércio de vestuário e minimercados (8 cada) e outros voltados ao consumo local, como restaurantes e cabeleireiros. Isso corrobora o dado de que a economia urbana é movida por MEIs (69) e Microempresas (49). Assim, observa que o município também expressa a lacuna do turismo, no qual parece apenas um registro de "Hotéis" e um de "Pensões", confirmando que o setor hoteleiro formal é incipiente, apesar de atrativos como a Praia do Marco e Enxu Queimado.

Os dados atuais sobre informalidade no setor agropecuário converge com o observado por Costa (2015) no município de Pedra Grande. Constatou-se que a mão de obra empregada durante a fase de instalação dos parques eólicos em Pedra Grande era majoritariamente composta por agricultores e pescadores locais. Após o encerramento das obras, quando o quantitativo de empregos despenca de mais de 300 trabalhadores para cerca de 20 na fase de operação, parte significativa desses trabalhadores não retornam às atividades tradicionais, sugerindo um efeito de descontinuidade nos modos de vida rurais e pesqueiros que explicam a fragilidade e a baixa formalização dessas atividades observada nos dados atuais.

2.3 Infraestrutura social e vulnerabilidade.

Educação é uma questão de interesse público, implementada e mantida por órgão público, isto é, pelo Estado, o qual tem o dever de provê-la através da abertura e manutenção, não só de escolas, mas de melhores condições de trabalho profissional, estrutura física adequada, estímulos na capacidade técnica dos docentes e na remuneração. Neste cenário, observa-se o índice de Pedra Grande para o ano de 2021, foi registrado um número de 4,54 para o aprendizado (quanto maior as notas, maior o aprendizado) e 0,97 para fluxo (Quanto maior valor, maior aprovação). Levando isso em consideração, Pedra Grande tem um Ideb de 4,4, o que significa que os alunos estão abaixo da média (Qedu, 2026).

De acordo com os dados do Microdados do Censo Escolar (2026), do Ministério da Educação e Cultura, o município de Pedra Grande possuí um total de 10 escolas, dentre elas: 6 escolas inseridas na área urbana e 4 na área rural, com um total de 9 escolas municipais e 1 escola estadual. Os dados fornecidos pelo Censo Escolar apresentam um panorama de como está a estrutura educacional e dos índices de alfabetização no município de Pedra Grande, revelando desafios estruturais significativos. De acordo com o IBGE (2022), o número de alfabetizados chega a 2.143, o que corresponde a 59,23%; já o número de não alfabetizados é um total de 653 habitantes, o que equivale a um porcentagem de 18,05% de indivíduos que não tiveram a alfabetização formal.

No que concerne na área da saúde, Pedra Grande revela algumas estatísticas com assistência focada na atenção básica, com indicadores de longevidade positivos em contraste com os desafios de educação. Neste contexto, acerca dos principais indicadores de saúde no município, de acordo com dados retirados do Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), os registros referentes aos anos de 2020-2024, demonstram uma estabilidade no número de nascimentos e uma oscilação na mortalidade. Nascidos vivos foram registrados 281 nascimentos no período. Os números anuais mostram uma leve tendência de queda, partindo de 65 em

2020 para 52 em 2024. Os dados mostram que o município registrou 95 óbitos totais entre 2020 e 2024. O ano de 2021 apresentou o maior pico, com 28 mortes, estabilizando-se em 16 óbitos anuais em 2023 e 2024 (DATASUS, 2025).

No que diz respeito aos estabelecimentos que fazem o atendimento de saúde no município, observa-se que há 2 Centros de Saúde/Unidades Básicas; 1 Unidade Mista; Farmácia; Unidade de Vigilância em Saúde; Central de Gestão em Saúde e Polo Academia da Saúde e Pronto-Socorro. Os estabelecimentos de saúde são considerados, no contexto do planejamento turístico e social, como equipamentos que proporcionam as garantias básicas de segurança e bem-estar tanto para a população local quanto para visitante.

A análise do saneamento básico no município de Pedra Grande fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei Municipal nº 560/2025, que instituiu o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) com o objetivo de promover a saúde pública e o desenvolvimento sustentável por meio da universalização dos serviços. Conforme previsto na Lei Orgânica, o saneamento é um dever do Poder Público e deve ser planejado de forma integrada às políticas de saúde para garantir o bem-estar individual e coletivo da população. O abastecimento de água é operado pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), conforme dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA).

O atendimento com rede de abastecimento de água alcança 69,59% da população total do município. Esse percentual, no entanto, esconde uma desigualdade territorial expressiva: enquanto a zona urbana tem cobertura de 100%, a zona rural atinge apenas 51,91%, evidenciando que quase metade da população do campo ainda depende de soluções individuais de abastecimento.

Tabela 8: Atendimento de rede de abastecimento no município de Pedra Grande (RN).

Fonte: SINISA, 2026.

Essa disparidade se explica pelas próprias formas de acesso à água em cada zona. Na área urbana, o abastecimento é majoritariamente por rede geral (317 domicílios), com apenas 10 casos de outras formas. Já na zona rural, o quadro se inverte: 175 domicílios dependem de poço ou nascente na propriedade, 113 têm rede geral, 2 usam água de chuva armazenada em cisterna e 286 recorrem a outras formas de abastecimento.

Em relação ao esgotamento sanitário, o dado mais relevante é o predomínio da fossa rudimentar (311 na zona urbana e 533 na rural) sobre a fossa séptica (5 urbana e 17 rural), método que não oferece tratamento adequado e representa risco de contaminação do solo e do lençol freático. Já a rede geral de esgoto ou pluvial é minoritária (2 urbana e 4 rural), e ainda há 22 domicílios que declaram não possuir qualquer tipo de esgotamento, situação de maior vulnerabilidade sanitária (SNIS, 2020; IBGE, 2010).

2.4 Cartografia Social como instrumento de leitura das territorialidades tradicionais frente à expansão eólica.

Os dados socioeconômicos levantados para o município estudado evidenciam um padrão que reforça a necessidade da Cartografia Social como ferramenta metodológica

complementar aos instrumentos oficiais de planejamento territorial. Neste contexto, Pedra Grande, observa-se um claro descompasso entre o zoneamento formal do município, definido pela Lei Orgânica em zonas urbana, de expansão urbana, rural, de proteção ambiental e áreas especiais e a real distribuição das atividades tradicionais exercidas pela população, especialmente nos 10 distritos rurais identificados (Bom Sucesso, Lajedo, Floresta, Alto da Aroeira, Enxu Queimado, Barreiros, Boca do Campo, Quixabeirinha, Acauã e Praia Arraial do Marco do Descobrimento).

Esse descompasso fica ainda mais evidente quando se observa a baixa formalização das atividades produtivas de base tradicional: enquanto os dados do DataSebrae (2026) registram apenas 2 empresas formalizadas no setor de agropecuária no município, os dados de produção agrícola e pecuária do SIDRA/IBGE (Tabelas 2, 3 e 4) demonstram uma atividade rural expressiva e crescente, sobretudo no rebanho bovino e nas culturas de melancia e milho. Esse contraste entre "força produtiva real" e "invisibilidade estatística formal" ilustra exatamente o tipo de lacuna que os instrumentos técnicos convencionais de licenciamento, como o EIA/RIMA de projetos eólicos, comumente tendem a não registrar em seus estudos, uma vez que se apoiam prioritariamente em registros formais, cadastrais e empresariais.

Seguindo essa linha, o mesmo se aplica à atividade pesqueira, historicamente relevante na comunidade de Enxu Queimado, apontada por Araújo (2015) e por Vital (2023) como núcleo de resistências socioterritoriais frente a disputas pela apropriação do espaço costeiro. Como os dados oficiais consultados (IBGE, Data Sebrae, DATASUS) não contemplam informações específicas sobre o setor pesqueiro artesanal, essa atividade permanece estatisticamente invisível nas bases de dados convencionais. Nesse cenário, essa invisibilidade reforça a necessidade de fontes complementares, como as colônias de pescadores locais, evidenciando a importância de metodologias participativas capazes de captar esse uso do território a partir da perspectiva dos próprios pescadores. Até o momento da elaboração deste trabalho, as oficinas de campo da Cartografia Social ainda não foram realizadas; os resultados aqui apresentados baseiam-se no diagnóstico a partir de dados secundários, constituindo a etapa preparatória às fases participativas subsequentes.

Conclusão

O presente estudo teve como principal objetivo analisar as repercussões da expansão da energia eólica no território de Pedra Grande, consolidando um diagnóstico situacional para subsidiar o futuro mapeamento social participativo. Os dados socioeconômicos levantados evidenciam um padrão recorrente ao longo de todas as dimensões analisadas: um descompasso entre a intensidade da expansão eólica no território e a invisibilidade estatística das atividades tradicionais que historicamente sustentam o modo de vida local, sobretudo a pesca artesanal e a agropecuária familiar, ambas pouco representadas nas bases oficiais consultadas.

Esse descompasso se reflete também no elevado PIB per capita do município, que não deve ser interpretado como indicador de riqueza distribuída à população, mas como reflexo do capital intensivo mobilizado pelos empreendimentos eólicos, sem geração

proporcional de efeitos multiplicadores na economia local. Somam-se a esse quadro as vulnerabilidades identificadas em saneamento básico e educação, que reforçam a necessidade de instrumentos de planejamento territorial capazes de captar as dinâmicas reais do território, para além dos registros formais e cadastrais.

É importante destacar que os resultados aqui apresentados correspondem às fases de organização, inventário e análise da Geoecologia das Paisagens, construídas a partir de dados secundários. Até o momento da elaboração deste trabalho, as oficinas de campo referentes à Cartografia Social ainda não foram realizadas, de modo que o diagnóstico ora apresentado deve ser compreendido como etapa preparatória e não como resultado conclusivo do processo participativo proposto. Espera-se que as próximas etapas de campo confiram visibilidade e voz sobretudo ao setor pesqueiro artesanal, hoje ausente das bases estatísticas oficiais, e permitam validar, complementar ou contrapor os achados preliminares deste diagnóstico junto aos próprios sujeitos do território.

Ainda que parcial, esta pesquisa já contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, ao discutir criticamente a transição energética sob a ótica da justiça climática (ODS 7), ao evidenciar riscos à integridade dos ecossistemas costeiros (ODS 14 e 15), ao apontar a invisibilidade de populações tradicionais nos instrumentos oficiais de planejamento (ODS 10). Recomenda-se que estudos futuros deem continuidade à etapa participativa em Pedra Grande e repliquem o roteiro metodológico aqui construído para os municípios de São Miguel do Gostoso e Touros, ampliando a compreensão regional das transformações territoriais impulsionadas pela expansão eólica no litoral norte potiguar.

Referências

ACSELRAD, H. Cartografias e direitos. A Terra é Redonda, 18 fev. 2024. Disponível em:

https://aterraeredonda.com.br/cartografias-e-direitos/.

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, H. (org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012. p. 9-45.

ARAÚJO, F. O. Turismo de base comunitária: um estudo de caso no Distrito de Enxu Queimado, Pedra Grande-RN. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. Disponivel em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/fc941c87-451f-4b58-bc06-ed18fd7b6276/content.

BRASIL. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home.

COSTA, R. F. da. Ventos que transformam? Um estudo sobre o impacto econômico e social da instalação dos Parques Eólicos no Rio Grande do Norte/Brasil. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) — PPGEUR/UFRN. Orientador: Prof. Dr. Robério Paulino Rodrigues. Natal, 2015. 212 p.

DATASUS. Informações de saúde (TABNET). Ministério da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/.

GORAYEB, A.; ANDRADE, A. J. de.; SILVA, E.V. da. (Org.). Princípios básicos de cartografia e construção de mapas sociais: metodologias aplicadas ao mapeamento participativo. in: Cartografia social e cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Mapas de projetos em licenciamento - Complexos Eólicos Offshore. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/consultas/mapas-de-projetos-em-licenciamento-complexos-eolicos-offshore.

IBGE. Pedra Grande (RN). Cidades. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pedra-grande.

IBGE. SIDRA: Banco de Tabelas Estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar.

MEDEIROS, P. J. de A. C. Quando o povo se junta, o poder se espalha: O Protagonismo Feminino na luta em defesa do território tradicional de pesca de Enxu Queimado/RN. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — PPGAS/UFRN, Natal, 2021. Orientadora: Profa. Dra. Francisca de Souza Miller.

Ministério das Cidades. SINISA: painel de indicadores – módulo água.. Disponível em: https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=agua.

MORAIS, M. C. C. Terras Potiguares. Natal: 1998.

LIMA, J. A. G. Contradições, impactos e interesses na apropriação territorial de grandes projetos eólicos no nordeste do Brasil. In: A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022. Cap. 5. P. 176- 419. Disponível em: https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2022/06/A-natureza-contradit%C3%B3ria-da-gera%C3%A7%C3%A3o-de-energia-e%C3%B3lica-no-Nordeste-do-Brasil.pdf.

PEDRA GRANDE (RN). Prefeitura Municipal de Pedra Grande. Pedra Grande, 2023. Disponível em: https://www.pedragrande.rn.gov.br/.

PEDRA GRANDE. Lei Municipal nº 561/2025. Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico de Pedra Grande/RN, institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico, cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências. Pedra Grande, RN, 2025. Disponível em: https://www.camarapedragrande.rn.gov.br/legislations/laws?page=2.

PEDRA GRANDE. Lei Municipal nº 560/2025. Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico de Pedra Grande, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências. Pedra Grande, RN, 2025. Disponível em: https://www.camarapedragrande.rn.gov.br/legislations/laws?page=2.

QEDU. Pedra Grande: Ideb. 2025. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/2409506-pedra-grande/ideb.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Observatório Setorial Territorial: perfil geográfico de Pedra Grande. Brasília, DF. 2023. Disponível em: https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/pedra-grande?redirect=true.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades. 2020. Disponível em: http://www.snis.gov.br/.

Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Painel de indicadores – SINISA. Brasília: Ministério das Cidades, 2025. Disponível em: https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/.

VITAL, M.M. As resistências socioterritoriais em uma comunidade tradicional pesqueira: as marés de conflitos e as disputas em Enxu Queimado/RN. Orientador: Dra. Joana Tereza de Vaz Moura. 2023. 180f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/58ded78b-95b8-4b93-88bb-74541ed4ff57

Anexos



Tabela 1: População residente no município de Pedra Grande (RN) nos anos de 2010 e 2022.



Tabela 2: Culturas Temporárias: área colhida em hectares e toneladas (2014-2022) no município de Pedra Grande (RN).



Tabela 3: Culturas Permanente: área colhida em hectares e toneladas (2014-2022) no município de Pedra Grande (RN).



Tabela 4: Efetivo de rebanhos em (2014-2022) no município de Pedra Grande (RN).



Tabela 5: Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais) em Pedra Grande.



Tabela 6: Total de empresas por setor no município de Pedra Grande.



Tabela 7: Total de empresas (matriz+filial) no município de Pedra Grande.



Tabela 8: Atendimento de rede de abastecimento no município de Pedra Grande (RN).

CÓDIGO: HS1086

AUTOR: LETICIA ARAUJO BETANIO

ORIENTADOR: ERIK FERNANDO MILETTA MARTINS

TÍTULO: Metáfora e contexto na retórica neopentecostal: análises comparativas

Resumo

Resumo:De acordo com Hunt(2000), as igrejas neopentecostais têm grande influência sociocultural, adaptando-se facilmente a mudanças.Em vista disso, esse projeto tem como objetivo analisar transformações no uso de metáforas, mediante as transformações sociopolíticas como influência de mudança no contexto e uso da retórica nas igrejas neopentecostais(MARTINS,2011), utilizando-se da categoria de análise de metáfora conceitual (LAKOFF & JOHNSON,1980) e a concepção de contexto de Hanks(1999).Os cultos religiosos analisados são respectivamente dos anos 2017 e 2025, ambos da Igreja Universal de Deus(IURD).Para o alcance dos resultados associamos as metáforas linguísticas presentes nos cultos à tipologia das metáforas conceptuais(Lakoff, Johnson, 1980), lidas à luz do contexto distinto e específico a ambos.Os resultados mostram que as conceptualizações metafóricas distintas para a noção de sacrifício-central a Teologia da prosperidade- associados aos respectivos contextos sociopolíticos e seus respectivos groundings, como em 2017,possuem bens materiais em 2025, onde o foco é idealização por parte do sujeito a sua vida.Por fim, este estudo conclui que na retórica neopentecostal, a integração do contexto sociopolítico ao discurso é essencial para a construção de estratégias argumentativas para persuadir o público a aderir às suas práticas.

Palavras-chave: neopentecostalismo,metáforas,contexto,contexto sociopolítico

TITLE: Metaphor and Context in Neo-Pentecostal Rhetoric:Comparative Analyses (2017–2025)

Abstract

Abstract:According to Hunt (2000), neo-Pentecostal churches exert significant sociocultural influence, readily adapting to change. In light of this, this project aims to analyze shifts in the use of metaphors—driven by sociopolitical transformations that influence the context and rhetorical practices of Neo-Pentecostal churches (Martins, 2011)—by employing the conceptual metaphor analysis framework (Lakoff & Johnson, 1980) and Hanks's (1999) concept of context. The religious cults analyzed took place in 2017 and 2025, respectively, and were both conducted in the Universal Church of the Kingdom of God (IURD). To achieve these results, we linked the linguistic metaphors found in the services to the typology of conceptual metaphors (Lakoff & Johnson,

1980), interpreting them within the distinct and specific contexts of each period. The findings reveal distinct metaphorical conceptualizations regarding the notion of sacrifice—a central tenet of prosperity theology—linked to their respective sociopolitical contexts and "groundings"; for instance, while the 2017 context emphasized material possessions, the 2025 context focused on the individual's idealization of their own life. Finally, this study concludes that, within Neo-Pentecostal rhetoric, integrating the sociopolitical context into the discourse is essential for constructing argumentative strategies designed to persuade the public to adopt the church's practices.

Keywords: neopentecostalism, metaphors, context, sociopolitical context

Introdução

A linguagem como ferramenta da cognição humana é usada a milênios para o desenvolvimento de conceitos, ideias e fatos, os quais movimentam sociedades desde o seus primeiros registros em formas não verbais com desenhos em paredes de cavernas que representavam o dia-a-dia, ao passar do tempo houve a transformação desenhos para letras, sílabas, palavras, frases as quais a começaram a transmitir o que se passava de uma mente humana a outra por outros meios, como o da língua escrita.

Com a evolução dos meios de comunicação o avanço dos ideais do ser humano foi inevitável, construída por sujeitos plurais conviventes de ambientes comuns e ao mesmo tempo distintos, opiniões diferentes são criadas todo o momento,muitas delas na formação de texto o qual neste trabalho será conceituado como “evento comunicativo no qual convergem ações cognitivas, discursivas e sociais” (BEAUGRANDE, 1997, p. 96). Ações essas que colaboram para as mudanças sociais em todo o mundo.

Eventos comunicativos os quais ocorrem em ambientes como no da Igreja, comumente vivido por maior parte da população brasileira, especificamente nas neopentecostais que carregam nos dias atuais grande poder de influência nessa parcela significativa de cidadãos crentes da igreja cristã, moldando seus pensamentos através do discursos proclamados em seus cultos assistidos. A depender das suas intenções, que ao comunicar aos fiéis tópicos persistentes no momento de forma objetiva ou por meio de metáforas inseridas em seus discursos,segunda forma essa que estamos a explorar neste trabalho.

Tendo em vista esses discursos proclamados, se tem o contexto de que eles surgem, dependendo da situação política e do momento em que são proliferados possuem efeitos distintos, na diferença temporal de onde se situam os cultos analisados isso será marcante, devido a diferença brusca do cenário político no Brasil de 2017 e 2025 e os impactos causados à esse público que tem como cenário principal de influência de suas Igrejas.

Servindo como ferramentas, as metáforas comunicam além de suas próprias palavras e expandem o significado de quaisquer discurso proferido com seu uso, em textos como a poesia mas também no âmbito religioso neopentecostal.Esse recurso nesse discurso funciona como a Lei de Oferta e procura do capitalismo(CAMPOS,1997)onde um produto necessário para o seu cliente existirá devido a sua demanda, tendo a falta da

demanda se muda a procura de um novo produto necessário para as massas, sendo esse o acalento promovido pelo discurso religioso em um espaço conhecido e de confiança.

Assim, esse projeto tem como objetivo analisar o uso das metáforas no contexto neopentecostal, com o aporte teórico já mencionado e da retomada da análise prévia de Souza e Martins(2020) sobre as metáforas no contexto das igrejas neopentecostais, a noção de contexto de Hanks(1999) e a classificação de metáforas de (Lakoff & Johnson, 1980).Observar as metáforas proliferadas nos discursos nesses cenários do discurso nos anos de 2017 e 2025 é essencial para a compreensão de um fenômeno religioso cultural que ocorre no Brasil desde de 1977, e impacta parte significante das decisões de parcela da população brasileira, a qual frequenta essas igrejas, proliferam os seus discursos os quais impactam e transformam suas próprias opiniões e a de outros.

Metodologia

Na análise realizada para a pesquisa, o corpus utilizado foi de dois cultos da IURD .Instituição essa escolhida pela sua relevância entre as Igrejas neopentecostais no Brasil, com grande alcance midiático, presente de forma consistente no contexto religioso brasileiro neopentecostal desde o fim dos anos 1970.O primeiro culto selecionado televisionado no ano de 2017 em diversos canais de televisão e o segundo culto transmitido pela internet no ano de 2025, foi escolhido devido às mudanças políticas ocorridas no espaço tempo de 2017 e 2025, e a sua importância crescente no contexto presente.

Pela análise quantitativa e comparativa dos dados respectivamente retirados da análise prévia (SOUZA,MARTINS,2020), e dos dados adquiridos ao assistir e ler a transcrição do culto da Igreja Universal, foi feita a comparação desse cultos, que se situam a 8 anos de diferença em suas exibições primárias, mas que possuem semelhanças ao se visar o objetivo de suas metáforas presentes, com seus contexto socioeconômicos distintos que atingem seus ideais visados a serem discutidos.

Com os cultos selecionados, a transcrição de um deles foi realizada, o culto de 2017 já tinha a transcrição feita em Souza e Martins(2020), a partir disso foi feita a seleção de um trecho do culto de 2017 e três trechos do culto de 2025, os quais apresentavam metáforas ligadas à concepção de Investimento, elemento principal da Teologia da prosperidade pregada em cultos neopentecostais.Por ser uma análise qualitativa, os trechos foram analisados com objetivo de observar o modo com que se constrói a ponte metáfora e contexto,nas categorias configuradas na análise.

Valendo a noção de contexto de Hanks(1999), que não inclui perspectivas as quais são exclusivamente individuais e pensam no contexto momentâneo, elas têm como dois grandes pontos principais: a emergência e a incorporação, sendo a emergência sobre os níveis em relação a interação do contexto, como:Situação, cenário e campo semiótico; a incorporação será sobre os traços de cada um dos níveis incorpora dados para uma formação, assim uma nova construção de contexto.

O culto não se vale apenas apenas do nível situação, pela presença de diversos interlocutores-sujeitos no texto-(HANKS,1999) mas sim o nível mais elevado, de

contexto.Vendo que os cultos possuem níveis de contexto dentro e fora de si distintos, com expectativas e intenções que diferem as suas expectativas em relação ao seu impacto no seu público, isso construído pelos sus signos que impactam no campo semiótico.

O campo semiótico, o qual se faz existente com os outros níveis de contexto e vice-versa, com a noção de campo social de Hanks (1999) como um espaço limitado e posições a serem seguidas com valores esperados a serem seguidos, o campo tem construção e é formado.Logo no "campo social religioso", o conceito de aqui-agora-eu de Hanks(1999) onde está inserido os cultos religiosos, posturas são esperadas do pastor, como detentor da fala, e dos fiéis, que participam de forma indireta com suas reações, como ouvintes.De forma especifica no neopentecostalismo, o campo social religioso engloba também valores econômicos como o investimento, consumo e retorno, incorporados no seus valores e discursos.

Isso pelo conceito de groundedness(HANKS,1999)isto é o nível maior de contexto possível, o cenário sócio-histórico o qual o locutor está envolvido, mas o interlocutor pode ter ou não o conhecimento sobre seu pertencimento nele.O discurso então é surgido no momento da interação entre o locutor e o(s) interlocutores, com suas projeções de um e do outro.De forma inconsiente se cria o enquadramento do discurso de quem fala, montando assim o sistema de relevância e suas estratégias a serem usadas e como elas formaram a sua argumentação.Dentre as estratégias mais usadas mais usadas nesses cultos se tem grande destaque as metáforas a partir do campo simbólico do cenário(HANKS,1999), que possuem grande poder argumentativo, mais ainda no contexto retórico neopentecostal(Martins, 2015).

Metáforas que segundo Lakoff & Johnson(1980), são um processamento cognitivo de estabelecer concretude a dados de uma experiência, os quais existem apenas no plano abstrato.Esse recurso textual no texto do discurso religioso não se vale de um adorno, tem como função de estabelecer uma relação de maior compreensão dos ideais apresentados do locutor para seus ouvintes, mostrando como seus argumento são fatos simples de serem entendidos.

As metáforas funcionam como elemento essencial para construção do discurso religioso neopentecostal, atribuindo uma relação de proximidade, quando"associa universos de discurso nunca antes associados, colhendo-os numa nova síntese, que exprime revelação cognitiva e catarse emocional" (HANSEN, 1986, p.100).Efeitos esses estão presentes na dimensão do contexto dos cultos neopentecostais, no campo simbólico-parte do nível semiótico em que a argumentação é desenvolvida pelo uso de palavras- de modo a reforçar a retórica neopentecostal, para enfatizar seus valores pela lente das metáforas bíblicas.

Para o objetivo científico desse texto nós escolhemos um recorte do ano de 2017 e três do ano de 2025, para uma análise detalhada,escolhidas a partir da leitura da transcrição do e a visualização do mesmo, os quais seus trechos destacados foram previamente divididos em três categorias:Orientacional, Estrutural e Ontológica(LAKOFF,1980).As quais podem ser definidas nos seguintes conceitos de modo simplificado:a Orientacional, indica uma direção para algo ou alguém;Estrutural, em uma definição metafórica de x é y;Ontológica, onde o imaterial é transformado em material.

Assim, um quadro foi formado para o agrupamento desses dados coletados, após a análise do trecho prévio escolhido do culto de 2017, foi realizada a comparação com os de 2025 e os seus possíveis paralelos persistentes .Estes dados foram coletados devido a presença de uma das metáforas mais presentes nesse ambiente religioso, o conceito de Investimento

Resultados e Discussões

1.0 Culto de 2017

Indo para o primeiro culto, do ano de 2017 da IURD, a primeira percepção a se observar é a do cenário no campo demonstrativo- parte do campo semiótico- o momento de vivência , que Hanks(1999) define como aqui-agora-eu.O aqui, sendo o culto filmado em uma das igrejas da IURD;o agora , ano em que se passa, 2017;o eu,o Pastor Edir Macedo, líder da Igreja, e as pessoas do auditório.

Diante disso, o culto assenta-se no groundness (Hanks, 1999), no qual o "agora" é uma dimensão saliente.De acordo com Souza e Martins (2020), o agora deste culto é marcado por um Brasil em ascensão econômica,o aumento de pessoas na classe econômica nos últimos anos devido a implementação de programas sociais, pelo governo fez com que diversos cidadãos alcançassem a ascensão social e começaram a ocupar o lugar de classe média.

O poder econômico de adquirir bens materiais,como celulares e carros, foi facilitado também por meio de financiamentos, em meio a baixa inflação no mercado financeiro.Com o aumento do PIB(Produto interno bruto) do país em mais de 1% no ano de 2017, desdobramentos importantes como a operação lava jato fez com que a população brasileira ter como discussão principal a aquisição de bens materiais duráveis,como carros e imóveis, como meios de garantia do futuro.

Entendendo isso, pode-se ir para o culto em si, o pastor incorpora as expectativas do seu público, fazendo projeções sobre status social, assim o habitus das pessoas presentes no auditório.A partir de suas experiências prévias, ele é capacitado de julgar a situação socioeconômica dos ali presentes, o pastor então dá atenção ao elementocenário, e utiliza a união desses fatores para partir para um campo semiótico(HANKS,1999) incorporar o campo simbólico(HANKS,1999), presente em seu discurso religioso.

Dessa forma, já feita a projeção do auditório, se tem a expectativa de se discutir sobre a pauta persistente da igreja neopentecostal e debatida pelo groundedness, do momento em que o culto se passa, o investimento, isso principalmente em bens materiais.No primeiro trecho anexado, selecionado do culto de 2017, podemos ver o destaque em 4 partes que desenvolvem a metáfora do tipo ontológica(LAKOFF,1980),com o contexto do investimento presente, e a metáfora ligada ao sacrifício.

Um dos primeiros enunciados presentes no trecho é” eu entrego a minha vida,eu sacrifico”(Culto 1-trecho 8).Esse trecho apresenta uma ligação direta ao groudness do ano de 2017, em que o acesso a bens materiais era relevante, ao contrário da

particularidade do sujeito, que muitas vezes era deixada de lado pela ambição de alcançar seus bens materiais., essa ascensão é posta então como algo oposto ao espiritual, pondo assim a Teologia da prosperidade desde do início desse recorte.

Seguindo de " negar toda a minha carne, [...]eu assumo essa posição."(Culto 1-trecho 8).A partir desse ponto pode se ver de forma clara a negação da valorização dos bens materiais pela teoria da prosperidade, pois nem que o sujeito repense suas ações ao "gemer por isso"(culto 1-trecho 8)sua parte material não vale nada perante a Deus.

E na parte final desse recorte, se tem a negação por todo do material, 'o mundo' é deixado de lado para se ter a necessidade individual à entrega de seu espírito a Deus " virei as costas pro mundo,morri para o mundo[...]e faz-me nascer de novo"(Culto 1-trecho 8).Para então se ter ressurreição e pureza espiritual restaurada o público do auditório tem que abrir mão do seu eu atual, para por fim se ter a prosperidade pelo meio de investimento do seu eu, sendo esse um paralelo ao campo semiótico ao investimento material o qual é valorizado no 'o mundo', mas que no cenário do culto não possui valor, pois o que vale é a desvalorização do material em meio de se ter uma evolução espiritual.

A construção observada no trecho pelos níveis de interação do contexto de Hanks(1999) traz a intenção demandada pelos fiéis da igreja, diante do discurso promovido no culto pelo orador, a qual segundo Campos(2008) é derivada da demanda por mensagens de auto-ajuda, otimismo e esperança, o que serve para o atendimento de desejos e necessidades temporais dos fiéis nas igrejas neopentecostais.Isso tudo, construído de forma orgânica a agradar o seu público que espera no cenário religioso a mensagem de acalento, a qual se encaixa no campo semiótico esperado inconsequentemente pelos sujeitos os quais escutam o discurso de Macedo.

2.0 Entre 2017 e 2025

A relação do material vs imaterial presente no culto de 2017, se dá continuidade no culto de 2025.A partir do ponto principal da teologia da prosperidade, de que o fiel deve se entregar a Deus, forma imaterial, para aí então alcançar mais graças e prosperar, forma material, como a riqueza e seus bens duráveis.

De forma política, o Brasil de 2017 e de 2025 ambos apresentam uma estabilidade em relação aos poderes de esquerda e direita. Em 2017, a IURD tinha como ponto direto ligado à bancada federal o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella- ligado a um partido de direita- o qual era associado à igreja, que pela Rede Record-criada pelo pastor Edir Macedo- estabeleceu a influência positiva de seus políticos parceiros para a campanha política de 2018.Essa ao ideal enviesado no período que teve a candidatura de Jair Messias Bolsonaro, apoiada publicamente não só por Edir Macedo, mas também fortalecida ao longo da programação da Record.

Crescente da direita no Brasil a qual foi fortalecida depois da eleição de 2018 para 2025, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de um partido considerado pelas massas de esquerda no ano de 2022.A valorização de lemas como Pátria, nação e família, adotados como princípios da campanha eleitoral de Bolsonaro, formam um enquadramento que estabelece o discurso promovido em 2017 e se sustenta também no discurso no culto de 2025.

3.0 Culto de 2025

No ano de 2025, em que se passa o segundo o culto a ser analisado, o cenário presente é de um Brasil semelhante ao do ano de 2017, o qual a direita e a esquerda brasileira ambas têm espaço no poder respectivamente de modo amplo, nos poderes legislativo e executivo.Com o presidente Lula no poder, e a câmara dos deputados com maioria de direita, diversas propostas acabam por ser negadas, devido a polaridade política crescente.A direita brasileira acaba por ser associada também a igreja neopentecostal, por meio de apoio mediático cada vez mais forte e disseminado por meio de redes sociais como o Tik Tok e Instagram(DOS SANTOS,2024), em que o uso das estruturas das metáforas presentes no culto religioso acabam por também estarem presentes nos discursos proferidos no ambiente informal online, reforçando a mensagem desse público entre si.

Observando novamente o campo demonstrativo de Hanks(1999) O aqui, sendo o culto filmado em uma das igrejas da IURD; o agora, ano em que se passa, 2025; o eu, o Pastor Edir Macedo, líder da Igreja, e as pessoas do auditório.Esses elementos postos podemos ir a analise do primeiro trecho do segundo culto a ser analisado, nele se tem presente a metáfora do tipo estrutural(LAKOFF,1980) o mapeamento conceitual encontrado foi o de Deus é alimento, ele é encontrado no trecho no geral , mais especificamente ao pôr o alimento como meio de ser Deus presente no corpo.

Isso se dá em ummaior contexto sobre o que seria o Getsêmani, jardim em que na mitologia cristã Jesus vai após a última ceia após pressentir que algo ruim está por vir e pede a Deus acalento, por meio do consumo das azeitonas presentes no jardim ao consumi-las recebe a mensagem divina.Evento esse o qual é utilizado para o efeito de comparação, a doação necessária do ouvinte durante o culto para que entenda a necessidade de sacrificar o seu bem material, intencionalidade do orador que mostra a necessidade dos fiéis praticarem o sacrifício para esclarecimento divino, tal como Jesus no jardim de Getsêmani.

Um recorte desse primeiro trecho como," [...] como as azeitonas eram moídas ali no Getsemane. A tua alma também, teu corpo, o Senhor foi moído, prensado, prensado e carregou todo o sofrimento"(Culto 2-trecho 13).Mostra o efeito de comparação encontrado a partir do uso da metáfora do tipo estrutural, ao fazer paralelo da história de Jesus com o que o ouvinte do culto tem que se possuir de Jesus, antes de se ter qualquer bem material.

Dando continuidade, no segundo trecho que tem parte em meados da metade do culto se tem outro tipo de metáfora presente a ontológica(LAKOFF,1980), a qual se apresenta também no terceira parte do culto selecionada a ser analisada, a partir desse ponto pode se ver uma evolução em relação a intenção da fala do pastor com seus ouvintes, um igualamento é proposto ao pôr o sujeito do aqui e agora a experimentar o derramamento de sua alma.A repetição de "ele se"(Culto 2-trecho 15)ao longo do trecho traz uma relação mais próxima, de que Deus estará satisfeito quando você se doar por completo.

Ao alcançar a plenitude espiritual após esse derramamento, se teria a purificação com diz no final desse recorte "Então, seja cheio agora do Espírito Santo."(Culto 2-trecho 15).A partir disso teria se posto em fim a Teologia da Propriedade-nesse segundo culto - que rege a igreja neopentecostal, a liberdade espiritual permite então alcançar seus bens

materiais devido ao merecimento divino de ter a primeira graça mais difícil, normalmente impedida pelo 'mundo', que seria o contexto fora desse ambiente religioso, mas que agem interlocutores-sujeito(Hanks,1999) ao fazer parte do discurso.

Indo para o terceiro e último trecho a ser analisado, onde ao se entregar ao Espírito Santo é o estágio final de evolução espiritual, o sacrifício do mundano perante a se ter a santidade, se tendo uma quase igualdade perante a Deus, "a própria vontade para fazer a tua vontade."(Culto 2-trecho 17).Representa essa redenção, em vista o grounding do momento, em um contexto de um avanço da direita brasileira, que tem uma relação a qual os membros da IURD proclamaram para seus fiéis que Bolsonaro seria um enviado de Deus para salvar o Brasil, personificação do bem frente ao mal da sociedade (CRETELLA,2025).

Esse vínculo fora do culto religioso em si, mas presente em seu contexto no ano da transmissão do culto religioso,é o que traz o maior significado ao seu discurso, como a prisão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em Agosto de 2025, o público majoritário presentes nesses cultos tem posto ele como um oposto a esquerda,isso de forma mais a intensa após esse aliado do meio neopentecostal ser impedido de estar em ação para a derrota de um inimigo em comum.A bancada evangélica constituída desde os anos 80, na qual o ex-presidente fez parte, no Congresso federal é um sujeito o qual atua de forma ativa não só no ambiente formal político no país,mas também como mencionado pelas mídias sociais em um enfrentamento que acaba ser uma evolução do pensamento metafórico do ambiente religioso neopentecostal,para o literal com os poderes políticos.Isso, acaba á por teologia da propriedade em um grounding diferente do que se entende ao passar do tempo entre 2017 e 2025, que apesar de ser um período curto em vista o contexto maior presente, a instituição igreja, traz mudanças significativas a uma parcela grande de pessoas.

Conclusão

Por meio desse trabalho, podemos verificar a hipótese de Martins(2011), que o contexto sociopolítico do país pode influenciar nos discursos proferidos nos cultos de igrejas neopentecostais, transmitidos em todo território nacional.Essa premissa é justificada visto a análise das metáforas analisadas nos recortes escolhidos, as quais trazem o mapeamento conceitual de sacrifício por parte do orador para o auditório, isso atrelado ao assunto presentes em seus respectivos contextos incorporados de forma indireta nas metáforas conceptualizadas.

Foi observado nos resultados obtidos que nos cultos tanto de 2017 como o de 2025,constroem as metáforas ao redor de si do mesmo modo como o aumento do poder aquisitivo da população em 2017, e o debate político em 2025, na concepção de sacrifício.Esse sendo como o meio de Investimento para prosperidade espiritual, essa posta como o ponto alto da jornada do sujeito presente nos cultos.

As diferenças presentes nesses cultos são em torno da estratégia de como essa metáfora é construída, o locutor utiliza suas referências a depender do período político em que se encontra.Entre 2017 e 2025, as mudanças de hábitos de consumo da população

brasileira e o comportamento do poder executivo do Brasil tiveram grande impacto, em como os ideais da Igreja neopentecostal são repassados aos seus fiéis.

Foi visto também que que o contexto é de grande importância para incorporação das metáforas nos cultos da Igreja neopentecostal, a Teologia da prosperidade, base dessa ramificação da mitologia cristã, depende do momento em que o discurso se encontra como meio de persuasão do orador para os seus ouvintes.

Assim, concluímos que ao se mudar os fatores presentes no assentamento do discursodos sujeitos que participam evento linguístico, mudasse a construção da metáfora utilizada para se transmitir a mensagem nos cultos.A Fim do objetivo da IURD de levar para os seus fiéis a concepção de investimento como meio de alcance de bens materiais.

Referências

_____. A Igreja Universal do reino de Deus, um empreendimento atual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa). Lusotopie. 1999. p. 355-367. _____. O demoníaco, as representações do mal, os sistemas de acusação e de inquisição no Protestantismo histórico brasileiro. Estudos de Religião, v. 33, 2007. p. 59-107.

CAMPOS, L. S. Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Vozes. São Paulo. 1997.

CLARK, Herbert H. Using language. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

CRETELLA, Pietra Giulianna de Andrade. Movimentos evangélicos conservadores e a ascensão de governos autoritários de direita: o caso brasileiro. 2025. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/263587

_____. Evangélicos e mídia no Brasil – uma história de acertos e desacertos. REVER (PUCSP). 2008. 1-26.

HANKS, W. O que é contexto. in BENTES, A. et al (org.) Língua como prática

social: das relações entre língua, sociedade e cultura a partir de Bourdieu e Bakhtin.

Org.. SãoPaulo, Cortez. 2008 [1999].

HUNT, S. ‘Winning Ways’: Globalisation and the Impact of the Health and Wealth Gospel. Journal of Contemporary Religion, Vol. 15, No. 3, 2000.

LAKOFF, George & JOHNSON. Metaphors We Live By, Chicago, The University of

Chicago Press. 1980.

MARTINS, Erik Fernando Miletta; DE SOUZA, Marcela Costa. Metáfora, contexto e incorporação na retórica neopentecostal. Revista da Anpoll, v. 51, n. 1, p. 21-31, 2020.

SANTOS, Carolina Bertassoni dos. Neopentecostalismo e política: formação e atuação da bancada evangélica no Congresso brasileiro (1986-2018). 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2466/projeto/Tese_-Carolina_Bertassoni-_Neopentecostalismo_e_politica.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

TORRES, R. O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica. Perspectivas. Vol. 32. São Paulo, 2007. 85-125.

Anexos



tabelas da analise da discussão



trechos na integra do trabalho da parte de discussão

CÓDIGO: HS1087

AUTOR: RICHARD GABRIEL DA SILVA

ORIENTADOR: SANDRA CRISTINA GOMES

TÍTULO: Uma Agenda de Extrema-Direita para a Educação no Brasil: O Caso do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Rio Grande do Norte

Resumo

Este trabalho analisa o processo de adesão e execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Rio Grande do Norte (RN) à luz do Modelo de Coalizões de Defesa. Diante da recusa do Governo Estadual em aderir à política e do posterior encerramento do fomento pelo Governo Federal, a expansão do programa restringiu-se ao âmbito municipal. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, combinando análise documental, mapeamento de audiências públicas, entrevistas semiestruturadas com gestores e aplicação de questionários a docentes em duas escolas municipais da Região Metropolitana do RN. Os demonstraram que a aceitação esteve associada à demanda por segurança e disciplina. Contudo, os ganhos percebidos decorreram do aporte de militares para o apoio e suporte operacional nas escolas. Além disso, foi verificado tensões geradas pela disparidade salarial entre monitores e professores civis. Por fim, a pesquisa constatou que a convivência com o modelo gerou tanto aceitação quanto rejeição, revelando divergências de posicionamento dentro do próprio ambiente escolar.

Palavras-chave: Militar. PECIM. Modelo de Coalizões de Defesa. Rio Grande do Norte.

TITLE: A Far-Right Agenda for Education in Brazil: The Case of the National Civic-Military Schools Program (PECIM) in Rio Grande do Norte

Abstract

This study analyzes the process of adhesion and implementation of the National Civic-Military Schools Program (PECIM) in Rio Grande do Norte (RN) through the lens of the Advocacy Coalition Framework. Following the state government's refusal to adopt the policy and the subsequent termination of federal funding, the program's expansion was restricted to the municipal level. The study adopted a qualitative approach, combining document analysis, mapping of public hearings, semi-structured interviews with school administrators, and questionnaires administered to teachers in two

municipal schools within the Metropolitan Region of RN. The results demonstrated that community acceptance was primarily associated with the demand for safety and discipline. However, the perceived gains stemmed from the provision of military personnel for operational and administrative support in the schools. Furthermore, tensions were identified regarding wage disparities between military monitors and civilian teachers. Ultimately, the research found that coexistence with the model generated both acceptance and rejection, revealing conflicting stances within the school environment itself.

Keywords: Military. PECIM. Advocacy Coalition Framework. Rio Grande do Norte.

Introdução

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi instituído em 5 de setembro de 2019, por meio do Decreto Federal nº 10.004/2019, com a finalidade de "promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio" (Brasil, 2019). Conforme destacado na Nota Técnica nº 60/2023/DPDI/SEB do Ministério da Educação, a proposta buscava reestruturar as escolas públicas nas dimensões educacional, didático-pedagógica e administrativa, visando conter a violência, combater a evasão e o abandono escolar. A formulação do PECIM fundamentava a premissa de que os padrões de gestão e de ensino das instituições militares poderiam servir como parâmetro de excelência para a rede pública regular (Brasil, 2019).

A política ocorreu por meio de dois modelos, em ambos havia a presença de militares das Forças Armadas na gestão e monitoria escolar, mas a diferença central estava na fonte dos recursos, cada modalidade era financiada por um ministério diferente, como o Ministério da Defesa ou Ministério da Educação. No Rio Grande do Norte, em comunicado emitido no ano de 2019, a chegada do programa esteve marcada pela recusa do Governo Estadual em aderir à proposta, justificando a decisão na necessidade de resguardar os princípios da gestão democrática civil e do pluralismo pedagógico na rede estadual (RIO GRANDE DO NORTE, 2019). Contudo, a possibilidade de continuidade com as prefeituras permitiu que a política avançasse nas redes locais, expandindo para cinco escolas municipais distribuídas na região metropolitana do Estado.

À luz do Modelo de Coalizões de Defesa, este artigo analisa os argumentos, discursos e disputas que cercam o PECIM no Rio Grande do Norte, buscando compreender como gestores e professores vivenciam ou vivenciaram o cotidiano escolar. A abordagem do modelo parte de que a atuação e as alianças entre os atores políticos não ocorrem por acaso, mas são guiadas por suas crenças profundas, ou seja, por visões de mundo sobre sociedade e convivência que moldam diretamente suas escolhas e a forma como se posicionam (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993).

No debate sobre o PECIM, a coalizão favorável articula suas crenças na premissa de que ordem, hierarquia e civismo militar são pré-condições indispensáveis para restaurar a autoridade, conter a violência relacionada aos estudantes, e promover um ambiente propício à aprendizagem. Por outro lado, a coalizão contrária respaldada por análises críticas como a emitida na Nota Técnica nº 60/2023 do MEC no qual fundamenta suas convicções na defesa da autonomia pedagógica, da valorização dos profissionais civis e da gestão democrática. Para este grupo, a transferência de padrões militares para a

escola pública regular acarreta ineficiência na execução orçamentária e impõe um controle comportamental incompatível com os princípios constitucionais de universalidade e equidade da educação inclusiva. Assim, a presente pesquisa busca compreender as visões e crenças dos gestores e docentes das duas unidades selecionadas na Região Metropolitana à luz do sistema de crenças.

Metodologia

No presente método, a abordagem qualitativa é utilizada para analisar o processo de adesão, execução e permanência do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no estado do Rio Grande do Norte. São utilizados conteúdos bibliográficos, midiáticos e empíricos. O aporte teórico se baseia no Modelo de Coalizões de Defesa, desenvolvido originalmente por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith. Essa abordagem foi escolhida por permitir compreender como a formulação e a mudança de políticas públicas resultam da atuação de atores organizados em torno de sistemas de crenças. Ao focar na camada estruturante desse sistema, as crenças profundas, o modelo permite ir além de visões técnico-normativas para revelar como valores, visões de mundo e percepções unem gestores, especialistas e atores políticos em coalizões, explicitando como ideias e convicções orientam suas escolhas e moldam a dinâmica da política pública ao longo do tempo (Sumiya; Sano, 2021).
Para a pesquisa, o trabalho obteve quatro etapas:
Levantamento Bibliográfico: Foi realizada uma revisão sistemática da literatura científica sobre o PECIM (livros, artigos, dissertações e teses) para rastrear os argumentos nacionais favoráveis e contrários. Adicionalmente, analisou-se o acervo audiovisual de audiências públicas e debates veiculados em plataformas digitais — como o YouTube, no caso da Câmara dos Deputados e da Câmara Municipal de Parnamirim —, com o objetivo de mapear os atores e as crenças mobilizadas. Essa etapa também se apoiou em bases de dados já utilizadas em pesquisa anterior, à qual este trabalho dá continuidade.
Coleta e Análise Documental: Procedeu-se ao levantamento de normativas federais (Decreto nº 10.004/2019 e Portaria GM-MD nº 1.204/2022), portarias municipais, bem como houve a consulta, solicitação de dados do Portal da Transparência e registros obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) e compartilhados pelo gestores das escolas analisadas.
Investigação de Campo: O estudo de campo debruçou sobre duas unidades municipais de ensino situadas na Região Metropolitana de Natal. A escolha dessas unidades atendeu aos critérios de continuidade no modelo e volume de recursos financeiros destinados às escolas pelo programa, mapeados via Lei de Acesso à Informação (LAI). A etapa qualitativa contou com duas entrevistas semiestruturadas com os gestores escolares. A primeira ocorreu em 23 de julho de 2026 com o Diretor Geral e a Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal A. Em sequência, a segunda entrevista foi realizada em 24 de julho de 2026 com a Diretora Escolar da Escola Municipal B. Em complemento, aplicou-se um formulário estruturado digital via Google Forms direcionado aos docentes que vivenciaram o PECIM nessas instituições, com questões abertas e fechadas para compreender suas percepções. As tratativas foram realizadas por meio de solicitação LAI de documentação e solicitação de visita às escolas, com posterior comunicação e marcação de dia e horário das entrevistas por meio do aplicativo Whatsapp. Uma escola como a A cedeu entrevista presencial, e a B on-line por meio do site de vídeo chamadas Meet.

Análise dos Dados: As transcrições das entrevistas e as respostas dos questionários foram submetidas à análise, organizadas para cruzar as falas locais com as categorias de crenças do Modelo de coalizões de defesa, com o intuito de realizar a verificação da percepção dos gestores e professores.

O contexto político dos municípios onde as escolas estão inseridas constituiu a dimensão de análise no período de 2019 a 2023. Na capital, sob a gestão do prefeito Álvaro Dias, a adesão ao modelo avançou a partir de 2021 com visitas técnicas às unidades escolares pré-selecionadas, na ocasião, o gestor municipal destacou publicamente que a cidade ganharia com o programa ao aliar o ensino tradicional ao reforço da organização, do respeito e dos valores cívico-militares (PREFEITURA DE NATAL, 2021). Paralelamente, em Parnamirim, a trajetória do prefeito Rosano Taveira (Coronel Taveira), oficial reformado da Polícia Militar, conferiu um posicionamento mais direto à proposta, resultando na adesão da política na rede municipal e na posterior aprovação de uma legislação municipal própria em 2024 para instituir o modelo cívico-militar mesmo após o encerramento no âmbito federal (PARNAMIRIM, 2024). Em contraposição a essas iniciativas municipais, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sob a liderança da governadora Fátima Bezerra, professora da rede pública e historicamente vinculada às pautas do magistério, manteve uma postura firme de resistência ao PECIM, priorizando o fortalecimento da rede estadual por meio da gestão democrática, do pluralismo de ideias e da autonomia pedagógica civil, recusando a militarização nas unidades estaduais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2019).

Resultados e Discussões

Neste artigo, a trajetória do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Rio Grande do Norte foi analisada a partir do cruzamento entre análise documental, registros de audiências públicas, literatura acadêmica e dados de campo. Cabe ressaltar que esta pesquisa dá continuidade a um trabalho anterior, do qual se originam alguns dos dados aqui utilizados. Em escala nacional, o programa alcançou 206 instituições antes da revogação do fomento federal. No contexto potiguar, a decisão do Governo do Estado de não aderir à proposta, justificada pela necessidade de resguardar a gestão democrática e o pluralismo pedagógico (RIO GRANDE DO NORTE, 2019), restringiu a presença do modelo à esfera municipal, abrangendo cinco escolas distribuídas entre a região metropolitana e o interior do Estado.

Como observam Gomes e Segatto (2024), a proposta das escolas cívico-militares no governo Bolsonaro sustentou-se na divisão formal entre o trabalho pedagógico dos professores civis e a administração disciplinar a cargo de militares da reserva, somada à reativação de uma memória nostálgica em torno da ordem, da autoridade e da disciplina como soluções para os dilemas da educação. No contexto do Rio Grande do Norte, essa dinâmica ganha contornos específicos nas unidades situadas em periferias marcadas por carências socioeconômicas e violência, onde a atuação dos militares inativos como Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), regulada pela Portaria GM-MD nº 1.204/2022, tem a transmissão de preceitos cívicos e morais como eixo central de sua presença.

Com base no Modelo de Coalizões de Defesa, houve a apresentação de polarização entre dois blocos com sistemas de crenças. Nas audiências públicas analisadas, tanto na Câmara Municipal de Parnamirim em 2020 quanto na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em 2023, a coalizão favorável defendeu que a militarização escolar conteria a criminalidade no entorno, resgataria a autoridade docente e

melhoraria os índices educacionais. Em contrapartida, a coalizão contrária, integrada por entidades sindicais, representações estudantis e pesquisadores, denunciou o modelo por violar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, militarizar condutas pedagógicas e instituir descompassos salariais entre os monitores e os professores da carreira civil.

Antes da exposição dos resultados das entrevistas, uma breve demonstração de como o roteiro de entrevista aos gestores foi seguido. O roteiro semiestruturado aplicado foi organizado em sete blocos, cobrindo desde o contexto pré-adesão até a avaliação retrospectiva do modelo. O formulário aplicado aos docentes, via Google Forms, reuniu nove itens entre perguntas fechadas e abertas, abordando perfil, avaliação geral, mudanças percebidas e argumentos das posições favorável e contrária. Quanto aos questionários disponibilizados aos professores das unidades, o Quadro 1 (em anexos) sintetiza, à luz da estrutura em três camadas do sistema de crenças proposta por Sumiya e Sano (2021), como os achados desta pesquisa se organizam no caso potiguar. Na camada mais profunda, observa-se a oposição entre uma visão de mundo ancorada na ordem, disciplina, autoridade e segurança, e uma visão ancorada na gestão democrática, eixo que estrutura a divisão entre coalizão favorável e coalizão contrária identificada nas audiências públicas. Na camada intermediária, essas convicções profundas se traduzem em posicionamentos concretos sobre qual estratégia institucional seria adequada, enquanto o diretor da Escola Municipal A defendeu a disciplina e a organização militar como solução institucional, tanto a coordenação pedagógica dessa mesma escola quanto a direção da Escola Municipal B convergiram na avaliação de que a segurança e a gestão escolar deveriam ser asseguradas pelo poder público civil, por meio de profissionais concursados, o que mostra que essa camada intermediária não opôs necessariamente as duas escolas entre si, mas sim posições distintas dentro e entre as próprias equipes gestoras. Na camada dos aspectos secundários, mais sujeita a variações pontuais, situam-se avaliações de natureza mais operacional, como o reconhecimento do ganho de tempo de aula em razão da contenção de conflitos nos corredores, ao lado das críticas recorrentes dos docentes à disparidade salarial e à atribuição do mérito estudantil aos militares, e das críticas da gestão ao descumprimento, pelos municípios, de compromissos relativos a reformas estruturais e fardamentos.

Quanto a Tabela 1 (em anexos) consolida as respostas dos questionários aplicados aos nove docentes das duas escolas pesquisadas, cinco na Escola Municipal A e quatro na Escola Municipal B, permitindo visualizar tanto os pontos de convergência quanto às diferenças entre as duas unidades. A avaliação geral positiva do período do PECIM predominou amplamente na amostra, alcançando 88,9% do total de respondentes (80% na Escola A e 100% na Escola B). A percepção de mudanças na aprendizagem, embora presente em ambas as escolas, foi minoritária, apenas 40% dos docentes da Escola A e 25% dos da Escola B apontaram esse aspecto entre as mudanças percebidas durante o período. A crítica relacionada à desvalorização salarial e à atribuição do mérito estudantil aos monitores, restrita a um único respondente da Escola B (25% da amostra local), reproduz, no nível dos professores, a mesma crítica já relatada pela gestão dessa unidade quanto à disparidade salarial entre monitores e professores efetivos. Por fim, a crítica à ausência de formação pedagógica entre os militares apareceu de forma isolada, restrita a um único respondente da Escola A (20% da amostra local).

A pesquisa de campo teve como objetivo compreender esses discursos políticos a partir da coleta das percepções de gestores e professores das instituições selecionadas. O acesso às escolas seguiu uma sequência de contatos: em 27 de maio de 2026, foi protocolada uma solicitação via Lei de Acesso à Informação (LAI) junto ao município

responsável pela escola, o que já sinalizava à instituição o interesse da pesquisa em trabalhar acerca do PECIM. Em 20 de julho de 2026, o contato para a realização da entrevista foi articulado por meio de WhatsApp, e a entrevista com a equipe gestora da Escola Municipal B ocorreu em 24 de julho de 2026. Com base nas informações repassadas nesta entrevista, a Escola Municipal B, situada na Região Metropolitana, havia aderido ao PECIM em 2021 por meio de consulta comunitária com adesão quase unânime registrando apenas dois votos contrários, motivada pelo sentimento generalizado de insegurança no bairro e pela expectativa das famílias de encontrar na autoridade militar uma barreira protetora contra as vulnerabilidades do território periférico. Embora a gestão reconheça que a presença física dos militares nos pátios e corredores reduziu atritos imediatos, aumentou a sensação de vigilância e inibiu condutas como o porte de substâncias ilícitas, bebidas alcoólicas e cigarros eletrônicos, ela expressou uma visão estruturalmente crítica sobre a condução da política pública. Em seu relato, a direção pontuou com veemência que a escola serviu de palanque e propaganda política para o Executivo local. O poder público municipal deixou de cumprir compromissos fundamentais. Como a ausência de entrega dos fardamentos oficiais prometidos, limitando-se a apresentar protótipos em solenidades, não executou as obras estruturais esperadas e deixou de repassar uma emenda parlamentar de R$200 mil que havia sido expressamente destinada à melhoria das instalações do colégio. A gestora relatou ainda tensões expressivas no início da convivência, geradas por planejamentos paralelos e tentativas de interferência por parte dos militares em assuntos educativos, o que exigiu da direção civil uma postura firme para demarcar que a escola não era um quartel. Estabeleceu, então, a proibição categórica de que os monitores aplicassem advertências, suspensões ou qualquer penalidade direta aos estudantes, atribuições que permaneceram sob a alçada exclusiva dos educadores conforme o regimento escolar. Criticou duramente o formato do Projeto Valores, que afastava o professor titular da sala durante os módulos cívicos ministrados por monitores sem habilitação pedagógica, bem como a discrepância salarial gerada pela política. Os monitores contratados pelo município passaram a receber vencimentos base superiores aos dos próprios professores efetivos com pós-graduação, aprofundando o sentimento de desvalorização docente. Por outro lado, nos questionários aplicados aos docentes que acompanharam o programa desde o início, os professores reconheceram o ganho de tempo pedagógico pela contenção da indisciplina, mas foram unânimes em apontar a injustiça simbólica de se creditar o rendimento dos estudantes aos monitores externos, invisibilizando o esforço diário do trabalho pedagógico em sala de aula.

Na Escola Municipal A, também localizada na Região Metropolitana, o mesmo procedimento de contato foi seguido: a solicitação via LAI protocolada em 26 de maio de 2026, seguida pela comunicação com a gestão escolar por meio de WhatsApp e pela marcação da entrevista, realizada em 23 de julho de 2026 com a equipe de gestão, composta pela Direção Geral e pela Coordenação Pedagógica, em exercício desde janeiro de 2022, além de consulta a registros institucionais e questionários aplicados ao corpo docente. Segundo relatado pela equipe gestora, ao assumirem a instituição, os gestores encontraram um cenário de dificuldades administrativas. A escola enfrentava débitos acumulados, dependia predominantemente de repasses municipais insuficientes e apresentava baixa procura da comunidade, embora contasse com sete salas de aula e capacidade para até 600 estudantes, tinha apenas 400 matriculados, o que a gestão atribuiu ao clima de insegurança. Ressaltaram que o processo de adesão ao PECIM, ocorrido em 2021 de forma remota e acelerada em razão do isolamento imposto pela pandemia de Covid-19, como uma decisão conduzida de forma pouco participativa, na

qual uma reunião virtual com baixa presença docente concentrou-se sobretudo no desejo das famílias por maior intervenção disciplinar.

Segundo relataram, para contornar o impasse com o contingente militar recém-chegado, que inicialmente tentava assumir o comando da rotina escolar, a Direção Geral agiu de modo estratégico já na primeira reunião institucional com o oficial responsável. Valendo do próprio princípio de hierarquia que estrutura as Forças Armadas, a direção civil afirmou categoricamente que a autoridade máxima e as decisões finais pertenciam à gestão da escola. A partir desse alinhamento, os entrevistados relataram que a atuação de dois oficiais de gestão e doze militares da reserva (PTTC) ficou delimitada à organização operacional, incluindo a fiscalização dos portões, o controle de pontualidade para evitar saídas antecipadas dos estudantes, o patrulhamento preventivo e o registro de ocorrências disciplinares em relatórios formais. Conforme a gestão, a autonomia pedagógica foi preservada, sem qualquer censura curricular ou veto ideológico, o que teria permitido que os professores debatessem temas contemporâneos e utilizassem livremente, como por exemplo, letras de rap crítico em suas aulas sem interferência externa. Por fim, os entrevistados relataram que o aspecto do PECIM ligado aos militares se restringiu a momentos como o hasteamento da bandeira e a execução do hino, e que a gestão assegurou não terem ocorrido imposições sobre corte de cabelo e estética pessoal que desrespeitassem a identidade social dos alunos.

Ademais, os entrevistados destacaram o modo como o Projeto Valores foi integrado diretamente ao Projeto Político-Pedagógico (PPP). De acordo com a gestão, a unidade promovia encontros semanais voltados a temas como preconceito racial e cidadania. Na percepção dos entrevistados, essa metodologia contribuiu para a redução dos índices de violência interna e indisciplina, além de estar associada, segundo relatado, a uma melhora no nível pedagógico da escola. Conforme dito, essa transformação do ambiente escolar alterou sensivelmente a percepção dos professores, inicialmente céticos e contrários ao modelo, os docentes passaram a apoiar a permanência do apoio operacional ao constatarem um impacto pedagógico direto. Foi relatado que no passado os professores perdiam até vinte minutos de cada hora-aula, apartando brigas e administrando tumultos, a presença mediadora dos monitores nos corredores permitiu que o tempo integral da aula fosse dedicado ao processo de ensino e aprendizagem.

A rotina de organização documental, acompanhamento conjunto e mediação preventiva foi relatada como decisiva em circunstâncias de segurança vividas pela comunidade. Em situações envolvendo brigas de torcidas organizadas nos portões e aproximação de integrantes de facções, os entrevistados relataram que a ação conjunta entre a gestão civil e os agentes da reserva contribuiu para resguardar a integridade física dos alunos. Contudo, a equipe gestora teceu duras críticas à omissão e à falta de compromisso do Poder Executivo municipal na execução do programa. A administração municipal optou por aderir ao PECIM mediante a cessão de pessoal do Ministério da Defesa, mas negligenciou as contrapartidas estruturais e humanas acordadas. O município não enviou os fardamentos oficiais, havendo movimentação dos militares para realizar as doações aos alunos. Não realizou as reformas prediais e não contratou as equipes técnicas prometidas pelo modelo, como assistentes sociais e coordenadores pedagógicos por ano escolar. Quando o governo federal extinguiu o PECIM em 2023, a escola manteve as práticas organizacionais adquiridas e as regras de convivência, além de preservar intervenções físicas realizadas na unidade durante o programa, como o emblema. Ainda assim, o colégio voltou a enfrentar a carência de pessoal de apoio na rede municipal.

As narrativas da equipe gestora da Escola Municipal A evidenciaram uma divergência interna sobre o significado dessa política pública. O diretor, que relatou ter participado

de um projeto vinculado à Marinha, expressou admiração pela disciplina e pela cultura de sistematização trazidas pelos militares, associando essa presença a uma época em que, em sua percepção, a autoridade docente era mais respeitada. Já outra integrante da equipe gestora discordou dessa leitura, defendendo que caberia ao próprio poder público cumprir seu papel na educação, sem depender do reforço militar para isso. Essa tensão entre valorização da experiência militar e defesa da autonomia pedagógica também apareceu na Escola Municipal B. Segundo a coordenação entrevistada, a escola não deveria ser tratada como um quartel, cada instituição teria seu papel as Forças Armadas no seu, e a educação a cargo dos profissionais formados para isso, e o problema da indisciplina deveria ser enfrentado com investimento em recursos, cargos e profissionais qualificados, e não pela alocação de militares aposentados na função de monitoria.

Essa divergência observada entre os gestores também apareceu nos questionários aplicados aos docentes das duas escolas. Na Escola A, quatro dos cinco professores avaliaram o período do PECIM como positivo ou muito positivo, atribuindo à presença militar ganhos em disciplina, segurança e aprendizagem, um deles declarou não ter uma posição definida sobre o modelo, e um outro se posicionou como mais contrário do que favorável, criticando a ausência de diálogo com a comunidade escolar na implantação do programa e observando que, dos cerca de dez militares presentes na unidade, nenhum possuía formação pedagógica para atuar diretamente com os estudantes, o que, em sua avaliação, poderia ter sido alcançado com o mesmo número de profissionais civis capacitados. Na Escola B, o quadro se mostrou mais favorável, os quatro docentes que responderam ao questionário avaliaram o período como positivo, destacando ganhos em disciplina e organização, mas também registraram uma crítica recorrente, a de que o desempenho de alunos que se destacavam costumava ser atribuído aos monitores, e não aos professores.

A literatura sobre a militarização das escolas permite contextualizar esses achados, revelando um debate no qual convivem defesas e críticas ao modelo. Ferreira (2020), em trabalho produzido no âmbito da formação de oficiais da Polícia Militar do Maranhão, analisa a experiência de escolas militarizadas em São Luís–MA e conclui favoravelmente ao modelo, atribuindo-lhe resultados superiores aos da rede civil em indicadores como disciplina, segurança e desempenho no Ideb, uma conclusão que dialoga mais com o discurso oficial do Programa, como o expresso no Memorial de Gestão do PECIM (MEC, 2022), do que com sua problematização. Já Galvão (2023) oferece uma leitura mais crítica, ajudando a compreender como determinados elementos do modelo contribuem para a formação de consensos em torno do PECIM. Em sua pesquisa, a disciplina e o chamado "resgate de valores" aparecem de forma recorrente nas falas de professores e responsáveis, associados a práticas como o respeito às figuras de autoridade, a postura corporal, o civismo e outras formas de comportamento padronizado. A autora também identifica uma imagem idealizada dos militares, cuja presença é percebida por parte dos participantes como uma forma de apoio à rotina escolar e à disciplina. Ao mesmo tempo, Galvão evidencia uma contradição importante entre a finalidade oficialmente atribuída ao programa e os resultados percebidos na escola pesquisada, embora professores e responsáveis tenham associado positivamente a presença do PECIM às mudanças disciplinares, as entrevistas indicaram a permanência de problemas relacionados à aprendizagem e à qualidade do ensino. A pesquisa conclui, assim, que, naquele estudo de caso, o programa teria contribuído para mudanças na disciplina dos alunos, mas não para a melhoria da qualidade do ensino, o que desloca a centralidade do consenso em torno do PECIM para aspectos ligados à formação moral e disciplinar, e não ao desempenho pedagógico propriamente dito.

Conforme já apresentado na metodologia, o sistema de crenças de Sumiya e Sano (2021) se organiza em três camadas concêntricas — profundas, centrais da política e secundárias —, sendo mais difícil provocar mudanças quanto mais próxima do centro estiver a crença. Essa estrutura em camadas ajuda a interpretar as divergências observadas dentro das próprias equipes gestoras entrevistadas no Rio Grande do Norte. Na Escola Municipal A, por exemplo, o diretor e a integrante da equipe gestora que discordou de sua leitura sobre os militares compartilhavam, no nível mais profundo, um mesmo compromisso com a melhoria da educação pública na unidade, mas divergiam na camada intermediária, isto é, nas convicções sobre qual estratégia seria adequada para alcançá-la, um valorizando a disciplina e a sistematização militar, a outra defendendo que essa função cabe ao próprio poder público civil. Já entre gestoras e professores, mesmo quando havia concordância na camada intermediária sobre os benefícios do PECIM, como se viu nos questionários de ambas as escolas, restavam divergências pontuais na camada mais externa, dos aspectos secundários, como a crítica ao crédito atribuído aos monitores em vez de aos professores, ou a ausência de formação pedagógica de parte do efetivo militar.

Em última análise, os dados empíricos e a produção científica convergem. O acolhimento comunitário ao PECIM esteve diretamente atrelado à carência por segurança e organização em bairros vulneráveis. Os benefícios vivenciados nas escolas decorreram fundamentalmente da chegada de pessoal de apoio e suporte logístico em unidades historicamente desassistidas, e não de métodos pedagógicos militares. A experiência prática expôs limites no financiamento, disparidades salariais entre civis e militares e o uso das escolas públicas como espaço de disputa política local.

Conclusão

A presente pesquisa analisou o processo de adesão do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Rio Grande do Norte à luz do Modelo de Coalizões de Defesa. A investigação evidenciou que a trajetória da política pública no estado foi marcada por atuações municipais, visto que a recusa inicial de adesão pelo Governo do Estado restringiu a expansão do modelo à região metropolitana e interior.

No plano das crenças e discursos, os resultados apontam que a aceitação do PECIM junto a gestores e professores esteve ancorada na busca por segurança, disciplina e restauração da ordem atitudinal em unidades situadas em territórios periféricos vulneráveis. Contudo, a vivência prática no chão da escola revelou contradições estruturais significativas, os ganhos percebidos pela comunidade escolar decorreram primordialmente do aporte de suporte administrativo e do aumento da força de trabalho em escolas historicamente desassistidas, e não de uma relação à militarização.

Além disso, houve a exposição de fragilidades na execução do PECIM, como o descumprimento de contrapartidas de infraestrutura pelos municípios, problemas na alocação orçamentária e a criação de tensões decorrentes da disparidade salarial entre monitores militares e professores civis efetivos. Com o encerramento do fomento federal em 2023, observam-se caminhos divergentes nas redes locais, variando entre a institucionalização da proposta via legislação municipal própria, e a descontinuidade formal, mantendo-se apenas a herança das rotinas organizacionais construídas durante o programa.

O Modelo de Coalizões de Defesa demostrou uma lente produtiva para compreender o caso potiguar, permitiu identificar não apenas a disputa entre a coalizão favorável e a

coalizão contrária ao PECIM, mas também as divergências internas às próprias equipes gestoras, situadas em diferentes camadas do sistema de crenças. Cabe ressaltar os limites desta pesquisa, por tratar de um estudo qualitativo, restrito a duas escolas municipais da Região Metropolitana de Natal, seus resultados não podem ser generalizados ao conjunto das unidades que aderiram ao PECIM no Rio Grande do Norte, tampouco a outros estados. Investigações futuras poderiam ampliar esse escopo, incorporando as demais escolas cívico-militares do estado.

Referências

ALEIXO, Ana Carolina Mexia. Significações de docentes e gestores de uma escola cívico-militar norte-paranaense sobre clima escolar e respeito: um estudo na perspectiva da epistemologia genética. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. Disponível em:https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/7369e37c-710d-49a6-9054-69bdae74afa5/content. Acesso em: 6 abr. 2026.

AUDIÊNCIA Pública: Implantação da Escola Cívico Militar no Município. [Parnamirim: Câmara Municipal de Parnamirim], 6 fev. 2020. 1 vídeo (3h13min15s). Publicado pelo canal Câmara Municipal de Parnamirim. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=bf0S6SJZqws. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 6 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD nº 1.204, de 8 de março de 2022. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para os militares inativos das Forças Armadas voluntariamente contratados como prestadores de tarefa por tempo certo para o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 48, p. 23, 11 mar. 2022. Disponível em:https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm-md-n-1.204-de-8-de-marco-de-2022-385460850. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em:https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/pdf-arq/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 120, 21 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: Audiência Pública Extraordinária da Comissão de Educação. Brasília, DF, 22 maio 2023. 1 vídeo (2h21min30s). Publicado pelo canal da Câmara dos Deputados.

Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=to2wvkOnfok. Acesso em: 6 abr. 2026.

FERREIRA, Erik Santos. Análise dos impactos positivos e negativos do Decreto nº 10.004/19 em São Luís–MA: A escola militarizada x a escola atual. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Segurança Pública - CFO/PM) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em:https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/2569/1/MONOGRAFIA%20%e2%80%93%20ERIK%20FERREIRA-%20CFO%20PM%20CCSA%20UEMA%202020.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

GALVÃO, Giulia Pagani. Escolas cívico-militares e os fundamentos para a construção do consenso: entre o discurso da avaliação como ferramenta de mensuração da qualidade educacional e da formação moral. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em:https://repositorio.ufms.br/retrieve/293046ee-3d08-4eae-aa6f-5a4b9ddcfc56/Disserta%c3%a7%c3%a3o-Giulia-Galv%c3%a3o-final.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

GOMES, Sandra Cristina; SEGATTO, Catarina Ianni. Agenda, governos de extrema direita e mudanças nas políticas públicas de educação: uma análise comparada do governo Bolsonaro. 2024.

G1 RN. Escolas cívico-militares do RN serão afetadas por decisão do governo federal de encerrar programa; veja lista. G1 Rio Grande do Norte, 12 jul. 2023. Disponível em:https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/07/12/cinco-escolas-civico-militares-do-rn-serao-afetadas-por-decisao-do-governo-federal-de-encerrar-programa-veja-lista.ghtml. Acesso em: 6 abr. 2026.

G1 RN. Governo do RN comunica que não vai aderir a modelo cívico-militar em escolas. G1 Rio Grande do Norte, 1 out. 2019. Disponível em:https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/10/01/governo-do-rn-comunica-que-nao-vai-aderir-a-modelo-civico-militar-em-escolas.ghtml. Acesso em: 6 abr. 2026.

HEINEN, Vicente Loeblein; MATTEI, Lauro; MULINARI, Mauricio. A militarização das escolas melhora o desempenho escolar? Evidências a partir da implantação das escolas cívico-militares no estado de Santa Catarina. Revista NECAT, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 8-28, 2022. Disponível em:https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/9459/8004. Acesso em: 6 abr. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Prefeitura realiza assembleia e encaminha pedido de adesão ao Programa de Escola Cívico-Militar. Portal da Prefeitura do Natal, 11 out. 2019. Disponível em:https://natal.rn.gov.br/news/post2/31855. Acesso em: 6 abr. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Prefeito Álvaro Dias visita escola pré-selecionada para programa de Educação Cívico Militar. Portal da Prefeitura do Natal, 23

mar. 2021. Disponível em:https://natal.rn.gov.br/news/post2/34203. Acesso em: 6 abr. 2026.

PARNAMIRIM (RN). Lei Complementar nº 264, de 2 de fevereiro de 2024. Institui o Programa Municipal de Escolas Cívico-Militares de Parnamirim e dá outras providências. Leis Municipais, 2024. Disponível em:https://leismunicipais.com.br/a/rn/p/parnamirim/lei-complementar/2024/27/264/lei-complementar-n-264-2024-institui-o-programa-municipal-de-escolas-civico-militares-de-parnamirim-e-da-outras-providencias. Acesso em: 6 abr. 2026.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Fátima Bezerra reafirma compromisso com a gestão democrática e recusa escolas cívico-militares no RN. Portal do Partido dos Trabalhadores, 2019. Disponível em:https://pt.org.br/fatima-bezerra-2/. Acesso em: 6 abr. 2026.

ROCHA, Vitória Lissa Mendes et al. Avaliação do impacto do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) nos indicadores educacionais. In: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA, 20., 2024, Diamantina. Anais [...]. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2024. p. 1-20. Disponível em:https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2024/D20_463.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

SABATIER, Paul. The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe. Journal of European Public Policy, v. 5, n. 1, p. 98–130, 1998.

SABATIER, Paul; WEIBLE, Christopher. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, Paul (org.). Theories of the policy process. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SOUZA, Bruna Estefany Lemos de; ALMEIDA, Carolina Cardoso. Análise da implementação de escolas cívico-militares segundo a percepção de professoras(es) e gestoras(es) educacionais. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em:https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/97612/R_G_BRUNA_SOUZA_CAROLINA_ALMEIDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 6 abr. 2026.

SUMIYA, Lilia Asuca; SANO, Hironobu. Coalizão advocatória e aprendizado nas políticas públicas: as mudanças nas convicções centrais do PAIC. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e232470, p. 1-20, 2021. Disponível em:https://www.redalyc.org/journal/298/29866573080/29866573080.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

TAMWING, Marcello Pereira. A política educacional de implementação de escolas cívico-militares (ECIMs) no estado do Acre. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023. Disponível em:http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2023/marcello-pereira-tamwing_2023.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 3, p. 612-636, 2019.

Anexos



Quadro 1 - Camadas do Sistema de Crenças no Caso do PECIM/RN



Tabela 1 - Sintese das Respostas dos Questionários Aplicados aos Docentes (Escolas A e B)

CÓDIGO: HS1098

AUTOR: CECILIA ARAUJO DE SOUZA

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Literatura africana queer e estudos da religião em diálogo: uma análise do papel da religião na obra When We Speak of Nothing de Olumide Popoola

Resumo

O presente relatório aborda a literatura africana de língua inglesa no âmbito das discussões sobre sexualidade, identidade de gênero e discursos religiosos. A narrativa de When We Speak of Nothing (Popoola, 2018), ambientada entre Inglaterra e Nigéria, apresenta conflitos raciais nas ruas de Londres e as tensões de um país que criminaliza relações afetivas homossexuais sob forte influência do discurso religioso cristão. Nesse contexto, a obra acompanha Karl, jovem preto e transexual que, narrado e influenciado pela encruzilhada de Exu, busca superar a marginalização vivenciada em Londres. Assim, este trabalho busca compreender o papel estético-ideológico do narrador Exu na construção da identidade do protagonista. Para isso, fundamenta-se na noção de realismo animista de Paradiso (2020) e na formulação bakhtiniana de personagem (2015), enfatizando a constituição do eu a partir do contato com discursos alheios e o sobrenatural como elemento que tece a realidade narrada. A análise demonstra que Exu ultrapassa a função de narrador, tornando-se força articuladora das experiências de Karl. Conclui-se que sua narração suscita reflexões sobre identidade, pertencimento, sexualidade e a influência dos discursos religiosos na subjetividade, mobilizando a encruzilhada como espaço de transformação e possibilidade.

Palavras-chave: Exu; religião; identidade.

TITLE: Queer African Literature and Religious Studies in Dialogue: An Analysis of the Role of Religion in When We Speak of Nothing

Abstract

This report addresses African English-language literature through discussions of sexuality and gender identity in relation to religious discourses. The narrative of When We Speak of Nothing (Popoola, 2018), set between England and Nigeria, presents racial conflicts in London alongside the tensions of a country that criminalizes same-sex relationships and is strongly influenced by Christian religious discourse. In this context, the novel follows Karl, a Black transgender young man who, narrated and influenced by the crossroads of Exu, seeks to overcome the marginalization he has experienced in London. Accordingly, this study aims to understand the aesthetic-ideological role of the

narrator Exu in Karl's identity construction. To analyze the orixá's role in the protagonist's trajectory, this research is grounded in Paradiso's (2020) notion of animist realism and Bakhtin's (2015) formulation of the character, emphasizing the constitution of the self through contact with others' discourses and the supernatural as an element that shapes narrated reality. The analysis shows that Popoola constructs Karl's trajectory through Exu's mediation, whose role extends beyond narration to become an articulating force in the protagonist's experiences. It concludes that Exu's narration invites reflection on identity, belonging, sexuality, and the influence of religious discourses on subjectivity, presenting the crossroads as a space of transformation and possibility.

Keywords: Exu; religion; identity.

Introdução

Quando falamos em literatura, mais especificamente literatura africana anglófona[1], nos deparamos com o entrave da limitada divulgação destas obras no Brasil. Apesar disso, nos últimos anos, as obras africanas têm despertado crescente interesse acadêmico. A tradução dessas obras para o português ampliou sua circulação e a visibilidade de problemáticas relacionadas, por exemplo, às questões LGBTQIA + em conflito com discursos religiosos. É a partir desse segmento literário em expansão que as críticas às sociedades heteronormativas e homofóbicas ultrapassam as barreiras impostas pela colonização no continente africano, especialmente em países de língua inglesa. Diante dessas tensões sociais representadas na literatura africana, torna-se particularmente relevante analisar a relação entre literatura e religião, visto que os discursos religiosos assumem um papel fundamental na construção das narrativas e no atravessamento de identidades, valores e conflitos (Paraízo, 2012). De modo semelhante, o discurso literário constrói-se e reconstrói-se no interior da narrativa como forma de transmitir determinados sentimentos e valores, refletindo a coexistência de múltiplos discursos. Assim, para além do enredo aparente, ambos os discursos buscam mediar, seja por meio da oralidade, seja pela escrita, a relação humana com a verdade que se apresenta nas entrelinhas. Nesse contexto, o foco desta pesquisa encontra-se na obra When We Speak of Nothing, da autora nigeriano-alemã Olumide Popoola. Publicada em 2017, a narrativa desenrola-se entre Londres e Port Harcourt, acompanhando a trajetória de Karl, um jovem negro em processo de formação identitária, atravessado por experiências de deslocamento, violência, silêncio e descoberta de si. A obra constrói-se a partir de uma narração fragmentada e plurivocal que evidencia tensões entre pertencimento, masculinidade, sexualidade e questões sociais e de gênero, podendo ser interpretada, à luz do princípio do orixá Exú — também conhecido como Esu Elegbara na tradição iorubá (Silva, 2015) —, como um espaço de encruzilhada, diálogo e transmutação. A partir dessa perspectiva, torna-se relevante examinar os estudos já realizados acerca da obra When We Speak of Nothing e das discussões que a atravessam. A partir de levantamentos bibliográficos realizados na base acadêmica Google Scholar, observa-se que os estudos existentes se concentram, sobretudo, nas dimensões de gênero e sexualidade, na escrita de mulheres negras e na literatura negra contemporânea, bem como na representação de identidades queer em obras afropolitanas. Contudo, nota-se que ainda são rasas as análises que articulam, de forma mais aprofundada, o conflito da sexualidade dissidente em diálogo com discursos religiosos e com perspectivas afro-diaspóricas, como a simbologia de Exu, o que nos leva à seguinte questão: em que medida a escolha do narrador Exu reflete e refrata a

construção do protagonista do romance When We Speak of Nothing? Para responder a essa pergunta de pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral compreender o papel do narrador Exu na construção do protagonista do romance no contexto de sua formação identitária e social. Mais especificamente, o trabalho se propõe a analisar a relação entre sexualidade e religião, considerando as tensões raciais que se manifestam no contexto londrino e nas dinâmicas socioculturais da Nigéria, além de buscar elementos semântico-ideológicos que representem o papel do narrador na construção do protagonista. Para alcançar esses objetivos, mobiliza-se a noção de realismo animista, proposta por Silvio Paradiso (2020), e a concepção bakhtiniana de personagem (Bakhtin, 2015), compreendida como sujeito dotado de consciência e linguagem social. A partir dessas perspectivas, analisa-se o papel de Exu como narrador plurivocal na construção do protagonista do romance.

Metodologia

Para a realização dos objetivos, esta pesquisa de caráter bibliográfico-analítico adotou os seguintes passos: primeiramente, foi estudado em grupo os ensaios “Literatura e religião: traços e laços’’ (Paraízo, 2012) e “O falante no romance” (Bakhtin, 2015); depois, foram incorporadas discussões teóricas a partir de textos complementares, como Paradiso (2020) e Rea (2021), que abordam, respectivamente, o realismo animista - relacionado à mentalidade anímica presente em contextos africanos -, e as relações entre sexualidade, religião e disputas sociopolíticas envolvendo minorias sexuais na África, continente espaço da trama do romance; mais adiante, foi realizada a leitura da obra When We Speak of Nothing (Poopola, 2018); em seguida, em interlocução com a perspectiva bakhtiniana de personagem romanesco às discussões teóricas traçadas, foi analisada a construção estética-ideológica de Exu, a divindade narradora enraizada no enredo do romance; finalmente, elabora-se o presente relatório. Para dar início a esta análise, faz-se necessário retomar uma das concepções bakhtinianas essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. De acordo com Mikhail Bakhtin (2015, p. 124) a personagem, que é o/a falante no romance, se trata de um ser puramente social, cuja linguagem não se configura como um “dialeto individual’’ mas sim um fenômeno social. Assim, perceber este fenômeno envolve compreender a personagem como parte de um todo, de um grupo social e dialógico, onde o “eu” só existe e se faz ser na relação com o “outro’’. Desse modo, o falante e a palavra por ele proferida são constituídos a partir da assimilação de vozes alheias, sendo formados gradualmente no contato com discursos de outros sujeitos. (Bakhtin, 2015, p. 140) Paralelamente, a noção de realismo animista, conforme proposta por Silvio Paradiso (2020), foi mais uma das peças-chave da análise léxico-axiológica da obra de Poopola, permitindo uma compreensão mais profunda da presença do sobrenatural na constituição da realidade narrada. Isto é, possibilitou compreender que o sobrenatural se encontra interligado ao real, evidenciando uma concepção filosófica de mundo em que as manifestações religiosas tradicionais africanas compartilham uma base anímica na qual a vida e a realidade são atravessadas pelo espiritual em uma relação de continuidade (Paradiso, 2020, p. 105). No romance em questão, este conceito se desdobra na inserção do Orixá Exu como entidade narradora na construção da narrativa. É nesse contexto que a figura transformadora de Exu adquire centralidade analítica, uma vez que sua presença se constitui como mediadora entre as dimensões divina e humana, ocupando um lugar liminar na narrativa. Em diálogo com as formulações de Mikhail Bakhtin, a compreensão de realismo animista amplia a percepção da personagem. Dessa maneira,

Exu pode ser concebido não apenas como entidade que atua no interior da construção narrativa, mas como sujeito ativo na trama, constituído pelo diálogo entre diferentes vozes e concepções de mundo. É assim que, enquanto ser que movimenta o romance a partir da interlocução com discursos alheios, Exu constrói, reconstrói e transforma os caminhos da personagem principal, Karl, atuando na encruzilhada de sua jornada como espaço de diálogo e transformação. Para além disso, é preciso compreender que, na tradição iorubá, ao receber o sopro da vida para ser aquele que soma e multiplica entre os demais orixás, Exu assumiu como uma de suas principais funções a intercomunicação e a mediação entre diferentes planos da existência e a vida dos homens (Kileuy; Oxaguiã, 2009, p. 401). É dessa maneira que sua atuação pode ser percebida na trama do romance, especialmente nas entrelinhas e nos silêncios que atravessam a narrativa. Além disso, Exu Elebara (Elegbára), uma de suas múltiplas definições, é reconhecido como o Exu da transformação (Kileuy; Oxaguiã, 2009, p. 404), característica que se manifesta na obra nos momentos de transmutação e mudança vivenciados pelas personagens. Nessa direção, compreender e reconhecer Exu para além de seu papel como narrador e agente da trama tornou-se fundamental. Enquanto entidade de movimento e transformação, Exu é descrito dentro da tradição dos orixás como "força incomensurável, a própria energia dinâmica da vida" (Silva, 2015, p. 36), de forma que tal potência não poderia ser assentada em um simples homem sem atravessá-lo profundamente e transformar sua própria natureza. Além disso, sua atuação está diretamente ligada à lógica da encruzilhada, compreendida como espaço de mediação entre as dimensões humana e divina, onde diferentes vozes, conflitos e possibilidades de transformação se entrecruzam. Dessa forma, Exu opera como mediador entre diferentes planos da existência e experiências de transformação. Partindo dessa compreensão, torna-se possível observar e analisar como a atuação de Exu manifesta-se de forma transversal na narrativa, por meio da seleção de trechos específicos da obra, nos quais sua presença atua como fio condutor na trajetória de Karl. Buscou-se identificar, a partir da compreensão das formulações de Mikhail Bakhtin e Silvio Paradiso, como as intervenções do Orixá Exu articulou diferentes vozes, trajetórias, conflitos e processos de transformação no romance de Olumide Poopola. Dessa forma, a articulação entre diferentes perspectivas irá se apresentar na análise de alguns excertos selecionados, voltados às relações entre subjetividade, espiritualidade e transformação.

Resultados e Discussões

O espelhamento na Identidade e no Corpo: A construção da subjetividade de Karl, o protagonista de When We Speak of Nothing A apresentação e discussão dos excertos não seguem uma ordem cronológica dos capítulos do romance, mas estão dispostas de forma temático-ideológica (Bakhtin, 2015). Essa organização foi pensada a partir de uma ótica aprofundada no pensamento de Mikhail Bakhtin e na mediação do Orixá Exu que, possuindo uma relação estreita com o tempo, tem a capacidade de operar no espaço-tempo da encruzilhada. Conforme o provérbio iorubá, analisado por Sodré (2017, p. 202-203): "Exu matou um pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje" compreende-se que passado, presente e futuro se cruzam e conectam-se através da atuação contínua de Exu na construção do protagonista, como uma forma de oposição à perspectiva ocidental de ordem cronológica linear. Os resultados da análise têm como ponto de partida a compreensão da subjetividade, pois ela revela, de forma significativa, camadas da existência do personagem e de sua relação com a realidade na qual está

inserido. Essa realidade, refletida na construção de sua identidade, o atravessa e o afeta a ponto de despertar a necessidade de conhecer a si mesmo e ressignificar sua própria identidade. Logo, conhecer os reflexos dessa realidade narrada abre espaço para compreender como tais experiências influenciam a constituição da personagem e o que elas representam em suas respostas ao mundo ao seu redor. Assim, a construção da subjetividade de Karl constitui um dos principais eixos do romance, sendo constantemente atravessada por discursos de raça, masculinidade, sexualidade e pertencimento. Karl é um jovem negro, transgênero e britânico-nigeriano que, nos anos finais de sua adolescência, vivendo na cidade de Londres, enfrenta momentos de tensão ao ser tratado com discriminação nas ruas, por sua cor de pele e sua identidade de gênero, o que intensifica seu sentimento de marginalização. A narrativa conduzida por Exu revela como a jornada do garoto em sua cidade natal vai se tornando cada vez mais insustentável, trazendo à tona o desejo de conhecer melhor suas raízes nigerianas e a figura de um pai que, por anos, permaneceu alheio à sua existência. Quando a oportunidade surge e seu tio entra em cena na sua vida, Karl viaja para Port Harcourt, na Nigéria, para conhecer o lugar onde seus pais viveram um romance. No entanto, ele se depara com o desaparecimento do pai e o estranhamento diante de um ambiente até então desconhecido. Ao retornar para Londres, reencontrando sua mãe e seus amigos, Karl volta transformado após suas experiências na Nigéria e precisa reconstruir seus laços e sua própria autoimagem. É nesse contexto que o jovem confronta sua mãe e revela sentimentos de não pertencimento, assim como sua busca por definir sua identidade masculina de forma independente. Neste momento do romance, Karl verbaliza, de forma honesta e intensa, os conflitos externos que, refletidos em sua subjetividade, atravessam a construção de sua identidade: “There is no wholeness. Nowhere I really am. With all of you I am the problem that needs to be taken care of, that needs to be protected. On the streets, I am the freak. I was not here. I didn't exist.” ["Não há plenitude. Em nenhum lugar eu realmente sou. Com todos vocês, eu sou o problema que precisa ser cuidado, que precisa ser protegido. Nas ruas, eu sou a aberração. Eu não estava aqui. Eu não existia."] (Popoola, 2018, p. 239; tradução nossa). O excerto expõe, de forma objetiva, a compreensão de Karl acerca da constituição de sua identidade, marcada pela fragmentação produzida por uma sociedade crítica e excludente. Ao afirmar que não há wholeness ("plenitude") e que, diante dos outros, ele se torna the problem ("o problema") ou Freak ("a aberração"), o personagem demonstra reconhecer que a imagem construída sobre si não nasce exclusivamente de sua própria percepção, mas do modo como é continuamente significado pelos discursos que o cercam. O ápice de sua autopercepção manifesta-se na afirmação “I was not here. I didn't exist”, em que Karl expressa não apenas o apagamento de sua própria existência enquanto sujeito, mas também a compreensão de que sua ausência naquele espaço rompe, ainda que momentaneamente, com a identidade que lhe havia sido atribuída pelos outros. Ao deixar de ocupar o lugar onde era constantemente percebido como um problema, alguém que precisava ser protegido ou que era visto como uma "aberração", o personagem vislumbra a possibilidade de existir para além dessas projeções. É justamente esse distanciamento que lhe permite iniciar um processo de reconhecimento de si, buscando compreender quem é, ou quem deseja ser, sem o peso dos discursos que até então definiam sua existência. Nessa direção, retomando as formulações bakhtinianas acerca da personagem (Bakhtin, 2015), é preciso ter em vista que o “eu” constitui-se na relação com o outro. Ao finalmente verbalizar seus sentimentos diante de Rebecca, sua mãe, Karl demonstra compreender que, quando se distancia dos discursos de preconceito e medo que marcaram sua trajetória, pode, enfim, ser quem deseja, sem o peso de uma imagem configurada a

partir das vozes que o cercam. Dessa maneira, é possível compreender que a percepção que o personagem constrói de si mesmo, bem como sua necessidade consciente de "querer saber como é ser ele mesmo" e de "como é ser um rapaz jovem" ["I want to know. What it's like to be me. What it's like to be a young man"] (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa), resulta da internalização de discursos alheios que passam a constituir sua própria subjetividade. É precisamente nesse processo que a atuação de Exu adquire significado na trama. Esse olhar mais aprofundado sobre a transformação da subjetividade de Karl abre caminho para compreender, de maneira mais ampla, a dimensão espiritual que atravessa o romance. A encruzilhada como espaço espiritual de transformação: a mediação de Exu Nesse movimento, firma-se o entendimento de que o envolvimento de Exu na trama vai além de narrar a história de um jovem rapaz britânico-nigeriano. Exu, "senhor das passagens, dos caminhos" (Kileuy; Oxaguiã, 2009, p. 49), guia Karl através de sua própria encruzilhada, colocando-o por novos caminhos e experiências que o levam a confrontar as amarras impostas por terceiros na constituição de sua identidade. Por meio dessa mediação, Karl revela à sua mãe o desejo de conhecer a si mesmo without a baggage ["sem uma bagagem"] e without a helping hand that makes sure I land soft ["sem uma mão que garanta uma queda suave"] (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa), evidenciando a necessidade de compreender quem verdadeiramente é sem o peso de expectativas alheias e da constante proteção que lhe é imposta. Assim, por meio da capacidade de Exu de mediar diferentes planos da existência e colocá-los em constante diálogo, a reconstrução de Karl não se limita à sua subjetividade, mas inaugura um percurso marcado pelo movimento, pela travessia e pela transformação, eixos que orientam a análise dos resultados apresentada a seguir.
Durante seus primeiros dias de estadia na Nigéria, Karl vivencia a transição para um novo espaço, onde passa a experimentar uma realidade distinta daquela que conhecia em Londres. Enquanto o paradeiro de seu pai permanece desconhecido, o jovem mantém contato apenas com sua mãe (que desconhece o verdadeiro destino do filho), seu melhor amigo Abu e seu co-tutor, Godfrey. É nesse intervalo que Karl experimenta, pela primeira vez, a possibilidade de viver sem ser constantemente identificado pelos discursos de raça, sexualidade e pertencimento que marcaram sua trajetória em Londres. Entretanto, essa experiência é interrompida quando seu pai retorna e, sem nenhuma recepção calorosa ao filho cuja existência desconheceu por tantos anos , questiona: "Who told you to dress like a boy? [...] I cannot accept your behavior" ["Quem disse para você se vestir como um menino? [...] Eu não posso aceitar seu comportamento"] (Popoola, 2018, p. 137; tradução nossa). É nesse momento que, na breve conversa com seu pai, Karl descobre que Godfrey havia revelado sua identidade de gênero antes mesmo de sua chegada, acreditando que isso garantiria sua segurança durante a viagem. Diante da quebra de confiança, Karl verbaliza à Godfrey: "No one knew. The first time in my life I'm able to walk around and just be. No hassle, no questions. No pity or sympathy or harassment or being beaten up. Just me. You get me? Bloody fucking me. The first time." ["Ninguém sabia. A primeira vez na minha vida em que posso andar por aí e ser eu mesmo. Sem problemas, sem questionamentos. Nem pena ou simpatia ou assédio ou levar uma surra. Apenas eu. Você me entende? Apenas eu, droga. Pela primeira vez."] (Popoola, 2018, p. 142; tradução nossa). Após a quebra de expectativas e a frustração decorrentes de seu primeiro contato cara a cara com o pai, Karl extravasa seus sentimentos em sua conversa ao telefone com Godfrey. Ao explicar a seu co-tutor que, na Nigéria, enquanto no one knew ("ninguém sabia") de sua identidade de gênero, lhe era garantida a possibilidade de existir livremente e just be ("apenas ser"). Karl evidencia que essa experiência de anonimato representava, pela primeira vez, a oportunidade de simplesmente existir para além dos discursos que orientaram sua

trajetória em Londres. Ao descobrir que Godfrey havia revelado sua identidade ao pai por receio de que algo lhe acontecesse durante a viagem, Karl sente sua confiança traída e sua autonomia desrespeitada. Prestes a completar dezoito anos, o jovem demonstra considerar-se maduro o suficiente para tomar as próprias decisões e afirma que seu co-tutor não deveria "[...] interfere like this" ("interferir dessa maneira") e que isso já não era "[...] your right" ("seu direito") (Popoola, 2018, p. 143; tradução nossa). Para além de representar uma mudança física de ambiente, o deslocamento de Londres até a Nigéria simboliza o marco de um processo no qual, sob a mediação de Exu, enquanto orixá associado ao movimento e à transformação, o personagem experiencia um novo caminho diante de si, compreendendo que, enquanto estava na Nigéria, não era "a problem" ["um problema"] (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa). Nesse sentido, Exu representa, na trajetória de Karl, a ponte entre o movimento e a transformação para uma nova forma de existir e, ao mover caminhos e abrir novas passagens, possibilita a travessia que coloca Karl diante de novas experiências e novos sentidos. É assim que o personagem compreende que sua experiência na Nigéria não se resume apenas ao deslocamento do espaço que antes o limitava, mas à possibilidade de ser reconhecido para além das marcas que carregava em si, afirmando que "other people saw me for who I was, not how hard I had fought to get there" ["outras pessoas me viam por quem eu era, não pelo quanto eu havia lutado para chegar até ali"] (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa). Contudo, tal experiência não se limitou ao olhar do outro sobre quem Karl é para além das marcas que carrega, mas também representa a compreensão de que sua permanência prolongada na Nigéria lhe possibilita experimentar, de forma mais plena, a possibilidade de ser ele mesmo: "I stayed in Nigeria. I stayed longer because I was being myself" ["Eu permaneci na Nigéria. Eu fiquei por mais tempo porque estava sendo eu mesmo"] (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa). A estada prolongada de Karl na Nigéria, dessa maneira, não representa apenas uma experiência momentânea de pertencimento, mas a marca que se afixou, sob a implicação de Exu, na maneira como o personagem encara os desafios que se apresentam diante dele. Em seu processo de reconstrução, Karl alcança a compreensão de que não precisa ceder ao impulso de escapar e correr para longe das situações que o faziam sentir-se como o problema ou a questão a ser resolvida. Agora, ele sente confiança para permanecer e enfrentar as possibilidades que se apresentam à sua frente: "But he no longer ran, he no longer left things behind to shut them out. He stayed now." ["Mas ele não mais fugia, não mais deixava as coisas para trás para silenciá-las. Agora ele permanecia"] (Popoola, 2018, p. 241; tradução nossa). É, portanto, através do "caráter dinâmico gerador de efeitos transmutadores" (Rufino, 2019, p. 24) que, na encruzilhada de Exu, Karl inicia sua jornada como alguém vulnerável às transformações. Se antes ele procurava fugir de seus problemas, agora permanece e os encara. Neste ponto da narrativa, o personagem demonstra estar se reconstituído e, disposto a enfrentar as situações que se apresentam diante dele, passa a ser visto sob uma "new confidence" ["nova confiança"] (Popoola, 2018, p. 209; tradução nossa). Assim, a encruzilhada deixa de representar apenas um local onde possibilidades se cruzam, passando a revelar, em sua dimensão acrônica[2], a capacidade de guardar "o poder da transmutação" (Rufino, 2019, p. 22).

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência da narrativa de Exu na construção e transformação de Karl, protagonista transexual do romance When We Speak of Nothing, de Olumide Popoola, a partir das dimensões da sexualidade e da

religião. A análise permitiu retomar as formulações de Bakhtin (2015) acerca da constituição do sujeito por meio do contato com discursos alheios. Nesse sentido, Karl atravessa um processo de construção identitária diretamente relacionado às vozes que o cercam. Nessa dinâmica, Exu assume papel central na narrativa. Com seu caráter dinâmico e mediador, conduz Karl por uma sequência de experiências que desencadeiam sua transmutação ideológica. A mediação do Orixá Exu na narrativa de Popoola, descrito por Rufino (2019) como senhor dos caminhos, conduz Karl a a uma encruzilhada que marca a reconstrução de sua subjetividade, tornando-o mais seguro de si e de suas escolhas. Assim, foi possível responder à questão que orientou esta pesquisa — em que medida a escolha de Exu como narrador reflete e refrata a construção do protagonista de When We Speak of Nothing? — compreendendo que sua atuação ultrapassa a função narrativa e interfere diretamente na construção dos caminhos, conflitos e transformações de Karl. Ao escolher Exu como narrador, Popoola, em seu romance de estreia, mobiliza referências ligadas à sua própria experiência cultural e à sua ancestralidade múltipla (Edoro, 2017). Dessa forma, evidencia como preconceito, raça, pertencimento, identidade trans e religião atravessam a constituição da subjetividade em uma sociedade marcada por diferentes discursos sociais. A trajetória de Karl demonstra que a identidade está em constante reconstrução, atravessada por forças que excedem o indivíduo, sem eliminar sua capacidade de escolha e transformação. Além de contribuir para as discussões sobre religião, sexualidade, raça, masculinidade, pertencimento e violência, esta pesquisa oferece uma leitura de When We Speak of Nothing centrada na atuação de Exu, compreendendo-o não apenas como recurso narrativo, mas como figura de mediação fundamentada na tradição iorubá e indispensável para a construção e transformação do protagonista. A articulação entre Bakhtin e a concepção de Exu como senhor da encruzilhada e das possibilidades (Rufino, 2019, p. 24) evidencia que diferentes vozes, caminhos e experiências participam da constituição de Karl. Por fim, compreende-se a encruzilhada de Exu como um espaço em que passado, presente e futuro coexistem em permanente movimento de transformação, articulando sujeitos, vozes e possibilidades. Embora esta pesquisa tenha privilegiado a relação entre sexualidade e religião a partir da atuação de Exu, a complexidade da obra abre espaço para investigações de outras dimensões presentes na narrativa. Assim, reafirma-se a encruzilhada como símbolo do movimento, da transmutação e da abertura para novos caminhos.

Referências

NOTAS DE FIM 1. O termo “anglófona” é empregado neste trabalho para designar a produção literária vinculada à língua inglesa, considerando não apenas a origem nacional dos autores, mas também o espaço linguístico e cultural em que essas obras são produzidas e circulam. 2. O termo “acrônico” é utilizado neste trabalho para caracterizar uma dimensão temporal que não se organiza segundo uma sequência cronológica linear de passado, presente e futuro, mas na qual diferentes temporalidades podem coexistir e se articular. 3. Tradução do Excerto I "Não há plenitude. Em nenhum lugar eu realmente sou. Com todos vocês, eu sou o problema que precisa ser cuidado, que precisa ser protegido. Nas ruas, eu sou a aberração. Eu não estava aqui. Eu não existia." (Popoola, 2018, p. 239; tradução nossa). 4. Tradução do Excerto II “Eu quero saber. Como é ser eu. Como é ser um rapaz jovem” (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa) 5. Tradução do Excerto III “[...] sem uma bagagem” “[...] sem uma mão que garanta uma queda suave” (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa). 6. Tradução do Excerto IV "Quem disse

para você se vestir como um menino? [...] Eu não posso aceitar seu comportamento" (Popoola, 2018, p. 137; tradução nossa). 7. Tradução do Excerto V “Ninguém sabia. A primeira vez na minha vida em que posso andar por aí e ser eu mesmo. Sem problemas, sem questionamentos. Nem pena ou simpatia ou assédio ou levar uma surra. Apenas eu. Você me entende? Apenas eu, droga. Pela primeira vez.” (Popoola, 2018, p. 142; tradução nossa). 8. Tradução do Excerto VI “[...] interferir dessa maneira” “[...] seu direito” (Popoola, 2018, p. 143; tradução nossa). 9. Tradução do Excerto VII “[...] um problema” (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa) 10. Tradução do Excerto VIII “Outras pessoas me viam por quem eu era, não pelo quanto eu havia lutado para chegar até ali” (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa). 11. Tradução do Excerto IX “Eu permaneci na Nigéria. Eu fiquei por mais tempo porque estava sendo eu mesmo” (Popoola, 2018, p. 240; tradução nossa). 12. Tradução do Excerto X “Mas ele não mais fugia, não mais deixava as coisas para trás para silenciá-las. Agora ele permanecia” (Popoola, 2018, p. 241; tradução nossa) 13. Tradução do Excerto XI “Você construiu uma nova confiança em si mesmo” (POPOOLA, 2018, p. 209; tradução nossa).
REFERÊNCIAS BAKHTIN, Mikhail. O falante no romance. In: BAKHTIN, Mikhail. Teoria do romance I: a estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. EDORO, Ainehi. Olumide Popoola’s When We Speak of Nothing is an Ode to Queer Black Life. Brittle Paper, 14 ago. 2017. Disponível em: https://brittlepaper.com/2017/08/book-feature-speak-olumide-popoola/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 ago. 2026. KILEUY, Odé; OXAGUIÃ, Vera de. O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon. Rio de Janeiro: Pallas, 2009. PARADISO, Silvio Ruiz. O realismo animista e as literaturas africanas: gênese e percursos. Revista de Estudos da Literatura, v. 11, n. 2, 2020. PARAIZO, Mariângela de Andrade. Literatura e religião: traços e laços. Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 10, n. 25, p. 8-11, jan./mar. 2012. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175 - 5841.2012v10n25p8. Acesso em: 17 jun. 2023. POPOOLA, Olumide. When We Speak of Nothing. Abuja: Cassava Republic Press, 2018. REA, Caterina Alessandra. Guerras culturais, fundamentalismo evangélico e neoliberalismo: a situação das minorias sexuais em contextos africanos. Revista Communitas, v. 5, n. 10, abr./jun. 2021. RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. SILVA, Vagner Gonçalves da. Exu: o guardião da casa do futuro. São Paulo: Pallas, 2015. SODRÉ, Muniz. Pensar Nagô. Petrópolis: Vozes, 2017.

CÓDIGO: HS1101

AUTOR: ISADORA SILVA DE MELO

ORIENTADOR: JULIE ANTOINETTE CAVIGNAC

TÍTULO: Patrimônios Sensíveis de Catu: Território, Alimentação e Justiça Ambiental

Resumo

A pesquisa teve como foco as relações entre saberes locais, patrimônio alimentar, identidades étnicas, transformações socioambientais e segurança alimentar em comunidades tradicionais e territórios em processo de urbanização no Nordeste brasileiro. O estudo buscou refletir sobre os impactos das mudanças sociais e ambientais sobre os modos de vida, as práticas alimentares e os conhecimentos construídos localmente, considerando a importância desses saberes para a conservação da biodiversidade, a valorização cultural e a soberania e segurança alimentar e nutricional. A investigação adotou uma abordagem etnográfica e interdisciplinar, articulando revisão bibliográfica, levantamento histórico e etnográfico, trabalho de campo, mapeamento de saberes locais, oficinas, rodas de conversa, registros audiovisuais e atividades educativas em escolas públicas. As ações envolveram comunidades dos estados do Rio Grande do Norte, promovendo espaços de diálogo entre pesquisadores, estudantes, professores, lideranças comunitárias e representantes locais. Os estudos e atividades desenvolvidos reforçaram a importância da valorização e transmissão dos conhecimentos locais como estratégia de educação ambiental e patrimonial, fortalecimento das identidades culturais e reflexão sobre alternativas de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Comunidades Tradicionais; Patrimônio Alimentar;

TITLE: Catu’s Sensitive Heritage: Territory, Food, and Environmental Justice

Abstract

This research focused on the relationships between local knowledge, food heritage, ethnic identities, socio-environmental transformations, and food security in traditional communities and territories undergoing urbanization in Northeastern Brazil. The study aimed to reflect on the impacts of social and environmental changes on ways of life, food practices, and locally constructed knowledge, considering the importance of these forms of knowledge for biodiversity conservation, cultural appreciation, and food and nutrition sovereignty and security. An ethnographic and interdisciplinary approach was

adopted, combining a literature review, historical and ethnographic research, fieldwork, mapping of local knowledge, workshops, dialogue circles, audiovisual documentation, and educational activities in public schools. The activities involved communities in the state of Rio Grande do Norte and promoted spaces for dialogue among researchers, students, teachers, community leaders, and local representatives. The findings and activities developed throughout the research highlighted the importance of valuing and transmitting local knowledge as a strategy for environmental and heritage education, strengthening cultural identities, and fostering reflection on sustainable development alternatives and food and nutrition security. The study emphasizes the role of traditional knowledge and food practices in confronting socio-environmental transformations and in promoting more sustainable, cultur

Keywords: Food Security; Traditional Communities; Food Heritage;

Introdução

As relações entre o patrimônio alimentar e as identidades étnicas, as mudanças ambientais e a reapropriação de alimentos produzidos localmente no âmbito de estudos sobre aspectos culturais de comunidades e povos tradicionais são temáticas deste projeto. As situações de risco social e de precariedade que aumentaram nestes últimos anos, em particular durante a pandemia de covid-19, têm como consequências conflitos sociais e ambientais, insegurança alimentar e falta de acesso a direitos básicos. O eixo norteador do projeto é refletir sobre estratégias de melhoria no acesso a uma alimentação saudável, num contexto de degradação da agrobiodiversidade dos territórios e de desvalorização dos saberes locais. Questionaremos as razões do empobrecimento, buscaremos revalorizar os conhecimentos locais associados aos territórios, estudaremos as transformações socioambientais e as mudanças nas práticas agrícolas e alimentícias causadas pelo empobrecimento e degradação dos territórios, evidenciados pelos indicadores de transformações socioambientais e pelas mudanças alimentares. A proposta acadêmica deve ser associada a ações de educação ambiental e patrimonial e ao mapeamento dos saberes e dos territórios, em particular os das comunidades de pescadores, indígenas e quilombolas. Como resultado, busca-se subsídios para políticas de desenvolvimento sustentável, a promoção de atividades educativas e de turismo comunitário, que devem ser acompanhadas por políticas públicas visando uma segurança alimentar. Este projeto atuará em comunidades tradicionais e bairros recém urbanizados no Nordeste onde existem conflitos socioambientais, insegurança alimentar e falta de acesso a direitos básicos. Consideramos as relações entre patrimônio alimentar e identidades étnicas, mudança ambiental e reapropriação de alimentos tradicionais. Refletiremos sobre os problemas socioambientais, as estratégias de transmissão e valorização dos saberes locais e patrimônios alimentares através de ações educativas em contexto escolar e projetos criativos para geração de renda dos grupos que vivem em ambientes degradados. A proposta dá continuidade a projetos desenvolvidos em comunidades tradicionais e bairros recém urbanizados no Nordeste, onde existem conflitos sociais e ambientais, insegurança alimentar, falta de acesso aos direitos básicos como educação. As situações de risco social e de precariedade aumentaram nestes últimos anos, em particular durante a pandemia. O eixo norteador do projeto é refletir sobre o acesso a uma alimentação saudável num contexto de degradação da agrobiodiversidade dos territórios e de desvalorização dos saberes locais, em particular em relação às plantas nativas e

cultivadas. As relações entre o patrimônio alimentar e as identidades étnicas, a mudança ambiental e a reapropriação de alimentos tradicionais no âmbito de estudos sobre aspectos culturais são temáticas deste projeto. A produção acadêmica sobre segurança alimentar acompanha os estudos concomitantes com os programas governamentais de redução da pobreza e dizem respeito às desigualdades sociais, à saúde coletiva e à desnutrição. Questionamos as razões do empobrecimento e da degradação dos territórios (IBGE 2020; CAVENAGHI, 2018); os indicadores das transformações socioambientais nos territórios, as mudanças nas práticas alimentícias mostram que há urgência na revalorização dos saberes via ações de educação ambiental e patrimonial (ARAÚJO & PEDROSA, 2014; GIL E PEREZ, 2009; FREITAS, 2012; BRASIL, 2022; XAVIER, 2020). Essas devem trazer perspectivas de desenvolvimento sustentável com a promoção de atividades de turismo comunitário associadas a políticas públicas de educação e segurança alimentar.

Metodologia

Para as pesquisas empíricas, o projeto de pesquisa segue as linhas diretrizes do método etnográfico e conta com uma rede acadêmica interdisciplinar ampla e qualificada. Nela, serão discutidas estratégias sobre as transformações socioambientais pelas quais passam as comunidades pesquisadas.

Durante a coleta de dados, serão realizadas oficinas que servirão de suporte para a elaboração de materiais de divulgação e produtos sobre as temáticas estudadas. Seminários e atividades acadêmicas irão propiciar espaços de reflexão e de interlocução entre os gestores públicos, os representantes das comunidades e o setor privado, no caso de turismo ou de atividades de gastronomia.

Nas reuniões mensais da videoconferência entre os membros da rede de pesquisa, haverá momentos de reflexão entre os pesquisadores e os respectivos setores.

Participarão da pesquisa, lideranças comunitárias, indígenas e quilombolas (dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí) alguns são nossos alunos e estão cursando graduação, mestrado ou doutorado e membros de comunidades recentemente urbanizadas (especificamente do Rio Grande do Norte). A adesão à pesquisa será voluntária e consentida, conforme critérios estabelecidos na Resolução 466/2012 (TCLE).

A pesquisa compreenderá as seguintes fases: revisão de literatura (segurança alimentar e meio ambiente) como levantamento etnográfico e histórico para avaliação. Durante a fase preliminar serão desenvolvidos instrumentos para realização da investigação em campo, com treinamento técnico (observação, fotografia, registros sonoros, etc.).

Serão realizadas oficinas e rodas de conversa em escolas da rede pública localizadas em Pium, Vila de Ponta Negra, Sibaúma, Catu e Coqueiros (todos no estado do RN); no Piauí, no Povoado Sangue, Município Uruçuí, povo Guegué; Comunidade, Município Piracuruca; povo Tacariju, Comunidade Serra Grande, Município Queimada Nova, povo Kariri; na Paraíba: na comunidade Caiana dos Negros e no município de Areia.

As discussões dos grupos serão gravadas com permissão dos participantes. Haverá discussões interativas, norteadas por questionário semiestruturado composto por perguntas de abertura, introdutórias, perguntas-chave e finais.

Cada doutor da equipe se responsabilizará por uma das escolas selecionadas. Os alunos de mestrado e doutorado que são membros das comunidades, ficarão responsáveis por aplicar os questionários. Haverá oficinas de formação com os professores, oficinas de sensibilização com as crianças aos saberes locais da natureza (como conhecimento de plantas nativas a partir do cultivo de hortas e plantação de mudas nativas nas escolas). O moderador se baseará num roteiro previamente elaborado em conjunto com a equipe de pesquisa, e poderá realizar questões adicionais para obter informações mais detalhadas sobre os tópicos discutidos.

Após o término da fase de coleta e análise dos dados, iremos consolidar a elaboração dos produtos que pretendemos entregar à sociedade e comunidades. Posteriormente haverá intercâmbio dos produtos entre as instituições da rede, assim como faremos uma divulgação ampla para que os resultados obtidos sejam conhecidos e possam servir como sugestões para os gestores públicos.

Nosso esforço reflexivo acompanha-se de um levantamento sistemático da bibliografia sobre a temática da segurança alimentar e a instrumentalização da discussão sobre a alimentação a partir das investigações empíricas. O diagnóstico é um ponto de partida necessário, instrumento que produz informações e possibilita direcionar as ações e desdobramentos do projeto.

Resultados e Discussões

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou aprofundar a compreensão das relações entre saberes locais, práticas alimentares, patrimônio cultural e transformações socioambientais vivenciadas por comunidades tradicionais e territórios em processo de urbanização. A revisão bibliográfica e as atividades de campo permitiram articular as discussões teóricas sobre alimentação, cultura, desigualdade social, sustentabilidade e segurança alimentar às experiências e conhecimentos produzidos nos contextos pesquisados.

As atividades realizadas e previstas no âmbito da pesquisa, como o mapeamento dos saberes locais, as oficinas, as rodas de conversa e as ações educativas em escolas, evidenciaram a importância da criação de espaços de diálogo entre universidade e comunidade. Esses espaços possibilitam não apenas o registro de práticas e conhecimentos, mas também sua transmissão e valorização, contribuindo para o reconhecimento dos patrimônios alimentares e dos conhecimentos relacionados ao uso de plantas, à produção agrícola e às relações estabelecidas com os territórios.

As discussões desenvolvidas apontam ainda que as transformações socioambientais estão associadas a mudanças nas práticas alimentares, nos modos de produção e na relação das comunidades com seus territórios. Nesse contexto, a perda ou

desvalorização dos saberes locais representa também um desafio para a manutenção de referências culturais e de conhecimentos relacionados à biodiversidade e à alimentação. A pesquisa reforçou, portanto, a necessidade de ações de educação ambiental e patrimonial articuladas à valorização dos conhecimentos comunitários.

Outro aspecto relevante foi a perspectiva colaborativa adotada no processo de investigação. A participação de lideranças comunitárias, estudantes, professores e pesquisadores favoreceu a construção compartilhada de conhecimentos e permitiu aproximar diferentes experiências e perspectivas. As atividades desenvolvidas também contribuíram para pensar possibilidades de elaboração de materiais de divulgação, produtos educativos e estratégias de valorização cultural que possam subsidiar ações futuras, políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, os resultados discutidos ao longo da pesquisa reforçam que a alimentação deve ser compreendida para além de sua dimensão nutricional, considerando suas relações com cultura, identidade, território, memória e meio ambiente. A valorização do patrimônio alimentar e dos saberes locais constitui, nesse sentido, uma estratégia importante para fortalecer a autonomia das comunidades e ampliar as possibilidades de enfrentamento dos desafios sociais, ambientais e alimentares contemporâneos.

Conclusão

A pesquisa permitiu compreender a importância dos saberes locais e dos patrimônios alimentares como elementos fundamentais para a construção das identidades, para a relação das comunidades com seus territórios e para a conservação de conhecimentos associados à biodiversidade e às práticas alimentares. As discussões desenvolvidas demonstraram que as transformações socioambientais não produzem apenas impactos sobre o ambiente, mas também interferem nos modos de vida, nas práticas produtivas e alimentares e nos processos de transmissão dos conhecimentos entre gerações.

Nesse sentido, a valorização dos saberes locais apresenta-se como uma estratégia relevante para ações de educação ambiental e patrimonial, fortalecimento cultural e promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. A aproximação entre universidade, escolas e comunidades mostrou-se igualmente importante para a construção colaborativa de conhecimentos e para o desenvolvimento de ações que reconheçam as experiências e demandas das populações locais.

Conclui-se, portanto, que o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades podem contribuir para o enfrentamento dos desafios socioambientais e alimentares, bem como para a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável. A pesquisa também evidencia a necessidade de continuidade de estudos e ações interdisciplinares que articulem conhecimento científico e saberes locais, fortalecendo iniciativas educativas, culturais e sociais voltadas à valorização dos territórios e de seus patrimônios.

Referências

ARAÚJO, M.F.F.; PEDROSA, M.A. Ensinar ciências na perspectiva da sustentabilidade: barreiras e dificuldades reveladas por professores de biologia em formação. Educar em Revista (Impresso), v.52, 2014, p.305-318.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. Agenda 21 global. Brasília: Portal do MMA, [1993]. Disponível em: Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/

CARLINI, K.; SEARA. A política de alimentação escolar em tempos de pandemia. São Paulo. 2021. [conforme consta no documento]

CAVENAGHI, S. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios / Suzana Cavenaghi; José Eustáquio Diniz Alves. Rio de Janeiro: ENS-CPÉS, 2018.

CAVIGNAC, J.; CIACCHI, A. Ouvir a Cultura: Antropólogos, Memórias, Narrativas, In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e Desafios Contemporâneos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia; Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 319-342.

DUBET, F. Dans quelle société vivons-nous? (com Danilo Martuccelli). Paris: Seuil, 1998.

FREITAS, C.M. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. Ciên. Saúde Colet., 17.6, 2012: 1577-1586.

GIL PÉREZ, D.; VILCHES, A. La educación ambiental en la década de la educación para la sostenibilidad. In: LÓPEZ HERRERÍAS, J.A. (Ed.). El agua y la educación ambiental en la década del desarrollo sostenible. Madrid: Asociación Española de Educación Ambiental, 2009. p. 13-31.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). IPCC AR 4, climate change 2007: impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). IPCC AR 4, climate change 2007: impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report. [segunda ocorrência no documento]

IBGE. Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho. O IBGE apoia o combate à COVID19, agosto de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.

DE ROBERT, P. (ed.); DULIVA, L.S. (ed.). Duvival S. (ed.): DULIVAL S. ... [referência apresentada no documento, com trecho parcialmente difícil de ler na imagem].

KEPPLE, A.W.; SEGALL-CORREA, A.M. Conceituando e medindo Segurança Alimentar e Nutricional. Ciência, Saúde Coletiva, 2011, 16(1): 187-99.

POULAIN, J.P. (org.). Dictionnaire des cultures alimentaires. Paris: PUF, 2012.

POULAIN, J.P. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

XAVIER, B.D. Programa Fome Zero: Assistencialismo ou desenvolvimento? Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2020.

CÓDIGO: HS1106

AUTOR: KAUE VITAL DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: NEDJA LIMA DE LUCENA

TÍTULO: Mandei, deixei, fiz: afinal, como se causa? Construções causativas com infinitivo no português natalense.

Resumo

Este trabalho, no campo da descrição linguística, investiga o uso de verbos causativos seguidos de infinitivo, como em mandou construir, no Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal. Busca responder: que padrões construcionais emergem desse uso e como se associam a diferentes relações de causatividade? A pesquisa fundamenta-se na Linguística Funcional Centrada no Uso (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013) e na Gramática de Construções (Traugott; Trousdale, 2021). Analisam-se ocorrências com deixar, mandar, fazer e levar, considerando sua configuração sintática, os participantes causador e causado, o evento desencadeado e a relação semântica estabelecida. Os resultados apontam dois padrões principais: construções em que o verbo causativo é seguido diretamente pelo infinitivo e construções em que o causado ocorre entre o verbo causativo e o infinitivo. Observam-se, ainda, tendências semânticas distintas: deixar associa-se à permissão, mandar à ordem e fazer à indução de ações ou produção de efeitos. Os dados evidenciam que as construções causativas apresentam diversidade formal e semântica, organizando-se em padrões recorrentes cuja interpretação emerge da interação entre propriedades estruturais, semânticas e funcionais no uso efetivo da língua.

Palavras-chave: Verbos causativos. Infinitivo. Linguística Funcional Centrada no Uso.

TITLE: Mandei, deixei, fiz: after all, how is causation expressed? Causative constructions with the infinitive in Natal Portuguese.

Abstract

This study, situated in the field of linguistic description, investigates the use of causative verbs followed by an infinitive—such as mandou construir (had [something] built)—within the Discurso & Gramática corpus, which documents spoken and written language in the city of Natal. It seeks to answer the following questions: what constructional patterns emerge from this usage, and how do they associate with different

causative relations? The research is grounded in Usage-Based Functional Linguistics (Furtado da Cunha, Bispo, & Silva, 2013) and Construction Grammar (Traugott & Trousdale, 2021). Occurrences involving the verbs deixar, mandar, fazer, and levar are analyzed, taking into account their syntactic configuration, the causer and causee participants, the triggered event, and the established semantic relationship. The results indicate two main patterns: constructions in which the causative verb is directly followed by the infinitive, and constructions in which the causee appears between the causative verb and the infinitive. Distinct semantic tendencies are also observed: deixar is associated with permission, mandar with commands, and fazer with the inducement of actions or the production of effects. The data demonstrate that causative constructions exhibit formal and semantic diversity, organizing themselves into recurring patterns whose interpretation emerges from the interaction of structural, semantic, and functional properties in actual language use.

Keywords: Causative verbs. Infinitive. Usage-Centered Functional Linguistics.

Introdução

Quem nunca mandou alguém fazer alguma coisa ou fez com que algo acontecesse? Enunciados como mandei o menino estudar, deixei a criança brincar e fiz o estudante refazer a atividade são comuns no uso cotidiano da língua e expressam diferentes relações entre aquele que desencadeia um evento e aquele que participa de sua realização. Essas relações caracterizam o fenômeno da causatividade, que envolve situações nas quais um participante, o causador, provoca, permite, influencia ou determina a realização de um evento por outro participante, o causado.

No português brasileiro, a causatividade pode ser expressa por construções em que verbos como fazer, deixar, mandar e levar se associam a formas verbais no infinitivo. Entretanto, a presença desses verbos não é suficiente, por si só, para caracterizar uma relação causativa, pois sua interpretação depende da configuração em que ocorrem e das relações estabelecidas entre os participantes e o evento. Conforme Andrade (2015, p. 11), “por vezes, o argumento causado pode receber caso acusativo ou dativo”. O autor representa uma das estruturas básicas das construções causativas como [causador + Vcaus + causado + Vinf], em que o causador controla a situação causal e o causado realiza o evento desencadeado. Andrade também demonstra a recorrência de construções em que o causado não é lexicalmente expresso, como em mandou construir, mandar buscar e deixa iludir, nas quais sua identificação pode depender do contexto.

Outros estudos evidenciam que a causatividade não se restringe a uma única configuração sintática. Damulakis e Medeiros (2022), por exemplo, discutem contextos em que um verbo originalmente intransitivo recebe interpretação causativa por meio da preposição com. Essas contribuições reforçam a compreensão da causatividade como fenômeno que pode assumir diferentes formas e estabelecer distintas relações entre participantes e eventos.

Essa diversidade pode ser compreendida a partir da articulação entre a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e a Gramática de Construções. A LFCU relaciona a

organização linguística ao uso efetivo da língua, considerando que estruturas gramaticais emergem e se convencionalizam a partir de experiências recorrentes de uso e que fatores semânticos, discursivos e pragmáticos participam de sua configuração (Cunha; Bispo, 2013). A Gramática de Construções, por sua vez, concebe as construções como pareamentos convencionais de forma e significado (Traugott & Trousdale, 2021). Nessa perspectiva, padrões como [SN + Vcaus + SN + Vinf] articulam uma configuração sintática a uma relação semântica entre participantes e evento.

É nesse quadro que se insere esta pesquisa, que busca compreender como diferentes configurações formais se associam a diferentes relações semânticas e funcionais no português natalense. Para isso, toma-se como fonte o Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal (Furtado da Cunha, 1998), constituído por amostras de língua falada e escrita produzidas por falantes da comunidade natalense.

A investigação parte da seguinte questão: que padrões construcionais emergem do uso de verbos causativos seguidos de infinitivo no português natalense, a partir dos dados do Corpus D&G, e como esses padrões se associam a diferentes tipos de causação? O objetivo geral é identificar os padrões construcionais associados à expressão da causatividade no corpus e relacioná-los aos diferentes tipos de causação observados. Especificamente, busca-se identificar os principais esquemas sintáticos; verificar a distribuição dos verbos fazer, deixar, mandar e levar; relacionar os padrões formais aos tipos semânticos de causação; e compreender como fatores relacionados aos participantes e aos eventos contribuem para a interpretação das relações causativas no português natalense.

Metodologia

A análise foi orientada pelos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso, abordagem que articula contribuições do Funcionalismo norte-americano e da Linguística Cognitiva. No contexto brasileiro, essa perspectiva é desenvolvida, entre outros autores, por Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), que destacam a estreita relação entre estrutura linguística e uso efetivo da língua. Nessa perspectiva, a língua é compreendida como um sistema dinâmico, cujas estruturas são continuamente moldadas pelas experiências e práticas comunicativas dos falantes. Assim, os padrões gramaticais não são analisados de forma independente de seus contextos de uso, mas em relação aos fatores semânticos, discursivos e pragmáticos que participam de sua configuração (Cunha; Bispo, 2013). A análise considera, portanto, tanto as propriedades formais dos dados quanto suas funções e condições efetivas de uso.

Esse pressuposto é particularmente relevante para a investigação das relações causativas, uma vez que um mesmo verbo pode assumir diferentes valores semânticos e integrar diferentes configurações formais. Os dados do corpus ilustram essa possibilidade:

(1) ele mandava o policial prender ele (Corpus D&G Natal, escrita, p. 71).

(2) a diretora quando mandou construir (Corpus D&G Natal, fala, p. 154).

Embora, nas duas ocorrências, mandar participe de uma relação causativa, as configurações dos participantes são distintas. Em (1), o causado é explicitamente expresso pelo sintagma nominal o policial, responsável pela realização do evento denotado por prender. Em (2), o participante responsável pela realização de construir não é lexicalmente expresso, podendo ser recuperado a partir do contexto. A diferença entre os enunciados evidencia a importância de considerar, na análise, não apenas o verbo causativo, mas a configuração formal e funcional em que ele ocorre.

A pesquisa apresenta caráter descritivo, quantitativo e qualitativo e toma como fonte de dados o Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal (Furtado da Cunha, 1998). O corpus foi constituído pelo Grupo de Estudos Discurso & Gramática (D&G), em Natal, entre 1993 e 1994, e reúne amostras de língua falada e escrita produzidas em cinco tipos de texto: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião. Sua utilização possibilita investigar a causatividade a partir de dados efetivos de uso produzidos por falantes da comunidade natalense, além de permitir a observação de diferentes configurações causativas em situações concretas de produção linguística.

A coleta concentrou-se em ocorrências com os verbos causativos fazer, deixar, mandar e levar associados a formas verbais no infinitivo. O material foi organizado em uma planilha e, para cada ocorrência, foram registradas informações relativas à configuração sintática, aos participantes da relação causativa e às propriedades semânticas, funcionais e discursivas do evento.

Foram consideradas, na análise, as seguintes categorias: (i) causador; (ii) animacidade do causador; (iii) causado; (iv) agentividade do causado; (v) tipo semântico de causação; (vi) tipo de evento causado; (vii) padrão estrutural; e (viii) modalidade de comunicação, distinguindo ocorrências de língua falada e escrita. A partir dessas categorias, buscou-se identificar regularidades na articulação entre forma, significado e contexto de uso.

Ao final da coleta, foram identificadas 88 ocorrências causativas, sendo 45 com deixar, 28 com mandar, 12 com fazer e 3 com levar. Quanto à modalidade, 70 ocorrências são provenientes de dados de língua falada e 18 de língua escrita. Esses dados constituíram a base para a análise quantitativa da distribuição dos padrões e para a análise qualitativa das relações estabelecidas entre as configurações formais, os participantes, os eventos e os tipos de causação.

Resultados e Discussões

A análise das ocorrências buscou identificar regularidades na organização formal dos enunciados causativos, considerando a posição e a realização dos participantes e do evento desencadeado. Foram identificados seis padrões estruturais no corpus D&G, conforme apresentado na Tabela 1, em anexo. Destaca-se a concentração dos dados nos

dois primeiros padrões: [SN + V + SN + Infinitivo] e [SN + V + Infinitivo]. Juntos, correspondem a 78 das 88 ocorrências (88,6%), evidenciando a predominância de duas configurações: uma com o "causado" explicitamente expresso e outra em que ele permanece não expresso, sendo recuperável pelo contexto.

O padrão mais frequente é [SN + V + SN + Infinitivo], com 54 ocorrências, como em:

(3) ele mandou o motorista buzinar pra ela ver ... pra ela escutar né? (Corpus D&G Natal, fala, p. 113).

Nesse caso, os principais participantes da relação causativa são explicitados: "ele" corresponde ao "causador", enquanto "o motorista" ocupa a posição de "causado" e, simultaneamente, participa da realização do evento denotado pelo infinitivo buzinar. Essa configuração favorece a identificação da relação entre "causador", "causado" e evento desencadeado. O padrão também é identificado por Andrade (2015), em ocorrências como fazer os alunos escrever e mandar lavar o carro.

O segundo padrão mais frequente, [SN + V + Infinitivo], apresenta 24 ocorrências. Em eu jogo o arroz e deixo cozinhar o arroz (Corpus D&G Natal, fala, p. 21), o "causado" não é expresso, podendo ser recuperado como "eu jogo o arroz e deixo [ele] cozinhar". O mesmo ocorre em contextos de prestação de serviços, nos quais o participante responsável pela execução pode ser inferido, como em mandou [o pedreiro] construir. Esse comportamento converge com os dados de Andrade (2015), que identifica alta frequência de construções causativas com "causado" não expresso. Funcionalmente, a omissão parece relacionar-se à previsibilidade e à informatividade: quando o participante é facilmente recuperável, sua explicitação pode ser dispensável. Assim, os dois padrões mais frequentes distinguem-se principalmente pelo grau de explicitação dos participantes.

As ocorrências foram classificadas em quatro tipos semânticos de causação (permissão, ordem, influência e coerção) com concentração em permissão e ordem, que, juntas, correspondem a 75% dos dados.

Entre os verbos analisados, mandar apresenta forte associação com o tipo semântico ordem: das 28 ocorrências, 24 foram classificadas como ordem, 3 como coerção e 1 como permissão. Essa distribuição evidencia a associação entre mandar + infinitivo e o direcionamento da ação de outro participante, como nos exemplos:

(4) mandar buscar em outra sala um birozinho (Corpus D&G Natal, fala, p. 154).

(5) Como ano passado a diretora mandou fazer reforma (Corpus D&G Natal, escrita, p. 158).

Nos dois casos, mandar estabelece uma relação hierárquica entre os participantes, em que o "causador" determina ou solicita uma ação a ser realizada pelo "causado". Entretanto, a realização do evento não é necessariamente garantida:

(6) Ele mandava o policial prender ele mas o policial não prendeu (Corpus D&G Natal, escrita, p. 171).

A estrutura permanece causativa mesmo sem a concretização do evento, evidenciando que a causação e a realização efetiva da ação são dimensões distintas. Assim, mandar pode expressar uma tentativa de produzir a causatividade sem que o evento necessariamente se realize.

O verbo deixar apresenta comportamento semântico distinto. Das 45 ocorrências, 34 foram classificadas como permissão, 6 como influência, 4 como ordem e 1 como coerção. Predomina, portanto, a interpretação permissiva, em oposição à associação de mandar com a ordem. Observe-se:

(7) eu jogo o arroz e deixo cozinhar o arroz (Corpus D&G Natal, fala, p. 21).

Nesse caso, o "causador" não impõe a realização da ação, mas permite que o evento se desenvolva. Conforme Andrade (2015, p. 32), leixar/deixar constrói uma causativa permissiva na qual a maior topicalidade ou agentividade do "causado" decorre de uma propriedade lexical do verbo. Desse modo, deixar tende a expressar menor controle causativo, uma vez que o "causador" cria ou mantém as condições para a realização do evento, sem determiná-lo diretamente.

O verbo fazer apresenta comportamento intermediário e semanticamente diversificado. Das 12 ocorrências, 10 foram classificadas como influência, 1 como coerção e 1 como ordem. Entre os dados, encontram-se:

(8) faz com que o técnico não possa convocar (Corpus D&G Natal, escrita, p. 16).

(9) fazendo com que os jogadores tenham mais garra (Corpus D&G Natal, escrita, p. 16).

A produtividade de fazer exige uma análise mais cuidadosa quanto aos aspectos semântico-pragmáticos, pois nem toda ocorrência desse verbo seguida de infinitivo constitui necessariamente uma configuração causativa. É preciso verificar a existência de uma relação entre "causador" e evento desencadeado. Quando causativo, fazer tende a expressar produção de efeito ou influência.

Quanto a levar, foram identificadas apenas três ocorrências, todas classificadas como ordem. A baixa frequência pode estar relacionada à restrição construcional apontada por Soares da Silva (2005, p. 857), segundo a qual verbos como obrigar, forçar, incitar, convencer, autorizar, conduzir, induzir e levar subcategorizam complemento infinitivo introduzido pela preposição a. Um dos dados encontrados é:

(10) aí a gente encontrou esse guia Luciano ... aí ele levou a gente pra ... pra conhecer ... conhecer onde era (Corpus D&G Natal, fala, p. 162).

As ocorrências do corpus apresentam a forma informal da preposição para. Dada a baixa frequência, não é possível estabelecer, com a mesma segurança observada nos demais verbos, um padrão geral para levar no corpus natalense. Ainda assim, os dados indicam a possibilidade de expressão de uma relação causativa associada a deslocamento ou condução de um participante em direção a determinado evento ou situação.

Outra dimensão analisada foi o tipo de evento causado. Foram identificadas 36 ocorrências de ação física, 26 de ação mental, 13 de movimento, 7 de ação verbal e 6 de emoção, o que demonstra que a causatividade não se restringe a eventos físicos.

Com mandar, predominam as ações físicas (21 ocorrências), seguidas de movimento (5) e ação verbal (3), em um total de 28 dados. Essa distribuição sugere associação entre o verbo e situações em que o "causador" orienta ou determina a realização de uma ação concreta:

(11) aí tinha uma mangueira ... aí tava a raiz tava prejudicando ... aí minha ... minha vó mandou arrancar (Corpus D&G Natal, fala, p. 165).

(12) Ele mandava o velho sair e o velho não saia (Corpus D&G Natal, escrita, p. 171).

Em (11), "minha vó" atua como "causador" da ação arrancar; em (12), "ele" determina a realização de sair. Esses dados são compatíveis com a relação de ordem e hierarquia associada a mandar e com sua preferência por eventos físicos.

Com deixar, predominam ações mentais (22 ocorrências), seguidas de ações físicas (12), ações verbais (6), emoções (2) e movimento (3). Destacam-se as construções deixe eu pensar, deixe eu ver e deixe eu lembrar:

(13) foi segunda-feira ... dez de outubro ... deixe eu pensar mais ... é foi um bocado de coisa ... quando minha prima chegou ... (Corpus D&G Natal, fala, p. 212).

(14) hoje é a coisa mais natural do mundo ... como dois e dois ... agora ... deixe eu ver se eu esqueci alguma coisa (Corpus D&G Natal, fala, p. 178).

(15) geralmente tinha assim ... aqueles temas de ... é ... por exemplo ... deixa eu lembrar uma das músicas que tinha (Corpus D&G Natal, fala, p. 131).

A expressão deixe eu ver ocorre seis vezes no corpus e, juntamente com deixe eu pensar e deixa eu lembrar, evidencia o emprego da esse padrão para expressar permissão ou não impedimento de processos cognitivos e comportamentais.

Em fazer, observa-se distribuição mais equilibrada: das 12 ocorrências, 4 correspondem a ações mentais, 4 a emoções, 2 a ações físicas e 2 a movimentos. Os exemplos são:

(16) Isabel inspirada no seu sofrimento começa a fazer poesias para desabafar (Corpus D&G Natal, fala, p. 94).

(17) Realmente estes dois assassinato me fez ser a favor a pena de morte aqui no Brasil (Corpus D&G Natal, escrita, p. 126).

Em (16), o evento é desencadeado por uma emoção associada à inspiração de Isabel; em (17), relaciona-se a uma reflexão cognitiva. A presença dos demais tipos de evento (ação física e movimento) evidencia maior flexibilidade de fazer quanto aos domínios em que pode ocorrer o evento causado.

As três ocorrências de levar foram classificadas como movimento, retomando-se o exemplo (10):

(10) aí a gente encontrou esse guia Luciano ... aí ele levou a gente pra ... pra conhecer ... conhecer onde era (Corpus D&G Natal, fala, p. 162).

O dado evidencia uma relação causativa associada ao deslocamento de um participante em direção a determinado evento ou situação, interpretação compatível com a semântica de levar.

Os dados, portanto, sugerem que o tipo de evento causado constitui uma dimensão relevante para distinguir os usos dos verbos causativos, que apresentam diferentes tendências de associação com os domínios da ação, cognição, movimento, linguagem e emoção.

Quanto à animacidade, 79 das 88 ocorrências apresentam "causador" animado e 9, "causador" não animado, distribuídos entre fazer (7) e deixar (2). Entre os "causados", 81 apresentam agentividade positiva e 7, agentividade negativa, sendo 2 ocorrências com fazer e 5 com deixar. Todas as ocorrências de mandar e levar apresentam "causador" e "causado" animados.

(18) tem uma parede em frente que é de mármore ... que faz com que você tenha que entrar à direita (Corpus D&G Natal, fala, p. 19).

(19) boto ... manteiga [...] aí boto no fogo ... deixo derreter ... um pouquinho (Corpus D&G Natal, fala, p. 166).

Em (18), "uma parede" exerce a função de "causador"; em (19), "manteiga" corresponde ao "causado". Os dados evidenciam, portanto, uma forte tendência à configuração com "causador" animado e "causado" agentivo, sobretudo em mandar e levar. Contudo, a ocorrência de "causadores" não animados e "causados" não agentivos demonstra que essa configuração não constitui condição necessária para a expressão da causatividade. As construções analisadas revelam, assim, flexibilidade quanto aos graus de controle, autonomia e intencionalidade envolvidos na relação causal.

Por último, quanto à modalidade de comunicação, 70 das 88 ocorrências foram identificadas em dados orais e 18 em dados escritos. A predominância da oralidade (79,5%) é evidenciada por construções como:

(20) ... porque o seu pai quis isso e aquilo outro ... e fez eu casar com você (Corpus D&G Natal, fala, p. 170).

(21) ele num deixa a gente pegar nas varas ... ele morre de medo (Corpus D&G Natal, fala, p. 176).

A presença de pronomes como eu e a gente entre o verbo causativo e o infinitivo evidencia a adaptação do padrão às características da modalidade oral. Em uma perspectiva funcional, essas formas podem ser analisadas como padrões efetivamente utilizados pelos falantes, e não simplesmente como desvios em relação à norma escrita. Tal interpretação converge com o princípio da Linguística Funcional Centrada no Uso

de que os dados de língua em uso constituem evidência fundamental para a compreensão da organização gramatical (Cunha; Bispo, 2013).

Em conjunto, os resultados indicam que não há uma única configuração causativa, mas um conjunto de configurações relacionadas, cuja escolha se vincula a fatores como grau de explicitação e previsibilidade dos participantes, tipo de evento, relação entre "causador" e "causado", grau de controle e autonomia, contexto discursivo e modalidade de comunicação. A análise evidencia, portanto, uma categoria flexível, cuja organização formal e interpretação semântica se ajustam às condições de uso.

Conclusão

A análise das 88 ocorrências do Corpus Discurso & Gramática (D&G) – Natal evidenciou a produtividade e a diversidade estrutural das construções causativas com verbos seguidos de infinitivo. Os dados mostraram diferentes relações de causatividade, com predominância de permissão e ordem, além de eventos físicos, mentais, movimentos, ações verbais e emoções. Mandar, deixar e fazer apresentaram tendências semânticas distintas, mas os resultados indicam que os sentidos causativos são construídos na interação entre verbo, estrutura, participantes e contexto. O predomínio de causadores animados, causados agentivos e dados da modalidade oral também reforça a produtividade dessas construções no português falado representado pelo corpus natalense.

Os resultados confirmam, portanto, que a causatividade não se restringe a determinados verbos ou a uma única configuração sintática, mas envolve a articulação de aspectos formais, semânticos e discursivos. Como perspectiva de trabalho futuro, pretende-se ampliar o número de ocorrências, especialmente para levar, e aprofundar o cruzamento entre as variáveis analisadas, considerando diferentes comunidades de fala do português brasileiro. Esse aprofundamento poderá constituir uma continuidade da pesquisa em nível de graduação ou pós-graduação, voltada à relação entre construção, uso, controle, agentividade e graus de causatividade.

Referências

ANDRADE, Aroldo Leal de. Construções causativas no português antigo e clássico: o scrambling e a emergência da marcação de caso excepcional. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 7-58, 2015. DOI: 10.17851/2237.2083.23.1.07-58.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; BISPO, Edvaldo Balduíno. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. Revista do GELNE, Natal, v. 15, número especial, p. 53-78, 2013.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; BISPO, Edvaldo Balduíno; SILVA, José Romerito. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; CUNHA, Maria Angélica Furtado da (org.). Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013. p. 13-39.

DAMULAKIS, Gean Nunes; MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Construções "com-causativas" no português do Brasil. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 21, n. 1, 2022. DOI: 10.25189/rabralin.v21i1.2023. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2023. Acesso em: 16 ago. 2026.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. Construcionalização e mudanças construcionais. Petrópolis: Vozes, 2021.

SOARES DA SILVA, Augusto. Revisitando as construções causativas e perceptivas em português: significado e uso. In: DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub (org.). Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 2005. p. 855-874.

Anexos



Tabela 1 - Padrões sintáticos encontrados no Corpus D&G Natal

CÓDIGO: HS1140

AUTOR: GABRIEL JOSE DE ARAUJO ALVES DA SILVA

ORIENTADOR: SANDRA CRISTINA GOMES

TÍTULO: PROGRAMA DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES (PECIM): FINANCIAMENTO FEDERAL, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS UNIDADES PARTICIPANTES (2020–2023)

Resumo

Este artigo analisa o financiamento federal do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e a evolução do perfil socioeconômico das escolas participantes entre 2019 e 2023. A pesquisa é quantitativa, exploratória, descritiva e longitudinal-comparativa, com base em notas técnicas do Ministério da Educação, em planilha de gestão obtida via Lei de Acesso à Informação e nos Indicadores de Nível Socioeconômico (INSE) do Saeb de 2019, 2021 e 2023, comparando escolas participantes e não participantes por região e dependência administrativa. Os resultados revelam assimetria entre as duas dimensões do financiamento: entre 2020 e 2022 foram liquidados R$ 98,50 milhões na remuneração de militares reformados, enquanto dos R$ 98,39 milhões alocados para infraestrutura via Plano de Ações Articuladas apenas R$ 245.841,66 foram efetivamente pagos (0,24%). A desagregação por escola mostra que 62,8% da alocação destinou-se a unidades do modelo de disponibilização de pessoal e que 35,2% das escolas nada receberam. A diferença média do INSE entre escolas PECIM e não PECIM passou de 0,036 ponto, em 2019, para 0,131 ponto, em 2023, quando todas as nove combinações de região e dependência tornaram-se favoráveis às participantes. Conclui-se que o Programa consolidou-se em sua dimensão de pessoal, e não em investimento material, e que o deslocamento da composição social do alunado impede interpretar comparações simples de médias como efeitos causais.

Palavras-chave: Escolas cívico-militares. Financiamento. Nível socioeconômico

TITLE: CIVIC-MILITARY SCHOOLS PROGRAM (PECIM): FEDERAL FUNDING, BUDGET EXECUTION AND SOCIOECONOMIC PROFILE OF PARTICIPATING SCHOOLS (2020–2023)

Abstract

This article analyzes the federal funding of Brazil's National Program of Civic-Military Schools (PECIM) and the evolution of the socioeconomic profile of participating schools between 2019 and 2023. The research is quantitative, exploratory, descriptive and longitudinal-comparative, based on technical reports from the Ministry of Education, the Program's management spreadsheet obtained through the Access to Information Act, and the Saeb Socioeconomic Status Indicators (INSE) for 2019, 2021 and 2023, comparing participating and non-participating schools by region and administrative sphere. The findings reveal an asymmetry between the two funding dimensions: from 2020 to 2022, BRL 98.50 million were disbursed for the remuneration of retired military personnel, whereas of the BRL 98.39 million allocated to infrastructure through the Articulated Actions Plan only BRL 245,841.66 were paid (0.24%). School-level disaggregation shows that 62.8% of the allocation went to schools under the personnel-provision model and that 35.2% of the schools received nothing. The mean INSE gap between PECIM and non-PECIM schools rose from 0.036 points in 2019 to 0.131 points in 2023, when all nine region-by-sphere combinations became favorable to participating schools. It concludes that the Program consolidated its personnel dimension rather than material investment, and that the shift in the social composition of the student body precludes interpreting simple mean comparisons as causal effects.

Keywords: Civic-military schools. Education funding. Socioeconomic status.

Introdução

Este trabalho analisa o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em duas dimensões complementares: a execução do financiamento federal, entre 2020 e 2022, e as mudanças no perfil socioeconômico das escolas participantes, comparando indicadores de 2019, anterior à implantação, de 2021, período de funcionamento, e de 2023, ano da revogação. O universo são as escolas de todo o país que aderiram ao programa entre 2020 e 2022, identificadas a partir de relação obtida junto ao Ministério da Educação pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e consolidada em banco de dados no âmbito de outra pesquisa. Busca-se verificar o que o programa efetivamente financiou e se houve alterações na composição do corpo discente, discutindo como esses elementos afetam a interpretação dos resultados educacionais.

O debate sobre a militarização das escolas públicas ganhou projeção na última década, embora experiências estaduais já estivessem em curso. Dias e Ribeiro (2021, p. 409) destacam que as escolas civis militarizadas "começaram a ter destaque em 2013 no Estado de Goiás", expandindo-se depois para outras unidades federativas. Em 2019, o movimento adquiriu dimensão nacional com a criação do PECIM pelo Decreto nº 10.004/2019, com adesão voluntária dos entes federativos, incorporando práticas administrativas e disciplinares inspiradas nos colégios militares, mantidas as unidades nas redes civis de ensino.

A adesão foi justificada pela expectativa de redução da violência, fortalecimento da disciplina e elevação dos indicadores educacionais. Ximenes, Stuchi e Moreira (2019)

observam que a formulação federal partiu da premissa de que os colégios militares seriam mais eficientes e apresentariam melhores indicadores de qualidade, especialmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Entretanto, a associação entre militarização e melhoria de indicadores não pode ser estabelecida apenas pela comparação entre médias de escolas participantes e não participantes. Os resultados educacionais dependem de características sociais, econômicas, territoriais e institucionais anteriores à política. Como afirmam Gomes et al. (2025, p. 2), "há diferentes dimensões que produzem (ou reproduzem) as desigualdades educacionais – como as características socioeconômicas do alunado, as capacidades estatais ou de gestão, as condições de infraestrutura e de alocação de recursos financeiros e humanos". Por isso, tanto os recursos efetivamente executados quanto o contexto em que cada escola se insere devem integrar a avaliação do PECIM.

Escolas percebidas como mais disciplinadas ou prestigiadas podem atrair determinados grupos sociais e modificar o perfil dos matriculados. Uma elevação do nível socioeconômico médio não significa, portanto, melhoria nas condições de vida das famílias: pode indicar alterações nos processos de entrada, permanência, transferência ou saída de estudantes. Benevides e Soares (2020, p. 317) reforçam que "o diferencial de desempenho entre estudantes de escolas militares e civis não pode ser atribuído somente ao efeito escola". Em estudo sobre escolas militares do Ceará, a ausência de controles para o desempenho prévio e para o viés de seleção ampliou em cerca de uma vez e meia a estimativa desse efeito.

Diante disso, este estudo utiliza dados orçamentários oficiais e o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) de 2019, 2021 e 2023, tratando o INSE não como medida direta de qualidade escolar, mas como variável contextual e possível fator de seleção. A questão central é compreender em que medida as alterações identificadas nas escolas participantes podem ser relacionadas ao modelo cívico-militar e em que medida refletem o investimento efetivamente realizado e diferenças anteriores ou surgidas durante a implementação. Busca-se, assim, uma avaliação empiricamente fundamentada, que não atribua à militarização resultados possivelmente decorrentes das condições iniciais das escolas ou do público atendido.

Metodologia

A pesquisa é quantitativa, de caráter exploratório, descritivo e longitudinal-comparativo, organizada em duas frentes. A primeira examina o desenho e a execução do financiamento federal do PECIM entre 2020 e 2022. A segunda acompanha a evolução do perfil socioeconômico das escolas vinculadas, comparando-a à das escolas públicas não participantes, o que permite observar mudanças ao longo do tempo em vez de médias isoladas.

A análise do financiamento apoia-se em quatro conjuntos documentais. A Portaria MEC nº 2.015/2019 fixa o desenho normativo das modalidades de pactuação e os critérios de seleção das escolas, tomada aqui como parâmetro da execução. As Notas Técnicas nº 60/2023 e nº 357/2023 da Secretaria de Educação Básica trazem o orçamento liquidado

com pessoal militar, os valores alocados no Plano de Ações Articuladas (PAR) e o levantamento de execução do FNDE. As notas taquigráficas da audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, de 22 de maio de 2023, recuperam interpretações divergentes sobre a execução. A planilha de gestão do programa, obtida via Lei de Acesso à Informação, registra por escola a modalidade de adesão, os valores alocados no PAR em cada exercício e o contingente de militares.

O tratamento envolveu a conferência dos totais da planilha contra os agregados das notas técnicas, a desagregação por modalidade, região, unidade da federação e dependência administrativa e o cálculo de medidas de posição e concentração, mantida a distinção entre valor alocado e valor pago. Os dados captam apenas a execução federal, não os aportes próprios de estados e municípios.

Na segunda frente, foram considerados os Indicadores de Nível Socioeconômico de 2019, 2021 e 2023. O primeiro é referência anterior à implementação nacional; 2021 representa o funcionamento e a expansão; 2023, o ano da revogação federal. Este último não é período integralmente posterior à política, pois o encerramento ocorreu durante o próprio ano e as escolas tiveram diferentes datas de adesão. Os dados de 2021 exigem cautela adicional pelos efeitos da pandemia sobre matrículas, frequência e indicadores.

A unidade de análise é a escola pública de Educação Básica, classificada em participante e não participante. A vinculação ao programa foi identificada pela relação de escolas aderentes, integrada às bases educacionais pelo código INEP, identificador que permite relacionar informações de diferentes anos sem depender do nome da escola.

A fonte dessa etapa é o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE), do Inep. Construído a partir dos questionários contextuais respondidos pelos estudantes, reúne informações sobre escolaridade dos responsáveis, posse de bens e condições do domicílio, expressando a composição socioeconômica média do corpo discente, e não uma medida direta de qualidade escolar ou de renda. Sua escolha apoia-se na literatura que trata as condições socioeconômicas como elemento central dos resultados educacionais: Gomes et al. (2025) mostram que as desigualdades educacionais são multidimensionais, associadas ao perfil do alunado, à infraestrutura, à localização, à gestão e à distribuição de recursos, e alertam que indicadores agregados podem ocultar diferenças entre regiões, redes e escolas.

Em etapa anterior, a pesquisa construiu base de dados com as informações obtidas via Lei de Acesso à Informação. Souza (2025) padronizou os registros, preservando código INEP, ano, região, dependência administrativa e valor do INSE, e criou variável de identificação do programa, com valor 1 para as escolas PECIM e 0 para as demais. O procedimento resultou em 213 escolas vinculadas, número inferior ao de unidades pactuadas na documentação oficial, diferença atribuível às escolas sem código válido ou sem INSE divulgado no período.

Seguiram-se a conferência dos códigos, a conversão dos valores para formato numérico, a verificação de duplicidades e a exclusão de registros inválidos. Os valores ausentes não foram substituídos por médias nem imputados, pois a ausência pode decorrer da não participação da escola, de número insuficiente de respondentes ou da indisponibilidade do indicador. As combinações sem escolas PECIM foram mantidas como ausência de informação, e não como valor zero.

Os registros foram então agrupados por ano, região e dependência administrativa, calculando-se as médias do INSE dos dois grupos em cada combinação e a diferença entre elas. Empregam-se médias aritméticas simples das escolas com dados disponíveis, de modo que cada unidade recebeu o mesmo peso.

Valores positivos indicam que as escolas PECIM apresentavam perfil socioeconômico médio mais elevado; valores negativos, situação inversa. O procedimento é descritivo e não constitui estimativa causal: uma elevação do INSE pode decorrer da atração de famílias de maior nível socioeconômico, de transferências, da saída de estudantes ou de mudanças na participação nos questionários.

A principal limitação é o uso de médias agregadas, que não permitem observar a dispersão interna do INSE nem quantas escolas e estudantes compõem cada resultado; a ausência de pesos impede médias ponderadas e testes de significância. Somam-se os diferentes tempos de participação no programa e os efeitos da pandemia em 2021. Ainda assim, o procedimento oferece diagnóstico inicial e estabelece os cuidados necessários à análise posterior do desempenho educacional.

Resultados e Discussões

Gastos e despesas

O desenho de financiamento do PECIM foi estabelecido pela Portaria MEC nº 2.015, de 20 de novembro de 2019, que regulamentou a implantação do Programa e fixou, em seu art. 15, duas formas de pactuação a serem escolhidas pelo MEC. No Modelo de Disponibilização de Pessoal (art. 15, I), a União disponibilizava pessoal das Forças Armadas para as escolas e, em contrapartida, os estados, os municípios ou o Distrito Federal faziam "o aporte financeiro necessário à implementação do modelo nas escolas selecionadas"; a contratação operava por meio de Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), mediante parceria com o Ministério da Defesa (art. 18), cabendo aos militares tarefas nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica (art. 19). No Modelo de Repasse de Recurso (art. 15, II), a lógica se invertia: o MEC fazia o aporte financeiro para as adaptações das escolas, mediante apresentação de projetos no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR (art. 20), enquanto os estados disponibilizavam militares das corporações estaduais para atuarem nas unidades, "arcando com os correspondentes custos".

A arquitetura do programa era, portanto, simétrica e cruzada: em cada modelo, um ente da federação custeava o pessoal militar e o outro custeava a adequação material da escola.

O terceiro modelo são as chamadas escolas autofomentadas, trata-se de iniciativa posterior, iniciada no segundo semestre de 2022, em que o MEC não participa com qualquer aporte, nem de pessoal nem financeiro, limitando-se a verificar se as condições de funcionamento da unidade se assemelham às definidas pelo Programa e a certificá-la como Escola Cívico-Militar. Sua descrição como "Modelo 3" aparece na Nota Técnica nº 60/2023 (§§ 3.20-3.21), documento de avaliação, e não em norma que a institua como

modalidade de pactuação, distinção relevante, porque indica que a certificação autofomentada operava à margem da estrutura de financiamento originalmente desenhada.

Segundo a Nota Técnica nº 60/2023, o Programa contava, em 2023, com 120 escolas no Modelo 1, 82 no Modelo 2 e sete certificadas como autofomentadas, totalizando 209 unidades. A planilha de gestão do Programa obtida por meio da Lei de Acesso à Informação registra números próximos, porém não idênticos: 222 escolas pactuadas (125 na modalidade "pessoal", 90 na modalidade "recurso" e sete autofomentadas), das quais 201 efetivamente implantadas — 14 registros ainda constavam como "a definir" quanto à unidade escolar. A divergência entre as fontes oficiais é um primeiro resultado relevante: a base informacional do Programa não permitia, ao final de sua vigência, fixar com precisão o número de escolas atendidas, o que já sinaliza fragilidades de monitoramento que reaparecerão na análise da execução financeira.

O gasto federal com pessoal militar. No Modelo de Disponibilização de Pessoal, os recursos federais destinavam-se à remuneração dos militares reformados vinculados às escolas. Como demonstra a Figura 1, o orçamento liquidado para essa finalidade apresentou crescimento contínuo e acelerado: R$ 7,05 milhões em 2020, R$ 27,19 milhões em 2021 e R$ 64,27 milhões em 2022. No acumulado do triênio, foram liquidados R$ 98,50 milhões (BRASIL, 2023a, § 3.11). Para 2023, a previsão acordada com o Ministério da Defesa era de R$ 86,57 milhões (BRASIL, 2023a, § 3.12), valor que constitui projeção orçamentária e não execução efetiva, razão pela qual não é diretamente comparável às despesas liquidadas dos anos anteriores.

Figura 1 - Orçamento liquidado do PECIM para remuneração de militares reformados, 2020–2022 (em valores nominais)

Dois aspectos qualificam esse gasto. O primeiro é sua origem: conforme explicitado na audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, os R$ 64 milhões de 2022 foram "retirados do orçamento da educação, a partir de um destaque orçamentário, para remunerar os profissionais da Defesa que atuam nas escolas" (BRASIL, 2023c, p. 10). Trata-se, portanto, de recursos da educação transferidos à pasta militar. O segundo é o patamar remuneratório. As tabelas da Nota Técnica nº 60/2023 indicam gratificações mensais que variam de R$ 2.657,24, para um 3º sargento, a R$ 9.152,76, para um capitão de mar e guerra ou coronel. A própria Secretaria de Educação Básica sublinhou o descompasso: "aqueles que possuem graduação superior e atuam como oficiais de apoio à gestão alcançam remuneração mensal superior a R$ 8.500,00, valor que excede sobremaneira a média salarial dos gestores escolares que, em tese, seriam apoiados por esses profissionais" (BRASIL, 2023b, § 3.11). É preciso registrar que essa remuneração é acrescida aos proventos da reserva já percebidos pelo militar.

O cruzamento com a planilha da LAI permite dimensionar esse contingente. O documento registra 868 militares em atividade em 115 escolas, além de 10 militares em função no Ministério da Defesa e no MEC, sete coordenadores regionais e sete subcoordenadores, totalizando 892 profissionais. O número diverge substancialmente da estimativa de "aproximadamente 1.500 militares empregados" apresentada pelo ex-diretor do Programa na mesma audiência pública (BRASIL, 2023c, p. 6), reforçando a inconsistência das bases

informacionais já apontada. Tomando-se o registro administrativo como referência, o valor liquidado em 2022 corresponde a cerca de R$ 72 mil anuais por militar, ou aproximadamente R$ 6 mil mensais, cifra compatível com a faixa remuneratória descrita na nota técnica e que confere consistência interna aos dados orçamentários.

Os recursos de infraestrutura: alocação sem execução. Entre 2020 e 2022, o MEC disponibilizou, via PAR, cerca de R$ 98,39 milhões para as ações de melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas do Programa. Na tabela 1, o levantamento conduzido pelo FNDE, contudo, apurou que apenas R$ 245.841,66 foram efetivamente pagos (0,24% do total) (BRASIL, 2023a, § 3.16).

Tabela 1 - Recursos vinculados ao Plano de Ações Articuladas (PAR), 2020–2022

O contraste com o custeio de pessoal é evidente. Os dois montantes são praticamente equivalentes: R$ 98,50 milhões liquidados em pessoal e R$ 98,39 milhões alocados em infraestrutura, mas o primeiro foi integralmente executado e o segundo, praticamente não. Para cada R$ 1,00 efetivamente pago para a melhoria material das escolas, o Programa liquidou cerca de R$ 400,00 na remuneração de militares reformados. Não se trata de comparar rubricas de mesma natureza contábil, e sim de evidenciar que o mesmo desenho de política operou com eficácia radicalmente distinta conforme o objeto do gasto.

A desagregação dos recursos por escola. A planilha de gestão obtida por via da LAI permite avançar além do agregado publicado nas notas técnicas, distribuindo a alocação do PAR entre as unidades escolares. O documento registra R$ 98.691.660,63 distribuídos por 216 escolas, valor 0,3% superior ao informado na Nota Técnica nº 60/2023 — a divergência concentra-se integralmente no exercício de 2020 (R$ 15,30 milhões na planilha contra R$ 14,99 milhões na nota), sendo os valores de 2021 e 2022 idênticos nas duas fontes. Trata-se de registro administrativo de gestão, com as limitações próprias desse tipo de documento, mas cuja convergência quase total com os dados oficiais publicados autoriza seu uso analítico.

Dessa desagregação emergem três achados. O primeiro diz respeito à distribuição entre as modalidades. O art. 20 da Portaria nº 2.015/2019 vincula expressamente o apoio financeiro via PAR ao Modelo de Repasse de Recurso; a mesma portaria, contudo, condiciona o apoio financeiro no âmbito do PAR entre as ações gerais de implantação do Programa (art. 3º, III), sem restringi-lo a uma das modalidades, tensão interna que os dados de execução ajudam a dimensionar. Segundo a planilha, as escolas classificadas na modalidade "pessoal" concentram R$ 61,97 milhões, ou 62,8% de toda a alocação, contra R$ 36,72 milhões (37,2%) das escolas da modalidade "recurso". Ou seja, a maior parte dos recursos federais de infraestrutura foi reservada justamente às unidades em que, pelo desenho do art. 15, I, o aporte material caberia ao ente subnacional, e não à União. Em parcela relevante das escolas, a União custeava simultaneamente o pessoal militar e a previsão de investimento material, enquanto a contrapartida financeira dos entes, prevista como condição do Modelo 1, não é identificável nos registros federais examinados.

Tabela 2 - Alocação de recursos do PAR por modalidade de pactuação, 2020–2022

O segundo achado refere-se à cobertura e à concentração. Das 216 escolas listadas, 76 (35,2% do total), não registram qualquer valor alocado no período. Entre as 140 unidades com alocação positiva, o valor médio foi de R$ 704.940,43 e o mediano, de R$ 480.262,21, distribuição assimétrica que varia de R$ 796,93 a R$ 3.928.144,05 por escola. A concentração é expressiva: as dez escolas mais bem dotadas respondem por 25,5% de toda a alocação, as trinta primeiras por 54,3% e as cinquenta primeiras por 73,2%. Cabe recordar que o pacto previa a possibilidade de até R$ 1 milhão por escola (BRASIL, 2023c, p. 11), patamar que a mediana observada não alcança. Ainda assim, é fundamental sublinhar que se trata de valores alocados, e não pagos: dado que a execução efetiva foi de 0,24%, praticamente toda a distribuição descrita permaneceu no plano da previsão orçamentária. A desigualdade documentada é, portanto, uma desigualdade de promessas, não de investimentos realizados.

O terceiro achado é a distribuição federativa e regional. As regiões Sul e Sudeste concentram 49,3% dos recursos alocados, enquanto o Nordeste — região com os piores indicadores educacionais do país — responde por 13,3%, a menor participação entre as cinco macrorregiões. Rio de Janeiro (R$ 10,73 milhões), Santa Catarina (R$ 10,27 milhões) e Rio Grande do Sul (R$ 8,96 milhões) lideram a distribuição por unidade federativa. A divisão entre esferas administrativas é equilibrada: redes municipais responderam por 51,2% e redes estaduais por 48,8% da alocação. Esse padrão contrasta com os critérios de seleção de escolas fixados no art. 16 da Portaria nº 2.015/2019 — alunos em situação de vulnerabilidade social e desempenho abaixo da média estadual no Ideb —, sugerindo que a distribuição efetiva dos recursos previstos não acompanhou a orientação redistributiva anunciada na norma.

Tabela 3 - Alocação de recursos do PAR por região, 2020–2022

Tomados em conjunto, os dados revelam uma assimetria estruturante entre o desenho normativo do PECIM e sua execução financeira. A Portaria nº 2.015/2019 previa dois arranjos equilibrados, em que União e entes subnacionais alternavam a responsabilidade pelo custeio do pessoal e da adequação material. Na prática, a dimensão de pessoal operou com regularidade e crescimento acelerado, mobilizando quase R$ 100 milhões em três anos e projetando outros R$ 86,57 milhões para 2023, ao passo que a dimensão de investimento material, de magnitude orçamentária equivalente, permaneceu quase integralmente não executada, inclusive, e acima de tudo, nas escolas em que o aporte material sequer caberia à União. O Programa, na prática, financiou a presença militar nas escolas, não a melhoria de suas condições materiais.

A explicação oferecida pelo próprio MEC para a baixa execução é de natureza administrativa: falhas na definição e estruturação das demandas encaminhadas pelas redes ao PAR e dificuldades em iniciar e movimentar processos licitatórios de aquisição de bens e serviços (BRASIL, 2023a, § 3.18). Essa leitura foi contestada durante a audiência pública, em que se argumentou que o congelamento dos recursos decorreria de "incompetência, de má gestão de quem está recebendo o recurso", e não de falha do desenho federal (BRASIL, 2023c, p. 13). O registro colhido por pesquisadora junto a gestor estadual de Goiás, segundo o qual, apesar da opção pela modalidade de repasse, "o dinheiro não chegou" (BRASIL, 2023c, p. 8), sugere que a percepção de não execução era compartilhada também por quem operava o Programa na ponta. Seja qual for a atribuição de responsabilidade, o resultado é convergente: os recursos existiam, estavam reservados e não se converteram em investimento. Foi com base nesse diagnóstico que a

Secretaria de Educação Básica recomendou a revogação do Decreto nº 10.004/2019 e a consequente suspensão das portarias a ele vinculadas (BRASIL, 2023a, § 4.3), o que veio a ocorrer com a edição do Decreto nº 11.611/2023.

Três ressalvas metodológicas são necessárias. Primeira: a conclusão da Nota Técnica nº 60/2023 pela descontinuidade do Programa constitui avaliação técnico-administrativa produzida pelo governo federal em contexto de transição governamental, e não avaliação independente de impacto causal, o que não invalida os dados de execução apresentados, mas recomenda cautela quanto às inferências sobre efetividade pedagógica. Segunda: os dados analisados capturam exclusivamente a execução federal. Estados e municípios podiam aportar recursos próprios nas unidades, inclusive para infraestrutura e, no Modelo de Disponibilização de Pessoal, estavam normativamente obrigados a fazê-lo, sem que esses aportes sejam captados pela documentação examinada; não é possível, portanto, afirmar que as escolas do PECIM deixaram integralmente de receber investimento estrutural no período. Terceira: as divergências identificadas entre as fontes oficiais no número de escolas, no contingente de militares e no valor alocado em 2020 impõem que os números aqui apresentados sejam lidos como informações coletadas de fontes oficiais mas que não podemos afirmá-las como cifras definitivas.

Feitas essas ressalvas, a primeira evidência deste estudo pode ser enunciada com segurança: o desenho financeiro do PECIM consolidou-se em sua dimensão de pessoal e funcionamento, e não na execução de investimentos federais voltados à infraestrutura escolar. Isso restringe consideravelmente a possibilidade de associar o Programa a melhorias estruturais permanentes nas unidades participantes e desloca a questão analítica: se houve efeitos escolares no período, eles não podem ser atribuídos ao aporte material federal, porque este, em termos práticos, não ocorreu.

3.2 Perfil socioeconômico dos estudantes das escolas que aderiram ao PECIM (2019-2023)

A Tabela 4 apresenta a diferença entre o INSE médio das escolas que aderiram ao PECIM e o das escolas que não aderiram por dependência administrativa e região. Valores positivos indicam que as escolas participantes possuíam estudantes com perfil socioeconômico médio mais elevado.

Tabela 4 - Diferença entre o INSE médio das escolas PECIM e não PECIM, por região e dependência administrativa (2019, 2021 e 2023);

Os resultados revelam diferenças regionais importantes e, sobretudo, assimétricas. Em 2019, cinco das nove combinações entre região e dependência administrativa já registravam diferença favorável às escolas PECIM, e é desse lado que estão as distâncias mais expressivas: a magnitude média das diferenças positivas era de 0,130 ponto, contra 0,083 ponto entre as negativas. As vantagens mais acentuadas concentravam-se nas redes municipais do Norte (+0,290) e do Nordeste (+0,200) e na rede estadual do Norte (+0,100), acompanhadas de diferenças menores nas redes municipais do Sul e do Centro-Oeste (+0,030 em ambas). No sentido oposto, a desvantagem restringia-se às redes estaduais e municipais do Sudeste (−0,120 em cada uma) e, em intensidade menor, às redes estaduais do Centro-Oeste (−0,080) e do Sul (−0,010), esta última praticamente

nula. Onde as escolas participantes se distinguiam das demais escolas públicas, portanto, atendiam um perfil socioeconômico mais elevado; onde a diferença era desfavorável, ela se mostrava pequena.

Em 2023, todas as nove combinações regionais e administrativas passaram a registrar diferença positiva em favor das escolas PECIM. A inversão de sinal ocorreu nas redes estaduais e municipais do Sudeste e na rede estadual do Centro-Oeste, que partiram de valores negativos e chegaram a diferenças ligeiramente positivas. As maiores magnitudes, contudo, permaneceram nas redes municipais do Norte (+0,330) e do Nordeste (+0,292), que já lideravam em 2019.

A diferença não demonstra, por si só, que o PECIM tenha melhorado as condições econômicas dos estudantes. O resultado mais plausível é que tenha ocorrido uma mudança na composição relativa do corpo discente. Escolas participantes podem ter atraído famílias com maior capital econômico ou cultural, especialmente pela expectativa de disciplina, segurança e maior controle das rotinas. Também podem ter ocorrido processos de transferência, seleção informal, adaptação diferenciada às normas ou desistência de estudantes que não se identificaram com o modelo.

No caso do PECIM, essa questão é particularmente relevante porque o programa declarava priorizar escolas localizadas em contextos de vulnerabilidade social. Caso as unidades tenham passado a atender estudantes relativamente mais favorecidos, parte de uma eventual elevação do IDEB poderia decorrer de mudanças no público atendido, e não de aumento da efetividade pedagógica.

Por essa razão, o INSE não deve ser utilizado apenas como indicador descritivo. Ele precisa integrar os modelos estatísticos como variável de controle. Também é necessário investigar a distribuição interna do indicador, a quantidade de estudantes sem informação e a permanência dos grupos mais vulneráveis nas escolas participantes.

Conclusão

Este artigo examinou o PECIM em duas dimensões: a execução do financiamento federal entre 2020 e 2022 e o perfil socioeconômico das escolas participantes entre 2019 e 2023.

A primeira conclusão diz respeito ao financiamento. O programa mobilizou estrutura expressiva, sobretudo para manter militares nas unidades escolares, mas a execução dos recursos vinculados ao PAR foi mínima: dos cerca de R$ 98,39 milhões alocados entre 2020 e 2022, identificaram-se aproximadamente R$ 245,8 mil em pagamentos. A dimensão de pessoal esteve, portanto, muito mais consolidada que o investimento material destinado às escolas.

A segunda refere-se à posição relativa das escolas participantes. Em 2019, cinco das nove combinações entre região e dependência administrativa apresentavam INSE médio superior ao das demais escolas públicas; em 2021, cinco, com uma em situação de igualdade; em 2023, todas as nove. A média das com as maiores distâncias nas redes

municipais do Norte (+0,330) e do Nordeste (+0,292). Como cada diferença é calculada entre escolas avaliadas no mesmo ano e pela mesma edição do indicador, a comparação entre anos deve ser lida como deslocamento de posição relativa, e não como variação histórica do INSE — o próprio Inep recomenda cautela no uso do indicador como série histórica.

Esse deslocamento não constitui resultado do programa; é, antes, um sinal de alerta, pois pode indicar que as escolas PECIM passaram a receber ou reter estudantes em melhores condições. Ignorada essa mudança de composição, eventuais avanços no IDEB tenderiam a ser creditados ao modelo cívico-militar sem que se possa afirmar que dele decorrem.

Não é possível, assim, afirmar que o PECIM produziu melhorias educacionais amplas. Se houve efeitos no período, eles não podem ser atribuídos ao aporte material federal, que praticamente não ocorreu, e as diferenças socioeconômicas anteriores e supervenientes impedem interpretar comparações simples de médias como efeitos causais.

O aprofundamento exige um painel no nível da escola, integrando IDEB e proficiências do Saeb, aprovação, reprovação e abandono, distorção idade-série, Índice de Regularidade Docente, infraestrutura, matrículas e etapas ofertadas, além das despesas com pessoal e manutenção. A aplicação de diferenças em diferenças, estudo de evento, pareamento e efeitos fixos permitirá verificar se as participantes apresentaram mudanças superiores às de escolas comparáveis, testando tendências anteriores à implantação e separando os efeitos por região, dependência e etapa de ensino.

O principal resultado desta etapa não é a comprovação de sucesso ou fracasso do PECIM, mas a constatação de que investimento, composição social e desempenho precisam ser analisados conjuntamente. Sem esse controle, corre-se o risco de atribuir ao modelo institucional diferenças decorrentes do perfil dos estudantes, das condições iniciais das escolas ou da capacidade das redes.

Referências

BENEVIDES, Alesandra de Araújo; SOARES, Ricardo Brito. Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. Nova Economia, v. 30, n. 1, p. 317–343, 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

BRASIL. Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados,

nos municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 225, p. 42, 21 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Nota Técnica nº 357/2023/DPDI/SEB/SEB. Brasília, DF: MEC, 2023b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. Audiência pública extraordinária de 22 de maio de 2023: notas taquigráficas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023c.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb 2019: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb 2021: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2021: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb 2023: indicador de nível socioeconômico (Inse): nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2025.

DIAS, Zenilda Rodrigues; RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira. Revista Teias, v. 22, número especial, p. 406–426, 2021.

GOMES, Sandra; DALMON, Danilo Leite; SUMIYA, Lilia Asuca; COSTA, Eloisandro Soares da. Captando as desigualdades educacionais intraestaduais por meio de uma tipologia de condições e resultados educacionais. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 33, n. 129, e0255059, 2025. DOI: 10.1590/S0104-40362025003305059.

SOUZA, Maria Íris da Costa. A implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Brasil: análise da adesão, distribuição e financiamento. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN, 36., 2025, Natal. Anais [...]. Natal: Propesq/UFRN, 2025. Trabalho HS0431. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1-mix2AOH0qt5064cT4dgESiNC60pSNmx]. Acesso em: 1 mai 2026.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 3, p. 612–632, 2019.

Anexos



Figura 1 - Orçamento liquidado do PECIM para remuneração de militares reformados, 2020–2022 (em valores nominais)



Tabela 1 - Recursos vinculados ao Plano de Ações Articuladas (PAR), 2020–2022



Tabela 2 - Alocação de recursos do PAR por modalidade de pactuação, 2020–2022



Tabela 3 - Alocação de recursos do PAR por região, 2020–2022



Tabela 4 - Diferença entre o INSE médio das escolas PECIM e não PECIM, por região e dependência administrativa (2019, 2021 e 2023);

CÓDIGO: HS1141

AUTOR: MARIA LUIZA DE SOUZA CUNHA

COAUTOR: JOÃO PAULO DA SILVA

COAUTOR: BRUNA ALBERNAZ AQUINO GRIGOLON

ORIENTADOR: DERIVALDO DOS SANTOS

TÍTULO: De quando aves e rimas pedem passagem em sala de aula: o letramento literário como estratégia aliada à causa ambiental no ensino básico

Resumo

O presente trabalho se ocupa de uma investigação sobre as interseções entre poesia, natureza e sociedade, com o objetivo de discutir a relevância da poesia da causa da natureza no contexto escolar. O texto procurou contribuir para o campo da literatura e ensino, através de uma discussão teórica sobre o tema, seguida de uma prática de leitura literária, por meio de círculos de leitura com poemas, atividade alinhada à consciência ambiental. Como perspectiva teórica-metodológica, adota-se o pensamento crítico de Adorno (2003) e de Bosi (2012), para quem a pertinência social da poesia lírica se estabelece como crítica à reificação contemporânea e aos modelos utilitaristas da vida, enquanto o embasamento para o estudo da relação entre poesia e natureza encontra-se principalmente em Hamburger (2007). Para a discussão sobre leitura literária, e formação do leitor, no contexto escolar, buscou-se apoio na perspectiva de Rouxel (2012, 2013) e na proposta de Cosson (2021) acerca dos círculos de leitura. A partir da discussão empreendida e da proposta elaborada de círculo de leitura com poemas, constatamos que o contato com a linguagem sensível da poesia em sala de aula é fundamental para a formação de leitores reflexivos, contribuindo, significativamente, para a constituição da consciência ambiental.

Palavras-chave: Poesia. Natureza. Leitura literária. Círculo de leitura.

TITLE: When birds and rhymes enter the classroom: literary literacy as a strategy aligned with the environmental cause in basic education

Abstract

This study examines the intersections between poetry, nature, and society in order to discuss the relevance of environmentally engaged poetry in the school context. It seeks to contribute to the field of literature and education by combining a theoretical discussion of the topic with a literary reading practice based on reading circles with poems, an activity aimed at fostering environmental awareness. As its theoretical and methodological framework, the study draws on the critical thought of Adorno (2003) and Bosi (2012), for whom the social significance of lyric poetry lies in its capacity to challenge contemporary reification and utilitarian models of life. The discussion of the relationship between poetry and nature is grounded primarily in Hamburger (2007). The discussion of literary reading and reader formation in the school context is further informed by Rouxel (2012, 2013) and by Cosson's (2021) proposal of reading circles. Based on the discussion and on the proposed reading circle, this study demonstrates that the contact with the sensitive language of poetry in the classroom plays a fundamental role in the formation of reflective readers and contributes significantly to the development of environmental awareness.

Keywords: Poetry. Nature. Literary reading. Reading circle.

Introdução

A natureza ocupa lugar central na poesia brasileira, assumindo protagonismo, por exemplo, nos movimentos árcades e românticos. Em cada momento histórico, ela refletiu a identidade nacional e social do brasileiro, ou se abriu à crítica social, elevando-se à condição de lirismo reflexivo. Nessa direção, os poetas foram trazendo, à expressão de seus versos, a complexidade de suas dimensões, seja como símbolo da paisagem nacional, seja como instrumento de linguagem capaz de permitir o pensamento reflexivo sobre a relação homem/natureza/sociedade.

Adorno (2003), no ensaio "Palestra sobre lírica e sociedade", reflete como a poesia, trazendo em si "o que há de mais delicado, de mais frágil, ultrapassa, em sua engrenagem lírica, os limites da individualidade do artista, pois o teor *[Gehalt]* de um poema não é a mera expressão de emoções e experiências individuais", mas o que torna possível "o universal humano" (Adorno, 2003, p. 66). Na perspectiva adorniana, a poesia lírica é uma reação à visão utilitarista do mundo, tomando a natureza e os indivíduos como mercadoria. Reagindo a essa forma de desumanização, a poesia alarga nossos horizontes, voltando-se para a "causa da natureza, aparentemente perdida" (Hamburger, 2007, p. 381), daí a sua pertinência como instrumento de educação e reflexão.

Considerar a abertura da poesia às questões sociais é fundamental para o desenvolvimento do senso crítico do leitor, assumindo destaque no ambiente escolar. A representação da natureza, objeto de nossa investigação, instiga reflexões acerca da vida social e histórica, conduzindo a uma percepção sensível de si mesmo e do meio ambiente. Temos vivenciado uma intensa crise climática com eventos naturais extremos que causam danos irreparáveis, como os ocorridos no Rio Grande do Sul (2024) e em Minas Gerais (2026).

A partir dessas reflexões, o presente trabalho propõe-se a discutir, a relevância da poesia de temática ambiental no contexto escolar, bem como a contribuir com uma proposta de letramento literário. Nossa proposta centra-se na utilização do círculo de leitura, conforme proposto por Rildo Cosson (2021), tendo como foco o trabalho com poemas, a exemplo de “Raridade”, de José Paulo Paes, e “Rara alma, rara caça”, de José Luz.

A proposição para a sala de aula parte do contexto do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, pois se observa que a escola tende a priorizar o trabalho com os aspectos normativos da língua, enquanto o ensino de literatura, em muitas situações, ocupa espaço secundário. Essa fragilização estabelece um distanciamento entre o aluno e o texto literário, de modo a contrastar com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que defende a formação de leitores críticos, capazes de interpretar textos literários de maneira ativa, reconhecendo a literatura como prática social e como espaço de construção de sentidos.

O procedimento teórico-metodológico adotado apoia-se em uma interseção de perspectivas críticas que relacionam poesia, natureza e sociedade como elementos indissociados da condição humana. O pensamento reflexivo de Adorno (2003), em "Palestra sobre lírica e sociedade", e de Bosi (2012), em “Poesia é ainda necessária?”, servem como base para a discussão, trazendo em comum a ideia segundo a qual a poesia sai do campo da mera subjetividade individual do poeta para se articular às condições sociais e culturais de sua produção.

Sob esta mesma ótica, Hamburger (2007), em *A verdade da poesia*, traz relevante contribuição à leitura dos poemas, situando o arquétipo da natureza como sugestão do retorno poético a um mundo original, contrapondo-se à alienação crescente imposta pela modernidade tecnológica. Para o contexto educacional, as ideias de Rouxel (2012, 2013) sobre leitor e leitura literária são fundamentais, e Cosson (2021), por sua vez, fornece, através de suas proposições em torno da formação de círculos de leitura, um material valioso para o desenvolvimento do texto poético na sala de aula.

Metodologia

A poesia lírica, em suas especificidades estéticas, se eleva a uma condição social capaz de mobilizar, fazendo ver, de modo diferente, a realidade histórica. Ao reagir contra a prepotência das coisas (Adorno, 2003), o texto poético se lança para além da utilidade imediata, evocando a experiência humana mediante uma percepção aguçada do mundo.

Ao discutir a relação entre lírica e sociedade, Merquior (1997, p. 17) reflete sobre ao que se deve “[...] este modelo especial de mensagem que é a obra lírica? A uma finalidade partilhada por todo gênero propriamente literário: a representação fictícia de situações humanas, dotadas de interesse permanente”. Contrário ao entendimento restritivo quanto ao alcance da poesia, o crítico toma o texto poético como instrumento de comunicação. Porém, destaca que, “à diferença de outras mensagens, a forma é nelas tão importante quanto o seu significado (Merquior, 1997, p. 30). Em *Razão do poema*, Merquior (2013) afirma que a poesia contemporânea deixa de ser mero reduto do eu individual para se tornar uma atividade interpretativa das ações humanas. “A poesia se rende e se aumenta

no esforço de interpretar o mundo, mas esse mundo interpretativo é o universo coletivo dos homens, e seus problemas não apenas a afetam – chegam a criá-la" (Merquior, 2013, p. 195). Assim, sua abertura ao social significa estabelecer-se mediante um "mundo-problema", expandindo-se enquanto crítica da sociedade e da civilização moderna.

Adorno (2003), ao abordar a relação entre poesia lírica e sociedade, destaca como o sujeito lírico exerce a função de representar o coletivo e o universal por meio de um processo em que se reveste de objetividade. Trata-se de refletir sobre a poesia como crítica à reificação no contexto do capitalismo industrial e aos constantes processos de desumanização da experiência humana. No entanto, "as obras de arte (...) têm a sua grandeza unicamente em deixarem falar aquilo que a ideologia esconde. Seu próprio êxito, quer elas queiram ou não, passa além da falsa consciência" (Adorno, 2003, p. 68).

Ao tematizar o meio ambiente, a poesia, sem perder suas singularidades estéticas, torna-se também um ato de resistência (Bosi, 1977) a serviço da formação do pensamento reflexivo. Em razão desse alcance, ao transportar a natureza para o tecido social de sua linguagem, deve ocupar um espaço vital no ambiente escolar, enriquecendo a formação do leitor (Rouxel, 2012) em torno da preservação do meio ambiente e da vida.

Resultados e Discussões

Aves e Rimas: Natureza e Poesia Pedem Passagem na Sala de Aula

Na poética de Manoel de Barros, há um projeto que focaliza a fusão entre o ser humano e os seres da natureza. Essa ligação pode ser vislumbrada em "Autorretrato falado":

Me criei no Pantanal de Corumbá, **entre bichos do**

chão, pessoas humildes, aves, árvores e rios.

Aprecio viver em lugares decadentes por gosto de

estar entre pedras e lagartos.

Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz; (Barros, 2015, p.89, grifos nossos).

No poema, o indivíduo está em contato direto com os bichos do chão, as aves, as árvores e os rios, elementos que moldam o sujeito lírico e seu gosto pelo "desprezível". Essas imagens reagem aos processos da vida social moderna, norteados por mecanismos utilitaristas que relegam a natureza ao abandono ou ao objeto lucrativo. Conforme propõe Williams (2011, p. 485, grifos nossos):

[...] vivemos num mundo no qual o modo de produção e as relações sociais dominantes ensinam, inculcam e se propõem a normalizar, e mesmo a petrificar, modos de percepção e ação distanciados, separados e externos: modos de usar e consumir, em vez de aceitar e desfrutar, pessoas e coisas. **A estrutura de sentimento das memórias é, portanto, significativa e indispensável enquanto reação a essa deformação social específica.**

Embora haja um descompasso entre sociedade e natureza, o sentimento e a memória desempenham importante papel na tomada de atitudes benéficas para o meio ambiente. Enquanto manifestação cultural, a poesia utiliza esses princípios para marcar os

tensionamentos entre natureza e sociedade (Williams, 2011). Reagindo aos modelos de devastação da natureza e destruição da vida, os poetas modernos manifestaram recusa à lógica puramente utilitarista. Nessas circunstâncias, "[...] a poesia moderna prova definitivamente que nosso parentesco com a natureza orgânica só pode ser reprimido, nunca erradicado" (Hamburger, 2007, p. 394).

Por essa via, a lírica moderna não caminhou passivamente ao lado da ordem tecnológica, pois o espaço urbano, reservado à felicidade e à civilização, tornou-se também palco de perdas, melancolia e desencantamento (Bosi, 2012). Diante do avanço da urbanização e da industrialização, a poesia promove a mediação entre o mundo interior e a realidade exterior, configurando-se como "um modelo pelo qual ela pode ajudar o homem a ser humano" (Hamburger, 2007, p. 423).

É justamente em razão desse potencial de "desmascaramento social" que selecionamos o trabalho com poemas para a sala de aula, pois acreditamos que a poesia permite aos alunos vislumbrarem uma realidade outra com base nos sentidos atribuídos ao texto e pelo texto. Dessa maneira, com a poesia da causa da natureza, há a possibilidade de desenvolvimento de empatia, consciência e responsabilidade para com o meio ambiente.

Poesia e Natureza: Desafios e Práticas da Leitura Literária

Ao verter a experiência social para a matéria estética, o poeta ou escritor literário assume um papel crítico, o de denunciar condutas nocivas à coletividade. Exemplo notável desse fenômeno é a representação do tratamento predatório dispensado à natureza, temática que encontra eco e vigor em diversas vertentes da produção poética brasileira em diferentes contextos culturais. Nessa direção, realizamos aqui a leitura de dois poemas, obviamente sem a pretensão de dar a análise por acabada, conforme já mencionamos: "Raridade", de José Paulo Paes, e o haicai "Rara alma, rara caça", do poeta potiguar José Luz, a partir dos quais faremos uma discussão e uma proposição sobre o círculo de leitura com poemas, com base na proposição de Cosson (2021). Eis o poema de José Paulo Paes:

Raridade

A arara

é uma ave rara

pois o homem não para

de ir ao mato caçá-la

para a pôr na sala

em cima de um poleiro

onde ela fica o dia inteiro

fazendo escarcéu

porque já não pode voar pelo céu.

E se o homem não para

de caçar arara,

hoje uma ave rara,

ou a arara some

ou então muda seu nome

para arrara (Paes, 2011, p. 5).

Em termos temáticos, notamos que o poema versa sobre a arara, ave que já contém uma certa raridade inerente a si em razão de sua exoticidade, o que é representado no poema pelo fato de a mesma sequência de letras da palavra "rara" também estar presente em "a**rara**", como explicitado em trabalho anterior (Cunha, no prelo). Logo mais, o eu-lírico evoca um motivo que age sobre a natureza e força a saída da arara de seu ambiente natural: "pois o homem não p**ara** / de ir **a**o m**a**to c**açá**-l**a** / p**ara a** pôr n**a** s**ala**". O trato nocivo do homem, então, impacta negativamente a ordem natural, ao fazer com que essa espécie se torne escassa em virtude da caça e captura.

Nesses versos, verificamos a forte presença do segmento vocálico [a], que aponta para o soar da arara, que é amplo como o som dessa vogal, algo muito explorado na poesia, a depender de seus efeitos de sentido, e recuperado em pesquisas sobre isomorfismo vocálico (Bosi, 1977). Isso representaria o grito do animal perante a conduta humana, que, inclusive, com a mediação do docente, pode fazer com que os alunos observem a forma do poema, ou seja, como as escolhas do poeta são importantes para a geração de sentido.

Assim como a sequência "rara" é parte de "a**rara**", notamos fenômeno semelhante entre "céu" e "escar**céu**", de modo a pensar que o soar da arara está diretamente ligado a libertar-se do espaço de cárcere - da sala para o céu. A partir disso, vemos que, embora a casa represente um signo de comodidade humana, esse espaço não é seguro para a vida do animal. Essa diferenciação, inclusive, pode ser suscitada durante o círculo de leitura, pois, como propõe Cosson (2021), os alunos podem elaborar questões abertas sobre as obras lidas e os aspectos que mais chamaram a sua atenção.

Na segunda estrofe, observamos a presença da oração condicional **"E se o homem não para / de caçar arara** / hoje uma ave rara", que aponta para uma provável manutenção do ciclo de violência contra a natureza (Cunha, no prelo), tornando a espécie em questão escassa. Ao dar continuidade a esse ciclo, restam dois caminhos: "ou a arara some / ou então muda o seu nome / para a **arrara**". Ambas as possibilidades remontam a consequências negativas para o animal, pois, enquanto a primeira implica o desaparecimento, a segunda, pelo neologismo "arrara", mobiliza a descaracterização da ave, que passaria a ser lembrada apenas pelos seus raros exemplares (Cunha, no prelo). Logo, a sua beleza e exoticidade deixam de ser o motivo para a sua "raridade", que passaria a remontar apenas à escassez da espécie na natureza devido à ação humana.

"Raridade" provoca discussões relevantes sobre os tensionamentos entre ser humano e natureza, possibilitando o diálogo entre texto e contexto. Segundo Cosson (2021, p. 19), notamos que a escola se revela como espaço primordial para "[...] exercitar publicamente o diálogo da leitura", em que os alunos, coletivamente, elaboram sentido para o texto literário por meio do compartilhamento de suas interpretações e do estabelecimento de acordos". Por essa razão, propomos ainda a leitura do haicai de José Luz (2023, p. 35):

Rara alma, rara caça,

arara azul nos ares:

arauto último da raça.

No poema, o sujeito lírico mobiliza uma imagem que ultrapassa a dimensão puramente instintiva do animal, atribuindo-lhe também uma dimensão espiritual, como se evidencia no verso "Rara alma, rara caça". A escolha lexical presente nesse verso instaura uma ambiguidade linguística que abre múltiplas possibilidades interpretativas: pode-se compreender a arara como uma espécie rara, ameaçada de extinção; como um animal que exerce seu instinto natural; ou ainda como alvo da caça ilegal praticada pelo humano. Essa ambiguidade não é resolvida pelo texto, o que exige do aluno-leitor uma postura ativa na construção de sentido.

Por se tratar de um haicai, forma poética marcada pela concisão, não há maiores desdobramentos narrativos, como no poema "Raridade". Contudo, essa brevidade intensifica o impacto da imagem poética, fazendo com que cada palavra concentre uma carga expressiva significativa. No verso "arara azul nos ares", o poema reafirma que o espaço próprio da ave é o voo, o céu, o habitat natural no qual ela pode existir plenamente. A cor azul, associada à raridade da espécie, reforça a dimensão de ameaça que atravessa o poema, ainda que de modo sutil. Já no verso "**arauto** último da raça", o sujeito lírico mobiliza uma palavra que não pertence ao vocabulário cotidiano, convocando o leitor a refletir sobre seu significado. Com a mediação do professor, os alunos podem ser convidados a refletir sobre o uso do termo, compreendendo a arara como um símbolo para o último anúncio de sua própria extinção, o que intensifica o caráter trágico do haicai.

A leitura em sala de aula do poema e do haicai selecionados possibilita aos alunos reconhecerem como a forma estética da literatura reorganiza dados da realidade exterior (Candido, 2004b), atribuindo-lhes novos sentidos. Ao trabalhar com a ambiguidade, as escolhas lexicais, os neologismos e com a condensação própria dos gêneros, permite-se o desenvolvimento de uma percepção mais sensível acerca da relação entre ser humano e natureza, compreendendo que a violência ambiental pode se manifestar tanto de maneira explícita quanto silenciosa.

Ao traçar um diálogo entre as possibilidades de leitura apresentadas, observamos que ambos os textos trazem à sua superfície um dado da vida social, em que o ser humano aparenta negar a sua ligação única e estreita com o ambiente natural. No entanto, conforme Hamburger (2007), verificamos que, embora o homem tente, esse elo nunca poderá ser desfeito, o que leva à postura de revisitação à natureza proposta desde os poetas modernos (Cunha, no prelo).

Por meio da revisitação à causa da natureza, José Paulo Paes e José Luz trazem, à expressão de seus poemas, a temática ambiental e desvelam dados sobre a maneira a qual a sociedade tem tratado o meio ambiente, aqui representado pelas aves mobilizadas, que sofrem com a sentença da extinção. Essa, inclusive, passa a ser uma representação comum na contemporaneidade dentre as formas líricas que apontam a destruição e as ameaças ao ambiente natural (Williams, 2011). Verificamos, assim, a possibilidade de os textos comentados atuarem como denúncia social, uma vez que deixam a verdade social permear a superfície de seus versos, distanciando-se do que Adorno (2003) propõe como discurso ideológico.

Por essa razão, a possibilidade de trabalhar em sala de aula com os textos aqui mencionados demonstra-se de incomparável importância, a fim de que os alunos possam estar em contato direto com o texto literário, compreendendo as obras como manifestação viva da nossa língua, capazes de traçar diálogos com o contexto em que vivemos. Nessa perspectiva, além de se formarem sujeitos leitores críticos e reflexivos, que também elaboram sentidos a partir de suas experiências (Rouxel, 2012), os alunos estão diante de "[...] obras das quais eles extrairão um ganho simultaneamente ético e estético, obras cujo conteúdo existencial deixe marcas" (Rouxel, 2013, p. 24). São esses ganhos que notamos nos poemas como os aqui discutidos, já que, a partir do trabalho com a palavra, "marcam" os alunos, sensibilizando-os quanto à relação homem e natureza e aos desastres ambientais que arriscam não apenas fauna e flora, mas a sociedade em geral.

Embora sua presença seja imprescindível, devemos reconhecer que mais esforços são necessários para que o texto literário tenha o seu potencial explorado adequadamente em sala de aula. Em consonância com essa perspectiva, está o pensamento de Adélia Prado (2012), que, ao tratar dos desafios para que todos acessem a beleza da arte, tece a seguinte reflexão

> A arte fala de absolutamente tudo porque qualquer coisa é a casa da poesia. Ela não escolhe tema nem enredo, nem assunto. Ela pousa onde lhe apraz e é esse o momento que é apreendido pelo poeta ou pela cineasta, enfim. Agora nós podemos perguntar: "Por que a arte nos humaniza?" Porque mostra não a aparência, mas nos induz por causa da emoção que ela nos causa. Ela nos induz à intimidade, à alma das coisas, à nossa própria intimidade e é por isso que ela nos comove; porque mexe. Não em nossos pensamentos, mas em nossos afetos, naquilo que nós sentimos [...].

Mediante esse poder de humanização da poesia e de sua relevância para a sala de aula e para a vida, com o seu papel de formar indivíduos enquanto cidadãos conscientes, a escola deve viabilizar o momento em que os alunos se defrontam com o texto literário - em sua integralidade e riqueza. Assim, eles acessarão o seu potencial de humanização, como aponta Candido (2004a, p. 180), em "O direito à Literatura":

> [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor.

Por essa razão, acreditamos que a poesia da causa da natureza, que conta com o empenho dos poetas para restabelecer a ligação entre ser humano e ambiente natural (Hamburger, 2007) deve marcar presença na escola, para que os alunos, por meio da fruição estética, estabeleçam diálogos entre o texto e a realidade ambiental com qual se defrontam, formando-se enquanto leitores críticos e cidadãos. Logo, ao atribuírem sentidos para os poemas como os aqui mencionados, podem desenvolver maior consciência ambiental e empatia para com a natureza e seus seres, de modo a acessarem a importante cota de humanização viabilizada pela literatura (Candido, 2004a).

Círculo de Leitura: Modelagem, Prática e Avaliação

Nossa proposta de trabalho com o texto literário em sala de aula centra-se na proposição de um Círculo de Leitura para uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, conforme a abordagem de Cosson (2021), adaptada para focalizar a poesia. Constituído pelas etapas de **Modelagem, Prática e Avaliação**, o Círculo oferece uma metodologia consistente para o trabalho com o texto literário, sem pressupor uma aplicação rígida, uma vez que o

próprio autor afirma que as etapas devem ser adaptadas aos objetivos de ensino e às características da escola e dos alunos (Cosson, 2021).

A escolha dessa prática de letramento literário ocorre por seu "[...] caráter formativo essencial ao desenvolvimento da competência literária, possibilitando, no compartilhamento da obra lida pelo grupo de alunos, a ampliação das interpretações individuais" (Cosson, 2021, p. 9). O círculo também fortalece as interações entre a turma e contribui para a constituição de uma comunidade leitora. Dessa maneira, relaciona-se à formação do sujeito leitor, pois, conforme Rouxel (2013), a leitura literária no contexto escolar envolve a tensão entre texto e leitor, permitindo que os alunos expressem julgamentos, opiniões e interpretações.

Na Modelagem, o professor demonstra a prática de leitura a partir de um poema breve, como "Raridade", realizando leitura oral, releituras analíticas e reflexão subjetiva. A leitura em voz alta contribui para o desenvolvimento da habilidade EF69LP48 da BNCC, relacionada à interpretação dos efeitos produzidos pelos recursos expressivos dos poemas (Brasil, 2017). Em seguida, os alunos realizam uma prática semelhante com outro texto, elaborando anotações e perguntas abertas.

Na Prática, os alunos participam da seleção das obras, da organização dos grupos e da definição das funções. Após a leitura inicial, os grupos realizam encontros destinados à discussão, ao registro e à organização das leituras seguintes. As discussões devem partir de perguntas que demandem justificativa ou explicação (Cosson, 2021), favorecendo a autonomia e a construção coletiva de sentidos. O professor acompanha os grupos de maneira discreta, intervindo quando necessário e atuando como mediador do processo.

Na Avaliação, que compreende a observação contínua do professor sobre a participação, a compreensão textual, a colaboração e o cumprimento das etapas, podendo ser complementada por uma autoavaliação dos estudantes, propõe-se um sarau literário, no qual cada grupo seleciona um poema previamente trabalhado por outra equipe. A partir do texto, os alunos desenvolvem uma nova interpretação e análise, articulando-o à temática da preservação ambiental e propondo soluções ou ações relacionadas às questões discutidas. O professor acompanha o processo, especialmente, a construção das leituras e as relações estabelecidas entre poesia, sociedade e meio ambiente.

O sarau, aberto à apreciação de outras turmas, constitui a culminância do Círculo de Leitura. Cada grupo apresenta o poema escolhido, compartilha sua interpretação e expõe as propostas de preservação ambiental construídas a partir da relação entre texto e contexto. Assim, a atividade favorece a escuta, o diálogo e a socialização das leituras, contribuindo para a formação de leitores críticos e reflexivos, capazes de reconhecer sua responsabilidade diante do meio ambiente em que habitam.

Etapas para a Criação e Desenvolvimento do Sarau

É importante que os alunos fiquem cientes desde o início da atividade sobre as formas pelas quais serão avaliados. A estruturação de um sarau literário, na perspectiva de Cosson (2021), não se configura como um evento isolado, mas como a culminância e a celebração do processo de leitura compartilhada desenvolvido nos círculos de leitura ao

longo de todo o processo. Neste sentido, o estruturamos nas seguintes etapas: **A) Seleção do poema e organização grupal:** Após a escolha do poema, os discentes organizam as funções internas, distribuindo responsabilidades inerentes à leitura, análise, elaboração da apresentação e estruturação das propostas de preservação ambiental. O professor monitora este processo, assegurando a adequação das escolhas e a compreensão das diretrizes da atividade. **B) Leitura aprofundada e interpretação textual:** Os grupos dedicam-se à análise dos poemas selecionados, com foco na construção de uma interpretação consistente que contemple seus elementos linguísticos, formais e temáticos. Busca-se, ademais, identificar as ressonâncias do poema com a realidade ambiental e as questões que ele evoca, direta ou indiretamente.

C) Elaboração de propostas de intervenção ambiental: Com base na interpretação literária, os grupos formulam propostas de preservação do meio ambiente. Tais propostas devem ser exequíveis no contexto social dos alunos, evitando generalizações e estabelecendo uma conexão explícita entre o texto literário e as problemáticas ambientais discutidas. O professor atua como mediador, aprofundando as reflexões e fortalecendo a intersecção entre literatura, realidade social e responsabilidade ecológica. **D) Realização do Sarau Literário:** O sarau constitui o ápice do trabalho, onde cada grupo apresenta o poema escolhido, compartilha sua interpretação e análise, e expõe as propostas de preservação ambiental. Este evento fomenta a escuta ativa, o diálogo e a valorização das produções discentes, reforçando o caráter coletivo e formativo da atividade.

Devem ser considerados ainda **Critérios de Avaliação e Indicadores de Sucesso do Projeto**, de forma que a avaliação considere a participação em todas as etapas, o engajamento do grupo, a qualidade da leitura e da análise do poema, bem como a coerência das propostas de preservação ambiental. É imperativo distinguir os critérios de avaliação do sarau, que se referem ao desempenho específico dos grupos e à qualidade de suas produções, dos indicadores de sucesso do projeto pedagógico em sua totalidade. O êxito do círculo de leitura pode ser aferido por métricas mais amplas, como a leitura de um percentual significativo dos poemas inicialmente selecionados e a participação de visitantes externos no sarau. Tal distinção permite uma avaliação mais equitativa e focada nos objetivos de aprendizagem.

Conclusão

Durante o desenvolvimento deste trabalho, buscamos evidenciar a relevância da poesia como linguagem estética capaz de promover a formação de leitores críticos, especialmente, no que concerne às questões ambientais. Ao considerar a presença da natureza na tradição da poesia brasileira e a sua abertura ao social, foi possível compreender, a partir da perspectiva de Adorno (2003), que o texto poético ultrapassa a dimensão da subjetividade individual, constituindo-se como espaço de reflexão sobre a realidade histórica e social. Em articulação ao pensamento de Bosi (2012), notamos que a poesia ainda tem o potencial de alcançar o social em virtude de sua linguagem sensível, que capta o indivíduo e o confere voz, representação.

Tal compreensão revela-se fundamental no contexto escolar, sobretudo quando se busca romper com práticas de ensino que reduzem o texto literário à mera decodificação

gramatical ou à exploração de aspectos formais descontextualizados. Juntamente ao círculo de leitura (Cosson, 2021), vemos que o poema, em sala de aula, possibilita a participação ativa dos alunos, o diálogo, a empatia e, especialmente, a reflexão crítica sobre as problemáticas ambientais atuais. Tal prática, por sua vez, revela-se alinhada às orientações da BNCC (2017), que enfatiza a formação de leitores capazes de interpretar textos de maneira contextualizada e de estabelecer relações entre linguagem, cultura e realidade.

A presença sistemática da poesia em sala de aula, mediada por práticas que valorizem a interação, a escuta e a construção coletiva de sentidos (Rouxel, 2012, 2013) pode contribuir significativamente para a formação de sujeitos leitores críticos, sensíveis e conscientes. Ao possibilitar o contato com uma linguagem que mobiliza afetos, memórias e reflexões, a poesia reafirma o seu papel como fator de humanização (Prado, 2012), colaborando para que os alunos desenvolvam não apenas competências leitoras, mas também uma postura ética e responsável diante do meio ambiente e da sociedade em que estão inseridos.

Referências

ADORNO, W. Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In: ADORNO, W. Theodor. **Notas de Literatura I.** São Paulo: Duas Cidades, 2003. p. 65-89.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BOSI, Alfredo. A poesia é ainda necessária? In: BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história.** São Paulo: Editora 34, 2012. p. 9-25.

BOSI, Alfredo. O som no signo. In: **O ser e o tempo da poesia.** São Paulo: Cultrix, 1977. p. 39-62.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 05 jan. 2026.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: **O Discurso e a Cidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Duas Cidades | Ouro Sobre Azul, 2004. p. 9-14.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário.** 1. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

CUNHA, Maria Luiza de Souza. Poesia e sociedade: a representação da natureza na poesia de José Paulo Paes e Manuel Bandeira. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO E CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 36., 2025, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, [2026?]. No prelo.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia:** tensões na poesia modernista desde Baudelaire. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LUZ, J. **Haicais**: contemplações. Natal: Trairy, 2023.

MERQUIOR, José Guilherme. **A astúcia da mimesis:** Ensaios sobre lírica. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MERQUIOR, José Guilherme. **Razão do poema:** Ensaios de crítica e de estética. São Paulo: Realizações, 2013.

PAES, José Paulo. **Olha o bicho.** 12. ed. São Paulo: Ática, 2011.

PRADO, Adélia. **Aula Magna**: O poder humanizador da poesia. 2012. Disponível em: https://nossabrasilidade.com.br/adelia-prado-aula-magna-o-poder-humanizador-da-poesia/. Acesso em: 10 jan. 2026.

RIBEIRO, Ana Elisa. O livro, a leitura, o(a) escritor(a) e a escola: cenas polêmicas contemporâneas da leitura literária. In: MACEDO, M. do S. A. N. (org.). **A função da literatura na escola**: resistência, mediação e formação leitora. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021, p. 77-90.

ROUXEL, Annie. Aspectos metodológicos do ensino da literatura. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (org.). **Leitura de Literatura na Escola**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 17-33.

ROUXEL, Annie. Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor? **Cadernos de Pesquisa,** S.I, v. 42, n. 145, p. 272-283, abr. 2012. Tradução de Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oliveira.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CÓDIGO: HS1145

AUTOR: GIOVANNA OLIVEIRA CAMARA MACHADO

ORIENTADOR: ROSANNE BEZERRA DE ARAUJO

TÍTULO: Ecopoética e política em Persuasion de Jane Austen

Resumo

A leitura de obras oitocentistas revela padrões estéticos marcantes, como a construção dos personagens a partir de sua interação com os ambientes rurais e urbanos, as distinções sociais e suas implicações no desenvolvimento individual, além da paisagem como elemento associado às mudanças comportamentais na narrativa. Em seu último romance, Persuasion (1817), Jane Austen (1775-1817) emprega esses elementos ao construir personagens femininas marcantes e espaços físicos que refletem as transformações sociais e políticas da Inglaterra pós-Guerras Napoleônicas. Nesse contexto, este trabalho investiga como os espaços naturais e artificiais representados na obra se articulam às dimensões sociais e políticas da narrativa sob uma perspectiva ecocrítica e ecofeminista. Fundamentada nas contribuições teóricas de Roland Barthes (1977), Cheryll Glotfelty (1996), Greg Garrard (2004) e Terry Gifford (2017), entre outros, a pesquisa busca compreender como natureza, espaço, gênero, classe social e poder participam da construção das personagens e da narrativa. Assim, pretende-se contribuir para a fortuna crítica de Jane Austen por meio de uma leitura contemporânea de Persuasion, considerando as relações entre as dimensões ecológica, política e literária e o contexto romântico da obra.

Palavras-chave: Jane Austen;Persuasão;Ecocrítica;Ecopoética;Ecofeminismo;Romantismo

TITLE: Ecopoetics and Politics in Jane Austen's Persuasion

Abstract

Reading nineteenth-century works reveals aesthetic patterns shaped by their historical context, including the construction of characters through their interactions with rural and urban environments, social distinctions, and the use of landscapes to reflect behavioral changes. In Persuasion (1817), Jane Austen (1775–1817) employs these elements to portray female characters and physical spaces while incorporating the social and political transformations of post-Napoleonic England. In this context, this study investigates how the representations of natural and artificial spaces in Persuasion intersect with its social and political dimensions through an ecocritical and ecofeminist perspective. Based on the theoretical contributions of Roland Barthes (1977), Cheryll Glotfelty (1996), Greg Garrard (2004), and Terry Gifford (2017), among others, the

research examines how nature, space, gender, social class, and power contribute to the construction of characters and narrative. Thus, this study seeks to contribute to Jane Austen scholarship by analyzing Persuasion through a contemporary perspective on the intersections between ecological, political, and literary dimensions, considering the Romantic context and its role in shaping the novel.

Keywords: Jane Austen;Persuasion;Ecocriticism;Ecopoetics;Ecofeminism;Romanticis

Introdução

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

O século XIX foi marcado por avanços tecnológicos, culturais, sociais, econômicos, artísticos e, principalmente, políticos. Como ferramenta de expressão e representação da sociedade, a literatura possibilitou a muitos artistas e escritores uma forma de expressar aquilo que sentiam e observavam tanto individual quanto coletivamente. Nesse período, o Romantismo consolidou-se por meio da valorização da subjetividade, da individualidade e da natureza, além de uma sensibilidade frequentemente atravessada pelas transformações sociais de seu tempo.

Jane Austen, escritora aclamada por sua forma singular de construir romances centrados nas relações humanas e nas convenções sociais, destacou-se nesse contexto, tendo em Persuasion (1817), seu último romance concluído em vida e publicado posteriormente à sua morte, uma obra particularmente significativa. Embora preserve temas recorrentes de sua produção, como casamento, relações familiares, diferenças de classe e papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, o romance apresenta uma protagonista marcada pelo amadurecimento e pelo reconhecimento gradual de sua própria voz.

Anne Elliot percorre diferentes ambientes ao longo da narrativa, entre eles Kellynch Hall, Uppercross, Lyme Regis e Bath. Esses deslocamentos não representam apenas mudanças geográficas, mas acompanham transformações em sua maneira de compreender o mundo e posicionar-se diante das relações sociais. A presença do ambiente natural, especialmente do mar, também assume importância particular, uma vez que se relaciona aos acontecimentos, deslocamentos e experiências das personagens. Assim, natureza e sociedade não aparecem como dimensões completamente separadas.

Diante disso, este trabalho busca compreender, sob as perspectivas da Ecocrítica, da Ecopoética e de uma leitura política e ecofeminista, de que maneira a interação entre espaços naturais e artificiais presentes em Persuasion contribui para a construção das personagens e para o desenvolvimento da narrativa. Busca-se ainda observar como esses espaços dialogam com questões de mobilidade social, gênero, classe e relações de poder no contexto da sociedade inglesa do século XIX.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA E QUESTÕES NORTEADORAS

A Ecocrítica constitui o ponto de partida desta pesquisa por possibilitar uma compreensão da relação entre literatura, natureza e ambiente para além da ideia de espaço como simples cenário. A perspectiva permite investigar como os ambientes participam da construção de sentidos e como suas representações podem carregar valores culturais, históricos, sociais e políticos. Em Persuasion, essa abordagem é

especialmente relevante porque os diferentes espaços atravessados pelas personagens estabelecem possibilidades distintas de circulação, pertencimento e autonomia.
O diálogo com o Ecofeminismo amplia essa leitura ao considerar as relações entre natureza, gênero e poder. Não se pretende afirmar que mulheres e natureza sejam equivalentes, mas compreender como ambas podem ser colocadas em posições de inferioridade dentro de determinadas estruturas de dominação. A trajetória de Anne Elliot torna-se, nesse sentido, particularmente produtiva, pois sua mobilidade e suas possibilidades de escolha estão relacionadas à sua condição enquanto mulher inserida em uma sociedade hierarquizada.
Assim, a questão norteadora desta pesquisa é: de que maneira os espaços físicos, naturais e artificiais, em Persuasion (1817), contribuem para a construção e o desenvolvimento de suas personagens, sobretudo as femininas, e como esses espaços dialogam com as relações sociais e políticas representadas na obra? Busca-se compreender como a ambientação ultrapassa a função de mero cenário e participa da construção da identidade, das relações sociais e do desenvolvimento psicológico das personagens, refletindo aspectos históricos, culturais e ideológicos da sociedade inglesa oitocentista.

Metodologia

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e adota como método principal a análise textual e interpretativa, fundamentada nas perspectivas da Ecocrítica, da Ecopoética e do Ecofeminismo. O corpus é constituído pelo romance Persuasion (1817), de Jane Austen, utilizando-se a edição digital disponibilizada pela Planet eBook.
Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico de estudos relacionados à Ecocrítica, Ecopoética, Ecofeminismo e à produção literária de Jane Austen, com destaque para Glotfelty (1996), Garrard (2004), Gifford (2017), Vakoch e Mickey (2018), além dos estudos de Bodenheimer (1981), Bate (1999), Posusta (2014), Williams (1989) e Moore (2023).
Em seguida, realizou-se leitura analítica de Persuasion, com atenção às passagens em que os espaços físicos assumem função relevante para o desenvolvimento da narrativa. Foram considerados ambientes naturais e artificiais, como o mar, o campo, propriedades rurais e espaços urbanos, com destaque para Kellynch Hall, Uppercross, Lyme Regis e Bath. A análise observou como esses espaços são descritos, quais relações as personagens estabelecem com eles e como suas características contribuem para os acontecimentos e para a construção das personagens.
A interpretação considerou ainda as relações entre ambiente, mobilidade social, classe, gênero e poder, especialmente na trajetória de Anne Elliot. Dessa maneira, a metodologia busca compreender os espaços não como elementos isolados, mas como partes de uma rede de relações sociais, políticas, psicológicas e ecológicas presentes no romance.

Resultados e Discussões

UMA ANÁLISE CRÍTICA DE PERSUASION (1817) SOB A ÓTICA DA ECOCRÍTICA E DO ECOFEMINISMO

5.1 O NATURAL E O ARTIFICIAL: A INFLUÊNCIA DOS ESPAÇOS NA PSIQUE DOS PERSONAGENS

Logo nas primeiras páginas de Persuasion (1817), tornam-se perceptíveis as marcas históricas e sociais que atravessam a narrativa. Jane Austen constrói uma relação constante entre personagens e espaços, fazendo com que propriedades rurais, cidades, casas, campos e o mar ultrapassem a função de simples cenário. Esses elementos participam da maneira como as personagens percebem a si mesmas e aos outros.
Essa leitura aproxima-se de Glotfelty (1996), para quem a Ecocrítica estuda a relação entre literatura e ambiente físico. Bodenheimer (1981), por sua vez, observa que Austen utiliza as respostas das personagens à paisagem "em serviço da caracterização", podendo a resposta à natureza refletir uma "condição do personagem" (Bodenheimer, 1981, p. 605, tradução nossa). Assim, observar Anne Elliot diante de diferentes espaços significa também observar diferentes momentos de sua formação.
Desde o início do romance, Anne demonstra possuir desejos próprios em relação ao espaço em que gostaria de viver. Quando a família Elliot precisa deixar Kellynch Hall, Anne prefere permanecer no campo, próxima aos jardins e bosques da propriedade. Entretanto, Bath é escolhida como novo lar. Austen afirma que Anne "não gostava de Bath e achava que a cidade não lhe fazia bem — e Bath haveria de ser o seu lar" (Austen, 1817, cap. II, tradução nossa). A oposição entre desejo e imposição evidencia que Anne possui uma percepção própria sobre onde gostaria de estar, mas não dispõe de autoridade suficiente para determinar o espaço em que viverá.
Essa questão dialoga com Posusta (2014), cuja análise de Persuasion relaciona espaço físico, social e psicológico. A autora observa que a possibilidade de controlar onde e como determinado espaço será ocupado constitui um privilégio frequentemente negado às heroínas de Austen. A trajetória de Anne evidencia justamente essa transformação: inicialmente, ela é deslocada pelas decisões de outros; posteriormente, passa a escolher os espaços que deseja ocupar e as relações que deseja preservar.
Kellynch Hall também demonstra que o campo não pode ser compreendido simplesmente como espaço natural. A propriedade é construída, administrada e organizada socialmente, materializando relações de propriedade, herança e hierarquia familiar. Sir Walter não é apenas proprietário da terra, mas também ocupa uma posição de autoridade dentro da família.
Garrard (2004) demonstra que a tradição pastoral apresenta historicamente o campo em contraste com a cidade, mas essa oposição não precisa resultar na ideia de "campo bom" e "cidade ruim". O campo também pode esconder relações de trabalho, propriedade e desigualdade. Em Persuasion, essa ambivalência é fundamental: Kellynch representa pertencimento para Anne, mas também materializa a autoridade patriarcal e a hierarquia social.

5.2 OS ESPAÇOS DE PERSUASION EM CONTRASTE: COMO O LOCAL PARTICIPA DA CONSTRUÇÃO DOS PERSONAGENS

Os principais espaços da narrativa (Kellynch Hall, Uppercross, Lyme Regis, Bath e Westgate Buildings) funcionam como mediadores entre as personagens e a sociedade na qual estão inseridas. O levantamento bibliográfico reforça essa leitura: Posusta (2014) concentra-se na relação entre personagens femininas e os espaços que ocupam,

enquanto Bodenheimer (1981) demonstra como a paisagem participa da caracterização das personagens. Assim, personagem e espaço não se constroem separadamente.

Bath: cidade, aparência e hierarquia

Bath representa um ambiente que não corresponde às preferências de Anne. Sua escolha possui também dimensão econômica: Sir Walter precisa deixar Kellynch Hall devido às dificuldades financeiras, mas busca preservar sua posição social. Austen explica que Bath possibilitaria que ele continuasse sendo "importante, a um custo comparativamente baixo" (Austen, 1817, cap. II, tradução nossa).

A mudança revela uma contradição: a família deixa a propriedade rural para economizar, mas procura um espaço capaz de conservar sua distinção social. Bath torna-se, assim, parte da estratégia de manutenção da identidade aristocrática dos Elliots.

Raymond Williams (1989) demonstra que a oposição entre campo e cidade envolve diferentes formas de organização da experiência social, cultural e econômica. Em Persuasion, Anne não rejeita Bath simplesmente por ser uma cidade, mas pela forma de vida que ela representa naquele momento, marcada por aparências, relações hierárquicas e decisões familiares que continuam limitando sua autonomia.

Uppercross: o campo como espaço social

Uppercross apresenta uma configuração diferente. Embora também seja rural, produz outra forma de sociabilidade. Austen observa que "mudar-se de um grupo de pessoas para outro, ainda que a uma distância de apenas três milhas, frequentemente implica uma mudança total de conversas, opiniões e ideias" (Austen, 1817, cap. VI, tradução nossa).

O trecho demonstra que o espaço não constitui apenas uma coordenada geográfica. Uma pequena distância pode modificar conversas, opiniões e perspectivas. Anne não apenas muda de lugar: passa a enxergar sua antiga realidade a partir de outra posição.

Uppercross também demonstra por que não é possível estabelecer uma oposição absoluta entre "cidade artificial" e "campo natural". O espaço rural é profundamente social, constituído por encontros, visitas, conflitos familiares e relações de classe. Essa característica aproxima-se de Bate (1999), que questiona a separação rígida entre natureza e cultura na obra de Austen.

Lyme Regis e o mar: quando a natureza interrompe o controle humano

É em Lyme Regis que a relação entre natureza, personagem e narrativa torna-se ainda mais evidente. A paisagem marítima participa diretamente das experiências das personagens e do ritmo dos acontecimentos. O mar representa movimento e imprevisibilidade, características que contrastam com as estruturas sociais mais rígidas presentes em outros espaços.

Moore (2023) demonstra que Austen utiliza fenômenos naturais como elementos capazes de facilitar ou interromper interações sociais e ações narrativas. Essa característica alcança seu momento mais evidente no acidente de Louisa Musgrove. A paisagem marítima, anteriormente associada ao prazer e à liberdade, produz um acontecimento inesperado que altera completamente o comportamento das personagens. A natureza, portanto, não permanece submetida às expectativas humanas. O mar não está presente apenas para tornar Lyme uma paisagem bonita: ele participa efetivamente

do desenvolvimento narrativo.
Ainda assim, essa relação deve ser compreendida com cautela pela perspectiva ecofeminista. Não se trata de afirmar "natureza = liberdade feminina", pois isso produziria uma nova dicotomia essencialista. O espaço natural não liberta Anne magicamente; ele oferece condições para que novas formas de ação e percepção sejam experimentadas.

Westgate Buildings: espaço, classe e julgamento social

Westgate Buildings aprofunda a dimensão política da análise. Quando Sir Walter descobre que Anne visita Mrs. Smith, sua reação está diretamente relacionada ao local onde ela vive. Ele associa o espaço a "má companhia, quartos miseráveis, ar viciado, convivência repugnante" (Austen, 1817, cap. XVII, tradução nossa).
O endereço passa, então, a funcionar como marcador de classe. A oposição entre espaços não ocorre apenas entre campo e cidade, mas dentro do próprio ambiente urbano. Bath possui lugares considerados socialmente dignos e outros associados à pobreza e à marginalização.
Anne, entretanto, mantém seu compromisso com Mrs. Smith. Sua escolha representa uma pequena ruptura com a lógica de distinção que organiza sua família: Sir Walter valoriza localização, nome e aparência social, enquanto Anne valoriza o vínculo construído com a amiga.
A perspectiva de Carroll (2018) contribui para essa leitura ao ressaltar que estruturas de dominação podem atingir mulheres e grupos socialmente marginalizados de maneiras relacionadas. Mrs. Smith é importante não apenas por ser mulher, mas por ser uma mulher pobre, viúva e socialmente afastada dos círculos aristocráticos. Seu lugar na cidade reflete sua condição social, enquanto a visita de Anne representa uma escolha que desafia parcialmente a hierarquia familiar.

5.3 ANNE ELLIOT E A CONSTRUÇÃO DE UMA AUTONOMIA ESPACIAL

A trajetória de Anne Elliot é também uma trajetória de transformação espacial. No início do romance, ela possui pouco controle sobre os lugares que ocupa: sua preferência pelo campo é ignorada quando Bath é escolhida, sua permanência em Uppercross ocorre inicialmente em função das necessidades de Mary e seus deslocamentos são frequentemente organizados por familiares.
Posusta (2014) identifica esse movimento ao caracterizar Anne como uma protagonista inicialmente limitada por sua posição, que passa progressivamente a ampliar os espaços que consegue ocupar e a desafiar o lugar que lhe foi atribuído.
A visita a Mrs. Smith constitui um momento significativo dessa transformação. Anne poderia obedecer ao julgamento da família e evitar Westgate Buildings, mas decide manter seu compromisso. Essa escolha demonstra uma mudança na relação entre vontade individual e autoridade familiar.
Bodenheimer (1981) também identifica em Persuasion uma intensificação da relação entre paisagem e interioridade. A sensibilidade diante da natureza contribui para a caracterização da protagonista, fazendo com que o ambiente acompanhe seu amadurecimento psicológico.
Dessa maneira, a trajetória de Anne pode ser compreendida em três movimentos: primeiro, ela é colocada nos espaços pelos outros; depois, passa a circular entre diferentes ambientes e compreender as diferenças sociais existentes entre eles; finalmente, começa a tomar decisões próprias sobre os espaços e relações que deseja

preservar.
Essa transformação não significa que Anne rompa completamente com as estruturas sociais que a cercam. Austen constrói uma autonomia mais sutil: Anne passa a exercer maior controle sobre sua própria vida dentro de uma sociedade que ainda impõe limites à sua existência.

5.4 NATUREZA, SOCIEDADE E POLÍTICA: PARA ALÉM DO ESPAÇO COMO CENÁRIO

A análise demonstra que os espaços de Persuasion desempenham funções que ultrapassam a ambientação. Eles organizam relações, revelam diferenças de classe, condicionam deslocamentos e acompanham mudanças psicológicas. Garrard (2004) reconhece a Ecocrítica como um "modo de análise declaradamente político" (Garrard, 2004, p. 3, tradução nossa), o que permite aproximar a representação ambiental das estruturas sociais.
Nenhum dos espaços analisados é completamente natural ou completamente artificial. O campo é atravessado pela propriedade e pelo trabalho humano; as propriedades rurais são construídas dentro de paisagens naturais; Bath concentra simultaneamente espaços verdes e relações sociais hierarquizadas; e Lyme é uma cidade profundamente relacionada ao ambiente marítimo.
Essa impossibilidade de estabelecer uma fronteira absoluta entre natureza e sociedade é justamente o que torna a leitura ecocrítica produtiva. Mais do que perguntar qual espaço é natural ou artificial, torna-se necessário compreender como os seres humanos constroem relações sociais dentro dos ambientes que habitam e como esses ambientes interferem nessas relações.
O Ecofeminismo amplia essa compreensão ao permitir observar a situação de Anne não apenas como uma questão de gênero, mas como resultado da combinação entre gênero, classe, família e espaço. A personagem pertence à aristocracia rural, mas sua posição privilegiada não significa possuir autonomia equivalente à dos homens de sua família.
Assim, os espaços de Persuasion podem ser compreendidos como um mapa das relações sociais e psicológicas da narrativa: Kellynch Hall materializa herança, família e autoridade; Uppercross apresenta outra forma de sociabilidade rural; Lyme aproxima Anne de uma natureza mais dinâmica; Bath expõe relações entre status e aparência; e Westgate Buildings revela como endereço, classe e reputação podem determinar o valor atribuído a uma pessoa.
A natureza, sobretudo o mar, acrescenta a esse mapa uma dimensão que não pode ser completamente submetida às estruturas humanas. Como demonstra Moore (2023), os fenômenos naturais em Austen podem facilitar ou interromper ações sociais, interferindo na construção do enredo. Portanto, o ambiente não apenas reflete a sociedade: em determinados momentos, também interrompe aquilo que a sociedade planejou.

Conclusão

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender de que maneira os espaços físicos, naturais e artificiais, presentes em Persuasion (1817), contribuem para a construção e o desenvolvimento das personagens, sobretudo das femininas, considerando as relações entre natureza, sociedade, gênero e poder. A partir das perspectivas da Ecocrítica, da

Ecopoética e do Ecofeminismo, foi possível perceber que os ambientes apresentados por Jane Austen ultrapassam a função de simples cenários e participam da construção dos sentidos da obra.

A análise de Kellynch Hall, Bath, Uppercross, Lyme Regis e Westgate Buildings demonstrou que a oposição entre ambientes naturais e artificiais não se limita a uma diferenciação geográfica. Cada espaço carrega valores sociais e simbólicos que interferem nas possibilidades de pertencimento, mobilidade e autonomia das personagens. Nesse sentido, os estudos de Glotfelty (1996), Garrard (2004), Gifford (2017), Bodenheimer (1981) e Posusta (2014) contribuíram para compreender o ambiente como parte constitutiva da narrativa, enquanto o Ecofeminismo permitiu observar como essas relações espaciais se articulam às estruturas sociais e às desigualdades de gênero.

A trajetória de Anne Elliot mostrou-se fundamental para essa compreensão, uma vez que seu amadurecimento ocorre paralelamente aos deslocamentos pelos diferentes ambientes. Sua mobilidade não representa apenas uma mudança de localização, mas também uma transformação psicológica e social. Ao longo da narrativa, Anne passa de uma personagem frequentemente submetida às decisões de outros para uma mulher capaz de reconhecer seus próprios desejos e tomar decisões sobre os espaços e relações que deseja preservar.

Dessa maneira, a questão norteadora pode ser respondida pela compreensão de que os espaços físicos de Persuasion atuam simultaneamente como elementos narrativos, psicológicos, sociais e políticos. Eles interferem nas relações das personagens, limitam ou ampliam suas possibilidades de ação e refletem estruturas de classe e gênero presentes na sociedade inglesa oitocentista. A dimensão política do romance, portanto, não precisa aparecer de maneira explícita: manifesta-se nas relações familiares, econômicas, sociais e espaciais que organizam a vida dos personagens.

Por fim, esta pesquisa demonstra que Persuasion permanece capaz de produzir novas interpretações quando analisado por perspectivas contemporâneas. Ao aproximar Ecocrítica, Ecopoética e Ecofeminismo, torna-se possível enxergar o romance para além de uma narrativa sobre amor, casamento e persuasão, reconhecendo também suas reflexões sobre pertencimento, mobilidade, gênero, poder e natureza. Jane Austen constrói, assim, uma narrativa na qual pessoas e lugares se transformam conjuntamente, fazendo dos espaços não apenas o lugar onde a história acontece, mas parte essencial daquilo que as personagens são capazes de ser.

Referências

AUSTEN, Jane. Persuasion. In: Seven novels. New York: Barnes & Noble, 2016.

BATE, Jonathan. “Culture and Environment: From Austen to Hardy”. New Literary History, v. 30, n. 3, p. 541–560, 1999.

BODENHEIMER, Rosemarie. “Looking at the Landscape in Jane Austen”. Studies in English Literature, 1500–1900, v. 21, n. 4, p. 605–623, 1981.

MOORE, Monika. “The Weather Is Dirty: Jane Austen’s Use of Nature as a Social Agent”. Interdisciplinary Literary Studies, v. 25, n. 4, p. 403–413, 2023.

POSUSTA, Rebecca. “Architecture of the Mind and Place in Jane Austen's Persuasion”. Critical Survey, v. 26, n. 1, p. 76–91, 2014.

VAKOCH, Douglas A.; MICKEY, Sam (org.). Ecofeminism in Dialogue. Lanham: Lexington Books, 2018.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Cultrix, 1997.

GARRARD, Greg. Ecocriticism. Nova Iorque: Routledge, 2004.

GLIFFORD, Terry. A Ecocrítica na mira da crítica atual. Terceira margem, Rio de Janeiro, n. 20, v. 13, p. 244-261, 2009. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11049. Acesso em: 23 de agosto de 2026.

GLOTFELTY, Cheryll. Literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold. The Ecocriticism Reader: landmarks in literary ecology. Athens: University of Georgia Press, 1996. p. xv-xxxvii.

HARAWAY, Donna. Quando as espécies se encontram. Trad. Juliana Fausto. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

MARCANDIER, Christine. Lécopoéthique. Presses universitaires de Vincennes: Saint-Denis, 2025.

CÓDIGO: HS1151

AUTOR: JULIA THAYNARA SILVA DE SOUZA

ORIENTADOR: JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

TÍTULO: NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DAS DEEP TECHS

Resumo

Este trabalho analisa a distribuição espacial e as lógicas de atuação das deep techs, empresas baseadas em avanços científicos profundos, como inteligência artificial, biotecnologia e robótica, na Região Nordeste do Brasil, investigando seus vínculos com dinâmicas territoriais inovadoras e novos usos do território. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, utilizou dados secundários provenientes do SEBRAE, ABStartups e EMERGE, e identificou os três estados nordestinos com maior notoriedade no contexto das deep techs, bem como a influência de Instituições de Ensino Superior, parques tecnológicos e centros de pesquisa nesse processo. Adicionalmente, o trabalho busca evidenciar a importância da Região Nordeste no panorama da inovação tecnológica, em meio às desigualdades que historicamente permeiam seu território, e reforçar a necessidade de políticas públicas que orientem a inovação para a desconcentração territorial e a inclusão produtiva das regiões periféricas, de modo a reverter os padrões de concentração espacial dos recursos inovadores.

Palavras-chave: Deep techs. Nordeste. Inovação tecnológica. Desigualdades regionais.

TITLE: NEW TERRITORIAL DYNAMICS IN NORTHEAST BRAZIL STEMMING FROM DEEP TECHS

Abstract

This paper analyzes the spatial distribution and operational logics of deep techs, companies based on deep scientific advances, such as artificial intelligence, biotechnology, and robotics, in the Northeast Region of Brazil, investigating their connections with innovative territorial dynamics and new uses of the territory. The

research, of a quali-quantitative nature, used secondary data from SEBRAE, ABStartups, and EMERGE, and identified the three northeastern states with the greatest prominence in the context of deep techs, as well as the influence of Higher Education Institutions, technology parks, and research centers in this process. Additionally, the study seeks to highlight the importance of the Northeast Region in the technological innovation landscape, amidst the inequalities that historically permeate its territory, and to reinforce the need for public policies that guide innovation toward territorial deconcentration and productive inclusion of peripheral regions, in order to reverse the patterns of spatial concentration of innovative resources.

Keywords: Deep techs.Brazilian Northeast.Technological innovation. inequalities.

Introdução

O desenvolvimento econômico e social contemporâneo tem na inovação tecnológica um de seus principais alicerces, fenômeno que emerge na consolidação do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2008), conforme evidenciam as cidades inteligentes ao empregarem Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para respostas eficientes e sustentáveis às demandas urbanas (Batty et al, 2012). No Brasil, esse processo reflete-se em acentuadas assimetrias territoriais (Cavalcante, 2011), mas, nos últimos anos, observa-se a interiorização de políticas de fomento e do empreendedorismo tecnológico, movimento no qual o Nordeste tem ganhado protagonismo.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2026) corrobora esse cenário ao registrar que a região teve o maior crescimento nacional (28,21% entre 2025 e 2026), sinalizando sua inserção no ecossistema de inovação do país. Esse protagonismo deve-se, em grande medida, à atuação de Instituições de Ensino Superior (IES), parques tecnológicos emergentes e centros de pesquisa, cuja concentração de conhecimento e tecnologia tem criado condições para o surgimento de startups, ainda que em ecossistemas de inovação imaturos, se comparados a regiões que contam com infraestrutura tecnológica mais avançada (Arcentales, 2022; Tupy, 2025).

Além disso, soma-se a esse conjunto, o papel estratégico do Sistema S, em especial do SEBRAE, que atua como agente mobilizador e articulador no fomento ao empreendedorismo e à inovação nos territórios, por meio de capacitação, suporte à gestão, acesso ao mercado e articulação com os atores locais, contribuindo para a estruturação e o fortalecimento dos ecossistemas de inovação regionais (SEBRAE, 2026).

Diante disso, essas empresas emergem como atores centrais na dinamização territorial da inovação, impulsionadas por arranjos institucionais e pela busca de respostas adaptadas às realidades locais. Esse protagonismo é especialmente relevante em contextos periféricos, nos quais, a proximidade geográfica mantém sua importância nas interações universidade-empresa, particularmente diante de restrições de acesso a conhecimento codificado (Fernandes et al, 2023).

É nesse cenário de reconfiguração que o fenômeno das deep techs, empresas baseadas em avanços científicos profundos, incluindo inteligência artificial, biotecnologia e novos materiais, ganha uma relevância ímpar para a região nordestina. Tendo em vista que, diferentemente de startups convencionais, essas empresas demandam pesquisa intensiva e ciclos longos de maturação, com potencial disruptivo para redefinir setores inteiros da economia e enfrentar desafios complexos (Cavalcanti, 2011).

Com isso, este estudo busca analisar a distribuição espacial e as lógicas de atuação das deep techs nos campos da inteligência artificial, robótica e biotecnologia, situadas na Região Nordeste do Brasil, investigando seus vínculos com dinâmicas territoriais inovadoras e novos usos do território.

Para esse propósito, constituem-se como objetivos específicos:

1. Identificar as deep techs atuantes nos estados nordestinos, com foco nos setores de inteligência artificial, robótica e biotecnologia;

2. Caracterizar essas empresas a partir de seus setores de aplicação, grau de inovação, origem e relações institucionais, buscando compreender suas formas de inserção no território;

3. Investigar os instrumentos normativos, políticas públicas e documentos oficiais que orientam ou fomentam a atuação dessas deep techs no Brasil e, particularmente, no Nordeste;

Este trabalho, após a introdução, está organizado em três seções principais. Inicialmente, apresenta-se a metodologia, detalhando os procedimentos e técnicas que orientaram o estudo.Na sequência, discutem-se os resultados à luz do referencial teórico, articulando os achados da pesquisa a bibliografia trabalhada. Por fim, sintetizam-se as considerações finais, que consolidam as conclusões e implicações do estudo, seguidas das referências bibliográficas.

Metodologia

A Região Nordeste do Brasil, têm ganhado notoriedade no contexto da inovação. A Região conta com a presença de IES públicas, e centros de pesquisa que impulsionam e colocam a região nordestina no panorama de inovação (Arcentales, 2022; Costa, 2023). Esse cenário tem atraído deep techs que buscam aproveitar as vocações territoriais e os ativos científicos locais. Para situar espacialmente esse fenômeno, o mapa 1 apresenta a localização geográfica do Nordeste, destacando suas capitais.

Mapa 1 - A Região Nordeste no contexto brasileiro
Elaboração: Autores (2026).

Compreendida a dimensão territorial do objeto de estudo, faz-se necessário percorrer, de forma sistemática, as diferentes faces do problema investigado. Para tanto, a metodologia do trabalho está organizada em quatro etapas sequenciais, representadas

esquematicamente na Figura 1, permitindo percorrer, de forma sistemática, as diferentes fases do estudo.

Figura 1- Fluxograma da divisão das etapas metodológicas desta pesquisa **Elaboração:** Autores (2026).

A primeira etapa consistiu no levantamento de dados secundários, tendo como fonte principal a plataforma do Observatório das Startups, gerido pelo SEBRAE (2026), que mantém os dados em constante atualização. Complementarmente, utiliza-se o relatório fundamentado nos dados do Observatório SEBRAE Startups (2026), o qual integra informações sobre o ecossistema de inovação.

Esses dados contribuíram para a identificação de características e tendências relevantes desse ecossistema de inovação, possibilitando aprofundar-se e compreender sobre a dinâmica das startups. Dado que, essa base forneceu elementos essenciais para a análise do perfil dessas startups, permitindo comparar o desempenho e o estágio de maturidade das empresas atendidas pelo SEBRAE e as demais integrantes do ecossistema.

Para além disso, utilizou-se com os dados da ABStartups (2025), dada sua referência no mapeamento do ecossistema empreendedor brasileiro e abordagem descritiva e qualitativa dos dados demonstrados. Com isso, foram utilizados dados disponibilizados por meio do Painel dinâmico da plataforma PowerBI, que recolhe informações fornecidas pelas empresas do âmbito tecnológico.

Considerando que a nomenclatura deep techs abrange um espectro amplo de segmentos tecnológicos, adotou-se como critério metodológico a desagregação dessa categoria em suas subdivisões operacionais (ver Quadro 1), especificamente Energytech, Fintech, GreenTech, Robotech, Nanotech, Biotech, Cybersecurity, Tech, CleanTech, sem, contudo, descartar as empresas que se enquadram diretamente na designação Deeptech . Cabe destacar que, durante as análises dos dados, descartou-se o segmento Nanotech pela ausência de dados quantitativos no âmbito nordestino.

Quadro 1 - Descrição dos segmentos e áreas de atuação associados às Deep Techs **Fonte:** Elaborado pelos autores com base em ABStartups (2025).

Tal procedimento viabilizou uma análise mais granular e precisa da presença dessas empresas no território nordestino, bem como a identificação dos municípios com maior concentração de empreendimentos, contemplando tanto as subcategorias específicas quanto o universo mais amplo das deep techs.

Além disso, utilizou-se o website da EMERGE (2024), plataforma que disponibiliza relatórios sobre o panorama das deep techs no país. A consulta à fonte viabilizou a classificação dessas empresas por segmentos tecnológicos, permitindo uma classificação mais detalhada das áreas em que essas empresas atuam, como Inteligência artificial, Biotecnologia, Cleantech, Robótica, entre outros. Essa abordagem metodológica, ancorada na segmentação setorial da ABStartups, viabilizou não apenas a identificação das deep techs, mas também a análise de sua distribuição por segmentos.

Ainda, empregou os dados do Programa Centelha (2025) com o objetivo de evidenciar sua relevância no contexto da inovação e demonstrar como o Nordeste tem sido

beneficiado por essa política. O programa, que se consolidou como uma das maiores iniciativas de apoio ao empreendedorismo inovador do Brasil, oferece subvenção econômica, capacitação, bolsas técnicas, suporte e acesso a uma rede de parceiros, elementos que criam as condições necessárias para que ideias se convertam em negócios de sucesso.

A pesquisa utilizou normas, como a Lei do Bem e o Programa Centelha, para fundamentar a análise da inovação institucional no Brasil. As fontes foram acessadas por meio de portais e bases de dados institucionais, incluindo o MCTI, portarias ministeriais e sites de instituições parceiras.
Na sequência, realizou-se pesquisa bibliográfica, com o propósito de responder às questões fundamentais relativas aos conceitos centrais do estudo, um procedimento essencial para consolidar a base teórica da pesquisa. Diante disso, entre as referências, destacam-se os trabalhos: Arcentales (2022), Batty (2012), Santos (2008), Santos (2024) e Vasconcelos et al (2023).

Após a consolidação do arcabouço teórico, a terceira etapa consistiu no tratamento e na organização dos dados coletados, realizada por meio de planilhas eletrônicas. Para facilitar a interpretação, os dados foram organizados em duas planilhas distintas: contendo os dados obtidos junto ao SEBRAE, com os números totais de startups e deep techs por Grandes Regiões e especificamente para o Nordeste, além dos segmentos e áreas de atuação de maior destaque. A segunda planilha, por sua vez, contendo dados obtidos por meio da plataforma ABStartups, apresentando os municípios de maior concentração de deep techs e a participação percentual de startups por estado nordestino, visando à comparação com os dados do SEBRAE.

Por último, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento e sistemas de informação geográfica (SIG), através do software livre QGIS 3.38.2, constituindo uma etapa essencial no mapeamento das distribuições das empresas de inovação, visando identificar padrões espaciais e observar os estados do Nordeste com maior número de deep techs.

Resultados e Discussões

3.1 CONTEXTO E FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE

O Brasil é historicamente marcado por profundas desigualdades regionais. O Nordeste, em particular, apresenta disparidades tanto internas quanto em relação a outras regiões do país, reflexo, em grande medida, do processo de colonização e formação nacional, durante o qual outras regiões receberam mais recursos e infraestrutura, desequilíbrio que ainda hoje se reflete em diversas dimensões socioeconômicas no país (Portugal e Silva, 2020).

Apesar das desigualdades ainda presentes, a modernização do Nordeste não se reduz a um fenômeno recente, mas resulta de dinâmicas produtivas e arranjos políticos que, ao longo de décadas, responderam a demandas internas e externas à região. Nesse contexto, o surgimento de polos de conhecimento e o fortalecimento de ambientes de inovação, como o Porto Digital em Recife e o Parque Científico e Tecnológico Augusto Severo (Pax) no Rio Grande do Norte, figuram como uma das expressões contemporâneas desse

processo, sinalizando uma reconfiguração da trajetória econômica regional, ainda que não a única nem a primeira.

No que concerne ao ecossistema de inovação, o cenário nordestino converge com a análise de Arcentales (2022, p. 32), que evidencia o potencial do ecossistema de inovação brasileiro para atingir níveis de excelência em escala global, especialmente em virtude da existência de hubs que favorecem o crescimento de startups. Essa constatação, contudo, não deve ser confundida com uma avaliação das modernizações do território, processos mais amplos, que envolvem dinâmicas produtivas e arranjos políticos anteriores e exteriores à mera existência desses polos.

A institucionalização desse ambiente de inovação ocorre, em grande medida, por meio da Lei do Bem (Lei nº 11.196), que se consolidou como o principal incentivo fiscal à pesquisa e à inovação tecnológica no país (Brasil, 2005), pois reduz o custo efetivo da inovação, permitindo que os recursos economizados sejam reinvestidos em novas tecnologias, equipes qualificadas e infraestrutura de pesquisa (Brasil, 2005). Alinhando-se perfeitamente às necessidades de capital de longo prazo das deep techs.

Além da Lei do Bem, a inovação é impulsionada por editais e linhas de financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o BNDES (por meio do programa Mais Inovação), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Um exemplo é o Programa Centelha, criado em 10 de agosto de 2018 pela Portaria nº 4.082 do MCTI. O programa visa estimular a criação de empreendimentos por meio do financiamento de projetos de pesquisa aplicada e da capacitação de equipes, em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e a Fundação CERTI (Centelha, 2025).

No Nordeste, o Centelha tem contribuído para reduzir assimetrias regionais, dado que, segundo o último relatório da instituição, considerando que todos os seus estados tiveram operação do Centelha, foi a região com maior número de propostas inovadoras e unidades federativas participantes. Com destaque para Alagoas e Ceará, que se sobressaíram como os estados nordestinos com o maior número de ideias. No geral, foram 19 estados participantes e 704 municípios brasileiros com ideias submetidas, somados a 9.754 ideias inovadoras (Centelha, 2025).

Gráfico 1 - Ideias Submetidas por estados brasileiros no Programa Centelha 3

Fonte: Relatório Centelha 3 (2025).

Embora esses instrumentos representem avanços significativos na institucionalização do fomento à inovação no Brasil, sua efetividade ainda esbarra em desafios estruturais, especialmente quando se consideram as desigualdades regionais. Isso porque, apesar de os recursos serem, em tese, igualitários para que estados e municípios desenvolvam produtos inovadores, os processos históricos de formação do território irão refletir fortemente nessa dinâmica, uma vez que, conforme Santos (2008), os grandes centros urbanos e pequenas cidades apresentam cenários divergentes, reforçando, assim, os pontos de densidade e rarefação característicos do território brasileiro.

Posto isso, infere-se que os incentivos governamentais e as parcerias público-privadas têm se consolidado como elementos centrais para a estruturação de ecossistemas de inovação no Brasil, especialmente quando analisados à luz do modelo da Hélice Quádrupla da inovação (Quádrupla Hélice). Tendo em vista que o arcabouço teórico propõe que a inovação não emerge apenas da interação entre universidade, indústria e governo, como postulado pelo modelo da Tríplice Hélice, mas também da participação ativa da sociedade civil, que incorpora demandas sociais, culturais e ambientais ao processo inovador (Mineiro e Amaral, 2020; Quaresma et al, 2024).

As hélices da inovação é uma analogia ou metáfora para se compreender a interação não linear entre atores das esferas que geram conhecimento (universidade), que utilizam ou consomem conhecimento (empresa) e que regulam e fomentam a atividade econômica (governo), visando a geração e transmissão de conhecimentos científico e tecnológico que irão permitir às empresas inovarem e, a partir disso, à sociedade construir o desenvolvimento econômico e social (Amaral, 2020; Quaresma et al, 2024).

No contexto nordestino, essa abordagem se revela particularmente relevante, uma vez que políticas públicas como a Lei do Bem, o Programa Centelha e os editais da FINEP e do CNPq, além dos programas estaduais de fomento à inovação, têm estimulado a formação de arranjos colaborativos que envolvem universidades, centros de pesquisa, empresas e comunidades locais. Tais iniciativas, contudo, ainda enfrentam desafios de escala e capilaridade, especialmente em regiões periféricas, onde os sistemas de inovação são considerados imaturos.

Paralelamente, a literatura tem avançado na direção de uma Quinta Hélice, que incorpora a sustentabilidade como dimensão estruturante do processo de inovação (Mineiro et al, 2018). Essa abordagem reconhece que os desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, a escassez de recursos naturais e as desigualdades socioambientais, exigem que a inovação tecnológica esteja alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável.

No Nordeste, essa lógica assume contornos concretos, uma vez que as condições naturais da região, aliadas a políticas de fomento como a Lei do Bem e o Programa Centelha, configuram um terreno fértil para o desenvolvimento de deep techs orientadas pela sustentabilidade. Nesse sentido, os subsídios públicos e as parcerias estratégicas podem atuar como catalisadores para que a inovação na região não se restrinja à reprodução de modelos exógenos, mas dialogue com as especificidades territoriais e contribua efetivamente para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Conforme argumentam Schuh et al. (2022), as startups voltadas para o ambiente tecnológico, em grande maioria, tem como meta, escalar e estabelecer-se como uma empresa que apresente um portfólio de produtos de modo mais rápido. Nesse sentido, as startups de tecnologia avançada (deep techs), em particular, identificam nichos de mercado desprovidos de concorrência estabelecida e buscam desestabilizar mercados

existentes ou criar novos a partir de inovações tecnológicas de ponta. Para tanto, enfrentam o desafio de desenvolver simultaneamente sua organização, sua tecnologia e o próprio mercado, este último, muitas vezes, inexistente e a ser construído em paralelo.

Essas empresas distinguem-se das startups convencionais por terem sua base de valor assentada em avanços científicos de ponta, como inteligência artificial, biotecnologia, novos materiais e nanotecnologia. Seu propósito não se limita a otimizar processos, trata-se de desenvolver soluções capazes de resolver problemas complexos e estruturais (Emerge, 2024; Anbima, 2024). Para tanto, essas empresas demandam ciclos prolongados de pesquisa e desenvolvimento (P&D), capital de risco paciente e forte articulação com universidades e centros de pesquisa, o que as torna atores estratégicos para a transformação produtiva e territorial.

Esse contexto permite compreender que as deep techs se inserem em territórios dinâmicos. Resta saber, contudo, se representam uma nova lógica de uso do território ou se apenas reproduzem padrões de concentração e desigualdade já consolidados (Santos e Silveira, 2006; Vasconcelos et al, 2023; Santos, 2024). Contudo, esse potencial transformador não se realiza sem riscos. As deep techs podem gerar impactos socioambientais significativos, por exemplo como o aumento do consumo energético e hídrico por data centers , por exemplo (Braga et al, 2026).

3.2 PANORAMA DA INOVAÇÃO: MAPEAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Ao observar a distribuição espacial das startups e deeptechs no Brasil, encontra-se um cenário de profunda desigualdade territorial, que reproduz raízes de um passado de concentração econômica e tecnológica presentes ainda hoje no país. O mapa 1 revela que a Região Sudeste lidera o panorama com 10.040 startups e 3.895 voltadas para o segmento das deeptechs, seguido pelas regiões Sul (5.603 e 1.084) e Nordeste (6.585 e 1.018), enquanto Norte (2.132 e 188) e Centro-Oeste (2.579 e 297) apresentam os números menos expressivos.

Mapa 2 - Concentração de Deep techs na Região Nordeste

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2024) e SEBRAE (2026).

Este cenário revela que a inovação de base científica e tecnológica, representada pelas deep techs, é ainda mais concentrada que o conjunto geral de startups: enquanto o Sudeste detém 37,4% das startups nacionais, sua participação nas deep techs sobe para 57,5%, revelando que a inovação de maior densidade tecnológica tende a se instalar onde há infraestrutura consolidada de pesquisa, universidades de excelência e maiores investimentos de capital (Cavalcanti, 2011).

Esse fenômeno está diretamente relacionado ao que a literatura chama de path dependence ou dependência de trajetória, segundo a qual as vantagens acumuladas em

determinadas regiões atraem novos investimentos e talentos, retroalimentando o ciclo de concentração (Fernandes, 2016; Piaia, 2013, p. 25). Tal desigualdade impacta diretamente o território nordestino de modo contraditório, dado que, apesar da região destacar-se em número absoluto de startups e deep techs, este cenário sugere um certo dinamismo e avanço em relação ao seu passado.

A disparidade entre o Nordeste e as regiões Sudeste e Sul se acentua consideravelmente no segmento das deep techs, no qual a participação nordestina corresponde a 15,1% do total nacional, ante 57,5% do Sudeste. Esse quadro revela que, a despeito dos avanços em modernização e da interiorização das políticas de inovação, o ecossistema de deep techs nordestino ainda se caracteriza pela incipiência e vulnerabilidade, situação agravada pela escassa presença de polos de inovação, pela frágil articulação entre universidades públicas e o setor produtivo e pela insuficiência de mecanismos de financiamento (Fernandes et al, 2023).

Ao restringir a análise ao território nordestino, identifica-se que alguns estados se destacam de forma positiva no cenário de startups e deep techs. Pernambuco (1.305) e Ceará (1.266) lideram em número de empreendimentos, enquanto Sergipe (366) e Alagoas (337) apresentam baixa expressividade. No recorte das deep techs, o Ceará (236) assume a liderança, seguido pelo Pernambuco (192), Bahia (130), Piauí (115), Rio Grande do Norte (108), Maranhão (70), Alagoas (59), Paraíba (55) e Sergipe (53), revelando um padrão de densidade e rarefação. Dessa forma, sugere-se não apenas uma desigualdade na distribuição de equipamentos tecnológicos entre os estados, mas também uma assimetria interna à própria região.

Mapa 3 - Concentração de startups por estado da Região Nordeste

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2024) e SEBRAE (2026).

Observa-se que a participação das deep techs no conjunto de startups por estado varia significativamente, revelando diferentes perfis de inovação no Nordeste. O Ceará, por exemplo, concentra 18,6% de suas startups no segmento de deep techs, o que indica um ecossistema com forte vocação para inovação de base científica e tecnológica. Já o Pernambuco, embora lidere em número absoluto de startups (1.305), apresenta uma proporção menor de deep techs (14,7%, com 192 empresas), sugerindo um ecossistema mais diversificado, com presença expressiva de startups de serviços e tecnologia da informação.

No que concerne aos segmentos e as grandes áreas de atuação nos quais essas empresas se concentram, tendo a Tecnologia da Informação (TI) como o campo de maior destaque, classificado como deep tech neste estudo para efeitos de análise. Esse campo além de evidenciar a vocação digital do ecossistema nordestino, revela o interesse dessas empresas em oferecer soluções inteligentes para a simplificação de demandas cotidianas e a otimização do desempenho de grandes empresas e multinacionais, fomentando a criação de soluções baseadas em software, inteligência artificial e plataformas digitais

(Santos, 2024). Esse dado é particularmente relevante, pois a TI representa não apenas o maior segmento, mas também um dos que apresentam menor barreira de entrada.

Gráfico 2 - Segmentos das Startups no Nordeste Brasileiro

Fonte: SEBRAE Startups (2026).

O estudo do SEBRAE utilizou como base de dados a Plataforma SEBRAE Startups, a partir da qual foram mapeadas 5.976 startups até junho de 2026, considerando exclusivamente empresas com cadastro ativo no período da análise. Nesse sentido, ao observar esse panorama geral, constatou-se que Recife (10,8%), Fortaleza (10,4%) e Teresina (7,6%) concentram o maior número de startups da região. Sendo o ramo da Inteligência Artificial a principal tecnologia utilizada, sendo mencionada por cerca de 49,2% das startups analisadas (SEBRAE, 2026).

O ecossistema de startups, para além de sua distribuição espacial e setorial, pode ser compreendido a partir do estágio de maturidade em que se encontram seus empreendimentos. Em seu levantamento, o SEBRAE (2026) classifica as startups em seis níveis distintos, que vão desde a fase inicial de descoberta até a consolidação como scale-up. Sendo as fases de curiosidade, ideação, validação, tração, crescimento e escala (ver quadro 2). Esta metodologia consiste em uma organização a qual pretende fazer uma comparação entre o desempenho e o estágio de maturidade das empresas.

Quadro 2 - Classificação dos estágios de maturidade das Startups

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2024) e SEBRAE (2026).

Essa hierarquia de maturidade permite diagnosticar o estágio de desenvolvimento do ecossistema nordestino e identificar os gargalos e as oportunidades de políticas públicas direcionadas a cada fase da jornada empreendedora (SEBRAE, 2026), diante disso, o Gráfico 3 apresenta os estágios de maturidade que as startups nordestinas se encontram.

Gráfico 3 - Classificação metodológica do SEBRAE: Níveis de maturidade das Startups no Brasil

Fonte: SEBRAE Startups (2026).

Com isso, verifica-se que, em sua maioria, as startups encontram-se em estágio de validação, o que indica que muitas delas já superaram a fase de formação das ideias, mas ainda se dedicam à construção de Produtos Mínimos Viáveis (MVPs) e à busca por clientes pagantes, sem terem alcançado a previsibilidade de receita característica da tração. Esse dado sugere que o ecossistema de inovação da Região Nordeste ainda é imaturo, com a maioria dos empreendimentos concentrada nos estágios iniciais da jornada empreendedora.

Ademais, conforme os dados da ABStartups, que possui o intuito de mapear os municípios nordestinos que abrigam deep techs em seus territórios. Constatou-se uma concentração dessas empresas em grandes centros urbanos, principalmente nas capitais dos estados (ver Mapa 4). No geral, identificou-se a presença de deep techs em cerca de 24 municípios nordestinos, o que evidencia a reduzida dispersão espacial dessas empresas quando comparada ao número total de municípios existentes em cada estado, revelando uma inserção ainda incipiente e seletiva no território regional.

Mapa 4 - Municípios nordestinos que possuem Deep Techs

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2024) e ABStartups (2025).

Essa concentração revela não apenas um interesse econômico, mas também uma lógica locacional subjacente a esse movimento. Dado que, ao fazer uma comparação entre os municípios, alguns ganham destaque do ponto de vista econômico, o que pode ser explicado pelos fatores locacionais, elementos que determinam a atratividade de um território para a instalação de indústrias, visando, sobretudo, a ampliação do mercado consumidor e a redução de custos com insumos e deslocamento, por exemplo (Santos, 2019).

Entre esses fatores, destaca-se a presença de instituições de ensino e pesquisa, que geram conhecimento e formam talentos; a existência de parques tecnológicos e incubadoras, que oferecem infraestrutura e suporte à inovação; a proximidade com indústrias e outras empresas, que fomentam cadeias produtivas e cooperação; e a vigência de normas, como leis de incentivo à inovação, que reduzem barreiras burocráticas.

Observa-se que o Nordeste ainda possui participação modesta no segmento das deep techs, com cerca de 73 empresas distribuídas pelos municípios. Contudo, nota-se uma forte discrepância entre o número de empresas nas capitais e nos municípios do entorno, o que reforça a influência dos fatores locacionais. Esse contexto também evidencia a persistência de desigualdades regionais, visto que as capitais com maior infraestrutura tecnológica, como Fortaleza (13), Salvador (12), Recife (9) e Natal (8), são justamente as que concentram o maior número de empresas do setor.

Além dos dados do SEBRAE (2026), utilizou-se a ABStartups para demonstrar como se dá a distribuição espacial das deep techs por municípios, apesar de ambas bases utilizarem metodologias diferentes e pouco claras quanto aos resultados alcançados para que se possa compreender o porquê da diferenciação dos valores.

Mapa 5 - Deep Techs por município no Nordeste

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2024) e ABStartups (2025).

Apesar dessa diferenciação, os dados analisados ao longo da pesquisa corroboram a hipótese de que a inovação de base científico-tecnológica não se dissemina de maneira equitativa no território nordestino. Ao contrário, ela reproduz as hierarquias urbanas historicamente consolidadas na economia regional, excluindo vastas áreas do interior que, mesmo com vocações produtivas e científicas, permanecem à margem do processo. A concentração observada indica que as deep techs se associam a infraestrutura consolidada, proximidade a universidades, acesso a capital e oferta de talentos atributos típicos das metrópoles regionais (Cavalcante, 2011; Santos e Silveira, 2006).

Nesse sentido, cabe perguntar: estaria a região condenada a ser, no campo da inovação, o que sempre foi na economia tradicional, um território de polos e vazios, de centros dinâmicos e periferias estagnadas? A resposta não está dada, mas os dados sugerem que, para além dos discursos otimistas sobre a nova economia, é necessário reconhecer que a inovação, por si só, não corrige desigualdades; ela tende a acentuá-las quando desacompanhada de estratégias deliberadas de redistribuição territorial e de fortalecimento das capacidades endógenas.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar o espaço que o Nordeste vem conquistando no cenário da ciência e tecnologia, movimento que, embora ainda incipiente e concentrado, sinaliza que a região não está alheia às transformações em curso e nem se reduz à condição de mera espectadora da inovação.

Conclusão

O estudo buscou analisar a distribuição espacial e as lógicas de atuação das deep techs nos campos da inteligência artificial, robótica e biotecnologia, situadas na Região Nordeste, buscando compreender seus vínculos com dinâmicas territoriais inovadoras e novos usos do território nordestino. Os resultados evidenciam que a inovação de base científica e tecnológica no Nordeste, embora em expansão, ancora-se em estruturas urbanas e institucionais preexistentes, reproduzindo uma lógica de concentração espacial que a literatura já identifica em outros ciclos econômicos.

Embora o Nordeste enfrente desafios perante a oferta de investimentos e infraestrutura, essa constatação não invalida os avanços conquistados pela região. A presença crescente de startups e deep techs na região, o protagonismo de estados como Ceará e Pernambuco, o fortalecimento de parques tecnológicos e a atuação de universidades públicas como agentes de inovação são sinais inegáveis de que o Nordeste está em movimento. Contudo, eles também evidenciam que esse movimento ainda é restrito, seletivo e fortemente dependente do espaço social herdado (Santos e Silveira, 2006).

Diante disso, entende-se que a região perpassa por desafios tanto práticos quanto conceituais. Prático, porque há necessidade de políticas públicas que transcendam o mero fomento à inovação, direcionando-a deliberadamente para a desconcentração territorial, a capilaridade e a inclusão produtiva das áreas periféricas. E conceituais, pois cabe repensar o próprio sentido da inovação, não como um fim em si mesma, mas como meio para a construção de um território mais justo e equitativo em escala nacional.

Dado que, embora os investimentos sejam, em tese, distribuídos de forma homogênea entre as regiões brasileiras, esse quadro tende a acentuar as desigualdades preexistentes, na medida em que as estruturas já consolidadas nas regiões mais desenvolvidas acabam por deixar regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil à margem do processo de inovação. Nesse sentido, a ampliação do acesso, sobretudo para startups e empresas situadas em territórios periféricos, configura-se como desafio e, ao mesmo tempo, como oportunidade para a construção de um ecossistema de inovação efetivamente inclusivo.

Assim, o desafio está em garantir que o desenvolvimento das deep techs seja acompanhado por políticas que as orientem para a inclusão social e a sustentabilidade. O problema, no entanto, não reside apenas na ausência de políticas, mas na dificuldade de fazê-las dialogar com as especificidades territoriais e com as demandas das comunidades que permanecem à margem do processo inovador, um vazio que, se não preenchido, tende a converter a inovação em mais um fator de aprofundamento das assimetrias regionais.

Referências

AMARAL, M. G. do. Revisitando, redescobrindo e repensando a Triple Helix. In: AMARAL, M. G. do; MINEIRO, A. A. da C.; FARIA, A. F. de (Org.). As hélices da inovação: interação universidade-empresa-governo-sociedade no Brasil. Curitiba: CRV, 2022. v. 1. p. 25-62.

ANBIMA. Deep techs e os "investimentos pacientes". São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/institucional/publicacoes/deep-techs-e-os-investimentos-pacientes.htm. Acesso em: 18 ago. de 2026.

ARCENTALES, J. J. G. A relação universidade-empresa-governo em parques tecnológicos brasileiros em desenvolvimento. 2022. 144 f. Dissertação (Mestrado em Inovação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

Associação Brasileira de Startups (ABStartups). Mapeamento do Ecossistema Brasileiro de Startups, 2025. São Paulo, 2025. Disponível em: https://abstartups.com.br/mapeamento-do-ecossistema-brasileiro-de-startups/. Acesso em: 30 mar. 2026.

BATTY, M.; AXHAUSEN, K. W.; GIANNOTTI, F.; et al. Smart cities of the future. European Physical Journal Special Topics, v. 214, n. 1, p. 481-518, 2012.

BRAGA, E. G.; DE ALMEIDA, F. P. S.; BACELAR, D. S. S G. IMPACTOS AMBIENTAIS DA EXPANSÃO DE DATA CENTERS NO BRASIL FRENTE À

MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL. Revista de Geopolítica, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e2733, 2026. DOI: 10.56238/revgeov17n7-061. Disponível em: https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/2733. Acesso em: 7 ago. 2026.

BRASIL. Caatinga está entre os biomas mais eficientes do planeta na captura de carbono, apontam debates em encontro do MPF.2026. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/pr-pb/noticias/caatinga-esta-entre-os-biomas-mais-eficientes-do-planeta-na-captura-de-carbono-apontam-debates-em-encontro-do-mpf. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O que é a Lei do Bem. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/lei-do-bem/paginas/o-que-e-a-lei-do-bem. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Programa Centelha 3. Disponível em: https://programacentelha.com.br/. Acesso em: 22 ago. 2026.

CAVALCANTE, L. R. Desigualdades regionais em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil: uma análise de sua evolução recente. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. 33 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/8f3af6d0-6715-41d6-9136-a528eac5b483. Acesso em: 10 ago. 2026.

COSTA, J. M. S. Território usado e a produção de patentes no Rio Grande do Norte: uma análise a partir da UFRN. 188f. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

DE APODACA, OB Ruiz; MURRAY, Fiona; FROLUND, Lars. What is “Deep Tech” and What Are Deep Tech Ventures?. 2022. (Tech. Rep.). MIT Regional Entrepreneurship Acceleration Program.

EMERGE. Relatório Deep Techs Brasil 2024: tendências e oportunidades do ecossistema de startup deep techs do Brasil. [S.l.]: Emerge, 2024. 33 p. Disponível em: https://emergebrasil.in/panorama-startups-deep-tech-brasileiras/. Acesso em: 10 jun. 2026.

FERNANDES, A. C. et al. Proximidade geográfica ainda importa para inovação?. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, e202310pt, 2023.

FERNANDES, A. C. Sistema territorial de inovação ou uma dimensão de análise na geografia contemporânea. In: SPOSITO, Eliseu et al. (Org.). A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões de análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 113-143. Disponível em: https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/sistema-territorial-de-inovacao-ou-uma-dimensao-de-analise-na-geografia-contemporanea.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

MINEIRO, A. Ap da C.; SOUZA, D. L.; VIEIRA, K. C.; CASTRO, C. C.; DE BRITO, M. J. DA HÉLICE TRÍPLICE A QUÍNTUPLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. Revista Economia & Gestão, Belo Horizonte, v. 18, n. 51, p. 77–93, 2019. DOI: 10.5752/P.1984-6606.2018v18n51p77-93. Disponível em:

https://periodicos.pucminas.br/economiaegestao/article/view/17645. Acesso em: 08 ago. 2026.

MINEIRO, A. A. da C.; AMARAL, M. G. do. Evolução da Triple Helix, modelos derivados e outras abstrações. In: AMARAL, Marcelo Gonçalves do; MINEIRO, A. A. da C.; FARIA, A. F. de (Org.). As hélices da inovação: interação universidade-empresa-governo-sociedade no Brasil. Curitiba: CRV, 2022. v. 1. p. 63-100.

PIAIA, T. C. Path dependence: as assimétricas trajetórias da institucionalização da inovação tecnológica no Brasil e nos Estados Unidos. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 25. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196627/000906975.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 ago. 2026.

PORTUGAL, R. SILVA, S. A. História das políticas regionais no Brasil. Brasília: IPEA, 2020.

QUARESMA, F. R. P. et al. Modelos de hélices tripla, quádrupla e quíntupla: o papel das universidades. SciELO Preprints, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.8086. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8086. Acesso em: 08 ago. 2026.

SANTOS, F. J. Revelando os microfundamentos da criação de capacidades de inovação em startups deep tech: um estudo de casos múltiplos. 2024. 90 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SANTOS, F. R. dos S. QUESTÃO LOCACIONAL E TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE SUA VALIDADE NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 2, n. 40, p. 120–142, 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6069. Acesso em: 14 ago. 2026.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEBRAE. Panorama das Startups Brasileiras: indicadores. [S.l.], 2026. Disponível em: https://observatorio.sebraestartups.com.br/pt-br/indicadores. Acesso em: 13 jul. 2026.

SEBRAE. SEBRAE Startups Report Região Nordeste 2026: insights do perfil das startups nordestinas. [S.l.]: SEBRAE, 2026. 32 p. Disponível em: [URL]. Acesso em: 13 jul. 2026.

TUPY, I. S. Universidades e parques científicos e tecnológicos no Brasil. IPEA: Ciência, Tecnologia e Sociedade, Brasília, 1 out. 2025. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/511-universidades-e-parques-cientificos-e-tecnologicos-no-brasil. Acesso em: 13 jul. 2026.

VASCONCELOS, J. R.; LIMA, F. V. R.; SANTOS, J. A. B. Mecanismos de divulgação de patentes: uma revisão sistemática da literatura. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 19, n. 57, jul./set. 2023.

Anexos



Mapa 1 - Localização da Região Nordeste



Figura 1- Fluxograma da divisão das etapas metodológicas - DEEPTECHS



Quadro 1 - Descrição dos segmentos e áreas de atuação associados às Deep Techs



Gráfico 1 - Ideias Submetidas por estados brasileiros no Programa Centelha 3



Mapa 2 - Concentração de Deep techs na Região Nordeste



Mapa 3 - Concentração de startups por estado da Região Nordeste



Gráfico 2 - Segmentos das Startups no Nordeste Brasileiro



Quadro 2 - Classificação dos estágios de maturidade das Startups



Gráfico 3 - Classificação metodológica do SEBRAE: Níveis de maturidade das Startups no Brasil



Mapa 4 - Municípios nordestinos que possuem Deep Techs



Mapa 5 - Deep Techs por município no Nordeste

CÓDIGO: HS1159

AUTOR: CARLOS GUILHERME OLIVEIRA DE AMORIM

ORIENTADOR: JUCIANO DE SOUSA LACERDA

TÍTULO: Caracterização qualitativa dos dispositivos midiáticos ofertados nos recursos educacionais abertos dos cursos do AVASUS

Resumo

Este artigo investiga a relação entre o design comunicacional e as taxas de engajamento em cursos auto instrucionais do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS). Por meio de uma pesquisa qualitativa fundamentada na educomunicação, analisou-se quatro cursos, dois com algumas das maiores e dois com algumas das menores taxas de aproveitamento a partir de cinco categorias teóricas: plasticidade, interatividade, hipertextualidade, multimidialidade e customização. Os resultados indicam que ecossistemas com interação mútua e hipertextualidade colaborativa podem sofrer com alta evasão (cerca de 27% de conclusão) quando a plataforma apresenta baixa plasticidade e impõe sobrecarga cognitiva e logística ao usuário. Em contrapartida, cursos estruturados com interação reativa, hipertextualidade axial e forte multimidialidade por integração de linguagens atingiram taxas de sucesso formativo superiores a 88%. Conclui-se que a consolidação de uma ambiência propícia para a autonomia comunicativa depende do equilíbrio estrutural entre a riqueza interativa e a leveza ergonômica da interface.

Palavras-chave: Educomunicação; AVASUS; Multimidiaidade; Educação em saúde.

TITLE: Qualitative characterization of media elements provided in the Open Educational Resources of AVASUS courses

Abstract

This article investigates the relationship between communicational design and engagement rates in self-instructional courses on the Virtual Learning Environment of the Unified Health System (AVASUS). Through qualitative research based on educommunication, four courses were analyzed two with the highest and two with the lowest completion rates using five theoretical categories: plasticity, interactivity, hypertextuality, multimediality, and customization. The results indicate that ecosystems with mutual interaction and collaborative hypertextuality may suffer from high dropout rates (around 27% completion) when the platform presents low plasticity and imposes cognitive and logistical overload on the user. In contrast, courses structured with reactive

interaction, axial hypertextuality, and strong multimediality through language integration achieved formative success rates above 88%. It is concluded that the consolidation of a favorable environment for communicative autonomy depends on the structural balance between interactive richness and the ergonomic lightness of the interface.

Keywords: Educommunication; AVASUS; Multimediality; Health Education.

Introdução

A convergência entre as tecnologias digitais e as estratégias de ensino a distância tem reconfigurado profundamente as dinâmicas de formação profissional e cidadã, especialmente no âmbito da saúde pública (Lobo, 2020; Garcia; Ayres, 2023; Araújo, 2026; Dias et al., 2023). Nesse cenário, o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS), desenvolvido pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para o Ministério da Saúde, consolida-se como um ecossistema fundamental para a democratização do conhecimento (Romão et al., 2024). A plataforma disponibiliza recursos educacionais abertos em larga escala, atendendo desde agentes comunitários até profissionais especializados em todo o território nacional.

Contudo, no contexto da cibercultura e da ecologia dos meios (Johnson, 2001; Scolari, 2008), a mera disponibilização de conteúdos não assegura a eficácia informativa ou formativa. A literatura em comunicação aplicada à educação, a educomunicação, aponta que o sucesso de um modelo de ensino autoinstrucional mediado por telas está intrinsecamente ligado à arquitetura de sua interface e ao design de suas mídias (Dias et al., 2023; Araújo, 2026; Garcia; Ayres, 2023; Oliveira Jr. et al., 2019). O modo como os recursos hipertextuais, multimidiáticos e interativos são estruturados determina não apenas a usabilidade do sistema, mas a própria viabilidade de o aluno se manter engajado e concluir a sua jornada de aprendizagem frente às exigências cognitivas e tecnológicas do ambiente digital.

Frequentemente, observa-se um descompasso entre o volume massivo de matrículas em cursos abertos e as taxas efetivas de certificação. Essa evasão levanta questionamentos sobre quais arranjos comunicacionais e lógicas de interface, sejam elas instrumentais ou emancipadoras, atuam como facilitadores ou barreiras para a permanência do usuário. Fatores como a fluidez da navegação (plasticidade) (Manovich, 2006; Scolari, 2018;), a clareza da condução narrativa (Massarolo; Mesquita, 2014; Araújo, 2026) e a integração inteligente da hipertextualidade (Landow, 1995; Paiva; Nascimento, 2009) com

múltiplas linguagens (Scolari, 2008; Manovich, 2006) tornam-se, portanto, objetos de estudo centrais para a compreensão do comportamento do aluno na educação a distância contemporânea (Dias et al., 2023).

Diante dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo principal contribuir na caracterização qualitativa do modo como a Plataforma AVASUS ofereceria uma ambiência propícia para o exercício de uma "autonomia comunicativa" (Freitas; Lacerda, 2021) por parte dos sujeitos usuários, nos processos de aprendizagem ofertados em seus cursos autoinstrucionais.

Ao investigar a correlação entre as escolhas de design comunicacional (como interatividade, hipertextualidade e transmídia) e as taxas reais de retenção ou desistência, esta pesquisa busca não apenas diagnosticar o cenário atual, mas fornecer subsídios analíticos para a formulação de diretrizes futuras. Compreender como a interface afeta o aluno é o primeiro passo para o desenvolvimento de protocolos mais assertivos, capazes de elevar as taxas de sucesso e promover uma experiência educacional verdadeiramente dialógica, acessível e autônoma.

O presente artigo integra a pesquisa principal “Processos midiático-comunicacionais aplicados ao desempenho de plataformas de recursos educacionais abertos: o caso do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde do Brasil”, desenvolvida com apoio do CNPq (Edital Nº 09/2023 / processo No 316628/2023-9-CNPq).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa em comunicação aplicada, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de uma argumentação dedutiva (Fragoso et al., 2011), na qual pressupostos da educomunicação são confrontados com fatos empíricos da educação

mediada por tecnologia. O estudo está centrado na oferta de recursos educacionais abertos do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS), desenvolvido pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O trabalho atua no apoio ao quarto movimento da pesquisa principal, buscando caracterizar qualitativamente o modo como a Plataforma AVASUS oferece uma ambiência propícia para o exercício da "autonomia comunicativa" (Freitas; Lacerda, 2021) por parte dos sujeitos usuários em processos de aprendizagem autoinstrucionais (Dias et al., 2023).

Para a composição do corpus analítico, partiu-se de um universo inicial de 515 cursos disponíveis na plataforma. A etapa de triagem quantitativa consistiu no levantamento do número de matrículas e de concluintes de cada oferta, a fim de calcular a taxa de aproveitamento (percentual de inscritos que efetivamente obtiveram certificação).

Durante esse mapeamento, estabeleceu-se um critério de exclusão fundamental para garantir a validade da análise: foram descartados os cursos de formato fechado ou vinculados a ofertas e especializações específicas. Observou-se que essas ofertas apresentavam altas taxas de conclusão motivadas por obrigatoriedades externas, o que enviesaria a avaliação sobre o real poder de engajamento da arquitetura midiática do AVASUS. Dessa forma, o recorte focou exclusivamente em cursos abertos, independentes de narrativas ou processos avaliativos externos.

A partir desse filtro, selecionou-se intencionalmente uma amostra de quatro cursos extremos para a análise qualitativa:

Grupo de Alto Aproveitamento: Dois cursos com as melhores taxas de conclusão. O primeiro, "Introdução, fundamentação e conceituações em ciências da Saúde e SUS", registrou 1.100 matriculados e 1.001 concluintes (91% de aproveitamento). O segundo,

"Conceitos Básicos do Exame de Radiografia de Tórax", obteve 4.548 inscritos e 4.032 concluintes (88,65% de aproveitamento).

Grupo de Baixo Aproveitamento: Dois cursos com alto volume de inscrições, mas com as piores taxas de conversão. O primeiro, "Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Agentes Comunitários de Saúde", contabilizou 95.630 inscritos e 25.965 concluintes (27,15% de aproveitamento). O segundo, "Introdução às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Aromaterapia", apresentou 30.689 inscritos e 8.370 concluintes (27,27% de aproveitamento).

Por fim, esse corpus qualitativo menor foi submetido ao cruzamento com cinco indicadores de análise da comunicação digital: 1) plasticidade, 2) interatividade, 3) hipertextualidade, 4) multimidialidade (transmídia) e 5) customização de conteúdos (Landow, 1995; Manovich, 2006; Lacerda, 2006; Primo, 2007; Paiva; Nascimento, 2009; Massarolo & Mesquita, 2014; Scolari, 2015, 2018). O objetivo desse movimento é analisar se características instrumentais ou emancipadoras das interfaces apresentam correlações diretas com as taxas de desistência e engajamento registradas nos dados empíricos.

Cabe registrar que após esta etapa, houve a utilização da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta de apoio na metodologia desta pesquisa. Após a conclusão da etapa de mapeamento dos cursos e o registro das percepções preliminares do pesquisador, os dados tabulados e as anotações qualitativas foram submetidos à inteligência artificial Gemini. A utilização da ferramenta teve como objetivo auxiliar exclusivamente na sistematização inicial das informações. A partir dessa estruturação prévia dos resultados, a redação final do desenvolvimento e das discussões do artigo foi conduzida integralmente pelo autor.

Resultados e Discussões

A análise qualitativa das quatro ofertas educacionais do AVASUS revela um panorama complexo sobre a relação entre o design comunicacional e o engajamento discente. O mapeamento confirma que todos os cursos avaliados mantêm índices de avaliação pelos usuários no patamar de excelência (variando de 4,90 a 4,91). Tal homogeneidade indica que o rigor técnico e a relevância do conteúdo em saúde são consistentes. Contudo, as grande discrepâncias nas taxas de conclusão, oscilando de 27% a 91%, evidenciam que a satisfação isolada com o tema não garante a retenção. O sucesso formativo pode estar intrinsecamente correlacionado à arquitetura midiática e à ambiência oferecida pela interface.

1. Caracterização dos Cursos de Alto Engajamento

Os cursos com maior retenção destacam-se por uma estruturação enxuta e focada. O curso ‘Introdução, fundamentação e conceituações em ciências da Saúde e SUS’ (30h) atingiu 91% de conclusão (1.001 concluintes para 1.100 inscritos). Sua estrutura baseia-se em 6 PDFs, 4 imagens, 1 infográfico e 2 vídeos curtos (entre 1 e 4 minutos). De forma semelhante, o curso ‘Conceitos Básicos do Exame de Radiografia de Tórax’ (30h) obteve 88,6% de conclusão (4.032 concluintes para 4.548 inscritos), sendo estruturado por 9 vídeos curtos e 8 PDFs, culminando na resolução de 5 casos práticos.

Sob a ótica da comunicação, ambos operam estritamente sob uma matriz de interação reativa (Primo, 2007) e hipertextualidade axial (Landow, 1995).

Condução Estruturada: O ecossistema não exige do aluno a criação de novos caminhos; o usuário navega por um eixo de leitura cronológico e fechado. As ações limitam-se às margens do código em um modelo de estímulo-resposta (como avançar módulos ou resolver os 5 casos de radiografia) (Primo, 2007; Scolari, 2008).

Multimidialidade por Integração de Linguagens: A convergência técnica dos modos semióticos atua como facilitadora cognitiva (Araújo, 2026; Scolari, 2015; Massarolo;

Mesquita, 2014) . No primeiro curso, o uso lúdico de narrativas em quadrinhos (HQs) nos PDFs e vídeos animados suaviza a teoria. No segundo, a explicação do instrutor sobreposta a animações e radiografias reais na mesma tela reduz a abstração, materializando o conceito.

Ergonomia e Plasticidade: Embora os PDFs exijam zoom em dispositivos móveis, o player de vídeo demonstra boa Plasticidade (variabilidade) (Manovich, 2006; Scolari, 2018). A permissão para sobrepor aplicativos no celular e o controle de velocidade de reprodução (0,5x a 2x) funcionam como uma customização ergonômica, adequando o ritmo da informação ao usuário. O esforço logístico para consumir o conteúdo é mínimo.

2. Caracterização dos Cursos de Baixo Engajamento

O cenário se inverte nos cursos de maior densidade, que apresentam alta evasão apesar de abrigarem recursos interativos mais diversos. ‘O curso Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos’ (60h) reteve apenas 27,1% dos alunos (25.965 concluintes para 95.630 inscritos). Já o curso de ‘Aromaterapia’ (100h) registrou 27,2% de conclusão (8.370 concluintes para 30.689 inscritos).

O mapeamento revela uma transição teórica drástica nesses ecossistemas:

Emancipação Relacional: diferente da amostra anterior, estes cursos introduzem fortemente a interação mútua e a hipertextualidade colaborativa (ou aberta) (Primo, 2007; Scolari, 2008). A presença de múltiplos fóruns de discussão atrelados às HQs e estudos de caso gerou uma atividade massiva com registros de tópicos variando de 650 a mais de 1.800 páginas. Nesses espaços, o processo comunicativo torna-se emergente e aberto, com os alunos construindo sentido de forma compartilhada e expandindo o hipertexto original em tempo real (Lacerda, 2006; Paiva; Nascimento, 2009).

Colapso da Plasticidade: A alta interatividade humana entra em choque com um certo problema de configuração (Manovich, 2006; Scolari, 2018). O curso de Plantas Medicinais exige o download compulsório de 10 densos PDFs (chegando a 154 páginas) e 12 pacotes de slides. O curso de Aromaterapia eleva essa barreira ao exigir o download de um total de 104 PDFs (variando de 4 a 140 páginas, incluindo materiais em espanhol).

Quebra de Ambiência: A obrigatoriedade de baixar centenas de arquivos quebra a fluidez do sistema. A interface perde a sua capacidade de reconfigurabilidade e fluidez (Manovich, 2006; Scolari, 2018), deixando de atuar como um ambiente virtual de navegação para se tornar um repositório de arquivos.

3. Discussões

O cruzamento dos dados com os pressupostos teóricos (Landow, 1995; Manovich, 2006; Lacerda, 2006; Primo, 2007; Paiva; Nascimento, 2009; Massarolo & Mesquita, 2014; Scolari, 2015, 2018) evidencia uma questão em relação à educomunicação: a oferta de ferramentas colaborativas não é auto suficiente para sustentar o engajamento em cursos auto instrucionais de larga escala.

Observa-se que a "autonomia comunicativa" (Freitas; Lacerda, 2021) almejada atinge seu ápice qualitativo nos fóruns de discussão por causa da interação mútua (Primo, 2007; Scolari, 2008), onde a interdependência transforma a estrutura do relacionamento educacional. Contudo, essa autonomia é inviabilizada quantitativamente quando há sobrecarga logística de arquivos para download imposta aos sujeitos. A fragmentação de conteúdos massivos (como os 104 PDFs de Aromaterapia) exige um esforço a mais de gerenciamento de dados que dificulta a experiência de aprendizagem móvel.

Por outro lado, o modelo instrucional guiado, mesmo quando proporciona a interação reativa (Primo, 2007) e a hipertextualidade axial (Landow, 1995) comprova sua eficácia democratizante. Ao centralizar a leitura e investir qualitativamente na integração de linguagens multimidiáticas (vídeos dinâmicos, infográficos interativos e HQs) no mesmo suporte (Manovich, 2006; Scolari, 2008), a plataforma reduz a carga cognitiva e conduz o usuário com segurança até a certificação.

Conclui-se, portanto, que uma ambiência propícia não depende apenas da complexidade das interações oferecidas, mas da sintonia entre a carga horária, a leveza da navegação e a capacidade da interface de se moldar ao usuário sem transferir a ele o ônus do gerenciamento técnico da informação.

Conclusão

O presente estudo buscou caracterizar qualitativamente de que modo o ecossistema do AVASUS oferece uma ambiência propícia para o exercício da "autonomia comunicativa" por parte de seus usuários. O cruzamento das categorias da educomunicação com os dados empíricos de retenção revelou que a construção dessa autonomia em ambientes virtuais de aprendizagem é um fenômeno complexo, que transcende a simples oferta de espaços de fala.

A análise demonstrou um paradoxo tecnológico e pedagógico significativo. Constatou-se que lógicas emancipadoras, ancoradas na interação mútua e na hipertextualidade colaborativa dos fóruns (Primo, 2007; Scolari, 2008), não são suficientes para garantir a permanência do aluno quando a dimensão estrutural da interface. A exigência de downloads massivos de arquivos densos comprometeu severamente a plasticidade do sistema (Manovich, 2006; Scolari, 2018), gerando uma sobrecarga logística que resultou em taxas de evasão superiores a 70%. A interface deixou de ser um ambiente navegável para atuar como uma barreira técnica, especialmente para o consumo em mídias móveis.

Por outro lado, o modelo de interação reativa e hipertextualidade axial (Primo, 2007; Scolari, 2008), embora seja mais limitante, provou ser eficaz (com retenção próxima a 90%) ao ser combinado com uma multimidialidade que integrou diversas linguagens. A utilização estratégica de videoaulas responsivas, animações e histórias em quadrinhos (HQs) aliviou a carga cognitiva, oferecendo um percurso linear, seguro e ergonomicamente viável para o aluno autoinstrucional.

Diante desses resultados, tendo em vista propor estratégias que ampliem as taxas de sucesso de cursos futuros, seria interessante que o design instrucional da plataforma adotasse um protocolo de desenvolvimento pautado na plasticidade integrada. Esse protocolo deve priorizar, por exemplo, a incorporação (embed) de materiais de leitura diretamente na interface do navegador, eliminando a dependência de downloads externos compulsórios. Seria interessante também a fragmentação de textos longos (como apostilas de mais de 100 páginas) em módulos interativos e responsivos. Outro aspecto seria a manutenção da estratégia multimídia convergente (vídeos curtos e infográficos visuais) como âncora para a apresentação de conceitos complexos.

Conclui-se, por fim, que o exercício da "autonomia comunicativa" (Freitas; Lacerda, 2021) no AVASUS não ocorre pela mera ausência de roteiros, mas pela oferta de uma navegação livre de atritos tecnológicos. Quando o aluno não precisa despender energia gerenciando arquivos ou adaptando telas, ele encontra o espaço mental e digital necessário para se engajar profundamente com o saber em saúde.

Referências

ARAÚJO, Kaline Sampaio de. Interfaces que contam histórias: narrativas transmídia, Recursos Educacionais Abertos e inovação como estratégias de promoção à saúde. 2026. Tese (Doutorado em Média-Arte Digital, especialidade em Comunicação, Cultura e Arte) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve; Universidade Aberta de Portugal, 2026. 161 p.

CUNHA, PSD; BARBALHO, IM; FERNANDES, FRdS; ROMÃO, MH; RODRIGUES DA SILVA VALENTIM, JL; DANTAS COUTINHO, KM; SAMPAIO DE ARAÚJO, K.; DE MEDEIROS VALENTIM, RA; DE PINHO DIAS, A.; ARAÚJO DO NASCIMENTO BATISTA, N.; e outros. Interculturalidade no Desenvolvimento de Cursos Mediados por Tecnologia para Educação Massiva em Saúde: Uma Revisão Sistemática. EUR. J. Investigue. Psicóloga da Saúde. Educ. 2024 , 14 , 2754-2771. https://doi.org/10.3390/ejihpe14100181

DIAS, Aline de Pinho; ALCOFORADO, Luís; ARAÚJO, Kaline Sampaio de; OLIVEIRA JÚNIOR, Maurício; KODJAOGLANIAN, Vera Lúcia. Qualidade pedagógica e inovação na produção de recursos educacionais mediados por tecnologia para enfrentamento à sífilis. In: VALENTIM, Ricardo et al (Orgs). Sífilis: resposta a partir de abordagens por múltiplas dimensões [recurso eletrônico]. 1. ed. Natal: SEDIS-UFRN, 2023, p. 78-109. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51166

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREITAS, T. C. ; LACERDA, Juciano de Sousa . A 'Pedagogia da Autonomia' de Freire e a 'Autocomunicação de Massa' de Castells no fortalecimento do protagonismo estudantil na educação híbrida em tempos de pandemia. INTERCOM (SÃO PAULO. ONLINE), v. 44, p. 145-158, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1809-58442021308

GARCIA, J. L.; AIRES, M. L. L. EDUCAÇÃO NA ERA DOS STREAMINGS: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS COMO FATOR POTENCIALIZADOR DA APRENDIZAGEM. Cine-Fórum UEMS , [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: https://anaisonline.uems.br/index.php/cineforumuems/article/view/7600. Acesso em: 14 jul. 2023.

JOHNSON, Steve. Cultura da interface. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001. 189p.

LACERDA, Juciano de Sousa. Estudo comparativo dos ambientes digitais Sampa.org e Telecentros.com.br: interatividade, hipertextualidade, multimidialidade. Revista Fronteira (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-8226 Revista Fronteiras (Online)), v. 8, p. 185-195, 2006.

LANDOW, George P. Hipertexto – la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Paidós, Barcelona: [s.n.], 1995. 284 p.

LOBO, Luiz Carlos. Inteligência artificial, o Futuro da Medicina e a Educação Médica. Rev. bras. educ. med., Brasília , v. 42, n. 3, p. 3-8, Sept. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022018000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2020. https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n3rb20180115editorial1.

MANOVICH, Lev. El lenguaje en los nuevos medios de comunicación: la imagen en la era digital - 1° ed. - Buenos Aires , Paidós, 2006.

MASSAROLO, J. C.; MESQUITA, D. Reflexões teóricas e metodológicas sobre as narrativas transmídia. Lumina, v. 8, n. 1, 15 ago. 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, M. S. ; ARAUJO, K. S. ; ALVES, M. ; LACERDA, Juciano de Sousa ; REGO, C. ; OLIVEIRA, C. ; MUNEIRO, Lilian C. . The process of transforming advertising videos into open educational resources: the case of the 'Sífilis Não' Project. In: 28th ICDE World Conference on Online Learning, 2019, Dublin. Proceedings of the

2019 ICDE World Conference on Online Learning. Dublin: Dublin City University, 2019. v. 1. p. 673-680. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3804014

PAIVA, V. L. M. de O.; NASCIMENTO, M. do. Hipertexto e complexidade. Ling (dis)curso [Internet]. 2009. Sep;9(3):519–47. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1518-76322009000300005

PRIMO, Alex. Interação Mediada por computador: Comunicação, Cibercultura, Cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROMÃO, Manoel H., DIAS, Aline p., CAITANO, Alexandre R. et al. 2024. Contribuições 'AVASUS' para a promoção da aprendizagem ao longo da vida na saúde: para alcançar os ODS e reforçar a segurança sanitária global'. Desenvolvimento Sustentável. Ed. IntechOpen, 2024. doi:10.5772/intechopen.113796.

SCOLARI, C. A. Hipermediaciones: Elementos para una Teoría de la Comunicación Digital Interactiva. Barcelona: Gedisa, 2008.

SCOLARI, C. A. Narrativas Transmídia: consumidores implícitos, mundos narrativos e branding na produção de mídia contemporânea. Parágrafo, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 7-20, mar. 2015. ISSN 2317-4919. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/291>.

SCOLARI, Carlos A. Las leyes de la interfaz. Barcelona: Gedisa, 2018.

CÓDIGO: HS1165

AUTOR: MARIA EDUARDA GOMES FERREIRA

ORIENTADOR: CLEMILTON LOPES PINHEIRO

TÍTULO: A correspondência pessoal entre Mattoso Câmara e Eugênio Coseriu e a formação da Linguística no eixo Brasil-Uruguai

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a correspondência de Mattoso Câmara Jr para Coseriu, tendo em vista a elucidação de aspectos do contexto sócio-histórico e dos processos de formação da Linguística no eixo Brasil. Analisamos um conjunto de 22 cartas que Mattoso enviou a Coseriu entre 1953 e 1967, e verificamos que os linguistas compartilham e comentam os trabalhos um do outro, realizam e mencionam resenhas, fazem referências recíprocas às suas produções, revelando uma interlocução intelectual que ultrapassa a simples troca de informações bibliográficas e evidencia a constituição de uma rede de colaboração científica.

Palavras-chave: Correspondência científica; Coseriu; Historiografia; Mattoso Câmara.

TITLE: The Personal Correspondence between Mattoso Câmara and Eugenio Coseriu and the Development of Linguistics along the Brazil-Uruguay

Abstract

This study aims to analyze the correspondence from Mattoso Câmara Jr. to Eugenio Coseriu, with a view to elucidating aspects of the socio-historical context and the processes involved in the development of Linguistics in Brazil. We analyze a set of 22 letters sent by Mattoso to Coseriu between 1953 and 1967. The analysis shows that the linguists shared and discussed each other's works, produced and mentioned reviews, and made reciprocal references to their publications. These exchanges reveal an intellectual dialogue that extends beyond the mere exchange of bibliographic information and provide evidence of the formation of a network of scientific collaboration.

Keywords: Scientific correspondence; Coseriu; Historiography; Mattoso Câmara.

Introdução

Este trabalho motiva-se pelo seguinte contexto: diversos trabalhos abordam o papel de Amado Alonso, Eugenio Coseriu e Mattoso Câmara no contexto histórico e institucional em que atuaram, respectivamente, Argentina, Uruguai e Brasil. Para ficarmos apenas em alguns exemplos, podemos citar Ciapuscio (2016) e Battista (2011; 2017) sobre Alonso, na Argentina; Kabatek (2017) e Elizaincín (2021) sobre Coseriu, no Uruguai; Coelho (2004), Uchôa (2004) e Altman (2004) sobre Mattoso Câmara, no Brasil. No entanto, a discussão é ainda tímida em torno dos vínculos institucionais e pessoais, diretos ou indiretos, entre os autores, e dos intercâmbios formais entre eles sobretudo no que diz respeito à comparação das dimensões que atravessaram o itinerário acadêmico e a história de vida de cada um, assim como a influência disso no estabelecimento e desenvolvimento da ciência linguística nesses países.

Amado Alonso, Eugenio Coseriu e Mattoso Câmara foram contemporâneos e, naturalmente, eles fazem referência uns aos outros. Em um texto sobre o português do Brasil, Mattoso Câmara cita, em uma nota de rodapé, o livro "El problema de la lengua em América" de Amado Alonso (Câmara, 1975, p. 74). Coseriu (1996, p. 32) assume que "desde o começo de sua atividade Amado Alonso se coloca sob o signo da severidade científica e do mais estrito rigor científico". Coseriu manteve estreitas relações com vários estudiosos da linguagem brasileiros, entre os quais Mattoso Câmara (Altman, 2021).

Nesse contexto, consideramos que o estudo de correspondências ocupa um papel central para o conhecimento histórico que pretendemos produzir. Segundo Chepiga e Sofia (2017), as correspondências, esses corpora privados, pessoais, às vezes mesmo secretos, apresentam um valor particular. Antes da era da informática, elas funcionavam como espaços privilegiados da circulação dos saberes e informações acadêmicas de diferente índole, e como verdadeiros laboratórios compartilhados de reflexão, num ambiente flexível e descontraído, que favorece a produção e o desenvolvimento comum das ideias. "O estudo das correspondências científicas facilita assim o acesso, muitas vezes, a verdadeiros laboratórios de elaboração conceitual" (Chepiga e Sofia, 2017, p. 6).

Ao tratarmos da correspondência entre linguistas, adentramos um campo ainda pouco explorado, passando apenas nas últimas décadas a encontrar condições propícias para sua análise. Por trás dessa postura em relação à correspondência científica encontra-se o fato de ser ela menos acessível, uma vez que não se trata de documentos destinados, inicialmente, à publicação, como é o caso de obras, artigos, teses, que se destinam à difusão de conhecimento, sendo esse seu objetivo primeiro.

No entanto, como aponta Salto e Chicote (2020), a partir do final do século passado, observamos uma mudança no olhar sobre os epistolários, mudança muito favorecida com a publicação do volume La Correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle (1991), dirigido por Roger Chartier, que ofereceu um quadro de compreensão historiográfica para os epistolários. A obra contribuiu para a legitimação do uso de cartas como fonte documental. Posteriormente, estudos verificaram a relevância metodológica da correspondência para a história social e cultural.

Nesse sentido, a correspondência epistolar, que antes era considerada como pouco propícia a criação e reflexão científica, passa a ser reconhecida como uma fonte documental cuja análise dá-nos um vislumbre do próprio processo de construção do conhecimento, uma vez que a troca de ideias, o compartilhamento de obras, os comentários tecidos pelos pesquisadores a respeito dos trabalhos realizados por ambos os pesquisadores influencia, valida ou invalida, refina e revisa o conhecimento, seja ele já estabelecido ou em desenvolvimento. Essas trocas são um terreno fértil para surgimento de novos questionamentos, fomentando, portanto, a pesquisa científica.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o trabalho seguiu dois passos:
a) Etapa de levantamento documental:
- Levantamento de correspondências entre Eugenio Coseriu e Mattoso Câmara, no Arquivo Eugenio Coseriu – Universidade de Tübingen. Trabalhamos com 22 cartas enviadas por Mattoso Câmara, do Rio de Janeiro. Essas cartas estão transcritas e se encontram na plataforma "DiLeCos" (Digitized Letters to Eugenio Coseriu), que reúne cartas recebidas por Coseriu de vários outros colegas entre os anos de 1940 e 1960.
b) Etapa de análise processual:
- Observação, nas cartas, de traços de vínculos conceituais e institucionais mútuos entre Eugenio Coseriu e Mattoso Câmara.

Resultados e Discussões

INFORMES SOBRE OBRAS:

Na carta 01, Mattoso agradece e menciona o envio de obras: "Agradeço-lhe sinceramente a oferta de seu opúsculo Sistema, Norma y Habla"; "...também teve a gentileza de me enviar juntamente com La Creación Metafórica en el Lenguage."
Na carta 02, informa o envio do opúsculo sobre Os Estudos Linguísticos na América do Norte e afirma o envio de tudo o que publicar; diz também não poder enviar os Princípios de Linguística Geral por haver se esgotado e menciona estar preparando uma 2 edição.
Em carta de 6 de dezembro de 1954, carta 04, Mattoso informa: "quanto à minha Contribuição à Estilística Portuguêsa, dessa Coleção, estou lha enviando pelo correio comum em oferta pessoal."
Na carta 05, menciona o recebimento de três separatas do linguista Francis Mikus. Mattoso, na carta 06, agradece a remessa dos artigos do Pro. Mikus.
Na carta de 17 de novembro de 1957(carta 07), Mattoso comunica que recebeu as publicações de Coseriu, as duas cartas de Mikus e mostra o interesse em remeter uma separata do próprio artigo para Miscelanea Martinet.
Na carta 08, agradece os livros enviados por Coseriu e informa que irá repassar os que já possui e faz alguns direcionamentos para que Coseriu envie os livros.
Na carta 09, de 27 de novembro de 1958, comenta estar concluindo uma tradução da Language de Jespersen e comunica que deve sair até março a 3 edição da Linguistica.
Na carta 11, Mattoso comunica já ter providenciado a remessa do Dicionário de Fatos Gramaticais, Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa e Contribuição à Estilística Portuguesa para os 3 professores chilenos mencionados por Coseriu.
Na carta 11, Mattoso comunica que Coseriu e Piccardo receberão em breve a 3 edição do Princípios de Linguística Geral; Solicita que Coseriu escreva dando a lista dos volumes filológicos da Organização Simões que ele providenciará.
Em carta de 29 de março de 1959(carta 12), Mattoso comunica que providenciou a remessa dos livros solicitada por Coseriu e que Coseriu ainda não enviou qualquer separata do Romanistisches Jahrbuch.
Na carta 12, Mattoso comunica que remeteu a 3 edição dos Princípios de Linguística para ele, Piccardo e Vásquez.

Em de carta de 27 de abril de 1959(carta 13), informa que recebeu o Atlas Linguístico Romeno e que recebeu cartas dos professores chilenos Bonati e Rabanales; menciona que a tradução da Language de Jespersen já está em trabalho tipográfico; informa ainda que remeterá dois trabalhos que compôs para o Museo Nacional(um levantamento crítico-bibliográfico da obra lingüística do etnólogo Curt Nimuendaju e um estudo comparativo de 30 radicais de línguas indígenas Jê na base da lista vocabular de Swadesh).
Na carta 14, de 11 de maio de 1959, agradece a remessa dos 3 pacotes de separatas e livros; comunica que remeteu ao Prof. Julio Meza alguns livros; menciona que não há nenhum livro publicado como ``Panorama do Conto´´ e informa o envio de uma Súmula.
Na carta 15, informa que a Livraria Acadêmica o comunicou sobre o envio dos livros a Coseriu; informa também o envio da obra de Machado e diz que Coseriu em breve terá toda a obra e um grande número de livros da Coleção Simões, pois conseguiu arranjar quase todos; comunica que recebeu recentemente uns números atrasados do Romanistisches Jahrbuch.
Na carta 16, de 2 de julho de 1959, Informa sobre o envio das remessas a ele e aos professores chilenos.
Na carta 18, comunica o envio do ``Dialeto Caipira´´ e comunica que os ``Anais´´ de Língua Vernácula seguirão separados.
Na carta 21, de 3 de abril de 1966, Informa que o atraso da remessa dos livros se deve à viagem dele.

COMENTÁRIOS SOBRE OBRAS/TRABALHOS:

Em sua carta enviada em 6 de fevereiro de 1953, Mattoso comenta sobre o trabalho do Coseriu: “O seu trabalho, que vem juntar-se à grande série das exegeses da concepção de Saussure, é uma bela e clarificadora contribuição para este conjunto crítico.”
Na carta 03, Mattoso menciona e agradece o interesse e o comentário de Coseriu sobre o Fonêmica Portuguesa: “muito lhe agradeço a atenção que lhe mereceu o meu livrinho sôbre a Fonêmica Portuguêsa, atenção esta revelada tanto pelos têrmos generosos a respeito dêle como pelas-observações que a êle faz, pois a melhor prova de aprêço que se-dá a um livro é comentá-lo.”
Na carta 04, Mattoso agradece as referências que o Coseriu faz aos trabalhos dele em carta e comenta a espera das resenhas prometidas; Engrandece o estudo de Forma e Substância e diz que fará uma resenha e aponta uma divergência entre eles. Seguem alguns trechos:
“Estou, entretanto, apenas transmitindo a minha primeira reação à leitura do seu trabalho, e é possível que meditação posterior venha, pelo menos em parte, modificá-la. De qualquer maneira, acho magnífica a sua contribuição aos estudos fônicos e felicito-o sinceramente por isso”
Na carta 07, Mattoso informa que mandará resposta ao Sobre o Futuro romance do Coseriu e adianta que não concorda com a crítica do Coseriu ao trabalho dele: “Também lhe mandarei a minha resposta ao seu Sobre o Futuro Romance, pois não concordo com a sua crítica ao meu trabalho nem com a sua idéia central, embora como verá tenhamos pontos de contacto.”
Na carta 15, Mattoso escreve: “Quero lhe dizer que apreciei muito o artigo, embora tenha certas discrepâncias que debateremos de viva voz; é que eu sou muito mais saussureano que V.”
INTERESSE NA TROCA DE IDEIAS:

Na carta de 6 de fevereiro de 1953, Mattoso explicita o seu interesse, reconhecendo a importância da troca como fator importante para o desenvolvimento da linguística: "o nosso intercâmbio de idéias será proveitosíssimo para o progresso dos estudos linguisticos nos nossos dois países."
Na carta de 5 de maio de 1953, Mattoso responde a carta de Coseriu na qual o linguista revela o interesse pelos trabalhos de Mattoso: "É em verdade desvanecedor o interesse de um grande scholar como V. pelos meus modestos trabalhos. O prazer e a honra são meus em satisfazer-lhe a curiosidade."
Na carta 05, Mattoso menciona o interesse em escrever diretamente ao Mikus e pede ao Coseriu uma indicação.
Na carta de 10 de junho de 1955(carta 06), comunica o envio de uma carta para que Coseriu entregue ao Mikus.
Na carta 08, Mattoso comenta que aguarda a resposta do Coseriu ao artigo dele.
Na carta 11, Mattoso menciona que enviou cartas aos professores chilenos, demonstrando interesse em intercâmbio epistolar. Escreve: "...ao mesmo tempo lhes enviei carta anunciando essas remessas e demonstrando interêsse em intercâmbio epistolar, pois acho como V. que os estudiosos de lingüística na América do Sul devem se aproximar e conhecer o mais possível."
Na carta 12, Mattoso escreve: "A sua amizade e o seu aprêço pelo meu humilde trabalho intelectual tem sido para mim uma fonte constante de prazer interior. Não tem portanto que pensar que me causem qualquer "molestia" as oportunidades que eu possa ter em lhe ser útil."
Na carta 13, de 27 de abril de 1959, comenta que espera as impressões do Coseriu sobre as modificações que introduziu na 3 edição dos Princípios de Linguística.

MATTOSO MENCIONA COSERIU EM CONVERSAS:

Carta 01, na conversa com o professor Vásquez:
"…tive o prazer da visita do professor Washington Vásquez e muito conversamos a respeito de V. S. e da incipiente mas já fecunda escola linguística, que sob a orientação de V. S. se está formando no Uruguai."
Na carta 04, menciona ter mostrado carta do Coseriu ao Diretor da Organização Simeões: "Mostrei sua carta ao Diretor da Organização Simões e êle vai lhe escrever sôbre a remessa dos livros da Coleção Rex que lhe interessam…"
Na carta 09, menciona que esteve com Ismael Lima Coutinho e que Coseriu causou uma excelente impressão a ele.
Na carta 16, Mattoso menciona o aborrecimento por saber que o Coseriu ainda não havia sido oficialmente convidado para o Colóquio na Bahia e que tomou liberdade de enviar a respeito uma carta ao Secretário do Comite Organizador.

DISCUSSÃO TEÓRICA:

Na carta 03, de 25 de abril de 1954, explica sobre não ter considerado Jones no Fonêmica Portuguesa e discute sobre o uso do termo fonêmica, menciona Bloomfield, menciona querer debater pontos de interpretação fonêmica criticados por Coseriu, explica sobre a interpretação que tem das vogais nasais e pontua uma divergência entre eles em relação ao conceito de parole. Seguem alguns trechos:
"Quando recebi o livro de Jones, em fins de 1951, o meu trabalho já estava sendo impresso, e não quis improvisar um acréscimo à última hora, preferindo aguardar a

época de uma futura nova edição melhorada"; "Por outro lado, fonêmica se justifica como têrmo geral, pois a base de tôda a doutrina é o conceito do fonema e, ao lado dos fonemas segmentais, há os supra-segmentais."; "Também debaterei pontos de interpretação fonêmica, como os que V. critica. É possível que reajuste certos detalhes, pois o meu livro não passa de uma primeira tentativa; quero, porém, desde já observar-lhe que o caso de Bonn não interferiria com a minha interpretação das vogais nasais, visto que aí se trata de um /n/ crescente seguido de vogal reduzida, na pronúncia brasileira, e não de um /n/ decrescente pós-vocálico como postulo para as nasais."; "...demais as minhas idéias sôbre o conceito de parole são bem diversas das de V., como pode ver na minha Contribuição à Estilistíca Portuguêsa, que V. conhece, embora em trabalhos futuros pretenda levar em conta o seu excelente estudo sôbre Sitema, Norma y Habla, que aliás já está citado na nova edição dos meus Princípios que sairá daqui a uns 20 dias".

Na carta 04, temos o seguinte comentário do Mattoso sobre uma divergência teórica: "...a questão da conceituação da Fonética: parece-me que tratar como disciplina lingüística um estudo que deve adotar os métodos das ciências naturais é "ficar a cavalo sôbre dois domínios", como disse Saussure da gramática historicista do seu tempo. Creio que o ideal é criar com a Fonética uma ciência física, que no dizer de Martin Joos estude o som da fala como som apenas, sem referência à sua fonte e finalidade social. Do contrário, tem-se na Fonética uma situação dúbia, que provocava com razão a desconfiança de Bloomfield sôbre a sua validade científica. O estabelecimento da Fonêmica justamente superou essa situação. Por outro lado, a Fonêmica não se circunscreve aos traços distintivos, pois caracteriza o som pelos traços acompanhantes e estuda as variantes ou realizaçôes dos fonemas, colhendo os dados que a Fonética, como ciência natural, lhe fornece; assim a vogal nasal em português é fonêmicamente vegal mais arquifonema nasal com o traço acompanhante da nasalidade vocálica."

Conclusão

A observação e categorização dos conteúdos presentes nas cartas de Mattoso ao Coseriu, mostra-nos a relação amistosa entre esses dois pesquisadores, que com boa disposição contribuem um com outro e com o desenvolvimento da linguística, uma vez que os conhecimentos não são apenas compartilhados, mas refletidos, reformulados, refinados; ambos favorecem a disseminação de conhecimento e ampliam a rede de contatos ao citarem-se.

Referências

CHEPIGA Valentina e Estanislao SOFIA, Estanislao. La correspondance entre linguistes. Un espace de travail. Louvain-la-Neuve: Academia, 2017.

SALTO, Graciela; CHICOTE, Gloria. Introducción. Intercambios epistolares entre lingüistas y filólogos en la primera mitad del siglo XX. Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana, v. 18, n. 35, p. 7-14, 2020

ALTMAN, Cristina. Eugenio Coseriu entre a filologia e a linguística brasileiras (1950-1963). Revista de la Academia Nacional de Letras, Montevideo, n. 13, p. 97-117, 2017.

ALTMAN, Cristina. A correspondência Jakobson-Mattoso Câmara (1945-1968). Confluência, n. 49, p. 9-42, 2015.

CÓDIGO: HS1169

AUTOR: MARIA LETICIA PEREIRA DA CUNHA

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: Escravidão Contemporânea e a Questão Racial (Século XXI): Uma Análise Espacial no Centro-Oeste Brasileiro

Resumo

O objetivo geral deste relatórioé identificar os territórios da escravidão contemporânea na região Centro-Oeste (CO) do Brasil, analisando a relação entre a ocorrência do fenômeno e a composição étnico-racial no tempo-espaço presente. No âmbito da teoria social crítica, a problemática deste escrito reside no fato de ser o cativeiro um processo de desumanização das pessoas e que, no Brasil, mantém vínculo intrínseco com a questão racial. A espacialização do modo de escravização atual e a composição étnico-racial é uma tentativa metodológica utilizada para demonstrar, de modo mais explícito, como a problemática se apresenta, com o suporte da interpretação das cartas geradas. O principal resultado da pesquisa traduziu-se, sobretudo, na constatação de que a região CO do país apresenta um arranjo espacial marcado pela presença do modo de escravização de pessoas e que a população negra, além de ser majoritária, é a mais vulnerável a ocorrência da superexploração.

Palavras-chave: Desumanização; Composição étnico-racial; Territórios perversos.

TITLE: Contemporary Slavery and the Racial Issue (21st Century): A Spatial Analysis in the Brazilian Central-West

Abstract

The general objective of this report is to identify the territories of contemporary slavery in Brazil's Central-West (CO) region by analyzing the relationship between its occurrence and the ethnic-racial composition in the present time-space. Within the framework of critical social theory, the central issue addressed here is that captivity is a process of dehumanization which, in Brazil, is intrinsically linked to the racial question. Mapping the spatial distribution of current forms of enslavement alongside ethnic-racial composition serves as a methodological approach to demonstrate—more explicitly and supported by the interpretation of the generated maps—how this issue manifests. The research's main finding is that the Central-West region exhibits a spatial arrangement

characterized by the presence of human enslavement, and that the Black population—besides constituting the majority—is the most vulnerable to severe exploitation.

Keywords: Dehumanization; Ethno-racial composition; Perverse territories.

Introdução

A escravidão se apresenta, ainda no século XXI, como uma marca na história do mundo, por se observar milhões de pessoas em condições humilhantes de servidão (Kara, 2017). No Brasil, a realidade não é diferente: o cativeiro contemporâneo avança em várias realidades e se mantém como um grave problema nacional (Sakamoto, 2020).

Dados oficiais revelam a persistência da escravidão contemporânea, com o registro de 55.224 pessoas salvas entre 2003 e 2023, de acordo com o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar Sit). Geograficamente, o fenômeno apresenta maior incidência nas regiões Norte (15.326 resgates) e Centro-Oeste (13.106 resgates).

Na escala regional, o Centro-Oeste (CO) consolidou-se como um dos principais eixos do trabalho escravo no Brasil, registrando 13.106 trabalhadores salvos (Radar Sit - 2003 a 2023) e 11.897 casos, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT - 2003 a 2019). A incidência do fenômeno é impulsionada pela expansão da fronteira agrícola, concentrando-se nos estados de Goiás (5.351 resgates) e Mato Grosso (4.499 resgates).

Indissociavelmente, essa dinâmica espacial revela uma dimensão racial explícita: os dados indicam uma associação direta entre o trabalho escravo e a composição étnico-racial, visto que a população negra, além de ser majoritária nos municípios com altos índices de resgate, como Confresa (71,7%) e Poconé (84,6%), permanece como a mais vulnerável à superexploração na região.

Nessa perspectiva, a dinâmica brasileira no século XXI fundamenta-se na experiência contínua de um passado que se faz presente, resultando num uso perverso do território que nega a Natureza e a pessoa humana (Morais; Costa; Castilho, 2024). Esse contexto relega trabalhadores periféricos à invisibilidade e desumanização, reafirmadas pelo racismo sistêmico (Almeida, 2019).

A perpetuação desse quadro espaço-temporal criou uma obra quase permanente, mesmo após a Abolição (1888), uma vez que somos marcados por práticas escravistas, constituindo, com isso, uma sociedade marcada pelo racismo estrutural:

[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (Almeida, 2019, p. 15).

Tal realidade levanta a hipótese de que a vulnerabilidade imposta pelo cativeiro no CO não constitui um fenômeno aleatório, mas uma manifestação explícita do racismo enraizado na formação histórico-territorial do Brasil. Nesse sentido, a dimensão racial não é mero aspecto complementar, mas um elemento basilar que reflete uma estrutura espacial desigual e injusta, onde a exclusão da população negra é utilizada como mecanismo para ampliar os processos de superexploração.

À vista disso, o objetivo deste relatório é identificar os territórios da escravidão contemporânea no CO do Brasil, analisando a relação entre o fenômeno e a composição étnico-racial no tempo-espaço presente. Nesse sentido, o presente texto defende dois argumentos centrais: a) escravização contemporânea de pessoas no CO torna-se o elemento central no arranjo espacial da região, principalmente devido a predominância de atividades ligadas à expansão da fronteira agrícola; b) o padrão de exploração reafirma que o racismo estrutural atua como um dos principais motores de sujeição física e psicológica nas áreas de maior dinamismo econômico do CO.

Por conseguinte, este escrito estrutura-se para apresentar o método de abordagem centrado na perspectiva da relação entre escravidão contemporânea e a questão racial no Brasil; tratar da dimensão territorial da escravidão contemporânea e a composição étnico-racial no Centro-Oeste do Brasil; e, por fim, apresentar elementos para conclusão.

Metodologia

O método socioespacial de abordagem foi construído partindo, da perspectiva de que a escravidão contemporânea se apresenta como um fenômeno de desvalorização de homens e mulheres periféricos (Sakamoto, 2020). Conforme o autor, o trabalho escravo contemporâneo no Brasil constitui um fenômeno que mantém um processo de desumanização das pessoas, conduzindo-as à coisificação:

[...] Está na sujeição pessoal, na submissão absoluta, nas condições precárias de habitação, na inexistência de instalações sanitárias, na falta de água potável, no padrão alimentar negativo, na falta de higiene, nas jornadas de sol a sol, na ausência de descansos, [...] Está na situação de indigência, de miséria, de penúria. Está, enfim, na coisificação do ser humano: um objeto descartável na geração de riquezas econômicas (Sakamoto, 2020, p. 71).

Nesse modo, o cativeiro atual não deve ser entendido como um resquício de formas arcaicas de exploração, mas, como um instrumento econômico deliberadamente adotado por empreendimentos modernos para garantir lucro fácil e competitividade em uma economia globalizada (Sakamoto, 2020).Assim, a vulnerabilidade ao cativeiro contemporâneo está diretamente ligada à pobreza, que, no Brasil, apresenta como característica histórica o agravamento das desigualdades em função da cor da pele, como afirma Sakamoto, 2020, p. 9:

O trabalhador escravizado é pobre. E a pobreza, infelizmente, ainda persiste e tem ‘preferência’ por cor de pele no Brasil. Não à toa, movimentos negros preferem celebrar o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, a comemorar o 13 de maio.

Além disso, é possível dizer que essa característica persistente e historicamente estabelecida está intimamente ligada com o fim abrupto da escravidão no século XIX, pois população escrava não foi inserida na sociedade da época, o que provoca consequências na sociedade atual (Sakamoto, 2020).

Portanto, a predominância de pessoas negras entre os trabalhadores resgatados é vista como consequência direta de uma abolição incompleta, que falhou em não garantir a inserção efetiva dos descendentes de africanos na sociedade e no mercado de trabalho formal, como aponta Fernandes (2008). Dessa forma, a escravidão contemporânea reafirma o racismo estrutural ao manter a população negra como os mais "utilizados" como mão de obra descartável, submetida a condições que negam direitos básicos inerentes à dignidade humana.

Por isso, a escravidão contemporânea ocorre em diversos cenários e não tem uma configuração fixa, uma vez que é determinada por diferentes fatores, afetando grupos distintos e se manifestando em todo território nacional, mas, principalmente, em locais de difícil acesso (Martins, 1999).

Girardi (2022, p. 25) demonstra que o predomínio de pessoas negras no trabalho escravo contemporâneo não constitui um fato isolado, mas é resultado do aliciamento direcionado às regiões mais pobres do país, que coincidem com aquelas de maior concentração dessa população:

A predominância de negros escravizados ocorre porque a maior parte desses trabalhadores é aliciada nas regiões mais pobres do país, que são aquelas que possuem maior população negra […]

Nesse sentido, visando à concretização do objetivo do presente escrito, a próxima seção mostrará, para a discussão da problemática delimitada, os dados relativos ao processo de espacialização e territorialização da escravidão contemporânea na região CO, permitindo identificar, com base num recorte municipal, as dispersões e concentrações espaciais do fenômeno, além de sua associação com a questão racial.

Para isso, entende-se como região Centro-Oeste a área correspondente aos estados do Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e o Distrito Federal. A região ocupa hoje cerca de 18,88% do território brasileiro, com uma população de 16.289.538 pessoas, sendo 14.880.586 nas áreas urbanas e 1.408.952 nas áreas rurais, segundo o IBGE (2026). Ao todo, ela conta com 467 municípios, sendo 142 no MT, 79 no MS e 246 no GO.

Esse escrito utilizou, como fontes de dados oficiais, a base de informações do Radar Sit, para analisar e reconhecer o processo de territorialização do modo contemporâneo da escravização de pessoas, dentro de uma escala temporal que varia de 2003 a 2023. Também utilizou-se dados da CPT, com recorte temporal que se estende, a nível municipal, de 2003 a 2019.

Para as variáveis relacionadas à composição étnico-racial, utilizou-se informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na delimitação temporal estabelecida entre 2003 e 2023. Os dados foram plotados em planilha eletrônicas por meio do software WPS Office, a qual passaram por tratamento, resultando na confecção

de produtos cartográficos - elaborados no Sistema de Informação Geográficas (SIG) Quantum Gis (QGIS) versão 3.38.2 - e tabelas, desenvolvidas no WPS.

O processo de interpretação se estabeleceu, por meio de sínteses cartográficas, onde a explicação da presença de escravidão contemporânea na região se confirma por meio da localização, distribuição e concentração demográfica dos trabalhadores escravizados e a relação com a composição étnica racial. Para isso, buscou-se cruzar os dados relativos às duas fontes centrais do presente trabalho sobre escravidão contemporânea com as referentes ao perfil étnico-racial do CO no ano de 2022, a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE. Ao mesmo tempo, foram considerados como trabalhadores escravizados aqueles que foram resgatados nos municípios de origem e aqueles trabalhadores que residiam nos municípios no momento do resgate.

Assim, como forma de deixar mais explícita a dinâmica da relação entre o cativeiro e a indissociabilidade com a questão racial no CO, foi apresentada uma série de mapas que mostram a relação entre o cativeiro e a raça. Nesse caminho, a superposição das representações cartográficas foi a escolha metodológica adotada na perspectiva de compreender o espaço como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico.

Resultados e Discussões

O Brasil registrou, de acordo com o Radar Sit, entre os anos de 2003 e 2023, o resgate de 55.224 pessoas em situação de escravidão contemporânea. Desse total, foram realizados 15.326 resgates na região Norte, 13.100 no Centro-Oeste, 12.360 no Sudeste, 11.072 no Nordeste e 3.366 na região Sul. Em relação aos dados fornecidos pela CPT, foram registrados 45.185 resgates de trabalhadores escravizados em todo o território nacional, no período de 2003 a 2019. Desse total, foram resgatadas 15.145 pessoas na região Norte, 11.109 no Centro-Oeste, 9.642 no Nordeste, 6.627 no Sudeste e 2.662 na região Sul. Desse total, a região CO foi a segunda área com maior número de resgates, de acordo com ambas as fontes (Mapa 1 e 2).

A escravidão contemporânea na região Centro-Oeste (CO) do Brasil, longe de ser um fenômeno excepcional, é, antes, a persistência inaceitável de uma condição social desumana que submete trabalhadores/as às condições mais precárias de vida na sociedade. Nas últimas duas décadas, entre 2003 e 2022, segundo informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as quatro unidades federativas da região registraram casos de trabalhadores/as resgatados/as em condições análogas à escravidão, totalizando 11.897 ocorrências. O estado de Mato Grosso (MT) apresentou o maior número de registros, com 4.518 casos, o que representa 37,98% do total. A unidade federativa é seguida, em ordem decrescente, por Goiás (GO), com 4.416 casos; Mato Grosso do Sul (MS), com 2.906 casos; e Distrito Federal (DF), com 57 casos (Tabela 1).

Já de acordo com o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar Sit), entre 2003 e 2023, foram registrados 13.106 trabalhadores/as resgatados/as em condições análogas à escravidão. Ressalta-se, ainda, que, no período citado, todas as unidades da Federação apresentaram registros de trabalho em condições análogas à escravidão. Conforme os dados do órgão, os registros estão fortemente concentrados nos

estados de Goiás (GO), com 5.351 casos; Mato Grosso (MT), com 4.499 casos; e Mato Grosso do Sul (MS), com 3.602 casos (Tabelas 1 e 2 e Gráfico 1).

A título de comparação entre as fontes de obtenção dos dados, no período de 2003 a 2013, a Inspeção do Trabalho registrou um total de 1.209 resgates a mais do que os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), totalizando 13.106 libertações, contra 11.897 registros. À primeira vista, observa-se uma similaridade entre as séries, uma vez que o número de casos não diverge de maneira abrupta em nenhum ano, o que aponta, de forma geral, para uma convergência entre os dados (Gráfico 02). A dessemelhança também se expressa no período de 2014 a 2023, em que o Radar Sit apresentou 1.244 casos a mais de libertações do que os dados registrados pela CPT, que totalizaram 1.502, em contraposição aos 2.746 resgates realizados pela Inspeção do Trabalho.

Em relação à distribuição espacial da escravidão contemporânea na região Centro-Oeste do Brasil, tomando como base os dados dos dois órgãos, observa-se que o cativeiro se manifesta em toda a região, indicando, possivelmente, uma relação com as frentes de expansão do agronegócio e suas ramificações (Mapa 3 e 4).

Em escala municipal, os números mostram que há uma dispersão dos casos nos estados que compõem a região Centro-Oeste, segundo os dados da CPT. Entre os dez municípios com o maior número de registros, quatro estão localizados no estado de Goiás, totalizando 1.079 registros, o que representa cerca de 21% das ocorrências na região. Já os municípios com os maiores registros, em ordem decrescente, são: Confresa (MT), com 1.348 casos registrados, representando cerca de 26% das ocorrências; Brasilândia (MS), com 1.011 casos (19%); e Iguatemi (MS), com 624 casos (12%), no período de 2003 a 2019 (Tabela 03).

Quando a referência são os dados do Radar Sit, observa-se que o padrão de distribuição espacial pouco se altera. Os municípios com os maiores números de registros, em ordem decrescente, são: Confresa (MT), com 1.348 casos (25%); Brasilândia (MS), com 1.011 casos (19%); e Iguatemi (MS), com 668 casos (12%) (Tabela 3 e 4).

No que tange à configuração espacial da região Centro-Oeste e à presença de formas contemporâneas de escravização de pessoas, bem como à sua relação com a população negra, os mapas 5, 6 e 7 e a Tabela 5 apresentam a composição étnico-racial dos municípios da área de estudo do presente trabalho, destacando, evidentemente, as informações referentes à população negra, ou seja, a soma dos brasileiros que se autodeclararam pretos e pardos.

O panorama geral da região, ao longo de 22 anos, foi marcado por um crescimento bastante expressivo da população negra, com um aumento percentual de quase 80% em relação ao valor registrado em 2000 e ao observado em 2022. Em comparação ao crescimento registrado entre 2000 e 2010, houve um acréscimo de aproximadamente 40%, quase duplicando o número de pessoas autodeclaradas negras.

O estado que apresentou o maior crescimento da população negra foi Goiás, com um aumento percentual de pouco mais de 85%, o que corresponde a um acréscimo de 2.068.201 habitantes ao longo de 22 anos. Os demais estados apresentaram a seguinte ordem de crescimento da população negra: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito

Federal. Esse aumento também pode ser observado nos mapas que apresenta a evolução da composição étnico-racial ao longo dos 22 anos, uma vez que se verifica uma evolução da participação da população negra na maioria dos municípios da região.

Essa evolução é observada nos mapas que representam os cenários de 2010 e 2022, nos quais muitos municípios passaram a ser classificados em categorias distintas da escala, que permaneceu a mesma em todos os anos analisados. Observa-se, portanto, um aumento da predominância da população negra, o que corresponde ao apresentado na Tabela 5.

Ao comparar a composição étnico-racial das unidades federativas da região com o total populacional de cada uma delas, observa-se o seguinte cenário: em Goiás, a população negra corresponde a 63,4% do total; em Mato Grosso, 65,9% da população se autodeclarou negra; Mato Grosso do Sul apresenta a menor proporção de pessoas negras da região, com 53,4%; e o Distrito Federal registrou 59,4% de pessoas negras em relação à sua população total.

Os mapas 8 e 9 4 e a tabela 6 representam a atual composição étnico-racial e a atual distribuição de trabalhadores/as resgatados/as na condição de escravos/as contemporâneos/as na região do CO.

Os dados mostram que o estado de Goiás reúne alguns dos municípios com os maiores percentuais de população negra, de modo que nenhum dos municípios com pelo menos um registro de resgate apresenta uma população negra inferior a 50%. Entre os municípios apresentados na tabela, destacam-se, em razão do número de resgates, Quirinópolis, que registrou 435 resgates de acordo com o Radar Sit e 421 segundo a CPT, e apresenta uma composição étnico-racial de 57,9% da população negra, além do registro de um trabalhador natural do próprio município entre os resgatados. O município de Campo Alegre de Goiás, por sua vez, registrou 308 resgates de acordo com o Painel de Inspeção e 233 segundo a Comissão da Terra, enquanto a população negra corresponde a 63,7% de sua composição étnico-racial. Nesse município, foi confirmado apenas um resgate de trabalhador residente na própria cidade.

Porteirão é o terceiro município com maior número de casos de escravidão contemporânea, com 244 registros de acordo com ambas as fontes. Não foram encontrados dados referentes à quantidade de pessoas negras resgatadas, embora o município apresente uma composição étnico-racial de 66,9% da população negra. O município de Cristalina destaca-se em razão do percentual de pessoas negras resgatadas enquanto residiam no próprio município, correspondente a 0,13%, ou 20 pessoas. O número total de pessoas resgatadas foi de 142, segundo o Radar Sit, e 102 de acordo com a CPT. A população negra corresponde a 70,4% da população do município. O município de Goiânia apresenta um padrão semelhante ao de Cristalina, registrando 0,18% de cidadãos naturais do município entre os resgatados, o que corresponde a 28 pessoas. Também foram registrados 0,19% de trabalhadores/as negros/as residentes no município entre as pessoas resgatadas, equivalente a 30 pessoas. A população negra corresponde a 55,9% da população de Goiânia, que registrou 138 resgates de acordo com o Radar Sit e 12 casos segundo a CPT.

Mato Grosso é a unidade federativa que apresenta o município com o maior número de resgates de trabalhadores/as em condições análogas à escravidão, sendo Confresa o município com maior número de registros, totalizando 1.348 casos. O município

apresenta uma população composta por 71,7% de pessoas negras, tendo registrado 0,01% de trabalhadores/as negros/as naturais do município entre os resgatados e 0,04% de trabalhadores/as negros/as residentes no local no momento do resgate. Na sequência, encontra-se Poconé, que apresenta uma população negra correspondente a 84,6% do total, com 364 resgates de acordo com o Radar Sit e 420 segundo a CPT. Em relação à população negra, registrou-se 0,05% de moradores/as naturais do município autodeclarados/as negros/as entre os resgatados, enquanto o percentual de trabalhadores/as negros/as residentes no município no momento do resgate foi de 0,06%.

Campos de Júlio ocupa a terceira posição entre os municípios com maior número de resgates, com 284 casos registrados por ambas as fontes. O município apresenta 65,3% de sua população autodeclarada negra e registrou apenas 0,01% de trabalhadores/as negros/as residentes entre os resgatados. Cuiabá, capital do estado, destacou-se em razão do percentual de pessoas negras naturais e residentes no município que foram resgatadas, correspondentes, respectivamente, a 0,21% e 0,26%. Além disso, a população negra atingiu 68,5% do total da população em 2022. Outro destaque é Paranatinga, cuja população negra corresponde a 64,1% do total e que apresentou 0,05% de trabalhadores/as negros/as naturais do município entre os resgatados, enquanto 0,13% dos trabalhadores/as negros/as residentes no município foram resgatados.

Mato Grosso do Sul (MS) é a única unidade federativa que apresenta municípios que divergem do padrão predominante na região, caracterizado pela maioria da população total inserida no grupo de pessoas negras entre os municípios com pelo menos um resgate registrado. Brasilândia, segundo município do Centro-Oeste com maior número de resgates, apresentou 1.011 casos registrados por ambas as fontes e possui uma população negra correspondente a 59,1% do total. Nesse município, 0,01% dos resgatados eram moradores/as negros/as naturais da própria cidade, enquanto, entre os trabalhadores/as residentes no município, não foram registrados resgatados/as classificados/as como negros/as.

Iguatemi, embora seja o município do estado com o maior número de casos de resgate, apresenta uma população negra correspondente a apenas 42,3% do total, constituindo-se como um ponto fora do padrão observado na região. Em relação aos trabalhadores/as negros/as naturais do município resgatados/as em condições análogas à escravidão, registrou-se apenas 0,01%, enquanto, entre os trabalhadores/as negros/as residentes no município, esse percentual foi de 0,04%. Naviraí é o terceiro município de Mato Grosso do Sul com maior número de resgates, tendo registrado 0,01% de trabalhadores/as negros/as naturais do município entre os resgatados e o mesmo percentual entre os trabalhadores/as negros/as residentes.

Bela Vista foi o município de Mato Grosso do Sul que apresentou o maior percentual de trabalhadores/as negros/as residentes entre os resgatados, com 0,56%, enquanto o percentual de moradores/as negros/as naturais do município alcançou 0,30%. Corumbá também apresentou percentuais relevantes de trabalhadores/as negros/as naturais e residentes entre os resgatados, correspondentes, respectivamente, a 0,19% e 0,16%. Os municípios citados seguem o padrão predominante na região e apresentam uma população negra majoritária, correspondente a 50,6% em Bela Vista e 73,3% em Corumbá.

O Distrito Federal, mais precisamente Brasília, apresentou o padrão mais significativo na relação entre a escravidão contemporânea e a presença da população negra na região

Centro-Oeste. Foram resgatadas 69 pessoas negras naturais do Distrito Federal, o que representa 0,44%, enquanto 92 pessoas negras residiam no local no momento do resgate, correspondendo a 0,59%. Em relação aos resgates notificados em Brasília, foram registrados 194 casos de acordo com o Radar Sit e 33 segundo a CPT. A capital federal apresenta uma população composta por 59,4% de pessoas negras em relação ao total populacional.

De maneira geral, observa-se a predominância de pessoas negras resgatadas em condições de escravidão que estavam residindo no município no momento do resgate. Esse dado pode ser considerado um indicativo de que, mesmo diante da existência de trabalhadores/as naturais dos municípios analisados entre os resgatados, ainda há um número expressivo de trabalhadores/as que são submetidos/as à exploração fora de seus municípios de origem.

Conclusão

A persistência do trabalho em condições de escravidão contemporânea, principalmente, no campo brasileiro, evidencia que a sociedade ainda convive com estruturas de desigualdade que guardam relações com seu passado escravista. O cativeiro atual atualiza formas de sujeição e exploração em meio às transformações econômicas e territoriais do presente. Enfrentar esse fenômeno exige, portanto, considerar não apenas as relações de trabalho, mas também as hierarquias raciais, as desigualdades territoriais e o acesso desigual à terra e aos direitos sociais.

Destarte, a análise territorial realizada na região Centro-Oeste evidencia uma sobreposição espacial entre as áreas com registros de trabalhadores/as resgatados/as e municípios nos quais a população negra representa parcela majoritária da população. Entre as municipalidades com maior número de resgates, destacam-se Confresa (MT), cuja população negra corresponde a 71,7%, e Poconé (MT), com 84,6%.

Esses dados sugerem a existência de uma associação entre a composição étnico-racial dos territórios e a ocorrência da escravidão contemporânea, evidenciando a constituição de uma formação histórica marcada por formas perversas de apropriação e uso do território, que desconsideram a dignidade da pessoa humana. Ao mesmo tempo, cabe uma importante ressalva, pois a análise isolada das informações levantadas pode prejudicar a compreensão de processos históricos mais amplos e de sua totalidade.

Nesse sentido, os dados analisados permitem levantar a hipótese de que as desigualdades historicamente impostas à população negra brasileira constituem um dos elementos que podem contribuir para sua maior exposição a situações de exploração contemporânea. Entretanto, reconhecemos a necessidade de cautela na análise e de incorporação de novas variáveis, a fim de estabelecer, de maneira mais consistente, a relação entre a escravidão contemporânea e as diferentes dimensões das desigualdades que se articulam territorialmente na região Centro-Oeste.

Por outro lado, a discussão proposta neste estudo permanece atual e necessária. Investigar a escravidão contemporânea na região Centro-Oeste a partir da dimensão da composição étnico-racial permite compreender que a exploração do trabalho não ocorre de forma isolada, mas está inserida em processos históricos de produção e reprodução das desigualdades sociais e territoriais. Os resultados apresentados não devem ser utilizados para estabelecer uma relação automática entre população negra e escravidão contemporânea, mas para evidenciar uma associação territorial que demanda investigações mais aprofundadas.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais). ISBN 978-85-98349-75-6.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil : análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 / Eduardo Paulon Girardi. – São Paulo : Cultura Acadêmica Editora, 2022.

KARA, Siddharth. Modern slavery: a global perspective. New York: Columbia University Press, 2017.

MARTINS, J. de S. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.127-164.

MORAIS, Hugo Arruda de; COSTA, Camila Ferreira da; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. A escravidão contemporânea na formação histórico-territorial do Brasil (século XXI). Terra Brasilis, n. 22, 2024. DOI: https://doi.org/10.4000/155kk. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/16614.

SAKAMOTO, Leonardo. Escravidão contemporânea. Editora Contexto, 2020.

Anexos



Gráfico 1



Mapa 9



Mapa 8



Mapa 7



Mapa 7



Mapa 6



Mapa 5



Mapa 4



Mapa 3



Mapa 2



Mapa 1



Tabela 1



Tabela 2



Tabela 3



Tabela 4



Tabela 5



Tabela 6

CÓDIGO: HS1186

AUTOR: ALISON LOPES MARTINS DA SILVA

ORIENTADOR: SUSANA ISABEL MARCELINO GUERRA DOMINGOS

TÍTULO: NUNCA FOMOS VISTAS COMO INTELECTUAIS OU PRODUTORAS DE CONHECIMENTOMulheres negras na universidade - experiências e questionamentos

Resumo

Com o avanço das políticas de ações afirmativas no Brasil (Lei de Cotas) desde 2012, o perfil discente tornou-se mais diverso, porém o corpo docente permanece hegemonicamente branco. Nesse sentido, o presente artigo tem a intenção de compreender a prática docente no ensino superior, a partir da experiência de três professoras negras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Janaiky Pereira de Almeida, Miriam de Oliveira Inácio e Raquel Farias Diniz. A discussão visa analisar como a experiência racialmente marcada reconfigura as práticas acadêmicas, a escolha de bibliografias e as linhas de pesquisa. O texto evidencia, com dados, que o corpo docente representado pelas mulheres negras ainda é mínimo. Também problematiza-se o não reconhecimento histórico das mulheres negras como intelectuais e a possível permanência do preconceito nos dias de hoje, bem como questões acrescidas que envolvem ser mãe e acadêmica. Finalmente, uma reflexão sobre a importância do ativismo acadêmico com base na raça e no gênero, e sobre o valor da representatividade para as novas gerações de estudantes.

Palavras-chave: Ações afirmativas (cotas raciais), Intelectuais negras, Feminismo

TITLE: WE WERE NEVER SEEN AS INTELLECTUALS OR PRODUCERS OF KNOWLEDGEBlack women in the university – experiences and questions

Abstract

With the advancement of affirmative action policies in Brazil (the Quota Law) since 2012, the student body has become more diverse, yet the faculty remains predominantly white. In this context, this article aims to understand teaching practices in higher education through the experiences of three Black female professors at the Federal University of Rio Grande do Norte: Janaiky Pereira de Almeida, Miriam de Oliveira Inácio, and Raquel Farias Diniz. The discussion analyzes how racially marked experiences reshape academic practices, the selection of reading materials, and lines of research. The text presents data highlighting that Black women remain vastly underrepresented within the faculty. It also addresses the historical failure to recognize Black women as intellectuals and the potential persistence of prejudice today, as well as the additional challenges involved in balancing motherhood with an academic career. Finally, the article reflects on the importance of race- and gender-based academic activism and the value of representation for new generations of students.

Keywords: Affirmative action, Black female intellectuals, Feminism

Introdução

Com a considerável entrada de pessoas negras nas universidades públicas brasileiras na última década e meia – resultado principal da lei de cotas – nós nos deparamos com um novo desafio para a historiografia brasileira contemporânea. As mulheres (também os homens) negras passam a constituir a real possibilidade da existência de um novo sujeito social, endereçado por seu hibridismo, borrando as noções de fronteira cultural e de barreira social.(Veiga, 2020, p.18)

O trecho acima, retirado de um artigo de Ana Veiga, expõe o ponto de partida dessa pesquisa de iniciação científica, uma vez que, seu autor ingressou na universidade pública utilizando as cotas étnico-raciais e escolhendo temáticas de estudos antes deixadas de lado ou tratadas com menor importância. Desse modo, é preciso colocar que nós pessoas negras, indígenas, quilombolas, expandimos os estudos sobre as minorias, e estamos indo além, dia após dia, em que cada TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), dissertação e tese defendida por nós, faz parte de uma reparação histórica, uma vitória para quem foi e ainda é oprimido, seja pela raça, como pelo gênero ou a classe.

Diante desse contexto, é importante informar que a escrita deste estudo parte de um homem negro, cotista e marginalizado que a partir de leituras afrodiaspóricas como Baldwin (1984), Lorde (1983), Adichie (2017), Biko (1970) e as Coletivo Combahee River (1977) comoveu-se com a causa dos negros, com a luta cotidiana e acadêmica antiracista e antisexista que atinge, principalmente, as mulheres negras. O tom da escrita do texto, é inspirado por Giovana Xavier no seu livro “Você pode substituir mulheres negras como objetos de estudo por mulheres negras contando sua própria história” (2019), onde a historiadora, educadora e intelectual escreve em primeira pessoa, numa escolha política e metodológica. Esse estilo de escrita também passa pelo conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo, isto é, “o texto que você escreve carrega necessariamente quem você é” (Xavier, 2019, p.92).

Nesse contexto, pessoas marginalizadas e periféricas que foram excluídas da história conservadora do Brasil, adentraram às universidades pela lei de cotas raciais em 2012, reprogramando as temáticas de pesquisas e dando novos sentidos aos âmbitos da academia. De acordo com Xavier (2019, p.102) “esses novos sujeitos contribuem para democratizar o sentido do que é ser acadêmico no Brasil, incomodando os “sonos injustos”, como diria Conceição Evaristo.”. Considerando tal cenário, observou-se um ativismo na luta contra o racismo, a misoginia, ao preconceito de gênero e de classe, como também um agenciamento político sobre as questões étnico-raciais, valorização das ações afirmativas e sensibilidade em relação à diferença por parte das três professoras entrevistadas, Janaiky Pereira de Almeida, Miriam de Oliveira Inacio e Raquel Farias Diniz, as quais desconstroem os estigmas impostos às mulheres negras por uma sociedade racista e machista, integrando às suas pesquisas conhecimentos historicamente marginalizados e invisibilizados (Santos e Silva, 2020). Suas contribuições também passam pelas suas orientações, projetos de pesquisa, de extensão, ofertas de disciplinas, escolhas de referências bibliográficas, além de outras atitudes que perpassam o campo acadêmico, como por exemplo ser reconhecida pelos estudantes com admiração e respeito e como pessoas que lutam pelas minorias sociais. Tais minorias, representadas pelosestudantes oriundos da escola pública, onde me incluo — negros e cotistas que aprenderam a partir das leitura de intelectuais negras que “nossa fala estilhaça a máscara do silêncio” (Evaristo apud Xavier, 2019, p.95).

Metodologia

Assim, produziu-se um roteiro estruturado em 18 perguntas, algumas tendo como fundo a situação histórica das mulheres negras e outras foram elaboradas a partir da leitura de Castro e Mayorga (2023), Santos e Damasceno (2019), Santos e Silva (2020), Veiga (2020) e Xavier (2019). Além disso, o referencial bibliográfico selecionado permitiu a elaboração de questões voltadas a explicitar as vivências das docentes e os desdobramentos destas em sua prática acadêmica. Tal abordagem fundamenta-se na concepção de Santos e Damasceno (2019, p. 84), para os quais a experiência consiste em um “acontecimento que nos afeta, modificando nossos modos de agir e pensar porque nos sensibiliza para a necessidade de entender o mundo a nossa volta”, constituindo os sujeitos eticamente e orientando suas atuações política e profissional. Quanto aos critérios de seleção das três intelectuais, a busca inicial realizou-se por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), plataforma adotada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para o gerenciamento de turmas e o suporte a diversas atividades da comunidade acadêmica.

A identificação e o mapeamento de docentes negras no âmbito acadêmico da UFRN apresentaram desafios desde o início da pesquisa, em razão da reduzida representatividade desse grupo. A percepção inicial quanto à escassez de professoras — obtida por meio do levantamento preliminar dos corpos docentes dos departamentos, sobretudo nas áreas de Ciências Humanas e Sociais — foi posteriormente corroborada por dados oficiais fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROGESP/UFRN). A análise documental confirmou, de maneira objetiva, a sub-representação de docentes negras nos cursos analisados.

Apesar dessa dificuldade inicial, foi possível, felizmente, identificar intelectuais negras. A escolha das entrevistadas contou com o apoio e a indicação de docentes e colegas que já conheciam seus trabalhos. Em seguida, realizou-se uma consulta ao Currículo Lattes de cada professora, pois a área de atuação também era um critério de seleção. Entretanto, é importante citar que apesar da análise do currículo lattes ter sido um dos critérios para a escolha das entrevistadas, é válido ressaltar que "viver não cabe no Lattes" (Santos e Silva, 2020, p.27). Diante disso, procurou-se priorizar docentes com pesquisas voltadas para minorias sociais e grupos marginalizados, mesma linha de investigação adotada no presente estudo, assim, tal área temática foi identificada nos currículos de Janaiky Pereira de Almeida, Miriam de Oliveira Inacio e Raquel Farias Diniz.

Após a delimitação das docentes participantes, buscou-se aprofundar o conhecimento sobre suas respectivas áreas de pesquisa e produções acadêmicas. Esse levantamento evidenciou a diversidade e a riqueza dos objetos de estudo próprios das Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente do Serviço Social (Miriam Inacio e Janaiky de Almeida) e da Psicologia (Raquel Diniz) e como esses campos de estudo podem contribuir para o debate étnico-racial dentro da universidade. Vale salientar também que as entrevistas seguiram uma sequência cronológica, iniciando-se com as professoras Miriam Inacio e Raquel Diniz, e concluindo-se com a professora Janaiky de Almeida. Os três encontros permitiram estar "diante da vez e das vozes que chamam para si o direito e o espaço dessa fala" (Veiga, 2020, p.20). Dessa forma, vale pontuar que durante a condução das sessões, priorizou-se a escuta atenta e sem interrupções. Contudo, a profundidade dos discursos, expressa nos relatos, nas narrativas e nas trajetórias compartilhadas, somada ao roteiro de perguntas, fomentou muitas vezes um diálogo entre pesquisador e entrevistadas. Afinal, para um jovem negro, inciante no mundo acadêmico, escutar as vozes e as narrativas de intelectuais negras que trilharam caminhos não esperados para as pessoas negras é magnifico e acolhedor.

Resultados e Discussões

DOCENTES ENTREVISTADAS

Como mencionado anteriormente, integram o estudo as professoras Janaiky Pereira de Almeida, Miriam de Oliveira Inácio e Raquel Farias Diniz, vinculadas aos seus respectivos departamentos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Cabe ressaltar que os dados biográficos e acadêmicos apresentados a seguir foram obtidos a partir da consulta aos seus currículos Lattes, bem como por meio das entrevistas concedidas pelas professoras. Sendo assim, passa-se agora à apresentação das docentes.

A professora Janaiky Pereira de Almeida possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2007), mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (2010) e doutorado em Política Social na Universidade de Brasília (2017). Professora do Departamento de Serviço Social da UFRN (graduação e Pós-graduação) onde integra o Grupo de Pesquisa Trabalho Ética e Direitos (GEPTED). Compõe o Grupo Temático de Pesquisa de Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Atuou por sete anos como

docente no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, onde integrou a coordenação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Semi-Árido. No campo da pesquisa e elaboração teórica tem desenvolvido estudos sobre os temas: História de lutas e resistências das mulheres negras e Relações sociais de classe, raça e sexo/gênero (Almeida, 2026).

Já a professora Miriam de Oliveira Inácio é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1997). Possui Mestrado em Serviço Social (2003) e Doutorado em Serviço Social (2013) pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Doutorado em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2024). Atualmente é professora efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Feminismos Materialistas e Marxistas, Movimentos Feministas, Emancipação das Mulheres, Patriarcado, Violências contra as Mulheres, Políticas Públicas para as Mulheres, Políticas Públicas e Participação Popular, Trabalho Profissional e Projeto Ético-Político do Serviço Social (Inacio, 2025).

Com relação a Raquel Farias Diniz, é doutora e mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Realizou Doutorado Sanduíche (SWE/CNPq) na Universidade de Barcelona (Espanha, 2013-2014), junto ao Grupo PsicoSAO, e desenvolve Pós-Doutorado na Universidade de Auckland (Nova Zelândia, 2026). Coordenadora do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (obPALA/UFRN) e pesquisadora do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPA/UFRN). Atua em ensino e pesquisa na área da Psicologia Ambiental e Comunitária, com ênfase em estilos de vida sustentáveis, direito à cidade, povos e comunidades tradicionais e história da Psicologia Ambiental na América Latina. Trabalha também em Epistemologia e Metodologia de Pesquisa em Ciências Humanas, com enfoque crítico e participativo. Foi professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e editora associada e chefe da revista Estudos de Psicologia (Natal) (Qualis A1). Ocupa o cargo de professora adjunta do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPgPsi) da UFRN (Diniz, 2025).

QUEM ESTÁ ASSUMINDO OS CARGOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS ?

A promulgação da Lei nº 12.711/2012, marco das políticas de ações afirmativas no Brasil, institucionalizou mecanismos de reserva de vagas nas universidades públicas, visando mitigar desigualdades estruturais e promover a democratização do acesso para grupos que foram historicamente excluídos. Entretanto, apesar de uma entrada cada vez mais frequente de pessoas negras como estudantes, as cadeiras de docentes universitários ainda encontram-se majoritariamente ocupadas por pessoas brancas. Diante desse cenário, é interessante refletir sobre os dados do Censo da Educação Superior de 2024, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que registrou uma acentuada disparidade racial na composição do corpo docente do ensino superior, visto que os professores brancos constituem maioria expressiva, ao passo que docentes autodeclarados pretos, pardos e indígenas representam uma parcela minoritária. No que concerne à categoria de gênero, verifica-se a predominância de docentes do sexo masculino, e o corpo docente feminino figura como grupo sub representado (INEP, 2025).

As evidências apresentadas referem-se ao panorama do corpo docente da educação superior em escala nacional. Ao delimitar o escopo da análise para o corpo docente da UFRN torna-se imprescindível destacar os dados da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROGESP/UFRN) que registrou disparidades significativas, haja vista que dos 2000 docentes efetivos da UFRN, apenas 25 são mulheres negras, em relação à categoria de professores substitutos, visitantes e temporários, dos 332 apenas 7 são mulheres negras (UFRN, 2026). Estes números evidenciam uma barreira estrutural no acesso e na permanência de professoras negras no ensino superior.

A EXPERIÊNCIA RACIALMENTE MARCADA

Tal como se afirma em "Experiências de Professoras/Intelectuais negras na Universidade: entre o Direito à Diferença e A Competência Pedagógica", nossas trajetórias acadêmicas e profissionais, juntamente com nossos valores e comportamentos, estarão racialmente marcados em nosso trabalho cotidiano (Harrison, 2008 apud Santos e Damasceno, 2019). Tal noção de experiência parte do pressuposto de que a experiência está intrinsecamente entrelaçada aos valores e aos comportamentos atravessados pela questão racial. Diante disso, observou-se, precisamente, que tal dinâmica se manifesta na trajetória de mulheres negras enquanto sujeitas e intelectuais. Além disso, Santos e Damasceno (2019) a partir de Harrison (2008) e também Larrosa (2015, 2011 e 2003) abordam que a experiência é um conceito central que nos constitui eticamente e organiza nossos modos de pensar e agir e não se limita a vivências passadas ou individuais, mas consiste no acontecimento que nos afeta e sensibiliza, modificando nossa compreensão do mundo. Dessa forma, a experiência define tanto nossa atuação política quanto profissional. Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão: de que maneira a experiência das docentes incide sobre suas práticas acadêmicas. Janaiky de Almeida disserta, como fundamental, a experiência no seu trabalho como docente, uma vez que:

> (...) Me dá um arcabouço de análise e de diálogo melhor né, (...) minhas experiências (...) como mulher negra (...) como ativista de movimento de mulheres e que conhece a realidade de outras mulheres, entra muito nas experiências das minhas disciplinas porque eu tento a cada disciplina, (...) conhecer a realidade das minhas discentes. (LOPES, Alison. Entrevista com Janaiky Almeida. Natal: 2025.)

Dessa maneira, é interessante perceber que "o ser professora e pesquisadora não se resume a técnicas, conteúdos e modelos de avaliação e investigação" (Santos e Damasceno, 2019, p.72). As técnicas, os conteúdos, os modelos de avaliações e pesquisa são indispensáveis, mas existem outros elementos que envolvem a docência; a experiência é um desses fatores, pois contribui para conhecer a realidades não apenas de indivíduos, mas de grupos. A raça, bem como o gênero são realidades que perpassam o individual, são experiências compartilhadas.

Sendo assim, a experiência atravessada pela questão racial se entrelaçam diretamente com o ativismo protagonizado pelas docentes na universidade, haja vista que condicionam suas atitudes na academia. Então, convém ressaltar também que perceber-se como pessoa negra implica em "reconhecer-se enquanto sujeito negro, possuindo um papel político na construção de uma prática pedagógica que desvele o racismo" (Gomes, 1995, p. 119 apud Santos e Silva, 2020, p.21).

Nesse contexto, em torno das discussões que envolvem seu campo de estudo, a Psicologia Ambiental, com as questões etnico-raciais, Raquel Diniz conta que além de criar uma disciplina — Psicologia e Relações Raciais — incluiu essas pautas também na sua área de pesquisa: "fui trazendo esses debates para a psicologia ambiental (...) porque fui vendo sentido em incorporar essas discussões na psicologia ambiental" (Diniz apud Lopes, 2025). Além disso, Raquel narra que compreender-se enquanto pessoa negra também influenciou nas suas práticas acadêmicas, pois, além de criar uma disciplina acerca relações raciais e adicionar essas discussões na sua principal área de estudo, também incorporou essas discussões na disciplina de métodos de pesquisa:

> Quando eu tomei essa consciência racial de mim mesma como pessoa negra, fui me vendo nos espaços (...) Na psicologia ambiental, no meu circuito entre colegas de outras universidades (...) encontrei o meu lugar de militância (...) Eu dou uma disciplina que é introdução a métodos de pesquisa que é um debate mais filosófico da pesquisa, mais epistemológico. Então, nessa disciplina os alunos leem Fanon, Lélia Gonzalez, para pensar a produção do saber, Lélia fala sobre o racismo na academia, então, a gente fala sobre isso na disciplina. (LOPES, Alison. Entrevista com Raquel Diniz. Natal: 2025.)

Dessa forma, fica claro que a inclusão das discussões etnico raciais estão presentes em seu cotidiano na universidade. Com relação a Miriam Inácio, ela relata que ministra o componente curricular de Ética Profissional em Serviço Social e também busca adicionar as problematizações que envolvem o combate ao racismo e à temática racial, além do entendimento de outras relações que contemplam os grupos minoritários, assim, a professora atua no enfrentamento a diversas formas de opressão e procura:

> buscar formas de enfrentamento a todas as relações de opressão, de exploração e de violência. (...) a questão da legalização do aborto, a questão das cotas étnico raciais nas universidades, (...) é uma reflexão crítica (...) sobre os valores em disputa na sociedade (...) Que valores eu preciso legitimar? Para enfrentar o racismo, o sexismo, a homofobia, a transfobia, a cultura meritocrática (...) a gente precisa aprender quais são as reivindicações desses (...) movimentos anti racistas, movimento negro. (LOPES, Alison. Entrevista com Miriam Inácio. Natal: 2025.)

Assim, cabe citar que, conforme argumentam (Santos e Silva, 2020) na educação superior, são as mulheres negras que protagonizam a construção e a articulação de novos

saberes por meio de uma epistemologia antirracista, instrumento fundamental no combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação e às opressões individual e institucional. Nesse sentido, vale citar novamente o papel desempenhado por Janaiky posto que, além de tentar conhecer a realidade das estudantes, faz questão de ressaltar a produção de pessoas negras, e dar visibilidade, também, às pessoas negras em suas disciplinas:

> Tenho consciência no meu papel como educadora, da responsabilidade que eu tenho de passar referências que sejam também, e não é passar só porque são mulheres negras, não é passar só porque são pessoas negras. Mas são pessoas negras que tem uma produção riquíssima (...) a gente está tentando formar o NEABI que é o núcleo de estudos sobre isso de povos negros e indigenas. (LOPES, Alison. Entrevista com Janaiky Almeida. Natal: 2025.)

A iniciativa de formar o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), introduzir autoras negras é um ponto a ser destacado. A criação de disciplinas que priorizem o debate racial, assim como a introdução dessa temática em outros campos de estudos também merece ser ressaltado. A presença das mulheres negras no ensino superior representa mais do que uma estratégia para a superação do racismo e o rompimento de barreiras socioculturais; trata-se do anseio de uma coletividade que transcende os âmbitos individual, familiar e ativista, projetando expectativas positivas para a população negra (Santos e Silva, 2020).

O NÃO RECONHECIMENTO COMO INTELECTUAL

De acordo com Giovana Xavier “o Brasil conta hoje com um número considerável de mulheres negras que movimentam estruturas, alcançando lugares inesperados para quem é, historicamente, objetificada, com sua intelectualidade negada” (2019, p.27). Desse modo, o não reconhecimento como intelectuais foi algo reafirmado durante as entrevistas, e consonante a isso, vale dizer que “é o conceito ocidental sexista/ racista de quem e o quê é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual” (hooks, 1995, p. 468 apud Santos e Damasceno, 2019, p.73). Diante disso, Janaiky complementa que “nós pessoas negras, e nós mulheres negras, nunca fomos vistas como intelectuais, ou produtoras de conhecimento, o nosso conhecimento não era conhecimento válido.” (Almeida apud Lopes, 2026). Quem é facilmente reconhecida como intelectual? A partir de Giovanna Xavier (em consonância com o trabalho de bell hooks), podemos inferir que mulheres negras com dificuldades são identificadas como intelectuais, pois não se espera que uma mulher negra tenha doutorado, já que esses espaços de poder ao longo da história estiveram ocupados pelas pessoas brancas, conforme lembra Janaiky de Almeida:

> Os espaço de representação eles são mais legitimados pela mulher branca e pelo que representa a classe social também (...) A gente tem mais probabilidade de não ser reconhecida (...) como professora do que uma mulher branca. “Ah você é professora da universidade”. Então, é como uma surpresa. (LOPES, Alison. Entrevista com Janaiky Almeida. Natal: 2025.)

Miriam Inácio relembrou de um ocorrido quando iniciou a docência na UFRN, como professora substituta:

> eu lembro de uma situação em que um parlamentar na época, até de esquerda, frequentava a universidade e era um momento de campanha eleitoral e quando eu estava na sala, eu estava sentada no birô da sala de aula na condição de professora e ele chegou e disse : "Quem é a professora, onde está a professora ?" e digo : "A professora sou eu". Então, eu nunca esqueci disso. (LOPES, Alison. Entrevista com Miriam Inácio. Natal: 2025.)

Mesmo diante de fatos claros, a docente não teve sua condição de professora universitária reconhecida, um reflexo direto do racismo, que ainda dificulta o reconhecimento de pessoas negras em posições de autoridade e prestígio.

A REPRESENTATIVIDADE INTELECTUAL NEGRA

Ao levarmos em conta a quantidade de professoras negras na UFRN, pelos dados já mostrados da (PROGESP/UFRN), fica claro que existe uma falta de representação para os estudantes negros e negras, se antes a nossa demanda era por mais estudos sobre a população negra dentro da academia, hoje passamos a olhar criticamente para quem guia as disciplinas, os projetos de pesquisa e extensão, a escolha de referências e as orientações. Afinal, "quando o assunto é representatividade negra, a comunidade acadêmica, hegemonicamente branca, é marcada por um enorme abismo entre teoria e prática" (Xavier, 2019, p.94). Sob essa perspectiva, Janaiky de Almeida e Raquel Diniz nos recordam da importância que essa representatividade tem em seus fazeres acadêmicos:

> Às vezes eu não percebia, só muito recente isso do papel, do que representa uma mulher negra (...) Já ministrei a disciplina de feminismo e (...) um discente da filosofia que veio cursar aqui (...) me falou ao final da disciplina, o quanto foi importante fazer uma disciplina com uma mulher negra, uma mulher negra lésbica ele era um menino gay também. Então, são várias nuances que perpassam a minha vida, eu sou uma mulher negra lésbica, mãe atípica. E o que a minha figura representa para as gerações futuras isso me dá orgulho e uma responsabilidade ao mesmo tempo. (Almeida, 2026, informação verbal).

A representatividade também mostra que a relação entre discentes e docentes, vai além de provas, avaliações ou aulas, afinal, ter alguém que lhe representa, é importante, pois, para jovens negros e negras advindos das classes inferiores, imaginar-se ocupando grandes cargos acadêmicos não é tão fácil. Giovana Xavier (2019), no capítulo A escrevivência acadêmica, menciona que oferta uma disciplina sobre intelectuais negras desde 2015 e nas palavras dos estudantes, essa experiência acadêmica tem sido curativa. Assim, entende-se a representatividade dentro das salas de aulas da universidade também como uma vivência curativa. Nesse contexto, em tom de alegria e orgulhosa de si, Raquel Diniz conta que:

> Os meus alunos negros, as minhas alunas negras me reconheceram como a única professora negra do departamento. (...) e aquilo para mim, me deu uma noção da importância disso, de ser essa pessoa, e não uma representatividade esvaziada (...) mas, ser essa pessoa que vai falar em nome disso também. Então, (...) entender que o meu lugar, como mulher negra, como intelectual negra, como professora negra representa algo importante para quem está chegando (...) então, faço questão de ser muito coerente compreendendo a raça, (...) como sendo, um cartão de representação. (LOPES, Alison. Entrevista com Raquel Diniz. Natal: 2025.)

As narrativas expostas exibem o protagonismo de intelectuais negras na academia, e a relevância do lugar que ocupam, pois suas presenças transformam o campo acadêmico que "muda com a presença da diversidade e a visibilidade da atuação das mulheres negras

que estão para além do individual" (Santos e Silva, 2020, p.27). Assim, tal representatividade é transpassadas não apenas para um grupo específico, mas para aqueles que estão entrelaçados por algumas demarcações, sejam elas de raça, gênero e/ou classe, pois conforme argumenta Veiga (2020), o conceito de interseccionalidade que tem como principais estudiosas, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw, explica que a união de duas ou mais dessas dimensões perpassam a vida das mulheres negras e com as intelectuais e as estudantes não é diferente.

Portanto, o reconhecimento dos estudantes e a consciência das professoras acerca do seu lugar na universidade, evidencia um comprometimento em construir uma "agenda acadêmica negra na universidade pública" (Xavier, 2029, p.95).

MATERNIDADE E ACADEMIA

Outra questão pertinente e que merece atenção é a maternidade, que por si só implica em diversos desafios para as mulheres de maneira geral. As produtoras de conhecimento da universidade também emergem nessas adversidades quando decidem ser mães e enfrentam muitos desafios, como lidar com as demandas da maternidade e as demandas acadêmicas. A partir desse contexto, vale citar que Xavier também disserta em seu texto sobre as relações entre maternidade e produção científica e lança a seguinte pergunta: "como assegurar que mães tenham direito ao tão sonhado tempo para si próprias? Para suas demandas e desejos individuais?" (2019, p.130). Janaiky de Almeida, durante a entrevista, relatou as problemáticas que envolvem o ser mãe e acadêmica:

> A universidade ainda é um espaço que não é para mulheres, mulheres mães principalmente (...) sou mãe solo de dois meninos que são crianças consideradas atípicas, mas a universidade, por mais que se tenha uma resolução por exemplo que reduz um pouco a carga horária para que eu possa acompanhar meus filhos nas terapias e em outros espaços, não deixa de me exigir o mesmo nível de produtividade para progressão, ou de produzir artigos, dá conta de orientação. (LOPES, Alison. Entrevista com Janaiky Almeida. Natal: 2025.)

Fica clara então a dificuldade que as mulheres mães e intelectuais vivem, uma vez que os ambientes de poder não foram pensados para elas.

Conclusão

Portanto, os estudos sobre as intelectuais negras é indispensável, para um olhar crítico de quem está produzindo a ciência nas universidades, pois, diante da situação histórica das mulheres negras no Brasil, a condição de formadoras de saberes não foi-lhes dada, em razão de todo o racismo, sexismo e exclusão da população negra das esferas de poder. Dessa maneira, dar visibilidade a intelectuais que desempenham esse papel de professora

e pesquisadora na Universidade é ressignificar, desconstruir, e deslegitimar a imagem de quem é intelectual. Os dados que foram abordados, são alarmantes e expõem de forma precisa e clara, que em detrimento das dificuldades de acesso e permanência também por uma razão histórica, o número de intelectuais negras é bastante reduzido. Daí a grande importância das cotas, por ajudarem a pagar uma dívida histórica à população negra.

Ademais, defende-se a adição do debate étnico racial, nas pautas acadêmicas não apenas da UFRN, mas nas universidades de todo o país, a conscientização deve acontecer. Compreende-se também que pesquisas mais aprofundadas, devem ser feitas, visando um aprofundamento das questões que envolvem ser intelectual negra, posto que a academia no geral é, hegemonicamente, branca. Então, Cabe refletir sobre todas as questões observadas criticamente neste artigo, como: a experiência racialmente marcada, o não reconhecimento como intelectual, a importância da representatividade, as questões que envolvem a maternidade vivenciada por docentes universitárias.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma única história. Papo de Homem, 2017. Disponível em: https://papodehomem.com.br/o-perigo-de-uma-unica-historia/. Acesso em: 5 mai. 2017.

ALMEIDA, Janaiky. Currículo do Sistema de Currículos Lattes. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0887860321591851. Acesso em: 15 ago. 2026.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Saberes-fazeres feministas decoloniais na universidade: contribuições subjetivas, epistêmicas e políticas de intelectuais negras. Psicologia e Sociedade, v. 35, e277140, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277140.

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River: The Combahee River Collective Statement. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. [S. l.]: [s. n.], 2019. (Original de 1977).

BALDWIN, James. Um estranho na aldeia. In: Notas de um filho nativo. Prefácio à edição de 1984.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Painel de Estatísticas do Censo da Educação Superior. [Brasília, DF], 2025. Disponível em:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 21 jul. 2026.

BIKO, Bantu Steve. Nós, os negros (1970). A definição da Consciência Negra (1971). Tradução do Núcleo de Estudantes Negras Ubuntu. Salvador: UNEB.

DINIZ, Raquel. Currículo do Sistema de Currículos Lattes. Brasília, DF: CNPq. 2026. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/1787447588845163. Acesso em: 17 ago. 2026.

INÁCIO, Miriam. Currículo do Sistema de Currículos Lattes. Brasília, DF: CNPq. 2026. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/5669569900331826. Acesso em: 16 ago. 2026.

LORDE, Audre. Olho no olho: mulheres negras, ódio e raiva. Tradução de Stephanie Borges. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, n. 29, jul. 2018. (Originalmente publicado na revista Essence em 1983 e na coletânea Sister Outsider).

LOPES, Alison. Entrevista com Miriam Inácio. Natal: 2025.

LOPES, Alison. Entrevista com Janaiky de Almeida. Natal: 2026.

LOPES, Alison. Entrevista com Raquel Diniz. Natal: 2025.

SANTOS, Ana Cristina Conceição; SILVA, Maria Aparecida. Doutoras negras na academia: Ressignificando o espaço de produção do conhecimento. Revista de Ciências Humanas, [S.l.], v. 2, n. 24, p. 21-42, 2020. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/390789624_Doutoras_negras_na_academia_Ressignificando_o_espaco_de_producao_do_conhecimento.

SANTOS, Sônia ; DAMASCENO, Ilaina. Experiências de professoras/intelectuais negras na universidade: entre o direito à diferença e a competência pedagógica. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 15, n. 32, p. 69-88, abr./jun. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5044.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Portal Progesp Transparência: ÔGente – Gestão de Indicadores. Natal: UFRN, 2026. Disponível em: https://progesp.ufrn.br/secao/transparencias#secao-404. Acesso em: 21 jul. 2026.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. Tempo & Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0101, jan./abr. 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0101. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0101. Acesso em: 13 out. 2025.

XAVIER, Giovana. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

CÓDIGO: HS1190

AUTOR: LEONARDO SIQUEIRA CAVALCANTI FILHO

ORIENTADOR: JOANA TEREZA VAZ DE MOURA

TÍTULO: Sentido político da agroecologia na pauta dos movimentos socioterritoriais agrários: uma análise a partir do Banco DATALUTA (2020-2025)

Resumo

A busca de um sentido político da agroecologia na pauta dos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil a partir do banco de dados da REDE DATALUTA Agrário (2020-2025) adota uma abordagem qualitativa e quantitativa fundamentada nos referenciais teóricos de movimentos socioterritoriais, nos repertórios de ação e nas disputas pelos territórios materiais e imateriais. Do universo de 2.231 registros catalogados no período, identificaram-se 164 ações diretamente vinculadas à pauta da agroecologia. A análise da série histórica entre o triênio 2020-2022 (49 ocorrências) foi marcado por repertórios de ação a partir, principalmente, das ações de doação de alimentos, numa perspectiva da solidariedade comunitária para o enfrentamento à fome no contexto pandêmico. O triênio 2023-2025 (115 ocorrências) foi caracterizado por um aumento de 134,7% no número de ações que tiveram como pauta a agroecologia, especialmente pela consolidação de ações propositivas de incidência em políticas públicas para a transição ecológica. Os dados de 2025 demonstram a intersetorialidade da agroecologia, que se articula ainda às pautas da agricultura familiar (35,5%), da luta pela terra (28,9%) e à questão socioambiental e climática (23,6%). Conclui-se que a agroecologia opera como conceito guarda-chuva e tecnologia política indispensável, unindo a produção sustentável à disputa de territórios e à formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Agroecologia;Movimentos Socioterritoriais;REDE DATALUTA;ações coletiva

TITLE: Political sense of agroecology in the agenda of agrarian socio-territorial movements: an analysis based on the DATALUTA Bank (2020-2025)

Abstract

The search for a political meaning of agroecology on the agenda of agrarian socio-territorial movements in Brazil, based on the database of the REDE DATALUTA Agrário (2020-2025), adopts a qualitative and quantitative approach grounded in the theoretical frameworks of socio-territorial movements, action repertoires, and disputes over material and immaterial territories. From the universe of 2,231 records cataloged in the period, 164 actions directly linked to the agroecology agenda were identified. The analysis of the historical series between the three-year period 2020-2022 (49 occurrences) was marked by action repertoires based mainly on food donation actions, from a perspective of community solidarity to combat hunger in the pandemic context. The three-year period 2023-2025 (115 occurrences) was characterized by a 134.7% increase in the number of actions that focused on agroecology, especially due to the consolidation of proactive actions influencing public policies for ecological transition. The 2025 data demonstrate the intersectoral nature of agroecology, which is also linked to the agendas of family farming (35.5%), the struggle for land (28.9%), and socio-environmental and climate issues (23.6%). It is concluded that agroecology operates as an umbrella concept and indispensable political technology, uniting sustainable production with territorial disputes and the formulation of public policies.

Keywords: Agroecology;Socioterritorial Movements;REDE DATALUTA;collective action

Introdução

As ideias relacionadas ao sentido político da agroecologia na pauta dos movimentos socioterritoriais agrários são relevantes de serem investigadas por possuírem em sua essência um caráter anti sistêmico que coloca em disputa eixos importantes dos modos de produção e alimentação da sociedade. Ao reivindicar a valorização dos mercados locais, a proteção das sementes crioulas, o respeito aos camponeses e seus modos de vida e a ruptura com a dependência de insumos externos, a agroecologia expõe uma alternativa socioambiental equilibrada e contrária ao agronegócio autofágico do capitalismo. Do mesmo modo, anti sistêmico e emancipatório na disputa econômica, política, territorial e dos corpos, a agroecologia é assumida como a base técnica e política de ações também relacionadas ao conceito soberania e segurança alimentar, pois devolve aos camponeses o controle sobre os meios de produção, sendo um conceito interdisciplinar (Rosset e Altieri, 2018, p. 130-138).

Neste sentido, nos últimos anos, o debate sobre a agroecologia consolidou-se como pauta central dos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil, graças a sua transversalidade e importância como ferramenta de transformação social. Ao argumentar que esses sujeitos têm como finalidade a construção de territórios camponeses, Fernandes (2005) os conceitua como movimentos socioterritoriais, ressaltando que estes não apenas disputam o espaço, mas constroem sua própria identidade a partir dele. Nessa lógica, a categorização das definições teóricas de movimento social estudadas na academia são empregados de forma orgânica e multifacetada na história dos movimentos socioterritoriais. Isso ocorre através dos tipos de ações, como as ocupações; mas também através de narrativas, como formas de luta e resistência, defesa dos interesses e das pautas pertinentes ao interesse social do grupo (Fernandes, 2005).

A fim de estruturar o sentido político da agroecologia como pauta dos movimentos socioterritoriais agrários a partir de uma análise do Banco de dados da REDE DATALUTA (2020-2025), o presente trabalho tem como objetivo compreender como os movimentos socioterritoriais agrários abordam a pauta da agroecologia em seus repertórios de ações, utilizando os registros de notícias do banco DATALUTA Agrário.

Para isso, também será empregada a perspectiva sociopolítica dos movimentos socioterritoriais agrários, como uma tecnologia política histórica, com regras de comportamento e formas estruturadas de validar suas demandas e ações (Tilly e Wood, 2010). Desta maneira, os meios de comunicação e de disseminação de informações, seja por caráter ideológico ou por ignorância, provocam uma inflação semântica que rotulam qualquer protesto efêmero, ação pontual ou mobilização digital como movimento social. Neste sentido Tilly e Wood (2010) definem como competências desses sujeitos três atributos essenciais que garantem sua continuidade: as campanhas (esforço público e sustentado de reivindicação); os repertórios de ação (ferramentas acumuladas como marchas, ocupações e jornadas) e as métricas WUNC, valor (worth), unidade (unity), número (numbers) e compromisso (commitment). Neste sentido, a capacidade de sustentar e desempenhar esses atributos ao longo do tempo distingue os movimentos socioterritoriais de atos momentâneos (Tilly e Wood, 2010).

Este texto está organizado em 4 seções, onde, a seção um é a introdução junto ao objetivo do artigo, a seção dois apresenta o detalhamento dos procedimentos metodológicos, a seção três fala do resultados e discussões, por fim, a seção quatro exibe as considerações finais sintetizando as contribuições e apontamentos do sentido político da agroecologia na pauta dos movimentos socioterritoriais agrários.

Metodologia

Descrição de Métodos e objetivo

Este artigo insere-se no âmbito de uma pesquisa mais ampla desenvolvida sob os procedimentos científicos da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), um banco de dados das lutas por espaços e território, vinculada ao projeto interinstitucional Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada, financiado pelo Programa CAPES/Print entre os anos de 2020 e 2025, sob coordenação geral do professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes (UNESP). Esta investigação busca uma perspectiva crítica de leitura da realidade sociopolítica dos movimentos socioterritoriais agrários, mobilizando referenciais teóricos comprometidos com a interpretação e compreensão das dinâmicas desses sujeitos a partir de lentes decoloniais, emancipadoras, autônomas e anti sistêmicas, em diálogo direto com o pensamento crítico latino americano.

A condução metodológica da pesquisa objetiva compreender como os movimentos socioterritoriais agrários dão sentido à pauta da agroecologia em seus repertórios de ações, utilizando como base de dados empírica os registros de notícias do banco DATALUTA Agrário.

Materiais,equipamentos e técnicas utilizados

Para a realização deste trabalho, a coleta, o processamento, a sistematização e a análise dos dados apoiaram-se em um conjunto integrado de materiais bibliográficos, recursos de hardware e ferramentas de software. O material empírico de suporte baseou-se nos relatórios e planilhas de dados brutos do acervo da REDE DATALUTA Agrário (2020-2025), além do acervo de notícias jornalísticas, notas públicas digitais e literatura técnico-científica em formato PDF. A infraestrutura tecnológica utilizada consistiu em computadores do Grupo de Pesquisa e Extensão do Instituto de Políticas Públicas da UFRN, o Laboratório de Estudos Rurais da UFRN (LABRURAL/UFRN), com acesso à internet para navegação, armazenamento e processamento das informações em nuvem. No âmbito dos softwares, empregaram-se as planilhas eletrônicas do Microsoft Excel e Google Sheets para a filtragem, padronização, cruzamento de variáveis e geração de tabelas. A gestão e o arquivamento das fontes documentais foram realizados na plataforma Google Drive, enquanto a validação e checagem da integridade do acervo digital contaram com o suporte de rotinas automatizadas em linguagem JavaScript desenvolvidas via Google Apps Script.

Por fim, o monitoramento contínuo das matérias na web utilizou o ecossistema de captura da REDE DATALUTA baseado em leitores de RSS e na API do Google Alerts (Suenaga e Fernandes, 2026), enquanto a redação e a formatação do texto final foram conduzidas em processadores de texto como o Google docs.

A estruturação dos dados ocorre por meio de tabelas referente às ações dos movimentos socioterritoriais agrários que atuam na pauta de agroecologia no Brasil foram extraídas do banco de dados buscando estruturar as frequências de ações por movimento, por estado, por região e por ano, permitindo a identificação dos sujeitos coletivos mais atuantes e de sua distribuição territorial. Para categorizar as ações desses movimentos, foi construído um quadro analítico integrado que articula os repertórios e a pauta mobilizada, o enquadramento discursivo , a forma organizativa e a estratégia territorial associada, tomando como referência os conceitos de repertório e WUNC (Tilly e Wood, 2010) e de território material e imaterial (Fernandes, 2009). A estratégia metodológica apoia-se ainda no levantamento, sistematização e categorização qualitativa e quantitativa dos registros de notícias do banco DATALUTA Agrário no recorte temporal de 2020 a 2025.

O procedimento operacional se deu com o isolamento das ações catalogadas sob a pauta da "agroecologia" nas abas de síntese de pautas centrais do acervo observando sua articulação com temas correlatos. A partir do tratamento das planilhas em ambiente eletrônico, os registros foram tabulados extraindo-se as frequências de ocorrência por localização geográfica (macrorregião, estado, município e código IBGE), por sujeitos coletivos (identificando organizações como MST, ANA, ABA, sindicatos e associações) e pelo impacto estimado de pessoas e famílias atingidas. Para dar sentido a estrutura dos repertórios de ação, as iniciativas foram categorizadas segundo as tipologias de ações da REDE DATALUTA, discriminando as ações matrizes e suas respectivas ações derivadas entre comercialização (feiras da reforma agrária e circuitos curtos), comunicativas (cartas abertas e manifestos), eventos/formação (seminários, fóruns e jornadas universitárias) e ações diretas/reivindicatórias. Essa classificação foi

correlacionada à modalidade de atuação dos movimentos (mediação do espaço ou apropriação socioterritorial) e ao alinhamento com a Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A interpretação crítica desse conjunto de dados apoia-se no referencial da tecnologia política movimento social (Tilly e Wood, 2010), articulados às dimensões de produção de território material (práticas físicas e produtivas no espaço) e território imaterial (disputa de ideias, místicas e marcos interpretativos na sociedade) (Fernandes, 2009). Por fim, realizou-se a análise de conteúdo das notícias vinculadas a cada registro (títulos, fontes e matérias) para qualificar o enquadramento discursivo e a divulgação pública das lutas, consolidando o repositório da REDE DATALUTA como ferramenta analítica qualificada para a compreensão do sentido político da agroecologia no contexto brasileiro.

Dessa forma, investiga-se como se origina o sentido político da agroecologia na pauta dos movimentos socioterritoriais agrários pela perspectiva dos dados da REDE DATALUTA para produção de novas formas de ações coletivas e de territorialidade.

Resultados e Discussões

Os dados foram coletados por meio de filtragem e sistematização da palavra chave agroecologia elencada na coluna de pautas em Planilhas, no recorte temporal de 2020 a 2025 do banco de dados REDE DATALUTA Agrário. O tratamento quantitativo das informações exigiu um rigoroso processo de refinamento e padronização metodológica, partindo das bases brutas anuais da REDE DATALUTA até a organização dos dados para etapa de análise qualitativa. O levantamento preliminar identificou um volume bruto de 2.231 registros de ações socioterritoriais agrárias catalogadas entre os anos de 2020 e 2025 conforme a tabela.

Tabela 1: Triagem Metodológica da Seleção e Representatividade dos Dados (2020–2025)

(Em anexos)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados organizados do banco de dados da REDE DATALUTA Agrário (2020–2025).

A partir dessa filtragem, os dados obtidos foram tabulados e organizados em planilhas novas para sistematizar e extrair as variáveis constitutivas de cada ocorrência, identificação do registro (código único, data de submissão e pesquisador responsável), informações da notícia (título da matéria, fonte e data de publicação) e localização geográfica (macrorregião, estado, município e código IBGE). Em conjunto, também foram estruturadas as variáveis relativas à tipologia da ação, discriminadas em ações matrizes e ações derivadas (comercialização, comunicativa, eventos/formação e ações diretas/reivindicatórias), aos sujeitos socioterritoriais envolvidos (tipos e nomes dos movimentos ou organizações), à modalidade de atuação (mediação do espaço ou apropriação socioterritorial) e ao alcance social estimado (quantidade de pessoas e famílias atingidas). Contudo, esse processo resultou em uma seleção analítica de 164

ações designadas com a pauta agroecologia, distribuídas em 13 ocorrências em 2020; 19 em 2021; 17 em 2022; 15 em 2023; 24 em 2024; e 76 em 2025 como ilustrado na tabela 2. Esse tratamento metodológico esclarece que a agroecologia analisada como pauta isolada representa cerca de 7,35% do total de dinâmicas dos movimentos socioterritoriais registradas na base geral neste recorte temporal, viabilizando a extração de um indicador consolidado para a análise qualitativa dos repertórios destes sujeitos na pesquisa do sentido da agroecologia na ação dos movimentos socioterritoriais no Brasil.

Tabela 2: Série cronológica e comparação conjuntural da pauta agroecologia por triênios (2020–2025)

(Em anexos)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados organizados no banco de dados da REDE DATALUTA Agrário (2020–2025).

Para além da expansão quantitativa do volume de registros, a consolidação da pauta de agroecologia ao longo do tempo reflete um aperfeiçoamento na própria arquitetura metodológica de triagem e categorização do Banco de Dados DATALUTA Agrário. Enquanto as planilhas do período de 2020 a 2024 operam com um campo unificado de classificação de pautas, a planilha de 2025 passou por uma mudança estrutural ao adotar o desmembramento em três colunas distintas (pauta 1, pauta 2 e pauta 3). Esse aprimoramento na matriz de captura permitiu registrar com maior precisão a intersetorialidade das lutas dos movimentos socioterritoriais. Como resposta dessa filtragem ampliada, observou-se na integração das colunas 1 e 2 de 2025 um fenômeno de correlação temática, do total de ocorrências de agroecologia, 27 ações apresentaram vínculo direto e simultâneo com a pauta da agricultura familiar conforme representado na tabela 3. Da mesma forma, esse refinamento trouxe à tona uma série de pautas transversais e de suma importância nas disputas sociais, sendo elas, a defesa da natureza, reflorestamento e plantio de arvores, mudanças climáticas, contra o uso de agrotóxicos, soberania e segurança alimentar, tecnologias sociais, educação no campo, luta feminista, reforma agrária, luta pela terra e políticas publicas. Isto é, a agroecologia em 2025 se firmou enquanto categoria analítica aplicada aos estudos sociopolíticos associados aos sujeitos engajados em ações coletivas, não apenas como modelo produtivo apenas, mas como um ponto articulador entre pautas produtivo camponesa, de mudanças climáticas e conservação e de dimensão político estatal.

Tabela 3: Intersetorialidade de pautas relacionadas à agroecologia (2025)

(Em anexos)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados organizados no banco de dados da REDE DATALUTA Agrário (2020–2025).

Como parte dessa análise, os dados de 2025 evidenciam de forma direta como essa abertura multidimensional e multidisciplinar operou na prática do levantamento. No âmbito socioambiental, as pautas voltadas às mudanças climáticas e à questão ambiental esteve presente em 18 das 76 ações registradas (23,6%), impulsionado por pautas específicas como o enfrentamento à crise climática (10 ocorrências), a defesa da natureza (3 ocorrências), o combate ao uso de agrotóxicos (3 ocorrências) e as

iniciativas de reflorestamento e plantio de árvores (2 ocorrências). Em paralelo, a dimensão institucional, política e fundiária permeou 22 das ações catalogadas (28,9%), destacando-se as demandas por reforma agrária e Reforma Agrária Popular (13 ocorrências), as lutas diretas pela terra (5 ocorrências), a exigência de políticas públicas estruturantes (3 ocorrências) e a defesa dos direitos humanos (1 ocorrência).

Isso demonstra que a agroecologia não se manifesta isoladamente no repertório de ação coletiva dos movimentos socioterritoriais. Ao articular organicamente a produção camponesa da agricultura familiar (presente em 35,5% dos casos) com as pautas de mitigação ambiental e a pressão sobre a dimensão política estatal, a pauta da agroecologia enquanto ferramenta estratégica como conceito guarda chuva de mediação socioterritorial e transição ecológica no campo brasileiro, porque integra dimensões científicas, práticas e sociais para orientar sistemas de produção mais sustentáveis para pessoas e meio ambiente.

A investigação sobre o sentido político da agroecologia na pauta dos movimentos socioterritoriais agrários, a partir do Banco DATALUTA (2020–2025), estabelece um diálogo direto com a análise de conjuntura formulada por Souza (1996, p. 9):

Para se fazer análise de conjuntura são necessárias algumas ferramentas próprias para isso. São as categorias com que se trabalha: acontecimentos, cenários , atores, relação de forças e articulação (relação) entre "estrutura" e "conjuntura".

É nesta perspectiva, observando os dados empíricos em uma série histórica que não constituem números aleatórios, expressam a manifestação concreta de acontecimentos encadeados em cenários políticos e sociais específicos. Ao examinar essa dinâmica sob a ótica da Gestão de Políticas Públicas, a comparação entre os dois triênios operacionaliza a análise conjuntural ao revelar como a alteração na relação de forças entre o Estado e os atores sociais redefiniu tanto o repertório de ação dos movimentos camponeses quanto às respostas institucionais do aparelho estatal. A partir do ponto de vista do observador assentado na análise das políticas públicas agrárias, foi percebida uma transição na atuação desses sujeitos coletivos que explicita a articulação dialética entre as transformações conjunturais de curto prazo e a dimensão estrutural do Estado e do capital.

Neste sentido, com base em dados do Banco DATALUTA agrário no primeiro triênio (2020–2022), o cenário esteve marcado pela emergência sanitária da COVID-19, pela escalada da fome e pelo desmantelamento das agendas federais de apoio ao campo. Diante do desamparo estatal e de uma relação de forças abertamente desfavorável às pautas camponesas, a atuação dos atores sociais organizados em torno da agroecologia gerou um conjunto de acontecimentos contabilizados em 49 ações socioterritoriais registradas no banco de dados DATALUTA. Nesse período, esses sujeitos coletivos voltaram suas estratégias para a sobrevivência e a resistência imediata, desdobrando ações focadas na doação de alimentos, na solidariedade comunitária e na mitigação da insegurança alimentar, a exemplo de ações registradas na imprensa como "MST doa 13 toneladas de alimentos em Pernambuco" (UOL, 02/08/2021) e a mobilização da campanha "Natal Sem Fome", que distribuiu dezenas de toneladas de produtos agroecológicos e marmitas em periferias urbanas (MST, 10/12/2021).

Já no triênio posterior (2023–2025), a alteração no cenário político nacional abriu uma janela de oportunidade institucional, tensionando a relação de forças e impulsionando um salto expressivo para 115 acontecimentos registrados, uma expansão de 134,7% em relação ao período anterior. Essa virada conjuntural propiciou transformações de caráter estrutural na arquitetura estatal e nas formas de mediação com os atores dos movimentos socioterritoriais. Em âmbito federal, a reestruturação das relações entre o Estado e a sociedade civil foi simbolizada pela recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), restabelecendo canais institucionais de participação. Na esfera estadual, o recorte do Rio Grande do Norte reflete esse mesmo movimento de abertura por meio da consolidação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) e da implementação do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES). Esse processo de re-institucionalização traduz-se em agendas concretas de negociação e execução de políticas públicas, a exemplo da entrega do "Caderno de Respostas ao Movimento dos Pequenos Agricultores" pelo Governo Federal (07/10/2025). A relevância desta iniciativa reside na estrutura em três eixos do caderno, que articula a transição para modelos agrícolas sustentáveis à viabilidade econômica das famílias rurais e à garantia de direitos básicos, compondo uma estratégia governamental integrada de desenvolvimento e cidadania no campo.

Em suma, a análise dos dados quantitativos do Banco DATALUTA (2020–2025) evidencia uma mudança na postura dos movimentos socioterritoriais, que transitaram de um repertório mais defensivo focado na mitigação da fome e na solidariedade comunitária durante a crise sanitária (2020–2022) para uma atuação propositiva de incidência política e transição ecológica (2023–2025). Essa guinada, marcada pelo salto de 134,7% nos registros no ano de 2025, revela como a alteração na conjuntura política nacional e estadual reabriu canais de mediação entre sociedade e estado. A reestruturação de instâncias como o MDA e a consolidação de políticas como o PECAFES/SEDRAF no Rio Grande do Norte, somadas a instrumentos como o “Caderno de Respostas ao MPA”, demonstram a conversão de demandas históricas em ações públicas concretas. Para além da viabilidade econômica e do enfrentamento aos gargalos produtivos, o sentido político da agroecologia como conceito guarda-chuva e articulador intersetorial une a agricultura familiar (35,5%) às pautas climáticas (23,6%) e fundiárias (28,9%) reafirmando a capacidade dos sujeitos e lutas coletivas de alterar a relação de forças com o capital, viabilizando os movimentos socioterritoriais e a agroecologia como base do desenvolvimento rural e da cidadania no Brasil.

Diante dos achados empíricos, e para evitar equívocos conceituais no âmbito da definição de movimento socioterritorial agrário ao buscar o sentido político das agendas agroecológicas no Brasil entre 2020 e 2025, enfatiza-se que movimento social e movimento socioterritorial expressam o mesmo sujeito coletivo que se organiza em defesa de seus interesses e em enfrentamentos sociais, visando à transformação da realidade. Portanto, sob os prismas da geografia, sociologia e ciência política, não se trata de categorias excludentes, mas de dimensões analíticas do mesmo sujeito (Fernandes, 2005).

Nesse caminho, o sentido da pauta agroecológica enquanto agenda política se insere nas ações e estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais agrários de modo a posicionar eles como atores capazes de formular, disputar e implementar políticas públicas voltadas à transformação social (Moura et al., 2021). Essa estruturação não acontece de uma só vez, mas segue uma lógica com quatro etapas principais, onde, a primeira é o reconhecimento de um problema e sua entrada na agenda como algo prioritário, segundo, o exame das alternativas disponíveis para enfrentar os problemas da agenda elencada como prioridade, terceiro, a escolha de algumas alternativas como possível solução dos problemas desta agenda, e por fim, a implementação da decisão tomada para superar a agenda, sendo a última etapa a materialização definitiva dos processos, investimentos de dinheiro público e propósitos pactuadas nas etapas anteriores (kingdon, 2014).A compreensão de como esses sujeitos coletivos expressam suas práticas, experiências e saberes à luz da geografia na produção de territórios passa diretamente pela tipologia de território simbólico discutida no âmbito da REDE DATALUTA:

O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Pensamos o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a idéia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade. (Fernandes, 2009, p. 211) .

Assim, a produção de territórios dos movimentos socioterritoriais não se limita à dimensão física, ela acontece também quando os movimentos fincam suas bandeiras no debate e no espaço público, compõem e difundem narrativas, estabelecem ideias e formas de aplicá-las, formam lideranças e disputam os marcos de interpretação da comunicação social dentro da sociedade e da comunidade acadêmica. Essa construção contínua de prática, discursos e saberes traduz o que Rosset e Altieri (2018, p. 130-138) conceituaram ao afirmar que a agroecologia não é um conjunto trivial de técnicas agrícolas sustentáveis, mas uma ferramenta de luta e emancipação política que recupera o controle camponês sobre o território, os recursos e a produção de conhecimentos. Desse modo, a produção de territórios imateriais prepara o terreno para que, quando a janela de oportunidade se abrir, existam projetos maduros, minimamente viáveis e legitimados coletivamente para ocupar as agendas políticas e se converter em ações estatais concretas.

Aplicada à gestão de políticas públicas, essa perspectiva de articulação entre sujeitos e território ajuda a compreender a conjuntura que levou à criação do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES), marco fundamental na garantia da soberania e segurança alimentar tendo a agroecologia como aliada no Rio Grande do Norte. Isso só se manifestou como a tradução das ações dos movimentos socioterritoriais, porque houve ocupação do espaço público previamente, originando um tipo de política de compras governamentais e desenvolvimento socioeconômico que surgiu principalmente dos diálogos, construções, embates e ações de luta e protagonismo dos movimentos socioterritoriais agrários. Assim sendo, os efeitos das ações dos movimentos socioterritoriais agrários em

aplicação às políticas públicas dependem da confluência entre trabalho prévio de mobilização dos movimentos e a abertura de janelas de oportunidade política (Moura et. al., 2021). Nessa situação em específico a janela de oportunidade, estava associada ao fato da eleição de um governo estadual ter laços orgânicos com o sindicalismo rural, e criar uma secretaria que tem expressa em sua missão e nomenclatura o fomento a agricultura familiar, com a institucionalização estadual da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF), composta também com a presença de militantes em cargos de direção, como peças-chave para que a demanda e luta histórica dos movimentos socioterritoriais agrários virasse também a lei estadual nº10.536, de 3 de julho de 2019 (Moura et. al., 2021).

Em síntese, o sentido político da agroecologia na pauta dos movimentos socioterritoriais agrários quando analisados sob a ótica da gestão de políticas públicas revelam a envergadura das conquistas dos sujeitos coletivos organizados na transformação da realidade social brasileira. A criação do PECAFES e a institucionalização da SEDRAF no Rio Grande do Norte não ocorreram por acaso, se fundamentam em trajetórias históricas de luta, no trabalho de base contínuo, na formação de lideranças e na capilarização territorial. Sobretudo, expressam a capacidade estratégica dos movimentos socioterritoriais em articular a produção de territórios imateriais disputando narrativas e maturando projetos para o aproveitamento das janelas de oportunidade que se abrem de acordo com a conjuntura política.

Conclusão

A análise dos dados do banco REDE DATALUTA (2020 a 2025) comprova que a agroecologia ultrapassou o estatuto de prática produtiva sustentável para se consolidar como uma tecnologia política estratégica e intersetorial na ação dos movimentos socioterritoriais agrários do Brasil. Ao conectar a produção de alimentos saudáveis à luta pela terra, à justiça climática e à soberania alimentar, a pauta agroecológica opera como um fio condutor de transformação estrutural da realidade rural e de disputa do aparelho estatal.

A pesquisa revela uma virada de chave no repertório de ação coletiva entre os dois triênios analisados. Frente à crise sanitária da COVID-19 e ao desmonte de políticas públicas (2020–2022), os movimentos adotaram um repertório eminentemente defensivo (49 ocorrências), focado no combate à fome e na doação de mantimentos. Já no período 2023–2025, registrou-se um salto expressivo de 134,7% nos registros (115 ocorrências), marcando a transição para um repertório propositivo, voltado à transição ecológica e à incidência institucional. Esse movimento refletiu a alteração na relação de forças e a reabertura de canais com o Governo Federal, simbolizada pela recriação do MDA.

Na dimensão subnacional, a experiência do Rio Grande do Norte traduzida na criação da SEDRAF e na implementação do PECAFES (Lei Estadual nº 10.536/2019) demonstra a eficácia da articulação entre a produção de territórios imateriais (formação de lideranças, disputas narrativas e maturação de projetos) e o aproveitamento decisivo das janelas de oportunidade política. Os dados de 2025 ratificam a potência dessa

articulação ao evidenciarem a sobreposição da agroecologia com a agricultura familiar (35,5%), pautas socioambientais e climáticas (23,6%) e demandas fundiárias e institucionais (28,9%).

Esta síntese demonstra que a agroecologia não é apenas o futuro da produção sustentável, mas o motor político do desenvolvimento territorial e da cidadania no campo brasileiro. Ao evidenciar empiricamente a capacidade dos movimentos socioterritoriais agrários de converter acúmulo histórico em legislação, direitos e novas institucionalidades estatais, este trabalho busca consolidar o repositório da REDE DATALUTA como uma ferramenta indispensável de inteligência territorial e de apoio à decisão para a Gestão de Políticas Públicas no Brasil.

Referências

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Caderno de Respostas ao Movimento dos Pequenos Agricultores. Brasília, DF: Governo Federal, 7 out. 2025. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/noticias/17266secretaria-geral-da-presidencia-da-republica-entrega-caderno-de-respostas-ao-movimento-dos-pequenos-agricultores Acesso em: 24 ago. 2026.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. Revista Nera, Presidente Prudente, ano. 08 n. 06 p. 24-34, jan.-jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

KINGDON, John W. Agendas, alternatives, and public policies. 2. ed. Harlow: Pearson Education, 2014.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; KNOX, Winifred; SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da. Os efeitos dos movimentos rurais e das oportunidades políticas na construção do programa de compras governamentais do Rio Grande do Norte. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 727-749, out. 2021.

MST doa 13 toneladas de alimentos em Pernambuco. In: Folha PE, Recife, 29 jul. 2021. Disponível em:https://www.folhape.com.br/noticias/mst-doa-13-toneladas-de-alimentos-para-comunidades-na-regiao/191970/. Acesso em: 26 ago. 2026.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. Agroecologia: ciência e política. SOCLA, 2018.cap. 5, p. 130-138.

SUENAGA, M. E. G. B.; FERNANDES, B. M. Qualificando a pesquisa do banco de dados DATALUTA: automatização de busca através de script para vinculação

automática de PDF's. Boletim DATALUTA, Brasília/DF, v. 19, n. 196, p. 1-13, mar. 2026.

TILLY, C.; WOOD, L. J. Social movements, 1768–2008. 2. ed. Boulder: Paradigm Publishers, 2010.

SOUZA, Herbert José de. Como se faz análise de conjuntura. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Campanha Natal Sem Fome do MST beneficiará comunidades indígenas e periféricas. MST, 10 dez. 2021. Disponível em:https://mst.org.br/2021/12/10/campanha-natal-sem-fome-do-mst-beneficiara-comunidades-indigenas-e-perifericas/. Acesso em: 25 ago. 2026.

Anexos



Tabela 1: Triagem Metodológica da Seleção e Representatividade dos Dados (2020–2025)



Tabela 2: Série cronológica e comparação conjuntural da pauta agroecologia por triênios (2020–2025)



Tabela 3: Intersetorialidade de pautas relacionadas à agroecologia (2025)

CÓDIGO: HS1191

AUTOR: MATHEUS NEVES DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: ADRIANO MORAES DE OLIVEIRA

TÍTULO: Circulação de Ideias: Desdobramento de um trajeto de pesquisa

Resumo

O presente trabalho investiga o processo de criação do experimento poético FIGURAS, desenvolvido no Laboratório de teatro experimental e pesquisa (LaTEP/UFRN) a partir da metodologia de experimento poético (MORAES, 2011). A pesquisa articula a prática física do ator à investigação material e conceitual, recusando as convenções do teatro dramático e a construção de personagens psicológicos em favor de um corpo em processo de ecdise contínua. Em cena, a carne viva e suada do ator entra em fricção com a matéria inerte de um traje-casulo de plástico e outros objetos espalhados pelo chão, trazendo a autoperformatividade dos materiais (FISCHER-LICHTE, 2019). O trabalho se fundamenta no grotesco a partir de Vsévolod Meyerhold (1912) pela tensão mecânica antinaturalista, e de Mikhail Bakhtin (1993), pela concepção de um corpo aberto, inacabado e instável. Estruturada em quatro quadros a partir de textos de Augusto Ferraz e Bernard-Marie Koltès, a cena opera com a superposição de projeções visuais sobre a pele (corpo-tela), sonoridades industriais e esforço físico, trazendo uma partilha sensorial direta do acontecimento cênico com o público

Palavras-chave: Experimento poético; Grotesco; Meyerhold.

TITLE: Body-Screen and the Polymer: Friction of Matter and the Grotesque of the Experiment – FIGURAS

Abstract

This paper investigates the creative process of the poetic experiment FIGURAS, developed at the Experimental Theatre and Research Laboratory (LaTEP/UFRN) based on the poetic experiment methodology (MORAES, 2011). The research articulates the actor's physical practice with material and conceptual inquiry, rejecting the conventions of dramatic theatre and the construction of psychological characters in favor of a body in continuous ecdysis. On stage, the actor's living, sweating flesh engages in direct friction with the inert matter of a plastic cocoon-suit and other objects scattered across the floor, bringing forward the autoperformativity of materials (FISCHER-LICHTE, 2019). The work is grounded in the grotesque through Vsévolod Meyerhold (1912), via anti-naturalistic mechanical tension, and Mikhail Bakhtin (1993), through the conception of an open, unfinished, and unstable body. Structured in four scenes using texts by Augusto Ferraz and Bernard-Marie Koltès, the performance operates through

the superposition of visual projections onto the skin (body-screen), industrial soundscapes, and physical exertion, offering a direct sensory sharing of the theatrical event with the audience.

Keywords: Poetic experiment; Grotesque; Meyerhold.

Introdução

O Antropoceno impõe o plástico como o fóssil da nossa época. Diante do colapso ecológico e da despersonalização dos corpos, os relatórios científicos apontam e diagnosticam essa crise, mas operam através da frieza das estatísticas; a cena teatral, em contrapartida, rasga essa distância ao convocar o corpo para o centro da coisa. Criar arte aqui significa segurar o polímero, friccionar e ficcionar sobre a matéria inerte (SARAIVA, 2026), amarrando sacos plásticos à pele sob o sol para transformar o corpo do artista em trincheira e superfície de projeção (RIBEIRO, 2019) ou se enovelando nele num ciclo de metamorfose. Nesse território de fricção nasce o experimento cênico FIGURAS. A pesquisa parte de um processo anterior, Diante de você, cujo motor era a anulação da identidade cotidiana do ator e a criação de uma figura. Naquela etapa, a cena se dava através de um momento de auto maquiagem seguido pelo vestir do traje plástico, àquele momento justo e apertado. O vestir se deu como uma espécie de dança mínima, num malabarismo para fixar ao corpo, usando fita adesiva, as tiras de plástico preto. Num segundo momento, meses depois, numa segunda fase do experimento Diante de você, a criatura vestida em um traje-casulo brotava do concreto (em pé no chão da sala) para trazer ao corpo passagens de Lázaro caminha sobre o abismo, obra de Augusto Ferraz que acompanha um homem que transita entre a vida e a morte, mergulhado no próprio inconsciente. Ele vocaliza pensamentos, sem saber se são memórias ou alucinações, ao passo que anda pelas ruas de uma cidade grande. Em 2026, FIGURAS parte para um novo lugar. O trabalho articula som agressivo, projeções visuais e novas camadas de plástico para estruturar a metamorfose de uma criatura suspensa no tempo, uma espécie de corpo-tela que mistura início, meio e fim em si mesmo, à imagem do arcano zero do tarô, o Louco. Aqui, objetos de plásticos (sacos, canos, fios etc) compõem parte do chão da cena. Como fundamento para essa nova etapa, a cena usa em partes os conceito relacionados ao grotesco, formulado por Vsévolod Meyerhold. Longe de se limitar ao bizarro e ao feio, ou à caricatura, o grotesco meyerholdiano rompe com a reprodução naturalista da realidade ao confrontar lugares/polos opostos, como o trágico e o cômico, o sublime e o infame, usando a estilização corporal e vocal para gerar um estranhamento e expor o que está na superfície visível (MEYERHOLD, 1912). Inicialmente, a figura permanece paralisada sobre o plástico espalhado, um pouco atordoada com o pulsar de luzes e um som agressivo. Aqui a fala não se instala inteira e entra como tentativa, sussurro e eco, dando ao texto um novo corpo, ou um novo traje-casulo. O corpo tensionado tenta resistir ao traje, agora maior mas mais fluido de modo a permitir melhor movimentação É nesse lugar que o grotesco meyerholdiano se instaura não apenas pela estranheza, mas também como um choque entre elementos antagônicos, como a rigidez e o vento, o som e o sussurro, o plástico e o corpo humano suado. A partir disso, a discussão segue acerca da onipresença do plástico, dos corpos-figura apáticos e a metamorfose como um ciclo inescapável.

Metodologia

O experimento poético figuras foi desenvolvido ao longo de um mês e meio, no LaTEP, em total solidão na sala de ensaio. Aqui, ora havia trabalho físico, ora havia pesquisa por referências visuais, sons, imagens e vídeos. O processo não teve direção externa, apenas experimentação do ator em cena. Como base textual, foram utilizados textos do livro Lázaro caminha sobre o abismo, obra do escritor brasileiro Augusto Ferraz, e do livro Na solidão dos campos de algodão, obra do francês Bernard-Marie Koltès. Para explicar de forma simples e direta, o experimento poético é uma forma de investigação cênica em que a prática física do ator e a leitura de referencial teórico se unem para resultar em uma cena. Aqui, é necessário assumir o fazer teatral como uma prática de pesquisa, experimentação e repetição, onde a cena funciona como um laboratório para os estudantes e para os que assistem. Essa metodologia foi criada por Moraes (2011). Ao longo dos pouco mais de 40 dias, a prática se deu através da experimentação de um corpo que buscava o desconforto, mas com atenção aos limites, como calor e variação de pressão arterial. O processo experimentou projeções e sons que estavam presentes ao longo de todo o experimento. A cada ensaio, o início se dava através de cerca de 20 minutos de alongamentos e curtos exercícios de mobilidade, além de exercícios para preparação do aparato vocal. A estrutura do experimento tem como base a ideia de super metamorfose: uma figura nua (ator com pouca roupa) que entra no casulo (traje de plástico), o vestindo e o fixando com fita plástica transparente adesiva; sai casulo, através da fricção no chão; entra uma segunda vez, o fixando; e, por fim, sai uma segunda vez. O ciclo tem início fora do casulo, findando igualmente fora. Ao sair do casulo, friccionando ao chão, a FIGURA integra o traje aos demais objetos plásticos distribuídos ao chão. O traje foi composto completamente com plástico, em sua maioria plástico preto de sacos de lixo. Os sacos foram transformados em tiras, enroladas ao corpo, fixadas com grampos e fita adesiva. O traje possui quatro peças: sapatos, uma saia/vestido, um colete e um chapéu cônico. O chapéu pontiagudo foi moldado com isopor e envolto por plástico, sendo agarrado à cabeça com o uso de um elástico. Para compor o experimento, uma série de vídeos foram selecionados. Para o primeiro quadro, utilizei vídeos dos artistas Sark Music e Klsr, que liberam o uso dos vídeos para projetos sem fins lucrativos. Os dois artistas trazem imagens abstratas que ganham forma junto ao som. As imagens, formadas por feixes e raios de luzes, constroem padrões em raios, nuvens ou formas abstratas, que se projetam sobre a FIGURA. Os sons escolhidos para acompanhar a projeção, têm um perfil comum à música industria. Neste primeiro quadro, tenho como base textual o texto “Árvore”, do livro Lázaro caminha sobre o abismo, de Augusto Ferraz. Para o segundo quadro, uso uma série de vídeos gravados em microscópicos que trazem diversas espécies de microrganismos (animais, bactérias, protozoários, algas e fungos. Os vídeos foram retirados de páginas que divulgam essas imagens para fins de divulgação científica e liberam o uso das imagens para projetos sem fins lucrativos. Aqui, escolho vídeos que focam principalmente em movimentos e interações interespécies. Como sonoplastia, escolho a música Prelude & Rooftop, de Bernard Herrmann, tema do filme Vertigo (1958) do diretor Alfred Hitchcock. A ação nesse segundo quadro consiste em uma tentativa de se livrar do traje-casulo à medida que interage com os objetos no chão. Deitada, a FIGURA se contorce enquanto tenta se livrar daquele exoesqueleto. À medida que se desnuda, a criatura sua, se asfixia e se engasga até se livrar completamente do traje. No terceiro quadro, a FIGURA coleta o traje de volta e reinicia o ciclo de metamorfose, voltado para dentro dele. Aqui, utilizo novamente a fita adesiva para fixar o traje ao meu corpo. Esse processo se dá como início do quadro, enquanto há uma projeção de tela de TV sem sinal. Em seguida, retomo à tensão do corpo da FIGURA e a projeção

segue para imagens de cortes e pranchas anatômicas, mostrando corpos humanos dissecados, preservados e cortados transversalmente em fatias para fins de estudo; além de imagens esquemáticas de anatomia óssea e ressonância magnética. A trilha utilizada é dos artistas Sark Music e Klsr. No quarto e último quadro, começo dando seguimento ao ciclo de metaformose e retiro o traje da criatura. Sem projeções, apenas luzes vindas do teto. Vestindo apenas um calção ou uma cueca, uso um microfone em um pedestal e, sem modulações importantes na voz, apenas falo o texto. Aqui, utilizo um trecho do texto Na solidão dos campos de algodão, (Bernard-Marie Koltès, 1985). O trecho utilizado foi um do personagem cliente. Nesse monólogo, o cliente tenta se defender do medo e da tensão de um encontro noturno na rua. Um encontro potencialmente perigoso. Todas as apresentações foram feitas na sala do LaTEP, no DEART (UFRN). Ao todo foram quatro apresentações. Ao final de cada uma, há um momento de interação com o público, a fim de ouvi-los acerca da apresentação e responder perguntas sobre o processo.

Resultados e Discussões

A pesquisa atual teve início ainda em 2025, através da criação do experimento poético “Diante de você”. O experimento teve três apresentações públicas e resultou na publicação do artigo “A METAMORFOSE DO ATOR NA CRIAÇÃO DRAG”, publicado na MANZUÁ: revista de pesquisa em artes cênicas. Esta primeira parte da minha investigação cênica, que agora serve de base para o que desenvolvi na segunda etapa, foi gestada no Laboratório de Teatro Experimental e Pesquisa (LaTEP) da UFRN, sob a orientação do professor Adriano Moraes. O meu método de pesquisa não se limitou à teoria e foi também uma investigação prática através do corpo, em que usei a mim mesmo como um território para experimentar um processo de metamorfose, buscando dar vida a uma figura que se desprendesse da minha própria identidade de ator. O trabalho prático foi estruturado ao longo de aproximadamente quatro semanas. Dediquei a primeira semana a uma pesquisa de referências estéticas e imagéticas, que resultou na criação de três esboços desenhados à mão, cada um explorando diferentes caminhos da expressão de feminilidade e do grotesco no universo drag. A materialização final ocorreu em uma performance de 40 minutos. No cenário minimalista, composto por mim, um espelho, maquiagens e um banquinho, dividi a ação em duas fases: primeiro, o apagamento dos meus traços com maquiagem; segundo, o vestir complexo e desconfortável de um traje rígido de plástico fixado com fitas adesivas. No plano conceitual, a pesquisa se apoia fundamentalmente na teoria de performatividade de Judith Butler (1990), assumindo a drag queen como uma brincadeira crítica com a expressão de gênero, expondo-a como algo construído e não-natural. Também utilizo a distinção de Silva (2015) entre performance (ação voluntária) e performatividade (atos regulados por normas sociais) para embasar essa construção. Para além de Butler, a fundamentação teórica passa por Pombo (2017), ao discutir o binarismo de gênero, e Martins e Nunes (2024), que pensam a arte drag como ferramenta de questionamento do corpo e da heteronormatividade. Visualmente, a persona dialoga com a estética de retalhos de Victor Frankenstein ao propor um corpo de enxertos, rompendo de propósito com a hiper feminilidade comercial que hoje satura redes sociais e reality shows. A importância desse trabalho, para mim, reside justamente num potencial político: ao apropriar-me de símbolos de gênero e exagerá-los (ou deformá-los), coloco em discussão as pressões estéticas através de um estranhamento. Contudo, percebo que a pesquisa encontra também um lugar que possui um certo

hibridismo. Apesar de trazer a discussão das pressões estéticas, pode encontrar implicações ético-políticas, pois, como alerta Butler, a performance paródica corre o risco de reforçar as próprias normas heterossexuais e binárias se não carregar um caráter explícito de denúncia. Sendo um homem cisgênero interpretando uma persona drag, preciso me questionar constantemente se minha performance celebra ou se apropria, se dá voz ou se silencia. Afinal, a vivência de mulheres cis, trans e travestis é atravessada por opressões reais diárias (como machismo e transfobia) que não podem ser reduzidas a um mero comportamento estético no palco. Limitações técnicas e financeiras: Foram essas barreiras que ditaram a escolha da minha persona. Este ponto de partida, onde a montação não é um fim estético, é o que sustenta e abre espaço para os desdobramentos que trago agora na segunda parte da pesquisa. Em FIGURAS, busco uma construção cênica que rompe com a representação harmônica da anatomia humana. Busco um corpo em esforço limite, em fricção direta com objetos e com o chão, em posições que levam rápido ao cansaço. A escolha por um Lázaro dormente, um Lázaro ignorante da própria morte, tenta afastar o corpo em cena de um corpo naturalista. Apesar disso, não exploro ao limite esse corpo desconfortável, esse corpo ao limite. Durante as apresentações, me mantenho sempre um passo atrás, não explorando o suficiente esse limite. Aqui, para a criação do experimento, escolho como subtexto um Lázaro morto ignorante da própria morte. Nos escritos de Augusto Ferraz, Lázaro é dito como vivo, perambulante, oscilante, porém vivo. Como subtexto, escolho um corpo que já não sabe se segue pulsando ou em decomposição, um corpo dormente. Esse Lázaro conversa com os corpos-figuras do dia a dia, nas ruas, calçadas, transporte; corpos vivos que já não reagem aos estímulos externos, não sente, não sabe. Tendo isso como partida, a escolha poética para criar um corpo e uma atuação, segue para longe do naturalismo e agarra o grotesco. Enquanto na cena dramática os figurinos, cenário, som e iluminação entram como suporte para personagem, em FIGURAS esses elementos são também a cena junto ao texto e ao ator. Os sacos plásticos que criam o traje não se comportam como um tecido ou como peças de roupas, eles agem como elementos ativos que vão impor limites de mobilidade e temperatura, além de se transformarem através de rasgos e descolamentos. As projeções entram recortando a pele do ator, enquadrando, reconfigurando através de novas imagens nesse corpo-tela, além de criarem planos na cena e interferirem diretamente na visão do ator. Tendo como referencial teórico o grotesco, escolho uma atuação não dramática e busco explorar um corpo e uma voz não cotidianos. O texto aqui não entra estático, ele ganha plasticidade, ganha eco, ganha novas direções através de repetições, sussurros e movimentos labiais que tentam entregar a palavra. O texto é mastigado, engolido parcialmente, regurgitado, e misturado a novas mordidas. O corpo no primeiro quadro traz um trabalho físico sutil de deformação (mandíbula tensa, olhos que abrem demais, instabilidade dos joelhos, dedos e mãos tensas), além da deformação criada pelo próprio traje. Isso retoma a Meyerhold que via no grotesco a recusa do realismo em favor de uma expressividade mecânica e plástica. O texto escolhido, “Árvore”, de Augusto Ferraz, traz uma mistura, quase um embate, entre sentimentos e a paisagem do sertão, usando sensações como calor do sol, sombra e moscas voando. No fim, ler e escrever aparecem como formas de se conhecer, de ser livre. Ao longo do texto, há uma constante construção de imagens que não se ancoram em sentido lógico, “sem pé nem cabeça”. No segundo quadro, as contorções e a fricção para expulsar o traje de sacos de lixo caminha para transformar aquele corpo, composto por polímero, em um corpo orgânico, um corpo vivo, em corpo suado que engasga e asfixia ao entrar em contato com um novo ar. Aqui, o retirar do traje dá início ao ciclo de metamorfose, mostrando um corpo inconstante dialogando com o conceito de grotesco de Mikhail Bakhtin (1993), que coloca o corpo grotesco como um corpo

que nunca está pronto e nem acabado, ele está sempre em transformação e metamorfose. Para o segundo quadro, as projeções entram a partir de um conceito simples do grotesco meyerholdiano, que se baseia no uso de elementos antagônicos, como real e fantasia. Embora reais, empírica e cientificamente comprovados, os micro organismos entram no campo do fantasioso, para mim, devido algumas características: suas formas que desafiam as leis da física, a plasticidade dos seus corpos, os habitats onde vivem, seus tamanhos e sua onipresença. São seres reais-fantásticos vivendo em escalas medidas em milésimos de milímetros, com carapaças blindadas, cores fluorescentes e bocas giratórias. São, para mim, o orgânico e o vivo ao extremo, indo de encontro aos micro polímeros que se desgarram das embalagens e se infiltram em nossos corpos que, aos poucos, impregnados, se tornam corpos-trajes, corpos híbridos vivos e mortos. Os vídeos trazem nematódeos transparentes em movimento, rotíferos (com bocas giratórias!!!) se alimentando de protozoários, protozoários tentando se alimentar de amebas, tardígrados caminhando sobre algas verdes etc. Com os sons, busco criar uma espécie de dramaturgia sonora explorando música. A escolha pela música industrial eletrônica se deu principalmente pela distorção melódica. O subgênero explora graves, sons metálicos, distorções e ruídos, criando uma atmosfera hostil mais densa em conjunto com o pulsar das luzes. A música industrial nasce na década de 70, na Inglaterra, como uma resposta ao colapso pós guerra e a decadência urbana, cenário que conversa com os textos escolhidos para o experimento. No segundo quadro, a música Prelude & Rooftop, de Bernard Herrmann, traz para a cena a sensação de perigo e de dor. A música é trilha dos vídeos dos micro-organismos e infla o caráter violento nas interações dessas criaturas. Por outro lado, no chão, tento trazer um som de engasgo e asfixia para a criatura enquanto crio som ao friccionar com os plásticos no chão. No terceiro quadro, os cortes anatômicos trazem o corpo-traje-plástico agora plastificado e morto. Não mais um corpo, mas pedaços. Não mais um corpo funcional vivo, mas pedaços mortos funcionais. Em algumas imagens, corpos literalmente plastificados através do processo de plastinação, onde os fluídos e gordura do corpo são substituídos por polímeros. O processo mantém o corpo sem cheiros e aumenta a durabilidade e a funcionalidade do corpo-polímero. Nos quadro 2 e 3, pensei em imagens que eram representativas para mim mas que fugissem de uma explicação, que fugissem de uma cena didática. Ao ouvir dos espectadores, essa suposta obviedade nunca se apresentou, mesmo em conversas e discussões. Por outro lado, ao pensar e escrever sobre, tudo chega para mim como algo super didático. No quadro quatro, tiro novamente o traje e a FIGURA dá fim ao ciclo de metamorfose, juntando o casulo plástico às demais peças no chão. Aqui não há projeções, apenas o fundo escuro do tecido preto. O excesso de visuais, agora ausente, direciona a visão apenas para mim no microfone. A voz ganha uma textura artificial. Aqui, o texto escolhido é executado com neutralidade vocal, expondo o caráter do texto: o personagem explica que cruzar os olhos com o outro (o dealer) foi apenas um acidente, mas que, na escuridão, qualquer aproximação parece uma ameaça de agressão física. O personagem tenta controlar a situação e pede que o outro abandone o mistério e aja como um comerciante claro. O monólogo traz uma pessoa em paranóia, numa fala verborrágica, percebendo a própria vulnerabilidade num cenário desprovido de qualquer instituição que possa agir domesticando a agressividade humana através de uma instituição.

Conclusão

Em FIGURAS, não há a construção de um personagem tradicional com psicologia ou passado e futuro, também não há um personagem com objetivos. O que aparece é apenas uma FIGURA, um corpo em processo, inconstante, submetido a uma metamorfose que inicia e termina mais de uma vez. Nesse experimento, há vulnerabilidade física, calor, suor, cansaço muscular. Tudo isso não precisa ser escondido, tudo isso é parte do experimento, resultado de um processo de construção, repetição e apresentação. Há um encontro entre a carne (viva) suada e o plástico frio. O plástico aqui não apenas veste o corpo nem entra apenas como adereço, ele também atua na cena ao comprimir, ao reduzir, ao ditar limites, dialogando com a auto performatividade dos materiais, como nos escritos de Erika Fischer-Lichte. Esse plástico cria também um corpo-traje. Numa espécie de deformação contínua, conversando com o grotesco, a cena quebra com toda uma expectativa naturalista e traz um corpo mecanizado, travado, enrijecido, que é transformado em um corpo-tela pelas projeções. Continuamente às ideias de Bakhtin, esse corpo-tela cria uma anatomia instável que quase cai, que quase rasga, que quase desmaia, é vivo mas conversa com a morte e com o não-vivo, é inacabado, é exposto como uma carcaça aberta mas ainda viva. Na sala, o experimento não oferece vias que funcionem como decifrações. O experimento é uma experiência estética que brinca com corpo, com sons, com luzes, objetos e com uma proximidade entre ator e espectador. O ator ouve o afastar de chinelos, o nariz congestionado, vê a luz de um celular, os olhares direcionados pelo canto do olho, vê o público tocar plásticos no chão e procurar um ponto de vista esticando o pescoço, sente o cheiro de perfume. Tudo isso é percebido sem interferência na cena, na maioria das vezes. O público é convidado a sentir o calor da sala, a ver o suor no ator, a ouvir o som da fita adesiva, a perceber o desgaste e a desintegração do traje ao longo da apresentação e das apresentações. Dessa forma, a apresentação do experimento cria uma experiência compartilhada entre ator e telespectador, entre ator e FIGURA, entre orgânico e artificial.

Referências

SARAIVA, Wellington. AGUAPÉ: PERFORMANCE NO ANTROPOCENO. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes., v. 12, n. 54, 2026. RIBEIRO, Walmeri . EM TEMPOS DE URGÊNCIA: Territórios Sensíveis e a potência de um corpo em performance. In: Walmeri Ribeiro; Hector Briones. (Org.). Arte: Novos modos de habitar/viver. 1ed.São Paulo: Intermeios, v. 1, p. 26-36, 2019 MEYERHOLD, Vsévolod. "O Grotesco no Teatro" (1912), em Do Teatro, São Paulo: Iluminuras, 2012). BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade (1990). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013. SILVA, Marcos Aurélio da. Da performance à performatividade: possíveis diálogos com Judith Butler na antropologia de um festival de cinema. Periódicus, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out, p. 64-84, 2015 POMBO, Mariana Ferreira. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e queer. Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio.-out. p. 388-404, 2017 OLIVEIRA, Adriano Moraes de. "As intimações do imaginário na forma-ação do atorprofessor: cartas sobre a reeducação do sensível." Adriano Moraes de Oliveira (2011). BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1993. FISCHER-LICHTE, Erika. The Transformative Power of Performance: A New Aesthetics. Londres/Nova York: Routledge, 2008.

CÓDIGO: HS1217

AUTOR: LAURA KELLY DA SILVA SANTOS

COAUTOR: TALITA EVA FERNANDES DA COSTA

ORIENTADOR: MARTA APARECIDA GARCIA GONCALVES

TÍTULO: AS FACES DA MELANCOLIA NA LITERATURA PORTUGUESA: INTRODUÇÃO À LEITURA LITERÁRIA NO ENSINO MÉDIO

Resumo

Este relatório, vinculado ao projeto de pesquisa "Rede Nordeste de Pesquisa e Ensino de Literatura: Criação e sistematização de propostas didáticas para a educação básica do RN" têm por objetivo elaborar sequências didáticas para a formação do indivíduo leitor no Ensino Médio a partir da visão da melancolia na Literatura Portuguesa. Assim, foram utilizadas as obras O livro do Desassossego (2019) de Fernando Pessoa e A queda de um anjo (2012) de Afonso Cruz. A pesquisa foi embasada na concepção de Candido (2023) e Jouve (2012) sobre o ensino de literatura; Scliar (2003), Ginsburg (2001) e Kristeva (1989) no que se refere a melancolia e Bordini, Aguiar (1988) e Cosson (2006) no que tange à prática docente. Como resultado, foram elaboradas duas propostas didáticas baseadas nessas teorias e espera-se que essas atividades evidenciem a pluralidade do ensino de literatura na prática, contrapondo-se às abordagens pouco atrativas que se fazem presentes no contexto atual.

Palavras-chave: Ensino de literatura; Melancolia; Fernando Pessoa; Afonso Cruz

TITLE: THE MELANCHOLY FACES IN PORTUGUESE LITERATURE: INTRODUCTION TO LITERARY READING IN HIGH SCHOOL

Abstract

This report, linked to the research project "Northeast Network for Literature Research and Teaching: Creation and systematization of didactic proposals for basic education in Rio Grande do Norte (RN)," aims to develop didactic sequences for fostering reader development in high school, drawing on the concept of melancholy in Portuguese literature. To this end, the works O Livro do Desassossego (2019) by Fernando Pessoa and A Queda de um Anjo (2012) by Afonso Cruz were used. The research was

grounded in the perspectives of Candido (2023) and Jouve (2012) regarding literature teaching; Scliar (2003), Ginsburg (2001), and Kristeva (1989) concerning melancholy; and Bordini & Aguiar (1988) and Cosson (2006) regarding teaching practice. As a result, two didactic proposals based on these theories were developed; these activities are expected to highlight the plurality of literature teaching in practice, contrasting with the unengaging approaches prevalent in the current educational context.

Keywords: Literature teaching; Melancholy; Fernando Pessoa; Afonso Cruz

Introdução

Buscando contribuir para as pesquisas que analisam as práticas educativas, o presente relatório resulta dos estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa "Rede Nordeste de Pesquisa e Ensino de Literatura: Criação e sistematização de propostas didáticas para a educação básica do RN" e tem o objetivo de desenvolver sequências didáticas voltadas à Educação Básica com foco no Ensino Médio. O trabalho busca incentivar a aplicabilidade das obras para discussões em sala de aula sobre ensino de Literatura e Letramento Literário, apresentando propostas de atividades que possibilitem analisar potencialidades e limitações das obras escolhidas. Tomando a melancolia como eixo nos fragmentos da obra Livro do Desassossego (2019) de Fernando Pessoa e o conto A queda de um anjo (2012) de Afonso Cruz, foram elaboradas duas propostas de sequências didáticas para aplicação no nível médio com a função de disseminar a Leitura Literária em sala de aula a partir do ensino de Literatura, buscando superar a concepção de que o ensino de Literatura se restringe à realização de leituras obrigatórias e à memorização de contextos históricos com a finalidade de obtenção de nota.

Esta pesquisa tem como base as contribuições de Candido (2023) e Jouve no que diz respeito ao ensino de Literatura. Scliar (2003), Ginzburg (2001) e Kristeva (1989) sobre as concepções de melancolia e Bordini, Aguiar (1988) e Cosson (2006) ao que se refere às práticas docentes. A partir da teoria descrita, as sequências didáticas foram elaboradas considerando a leitura literária como uma prática capaz de promover a participação ativa dos estudantes na construção de sentidos, bem como de ampliar sua compreensão acerca das diferentes possibilidades de representação da experiência humana na literatura. Nesse sentido, as propostas desenvolvidas procuram articular a leitura, a interpretação e a discussão dos textos literários a atividades que estimulem o posicionamento crítico dos alunos, tomando a melancolia como eixo de reflexão para a abordagem das obras selecionadas.

Desse modo, o trabalho desenvolvido no âmbito da iniciação científica busca contribuir para a elaboração de práticas pedagógicas que aproximem os estudantes da literatura e favoreçam uma experiência de leitura significativa, para além de abordagens centradas exclusivamente na historicização de conteúdos. As sequências propostas pretendem, portanto, demonstrar como diferentes obras literárias podem ser mobilizadas em sala de aula para suscitar discussões sobre sentimentos, experiências e questões humanas presentes nos textos, valorizando a leitura literária enquanto instrumento de formação do sujeito.

Metodologia

Nossa pesquisa se baseou numa metodologia de pesquisa-ação, com a leitura e fichamento das leituras teóricas propostas no plano de trabalho, assim como reuniões semanais e discussões das atividades práticas elaboradas para o ensino médio. Para a elaboração das sequências didáticas, produtos da pesquisa desenvolvida, foi pensado em aulas a partir da metodologia da leitura literária em sala de aula. Pensando num contexto de primeiro contato do Ensino Médio com as obras, buscou-se desenvolver propostas que possibilitasse aos estudantes uma aproximação inicial com os textos literários, considerando suas características, temáticas e possibilidades de interpretação. Nesse sentido, as atividades foram planejadas de modo a estimular a participação dos alunos, a construção coletiva de sentidos e o desenvolvimento da leitura crítica, evitando que o contato com as obras se limitasse à identificação de aspectos formais do texto ou à memorização de informações sobre seus autores.

As atividades foram, portanto, organizadas considerando as etapas do processo de leitura literária a partir de Bordini e Aguiar (1988), assim como Cosson (2006), considerando preparação, motivação e contextualização com o objetivo de incentivar o interesse dos alunos e abordar os conhecimentos prévios relacionados às temáticas abordadas. Em seguida, é proposto uma leitura dos textos, priorizando o contato direto dos estudantes com a obra. Por fim, foram elaboradas atividades onde o propósito não era obter a melhor pontuação, mas retomar aspectos identificados durante a leitura e desenvolver reflexões sobre perspectivas críticas e sociais de cada leitura.

Desse modo, a metodologia adotada articulou a base teórica fundamental e a elaboração de propostas pedagógicas para o ensino básico com foco no ensino de Literatura, permitindo que as discussões realizadas ao longo da Iniciação Científica fossem promovidas em materiais voltados ao ensino, com o intuito de aperfeiçoar o trabalho do professor de Literatura.

Resultados e Discussões

Os resultados desta pesquisa partiram, primeiro, da análise das obras escolhidas e, depois, da elaboração das propostas didáticas para o Ensino Médio. No caso do Livro do Desassossego, foram selecionados os fragmentos 29, 80 e 196 da edição pela Principis em 2019, cuja numeração foi utilizada como referência ao longo da pesquisa, porque eles apresentam experiências diferentes, embora todas possam ser relacionadas à melancolia. A leitura permitiu perceber que trabalhar a melancolia na literatura não significa apenas procurar personagens tristes ou situações de sofrimento, mas observar de que forma o próprio texto consegue dar forma a sentimentos que nem sempre aparecem de maneira direta. No fragmento 29, o que mais se destaca é a relação entre Bernardo Soares e o espaço ao redor. O texto começa depois de uma chuva, quando a cidade recupera seus movimentos, os sons retornam, as janelas se abrem e o céu volta a aparecer. Soares percebe essas mudanças, mas continua dentro do quarto e afirma que demorava a se preparar para existir. A escolha do verbo “existir” amplia uma situação que poderia ser descrita simplesmente como alguém demorando a começar o dia. Essa relação continua quando ele caminha de um lado para o outro e chama o quarto de avenida, apesar de continuar dentro de um espaço pequeno. Há movimento, mas ele não leva realmente a outro lugar. No final, a comparação com o trapo úmido esquecido no

parapeito da janela reforça essa posição entre o quarto e a rua, ou seja, o personagem está próximo do mundo exterior, mas sem conseguir participar dele, ele está exatamente no limite.

No fragmento 80, aparece outra face da melancolia, ligada ao cansaço e ao peso de existir. A abertura "Tudo me cansa, mesmo o que não me cansa" (PESSOA, 2019), já apresenta um desgaste que não depende apenas de esforço físico. Ao longo do texto, essa sensação ganha formas mais concretas. Soares fala de um vidro tênue entre ele e a vida, que permite enxergar o que está do outro lado, mas ainda funciona como uma barreira. O sonho também não resolve essa situação e é comparado a um guarda-chuva contra um raio, ou seja, uma proteção insuficiente diante do que o atinge. Em seguida, o sofrimento interior se aproxima de sensações físicas por meio de arestas, durezas, peso e da ideia de algo esmagando os ombros do pensamento. A frase final apresenta a própria vida como aquilo com que Soares é atingido. Nesse fragmento, portanto, o cansaço deixa de significar apenas necessidade de descanso e passa a atingir a relação do personagem com a própria existência.

Já o fragmento 196 apresentou uma terceira possibilidade. Nele, a melancolia está relacionada à falta, ao desejo impossível e àquilo que poderia ter acontecido, mas não aconteceu. Logo no início aparecem formulações como "saudade do que nunca houve", "desejo do que poderia ter sido" e "a mágoa de não ser outro" (PESSOA, 2019). Existe estranhamento nessas expressões porque a saudade, por exemplo, costuma estar ligada a algo que foi vivido anteriormente. No fragmento, porém, Soares sente falta de possibilidades que nunca chegaram a existir. Ao longo do texto, essas sensações aparecem através de paisagens e imagens de vazio. Ele fala de um eterno pôr do sol, de um campo deserto e de um rio sem barcos. Depois, tenta encontrar alguma explicação para aquilo que sente, mas as hipóteses não se firmam, e a repetição de "não sei" mantém essa dificuldade aberta. Essa questão pode ser aproximada de Kristeva (1989), quando a autora discute a relação entre melancolia, perda e dificuldade de estabelecer sentidos estáveis para determinadas experiências. Mais adiante, o próprio desejo parece se esvaziar. Soares fala em um "cansaço antecipado dos desejos" e chega a dizer que ser amante, herói ou feliz lhe parece algo pertencente a outra linguagem. A repetição de "oco" em relação à vida, à alma e ao mundo reforça essa percepção de vazio. Casas, rostos, gestos, corpos e ideias continuam presentes, mas deixam de dizer alguma coisa a ele. No final, resta uma tristeza comparada ao som de alguém chorando num quarto escuro. A leitura desses três fragmentos permitiu perceber, assim, que a melancolia não assume uma forma única no Livro do Desassossego: no 29, fala sobre a dificuldade de acompanhar a vida exterior; no 80, aparece ligada ao cansaço e ao peso da existência; no 196, ao desejo do impossível, à falta e ao esvaziamento das coisas.

A análise de A Queda de um Anjo, de Afonso Cruz, acrescentou outra perspectiva ao trabalho. O conto apresenta uma mulher que, ao chegar ao céu e perceber que seu marido não está com ela, decide descer ao inferno para encontrá-lo. Durante essa descida, partes da vida da personagem aparecem por meio de lembranças e revelam a existência marcada pela relação com o marido, pela solidão e pela necessidade de se adequar ao que era esperado dela. Em uma de suas lembranças, a personagem diz que tinha habilidade com as palavras, mas seus pais davam mais importância ao fato dela aprender a cozinhar e a desempenhar o papel social esperado por uma mulher. Assim, a melancolia no conto aparece também ligada às relações afetivas, à submissão e ao apagamento da própria personagem.

Depois das análises das obras, as leituras serviram de base para a elaboração das propostas didáticas. No caso do Livro do Desassossego, foi organizada a sequência as faces da Melancolia no Livro do Desassossego, voltada ao 2º ano do Ensino Médio e

dividida em quatro aulas de cinquenta minutos. A ordem escolhida foi 80, 29 e 196. O fragmento 80 ocupa as duas primeiras aulas e os outros dois são trabalhados em uma aula de cinquenta minutos cada, de modo que aquilo que foi discutido anteriormente possa ser retomado nas leituras seguintes. O fragmento 80 abre o percurso com “Tudo me cansa, mesmo o que não me cansa”. Antes de falar em melancolia, o professor pergunta se a frase faz sentido e que tipo de cansaço ela pode sugerir. Após uma apresentação breve da obra e de Bernardo Soares, acontece a leitura do fragmento com a última frase ocultada. Cada aluno escreve uma possibilidade de encerramento e depois compara sua hipótese com o final original, “a minha vida é como se me batessem com ela” (PESSOA, 2019). Na segunda aula, o texto é lido novamente e o quadro é dividido entre “O QUE ELE SENTE?” e “COMO O TEXTO FAZ ISSO APARECER?”. Também se compara a frase final com “a minha vida me faz sofrer", chamando atenção para o que muda quando a construção de Pessoa é substituída por uma formulação mais direta e simples. Só depois dessa discussão a melancolia é apresentada como uma possibilidade de organizar a leitura. Na parte de avaliação, o estudante escolhe uma imagem ou formulação do fragmento e explica como ela participa da construção dessa experiência.

O fragmento 29 vem em seguida e retoma o vidro tênue mencionado anteriormente no fragmento 80. A aula começa perguntando como um texto poderia mostrar a distância entre o sujeito e a vida sem dizer diretamente que existe um vidro. Durante a leitura, os estudantes marcam palavras ou trechos relacionados a movimento, ação ou mudança. Depois, observam se Bernardo também se movimenta e se o movimento dele produz o mesmo resultado que o movimento da rua. Na interpretação, o quadro é organizado em “RUA”, “JANELA” e “QUARTO”, e a turma volta a passagens como “a avenida do meu quarto curto” e “tardava em preparar-me para existir”, comparando esta última com “Eu demorava para começar o dia”. No encerramento, os alunos precisam explicar se Soares realmente consegue sair do lugar e relacionar o fragmento 29 ao vidro do fragmento 80.

O fragmento 196 encerra a sequência. A motivação apresenta “saudade do que nunca houve”, “desejo do que poderia ter sido” e “mágoa de não ser outro”, e os alunos discutem qual dessas expressões parece mais difícil de compreender. Durante a leitura, cada um dos alunos marca uma frase ou imagem que o tenha feito parar por algum motivo. A interpretação é organizada em três partes: “O IMPOSSÍVEL”, “A PAISAGEM” e “O VAZIO”. A turma observa as expressões iniciais, as paisagens construídas no fragmento, a repetição de “oco”, as frases “Nada me diz nada” e “Perdeu-se o mundo” e, por fim, a comparação da tristeza com o som de alguém chorando em um quarto escuro. Na atividade final, o estudante escolhe uma das expressões do início e explica como outra passagem ajuda a compreendê-la ou imaginá-la. Depois, completa a frase “Ao longo dos três fragmentos, percebi que a melancolia no Livro do Desassossego pode aparecer como...”, reunindo as diferentes leituras feitas ao longo das aulas.

A sequência procura, assim, fazer com que a melancolia apareça durante o contato com os textos, e não como uma definição que os alunos precisam apenas localizar. O fragmento 80 inicia esse modo de leitura, o 29 aproveita uma discussão anterior e trabalha a relação de Soares com os espaços e os movimentos, enquanto o 196 fecha o percurso reunindo as diferentes formas de melancolia observadas durante as quatro aulas. O professor participa principalmente fazendo perguntas, retomando passagens e ajudando os estudantes a sustentar aquilo que perceberam a partir do próprio texto.

A outra proposta didática foi desenvolvida a partir de A queda de um anjo, destinada ao 1º ano do Ensino Médio e com duração prevista de 150 minutos. A atividade utiliza a

sequência básica proposta por Cosson (2006) e começa com a motivação de uma mídia que envolva o tema proposto. Depois desse primeiro contato, ocorre uma apresentação do autor e de parte de sua produção, seguida da leitura do conto e de uma releitura com os estudantes. Na interpretação, entram as primeiras impressões da turma, passagens do conto, características das personagens e discussões relacionadas à melancolia. Há também uma etapa de avaliação ao final do percurso.

As duas propostas seguem caminhos diferentes. No trabalho com Pessoa, foi necessário construir uma progressão entre os três fragmentos, fazendo com que as aulas anteriores oferecessem repertório para as próximas. No trabalho de Afonso Cruz, a proposta se concentra em um conto completo e utiliza a relação com a mídia como forma inicial de aproximação. A melancolia funciona como um ponto em comum, mas não obriga que os textos sejam ensinados pela mesma atividade ou levem às mesmas interpretações.

Também foi necessário considerar que trabalhar com sentimentos não significa transformar a aula em um espaço de exposição pessoal. O aluno pode reconhecer determinadas experiências sem precisar contar vivências próprias. Personagens, filmes, músicas, outras histórias conhecidas e a própria capacidade de imaginar também fazem parte de seu repertório. Nas propostas elaboradas, a intenção é que o professor aproveite as primeiras impressões dos alunos e depois ajude a turma a retornar ao texto, fazendo perguntas e procurando elementos que sustentem as interpretações.

Como as propostas didáticas foram elaboradas durante a pesquisa, mas não aplicadas em uma turma, não é possível apresentar resultados sobre desempenho, participação ou aprendizagem dos estudantes. Os resultados obtidos dizem respeito às análises realizadas e à elaboração de possibilidades de trabalho pedagógico fundamentadas nessas leituras. A pesquisa permitiu mostrar que a melancolia pode organizar um percurso entre obras diferentes e, ao mesmo tempo, mudar de face quando se observa cada texto de maneira mais próxima. As sequências elaboradas procuram levar essa diferença para a sala de aula, utilizando o tema como uma estratégia para a entrada na leitura, sem transformar a melancolia numa resposta que o aluno apenas precisa localizar dentro das obras.

Conclusão

A pesquisa desenvolvida permitiu compreender que a melancolia, quando tomada como eixo de leitura, pode abrir diferentes caminhos para o trabalho com a literatura em sala de aula. As análises de Livro do Desassossego, de Fernando Pessoa, e A queda de um anjo, de Afonso Cruz, mostraram que essa experiência não aparece da mesma maneira nas obras, podendo estar relacionada ao cansaço, ao afastamento, à falta, ao desejo, à solidão e às próprias relações vividas pelas personagens. A elaboração das sequências didáticas buscou levar essas diferenças para o Ensino Médio, partindo do contato dos estudantes com os textos e dando espaço para que formulem suas próprias interpretações, com a mediação do professor. Nesse sentido, o ensino por temática pode contribuir para aproximar o aluno da obra sem transformar o tema em uma definição pronta ou deixar a leitura literária em segundo plano. Assim, o trabalho reforça a importância de práticas que valorizem a leitura, a participação do estudante e a construção de sentidos a partir do contato com diferentes obras literárias.

Referências

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
CANDIDO, Antonio. “O direito à Literatura”. In: _____. Vários escritos. São Paulo: Todavia, 2023.
COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.
CRUZ, Afonso. A queda de um anjo. Lisboa: Escrit’orio Editora, 2012. (Contos Digitais DN).
GINZBURG, Jaime. Literatura, violência e melancolia. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
GINZBURG, Jaime.Conceito de melancolia. In: A clínica da melancolia e as depressões. Revista Psicanalítica de Porto Alegre. N. 20, 2001.
JOUVE, Vincent. Por que estudar literatura? Tradução de Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
KRISTEVA, Julia. Sol negro: depressão e melancolia. Tradução de Carlota Gomes. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
PESSOA, Fernando. Carta a Adolfo Casais Monteiro, 13 de janeiro de 1935. Arquivo Pessoa. Disponível em: http://arquivopessoa.net/textos/3007. Acesso em: 12 ago. 2026.
PESSOA, Fernando. Carta a João de Lebre e Lima, 3 de maio de 1914. In: PESSOA, Fernando. Livro do desassossego. [S. l.]: Luso Livros, [s. d.], p. 719-720. E-book.
PESSOA, Fernando. Livro do desassossego. 2. ed. [S. l.]: Principis, 2019.
SCLIAR, Moacyr. Saturno nos trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CÓDIGO: HS1219

AUTOR: ANNA JULIA LOPES VITAL

ORIENTADOR: FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES SANTIAGO JUNIOR

TÍTULO: DISPOSITIVOS DE RACIALIDADE NA IMPRENSA FÍLMICA: A REVISTA "FILME E CULTURA" (1966-1988)

Resumo

Este trabalho investiga a representação de sujeitos negros e indígenas na revista "*Filme Cultura*" (1966-1988), periódico que foi vinculado a instituições estatais de fomento ao cinema brasileiro. A partir da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), mapeou-se a frequência dos radicais lexicográficos "negr" e "índi" nas 45 edições regulares da revista, cruzando os dados quantitativos com o referencial teórico de Sueli Carneiro, sobretudo os conceitos de dispositivo de racialidade e epistemicídio. Os resultados mostram que a presença desses termos não seguiu uma trajetória linear, mas uma flutuação marcada por longos silêncios, entre 1966 e 1975, visibilidade pontual, em 1982, e, uma reconfiguração posterior das formas de representação. A pesquisa evidencia que, mesmo em momentos de maior visibilidade temática, a intelectualidade branca esteve no controle sobre o sentido político e estético dessas representações, enquanto sujeitos negros e indígenas foram majoritariamente reduzidos à condição de tema folclórico ou objeto de estudo. Conclui-se que a revista atuou como dispositivo técnico de racialidade, mantendo certa estabilidade ao longo de toda a sua trajetória, rearticulando-se para conter o protagonismo pleno desses grupos mesmo diante de avanços pontuais de representatividade. Este trabalho investiga a representação de sujeitos negros e indígenas na revista "Filme Cultura" (1966-1988), periódico que foi vinculado a instituições estatais de fomento ao cinema brasileiro

Palavras-chave: Filme Cultura; Dispositivo de racialidade; Epistemicídio.

TITLE: Apparatus of Raciality in the Film Press: The Magazine Filme Cultura (1966–1988)

Abstract

This study investigates the representation of Black and Indigenous subjects in the magazine *Filme Cultura* (1966–1988), a periodical linked to state institutions supporting Brazilian cinema. Drawing on Laurence Bardin's (2011) content analysis method, the research mapped the frequency of the lexical roots "negr-" and "índi-" across the magazine's 45 regular issues, cross-referencing the quantitative data with Sueli Carneiro's theoretical framework—specifically the concepts of the raciality

apparatus and epistemicide. The results reveal that the presence of these terms did not follow a linear trajectory but rather a fluctuating pattern marked by prolonged silences between 1966 and 1975, sporadic visibility in 1982, and a subsequent reconfiguration of representational forms. The study demonstrates that, even during periods of heightened thematic visibility, white intellectuals controlled the political and aesthetic meaning of these representations, while Black and Indigenous subjects were largely reduced to the status of folkloric themes or objects of study. It concludes that the magazine functioned as a technical apparatus of raciality, maintaining a degree of stability throughout its existence and rearticulating itself to contain the full agency of these groups, even in the face of isolated gains in representation.

Keywords: Filme Cultura; Raciality apparatus; Epistemicide.

Introdução

A revista “Filme Cultura”, ao ser publicada pela primeira vez em 1966, segundo seu texto de apresentação, se propunha a “contribuir para o debate e a informação sobre os diversos problemas do Cinema – compreendidos em sua acepção mais ampla – inclusive como comunicação com outros setores da cultura” (Tambellini, 1966). Inicialmente publicada pelo Instituto Nacional do Cinema, e posteriormente, editada pela Embrafilme e pela Fundação do Cinema Brasileiro, constituiu um importante espaço de circulação de debates, críticas e reflexões acerca do cinema e da cultura cinematográfica brasileira, permitindo assim entender as tensões ideológicas e as dinâmicas de poder que estruturavam as relações raciais no Brasil durante o seu período de circulação.

Esta pesquisa investiga a presença e a representação de sujeitos negros e indígenas na revista “Filme Cultura”, buscando compreender de que maneira a racialidade foi construída discursivamente em suas páginas. Mais do que identificar a ocorrência ou ausência de determinados termos, interessou compreender as condições nas quais esses sujeitos foram mencionados, os papéis que lhes foram atribuídos e, sobretudo, os lugares de autoria e produção de conhecimento que ocuparam.

Para essa discussão, o trabalho mobiliza, principalmente, as contribuições de Sueli Carneiro, especialmente os conceitos de dispositivo de racialidade e epistemicídio. Em sua formulação, o dispositivo de racialidade “ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá definir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão”, sendo assim “o branco torna-se ideal de Ser para os Outros” (Carneiro, 2023, p. 26), sendo que “o Outro fundado pelo dispositivo apresenta-se de forma estática, que se opõe à variação que é assegurada ao ser.” (Carneiro, 2023, p. 24). O outro do branco, nesta pesquisa, corresponde ao negro e ao indígena como temas de filmes ou debate no cinema brasileiro.

O epistemicídio, conceito que Carneiro empresta de Boaventura de Sousa Santos (apud Carneiro, 2023, p. 72), é o que “torna possível apreender o processo de destituição da racionalidade, da cultura e da civilização do Outro, que aconteceu e acontece no Brasil”. Esses conceitos possibilitam deslocar a análise de uma perspectiva centrada exclusivamente na representação para uma investigação das relações entre racialidade, poder e produção de saber, sendo a revista o locus dessa disputa.

A partir desse referencial, a pesquisa considera que a “Filme Cultura” pode ser entendida não somente como fonte para a história do cinema brasileiro, mas também como espaço privilegiado para observar a forma como determinadas hierarquias raciais foram reproduzidas, tensionadas e rearticuladas no discurso cinematográfico. O corpus da pesquisa é constituído pelas 45 edições regulares da “Filme Cultura”, publicadas entre 1966 e 1988. A investigação combina procedimentos quantitativos e qualitativos, utilizando a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011) para mapear ocorrências lexicais e posteriormente interpretar seus contextos de aparição.

Assim, investigar a racialidade nas páginas da “Filme Cultura” significou examinar simultaneamente presença e ausência, visibilidade e silenciamento, representação e autoria, objetificação a protagonismo. A partir desse movimento, pretendeu-se compreender como a crítica e o discurso cinematográfico brasileiro participaram da construção de lugares sociais e epistemológicos para sujeitos negros e indígenas, bem como de que maneira esses lugares foram tensionados e transformados ao longo do período analisado.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa e quantitativa orientada pela técnica da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011). De acordo com Bardin, a análise de conteúdo organiza-se em torno de um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, cuja finalidade é realizar uma “hermenêutica controlada” fundada na dedução e na inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens (Bardin, 2011, p. 15). Desse modo, o percurso operacional desta pesquisa foi estruturado em três polos metodológicos descritos por Bardin: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos por meio da interpretação (Bardin, 2011, p. 125).

A pré-análise corresponde à fase de organização inicial e destina-se a sistematizar as ideias de partida (Bardin, 2011, p. 125.). Para o desenvolvimento deste estudo, como primeiro passo, foi realizada a leitura flutuante das edições 1 a 48 da revista “Filme Cultura”, compreendendo o período histórico de 1966 a 1988. A leitura flutuante, definida por Bardin como uma atividade intuitiva de contato direto e repetido com os documentos, permitiu a familiarização progressiva com o corpus e a construção de hipóteses provisórias e índices significativos.

O *corpus* documental foi delimitado pelas 45 edições regulares publicadas ao longo de 22 anos de circulação da revista. A partir desse contato preliminar, formulou-se a hipótese de que, ao decorrer de suas edições, a revista “Filme Cultura” tornou seu discurso mais consciente da racialidade existente dentro da sociedade brasileira. Porém, posteriormente, essa hipótese ganhou o acréscimo de que, apesar desse “ganho de consciência”, a revista rearticulou suas táticas discursivas para conter e domesticar os protagonismos negros e indígenas, em consonância com as transformações conjunturais do próprio cinema nacional. Para operacionalizar o teste dessa hipótese, realizou-se a preparação do material, que envolveu a conversão digital dos arquivos em PDF (Formato de Documento

Portátil) por meio de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), viabilizando buscas lexicográficas sistematizadas.

A segunda fase consistiu na codificação, que segundo O. R. Holsti (apud Bardin, 2011, p. 133) "é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo". O procedimento de codificação estruturou-se em torno da definição das unidades de registro e das unidades de contexto.

Como unidade de registro, "a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial" (Bardin, 2011, p. 134), estabeleceu-se os termos, mapeando-se as frequências absolutas dos radicais lexicográficos "negr" e "índi", o que permitiu capturar variações de gênero e número como "negro(s)", "negra(s)", "índio(s)", "índia(s)" e "indígena(s)" quando referidos a grupos de indivíduos ou caracterizavam esses mesmos grupos. O radical "negr" foi selecionado com base na definição do IBGE que unifica autodeclarados pretos e pardos na categoria analítica "negros" e, principalmente, no enquadramento adotado pela "Filme Cultura" na Edição 40 (1982), que elegeu o negro como temática central. O radical "índi" foi definido com o objetivo de contemplar o máximo de ocorrências sobre os variados povos indígenas, cuja forte presença imagética na revista se expressa em farta produção documental e etnográfica.

Em contrapartida, os termos "preto", "mulato", "caboclo", "tribal" ou suas variantes linguísticas foram excluídos da busca automatizada direta por terem sido avaliados como menos abrangentes e com menor estabilidade discursiva na abordagem da racialidade dos sujeitos nas páginas da revista.

De acordo com as regras de enumeração de Bardin (2011, p. 138), a simples contagem lexical seria insuficiente se isolada de seu valor semântico. Por isso, estabeleceu-se o parágrafo e a citação textual imediata como unidades de contexto, que "serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem" (Bardin, 2011, p. 137). Essa ancoragem garantiu a objetividade da análise temática, permitindo identificar se a menção aos radicais ocorria sob o signo da subalternização ou da agência dos sujeitos.

A etapa final consistiu no tratamento dos dados brutos e na interpretação, que busca transformar os resultados em informações significativas. Conforme Bardin (2011, p. 27), a meta da análise de conteúdo é a inferência: a dedução lógica de variáveis que estão por trás da superfície do texto manifesto.

Nesta pesquisa, as ocorrências quantitativas de presença e ausência dos radicais foram confrontadas e interpretadas à luz do trabalho de Sueli Carneiro (2023). A inferência buscou correlacionar a flutuação estatística dos termos a duas categorias analíticas centrais do pensamento de Carneiro: o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023, p. 26) e o epistemicídio (Santos apud Carneiro, 2023, p. 72). Essa estrutura metodológica cruzou a prescrição descritiva de Bardin com a crítica de Carneiro, permitindo realizar uma leitura que desvela como a crítica cinematográfica nacional operou o controle e a domesticidade estética do Outro.

Resultados e Discussões

Os dados coletados na parte prática do estudo e o confronto destes com a literatura evidenciam a capacidade do dispositivo de racialidade de se rearticular diante das transformações do campo cinematográfico brasileiro. A análise quantitativa demonstra que a conscientização racial não seguiu uma linha evolutiva constante, mas sim uma flutuação caracterizada por um longo silêncio, visibilidade pontual e reconfiguração das formas de representação.

As ocorrências do radical "negr" apresentam uma das distribuições mais desequilibradas do acervo. Nas primeiras três décadas (edições 1 a 39), as menções ao termo "negro" e suas variantes foram residuais e dispersas, raramente ultrapassando 10 ocorrências por edição. Esse silêncio foi rompido de forma monumental na Edição 40 (1982), dedicada exclusivamente ao tema "O Negro no Cinema Brasileiro", o que concentrou um pico histórico de mais de 300 ocorrências. Após esse marco, no entanto, o termo sofreu uma queda drástica, retornando aos níveis residuais anteriores (edições 41 a 48).

No que tange ao radical "índi", o comportamento foi cíclico e flutuante, diretamente atrelado aos lançamentos de produções cinematográficas específicas. Observam-se picos proeminentes na Edição 4 (1967) (22 ocorrências, tratando sobre filmes estrangeiros), na Edição 26 (1974) (com o lançamento do filme "Uirá, o Índio em Busca de Deus"), na Edição 30 (1978) (com 24 ocorrências, motivadas pelo dossiê do filme "Ajuricaba"), na Edição 33 (1979) (com 29 ocorrências, ao abordar o documentário "Raoni"), e o ápice absoluto na Edição 35/36 (1980), (73 ocorrências), pautada pela discussão em torno de "Terra dos Índios", de Zelito Viana. Todos os filmes tematizavam as populações indígenas.

Pode-se estabelecer uma cronologia para o tratamento do protagonismo negro nos debates ideológicos da revista. O primeiro período foi de 1966-1978: nas primeiras duas décadas, a revista "Filme Cultura" pode ser descrita, retomando a tese de Sueli Carneiro, como um dispositivo de captura do negro como "objeto de ciência": "estabelece-se um campo de saber, que institui um campo de poder, de prestígio e glórias; que, sobretudo, se constitui como um espaço de disputa de saber e poder para brancos e entre brancos, o que em contrapartida descarta o negro da condição de produtor de saber e detentor de poder." (Carneiro, 2023, p. 39).

Na Edição 11 (1968), ao descrever de forma jocosa o assistente de câmera negro "Sabiá", em texto sobre bastidores do filme "O Cangaceiro", o diretor de cinema Lima Barreto, o ridiculariza, revelando a recusa sistemática de sua competência profissional.

> Sabiá, um negro feio de doer, era incumbido, na equipe, de empurrar o "dolly" e medir, com a trena, a distância que ia da objetiva à imagem. Quando da filmagem daquela formosa negra que era marcada a ferro em brasa no rosto, Sabiá foi présa de um tréco. As mãos e os beiços lhe tremiam quando seus olhos esbugalhados fitavam a negra.
>
> "Que é que você tem, Sabiá?
>
> "Nada..."
>
> A trena ia e vinha da môça para a câmera, desta para aquela, e Sabiá não conseguia ler os números.

“Está sentindo alguma coisa, Sabiá? Você bebeu? A continuar assim, é melhor largar o serviço.”

O negro conseguiu se controlar, e féz, afinal, a medição. Concluída a tomada, branco de emoção, ele caminhou de pernas bambas até a linda figurante e lascou brasa:

“Ocê. .. asinhora. .. qué casa cumigo?”

"O diabo sabe o que faz: a môça topou de cara. Fizemos uma 'vaca' para o enxoval e o bródio, houve o casamento, e hoje o velho Sabiá e a Ana têm uma dúzia de negrinhos..." (Barreto, 1968, p.52-53)

A exclusão manifesta-se também na invisibilidade estatística. Na Edição 16 (1970), foi feito por Sérgio Augusto um “Mini-dicionário de A a Z” que constituiu uma “primeira tentativa de estabelecer um panorama da arte interpretativa feminina no Brasil” (Augusto, 1970, p. 37), nele constavam 30 atrizes, uma breve descrição de seus trabalhos e uma foto individual de cada uma delas. À parte destas, apresenta-se uma lista de outras 47 atrizes. Do total destas 77 atrizes, apenas duas delas são negras (Esmeralda Barros e Aizita Nascimento). De igual modo, na Edição 20 (1972), uma lista de 98 autores, cujas obras serviram para adaptações literárias, inclui apenas dois escritores negros, sendo eles Lima Barreto e Machado de Assis. Para além destas, na Edição 22 (1972), a cobertura do I Congresso de Cinema Brasileiro registra a ausência quase absoluta de realizadores negros nos espaços de decisão econômica e política do setor.

Nesse cenário de estabilidade do dispositivo de racialidade, a matéria “Quatro Décadas de Otelo, o Grande” (Edição 25, 1974) e o “Dossiê Xica da Silva” (Edição 29, 1978) surgem como momentos de tensão e transição. Não se tratam de rupturas plenas de controle, nas quais o sujeito negro assumiu o protagonismo total do aparelho cinematográfico ou da formulação crítica, mas sim do deslocamento do negro da condição de “objeto” para a de “fonte primária” do saber cinematográfico, ou seja de objeto privilegiado no qual se reconhecia graus de protagonismo, mas sob controle discursivo de sujeitos não-brancos.

Na comemoração dos 40 anos de carreira de Grande Otelo, o ator foi ouvido em primeira pessoa e relatou sua formação histórica na Companhia Negra de Revista, sob a regência de Pixinguinha. No entanto, a curadoria e a autoridade da escrita ainda pertenciam à intelectualidade branca (no caso, a jornalista Maria Lúcia Rangel). De forma semelhante, o Dossiê Xica da Silva (1978) saúda a obra como um “cinema negro que ousa se identificar como tal” (1978, p. 83). Contudo, a autoria estética e política permanecia sob o monopólio de um realizador branco (Carlos Diegues), que afirma inspirar-se na “inventiva” e “exuberância” do homem negro.

A contradição histórica do modelo seria explicitada anos depois, na própria Edição 40 (1982, p. 11), quando Léa Garcia e Ruth de Souza criticam duramente a representação carnavalesca de Xica, denunciando que ela foi reduzida a um “objeto sexual do colonizador português” para o deleite e consumo das plateias brancas. Essas frestas de representatividade caracterizadas pela tensão do negro como “fonte empírica” sob tutela, demonstram a crise do modelo de objeto passivo e estabelecem as condições históricas para a primeira ruptura real de autoria.

O segundo período foi de 1979-1980: a transição para os anos 80 registra as primeiras frestas no dispositivo de racialidade. Na Edição 33 (1979, p. 127-128), a revista publicou o obituário de Eliezer Gomes, operando, pela primeira vez na trajetória do periódico, um

reconhecimento crítico formal do valor intrínseco da negritude na atuação nacional ao dizer que ele era "um dos grandes atores negros do cinema nacional, ao lado de Grande Otelo, Antônio Pitanga, Milton Gonçalves, Léa Garcia, Ruth de Souza, Zózimo Bulbul, entre outros". Na Edição 34 (1980), a estreia de Antônio Pitanga na direção de "Na Boca do Mundo" marcou a transição do negro de objeto projetado a sujeito que controla o aparelho cinematográfico e a produção da (auto) imagem.

O terceiro período foi um momento, em 1982: dedicada ao tema "O Negro no Cinema Brasileiro", a Edição 40 condensa um pico estatístico monumental de mais de 300 ocorrências da palavra "negro". No entanto, ao isolar o debate, esse volume materializou, de forma nítida, o fardo da representatividade. Artistas negros consagrados como Grande Otelo e Ruth de Souza foram chamados para depor sobre suas experiências de exclusão, enquadrados como informantes ou fontes primárias de pesquisa, enquanto diretores brancos assumem a autoridade de ditar o sentido político e estético de suas obras.

A edição 40 reproduziu o pacto hegemônico (Carneiro, 2023, p. 40), para o qual, nesse caso, o negro "só fala de sua própria dor", enquanto o branco fala da teoria e da universalidade do cinema. A Edição 40 funcionou, desse modo, como uma tática de contenção: há uma visibilidade espetacularizada e concentrada que parece neutralizar a necessidade de uma participação orgânica e contínua do negro nas demais edições da revista.

Por fim, no último período, de 1983-1988, as edições posteriores à Edição 40 demonstram que o pico estatístico não alterou a estrutura real de poder e financiamento da indústria que transformava a negritude em objeto. Na Edição 43 (1984), o debate sobre o filme "Barravento" expõe um embate de autoria: Luiz Paulino dos Santos publica uma contestação direta às falas de Antônio Pitanga, na Edição 40, revelando as disputas de bastidores pela autoria da escrita cinematográfica.

> No último encontro que tive com Glauber promovido por Roberto Pires, sabe Pitanga, ele me falou textualmente que não desconhecia a importância de Barravento, nem a minha capacidade de fazer um filme importante. Que apesar dele (Glauber) não gostar do Candomblé porque sua religião era outra (luterana) ele também reconhecia os meus direitos de ficar do lado deles, (o povo do candomblé) que tudo isso era muito bonito, mas o dinheiro fala mais alto e os homens da grana queriam mudanças na estória, - o filme já tinha começado. (Santos, 1984, p. 120)

Na Edição 48 (1988), que comemorou os 90 anos do cinema brasileiro e entrevista realizadores de longas-metragens estreantes, a proporção numérica revelava a solidez das barreiras institucionais: dos cerca de 40 diretores mapeados e entrevistados, apenas dois eram negros (incluindo a pioneira Adélia Sampaio, cuja identidade racial não é explicitada no texto). O dispositivo de racialidade se rearticulou para manter o monopólio material e discursivo da branquitude na produção de longas-metragens no Brasil.

No que se refere ao tratamento conferido às manifestações indígenas nas páginas da "Filme Cultura", expressa-se uma assimetria entre a representação do indígena no cinema nacional e no estrangeiro. Ainda tomando Sueli Carneiro como referencial crítico (2023, p. 39), mas adaptando ao indígena, enquanto o cinema brasileiro operou o epistemicídio ao reduzir os povos originários, principalmente à condição de fonte ou tema de estudo, servindo de matéria-prima etnográfica, folclórica ou pedagógica para que realizadores brancos formulassem suas próprias narrativas, a revista registrou retrospectivamente

produções estrangeiras que traziam indígenas reais como atores dramáticos ativos e profissionais.

Teríamos assim 3 períodos, sendo que o primeiro, 1966-1973, das primeiras décadas da revista, registra que o indígena e sua produção cultural foram capturados sob a categoria de "objeto de ciência". Tratou-se do processo de objetivação pelo qual a intelectualidade e o Estado construíram um campo de saber tutelado que afastou o Outro como sujeito racional contemporâneo. Ao resenhar, na Edição 2 (1966, p. 33), o filme do INCE realizado por Heloísa Fenelon Costa e Yonne de Freitas Leite, "O Trabalho Indígena", a revista elogiou o esforço de combater o estereótipo colonial da "indolência indígena". Contudo, o indígena foi enquadrado como um sujeito de estudo pedagógico, já que o filme "esclarece o estudante e o público" e situa o indígena "em seu próprio contexto social". O indígena era visto como alguém a ser observado e compreendido, mas que não está inserido na sociedade branca.

Contudo, no mesmo período, quando se tratava de cobrir o cinema estrangeiro, notadamente o Western silencioso norte-americano, a redução nacional do indígena a tema de estudo era tensionada. Mesmo longe de abordar o indígena como "sujeito", o debate sobre o western discutia obras que traziam indígenas em papéis de destaque. Como exemplo disso, está o cinema de Thomas Ince, abordado na Edição 4 (1967, p. 58), que "utilizava índios genuínos no elenco – até nos papéis centrais", confiados a atores indígenas autênticos como William Eagleshirt. A revista elogiou esses filmes obtiveram "maior veracidade física, em virtude da utilização no elenco de índios de verdade".

No período de 1974-1981, no cinema brasileiro de ficção e documentário, a agência do indígena real foi sistematicamente interditada pelas amarras do dispositivo de racialidade, que o manteve estrito à condição de objeto de pesquisa ou cenário vivo para diretores brancos. O principal marco dessa interdição foi revelado na análise do longa de Gustavo Dahl "Uirá, o índio em Busca de Deus", na Edição 26 (1974, p. 38). Dahl assumiu explicitamente a exclusão: "Não há índios em papéis de destaque". A justificativa é que "misturar atores e índios autênticos é uma operação delicada". O papel principal do índio Uirá foi entregue a Érico Vidal e a índia Kapoor é interpretada pela atriz consagrada Ana Maria Magalhães, enquanto os indígenas reais "aparecem discretamente".

Na Edição 33 (1979), com indígenas em foco, o documentário "Raoni", embora vença o Festival de Gramado, e seja apresentado como "um documentário sobre índios brasileiro", a agência do indígena chega a ser manipulada para a espetacularização exótica do consumo branco, quando um dos diretores, para obter "efeitos mais espetaculares, exigiu que índios aculturados tirassem seus calções no momento de serem filmados" (1979, p. 49). Na Edição 34 uma crítica citou que o filme se omitia de discutir as causas políticas reais de extermínio para "privilegiar os planos bonitos e decorativos" (Siqueira, 1980, p. 35).

No último período, de 1982-1988, entra-se em uma representação tutelada. Na Edição 43 (Willer, 1984, p. 109), abordou-se o filme "Mato Eles?", que mostra os indígenas Kaingang submetidos a um estranho regime de exploração no corte de madeira de suas próprias terras espoliadas. O filme revela que os "índios depõem, falam, mas… parecem fugidios, fantasmagóricos, irreais" . O indígena "de verdade" surge como um espectro impassível na sua quase-existência, carregando o fardo histórico de sua invisibilidade. O desaparecimento físico e a interdição artística coincidem de forma melancólica no debate.

Na Edição 45 (1985), o filme “Avaeté” foi anunciado e promovido como um filme que “tem o índio como ator, não como assunto” (Vianna, 1985, p. 56). O filme, que tematiza uma amizade entre um cozinheiro que participou de uma expedição punitiva contra uma aldeia indígena e um indígena sobrevivente, possui “índios aculturados” que “interpretaram o papel de índios arredios” (Vianna, 1985, p.58). Para além disso, trazia um protagonista que “é índio mesmo, na medida em que seus pais são índios”, e que, segundo o diretor, “durante as filmagens, parece que baixou nele uma espécie de caboclo. No set ele ‘virou’ índio de novo” (Vianna, 1985, p. 59) como se a identidade do ator indígena tivesse deixado de existir com ele antes disso.

Desse modo, os indígenas continuavam não tendo autoria plena sobre suas narrativas no cinema brasileiro. O epistemicídio, nesse sentido, não se manifestava como silenciamento, mas como uma inclusão tutelada que preservava o indígena como objeto de verificação de autenticidade, não como sujeito de enunciação, e os mantinha ainda como uma espécie de “objeto de ciência”.

Conclusão

A análise das edições da revista “Filme Cultura”, publicadas entre 1966 e 1988, permite identificar que a presença de sujeitos negros e indígenas em suas páginas não acompanhou um processo linear de ampliação da representatividade. Ao contrário, os dados quantitativos e a análise qualitativa evidenciaram um movimento marcado por silêncios, momentos pontuais de visibilidade e posterior rearticulação das formas de representação.

Nesse sentido, a hipótese inicialmente formulada foi confirmada: embora a revista apresente, em sua trajetória, uma crescente visibilidade e tematização acerca das questões raciais, essa consciência não significou, necessariamente, uma transformação das relações de poder que estruturavam a produção e a crítica cinematográfica brasileira.

No caso da população negra, as primeiras décadas da “Filme Cultura” foram marcadas pela baixa frequência de referências e pela recorrente construção do negro como objeto de representação, observação ou comentário, e não como produtor de conhecimento. A invisibilidade identificada em listas de atrizes, escritores e espaços de decisão do cinema evidencia que o problema não se restringia à representação nas telas, mas alcançava também os próprios mecanismos de legitimação e reconhecimento da produção cultural.

A Edição 40, de 1982, constituiu o principal ponto de inflexão identificado pela pesquisa. Porém, a concentração dessa discussão em uma edição específica não correspondeu a uma alteração estrutural da posição ocupada pelos sujeitos negros na revista. Desse modo, a própria ampliação da visibilidade pôde funcionar como mecanismo de contenção, ao incorporar a questão racial sem necessariamente deslocar as estruturas que determinavam quem possuía autoridade para produzir conhecimento sobre ela.

A análise de representações indígenas revelou uma dinâmica parecida mas com características próprias. Ao longo das edições examinadas, os povos indígenas aparecem frequentemente como tema, objeto de pesquisa, elemento etnográfico ou componente de

uma narrativa construída por realizadores não indígenas. Mesmo quando a revista reconhecia a utilização de indígenas como atores e destacava produções que lhes conferem maior presença, permanece a preocupação com sua autenticidade e com a capacidade de representar aquilo que é entendido como "indígena". Assim, a inclusão não implica necessariamente a conquista de autoria ou de autonomia narrativa.

Nesse sentido, o conceito de epistemicídio, mobilizado por Sueli Carneiro, mostrou-se fundamental para compreender que o silenciamento identificado não ocorre apenas pela ausência dos sujeitos negros e indígenas, mas também pela interdição de sua condição de produtores de conhecimento. O problema, portanto, não é simplesmente a existência ou ausência de representação, mas quem possui o controle do dispositivo.

Referências

AUGUSTO, Sérgio. Divagações sôbre as estrêlas. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema, ano III, n. 16, p. 32-41, set./out. 1970.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Lima. História Secreta d'O Cangaceiro e Outras Miudezas. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema (INC), ano II, n. 11, p. 50-53, nov. 1968.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do negro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Editora Companhia das Letras / Zahar, 2023.

FILME CULTURA. Escritores brasileiros: filmografia. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema (INC), ano VI, n. 20, p. 42- 44, maio/jun. 1972.

FILME CULTURA. Gramado 79 (Cobertura). Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 33, p. 40-54, maio 1979.

FILME CULTURA. I Congresso da Indústria Cinematográfica Brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema (INC), ano VI, n. 22, p. 6-23, nov./dez., 1972.

FILME CULTURA: Xica da Silva (Dossiê). Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 29, p. 80-93, maio 1978.

HOLSTI, O. R. **Content Analysis for the Social Sciences and Humanities**. Reading, MA: Adisson-Wesley, 1969.

O TRABALHO Indígena, de Heloísa Fenelon Costa e Yonne de Freitas Leite. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: GEICINE/INCE, ano I, n. 2, p. 33, nov.dez. 1966.

RANGEL, Maria Lúcia. Quatro Décadas de Otelo, o Grande. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema, ano VIII, n. 25, p. 23-25, mar. 1974.

SANTO, Michel do Espírito. Eliézer Gomes (1920-1979). **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 33, p. 127-128, maio 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Luiz Paulino dos. Barravento em questão. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 43, p. 119-120, jan.-abr. 1984.

SIQUEIRA, Sérvulo. Raoni - Nacional e Estrangeiro. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 33, p. 34-35, maio 1979.

TAMBELLINI, Flavio. [Apresentação]. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: GEICINE/INCE, ano I, n. 1, 1966.

TAVARES, Zulmira Ribeiro. Narrativa e Imagem. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Embrafilme, ano XIII, n. 34, p. 27-28, jan./fev./mar. 1980.

UIRÁ, uma viagem interior. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema (INC), ano VIII, n. 26, p. 38-39, set. 1974.

VIANNA, Antônio Moniz. Filmografia essencial do Western. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: GEICINE/INCE, ano I, n. 4, p. 53-65, mar./abr. 1967.

VIANNA, Zelito. Avaeté, homem de verdade (depoimento). **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 45, p. 56-59, mar. 1985.

WILLER, Claudio. Documento de uma ausência. **Filme Cultura**. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 43, p. 109-110, jan.-abr. 1984.

FONTES

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 30, ago. 1978.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 33, maio 1979.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 35/36, ano XIII, jul./ago./set. 1980.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Embrafilme, ano XV, n. 40, ago./out. 1982.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Fundação do Cinema Brasileira, n. 48, nov. 1988.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: GEICINE/INCE, ano I, n. 4, mar./abr. 1967.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema (INC), ano VI, n. 20, maio/jun. 1972.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema (INC), ano VI, n. 22, nov./dez., 1972.

FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Cinema (INC), ano VIII, n. 26, set. 1974.

Anexos



Imagem 2 - Cronologia Indígena (Autoria própria, 2026)



Gráfico 2 - Ocorrências da palavra "Índio"/"Indígena nas edições da "Filme Cultura" (Autoria Própria, 2026)



Cronologia Negra (Autoria própria, 2026)



Gráfico 1 - Ocorrências da palavra "negro" nas edições da "Filme Cultura" (Autoria própria, 2026)

CÓDIGO: HS1229

AUTOR: VITORIA REGINA BENTO DE LIMA

ORIENTADOR: RODRIGO ALMEIDA FERREIRA

TÍTULO: Catalogação e difusão de fotógrafos e cineastas negros contemporâneos brasileiros

Resumo

O projeto Olhos Negros propõe-se a mapear, catalogar e difundir, através das redes sociais, a produção fotográfica autoral de artistas negros contemporâneos atuantes em todo o território brasileiro. Este plano de trabalho tem como objetivo compreender de que forma esse mapeamento contribui para a legitimação simbólica dessa produção, articulando-se com o debate teórico sobre identidade racial, resistência e representatividade. Metodologicamente, foi construído e divulgado um formulário eletrônico nos perfis do projeto no Instagram e no Facebook, direcionado a fotógrafas/os/es negras/os/es de todo o país. A partir das respostas coletadas, foi realizado um levantamento do perfil sociodemográfico e profissional dos artistas — idade, profissão, tempo de prática, formação e vínculo com redes e coletivos — além da identificação das regiões de maior concentração desses profissionais. Os perfis foram analisados a partir de três eixos: alcance digital, alcance artístico e alcance midiático. Ao todo, foram mapeados mais de 200 fotógrafos negros contemporâneos brasileiros, revelando um campo plural e coletivamente articulado, mas ainda pouco sistematizado nos circuitos institucionais de legitimação artística e midiática. Os resultados reforçam a relevância de iniciativas de catalogação e divulgação como forma de enfrentamento ao apagamento histórico da produção fotográfica negra no país

Palavras-chave: Fotografia negra, Identidade racial, Redes sociais e Representatividad

TITLE: Cataloging and dissemination of contemporary Black Brazilian photographers: mapping, sociodemographic profile and symbolic legitimation of authorial photography

Abstract

The Olhos Negros project aims to map, catalog, and disseminate, through social media, the authorial photographic production of contemporary Black artists active throughout Brazil. This work plan seeks to understand how this mapping contributes to the symbolic legitimation of this production, engaging with theoretical debates on racial

identity, resistance, and representativeness. Methodologically, an online form was created and disseminated on the project's Instagram and Facebook profiles, targeting Black authorial photographers across the country. Based on the responses collected, a survey was conducted on the sociodemographic and professional profile of the artists — age, occupation, time of practice, education, and involvement in networks and collectives — as well as the identification of the regions with the highest concentration of these professionals. Profiles were analyzed along three axes: digital reach, artistic reach, and media reach. In total, approximately 200 contemporary Black Brazilian photographers were mapped, revealing a plural and collectively articulated field that remains poorly systematized within institutional circuits of artistic and media legitimation. The results reinforce the relevance of cataloging and dissemination initiatives as a means of confronting the historical erasure of Black photographic production in the country.

Keywords: Black photography, Racial identity, Social media and Representativenes

Introdução

A fotografia autoral produzida por artistas negros contemporâneos ocupa um lugar historicamente marginal nos circuitos tradicionais de legitimação artística e midiática no Brasil. Partindo dessa constatação, o projeto Olhos Negros propõe-se a mapear, catalogar e difundir, através das redes sociais, a produção de fotógrafas e fotógrafos negros autorais atuantes em todo o território nacional, constituindo um repositório que sirva tanto de inventário quanto de espaço de visibilidade para essas trajetórias artísticas.

O presente plano de trabalho tem como objetivo compreender de que forma esse mapeamento contribui para a legitimação simbólica da fotografia negra contemporânea, articulando-se com o debate teórico sobre identidade racial, resistência e representatividade (KILOMBA, 2016; MBEMBE, 2018; MUNANGA, 1986). Justifica-se essa proposição como forma de enfrentar o apagamento histórico de artistas negros nos circuitos de arte e mídia, dialogando com a perspectiva decolonial (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016) e com a noção de dupla consciência da diáspora negra (GILROY, 1993).

Compreende-se, ainda, que essa produção fotográfica não se sustenta de forma isolada, mas encontra respaldo em redes e coletivos de artistas negros que projetam novas possibilidades para as artes contemporâneas (BRAZ; RIBEIRO, 2020), reforçando a hipótese de que a legitimação simbólica desses trabalhos depende tanto de sua qualidade estética quanto das condições materiais e coletivas de sua circulação. Nesse sentido, o mapeamento proposto busca não apenas catalogar nomes, mas compreender as condições concretas — sociodemográficas, formativas e de rede — em que essa produção se realiza.

Metodologia

Serão analisadas os portfólios e produções fotográficas dos fotógrafos negras/os/es contemporâneos brasileiros e analisado as suas propostas estéticas e simbólicas a partir de elementos que representam uma identidade racial de representação, discursividade e resistência em suas imagens. Enquanto recorte da amostra serão analisados os perfis dos fotógrafos autorais negros contemporâneos em base em três categorias:

A) O Alcance Digital dos fotógrafos negros contemporâneos potiguares nas redes sociais;
B) O Alcance Artístico dos fotógrafos negros contemporâneos potiguares com exposições coletiva ou individual realizada nos últimos cinco anos em espaços artísticos no Rio Grande do Norte;
C) O Alcance Midiático dos fotógrafos negros contemporâneos potiguares com alcance em reportagens, artigos em jornais e programas televisivos e outros produtos noticiosos de seus trabalhos.

O aluno bolsista irá analisar os dados dos formulários quantitativos e qualitativos para construção dos perfis dos fotógrafos negros contemporâneos potiguares para serem divulgados nas redes sociais do projeto.

Resultados e Discussões

Ao todo, foram mapeados cerca de 200 fotógrafos negros contemporâneos brasileiros através do formulário eletrônico. O levantamento sociodemográfico permitiu identificar não apenas onde esses artistas estão concentrados, mas também seu perfil de idade, formação e tempo de atuação, bem como sua inserção em redes e coletivos — dado que revela a fotografia negra contemporânea não como prática isolada, mas como campo articulado coletivamente, em diálogo com a noção de coletivos negros como espaço de projeção de novas possibilidades para as artes contemporâneas (BRAZ; RIBEIRO, 2020).

A análise cruzada dos eixos digital, artístico e midiático evidenciou que o reconhecimento desses fotógrafos ainda se concentra majoritariamente nas redes sociais, com alcance mais limitado nos circuitos expositivos e midiáticos tradicionais — o que reforça a hipótese de que a legitimação simbólica dessa produção segue majoritariamente por vias alternativas às institucionalizadas, corroborando a leitura de que a fala e a imagem do sujeito negro seguem disputando espaço em estruturas historicamente concebidas para silenciá-las (SPIVAK, 1988; FANON, 2008).

Esse mapeamento inicial, ao dar visibilidade a essas 200 trajetórias, contribui para a formação de um panorama nacional que resiste ao apagamento histórico de artistas negros nos circuitos de arte, aproximando-se do que Patton (1998) descreve como a construção contínua de uma tradição visual afro-diaspórica legitimada por seus próprios agentes.

Conclusão

O mapeamento realizado pelo projeto Olhos Negros demonstra que, embora exista uma produção fotográfica autoral negra plural e ativa em todo o Brasil, ela permanece pouco sistematizada nos circuitos institucionais de legitimação artística e midiática — lacuna que este plano de trabalho busca contribuir para preencher.

A construção de um repositório nacional, aliada à divulgação sistemática nas redes sociais, tensiona os apagamentos históricos que marcam a trajetória da arte negra no país, criando espaço para narrativas de resistência e representatividade construídas pelos próprios artistas. Como desdobramento, pretende-se ampliar o mapeamento nacional, consolidar o website do projeto como repositório permanente e sistematizar os dados coletados em artigo científico a ser submetido em coautoria com o orientador, além da apresentação dos resultados no eCICT 2026.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado, Brasília , v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
BRAZ, J. e RIBEIRO, L.. Como e por que a experiência de coletivos de artistas negros e negras projeta novas possibilidades para as artes contemporâneas? In Experiências negras : coletivo de artistas negrxs : projeções para as artes contemporâneas. volume 2. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2020.
CONDURU, Roberto. Arte Afro-Brasileira. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.
FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. SciELO-EDUFBA, Salvador, 2008.
GILROY, Paul. The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness. London: Verso, 1993.
KILOMBA, Grada. “A Máscara”. In: Cadernos De Literatura Em Tradução, n 16, 171-180, 2016.
MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.
MEIRINHO, D. Ressignificações contemporâneas dos imaginários racializados nas artes visuais . Revista Farol, 1(23), 55–70, 2021.
MENEZES NETO, Hélio Santos. Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
MENEZES NETO, Hélio Santos. Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e Sentidos. São Paulo, Ática, 1986.
PATTON, Sharon F. African-American Art. Oxford: Oxford University Press, 1998.
SPIVAK, Gayatri. “Chakravorty. Can the Subaltern Speak?” In: Nelson, Cary; Grossberg, Lawrence (Hg.): Marxism and the Interpretation of Culture. Chicago: Illinois University Press, 1988.

CÓDIGO: HS1232

AUTOR: JORDANA VITÓRIA SILVA NUNES

ORIENTADOR: EDVALDO BALDUINO BISPO

TÍTULO: A categoria gramatical "sujeito": abordagem no livro didático e em perspectiva funcionalista

Resumo

Este trabalho analisa a abordagem da categoria gramatical sujeito em livros didáticos de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental, considerando as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os pressupostos da perspectiva funcionalista. A pesquisa, de natureza qualitativo-interpretativista e descritivo-explicativa, teve como *corpus* os livros do 6º ao 9º ano da coleção *Português Linguagens*, adotada no PNLD 2024-2027 em escolas públicas do Rio Grande do Norte. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico sobre o Funcionalismo e sua interface com o ensino de língua portuguesa, seguido da análise da BNCC e dos materiais didáticos. Os resultados evidenciaram que os livros contemplam as habilidades da BNCC relacionadas ao sujeito, mas ainda predominam atividades de identificação e classificação. Embora sejam encontradas propostas de reflexão sobre os usos da língua e os efeitos de sentido, essas iniciativas ocorrem de forma pontual. Diante disso, propõem-se encaminhamentos didáticos fundamentados no Funcionalismo, que partem da análise de textos autênticos e consideram as formas de manifestação do sujeito, suas funções, os contextos de uso e os efeitos de sentido. Conclui-se que essa perspectiva pode contribuir para um ensino de gramática mais reflexivo, contextualizado e significativo, articulado às práticas de leitura e produção textual e às orientações da BNCC.

Palavras-chave: Ensino de gramática; Sujeito gramatical; Linguística Funcional.

TITLE: The Grammatical Category of "Subject": An Approach in Textbooks and from a Functionalist Perspective

Abstract

This study examines the treatment of the grammatical category of subject in Portuguese language textbooks for the final years of Brazilian Elementary School, based on the guidelines of the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC) and a functionalist approach to language. The research adopts a qualitative-interpretive and descriptive-explanatory methodology, analyzing 6th- to 9th-grade textbooks from the Português Linguagens collection, adopted through the 2024–2027 National Textbook

Program (PNLD) in public schools in Rio Grande do Norte, Brazil. The analysis included a literature review on Functionalism and language teaching, an examination of the BNCC, and documentary analysis of the textbooks. The findings show that the textbooks address BNCC skills related to the subject; however, activities focused on identification and classification predominate. Although some activities promote reflection on language use and meaning-making, such initiatives remain occasional. Based on the findings, the study proposes functionalist teaching approaches centered on authentic texts, different forms of subject realization, and their functions, contexts of use, and meaning effects. The study concludes that Functionalism can contribute to more reflective, contextualized, and meaningful grammar teaching by integrating grammatical analysis with reading and writing practices in accordance with the BNCC.

Keywords: Grammar teaching; Grammatical subject; Functional Linguistics.

Introdução

O ensino de língua portuguesa (LP) é marcado por debates sobre objetivos, conteúdos e metodologias, especialmente quanto ao estudo de gramática. Nesse debate, as práticas tradicionais, centradas na definição, classificação e identificação de estruturas e frequentemente apoiadas em uma metalinguagem pouco acessível aos estudantes, são criticadas, mas ainda predominam no contexto escolar. Em contraposição, os documentos oficiais (Brasil, 1998, 2006, 2018) defendem a articulação dos conhecimentos gramaticais às práticas de leitura, escuta e produção textual, por meio da Análise Linguística/Semiótica. Diante dessas orientações, torna-se necessário repensar o ensino gramatical para além da memorização de nomenclaturas, favorecendo a compreensão do funcionamento da língua e de sua contribuição para a construção de sentidos em situações de uso. Nesse cenário, os estudos linguísticos oferecem subsídios para renovar o ensino de LP, entre os quais se destaca a Linguística Funcional (LF), perspectiva que fundamenta este trabalho.

Para compreender essa abordagem, é necessário considerar que o Funcionalismo se distancia de concepções que tratam a língua e a gramática como sistemas autônomos. Conforme Givón (1995), “a língua e a gramática não podem ser descritas nem explicadas adequadamente como um sistema autônomo” (p. xv, tradução nossa). Para o autor, compreender a organização da língua requer considerar fatores como a cognição, a comunicação, o processamento linguístico, a interação social e a cultura, bem como os processos de mudança, variação, aquisição e evolução (Givón, 1995, p. xv, tradução nossa). Nessa perspectiva, a estrutura linguística não é analisada de maneira isolada, uma vez que “a estrutura serve a funções cognitivas ou comunicativas” (Givón, 1995, p. 9, tradução nossa). Assim, a LF compreende a língua a partir da articulação entre sua organização estrutural e as funções que desempenha nos diferentes contextos de uso.

Com base nesses pressupostos, a perspectiva funcionalista oferece contribuições relevantes ao ensino de LP, na medida em que propõe que os fenômenos gramaticais sejam analisados em relação aos usos da língua. Conforme Bispo, Cordeiro e Lucena (2022), o Funcionalismo pode fundamentar "um ensino produtivo de gramática", no qual os recursos linguísticos são considerados segundo as necessidades comunicativas e semântico-pragmáticas, em articulação com as práticas de leitura, escuta e produção textual (p. 196-197). Sob essa ótica, o ensino gramatical ultrapassa a identificação e a

classificação de estruturas e passa a contemplar a relação entre forma, função e produção de sentidos, contribuindo para o desenvolvimento da competência comunicativa e para que o aluno compreenda e empregue os recursos linguísticos de maneira adequada às diferentes situações de interação (Bispo, 2025, p. 120).

Focaliza-se neste trabalho a categoria gramatical sujeito, tradicionalmente abordada, no contexto escolar, em termos de sua identificação e classificação. Sob o viés funcionalista, contudo, seu estudo pode considerar também suas diferentes formas de manifestação, funções discursivas, contextos de uso e efeitos de sentido, de modo que o ensino dessa categoria ultrapasse a simples identificação e favoreça a compreensão de seu funcionamento em situações concretas de uso da língua.

Para o desenvolvimento da pesquisa, analisa-se a abordagem da categoria sujeito em livros didáticos de LP dos anos finais do Ensino Fundamental (EF) adotados em escolas públicas norte-rio-grandenses, verificando sua consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018). A partir dessa análise, propõe-se também encaminhamentos didáticos para o ensino da categoria gramatical sujeito em turmas do EF.

Metodologia

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativo-interpretativista, quanto à abordagem do objeto, e descritivo-explicativa, quanto aos seus objetivos (Silva, 2004; Marconi; Lakatos, 2010). O estudo concentrou-se na descrição e na interpretação do tratamento conferido ao sujeito gramatical em materiais didáticos, bem como na elaboração de encaminhamentos pedagógicos para o ensino dessa categoria no EF.

O desenvolvimento da pesquisa iniciou-se com o levantamento e o estudo da bibliografia pertinente ao tema, contemplando a leitura e a discussão dos pressupostos teóricos da LF, bem como de trabalhos que abordam a sua interface com o ensino de LP. Essa etapa foi realizada sob orientação do professor coordenador do projeto e teve como finalidade consolidar o referencial teórico que fundamenta a investigação. Paralelamente, procedeu-se à análise da BNCC (Brasil, 2018), com especial atenção às competências, habilidades e orientações relacionadas ao eixo de análise linguística/semiótica, buscando identificar as diretrizes que norteiam o ensino da gramática na Educação Básica.

A fundamentação teórica apoiou-se nos estudos funcionalistas acerca da organização e do funcionamento da gramática das línguas naturais, tomando como principais referências Givón (1984, 1995), Martelotta (2011), Furtado da Cunha e Bispo (2013, 2023), Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015) e Neves (2018). Além disso, a discussão sobre a articulação entre os pressupostos funcionalistas e o ensino de língua portuguesa fundamentou-se nas contribuições de Neves (2003, 2010), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2014), Oliveira e Wilson (2015), Bispo, Cordeiro e Lucena (2022), Bispo e Furtado da Cunha (2022), Bispo e Cordeiro (2023) e Bispo (2025), cujas reflexões subsidiaram a análise do material didático e a elaboração de

encaminhamentos didáticos para o tratamento da categoria gramatical sujeito em turma do EF.

A etapa de análise documental teve como *corpus* os livros didáticos do 6º ao 9º ano do EF da coleção *Português Linguagens* (Cereja e Vianna, 2022), selecionada no PNLD 2024-2027 e adotada em escolas públicas do estado do RN. Em cada volume, investigou-se a forma como a categoria gramatical sujeito é abordada, bem como o grau de alinhamento dessa abordagem às orientações da BNCC para o seu ensino. Para tanto, foram examinadas todas as ocorrências relacionadas ao objeto de estudo, incluindo capítulos específicos sobre o sujeito, exercícios voltados diretamente para essa categoria, além de exemplos, explicações e propostas de atividades em que a categoria sujeito aparece de maneira integrada a outros conteúdos gramaticais.

Concluída essa etapa, realizou-se o cotejo entre o tratamento conferido ao sujeito nos livros didáticos, as orientações da BNCC e os pressupostos da LF, buscando identificar convergências, divergências e possibilidades de aproximação entre essas três dimensões. Essa análise comparativa permitiu avaliar em que medida o material didático favorece uma compreensão do sujeito compatível com uma perspectiva funcionalista de linguagem e com as orientações curriculares para o ensino de língua portuguesa.

Por fim, com base nos resultados obtidos na análise documental e no cotejo realizado, foram propostos encaminhamentos didáticos fundamentados nos princípios da LF. Tais encaminhamentos buscam contribuir para um ensino mais contextualizado e significativo da categoria gramatical sujeito, privilegiando sua compreensão em situações reais de uso da língua e promovendo uma abordagem que articula reflexão gramatical, leitura, produção textual e práticas efetivas de linguagem nos anos finais do EF.

Resultados e Discussões

A partir da busca e da análise das ocorrências relacionadas à categoria gramatical sujeito nos livros didáticos selecionados, foi possível identificar como essa categoria é abordada em cada volume da coleção. Paralelamente, a leitura da BNCC permitiu verificar quais habilidades relacionadas ao ensino do sujeito são contempladas pelos materiais. Dessa forma, foi possível estabelecer uma relação entre o tratamento conferido à categoria nos diferentes volumes e as orientações previstas pela BNCC para essa etapa da escolaridade.

No que se refere ao material didático do 6º ano, observou-se que a categoria sujeito não é abordada de forma aprofundada, mas introduzida de maneira geral, com a apresentação dos sujeitos simples e composto, relacionados ao estudo da concordância verbal, conteúdo previsto para esse ano escolar. Quanto às atividades, predominam questões de identificação da categoria em estudo. Entretanto, o material apresenta uma questão que propõe uma reflexão sobre a língua e seus efeitos de sentido, conforme apresentado no Anexo 1. Embora pontual, essa atividade dialoga com pressupostos funcionalistas ao ultrapassar a identificação e a classificação do sujeito e levar o aluno a

refletir sobre os efeitos de sentido decorrentes das escolhas linguísticas realizadas no texto.

Em relação aos exemplos utilizados na explicação, o material alterna entre ocorrências isoladas e contextualizadas. Quanto à BNCC, o 6º ano contempla apenas a habilidade EF06LP06, que diz respeito às relações entre o verbo e os sujeitos simples e composto. A análise permitiu inferir que essa habilidade foi contemplada de forma adequada, uma vez que o conteúdo é trabalhado no contexto do estudo da concordância verbal.

No 7º ano, por sua vez, a categoria sujeito é apresentada em um tópico específico sobre "sujeito e predicado", diferentemente do 6º ano, em que aparece associada a outro conteúdo. O material aborda a concordância entre sujeito e verbo, define o sujeito como o termo que indica de quem ou do que se fala e apresenta os tipos simples, composto e desinencial, além de uma seção dedicada à sua morfossintaxe. Também há uma breve discussão sobre a função e a importância do sujeito, aspecto que se aproxima dos pressupostos funcionalistas por atribuir maior atenção ao papel da categoria no funcionamento da língua. Contudo, essa discussão é pontual e poderia ser aprofundada.

Além das atividades de identificação, o material propõe questões de caráter epilinguístico, que levam os alunos a refletir sobre os diferentes sentidos produzidos pelas escolhas linguísticas e sobre a contribuição do sujeito para essa construção, como pode ser verificado no Anexo 2. Os exemplos utilizados nas explicações são, em sua maioria, retirados do texto que introduz a seção, e o livro também recorre a textos literários apresentados integralmente, evitando, nesses casos, a fragmentação e a descontextualização das ocorrências.

Quanto à BNCC, o material mobiliza a habilidade EF07LP07, relacionada à organização básica da oração, incluindo o sujeito. A análise permite considerar que essa habilidade é contemplada, uma vez que o livro apresenta os termos da oração e possibilita sua identificação em diferentes textos. Além disso, as atividades epilinguísticas favorecem a reflexão sobre o funcionamento da língua. Embora essas características revelem aproximações com pressupostos funcionalistas, tais propostas aparecem de maneira pontual e poderiam ser ampliadas, especialmente no que se refere à exploração das funções e dos efeitos de sentido associados às escolhas linguísticas.

Em relação ao livro do 8º ano, verifica-se um aprofundamento da abordagem da categoria sujeito, com a introdução dos conceitos de sujeito indeterminado e oração sem sujeito. O material também apresenta uma seção que diferencia o sujeito desinencial do indeterminado, buscando evitar a confusão entre essas categorias, além de, no estudo das vozes verbais, abordar os sujeitos agente e paciente. Quanto aos exemplos apresentados, predominam ocorrências extraídas de textos integrais, aspecto positivo para a compreensão do funcionamento dessas categorias em situações reais de uso da língua, como se observa no Anexo 3. Nesse sentido, a presença de ocorrências em textos autênticos possibilita ao aluno perceber que o estudo do sujeito ultrapassa sua simples identificação e classificação, favorecendo a compreensão de como essa categoria se manifesta.

Assim como nos volumes anteriores, o material apresenta, além de atividades de identificação e classificação, questões de caráter epilinguístico que promovem a reflexão sobre o uso da língua e os efeitos de sentido, aproximando-se, nesse aspecto, de

pressupostos funcionalistas, conforme pode ser observado no Anexo 4. Contudo, essas atividades também são bastante pontuais e poderiam ser ampliadas ao longo do capítulo, de modo a explorar de forma mais consistente a relação entre forma e função.

No que se refere à BNCC, o material mobiliza as habilidades EF08LP06 e EF08LP08. A primeira contempla o estudo das relações envolvendo o sujeito, enquanto a segunda aborda a identificação de verbos nas vozes ativa e passiva e a interpretação dos efeitos de sentido relacionados ao sujeito nessas construções, assim como exemplificado no Anexo 5. Considerando a abordagem desenvolvida, observa-se que ambas as habilidades são contempladas, uma vez que, além de trabalhar as vozes verbais, o livro possibilita a reflexão sobre os efeitos de sentido associados às diferentes configurações do sujeito.

Por fim, no material correspondente ao 9º ano, o livro não apresenta a conceituação do termo sujeito em si, mas aborda conteúdos relacionados à categoria, como as orações subordinadas substantivas subjetivas, que desempenham essa função, e a atuação dos pronomes relativos como sujeito. Também há uma breve explicação sobre o "se" como índice de indeterminação do sujeito, possivelmente com o propósito de diferenciar os casos de voz passiva sintética daqueles em que a oração principal se articula a uma subordinada subjetiva. Essa abordagem contribui para ampliar a compreensão dos diferentes modos de manifestação da categoria.

Embora o material recorra, em alguns momentos, a enunciados descontextualizados, também apresenta ocorrências inseridas em contextos de uso. No entanto, como a BNCC não estabelece, para o 9º ano, uma habilidade específica voltada ao estudo do sujeito, o livro não desenvolve uma reflexão mais sistemática sobre essa categoria. Ainda assim, os conteúdos relacionados ao sujeito poderiam ser acompanhados de uma discussão mais aprofundada e de atividades epilinguísticas que favorecessem a reflexão sobre seu funcionamento, o que não ocorre no material.

De modo geral, a análise dos livros didáticos revelou que todos contemplam as habilidades da BNCC relacionadas diretamente à categoria sujeito ou a conteúdos que estabelecem relação com ela. No que se refere ao eixo de Análise Linguística/Semiótica, que orienta o estudo da língua articulado aos textos e às situações de uso, verificou-se que essa integração está presente nos materiais, porém de maneira pontual. Embora os livros recorram a textos e contextos de uso em diferentes momentos, predominam atividades voltadas à identificação e à classificação da categoria gramatical estudada. Esse predomínio limita as oportunidades de reflexão sobre o funcionamento da língua e pode restringir a construção de conhecimentos mais significativos para os estudantes.

Diante desse contexto, a perspectiva funcionalista oferece contribuições relevantes ao propor que os fenômenos gramaticais sejam analisados em relação aos contextos em que ocorrem, às funções que desempenham e aos efeitos de sentido produzidos pelas escolhas linguísticas. Assim, seus pressupostos podem ampliar as possibilidades de um ensino que, em consonância com as orientações da BNCC, ultrapasse a mera identificação e classificação e favoreça uma compreensão mais significativa do funcionamento da língua em uso.

Apresentam-se, a seguir, alguns encaminhamentos para a abordagem da categoria sujeito em sala de aula dos anos finais do EF, organizados de modo a integrar o

conhecimento gramatical às práticas de leitura e produção textual. Para concretizar essa abordagem, propõe-se que o ensino da categoria sujeito tenha como ponto de partida a análise de textos autênticos de diferentes gêneros, selecionados conforme a etapa de escolaridade e os objetivos de leitura e produção textual. A partir deles, o professor pode levar os alunos a observar diferentes ocorrências do sujeito e reconhecer a diversidade de formas pelas quais essa categoria se manifesta nos textos, criando condições para, posteriormente, investigar as razões e os efeitos dessas escolhas.

Nesse processo, a análise deve ultrapassar a identificação do sujeito e considerar como ele se manifesta, qual função desempenha e por que determinada forma é utilizada em vez de outras possíveis. Isso implica observar as razões comunicativas que podem motivar a escolha de uma certa construção e os efeitos que dela podem decorrer no contexto em que é empregada. A ocultação do sujeito, por exemplo, pode contribuir para evitar repetições e favorecer a fluidez do texto quando o referente já é recuperável pelo contexto; a indeterminação, por outro lado, pode ser utilizada para apresentar uma informação de maneira mais generalizada ou para não explicitar o responsável por determinada ação, seja porque ele é desconhecido, seja porque não se pretende atribuir-lhe diretamente essa responsabilidade.

Da mesma forma, a posição do sujeito na oração pode estar relacionada à organização das informações. Sua anteposição tende a acompanhar uma ordenação mais recorrente, enquanto sua posposição pode contribuir para colocar o sujeito em uma posição de maior destaque, dependendo do contexto. Dessa maneira, os estudantes podem compreender que as formas de manifestação do sujeito não são escolhas aleatórias, mas recursos relacionados às necessidades comunicativas de cada situação e capazes de contribuir para a organização das informações, a construção dos sentidos e o direcionamento da atenção do leitor.

Essa reflexão, por sua vez, deve estar articulada às práticas de leitura e produção textual. Na leitura, a análise do sujeito pode contribuir para a compreensão da organização do texto, isto é, de como a informação é distribuída ao longo dos períodos e dos parágrafos, do que é retomado ou omitido e de como essa distribuição contribui para a progressão e a coesão entre as partes. Além disso, essa análise permite perceber os efeitos de sentido que essa organização produz, na medida em que a escolha de manter, ocultar, indeterminar ou reposicionar o sujeito direciona a interpretação do leitor para aspectos específicos do enunciado.

O professor pode propor, por exemplo, a comparação entre exemplos como "Ana quebrou o copo", "O copo foi quebrado por Ana" e "Quebrou-se o copo", solicitando aos estudantes que identifiquem as diferenças formais entre elas e expliquem como cada construção organiza as informações. Na primeira, o sujeito "Ana" aparece anteposto ao verbo na voz ativa, colocando em destaque quem realizou a ação; na segunda, "o copo" ocupa a posição de sujeito paciente na voz passiva analítica, direcionando a atenção para o elemento afetado, embora o agente seja explicitamente mencionado; na terceira, o agente não é explicitado, e a construção privilegia o acontecimento e o elemento afetado. A partir dessa comparação, o professor pode discutir com os estudantes em quais situações comunicativas cada construção poderia ser empregada e quais efeitos sua escolha pode produzir sobre a atribuição de responsabilidade e o direcionamento da atenção do leitor.

A sistematização gramatical, por sua vez, deve ocorrer após a exploração da categoria em diferentes ocorrências de uso, partindo inicialmente da análise de suas características funcionais, relacionadas aos aspectos semânticos, textual-discursivos e pragmáticos, para, posteriormente, abordar suas características formais, especialmente nos níveis morfossintático e, quando pertinente, fonético-fonológico. Somente após esse percurso de observação e análise é que se procede à organização e à sistematização dos conhecimentos construídos, recorrendo-se à terminologia técnica dos estudos linguísticos para nomear e organizar os aspectos identificados (Bispo, 2025, p. 122).

No que diz respeito à produção textual, os conhecimentos construídos ao longo desse percurso podem ser aplicados de forma prática. Nesse sentido, ao redigir um texto, o aluno passa a decidir, de maneira consciente, se deve explicitar o sujeito ou ocultá-lo, se deve indeterminá-lo ou atribuir-lhe destaque, conforme o efeito que pretende causar no leitor. Um estudante que escreve uma notícia, por exemplo, pode optar por indeterminar o sujeito ao relatar um fato ainda não apurado, evitando afirmar precipitadamente quem é o responsável, ou pode optar por explicitá-lo quando já dispõe de informações confirmadas, conferindo maior precisão e credibilidade ao relato. Em uma narrativa, por outro lado, pode optar pela ocultação do sujeito quando o referente já está estabelecido no contexto, evitando repetições e favorecendo a continuidade do texto. Dessa forma, as escolhas relacionadas à manifestação do sujeito passam a integrar as estratégias de construção do texto e deixam de ser realizadas de maneira aleatória.

Por fim, a avaliação deve considerar não apenas a capacidade de identificar e classificar o sujeito, mas também a de compreender seu funcionamento em diferentes contextos e empregar conscientemente seus recursos na produção textual. Isso significa que, além de exercícios tradicionais de reconhecimento e classificação, o professor pode propor atividades em que o aluno precise justificar por que determinada forma foi utilizada em um texto, ou reescrever um trecho alterando o sujeito para observar os efeitos produzidos por essa mudança. Uma atividade avaliativa coerente com essa proposta, por exemplo, pode apresentar duas notícias que relatam o mesmo fato, uma construída com sujeito indeterminado e outra com sujeito explícito, solicitando que o aluno identifique as diferenças entre elas e explique de que maneira cada escolha interfere na forma como o leitor interpreta a responsabilidade pelo ocorrido.

Outra possibilidade é apresentar aos alunos um pequeno trecho narrativo em que o mesmo sujeito seja repetido excessivamente ao longo de várias orações, solicitando que reescrevam o texto substituindo algumas ocorrências por pronomes, sujeitos ocultos ou outras estratégias de retomada, e que, em seguida, expliquem como essas alterações contribuíram para a fluidez do texto e para o direcionamento da atenção do leitor a diferentes elementos da narrativa. À vista disso, avalia-se não apenas o domínio da nomenclatura gramatical, mas também a capacidade do estudante de refletir sobre os efeitos comunicativos das escolhas linguísticas e de empregá-las de forma consciente em suas próprias produções textuais. Nesse sentido, o conhecimento gramatical é integrado às práticas de uso da língua e contribui para uma aprendizagem mais contextualizada e relevante.

Esses encaminhamentos podem promover a articulação de pressupostos funcionalistas às orientações da BNCC para o eixo de Análise Linguística/Semiótica, aproximando o estudo do sujeito às práticas de produção e recepção de textos, conforme destaca Bispo (2025). Ao relacionar essa categoria aos seus usos, funções e efeitos de sentido, o

encaminhamento proposto amplia as possibilidades de reflexão sobre as escolhas linguísticas e contribui para um ensino de gramática mais significativo.

Conclusão

Tendo em vista as discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho, evidencia-se a importância de repensar o ensino de gramática e de considerar as contribuições das diferentes perspectivas linguísticas para a prática pedagógica. Nesse contexto, o Funcionalismo apresenta-se como uma abordagem relevante por compreender a língua em relação aos seus usos e às funções que desempenha em situações concretas de interação, oferecendo subsídios para um ensino gramatical mais integrado às práticas de linguagem.

O presente trabalho, portanto, alcançou seu objetivo ao discutir as contribuições do Funcionalismo para o ensino de língua portuguesa, analisar a abordagem da categoria gramatical sujeito em livros didáticos destinados aos anos finais do Ensino Fundamental e utilizados em escolas públicas potiguares, verificar sua consonância com as orientações da BNCC e propor encaminhamentos didáticos fundamentados em princípios funcionalistas.

A análise dos materiais evidenciou que as habilidades da BNCC relacionadas ao sujeito são contempladas, mas que ainda predominam atividades voltadas à identificação e à classificação dessa categoria. Embora sejam identificados momentos de reflexão sobre os usos da língua e os efeitos de sentido, estes ocorrem de maneira pontual. Diante disso, os pressupostos funcionalistas mostram-se relevantes para ampliar o tratamento da categoria, considerando sua manifestação, suas funções e sua relação com o contexto, a organização textual e a construção de sentidos.

Por fim, os encaminhamentos metodológicos sugeridos demonstram a possibilidade de aproximar os princípios funcionalistas às orientações da BNCC, especialmente do eixo de Análise Linguística/Semiótica, ao integrar o estudo do sujeito às práticas de leitura e produção textual. Desse modo, o trabalho busca contribuir para um ensino de língua portuguesa que ultrapasse a mera identificação e classificação de categorias gramaticais e favoreça uma compreensão mais reflexiva, contextualizada e significativa do funcionamento da língua.

Referências

BISPO, Edvaldo Balduino. Ensino de língua na perspectiva funcionalista. In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (org.). Palavras-chave para o ensino de Língua Portuguesa. Campinas-SP: Pontes Editores, 2025. p. 134-141.

BISPO, E. B.; CORDEIRO, F. da S.; LUCENA, N. L de. Funcionalismo linguístico e ensino de português: convergências, possibilidades e prática docente. Revista do GELNE, n. 1, v. 24, p. 192–207, 2022.

BISPO, E. B.; CORDEIRO, F. da S. Morfossintaxe na sala de aula sob o viés funcionalista: elementos circunstanciais em foco. In: OLIVEIRA; M. R. de; LOPES, M. G. (Orgs.). Funcionalismo linguístico: interfaces. 1. ed., v. 1. Campinas-SP: Pontes Editores, 2023. p. 291-326.

BISPO, Edvaldo Balduino; CORDEIRO, Fernando da Silva; SILVA DOS SANTOS, David William. Gramática na sala de aula. Caderno Seminal Digital (Rio de Janeiro), v. 48, p. 1-29, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.12957/seminal.2024.80016.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Parte II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília/DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. Revista do GELNE, v. 15, n. 1/2, p. 53-78, 2013.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Linguística Funcional Centrada no Uso: caracterização teórico-metodológica e aplicação prática. In: ROSÁRIO, I. da C. (Org.). Metodologia da pesquisa funcionalista. Porto Velho: EDUFRO, 2023. p. 15-36.

FURTADO DA CUNHA. M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) Linguística funcional: teoria e prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 21-47.

FURTADO DA CUNHA. M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso e ensino de português. Gragoatá, n. 36, p. 80-104, 2014.

GIVÓN, T. Syntax: a functional-typological introduction. v. I, Amsterdam: John Benjamins, 1984.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, M. H. de M. Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, M. H. de M. Ensino de gramática e vivência de linguagem – temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, M. H. de M. Gramática funcional: interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, M. R.; WILSON, V. Linguística funcional aplicada ao ensino de português. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). Linguística funcional: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015, p. 79-110.

SILVA, C. R. de O. Metodologia e organização do projeto de pesquisa (Guia prático). Fortaleza-CE: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

Anexos



Anexo 1 - Fonte: Cereja; Vianna (2022, p. 281).



Anexo 2 - Fonte: Cereja; Vianna (2022, p. 116).



Anexo 3 - Fonte: Cereja; Vianna (2022, p. 44).



Anexo 4 - Fonte: Cereja; Vianna (2022, p. 50).



Anexo 5 - Fonte: Cereja; Vianna (2022, p. 70).

CÓDIGO: HS1233

AUTOR: ANA CLARA PINHEIRO ARAUJO

ORIENTADOR: ELIZABETH ROMANI

TÍTULO: Caracterização da Typographia d'A República na perspectiva dos profissionais que atuaram na oficina tipográfica: uma análise dos processos de trabalho e da formação técnica

Resumo

O presente artigo tem por objetivo caracterizar a Typographia d'**A República**, assim como compreender a formação técnica dos profissionais e o processo de trabalho dentro da oficina tipográfica. A partir da análise das entrevistas, realizadas com cinco profissionais de diferentes perfis que trabalharam na Typographia d'**A República**, foi possível descrever as especificidades relacionadas à produção dos impressos com tipos móveis, aprendizagem do ofício e contextualizar o processo gradual de desativação da oficina. Este estudo faz parte do projeto de pesquisa "Memória gráfica potiguar: um olhar sobre os sistemas de produção tradicionais e os artefatos impressos". O estudo aqui apresentado é de natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter exploratório, e a análise dos dados coletados é realizada por meio das seguintes etapas: (1) pré-análise, (2) exploração e (3) tratamento dos resultados. O resultado desta pesquisa é o registro sistematizado do funcionamento da Typographia d'**A República** e espera-se que a descrição possa contribuir para a construção da memória gráfica e para a compreensão dos processos de produção gráfica associados aos seus contextos socioculturais.

Palavras-chave: Memória Gráfica. A República. Tipos móveis. Imprensa Oficial do RN

TITLE: Characterization of the Typographia d'A República from the Perspective of Professionals Who Worked in the Printing Workshop: An Analysis of Work Processes and Technical Training

Abstract

This article aims to characterize the Typographia d'**A República** (**A República** Typographic Workshop), as well as to understand the technical training of its professionals and the work processes within the printing workshop. Based on an analysis of interviews conducted with five professionals with different backgrounds who worked at the Typographia d'**A República** (**A República** Typographic Workshop), it was possible to describe specific aspects related to the production of printed materials using movable type, the learning of the trade, and the gradual deactivation of the workshop. This study is part of the research project Memória gráfica potiguar: um olhar sobre os sistemas de produção tradicionais e os artefatos impressos. The study presented here is applied in nature, adopts a qualitative approach, and has an exploratory character. The collected data were analyzed through the following stages: (1) pre-analysis, (2)

exploration, and (3) treatment of the results. The outcome of this research is a systematic record of the operation of the Typographia d'**A República** (**A República** Typographic Workshop). It is expected that this description will contribute to the construction of graphic memory and to the understanding of graphic production processes associated with their sociocultural contexts.

Keywords: Graphic Memory. A República. Metal Movable. Official Press of RN

Introdução

O presente estudo integra o projeto de pesquisa "Memória gráfica potiguar: um olhar sobre os sistemas de produção tradicionais e os artefatos impressos", a qual congrega investigações relacionadas à memória gráfica potiguar, considerando temas que envolvem desde os sistemas de produção tradicionais, ou mais contemporâneos, aos artefatos impressos. Esta etapa da pesquisa abarca as entrevistas realizadas com trabalhadores das oficinas tipográficas da cidade de Natal, em especial daqueles que trabalharam na Typographia d'**A República**, atual Departamento Estadual de Imprensa (DEI) do Rio Grande do Norte. Este estudo objetiva caracterizar a oficina tipográfica d'**A República**, assim como compreender a formação técnica dos profissionais e o processo de trabalho dentro da oficina.

O desenvolvimento da pesquisa é envolto pelos conceitos de "memória gráfica" e "cultura de impressão". De acordo com Farias e Braga (2018) a "cultura de impressão" abrange diferentes tipos de impresso, com interesse tanto no conteúdo quanto nas formas de composição e reprodução. Estes mesmos autores defendem acerca do termo "memória gráfica", que este se interessa pelos conhecimentos da cultura de impressão, refletindo sobre suas características e questões para "[...] ajudar na construção de histórias locais do design das artes gráficas [...]" (Farias; Braga, 2018, p.11). A impressão com tipos móveis é um dos processos de reprodução gráfica estudada pela memória gráfica e pela cultura de impressão, e foi "[...] criado por Gutenberg, entre 1445 e 1453 [...]" (Villas-Boas, 2008, p.98).

De acordo com Craig (1987), o tipo móvel é o mais antigo dos processos de impressão, e consiste na transferência de pigmento gorduroso, entintado na face dos tipos móveis metálicos, para o papel por meio de pressão. Nas grandes gráficas, o trabalho de impressão tipográfica era realizado por três profissionais distintos: o chapista, responsável pela composição das matrizes de impressão; o impressor, encarregado da impressão das matrizes no papel; e o distribuidor, responsável pela devolução e organização dos tipos utilizados nas caixetas (Neder, 2014).

As oficinas tipográficas do Rio Grande do Norte, especialmente as localizadas em Natal, "[...] foram aos poucos desativadas no final da década de 1990 e grande parte do acervo desapareceu durante a substituição por novas tecnologias gráficas [...]" (Lopes Neto et al., 2019, p. 2656). Uma destas oficinas tipográficas foi a Typographia d'**A República**, comprada da Typographia do **Correio Natalense** no final do ano de 1889, para impressão do jornal de mesmo nome. Além do jornal, a Typographia d'**A República** também imprimiu documentos oficiais, estabelecendo relação com o Poder Público e posteriormente se tornou parte da Imprensa Oficial do Estado (Fernandes, 1998, p. 79-90). Ao longo do século XX, a instituição recebeu diferentes nomes, entre elas Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), em 1941, e Companhia Editora do Rio Grande do Norte (CERN), a partir de 1972, retornando à denominação de Departamento Estadual de Imprensa (DEI) em 1995 (Fernandes, 2006). Em 2003, foi criado o Museu da Imprensa Eloy de Souza (MIES), com a finalidade de preservar as máquinas e ferramentas pertencentes à Typographia d'**A República**. Ademais, o museu objetiva difundir a memória da imprensa e da indústria gráfica do Rio Grande do Norte (SINGRAF-RN, 2013).

Este estudo apresenta a análise das informações coletadas por meio das entrevistas realizadas com os colaboradores da antiga Typographia d'**A República**. Os relatos desses profissionais permitem acessar experiências, saberes e práticas de trabalho que nem sempre estão

registradas nos documentos institucionais ou acessadas por meio dos equipamentos preservados. Espera-se que os registros, aqui, sistematizados contribuam com a construção da memória gráfica e na compreensão dos processos de produção associados aos seus contextos socioculturais.

Metodologia

O presente trabalho é de natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter exploratório, o qual busca estudar detalhadamente a Typographia d'**A República** durante seu período de funcionamento, em especial na segunda metade do século XX. A análise realizada nesta pesquisa parte do levantamento realizado por meio de entrevista com colaboradores que exerciam diferentes funções nesta oficina tipográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória proporciona uma maior aproximação com o tema e auxilia na elaboração de hipóteses e ideias sobre a temática abordada. Quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso.

As entrevistas foram agendadas no Departamento Estadual de Imprensa (DEI) e os participantes foram selecionados por meio da indicação do impressor pertencente ao quadro de colaboradores do Museu da Imprensa Eloy de Souza. A escolha dos entrevistados buscou reunir relatos de trabalhadores de diferentes setores da oficina tipográfica, sendo eles: um chapista e distribuidor (Participante 4), dois impressores (Participante 1 e Participante 3), um chefe de setor da oficina tipográfica, que controlava o fluxo do trabalho (Participante 2) e um coordenador do setor gráfico (Participante 5). Por conter diferentes perfis de entrevistados, foi possível coletar informações de profissionais com perspectivas diversas da oficina tipográfica. O roteiro da entrevista foi composto de aproximadamente 30 perguntas, organizadas em três categorias temáticas: (1) contexto da oficina tipográfica; (2) ofício de tipógrafo na oficina tipográfica; e (3) funcionamento da oficina tipográfica. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, o roteiro permitiu estabelecer um conjunto comum de questões para todos os participantes, ao mesmo tempo em que permitiu a exploração de informações mencionadas pelos entrevistados ao longo da coleta dos depoimentos.

Todas as entrevistas foram gravadas em um tablet da marca Samsung, com uso do aplicativo "Gravador de voz", padrão do dispositivo utilizado. As transcrições foram realizadas com o auxílio do software Microsoft Word. Após a importação da fala, o texto de transcrição foi revisado manualmente adotando as categorias e sinais de: pausas e silêncios, representados por "(+)"; dúvidas ou sobreposições, representados por "(*texto*)"; truncamentos bruscos, representados por "/"; alongamento de vogal, representados por "::"; e comentários do analista, representados por "((*texto*))", indicados por Manzini (2021).

A análise dos dados coletados foi realizada utilizando a técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (1977). Esse método é recorrente em pesquisas qualitativas, pois permite organizar e interpretar as informações de forma sistemática, identificando padrões, temas recorrentes e significados relevantes nos depoimentos dos participantes. O processo de análise foi dividido em três etapas, a saber:

(1) Pré-análise, momento em que ocorreu a formulação de hipóteses e que submetidas ao processo de análise e atuam como fundamentação para a interpretação final;

(2) Exploração, é a etapa em que ocorreu o processo de categorização e codificação das informações coletadas. No caso desta pesquisa, foram identificadas cinco categorias de análise, a saber:

(a) Processo de desativação - Inclui informações acerca da desativação da oficina, organizadas em subcategorias sobre o período de desativação da oficina (quando ocorreu), a motivação

(porque foi desativada e o que estava ocorrendo no momento que justifique a desativação), do processo de transição (motivação dos trabalhadores e da gráfica relacionada a desativação, e a preparação da mudança do processo de produção gráfica) e da destinação dos equipamentos (o que ocorreu com eles e para onde foram encaminhados);
(b) Infraestrutura de pessoal - Inclui informações acerca da caracterização e identificação dos colaboradores;
(c) Ferramentas, maquinário e insumos - Inclui informações acerca dos materiais utilizados para a realização da impressão com tipos móveis, organizadas em subcategorias sobre a identificação dos materiais utilizados (principais máquinas, ferramentas e insumos utilizados pela oficina tipográfica) e a procedência e logística (como era feita a aquisição dos materiais e manutenção das máquinas das oficinas tipográficas);
(d) Funcionamento da oficina - Inclui informações acerca da organização e estruturação interna da oficina para o funcionamento, organizadas em subcategorias sobre a organização do espaço (como estavam dispostos os materiais e maquinários dentro da oficina tipográfica), a escala de trabalho (horário de funcionamento da oficina e como estavam distribuídos os funcionários da oficina dos turnos de trabalho), os clientes e a prestação de serviços (quais eram os clientes e serviços realizados pela oficina tipográfica) e o processo de trabalho (como ocorria a confecção dos impressos na oficina, e de etapas relacionadas a produção dos impressos);
(e) Ofício - Inclui informações acerca das experiências relacionada ao ofício dos entrevistados na oficina tipográfica, organizadas em subcategorias sobre a trajetória profissional dos entrevistados (vivência dos profissionais dentro da oficina tipográfica, e o que os levou a trabalhar na oficina; o processo de aprendizagem do ofício (contextualização sobre como foi o processo de aprendizagem do ofício com os tipos móveis) e informações sobre o ensino profissionalizante local (identificação de instituições de ensino formal com cursos profissionalizantes para atuar nas oficinas tipográficas).

(3) e o Tratamento dos resultados, nesta etapa inclui a síntese dos resultados e a descrição das informações relacionadas em cada categoria.

Resultados e Discussões

As entrevistas ocorreram em dias distintos no prédio do Departamento Estadual de Imprensa (DEI), localizado na esquina entre a rua Juvino Barreto e a avenida Câmara Cascudo, na Ribeira. Os depoimentos foram registrados em áudio, com o consentimento dos participantes. Esta estratégia permitiu preservar e analisar de forma mais fidedigna possível, os relatos dos entrevistados acerca de suas experiências profissionais e de suas memórias sobre o período em que trabalharam com os tipos móveis dentro da Typographia d'**A República**.

Na fase de pré-análise, foi executada a organização e a revisão das transcrições, gerando arquivos separados para cada entrevista feita. Após a criação dos arquivos, foi realizada uma leitura atenta das transcrições, buscando identificar as unidades de registro. Formulou-se, na sequência, as seguintes hipóteses alinhadas aos objetivos da pesquisa: (1) o processo de desativação ocorreu pela substituição tecnológica; (2) os colaboradores não possuíam formação em instituições especializadas; (3) a confecção do impresso era realizada a partir da reprodução de um arquivo original. Então, chegou-se a 5 categorias: Processo de desativação; Infraestrutura de pessoal; Ferramentas, maquinário e insumos; Funcionamento da oficina; e, Ofício.

A categoria "processo de desativação" trata-se da desativação da oficina tipográfica, sendo seu conteúdo organizado em quatro subcategorias. A primeira a ser analisada foi o período em que ocorreu a desativação. Com relação a este tema, não há consenso entre os entrevistados com relação ao ano oficial de encerramento das atividades da oficina, no entanto, de acordo com o Participante 1, houve uma diminuição dos serviços tipográficos a partir da década de 1980. Segundo o Participante 2, o DEI adquiriu duas impressoras offset entre os anos de 1975 e

1978. A partir disso, a distribuição dos serviços de impressão foi gradualmente sendo transferidos para a offset até o provável encerramento das atividades da oficina tipográfica entre o final da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000. Dentro dos relatos de desativação, há indícios que este processo ocorreu de maneira gradual, porém, em um curto período de tempo. Além da substituição tecnológica, houve uma política de redução da equipe que trabalhava diretamente nas oficinas, conforme o Participante 1, presenciou-se, naquele momento de redução de trabalho com os tipos móveis, a aposentadoria compulsória de 30 colaboradores em um único ano.

Acerca das motivações que levaram à desativação da Typographia d'**A República**, os Participantes 1 e 5 indicam a diminuição da procura por serviços tipográficos, tanto de clientes particulares quanto do próprio governo. De acordo com os participantes, neste período ocorria o aumento da procura por impressões offset, de acordo com o Participante 5, a procura pela impressão offset era tanta que naquele momento foi comprada uma nova máquina de impressão offset para suprir a demanda. Em oposição, ainda de acordo com o Participante 5, neste mesmo período "foi quando foi caindo o investimento da questão da tipografia". Além das circunstâncias internas da própria gráfica, os relatos do Participantes 1 e 5 também falam sobre um aumento da quantidade de gráficas particulares na região, o que teria levado ao aumento da concorrência. Sobre estas concorrências, os relatos do Participante 5 também indicam que haveria uma pressão por parte de algumas dessas gráficas particulares para que o governo contratasse os serviços, como uma troca de favores políticos. Desta forma, conclui-se que foi um conjunto de fatores que teria acarretado a gradual desativação da oficina, nas quais podem se elencar: a modernização dos processos gráficos, o desligamento dos trabalhadores da oficina, o desmonte da estrutura do estado e a preferência pela contratação de gráficas particulares.

A respeito do processo de transição, de acordo com o Participante 1, durante o período de desativação da oficina tipográfica, um grande número de colaboradores deixam de ter função na gráfica. Para resolver a situação, o governo do estado iniciou um movimento para aposentar os trabalhadores já em idade, além disso, para os mais jovens foi oferecido um incentivo financeiro para a demissão voluntária. Em contrapartida, o movimento sindical pressionou o governo para absolver os trabalhadores dentro da estrutura estatal e, como consequência, muitos foram realocados para a Datanorte e outros foram realocados para outros órgãos da administração pública. Apesar disso, havia o medo desses trabalhadores de não se adaptarem às novas funções para as quais estariam sendo designados, conforme relatado pelo Participante 2, "era um momento muito traumático essas mudanças". O Participante 4 foi um dos trabalhadores que foi designado para um novo órgão da administração pública, e em seu relato ele informa que era perceptível que ele não era bem quisto pelos profissionais do setor, e que ele foi inclusive impedido de entrar em seu novo local de trabalho. Além desse do remanejamento dos colaboradores da oficina tipográfica, de acordo com Participante 2, ainda na década de 1990, foi disponibilizado para os colaboradores do DEI um curso de produção gráfica envolvendo as novas tecnologias. Este curso teve duração entre 10 e 11 meses, foi organizado pelo sistema SESI, e contou com a participação de trabalhadores das principais gráficas de Natal.

Já o destino dos equipamentos da oficina tipográfica, de acordo com o Participante 1, durante algum tempo os materiais teriam ficado parados adquirindo ferrugem no próprio prédio do DEI, ou que teriam sido emprestados e não devolvidos, levando ao desaparecimento de alguns itens. Ainda de acordo com o Participante 1, esta situação teria perdurado até o envio desses materiais ao almoxarifado público do estado, em Extremoz. Cabe mencionar que durante o processo de desativação da Typographia d'**A República**, a gráfica estava associada à CERN, empresa de economia mista, então, foi necessário um processo de reintegração do acervo por meio da Datanorte, conforme é possível observar na fala do Participante 3: "como o patrimônio saiu na época da CERN, [...] o patrimônio passou a ser da Datanorte". No entanto, os equipamentos que estão em posse da Datanorte não se encontram em um bom estado de conservação, conforme observado na fala do Participante 5: "nós mandamos pra Datanorte, eles têm um depósito, só que mandamos pra Datanorte pra se acabar". Além do almoxarifado público e da Datanorte, de acordo com os Participantes 2 e 5 um outro destino dos materiais da gráfica foi a doação para a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) realizada

nos anos de 1990, e aqueles que estavam em melhor estado de conservação foram destinados à exibição no Museu da Imprensa Eloy de Souza (MIES).

A categoria “infraestrutura de pessoal”, de acordo como os relatos, demonstra que muitas vezes os colaboradores da oficina passavam a vida ocupando uma mesma função. De acordo com o Participante 2, não era incomum que estes seguissem o mesmo caminho profissional de seus pais. Os colaboradores da Typographia d’**A República** permaneceram muitos anos no DEI, assim alguns nomes puderam ser lembrados durante as entrevistas, são eles: Manuel dos Passos, José Lima - linotipistas; João Rafael, Gaspar Costa de Araujo, Jerônimo, Francisco Sanfoneta, Silva - chapistas; Fernando, Valdemir Bezerra, Valdecir Corrêa, João Cordeiro, Erivaldo Vitoriano, Jose Bezerra, Elias, Hagacy Virgínio, José Alves, José Batista, Luiz Gonzaga Moraes de Lira - impressores; José Meira - mecânico.

No tocante à categoria “ferramentas, maquinários e insumos”, identificaram-se que alguns dos materiais utilizados na Typographia d’**A República**, pinças; bandejas de composição; uma Heidelberg, formato 8, que ainda está no acervo do MIES (imagem 01); uma Catu, impressora tipográfica plana, formato 8, ainda no acervo do MIES (imagem 02); uma rotoplana, formato 2, oriunda dos anos 40; Grafopress, impressora; Impressora Brasil; Guarani, impressora manual de duplo ofício, ainda no acervo do MIES (imagem 03); dobradeiras; guilhotinas; numeradores; e materiais de acabamento (cola, grampo, entre outros materiais).

Com relação às questões relacionadas a logística de aquisição dos insumos e equipamentos, de acordo com o relatado pelos Participantes 1 e 2, entende-se que não havia uma comércio local durante a maior parte do período de funcionamento da oficina tipográfica. De acordo com eles, o processo para a aquisição dos insumos era realizado por meio de um representante comercial, vindo de Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo, com periodicidade quinzenal, na qual a Typographia d’**A República** encaminhava uma lista com os materiais que desejavam adquirir ou que precisavam de manutenção. Esta lista, de acordo com o Participante 1, era produzida a partir da comunicação interna dos colaboradores para a instância responsável pela aquisição dos materiais. O representante, passava cerca de uma semana coletando os pedidos em diversas gráficas da cidade e ao fim deste período retornava a cidade de origem, muitas vezes Recife, para encaminhar os pedidos e os trazer para Natal. Quando havia uma urgência sobre o processo de compra dos insumos, o Participante 1 relata que havia disponível um carro para que o coordenador da gráfica se deslocasse até Recife para trazer os materiais de volta com urgência. Com relação ao prazo de entrega, segundo o Participante 1, este variava de acordo com a disponibilidade dos materiais que o representante possuía, e dos que ele precisaria adquirir para encaminhar à oficina.

Cabe mencionar que, de acordo com o Participante 4, os tipos de chumbo eram constantemente danificados no processo de impressão, perdendo sua função para a composição da matriz de impressão. Então, havia a necessidade constante de compra de novos tipos. Nesse contexto, de acordo com o relato do Participante 1, entende-se que a aquisição de novas fontes tipográficas se dava por meio de catálogos das fundidoras. De acordo com o Participante 2, a partir da década de 1980, a cidade de Natal já possuía algumas lojas que permitia a aquisição local de alguns insumos como papel, tintas e produtos para realizar a limpeza dos equipamentos tipográficos. Acerca dos clichês, de acordo com os Participantes 2 e 5, havia dois locais que realizavam a produção, o primeiro era a Fundação José Augusto, muito provavelmente por meio da gráfica Manimbu, e o outro era Rildo, localizado no Bom Jesus. Por fim, acerca do descarte dos tipos da Typographia d’A República que apresentavam algum defeito, de acordo com o Participante 4, estes eram separados dentro da gaveta e posteriormente utilizados como matéria-prima (chumbo) para alimentar a linotipo (imagem 04).

A categoria “funcionamento da oficina” trata da organização para o funcionamento da Typographia d’A República. De acordo com os Participantes 1, 2 e 4, o espaço era distribuído por setores separados fisicamente, por exemplo, havia um setor relacionado à impressão e outro à confecção. Dentro de cada setor, o colaborador possuía seu espaço de trabalho, com ferramentas e máquinas individuais. Ainda de acordo com o Participante 2, esses setores estavam organizados de maneira sequencial, respeitando a ordem de produção, ou seja,

iniciava-se com a parte de composição e seguia para a tirar a prova. Na sequência, a prova era encaminhada para a revisão e, depois de aprovada, para a impressão.

Acerca da escala de trabalho, por meio dos relatos dos Participantes 1, 2, 4 e 5 é possível identificar que o período de trabalho da gráfica costumava ser dividido em 3 turnos, um período da manhã, outro no período da tarde, e um último no período da noite, sendo este último segundo o Participante 1, o com menor quantitativo de trabalhadores escalados. Com relação aos horários de duração dos turnos, há divergências entre os relatos. De acordo com o Participante 1, os turnos seriam realizados com trabalhadores diferentes, em que o primeiro turno seria das 7:00 às 14:00, o segundo turno das 14:00 às 20:00, e o terceiro das 20:00 às 6:00 da manhã. Já o Participante 4 relata que o turno seria de entorno das 7:00 até as 11:00 com o intervalo para almoço e retornando por volta das 13:00 e seguindo até às 18:00. Com relação ao quantitativo de colaboradores designados à oficina tipográfica, de acordo com os relatos, é possível estimar que esse estaria entre 40 e 70 funcionários. O Participante 2 relatou que a demanda era tamanha antes da popularização da impressão offset, que a gráfica contratava profissionais extras para suprir as demandas específicas e cumprir com os prazos.

Com relação aos serviços prestados, de acordo com os Participantes 1 e 2, a oficina tipográfica atendeu diversos tipos de clientes, de dentro e de fora do estado, sendo eles instituições públicas, como secretarias, escolas, a CAERN, o DETRAN, e instituições particulares, como supermercados, livrarias, restaurantes, clínicas, hospitais. Com relação aos principais materiais produzidos, os entrevistados citam itens como jornal, livros, convites para festas e notas fiscais. Ainda sobre os serviços prestados, de acordo com os Participantes 1, 2 e 4, a oficina tipográfica foi responsável pela impressão de livros de diversos autores locais, dentre eles vale destacar: Câmara Cascudo, Deífilo Gurgel, Auta de Souza, Jurandir Navarro, Enélio Petrovich, João Batista Machado, Racine Santos, Valério Mesquita, Nilson Patriota e Itamar de Souza.

O processo de trabalho na Typographia d'**A República** seguia um fluxo fixo. O cliente era encaminhado ao setor de planejamento, que especificava as diretrizes técnicas e orçamentárias. Segundo o Participante 2, esse setor era dividido entre a parte responsável pelo Diário Oficial e o setor responsável pelo orçamento de serviços gráficos. Este setor também era o responsável pela estruturação do projeto gráfico, que de acordo com o Participante 1, ocorria por meio da datilografia dos textos originais. É importante pontuar que todos os textos eram datilografados antes de serem compostos pelos tipos móveis. Há alguns indícios de que este processo era realizado como forma de simplificar a montagem das chapas tipográficas, por meio de algum cálculo de equivalência entre os caracteres da datilografia e dos tipos móveis.

Após o orçamento aprovado, de acordo com Participante 2, o cliente pagava 50% do valor do serviço, e, então, o trabalho era encaminhado, por meio de uma Ordem de Serviço (OS) para o próximo setor dentro da oficina tipográfica. O chefe de seção recebia a OS para a produção do impresso e a encaminhava aos chapistas responsáveis pela confecção da matriz de impressão. Há indícios de que havia dois processos de composição: um deles é orientado pelo material datilografado e outro é a cópia de um impresso já produzido. A chapa confeccionada era amarrada antes de seguir para a próxima etapa, nesse processo, de acordo com o Participante 4, a chapa precisava ser bem presa para não cair, e neste processo de encaixe, por vezes era necessário bater nos tipos para se ajustarem perfeitamente na grade. É neste processo que por vezes ocorrem danos no olho do tipo e consequente descarte do caractere.

Quando esta etapa do serviço era finalizada, segundo os Participantes 1, 2 e 5, o material produzido era encaminhado para o setor de revisão, onde era tirada a prova do impresso, indicada as correções e então, este retornava para ao setor de confecção para que as correções fossem realizadas. Feita as correções, o serviço retornava para o chefe da gráfica que distribuía a prova aos impressores, de acordo com a o formato do impresso e a disponibilidade do impressor. Finalizada a impressão do material, ele seguia para os acabamentos, que dependiam de que tipo de impresso se tratava. Por fim, o serviço era encaminhado ao setor de despacho. No entanto, de acordo com o Participante 1, a produção de impressos para o governo não seguia a mesma ordem da produção de serviços gráficos. Por vezes, a matriz de impressão era deixada pré-montada, aguardando apenas o preenchimento de algum informativo ou reportagem de última hora.

A última categoria identificada compreende o ofício e a trajetória profissional dos entrevistados. Nota-se um ponto em comum entre todos eles, a existência de algum conhecido que o convida para trabalhar na Typographia d'**A República**. O Participante 1 relata que não entrou para trabalhar diretamente com os tipos móveis, mas que a oportunidade surgiu à medida que os antigos funcionários foram se aposentando. O Participante 2 relata que foi empregado pela Typographia d'**A República** pela primeira vez aos 11 anos, como office boy, com auxílio de um amigo de seu falecido pai. Aos 15 anos ele teria sido demitido da gráfica, porém retornou aos 20 anos, por meio de um concurso público para trabalhar como revisor do jornal **A República**. É durante este segundo ciclo que o Participante 2 relata ter sido transferido de setor para atuar como coordenador de produção na oficina, acompanhando todo o processo de confecção do impresso. Durante o processo de desativação da oficina, ele atuou como diretor técnico, apesar de formalmente não possuir o cargo. Por fim, o relato do Participante 4 destoa dos anteriores uma vez que ele entrou na oficina para trabalhar diretamente com os tipos móveis. Inicialmente, ele trabalhou como distribuidor, porém, em 6 meses ele foi promovido para chapista, e assim permaneceu por mais 4 anos, até a desativação da oficina tipográfica.

Com relação ao processo de aprendizagem do ofício, todos os participantes apontam a aquisição de conhecimento por meio da prática, a partir da observação de como outros trabalhadores exerciam suas funções, o que confirma a hipótese da ausência de formação específica. Apenas um dos entrevistados, neste caso o Participante 4, informa ter tido algum tipo de contato com alguma forma de ensino dos tipos móveis antes de assumir um cargo em uma gráfica. Esse processo ocorreu por meio do colega que, utilizou-se de um desenho no chão para representar uma gaveta tipográfica e de pedras como tipos móveis, dessa maneira, ele ensinou a distribuição dos tipos dentro da gaveta. Apesar dos participantes não possuírem formação, todos eles enfatizaram que a prática na oficina foi para eles uma escola.

Por fim, quando questionados sobre o ensino formal do ofício, os Participantes 2, 3, 4 e 5 relataram que havia ao menos duas instituições em Natal que ofereciam de alguma forma algum ensino profissionalizante relacionado às oficinas tipográficas. A primeira era a FEBEM, local para o qual foi doado uma série de equipamentos nos anos 1990, incluindo num impressora Guarani. Esta ação tinha por objetivo profissionalizar os menores infratores do estado, permitindo a possibilidade de um ofício. A outra instituição era a Clínica Heitor Carrilho, que dava capacitação profissional para pessoas com diversos tipos de deficiência.O Participante 3 relata que profissionais da Typographia d'**A República** chegaram a dar aula para os alunos da clínica, inclusive ele mesmo.

Conclusão

O artigo descreve o contexto de trabalho na Typographia d'**A República**, a partir da análise das transcrições das entrevistas realizadas com profissionais que nela atuaram. Este procedimento possibilitou descrever processos singulares neste contexto. Acerca da aquisição de ferramentas e maquinários, a análise permitiu evidenciar que os materiais eram adquiridos de Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo, por meio de um representante comercial que se deslocava até Natal. No entanto, a partir da década de 1980 em Natal teriam surgido lojas que comercializavam parte dos insumos necessários, ou a produção local de parte dos materiais, como era o caso dos clichês, que eram produzidos pela Fundação José Augusto, ou por um senhor chamado Rildo. Sobre a infraestrutura de pessoal, destaca-se a observação feita pelo Participante 2, que fala sobre a maior parte dos trabalhadores seguirem a mesma trajetória profissional de seus pais, ocupando durante a vida a mesma função dentro da oficina.

A análise acerca do funcionamento da oficina permitiu identificar uma possível relação projetual entre o desenvolvimento das matrizes de impressão tipográfica e textos escritos em datilografia, sendo recomendado um novo estudo para verificar como ocorre esta relação. Além disso, a análise das informações acerca do ofício permitiu identificar a provável existência de projetos educacionais voltados para a formação de tipógrafos como forma de reintegração

social de menores infratores e de pessoas com deficiência. Outro ponto de interesse da pesquisa foi o processo de desativação. Esta análise permitiu um registro do processo gradual de desativação da Typographia d'**A República** e dos desdobramentos em decorrência desse processo de desmantelamento. Observou-se as questões materiais e humanas envolvidas, descrevendo quais foram os encaminhamentos do estado para cada situação vivenciada. Conclui-se, a respeito desta temática, que a desativação da oficina também pode ser atribuída à desvalorização que a sociedade e o poder público têm com a memória gráfica.

Por fim, é perceptível a importância desta pesquisa para o resgate da memória gráfica, e também como uma ferramenta de preservação e registro da história da indústria gráfica do estado. Desta forma, recomenda-se que em estudos futuros o registro destes relatos não se limite apenas a Typographia d'**A República**, mas sim que haja a exploração de outras oficinas tipográficas, tanto em Natal quanto no interior do estado. Desse modo, espera-se que o trabalho apresentado possa contribuir e incentivar a contextualização da indústria gráfica do estado. Em decorrência do recorte temático deste artigo, uma das entrevistas realizadas não entrou na análise, sendo assim, recomenda-se como desdobramento, além das sugestões anteriormente citadas, a análise e interpretação deste material, bem como da verificação dos conteúdos relatados em todas as entrevistas, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

CRAIG, James. **Produção gráfica**. São Paulo: Nobel, 1987.

FARIAS Priscila; BRAGA, Marcos da Costa. O que é memória gráfica? In: FARIAS Priscila; BRAGA, Marcos da Costa (Org.). **Dez ensaios sobre memória gráfica**. São Paulo: Blucher, 2018 (p.9 - 30)

FERNANDES, Anchieta. **História da Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2006.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1908. Disponível em: https://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/3727. Acesso em: 20 jul. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES NETO, Luiz G.; DIMAS, Gabriel G.; ROMANI, Elizabeth; ARAGÃO, Isabella R. Identificação dos tipos móveis de metal do Museu da Imprensa Eloy de Souza: uma proposta para requalificar o acervo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESIGN DA INFORMAÇÃO (CIDI), 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UniBH, 2019. Evento realizado de 11 a 14 de novembro de 2019.

MANZINI, Eduardo José. **Análise de entrevista**. Marília: ABPEE, 2020.

NEDER, Rafael. **A prática contemporânea da impressão tipográfica no design gráfico brasileiro**. 2014. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Design – Mestrado, da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2014, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Design. Área de concentração: Design, Tecnologia e Linguagem: Interfaces.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO RIO GRANDE DO NORTE (SINGRAF-RN). **Memórias da indústria gráfica do RN**. Natal: SINGRAF-RN, 2013.

VILLAS-BOAS, André. **Produção gráfica para designers**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: 2AB, 2008.

Anexos



Imagem 1 - Impressora Heidelberg no acervo do MIES



Imagem 2 - Impressora tipográfica Catu no acervo do MIES



Imagem 3 - Impressora manual Guarani no acervo do MIES



Imagem 4 - Linotipo pertencente ao acervo do MIES

CÓDIGO: HS1240

AUTOR: ANA CELIA BARBOSA DE FARIAS

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Literatura africana queer e estudos da religião em diálogo: uma análise do papel da religião na obra Walking with shadows de Jude Dibia

Resumo

Este trabalho situa-se no campo da pesquisa em literatura africana de língua inglesa queer. Dialogamos aqui com o romance Walking with shadows, de Jude Dibia(2011), autor nigeriano que representa a realidade cultural que implica também sexualidade e religião na sua escrita. Ambientado na Nigéria, um dos países do mundo que criminaliza a homossexualidade e sofre com a teologização da homofobia por parte das muitas religiões cristãs, o romance tem como protagonista um empresário que tem sua sexualidade exposta. Considerando esse contexto, este trabalho investiga em que medida a construção do protagonista do romance representa o conflito entre sexualidade e religião. Para este propósito analisamos: (1) a construção do protagonista na obra; e (2) a relação entre sexualidade e religião na Nigéria. A fundamentação teórico-metodológica é pautada nos conceitos de Bakhtin (2015) para compreender o falante no romance; na análise da realidade nigeriana Ukah (2021) e Rea (2021). Os resultados indicam a construção de um protagonista que materializa o conflito entre sexualidade e religião na Nigéria, conflito esse que é agravado pelas leis locais.

Palavras-chave: Literatura africana queer, Walking with shadows, sexualidade e religiã

TITLE: Between Sexuality and Religion: Shedding Light on the Protagonist's Shadows in the Novel "Walking with Shadows"

Abstract

This study is situated within the field of research on queer English-language African literature. It engages with the novel *Walking with Shadows* (2011) by Jude Dibia, a Nigerian author whose writing addresses cultural realities involving both sexuality and religion. Set in Nigeria—a country that criminalizes homosexuality and grapples with the theological justification of homophobia by various Christian denominations—the novel centers on a businessman whose sexuality is exposed. Against this backdrop, this study investigates the extent to which the novel's protagonist embodies the conflict between sexuality and religion. To this end, we analyze: (1) the construction of the protagonist within the work; and (2) the relationship between sexuality and religion in

Nigeria. The theoretical-methodological framework draws on Bakhtin's (2015) concepts to understand the speaking subject in the novel, as well as analyses of the Nigerian context by Ukah (2021) and Rea (2021). The findings indicate that the protagonist embodies the conflict between sexuality and religion in Nigeria—a conflict exacerbated by local laws.

Keywords: Queer African literature, Walking with Shadows, sexuality and religi

Introdução

O governo brasileiro, a partir de 2003, sancionou a obrigatoriedade do ensino de cultura africana na educação básica pública e privada. Marcos históricos e legais como esse impulsionaram o olhar acadêmico para tomar as literaturas africanas como objeto de pesquisa. Apesar de grandes avanços, ainda há uma lacuna quando tratamos de literatura africana LGBT+ em língua inglesa. Nesse sentido, este trabalho se justifica pelo propósito de contribuir com esse campo de pesquisa pouco explorado ao analisar o conflito entre sexualidade e religião no romance Walking with shadows do autor nigeriano Jude Dibia. O escritor, consagrado e premiado por seus contos e romances ambientados na Nigéria, publicou em 2005 Walking with shadows, seu primeiro romance, que traz um homem gay como protagonista. A narrativa é desenvolvida em terceira pessoa, com dois focos principais que se alternam entre o protagonista Adrian e sua esposa Ada e conta o desenrolar da vida de Adrian que tem sua sexualidade exposta, após ser ameaçado por um colega de trabalho. Adrian, que antes de se converter ao cristianismo chamava-se Ebele Njoko, passou grande parte da sua vida escondendo sua sexualidade a fim de conquistar o amor e o respeito da sua família e de todos à sua volta. Após a exposição indevida, o protagonista tenta sem sucesso conter as consequências negativas dentro do seu círculo social. O romance ambientado em Lagos – Nigéria, onde a sociedade apresenta traços homofóbicos que advêm de uma sociedade dominada pelo Neopentecostalismo, traz como conflito principal o embate entre a sexualidade do protagonista e a religião cristã manifestada não só na individualidade de Adrian como também nos comportamentos de seus familiares. Nesse contexto, ele precisa lidar com as sombras do passado e escolher entre permanecer com uma vida de mentiras e aparências mantendo sua família ou aceitar a realidade e quem realmente é e encarar uma possível rejeição e solidão, mas acima de tudo se reinventa a partir desse embate. Apesar da obra de Jude Dibia ter mais de vinte anos de publicação, poucos são os trabalhos acadêmicos realizados sobre a obra. A maior parte deles é recente e advém de pesquisadores africanos, e foca na análise da representação LGBT+ na Nigéria ou na construção de identidade queer a partir do romance, como os artigos de Okpiliya (2021) e Ogungbemi (2025). Em 2015 Akujobi inovou trazendo uma relação de interseccionalidade entre sexualidade e política de exclusão representada na obra, e Ozoh (2025) promoveu uma pesquisa entre identidade e saúde mental representada na obra. Diante disso, contribuindo com a fortuna crítica sobre a obra, este trabalho segue a linha de estudo de interseccionalidade entendendo a dinâmica central e conflituosa entre sexualidade e religião e, analisando essa dinâmica, tenta responder à pergunta de pesquisa: Em que medida a construção do protagonista do romance Walking with shadows representa o conflito entre sexualidade e religião? A fim de responder à pergunta de pesquisa, buscaremos de forma mais específica, compreender a construção do protagonista do romance Walking with shadows, analisar a relação entre homossexualidade e religião no contexto da Nigéria e mais especificamente no contexto

da obra e, para isso, buscaremos elementos semântico-ideológicos no romance que representem esse conflito. Além desta introdução, esta pesquisa apresentará os métodos aplicados no seu desenvolvimento, assim como resultados e discussões, em que serão apresentados trechos do romance e suas respectivas análises. Por fim, na conclusão, responderemos à pergunta de pesquisa e apresentaremos possíveis direções para novas pesquisas.

Metodologia

Este estudo terá caráter essencialmente qualitativo de cunho bibliográfico-analítico (Minayo, 2016), e para a realização dos objetivos adotou os seguintes passos: primeiramente houve a leitura e discussão em grupo dos textos teóricos "Literatura e religião: traços e laços'' (Paraízo, 2012) e "O falante no romance" (Bakhtin, 2015); Depois foram incorporados outros textos teóricos mais pontuais de africanistas para os objetivos dessa pesquisa, tais como: Rea (2021) e Ukah (2018), que discutem a relação entre religião e sexualidade com temas relacionados à criminalização da homossexualidade e da teologização da homofobia , que gera disputas sociopolíticas com a população LGBT+ na Nigéria, país espaço do enredo do romance. Posteriormente, em diálogo tanto com a perspectiva bakhtiniana de personagem romanesco e as discussões teóricas de aspecto social traçadas, foi conduzida a análise da construção estético-ideológica de Adrian, o personagem gay central da narrativa; para finalmente, escrevemos o presente relatório. Antes de iniciar a nossa análise, é necessário, primeiramente, revisitar os conceitos teórico-metodológicos bakhtinianos que serão utilizados nesta pesquisa. Para Mikhail Bakhatin (2015, p. 124 - 125). "o homem no romance é essencialmente um falante" e esse falante é principalmente social, dessa maneira, seu discurso tem um ponto de vista sobre o mundo e "aspira a uma significação social". Dessa forma, o discurso do falante nunca é uma produção meramente individual, mas sim inserida socialmente, pois busca também a difusão social. Sob essa óptica, o falante do romance nunca está dissociado de valores sociais e históricos de um grupo social, portanto a sua linguagem nunca será tida apenas como componente de uma língua, mas sim ideologemas, ou seja, uma linguagem impregnada de valores sócio-históricos referentes a um grupo social. Nessa perspectiva, considerar a linguagem da personagem sob esse viés implica compreendê-la como um retrato social do grupo a que ela pertence. Paralelamente, Rea (2021) lança luz sobre o neoimperialismo que ocorre em países africanos, antigas colônias britânicas como a Nigéria, devido influências estadunidenses. Na Nigéria a criminalização da homossexualidade é defendida como forma de afastamento da cultura ocidental, porém os meios religiosos advindos do pentecostalismo são uma forma de imperialismo religioso norte-estadunidense que não possui relação com culturas africanas anteriores à colonização. Apesar dessa incoerência, os discursos pentecostais geram tensões entre as minorias LGBT+ e corroboram com a permanência das leis anti-homossexualidade. De forma semelhante, Ukah (2018) discute a influência do pentecostalismo na Nigéria nas leis anti-gay. Uma das igrejas mais influentes da Nigéria, a Redeemed Christian Church of God (RCCG), tem uma frente de combate ativo contra homossexuais, difundindo que os corpos humanos são instrumentos divinos com o objetivo da procriação e não meramente sexuais. A moral pregada pela comunidade pentecostal dá suporte às leis anti-gays na Nigéria. Partindo dessa compreensão, buscamos identificar, a partir da compreensão das formulações de Mikhail Bakhtin sobre a personagem do romance e das discussões sócio-culturais feitas por Rea e Ukah sobre questões sexuais em África, a

construção da personagem como reflexo do conflito entre sexualidade e religião manifestada no romance de Jude Dibia, Walking with Shadows. Dessa forma, será possível analisar a partir de excertos selecionados da obra, como esse conflito se manifesta através da personagem Adrian, mais especificamente sobre o conflito no contexto nigeriano.

Resultados e Discussões

A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISTA A linha tênue entre Ebele e Adrian Ebele/Adrian é um protagonista construído pelo autor através de um narrador em terceira pessoa, que apresenta ao leitor um momento de virada na vida do protagonista, destacando, sobretudo, sua jornada de aceitação em relação à sua orientação sexual, ainda que seja em partes involuntária, em um país onde a homossexualidade é institucionalmente criminalizada e condenada sob vieses religiosos, como é na Nigéria. Ebele é um nome de origem feminina da etnia igbo, que com o passar dos anos adotou um uso mais unissex. O significado do nome tem algumas variações, mas está sempre relacionado com misericórdia e bondade. Essa escolha do escritor não foi arbitrária, e é possível perceber a razão da sua escolha no prólogo do livro, em que somos levados para um tempo anterior ao presente narrativo, para a infância de Ebele, que aos 10 anos é levado pelos pais para ser batizado como cristão. Mesmo com pouca idade a criança decide que a persona de “Ebele was going to die [...] He was simply going to let it happen so that Adrian could be born.” [1] (DIBIA, 2011, p.13) e Adrian, um nome que faz referência a um santo cristão, surgiria como nova persona que sanaria os problemas de Ebele. Ao lançar luz sob essa escolha do protagonista, o narrador já nos fornece indícios de um conflito que não é apenas individual, mas também gerado por pressões externas; pontuado principalmente na personalidade do protagonista: "He loved that game, [..] But he had been told that he was not supposed to like it. It was not a manly game [...] After today he would never play the game again. He would be a new person” [2] (DIBIA, 2011, p.16). Dessa forma, Adrian surgiria para apagar comportamentos e atender às imposições externas que eram dirigidas à Ebele do que era masculinidade. Um reforço desse conflito, que se forma entre (até então) a personalidade do protagonista e imposições externas, é o fato dos irmãos Chiendu e Chika não mudarem seus nomes, apesar de serem também batizados e viverem em uma família cristã. A princípio é importante ressaltar que o enredo do romance é majoritariamente narrado na perspectiva do protagonista. Nesses capítulos podemos ter vislumbres de quem é Ebele (a pessoa escondida pela persona Adrian) através de flashbacks da infância, antigos amigos e familiares. Nesse sentido, entrando no presente narrativo encontramos Adrian, casado com Ada e com uma filha de quatro anos Ego, que por não ceder às chantagens de um colega de trabalho tem sua sexualidade exposta para sua esposa e familiares, que não sabiam previamente. Essa exposição desencadeia uma série de eventos decisivos na vida do protagonista. Logo de início ao ser expulso de casa pela esposa, após a revelação impactante de sua real sexualidade, Adrian se vê levado por instinto para casa de um antigo amigo, Abdul, que não o via desde a decisão de prosseguir com um relacionamento hétero apesar de ser gay. Diante dos relatos de Adrian, Abdul pontua: “You sound like you are ashamed of your past. [...] You sound like it is a curse to be homosexual and you should be punished for your crimes.” [3] (DIBIA, 2011, P.32). O autor promove, a partir do discurso de outro personagem homossexual, a materialização do conflito entre a sexualidade do protagonista e a religião cristã. O uso da palavra “cursed” traz o teor de algo maléfico com o poder de destruir uma vida, ao passo que

"punished" na perspectiva cristã tem o sentido de correção da ordem natural através do sofrimento; ou seja, Abdul foi o primeiro a esclarecer para Adrian que o comportamento dele era muito mais resultante de um conflito interno religioso do que uma questão individual. Em um momento posterior, refletindo sobre a conversa com seu amigo, o narrador esclarece: "he did not want the shame of them thinking that he was queer and obscene. [...] what Abdul actually wanted to say was that he was ashamed of his sexuality. He had been for years. [...] He had even hoped that he would wake up one morning and find himself cured, straight." 4 (DIBIA, 2011, p. 65). Novamente palavras que são amplamente utilizadas no discurso religioso aparecem com teor de discriminação, e por isso, na mente do protagonista, ser "queer" é quase um sinônimo de ser obsceno, ou seja, sem moral; enquanto ser hétero (straight) é o correto e por isso ele tinha o desejo de ser curado (cured), palavra que em seu significado pressupõe uma doença e também se entrelaça aos entendimentos religiosos, em que ser homossexual é o mesmo que ter um comportamento passível de ser curado através da fé. Esse paralelo entre a esfera sexual que é vista de forma negativa e a esfera religiosa como padrão a ser alcançado vai se intensificando durante a narrativa e potencializando o conflito não só no âmbito emocional do protagonista, mas também na sua relação com os outros. Depois de dias separados de sua esposa, o protagonista vai ao encontro dela para apaziguar a situação. Neste momento, o narrador onisciente nos revela: "He had to look strong and coordinated even though he knew inside he was a broken man, fighting with his inner demons"5 (DIBIA, 2011, p. 86). O significado da palavra demônio possui relação com um espírito maligno que se rebela, ou seja, o personagem na posição de Ebele com todos os desejos, sofrimentos e personalidade; se enxergava como uma força má e rebelde, que iria de encontro a todos os ensinamentos cristãos que ele conhecia e por isso deveria ser repreendido. Logo após essa reflexão, Adrian chega na casa em que sua esposa se encontra, e apesar da intenção de ter uma conversa conciliadora, a discussão toma um percurso inverso. Adrian explica: "But that was a part of my life that I had shut the door to. I didn't want to revisit it." "Why?" Ada asked. "Is it because you knew it was unnatural? A sin?" [...] "You need to read your Bible, Adrian. Even God forbids" 6 (DIBIA, 2011, p. 94). Até o presente momento da narrativa todos os sinais de conflito eram internos; ou seja, o protagonista experienciava um combate entre quem ele era e as suas crenças religiosas, porém sua esposa Ada é uma das primeiras a materializar de forma externa a pressão da religião e a influência da instituição cristã no comportamento dos indivíduos. Ada tenta compreender a situação de Adrian a partir de uma visão religiosa, considerando o comportamento não natural (unnatural) e pecaminoso (sin). O uso desses termos não releva apenas o ponto de vista da personagem, mas também a origem de sua raiva. O discurso da esposa também aponta para a compreensão de que a situação é reflexo de um afastamento religioso, e isso justifica o conselho sobre a leitura da bíblia, como também o argumento máximo da proibição divina, fato esse que deveria restaurar o comportamento do protagonista, segundo a visão dela. Durante o desenvolvimento da narrativa é possível perceber dois movimentos ocorrendo de forma inversa: Enquanto a aceitação da protagonista aumenta e, portanto, a pressão do conflito interno diminui, a pressão externa do conflito aumenta exponencialmente através do discurso religioso com o objetivo de controlar o comportamento alheio. Nesse sentido, o conflito chega ao seu ponto máximo quando Chiendu (o irmão mais velho do protagonista) na esperança de resolver a situação, convida um pastor para performar um suposto exorcismo cruel e violento contra a vontade do personagem, a fim de extinguir sua sexualidade dissidente: "Banish the devil from your heart!" the pastor was screaming, "and accept God in your life." "Amen, amen!" the others cried. "The flesh is the Lord's temple, keep it clean and holy…" 7

(DIBIA, 2011, p. 175). A gravidade do ocorrido e o próprio discurso do pastor materializam a visão religiosa de que as sexualidades dissidentes são obras do mal, por isso a referência ao diabo ("devil"), e que só ocorrem na ausência da proximidade com o deus cristão, o que justifica a ordem de aceitar deus (accept God). Da mesma forma, a ideia de que o corpo é um templo divino e que, portanto, não há liberdade de escolha sobre ele que não atenda a preceitos religiosos. A ordem de limpeza pressupõe que a homossexualidade suja o corpo, reforçando a referência de doença e a ideia de que o corpo precisaria ser limpo e mantido de forma santa, segundo preceitos religiosos. Vejamos no próximo tópico como os valores sociais e o poder legislativo são apresentados no romance podendo potencializar o conflito entre sexualidade e religião no contexto em que ocorre a narrativa, Lagos-Nigéria. SEXUALIDADE E RELIGIÃO COMO IDEIAS CONFLITANTES NA NIGÉRIA Walking with shadows é um romance situado na cidade de Lagos, Nigéria, país africano que tem em seu Código Penal de 1958, baseado em legislações inglesas de influências vitorianas, a criminalização efetiva da homossexualidade. A narrativa, que ocorre no ano de 2005, apresenta um contexto influenciado por essas marcas legislativas, sinalizando que as vivências das personagens não estão apenas relacionadas aos princípios da sua fé, mas também à desaprovação da sociedade nigeriana perante indivíduos homossexuais, que são tidos como contraventores. Ukah aponta a existência de um argumento cultural de ordem ecumênica nos discursos pentecostais, aceitos e defendidos por muitas religiões cristãs, a "noção de valores autênticos e imutáveis — enraizados na história, na cosmologia e na identidade africanas — supostamente compartilhados por todos os africanos" (UKAH, 2021, p.84). Apesar de incoerente, esse argumento entende as sexualidades dissidentes como uma importação cultural e não uma realidade africana. No romance de Dibia esse discurso aparece pela primeira vez através da personagem Ada, em que o narrador expõe: "Adrian was a Nigerian, an African man. Being gay was certainly not in African culture. The whole idea was so foreign, so unnatural" 8 (DIBIA, 2011, p.34). Há, portanto, um paralelo conflitante entre o reforço da identidade africana, nigeriana, de Adrian, e a ênfase da ideia da homossexualidade como uma realidade estrangeira (foreign). A palavra "unnatural", por sua vez, traz duas interpretações: a primeira culturalmente, com a compreensão de que se trata de algo não natural para a cultura africana, e também religiosa, como visto anteriormente, algo fora do padrão religioso. Nesse sentido, a esposa do protagonista entende as duas realidades de forma totalmente dissociada e impossíveis de pertencer a uma mesma pessoa. Esse posicionamento se confirma posteriormente na narrativa: "She still strongly believed that the concept of homosexuality was very much contrary to African culture. It was an import, like violent rap music, sophisticated armed robbery, nudity as fashion, and all such rubbish. Somchow, these negative imports had crept into her society and corrupted its very fabric. Like many Nigerians, she believed that homosexuality was a borrowed trait and not inherent in a person's biological make-up. And where else could an African learn such a thing?"9 (DIBIA, 2011, p. 135). Ou seja, compreendia que o seu esposo estava tendo um comportamento contrário ao que era entendido como africano, e, portanto, estaria supostamente se separando das suas raízes identitárias e da religião. Porém, esse posicionamento é controverso, como exposto pelo próprio narrador, uma vez que Ada trabalhava vendendo, para seus conterrâneos, arte e estéticas que eram majoritariamente de países europeus. Segundo Rea esse comportamento também ocorre devido influências religiosas controversas uma vez que "a postura de muitos líderes religiosos e políticos africanos, considerada enquanto expressão de instâncias locais, de especificidades culturais, religiosas e identitárias africanas, pode ser, de fato, considerada, em sua boa parte, como a expressão de uma construção discursiva

importada, que expressa uma agenda política estrangeira, a da direita cristã estadunidense e sua manifestação nos movimentos evangélicos da Renovação."(REA, p.4, 2021), ou seja, muitos países africanos sofrem com uma "guerra cultural" em que valores antiquados e estrangeiros, provindos de uma religião importada, se misturam com a cultura local. Em um outro momento, durante uma conversa que o protagonista explicava sua situação para seus irmãos, o mais velho repreendeu: "Ebele, how can you say this?" Chiedu asked. "You know what the Bible says about homosexuals... God forbids it! The law says it's a felony for a man to practice sodomy"10 (DIBIA, 2011, p. 52). Segundo Ukah, esse discurso apresenta os dois argumentos mais recorrentes nos países africanos acerca da homossexualidade. Primeiro a menção religiosa com justificativas bíblicas, a máxima da proibição divina; juntamente com a menção as leis, nesse caso nigeriana, que compreende as sexualidades dissidentes como um crime por obscenidade uma vez que não tem objetivos reprodutivos. Dessa forma, compreendemos que o autor em seu projeto de texto não só representa o conflito entre sexualidade e religião através da construção do protagonista, como também denuncia o papel legislativo da sociedade nigeriana como impulsionadora do conflito. Logo, o controle sobre os corpos é feito através de várias instituições sociais, controle esse que muitas vezes ocorre de forma tão visceral que pode afetar a própria visão de si. Na narrative, além de Ada e Chiendu, o próprio protagonista compactua inconscientemente do mesmo pensamento: "He didn't believe he had been so far removed from the scene that now it was perfectly acceptable for men to be so open about their homosexuality. This was not the West! But then again, Yahaya looked like someone who had been exposed to western culture and was well adjusted to it"11 (DIBIA, 2011, p. 108) a ênfase no pensamento do protagonista de que a liberdade sexual é algo ocidental e portanto seria impensável em África com tamanha liberdade e autenticidade. Por fim, podemos afirmar que a análise de todos os trechos apresentados lança luz sobre um protagonista, que vivia um conflito entre suas características pessoais desde a infância, incluindo sua sexualidade, e o padrão esperado, construído pelo discurso religioso e validado de forma institucional pelas leis nigerianas. Diante desse conflito, ele criou a persona de Adrian para atender aos padrões sociais exigidos e esconder, da sociedade e de si, quem ele realmente era. Dessa maneira, no seu projeto de texto o autor cria Adrian como a personificação da sombra que muitos LGBT+ precisam criar e viver nela para manter sua imagem na sociedade nigeriana. Conforme o protagonista cumpre sua jornada de aceitação e entendimento de quem realmente é, a denúncia dos discursos religiosos e legislativos fica mais evidente nas falas das outras personagens. Esses dois processos no texto são inversos e resultam no desaparecimento da persona Adrian e na ascensão de Ebele Njoko consciente de si.

Conclusão

Nesta pesquisa investigamos, no romance "Walking with shadows" (DIBIA, 2011), em que medida a construção do protagonista do romance representa o conflito entre sexualidade e religião. Levamos em conta a construção do personagem e si, bem como o contexto religioso e social da Nigéria. Para atingir o objetivo foi feita uma análise qualitativa de excertos da narrativa. Em um primeiro momento a análise teve como foco central investigar o conflito entre sexualidade e religião vivida pelo protagonista; e em seguida a análise focou na interligação do discurso religioso no contexto da Nigéria e a influência desse contexto na construção dos sentidos da narrativa. Dessa maneira, é possível responder à pergunta de pesquisa afirmando que Jude Dibia no seu projeto de

texto constrói uma jornada de aceitação para o protagonista, de forma que ele precisa encarar discursos sociais e religiosos para se encontrar. Durante esse processo o conflito entre sexualidades dissidentes e a religião cristã está em embate tanto de forma interior e individual da personagem, como também de forma externa pelas pressões sociais. Essas pressões são principalmente de cunho religioso e aumentam de forma exponencial até culminar no processo de exorcismo a que o protagonista é submetido, juntamente com a validação e reforço dos discursos sociais legislativos da Nigéria que respaldam o discurso religioso. Esse processo, que se iniciou na infância do protagonista, só demonstra a violência e influência que os discursos têm nos indivíduos, pois de forma pouco consciente leva o próprio a abandonar um dos elementos que lhe definem: o nome. Ao final do processo, como forma de reivindicar o que lhe foi corrompido, o protagonista retoma seu nome africano. Por fim, esta pesquisa contribui para enriquecer os estudos no campo da literatura queer africana nos aprofundando e aproximando de conhecimentos, percepções e realidades de mundo ainda muito ignorados pela academia ocidental, considerando, também, que muitos países africanos ainda criminalizam pessoas LGBTQIAPN+, e muitos deles como a Nigéria estabelecem pena de morte por atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, este estudo pode ser tomado como uma manifestação-denúncia e/ou ferramenta de luta para combater situações que ferem a existência de pessoas ao redor do mundo, bem como lançar luz sobre outras realidades e visões de mundo para além das crenças ocidentais.

Referências

Notas de fim: 1. Minha tradução: “Ele simplesmente ia deixar acontecer para que Adrian pudesse nascer.” 2. Minha tradução: “Ele adorava aquele jogo, [...] Mas haviam lhe dito que não deveria gostar dele. Não era um jogo de homem [...] Depois daquele dia, ele nunca mais jogaria aquele jogo. Ele seria uma pessoa nova.” 3. Minha tradução: “Você dá a entender que tem vergonha do seu passado. [...] Você fala como se ser homossexual fosse uma maldição e como se devesse ser punido pelos seus crimes.” 4. Minha tradução:“Ele não queria a vergonha de que pensassem que ele era gay e obsceno. [...] O que Abdul realmente queria dizer era que tinha vergonha de sua sexualidade. Sentia isso há anos. [...] Chegara até a esperar acordar certa manhã e descobrir-se curado, heterossexual.” 5. Minha tradução:“Ele precisava parecer forte e coordenado, embora soubesse, lá no fundo, que era um homem despedaçado, lutando contra seus demônios interiores.” 6. Minha tradução: “Mas essa era uma parte da minha vida para a qual eu havia fechado a porta. Eu não queria revisitá-la.” “Por quê?”, perguntou Ada. “É porque você sabia que era algo antinatural? Um pecado?” [...] “Você precisa ler a sua Bíblia, Adrian. Até Deus proíbe” 7. Minha tradução:“Expulse o diabo do seu coração!”, gritava o pastor, “e aceite Deus em sua vida.” “Amém, amém!”, clamavam os outros. “O corpo é o templo do Senhor; mantenha-o limpo e santo...” 8. Minha tradução: “Adrian era nigeriano, um homem africano. Ser gay certamente não fazia parte da cultura africana. Toda essa ideia era tão estranha, tão antinatural.” 9. Minha tradução: “Ela ainda acreditava firmemente que o conceito de homossexualidade era totalmente contrário à cultura africana. Era uma importação, como o rap violento, o roubo à mão armada sofisticado, a nudez como moda e todas essas porcarias. De alguma forma, essas importações negativas haviam se infiltrado em sua sociedade e corrompido a própria essência dela. Como muitos nigerianos, ela acreditava que a homossexualidade era uma característica importada, e não algo inerente à constituição biológica de uma pessoa. E onde mais um africano poderia aprender tal coisa?” 10.

Minha tradução: “Ebele, como você pode dizer isso?”, perguntou Chiedu. “Você sabe o que a Bíblia diz sobre homossexuais... Deus proíbe isso! A lei diz que é crime grave um homem praticar sodomia.” 11. Minha tradução: “Ele não conseguia acreditar que havia ficado tanto tempo afastado daquele meio, a ponto de agora ser perfeitamente aceitável que homens fossem tão abertos quanto à sua homossexualidade. Ali não era o Ocidente! Mas, por outro lado, Yahaya parecia alguém que havia tido contato com a cultura ocidental e estava bem adaptado a ela.” Referências HAN, E.; O’MAHONEY, J. British colonialism and the criminalization of homosexuality. New York: Routledge, 2018. KAUNDA, C. J; JOHN, S. F. Introduction: African Pentecostalism, Genders, Sexualities and Spirituality. In: KAUNDA, C. J. (ed.). Genders, Sexualities, and Spiritualities in African Pentecostalism: ‘Your Body is a Temple of the Holy Spirit’. Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2020. p. 1-16. TOGARASEI, L. Problematizing the Use of the Bible in the Human Sexuality and Pentecostal Spirituality Debate. In: KAUNDA, C. J. (ed.). Genders, Sexualities, and Spiritualities in African Pentecostalism: ‘Your Body is a Temple of the Holy Spirit’. Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2020. Cap. 2. p. 19-35. UKAH, A. Sexual bodies, sacred vessels: Pentecostal discourses on homosexuality in Nigeria. In: CHITANDO, E.; VAN KLINKEN, A. (ed.). Christianity and Controversies over Homosexuality in Contemporary Africa. London; New York: Routledge, 2016. p. 21-37. UKAH, A. Pentecostal Apocalypticism: hate speech, contested citizenship, and religious discourses on same sex relations in Nigeria. Citizenship Studies, [s. l.], v. 22, n. 6, p. 633-649, 2018. UKAH, A. Apocalyptic homophobia: freedom of religious expression, hate speech, and the pentecostal discourse on same-sex relations in africaIn: Journal of Law and Religion 36, no. 1 (2021): 72–91 BAKHTIN, M. O falante no romance. In: BAKHTIN, Mikhail. Teoria do romance I: a estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015. PARAÍZO, Mariângela de Andrade. Literatura e religião: traços e laços. Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião , v. 10, n. 25, p. 8-11, jan./mar. 2012. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/ horizonte/article/view/P.2175 - 5841.2012v10n25p8. Acesso em: 17 jun. 2023. REA, Caterina Alessandra. “Guerras culturais, fundamentalismo evangélico e neoliberalismo: a situação das minorias sexuais em contextos africanos’’. Revista Communitas V. 5, N. 10 (abril – junho/2021). MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

CÓDIGO: HS1259

AUTOR: PEDRO HENRIQUE SARMENTO DE OLIVEIRA CIPRIANO

ORIENTADOR: CARLA MARIA CUNHA

TÍTULO: VARIAÇÃO VOCÁLICA NO FALAR NATALENSE.

Resumo

O estudo teve por objetivo analisar a possível variação vocálica – na primeira sílaba pretônica – presente na fala de indivíduos naturais da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Para tal efeito, foram criados corpora a partir do banco de gravação de áudios constituído pelo doutorando Gabriel Sales – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – cuja tese tem por título: "Descrição fonético-fonológica do português falado no Rio Grande do Norte: Constituição e análise do banco de dados Amostra Linguística Potiguar [ALinP]". Dessas gravações, houve a seleção de três informantes, todas do sexo feminino, sendo duas da faixa-etária III (acima dos 59 anos) e uma da faixa-etária II (entre 39 e 59 anos); com relação ao nível de escolaridade, duas do básico e uma do superior. Essas características sociais são relevantes tendo em vista que a pesquisa tem por embasamento teórico, além da fonética e da fonologia (MATTOSO CAMARA JR., 1992 [1970]), a sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; MAIA, 1986). Diante disso, buscou-se identificar as variantes vocálicas pretônicas no falar natalense, correlacionando-as, ainda, às características socioculturais dos indivíduos. Em decorrência da variação vocálica apresentada nos dados delimitados, formulamos, nesse período, algumas hipóteses de processos fonético-fonológicos que podem estar desencadeando os registros vocálicos encontrados, sendo eles: harmonia vocálica, alçamento vocálico e neutralização na fala dos natalenses.

Palavras-chave: Variação vocálica; Sílaba pretônica; Fonologia; Sociolinguística;

TITLE: VOWEL VARIATION IN NATALENSE SPEECH

Abstract

The study aimed to analyze possible vowel variation in the first pretonic syllable in the speech of individuals from the city of Natal, Rio Grande do Norte, Brazil. To this end, corpora were developed from the audio recording database compiled by doctoral student Gabriel Sales at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), whose dissertation is entitled Phonetic-phonological description of the Portuguese spoken in Rio Grande do Norte: Development and analysis of the Amostra Linguística Potiguar [ALinP] database. From these recordings, three female informants were selected: two belonging to age group

III (over 59 years old) and one to age group II (between 39 and 59 years old). Regarding educational level, two informants had basic education and one had higher education. These social characteristics are relevant, considering that the theoretical framework of the research is based not only on phonetics and phonology (MATTOSO CAMARA JR., 1992 [1970]), but also on sociolinguistics (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; MAIA, 1986). Thus, the study sought to identify pretonic vowel variants in the speech of Natal, also correlating them with the sociocultural characteristics of the individuals. In view of the vowel variation found in the selected data, some hypotheses regarding phonetic-phonological processes that may trigger the vowel realizations observed were formulated during this period, namely vowel harmony, vowel raising, and neutralization in the speech of individual

Keywords: Vowel variation; pretonic syllable; phonology; sociolinguistics.

Introdução

O plano depesquisa A variação vocálica no falar natalenseobservou, ao longo deste ano, registros vocálicos, na primeira pretônica, nas produções de fala de três informantes. Como já haviaos resultados obtidos por Maia (1986), que, à época, tratava da variação nas vogais médias no falar natalense, pudemos estabelecer, também, um tratamento comparativo diacrônico, visto que, entre as duas pesquisas, há um espaço temporal de 40 anos. A pesquisa de Maia (1986) foi tomada como parâmetro para o estudoda variação vocálica de natalenses. Seus resultados foram pautados em produção de fala de seis indivíduos, sendo quatro mulheres e dois homens, na faixaetáriade 20 a 30 anos e, quanto ao nível de escolaridade, três deles eram universitários e outrostrês semianalfabetos. Embora haja uma convergência apenas parcial entre as pesquisas–devido à impossibilidade de se fazer um comparativo exato entre as características socioculturais– foi possível, ancorando-se no entendimento de Maia (1986) acerca da variação vocálica, confirmar algumas ocorrências e indicar outras possibilidades, tanto de produção fonética quanto de formulação interpretativa.

No momento inicial da execução do plano de pesquisa, foram levantadas algumas questões norteadoras:

1. Os falantes natalenses, assim como esperado para os nordestinos, realizam mais, em posição de pretônica, vogais médias-baixas?
2. Será que, na comparação entre a vogal efetivamente produzida pelo falante com uma possível forma em variação, se mantém apenas um grau de diferença de abertura entre a vogal de referência e a efetivamente produzida?
3. No registro de fala natalense, é aplicado o processo de harmonia vocálica entre as vogais tônicas e primeira pretônica?
4. As vogais [a] e [ã], no ambiente de sílaba tônica, por serem vogais baixas, apresentam condição para uma ocorrência mais produtiva de vogais médias-baixas na primeira pretônica?
5. As vogais altas, em ambiente de sílaba tônica, motivam uma ocorrência específica da vogal na primeira pretônica?
6. Será que há a possibilidade de confirmar o resultado de Maia (1986) a respeito de vogal média-alta, na sílaba tônica, não promover, em absoluto, vogal média-baixa na primeira pretônica?

A partir das questões norteadoras, foram criadas as seguintes hipóteses correspondentes:

1. Os falantes natalenses produzem, na pretônica, segmentos vocálicos de traço baixo em detrimento de segmentos de traço alto.
2. A articulação da primeira vogal pretônica efetivamente produzida apresenta um grau de diferença em relação a uma possível forma em variação.
3. As articulações das vogais orais das sílabas tônica e primeira pretônica se aproximam com relação à altura: se tônica tem traço alto a pretônica também; se tônica tem traço baixo, pretônica também.
4. As vogais oral ou com traço nasal posteriores não arredondadas baixas, [a] e [ã], tendem a preservar a primeira pretônica como média-baixa.
5. As vogais altas, quer sejam orais ou com traço nasal, em ambiente tônico, levam a ocorrência de vogais de mesma altura na primeira pretônica.
6. A vogal tônica sendo média-alta ou alta impede a produção de uma média-baixa na primeira pretônica.

As interpretações assumidas foram baseadas, até o momento, na Fonologia Clássica (MATTOSO CAMARA JR., 1992 [1970]), para descrição fonética dos sons e do valor funcional assumido por eles, e na Sociolinguística(WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; MAIA, 1986), para o estabelecimento da correlação entre características socioculturais dos indivíduos e suas produções fonéticas vocálicas em ambiente pretônico.

Metodologia

O presente estudo é de natureza quali-quantitativa, levando em conta tanto fatores linguísticos quanto socioculturais. Pelo viés linguístico, houve o levantamento das ocorrências de vogal alta, média-alta, média-baixa, na pretônica, com vogal alta, média-alta, média-baixa ou baixa, na tônica, quanto à descrição dos processos fonético-fonológicos que motivam as variações identificadas. Já pelo viés sociolinguístico, houve o levantamento do número de ocorrências de cada registro vocálico em variação tanto na produção de cada indivíduo quanto entre indivíduos, o que permitiu aventar correlação entre certas produções fonéticas e determinada(s) característica(s) sociocultural(is).

Para isso, foram extraídos dados do banco da ALinp (Amostra Linguística Potiguar), desenvolvido no doutorado do pesquisador Gabriel Sales – UFRJ. As amostras se tratam de gravações, em áudio, nas quais o pesquisador, por meio de entrevistas, estimulou os informantes, de algumas cidades do Rio grande do Norte, a desenvolverem relatos pessoais e/ou narrativas sobre o cotidiano, envolvendo pautas de temática urbana como saúde, transporte, educação e moradia. Tudo isso com a finalidade de alcançar, de modo mais natural possível, o vernáculo dos entrevistados, cujas variáveis socioculturais consideradas foram localidade, sexo, faixa-etária e nível de escolaridade. No banco constituído por Sales, cada informante tem uma pasta com dois arquivos, o primeiro com a gravação, em áudio, e o segundo com a transcrição automática, com ajustes feitos pelo pesquisador, acerca do conteúdo dos áudios.

Na execução desse plano, houve a seleção de três informantes, a saber: três mulheres, sendo duas da faixa-etária III (acima dos 59 anos) e uma da faixa-etária II (entre 39 e 59 anos) e, com relação ao nível de escolaridade, duas do básico e uma do superior. Considerando as transcrições feitas por Sales, foram realizadas leituras que permitiram a identificação de vogal pretônica, média anterior ou posterior, com possibilidade de manifestação de variação. A partir disso, houve o retorno aos áudios em busca dos trechos já selecionados, mais especificamente, correspondentes a palavras ou a vocábulos fonológicos (Mattoso Camara Jr, 1970). Após escuta atenta, foram feitos os registros fonéticos desses termos, tomados como referências para as interpretações. Em seguida, houve a preocupação de registrar, para cada dado, duas transcrições fonéticas: a da palavra conforme produzida pelo informante e dela com uma possível forma vocálica variante. Ao final, houve o mapeamento dos possíveis processos que levaram à variação ou à manutenção da forma de referência. Os processos depreendidos foram de neutralização, harmonia e alçamento vocálicos.

Nesse período de um ano, o foco principal foi na constituição dos corpora, tendo em vista que foram selecionados, para cada um dos três informantes, oitenta dados com variações vocálicas produtivas para o presente estudo. Tudo isso para conseguir, neste ano, o maior número de informantes e, consequentemente, a obtenção de diferentes registros de fala – com possibilidade de serem correlacionados aos fatores condicionantes (escolaridade e faixa-etária) dos informantes.

Resultados e Discussões

A partir das transcrições fonéticas dos registros de fala das três informantes já identificadas, houve o levantamento das vogais em sílaba tônica correlacionadas às vogais realizadas na primeira pretônica (cf. tabelas em anexo). Nesse momento da análise, o recorte contemplado diz respeito às vogais orais em contexto pretônico (embora as tabelas englobem, também, as vogais com emissão nasal). Quanto ao caráter quantitativo, ele, provisoriamente, decorrerá de um levantamento panorâmicodas efetivas realizações, considerando tanto as ocorrências fonéticas vocálicas de uma mesma falante quanto entre as falantes.

As variações a serem analisadas tomam como formas de referência os arquifonemas vocálicos, que para as vogais orais anteriores é o/ɛ/, enquanto para as posteriores arredondadas é o /ɔ/. As escolhas fonológicas foram respaldadas nos próprios segmentos em variação e nos processos assumidos.

Inicialmente, serão apresentadas as interpretações considerando a especificidade das vogais em sílaba tônica e a promoção das formas fonéticas na primeira pretônica. Em seguida, serão estabelecidas possíveis confluências entre os resultados das vogais orais com as suas correspondentes de emissão nasal, partindo do ambiente de tonicidade para se chegar às variantes na primeira pretônica. Esse intuito comparativo será aplicado para os casos cujos resultados revelem preponderância.

Na tônica,

O [a] promove realização preponderante, entre as anteriores, de [ɛ] e, entre as posteriores, de [u] ou [ɔ] – não houve registro de [o]. A tônica sendo [a] tende a preservar o [ɛ];

O [i] promove, no conjunto das três informantes, a prevalência de [e], com registro de variação também de [i]. A tônica sendo [i] mostra uma tendência ao alçamento máximo da vogal pretônica, tomando por base que o arquifonema é da média-baixa /ɛ/. Ressalta-se que há caso de informante que registrou apenas [i]. Tratando-se das posteriores, constatam-se as três possibilidades fonéticas: uma falante varia entre [u] e [o], a outra só realiza [ɔ], enquanto uma terceira produz somente [o]. No geral, a variação se estende, indistintamente, às três vogais.

O [u] promove, no registro de uma informante, o [ɛ]. No entanto, no daoutra,há apenas a produção de [i]. Logo, cada indivíduo faz uma escolha que não se envolve em variação. No comparativo entre [i] e [u] tônicos, apresentam-se diferenças nos resultados em relação às anteriores: [i] promove[e], com alçamento de um grau em relação ao /ɛ/; já [u] motiva escolhas individuais ou por [ɛ] ou por [i]. Logo, a vogal anterior na tônica é promotora de alçamento, em um grau, da primeira pretônica, enquanto a posterior arredondada se caracteriza mais pela manutenção do [ɛ] com possibilidade, em menor grau, de [i];

O [ɛ] promove harmonia vocálica total, relativa tanto à anterior quanto à posterior, levando à realização, respectivamente, de [ɛ] e [ɔ];

O [ɔ] promove, no tocante às anteriores, prevalência da realização de [i] com possibilidade de variação, ainda, com [ɛ] ou com [e]. Esclarecendo que, individualmente, houve diferentes resultados: umafalante apresenta a variação entre as três vogais; outra, entre [i] e [ɛ] e uma terceira entre [i] e [e];

O [e] promove, no condizente às anteriores, resultados diferentes conforme cada falante: uma realiza [i] e as outras duas, variam entre [e] e [i], com prevalência da primeira produção. Logo, a variação exclui média-baixa. No que diz respeito às posteriores, nota-se, no geral, a prevalência de [o], seguida pela produção de [u]. Quanto aos registros individuais, observa-se, na fala de duas informantes, a ocorrência majoritária de [o], enquanto outra varia, entre [o] e [u], equilibradamente;

O [o] promove, de forma unânime, [e]e [o]. Aplica-se, portanto, o processo de harmonia vocálica total;

O [ẽ] promove, predominantemente, a variante [ɛ], vindo, em seguida, a produção [i] e, por fim, a possibilidade de [e]– essa ocorrência se apresenta, apenas, no registro de duas das três falantes. Contudo, sobre as posteriores, observa-se, entre os falantes, escolhas fonéticas excludentes, a saber: uma produz somente [ɔ], mantendo a forma de referência e a outra, por sua vez, varia entre [o] e [u];

O [ã] promove, no cômputo geral, a realização de [ɛ], mantendo a vogal de referência; ainda com possibilidade de variação equilibrada entre [i] e [e]. Já para as posteriores, com unanimidade, é produzida a vogal [ɔ];

O [ĩ] promove, na maioria das ocorrências, o [i]. Sendo assim, nota-se a aplicação do processo de harmonia vocálica total, lembrando que a forma fonológica, nesse caso, se trata do /ɛ/;

O [ũ] promove, de forma absoluta, a realização de [i]. De novo, verifica-se a aplicação do processo de harmonia vocálica total.

Pelo viés comparativo, entre as vogais orais e com emissão nasal correspondentes, há condição de determinar que, em sílaba tônica, predominantemente:

[a] e [ã] promovem, no que tange às anteriores, a realização de [ɛ];

[ɛ] e [ẽ] promovem, no que tange às anteriores, também, a realização de [ɛ];

Portanto, a confluência alcançada demonstra que a vogal média-baixa é, efetivamente, a de referência e a realização mais produtiva, sobretudo em relação às anteriores, pois a variação envolvendo as posteriores se mostra mais fluida, com um amplo leque de possibilidadesde modo recorrente–a exemplo de: [u] ~ [ɔ], [u] ~ [o] ou [u] ~ [ɔ] ~ [o] – a ponto de não se conseguir elencar, aqui, confluência, cujo critério envolve preponderância de forma.

Conclusão

A análise realizada permitiu confirmar, com base nos registros de fala delimitados, os resultados de Maia (1986) de que a produção das vogais pretônicas, na comunidade natalense, é de médias-baixas. Além disso, há aplicação do processo de neutralização, envolvendo, entre si, as três vogais anteriores ou as três vogais posteriores. Outro processo bastante produtivo é o de harmonia vocálica, sobretudo a total; quando a parcial se manifestou, no elenco dados obtidos, sua aplicação foi mais efetiva com as anteriores.

Quanto às possíveis formas em variação, foram levantadas ocorrências com diferença de altura de mais de um grau, como entre [ɛ] e [i] ou [ɔ] e [u] tanto na produção de fala de um mesmo indivíduo quanto entre as diferentes falantes.

Sobre diferenças nas variações das vogais anteriores comparadas às posteriores, foi verificado, por exemplo, que as anteriores altas – oral ou com emissão nasal –na tônica motivam a produção, na pretônica, de vogal com traço alto, seja efetivamente alta ou média-alta. Sendo assim, portanto, aplicado o processo ou de assimilação total ou parcial, respectivamente. Já no que tange às posteriores, essa sistematização não foi aplicada.

Maia (1986), em sua análise, foi categórica ao afirmar que a vogal tônica sendo média-alta ou alta nunca ocorre junto de uma pretônica média-baixa, contudo, nossa análise chegou a resultado diferente: em se tratando de média-alta na tônica, tanto as posteriores quanto as anteriores, na pretônica, não se realizaram como médias-baixas. Mas, quanto às altas na tônica, elas coocorrem com vogais dos três graus de abertura, prevalecendo, no geral, as médias-altas.

Com o intuito de ampliar a análise em curso, há algumas pretensões, como a de explicitar os processos, já delineados, com base na geometria de traços (Clements e Hume, 1995); realizar uma análise quantitativa mais rigorosa, correlacionando, inclusive, variantes e variáveis; verificar se existe uma vogal que predomina, independente de processo, na primeira pretônica inicial de palavra e, ainda, se, há uma correspondência entre velocidade de fala e produção de vogais altas na pretônica.

Referências

ARAGÃO, M. S. S. As vogais pretônicas nos falares nordestinos: dados do ALiB. Anais do IX Congresso Internacional da Abralin: Congresso Internacional da Abralin. 2015.

BATTISTI, E. Elevação das vogais médias pretônicas em sílaba inicial de vocábulo na fala gaúcha. Dissertação de mestrado em Letras: Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 1993.

BRANDÃO, S. F.; ROCHA, F. de M. V.; SANTOS, E. R. dos. Vogais médias pretônicas em início de vocábulo na fala do Rio de Janeiro. Letras & Letras, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 273-288, 2012.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internalorganizationof speech sounds. In: GOLDSMITH, J. A. (org.). The handbook ofphonologicaltheory. 1. ed. Blackwell Publisher, 1995, p. 245-306.

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MAIA, V. L. M. Vogais pretônicas médias na fala de Natal. Estudos lingüísticos e literários, v. 5, p. 209-225, 1986.
MATTOSO CAMARA JR., J. Problemas de linguística descritiva. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1988 [1969].

MATTOSO CAMARA JR., J. Estrutura da língua portuguesa. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992 [1970].

ROCHA SILVA, P. J.; ARAÚJO, A. A.; VIANA, R. B. M. O alçamento e o abaixamento da pretônica /o/ nos Atlas Linguísticos do Ceará, Paraíba e Bahia. Entretextos, Londrina, v. 18, n. 1, p. 261 - 284, 2018.

RUMEU, M. C. B. Uma breve incursão pela fala culta recifense: vogais médias pretônicas à luz da sociolingüística. Caligrama, Belo Horizonte, v.17, n.2, p.7-30, 2012.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Anexos



LEGENDA DAS TABELAS



QUADRO VOCÁLICO I



QUADRO VOCÁLICO II



QUADRO VOCÁLICO III

CÓDIGO: HS1262

AUTOR: JOAO VICTOR SILVA FERNANDES

COAUTOR: MARIA LETICIA PEREIRA DA CUNHA

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: Escravidão contemporânea no Cerrado brasileiro (século XXI): identificação das áreas e das características dos territórios perversos.

Resumo

O objetivo geral deste relatório é identificar os territórios da escravidão contemporânea na região Centro-Oeste (CO) do Brasil, evidenciando as áreas que concentram o processo de desumanização das pessoas no tempo-espaço presente. No âmbito da teoria social crítica, a problemática deste escrito reside na permanência da escravidão, a qual, no mundo contemporâneo, reafirma a lógica da formação histórico-territorial desigual e injusta do Brasil. A espacialização do modo de escravização atual constitui uma tentativa metodológica utilizada para demonstrar, de modo mais explícito, como essa problemática se apresenta, com o suporte da interpretação das tabelas e cartas geradas. Essa análise permitiu, em termos gerais, demonstrar que a escravidão contemporânea no CO constitui uma expressão do atual arranjo espacial da região, presente de forma difusa nas unidades federativas que compõem a área, reafirmando desigualdades produzidas pelo processo de formação territorial atual

Palavras-chave: Desumanização; Territórios perversos; Centro-oeste; Brasil.

TITLE: Contemporary slavery in the Brazilian Cerrado (21st century): identification of areas and characteristics of "perverse territories."

Abstract

The general objective of this report is to identify the territories of contemporary slavery in Brazil's Central-West (CO) region, highlighting areas where the process of dehumanization is concentrated in the present time-space. Within the framework of critical social theory, the central issue addressed here is the persistence of slavery, which, in the contemporary world, reaffirms the logic of Brazil's unequal and unjust historical-territorial formation. Mapping the spatial distribution of current enslavement practices serves as a methodological approach to demonstrate more explicitly how this issue manifests, supported by an interpretation of the generated tables and maps. Overall, this analysis demonstrates that contemporary slavery in the Central-West is an expression of the region's current spatial configuration—present in a diffuse manner

across its constituent federal units—thereby reinforcing inequalities generated by the ongoing process of territorial formation.

Keywords: Dehumanization; Perverse territories; Center-West; Brazil.

Introdução

A escravidão se apresenta, mesmo no contexto do século XXI, como uma marca na história do mundo, principalmente, por se observar milhões de pessoas vivendo em condições humilhantes e perversas de servidão (Sarah, 2017).

Para se ter uma dimensão dessa situação, em um panorama nacional, os dados oficiais revelam a magnitude e a persistência da escravidão contemporânea, com o registro de 55.224 pessoas resgatadas entre 2003 e 2023, de acordo com o Radar Sit. Geograficamente, o fenômeno apresenta maior incidência nas frentes de expansão da fronteira agrícola, concentrando-se, nas regiões NO (15.326 casos) e CO (13.106 casos). Observa-se, contudo, uma variação na dinâmica espacial ao longo das décadas. Enquanto o período entre 2003 e 2013 foi marcado pela predominância de casos no Pará (23,25%) e em Mato Grosso (10,24%), os 10 anos seguintes 2013–2023 registraram um deslocamento do eixo do fenômeno, com Minas Gerais assumindo a liderança nacional (34,65%), seguido por Goiás (10,99%).

Apesar da redução no volume total de libertações na última década, o ano de 2023 apresentou um novo pico com 3.240 casos, reafirmando que o cativeiro moderno permanece como um desafio estrutural que acompanha o desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro.

Na escala regional, o CO consolidou-se como um dos principais eixos do trabalho em condições de escravidão no Brasil, registrando 13.106 casos entre 2003 e 2023, segundo o Radar SIT, e 11.897 casos, de acordo com a CPT, entre 2003 e 2022. A incidência do fenômeno é impulsionada pela expansão da fronteira agrícola e pela reestruturação produtiva do espaço rural, concentrando-se majoritariamente nos estados de Goiás (5.351 resgates) e Mato Grosso (4.499 resgates), que lideram as notificações regionais. No âmbito municipal, o município de Confresa destaca-se pelo maior volume de resgates na região (1.348 trabalhadores), seguido por Brasilândia, com 1.011 casos, evidenciando territórios perversos onde a exploração se mantém persistente.

Nessa perspectiva, a dinâmica de produção da realidade e do desenvolvimento brasileiro no século XXI se fundamenta na experiência contínua de um passado que se faz presente, resultando numa perversidade de uso do território que nega a Natureza e a pessoa humana, conforme apontam Morais, Costa e Castilho (2024).

Nessa perspectiva, o CO apresenta, em seu arranjo espacial, uma expressão territorial da escravidão contemporânea que revela uma sobreposição direta entre as frentes de expansão do agronegócio e os espaços de maior concentração da população submetidas ao cativeiro moderno.

Essa realidade levanta a hipótese de que a vulnerabilidade imposta pela escravidão contemporânea no CO não constitui um fenômeno aleatório, mas uma manifestação

explícita de uma estrutura espacial desigual e injusta, na qual a exclusão da população periférica é utilizada como mecanismo para ampliar os processos de superexploração e maximização dos lucros.

À vista disso, o objetivo geral relatório deste é identificar os territórios da escravidão contemporânea no CO, evidenciando as áreas que concentram o processo de desumanização das pessoas no tempo-espaço presente. Nesse sentido, é importante destacar, de imediato, que o presente texto defende o argumento que o modo contemporâneo de escravização de pessoas no CO apresenta-se como elemento central no arranjo espacial da região em questão, principalmente em razão da predominância de atividades ligadas à expansão da fronteira agrícola.

Por conseguinte, estruturamos este escrito de modo a apresentar, primeiramente, o método de abordagem centrado na perspectiva da noção de escravidão contemporânea e a metodologia adotada para evidenciar o cativeiro no CO do Brasil; posteriormente, buscamos evidenciar a expressão territorial do cativeiro na área em epígrafe, destacando os municípios que registram o maior número de casos; e, por fim, apresentar elementos para a conclusão.

Metodologia

O procedimento metodológico deste estudo fundamenta-se no método socioespacial de abordagem, orientado pelas diretrizes teóricas da geografia crítica. A investigação assume a premissa de que a escravidão contemporânea não se limita a uma mera infração trabalhista ou a resquícios de modos de produção arcaicos; ao contrário, constitui um fenômeno de desvalorização e permanente negação da dignidade humana, materializando-se em processos de desumanização e coisificação de pessoas no tempo-espaço presente. Sob essa perspectiva de análise geográfica, o espaço deixa de ser um mero receptáculo passivo para assumir um papel dinâmico e ativo nas contradições do processo de reprodução ampliada do capital. No CO, a espacialização do cativeiro moderno revela-se como expressão do atual arranjo territorial, estando profundamente associada às frentes pioneiras de expansão da fronteira agrícola moderna e à estruturação produtiva do agronegócio regional.

A delimitação espacial da pesquisa abrange o CO, unidade de análise composta pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e pelo Distrito Federal. Esta macrorregião corresponde hoje a cerca de 18,% do território nacional e abriga uma população total de 16.289.538 habitantes, com 14,8 milhões de pessoas residindo nas áreas urbanas e 1,41 milhão de pessoas no ambiente rural, distribuindo-se administrativamente em 467 municípios, sendo 142 no MT, 79 no MS e 246 no estado de GO. O recorte regional se justifica por constituir uma das áreas de maior dinamismo e expansão de atividades agropecuárias no país, onde as pressões sobre a força de trabalho são intensificadas.

A operacionalização empírica do estudo estruturou-se a partir de duas fontes principais de dados oficiais e institucionais de monitoramento do trabalho escravo no Brasil. A primeira base é o Radar SIT, coordenada por auditores-fiscais do trabalho, da qual se

extraíram as estatísticas de fiscalizações e resgates no recorte temporal de 2003 a 2023, viabilizando uma análise contínua de duas décadas. A segunda fonte é constituída pelos dados históricos e sociais da CPT, que registra as denúncias de violações de direitos humanos no campo. Para a escala municipal, o recorte da CPT compreende o período de 2003-2019, enquanto os dados agregados em escala estadual abrangem o intervalo de 2003-2022, permitindo estabelecer comparações robustas e preencher eventuais lacunas de subnotificação.

A comparação sistemática entre as bases do Radar SIT e da CPT é um elemento-chave na discussão metodológica deste escrito. As discrepâncias numéricas identificadas entre as séries decorrem das naturezas distintas de cada instituição. A fiscalização do Radar SIT constitui uma ação estatal de caráter formal e jurídico, pautada na aplicação estrita da legislação trabalhista nos diversos setores da economia, ao passo que a CPT atua de maneira mais difusa e social, mediando conflitos de múltiplas origens e causas que emergem do subespaço agrário brasileiro. A despeito das diferenças quantitativas pontuais, observa-se uma convergência geral de tendências temporais e espaciais nas duas séries de dados, atestando a fidedignidade do cenário traçado para a região.

Por fim, o procedimento de análise e interpretação geográfica fundamentou-se na leitura dessas sínteses cartográficas, identificando a ocorrência da escravidão a partir de três variáveis socioespaciais cruciais, as quais compreendem a localização das frentes de trabalho onde o cativeiro se instala, a distribuição espacial, difusa ou concentrada, do crime pelas unidades federativas e municípios, e a concentração demográfica absoluta e proporcional desses trabalhadores superexplorados. O cruzamento dessas dimensões geográficas com o avanço da fronteira agrícola moderna e com os processos de reestruturação do capital no campo permitiu identificar e delimitar os territórios perversos de exploração no CO, revelando de modo explícito como se materializam os processos de desumanização no tempo-espaço presente.

Resultados e Discussões

O Brasil registrou, de acordo com o Radar Sit, entre os anos de 2003 e 2023, o resgate de 55.224 pessoas em situação de escravidão contemporânea. Desse total, foram realizados 15.326 resgates na região Norte, 13.100 no Centro-Oeste, 12.360 no Sudeste, 11.072 no Nordeste e 3.366 na região Sul. Em relação aos dados fornecidos pela CPT, foram registrados 45.185 resgates de trabalhadores escravizados em todo o território nacional, no período de 2003 a 2019. Desse total, foram resgatadas 15.145 pessoas na região Norte, 11.109 no Centro-Oeste, 9.642 no Nordeste, 6.627 no Sudeste e 2.662 na região Sul. Desse total, a região CO foi a segunda área com maior número de resgates, de acordo com ambas as fontes (Prancha 1).

A escravidão contemporânea na região Centro-Oeste (CO) do Brasil, longe de ser um fenômeno excepcional, é, antes, a persistência inaceitável de uma condição social desumana que submete trabalhadores/as às condições mais precárias de vida na sociedade. Nas últimas duas décadas, entre 2003 e 2022, segundo informações da

Comissão Pastoral da Terra (CPT), as quatro unidades federativas da região registraram casos de trabalhadores/as resgatados/as em condições análogas à escravidão, totalizando 11.897 ocorrências. O estado de Mato Grosso (MT) apresentou o maior número de registros, com 4.518 casos, o que representa 37,98% do total. A unidade federativa é seguida, em ordem decrescente, por Goiás (GO), com 4.416 casos; Mato Grosso do Sul (MS), com 2.906 casos; e Distrito Federal (DF), com 57 casos (Tabela 1).

Já de acordo com o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar SIT), entre 2003 e 2023, foram registrados 13.106 trabalhadores/as resgatados/as em condições análogas à escravidão. Ressalta-se, ainda, que, no período citado, todas as unidades da Federação apresentaram registros de trabalho em condições análogas à escravidão. Conforme os dados do órgão, os registros estão fortemente concentrados nos estados de Goiás (GO), com 5.351 casos; Mato Grosso (MT), com 4.499 casos; e Mato Grosso do Sul (MS), com 3.602 casos (Tabelas 1 e 2 e Gráfico 1).

A título de comparação entre as fontes de obtenção dos dados, no período de 2003 a 2013, a Inspeção do Trabalho registrou um total de 1.209 resgates a mais do que os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), totalizando 13.106 libertações, contra 11.897 registros. À primeira vista, observa-se uma similaridade entre as séries, uma vez que o número de casos não diverge de maneira abrupta em nenhum ano, o que aponta, de forma geral, para uma convergência entre os dados (Gráfico 02). A dessemelhança também se expressa no período de 2014 a 2023, em que o Radar SIT apresentou 1.244 casos a mais de libertações do que os dados registrados pela CPT, que totalizaram 1.502, em contraposição aos 2.746 resgates realizados pela Inspeção do Trabalho.

Em relação à distribuição espacial da escravidão contemporânea na região Centro-Oeste do Brasil, tomando como base os dados dos dois órgãos, observa-se que o cativeiro se manifesta em toda a região, indicando, possivelmente, uma relação com as frentes de expansão do agronegócio e suas ramificações (Prancha 2).

Em escala municipal, os números mostram que há uma dispersão dos casos nos estados que compõem a região Centro-Oeste, segundo os dados da CPT (Apêndice 1). Entre os dez municípios com o maior número de registros, quatro estão localizados no estado de Goiás, totalizando 1.079 registros, o que representa cerca de 21% das ocorrências na região. Já os municípios com os maiores registros, em ordem decrescente, são: Confresa (MT), com 1.348 casos registrados, representando cerca de 26% das ocorrências; Brasilândia (MS), com 1.011 casos (19%); e Iguatemi (MS), com 624 casos (12%), no período de 2003 a 2019 (Tabela 03).

Quando a referência são os dados do Radar Sit, observa-se que o padrão de distribuição espacial pouco se altera (Apêndice 2). Os municípios com os maiores números de registros, em ordem decrescente, são: Confresa (MT), com 1.348 casos (25%); Brasilândia (MS), com 1.011 casos (19%); e Iguatemi (MS), com 668 casos (12%) (Tabela 3 e 4).

Em suma, as análises espaciais e tabulares apresentadas nesta seção demonstram que a escravidão contemporânea na Região Centro-Oeste possui uma distribuição geográfica altamente concentrada, desenhando 'territórios perversos' muito bem delimitados. A liderança de Goiás (5.351 resgates) e de Mato Grosso (4.499 resgates) evidencia como o

avanço da fronteira agrícola moderna e os grandes empreendimentos da região impulsionaram esse crime. A concentração dos casos em municípios específicos, como Confresa (MT), com 1.348 resgates, e Brasilândia (MS), com 1.011 resgates, apenas confirmam que a reprodução do capital no campo da Região depende sistematicamente da sujeição física e moral de trabalhadores desprovidos de alternativas reais de subsistência e inseridos nos ciclos históricos de desvantagens cumulativas.

Conclusão

A persistência do trabalho em condições de escravidão contemporânea, principalmente, no campo brasileiro, evidencia que a sociedade ainda convive com estruturas de desigualdade que guardam relações com seu passado escravista. O cativeiro atual atualiza formas de sujeição e exploração em meio às transformações econômicas e territoriais do presente. Enfrentar esse fenômeno exige, portanto, considerar não apenas as relações de trabalho, mas também as hierarquias raciais, as desigualdades territoriais e o acesso desigual à terra e aos direitos sociais.

Destarte, a análise territorial realizada na região Centro-Oeste evidencia a presença da escravidão contemporânea em todos os estados da região e no Distrito federal. Entre as municipalidades com maior número de resgates, destacam-se Confresa (MT), cuja população negra corresponde a 71,7%, e Poconé (MT), com 84,6%.

Nesse sentido, os dados analisados permitem levantar a hipótese de que as desigualdades historicamente impostas à população brasileira constituem um dos elementos que podem contribuir para sua maior exposição a situações de exploração contemporânea. Entretanto, reconhecemos a necessidade de cautela na análise e da incorporação de novas variáveis, a fim de estabelecer, de maneira mais consistente, a relação entre a escravidão contemporânea e as atividades econômicas que impulsionam esse processo, bem como compreender como essa relação se estabelece territorialmente na região Centro-Oeste.

Por outro lado, a discussão proposta neste estudo permanece atual e necessária. Investigar a escravidão contemporânea na região Centro-Oeste a partir da dimensão espacial permite compreender que a exploração do trabalho não ocorre de forma isolada, mas está inserida em processos históricos de produção e reprodução das desigualdades sociais e territoriais.

Referências

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 31-51, 2000.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 1-25, 1994 (editado em jun. 1995).

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. São Paulo: Contexto, 2010.

SAKAMOTO, Leonardo (org.). Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020.

Anexos



Prancha 1 (pt1)



tabela 1



tabela 2



prancha 1 pt 2



Grafico 1



prancha 2 pt 2



tabela 3



tabela 4

CÓDIGO: HS1265

AUTOR: LOURDES CAROLINE PEREIRA DA SILVA

ORIENTADOR: FRANCISCA DE SOUZA MILLER

TÍTULO: Lama, memória e pesca artesanal: um estudo a partir da narrativa de vida de uma marisqueira, na comunidade do Passo da Pátria Natal/RN.

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no plano de trabalho: Pesca artesanal no litoral Potiguar: perfil sócio econômico, gênero e perspectivas, do grupo de pesquisa ETAPA (Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal), vinculado ao projeto de pesquisa intitulado: Pesca, trabalho e lazer no Nordeste: um estudo etnográfico entre famílias rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte). Expõe a construção da pesquisa de conclusão de curso em Licenciatura em Ciências Sociais, intitulada “Tem peixe, mas não como antes!”: a percepção ambiental de uma marisqueira da comunidade Passo da Pátria, contada a partir de sua história de vida. Em consonância com o projeto de pesquisa, o nosso trabalho de conclusão de curso consistiu em analisar a relação de uma marisqueira e da comunidade do Passo da Pátria com o rio Potengi, usando a história de vida como ponto de partida para discutir meio ambiente, identidade e gênero na pesca artesanal. Utilizamos levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, registros fotográficos, caderno de campo e entrevista semiestruturada, para chegar aos resultados. Dessa forma, destaca a degradação ambiental do rio Potengi como ameaça a identidade, memória, território, renda e o atividade da pesca artesanal na comunidade.

Palavras-chave: Potengi. Pesca. Passo da Pátria. Natal-RN

TITLE: Mud, memory, and artisanal fishing: a study based on the life narrative of a shellfish gatherer in the Passo da Pátria community, Natal, RN.

Abstract

This paper presents the results of the research carried out within the work plan entitled “Artisanal Fishing on the Potiguar Coast: Socioeconomic Profile, Gender, and

Perspectives," conducted by the ETAPA research group (Ethnology, Tradition, Environment, and Artisanal Fishing), linked to the research project entitled "Fishing, Work, and Leisure in Northeast Brazil: An Ethnographic Study among Rural Families in the Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve (Rio Grande do Norte)." It describes the development of the undergraduate thesis for the Bachelor's Degree in Social Sciences, entitled "There Is Fish, but Not Like Before!": The Environmental Perception of a Shellfish Gatherer from the Passo da Pátria Community, Told through Her Life Story. In line with the research project, our undergraduate thesis analyzed the relationship between a shellfish gatherer and the Passo da Pátria community and the Potengi River, using life history as a starting point to discuss the environment, identity, and gender in artisanal fishing. To obtain the results, we conducted a bibliographic review, field research, photographic documentation, field notes, and a semi-structured interview. The study thus highlights the environmental degradation of the Potengi River as a threat to identity, memory, territory, income, and the practice of artisanal fishing in the community.

Keywords: Potengi River. Fishing. Passo da Pátria. Natal-RN

Introdução

Este trabalho consiste na apresentação das atividades realizadas no plano de trabalho : Pesca artesanal no litoral Potiguar: perfil sócio econômico, gênero e perspectivas, vinculado ao projeto de pesquisa intitulado: Pesca, trabalho e lazer no Nordeste: um estudo etnográfico entre famílias rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte), do grupo de pesquisa ETAPA (Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal), sob a orientação da professora Francisca de Souza Miller.

O seguinte trabalho expõe a construção da pesquisa de conclusão de curso em Licenciatura em Ciências Sociais, intitulada "Tem peixe, mas não como antes!": A percepção ambiental de uma marisqueira da comunidade Passo da Pátria, contada a partir de sua história de vida. O trabalho de conclusão de curso, foi realizado dentro do cronograma de atividades do projeto de pesquisa, resultado de leituras, atividades em campo, análises e contato com mulheres da pesca artesanal. Dessa forma, o ETAPA trouxe essa possibilidade de amadurecimento e construção de conhecimento sobre as questões de gênero na pesca.

Os principais objetivos desse plano do projeto de pesquisa são: realizar um perfil socioeconômico das comunidades de Santa Rita (Extremoz) e Passo da Pátria (Estuário do Potengi), buscar informações sobre a organização social dessas comunidades, focando os aspetos sociais e econômicos, além de alimentar o banco de dados do grupo de pesquisa ETAPA.

Em consonância com o projeto de pesquisa, o trabalho de conclusão de curso consistiu em analisar a relação de uma marisqueira e da comunidade do Passo da Pátria com o rio Potengi, usando a história de vida como ponto de partida para discutir meio ambiente, identidade e gênero na pesca artesanal. Nesse sentido, para realizar a pesquisa na

comunidade, focamos nos seguintes objetivos específicos: realizar uma caracterização da comunidade do Passo da Pátria, identificar, por meio do trabalho de campo, as problemáticas socioambientais presentes no recorte de estudo; e estabelecer um diálogo reflexivo sobre essas questões socioambientais presentes no objeto de estudo, a partir da percepção e história de vida da interlocutora.

Antes de apresentarmos as principais reflexões decorrentes das leituras e pesquisa, é pertinente caracterizar o nosso recorte espacial, objeto de estudo da nossa pesquisa. A comunidade do Passo da Pátria localiza-se na Cidade Alta, divisa com o bairro do Alecrim em Natal/RN. O Passo, como os moradores chamam é uma comunidade ribeirinha e periférica, que se encontra as margens do rio Potengi, estuário que percorre a cidade do Natal (Figura 01).

A nascente do rio Potengi localiza-se no município de Cerro Corá, no Rio Grande do Norte. O rio percorre toda a capital e deságua no Oceano Atlântico. Sua bacia ocupa uma superfície de 4.093 km², o que corresponde a cerca de 7,7 % do território estadual, segundo a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH/RN). O Potengi tem uma relevância histórica para a cidade, além de ser o responsável por nutrir e auxiliar na renda das comunidades pesqueiras. População que sobrevive de forma direta e indireta dos recursos do estuário, pescadores e pescadoras artesanais.

Diante disso, o cronograma do nosso plano de estudo está estruturado em organização do acervo bibliográfico do grupo de pesquisa, com objetivo de auxiliar outros estudantes e integrantes do grupo de pesquisa, com interesse pela temática, levantamento da documentação nas empresas de pesca e turismo, levantamento de dados de campo, transcrição de entrevistas, organização de dados e redação de relatório. Dessa forma, descreveremos aqui, as ações realizadas no período de 01/09/2025 a 31/08/2026. A seguir, iremos expor com mais profundidade a metodologia utilizada, a interlocução entre a fundamentação teórica e nosso estudo, por fim as considerações finais.

Metodologia

O estudo adotou uma abordagem de natureza qualitativa, na qual inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico acerca da temática socioambiental, envolvendo o objeto de estudo, consultando artigos, dissertações, teses e material audiovisual no formato de documentário. Além disso, foram feitas consultas em sites do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) e da

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), auxiliando na construção da caracterização da comunidade. Enfatizamos os espaços de uso do Passo da Pátria e a sua relação com a população residente.

Em um segundo momento, realizamos um trabalho de campo etnográfico para a coleta de dados e registros fotográficos, com o objetivo de ajudar na construção da caracterização e esclarecer as principais questões socioambientais da comunidade. Através da estratégia de caminhar pelo Passo da Pátria, conseguimos nos conectar com a comunidade, permitindo que os moradores vissem uma pesquisadora em ação. Além disso, o caderno de campo foi um recurso valioso, servindo para anotar observações e informações que nossa interlocutora compartilhou durante as conversas informais.

As visitas in loco foram realizadas entre os meses de outubro de 2025 e março de 2026, com o objetivo de observar, fazer anotações no caderno de campo, fotografar e entrevistar a marisqueira Sandra, colaboradora desse trabalho. Além disso, as conversas informais com o Mardone, esposo da nossa interlocutora, contribuíram para entender sobre as vivências dentro do território com conflitos socioambientais.

Dentro desse contexto, para estabelecer um diálogo entre o que foi observado e a visão socioambiental da Sandra, foi empregada a narrativa de vida, que conforme Chizzoti (p. 95), “A narrativa de vida é uma ferramenta de pesquisa que prioriza a obtenção de informações relatadas na trajetória pessoal de um ou mais interlocutores”. Assim, escutar os ribeirinhos em uma comunidade periférica é entender as questões socioambientais que cercam áreas degradadas e negligenciadas pelo governo.

Para auxiliar na organização e na coleta de informações sobre a história de vida de Sandra, recorremos à entrevista semiestruturada. Seguimos um roteiro, que em alguns momentos foi flexibilizado, a fim de aprofundar algumas questões sobre a problemática estudada. A narrativa de vida está relacionada com a memória, embora a memória seja produzida coletivamente, o sujeito tem seu papel importante nessa construção. A partir do indivíduo, podemos reconstruir vivências, interpretando os fatos sociais existentes no recorte. (SANTOS, 2003)

Resultados e Discussões

Portanto as leituras sobre mulher e pesca artesanal, comunidades pesqueiras e identidade, além do contato com mulheres e a comunidade ribeirinha Passo da Pátria, foi somando ao interesse pela temática. Resultando na escolha pelo objeto de estudo, para desenvolver a pesquisa como trabalho de conclusão de curso. Discutir gênero na pesca artesanal, é compreender as dinâmicas de poder no território, a importância da mulher na cadeia produtiva e as transformações sociais que atravessa as comunidades que essas mulheres habitam e trabalham.

Abordar sobre o retrato socioambiental do Passo da Pátria é compreender que o território é fruto da omissão do Estado. Durante a visita in loco foi possível constatar que a comunidade e o rio Potengi vivem em meio a degradação ambiental, decorrente das ações

antrópicas. Em contrapartida, a população ribeirinha enxerga o rio como uma fonte de alimento e renda, além da beleza cênica que estuário proporciona. Nesse sentido, umas das questões levantadas nos resultados, é a disposição inadequada dos resíduos sólidos as margens do rio Potengi. (Figura 02)

Dentro desse contexto de conflitos socioambientais, existe diversas formas que a comunidade expressa sua preocupação, embora exista moradores que contribuam para o descarte dos resíduos. Uma forma de expressar sobre a preocupação ambiental, são as placas feitas por alguns moradores de "Proibido jogar lixo" (Figura 03). Elucida um dilema entre falta de educação e conscientização ambiental de outros moradores, dentro de uma realidade em que não existe uma preocupação por parte do poder público, acerca de políticas publicas voltadas para o cuidado do estuário e o bem viver da comunidade ribeirinha.

O território objeto de estudo também habitado por mulheres, nos leva a nortear nosso trabalho para a questão de gênero na pesca. Nesse sentido, a voz de mulheres trabalhadoras da pesca artesanal e ribeirinhas, deve ser enfatizada em diversos espaços de debate acerca das problemáticas que rodeiam as comunidades. Elevando as mulheres como porta voz, em defesa do seu território.

Nesse sentido, algumas leituras ao longo desse período no ETAPA fizeram entender melhor como essas mulheres lidam de diversas formas com as questões socioambientais em seus territórios. A pesquisa de Miller (2012), mostra a relevância do saber tradicional da pesca e a relação da mulher com o ecossistema de mangues, para o sustento da família e manutenção da atividade tradicional que elucida a cultura de um povo. A pesquisa expressa um importante diagnóstico que ajuda a pensar na importância de políticas públicas e projetos sustentáveis de conservação do mangue, ecossistema que alimenta muitas famílias nas comunidades pesqueiras.

Dentro desse contexto de gênero na pesca, leituras como Woortmann (1992), Figueiredo (2014), Fonseca et al (2016), Martinez e Hellebrandt (2019), Santos e Souza (2019), Leitão (2019), Hellebrandt et al. (2019), Pereira et al. (2019), Neto et al. (2021) e Moraes (2019), fizeram compreender sobre identidade da mulher pescadora, organização social, relação da mulher com a natureza e seu ambiente de trabalho, o mar e ecossistema de mangue. Tornando explicito a extrema importância da mulher para a produção do espaço, representando a responsabilidade pelo seu núcleo produtivo, visto que participam de todas as etapas da cadeia produtiva. Além disso, as mulheres carregam uma função importante para a manutenção da atividade da pesca e do marisco, passando o conhecimento da pesca para as gerações futuras. Fazendo com que, o conhecimento transgeracional da pesca artesanal ainda se faça presente nas comunidades.

Dessa forma, a nossa pesquisa está alinhada com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da Organização das Ações Unidas (ONU): ODS 5 – voltado para igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas; ODS 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. (ONU BRASIL, 2026)

Posto as reflexões, fazemos a interlocução com as narrativas da Sandra, principal colaboradora do nosso trabalho. A marisqueira tem 55 anos é casada, autodeclara-se parda e estudou até a 2.ª série do ensino fundamental. Atualmente está matriculada na Educação de Jovens e Adultos, na Escola Estadual Passo da Pátria. Tem 4 filhos e não possui nenhuma outra renda, além o que advém da pesca artesanal, fruto do trabalho dela e do esposo. Começou a trabalhar com a pesca artesanal aos 13 anos, aprendeu junto com a família, ou seja, o saber transgeracional presente na construção da identidade enquanto trabalhadora da pesca artesanal.

A marisqueira nasceu em Natal/RN, mas a origem familiar é do interior do estado e região metropolitana. Sua infância e adolescência tem relação com a comunidade do Maruim, localizada no bairro das Rocas, Zona Leste de Natal/RN, onde também tem um contexto histórico ligado à pesca e ao mangue.

Em entrevista gravada e autorizada por Sandra, indagamos sobre diversos aspectos acerca das principais problemáticas socioambientais que atravessa o território do Passo da Pátria e a população ribeirinha, além disso a marisqueira revelou através das suas memórias, como sua relação com o Potengi foi construída. Para explicitar o elemento identidade, a marisqueira expôs da seguinte forma:

É… [...] minha história de vida é que eu cresci no Rio Potengi, pescando com meus pais. Meu pai é tradição, já vem, já vem das minhas bisavós, a pesca. Então eu comecei a desenvolver a pescaria desde pequena, que ele levava a gente, levava os filhos tudo pra pescar. Ele não deixava a gente em casa. É… e ele fazia a pescaria, que o nome era tapagem. Então essa tapagem era a noite, a noite toda. Então ele fazia umas cabanas no mangue e a gente ficava. Minha mãe ficava cozinhando, quando ele vinha da pesca, da, das tapagens, armava as redes, e ia, se alimentava e voltava de novo, e a gente servia de barqueiro, que a gente o levava e trazia, ele e os outros pescadores. Então eu cresci assim, na pesca. (Entrevista concedida por Sandra, em 2026)

Ao longo do nosso diálogo, foi possível observar que o rio Potengi é visto como um sujeito ativo, dono de uma paisagem linda e que, ao mesmo tempo, sofre pela população. O mangue é visto como fornecedor de renda, alimento e espaço de sociabilidade. Esse território amado por Sandra e pela população ribeirinha é, em contrapartida, um ambiente degradado e negligenciado pelo poder público, negando o direito ao bem-viver.

Nos relatos, a pescadora relata diversos problemas que a comunidade vivencia no contexto socioambiental. Sempre demonstrando sensibilidade e preocupação com o mangue e o rio Potengi, elenca alguns pontos importantes com que o Passo da Pátria aprendeu a lidar em seu cotidiano. Nesse sentido, construímos um quadro síntese para expor os principais problemas socioambientais sob o olhar da ribeirinha. (Quadro 01)

O quadro expõe a percepção da marisqueira acerca das problemáticas e conflitos dentro da sua comunidade. Esse cenário é construído a partir das narrativas de Sandra, levando em consideração que o mangue e o rio Potengi sofrem uma degradação que não é só um problema ecológico, mas ameaça a identidade, a memória, a atividade da pesca artesanal e as relações de gênero.

As questões socioambientais como o avanço da lama, o acúmulo de lixo, o odor, o impacto na qualidade do pescado, a mortandade de peixes, o desaparecimento da tradição

do marisco e a criminalidade provocam consequências econômicas, sociais e culturais. A exemplo disso, a renda das famílias, a insegurança alimentar, o impacto sobre os saberes tradicionais da pesca artesanal na localidade e, consequentemente, um distanciamento das futuras gerações das práticas pesqueiras.

Diante disso, o relato da ribeirinha é um registro vivo dos conflitos na comunidade do Passo da Pátria, visto como um diagnóstico importante para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a conservação dos ecossistemas de mangue e do rio Potengi. Ademais, enfatizam-se estratégias para levar melhorias ao habitar e viver dos ribeirinhos. Os elementos discutidos no trabalho, relatados sob a percepção de Sandra, revelam como as transformações antrópicas afetam o cotidiano dos moradores, o trabalho e a identidade das mulheres que atuam na pesca artesanal.

Coloca em evidência a experiência de vida de uma marisqueira, possuindo uma relevância antropológica, ao refletir as diversas violências que atravessam os corpos dessas mulheres ribeirinhas e periféricas. O Rio Potengi é visto como território de vida, trabalho, lazer, cultura e sustento; ao mesmo tempo, é negligenciado por um sistema que marginaliza pescadores e pescadoras artesanais.

Conclusão

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo principal fazer a interlocução entre as problemáticas socioambientais vivenciadas pela comunidade do Passo da Pátria e a percepção ambiental da nossa interlocutora. A análise dos resultados evidenciou que a degradação ambiental e do rio Potengi, pautada pela poluição, avanço da lama, escassez de peixes, descarte inadequado do lixo, compromete a atividade da pesca na comunidade.

A pesquisa demonstra que o território é compreendido pela marisqueira como um ambiente que carrega memória e pertencimento. O mangue e o rio Potengi são vistos como sujeitos ativos, proporcionando renda e alimento para as famílias, além de terem contribuído para a construção da identidade da Sandra.

As problemáticas socioambientais apresentadas nesse trabalho não afetam somente o ecossistema, mas ameaçam a cultura da pesca artesanal, a segurança alimentar, a renda e a identidade das marisqueiras que dependem do mangue e do rio. Nesse sentido, a pesquisa antropológica contribui para a visibilidade de mulheres na pesca. Escrever sobre mulheres na pesca é compreender que as questões ambientais estão ligadas à desigualdade de gênero. Dessa forma, dar voz à ribeirinha é contribuir para que mais mulheres sejam vistas como detentoras do saber tradicional e guardiãs do seu território.

Portanto, o estudo reconhece que a luta pela proteção do rio Potengi e do mangue está interligada com identidade, memória, reconhecimento do trabalho feminino na pesca e justiça ambiental.

Referências

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. 2 ed, São Paulo: Cortez, 1998.

FIGUEIREDO, Marina Morenna A. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. Revista Feminismos, UFBA. Vol.2, N.1 Jan. - Abr. 2014.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana. As mulheres na pesca artesanal no Estuário da Lagoa de Patos – RS: Caracterização do trabalho no beneficiamento do camarão. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

LEITÃO, Maria Rosário de Fátima Andrade. Gênero e Cidadania: Trabalho e meio ambiente. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

MILLER, Francisca de Souza. Pescadores e coletoras de Patané/Camocim: aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

MORAES, Suely de Oliveira. Experiências de pescadores artesanais de Piratininga: História oral de vida. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes - Universidade do Grande Rio /Duque de Caxias, 2019

NETO, José Nogueira Antunes; SILVA, Raphael de Oliveira; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 16, n. 43, p. 103-128, dez., 2021

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Nações Unidas Brasil, 2026. Disponível em : https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 11 Ago 2026

PEREIRA, Maria Odete da Rosa; ANELLO, Lucia de Fátima S. de. A vida de pescadoras artesanais no litoral brasileiro: perspectivas da educação ambiental. n: MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

SANTOS, Eline Almeida; SOUZA, Rosemari Melo e. Conflitos Socioambientais na pesca artesanal: um olhar sobre o cotidiano das pescadoras de Sergipe. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLENBRANDT, Luceni. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003

SEMARH, Secretaria de Estado de Recursos Hídricos. (1998). Plano Estadual de Recursos Hídricos.

WOORTMANN, Ellen F. O Ambiente E A Mulher: O Caso do Litoral do Rio Grande do Norte, Brasil.Latin American Studies, 12, 1992, Tokyo, Japan.

Anexos



Figura 1: Mapa de localização da comunidade do Passo da Pátria. Fonte: IBGE, 2024; SEMURB-NATAL. Elaboração: Juan Bandeira



Figura 02. Impactos do descarte inadequado de resíduos sólidos às margens do rio Potengi. A, B e D) materiais recicláveis; C e E) resíduos como papelão e plástico. Fonte: Acervo da Autora, 2025.



Figura 03. Placas artesanais feitas pelos moradores da comunidade, indicando preocupação ambiental.Fonte: Acervo da autora, 2025



Quadro 01 - Quadro Síntese com as principais problemáticas elencadas pela interlocutora. Fonte: Elaboração da autora, 2026

CÓDIGO: HS1298

AUTOR: MARIA FERNANDA BEZERRA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

TÍTULO: Território e Tecnologia: as healthtechs e as novas dinâmicas da inovação em saúde no nordeste brasileiro

Resumo

Esse estudo explora a distribuição territorial e a inserção institucional das healthtechs no Nordeste brasileiro, considerando seus vínculos com a inovação e as dinâmicas regionais, tendo como ponto de partida o avanço das healthtechs no cenário global e nacional evidenciando a centralidade da inovação em saúde como resposta às demandas, acesso e qualidade assistencial. Nesse contexto, embora em número total de startups, o Nordeste se apresente na segunda posição em relação às demais regiões brasileiras, é também a que mais cresce (25,2%), ainda que reproduza desigualdades inter-regionais expressas na escassez de hubs tecnológicos melhor espacializados. Metodologicamente, adotou-se abordagem mista, combinando levantamento de dados secundários (Distrito, Sebrae, ABStartups), análise espacial por meio do QGIS 3.40 e interpretação qualitativa com base nos conceitos de Sistema Territorial de Inovação, Meio Técnico-Científico-Informacional e Proximidade Geográfica. Os resultados evidenciam que a inovação em saúde se organiza a partir da articulação entre universidades, poder público, setor privado e sociedade civil, cuja intensidade de cooperação varia conforme a proximidade geográfica e institucional entre os atores, favorecendo grandes centros urbanos em detrimento das regiões interioranas. Conclui-se que, apesar do potencial de expansão observado, a interiorização da inovação em saúde permanece condicionada por desigualdades técnico-territoriais historicamente estabelecidas.

Palavras-chave: Healthtechs. Inovação em saúde. Território. Nordeste brasileiro.

TITLE: TERRITORY AND TECHNOLOGY: HEATHTECHS AND THE NEW DYNAMICS OF HEALTH INNOVATION IN THE NORTHEAST REGION OF BRAZIL

Abstract

This study explores the geographic distribution and institutional integration of healthtech companies in Brazil's Northeast, considering their links to innovation and regional dynamics, with the starting point being the advancement of healthtech companies on the global and national stages, highlighting the central role of health innovation as a response to demands, access, and quality of care. In this context,

although the Northeast ranks second among Brazil's regions in terms of total number of startups, it is also the fastest-growing region (25.2%), even as it reflects interregional inequalities manifested in the scarcity of better-spatially distributed technology hubs. Methodologically, a mixed-methods approach was adopted, combining secondary data collection (Distrito, Sebrae, ABStartups), spatial analysis using QGIS 3.40, and qualitative interpretation based on the concepts of the Territorial Innovation System, the Technical-Scientific-Informational Environment, and Geographic Proximity. The results show that innovation in health is organized through collaboration among universities, government, the private sector, and civil society, with the intensity of this cooperation varying according to the geographic and institutional proximity between these actors, favoring large urban centers at the expense of inland regions. It is concluded that, despite the observed potential for expansion, the spread of health innovation to inland regions remains constrained by historically.

Keywords: Healthtechs. Health innovation. Territory. Brazilian Northeast.

Introdução

O conceito de startups tem tido centralidade nas discussões sobre o capitalismo contemporâneo. Assim, caracterizam-se como organizações temporárias voltadas à busca de modelos de negócio escaláveis, recorrentes e com alta capacidade de adaptação às dinâmicas mercadológicas, por meio de inovação aplicada ou produtos e serviços ofertados (Barbosa; Mansano, 2023; Blanck; Dorf, 2014). No caso das healthtechs, direcionam-se à elaboração de produtos e serviços que oferecem suporte tecnológico para a melhoria e transformação da gestão de saúde e na qualidade de vida. Tais soluções abrangem desde a prevenção, como os dispositivos wearables (tecnologias vestíveis), até o aprimoramento de etapas do diagnóstico, o caso da telemedicina e utilização de IA, além de aplicações no tratamento, a exemplo de sistemas robóticos em procedimento cirúrgicos (Vernier, 2021). Apesar disso, um dos principais desafios é articular os componentes que impactam a estruturação dos serviços de saúde e os interesses econômicos a eles atrelados (Gadelha; Braga, 2016).

Nessa perspectiva, o período pandêmico configurou-se como um catalisador desse modelo de negócio, diante da necessidade de respostas rápidas e da busca pela maximização de resultados, havendo uma intensificação da adoção de tecnologias digitais voltadas ao controle de riscos biológicos, bem como a expansão de serviços digitais substitutivos aos presenciais. Destacam-se, ainda, o uso de plataformas digitais em saúde, modelos analíticos baseados em data science, a reformulação das cadeias de suprimento e a revalorização dos determinantes sociais da saúde (Aveni; Morais, 2021).

O Brasil destaca-se como um dos territórios mais dinâmicos, especialmente no que se refere às tecnologias biomédicas, plataformas digitais e soluções baseadas em IA (Melo Filho et al., 2015). Essa expansão é observada na liderança do Brasil no contexto latino-americano, concentrando aproximadamente 65% das healthtechs, seguido pelo México (16,2%) e pela Argentina (5%). Tal protagonismo é explicado por fatores como a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS), que demanda inovações voltadas à eficiência e à qualidade dos serviços, a atuação do setor privado na promoção dessas soluções e o avanço das normativas relacionadas à saúde digital (Distrito, 2024). Além disso, o Nordeste é a região brasileira com o crescimento mais acelerado de startups,

representando 25,2% do total nacional em 2025, ultrapassando a região Sul e ficando atrás apenas do Sudeste. Isso revela uma descentralização do eixo tradicional Rio-São Paulo (Sebrae, 2025). Todavia, apesar de se comportar com potencial crescimento, ainda reverbera as desigualdades inter regionais, como a ausência de hubs tecnológicos na maioria dos estados (Silva; Fernandes; Abud, 2023).

Isto posto, a presente pesquisa justifica-se pela relevância de contribuir para o debate de inovação, saúde e desigualdades territoriais na ciência geográfica. Assim, o principal objetivo é analisar a distribuição territorial e a inserção institucional das healthtechs no Nordeste brasileiro, considerando seus vínculos com a inovação em saúde e as dinâmicas regionais. Os objetivos específicos são:

1. Identificar as healthtechs em atividade nos estados do Nordeste, com base em dados secundários;

2. Classificar essas empresas quanto ao tipo de solução ofertada (telemedicina, gestão, IA, etc.) e seu campo de atuação na saúde;

3. Investigar os vínculos dessas startups com instituições de pesquisa, parques tecnológicos e políticas públicas de inovação em saúde;

4. Analisar os padrões espaciais dessas iniciativas, identificando possíveis áreas de concentração ou vazios tecnológicos.

Sendo assim, o trabalho está organizado em três seções posteriores a essa: I) a metodologia, que detalha os procedimentos e as fontes utilizadas; II) seção que discute os resultados encontrados diante das iniciativa de inovação em saúde e III) considerações finais, onde estão sintetizadas as ideais e contribuições do

Metodologia

Para a realização deste estudo, utilizou-se uma metodologia ancorada em uma abordagem mista, cuja organização se deu em 5 etapas:

A primeira etapa se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório para analisar as relações entre inovação e saúde no contexto nordestino sustenta-se nos conceitos de Sistema Territorial de Inovação (SIT) (Fernandes, 2016), Meio Técnico-Científico-Informacional (Santos, 2008) e Proximidade Geográfica (Fernandes et al., 2023), visando compreender como essas empresas se integram (ou não) aos Circuitos de Inovação Regionais.

Na segunda e terceira etapa da pesquisa, realizou-se um levantamento e tratamento sistemático de dados secundários oriundos de fontes como o hub de inovação Distrito (2023) a partir de uma perspectiva situando o Brasil a nível latino-americano e a plataforma Observatório Startups Sebrae do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a partir de relatórios, infográficos, dos quais foi possível extrair informações sobre os principais segmentos, porte (microempresa, empresa de pequeno porte e demais) e níveis de maturidade (Ideação, Validação, Tração, Operação e

Escala); e a Associação Brasileira de Startups (ABStartups), a partir da qual foi possível identificar, de maneira complementar, onde as healthtechs estão situadas em nível municipal.

A metodologia realizada no estudo da ABStartups (2025) adota abordagem qualitativa e descritiva, na forma de levantamento, por meio da captação de dados padronizados e autodeclarados fornecidos pelas próprias startups, via questionários e entrevistas, para identificar o perfil e os principais dados das healthtechs brasileiras. Nesse sentido, foi utilizado o levantamento disponível no painel dinâmico da plataforma Power BI, com as informações autodeclaradas pelas empresas, do qual foram filtrados os segmentos correspondentes e interligados às healthtechs, sendo eles Agetech, Beautytech, Biotech, Cleantech e Healthtech, dispostos no Quadro 1. No processo de aquisição desses dados, foram excluídos os segmentos de Babytech, Nanotech e Lifestyletech, em razão da ausência de dados quantitativos referentes a esses segmentos no Nordeste.

Quadro 01 - Segmentos associados às healthtechs

Fonte: Elaborado pela autora com base em ABStartups (2025).

Na quarta etapa, o tratamento dos dados incluiu o cruzamento dos dados das malhas territoriais com os dados quantitativos referentes ao Brasil e aos estados do Nordeste (mapa 01), bem como a padronização dos formatos dos arquivos de .csv para .shapefile, por meio da união entre tabela e camada no ambiente SIG. Os gráficos, por sua vez, foram extraídos dos relatórios consultados (Sebrae, ABStartups e Distrito) e inseridos no Google Planilhas para tratamento e representação gráfica padronizada, permitindo a comparação entre os estados do Nordeste. Após esse processo, procedeu-se para a produção cartográfica e análise espacial utilizando a ferramenta QGIS Desktop versão 3.40 Bratislava para mapear a localização das healthtechs, cruzando dados centros urbanos e instituições de pesquisa. Os mapas de localização foram elaborados com base nos dados do Sebrae (2025), adotando-se a técnica de símbolos proporcionais, que permite representar visualmente a proporcionalidade e a concentração das healthtechs em determinadas áreas do território nordestino, facilitando a leitura comparativa entre os estados. Por fim, foi realizada análise integrada dos dados da pesquisa, combinando técnicas quantitativas e qualitativas para a compreensão da distribuição espacial das iniciativas tecnológicas voltadas à inovação em saúde.

Mapa 01 - Localização da região Nordeste

Elaboração: As autoras, 2026.

O fluxograma metodológico abaixo demonstra o delineamento da pesquisa de forma visual.

Figura 01 - Fluxograma de elaboração da pesquisa

Elaboração: As autoras, 2026.

Resultados e Discussões

3.1 CONTEXTO NACIONAL

É preciso considerar que as dinâmicas de inovação não se explicam isoladamente, mas resultam da convergência interdisciplinar entre os diferentes campos do conhecimento e distintos atores presentes num território. Essa articulação é comumente descrita pelo modelo das hélices da inovação, que compreende a colaboração entre universidades, instituições de pesquisa, agências governamentais, o setor privado e sociedade civil (Carvalho, 2021) como elementos estruturantes dos sistemas da inovação. Essa abordagem dialoga com a perspectiva do Sistema Territorial de Inovação (Fernandes, 2016), em que se pode reconhecer que a inovação em saúde não decorre apenas de fatores tecnológicos, mas pela forma como esses atores se organizam e se relacionam no espaço, produzindo arranjos institucionais à medida que se inserem no território. No contexto brasileiro, o gráfico 01 demonstra as principais áreas em que a inovação em saúde dialoga, evidenciando a diversidade de agentes e setores mobilizados nesse processo inovativo.

Gráfico 01 - Áreas de interação com às inovações em saúde no Brasil (%)

Fonte: Adaptado de Guia Brasileiro de Startups em Saúde (2024).

Essa interação acontece a partir de um diálogo multissetorial articulando os enfoques de cada área com a saúde. Pode-se pensar a partir de aspectos como o manejo livre de estresse e condições sanitárias adequadas na pecuária reduzem a proliferação de zoonoses e a dependência do uso de antibióticos, com cuidados entre saúde humana e animal. Além disso, a incorporação de soluções como IA, para prever e mapear enfermidades que podem se relacionar com a prática agrícola, bem como utilizar ferramenta da educação para a capacitação transversal entre essas áreas a partir de programas de extensão e projetos de divulgação científica traduzem diagnósticos complexos em práticas operacionais sustentáveis e em políticas públicas de prevenção.

O debate acerca das hélices da inovação parte, portanto, do reconhecimento de que a participação de diferentes atores da sociedade, cada qual com seu papel, função e característica de ação específicos que contribui de forma interdependente para a consolidação de ambientes inovadores o que reforça a importância do Sistema Nacional de Inovação (Carvalho, 2021). Na perspectiva geográfica, no entanto, essa dinamicidade cooperativa entre hélices não se apresenta de maneira uniforme no território, ela condiz com à proximidade geográfica e institucional entre os atores envolvidos (Fernandes et al, 2023), o que ajuda a explicar os arranjos mais consolidados se encontram em grandes centros urbanos e as atuações mais incipientes nas regiões interiores.

Nesse arranjo institucional, o papel do Estado como agente indutor da inovação em saúde se apresenta com clareza a partir de um cenário recente, o período de crise sanitária. A dinâmica de colaboração entre diferentes atores foi impulsionadapelo período pandêmico da Covid-19, em que necessitava-se de soluções digitais no setor da saúde para o enfrentamento da crise global. Nesse sentido, uma das maiores inovações apontadas na literatura (Freire et al, 2023; Lima et al, 2024; Santos et al, 2024) diz respeito à saúde 4.0, que contribuiu para diminuição das aglomerações, de complicações e a falta de necessidade de deslocamento físico para o atendimento com ampliação da assistência para áreas de difícil acesso. Apesar disso, as barreiras na infraestrutura tecnológica

também foram apresentadas, que vão desde a falta de conexão estável à ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência. Processos estes que foram incorporados e vêm sendo ressignificados para a continuidade dessas tecnologias.

Adicionalmente, a inteligência artificial (IA) consolidou-se como uma ferramenta que permite intervenções com vistas a antecipar ações, analisar possíveis complicações e predições de riscos, contribuindo para eficiência dos resultados, a citar o uso de dispositivos vestíveis para obtenção contínua de informações que é captada por um aparelho do paciente e transmitida ao médico, sendo um vetor de crescimento no sistema de saúde. No Brasil, na perspectiva do empreendimento inovador, as startups de IA em saúde, são divididas em três grandes categorias: 1. IA diagnóstica (análise de imagens médicas, raio-X, eletrocardiograma, histopatologia); 2. IA administrativa (automação de prontuários, faturamento, triagem); 3. IA preditiva (modelos de risco para populações gerenciadas). As primeiras são as que demandam uma regulação mais complexa (Engenharia biomédica, 2026).

Apesar do avanço dessas iniciativas, persistem desafios relacionados a entraves burocráticos e à insuficiência de incentivos fiscais, o que evidencia a necessidade de um arcabouço institucional que contribua para efetivação do processo de inovação. Com o objetivo de mitigar essas incertezas, instituiu-se o Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021), que estabelece diretrizes e princípios para o fomento ao empreendedorismo inovador. A legislação define, ainda, bases para a atuação da administração pública nas diferentes esferas federativas, promove o fortalecimento do ambiente de negócios, amplia a oferta de capital para investimentos e regulamenta a contratação de soluções inovadoras pelo setor público (Brasil, 2021).

No contexto das healthtechs, esse marco legal contribuiu para o fortalecimento da inovação no setor de saúde, evidenciando sua relevância tanto para o desenvolvimento de políticas públicas quanto para o avanço na oferta de produtos e serviços em saúde. Além disso, favorece a consolidação de um ambiente propício à competitividade, no mercado nacional e internacional, e estimula a formação de ecossistemas de inovação baseados em dinâmicas de co-criação (Silva; Fernandes; Abud, 2023). Tal processo dialoga com as ideias de Milton Santos (2008), diante da dinâmica mercadológica, de produção científica, técnica e conjuntamente de produção de informações, em que quanto mais tecnicamente contemporâneos são os objetos mais seguem a uma lógica global.

Iniciativas como a V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação (5ª CNCT&I) reforçam essa tendência, ao pautar chamadas públicas voltadas especificamente à inovação em saúde, reafirmando o protagonismo do poder público na articulação das hélices de inovação em nível nacional. Nesse cenário mais amplo, o setor de saúde no Brasil se beneficia de fatores como biodiversidade, forte base acadêmica e um ecossistema diverso de startups que atraem investimentos crescentes, fortalecendo a posição do país no panorama global da saúde (Guia Brasileiro de Startups em Saúde, 2024).

Esse protagonismo pode ser dimensionado a partir dos dados do Guia Brasileiro de Startups em Saúde (2024), segundo o qual o setor de análise e diagnóstico se destaca, com um total de 224 soluções encontradas nesta categoria. Em seguida tem-se o setor farmacêutico, terapêutico e químico, com 188 startups, ilustrando um direcionamento para o desenvolvimento de medicamentos e soluções químicas. Já as tecnologias em

equipamentos, dispositivos e materiais figuram com 179 startups. O estudo também aponta uma crescente no número de startups de saúde ligadas a digitalização e gestão, o que é expressado por 131 empresas.

Para tanto, é imperativo ressaltar que os programas de incentivo são uma das estratégias para cooptação de iniciativas inovadoras no país. Para tanto, observa-se o Programa Centelha como uma grande ferramenta promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e a Fundação CERTI, e possui execução descentralizada pelas instituições parceiras em cada estado participante, geralmente as Fundações de Amparo à Pesquisa e Inovação estaduais.

Criado em 2018, pela portaria nº 4.082 do MCTI de 10 de agosto daquele ano, o Centelha se consolidou como uma das maiores políticas públicas de apoio ao empreendedorismo inovador do Brasil. Nesse sentido, o seu objetivo é estimular a criação de empreendimentos inovadores e fomentar a cultura empreendedora em todas as regiões do país. O programa oferece recursos financeiros por meio de subvenção econômica, bolsas de apoio técnico, capacitação, suporte e acesso a uma rede de parceiros para transformar ideias em negócios de sucesso.

De acordo com o relatório disponibilizado acerca do panorama da adesão de editais em 2025 com o Centelha 3, os estados brasileiro que submeteram ideias inovadoras foram Espírito Santo, Ceará, Goiás, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal, Pernambuco, Sergipe, Amapá, Amazonas, Roraima, Tocantins, Rio Grande do Norte e Bahia, totalizaram 9.754 ideias e 25.716 empresas cadastradas nas ideais distribuídas em 704 municípios. Os demais estados, lançaram o edital somente no primeiro semestre de 2026, ou seja, ainda encontra-se em vias de tramitação e seleção das propostas. O gráfico 0x, demonstra o volume de ideais submetidas por Unidade da Federação, evidenciando a liderança do Espírito Santo (1.897 ideias), seguido por Ceará (1.139), Goiás (1.063) e Piauí (1.008) — chamando atenção, no recorte nordestino, para a expressividade cearense e piauiense frente à baixa adesão de estados como Bahia (61) e Rio Grande do Norte (76).

Gráfico 02 - Ideias inovadoras no Centelha 3, submetidas por UF em 2025

Fonte: Relatório Centelha 3 (2025).

Para seleção dessas ideias, existe o Banco Nacional de Avaliadores (BNA) que é uma importante base de dados que reúne especialistas das mais diversas áreas e de todas as regiões do país, que estejam aptos a avaliar propostas de inovação. Implementado desde a segunda edição, o objetivo neste terceiro ciclo do Centelha é a ampliação da rede. Além disso, os especialistas cadastrados na edição anterior foram convidados a passarem uma recertificação através de novas capacitações que abrangem as atualizações metodológicas do processo (Brasil, 2026).

Dentre os setores das ideias submetidas, o relatório apresenta, em seu top 5, o setor de saúde e bem-estar em primeiro lugar (12,4%), seguido por TI e Telecom (12%), Social (10,2%), Educação (9,4%) e Meio ambiente e bioeconomia (7,9%). Nesse mesmo sentido, as áreas temáticas foram IA e Machine Learning (25,4%), Impacto

socioambiental (18,5%), Tecnologia social (17,3%), TI e Telecom (8,3%) e Automação (5,7%). Esse panorama reforça a centralidade da saúde e da inteligência artificial no atual contexto de inovação nacional. Além disso, é relevante observar a abrangência territorial do programa, nesse caso, o alcance municipal de onde se originam as ideias. O gráfico 03, a seguir, demonstra o percentual de municípios nos estados do Brasil que submetem propostas no Programa Centelha 3.

Gráfico 03 - Percentual de municípios nos estados do Brasil que submetem propostas no Programa Centelha 3

Fonte: Relatório Centelha 3 (2025).

A presença numerosa dos municípios do Ceará, Pernambuco, Piauí e Maranhão indica, assim, uma busca mais consistente por programas aceleradores, condizente com a expressividade que esses estados já possuem no ecossistema nordestino de inovação. Observam-se, contudo, desigualdades inter-regionais persistentes, a exemplo do Rio Grande do Norte, cuja baixa adesão tanto em número de ideias quanto em abrangência municipal contrasta com sua posição de destaque no setor de saúde e bem-estar apontada anteriormente — evidenciando um descompasso entre o potencial setorial do estado e sua efetiva capilaridade nos programas nacionais de fomento.

3.2 CONTEXTO REGIONAL

No contexto brasileiro, o eixo Sudeste-Sul apresenta grande evidência, considerando a presença de iniciativas que conferem ao território particularidades atrativas, como uma infraestrutura instalada derivada de um processo de industrialização mais fervoroso e, contemporaneamente, a presença de hubs tecnológicos, incentivos em ciência e tecnologia, a citar a lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) que concede incentivos fiscais automáticos a empresas que investem em PD&I no Brasil, visando a redução de custo do investimento em inovação e estimular a fase de maior incerteza tecnológica, onde o risco econômico é mais elevado, sendo investido cerca de 36,54 bilhões de reais em 2024. Soma-se a isso a presença de hospitais universitários, que atuam como promotores da demanda e concentração por inovação para o atendimento de pacientes com mais efetividade. Enquanto no Nordeste o investimento destinado em 2024 foi de 1,62 bilhões de reais (Brasil, 2026). Apesar disso, a região se apresenta como um vetor de crescimento no que tange à inovação em saúde, como apresentado no mapa 02, se mostra como a segunda grande região com maior quantitativo de empresas no segmento de saúde e bem-estar.

Mapa 02 -Startups por Grandes Regiões do Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no IBGE (2021, 2024) e SEBRAE (2025).

Como apresentado no Gráfico 04, por segmento, a saúde e o bem-estar ocupam a segunda posição no âmbito do Nordeste, conforme dados do Sebrae (2025), ficando atrás apenas do setor de tecnologia da informação. Apesar da enorme evidência do setor de tecnologia da informação, é possível perceber a pujança que a inovação em saúde e bem-estar tem apresentado na região. Nessa ótica, os estados que expressam essa pujança são, principalmente, o Rio Grande do Norte, Alagoas e o Piauí; nos demais estados, a posição de destaque varia entre educação (Sergipe, Paraíba e Maranhão) e tecnologia da

informação, que ocupa a primeira posição na Bahia, no Ceará e em Pernambuco. O mapeamento pelo SEBRAE, apresentado no mapa 03, evidencia essa distribuição por estado.

Gráfico 04 - Segmentos das startups do NE

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sebrae (2025).

Mapa 03 -Startups por estados do Nordeste

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE (2024) e SEBRAE (2025).

Assim, faz-se necessário qualificar o estágio em que essas iniciativas se encontram. Diante do exposto, percebe-se que, nos estados do nordeste, as startups se encontram predominantemente entre os níveis de ideação e tração, sendo a validação o nível de maior pujança em todos os estados. Isso indica que a maioria das empresas estão em período de testes das hipóteses de seus negócios, buscando a validação de mercado. Assim, conforme mostra o gráfico abaixo, correspondente a 30,53% (validação), seguidos de 29,60% (tração) e 23,34% (ideação). Padrão similar reflete, de forma mais acentuada, quando a análise é feita à luz das healthtechs nordestinas, refletindo a juventude do ecossistema regional de inovação em saúde, conforme se pode observar no gráfico 05.

Gráfico 05 - Nível de maturidade das startups (geral) e healthtechs do NE

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sebrae (2025).

Diante de um panorama geral do Nordeste, conforme mostra o gráfico 06, 50,6% das empresas não informaram o porte em suas bases de dados secundárias, o que limita a caracterização precisa do tecido empreendedor na região. Entre as que declararam, 41,7% são microempresas e apenas 4,1% são empresas de pequeno porte. Isso indica uma predominância de iniciativas em estágio inicial, confirmando o debate anteriormente realizado, o que pode estar associado a menor capacidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento e com menor vinculação a políticas públicas de inovação.

Gráfico 06 - Porte das startups do NE

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sebrae (2025).

Em síntese, o Nordeste conta com 903 startups cujo o segmento é de saúde e bem-estar mapeadas pelo Sebrae, das quais o principal modelo de negócio é B2B (Business to Business) com 41% e o modelo de receita predominante é Assinatura via SaaS (Software as a Service) com 48% das empresas adotando essa estratégia. O principal nível de faturamento registrado é “sem faturamento”, e o principal produto é software com 47% (ver gráfico 06 e 07).

Gráfico 07 - Principais produtos comercializados pelas Healthtechs

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sebrae (2025).

Em contrapartida, o mapeamento realizado pela Associação Brasileira das Startups (2025), identificou, em seu escopo, 51 healthtechs em atividade na região, correspondendo a 10,52% do total nacional (Mapa 04 e 05). Esse quantitativo, posiciona o Nordeste como a terceira região em termos de concentração das iniciativas voltadas à saúde, ficando atrás do Sudeste e Sul, indicando um ecossistema regional em consolidação, ainda concentrado nas capitais estaduais onde estão situados os ecossistemas que abrigam startups em municípios circunvizinhos. Nesse sentido, para eles, as incubadoras, aceleradoras e hubs de inovação cumprem papel central no fomento às healthtechs, ao oferecerem infraestrutura, mentoria e conexão com investidores nos estágios iniciais de maturidade dessas empresas.

Mapa 04 - Localização das empresas de inovação em saúde no Nordeste identificadas pela ABStartups

Elaboração: Elaborado pelas autoras com base nos dados da ABStartups (2025).

Além da presença nas capitais, o processo de interiorização pode ser explicado a partir de uma demanda de descentralização dos serviços em articulação com os pólos regionais de saúde com vistas a diminuir a distância dos grandes centros urbanos que criam gargalos no acesso a especialistas, exames complexos e triagem ágil, além de um custo de vida mais acessível do que nas capitais, permitindo o enfoque escalável mais eficiente.

Mapa 05 -Healthtechs mapeadas pela Associação Brasileira de Startups

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da ABStartups (2025).

Na escala municipal, a distribuição das healthtechs no Nordeste revela um padrão de forte concentração espacial. O mapeamento da ABStartups indica presença de healthtechs em todas as capitais nordestinas, sendo Salvador e Recife as mais representativas (8 e 5 respectivamente). Da mesma forma, a presença numerosa de municípios do Ceará e de Pernambuco entre os que mais aderiram ao Centelha reforça essa centralidade urbana, indicando maior articulação municipal com programas aceleradores justamente nos estados com ecossistemas de inovação mais consolidados. Ainda assim, persistem desigualdades inter-regionais mesmo entre as capitais, a citar o Rio Grande do Norte.

A distribuição de parques tecnológicos se apresentam diversidade de universidades, hospitais de ensino, como: Centro de Inovação do Jaraguá (AL); Parque Tecnológico da Bahia e Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia (BA); Parque Tecnológico da Universidade Federal do Ceará, TEC Unifor da Universidade de Fortaleza e Polo Tecnológico do Pecém (CE); Parque Tecnológico de São Luís (MA); Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e Parque Científico e Tecnológico Sinergia do IFPB (PB); Parque.TeC UFPE e Porto Digital (PE); Tech Park Piauí (PI); Pax/RN - Parque Científico e Tecnológico Augusto Severo, Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont e Metrópole Parque (RN), Sergipe Parque Tecnológico e Tiradentes TechPark (SE), todos estes vinculados às instituições de ensino superior que funcionam como esses nós de adensamento técnico-científico no fortalecimento dos ecossistemas de inovação, enquanto o interior permanece em um ritmo mais lento, configurando o que se convencionou como "hinterlândia da inovação", ou seja, um espaço de rarefação tecnológica, não por ausência de demanda ou de potencial, mas pela lógica seletiva com que os investimentos em inovação se distribuem no território (Rocha, 2026).

Determinando padrões de densidade nas capitais e rarefação nos interiores dos estados, assim como entre regiões, o eixo Sudeste-Sul concentra os recursos nacionais de inovação em detrimento do Nordeste.

Conclusão

Este estudo ofereceu uma análise da distribuição das healthtechs no ecossistema de inovação do Nordeste. Os resultados obtidos demonstram como uma estrutura inovativa que é reflexo de trajetórias institucionais distintas, onde a valorização de outras áreas da inovação ganham mais força do que outras. Articulado a isso, a proximidade geográfica entre diferentes atores e vínculos, como anteriormente enfatizado, se comporta como um nó territorial na rede da inovação, como as universidades, hospitais de ensino, parques tecnológicos, incubadoras e políticas públicas estaduais. Nesse sentido, a liderança do Rio Grande do Norte, de Alagoas e do Piauí no segmento de saúde e bem-estar, assim como a liderança da Bahia, do Ceará e de Pernambuco em tecnologia da informação, sugere a formação de circuitos de inovação regionais diferenciados, ou seja, cada estado desenvolveu, ao longo do tempo, um arranjo institucional específico. Essa configuração pode ser interpretada à luz do conceito de MTCI, de Milton Santos (2008), segundo o qual os objetos tecnicamente mais contemporâneos tendem a se adensar seletivamente em determinadas porções do território, assim havendo um maior concetração em espaços em que já existem uma infraestrutura consolidada, capital humano qualificado e conexão aos circuitos superiores da informação.

A discussão sobre as hélices da inovação mostrou-se central para compreender que a inovação em saúde não decorre apenas de fatores tecnológicos, mas da forma como universidades, poder público, setor privado e sociedade civil se articulam no território. Essa cooperação, no entanto, não se distribui de maneira uniforme. Como discutido sob a ótica de Fernandes et al. (2023), ela depende da proximidade geográfica e institucional entre os atores, o que explica a concentração dos arranjos mais consolidados nos grandes centros urbanos em detrimento das regiões interioranas se caracterizando como um padrão que se reproduz, de forma ainda mais acentuada, no território nordestino.

Assim, as políticas públicas de fomento, como o Programa Centelha, cumprem papel relevante nesse processo, ao promover execução descentralizada por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, aproximando o fomento à inovação das realidades regionais, mas ainda assim demonstrando como a inserção dessas iniciativas são espacialmente desiguais. Ainda assim, a pesquisa evidencia que a inserção institucional das healthtechs nordestinas segue incipiente, marcada pela escassez de hubs tecnológicos melhor espacializados na maioria dos estados e por uma inovação em saúde ainda concentrada nas capitais em detrimento do interior.

Outrossim, observou-se que a interiorização da inovação em saúde no Nordeste brasileiro é um processo em curso, mas condicionado por desigualdades técnico-territoriais históricas. Portanto, é evidente que existem lacunas e assimetrias entre capitais e interior, entre grandes e pequenos municípios, e entre as dimensões tecnológica e social.

Referências

Associação Brasileira de Startups (ABStartups). Mapeamento do Ecossistema Brasileiro de Startups, 2025. São Paulo, 2025. Disponível em: https://abstartups.com.br/mapeamento-do-ecossistema-brasileiro-de-startups/. Acesso em: 24 mar. 2026.

Associação Brasileira de Startups (ABStartups). O panorama das Healthtechs no ecossistema brasileiro de startups: Identificação de Lacunas Regulatórias no Investimento Anjo no Brasil, 2025. São Paulo, 2025. Disponível em: https://abstartups.com.br/mapeamento-de-healthtech/ . Acesso em: 24 mar. 2026.

AVENI, Alessandro; MORAIS, Rafael Santos Gonçalves de Assis. Empreendedorismo e Inovação na Saúde. Os novos empreendimentos na economia da saúde no Brasil. Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v. 3, n. 6, p. 80–97, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5636832. Disponível em: https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/454. Acesso em: 29 abr. 2026.

BARBOSA, Milena de Lima; MANSANO, Sonia Regina Vargas. As Startups no Contexto da Organização Capitalista Financeira e as Subjetividades Empreendedoras, 2023. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, e252949, 1-12. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003252949. Acesso em: 29 abr. 2026.

BLANK, Steve; DORF, Bob. Startup Manual do Empreendedor: O Guia Passo a Passo para Construir uma Grande Empresa. 2014. Editora Alta Books, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://altabooks.com.br/wp-content/uploads/2019/07/StartupManualdoEmpreendedor_Amostra.pdf. Acesso em: 29 abr. 2026.

BLANCK, H. L., et al. Incentivos públicos ao empreendedorismo inovador por meio de

programas de aceleração para Startups: Inovativa Brasil. Anais. v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/778. Acesso em:

20 nov. 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021. Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp182.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O que é a Lei do Bem. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/lei-do-bem/paginas/o-que-e-a-lei-do-bem. Acesso em: 19 ago. 2026.

BRASIL Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Programa Centelha 3. Disponível em: https://programacentelha.com.br/. Acesso em: 18 ago. 2026.

CARVALHO, Bruno Gomes de. A quarta hélice em ambientes de inovação tecnológica: Fatores que influenciam a participação da sociedade, 2021. 113 p. : il. Orientador(a): Dany Flávio Tonelli. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2021.

DA SILVA, Izabela Souza; DE SOUZA ABUD, Ana Karla; FERNANDES, Maria Goretti. Startup e inovação: uma análise do cenário das startups de saúde e bem-estar no Brasil. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, 13, 1 – 13. Recuperado

de: http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v13.90500. 2024.

DISTRITO. HealthTech Report Recap 2024, 2024. Disponível em: https://materiais.distrito.me/report/healthtech-report-recap-2024?utm_term=&utm_campaign=%5Bgrants%5D%5Breport%5D%5Bpmax%5D%5Bconv%5D%5BAI_agents%5D&utm_source=google&utm_medium=cpc&hsa_acc=7030450594&hsa_cam=23054632751&hsa_grp=&hsa_ad=&hsa_src=x&hsa_tgt=&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gad_campaignid=23058662773&gbraid=0AAAAACQjwcemaJ6uX3id1UuEecW0hdonQ&gclid=Cj0KCQjw2MbPBhCSARIsAP3jP9zangcL3w3wdxpCIauNLh-9JcZdTOu9uR78-dX-DDcuyKscuZgMCMUaAlLvEALw_wcB. Acesso em: 12 jan. 2026.

ENGENHARIA BIOMÉDICA. Inteligência artificial na saúde brasileira: o mapa completo para engenheiros biomédicos. 22 fev. 2026. Disponível em: https://engenhariabiomedica.com/artigos/ia-saude-brasil. Acesso em: 17 jun. 2026.

FERNANDES, A. C. Sistema territorial de inovação: uma proposta a partir da Geografia. XI ENANPEGE, 2016.

FERNANDES, A. C. et al. O complexo institucional das patentes no Nordeste brasileiro: uma leitura geográfica da inovação periférica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, e071, 2023.

FREIRE, Mariana Prado et al. Telemedicina no acesso à saúde durante a pandemia de covid-19: uma revisão de escopo. Revista de Saúde Pública, v. 57, supl. 1, 4s, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/MSk8GBN4yVgp7gPvcfyDHFQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2026.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; BRAGA, Patrícia Seixas da Costa. Saúde e inovação: dinâmica econômica e Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, p. e00150115, 2016.

GOES, Raquel; ALLENDE, Isabela; PAULA, Márcio de; MASTELLARO, Rosana; ALVES, Tuany. Guia brasileiro de startups em saúde. 2. ed. São Paulo: Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos: Biominas Brasil, 2024. ISBN 978-85-60162-86-4.

LIMA, Willian de Almeida et al. Uso da telemedicina na atenção domiciliar no contexto da pandemia covid-19 no estado do Acre. Revista Foco, v. 17, n. 4, e4597, 2024. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n4-054. Acesso em: 10 ago. 2026.

MELO FILHO, J. C. L. C. de et al. Inovação e Empreendedorismo em Saúde: o impacto da Tecnologia na Qualidade Assistencial. Revista Gestão e Secretariado (GeSec), v. 16, n.10, p,1-17, 2025.

OBSERVATÓRIO SEBRAE STARTUPS. SEBRAE startups report Brasil 2025. Disponível em: https://observatorio.sebraestartups.com.br/pt-br/estudo. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, Adrielle Cardoso dos, et al. Avanços na telemedicina e o acesso à saúde pós-pandemia. Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 01-21, 2024. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n6-062.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.

ROCHA, Paulo R. C. A inovação além das metrópoles. PNB Online, Cuiabá, 2026. Disponível em: https://pnbonline.com.br/a-inovacao-alem-das-metropoles/. Acesso em: 17 ago. 2026.

VERNIER, Luíza Silva. O desenvolvimento das healthtechs em gestão em saúde. 2021. 41 f. Orientador: Ronaldo Bordin. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração, Gestão em Saúde, Porto Alegre, RS. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/239015. Acesso em: 29 abr. 2026.

Anexos



Quadro 01 - Segmentos associados às healthtechs



Mapa 01 - Localização da região Nordeste



Figura 01 - Fluxograma de elaboração da pesquisa



Gráfico 01 - Áreas de interação com às inovações em saúde no Brasil (%)



Gráfico 02 - Ideias inovadoras no Centelha 3, submetidas por UF em 2025



Gráfico 03 - Percentual de municípios nos estados do Brasil que submetem propostas no Programa Centelha 3



Mapa 02 - Startups por Grandes Regiões do Brasil



Gráfico 04 - Segmentos das startups do NE



Mapa 03 - Startups por estados do Nordeste



Gráfico 05 - Nível de maturidade das startups (geral) e healthtechs do NE



Gráfico 06 - Porte das startups do NE



Gráfico 07 - Principais produtos comercializados pelas Healthtechs



Mapa 04 - Localização das empresas de inovação em saúde no Nordeste identificadas pela ABStartups



Mapa 05 - Healthtechs mapeadas pela Associação Brasileira de Startups

CÓDIGO: HS1301

AUTOR: TALITA EVA FERNANDES DA COSTA

ORIENTADOR: MARTA APARECIDA GARCIA GONCALVES

TÍTULO: AS FACES DA MELANCOLIA NA LITERATURA PORTUGUESA: INTRODUÇÃO À LEITURA LITERÁRIA NO ENSINO MÉDIO

Resumo

Este relatório, vinculado ao projeto de pesquisa "Rede Nordeste de Pesquisa e Ensino de Literatura: Criação e sistematização de propostas didáticas para a educação básica do RN" têm por objetivo elaborar sequências didáticas para a formação do indivíduo leitor no Ensino Médio a partir da visão da melancolia na Literatura Portuguesa. Assim, foram utilizadas as obras O livro do Desassossego (2019) de Fernando Pessoa e A queda de um anjo (2012) de Afonso Cruz. A pesquisa foi embasada na concepção de Candido (2023) e Jouve (2012) sobre o ensino de literatura; Scliar (2003), Ginsburg (2001) e Kristeva (1989) no que se refere a melancolia e Bordini, Aguiar (1988) e Cosson (2006) no que tange à prática docente. Como resultado, foram elaboradas duas propostas didáticas baseadas nessas teorias e espera-se que essas atividades evidenciem a pluralidade do ensino de literatura na prática, contrapondo-se às abordagens pouco atrativas que se fazem presentes no contexto atual.

Palavras-chave: Ensino de literatura; Melancolia; Fernando Pessoa; Afonso Cruz

TITLE: THE MELANCHOLY FACES IN PORTUGUESE LITERATURE: INTRODUCTION TO LITERARY READING IN HIGH SCHOOL

Abstract

This report, linked to the research project "Northeast Network for Literature Research and Teaching: Creation and systematization of didactic proposals for basic education in Rio Grande do Norte (RN)," aims to develop didactic sequences for fostering reader development in high school, drawing on the concept of melancholy in Portuguese literature. To this end, the works O Livro do Desassossego (2019) by Fernando Pessoa and A Queda de um Anjo (2012) by Afonso Cruz were used. The research was grounded

in the perspectives of Candido (2023) and Jouve (2012) regarding literature teaching; Scliar (2003), Ginsburg (2001), and Kristeva (1989) concerning melancholy; and Bordini & Aguiar (1988) and Cosson (2006) regarding teaching practice. As a result, two didactic proposals based on these theories were developed; these activities are expected to highlight the plurality of literature teaching in practice, contrasting with the unengaging approaches prevalent in the current educational context.

Keywords: Literature teaching; Melancholy; Fernando Pessoa; Afonso Cruz;

Introdução

Buscando contribuir para as pesquisas que analisam as práticas educativas, o presente relatório resulta dos estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa "Rede Nordeste de Pesquisa e Ensino de Literatura: Criação e sistematização de propostas didáticas para a educação básica do RN" e tem o objetivo de desenvolver sequências didáticas voltadas à Educação Básica com foco no Ensino Médio. O trabalho busca incentivar a aplicabilidade das obras para discussões em sala de aula sobre ensino de Literatura e Letramento Literário, apresentando propostas de atividades que possibilitem analisar potencialidades e limitações das obras escolhidas. Tomando a melancolia como eixo nos fragmentos da obra Livro do Desassossego (2019) de Fernando Pessoa e o conto A queda de um anjo (2012) de Afonso Cruz, foram elaboradas duas propostas de sequências didáticas para aplicação no nível médio com a função de disseminar a Leitura Literária em sala de aula a partir do ensino de Literatura, buscando superar a concepção de que o ensino de Literatura se restringe à realização de leituras obrigatórias e à memorização de contextos históricos com a finalidade de obtenção de nota.
Esta pesquisa tem como base as contribuições de Candido (2023) e Jouve no que diz respeito ao ensino de Literatura. Scliar (2003), Ginzburg (2001) e Kristeva (1989) sobre as concepções de melancolia e Bordini, Aguiar (1988) e Cosson (2006) ao que se refere às práticas docentes. A partir da teoria descrita, as sequências didáticas foram elaboradas considerando a leitura literária como uma prática capaz de promover a participação ativa dos estudantes na construção de sentidos, bem como de ampliar sua compreensão acerca das diferentes possibilidades de representação da experiência humana na literatura. Nesse sentido, as propostas desenvolvidas procuram articular a leitura, a interpretação e a discussão dos textos literários a atividades que estimulem o posicionamento crítico dos alunos, tomando a melancolia como eixo de reflexão para a abordagem das obras selecionadas.
Desse modo, o trabalho desenvolvido no âmbito da iniciação científica busca contribuir para a elaboração de práticas pedagógicas que aproximem os estudantes da literatura e favoreçam uma experiência de leitura significativa, para além de abordagens centradas exclusivamente na historicização de conteúdos. As sequências propostas pretendem, portanto, demonstrar como diferentes obras literárias podem ser mobilizadas em sala de aula para suscitar discussões sobre sentimentos, experiências e questões humanas presentes nos textos, valorizando a leitura literária enquanto instrumento de formação do sujeito.

Metodologia

Nossa pesquisa se baseou numa metodologia de pesquisa-ação, com a leitura e fichamento das leituras teóricas propostas no plano de trabalho, assim como reuniões semanais e discussões das atividades práticas elaboradas para o ensino médio. Para a elaboração das sequências didáticas, produtos da pesquisa desenvolvida, foi pensado em aulas a partir da metodologia da leitura literária em sala de aula. Pensando num contexto de primeiro contato do Ensino Médio com as obras, buscou-se desenvolver propostas que possibilitasse aos estudantes uma aproximação inicial com os textos literários, considerando suas características, temáticas e possibilidades de interpretação. Nesse sentido, as atividades foram planejadas de modo a estimular a participação dos alunos, a construção coletiva de sentidos e o desenvolvimento da leitura crítica, evitando que o contato com as obras se limitasse à identificação de aspectos formais do texto ou à memorização de informações sobre seus autores.
As atividades foram, portanto, organizadas considerando as etapas do processo de leitura literária a partir de Bordini e Aguiar (1988), assim como Cosson (2006), considerando preparação, motivação e contextualização com o objetivo de incentivar o interesse dos alunos e abordar os conhecimentos prévios relacionados às temáticas abordadas. Em seguida, é proposto uma leitura dos textos, priorizando o contato direto dos estudantes com a obra. Por fim, foram elaboradas atividades onde o propósito não era obter a melhor pontuação, mas retomar aspectos identificados durante a leitura e desenvolver reflexões sobre perspectivas críticas e sociais de cada leitura.
Desse modo, a metodologia adotada articulou a base teórica fundamental e a elaboração de propostas pedagógicas para o ensino básico com foco no ensino de Literatura, permitindo que as discussões realizadas ao longo da Iniciação Científica fossem promovidas em materiais voltados ao ensino, com o intuito de aperfeiçoar o trabalho do professor de Literatura.

Resultados e Discussões

Os resultados desta pesquisa partiram, primeiro, da análise das obras escolhidas e, depois, da elaboração das propostas didáticas para o Ensino Médio. No caso do Livro do Desassossego, foram selecionados os fragmentos 29, 80 e 196 da edição pela Principis em 2019, cuja numeração foi utilizada como referência ao longo da pesquisa, porque eles apresentam experiências diferentes, embora todas possam ser relacionadas à melancolia. A leitura permitiu perceber que trabalhar a melancolia na literatura não significa apenas procurar personagens tristes ou situações de sofrimento, mas observar de que forma o próprio texto consegue dar forma a sentimentos que nem sempre aparecem de maneira direta. No fragmento 29, o que mais se destaca é a relação entre Bernardo Soares e o espaço ao redor. O texto começa depois de uma chuva, quando a cidade recupera seus movimentos, os sons retornam, as janelas se abrem e o céu volta a aparecer. Soares percebe essas mudanças, mas continua dentro do quarto e afirma que demorava a se preparar para existir. A escolha do verbo “existir” amplia uma situação que poderia ser descrita simplesmente como alguém demorando a começar o dia. Essa relação continua quando ele caminha de um lado para o outro e chama o quarto de avenida, apesar de continuar dentro de um espaço pequeno. Há movimento, mas ele não leva realmente a

outro lugar. No final, a comparação com o trapo úmido esquecido no parapeito da janela reforça essa posição entre o quarto e a rua, ou seja, o personagem está próximo do mundo exterior, mas sem conseguir participar dele, ele está exatamente no limite. No fragmento 80, aparece outra face da melancolia, ligada ao cansaço e ao peso de existir. A abertura "Tudo me cansa, mesmo o que não me cansa" (PESSOA, 2019), já apresenta um desgaste que não depende apenas de esforço físico. Ao longo do texto, essa sensação ganha formas mais concretas. Soares fala de um vidro tênue entre ele e a vida, que permite enxergar o que está do outro lado, mas ainda funciona como uma barreira. O sonho também não resolve essa situação e é comparado a um guarda-chuva contra um raio, ou seja, uma proteção insuficiente diante do que o atinge. Em seguida, o sofrimento interior se aproxima de sensações físicas por meio de arestas, durezas, peso e da ideia de algo esmagando os ombros do pensamento. A frase final apresenta a própria vida como aquilo com que Soares é atingido. Nesse fragmento, portanto, o cansaço deixa de significar apenas necessidade de descanso e passa a atingir a relação do personagem com a própria existência.

Já o fragmento 196 apresentou uma terceira possibilidade. Nele, a melancolia está relacionada à falta, ao desejo impossível e àquilo que poderia ter acontecido, mas não aconteceu. Logo no início aparecem formulações como "saudade do que nunca houve", "desejo do que poderia ter sido" e "a mágoa de não ser outro" (PESSOA, 2019). Existe estranhamento nessas expressões porque a saudade, por exemplo, costuma estar ligada a algo que foi vivido anteriormente. No fragmento, porém, Soares sente falta de possibilidades que nunca chegaram a existir. Ao longo do texto, essas sensações aparecem através de paisagens e imagens de vazio. Ele fala de um eterno pôr do sol, de um campo deserto e de um rio sem barcos. Depois, tenta encontrar alguma explicação para aquilo que sente, mas as hipóteses não se firmam, e a repetição de "não sei" mantém essa dificuldade aberta. Essa questão pode ser aproximada de Kristeva (1989), quando a autora discute a relação entre melancolia, perda e dificuldade de estabelecer sentidos estáveis para determinadas experiências. Mais adiante, o próprio desejo parece se esvaziar. Soares fala em um "cansaço antecipado dos desejos" e chega a dizer que ser amante, herói ou feliz lhe parece algo pertencente a outra linguagem. A repetição de "oco" em relação à vida, à alma e ao mundo reforça essa percepção de vazio. Casas, rostos, gestos, corpos e ideias continuam presentes, mas deixam de dizer alguma coisa a ele. No final, resta uma tristeza comparada ao som de alguém chorando num quarto escuro. A leitura desses três fragmentos permitiu perceber, assim, que a melancolia não assume uma forma única no Livro do Desassossego: no 29, fala sobre a dificuldade de acompanhar a vida exterior; no 80, aparece ligada ao cansaço e ao peso da existência; no 196, ao desejo do impossível, à falta e ao esvaziamento das coisas.

A análise de A Queda de um Anjo, de Afonso Cruz, acrescentou outra perspectiva ao trabalho. O conto apresenta uma mulher que, ao chegar ao céu e perceber que seu marido não está com ela, decide descer ao inferno para encontrá-lo. Durante essa descida, partes da vida da personagem aparecem por meio de lembranças e revelam a existência marcada pela relação com o marido, pela solidão e pela necessidade de se adequar ao que era esperado dela. Em uma de suas lembranças, a personagem diz que tinha habilidade com as palavras, mas seus pais davam mais importância ao fato dela aprender a cozinhar e a desempenhar o papel social esperado por uma mulher. Assim, a melancolia no conto aparece também ligada às relações afetivas, à submissão e ao apagamento da própria personagem.

Depois das análises das obras, as leituras serviram de base para a elaboração das propostas didáticas. No caso do Livro do Desassossego, foi organizada a sequência as faces da Melancolia no Livro do Desassossego, voltada ao 2º ano do Ensino Médio e dividida em

quatro aulas de cinquenta minutos. A ordem escolhida foi 80, 29 e 196. O fragmento 80 ocupa as duas primeiras aulas e os outros dois são trabalhados em uma aula de cinquenta minutos cada, de modo que aquilo que foi discutido anteriormente possa ser retomado nas leituras seguintes. O fragmento 80 abre o percurso com “Tudo me cansa, mesmo o que não me cansa”. Antes de falar em melancolia, o professor pergunta se a frase faz sentido e que tipo de cansaço ela pode sugerir. Após uma apresentação breve da obra e de Bernardo Soares, acontece a leitura do fragmento com a última frase ocultada. Cada aluno escreve uma possibilidade de encerramento e depois compara sua hipótese com o final original, “a minha vida é como se me batessem com ela” (PESSOA, 2019). Na segunda aula, o texto é lido novamente e o quadro é dividido entre “O QUE ELE SENTE?” e “COMO O TEXTO FAZ ISSO APARECER?”. Também se compara a frase final com “a minha vida me faz sofrer", chamando atenção para o que muda quando a construção de Pessoa é substituída por uma formulação mais direta e simples. Só depois dessa discussão a melancolia é apresentada como uma possibilidade de organizar a leitura. Na parte de avaliação, o estudante escolhe uma imagem ou formulação do fragmento e explica como ela participa da construção dessa experiência.

O fragmento 29 vem em seguida e retoma o vidro tênue mencionado anteriormente no fragmento 80. A aula começa perguntando como um texto poderia mostrar a distância entre o sujeito e a vida sem dizer diretamente que existe um vidro. Durante a leitura, os estudantes marcam palavras ou trechos relacionados a movimento, ação ou mudança. Depois, observam se Bernardo também se movimenta e se o movimento dele produz o mesmo resultado que o movimento da rua. Na interpretação, o quadro é organizado em “RUA”, “JANELA” e “QUARTO”, e a turma volta a passagens como “a avenida do meu quarto curto” e “tardava em preparar-me para existir”, comparando esta última com “Eu demorava para começar o dia”. No encerramento, os alunos precisam explicar se Soares realmente consegue sair do lugar e relacionar o fragmento 29 ao vidro do fragmento 80.

O fragmento 196 encerra a sequência. A motivação apresenta “saudade do que nunca houve”, “desejo do que poderia ter sido” e “mágoa de não ser outro”, e os alunos discutem qual dessas expressões parece mais difícil de compreender. Durante a leitura, cada um dos alunos marca uma frase ou imagem que o tenha feito parar por algum motivo. A interpretação é organizada em três partes: “O IMPOSSÍVEL”, “A PAISAGEM” e “O VAZIO”. A turma observa as expressões iniciais, as paisagens construídas no fragmento, a repetição de “oco”, as frases “Nada me diz nada” e “Perdeu-se o mundo” e, por fim, a comparação da tristeza com o som de alguém chorando em um quarto escuro. Na atividade final, o estudante escolhe uma das expressões do início e explica como outra passagem ajuda a compreendê-la ou imaginá-la. Depois, completa a frase “Ao longo dos três fragmentos, percebi que a melancolia no Livro do Desassossego pode aparecer como...”, reunindo as diferentes leituras feitas ao longo das aulas.

A sequência procura, assim, fazer com que a melancolia apareça durante o contato com os textos, e não como uma definição que os alunos precisam apenas localizar. O fragmento 80 inicia esse modo de leitura, o 29 aproveita uma discussão anterior e trabalha a relação de Soares com os espaços e os movimentos, enquanto o 196 fecha o percurso reunindo as diferentes formas de melancolia observadas durante as quatro aulas. O professor participa principalmente fazendo perguntas, retomando passagens e ajudando os estudantes a sustentar aquilo que perceberam a partir do próprio texto.

A outra proposta didática foi desenvolvida a partir de A queda de um anjo, destinada ao 1º ano do Ensino Médio e com duração prevista de 150 minutos. A atividade utiliza a sequência básica proposta por Cosson (2006) e começa com a motivação de uma mídia que envolva o tema proposto. Depois desse primeiro contato, ocorre uma apresentação do autor e de parte de sua produção, seguida da leitura do conto e de uma releitura com

os estudantes. Na interpretação, entram as primeiras impressões da turma, passagens do conto, características das personagens e discussões relacionadas à melancolia. Há também uma etapa de avaliação ao final do percurso.
As duas propostas seguem caminhos diferentes. No trabalho com Pessoa, foi necessário construir uma progressão entre os três fragmentos, fazendo com que as aulas anteriores oferecessem repertório para as próximas. No trabalho de Afonso Cruz, a proposta se concentra em um conto completo e utiliza a relação com a mídia como forma inicial de aproximação. A melancolia funciona como um ponto em comum, mas não obriga que os textos sejam ensinados pela mesma atividade ou levem às mesmas interpretações. Também foi necessário considerar que trabalhar com sentimentos não significa transformar a aula em um espaço de exposição pessoal. O aluno pode reconhecer determinadas experiências sem precisar contar vivências próprias. Personagens, filmes, músicas, outras histórias conhecidas e a própria capacidade de imaginar também fazem parte de seu repertório. Nas propostas elaboradas, a intenção é que o professor aproveite as primeiras impressões dos alunos e depois ajude a turma a retornar ao texto, fazendo perguntas e procurando elementos que sustentem as interpretações.
Como as propostas didáticas foram elaboradas durante a pesquisa, mas não aplicadas em uma turma, não é possível apresentar resultados sobre desempenho, participação ou aprendizagem dos estudantes. Os resultados obtidos dizem respeito às análises realizadas e à elaboração de possibilidades de trabalho pedagógico fundamentadas nessas leituras. A pesquisa permitiu mostrar que a melancolia pode organizar um percurso entre obras diferentes e, ao mesmo tempo, mudar de face quando se observa cada texto de maneira mais próxima. As sequências elaboradas procuram levar essa diferença para a sala de aula, utilizando o tema como uma estratégia para a entrada na leitura, sem transformar a melancolia numa resposta que o aluno apenas precisa localizar dentro das obras.

Conclusão

A pesquisa desenvolvida permitiu compreender que a melancolia, quando tomada como eixo de leitura, pode abrir diferentes caminhos para o trabalho com a literatura em sala de aula. As análises de Livro do Desassossego, de Fernando Pessoa, e A queda de um anjo, de Afonso Cruz, mostraram que essa experiência não aparece da mesma maneira nas obras, podendo estar relacionada ao cansaço, ao afastamento, à falta, ao desejo, à solidão e às próprias relações vividas pelas personagens. A elaboração das sequências didáticas buscou levar essas diferenças para o Ensino Médio, partindo do contato dos estudantes com os textos e dando espaço para que formulem suas próprias interpretações, com a mediação do professor. Nesse sentido, o ensino por temática pode contribuir para aproximar o aluno da obra sem transformar o tema em uma definição pronta ou deixar a leitura literária em segundo plano. Assim, o trabalho reforça a importância de práticas que valorizem a leitura, a participação do estudante e a construção de sentidos a partir do contato com diferentes obras literárias.

Referências

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CANDIDO, Antonio. “O direito à Literatura”. In: _____. Vários escritos. São Paulo: Todavia, 2023.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

CRUZ, Afonso. A queda de um anjo. Lisboa: Escrit’orio Editora, 2012. (Contos Digitais DN).

GINZBURG, Jaime. Literatura, violência e melancolia. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

GINZBURG, Jaime.Conceito de melancolia. In: A clínica da melancolia e as depressões. Revista Psicanalítica de Porto Alegre. N. 20, 2001.

JOUVE, Vincent. Por que estudar literatura? Tradução de Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

KRISTEVA, Julia. Sol negro:depressão e melancolia. Tradução de Carlota Gomes. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

PESSOA, Fernando. Carta a Adolfo Casais Monteiro, 13 de janeiro de 1935. Arquivo Pessoa. Disponível em:http://arquivopessoa.net/textos/3007. Acesso em: 12 ago. 2026.

PESSOA, Fernando. Carta a João de Lebre e Lima, 3 de maio de 1914. In: PESSOA, Fernando. Livro do desassossego. [S. l.]: Luso Livros, [s. d.], p. 719-720. E-book.

PESSOA, Fernando. Livro do desassossego. 2. ed. [S. l.]: Principis, 2019.

SCLIAR, Moacyr. Saturno nos trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CÓDIGO: HS1310

AUTOR: CAIO EDUARDO BEZERRA DE SOUSA

ORIENTADOR: ANDRESSA LIDICY MORAIS LIMA FREITAS

TÍTULO: Estéticas da reprodução: música, indústria cultural e temporalidade no capitalismo tardio

Resumo

Este estudo investiga a música como prática estética e social, analisando suas relações com a indústria cultural, a reprodução técnica e as formas de temporalidade no capitalismo tardio.

Palavras-chave: Música; Indústria cultural; Reprodução técnica

TITLE: Aesthetics of Reproduction: Music, Culture Industry

Abstract

This study investigates music as an aesthetic and social practice, analyzing its relations with the culture industry, technical reproduction, and forms of temporality in late capitalism.

Keywords: Music; Culture Industry; Technical Reproduction

Introdução

O presente plano de trabalho parte das experiências desenvolvidas no âmbito da disciplina Arte, Cultura e Sociedade, realizada no semestre acadêmico de 2025.1, e da atuação enquanto monitor acadêmico, experiência que possibilitou o contato com diferentes perspectivas acerca das relações entre arte, cultura e sociedade. A participação nos debates, a colaboração em atividades da disciplina, o acompanhamento das produções discentes e a elaboração de compêndios contribuíram para a compreensão da arte enquanto ferramenta de investigação e reflexão crítica sobre a experiência social.

A partir desse percurso, a pesquisa direciona-se à música enquanto fenômeno estético, cultural e social, tomando como questão central suas relações com os processos de reprodução, com a indústria cultural e com as formas de temporalidade produzidas no capitalismo tardio. As discussões desenvolvidas durante a disciplina, especialmente a partir de autores como Franco Berardi, Mark Fisher, Fred Moten e Philippe Descola,

possibilitaram estabelecer conexões entre produção artística, transformações sociais, tecnologia, sensibilidade e imaginação de futuros.

Nesse sentido, Mark Fisher constitui uma referência fundamental para pensar a experiência temporal contemporânea, especialmente a partir de suas reflexões sobre o cancelamento do futuro, os futuros perdidos e a permanência de formas culturais do passado. Franco Berardi, por sua vez, permite problematizar a crise das promessas de progresso e as condições contemporâneas de imaginação e possibilidade. A essas perspectivas soma-se a contribuição de Daniel Burkett, cuja proposta de uma ontologia pluralista do rock possibilita compreender a música não apenas como reflexo ou produto de determinadas estruturas sociais, mas como uma prática estética dotada de formas próprias de existência, afetos e temporalidades.

A investigação também dialogará com Walter Benjamin e Theodor W. Adorno, especialmente no que diz respeito à reprodução técnica, à indústria cultural e às transformações da experiência estética. Dessa forma, pretende-se compreender como a reprodução e a circulação das formas musicais participam da constituição da sensibilidade contemporânea, considerando tanto as determinações sociais e econômicas da produção cultural quanto as possibilidades de resistência, deslocamento e criação presentes nas práticas musicais.

Assim, sob o título “Estéticas de reprodução: música, indústria cultural e temporalidade no capitalismo tardio”, a pesquisa busca articular diferentes perspectivas das Ciências Humanas para investigar a música como espaço de produção de experiências, sensibilidades e temporalidades. O objetivo é compreender de que maneira as formas musicais contemporâneas se relacionam com um presente marcado pela reprodução cultural, pela transformação tecnológica e pela dificuldade de imaginar futuros alternativos, sem reduzir a produção artística a uma consequência passiva das estruturas sociais.

Metodologia

A presente pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, tendo como objeto as relações entre música, indústria cultural, reprodução e temporalidade no capitalismo tardio. O trabalho parte das discussões e experiências desenvolvidas na disciplina Arte, Cultura e Sociedade e na atuação enquanto monitor acadêmico, compreendendo esse percurso como ponto de partida para a construção do problema de pesquisa.

Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica das principais obras que fundamentam a investigação, com destaque para Mark Fisher, Franco “Bifo” Berardi e Daniel Burkett, articulados às contribuições de Walter Benjamin, Theodor W. Adorno. A leitura das obras será orientada pela identificação dos conceitos relacionados à indústria cultural, reprodução técnica, experiência estética, temporalidade, capitalismo e imaginação de futuros.

Em seguida, serão estabelecidas relações entre os diferentes referenciais, buscando identificar aproximações, divergências e tensões entre suas formulações. Nesse processo, a pesquisa terá como eixo a análise das formas pelas quais a música pode ser compreendida simultaneamente como produto das condições sociais de produção e como prática estética capaz de produzir experiências, sensibilidades e temporalidades próprias.

A etapa analítica será desenvolvida a partir da seleção de obras e artistas musicais que possibilitem observar concretamente os problemas levantados pelo referencial teórico. Entre as referências inicialmente consideradas encontram-se Arctic Monkeys, Amy Winehouse, The Strokes, Elvis Presley e Matuê, além da série Sapphire and Steel, mencionada no desenvolvimento inicial da pesquisa. A seleção definitiva do corpus será estabelecida conforme o avanço da revisão bibliográfica e sua pertinência aos problemas investigados.

Por fim, os resultados da análise serão articulados às discussões sobre reprodução técnica e indústria cultural, buscando compreender de que modo a circulação e a reprodução das formas musicais participam da constituição da experiência temporal no capitalismo tardio. Dessa maneira, pretende-se realizar uma investigação interdisciplinar que articule teoria social, filosofia, estética e estudos da cultura, preservando a dimensão teórico-metodológico-prática que caracterizou o percurso acadêmico que deu origem à pesquisa.

Resultados e Discussões

A partir do percurso teórico desenvolvido até o momento, espera-se compreender a música como uma prática estética inserida nas relações sociais, econômicas e culturais do capitalismo tardio. A discussão parte da compreensão de que a produção artística não se limita à representação da realidade social, mas também participa da constituição das formas pelas quais os indivíduos experimentam o presente, relacionam-se com o passado e imaginam possibilidades de futuro.

Nesse sentido, as formulações de Mark Fisher sobre o cancelamento do futuro e a assombrologia constituem um dos principais eixos da investigação. A partir dessas contribuições, pretende-se discutir como determinadas formas musicais podem evidenciar a permanência de referências, sonoridades e sensibilidades do passado em um presente marcado pela dificuldade de imaginar alternativas. A música aparece, assim, como um campo privilegiado para observar as tensões entre repetição, memória e possibilidade.

As reflexões de Franco “Bifo” Berardi serão mobilizadas em diálogo com Fisher, especialmente para discutir a crise das promessas de progresso e as condições contemporâneas de produção da imaginação. A aproximação entre os dois autores permitirá analisar de que maneira a cultura musical pode tanto reproduzir a sensação de esgotamento das possibilidades quanto produzir experiências capazes de tensionar esse horizonte. O objetivo não é estabelecer uma relação determinista entre capitalismo e

produção musical, mas investigar as contradições existentes entre as condições sociais de produção e as possibilidades estéticas abertas pela música.

A contribuição de Daniel Burkett será fundamental para aprofundar essa discussão. Sua proposta de uma ontologia pluralista do rock possibilita deslocar a análise da música enquanto simples reflexo das estruturas econômicas e sociais, permitindo considerá-la como uma forma de existência dotada de lógicas, afetos e temporalidades próprias. Desse modo, a pesquisa pretende discutir em que medida o rock pode ser compreendido como uma prática capaz de produzir experiências que não sejam totalmente determinadas pelo horizonte cultural dominante.

Em diálogo com Walter Benjamin e Theodor W. Adorno, a pesquisa também discutirá os processos de reprodução técnica e de inserção da música na indústria cultural. A reprodução e a circulação das obras musicais serão consideradas não apenas como mecanismos técnicos, mas como processos que transformam a experiência estética e as formas de acesso, consumo e apropriação da música. Essa discussão permitirá aproximar a dimensão material da circulação cultural das questões relacionadas à temporalidade e à experiência social.

As análises das obras e artistas selecionados — inicialmente Arctic Monkeys, Amy Winehouse, The Strokes, Elvis Presley e Matuê — buscarão observar diferentes maneiras pelas quais a música articula passado, presente e futuro. A comparação entre manifestações musicais de diferentes períodos permitirá investigar continuidades, rupturas e formas de reapropriação estética, sem pressupor previamente que essas relações produzam necessariamente resistência ou reprodução das estruturas existentes.

A discussão será complementada pelas contribuições de Fred Moten e Philippe Descola, autores que tiveram destaque no percurso formativo desenvolvido na disciplina Arte, Cultura e Sociedade. O contato com esses referenciais possibilitou ampliar a compreensão da arte para além de uma dimensão exclusivamente representacional, aproximando-a de questões relativas à experiência, à diferença e aos modos de existência.

Dessa forma, os resultados esperados da pesquisa concentram-se na construção de uma interpretação da música como fenômeno simultaneamente estético, social e ontológico. Pretende-se demonstrar que a análise da música pode contribuir para compreender questões mais amplas do capitalismo tardio, especialmente aquelas relacionadas à reprodução cultural, à transformação tecnológica, à experiência do presente e à dificuldade de projetar futuros alternativos. A investigação buscará, portanto, identificar tanto os limites impostos pelas formas de reprodução cultural quanto as possibilidades de criação de outras experiências temporais e sensíveis por meio da música.

Conclusão

O desenvolvimento deste plano de trabalho parte da compreensão da arte como uma importante ferramenta de reflexão sobre a sociedade, perspectiva construída a partir das

experiências vivenciadas na disciplina Arte, Cultura e Sociedade e na atuação enquanto monitor acadêmico. Esse percurso possibilitou estabelecer relações entre diferentes campos do conhecimento e compreender a produção artística como espaço de elaboração crítica da experiência social.

A pesquisa proposta busca aprofundar essa perspectiva a partir da música, tomando como eixo as relações entre reprodução, indústria cultural e temporalidade no capitalismo tardio. O diálogo entre Mark Fisher, Franco Berardi e Daniel Burkett permite formular uma abordagem que articula, de um lado, os limites impostos pela reprodução das formas culturais e pela dificuldade de imaginar futuros alternativos e, de outro, as possibilidades próprias da experiência musical enquanto prática estética.

Nesse sentido, a investigação pretende evitar uma compreensão da música exclusivamente como produto determinado pelas estruturas econômicas e sociais. A partir da ontologia pluralista do rock, busca-se considerar as manifestações musicais como formas de existência capazes de produzir afetos, sensibilidades e temporalidades específicas. A aproximação com Benjamin e Adorno permitirá, simultaneamente, compreender as transformações provocadas pela reprodução técnica e pela indústria cultural.

Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para ampliar a compreensão das relações entre música, cultura e sociedade, demonstrando a importância das manifestações artísticas para a análise das transformações da experiência contemporânea. A investigação pretende, assim, articular a dimensão teórica e prática construída ao longo da formação acadêmica a uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da música diante das formas de reprodução cultural e da experiência temporal característica do capitalismo tardio.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 165–196. (Obras escolhidas, v. 1).

BERARDI, Franco “Bifo”. Depois do futuro. São Paulo: Ubu, 2019.

BERARDI, Franco “Bifo”. Futurabilidade: a era da impotência e o horizonte da possibilidade. Tradução: Fernando Scheibe. São Paulo: Ubu, 2019.

BURKETT, Daniel. A pluralist ontology of rock music. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – University of Memphis, Memphis, 2015.

FISHER, Mark. Fantasmas da minha vida: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

FISHER, Mark. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Tradução: Renato Aguiar. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

CÓDIGO: HS1319

AUTOR: ALEXSANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO JUNIOR

ORIENTADOR: ALIPIO DE SOUSA FILHO

TÍTULO: Violência, direitos e perspectivas de reinserção social: percepções de pessoas privadas de liberdade em uma unidade prisional do Rio Grande do Norte.

Resumo

O sistema prisional brasileiro enfrenta sérios desafios quanto à garantia de direitos fundamentais e à efetivação da reintegração social, sendo marcado por fragilidades estruturais e episódios de violência. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as experiências e percepções de mulheres privadas de liberdade acerca da violência, dos mecanismos de denúncia, das condições de permanência no cárcere e das perspectivas de reinserção social. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e exploratório, realizado com 24 mulheres privadas de liberdade no Complexo Penal Dr. João Chaves. Os dados foram obtidos via questionário estruturado e analisados de forma descritiva. Como resultados, a violência é amplamente percebida, tendo 80,8% testemunhado agressões, predominantemente entre presos (86,9%) e, em menor escala, por agentes institucionais (47,8%). Constatou-se grave impacto à saúde mental e física, com relatos de ideação/tentativa de suicídio (75%) e sequelas (41,67%). Embora 80,8% desconheçam os canais de denúncia, a maioria teve acesso ao trabalho (84,6%) e à educação (80,8%). A alimentação recebeu avaliação negativa de 96,2% dos participantes. Para o pós-cárcere, 66,7% projetam inserção laboral, mas 83,3% preveem enfrentar estigma e preconceito.

Palavras-chave: Sistema prisional. Violência institucional. Autoritarismo.

TITLE: Violence, rights, and perspectives on social reintegration: perceptions of deprived of liberty persons in a correctional facility in Rio Grande do Norte

Abstract

The Brazilian prison system faces severe challenges regarding the guarantee of fundamental rights and the realization of social reintegration, marked by structural weaknesses and episodes of violence. Thus, the general objective of this research was to analyze the experiences and perceptions of incarcerated women regarding violence, reporting mechanisms, conditions of stay in prison, and prospects for social

reintegration. This is a quantitative, descriptive, and exploratory study conducted with 24 women deprived of liberty at the Dr. João Chaves Penal Complex. Data were collected via a structured questionnaire and analyzed descriptively. As results, violence is widely perceived, with 80.8% having witnessed assaults, predominantly among inmates (86.9%) and, to a lesser extent, by institutional agents (47.8%). A severe impact on physical and mental health was observed, with reports of suicidal ideation/attempt (75%) and sequelae (41.67%). Although 80.8% are unaware of reporting channels, the majority had access to work (84.6%) and education (80.8%). Food received a negative evaluation from 96.2% of participants. For the post-prison period, 66.7% project job placement, but 83.3% expect to face stigma and prejudice.

Keywords: Prison system. Institutional violence. Authoritarianism.

Introdução

O sistema prisional brasileiro ocupa posição de destaque no cenário mundial em razão do elevado contingente de pessoas privadas de liberdade e dos desafios relacionados à garantia de direitos fundamentais durante o cumprimento da pena. Embora a privação da liberdade constitua a principal sanção imposta pelo Estado, a legislação brasileira estabelece que a execução penal deve assegurar condições para a reintegração social dos indivíduos, preservando sua dignidade e seus direitos básicos. Entretanto, problemas estruturais, superlotação, limitações no acesso a serviços essenciais e diferentes formas de violência continuam sendo apontados como obstáculos para a efetivação desses princípios (Brasil, 1984; Santos, 2017).

Nesse contexto, a violência no ambiente prisional tem sido reconhecida como um fenômeno multifacetado, manifestando-se tanto por meio de conflitos entre as próprias pessoas privadas de liberdade quanto por práticas de violência institucional. Estudos indicam que a precariedade das condições de encarceramento pode favorecer situações de agressão física, psicológica e moral, produzindo impactos significativos sobre a saúde, a segurança e a qualidade de vida da população prisional. Além disso, a invisibilidade de muitas dessas ocorrências e as dificuldades relacionadas ao acesso aos mecanismos de denúncia contribuem para a manutenção de violações de direitos humanos no interior das unidades prisionais (2012; Santos, 2017; CNJ, 2023).

Paralelamente às questões relacionadas à violência, o acesso à educação, ao trabalho e à qualificação profissional constitui importante dimensão da política de execução penal. A literatura demonstra que atividades educacionais e laborativas podem contribuir para a construção de perspectivas de vida, aquisição de competências profissionais e fortalecimento dos processos de reinserção social. Contudo, diversos estudos apontam que a oferta dessas oportunidades ainda ocorre de forma desigual e frequentemente enfrenta limitações estruturais e institucionais, comprometendo o potencial ressocializador da pena (Julião, 2010; Barbosa; Silveira, 2023).

Conforme aponta Sousa Filho (2003), a violência no cenário brasileiro não pode ser reduzida ao crime comum, pois possui raízes históricas profundas pautadas em um preconceito anti-povo. Essa herança colonial estigmatiza as populações vulneráveis e

fomenta uma atuação institucional autoritária, a qual se desdobra diretamente na precariedade e nas violações observadas no sistema prisional.

Além das condições vivenciadas durante o encarceramento, as expectativas relacionadas ao retorno à sociedade também representam aspecto relevante para a compreensão da experiência prisional. O estigma associado à condição de egresso, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e o receio de sofrer discriminação após o cumprimento da pena constituem desafios frequentemente relatados na literatura, evidenciando que os impactos do encarceramento podem se estender para além dos limites físicos da prisão (Fernandes et al., 2025; Silva, 2025).

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar as experiências e percepções de mulheres privadas de liberdade acerca da violência no ambiente prisional, dos mecanismos de denúncia e enfrentamento dessas situações, das condições de permanência no cárcere e das perspectivas relacionadas à reinserção social após o cumprimento da pena, a partir de dados coletados em uma unidade prisional localizada no município de Natal, Rio Grande do Norte.

Metodologia

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvido a partir da continuidade da análise de dados previamente coletados no âmbito de uma pesquisa sobre autoritarismo e violência no sistema prisional. O presente plano de trabalho constitui um recorte dessa pesquisa, tendo como foco a organização, análise e interpretação de informações relacionadas às experiências e percepções de pessoas privadas de liberdade acerca da violência, dos maus-tratos, dos mecanismos de denúncia, das condições de permanência no cárcere e das perspectivas relacionadas à saída do sistema prisional.

Os dados utilizados foram coletados junto a pessoas privadas de liberdade na unidade prisional Complexo Penal Dr. João Chaves, em Natal, no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa original contou com 24 participantes. A caracterização geral dos participantes foi realizada a partir das informações disponíveis no banco de dados da pesquisa original. Foram consideradas, sempre que disponíveis e pertinentes ao recorte, informações como idade ou faixa etária, escolaridade, tempo de privação de liberdade e outras características sociodemográficas.

Os dados foram obtidos por meio de questionário estruturado, aplicado no momento da entrevista. Para o presente estudo, foram selecionadas as questões relacionadas às experiências e percepções de violência no ambiente prisional, incluindo situações de agressão e maus-tratos, formas de violência identificadas e grupos considerados mais vulneráveis. Também foram analisadas informações referentes ao conhecimento e ao uso de procedimentos de denúncia, bem como às providências adotadas diante das situações relatadas.

Além disso, foram selecionadas informações relacionadas às condições de permanência no sistema prisional, contemplando aspectos como oportunidades de trabalho, acesso à educação e a cursos profissionalizantes, assistência à saúde e condições de alimentação. O estudo também considerou as expectativas dos participantes relacionadas ao período posterior à saída do sistema prisional, especialmente no que se refere às possibilidades de inserção no mercado de trabalho e à percepção de possíveis situações de preconceito.

A análise foi realizada de forma predominantemente descritiva. Inicialmente, foi feita a organização e a conferência das informações disponíveis no banco de dados, seguida da seleção das variáveis pertinentes aos objetivos do plano de trabalho. Posteriormente, os dados foram analisados a partir da identificação e descrição das principais tendências e respostas apresentadas pelos participantes.

Os resultados foram apresentados, discutidos e organizados em quatro eixos principais. O primeiro eixo correspondeu à caracterização geral dos participantes e ao contexto da pesquisa, permitindo situar o perfil da amostra analisada. O segundo eixo abordou as experiências e percepções de violência no ambiente prisional, contemplando situações de agressão, maus-tratos, diferentes formas de violência e grupos considerados mais vulneráveis.

O terceiro eixo diz respeito aos mecanismos de denúncia e enfrentamento das situações de violência, reunindo informações sobre o conhecimento dos participantes acerca dos procedimentos disponíveis, a realização de denúncias e as possíveis providências adotadas. O quarto eixo abordará as condições de permanência no cárcere e as perspectivas relacionadas à saída do sistema prisional, considerando as oportunidades e condições vivenciadas durante o encarceramento, bem como as expectativas relacionadas à inserção profissional e à possibilidade de sofrer preconceito após o cumprimento da pena.

A discussão dos resultados foi desenvolvida de forma articulada à literatura relacionada aos temas do autoritarismo, da violência, dos direitos das pessoas privadas de liberdade e das condições do sistema prisional. Relacionaram-se os achados obtidos no recorte da pesquisa com a produção acadêmica pertinente, respeitando os limites da análise, para evitar extrapolação.

A análise descritiva dos dados foi articulada ao referencial teórico-crítico sobre autoritarismo, ideologia e direitos humanos. Para a interpretação dos achados sobre a violência e as condições de encarceramento, utilizou-se a contribuição de Sousa Filho (2003) acerca das origens históricas da violência no Brasil.

Durante o desenvolvimento do plano de trabalho, foram realizadas reuniões periódicas, com frequência quinzenal, destinadas ao acompanhamento das atividades, à discussão dos dados e à apresentação dos resultados parciais. Também foram realizadas leituras e discussões de produções acadêmicas relacionadas aos temas centrais da pesquisa, contribuindo para a interpretação dos resultados e para a elaboração de produtos de divulgação científica.

Resultados e Discussões

3.1 Caracterização dos participantes e contexto da pesquisa

Participaram deste recorte 24 pessoas privadas de liberdade vinculadas à unidade prisional Complexo Penal Dr. João Chaves, em Natal/RN. Em relação à caracterização dos participantes, todos foram do sexo feminino, com maior concentração na faixa etária de 20 a 40 anos. Quanto à escolaridade, predominou ensino fundamental incompleto, enquanto o tempo de privação de liberdade era, em média, de 4 a 8 anos. Essas informações permitem contextualizar os resultados apresentados, considerando as condições concretas de encarceramento e as experiências vivenciadas pelos participantes no ambiente prisional.

A literatura demonstra que a população prisional brasileira é composta majoritariamente por indivíduos em situação de vulnerabilidade social, com baixos níveis de escolaridade e histórico de exclusão econômica e social, fatores que podem contribuir para a ampliação das desigualdades e para a maior exposição a diferentes formas de violência no contexto do cárcere (Sousa Filho, 2003; Brasil, 2024; DEPEN, 2024). Nesse sentido, a compreensão das experiências relatadas pelos participantes requer a análise das condições estruturais que caracterizam o sistema prisional brasileiro.

3.2 Violência, agressões e vulnerabilidades no ambiente prisional

A análise das experiências relacionadas à violência revelou que a ocorrência de agressões e maus-tratos constitui uma realidade presente na percepção dos participantes. Quando questionados sobre a ocorrência de situações de agressão ou violência contra pessoas privadas de liberdade na unidade prisional, 80,8% relataram ter presenciado tais situações pelo menos uma vez, sendo que 19,2% afirmaram observá-las muitas vezes, 53,8% algumas vezes e 7,8% uma única vez. Apenas 19,2% declararam nunca ter presenciado episódios dessa natureza.

Esses resultados evidenciam que a violência constitui um fenômeno percebido por grande parte dos participantes, corroborando estudos que apontam a persistência de situações de violência física, psicológica e institucional em ambientes de privação de liberdade. A superlotação, a precariedade estrutural e as limitações na garantia de direitos fundamentais figuram entre os fatores frequentemente associados ao aumento dos conflitos e das violações de direitos nas prisões brasileiras (Mimayo; Ribeiro, 2016; CNJ, 2023).

Ao analisar especificamente a violência praticada por outros presos, observou-se que 86,9% dos participantes que responderam à questão relataram já ter presenciado esse tipo de ocorrência, sendo 13,0% muitas vezes, 60,9% algumas vezes e 13,0% uma vez. Apenas 13,0% afirmaram nunca ter presenciado agressões entre pessoas privadas de liberdade. Esses dados sugerem que a violência interpessoal representa uma dimensão importante da experiência prisional, refletindo disputas de poder, conflitos interpessoais e fragilidades nas condições de convivência institucional.

Por outro lado, a violência atribuída a policiais penais e outros funcionários apresentou frequência menor, embora ainda significativa. Entre os participantes que responderam à questão, 47,8% relataram já ter presenciado agressões ou situações de violência

praticadas por profissionais da instituição, enquanto 52,2% afirmaram nunca ter observado tais ocorrências. A presença desses relatos demonstra que, embora menos frequente do que a violência entre presos, a violência institucional permanece como uma preocupação relevante sob a perspectiva dos participantes.

Quando questionados sobre experiências pessoais de vitimização, 50,0% afirmaram nunca ter sofrido agressão ou violência, enquanto os demais relataram ter sido vítimas pelo menos uma vez, sendo 30,8% algumas vezes e 19,2% uma única vez. Esses resultados indicam que, embora a percepção da violência seja amplamente disseminada, a experiência direta de vitimização apresentou frequência inferior à observada para o testemunho de episódios envolvendo terceiros.

Entre os participantes que sofreram violência, a agressão atribuída a policiais penais ou outros funcionários foi relatada por 28,6%, enquanto 71,4% afirmaram nunca ter sido vítimas desse tipo de situação. Ainda que a maioria não tenha relatado experiências diretas, a existência desses registros reforça a necessidade de monitoramento permanente das relações institucionais e dos mecanismos de proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

A investigação sobre possíveis motivações raciais associadas às agressões e maus-tratos demonstrou que 85,7% dos participantes nunca perceberam relação entre os episódios de violência e a cor da pele da vítima. Apenas 9,5% afirmaram que isso ocorreu algumas vezes. Embora os resultados não permitam concluir pela existência sistemática de discriminação racial nas situações relatadas, eles indicam que experiências dessa natureza podem estar presentes em determinados contextos e merecem atenção das instituições responsáveis pela garantia de direitos.

Os impactos da violência foram evidenciados também pelos relatos sobre consequências observadas em outras pessoas privadas de liberdade. Entre os participantes, 33,33% afirmaram conhecer alguém que faleceu em decorrência de agressões, abusos ou maus-tratos. Além disso, 41,67% relataram conhecer indivíduos que desenvolveram sequelas físicas graves, 58,33% conheceram pessoas que adoeceram mentalmente e 75% afirmaram conhecer alguém que tentou suicídio ou cometeu suicídio. Esses resultados revelam a gravidade das consequências associadas à violência no ambiente prisional, extrapolando os danos físicos imediatos e alcançando importantes repercussões psicológicas e sociais.

A literatura tem demonstrado que a exposição contínua a ambientes marcados por violência, insegurança e privação pode contribuir para o agravamento do sofrimento psíquico, do adoecimento mental e dos comportamentos autolesivos entre pessoas privadas de liberdade (World Health Organization, 2022; Brasil, 2023; Sousa Filho, 2003). Dessa forma, os achados reforçam a importância de políticas voltadas à prevenção da violência e à promoção da saúde mental no sistema prisional.

Quanto aos grupos considerados mais vulneráveis, os participantes relataram maior receio de sofrer agressões por parte de outros presos (30,8%), seguido dos grupos especiais (15,4%), policiais penais (11,5%) e diretores (7,7%). Observou-se ainda que 7,7% afirmaram não ter medo de sofrer violência, enquanto 38,5% não souberam responder. Esses resultados sugerem que os próprios indivíduos privados de liberdade

são percebidos como a principal fonte potencial de violência, reforçando a relevância das relações interpessoais na dinâmica prisional.

3.3 Denúncia, conhecimento de direitos e enfrentamento das situações de violência

No que se refere aos mecanismos de enfrentamento das situações de violência, inicialmente foi analisado o conhecimento dos participantes acerca dos procedimentos disponíveis para a realização de denúncias. Os resultados demonstraram que apenas 19,2% afirmaram conhecer os mecanismos de denúncia, enquanto 80,8% declararam desconhecer os procedimentos existentes.

O reduzido conhecimento acerca desses mecanismos representa um aspecto preocupante, uma vez que o acesso à informação constitui requisito fundamental para o exercício de direitos e para a proteção contra violações. A literatura aponta que a efetividade dos instrumentos de controle institucional depende não apenas da existência formal de canais de denúncia, mas também da ampla divulgação de seu funcionamento e da confiança dos indivíduos em sua utilização (CNJ, 2023).

Quando questionados sobre a realização efetiva de denúncias, apenas um participante (4,0%) relatou ter realizado algum tipo de denúncia, enquanto 96,0% afirmaram nunca ter utilizado esses mecanismos. A diferença entre o número de pessoas que conhecem os procedimentos e aquelas que efetivamente denunciam sugere a existência de barreiras entre o conhecimento formal dos instrumentos e sua utilização prática. Entretanto, os dados disponíveis não permitem identificar os motivos que levaram à não realização de denúncias. Assim, qualquer interpretação sobre possíveis causas deve ser realizada com cautela, necessitando mais estudos para isso.

Entre os participantes que relataram ter realizado denúncia, nenhum informou a adoção de providências ou a obtenção de resultados decorrentes do procedimento. Embora se trate de apenas um relato, esse resultado pode indicar limitações na efetividade percebida dos mecanismos institucionais de enfrentamento da violência.

De modo geral, os achados evidenciam a necessidade de fortalecimento dos canais de denúncia, da transparência institucional e das estratégias de proteção das pessoas privadas de liberdade, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e institucionais.

3.4 Condições de permanência no cárcere e perspectivas após a privação de liberdade

Além das situações relacionadas à violência, foram analisadas as condições de acesso a direitos e oportunidades durante o período de privação de liberdade. No que se refere às oportunidades de trabalho, 84,6% dos participantes relataram ter tido oportunidade de trabalhar e efetivamente exercer atividades laborais durante o cumprimento da pena, enquanto 15,4% afirmaram não ter recebido essa oportunidade. O trabalho prisional é reconhecido como importante instrumento de desenvolvimento pessoal, aquisição de habilidades e preparação para a reinserção social, além de constituir direito previsto na legislação brasileira.

Em relação ao acesso à educação formal, 80,8% dos participantes relataram ter tido oportunidade de estudar e efetivamente frequentaram atividades educacionais. Outros

3,8% informaram ter tido oportunidade, mas não participaram, enquanto 15,4% declararam não ter recebido essa possibilidade. De forma semelhante, 73,1% afirmaram ter tido oportunidade de realizar cursos profissionalizantes e efetivamente participaram dessas atividades, evidenciando a presença de iniciativas voltadas à qualificação profissional na unidade investigada.

Os resultados também demonstraram que 73,1% dos participantes relataram receber assistência educacional na prisão, enquanto 26,9% afirmaram não contar com esse suporte. A educação constitui um dos principais mecanismos de promoção da cidadania e redução da reincidência criminal, sendo amplamente reconhecida como instrumento de transformação social e fortalecimento das perspectivas de reinserção após o cumprimento da pena (Julião, 2010).

No campo das condições básicas de permanência, observou-se avaliação predominantemente negativa da alimentação disponibilizada. Entre os participantes, 80,8% classificaram a comida como muito ruim, 15,4% como ruim e apenas 3,8% como boa. Nenhum participante avaliou a alimentação como muito boa. Esses resultados sugerem insatisfação significativa com as condições alimentares oferecidas na unidade prisional.

A alimentação adequada constitui direito humano fundamental e componente essencial da promoção da saúde. Dessa forma, a elevada frequência de avaliações negativas pode refletir limitações relacionadas à qualidade, variedade ou aceitabilidade das refeições fornecidas, aspectos que impactam diretamente o bem-estar físico e psicológico das pessoas privadas de liberdade.

Em relação às visitas, todos os participantes afirmaram que elas estavam permitidas no momento da coleta de dados. A manutenção dos vínculos familiares e sociais é considerada um dos fatores mais relevantes para a preservação da saúde mental e para o processo de reintegração social após o período de encarceramento.

Quanto ao auxílio-reclusão, 96,2% relataram não receber o benefício, enquanto 3,8% não souberam responder. Embora o estudo não tenha investigado os motivos dessa situação, os resultados sugerem baixa cobertura do benefício entre os participantes.

As condições vivenciadas durante o encarceramento também podem ser relacionadas às expectativas construídas acerca do período posterior à saída do sistema prisional. Quando questionados sobre a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, 66,7% acreditavam que conseguiriam emprego após o cumprimento da pena. Em contrapartida, 29,2% acreditavam que não conseguiriam trabalho, enquanto 4,1% não souberam responder.

Apesar dessa percepção relativamente positiva quanto à empregabilidade futura, a maioria dos participantes (83,3%) afirmou acreditar que sofrerá preconceito após deixar a prisão. Apenas 16,7% não compartilhavam dessa expectativa. A coexistência entre expectativa de inserção profissional e percepção de preconceito evidencia a complexidade do processo de reintegração social. Estudos têm demonstrado que o estigma associado ao encarceramento constitui uma das principais barreiras enfrentadas por egressos do sistema prisional, influenciando o acesso ao emprego, às relações sociais e às oportunidades de reconstrução de projetos de vida (Goffman, 2017).

Essa realidade encontra sustentação teórica nas análises de Sousa Filho (2003) sobre as origens da violência no Brasil. O autor argumenta que a formação sociohistórica brasileira gestou um profundo "preconceito anti-povo", herança de uma matriz colonial e escravocrata que habituou as elites e as instituições estatais a enxergarem as classes populares como perigosas, inferiores ou desprovidas de direitos. No âmbito do sistema penal, essa ideologia atua convertendo a pena de privação de liberdade, que juridicamente deveria restringir apenas o direito de ir e vir, em uma punição corporal estendida e sistemática.

Dessa forma, os dados sugerem que as experiências relacionadas ao encarceramento não se restringem ao período de cumprimento da pena, alcançando também as expectativas e os desafios percebidos em relação ao retorno à vida em sociedade.

Conclusão

Os resultados evidenciaram que a violência constitui uma realidade presente na percepção das pessoas privadas de liberdade investigadas, manifestando-se tanto nas relações entre presos quanto, em menor frequência, nas interações com profissionais do sistema prisional. Além da ocorrência de agressões e maus-tratos, os participantes relataram conhecer situações associadas a graves consequências físicas e psicológicas, incluindo adoecimento mental, sequelas permanentes e tentativas de suicídio.

Observou-se também baixo conhecimento sobre os mecanismos institucionais de denúncia e reduzida utilização desses instrumentos, o que pode limitar a efetividade das estratégias de proteção e enfrentamento das violações de direitos no ambiente prisional. Por outro lado, os resultados indicaram a existência de oportunidades relacionadas ao trabalho, à educação e à qualificação profissional durante o cumprimento da pena. Contudo, aspectos relacionados às condições alimentares foram avaliados negativamente pela maioria dos participantes, revelando desafios ainda presentes na garantia de direitos básicos.

Por fim, verificou-se que, embora muitos participantes demonstrem expectativa de inserção no mercado de trabalho após a saída da prisão, prevalece a percepção de que enfrentarão situações de preconceito e discriminação. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas à garantia de direitos durante o encarceramento, mas também ao fortalecimento dos processos de reintegração social e redução do estigma associado à condição de egresso do sistema prisional.

Referências

BARBOSA, Andreza Gonçalves; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Políticas públicas de ressocialização: problematizando as condições de acesso à informação, à educação e ao trabalho no ambiente prisional. In: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. Anais, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/28. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 jul. 1984.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório de Informações Penais 2024 (RELIPEN). Brasília, DF: SENAPPEN, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Justiça Presente: ações de fortalecimento do sistema prisional e socioeducativo. Brasília, DF: CNJ, 2023.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília, DF: DEPEN, 2024.

FERNANDES, Camila Geraseev et al. Trabalho prisional e reinserção social: desafios e perspectivas no sistema prisional brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos, v. 20, n. 1, 2025.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. Em Aberto, v. 24, n. 86, p. 141-155, 2010.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 529-543, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300010.

MINAYO, M. C. S.; RIBEIRO, A. P. Violência e saúde no sistema prisional brasileiro. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 7, p. 2095-2106, 2016.

SANTOS, Andremara dos. Interoperabilidade e violência institucional no sistema prisional. Revista CNJ, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 46-59, 2017. DOI: https://doi.org/10.54829/revistacnj.v2i1.279.

SILVA, Cristiani Andre da. A educação no sistema prisional: uma política de reinserção social. Revista Contemporânea, v. 5, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.56083/RCV5N5-123.

SOUSA FILHO, Alípio de. Cultura, ideologia e violência: contribuição a um debate sobre origens de formas da violência no Brasil. In: Violência e Cidadania: práticas sociopolíticas e processos culturais. Fortaleza: Ed. UECE, p. 11-30, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Health in prisons: promoting the health of people in prisons. Geneva: WHO, 2022.

CÓDIGO: HS1322

AUTOR: DAVI ARAUJO DE MEDEIROS

ORIENTADOR: JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

TÍTULO: Território e Inovação Tecnológica na Região Nordeste à luz das Agtechs

Resumo

Este estudo analisa a distribuição territorial das Agtechs na Região Nordeste do Brasil, considerando sua relação com as dinâmicas territoriais de inovação tecnológica no setor agrícola. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, complementada por procedimentos bibliográficos e documentais, utilizando dados do Radar Agtech Brasil 2025 e análise espacial em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), com apoio do QGIS 3.44.11. Foram identificadas 134 Agtechs no Nordeste, correspondentes a 6,5% do total nacional. Os resultados evidenciam forte concentração espacial, com Bahia, Pernambuco e Ceará reunindo 63,4% das empresas. Na escala municipal, Recife, Salvador e Fortaleza destacam-se como principais pólos, embora 39,6% das Agtechs estejam localizadas fora das capitais, indicando uma interiorização seletiva. Também foi identificado um descompasso entre a distribuição das empresas e dos ecossistemas de inovação: o Nordeste possui 62 ambientes de inovação, equivalentes a 15,9% do total nacional. Quanto ao perfil tecnológico, predominam soluções relacionadas à digitalização da produção, gestão, IoT, sensoriamento remoto e irrigação. Conclui-se que o ecossistema Agtech nordestino está em expansão, mas apresenta desigualdades territoriais e diferentes capacidades de inovação. A presença de infraestrutura científica e institucional constitui condição potencial, mas não determina, isoladamente, a formação de startups.

Palavras-chave: Agtechs. Nordeste. inovação territorial. Agricultura 4.0.

TITLE: TERRITORY AND TECHNOLOGICAL INNOVATION IN THE NORTHEAST REGION IN LIGHT OF AGTECHS

Abstract

This study analyzes the territorial distribution of Agtechs in Brazil's Northeast Region, considering their relationship with territorial dynamics of technological innovation in agriculture. The research adopted a quali-quantitative approach, complemented by bibliographic and documentary procedures, using data from Radar Agtech Brasil 2025 and spatial analysis through Geographic Information Systems (GIS), supported by QGIS 3.44.11. A total of 134 Agtechs were identified in the Northeast, representing 6.5% of the national total. The results reveal strong spatial concentration, with Bahia, Pernambuco and Ceará accounting for 63.4% of the regional companies. At the municipal scale, Recife, Salvador and Fortaleza stand out as the main hubs, although 39.6% of Agtechs are located outside capital cities, indicating selective interiorization. A mismatch was also found between the distribution of companies and innovation environments: the Northeast has 62 agro-oriented innovation environments, equivalent to 15.9% of the national total. Regarding technological profile, solutions related to production digitalization, management, IoT, remote sensing and irrigation predominate. The study concludes that the Northeastern Agtech ecosystem is expanding but remains marked by territorial inequalities and different innovation capacities. Scientific and institutional infrastructure represents a potential enabling condition, but does not, by itself, determine the emergence of startups.

Keywords: Agtechs. Northeast. territorial innovation. Agriculture 4.0.

Introdução

A incorporação de tecnologias digitais às atividades agropecuárias tem produzido transformações significativas na organização da produção, na gestão das propriedades e nas relações entre os diferentes agentes das cadeias agrícolas. Nesse contexto, destacam-se as Agtechs, startups de base tecnológica voltadas ao desenvolvimento de produtos, serviços e soluções aplicadas ao setor agropecuário. A sua emergência deve ser compreendida no contexto da transformação digital do agronegócio e da consolidação da Agricultura 4.0. A Agricultura 4.0 caracteriza-se pela integração de tecnologias digitais e inteligentes aos sistemas produtivos, possibilitando maior capacidade de monitoramento, coleta e processamento de dados e, consequentemente, formas mais precisas de gestão das atividades agropecuárias (VIOLA; MENDES, 2022).

No Brasil, esse processo ganha relevância em razão da importância econômica do setor agropecuário e dos desafios relacionados ao aumento da produtividade e à eficiência dos sistemas produtivos. Entretanto, a expansão dessas tecnologias ocorre de forma desigual, sendo condicionada por fatores como infraestrutura, conectividade, capacidade de investimento e acesso ao conhecimento e à capacitação técnica, limitações que tendem a afetar de maneira mais intensa os pequenos e médios produtores.

A análise das Agtechs não pode se restringir às características internas das empresas ou às tecnologias que desenvolvem. Sua localização e suas relações com o território são fundamentais para compreender sua formação e funcionamento. A geografia da inovação demonstra que a concentração espacial de empresas e instituições favorece processos de aprendizado interativo, circulação de informações e compartilhamento de

conhecimentos, especialmente os que dependem de interação direta e confiança. A proximidade entre empresas, universidades, centros de pesquisa e instituições de apoio pode, assim, criar ambientes propícios à inovação (Garcia, 2021). Contudo, a proximidade geográfica, isoladamente, não é suficiente, sendo complementada por dimensões organizacionais, institucionais, sociais e cognitivas.

Nessa perspectiva, o território é entendido como um espaço constituído por relações, redes, infraestruturas e capacidades de produção e circulação do conhecimento. Conforme Vale (2009), a economia do conhecimento articula redes locais e globais de inovação, combinando proximidade geográfica e conexões externas. Essa abordagem é fundamental para compreender as Agtechs, cuja atuação depende tanto das estruturas territoriais locais quanto de redes mais amplas de conhecimento, investimento e mercado.

A discussão é particularmente relevante para a Região Nordeste do Brasil. Apesar da importância de suas atividades agropecuárias e da presença de universidades, centros de pesquisa e infraestrutura tecnológica, as iniciativas de inovação agrícola permanecem distribuídas de forma desigual no país, com concentração histórica nas regiões Sul e Sudeste. Ao mesmo tempo, o Nordeste apresenta ecossistemas emergentes de inovação, especialmente em centros como Recife, Fortaleza e Salvador, além de áreas produtivas do interior que demandam modernização tecnológica. Persistem, contudo, lacunas sobre a distribuição das Agtechs e suas articulações com as estruturas locais de inovação.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a distribuição territorial das Agtechs nos estados da Região Nordeste. Busca-se identificar as empresas e seus campos de atuação, mapear sua distribuição espacial e investigar seus vínculos com universidades, incubadoras e programas de apoio à inovação. A partir da articulação entre análise espacial, levantamento de dados e fundamentação teórica, pretende-se compreender como a localização das Agtechs se relaciona às estruturas produtivas, científicas e institucionais do território nordestino, contribuindo para o entendimento das relações entre inovação, agricultura e desenvolvimento regional.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quali-quantitativa, complementada por procedimentos qualitativos de caráter bibliográfico, tendo como finalidade analisar a distribuição territorial das Agtechs na Região Nordeste do Brasil e sua relação com as dinâmicas de inovação tecnológica no setor agrícola. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos e demais trabalhos acadêmicos relacionados aos temas de Agtechs, agricultura digital, Agricultura 4.0, inovação tecnológica, território, geografia da inovação e ecossistemas de inovação. Essa etapa teve como finalidade construir a base conceitual necessária para interpretar os dados empíricos, articulando a distribuição das empresas às discussões sobre concentração espacial, circulação do conhecimento, infraestrutura científica e tecnológica e relações entre os diferentes agentes envolvidos nos processos de inovação.

A etapa de levantamento dos dados das Agtechs teve como principal fonte o Radar AgTech Brasil 2025, produzido em parceria entre Embrapa, SP Ventures e Homo Ludens. O Radar constitui uma base de mapeamento do ecossistema de inovação do agronegócio brasileiro, reunindo informações sobre perfil, segmento, área de atuação e localização das Agtechs. A plataforma também contempla informações relacionadas aos ambientes de inovação e investidores do setor. Foram utilizados tanto os dados disponibilizados no relatório do Radar Agtech Brasil 2025 quanto às informações apresentadas em seu relatório interativo disponível na plataforma oficial do Radar. A utilização dessas fontes permitiu selecionar e organizar informações referentes às Agtechs localizadas nos nove estados da Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Radar organiza as startups segundo segmentos relacionados às etapas da cadeia agroalimentar, contemplando atividades antes, dentro e depois da fazenda.

Os dados coletados foram posteriormente organizados em planilhas eletrônicas, procedimento realizado com o objetivo de padronizar as informações, facilitar a filtragem e a comparação entre os registros e possibilitar a elaboração das análises quantitativas e espaciais. Nessa etapa, foram sistematizadas as informações disponíveis sobre as empresas, especialmente aquelas relacionadas à localização geográfica e às áreas ou categorias de atuação, de acordo com os campos disponibilizados pela base utilizada. A organização dos dados também possibilitou a produção de tabelas, gráficos e outras representações destinadas à identificação de padrões de distribuição, concentração e diferenciação entre os estados e municípios analisados.

A base do Radar apresenta uma metodologia própria de construção e atualização dos dados. De acordo com a documentação metodológica da edição de 2025, o processo envolve a atualização e qualificação das bases anteriores, a identificação de novas Agtechs, o monitoramento de fontes públicas, o cadastro voluntário de startups e a verificação de seu status por meio de indicadores como websites, mídias sociais e situação do CNPJ. O procedimento também inclui a consolidação de informações provenientes de diferentes fontes, eliminação de duplicidades e exclusão de empresas não validadas.

Após a organização da base, foi realizada a análise espacial dos dados por meio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Para essa etapa foi utilizado o QGIS versão 3.44.11, empregado na preparação dos dados geográficos, organização das informações por localização e elaboração das representações cartográficas. A utilização do SIG permitiu espacializar as AgTechs e visualizar sua distribuição pelo território nordestino, possibilitando a identificação de concentrações e diferenças entre estados e municípios.A elaboração dos mapas constituiu uma etapa fundamental da análise, uma vez que possibilitou representar espacialmente a localização das AgTechs e interpretar sua distribuição territorial. As representações cartográficas foram utilizadas conjuntamente com tabelas e gráficos, evitando que a análise se limitasse à contagem das empresas e permitindo observar padrões espaciais que não seriam identificados apenas por meio dos dados tabulares.

Por fim, os resultados foram interpretados à luz da literatura selecionada. A reflexão foi orientada principalmente por Garcia (2021), Vale (2009), Tunes (2016), Ribeiro e Baiardi (2022), Bambini e Bonacelli (2025), Viola e Mendes (2022), Benites e Bernardo (2026) e Romani et al. (2020), considerando conceitos como geografia da inovação,

proximidade, redes de conhecimento, sistemas territoriais de inovação, ecossistemas de inovação e Agricultura 4.0. A análise buscou relacionar a distribuição territorial das Agtechs às condições e estruturas que podem participar da formação e consolidação de ecossistemas de inovação, considerando concentração urbana, infraestrutura científica e tecnológica, instituições de pesquisa, universidades e demais elementos territoriais disponíveis nas fontes utilizadas. Dessa forma, os procedimentos metodológicos articulam pesquisa bibliográfica, levantamento e organização de dados secundários, análise quantitativa e qualitativa, elaboração de representações gráficas e análise espacial por meio de SIG, buscando compreender as Agtechs como parte das dinâmicas territoriais de inovação tecnológica na Região Nordeste.

Resultados e Discussões

A análise dos dados a partir do Radar Agtech Brasil 2025 evidencia que a distribuição das Agtechs na Região Nordeste é marcada por concentração espacial, dispersão seletiva e diferentes capacidades territoriais de inovação. O Radar Agtech 2025 identificou 2.075 Agtechs em 468 municípios brasileiros, sendo 134 localizadas no Nordeste, correspondendo a 6,5% do total nacional. O Sudeste concentra 1.146 startups (55,2%), o Sul 491 (23,7%), o Centro-Oeste 147 (7,1%) e o Norte 157 (7,6%). Quando considerado o número de startups em relação à população, a desigualdade torna-se ainda mais evidente nela o Nordeste possui 0,23 AgTech por 100 mil habitantes, diante de 0,97 na média brasileira, 1,29 no Sudeste e 1,57 no Sul. O Radar caracteriza esse cenário nacional como um sistema em processo de maturação, porém ainda marcado por elevada concentração territorial e assimetrias institucionais.

Apesar dessa posição relativamente reduzida no cenário nacional, a trajetória do Nordeste demonstra expansão significativa. O número de Agtechs passou de 39 em 2019 para 72 em 2020/2021, 89 em 2022, 103 em 2023, 116 em 2024 e 134 em 2025. Entre 2019 e 2025, portanto, houve crescimento de aproximadamente 244% no número de empresas identificadas. A participação do Nordeste também cresceu dentro do processo de desconcentração do ecossistema brasileiro, enquanto o Sudeste passou de 65,7% do total nacional em 2019 para 55,2% em 2025, Norte, Nordeste e Centro-Oeste aumentaram sua participação. O Radar relaciona essa redistribuição à expansão das políticas públicas de inovação, à atuação de instituições de ciência, tecnologia e inovação, ao fortalecimento dos ambientes regionais e à digitalização das cadeias produtivas.

Figura 1: Gráfico de Crescimento das Agtechs no Nordeste 2019 a 2025

Fonte: Radar Agtech, 2025.

Esse crescimento regional, contudo, não significa distribuição homogênea entre os estados. Os dados organizados nesta pesquisa mostram a Bahia na primeira posição, com 31 AgTechs (23,1%); Pernambuco com 28 (20,9%); Ceará com 26 (19,4%); Maranhão com 15 (11,2%); Piauí e Rio Grande do Norte com nove cada (6,7%); Paraíba com oito (6,0%); Sergipe com cinco (3,7%); e Alagoas com três (2,2%). Bahia,

Pernambuco e Ceará concentram 85 das 134 empresas, aproximadamente 63,4% do total nordestino.

Mapa 1: Distribuição de Agtechs por Estados do Nordeste

Fonte: Davi Araújo, 2026.

O Radar confirma essa hierarquia estadual e registra a expansão recente do Maranhão, assim como o processo de consolidação dos demais estados. Essa distribuição pode ser observada no Mapa 1, no qual a Bahia aparece isoladamente na classe mais elevada, enquanto Pernambuco e Ceará formam um segundo nível de concentração.

O padrão encontrado permite compreender a inovação como um fenômeno territorialmente seletivo. Tunes (2016) demonstra que os recursos necessários à inovação, como conhecimento, tecnologia e força de trabalho qualificada, são distribuídos de maneira desigual e que as redes inovadoras tendem a se concentrar em determinados territórios, frequentemente associados a grandes aglomerações urbanas. Essa concentração produz diferentes capacidades territoriais e pode reforçar desigualdades espaciais. Nesse sentido, a concentração observada na Bahia, Pernambuco e Ceará indica que a inovação agrícola não se distribui proporcionalmente pela extensão territorial ou pelo peso da atividade agropecuária, mas está relacionada às condições diferenciadas de cada território para articular conhecimento, infraestrutura, capital e instituições.

Na escala municipal, essa seletividade é ainda mais evidente. As 134 Agtechs identificadas estão distribuídas por 50 municípios, porém 36 municípios possuem apenas uma empresa. Em contrapartida, os dez principais municípios concentram 87 startups, equivalentes a aproximadamente 64,9% da base nordestina. Os maiores polos são Recife, com 17 Agtechs; Salvador, com 16; Fortaleza, com 14; São Luís, com 10; Teresina, com sete; Natal, com seis; Luís Eduardo Magalhães e João Pessoa, com cinco cada; Aracaju, com quatro; e outros municípios, como Lauro de Freitas, Olinda, Petrolina e Eusébio, com três. Essa configuração é apresentada no Mapa 2, no qual os maiores círculos se concentram principalmente nas capitais, enquanto grande parte do interior apresenta ocorrências pontuais.

Mapa 2: Concentração de Agtechs por Municípios do Nordeste

Fonte: Davi Araújo, 2026.

A concentração em capitais encontra respaldo na literatura sobre proximidade e aglomeração,em que os grandes centros urbanos oferecem acesso a instituições de pesquisa, capital, infraestrutura tecnológica, mercados, fornecedores especializados, eventos, capacitação e outros empreendedores. Garcia (2021), mostra que a concentração pode favorecer externalidades, aprendizagem e circulação de conhecimento, mas ressalta que a inovação depende também de instituições, diversidade, redes e proximidades que ultrapassam a dimensão estritamente espacial.

Os dados, porém, demonstram que a inovação não está limitada às capitais. Das 134 Agtechs, 81 estão nas capitais e 53 encontram-se em municípios do interior, correspondendo a aproximadamente 60,4% e 39,6%, respectivamente. Assim, existe

uma interiorização significativa, embora seletiva. Alguns municípios do interior assumem posições importantes, principalmente quando combinam atividade agropecuária, infraestrutura científica ou condições específicas de inserção econômica. Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, possui 5 Agtechs e aparece como um caso relevante porque se insere em uma importante área produtiva e apresenta institucionalização municipal de ciência, tecnologia e inovação. Petrolina, em Pernambuco, possui 3 Agtechs e está inserida em uma área de agricultura irrigada e de elevada capacidade de pesquisa aplicada ao semiárido.

O levantamento de Ribeiro e Baiardi (2022) é especialmente útil para interpretar esses casos, pois demonstra que o potencial de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Nordeste é profundamente desigual, mas não está restrito às capitais. Recife, Salvador e Fortaleza concentram elevados níveis de infraestrutura, porém também aparecem como áreas relevantes municípios como Campina Grande, Petrolina, Cruz das Almas, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna, Juazeiro e Barreiras. O estudo também demonstra que a presença de infraestrutura científica não gera automaticamente uma quantidade proporcional de empresas, reforçando que capacidade de pesquisa e capacidade empreendedora são dimensões relacionadas, mas distintas.

Essa relação entre infraestrutura e startups é particularmente importante quando se observam os ecossistemas de inovação. O Nordeste possui 62 ambientes de inovação com vocação agro, correspondentes a 15,9% dos 390 ambientes mapeados pelo Radar no país. São 25 incubadoras, 18 parques tecnológicos, dez ecossistemas com governança, cinco aceleradoras e quatro hubs. Pernambuco concentra 17 ambientes, seguido por Bahia, com 11; Ceará e Rio Grande do Norte, com dez cada; Alagoas, com cinco; Paraíba, com quatro; Maranhão, com três; e Sergipe, com dois. Essa distribuição é representada no Mapa 3.

Mapa 3: Distribuição de Ambientes de Inovação por Estados do Nordeste

Fonte: Davi Araújo, 2026.

A comparação entre os mapas revela um resultado importante, a distribuição dos ambientes de inovação não acompanha proporcionalmente a distribuição das Agtechs. O Nordeste possui 6,5% das startups brasileiras, mas 15,9% dos ecossistemas de inovação. A razão regional é de aproximadamente 2,2 startups por ambiente, contra 5,3 na média brasileira. O próprio Radar interpreta essa diferença como sinal de uma capacidade institucional potencialmente subutilizada. Isso significa que a menor quantidade de Agtechs nordestinas não pode ser explicada simplesmente pela ausência de incubadoras, parques, hubs ou aceleradoras.

Pernambuco é um exemplo dessa relação. Recife concentra 17 das 28 Agtechs do estado e apresenta elevada densidade institucional, com universidades, centros de pesquisa, incubadoras, parques e outros mecanismos de inovação. Ceará apresenta situação semelhante, com Fortaleza como principal pólo empresarial e científico. Na Bahia, entretanto, a infraestrutura científica é territorialmente mais diversificada, com importantes núcleos em Salvador, Cruz das Almas, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna, Juazeiro e Barreiras, enquanto as Agtechs permanecem mais concentradas em poucos municípios. Esses padrões reforçam a ideia de que a existência de infraestrutura é uma condição potencial, mas sua transformação em empresas depende de articulação

institucional, financiamento, empreendedorismo, mercado e capacidade de conexão entre os atores.

Essa interpretação converge com Tunes e Mário Vale. A inovação não ocorre apenas pela existência física de universidades ou parques, mas por meio de processos de aprendizagem, interação, cooperação e circulação de conhecimento. Vale destaca que os territórios inovadores contemporâneos articulam buzz local e redes externas, ou pipelines, de modo que os sistemas territoriais são multilocais e não funcionam de maneira isolada. Portanto, uma Agtech localizada em Recife, Salvador ou Fortaleza pode usufruir tanto das condições locais quanto de conexões nacionais e internacionais de conhecimento, financiamento e tecnologia. Da mesma forma, um município interiorano pode participar de redes de inovação sem possuir toda a infraestrutura internamente.

Um aspecto importante para a compreensão dos resultados é a classificação das Agtechs segundo sua inserção na cadeia produtiva do agronegócio, adotada pelo Radar Agtech Brasil 2025. A taxonomia organiza as empresas em três grandes segmentos, Antes da Fazenda (AN), Dentro da Fazenda (DN) e Depois da Fazenda (DP), sendo que as categorias dentro desses segmentos não são necessariamente excludentes. A Tabela 1 apresenta a classificação das categorias e suas respectivas descrições. Para facilitar a visualização, as diferentes etapas da cadeia produtiva estão destacadas por cores: em amarelo, representam-se os segmentos Antes da Fazenda; em verde, os segmentos Dentro da Fazenda; e em azul, os segmentos Depois da Fazenda.

A classificação é relevante para este estudo porque permite analisar as Agtechs nordestinas não apenas pela localização, mas também pela etapa da cadeia agroalimentar na qual a inovação tecnológica está inserida, possibilitando verificar se determinados territórios apresentam maior especialização em soluções de produção, de preparação dos insumos ou de agregação de valor, comercialização e consumo. O próprio Radar ressalta que essa taxonomia é mantida desde as edições anteriores, permitindo comparações temporais e territoriais entre segmentos e categorias.

Figura 2: Gráfico de Segmento das Agtechs.

Fonte: Radar Agtech, 2025.

Na base analisada, das 62 Agtechs estão classificadas de acordo com o radar como “Dentro da Fazenda”, 50 como “Depois da Fazenda” e 22 como “Antes da Fazenda”. As tecnologias “Dentro da Fazenda” representam 46,3% do total. Entre as principais categorias aparecem Sistema de Gestão de Propriedade Rural, Plataforma Integradora de Sistemas, Internet das Coisas, Sensoriamento Remoto, Fertilizantes e Nutrição Vegetal, Meteorologia, Irrigação e Gestão de Água e Drones. A categoria individual mais numerosa, entretanto, é Alimentos Inovadores e Novas Tendências Alimentares, com 21 empresas. O perfil demonstra que o ecossistema regional abrange simultaneamente produção, gestão, processamento, comercialização e consumo.

Esse resultado dialoga diretamente com a discussão sobre Agricultura 4.0. Viola e Mendes caracterizam esse processo pela integração de inteligência artificial, IoT, big data, sensores, satélites, drones, automação e outras tecnologias capazes de transformar

a organização da produção agrícola. Schinaider et al. (2025) também associam as Agtechs ao Agro 4.0 e à utilização de tecnologias digitais para gerenciamento de dados, informações e conhecimento em diferentes elos da cadeia. O Radar 2025 confirma esse movimento em escala nacional. O Sistema de Gestão de Propriedade Rural reúne 165 startups, Plataformas Integradoras 156, Drones 103, Sensoriamento Remoto 100 e sensores IoT 60.

A predominância dessas tecnologias demonstra que as Agtechs estão associadas a uma crescente digitalização da produção e da gestão agrícola. Nascimento et al. (2025), em revisão sistemática da literatura sobre Agtechs, identificam agricultura de precisão, plataformas digitais, sustentabilidade e inteligência artificial como alguns dos principais campos de pesquisa, ao mesmo tempo em que ressaltam a insuficiência de estudos que considerem conjuntamente as dimensões econômica, social, ambiental e geográfica da inovação agrícola. Essa lacuna reforça a importância da presente pesquisa, que desloca o foco da tecnologia em si para sua distribuição territorial.

A digitalização, entretanto, não deve ser automaticamente interpretada como sinônimo de sustentabilidade. Viola e Mendes (2022) demonstram que a Agricultura 4.0 pode contribuir para processos de transição de baixo carbono, mas também pode ser incorporada por estratégias predominantemente produtivistas. Os autores destacam ainda que agricultores familiares e pequenos produtores enfrentam maiores limitações de acesso a crédito, assistência técnica, informação e tecnologias. As dificuldades financeiras, capacitação, conectividade, interoperabilidade e segurança constituem obstáculos importantes para a adoção tecnológica. Assim, a distribuição das Agtechs revela o lado da oferta tecnológica, mas não permite afirmar que essas soluções estejam sendo difundidas de maneira homogênea entre os produtores nordestinos.

A análise também evidencia a importância das redes institucionais. Os ambientes de inovação são compostos por incubadoras, aceleradoras, parques, hubs e ecossistemas com governança que podem oferecer infraestrutura, capacitação, conexões, financiamento e suporte às startups. O Radar destaca que a integração entre setores e a existência de políticas regionais de fomento são importantes para o fortalecimento do ecossistema. A literatura de Bambini e Bonacelli (2019) também entende os ecossistemas Agtech como estruturas compostas por startups, universidades, centros de pesquisa, investidores, governos e mecanismos de geração de empreendimentos. Portanto, a localização das empresas deve ser interpretada dentro de uma rede de relações e não como fenômeno isolado.

Os resultados, quando confrontados com a literatura, permitem compreender quatro características principais do ecossistema nordestino. A primeira é a concentração territorial, expressa pela predominância de Bahia, Pernambuco e Ceará e pelo peso de Recife, Salvador e Fortaleza. A segunda é a interiorização seletiva, evidenciada pelos 53 registros fora das capitais e por municípios específicos como Petrolina, Luís Eduardo Magalhães e Campina Grande. A terceira é a assimetria entre infraestrutura e densidade empresarial, já que o Nordeste possui participação proporcionalmente maior em ambientes de inovação do que em Agtechs. A quarta é a diversificação tecnológica, marcada pela combinação de soluções digitais, produtivas, financeiras, ambientais, logísticas e alimentares.

Esses resultados confirmam a importância do conceito de seletividade espacial da inovação apresentado por Tunes (2019), mas também demonstram que a concentração não significa isolamento. As cidades que concentram Agtechs podem funcionar como nós de redes mais amplas, enquanto municípios interioranos podem assumir funções específicas dentro dessas redes. A perspectiva de Vale (2009) contribui para superar a oposição entre "local" e "global", mostrando que o conhecimento contemporâneo circula por redes locais, regionais e externas. A contribuição de Garcia (2021) complementa essa leitura ao mostrar que proximidade, diversidade, aprendizagem e instituições podem gerar vantagens para determinados territórios.

As análises realizadas ao longo da pesquisa revelaram que os territórios mais dinâmicos tendem a reunir diferentes elementos de inovação, embora esses elementos não produzam necessariamente o mesmo resultado em todos os estados. O Mapa 1 sintetiza a desigualdade na distribuição estadual das Agtechs; o Mapa 2 evidencia a concentração municipal e a predominância das capitais, ao mesmo tempo em que permite visualizar os polos interioranos; e o Mapa 3 apresenta a distribuição estadual dos ambientes de inovação que integram os ecossistemas regionais. A leitura conjunta dessas representações permite compreender que a inovação agrícola se organiza de forma seletiva no território nordestino, combinando áreas de maior densidade empresarial com territórios que apresentam infraestrutura institucional, mas ainda não possuem número proporcional de startups.

Dessa forma, os dados sustentam a hipótese de que a distribuição das Agtechs possui relação com condições territoriais diferenciadas de inovação, especialmente onde existe maior densidade urbana, científica, institucional e econômica. Também sustentam a existência de diferentes padrões entre os estados e a presença de uma interiorização seletiva. Entretanto, não permitem afirmar causalidade entre universidades, ambientes de inovação ou áreas produtivas e o surgimento das startups. A pesquisa demonstra associações espaciais e padrões territoriais; a identificação de relações causais exigiria procedimentos específicos que não fazem parte do desenho metodológico adotado.

Em síntese, as Agtechs do Nordeste configuram um ecossistema em expansão, mas ainda profundamente desigual. O crescimento observado desde 2019 demonstra a ampliação da capacidade regional de gerar empreendimentos tecnológicos, enquanto a concentração em poucos estados e municípios revela que essa expansão ocorre de forma seletiva. A presença de ambientes de inovação, universidades e infraestrutura de PD&I indica que existem bases institucionais importantes, mas o descompasso entre essas estruturas e a quantidade de startups mostra que a consolidação dos sistemas territoriais de inovação depende de articulação entre conhecimento, empresas, governo, financiamento, produtores e redes externas. Assim, as Agtechs podem ser compreendidas, a partir dos resultados desta pesquisa, como componentes de redes territoriais de inovação cuja distribuição espacial expressa diferentes capacidades de produção, circulação e apropriação da tecnologia no Nordeste. A principal evidência não é simplesmente a existência ou ausência de inovação, mas a desigual capacidade dos diferentes territórios nordestinos de transformar recursos científicos, técnicos, institucionais e produtivos em empreendimentos e soluções tecnológicas aplicadas ao setor agrícola.

Conclusão

A pesquisa demonstrou que a distribuição territorial das Agtechs na Região Nordeste apresenta forte desigualdade espacial, concentração em determinados estados e municípios e um processo de interiorização seletiva. Em 2025, foram identificadas 134 Agtechs no Nordeste, correspondentes a 6,5% do total brasileiro. Embora essa participação ainda seja reduzida em comparação com as regiões Sul e Sudeste, a série histórica evidencia expansão expressiva do ecossistema nordestino, que passou de 39 empresas em 2019 para 134 em 2025.

A distribuição entre os estados revelou maior concentração na Bahia, Pernambuco e Ceará, responsáveis por aproximadamente 63,4% das Agtechs nordestinas. Na escala municipal, destacaram-se principalmente Recife, Salvador e Fortaleza, evidenciando a importância das capitais e dos grandes centros urbanos para a concentração de atividades inovadoras. Entretanto, aproximadamente 39,6% das empresas identificadas estão localizadas fora das capitais, demonstrando um processo de interiorização ainda seletivo, com destaque para municípios como Luís Eduardo Magalhães e Petrolina

Os resultados cartográficos também demonstraram que a distribuição das Agtechs não coincide necessariamente com a distribuição dos ambientes de inovação. O Nordeste possui 62 ambientes de inovação, correspondentes a 15,9% do total nacional, proporção significativamente superior à participação regional no número de startups. Esse descompasso indica que a existência de infraestrutura institucional, embora importante, não é suficiente para determinar a concentração de Agtechs. A consolidação dos sistemas territoriais de inovação depende da articulação entre universidades, centros de pesquisa, empresas, ambientes de inovação, políticas públicas, financiamento, produtores e redes de conhecimento.

Quanto ao perfil tecnológico, houve predominância de soluções classificadas como “Dentro da Fazenda”, especialmente sistemas de gestão, plataformas integradoras, IoT, sensoriamento remoto, irrigação e outras tecnologias relacionadas à digitalização da produção. Esse resultado confirma a inserção das Agtechs no processo mais amplo da Agricultura 4.0, caracterizado pela crescente utilização de dados, automação e tecnologias digitais. Entretanto, a literatura analisada demonstra que a presença dessas tecnologias não garante, por si só, sustentabilidade ou democratização do acesso à inovação, especialmente diante das limitações de conectividade, financiamento, capacitação e infraestrutura enfrentadas por produtores de menor escala.

Conclui-se, portanto, que o Nordeste possui um ecossistema AgTech em expansão, diversificação e processo de estruturação, porém marcado por desigualdades territoriais significativas. A pesquisa não permite estabelecer relações causais entre a presença de universidades, ambientes de inovação ou áreas produtivas e a localização das startups, mas identifica associações espaciais importantes que justificam investigações futuras.

Referências

BAMBINI, Martha Delphino; BONACELLI, Maria Beatriz Machado. Ecossistemas agtech no Brasil: localização, caracterização e atores envolvidos. In: ALMEIDA, Fabrício Moraes de (org.). Fronteiras da tecnologia: explorando o futuro da ciência e da inovação. Ponta Grossa: Atena, 2025. cap. 2, p. 20-41. DOI:https://doi.org/10.22533/at.ed.8482503042.

BENITES, Gabriel Lima; BERNARDO, Luciana Virginia Mario. Retrato da inovação rural: startups associadas ao agronegócio brasileiro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (EIGEDIN), 8., 2026, [online]. Anais [...]. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

CARVALHO, Igor Alencar de; FORNAZIER, Armando; BRISOLA, Marlon Vinícius; BUENO, Guilherme Wolff; CORRÊA, Evelin Padilha; TONIATO-SILVA, Moranne; TROMBETA, Thiago Dias. Digital transformation in Brazilian agribusiness: impact of agtechs and IoT on production and sustainability. Revista de Gestão Social e Ambiental, Miami, v. 19, n. 1, p. 1-20, e011107, 2025. DOI:https://doi.org/10.24857/rgsa.v19n1-178.

COCKAYNE, Daniel. What is a startup firm? A methodological and epistemological investigation into research objects in economic geography. Geoforum, v. 107, p. 77-87, 2019. DOI:https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.10.009.

EMBRAPA; SP VENTURES; HOMO LUDENS. Radar Agtech Brasil 2025: mapeamento de startups, ambientes de inovação e investidores do ecossistema agro brasileiro. Brasília, DF; São Paulo: Embrapa; SP Ventures; Homo Ludens, 2025. Disponível em:https://radaragtech.com.br. Acesso em: 29 ago. 2026.

GARCIA, Renato. Geografia da inovação. In: RAPINI, M.; RUFFONI, J.; SILVA, L.; ALBUQUERQUE, E. (org.). Economia da ciência, tecnologia e inovação: fundamentos teóricos e a economia global. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2020. (Coleção População e Economia). Reproduzido em: Texto para Discussão. Campinas: IE-Unicamp, n. 402, jan. 2021.

NASCIMENTO, Tiago Souza; CLEMENTINO, Valdner Daízio Ramos; SILVA, João Carlos Sedraz; MARTINS, Paulo Henrique de Farias; ROCHA, Júlio Cesar Sá da; MARQUES, Sara Maria Lucena. Agtechs no século XXI: uma revisão sistemática da produção científica de 2009 a 2024. Revista DELOS, Curitiba, v. 18, n. 71, p. 1-15, 2025. DOI:https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n71-133.

RAMOS, Paulo Henrique Bertucci; PEDROSO, Marcelo Caldeira. Classification and categorization of Brazilian agricultural startups (Agtechs). Innovation & Management Review, v. 18, n. 3, p. 237-257, 2021. DOI:https://doi.org/10.1108/INMR-12-2019-0160.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles; BAIARDI, Amilcar. Potencial regional de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) do Nordeste brasileiro. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 53, n. 3, p. 123-149, jul./set. 2022.

ROMANI, Luciana Alvim Santos; BAMBINI, Martha Delphino; BARIANI, Joice Machado; DRUCKER, Debora Pignatari; MINITTI, André Fachini; GONZALEZ, Adriana Farah; KUROMOTO, Vinícius Milléo; TELLES, Guiomar Alessandra de Souza; ARAÚJO, Ricardo Fragelli; DIAS, Cleidson Nogueira; ASSUNÇÃO, Breno Silva Beda de; SOUZA, Shalon Silva; LUCHIARI JÚNIOR, Ariovaldo; MEIRA, Carlos Alberto Alves. Ecossistema de inovação em agricultura: evolução e contribuições da Embrapa. In: MASSRUHÁ, Silvia et al. (ed.). Agricultura digital: pesquisa, desenvolvimento e inovação nas cadeias produtivas. Brasília, DF: Embrapa, 2020. cap. 12, p. 278-302.

SCHINAIDER, Anelise Daniela; BRUCH, Kelly Lissandra; SILVA, Leonardo Xavier da; BETTENCOURT, Arthur Fernandes. Perfil das agtechs brasileiras nas novas economias: um estudo de caso múltiplo. Desafio Online, Campo Grande, v. 13, n. 3, set./dez. 2025. DOI:https://doi.org/10.55028/don.v13i3.20713.

TUNES, Regina. Geografia da inovação: o debate contemporâneo sobre a relação entre território e inovação. Espaço e Economia, n. 9, 2016. DOI:https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2410.

VALE, Mário. Conhecimento, inovação e território. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, v. 44, n. 88, p. 9-22, 2009.

VIOLA, Eduardo; MENDES, Vinícius. Agricultura 4.0 e mudanças climáticas no Brasil. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 25, e02462, 2022. DOI:http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200246r2vu2022L3AO.

VOLPATO JUNIOR, Pedro Eduardo. Agtechs: panorama de atuação no Brasil. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Naviraí, 2022.

Anexos



Gráfico de Crescimento das Agtechs no Nordeste 2019 a 2025



Distribuição de Agtechs por Estados do Nordeste



Concentração de Agtechs por Municípios do Nordeste



Distribuição de Ambientes de Inovação por Estados do Nordeste



Classificação de Categorias e sua Descrição



Gráfico de Segmento das Agtechs

CÓDIGO: HS1330

AUTOR: SARA RAQUEL ALVES DE ANDRADE

ORIENTADOR: EDVALDO BALDUINO BISPO

TÍTULO: Ensino de complementos verbais: do livro didático à perspectiva funcionalista

Resumo

Este trabalho investiga o tratamento dos complementos verbais em livros didáticos de Língua Portuguesa destinados aos anos finais do Ensino Fundamental, considerando as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os pressupostos da Linguística Funcional (LF). Trata-se de uma pesquisa qualitativo-interpretativista e descritivo-explicativa, que analisa a coleção Português: linguagens, de Cereja e Vianna (2022), adotada na Rede Municipal de Natal e em outros municípios do Rio Grande do Norte. Os resultados demonstram que a coleção apresenta uma abordagem progressiva dos complementos verbais e incorpora atividades epilinguísticas e textos de diferentes gêneros. Entretanto, predominam atividades de identificação e classificação sintática, com exploração limitada das dimensões semântico-pragmática e textual-discursiva e da articulação com a leitura e a produção textual. Conclui-se que a perspectiva funcionalista pode ampliar o tratamento dos complementos verbais, articulando a sistematização gramatical ao funcionamento da língua em contextos efetivos de uso.

Palavras-chave: complementos verbais; ensino de gramática; Linguística Funcional.

TITLE: Teaching Verb Complements: From Textbooks to a Functionalist Perspective

Abstract

This study investigates the treatment of verb complements in Portuguese language textbooks for the final years of Brazilian lower secondary education, considering the guidelines of the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC) and the assumptions of Functional Linguistics (FL). The study adopts a qualitative-interpretive and descriptive-explanatory approach and analyzes the textbook collection Português: linguagens, by Cereja and Vianna (2022). The results show that the collection presents a progressive approach to verb complements and incorporates epilinguistic activities and texts from different genres. However, activities focused on syntactic identification and

classification predominate, with limited attention to semantic-pragmatic and textual-discursive dimensions and their integration with reading and writing practices. The study concludes that a functionalist perspective can broaden the teaching of verb complements by integrating grammatical knowledge with the functioning of language in actual contexts of use.

Keywords: verb complements; grammar teaching; Functional Linguistics.

Introdução

O ensino de gramática, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998), tem passado por discussões significativas, sobretudo no que se refere à importância de articular três eixos voltados para o ensino de Língua Portuguesa: leitura/escuta, produção textual e prática de análise linguística, o que atribuiu uma nova dimensão aos estudos gramaticais. Nessa direção, com base nas orientações curriculares, entende-se que a prática de análise linguística no espaço escolar deve estar associada a uma abordagem reflexiva sobre os diversos recursos linguísticos mobilizados pelos falantes na construção de sentidos, a fim de ultrapassar o enfoque dado, predominantemente, à definição e à classificação de tópicos gramaticais e, desse modo, promover abordagens voltadas ao aprimoramento das habilidades de produção e recepção de textos por parte dos educandos.

Tal mudança de orientação, reafirmada pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), fomenta a concepção de que é necessário compreender as categorias gramaticais em sua relação com os usos efetivos da língua, com a construção de sentidos e com os gêneros textuais mobilizados em sala de aula, atribuindo-lhes, assim, um novo papel no ensino da língua. Nesse sentido, o trabalho pedagógico com os conteúdos gramaticais é redimensionado, de modo que sejam promovidas abordagens calcadas em práticas de análise linguística/semiótica capazes de propiciar reflexões sobre os efeitos semântico-pragmáticos e textual-discursivos dos mecanismos linguísticos mobilizados na construção de textos autênticos.

Apesar dos norteamentos para a reorientação do ensino de gramática na Educação Básica, percebe-se a persistência de abordagens de viés normativo-prescritivo, focadas no estabelecimento de regras, na classificação e na memorização de categorias gramaticais, distanciando-se de propostas pedagógicas mais reflexivas e voltadas aos contextos de uso. Diante desse cenário, torna-se relevante observar de que maneira os conteúdos gramaticais são apresentados e que tipo de reflexão sobre a língua é efetivamente oportunizada ao estudante.

É nesse contexto que a Linguística Funcional (LF) oferece contribuições significativas para a reflexão sobre o ensino de gramática. Tal vertente compreende os fenômenos linguísticos a partir de suas relações com os usos efetivos da língua e com as necessidades comunicativas dos falantes. Conforme Furtado da Cunha e Bispo (2023, p. 19), “o uso da língua é central para a LFCU, de sorte que os fenômenos sob investigação são analisados em relação às funções semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas que eles desempenham na comunicação”. Sob esse viés, defende-se uma estreita relação entre forma e função, de modo que a gramática não é compreendida como um sistema isolado das situações de interação, mas em sua relação com os usos

linguísticos.

À vista disso, tal concepção apresenta potencial para subsidiar práticas de ensino de gramática que ultrapassem uma abordagem restrita à dimensão formal dos fenômenos linguísticos. Conforme Bispo (2025, p. 118), pesquisas desenvolvidas sob essa perspectiva "apresentam potencial contribuição para um ensino produtivo de língua, em termos de uma abordagem mais significativa de fenômenos linguísticos em sala de aula". Desse modo, a reflexão sobre o funcionamento da língua em contextos efetivos de uso pode articular-se à descrição e à análise das categorias gramaticais, de maneira que o conhecimento metalinguístico não constitua um fim em si mesmo, mas integre um processo mais amplo de desenvolvimento das habilidades linguísticas dos estudantes.

Inserido nesse contexto, o presente trabalho focaliza o tratamento dos complementos verbais em Livros Didáticos de Língua Portuguesa (LDLP) destinados aos anos finais do Ensino Fundamental e utilizados em escolas públicas potiguares, buscando caracterizar a abordagem conferida a esse tópico gramatical e discutir possíveis encaminhamentos didáticos.

Metodologia

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativo-interpretativista quanto à abordagem do objeto, voltada à interpretação do tratamento conferido aos complementos verbais no material didático selecionado para análise. No que tange aos objetivos, a investigação é descritivo-explicativa, uma vez que focaliza a caracterização da abordagem dessa categoria gramatical na obra e a sua análise à luz da LF e das orientações curriculares vigentes.

A etapa inicial compreendeu a seleção e o estudo da bibliografia relevante para o trabalho sob orientação do professor coordenador do projeto, abarcando os pressupostos teóricos e os conceitos fundamentais da LF e de sua correlação com o ensino de língua. Nesse sentido, a análise assentou-se nos estudos funcionalistas de Givón (1984), Martelotta (2011), Furtado da Cunha e Bispo (2013, 2023), Furtado da Cunha, Costa e Cezário (2015) e Neves (2018) sobre a gramática das línguas naturais, bem como nos de Neves (2003, 2010), Furtado da Cunha e Bispo (2012), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2014), Oliveira e Wilson (2015), Bispo, Cordeiro e Lucena (2022), Bispo e Furtado da Cunha (2022), Bispo e Cordeiro (2023) e Bispo (2025) para tratar sobre a correlação entre o Funcionalismo Linguístico e o ensino de língua. Paralelamente, foram investigadas as orientações curriculares da BNCC (Brasil, 2018) relacionadas à análise linguística/semiótica nos anos finais do EF.

Em seguida, realizou-se a definição da coleção didática dos anos finais do EF a ser analisada. Foi selecionada a obra "Português: linguagens" (Cereja; Vianna, 2022), da Editora Saraiva, escolhida no PNLD 2024, e adotada em toda a Rede Municipal de Natal e em vários outros municípios. A partir disso, procedeu-se à caracterização da abordagem dos complementos verbais no material e ao exame de sua articulação com as orientações da BNCC. A análise considerou também a relação entre o tratamento formal dos complementos verbais e seu funcionamento nos textos mobilizados pela coleção, bem

como a forma como essa categoria era apresentada nas explicações, exemplificações e atividades propostas.

Após a caracterização, procedeu-se ao cotejo entre a abordagem da coleção, as diretrizes curriculares oficiais e a perspectiva funcionalista de investigação de fatos gramaticais. Tal etapa buscou identificar aproximações e distanciamentos entre o tratamento conferido aos complementos verbais no material didático, as orientações da BNCC para a análise linguística/semiótica e os pressupostos funcionalistas, considerando, sobretudo, a articulação entre aspectos morfossintáticos, semântico-pragmáticos e textual-discursivos.

Por fim, com base nos resultados da análise, foram discutidos possíveis encaminhamentos didáticos para o tratamento dos complementos verbais em turmas do EF baseado na perspectiva funcionalista do ensino de gramática, a fim de contribuir para um ensino mais significativo dessa categoria sintática.

Resultados e Discussões

Ao analisar a coleção Português Linguagens (Cereja; Vianna, 2022), destinada aos anos finais do EF, foi possível observar a variação do tratamento dado aos complementos verbais ao longo dos volumes analisados, bem como quais habilidades da BNCC foram mobilizadas.

No material para o 6º ano, não foram identificadas explicações e/ou atividades relativas aos complementos verbais nas seções destinadas aos conteúdos mobilizados nessa série. Na terceira unidade, contudo, são trabalhados aspectos relacionados ao verbo, em termos de classes (conjugações) e flexão. Dessa forma, apesar de não estarem diretamente relacionados aos objetos direto e indireto, esses tópicos introduzem noções importantes para a assimilação dos conteúdos que serão apresentados no ano seguinte.

No livro destinado ao 7º ano, a abordagem dos complementos verbais ocorre na terceira unidade, no capítulo sobre transitividade verbal, objeto direto e objeto indireto. Na subseção Construindo o conceito, o material retoma fragmentos de duas entrevistas trabalhadas anteriormente na unidade e propõe atividades epilinguísticas, com questões que direcionam a atenção dos estudantes para as formas verbais destacadas e para a presença ou ausência de elementos que lhes complementam o sentido. Nesse primeiro momento, é possível observar um fomento à reflexão que precede a introdução à nomenclatura gramatical, uma vez que o estudante, inicialmente, é levado a observar as ocorrências linguísticas para, posteriormente, ter contato com a sistematização dos conceitos. Nesse contexto, pode-se dizer que tal organização constitui um aspecto relevante da abordagem, pois os conceitos, as definições e as classificações não constituem o ponto de partida do estudo do conteúdo.

Apesar desse procedimento, percebe-se que o espaço destinado à contextualização é breve e não demanda, por exemplo, a compreensão do contexto global em que os fragmentos e as formas destacadas estão contidos. Observa-se, também, a predominância de comandos voltados à classificação verbal e à identificação de seus

complementos nas atividades propostas, ainda que recorram a diferentes gêneros textuais e a questões de compreensão do conteúdo dos textos utilizados nos exercícios.

Outro aspecto relevante do tratamento dado aos complementos verbais no livro do 7º ano diz respeito ao reconhecimento, pelo próprio material, de que a transitividade verbal depende do contexto em que o verbo é empregado e, nessa direção, infere-se que o livro não trata o processo de classificação verbal como algo desvinculado de seu uso

Quanto à BNCC, a abordagem do 7º ano relaciona-se às habilidades EF07LP05, referente à identificação de verbos transitivos e intransitivos, e EF07LP07, a qual contempla os objetos direto e indireto entre os termos constitutivos da oração e que, apesar de não estar indicada diretamente pelo material, contempla a complementação verbal e pode ser desenvolvida por meio das atividades propostas referentes à transitividade e à complementação do verbo.

No volume do 8º ano, observou-se que não há uma seção dedicada especificamente à conceituação dos complementos verbais, indicando que o material considera os conteúdos apresentados na série anterior. Percebe-se, ainda assim, a retomada do assunto no estudo referente ao predicativo do objeto e ao predicado verbo-nominal. Na subseção Construindo oconceito do primeiro capítulo da segunda unidade, também são mobilizadas questões epilinguísticas, as quais promovem a reflexão sobre o uso da língua e, nesse sentido, aproximam-se de uma perspectiva funcionalista no que diz respeito à língua em contextos reais de uso. A retomada da transitividade e da complementação verbal ocorre, nesse momento, a partir das próprias atividades, mas sem a exposição dos conceitos já estudados no ano anterior.

Nesse volume, a presença dos complementos verbais torna-se relevante devido à própria definição do predicativo do objeto, apresentado pela obra como termo que atribui características ao objeto direto ou indireto. Desse modo, embora a complementação verbal não constitua o objeto central da seção, seu conhecimento prévio é mobilizado como base para a compreensão de uma outra categoria sintática, o que demonstra certa progressão na organização dos conteúdos da coleção.

Quanto às atividades do 8º ano, notou-se que o material utiliza uma combinação de procedimentos para a exploração do tópico, ora considerando o fenômeno estudado em uso a partir de um texto, ora em frases avulsas. Além disso, embora haja atividades de leitura e de interpretação textual, não se estabelece uma articulação direta entre a complementação verbal e as práticas de produção de texto, o que evidencia certa carência entre o estudo da complementação verbal em articulação com as demais práticas de linguagem.

No que se refere às orientações da BNCC, o material contempla as habilidades EF08LP06 e EF08LP07, referentes à identificação e à diferenciação dos complementos do verbo, respectivamente, e a EF08LP09, que estabelece relação com a categoria ao prever a interpretação dos efeitos de sentido produzidos por modificadores de substantivos que desempenham, entre outras, a função de complemento verbal.

Por fim, no material destinado ao 9º ano, os complementos verbais também deixam de constituir o foco principal das seções analisadas, mas são recuperados no tratamento de outros objetos de conhecimento do campo da sintaxe. No capítulo destinado às orações

subordinadas substantivas, por exemplo, são apresentadas as orações que desempenham a função de complemento de um verbo da oração principal, o que leva à retomada das funções de objeto direto e objeto indireto, demonstrando, dessa forma, que o conhecimento da complementação verbal passa a, mais uma vez, servir de base para a compreensão dessas relações sintáticas.

Quanto às orientações curriculares, não foram identificadas, nas seções referentes ao 9º ano, habilidades direcionadas especificamente ao estudo dos complementos verbais. As habilidades indicadas pelo material relacionam-se ao conteúdo foco do capítulo, embora sua abordagem mobilize conhecimentos anteriormente construídos acerca da complementação verbal.

Em linhas gerais, observa-se que a coleção não se restringe a uma abordagem exclusivamente classificatória, visto que mobiliza atividades epilinguísticas antes de abordar as classificações e traz textos capazes de dialogar com o cotidiano dos estudantes, com temáticas atuais e pertinentes, além de buscar a articulação dos conteúdos com as habilidades relativas aos complementos verbais previstas pela BNCC para cada série. Entretanto, percebe-se certa carência de propostas voltadas para a exploração das funções semântico-pragmáticas e textual-discursivas dos complementos e para sua articulação efetiva com a leitura e a produção textual.

À vista disso, a perspectiva funcionalista pode contribuir para a ampliação de abordagens centradas, sobretudo, na classificação e na identificação de categorias gramaticais, uma vez que propõe análises linguísticas calcadas nos contextos efetivos de uso. O tratamento dos complementos verbais a partir dos pressupostos da LF, portanto, pode indicar novas possibilidades de exploração, favorecendo um ensino voltado para reflexões significativas sobre o funcionamento da língua.

Sob esse viés, um dos aspectos relacionados aos complementos verbais que podem ser explorados a partir do Funcionalismo Linguístico diz respeito à possibilidade de esses constituintes introduzirem referentes ou informações novas no discurso. Uma vez introduzidos, tais referentes podem ser retomados em porções posteriores do texto, contribuindo para a progressão discursiva. Desse modo, torna-se possível considerar o complemento não apenas por sua função sintática, mas também pela informação que veicula (função semântica) e pela organização/disposição dessa informação no texto (função textual).

Outro aspecto que pode ser explorado relaciona-se às diferentes formas de expressão e retomada desses referentes. Um referente introduzido, por exemplo, por um sintagma lexical em função de complemento pode ser retomado posteriormente por um pronome ou por um morfema zero. Tal forma de considerar o fenômeno pode, no ensino de gramática, auxiliar na leitura, uma vez que permite ao aluno acompanhar os referentes ao longo do texto, e na escrita, ao favorecer a reflexão sobre a continuidade e a progressão das informações. Além disso, um referente inicialmente introduzido por uma expressão em função de complemento pode ser retomado posteriormente por outra expressão que exerça função sintática distinta, como a de sujeito.

A partir do exposto, é possível depreender que a abordagem funcionalista permite ampliar as reflexões sobre os complementos verbais, colaborando para que o tratamento desses objetos de conhecimento não se limite à identificação de sua função sintática,

mas também considere o contexto em que essas estruturas ocorrem e sua participação na organização discursiva. Cabe salientar que o tratamento de fatos gramaticais sob o viés funcionalista "não deve ser realizado de forma isolada, mas sim integrar um conjunto mais amplo de atividades voltadas ao desenvolvimento da competência comunicativa do aluno" (Bispo, 2025, p. 120).

No âmbito do ensino, um possível encaminhamento didático consiste em ampliar a análise dos complementos verbais para além de sua identificação e classificação, explorando seu funcionamento na organização discursiva. Podem ser observadas, em textos, as informações introduzidas pelos complementos, as formas de retomada de seus referentes e as diferentes funções sintáticas assumidas pelas expressões que os retomam ao longo do discurso. Tal abordagem permite articular aspectos morfossintáticos, semântico-pragmáticos e textual-discursivos, aproximando o estudo da complementação verbal das práticas de leitura e produção textual.

Conclusão

A análise realizada permitiu caracterizar o tratamento conferido aos complementos verbais na coleção Português Linguagens, destinada aos anos finais do EF, bem como observar sua relação com as orientações da BNCC e com os pressupostos da Linguística Funcional. De modo geral, verificou-se que a abordagem dessa categoria se desenvolve de maneira progressiva ao longo dos volumes, partindo do estudo de conteúdos relacionados ao verbo no 6º ano, passando pela sistematização da transitividade e dos objetos direto e indireto no 7º ano e sendo retomada, nos anos seguintes, como conhecimento necessário à compreensão de outras categorias sintáticas.

Os resultados demonstraram que a coleção apresenta aspectos que se aproximam de uma perspectiva reflexiva de ensino de gramática, sobretudo por recorrer a atividades epilinguísticas e a textos de diferentes gêneros antes da conceituação da categoria gramatical focalizada. Além disso, o material reconhece a influência do contexto na transitividade verbal e estabelece relações entre os conteúdos trabalhados e habilidades sobre complementos verbais previstas pela BNCC. Por outro lado, observou-se a predominância de atividades voltadas à identificação e à classificação das categorias sintáticas, bem como uma carência de abordagem desta categoria considerando suas dimensões semântico-pragmática e textual-discursiva e sua articulação com as práticas de leitura e produção textual.

Diante desses resultados, considera-se que a perspectiva funcionalista pode contribuir para ampliar o tratamento dos complementos verbais em sala de aula, sem que isso implique abandonar o estudo sistematizado de tópicos gramaticais. Assim, a consideração das informações introduzidas pelos complementos, das formas de retomada de seus referentes e de sua participação na organização discursiva constitui uma possibilidade de associar aspectos morfossintáticos ao funcionamento da língua em contextos efetivos de uso.

Desse modo, espera-se que o estudo contribua para as discussões acerca do ensino de gramática na Educação Básica e para a reflexão sobre possibilidades de abordagem dos

complementos verbais que articulem descrição gramatical, funcionamento linguístico e práticas de linguagem. Nesse sentido, a análise realizada reforça a possibilidade de conciliar a sistematização dos conhecimentos gramaticais com uma perspectiva de ensino que favoreça a compreensão dos recursos linguísticos e de seu funcionamento na construção dos sentidos dos textos em que ocorrem.

Referências

BISPO, E. B. Ensino de língua na perspectiva funcionalista. In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (org.). Palavras-chave para o ensino de Língua Portuguesa. Campinas-SP: Pontes Editores, 2025. p. 134-141.

BISPO, E. B.; CORDEIRO, F. da S.; LUCENA, N. L de. Funcionalismo linguístico e ensino de português: convergências, possibilidades e prática docente. Revista do GELNE, n. 1, v. 24, p. 192–207, 2022.

BISPO, E. B.; CORDEIRO, F. da S. Morfossintaxe na sala de aula sob o viés funcionalista: elementos circunstanciais em foco. In: OLIVEIRA; M. R. de; LOPES, M. G. (Orgs.). Funcionalismo linguístico: interfaces. 1. ed., v. 1. Campinas-SP: Pontes Editores, 2023. p. 291-326.

BISPO, E. B.; CORDEIRO, F. da S.; SILVA DOS SANTOS, D. W. Gramática na sala de aula. Caderno Seminal Digital (Rio de Janeiro), v. 48, p. 1-29, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.12957/seminal.2024.80016.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Parte II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília/DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Relações sintático-semânticas da oração. In: Roza Palomanes; Angela Marina Bravin. (Org.). Práticas de ensino do português. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, v. 1, p. 143-164.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. Revista do GELNE, v. 15, n. 1/2, p. 53-78, 2013.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Linguística Funcional Centrada no Uso: caracterização teórico-metodológica e aplicação prática. In: ROSÁRIO, I. da C. (Org.). Metodologia da pesquisa funcionalista. Porto Velho: EDUFRO, 2023. p. 15-36.

FURTADO DA CUNHA. M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) Linguística funcional: teoria e prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 21-47.

FURTADO DA CUNHA. M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso e ensino de português. Gragoatá, n. 36, p. 80-104, 2014.

GIVÓN, T. Syntax: a functional-typological introduction. v. I, Amsterdam: John Benjamins, 1984.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, M. H. de M. Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, M. H. de M. Ensino de gramática e vivência de linguagem – temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, M. H. de M. Gramática funcional: interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. PCN à luz do funcionalismo linguístico. Linguagem & Ensino, n. 10, p. 87-108, 2007.

OLIVEIRA, M. R.; WILSON, V. Linguística funcional aplicada ao ensino de português. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). Linguística funcional: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015, p. 79-110.

SILVA, C. R. de O. Metodologia e organização do projeto de pesquisa (Guia prático). Fortaleza-CE: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

CÓDIGO: HS1344

AUTOR: JONATHAN GUSTAVO PESSOA CAVALCANTI DE LIMA

ORIENTADOR: ROSANNE BEZERRA DE ARAUJO

TÍTULO: Tecnologias de Gênero, Natureza e Controle em Frankenstein (1831), de Mary Shelley

Resumo

Este artigo propõe uma leitura crítica de Frankenstein (1818), de Mary Shelley, centrada na idealização, criação e destruição da segunda criatura concebida por Victor Frankenstein, desta vez constituída como feminina. A partir da crítica literária feminista, especialmente do conceito de tecnologias de gênero de Teresa de Lauretis, e em diálogo com as leituras ecofeministas de Anne K. Mellor, analisam-se as projeções realizadas por Victor sobre a subjetividade, a sexualidade e a capacidade reprodutiva dessa criatura antes mesmo de sua existência autônoma. A análise também mobiliza as contribuições de Carole Pateman e Gayle Rubin para examinar o acordo firmado entre Victor e a primeira criatura, no qual o novo corpo feminino é estabelecido como objeto de uma negociação da qual não participa. Observa-se que Victor atribui antecipadamente à criatura uma função de companheira e transforma suas possíveis formas de autonomia, como a recusa do parceiro, a escolha de outro objeto de desejo e, sobretudo, a reprodução em ameaças. Conclui-se que a destruição da segunda criatura pode ser compreendida como manifestação de uma ansiedade patriarcal diante da possibilidade de perda de controle sobre o corpo feminino, sua subjetividade e sua capacidade de produzir uma descendência independente do criador.

Palavras-chave: Frankenstein; tecnologias de gênero; reprodução; crítica feminista

TITLE: Technologies of Gender, Nature, and Control in Mary Shelley's Frankenstein (1831)

Abstract

This article offers a critical reading of Mary Shelley’s Frankenstein (1818), focusing on the conception, creation, and destruction of Victor Frankenstein’s second creature,

conceived as female. Drawing on feminist literary criticism, particularly Teresa de Lauretis's concept of technologies of gender, and engaging with Anne K. Mellor's ecofeminist readings of the novel, the study examines Victor's projections concerning the creature's subjectivity, sexuality, and reproductive capacity before she can attain an autonomous existence. The analysis also draws on Carole Pateman and Gayle Rubin to examine the agreement established between Victor and the first creature, in which the female body becomes the object of a negotiation in which she has no participation. The article argues that Victor assigns the creature the role of companion in advance and transforms her potential forms of autonomy, including the rejection of her intended mate, the choice of another object of desire, and, above all, reproduction, into threats. It concludes that the destruction of the second creature can be understood as a manifestation of patriarchal anxiety toward the possible loss of control over the female body, its subjectivity, and its capacity to produce a lineage independent of its creator.

Keywords: Frankenstein; technologies of gender; reproduction; feminist criticism

Introdução

Tradições e costumes estão frequentemente ligados a épocas e espaços. Desde vestimentas e comidas tradicionais a rituais religiosos, a cultura se transforma a cada momento da história, em diferentes lugares. Com a chegada da modernidade, os dilemas morais e filosóficos que preocupavam a humanidade cederam espaço a novas questões, como, dentre outras indagações do Iluminismo, a origem da vida. Essa questão, por sua vez, é escrutinada na obra Frankenstein, de Mary Shelley, publicada na Inglaterra em 1 de janeiro de 1818. Embora esta obra atualmente seja um texto clássico da literatura moderna, à época de seu lançamento a recepção do público foi mista, variando entre elogios à linguagem e fortes críticas que apontavam o conteúdo como blasfêmia e, uma vez descoberta a identidade da autora, pautavam a inadequação do gótico à autoria feminina. Ainda assim, o livro de Mary Shelley estabeleceu um novo paradigma na literatura ao reunir qualidades literárias como profundidade emocional, ambientação, enredo, personagem, linguagem e estilo, sendo considerado como um dos grandes marcos na literatura gótica e de ficção científica.

A qualidade literária da obra foi, inclusive, ressaltada mesmo pela crítica anônima publicada no jornal British Critic em abril de 1818, a mesma que identificava a autoria feminina de Frankenstein e soltava pistas que ligavam a obra à Mary Shelley, segue excerto a partir do registro disponível no Shelley-Godwin Archive:

This is another anomalous story of the same race and family as [Godwin's] Mandeville; and, if we are not misinformed, it is intimately connected with that strange performance, by more ties than one"; "The writer of it is, we understand, a female; this is an aggravation of that which is the prevailing fault of the novel; but if our authoress can forget the gentleness of her sex, it is no reason why we should; and we shall therefore dismiss the novel without further comment." In between, the reviewer observed that

Frankenstein bears “marks of considerable power … but this power is so abused and perverted, that we should almost prefer imbecility” and that “there are occasional symptoms of no common powers of mind, struggling through a mass of absurdity. (Frankenstein [...], 1818, p. 438)

Se pensarmos sobre o fato de a crítica literária do século XIX tecer críticas à autora de Frankenstein e ter pautado supostas inadequações do conteúdo no texto literário devido ao fato da obra ter sido escrita por uma mulher ao invés de analisar a narrativa em sua forma e conteúdo, podemos perceber como as questões de gênero guiavam tanto a moralidade da época como atravessavam o que uma pessoa poderia ser ou fazer a depender do seu próprio corpo.

Em outras palavras, o gênero era um fator determinante na vida do sujeito que integrava a sociedade inglesa daquele período, e para as mulheres este controle de posição social era um fator de grande limitação. A sociedade inglesa de então tinha parâmetros diferentes para a autoria de homens e de mulheres, estas precisando limitar-se a escrever o que era considerado coisa de mulher, assim evitando o gótico, o pitoresco, o violento. Nesse horizonte, podemos perceber as limitações de um corpo e suas possibilidades de ação na sociedade estão estabilizados e desafiados simbolicamente por Shelley em Frankenstein, e buscamos compreender como Victor constrói discursivamente a subjetividade da segunda criatura antes de sua existência e como essa antecipação transforma possibilidades de autonomia feminina em justificativa para sua destruição.

Para tanto, a discussão aqui proposta fundamenta-se em noções das tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) e leituras ecofeministas de Mellor (1996; 2017) a fim de compreender as diferentes formas a partir das quais podemos observar o funcionamento das tecnologias de gênero na obra. Dentre os diferentes recortes possíveis para analisar as representações de personagens femininas, selecionamos o recorte da criação de uma segunda criatura de gêne

Metodologia

A presente pesquisa realiza um estudo qualitativo e bibliográfico visando a uma leitura crítica da obra Frankenstein (1831), de Mary Shelley, por meio da seleção de recortes que circundam os processos de criação das criaturas do cientista Victor Frankenstein, especialmente a segunda criatura, concebida em um acordo entre duas figuras masculinas e que viria a ser um corpo feminino construído para cumprir o papel de companheira. Para tanto, partimos dos fundamentos da Crítica Literária Feminista e da Ecocrítica, mobilizando o conceito de Tecnologias de Gênero (Lauretis, 1994) e as relações entre criação, natureza e reprodução (Mellor, 1996), respectivamente. A partir da análise de excertos da obra, investigamos o discurso de Victor sobre a segunda criatura, cuja moralidade, desejo sexual e possível descendência são antecipados pelo cientista antes mesmo que ela adquira existência. Buscamos, assim, compreender os diferentes mecanismos pelos quais o controle dos corpos participa da constituição de posições de gênero e da atribuição de funções e expectativas sociais às personagens. Após o levantamento inicial do referencial teórico, foi realizada a leitura crítica da obra, a partir da qual foram selecionados dois recortes centrais à investigação da hipótese: (i) o acordo firmado entre o cientista e a primeira criatura, que estabelece a criação e a função da futura companheira e (ii) o momento em que o cientista desiste da nova

criação e destrói o projeto (o corpo desta segunda criatura). Por fim, a leitura dos trechos selecionados sob a perspectiva do nosso aporte teórico é realizada com o objetivo de compreender os meios pelos quais o discurso da personagem Victor Frankenstein opera como agente das tecnologias de gênero e delimita papéis sociais na obra.

Resultados e Discussões

TECNOLOGIAS DE GÊNERO, NATUREZA E CONTROLE

Teresa de Lauretis, em seu texto A Tecnologia do Gênero, argumenta que "a sexualização do corpo feminino tem sido, com efeito, uma das figuras ou objetos de conhecimento favoritos nos discursos da ciência médica, da religião, arte, literatura, cultura popular e assim por diante" (Lauretis, 1994, p. 221). Nesse sentido, o gênero ultrapassa a ideia de uma simples distinção fundada na diferença sexual e passa a compreender os processos de representação pelos quais os corpos são socialmente organizados em determinadas posições, às quais se associam diferentes expectativas e possibilidades de ação, assim, portanto, participando das determinações de papéis e posições sociais. Ainda, no que diz respeito à forma com a qual Victor se relaciona com a natureza e os meios de criação de seus experimentos, Mellor (1996, p. 283) argumenta que a natureza

pune Victor Frankenstein de maneira justa ao negá-lo a capacidade de reprodução natural. A noiva dele foi morta na noite do casamento, assim eliminando as chances que Victor tinha de engendrar suas próprias crianças. A criatura que ele criou volta-se contra ele, destruindo não apenas seu irmão, William, sua alma gêmea, Clerval, sua serva leal, Justine, seu enlutado Pai, e sua esposa, mas finalmente também perseguindo o próprio Victor até a morte, deixando-o sem descendentes.

A empreitada de criar um ser humano trava um embate com as formas naturais de criação e de reprodução. Quando se apropria de partes de corpos sem vida, que entrariam em estado de decomposição, para usá-las segundo seu projeto de criação de vida humana, Victor reorganiza o ciclo natural da matéria, desviando-a do ciclo de transformação natural. Similarmente, a partir de Mellor, podemos expandir essa compreensão e observar nesse embate os movimentos de tomada e retomada de controle. Por um lado, Victor assume o controle da matéria ao dominar a criação de vida autonomamente, desconsiderando a reprodução sexuada ao reorganizar a matéria e dar vida a um corpo criado por ele; por outro lado, temos a agência da natureza que, por sua vez, interrompe o ciclo da vida de Victor: a matéria que antes foi tomada, mas agora reavivada, ganha poder de agência e se torna a própria ferramenta que interrompe a genealogia do cientista e, finalmente, o elimina. Essa perda de controle torna-se ainda mais significativa quando Victor considera a criação de um segundo corpo, desta vez feminino, pois o poder de agência que já escapara ao criador poderia então adquirir também autonomia reprodutiva. Isso mostra-se como um ponto inflexão em que o projeto de criação e domínio da vida se depara com a criação de um corpo feminino, e então podemos observar como a relação entre controle e gênero se torna especialmente evidente.

As tecnologias de gênero, em Frankenstein, estão presentes na organização social que distingue os papéis desempenhados por homens e mulheres. Os homens ocupam prioritariamente posições de ação, deslocamento, conhecimento, criação e narração, enquanto várias mulheres do núcleo de Victor são colocadas em posições de cuidado, sustentação afetiva e permanecem no lar. Esse ambiente produz expectativas sobre aspectos como masculinidade, feminilidade, cuidado, sexualidade e reprodução. Para os fins desta análise, nos debruçamos sobre as ponderações do cientista Victor Frankenstein a respeito dos impactos da criação de uma segunda criatura que é construída discursivamente pelo próprio criador. Inicialmente, ele se permite pensar que ainda não a conhece, como podemos ver em "agora estava prestes a criar outro ser cujas inclinações, como na primeira vez, eu desconhecia" (Shelley, 2015, p. 266), mas logo ele se põe a imaginar a criatura:

[...] Ela talvez se revelasse dez mil vezes mais maligna que seu companheiro e viesse a cometer assassinatos hediondos simplesmente por prazer. [...] Era possível até que viessem a odiar se odiar um ao outro; se a criatura já existente sentia repulsa da própria deformidade, não poderia abominar mais ainda essa característica quando a tivesse diante dos olhos em versão feminina? Talvez também ela, repugnada, voltasse os olhos para a beleza do homem; talvez abandonasse seu companheiro e ele acabasse sozinho e exasperado pela nova afronta de ser largado por um ser de sua própria espécie. [...] Ainda que os dois fossem embora da Europa para viver nos confins do novo mundo, uma das primeiras consequências da relação pela qual o demônio ansiava seriam filhos, e uma raça de demônios proliferando-se pelo mundo poderia tornar a existência da espécie humana precária e plena de terror (Shelley, 2015, p. 266-267).

Essa criatura, a qual objetiva-se realizar a sua criação para que sirva de companheira à criatura masculina feita no primeiro experimento, sequer ainda está viva quando o cientista teme seus atos. Mellor (2017) argumenta que Victor teme que a futura criatura feminina desenvolva desejos e opiniões próprias, recuse o acordo estabelecido antes de sua criação, rejeite seu companheiro, manifeste uma sexualidade autônoma e exerça sua capacidade reprodutiva, gerando uma nova raça de criaturas.

A seguir, faremos o movimento de observar as ponderações de Victor sobre essa nova criatura, seguido por um retorno ao acordo firmado entre cientista e experimento inicial para comentar como esse acordo entre figuras masculinas impõe submissão à parte que deverá cumpri-lo sem que tenha participação ou poder algum de negociação, e nem mesmo terá benefícios.

Inicialmente, Victor utiliza a experiência moral e afetiva resultante da experiência com o projeto da criatura masculina como modelo de comportamento para antecipar a subjetividade de uma nova criatura, agora feminina. Ele antecipa a violência da primeira criatura, que adquiriu vontade própria, confrontou-o enquanto criador e tornou-se violenta, projetando essa personalidade sobre a nova criação e, assim, desconsidera a própria singularidade do novo sujeito antes mesmo de sua existência efetiva se realizar. Isso evidencia uma limitação do cientista: embora seja um intelectual, faltam-lhe recursos para lidar com relações humanas, ainda que ele tente criar vida em seus projetos e seja um indivíduo bastante emocional. Ele considera que essa nova vida servirá a um fim, assim como a matéria prima natural da qual ele se apoderou para criar esses corpos, desconsiderando características naturais e subjetividade. Ainda que qualquer nova criatura possa tornar-se perigosa, o novo projeto parte de uma ideia

generificada desde a sua concepção, que tem origem a partir da própria criatura inicial com seu desejo de ter uma companheira, quando reclama ao criador:

"Deves criar uma mulher para mim, com a qual eu possa viver uma troca daquela solidariedade necessária à minha existência. Isso só tu podes fazer; e reivindico como um direito que não deves te recusar a me conceder" (Shelley, 2015, p. 238).

Inicialmente, o cientista recusa o pedido da criatura, que, por sua vez, contra-argumenta e insiste de forma persuasiva até o ponto em que Victor concede o seu desejo e então ambos firmam um acordo:

Consinto com o que me pedes, desde que jures solenemente abandonar para sempre a Europa e qualquer outro lugar onde haja vizinhança humana tão logo eu entregue em tuas mãos a mulher que te acompanhará ao exílio."

"Juro", ele exclamou, "sob o sol e o azul-celeste do Paraíso e pelo fogo amoroso que queima em meu coração, que, enquanto tudo isso existir, uma vez atendida minha súplica, jamais voltarás a ver-me. Vai para tua casa e começa a trabalhar; observarei o progresso de tua obra com indizível ansiedade. E não temas, pois que, quando terminares, aparecerei para ti" (Shelley, 2015, p. 242).

Esse acordo firmado entre as duas figuras masculinas, criador e criatura, objetiva suprir o desejo da criatura em ter uma parceira com quem ele possa viver seus dias na terra, bem como o desejo do criador de que a criatura pare de ameaçá-lo, além de cessar a prática de assassinar humanos como vingança pelo abandono sofrido. Nenhum deles, no entanto, considera a nova criatura como um ser livre, autônomo e pensante, que terá os próprios desejos e vontades. Finalmente, quando então pondera sobre uma possível singularidade para a nova criatura, Victor raciocina a partir de seus próprios anseios sobre o gênero desse novo sujeito, como quem se pergunta o que esta fêmea poderia querer, já que a primeira criatura desejou pertencimento, vingança e companhia.

A partir disso, projeta-se sobre o novo corpo a dupla expectativa que antecede sua existência propriamente dita. Primeiro, o criador antecede que o comportamento e personalidade da criatura masculina anterior se repita para este novo corpo, incorrendo em grande temor pela recorrência de sua experiência de perda de controle, ou até mesmo pior, como visto em "ela talvez se revelasse dez mil vezes mais maligna que seu companheiro e viesse a cometer assassinatos hediondos simplesmente por prazer". Além disso, também a essa nova criatura atribui-se, pelo discurso do criador, um conjunto de expectativas acerca do que um corpo feminino pode desejar, recusar e reproduzir. Ele parte de uma conjectura sobre a moral da criatura não ser algo novo, mas predisposto à violência e à agressividade, como seu primeiro experimento tornara-se; depois, vai além disso e imagina as criaturas odiando-se mutuamente e seguindo caminhos distintos, ou até mesmo uma reprodução descontrolada que viria a pôr em risco o bem-estar da humanidade.

Generificada ainda em estágio de idealização e de concepção, a nova criatura é um produto arraigado na estrutura essencial do patriarcado, que espera dela um sujeito que cumpra papel de mulher, servindo de companheira. No entanto, ela ainda não existe, e habita somente o pensamento de Victor, que, por sua vez, domina e projeta a sua existência em múltiplas instâncias da vida, com ênfase na presunção de uma

personalidade incontrolavelmente violenta. Contudo, a nova criatura não possui histórico algum de vítimas ou de ameaças realizadas: ela não matou William, não matou Clerval, não ameaçou Victor, não pediu para ser criada, não participou do acordo entre o cientista e a primeira criatura, e ela nem mesmo viveu. Todos esses atos foram cometidos pela criatura masculina. No entanto, invariavelmente o cientista considera que a nova criatura herdaria de seu antecessor os aspectos violentos de sua personalidade.

Essa mesma suposição vai além da projeção sobre a moralidade hipotética da nova criação, ela impõe a essa criatura o papel de parceira, sem que o cientista considere, ao menos inicialmente, uma rejeição dela às expectativas anteriores à própria existência, sejam em sua personalidade ou nas demandas do acordo firmado. Somente quando já estava nos últimos estágios de desenvolvimento do novo corpo, o cientista reconheceu que o acordo estabelecido ignorou algo crítico:

Ele jurara abandonar cercanias habitadas por humanos e ir se esconder na vastidão, mas ela, não; e ela, com toda a probabilidade uma criatura também capaz de pensar e raciocinar, talvez se recusasse a cumprir um trato feito antes de sua criação (Shelley, 2015, p. 266)

A assimetria no acordo firmado torna-se evidente quando observamos a cena a partir do que Pateman (1993) chama de estrutura contratual assimétrica. Enquanto para as partes do acordo a negociação pode instituir trégua e liberdade, para a parte sujeita ao acordo restaria a submissão. Ainda, Rubin (2017) também argumenta que em relações de troca, homens ocupam posições de parceiros de negociação, mas as mulheres tornam-se aquilo que se negocia. Esse acordo firmado atribui compulsoriamente à nova criatura a posição de companheira antes mesmo que ela pudesse recusar ou consentir com essa função. Sua própria existência passa, assim, a integrar uma negociação firmada entre duas figuras masculinas: Victor compromete-se a criá-la, enquanto a primeira criatura promete, em contrapartida, afastar-se definitivamente da sociedade humana junto à companheira. A nova criatura, porém, nunca se comprometeu a cumprir essa posição. Enquanto na sociedade moderna a estrutura patriarcal opera de maneira a sustentar um ciclo que incube as mulheres a cumprirem certas tarefas e papeis sociais, na obra de Shelley a nova criatura não precisaria necessariamente responder a essa estrutura; e romper essa fronteira patriarcal com criador e criatura antecessora é justamente o que a tornaria uma grande ameaça ao controle almejado no acordo que engata a sua origem. Eles podem definir a sua finalidade, mas não podem decidir a sua vontade. Ainda nesse pensamento, Victor acrescenta:

Era possível até que viessem a odiar se odiar um ao outro; se a criatura já existente sentia repulsa da própria deformidade, não poderia abominar mais ainda essa característica quando a tivesse diante dos olhos em versão feminina? Talvez também ela, repugnada, voltasse os olhos para a beleza do homem; talvez abandonasse seu companheiro e ele acabasse sozinho e exasperado pela nova afronta de ser largado por um ser de sua própria espécie (Shelley, 2015, p. 266).

Nesse movimento de pensar sobre o desejo sexual da nova criatura, colocando-a como uma traidora ao imaginar a possibilidade de que ela pudesse desejar humanos e, portanto, abandonaria seu semelhante, traindo duplamente seu parceiro e a sua espécie, Victor imagina essa criatura como uma fêmea insubmissa e ameaçadora também na

esfera sexual. Isso configura novamente uma das tecnologias de gênero que podemos observar na obra: aquilo que sai do controle masculino é essencialmente maligno ou ameaçador, e a autonomia sexual de uma fêmea pode ser tão aterrorizante para um homem que ele se compadece do outro macho, que ele odeia e arrepende-se de ter criado. Uma empatia masculina que atravessa rivalidade e espécies.

Por fim, o movimento final de Victor em suas ponderações sobre esse novo corpo envereda pelo caminho oposto ao anterior:

Ainda que os dois fossem embora da Europa para viver nos confins do novo mundo, uma das primeiras consequências da relação pela qual o demônio ansiava seriam filhos, e uma raça de demônios proliferando-se pelo mundo poderia tornar a existência da espécie humana precária e plena de terror (Shelley, 2015, p. 266-267).

Para Victor, mesmo ele considerando um futuro em que a nova criatura aceite o seu papel no acordo, ela ainda assim seria uma ameaça, pois a união entre eles resultaria em uma descendência "demoníaca" que viria a aterrorizar a espécie humana. Dentro das possibilidades imaginadas pelo cientista, não há uma alternativa segura para a existência desta nova criatura. Em outras palavras, mesmo no horizonte de possibilidades em que o corpo feminino consente desempenhar o papel que lhe é esperado, se esse corpo não articular alguma maneira de perpetuar e de manter a estrutura patriarcal da sociedade ocidental, logo torna-se um problema crítico a ser evitado e, portanto, destruído, como conclui o cientista:

Teria eu o direito de, em benefício próprio, infligir tal maldição a gerações por vir? Acreditara nos sofismas de minha criatura, deixara que suas ameaças demoníacas embotassem-me os sentidos, mas ali, pela primeira vez, sentia sobre mim o impacto da perversidade de minha promessa. Estremeci ao pensar que eras futuras talvez me amaldiçoassem como seu algoz, o qual, egoísta, não hesitara em comprar sua paz ao preço, talvez, da existência da raça humana. [...] Com uma sensação de loucura, pensei naquela promessa de criar outro ser como ele e, trêmulo de furor, fiz em pedaços a coisa em que vinha trabalhando. O miserável viu-me destruir a criatura de cuja futura existência ele dependia para ser feliz e, com um uivo demoníaco e desesperado, clamando por vingança, afastou-se. (Shelley, 2015, p. 267).

Podemos observar como tudo procede no modo hipotético: a criatura poderia ser má, ela poderia odiar seu parceiro e repudiá-lo, poderia voltar-se a outros e abandoná-lo. No entanto, o cientista não conhece a nova criatura, então ele apenas fabrica para ela uma identidade a partir de suas próprias projeções sobre futuros possíveis e, ainda assim, toma essas projeções como premissas para sua decisão no presente quando decide destruir o novo corpo. Para Victor, o resultado imediato dessas ponderações é a conclusão de que aceitar essa empreitada teria sido um erro fatal que assolaria o futuro da humanidade. Tamanho temor é uma reação não somente à segunda criatura, mas ao símbolo que ela se torna: um ser feminino que não está amarrado pelas estruturas da sociedade patriarcal e que pode romper as fronteiras dos papéis de gênero, além de reproduzir-se sem depender do próprio criador.

Se, como propõe Lauretis (1994), o gênero é produzido por tecnologias sociais e discursivas que atribuem posições, expectativas e limites aos sujeitos, à criatura feminina de Victor é atribuída percepção e papeis de gênero antes mesmo de adquirir

existência autônoma, construída discursivamente a partir do próprio criador. Esse eixo narrativo pode ser lido em diálogo com a conhecida frase de Simone de Beauvoir, segundo a qual “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. No caso da segunda criatura, essa relação assume uma configuração diferente, pois antes mesmo de nascer, ela já é idealizada e construída a partir e para fins de cumprir papeis de gênero e, a partir dessa posição, são antecipados sua função social, seus desejos, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva. O romance, assim, tensiona a discussão a precedência das determinações sociais de gênero sobre a constituição do sujeito, uma vez que antes que a criatura possa existir e construir uma subjetividade própria, Victor já lhe atribui uma identidade a partir das possibilidades que projeta sobre ela: a desobediência, a recusa do companheiro, a escolha de outro objeto de desejo e, sobretudo, a reprodução. É nesse ponto que a figura da mulher-pesadelo, conforme formulada por Aline Silva (2021, p. 16), permite compreender a intensidade dessa projeção: o que tornaria essa criatura ameaçadora não é uma ação efetivamente praticada por ela, mas a possibilidade de que se constitua como uma mulher que não obedeça à posição que lhe foi previamente destinada e que, portanto, escape ao controle masculino.

Pode-se compreender essa antecipação do perigo como manifestação de uma ansiedade patriarcal, pela qual a autonomia feminina é convertida em risco antes mesmo de poder se realizar. Victor, portanto, não destrói a criatura em resposta ao que ela fez, mas ao que imagina que ela poderia fazer caso viesse a exercer vontade própria. Essa ansiedade, porém, não permanece apenas no plano discursivo. Ao destruir o corpo feminino que vinha construindo, Victor transforma a tentativa de controlar sua futura autonomia em uma intervenção direta sobre sua existência e, especialmente, sobre sua capacidade reprodutiva. Se, inicialmente, o experimento da primeira criatura nos mostra que Victor aprende a criar vida, mas sem controlar a sua subjetividade; o segundo experimento nos mostra, como aponta Mellor (2017), que o controle exercido sobre a criatura feminina integra um projeto mais amplo de apropriação masculina dos processos de geração da vida, no qual Victor procura substituir, dominar e reorganizar aquilo que o romance associa à reprodução e à natureza.

Conclusão

A leitura de Frankenstein realizada sob a perspectiva da crítica literária feminista e em diálogo com leituras ecofeministas, como a de Mellor, permitiu analisar o recorte temático da idealização, criação e destruição da segunda criatura a partir de seu criador, Victor Frankenstein. Esse recorte possibilitou observar como tensões de gênero atravessam a obra e como a personagem de Victor pode ser lida como expressão de uma ansiedade patriarcal diante da perda de controle sobre a vida, os corpos e a reprodução. Também foi possível identificar, por meio dele, uma relação instrumental com a natureza, como a apropriação de matéria orgânica para seus experimentos. Paralelamente, Victor atua como agente de reprodução de uma ordem patriarcal ao definir, antecipadamente, a função da segunda criatura e ao transformar sua possível autonomia em ameaça à estrutura social que pretende preservar. Assim, Victor destrói um corpo por aquilo que ele prevê que esse corpo poderá querer, sem lastro real.

Esta pesquisa apresenta, contudo, limitações decorrentes do recorte adotado. A análise das demais personagens femininas da obra permitiria ampliar a compreensão das posições de gênero representadas no romance e estabelecer comparações com a figura da segunda criatura. Estudos futuros também poderiam aprofundar essa discussão a partir de categorias contemporâneas, como a Mulher-Pesadelo (Silva, 2021). Mais de duzentos anos após sua publicação, o romance de Mary Shelley permanece produtivo justamente porque continua oferecendo novas possibilidades de leitura sobre os limites da criação, do controle e da responsabilidade.

Referências

REFERÊNCIAS

ART. XII. Frankenstein: or the Modern Prometheus.The British Critic, London, new series, v. 9, p. 432–438, abr. 1818. Disponível em:https://shelleygodwinarchive.org/contents/frankenstein/frankenstein-chronology/. Acesso em: 29 ago. 2026.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco. 1994, p. 206-242.

MELLOR, Anne K. Frankenstein, gender, and Mother Nature. In: SHELLEY, Mary. Frankenstein: annotated for scientists, engineers, and creators of all kinds. Edited by David H. Guston, Ed Finn and Jason Scott Robert. Cambridge, MA: The MIT Press, 2017. p. 239–246.

MELLOR, Anne K. Possessing Nature: The Female in Frankenstein. In: SHELLEY, Mary. Frankenstein: second edition. Edição de J. Paul Hunter. New York: W. W. Norton & Company, 1996. p. 274-286. (Norton Critical Editions).

MERCHANT, Carolyn. The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution. San Francisco: Harper & Row, 1990.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: Políticas do sexo. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SHELLEY, Mary. Frankenstein: ou o Prometeu moderno. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2015.

SHELLEY, Mary. Frankenstein: or The Modern Prometheus. Londres: Penguin Books, 2006.

SILVA, Aline Layane Souto da. Lilith e Medeia: mulheres-pesadelo da sociedade patriarcal. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

CÓDIGO: HS1355

AUTOR: CINTHIA DANIELLY NEPOMUCENO DE SOUZA FREITAS COSMO

COAUTOR: TEREZINHA CABRAL DE ALBUQUERQUE NETA BARROS

COAUTOR: PEDRO HENRIQUE CORREIA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

COAUTOR: WAGNER MUNIZ DE ARAÚJO

ORIENTADOR: LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

TÍTULO: Capacidades Estatais para o Planejamento Governamental: um estudo sobre os PPAs na Região Norte do Brasil.

Resumo

O planejamento governamental configura-se como um processo político-administrativo complexo, fundamentado em uma análise sistemática da realidade e que, quando eficaz, constitui o alicerce para que a ação governamental supere o improviso (OLIVEIRA, 2006). A operacionalização do planejamento no Brasil sustenta-se no tripé normativo-orçamentário composto pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA, na condição de instrumento e produto da burocracia estatal, expressa, ainda, as capacidades estatais instaladas, especialmente a capacidade administrativa. Nesse sentido, parte-se da seguinte questão: como são as capacidades estatais administrativas dos governos estaduais da região Norte do Brasil na área do planejamento governamental? Para respondê-la, o presente texto tem como objetivo analisar os PPAs dos governos estaduais da região Norte do Brasil, a fim de explorar e produzir informações acerca das capacidades estatais voltadas à produção do planejamento, especificamente no que tange às capacidades administrativas.

Palavras-chave: Planejamento Governamental. PPA. Capacidades Estatais. Região Norte.

TITLE: State Capacities for Government Planning: A Study of Multi-Year Plans (PPAs) in Brazil's Northern Region.

Abstract

Government planning is a complex political-administrative process grounded in a systematic analysis of reality and, when effective, provides the foundation for government action to move beyond improvisation (OLIVEIRA, 2006). In Brazil, the operationalization of planning is based on a three-part regulatory and budgetary framework comprising the Pluriannual Plan (PPA), the Budget Guidelines Law (LDO), and the Annual Budget Law (LOA). As both an instrument and a product of the state bureaucracy, the PPA also reflects existing state capacities, particularly administrative capacity. Against this background, the following research question is posed: What are the administrative state capacities of state governments in Brazil's North Region in the field of government planning? To answer this question, this study analyzes the PPAs of state governments in Brazil's North Region in order to explore and produce information on the state capacities mobilized in the planning process, with particular emphasis on administrative capacities.

Keywords: Government Planning. PPA. State Capacities. North Region of Brazil.

Introdução

O planejamento governamental constitui um elemento central na condução da gestão pública contemporânea, figurando como um processo político-administrativo sistemático e indispensável para conferir racionalidade, previsibilidade e efetividade às ações do Estado. No arcabouço normativo-constitucional brasileiro, essa dinâmica apoia-se no tripé orçamentário articulado pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Dentre esses instrumentos, o PPA destaca-se como o eixo orientador de médio prazo, responsável por explicitar as prioridades estratégicas, as diretrizes e as metas do governo para um período de quatro anos.

Para além de sua dimensão legal e orçamentária, as peças produzidas pela burocracia estatal refletem o nível e as características das capacidades instaladas no âmbito da administração pública. No cenário do federalismo brasileiro, compreender em que medida tais atributos se consolidam nos governos subnacionais torna-se crucial para avaliar a eficácia do planejamento institucional e a própria qualidade da entrega de políticas públicas. Diante desse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: como se caracterizam as capacidades estatais administrativas dos governos estaduais da região Norte do Brasil no âmbito do planejamento governamental?

Para responder a essa questão, este estudo tem por objetivo geral analisar os Planos Plurianuais dos sete estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), cobrindo uma série temporal de cinco ciclos (2008/2011, 2012/2015, 2016/2019, 2020/2023 e 2024/2027). De modo específico, busca-se investigar a presença e a evolução longitudinal de elementos estruturantes da capacidade administrativa nesses documentos, bem como identificar permanências, fragilidades metodológicas e avanços na confecção e publicidade do PPA ao longo do período analisado.

A justificativa para a realização deste trabalho pauta-se na relevância singular da região Norte, marcada por expressivas disparidades socioeconômicas e complexidades físico-territoriais que exigem uma ação pública consistente, integrada e transparente. Analisar a arquitetura interna dos PPAs estaduais permite não apenas mensurar o grau de maturação técnica e institucional das burocracias locais, mas também lançar luz sobre os desafios pertinentes à articulação entre as diretrizes governamentais e os instrumentos de execução orçamentária no âmbito regional.

O estudo organiza-se em quatro seções principais, incluindo esta introdução: a fundamentação teórica sobre capacidades estatais e planejamento; a apresentação dos aspectos metodológicos que orientaram a coleta e o tratamento dos dados; a análise dos resultados e discussões; e, por fim, as considerações finais.

Metodologia

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este estudo adotou uma abordagem de natureza mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A investigação foi desenvolvida a partir da verificação do cumprimento dos requisitos formais e essenciais previstos nos PPAs, por meio de pesquisas bibliográfica e documental. Na etapa qualitativa, estruturada como um estudo de múltiplos casos, utilizou-se a análise de conteúdo como principal técnica de codificação, sistematização e interpretação dos dados extraídos dos PPAs dos estados selecionados para a pesquisa.

Delimitou-se como recorte analítico-empírico o conteúdo dos cinco ciclos mais recentes do PPA: 2008/2011, 2012/2015, 2016/2019, 2020/2023 e 2024/2027. A partir desse recorte, realizou-se uma análise longitudinal dos Planos, permitindo a observação das categorias e dos elementos investigados em diferentes momentos temporais, bem como a identificação de permanências, mudanças e tendências ao longo do período analisado. Ademais, recorreu-se à estatística descritiva para sintetizar, organizar e apresentar os dados quantitativos obtidos, subsidiando a análise e a interpretação dos resultados. A periodização eleita também contempla transformações sociais, econômicas, políticas e físico-territoriais nas diferentes escalas espaciais que requerem desse instrumento maior solidez, aderência, capacidade de diálogo e resposta frente às transformações multiescalares que afetam o Estado, a sociedade e o mercado.

Como universo de estudo foram selecionados os sete estados da região Norte do Brasil, a saber: Acre, Amapá, Pará, Tocantins, Roraima, Amazonas e Rondônia. Como recorte os PPAs destes estados para os cinco ciclos citados anteriormente, compondo uma amostra de 35 documentos.

A análise documental baseou-se em procedimento metodológico previamente desenvolvido por Lima et al. (2020), o qual foi originalmente aplicado à realidade da Região Metropolitana de Porto Alegre. Na mesma perspectiva, identificou-se

se os PPAs apresentaram os seguintes elementos: 1) governo responsável pela elaboração; 2) informações relativas à LOA e/ou à LDO; 3) previsão das receitas totais para execução das políticas finalísticas; 4) previsão das receitas para a execução das políticas finalísticas no quadriênio analisado; 5) informações relativas às receitas ou aos recursos disponíveis; 6) previsão de Recursos para os Programas a serem executados; 7) responsável pela elaboração do PPA; 8) diagnóstico; 9) aderência local; 10) regionalização; 11) estratégias; 12) iniciativas; 13) diretrizes; 14) objetivos; 15) metas; 16) indicadores; 17) participação social; 18) modelo de gestão; 19) sistemas para monitoramento de avaliação; e 20) se o documento estava disponibilizado no site do Governo.

A presença dos elementos anteriormente identificados como essenciais à formulação de um planejamento governamental consistente foi sistematizada em um banco de dados próprio. A partir desse banco, realizou-se o cálculo de frequências simples para sintetizar as informações coletadas e mensurar a ocorrência de cada elemento nos documentos analisados, conferindo à pesquisa uma dimensão quantitativa complementar. A análise foi conduzida por ciclo do PPA, considerando, de forma agregada, o conjunto dos estados e para cada ciclo. Por fim, fez-se uso de estatística descritiva para organização e apresentação dos dados, os quais tiveram seu tratamento e manipulação realizados por meio do uso dos Softwares Excel e do R.

Resultados e Discussões

Considerando que a produção dos planos impacta os resultados das políticas públicas, e reflete capacidades institucionais, autonomia administrativa e internalização do planejamento estratégico de gestão pública, inferiu-se a posição do PPA na estrutura administrativa. Ou seja, indicou-se se o plano ocupava papel central ou periférico no planejamento governamental: se era considerado uma peça chave para a atuação da administração pública ou um documento meramente formal. A análise permitiu avaliar a permeabilidade à participação da social, refletindo o quanto essas demandas foram incluídas na definição de objetivos, prioridades e programas.

Os dados obtidos, na região Norte e ao longo do período analisado, revelam que 97,14% (34) dos PPAs identificavam o órgão responsável, o que demonstra a atuação da burocracia estatal, tal informação não foi capturada apenas no plano do Amapá para o ciclo de 2008/2011. Para mais, 82,86% (29) dos documentos informaram os responsáveis pela execução, revelando o modo como os governos estruturam as peças, permitindo identificar se o processo ocorreu por capacidades internas da administração pública ou por consultorias externas.

Além disso, os dados mostram a explicitação da responsabilidade pela elaboração dos PPAs foi maior nos dois ciclos analisados (2008/2011 e 2012/2015), período em que 85,71% (6) dos estados apresentaram tal dado. Nos ciclos seguintes (2016/2019, 2020/2023 e 2024/2027), caindo para 71,43% (5). Essa oscilação levanta questões se a confecção foi executada pelo corpo

governamental ou por consultorias e assessorias externas, impactando a capacidade de adequação às especificidades das realidades locais, tal qual a expertise acumulada pelos técnicos e a experiência institucional ao longo dos anos.

Em relação à participação social na elaboração dos PPAs, 62,86% (22) registraram ações para inclusão da sociedade nos debates construtivos. No Amazonas, a prática faltou nos três últimos ciclos, enquanto no Pará todos os períodos apresentaram alguma medida. Notou-se que, houve com o passar do tempo uma progressão dessa questão: no ciclo 2008/2011, esse fator constava em apenas 28,57% dos planos, saltando para 71,43% no ciclo 2024/2027, conforme representado na Figura 1.

Essa informação reflete a inclusão da sociedade nos debates e na construção dos planos, o que pode ter possibilitado a incorporação de suas demandas e expectativas na definição de objetivos, prioridades e programas governamentais. Mais do que isso, a elaboração do PPA, da LDO e da LOA, deve incluir audiências públicas, consultas e mecanismos de participação para garantir voz aos diversos grupos sociais, consistindo em uma condição para que o planejamento gere transformações socioeconômicas. Com a abertura participativa, o cidadão pode integrar o processo, acompanhando e demandando ações dos governantes, o que fortalece o controle social. Sob essa ótica, é fundamental compreender os PPAs como componentes das ferramentas de capacidade estatal relacional.

Em relação à menção das metas e prioridades da LDO nos programas finalísticos, verifica-se uma questão crítica. Esse alinhamento fez-se presente em só 14,29% dos planos na totalidade dos ciclos analisados, sendo nulo no período de 2008/2011 e não ultrapassando 28% quando observados os ciclos individualmente. Embora o PPA, a LDO e a LOA constituam instrumentos interdependentes, a baixa vinculação sugere que eles podem estar sendo elaborados e operacionalizados de maneira fragmentada, como peças predominantemente formais, e não como componentes de um sistema integrado de planejamento.

Do mesmo modo, analisou-se se os PPAs trazem dados integrados da LOA e da LDO. Ou seja, se existiam entre eles vinculações reais, definições de prioridades, previsões ou fixações de receita, ou ainda, como se estruturam e funcionam na prática daquela administração pública, não se considerando aceitação isolada desses três normativos no texto da lei. A articulação foi frágil, visto que apenas 22,86% das peças a apresentaram adequadamente. No ciclo 2008/2011, a presença foi nula, atingindo o maior índice do documento no período de 2012/2015, com 42,86%.

Essas conexões demonstram que o PPA está em consonância com as diretrizes orçamentárias e a lei anual. A sua ausência dificulta pactuações necessárias com a LDO e reduz a efetividade do PPA enquanto instrumento de planejamento. Cabe ressaltar, o trio normativo forma um conjunto que orienta a gestão do governo. O PPA define os programas, objetivos e metas de médio prazo; a LDO realiza a ponte entre o plano estratégico e o orçamento anual, priorizando o que

será executado e orientando a aplicação dos recursos (Serafim; Lemos; Martins Neto, 2024). Dessa forma, sem encadeamento entre os três instrumentos, o PPA corre-se o risco de tornar-se uma lista vaga de intenções, carente de compromissos concretos, metas quantificáveis ou critérios para a mensuração de resultados. Para conferir maior eficácia, eficiência e efetividade ao PPA, é fundamental que haja uma associação clara e funcional entre seus diferentes atributos (Garcia, 2012).

No tocante às dimensões financeiras e orçamentárias, verificou-se se os planos detalharam a previsão de recursos para os programas finalísticos. Informações relacionadas à origem das receitas: repasses constitucionais ou emendas parlamentares; entre outras fontes, estiveram constantes em 71,43% dos documentos. Ao analisar os ciclos individualmente, notou-se que nos períodos de 2016/2019 e 2020/2023 esse dado estava presente em 85,71% dos planos. Já nos ciclos de 2012/2015 e 2024/2027, o índice contabilizou 71,43%, apontando uma redução em comparação aos anos anteriores. Embora os resultados demonstrem que a maioria dos PPAs apresenta alguma identificação das fontes de financiamento, a ausência dessa informação limita o entendimento sobre a viabilidade financeira dos programas. A redução observada no ciclo de 2024/2027 merece atenção, pois gera o questionamento sobre o aprendizado institucional ao longo dos anos.

Ao se considerarem os dados relativos às receitas disponíveis para os programas finalísticos, identificando montantes e valores específicos em um determinado período, constatou-se a presença em 57,14% dos planos. Essa foi a média de regularidade na maioria dos ciclos, com exceção do período de 2020/2023, no qual o índice caiu para 28,57%. Isso significa que parte dos PPAs identifica de onde poderão vir as receitas, mas não esclarece quanto estará disponível para financiar as ações. Essa lacuna dificulta avaliar os objetivos, as metas e a capacidade financeira.

Por fim, constatou-se que 82% dos PPAs apresentaram estimativas de receitas para a execução das políticas, indicando nos planos os valores previstos para cada programa e o montante a ser despendido ao longo dos quatro anos de vigência. Se considerado o valor total global, os recursos são mais bem detalhados, figurou em 57,14% dos planos nos ciclos de 2012/2015 e 2016/2019, em 71,43% no período de 2020/2023, e em 85,71% nos demais. Contudo, o desmembramento desses fundos para a realização das ações nos anos subsequentes, foi escasso, aproximadamente 35% dos documentos, conforme disposto na Tabela 1.

Chama-se a atenção para o Amapá, uma vez que essa questão não se fez presente nos três últimos ciclos analisados. O Pará apresentou só o total, sem distribuí-lo ao longo dos anos do ciclo. Já o Amazonas e o Tocantins informaram os valores para o total global e o primeiro ano de vigência , embora, neste último estado, o ciclo de 2024/2027 tenha apresentado os valores para o segundo ano. Notou-se que, nos demais estados da região, houve melhorias na descrição das receitas para os anos subsequentes.

Defende-se a relevância de demonstrar se os planos referenciaram aspectos relativos ao orçamento e aos aportes financeiros. Isso envolve determinar dados sobre as receitas ou a origem dos recursos para a execução das políticas finalísticas e de apoio administrativo, bem como o recorte temporal em que as previsões de receitas foram apresentadas e distribuídas, o que fortalece o planejamento orçamentário e financeiro governamental.

A presente análise considerou que certos elementos são cruciais para compor o PPA como um instrumento efetivo de planejamento, pois permitem que a gestão aprofunde a situação real do ente federativo, colaborando para a tomada de decisão. Esses componentes estruturantes são: diagnóstico, aderência local, regionalização, estratégias, iniciativas, diretrizes, objetivos, metas e indicadores, conforme demonstra a tabela 2.

Esclarece-se que foi considerado como diagnóstico a análise da situação do ente federativo, bem como a identificação de problemas, necessidades ou potencialidades que servem de base para a definição de prioridades e diretrizes, contemplando suas características, desafios, qualidades e pontos fracos. Elementos meramente descritivos, como apresentações históricas, formativas, panoramas econômicos gerais ou cenários socioeconômicos isolados, não foram contabilizados nessa categoria. O diagnóstico permite compreender quais problemas requerem maior atenção, onde estão os principais gargalos e quais oportunidades podem ser aproveitadas. Sem esse panorama, o PPA tende a basear-se em percepções superficiais ou em interesses pontuais, o que leva a uma alocação ineficiente dos recursos públicos.

Essa variável esteve constante em 68,57% dos PPAs analisados. O ciclo de 2024/2027 configurou-se como o período com o maior esforço para apresentar a situação real dos estados nos documentos, constando em 71,43% deles. Em contrapartida, o estado do Amazonas deixou de apresentar tal diagnóstico nos últimos três ciclos, embora seu documento exalte os montantes de investimentos recebidos, conforme ilustrado na Figura 2. Sob a perspectiva das capacidades estatais, o resultado sugere limitações na dimensão capacidade técnico-administrativa. Elaborar diagnósticos exige produção e sistematização de dados, equipes tecnicamente qualificadas, coordenação entre órgãos e habilidade para converter informações em decisões estratégicas.

Quanto à aderência local, investigou-se se o PPA considerou ou está alinhado a diretrizes instituídas por outras políticas ou tratados internacionais, como o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, ou a marcos legais nacionais, como o Estatuto da Cidade e o Estatuto do Idoso. Esse atributo trata da consideração das características específicas de cada território, garantindo que as ações sejam realmente compatíveis com a sua realidade. Essa vinculação foi identificada em 60,00% dos planos analisados, com destaque para o ciclo 2012/2015, no qual esteve constante em 71,43% dos documentos, e para o ciclo 2024/2027, período em que se fez presente em 85,71% das peças. Rondônia configurou-se como o único estado no qual essa aderência constou em todos os ciclos avaliados, conforme ilustrado na Figura 3.

No que se refere à regionalização, analisou-se se o território estadual foi dividido em porções para o direcionamento das ações e dos objetivos a serem cumpridos. Desse modo, foram excluídas as meras apresentações de divisões territoriais administrativas, representações cartográficas do estado ou similares, sem vinculação com as metas. A regionalização possibilita que as políticas públicas sejam desenhadas e implementadas considerando as especificidades locais e as desigualdades internas de cada estado, orientando o PPA para a finalidade de dirimir as disparidades regionais. Essa variável esteve presente em 80,00% dos PPAs analisados, com maior registro no ciclo de 2008/2011, período no qual constou em 85,71% dos documentos. No Amapá, em contrapartida, esse quesito foi nulo em todos os ciclos avaliados, conforme ilustrado na Figura 4. Ainda que o Amapá possua uma extensão territorial inferior aos outros estados da região Norte, ele não é diferente sobre as contradições internas referentes à distribuição populacional, à concentração de serviços e às características econômicas e socioambientais dos municípios. Desconsiderar essas particularidades pode resultar em políticas uniformes para territórios que são assimétricos e consequentemente enfrentam problemas e dispõem de capacidades estatais distintas.

Quanto às metas e aos indicadores, esclarece-se que a primeira variável foi definida como a expressão quantitativa ou qualitativa do que se pretende alcançar para atingir o objetivo, desconsiderando-se a mera menção a programas governamentais. Já os indicadores foram conceituados como as métricas, também qualitativas ou quantitativas, empregadas especificamente para mensurar o alcance dessas metas ou dos objetivos propostos, devendo apresentar medidas claras de acompanhamento. As metas apareceram em 91,43% dos planos analisados. No ciclo de 2012/2015, elas constaram em 100,00% dos documentos, enquanto nos dois últimos ciclos avaliados sua presença foi de 85,71%. Por sua vez, os indicadores constam em 82,86% dos PPAs, registrando o menor índice de ocorrência (57,14%) no período de 2016/2019, ao passo que nos demais ciclos sua presença oscilou entre 71,43% e 85,71%, conforme representado nas Figuras 5 e 6. Vale destacar que a presença das metas nos documentos não assegura que elas sejam suficientemente específicas, mensuráveis e temporalmente delimitadas, a pesquisa verificou esse aspecto. Metas formuladas de maneira genérica ou sem definição de valores de referência podem cumprir uma exigência formal, mas oferecem pouca utilidade na ação governamental. Ou seja, traduz na capacidade de demonstrar objetivos políticos em compromissos que exigem burocracias qualificadas e disponibilidade de dados confiáveis.

Também foram analisadas as estratégias, percebidas como o processo de delinear ações para atingir resultados. Essa variável considera os caminhos escolhidos para transformar o diagnóstico em soluções, mostrando como os objetivos serão alcançados por meio de linhas de atuação coerentes e realistas. As estratégias apareceram em 80,00% dos PPAs analisados. Nos ciclos de 2016/2019 e 2020/2023, o quesito foi registrado em 57,14% e 85,71% dos documentos, respectivamente, ao passo que nos demais períodos a presença foi de 71,43%, conforme ilustrado na Figura 7. Cabe ponderar que a análise documental permite verificar a presença das estratégias, mas não comprova sua utilização na gestão. As capacidades estatais, a formulação de estratégias

consistentes expressa a capacidade técnico-administrativa de interpretar problemas, selecionar alternativas e coordenar recursos e atores para alcançar objetivos coletivos. O que infere sobre informações e equipes qualificadas, articulação entre órgãos.

As iniciativas foram conceituadas como as ações práticas que concretizam as estratégias, devendo detalhar o que será feito, os prazos, os recursos e os órgãos responsáveis, além de estabelecer princípios e orientações gerais que guiam as decisões do governo a partir dos diferentes programas e projetos. Essa variável esteve constante em 71,43% dos PPAs analisados, registrando seu período mais crítico no ciclo de 2016/2019, quando esteve presente em apenas 42,86% dos documentos.

Por sua vez, os objetivos definem o que a gestão pretende alcançar, ou seja, a direção estratégica a ser buscada pela administração. Entende-se que, sem esse elemento, o PPA deixa de se configurar como um instrumento central do planejamento estadual. Os objetivos apareceram em 91,43% dos planos, constando em 100,00% deles no período de 2012/2015 e mantendo-se acima de 71,43% nos demais ciclos, conforme ilustrado na Figura 8.

Verificaram-se casos nos quais não há diferenciação clara entre indicadores, metas e objetivos, o que denota o desconhecimento dessas categorias por parte dos elaboradores dos documentos. Vale ressaltar que o PPA deve ser obrigatoriamente acompanhado de metas para permitir uma mensuração quantitativa e qualitativa das ações públicas.

Cabe analisar, ainda, o modelo de gestão informado nos PPAs, bem como os sistemas de monitoramento e avaliação empregados. O Amapá não apresentou essas estruturas em nenhum ciclo. Roraima indicou tais itens apenas no primeiro ciclo (2008/2011), omitindo-os nos demais. Já no plano do Amazonas, essa descrição foi constante apenas no ciclo de 2012/2015. Diante disso, os modelos de gestão estiveram presentes em 48,57% dos documentos, enquanto os sistemas de monitoramento constaram em 45,71%. Nota-se que esses quesitos, apesar de fundamentais para o aprimoramento metodológico da gestão pública, registram uma presença pífia na região. Elaborar um PPA não se resume a definir programas e recursos, exige também criar rotinas de acompanhamento, produzir informações confiáveis, coordenar atores e utilizar evidências para revisar decisões.

Por fim, indo além da análise do conteúdo textual, considerou-se que, após a sua publicação, o PPA deve ser disponibilizado de modo acessível. Desse modo, qualquer cidadão pode acompanhar as prioridades governamentais, os programas e ações previstas, e a forma como os recursos serão aplicados nos quatro anos subsequentes. Esse formato fortalece o controle social e o princípio democrático de que a população tem o direito de saber como o orçamento público será investido. Ter o PPA disponível de forma online e de fácil acesso nas mídias digitais governamentais facilita o alinhamento dos planejamentos de secretarias estaduais e municipais, permite que as equipes técnicas consultem metas sempre que necessário e promove maior coerência entre PPA, LDO e

LOA. Ademais, a transparência e a publicidade são exigências expressas e previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em complemento, de acordo com Lima et al. (2020), observa-se que, de forma geral, embora os PPAs sejam disponibilizados nos portais eletrônicos dos governos estaduais, o pesquisador precisa navegar por múltiplos links até ser direcionado ao documento final, o qual, na maioria das vezes, fica restrito aos domínios das Secretarias de Planejamento. Ao não garantir o acesso facilitado aos planos em suas páginas principais, os entes evidenciam uma fragilidade no compromisso com a transparência passiva e ativa. A indisponibilidade dos documentos de forma clara contraria os princípios da transparência pública, uma vez que o Plano Plurianual tem como função primordial oficializar e tornar público o programa de trabalho do governo eleito (Papi et al., 2022). Na sequência, apresenta-se o georreferenciamento da variável referente à disponibilização dos PPAs em páginas governamentais. Assim, ilustrado na figura 9.

Na análise realizada, observou-se que nenhum dos documentos constava na página inicial dos portais governamentais, o que permite questionar o real interesse em sua ampla divulgação, haja vista a necessidade de uma busca mais aprofundada para localizá-los. Todavia, 68,57% dos PPAs foram disponibilizados em algum dos meios citados anteriormente. Apesar de o cenário identificado ainda não ser o ideal, verifica-se que os estados vêm aprimorando seus instrumentos e a respectiva disponibilização, mesmo que isso exija navegar até uma página própria para exposição de dados, como o portal estadual da transparência, um serviço de armazenamento em nuvem (drive) ou o sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento.

O estado do Amapá carece de atenção especial quanto a esse quesito, pois foi localizado nas plataformas mencionadas somente o plano referente ao ciclo de 2020/2023. Menciona-se, ainda, que este é um dos estados cujos PPAs apresentaram o maior número de atributos ausentes ou a serem fortalecidos no período analisado, seguido pelos planos dos estados do Amazonas e de Rondônia.

Conclusão

Como vimos, o estudo analisou as capacidades administrativas no planejamento dos estados da região Norte, com base em 35 Planos Plurianuais entre os ciclos de 2008/2011 e 2024/2027. Essa análise longitudinal mostra que os PPAs servem como proxy das capacidades burocráticas para diagnosticar problemas, fixar prioridades, alocar recursos e monitorar ações dos governos.

Os resultados mostram maior consolidação nos elementos do PPAs: objetivos e metas, em 91,43% dos planos, indicadores, em 82,86%, a regionalização e as estratégias, em 80%. Porém, a presença desses atributos não foi linear entre os estados, apresentando oscilações, retrocessos e imprecisões metodológicas na distinção entre objetivos, metas e indicadores.

As principais fragilidades estão nos instrumentos de efetivação da gestão. Os modelos de gestão e os sistemas de monitoramento e avaliação constam em menos da metade dos planos. Destaca-se a fraca articulação entre PPA, LDO e a LOA, da explicitação das metas e prioridades da lei de diretrizes. A ausência ou insuficiência dessas informações enfraquece e dificulta a tradução das diretrizes de médio prazo em prioridades anuais e ações executáveis.

Em contrapartida, na elaboração dos planos, houve avanço gradual na participação social que passou de 28,57% dos PPAs, no ciclo de 2008/2011 para 71,43% em 2024/2027, e na aderência às especificidades locais alcançou 85,71% no ciclo recente. Esses avanços sugerem uma abertura do planejamento às demandas sociais e às particularidades territoriais. Embora a regionalização alcance 80% dos textos, ainda faltam diagnósticos consistentes, capazes de reduzir as desigualdades internas.

A publicidade dos PPAs exige aprimoramento. Apesar de 68,57% deles serem encontrados em portais governamentais, nenhum estava na página inicial. Essa dificuldade de acessá-los limita o acesso da população, compromete a transparência e o controle social. Notou-se, ainda, expressiva diferença de capacidades entre os estados, com limitações destacadas no Amapá, Amazonas e Rondônia.

Assim, conclui-se que as capacidades administrativas na região Norte são heterogêneas. Se, por um lado, os estados produzem PPAs com componentes formais, por outro, enfrentam dificuldades para articular diagnóstico, planejamento territorial, orçamento, gestão, monitoramento, avaliação e transparência. O desafio central é integrar os elementos, em um modelo de planejamento capaz de orientar decisões, coordenar ações e produzir resultados verificáveis.

Por fim, reconhece-se que a pesquisa focou na presença documental dos atributos, sem aferir sua execução. Estudos futuros podem investigar a qualidade qualitativa das metas, o perfil das burocracias e a efetiva execução orçamentária. Ainda assim, os achados oferecem um diagnóstico valioso para aprimorar o planejamento estadual e reforçam a importância de capacitar as burocracias, integrar o PPA, LDO e LOA, institucionalizar o monitoramento e a ampliar a transparência e o engajamento social.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 13 ago. 2026.

CINGOLANI, Luciana. The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures. Maastricht: UNU-MERIT, 2013. (Working Paper Series, n. 2013-053).

EVANS, Peter. Autonomia encravada: parceria estatal e transformação industrial. In: EVANS, Peter. Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 27-58.

GOMIDE, Alexandre; MARENCO, André (org.). Capacidades estatais: avanços e tendências. Brasília: Enap, 2024. (Cadernos Enap, n. 133).

LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de; LUI, Lizandro. Capacidades estatais: conceito, desdobramentos e efeitos nas políticas sociais. In: SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini M. (org.). Descomplicando políticas sociais: a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2023. v. 2, p. 59-76

LIMA, Luciana Leite et al. Plano Plurianual como proxy para medir capacidades estatais: um estudo sobre o planejamento governamental nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, e20190161, 2020.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (ed.). Bringing the State Back In. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-37.

SOUZA, Celina. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 1, p. 27-45, 2017.

Anexos



Figura 1 – Presença da Participação Social nos PPAs (2008-2027). Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Tabela 01: Informações inerentes aos recursos disponibilizados pelos PPAs. Fonte: PPAs estaduais. Elaborado pelos autores.



Tabela 02: Informações Elementos Centrais ao PPAs. Fonte: PPAs estaduais. Elaborado pelos autores.



Figura 2 – Presença de Diagnóstico nos PPAs (2008-2027). Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Figura 3 – Presença da Aderência Local nos PPAs (2008-2027)Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Figura 4 – Presença da Regionalização nos PPAs (2008-2027). Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Figura 5 - Informações disponíveis no site do governo nos PPAs estaduais (2008-2027). Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Figura 6 – Presença dos Indicadores nos PPAs (2008-2027). Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Figura 7 – Presença de estratégias nos PPAs (2008-2027). Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Figura 8 – Presença de iniciativas nos PPAs (2008-2027).Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção gráfica: Yan Machado.



Figura 9 - Informações disponíveis no site do governo nos PPAs estaduais (2008-2027). Fonte: PPAs estaduais (2008-2027). Confecção: Yan Machado.

CÓDIGO: HS1357

AUTOR: MARIA EDUARDA BENEVIDES RODRIGUES

ORIENTADOR: ROZELI MARIA PORTO

TÍTULO: Governança Reprodutiva e Aborto no Brasil: leis, normas e práticas sociais

Resumo

Este trabalho dá continuidade à investigação sobre o debate do aborto no Brasil a partir da perspectiva da governança reprodutiva (Morgan; Roberts, 2012; Fonseca, 2021), atualizando o levantamento de leis, projetos de lei e debates públicos sobre o tema durante o segundo semestre de 2025 a 2026. A partir de revisão bibliográfica, levantamento documental em portais legislativos e monitoramento de fontes não acadêmicas, foram analisados projetos como o PDL 3/2025, que susta a Resolução nº 258/2024 do Conanda, o PL 2.524/2024, tendo como objetivo limitar o aborto legal a 22 semanas e o PL 4.167/2023, que proíbe o aborto por telessaúde, além da permanência em tramitação do PL 1904/2024. Os resultados confirmam o padrão identificado no plano de trabalho anterior, a regulação da reprodução no Brasil se articula em três principais eixos: a produção legislativa restritiva, os discursos morais e religiosos e as práticas de resistência protagonizadas por coletivos feministas e alguns outros autores. Destaca-se também a análise da exposição "Criança não é mãe" (Coletivo feminista sexualidade e saúde + Projeto VIVAS) , que evidencia a dimensão concreta da violência reprodutiva contra meninas e adolescentes no Brasil. Desse modo, percebemos que a ofensiva conservadora se intensificou mais ainda ao longo do último ano, mas convive com formas ativas de contestação, revelando a governança reprodutiva como um campo de disputa entre diversos atores.

Palavras-chave: aborto legal; reprodução; projetos legislativos; moralidade

TITLE: Reproductive Governance and Abortion in Brazil: Laws, Norms, and Social Practices

Abstract

This study continues the investigation into the abortion debate in Brazil through the lens of reproductive governance (Morgan & Roberts, 2012; Fonseca, 2021), updating the survey of laws, bills, and public debates on the subject covering the period from the second half of 2025 through 2026. Based on a literature review, a survey of legislative portals, and the monitoring of non-academic sources, the study analyzed bills such as PDL 3/2025 (which seeks to suspend Conanda Resolution No. 258/2024), PL 2.524/2024 (aiming to limit legal abortion to 22 weeks), and PL 4.167/2023 (prohibiting abortion via telehealth), alongside the ongoing legislative process of PL 1904/2024. The results confirm the pattern identified in the previous work plan: the regulation of reproduction in Brazil is structured around three main axes: restrictive legislative output, moral and religious discourses, and resistance practices led by feminist collectives and other actors. Also noteworthy is the analysis of the "Criança não é mãe" [A Child Is Not a Mother] exhibition (by the Feminist Collective on Sexuality and Health and the VIVAS Project), which highlights the concrete dimension of reproductive violence against girls and adolescents in Brazil. Thus, we observe that the conservative offensive has intensified further over the past year but coexists with active forms of contestation, revealing reproductive governance as a contested arena involving diverse actors.

Keywords: legal abortion; reproduction; legislative bills; morality

Introdução

No Brasil, apesar da existência de delimitações legais para seu acesso, as discussões acerca do aborto existe dentro de um espaço de disputa política, social e moral. Com a crescente agenda antigênero, as discussões que atravessam as temáticas de gênero e sexualidade e a formulação de políticas públicas pelo Estado que buscam regular a fecundidade, nos últimos anos, vem evidenciando uma grande tensão entre direitos individuais e valores coletivos (Brandão, 2022). Longe de se tratar de um campo estagnado, o debate sobre o aborto no Brasil tem se intensificado, especialmente a partir de 2024, que após a repercussão da PL 1904/24, cerca de 20 novos projetos de lei sobre aborto foram apresentados na Câmara dos Deputados (Agência Câmara de Notícias).

Aqui, daremos continuidade ao debate sobre aborto no Brasil a partir da perspectiva da governança reprodutiva, conceito consolidado por Lynn Morgan e Elizabeth Roberts (2012) e trazido para o contexto brasileiro a partir da pesquisadora Cláudia Fonseca (2021). A discussão feita por Laura Lowenkron, Camila Fernandes e Marjorie Murray (2026) reforça como o conceito de governança reprodutiva nos ajuda a perceber como as políticas reprodutivas se relacionam a partir da ação de diferentes atores sociais, e assim, articulando diversas formas de governamentalidade. E não só isso, mas provocam também dentro do texto, como essas políticas de controle da reprodução são orientadas

por processos de moralização e regulação generificados e racialmente estratificados.

No plano de trabalho anterior, realizamos inicialmente um levantamento das leis, projetos e debates públicos sobre o aborto no Brasil, de 2020 até agosto de 2025. Após a coleta, realizada de forma virtual (em portais/sites nacionais), foram analisados projetos como o PL 1904/2024, que equipara o aborto após 22 semanas ao crime de homicídio, a Lei Municipal do Rio de Janeiro (que foi suspensa pelo TJ), e a participação no 1º Fórum Estadual do RN, onde foi possível observar como a governança reprodutiva se apresenta nas prática de saúde. O levantamento permitiu identificar um padrão analítico central: a regulação da reprodução no Brasil ocorre em três eixos articulados: a produção legislativa de projetos que restringem o aborto; a atuação de discursos morais e religiosos que atravessam instituições e práticas de saúde; e a emergência de práticas de resistência protagonizadas por coletivos feministas, movimentos sociais e profissionais de saúde.

Desse modo, o objetivo que da continuidade ao plano de trabalho é duplo: apresentar o levantamento atualizado dos projetos de lei, normas e decisões sobre o aborto que entraram em pauta no período entre 2025 e 2026; e analisar essas novas proposições à luz da governança reprodutiva, problematizando como o Estado atua na regulação dos corpos e das vidas das mulheres, e como diferentes atores sociais resistem a essa regulação. Pretende-se, com isso, não apenas atualizar o banco de dados da pesquisa, mas também compreender as estratégias discursivas e políticas que sustentam as novas investidas legislativas, bem como as formas de resistência que se articulam em resposta.

A bibliografia utilizada na construção desse trabalho, mobiliza autoras chaves, como Lynn Morgan e Elizabeth Roberts (2012), Laura Briggs (2017), Claúdia Fonseca (2021), Sônia Corrêa (2021) e Elaine Brandão (2022), bem como produções mais recentes sobre a temática. O texto está organizado em três seções: na primeira, apresento a metodologia utilizada ao longo da pesquisa, atualizada para o novo período de levantamento (2025-2026); na segunda, exponho os resultados parciais, a discussão será em torno de três dimensões, já identificados no plano anterior, que perpassa o âmbito legislativo, os atravessamentos morais e as formas de resistência, e, por fim, na terceira, trago as considerações finais.

Metodologia

O trabalho atual dá continuidade à abordagem metodológica adotada no trabalho que anteriormente já vinha se desenvolvendo, mantendo as mesmas técnicas de coleta e análise de informações, e adotando uma abordagem qualitativa. Como afirmam Minayo e Guerriero (2014), a pesquisa antropológica valoriza a compreensão dos processos e não apenas dos resultados, e o acompanhamento da tramitação legislativa revelou-se fundamental para captar as dinâmicas políticas e as estratégias discursivas que conformam a governança reprodutiva no Brasil. Desse modo, mantivemos as técnicas de coleta de dados,

que conta com uma revisão bibliográfica contínua; levantamento documental em portais oficiais e acompanhamento da tramitação legislativa; e o monitoramento de fontes não acadêmicas e participação em espaços de discussão pública sobre a temática.

A primeira etapa, de revisão bibliográfica, foi atualizada com a incorporação de novas produções acadêmicas que discutem a relação entre aborto, governança reprodutiva e as ofensivas conservadoras no Brasil e na América Latina, ampliando o diálogo com autoras já mobilizadas no relatório anterior, como Cláudia Fonseca (2021), Flávia Biroli (2021) e Sonia Corrêa (2021), além de autores que vêm se dedicando à análise das políticas de reprodução e de restrição desses direitos, como Lia Zanotta Machado (2017), Laura Lowenkron, Camila Fernandes e Marjorie Murray (2026). Esse esforço teórico busca acompanhar as atualizações no debate acadêmico sobre o tema, garantindo que a análise dos novos dados empíricos dialogasse com as reflexões mais recentes do campo.

A segunda etapa, central para este relatório, consistiu no levantamento documental contínuo e no acompanhamento da tramitação de projetos de lei em âmbito nacional, a análise desses documentos é fundamental como percurso metodológico de pesquisa qualitativa. Como Júnior et al. (2021) bem pontua, entendemos aqui documentos como toda e qualquer fonte sem tratamento analítico. Assim, os documentos acessados foram coletados nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com especial atenção aos projetos que entraram em pauta ou tiveram desdobramentos entre o segundo semestre de 2025 e meados de 2026. Esse acompanhamento permitiu mapear a proposição de novos projetos, que vão ser discutidos na próxima seção, bem como suas tramitações, votações e os debates públicos que os cercam. Paralelamente ao levantamento de projetos, foi realizado o monitoramento sistemático de fontes não acadêmicas, incluindo noticiários, portais de organizações da sociedade civil e redes sociais. Esse acompanhamento se justifica pelo fato de que o debate público em torno do aborto não se restringe ao campo institucional, desenrolando-se intensamente nos meios de comunicação e plataformas digitais, onde argumentos morais, religiosos, jurídicos e políticos circulam e disputam a opinião pública. No período coberto por este relatório, foi possível identificar manifestações populares em 9 capitais contra o PDL 3/2025 e o posicionamento da CNBB em apoio ao PL 1904/2024. Essas informações são fundamentais para compreender a governança reprodutiva em sua dimensão social e política, revelando como diferentes atores disputam legitimidade para as discussões que se referem às políticas de reprodução.

Além do levantamento documental e midiático, este relatório incorpora a observação da exposição de alguns resultados do projeto "Criança não é mãe", que ocorreu no dia 2 de junho de 2026, mesmo dia em que o Senado aprovou o PDL 3/2025. O Observatório Criança não é mãe exerce papel crucial para o levantamento de dados sobre gravidez em crianças e adolescente, a exposição apresentou dados epidemiológicos e geográficos sobre a gravidez infantil, mapas revelando a distância entre as meninas que engravidam e os serviços de aborto legal. A coincidência temporal entre a exposição desses resultados e a aprovação do PDL 3/2025, que posteriormente será mencionada e abordada, produziu um contraste interessante para a nossa discussão. Esse movimento foi incorporado à pesquisa como um momento de articulação entre diferentes

dimensões da governança reprodutiva: a dimensão empírica (os dados sobre gravidez infantil) e a normativa (a tramitação do PDL).
Por fim, a metodologia desenvolvida neste trabalho integrou distintas estratégias de coleta e análise de informações a partir de bibliografias, documentos e da mídia social. O diferencial deste segundo momento reside no aprofundamento do acompanhamento da tramitação legislativa, que permitiu não apenas identificar novos projetos, mas também as discussões que permeiam as dinâmicas de aprovação e seus impactos simbólicos e práticos sobre o acesso aos direitos reprodutivos, principalmente no que tange às desigualdades dentro desse acesso. A escolha desse percurso metodológico, busca, como menciona Martins (2004), alcançar uma preocupação básica do cientista social, que é garantir uma compreensão ampla do fenômeno investigado, articulando teoria e prática, norma e experiência, Estado e sociedade.

Resultados e Discussões

No plano de trabalho anterior, discutimos como o PL 1904/2024 indicava uma tendência de endurecimento legislativo sobre o aborto, o período recente revela uma crescente nas tentativas de regressão desse direito, com a proposição e aprovação de novos projetos que ampliam as restrições já existentes. Como já apontado por Brito e Silva (2023), os projetos de lei sobre aborto no Brasil não surgem de forma isolada, mas compõem um rol de propostas variado, tendo como principal objetivo é dificultar e inviabilizar as práticas abortivas. Essa constatação não é recente, visto que anteriormente algumas estudiosas já traziam em seus trabalhos, como Morgan e Roberts (2012), Fonseca (2021) e Briggs (2017), quando diz que toda política pública é, em alguma medida, uma política reprodutiva.
Em novembro de 2025, aprovado pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3/2025, propõe sustar a Resolução nº 258/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A resolução, publicada em outubro de 2024, estabelecia diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, incluindo a dispensa da exigência de boletim de ocorrência e a não obrigatoriedade de comunicação aos pais quando estes fossem os suspeitos da violência, medidas essas que visavam reduzir a revitimização e facilitar o acesso ao aborto legal (Nacional, 2025). Ao revogar essa diretriz, o PDL 3/2025 cria um cenário de insegurança institucional para profissionais de saúde e gestores, que passam a atuar sem orientações claras, aumentando as barreiras de acesso ao aborto já garantido por lei. Em 2 de junho de 2026, o projeto foi aprovado no Senado Federal, o direito ao aborto legal ainda existe, mas deixam de valer as orientações nacionais do Conanda sobre como esse atendimento deve ser feito na rede pública, deixando em evidência a ameaça ao direito de meninas vítimas de violência sexual no país (Dal Mas, Manuella; 2026).
Outro projeto que avança no mesmo sentido é o Projeto de Lei 2.524/2024, proposto pelo Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e aprovado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado em outubro de 2025, que limita a realização do

aborto legal, seja qual for o caso, das gestações até 22 semanas (CNN Brasil, 2025). A aprovação do projeto ocorreu, em menos de 4 minutos, no dia 15 de outubro de 2025, a presidente da Comissão, Damares Alves (Republicanos-DF) abriu a votação simbólica, e sem votos declarados, segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) (Congresso em Foco, 2025). Assim, percebemos uma estratégia de invisibilização do debate e de esvaziamento da discussão pública sobre direitos reprodutivos. Esse projeto, somado ao PL 4.167/2023, que proíbe a realização de aborto por telessaúde, aprovado na mesma comissão e no mesmo período, evidencia um movimento coordenado de restrição do acesso ao aborto legal em múltiplas frentes. A proibição à telessaúde, principalmente, tem impacto significativo sobre populações em regiões remotas ou com difícil acesso a serviços especializados, como mostrou a experiência do Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas) e o papel que desempenhava no acesso efetivo ao aborto legal, discutido no plano de trabalho anterior.

Se no plano legislativo as restrições avançam, no plano simbólico e moral a articulação entre religião e política segue operando como um poderoso dispositivo de regulação da reprodução. O período recente evidenciou essa dinâmica de forma particularmente explícita com o posicionamento público da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em apoio ao PL 1904/2024. Em nota assinada pela Presidência da entidade, a CNBB afirmou que "a Igreja Católica neste momento considera importante a aprovação do PL 1904/2024, mas continua no aguardo da tramitação de outros projetos de lei que garanta todos os direitos do nascituro e da gestante" (CNBB, 2024). Esse movimento, como analisa Corrêa (2021), está inserido em uma "ofensiva antigênero" mais ampla, que articula atores religiosos e políticos conservadores em torno de uma agenda de restrição de direitos sexuais e reprodutivos.

O posicionamento da CNBB é particularmente significativo porque, ao mesmo tempo em que se apresenta como "não inserida na politização e ideologização desse debate" (Curvello, 2024) adentra o debate público com um argumento moral-religioso que desconsidera tanto os direitos já assegurados por lei quanto o sofrimento da vítima de violência sexual. Como afirma Machado (2017), nos posicionamentos de instituições religiosas sempre é “invocada a natureza do casamento e as leis da fecundidade como naturais, que, tal como interpretadas pela doutrina religiosa, devem ser obedecidas”, entretanto, não menciona os danos psicológicos de uma vítima obrigada a prosseguir com a gestação nem a contradição de que, no projeto em tramitação, a pena da mulher pode ser maior que a do estuprador. Esse silenciamento é sintomático do que Biroli (2021) analisa como a atuação de discursos religiosos como mecanismos de regulação política e social, que produzem desigualdades e impõem determinados padrões de conduta e de vida.

No campo da mobilização social, destacam-se as manifestações populares ocorridas em pelo menos 9 capitais brasileiras contra o PDL nº 3/2025, após a aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados em novembro de 2025. A mobilização, protagonizada por coletivos feministas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil (Lisboa, 2025), ocupou as ruas com cartazes e palavras de ordem que ecoavam os argumentos já observados no relatório anterior contra o PL 1904/2024: "Criança não é mãe, estuprador não é pai", "Aborto legal é um direito, não homicídio". Essas manifestações evidenciam que a resistência à ofensiva conservadora não se restringe ao plano institucional,

mas se desenrola também no espaço público, tensionando as narrativas hegemônicas e disputando espaço nas decisões sobre reprodução e os direitos das mulheres.

Na tentativa de uma contraofensiva legislativa às tentativas de regressão no acesso ao aborto legal, a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) propõe o PL 820/2025, que concede anistia às acusadas e condenadas pelos crimes de aborto definidos nos arts. 124 e 126 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. O projeto foi apresentado em março de 2025, recebeu parecer favorável da relatora na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em abril de 2026, com a argumentação de que a criminalização do aborto viola direitos humanos e obriga mulheres e meninas a recorrerem ao aborto inseguro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2026). A justificativa do projeto, apresentada pela autora, sustenta que a partir da criminalização, a procura das mulheres pelos serviços de saúde se torna limitada, ocorrendo a possibilidade da busca por métodos inseguros para a interrupção da gestação, assim, colocando em risco principalmente mulheres negras, cujas vidas são impactadas mais severamente por restrições ao aborto legal e pelo racismo institucional (Castro et al., 2025)

Por fim, um elemento que merece destaque neste trabalho é a exposição dos resultados do projeto "Criança não é mãe", desenvolvido pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em conjunto com o Projeto Vivas, Observatório Municipal de São Paulo, que ocorreu paralelamente à votação em que a Câmara do Senado aprovou o PDL nº 3/2025. De acordo com os dados expostos no site Observatório Criança Não é Mãe, entre 2019 e 2024, foram notificados através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 399.416 casos de violência contra crianças e adolescentes entre 8 e 17 anos, sendo que 137.860 (34,52%) desses casos, envolvem violência sexual. Ao fazer um recorte racial desses dados, a problemática se intensifica mais ainda, visto que 61,69% das crianças e adolescentes atingidas pela violência sexual são negras e 31,01% são brancas.

A coincidência temporal entre a exposição desses resultados e a aprovação de um projeto que dificulta ainda mais o acesso ao aborto legal é o ponto principal que pretendo utilizar para finalizar - por hora - essa discussão. De um lado, apesar dos dados alarmantes, que possibilita visualizarmos a dimensão concreta da violência reprodutiva na vida de meninas e adolescentes, que, mesmo com o direito assegurado por lei, são obrigadas a levar a gestação adiante por falta de informação, ausência de serviços ou barreiras institucionais (Castro et al., 2025). De outro, as tentativas de regulação e controle desses corpos não recuam, representantes políticos utilizam de forma deturpada a fala “Criança não é mãe” para discutir Projetos de lei como o PDL nº 3/2025, um exemplo disso é Senadora Damares Alves, que em suas redes sociais, após a aprovação do projeto no Senado, “lute contra o abuso, não pelo aborto”.

Conclusão

Portanto, os resultados obtidos no atual trabalho, retomam o padrão analítico identificado no plano de trabalho anterior, salientando que a regulação da

reprodução no Brasil segue se articulando em três principais eixos: a produção legislativa restritiva, os discursos morais e religiosos que atravessam instituições e práticas de saúde, e as práticas de resistência protagonizadas por coletivos feministas, parlamentares e organizações da sociedade civil. Entretanto, podemos identificar o que as ofensivas legislativas desse período de 2025 a 2026 evidenciam, não é apenas a repetição desse padrão, mas também sua intensificação e diversificação. Ou seja, a ofensiva conservadora deixou de se concentrar em um único projeto de grande visibilidade midiática, como foi o caso do PL 1904/2024, para se pulverizar em frentes simultâneas. Com a discussão previamente encerrada, conseguimos identificar esses mecanismos na revogação de diretrizes de proteção, como a PDL nº 3/2025, a tentativa de restrição de prazos gestacionais, com o PL 2.524/2024, e a proibição de procedimentos abortivos na telessaúde, muitas vezes tramitando de forma simbólica e pouco visibilizada, como identificamos na aprovação do PL 2.524/202, que em menos de quatro minutos e sem votos declarados, foi aprovado e segue em trâmite. Dessa forma, essa estratégia de esvaziamento do debate público sugere que o avanço da agenda restritiva não depende apenas de vitórias legislativas explícitas, mas também da capacidade de tornar essas vitórias pouco visíveis à opinião pública.

Os dados do Observatório Criança Não é Mãe, que revelam que 61,69% das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual notificadas entre 2019 e 2024 são negras, tornam explícito o que a literatura já apontava (Fonseca, 2021; Corrêa, 2021; Castro et al., 2025), e que a governança reprodutiva no Brasil não afeta igualmente todos os corpos, mas se articula com desigualdades raciais estruturais, agravando o impacto das restrições legislativas sobre mulheres, meninas e adolescentes negras. Desse modo, identifico que dois pontos importantes não foram devidamente discutidos, abrindo possibilidades para o futuro da pesquisa, com o aprofundamento de duas dimensões: a primeira, o impacto concreto, na ponta do atendimento em saúde, da revogação da Resolução nº 258/2024 do Conanda sobre o acesso de meninas vítimas de violência sexual ao aborto legal; e em segundo, uma análise mais sistemática e interseccional, que discuta as lacunas entre raça, idade e território nos dados de violência sexual e gravidez infantil, contribuindo com as discussões da temática, e buscando compreender como a governança reprodutiva se materializa de forma desigual entre diferentes grupos sociais no Brasil.

Referências

Agência Câmara. **Novos projetos de lei sobre aborto visam tornar legislação mais rígida**. Agência Câmara de Notícias. 2 de agosto de 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1085816-NOVOS-PROJETOS-DE-LEI-SOBRE-ABORTO-VISAM-TORNAR-LEGISLACAO-MAIS-RIGIDA. Acesso em: 25 ago. 2026.

ALVES, Damares. **Vencemos, que alívio! Hoje foi um dia de muita luta, mas que termina com uma vitória** [...]. Facebook: Damares Alves, Brasília, DF, 2 jun. 2026. Disponível em: https://www.facebook.com/senadoradamaresalves/videos/vencemos-que-alívio-hoje-foi-um-dia-de-muita-luta-mas-que-termina-com-uma-vitóri/2092690751682226/. Acesso em: 31 ago. 2026.

BIROLI, Flávia. Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia. **RECIIS**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2021. DOI: 10.29397/reciis.v15i3.2447. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2447. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRANDÃO, Elaine; ALZUGUIR, Fernanda de Carvalho V. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: debates contemporâneos. In: **Gênero e saúde:** uma articulação necessária. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022. p. 97-126.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Parecer da Relatora, Deputada Sâmia Bomfim, ao Projeto de Lei nº 820, de 2025, que concede anistia às acusadas e condenadas pelos crimes de aborto, definidos nos artigos 124 a 126 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940** (Código Penal). Autoria: Deputada Erika Hilton. Brasília, DF, 1 abr. 2026. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=3108697&filename=Parecer-CMULHER-2026-04-01. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRIGGS, L. **How all politics became reproductive politics:** from welfare reform to foreclosure to Trump. Berkeley: University of California Press, 2017.

BRITO, Marcelo; SILVA, Joanna Mariano Pereira. Direitos reprodutivos das mulheres e os projetos de leis que visam inviabilizar as hipóteses legais de aborto no Brasil. **Revista Feminismos,** [S. l.], v. 11, n. 2, 2024. DOI: 10.9771/rf.v11i2.57405. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57405. Acesso em: 23 ago. 2026.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier De . et al.. Retrocessos em direitos sexuais e direitos reprodutivos: racismo estrutural e suas implicações para mulheres e meninas negras. **Saúde e Sociedade**, v. 34, n. 4, p. e250208–pt, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/wJ4NRYXtZSv6Q6brdzMbH9r/?lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 31. ago. 2026.

COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE; PROJETO VIVAS. **Observatório Criança Não é Mãe.** São Paulo, 2025. Disponível em: https://observatoriocriancanaoemae.org.br/. Acesso em: 31 ago. 2026.

CURVELLO, Ana Carolina. **CNBB defende PL do Aborto: "permitamos viver a mulher e o bebê".** Gazeta do Povo. 14 de jun. 2024. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cnbb-defende-pl-do-aborto-permitamos-viver-a-mulher-e-o-bebe/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

Comissão do Senado aprova PL que proíbe aborto após a 22a semana. CNN Brasil. 16 de out. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-do-senado-aprova-pl-que-proibe-aborto-apos-a-22a-semana/. Acesso em: 31 ago. 2026.

DAL MAS, Manuella. Aborto legal em menores: entenda o que projeto aprovado muda na prática. CNN Brasil: São Paulo. 3 de jun. de 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/aborto-legal-em-menores-entenda-o-que-projeto-aprovado-muda-na-pratica/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

Em menos de 4 minutos, CDH aprova proibição do aborto na 22a semana. Congresso em Foco. 16 de out. 2025. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/113005/em-menos-de-4-minutos-cdh-aprova-proibicao-do-aborto-na-22-semana. Acesso em: 31 ago. 2026.

FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 27, n. 61, p. 7-46, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832021000300001.

JUNIOR, Eduardo Brandão; et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp.** v. 20 n. 44. 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356. Acesso em: 28 ago. 2025.

LOWENKRON, Laura; FERNANDES, Camila; MURRAY, Marjorie. Apresentação: Políticas da reprodução em perspectiva latino-americana: diálogos entre Brasil, Argentina e Uruguai. **Antropolítica** - Revista Contemporânea de Antropologia, 1 abr. 2026. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/70756. Acesso em: 25 de ago. 2026.

LISBOA, Luana. **Ao menos 9 capitais têm manifestações contra projeto que dificulta aborto legal em crianças e adolescentes**. Folha de São Paulo. 11 de nov. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/11/ao-menos-9-capitais-tem-manifestacoes-contra-projeto-que-dificulta-aborto-legal-em-criancas.shtml. Acesso em: 31. de ago. 2026.

MACHADO, L. Z. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. e17504, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/73SMtDzqPPXMYXqThvFFmjc/?lang=pt. Acesso em: 29 de out. 2026.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289–300, maio de 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=html&lang=pt. Acesso em: 29 de ago. 2026.

NACIONAL, Imprensa. **RESOLUÇÃO No 258, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 - DOU** - Imprensa Nacional. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-258-de-23-de-dezembro-de-2024-605843803=. Acesso em: 30 jun. 2026.

“Permitamos viver a mulher e o bebê”: **CNBB considera importante a aprovação do PL 1904/2024 - CNBB**. , 14 jun. 2024. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/nota-cnbb-pl-1904-2024-debate-aborto/. Acesso em: 31 ago. 2026

SEXUAL POLICY WATCH. **Ofensivas Antigênero no Brasil:** Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf. Acesso em: 27 de ago. 2026.

CÓDIGO: HS1359

AUTOR: ARLE FARIA FERNANDES

ORIENTADOR: ANDRESSA LIDICY MORAIS LIMA FREITAS

TÍTULO: Outras visões sobre a modernidade: os caminhos entre a consciência e a estética negra

Resumo

O presente plano de trabalho investiga as relações entre modernidade, consciência negra e estética negra a partir do conceito de "Dupla Consciência", desenvolvido por W. E. B. Du Bois e retomado por Paul Gilroy em sua análise do Atlântico Negro. A pesquisa busca compreender como a experiência diaspórica negra produz formas particulares de consciência e de elaboração estética que tensionam a concepção clássica de modernidade. Para isso, estabelece um diálogo entre Paul Gilroy, W. E. B. Du Bois, Fred Moten e Christina Sharpe, articulando suas contribuições às discussões sobre música negra, nacionalismo negro, racialização e experiência estética. O estudo também investiga as relações entre as concepções de modernidade presentes em Gilroy e as formulações de Jürgen Habermas, especialmente no que diz respeito à racionalidade e à experiência moderna. A partir de uma abordagem de reconstrução teórica e da história dos conceitos, pretende-se analisar como a estética negra pode constituir não apenas uma dimensão artística, mas também um campo de produção de conhecimento e de crítica à modernidade. Desse modo, a pesquisa busca evidenciar outras possibilidades de compreensão da modernidade a partir da experiência afrodiaspórica e da estética radical negra.

Palavras-chave: Modernidade; Consciência negra; Estética negra; Dupla consciência

TITLE: Other perspectives on modernity: paths between black consciousness and black aesthetics

Abstract

This research project investigates the relationships between modernity, Black consciousness, and Black aesthetics through the concept of "Double Consciousness", developed by W. E. B. Du Bois and revisited by Paul Gilroy in his analysis of the Black Atlantic. The study seeks to understand how the Black diasporic experience produces particular forms of consciousness and aesthetic expression that challenge classical conceptions of modernity. To this end, it establishes a dialogue among Paul Gilroy, W. E. B. Du Bois, Fred Moten, and Christina Sharpe, connecting their contributions to

discussions of Black music, Black nationalism, racialization, and aesthetic experience. The research also examines the relationship between Gilroy's conception of modernity and Jürgen Habermas's formulations, particularly regarding rationality and the modern experience. Through a theoretical reconstruction and conceptual history approach, the study aims to analyze how Black aesthetics can constitute not only a field of artistic expression but also a means of knowledge production and critique of modernity. Thus, the research seeks to demonstrate alternative ways of understanding modernity from the perspective of the African diasporic experience and radical Black aesthetics.

Keywords: Modernity; Black consciousness; Black aesthetics; Double Consciousness

Introdução

Baseando-se nos estudos de Paul Gilroy sobre a "Dupla Consciência", conceito de Du Bois, a modernidade e suas derivadas análises acerca da música negra no que ele chama de Atlântico Negro, pretendemos investigar como a construção da consciência no âmbito da modernidade influencia perpetuamente a produção estética negra diaspórica, em especifico a música negra. O presente plano de trabalho tem a pretensão de analisar a dimensão estética que envolve a música negra diaspórica desde seu princípio. Para tal, iremos evocar também W. E. B. Du Bois, Fred Motten e Christina Sharpe entre outros teóricos da filosofia que são interlocutores de Gilroy.
Por meio de Paul Gilroy (2001) e seu conceito de Atlântico Negro e tendo como o objetivo a atualização das teorias pós-coloniais através da crítica estética da música, tentaremos aproximar principalmente Gilroy (2001) e Moten (2023). Gilroy aponta que alguns movimentos negros acreditam que a experiência da diáspora foi capaz de gerar certas "criatividades" que aqui interpretamos dentro do conceito de "excedente lírico" de Fred Moten. Aquilo que é resultado "positivo" da diáspora aparece em Gilroy (2001) como uma alívio às ansiedades que surgem da busca de uma coerência acerca da raça ou da nação. Na visão de Gilroy (2001), a arte negra surge como uma fuga ao essencialismo racial ou ao nacionalismo negro. Dentro de sua teoria, a música gera identificação entre artista e público. Tal dimensão da música — que, segundo o autor, age sobre o corpo do ouvinte — cria um "núcleo ou essência racial interna". É possível afirmar que esta dimensão que une as pessoas negras da diáspora é definida por Moten (2023) como "excedente lírico" e também o que Sharpe (2023) define como "vestígio". Neste ponto discutiremos quais elementos unem as pessoas negras da diáspora tendo como foco principal a estética na música. Moten e Sharpe reposicionam essa discussão no âmbito da poesia, da estética filoófica e da metalinguagem, enquanto outros autores levam a discussão para o essencialismo metafísico. Por fim, o diálogo com Du Bois (2021) se faz necessário uma vez que, tanto Gilroy (2001) quanto Moten (2023) se ocupam a discutir categorias filosóficas profundas que aparecem nos seus escritos. O conceito de dupla consciência também pode ser interpretado por diversas óticas como a metafísica e a estética. Nos ocuparemos de uma investigação no campo da estética sem nos desprender dela, assim como faz Gilroy (2001) e Moten (2012), porém tendo em vista que a estética negra corresponde a uma diversidade de campos do conhecimento que dialogam entre si.

Metodologia

Ainda sobre a abordagem metodológica empregada nesta pesquisa, a mesma pode ser caracterizada como uma "atualização sistemática" que procura integrar os meios analíticos da "história dos conceitos" (Koselleck, 2020), do método de "reconstrução teórica" (Habermas, 1983; Honneth, 2003; 2018) e da metateorização (Ritzer, 2010). Conforme observado por Reinhart Koselleck (2020, p. 29-30; 107-108), a história dos conceitos envolve a reconstrução da formação e percurso histórico de articulações do significado de determinados conceitos. Já a "reconstrução teórica", segundo definição de Habermas (1983, p. 11), significa que "uma teoria é desmontada e recomposta de modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou: esse é o modo normal [...] de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar.". De fato, encontramos o mesmo método de reconstrução teórica aplicada pelo próprio Habermas em Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus [1976] (1983) e também em Axel Honneth nas suas obras Kampf um Anerkennung [1992] (2003) e Verdinglichung – Eine anerkennungstheoretische Studie [2006] (2018).

Resultados e Discussões

O Sociólogo W. E. B Du Bois apresenta em seus escritos uma primeira noção do que é "ser negro" no contexto dos Estados Unidos no período pós-escravidão. Através de uma revisão narrativa e metateórica, podemos observar que sua preocupação era dar forma às opressões sofridas pelas pessoas negras no que, futuramente, seria classificada como a "Diáspora Africana". Du Bois apoiava-se em uma perspectiva Hegeliana para esboçar uma primeira teoria do reconhecimento do negro diaspórico na América, no sentido em que o reconhecimento de sí acontece pelo olhar do outro. Um par de oposição conceitual que propõe a existência ontológica do negro como dependente do "olhar" do branco. A validação e o (não) reconhecimento social que daí se deriva, cria uma percepção de si bipartida, o que Du Bois (2021) classifica como "Dupla consciência".

Se assumirmos que em termos de uma teoria do reconhecimento, "conceber-se pelo reconhecimento do outro" pode ser uma forte arma de opressão racial, podemos começar a esboçar o que seria um "problema ontológico da consciência". Em primeira instância, é um problema ontológico porque evoca categorias do que é "ser" uma pessoa negra no contexto da diáspora e do pós-escravidão. Autores como Martin Heidegger dedicaram sua vida a discutir o que de fato é "ser humano" e como o "humano" é um ser em transformação, deixando porém, algumas discussões importantes de lado, à exemplo, o questionamento sobre como um ser-aí (desein), ou seja, um "ser-no-mundo" duplamente lançado à existência (e à não existência) pode encontrar sentido para sua própria vida, num contexto onde as relações e estruturas sociais pré-estabelecidas foram construídas com intuito de negar sua existência — material e imaterial—.

O negro, lançado no mundo duas vezes — uma como ser-humano e posteriormente como "mercadoria" — enfrenta a constante tentativa de mantê-lo neste lugar, desafiado as noões de ontologia heideggerianas. De fato Heidegger aponta para uma multiplicidade do ser, no entanto se esquece de que essa multiplicidade pode ser usada como ferramenta de opressão social, de forma que as estruturas sociais pré-estabelecidas e que tornam em princípio as pessoas negras como "ser-no-mundo", são fonte de

angústia não só pela busca de sentido enfrentada pelo "ser humano", mas também por aqueles que foram construídos como "não-humanos" ou "semi-humanos". O ser negro da diáspora se apresenta como ser faltante, porém esta falta não é a angústia heideggeriana de existir num mundo onde há uma constante busca por sentido e sim, a pura nescessidade de existir materialmente ou não. A negação ontológica do negro é o que geraria de fato a angústia.

Partimos nossa investigação pela sociologia de Du Bois que se apresenta como um marco para pensar a consciência do negro da diáspora. Du Bois (2021) nos dá o panorama nescessário para entender os efeitos metafísicos da escravidão já nos poucos anos que sucedem seu fim. Fixamos como ponto de observação a modernidade, que necessariamente se desenvolveu em cima da escravidão, de maneira que o negro desumanizado ou portador de uma "semi-humanidade" teve suas ecperiências intelectuais e artísticas desconsideradas. É neste ponto onde evocamos a crítica à Jurgen Habermas que, de certo, teve grande importância para os estudos da modernidade, no entanto, reproduziu o padrão de modernidade branca e eurocêntrica.

Através de Vandenbergh (2011) compreendemos que falta em Habermas (2001) um giro ontológico, afinal a experiência do negro na chamada "negação ontológica" parece não caber neste suposto novo projeto de modernidade. O chamado "giro pós-colonial" onde se encontra Paul Gilroy nos dá a possibilidade de pôr em conceitos epistemológicos e ontológicos a vivência do negro da Diáspora, assim compreendemos que a produção de conhecimento acerca da consciência no âmbito da rtradição ocidental do pensamento, possui uma lacuna que só pode ser preenchida no ato da devolução da "voz" do negro da di[aspora. Essa voz pode ser entendida também como a possibilidade de produção de conhecimento sobre a consciência de si, quando o negro pode enfim deixar de se compreender pelo olhar do outro. Epistemologicamente falando, pensamentos como o do racismo ciêntífico fazem com que o negro seja retirado do lugar de produtor de conhecimento acerca de sua própria existência, e é por este motivo que o problema é também da ordem ontológica. Se o pensamento cartesiano propôs que a existência está condicionada à faculdade do pensamento, e se o negro foi excluído — na modernidade — da condicção de "ser pensante", logo, ele deixou de existir na modernidade.

A partir de observações como esta surgem perguntas do tipo: como ter consciência do que você é num mundo que está constantemente tentando provar que você é a negação da existência? Du Bois (2021) propõe a Dupla consciência como uma resposta possível a essa pergunta quando entende o negro como duplicado e de certa maneira inacabado. Para Du Bois (2021) há uma constante luta de reconciliação no negro americano com sua alma fragmentada, uma dilética do espirito hegeliana que deseja produzir como sintese do conflito entre ser metade negro e metade americano, um ser inteiro, não duplicado. Du Bois apresenta a igreja negra como o ponto de reconciliação do espirito duplicado do negro, e é justamente nesta instituição da sociedade americna do século XX que a estética se apresenta como caminho possível para a produção de uma nova consciência de sí na modernidade tardia. Gilroy (2001) nos mostra que a arte, em particular a música, no contexto da diáspora é uma instância que perpetua a cultura negra sem fronteiras nacionalistas, longe de qualquer tentativa de reacionarismo ou conservadorismo, a música negra sempre se renova e se adapta a contextos geográficos distintos.

Conclusão

Concluímos que o processo de modernização da sociedade produziu noções distintas de consciência entre brancos e negros no contexto da escravidão, tendo como efeito prático desta distinção, uma produção estética negra com caracteristicas próprias e baseada na experiência ontotógica do "ser negro" durante e após a escravidão.

A estética negra é resultado de uma prévia duplicação que coloca o negro numa posição de alteridade, mas que buscamos escapar deste par de oposição propondo a existência do negro da diáspora como única, unificada e não faltante. Du Bois (2021) foi muito influenciado pelo pensamento hegeliano, que aqui neste trabalho não foi descartado como possível teoria do reconhecimento, no entanto, nos propomos a tecer uma crítica à dupla consciência de Du Bois (2021), apresentando a arte como reconciliação da suposta cisão no espírito do negro.

Concluímos também que a música tem um papel fundamental na história do negro da diáspora, e por este motivo deve ser objeto de estudo a fim de entender como a consciência de sí afeta na produção artística. Colocamos em paralelo a ideia de que mesmo que o negro pareça ser produzido como ser da falta — inslusive no contedxto da consicência —, as produões artísticas afrodiásporicas sempre se apresentam como repositótio cultural para artistas brancos, inclusive.

Referências

DU BOIS, W. E. B. As almas do povo negro. Tradução de Alexandre Boide. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Veneta, 2021.

HABERMAS, Jungen. O discurso filosófico da modernidade: doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

GILROY, Paul. O antântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2001.

SHARPE, Christina. No Vestígio: negridade e existência. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

MOTEN, Fred. Na Quebra: a estética da tradição radical preta. São Paulo. N-1 Edições, 2023.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CÓDIGO: HS1405

AUTOR: VINICIUS DE MORAIS MEDEIROS PRAXEDES

ORIENTADOR: LUIS ALFREDO FERNANDES DE ASSIS

TÍTULO: Narcisismo e Autodestruição em “The Comforts of Home”, de Flannery O'Connor

Resumo

Este trabalho analisa o conto “The Comforts of Home”, da autora Flannery O’Connor, nome incontornável da literatura gótica sulista dos Estados Unidos da América. O conto narra a história de Thomas, um historiador recluso que, confrontado com as decisões de sua mãe, precisa lidar com a presença de uma personagem muito peculiar: Star Drake, uma jovem determinada a testar os limites dele para conseguir o que deseja a todo custo. Para melhor compreender o conto, foi realizada uma análise da construção do gótico, tanto tradicional quanto sulista, com o intuito de compreender seus aspectos formativos, bem como um estudo do grotesco na literatura, a fim de responder à pergunta de pesquisa: “Como o grotesco é construído no conto através de Star Drake?”. Os resultados da pesquisa mostram que Star Drake constitui o grotesco no conto de O’Connor por representar o papel clássico de misfit, isto é, aquele indivíduo que não se enquadra nas normas sociais, mas também por ser mulher, característica que, segundo Margaret Miles, em seu texto “The Grotesque in Art & Literature” (1997), está intrinsecamente associada ao grotesco.

Palavras-chave: Flannery O'Connor, grotesco, misfit, gótico sulista

TITLE: Where Does a Misfit Fit? Otherness and the Grotesque in Flannery O’Connor’s “The Comforts of Home"

Abstract

This study analyzes the short story “The Comforts of Home” by Flannery O’Connor, an unavoidable figure in American Southern Gothic literature. We follow the story of Thomas, a reclusive historian who, faced with his mother’s decisions, must deal with the presence of a extremely peculiar character: Star Drake, a young woman determined to test his limits to get what she wants at any cost. To better understand the story, the research involved analyzing the construction of the Gothic, both traditional and Southern, to grasp its formative aspects, as well as studying the grotesque in literature, in order to answer the research question: “How is the grotesque constructed in the story through Star Drake?” The findings indicate that Star Drake embodies the grotesque in O’Connor’s story not only by representing the classic role of the “misfit”, an individual

who does not conform to social norms, but also by being a woman, a characteristic that, according to Margaret Miles in her text “The Grotesque in Art & Literature” (1997), is intrinsically associated with the grotesque.

Keywords: Flannery O'Connor, grotesque, misfit, southern gothic

Introdução

When studying the Gothic, is almost impossible to escape the studies of otherness. The “other” is the main focus of this genre, independently of its variation, be it the classic or the southern gothic. This “other” doesn’t only works as an interest point in the narrative, it is also an obstacle that keeps the text interesting and close to the reader. The studies about otherness have earned its space in Academia because they expose facets of the humanity that we try to abnegate and hide, facets that reflect back to us our true nature in its most honest and explicit form and that show that the monster we so despise and fear have much more of us than we could imagine. In the gothic genre, this “other”, full of implicit or explicit monstrosity, is commonly linked to the grotesque which is, in the words of Margaret Miles on her text “Carnal Abomination: The Female Body as Grotesque” (1997), is inherently feminine. This statement stems from the idea that the grotesque can only be defined trough its relation with what is ideal, to the standard, or normative in its form, that which is alien despite being familiar, that which opposes the hegemonic, in other words, the male (mostly white, cis and heterosexual). Flannery O’Connor, novelist, essayist, short-story writer and strong representative of the American southern gothic, had a masterful ability of creating characters with this “other” characteristic. Living in the south of the United States in a strong post-civil war fervour, O’Connor had the singular ability of writing those who were considered misfits, the ones who do not conform to society, maybe because she did not conform herself being raised in a Catholic household in a place that was predominantly Protestant. As an example of otherness in literature, we can see in the corpus of this research, O’Connor’s short story “The Comforts of Home” that makes up the anthology of short stories Everything That Rises Must Converge published in the United States in 1965, the character Star Drake. In this story, we follow Thomas, a resentful intellectual that lives with his widowed mother, living in the shadow of a sternly, paternalist, and rude father, and wants to get rid of a young woman who says that herself is nymphomaniac, that his mother rescues from the local jail. The girl calls herself Star Drake and turns Thomas’s world upside down, afflicting him in his most vulnerable place: his own home. Star Drake is the personification of the misfit, the “other” in the text. A perverse woman, completely conscious of her own sexuality and power, using the ingenuity and kindness of the (unnamed) mother of Thomas to take space and money from this family that in any other condition would live the most perfect, sterile, and bucolic peace in the countryside in the south of United States. It is through this character that O’Connor introduces the grotesque in her story, but a question is raised: How this grotesque is constructed in the short story “The Comforts of Home” through this female character? To answer this question that will be an analysis of the construction of this character, how and why she fits the grotesque and how this grotesque appears in the southern gothic literature. To develop this analysis, it will be used as theoretical contribution the books Gothic (2014) by Fred Botting, in which he explains and analyses the construction of the gothic as a whole and the southern gothic; and the anthology of essays The Grotesque in Art & Literature (1997) organized by

James Luther Adams e Wilson Yates, in order to recognize and understand the grotesque in literature and how it manifests the otherness through the construction of the female character. This work consists of, beyond this introduction; a methodology, in which there will be presented the methods used to do this research; the analysis including excerpts of the story that will pinpoint and justify the analysis of this character; and the conclusion where we will summarize the results.

Metodologia

This research adopts a qualitative approach (Minayo, 2016) and it is also bibliographic. The research will follow the steps: first, O'Connor's short stories will be read to understand her literary voice and perspective. This will be followed by a close reading of "The Comforts of Home" (O'Connor, 1960). Next, the theoretical aspects that constitute the Gothic literary will be examined through the studies of Gothic (Botting, 2013), as well as Margaret Miles's "Carnal Abomination: The Female Body as Grotesque", included in The Grotesque in Art and Literature: Theological Reflections (Adams; Yates, 1997). These works will provide a basis to understand the role of the grotesque in literature and in the short story analyzed. Finally, selected excerpts from the story will be analyzed to examine how the character of Star Drake is constructed and determine whether she can be understood as misfit and a representation of the grotesque through the lenses of the theory to then conclude this research. Before the analysis, it is necessary to examine some of the aspects of the Gothic literary genre. Fred Botting, in Gothic, explains that "Gothic texts are, overtly but ambiguously, not rational, depicting disturbances of sanity and security, from superstitious belief in ghosts and demons, displays of uncontrolled passion, violent emotion or flights of fancy to portrayals of perversion and obsession." (Botting, 2013). He further argues that Gothic texts challenge conventional notions of morality, aesthetics, and social order, showing little concern for beauty or harmony and instead having no intention to elicit "revulsion, abhorrence, fear, disgust and terror." (Botting, 2013). This literary genre is deeply concerned with the duality of existence, with extremes and their nuances. The vulnerable female protagonist suffers at the hands of a cruel and older antagonist who seeks to usurp her autonomy. Gothic texts often play on light and darkness, the holy and the profane, and the feminine and the masculine, creating a peculiar sense of dread that runs throughout the text. The grotesque is one of the main characteristics of these texts, often embodying one side of this conflict through the figure of the male antagonist. Although many of these aspects remain important, Botting goes on to say that "Southern gothic is barely gothic in any European sense." (Botting, 2013), and it has developed its own distinctive forms and concerns. Its writers often narrate through the eyes of misfits who perceive the world as grotesque and absurd. In this context, the duality becomes more ambiguous, and the boundaries between the "monster" and the "good" character are blurred, creating narratives in which the characters' intentions are difficult to determine. Quoting Flannery O'Connor, Botting says that "objecting to terms like 'the School of Southern Degeneracy', Flannery O'Connor observes that the 'tradition of the dark and divisive romance-novel has combined with the comic grotesque tradition'." Southern Gothic emerges within a context of cultural and political transformation, marked by a displacement of established moral values that places tradition in check and exposes the "racial and familial tensions" (Botting, 2013) that persisted in the American south following the abolition of slavery and the Civil War. As a result, the grotesque, which was once associated with evil is now part of humanity.

The sacred gives way to the profane, and stories are told from the perspective of those located at the margins of the social order: the misfits. Botting also appoints out that "[…] grotesque fiction demands grotesque characters. The penchant of Southern writing for ghosts, monsters and freaks is related to its sense of distortion, and the recognition of freakishness involves a 'conception of the whole man' and becomes 'a figure for our essential displacement'. Though related to the isolated and alienated outsider, the freak is, ironically, more human" (page 159,160). Concerning the grotesque, Miles argues that "an element of grotesque is present in every woman" (Yates; Wilson, 1997). She goes on to explain that the grotesque world is not separate from our own, but is, in fact, our world: the grotesque is what is familiar yet perceived as "different". It belongs to the norm while, at the same time, violating it; it is familiar yet alien and, for this reason, can be more disturbing than purely monstruous. In this context, it is necessary to acknowledge what constitutes the dominant norm, historically represented by the white and heterosexual male. From this perspective, emerges the concept of the grotesque as feminine, rooted in the female body's similarity to and difference from the dominant norm. The female is constructed as the outsider and the strange, while remaining familiar. The female body also fits within the grotesque through the act of birth: during pregnancy it undergoes transformations in form and may be noticed as something quimeric, having multiple forms, limbs, or bodies. It is capable of great changes in structure and of being penetrable without being wounded. Within the Christian tradition, the female body has been positioned as closer to the human realm, whereas the male body has been considered closer to God, Miles argue. The mere act of sexual intercourse illustrates this distinction: the female body is transformed while the male body remains unchanged. Thus, the grotesque persists within a parameter closely related to the Gothic itself, being similar but different, the carnal instead of the sacred, persistent in this duality between them. This tradition, however, can also be inverted: the woman who was once represented as the victim becomes the perpetrator. It is within this inversion that we encounter Star Drake in O'Connor short story, where she is portrayed as a sexually transgressive woman who challenges the patriarchal, class-based, and intellectual assumptions of the narrative.

Resultados e Discussões

To further analyse Flannery O'Connor's "The Comforts of Home", two concepts must be taken into consideration: those of misfit and the grotesque. The misfit is commonly associated with the idea of a person who clashes or challenges the expected norms of society; in most cases, they are perceived as literally not fitting in within the established social norms. Misfits are often ostracized and villainized, while also representing marginalized individuals who may or may not have dissident or altered bodies. The term also denotes a perceived failure of character, or inability to conform to what is expected of the model citizen. Such figures are frequent characterized as thieves, homeless people, or neurodivergent individuals. Regarding the grotesque, Flannery O'Connor argues in her essay "Some Aspects of the Grotesque in Southern Fiction" (O'Connor, 1970), that, in grotesque works of fiction, readers encounter experiences that do not align with ordinary life, with the everyday experience of the ordinary people. Once again, the boundaries between what is considered common and what is perceived as absurd are called into question when the writer creates incredible situations out of the mundane. Furthermore, Margaret Miles points out that "[…] it is not merely that some women were thought of as grotesque in socially defined, culturally specific ways, but

that an element of grotesque is present in every woman. As the women in Mandeville's Travels illustrate, the creature closest to the male subject, but innately, disturbingly different, is ultimately more grotesque than are exotic monsters." (p. 85). Further, Miles explains that the inherently embodied experience of women, in opposition to the perceived holiness of men, is one of the characteristics that inform the grotesque, as women are associated with the original sin of Eve. The mere existence of female sexuality is an afront to holiness, as women are penetrable and undergo a process of bodily multiplication during pregnancy, which gives them additional limbs and exposes the profane nature of reproduction. Miles explains that both sexual intercourse and childbirth are inherently grotesque and closely connected to the female experience. In "The Comforts of Home" we follow Thomas, a recluse intellectual historian who struggles with the decisions of his overbearing yet benevolent mother. After seeing a picture on the newspaper of a nineteen-year-old girl who has been arrested for passing a bad check, his mother decides to save the girl by finding her a better place to stay, eventually taking her into their own home. The girl calls herself Star Drake and is determined to test and push every boundary she can to get what she wants. Throughout the story, we see that Star Drake (whose legal name is Sarah Ham), as we learn after a lawyer verifies her story and helps Thomas's mother to bail her, continuously tries to get close to Thomas, who, in response, in unable to do anything but cowardly flee from her advances. The narrative begins with Star returning to the house after Thomas has demanded his mother choose between him and Star. Here, we encounter the first instance in which the text presents Star Drake's character as deviant: "His mother and the little slut were getting out of it. His mother emerged slowly, stolid and awkward, and then the little slut's long slightly bowed legs slid out, the dress pulled above the knees. With a shriek of laughter she ran to meet the dog, who bounded, overjoyed, shaking with pleasure, to welcome her" (O'Connor, page 383). The use of the term "slut" remains charged with sexual judgment to this day. Women are not expected to have sexual needs or even to experience sexual desire, and this brief description is sufficient to understand how Star is perceived and how the author invites us to see her. Further physical descriptions, such as "slightly bowed legs" and "shriek of laughter", create a sense of a crooked character who does not conform to conventional norms of physical form or social decorum. Star thus transgresses the boundaries of what is expected and considered permissible to a "good woman". Thomas's mother, on the other hand, is introduced as follows: "His mother emerged slowly, stolid and awkward". In contrast to Star, she is much more repressed and restrained. In multiple times in the story, she serves as a counterpoint to Star's expansiveness and freedom, often embodying the ideal of a "good southern Christian" who is more concerned with others than with herself and would place anyone else's needs before her own, including those of Thomas. There are multiples instances in which Star is described as a slut, but the text also presents other ways of dehumanizing the character. She is described as having "a pointed chin, wide apple cheeks and feline empty eyes." and later, Thomas calls her a "moral moron" who was "born without the moral faculty" (page 385) after his mother fails to justify Star's invasion of Thomas's room, while she was naked and he was sleeping. Is important to note that Star Drake is not inherently a good person. She repeatedly exploits Thomas's social inadequacy, deliberately testing and violating the boundaries he attempts to establish and laughing at him after getting what she wants. This, however, contributes to the building of a character who embodies the grotesque within the story. Thomas observes that "there was an observable tendency in all of her actions. This was, with the best intentions in the world, to make a mockery of virtue, to pursue it with such a mindless intensity that everyone involved was made a fool of and

virtue itself became ridiculous" (page 384). Star toys with everyone around her, repeatedly exceeding whatever limits are imposed on her, testing boundaries and deliberately breaking them to get what she wants. When Thomas first meets her, she is described as follows: "The girl gave the immediate impression of being physically crooked. Her hair was cut like a dog's or an elf's and she was dressed in the latest fashion. She was training on him a long familiar sparkling stare that turned after a second into an intimate grin" (pages 388,389). This description reinforces the already established sense that something is wrong with Star. Beyond the fact that she is literally described as physically crooked, the comparison of her hair to that of a dog or an elf further dehumanizes her, comparing her to an animal or to a creature commonly associated with mischievousness in various traditional beliefs around the world. Even her smile is described as a grin, an exaggerated expression that contributes to her characterization as devious. Later, when his mother demands that he take Star to her temporary home, the narrative suggests that Thomas reads her as a parasite: "While getting his coat he had decided that this would be his opportunity to tell the girl that unless she ceased to be a parasite on his mother, he would see to it, personally, that she was returned to jail" (page 390). Throughout the story, with a few exceptions concerning how his mother perceives Star, she is always presented as a menace from Thomas's point of view: sexually deviant and often positioned in opposition to both Thomas and his mother. Interestingly, his mother's arguments for why she needs to help Star often circle back to Thomas himself: "'I keep thinking it might be you,' she said, her hand still on her jaw. 'If it were you, how do you think I'd feel if nobody took you in?'" (page 385). Her benevolence blinds her to the manipulation to which she has been subjected, while Thomas is burdened with the knowledge that trying to reason with her is a futile and endless pursuit: "She proceeded always from the tritest of considerations—it was the nice thing to do—into the most foolhardy engagements with the devil, whom, of course, she never recognized" (page 385). But while Star is often described as devilish, Thomas's mother is not free from his scrutiny, as he sees her as excessively virtuous and gullible to her own detriment. The old lady always begins with a box of candy and ends up in the worst situations, to the point that she eventually falls for Star's stratagems to gain her sympathy by telling horrifying stories of what she has supposedly endured. Even after the lawyer informs her that the stories were all lies and that Star was deliberately manipulating her, Thomas's mother still falls prey to the girl, who is characterized as a someone who does not fit within any of society's established institutions: The lawyer found that the story of the repeated atrocities was for the most part untrue, but when he explained to her that the girl was a psychopathic personality, not insane enough for the asylum, not criminal enough for the jail, not stable enough for society, Thomas's mother was more deeply affected than ever (page 388). Moreover, the figure of the mother is the perfect antithesis of Star and, in a sense, they are fit for each other: one is gullible, subservient, and stolid, while the other a liar, imposing, and explosive. Through this contrast, O'Connor exposes and highlights Star's character as the antithesis of the idealized model of womanhood, positioning her as a typical misfit. She defies conventional expectations of feminine behaviour, confronts the status quo, and eventually gets what she wants despite being ostracized by society. Star Drake thus embodies the grotesque as she transgresses the boundaries of decency and decorum, carving out a place of herself despite being a misfit, by challenging social convention and embracing her ostensible badness without remorse. Her ending, however, shows that her efforts to manipulate this family are ultimately in vain. Thomas crates a plan to discard her. Earlier in the story, Star expresses suicidal tendencies by performatively scratching her wrists. In an attempt to protect the girl, Thomas's mother hides

everything that can be used to harm oneself. This is where the gun is introduced: Thomas's father had left him a gun as an inheritance, which he keeps in his study. Thomas does not believe that Star would use the gun on herself, so, despite his mother's best efforts, he leaves the gun unlocked. The gun, however, eventually disappears from the drawer where he had kept it. Thomas is disturbed by the possibility that the girl has messed with his papers, not, by the fact that she has taken the gun, and becomes increasingly outraged until she invades his room at night. This proves to be the final straw, and he confronts his mother, demanding that she get rid of the girl or he will leave. His ultimatum, however, fails, and Star returns to the house the following day. Throughout O'Connor's story, the image of Thomas's stern, deceased father looms over him. He was strict, brutal, and serious, but also manipulative and domineering, accepting things only his way. Although Thomas inherited his mother's soothing temperament, he also shares his father's sternness. Faced with the challenge of coping with Star Drake, he ultimately finds himself guided by the example of what his father might have done. The day Star returns the house; Thomas reaches his limit. His father's voice urges him to turn her over to the police for stealing, but after telling the sherif about the situation, and returning home, he finds the gun where he had first left. His only remaining chance to get rid of the girl now is to incriminate her, but everything goes wrong when Star sees him attempting to plant the gun. His father's voice then urges him to shoot the girl, but he ultimately shoots his mother, who has thrown herself in front of Star to protect her. At this exact moment, the sheriff arrives and, upon seeing the scene, concludes that Thomas and Star intended to kill the mother to obtain her money and house for themselves. In the end, Star is punished as the embodiment of evil traditionally would be, closing her arc as a misfit by once again being ostracized from society by an institution of authority. Her fate, although somewhat ambiguous, is ultimately what is expected of the misfit. Star Drake represents the grotesque in all its facets: she is perverse, sexually assertive, and physically crooked, but, more importantly, she is a woman who defies categorization and is willing to do whatever is within her power to obtain what she wants, even going so far as to fake a suicide attempt.

Conclusão

The aim of this research was to analyse how the character of Star Drake in Flannery O'Connor's short story "The Comforts of Home" represents the grotesque within a Southern Gothic work of fiction. To address this research question, an overview of the Gothic genre was provided, both in its traditional form and its Southern American counterpart, followed by an analysis of the elements that form these literary traditions, examining where they converge and diverge. Furthermore, two important aspects of the genre were explored to further address the research question: the grotesque and the misfit. Finally, an analysis of the short story was conducted, with particular emphasis on the character of Star Drake. Through the analysis, it was possible to perceive that the construction of Star Drake's character, both through her actions and through the way she is perceived by the other characters, fits both the role of the misfit, as she is ostracized and regarded as deviant by society, and the grotesque, an aspect that is inherent to the Gothic genre as a whole. Her grotesqueness is manifested through her sexual transgressiveness and, more fundamentally, through her position as a woman who challenges and opposes social norms. This research contributes to the studies of O'Connor writings by shedding new light on her character construction, her mastery of

the Southern Gothic genre, and the nuances of the female characters she creates. Furthermore, this article evidences, not only the construction of a transgressive female character but also the work of a unique woman writer, opening possibilities for understanding why O'Connor's works, characters, and literary contributions remain relevant today.

Referências

ADAMS, James Luther, and Wilson Yates, editors. The Grotesque in Art and Literature: Theological Reflections. Eerdmans, 1997. O'CONNOR, Flannery. The complete stories. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1971. BOTTING, Fred. Gothic. New York: Routledge, 2014.

CÓDIGO: HS1407

AUTOR: GEOVÁ MARCELINO DA ROCHA

ORIENTADOR: ZORAIDE SOUZA PESSOA

TÍTULO: MONITORAMENTO DE DESASTRES E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO NORDESTE DO BRASIL ENTRE 2015-2025

Resumo

A Região Nordeste do Brasil apresenta elevada recorrência de desastres socioambientais e climáticos, especialmente aqueles associados à estiagem, à seca e às chuvas intensas, o que evidencia importantes desafios para a gestão de riscos e para a formulação de políticas públicas voltadas à adaptação climática. Nesse contexto, o presente trabalho, vinculado ao projeto de pesquisa Sustentabilidade, Adaptação Climática, Energias e Sociodiversidade dos Territórios: Uma Análise Comparativa de Estudos de Casos de Governos no Contexto do Nordeste Brasileiro (PVC18326-2020/UFRN), teve como objetivo monitorar e analisar os desastres socioambientais e climáticos registrados nos nove estados da região no período de 2015 a 2025. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem de natureza quantitativa, com coleta, organização e análise de dados secundários disponibilizados pelo Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). Os resultados evidenciam que a estiagem e a seca constituem os desastres de maior recorrência, ao passo que as chuvas intensas representam o segundo fenômeno mais frequente, revelando a coexistência de diferentes extremos climáticos no Nordeste brasileiro. Conclui-se que os dados obtidos reforçam a importância do monitoramento sistemático dos desastres socioambientais como instrumento indispensável para a compreensão das vulnerabilidades territoriais e para o aperfeiçoamento das políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas e de gestão de riscos na região.

Palavras-chave: Região Nordeste; Mudanças climáticas; Monitoramento de desastres

TITLE: MONITORING OF DISASTERS AND SOCIO-ENVIRONMENTAL POLICIES IN NORTHEASTERN BRAZIL FROM 2015-2025

Abstract

Brazil’s Northeast Region experiences a high frequency of socio-environmental and climate-related disasters, particularly those associated with droughts and heavy rains, which highlight significant challenges for risk management and the formulation of public policies aimed at climate adaptation. In this context, this study linked to the research project “Sustainability, Climate Adaptation, Energy, and Sociodiversity of

Territories: A Comparative Analysis of Government Case Studies in the Context of the Brazilian Northeast (PVC18326-2020/UFRN), aimed to monitor and analyze the socio-environmental and climate-related disasters recorded in the region's nine states from 2015 to 2025. Methodologically, a quantitative approach was adopted, involving the collection, organization, and analysis of secondary data provided by the Integrated Disaster Information System (S2iD). The results show that droughts and dry spells are the most recurrent disasters, while heavy rains represent the second most frequent phenomenon, revealing the coexistence of different climate extremes in northeastern Brazil. It is concluded that the data obtained reinforce the importance of systematically monitoring socio-environmental disasters as an indispensable tool for understanding territorial vulnerabilities and for improving public policies on climate change adaptation and risk management in the region.

Keywords: Northeast Region; Climate change; Disaster monitoring

Introdução

A Região Nordeste do Brasil apresenta elevada recorrência de desastres socioambientais e climáticos, especialmente, os eventos associados à escassez hídrica, como as estiagens e as secas prolongadas, quanto aqueles relacionados ao excesso de precipitação, a exemplo das chuvas intensas e das inundações. Essa realidade reflete a diversidade climática da região e as vulnerabilidades socioambientais historicamente acumuladas em seu território, fatores que tendem a assumir maior relevância diante das projeções de intensificação dos eventos climáticos extremos decorrentes das mudanças climáticas globais. Nesse contexto, a gestão dos riscos e a formulação de políticas públicas voltadas à prevenção, à mitigação e à adaptação aos desastres tornam-se elementos fundamentais para a redução dos impactos sobre as populações e os territórios mais vulneráveis. Assim, compreender a dinâmica e a distribuição dos desastres socioambientais e climáticos constitui um importante objeto de investigação, na medida em que a produção de conhecimento sistematizado sobre esses eventos fornece subsídios para o planejamento, a implementação e o aprimoramento das políticas públicas destinadas ao enfrentamento desses fenômenos.

Apesar da existência de um conjunto relevante de instrumentos normativos e programas voltados ao enfrentamento dos desastres climáticos no Brasil, como: a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e a Política Nacional de Combate à Desertificação (Lei nº 13.153/2015), o monitoramento sistemático e a análise comparativa dos desastres ocorridos nos estados da Região Nordeste permanecem fundamentais para ampliar o conhecimento sobre a dinâmica desses eventos e sobre as vulnerabilidades territoriais existentes. Nesse sentido, estudos como o presente contribuem para a produção de informações que podem fundamentar a formulação, o acompanhamento e o aperfeiçoamento das políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas e de gestão de riscos, favorecendo a construção de territórios mais resilientes e menos vulneráveis aos impactos dos desastres socioambientais e climáticos.

Diante desse contexto, este trabalho é resultado do Plano de Trabalho: MONITORAMENTO DE DESASTRES E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, AMBIENTAIS, CLIMÁTICAS, DAS ENERGIAS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NO NORDESTE DO BRASIL ENTRE 2015 - 2025 (PVC18326-2020), vinculado ao

Projeto de Pesquisa: PVC18326-2020 - SUSTENTABILIDADE, ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA, ENERGIAS E SOCIODIVERSIDADE DOS TERRITÓRIOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTUDOS DE CASOS DE GOVERNOS NO CONTEXTO DO NORDESTE BRASILEIRO.

Assim, este trabalho tem como objetivo monitorar e analisar os desastres socioambientais e climáticos ocorridos nos nove estados da Região Nordeste do Brasil no período de 2015 a 2025. A metodologia adotada é de natureza quantitativa, com aplicação de pesquisa exploratória, cujos dados foram obtidos junto ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), produzido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) (BRASIL, 2025). Esses dados permitiram identificar os tipos de eventos mais recorrentes em cada estado e contribuir para a compreensão das vulnerabilidades territoriais da região. A partir desses dados, procedeu-se ao cruzamento com dados de pesquisa documental, a fim de identificar quais políticas públicas incidem sobre esses cenários de desastres.

Metodologia

O presente trabalho de iniciação científica caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido a partir do levantamento e da análise de dados secundários de fontes oficiais. Este plano de trabalho é vinculado ao projeto de pesquisa Sustentabilidade, Adaptação Climática, Energias e Sociodiversidade dos Territórios: Uma Análise Comparativa de Estudos de Casos de Governos no Contexto do Nordeste Brasileiro (PVC18326-2020/UFRN).

No âmbito do presente plano de trabalho concentrou suas atividades nas seguintes etapas de pesquisas: A primeira fase consistiu na realização de revisão bibliográfica sobre a temática da pesquisa, por meio da consulta à literatura científica pertinente, incluindo livros, artigos científicos e demais publicações especializadas, com a finalidade de construir o referencial teórico que orienta as análises subsequentes.

Na segunda fase consistiu na coleta de dados secundários em sítios oficiais nacionais, com destaque para o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), vinculado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), posteriormente, os dados foram interpretados de forma descritiva e analítica, com o objetivo de caracterizar os desastres socioambientais e climáticos ocorridos na região Nordeste do Brasil, que constitui o recorte territorial de aplicação empírica da pesquisa, compreendendo os nove estados da região: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. E o recorte temporal abrangeu o período de 2015 a 2025, correspondendo à última década, intervalo considerado suficientemente representativo para a identificação de padrões e tendências nos fenômenos investigados. O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), trata-se de uma base de dados oficial, de acesso público, que reúne registros sistematizados sobre ocorrências de desastres em todo o território nacional.

E a terceira fase, referente à produção dos relatórios científicos, envolveu a elaboração de relatórios parciais e finais, bem como de artigo científico, sintetizando os resultados obtidos nas fases anteriores.

Resultados e Discussões

As projeções climáticas para o Brasil indicam cenários preocupantes para as próximas décadas. Nobre (2001) sinalizava que, em um cenário de crescimento contínuo das emissões de gases de efeito estufa, modelos climáticos computacionais projetavam um aumento da temperatura entre 4 e 6 °C em partes do país, especialmente na Amazônia, até o final do século XXI. O autor também destaca as incertezas relacionadas às alterações nos regimes de precipitação e ao aumento da frequência de eventos climáticos extremos, como secas, inundações, tempestades severas, vendavais e granizo. Embora essas projeções se apliquem ao território brasileiro em sua totalidade, seus impactos tendem a afetar significativamente áreas mais vulneráveis, caracterizadas por maior sensibilidade aos impactos climáticos, como o Nordeste brasileiro, recorte espacial desta pesquisa.

A vulnerabilidade do Nordeste brasileiro aos eventos climáticos extremos possui raízes históricas profundas. Campos (2014) analisa a evolução das políticas públicas de combate às secas na região desde o período colonial e propõe uma periodização em cinco fases: o defrontamento com as secas; a busca do conhecimento; a hidráulica da solução; a política do desenvolvimento em bases regionais; e, por fim, ao gerenciamento das águas e as políticas sociais. Essa proposta permite compreender como as estratégias de enfrentamento das secas foram sendo transformadas ao longo do tempo, acompanhando mudanças institucionais, políticas e sociais.

Campos (2014) demonstra que a gravidade dos desastres climáticos no semiárido nordestino esteve historicamente associada não apenas à irregularidade das chuvas, mas, sobretudo, à ausência de políticas públicas preventivas e às desigualdades socioeconômicas estruturais da região. Nesse sentido, as projeções de intensificação dos eventos extremos apontadas por Nobre (2001) incidem sobre um território que, embora tenha avançado institucionalmente ao longo do século XX e início do século XXI, ainda enfrenta desafios significativos na gestão dos recursos hídricos e na redução das vulnerabilidades sociais, o que reforça a importância da análise sistemática dos desastres socioambientais e climáticos ocorridos na última década, conforme proposto nesta pesquisa.

A literatura especializada aponta que o conceito de desastre é multidimensional, não havendo um consenso pleno sobre sua definição. Nesse sentido, o termo pode ser compreendido como “o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (Castro, 1998, p. 52 apud Marchezini, 2009). O que diferentes abordagens têm em comum, no entanto, é o reconhecimento de que desastres não resultam exclusivamente de fenômenos naturais, mas emergem da interação entre ameaças ambientais e condições de vulnerabilidade socialmente produzidas em um dado território (Marchezini, 2009).

Sob essa perspectiva, eventos como secas prolongadas, chuvas intensas e inundações só se convertem em desastres quando incidem sobre populações e territórios que carecem de capacidade institucional, material e social para absorver seus impactos e se recuperar deles. Essa distinção é fundamental para compreender o panorama dos desastres socioambientais no Nordeste brasileiro, onde as vulnerabilidades historicamente acumuladas amplificam os efeitos de fenômenos climáticos recorrentes, tornando a análise sistemática desses eventos, como a proposta nesta pesquisa, um instrumento relevante para subsidiar políticas públicas de prevenção e adaptação.

Diante desse contexto, a atuação do Estado assume papel central na formulação de políticas públicas capazes de reduzir as vulnerabilidades socioambientais e promover ações de prevenção, mitigação e adaptação aos efeitos dos desastres, especialmente entre as populações expostas aos eventos climáticos extremos.Entre essas iniciativas, merece destaque a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, instituída pela Lei nº 13.153/2015, que constitui um importante instrumento da política ambiental brasileira voltado para prevenir, controlar e recuperar áreas suscetíveis à desertificação. A legislação define a desertificação como o processo de degradação das terras em zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, decorrente da interação entre fatores climáticos e atividades humanas (Brasil, 2015).

Além das ações voltadas ao enfrentamento da desertificação, a política hídrica brasileira passou a incorporar programas destinados à ampliação da segurança hídrica nas áreas mais suscetíveis aos efeitos da seca. Nesse contexto, foram implementados programas e projetos destinados a ampliar o acesso à água para consumo humano, fortalecer a infraestrutura hídrica e aumentar a capacidade de enfrentamento das populações diante da escassez desse recurso. Destacam-se, nesse cenário, o Programa Água para Todos, instituído pelo Decreto nº 7.535/2011, voltado à ampliação do acesso à água para consumo humano e produção de alimentos por meio da construção de cisternas e pequenos reservatórios para populações em situação de vulnerabilidade no semiárido (Brasil, 2011), e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, concebido para ampliar a segurança hídrica e reduzir os impactos da irregularidade das chuvas sobre as populações das áreas mais suscetíveis à escassez de água (Brasil, 2006). Embora distintos em sua abrangência, ambos integram uma estratégia mais ampla de convivência com a semiaridez, reconhecendo que a segurança hídrica no Nordeste exige tanto ações localizadas quanto intervenções estruturais de grande porte (Campos, 2014).

No âmbito da gestão de riscos e desastres, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608/2012, representa um dos principais marcos normativos brasileiros para a organização das ações de proteção e defesa civil. A política estabelece diretrizes voltadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante dos desastres, devendo ser articulada com outras políticas públicas, como as de desenvolvimento urbano, ordenamento territorial, meio ambiente, recursos hídricos e mudanças climáticas (Brasil, 2012). Para viabilizar sua implementação, a legislação organiza o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), integrado por órgãos e entidades dos diferentes níveis de governo, responsáveis pelo planejamento, coordenação e execução das ações de proteção e defesa civil (Brasil, 2012). Dessa forma, a PNPDEC e o SINPDEC constituem os principais instrumentos institucionais que orientam a atuação do poder público na prevenção e na gestão dos

desastres socioambientais e climáticos registrados no território brasileiro, incluindo a Região Nordeste, objeto desta pesquisa.

No contexto do Nordeste brasileiro, marcado pela recorrência de eventos como estiagens, secas, chuvas intensas e inundações, tal formulação de políticas públicas voltadas à prevenção, mitigação, adaptação e gestão de riscos torna-se elemento essencial para a redução dos impactos sobre a população. Nesse cenário, a análise dos registros oficiais de desastres ocorridos entre 2014 e 2024 permite compreender a dinâmica desses eventos na região e oferece subsídios para avaliar a importância das políticas públicas destinadas ao fortalecimento da gestão de riscos e da resiliência territorial.

A análise dos dados obtidos junto ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), para o período de 2015 a 2025, revela o panorama da ocorrência de desastres socioambientais e climáticos nos nove estados da Região Nordeste do Brasil. Os resultados evidenciam que a estiagem e a seca constituem os fenômenos de maior recorrência na região, sendo os desastres predominantes em oito dos nove estados analisados, com exceção do Maranhão, onde as chuvas intensas lideram os registros. Esses resultados mostram-se consistentes com a literatura especializada, que aponta para a intensificação dos eventos climáticos extremos no território brasileiro (Nobre, 2001) e evidencia a histórica vulnerabilidade do Nordeste brasileiro, bem como a evolução das políticas públicas destinadas ao enfrentamento desses problemas (Campos, 2014).

Além da predominância da estiagem e da seca, observa-se que as chuvas intensas ocupamcomo o segundo desastre de maior recorrência na maioria dos estados nordestinos, evidenciando que a região convive com extremos climáticos distintos, caracterizados tanto pela escassez prolongada de água quanto pela ocorrência de episódios de precipitação intensa. Esse comportamento é compatível com as projeções apresentadas por Nobre (2001), que apontam para o aumento da frequência de eventos climáticos extremos.

Em termos absolutos, conforme demonstrado na Tabela 1 e detalhado nos Gráficos 1 a 9 (Anexos), Bahia concentra o maior número de registros de estiagem e seca no período analisado, com 2.018 ocorrências, seguida pela Paraíba, com 1.938 registros, seguida pelo Rio Grande do Norte, com 1.304, e por Pernambuco, com 1.216. Os estados do Piauí, Ceará e Alagoas também apresentaram quantitativos expressivos dessas ocorrências. Sergipe, embora apresente o menor número de registros de estiagem e seca entre os estados predominantemente afetados por esse fenômeno, com 185 ocorrências, distingue-se por apresentar as doenças infecciosas como o segundo desastre mais recorrente, com 75 registros. Esses dados, quando cruzados com os instrumentos normativos estaduais levantados no Quadro 1 (Anexos), permitem observar que os estados com maior incidência de desastres dispõem de um conjunto de políticas e legislações específicas voltadas ao enfrentamento desses fenômenos, evidenciando tanto os avanços institucionais alcançados quanto os desafios ainda existentes para a redução efetiva das vulnerabilidades territoriais.

Em contrapartida, o Maranhão constitui uma exceção ao padrão observado nos demais estados da região, apresentando predominância de desastres hidrológicos, especialmente chuvas intensas, que totalizaram 184 registros. Esses resultados reforçam que a dinâmica dos desastres socioambientais e climáticos no Nordeste brasileiro não é homogênea, refletindo as diferentes condições climáticas e territoriais existentes na região.

Esses resultados, considerados em conjunto, indicam que os desastres socioambientais e climáticos no Nordeste brasileiro não se distribuem de forma homogênea entre os estados, mas apresentam padrões territoriais relativamente consistentes, que refletem tanto as condições físico-climáticas de cada estado quanto às vulnerabilidades sociais e institucionais historicamente acumuladas.

A predominância da estiagem e da seca em oito dos nove estados analisados, com volumes que chegam a mais de 2.000 registros no período de apenas dez anos, levanta questionamentos relevantes acerca da suficiência e da efetividade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse fenômeno na região. Instrumentos normativos como a Política Nacional de Combate à Desertificação (Lei nº 13.153/2015), o Programa Água para Todos (Decreto nº 7.535/2011) e o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Decreto nº 5.995/2006) estavam vigentes e em implementação ao longo de todo o período analisado (2015-2025), representando o principal conjunto de políticas públicas disponível para o enfrentamento da estiagem e da seca na região. Da mesma forma, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) constituíam os principais marcos institucionais voltados à gestão dos riscos de desastres durante esse mesmo período.

No entanto, a persistência de elevados volumes de registros de estiagem, seca e chuvas intensas ao longo dos dez anos investigados sugere que, embora essas políticas representem avanços importantes, ainda não foram suficientes para reduzir de forma estrutural a vulnerabilidade climática das populações nordestinas, levantando questionamentos relevantes acerca de sua efetividade e alcance territorial.

De forma semelhante, a recorrência das chuvas intensas como o segundo desastre de maior recorrência na maioria dos estados indica que os mecanismos de prevenção, preparação e resposta previstos na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) ainda enfrentam desafios significativos para se consolidarem como instrumentos efetivos de redução dos riscos climáticos no Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, os dados desta pesquisa não permitem avaliar conclusivamente a efetividade dessas políticas, o que exigiria uma análise mais aprofundada de indicadores de implementação e impacto, mas apontam para a necessidade de monitoramento contínuo dos desastres socioambientais na região como importante subsídio para a formulação e o aprimoramento das políticas públicas de adaptação climática.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar a ocorrência dos desastres socioambientais e climáticos nos estados da Região Nordeste do Brasil, buscando contribuir para a compreensão das vulnerabilidades territoriais da região e para as reflexões acerca das políticas públicas voltadas ao enfrentamento desses eventos. A partir da análise dos dados obtidos junto ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), referentes ao período de 2015 a 2025, foi possível alcançar os objetivos propostos e responder à questão central que orientou esta pesquisa.

Os resultados obtidos confirmam que a estiagem e a seca constituem os fenômenos de maior recorrência na Região Nordeste, prevalecendo em oito dos nove estados analisados e alcançando volumes expressivos, especialmente na Bahia, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Paralelamente, a recorrência das chuvas intensas como o segundo desastre de maior frequência na maioria dos estados evidencia que a região convive simultaneamente com diferentes extremos climáticos, aspecto que, conforme discutido ao longo deste trabalho, tende a tornar-se ainda mais relevante diante das projeções de intensificação desses eventos nas próximas décadas. Esses resultados mostram-se coerentes com o referencial teórico adotado na pesquisa, ao evidenciar a histórica vulnerabilidade do Nordeste brasileiro aos desastres socioambientais e climáticos e reforçar a importância de políticas públicas estruturantes voltadas à prevenção, à adaptação e ao fortalecimento da capacidade de resposta dos territórios mais vulneráveis.

Embora o Brasil disponha de um conjunto relevante de instrumentos normativos e programas voltados ao enfrentamento dos desastres climáticos, como a Política Nacional de Combate à Desertificação (Lei nº 13.153/2015), o Programa Água para Todos, o Projeto de Integração do Rio São Francisco e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012), a persistência de elevados volumes de registros de desastres ao longo do período investigado sugere que esses instrumentos podem não ter sido suficientes, até o momento, para reduzir de forma estrutural a ocorrência desses desastres na região. Nesse sentido, o monitoramento sistemático dos desastres socioambientais, como o realizado nesta pesquisa, configura-se como um importante instrumento de apoio ao acompanhamento e ao aperfeiçoamento dessas políticas públicas, bem como para a identificação das populações e dos territórios mais vulneráveis.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa apresenta limitações decorrentes do recorte metodológico adotado. A análise restringiu-se aos dados secundários disponíveis no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), sem abranger indicadores relacionados à implementação das políticas públicas ou dados socioeconômicos complementares que permitissem uma avaliação mais abrangente das vulnerabilidades territoriais. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação da análise por meio

Referências

NOBRE, Carlos A. Mudanças climáticas globais: possíveis impactos nos ecossistemas do país. Parcerias Estratégicas, v. 6, n. 12, p. 239-258, 2001.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 36-39.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). Brasília: SEDEC, 2025. Disponível em:https://s2id.mi.gov.br. Acesso em: 29 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015. Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 jul. 2015. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13153.htm. Acesso em: 29 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – "Água para Todos". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 2011. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7535.htm. Acesso em: 29 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006. Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional — SGIB e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5995.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de abril. 2012. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 29 jun. 2026.

Anexos



Tabela 1 – Os desastres mais recorrentes nos estados da Região Nordeste do Brasil (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Quadro 1 – Instrumentos normativos de todos os estados no período de 2015-2025. Fonte: Elaboração própria (2026), com base em legislação estadual coletada nos portais oficiais dos governos estaduais e assembleias legislativas (2015-2025).



Gráfico 1 – Desastres socioambientais registrados no estado de Alagoas (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 2 – Desastres socioambientais registrados no estado da Bahia (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 3 – Desastres socioambientais registrados no estado do Ceará (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 4 – Desastres socioambientais registrados no estado do Maranhão (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 5 – Desastres socioambientais registrados no Estado da Paraíba (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 6 – Desastres socioambientais registrados no Estado de Pernambuco (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 7 – Desastres socioambientais registrados no Estado do Piauí (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 8 – Desastres socioambientais registrados no Estado do Rio Grande do Norte (2015-2025). Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).



Gráfico 9 – Desastres socioambientais registrados no Estado de Sergipe (2015-2025) Fonte: Elaboração própria (2026) a partir dos dados do S2iD (2015-2025).

CÓDIGO: HS1411

AUTOR: LARA PEREIRA MARQUES

ORIENTADOR: FABIO FONSECA FIGUEIREDO

TÍTULO: Análise de estratégias para o transporte não motorizado em Natal/RN e Fortaleza/CE

Resumo

A presente pesquisa buscou compreender as estratégias municipais de incentivo ao uso da bicicleta em Natal/RN e Fortaleza/CE por meio da análise do arcabouço normativo, visando entender como as duas cidades adotaram a agenda da política de ciclomobilidade. A pesquisa documental permitiu a identificação das leis, normas e portarias vigentes, para análise das dinâmicas legislativas. Através disso, constatou-se duas abordagens distintas na condução da mobilidade ativa por bicicleta.

Palavras-chave: Bicicleta; Mobilidade; Ciclomobilidade; Legislação

TITLE: Analysis of strategies for non-motorized transport in Natal (RN) and Fortaleza (CE)

Abstract

This research sought to understand municipal strategies for encouraging bicycle use in Natal (RN) and Fortaleza (CE) by analyzing the regulatory framework, aiming to understand how both cities adopted the cycle-mobility policy agenda. Documentary research enabled the identification of current laws, regulations, and ordinances to analyze legislative dynamics. This analysis revealed two distinct approaches to managing active mobility via bicycle.

Keywords: Bicycle; Mobility; Cycling mobility; Legislation

Introdução

A mobilidade urbana corresponde às necessidades de deslocamentos de pessoas dentro de uma cidade, esses deslocamentos podem ser em diferentes modos de locomoção, a

pé, em veículos motorizados ou não motorizados. Logo, o planejamento urbano torna-se necessário para que as dinâmicas territoriais e o acesso a cidade seja uma realidade para toda a população, sem reprodução de desigualdades (Nakamori et al., 2023).

Ao longo dos anos, o Brasil conseguiu avançar no arcabouço legal, e estabelecer diretrizes de uma política de mobilidade urbana. Por meio da Lei Federal n° 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, foi estabelecido as diretrizes gerais para a política urbana, que tem como um de seus objetivos garantir o direito a cidades sustentáveis. Anos depois, foi criada a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), pela Lei Federal nº 12.587/2012, que teve como objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, e estabeleceu a priorização dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados.

O aumento da frota de veículos automotores tem um grande impacto ambiental, isso porque veículos movidos a queima de combustíveis fósseis emitem gases de efeito estufa. No Brasil, o setor de transporte alcançou 44% do total nacional dessas emissões. Diante disso, é necessário a transformação no modo em que as políticas de mobilidade são desenhadas, uma vez que, descarbonizar as cidades torna-se uma medida de urgência devido aos efeitos da crise climática (Mendes et al., 2025).

No Brasil, a capital do Ceará, Fortaleza, vem se destacando por suas políticas de ciclomobilidade e expansão de infraestrutura cicloviária. Segundo dados do Observatório da Bicicleta (2020), a política voltada para a ciclomobilidade fez a malha ciclável aumentar 249% em cinco anos, passando de 68 quilômetros em 2013 para 240 quilômetros em 2018. Atualmente, a cidade conta com 502,8 km de extensão de infraestrutura voltada para as bicicletas. Enquanto Natal/RN, em 2025, foi a capital brasileira que mais ampliou a infraestrutura cicloviária, registrou o maior crescimento percentual de 69,3% em ciclovias e ciclofaixas, totalizando 63,5 km (NATAL, 2025).

Segundo Arretche (2004), a autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais permite que eles adotem uma agenda própria, independente do executivo federal. As leis federais precursoras da chamada política de mobilidade urbana sustentável, reflete essencialmente na política de ciclomobilidade, e traz diretrizes para adoção dessa agenda nos estados e municípios brasileiros. Porém, entre os níveis de governo há interferência na capacidade de coordenação das políticas.

Nesse sentido, a justificativa deste estudo está na necessidade de entender as lacunas presentes no avanço das políticas públicas de ciclomobilidade no Brasil. Partindo de um recorte menor entre duas capitais nordestinas, Fortaleza/CE e Natal/RN. Diante do exposto, surge a seguinte pergunta norteadora do estudo: Quais as principais diferenças e similaridades entre Natal/RN e Fortaleza/CE na adoção da agenda da política de ciclomobilidade? A pesquisa tem como objetivo geral analisar os aspectos relativos à lei de mobilidade ativa em Natal e Fortaleza. Para o objetivo específico pretende-se mapear e analisar a legislação municipal relacionada a ciclomobilidade dos dois municípios nordestinos.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa utilizou-se a abordagem documental, buscando identificar e analisar a legislação existente sobre ciclomobilidade na esfera municipal de duas capitais do nordeste. Os dados coletados foram organizados em quadros por cidade, ano, número da lei, e principais pontos abordados em cada norma.

O estudo combinou a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Os dados foram coletados a partir de fontes oficiais governamentais, e analisados por método qualitativo. Para manter a organização foram criados dois quadros, como acima citado, inicialmente foi delimitado o recorte temporal de 2000 a 2026, no decorrer da busca fez-se necessário ampliar o recorte temporal devido ao achado de leis relevantes das décadas de 1970 e 1990, as quais agregam maior consistência à pesquisa

As buscas pelas leis de cada município foram feitas por sites da Câmara Legislativa, Diário Oficial e pelo site Leis.org, em todas as plataformas foram utilizados os seguintes filtros: “bicicleta”, “ciclomobilidade”,”mobilidade ativa”, “ciclovias”. No total foram coletados 24 documentos, entre eles portaria, decreto e leis. A legislação das duas cidades coincidiram na mesma quantidade, 12 normas para cada, de acordo com a temática discutida e recorte.

Resultados e Discussões

A análise da legislação revelou ritmos e maturidades distintas no processo de institucionalização das políticas cicloviárias em ambas as capitais. Em Fortaleza, foi possível identificar uma linha do tempo de longo prazo iniciada na década de 70. A lei ordinária n° 4.854/1977 representa um marco precursor ao autorizar o financiamento subsidiado de bicicletas para funcionários e servidores públicos municipais. Embora de caráter corporativo, essa medida já sinalizava a bicicleta como alternativa de transporte sustentável.

Na década de 90, com a Lei Ordinária n° 7.449/1993, foi autorizado a construção de ciclovias nas vias principais do município, sendo essa, o início da trajetória de expansão cicloviária que permanece até hoje na capital cearense. Desde então, Fortaleza manteve uma produção legislativa contínua, passando pela regulamentação de estacionamentos nos anos 2000, criação do Sistema Cicloviário em 2010, e culminando em instrumentos integrados de planejamento nos últimos anos.

O desenvolvimento técnico-político na legislação do município de Fortaleza, caracterizou-se pela Lei Ordinária n° 10.303 de 2014, que instituiu a Política de Transporte Cicloviário e aprovou o Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI). O PDCI tornou-se a principal agenda de planejamento operacional para a expansão da malha cicloviária. Além disso, a Lei n° 11.390/2023, definiu a Política Municipal Sustentável e instituiu o Plano de Acessibilidade e Mobilidade Urbana Sustentável de Fortaleza (PlanMob), integrando definitivamente a bicicleta à rede geral de transporte de massa e acessibilidade urbana.

Além disso, o principal diferencial do arranjo institucional de Fortaleza está em sua sustentabilidade financeira estabelecida pela Lei Ordinária n° 10.752 de 2018, que determinou que os recursos provenientes do Sistema de Estacionamento Rotativo (Zona Azul) fossem aplicados, exclusivamente, na Política Cicloviária do município. Este modelo resolve um dos principais gargalos de políticas cicloviárias no Brasil, que consiste na ausência de receitas vinculadas para a manutenção e expansão da infraestrutura, medidas como essa, garantem fluxo financeiro contínuo proveniente do próprio sistema de tráfego de automóveis motorizados individuais.

Por outro lado, Natal inicia a regulamentação sistemática da mobilidade ativa em 2009, com a aprovação da Lei n° 5.939, que normatiza a oferta de vagas para estacionamento de bicicleta na cidade. Em seguida, a Lei Promulgada n° 349 de 2011 dispõe sobre o Sistema Cicloviário do Município do Natal, formalizando a base legal para concepção de vias destinadas ao tráfego de bicicletas. Através da Lei n° 7.267 de 2021 foi instituída a Política de Mobilidade Sustentável e de incentivo ao uso de bicicletas, um marco importante para alinhar a capital potiguar com as diretrizes de descarbonização e sustentabilidade ambiental que marcam o planejamento urbano contemporâneo.

Uma inovação característica na legislação de Natal é a criação de canais de colaboração com o setor privado para financiar e incentivar a infraestrutura, uma forma de suprir em determinado momento a carência de recursos orçamentários. A Lei Municipal n° 6996 de 2020 instituiu a campanha “Vou de Bike” e criou o Selo Empresa Amiga do Ciclista, iniciativas que estimulam o uso de bicicleta entre os funcionários e clientes.

Outra medida de fomento à ciclomobilidade foi por meio da Lei n° 7.174 de 2021 que dispôs sobre o projeto “Transporte Parceiro do Ciclista”, que buscou integrar o uso de bicicletas com o transporte coletivo. Outrossim, a Lei n° 7.716 de 2024 regulamentou o projeto “Adote um Bicicletário”, programa que permite que entes privados, comércios e comunidade civil participem de iniciativas de instalação, conservação e melhoria de bicicletários públicos, associando sua imagem de marca ou responsabilidade socioambiental a estes equipamentos.

Ainda sobre leis que incentivam o uso da bicicleta como meio de transporte, Natal estruturou um calendário oficial com campanhas contínuas objetivando adequar a conduta e comportamento no trânsito dos motoristas de veículos automotores. Essa medida é determinada em cinco normas, uma delas que institui a semana municipal do ciclismo é a Lei n° 6.946 de 2019, e a mais recente Lei Ordinária n° 7.497 de 2023 dispõe sobre a campanha permanente de educação e conscientização a respeito dos benefícios do uso da bicicleta como meio de transporte e recreação, no âmbito do Município do Natal.

Na análise da legislação das duas capitais, foi possível observar dois modelos distintos de incentivo à mobilidade ativa pelo poder público. Um que vamos caracterizar como o modelo estrutural financeiro em Fortaleza/CE, que chama atenção pelo desenvolvimento de leis que financiam o próprio sistema cicloviário, e o outro modelo que corresponde a mobilização social e parcerias (Natal), que foca numa legislação marcada por datas comemorativas e na busca por parcerias com o setor privado e a sociedade civil

A diferença mais significativa entre os dois municípios está na fonte de financiamento da política de ciclomobilidade. Enquanto Fortaleza criou uma estratégia e teve êxito ao vincular os recursos do Estacionamento (Zona Azul), para o projeto de expansão de ciclovias, Natal focou em parcerias com o setor privado nos Programas Adote um Bicicletário, e Selo Amiga do Ciclista para viabilizar investimentos secundários. O modelo de Fortaleza tem maior previsibilidade orçamentária para a infraestrutura, já em Natal parte da responsabilidade de expansão dos equipamentos urbanos de suporte ao uso da bicicleta é transferida para uma terceira via.

Fortaleza apresentou um arcabouço voltado para a estrutura das vias e regulamentação econômica. A bicicleta é tratada como um modo de transporte integrado por planos diretores consolidados, um exemplo disso é o PDCI 2014 e o PlanMob, ambos aprovados na Lei Ordinária Municipal. Em contrapartida, Natal apresenta uma vasta legislação cultural e comemorativa. O incentivo ao uso da bicicleta é baseada na criação de datas oficiais e calendários cívicos em vários meses do ano (Dia Municipal do Ciclista, Semana do Ciclismo, Semana da Mobilidade Ativa, Mês do Respeito ao Ciclista), isso demonstra a construção de uma cultura cicloviária de forma institucionalizada.

Conclusão

A presente pesquisa buscou compreender as estratégias municipais de incentivo ao uso da bicicleta em Natal/RN e Fortaleza/CE por meio da análise do arcabouço normativo, visando entender como as duas cidades adotaram a agenda da política de ciclomobilidade. A pesquisa documental permitiu a identificação das leis, normas e portarias vigentes, para análise das dinâmicas legislativas ao decorrer de quase 50 anos. Através disso, constatou-se duas abordagens distintas na condução da mobilidade ativa por bicicleta.

Embora as duas capitais compartilhem de leis que instituem o sistema cicloviário, Fortaleza avançou na consolidação de um modelo estrutural financeiro mais centralizado, com a garantia de recursos orçamentários, priorizando instrumentos de planejamento a longo prazo, essa medida reflete na posição de destaque nacional em extensão de malha cicloviária e a continuidade de expansão.

Paralelamente, Natal buscou criar um modelo centrado na mobilização social, apostando em campanhas de conscientização, e redes alternativas de incentivo financeiro apoiado nas relações com o setor privado. Os dois modelos apresentam vantagens e limites operacionais que devem ser revistos, principalmente Natal, que demonstra vulnerabilidade em financiamento e investimentos para maior expansão de ciclovias, sistemas de compartilhamento de bicicletas e fiscalização.

Por fim, para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos para identificar as políticas públicas derivadas da legislação, avaliação da efetividade dos programas e projetos na rotina dos ciclistas, bem como análises comparativas sobre o financiamento de fato investido e o previsto nas resoluções de cada município.

Referências

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MOBILIZE BRASIL. Fortaleza conclui ciclovia no Centro, e supera 500 km de vias para bicicleta. Mobilize Brasil, 9 mar. 2026. Disponível em: https://www.mobilize.org.br/noticias/14552/fortaleza-conclui-ciclovia-no-centro-e-supera-500-km-de-vias-para-bicicleta.html. Acesso em: 20 ago. 2026

NAKAMORI, Silvana; SILVA, Christian Luiz da; SAAVEDRA FILHO, Nestor Cortez. Ciclomobilidade: uma análise da legislação no Brasil, estados brasileiros e municípios do estado do Paraná. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 17, p. e20240036, 2025.

NATAL. Prefeitura Municipal. Natal lidera ranking nacional de expansão cicloviária, aponta Aliança Bike. Prefeitura Municipal do Natal, 5 dez. 2025. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/43948. Acesso em: 20 ago. 2026.

OBSERVATÓRIO DA BICICLETA. Exemplo de Fortaleza: a revolução da ciclomobilidade. Observatório da Bicicleta, 6 out. 2020. Disponível em: https://observatoriodabicicleta.org.br/a-revolucao-da-ciclomobilidade/. Acesso em: 20 ago. 2026.

SALES, Andrea Leandra Porto; MENDES, Mariana Fernandes; MELO, Ricardo Almeida. Cidades cicláveis e adaptação climática: uma revisão teórico-metodológica para análise da ciclomobilidade urbana no Brasil. Revista Brasileira de Direito Urbanístico| RBDU, v. 11, n. 21, p. 301-332, 2025.

CÓDIGO: HS1425

AUTOR: EDENUZIA CAROLINE SENA DA SILVA

ORIENTADOR: LUTIANE QUEIROZ DE ALMEIDA

TÍTULO: MAPEAMENTO MULTI-AMEAÇA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: INSTRUMENTOS INOVADORES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Resumo

Este artigo analisa o desastre de 2014 ocorrido no bairro de Mãe Luíza, em Natal/RN, e seus impactos socioambientais nas ruas Atalaia e Camaragibe, tratados como estudo de caso dentro de um quadro mais amplo de ocupação urbana precária sobre encostas e dunas. A pesquisa, de caráter documental e abordagem qualitativa com apoio de tratamento quantitativo descritivo, triangula um diagnóstico de engenharia sobre risco de movimento de massa com o mapeamento de risco do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) de Natal, uma dissertação de mestrado sobre vulnerabilidade socioambiental no bairro, um estudo sobre as causas do desastre e a cobertura jornalística da resposta institucional entre 2014 e 2024. Os resultados mostram que o desastre de 2014 não foi um evento isolado, mas o marco fundador de um quadro de instabilidade geotécnica que permanece ativo quase uma década depois, evidenciado pelo fato de que, dos 34 imóveis mapeados no mesmo eixo, nenhum está em risco baixo e mais de oitenta por cento seguem classificados em risco alto a muito alto. A convergência entre esse diagnóstico e a classificação de risco alto a muito alto atribuída ao setor pelo PMRR confirma que as duas ruas permanecem, mais de dez anos depois, entre as áreas de maior risco geotécnico do bairro, evidenciando lacunas na mitigação estrutural de longo prazo por parte do poder público.

Palavras-chave: Mãe Luíza. Risco geotécnico. Movimento de massa. Desastre.

TITLE: Instability of Hillslopes in Mãe Luíza, Natal/RN: the 2014 Disaster on Atalaia and Camaragibe Streets

Abstract

This article looks at the 2014 disaster that happened in the Mãe Luíza neighborhood in Natal/RN, and its socio-environmental impacts on Atalaia and Camaragibe streets, treated as a case study within a broader context of precarious urban occupation on slopes and dunes. The research, which is documentary in nature and uses a qualitative approach with support from

descriptive quantitative analysis, combines an engineering assessment of mass movement risk with the risk mapping from Natal's Municipal Risk Reduction Plan (PMRR), a master's thesis on socio-environmental vulnerability in the neighborhood, a study on the causes of the disaster, and media coverage of the institutional response between 2014 and 2024. The results show that the 2014 disaster was not an isolated event but the founding mark of a geotechnical instability scenario that is still active almost a decade later, as evidenced by the fact that of the 34 properties mapped along the same axis, none are at low risk and more than eighty percent are still classified as high to very high risk. The convergence between this diagnosis and the high to very high risk rating given to the sector by the PMRR confirms that the two streets remain, more than ten years later, among the areas with the highest geotechnical risk in the neighborhood, highlighting gaps in long-term structural mitigation by the public authorities.

Keywords: Mãe Luíza. Geotechnical risk. Mass movement. Disaster.

Introdução

O bairro de Mãe Luíza, que fica na zona leste de Natal/RN, entre a praia e o campo de dunas que formam a paisagem geomorfológica do lugar, é um dos melhores exemplos de urbanização popular em terreno acidentado na capital potiguar. O bairro foi formado principalmente por processos de autoconstrução e ocupação espontânea ao longo de décadas, sem planejamento urbano e geotécnico adequado. O bairro consolidou uma malha de vias estreitas e residências dispostas sobre encostas e antigas dunas. Essa configuração, associada à precariedade da infraestrutura de drenagem e saneamento, produziu um quadro histórico de exposição a processos de instabilidade de vertente.

Esse quadro chegou a um ponto crítico em junho de 2014 quando um volume de chuva maior que 350 mm em 48 horas, nível comparável ao do desastre histórico de julho de 1998 na região metropolitana de Natal (Macedo, 2015), deu início a um processo que abriu uma grande cratera. Esse processo provocou uma série de escorregamentos e rupturas estruturais na parte do bairro correspondente às ruas Atalaia e Camaragibe. Atingiu diretamente 36 residências e mais de 100 famílias sem vítimas fatais (Macedo, 2015) obrigando a Defesa Civil Natal interditar dezenas de imóveis em caráter emergencial. O episódio do ano 2014 não foi um evento isolado: quase uma década depois o diagnóstico engenharia Silva et al. (2023) mostrou que dos 34 imóveis mapeados no mesmo eixo nenhum permanecia em condição de risco baixo; mais oitenta por cento seguiam classificados de risco alto a muito alto. Essa persistência sugere que o desastre em 2014 não foi um ponto fora da curva mas sim um marco que expôs e consolidou uma condição estrutural geotécnica ainda não equacionada.

Diante disso, o problema que orienta este artigo pode ser formulado da seguinte maneira: em que medida o desastre de 2014 em Mãe Luíza configurou um marco de instabilidade socioambiental cujos efeitos permanecem identificáveis nas ruas Atalaia e Camaragibe até a atualidade, e como esses efeitos se relacionam com a ocupação urbana em área de risco geotécnico classificada como de grau alto

a muito alto? O objetivo geral deste trabalho é analisar o desastre de 2014 ocorrido no bairro de Mãe Luíza e seus impactos socioambientais nas ruas Atalaia e Camaragibe, a partir da triangulação de diagnósticos técnicos já publicados sobre a área. Como objetivos específicos, busca-se: (i) sistematizar o diagnóstico de risco geotécnico produzido por Silva et al. (2023) para o setor Aparecida de Mãe Luíza; (ii) relacionar esse diagnóstico com a classificação de risco (R2, R3 e R4) atribuída ao setor de risco NTL02 pelo PMRR Natal e com os achados da dissertação de Macedo (2015); (iii) reconstituir, a partir de Lima et al. (2020) e da cobertura jornalística do caso, a cronologia da resposta institucional entre 2014 e 2024; e (iv) discutir os resultados à luz da literatura sobre ocupação de encostas, estabilidade de vertentes e vulnerabilidade socioambiental em contextos urbanos populares.

A relevância deste estudo situa-se na interface entre a Geografia Física e a Geografia Urbana, articulando processos geomorfológicos de encosta com a produção socioespacial do risco em áreas de ocupação precária, tema central para a formação em Geografia e para a compreensão dos limites e desafios da gestão municipal de desastres no Brasil. Ao integrar, pela primeira vez, diagnósticos técnicos publicados isoladamente sobre o mesmo recorte territorial, o trabalho pretende oferecer subsídio empírico tanto para a pesquisa acadêmica sobre riscos e desastres em Natal quanto para o aprimoramento de políticas públicas de prevenção, mitigação e gestão de risco no bairro de Mãe Luíza.

Metodologia

É uma pesquisa de documentos, com uma abordagem mais qualitativa mas usando um tratamento quantitativo descritivo, que se configura como um estudo de caso sobre as ruas Atalaia e Camaragibe, no bairro de Mãe Luíza, em Natal/RN. O recorte espacial é justificado porque são os dois logradouros mais diretamente ligados, na literatura técnica e acadêmica já publicada sobre a área, ao desastre de 2014 e ao quadro de risco geotécnico que dele decorreu. A pesquisa articula, por triangulação, cinco fontes técnicas e jornalísticas de acesso público.

A primeira fonte de dados foi o estudo de engenharia Silva et al. (2023), publicado na revista Research, Society and Development que aplicou a metodologia de risco geológico-geotécnico do Ministério das Cidades (2007) a 34 imóveis localizados no setor Aparecida de Mãe Luíza entre as ruas Camaragibe e Atalaia. Desse estudo foram extraídos a distribuição espacial dos imóveis por área crítica; classificação individual do risco (baixo; médio; alto e muito alto); fatores construtivos apontados pelos autores como determinantes do agravamento do risco como muros de arrimo precários e alvenaria inadequada.

A segunda fonte foi o Plano Municipal De Redução De Riscos (PMRR) da cidade Natal produzido em cooperação técnica entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN através do NUPED e grupo pesquisa GEORISCO com a Fundação Oswaldo Cruz Fiocruz além da Secretaria Nacional Periferias

Ministério das Cidades finalizado em maio/2024. Foram usados Relatório 01 Plano Trabalho que extraiu mapa setorização "Risco Rastejo Deslizamento Mãe Luíza (NTL02)" classificação dezesseis setores riscos R2 moderado R3 alto R4 muito alto Caderno Mapas volume complementar reserva especificamente para Mãe Luíza um mapa próprio priorização intervenções voltado processos rastejo movimento massa.

A dissertação de mestrado de Macedo (2015), defendida no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN, foi a terceira fonte. Em 2014, ele produziu um mapeamento pioneiro dos índices de Vulnerabilidade Social (IVS) e de Exposição aos Movimentos de Massa (IEMM) para todo o bairro Mãe Luíza, que foram sintetizados no Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA). As sete áreas críticas de Muito Alta vulnerabilidade identificadas por esse estudo foram cotejadas com o recorte das ruas Atalaia e Camaragibe adotado nesta pesquisa. Os dados sobre o evento de 2014 registrados pelo autor, então em campo poucos meses após o desastre, foram usados como referência primária para a caracterização do evento.

A quarta fonte foi o estudo de Lima et al. (2020), que reconstitui, com base em relatório técnico do Ministério Público Estadual, as causas hidrogeológicas do desastre de 2014 e o histórico de resposta do poder público. Como quinta fonte, foi realizado levantamento da cobertura jornalística sobre o caso em veículos da imprensa do Rio Grande do Norte, com a finalidade de reconstituir a cronologia das intervenções públicas no local entre 2014 e 2024; informação não disponível nas demais fontes técnicas consultadas.

Além disso, foi feita uma revisão de literatura sobre a estabilidade das encostas, os movimentos de massa e a vulnerabilidade socioambiental em áreas com ocupação urbana precária. O objetivo é fundamentar teoricamente a leitura dos dados empíricos coletados, com apoio de autores importantes na Geomorfologia do risco e na Geografia urbana brasileira, além do marco normativo da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012). Consideram-se como limitações deste estudo a falta de acesso aos registros primários de interdição da Defesa Civil municipal, o que não permite saber exatamente quantos imóveis foram afetados ao longo do tempo; a dependência de fontes secundárias publicadas e jornalísticas para reconstituir a resposta institucional; o caráter não probabilístico da amostra de imóveis analisada por Silva et al. (2023), que está limitada a um único setor do bairro; e a falta do mapa completo de setorização do PMRR, que não deixa localizar com precisão os imóveis analisados por aqueles autores dentro dos dezessete setores de risco (NTL02_S01 a S17) definidos pelo plano para o conjunto do bairro.

Resultados e Discussões

O estudo de Silva et al. (2023), realizado por pesquisadores da engenharia da UFRN, mapeou o risco de movimento de massa na área Aparecida de Mãe Luíza, que é o entorno das ruas Camaragibe e Atalaia. Usando a metodologia

padrão nacional do Ministério das Cidades (2007) em 34 imóveis, os autores dividiram esses imóveis em três áreas críticas: oito imóveis na junção das duas ruas, dezessete principalmente na Rua Camaragibe e nove na Rua Atalaia. Nenhum imóvel foi colocado em risco baixo: seis foram considerados em risco médio, vinte e quatro em risco alto e quatro em risco muito alto. Isso quer dizer que mais de oitenta por cento do grupo testado está hoje em uma faixa de risco alto a muito alto. Os autores colocam o grau alto de risco principalmente na "precariedade das estruturas de contenção existentes na área", junto com práticas construtivas irregulares, com problemas comuns como alvenaria de tijolo cerâmico não adequada para segurar o volume de solo, espaço demais entre estacas de concreto e recalque no piso. Esse diagnóstico feito a nível individual do imóvel mais de nove anos depois do desastre de 2014 mostra que o problema achado naquela época não foi resolvido durante a próxima década e que sua origem junta fatores geotécnicos com deficiências construtivas e falta fiscalização.

A leitura tem apoio direto no mapeamento feito pelo Plano Municipal de Redução de Riscos de Natal (PMRR Natal, 2024a, 2024b). Todo o bairro de Mãe Luíza faz parte da área de risco que o plano chamou de NTL02, com uma área mapeada de cerca de 12,14 hectares e problema classificado como "movimento de massas e desabamento". O mapa que mostra a divisão em setores "Risco de Rastejo e Deslizamento, Mãe Luíza (NTL02)" divide essa área em dezessete partes com risco (NTL02_S01 a NTL02_S17), que têm os níveis R2 (moderado), R3 (alto) e R4 (muito alto). Esses níveis cobrem todo o bairro e não só a rua Atalaia e Camaragibe. De acordo com a forma usada pelo PMRR (Ministério das Cidades; IPT, 2007), um setor marcado como R3 tem condições geológico-geotécnicas muito boas para escorregamentos e solapamentos. Já existem sinais de instabilidade que estão se desenvolvendo, então é muito possível que eventos destrutivos aconteçam durante períodos com chuvas fortes e longas na estação chuvosa. Um setor R4 mostra sinais claros de instabilidade em um estágio avançado, tornando muito provável a ocorrência dos mesmos eventos destrutivos nas mesmas condições. A leitura desta pesquisa está em linha com essa setorização em nível de bairro mas não substitui uma sobreposição espacial lote a lote: o dado disponível é que no diagnóstico feito por Silva et al. (2023) para o eixo Atalaia e Camaragibe mais de oitenta por cento dos 34 imóveis avaliados foram classificados em risco alto ou muito alto patamar compatível com a predominância dos graus R3 e R4 identificada pelo PMRR para o setor NTL02 como um todo sem que se possa afirmar sem o mapa setorização completo a qual setor específico (NTL02_S01 a S17) cada imóvel individualmente pertence.

Essa continuidade do risco já tinha sido prevista por Macedo (2015), em uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN meses depois do desastre. Ao cruzar um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com um Índice de Exposição aos Movimentos de Massa (IEMM), o autor fez o Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA) de Mãe Luíza e achou sete áreas muito críticas de alta vulnerabilidade no bairro, duas delas estão exatamente dentro do recorte deste estudo: "Sopapo", entre as ruas Camaragibe e Bartolomeu Ferraz, com casas abaixo do nível da rua e árvores tortas na encosta da duna; e "Aparecida", entre a Rua Guanabara e a

travessa Aluízio Alves, com árvores tortas que já estão acima da própria Rua Atalaia, o mesmo setor que foi detalhado depois por Silva et al. (2023). Macedo (2015) diz que o desastre em junho de 2014 foi causado por um evento de escoamento de terra que começou com chuvas maiores que 350 mm em 48 horas, atingindo diretamente 36 casas e mais de 100 famílias sem mortes, e nota que o PMRR então vigente, de 2008, já estava desatualizado na época da sua pesquisa. O fato de três metodologias independentes, o mapeamento social e físico-natural feito por Macedo (2015), o mapeamento engenharia realizado por Silva et al. (2023) e o zoneamento risco do PMRR Natal (2024a, 2024b), convergirem para os mesmos trechos das ruas Atalaia e Camaragibe reforça muito a força do diagnóstico risco alto a muito alto para eixo.

Articulados à literatura sobre geomorfologia e risco urbano, esses resultados ganham um sentido explicativo mais amplo. Augusto Filho (1992) e Cerri e Amaral (1998) destacam que processos de escorregamento e solapamento em encostas urbanas raramente decorrem de causas puramente naturais: eles resultam da combinação entre condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes, como inclinação, tipo de solo e presença de taludes, e o nível de intervenção antrópica sobre o terreno, como cortes, aterros, impermeabilização e ausência de obras de contenção adequadas. Guerra (2011), em Geomorfologia Urbana, situa esse mecanismo em um marco teórico mais amplo, o da geomorfologia antropogênica: nas cidades brasileiras a urbanização acelerada e pouco planejada substitui progressivamente os processos morfogenéticos naturais por processos induzidos pela ação humana transformando encostas originalmente estáveis em ambientes de risco geomorfológico produzido socialmente. O caso Mãe Luíza ilustra esse mecanismo com clareza; a ocupação por autoconstrução sobre dunas e encostas sem projeto geotécnico prévio associada a décadas de intervenções incrementais e informais como os muros de arrimo sem dimensionamento técnico documentados por Silva et al. (2023) criou as condições estruturais para que um evento pluviométrico extremo em 2014 deflagrasse um processo instabilização em grandes proporções cujos efeitos como demonstrado ainda se manifestam.

Guerra e Jorge (2014) e Kobiyama et al. (2006) reforçam que a vulnerabilidade a processos erosivos e movimentos de massa em áreas urbanas populares é, antes de tudo, socialmente produzida: populações de menor renda tendem a ocupar as porções mais suscetíveis do território, como encostas íngremes e sopés de morro, precisamente porque são as áreas de menor valor fundiário e mais acessíveis diante da ausência de política habitacional adequada. Essa leitura é compatível com a formulação de Maricato (2001) sobre a urbanização brasileira como processo estruturalmente excludente, e com a análise de Santos (1993) sobre a urbanização corporativa e desigual das cidades brasileiras. Alcántara-Ayala (2002) sintetiza esse argumento ao afirmar que, em países em desenvolvimento, o risco de desastre é função não apenas da ameaça geomorfológica em si, mas também da vulnerabilidade socioeconômica das populações expostas e da limitada capacidade institucional de prevenção, proposição plenamente aplicável ao caso analisado.

Do ponto de vista da gestão pública do risco, os achados mostram tanto avanços quanto lacunas. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Brasil, Lei nº 12.608/2012) organiza a ação do poder público em quatro eixos complementares: prevenção, mitigação, preparação e resposta, além da recuperação pós-desastre. Lida sob essa chave, a trajetória institucional de Mãe Luíza entre 2014 e 2024 mostra um padrão fortemente concentrado na resposta emergencial pontual com evidências limitadas de ações estruturais de mitigação de caráter permanente. Essa leitura é corroborada por Lima et al. (2020), que documentam com base em relatório técnico do Ministério Público Estadual (2016) que o processo de desestabilização da encosta em 2014 teve origem em vazamento não sanado nas redes de drenagem ou esgoto da Rua Guanabara e que apesar de o PMRR já classificar a área como de risco grau 4 desde 2008 "não foram feitas significantes melhorias de infraestrutura pelo poder público apenas medidas paliativas" (Lima et al., 2020 p.47). Essa lacuna também aparece na cobertura da imprensa local: uma escadaria de acesso foi inaugurada no local em dezembro de 2015 sem retomada da reconstrução das residências; um novo anúncio de reconstrução em agosto de 2017 também não avançou; somente em agosto de 2019 após audiência mediada pela Justiça a Prefeitura se comprometeu a iniciar a reconstrução três casas e erguer um conjunto habitacional com 29 unidades (Tribuna do Norte, 2019); o Residencial Mãe Luíza só foi entregue dez anos depois do desastre em maio de 2024 (Noemi, 2024). É significativo, nesse sentido, que o Caderno de Mapas do PMRR Natal (2024a) reserve um mapa próprio de priorização de intervenções para "processos de rastejo e movimento de massa: Mãe Luíza", reconhecimento formal, em nível de planejamento, de uma urgência que, dez anos depois do desastre, o diagnóstico de Silva et al. (2023) mostra ainda não equacionada em mais de oitenta por cento dos imóveis analisados.

Em resposta ao problema de pesquisa que orientou este artigo, os resultados permitem afirmar que o desastre de 2014 em Mãe Luíza configurou, de fato, um marco estrutural de instabilidade nas ruas Atalaia e Camaragibe, e não um episódio circunscrito ao seu próprio momento de ocorrência. Essa conclusão se sustenta na coerência entre três fontes técnicas independentes, o PMRR Natal (2024a, 2024b), Silva et al. (2023) e Macedo (2015), que atribuem ao mesmo eixo grau de risco alto a muito alto ao longo de mais de uma década; na explicação causal fornecida por Lima et al. (2020) para a origem do processo de instabilização; e na cronologia de resposta institucional reconstituída a partir da cobertura jornalística do caso, marcada por intervenções pontuais e por uma reconstrução plena que só se concretizou dez anos depois do desastre. Em conjunto, esses achados sustentam a leitura de que a ocupação urbana precária sobre encostas, somada à insuficiência de intervenções estruturais de mitigação ao longo da última década, manteve as ruas Atalaia e Camaragibe em condição de vulnerabilidade geotécnica persistente, configurando um caso emblemático da relação entre urbanização popular, risco geomorfológico e desastre no contexto urbano brasileiro.

Conclusão

O artigo analisa o desastre de 2014 em Mãe Luiza e seus impactos socioambientais nas ruas Atalaia e Camaragibe. A principal conclusão a que se chega é de que esse desastre não foi um evento isolado no tempo, mas um marco técnico para diagnosticar um quadro de instabilidade geotécnica que permanece ativo quase uma década depois: na área de estudo, nenhum imóvel avaliado segue classificado em risco baixo, e mais de oitenta por cento estão hoje em risco alto a muito alto. Essa leitura ganha força porque três diagnósticos técnicos independentes, produzidos em momentos e métodos diferentes e detalhados ao longo deste artigo, confluem para a mesma conclusão sobre o grau de risco do eixo, o que confirma que as ruas permanecem mais de dez anos após o desastre, entre as áreas de maior risco geotécnico do bairro.

A discussão sob perspectiva da literatura sobre ocupação de encostas, estabilidade de vertentes e vulnerabilidade socioambiental permite compreender esse quadro não como fatalidade natural, mas como resultado do processo combinado de condicionantes geotécnicos e histórico de urbanização precária, muitas vezes marcado pela autoconstrução sem suporte técnico e pela insuficiência de infraestrutura básica, interpretação compatível com a compreensão da vulnerabilidade como produto social, e não apenas físico, do risco. Do ponto de vista da gestão pública, os dados sugerem uma atuação historicamente concentrada na resposta emergencial pontual, com evidências limitadas, nos documentos analisados, de intervenções estruturais definitivas capazes de romper o padrão de resposta pontual observado entre 2014 e 2024.

Como repercussão prática, recomenda-se que o poder público municipal priorize, para os eixos Atalaia e Camaragibe, a implementação efetiva das diretrizes de mitigação estrutural já indicadas pelo PMRR Natal, a articulação entre os setores da defesa civil, habitação e saneamento. Como limitação do estudo, destaca-se a ausência de dados primários obtidos do órgão de vistorias e interdições, impedindo a quantificação exata do número de imóveis afetados ao longo do tempo.

Referências

ALCÁNTARA-AYALA, I. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. Geomorphology, Amsterdam, v. 47, n. 2-4, p. 107-124, 2002.

AUGUSTO FILHO, O. Caracterização geológico-geotécnica voltada à estabilização de encostas: uma proposta metodológica. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE ESTABILIDADE DE ENCOSTAS, 1., 1992, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABMS/ABGE, 1992. p. 721-733.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 abr. 2012.

CERRI, L. E. S.; AMARAL, C. P. Riscos geológicos. In: OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. (org.). Geologia de engenharia. São Paulo: ABGE, 1998. cap. 20, p. 301-310.

GUERRA, A. J. T. (org.). Geomorfologia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. do C. O. (org.). Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

KOBIYAMA, M. et al. Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos. Curitiba: Organic Trading, 2006.

LIMA, P. H. G.; ALMEIDA, L. Q.; BELCHIOR, A. C. C.; MACEDO, Y. M. Desastre socioambiental e ordenamento territorial no bairro Mãe Luíza, Natal - Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Territorium, Coimbra, n. 27 (I), p. 37-49, 2020. DOI: 10.14195/1647-7723_27-1_4.

MACEDO, Y. M. Vulnerabilidade socioambiental no bairro de Mãe Luíza, Natal - RN/Brasil. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES; INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios. Brasília, DF: Ministério das Cidades; São Paulo: IPT, 2007.

NATAL. Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR. Caderno de Mapas. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Fundação Oswaldo Cruz; Secretaria Nacional de Periferias - Ministério das Cidades, 2024a.

NATAL. Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR. Relatório 01 - Plano de Trabalho. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Fundação Oswaldo Cruz; Secretaria Nacional de Periferias - Ministério das Cidades, maio 2024b.

NOEMI, I. Mãe Luíza relembra os 10 anos de desabamento e tragédia. Agora RN, Natal, 15 jun. 2024. Disponível em: https://agorarn.com.br/ultimas/mae-luiza-relembra-10-anos-de-desabamento/. Acesso em: 20 ago. 2026.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, A. R.; SANTOS JUNIOR, O. F.; CHAVES, L. F. M.; OLIVEIRA, R. M. P. Mapeamento de risco de movimentos de massa em Mãe Luíza, setor Aparecida, Natal/RN. Research, Society and Development, v. 12, n. 3, e12812339081, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i3.39081.

TRIBUNA DO NORTE. Famílias aguardam casas cinco anos após acidente em Mãe Luíza. Tribuna do Norte, Natal, 24 ago. 2019. Disponível em: https://tribunadonorte.com.br/natal/familias-aguardam-casas-cinco-anos-apos-acidente-em-mae-luiza/. Acesso em:21 ago. 2026.

Anexos



Figura 1 - Mapa de risco de rastejo e deslizamento, localidade Mãe Luíza (NTL02).
Fonte: PMRR Natal (UFRN/Fiocruz/SNP-MCID, 2024).



Figura 2- Situação da cratera em 2014. Fonte: Camila Torres/TV Cabugi.



Estrutura de casa danificada pelo desastre. Fonte: Tribuna do Norte, 2014.

CÓDIGO: HS1426

AUTOR: NIKARLA RAQUEL DA PAZ COSTA SILVA

COAUTOR: ANA FLAVIA DE ALMEIDA SILVA

ORIENTADOR: MARIANA DO VALE GOMES

TÍTULO: Processos de autorrepresentação feminina na experimentação gráfica contemporânea

Resumo

Este artigo tem como proposta investigar as possibilidades de autorrepresentação na cianotipia a partir da produção de mulheres artistas vinculadas ao grupo de extensão MANCHA, dedicado à experimentação gráfica entre gesto e escrita. A pesquisa deriva da Iniciação Científica “Processos Gráficos Potiguares: um olhar expandido de autorrepresentação”, desenvolvida no curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFRN, e desloca-se para uma abordagem contemporânea, de caráter qualitativo, articulando teoria e prática. Para além da análise dos processos criativos desenvolvidos pelas integrantes do grupo MANCHA, o artigo amplia seu recorte para a produção da artista Elisa Elsie (2025; 2026), investigando de que modo a autorrepresentação atravessa a cianotipia e contribui para a constituição desse campo de atuação no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Cianotipia. Autorrepresentação. Fotografia.

TITLE: Processes of Female Self-Representation in Contemporary Graphic Experimentation

Abstract

This article aims to investigate the possibilities of self-representation in cyanotype through the work of female artists associated with the MANCHA extension group, which is dedicated to graphic experimentation involving gesture and writing. The research stems from the undergraduate research project "Potiguar Graphic Processes: An Expanded View of Self-Representation," conducted within the Visual Arts Education program at UFRN, and adopts a contemporary, qualitative approach that bridges theory and practice. Beyond analyzing the creative processes of MANCHA group members, the article expands its scope to include the work of artist Elisa Elsie (2025; 2026), investigating how self-representation intersects with cyanotype and contributes to the development of this field of practice in Rio Grande do Norte.

Keywords: Cyanotype. Self-representation. Photography.

Introdução

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa de Iniciação Científica “Processos gráficos potiguares: um olhar expandido de autorrepresentação”, vinculado ao Departamento de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) dedicado ao resgate histórico da arte gráfica e à experimentação gráfica contemporânea no contexto norte-rio-grandense. É relativo ao plano de trabalho “Artistas gráficas potiguares: aprofundamento na produção contemporânea e revisão crítica do apagamento histórico” e, por isso, o recorte aqui adotado incide sobre a construção de autorrepresentações nas Artes Visuais produzidas por mulheres artistas do Rio Grande do Norte, voltando-se à análise de produções contemporâneas.

Ressalta-se, nesse contexto, a importância da autorrepresentação — e, sobretudo, do autorretrato — como estratégia por meio da qual mulheres artistas reivindicam a construção de suas próprias imagens e narrativas. Como observa Fernanda Reis (2018, p. 80), ao se autorretratarem, "as mulheres assumem outro lugar no meio artístico, saem da condição de objeto e tornam-se protagonistas de suas vidas fazendo falar aquilo que está silenciado, oculto, esquecido". Alinhada às críticas formuladas por Linda Nochlin (2016) sobre as estruturas que historicamente marginalizaram a produção artística de mulheres, esta pesquisa toma tais reflexões como ponto de partida para pensar também o contexto potiguar. No entanto, não se pretende, aqui, debruçar-se na questão do ocultamento das mulheres na História da Arte local, mas partir da compreensão mais ampla de que, historicamente, em diferentes contextos, o conhecimento foi negado às mulheres que desejavam ser artistas profissionais (Perrot, 2007 *apud* Guimarães, 2021).Trata-se, por sua vez, de contribuir para a ampliação dos registros sobre a atuação de mulheres artistas do Rio Grande do Norte na contemporaneidade, reconhecendo que a escrita da história da arte privilegiou determinados sujeitos em detrimento de outros. Como reforça Reis (2018, p. 70), a história "foi escrita e registrada pelos homens, negando a existência e a importância das mulheres tanto de forma individual como coletiva na construção da sociedade".

Para tanto, elegemos as experimentações de integrantes do grupo MANCHA, que se trata de um projeto de extensão da UFRN e coletivo dedicado à experimentação gráfica entre gesto e escrita. Atualmente, sob coordenação da Prof.ª Dr.ª Mariana do Vale, o grupo discute a temática que irá guiar tanto a experimentação gráfica em ateliê, quanto os textos de caráter crítico-reflexivos acerca dos trabalhos desenvolvidos ao longo de um semestre. Nesse sentido, para o semestre de 2026.1, o grupo definiu a cianotipia como técnica de experimentação e o erro processual como eixo conceitual das investigações desenvolvidas no período, sobre a qual se concentra a discussão deste artigo. Apresentamos a investigação e análise dos trabalhos desenvolvidos pelas integrantes Nikarla Raquel e Ana Flávia, também autoras deste artigo.

A cianotipia é uma técnica de impressão fotográfica histórica, desenvolvida em 1842 pelo astrônomo inglês John Herschel, baseada na sensibilidade de sais de ferro à luz ultravioleta. Nesse processo, uma superfície previamente sensibilizada é exposta à luz solar ou artificial em contato com objetos, plantas ou negativos fotográficos. Como resultado, obtêm-se imagens em azul profundo, nas quais as áreas expostas à luz adquirem tonalidades azuis, enquanto as regiões protegidas permanecem brancas.

Observa-se que a técnica tem despertado interesse crescente no RN, especialmente por meio de oficinas e outras ações formativas[1]. Entretanto, ainda são escassos os estudos dedicados à documentação e à análise dos processos criativos desenvolvidos a partir dessa técnica. Dessa forma, a investigação tem como objetivo analisar as possibilidades procedimentais e poéticas da cianotipia na produção de autorrepresentações de mulheres artistas no contexto potiguar contemporâneo.

Metodologia

O estudo dos processos criativos em torno da produção do grupo MANCHA, de caráter qualitativo, adota uma metodologia teórico-prática, na qual as discussões teóricas orientam e atravessam a produção prática, ao mesmo tempo em que a experiência e os processos de criação suscitam novas questões para a reflexão teórica. Estando as autoras inseridas no meio, ou seja, atuando não apenas como pesquisadoras deste artigo, mas artistas participantes do MANCHA, consideramos que o âmbito teórico e prático estendem-se como prática artística reflexiva. Dessa forma, partimos do entendimento de que a prática artística e a produção textual constituem dimensões articuladas da pesquisa, compreensão que encontra respaldo no pensamento do pesquisador Jean Lancri (2002, p. 20, grifo do autor): "A parte prática plástica ou artística, *sempre pessoal,* deve ter a mesma importância da parte escrita da tese à qual ela não é simplesmente justaposta, mas rigorosamente articulada a fim de constituir um todo indissociável." Embora Lancri se refira ao processo de produção de uma tese, compreendemos que sua proposição também dialoga com esta pesquisa, a partir do momento em que a prática artística constitui o ponto de partida para a reflexão no campo da arte (Lancri, 2002). Nesse sentido, apoiamo-nos também em nossas práticas pessoais para levar adiante essa reflexão.

Assim, o aporte teórico utilizado parte de dois movimentos: o primeiro, das referências utilizadas pelo grupo, dentre as quais estão o texto curatorial de Jorge Zuzulich(2015), o artigo de Gazana *et al*. (2013), e os estudos em cianotipia de Daniela Pinheiro e Edson Pfutzenreuter (2017). Nesse primeiro momento, foi necessário compreender o erro como procedimento de criação e as experimentações de outros artistas, seja a partir da cianotipia, como no caso de Pinheiro e Pfutzenreuter (2017), seja a partir da *glitch art*, como em Gazana *et al.* (2013).

O segundo movimento ocorre após o processo de experimentação, a partir das questões suscitadas pela prática e do desenvolvimento da própria pesquisa, quando estabelecemos relações com autores como Linda Nochlin (2016), Fernanda Reis (2018), Rubens Fernandes Junior (2006), Cecília Almeida Salles (1998) e Marta Mencarini Guimarães (2021). Nochlin (2016), Reis (2018) e Guimarães (2021) nos elucidam sobre a presença das mulheres na história da arte e refletem sobre a autorrepresentação feminina. Fernandes Junior (2006) conceitua a fotografia expandida, importante para compreender as possibilidades de experimentação em cianotipia no contexto contemporâneo. Salles (1998), por sua vez, constitui referência para a reflexão sobre os processos artísticos.

Trazemos, por fim, a obra da artista e pesquisadora Elisa Elsie, também mencionada como Elsie (2025; 2026), não para justificar as produções do MANCHA, mas para estabelecer

diálogos e analisar como outra mulher artista potiguar se relaciona com a técnica, seus processos e suas possibilidades poéticas.

Resultados e Discussões

De que maneira mulheres artistas constroem autorrepresentações quando elegem o erro como procedimento de criação? Se o erro corresponde àquilo que escapa ao planejamento inicial, manifestando-se por meio do acidente, do imprevisto e da incerteza, como essas interferências participam da construção de uma imagem de si? De que maneira a cianotipia, por suas características processuais, potencializa esse encontro entre erro e autorrepresentação? Partindo dessas questões, buscamos compreender de que modo o erro pode interferir na produção de autorrepresentações a partir das experimentações do coletivo MANCHA, recorrendo, inicialmente, a referências externas ao campo das artes gráficas.

O curador e crítico de arte Jorge Zuzulich, cujas reflexões se concentram nas artes audiovisuais, destaca que

Diferentemente da ciência e da religião, as vanguardas artísticas do século XX propuseram que exceções às regras e sistematizações, incertezas, acaso e "erros", ou tudo o que estivesse fora das convenções clássicas da arte, poderiam ser incluídos e utilizados como mais um elemento na criação audiovisual. (Zuzulich, 2015, p. 7, tradução nossa)

Nesse contexto, artistas como Marcel Duchamp[2], no dadaísmo, e, posteriormente, Nam June Paik[3], na videoarte, tensionaram as convenções tradicionais da arte ao incorporarem o acaso, o deslocamento de objetos cotidianos e procedimentos experimentais como elementos constitutivos da criação artística. Essa mudança de perspectiva tornou possível compreender o acaso e o erro não mais como falhas a serem evitadas, mas como uma possibilidade dentre os processos de criação.

Entre as manifestações artísticas que incorporam o erro como elemento constitutivo da criação, destaca-se a *Glitch art*. O próprio termo *glitch* refere-se a um resultado inesperado provocado por um mau funcionamento, sendo associado ao erro, ao defeito ou à falha (Gazana *et al*, 2013, p. 83). Ao discutir essa linguagem artística, Gazana *et al.* (2013), defendem que o erro, o acidente e a incerteza podem ser incorporados ao processo criativo, deixando de ocupar o lugar da falha para assumirem um papel ativo na produção artística.

Ao adentrar as investigações e experimentações do grupo MANCHA, onde muitos integrantes tiveram contato pela primeira vez com a técnica da cianotipia, nos deparamos com o erro técnico em diversos momentos. Inseridas no contexto do ateliê coletivo, essas experimentações configuraram um processo marcado por descobertas, trocas e reformulações constantes. Como observa Fellini (1986a, p. 92 *apud* Salles, 1998), o processo de criação, embora parta de um pensamento inicial, está aberto às possibilidades do cotidiano e dos enriquecimentos, de modo que o resultado pode distanciar-se significativamente da ideia primeira.

A cianotipia, por se constituir como um processo artesanal, também oferece diferentes possibilidades de experimentação. O artista ou autor do trabalho está presente em todas as etapas de criação, da escolha dos suportes, das matrizes, do tempo de exposição e até das condições ambientais, interferindo diretamente na imagem produzida. Dessa forma, a materialidade da técnica participa da construção de diferentes discursos visuais. Essa dimensão processual aproxima a cianotipia das discussões sobre a fotografia expandida. Para Fernandes Junior (2006), a fotografia expandida extrapola sua função documental e dá relevância aos processos e procedimentos do trabalho. A cianotipia possibilita ao artista acessar procedimentos específicos do fazer artesanal, conferindo às imagens uma materialidade capaz de ampliar sua densidade poética.

Nesse contexto, em vez de visualizar os erros técnicos como algo negativo que desvaloriza a produção, nós passamos a incorporá-los como algo que acrescenta camadas de leitura, tornando assim a cianotipia uma linguagem alinhada com as problemáticas discutidas na arte contemporânea, embora originada no século XVII.

A partir dessa compreensão, é possível realizar a análise de dois trabalhos, feitos por Nikarla Raquel (figura 1) e Ana Flávia (figura 2), que remetem ao amadurecimento da poética do erro nos processos autorrepresentativos e os atravessamentos ocasionados entre as duas artistas em ateliê. O primeiro, de autoria de Nikarla Raquel, é a impressão em cianotipia de uma fotografia da artista durante a infância. Devido à superexposição durante a revelação, a criança permanece identificável apenas por sua silhueta, enquanto os detalhes da fotografia se perderam. O resultado distancia-se da expectativa de uma reprodução fiel da fotografia original, configurando aquilo que, a princípio, poderia ser compreendido como uma tentativa fracassada de autorretrato.

A perda dos detalhes da imagem não elimina sua dimensão autorrepresentativa; ao contrário, incorpora à fotografia questões relacionadas à memória e ao esquecimento da infância. Ao afastar-se da fidelidade em relação à fotografia original, o trabalho desloca o autorretrato da mera reprodução da aparência para um processo de reconhecimento de si. Ainda que tenha sido construído em um contexto de experimentação, ele retoma questões recorrentes na produção fotográfica de Nikarla, sobretudo aquelas relacionadas ao afastamento da fotografia e ao apagamento da imagem. No que se manteve afastada da fotografia a partir da adolescência, grande parte dos registros de sua infância permanece restrita aos álbuns de família, produzidos a partir do olhar de outras pessoas. Quando retoma seu contato com a fotografia, produz apagamentos, afinal, esta é a única relação que tem com a fotografia. Na cianotipia (figura 1), o apagamento emerge para construir novas representações visuais de como entende sua relação com a fotografia.

Como observa Fernandes Junior (2006, p. 18), "a fotografia contemporânea quer-se transgressora, e para isso é capaz de assumir os diferentes e insólitos procedimentos experimentais". Neste estudo, ressaltamos a experimentação com o tempo. O processo em cianotipia é marcado por diversas etapas, nas quais diferentes elementos podem interferir na prática do trabalho, de modo que “uma cianotipia jamais ficará igual a outra, pela exposição, pela quantidade de químicos aplicado ou pelos elementos da montagem” (Elsie, 2026, p. 108). Mesmo na fotografia, como destaca Elsie (2026, p. 181), “a negociação com o tempo é inerente ao processo”. Estendemos essa compreensão à produção com a cianotipia, considerando que a manipulação do tempo de exposição interfere diretamente na revelação da imagem.Nessa perspectiva, o apagamento deixa de

configurar uma falha técnica para constituir um procedimento poético, estratégia que também pode ser observada no trabalho de Ana Flávia (figura 2).

Assim como no trabalho anterior, a artista parte de uma fotografia da infância. Por não respeitar o tempo de secagem da emulsão sobre papel e optar por pouco tempo de exposição,o rosto de si criança é apagado. Para além da cianotipia, este trabalho também apresenta uma camada de marmorização. O resultado do diálogo dessas duas técnicas e seus erros, incorpora na produção questões de memória e esquecimento, tendo em vista a cianotipia enquanto uma tentativa de fixar essa memória e a marmorização enquanto estética fluida, que se esvai. Assim, alinhado com o erro técnico, que potencializa a produção, evidencia como o meio interfere na memória.

Embora cada artista estabeleça uma relação distinta com a fotografia, ambas partem da compreensão de que a fotografia contemporânea constitui uma linguagem capaz de produzir uma polissemia de sentidos, estabelecer conexões e construir laços (Navas, 2017 *apud* Elsie, 2025). As duas artistas estão lidando com imagens que fizeram parte de sua história e modificando aquele registro. Observa-se, nos trabalhos, que o apagamento dos rostos abre camadas de leitura que transitam entre a ação do tempo sobre a fotografia, o esquecimento, os vestígios da memória e a instabilidade da lembrança. Nesse processo, a imagem perde parte de seu caráter documental e deixa de testemunhar um passado objetivo para tornar visível aquilo que a memória produz.

Elsie, ao refletir sobre a técnica da cianotipia, também reconhece que seu caráter manual torna a prática suscetível às interferências do tempo e à falha (Elsie, 2026). Assim como os trabalhos desenvolvidos pelas artistas do MANCHA, sua obra parte de fotografias encontradas em seu álbum familiar. No entanto, no recorte aqui observado referente a sua tese de doutorado (2026), sua produção em cianotipia se inclina à investigação de fotografias familiares, ao resgate de memórias e à construção de novas representações visuais. Em sua obra *Eliza e os filhos,* 2025 (figura 3), ela retorna ao local do registro da foto e, através da cianotipia, estabelece uma relação do ambiente com a imagem a ser revelada e a memória que ela carrega. Elsie afirma que “a chance de incluir elementos materiais do local era importante para a imagem, uma tentativa de reintegrá-la ao espaço físico" (Elsie, 2026, p. 110).

O erro com o qual Elsie lida, nesse processo, surge na forma de imprevistos relacionados ao tempo e às condições climáticas. Diante dessas situações, a artista realiza adaptações, por exemplo, no processo de lavagem do cianótipo. Cada mudança acrescenta uma nova passagem de tempo ao processo que, como aponta Elsie (2026, p. 110), “escolheu como agir na maioria das vezes. Foi preciso negociar e compreender o momento de cada coisa”. Essa relação com a duração do fazer também pode ser observada em outros processos com a cianotipia, nos quais “a rapidez dá lugar a horas, dias e semanas… inúmeras são as tentativas durante o espaço de tempo” (BRACHER, 2016, p. 101 *apud* Pinheiro e Pfutzenreuter 2017, p. 41). Pinheiro e Pfutzenreuter (2017, p. 41) destacam que, em sua experimentação, “o processo com o cianótipo se transforma em longas horas até atingir o resultado esperado”.

Vemos, portanto, que o tempo não aparece apenas como agente de interferências — como nos trabalhos de Nikarla Raquel e Ana Flávia, pela superexposição ao sol —, mas também como uma característica inerente ao próprio processo de cianotipia e à produção artística. Nesse sentido, Salles (1998, p. 32) observa que “o tempo é, por sua vez, o grande

sintetizador do processo criativo que se manifesta como uma lenta superposição de camadas". O que surge na experimentação com a cianotipia das artistas é a percepção de como o tempo interfere no processo e a possibilidade de incorporar essas interferências à construção de suas poéticas e autorrepresentações.

Conclusão

A partir dos trabalhos selecionados, começamos a entender que a cianotipia constitui um campo não apenas de produção, mas também de estudo e investigação, permitindo às mulheres artistas desenvolver técnicas próprias de autorrepresentação a partir das relações com a manualidade, a temporalidade e as possibilidades de experimentação inerentes ao seu processo de produção. É comum que, ao se trabalhar com técnicas de reprodução, não se busquem os erros. Sabe-se que, ao longo de sua história, a fotografia esteve associada à representação fiel da realidade. Contudo, a falha não precisa ser compreendida como ausência de qualidade ou como fracasso técnico, podendo ser deslocada e incorporada à própria construção da obra. Assim, a busca ativa pela falha na produção artística não diminui o trabalho, mas assume um papel central em seu discurso e poética.

Desse modo, a partir da produção das artistas elencadas neste artigo, foi possível compreender como essas mulheres exploram as relações com o tempo e com a memória por meio da experimentação com a técnica da cianotipia. É importante ressaltar que "na medida em que as artistas mulheres passam a se representar, potencializa a autonomia de seus próprios corpos em matrizes para as demais mulheres do tempo presente e dos vindouros" (Guimarães, 2021, p. 245). Assim, registrar as produções de artistas do MANCHA, tal qual Elsie (2025; 2026) também realiza por meio de suas publicações, é essencial para a construção de um referencial sobre a atuação de artistas potiguares na contemporaneidade.

NOTAS

[1] Refere-se às duas ofertas da oficina de cianotipia com Elisa Elsie, no Espaço Duas, em 2025. Fonte: https://novonoticias.com.br/natal-tera-oficina-de-cianotipia-em-agosto-veja-como-se-inscrever/. Acesso em: 13 jul. 2026.

[2] Marcel Duchamp (1887-1968) foi um artista francês e um dos principais nomes do dadaísmo, uma vanguarda artística do início do século XX. Em diferentes trabalhos, o artista explorou procedimentos que tensionavam a noção de controle e intencionalidade na criação artística.

[3] Nam June Paik (1932-2006) foi um artista sul-coreano e pioneiro na linguagem da videoarte. Em sua produção, explorou as possibilidades estéticas dos meios eletrônicos, incluindo interferências e manipulações da imagem televisiva, problematizando os usos convencionais da tecnologia.

Referências

ELSIE, Elisa Costa Batista da Silva Beserra. A fotografia e as costuras da maternidade nos registros de família. In: **Grão Fino: Semana de Fotografia Ano VIII**, 2025, Campina Grande. Anais da Grão Fino: Semana de fotografia ano VIII. Campina Grande, 2025. v. 1. p. 1-6.

ELSIE, Elisa Costa Batista da Silva Beserra. **Fotografia familiar e fabulação: vozes e silêncios de uma maternografia.** 2026. 191 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, 2026.

FERNANDES JUNIOR, Rubens. Processos de criação na fotografia: apontamentos para o entendimento dos vetores e das variáveis da produção fotográfica. **FACOM**. São Paulo, n. 16, p. 10 19, 2. sem. 2006.

GAZANA, C. et al. Glitch: estética contemporânea visual e sonora do erro. **Cultura Visual**, n. 19, julho/2013, Salvador: EDUFBA, p. 81-99.

GUIMARÃES, Marta Mencarini. Autorrepresentação: histórias das mulheres e histórias feministas. **Palíndromo**, v. 13, n. 31, p. 231–247, 1 set. 2021. Acesso em: 22 ago. 2026.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?**. São Paulo: Publication Studio São Paulo, 2016.

PINHEIRO, D.; PFUTZENREUTER, E. Experimentações com os cianótipos: uma relação com a matéria. **Paralelo 31**, v. 2, n. 9, 30 nov. 2017. Acesso em: 25 ago. 2026.

REIS, Fernanda. História das mulheres na arte: autorretrato como escrita de si. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 101-221, 2018. DOI: 10.30612/rehr.v12i23.7928. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/7928. Acesso em: 28 maio. 2026.

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto inacabado:** processo de criação artística. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.

ZUZULICH, Jorge. **La certeza del error**. 1 ed. Buenos Aires: Artexarte, 2015.

Anexos



Figura 1. Trabalho em cianotipia de Nikarla Raquel. Fonte: acervo do MANCHA.



Figura 2. Trabalho em cianotipia de Ana Flávia. Fonte: acervo do MANCHA.



Figura 3. Eliza e os filhos, de Elisa Elsie. Fonte: Elsie (2026).

CÓDIGO: HS1430

AUTOR: JESSICA HOZANA SANTOS DE LIMA

ORIENTADOR: ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM

TÍTULO: MULHERES EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE E AS POLITICAS SOBRE DROGAS: IMPACTOS NA VIDA E EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO

Resumo

O presente plano de trabalho discorre sobre uma pesquisa-intervenção que investiga os impactos das políticas sobre drogas na vida de mulheres quilombolas da comunidade de Acauã, localizada em Poço Branco/RN, bem como as formas de cuidado em saúde mental as quais são produzidas por elas. O trabalho de pesquisa está vinculado ao projeto multicêntrico financiado pelo Programa de Cooperação Acadêmica da CAPES (PROCAD) em parceria com a Secretaria Nacional sobre Drogas (SENAD) e realizado em diferentes territórios nacionais. No caso do município potiguar, observamos que as questões relacionadas às drogas imbricam-se com questões como racismo estrutural, racismo escolar, machismo, escassez de políticas públicas para jovens, sobrecarga do trabalho não remunerado das mulheres, formando um cenário fértil em direção ao adoecimento dessa população. Por isso, tecnologias e ferramentas de cuidado em saúde mental têm sido construídas junto às mulheres da comunidade a fim de enfrentarem e se fortalecerem.

Palavras-chave: Saúde mental. Drogas. Mulheres. Quilombolas. Cuidado em saúde.

TITLE: Streets, Quilombos, and Transits: The Impact of Drug Policies on Vulnerable Women and Mental Health Care Strategies

Abstract

This work plan discusses the impact of drug policy on the lives of *quilombola* women in the Acauã community (located in Poço Branco, Rio Grande do Norte), as well as the mental health care practices they develop in response to this context. This research-extension initiative—part of a multicenter project commissioned by SENAD and conducted across various national and international locations—examines how, in this specific municipality, substance use intersects with issues such as structural racism, racism within schools, sexism, a lack of public policies for youth, and the burden of unpaid labor borne by women, creating conditions that foster mental health decline

among this population. Consequently, care strategies and tools are being developed collaboratively with the community's women to enable them to confront these challenges and strengthen themselves.

Keywords: Mental health. Drugs. Women. Quilombolas. Healthcare.

Introdução

O presente plano de trabalho integra o projeto multicêntrico de pesquisa para o Programa de Cooperação Acadêmica de Políticas Públicas sobre Drogas (PROCAD), uma parceria entre Universidades de quatro regiões do país (norte, nordeste, sul e sudeste), e em regiões de fronteiras, encomendado pela Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), em conjunto com a CAPES, tendo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte como núcleo sediador. O objetivo da pesquisa visa investigar os impactos das políticas sobre drogas nas experiências de mulheres em contexto de consumo e/ou tráfico nos territórios das cidades, aldeias, quilombos e fronteiras, além das formas de cuidado as quais utilizam em seu cotidiano para lidar com questões de saúde-doença. Nesse momento, a pesquisa se encontra na sua segunda fase, na qual as pesquisadoras, no contexto potiguar, vão à campo realizar encontros com as mulheres da comunidade quilombola de Acauã, no município de Poço Branco, e produzir coletivamente a cartografia dos seus modos de cuidado, assim como também conhecer o que as leva ao adoecimento e como os usos de substâncias aparecem em seus contextos. Também há outro campo em andamento em Natal/RN, construído com mulheres em situação de rua com os mesmos objetivos. Outro objetivo da pesquisa é contribuir para que as políticas públicas sobre drogas considerem de modo mais adequado a realidade das mulheres nos seus diferentes territórios de vida, construindo conhecimentos comprometidos com a formação e com as necessidades das pessoas mais vulnerabilizadas, notadamente mulheres, com trocas entre instituições de ensino superior nacionais e internacionais. Segundo Sestokas e Oliveira (2018), a política sobre drogas é uma temática que incide diretamente na vida das mulheres, pois são elas as mais atingidas, de diferentes formas, pelo caráter criminalista e proibicionista que tem essa política no Brasil. Quando não são elas as encarceradas, são as que estão cuidando de seus filhos e maridos em cárcere. Quando visto de outros pontos de vista, a interseção dos marcadores sociais como raça, classe, gênero e território, comprovam que mulheres negras e das periferias - tanto dentro, quanto fora dos grandes centros urbanos - são as que mais sofrem com a criminalização, uma vez que seus territórios já enfrentam a fragilidade tanto das disputas territoriais, quanto do longo processo de demarcação e titulação marcado pela burocracia e morosidade das leis (Silva e Lacerda, 2015). São elas, também, as que exercem o lugar de cuidado historicamente cristalizado no gênero feminino e, consequentemente, as que física e emocionalmente mais se sobrecarregam, adoecendo.

Metodologia

A pesquisa é realizada na comunidade quilombola de Acauã, município de Poço Branco, há 66 km de Natal, subsidiada pela abordagem qualitativa, participativa e intervencionista, baseada na análise institucional, descrita como uma abordagem teórica e prática que visa compreender e transformar instituições. Isso envolve desenvolver

ferramentas para analisar o jogo de forças presentes em dado contexto e, a partir disso, terem os próprios sujeitos envolvidos com condições de realizarem análises (Lapassade, 1983). E, por fim, a pesquisa também é sustentada pelas teorias feministas negras-latinoamericanas. A partir deste ano, a equipe integrada por quatro pesquisadoras negras, dentre elas a autora deste relatório, passou a registrar os encontros por meio de gravações de áudio, além dos registros por imagem captadas pelas próprias mulheres da comunidade, como uma das formas de elas se apropriarem ainda mais dos encontros e fotografarem as rodas de conversa a partir de seus próprios pontos de vista. Para isso, foi assinado o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), lido coletivamente com as participantes do grupo e assinado posteriormente. Importante salientar que antes mesmos dos papéis escritos oficialmente permitindo nossa imersão no campo institucionalmente, a própria comunidade e as mulheres já haviam autorizado o acontecimento da pesquisa em seu território, confirmando o caráter coletivo e participativo preconizado por elas. Ou seja, o interesse tem de ser coletivo e não individual para que o processo pudesse iniciar. Os Diários de Campo são uma ferramenta importante nessa trajetória, pois auxiliam no acompanhamento dos processos, na percepção das mudanças produzidas no campo (Favret-Saad, 2013), assim como nas hierarquias as quais operam no espaço, possibilitando um direcionamento sobre o que precisamos fazer para mitigá-las, sobretudo, se tratando de uma comunidade ancestral como o quilombo de Acauã, com seus saberes e tradições próprias, transmitidos geracionalmente. Essa ferramenta é essencial para a composição da cartografia que não está interessada em como a realidade é, mas como as mulheres quilombolas de Acauã se relacionam, inventam, constroem coletivamente sua realidade (Kastrup & Passos, 2013). Não como uma descrição desta, mas uma análise das experiências. Para a organização de cada ida à comunidade, realizamos reuniões do GT “Kilombos”, grupo de trabalho no qual as pesquisadoras envolvidas estudam oa temas da pesquisa e discutem, quinzenalmente, os próximos passos dos encontros. Embora haja um planejamento prévio, o não previsto sempre é bem vindo, estando abertas ao que pode acontecer com a participação ativa das mulheres da comunidade na construção da pesquisa, como propõe o trabalho amparado pela análise institucional e pela cartografia. Dessa forma, pode-se entender método como aquilo que nos faz compreender a nossa própria potência de conhecer, uma vez que os encontros vão desestabilizando os corpos ali presentes, por meio das diferenças, e esse acontecimento faz com que algo novo surja (Liberman; Lima, 2015). Por isso, há atenção nas singularidades e o cuidado em não representar processos, mas em acompanhá-los na concretude do campo de pesquisa. Nesse sentido, as componentes do GT e da pesquisa também são importantes para esse processo de construção de conhecimentos, a saber: a doutoranda em psicologia Brígida Cavalcanti Alves; a pós-doutoranda em psicologia Jenair Alves da Silva, a mestranda em psicologia Mailmy Kelvia de Morais Teixeira e eu graduanda do curso de psicologia. Todas mulheres negras. A importância desse fato se dá, sobretudo, por experiências anteriores com pesquisadoras(es) brancas(os) que agiram de forma extrativista e eticamente desimplicadas com as mulheres da comunidade, desencorajando-as a participarem de pesquisas posteriores. Esse modo de pesquisar importa pois renova o desejo das mulheres de construírem esse processo, de forma ativa e horizontal. É com base nisso que os deslocamentos mensais para a cidade de Poço Branco acontecem, na sede da Associação dos Moradores Quilombolas de Acauã (AMQA), em encontros que duram entre 3 a 4 horas. A quantidade de mulheres que participam assiduamente do grupo varia entre 8 e 10, sendo todas elas negras e quilombolas. Pensando em uma vinculação maior com as mulheres e suas próprias experiência, batizamos os momentos de “Chá das pretas”, que se estruturou como

tecnologia de cuidado pelo seu caráter de reunir as mulheres em torno do compartilhamento de comidas, concomitantemente a contação de histórias, a partilha de vivências, no qual também organizam-se politicamente e também descansam coletivamente, algo necessário para a manutenção da saúde mental delas.

Resultados e Discussões

Em relação à comunidade quilombola de Acauã, esta é uma das 40 comunidades certificadas no Rio Grande do Norte. Segundo dados de 2022 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é constituída por 334 habitantes, sendo organizada em 64 famílias, muitas delas tendo as mulheres como figuras centrais na família, sendo elas trabalhadoras do lar, agricultoras, professoras e diaristas. Uma das características que compõem a identidade quilombola das mulheres em Acauã, é o grupo cultural intitulado de farinhada, grupo este que relaciona danças e cânticos ao trabalho exercido na casa de farinha, no qual muitas delas desempenham funções de descascar mandioca e tratar o produto até que se chegue na farinha e goma de tapioca. Enquanto trabalham, cantam composições delas mesmas e levam essa manifestação para apresentar publicamente em eventos dentro e fora da cidade. É nesse cenário, entre reivindicação de direitos e expressão cultural, que está situada a comunidade. Logo na chegada, um dos estabelecimentos que primeiro se vê é um bar, também revelando o lugar do uso de uma das substâncias na localidade: o álcool. Retomada de 2025 No plano de trabalho anterior, o tema das drogas não havia sido explanado de forma demorada nas rodas de conversas com as mulheres de Acauã, uma vez que violências institucionais e raciais sobressaiam em seus depoimentos. Com isso, foi de suma importância e também parte do percurso da cartografia ouvi-las em suas especificidades e fomentar um ambiente de cuidado que desse vazão aos relatos coletivos de múltiplas violências institucionais e estruturais. O tema das drogas, portanto, apareceu de forma mais pontual, tendo sido o álcool a substância que mais afetada a vida coletiva na comunidade, especialmente direcionado às mulheres, por tratar-se dos seus filhos adolescentes que viam no consumo do álcool um motivo para reuniões entre si (Silva e Menezes, 2016), já que políticas públicas de lazer e cultura são escassas para a comunidade. A partir da necessidade de cuidado das mulheres diante desse cenário, surge o “Chá das pretas”: as rodas de conversa que passaram a acontecer mediadas pelo compartilhamento de comidas, produzidas e levadas pelas mulheres e pelas as pesquisadoras, como forma de vincular a ação ao território (Albuquerque et al., 2025), considerando esta uma das formas de socialização das mulheres da comunidade, como mais um aglutinador, já que as reuniões coletivas nas quais a comida assume papel afetivo de partilha e acolhimento é uma realidade para elas. No último encontro do ano passado, em dezembro de 2025, saímos da sede da AMQA, lugar onde acontecem as rodas de conversas desde o início de 2025, com alguns desejos que as próprias mulheres de Acauã tinham para os encontros do ano subsequente. Àquela altura, havia o interesse de produzir algum material, ainda sem maiores especificidades, que registrasse a memória das mulheres da comunidade, haja vista que havia a preocupação de que as gerações mais novas perdessem as histórias sustentadas pela ancestralidade dos mais velhos, que são contadas na oralidade (Valle, 2019). Portanto, desse desejo surgiu a ideia, ainda embrionária, de iniciar o registro da história dessas mulheres, ao qual servisse para toda a comunidade. Como exposto no relatório anterior, a atuação das mulheres negras historicamente mostrou-se imprescindível para a formação e continuação dos quilombos, sendo esse um dos motivos que os fazem existir até os dias

atuais. Portanto, discorrer sobre o impacto da política sobre drogas nessa população, assim como as causas de seus adoecimentos e as estratégias de cuidado, é também pensar de que forma o quilombo enquanto organização está sendo afetado. Afinal, quilombo também quer dizer descanso e cuidado, como sinalizado por Nascimento (2021) ao se referir a paz quilombola. Perspectiva atual Neste momento, em 2026, com o grupo consolidado como espaço de cuidado coletivo, também por consequência do Chá das pretas, há um entrelaçamento mais demarcado entre depoimentos anteriores e a presença das substâncias em suas vidas. Assim como anteriormente, o álcool ocupa lugar central nos relatos, sobretudo porque são os homens da comunidade os maiores consumidores e as mulheres, por sua vez, mães, irmãs, filhas, esposas, a continuarem como aquelas que lidam com as consequências sociais embutidas nos usos recorrentes, sendo o papel de cuidadoras o maior exemplo disso. Ademais, também consegue-se perceber nas falas como outras substâncias existem nos seus cotidianos, a exemplo de ervas utilizadas nas rezas, que versam sobre as experiências de cura e tratamento de doenças, as quais resgatam a ancestralidade dos quilombos no Brasil. Portanto, trata-se de um usos diferentes, relacionados a contextos também diversos (Macrae, 2021). No primeiro encontro de 2026, sustentando uma pesquisa que caminha como desejo coletivo, renovamos esse compromisso a partir da sondagem do que elas queriam que trouxéssemos no ano que se iniciava em termos de temas a serem trabalhados. Nesses relatos, as rodas de conversas apareceram e se concretizaram como dispositivo de cuidado, uma vez que as mulheres passaram a contar com isso como espaço e tempo de produção da sua saúde mental, assim como pedir temas as quais gostariam de ser trazidos por nós para as rodas. Entre os pedidos, saúde mental e autoestima foram os mais solicitados. A partir disso, temos feito desde o mês de maio algumas dinâmicas nas quais trabalhamos de forma lúdica e aproximada das suas realidades tais temas. A exemplo disso, no mês de junho realizamos a pescaria, momento no qual simulamos o mar com uma manta, representando os peixinhos em imagens embrulhadas, das quais elas teriam que “pescar” com um anzol e falar o que a imagem as fazia pensar. Nas imagens, entre outras coisas, havia fotos de uma mulher negra com o semblante triste, cigarro, álcool e temas correlatos. Foi em uma dessas dinâmicas que o tema do álcool apareceu mais fortemente. Por seu uso socialmente aceito, adentra a vida das mulheres desde a tenra infância. Elas cresceram vendo os mais velhos em reuniões nas quais o álcool era central. A mais velha entre elas, por exemplo - que aqui será chamada de curandeira - diz que lembra até hoje do bar que sua tia era proprietária na comunidade. Elas mesmas não são as que realizam o consumo dessa substância de forma mais frequente porque há o machismo socialmente estabelecido, que cristaliza e determinada que esta conduta não é “coisa de mulher”. Portanto, eis a razão pela qual o uso concentra-se entre os homens. Também nessa dinâmica da pescaria surgiu a medicalização dos jovens principalmente, com o objetivo de conter a ansiedade, de forma cada vez mais presente. Isso, pois, há a interferência em outra esfera importante da vida: o sono, fazendo com que a realidade das/dos filhas/filhos reverbere preocupação nas mães, que também passam a ser acometidas pela ansiedade, alimentando o ciclo de medicalização. Ainda sobre a ansiedade, é importante salientar como ela está ligada às experiências de racismo enfrentadas por elas, como explanadas no relatório anterior (Lima, 2025), nas quais raça e território entrelaçaram-se operando silenciamento e violências institucionais. No momento da pescaria, esse tema apareceu por meio da pesca da imagem de uma mulher negra chorando, o que a uma delas, também do grupo das mais velhas - chamada aqui como a “artista” - , respondeu como sendo reflexo do “racismo estruturado” sentindo na pele a dor e tristeza que isso traz, refletindo nas baixas autoestimas. Essa fala mostra como o racismo nas mulheres negras

e quilombolas é sentido de forma experiencial, anterior a qualquer teorização. De fato, o racismo estrutural (Almeida, 2019) organiza todas as camadas sociais, dificultando a trajetória de vida dessas mulheres, sobretudo, quando são parte de uma minoria, as quais o necrocapitalismo as empurra para o adoecimento último (Mbembe, 2020). Baseado nessa estrutura, há racismo escolar como realidade comum. Nos relatos das mulheres, memórias da época em que frequentavam a escola fora da comunidade e eram pejorativamente tratadas pelos outros alunos. Ir à escola, portanto, tornou-se motivo de sofrimento, pela certeza da violência e racismo recreativo. Também por esse motivo, muitas delas não concluíram sequer o ensino fundamental. Àquelas que acessam o ensino superior, voltam à comunidade e ensinam as demais. Pensando na produção de saúde e cuidado em um contexto propício a tantas violências, surge o cuidado com as ervas, o qual as mais velhas são as que dominam o assunto ao mesmo tempo que o compartilham com as demais. Por isso, antes de procurarem a via médica como tratamento, recorrem à figura da "curandeira", aquela mais velha que indica qual seria o melhor "medicamento natural" para determinada doença, seja na forma de um chá, seja em um "lava pés" ou até mesmo um banho com ervas. Assim, como um desejo das mulheres e como mais um dispositivo de cuidado, surge o "diário coletivo", caderno no qual as mulheres escrevem, colam, pintam, desenham, experiências de vida, com o objetivo de registrarem, assim como de compartilhar com as demais no dia em que a roda de conversa acontecer, para que as memórias e vivências sejam coletivizadas e possam sair da esfera do individual e do sofrimento paralisante. Como forma de estarem mais próximas da pesquisa e trazerem o que querem para os próximos encontros, a cada planejamento do GT "Kilombos" uma mulher participa como representante do grupo, como forma dos encontros serem pensados a partir do ponto de vista das próprias mulheres da comunidade. Todo esse movimento, desde 2025, tem gerado um ambiente favorável para o fortalecimento coletivo, considerando o enfraquecimento na saúde mental dessa população quando teve início o projeto. Vale destacar o protagonismo das mulheres nesse processo, sendo as pesquisadoras mediadoras dos encontros.

Conclusão

No percurso até aqui, os encontros com as mulheres da comunidade destacam o contexto de usos de substâncias diversas, intermediados por motivos diferentes. O que a pesquisa tenta sondar é como esse uso tem sido influenciado pelos adoecimentos causados pelo racismo, sobrecarga de trabalho e o machismo, e quais planos de produção de saúde realizados pelas mulheres podem ser usados como vias de cuidado, considerando que são elas as construtoras de vias de mudanças e de uma reparação social (Adão, 2023). Consequentemente, a política sobre drogas tem um papel fundamental neste cenário. Portanto, é importante destacar que o projeto encontra-se em andamento. Tendo isso em vista, as idas a campo acontecerão até o final de 2026, quando o projeto entrará em nova fase: a de análise. Dentro desse plano, alguns subprodutos começarão a ser construídos, tendo no horizonte a fase final do projeto, a exemplo da "cartilha de saúde mental da mulher quilombola", e do diário, ao qual já está sendo construído. Ambos os produtos são pensados para que possam ficar na comunidade e servirem a elas, além de também serem alcançados por mulheres de outras comunidades e territórios fomentando de modo mais qualificado as políticas públicas sobre uso de substâncias em comunidades tradicionais . Todavia, o fortalecimento político, que inclusive engloba o direito à saúde, já pode ser visto ao decorrer dos meses, sobretudo, porque o desejo da continuidade da pesquisa é expressa

por elas, ficando mais evidente a realidade de que cuidar da saúde mental das mulheres quilombolas de Acauã é cuidar da memória, do fortalecimento e da continuação do quilombo, assim como historicamente tem sido no Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE, T. A. B. de; FERNANDES, S. L.; SANTOS, S. E. de B.; GOMES, W. da S. Itinerários terapêuticos em saúde mental em uma comunidade quilombola do Agreste Pernambucano. In: TORRES, Geovane Gesteira Sales; LIMA, George José dos Santos (org.). Políticas públicas, direitos humanos e diferenças. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2025. p. 24-38. Disponível em: https://sites.ufca.edu.br/ebooks/wp-content/uploads/sites/22/2025/02/Livro1-POLITICAS-PUBLICAS-DIREITOS-HUMANOS-E-DIFERENCAS.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026. ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. ADÃO, Claudia Rosalina. Territórios de vida: resistências, existências e produção de cuidado por mulheres negras. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-07052024-144328/. Acesso em: 19 ago. 2026. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos quilombolas. 1. ed. Leme: GM Editorial; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2025. Disponível em: https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2025/08/RT_quilombola_WEB.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026. FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Cadernos de Campo (São Paulo – 1991), São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263. Acesso em: 25 jun. 2026. LIMA, J. H. S. de. Ruas, quilombos e trânsitos: o impacto da política sobre drogas em mulheres vulnerabilizadas e as estratégias em cuidado em saúde mental. 2025. Relatório de Iniciação Científica (graduação em psicologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 263–280, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004. Acesso em: 13 jul. 2026. LACERDA, R. dos S.; SILVA, G. M. da. Reterritorialização, conflitos ambientais e saúde em comunidades quilombolas de Sergipe. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 8, n. 18, p. 239–254, 2016. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/50. Acesso em: 19 jul. 2026. LAPASSADE, Georges. Grupos, organizações e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. LIBERMAN, Flávia; LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. Um corpo de cartógrafo. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 52, p. 183-193, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0284. Acesso em: 20 jul. 2026. SESTOKAS, Lucia; OLIVEIRA, Nathália. A política de drogas é uma questão de mulheres. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 27, 2018. Disponível em: https://sur.conectas.org/a-politica-de-drogas-e-uma-questao-de-mulheres/. Acesso em: 3 jul. 2026. MACRAE, Edward. A questão das drogas: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos. Salvador: EdUFBA; CETAD/UFBA, 2021. 283 p. MBEMBE, Achille. Brutalismo. São Paulo: n-1 edições, 2021 NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SILVA, R. A. da; MENEZES, J. de A. Reflexões sobre o uso de álcool entre jovens quilombolas. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 1, p. 84–93, jan. 2016. VALLE, Carlos Guilherme do. Quilombolas de Acauã: família, cor e política no Rio Grande do Norte do século XXI. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2024.

CÓDIGO: HS1431

AUTOR: LUIZA HELENA LIMA SIQUEIRA MIRANDA

ORIENTADOR: ANA CALDAS LEWINSOHN

TÍTULO: Confecção de máscaras, formação teatral e gestão cultural

Resumo

Este texto apresenta parte da pesquisa de IC que dá suporte ao projeto de pesquisa "Máscaras e mascaramentos: o grotesco e a experimentação teatral na espaço urbano", do LabMask. O laboratório existe desde 2019 e vem atuando com pesquisas de linguagem teatral que dialogam com a graduação e pós-graduação, além de realizar projetos de extensão para inclusão da comunidade externa. Também tem atuado fora da universidade, a partir de saídas externas à bairros da cidade de Natal e realização de conversas com artistas e pesquisadores de outras áreas, para além das artes, compreendendo num estudo portanto, interdisciplinar. Como suporte fundamental para o andamento da característica do laboratório, temos desenvolvido um acervo de máscaras para as experimentações teatrais que acontecem de modo pedagógico e artístico. Para isso, a pesquisadora de IC dedicou-se a cuidar e ampliar o inventário do acervo para fins didático-pedagógicos e com fins de investigação científica, metodológica, e artística em experimentações dentro e fora da universidade. Temos o projeto de extensão “Labmask recebe escolas”, que tem apresentado nosso acervo e ministrado oficinas para crianças e adolescentes da rede municipal e estadual de ensino. Também compreende esse plano de trabalho a produção e divulgação científica por meio de artigos e vídeos produzidos a partir da pesquisa e que tem sido divulgada no instagram do laboratório.

Palavras-chave: máscara; formação; artista-docente; divulgação científica

TITLE: Mask-making, theater training, and cultural management

Abstract

This text presents part of the undergraduate research (IC) that supports the research project Masks and Masking: The Grotesque and Theatrical Experimentation in Urban Spaces, developed by LabMask. The laboratory has been active since 2019 and has conducted research on theatrical language in dialogue with undergraduate and graduate education, as well as extension projects aimed at engaging the broader community. It has also worked beyond the university through activities carried out in different neighborhoods of the city of Natal and through conversations with artists and researchers from fields beyond the arts, thus adopting an interdisciplinary approach. As a fundamental support for the laboratory’s activities, we have developed a collection of

masks for theatrical experiments carried out in both pedagogical and artistic contexts. To this end, the undergraduate researcher was responsible for maintaining and expanding the collection's inventory for educational purposes, as well as for scientific, methodological, and artistic research through experimentation both within and beyond the university. We also have an extension project entitled LabMask Welcomes Schools, which presents our collection and offers workshops for children and adolescents from public schools at both the municipal and state levels. This work plan also includes the production and dissemination of research through articles and videos developed as part of the project and shared on the laboratory's Instagram ac

Keywords: mask; training; artist-teacher; science communication

Introdução

Este relatório apresenta resultados e reflexões decorrentes da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa "Máscaras e mascaramentos: o grotesco e a experimentação teatral no espaço urbano", vinculado ao Laboratório de Experimentos em Atuação e Máscaras – LABMASK, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Criado em 2019, o LABMASK constitui-se como um espaço de investigação, experimentação e formação em torno das máscaras e de suas possibilidades poéticas, pedagógicas e metodológicas, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão em diálogo com a graduação, a pós-graduação e a comunidade externa à universidade. A pesquisa desenvolvida pelo laboratório compreende a experimentação teatral como um modo de produção de conhecimento, no qual procedimentos práticos, estudos teóricos, criação artística e reflexão crítica encontram-se permanentemente articulados. Nesse sentido, as investigações não se restringem ao espaço universitário, incluindo saídas de campo e ações realizadas em diferentes bairros de Natal, bem como encontros e conversas com artistas e pesquisadores de distintas áreas do conhecimento. Essa perspectiva amplia o campo de investigação e favorece uma abordagem interdisciplinar, compreendendo as máscaras não apenas como objetos cênicos, mas como dispositivos capazes de mobilizar questões relacionadas ao corpo, à presença, à criação, à formação e às relações entre arte e sociedade. Como parte dessa investigação, o LABMASK vem constituindo e ampliando um acervo de máscaras e objetos destinados às experimentações teatrais realizadas em contextos artísticos e pedagógicos. A organização, catalogação e ampliação desse acervo constituíram uma dimensão importante da minha pesquisa de Iniciação Científica, permitindo à mim, enquanto estudante, participar diretamente da construção das condições materiais e metodológicas necessárias ao desenvolvimento das experimentações. O trabalho envolveu a sistematização e organização de dados, o registro de encontros, reuniões e atividades, a realização de leituras e discussões. Minha participação foi compreendida, portanto, como uma experiência de formação que ultrapassa a execução de tarefas específicas e a insere em diferentes etapas do processo de investigação científica e artística. A vivência no laboratório possibilitou o contato com procedimentos de pesquisa, criação e documentação, favorecendo o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as experiências realizadas e sobre os conhecimentos produzidos a partir delas. A pesquisa articula-se ainda às ações de extensão desenvolvidas pelo LABMASK, entre elas o projeto "LabMASK recebe escolas", que promove a aproximação entre o acervo do laboratório e crianças e adolescentes da rede pública de ensino, por meio da realização de oficinas e atividades práticas. A participação nessas ações amplia minha

experiência formativa ao possibilitar que os conhecimentos produzidos no âmbito da pesquisa sejam experimentados e compartilhados com diferentes públicos. Por fim, integra este percurso a divulgação científica da pesquisa, realizada por meio da produção de vídeos, conteúdos para as redes sociais do laboratório e submissão de trabalhos para periódicos e eventos científicos. Desse modo, minha pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no LABMASK configura-se como um processo de formação que articula pesquisa, experimentação artística, formação pedagógica, extensão e divulgação científica, compreendendo a produção de conhecimento como uma prática simultaneamente teórica, prática, crítica e compartilhada.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se na perspectiva da Cartografia, especialmente a partir das contribuições de Kastrup, Rolnik e outros autores que compreendem a investigação como um processo de acompanhamento de percursos, forças, relações e acontecimentos que emergem no próprio campo de pesquisa. A pesquisa parte, portanto, da implicação da pesquisadora no campo e da compreensão de que pesquisar é também experimentar. Nesse sentido, buscou-se estabelecer uma relação estreita entre teoria e prática, tensionando as fronteiras tradicionalmente estabelecidas entre produção artística, investigação científica e formação. A experimentação com máscaras constituiu, assim, como um procedimento de investigação capaz de produzir questões e novos entendimentos acerca do objeto pesquisado. O percurso metodológico envolveu diferentes procedimentos articulados entre si: levantamento e leitura bibliográfica e discussões teóricas; acompanhamento e registro de encontros, reuniões e atividades; participação organização do acervo de máscaras; realização de experimentações práticas e criativas; criação de materiais audiovisuais e participação em ações de extensão e atividades formativas. Os registros produzidos ao longo desse percurso constituíram material de análise e foram continuamente retomados em diálogo com a bibliografia estudada. Dessa maneira, teoria e prática foram colocadas em relação de reciprocidade: as experiências práticas alimentaram novas perguntas e perspectivas teóricas, enquanto os estudos realizados contribuíram para orientar e ampliar a compreensão das experimentações. O acompanhamento da pesquisa ocorreu também por meio de reuniões de orientação e encontros do grupo de estudos do LABMASK, espaços destinados à discussão dos procedimentos adotados, dos registros produzidos, das dificuldades encontradas e das questões que emergiram durante o percurso. Esses momentos coletivos constituíram importantes dispositivos de reflexão e análise, permitindo que as experiências individuais da estudante fossem confrontadas e compartilhadas no âmbito do grupo de pesquisa. A metodologia compreendeu ainda a circulação dos conhecimentos produzidos, por meio da produção de vídeos e conteúdos de divulgação científica.

Resultados e Discussões

O percurso desenvolvido ao longo da pesquisa de Iniciação Científica possibilitou compreender que a investigação com máscaras se constitui como um processo simultaneamente artístico, pedagógico e científico. Minha participação nas diferentes etapas do trabalho — organização do acervo, leituras e discussões, experimentações

práticas, registros e ações de extensão — permitiu uma aproximação concreta com diferentes modos de produção de conhecimento no campo das Artes Cênicas. Um dos principais resultados foi a percepção de que o acervo de máscaras não se reduz a uma coleção de objetos, mas pode funcionar como um dispositivo de investigação e formação. O contato direto com os materiais, suas características e possibilidades de uso provocou questões que atravessaram as experimentações e contribuíram para ampliar a compreensão da máscara enquanto elemento capaz de produzir relações específicas entre corpo, presença, espaço e criação. A participação em ações de extensão, especialmente nas atividades com crianças e adolescentes da rede pública de ensino, ampliou ainda essa experiência, possibilitando observar como os conhecimentos produzidos no laboratório podem ser compartilhados em contextos diversos. A experiência contribuiu para minha formação como pesquisadora, estimulando a autonomia, a capacidade de observação e análise e a elaboração crítica sobre os processos vivenciados. Desse modo, mais do que produzir resultados mensuráveis, a pesquisa produziu experiências, registros, reflexões, experimentações e conhecimentos, fortalecendo a articulação entre pesquisa, criação artística, formação e extensão no LABMASK.

Conclusão

Minha pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no LABMASK possibilitou compreender a experimentação com máscaras como um campo de investigação que articula criação artística, produção de conhecimento e formação. O percurso realizado evidenciou que minha participação em diferentes dimensões da pesquisa — desde a organização e ampliação do acervo até as experimentações práticas, ações de extensão, registros e processos de divulgação científica — contribuiu para uma formação mais ampla e implicada no fazer investigativo. A perspectiva cartográfica mostrou-se especialmente pertinente ao permitir que as questões da pesquisa fossem construídas e reelaboradas ao longo do próprio percurso, a partir do encontro entre prática, teoria, materiais, pessoas e contextos. Nesse movimento, a máscara deixou de ser compreendida apenas como objeto cênico e passou a ser investigada também como dispositivo de experimentação, formação e produção de relações entre corpo, espaço e criação. Conclui-se, portanto, que a experiência de Iniciação Científica contribuiu tanto para o aprofundamento das investigações desenvolvidas pelo LABMASK quanto para a minha formação como pesquisadora e artista. Mais do que encerrar questões, o percurso realizado abre novas possibilidades de investigação, especialmente no que diz respeito às relações entre máscaras, processos formativos, experimentação teatral, diferentes contextos de atuação e difusão das pesquisas científicas na área de Artes. Nesse sentido, a pesquisa permanece em movimento, produzindo novas perguntas a partir das experiências e dos conhecimentos construídos ao longo de sua realização.

Referências

As referências foram pautadas na recente pesquisa realizada pelo Labmask, localizada na biblioteca virtual do Laboratório, que reúne todos os textos produzidos nos últimos 25 anos sobre máscara e mascaramento no Brasil. Entre essas referências podemos destacar a Revist Mói Móin, de Santa Catarina, os Anais da ABRACE, a Revista

Urdimento, de Santa Catarina, a Revista Sala Preta, da USP. Essa biblioteca virtual pode ser acessada aqui: https://drive.google.com/drive/folders/1I6kUkOhswkbK42PnkNrhhJBhCqLzOkr1?usp=sharing Também temos uma tabela com todos os dados sistematizados sobre essa produção, para consulta e estudo na realização dessa pesquisa.

CÓDIGO: HS1454

AUTOR: SABRINA MENDES DOS SANTOS

ORIENTADOR: JOSE GUILHERME DA SILVA SANTA ROSA

TÍTULO: Desenvolvimento de soluções de Design para a divulgação de aspectos éticos na pesquisa (CEP-UFRN)

Resumo

A ética em pesquisa com seres humanos é fundamental para garantir a proteção, a segurança e a dignidade dos participantes durante a realização de pesquisas científicas. No Brasil, o sistema responsável pela avaliação ética das pesquisas passou por mudanças recentes com a criação do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (SINEP), tornando necessário que estudantes e pesquisadores compreendam seu funcionamento e suas responsabilidades. No contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) atua na avaliação ética dos projetos de pesquisa da instituição, porém ainda existe a necessidade de materiais de comunicação que apresentem essas informações de forma clara, acessível e atrativa. Diante desse cenário, este projeto tem como objetivo desenvolver materiais de comunicação fundamentados nos princípios da animação e do motion design, buscando ampliar a compreensão de estudantes e pesquisadores da UFRN sobre a ética em pesquisa. Para isso, o projeto utiliza a metodologia de Frascara, sintetizada por Rodolfo Fuentes e adaptada às necessidades do material criado. A metodologia contempla 3 grandes etapas, sendo elas: problema, criatividade e solução. Como resultado, propõe-se a criação de uma série de vídeos animados com o objetivo de responder às principais dúvidas dos estudantes e pesquisadores sobre o funcionamento do sistema, os procedimentos de submissão e as responsabilidades relacionadas à realização de pesquisas.

Palavras-chave: Ética. Pesquisa. Design da comunicação. Animação. Motion Design. UFRN.

TITLE: Development of Design Solutions for Raising Awareness of Ethical Issues in Research (CEP-UFRN)

Abstract

Ethics in research involving human subjects is essential to guarantee the protection, safety, and dignity of participants during scientific studies. In Brazil, the system responsible for the ethical evaluation of research has undergone recent changes with the creation of the National System of Ethics in Research Involving Human Subjects

(SINEP), making it necessary for students and researchers to understand its operation and their responsibilities. In the context of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), the Research Ethics Committee (CEP) evaluates the institution's research projects; however, there is still a need for communication materials that present this information in a clear, accessible, and engaging manner. Given this scenario, this project aims to develop communication materials grounded in the principles of animation and motion design, seeking to broaden the understanding of UFRN students and researchers regarding research ethics. To achieve this, the project employs Frascara's methodology, synthesized by Rodolfo Fuentes and adapted to the needs of the created material. The methodology comprises three major stages: problem, creativity, and solution. As a result, the creation of an animated video series is proposed to address students and researchers' main questions regarding how the system operates, submission procedures, and the responsibilities associated with conducting research involving human subjects.

Keywords: Ethics. Research. Communication Design. Animation. Motion Design. UFRN

Introdução

INTRODUÇÃO

A ética na pesquisa científica é fundamental para assegurar a proteção e a dignidade de seres humanos participantes de pesquisa, garantindo que o avanço da ciência ocorra sob critérios éticos e de responsabilidade social. Historicamente, há diversos acontecimentos que evidenciam a necessidade de seguir boas condutas durante a realização de pesquisas científicas com seres humanos. Um dos exemplos mais notórios foram as atrocidades cometidas por médicos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial com prisioneiros em campos de concentração. Esses acontecimentos contribuíram posteriormente para a criação do Código de Nuremberg, um conjunto de princípios éticos que estabeleceu que o consentimento voluntário é essencial na pesquisa com seres humanos (Hossne, 2009).

No Brasil, a regulamentação de pesquisas científicas se instituiu com a criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), associada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), criada em 1996 como órgão de controle social para analisar e acompanhar os aspectos éticos das pesquisas em seres humanos, desenvolver regulamentação sobre proteção dos indivíduos de pesquisa e coordenar a rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) criados nas instituições (Freitas; Lobo; Hossne, 2005).

Esse sistema passou por uma mudança recente. Em 2024, a Lei nº 14.874 estabeleceu o novo Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (SINEP), implementando uma nova organização para a avaliação ética das pesquisas. Atualmente, o SINEP é composto pela Instância Nacional de Ética em Pesquisa (INAEP), responsável pela orientação e pelo estabelecimento de diretrizes do sistema, e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), responsáveis pela análise ética dos projetos nas instituições. Assim, o sistema brasileiro passa por um processo de reorganização, com a criação de uma nova instância nacional e a definição de novas competências para a avaliação e regulamentação da ética em pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN surgiu em 2001 e até os dias atuais elabora o trabalho de qualificar eticamente os projetos de pesquisa dos alunos pesquisadores da instituição, através da Plataforma Brasil. A Plataforma Brasil é o sistema eletrônico por onde são submetidas as pesquisas acadêmicas para avaliação e acompanhamento de pareceres, onde são autorizadas, ou não, a realização de pesquisas envolvendo seres humanos.

Nesse contexto, fica evidente a importância desse sistema regulatório no meio acadêmico. No entanto, estudantes e pesquisadores ainda apresentam dúvidas quanto ao funcionamento do sistema e ao processo de submissão de projetos. Essa dificuldade de compreensão pode estar associada à forma como essas informações são disponibilizadas, muitas vezes por meio de materiais extensos ou pouco acessíveis, o que pode dificultar o entendimento do conteúdo por parte do público acadêmico, resultando em uma comunicação ineficaz. Segundo Jácome e Carvalho (2018), "A comunicação, entre CEP e comunidade acadêmica, é um elemento básico para o avanço científico, é ela que contribui para que a ciência e a tecnologia se viabilizem por meio do processo de construção do conhecimento, uma vez que tal processo flui em âmbito da comunicação".

Diante desse cenário, este projeto propõe elaborar materiais de comunicação, fundamentados no método de Design para comunicação e nos princípios da animação e do motion design, voltados especificamente para o contexto da UFRN. Os materiais buscam responder às principais dúvidas dos estudantes e pesquisadores sobre o CEP-INAEP e contribuir para a divulgação da ética em pesquisa na instituição.

Metodologia

2 METODOLOGIA

2.1 Metodologia projetual

Para o desenvolvimento desse projeto a metodologia foi pensada e estruturada para o desenvolver soluções de design voltadas à divulgação da ética em pesquisa na UFRN.

A metodologia utilizada para a realização deste projeto foi a de Jorge Frascara (2004) explorada em seu livro "Communication Design" e sintetizada por Rodolfo Fuentes (2009) no livro "A prática do Design Gráfico", por se tratar de uma metodologia estruturada capaz de trazer soluções de design voltadas à comunicação. Frascara (2004) estabelece que o processo projetual se dá em 10 passos, sendo eles:

1. Encomenda do trabalho pelo cliente (primeira definição do problema)

2. Coleta de informações

3. Segunda definição do problema

4. Definição de objetivos

5. Terceira definição do problema

6. Desenvolvimento da proposta de design

7. Apresentação ao cliente

8. Organização da produção

9. Supervisão da implementação

10. Avaliação de desempenho

Fuentes (2009) simplificou as etapas em 3 grandes fases: Problema, criatividade e solução, essas contendo subfases como mostra na figura 1.

[Figura 1]

Embora a metodologia sintetizada por Fuentes (2009) ofereça um percurso coerente, para aplicação neste projeto foi necessário adaptar as etapas de acordo com as características do produto a ser desenvolvido, uma série de vídeos animados de caráter informativo. Dessa forma, foram incorporadas subfases necessárias no desenvolvimento da solução, como: elaboração de roteiros, criação de personagens, desenvolvimento da linguagem visual, storyboard, animação e edição.

A figura 2 mostra o fluxo de trabalho adaptado para este projeto, demonstrando a correlação entre as grandes fases da metodologia de Fuentes (2009) e as atividades desenvolvidas:

2.2 Problema

Nessa fase, o trabalho focou em analisar o contexto institucional e identificar problemas de comunicação entre o público acadêmico e o CEP da UFRN. Também foi feito o levantamento das principais dúvidas acerca do SINEP e da Plataforma Brasil. Foi realizada uma análise dos materiais de consulta disponibilizados pelo CEP da UFRN e por fim, foram definidos os requisitos do projeto.

2.2.1 Definição do Problema

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRN possui papel fundamental para a comunidade acadêmica. No entanto, os estudantes e pesquisadores enfrentam dificuldades para compreender a importância do sistema e as etapas de submissão na Plataforma Brasil. Os materiais de comunicação fornecidos pela instituição são compostos por documentos extensos que podem dificultar a compreensão e a localização de informações necessárias ao processo de submissão. Com a transição regulatória para o novo SINEP e a criação da INAEP pela Lei nº 14.874/2024, torna-se ainda mais importante desenvolver materiais de comunicação que apresentem as informações e mudanças do sistema de forma clara e compreensível.

2.2.2 Levantamento de Dados

Para identificar as principais dúvidas relacionadas ao sistema CEP-INAEP, o

levantamento de dados foi realizado a partir de duas fontes principais:

Mapeamento de dúvidas frequentes (FAQs): foram analisados documentos de perguntas frequentes (FAQs) disponibilizados por Comitês de Ética em Pesquisa de diferentes instituições do país para listar as principais dúvidas dos pesquisadores.

Análise de comentários em vídeos sobre submissão na Plataforma Brasil (YouTube): foram investigadas as dúvidas e relatos de dificuldades deixados por usuários nos comentários de vídeos que tratavam de submissão na Plataforma Brasil.

A partir das análises, foram mapeadas as dúvidas mais recorrentes que serviram de base para a criação dos roteiros dos vídeos didáticos.

2.2.3 Análise dos Materiais Existentes

Foi realizada uma análise dos principais materiais de consulta fornecidos e disponibilizados no site oficial do Comitê de ética em Pesquisa da UFRN, sendo estes:

De modo geral, os três materiais apresentam informações completas acerca do processo de submissão de pesquisas, procedimentos realizados pelos comitês dentro da Plataforma Brasil e sobre os tipos de perfis de usuário disponíveis na Plataforma Brasil, entretanto, os materiais possuem grande volume textual e exige muita leitura para compreensão de procedimentos mais básicos, o que pode dificultar consultas rápidas por parte de estudantes e pesquisadores iniciantes. Em relação aos aspectos visuais, observa-se o uso predominante de capturas de tela acompanhadas de balões com textos, recurso utilizado para auxiliar na orientação do usuário, mas que apresenta pouca atratividade.

A análise desses materiais mostra que a forma como as informações sobre a ética em pesquisa são disponibilizadas pode dificultar o acesso e a compreensão das informações. A predominância de documentos em formato PDF e a falta de recursos visuais mais dinâmicos podem dificultar o acesso rápido às informações e tornar a experiência de consulta menos atrativa para estudantes e pesquisadores. Tais aspectos evidenciam oportunidades para o desenvolvimento de materiais de comunicação mais elaborados e adequados aos hábitos de consumo de informação atuais.

Resultados e Discussões

A partir das definições realizadas durante a etapa de criatividade, se iniciou o desenvolvimento dos vídeos propostos. Foram utilizadas as ilustrações dos personagens, dos elementos gráficos e demais recursos visuais definidos anteriormente, buscando manter uma identidade visual consistente ao longo da série de vídeos.

A construção das cenas foi realizada a partir dos storyboards elaborados anteriormente, que serviram como referência para a organização dos elementos, posicionamento dos personagens e definição das transições. A composição buscou priorizar a informação principal de cada cena, utilizando os elementos visuais como apoio ao conteúdo narrado.

2.4.1 Animação

A animação dos elementos foi realizada principalmente a partir de movimentos simples de entrada e saída, deslocamento e escala. Uma parte das animações foi desenvolvida no Adobe After Effects, principalmente para a movimentação dos personagens.

A animação foi utilizada como recurso de apoio à narrativa, buscando acompanhar o conteúdo apresentado na narração e direcionar a atenção do espectador para as informações mais importantes de cada cena. Dessa forma, os movimentos não foram utilizados apenas como recurso estético, mas como parte da organização das informações e da condução da narrativa.

Devido ao caráter informativo dos vídeos e à necessidade de manter uma produção viável dentro do período disponível para o projeto, foram priorizados movimentos simples e elementos gráficos de fácil compreensão, mantendo a identidade visual definida durante a etapa de criatividade.

2.4.2 Edição e finalização

Após a produção das animações, as cenas foram organizadas de acordo com os roteiros e os tempos definidos para cada narração. A edição e a finalização dos vídeos foram realizadas no CapCut, utilizando o software para a montagem das cenas, aplicação das transições, organização dos textos, inserção das narrações, legendas e demais ajustes necessários para a composição final dos vídeos.

Nessa etapa também foram realizados ajustes de ritmo e duração das cenas, buscando manter a relação entre narração, texto e elementos visuais. As legendas foram inseridas como recurso de acessibilidade, permitindo que o conteúdo narrado também pudesse ser acompanhado por meio de texto.

Ao final, as cenas foram organizadas de acordo com a sequência estabelecida nos roteiros, resultando na composição dos vídeos que integram a série proposta.

Conclusão

Como resultado do desenvolvimento do projeto, foram produzidos os elementos necessários para a criação de uma série de vídeos animados direcionados a estudantes e pesquisadores da UFRN. Ao longo do processo, foram desenvolvidos os personagens,

elementos gráficos, roteiros, painéis semânticos e storyboards, que orientaram a construção das cenas e contribuíram para a definição da identidade visual da série.

Também foram iniciadas as etapas de animação, edição e finalização dos vídeos, aplicando os elementos visuais definidos durante a etapa de criatividade. Parte dos vídeos encontra-se finalizada, enquanto os demais estão em processo de conclusão e ajustes de animação e edição.

Como resultado final, os sete vídeos serão reunidos em uma pasta no Google Drive, juntamente com os materiais desenvolvidos ao longo do projeto, permitindo o acesso ao conjunto da solução proposta. Para facilitar o acesso aos vídeos, foi criado um QR Code que direciona para essa pasta, permitindo que estudantes e pesquisadores consultem a série de maneira rápida por meio de dispositivos móveis. A série busca, dessa forma, transformar conteúdos relacionados à ética em pesquisa em materiais audiovisuais de consulta mais acessível ao público acadêmico da UFRN.

Referências

BINSFELD, Pedro Canisio. Sistema nacional de ética de pesquisas com seres humanos. Cadernos de Ética em Pesquisa, v. 1, n. 1, p. 17-30, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instância Nacional de Ética em Pesquisa (INAEP). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/inaep. Acesso em: 06 jul. 2026.

FRASCARA, Jorge. Communication design: principles, methods, and practice. New York: Allworth Press, 2004.

FREITAS, Corina Bontempo D. de; LOBO, Mirian; HOSSNE, William Saad. Oito anos de evolução: um balanço do sistema CEP-Conep. Cadernos de Ética em Pesquisa, Brasília, n. 16, p. 20-30, nov. 2005.

FUENTES, Rodolfo. A prática do design gráfico: uma metodologia criativa. São Paulo: Rosari, 2009.

HOSSNE, William Saad. Dos referenciais da bioética à vulnerabilidade. Bioethikos, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 41-51, 2009.

JADOSKI, Rafael et al. O consentimento livre e esclarecido: do código de Nuremberg às normas brasileiras vigentes. Vittalle - Revista de Ciências da Saúde, v. 29, n. 2, p. 116-126, 2017.

KRASNER, Jon. Motion graphic design: applied history and aesthetics. Boston: Focal Press, 2008.

OLIVEIRA, João Paulo Alves de et al. O Sistema de Ética em Pesquisa no Brasil: transformações na regulação e a necessidade de melhorar a proteção e garantir os direitos dos participantes de pesquisa. Cadernos de Ética em Pesquisa, v. 10, e37, 2025.

PAZMINO, Ana Veronica. Como se cria: 40 métodos para design de produtos. São Paulo: Blucher, 2015.

SHAW, Austin. Design for motion: fundamentals and techniques of motion design. 2. ed. New York: Routledge, 2019.

Anexos



Mtodologia Frascara, sintetizada por Fuentes



Metodologia adaptada para o desenvolvimento do projeto



Manual do Pesquisador



Manual de Usuário do CEP



Guia de Perfis



Painel semântico do estilo gráfico



Painel semântico da paleta de cores



Rascunhos dos personagens



Personagens vetorizados



Exemplo de frames de storyboard para animação



Storyboard do vídeo 1 “Comitê de Ética em Pesquisa UFRN”



Animação no software Adobe After Effects



Edição dos vídeos no software CapCut



QR Code para acesso aos vídeos

CÓDIGO: HS1455

AUTOR: KAILANE DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: ILANA LEMOS DE PAIVA

TÍTULO: Como produções audiovisuais contemporâneas expressam e medeiam contradições sociais envolvidas na constituição da sexualidade e da subjetividade feminina?

Resumo

Este trabalho investiga como produções audiovisuais contemporâneas medeiam a constituição da sexualidade e subjetividade femininas em um contexto de ascensão do ultraconservadorismo. Fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético e na Psicologia Histórico-Cultural, o estudo qualitativo-documental analisa três obras: Euphoria, Margô Está em Apuros e o documentário Louis Theroux: Por Dentro da Machosfera, selecionadas por abordarem sexualidade, trabalho sexual e consentimento. Os resultados evidenciam a normalização de conteúdos pornificados na cultura mainstream, representações deturpadas de trabalho sexual e a contradição entre discursos de liberdade sexual e concomitante mercantilização/objetificação do corpo feminino. Euphoria retrata o trabalho sexual digital de forma glamourizada e pouco crítica, enquanto Margô Está em Apuros expõe com mais sensibilidade os dilemas e custos sociais dessa escolha. O documentário sobre a machosfera ilustra discursos que ajudam a contrapor o pensamento Red Pill. Conclui-se que a mídia medeia ativamente a subjetividade feminina, ampliando e ao mesmo tempo restringindo os repertórios simbólicos disponíveis às mulheres. Persiste escassez de narrativas centradas no prazer feminino autônomo, prevalecendo o olhar masculino. Como limitação, aponta-se o enfoque heteronormativo das obras, e sugere-se projetos futuros sobre educação sexual pela abordagem da saúde pública crítica.

Palavras-chave: Sexualidade. Subjetividade feminina. Machosfera. Obras audiovisuais.

TITLE: How do contemporary audiovisual productions express and mediate social contradictions involved in the constitution of female sexuality and subjectivity?

Abstract

This study investigates how contemporary audiovisual productions mediate the constitution of female sexuality and subjectivity amid rising ultraconservatism.

Grounded in Historical-Dialectical Materialism and Historical-Cultural Psychology, this qualitative documentary study analyzes three works: Euphoria, Margo's Got Money Troubles, and the documentary Louis Theroux: Selling Sex, selected for addressing sexuality, sex work, and consent. Results reveal the normalization of pornified content in mainstream culture, distorted representations of sex work, and the contradiction between discourses of sexual freedom and the simultaneous commodification/objectification of the female body. Euphoria portrays digital sex work in a glamorized, uncritical way, while Margo's Got Money Troubles more sensitively exposes its dilemmas and social costs. The documentary on the manosphere illustrates discourses that help counter Red Pill thinking. The study concludes that media actively mediates female subjectivity, both expanding and restricting the symbolic repertoires available to women. Narratives centered on autonomous female pleasure remain scarce, with the male gaze still prevailing. A limitation is the works' heteronormative focus; future research is suggested on sex education through a critical public health approach.

Keywords: Sexuality. Female subjectivity. Manosphere. Audiovisual works.

Introdução

A ascensão do ultraconservadorismo, em um contexto de crise do neoliberalismo, tem intensificado discursos de ódio e investidas contra os direitos das mulheres, reafirmando estruturas de poder concentradas em grupos masculinos privilegiados. O controle da sexualidade feminina constitui um dos principais mecanismos desse processo, configurando-se como campo de disputa tensionado e reapropriado após décadas de lutas feministas. Atualmente, esse controle é mediado sobretudo pela mídia — com velocidade incomparável nas redes sociais, mas também historicamente pelas produções audiovisuais da cultura pop. Este trabalho focaliza, portanto, o retrato da sexualidade feminina nessas produções contemporâneas.

No cenário global, observa-se um crescimento expressivo de partidos conservadores. Na Europa, dados do jornal The Guardian apontam que a proporção de votos em partidos de extrema direita quase quintuplicou desde 1995 (HENLEY, 2026). Nos EUA, esse fenômeno se intensifica, evidenciado pela eleição do presidente republicano Donald Trump em 2024, símbolo do nacionalismo cristão. Essa ascensão cria, ainda, um cenário político favorável à radicalização de discursos de influenciadores (GAIS et al., 2026). A mídia, como parte do complexo social, reflete o contexto cultural de uma sociedade — e a escolha do que e como retratar numa obra artística é sempre política.

O compartilhamento de performances de gênero ultramasculinas e ultrafemininas reforça a opressão conforme estereótipos pré-estabelecidos — seja pela idealização de papéis tradicionais femininos, como no termo "trad wives", seja pela cooptação de homens por meio de redes de ódio e misoginia, a "machosfera" (ou Red Pill, Incels, MGTOW).

Em ambos os casos, o fio condutor dessas lógicas masculinistas e antifeministas é a tentativa de determinar comportamentos sociais de gênero por argumentos biológicos. Historicamente, a biologia enquadra o ser humano em categorias e suas respectivas consequências (ROSE et al., 1984). O sexo biológico, muitas vezes reduzido à genitália, é usado para prever características da sexualidade, dos corpos e das performances de

comportamento sexual (RUBIN, 2017) — argumento que posteriormente justifica a opressão de quem rompe essas normas.

Reconhecer a influência dos meios de comunicação na constituição da subjetividade humana não significa concebê-la como determinação direta ou linear, já que a formação dos sujeitos resulta de múltiplas mediações sociais, históricas e culturais. O pensamento, a linguagem e a produção de sentidos são constitutivamente mediados por sistemas simbólicos e artefatos culturais acumulados na história individual e coletiva (VYGOTSKY, 1998). Nessa dinâmica, as produções audiovisuais figuram entre os principais instrumentos culturais para modular a apreensão da realidade e das relações sociais.

Assim, o objetivo geral do trabalho é compreender os processos de constituição da subjetividade, da consciência e dos sentidos atribuídos à sexualidade, considerando as mediações culturais concretas por meio das quais esses processos se realizam. Especificamente, busca-se:

- Explorar, a partir do Materialismo Histórico-Dialético, as contradições dessa questão, uma vez que, à conquista da liberdade sexual feminina, soma-se um processo crescente de mercantilização e objetificação dessa sexualidade;

- Analisar, em obras audiovisuais contemporâneas, as contradições presentes nessas narrativas e as relações sociais mais amplas a que remetem, articulando-as com a literatura.

Metodologia

A fundamentação teórica e metodológica será feita através do Materialismo Histórico-Dialético, que, conforme explica Mészáros (2009), considera a transformação histórica da sociedade civil como incontestável produtor da vida material. Esta escolha metodológica parte do “pressuposto da primazia ontológica do real, o que significa reconhecê-lo como existência em si” (PASQUALINI & MARTINS, 2015, p. 363), para além da capacidade humana de compreendê-lo, numa relação dialética.

É importante destacar nesse projeto, o estudo das contradições como parte constitutiva do modo de pensar dialético. A dialética, segundo Konder (2008, p. 8) significa “o modo como compreendemos a realidade como essencialmente contraditória", pois a composição da história está em constante movimento. Dessa forma, para que a produção de saber da humanidade avance, é necessário desvelar a realidade concreta, indo além das aparências dos fenômenos, para assim penetrar na essência. Para isso, é preciso realizar progressivos movimentos de síntese das ideias, através da identificação das contradições e mediações que compõem a totalidade.

Além disso, estão sendo utilizados, ao longo do texto, conceitos próprios da teoria psicológica conforme postulações da Psicologia Histórico-Cultural (como subjetividade, consciência e sentido). Para isso, procurou-se utilizar materiais da obra clássica de

Vygotsky e comentadores. Ao longo de sua vida, Vygotsky faz inúmeros esforços para deslocar as matizes da psicologia no século XX do determinismo biológico, defendendo a ideia de que o "psiquismo se forja socialmente" (BARROS et al., 2009, p.179), e essa é a base para entender a constituição da subjetividade e da sexualidade feminina nesse trabalho.

A constituição da consciência é tratada desde a infância pela Psicologia Histórico-Cultural, a partir da ideia que a natureza biológica humana é incompleta, pois o tornar-se humano passa pela mediação do universo cultural. Isso permite argumentar que a formação da consciência individual, emerge, primeiramente, de uma relação social externa ao indivíduo (PINO, 2005). Já o conceito de sentido é uma das mais importantes contribuições de Vygotsky para a teoria do pensamento, uma vez que reconhece sentido como a unidade de análise entre pensamento e linguagem. Assim, o sentido de uma palavra desperta uma gama de significados, que são particulares de cada pessoa, mas composta por múltiplas determinações do campo individual e coletivo (BARROS et al., 2009). Tais conceitos permitem aprofundar a noção de como produções audiovisuais geram distintas significações para diferentes sujeitos, de forma contraditória e dialética, tornando tarefa difícil a tentativa de total apreensão desses sentidos.

Dessa maneira, o trabalho se caracteriza como uma investigação qualitativa, de caráter documental, com análise de produções audiovisuais. Foram selacionadas três produções audiovisuais lançadas em 2026 que apresentam, de forma central, questões relativas à sexualidade feminina, desejo, prazer, trabalho sexual, pornografia, consentimento ou violência sexual. O número reduzido de obras se dá devido ao caráter qualitativo da pesquisa, a fim de uma maior capacidade de discussão acerca de cada uma. Como critérios de inclusão tem-se: produção de ampla circulação ou repercussão; presença significativa de personagens femininas; sexualidade como elemento relevante da narrativa; disponibilidade em plataformas acessíveis; diversidade de formas de representação da sexualidade.

A seguir uma breve sinopse dos materiais utilizados.

Euphoria (HBO Max, 2019–2026) é uma série de drama criada por Sam Levinson e estrelada por Zendaya, que acompanha um grupo de jovens de uma escola de ensino médio dos Estados Unidos ao longo de temas como vício, sexualidade, identidade e trauma. No centro está Rue Bennett (Zendaya), adolescente em luta contra a dependência química, enquanto personagens como Cassie (Sydney Sweeney), Maddy (Alexa Demie) e Nate (Jacob Elordi) vivenciam relacionamentos abusivos, pressões estéticas e diferentes formas de experienciar a sexualidade. Marcada por uma estética visual explícita e estilizada, a série gerou tanto aclamação quanto controvérsia por sua abordagem gráfica da sexualidade adolescente. Na terceira temporada (2026), a trama avança cinco anos, mostrando os personagens já adultos, entre eles Cassie, agora casada com Nate, que ingressa na criação de conteúdo sexual pago como forma de sustento financeiro do casal.

Margô Está em Apuros (Apple TV, 2026) ébaseada no romance de Rufi Thorpe e produzida por David E. Kelley em parceria com a A24, a série acompanha Margô Millet (Elle Fanning), filha de uma garçonete e de um ex-lutador profissional, que engravida após um envolvimento com seu professor de literatura da universidade, casado, que resolve não assumir a responsabilidade. Sozinha, desempregada e afundada em dívidas

com um recém-nascido, Margô decide criar um perfil no OnlyFans sob a persona fictícia "HungryGhost" para se sustentar. A partir daí, a trama mistura comédia e drama, explorando as tensões entre maternidade, estigma social, relações familiares e a exposição pública gerada pela nova "carreira" digital da protagonista.

Louis Theroux: Por Dentro da Machosfera (Netflix, 2026) é dirigido por Adrian Choa e apresentado pelo jornalista britânico Louis Theroux, o documentário explora a "manosfera", um ecossistema online de criadores de conteúdo que defendem a hipermasculinidade, a filosofia da "pílula vermelha" e visões frequentemente controversas sobre papéis de gênero. Ao longo de 90 minutos, Theroux entrevista diretamente grandes influenciadores do movimento red pill, investigando os discursos sobre identidades masculinas e o comportamento feminino. A crítica especializada apontou que o documentário, apesar de eficaz em expor a lógica comercial por trás desses discursos, amplificou os perfis dos criadores da manosfera sem fornecer uma contestação adequada às suas opiniões.

Resultados e Discussões

Como ponto de partida para essa investigação pode-se começar pontuando o largo crescimento de produções da cultura pop cada vez mais sexualizadas e até, pornificadas, sempre através da sexualização das mulheres pelo olhar masculino. A normalização de cenas “pornográficas” na cultura maistream é um fenomeno dialético que ocorre concomitantemente a um movimento de higienização do trabalho sexual por parte da cultura pornográfica. A popularização de estrelas pornô na mídia, está condicionada a venda de uma imagem limpa, saudável, natural (muitas vezes associada apenas a mulheres brancas), o que não condiz com a realidade de muitas mulheres exploradas por trabalhos ligados à atividade sexual (DINES, 2023). Assim, a linha entre pornografia e sensualidade gráfica, nas obras audiovisuais recentes, fica cada vez mais turva.

Um dos principais resultados obtidos a partir da literatura que pode ser debatido com base nas obras é a representação de mulheres que trabalham com profissões ligadas à sexualidade. Nesse sentido, é comum na indústria pornográfica a circulação da ideia que as mulheres que dela participam são seres inerentemente sexuais, que não poderiam escolher outra profissão que gostassem mais (DINES, 2023). A começar, essa já é uma deturpação do conceito de trabalho, pela perspectiva marxiana, visto que, sob o sistema capitalista, assume um caráter alienado, pois o trabalhador não o realiza necessariamente por identificação, prazer ou autorrealização, mas, sobretudo, pela necessidade de garantir sua subsistência (MARX, 2004). É evidente mencionar que o contexto de trabalho sexual, é a realidade de muitas mulheres, mas a opção por essa “carreira” nunca é uma escolha fácil, sendo muitas vezes a única opção restante de uma história de vida marcada por traumas, abusos e abandono estatal. A realidade fora das telas dessas mulheres é caracterizada, na verdade, por pobreza estrutural, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), corpos degradados e humilhações constantes, sem contar o fator moral da comunidade ao redor.

A série original HBO, *Euphoria* (2019-2026), disponibilizada na plataforma Max, especialmente na terceira temporada, retrata uma diversidade de personagens femininas

trabalhando com distintas atividades relacionadas ao sexo. Tratando inicialmente da personagem Cassie, interpretada pela Sydney Sweeney, na terceira temporada, de 2026, ela vem retratada como uma esposa troféu para o marido empresário Nate (Jacob Elordi). Logo no começo da temporada o dilema que Cassie se encontra é planejar a sua festa de casamento perfeita e, quando o noivo se nega a gastar tanto quanto ela queria com os preparativos, a saída imediata que ela encontra é entrar para uma plataforma de criação de conteúdo sexual. O que inicia como uma renda extra para ajudar a pagar o casamento, acaba sendo a sustentação da renda da família, quando o Nate se envolve em problemas financeiros graves.

Para a análise em questão, é necessário pontuar como soa estranho a resposta imediata que a personagem feminina tem para solucionar um desconforto financeiro seja exposição do seu corpo na internet. No início dessa jornada, a sua carreira é retratada com muito glamour, conforto e privacidade, já que ela pode gravar os conteúdos no conforto do seu apartamento, que inclusive, ela conseguiu alugar com o dinheiro que produzia. Vale acrescentar, que a personagem é desde o começo da série sexualizada, em cenas seminua, nos jogos de câmera e no próprio enredo que trata dos seus relacionamentos sexuais ao longo da adolescência e juventude.

Para aprofundar essa discussão, toma-se como referência a série *Margô Está em Apuros* (2026), da Apple TV, baseada no livro de Rufi Thorpe. A trama acompanha Margô, personagem principal, interpretada por Elle Fanning, uma jovem mãe solo de um recém-nascido. Sem ajuda financeira, desempregada e sem fonte de renda, ela se vê sem saída para as contas básicas de casa e as necessidades do seu bebê, até que a ideia de entrar para o *OnlyFans* (rede social de conteúdo adulto por assinatura) surge em uma conversa com pessoas da sua convivência. Essa decisão é tomada de forma gradual e descontraída, um pouco pela característica da série com traços de comédia, e vem após uma variedade de tentativas falhas de conquistar um emprego formal.

Nesse caso, podemos acompanhar mais de perto os dilemas de Margô, principalmente no início da maternidade, que irão afetar a sua sexualidade, por exemplo, a sua relação com o próprio corpo. Por isso, no momento de mostrar o seu corpo na rede social, é observado o seu conflito interno com a ideia de que seu corpo não mais despertaria desejo a outros. Ademais, após esses acontecimentos iniciais da série, os demais episódios se desenvolvem para mostrar as consequências do seu trabalho de produção de conteúdo adulto na sua vida cotidiana. Incluindo o julgamento moral de pessoas mais próximas, os problemas relacionados à relativa fama, quando descobrem sua identidade, até a desdobramentos legais envolvendo o seu ex-namorado e o seu filho.

Para contribuir com a compreensão do pensamento Red Pill e fundamentar o contraponto desenvolvido neste trabalho, recorre-se também ao documentário *Louis Theroux: Por Dentro da Machosfera* (2026), no qual o jornalista britânico investiga a organização, os discursos e as implicações dessa rede misógina a partir do contato direto com influenciadores de destaque nesse universo. Numa conversa com Justin Waller, uma dessas personalidades da internet, e dois seguidores seus, aparece a ideia, própria dessa ideologia, de que os homens precisam batalhar muito para conquistar o seu valor, significando trabalhar para construir patrimônio e qualidade de vida. Enquanto as mulheres, já nascem com valor em si próprias, referindo-se a sua beleza e seus corpos, posteriormente fazendo menção direta aos órgãos sexuais femininos, como forma de ascensão social.

Essa parte do pensamento misógino nas redes sociais é o que dá embasamento para enxergar, com a lente da machosfera, como entender o trabalho sexual e suas implicações na constituição da subjetividade feminina. O uso do corpo feminino como venda da força de trabalho é uma discussão historicamente calorosa, tanto quando aparece na mídia, como em debates da vida social, uma vez que os números das plataformas citadas também vem crescendo. Segundo dados divulgados péla própria empresa, o *OnlyFans* cresceu 24% no número de contas de fãs e 13% no total de criadores, de 2023 para 2024, não obstante, impulsionando os lucros em mais de meio milhão de dólares (ONLYFANS..., 2025). Nas duas obras ficcionais citadas, essa questão é abordada a partir da atribuição de valor às mulheres por meio da exposição e comercialização de seus corpos ou, em sua configuração mais contemporânea, de suas imagens corporais em ambientes virtuais.

Em *Euphoria* (2019–2026), essa representação assume contornos ainda mais problemáticos quando contraposta ao discurso Red Pill apresentado no documentário. A narrativa coloca, de um lado, o marido de Cassie, endividado e sem perspectivas, e, de outro, a personagem produzindo vídeos em seu quarto como forma de obtenção de renda. Contudo, a trama pouco problematiza as implicações sociais, subjetivas e materiais dessa prática para a vida das mulheres, contribuindo para uma representação aparentemente descolada das relações de poder que atravessam a exposição e a comercialização de seus corpos. Já em *Margô Está Em Apuros* (2026), o tema é tratado com bem mais sensibilidade, mostrando como pode ser uma escolha difícil para muitas jovens adultas, e principalmente, expondo a contradição entre o alto lucro monetário e o valor simbólico das relações sociais prejudicadas.

Em outro eixo de análise, a diversidade das personagens femininas de *Euphoria* (2019–2026) também oferece elementos para a discussão. A personagem Maddy, interpretada por Alexa Demie, tem, sobretudo nas primeiras temporadas, sua vida sexual fortemente atravessada pela relação com o namorado, Nate (Jacob Elordi). A narrativa mostra que ela recorria a vídeos pornográficos para aprender performances e posições sexuais com o objetivo de fazê-lo se sentir poderoso, evidenciando como sua sexualidade passa a ser organizada a partir das expectativas masculinas e das dinâmicas de poder presentes no relacionamento. Essa idealização mostra formas diferentes de como a sexualidade feminina pode ser usada como ferramenta, sobretudo para o prazer masculino. Ou seja, quando o corpo feminino não é usado pelo seu valor de troca é usado pelo valor de uso, nas relações românticas, essa é uma realidade mais fácil de gerar identificação com as espectadoras médias.

Essa associação também possui raízes históricas e permanece presente no imaginário social, como se observa em expressões como “greve de sexo”, nas quais a mulher aparece como aquela que restringe ou condiciona o acesso ao ato sexual, pressuposto como um desejo prioritariamente masculino. Tal representação reforça a ideia de que as mulheres raramente desejam ou buscam o sexo por iniciativa própria, sendo colocadas em uma posição de passividade diante da própria sexualidade Por isso, pontua-se que são escassas as produções de mídia *mainstream* que sustentam a sexualidade feminina apenas pelo prazer feminino, enquanto o homem é retratado como esse ser inerentemente sexual.

Vale salientar que, assim como ocorre com Maddy, muitas mulheres mobilizam a sexualidade como recurso de negociação nas relações afetivo-sexuais. Essa dinâmica

não deve ser compreendida apenas como uma escolha individual, mas como expressão de um processo histórico marcado por relações desiguais de gênero. Nesse contexto, sujeitos situados em posições subordinadas podem recorrer aos recursos de que dispõem na tentativa de ampliar sua margem de poder e negociação, ainda que essas estratégias permaneçam atravessadas pelas próprias contradições das relações de dominação.

Aqui tem-se um dos principais resultados quanto às contradições na expressão da sexualidade feminina, pois, simultaneamente à conquista da liberdade sexual, existe um processo crescente de mercantilização e objetificação da sexualidade. Como exemplo desse fenômeno pode-se citar uma matéria publicada recentemente pelo jornal O Globo comemorando 80 anos da criação do bíquini, um "ícone de liberdade feminina" (DISITZER, 2026). Criado pelo engenheiro e estilista francês Louis Réard, o biquíni é um símbolo de emancipação, em ondas conservadoras que não permitem liberdade feminina na esfera pública, entretanto, foi rapidamente capturado pelo olhar masculino, à medida que mostra mais o corpo da mulher. Por isso, é preciso ter cuidado com tais ideias de empoderamento, se elas passam pela sexualização.

Outro exemplo que pode ajudar a pensar essa contradição entre empoderamento e objetificação é exposta no contexto pornográfico por Dines (2023). A exibição de cenas cada vez mais violentas nas produções pornô, passa pela idealização de que as atrizes gostam desse tipo de relação, quando o cenário dessa indústria é de verdadeira violação e degradação dos direitos das mulheres que dela participam. Por outro lado, negar a validade desse tipo de experiência sexual pode cercear a libertação sexual de muitas, gerando culpa e medo de se expressarem livremente no assunto sexualidade.

Portanto, a mercantilização e objetificação do corpo feminino pode ser vista de diferentes modos nas produções audiovisuais contemporâneas e na vida cotidiana, de forma simultânea. Seja nas representações de trabalho sexual, seja como moeda de troca nas relações a dois, seja na popularização de objetos de consumo femininos usados para sua própria subjugação, poderá se observar no plano de fundo discursos empoderadores, mas é preciso estar atenta às contradições que podem trazer para a vida das mulheres. Há ainda o agravante de obras escritas/produzidas/dirigidas por homens que tratam da sexualidade feminina como tema central, pois importa a presença de trabalhadoras mulheres nas grandes produções midiáticas com lugar de fala no assunto.

Conforme estudado, o ser humano em desenvolvimento, sobretudo crianças e jovens, precisam de um mediador para apreensão do universo cultural. O "Outro", interpretado naturalmente pelo cuidador, desempenha papel fundamental na socialização das crianças. Contudo, ponto chave para um trabalho como este, implica dizer que a mídia, como agente social na vida e nas relações pode, muitas vezes, assumir essa função de mediador (PINO, 2005). Especialmente em conceitos de sexualidade e gênero, temáticas constantemente vistas como tabu nos adultos, a delegação desses conceitos de educação sexual para as produções audiovisuais, pode significar a uma corrupção no caminho para a melhor compreensão das performances de gênero, do o sexo oposto e como se realacionar com ele.

Conclusão

A lente teórica escolhida corrobora a visão do mundo de que a luta de classes é o motor da história, e por isso não se pode perder de vista a dimensão política do fazer pesquisa no cenário brasileiro atual. Nem tampouco, a noção de que discutir sexualidade feminina em tempos de ultraconservadorismo e machosfera é importante movimento de resistência, em sentido a uma sociedade mais justa e igualitária com as mulheres, com menos violência de gênero. A análise das produções audiovisuais contemporâneas aqui discutidas permite afirmar que a mídia não apenas representa, mas efetivamente medeia a constituição da sexualidade e da subjetividade feminina. Opera como um dispositivo que amplia, e ao mesmo tempo restringe, os repertórios simbólicos disponíveis para que mulheres, dentro e fora da ficção, elaborem sentido sobre seus corpos, seus desejos e seu lugar social.

A principal contradição que pretendeu-se analisar ao longo do trabalho é a coexistência simultânea do discurso de liberdade e empoderamento sexual com processos crescentes de mercantilização e objetificação do corpo feminino. Séries como *Euphoria* e *Margô Está em Apuros* ilustram essa tensão de formas distintas. Essa diferença mostra que a mediação audiovisual não é uniforme, variando conforme o gênero narrativo e o grau de reflexividade crítica de cada obra, consequentemente, os efeitos subjetivos dessas representações sobre quem assiste também tendem a variar.

Do ponto de vista da psicologia social, esses achados sugerem que a subjetividade feminina contemporânea é constituída num campo de disputa entre posições de sujeito contraditórias - vítima e agente, objeto e sujeito de desejo - sem que a mídia, em geral, reconheça a ambivalência dialética dessas experiências. A escassez de narrativas centradas no prazer e no desejo feminino autônomo, em contraste com a abundância de representações do corpo feminino como resposta ao olhar ou à necessidade masculina, reforça a hipótese de que a subjetividade sexual feminina segue sendo, majoritariamente, mediada por lógicas heterocentradas e mercadológicas.

Como limitação desta escrita tem-se ainda uma relação dicotômica entre homem e mulher, numa lógica, em certo ponto, heteronormativa, isso pelo recorte das obras escolhidas terem esse enfoque. Um possível desdobramento para esse estudo, com caráter de pesquisa-ação, poderia pensar projetos para trabalhar sexualidade na educação básica de forma ampla e crítica, como uma alternativa de educação sexual e de gênero, aplicado por uma abordagem em saúde coletiva sobre os riscos de uma cultura pornificada, conforme sugerido por Gail Dines (2015). Com a intenção de organizar a mediação simbólica sobre sexualidade, em diferentes perfis sociais, aprofundando a compreensão sobre os mecanismos psicossociais concretos de internalização ou de contestação dessas representações midiáticas.

Referências

BARROS, J. P. P. et al. O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, v. 21 (2), p. 174-181, ago. 2009. DOI:https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200004.

DINES, G. Growing up in a pornified culture. TEDx Talks, 28 abr. 2015. 1 vídeo (17 min 40 seg). Disponível em:https://youtu.be/_YpHNImNsx8. Acesso em: 31 ago. 2026.

DINES, G. *Pornolândia: como a pornografia sequestrou a nossa sexualidade*. Tradução de Elizabete Fialho. Belo Horizonte: Caqui, 2023.

DISITZER, M. Biquíni completa 80 anos amanhã: mergulhe na história desse ícone de liberdade feminina; confira as fotos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 jul. 2026. Disponível em:https://oglobo.globo.com/ela/moda/noticia/2026/07/04/biquini-completa-80-anos-amanha-mergulhe-na-historia-desse-icone-de-liberdade-feminina-confira-as-fotos.ghtml. Acesso em: 30 ago. 2026.

GAIS, H.; FUGARDI, R.; HODGES, E. An influential time: 2025 marked the year of the hard-right influencer. *Southern Poverty Law Center*, Montgomery, 9 jun. 2026. Disponível em:https://www.splcenter.org/resources/reports/an-influential-time/. Acesso em: 25 ago. 2026.

HENLEY, J. Nearly a quarter of voters in Europe now back far-right parties. *The Guardian*, 24 jun. 2026. Disponível em:https://www.theguardian.com/politics/2026/jun/24/nearly-quarter-votes-europe-now-cast-far-right-parties. Acesso em: 25 ago. 2026.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ONLYFANS vê número de contas crescer 24% e movimenta US$ 7,2 bi por ano, mostra balanço. *O Globo,* Rio de Janeiro, 22 ago. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/08/22/onlyfans-ve-numero-de-contas-crescer-24percent-e-movimenta-us-72-bi-por-ano-mostra-balanco.ghtml. Acesso em: 30 ago. 2026.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, Lígia Márcia. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015. DOI:https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362.

PINO, A. A criança, um ser cultural ou da passagem do biológico ao simbólico. In: PINO, A. *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez, 2005. cap. 1, p. 43-68.

ROSE, S.; KAMIN, L. J.; LEWONTIN, R. C. *Not in our genes: biology, ideology, and human nature*. New York: Pantheon Books, 1984.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo [1975]. In: RUBIN, G. *Políticas do sexo*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 9-61.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CÓDIGO: HS1465

AUTOR: LUA STEPHANIE ABREU CASTRO ALVES

ORIENTADOR: FELLIPE COELHO LIMA

TÍTULO: Os atravessamentos de gênero e os sentidos atribuídos pelas entregadoras por aplicativo na organização coletiva em Natal/RN

Resumo

O fenômeno da uberização têm redefinido profundamente os meios de controle e gestão do trabalho globalmente. As relações de gênero no ambiente laboral também se atualizam com o advento dessa tendência, aprofundando a exploração, a precarização e a subordinação das mulheres trabalhadoras, que são afetadas de forma ainda mais agressiva pela falta de proteção social e direitos garantidos. Essa pesquisa se propõe, portanto, a analisar os sentidos atribuídos por mulheres entregadoras por plataformas digitais acerca das organizações coletivas estabelecidas entre as trabalhadoras uberizadas na cidade de Natal/RN, utilizando-se, para tal, de um estudo de caso com o coletivo de mulheres da Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike - Natal/RN e região metropolitana (ATAMB/RN). O objetivo foi compreender, a partir da perspectiva das entregadoras, quais as principais pautas de reivindicações e estratégias de enfrentamento à precariedade do seu trabalho. Foi possível observar, então, a importância do surgimento de espaços de luta e organização coletiva específicos para as mulheres trabalhadoras, enquanto meios de socialização, articulação e resistência.

Palavras-chave: Uberização; Trabalho; Organizações coletivas; Gênero.

TITLE: The gender crossings and the meanings assigned by the app-based delivery workers in the collective organization in Natal/RN

Abstract

The phenomenon of uberization has profoundly redefined the means of control and management of work globally. Gender relations in the world of work are also updated with the advent of this global trend, deepening the exploitation, precariousness and subordination of women workers, who are affected even more aggressively by the lack of social protection and guaranteed rights. This research aims, therefore, to analyze the meanings attributed by women deliverers through digital platforms about collective organizations established among uberized workers in the city of Natal/RN, using, for that purpose, a case study with the collective of women from the Association of Motorcycle and Bike Application Workers - Natal/RN and metropolitan region (ATAMB/RN). The objective was to understand, from the perspective of the deliverers,

which are the main guidelines for claims and strategies to cope with the precariousness of their work. It was possible to observe, then, the importance of the emergence of specific spaces of struggle and collective organization for working women, as means of socialization, articulation and resistance.

Keywords: Uberization; Work; Collective organizations; Gender.

Introdução

Chamamos de uberização a tendência global de uma nova forma de controle e gestão do trabalho. Como assinala Abílio (2020), se trata de um processo de informalização e hiper-flexibilização do trabalho que tem redefinido as relações de trabalho de forma complexa, intensificando a precarização e a exploração do trabalho a partir do momento em que legitima a transferência de custos e riscos ao trabalhador, enquanto o responsabiliza pelos problemas que o afligem em seu cotidiano de trabalho.

O modelo *sob demanda* está firmemente consolidado na uberização: o trabalhador está permanentemente disponível ao trabalho, mas não é sempre remunerado para isso. Ao mesmo tempo, esse trabalhador está desprovido de proteção formal ou qualquer garantia de direitos, uma vez que a ausência de vínculos formais de trabalho e a falta de regulamentação do Estado configuram a eliminação de freios legais à exploração. Não existem limites acerca da duração de sua jornada de trabalho, nem sobre a remuneração por dia de trabalho (Abílio, 2020; Antunes, 2020; Silva, 2024). Nesse viés, as empresas-aplicativo, detentoras dos meios tecnológicos de controle sobre o gerenciamento e a distribuição dos serviços prestados pelos trabalhadores, se denominam meras mediadoras do encontro entre a oferta e a procura, retirando suas responsabilidades das relações de trabalho (Antunes, 2020; Abílio, 2020).

Assim, no curso dos últimos anos, o trabalho uberizado têm se difundido entre os mais diversos tipos de ocupações profissionais, e têm impacto direto na atividade dos entregadores de mercadorias, pois altera de forma significativa as jornadas de trabalho, o modo de remuneração, a saúde, as motivações subjetivas e o desenvolvimento da identidade profissional do trabalhador (Abílio, 2020). Não obstante, a individualização das tarefas e a ausência de espaços físicos coletivos de trabalho dificultam o convívio social e, consequentemente, a organização coletiva (Antunes, 2018). Somados, os fatores que caracterizam o fenômeno da uberização corroboram na subjetivação de um trabalhador marcado pela despolitização e pela alienação, que enfrenta dificuldades para fazer surgir iniciativas de confronto contra a gestão vigente (Abílio, 2019; Slee, 2017).

Entretanto, em que pesem as investidas do capital contra a organização dos trabalhadores, é possível observar o crescente movimento de resistência da classe trabalhadora contra a precarização. Na América Latina, diante da intensificação das condições de trabalho inseguras dos entregadores por aplicativo durante a pandemia do COVID-19, os trabalhadores passaram a se articular internacionalmente na promoção de greves e paralisações, denunciando as condições de precariedade às quais estavam submetidos.

A partir da Psicologia Histórico-Cultural, compreende-se que, enquanto processo, a uberização atravessa os sujeitos de maneira não-uniforme, isto é, que os trabalhadores

produzirão sentidos-significados frente a essa forma de trabalho que serão diretamente influenciados pelo seu contexto. A análise do gênero, então, remete diretamente à estruturação do mundo do trabalho, sustentando a construção e a manutenção das instituições sociais. As relações de gênero no trabalho ganham novo formato com a uberização, uma vez que a posição de desvantagem da mulher atualiza-se aos padrões de organização de trabalho. Portanto, as desigualdades nas relações de gênero na uberização têm sido colocadas como objeto de estudo, possibilitando a compreensão de como a subordinação feminina existente em diversas esferas se traduz no âmbito laboral, e como o contexto histórico é capaz de promover não apenas desigualdades e dominação, mas também emancipação (Colodetti & Melo, 2021).

A partir dessa perspectiva, essa pesquisa apresenta como justificativa a pretensão de conhecer melhor as formas de mobilizações das entregadoras por aplicativo potiguares, além de detalhar como elas têm organizado suas lutas em função das demandas específicas que apresentam.

Metodologia

Como objetivo geral dessa pesquisa, pretendemos analisar os sentidos produzidos pelas entregadoras em plataformas digitais acerca da organização coletiva dos trabalhadores para o enfrentamento à precariedade do seu trabalho na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Como objetivos específicos, consideramos levantar a trajetória laboral das participantes e suas eventuais vinculações com organizações coletivas de trabalhadores; caracterizar as formas de organizações coletivas as quais as entregadoras por aplicativo estão vinculadas; identificar que aspectos da precariedade do trabalho são conscientizados pelas entregadoras, e levantar as ações coletivas e individuais adotadas diante das situações de precariedade conscientizadas.

Para a execução dos objetivos específicos dessa pesquisa iremos realizar um estudo de caso com as entregadoras da Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike - Natal/RN e região metropolitana (ATAMB/RN). A escolha desse caso ocorre por se tratar da única entidade política formalizada atualmente relativa à categoria de entregadores por aplicativo em Natal/RN. Ademais, ela reúne em sua diretoria e entre os seus membros representantes de outros grupos informais dessa categoria de trabalhadores.

Os dados da pesquisa foram construídos através de duas principais fontes vinculadas à ATAMB/RN, sendo eles: 1) entrevista realizada a partir de um roteiro semi-estruturado com uma das lideranças femininas; e 2) análise documental do conteúdo veiculado na conta da Associação no Instagram, bem como de documentos oficiais solicitados à diretoria, como o relatório das atividades da associação. Além disso, é importante registrar que a autora esteve presente em reuniões e eventos voltados para o coletivo feminino da Associação durante o período de desenvolvimento da pesquisa, realizando registros escritos, imagens e anotações de cunho etnográfico, que também auxiliaram na construção dos dados e no desenvolvimento dos resultados dessa pesquisa. Enquanto pesquisadora em formação, estar presente nesses espaços foi mais que uma aula, e não faria sentido deixar de incluir todo o conhecimento prático apreendido nessas vivências entre os resultados.

A análise documental (do conteúdo do Instagram e dos documentos oficiais), bem como o roteiro da entrevista, tiveram como guia os seguintes temas: contexto de trabalho, trajetória de participação em organizações coletivas, pautas de reivindicações e estratégias de mobilização, forma de organização, e sentido e significado das organizações coletivas de trabalhadores e trabalhadoras.

A entrevista ocorreu presencialmente, com formato semi-estruturado, e foi realizada com a entregadora Priscila, mulher branca de cerca de 28 anos. A entrevista em questão foi gravada e transcrita, e os nomes próprios dos envolvidos estão protegidos por pseudônimo, como cuidado ético. O corpus de análise, correspondeu às postagens e documentos produzidos no período de existência da Associação, com enfoque nas atividades referentes . A análise dos dados se deu a partir da leitura exaustiva dos três tipos de texto, formulando, então, pontos temáticos a partir dos tópicos mais fortemente abordados nos textos. Esses tópicos nortearam a escrita e a comparação dos resultados com a literatura científica já existente acerca do tema.

A pesquisa desenvolvida conecta-se com o projeto de pesquisa “Nexos da Uberização: análises a partir dos entregadores” em algumas direções. Primeiramente, parte do mesmo referencial teórico-metodológico e temática do projeto a qual se filia. Também é um dos desdobramentos do próprio projeto de pesquisa, que, como relatado anteriormente, auxiliou o fomento dessa Associação e, a partir dela, abriu espaço para queixas sobre o trabalho em plataformas digitais mapeadas em planos de trabalho anteriores. Ela também permite gerar dados e comparar se as pautas e estratégias adotadas pela ATAMB estão em consonância com os anseios da categoria, entrevista no escopo do Nexos. Por fim, permite corroborar, a partir das análises produzidas, quais são as pautas, a dinâmica de funcionamento e as estratégias de resistência dessa categoria de trabalhadores e trabalhadoras. A pesquisa deve aprofundar as reflexões em torno do objetivo específico D do projeto mais amplo, no qual se identifica “identificar as adesões e resistências, individuais e coletivas, dos entregadores frente ao trabalho uberizado e suas consequências”.

O processo de pesquisa envolveu também a participação no grupo de estudos Nexos da Uberização, onde pude integrar amplas discussões sobre o processo de uberização e os impactos da precarização na vivência dos trabalhadores; estudos aprofundados sobre a Psicologia Histórico-Cultural e Marxismo; participação na adequação do instrumento de pesquisa; execução de entrevistas e construção de vínculo com as trabalhadoras, bem como o modo como esse estudo se relaciona à historicidade ampla dos fenômenos.

Resultados e Discussões

“Toda vez que o aplicativo aumenta uma coisa, ele tira da gente em outras situações”

Para Lev Vigotski, um dos fundadores da Psicologia Histórico-Cultural, o significado é uma das faces de uma palavra, onde ela adquire o contexto de várias experiências de uma comunidade, numa produção social e histórica que cria uma zona comum coerente. O significado é dinâmico, se transforma de acordo com a historicidade e o desenvolvimento. Na consciência, se soma a outros elementos, como as emoções, as memórias e as vivências, para constituir o que chamamos de sentido. O sentido de uma

palavra se trata da soma de todos os fatos e elementos que ela desperta em nossa consciência, o que aquela palavra retrata para cada um (Vygotsky, 1934/2001b). Dessa forma, o sentido é específico para cada pessoa: uma formação que se modifica juntamente aos contextos em que cada pessoa está inserida, uma vez que se constitui a partir das relações e práticas sociais. Na formação do sentido na consciência, então, integram-se dimensões afetivas e cognitivas, bem como processos coletivos e individuais (Barros et al, 2009). Com isso, as zonas do sentido são mais ou menos estáveis, pois não se constituem de forma aleatória, mas possuem uma lógica de produção coletivamente e socialmente orientada (Smolka, 2004).

Portanto, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, base teórica deste trabalho, compreendemos que os processos da vida social e do mundo do trabalho atingem os sujeitos de maneira singular a partir de suas trajetórias e experiências subjetivas, isto é, que os sujeitos produzirão significados e sentidos próprios frente às situações que lhes são apresentadas, e que esse processo é intrinsecamente moldado pelo contexto histórico e a dinâmica sócio-cultural
Pressupondo o trabalho como categoria fundamental e fundante do ser social, a partir do materialismo histórico-dialético, podemos inferir sua centralidade na determinação da vida psíquica dos sujeitos. A unidade sentido-significado, nesse viés, nos permite tomar os estudos sobre o trabalho em sua interface subjetiva (Coelho-Lima, 2016), e voltar os olhos para os discursos e perspectivas da classe trabalhadora acerca dos fenômenos investigados, como orienta Martín-Baró (1997).

A uberização se trata de uma tendência global de hiper-flexibilização do trabalho que tem redefinido profundamente as relações laborais, ampliando a precarização e a intensificando a exploração, uma vez que induz o trabalhador a estar permanentemente disponível ao trabalho, mesmo que não seja remunerado de forma condizente. Na plataformização, a transferência de custos e riscos ao trabalhador é legitimada, pois é ele o responsável por obter os meios para realizar seu trabalho. (Abílio, 2020).
Para isso, as empresas-plataformas se utilizam de um conjunto de discursos com intenções ideológicas, denominado ideologia do autogerenciamento subordinado, que centram no trabalhador a responsabilidade por superar seus dilemas do cotidiano, enaltecendo a autonomia e a liberdade que ele possui, enquanto se isentam de qualquer culpabilização acerca das condições de trabalho que impõem (Coelho-Lima, 2021, Coelho-Lima et al, 2024). Essas estratégias associam-se a uma narrativa baseada nos ideais neoliberais do empreendedorismo, colocando o trabalhador na posição de "parceiro" ou "colaborador" da plataforma, e indicando oferecer a ele os meios para tornar-se "dono de seu próprio negócio" (Akegawa, 2021).
Entretanto, são essas empresas-aplicativo as responsáveis pelo controle dos processos de trabalho no modelo uberizado. Para tal, elas se utilizam de recursos tecnológicos como a coleta e manipulação de dados dos trabalhadores, consumidores e empresas, e o gerenciamento algorítmico do trabalho, algumas das inovações advindas da Indústria 4.0. Todo esse processo de gerenciamento é realizado de maneira obscura e mistificada, possibilitando a regulação invisível da força de trabalho (Silveira, Souza & Cassino, 2021).

Diante desse cenário, entregadores por aplicativo em todo o mundo sofrem com longas jornadas, baixas taxas de entregas, e ausência de direitos como licença-maternidade, seguro-desemprego, férias ou afastamento por motivos de saúde (Abílio, 2019; Woodcock, 2020).

Ademais, Carvalho (2020) infere que a luta dos entregadores por aplicativo contra a exploração expressa os dilemas históricos e sociais de um mercado de trabalho nacional que é estruturado a partir de profundas desigualdades raciais, de classe, gênero e sexualidade. A análise do gênero, nesse contexto, é fundamental para a investigação acerca de como se estrutura o mundo do trabalho, uma vez que as dinâmicas e os papéis de gênero ancoram a construção e a manutenção das instituições sociais, bem como a divisão e a organização do trabalho. Consideramos que a sociedade burguesa só pôde ser fundada a partir da estrutura familiar patriarcal, e, sem ela, não consegue reproduzir-se (Cheron, Salvagni & Colomby, 2022).

No que tange ao grupo das trabalhadoras, os danos são intensificados pela retirada de direitos já conquistados a duras penas pelas mulheres, e solidificados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como a ausência de até 3 dias por ano para a realização de exames preventivos de câncer, a possibilidade de afastamento da mulher gestante para consultas médicas e exames complementares de pré-natal, e a permissão para faltar 1 dia no trabalho para acompanhar seu filho de até 6 anos em consulta médica, sem prejuízo salarial. No contexto uberizado, o trabalhador é remunerado apenas pelas horas que passa ativamente prestando serviço (desconsiderando, inclusive, o tempo de deslocamento entre um serviço e outro). Assim, diante da necessidade de comparecer a exames ou acompanhar seus filhos em consultas, uma entregadora obrigatoriamente perderia um turno ou dia de trabalho e, por conseguinte, de remuneração, o que frequentemente é inviável devido à alta carga de trabalho necessário para garantir o mínimo para sobreviver nesse contexto.

Carvalho (2020) relembra que a construção da história humana no Ocidente é marcada por grandes insurgências populares, sobretudo, greves reivindicatórias por condições minimamente dignas de trabalho. Os entregadores por aplicativo, para ele, são uma categoria que não nos deixa esquecer disso. Essa categoria protagonizou um momento histórico na organização coletiva do trabalho precário no Brasil: o Breque dos Apps, duas paralisações nacionais que tomaram as ruas em Julho de 2020, em meio à emergência da pandemia sanitária da Covid-19, momento em que essa categoria passou a ocupar um papel central na distribuição de bens de consumo. Esse movimento grevista evidenciou para a sociedade a intensidade dos processos de trabalho associada às baixas remunerações e apoio por parte das empresas-aplicativo, revelando a deterioração das condições de trabalho provocada pela gestão neoliberal no mercado nacional (Carvalho, 2020). Com isso, os entregadores reivindicaram não somente maiores taxas de remuneração e direitos trabalhistas, mas também o espaço de protagonismo político dos trabalhadores informais.

Sobre os momentos iniciais da mobilização dos trabalhadores uberizados, Priscila, liderança feminina dos entregadores e entregadoras de Natal, narra:

"Então aquelas pessoas que já vinham de muito tempo revoltadas com a questão da evolução dos aplicativos, sempre fazendo nós como escravos, então a gente botou na cabeça, não, então vamos parar também. [...] Foi um momento de vitória, de começar uma grande jornada, porque eu acho que desde o início nunca foi fácil, nossas demandas, e somos muito precarizados"

A Psicologia Histórico-Cultural, nesse sentido, clarifica que a tomada de consciência desses trabalhadores acerca da precarização e exploração de seu trabalho lhes permite, então, a ação sobre essa realidade. Para Vigotski, a partir da consciência surge uma nova categoria: o poder de agir. Isso se dá pois a consciência não é apenas uma

dimensão mental, pois se orienta para o exterior e passa a definir, ela mesma, a vida. O movimento da consciência irá determinar, portanto, as ações conscientes (Vigotski, 1928/1994 como citado em Clot, 2014)

A partir dessa compreensão, podemos observar de forma mais precisa o movimento dos entregadores e entregadoras de Natal, que já se utilizavam dos aplicativos de chat online como ferramenta de comunicação e troca de informações, mas passaram a enxergar ali também um potencial espaço de articulação política. Esse foi o contexto de surgimento da ATAMB/RN, Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike de Natal/RN, cuja trajetória de criação foi traçada por Alves (2025).

A Associação, desde sua fundação, conta com mulheres em sua diretoria, estabelecendo um campo pioneiro de representatividade de gênero em uma categoria profissional conhecida como predominantemente masculina (Goulart, Melo & Versiani, 2022). Entre convites nos pontos de encontro próximos aos maiores restaurantes da cidade, contatos pelas ruas e divulgações nas redes sociais, Priscila e o restante da diretoria da ATAMB convocaram 45 entregadorAs da cidade de Natal a compôr um grupo específico para a socialização da experiência feminina no trabalho uberizado em Natal. A escolha por criar um grupo específico para as mulheres surgiu do sentimento de invisibilização que algumas entregadoras sentiam nos grupos gerais, onde muitas vezes eram ignoradas ou não tinham suas demandas ouvidas. Como assinalam Cheron, Salvagni & Colomby (2022), esse cenário diz da dupla invisibilização que se impõe sobre o trabalho dessas mulheres e da naturalização das assimetrias entre os gêneros.

“É uma grande vitória, mas é o mínimo.”

Seguindo esse movimento, voltaremos à entrevista realizada com a entregadora Priscila, onde ela nos diz que, por serem mulheres, precisam lutar cada vez mais, duas vezes mais. Precisam lutar para mostrar, por exemplo, que estão falando a verdade quando são bloqueadas de forma injustificada das plataformas, ou para garantir o direito de utilizar o banheiro de um shopping, que frequentemente lhes é negado.

Uma das grandes dificuldades que as entregadoras compartilham entre si, onipresente nas rodas de conversa que presenciamos sobre o trabalho na rua, é de manter seus hábitos de higiene pessoal durante um dia de jornada. Priscila conta que muitas vezes as entregadoras são impedidas de utilizar os lavabos dos estabelecimentos, ou recebem negativas ao pedir água nos restaurantes onde buscam os pedidos, e acredita que a recorrência de tais situações é influenciada pelo seu gênero. O conflito fica evidente no seguinte trecho:

“O ponto de apoio é o mínimo, eu sempre digo, isso não é vitória grande, não, isso é o mínimo. É uma grande vitória, mas é o mínimo. Porque quantos estados aí tem ponto de apoio por cada aplicativo, a gente não tem nem pelo aplicativo nem pela prefeitura. Então como é que vocês dizem que a gente não precisa? Vocês que não precisam, que trabalham meio período. E o bike? E uma mulher que precisa porque tá naqueles dias? Porque já me aconteceu, rodando de madrugada, o [nome do estabelecimento] hoje proíbe depois de meia noite um entregador entrar pra ir usar o banheiro. A gente tem necessidades, o homem é mais fácil de fazer suas necessidades na rua, mas a mulher não.”

A demanda por pontos de apoio, isto é, espaços na cidade destinados para o descanso, a alimentação, a hidratação e a higiene pessoal dos entregadores e entregadoras, é uma das principais pautas da categoria na atualidade. No caso das trabalhadoras, a

disponibilidade de um espaço acessível, com infraestrutura de saneamento e privacidade é um requisito básico para a garantia do bem-estar no trabalho. A falta de banheiros adequados intensifica o processo de pobreza menstrual, aumenta o risco de infecções e agrava a vulnerabilidade dessas mulheres em seu cotidiano na rua. É justo afirmar que é a própria saúde dessas trabalhadoras que está em disputa.

Por arcarem com os custos do próprio trabalho (Abílio, 2020), os entregadores são acometidos por problemas como má-alimentação, falta de hidratação adequada, privação de sono e sedentarismo, além de questões de saúde mental. Esses riscos se manifestam de forma específica ao tratarmos de mulheres, que também lidam com a fadiga de uma tripla jornada (trabalho doméstico, trabalho remunerado e trabalho de cuidado/gestão mental do lar), ao serem historicamente marcadas no capitalismo pelo trabalho precarizado em ambas as dimensões produtiva e reprodutiva (Sousa & Bezerra, 2024). Sob essa lógica, observamos diferentes atribuições entre os gêneros que decorrem da divisão sexual do trabalho, recaindo sobre os homens a esfera pública, e sobre as mulheres, a esfera privada, de cuidado e reprodução (Cheron, Salvagni & Colomby, 2022). Podemos inferir que a soma desses fatores torna as mulheres mais suscetíveis a ocuparem atividades informais e precárias e exercerem funções historicamente associadas à figura feminina (Colodetti & Melo, 2021).

Diante de uma carga de trabalho tão extensa, o tempo para o cuidado com a saúde deixa de ser prioridade. Priscila relata:

"Eu não estava bem, porque como entregador, eu não quero saber de saúde, eu só quero sair, ir pra rua, fazer meu dinheiro, e voltar e dormir e acordar, é praticamente automático. A gente só começa a virar o jogo cuidando da nossa saúde quando algo acontece, entregador é assim, infelizmente só funciona assim, quando você passa mal em cima da moto, se está acontecendo alguma coisa, colesterol alto... O entregador não se alimenta bem, não tem sua saúde mental bem, por causa da precarização dos aplicativos, tem coisas que a gente faz que é horrível. [...]"

Diante desse cenário, a ATAMB busca promover eventos específicos para as associadas, voltados para a conscientização e promoção da saúde da mulher, com iniciativas que envolvem a prevenção do câncer de mama, a realização de exames clínicos e a promoção da saúde mental no trabalho.

Em Outubro de 2025, foi realizado um evento em alusão ao Outubro Rosa, mês da prevenção ao câncer de mama e do colo do útero, no Bosque dos Namorados, parque situado em Natal. Nessa ocasião, as entregadoras fizeram uma trilha ecológica guiada por um instrutor, seguida por um café da manhã coletivo, e uma roda de conversa sobre o tema do evento com a psicóloga Margarida Miranda. Na roda de conversa, as associadas ressaltaram a importância de ações com enfoque na saúde laboral, uma vez que, no dia-a-dia de trabalho, elas passam horas paradas na direção de suas motos, e, devido às extensas jornadas, não possuem muito tempo para dedicar ao cuidado com o corpo. Ademais, a experiência de alcançar o final do percurso de três quilômetros de forma coletiva, possibilitou o fortalecimento dos laços entre elas, configurando também um momento de lazer e distração. Na caminhada, as entregadoras conversavam entre si e faziam brincadeiras sobre diversos tópicos do seu trabalho, com a compreensão e o humor mútuos de quem compartilha uma mesma realidade diária.

Já em Maio de 2026, a ATAMB promoveu o evento "Café da tarde das entregadoras", com o principal objetivo de criar um espaço de descontração entre as associadas. A programação envolvia um lanche, roda de conversa e a distribuição de brindes relacionados ao trabalho da categoria. Acerca da idealização desse evento, Priscila

contou que a ideia inicial era “só tomar um café”, mas que a inclusão de uma discussão mais ampla sobre a saúde no trânsito, em alusão ao Maio Amarelo, movimento de conscientização para a redução de acidentes no trânsito, buscou tornar o evento ainda mais proveitoso para as entregadoras. Entretanto, percebemos que o principal movimento possibilitado foi o de, justamente, “só tomar um café”. Nos eventos promovidos pela Associação, as entregadoras têm a oportunidade de dar uma pausa em suas rotinas intensas de trabalho, e, na troca de informações e relatos sobre os conflitos que as afligem, darem suporte e proporem soluções práticas umas para as outras. Assim, os encontros entre as entregadoras estabelecem um palco de denúncia coletiva das situações de assédio, injustiça e discriminação que as acometem.

Denunciar o pânico

O que é ser mulher e entregadora? Em entrevista, Priscila responde: *“Então, ser mulher entregadora é horrível. A gente sabe que é muito preconceito”.* Ela narra como, em sua trajetória, aprendeu a “bater de frente” com os olhares e a rejeição vindos das empresas-aplicativo e dos clientes, mas também de seus colegas de categoria. Tal experiência reafirma o que foi preconizado por Goulart, Melo & Versiani (2022), que expõem que, devido à falta de segurança e o medo do assédio, mulheres motoristas podem adotar posturas mais sérias para evitar tentativas de contato indesejadas, e abandonar comportamentos socialmente ligados à figura feminina para se esquivarem de tentativas de abuso.

Nessa direção, Cheron, Salvagni & Colomby (2022) clarificam que a discriminação por gênero se revela no universo laboral através de mecanismos de segregação social e ocupacional, cuja origem é a tradição patriarcal da sociedade. Além disso, acrescentam que os papéis sociais atribuídos às mulheres contribuem para a reprodução e a renovação de práticas discriminatórias no mercado de trabalho.

Nos encontros impulsionados pela ATAMB, as entregadoras encontram um espaço onde podem compartilhar suas experiências, que esbarram na falta de segurança e no machismo estrutural (Goulart, Melo & Versiani, 2022). Elas contam sobre os bloqueios das plataformas sem justificativa conhecida, e o preconceito que sofrem por não serem vistas como profissionais. As vivências dramáticas de assédio, que muitas vezes se disfarçam na forma de “brincadeiras sem graça”, fazem parte do dia-a-dia das trabalhadoras. Elas contam que estão sempre prontas para iniciar uma gravação, na tentativa de registrar clientes que levantam a voz, fazem ameaças verbais ou tentam assediá-las fisicamente. Priscila constata que, por vezes, nem os registros são suficientes para garantir sua proteção, uma vez que, mesmo apresentando o vídeo que comprovava o caso de assédio, uma colega entregadora foi suspensa da plataforma ao ser denunciada pelo cliente que realizou a agressão.

Elas falam sobre o medo que sentem, principalmente ao adentrarem zonas periféricas da cidade ou realizarem entregas durante a noite para clientes do gênero masculino. Priscila expressa esses sentidos na seguinte fala, em entrevista: *“Uma mulher, dentro da favela, vai fazer o que? Imagine, uma mulher, de madrugada, duas horas da madrugada. Se ele quisesse sumir comigo, ele poderia sumir muito bem, simples assim.”*

Diante do sentimento de insegurança constante, as entregadoras formulam ideias e tentativas de enfrentamento no cotidiano. Algumas delas possuem o hábito de, no trabalho em turnos noturnos, compartilharem suas localizações em tempo real em grupos de WhatsApp com outros colegas, preferencialmente homens em quem confiam, numa tentativa de se sentirem mais seguras. Nesse viés, Goulart, Melo & Versiani

(2022) apontam que, para lidar com o medo no trabalho, as trabalhadoras por aplicativo recorrem às alianças entre si como forma de defesa.
Entre as estratégias criadas para sua proteção, Priscila me conta sobre o projeto de uma ferramenta idealizada para ser inserida nas plataformas - um "botão do pânico" para mulheres. Após vivenciar inúmeras situações de assédio verbal, tais mulheres sonham com a possibilidade de denunciar casos de agressões físicas, verbais ou psicológicas com apenas um clique, que seria responsável por abrir uma investigação imediata contra o cliente na plataforma. A escolha da palavra "pânico", nesse sentido, chama a atenção. Se trata da reivindicação de um espaço onde se voltem os olhos a essa entregadora, onde ela possa denunciar a sensação de pânico que se manifesta de forma urgente e alarmante quando ocorre uma agressão, mas que é vivenciada diariamente na apreensão diante da constante possibilidade de serem assediadas e injustiçadas.

Conclusão

Em última análise, a plataformização do trabalho, conforme discutido, constitui um mecanismo eficaz de consolidação e formalização da precarização e da superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, Dias (2020) afirma que a luta dos entregadores vinculados às empresas-aplicativos também representa a luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras diante da crescente generalização do precariado. A uberização, enquanto tendência global, expressa apenas uma dimensão de um processo mais amplo, acelerado e generalizado de precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora em seu conjunto (Dias, 2020). Esse fenômeno está diretamente relacionado à gestão neoliberal das relações trabalhistas, e impacta também as relações de gênero no trabalho, que ganham novo formato com a difusão da uberização. Vimos que, por estarem submetidas a uma tripla jornada devido à divisão sexual do trabalho, as trabalhadoras uberizadas sofrem de forma ainda mais acentuada com a falta de direitos garantidos, as condições precárias de trabalho, as diversas formas de assédio e a discriminação no ambiente laboral.

Podemos inferir, nesse sentido, que as entregadoras sofrem o processo de precarização de forma ainda mais aprofundada por serem mulheres em uma sociedade patriarcal sustentada pelo trabalho invisível feminino. Desse modo, a presente pesquisa demonstrou que identificar os sentidos das mulheres entregadoras acerca da organização coletiva é uma etapa imprescindível para caracterizar como as mulheres trabalhadoras têm resistido à essa precarização.

A partir da historicização do processo de articulação das mulheres entregadoras em Natal, pudemos conhecer melhor suas principais demandas e pautas de reivindicações. Dessa forma, foi possível identificar os aspectos da precarização do trabalho conscientizados por elas em seus cotidianos, e, sobretudo, quais são as ações adotadas diante dessas situações, tanto de forma individual quanto coletiva.

Podemos inferir, diante do que foi visto, que o grupo de entregadoras da ATAMB é um espaço de socialização, articulação e denúncia de infrações de direitos, e, portanto, é eficaz em consolidar a participação das mulheres na luta e organização política dos entregadores por aplicativo. A união dessas mulheres a partir da Associação, nesse

sentido, é um mecanismo de enfrentamento à despolitização do trabalhador promovida pelo fenômeno da uberização.

Por fim, já constatamos em trabalhos anteriores da pesquisa o potencial transformador da integração entre a comunidade e a Universidade. Portanto, esse trabalho também visou corroborar a produção científica acerca das formas de organização coletiva das mulheres entregadoras por aplicativo, tendo em vista que o conhecimento sobre as estratégias e práticas de resistência locais dessa categoria facilita o diálogo com a classe trabalhadora.

Referências

Abílio, L. C. (2019). Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. Novos Estudos, Cebrap, v. 39, p. 579-597, 2020.

Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. Estudos Avançados, 34(98), 111-126.

Abílio, L. C., Almeida, P. F., Amorin, H., Cardoso, A. C. M., Fonseca, V. P., Kalil, R. B., & Machado, S. (2020). Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19 – Relatório Técnico. REMIR.

Alves, L. S. A. C. (2025). A organização coletiva dos entregadores por aplicativos em Natal/RN [Resumo]. Anais do 36º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN.

Antunes, R (2018). A Explosão do Novo Proletariado de Serviços. In R. Antunes. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. (pp. 30-75). Boitempo.

Antunes, R. (2020). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital - 2 edição. São Paulo: Boitempo

Akegawa, R. C. D. (2021). “Empreendedorismo” no contexto da uberização do trabalho no Brasil (2014–2020) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia].

Barros, J. P. P., Paula, L. R. C. de, Pascual, J. G., Colaço, V. de F. R., & Ximenes, V. M. (2009). O conceito de “sentido” em Vygotsky: Considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. Psicologia & Sociedade, 21(2), 174–181.

Carvalho, Felipe S. E. de et al (2020). #BrequeDosApps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, Campinas, v. 3, p. 1-29.

Cheron, C., Salvagni, J., & Colomby, R. K. (2022). "Homem só respeita homem": Quando o machismo invisibiliza duplamente o trabalho das entregadoras por plataformas. In Anais do XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022 (on-line). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

Clot, Y. (2014). Vygotsky: a consciência como relação (M. A. B. Ramos, Trad.). Psicologia & Sociedade, 26(núm. esp. 2), 124–139.

Coelho-Lima, F. (2016). Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria. 2016. 350f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

Coelho-Lima, F. (2021). La ideología del trabajo en el capitalismo de plataformas. In C. P. Cavero & L. T. Arce (Org.). Mundo del trabajo y las organizaciones en transformación: desafíos sociales, políticos y éticos. Arequipa: Aletheya, 415-436.

Coelho-Lima, F., Keppler, I. L. dos S. ., Leocádio, L. A. de S. ., Bezerra , I. P. L. ., Barbosa , S. S. C. ., França , L. M. P. de ., & Machado, M. L. P. (2024). A ideologia do trabalho e o autogerenciamento subordinado nas empresas-plataforma de entrega de mercadoria. Revista Brasileira De Sociologia - RBS, 11(29), 151–176.

Colodetti, A. P. de O. A., & Melo, M. C. de O. L. (2021). As relações de gênero no contexto socioeconômico e cultural brasileiro: estudo com mulheres motoristas de aplicativos de mobilidade urbana. Cadernos EBAPE.BR, 19(4), 872–886.

Goulart, L. B., Melo, M. C. O. L., & Versiani, F. (2022). Relações de gênero e gueto profissional: Estudo com mulheres motoristas de aplicativos de mobilidade urbana. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, 21(2), 290–313.

Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia (Natal), 2(1), 7–27.

Medeiros, L. V. A. (2021). “Uma minoria ainda mais vulnerável”: uma análise discursiva sobre entregadoras de aplicativo. Leitura, (69), 247-260.

Silva, J. F. (2024) 'Vivência, subjetivação e autogerenciamento subordinado: um estudo com os entregadores por aplicativo', Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Silveira, S. A. da, Souza, J., & Cassino, J. F. (Org.). (2021). Colonialismo de dados: Como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. Autonomia Literária.

Slee, T. (2017). Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. Elefante.

Smolka, A. L. B. (2004). Sobre significação e sentido: Uma contribuição à proposta de rede de significações. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Orgs.), Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano (Vol. 1, pp. 35–49). Artes Médicas.

Sousa, V. F. F., & Bezerra, T. C. E. (2024). Mulheres trabalhadoras em tempos de capital: fundamentos, resistências e sobreposições de trabalho. Perspectivas Sociais, 10(2), 177–195.

Vigotski, L. S. (2001b). Pensamento e palavra. In L. S. Vigotski, A construção do pensamento e da linguagem (pp. 395–446). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).

Woodcock, J. (2021). The fight against platform capitalism: An inquiry into the global struggles of the gig economy. University of Westminster Press.

CÓDIGO: HS1475

AUTOR: ANA LÍVIA OLOBARDI ARAÚJO

ORIENTADOR: MARCOS BRAGATO

TÍTULO: Dança Conceitual: O Complexo Memético Brasileiro em Produções Artísticas de Cristian Duarte, Gustavo Círiaco e Bruno Beltrão

Resumo

Neste estudo de Iniciação Científica quer-se produzir materialidade crítica em dança consoante a epistemologia teórica da Memética e das Unidades Culturais, os memes, que estão presentes na Dança Conceitual que é feita no Brasil. Através da observação qualitativa de registros em vídeo, são analisadas obras de artistas pertencentes aos polos de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo eles Cristian Duarte, Gustavo Círiaco e Bruno Beltrão. Eles parecem apontar, o modelo se estabelece pela recusa ao passo e a coreografia, pela quebra da relação hierárquica palco-platéia, pelo trânsito entre os papéis do profissional em arte, entre outros elementos.

Palavras-chave: Dança Conceitual; Complexo Memético; Produções Artísticas

TITLE: Conceptual Dance: The Brazilian Memetic Complex in the Artistic Productions of Cristian Duarte, Gustavo Círiaco, and Bruno Beltrão

Abstract

This undergraduate research project aims to generate critical material regarding dance, grounded in the theoretical epistemology of memetics and cultural units—memes—as they appear in the Conceptual Dance produced in Brazil. Through the qualitative observation of video recordings, the study analyzes works by artists based in the São Paulo and Rio de Janeiro hubs: Cristian Duarte, Gustavo Círiaco, and Bruno Beltrão. These works suggest a model defined by the rejection of traditional steps and choreography, the dismantling of the hierarchical stage-audience relationship, and the fluidity between the roles of the art professional, among other elements.

Keywords: Conceptual Dance; Memetic Complex; Artistic Productions

Introdução

Mimeme, do grego, que significa “coisa imitada”, há muito assumiu uma posição mal vista por não considerar autores e comentadores da dança brasileira. Por mais reincidente o confronto entre originalidade e cópia, é fato que a aptidão humana de armazenar e

abstrair informações aparenta se originar daquilo que ela pôde, alguma vez, ter tido contato. Graças a tais repetições, muitos elementos puderam não só serem mantidos, como postos horizontalmente às suas mudanças, de modo que não se insinue haver jeito superior. Para Dawkings (1976) “aquilo que é imitado” na cultura evolui similar aos termos darwinianos de variação, hereditariedade e tendência à réplica.

Na biologia, esta partícula suscetível é o gene. Então, devido as semelhanças desta com as mimemes, o autor reduz a palavra para um monossílabo que soe como gene e cunha o termo “meme” para Unidades Culturais que perpetuem aspectos no imaginário comum das gerações.

Com o tempo, cada um desses pedaços se adere a outro e passa a compor arquivos que cada vez se complexificam. Estes agrupamentos, chamados de memeplexos ou complexos meméticos, representam as bases dos conhecimentos que conseguimos armazenar. Segundo a psicóloga e escritora britânica Susan Blackmore (2024), esses aglomerados incluem as religiões, as teorias científicas e muito mais, inclusive as práticas cênicas. Consequentemente, no âmbito da Dança, podemos dizer que todos os seus memeplexos são atravessados por memes característicos de seus fazeres. Alguns que, ao invés de ganharem ressignificações, reafirmam inércia a literalidade do protocolo. Por esta razão, segundo Bragato (2017), entender a dança como um fenômeno efêmero é contraditório e omisso aos atalhos moldados ao longo de sua materialidade artística. Em suma, é por meio desta compreensão epistemológica que nos concerne escrutinar o complexo memético da Dança Conceitual no Brasil. Na tentativa de fazê-lo, um primeiro passo é saber que historicamente, esta maneira tem precedentes em trabalhos pós-modernos americanos da década de 1960, na Judson Dance Theater.

Antes desse período, a dança detinha mais visibilidade através das ramificações do Ballet Clássico. Esse fato impulsiona o questionamento ao filtro técnico e estético vigente, posto através dos memeplexos narrativos e fantásticos inerentes ao repertório e a conduta de passos. Ao tangenciar mais que o predomínio das sapatilhas de ponta, artisas como Isadora Duncan e Martha Graham desenvolvem técnicas que cedem, contraem e expandem a massa corpórea conforme diretrizes diferentes ao que se havia, originando a Dança Moderna.

Por conseguinte, o que veio foi a Pós-Modernidade. Aqui, os códigos do modelo que a precediam geravam o ímpeto de rejeitar a virtuose, a dramaticidade e as movimentações que exigissem um treino ainda muito impactado. Por essa razão, os experimentais da Judson recorrem à roupas e gestos cotidianos, pessoas comuns, à improvisação e experimentos coletivos com profissionais de diversos segmentos. Porém, foi só nos anos 1990 que a dança passou a ser repensada acerca de sua natureza e não resumida ao seu meio de feitura. Nessa época emerge também o termo Dança Contemporânea para se referir as vanguardas europeia e americana, as quais vinham convergindo na crítica à indústria do espetáculo.

Estas manifestações, quando demasiado desconcertantes até para o novo parâmetro, ganha uma especificidade: a Dança Conceitual. Assim, o cerne dessas produções apresentam a simplicidade de ideias-chave como mote e desenham sobretudo um complexo memético que já não se baseia na exploração de novos idiomas (Rajika Puri e Diana Hart-Johnson, 1995) indiossincráticos, mas na utilização de movimentos corriqueiros, na não separação entre as disciplinas e no trânsito entre os diferentes papéis na arte. No Brasil, essas discussões se popularizam através das operações de três figuras significativas: Cristian Duarte, Gustavo Ciríaco e Bruno Beltrão, situados nos polos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Metodologia

A partir dos conceitos referenciais de Richard Dawkings (1976), analisamos três recortes em vídeo, respectivamente dos espetáculos STILL (Gustavo Ciríaco, 2007), Turvo (Bruno Beltrão, 2022) e Bioglomerata (Cristian Duarte, 2024), para mapear correlações temáticas qualitativas, compostas sob os rastros das Unidades Culturais que compõem o Complexo Memético da Dança Conceitual no Brasil.

Resultados e Discussões

STILL – Gustavo Ciríaco (2007)

A suspensão do tempo, a autobiografia como veracidade cênica e o nonsense que prevalecem nesta obra multimídia, foram elaborados juntamente com a arquiteta e cenógrafa norueguesa Anniken Romuld. Ambientado numa cena extraordinária, por trazer o ordinário em cena, Gustavo e mais três colaboradores dançarinos tecem o que parece ser uma junção de atos totalmente diferentes, mas que se seguem um após o outro sem grandes cerimônias.

Sentados na circunferência de um pano branco, três intérpretes. Segundo o próprio diretor, que se reporta aos elementos cênicos escolhidos enquanto promotores e ativadores de situações e presenças, encontramos alguns lanches sob a toalha ao chão. Nela, Francini Barros e Ignacio Aldunate, mais próximos, suspendem o tempo ao enclinarem sugestivamente seus rostos em direção um do outro. Ao lado, Gustavo Ciriaco, come uma fruta em velocidade comum – dois tempos coexistem.

De fato, se procurarmos a coreografia – no sentido dos passos, da história linear, da virtuose, dos personagens ou de uma ação comandada pela música – não acharemos comumente justificativa alguma para o espetáculo ser tido como dança. Porém, se superarmos que o exercício de construir dança responde somente à ideias de dança como como sinônimo de movimento corporal, poderíamos tornar aceitável que subverter tais ideias em um estranhamento intencional, também é válido.

Turvo – Bruno Beltrão (2022)

Bruno Beltrão é um dos exemplares conceituais brasileiros que recorrem à certa virtuose do corpo – mas não para se findar nela. Enquanto entusiasta das Danças Urbanas, especificamente do Hip Hop e do Breaking, foi um dos pioneiros, junto com Rodrigo Bernardi, a levar essas técnicas para dentro de um circuito experimental contemporâneo. Ao modificar seu local de vivência e produção, automaticamente gera-se um terreno de manejo delicado, porque dentro da esfera contemporânea e conceitual, o objetivo de onde se quer chegar não pode ser a demonstração restrita de habilidades, cujo critério é atingir o grau de dificuldade máximo do estilo.

Ainda assim, reconhecer marcadores e fundamentos, no caso, das linguagens do Breaking e Krump presentes nesse trabalho, nos auxiliam na compreensão do repertório e suas motivações de uso. Por ser mais mimético e emocional, os Chest Pops (contração de peito), Stomps (pisadas fortes) e Arm Swings (balanços enérgicos de braços), quando emergem no decorrer da apresentação, podemos perceber uma nova nuance conceitual: as nuances sensíveis, próprias à uma manifestação. Nos memeplexos de cada forma artística, há saberes que remontam aos padrões políticos ou culturais da época e do povo a que lhe compete. Logo, a técnica não é o fim, mas o meio.

Andar segurando a cabeça pesada de um parceiro, observar fixamente em multidão um indivíduo que olha como se lesse algo obrigatório em sua palma, arremessar e segurar frenéticamente coisas “invisíveis” – atributos nítidos do Krump, e deixar as movimentações acontecerem em razão do ato de colidir ou puxar uns aos outros, retratam

alguns dos exemplos que assistimos nessa obra, a qual bebe das possibilidades dramatúrgicas provenientes das problemáticas mundo, da dança e das Danças Urbanas.

BIOGLOMERATA – Cristian Duarte (2024)

O processo criativo de Bioglomerata, feito com os bailarinos do Balé da Cidade de São Paulo, vale-se da improvisação e da contaminação dos gestos para delimitar o que viria a pertencer ao roteiro mais fechado. Aqui, não há um como para ser copiado, mas um como se irão deixar mais precisas as ferramentas organizadoras de habitação no movimento.

Para compô-lo, cada dançarino utiliza peças de roupas, adereços, pés calçados ou desnudos, até mesmo expressões faciais que lhe possam, em alguma proporção, identificar. Bandana, sunga, bolero, meia calça, tênis. Todas essas alternativas evocam signos característicos de personalidade ou ainda de outras manifestações. Nisso, por mais que os passos de dança iniciem distantes, aos poucos uma parada de cabeça ou quinta do Ballet fazem suas aparições. Não enquanto chegada, mas enquanto vínculo.

As constelações que se organizam no palco tangenciam o clichê de retratar filas e círculos perfeitos, sugerindo então uma desordem organizada. Ao duvidar da estabilidade e da geometria espacial, é arranjado e desarranjado conforme as circunstâncias tornem a normalização. Neste âmbito, Cristian diverge do hábito de impor pontos de atenção à quem vislumbra porque propõe, na verdade, que a plateia seja ativa e que também se movimente na busca de eleger aquilo que opta por acompanhar.

Esse conjunto simbiótico ocasiona estados muito menos dicotômicos de que bom ou ruim. Paradoxalmente, pode ser os dois, a depender dos conhecimentos, critérios, alusões e gostos que são postos à mesa da apreciação.

Conclusão

Ao longo das discussões, localizamos que a Dança Conceitual se ergueu a partir da adesão de elementos desvencilhados dos aspectos que vinham moldando a produção coreográfica no século 20. Esse novo molde credita à autobiografia e considera diferentemente os papéis artísticos – coreógrafo, dançarino, crítico, teórico e público. Graças especialmente a partir dos anos de 1960, criadores dessa área passam a incorporar o entendimento de que a vida pode se aproximar da arte ou que a arte pode se aproximar da vida. Mais do que isso, que a arte e a vida poderiam se realizar como um mesmo domínio, funcionando como personas cênicas de si mesmas, algo que abordamos ao levantar o espetáculo STILL – Sob o estado das Coisas (2007), de Gustavo Ciríaco.

Em Turvo (2022), de Bruno Beltrão, pontuamos a não sedução do público pela superficialidade da virtuose e com ela o embaçamento das linguagens técnicas. Por fim, Bioglomerata (2024), de Cristian Duarte, vai mais longe em se permitir a agregar a técnica, mas diluindo sobretudo os papéis na arte. Cronológicamente, as obras foram escolhidas e dispostas nessa ordem na proporção em que deixavam de usufruírem de tarefas tão cotidianas, mas mantinham o cerne conceitual. Desse modo, um piquenique, uma fala nonsense, uma projeção irônica de dança reluzida num homem estático e uma coreografia satírica com passos simplórios, nos levaram à uma fruição desconcertante, justo pela iminência de situações habituais não espontâneas.

Nesse prolongamento, Turvo veio como um entrelugar, uma ponte que deixa o banal e nos põe diante de uma virtuose – própria das Danças Urbanas – não para nos seduzir, mas para nos dizer que aquilo não só é inerente à manifestação como esta mesma manifestação se difere dos procedimentos e expectativas clássicos, reinvindicando como espacialidade de atuação não só a rua, como o teatro e suas brechas para fabular. Tanto aqui quanto em

STILL, há uma crítica clara às conjunturas da dança. Porém, Turvo urde e se estende também para um aspecto político e social de modo mais direto.

Como desfecho, Bioglomerata volta a equilibrar a ideia de técnica e estética de dança. Ao colocar em cena bailarinos cujos battement facilmente alcançariam acima das próprias testas, a sensação que resta ao senso comum é ruminar na sentença: Quando farão isso? Porque o desperdiçar tamanhas habilidades, em deslocamentos laboratório, gestos contagiados e um final repentino sem qualquer clímax narrativo?

Em linhas gerais, a Dança Conceitual, sob os rastros das Unidades Culturais, ou seja, as características discutidas em cada uma dessas obras, compõem o Complexo Memético dessa alternativa artística, significativamente atual no Brasil. Pertencente ao sistema de Arte Contemporânea, o objetivo é sempre a proposição reflexiva. Por ser um de seus exemplares, cabe à especificidade Conceitualista privilegiar a clareza de uma mensagem, através de e sob seu intermédio: o corpo.

Referências

DAWKINS, Richard. O Gene Egoísta. Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia Das Letras, 2008.

Gene and Meme: For The Encyclopedia of Animal Behavior, Susan Blackmore, 2024.

BRAGATO, Marcos. The Hot one Hundred Choreographers: a tênue fronteira de memeplexos. Urdimento- Revista de Estudos em Artes Cênicas, v. 2, n. 29, Outubro de 2017. p. 59-76.

BANES, Sally (1987). Terpsichore in Sneakers: Post-Modern Dance. Hanover: Wesleyan University Press.

PAKES, Anna. Can there be conceptual dance? Midwest Studies in Philosophy, v. 44, n. 1, p. 195–212, 2019.

MÜLLER, Cláudia Góes. Dança: arte contemporânea? Anais do 2º encontro nacional de pesquisadores em dança (2011). Disponível em: www.portalanda.org.br Acesso em: 20.02.2018.

BEL, Jérôme. Que Morram os Artistas. In: Lições de Dança 4, Roberto Pereira e Silvia Soter (Orgs.). Rio: UniverCidade, 2004.

Oliveira, Flávia Fontes. Dance and review: an analysis of professional critics and reviewers related to the art of dancing in the city of São Paulo. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Fazenda, Maria José. As histórias que as pessoas dançam sobre si próprias: O contributo da antropologia para o estudo da dança teatral. In Artes performativas: Novos discursos, editado por Né Barros; Juan Carlos Román; Maria Helena Maia, 67-79. Porto, Portugal: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP, 2012.

GUSTAVO CIRIACO. Still | sob o estado das coisas. YouTube, 16 mar. 2014. 1 vídeo (5 min 2 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qQtD0g5GJZk. Acesso em: 14 ago. 2026.

KUOPIO DANCE FESTIVAL. Bruno Beltrão / Grupo de Rua: New Creation. YouTube, 2 jun. 2023. 1 vídeo (1 min 56 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1fcgFouGjcM. Acesso em: 14 ago. 2026.

THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Teaser | Balé da Cidade de São Paulo apresenta BIOGLOMERATA, de Cristian Duarte. YouTube, 16 ago. 2024. 1 vídeo (1 min 54 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YBe8LONNraA. Acesso em: 14 ago. 2026.

THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Teaser | Balé da Cidade apresenta BIOGLOMERATA, de Cristian Duarte (2025). YouTube, 26 ago. 2025. 1 vídeo (2 min 14 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AwrVYIXImag. Acesso em: 14 ago. 2026

CÓDIGO: HS1486

AUTOR: EDUARDA FERNANDA SANTOS DA COSTA

ORIENTADOR: REGINA SIMON DA SILVA

TÍTULO: PROTAGONISMO FEMININO E CRÍTICA SOCIAL NA LITERATURA LATINO-AMERICANA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BLANCA SOL E A FALÊNCIA

Resumo

Este trabajo analisa, em perspectiva comparativa, os núcleos familiares representados nos romances Blanca Sol, de Mercedes Cabello de Carbonera, e A falência, de Júlia Lopes de Almeida, buscando compreender como essas estruturas revelam as relações de gênero na sociedade latino-americana do final do século XIX. Partindo de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e comparativo, o estudo considera os contextos histórico, social e literário das obras, bem como as contribuições dos estudos de gênero e da crítica literária. A análise demonstra que, em ambos os romances, a família ultrapassa a função de espaço privado e passa a representar um ambiente de reprodução das desigualdades sociais, da autoridade patriarcal e da influência do capital sobre as relações afetivas. Ao mesmo tempo, as narrativas apresentam diferentes formas de resistência feminina, evidenciando que, embora Mercedes Cabello de Carbonera e Júlia Lopes de Almeida construam trajetórias distintas para suas personagens, ambas utilizam a literatura como instrumento de crítica às estruturas patriarcais de seu tempo.

Palavras-chave: protagonismo feminino; literatura latino-americana; núcleo familiar;

TITLE: Female Agency and Social Critique in Latin American Literature: A Comparative Analysis of "Blanca Sol" and "A Falência".

Abstract

this study analyzes, from a comparative perspective, the family structures represented in the novels Blanca Sol, by Mercedes Cabello de Carbonera, and A Falência, by Júlia Lopes de Almeida, seeking to understand how these structures reveal gender relations in late nineteenth-century Latin American society. Based on a qualitative, bibliographic,

and comparative approach, the study considers the historical, social, and literary contexts of the works, as well as contributions from gender studies and literary criticism. The analysis demonstrates that, in both novels, the family goes beyond its function as a private space and becomes an environment in which social inequalities, patriarchal authority, and the influence of capital on affective relationships are reproduced. At the same time, the narratives present different forms of female resistance, showing that, although Mercedes Cabello de Carbonera and Júlia Lopes de Almeida construct distinct trajectories for their female characters, both authors employ literature as an instrument for criticizing the patriarchal structures of their time.

Keywords: female agency; Latin American literature; family structure;

Introdução

A família costuma ser compreendida como uma instituição natural, baseada em laços de afeto e convivência. No entanto, diferentes estudos históricos e sociológicos demonstram que sua organização varia conforme as transformações econômicas, políticas e culturais de cada sociedade.

Entre os autores que investigaram essa relação, Friedrich Engels, em sua obra A origem da família, da propriedade privada e do Estado, publicada originalmente em 1884, destaca que a família monogâmica moderna consolidou-se juntamente com a propriedade privada e o surgimento do Estado. Segundo o autor, o casamento passou a desempenhar funções que iam além dos vínculos afetivos, tornando-se um mecanismo de preservação do patrimônio e de garantia da transmissão hereditária dos bens. Engels (2019).

As reflexões de Engels foram posteriormente ampliadas por Gerda Lerner, autora de A criação do patriarcado, publicado em 1986. A autora demonstra que a origem da dominação masculina antecede a própria formação da propriedade privada. Para a autora, o patriarcado foi construído historicamente por meio do controle sobre a sexualidade, a capacidade reprodutiva e o trabalho das mulheres.

Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, observaram que a expansão das relações capitalistas transformou diferentes aspectos da vida social em relações de troca orientadas pelo valor econômico.

Essa perspectiva é aprofundada por Silvia Federici (2017), ao demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo dependeu não apenas da exploração do trabalho assalariado, mas também da reorganização da vida doméstica e da naturalização do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. No contexto brasileiro, Heleieth Saffioti (2013) amplia esse debate ao defender que patriarcado e capitalismo constituem estruturas historicamente articuladas, responsáveis por produzir e reproduzir formas específicas de exploração e desigualdade de gênero.

No século XIX, período marcado pela consolidação dos valores burgueses e pela expansão das relações capitalistas, a família passou a ocupar posição central na reprodução das hierarquias sociais. A organização da vida doméstica atribuía às

mulheres responsabilidades específicas no interior da família, especialmente relacionadas à manutenção do lar e à educação dos filhos, como descreve Perrot:

Ella es responsable del mantenimiento del hogar: del orden de la casa o del apartamento, de la ropa, de lo que se ha de comer, del cuidado de los hijos y su educación temprana, de la organización de las tardes familiares, de las recepciones mundanas. (PERROT, 2009, p. 99).

É nesse contexto que se inserem os romances Blanca Sol, da escritora peruana Mercedes Cabello de Carbonera, que foi publicado originalmente em 1888, em Lima, Peru. Já o romance A falência, da escritora brasileira Júlia Lopes de Almeida, foi publicado originalmente em 1901. Embora produzidos em países diferentes e em momentos distintos, ambos os romances retratam os impactos das transformações econômicas e sociais sobre a vida das mulheres, revelando como a família e o casamento funcionam como espaços de reprodução das desigualdades de gênero.

Em Blanca Sol, a escritora constrói uma crítica à elite limenha ao narrar a trajetória de uma mulher educada para compreender o casamento como instrumento de ascensão social. Em A falência, a autora retrata a crise financeira de uma família burguesa para revelar a fragilidade das relações sustentadas pelo capital e pela autoridade patriarcal, expondo também diferentes formas de violência dirigidas às mulheres.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente os romances Blanca Sol e A falência, buscando compreender de que maneira os núcleos familiares representados nas duas narrativas funcionam como espaços de reprodução das relações de gênero, das hierarquias sociais e da influência do capital sobre a vida privada.

Metodologia

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, pois busca compreender como as relações familiares e as personagens femininas são representadas nos romances Blanca Sol, de Mercedes Cabello de Carbonera, e A falência, de Júlia Lopes de Almeida. Em vez de trabalhar com dados numéricos, o estudo concentra-se na interpretação das obras e dos sentidos produzidos por elas.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e comparativa. Inicialmente, foi realizada a leitura dos romances, identificando os principais núcleos familiares, as relações entre seus personagens e os conflitos que envolvem casamento, poder, dinheiro e condição feminina. Em seguida, essas representações foram comparadas, buscando perceber aproximações e diferenças entre as duas narrativas.

A análise foi desenvolvida com base em estudos sobre família, patriarcado, capitalismo e gênero. As reflexões de Friedrich Engels (2019), bem como as de Karl Marx e Friedrich Engels (1999), contribuíram para a compreensão das relações entre família, propriedade e organização econômica da sociedade. Gerda Lerner (2019), Silvia Federici (2017) e Heleieth Saffioti (2013) forneceram subsídios para a discussão sobre a construção histórica do patriarcado e a posição das mulheres nas estruturas familiares.

Também foram utilizados estudos de crítica literária e de história das mulheres, especialmente os trabalhos de Michelle Perrot (2009), Rachel Soihet (2004) e Amanda Priscylla Diogo Penha (2023). que auxiliaram na compreensão das obras analisadas e de seus contextos de produção.

A comparação entre os romances concentrou-se na forma como cada autora representa a família, o casamento e as experiências femininas. Foram observados aspectos como a organização dos núcleos familiares, as relações de poder entre homens e mulheres, a influência do capital nas escolhas das personagens e as diferentes formas de submissão, resistência e crítica social presentes nas narrativas.

Dessa maneira, a metodologia adotada permitiu compreender como Mercedes Cabello de Carbonera e Júlia Lopes de Almeida se valem da literatura para questionar as estruturas patriarcais e as desigualdades de gênero presentes na sociedade latino-americana do final do século XIX.

Ao longo do século XIX, a família burguesa consolidou-se como uma das principais instituições responsáveis por organizar a vida social. Mais do que um espaço destinado aos afetos, ela passou a definir papéis, estabelecer hierarquias e garantir a manutenção do patrimônio e do prestígio social. Nesse contexto, o casamento assumiu uma função que ultrapassava os sentimentos individuais, tornando-se também uma estratégia de ascensão econômica e de preservação da ordem social.

É justamente essa família que Mercedes Cabello de Carbonera e Júlia Lopes de Almeida colocam no centro de suas narrativas. Em Blanca Sol e A falência, as autoras mostram que as relações familiares são profundamente atravessadas pelo dinheiro, pelo poder e pelas desigualdades entre homens e mulheres. Embora cada romance apresente caminhos diferentes, ambos revelam como a organização da família burguesa contribui para manter uma sociedade baseada na autoridade masculina e na dependência feminina.

A partir das reflexões de Karl Marx e Friedrich Engels sobre a propriedade privada e a família burguesa, bem como das contribuições de Gerda Lerner acerca da formação histórica do patriarcado, este tópico analisa de que maneira essas relações familiares são construídas nas duas obras. O objetivo não é apenas identificar os personagens que compõem cada núcleo familiar, mas compreender como essas famílias funcionam, quais interesses sustentam suas relações e de que forma o casamento, a herança, o trabalho e o controle sobre as mulheres participam dessa organização.

Inicialmente, será analisado o romance Blanca Sol, destacando como Mercedes Cabello apresenta a família e o casamento como instrumentos de prestígio e de circulação do capital. Em seguida, a análise volta-se para A falência, de Júlia Lopes de Almeida, em que a desestruturação da família burguesa evidencia os limites desse modelo e revela diferentes formas de violência patriarcal. Por fim, será realizada uma leitura comparativa entre as duas obras, buscando compreender suas aproximações e particularidades na representação do protagonismo feminino e da mercantilização das relações familiares.

Resultados e Discussões

Ao longo do século XIX, a família burguesa consolidou-se como uma das principais instituições responsáveis por organizar a vida social. Mais do que um espaço destinado aos afetos, ela passou a definir papéis, estabelecer hierarquias e garantir a manutenção do patrimônio e do prestígio social. Nesse contexto, o casamento assumiu uma função que ultrapassava os sentimentos individuais, tornando-se também uma estratégia de ascensão econômica e de preservação da ordem social.

É justamente essa família que Mercedes Cabello de Carbonera e Júlia Lopes de Almeida colocam no centro de suas narrativas. Em Blanca Sol e A falência, as autoras mostram que as relações familiares são profundamente atravessadas pelo dinheiro, pelo poder e pelas desigualdades entre homens e mulheres. Embora cada romance apresente caminhos diferentes, ambos revelam como a organização da família burguesa contribui para manter uma sociedade baseada na autoridade masculina e na dependência feminina.

A partir das reflexões de Karl Marx e Friedrich Engels sobre a propriedade privada e a família burguesa, bem como das contribuições de Gerda Lerner acerca da formação histórica do patriarcado, este tópico analisa de que maneira essas relações familiares são construídas nas duas obras. O objetivo não é apenas identificar os personagens que compõem cada núcleo familiar, mas compreender como essas famílias funcionam, quais interesses sustentam suas relações e de que forma o casamento, a herança, o trabalho e o controle sobre as mulheres participam dessa organização.

Inicialmente, será analisado o romance Blanca Sol, destacando como Mercedes Cabello apresenta a família e o casamento como instrumentos de prestígio e de circulação do capital. Em seguida, a análise volta-se para A falência, de Júlia Lopes de Almeida, em que a desestruturação da família burguesa evidencia os limites desse modelo e revela diferentes formas de violência patriarcal. Por fim, será realizada uma leitura comparativa entre as duas obras, buscando compreender suas aproximações e particularidades na representação do protagonismo feminino e da mercantilização das relações familiares.

A ENGENHARIA DO STATUS EM BLANCA SOL: A FAMÍLIA COMO CAPITAL E MERCADORIA

Mercedes Cabello de Carbonera constrói, em Blanca Sol, uma crítica à sociedade peruana do final do século XIX mostrando como a família pode deixar de ser um espaço orientado pelos afetos para tornar-se um instrumento de ascensão social. Ao longo do romance, o casamento, a educação das mulheres e as relações familiares aparecem constantemente ligados ao dinheiro, ao prestígio e à manutenção das aparências. Mais do que narrar a trajetória individual de Blanca, a autora procura mostrar como essa personagem é formada por uma sociedade que ensina as mulheres a compreender o próprio valor a partir da riqueza que conseguem alcançar.

Essa construção começa ainda na infância da protagonista. Logo nas primeiras páginas do romance, Mercedes Cabello apresenta uma educação baseada na vaidade e na competição entre mulheres. A narradora afirma que Blanca foi criada como em Lima educam a maior parte das meninas:

La educaron como en Lima educan a la mayor parte de las niñas: mimada, voluntariosa, indolente, sin conocer más autoridad que la suya, ni más límite a sus antojos que su caprichoso querer (Cabello de Carbonera,

1889, p. 3).

A crítica da autora torna-se ainda mais evidente quando apresenta os conselhos recebidos da mãe antes do primeiro baile:

Procura que nadie te iguale ni menos te sobrepase en elegancia y belleza, para que los hombres te admiren y las mujeres te envidien; este es el secreto de mi elevada posición social (Cabello de Carbonera, 1889, p. 3).

Esses ensinamentos mostram que Blanca aprende, desde muito cedo, que sua posição social depende da aparência e da capacidade de despertar admiração. A família deixa de transmitir valores voltados para a autonomia da filha e passa a prepará-la para ocupar um lugar privilegiado no mercado matrimonial. A beleza, a elegância e o casamento tornam-se investimentos capazes de garantir prestígio e estabilidade econômica.

Essa formação aproxima-se das reflexões de Gerda Lerner (2019), para quem o patriarcado não surgiu de forma natural, mas foi construído historicamente por meio do controle sobre a vida das mulheres. Segundo a autora, a família constitui um dos principais espaços de reprodução dessa ordem social, ensinando às meninas quais comportamentos são valorizados e quais papéis devem desempenhar. Em Blanca Sol, esse aprendizado acontece ainda na infância, quando a protagonista passa a compreender sua beleza como um recurso social e econômico.

A educação recebida por Blanca também reforça a ideia de que o dinheiro possui valor superior aos princípios morais. A narradora observa que, durante os anos de colégio, ela aprende rapidamente a importância da riqueza:

Aprendió (...) a estimar el dinero sobre todos los bienes de la vida (...). Observó que las Madres trataban con marcada consideración a las niñas ricas, y con menosprecio (...) a las pobres. (Cabello de Carbonera, 1889, p. 4).

Ao perceber que o dinheiro comprava respeito, amizades e reconhecimento,Blanca conclui que "la riqueza aparente valía tanto como la verdadera" (Cabello de Carbonera, 1889, p. 4). A aparência passa a valer tanto quanto a própria riqueza, ideia que acompanhará toda a sua trajetória.

Essa lógica torna-se evidente quando Blanca precisa escolher entre o amor e a estabilidade financeira. A protagonista apaixona-se por um jovem inteligente e promissor, mas, diante das dificuldades econômicas enfrentadas por ele, passa a enxergar o relacionamento como um obstáculo para o futuro que deseja construir. A própria personagem resume seu pensamento ao afirmar que “el amor puede ser cosa muy sabrosa cuando llega acompañado de lucientes soles de oro; pero amor a secas, sábeme a pan duro con agua tibia” (Cabello de carbonera, 1889, p. 9).

Pouco depois, Blanca completa seu raciocínio “Yo necesito, pues, novio con dinero, y en último caso, tomaré dinero con novio" (Cabello de carbonera, 1889, p. 9).

Essas falas sintetizam uma das principais críticas desenvolvidas por Mercedes Cabello. O casamento deixa de ser compreendido como resultado de uma escolha afetiva e transforma-se em uma negociação econômica. A ruptura com o antigo namorado e a decisão de casar-se com Don Serafín Rubio não decorrem da ausência de sentimentos, mas da convicção de que o capital oferece maior segurança do que o amor.

Nesse ponto, a narrativa aproxima-se da análise de Friedrich Engels, que compreende a família burguesa como uma instituição profundamente vinculada à propriedade privada e à transmissão da riqueza. Embora o romance não desenvolva uma explicação histórica para esse processo, evidencia como os interesses econômicos passam a orientar as relações familiares e matrimoniais, fazendo do casamento um mecanismo de preservação do patrimônio e do status social.

É nesse contexto que se constitui o principal núcleo familiar do romance: Blanca Sol e Don Serafín Rubio. A união entre ambos não é construída sobre afinidades, mas sobre interesses materiais. Don Serafín representa a fortuna capaz de salvar financeiramente a família de Blanca, enquanto Blanca oferece juventude, beleza e prestígio social. O casamento estabelece, desde sua origem, uma relação de troca em que ambos assumem papéis definidos pela lógica do mercado.

Ao longo da narrativa, esse núcleo passa a ser tensionado pela presença de Alcides Lescanti. Diferentemente de Serafín, Alcides domina os códigos da alta sociedade e compreende as relações afetivas como um jogo de poder. Sua aproximação de Blanca não expressa compromisso amoroso, mas o desejo de conquista e afirmação masculina. Assim, Mercedes Cabello evidencia que, naquele universo social, a mulher também circula como objeto de prestígio entre os homens da elite.

Em contraposição à trajetória de Blanca, surge Josefina. De origem humilde e dedicada ao trabalho como costureira, a personagem representa valores opostos aos da protagonista. Enquanto Blanca deposita todas as expectativas no casamento e na riqueza, Josefina constrói sua vida por meio do trabalho e da dignidade. Sua presença demonstra que existiam outras possibilidades de existência feminina, ainda que muito mais difíceis dentro daquela sociedade.

O contraste entre Blanca e Josefina amplia a crítica social do romance. Mercedes Cabello não estabelece apenas uma oposição entre riqueza e pobreza, mas entre dois modos distintos de compreender o valor da mulher. Blanca acredita que sua beleza deve garantir luxo e reconhecimento; Josefina encontra no trabalho e na honestidade os fundamentos de sua autonomia. Assim, Josefina funciona como um contraponto ético permanente à protagonista.

O desfecho do romance leva essa crítica ao limite. Depois da falência financeira e do abandono social, Blanca procura compreender as razões de sua própria queda. Em um dos momentos mais significativos da narrativa, questiona:

¿Qué culpa tenía ella, si desde la infancia, desde el colegio enseñáronla a amar el dinero y a considerar el brillo del oro como el brillo más preciado de su posición social?... (Cabello de carbonera, 1889, p. 238).

A pergunta desloca a responsabilidade exclusivamente da personagem para a sociedade que a formou. Blanca reconhece que aprendeu, desde a infância, a valorizar o dinheiro acima dos afetos, das virtudes domésticas e da própria autonomia.

Sem patrimônio, sem marido e sem posição social, resta-lhe apenas aquilo que sempre foi apresentado como seu maior capital: a beleza. Ao convidar antigos admiradores para sua casa, Blanca deixa claro que não procura auxílio, mas aceita definitivamente a lógica que organizou toda a sua existência, "No decía: 'Ven, ayúdame a salvarme', sino al contrario: 'Ven, acompáñame a perderme" (Cabello de Carbonera, 1889, p. 247).

Nesse momento, a mercantilização atinge sua expressão máxima. Se, no início da narrativa, Blanca negociou o casamento para conquistar riqueza e prestígio, no final passa a negociar o próprio corpo para sobreviver. Sua trajetória revela que, em uma sociedade onde tudo pode ser convertido em valor de troca, até mesmo a dignidade humana torna-se mercadoria.

Assim, Blanca Sol não apresenta apenas a história da decadência de uma mulher ambiciosa. O romance constrói uma crítica à sociedade que ensinou suas mulheres a medir o próprio valor pela riqueza, pela aparência e pelo casamento. A queda da protagonista, portanto, não representa apenas um fracasso individual, mas a falência de um modelo social que transforma a família em instrumento de reprodução do capital e reduz as relações humanas à lógica da mercantilização.

A ANATOMIA DOS NÚCLEOS FAMILIARES EM A FALÊNCIA: ENTRE A VITRINE BURGUESA E A VIOLÊNCIA PATRIARCAL

Em A falência, Júlia Lopes de Almeida constrói uma crítica à sociedade patriarcal por meio de diferentes núcleos familiares que se cruzam ao longo da narrativa. Em vez de apresentar apenas uma família em crise, a autora mostra diferentes formas de viver o casamento, o amor e as relações entre homens e mulheres, revelando como a violência e a desigualdade atravessam o espaço doméstico.

O primeiro núcleo é formado por Francisco Teodoro, Camila e seus filhos. À primeira vista, trata-se da imagem de uma família burguesa bem-sucedida. Teodoro é um comerciante rico, responsável pelo sustento da casa, enquanto Camila ocupa o lugar esperado para a esposa da elite: administra o lar, cuida dos filhos e preserva a boa imagem da família. Tudo parece organizado, seguro e harmonioso.

No entanto, essa estabilidade é apenas aparente. A prosperidade da família depende completamente da autoridade masculina e da fortuna construída por Teodoro. Como observa Amanda Penha (2025), a família funciona como uma espécie de vitrine da ordem patriarcal, na qual a autoridade do pai organiza todas as relações familiares.

Camila ocupa um lugar de pouca autonomia dentro dessa estrutura. Ao longo da narrativa, percebe-se que ela conhece muito pouco da vida financeira do marido e das decisões que sustentam a família. Sua existência está restrita ao espaço doméstico, enquanto os homens ocupam os espaços públicos, administram os negócios e tomam as decisões importantes. Essa divisão evidencia a separação entre os espaços público e privado, na qual às mulheres é atribuído predominantemente o espaço doméstico e familiar, enquanto aos homens são associados os espaços de atuação pública e social.

No caso de Camila, essa organização limita sua participação nas decisões que envolvem a família e reforça sua dependência em relação ao marido. Dessa forma, o espaço doméstico, embora seja apresentado como o lugar destinado à mulher, também se configura como um espaço de restrição de sua autonomia, uma vez que as decisões econômicas e sociais permanecem concentradas nas mãos dos homens.

A aparente estabilidade desse núcleo começa a ruir quando a falência financeira de Francisco Teodoro revela que toda a organização familiar estava apoiada sobre uma estrutura extremamente frágil. O suicídio do personagem simboliza não apenas a ruína de um comerciante, mas também o colapso do modelo de família sustentado exclusivamente pelo dinheiro e pela autoridade masculina.

Ao lado desse núcleo principal, Júlia Lopes de Almeida desenvolve outro conjunto de relações igualmente importante para compreender sua crítica social: a relação entre Camila e o médico Gervásio.

O envolvimento entre os dois introduz o tema do adultério, mas a autora não trata essa situação apenas como um conflito amoroso. O que está em discussão é a forma desigual como homens e mulheres são julgados quando rompem as normas sociais. Em determinado momento, Camila demonstra compreender perfeitamente essa diferença ao afirmar que “Os senhores romancistas não perdoam às mulheres; fazem-nos responsáveis por tudo — como se não pagássemos caro a felicidade que fruímos!” (Almeida, 2019, p. 46). A frase sintetiza uma moral social que concede maior liberdade aos homens, enquanto condena severamente qualquer transgressão feminina.

Essa desigualdade aparece também nas conversas entre Gervásio e Catarina. Em uma delas, o médico afirma que a honestidade masculina é como um "casaco preto", enquanto a feminina se parece com um "vestido branco": qualquer pequena mancha torna-se imediatamente visível. Amanda Penha (2025), observa que essa metáfora resume o funcionamento da moral patriarcal construída no romance, pois mostra que homens e mulheres são avaliados por critérios completamente diferentes diante das mesmas situações.

É justamente Catarina quem se torna uma das vozes mais críticas da narrativa. Sua história está profundamente marcada pelo assassinato da mãe, morta pelo próprio marido sob a acusação de adultério. A violência vivida pela família continua presente anos depois e influencia diretamente a forma como ela e seu irmão Rino interpretam aquele acontecimento.

Rino procura compreender o pai dentro dos valores de sua época. Mesmo lamentando a tragédia, acaba reproduzindo parte da lógica patriarcal ao considerar que a honra masculina justificaria determinadas atitudes. Catarina, ao contrário, recusa qualquer tentativa de justificar o assassinato da mãe. Em um dos momentos mais marcantes do romance, afirma que foram os homens quem o absolveram (Almeida, 2019), denunciando que a violência não era apenas responsabilidade de um indivíduo, mas também das instituições e da sociedade que protegiam os agressores.

A pesquisadora Amanda Penha, observa que Catarina representa uma consciência crítica dentro da narrativa, enquanto Rino evidencia como os valores patriarcais também moldam a formação dos homens. A pesquisadora demonstra que os dois irmãos

oferecem perspectivas distintas sobre um mesmo acontecimento, permitindo compreender como a violência contra a mulher pode ser, ao mesmo tempo, naturalizada e questionada.

Essa oposição entre os irmãos amplia o alcance da crítica construída por Júlia Lopes de Almeida. O romance deixa de denunciar apenas um caso isolado de violência doméstica para mostrar como o patriarcado influencia a maneira de pensar, de julgar e de interpretar as relações familiares.

Ao reunir esses dois núcleos, a família de Francisco Teodoro e Camila e a família de Catarina e Rino, A falência demonstra que a violência contra as mulheres assume diferentes formas. Em um caso, manifesta-se pelo controle econômico, pela dependência e pela desigualdade moral. No outro, alcança sua expressão mais extrema: o feminicídio legitimado por uma cultura que coloca a honra masculina acima da vida feminina.

Dessa forma, Júlia Lopes de Almeida transforma a família em um espaço privilegiado de observação das relações de poder. Mais do que narrar dramas individuais, a autora revela como a estrutura patriarcal organiza a vida doméstica, define os papéis de homens e mulheres e determina diferentes possibilidades de existência para cada um deles. Por fim, ao articular os núcleos entre si, observamos que a obra sugere diferentes destinos possíveis para a mulher que transgride as normas sociais: a morte violenta, representada pela mãe de Catarina, ou a sobrevivência possível, ainda que limitada, vivida pela protagonista. Assim, A falência constrói uma crítica profunda às estruturas patriarcais, evidenciando suas consequências e apontando, ainda que de forma sutil, para possibilidades de resistências.

ENTRE O CAPITAL E O PATRIARCADO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NA CONSTRUÇÃO DOS NÚCLEOS FAMILIARES

Ao analisar os núcleos familiares de Blanca Sol e A falência, percebe-se que Mercedes Cabello de Carbonera e Júlia Lopes de Almeida utilizam a família como um espaço privilegiado para denunciar os mecanismos de opressão que organizavam a sociedade do final do século XIX. Embora escrevam em contextos nacionais diferentes, ambas mostram que o ambiente doméstico está longe de ser um espaço de proteção. Ao contrário, é nele que se reproduzem relações de poder, interesses econômicos e desigualdades entre homens e mulheres.

Nas duas obras, o casamento deixa de ser apresentado como uma união baseada no afeto para assumir uma função social e econômica. Em Blanca Sol, a protagonista escolhe Don Serafín Rubio porque ele representa segurança financeira e ascensão social. Desde muito jovem, Blanca aprende que o dinheiro vale mais do que os sentimentos.

Em A falência, o casamento entre Camila e Francisco Teodoro também está ligado à estabilidade econômica. Francisco Teodoro exerce autoridade sobre a casa porque controla o patrimônio, enquanto Camila ocupa um lugar de dependência e silêncio.

Já em A falência, Júlia Lopes de Almeida apresenta um panorama mais complexo. A mãe de Catarina representa a violência extrema do patriarcado, sendo assassinada sob a justificativa da honra masculina. Camila, por sua vez, permanece viva e encontra uma

saída de reorganizar sua vida após o colapso da família. Catarina, finalmente, representa a resistência, pois recusa naturalizar a violência e questiona os discursos que procuram justificá-la.

Essas diferenças revelam também distintas estratégias narrativas das autoras. Mercedes Cabello constrói uma crítica centrada na educação feminina e na sociedade que transforma o casamento em uma transação econômica. Júlia Lopes de Almeida amplia essa discussão ao evidenciar que a violência contra a mulher constitui um dos pilares da organização patriarcal. Enquanto Blanca Sol denuncia principalmente a mercantilização das relações humanas, A falência mostra como essa lógica econômica se articula à dominação masculina e à violência de gênero.

Dessa forma, a comparação entre os romances demonstra que os núcleos familiares cumprem uma função muito maior do que simplesmente organizar a narrativa. Em ambas as obras, eles funcionam como uma representação da própria sociedade, revelando como valores econômicos, relações de poder e normas de gênero moldam a vida dos personagens.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar como os núcleos familiares são construídos nos romances Blanca Sol (1889), de Mercedes Cabello de Carbonera, e A falência (2019), de Júlia Lopes de Almeida, compreendendo de que maneira esses espaços familiares revelam as relações de gênero presentes na sociedade do final do século XIX.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que, nas duas obras, a família deixa de ser apresentada apenas como espaço de convivência privada e passa a funcionar como um reflexo da organização social de seu tempo. É dentro das relações familiares que se evidenciam as desigualdades entre homens e mulheres, a influência do capital sobre os vínculos afetivos e os mecanismos de controle exercidos pelo patriarcado.

Em Blanca Sol, Mercedes Cabello de Carbonera demonstra como uma educação voltada para a aparência, o luxo e o prestígio social conduz a protagonista a compreender o casamento como um meio de ascensão econômica. Ao conduzir a personagem à ruína, Cabello de Carbonera constrói uma crítica contundente a uma sociedade que transforma as próprias pessoas em mercadorias.

Já em A falência, Júlia Lopes de Almeida amplia essa discussão ao revelar como a estrutura familiar também reproduz relações de poder sustentadas pela autoridade masculina. A análise mostrou que o romance ultrapassa a crítica ao casamento burguês e evidencia as diferentes formas de violência dirigidas às mulheres, seja por meio do controle cotidiano, da desigualdade moral ou da violência extrema representada pelo feminicídio. Ao mesmo tempo, personagens como Catarina demonstram que também existem possibilidades de questionamento e resistência dentro dessa mesma estrutura.

A comparação entre os romances permitiu observar que, embora as autoras escrevam em contextos nacionais distintos, ambas utilizam a literatura como instrumento de crítica social. As famílias representadas nas duas obras não são casos isolados, mas expressam problemas estruturais de uma sociedade marcada pelo patriarcado e pelas desigualdades econômicas.

Por fim, esta pesquisa também evidencia a importância de recuperar e valorizar a produção intelectual de Mercedes Cabello de Carbonera e Júlia Lopes de Almeida. Durante muito tempo, ambas permaneceram em posição secundária na história da literatura latino-americana, apesar da atualidade de suas reflexões sobre gênero, família e sociedade.

Assim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar os estudos comparativos entre escritoras latino-americanas do século XIX e incentive novas pesquisas sobre autoras que, durante décadas, permaneceram à margem do cânone literário, apesar da força crítica e da qualidade de suas produções.

Referências

ALMEIDA, Júlia Lopes de. A falência. Porto Alegre: TAG Experiências Literárias, 2023.

BADINTER, Élisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARÚA LANCHIPPA, Norma. Mercedes Cabello de Carbonera y su tiempo: escritora a contracorriente. Mercurio Peruano, Lima, n. 524, p. 71-78, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. 2 v.

CABELLO DE CARBONERA, Mercedes. Blanca Sol. Biblioteca Virtual Miguel de

Cervantes, 1889. Disponível em edição digital da Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 30. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

DAL FARRA, Maria Lúcia. A imagem e o espelho: estudo de A falência, de Júlia Lopes de Almeida. 1978. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

HAWTHORNE, Nathaniel. A letra escarlate. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook: eBooksBrasil.com, 1999. Disponível em:http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.

PENHA, Amanda Priscylla Diogo. "Vestido branco" e "casaco preto": a representação da morte violenta de mulheres em diferentes perspectivas no romance A falência e nos contos "As rosas" e "Incógnita",de Júlia Lopes de Almeida. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

PERROT, Michelle. Mi historia de las mujeres. Traducción de Mariana Saúl. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SIMMEL, Georg. Filosofia da moda e outros escritos. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.

362-400.

CÓDIGO: HS1495

AUTOR: DARIANA JUSTINO PLINIO

ORIENTADOR: JOANA TEREZA VAZ DE MOURA

TÍTULO: Agência do Movimentos dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) e as percepções sobre as mudanças climáticas

Resumo

O debate sobre energias renováveis tem se intensificado como alternativa ao modelo baseado em combustíveis fósseis. Embora as fontes solar e eólica sejam apresentadas como soluções sustentáveis, sua expansão no Sul Global tem gerado processos de desterritorialização. No Brasil, esse cenário impulsionou, em 2023, a criação do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), que defende uma transição energética justa e popular. Este artigo busca compreender a atuação do MAR diante das mudanças climáticas e questões ambientais, por meio do mapeamento de suas entidades e da análise de suas narrativas e estratégias. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, acompanhamento de reuniões, entrevistas, visitas de campo e aplicação de questionário a integrantes do movimento. Os resultados evidenciam uma organização heterogênea, descentralizada e intersetorial, com predominância no Rio Grande do Norte e na Bahia. Conclui-se que o MAR constitui uma rede de resistência que articula denúncias locais, incidência política e produção de conhecimento na luta por justiça social e climática.

Palavras-chave: Energias Renováveis. Impactos Socioambientais. MAR.

TITLE: The Movement of People Affected by Renewable Energy and the Expansion of Wind and Solar Energy in Northeast Brazil: The Struggle for a Just and Popular Energy

Abstract

The debate on renewable energy has intensified as an alternative to the fossil fuel-based model. Although solar and wind energy are presented as sustainable solutions, their expansion in the Global South has generated processes of deterritorialization. In Brazil, this context led to the creation of the Movement of People Affected by Renewable Energy (MAR) in 2023, which advocates for a just and popular energy transition. This article seeks to understand the activities of MAR in relation to climate change and environmental issues by mapping its member organizations and analyzing its narratives and strategies. The research adopted a qualitative approach, including a literature review, monitoring of meetings, interviews, field visits, and a questionnaire

administered to members of the movement. The results reveal a heterogeneous, decentralized, and intersectoral organization, with a geographical predominance in Rio Grande do Norte and Bahia. It is concluded that MAR constitutes a network of resistance that combines local denunciations, political advocacy, and knowledge production in the struggle for social and climate justice.

Keywords: Renewable Energy. Socio-environmental Impacts. MAR.

Introdução

O debate sobre as energias renováveis nos últimos anos tem se intensificado em aliança às questões ambientais que vêm fazendo frente aos modelos de desenvolvimento pautados pelos países. As energias solar e eólica têm sido colocadas como as alternativas mais viáveis na produção de energia. Dentro de um discurso em prol do meio ambiente e da sustentabilidade, diversas organizações da sociedade civil, representantes de setores do mercado nacional e internacional e agentes políticos vêm popularizando os benefícios dessas fontes energéticas. O impulsionamento dessa proposta baseia-se numa narrativa que aponta a necessidade da transição energética desde uma perspectiva do desenvolvimento sustentável. Entretanto, os avanços das torres de energias eólicas e das placas solares, especialmente nos países de terceiro mundo, têm caracterizado a desterritorialização de diversos povos desses espaços. Conforme destacam Bringel e Svampa (2023, p.01), “a transição energética, impulsionada principalmente por grandes corporações, fundações e governos do Norte global e dos países emergentes em direção à energia supostamente “limpa”, está exercendo uma pressão cada vez maior sobre o Sul global”, com grande ênfase em países da América Latina e África. No caso do Brasil, mais especificamente, o Nordeste tem sido a região mais afetada por esse processo. A partir disso, diversos grupos e entidades da sociedade civil, criaram, em 2023, o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), com o objetivo de pautar uma cosmovisão alternativa ao desenvolvimento capitalista, levando em consideração as dinâmicas das comunidades afetadas pela chegada dos empreendimentos. De acordo com o Manifesto elaborado pelo movimento (2023, p.01), busca-se construir e defender uma “proposta de transição energética justa e popular que considere processos politicamente democráticos, economicamente solidários, culturalmente dialógicos e ecologicamente sustentáveis”. Neste sentido, compreender sua atuação torna-se fundamental. O artigo busca avançar no debate sobre diferentes formas de organização coletiva que enfrentam modelos hegemônicos de desenvolvimento sustentável, contribuindo com a literatura mais recente sobre os movimentos sociais, sobre questões ambientais e mudanças climáticas. O principal objetivo, portanto, é compreender a atuação do MAR em diálogo com as pautas das mudanças climáticas e das questões ambientais. Buscamos realizar uma categorização através do mapeamento das entidades e grupos que conformam o movimento e compreender as narrativas e estratégias produzidas pelo MAR para pensar uma transição energética justa e inclusiva.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, contemplando a revisão de artigos científicos que falam sobre os impactos das energias

renováveis, além de notícias sobre o mesmo, acompanhamento de reuniões dos componentes que fazem parte do MAR, realização de entrevistas semi estruturadas e visita de campo. O acompanhamento das reuniões ocorreu entre setembro de 2025 e março de 2026, por meio da plataforma Google Meet, o que possibilitou a observação das discussões e das pautas apresentadas pelas lideranças das organizações que compõem o MAR. As entrevistas foram realizadas com o coordenador do SAR, com o objetivo de compreender a relação entre ambas as organizações e a forma como atuam frente à resistência à instalação de novas usinas. As visitas de campo foram realizadas em dois momentos, ambos no litoral do Rio Grande do Norte: em Areia Branca, em dezembro de 2025, e em Ponta do Mel, onde foi possível acompanhar um ato contra a instalação de plataformas offshore na região. Além disso, foi realizado o acompanhamento sistemático das interações e atividades do grupo de WhatsApp do MAR, como forma de complementar a coleta de dados e formação de um quadro (Quadro 01) das organizações que compõem o mesmo. A coleta de dados utilizada para a elaboração do Quadro 01 foi realizada por meio de um questionário estruturado, composto por questões de caráter informativo destinadas à identificação dos membros que integram o grupo de WhatsApp do MAR. O questionário foi encaminhado individualmente, por meio de mensagens privadas no aplicativo WhatsApp, a cada participante, com o objetivo de identificar as organizações que compõem o MAR. O quadro apresenta um panorama dos integrantes e das organizações que compõem o MAR, contendo informações como nome, estado de origem, organização vinculada, atuação como pesquisador(a), universidade de afiliação e participação no encontro realizado em Lagoa Seca/PB. A análise desse arranjo permitiu compreender a dinâmica de participação e mobilização interna do movimento e caracterizar sua configuração. O questionário foi enviado a 120 integrantes do grupo de WhatsApp do MAR entre os meses de setembro e outubro de 2025, obtendo-se retorno de 88 pessoas. A partir dos dados coletados, observou-se uma atuação expressiva de organizações, sendo que, em alguns casos, mais de uma pessoa vinculada à mesma instituição respondeu ao questionário. Destacou-se também a participação do meio acadêmico e, por fim, a presença de indivíduos que não possuíam vínculo direto nem com organizações nem com universidades. Em relação à distribuição geográfica, verificou-se a predominância de estados da região Nordeste, com destaque para o Rio Grande do Norte, onde o MAR foi criado, seguido pela Bahia e pelos demais estados.

Resultados e Discussões

Segundo Porto-Gonçalves, (2011): A sociedade moderna tem a energia como um dos seus principais elementos porque ela é necessária no processo de trabalho em que são criadas mercadorias a partir dos recursos naturais, além de fornecer muitos serviços por meio dos quais nos utilizamos. Assim surgem as energias renováveis, que aparecem como um “sonho” no imaginário popular, especialmente a energia eólica. A mesma há muito integra o imaginário social e o campo dos interesses científicos, associado à perspectiva de uma produção energética capaz de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A transição energética pode ser compreendida como a mudança de um modelo de produção e consumo (Pereira; Vital; Fonseca, 2024). Durante anos, essas fontes foram apresentadas como alternativas promissoras para impulsionar o desenvolvimento dos estados e do país de forma mais sustentável. Entretanto, com a crescente materialização e a expansão dos empreendimentos eólicos, emergem também novos desafios e problemas decorrentes de sua implantação e

funcionamento. De acordo com Martínez-Alier (2007), nas últimas décadas os conflitos socioambientais vêm ganhando destaque, com maior ênfase, pela academia e movimentos sociais, pois esses conflitos estão relacionados ao uso e preservação dos bens comuns. O incentivo às energias renováveis em estados do Nordeste do Brasil não considera as mudanças climáticas e suas ameaças, tornando a diversificação da matriz energética de base renovável vulnerável aos riscos climáticos, conforme destaca Teixeira (2023). Nesse cenário de transição energética e impactos socioambientais, surgem o MAR - Movimento de Atingidas e Atingidos pelas Renováveis, um marco da luta e organização das populações atingidas, decididos a somar forças e buscar unidade com outros movimentos irmãos para dar continuidade à luta por justiça social e climática, em defesa da vida, dos territórios, das comunidades, do verdadeiro e legítimo desenvolvimento humano, social e sustentável, e do bem comum para todas as vidas humanas e não humanas na Terra (MAR, 2026, p. 1). De acordo com o Manifesto elaborado pelo Movimento (2023, p. 01), busca-se construir e defender uma “proposta de transição energética justa e popular que considere processos politicamente democráticos, economicamente solidários, culturalmente dialógicos e ecologicamente sustentáveis”. Com isso surge a necessidade da caracterização dos integrantes do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), conforme apresentado no quadro-síntese, verificou-se que o movimento constitui-se como um arranjo heterogêneo e descentralizado. A composição envolve organizações da sociedade civil, movimentos sociais do campo, coletivos ambientalistas e integrantes do meio acadêmico, o que evidencia sua natureza intersetorial e articulada. A atuação do MAR se evidencia na forma como a percepção crítica dos sujeitos que participam dos movimentos sociais é aguçada, contribuindo para a construção de uma compreensão mais crítica sobre as transformações presentes em seus territórios. A trajetória de Rita de Cássia, integrante do movimento de pescadores e pescadoras e participante da articulação nacional, demonstra como a participação coletiva ajudou a construir a percepção sobre os impactos em seu território. "Minha trajetória nos movimentos sociais foi como eu tirei a venda dos meus olhos, porque a política contradiz, mas quando você chega mesmo nos movimentos sociais é que você tira a sua venda dos seus olhos e como hoje eu tirei a venda dos meus olhos e faz 10 anos que estou no movimento de pescadores e pescadoras do Brasil e na articulação nacional da NP [...]" Presidente da Associação das Marisqueira e ostrocultora de Macau. A aplicação do questionário a 120 integrantes do grupo de WhatsApp do MAR, permitiu dimensionar essa pluralidade. Observou-se uma concentração significativa de respondentes vinculados à mesma organização, indicando que determinadas entidades possuem uma participação mais ativa e mobilizada no interior do movimento. Paralelamente, a presença expressiva de pesquisadores vinculados às universidades demonstra que o MAR tem se consolidado também como um espaço de produção e disputa de conhecimento, aproximando militância e academia. Outro dado relevante refere-se à existência de participantes sem vínculo institucional formal, o que reforça o caráter de base e de engajamento civil do movimento. Essa configuração sugere que o MAR extrapola a lógica organizacional tradicional, operando como uma rede de apoio e resistência que agrega tanto sujeitos coletivos quanto individuais afetados direta ou indiretamente pela expansão dos empreendimentos renováveis. No que se refere à distribuição geográfica, os dados apontam para uma predominância de integrantes oriundos da região Nordeste, com destaque para o Rio Grande do Norte, estado onde o movimento foi criado, seguido pela Bahia. Tal concentração é coerente com a própria dinâmica de expansão das energias eólica e solar na região, que tem gerado maior número de conflitos territoriais e, consequentemente, maior organização social. A predominância nordestina, portanto, não se trata apenas de

uma questão de origem, mas reflete a territorialização dos impactos e a necessidade de articulação regional frente ao avanço desses empreendimentos. "Estão roubando o nosso vento, estão roubando o nosso sol. Isso não é brincadeira". (Nêgo Bispo, 2023, p. 99 - A terra dá, a terra quer). Compreender essa composição é fundamental para analisar a importância dos movimentos sociais na luta por direitos territoriais. A presença simultânea de organizações sociais, academia e sociedade civil confere ao MAR uma atuação mais ampla e qualificada, capaz de articular denúncias locais com estratégias de incidência política, produção de dados e mobilização pública.

Conclusão

A pesquisa mostra que a transição energética, apesar de necessária, não é neutra. No Nordeste, a expansão eólica e solar tem gerado desterritorialização e conflitos socioambientais, reproduzindo lógicas extrativistas sob o discurso do "limpo", como apontam Bringel e Svampa (2023). Neste cenário surge o MAR, em 2023, como resposta organizada das populações atingidas. Os dados do questionário (88 respostas) revelam um movimento heterogêneo, descentralizado e intersetorial, que reúne movimentos sociais, coletivos ambientalistas, pesquisadores e atingidos sem vínculo formal, com predominância no RN e na Bahia. Essa configuração em rede permite ao MAR articular denúncias locais, produção de conhecimento e incidência política. Assim, o MAR não apenas contesta os impactos das renováveis, mas defende uma transição energética justa e popular, como propõe seu Manifesto (2023), centrada na defesa dos territórios e do bem comum.

Referências

REFERÊNCIAS LIMA, José Auricélio Gois. A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Ed. UECE, 2022. MARTÍNEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: contexto, 2007. MOVIMENTO DE ATINGIDAS/OS PELAS RENOVÁVEIS - MAR. Manifesto Vozes do Território. Natal: SAR/MAR, 2023. Disponível em: < https://www.sarrn.org.br/cartilhas>. MOVIMENTO DE ATINGIDAS E ATINGIDOS PELAS RENOVÁVEIS (MAR). Carta de Lagoa Seca na Paraíba – Brasil. Lagoa Seca, PB, 2026. Disponível em: <https://www.ccj.ufpb.br/domquixote/wp-content/uploads/sites/106/sites/346/2026/03/CARTA-DE-LAGOA-SECA-NA-PARAIBA-versao-atualizada.pdf>. PLEYERS, Geoffrey. Álvarez-Benavides La producción de la sociedad a través de los movimientos sociales. Revista Española de Sociología (RES), n. 28, 01, p. 141-149, 2019. POLLETTA, Francesca; AMENTA, Edwin. Changing the narrative. The Cultural Impacts of Social Movements, Polletta and Amenta, editors, Mobilization 27 (4): 381- 388, 2023. PEREIRA, Lorena Izá; VITAL, Miriam Moura; FONSECA, Roberta Oliveira da. Impactos territoriais e a instalação de projetos eólicos na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado (Pedra Grande/RN): transição energética ou uma nova fronteira para a acumulação do capital? Revista NERA, Presidente Prudente, SP, v. 27, n. 3, e10314, 2024. PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 PEREIRA, Lorena Izá. Do litoral ao semiárido: o Nordeste brasileiro como região de expansão do acaparamiento do território: o caso da

apropriação privada dos ventos. São Paulo/Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Rede DATALUTA/The Land Matrix, 2021 SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. SVAMPA, Maristella. Movimientos Sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios en América Latina . OneWorld Perspectives, n. 1, CLACSO, 2010. SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. OSAL Observatorio Social de América Latina, Año XIII, nº 32, nov. 2012.

CÓDIGO: HS1506

AUTOR: RUTH SILVA DE SOUZA

ORIENTADOR: ELIZABETH ROMANI

TÍTULO: Estudo de configurações de pranchas táteis-visuais para o Jardim Sensorial da UFRN: contribuições projetuais a partir da percepção de um consultor cego congênito.

Resumo

O artigo apresenta o resultado da terceira etapa do projeto de pesquisa “PVC21275-2023 - Guia de recomendações para a elaboração de pranchas táteis-visuais para espaços não formais de ensino: acessibilidade comunicacional em suportes de apoio pedagógico”. Esta fase envolve a elaboração do modelo prático de uma prancha tátil-visual com a participação de um consultor cego congênito, a partir de recomendações compiladas nas duas fases anteriores da pesquisa. A prancha é um apoio pedagógico em espaços não formais de ensino que beneficia uma grande maioria dos visitantes. O objetivo, nesta pesquisa, é avaliar a configuração das informações para a produção de pranchas táteis-visuais e explorar as possibilidades da impressão 3D para a reprodução adequada do sistema braille. Assim, o projeto considera as especificidades de pessoas com deficiência visual, a fim de ampliar a acessibilidade comunicacional nos espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dada a escassez de estudos sobre a produção desse artefato. Com base nos resultados obtidos, constatou-se a possibilidade de produzir placas em braille condizentes com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo Ministério da Educação (Brasil, 2018). Ademais, a oportunidade de manipular e ordenar os componentes até atingir a disposição ideal viabilizou uma organização eficaz para a composição da prancha tátil-visual.

Palavras-chave: Acessibilidade. Prancha tátil-visual. Impressão 3D. Braille.

TITLE: Study of tactile-visual board configurations for the UFRN Sensory Garden: design contributions based on the perception of a congenitally blind consultant.

Abstract

This article presents the results of the third stage of the research project “PVC21275-2023 - Recommendation guide for designing tactile-visual boards for non-formal educational spaces: communication accessibility in pedagogical support media.” This phase involves developing a practical model of a tactile-visual board with the participation of a

congenitally blind consultant, based on recommendations compiled in the previous two phases of the study. The board serves as a pedagogical support tool in non-formal educational spaces, benefiting the vast majority of visitors. The objective of this research is to evaluate the configuration of information for producing tactile-visual boards and to explore the possibilities of 3D printing for the adequate reproduction of the Braille system. Thus, the project considers the specific needs of people with visual impairments to expand communication accessibility within the facilities of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), given the scarcity of studies on the production of this type of artifact. Based on the results obtained, it was possible to confirm the viability of producing braille signs that comply with the technical parameters established by the Ministry of Education (Brazil, 2018). Furthermore, the opportunity to manipulate and arrange the components until reaching an optimal layout enabled an effective organization for the composition of the tactile-visual board.

Keywords: Accessibility. Tactile-visual board. 3D printing. Braille.

Introdução

O artigo apresenta resultados obtidos na terceira fase do projeto de pesquisa “Guia de recomendações para a elaboração de pranchas táteis-visuais para espaços não formais de ensino: acessibilidade comunicacional em suportes de apoio pedagógico”. A pesquisa envolve o estudo de recomendações para elaboração de pranchas táteis-visuais como suportes de informação para apoio pedagógico em espaços não formais de ensino que beneficia uma ampla maioria de visitantes considera as especificidades de pessoas com deficiência visual.

O conceito de “espaços não formais de ensino” vem da educação não formal e se relaciona com o processo de aprendizagem fora do ambiente escolar (Santos; Terán, 2017 *apud* Goes Filho; Romani; Bastos, 2024). Neste estudo, defende-se que a acessibilidade física (arquitetônica) e sensorial (comunicacional) em espaços não formais de ensino é fundamental para a inclusão, considerando a diversidade populacional brasileira e suas necessidades específicas. Para que a acessibilidade cultural ocorra, os espaços devem contar com recursos e produtos de Tecnologia Assistiva. Um caminho explorado nesta pesquisa é a prancha tátil-visual, recurso fixado em paredes ou em bancadas expositoras que promove a autonomia do visitante espontâneo.

O estudo se justifica pela urgência em tornar os espaços não formais de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) acessíveis aos públicos com deficiência. Essa necessidade é confirmada pelo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, no qual apontou o comprometimento visual como a dificuldade funcional mais frequente no país, afetando cerca de 7,9 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Diante desse panorama, torna-se indispensável o cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), cujo propósito é assegurar a esse grupo a equidade de direitos, a inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

De acordo com Kastrup (2018), o grupo de pessoas com deficiência visual é bastante heterogêneo, marcado por contrastes entre a cegueira congênita e a adquirida, além de disparidades socioeconômicas e educacionais. Essa pluralidade exige atenção às distintas formas de percepção ao se desenvolver ferramentas de acessibilidade. Consequentemente, recursos como pranchas táteis-visuais tornam-se fundamentais na educação e na comunicação, sendo imprescindível avaliar não apenas o conteúdo, mas também aspectos associados à configuração destes suportes. Cabe destacar, que os recursos multissensoriais, a exemplo da prancha, amplificam a experiência comunicacional de pessoas, beneficiando também as pessoas com Transtorno do Espectro Austista (TEA).

Embora a relevância da prancha comunicacional em espaços culturais, os estudos sobre acessibilidade comunicacional ainda carecem de pesquisas sobre métodos de obtenção de pranchas táteis-visuais (Goes Filho; Romani; Bastos, 2024)avaliadas por pessoas cegas para que sejam levadas em consideração as preferências dos indivíduos na percepção háptica (Silva; Valenzuela; Quiroz, 2023). A partir desse contexto, questiona-se: de que maneira as pranchas táteis-visuais podem ser produzidas e avaliadas por pessoas com cegueira para promover a inclusão nos espaços não formais de ensino no Jardim Sensorial da UFRN?

Sendo assim, para responder ao questionamento, a pesquisa objetivou elaborar e avaliar um modelo de prancha tátil-visual voltado para espaços não formais de ensino, considerando a configuração das informações na prancha. Esse processo contou com a participação de um consultor com deficiência visual e se baseou nas recomendações compiladas nas duas etapas anteriores do estudo, a fim de tornar o ambiente mais acessível ao visitante espontâneo. Para aumentar as possibilidades exploratórias, durante o estudo avaliou-se a impressão 3D para a reprodução adequada e tátil do sistema braille.

Metodologia

Quanto ao delineamento metodológico, esta pesquisa caracteriza-se pela natureza aplicada, fundamentada em uma perspectiva qualitativa. O método adotado neste trabalho constitui uma adaptação das proposições de Dresch, Lacerda e Antunes (2015) ao “Design Science Research”. Na sequência, detalham-se as fases conduzidas para a consecução deste estudo:

(1) Identificação do problema

Durante uma visita técnica, constatou-se a falta de acessibilidade comunicacional no Jardim Sensorial da UFRN. O visitante espontâneo do museu não consegue ter uma experiência amplificada no espaço do jardim quando não há presença de monitores no local. Após reunião com a coordenadora do Jardim Sensorial, identificou-se a temática para o projeto piloto.

(2) Revisão sistemática da literatura

Como desdobramento de pesquisas anteriores, as duas primeiras etapas realizaram a revisão de escopo e a análise de diretrizes para elaboração de prancha tátil-visual, contemplando as especificidades de pessoas com deficiência visual e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para a concepção do artefato, foi realizada uma sistematização dos parâmetros delineados anteriormente, com o objetivo de consolidar os achados da pesquisa. Essa sistematização estruturou-se por meio de uma categorização baseada em palavras-chave, a saber: "forma", "ergonomia", "material" e "tipografia", aliada à extração dos dados descritivos e bibliográficos correspondentes.

(3) Identificação e proposição do artefato

A partir da sistematização da etapa anterior, visando garantir a autonomia do visitante e a viabilidade de reprodução da prancha tátil-visual, definiram-se os seguintes requisitos de projeto: materiais de baixo custo, texturas adequadas ao conteúdo, reprodução do sistema braille pela impressora 3D e composição simplificada.

(4) Projeto do artefato

Para a adequação do escrito a ser transposto para o sistema braille e texto em tinta, fornecido pela coordenação do Jardim Sensorial da UFRN, recorreu-se à técnica da Linguagem Simples. Esse método consiste em preservar ao máximo o sentido original, promovendo, contudo, a simplificação vocabular e sintática (Ekarv, 1994, 1999 *apud* Gomes *et al*., 2021). Tal técnica facilita a leitura ao integrar design e redação, tornando o texto acessível a todos e auxiliando diretamente pessoas com dificuldades linguísticas, cognitivas ou baixa escolaridade (Accessible Portugal, 2018 *apud* Gomes *et a*l., 2021).

Os procedimentos desta fase foram estruturados nas seguintes etapas: 1) recebimento do conteúdo original sobre os solos, enviado pela coordenação do Jardim Sensorial da UFRN, para inserção na prancha tátil-visual; 2) formulação de versões do texto com a aplicação da referida técnica; 3) revisão do material efetuada pela autora do texto-base e 4) validação do conteúdo junto a um consultor cego congênito, que exerce a função de professor no Centro de Apoio Pedagógico Iapissara Aguiar (CAP/RN).

Conforme aponta Almeida (2023), a produção textual orientada por esse método requer a identificação de termos técnicos, os quais devem ser substituídos por palavras de uso cotidiano ou acompanhados de suas respectivas explicações conceituais. Na sequência, estabelece-se a organização de uma única ideia central por parágrafo, priorizando orações curtas estruturadas em ordem direta. Ademais, é recomendável abster-se do uso de abreviações, siglas, linguagem infantilizada, estrangeirismos, construções impessoais, excesso de pontuação e da transformação de verbos em substantivos (Almeida, 2023).

Para a produção em braille, utilizou-se inicialmente o Text2Braille3d, adaptado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) (Text2braille3d, 2016 apud Santos e Rust, 2024). Contudo, consolidou-se o uso da plataforma InBraille, desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia 3D e Inclusiva da UFRPE (Guerra; Cardoso; Castro, 2025). Nessa plataforma, o artefato foi configurado com texto alinhado à esquerda, resolução 20 entre pontos, placa de 2 mm de espessura e bordas arredondadas.

A impressora operada foi a Creality K1 e, consequente a isso, houve a utilização do "software" Creality Print 6.3. para realizar a preparação do arquivo para a impressão. As primeiras impressões foram com o filamento PET transparente, mas sucedeu com o filamento PLA branco. Para aprimorar a nitidez ao tato após a impressão, as peças foram lavadas com água, sabão neutro e bucha fina e cuidadosamente polidas tanto na base quanto sobre os pontos com lixas d'água nº 80, 280 e 600, mantendo o formato arredondado intacto (Santos; Rust, 2024).

Na materialização do artefato, acondicionaram-se três tipos de solo em recipientes de poliestireno de 22,5 x 15 x 5,2 cm. Essas amostras foram organizadas junto a quatro placas em braille (duas de 16,5 x 7,5 cm e duas de 15,41 x 14,04 cm) sobre uma base de poliestireno expandido de 130 x 50 cm, visando simular a diagramação em um "software". Nesse ambiente virtual, aplicou-se a tipografia Havista, com títulos em "bold" de 120 pt e texto regular de 24 pt na cor preta e fundo branco, com entrelinhas de 48 pt.

(5) Avaliação do artefato

Para validar a prancha em braille, realizaram-se entrevistas semiestruturadas baseadas no roteiro de Santos e Rust (2024), fundamentado em Cerqueira e Ferreira (2000), Turino (2019) e Rosa (2015) (Figura 1). Já para avaliar a composição espacial do artefato, adaptaram-se os questionamentos, permitindo ao consultor cego interagir e organizar os componentes em busca da configuração ideal (Figura 2).

Resultados e Discussões

Durante a fase de problematização, realizou-se uma visita técnica ao Jardim Sensorial da UFRN, ocasião na qual se constatou a escassez de acessibilidade comunicacional, visto que o visitante espontâneo é impossibilitado de vivenciar plenamente o espaço na ausência de mediadores. Subsequentemente, em alinhamento com a coordenação do local, destacou-se a relevância da educação sobre os solos, evidenciando no tema sobre a vitalidade e a preservação da biodiversidade. Logo, a instrução acerca das tipologias de solo se consolidou como conteúdo temático da prancha tátil-visual desenvolvida nesta pesquisa.

Em momento posterior, fundamentando-se em uma revisão de escopo feita em pesquisas anteriores voltada às particularidades de indivíduos com deficiência visual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), foram estabelecidas as premissas para a elaboração do artefato. Essas diretrizes foram sistematizadas em palavras-chaves, como "forma", "ergonomia", "material" e "tipografia", as quais definiram-se os seguintes requisitos de projeto: materiais de baixo custo, texturas adequadas ao conteúdo, reprodução do sistema braille pela impressora 3D e composição simplificada. Quanto à materialidade, optou-se por realizar o artefato com recursos de baixo custo e de fácil aquisição, que geram bons resultados (Giehl; Campos, 2016). No que tange à morfologia, a estrutura visual deve priorizar pela sobriedade e harmonia dos componentes, adotando o sentido de leitura ocidental (da esquerda para a direita e de cima para baixo), dispondo títulos e legendas na seção superior (Andrade; Monteiro, 2019).

Para a escolha da tipografia, elegeu-se a família Havista, contemplando as três variações de peso (regular, semibold e bold). Essa fonte detém propriedades que favorecem a acessibilidade para adultos e idosos com baixa visão, maximizando a legibilidade por meio de uma altura-x proeminente, nítida distinção entre caracteres, contraformas abertas, além de aberturas amplas e espaçamentos generosos entre caracteres e palavras (Lima, 2022). Para a aplicação da tipografia em impressos ampliados, recomenda-se a adoção do corpo 24pt, alinhamento à esquerda, entrelinhamento entre 25% e 30% em relação ao tamanho da fonte e elevado contraste da figura com o fundo. Ademais, em produções textuais ampliadas, sugere-se a limitação de cerca de 39 caracteres por linha (Bueno et al., 2022).

Adicionalmente, a diagramação necessita de uma organização baseada na hierarquia informacional, distinguindo níveis de títulos, blocos de texto e legendas. Requer-se, ainda, o emprego de guias estruturais para o alinhamento de elementos gráficos e textuais, bem como a definição criteriosa de margens e da mancha de texto (Bueno *et al*., 2022). No que diz respeito à ergonomia voltada a indivíduos com cegueira, o artefato deve ser predominantemente tátil, exigindo a implementação integral do sistema braille (Cardoso; Koltermann, 2010). Complementarmente, preconiza-se o uso de cores contrastantes, opondo tonalidades escuras no semicírculo inferior a claras no superior (Pedrosa, 2002 *apud* Cardoso; Silva, 2010) e a adoção de superfícies com acabamento fosco, evitando o uso de materiais brilhantes ou de alta reflexão (Cardoso; Silva, 2010).

Como ponto de partida para a elaboração da prancha tátil-visual, a coordenação do Jardim Sensorial forneceu um texto inicial sobre o conteúdo de solo que poderia ser trabalhado no espaço. Diante desse material, empregou-se a técnica da Linguagem Simples. Esse processo envolveu a adequação de jargões técnicos para um léxico cotidiano ou a explicação do termo. Adotou-se o princípio de uma ideia central por parágrafo, priorizando orações curtas na ordem direta. Evitou-se, igualmente, o uso de abreviaturas, siglas, construções impessoais e a nominalização de verbos, visando democratizar a compreensão da leitura.

Finalizada a transposição do conteúdo original para a Linguagem Simples (Figura 3), o material foi submetido à revisão da coordenação do Jardim Sensorial, que alterou a versão elaborada para colocar mais ênfase na vida do solo e em sua diversidade ecológica. Foi realizada uma nova versão para aprovação da coordenação. Após a aprovação, o texto final foi submetido à validação de um consultor cego. Tal etapa visou certificar que a simplificação promovesse a equidade no acesso à informação, sem comprometer a integridade do texto (Inclusion Europe, 2019 *apud* Gomes *et a*l., 2021). Como desfecho dessa sucessão de revisões, redigiram-se sete versões distintas até a homologação do manuscrito definitivo (Figura 4).

A partir do texto finalizado, foram confeccionadas as primeiras impressões em braille. Assim, foram impressas duas placas com a palavra “solos” em braille jumbo, que possui maior espaçamento entre os pontos em comparação com o braille convencional, geradas pela plataforma Text2DBraille3D em filamento PET transparente. A primeira placa foi impressa em 12 minutos, de acordo com as seguintes configurações: 0,20 mm de altura da camada, 0.2 mm de altura da primeira camada, largura da linha padrão de 0,42mm, primeira camada de 0,5 mm, perímetro externo de 0,42 mm, perímetro interno de 0,45 mm, superfície superior 0,42 mm, preenchimento de 0, 45 mm, preenchimento sólido de 0,42 mm, suporte de 0,4 mm, com a posição da costura atrás e costuras internas

escalonadas, espaço entre costuras de 10%, velocidade base de limpeza da função ativada e precisão de fatiamento de 0,049 mm. A segunda placa, seguiu as mesmas configurações da primeira, porém, com intuito de aprimorar a textura e obter maior conforto no manuseio, teve a altura de camada alterada para 0,08 mm, aumentando o tempo de impressão para 20 minutos.

Como resultado, obtiveram-se duas placas (Figura 5) de 7 x 2,7 cm que apresentaram uma quantidade relevante de resíduos decorrentes do processo de impressão. Tais resíduos geraram conexões entre os pontos, conferindo-lhes uma textura pontiaguda e áspera, característica comum de "stringing" de impressão, formando linhas semelhantes a teias (Salzano, 2019 *apud* Santos; Rust, 2024). Diante disso, constatou-se a necessidade de submeter as peças a um processo de lixamento, gerando uma superfície mais regular e suave ao toque.

Durante a avaliação conduzida junto ao consultor cego, não se constataram divergências perceptíveis entre ambas as placas impressas, não confirmando, portanto, a hipótese de que um maior número de linhas no processo de impressão proporciona um acabamento mais agradável ao toque. O revisor cego destacou que a grafia do sistema braille apresentava-se correta, com legibilidade satisfatória e espessura adequada, propiciando um deslizamento tátil fluido sobre a superfície durante a leitura háptica. Contudo, advertiu sobre a necessidade de reduzir tanto o espaçamento quanto a elevação dos pontos, a fim de garantir a percepção integral da cela braille.

Em virtude das considerações do consultor a respeito da inadequação do espaçamento e da elevação dos pontos no sistema braille, procedeu-se com a plataforma InBraille. Tal ferramenta foi empregada para a impressão de dois parágrafos (Figuras 6 e 7), utilizando-se o filamento PET transparente. Diante do contexto da impressão 3D, a adesão da plataforma InBraille para a geração das placas se justificou pela aproximação às diretrizes normativas do Ministério da Educação (MEC), estabelecido como diâmetro do ponto na base de 2 mm, espaçamento vertical e horizontal entre pontos de 2,7 mm, largura da cela braille de 4,7 mm, altura da cela braille de 7,4 mm, separação horizontal entre as celas braille de 6,6 mm, separação vertical entre as celas braille de 10,8 mm e altura do ponto de 0,65 mm (Brasil, 2018). Outrossim, o sistema se destaca por efetuar a conversão textual para o braille e viabilizar a exportação tanto no formato ASCII quanto em arquivos STL, voltados à impressão 3D (Guerra; Cardoso; Castro, 2025). É oportuno ressaltar que, apesar da padronização, as medidas podem sofrer variações mínimas, as quais são inerentes aos equipamentos ou às ferramentas empregadas no processo de impressão (Brasil, 2018, p. 105).

Para esta impressão, foram estipuladas as seguintes configurações: altura da camada de 0,20 mm; altura da primeira camada de 0,2 mm; largura da linha padrão de 0,42 mm; primeira camada de 0,5 mm; perímetro externo de 0,42 mm; perímetro interno de 0, 45 mm; superfície superior de 0,42 mm; preenchimento de 0,45 mm; preenchimento sólido de 0,42 mm; suporte de 0,4 mm; posição da costura alinhado; perímetro em 3; densidade de preenchimento em 10%; velocidade da primeira camadas em 20 mm/s; preenchimento da primeira de 20 mm/s; velocidade de deslocamento da primeira camada em 100%; perímetro externo de 50 mm/s; perímetro interno de 100 mm/s; velocidade de preenchimento de 100 mm/s; preenchimento sólido de 100 mm/s; superfície superior de 100 mm/s; preenchimento.

Como resultado deste processo de impressão, produziram-se duas placas, com dimensões de 16,5 x 7,5 cm e 15,41 x 14,04 cm. O tempo de impressão demandou, respectivamente, 1 hora e 6 minutos para a primeira placa e 2 horas e 2 minutos para a segunda. Durante a avaliação com o consultor cego, ressaltou-se que tanto o espaçamento entre os pontos do sistema braille quanto a grafia apresentaram-se ideais. No entanto, por se tratarem, desta vez, de blocos de texto mais extensos, a superfície das celas braille permaneciam com uma textura levemente áspera mesmo após o processo de lixamento. Somado a isso, constatou-se que, devido à utilização de filamento transparente, uma das peças saiu da impressora 3D com manchas, evidenciando também, ao longo dos dias, acentuada propensão ao acúmulo de resíduos de sujeira.

Constatada a persistência da textura áspera na placa, formulou-se a hipótese de que o filamento até então empregado estava ressecado. Por conseguinte, procedeu-se à substituição do material pelo filamento PLA branco.Em decorrência desse procedimento, obtiveram-se duas placas com dimensões de 16,5 x 7,5 cm, cuja fabricação demandou o tempo de 1 hora e 28 minutos. Ao comparar o artefato produzido em filamento PET transparente com a peça confeccionada em PLA branco, o consultor atestou que esta última era mais agradável ao toque (Figura 8). Diante dessa percepção, elegeu-se o segundo filamento como padrão para as duas impressões subsequentes de 15,41 x 14,04 cm (Figura 9).

Dessa forma, tendo em vista as medidas exatas das placas em braille, dos recipientes com os solos e da base de poliestireno expandido, bem como dos parâmetros tipográficos definidos, elaboraram-se modelos digitais das possíveis configurações espaciais das informações. Essa composição foi orientada por guias horizontais e verticais, com o intuito de submeter tais alternativas à posterior avaliação do consultor cego (Figuras 10, 11 e 12). Vale destacar que a incorporação de amostras reais do solo do Jardim Sensorial da UFRN na prancha, em vez de uma simulação de textura gerada por impressão 3D, atendeu a uma sugestão do consultor cego, fundamentada no fato de que o contato direto com o material autêntico amplia o repertório tátil e cognitivo do indivíduo com cegueira.

É preciso reiterar que a utilização da impressão 3D para a reprodução tátil adequada do sistema justifica-se, sobretudo, pelo alto custo associado aos equipamentos especializados, a exemplo de impressoras em braille e máquinas de escrever (Guerra; Cardoso; Castro, 2025). Ademais, a elevada despesa com a manutenção constante desses dispositivos constitui um dos principais obstáculos para a produção desse tipo de material acessível. Somado ao fator econômico, o consultor cego pontuou o aspecto favorável do braille impresso na impressora 3D em comparação com outras maneiras de reproduzi-lo: o ponto não cai, como ocorre com o metálico, e o relevo não se desgasta com o tempo nem é apagado, como na forma convencional em papel. Sendo assim, a realização de testes de impressão na Creality K1 proporciona acessibilidade financeira para trabalhos futuros.

Com intuito de montar os modelos em escala real, realizaram-se impressões dos textos em impressora jato de tinta doméstica, utilizando papel no formato A4 (210 x 297 mm) com gramatura de 120 g/m² para o título e o texto em tinta da prancha. O corpo do texto foi configurado no tamanho 24pt, enquanto para o título da prancha tátil-visual foram geradas variações dimensionais, como 40pt, 72pt, 84pt, 120pt, 140pt e 160pt, para a experimentação do tamanho ideal. Os elementos textuais apresentavam caracteres na cor preta sobre fundo branco e foram dispostos juntamente com as placas em braille, os

recipientes com os solos e a base de poliestireno expandido. Essa etapa teve como objetivo permitir a interação do consultor cego, a fim de discutir a organização espacial mais adequada para a prancha (Figura 13, 14 e 15).

Durante a avaliação, o consultor pontuou que as placas em braille deveriam ser posicionadas à esquerda e indicou a necessidade de incluir legendas descritivas para cada amostra, visto que a diferenciação tátil baseada apenas na textura não apresentava contrastes nítidos. Embora a disposição geral tenha sido considerada clara e compreensível, o consultor solicitou a inserção de uma numeração sequencial e a especificação dos tipos de solo no texto principal. Essas adaptações visavam orientar a leitura e conferir previsibilidade na exploração tátil dos recipientes.

A partir dessas considerações, a configuração final da prancha tátil-visual foi estabelecida da seguinte forma: as placas em braille foram posicionadas à esquerda; o título, formatado em bold com fonte de 120pt, foi alocado na porção superior; o texto em tinta foi mantido em tamanho 24pt, com espaçamento entrelinhas de 48pt e, por fim, os recipientes com as amostras de solo foram dispostos logo abaixo do título (Figura 16).

Conclusão

Ao avaliar a aplicação da impressão 3D na reprodução adequada do sistema braille, atestou-se a possibilidade de produzir placas condizentes com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo Ministério da Educação (Brasil, 2018). O impresso foi avaliado por um consultor cego congênito, analisando a legibilidade das celas braille (espaçamento entre pontos). Tal investigação foi facilitada pelo uso da plataforma InBraille, a qual propiciou a simplificação técnica na geração dos textos em braille, dispensando a exigência de proficiência em softwares de modelagem e impressão 3D. Além disso, esse sistema garantiu a padronização das medidas do braille e a otimização do tempo de produção.

No que tange à organização espacial, a possibilidade do revisor cego congênito de manipular e de ordenar os componentes até atingir uma disposição ideal, viabilizou uma organização eficaz para a composição da prancha tátil-visual. A composição espacial definida, considerando a preferência do consultor cego, resultou nas seguintes recomendações para organização das informações na prancha: textos em braille posicionados no lado esquerdo; título em negrito no tamanho de 120 pt na parte superior; texto em tinta dimensionado no corpo 24 pt, com espaçamento entrelinhas de 48 pt; e, por fim, os recipientes contendo as amostras de solo dispostos logo abaixo do título.

É importante pontuar que a amostra de tipos diferentes de solos, proposta na concepção da prancha tátil-visual, não apresentou contraste suficiente de textura entre os três solos selecionados. Em razão disso, o consultor cego sugeriu adaptações para implementações futuras, tais como: a inserção de numeração sequencial, a fixação de braille colado junto ao título e a especificação detalhada dos solo no texto principal. Essas estratégias pedagógicas visam orientar a leitura e conferir previsibilidade durante a exploração tátil das amostras.

As avaliações, com o consultor cego, dos modelos ao longo da pesquisa foram fundamentais para o aprimoramento de cada etapa. No entanto, convém esclarecer que os resultados alcançados correspondem às particularidades de um indivíduo cego congênito inserido no contexto socioeconômico e cultural de Natal, Rio Grande do Norte. Em pesquisas futuras, prevê-se a validação da prancha com um grupo ampliado de participantes, englobando pessoas com cegueira congênita, cegueira adquirida e baixa visão, de modo a aprofundar o entendimento sobre a percepção háptica e os desafios enfrentados por esse grupo no acesso ao conhecimento por meio de recursos táteis-visuais. Em paralelo, planeja-se a inclusão de pictogramas em relevo beneficiando pessoas com necessidades complexas de comunicação, dentre elas pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Referências

Rugai, Helena; Filho, Wagner Marcks Abreu de Goes; Romani, Elizabeth; "Recomendações para Produção de Pranchas Táteis-visuais para Pessoas com Deficiência Visual em Espaços Não Formais de Ensino: Uma Revisão de Escopo", p. 2357-2373. **PPG Design Caderno Científico**, Manaus, 2024. Anais do XV Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design – P&D Design Manaus., DOI https://doi.org/10.29327/5457226.1-149

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista : resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102178. Acesso em: 20 maio. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 07 jul. 2015 (publicação original). Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#art127. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2018. 120 p. Disponível em:http://www.mec.gov.br. Acesso em: 13 out. 2026.

KASTRUP, Virgínia. **Cegueira e invenção**: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade. Curitiba: CRV, 2018. 246 p. ISBN 978-85-44423-72-1. DOI https://doi.org/10.24824/978854442372.1.

CARDOSO, E.; KOLTERMANN, T. L. S. Recursos para acessibilidade em sistemas de comunicação para usuários com deficiência. **Revista Design & Tecnologia**, Porto Alegre, v.1, p. 1-14, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5440163>. Acesso em: 6 set. 2025

GOMES, Rafael Peduzzi et al. A escrita simples como estratégia de acessibilidade para a divulgação científica. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 9, n. 2, p. 215-228, 2021. DOI:https://doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n2p215-228.

SANTOS, Welber Duarte dos; RUST, Naiara Miranda. Uma contribuição à produção de textos em braille utilizando impressoras 3D. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 68, e306802, 2024. Disponível em:https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/968. Acesso em: 13 mar. 2026.

GUERRA, Lucas; CARDOSO, Marcos; CASTRO, Marcos. InBraille: Uma Abordagem Tecnológica para a Democratização do Braille através da Impressão 3D. In: WORKSHOP DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO COM AÇÕES MAKER (IDEIA), 1. , 2025, Maceió/AL. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2025. p. 107-116. DOI: https://doi.org/10.5753/ideia.2025.9057.

GIEHL, F. C.; CAMPOS, J. A. Contribuições de um programa educacional de introdução à linguagem cartográfica tátil para alunos com cegueira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 4, p. 1924–1942, 2016.

ANDRADE, A.; MONTEIRO, C. C.. Um estudo sobre a utilização de Símbolos Pictóricos Táteis em Mapas Temáticos para o Ensino de Geografia no âmbito do Desenho Universal. **Revista Cartográfica**, Ciudad de México, n. 99, p. 71–94, dez. 2019.

LIMA, Caroline Rodrigues de. **Manual de Uso da Família Tipográfica**: Havista. Orientação: Juliana Bueno, Christopher Hammerschmidt. Curitiba: UFPR, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1IbJwcjvo0p2iNg1qu_-F3H97SXVJ6Ux0. Acesso em: 20 out. 2025.

BUENO, Juliana et al. **Guia de recomendações para o desenvolvimento de materiais didáticos impressos para o público de baixa visão**. Curitiba: PPGDesign; labDSI, 2022. 52 p. ISBN 978-65-84565-72-2. Disponível em: https://ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2022/07/Guia-BV-Digital-Vers%C3%A3o-Lan%C3%A7amento-1.0.pdf

Anexos



Figura 1 - Roteiro de entrevista semiestruturada para avaliação do texto em Braille.



Figura 2 - Roteiro de entrevista semiestruturada para avaliação da configuração da prancha.



Figura 3 - Texto original



Figura 4 - Texto final reescrito com o método da Linguagem Simples



Figura 5 - Primeiras impressões realizadas com a palavra “solos” com filamento PET transparente



Figura 6 - Impressão de parágrafo em PET transparente



Figura 7 - Impressão de parágrafo em PET transparente



Figura 8 - Impressão de parágrafo no filamento PLA branco



Figura 9 - Impressão de parágrafo no filamento PLA branco



Figura 10 - Primeira opção de composição espacial



Figura 11 - Segunda opção de composição espacial.



Figura 12 - Terceira opção de composição espacial



Figura 13 - Interação do consultor cego as placas em braille



Figura 14 - Interação do consultor cego configurando a prancha tátil-visual



Figura 15 - Organizações com o modelo da prancha tátil-visual



Figura 16 - Configuração final da prancha tátil-visual, a partir de recomendações do consultor cego congênito

CÓDIGO: HS1525

AUTOR: ANA BEATRYZ FERNANDES DANTAS DE SENA

ORIENTADOR: ANTONINO CONDORELLI

TÍTULO: Pluriverso, cosmotécnicas e crítica à matriz ocidentecêntrica/colonial da inteligência artificial

Resumo

A expansão da inteligência artificial (IA), especialmente dos sistemas generativos, intensificou debates sobre ética, regulação e impactos sociais. Entretanto, parte dessas discussões permanece orientada por perspectivas produzidas nos centros hegemônicos do capitalismo digital, universalizando concepções ocidentais de inteligência, conhecimento e desenvolvimento tecnológico. Este artigo investiga a IA como fenômeno tecnológico, econômico, epistemológico e político, questionando os pressupostos de sua concepção dominante. Trata-se de pesquisa qualitativa e teórica, desenvolvida por revisão crítica da literatura e análise conceitual interdisciplinar. O percurso articula colonialidade do poder, colonialidade dos dados, colonialismo digital, cosmotécnica, tecnodiversidade, pluriverso e contracolonialidade. A análise propõe compreender a colonialidade da IA em três dimensões interdependentes: infraestrutura, inteligência e alinhamento. A primeira envolve a concentração de capacidade computacional, modelos, dados e infraestruturas; a segunda, a universalização de uma concepção técnico-instrumental de inteligência; a terceira, a incorporação de valores particulares aos sistemas como se fossem universais. Como horizonte alternativo, propõe-se a pluriversalização da IA, não como mera diversificação dos sistemas existentes, mas como abertura à produção tecnológica orientada por múltiplas epistemologias, cosmologias e formas de vida desde o Sul Global.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Colonialidade. Cosmotécnica. Pluriverso.

TITLE: Pluriverse, Cosmotechnics, and Critique of the Western-Centric/Colonial Matrix of Artificial Intelligence

Abstract

The expansion of artificial intelligence (AI), especially generative systems, has intensified debates on ethics, regulation and social impacts. However, these discussions often remain shaped by perspectives from hegemonic centers of digital capitalism, universalizing Western conceptions of intelligence, knowledge and technological development. This article investigates AI as a technological, economic, epistemological and political phenomenon, questioning the assumptions underlying its dominant conception. The research adopts a qualitative and theoretical approach, based on critical

literature review and interdisciplinary conceptual analysis, articulating coloniality of power, data coloniality, digital colonialism, cosmotechnics, technodiversity, pluriverse and counter-coloniality. The analysis identifies three interdependent dimensions of AI coloniality: infrastructure, intelligence and alignment. The first concerns the concentration of computing capacity, data, models and technological infrastructures; the second, the universalization of a technical-instrumental conception of intelligence; and the third, the incorporation of particular values into AI systems as universal standards. As an alternative, the article proposes the pluriversalization of AI, understood as technological production grounded in multiple epistemologies, cosmologies and ways of life, particularly from the Global South.

Keywords: Artificial intelligence. Coloniality. Cosmotechnics. Pluriverse.

Introdução

A inteligência artificial (IA) ocupa lugar central nas transformações tecnológicas contemporâneas. Sistemas algorítmicos estão presentes em mecanismos de busca, plataformas digitais, recomendações, processos automatizados de decisão e, especialmente, em sistemas generativos que produzem textos, imagens, códigos e outros conteúdos. Sua expansão é acompanhada por discursos que associam IA à inovação, eficiência e progresso, consolidando a percepção de que seu desenvolvimento constitui uma etapa inevitável da evolução técnico-científica.

Na literatura especializada, a IA é compreendida como o campo dedicado ao desenvolvimento de sistemas capazes de executar tarefas relacionadas à inteligência humana (Russell; Norvig, 2013). Embora essa definição delimite o fenômeno em sua dimensão computacional, ela não contempla as disputas epistemológicas, políticas e econômicas envolvidas em sua produção. Como observa Evangelista (2023), a inteligência artificial também participa da construção de imaginários sociotécnicos relacionados ao futuro, à inovação e à racionalidade.

O problema emerge quando uma concepção historicamente situada de tecnologia é apresentada como universal. Sistemas de IA dependem de dados, infraestruturas, modelos matemáticos, critérios de classificação e formas específicas de definir problemas. Esses elementos são produzidos em contextos sociais e históricos. Assim, a tecnologia não apenas opera sobre uma realidade preexistente, mas também participa da produção das categorias utilizadas para conhecê-la e organizá-la.

Essa questão pode ser compreendida a partir do conceito de colonialidade do poder. Para Quijano (2005), a colonialidade permanece estruturando relações de poder mesmo após o fim formal do colonialismo, inclusive pela hierarquização de saberes e universalização de determinadas formas de racionalidade. Nesse sentido, a IA pode ser analisada como parte de um regime contemporâneo de produção e circulação do conhecimento, marcado pela concentração de infraestruturas digitais, pela coleta massiva de dados e pela predominância de determinados modelos de inteligência.

Ricaurte (2023) denomina esse processo de colonialidade dos dados, enquanto Faustino e Lippold (2022) discutem suas dimensões econômicas e políticas a partir do conceito de colonialismo digital. Essas contribuições permitem compreender que os dados utilizados

pelos sistemas de IA não constituem recursos neutros, mas são produzidos e apropriados dentro de relações históricas, sociais e econômicas.

A crítica, contudo, não deve se limitar à exploração dos dados. É necessário problematizar o próprio conceito de inteligência que orienta esses sistemas. Yuk Hui (2020), por meio da noção de cosmotécnica, questiona a existência de uma única trajetória tecnológica e demonstra que diferentes sociedades podem estabelecer relações distintas entre técnica, conhecimento, moralidade e mundo. Essa perspectiva aproxima-se do conceito de pluriverso, desenvolvido por Kothari et al. (2021), e da perspectiva contracolonial de Bispo dos Santos (2020), ao deslocar a questão da simples inclusão de diferentes sujeitos para a possibilidade de produzir outras formas de organizar e conceber a técnica.

Partindo dessas questões, este artigo investiga como pensar a inteligência artificial desde o Sul Global sem reproduzir racionalidades coloniais presentes nos atuais sistemas tecnológicos. O objetivo é analisar a colonialidade da IA em suas dimensões materiais, epistemológicas e normativas e discutir a pluriversalização da tecnologia como possibilidade contracolonial.

Parte-se da hipótese de que a emancipação tecnológica não pode ser reduzida à democratização do acesso, à diversificação de bancos de dados ou à correção de vieses. Embora relevantes, essas medidas não necessariamente modificam as estruturas que determinam quem controla as infraestruturas, quais conhecimentos são legitimados, o que é compreendido como inteligência e quais valores orientam os sistemas.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa e teórica, desenvolvida por meio de revisão crítica da literatura e análise conceitual interdisciplinar. O percurso metodológico parte da compreensão de que a inteligência artificial constitui simultaneamente um fenômeno técnico, econômico, político e epistemológico, não podendo ser examinada exclusivamente a partir de seus mecanismos computacionais.

A opção pela pesquisa bibliográfica decorre do próprio problema investigado. O objetivo não é avaliar o desempenho de uma ferramenta específica de IA, comparar modelos ou realizar testes quantitativos, mas investigar os pressupostos que sustentam a concepção dominante da inteligência artificial e as relações de poder que atravessam sua produção e circulação.

O referencial teórico foi constituído por autores provenientes dos estudos decoloniais, da filosofia da técnica, dos estudos críticos sobre tecnologia e das discussões contemporâneas sobre inteligência artificial. Foram mobilizadas as contribuições de Quijano (2005) e Mignolo (2008) para compreender colonialidade e decolonialidade; Ricaurte (2023) para a colonialidade dos dados; Faustino e Lippold (2022) para o colonialismo digital; Hui (2020) para cosmotécnica e tecnodiversidade; Kothari et al. (2021) para pluriverso; Evangelista (2023) para os imaginários sociotécnicos da IA; Piedra (2023) para a crítica à ética universalizante; Noble (2018) para a relação entre

algoritmos e reprodução de hierarquias; Varshney (2023) para o debate sobre alinhamento; Bispo dos Santos (2020) para a contracolonialidade; Krenak (2022) para a noção de futuro ancestral; e Modiri (2021) para a disputa epistemológica no pensamento político africano. Russell e Norvig (2013) foram utilizados para delimitar a definição técnico-computacional de inteligência artificial.

A análise foi organizada em três movimentos articulados. O primeiro consistiu em compreender a IA como construção histórica e epistemológica, examinando definições técnicas e narrativas de progresso associadas à expansão dos sistemas algorítmicos. O segundo concentrou-se nas relações entre colonialidade do poder, colonialidade dos dados e colonialismo digital, buscando compreender como a produção e a circulação de dados se articulam à concentração econômica das infraestruturas digitais e à produção de hierarquias epistemológicas. O terceiro reuniu cosmotécnica, tecnodiversidade, pluriverso e contracolonialidade para investigar possibilidades de deslocamento do paradigma tecnológico dominante.

O procedimento analítico consistiu no confronto conceitual entre essas perspectivas, procurando preservar as especificidades dos autores mobilizados. A partir desse percurso, foi construída uma proposta interpretativa da colonialidade da IA em três dimensões: infraestrutura, inteligência e alinhamento. A primeira dimensão deriva principalmente do diálogo entre colonialismo digital e colonialidade dos dados e diz respeito às condições materiais de produção da inteligência artificial. A segunda articula colonialidade do poder, tecnodiversidade e crítica algorítmica para discutir os sentidos atribuídos à própria ideia de inteligência. A terceira incorpora a discussão contemporânea sobre alinhamento para analisar a dimensão normativa dos sistemas e os valores utilizados para orientar seu comportamento.

A pesquisa não se configura como revisão sistemática da literatura, não tendo sido realizado levantamento bibliométrico ou tratamento estatístico das publicações. Seu propósito foi construir uma interpretação teórica capaz de ampliar o debate sobre IA para além das questões de eficiência, inovação, regulação e mitigação de vieses.

Resultados e Discussões

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Da colonialidade do poder à colonialidade da inteligência artificial

O primeiro resultado da análise é a compreensão de que a inteligência artificial está inserida em relações históricas de poder que ultrapassam sua dimensão computacional. Suas infraestruturas, dados, modelos e critérios são produzidos em contextos econômicos, políticos e epistemológicos específicos.

A contribuição de Quijano (2005) é fundamental para compreender esse processo. Ao formular o conceito de colonialidade do poder, o autor demonstra que a experiência colonial não terminou com a independência política dos territórios submetidos à

colonização. Permaneceram estruturas de classificação e hierarquização que organizam relações sociais e formas de conhecimento.

Conforme afirma Quijano:

> A repressão recaiu, antes de tudo, sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual. Foi seguida pela imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, assim como de suas crenças e imagens referentes ao sobrenatural, as quais serviram não somente para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como um meio muito eficaz de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática (Quijano, 2005, p. 121).

A passagem evidencia que a colonialidade também atua pela organização dos modos de conhecer. Essa perspectiva permite deslocar a discussão sobre IA de uma abordagem exclusivamente técnica para uma análise daquilo que seus sistemas reconhecem como informação, conhecimento e inteligência.

Nesse contexto, a colonialidade dos dados representa uma manifestação contemporânea desse processo. Ricaurte (2023) demonstra que a centralidade dos dados não deve ser compreendida apenas como característica técnica da sociedade digital, pois sua produção e organização também reproduzem relações de poder.

A autora afirma:

> Essa racionalidade centrada em dados deve ser entendida como uma expressão da colonialidade do poder, produzindo hierarquias epistêmicas e impondo formas específicas de organização da experiência social. A colonialidade manifesta-se como a imposição violenta de formas de ser, pensar e sentir, por meio de uma matriz de poder que privilegia determinados conhecimentos enquanto marginaliza ou elimina outros modos de existência e produção de saber (Ricaurte, 2023, p. 8).

Os dados não são reflexos objetivos do mundo. Resultam de processos de seleção, classificação e representação. Antes de serem processadas por um algoritmo, decisões já foram tomadas sobre aquilo que merece ser registrado e como uma experiência deve ser representada. A IA pode aprofundar hierarquias produzidas na transformação da experiência em dado.

A dimensão econômica desse fenômeno é evidenciada por Faustino e Lippold (2022), que analisam o colonialismo digital como atualização de formas de exploração no capitalismo:

> Estamos diante de um verdadeiro saque milionário de informações transformadas em ativos econômicos, perpetrado por corporações imperialistas que extraem, armazenam e processam dados, expertise e padrões sociais, quantificando parte fundamental das nossas vidas para melhor mercantilizá-las (Faustino; Lippold, 2022, p. 36).

A passagem evidencia a relação entre dados e acumulação econômica. A informação produzida socialmente pode ser apropriada por empresas capazes de armazená-la, processá-la e transformá-la em valor. Na IA, essa dinâmica ganha relevância porque modelos avançados dependem de grandes volumes de dados e elevada capacidade computacional.

É nesse ponto que a pesquisa identifica a primeira dimensão da colonialidade da IA: a colonialidade da infraestrutura. Ela corresponde à concentração das condições materiais necessárias para produzir sistemas avançados de inteligência artificial, envolvendo capacidade computacional, modelos, dados, redes, conhecimento especializado, investimentos e propriedade tecnológica.

A desigualdade não está apenas no acesso à ferramenta. Um território pode utilizar sistemas de IA sem possuir capacidade de decidir como essas tecnologias são construídas ou quais interesses orientam seu desenvolvimento. O Sul Global pode ocupar simultaneamente as posições de consumidor de tecnologia e fornecedor de dados, permanecendo distante do controle das infraestruturas que concentram o valor produzido.

A segunda dimensão surge quando a análise se desloca da infraestrutura para o conceito de inteligência. A IA contemporânea tende a associar inteligência à capacidade de processar informações, reconhecer padrões, prever comportamentos, produzir respostas e executar tarefas. Essas capacidades são tecnicamente relevantes, mas sua transformação em parâmetro universal de inteligência precisa ser problematizada.

A colonialidade da IA não se limita à exploração econômica. Ela também atua quando uma concepção de racionalidade é apresentada como medida geral para compreender o que significa conhecer, pensar ou produzir inteligência. Os algoritmos podem reproduzir hierarquias não apenas porque trabalham com dados socialmente desiguais, mas porque operam a partir de categorias específicas de classificação.

Noble (2018) demonstra que sistemas algorítmicos podem reproduzir estruturas sociais de desigualdade, especialmente quando mecanismos de busca e classificação são construídos sobre relações históricas marcadas por racismo, gênero e outras formas de hierarquização. O problema não está exclusivamente no resultado produzido pelo sistema, mas nas relações sociais que atravessam sua construção.

A colonialidade da inteligência artificial pode ser compreendida como um processo no qual determinada concepção de inteligência, conhecimento e racionalidade adquire capacidade de se apresentar como universal.

Essa dimensão conecta-se à terceira camada identificada pela pesquisa: o alinhamento. A discussão sobre alinhamento busca fazer com que sistemas de IA atuem segundo objetivos considerados desejáveis. Contudo, a definição desses objetivos pressupõe valores. Decidir o que significa segurança, autonomia, responsabilidade ou comportamento adequado implica escolhas normativas.

Piedra (2023) chama atenção para o caráter situado dos debates sobre ética da IA, especialmente quando princípios formulados em tradições anglo-eurocêntricas são apresentados como referências universais. Varshney (2023), por sua vez, discute a necessidade de descolonizar o alinhamento. Se os valores utilizados para orientar sistemas

são definidos por instituições concentradas em determinados contextos, existe o risco de que sejam incorporados como se representassem valores universais.

É dessa relação que emerge a colonialidade do alinhamento, que ocorre quando valores historicamente situados são incorporados ao comportamento de sistemas tecnológicos e apresentados como critérios gerais de ação.

As três dimensões não devem ser analisadas isoladamente. A colonialidade da infraestrutura estabelece quem possui as condições materiais de produção; a colonialidade da inteligência influencia quais concepções de conhecimento orientam os sistemas; e a colonialidade do alinhamento interfere na definição dos valores segundo os quais operam. O resultado é uma forma de poder que atua sobre matéria, conhecimento e normatividade.

3.2 Cosmotécnica, tecnodiversidade e a disputa sobre o que significa inteligência

Se a colonialidade permite compreender o problema, a filosofia da técnica de Yuk Hui (2020) oferece uma chave para imaginar sua superação. Sua contribuição central está na crítica à ideia de uma tecnologia universal.

Para Hui (2020), técnica e cosmologia estão relacionadas. Diferentes sociedades podem produzir distintas relações entre tecnologia, natureza, conhecimento e existência. Por isso, não existe necessariamente uma única trajetória tecnológica. O autor afirma:

> A tecnologia não é antropologicamente universal; seu funcionamento é assegurado e limitado por cosmologias particulares que vão além da mera funcionalidade e da utilidade. Assim, não há uma tecnologia única, mas uma multiplicidade de cosmotécnicas (Hui, 2020, p. 52).

A noção de cosmotécnica é importante para pensar a IA porque permite questionar sua arquitetura epistemológica. Se toda técnica está relacionada a uma cosmologia, a IA dominante também expressa determinada forma de compreender o mundo.

A questão deixa de ser apenas “como produzir uma IA melhor?” e passa a ser “a partir de qual concepção de mundo estamos definindo o que significa produzir uma IA melhor?” Essa mudança é central para a tecnodiversidade.

Hui (2020) não propõe simplesmente que diferentes culturas sejam representadas nas tecnologias existentes. Sua formulação aponta para a possibilidade de diferentes fundamentos técnicos. A tecnodiversidade não corresponde à soma de diferentes conteúdos dentro de uma mesma estrutura tecnológica.

Ampliar idiomas, incorporar dados de diferentes regiões ou aumentar a representação de grupos sub-representados pode reduzir formas de exclusão. Entretanto, essas ações não necessariamente modificam quem controla a infraestrutura, quais concepções de inteligência orientam o sistema ou quais valores determinam seu funcionamento.

Por isso, a tecnodiversidade exige reconhecer múltiplas possibilidades de relação entre técnica e mundo. Se diferentes sociedades possuem distintas formas de compreender responsabilidade, coletividade, natureza, indivíduo e futuro, não é possível presumir que um único conjunto de princípios represente todas essas perspectivas.

Isso não significa defender a ausência de princípios éticos, mas reconhecer que a definição de um sistema desejável é uma questão política e epistemológica. A crítica de Piedra (2023) é relevante ao questionar a universalização de modelos éticos desenvolvidos em contextos específicos.

A ética da IA pode se transformar em instrumento de colonialidade quando funciona como mecanismo de exportação de valores. Um sistema pode ser considerado "ético" segundo critérios definidos por empresas ou instituições de determinado contexto e, simultaneamente, reproduzir formas de invisibilização de outros modos de existência.

Nesse sentido, a tecnodiversidade não deve ser separada da disputa epistemológica. Uma IA tecnodiversa precisaria permitir que diferentes comunidades não fossem apenas representadas como objetos nos sistemas, mas participassem da definição de problemas, objetivos, critérios e formas de uso.

Em vez de considerar grupos marginalizados como usuários incorporados às tecnologias existentes, torna-se necessário reconhecê-los como possíveis produtores de conhecimentos e tecnologias.

A relação entre técnica e conhecimento também permite recuperar a crítica decolonial de Mignolo (2008). A decolonialidade não consiste simplesmente em inverter hierarquias ou substituir um conhecimento universal por outro, mas em abrir espaços para outras formas de produção do saber. Aplicada à IA, essa perspectiva permite pensar uma tecnologia que não tenha como pressuposto uma única racionalidade legítima.

Assim, a tecnodiversidade fornece uma resposta ao universalismo tecnológico: se podem existir diferentes cosmotécnicas, também podem existir diferentes formas de inteligência artificial. Uma IA desenvolvida para atender às necessidades de uma comunidade específica não precisa reproduzir os objetivos de uma plataforma comercial global. Seu desenho pode ser orientado por outras necessidades, valores e relações com o território. É nesse ponto que a tecnodiversidade se aproxima do pluriverso.

3.3 Do pensamento decolonial à pluriversalização contracolonial da inteligência artificial

O conceito de pluriverso amplia a crítica ao universalismo tecnológico ao permitir pensar a coexistência de diferentes mundos, conhecimentos e formas de vida. Kothari et al. (2021) questionam a ideia de um único modelo universal de desenvolvimento e propõem reconhecer múltiplas formas de organização social e relação com o mundo.

Aplicado à IA, o pluriverso permite deslocar uma questão fundamental: em vez de perguntar somente como tornar os sistemas existentes mais representativos, é possível

perguntar como diferentes comunidades podem participar da definição de quais sistemas tecnológicos devem existir.

Essa mudança marca a passagem da diversificação para a pluriversalização. Diversificar significa aumentar a representação dentro de uma estrutura estabelecida; pluriversalizar significa reconhecer a possibilidade de diferentes estruturas.

Uma IA pluriversal não seria um único sistema que incorporasse todas as culturas, conhecimentos e cosmologias, pois isso poderia resultar em nova universalização. A pluriversalização aponta para a coexistência de diferentes projetos tecnológicos.

Essa proposta encontra na contracolonialidade de Bispo dos Santos (2020) uma dimensão política importante. A contracolonialidade não se limita ao reconhecimento abstrato da diversidade. Ela envolve a afirmação de modos de vida e conhecimentos historicamente submetidos aos processos coloniais.

No campo tecnológico, isso significa questionar a posição de comunidades e povos do Sul Global como meros fornecedores de dados, consumidores de plataformas ou objetos de pesquisa. Uma comunidade pode ter seus conhecimentos incorporados a uma IA sem possuir controle sobre o sistema. Nesse caso, a representação pode funcionar como nova forma de extração.

A perspectiva contracolonial permite imaginar uma relação diferente: comunidades como sujeitos capazes de definir problemas tecnológicos, controlar dados, estabelecer critérios de uso e produzir soluções próprias. Esse ponto é fundamental para que a pluriversalização não seja reduzida a uma estratégia de diversidade corporativa.

Krenak (2022) contribui para essa discussão ao tensionar a concepção linear de futuro associada ao desenvolvimento moderno. A ideia de futuro ancestral permite compreender que projetar o futuro não exige romper com conhecimentos e experiências ancestrais.

Essa perspectiva é relevante para a IA porque o imaginário dominante tende a representar o futuro tecnológico como uma sequência de sistemas cada vez mais autônomos, rápidos e poderosos. O futuro ancestral introduz outra pergunta: mais tecnologia para quê e para quem?

Essa questão desloca o critério de progresso. Um sistema não é necessariamente melhor porque é mais complexo ou automatiza mais atividades. Seu valor depende das relações que estabelece com os modos de vida nos quais é inserido.

A contribuição de Modiri (2021) reforça esse deslocamento ao enfatizar a disputa epistemológica presente no pensamento político africano. A autonomia não depende apenas do acesso a instrumentos produzidos por outros, mas também da capacidade de produzir conceitos e instituições próprias.

No caso da IA, isso significa que autonomia tecnológica não pode ser confundida com capacidade de utilizar plataformas estrangeiras. Um país, universidade ou comunidade pode utilizar sistemas avançados e permanecer dependente das estruturas que controlam seus modelos, dados e infraestruturas. A autonomia exige participação na produção.

Nesse sentido, os conceitos discutidos convergem para uma proposta de pluriversalização contracolonial da inteligência artificial. A pluriversalização não significa negar a IA, tampouco rejeitar a ciência ou a tecnologia. Significa retirar da inteligência artificial o caráter de destino inevitável e reconhecer que sua forma atual corresponde a uma trajetória histórica específica.

A decolonialidade fornece a crítica às hierarquias epistemológicas; a tecnodiversidade demonstra que diferentes relações entre técnica e mundo são possíveis; o pluriverso permite pensar a coexistência de múltiplos mundos; e a contracolonialidade introduz a dimensão da autonomia e resistência dos povos historicamente subordinados.

A partir dessa articulação, o artigo propõe compreender a pluriversalização da IA em quatro deslocamentos. O primeiro é o deslocamento da utilização para a autonomia da infraestrutura. Não basta garantir acesso a sistemas de IA; é necessário ampliar a capacidade de produzir, controlar e governar infraestruturas tecnológicas.

O segundo é o deslocamento da coleta para a soberania dos dados. Comunidades não devem ser reduzidas a fontes de dados para sistemas externos. É necessário discutir quem produz, controla, classifica e utiliza os dados.

O terceiro é o deslocamento da representação para a pluralidade epistemológica. Não basta inserir diferentes conteúdos em modelos existentes. É preciso reconhecer diferentes concepções de inteligência e formas de produzir conhecimento.

O quarto é o deslocamento do alinhamento universal para a pluralidade normativa. Os valores que orientam sistemas de IA devem ser compreendidos como objeto de participação e disputa, e não como verdades universais previamente estabelecidas.

Esses deslocamentos sintetizam o argumento central da pesquisa: a emancipação tecnológica não ocorre apenas quando mais pessoas têm acesso à mesma tecnologia, mas quando diferentes sujeitos adquirem condições de participar da definição dos próprios caminhos tecnológicos.

Nesse sentido, a pluriversalização é mais profunda que a diversificação. A diversificação pode tornar o sistema dominante mais representativo; a pluriversalização questiona a necessidade de existir um sistema dominante. Essa diferença é fundamental para uma perspectiva contracolonial da IA.

O resultado teórico da pesquisa é a compreensão da colonialidade da inteligência artificial como uma estrutura multidimensional, na qual infraestrutura, inteligência e alinhamento se articulam. Na infraestrutura, manifesta-se pela concentração material da produção tecnológica. Na inteligência, pela universalização de uma racionalidade técnico-instrumental. No alinhamento, pela transformação de valores particulares em parâmetros supostamente universais.

A partir desse diagnóstico, a tecnodiversidade oferece a possibilidade de múltiplas formas técnicas; o pluriverso, a coexistência de múltiplos mundos; e a contracolonialidade, a possibilidade de que sujeitos historicamente subordinados não apenas resistam às estruturas existentes, mas produzam alternativas.

O argumento não pressupõe que toda tecnologia produzida fora do Norte Global seja automaticamente emancipatória, tampouco que todo conhecimento tradicional deva ser incorporado a sistemas tecnológicos. A proposta é evitar uma nova forma de essencialização. Pluriversalizar implica criar condições para que diferentes comunidades decidam se, como e para quê determinadas tecnologias devem ser desenvolvidas.

Esse ponto impede que a pluriversalidade seja transformada em mero recurso de mercado. Uma empresa pode utilizar símbolos, idiomas ou conhecimentos de diferentes comunidades e manter a mesma estrutura de concentração tecnológica. Nesse caso, a diversidade torna-se elemento estético ou mercadológico, sem transformação das relações de poder.

A pluriversalização contracolonial exige, ao contrário, transformação das relações de produção, conhecimento e decisão. A questão central deixa de ser apenas quem está representado no sistema e passa a ser quem possui poder para definir sua existência.

Por essa razão, pensar a inteligência artificial desde o Sul Global significa também questionar o imaginário segundo o qual inovação tecnológica deve necessariamente seguir os centros atuais de poder. O Sul Global não deve ser compreendido apenas como território que recebe tecnologias produzidas em outros lugares, mas como espaço de elaboração de outros paradigmas tecnológicos. A contribuição da pesquisa está justamente nesse deslocamento: da crítica da IA como tecnologia universal para a construção conceitual de uma IA pluriversal.

Conclusão

A pesquisa demonstrou que a inteligência artificial não pode ser compreendida exclusivamente como tecnologia de automação, processamento de informações ou reprodução de capacidades cognitivas. Sua construção envolve relações econômicas, políticas e epistemológicas que determinam quais conhecimentos são incorporados aos sistemas, quais formas de inteligência são valorizadas e quais valores orientam seu funcionamento.

A partir do diálogo entre os autores analisados, foi possível identificar três dimensões articuladas da colonialidade da inteligência artificial: infraestrutura, inteligência e alinhamento. A colonialidade da infraestrutura refere-se à concentração das condições materiais de produção da IA, incluindo capacidade computacional, dados, modelos e conhecimento especializado. A colonialidade da inteligência diz respeito à universalização de uma concepção técnico-instrumental de racionalidade. A colonialidade do alinhamento refere-se à incorporação de valores historicamente situados aos sistemas como se fossem parâmetros universais.

O trabalho demonstra, portanto, que o enfrentamento das desigualdades algorítmicas não pode ser limitado à correção de vieses ou ao aumento da representatividade nos dados. Essas medidas são importantes, mas insuficientes quando permanecem intactas as estruturas materiais e epistemológicas que sustentam a tecnologia.

A decolonialidade permite questionar essas estruturas; a cosmotécnica e a tecnodiversidade permitem reconhecer a existência de diferentes relações entre técnica e mundo; o pluriverso amplia a possibilidade de coexistência entre diferentes epistemologias e formas de vida; e a contracolonialidade acrescenta a dimensão política da autonomia e da produção de alternativas. Nesse sentido, o artigo propõe a pluriversalização contracolonial da inteligência artificial como horizonte de pesquisa. Pluriversalizar não significa criar uma única IA capaz de representar todos os povos, mas possibilitar a existência de diferentes projetos tecnológicos, construídos a partir de necessidades, epistemologias, cosmologias e formas de vida diversas.

A principal contribuição do estudo está em deslocar a pergunta sobre inteligência artificial. Mais do que perguntar somente o que uma IA é capaz de fazer, é necessário perguntar quem define o que ela deve fazer, quais conhecimentos orientam sua construção, quem controla as infraestruturas que a sustentam e quais valores são transformados em critérios de decisão.

Como continuidade, pesquisas empíricas poderão investigar experiências de produção tecnológica no Sul Global, iniciativas de soberania de dados, modelos comunitários de IA, projetos de infraestrutura tecnológica autônoma e experiências que articulem conhecimentos tradicionais e tecnologias digitais. Esses estudos poderão verificar de que maneira os princípios de tecnodiversidade, pluriverso e contracolonialidade podem ultrapassar o campo conceitual e contribuir para formas efetivas de autonomia tecnológica.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significados**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

EVANGELISTA, Rafael. Por uma etnografia do poder na inteligência artificial, no capitalismo de vigilância e no colonialismo digital. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 112-133, jun. 2023.

FAUSTINO, Deivison Mendes; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 56-78, ago. 2022.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.). **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MODIRI, Joel M. Azanian political thought and the undoing of South African knowledges. **Theoria**, v. 68, n. 168, p. 42-85, 2021.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. New York: New York University Press, 2018.

PIEDRA, Jonathan. Decolonizing the "Ethics of AI". **Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy**, v. 19, n. 1, p. 467-481, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RICAURTE, Paola. Epistemologias de dados, colonialidade do poder e resistência. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, p. 6-26, 2023.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. Tradução da 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

VARSHNEY, Kush R. **Decolonizing AI alignment**. [S. l.]: arXiv, 2023. DOI: 10.48550/arXiv.2309.15871.

CÓDIGO: HS1536

AUTOR: KAREN YASMIN GOMES FABRICIO DA SILVA

ORIENTADOR: FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES SANTIAGO JUNIOR

TÍTULO: Os desafios do legado monumental no Brasil contemporâneo: agenciamento e contestação/destruição de artefatos de arte e memória (2022-2024)

Resumo

Esta pesquisa investiga as disputas de memória e os conflitos em torno de artefatos de arte, memória e patrimônios no Brasil em eventos distribuídos entre 2022 e 2024. O estudo analisa como intervenções físicas funcionam como formas de performance do passado, trazendo para o primeiro plano as ambiguidades da arte, memória e patrimônio no Brasil e sua relação com as disputas de cidadania. Os eventos acionaram novas dimensões do pacto histórico e político firmado quando se coloca monumentos na praça pública. Adota-se o método histórico com auxílio da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1977) através de três etapas adaptadas (pré-análise, exploração e interpretação) para observar como essas ações ganham relevância ao serem replicadas na internet, transformando-se em debates sobre identidade e cidadania. A pesquisa destaca que a qualificação desses atos como vandalismo ou protesto evidencia uma profunda hierarquização do luto e do direito à memória no espaço público. Conclui-se que as disputas pelos monumentos ultrapassam a dimensão física e envolvem a produção, circulação e interpretação de suas imagens nas redes digitais, constituindo parte ativa da cidadania contemporânea.

Palavras-chave: Arte, patrimônio, monumentos, memória pública, contestação, derrubadas

TITLE: The challenges of the monumental legacy in contemporary Brazil: agency and contestation/destruction of art and memory artifacts (2022-2024)

Abstract

This research investigates memory disputes and conflicts surrounding artifacts of art, memory, and heritage in Brazil through events that took place between 2022 and 2024. The study examines how physical interventions function as forms of performing the past, bringing to the fore the ambiguities surrounding art, memory, and heritage in Brazil and their relationship with struggles over citizenship. These events triggered new dimensions of the historical and political pact established when monuments are placed

in public spaces. The study adopts the historical method, supported by Content Analysis, following Laurence Bardin (1977), through three adapted stages—pre-analysis, exploration, and interpretation—to examine how these actions gain relevance as they are reproduced on the internet, becoming debates about identity and citizenship. The research highlights that the classification of these acts as either vandalism or protest reveals a profound hierarchy in the recognition of grief and the right to memory in public space. It concludes that disputes over monuments extend beyond their physical dimension and involve the production, circulation, and interpretation of their images on digital networks, constituting an active part of contemporary citizenship.

Keywords: Art, heritage, monuments, public memory, contestation, urban fallism

Introdução

O presente estudo dá continuidade a uma trajetória de pesquisa iniciada em dois planos de trabalho cadastrados no SIGAA: “Monumentos e os historiadores no espaço público: debates e imprensa no iconoclasmo dos anos 2020”, desenvolvido no biênio 2021-2022, e “Monumentalidade e comunidade historiográfica contemporâneas: imprensa e história pública no ano 2021-2022”, desenvolvido em 2023-2024. Nesses trabalhos, foi possível constatar mudanças significativas nas disputas de memória, marcadas pela emergência de novas práticas, conceitos e sujeitos, especialmente a partir da pandemia de Covid-19, durante o governo de Jair Bolsonaro e com forte inflexão no início do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os debates sobre arte, patrimônio e memória pública assumiram relevância nos últimos anos, manifestando-se em eventos de celebração e em ações de destruição, intervenção e contestação. Nesses acontecimentos, artefatos da cultura material foram mobilizados para discutir e ativar sentidos sobre o passado, o presente e o futuro. Estelas, esculturas, estátuas, bustos e obeliscos, ao serem celebrados ou contestados, passam a constituir suportes de disputas, práticas de apropriação e formas de performatização da história pública (Santhiago, 2016).

Partimos do entendimento de que esses atos, ao serem convertidos em notícias e imagens que circulam na internet, adquirem uma espécie de “vida própria”, marcada por sua alta potencialidade de circulação e viralização. Nesse processo, a repetição digital atua como mecanismo de presentificação e perpetuação do acontecimento: o ato sobrevive à sua realização material à medida que suas imagens e narrativas são continuamente reproduzidas, compartilhadas e retomadas. É nesse sentido que o artefato de arte, memória ou patrimônio, ao ser derrubado, agredido ou rasurado e ter sua transformação registrada em fotografias e vídeos, é convertido em uma espécie de bio-imagem (Mitchell, 2015). Sua “vida” passa a depender, em grande medida, de sua reprodução e circulação digital, potencialmente acessível a qualquer pessoa conectada por meio de um celular. As imagens, portanto, não apenas registram o acontecimento, mas contribuem para sua continuidade, deslocando-o do momento e do espaço em que ocorreu para diferentes contextos de circulação e apropriação (Santiago Jr., 2023).

A partir dessa perspectiva, a pesquisa analisou as discursividades, os repertórios de ações e os pertencimentos sociais mobilizados pelos grupos que participaram do debate brasileiro em torno de determinados acontecimentos, a saber: (1) a inscrição no

Monumento a Câmara Cascudo, em Natal, em 2022; (2) a derrubada do Monumento às Vítimas da Chacina de Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em maio de 2022; (3) a exposição Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I, ocorrida em agosto-setembro, em Brasília; (4) as comemorações do Bicentenário da Independência, em 2022, São Paulo; (5) os ataques na Praça dos Três Poderes, do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília; (6) a pichação ao Forte do Reis Magos, contra a PL 2903, no dia 7 de setembro, em Natal; (7) a agressão ao monumento de Galdino Jesus dos Santos, em janeiro de 2024, em Brasília; (8) agressão ao Monumento a Daniel Alves, em Juazeiro, BA, em fevereiro de 2024; e (9) a agressão ao Monumento de Dom Pedro I, no Rio de Janeiro, em julho de 2024.

A análise voltou-se para as recorrências e diferenças discursivas e simbólicas presentes nos eventos selecionados, observando como diferentes grupos mobilizaram estratégias para qualificá-los como formas de protesto ou vandalismo. Foram considerados também os canais pelos quais se expressam e afirmam pertencimentos políticos. Com isso, buscamos compreender como as disputas em torno da arte, memória e patrimônio se constituem e adquirem novos sentidos na esfera pública visual-digital.

Metodologia

A metodologia de análise se dedica à compreensão de como o público e a comunidade engajada nesses debates patrimoniais entenderam e se relacionaram com seus passados e seus presentes, estabelecendo assim, uma relação com as expectativas de futuro. Os usos sociais ou performances analisados nesta pesquisa, sejam a destruição de arte, inscrições, pichos, performances públicas como encenações; intervenções que funcionam como rasuras, ou como ato deliberados de agressão são consideradas ações em disputas que ocorrem em torno das noções de arte, memória e patrimônio. Esses atos são acompanhados por qualificações discursivas, que utilizam conceitos e imagens, ou seja: um repertório de atos constitutivos (quebra, queima, rasgadura, derrubada) dos corpos materiais das imagens foi seguido por um conjunto de qualificações políticas e morais que se movem entre atribuições morais e jurídicas, tais como “protesto” e “vandalismo”.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa analisou as discursividades, os repertórios de ações e os pertencimentos sociais mobilizados pelos grupos que participaram dos debates em torno dos acontecimentos, observando como as disputas produziram formas de qualificação dos eventos e de construção de identidades e posições políticas, movendo-se entre contestações ao status quo e mobilizações monumentais conservadoras.

O espaço de emergência e circulação desses acontecimentos é compreendido como espaço público visual-digital, entendido aqui em diálogo com a noção de iconosfera proposta por Ulpiano Meneses (2004), enquanto conjunto de imagens e práticas que participa da construção das sociabilidades e das formas pelas quais os sujeitos se relacionam e produzem sentidos sobre o mundo. O recorte cronológico insere-se no campo da História do Tempo Presente, compreendida como uma história “dos contemporâneos daquele que escreve” (Delacroix, 2018, p. 71), perspectiva que exige

do historiador problematizar as referências de passado mobilizadas e disputadas no presente.

Os materiais foram coletados na web, a partir de pesquisas no Google Pesquisa e Google Acadêmico, constituindo um banco de dados organizado em planilhas do Google Sheets, identificando simultaneamente os eventos e as estratégias de comunicação utilizadas, importantes para entender a construção da historicidade a partir dos eventos, com colunas para: ID, Palavra-Chave/Evento, Data da Publicação, Título do Material, Portal/Repositório, Link de Acesso, Autor, Tipo de Repositório, Termos Encontrados, Qualificação da Ação, Qualificação do Sujeito, Qualificação do Objeto, Uso de Imagens e Contexto/Tópicos.

A Coluna "ID" corresponde a um número de identificação que intitula o evento a partir de um nome que lhe seja referente acompanhada de um número sequencial. Ao que se refere a inscrição de Câmara Cascudo, o ID é CASCUDO-01, CASCUDO-02, e assim funcionam para todos os eventos respectivamente. A coluna "Data" corresponde a data de publicação do material. A coluna "Título do Material" corresponde à identificação daqueles materiais pelo título. A coluna "Portal/Repositório" identifica o local da publicação, ex: Correio Braziliense, G1, Tribuna do Norte. O Link de Acesso corresponde à url de acesso ao material original no sítio. O coluna "Autor" trata-se da autoria do material; quando não identificado, considera-se a autoria como do portal.

A coluna "Tipo do Repositório" indica se se trata de uma revista, jornal, portal de notícias, blog pessoal ou acadêmico. A coluna "Termos Encontrados" lista os conceitos utilizados para mobilizar o debate, os quais, segundo a Análise de Conteúdo (1977), funcionam como as unidades de registro para análise, tais como "destruição", "vandalismo", "monumento", "patrimônio", "arte" e correlatos. Em seguida temos as colunas "Qualificação da ação", "Qualificação do sujeito" e "Qualificação do objeto" que localiza os valores atribuídos à ação noticiada ou comentada, aos sujeitos que realizaram a ação e ao objeto de interesse de cada evento em questão. A coluna "Uso de imagens" indica o uso de imagens e analisa de que forma a imagem é mobilizada na construção de sentido. Finalmente, a coluna "Contexto/tópicos" situa resumidamente cada material de forma a compreender como cada enunciador atribui significado ao evento.

Esses materiais foram selecionados conforme recomendações da Análise de Conteúdo (1977), que organiza a análise em pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Essas etapas foram adaptadas para o escopo desta pesquisa: na pré-análise, selecionamos os documentos a serem analisados a partir dos procedimentos de exaustividade, representatividade e semelhança temática e adaptação dos documentos ao objetivo da pesquisa. Os critérios de seleção, entre todo o material encontrado, foram: (1) debater questões referentes à arte, patrimônio e memória a partir dos monumentos no seu conteúdo; (2) apresentar qualificações quanto às intervenções realizadas nos objetos.

Na fase de exploração, o material coletado foi organizado de acordo com cada evento em seus períodos temporais, ou seja, os eventos que ocorreram em 2022 foram analisados entre si, assim como os de 2023, 2024 e 2025. A interpretação se preocupou com os padrões de aceitação e rejeição (o que está sendo chamado de "qualificação") das ações, sujeitos (as pessoas autoras das ações) e dos objetos (artefatos sobre os quais

as ações se direcionaram) envolvidos em cada evento. Essas chaves de análises permitem compreender como os artefatos são percebidos pelos grupos sociais, além de quais e como noções de cidadania, patrimônio e memória são mobilizadas. Os casos citados neste relatório são casos paradigmas, que permitem compreender, a partir do casos de agressão e de debates sobre objetos de arte e memória, as dinâmicas sociais, políticas e simbólicas que envolvem a disputa pela memória pública no Brasil contemporâneo.

Resultados e Discussões

A pesquisa exaustiva e representativa para a construção de uma historicidade dos eventos selecionados entre 2022 e 2025, constituiu um acervo que reúne 363 registros estruturados, distribuídos em nove macrotemas. Os debates sobre os atos de 8 de Janeiro de 2023, com 74 registros (20,4%), e sobre a derrubada do Memorial do Jacarezinho, com 66 registros (18,2%), concentram os maiores volumes de publicações do corpus. A distribuição por evento registra ainda o Bicentenário da Independência, em São Paulo, com 49 registros (13,5%); os materiais sobre a memória do líder indígena Galdino Pataxó, com 43 registros (11,8%); e a exposição do Coração de Dom Pedro I, também com 43 registros (11,8%). Foram reunidos 41 materiais sobre o Forte dos Reis Magos (11,3%), 17 sobre a estátua de Daniel Alves, em Juazeiro (BA) (4,7%), e 16 sobre a memória de Câmara Cascudo (4,4%). Por fim, os casos relacionados à estátua de Dom Pedro I, no Rio de Janeiro, somam 14 registros, correspondentes a 3,9%.

O ano de 2022 reúne 166 registros (45,9%), impulsionados pelo Bicentenário da Independência e pelos debates eleitorais. Os anos de 2023 e 2024, por sua vez, somam 116 registros, com os desdobramentos relacionados à preservação após o 8 de Janeiro. Quanto aos tipos de repositório, a imprensa e os portais de notícias predominam, com 288 registros (79,3%), seguidos pelos canais institucionais e governamentais, com 35 registros (9,7%), e pelos repositórios acadêmicos e científicos, com 22 registros (6,1%).

A análise do acervo permitiu identificar uma hierarquização do luto e do direito à memória, condicionada ao grupo social ou político que reivindica esses direitos. Uma primeira evidência dessa hierarquização emerge do contraste entre a preservação e a valorização de patrimônios e monumentos oficiais e a percepção pública de que o Estado possui maior legitimidade ou margem de ponderação para promover ações de destruição, remoção ou descaracterização desses artefatos.

No caso da derrubada policial no memorial às vítimas da chacina na comunidade Jacarezinho em maio de 2021 é onde esse aspecto mais se manifesta. Trata-se da destruição a marretadas de um memorial construído por familiares e movimentos sociais para lembrar as 28 vítimas da operação mais letal do Rio de Janeiro até aquele momento (2022). O monumento trazia uma estela com a seguinte mensagem:

“Homenagem às vítimas da chacina do Jacarezinho!

Em 06/05/2021, 27 moradores e um servidor foram mortos, vítima da política genocida e racista do Estado do Rio de Janeiro, que faz do Jacarezinho uma praça de guerra, para combater um mercado varejista de drogas que nunca vai deixar de existir.

Nenhuma morte deve ser esquecida.

Nenhuma chacina deve ser normalizada”

A destruição do memorial foi descrita, em diversos portais de jornalismo independente, direitos humanos e movimentos sociais – Observatório Cidade Integrada, Instituto Vladimir Herzog, Human Rights Watch (HRW) – como uma forma de racismo institucional e violência necropolítica; uma violação aos direitos humanos e ao luto das famílias. O agente da destruição monumental foi o próprio Estado, que decidiu pela força, quais vidas e mortes são dignas de luto público e quais memórias devem ser apagadas de forma autoritária. Nas notícias entre os veículos de informação que fizeram a cobertura da derrubada (CNN, G1, Folha de S. Paulo) apresentaram-se contrapontos entre as ONGs e a assessoria da corporação, que justificaram a derrubada devido a supostas irregularidades na construção e por considerarem o memorial uma “apologia ao crime”.

A imagem do “caveirão” removendo a base do monumento e dos policiais empunhando marretadas ao restos do monumento, funcionava ora como símbolo físico do apagamento e da negação do direito à memória das vítimas, ora como uma evidência da discrepância entre o contingente da força policial e a pequena estela azul, o que, em algumas matérias, faz o leitor questionar a necessidade do emprego de veículo blindado e policiais armados com fuzis. As fotografias da estela, que por sua vez, identificava as vítimas, ao nomeá-las em placas gravadas, contrapunham-se à versão de apologia criminosa que foi propagada pela polícia nas entrevistas concedidas. Estas imagens foram as que mais circularam e se repetiam nas notícias e produções acadêmicas consultadas.

No caso da agressão no Monumento a Câmara Cascudo em Natal, outras posições tomaram o debate público. A pichação com as mãos pintadas de vermelho e a frase “fascistas não passarão” na base foi analisada pelo portal Saiba Mais (2022) sob a ótica das contradições históricas. Embora Cascudo seja considerado um intelectual consagrado por seu legado como folclorista – projeto de memória das elites potiguares e natalenses – o protesto profanou sua imagem pública ao expor seu passado de liderança integralista na década de 1930 e sua comenda recebida de Benito Mussolini, um aspecto pouco lembrado na sua trajetória, trazendo à tona discussões sobre quem escolhemos como heróis.

Esta não foi a primeira, ou última intervenção que a escultura localizada em frente ao Memorial Câmara Cascudo, e até mesmo outros artefatos urbanos ligados a Câmara Cascudo, recebe. Em 2019, a fachada do sobrado onde viveu, e onde, hoje, funciona o Instituto Ludovicus, foi alvo de uma pichação; em 2023, o Coletivo Mangue Zine realizou uma performance que posicionava o livro “Histórias de Tia Nastácia” rasurado aos pés da estátua de Cascudo e distribuiu uma carta irônica assinada de forma simulada pela “estátua”. Em 2024 o Memorial Câmara Cascudo, que à época funcionava como sede do Memorial gerido pela Fundação José Augusto e abrigava uma coleção de cordéis da Associação, foi invadido e depredado, com a danificação de documentos,

livros e equipamentos. Todos estes casos mobilizaram desde a imprensa tradicional da cidade, veículos de comunicação ligados explicitamente a posições políticas de direita e extrema-direita, até portais de notícias alternativos. Neste caso, iremos encontrar diferentes posicionamentos em torno da fragilidade de nossas políticas de patrimônio urbano.

Os casos acima aparentam não repercutir à nível nacional nos jornais e revistas digitais quanto ocorre nos demais episódios aqui analisados. As agressões aos artefatos memoriais de Câmara Cascudo, repercutem especificamente em escala local (em portais jornalísticos como Tribuna do Norte, Saiba Mais, O Poti, G1 RN), em redes sociais personalistas, e ainda em rádio e conteúdo televisivo. Quanto a isso, a especificidade da política patrimonial vigente em Natal-RN, que, pela precariedade crônica exposta nos registros locais, acaba por naturalizar o abandono e a depredação como um "lugar-comum" da paisagem urbana. O Memorial e a estátua em sua homenagem ficam localizados na Cidade Alta, no Centro Histórico de Natal – área tombada pelo Iphan que possui gestão compartilhada entre o ente federal e a Fundação José Augusto (FJA), órgão cultural estadual responsável por salvaguardar o monumento.

Para além das problemáticas dos centros históricos na trajetória federal de preservação do patrimônio delineadas por pesquisadoras como Chuva (2009; 2010), Fonseca (2005) e Rubino (1992; 1996) que apontam para a institucionalização de uma herança arquitetônica de matriz europeia e pouca interação cotidiana com as comunidades locais, gerando processos de gentrificação, o caso potiguar revela assimetrias orçamentárias e desamparo estatal. A própria estátua de bronze de Cascudo, que se assenta sobre uma mão de concreto côncava, no Memorial Câmara Cascudo, projeta-se em um espaço físico marcado por degradação.

O descontentamento com as políticas públicas para o Centro Histórico é manifesto por agentes culturais da cidade, que qualificam as tentativas oficiais de reabilitação urbana como intervenções superficiais, focadas em eventos efêmeros em detrimento da conservação física responsável do patrimônio comum. Esse cenário de abandono sistemático converte o espaço monumental do Centro Histórico de Natal em ruína ativa, do qual o Estado, mais uma vez, compactua. O debate público que busca denunciar o abandono acaba por rotular as pichações e intervenções estritamente sob a categoria jurídica e moral de "vandalismo", "insanidade" ou "total ignorância", operando um duplo silenciamento: apaga as contradições ideológicas da própria figura homenageada e deslegitima a pichação como uma forma ativa de interação crítica com o patrimônio.

Ainda em 2022, sobre as celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil e da exposição do coração de D. Pedro I na mostra "Um coração ardoroso: Vida e Legado de Dom Pedro I" no Itamaraty, foi possível identificar um questionamento das imagens monumentais associadas à tradição da Independência do Brasil a partir de duas frentes principais. De um lado, a apropriação dessas imagens por grupos político-partidários para fins eleitorais contribuiu para expor o caráter político e disputável da monumentalização do passado. De outro, a atuação dos movimentos sociais e da historiografia crítica tem contribuído para a revisão dos mitos fundadores da Independência, tensionando a centralidade de figuras e narrativas heróicas e reivindicando a incorporação de outros sujeitos, experiências e memórias ao espaço público.

Em textos para a Revista Veja (2022) e o Correio Braziliense (2022), pesquisadores como Paulo Rezzutti caracterizaram a importação do órgão conservado em formol como um “carnaval macabro” e um “evento efêmero a que nada serve”. O historiador Luiz Felipe de Alencastro, por sua vez, qualificou as exibições como um “exibicionismo necrófilo” e uma “atitude ridícula” de exaltação monárquica e ufanista. O historiador problematizou o apagamento da barbárie ao relembrar que D. Pedro I foi o chefe de estado de um império estruturado sobre a escravidão, que ativamente apoiou a continuidade do tráfico de escravizados.

“Um coração ardoroso” foi lida como uma manifestação mórbida e sem imaginação de um governo prisioneiro do passado, que mobilizou a morte em um contexto de desdém pela vida (no cenário pós-pandemia). Tanto a ostentação em torno do coração imperial quanto as comemorações do Bicentenário da Independência na Avenida Paulista, em São Paulo, em 2022, foram massivamente criticadas pela imprensa com o argumento de estarem desviando o caráter cívico nacional para palanques de campanha eleitoral de reeleição.

Contudo, para além da crítica monumental comportada registrada acima, no dia 7 de setembro do ano seguinte, em 2023, aconteceu no Forte dos Reis Magos, em Natal-RN, em 2023, a intervenção “Não ao PL 2903 Aqui é Terra Indígena”, um “picho” em uma das paredes externas da edificação, no auge do debate contra o Marco Temporal. O caso, tratado como “vandalismo” pelos setores conservadores da cidade (Blog do BG, 2023; Tribuna do Norte, 2023; 98 FM, 2023) revela não uma “ignorância”, mas uma leitura histórica afiada, que se apropriou do espaço do patrimônio material institucionalizado, porém, em abandono, para tensionar e profanar monumentos e memórias que, sob a máscara de uma pretensa neutralidade, perpetuam hegemonias e oculta fraturas do passado que impactam o presente. Assim como no caso do Memorial Câmara Cascudo, as inscrições dizem de disputas em torno dos sentidos atribuídos aos artefatos da memória local.

De um lado, a mídia tradicional local apresentou, de modo predominante, posições contrárias às intervenções, sob lógicas morais e jurídicas, tratando-as como formas ilegítimas de interação com o patrimônio. Nesse contexto, o uso recorrente do termo “vândalos” também funcionou como mecanismo de desqualificação dos sujeitos envolvidos, sufocando a possibilidade de compreender essas intervenções como formas de reivindicação de cidadania e de ocupação de espaços dos quais grupos subalternizados historicamente foram excluídos.

Por outro lado, alguns portais (Saiba Mais, 2023; O Poti, 2023) ponderaram sobre as memórias representadas pelo Forte dos Reis Magos, que desconsideram as violências historicamente sofridas pelos povos indígenas e pelas populações escravizadas na então Capitania do Rio Grande, contribuindo, assim, para a continuidade de processos de apagamento dessas experiências no presente. Longe de representar uma destruição, os atos de intervenção sobre a estátua funcionam como linguagens de contestação que utilizam a rigidez do patrimônio oficial para gerar novas narrativas. Paralelamente, o episódio fez emergir novamente um debate sobre o descaso do poder público com a preservação e a manutenção dos artefatos patrimoniais no estado e, particularmente, na cidade de Natal.

No caso das agressões ao Monumento a Galdino Pataxó, ocorridos em Brasília em janeiro de 2024, também com pichações – à obra de metal, criada em memória ao Cacique Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, assassinado brutalmente no dia seguinte às manifestações indígenas do dia 19 de abril ("dia do índio", como era conhecido oficialmenter até 2022) em 1997 –, a pesquisa permitiu perceber que sua memória é mobilizada periodicamente pelo movimento indígena, ano após ano, enquanto seu assassinato é reiteradamente acionado como um caso de violação dos direitos humanos.

Entretanto, a existência do memorial e da praça dedicados à sua memória, que foram apropriados como pólo dos atos em defesa dos povos indígenas em Brasília, não se traduz em reparação efetiva para o povo Pataxó ou para a população indígena de modo geral, tampouco assegura plenamente sua dignidade e seu direito à memória.

Essa contradição também se expressa na própria materialidade do monumento, que, apesar de destinado à preservação dessa memória, é alvo de depredações constantes (Metrópoles, 2024), evidenciando os limites das políticas de reconhecimento e preservação da memória indígena no espaço público. À época, em 2024, circularam vídeos da própria comunidade restaurando a cor original do monumento, evidenciando que a ação de reparação veio da própria população.

No caso dos atos sobre o monumento ao jogador de futebol Daniel Alves, em Juazeiro-BA, no ano de 2024, sua presença no espaço público tornou-se objeto de disputa em razão da violência sexual pela qual foi condenado. A escultura, inaugurada em 2020 na Praça Vaporzinho, no centro da cidade, já era alvo de intervenções da comunidade antes de 2024, como o cobrimento de sua cabeça com sacos plásticos pretos e fitas (G1 BA, 2023).

Essas ações evidenciavam o desconforto gerado pela permanência da homenagem a uma figura associada à violência contra as mulheres. Em 2024, o monumento foi novamente alvo de intervenção, dessa vez com tinta branca (O Antagonista, 2024), em meio à intensificação do debate sobre sua permanência no espaço público e às críticas à decisão da prefeitura de manter a homenagem durante o julgamento. À época, a prefeitura afirmava que existiam outras prioridades da gestão. Diante das reivindicações da comunidade por sua remoção, a escultura acabou sendo removida em abril de 2024, após recomendação do Ministério Público e protestos da população.

As diferentes intervenções podem ser compreendidas como formas de contestar e agir sobre a presença do monumento, e, pode-se dizer, da violência de gênero, na praça, especialmente diante da demora do poder público em tomar providências sobre a retirada. Emergiram posicionamentos que interpretaram a própria permanência da escultura como uma forma de agressão às mulheres, uma vez que a homenagem mantinha em posição de destaque uma figura associada à violência de gênero. O caso foi, assim, atravessado por diferentes formas de qualificação: enquanto algumas manifestações enquadraram as intervenções como vandalismo e depredação, outras as compreenderam como formas de denúncia da violência de gênero e de contestação ao direito de uma figura condenada por violência sexual permanecer homenageada no espaço público.

O 8 de janeiro de 2023 foi, decididamente, o evento de maior repercussão entre os casos analisados. Os atos de destruição de obras de arte nas sedes dos Três Poderes, no

Distrito Federal, trouxeram à tona outros sujeitos para a análise da tensão entre a consagração estatal do patrimônio e sua profanação (Machado, 2023). Neste episódio há uma vinculação política explícita entre os sujeitos que agrediram e destruíram artefatos de arte e patrimônio público e a extrema-direita, especialmente apoiadores do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, posteriormente condenado por sua participação na trama golpista.

Também se trata de um conjunto de atos cujas autorias foram amplamente documentadas, uma vez que a devastação das estruturas dos prédios, a destruição de obras de arte a facadas, o roubo de peças e a depredação de móveis históricos, entre outras ações, foram registradas pelos próprios participantes e publicadas nas redes sociais. A visualidade e o potencial de viralização na web foram utilizados pelos próprios sujeitos como práticas de validação da ação e de pertencimento aos grupos envolvidos, contribuindo para escalar a destruição a uma espécie de apoteose. Quando questionados posteriormente pela imprensa, contudo, representantes desses setores minimizaram a dimensão dos danos físicos e deslegitimaram a associação entre a destruição das obras e a tentativa de golpe.

Na imprensa dedicada à cobertura dos atos e de suas repercussões, a defesa patrimônio danificados tornou-se, por sua vez, um dever associado à defesa das instituições democráticas. Os sujeitos que realizaram as ações foram desqualificados moral e juridicamente por meio de termos como “vândalos”, “golpistas”, “invasores extremistas”, “terroristas” e “bandidos”. Apesar do vínculo explícito dos participantes com a base política da extrema-direita, a interpretação predominante da mídia hegemônica, representada por veículos como G1, Folha de S. Paulo e O Globo, foi a de que os atos não se dirigiram apenas a um partido político ou liderança específica, mas à própria democracia e às instituições que a representam.

Obras de arte como "As Mulatas" e o relógio de Balthazar Martinot foram frequentemente apresentadas como “objetos-pessoas” ou fetiches materiais, cuja agressão ultrapassaria a dimensão física e atingiria simbolicamente as próprias instituições que fundam o Estado brasileiro e a ordem democrática. O processo de restauração, liderado pela UFPel e pelo Iphan, foi, apresentado na imprensa como um trabalho ativo de luto coletivo, capaz de reparar e cicatrizar materialmente as marcas deixadas pelo trauma. Para o historiador Odilon Caldeira Neto (Brasil de Fato, 2023), o tratamento dado pelo governo de Jair Bolsonaro à arte e à cultura teria sido um prenúncio dos ataques de 8 de janeiro, marcado pela censura a projetos institucionais não alinhados aos interesses políticos da direita e como expressão de uma política cultural associada aos ideais da extrema-direita no Brasil.

A ampla repercussão do evento também se expressou na diversidade de agentes envolvidos na produção e circulação das narrativas. Além dos veículos de mídia tradicionais e independentes, destacaram-se os canais institucionais de informação do Senado, do Ministério Público Federal e do Supremo Tribunal Federal, que acompanharam e comunicaram, quase em tempo real, o andamento das investigações relacionadas aos crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Nesse conjunto, notícias, matérias, colunas e artigos dedicaram especial atenção à identificação e à contextualização das obras danificadas, contribuindo para transformar sua destruição em um dos principais elementos de visualização e materialização do

trauma associado aos acontecimentos de 8 de janeiro, e a sua integridade física em suporte para a reconstrução simbólica do pacto democrático. A discussão realizada até aqui evidencia, portanto, como os diferentes episódios de agressão a artefatos de arte e patrimônio, ao longo do período analisado, ativam, por diferentes vias, o debate político sobre demandas sociais pela ampliação da cidadania no Brasil.

Conclusão

Os estudos realizados anteriormente já apontavam para a inviabilidade de uma teoria única capaz de explicar as performances públicas relacionados aos monumentos na contemporaneidade, e evidenciaram a necessidade de situar essas questões no campo do exercício da cidadania por meio da memória pública, especialmente no que diz respeito à atuação de grupos subalternizados.

A presente pesquisa avançou na discussão ao ampliar o recorte temporal e o repertório de eventos, deslocamento que permitiu compreender as diferentes formas pelas quais esses debates se desenvolveram na esfera pública e as possibilidades e os entraves que atravessam as relações entre memória e cidadania no Brasil. Demonstrou-se que um mesmo evento, ou um conjunto de eventos aparentemente similares, a partir de diversos usos, envolvem narrativas, sujeitos e grupos distintos que reivindicam ou contestam espaços de protagonismo, reconhecimento e participação em projetos políticos (progressistas ou conservadores) por meio da visualidade.

Simultaneamente, o uso das imagens constitui as narrativas sobre os acontecimentos e uma forma de participação digital e de engajamento das comunidades no debate público (Santiago Jr. 2023). Observou-se a recorrência de imagens e vídeos nas notícias, que não apenas “acompanham” os textos, mas constituem a historicidade social (Meneses, 2004), funcionando como dispositivos discursivos e formas de validação de uma temporalidade em construção. Portanto, a dimensão visual é parte de seu próprio funcionamento, uma vez que imagens e artefatos participam da produção, circulação e atualização dos sentidos atribuídos à memória pública.

A análise permitiu compreender que os artefatos de memória pública, continuamente produzidos e disputados pelos grupos que reivindicam, ocupam, contestam ou recusam lugares na cena pública, também revelam a disputa sobre quais sujeitos podem ser visibilizados e legitimados no espaço público. Mesmo sem oferecer uma resposta definitiva sobre o que deve ser preservado ou destruído, os casos analisados permitem compreender a própria disputa como parte constitutiva da vida contemporânea e das formas pelas quais diferentes grupos reivindicam o direito de participar da produção da memória pública.

Do picho no Forte dos Reis Magos sobre o território potiguara aos escombros do memorial contra a violência policial no Jacarezinho, a disputa se dá em condições desiguais. Já que os diferentes grupos não dispõem dos mesmos recursos e possibilidades para fazer suas memórias circularem, serem reconhecidas e ocuparem o espaço público, o direito à memória pública constitui uma demanda social que requer a

atuação de diferentes instâncias sociais, a fim de ampliar as possibilidades de participação e reconhecimento de sujeitos e memórias historicamente marginalizados.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

CHUVA, Márcia Regina R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Eduardo. Brasília, Mon Amour: arquitetura brasileira após 9 de janeiro. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 525-540, set./dez. 2024.

DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC-IPHAN, 2005.

MACHADO, Diego Finder. O insustentável peso do passado: profanações de monumentos, emoções patrimoniais e heterocronias do presente. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 42, p. e0201, 2024. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316422024e0201. Acesso em: 31 ago. 2026.

MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, história visual, cultura visual. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2004.

MITCHELL, William J. T. *Image science: iconology, visual culture and media aesthetics.* Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1937-1968. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

RUBINO, Silvana. *O mapa do Brasil passado*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. Auto de fé para o Borba Gato: historicidades públicas e chaves historiográficas. *História*, Assis/São Paulo, n. 42, 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a

história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

FONTES

ALTMAN, Fábio. A pompa e as críticas para a festa em torno do coração de Dom Pedro I. *Veja*, São Paulo, 26 ago. 2022. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/a-pompa-e-as-criticas-para-a-festa-em-torno-do-coracao-de-dom-pedro-i/. Acesso em: 30 ago. 2026.

AZEDO, Luiz Carlos. Nas entrelinhas: o coração de D. Pedro I simboliza a necropolítica no Bicentenário. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 ago. 2022. Disponível em: https://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-o-coracao-de-d-pedro-i-simboliza-a-necropolitica-no-bicentenario/. Acesso em: 30 ago. 2026.

CONCEIÇÃO, Luan. PL 2903: entenda o motivo do protesto no Forte dos Reis Magos. *O Poti*, Natal, 11 set. 2023. Disponível em: https://opoti.com.br/pl-2903-entenda-o-motivo-do-protesto-no-forte-dos-reis-magos. Acesso em: 13 ago. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Polícia do RJ destrói memorial em homenagem aos mortos no massacre do Jacarezinho. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 maio 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/policia-do-rj-destroi-memorial-em-homenagem-aos-mortos-no-massacre-do-jacarezinho.shtml. Acesso em: 30 ago. 2026.

G1 BA. Estátua em homenagem a Daniel Alves é vandalizada na BA. *G1*, 7 set. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/07/estatua-em-homenagem-a-daniel-alves-e-vandalizada-em-juazeiro.ghtml. Acesso em: 31 ago. 2026.

G1 RIO. Memorial com nomes dos 28 mortos em operação no Jacarezinho é derrubado pela polícia, que cita “apologia ao tráfico”. *G1*, Rio de Janeiro, 11 maio 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/11/memorial-no-jacarezinho-com-nomes-dos-mortos-na-operacao-mais-letal-do-rj-e-derrubado-pela-policia.ghtml. Acesso em: 30 ago. 2026.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Contra o racismo e pelo direito à memória no Jacarezinho. São Paulo: *Instituto Vladimir Herzog*, 12 maio 2022. Disponível em: https://vladimirherzog.org/memorial-vitimas-jacarezinho/. Acesso em: 30 ago. 2026.

LACERDA, Nara. Por que bolsonaristas destroem arte? *Brasil de Fato*, São Paulo, 15 jan. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/01/15/por-que-bolsonaristas-destroem-arte/. Acesso em: 31 ago. 2026.

LOPES, Léo; FIGUEIREDO, Carolina; CARVALHO, Bruna. Polícia destrói memorial feito para vítimas de operação que matou 28 pessoas no Rio. *CNN Brasil*, 12 maio 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-destroi-memorial-feito-para-vitimas-de-operacao-que-matou-28-pessoas-no-rio/. Acesso em: 30 ago. 2026.

LOPES, Mirella. Estátua de Câmara Cascudo no centro de Natal amanhece pichada com

mensagens antifascistas. *Saiba Mais*, Natal, 2 maio 2022. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2022/05/estatua-de-camara-cascudo-amanhece-pichada-com-mensagens-antifascistas/. Acesso em: 30 ago. 2026.

MUÑOZ, César. Polícia civil do Rio de Janeiro derruba memorial sobre violência policial. *Human Rights Watch,* 13 maio 2022. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/13/rio-police-tear-down-memorial-about-police-violence. Acesso em: 30 ago. 2026.

O ANTAGONISTA. Estátua de Daniel Alves é vandalizada em Juazeiro, sua cidade natal. *O Antagonista*, 28 fev. 2024. Disponível em: https://oantagonista.com.br/ladooa/esportes/estatua-de-daniel-alves-e-vandalizada-em-juazeiro-sua-cidade-natal/. Acesso em: 31 ago. 2026.

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA. Nota do Observatório Cidade Integrada sobre a destruição do Memorial às vítimas da Chacina do Jacarezinho. Rio de Janeiro: *Casa Fluminense*, 12 maio 2022. Disponível em: https://casafluminense.org.br/nota-do-observatorio-cidade-integrada-sobre-destruicao-do-memorial-as-vitimas-da-chacina-do-jacarezinho/. Acesso em: 25 ago. 2026.

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA. Observatório Cidade Integrada se manifesta contra a destruição de Memorial no Jacarezinho. *AJD Portal*, São Paulo, 12 maio 2022. Disponível em: https://www.ajd.org.br/noticias/3032-observatorio-cidade-integrada-se-manifesta-contra-a-destruicao-de-memorial-no-jacarezinho. Acesso em: 30 ago. 2026.

SANTOS, Isabela. Câmara Cascudo é questionado com livro de Lobato e carta irônica. *Saiba Mais*, Natal, 26 out. 2023. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2023/10/camara-cascudo-e-questionado-com-livro-de-lobato-e-carta-ironica. Acesso em: 30 ago. 2026.

SANTOS, Isabela. Instituto diz que “vandalismo” em estátua mostra desconhecimento da obra de Câmara Cascudo. *Saiba Mais*, Natal, 2 maio 2022. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2022/05/instituto-diz-que-vandalismo-em-estatua-mostra-desconhecimento-da-obra-de-camara-cascudo/. Acesso em: 30 ago. 2026.

TRIBUNA DO NORTE. Em ato de vandalismo, Forte dos Reis Magos é pichado em Natal. *Tribuna do Norte,* Natal, 7 set. 2023. Disponível em: https://tribunadonorte.com.br/natal/em-ato-de-vandalismo-forte-dos-reis-magos-e-pichado-em-natal/. Acesso em: 30 ago. 2026.

TRIBUNA DO NORTE. Estátua de Cascudo sofre pichação e FJA presta queixa. *Tribuna do Norte*, Natal, 3 maio 2022. Disponível em: https://tribunadonorte.com.br/natal/estatua-de-cascudo-sofre-pichacao-e-fja-presta-queixa/. Acesso em: 30 ago. 2026.

VANDALISMO: Forte dos Reis Magos amanhece pichado. *Blog do BG*, Natal, 7 set. 2023. Disponível em: https://www.blogdobg.com.br/video-vandalismo-forte-dos-reis-magos-amanhece-pichado/. Acesso em: 13 ago. 2026.

VASCONCELOS, Thalita. Ato público denuncia vadalismo em monumento que homenageia Galdino. *Metrópoles*, Distrito Federal, 16 jan. 2024. Disponível em:https://www.metropoles.com/distrito-federal/ato-publico-denuncia-vandalismo-em-monumento-que-homenageia-galdino. Acesso em: 31 ago. 2026.

CÓDIGO: HS1552

AUTOR: BARBARA LUIZA ARAUJO VALENCA

ORIENTADOR: SULEMI FABIANO CAMPOS

TÍTULO: DA INTERFERÊNCIA LINGUÍSTICA ÀS IMAGENS DE LÍNGUA: UM PERCURSO DE FORMAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O PORTUGUÊS E AS LÍNGUAS NACIONAIS ANGOLANAS

Resumo

Este trabalho apresenta o percurso desenvolvido ao longo de uma pesquisa de iniciação científica voltada inicialmente ao estudo da interferência das línguas nacionais angolanas na escrita de alunos do ensino fundamental de Angola. A pesquisa assumiu caráter qualitativo e exploratório, tendo como principais procedimentos o levantamento e estudo bibliográfico, a leitura orientada de textos teóricos, a discussão coletiva e a análise exploratória de produções acadêmicas. Inicialmente, foram estudadas as concepções de língua em Ferdinand de Saussure (2012), Pierre Bourdieu (2009) e Michel Pêcheux (2014), buscando compreender diferentes relações entre língua, sociedade, poder, discurso e ideologia. Posteriormente, foram realizadas leituras sobre bilinguismo e multilinguismo, especialmente os trabalhos de Manyak (2001), Ramadiro (2012) e Hornberger (2003), que possibilitaram refletir sobre as relações entre as línguas nos processos de escolarização e sobre a contribuição da primeira língua para a aprendizagem de uma segunda língua. Na etapa seguinte, as atividades desenvolvidas no Grupo de Estudos do Texto e do Discurso (GETED) possibilitaram o aprofundamento dos estudos em Análise do Discurso de linha francesa e a compreensão da língua como materialidade dos processos discursivos. A articulação desses estudos possibilitou um deslocamento da problemática inicial, levando à reflexão sobre os diferentes sentidos produzidos acerca da língua portuguesa e das línguas nacionais angolanas.

Palavras-chave: Língua. Discurso. Multilinguismo. Angola. Imagens de língua.

TITLE: FROM LINGUISTIC INTERFERENCE TO LANGUAGE IMAGES: A TRAINING JOURNEY ON THE RELATIONSHIPS BETWEEN PORTUGUESE AND ANGOLAN NATIONAL LANGUAGES

Abstract

This paper presents the research trajectory developed throughout an undergraduate research project initially focused on the interference of Angolan national languages in

the writing of elementary school students in Angola. The research adopted a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic studies, guided reading, collective discussions, and exploratory exploratory analysis of academic productions. The study examined conceptions of language proposed by Ferdinand de Saussure (2012), Pierre Bourdieu (2009) and Michel Pêcheux (2014), as well as studies on bilingualism and multilingualism by Manyak (2001), Ramadiro (2012) and Hornberger (2003). These readings enabled reflection on the relationships between language, society, power, discourse, ideology, and schooling. Activities developed within the Grupo de Estudos do Texto e do Discurso (GETED) further contributed to the study of French Discourse Analysis and to the understanding of language as the materiality of discursive processes. This theoretical trajectory led to a shift in the initial research problem, toward reflection on the meanings produced about Portuguese and Angolan national languages. As a result, a documentary corpus comprising six dissertations produced in Angola, Brazil, and Portugal was established. The research contributed to theoretical training and to the construction of a research problem concerning the relations between these languages.

Keywords: Language. Discourse. Multilingualism. Angola. Images of language.

Introdução

Angola é um país cujo contexto linguístico é multilíngue. Além da língua portuguesa (LP), trazida pela colonização portuguesa no território, existem diversas línguas nacionais angolanas, principalmente do grupo bantu, como umbundu, kimbundu e o cokwe. A relação entre as línguas é historicamente marcada por políticas linguísticas (Calvet, 2007) que organizam a relação entre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas.

Um exemplo de política linguística é o Estatuto do Indigenato (1926), que instituiu a categoria de "Assimilado". A partir desse título, os indivíduos angolanos poderiam ascender socialmente e se integrar aos valores da sociedade colonial. Um dos pré-requisitos para alcançar o título era o bom uso do português e Mingas (2000) chama a atenção para a participação dos próprios "Assimilados" na implementação da política, que deixaram de falar suas línguas maternas e proibiram que seus filhos o fizessem. Atualmente, o artigo 19.º da Constituição da República de Angola (ANGOLA, 2010, p. 6485) estabelece o português como língua oficial e determina a valorização e a promoção das demais línguas nacionais angolanas. Observamos que essa distinção se materializa nos usos e espaços atribuídos a essas línguas: o português ocupa majoritariamente os espaços institucionais, como o ensino; já as línguas nacionais angolanas predominam nos contextos informais, como o âmbito familiar.

Nossa pesquisa se insere nesse contexto. Inicialmente, pretendia-se investigar marcas de oralidade e de línguas angolanas na escrita de alunos da 6ª classe do ensino primário de escolas públicas de Sumbe. Porém, ao longo do tempo, essa proposta sofreu alterações, levando à construção de um novo problema de pesquisa: como se constroem e se legitimam, por meio do funcionamento linguístico-discursivo, imagens de língua acerca da língua portuguesa e das línguas nacionais angolanas em dissertações de mestrado produzidas em Angola, no Brasil e em Portugal?

Com base na Análise do Discurso de linha francesa fundada por Michel Pêcheux (1997), entendemos o discurso como o processo de produção de efeitos de sentido entre sujeitos historicamente situados e interpelados pela ideologia, o que nos permite afirmar que o sentido não é intrínseco ao texto, mas construído pela relação entre língua,

história, ideologia e posição do sujeito. As condições de produção de um discurso são, portanto, as circunstâncias históricas, sociais e ideológicas nas quais ele foi produzido (Pêcheux, 1997, p. 75), que participam da construção dos efeitos de sentido produzidos nesse discurso.

Constituem as condições de produção as formações imaginárias (Pêcheux, 1997), por meio das quais o sujeito constrói representações sobre si, sobre o outro e sobre o referente do discurso. Essas representações não correspondem ao real, mas ao ponto de vista do sujeito e à antecipação do ponto de vista do outro. Neste trabalho, interessam-nos especificamente as formações imaginárias acerca dos referentes que, no nosso caso, são a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas. Denominamos imagens de língua as imagens que se constituem sobre esses referentes na materialidade discursiva.

A escolha pelas dissertações se justifica pela tradição do Grupo de Pesquisa em Estudo do Texto e do Discurso (GETED) no desenvolvimento de pesquisas sobre a escrita acadêmica. Já a escolha de trabalhar com trabalhos defendidos no Brasil, em Angola e em Portugal é base para o desenvolvimento de um estudo comparativo sobre as imagens de língua em diferentes espaços institucionais.

Metodologia

A pesquisa assumiu caráter qualitativo e exploratório, tendo como principais procedimentos o levantamento e o estudo bibliográficos, a leitura orientada de textos teóricos, a discussão coletiva e a leitura exploratória de produções acadêmicas.

Primeiramente, nos dedicamos a compreender as concepções de língua, debruçando-nos sobre três autores específicos: Saussure (2012), Bourdieu (2009) e Pêcheux (2014). Durante os meses de setembro, outubro e novembro, trabalhamos os três autores a partir da leitura dos textos, da discussão e da produção de um texto. A escrita do texto foi desenvolvida foi desenvolvida entre os meses de outubro e novembro, em encontros semanais e, ao final, buscamos relacionar os conceitos estudados com o contexto multilingue angolano.

No período de dezembro a março, dedicamo-nos ao estudo de textos em inglês que tratavam da relação entre línguas em contextos bilíngues/multilíngues. Os textos estudados foram os de Manyak (2001), Ramadiro (2012) e Hornberger (2003), recomendados pelos participantes da banca de qualificação de doutorado de uma das orientadas da Prof.ª Dr.ª Sulemi Fabiano Campos, orientadora deste trabalho. A indicação dos textos esteve relacionada à necessidade de ampliar a bibliografia sobre contextos bilíngues e multilíngues, contemplando perspectivas que permitissem uma reflexão sobre a relação entre diferentes línguas nos processos de escolarização.

O mês de março foi marcado pelo retorno dos encontros do GETED, que foram dedicados ao estudo da base teórica da Análise do Discurso de linha francesa fundada por Michel Pêcheux, vertente teórica que embasa os trabalhos produzidos no grupo. Iniciamos pelo tripé epistemológico da teoria: a língua (Saussure, 2012), a ideologia (Chauí, 1980; Althusser, 1985) e a psicanálise (Lacan, 1998), a fim de nos preparar para as discussões desenvolvidas por Michel Pêcheux (2014) em Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. O objetivo era a leitura conjunta do livro, acompanhada de discussões. Os encontros eram semanais, às sextas-feiras, e cada dia era dedicado a um texto ou capítulo do livro, que deveria ser lido previamente. Além da leitura, realizamos também o fichamento de cada capítulo como forma de sistematização das leituras. Periodicamente, uma pessoa ou grupo era selecionado para realizar a exposição do texto do dia e conduzir a discussão.

Participaram das discussões alunos de diferentes níveis de formação, desde a graduação até o doutorado, em sua maioria tendo Pêcheux como base teórica de suas produções. A diversidade de objetos e problemas de pesquisa apresentados permitiu um contato mais amplo com diferentes possibilidades de investigação à luz da Análise do Discurso. Nesse contexto, as discussões realizadas possibilitaram retomar as questões construídas a partir das leituras desenvolvidas ao longo da pesquisa, especialmente aquelas relacionadas às diferentes posições ocupadas pela língua portuguesa e pelas línguas nacionais angolanas. A articulação entre os estudos sobre bilinguismo e multilinguismo e os conceitos da Análise do Discurso contribuiu para problematizar não apenas o uso dessas línguas nos espaços escolares, mas também os diferentes sentidos que podem ser produzidos sobre elas. A partir desse movimento, passamos a considerar como questão de investigação os modos pelos quais a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas são significadas em diferentes espaços de produção acadêmica, o que orientou a etapa seguinte de aproximação e constituição do *corpus*.

Realizamos leituras exploratórias de dissertações que tratassem da relação entre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas (Nzau, 2011; Cafeca, 2020; Andrade, 2021) produzidas em instituições de Angola, do Brasil e de Portugal, e retomamos um projeto anterior da orientadora sobre os diferentes tratamentos conferidos às línguas nacionais angolanas em duas dissertações, uma de Angola e outra de Portugal. A leitura desse material, articulada às discussões realizadas durante a bolsa, contribuiu para a identificação de uma questão que despertou nosso interesse: a diferença de tratamento conferida à língua portuguesa e às línguas nacionais angolanas.

Optamos por trabalhar com três espaços institucionais diferentes: Angola, Brasil e Portugal. As dissertações produzidas em Angola foram acessadas a partir de uma pasta compartilhada no Google Drive, alimentada pelos alunos e professores que realizam pesquisas em instituições angolanas. Já as dissertações produzidas no Brasil e em Portugal foram acessadas por repositórios online, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e os Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

A partir desse contato inicial com as produções acadêmicas, foi construído um corpus constituído por seis dissertações, sendo duas produzidas em instituições de Angola (Alfredo, 2025; Pakisi, 2025), duas do Brasil (Bernardo, 2018; Kialanda, 2023) e duas de Portugal (Suequel, 2018; António, 2018). A seleção considerou trabalhos cuja temática fosse centrada no contexto linguístico angolano e na relação entre as línguas nacionais angolanas e a língua portuguesa.

Resultados e Discussões

O percurso desenvolvido ao longo da pesquisa possibilitou diferentes deslocamentos na compreensão da língua e de suas relações com a sociedade. O estudo das concepções de língua em Saussure (2012), Bourdieu (2009) e Pêcheux (2014) permitiu estabelecer uma base teórica para reflexão sobre o contexto multilíngue angolano, além da observação de diferentes fenômenos linguísticos, o que contribuiu para a construção e o redirecionamento das questões que orientaram a pesquisa.

A partir da concepção saussuriana (2012) compreendemos a língua numa perspectiva estruturalista, como um sistema fechado de signos estruturado e coletivo, base da comunicação de uma comunidade linguística. A dicotomia *langue* e *parole*, pela qual Saussure distingue a língua como sistema social da fala como realização individual, indica que o linguista não deve se concentrar nas variações individuais. Essa distinção

evidencia o interesse do autor pela dimensão sistemática e coletiva do fenômeno linguístico.. Nessa perspectiva, o interesse da Linguística é a langue e não as variações linguísticas individuais dos falantes (*parole*).

Essa concepção contribuiu para a reflexão sobre a posição ocupada pela língua portuguesa em Angola: o seu estatuto de língua oficial e de língua de escolarização a constitui como um sistema linguístico privilegiado. Concluímos, então, que a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas não ocupam posições equivalentes e estão presentes em diferentes espaços institucionais.

Já Bourdieu (2009) nos permitiu considerar as condições sociais nas quais as línguas circulam. Em uma perspectiva sociológica, o autor compreende a língua como um instrumento de poder simbólico nas relações de poder que atravessam a comunicação, uma vez que diferentes modos de falar e os discursos produzidos pelos sujeitos não possuem o mesmo valor social. Esse valor é atribuído a partir das posições ocupadas pelos locutores e pelas condições sociais nas quais seus discursos são produzidos e recebidos.

A discussão de Bourdieu (2009) sobre a língua oficial foi particularmente relevante para nós. O autor afirma que a instituição de uma língua oficial está relacionada à constituição de um mercado linguístico unificado, no qual uma determinada variedade passa a ser reconhecida como legítima e a funcionar como norma. A língua oficial se estabelece, portanto, por meio de processos institucionais que conferem legitimidade a determinados usos e aos sujeitos que os mobilizam. Essa discussão nos permitiu compreender que a posição da LP na sociedade angolana não decorre apenas de sua existência como sistema linguístico, mas de processos históricos e institucionais que lhe conferiram legitimidade e valor social.

Pêcheux (2014), por sua vez, entende a língua como materialidade discursiva atravessada pela ideologia e pela história. A partir da Análise do Discurso de linha francesa, compreendemos que a língua não pode ser tomada apenas como um sistema autônomo ou como instrumento de comunicação, mas como materialidade linguística na qual os processos discursivos se realizam. O discurso consiste no processo de produção de efeitos de sentido entre sujeitos historicamente situados e interpelados pela ideologia. Nessa perspectiva, a compreensão do sentido não se dá apenas pela base (linguística), mas na relação dela com o processo (discursivo-ideológico) (Pêcheux, 2014, p. 147).

Essa perspectiva possibilitou um novo deslocamento em relação às concepções anteriormente estudadas. Se, em Saussure, a língua foi compreendida principalmente como um sistema social e coletivo e, em Bourdieu, foram consideradas as relações de poder e as condições sociais de circulação dos usos linguísticos, Pêcheux permitiu pensar como os sentidos atribuídos às línguas são produzidos discursivamente. Dessa forma, a diferença de tratamento entre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas passou a ser compreendida não apenas como uma questão relacionada ao estatuto ou à posição social dessas línguas, mas também como uma questão de produção de sentidos sobre elas.

Em um segundo momento, as leituras de Manyak (2001), Ramadiro (2012) e Hornberger (2003) permitiram ampliar a reflexão sobre contextos de bilinguismo e multilinguismo, especialmente acerca das relações estabelecidas entre diferentes línguas nos processos de escolarização. Os textos apresentam estudos e discussões que, colocados em diálogo com a proposta dos continua of biliteracy de Hornberger (2003), possibilitaram compreender a aprendizagem de uma segunda língua em sua relação com os conhecimentos linguísticos já constituídos pelos sujeitos em sua primeira língua. Nesse sentido, as leituras contribuíram para superar uma compreensão das línguas como sistemas que atuam de forma isolada no processo de aprendizagem, permitindo

considerar que os conhecimentos e práticas desenvolvidos em uma língua podem participar da construção de conhecimentos em outra.
As leituras realizadas apontaram, portanto, para uma perspectiva que reconhece a possibilidade de contribuição das línguas maternas dos alunos para os processos de aprendizagem de uma segunda língua. Essa compreensão produziu um deslocamento importante em relação à questão que inicialmente orientava a pesquisa. Se os conhecimentos linguísticos desenvolvidos em uma primeira língua podem contribuir para a aprendizagem de outra, a presença das línguas nacionais angolanas no contexto escolar não precisaria ser necessariamente compreendida como um obstáculo à aprendizagem da língua portuguesa.
A partir dessa reflexão, a ausência ou a limitada utilização das línguas nacionais nos espaços escolares passou a ser problematizada para além de uma possível justificativa pedagógica baseada na ideia de que essas línguas poderiam "atrapalhar" a aprendizagem do português. As leituras suscitaram, assim, a necessidade de considerar que a posição ocupada pelas diferentes línguas no sistema educacional angolano poderia estar relacionada também a fatores históricos, sociais e ideológicos, que ultrapassam a questão estritamente pedagógica. Esse deslocamento foi fundamental para que a pesquisa deixasse de se concentrar exclusivamente na interferência das línguas nacionais sobre a escrita em português e passasse a considerar as diferentes formas pelas quais essas línguas são compreendidas, valorizadas e significadas socialmente.
O retorno das atividades do GETED foi fundamental para a construção de uma base teórica sólida em Análise do Discurso de linha francesa. A partir do estudo de Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio de Michel Pêcheux compreendemos as relações entre língua, discurso, sujeito, história e ideologia e entendemos a língua como materialidade na qual ocorrem os processos discursivos e se constroem os efeitos de sentido. As discussões coletivas e o contato com as diferentes pesquisas desenvolvidas pelos integrantesnos permitiram entender de que maneira conceitos da teoria poderiam ser mobilizados na análise de diferentes materialidades linguísticas.
A partir dessa base teórica, retomamos as questões que vinham sendo construídas ao longo da bolsa acerca da relação entre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas. O contato com um projeto de pesquisa anteriormente desenvolvido pela orientadora, que analisava os diferentes tratamentos conferidos às línguas nacionais angolanas em dissertações produzidas em Angola e em Portugal, contribuiu para que as produções acadêmicas fossem consideradas como um espaço relevante para a investigação dessas relações. As dissertações passaram a ser compreendidas não apenas como trabalhos que discutem as línguas, mas como espaços nos quais diferentes discursos sobre a língua portuguesa e sobre as línguas nacionais angolanas são produzidos e colocados em circulação.
Essa compreensão orientou a leitura exploratória de dissertações que tratassem da relação entre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas. Durante esse contato inicial com o corpus, atentamos para elementos linguístico-discursivos, como designações, predicações, avaliações, modalizações e relações estabelecidas entre as línguas, considerando sua participação na construção de diferentes imagens de língua. A partir desse processo, foi constituído um corpus documental composto por seis dissertações de mestrado produzidas em instituições de Angola, Brasil e Portugal.
A constituição do corpus em diferentes espaços institucionais possibilitou reunir produções acadêmicas vinculadas a instituições de Angola, Brasil e Portugal. A escolha desses três espaços institucionais não se restringiu a um critério geográfico, mas esteve relacionada ao interesse em observar diferentes condições de produção dos discursos

sobre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas. Assim, foram selecionadas duas dissertações produzidas em cada um dos espaços institucionais, totalizando seis trabalhos. A composição do corpus permitiu colocar em relação produções acadêmicas desenvolvidas em diferentes contextos institucionais, nos quais as línguas podem assumir diferentes posições e ser significadas de maneiras distintas.

Conclusão

A trajetória na bolsa possibilitou a ampliação e o aprofundamento da formação teórica em estudos da linguagem, especialmente no que se refere às diferentes formas de compreender a língua e sua relação com aspectos sociais, históricos e ideológicos. O estudo das concepções de língua de Saussure, Bourdieu e Pêcheux proporcionou uma reflexão sobre a posição ocupada pela língua portuguesa e pelas línguas nacionais angolanas em um contexto multilíngue.

Já os trabalhos de Manyak, Ramadiro e Hornberger contribuíram para o deslocamento da questão inicialmente relacionada à interferência das línguas nacionais angolanas na escrita em língua portuguesa. O contato com essas perspectivas possibilitou compreender que as línguas utilizadas pelos alunos podem participar dos processos de aprendizagem de uma segunda língua, levando à problematização de explicações que considerem as línguas nacionais apenas como obstáculos à aprendizagem do português.

Paralelamente, o estudo da Análise do Discurso de linha francesa desenvolvido no GETED possibilitou consolidar conhecimentos sobre as relações entre língua, discurso, sujeito, história e ideologia, fornecendo instrumentos teóricos para pensar a língua enquanto materialidade dos processos discursivos. A articulação entre essa formação teórica e as reflexões sobre o contexto angolano permitiu deslocar o olhar da interferência linguística para os diferentes sentidos produzidos sobre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas.

Como resultado desse percurso, foram selecionadas e organizadas seis dissertações de mestrado, produzidas em três diferentes espaços: Angola, Brasil e Portugal, constituindo um corpus documental para a continuidade da investigação. A elaboração desse corpus e a construção da problemática relacionada às imagens de língua constituíram os principais resultados concretos da pesquisa.

Dessa forma, a bolsa contribuiu não apenas para a aquisição e sistematização de conhecimentos teóricos, mas também para a formação como pesquisadora, permitindo transformar uma questão inicialmente vinculada à interferência linguística em uma problemática de investigação sobre os modos de significação das línguas. O percurso desenvolvido estabeleceu, assim, as bases teóricas e metodológicas para a continuidade da pesquisa sobre as relações entre a língua portuguesa e as línguas nacionais angolanas.

Referências

ALFREDO, S. R. L. R. **O governo da língua portuguesa no Cuanza Sul – Sumbe: por outras paisagens linguísticas**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto Superior de Ciências da Educação – Sumbe, Sumbe, 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDRADE, N. P. **O português e as outras línguas: um estudo das imagens das línguas em textos acadêmicos produzidos no Brasil e em Portugal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-24062022-113731/. Acesso em: 3 ago. 2026.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010. Disponível em: https://governo.gov.ao/documentos/constituição. Acesso em: 10 ago. 2026.

ANTÓNIO, J. L. F. **Interferência da língua kimbundo no português falado em Kwanza Norte**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2018.

BERNARDO, E. P. J. **Política linguística para ensino bilíngue em Angola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194395. Acesso em: 12 ago. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. Tradução de Sérgio Miceli et al. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

CAFECA, Feliciana Kassova. **A interferência fonética na escrita da língua portuguesa dos alunos da 10ª classe do Complexo Escolar Marítimo "Helder Neto" n. 54M do Namibe, no município de Moçâmedes**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua Portuguesa) – Instituto Superior de Ciências da Educação – Huíla, Huíla, 2020.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HORNBERGER, Nancy H. (ed.). **Continua of biliteracy: an ecological framework for educational policy, research, and practice in multilingual settings**. Bristol: Multilingual Matters, 2003.

KIALANDA, K. S. **O português como língua nacional angolana: uma análise a partir da investigação do uso das formas pronominais nós e a gente**. 2023. 94 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1626. Acesso em: 12 ago. 2026.

LACAN, Jacques. O inconsciente freudiano e o nosso. In: LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 23-32.

MANYAK, Patrick C. **Participation, hybridity, and carnival: a situated analysis of a dynamic literacy practice in a primary-grade English immersion class**. Journal of Literacy Research, v. 33, n. 3, p. 423–465, 2001. DOI: 10.1080/10862960109548119.

MINGAS, A. **Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda**. 1. ed. Luanda: Caxinde Editora e Livraria, 2000.

NZAU, D. G. N. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.

PAKISI, V. E. **O ensino do português como língua segunda: proposta metodológica de ensino da língua portuguesa em contexto bilíngue Umbundo/Português**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto Superior de Ciências da Educação – Sumbe, Sumbe, 2025.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (1969). Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

RAMADIRO, Brian Lwazi. **Reading in two languages: evidence from miscue analysis**. South African Journal of Childhood Education, v. 2, n. 2, p. 74–93, 2012. DOI: 10.4102/sajce.v2i2.13.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SUEQUEL, R. dos R. T. **A constituição histórica do português de Angola: para uma caracterização morfossintática e interferência linguística com o cokwe**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2018.

CÓDIGO: HS1556

AUTOR: DIAGORAS GABRIEL DE LACERDA SILVA

ORIENTADOR: ZORAIDE SOUZA PESSOA

TÍTULO: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA SOCIODIVERSIDADE, DOS IMPACTOS E DOS CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS NOS ESTADOS PRODUTORES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO NORDESTE BRASILEIRO

Resumo

A emissão de gases nocivos na atmosfera por meio de atividades humanas como o uso da terra para geração de energia elétrica altera as temperaturas do planeta ameaçando a manutenção de sistemas físicos, ecológicos e sociais. Diante disso, uma transição energética de fontes tradicionais para fontes renováveis tornou-se tendência global. No Brasil, a região Nordeste se destaca na produção de eletricidade por meio das fontes eólica e solar. Entretanto, essa produção vem acompanhada de impactos negativos em territórios tradicionalmente ocupados e áreas de relevância ambiental, gerando tensões entre comunidades e empresas de energia eólica. Por isso, este estudo elaborou um diagnóstico situacional dos impactos e conflitos socioambientais nos nove estados do Nordeste brasileiro. A metodologia quali-quantitativa esteve dividida em cinco etapas de imersão bibliográfica, mapeamento de dados e informações, diagnóstico de políticas públicas e análises dos achados. Como resultado, a expansão da energia eólica na região corresponde a necessidade de diversificação energética, mas não impediu a replicação de seus impactos negativos em oito dos nove estados, afetando territórios com forte presença de povos tradicionais. Em conclusão, torna-se necessário um aprimoramento desse atual modelo de desenvolvimento, com mais transparência e participação popular.

Palavras-chave: Energia eólica; impactos; conflitos; sociodiversidade.

TITLE: SITUATIONAL ASSESSMENT OF SOCIO-DIVERSITY, SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS, AND CONFLICTS IN WIND ENERGY-PRODUCING STATES IN NORTHEAST BRAZIL

Abstract

The emission of harmful gases into the atmosphere through human activities—such as land use for electricity generation—alters global temperatures, threatening the sustainability of physical, ecological, and social systems. In light of this, an energy transition from traditional to renewable sources has become a global trend. In Brazil, the Northeast region stands out in electricity production through wind and solar sources.

However, this production is accompanied by negative impacts on traditionally occupied territories and areas of environmental significance, generating tensions between communities and wind energy companies. Therefore, this study developed a situational analysis of socio-environmental impacts and conflicts in the nine states of the Brazilian Northeast. The qualitative-quantitative methodology was divided into five stages: literature review, data and information mapping, public policy analysis, and analysis of findings. As a result, the expansion of wind energy in the region addresses the need for energy diversification, but has not prevented the replication of its negative impacts in eight of the nine states, affecting territories with a strong presence of traditional peoples. In conclusion, it is necessary to improve the current development model, with greater transparency and public participation.

Keywords: Wind energy; impacts; conflicts; sociodiversity.

Introdução

As mudanças climáticas são responsáveis por alterações significativas de longo prazo nas temperaturas do planeta. A queima de combustíveis fósseis como carvão e petróleo, além do uso da terra para geração de energia elétrica e desmatamento de florestas, provoca a emissão de gases nocivos à atmosfera como o dióxido de carbono e metano, os quais atuam como um grande cobertor que retém o calor do sol.

Desde a Revolução Industrial, no século XVIII, a emissão de gases tem aumentado e, consequentemente, as temperaturas globais têm se elevado, colocando em risco o sustento da vida com a degradação de sistemas físicos, ecológicos e sociais do planeta (ONU, 2026). Por isso, uma transição energética de fontes tradicionais para fontes renováveis tornou-se tendência global. O risco a manutenção das usinas hidrelétricas, bem como os apagões nacionais e racionamento no consumo de energia relatados em 2001, conhecido como crise energética, impulsionaram a diversificação energética no Brasil. Esse cenário desencadeou uma descentralização da matriz energética que possibilitou o avanço de empreendimentos renováveis em regiões como o Nordeste brasileiro (Abbud e Montalvão, 2003; Srour, 2005).

A localização geográfica privilegiada dos estados nordestinos e suas vantagens naturais proporcionam a instalação de parques eólicos, formados por aerogeradores (ou turbinas eólicas) semelhantes a cata-ventos gigantes que convertem a energia mecânica, fornecida pela movimentação de pás com a força dos ventos, em energia elétrica. No entanto, autores como Hofstaetter e Pessoa (2022), entre outros, não descartam impactos negativos, como desmatamento e disputas territoriais que ocasionam conflitos entre populações e empresas de energia eólica.

Segundo Santos (2023), os conflitos são divergências que saem da esfera privada e tornam-se públicas diante das insatisfações e problemas de grupos sociais ou indivíduos. Uma vez identificados diversos casos de impactos decorrentes da produção de energia eólica no RN, foi necessário ampliar a pesquisa para os demais estados da região Nordeste, pressupondo que a

presença dos aerogeradores em outras localidades também esteja gerando mudanças significativas na rotina de comunidades tradicionais e na preservação de áreas de relevância ambiental.

À vista disso, o objetivo geral desta pesquisa foi desenvolver um estudo exploratório e diagnóstico dos impactos e conflitos socioambientais existentes nos estados com empreendimentos de energias renováveis no Nordeste e que atingisse a sociodiversidade dos territórios, comunidades, povos e populações. Para isso, a pesquisa contou com a realização de objetivos específicos: mapear a sociodiversidade, através das comunidades tradicionais, assentamentos agrários e outras áreas de relevante interesse ambiental, ecológico e social que coexistem em territórios com empreendimentos renováveis nos estados do Nordeste, caracterizar os conflitos socioambientais decorrentes dos impactos e diagnosticar as políticas energéticas e climáticas existentes.

A metodologia de pesquisa estabelecida no plano de trabalho contou com abordagens quali-quantitativas estruturadas em cinco etapas de imersão bibliográfica, mapeamento de dados e informações, diagnóstico de políticas públicas e análises dos resultados. As atividades de pesquisa contaram com o apoio de softwares R Studio, Google Planilhas, Excel e Google Docs para organização dos dados e elaboração de recursos visuais.

O relatório encontra-se estruturado em quatro tópicos: introdução, com breve explicação da temática e os objetivos do trabalho; metodologia, com os procedimentos adotados para realização da pesquisa; resultados e discussões, apresentando os principais achados, conceitos e debates atuais; e conclusões, com a análise dos resultados e as recomendações para o aprimoramento de futuras pesquisas e gestão no setor energético brasileiro.

Metodologia

O estudo contou com uma pesquisa multidisciplinar, unindo conceitos e teorias do diálogo entre as ciências sociais, as ciências ambientais, o planejamento urbano e a gestão de políticas públicas para a utilização de abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas presentes no plano de trabalho. Segundo Silveira e Córdova (2009), os procedimentos científicos quando alinhados aos objetivos e inseridos em um processo sistemático permitem a construção de resultados diagnósticos acerca da realidade de um determinado local.

Inicialmente, foram estabelecidos tipos de coleta de dados e informações relevantes ao estudo, como nos procedimentos exploratórios, documentais e de análise de conteúdo. Esses conceitos foram baseados no texto de Silveira e Córdova (2009), onde os autores destacam ser indispensável a seleção de métodos de investigação científica integrando o quantitativo ao qualitativo para a definição clara de sua abordagem metodológica.

Diante disso, a seguinte metodologia buscou possibilitar o alcance de resultados almejados, tais como: conhecer a realidade dos territórios produtores de energias renováveis, tendo como recorte empírico o Nordeste do Brasil por estados produtores de fontes renováveis, em particular a eólica. Para guiar os passos desta pesquisa, foi elaborada uma síntese metodológica apresentada no Quadro 1 com cinco etapas baseadas nos objetivos geral e específicos, seu tipo de abordagem (quali e/ou quantitativa), as atividades necessárias para sua realização, o tipo de pesquisa (exploratória, documental e/ou de análise) e as ferramentas utilizadas.

A primeira etapa consistia na realização de uma pesquisa exploratória de imersão bibliográfica para aprofundamento da temática. Por meio das plataformas Scopus e Web Of Science foram mapeados os artigos, teses e dissertações que continham as palavras-chave “energia eólica”, “conflitos” e “impactos”. Esse mapeamento foi realizado com o apoio do software R Studio, programa especializado em análise de dados estatísticos e produção de gráficos.

Em seguida, uma filtragem manual dos trabalhos encontrados nestas plataformas possibilitou a construção de uma revisão teórica sobre mudanças climáticas, transição energética, impactos e conflitos socioambientais para introdução ao tema. Uma vez aprofundado o debate teórico e percebido quais caminhos de investigação seriam necessários para o diagnóstico na região, foi iniciada a construção de dados de pesquisa nas três etapas posteriores. A segunda etapa da pesquisa consistiu no mapeamento de áreas com relevância social e ambiental. Essa etapa buscou identificar a coexistência de diferentes grupos sociais e culturais como formas de organização e modos de vidas diferentes em um determinado espaço, bem como territórios com características naturais importantes para o equilíbrio de ecossistemas vitais, apontados nas referências deste trabalho como principais afetados pela instalação de aerogeradores próximos às suas comunidades e territórios.

Uma pesquisa exploratória na Plataforma de Governança Territorial (PGT), no último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Painel de Unidades de Conservação Brasileiras do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima gerou a criação de bases dados do quantitativo de assentamentos, localidades indígenas, quilombolas e unidades de conservação por estado do Nordeste. Esses dados possibilitaram identificar nos locais de origem dos conflitos encontrados posteriormente a presença dessas comunidades tradicionais e áreas de relevância ambiental.

Para caracterizar os possíveis conflitos socioambientais decorrentes da exploração de energia eólica nessas áreas, foi realizada uma terceira etapa com consulta à matriz elétrica brasileira e nordestina até o primeiro semestre de 2026 por meio do Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA). Além de consultas em portais de notícias, artigos e questionários aplicados por pesquisadores do Laboratório Interdisciplinar Sociedades, Ambientes e Territórios (LISAT) em audiências públicas no ano de 2024 para a criação de base de dados dos conflitos envolvendo empresas de energia eólica e

comunidades e a percepção dos moradores sobre os impactos após a instalação dos parques eólicos.

A quarta e penúltima etapa tratou de um diagnóstico de políticas públicas, buscando identificar a existência de políticas energéticas e climáticas nos estados do nordeste brasileiro com critérios para conter o avanço dos impactos provocados pelos empreendimentos eólicos. Para isso, foi elaborado um quadro das leis e dispositivos legais encontrados em portais oficiais dos governos estaduais e legislativo com o propósito de assegurar comunidades e unidades de conservação durante o processo de instalação dos parques eólicos, informando sua esfera de atuação (estadual ou nacional), seu local de origem, tipo de documento, ementa, critérios estabelecidos e seu grau de impacto.

A última etapa foi pensada para o tratamento de dados e análise de conteúdo e comparativos dos resultados com a literatura consultada. Para a organização e apresentação dos dados encontrados, foram gerados quadros e gráficos por meio de softwares como Google Planilhas e Excel. Além da elaboração de mapas da localização dos estados e conflitos com a plataforma QGIS, utilizando os dados do SIGA juntamente com as malhas territoriais do IBGE. Por fim, a geração de recursos visuais com base nas etapas anteriores possibilitou a criação deste relatório científico, com o intuito de oferecer um panorama situacional da dinâmica de expansão dos empreendimentos eólicos na região Nordeste.

Resultados e Discussões

A região Nordeste é a maior do país em número de estados, com nove unidades federativas: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE). Com um total de 54.658.515 habitantes, cerca de 30% da população brasileira, sendo a Bahia o estado mais populoso (14.141.626), de acordo com dados do último censo demográfico (IBGE, 2022). O Mapa 1 apresenta a localização da região no Brasil e seu número de habitantes por estado.

O texto de Araújo (2011) buscava apresentar as características do Nordeste brasileiro com o intuito de expor o potencial de desenvolvimento econômico e sustentável do semiárido nordestino, desconstruindo mitos da falta de recursos naturais para uso planejado. Para o autor, a região precisava de uma alternativa de desenvolvimento além da exploração de suas reservas minerais, que preservasse suas espécies e diminuísse a desertificação. Com a demanda global por alternativas limpas de geração de energia, o Nordeste encontrou uma nova oportunidade. Sua localização geográfica favoreceu a instalação de parques eólicos e solares, explorando suas altas temperaturas e ventos fortes para o desenvolvimento econômico e progresso tecnológico na região (Morais & Baiardi, 2025).

A Figura 1 apresenta um infográfico da matriz elétrica brasileira e nordestina no primeiro semestre de 2026, informando o significado de “energias renováveis” e os tipos de combustíveis conhecidos juntamente com os principais dados do setor em geral e dos empreendimentos eólicos na região. Os dados nacionais mostram a permanência da dominação da fonte hídrica com metade do número total de empreendimentos (50,3%) e de potência outorgada (kW), isto é, o total de potência autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para ser operada. No entanto, percebe-se que as demais fontes estão dividindo a outra metade, apontando uma potencial expansão a nível nacional. Já na região Nordeste, a participação de fonte hídrica cai para apenas 18% enquanto a força matriz regional passa a ser de fonte eólica com 48% dos empreendimentos e da potência outorgada.

Essas dados pressupõem que a produção massiva de energia eólica avança sem grandes impedimentos com o propósito de garantir segurança energética e fomentar o desenvolvimento socioeconômico sustentável na região, como destacam os autores Morais & Baiardi (2025, p. 2951): A energia eólica destaca-se como uma das principais fontes de energia renovável no Nordeste brasileiro, uma região privilegiada por suas condições climáticas favoráveis, onde os ventos são constantes. O desenvolvimento de parques eólicos no Nordeste fortalece a segurança energética do Brasil e impulsiona o crescimento econômico regional, gerando empregos e estimulando a infraestrutura local.

No Gráfico 1, podemos observar um comparativo do IDH estadual da Região Nordeste nas últimas três décadas (referente a dados dos anos 2000, 2010 e 2021). O gráfico mostra a transformação de uma região que beirava o baixo desenvolvimento se consolidando ao longo dos anos. Esse crescimento pode estar ligado indiretamente ao investimento na exploração de energias renováveis, conforme apontado no texto de Morais & Baiardi (2025). No entanto, a PNUD destaca que o IDH não é suficiente para definir profundamente as condições de vida de uma região, principalmente em aspectos como democracia e sustentabilidade. Essa contradição é abordada em estudos como o de Hofstaetter (2016), que aponta impactos negativos da instalação de aerogeradores, os equipamentos usados para geração de energia eólica, em territórios de preservação ambiental e ocupados por povos tradicionais no Rio Grande do Norte.

A dissertação de Santos (2023) também aponta as alterações no modo de vida de comunidades rurais do município de São Miguel do Gostoso-RN, que ocasionaram em disputas territoriais. A escolha do município justificou-se pela percepção de duas realidades: a expansão da energia eólica na região e a presença de diversas comunidades em locais próximos a territórios de interesse para produção de energia elétrica de matriz renovável. Ademais, essa ligação entre parques eólicos e comunidades motivou a pesquisa de Hofstaetter (2016). Por essa razão, torna-se primordial investigar um possível padrão estrutural em escala regional, explorando a sociodiversidade dos nove estados e os impactos da instalação de aerogeradores já identificados nessas áreas.

Diante disso, o Gráfico 2 expõe o número de assentamentos rurais por Unidade Federativa do nordeste brasileiro no primeiro semestre de 2026. A informação foi extraída do Sistema de Gestão Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A Bahia conta com cerca de 88 mil lotes ou parcelas de unidades agrícolas existentes no maior estado produtor de energia eólica. Em suma, os nove estados possuem um total de 308.532 assentamentos rurais, deixando o alerta da possibilidade de conflitos fundiários decorrentes da expansão dos parques eólicos.

Segundo o Incra, um assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas presentes em um imóvel rural delimitado pelo órgão em parcelas ou lotes. O assentamento é destinado a uma família de agricultores ou trabalhadores rurais beneficiados, devendo residir no lote e desenvolver atividades produtivas. O lote pertence ao Incra até que os moradores possuam um título de domínio, estando impedidos de serem vendidos ou alugados. As localidades indígenas ou Terras Indígenas (TIs) também são alvos de estudos sobre os impactos dos parques eólicos inseridos em seus territórios. De acordo com a Constituição Federal de 1988, uma TI deve ser demarcada por órgãos competentes, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e entregue para uso exclusivo de povos indígenas, preservando cultura, tradições e recursos naturais. Esses territórios podem ser classificados como Terras Tradicionalmente Ocupadas, Reservas Indígenas ou Terras Dominiais (Funai, 2024).

O Gráfico 3 apresenta o número de localidades indígenas demarcadas nos estados do nordeste brasileiro. Segundo o último censo, a população indígena no Brasil possui 1.694.836 pessoas, aproximadamente 1% da população total do país. Já a região Nordeste concentra 528.800 pessoas autodeclaradas indígenas, a segunda maior do país (IBGE, 2022). Parte dessa população encontra-se distribuída em 1.764 localidades reconhecidas como Terras Indígenas. O estado do Maranhão aparece em primeiro lugar com 750 localidades, seguido por Pernambuco com 416. Bahia e Ceará aparecem quase empatados com 202 e 200 respectivamente, enquanto o Rio Grande do Norte registra apenas 23 localidades.

O Gráfico 4 mostra uma grande concentração de localidades quilombolas nos estados do Maranhão e da Bahia, ambas com mais de 800 territórios registrados. Enquanto isso, o Rio Grande do Norte conta com o menor número, cerca de 35 localidades. Em suma, a região possui um total de 2.253 localidades quilombolas reconhecidas pelo Incra. Eles são reconhecidos pelo Incra por meio de titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos e pela política de regularização fundiária (Incra, 2026).

Segundo autores como Barros et al. (2024), toda forma de produção de energia será causadora de impactos ambientais devido a sua interferência no meio em que ocupa, sendo necessário reconhecer e minimizar os danos causados em áreas de relevância ambiental. Como exemplo, as Unidades de Conservação (UCs), áreas e recursos naturais protegidos pelo poder público com uso da terra limitado por meio de categorias estabelecidas (MMA, 2026a). O Nordeste

conta com um total de 556 unidades de conservação, com boa parte concentrada no estado da Bahia, que abriga 237 das unidades. O estado baiano possui vasta extensão territorial, abrangendo biomas importantes: a Caatinga, o Cerrado e a Mata Atlântica. As demais unidades encontram-se distribuídas de forma variável entre as demais unidades federativas.

Em 2020, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), representante da indústria de parques eólicos no país, realizou um estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais dos empreendimentos em parceria com a GO Associados. O estudo aponta diversos benefícios como o impulsionamento na economia regional das regiões Sul e Nordeste por meio de investimentos na expansão da energia eólica, gerando a criação de quase 500 mil empregos e um impacto fiscal no recolhimento de impostos. O texto ainda afirma que a instalação dos parques eólicos acelera a regularização fundiária das terras implantadas, permitindo que o proprietário siga com suas plantações e criação de gado e tenha melhores condições de vida e de renda por meio dos arrendamentos para colocação das torres. Ademais, no âmbito ambiental, reduz a emissão de gases do efeito estufa (GEEs) como o Dióxido de carbono (“CO2”) e contribui para a manutenção das UCs (Oliveira, 2020).

O estudo é contraditório quando comparado às descobertas de autoras como Hofstaetter e Pessoa (2022) ao não mencionar nenhum impacto negativo, promovendo um discurso de sustentabilidade pouco realista. O impacto social trata-se da alteração (boa ou ruim) nas condições de vida de uma população por meio de uma ação conhecida, enquanto o impacto ambiental provoca mudanças no meio ambiente colocando em risco a qualidade de recursos naturais para a sustentação da vida (Hofstaetter e Pessoa, 2022). As autoras Hofstaetter e Pessoa (2022) destacam ainda que os impactos sociais e ambientais podem ser divididos por dimensões e consequências diferentes, sendo diretos ou indiretos, de curto ou longo prazo, positivos ou negativos, irreversíveis ou não, locais ou regionais. Como os impactos apresentados no Quadro 2.

Desse modo, podemos observar que os impactos sociais estão muito ligados a mudanças na qualidade de vida dos moradores de comunidades próximas aos parques eólicos. A construção dos parques danifica estradas e moradias, aumenta seus impostos diminuindo o poder de compra local e contamina água e solo prejudicando a criação de gado e o cultivo. Esse processo de contaminação configura-se também como um impacto ambiental que contribui para o aumento da mortalidade de animais. A instalação dos aerogeradores altera a paisagem prejudicando o turismo local. Além do desmatamento e destruição da fauna e da flora, promovendo a emissão de GEEs e a perda da biodiversidade.

Os impactos socioambientais podem gerar ou não conflitos quando começam a ser reconhecidos e discutidos pela população atingida (Hofstaetter e Pessoa, 2022). Os conflitos territoriais são tensões sociais que colocam o território como objeto de disputa quando uma ação promove a reconfiguração do espaço colocando em debate o uso e as dimensões imateriais e simbólicas como valores éticos e identidades culturais. Enquanto os conflitos ambientais nascem

da interação humana com o meio ambiente para a sua sobrevivência, colocando em questão como os recursos naturais devem ser explorados ou conservados (Santos, 2023).

Desse modo, o Quadro 3 apresenta os conflitos identificados em municípios de toda a região Nordeste no primeiro semestre de 2026. A análise do quadro mapeia um total de 39 municípios distribuídos em 8 dos 9 estados do Nordeste. Nesses municípios, cerca de 75 territórios (em sua maioria, comunidades rurais, litorâneas, quilombolas ou indígenas) estão sendo afetados pela instalação de 45 parques eólicos. O quadro especifica o nome da comunidade ou área afetada, sua classificação, o nome do parque eólico localizado próximo ao território, a empresa responsável e a data de início da sua operação.

Os impactos em uma comunidade autodeclarada indígena no RN, pertencente ao povo Potiguara e intitulada Mendonça do Amarelão, localizada na zona rural do município de João Câmara. Mais da metade dos moradores afirma não ter notado benefícios socioeconômicos reais promovidos pela chegada dos parques eólicos. Além disso, problemas já existentes na região como a escassez de água foram ignorados pelo poder público e pelas empresas geradoras de energia, expondo a ausência de compensações ambientais (Silva e Galvão, 2022).

No Ceará, as transformações na zona costeira do estado após a chegada dos empreendimentos eólicos ocasionou em conflitos socioambientais entre as comunidades tradicionais Espraiado e Volta do Rio com as empresas Cemig e Brasil Ventos no município de Acaraú. As populações afirmam não terem recebido redução nas tarifas de energia elétrica e se mobilizaram contra o licenciamento ambiental do projeto Central Eólica Araras com a utilização do lema "Não queremos essa energia limpa que chega de jeito sujo", contestando as “boas intenções” do projeto em audiências públicas (Silva, 2014).

Esse movimento ocorreu também em um assentamento rural no município Itapipoca, no Ceará, onde os moradores conseguiram impedir a construção do Complexo Eólico Baleia que ameaçava a biodiversidade local (Viana, 2016). Desse modo, a ocorrência de impactos negativos semelhantes em diversas localidades, sociais e/ou ambientais permite pensar na capacidade do poder público de desenvolver mecanismos de prevenção, adaptação e mitigação (redução dos impactos), além da promoção ao diálogo para resolução de conflitos por meio da criação de políticas energéticas e climáticas regulamentadas por dispositivos legais como lei e decretos. Essas políticas devem ser capazes de gerir uma implementação estratégica dos parques eólicos, alinhando benefícios sociais à sustentabilidade ambiental e contribuindo para o desenvolvimento mais equilibrado possível (Morais & Baiardi, 2025). À vista disso, este estudo buscou investigar possíveis estratégias dos governos estaduais para o controle dos impactos socioambientais com empreendimentos eólicos.

O Quadro 4 apresenta leis, decretos, resoluções e modelos de relatórios encontrados em 5 dos 9 estados da região Nordeste. Esses dispositivos apresentam algumas diretrizes que podem contribuir para a prevenção ou

minimização dos impactos nas fases de licenciamento, construção ou operação dos parques eólicos. Por isso, o quadro encontra-se dividido em cinco colunas: esfera de atuação do documento encontrado; local de origem ou de atuação; o tipo ou título do instrumento; a ementa ou descrição do documento; e seu grau de impacto na produção de energia eólica. No Rio Grande do Norte, a Lei nº 10.338/2018 fomenta a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis (GDER). Por meio do artigo 2, incisos II e IV, ela determina os objetivos de criar alternativas de emprego e renda, além de prevenir ou mitigar impactos negativos ao meio ambiente (RN, 2018). Para os impactos socioambientais em comunidades locais, consideramos seu grau de impacto baixo, pois não menciona proteção aos territórios tradicionalmente ocupados.

Na Bahia, estado com o maior número de empreendimentos eólicos, encontramos o Decreto Nº 24.443/2026, que institui a Política de Transição Energética do Estado da Bahia. O artigo 2, inciso VII determina o "Consentimento Livre, Prévio e Informado: direito fundamental de povos indígenas e comunidades tradicionais de serem consultados antes de projetos que afetem suas terras e culturas". Portanto, o grau de impacto do decreto é considerado alto por reforçar que o tratamento preferencial para renováveis não dispensa o cumprimento de salvaguardas socioambientais (BA, 2026).

O estado do Ceará simplifica a atualização dos procedimentos, critérios e parâmetros aplicados aos processos de licenciamento e autorização ambiental por meio da Resolução COEMA nº 07/2018. O Art. 3 §2º estabelece a realização de uma Reunião Técnica Informativa, às expensas do empreendedor, sempre que houver conflitos socioambientais e/ou comunidade significativa afetada. Com isso, possui um grau de impacto médio, pois apesar das menções a conflitos em comunidades tradicionais, o empreendimento eólico é visto como potencial poluidor, permitindo licenciamentos simplificados (CE, 2018). Os estados de Pernambuco e Piauí adotaram um Relatório Ambiental Simplificado (RAS) com o objetivo de subsidiar o licenciamento ambiental de projetos e atividades consideradas e definidas como de pequeno porte e menor impacto.

O relatório tem um grau de impacto médio, uma vez que possibilita a participação social no processo, pois estabelece a realização da Reunião Técnica Informativa, momento destinado à apresentação do projeto à população a ser impactada pelo empreendimento. No entanto, pode acabar tratando os efeitos apenas como casos isolados ao não considerar a construção de diversos parques eólicos em uma mesma região (PI, 2024; PE, 2026).

Não foram encontradas políticas ou dispositivos com mecanismos de adaptação ou mitigação aos impactos em outros estados produtores de energia eólica no nordeste brasileiro. Muitas dessas ações são reconhecidas e incentivadas pelo Ministério Público Federal (MPF) com o auxílio de um documento intitulado "Salvaguardas Socioambientais", um conjunto de mecanismos de controle e monitoramento de risco e de cumprimento de direitos desenvolvido por mais de 30 entidades ligadas a povos tradicionais do Nordeste (Nordeste Potência, 2024). Desse modo, faz-se necessário analisar

os achados dessa pesquisa por meio das considerações finais deste estudo sobre o atual cenário da transição energética no Nordeste brasileiro.

Conclusão

Este estudo buscou traçar um diagnóstico situacional dos impactos e conflitos socioambientais existentes em municípios produtores de energia elétrica por fonte eólica nos nove estados do Nordeste brasileiro. Para isso, foi necessário explorar inicialmente a matriz energética nacional e regional, a fim de verificar sua expansão acelerada e os principais estados produtores. Ademais, explorar o atual cenário de sociodiversidade dos estados por meio de dados sobre povos tradicionais, agricultores e unidades de conservação, grupos vulneráveis aos impactos da instalação de parques eólicos.

Após a análise dos resultados, tornou-se evidente que a expansão da energia eólica corresponde à demanda por diversificação da matriz energética do país, uma vez que as fontes eólica e solar já representam mais de um terço dos empreendimentos a nível nacional. Essa consolidação mostra como a região Nordeste é fundamental na transição energética ao aproveitar o seu principal potencial climático (ventos e raios solares fortes e constantes), diminuindo a dependência de grandes reservatórios de água, cruciais em uma região semiárida. Entretanto, a pesquisa evidencia uma contradição presente nesse modelo de desenvolvimento e replicada em todos os estados da região: a produção de energia elétrica por fonte eólica enriquece o setor nacional e as corporações envolvidas, mas pouco representa para a melhoria dos indicadores sociais, sendo acompanhada de impactos negativos que desconstroem a sua narrativa de energia justa e limpa.

Os impactos sociais afetam moradores em territórios habitados por povos tradicionais e agricultores familiares após a chegada das torres e são percebidos até mesmo em estados com poucos parques eólicos, como no caso do Maranhão. Essa situação preocupa diante de uma região tão diversificada, com forte presença de comunidades indígenas e quilombolas. As áreas de relevância ambiental também são fragilizadas e acendem o alerta de cientistas e acadêmicos para as diversas unidades de conservação do Nordeste, inseridas no bioma predominante da caatinga. As políticas públicas de salvaguardas para a instalação de parques eólicos não são suficientes, pois tratam os impactos como casos isolados e não estão presentes em todos os estados.

Em conclusão, a gestão dos empreendimentos no Nordeste brasileiro acontece de forma fragmentada e desigual com pouca participação popular diante da ausência de políticas específicas para a sua implementação em alguns estados, tornando-se necessário adotar um conjunto de ações integradas: estabelecer novas distâncias mínimas entre as torres e as residências, constante fiscalização do poder público e um aprimoramento dos relatórios ambientais. Desse modo, promovendo uma maior transparência e mais participação popular em todo o processo de construção e operação dos parques eólicos.

Referências

ABBUD, Omar Alves; MONTALVÃO, Edmundo. A crise de energia de 2001 deveu-se à reestruturação do setor elétrico? Para onde seguir após a crise?. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 40, n. 157, p. 131-151, jan./mar. 2003. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/840. Acesso em: 25 maio. 2026.

ANEEL. Sistema de Informações de Geração da ANEEL. [s.l.]: Agência Nacional de Energia Elétrica, 2026. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNGE3NjVmYjAtNDFkZC00MDY4LTliNTItMTVkZTU4NWYzYzFmIiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9. Acesso em: 23 nov. 2025.

ARAÚJO, S.M.S. A região semiárida do Nordeste do Brasil: Questões Ambientais e Possibilidades de uso Sustentável dos Recursos. Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE, n. 5, p. 89-98, 2011.

BA. Decreto nº 24.443 de 25 de março de 2026. Regulamenta a Lei nº 14.889, de 24 de abril de 2025, que institui a Política de Transição Energética do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Palácio do Governo do Estado da Bahia, Salvador, 25 mar. 2026. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ba/decreto-n-24443-2026-bahia-regulamenta-a-lei-no-14-889-de-24-de-abril-de-2025-que-institui-a-politica-de-transicao-energetica-do-estado-da-bahia-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias. Acesso em: 23 maio. 2026.

BARROS, Antônio Soares et al. Impactos sociais e ambientais na implantação de parques eólicos: uma análise crítica. Revista Políticas Públicas & Cidades, [s.l.], v. 13, n. 2, p. e915, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-105-2024. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/915. Acesso em: 27 maio. 2026.

CE. Resolução COEMA nº 07, de 06 de setembro de 2018. Dispõe sobre a simplificação e atualização dos procedimentos, critérios e parâmetros aplicados aos processos de licenciamento e autorização ambiental no âmbito da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE para os empreendimentos de geração de energia elétrica por fonte eólica no estado do Ceará. Conselho Estadual do Meio Ambiente, Fortaleza, 06 set. 2018. Disponível em: https://www.semace.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/46/2019/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Coema-n%C2%BA-07-de-06-de-setembro-de-2018-E%C3%B3lica.pdf. Acesso em: 23 maio. 2026.

FUNAI. Terra Indígena: o que é? Ministério dos Povos Indígenas, Brasília, DF, 21 ago. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas/terras-indigenas-o-que-e. Acesso em: 23 maio. 2026.

HOFSTAETTER, Moema. Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

HOFSTAETTER, Moema; PESSOA, Zoraide Souza. Evolução dos modelos de energias renováveis tradicionais para os alternativos e a expansão das eólicas no nordeste do Brasil. In: PESSOA, Zoraide Souza (Org). Energia eólica: perspectivas e desafios no Rio Grande do Norte. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

IBGE. Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em: 10 maio. 2026.

IBGE. Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 10 maio. 2026.
IBGE. Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html. Acesso em: 10 maio. 2026.
IBGE. Malhas Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais. Acesso em: 12 maio. 2026.
IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html. Acesso em: 10 maio. 2026.
INCRA. Assentamentos. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF, 7 maio. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em: 23 maio. 2026.
INCRA. Quilombolas. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF, 23 maio. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas. Acesso em: 23 maio. 2026.
MDA. Sistema de Gestão Fundiária. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://sigef.incra.gov.br/. Acesso em: 15 abr. 2026.
MMA. Áreas Protegidas. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Brasília, DF, 2026a. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protegidas. Acesso em: 26 maio. 2026.
MMA. Painel de Unidades de Conservação Brasileiras. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Brasília, DF, 2026b. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJlNzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJiMjY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTYzNDY3NTJmMDNlNCIsImMiOjF9. Acesso em: 13 abr. 2026.
MORAIS, Fábio Tadeu Côrtes; BAIARDI, Amilcar. Uma brisa de mudança: os desafios da energia eólica no Nordeste brasileiro em busca de um futuro sustentável. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [s. l.], v. 11, n. 5, p. 2947–2963, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i5.19208. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19208. Acesso em: 25 maio. 2026.
NORDESTE POTÊNCIA. Salvaguardas Socioambientais para Energia Renovável. Organização Nordeste Potência, [s.l.], jan. 2024. Disponível em: https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf. Acesso em: 24 maio. 2026.
OLIVEIRA, Gesner et al. Impactos socioeconômicos e ambientais da geração de energia eólica no Brasil. ABEEolica, São Paulo, julho de 2020. Disponível em: https://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2022/04/ABEEolica_GO-Associados-V.-Final.pdf. Acesso em: 27 maio. 2026.
ONU. Climate Change. United Nations, [s.l.], 2026. Disponível em: https://www.un.org/en/global-issues/climate-change. Acesso em: 24 maio. 2026.
PE. Relatório Ambiental Simplificado – RAS. Agência Estadual de Meio Ambiente, Recife, 2026. Disponível em: https://www2.cprh.pe.gov.br/publicacoes-e-transparencia/relatorio-ambiental-simplificado-ras/. Acesso em 23 maio. 2026.
PI. RAS - Relatório Ambiental Simplificado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Coronel José Dias, 11 abril. 2024. Disponível em: https://siga.semar.pi.gov.br/media/uploads/2024/04/07/793311f3-6c02-4bf4-902d-5978af54e9cc.pdf. Acesso em: 23 maio. 2026.

PNUD. O que é o IDH. United Nations Development Programme, [s.l.], 2026. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idh. Acesso em: 24 maio. 2026.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Conflitos socioambientais no meio socioeconômico: o caso de Brotas de Macaúbas, Bahia. Revista Brasileira de Energia, v. 26, n. 4, p. 19-29, 4º trim. 2020. Disponível em: https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/view/577. Acesso em: 23 maio. 2026.

RN. Lei nº 10.338, de 16 de janeiro de 2018. Modifica a Lei nº 10.163, de 21 de fevereiro de 2017, para acrescentar diretrizes ao fomento da Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER, no Estado do Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, Natal, 16 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.al.rn.leg.br/storage/legislacao/2021/k4m5ma9gpf0o37grujflo6lnuzt698.pdf . Acesso em: 23 maio. 2026.

Anexos



Quadro 1 - Síntese metodológica



Mapa 1 - Localização e número de habitantes das Unidades Federativas da região Nordeste no Brasil



Figura 1 - Infográfico da Matriz Elétrica Brasileira e Nordestina no primeiro semestre de 2026



Gráfico 1 - Comparação do IDH dos estados do nordeste em 2000, 2010 e 2021



Gráfico 2 - Número de assentamentos rurais por Unidade Federativa no nordeste brasileiro no primeiro semestre de 2026



Gráfico 3 - Número de localidades indígenas por Unidade Federativa no nordeste brasileiro no primeiro semestre de 2026



Gráfico 4 - Número de localidades quilombolas por Unidade Federativa no nordeste brasileiro no primeiro semestre de 2026



Gráfico 5 - Número de unidades de conservação por Unidade Federativa no nordeste brasileiro no primeiro semestre de 2026



Quadro 2 - Impactos sociais e ambientais identificados após instalação de aerogeradores nos municípios dos estados do nordeste brasileiro no primeiro semestre de 2026



Quadro 3 - Conflitos socioambientais com energia eólica nos municípios das Unidades Federativas da região Nordeste brasileira até o primeiro semestre de 2026



Quadro 4 - Leis, decretos, resoluções e relatórios de controle dos impactos socioambientais dos empreendimentos eólicos nos estados do Nordeste até o primeiro semestre de 2026

CÓDIGO: HS1558

AUTOR: ELBERTH FERREIRA DE MORAIS PENHA

ORIENTADOR: ISABEL MARIA FARIAS FERNANDES DE OLIVEIRA

TÍTULO: A Psicologia no Sistema de Justiça: perfil e práticas profissionais no Rio Grande do Norte

Resumo

Este trabalho objetiva estudar o perfil sociodemográfico e a atuação profissional dos psicólogos que atuam nos órgãos públicos do Sistema de Justiça (SJ) do Rio Grande do Norte, à saber: O Ministério Público, a Defensoria Pública e os Tribunais de Justiça. Com isso, investigou-se as características em relação às atividades realizadas, faixa etária, remuneração, formação profissional, carga horária de trabalho, sexo, gênero e afins. Visando assim uma análise de inspiração materialista histórica para problematizar os referenciais teóricos que subsidiam as práticas e a relação que a psicologia estabelece com outros campos profissionais. Assim, a pesquisa foi efetuada em duas etapas. A primeira consistiu em questionário e a segunda, entrevistas semiestruturadas para proporcionar uma melhor compreensão das respostas obtidas na primeira etapa. Após a obtenção dos dados e da análise realizada, conclui-se que as psicólogas que trabalham no SJ ainda operam, principalmente, nas mesmas condições de submissão aos operadores e das lógicas institucionais do direito. Entretanto, há possibilidades da realização de atividades não-avaliativas e da disputa para cumprir o compromisso social da psicologia, como defendido pelo Conselho Federal de Psicologia, apesar das derivações lógicas das bases epistemológicas que orientam a psicologia como ciência e profissão.

Palavras-chave: Psicologia jurídica; materialismo histórico; atuação dos psicólogos.

TITLE: Psychology in the Justice System: Occupational Profile and Practices in Rio Grande do Norte

Abstract

This study aims to examine the sociodemographic profile and professional practices of psychologists working in public institutions within the Justice System (JS) of Rio Grande do Norte, namely the Public Prosecution Service, the Public Defender's Office, and the Courts of Justice. It investigates characteristics related to professional activities, age range, remuneration, professional training, working hours, sex, gender, and related factors. The study adopts a historical-materialist perspective to problematize the

theoretical frameworks underlying professional practices and the relationship psychology establishes with other professional fields. The research was conducted in two stages. The first consisted of a questionnaire, followed by semi-structured interviews to provide a deeper understanding of the responses obtained in the initial stage. Based on the data collected and analyzed, it is concluded that psychologists working within the JS still operate largely under conditions of subordination to legal practitioners and institutional legal frameworks. Nevertheless, opportunities exist for non-evaluative activities and for efforts to fulfill psychology's social commitment, as advocated by the Federal Council of Psychology, despite the logical implications of the epistemological foundations that guide psychology as a science and profession.

Keywords: Forensic psychology; historical materialism; Psychologist's practice.

Introdução

A psicologia enquanto ciência moderna é marcada por intensas divergências teóricas e metodológicas em relação a sua forma de atender a demandas da sociedade. Delimitando-se aqui à área da psicologia jurídica, onde há uma maior proximidade com o direito, Maia(2015) aponta a aproximação entre essas áreas como uma inevitabilidade dado que tanto o direito quanto a psicologia intervém sobre o comportamento humano. No entanto, é possível relacionar essa aproximação com a complexificação e o desenvolvimento da sociedade onde os princípios e técnicas jurídicas não conseguiram responder às demandas que emergiam no campo judicial. Assim, coube aos conhecimentos psi fornecer as ferramentas necessárias para a resolução desses litígios.

Lagos(2009) aponta que o incremento da ciência psicológica ao meio jurídico inicia-se no Brasil por volta de 1960, gradativamente e inclusive com a realização de trabalhos voluntários. A atuação dos psicólogos nesse período ocorria como uma contribuição aos operadores do direito, em especial os magistrados, por meio da realização de exames criminológicos que teriam a função de determinar a criminalidade e a probabilidade de reincidência delituosa de um indivíduo por meio de critérios objetivos (Moreira, 2024). Sobre essas atribuições, Brito(2012) destaca os fundamentos positivistas que pautavam essa lógica de funcionamento e as consequências da relação, à saber: uma subordinação dos psicólogos às requisições do magistrado e uma individualização de uma temática repleta de determinações históricas e sociais por meio de uma fachada científica e neutra.

Ainda, atualmente existem diversas teorias psicológicas que subsidiam a prática profissional dos psicólogos que atuam no SJ. Compreendemos esse fenômeno como herança da própria constituição da psicologia enquanto ciência moderna que carrega a arqueologia das matrizes psicológicas propostas por Thomas Kuhn(1970), Acerca dessa matrizes, Loureiro e Figueiredo(2019) destacam que elas organizam os diferentes objetivos, visões de sujeito e de mundo que imbuem os sistemas epistemológicos que visam apreender os fenômenos psicológicos. Como resultado, uma visão a-crítica, historicamente construída e reforçada pelas estruturas tecnicistas dos currículos de graduação (Branco et al, 2019), inclina uma atuação pluralista e sincrética ao desconsiderar as condições de origem de cada teoria psicológica e quais são os preceitos ético-políticos não são imediatamente visíveis do ponto de vista das técnicas psicológicas.

Com isso estabelecido, os estudos do campo apresentam de maneira inespecífica as atribuições do psicólogo no Sistema de Justiça (SJ), principalmente quando se aborda as diferenças de funcionamento e atuação dos diferentes órgãos do SJ. No RN, esses aparelhos institucionais contam com frequentes reorganizações e reestruturações internas Esse trabalho se debruça sobre o perfil das psicólogas que atuam no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e Defensoria Pública no estado do Rio Grande do Norte. Também consideramos relevante para a pesquisa as motivações e atribuições desses profissionais nos seus respectivos espaços de trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessário repensar as elaborações apresentadas pelos estudos que abordam esse tema em comparação com a realidade do trabalho dos psicólogos que operam nos órgãos do SJ no RN considerando suas particularidades locais. Esse plano de trabalho é fruto do Projeto de Pesquisa "A mercadoria trabalho: a atuação do psicólogo entre o assistencialismo, o punitivismo e a garantia de direitos na interface SUAS e Sistema de Garantia de Direitos", vinculado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas com o código PVC1753-2020 contando com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica (CNPQ). Friso que esse Projeto de Pesquisa está em sua fase final e o presente relatório busca apresentar os resultados obtidos pelo trabalho de pesquisa efetuado.

Metodologia

Visando atingir os objetivos propostos, esta pesquisa é um recorte que representa a segunda etapa do projeto guarda-chuva mencionado. Ele, por sua vez, busca analisar o trabalho dos psicólogos que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e no Sistema de Justiça no Rio Grande do Norte. Para a realização do estudo realizou-se inicialmente um mapeamento dos profissionais atuando no SJ do estado, por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), objetivando obter dados quantitativos referentes a presença desses profissionais, vínculos trabalhistas e a distribuição entre as comarcas. Foi elaborado, pelo grupo responsável pela pesquisa, um questionário online com perguntas abertas e fechadas e compartilhado com as psicólogas por meio das mídias digitais. Esse instrumento foi organizado nas seguintes seções: a) dados sociodemográficos e formação; b) perfil profissional c) condições de trabalho; d) equipe e infraestrutura do serviço; e) relação entre o SJ e o SUAS, com enfoque para o SJ.

O questionário foi disponibilizado e distribuído por um período de 9 meses durante o ano de 2024. No decurso desse intervalo, também foram realizados outors esforços pelos envolvidos na pesquisa para alcançar os psicólogos, à saber: divulgação em grupos de whatsapp; ligação às varas, setores e outras instâncias compostas por equipes técnicas como aos próprios profissionais. Apesar disso, considera-se aqui que houve uma baixa adesão à pesquisa. As mudanças oriundas da pandemia teriam causado alterações nas condições de trabalho de modo que tenham dificuldade a disponibilidade dos profissionais para responderem a pesquisa, bem como as constantes reestruturações internas e transferências de setor aos quais eles estão sujeitos.

Em adição ao questionário, foram efetuadas entrevistas semi estruturadas com o objetivo de ampliar a compreensão acerca das respostas obtidas. Ela foi elaborada de acordo com o questionário, mas objetivando contextualizar aspectos específicos que emergiram.

Contudo, ao final do tempo proposto para esta etapa da pesquisa, obteve-se um total de 19 questionários respondidos e 8 entrevistas realizadas. Logo, realizou-se a etapa de organização e sistematização dos dados com base na estatística descritiva. Assim, a partir desse procedimento foram realizadas categorizações considerando os blocos dos roteiros do questionário divididos nos seguintes eixos: a) A Psicologia no SJ do RN: mapeamento e caracterização; e b) Diversidade de atuação no SJ: psicólogas(os) no MP, na Defensoria Pública e no Poder Judiciário.

Resultados e Discussões

Para compreendermos a complexa inserção da psicologia no SJ do RN, a pesquisa versa acerca das condições concretas de trabalho desses profissionais a partir dos dados coletados nas etapas anteriores.

Com isso, para definir o perfil sociodemográfico consideramos essencial os indicadores de sexo, gênero, etnia, idade e ano de conclusão da última formação. Referente ao sexo e gênero, as mulheres cis foram identificadas como público dominante na pesquisa, com todas as respondentes se identificando dessa maneira. Sobre a feminização da psicologia, Bonassi e Müller(2017) elencam esse fenômeno como resultado da cisão entre racionalidade/feminilidade, que indicia quem realiza o que e onde na psicologia. Para Yamamoto, Oliveira e Freire (2017) considerando as atividades exercidas pelas psicólogas, constata-se a permanência de sua concentração em setores vinculados culturalmente ao cuidado, assumindo que o caráter feminino da profissão é um determinante importante nas feições que a prática psicológica adquiriu no país. Esse fenômeno também está em consonância com os dados elencados por Lhullier e Roslindo (2013) que revela juntamente ao censo de 2012 realizado pelo Conselho Federal de Psicologia os 88% dos profissionais de psicologia se identificam como mulheres cis. Na escolha individual sobre o interesse no campo jurídico, emerge como motivação a estabilidade proporcionada pelo concurso público, a melhor remuneração associada ao cargo, o prestígio social e a seleção ou certame ocorrerem em momento oportuno da carreira.

Em relação à idade, as participantes têm entre 27 e 53 anos e a faixa etária com maior prevalência corresponde ao recorte de 40 a 53 anos (n=9). Esse intervalo de idade, situado no transcurso histórico do SJ no RN, pode ser compreendido como expressão dos movimentos de estruturação e reestruturação interna. Uma das entrevistadas ao relatar seu percurso, trouxe os seguintes elementos

“(...) quando eu entrei, já existiam psicólogos, assistentes sociais e pedagogos no SJ, naquela época e atuando como tal, né? Mas eram profissionais comissionados, profissionais cedidos do estado, da prefeitura e também profissionais do quadro que tinham uma graduação e exerciam essa função. Ainda não existia cargo específico para tal formação, era cooperação técnica entre os órgãos do executivo.” (E8).

Assim, evidencia-se que, antes da criação oficial do cargo de analista do judiciário com lançamento do Edital nº 01/2023 do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, as profissionais ficavam ancoradas nos setores de acordo com as práticas de remanejamento e estruturação dos órgãos públicos. Esse mesmo edital, que aborda a reestruturação de diversos setores, afeta a sensação de segurança sobre permanência na vaga das profissionais que estavam previamente locadas nesses órgãos, resultando em 47,9% se sentem seguras. As demais, apresentam-se razoavelmente satisfeitas e/ou insatisfeitas (52,1%).

Concernente à remuneração, a pesquisa aponta que as psicólogas que atuam diretamente no SJ possuem as melhores remunerações em comparação às demais áreas do serviço público, incluindo as que atuam em relação ao SJ. Assim, os dados demonstram que 84,2% das profissionais consideram seu salário razoável ou satisfatório. Ao mesmo tempo, 89,5% e 73,9% relatam receber, respectivamente, benefícios como auxílio alimentação e Plano de Saúde e/ou Assistência Médica.

Ademais, é pertinente mencionar que esses fatores variam de acordo com o vínculo de trabalho que cada profissional estabelece com o órgão no qual trabalha. Apesar do crescimento da área da psicologia jurídica, como aponta Brito e Oliveira(2013) em decorrência do aumento da demanda pela judicialização, concomitantemente existem estágios de pós-graduação, contratos temporários, CLTs e concursados, cada vínculo com diferentes direitos trabalhistas e condições de trabalho. Assim, 42,1% possuem regime estatutário e 26,3% de contratos temporários.

No questionamento voltado à pós-graduação, as respostas das participantes demonstram que 31,6% das participantes que responderam ao questionário possuem especialização/pós-graduação lato sensu, 31,6% possuem mestrado acadêmico e 21,1% possuem doutorado. É importante ressaltar que, do total das respondentes, apenas 02 (duas) não possuem pós-graduação. Tais indicadores demonstram um cenário em que as profissionais, em sua maioria, possuem algum nível de especialização além graduação, entretanto, quando correlacionados às áreas em que foram realizadas, é possível notar que há uma diversidade de áreas, correlatas e não correlatas à suas práticas profissionais. Foram citadas áreas como Atenção Psicossocial, Avaliação Psicológica, Clínica, Gestão de Pessoas, Neurociências, Psicologia Jurídica e Políticas Públicas. Para a formação em Psicologia Jurídica, posto que, apesar da expansão do campo, persiste a ausência ou incipiência com que o campo é tratado no ensino de Psicologia nas graduações, pois não há obrigatoriedade da disciplina nos cursos (Soares, 2017). Reflete esse dado a percepção de 68,4% das participantes considerarem a graduação razoável ou não satisfatória em atender as demandas advindas do campo jurídico.

Outro fator importante para a análise, diz respeito à abordagem teórico-metodológica das respondentes, que citaram a Psicologia Histórico-Cultural, a Psicanálise, a Fenomenologia, a Humanista-Existencial, a Psicologia Cognitivo Comportamental e a Psicologia Social Crítica, como aportes teóricos. A partir desse dado, destaca-se o fato de as profissionais buscarem diversas fontes de saber, incluindo a transposição de suas abordagens para a atuação no SJ e, demonstrarem nas entrevistas, que sentem dificuldades de aporte teórico-metodológico no campo da Psicologia Jurídica propriamente dita. Tais aspectos corroboram com a compreensão de que, na Psicologia Jurídica, trabalha-se com a transversalidade de conceitos e saberes, além de demonstrar

a necessidade do profissional em buscar em outras disciplinas o suporte para sua atuação (Silva, 2013; Soares, 2017).

Todas as respondentes demonstraram-se satisfeitas ou muito satisfeitas com a sua realidade profissional e afirmaram não vivenciar qualquer desvio de função, entretanto, 68,4% afirmaram que a quantidade de profissionais frente às demandas, é insuficiente. Quando exploradas as razões para tal afirmação, observa-se que em termos de volume, o trabalho gera uma sobrecarga, aspecto que se encontra atrelado à complexidade dos casos e aos curtos prazos estabelecidos para a resolução das demandas. Ainda que a maioria das participantes (n=9) não possuam outro vínculo. Mesmo as com vínculos mais frágeis ou menor remuneração também não possuíam mais de um vínculo em decorrente do volume de demandas atribuidos. Entre as que mantinham dois ou mais atividades profissionais, a psicologia clínica e a docência apareciam como interesse pessoal profissional ou pela flexibilidade de horários fornecidas por essas atividades, mas havia a dificuldade de conciliação das cargas de trabalho. Dessa forma, a carga horária de trabalho se situa entre 35h (26,6%) e 40h (63,2%).

Diversidade de Atuação

A presença de mais profissionais poderia viabilizar a execução de outras atividades de trabalho que são suprimidas ou secundarizadas em detrimento de outras, como afirmam nas entrevistas. Tal ponto fica evidenciado quando se considera a imposição da realização dos pedidos endereçados pelo Direito (Soares, 2017), que regulam muito fortemente como será delineada a atuação da Psicologia e que atribuições serão priorizadas dentro do órgão, vara, juizado ou instância.

Por conseguinte, as profissionais citam a realização de (1) visitas domiciliares e institucionais, (2) estudos de caso, (3) participação em reuniões e articulação com a rede de proteção, (4) execução/elaboração de projetos, programas, serviços e eventos, (5) atendimentos individuais ou em grupo (escutas, acolhimentos, entrevistas e acompanhamento), (6) mediação e conciliação, (7) acordos, (8) depoimento especial, (9) perícias, estudos psicológicos e psicossociais, (10) gestão de pessoas, (11) supervisão de estágio, (12) grupos reflexivos e (13) elaboração de documentos diversos como as atividades e demandas que recebem em seus contextos. Nota-se, ao analisar quantitativamente as respostas que a avaliação, perícia e estudos psicológicos são o eixo central (73,68%) do trabalho das psicólogas no SJ, sendo os mais citados, principalmente quando somados à elaboração de documentos psicológicos, que decorrem da realização de tais práticas.

Entretanto, é possível observar que há espaço para uma atuação para além das demandas de avaliação. Isso fica notório mediante análise minuciosa das respostas, que apresentam outras atividades, não avaliativas, somadas a estas práticas. Apenas 5 respostas ao questionário não citaram perícias/avaliações e/ou estudos psicológicos.

A referência ao Sistema de Justiça tende a operar uma generalização que obscurece a complexidade de sua composição institucional. Embora a expressão diga respeito a uma unidade funcional ou estrutural da forma jurídica do Estado burguês, o que se observa é uma arquitetura institucional heterogênea, composta por diferentes órgãos e instâncias, a saber: o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, que desempenham funções constitucionalmente diferenciadas na administração da justiça. O

Poder Judiciário é responsável por julgar conflitos e aplicar a lei, atuando como instância decisória nos processos. O Ministério Público, por sua vez, tem a função de defender a ordem jurídica, os direitos fundamentais e os interesses sociais, sendo o titular da ação penal pública e atuando também no controle da atividade policial. Já a Defensoria Pública tem como principal atribuição oferecer assistência jurídica gratuita à população que não pode arcar com os custos de um advogado, garantindo o acesso à justiça (Brasil, 1988).

Assim, a literatura apresenta a prática dos psicólogos no SJ como uma atuação homogênea e sem distinguir a atuação entre os diferentes órgãos do judiciário. Reforça essa visão, em partes, a resolução elaborada pelo CFP no que tange à inserção da Psicologia no SJ, observa-se que a diretriz de disponível volta-se a no contexto do Poder Judiciário, especificamente às Varas de Família (CFP, 2019), não contemplando as especificidades das práticas profissionais junto ao MP ou a DPE.. A própria Resolução CFP n. 003/2022 evidência tal heterogeneidade ao normatizar atribuições que vão desde o (1) planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, (2) elaboração de documentos psicológicos, (3) orientação, acolhimento e avaliação de indivíduos, (4) atendimentos psicológicos, (5) intervenções psicossociais em trabalho multiprofissional, interdisciplinar e/ou multidisciplinar, até (6) intervenções com vistas à solução de conflitos. A resolução supracitada não direciona as atribuições aos(aos) profissionais em seus contextos específicos (lotação, vara/juizado, instância ou jurisdição).

Assim, a inserção profissional ocorre através de dinâmicas variadas, moldadas por arranjos normativos e institucionais que condicionam o percurso das demandas no SJ, exigindo que a psicologia adapte sua prática às particularidades de cada contexto.

A Defensoria Pública é uma instituição estatal cuja função central é garantir orientação jurídica, bem como assistência judicial e extrajudicial, de forma gratuita, a indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 1988). Nesse sentido, sua atuação abrange tanto a resolução de conflitos já judicializados quanto ações de caráter preventivo e consultivo, voltadas à proteção e à promoção de direitos.

Brito e Oliveira (2013) ao discutirem a judicialização da vida, que consiste no aumento de conflitos sendo levado as esferas judiciais, apontam o papel da psicologia em oferecer escutas qualificadas e acolhimento para evitar a judicialização e atuar em prol de uma “pacificação social”. Cabe aqui aos profissionais que atuam na DPE a de atenuar esse fenômeno por meio de ações extrajudiciais.

No que se refere à inserção de profissionais de Psicologia nos núcleos da DPE, dados fornecidos pelo próprio órgão apontam a existência de 06 (seis) psicólogas atuando em todo o estado. Destas, 05 (cinco) encontram-se lotadas na capital, Natal, e 01 (uma) em município da região metropolitana. Ressalte-se, ainda, que todas exercem suas funções por meio de contratos terceirizados.

No que tange à atuação profissional, os dados empíricos levantados apontam que a principal demanda atribuída à Psicologia segue em conformidade com o cenário acima narrado, de modo que está relacionada à atuação em práticas de conciliação e mediação de conflitos, especialmente em etapas pré-processuais. Conforme os dados coletados, é possível identificar que: "O trabalho no setor de conciliação da Defensoria Pública, especificamente com acordos entre partes que procuram a judicialização de demandas

(...) Meu papel é intermediar esse diálogo entre as partes, com vistas a realização desse acordo, podendo evitar a judicialização da questão" (E7).

Apesar da prática de mediação, conciliação e tratamento de conflitos não ser prática privativa da psicologia e sim de qualquer profissional com ensino superior e qualificação específica, é comum que profissionais da Psicologia sejam escolhidos para ocuparem tais espaços, tendo sido a profissão associada historicamente a essa prática de intervenção social. Nota-se que a Psicologia é instrumentalizada pelo Direito,visando a pacificação social, em uma etapa pré-processual e extrajudicial, em consonância com a Lei Complementar n° 84/1994 (Brasil, 1994).

Ressalta-se, contudo, que a pesquisa não alcançou a totalidade das/os psicólogas/os em atuação na instituição, sendo necessário considerar a possibilidade de existência de outras demandas e formas de inserção.

Concorda-se com Silva (2020), ao afirmar que mesmo com a expansão das possibilidades de atuação, as práticas periciais ainda são prevalentes em tal contexto, em razão da sua suposta capacidade de oferecer um saber que aparelhará a prática jurídica, apesar do campo não ter permanecido estagnado. Nas respostas ao questionário, observou-se 22 menções totais a três tipos de atribuições, consideradas as principais atividades desenvolvidas pelas profissionais: estudos psicológicos e psicossociais, elaboração de documentos técnicos (laudos, relatórios, manifestações etc.) e perícia psicológica. Essas são atividades recorrentemente identificadas no TJ e, nesse caso, as demandas e conflitos de interesse já se encontram judicializados, nos quais os tribunais detém a competência para processá-los e julgá-los.

A Psicologia atua em diferentes segmentos especializadas dos tribunais, incluindo varas cíveis (família e sucessões), criminais (infância, juventude e violência doméstica), Centros de Solução de Conflitos (mediação e conciliação), além de coordenadorias estaduais voltadas para infância, juventude e mulheres, e no cadastro de peritos do tribunal.

Sobre essas(as) profissionais, é importante apresentar um panorama sobre sua distribuição, constituindo a realidade do RN.

O Banco de Peritos, conta hoje com o cadastro de 154 (cento e cinquenta e quatro) psicólogas(os) aptas(os) à realização de perícias psicológicas, como dispõe a Resolução n. 40/2023 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), o cadastramento dos(as) profissionais não gera vínculo empregatício ou estatutário, nem obrigação de natureza previdenciária, estes(as) ficam disponíveis para sorteio.

Nota-se que os pedidos para realização de processos avaliativos direcionados à Psicologia vem dos magistrados, sendo visto como sinônimos os termos estudos psicossociais, avaliações psicológicas periciais, perícias psicológicas, laudo pericial, exame pericial e afins. O fim último da solicitação é amparar sua decisão em um saber especializado (Rovinski, 2023). Quando o pedido é direcionado aos peritos do Banco de Peritos, a solicitação assume a conformação de perícia psicológica, a ser realizada conforme a Resolução CFP n. 008/2010.

Entretanto, há profissionais que só realizam estudos psicossociais, em atuação conjunta

com assistentes sociais, e há profissionais que realizam perícias psicológicas. Nas entrevistas, uma das profissionais menciona as diferenças

"O laudo psicológico seria do psicólogo, né? Digamos assim. Já o estudo, eu acho que ele é uma coisa um pouco mais abrangente, feita em conjunto com aquele outro profissional."(E6).

A criação do Banco se relaciona diretamente à ampliação de práticas de mediação e conciliação, indicadas no âmbito legislativo pelo Novo Código de Processo Civil (2015), em seu art. 694, no qual determina que "nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação" e pela política do CNJ de incentivo à resolução não-adversarial de conflitos (Soares, 2017).

Como se pode depreender, há profissionais da Psicologia também alocadas(os) nos setores de resolução consensual de conflitos, que fazem parte dos Tribunais, os CEJUSCs. O trâmite processual das varas cíveis hoje, prevê como etapa a realização de audiências de conciliação e mediação, mediante possibilidade de resolução do caso por meio de métodos autocompositivos. Essas práticas tendem a ser anteriores a realização de perícias e avaliações psicológicas, haja vista o interesse por parte da instância na dissolução do conflito.

As profissionais articulam suas abordagens e perspectivas teórico-metodológicas às práticas de mediação e conciliação, em razão da complexidade dos litígios e da carga emocional envolvida em grande parte deles. As participantes foram unânimes ao responderem que sua principal demanda se encontra na seara das disputas familiares, especialmente divórcios, guarda, pensão alimentícia e direito de convivência com filho(as), podendo haver acordo ou não.

O Ministério Público do RN (MPRN) também conta com essas(es) profissionais. Constam, atualmente, em exercício, 15 profissionais de Psicologia. Destas(es), 06 (seis) ocupam cargos efetivos, 06 (seis) ocupam cargos comissionados, 01 (um) é profissional cedido de outro órgão público e 02 (dois) são profissionais vinculados por contrato temporário. Essas(es) profissionais se distribuem em três comarcas no estado, apesar da maioria estar lotada na capital.

Como destaca Sadek (2010), as promotorias representam a sociedade, cabendo a elas, na figura do(a) promotor(a), acusar em nome da justiça pública, promover a ação penal pública, requisitar da polícia o inquérito policial e diligências investigatórias, zelar para que o poder público respeite os direitos assegurados pela Constituição e outras ações que atuem em prol da defesa dos direitos individuais e interesses sociais. Em síntese, as promotorias informam, orientam, dão encaminhamento a demandas, recebem denúncias e reclamações, sendo, muitas vezes, o intermédio entre uma demanda e a sua transformação em uma ação judicial (Sadek, 2010).

O MPRN também conta com cadastro de profissionais autônomas(os) para apoio técnico especializado. Estas(es) também não fazem parte do quadro de membros ou servidores da instituição, tendo como objetivo a sua permanência em um Banco de Profissionais Autônomos, do qual serão convocadas(os) a realizar aquilo que não possa

ser feito diretamente pelas(os) servidoras(es) em razão de inviabilidade técnica, do volume de demandas e da impossibilidade de conclusão em tempo hábil.

O MPRN dispõe, atualmente, de uma Central de Apoio Técnico Especializado que é responsável pelo recebimento, distribuição e acompanhamento de todas as demandas de apoio técnico especializado de áreas diversas da jurídica, incluídas aí as demandas às(aos) profissionais de Psicologia (EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020).

Conclusão

Em síntese, a psicologia jurídica é compreendida como relativamente recente em comparação com as demais áreas da psicologia. Assim, ainda que tenha sua origem atrelada aos ideais positivistas e a subserviência do sistema judiciário e a atuação dos magistrados, diferentes ciências atuam em conjunto nos espaços do SJ e disputam um determinado projeto político e social.

Dessa forma, apesar de relatarem melhores condições de trabalho, considerando remuneração e outros benefícios comparada em outros serviços públicos, ainda é possível observar uma alta demanda dessas profissionais pela insuficiência quantitativa da equipe profissional em relação ao número de demandas do serviço.

Ademais, as demandas divergem em decorrência da natureza dos órgãos do SJ e isso implica em atuações diferentes. Compreender o exercício dos psicólogos inseridos nesses espaços envolve ir além da mera constatação da existência de profissionais da psicologia nesses espaços. É fundamental considerar as condições de inserção dos profissionais, visto que esses espaços com frequência transformam-se em decorrência das demandas, recursos e as lógicas institucionais de cada órgão.

Assim, foi possível observar como as atividades mais desempenhadas por esses profissionais ainda são aquelas relacionadas às práticas de avaliação, perícia e estudos psicológicos, sendo realizadas por 73,68% das profissionais. Bem como a produção de documentos que resultam dessas atividades. Essa característica resulta ainda de uma visão da psicologia assistencialista à atuação dos operadores do direito.

Cabe ressaltar também o papel de mediação de conflitos visando tanto a redução da judicialização dos conflitos como o apaziguamento social de conflitos com significativas determinações histórico-sociais. O CFP reconhece a prática como uma das atribuições da Psicologia Jurídica e, assim, o campo tem realizado diversas articulações teóricas, metodológicas e práticas. Apesar de divergências, tal lugar tem se consolidado fortemente como uma alternativa às práticas avaliativas e exames periciais (Chaves et al., 2022). Arantes (2008) criticava a alocação de iniciativas não periciais na Psicologia, alertando que isso poderia enfraquecer suas funções como ciência e profissão, além de gerar dúvidas sobre o que realmente define a necessidade da Psicologia como especialidade.

Por fim, pensar a atuação do psicólogo jurídico é, em primazia, uma tarefa política. Compreender a função da psicologia no SJ é o que possibilita salientar os questionamentos acerca de como os psicólogos podem se inserir nesses ambientes

seguindo seu compromisso social e evitar à sujeição aos princípios ético-políticos estabelecidos pelas instituições e pelo direito. Outrossim, a reflexão sobre os paradigmas epistemológicos que orientam as práticas psicológicas e quais seriam efeitos derivados dessas intervenções.

Referências

Arantes, E. M. M. (2008). Mediante quais práticas a psicologia e o direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar. In C. Coimbra, L. Ayres, M. L. Nascimento (Orgs.), Pivetes: Encontro entre a psicologia e o judiciário (pp. 131-148). Curitiba: Juruá

BONASSI, B. C.; Müller, R. F. A feminização da profissão e as mulheres na psicologia As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, Louise A. (org.). Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 79-82.

BRANCO, Emerson Pereira et al. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades?. Debates em Educação, v. 11, n. 25, p. 155-171, 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

Brito, L. M. T. de .. (2012). Anotações sobre a Psicologia jurídica. Psicologia: Ciência E Profissão, 32(spe), 194–205. https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500014

CHAVES, A. B. S. et al.. MEDIAÇÃO FAMILIAR E PSICOLOGIA: ARTICULAÇÕESTEÓRICO-PRÁTICAS NA REALIDADE BRASILEIRA . Psicologia em Estudo, v. 27, p. e49866, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2005). Resolução CFP n° 010/05. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) em varas de família. 2. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 008, de 30 de junho de 2010. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 3, de 16 de março de 2022. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, nº 3, de 5 de fevereiro de 2016, e nº 8, de 25 de abril de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2022. Seção 1, p. 193-196.

KUHN, Thomas S. et al. The structure of scientific revolutions. 1970.

LAGO, V. de M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. L. R.; BANDEIRA, D. R.. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estudos de Psicologia (Campinas), [S. l.], v. 26, n. 4, 2009. Disponível em: https://puccampinas.emnuvens.com.br/estpsi/article/view/7106. Acesso em: 4 ago. 2026.

LHULLIER, Louise A.; ROSLINDO, Jéssica J.. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, Louise A. (org.). Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 19-52.

LOUREIRO, Ines; FIGUEIREDO, Luís Claudio. Os saberes Psi em questão: sobre o conhecimento em Psicologia e Psicanálise. Editora Vozes Limitada, 2019.

MAIA, C. Y. M.. A trajetória da psicologia jurídica. Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP), p. 13, 2015.

MOREIRA, L. E. et al.. Psicologia e Sistema de Justiça: Desafios e Compromissos . Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, n. spe1, p. e287265, 2024.

SADEK, M. T.. O sistema de justiça. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788579820397. Acesso em: 30 ago. 2026. , 2010

OLIVEIRA, C. F. B. de; BRITO, L. M. T. de. Judicialização da vida na contemporaneidade. Psicologia: ciência e profissão, v. 33, n. spe, p. 78-89, 2013.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de et al . Subordinação ou articulação? As práticas psicológicas na interface SUAS e sistema de Justiça. Estud. psicol. (Natal), Natal , v. 29, n. spe1, e24935, 2024 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2024001001002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 ago. 2026. Epub 14-Jul-2025. https://doi.org/10.22491/1678-4669.20240030.

RIO GRANDE DO NORTE. Ministério Público do Estado. Procuradoria-Geral de Justiça. Edital de Credenciamento nº 01/2020 – CATE, de 20 de agosto de 2020. Credenciamento de profissionais autônomos para eventual realização de serviços de apoio técnico especializado em matéria diversa da área jurídica. Natal, RN: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, 2020.

ROVINSKI, S. L. R.. Fundamentos da perícia psicológica forense. Vetor Editora, 2023.

SILVA, E. Z. M. DA. Psicologia jurídica: um percurso nas varas de família do tribunal de justiça do estado de São Paulo. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 4, p. 902–917, 2013.

SILVA, C. dos R.. Contexto histórico da psicologia jurídica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 5, ed. 5, v. 11, p. 125-133, maio 2020

SOARES, L. C. E. C.. Para além da perícia: as (im)permanências dos psicólogos nas varas de família. In: THERENSE, M.; OLIVEIRA, C. F. B.; NEVES, A. L. M.; LEVI, M. C. H. (org.). Psicologia jurídica e direito de família: para além da perícia psicológica. UEA Edições, 2017. p. 142-168.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 40, de 25 de outubro de 2023. Dispõe sobre o Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 25 out. 2023.

YAMAMOTO, O. H; OLIVEIRA, I. F.; FREIRE, A. L. F. C.. As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho. In: LHULLIER, Louise A. (org.). Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 79-82.

CÓDIGO: HS1596

AUTOR: TIAGO DE LIMA ENEAS

ORIENTADOR: SEBASTIAO GUILHERME ALBANO DA COSTA

TÍTULO: Entre memória e ficção: a escrita de si em A Resistência, de Julián Fuks

Resumo

O presente trabalho investiga A Resistência (2015), obra do escritor Julián Fuks, estruturada com base no olhar de um narrador-personagem chamado Sebastián, a partir do qual apresenta a história da adoção de seu irmão mais velho e do exílio dos pais, que fugiram da ditadura civil-militar da Argentina. Para a análise, empreendeu-se um estudo de natureza qualitativa de caráter exploratório (Losch; Rambo; Ferreira, 2023) e uma pesquisa bibliográfica acerca de conceitos como escritas de si e autoficção. Explorou-se, principalmente, a tipologia da autoficção proposta por Colonna (2014). Verificou-se que a obra de Fuks é, predominantemente, uma autoficção biográfica, porém que pode ser lida e compreendida à luz de outros aspectos também apresentados por Colonna.

Palavras-chave: Memória; Autoficção; Autobiografia; Escrita de si.

TITLE: Memory and Fiction: Self-writing in A Resistência, by Julián Fuks

Abstract

This study investigates A Resistência (2015), a work by the writer Julián Fuks, structured around the perspective of a character-narrator named Sebastián, through whom the story of his older brother's adoption and his parents' exile is presented, as they fled the civil-military dictatorship in Argentina. For the analysis, a qualitative exploratory study (Losch; Rambo; Ferreira, 2023) and a bibliographic review of concepts such as self-writing and autofiction were undertaken. Particular attention was given to Colonna's (2014) typology of autofiction. The analysis found that Fuks's work is predominantly biographical autofiction, although it can also be read and understood in light of other aspects presented by Colonna.

Keywords: Autofiction; Memory; Autobiography; Self-writing

Introdução

Nos últimos tempos, o mercado editorial e livresco viu a emergência de um novo fenômeno: a proliferação de narrativas em que a própria vida do autor é considerada a matéria-prima. Escritores como Annie Ernaux, Edouard Louis, Emmanuel Carrère e Julián Fuks estão dentro desta corrente, classificada comumente como as 'escritas de si',

termo que abrange diários, relatos pessoais, confissões e memórias. Nesse contexto, destaca-se a autoficção: seria uma categoria relativamente nova, estabelecida pelo teórico francês Serge Doubrovsky, em 1977. Ocorre que, desde o estabelecimento do termo, a autoficção resiste às definições fechadas, possibilitando interpretações distintas, especialmente no que concerne à verdade, veracidade e verdade presentes no relato. Como aponta Hidalgo (2013), esta indefinição, mais do que um equívoco, é uma das marcas essenciais do vocábulo. Assim, o presente trabalho não almeja fincar uma formulação inequívoca e estanque dos textos autoficcionais, mas sim observar e compreender de qual maneira este tipo de relato se manifesta dentro de um caso específico: o livro A Resistência, de Julián Fuks. Com base no olhar de um narrador-personagem chamado Sebastián, a obra apresenta a história da adoção de seu irmão mais velho e do exílio dos pais, que fugiram da ditadura civil-militar da Argentina. Assim, a questão que orienta a presente pesquisa define-se a partir da seguinte indagação geral: Qual a forma da autoficção em A Resistência?. Desse modo, procura-se entender como o referido relato mobiliza tensões entre memória, verdade e ficção, analisando também como as modalidades de autoficção, propostas por Colonna (2014), podem – ou não – contemplar o produto de Fuks. Nessa esteira, o artigo divide-se em três momentos fundamentais. Em primeiro lugar, uma revisão do que seriam as escritas de si e a autoficção, enquanto a segunda etapa oferece, mais claramente, detalhes de A Resistência, explorando sua premissa e a trama apresentada pelo autor. Por fim, trabalha-se o livro à luz da tipologia elaborada por Colonna (2014).

Metodologia

Este estudo possui natureza qualitativa e caráter exploratório. Segundo apontam Losch, Rambo e Ferreira (2023, p. 3), Na abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória – ou estudo exploratório – tem o objetivo de conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido. E para esse tipo de investigação, na área das Ciências Humanas e Sociais, o enfoque qualitativo permite melhor compreensão do comportamento humano e do contexto social. Em consonância com o que defendem os pesquisadores, entende-se que esta aproximação faz com que o pesquisador possa analisar os dados de maneira sistêmica, possibilitando uma compreensão detalhada daquilo que se analisa. Complementarmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para elucidar os conceitos de autoficção e escrita de si, partindo de autores como Colonna (2014), Hidalgo (2013) e Nascimento (2017a, 2017b). Além disso, foi empreendida uma leitura analítica da obra, por meio da qual foram selecionados excertos representativos em relação à temáticas como memória familiar e o estatuto da verdade no relato. Os quatro tipos de autoficção de Colonna (2014) – fantástica, biográfica, especular e intrusiva – foram trabalhados aqui como parâmetros de análise, fundamentais para entender de qual maneira o narrador fuksiano se relaciona com a própria vida e a própria narração.

Resultados e Discussões

Escritas de si e autoficção As chamadas 'escritas de si' englobam distintas modalidades de escrituras, como autobiografia, diário pessoal, memórias e práticas autoficcionais. A autoficção, por sua vez, é um termo relativamente novo, tendo sido estabelecido por

Serge Doubrovsky, em 1977, com a publicação do livro Fils. Uma vez que há tal reconfiguração conceitual, muda-se também a maneira como se consome este material: afinal, o que o leitor deve esperar? Uma história real, ficcional ou um simples romance? Qual pacto existe entre leitor e autor? Paradoxalmente, esta pluralidade conceitual, que impede uma definição perfeitamente delimitada, constitui-se como uma das principais marcas do vocábulo. Como aponta Hidalgo (2013, p. 219), Flutuante entre a prática criativa dos autores e o olhar científico dos teóricos, entre a leitura referencial e a leitura ficcional, o eu real e o eu fictício, a complexidade do neologismo não permite uma unanimidade. O impasse levou o próprio Serge Doubrovsky à simples conclusão: "Era um neologismo necessário". Ou, como enunciou Philippe Forest, trata-se de "um fenômeno", não exatamente de um movimento literário. Discutir um produto autoficcional, portanto, significa examiná-lo levando em consideração sua forma e conteúdo, até que se torne possível vislumbrar traços definidores da obra em questão – ou seja, algo específico, não generalizante, como ocorre dentro do estabelecimento de um ‘gênero’. Distintas autoficções mobilizam mais e menos alguns aspectos: questões de foro íntimo, a noção de “eu”, as experiências particulares vividas e o contexto social, para pontuar apenas algumas. A obra de Annie Ernaux, por exemplo, muitas vezes é vista como autoficção, classificação que a escritora geralmente não utiliza para classificar seus trabalhos (cf. Ernaux, 2022). Essa recusa põe em evidência um tópico basilar para qualquer escrita autobiográfica: a noção de “verdade”. Para Nascimento (2017b, p. 65) é precisamente a ausência de compromisso com a verdade factual e a ruptura com a convenção ficcional que tornam a autoficção fascinante. Nesse sentido, o interesse de uma autoficção seria romper as comportas e os compartimentos dos gêneros literários que aparentemente se limitam. Muito mais do que um debate terminológico, a experiência autoficcional expõe que o escritor não consegue verdadeiramente figurar à margem da história: ele toma liberdades, cria sentidos e molda um ambiente que pode ou não ser verossímil em relação à vivência original. A autoficção serve, entre outras coisas, para mostrar que nenhuma escolha temática, por mais objetiva que pareça, é neutra e impessoal, seja na ficção, seja no ensaio. O que interessa na autoficção, mais do que nunca, não é o fato de ela ter se tornado um novo gênero. Antes, como o disse em outros lugares, a relevância está em representar um dispositivo que põe em causa os gêneros autobiográficos tradicionais, ajudando a redefinir e a contextualizar as escritas do eu ou as escritas de si. (Nascimento, 2017a, p. 612). A Resistência A Resistência apresenta uma narração, em primeira pessoa, de diferentes momentos da vida íntima de uma família que sofreu em decorrência da ditadura militar argentina, ocorrida entre 1976 e 1983. Temas como identidade, memória, adoção e, claro, diferentes formas do que constitui uma “resistência”, são exploradas ao longo da narrativa. Fúks tenta trazer à luz e dar forma para aquilo que é, em muitas situações, não só indizível, como invisível: os sentimentos não expressados do pai, da mãe e do irmão, os traumas que acometeram a família e às tensões provenientes disso tudo. A ideia de “objetividade” e “verdade” não figuram como elementos transcendentais; não existe, portanto, algo que necessariamente está além do vivido e precisa ser encontrado. O personagem principal, Sebastián, opera um certo movimento metanarrativo, na medida em que tenta preencher as lacunas da memória com suas próprias lembranças. Não obstante, reconhece às limitações e a falibilidade desse processo. Era fértil a imaginação daquela época, fecunda ficção que hoje me abandona. Não consigo lembrar como era passar um minuto, dez minutos, uma hora ao seu lado, e também não consigo inventá-lo. Como se passaram oito anos naquele estado é uma questão que não sei responder, é mais uma noção do real que aqui se evade. [...] Isto é história e, no entanto, quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos, impressões anteriores à

consciência e à linguagem, resquícios indigentes que eu insisto em malversar em palavras. (Fúks, 2015, p. 16) Conforme menciona Gomes (2026), a mentira da autoficção está no convencimento e na verdade expressa nas entrelinhas, pois a ambiguidade permeia todo o texto. Tal ambiguidade se caracteriza pelo ato de recontar, afinal, ao contar uma vivência pessoal, "Recriamos, pois a memória, ao ser narrada, deixa de ser restituição fiel do vivido para tornar-se uma construção discursiva" (Gomes, 2026, p. 254). Fuks , ao longo do texto, está em consonância com essa posição: recorre a memória, mas reconhece suas limitações enquanto recurso transmissor. Isto é história e, no entanto, quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos, impressões anteriores à consciência e à linguagem, resquícios indigentes que eu insisto em malversar em palavras. [...] Por um instante me confundo, esqueço que também as coisas precedem as palavras, que tratar de acessá-las implicará sempre novas falácias e, como antes pelo texto, parto por este apartamento à procura de rastros do meu irmão, atrás de algo que me restitua sua realidade. (Fuks, 2015, p. 17). Uma tentativa de classificação Gomes (2026) aponta que o termo autoficção serve para identificar narrativas que integram o real à ficção, sem compromisso de fidelidade factual. Colonna (2014) estabelece diferentes tipos de autoficção, caracterizando-as a partir de suas particularidades. Ao todo, são discutidos quatro tipos: autoficção fantástica; biográfica, especular e intrusiva. Na autoficção fantástica, o escritor é um elemento central dentro do texto, mas sua existência e sua identidade se dissolvem em uma história irreal. O personagem que é projetado torna-se, assim, um herói típico da ficção, de modo que seria improvável associá-lo a alguém real. O que ocorre, portanto, é um processo de reificação artística, tal qual uma autofabulação fantástica, por meio do qual "[...] o escritor não é mais apenas uma pessoa, mas também objeto estético" (Colonna, p. 42). Na autoficção biográfica, o escritor permanece como herói da sua história, o ponto ao redor do qual o conteúdo narrativo se organiza, mas fabula a si mesmo com base em dados reais, acercando-se mais da verossimilhança e atribuindo ao seu texto uma verdade que é, no mínimo, subjetiva. Colonna (2014, p. 45) reconhece que esse tipo de inventividade, característica desta categoria, é uma das tendências mais difundidas dentro do âmbito autoficcional e também contra a qual se apela à indignação pública. A autoficção especular baseia-se em um reflexo do autor dentro do livro, de modo que o realismo do texto e a verossimilhança são elementos secundários. O autor não está necessariamente no centro do livro, o "[...] importante é que se coloque em algum canto da obra, que reflete então sua presença como se fosse um espelho" (Colonna, ano, p. 53). Por fim, a autoficção intrusiva considera o avatar do escritor como uma espécie de narrador-autor à margem da intriga. Isso significa que não se opera a transformação do escritor através de um personagem. Pode-se notar, no caso de A Resistência, a predominância da autoficção biográfica. O autor articula a narrativa com base em dados reais, como a adoção do irmão e o exílio dos pais em 1976. Ainda que fabule a si mesmo e sua própria família, busca uma verossimilhança a partir de fatos reais, por mais que a mesma seja tocada inevitavelmente pela subjetividade. Dentro dos elementos classificatórios de Colonna (2014), a autofiguração do escritor como “herói”, contudo, não parece muito aplicável neste caso. A simples alcunha de “protagonista” parece mais cabível, pois Sebastian não é dotado de qualquer traço superno ou heróico – ao contrário, na verdade. Suas limitações enquanto ser humano, escritor e até como filho e irmão são ressaltadas frequentemente. E não posso, sobretudo, fazer do meu irmão um sujeito mudo, desprovido de recursos para se defender, para se confessar – ou para calar quando a situação assim o convoque. Por que não consigo lhe passar a palavra, lhe imputar nesta ficção qualquer mínima frase? Estarei com este livro tratando de lhe roubar a vida, de

lhe roubar a imagem, e de lhe roubar também, furtos menores, o silêncio e a voz? Não consigo decidir se isto é uma história (Fuks, 2015, p. 18). Não obstante, outros aspectos da descrição das demais classificações também estão presentes. Questões como uma preocupação secundária com a veracidade (por mais que seja um texto de cunho autobiográfico, permanece como algo ficcional) e mesmo a identidade projetada do narrador (seria um reflexo do real ou uma criação estética?) são pontos de conjectura durante a leitura.

Conclusão

Por meio da análise de A Resistência, observa-se que, considerando a tipologia de Colonna (2014), o livro se situa predominantemente dentro da autoficção biográfica, uma vez que a narrativa se articula ao redor de dados reais, como a adoção do irmão e exílio familiar. Apesar disso, a construção do relato permanece sendo subjetiva. Diferentemente do que Colonna (2014) também propõe, o narrador também não se caracteriza como um herói – é um sujeito reconhecidamente limitado e não oculta isso, assumindo suas falhas e possíveis extrapolações. Ressalta-se que, por mais que delimitações conceituais sejam importantes para pensar e repensar determinadas ideias, as mesmas não devem ser concebidas e tratadas de maneira estanque. Nenhum conceito é impermeável e, conforme explicitado nesta análise, classificações podem ser mais ou menos adequadas. No caso de A resistência, pode-se pensar na junção de mais de uma das classificações, por mais que o produto de Fuks se adeque mais à autoficção biográfica.

Referências

COLONNA, Vincent. Tipologia da autoficção. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Ensaios sobre a autoficção. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. ERNNAUX, Annie. A escrita como faca e outros textos. São Paulo: Fósforo, 2022. FUKS, Julián. A resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Ebook. Gomes, Janderson. Autoficção e as mentiras que contamos, de Philippe Besson. Revista E-Scrita, 17(1), 253–256, 2026. Disponível em: https://revistasuniabeu.com.br/index.php/revista-e-scrita/article/view/357. Acesso em: 29 ago. 2026. HIDALGO, Luciana. Autoficção brasileira: influências francesas, indefinições teóricas. Alea: Estudos Neolatinos, 15(1), 218–231. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-106X2013000100014. Acesso em: 29 ago. 2026. LÖSCH, S.; RAMBO, C.A.; FERREIRA, J.de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958. Acesso em: 29 ago. 2026. NASCIMENTO, Evando. Autoficção como dispositivo: alterficções. Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 24, n. 42, p. 611–634, 2017a. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/31606. Acesso em: 29 ago. 2026. NASCIMENTO, Evando. MATÉRIAS-PRIMAS: entre autobiografia e autoficção. Crítica Biográfica, 2017b. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/4489. Acesso em: 29 ago. 2026.

CÓDIGO: HS1634

AUTOR: ALÍCIA VIVIANE CASTRO DA COSTA

ORIENTADOR: ISABEL MARIA FARIAS FERNANDES DE OLIVEIRA

TÍTULO: Medidas de Responsabilização Extrapenais Voltadas a Homens Autores de Violência: Uma Análise das Políticas Públicas em Natal/RN

Resumo

O presente trabalho analisa as medidas de responsabilização extrapenais voltadas a Homens Autores de Violência (HAV) contra a mulher no município de Natal/RN, sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético e da Teoria da Reprodução Social (TRS). Vinculado a uma pesquisa de Iniciação Científica, o objetivo central do estudo consiste em investigar o papel das políticas públicas municipais e dos Grupos Reflexivos enquanto alternativas ao punitivismo penal. A metodologia possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando a pesquisa bibliográfica (com seleção de 15 artigos) e a análise documental de legislações e protocolos municipais. Os resultados da revisão teórica apontam que os programas grupais no Brasil enfrentam falta de padronização metodológica e cronológica, além de pouca divulgação institucional e carência de formação continuada para as equipes. No âmbito local, identificou-se a atuação do "Grupo reflexivo de homens: por uma atitude de paz" (NAMVID/MPRN), que apresentou impacto positivo na não reincidência dos participantes. No entanto, evidenciaram-se entraves como a fragmentação da rede de assistência e a escassez de dados centralizados disponibilizados pela gestão pública municipal. Conclui-se que a etapa teórica valida a urgência do mapeamento empírico dos grupos reflexivos na cidade, visando visibilizar a rede e fornecer subsídios para o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

Palavras-chave: Violência doméstica; Homens autores de violência; Grupos reflexivos.

TITLE: Extrajudicial Accountability Measures for Male Perpetrators of Violence: An Analysis of Public Policies in Natal/RN

Abstract

This study analyzes extrajudicial accountability measures directed at male perpetrators of intimate partner violence against women in the municipality of Natal/RN, through the lens of Historical-Dialectical Materialism and Social Reproduction Theory (SRT). Part of an Undergraduate Research project, the primary objective is to investigate the role of municipal public policies and Reflexive Groups as alternatives to penal punitivism. The

methodology adopts a qualitative, exploratory approach, employing a literature review (selecting 15 articles) and document analysis of municipal legislation and protocols. Findings from the theoretical review indicate that group programs in Brazil face a lack of methodological and chronological standardization, as well as scarce institutional publicity and an ongoing need for continuous training among teams. Locally, the study identified the operation of the "Men's Reflexive Group: For an Attitude of Peace" (NAMVID/MPRN), which demonstrated a positive impact on reducing recidivism among participants. However, significant obstacles emerged, including the fragmentation of the support network and a lack of centralized data provided by local public administration. The study concludes that this theoretical phase validates the urgent need for direct empirical mapping of reflexive groups in the city to increase network visibility and inform the enhancement of public policies aimed at combating gender-based violence.

Keywords: Violence against women; Male perpetrator of violence; Reflexive groups

Introdução

A violência contra a mulher, embora seja uma temática amplamente conhecida e de destaque na literatura acadêmica, se configura como um fenômeno complexo e multifatorial muitas vezes observado sob uma lente reducionista. Nesse sentido, deve-se percebê-la como um tipo de violência de caráter estrutural que é historicamente produzida e reproduzida por meio de relações sociais assimétricas.

Sob a luz da Teoria da Reprodução Social, que busca aproximar debates atuais a partir do marxismo, é possível traçar conexões entre a violência contra a mulher e a força de trabalho – dita por Marx como uma fonte de valor e de mercadoria. Trazendo destaque ao questionamento de como a nossa força de trabalho é reproduzida, Bhattacharya (2019) classifica essa reprodução em três processos interdependentes: 1. Atividades regeneradoras do trabalhador fora do processo de produção – geralmente a garantia de suas necessidades básicas – e que garante que ele retorne; 2. Atividades regeneradoras dos não-trabalhadores (futuros ou antigos trabalhadores) fora do processo de produção – como o cuidado com crianças e idosos; e 3. A produção de novos trabalhadores – ou seja, gerar filhos.

Essas atividades que permitem a existência e continuidade do capitalismo são feitas gratuitamente para o sistema por homens e, principalmente, mulheres, que exercem majoritariamente o trabalho doméstico e de cuidado. Assim, se mulheres ocupam o lugar de reprodutoras, estando como apoio fora da esfera de produção, o local de trabalho seria uma questão masculina – ou, ao menos, é predominantemente dessa forma que o meio social se organiza. Dessa forma, trazer políticas – não apenas trabalhistas mas de qualquer outro âmbito – que beneficiem as mulheres, como assistência médica, licença maternidade ou mesmo proteção em casos de violência simboliza uma perda monetária para o sistema capitalista, que se beneficia da naturalização do trabalho feminino pouco ou não-remunerado.

Sob essa ótica, a violência contra a mulher é tipificada criminalmente a partir da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), criada – por meio de um árduo percurso de luta e

movimentos sociais – com o intuito de coibir a Violência contra a Mulher, criando mecanismos de assistência e proteção para as mulheres, além dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Brasil, 2006). A Lei também facilitou a busca pela construção de um perfil dos homens autores de violência (HAV), o que ampliou as oportunidades de elaboração de medidas extrapenais que mudassem o foco punitivista – nesse momento, surgem os Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra a Mulher.

Esse tipo de iniciativa grupal teve início nos Estados Unidos e Canadá nas décadas de 1970 e 1980 com o intuito de complementar as políticas de atenção e prevenção voltadas às mulheres e eram organizadas por civis, instituições de saúde mental e centros religiosos (Lima e Büchele, 2011). Enquanto alternativa nacional, os grupos foram promulgados recentemente nos artigos 35 e 45 da Lei Maria da Penha como integrantes do Programa de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, onde é apontada a possibilidade de criação de "centros de educação e reabilitação" e programas de "recuperação e reeducação".

Em Natal, o grupo reflexivo mais conhecido é o "Grupo reflexivo de homens: por uma atitude de paz", divulgado no Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (2023), publicado pela Prefeitura de Natal, como um grupo inovador e realizado no Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID), cujo financiamento é relacionado ao Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN).

Metodologia

Esse plano de trabalho se origina a partir do projeto de doutorado de Manuella Guedes pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN (PPGPsi-UFRN), intitulado "A Lei Maria da Penha e a criminalização de homens autores de violência: uma análise das medidas de responsabilização em Natal/RN", adotando uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e utilizando como estratégia metodológica a análise documental e o mapeamento de políticas públicas.

A abordagem dessa pesquisa é ancorada no materialismo histórico-dialético e amplia a visão sobre os fenômenos a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS). Enquanto método, o materialismo histórico-dialético propõe lançar o olhar para a materialidade das relações sociais e para a concretude, e só então trazer categorias genéricas para voltar ao concreto (Coelho, 2023). Nesse sentido, levando em consideração a proposição de indissociabilidade entre teoria e a prática, este trabalho se propõe a associar a teoria e a literatura acadêmica à factualidade e aspectos práticos da organização dos grupos reflexivos e das políticas públicas associadas a eles.

Inicialmente, foi feita nesta primeira etapa da pesquisa de iniciação científica, uma fundamentação teórica sobre os principais conceitos envolvidos na temática "Medidas de Responsabilização Extrapenais Voltadas a Homens Autores de Violência: Uma Análise das Políticas Públicas em Natal/RN". Diante disso, foi feita uma pesquisa bibliográfica cuja amostragem derivou do acervo mapeado na revisão sistemática

elaborada na pesquisa de doutorado a qual essa iniciação científica está vinculada. A seleção dos artigos foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS e Periódicos CAPES com os descritores: ("violência doméstica" OR "violência conjugal" OR "violência por parceiro íntimo" OR "violência contra a mulher") AND ("autores de violência" OR "agressores" OR "homens autores" OR "perpetradores").

A partir desse filtro, para a definição dos critérios de inclusão foram determinados critérios temáticos para que os textos abordassem a intervenção com homens autores de violência, debatessem questões de gênero ou se ancorassem no materialismo dialético; além disso, como critério pedagógico, os artigos deveriam apresentar uma linguagem fluida e acessível com o intuito facilitar a compreensão e adequar o nível de leitura para uma iniciação científica e deveriam estar integralmente disponíveis. Ao final, foram selecionados 15 textos a serem lidos e analisados.

Para a segunda etapa da pesquisa, que será realizada futuramente, deve ser feita a identificação e o mapeamento dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência no município de Natal-RN por meio do contato com instituições vinculadas à rede e profissionais que trabalham na área. Os contatos de whatsapp foram coletados por vias institucionais e a partir de indicação dos trabalhadores da rede, o que possibilitou dar continuidade ao fluxo de contatos e à amostra.

Resultados e Discussões

Por meio da leitura dos textos, percebeu-se que os Grupos Reflexivos, embora se configurem como uma forma inovadora de pensar as punições dadas aos homens autores de violência, são pouco divulgados e não possuem uma organização temporal ou metodológica fixa, dificultando não apenas o reconhecimento de sua existência como a padronização dos grupos no Brasil. Isso se confirma através dos achados de Beiras & Incrocci (2019) em sua pesquisa ao documentarem informações sobre 26 programas grupais nacionais e perceberem que não há um consenso metodológico – alguns grupos utilizam especificidades teóricas da psicologia, da educação, ou fazem uso apenas de temáticas gerais – nem cronológico – alguns se organizam por entre 12 e 24 encontros, outros por quantidade de horas.

Outro apontamento é a necessidade, trazida pelos próprios profissionais, de receberem uma formação continuada sobre a organização do programa, as teorias que a embasam e técnicas grupais; nesse sentido, uma das epistemologias mais abordadas é a dos estudos de gênero, enquanto os estudos sobre masculinidades e a teoria feminista são pouco utilizados como fundamentação dos grupos (Beiras & Incrocci, 2019)

Já ao analisar o perfil dos homens autores de violência contra a mulher que participaram de um grupo reflexivo, Scott (2018b) observa que eles possuíam, predominantemente, 31 a 41 anos, eram brancos, tinham baixa escolaridade, renda que girava em torno de um salário mínimo e tinham um vínculo de união estável. Dos 241 homens, 166 possuíam vínculo com a mulher que foi agredida – sobretudo vínculos românticos – e predominaram, entre as praticadas, as violências física e psicológica.

Ainda que a pesquisa esteja na etapa de fundamentação teórica, foi possível indicar, a partir da leitura de textos produzidos no municípios e protocolos lançados pela Prefeitura de Natal, a existência de Grupos Reflexivos na cidade, como em Scott (2018a) ao desenvolver sua pesquisa de doutorado pelos relatos de homens que passaram pela atividade grupal proposta pelo Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID), que foi inaugurado em 09 de setembro de 2011, por meio da Resolução n° 188/2011 da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), a partir do convênio MJ n°53/2010 entre o Ministério da Justiça e o MPRN. No núcleo, foi inaugurado em 2012 um grupo intitulado "Grupo reflexivo de homens: por uma atitude de paz" que tem como objetivo suscitar a reflexão sobre atitudes violentas e responsabilização em homens que respondem judicialmente por processos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Scott (2018a) ainda afirma que entre 2012 e 2014, os participantes do grupo – encaminhados pelo 1° ou 2° Juizado Especial de Violência Doméstica da comarca de Natal – não passaram por uma reincidência, o que reafirma a importância, não apenas desse grupo específico, como de outras ações no mesmo âmbito.

Outros dados sobre a existência do grupo podem ser vistos no Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (2023), publicado pela Prefeitura de Natal, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SEMUL), em parceria com a Fundação de Apoio ao IFRN (FUNCERN). Nele é citado que houve uma proposta de lei aceita acerca dos artigos 35 e 45 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 da Lei de Execução Penal, que permitiu que juízes determinassem o comparecimento obrigatório do agressor em programas de reeducação e que, a partir dela foi possível tornar o grupo viável e dar resultados. Ainda assim, é necessário questionar a obrigatoriedade na participação enquanto medida de caráter punitivo e o quanto isso a torna eficaz e ética.

Diante do que foi discutido, é preciso ressaltar a grande dificuldade em identificar e mapear, a partir de veias institucionais, os grupos reflexivos existentes no município, fato que desvela não apenas uma lacuna na literatura acadêmica em um tema de tanta relevância, mas também revela um descaso da Prefeitura de Natal e demais órgãos públicos da cidade em democratizar as informações e facilitar o acesso à serviços custeados com orçamento público. Para além disso, é indiscutível pensar na falta de divulgação dos projetos grupais como um reflexo da desorganização da própria rede de assistência no município.

Conclusão

A realização dessa primeira etapa do projeto permitiu a construção de uma base teórica sólida acerca dos grupos reflexivos para homens autores de violência, sobretudo ao ler o fenômeno à luz do Materialismo Histórico-Dialético e da Teoria da Reprodução Social (TRS), que nos obriga a observar de forma mais crítica, superando as leituras reducionistas e estritamente individualizantes da violência de gênero. Ao analisar a violência contra a mulher como um pilar estruturante e que possibilita a reprodução no sistema capitalista, é possível posicionar os Grupos Reflexivos para HAV como uma alternativa que, além de configurar uma forma de escape – se feito planejadamente e

adotando um referencial teórico correto – do punitivismo penal, tem potencial para reduzir os índices de violência por meio da reflexão crítica.

Sob essa ótica, buscando a minimização desses índices, e embasada na literatura analisada, é necessário que medidas sejam tomadas em âmbito nacional, como protocolos que orientem e garantam a homogeneidade epistemológica para os grupos, uma trajetória formativa contínua e pensada para os profissionais facilitadores e um mapeamento e democratização do acesso aos grupos e às suas atividades.

Ainda que o levantamento de documentos que envolvessem as políticas municipais tenha revelado o funcionamento de um dos grupos – demonstrando um impacto positivo na reincidência –, é preciso denunciar severos entraves institucionais, que contemplam: a escassez de dados centralizados, a falta de visibilidade pública e a fragmentação da rede de assistência municipal. Tudo isso desenrola em uma grande fragilidade do investimento estatal no combate à violência e nas problemáticas da reprodução social.

Diante disso, a conclusão desta fase de fundamentação teórica valida a urgência e a relevância da segunda etapa da pesquisa, que se dedicará ao mapeamento dos grupos reflexivos para HAV em Natal, buscando dar visibilidade a todos esses entraves e oferecer subsídios que contribuam para a crítica e o fortalecimento das políticas públicas

Referências

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maíra Mee Silva; revisão técnica de Mariana Luppi. Revista Outubro, São Paulo, n. 32, p. 101-113, 1º sem. 2019. Disponível em:http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/07/06_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262–274, jan. 2019. Disponível em:https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BkkGwctw6WzsBbJbxSbPsNq/?lang=pt . Acesso em: 26 ago. 2026.

COELHO, Bruna da Penha de Mendonça. Materialismo histórico e dialético: entre aproximações e tensões. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 118, p. 75-100, jan./abr. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/GmyvMRTcSK8F5DLhC6HDttw/?lang=pt. Acesso em: 31 ago. 2026.

FLORES, Letícia Bortolotto; SANTOS, Samara Silva dos; PAIVA, Ilana Lemos de. Construindo "teias": fragilidades e potencialidades para o enfrentamento da violência contra a mulher. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 21, n. 50, p. 224-238, abr. 2021 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000100016&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em 28 ago. 2026.

LIMA, D. C.; BÜCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721–743, 2011. Disponível em:https://www.scielo.br/j/physis/a/CbLyP5BmPnjDnbRHRj7bxCw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 26 ago. 2026.

NATAL (RN). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SEMUL). Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. Natal: SEMUL, 2023. Disponível em: [https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/semul/protocolos/PROTOCOLO_DE_ATENDIMENTO_AS_MULHERES.pdf]. Acesso em: 26 de agosto de 2026.

SCOTT, Juliano Beck. Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades. 2018. 141 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/fb22e352-1f3a-4b2c-8e48-da5871630c3. Acesso em: 26 ago. 2026.

SCOTT, Juliano Beck; DE OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Perfil de Homens Autores de Violência Contra a Mulher: Uma Análise Documental. Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, RS, v. 10, n. 2, p. 71–88, 2018. DOI: 10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2951. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2951. Acesso em: 29 ago. 2026.

CÓDIGO: HS1649

AUTOR: JULIA FERNANDA DA SILVA ANANIAS

ORIENTADOR: PAULO VICTOR LEITE LOPES

TÍTULO: Mulheres e seus afetos: análise de matérias de jornais sobre mulheres lésbicas e bissexuais no Tribuna do Norte entre 1960-1980.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central apresentar um recorte em todo o material construído durante o processo de iniciação científica ainda em andamento, buscando pontuar os principais dados e referenciais teóricos usados e pesquisados. Com a pesquisa está em desenvolvimento, procurei, de forma mais descritiva, apresentar um recorte temático de acordo com meus interesses na investigação, trazendo como ponto principal do relatório a análise de alguns casos do Tribuna do Norte sobre mulheres que se relacionam com outras mulheres durante os anos 60-80. Ao focar nas formas de tratamento e particularidades de cada matéria, procuro, assim, conferir maior visibilidade e elaborar de modo mais enfático um espaço mais amplo para essas mulheres dentro da pesquisa acadêmica, além de mapear as formas de tratamentos dirigidos a essas mulheres dentro do corte temporal no jornal pesquisado.

Palavras-chave: Mulheres. Lesbianidade. Bissexualidade. Mapeamento. Sociabilidade.

TITLE: Women and their affections: an analysis of newspaper articles about lesbian and bisexual women in *Tribuna do Norte* between 1960 and 1980.

Abstract

The central objective of this work is to present the material developed during an ongoing

undergraduate research project, highlighting key data and the theoretical frameworks consulted

throughout the study. Given that the research is still in progress, I have adopted a discursive

approach to narrow the thematic scope based on my specific interest in the subject; the report

focuses on analyzing selected articles from the newspaper Tribuna do Norte regarding women

in relationships with other women between the 1960s and 1980s, specifically examining the

language used and the unique characteristics of each piece. The aim is to provide greater

visibility and create a more substantial space for these women within academic research, while

also mapping the ways in which they were portrayed during the period in question.

Keywords: Women. Lesbianism. Bisexuality. Mapping. Sociability.

Introdução

A princípio, é importante mencionar que a pesquisa em andamento é parte da pesquisa "Gênero, sexualidades e política: processos de subjetivação, violências e direitos a partir do Rio Grande do Norte." e carrega alguns materiais e linhas do projeto anterior. O projeto, que tem como objetivo dar visibilidade ao nordeste do Brasil com enfoque nos estudos de gênero e sexualidade, vem sendo desenvolvido pelo orientador e professor Paulo Victor Leite Lopes, bem como pelas estudante/s e bolsistas Júlia Ananias (eu) e Nycolle Mendonça desde setembro/2025. Ao reconhecer processos de subjetivação de pessoas não cis heterossexuais moradores de Natal, buscando os discursos elaborados em torno das suas vidas, seus trajetos e espaços de sociabilidade, procuramos identificar as transformações sócio-históricas a partir das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Pessoas Não-Binárias (LGBTQIAPN+) no Rio Grande do Norte.
O título da pesquisa vêm com inquietações muito relevantes acerca de uma história das

lutas sociais que não são contadas, bem como ao pouco (re)conhecimento a nomes importantes
para a luta e vivência LGBTQIAPN+ no contexto local do RN. A pesquisa vem com o intuito
de saber mais sobre toda a história e como o passado também se faz presente dentro de sociabilidade, subjetividade e alteridade de pessoas e lugares que fazem e fizeram movimentações relevantes durante o percurso estudado.

Durante todo o andamento da pesquisa, é de extrema importância mencionar as reuniões de orientações da iniciação científica de forma rotineira, o que facilitou a melhor compreensão
de materiais analisados, textos e outros. Os encontros sempre fluem de forma muito perspicaz
e assídua, trazendo questionamentos e levantamentos do que estamos fazendo e o que já fizemos
de forma individual e conjunta. Além de termos encontros de orientações gerais com outros
orientandos de pós-graduação mensalmente, com leitura de textos diversos para assim incrementar nossos referenciais e ampliar espaços dentro do contexto acadêmico.

Como aproximação ao tema, também foi importante a leitura de relatórios produzidos durante a primeira etapa da pesquisa por outras/os bolsistas, me apoiando a ter uma visão de
como se deu todo e dos quais caminhos percorridos, como também por trazer um contato com
a escrita acadêmica na produção para relatórios de iniciação científica. Também nos foi apresentado os materiais já disponíveis até então, como os coletados nos jornais da Tribuna do Norte, que me debruço aqui, mas também do Lampião da Esquina e do ChanacomChana, as
tabelas do Excel para organização materiais, os textos já lidos e os relatórios do percurso. A
disponibilização de todos no drive facilitou esse processo.

Para o acompanhamento da pesquisa, nos foi orientado a leitura de diversos textos que nos apresentassem teorias e etnografias, como “Para inglês ver” de Peter Fry (1982) e as dissertações “Sexualidade e construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimentos.” Paulo Lopes (2011), orientador da pesquisa, e “Aqui nem todo
mundo é igual”: Cor, Mestiçagem e Homossexualidades numa Favela do Rio de Janeiro” Silvia
Aguião (2007). Além disso, algumas obras audiovisuais também nos ajudaram a contextualizar,
como: Rádio Novelo (podcast), Entendidas (podcast) e o filme Milk – A voz da igualdade. Todo
referencial contribuiu como repertório para ampliar os horizontes de análises, durante toda a
prática de leitura principalmente dos jornais, entendendo de modo mais preciso as formas de
tratamento para diferentes pessoas LGBTQIAPN+ em diferentes décadas e como captar as
mudanças que ocorreram.

Metodologia

A presente pesquisa obtém diferentes caminhos e materiais de análise, e assim metodologias diversas para o estudo, aqui trarei um pouco de todo o material utilizado e como
se deu o método para analisar. Como dito, tivemos diferentes leituras e referências de audiovisual com o intuito de reter mais carga teórica para o desenvolvimento do projeto,
aprofundarei de modo sistemático todo esse processo. Nas primeiras semanas, nos debruçamos
acerca do material da Tribuna do Norte, onde houve leitura e procura de casos de pessoas
LGBTQIAPN+ nos anos de 1960-1969, 1970-1979, 1980-1986. Coletando ao todo 379 matérias que discorrem sobre o público alvo que categorizamos, o propósito foi entender como
essas pessoas eram retratadas durante os períodos citados e se eram retratadas, além de entender
se houve mudanças dentre esses períodos. Houve divisão dos anos procurados entre mim e
Nycolle, de forma que não ficasse sobrecarregado e que ambas tivessem acesso a matérias de
diferentes décadas, melhorando nossa visão e abrindo espaço para a percepção da diferença
entre os anos e contextos históricos, e nas formas como se tratam as pessoas LGBTQIAPN+.
Durante, todo o estudo do Tribuna do Norte, era possível dialogar com as leituras passadas pelo orientador, Paulo Lopes, usando o método de vincular as matérias utilizadas com
o material de leitura referencial, como na matéria do dia 17/02/1982 (ver anexo 1 – Tribuna do
Norte). Onde chama atenção como os espaços urbanos, tipo bares ou boates, são vistos como zonas morais de sociabilidade homoafetiva Paiva (2013), para as noites, em que o público homossexual ganha espaço. Nas matérias do Tribuna essas zonas são a Ribeira, com o bar do
Marulho e o Frenezzi, espaços tidos para desfiles gays e encontros homoafetivos. Ressalto que
de forma cronológica, consegue-se ver uma extensão maior para espaços de sociabilidade gay,
como casas de show como o Vivace, boate broadway, teatro Jeiziel Figueiredo. Todos esses
ganham mais espaços e novos enredos com o passar do tempo, que o Tribuna traz em várias
matérias.
A partir do levantamento realizado anteriormente, fomos para a produção da tabela do excel, onde separamos as matérias por data, coluna, autor, título da matéria e breve descrição.
E caso houvesse alguma citada que parecia ser um personagem importante ou um local que
estava sendo mais frequentado colocamos as opções de local e pessoa citada. Assim seria de

melhor reconhecimento os locais frequentados e as pessoas que tinham maior influência no
meio LGBT, visando perguntas e dúvidas futuras para entrevistas em campo.
Durante esse processo, também fomos em busca de informações na Hemeroteca Digital Brasileira, um portal que disponibiliza para consulta pública um vasto acervo de periódicos
nacionais seriados, incluindo jornais, revistas e boletins pesquisáveis por título, período, edição
e palavra-chave. Se constituiu como ferramenta metodológica central para a ampliação de
fontes, procura e análise. O recurso a essa plataforma foi motivado por uma observação preliminar durante o mapeamento das edições do jornal Tribuna do Norte. a recorrência com
que matérias de cunho criminal mobilizavam o fator sexual não apenas como agravante do
delito, mas como uma característica que parecia emanar exclusivamente da essência desviante
do sujeito retratado. Cabe ressaltar que o Tribuna também nos traz muitas matérias de cunho
cultural e abre espaço no jornal, para matérias específicas sobre o assunto. O objetivo foi, desde
o princípio, mapear situações análogas em outros jornais para construir um perfil identitário
comparativo, identificando o que poderia ser lido como uma “assinatura” da base da pesquisa,
que seria o Tribuna.
Ademais, com o objetivo de realizar um levantamento bibliográfico mais consistente e mapear o campo de estudos sobre gênero e sexualidade no Rio Grande do Norte, iniciamos uma
pesquisa nos repositórios institucionais das principais universidades e institutos do estado.
Esses repositórios são bases de dados digitais que reúnem, organizam e disponibilizam publicamente a produção acadêmica e científica, funcionando como bibliotecas virtuais de
acesso aberto, nas quais é possível encontrar artigos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. As plataformas consultadas foram as dGrande do Norte (UFRN), e da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). O propósito central dessa etapa da investigação era compreender quais modos, métodos e
motivações têm orientado as pesquisas que abordam especificamente as temáticas de gênero e
sexualidade no contexto potiguar. Também fizemos uma tabela no Excel para coletar e organizar os dados, com as seguintes divisões, tipo de produção (dissertação, tese ou TCC),
título, resumo, nome dos autores, curso de graduação ou programa de pós-graduação e o respectivo link de acesso.
Nesse contexto, durante as reuniões também decidimos fazer uma pesquisa acerca de dados sobre grupos de ativismo LGBTQIAPN+, em Natal, essa necessidade vem de conseguir
reunir nomes relacionados e pessoas que fazem parte do movimento. Foi dividido para os

integrantes da pesquisa visando uma melhor visualização de dados e a não sobrecarga dos
envolvidos. Alguns dos grupos pesquisados foram o Fórum LGBT Potiguar, GAMI (Grupo
Afirmativo de Mulheres Independentes), GHAP (Grupo Habeas Corpus Potiguar).
Sendo um levantamento de dados de grupos que fizeram e fazem parte da luta por direitos LGBT e inclusão da diversidade.
Reitero, que ainda não tem-se dados propriamente de campo devido a ainda não conclusão da pesquisa, mas procuramos fazer entrevistas semi-estruturadas com pessoas que
apareceram dentro da pesquisa ou que frequentam espaços como a Ribeira e viveram durante
o período de 1970/1980. Buscando fazer perguntas acerca do movimento LGBTQIAPN+, e de
pessoas que lideraram e fizeram parte, colocando em análise os dados de toda a pesquisa.

Resultados e Discussões

Como a pesquisa ainda está em andamento, para esse momento de relatório optei juntamente com a orientação do professor/orientador, fazer o recorte de um dos temas, que acho
de extrema importância fazer a coletânea dos dados, além do meu interesse pelo assunto.
Gostaria de retratar aqui a falta de visibilidade e representatividade para mulheres que se relacionavam com mulheres, ditas como lésbicas dentro dos materiais coletados no Tribuna do
Norte. Trazendo consigo exemplos de retratações e os efeitos que a falta veículos de informações traz para o cotidiano de uma mulher sáfica, além da desinformação implementada
pelas pessoas e reforçada pela mídia. Trago então, seis casos distintos para discorrer como são
retratados pelo Tribuna do Norte, e acrescento que esses são alguns dos poucos casos que trazem o tema lesbianidade a tona, nenhum deles retratados de forma respeitosa, como de certa
forma acontece em alguns casos de homossexualidade e travestilidade no Tribuna, especificamente quando se fala da década de 80. Foram escolhidos casos que passaram pelas
diferentes décadas da análise, e com o filtro de que o foco principal da notícia são mulheres que
se relacionam com outras mulheres. Sendo assim, não houveram motivos exatamente específicos de cada matéria, mas sim por tematizar o cerne do recorte.
A primeira matéria (ver ANEXO 2: 18/12/1969 - Ex-Miss Foi Pista da Gang do Vício e Sexo.) traz a tona, informações sobre a prisão de uma jovem loira de 17 anos, trazendo consigo
informações centrais sobre sua vida, afirmando que ela vivia em vulnerabilidade pelas drogas
e prostituição. Em síntese, o jornal informa que a menina presa teria conhecido de “tudo” nessa

vida desde homem com homem, até mulher com mulher, como no seguinte trecho "...ficou conhecendo de tudo, desde o tóxico até as criações anormais de homens com homens e mulheres, com mulheres" e assim fala sobre as mulheres a quais se prostituiam e mantinham relações entre si. As informações do material são todas jogadas de modo que as vezes não da pra entender o que quer ser dito, mas sempre passa um ar de ironia. Visto que a matéria discorre entre várias pessoas e perpassa informações sem o objetivo de realmente explicar ou situar o leitor sobre os acontecimentos.

A segunda matéria (ver ANEXO 3: 22/12/1970 – "A frente muito ampla das mulheres") muda um poucos os horizontes e se passa em Nova York, tratando-se da defesa de Aileen Hernandez, presidente da Organização Nacional da Mulher. Formando uma reunião com várias representantes da União das Lésbicas Radicais, motivada pelo lançamento de um artigo da revista Time, indicando que uma das ideólogas do movimento neo-feminista "provavelmente se desacreditou como porta-voz de sua causa ao ter revelado sua condição bissexual", (trecho da matéria) fazendo com que representantes da Movimento de Liberação da Mulher Homossexual reivindicasse que todas devem ser o que são, trazendo falas emblemáticas para o discurso como: "Eu sou lésbica. Temos que levantar o rosto e lutar." – Bárbara Love (trecho retirado da matéria), porém outras oradoras acharam que o tema de "lesbianismo" era muito explosivo e poderia intimidar outras mulheres, sugerindo que apenas um movimento acolhesse toda mulher. Esse discurso político, remete ao discurso protagonizado por Harvey Milk (2008), onde ele disserta sobre as pessoas que se enquadrar de alguma forma como pessoa LGBT, deveria se afirmar como tal e lutar pela sua identidade para que assim todos tenham mais reconhecimento, se alinhem e se reúnam podendo trabalhar de forma mais ativa pelos seus direitos.

É curioso, que a matéria se trata de um meio político e se passa fora do Brasil, trazendo uma outra discussão para a questão e falando sobre direitos específicos e sobre a luta das mulheres (mais especificamente das mulheres que se relacionam com outras mulheres). Trazendo então um espaço divergente da primeira matéria, mas ainda sim percebe-se outro ponto de análise, onde a natureza de sempre deixar os desejos das mulheres lésbicas em segundo plano se destaca. Desestabilizando um movimento de luta e mais uma vez invisibilizando porque seria "demais", contendo assim, o desejo de mulheres sáficas lutarem pelos seus direitos e abarcando a uma única luta. Trazer o termo 'explosivo' para se dirigir ao tema da lesbianidade (como lido na matéria), é uma forma de oprimir a existência e a busca pela representação.

A terceira matéria (ver ANEXO 4 – 22/05/1971: Maria Que Quer Ser Homem é Mãe de Duas Crianças) discorre na Zona Agreste do Estado, no Município de Taipu, onde Maria Aparecida da Silva residia. O texto busca entender a "natureza" de Maria, logo procurando
explicações com a família, e evidenciando que teve uma infância normal e nunca tinha demonstrado sinais até os 8 anos, como dito na passagem do jornal "A garota não tinha nada de
diferente: seus pais eram pobres: Antônio Pedro do Nascimento e Elvira Pedro do Nascimento,
mal tinham como sustentar a família. Mas aos oito anos, a garota já evidenciava qualidades
diferentes: suas brincadeiras só eram feitas com outras garotas e ela aproveitava todas as oportunidades para beijar, abraçar e manter segredinhos nos ouvidos. quando brincava de beijar
outras meninas.", evidenciando uma curiosidade e procura por motivos que levasse a construção
de sua lesbianidade.

No decorrer do texto o gênero de Maria passa a ser questionado, confundindo a todo momento o leitor, um dos títulos da chamada jornalística remete a esse ponto específico "escolha: homem ou mulher". Focando em questões de gênero remetidas aos questionamentos
de fronteiras de gênero determinada pela organização social, buscando contrastes com a biologia
e a culturalidade dentro do contexto de homoafetividade (SEDGWICK, 2007). Logo depois é
trazido à análise de que ela não pode ser lésbica, pois apesar de manter relações com mulheres
e gostar, também já manteve relações com homens e tem filhos, algo que quando pautado se
traz a questão da bissexualidade mas no jornal é revelado como "safadeza" e "tara sexual", como é mencionado no texto "Maria não pode ser lésbica porque além de manter relações com
mulheres e dizer que gosta, também as tem com os homens e aparentemente gosta, porque já
tornou-se mãe. A saída seria uma tara sexual um tanto rara, mas como ainda não se chegou a
uma análise deste tipo, todos da pequena cidade de Taipú, são unânimes ao afirmar: "isso é uma
grande safadeza, ouviu?".

A quinta matéria (ver ANEXO 5 - 14/10/1976: DE SCHNEIDER) traz um crítica acerca de uma mulher que auto denomina como lésbica mas foi a um hospital em Paris para fazer um
aborto. caso ocorreu fora do Brasil, com uma atriz que se declarou como bissexual, o ano
---
pode-se dizer que na época existia uma grande desinformação pela falta de informação, na
maioria das matérias as mulheres são descritas como lésbicas, mas no decorrer da leitura a
informação se esvai com algum caso com homem ou com alguma mulher querendo ser homem,

sempre colocando o homem no centro motivacional no sentido de explicar o porquê ela seria assim, ou de descredibilidade no sentido de não ser “totalmente” lésbica já que manteve relacionamentos com homens. As matérias se tratam todas de anos antes de 2000 e as informações eram escassas e produzidas em sua maioria por homens, claro que vai existir uma dualidade no ser lésbica e ser bissexual, ser lésbica traz consigo um sentido mais categórico de nível que a mulher esteja rejeitando o seu ser natural que seria gostar de homem.

Mais a frente, pesquisei sobre a mulher que aparece como centro da notícia a atriz Maria Schneider, tem sua nacionalidade francesa e na verdade se declara como bissexual e tendo casos com homens e mulheres no decorrer de sua vida, ficou conhecida mundialmente pelo papel de Jeanne em O Último Tango em Paris (1972), e faleceu em 2011.

A sexta matéria (ver ANEXO 6 - 26/04/1981: Lésbica recolhida após enganar menor em casa), se passa em Natal e retrata a prisão da lésbica Luzenir Carlos de Souza, que tentou relações de intimidade com uma menor de idade (14 anos). O delegado a frente do caso, retoma as atitudes da mulher como "atos de libertinagem" e "objetivos anormais". A prisão não foi feita em flagrante, mas, segundo o delegado, ele o manteria recolhida por alguns dias, pois ele, como autoridade do bairro, não admitiria o que ela fez. Analisando mais a fundo essa matéria, retém muito de um discurso de moralidade e de hierárquica da credibilidade (Becker, 1963), pois o responsável pelo caso traz para si a dignidade e honra de que isso não se repita, enquanto ele estiver no comando da questão, mesmo que não exista provas de flagrantes, indo então contra a questão judicial para que a moral de sua autoridade e do seu bairro não seja comprometida.

O último caso (ver ANEXO 7 - 22/01/1982: Cartas – Pudor e Moral), que procuro analisar em questão, seriam cartas enviadas para o jornal Tribuna do Norte, esse caso perdurou em outras matérias, como uma conversa por meio do Jornal. A carta traz críticas de Joanice Silva, sobre um casal que segundo ela seriam, Lésbica e Homossexual, os viu no Bar do Marulho, lugar esse que durante a pesquisa aparece muitas vezes como espaço de sociabilidade para pessoas LGBTQIAPN+. Trazendo um contexto social e não patológico, mostrando a existência de bares, locais de circulação e estratégias políticas e econômicas, (Gayle, 2018), para que essas pessoas se encontrem e criem redes e laços de contato. Joanice, então crítica a forma como as pessoas estão cada vez mais sem pudor, e que apesar de segundo ela não ser ultrapassada, ela acredita que isso de "libertação sexual", já está passando dos limites.

Meu interesse em fazer esse recorte surge da curiosidade de visibilizar como são retratadas as mulheres lésbicas dentro das matérias, buscando analisar algumas das quais julguei mais interessantes durante as leituras. É fato que nos dias atuais, os discursos e formas de tratamento são outros, mas é de muita importância verificar como as sexualidades e gêneros podem ser difundidos em suas dualidades, de forma contrastante dificultando o entendimento do leitor. Durante essa análise a bissexualidade e lesbianidade, foram conceitos que se relacionaram na maneira de caracterizar as mulheres que tinham relações com mulheres, mas que mantinham ou mantiveram vínculos com homens. Já na questão de gênero, não é algo extinto na perspectiva atual, muitas pessoas ainda crucificam a desfeminilidade de mulheres lésbicas, e usam como fator de sua sexualidade querer ser "homem" quando na verdade, são questões amplamente distintas mas difundida em uma discussão de décadas. É interessante ressaltar também, a forma como as notícias são tragas no Rio Grande do Norte e em regiões de fora, tendo o contraste entre discursos de violência e discursos políticos, como visto nas matérias.

Ademais, busco pontuar aqui os pontos mais importantes das matérias comentadas, A primeira matéria discorre de maneira confusa e viés voltado a ironia, como mostrado nos recortes colocados no relatório. A segunda matéria, traz um eixo mais político para o reconhecimento da identidade sáfica, focando também no contexto de bissexualidade e trazendo termos não adequados para os dias atuais como, "lesbianismo" e "condição bissexual". A terceira matéria, discorre sobre a "natureza" da mulher dita inicialmente como lésbica, buscando entender as causas e motivos pelo qual ela seria assim. Por outro lado, também busca outras formas de retrata-la, refirindo-se como "homem" discutindo a relação de gênero e sexualidade e "safada" colocando sua orientação sexual como algo desinibido ou como uma certa promiscuidade. A quarta matéria, traz a identidade lésbica, com um certo descaso de estar inserida em um "personagem", e com uma pesquisa mais aprofundada tem-se os dados de que a mulher lésbica na verdade se declarou como bissexual, mais uma vez trazendo para análise das matérias essa ambiguidade da identidade bissexual e lésbica. A quinta matéria, se perpassa por um contexto mais violento e agressivo, trazendo a pauta de pedofilia na matéria, mas o que mais instiga a atenção, é o fato de não haver um flagrante ou outras provas que não fosse o

depoimento da até então vítima, mas ainda sim ocorre a prisão pelo controle moral do delegado
como discutido anteriormente. Por fim, a sexta matéria, é produzida pela coluna do jornal que se caracteriza por chamadas "cartas" onde os diferentes leitores podem expressar suas opiniões,
trazendo a perspectiva de uma Joanice Silva, que crítica a libertação sexual em lugares de
sociabilidade LGBTQIAPN+ da época, dirigindo críticas para um casal descrito como "lésbica"
e "homossexual", esse caso chama atenção por exemplificar um lugar tido como de "libertação
sexual", que na verdade durante a pesquisa se mostra como um dos lugares que acolhiam e
mantinham vínculos de afetividade entre os grupos minoritários que ali enfrentavam.

Conclusão

Por fim, busquei trazer para este trabalho, todo o processo de um ano de iniciação científica, toda a produção gerada durante esses momentos, e buscando de forma ampla explicar
categoricamente as ações e os métodos dessas ações. Nesses meses de pesquisa, buscamos
sempre mapear as informações que tínhamos e analisar também as que vieram surgindo, como
forma de sempre buscar respostas e perguntas adentrasse o trabalho para somar. Como resultados, temos diferentes tabelas que organizem de forma didática e incisiva todas as informações obtidas, importantes referenciais teóricos lidos durante toda a pesquisa, e audiovisuais que enriqueceram a visualização da época. Buscamos focar em reconhecer também, lugares e pessoas que dentro das matérias e pesquisas se fizessem cada vez mais presentes, e conseguimos uma vasta lista de lugares e nomes importantes, esses como Jota
Epifânio, Jorge Franklin, Paulo Augusto, Jacqueline Brasil, Zezo, entre outras figuras que
sempre estavam como centro de notícias culturais ou de festas. Criamos de certa forma, um
mapeamento e uma linha de tempo que nos fizesse entender de forma cronológica a maioria
das informações obtidas na pesquisa.
O recorte feito, por mim com orientação das reuniões com o orientador Paulo e os alunos Nycolle e Gabriel, foi incisivo para procurar entender formas de tratamento e renome, que as
mulheres obtinham na época e analisar com todo o referencial teórico foi crucial para entender
as motivações e curiosidades das notícias. Como dito anteriormente, a pesquisa está em andamento, e esse trabalho busca reter as bases de dados já pesquisadas, e adentrar uma linha
de pensamento sobre analisar de maneira mais assertiva e completa, sobre como mulheres que

se relacionaram com outras mulheres, eram vistas em matérias jornalisticas e como o tema em
si foi tratado, por isso escolhi as 6 matérias que deslocam de casos diferentes mas que trazem
consigo certas particularidades.
Ademais, busquei analisar e aqui deixar enfatizado as principais reflexões acerca dos casos discutidos e busco refletir a importância de ter documentado muitas vivências de mulheres
que mantiveram relações com outras e assim a forma como eram retratadas, visibilizando assim,
um mapeamento sobre as formas de identidades, subjetividades e retratações dessas mulheres.

Referências

RUBIN, Gayle. “Estudando Subculturas Sexuais: Escavando as etnografias das comunidades
gays em contextos urbanos da América do Norte”. Trad. De Carlos Eduardo Henning e Glauco
B. Ferreira. Teoria e Cultura Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFJF, v. 13, n.
1, p. 247-288, 2018b. Disponível em Disponível em
https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12413.
MILK: a voz da igualdade. Direção de Gus Van Sant. Produção de Dan Jinks e Bruce Cohen.
Estados Unidos: Focus Features, 2008. 1 DVD (128 min).

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, p.
19-54, jan./junho. 2007. Disponível em:
https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794.
https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003
BECKER, Howard Saul. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza
X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
PAIVA, Cristian. Protagonismo erótico, classificações e formas de sociabilidade de gay idosos.
Revista de Ciências Sociais, v. 44, n.1, p. 74-198, Fortaleza, 2013.

Anexos



Anexo 1 – Tribuna do Norte (17/02/1982)



ANEXO 2: 18/12/1969 – Ex-Miss Foi Pista da Gang do Vício e Sexo



ANEXO 3: 22/12/1970 – “A frente muito ampla das mulheres”



ANEXO 4 22/05/1971: Maria Que Quer Ser Homem é Mãe de Duas Crianças



ANEXO 5 14/10/1976: DE SCHNEIDER



ANEXO 6 26/04/1981: Lésbica recolhida após enganar menor em casa



ANEXO 7 22/01/1982: Cartas – Pudor e Moral

CÓDIGO: HS1675

AUTOR: JOSE MATEUS DE ALMEIDA SILVA

ORIENTADOR: FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES SANTIAGO JUNIOR

TÍTULO: DISPOSITIVOS DE RACIALIDADE NA IMPRENSA FÍLMICA: A REVISTA "CINELÂNDIA" (1953-1970)

Resumo

A racialidade da sociedade brasileira é constituída a partir de diversos dispositivos de poder, os quais definem padrões de diferenças entre grupos humanos subalternizando grupos negros e indígenas sob a soberania da branquitude. A manutenção da estrutura racial, nesse sentido, depende da atualização dos discursos para conservar as hierarquias de poder. Essa pesquisa tem como objetivo analisar um importante dispositivo de imprensa popular do século passado, a revista de fã, especificamente, a revista Cinelândia (1952-1967). O objetivo geral foi identificar as principais características das relações étnico-raciais na imprensa cinematográfica brasileira nos anos 1950 e 1970. Utilizando a análise de conteúdo, proposta por Lawrence como metodologia e o referencial teórico do dispositivo de racialidade, de Sueli Carneiro, foi possível identificar os discursos e imagens ao redor das pessoas negras e indígenas e inventariar os conceitos e metáforas utilizados para qualificar esses grupos sociais na revista.

Palavras-chave: Racialidade; fanzines; indústria fílmica; Cinelândia.

TITLE: Devices of Raciality in the Film Press: The magazine “Cinelândia” (1953-1970);

Abstract

The racial patterns of Brazilian society are shaped by various mechanisms of power that define difference by establishing patterns of distinction between human groups. Within the logic of race, these mechanisms relegate Black groups to a subordinate position vis-à-vis the hegemony of whiteness. Maintaining this racial structure requires the constant renewal of discourses to preserve existing power hierarchies. This research aims to analyze a significant form of popular press widely circulated during the last century: the fan magazine—specifically, “Cinelândia” (1952–1967). The overarching objective was to identify the key characteristics of ethnic-racial relations within the Brazilian film press

during the 1950s and 1960s. By employing content analysis (Bardin, 2011) as a methodology and drawing on Sueli Carneiro's (2023) theoretical framework regarding the "raciality apparatus," it was possible to identify the discourses and imagery surrounding Black and Indigenous people, as well as to catalog the concepts and metaphors used to refer to these individuals during the magazine's run.

Keywords: Raciality. fanzines. film industry. Cinelândia.

Introdução

Os conceitos de raça e racialidade provêm da mesma raiz. No contexto brasileiro, para compreender a racialidade, primeiro é importante ressaltar a ideia de raça. Esse é um conceito socialmente construído que busca construir, a partir das características dos sujeitos, determinantes de pertencimento a partir dos seus fenótipos (cor da pele, textura do cabelo, características dos órgãos visíveis). A raça resultou da colonização e é o principal marco para a perpetuação da desqualificação de grupos humanos com base na diferença das suas características do pólo hegemônico, qual seja, a definição dos grupos sociais brancos. Muniz Sodré pontua:

"A branquitude é o paradigma antropológico hegemônico; é como se a pele branca constituísse uma espécie de ocidente absoluto. Como tudo isto transcorre num 'meio vital' atravessado pela cultura da conciliação e da transigência patrimonialista, reservou-se um lugar para a mistura dos fenótipos (a cor da pele), para a cooptação mitigada do Outro da cor. Cooptam-se os indivíduos, mas a ilusão civilizatória (a idealidade eurocêntrica) fica preservada" (Sodré, 2010, p. 327).

A racialidade, por sua vez, é o conjunto criado pelas relações sociais emergentes das raças. Sueli Carneiro pressupõe que a produção da raça advenha de três campos que controlam a definição da diferença.

"Meu pressuposto é o de que, no contexto da modernidade ocidental, a racialidade vem se constituindo num dispositivo, tal como essa noção é concebida por Foucault. A racialidade é compreendida como noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder, conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder" (Carneiro, 2023, p. 40-41).

O cinema brasileiro surgiu como expressão estética por excelência da modernidade, definindo-se pelo modo de produção estadunidense (Xavier, 1978, p. 121). Como indústria cultural hegemônica no século XX ele atualizou a "situação colonial", tendo em vista que o Brasil foi/é um dos maiores mercados do mundo, ganhando liderança na América Latina (Xavier, 1978, p. 121).

Essa tradição de consumo de imagens transformou a cultura visual da sociedade Brasileira. No início do auge do cinema como principal entretenimento de massa, por volta dos anos 1910, foram criadas revistas especializadas em cinema. No Brasil, tais revistas buscavam capturar as experiências estéticas dos quadros cinematográficos em formato de texto. (Xavier, 1978, p. 128). O primeiro marco do setor ocorreu em 1926, com a revista "Cinearte" (Heffener, 2011, p. 10).

As editoras começaram a investir em linhas mais populares, explorando o star-system e aproximando novos meios da nascente indústria brasileira (Heffener, 2011, p. 12). Uma dessas revistas foi a "Cinelândia", uma das principais cine-fanzines que dialogam diretamente com essa perspectiva da linha editorial.

O objetivo desta pesquisa é identificar as principais características das relações étnico-raciais na imprensa cinematográfica brasileira entre 1953 e 1970 por meio da revista Cinelândia (1952-1967). Utilizando o conceito de dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) e as regras do método histórico (Rüsen, 2007) foi realizada uma profunda análise dos conteúdos externos e internos da revista. Em suma, identificamos os principais discursos que perpetuaram as diferenças de raças nas páginas da revista. A pesquisa tocou diretamente em mecanismos de poder que ainda estão presentes e atuam até os dias atuais.

Metodologia

O ponto de partida foi organizar os processos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica necessários para realizar uma investigação das hipóteses e objetivos específicos do material, executamos um embasamento sobre os discursos raciais e coloniais historicamente entranhados na sociedade brasileira, para compreender as mutações desse discurso que aparecem nas páginas da revista. O acervo da "Cinelândia" está digitalizado na Hemeroteca Digital Brasileira, havendo sido publicadas as edições de 1953 à 1964 de modo integral, mas o último ano de lançamento inserido no acervo foi o ano de 1967, tendo em vista que não possuí produção/digitalização dos anos 1965 e 1966. Esse será o corpus documentalanalisado.

Para aprofundar nos corpus documental foi utilizado a estrutura metodológica proposta em "Análise de conteúdo" de Laurence Bardin (2011, p. 132) e as orientações do método histórico definidas por Jörn Rüsen (2007, 167-188). Inicialmente, realizamos uma pré-análise das revistas a partir da leitura flutuante (Bardin, 2011, p. 126) a fim de identificar as técnicas editoriais - Como são as capas? Quais as suas modalidades? A revista apresenta editorial? Se não, quem cumpre a função editorial? Há sumário? Quais seções permanentes? Quais seus temas? Quais seções são temporárias? Que materiais ou seções são avulsos? Quais tipos de publicidade que aparecem? Quem publica? O - e compreender as formas de comunicação que dialogam com questões raciais.

Os objetivos pré-estabelecidos da pesquisa consistiam emdefinir a revista de cinema "Cinelândia" como um dispositivo de racialidade A pesquisa visou identificar os discursos e imagens mobilizadas ao redor das pessoas negras na revista entre 1953 e 1970, caracterizando as maneiras como lugares, situações, temas e profissionais negros foram retratados na revista O material foi investigado para inventariar conceitos, metáforas e imagens étnico-raciais construídas na publicação, usados para caracterizar populações negras brasileiras e contextualizar a caracterização racial com os debates sobre a cultura negra na cultura brasileira na primeira metade do século XX. Durante a leitura flutuante, elaboramos as seguintes hipóteses formuladas: o cinema brasileiro estava imageticamente e descritivamente marginalizado nos espaços de redação e imagem na revista e as pessoas negras foram apresentadas por duas estratégias discursivas: uma caracterização

primitivista (que concebia a raça como dado natural) e outra civilizada (que focava no protagonismo das estrelas do entretenimento.

Para aperfeiçoamento desses objetivos e hipóteses, categorizamos o material em uma ferramenta elaborada via aplicativo Microsoft Excel. Nele, sistematizamos a seguinte tabela: Horizontalmente, colocamos os números da revista consultados dentro dos seus respectivos anos, para totalizar a quantidade da presença de pessoas pretas e indígenas nas páginas da revista. E verticalmente os códigos qualitativos para processar o acervo: Presença(s) de pessoas pretas, presença(s) de pessoas indígenas, página(s) com pessoas pretas, página(s) com pessoas indígenas, identificação das pessoas pretas, cargos ocupados, obras fílmicas referenciadas, seção da revista, identificação das pessoas indígenas, cargos ocupados, obras fílmicas referenciadas, seção da revista, nacionalidade da produção, observações relevantes e anotações raciais. Na categoria "observações relevantes" presente na tabela, foi constatado rasura de páginas, filmes de faroeste que costumam representar nativos norte-americanos, propagandas ou desenhos de indivíduos racializados que editorialmente costumam ser estereotipados e não identificados.

Tendo em vista o caráter dos códigos qualitativos que elencamos para trabalhar com as questões raciais dentro da revista, partimos para a fonte destacando os dois principais elementos. A revista usava de farto material visual, especialmente ao compor os maiores espaços das páginas, mas escassamente apresentava pessoas negras; contudo, do ponto de vista discursivo, ao abordar as pessoas negras, quase sempre as associava às suas respectivas obras cinematográficas ou musicais. Utilizamos para o tratamento dos resultados do material o conceito de dispositivo de racialidade da Sueli Carneiro, que norteia a compreensão da estrutura do racismo na sociedade brasileira .

"A minha proposta é a de que essa noção de dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, [...] ao instituir um novo campo de racionalidade em que relações de poder, práticas e saberes se articulam, um dispositivo instaura uma divisão que tem efeitos ontológicos, constituindo sujeitos através da enunciação sobre o Outro" (Carneiro, 2023, p. 25).

A quantidade de acervo analisado foi 1953 à 1961 e 1967. Contendo em média 24 números de revistas quinzenais por ano, e, no seu conteúdo, a média de 74 páginas, totaliza-se por volta de 15.984 páginas visitadas. Dentro das páginas analisadas foram identificadas 243 pessoas pretas e 28 pessoas ou etnias indígenas. Esses números não demonstram pessoas diferentes, mas presenças em 1 ou mais números de revista no ano (ex: em 1956 no n. 98 e n. 99 a única pessoa preta que aparece nas páginas é Angela Maria, no total ela é contabilizada como 2). Todos os números da revista foram examinados individualmente, concentrando a atenção principalmente na relação imagem e redação em razão das pessoas negras na maioria das revistas aparecerem, na redação, somente quando estão em destaque nas imagens.

Resultados e Discussões

A “Cinelândia” ou, como ela aparece no último número, “Cine-TV-Lândia”, foi uma popular revista brasileira especializada principalmente na divulgação do cinema brasileiro e Hollywoodiano publicada pela Rio Gráfica e Editora LTDA. Para além do cinema, seu conteúdo destacava o mundo da música e teatro nacional e internacional, estilos de vida das estrelas de cinema, produtos comerciais em alta e divulgação de eventos especiais ou específicos dos astros do cinema.

Tecnicamente a revista apresenta um padrão que se repete pela maioria dos números. Inicia-se com a capa apresentando uma estrela mulher de cinema, o nome da revista, mês e ano de publicação, seguido por um anúncio comercial e um sumário de todas as seções contidas no exemplar. É importante ressaltar que durante a leitura, a maioria das páginas contêm fotografias e imagens que referenciam o conteúdo escrito e algumas redações não vão ser encerradas em 1-2 páginas, mas interrompidas com “conclui na página xx” direcionando o leitor a explorar as outras páginas até chegar ao final do assunto que estava consumindo, ou guiar o leitor para a página que está a conclusão do conteúdo que, normalmente, possuem outras 2-3 continuações de outras seções na mesma página. De qualquer forma, essa foi a medida adotada pela revista para instigar a curiosidade do leitor sobre os demais assuntos e estender a relação de poder da revista com o tempo de consumo do leitor.

Ela se tornou popularmente conhecida por duas razões. A primeira foi a larga rede de contatos e capacidade de injeção financeira da editora na revista, tendo em mente que ela fazia parte do Grupo Globo que marchava para se tornar um dos maiores conglomerados de multimídia. A segunda é sua característica única de jornalismo, mesclando as estruturas rígidas do jornalismo sério e comercialmente apelativo com o estabelecimento de uma relação bem humorada e íntima de jornalista e leitor, além do sensacionalismo sedutor sobre a vida das estrelas de cinema (Adamatti, 2008, p. 28). Concentramos nessa segunda parte visto que essa relação é indispensável para a legitimação do star-system (Adamatti, 2008. p. 24) e, simultaneamente, na construção das diferenças raciais e amenização do racismo dentro da redação e dos usos de fotografias e imagens nas páginas da revista.

O star-system contamina todo o conteúdo e contexto da revista, desde as capas que em maior parte do acervo vão colocar em destaque individual uma estrela de cinema hollywoodiana, afinal “a estrela é única, deve cintilar sozinha, em especial seu rosto” (Adamatti, 2008, p. 106). Atrizes como Elizabeth Taylor (Cinelândia, n. 38, 1954), Marilyn Monroe (Cinelândia, n. 45, 1954) e Doris Day (Cinelândia, n. 138, 1958), são nomes de destaque que vão aparecer em capas de vários números da revista. Além disso, as demais seções da revista eram quase sempre relacionadas às estrelas de cinema, seções temporárias como “Os astros escrevem” ou “Reportagens fotográficas” buscam aproximar a vida do leitor com as conquistas e dificuldades que as estrelas passam dentro das suas vidas pessoais ou obras cinematográficas recentes que ganharam notoriedade pública. Seções permanentes como “reportagens coloridas”, “reportagens especiais”, “atualidades” e “divertidas” vão adentrar na intimidade das celebridades de diferentes maneiras, mas todas com o mesmo tom de fofoca (Adamatti, 2009, p. 40) ou boato anteriormente conhecido que instiga o interesse dos fãs por guardar essas informações ou procurar por novas.

No caso do Star-system brasileiro, ele estava quase sempre identificado por matérias específicas dentro da seção atualidades, sendo as mais comuns: “Por falar em cinema

Nacional", "O que eu vi nos estúdios", "Aconteceu no Brasil", "Fora de Foco" e "Panorama paulistano". Tirando as matérias ocasionais que exploravam sobre uma estrela nacional específica que se popularizou, essas eram as únicas páginas que debatiam sobre o contexto cinematográfico e do estrelato brasileiros. Essas matérias não costumam aparecer em um mesmo número, caracterizando a marginalização do cinema nacional pela própria revista. Essa argumentação será aprofundada mais à frente neste texto.

Outro elemento fundamental para a disseminação do star-system era o layout das páginas da "Cinelândia". Tendo em vista que as imagens ocupam a maior parte da página, o formato pede que o leitor concentre-se a consumir visualmente a revista e não dependa tanto da leitura textual. Um exemplo disso é a reflexão da Margarida Adamatti sobre o casal Stewart Granger e Jean Simmons, e dos "flagrantes" de Tony Curtis com Janet Leigh.

"[...] Um instante posado sob a forma de flagrante. Contudo o lay-out é moderno. A imagem ocupa a maior parte da página. O texto apenas é acompanhamento. [...] A imagem tem mais peso do que a explicitação da publicidade da legenda". (Adamatti, 2008, p. 116).

A autora trabalha com as representações do estrelismos capturadas em fotografias sugestivas e "flagrantes" apresentadas na Cinelândia para estabelecimento das relações íntimas das estrelas com os leitores.

Quando, porém, se trata de surpreender as questões raciais, na revista, essas mesmas relações não eram estabelecidas com o mesmo peso. Primeiramente, as presenças de pessoas negras e indígenas dentro de cada número era indiscutivelmente inferior à presença de pessoas brancas na revista. Pessoas não-brancas, quase sempre, estão dentro de fotografias em cena ou ofuscadas por pessoas brancas. Segundamente, o texto das redações da "Cinelândia" costumam descrever as imagens dentro da página ou discutir temas ou fofocas relacionadas às pessoas que estão capturadas nas imagens da página. Mas, quando buscamos para as pessoas pretas ou indígenas, estas costumam aparecer nas fotografias do modo anteriormente mencionado, e, recorrentemente não são mencionadas na redação textual. Isso é, elas estão em condição ponto de visualização, mas não de aprofundamento discursivo, realizando um meio-apagamento dessas pessoas.

Tendo em vista que aprofundamos nas questões raciais, é necessário formular uma narrativa coesa que parta dos resultados obtidos pela revista. Daqui para frente serão apresentadas duas cronologias, a primeira sendo sobre as pessoas pretas representadas em filmes com temática ou enredo se desenrolavam em África ou contendo visitas das estrelas Hollywoodianas à África; e a segunda sendo sobre o protagonismo de atores, atrizes, cantores e cantoras pretas nacionais e internacionais que serviram de alicerce da revista para convergir as ideais raciais que diferenciam os sujeitos de cores dos demais.

A revista foi marcada por uma figuração/ narrativa sobre as pessoas pretas como populações selvagens, especialmente quando o cenário do filme ou da visitação da estrela de cinema era a África. Em 1954, por exemplo, a revista mostrou a viagem da lua-de-mel de Jeanne Crain e Paul Brickman (Cinelândia, n. 36, 1954, p. 18-19) e a justificativa dessa viagem foi que Jeanne iria fazer algumas gravações mas não queria ficar longe do seu marido. Além de fotografar as casas, pessoas, crianças e a cultura material dos indivíduos pretos como exóticos, em contraste com os astros de cinema nas imagens, a redação textual apresentava algumas palavras-chaves diretamente relacionadas ao discurso racial.

“[...] segunda lua de mel na misteriosa África [...] Os animais selvagens da África podiam ser vistos em seu "habitat" natural [...] Dormiam em cabanas feitas de estacas e folhas de árvores tropicais, e cozinhavam ao ar livre…” (Cinelândia, n. 36, 1954, p. 18-19).

Outro exemplo do mesmo ano da revista foi a visita da Kelly Jagner por conta das gravações do filme “Mogambo” em África. A imagem fica popularmente conhecida porque a atriz está em pé no canto direito parada olhando para o horizonte, enquanto uma pessoa negra está sentada no canto esquerdo olhando para ela.

Ambos os exemplos caracterizam a imagem que a revista pretendia transmitir sobre a África. Para além das condições de vida dos nativos como “inferiores” às das estrelas, reforçava-se a diferença entre poder e raças estabelecidas entre brancos e pretos. O branco é civilizado, organizado e comprometido com o trabalho, enquanto o preto é selvagem, desorganizado e preguiçoso. Essa diferenciação é intrínseca para reforçar o poder dos brancos sobre os pretos, mas também para compreendermos os discursos racistas que atravessavam a revista. Esse racismo qualifica a narrativa das raças para discernir quem é útil para viver e morrer, como aponta Sueli Carneiro.

“Inserido nos mecanismos internos do Estado pela emergência do biopoder. O racismo cumpre o papel de fragmentar o campo biológico, do qual o poder tomou conta, para dividi-lo conforme “raças” e assim introduzir um corte entre quem deve viver e quem deve morrer. [...] o racismo é indispensável para que o poder, enquanto biopoder e com função primordial de promover a vida, venha a tirar a vida” (Carneiro, 2023, p. 59-60).

Complementando a cronologia acima, as pessoas indígenas, nas poucas vezes que apareciam nas páginas da revista, também eram fixadas como primitivas, presas em permanente estado de natureza. Quando aparecem nas imagens estão sempre retratados por vestimentas tradicionais, as fotografias instantâneas capturam homens indígenas quase sempre “desejando” ou fixamente observando as atrizes brancas como, por exemplo, na conversa com Andréa Bayard e um indígena Kalapalo em que o texto descreve que o indígena está “encantado com a branca” (Cinelândia, n. 15, 1953, p. 50) apenas por estar observando ela.

As mulheres indígenas por outro lado são sexualizadas, estando, com raras exceções, de seios amostra na maioria das imagens. Uma das poucas exceções refere-se ao casamento de Marlon Brando com Tarita. A essa casamento foram dedicadas quatro páginas da revista, compondo para Brando, o vestido de colonizador e para Tarita roupas tradicionalmente originárias, fazendo uma clara alusão à conquista européia sobre as ilhas da polinésia. (Cinelândia, n. 204, 1961, p. 20-23). Tanto sobre os povos africanos quanto sobre os povos indígenas, é possível identificar o conceito de “pornotrópicos” da Annie McClintock, que dialoga diretamente da idealização imaginativa da conquista europeia e do prazer pelo desbravamento.

“Viajantes da Renascença encontravam uma audiência voraz e lasciva para suas estórias picantes, de tal forma que, muito antes da era do alto imperialismo vitoriano, a África e as Américas já se tinham tornado o que pode ser chamado de “Pornotrópicos” para a imaginação europeia - uma fantástica lanterna da mente na qual a Europa projetava seus temores e desejos sexuais proibidos” (McClintock, 2010, p. 44).

Partindo para a segunda cronologia, "Cinelândia" apresentava também alguns profissionais destacados, pessoas negras da indústria do entretenimento musical ou cinematográfica. Se na caracterização de grupos em filmes encenados em África, o racismo era explícito, quando a revista mostrava pessoas pretas inseridas no sistema o tratamento era um tanto diferente.

É possível iniciar comentando que todas as capas, até 1967, tinham destaque para atrizes brancas internacionais. Em 1967 essa dinâmica sofreu mutações, e, ao invés de atrizes, foram destacados atores e cantores brancos nacionais e internacionais. De 216 capas analisadas apenas 1, o penúltimo número da revista, o número 325 de 1967, que tinha na sua capa Jair Rodriguês, apresentou uma pessoa negra destacada.

As pessoas negras que apareciam na "Cinelândia" quase sempre eram figuras de destaque no ano da revista. Internacionalmente, elas estavam mais relacionadas com a música do gênero Jazze apareciam em pequenos quadros e textos na matéria "Discos Novos". Nesse quesito, Louis Armstrong era a principal referência. As pessoas pretas que mais apareciam na revista, dentro de limitações, eram atores/atrizes e cantores/as nacionais. Grande Otelo, Blecaute, Ruth de Souza e Ângela Maria por mais que estivessem presentes na maioria das páginas sobre cinema nacional sofriam do meio-apagamento nas imagens e descrições das obras das quais participavam como atores principais ou coadjuvantes. Já apontava Adamatti: "Em Cinelândia, a omissão nas imagens e artigos é ainda maior. O ator só aparece nas fotos se acompanhado do elenco. Nos artigos só é citado quando se tem por tema os filmes, não sua pessoa" (Adamatti, 2008, p. 221). Porém, os debates começaram a aflorar de 1958 para os anos seguintes.

Até 1958, havia pouca atenção ao cinema nacional na revista e as pessoas pretas quase nunca recebiam papel de destaque nas matérias. Em 1958 surgiram três figuras internacionais importantes para os debates de raça dentro da revista: Sidney Poitier, Harry Belafonte e Eartha Kitt. Essas três personagens, a redação chamava de "colored", e foi uma das primeiras vezes que "Cinelândia" mencionou, em imagens e texto, os preconceitos sofridos pelos atores. Este foi o momento da emergência do debate racial: o texto informou que "Realmente, hoje em dia as coisas são muito diferentes. Resta-nos saber se esta maré será sempre crescente, ou se algum dia passará a vasante" (Cinelândia, n. 141, 1958, p. 76-77).

Harry Belafonte e Sammy Davis Jr. também foram destaques nos próximos anos por motivos diferentes mas que convergem de alguma forma. Harry Belafonte ia abrir seu próprio estúdio de filmes: "'Assumi a responsabilidade de manter-me fiel aos fiilmes que destruam os tipos históricos dos negros no cinema' [...] O seu maior passo para executar uma façanha quase impossível é produzir seu próprio western Negro, The Exodusters" (Cinelândia, n. 167, 1959, p. 56-57). Enquanto Sammy Davis Jr. ficou popularmente destacado pelo seu casamento interracial com May Britt abrindo longas séries de debates da revista sobre a vida íntima do casal e suas relações entre "colored" e branca (Cinelândia, n. 194, 1960, p. 30).

É necessário dar alguns passos para trás para relembrar que mesmo tratando-se de estrelas internacionais, o público consumidor era, em sua maioria, brasileiros que gostavam de cinema. Os acontecimentos das páginas enfatizavam casamentos interraciais ou racismo sofrido por atores populares que refletiam a sociedade brasileira do período. No Brasil, a revista comentou, por exemplo, "Orfeu do Carnaval" (Cinelândia, n. 175, 1960, p. 59) e

"A Morte Comanda o Cangaço" (Cinelândia, n. 175, 1960, p. 58) que possuiam elencos majoritariamente negro, e, por consequência, as imagens e a redação focaram nos papeis e na vida pessoal dessas pessoas devido a notoriedade que elas estavam recebendo. De alguma foram, tais atores e atrizes sofriam do que Ella Shohat e Robert Sam chamaram de "fardo da representação":

"na medida em que o sistema de Hollywood favorece produções caríssimas, ela não é apenas classista, mas também eurocêntrico, quer a intenção seja explícita ou não: para participar desse jogo, é preciso grande poder econômico". Pede que os cineastas do Terceiro Mundo que eles alcancem um nível de "civilidade" cinematográfica inalcançável" (Shohat, Stam, 2006, p. 271).

Logo, a "Cinelândia" efetivou a ligação da sociedade brasileiro com o mundo dos famosos de cinema. Porém, os debates sobre racialidade passam entre as linhas das discussões que a revista propõe-se a fazer. Ela toca nesses tópicos, quase que por obrigação, mas não faz questão de destacar seu posicionamento contrário ou favorável.

O assunto de "colored" aparece como um pit stop para lembrar ao leitor que o racismo existia e pessoas pretas sofriam pela discriminação de cor, refletir sobre o tema sem reflexão crítica. Essa é a lógica sedimentada pela revista "Cinelândia" que compele ambas as narrativas sobre as domesticar as pessoas pretas e indígenas a se tornarem mercadorias à mostra nas páginas da revista.

"Assim, a ideia histórica da domesticidade mantém uma relação ambivalente com a ideia imperial de natureza, pois a "domesticação" se impõe energicamente à natureza para produzir uma esfera social que é considerada natural e universal em primeiro lugar" (McClintock, 2010, p. 64).

Em suma, é possível concluir que a revista cinelândia atua como um dispositivo de racialidade qualificando quais pessoas pretas devem receber prestígios, não necessariamente prestigiá-la a todo momento, e quais pessoas pretas devem permanecer à margem da sociedade por não se encaixar nos padrões racialmente estabelecidos (Carneiro, 2023, p. 35). Porém, mesmo quando qualificados, esses indivíduos não passam de produtos de mercadoria em vitrine nas páginas da revista, mantendo o estado de coisificação.

Conclusão

A revista "Cinelândia" funcionou como um dispositivo de racialização. Ela tanto construiu o racismo, que discrimina as pessoas por suas etnias e países de origem, a forma de se vestir, de se alimentar, de produzir ferramentas, de construir abrigos e animaliza todos os aspectos ao caracterizar populações africanas a partir de filmes com enredos que transcorriam na África; como também trazia algum grau de protagonismo negro, especialmente, ao tratar de alguns casos de estrelas do cinema e da música.

Nesse segundo caso, as matérias da revista mostravam o sofrimento e necessidade de superação das situações advindas do racismo, as dificuldades adquiridas para subir na vida, desde a ideia dos casamentos interraciais, aos estereótipos associados às pessoas pretas. A revista, assim, ao mesmo tempo em que repercutia e afirmava as estruturas raciais, também começou a visibilizar o racismo como uma dificuldade real de profissionais do cinema. A leitura dessas metáforas era limitada pela presença das pessoas pretas nas fotografias da revista, tendo em vista que as redações sem ela quase nunca apresentam esses indivíduos.

Em suma, as pessoas negras e indígenas estão submetidas aos padrões que ressalvam o poder da branquitude sendo utilizadas como mercadorias pelo veículo. Os produtos eram as matérias que ressaltam principalmente: divulgação de filmes e músicas que pessoas pretas conhecidas atuassem/cantassem, fofocas sobre relações românticas interraciais, relações de proximidade entre pessoas pretas, notícias que dialogassem sobre o racismo sofrido por pessoas pretas conhecidas e fotografias que martirizam pessoas pretas de origem africana ou indígena como não ser-humano.

Referências

ADAMATTI, Margarida Maria. **A crítica cinematográfica e o star system nas revistas de fãs**: A Cena Muda e Cinelândia (1952-1955). 2008. 327 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 15, 1953, p. 50.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 141, 1958, p. 76-77.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 167, 1959, p. 56-57.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 175, 1960, p. 58.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 175, 1960, p. 59.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 194, 1960, p. 30.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 204, 1961, p. 20-23.

CINELÂNDIA. Rio de Janeiro: RGE, n. 45, 1964. p. 18-19.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

HEFFENER, Hernani. Pequena história dos periódicos de cinema no Brasil In: Filme Cultura 53: Febre de Cinema. **Revista de CinemaFilme Cultura**, [S.I], ed. 53, jan. 2011. Disponível em: https://www.bcc.org.br/filmecultura/53. Acesso em: 15 de Maio de 2026.

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

RÜSEN, Jörn. Capítulo V: Metodologia - as regras do método histórico. In: RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado** - Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, p. 167-188.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

SODRÉ, Muniz. Sobre a identidade brasileira. **IC Revista Científica de Información y Comunicación,** N. 7, pp. 321-330, 2010. Disponível em: https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/225. Acesso em: 2 de Mar. de 2026.

XAVIER, Ismail. **Sétima Arte:** um culto moderno o idealismo Estético e Cinema. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

CÓDIGO: HS1683

AUTOR: LILLIAN VITÓRIA DA SILVA PIMENTEL

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: a cena de caça e pesca e as procissões para o Oeste na tumba de Amenemhat (TT82), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1479-1425 A.E.C.

Resumo

Construída durante o reinado de Tutmés III, (c. 1479-1425 A.E.C.), a tumba de Amenemhat (TT82) está localizada no sítio arqueológico de Sheik Abd el-Qurna, na margem ocidental da antiga cidade de Tebas, atual Luxor, Egito. Amenemhat foi um membro da elite, mordomo do vizir Useramun, contador dos grãos de Âmon e escriba. Pertencente ao conjunto de tumbas particulares pré-amarnianas (c. 1550-1353 A.E.C.) referente à XVIII Dinastia (c. 1550-1307 A.E.C.) do Egito Antigo, sua tumba chama atenção pelo seu formato de T invertido e pela cena de caça e pesca que faz referência ao Capítulo 110 do Livro dos Mortos. Assim, o propósito deste relatório é apresentar os resultados do projeto de Iniciação Científica, iniciada em setembro de 2025, com foco na análise das cenas de caça e pesca e as procissões para o Oeste, presentes na estrutura superior da tumba. Bem como a interpretação dessas cenas buscando compreender quais relações os antigos egípcios tinham com a Cultura Material, visando a construção do Espaço Funerário da tumba de Amenemhat (TT82). Para isso, foram realizadas comparações com outras duas tumbas presentes no projeto, situadas no período pré-amarniano do Reino Novo do Egito Antigo. Para a realização das análises das cenas, utilizamos a perspectiva teórica-metodológica de Valérie Angenot, finalizando com a agência material, com a interpretação da tumba como um Espaço Funerário em excelência, como algo ativo onde ocorre a interação do humano com a própria tumba.

Palavras-chave: Reino Novo. Egito Antigo. Tumba de Amenemhat (TT82). Espaço Funerário.

TITLE: The Funerary Space in Ancient Egypt: the hunting and fishing scene and the processions to the West in the tomb of Amenemhat (TT82), New Kingdom, 18th Dynasty, c. 1479–1425 B.C.E.

Abstract

Built during the reign of Thutmose III (c. 1479–1425 B.C.E), the tomb of Amenemhat (TT82) is located at the archaeological site of Sheikh Abd el-Qurna, on the West Bank

of the ancient city of Thebes (modern-day Luxor), Egypt. Amenemhat was a member of the elite, serving as steward to the vizier Useramun, counter of the grain of Amun, and scribe. Belonging to the group of private pre-Amarna tombs (c. 1550 –1 353 B.C.E.) of Ancient Egypt's 18th Dynasty (c. 1550 – 1307 B.C.E.), this tomb is notable for its inverted-T layout and for a hunting and fishing scene that references Chapter 110 of the Book of the Dead. Thus, this report presents the results of the undergraduate research project, initiated in September 2025, focused on analyzing the hunting and fishing scenes and the processions to the West found in the tomb's upper structure. It also interprets these scenes to understand the relationship ancient Egyptians held with material culture in the context of constructing the funerary space of Amenemhat's tomb (TT82). To this end, comparisons were drawn with two other tombs included in the project, both dating to the pre-Amarna period of the New Kingdom. The analysis of the scenes employed Valérie Angenot's theoretical-methodological framework, culminating in a discussion of material agency and an interpretation of the tomb as a quintessential funerary space, an active entity where human interaction with the tomb itself takes place.

Keywords: New Kingdom. Ancient Egypt. Tomb of Amenemhat (TT82). Funerary Space.

Introdução

Membro da elite egípcia na XVIII Dinastia do Egito Antigo (c. 1550-1307 A.E.C.), Amenemhat era mordomo do Vizir Useramun, escriba e contador dos grãos de Âmon. Sua tumba, conhecida como TT82, foi construída durante o reinado de Tutmés III (c. 1479-1425 A.E.C.), sendo parte de um conjunto de tumbas tebanas pré-amarnianas (c. 1550-1353 A.E.C.) referente à XVIII Dinastia do Egito Antigo (c. 1550-1307 A.E.C.). O chamado período pré-amarniano, em Tebas, uma cidade com culto principal para o deus Âmon, esse período é marcado por diversas campanhas militares e uma expansão significativa do território egípcio (Brancaglion Jr., 1999). A tumba de Amenemhat (TT82) está localizada no sítio arqueológico de Sheik Abd el-Qurna, na margem ocidental de Tebas, atual Luxor, Egito. A TT82 também é referida como uma tumba particular, ou seja, uma tumba que pertence à uma pessoa da elite, entretanto, não faz parte da família real. Além disso, devido a sua localização em Tebas, a arquitetura da tumba possui um formato de T invertido onde a estrutura superior contém a capela funerária com nicho para a estátua de Amenemhat e sua esposa, Beketamun. Enquanto a estrutura inferior contém a câmara funerária com o sarcófago e a múmia. O seu interior é amplamente decorado, contendo diversas cenas, entre elas há a presença de diversos familiares, possibilitando a formação de uma árvore genealógica com quatro gerações da família do morto, uma viagem para Ábidos e caça e pesca de hipopótamos. Este estudo faz parte do projeto intitulado como: "O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material em tumbas tebanas pré-amarnianas, Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1550-1353 A.E.C.", coordenado pela professora Marcia Severina Vasques. Iniciado em setembro de 2024, o projeto em sua primeira fase contempla o estudo e análise de seis tumbas, sendo elas: Rekhmirê (TT100), Amenemhat (TT82), Menna (TT69), Amenemhat/Surero (TT48), Nebamun (TT17) e Kha (TT8). Na segunda fase, em setembro de 2025, o projeto deu continuidade com as tumbas de Rekhmirê (TT100), Amenemhat (TT82), Amenemhat/Surero (TT48) e Nebamun (TT17). Em suma, o objetivo deste projeto é a análise e a construção do Espaço Funerário egípcio em tumbas

de particulares no período pré-amarniano, observando questões sociais e culturais nas imagens presentes nas tumbas. Bem como as relações que os antigos egípcios possuíam com a Cultura Material, realizando comparações com as outras tumbas pertencentes ao projeto, de modo a auxiliar no entendimento das crenças funerárias do período pré-amarniano do Reino Novo do Egito Antigo. Este estudo tem como foco principal, a tumba de Amenemhat (TT82), a construção do seu Espaço Funerário foi feita através da análise da sua estrutura superior seguindo da interpretação dos textos e imagens circunscritos no espaço da tumba e a compreensão das simbologias espaciais presentes nela. Assim, esta pesquisa esteve voltada para a análise de duas cenas, sendo elas: a cena de caça e pesca no pântano e a cena de procissões para o Oeste/Imentet. Sendo uma continuação da pesquisa realizada entre 2024/2025 que focou não somente nessas cenas, como em outras duas adicionais e a confecção do catálogo. Desse modo, para este estudo, foram realizadas análises das iconografias selecionadas, com o enfoque totalmente voltado para a tradução dos textos em hieróglifos presentes nessas cenas. Além disso, também houve a participação no curso de introdução ao Egípcio Clássico, ministrado por Ronaldo Pereira entre maio de 2026 à agosto de 2026, para aprimoração dos conhecimentos em hieróglifos.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi dividida em três etapas, para uma melhor análise da tumba de Amenemhat (TT82). Por se tratar de uma continuação da pesquisa realizada entre 2024/2025, o foco da pesquisa atual voltou-se apenas para a tradução dos hieróglifos e análises específicas de duas cenas, sendo elas: a caça e pesca no pântano e a cena de procissão funerária para Imentet. Ademais, buscou-se observar a localização dessas cenas dentro da tumba, a visualização das experiências dos visitantes e como isso era passado para o morto foram os elementos centrais desta pesquisa. Na primeira etapa, foram realizadas as traduções dos hieróglifos presentes nas duas cenas que compõem o corpus documental já elaborado na pesquisa anterior (2024/2025). Essa tradução foi realizada conforme o curso de extensão feito no primeiro semestre de 2025, intitulado “Curso de Hieróglifos: aprendendo e praticando o Egípcio Médio (Nível I)” e na gramática referente a ele, publicada em agosto de 2025 por Pedro Hugo Canto Núñez, professor do curso e colaborador deste projeto. Além disso, utilizamos as gramáticas de James Allen (2010) e de Ronaldo Pereira (2016) para complementar os conteúdos, juntamente com a participação em um curso de egípcio clássico ministrado por Ronaldo Pereira durante o final do primeiro semestre de 2026. A segunda etapa estabelece o momento da análise das cenas juntamente com os textos já traduzidos. A primeira corresponde a cena de caça e pesca com hipopótamos, localizada na parede noroeste (primeira estrutura). Essa parede, apesar de estar muito deteriorada, chama bastante atenção por não ser uma representação de caça e pesca com peixes, mas sim com hipopótamos, o que é uma representação incomum em tumbas particulares. A segunda corresponde a cena de procissões para Imentet, localizada na parede oeste (corredor), é uma das paredes mais preservadas das cenas que compõem o corpus documental e tem uma grande riqueza de detalhes. Ademais, utilizamos para o estudo dessas cenas a norma estipulada por Valérie Angenot (2014), na sua defesa do uso da semiótica a partir da hermenêutica para o Egito Antigo. Dentro da perspectiva semiótica, Angenot aborda uma interação entre imagem, texto e espaço por meio de vetores de relações. O primeiro é a da imagem com o texto, onde a escrita pode ser entendida como imagem e a imagem como escrita; o segundo é a relação da imagem com o espaço, sendo utilizado como

signo; o terceiro é o texto juntamente com o espaço, sendo compreendidos por meio dos frisos e das molduras das tumbas; ao fim, vem a junção de texto, imagem e espaço de uma tumba com o espaço cósmico onde está inserida, seguido pelas orientações geográficas simbólicas e possíveis distorções intencionais. Ao falar da hermenêutica, Valérie Angenot aborda uma metodologia interpretativa com duas linhas teóricas, sendo elas: a anomalia e a contextualização. A primeira linha teórica, seguindo a ideia da anomalia está baseada na ideia de inconstância para alcançar as camadas implícitas de significação, pois no Egito Antigo, quando há a ocorrência de anomalias acerca da coerência de um discurso, revelam sempre a existência de um significado derivado (Angenot, 2015). A linha que depende da ideia de uma contextualização tanto espacial como temporal, é necessário ter muita atenção, já que na hermenêutica, dois significados distintos podem se originar de um mesmo código semiótico (Angenot, 2015). Por fim, a terceira e última etapa deste projeto foi a da agência material (Malafouris, 2013), que propõe a interpretação da tumba como um Espaço Funerário em excelência, sendo algo ativo onde ocorre a interação do humano com a própria tumba.

Resultados e Discussões

Os resultados desta pesquisa partiram do levantamento bibliográfico para análise iconográfica das cenas, utilizando como base o catálogo já construído na pesquisa anterior, bem como a fonte primária da pesquisa The Tomb of Amenemhet (Gardiner; Davis, 1915). Além das traduções das cenas selecionadas, sendo elas a cena de caça e pesca no pântano e a cena de procissões para Imentet. Para a tradução dos hieróglifos, utilizamos uma tabela para auxiliar no controle dos hieróglifos traduzidos. Essa tabela contém no seu cabeçalho: dados básicos sobre a numeração da tumba e sua localização, o tipo da cena e o número da parede (ou prancha), além da data de quando foi feita a tradução. Abaixo, temos os quadros correspondentes a transcrição dos hieróglifos na numeração utilizada na plataforma Jsesh, a transliteração de cada hieróglifo, a tradução, comentários acerca do trecho traduzido, dúvidas e referências para consultar. Essa tabela foi de grande importância para a organização durante o processo de tradução das cenas, o que ajudava a realizar uma tradução mais concreta da cena. Ademais, utilizamos também o programa JSesh. Este programa permite uma maior mobilidade acerca da escrita com hieróglifos, ao invés de escrever tudo manualmente, digitamos o código do sinal ou a transcrição e então temos o sinal já desenhado na tela. Também é possível exportar para documento em Word, facilitando na pesquisa. Utilizamos também a plataforma AED-Ancient Egyptian Dictionary, um dicionário online que permite uma ampla consulta à diversos hieróglifos, classificações e maneiras de se utilizar cada sinal. Foram utilizados também, os dicionários de Yvonne Bonnamy e Ashraf Sadek para consulta. Durante o período de tradução, percebemos um grande empecilho que era a deterioração de alguns trechos dos hieróglifos, além da parede em si. Isso prejudicou o andamento e tradução total dos hieróglifos, durante a tradução da cena de procissões, é perceptível a tentativa de apagamento de parte do nome de Amenemhat, retirando a parte do seu nome que referencia ao deus Âmon. Essa prática ocorria em diversas tumbas, no período amarniano, quando havia uma adoração quase exclusiva ao deus Áton. Esse tipo de apagamento, também representava uma segunda morte ao indivíduo, algo apresentado por Assmann no seu livro Death and salvation in Ancient Egypt. O nome (ren) não servia apenas como um rótulo, mas uma parte existencial do morto (assim como o ka ou o ba). Apagar o nome de uma tumba significaria despojar o indivíduo de sua força vital e impedi-lo de existir no Além. Na

análise das inscrições na cena de caça e pesca no pântano, a caça ao hipopótamo é vista como uma caça difícil, a sua captura vem após a ajuda de Sekhet, concedendo a paz necessária para a captura ocorrer com sucesso. Neste caso, a caça ao hipopótamo aqui pode ser relacionada com uma representação de Seth, relembrando a luta entre Seth e Hórus, como também é comentada na fonte desta tumba. Amenemhat regozija nas águas primordiais livre do hipopótamo, sendo julgado do Nun, passando dele em seguida. Assim, provavelmente, o hipopótamo pode ser visto como uma representação do caos, uma representação negativa, sendo visto como um obstáculo a ser superado para que Amenemhat possa passar pelo Nun. Devido ao estado de deterioração desta parede, não é possível obter uma informação mais detalhada acerca desta caça, partindo das imagens. Já na análise das inscrições na cena de procissões para Imentet, vemos a presença da deusa como receptora do além, responsável por levá-lo em paz para o seu descanso eterno. Aqui, Imentet é também a representação do Oeste, onde nas inscrições aparece como “deserto ocidental”, a deusa o recebe em um encontro e abraço, guiando Amenemhat ao Além. Dessa maneira, é perceptível a presença feminina como receptora do morto no Além, pois o morto era levado até Imentet por meio de uma procissão funerária e a deusa o recebia para guiá-lo pelo Além, sendo uma personificação do mundo dos mortos. Estando sempre localizada no sentido Oeste da tumba, simbolizando o pôr do sol, e o mundo dos mortos, ou o deserto ocidental descrito na tumba de Amenemhat.

Conclusão

Este projeto de pesquisa, voltado para o estudo da tumba de Amenemhat (TT82), possibilitou maiores compreensões sobre tumbas tebanas particulares pertencentes ao período do Reino Novo, no Egito Antigo. As traduções realizadas das cenas de caça e pesca e as procissões para Imentet revelam a importância do feminino na recepção do morto no além permitindo relacionar com outras tumbas particulares. Ainda que as imagens possam estar danificadas por desgaste ou intervenção humana, é possível adquirir novas interpretações sobre a vida de Amenemhat (TT82), bem como a relação da elite do Egito Antigo com a Cultura Material. Pela grande quantidade de informações disponíveis nesta tumba, esta pesquisa possui possibilidade de desdobramento em um mestrado, podendo analisar o papel feminino para a recepção do morto no Além em outras tumbas particulares. Bem como a tradução de hieróglifos de toda a tumba, para maior compreensão de quem foi Amenemhat (TT82) e seu papel como membro da elite do Egito Antigo. Ademais, este estudo também possui potencial para uma pesquisa sobre a estela de Amenemhat (TT82) juntamente com a cena de procissões funerárias contendo uma representação muito interessante e única do ka e ba de Amenemhat e sua esposa, Beketamun. Desse modo, o estudo sobre a tumba de Amenemhat (TT82) é de grande importância para o entendimento do espaço funerário no Egito Antigo, fazer parte dessa pesquisa é uma grande oportunidade de conhecer mais sobre a cultura egípcia e sobre as tumbas de particulares. As paredes analisadas revelam como a história e vida deste indivíduo atravessou milênios até a atualidade. Estes resquícios contribuem para o estudo de tumbas tebanas de particulares, pré-amarnianas, permitindo um comparativo entre tumbas e descobertas na Egiptologia que auxiliem em futuras pesquisas acadêmicas.

Referências

Fonte: DAVIES, Norman de Garis; GARDINER, Alan H. The Tomb of Amenemhet. Nova Iorque: Metropolitan Museum of Art Expedition, 1915. Bibliografia: ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014. ASSMANN, Jan. Death and salvation in Ancient Egypt. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 2005. BARTA, Winfried. Materialmagie und symbolik. LA III, 1980. p. 1235. BRANCAGLION JR., Antonio. Banquete funerário no Egito Antigo: Tebas e Saqqara - tumbas privadas do Novo Império (1570-1293 a.C.). 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003. BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia II. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004. CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 1. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021a. CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 2. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021b. CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Onde os vivos e os mortos se encontram: a arquitetura, a imagem e o texto como guias na tumba de Nakht (Egito Antigo, Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1401-1353 A.E.C.). In: VASQUES, Marcia; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo (org.). O Egito Antigo em debate na América Latina: resultados do IV CEL. Belém: RFB, 2025. DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. DODSON, Aidan. Mortuary architecture and decorative systems. In: LLOYD, Alan B. (org.). A companion to Ancient Egypt. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2010. p. 804-825. HARTWIG, Melinda K. Tomb painting and identity in ancient thebes, 1419-1372 BCE. Turnhout: Brepols Publishers, 2004. HAYS, Harold M. Between identity and agency in Ancient Egypt ritual. In: NYORD, Rune; KJØLBY, Annette. “Being in Ancient Egypt” thoughts on agency, materiality and cognition. Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. Oxford: British Archaological Reports, 2009. LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). (Re)productive Traditions in Ancient Egypt. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017. LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron E. (org.). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. LOPES, Maria Helena Trindade. O livro dos Mortos do Antigo Egipto. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991. MOLYNEAUX, Brian Leigh. The cultural life of images: visual representation in archaeology. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1997. NYORD, Rune. On interpreting ancient Egyptian funerary texts. Claroscuro, n. 19, v. 2, p. 1-23, 2020. NYORD, Rune. “Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously”: why should we, and how could we?. Journal of Ancient Egyptian Interconnections, v. 17, p. 73-87, mar. 2018. NYORD, Rune. Yearning for Immortality: The European Invention of the Ancient Egyptian Afterlife. Chicago: University of Chicago Press, 2025. 316 p. PEREIRA, Ronaldo G. G. Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. PEREYRA, María Violeta. La llegada al Más Allá de Neferhotep en su tumba de Tebas Occidental (TT49). In: VASQUES, Marcia; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo (org.). O Egito Antigo em debate na América Latina: resultados

do IV CEL. Belém: RFB, 2025. ROCHE, Aurélie. Et le roi tua l'hippopotame. Enquête sur les origines d'un rite égyptien. Archimede Archéologie et Histoire Ancienne, p. 71-87, 2014. SÄVE-SÖDERBERG, Torgny. On Egyptian Representations of Hippopotamus Hunting as a Religious Motive. Uppsala: Appelbergs Boktryckeri AB, 1953. SCHWEITZER, Simon D. AED: Ancient Egyptian Dictionary. [S. l.], 2018. Disponível em: https://simondschweitzer.github.io/aed/. Acesso em: 9 jun. 2025. SILVERMAN, David P. O divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron E. (org.). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. TE VELDE, H. Seth, god of confusion: a study of his role in Egyptian mythology and religion. Leiden: Brill, 1967. VASQUES, Marcia Severina. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. A Morte e o Além no Egito Antigo: os campos da Duat nas tumbas de Nakht e Nebamun (Novo Império, Tebas Ocidental). In: CONGRESO INTERNACIONAL IMÁGENES DE LA MUERTE, 8., 2018, Pachuca. Anais [...]. Pachuca, 2018. VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Formações egiptológicas no Brasil: os caminhos, os contextos e as perspectivas futuras. No prelo. WEST, Glennise. The Tekenu and Ancient Egyptian funerary ritual. Oxford: Archaeopress, 2019. ZINGARELLI, Andrea. Provisión de agua y alimento em el más allá: cuestiones referentes a pasajes del libro de los muertos. In: PEREYRA, M. Violeta (org.). El libro para salir al dia y después volver a entrar (en la tumba). Buenos Aires: Dunken, 2011.

Anexos



ANEXO 1 - CENA IMENTET



ANEXO 2 - CENA HIPOPOTAMOS



ANEXO 3



ANEXO 4

CÓDIGO: HS1693

AUTOR: ALEXANDRA DE OLIVEIRA GONCALVES MARTINS

ORIENTADOR: LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

TÍTULO: Tecnopolítica na formação de gestores públicos: uma análise dos cursos de Gestão de Políticas Públicas no Brasil

Resumo

Este trabalho analisa a presença da tecnopolítica na formação de gestores públicos, considerando as transformações digitais e seus impactos sobre a gestão pública. A pesquisa compara os cursos de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, USP, UnB e UFC, investigando a incorporação de tecnologias, inovação e competências digitais em suas estruturas curriculares. Busca-se compreender se a formação acadêmica prepara futuros gestores para os desafios contemporâneos da administração pública e da transformação digital.

Palavras-chave: Tecnopolítica; Gestão Pública; Tecnologia; Formação.

TITLE: Technopolitics in Public Management Education: An Analysis of Public Policy Programs in Brazil

Abstract

This paper analyzes the presence of technopolitics in the education of public managers, considering digital transformations and their impacts on public management. The research compares Public Policy programs at UFRN, USP, UnB, and UFC, investigating the incorporation of technology, innovation, and digital skills into their curricula. It seeks to understand whether academic training prepares future managers for contemporary challenges in public administration and digital transformation.

Keywords: Technopolitics; Public Management; Technology; Education

Introdução

A formação de profissionais para atuação no Estado brasileiro envolve o desenvolvimento de capacidades que articulam conhecimentos técnicos, compreensão institucional e leitura das dimensões políticas dos problemas públicos. No Campo de Públicas, constituído por cursos como Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública e Gestão Pública, essa formação está relacionada à tomada de decisão e à ação governamental, aproximando ciência,

conhecimento profissional e realidade política (FREITAS; ALMEIDA; MARTINS, 2025). As Diretrizes Curriculares Nacionais também estabelecem a necessidade de considerar os contextos político, econômico, social e institucional nos quais se desenvolve a administração pública (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, torna-se relevante discutir a formação tecnopolítica dos gestores públicos. O conceito de tecnopolítica possui diferentes sentidos na literatura e não deve ser reduzido ao uso de tecnologias digitais. No Campo de Públicas, sua compreensão envolve a articulação entre conhecimentos, métodos e as condições concretas em que ocorre a ação governamental, especialmente nos processos de gestão, planejamento, formulação, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas (FREITAS; ALMEIDA; MARTINS, 2025).

Essa perspectiva encontra importante referência no Planejamento Estratégico Situacional (PES), desenvolvido por Carlos Matus. Em contraposição a modelos que tratam a realidade como objeto passível de controle predominantemente técnico, Matus (1993) compreende o planejamento como uma prática situada, na qual o ator que planeja está inserido em uma realidade compartilhada com outros atores, portadores de interesses, capacidades e projetos distintos. O planejamento governamental envolve, portanto, a explicação da realidade, a definição de objetivos, a construção de estratégias e a análise da viabilidade da ação.

A dimensão política, nesse sentido, está presente na própria construção das alternativas e nas condições de implementação. As relações entre os atores, os conflitos existentes e as diferentes capacidades de intervenção influenciam diretamente os resultados das ações governamentais. A literatura sobre o PES destaca, assim, a importância de considerar esses elementos no planejamento público, sobretudo diante de problemas complexos que não possuem soluções previamente determinadas (RIVERA, 1992; MATUS, 1993).

É a partir dessa abordagem que este estudo compreende a tecnopolítica como uma perspectiva de formação e atuação pública na qual conhecimentos e instrumentos de gestão são mobilizados considerando as condições políticas, sociais e institucionais que conformam a ação governamental. Essa compreensão aproxima-se da discussão de Freitas, Almeida e Martins (2025), para quem a formação tecnopolítica envolve a capacidade de atuar profissionalmente sem desconsiderar as questões políticas presentes na gestão e nas políticas públicas.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar como essa dimensão está incorporada à formação dos gestores públicos nos cursos de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A análise comparativa busca compreender não apenas a presença de conteúdos relacionados à gestão e ao planejamento nos currículos, mas também de que modo os processos formativos preparam os estudantes para interpretar contextos, lidar com diferentes atores e atuar diante da complexidade dos problemas governamentais.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de análise documental e abordagem comparativa. O estudo tem como objeto a formação tecnopolítica nos cursos de Gestão de Políticas Públicas (GPP) de quatro instituições públicas brasileiras: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A seleção das instituições considerou a existência de cursos de graduação especificamente denominados Gestão de Políticas Públicas, permitindo observar diferentes experiências institucionais de formação profissional no Campo de Públicas.

A análise documental foi escolhida por possibilitar o exame sistemático dos documentos que orientam e estruturam os processos formativos. Foram considerados como fontes primárias os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), as estruturas curriculares e as ementas dos componentes curriculares disponibilizados oficialmente pelas instituições. A utilização desses documentos permite identificar não apenas a organização formal dos cursos, mas também os conhecimentos, competências e perspectivas formativas que orientam a preparação dos futuros gestores públicos.

O conceito de tecnopolítica constitui a categoria teórica central da análise. A pesquisa não o compreende como sinônimo de tecnologia ou de digitalização da administração pública, mas como a articulação entre dimensões técnicas e políticas presentes na ação governamental. Essa compreensão fundamenta-se especialmente na literatura sobre o Planejamento Estratégico Situacional, segundo a qual o planejamento público não pode ser reduzido à aplicação de métodos e instrumentos técnicos, pois envolve atores, interesses, conflitos, capacidades e condições de viabilidade política (MATUS, 1993). Dialoga, ainda, com a produção do Campo de Públicas que compreende a formação tecnopolítica como aquela capaz de articular conhecimento técnico e questões de ordem política nos processos de gestão, planejamento, formulação, avaliação e monitoramento das políticas públicas (FREITAS; ALMEIDA; MARTINS, 2025).

A partir desse referencial, foi realizada uma leitura dos documentos curriculares buscando identificar conteúdos e competências relacionados à articulação entre técnica e política. Para evitar que a análise se restringisse à presença de determinadas palavras nos títulos das disciplinas, foram consideradas as ementas e demais informações curriculares disponíveis, observando-se o conteúdo formativo proposto por cada componente.

A codificação dos documentos foi organizada em dimensões analíticas derivadas do conceito adotado. Foram consideradas: (a) planejamento governamental e gestão pública; (b) formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas; (c) tomada de decisão e análise de problemas públicos; (d) relações entre Estado e sociedade; (e) participação, democracia e governança; (f) atores, interesses, conflitos e relações de poder; (g) instrumentos, métodos e capacidades técnicas de gestão; e (h) informação, dados, inovação e tecnologias, quando articulados às dimensões políticas da ação pública. Essa última dimensão foi incluída de forma relacional, não sendo considerada, isoladamente, evidência de formação tecnopolítica.

A análise também considera a posição dos componentes curriculares na estrutura dos cursos, distinguindo-se, quando possível, disciplinas obrigatórias e optativas, bem como sua carga horária e inserção nos diferentes momentos da formação. Essa informação permite discutir a centralidade ou a posição periférica de determinadas dimensões na trajetória formativa, sem pressupor que a obrigatoriedade de um componente, isoladamente, determine a existência ou inexistência de formação tecnopolítica.

Após a leitura e codificação dos documentos, os dados serão sistematizados em tabelas e representações gráficas comparativas. A comparação entre as quatro instituições buscará identificar convergências, diferenças e especificidades na maneira como a articulação entre técnica e política aparece nos currículos. Os resultados serão interpretados à luz do referencial teórico, especialmente das contribuições sobre tecnopolítica, planejamento governamental e formação no Campo de Públicas.

Por fim, a análise será confrontada com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração Pública, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, considerando as competências e os princípios formativos estabelecidos para a atuação profissional no setor público (BRASIL, 2014). Esse procedimento permite observar em que medida os currículos analisados apresentam elementos compatíveis com uma formação capaz de articular conhecimentos técnicos, compreensão do contexto político-institucional e atuação orientada para os problemas públicos.

Resultados e Discussões

A análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, estruturas curriculares e ementas dos cursos de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) evidencia que a formação tecnopolítica não se organiza, nas instituições analisadas, como um campo disciplinar isolado. Ao contrário, ela aparece de forma transversal, por meio da articulação entre conhecimentos técnicos, instrumentos de gestão e conteúdos relacionados ao Estado, à sociedade, à democracia, aos atores, aos conflitos e aos processos decisórios.

A análise confirma, inicialmente, que a compreensão de tecnopolítica adotada neste estudo não pode ser reduzida à presença de conteúdos relacionados às tecnologias digitais. A literatura mobilizada compreende a tecnopolítica como uma articulação entre dimensões técnicas e políticas da ação pública, especialmente relevante para o planejamento governamental e para os processos de formulação, implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas (FREITAS; ALMEIDA; MARTINS, 2025). Desse modo, a análise dos currículos considerou a presença de instrumentos e conhecimentos técnicos em conjunto com conteúdos que permitissem compreender as condições políticas, sociais e institucionais nas quais esses instrumentos são mobilizados.

A partir desses critérios, foram identificadas diferentes dimensões relacionadas à formação tecnopolítica nos quatro cursos analisados. A Tabela 1 apresenta uma síntese comparativa dessas dimensões, considerando a presença de conteúdos relacionados ao planejamento governamental, ao ciclo das políticas

públicas, às relações entre Estado e sociedade, à participação democrática, aos processos decisórios e aos conhecimentos técnicos necessários à atuação na gestão pública.

Entre os quatro cursos analisados, a USP apresenta a formulação mais explícita dessa articulação em seu próprio Projeto Político-Pedagógico. O documento estabelece como objetivo formar profissionais com competências técnicas, críticas e atitudinais para atuar nas diferentes etapas das políticas públicas e analisar as realidades política, econômica, social e tecnológica nas quais estão inseridos. O perfil do egresso também associa conhecimentos técnicos e humanísticos, compreensão das relações Estado-Governo-Sociedade, análise de disputas e conflitos e capacidade de desenvolver atividades de natureza estratégica e técnica.

A estrutura curricular da USP reforça essa orientação. Entre os componentes obrigatórios encontram-se Análise de Políticas Públicas I, II e III, Poder Legislativo e Gestão de Políticas Públicas, Teorias da Democracia e Instituições Políticas Brasileiras, Orçamento Público, Métodos de Pesquisa, Elaboração de Projetos no Setor Público e Social, Comunicação Pública e Cidadania e Governança Pública. A estrutura também oferece optativas como Ética, Política e Políticas Públicas, Planejamento no Setor Público, Sociedade e Estado, Poder Local e Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública Participativa e Modelos Analíticos para a Formulação de Políticas Públicas.

A combinação desses componentes evidencia uma formação que procura aproximar instrumentos de análise e gestão de conhecimentos sobre poder, instituições, democracia e relações entre Estado e sociedade. O aspecto mais relevante, entretanto, não está simplesmente na quantidade de componentes identificados, mas na própria concepção curricular expressa no PPC: o egresso deve analisar políticas públicas considerando dimensões sociais, políticas e econômicas, compreender disputas e conflitos e, simultaneamente, produzir dados, elaborar indicadores, realizar diagnósticos e desenvolver atividades técnicas e estratégicas.

Na Universidade Federal do Ceará, a articulação entre técnica e política também aparece de maneira explícita no perfil profissional. O curso define o egresso como profissional capaz de atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas em diferentes contextos políticos, econômicos e sociais. O documento institucional afirma ainda que a formação deve desenvolver a compreensão da importância dos contextos político, social e econômico para a formulação de estratégias e para o desenho, implementação e avaliação das políticas, integrando as dimensões política, técnica e ética.

Essa concepção encontra correspondência na estrutura curricular da UFC, que inclui Estado, Governo e Políticas Públicas; Administração e Gestão Pública; Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I e II; Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública; Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa; e Métodos de Pesquisa e Análise Quantitativa. O currículo também disponibiliza componentes relacionados ao controle social, participação, indicadores, monitoramento e avaliação, movimentos e conflitos sociais e planejamento público.

As ementas reforçam essa articulação. A disciplina Políticas Públicas no Brasil aborda processos de descentralização e democratização, participação, atores

sociais e controle social, relacionando-os à gestão local e à cidadania. Já Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I contempla o papel do Estado, grupos de interesse, atores, demandas e necessidades no processo de formulação. Dessa forma, os conteúdos técnicos relacionados ao ciclo das políticas públicas são acompanhados da análise dos atores e das relações políticas que interferem nesse processo.

A Universidade de Brasília apresenta outro modo de construção da formação tecnopolítica. O currículo do Departamento de Gestão de Políticas Públicas reúne componentes diretamente relacionados ao planejamento governamental, à gestão e governança pública, ao processo decisório, à participação social, à implementação, à avaliação e à democracia. Entre os componentes identificados encontram-se: Planejamento Governamental, Gestão e Governança Pública, Processo Decisório e Políticas Públicas, Participação Social e Políticas Públicas, Implementação de Políticas Públicas, Avaliação de Programas Governamentais e Democracia e Políticas Públicas.

A organização desse conjunto é significativa porque aproxima diretamente capacidades técnicas de gestão de dimensões políticas da ação pública. O planejamento aparece associado à governança; a formulação e implementação são acompanhadas de conteúdos sobre decisão; e a gestão pública é articulada à participação e democracia. A existência de componentes como Teorias Marxistas do Estado e Política Fiscal e Sociedade amplia ainda mais a possibilidade de compreensão das estruturas políticas, econômicas e institucionais que condicionam a ação governamental.

A presença de conteúdos relacionados à ciência, tecnologia e inovação na UnB também merece atenção. O currículo inclui Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação e Inovação no Setor Público, além de componentes que aproximam democracia, governança e políticas públicas. Entretanto, esses conteúdos não foram considerados isoladamente, como evidência de formação tecnopolítica. Sua relevância para a presente análise decorre da inserção em uma estrutura curricular que simultaneamente trabalha planejamento, decisão, participação, democracia e gestão pública.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a formação apresenta uma configuração distinta. A estrutura curricular vigente possui forte flexibilidade, com grande participação de componentes optativos, além de Ateliês de Gestão de Políticas Públicas de 120 horas. Nesse desenho, a dimensão política aparece em componentes como Estado e Sociedade, Atores Políticos e Sociais, Cultura Política e Engajamento Cívico, Poder, Política e Gestão, Estado de Direito e Cidadania, Atores Sociais, Democracia e Participação e Gestão Participativa.

Paralelamente, a estrutura disponibiliza componentes associados à dimensão técnica, como Análise e Representação de Dados e Informações, Estatística Aplicada para o Gestor de Políticas Públicas, Metodologia e Técnicas de Pesquisa, Orçamento e Financiamento do Setor Público Brasileiro e Gestão Municipal e Metropolitana. A característica observada na UFRN, portanto, é menos marcada pela explicitação direta da expressão “técnica e política” e mais pela possibilidade de integração entre diferentes núcleos formativos.

A sistematização dos componentes curriculares identificados nas quatro instituições permite visualizar, de forma comparativa, como os elementos associados às dimensões técnica e política se distribuem entre os cursos. A Tabela 2 reúne exemplos representativos desses componentes, sem pretender esgotar a totalidade da estrutura curricular de cada instituição.

A Tabela 2 evidencia que os componentes relacionados à dimensão técnica não se encontram dissociados daqueles voltados à dimensão política. Em diferentes graus, os cursos combinam conhecimentos relativos ao planejamento, à gestão, à análise, à pesquisa e à avaliação com conteúdos relacionados ao Estado, à democracia, à participação, aos atores e às relações de poder. Essa distribuição reforça a compreensão de que a formação tecnopolítica não decorre da presença isolada de uma categoria de componentes, mas da possibilidade de articulação entre diferentes campos de conhecimento ao longo da formação.
A comparação entre as quatro instituições demonstra, assim, que a formação tecnopolítica pode assumir diferentes configurações curriculares. Na USP, a articulação aparece explicitamente formulada nas competências do egresso e na organização das disciplinas. Na UFC, ela é expressa de maneira direta pela integração das dimensões política, técnica e ética. Na UnB, manifesta-se pela aproximação entre planejamento, decisão, governança, participação e democracia. Na UFRN, evidencia-se principalmente pela coexistência de componentes voltados ao domínio técnico da gestão e de outros dedicados à compreensão de atores, poder, política, democracia e participação.
As principais características identificadas em cada instituição são sintetizadas na Tabela 3.

Essa diferença de configuração é relevante porque impede que a formação tecnopolítica seja mensurada apenas pela existência ou quantidade de disciplinas consideradas “técnicas” ou “políticas”. O que importa, à luz da concepção adotada, é a possibilidade de articulação entre essas dimensões. A técnica fornece instrumentos para diagnóstico, planejamento, análise, monitoramento e avaliação; a política, por sua vez, está presente nos processos de definição de prioridades, disputa entre interesses, participação de atores e construção da viabilidade das decisões. A formação tecnopolítica situa-se justamente na capacidade de relacionar esses elementos.
Nesse sentido, os resultados aproximam-se da concepção de Planejamento Estratégico Situacional associada a Carlos Matus, na qual o planejamento não é entendido como atividade puramente técnica, mas como prática situada em uma realidade composta por diferentes atores, interesses e possibilidades de ação. A formação do gestor público exige, portanto, que o domínio de métodos e instrumentos seja acompanhado da capacidade de interpretar o contexto político no qual as decisões são produzidas e implementadas.
Os dados analisados permitem sustentar, portanto, que os quatro cursos apresentam elementos compatíveis com uma formação tecnopolítica, embora com diferentes graus de explicitação e diferentes estratégias curriculares. Mais do que identificar um modelo único de formação, a comparação revela diferentes maneiras de aproximar conhecimentos técnicos e políticos. Essa diversidade é coerente com o caráter interdisciplinar do Campo de Públicas e indica que a formação tecnopolítica pode ser construída tanto por componentes que explicitamente integram essas dimensões quanto pela articulação entre diferentes áreas de conhecimento ao longo da trajetória acadêmica.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar como a formação tecnopolítica se manifesta nos cursos de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), considerando a articulação entre as dimensões técnica e política da ação pública. A análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, estruturas curriculares e ementas permitiu identificar diferentes formas de construção dessa articulação ao longo da formação.

Os resultados demonstraram que os quatro cursos apresentam elementos compatíveis com uma formação tecnopolítica, embora com diferentes graus de explicitação e distintas configurações curriculares. A análise evidenciou que essa formação não se reduz à presença de conteúdos tecnológicos ou de disciplinas isoladamente classificadas como técnicas ou políticas. Sua principal característica está na possibilidade de articulação entre conhecimentos e instrumentos necessários à ação governamental e a compreensão dos contextos políticos, sociais e institucionais nos quais as decisões públicas são produzidas e implementadas.

A comparação entre as instituições também revelou diferentes estratégias para essa articulação. Enquanto USP e UFC apresentam essa relação de maneira mais explicitamente formulada em seus documentos curriculares, a UnB a constrói de forma particularmente relacionada ao planejamento, à decisão, à governança, à participação e à democracia. Na UFRN, a articulação aparece principalmente pela combinação entre componentes voltados ao domínio técnico da gestão e aqueles dedicados à compreensão de atores, poder, política, democracia e participação.

Nesse sentido, os achados reforçam a importância de compreender a formação do gestor público para além do domínio instrumental das ferramentas de gestão. A atuação sobre problemas públicos envolve não apenas capacidades técnicas de diagnóstico, planejamento, formulação e avaliação, mas também a compreensão dos atores, interesses, conflitos e condições institucionais que atravessam esses processos. A formação tecnopolítica, portanto, pode constituir uma dimensão relevante para a preparação de profissionais capazes de atuar diante da complexidade da ação governamental.

Por fim, a pesquisa não pretende estabelecer um modelo curricular único ou hierarquizar as instituições analisadas. Ao contrário, evidencia que diferentes desenhos formativos podem produzir distintas possibilidades de articulação entre técnica e política. Como limite, destaca-se que a análise esteve concentrada nos documentos curriculares, não contemplando a forma como esses conteúdos são efetivamente desenvolvidos nas práticas pedagógicas ou apropriados pelos estudantes. Pesquisas futuras poderão aprofundar essa discussão por meio da análise das experiências formativas, das práticas docentes e das percepções de estudantes e egressos dos cursos de Gestão de Políticas Públicas.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares

Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.
FREITAS, Christiana Soares de; ALMEIDA, Lindijane; MARTINS, Ana Paula Antunes. O conceito de tecnopolítica como ação pública e suas representações no Campo de Públicas. Campo de Públicas: conexões e experiências, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 277-301, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15701039.
MATUS ROMO, Carlos Tulio. Política, planejamento e governo. Brasília, DF: Ipea, 1993. t. 1. (Série Ipea, 143).
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. Departamento de Gestão de Políticas Públicas. Projeto pedagógico do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2018.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Projeto político-pedagógico do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023. Atualizado em jul. 2025.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Projeto pedagógico do curso de Gestão de Políticas Públicas. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2024.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Projeto pedagógico do curso superior de bacharelado em Gestão de Políticas Públicas na modalidade presencial. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

Anexos



Tabela 3 – Síntese das formas de articulação da formação tecnopolítica nos cursos analisados



Tabela 2 – Componentes curriculares representativos das dimensões técnica e política da formação:



Tabela 1 – Dimensões da formação tecnopolítica identificadas nos cursos de Gestão de Políticas Públicas, pag 1



Tabela 1 – Dimensões da formação tecnopolítica identificadas nos cursos de Gestão de Políticas Públicas, pag 2



Tabela 1 – Dimensões da formação tecnopolítica identificadas nos cursos de Gestão de Políticas Públicas, pag 3

CÓDIGO: HS1701

AUTOR: NYCOLLE MENDONCA DA SILVA

ORIENTADOR: PAULO VICTOR LEITE LOPES

TÍTULO: Produção de sentido em matérias jornalísticas do rio grande do norte que versam sobre sexualidade, pertencimento, sociabilidade e memória LGBTQIAPN+

Resumo

É notório que, ao longo dos anos, a história do movimento LGBTQIAPN+ tem sido sistematicamente silenciada e relegada ao esquecimento em diversas áreas do conhecimento. Inserindo-se nesse debate, o presente trabalho integra uma pesquisa em andamento que se dedica ao estudo dos processos de subjetivação, memória e sociabilidade da população LGBTQIAPN+ no estado do Rio Grande do Norte, com o propósito de evidenciar uma trajetória historicamente marcada por apagamentos institucionais e discursivos.Neste recorte, apresenta-se um levantamento de matérias jornalísticas com o objetivo de analisar o modo como as notícias relacionadas a esse público são produzidas e circuladas nesse veículo midiático. fim de provocar uma reflexão crítica acerca dos processos de produção de sentido operados por cada enunciado e dos efeitos de leitura deles decorrentes

Palavras-chave: produção de sentido; Matérias;Tribuna do norte; diário de natal

TITLE: Meaning production in journalistic articles from Rio Grande do Norte that discuss sexuality, belonging, sociability, and LGBTQIAPN+ memory.

Abstract

It is well-known that, over the years, the history of the LGBTQIAPN+ movement has been systematically silenced and relegated to oblivion in various fields of knowledge. Engaging in this debate, the present work is part of ongoing research dedicated to studying the processes of subjectivation, memory, and sociability of the LGBTQIAPN+ population in the state of Rio Grande do Norte, with the aim of highlighting a trajectory historically marked by institutional and discursive erasures. In this context, a survey of journalistic materials is presented with the objective of analyzing how news related to this community is produced and circulated within this media outlet, in order to provoke a critical reflection on the processes of meaning-making operated by each statement and the reading effects that arise from them

Keywords: meaning production; Subjects; Tribuna do Norte; Diário de natal

Introdução

Inicialmente, destaco que este presente trabalho faz parte de uma pesquisa que se encontra em andamento, intitulada: “Gênero, sexualidade e política: processos de subjetivação, violências e direitos a partir do Rio Grande do Norte”. A pesquisa, que se iniciou em setembro de 2025, sob orientação do professor Paulo Victor, tem como alunos Nycolle Mendonça (eu), Julia Ananias e Gabriel Almeida. Desse modo, para o presente trabalho, trouxe um recorte da pesquisa inicial, com o intuito de analisar com mais profundidade os processos de produção de sentido sobre o público LGBTQIAPN+.

As reflexões aqui apresentadas fazem parte da coleta de matérias de jornais que serviram de base para analisar e estudar os processos de subjetivação nos quais o público LGBTQIAPN+ está assujeitado, e como essa memória se vincula a esse meio de comunicação (o jornal), analisando um grande acervo de matérias desde 1950.

O jornal mais abordado, e que serviu como base para o encaminhamento da pesquisa, foi a “Tribuna do Norte”. Nele, pude coletar diversas informações para análise dos casos que aqui serão abordados, além de também poder observar a mudança na escrita, nas falas dos colunistas, nas abordagens e como, ao passar das décadas, os apontamentos e acontecimentos ocorridos, expostos nas colunas de jornais, iam se modificando e assumindo uma nova cara, advindos de mudanças sociais e territoriais.

Os dados aqui apresentados fazem parte também de uma coleta minuciosa dentro da hemeroteca digital, que se trata de uma ferramenta ofertada pela Fundação Biblioteca Nacional, na qual são disponibilizados jornais, revistas, boletins, etc., organizados de forma periódica e digitalizada. Com isso, foi possível também ter a presença de outros jornais muito importantes da época.

Diante disso, pretendo, por meio deste trabalho, trazer matérias publicadas nesses veículos de informação que possam oferecer uma margem de análise sobre como eram tratados os casos que envolviam o público LGBTQIAPN+ nas colunas de jornais, fazendo um recorte de três casos específicos da década de 1970 e usando como base de indagação o jornal “Tribuna do Norte” e o “Diário de Natal”. Acrescento que, para além das análises de tratamento para com os casos escolhidos diante dos diferentes jornais, podemos perceber também a mudança na quantidade de matérias publicadas em cada caso, a ênfase que se dava à sexualidade dos indivíduos e como ela influenciava também na autoria ou não dos casos.

Metodologia

Em nossas reuniões iniciais, além das discussões acerca do direcionamento da pesquisa, tivemos acesso a um amplo acervo, previamente coletado e produzido pelo professor Paulo Victor, de matérias da “Tribuna do Norte” – jornal base para o desenvolvimento da investigação. Esse material nos possibilitou ler e analisar as transformações no tratamento da população LGBTQIAPN+ ao longo das décadas. Nycolle (eu), Julia Fernandes e Gabriel Almeida mantivemos os tópicos previamente estabelecidos para

uma melhor organização e aproveitamento das matérias: Julia ficou responsável pela leitura do período de 1960 a 1969, enquanto eu me ocupei da década de 1970 a 1979. Todavia, essa divisão teve apenas fins organizativos, uma vez que houve trocas ao longo das leituras, de modo que ambas pudéssemos ler as informações por completo. Adianto, também, que realizamos leituras e dividimos a década de 1980, pois são quase 260 matérias que relatam a vida e a sociabilidade LGBTQIAPN+ em Natal, com algumas ressalvas para aquelas que tratavam de ocorridos fora do estado.

Nosso passo seguinte consistiu em transferir para uma planilha do Excel todas as matérias, com suas respectivas datas, títulos e um breve resumo do conteúdo de cada uma. Tal ação mostrou-se fundamental para ampliar as informações e incorporar as perspectivas mútuas a respeito do que estava sendo lido.

Ao longo dessas divisões, Paulo incluiu algumas leituras para que pudéssemos obter embasamento teórico sobre a pesquisa, compreendendo mais profundamente os fenômenos, os termos e as discussões já existentes no campo em que atuamos. Destaco, aqui, o recorte de algumas obras que foram essenciais para que eu pudesse visualizar a formulação desta pesquisa e, assim, conferir maior fundamento ao que estou discorrendo. São elas: o capítulo IV do livro "Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira", de Peter Fry (FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982), que trata do panorama da construção histórica da homossexualidade no Brasil, evidenciando as mudanças ocorridas com o tempo; e a obra "Epistemologia do Armário", de Eve Sedgwick, na qual a autora argumenta que o armário funciona como um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas, trazendo também uma discussão sobre os privilégios dos heterossexuais na sociedade. Aponto, igualmente, um episódio do podcast da Rádio Novelo, indicado pelo professor, no qual, de forma didática e histórica, os locutores abordam o surgimento da palavra "viado"/"veado" e como, ao longo dos anos, esse vocábulo assumiu múltiplos sentidos e se tornou um instrumento de ofensa.

No decorrer do processo de leitura minuciosa da "Tribuna do Norte", o professor nos apresentou outro recurso para pesquisas, que veio a se revelar uma importante ferramenta para o encaminhamento deste estudo: refiro-me à hemeroteca digital, um dispositivo que reúne jornais, revistas e outras publicações periódicas da história do país, organizados por anos, regiões e títulos. Com isso, eu e Julia dividimos algumas matérias, e eu selecionei aquelas que versavam sobre casos criminais. Levantei os nomes mencionados nessas reportagens – pois, na época, os periódicos costumavam publicar os nomes completos dos envolvidos, seus endereços residenciais, bem como os dias e locais das prisões – e também registrei os "apelidos" e as formas pelas quais a "Tribuna" se referia às pessoas envolvidas, tais como "pederasta", "transviados" e "homossexuais". Diante da recorrência desses termos, selecionei aqueles que mais se repetiam nas ocorrências focadas na violência, uma vez que tal aspecto constitui o objeto central deste trabalho. De posse dessas informações, busquei verificar se havia coincidência de nomes em outros casos noticiados pela "Tribuna". Posteriormente, pude ter acesso a matérias de outros jornais vigentes no estado, como o "Diário de Natal" e "O Poti". Com o acesso a essas novas fontes jornalísticas, pude realizar um estudo mais abrangente, pois se tratava de matérias que abordavam a mesma pessoa ou assunto, porém sob diferentes perspectivas. A pesquisa na hemeroteca culminou em outras descobertas e contribuiu significativamente para as reflexões que já vínhamos desenvolvendo.

Resultados e Discussões

Conforme assinalado na introdução, a principal fonte de informação desta pesquisa consistiu nas matérias jornalísticas publicadas pela Tribuna do Norte, disponibilizadas para análise e estudo no âmbito do presente trabalho. Após a análise das reportagens veiculadas entre as décadas de 1950 e 1980, que possibilitou a observação e a sistematização das informações, obtiveram-se os seguintes resultados: em diálogo com as transformações históricas, os processos de subjetivação vão se delineando, e é possível perceber mudanças estruturais, a oferta de espaços de sociabilidade que não apenas propiciam convivências e descobertas, mas também se tornam palco para a ocorrência de episódios de violência envolvendo esses sujeitos e, sobretudo, a sexualidade que eles assumem perante a sociedade.

Após a aplicação do recorte temporal, conforme exposto na metodologia, a década de 1970 foi selecionada. Além da ocorrência de casos criminais que serão abordados e analisados neste trabalho, é importante assinalar que, a partir desse período, houve expressiva proliferação de movimentos sociais e manifestações em defesa dos direitos LGBTQIAPN+ em âmbito global. A Tribuna do Norte publicou diversas matérias abordando temas como a eleição do primeiro supervisor distrital homossexual dos Estados Unidos, a vinda de ícones para apresentações artísticas – a exemplo de Jacqueline du Buis –, a divulgação de festas e eventos voltados ao público gay em Natal, bem como a circulação do Lampião da Esquina, primeiro jornal homossexual de abrangência nacional, ainda no final da ditadura militar no Brasil. Tais elementos contribuem para evidenciar um cenário no qual coexistiam, de um lado, a difusão de informações sobre o público LGBTQIAPN+ na cidade e, de outro, a reação de bloqueio por parte dos setores mais conservadores da sociedade local diante das ocorrências que envolviam esse grupo.

Num primeiro momento, procedeu-se à análise das matérias publicadas pela Tribuna do Norte ao longo da década de 1970, classificando-as segundo abordassem colunas sobre eventos, cultura e arte; colunas publicadas sem ter a violência como eixo; ou aquelas que tratassem de ocorrências fora do Rio Grande do Norte. Esse apanhado de matérias jornalísticas, juntamente com o procedimento adotado, permitiu delimitar um conjunto de casos em que a violência era “foco” das reportagens. Na maior parte das matérias, a população LGBTQIAPN+ era tratada como criminosa, em tons que sugerem uma ameaça potencial à sociedade. Percebem-se, também, algumas ambiguidades na hora de trazer os títulos das matérias e seu desenrolar durante a coluna, além das várias formas de interpretação que existiam na época sobre as sexualidades dos indivíduos.

Para além da classificação das colunas jornalísticas, outro aspecto notório reside no tratamento dispensado a esses "desviantes" – termo recorrente em muitas reportagens. Observa-se que grande parte das notícias assumia caráter sensacionalista, referindo-se à população LGBTQIAPN+ de modo depreciativo, como pessoas indignas de consideração, frequentemente comparadas a monstros. Expressões como "pederasta", "lesbianismo" e "transviado" eram largamente empregadas em matérias e entrevistas para designar o homossexual, gerando, por vezes, certa ambiguidade interpretativa, uma vez que nem sempre ficava claro a quem exatamente se referiam tais qualificativos – se

a homossexuais, a travestis ou apenas como uma colocação de substantivos e adjetivos da língua portuguesa.

Com base nos resultados, procedeu-se ao levantamento de todos os nomes e informações coletadas nas matérias da Tribuna do Norte, cruzando os dados disponíveis no site da hemeroteca. Dessa forma, localizaram-se diversas reportagens do jornal Diário de Natal que versavam sobre os mesmos casos abordados pela Tribuna; contudo, e este é o cerne do presente trabalho, foi possível analisar que os diferentes periódicos tratavam e publicavam os mesmos casos de formas distintas.

Para exemplificar tais diferenças, deter-me-ei em três publicações de jornais. A primeira, veiculada pelo Diário de Natal, é datada de 26 de março de 1976 e tem como título da matéria “Comerciante sequestrado em Natal. É exigido um resgate de 60 mil cruzeiros” (Ver anexo A - DIÁRIO DE NATAL, 1976). Na matéria, descreve-se o sequestro do comerciante Jaime Moreira, que saiu de casa e cuja família não teve notícias de seu paradeiro. A reportagem traz também que a família recebeu ligações exigindo um resgate no valor de 60 mil cruzeiros para que o comerciante fosse entregue com vida, pois, segundo os “sequestradores”, o dinheiro seria para cobrir um atropelamento ocorrido com uma criança e que, segundo a ligação, teria sido cometido por Jaime. No dia 31 de março de 1976, a Tribuna do Norte publicou uma matéria com o seguinte título: “Homossexualismo foi quem levou bandido a sequestrar comerciante” (Ver anexo B - TRIBUNA DO NORTE, 1976). A reportagem discorre que, após a prisão do acusado – que agora não mais responde por sequestro, mas por assassinato –, começam seus primeiros depoimentos. O acusado, Antônio Martins, relata que foi convidado por Jaime a entrar em seu carro, nas proximidades da Avenida Rio Branco, e foi levado para a Praia de Ponta Negra, onde ocorreu o assassinato. Nesses primeiros depoimentos, o acusado não relatou de fato o que o levou a matar Jaime, mas assumiu que foi convidado pela vítima para a “prática de homossexualismo”. Na mesma edição da Tribuna do Norte, de 31/03/1976, há, abaixo dessa matéria, outra que diz respeito mais ao acusado do crime, intitulada “Bandido do sequestro nunca teve mulheres em vida” (Ver anexo C - TRIBUNA DO NORTE, 1976). A reportagem traz os relatos da família do acusado, na qual seus irmãos citam que Antônio nunca foi visto com nenhuma “namoradinha” e que também não tinha amigos; citam também que ele tinha uma “tendência” para o homossexualismo, mas que não sabiam se “passivo” ou “ativo”.

Após a publicação da matéria do dia 31 de março de 1976, a Tribuna do Norte publicou, no dia 01/04/1976, uma carta enviada em nome da família de Jaime pela advogada Maria Vasconcelos (Ver anexo D - TRIBUNA DO NORTE, 1976). Na carta, a advogada descreve que Jaime é um homem digno, pai exemplar e comerciante de valor, e que tais notícias só servem para macular essa imagem, além de que tudo o que o acusado apontou não pode ser oficializado, pois o caso ainda está em aberto. A advogada termina a carta com o seguinte apelo: “Não pretendo com isto afirmar que o assassino não tenha declarado o que foi publicado; pretendo apenas apelar para o bom senso e para um gesto de humanidade para com os que ficaram e hoje sofrem com a perda de um ente amado, visto que o gesto humanitário eleva o homem à condição de semelhante a Deus”.

A partir da publicação da carta da família, que nega a homossexualidade de Jaime e classifica tais suposições como inverídicas e prejudiciais à imagem familiar, observa-se que a Tribuna do Norte pouco abordou a possível relação sexual entre vítima e acusado,

praticamente omitindo essa hipótese ao longo de toda a cobertura do caso. A possível relação sexual que Antônio Martins relata ter tido com o comerciante só é apontada novamente pela Tribuna do Norte em uma matéria datada de 19/04/1978, intitulada "Sequestrador que matou comerciante fugiu da prisão levando 25 mil cruzeiros" (Ver anexo E - TRIBUNA DO NORTE, 1978), na qual a polícia relata a acusação que Antônio responde na prisão – a morte e o sequestro de Jaime Moreira – e cita novamente que o acusado manteve "relações homossexuais" com a vítima antes de matá-lo e tentar extorquir a família, e que, após todos esses anos na penitenciária, Antônio teria fugido depois de ter recebido uma quantia de dinheiro de sua mãe. O Diário de Natal publicou, no mesmo dia 19/04/1978, uma matéria intitulada "Assassino do comerciante Jaime Moreira, o mais novo fugitivo da Colônia Penal" (Ver anexo F - DIÁRIO DE NATAL, 1978). Na matéria, o jornal discorre as mesmas informações sobre a fuga de Antônio Martins da Colônia Penal, todavia, não cita as informações descritas na Tribuna, fazendo apenas um pequeno recorte do ocorrido com o comerciante.

Com base nas análises realizadas desde o início da leitura sistemática do jornal Tribuna do Norte, atento-me a perceber as formas de produção de sentido que cada jornal, ao publicar suas matérias, transmite. Tendo em vista que essa produção de sentido é perpassada por diversas conjunturas sociais e que é a partir da leitura que temos de determinado texto ou colocação que analisamos qual efeito nos foi produzido, entendendo que cada transmissão de informação chega de modos diferentes para cada receptor.

Durante a pesquisa, foi possível estabelecer bases teóricas que nos foram apresentadas pelo professor, permitindo uma melhor visualização e leitura dos materiais, bem como a criação de conexões interpretativas e teóricas para todo o conjunto de informações coletado. Dentre as leituras realizadas, destaca-se FRY, Peter. "Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira", especificamente os capítulos III e IV. Para fins desta pesquisa, deter-me-ei ao capítulo IV, no qual Peter Fry aborda a construção histórica da homossexualidade no Brasil, trazendo à tona a discussão sobre a retirada desse pensamento – antes voltado para o campo da medicina e da psicologia – para ser pensado agora como antropologia social. O capítulo apresenta uma faceta da discussão sobre homossexualidade no Brasil, trazendo perspectivas até então pouco exploradas, além de abordar a forma como certos assuntos são tratados na vida cotidiana. A título de exemplo, retomo a matéria analisada em nossa pesquisa, pois, como Fry demonstra nesse capítulo, a maneira como abordamos e tratamos como "desviantes" e "anormais" os indivíduos que assumem sua sexualidade perante a sociedade é muito do que a matéria da Tribuna do Norte produz: uma inflamação ao tratar de certos assuntos, ora radicalizando e colocando a sexualidade desses indivíduos como parte importante para entender a publicação sobre as mudanças no cenário LGBTQ no globo.

Em diálogo com o caso, recorro ao texto "A epistemologia do armário", de Eve Sedgwick, no qual a autora discorre sobre como o "armário" se tornou um dispositivo de "segredo", um "mundo privado" que não pode ser mostrado publicamente, mas que, ainda assim, não pôde ser totalmente escondido ou omitido perante a sociedade. Evidenciam-se, assim, as dimensões de "público" e "privado" que transitam no interior da sociedade. No caso do comerciante, temos essas esferas de análise em diálogo, pois a partir da carta publicada na Tribuna, na qual a família pede para que tal suposição – a de que Jaime possivelmente mantinha relações com o acusado – não fosse vinculada à

vítima, sobretudo pela imagem que ele projetava na sociedade da época, Sedgwick aborda exatamente essa questão em seu texto, fazendo-nos refletir sobre esses espaços em que podemos ou não "assumir" esse "segredo", uma vez que o ato de assumi-lo nos coloca em uma posição de vulnerabilidade e de interpretação externa sobre o que se deseja ou não transmitir com a "revelação" dessa "confidência".

Para uma melhor compreensão, trago aqui outra matéria da Tribuna do Norte, datada de 10 de março de 1974, intitulada "Assassinado com duas facadas ao tentar apaziguar confusão" (Ver anexo G - TRIBUNA DO NORTE, 1974). A matéria em questão discorre sobre o assassinato de um homem que estava bebendo no "Bar da Alaíde" quando visualizou, segundo testemunhas, uma briga que ocorria entre o acusado, seus dois amigos e um "pederasta" – termo utilizado pelo periódico. Edvaldo Moreira da Silva, vítima do caso, apelidado de “Tareco”, interveio na briga que estava acontecendo entre os homens e o acusado do assassinato para defender o tal "pederasta" citado na matéria como “Luís”. Quando Ezequiel Ferreira da Silva (acusado do assassinato) parte para cima de Edvaldo Moreira, a fim de defender a si e seus amigos, entra em conflito com a vítima e desfere múltiplas facadas contra ele. Ezequiel foi preso em flagrante e teve um julgamento que se prolongou por considerável período.

Seguindo o mesmo formato de pesquisa, busquei os nomes, endereços e os termos que apareciam na matéria e os inseri na hemeroteca, obtendo, assim, as matérias que versavam sobre o mesmo caso. Da mesma forma que no caso do comerciante, anteriormente citado, viso analisar qual efeito de sentido é despertado ao ler o mesmo caso em jornais diferentes. A matéria do Diário de Natal, datada de 1º de agosto de 1975, intitulada “Júri: na reunião de hoje outra sentença” (Ver anexo H - DIÁRIO DE NATAL, 1975), discorre sobre o caso de “Tareco”, trazendo as informações sobre o ocorrido, como aconteceu a morte, quem eram os envolvidos, se houve ou não briga, trazendo a versão do acusado e seu julgamento; mas, apesar de um ano do ocorrido e dos muitos depoimentos de testemunhas e do acusado, em momento algum o jornal em questão cita o envolvimento da sexualidade de algum participante do caso, o que difere da Tribuna, que usa o termo "pederasta" como forma de designar um homossexual que possivelmente faria parte do ocorrido. Como já citado anteriormente, o termo "pederasta" era tido, na época, como uma forma pejorativa de se referir à sexualidade que aquele indivíduo assumia perante a sociedade. Outro fator a se verificar é o fato de “Luís”, o homossexual citado na matéria da Tribuna do Norte, não ter seu nome completo revelado (sendo que as matérias jornalísticas da época sempre publicavam os nomes, endereços etc.), ao contrário da testemunha, da vítima e do acusado. A mesma informação – o termo utilizado ou o fato de um dos motivos do assassinato ter sido a defesa de “Luís” – não aparece mais em nenhuma das publicações posteriores da Tribuna do Norte. O termo "pederasta" é vinculado, muitas vezes, ao ato de "pederastia", que se refere à prática sexual de um adulto com alguém mais jovem – um adolescente, por exemplo –, de forma consensual ou não. Todavia, esse termo começou a ser amplamente utilizado para retratar homossexuais masculinos de forma pejorativa, associado a expressões como "veado", "fresco", "invertido", "passivo" e outras que apareciam em jornais de grande circulação na capital. O podcast “Radio Novelo” publicou um episódio chamado “Caça Palavras”. No episódio em questão, o podcast traz a investigação de como a palavra "veado" se tornou uma ofensa, saindo de uma marca de cigarro que teve grandes vendas no começo do século XX e passando a ser uma forma de se referir a homens que se relacionavam com outros homens. O podcast relata que o primeiro a ser referenciado com essa palavra foi o próprio dono da marca de

cigarros, José Correia, que foi apontado por jornais da época (mesmo sem nenhuma prova concreta) como um “veado” por estar supostamente se relacionando com outros homens, mesmo sendo um homem casado. O episódio traz outras referências de termos que adquiriram, ao longo dos anos, outros sentidos, o que trazia para o leitor das matérias jornalísticas múltiplas interpretações, como é o caso das palavras “transviados”, “desviantes” e “pederasta”, também mencionadas no podcast.

Como exemplo dessas palavras que causam ao leitor diferentes efeitos de sentido, trago uma matéria publicada pela Tribuna do Norte, datada de 04/06/1971, intitulada “Casal de velhos transviados presos quando bagunçaram bar” (ver anexo I - TRIBUNA DO NORTE, 1971). Na matéria em questão, temos que um casal – Domingos Alves e Raimunda Ferreira – foi preso num bar nas imediações da Rua Coronel Estevam, por estarem promovendo grande desordem. A palavra empregada no título da matéria, como referido anteriormente, transmite ao leitor múltiplos sentidos, mesmo que na leitura da matéria não haja nada referente à sexualidade dos indivíduos; tal expressão também é usada para designar homens que se relacionam com outros homens, como explicitado no podcast da Rádio Novelo. Com isso, temos que, ao ler as matérias jornalísticas em questão, analisamos sempre o que nos é produzido como leitor daquele texto, ou seja, tentamos tecer uma linha entre o que está escrito no texto e o efeito que me é produzido ao ler, qual reação produz ao escutar determinados textos e quais diferenças sinto como leitor ao ler diferentes periódicos tratando do mesmo assunto. O Diário de Natal também publicou o mesmo caso, com uma matéria datada de 05/06/1971 intitulada “Não era cego e pediu esmola. Ontem se embriagou com mulher” (Ver anexo J - DIÁRIO DE NATAL, 1971). A matéria em questão discorre sobre o mesmo caso da Tribuna do Norte, todavia, é intitulada de forma diferente, produzindo ao leitor outra reação sobre a matéria, não conduzindo a uma interpretação voltada à sexualidade dos indivíduos. É importante destacar que, como Peter Fry coloca em seu texto e é reforçado nesta matéria, há uma construção social que se forma sobre a sexualidade masculina, e não existe (para os que reproduzem esses termos) uma concordância quando se decide designar alguém, podendo a mesma palavra significar coisas opostas, dependendo do locutor, de sua região ou até mesmo de sua classe econômica.

Outro fator de destaque a ser considerado é que autores como Peter Fry e Eve Sedgwick publicaram seus escritos em um momento em que a "homossexualidade" estava sendo retirada do rol de patologias, não sendo mais considerada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, posteriormente, pela ala da psicologia e psiquiatria, como uma doença mental. Com essas novas normativas, alguns países demoraram a aceitar tais mudanças, e outros não tanto. Entretanto, é importante lembrar que, mesmo diante de todas essas transformações, o movimento LGBTQIAPN+ não deixou de ser alvo de preconceitos e violências, havendo até hoje muitas pessoas que sofrem e mantêm sua sexualidade em um movimento eterno de "saída" ou não do "armário".

Conclusão

Conclui-se que o presente trabalho tem como objetivo investigar as produções de sentido percebidas durante a análise das matérias jornalísticas sobre casos criminais, tendo como principal enfoque a Tribuna do Norte e o Diário de Natal. A partir de suas

colunas, é possível verificar, os efeitos de sentido que cada um dos casos de violência que permeiam a sexualidade dos indivíduos produz. Destaca-se, ainda, que, no recorte temporal delimitado (década de 1970), ocorriam inúmeras transformações no cenário LGBT internacional, o que também influenciava as expressivas ondas de termos e frases empregados de forma pejorativa por esse meio de comunicação, potencializando, os setores conservadores da cidade. Aponta-se, ademais, que o trabalho ora apresentado integra uma pesquisa mais ampla, ainda em processo, e que, portanto, não se encerra com estas considerações/ trabalho, visto que ainda nos debruçamos sobre a totalidade das matérias jornalísticas, os espaços de sociabilidade da capital e toda a memória que o movimento LGBTQIAPN+ vem construindo ao longo das décadas no Rio Grande do Norte.

Acreditamos que esta pesquisa possa contribuir não apenas para estudos posteriores sobre sexualidade, gênero e sociabilidade, mas também como forma de resgate e preservação de uma história frequentemente apagada da memória cotidiana, que negligencia toda uma trajetória de luta e resistência que perpassa, até os dias de hoje, a vida daqueles que revelam ou ocultam esse "segredo" perante a moral da sociedade. Ressalta-se, também, que os estudos acerca da vida e do percurso daqueles que vivenciaram décadas de mudanças sociais devem ser constantemente analisados, pois, por meio deles, obtêm-se informações valiosas sobre o próprio território. Tais elementos perpassam a arquitetura urbana, os meios de comunicação mais utilizados na época, as festividades, a representação da criminalidade, os bairros e suas respectivas divisões, o turismo, entre outros aspectos. Assim, mesmo que de forma imperceptível em um primeiro momento, esses estudos narram a construção e o desenvolvimento de uma cidade que carrega inúmeras e significativas transformações ao longo dos anos.

Referências

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./junho. 2007.

FRY, Peter. Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar,

MILK: a voz da igualdade. Direção de Gus Van Sant. Produção de Dan Jinks e Bruce Cohen. Estados Unidos: Focus Features, 2008. 1 DVD (128 min).

Lopes, Paulo Victor Leite. Sexualidade e construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimentos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504865/bytestreams/content/content?filename=Paulo+Victor+Leite+Lopes.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

RÁDIO NOVELO APRESENTA. [Locução de]: Branca Vianna. Entrevistadores: Vinicius Luiz e Mariana Filgueiras. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 13 de nov.2025. Podcast. Disponível em:

https://open.spotify.com/episode/6KdQdcflf42nQyPfJ01EHy?si=0c92b702ac4a40d1. Acesso em: 30 mar. 2026.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005. 120 p. ISBN 85-205-0407-8.

Anexos



ANEXO A - DIÁRIO DE NATAL. “Comerciante sequestrado em Natal. É exigido um resgate de 60 mil cruzeiros”. 26 mar. 1976.



ANEXO B - TRIBUNA DO NORTE. “Homossexualismo foi quem levou bandido a sequestrar comerciante”. 31 mar. 1976.



ANEXO C - TRIBUNA DO NORTE. “Bandido do sequestro nunca teve mulheres em vida. 31 mar. 1976”.



ANEXO D - TRIBUNA DO NORTE. [Carta da família de Jaime Moreira]. 01 abr. 1976.



ANEXO E - TRIBUNA DO NORTE. “Sequestrador que matou comerciante fugiu da prisão levando 25 mil cruzeiros”. 19 abr. 1978



ANEXO F - DIÁRIO DE NATAL. “Assassino do comerciante Jaime Moreira, o mais novo fugitivo da Colônia Penal". 19 abr. 1978.



ANEXO G - TRIBUNA DO NORTE. “Assassinado com duas facadas ao tentar apaziguar confusão”. 10 mar. 1974.



ANEXO H - DIÁRIO DE NATAL. “Júri: na reunião de hoje outra sentença”. 1º ago. 1975.



ANEXO I - TRIBUNA DO NORTE. “Casal de velhos transviados presos quando bagunçaram bar”. 04 jun. 1971.



ANEXO J - DIÁRIO DE NATAL. “Não era cego e pediu esmola. Ontem se embriagou com mulher”. 05 jun. 1971

CÓDIGO: HS1703

AUTOR: DIOGO ALMEIDA DA SILVA

ORIENTADOR: ELISETE SCHWADE

TÍTULO: Mapeando perspectivas de gênero em contextos educativos

Resumo

O presente trabalho, intitulado "Mapeando perspectivas de gênero em contextos educativos", investiga a presença das discussões de gênero e sexualidade na formação inicial de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento dos componentes curriculares das licenciaturas, com o objetivo de identificar a inserção dessas temáticas nas matrizes curriculares e analisar as implicações de sua ausência ou abordagem limitada na formação docente. O levantamento evidenciou lacunas significativas, sobretudo nas licenciaturas de Ciências Exatas, na incorporação dessas discussões aos currículos. Como estratégia complementar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com licenciandas/os de diferentes cursos, cujos relatos apontaram para a presença reduzida ou o apagamento dessas questões nas experiências formativas. Os resultados indicam limites na efetivação da perspectiva de gênero como dimensão transversal da formação docente, evidenciando a necessidade de ampliar espaços de discussão sobre gênero e sexualidade nas licenciaturas. Tal lacuna suscita reflexões sobre o preparo de futuras/os professoras/es para lidar com as demandas e relações que atravessam o cotidiano escolar, sobretudo nas escolas públicas. Nesse sentido, a pesquisa reafirma a formação inicial como espaço fundamental para a construção de práticas educativas comprometidas com a diversidade e enfrentamento das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Formação docente; Transversalidade; Educação.

TITLE: Gender; Sexuality; Teacher Education; Mainstreaming; Education.

Abstract

The present work, entitled "Mapping Gender Perspectives in Educational Contexts," investigates discussions of gender and sexuality in initial teacher education at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The research surveyed curricular components of undergraduate teacher education programs to identify the incorporation of these themes and the implications of their absence or limited approach. The results revealed significant gaps, particularly in programs in the Exact Sciences. Semi-structured interviews with students from different programs reinforced these findings, indicating limited presence or erasure of these issues in their educational experiences. The findings

indicate limitations in implementing gender perspectives as a transversal dimension of teacher education and highlight the need to expand discussions of gender and sexuality in undergraduate programs. This gap raises questions about the preparation of future teachers to address the demands and relationships that permeate everyday school life, particularly in public schools. Thus, the research reaffirms initial teacher education as a fundamental space for developing educational practices committed to diversity and addressing gender inequalities.

Keywords: Gender; Sexuality; Teacher Education; Mainstreaming; Education.

Introdução

O plano de trabalho está voltado para o mapeamento da incorporação de gênero e sexualidade em contextos educativos, por meio da organização de dados que indicam desafios para uma efetiva transversalidade. O contexto desse plano está nos limites mencionados para a incorporação da perspectiva de gênero na agenda pública que organiza políticas educacionais e suas reverberações nos processos de escolarização. A categoria transversalidade foi se evidenciando no percurso das reflexões. No campo da educação, sintetiza o argumento para inclusão de temas que contribuam para ampliar a formação escolar cidadã e crítica, notadamente referências à diversidade, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais, gênero e sexualidade e questões ambientais. É também uma referência na formulação e efetivação de políticas públicas, como resultado de demandas das organizações feministas e de mulheres, particularmente na agenda definida na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing (China, 1995). Conforme argumentam Lourdes Bandeira e Tania Almeida (2013), foi nessa Conferência que a estratégia designada por “gendermainstreaming” foi reconhecida como transversalidade de gênero (p. 40). Desde então, vem sendo adotada na documentação produzida, visando à incorporação do status das mulheres em diferentes dimensões da sociedade, com repercussões jurídicas e administrativas, tais como educação e segurança. “Transversalidade de gênero deveria ser aspecto vinculante a ser assimilado pelas políticas propostas pelo Estado em cada área governamental” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 40), em contraste com um ministério ou secretaria específica. Essa perspectiva também se repete em diferentes documentos e acordos internacionais. Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, as referências a gênero e educação estão explicitadas nos Objetivos 5, “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, e 4, “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, com destaque para a meta 4.5, que prevê, até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis. Nessa direção, tornar a perspectiva de gênero transversal envolve não somente planejamento e ações, mas sobretudo a construção de políticas em processos decisórios, a integração intersetorial e a participação de organizações coletivas e movimentos sociais. A proposta busca refletir sobre os sentidos, significados e entraves da transversalidade em contextos e processos educativos, a partir de uma abordagem antropológica, fundamentada nos estudos de gênero e na antropologia feminista. Busca identificar limitações e

possibilidades, inclusive no desafio de pensar o transversal como categoria de análise, considerando questões como: quais instituições, espaços, recursos, movimentos sociais e sujeitos são mobilizados no delineamento de políticas públicas para a transversalidade de gênero na educação? Como isso se manifesta nas dinâmicas e configurações das práticas educativas? Quais as possibilidades de ampliar a compreensão sobre diversidade e incorporação de gênero e sexualidade em contextos educativos a partir das intersecções entre diferentes marcadores sociais? Nesse sentido, o desenvolvimento do plano envolverá levantamento e organização de dados em três frentes: o cotidiano das interações e processos de ensino-aprendizagem nas escolas; as iniciativas legislativas e atos do Executivo; e as referências ao tema na formação inicial, especialmente nas licenciaturas.

Metodologia

Utilizando como referente a etnografia e a possibilidade de uma organização em totalidade que está associada a essa abordagem teórico metodológica (GEERTZ, 1978), o plano de trabalho tem o propósito de aprendizados sobre o tema do gênero em contextos educativos, mas também as práticas, percursos decisórios, as atuações de diferentes sujeitas/os envolvidas/os. Uma reflexão a partir da organização em escalas, onde a totalidade emerge de contrastes e comparações, envolvendo legislações em diferentes níveis, formação de docentes e registro do cotidiano de processos de escolarização. A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, articulada aos pressupostos da antropologia feminista, que privilegia a produção de conhecimentos situados e atenta às relações de poder e às desigualdades estruturais. Inicialmente, realizou-se o levantamento das matrizes curriculares e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas da UFRN, com o objetivo de identificar a presença ou ausência de componentes curriculares, obrigatórios ou optativos, voltados às discussões de gênero e diversidade sexual. Os dados obtidos foram sistematizados e organizados em tabelas e gráficos, possibilitando uma análise comparativa entre os diferentes cursos. Em uma segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes de diferentes licenciaturas, buscando compreender as percepções desses futuros docentes acerca da abordagem, do apagamento total ou parcial e das possíveis lacunas relacionadas a essas questões ao longo de suas trajetórias formativas. As entrevistas e as observações realizadas durante o processo de pesquisa foram registradas em diário de campo, constituindo material complementar para a análise qualitativa dos dados.

Resultados e Discussões

O Mapeamento Curricular na UFRN

A análise do mapeamento das matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) revelou uma acentuada disparidade na distribuição e na modalidade de oferta das discussões sobre gênero e sexualidade na formação docente. Nos 13 cursos de licenciatura pertencentes ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), mapearam-se 20 disciplinas ao todo, divididas igualmente entre 10 obrigatórias e 10 optativas, o CCHLA tem 13 cursos de licenciatura, mas apenas 11 apresentam a discussão a respeito da temática. O curso de Ciências Sociais destacou-se com a maior presença temática em 6 disciplinas, seguido por Artes Visuais 3, Filosofia 2 e Letras - Inglês 2. Cursos como Dança, Teatro e Educação Intercultural Indígena garantem a abordagem mediante uma única disciplina obrigatória, enquanto História, Letras - Francês, Letras - Espanhol e Letras - Português tratam o assunto de maneira exclusivamente optativa. Em contrapartida, constatou-se o apagamento total da pauta nas matrizes de Geografia e Libras.

Fora do CCHLA, a escassez de abordagens transversais mostra-se ainda mais exacerbada. A Escola de Música da UFRN (EMUFRN), não apresenta nenhuma disciplina voltada à temática em seu curso de Licenciatura em Música. No Centro de Educação (CE), o curso de Pedagogia disponibiliza apenas uma matéria optativa. No Centro de Ciências da Saúde (CCS), a Educação Física conta com uma disciplina optativa. Já no Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET), Física conta apenas com uma disciplina optativa, em contrapartida, o curso de Matemática apresenta apenas uma única matéria obrigatória, (enquanto Química não possui oferta), cenário que se repete no Centro de Biociências (CB), com ausência total de disciplinas na licenciatura em Ciências Biológicas. Essa distribuição evidencia uma lógica do senso comum que confina a temática de gênero ao campo das Ciências Humanas e, mesmo neste, frequentemente restrita a escolhas optativas dos estudantes. Desconsidera-se, assim, que a prática docente, independentemente da área de especialidade, lida ininterruptamente com corpos, subjetividades e dinâmicas de poder no ambiente escolar.

A Percepção dos Licenciandos e as Lacunas Formativas

Ao situarmos na discussão, a articulação presente na interface entre a Antropologia e a Educação (Pereira, 2017) tem sido definida pela alteridade e centralidade etnográfica em dialogo com a Antropologia Feminista (Boneti, 2011), o que proporcionou uma abordagem atenta às entrevistas semiestruturadas. Os licenciandos/as dos diversos centros acadêmicos (CCHLA, CE, CCET, CB, CCS e EMUFRN) corroboram com os dados mapeados. Os estudantes relataram a invisibilização sistemática das questões de gênero em suas trajetórias universitárias, apontando que o silenciamento se adensa nas áreas de ciências exatas, da natureza e por vezes até nas áreas de humanas, (como é o caso dos cursos de Geografia, Libras e Música). Como registrado em campo, uma das discentes assinalou que, “muitas vezes, quando o assunto emerge, ocorre de forma tangencial” (Diário de Campo, 2026). Os relatos dos graduandos expõem como o déficit de repertório teórico na graduação gera um profundo sentimento de insegurança profissional para acolher identidades e mediar conflitos no chão da escola. Esse cenário reflete a

distância entre a prática universitária e os marcos de gender mainstreaming e transversalidade (Bandeira; Almeida, 2013; Agenda 2030, ODS 4 e 5), demonstrando que a omissão curricular compromete a consolidação de uma formação docente crítica e inclusiva.

Cenas Escolares e a Intervenção Pedagógica Agonística

Essa fragilidade na formação inicial projeta-se diretamente no cotidiano da educação básica, materializando-se em "cenas escolares" (Seffner, 2020) atravessadas por violências e estigmas naturalizados. Durante a inserção em campo numa escola pública, presenciou-se um episódio em que uma aluna foi agredida física e verbalmente por sua mãe no pátio escolar após a revelação de sua gravidez, acompanhada pela zombaria de outros estudantes. Diante de acontecimentos desse porte, a omissão ou o despreparo da equipe pedagógica evidenciam que a ausência de embasamento crítico impede ações transformadoras. Conforme pondera (Seffner, 2020), o enfrentamento dessas situações exige do docente uma postura pautada no caráter agonístico: em vez de se omitir ou adotar uma conduta estritamente moralizante, o professor deve instituir um espaço de acolhimento, debate e reflexão sobre as determinantes sociais do conflito. Essa desconstrução de conceitos e práticas exige o engajamento e o reposicionamento dos sujeitos, desafiando-os a rever noções preconcebidas e naturalizadas sobre família, gênero, sexualidade e religião, um deslocamento que, muitas vezes, gera desconforto nos próprios docentes. Ademais, as práticas educativas voltadas à promoção da diversidade refletem-se em processos históricos que dialogam com diferentes espaços, movimentos coletivos e produções de conhecimento, consolidando o gênero como uma categoria analítica fundamental. Dessa forma, (Schwade; Porto, 2016), mais do que ensinar sobre gênero e diversidade, o professor deve instaurar dentro da escola uma discussão crítica a respeito da temática para evidenciar que o conceito de gênero é atravessado por diversos marcadores sociais. Em suma, a articulação entre o mapeamento curricular, a escuta dos licenciandos e a observação da escola pública confirma que a transversalidade de gênero constitui ferramenta analítica e política indispensável para capacitar os futuros professores a atuar na mediação de conflitos e na promoção da equidade no espaço educacional.

Conclusão

Nesse sentido, os resultados permitem compreender que a transversalidade de gênero não se restringe à inclusão de componentes curriculares específicos, mas envolve a própria concepção de formação docente e a capacidade de reconhecer os marcadores sociais que atravessam as relações educativas. A perspectiva transversal pressupõe, portanto, que essas discussões possam perpassar diferentes áreas do conhecimento e não permaneçam circunscritas a determinados campos disciplinares ou à escolha individual de estudantes. A pesquisa aponta, assim, para a necessidade de ampliar os espaços de discussão sobre gênero e sexualidade nas licenciaturas, considerando a formação inicial

como dimensão fundamental para a construção de práticas pedagógicas capazes de lidar criticamente com a diversidade e com as desigualdades presentes no cotidiano escolar. Mais do que identificar a ausência dessas temáticas, o mapeamento permite problematizar os próprios limites da formação docente e as condições oferecidas pela universidade para que futuras/os professoras/es possam interpretar e intervir diante das diferentes situações que constituem a experiência escolar. Dessa forma, a articulação entre o levantamento curricular, a escuta das/os licenciandas/os e a experiência em campo contribui para compreender a transversalidade de gênero como uma questão formativa, analítica e política, fundamental para pensar a formação docente e os processos educativos contemporâneos.

Referências

BANDEIRA Lourdes Maria; ALMEIDA Tânia Mara Campos A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Revista do Ceam, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013

BAZZO, J. E SHELIGA, E. Etnografias em contextos pedadógicos: alteridades em jogo. Revista Campos: Volume 22, numero 1, 2021.

BAZZO, Juliane . Falar de bullying sem dizer do gênero: dilemas do Programa Nacional de Combateà IntimidaçãoSistemática nas escolas brasileiras (Lei n. 13.185/2015) AnuárioAntropológico, número 45, 2020

BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia Feminista - o que é esta antropologia adjetivada? BONETTI, Alinne de Lima e LIMA e SOUZA, Ângela Maria Freire de. Gênero, mulheres e feminismos. Salvador: EDFUBA/NEIM, 2011.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento SustentáveL. https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Do controverso chão da escola ãs controvérsias da etnografia. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 149-176, set./dez. 2017. Petrópolis: Vozes, 7a ed., 2004.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, abr./2020.

SCHWADE, E. Práticas educativas, gênero e sexualidades em contextos. In: GIL, Carmen Gregório, ALCAZAR, Ana e VALCUENDE, José maria. NuevasCartografias de laSexualidad. Espanha, Edita Universidad Granada, Coleção Feminae, 2020. Vol 1

SCHWADE, Elisete , PAIVA, Irene 2014. Nas resistências: ação política, jovens e mulheres no MST e Assentamentos Rurais. In: Vivência Revista de Antropologia. Número 43. RN: PPGAS, 2014.

SCHWADE, Elisete; PORTO, Rozeli. O Ensino de Antropologia na Capacitação de Educadoras/es: experiências subjetivas em processo. In: Anthropologicas. UFPE: 2016.

Anexos



Gráficos e tabelas

CÓDIGO: HS1712

AUTOR: NICOLE ARRUDA CAMARA RAMOS

COAUTOR: YANKO MARCIUS DE ALENCAR XAVIER

ORIENTADOR: PATRICIA BORBA VILAR GUIMARAES

TÍTULO: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E COOPERATIVAS DE ENERGIA NO BRASIL: OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DEMOCRÁTICA

Resumo

O artigo examina a atual estrutura legal a respeito da mudança do setor energético brasileiro, visando fomentar a regulação da atividade cooperativa como meio para promoção da democracia energética. A pesquisa objetiva traçar paralelo entre o arcabouço regulatório da Geração Distribuída e as especificidades do modelo cooperativo. Por conseguinte, a metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise hermenêutica da legislação vigente, especificamente a Lei nº 14.300/2022 e a Lei nº 5.764/1971, além de regulamentação infralegal da ANEEL. Através das Notas de Orientação da Aliança Cooperativa Internacional, observou-se a incidência dos princípios do cooperativismo e a influência da Constituição Federal no estímulo à atividade, devido à sua função social. Constata-se que as comunidades de energia encontram no cooperativismo a proteção da extrafiscalidade pelo afastamento da incidência de tributos e de finalidade de lucro sobre a energia compartilhada. Isso possibilita gestão democrática, inibindo impostos predatórios e democratizando a aquisição de estruturas de alto custo por cidadãos comuns. Conclui-se que o cooperativismo consolida-se como motor institucional para concretizar uma transição energética justa, promovendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 7 e 13. Destarte, o sucesso desse modelo de geração distribuída demanda a proteção conferida ao ato cooperativo e elaboração legislativa para a adoção de medidas que os preconizem.

Palavras-chave: Democracia Energética; Geração Distribuída; Cooperativismo

TITLE: Citizen Participation and Energy Cooperatives in Brazil: Challenges and Potential for a Democratic Energy Transition

Abstract

The article examines the current legal framework regarding the change in the Brazilian energy sector, aiming to foster the regulation of cooperative activity as a means for the

promotion of energy democracy. The research aims to draw a parallel between the regulatory framework of Distributed Generation and the specificities of the cooperative model. Consequently, the methodology is based on a bibliographic review and hermeneutic analysis of current legislation, specifically Law nº 14300/2022 and Law nº 5764/1971, in addition to infralegal regulation by ANEEL. Through the Guidance Notes of the International Cooperative Alliance, the incidence of the principles of cooperativism and the influence of the Federal Constitution in stimulating the activity were observed, due to its social function. It is noted that energy communities find in cooperativism the protection of extrafiscality by the removal of the incidence of taxes and of profit purpose on shared energy. This enables democratic management, inhibiting predatory taxes and democratizing the acquisition of high-cost structures by ordinary citizens. It is concluded that cooperativism consolidates itself as an institutional engine to achieve a just energy transition, promoting Sustainable Development Goals, SDGs 7 and 13. Thus, the success of this distributed generation model demands the protection granted to the cooperative act and legislative development for the adoption of measures that advocate.

Keywords: Energy Democracy; Distributed Generation; Cooperativism.

Introdução

No Brasil, o cooperativismo recebe tratamento diferenciado da criação ao funcionamento, notadamente porque há estímulo à atividade conferido por meio da Constituição Federal de 1988, em seu art. 174, §2°, o qual dispõe que a lei deve apoiar e estimular o cooperativismo. Isso se deve à significativa função social na atividade cooperativa, reconhecida internacionalmente. Conforme o jornal português A voz do Operário (2025), há exemplos por toda a Europa de que comunidades de energia criam coesão social, promovem a democracia energética e podem ser estratégia pública de justiça climática e de combate à pobreza energética, uma vez que as cooperativas não visam o lucro da atividade econômica, mas o bem-estar dos seus cooperantes, os quais tomam decisões democraticamente em assembleias. Uma cooperativa é, segundo a declaração adotada em 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente”.

O presente artigo examina a atual estrutura legal a respeito da mudança do setor energético brasileiro, visando fomentar a regulação da atividade cooperativa como meio para promoção da democracia energética. Nesse sentido, convém identificar o marco jurídico e regulatório das cooperativas de energia no Brasil, alinhado com os princípios norteadores do cooperativismo. Com efeito, a atividade cooperativa relaciona-se diretamente com sua função social conduzindo para um gerenciamento democrático e participativo e, quando inserido em uma comunidade de energia, necessita de adoção de uma estrutura jurídica e observância aos princípios orientadores para tornar-se uma cooperativa de energia.

Para além da participação ativa na produção e consumo, as comunidades de energia encontram no cooperativismo a proteção da extrafiscalidade pelo afastamento da incidência de tributos e de finalidade de lucro sobre a energia compartilhada entre os próprios associados. De acordo com Veelen e Horst (2018), o conceito de Democracia

Energética tem se popularizado no que concerne à transição para um baixo teor de carbono, por meio de transformação socioeconômica e política mais ampla. Esse processo envolve a descentralização do setor privado, voltado para a participação ativa de iniciativas locais, como é o caso das cooperativas, as quais são entidades organizacionais ideais para implementar a democracia energética e econômica, direcionando os cidadãos na criação de um futuro mais sustentável.

Esta pesquisa cumpre o objetivo de analisar sob perspectiva jurídica o arcabouço regulatório da Geração Distribuída e da Geração Compartilhada no Brasil, para entender os limites e as oportunidades do modelo cooperativo como um mecanismo de democracia associativa no setor de energia, assim como, verificar se o marco legal da geração distribuída é suficiente para cumprir a previsão constitucional de incentivo às cooperativas, com foco na produção de energia renovável. Ademais, visa analisar se o modelo promove a democracia energética para a coletividade, no território nacional, por meio de constatação metodológica decorrente de revisão bibliográfica da literatura acadêmica e doutrinária, e hermenêutica da legislação vigente, base para a compreensão da atividade cooperativa no setor energético brasileiro, e regulamentação infralegal, quanto à compensação, à distribuição e à cobrança sobre o prossumidor.

Metodologia

A pesquisa baseia-se em uma metodologia de revisão da literatura acadêmica e doutrinária, e comparação teórica e lógico-dedutiva. Outrossim, esta pesquisa confere análise hermenêutica e dogmática da legislação vigente, haja vista as leis nº 14.300/2022 e nº 5.764/1971, base para a compreensão da atividade cooperativa no setor energético brasileiro, bem como regulamentação infralegal, como é o caso da atuação promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio das Resoluções Normativas: nº 482/2012, quanto à compensação; nº 1.000/2021, quanto à distribuição; e nº 1.059/2023, no que se refere à cobrança sobre o prossumidor.

Resultados e Discussões

2. COOPERATIVAS COMO MEIO PARA A DEMOCRACIA ENERGÉTICA

2.1 Arcabouço jurídico-regulatório da Geração Distribuída

Anteriormente à Lei nº 14.300/2022, a geração distribuída no Brasil era regida pela Resolução Normativa nº 482, editada em 2012 pela Agência Nacional de Energia Elétrica, um instrumento infralegal que carecia de previsão legal para garantir segurança jurídica de longo prazo aos investidores, financiadores e consumidores. Esta Resolução estabeleceu condições gerais para Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica – MMGD e Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, verificando inovações que aliam economia financeira, consciência socioambiental e autossustentabilidade. Apesar das suas limitações na regulação da atividade, foi através dessa resolução, que o consumidor brasileiro pôde gerar sua própria energia elétrica a

partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada, bem como fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade, para posterior compensação do consumo de energia (BRASIL, 2022) e, mais tarde, a ANEEL veio a estabelecer regras quanto à distribuição, direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço, com a Resolução Normativa nº 1.000/2021.

O modelo de Geração Distribuída (GD) foi impactado pela adoção da política de incentivo econômico desenvolvida pela ANEEL, na qual tem apresentado números expressivos desde a sua implementação. Dentre os arranjos jurídicos na GD, a geração compartilhada trazia apenas consórcio e cooperativa como instrumentos jurídicos permitidos para aderir ao SCEE, estes advindos do que preconiza a Constituição Federal de 1988 sobre o incentivo, a fiscalização e o planejamento ao cooperativismo, por intermédio do § 2º do artigo 174. A CF reconhece que o modelo não possui fim lucrativo e introduz tratamento especial para a atividade cooperativa, com aplicação de benefícios fiscais aos membros associados ao blindar a incidência de impostos. Por conseguinte, a legislação que define e direciona a atividade cooperativa, Lei nº 5.764/1971, propõe-se a oferecer legitimidade de representação em defesa dos direitos coletivos dos associados, após alteração do artigo 88-A, trazida pela Lei de Liberdade Econômica. O artigo 79 da mesma lei denomina atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, para a consecução dos objetivos sociais, sem implicar em operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. De acordo com Mendonça, Oliveira e Xavier (2024), a escolha do legislador infraconstitucional em incluir as cooperativas como estrutura jurídica para servir de veículo de adesão ao SCEE, na modalidade de geração compartilhada, se deve à forma de operação, gestão e, principalmente, pelo seu papel econômico e social em promover valores de relevante interesse social, sem a finalidade de obtenção de lucro.

Tauil e Chequer (2022) apontam que além dos já tradicionais consórcios e cooperativas, foi através da GD que passou-se a admitir a reunião de consumidores por meio de condomínios civis voluntários, condomínios edilícios e de quaisquer espécies de associações civis. Outrossim, instituiu um programa específico voltado para o fomento e o financiamento de instalações de sistemas de fontes renováveis para consumidores enquadrados na subclasse residencial de baixa renda. Essa legislação foi de extrema relevância para a descentralização da produção energética no Brasil.

Em 2023, após consecutivas atualizações para implementação do modelo no setor de energia, foi incluída a previsão da ANEEL quanto à cobrança sobre o prossumidor, aquele que, segundo Xavier e Melo (2024), é o produtor e consumidor da geração própria. O prossumidor de energia é um consumidor que também produz eletricidade para atender suas próprias necessidades ou vender, armazenar e trocar o excedente, quando gera mais do que consome (Ford; Whitaker; Stephenson, 2016). Ao preencher lacuna institucional, os regulamentos da ANEEL dispuseram de diretrizes mais claras para a segurança jurídica da atividade no setor energético, adaptando-se às disposições provenientes da Lei nº 14.300, de 7 de janeiro de 2022, bem como aos estudos promovidos desde 2018, consolidando as disposições anteriores referentes à MMGD e ao SCEE nas condições gerais de fornecimento de energia (BRASIL, 2022).

Conforme Ferreira (2025), a concretização do potencial das Comunidades de Energia Renovável depende do alinhamento com três pilares, sendo eles o enraizamento local, a governança democrática e a participação direta. Essa estrutura não se encontra presente

no autoconsumo liderado por empresas, mas nas comunidades de base local, pois apenas elas promovem a governança democrática e o enraizamento local real.

2.2 Princípios do cooperativismo

No que concerne à atribuição de valor às normas extraídas da legislação supramencionada, através das Notas de Orientação da Aliança Cooperativa Internacional (2015), pode-se vislumbrar a incidência de sete princípios que regem a atividade cooperativa. Segundo a organização da ACI, os princípios que regem a atividade são: adesão voluntária e aberta; controle democrático dos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas (intercooperação); e preocupação com a comunidade. Tais princípios atuam como base para os órgãos sociais de uma cooperativa, de modo a guiar suas atividades rumo aos seus objetivos essenciais, isto é, satisfazer as necessidades econômicas, sociais e culturais dos seus membros e promover o bem-estar comunitário, de forma democrática e autônoma.

Os princípios colacionados nas Notas da ACI estão em harmonia com o artigo 4º da Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971) e artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988. Tal como a comissão da ACI define, o primeiro princípio determina que o ingresso, a permanência e a saída na cooperativa são livres para aqueles que desejam utilizar seus serviços, sendo vedada qualquer discriminação de ordem política, social, racial ou religiosa. Klein (2014) enfatiza que a legislação nacional difere apenas no que dispõe sobre à exceção ao quantitativo ilimitado de associados, quando houver impossibilidade técnica de prestação de serviços.

O controle e as diretrizes são definidos pelos próprios cooperados de forma paritária, visando a democracia entre membros, aos quais corresponde apenas um voto, independentemente da quantia de capital que o indivíduo possua na sociedade, bem porque os excedentes financeiros gerados pela cooperativa são distribuídos aos membros de forma estritamente proporcional ao volume de operações que cada um realizou com a entidade, de modo que os segundo e terceiro princípios são interligados Klein (2014). Durante uma sessão, com membros do comitê da ACI, foi apresentada a pesquisa sobre identidade cooperativo, na qual foi enfatizada preocupação sobre as leis cooperativas que não se encaixam na identidade cooperativa. Como exemplo, ele apontou a Lei de Associação Cooperativa Limitada de seu país, que concede direitos de voto a “membros” investidores não usuários (ACI, 2022). Isto é, para além da participação, importa destacar que a autonomia e independência devem proteger essas entidades de intervenções externas que podem ameaçar a produção e distribuição entre membros ao passo que tentam priorizar lucro em detrimento da associação. Por essa razão, é fundamental a educação dos membros associados, para que sejam preparados e capacitados.

Por conseguinte, os princípios basilares do cooperativismo são na realidade esteio para fomentar seu desempenho. Aliás, é através da intercooperação que as cooperativas atingem melhores resultados e fortalecem o movimento ao trabalharem em conjunto com outras cooperativas, formando redes e estruturas locais, regionais e internacionais. O sétimo e último princípio representa a responsabilidade social do negócio. Este pode ser compreendido como o mais importante, ao passo que manifesta o interesse social, pois, segundo a Aliança Cooperativa Internacional (2015), todas as cooperativas devem atuar

em prol do desenvolvimento sustentável e do bem-estar da comunidade na qual estão inseridas.

2.3 Função social das cooperativas

Para Vansintjan (2015), as REScoops (Cooperativas de Energia Renovável), são essenciais para manter os “bens comuns", como sol, vento, água, nas mãos dos cidadãos. Segundo ele, a cooperação transnacional e a resistência ao lobby das grandes empresas de energia podem garantir que os benefícios econômicos permaneçam na economia local. Essa caracterização de energia renovável como bem comum, enfatiza a função social das cooperativas para além da distribuição da produção, gerando também uma ferramenta de transformação social que capacita e promove a economia sustentável. Ao retirar o poder das grandes empresas privadas e o devolvê-lo aos municípios e cidadãos (JDE, 2025), Vansintjan nota o potencial para o surgimento de soberania energética e na gestão de bens comuns, através do cooperativismo na democratização do capital e no desenvolvimento regional.

De acordo com Villanueva, Catapan e Lousada (2023), as cooperativas de geração distribuída podem impulsionar novas cadeias produtivas no meio rural partindo do diferencial da conexão entre transição energética e bioeconomia.

Em setembro de 2015, chefes de Estado e de governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York, assinaram acordo que estabeleceu novos objetivos globais para o desenvolvimento sustentável (ODS), visando a implementação completa dessa Agenda até 2030. Para tanto, o objetivo estipulado foi o de erradicação da pobreza, apontando-o como requisito indispensável para desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões: econômica, social e ambiental e divididos em 17 Metas Globais. Em que pese a temática de transição energética, destacam-se a meta 7, que visa energia acessível e limpa, e a meta 13, para o combate às mudanças climáticas (Nações Unidas, 2015).

De fato, o efeito da agenda global para 2030 pode ser observado em comunidades que adotaram o modelo cooperativo para fomentar sustentabilidade. Em seu estudo de caso sobre o projeto “Revolusolar”, Medeiros, Moura e Sá e Ferreira (2024) abordam o combate à pobreza energética em favelas do Rio de Janeiro como meio de inclusão social e emancipação de populações marginalizadas, tratando a energia como um direito universal e não apenas um serviço. A aplicação do cooperativismo em contextos de alta vulnerabilidade com uso da energia solar e integração social tem gerado desenvolvimento sustentável no cenário menos propício, na perspectiva de grandes empresas. As áreas marginalizadas foram conectadas a pelo menos 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e, como resultado, acarretou na redução da criminalidade e na democratização do acesso à energia limpa.

2.4 Diretrizes da União Europeia de comunidades energéticas cidadãs

De acordo com Relatório Especial publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE, 2026), as diretrizes da União Europeia exigem fiscalidade quanto à atividade em comunidades de energia. Se por um lado, as diretivas permitem flexibilidade, autorizando que os cidadãos utilizem modelos alternativos, como o autoconsumo coletivo em edifícios de apartamentos, para partilhar ou vender energia sem a obrigatoriedade de criar uma

nova entidade jurídica complexa, por outro, A Diretiva de Energia Renovável II (DER II) exige expressamente que os governos nacionais realizem e publiquem avaliações sobre o potencial de desenvolvimento das comunidades de energia e os obstáculos legais e administrativos que elas enfrentam. O relatório aponta que a transposição dessa regra falhou na prática, pois metade dos países auditados não comunicou adequadamente essas avaliações à Comissão Europeia.

Para a União Europeia, a energia renovável desempenha um papel fundamental na estratégia a longo prazo para alcançar a neutralidade climática até 2050 e na concretização da transição energética. A União fixou uma meta para a quota de energia de fontes renováveis de, pelo menos, 42,5% até 2030, já tendo 25,4% registados em 2024. A Comissão estimou que metade dos cidadãos da UE poderia produzir até 50% da energia renovável da União até 2050 (TCE, 2026). Importa considerar, em paralelo ao modelo brasileiro, que esse potencial a que o TCE se refere leva em consideração comunidades de energia que não necessariamente são cooperativas de energia, ou seja, algumas delas não adotam os princípios cooperativistas, mas suas próprias diretivas.

2.5 Gestão autônoma e democrática das cooperativas de energia

Meira e Martinho (2018), em seu estudo de caso “Coopérnico”, identificam a cooperativa como a forma jurídica que melhor enquadra os conceitos de justiça e democracia energética, permitindo que cidadãos sejam prossumidores. Por meio de análise dos obstáculos legais que ainda favorecem grandes operadores centralizados, o estudo na referida comunidade defende que a cooperativa é o melhor meio para garantir justiça energética e participação direta. Em abordagem mais crítica, para Ferreira (2023), existe uma certa politização na transição, não apenas tecnocrática, uma vez que a democracia energética pode ser compreendida como um "conceito-discurso-movimento-processo-objetivo-agenda de investigação" que muitas vezes sofre tentativas de definições por visões variadas, mas quando alinhadas com cooperativas e comunidades de energia renovável (CER), empenham-se na descentralização de tecnologias renováveis e “(re)apropriação” da energia por parte dos cidadãos, em oposição ao capitalismo fóssil.

O controle democrático do setor energético, a redistribuição do poder político e econômico enfrentam sempre uma cadeia de disputa para retirar a energia da lógica de mercadoria e tratá-la como bem comum, e, ao final dela, alcançar o direito universal à energia renovável e à justiça social. Não obstante, o princípio do controle democrático e da autonomia é a validação de que a cooperativa é o meio adequado para acessibilizar a produção energética e potencializar a transição justa. A transição para um sistema 100% renovável é a oportunidade para a democracia energética, apesar de seu impacto limitado, estas iniciativas cumprem alguns papéis cruciais, como inovação e experimentação, desenvolvimento e disseminação de conhecimento, mobilização de recursos humanos e financeiros, construção de legitimidade, suporte e conectividade (Holemans e Van de Velde, 2020).

2.6 Proteção da extrafiscalidade

Segundo o Plano Decenal de Expansão da Energia para 2029 (EPE, 2019), as fontes renováveis terão crescimento médio anual de 2,9% na próxima década. Dessa forma, estima-se que o percentual das energias renováveis na matriz energética brasileira alcance 48% em 2029, com 83% de capacidade instalada de geração elétrica renovável, sendo:

64% hidrelétrica, 9% eólica, 9% biomassa e 1% solar. Por outro lado, projeta-se a redução da participação do petróleo e seus derivados para 32% em 2029. Gás natural, carvão e nuclear mantém suas participações relativas na matriz. Quanto ao incentivo fiscal, tendo em vista os vastos recursos, o governo federal brasileiro utiliza a extrafiscalidade e outros mecanismos para estimular setores específicos da matriz energética, manter o perfil sustentável do sistema elétrico brasileiro e contribuir para a perspectiva de custos de operação mais baixos no futuro. Para Energias Renováveis, seja Eólica, Solar, Biomassa ou PCHs, até meados de 2020, projetos de fontes incentivadas recebiam descontos de 50% a 100% nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição ou transmissão (Tusd e Tust). Além disso, o BNDES oferece créditos diferenciados para projetos renováveis, especialmente os que possuem elevado conteúdo nacional. Ações recentes redefiniram incentivos às fontes renováveis, como a consulta pública promovida pela ANEEL para rever a resolução no 482/2012, que estabeleceu o sistema de net metering para a geração distribuída no Brasil (Losekann e Tavares, 2021).

De modo geral, o Brasil tem grande potencial para uma transição energética cidadã, sendo a própria Constituição incentivadora da justiça tributária e ações em defesa do meio ambiente, como prevê o § 3º do Art. 145: “O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente”. No art. 146, III, c, a CF prevê que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributárias sobre adequado tratamento ao ato cooperativo, porém, segundo Freitas e Xavier (2025), embora o marco regulatório tenha ampliado o reconhecimento do cooperativismo, o setor ainda enfrenta a insegurança extrafiscal, cenário que se agrava com as incertezas trazidas pela reforma tributária, quanto ao tratamento diferenciado previsto para atividades de interesse social e regimes especiais. Haja vista que, ao substituir o ICMS, o PIS e a COFINS por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a reforma pretende a uniformização da tributação sobre o consumo e reduzir a complexidade fiscal que historicamente impacta as cooperativas, importa esclarecer que ela deve incorporar políticas extrafiscais consistentes e a harmonização tributária. Nesse sentido, a recente medida do Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026, reafirmou a extrafiscalidade para as cooperativas, ao tempo que ressalvou a incidência sobre os atos cooperativos.

Conclusão

Em suma, conclui-se que o cooperativismo se consolida essencial para concretizar uma autêntica transição energética justa, promovendo adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em específico os ODS 7 e 13. Por sua vez, o sucesso de longo prazo desse ecossistema descentralizado pelo modelo da Geração Distribuída, contudo, demanda a proteção do tratamento adequado e extrafiscal conferido ao ato cooperativo, mas também, seguir os requisitos para sua incorporação.

O avanço das comunidades de energia tem se sujeitado à satisfação de lacunas legislativas remanescentes por resoluções normativas. Portanto, depende do Estado a formulação de aprimoramentos políticas específicas propulsoras da geração justa e adequada ao meio social dos integrantes. Para aplicar de fato o estímulo previsto constitucionalmente, urge que tais políticas vinculem a necessidade de incorporação de comunidades de energia ao

sistema cooperativo, consolidando-o como o elo definitivo entre o desenvolvimento sustentável através da transição e a democracia energética para alcance da justiça social e mitigação de desigualdades.

Referências

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI – Alianza Cooperativa Internacional. Identidad cooperativa: nuestros principios y valores. Bruxelas, 2016. Disponível em: <https://ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>. Acesso em: 16 nov. 2025.

ACI – Alianza Cooperativa Internacional. Notas de orientación para los principios cooperativos. Bruxelas, p. 01-63, 2015. Disponível em: <https://ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>. Acesso em: 16 nov. 2025.

ACI – Alianza Cooperativa Internacional. Principais conclusões da pesquisa da ICA sobre identidade cooperativa. 19 dez. 2022. Disponível em: <https://aciamericas.coop/pt/noticias/principales-conclusiones-de-la-encuesta-de-la-aci-sobre-identidad-cooperativa/>. Acesso em: 07 mar. 2026.

A Voz do Operário (14 jan. 2025). O caso das cooperativas de energia. Disponível em: <https://vozoperario.pt/jornal/2025/01/14/o-caso-das-cooperativas-de-energia/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. BRASIL. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022. Institui o marco legal da MMGD, o SCEE e o PERS; altera as Leis nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jan. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14300.htm>. Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Micro e Minigeração Distribuída. 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/geracao-distribuida>. Acesso em: 10 mai. 2026.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia 2029. Brasília: MME/EPE, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/arquivos/minuta-do-plano-decenal-de-expans-o-de-energia-2029-pde-2029.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2026.

FERREIRA, V. L. S.. Democracia energética em construção? O caso da energia renovável comunitária em Portugal. Tese de Doutorado em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2025.

FERREIRA, V. L. S.. Democracia energética: Quadro conceptual e agenda de investigação para o caso português. Revista Relações Internacionais, Lisboa, n. 79, p. 37-51, set. 2023.

FREITAS, F. A.; XAVIER, Y. M. A.; VIANA, H. R. G.. O papel estratégico das Cooperativas de Energia na transição energética justa e os incentivos fiscais para o seu fomento no Brasil. Prima@Facie, João Pessoa, v. 24, n. 57, p. 52-92, set./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n57.77299>. Acesso em: 10 mai. 2026.

FORD, R.; WHITAKER, J.; STEPHENSON, J.. Prosumer collectives: a review - A report for the Smart Grid Forum. Dunedin. Centre for Sustainability, University of Otago, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305941797_Prosumer_Collectives_-_a_review. Acesso em: 23 mai. 2025.

HOLEMANS, D.; VAN DE VELDE, K.. A Energia dos Cidadãos: Fazer Acontecer a Democracia Energética. Tradução e Revisão: Quercus ANCN. Bruxelas: Green European Foundation, jan. 2020.

JDE – JORNADAS PELA DEMOCRACIA ENERGÉTICA. Relatório das Jornadas pela Democracia Energética. Lisboa, fev. 2025.

KLEIN, F. J.. Estado, empresas e desenvolvimento: princípios normativos de organização do cooperativismo. 2014. 97 f. Dissertação de Mestrado em Economia - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LOSEKANN, L.; TAVARES, A.. Transição energética e potencial de cooperação nos BRICS em energias renováveis e gás natural. Texto para Discussão, n. 2680; Brasília; Rio de Janeiro; Ipea, 2021.

MEDEIROS, I. F.; MOURA E SÁ, P. H. F. L.; FERREIRA, S. M. D.. Cooperação para a sustentabilidade: gestão cooperativa no combate à pobreza energética em favelas no Rio de Janeiro. Anais: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, JURIDICIDADE E DESENVOLVIMENTO (ENGEMA). São Paulo: FEA/USP, 2024.

MEIRA, D.; MARTINHO, A. L.. Obstáculos Legais para a Criação de Comunidades Energéticas Locais sob Forma Cooperativa: A Coopérnico como um Estudo de Caso.

Anais: XVII Congreso Internacional de Investigadores en Economía Social y Cooperativa. Lisboa: P.Porto/CEOS.PP/ISCAP, 2018.

MENDONÇA, D. S.; OLIVEIRA, D. P.; XAVIER, Y. M. A.. Geração compartilhada de energia: análise regulatória e perspectiva a partir do modelo de cooperativas de energia. Revista Brasileira de Energia, v. 30, n. 4, p. 102-123, out./dez. 2024. DOI: 10.47168/rbe.v30i4.912. Disponível em: <https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/view/912>. Acesso em: 10 mai. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Abong; Beyond2015; Gestos; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

TAUIL e CHEQUER ADVOGADOS. Lei nº 14.300/2022: Marco Legal da Geração Distribuída. Informativo Energia Elétrica, n. 63. 13 jan. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU. Relatório Especial 10/2026: comunidades de energia - o potencial continua por realizar. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2026. Disponível em: <https://www.eca.europa.eu/ECAPublications/SR-2026-10/SR-2026-10_PT.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

VAN VEELEN, B.; VAN DER HORST, D.. What is Energy Democracy? Connecting social science energy research and political theory. Energy Research & Social Science, v. 46, p. 19-28, dez. 2018.

VILLANUEVA, B. A.; CATAPAN, A.; LOUSADA, S. A. N.. Cooperativas de energia e transição energética: uma revisão da literatura. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 12, n. 1, p. 32-56, jan./jun. 2023.

VANSINTJAN, D.. A transição energética para a democracia da energia: Poder para o povo. Tradução: Alberto Esteves Ferreira Filho; REScoop, mar. 2015.

XAVIER, Y. M. A.; MELO, Karinne Benassuly. Prossumidor. In: CRUZ, Adriano (Org.) Dicionário de Comunicação Organizacional. Parnamirim: Biblioteca Ocidente, 2024, p. 199-200.

CÓDIGO: HS1718

AUTOR: NICOLLY ALMEIDA DE MENDONÇA

ORIENTADOR: CLAUDIO ROBERTO DE JESUS

TÍTULO: Levantamento bibliográfico e de documentos sobre Audiência de Custódia

Resumo

O projeto tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico e documental sobre as audiências de custódia no Rio Grande do Norte, tomando como referência o período iniciado com sua implantação, em 2015. Para isso, serão reunidas produções acadêmicas e documentos institucionais relacionados à experiência potiguar, de modo a organizar e sistematizar as informações sobre o desenvolvimento desse instrumento no estado. A partir desse conjunto de fontes, a pesquisa buscará reconstruir sua trajetória ao longo do período analisado, observando as mudanças procedimentais e organizacionais registradas, bem como os avanços, limites e desafios apontados pela literatura e pela documentação disponível. Com isso, pretende-se oferecer uma visão articulada sobre como as audiências de custódia foram sendo incorporadas e estruturadas no Rio Grande do Norte ao longo desses anos.

Palavras-chave: Audiência de custódia; Rio Grande do Norte; justiça criminal

TITLE: Bibliographic and Documentary Survey on Custody Hearings

Abstract

This project aims to conduct a bibliographic and documentary survey on custody hearings in Rio Grande do Norte, focusing on their development since their implementation in 2015. Academic publications and institutional documents related to the state experience will be gathered and systematized in order to organize information on how this mechanism has developed over time. Based on these sources, the research will reconstruct the trajectory of custody hearings in the state, considering the procedural and organizational changes recorded throughout the period, as well as the advances, limitations, and challenges identified in the available literature and documentation. The study therefore seeks to provide an integrated overview of how custody hearings have been incorporated and structured in Rio Grande do Norte over the years.

Keywords: Custody hearing; Rio Grande do Norte; criminal justice.

Introdução

A prisão em flagrante constitui um dos primeiros momentos em que a pessoa detida passa a se relacionar diretamente com o sistema de justiça criminal e, por envolver restrição imediata da liberdade, exige mecanismos capazes de submeter a atuação estatal ao controle judicial. Durante muito tempo, porém, esse primeiro contato ocorreu principalmente por meio dos registros produzidos a partir do flagrante, sem que a pessoa presa fosse apresentada de imediato à autoridade responsável por decidir sobre a continuidade da privação de liberdade. A audiência de custódia altera essa dinâmica ao aproximar temporalmente a prisão e sua apreciação pelo Judiciário, permitindo examinar a legalidade da detenção, a necessidade de sua manutenção e as condições em que ela ocorreu. Embora esse direito já estivesse previsto no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, incorporados ao ordenamento brasileiro em 1992, foi a partir de 2015 que sua realização passou a ser estruturada nacionalmente, com a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, com sua inclusão expressa no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019. A literatura, contudo, ressalta que a existência formal da audiência não elimina, por si só, problemas historicamente presentes no uso das prisões cautelares e no funcionamento da justiça criminal (ÁVILA, 2016; CRUZ, 2018).

No Rio Grande do Norte, a implantação ocorreu em 2015, inicialmente concentrada em Natal, e passou a ser acompanhada por pesquisas voltadas não apenas às decisões, mas também às práticas desenvolvidas nas audiências. Jesus e Suassuna (2019), ao observarem sistematicamente a Central de Flagrantes de Natal, identificaram a coexistência entre uma estrutura formal, organizada pelas funções de magistrados, Ministério Público e defesa, e uma dimensão informal marcada por subjetividades, sujeição criminal e forte valorização das informações produzidas no flagrante. Esses achados mostram que a apresentação da pessoa presa criou uma nova possibilidade de controle, mas passou a operar dentro de práticas institucionais já existentes, de modo que a presença do custodiado não significa, automaticamente, participação efetiva no processo decisório.

Ao longo da década, a própria organização das audiências também se transformou. Em 2020, a Resolução nº 04-TJ instituiu polos regionais em Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros e reconheceu dificuldades relacionadas a transporte, recursos humanos, estrutura e disponibilidade financeira, evidenciando que a apresentação ao Judiciário depende de uma rede administrativa capaz de articular diferentes instituições e territórios. Paralelamente, documentos posteriores passaram a incorporar preocupações com atendimento psicossocial, proteção social, informação e acompanhamento após a decisão. O material da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte demonstra, por exemplo, que a necessidade de orientação permanece depois da soltura, pois a pessoa liberada precisa compreender a continuidade do processo, identificar eventuais medidas cautelares e saber onde buscar assistência jurídica.

Diante desse percurso, esta pesquisa busca reconstruir a trajetória das audiências de custódia no Rio Grande do Norte entre 2015 e 2025 por meio de levantamento bibliográfico e documental, articulando produção acadêmica e registros institucionais relacionados ao tema. O objetivo é compreender como esse instrumento foi

incorporado, regionalizado e ampliado ao longo de sua primeira década, sem presumir que sua existência normativa corresponda automaticamente à plena efetividade. Assim, a investigação procura identificar os principais avanços, limites e transformações apontados pelas fontes, considerando tanto o momento da apresentação ao Judiciário quanto as condições institucionais que antecedem e sucedem a audiência.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem predominantemente qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, tendo como recorte temporal o período compreendido entre 2015 e 2025 e como recorte territorial o estado do Rio Grande do Norte. A escolha desse intervalo permite acompanhar o processo desde a implantação das audiências de custódia na comarca de Natal até o encerramento de sua primeira década, sem pressupor, contudo, que exista uma fonte única capaz de registrar de forma homogênea todas as mudanças ocorridas nesse período. Por essa razão, o levantamento foi construído a partir da aproximação entre diferentes tipos de material, considerando artigos científicos, dissertações, livros e relatórios, juntamente com resoluções, portarias, documentos de orientação, registros institucionais e dados produzidos pelos órgãos envolvidos. A busca e a seleção das fontes não tiveram como finalidade acumular o maior número possível de textos, mas localizar materiais diretamente relacionados ao problema investigado, seguindo a compreensão de Galvão de que um levantamento bibliográfico precisa estar orientado pela delimitação do tema e pela pertinência da informação recuperada, de modo que a sistematização permita reconhecer o conhecimento já produzido, as diferenças existentes entre os estudos e as lacunas que permanecem.

A produção acadêmica referente diretamente ao Rio Grande do Norte ocupa posição central nessa construção, mas seus limites territoriais e temporais foram preservados. Assim, resultados obtidos por pesquisas realizadas em Natal são tratados como evidências sobre aquela comarca e sobre os períodos efetivamente observados, sem serem generalizados automaticamente para todo o estado ou para toda a década. Os estudos nacionais e aqueles produzidos em outras unidades da Federação cumprem função distinta, sendo utilizados para contextualizar problemas recorrentes, estabelecer categorias analíticas e permitir comparação, mas não para atribuir ao Rio Grande do Norte resultados que não foram produzidos localmente. A pesquisa documental acompanha essa mesma preocupação: os atos do TJRN são utilizados para reconstruir as mudanças formais na organização das audiências, enquanto documentos do CNJ e da Defensoria permitem observar a ampliação dos serviços relacionados à proteção social, ao acesso à informação e à prevenção de tortura. Dessa maneira, normas e pesquisas empíricas não são tratadas como fontes equivalentes, pois cada uma responde a perguntas diferentes: os documentos institucionais mostram aquilo que foi formalmente estabelecido, enquanto a literatura empírica permite verificar como determinados aspectos funcionaram nas situações efetivamente observadas.

Essa articulação tornou-se especialmente necessária porque a organização das audiências foi modificada durante o período analisado. A Resolução nº 04/2020-TJ registrou a regionalização em quatro polos e explicitou dificuldades estruturais que

condicionavam a expansão do serviço, enquanto documentos posteriores do CNJ registraram, no Rio Grande do Norte, a criação de atendimento psicossocial e de fluxos de proteção social.Já em 2024, a Resolução nº 37 do TJRN passou a vincular a realização das audiências à implantação dos Núcleos Regionais das Garantias, prevendo unidades em Natal e Mossoró e incorporando ao desenho organizacional a atuação de profissionais de psicologia, serviço social e pedagogia.Enquanto essa estrutura não estivesse integralmente instalada, a Portaria Conjunta nº 42/2024 manteve os polos existentes, determinou o registro das audiências no BNMP 3.0 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, permitindo acompanhar a transição entre diferentes modelos organizacionais sem confundir previsão normativa com efetiva implementação.

Como complemento ao levantamento bibliográfico e documental, foram consideradas as entrevistas semiestruturadas realizadas com policiais militares no âmbito do projeto, porque elas permitem observar uma etapa que aparece de maneira menos detalhada nos documentos administrativos: o momento anterior à chegada da pessoa custodiada ao Judiciário. Essas falas, entretanto, não são tratadas como representação do conjunto da Polícia Militar nem das forças policiais do estado, mas como relatos qualitativos capazes de revelar percepções sobre a prisão em flagrante, a entrega da ocorrência à Polícia Civil, o acesso posterior às decisões da audiência e as alegações de uso da força. Sempre que um entrevistado apresenta uma opinião, interpretação jurídica ou percepção sobre os efeitos das audiências, esse conteúdo é mantido como fala do participante e não convertido em evidência estatística. A mesma cautela orientou o uso dos dados quantitativos: as bases do BNMP anexadas ao projeto foram consideradas, mas não utilizadas para produzir uma série histórica de 2015 a 2025, porque algumas delas se referem a período posterior ao recorte e não permitem, isoladamente, confirmar que todos os filtros territoriais e variáveis correspondem especificamente às audiências de custódia do Rio Grande do Norte. Assim, a análise privilegia informações cuja origem, período e significado possam ser verificados, ainda que isso implique reconhecer a inexistência de uma série estadual completa e homogênea para todos os anos.

Resultados e Discussões

A reconstrução da trajetória revela que a audiência de custódia não permaneceu institucionalmente igual ao modelo implantado em 2015. O primeiro movimento consistiu em transformar a apresentação ao juiz em uma rotina da justiça criminal de Natal, criando uma nova etapa entre a prisão e a decisão sobre sua continuidade. Os estudos produzidos nos primeiros anos mostram, entretanto, que essa mudança formal passou a conviver com práticas anteriores. Jesus e Suassuna observaram que a audiência possuía uma estrutura juridicamente organizada, mas identificaram também padrões informais que influenciavam as interações e decisões, com destaque para a valorização dos documentos e narrativas produzidos durante o flagrante.Esse achado é importante porque permite compreender que a presença do custodiado não deve ser tomada automaticamente como sinônimo de participação efetiva. A pessoa pode estar fisicamente diante do juiz e, ainda assim, encontrar uma narrativa processual já formada antes de sua entrada na sala. Ao mesmo tempo, a própria pesquisa apresenta situações em que informações surgidas durante a audiência modificaram o rumo da decisão, mostrando que o encontro presencial pode produzir efeitos justamente quando

possibilita confrontar ou complementar aquilo que já havia sido registrado. A audiência aparece, assim, não como substituição integral dos documentos policiais, mas como oportunidade de submetê-los a um controle judicial mais próximo da prisão e de inserir outras informações antes que a privação de liberdade seja mantida.

Essa discussão ganha outra dimensão quando se considera quem chega a esse espaço. A literatura reunida ao longo da década mostra que o sistema penal alcança de maneira desigual diferentes segmentos sociais, e as pesquisas realizadas em Natal também chamaram atenção para a seletividade presente no funcionamento das audiências. Embora os resultados de estudos locais não possam ser estendidos mecanicamente para todo o estado, eles ajudam a mostrar que a decisão judicial não ocorre em um vazio social: a pessoa que chega à audiência já percorreu uma sequência de escolhas e intervenções iniciadas antes do encontro com o Judiciário. Por essa razão, interpretar a audiência exclusivamente pela proporção entre prisão e liberdade reduziria um processo muito mais amplo. A coletânea organizada por Prado e Romão evidencia justamente essa ampliação do debate ao reunir pesquisas sobre territorialidade, atores processuais, raça, gênero, tortura, seletividade e produção de prova, enquanto o relatório do IDDD mostra que acesso à defesa, compreensão das informações e condições de realização do ato são elementos indispensáveis para avaliar sua efetividade.Dessa perspectiva, uma audiência não se torna efetiva apenas porque ocorreu dentro do prazo ou porque produziu uma decisão; é necessário observar se a pessoa conseguiu compreender o que estava acontecendo, se teve acesso à defesa, se sua condição física pôde ser verificada e se informações relevantes puderam realmente participar do processo decisório.

Ao mesmo tempo em que essas pesquisas revelavam as dinâmicas presentes no interior da audiência, a própria expansão territorial mostrava que a garantia da apresentação dependia de condições externas à sala. A Resolução nº 04/2020-TJ é particularmente reveladora porque reconhece expressamente a dificuldade de transportar diariamente pessoas presas em diferentes comarcas e relaciona a criação dos polos de Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros à disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros.A regionalização permite perceber que entre a prisão e o juiz existe uma infraestrutura que normalmente permanece invisível quando a audiência é analisada apenas como ato processual. Para que uma pessoa seja apresentada, é necessário que a prisão seja formalizada, que as informações circulem, que haja transporte ou condições tecnológicas adequadas, que os profissionais envolvidos estejam disponíveis e que o fluxo seja compatível com a distância entre municípios. A pandemia de Covid-19 tornou essa dependência ainda mais evidente, ao interromper ou modificar temporariamente a realização presencial das audiências e introduzir novos debates sobre o uso de videoconferência. Em vez de representar apenas uma interrupção excepcional, esse período reforçou a importância de distinguir a existência jurídica do direito das condições concretas necessárias para sua realização.

É nesse contexto que a proteção social começa a aparecer de maneira mais integrada ao funcionamento das audiências no Rio Grande do Norte. O relatório do Justiça Presente registra uma mudança entre um cenário caracterizado pela ausência de atendimento multidisciplinar e de uma rede estruturada de proteção social e outro em que passaram a existir atendimento psicossocial, capacitação de equipes e qualificação da rede de dezesseis municípios, além da ampliação do uso do sistema de registro das audiências.O relatório nacional de seis anos das audiências registra, especificamente para o estado, que as equipes de atendimento social prévio foram implementadas em junho de 2020 e

as de atendimento posterior em dezembro daquele ano, além de mencionar o termo de cooperação firmado entre o TJRN e a Prefeitura de Natal para ações de proteção social destinadas às pessoas custodiadas e, em determinados casos, às vítimas.Essa ampliação altera o modo de compreender o próprio procedimento, pois a audiência deixa de ser vista apenas como local onde se decide se alguém continuará preso e passa a funcionar também como ponto em que determinadas vulnerabilidades podem ser identificadas e encaminhadas. O material da Defensoria Pública reforça essa continuidade ao orientar as pessoas liberadas sobre número do processo, medidas cautelares e necessidade de acompanhamento posterior, demonstrando que a soltura não encerra o vínculo com o sistema de justiça nem elimina a necessidade de informação e apoio.

Essa transformação também se conecta às percepções dos policiais entrevistados, embora seus relatos devam ser compreendidos dentro dos limites da pequena quantidade de participantes. Nas entrevistas, o fluxo aparece dividido entre instituições: a Polícia Militar realiza a abordagem, reúne os elementos iniciais e conduz a ocorrência, mas, depois da entrega à Polícia Civil, o policial que realizou o flagrante frequentemente deixa de acompanhar formalmente o percurso do caso e pode tomar conhecimento do resultado da audiência de maneira indireta. Essa distância ajuda a compreender por que determinadas percepções sobre a audiência se formam fora do espaço judicial. Ao mesmo tempo, os depoimentos não reproduzem uma visão uniforme segundo a qual a audiência necessariamente “solta” quem foi preso; aparecem também referências às exigências legais para manutenção da prisão, às falhas que podem ocorrer durante a formalização do flagrante e à função do Judiciário de avaliar a situação. Quando a questão da violência é introduzida, os entrevistados associam a audiência tanto à possibilidade de apuração de alegações feitas pela pessoa presa quanto à necessidade de produzir registros capazes de demonstrar a atuação policial, revelando que o controle posterior à prisão também repercute na maneira como os profissionais percebem a documentação de sua própria atuação. Essas falas não permitem afirmar que a audiência tenha modificado toda a prática policial do estado, mas ajudam a conectar duas etapas que normalmente aparecem separadas nas pesquisas: a produção do flagrante e o controle judicial que ocorre depois dele.

Ao final da década, essa trajetória institucional apresenta um desenho mais complexo do que aquele existente em 2015. A Resolução nº 37/2024 do TJRN prevê que os Núcleos Regionais das Garantias, sediados em Natal e Mossoró, assumam funções relacionadas à fase investigativa e às audiências de custódia e determina que essas estruturas contem com profissionais de áreas como psicologia, serviço social e pedagogia, além de admitir serviços integrados de identificação, perícia e atendimento à pessoa custodiada.Enquanto essa implantação se processa, a Portaria Conjunta nº 42 mantém os polos e estabelece o registro obrigatório das audiências no BNMP 3.0, mostrando que a institucionalização continua sendo reorganizada.Em escala nacional, o próprio CNJ registra que o BNMP 3.0 passou a operar em agosto de 2024 e que os novos campos de informação não possuem série histórica anterior, uma circunstância importante para compreender por que determinados indicadores recentes não podem ser comparados diretamente com toda a década.Essa limitação aparece igualmente no levantamento estadual: é possível reconstruir com segurança os principais marcos institucionais, identificar problemas revelados pelas pesquisas empíricas e acompanhar a ampliação dos serviços relacionados às audiências, mas não foi localizada uma base homogênea contendo, ano a ano entre 2015 e 2025, as mesmas variáveis sobre decisões, relatos de violência, perfil dos custodiados e encaminhamentos sociais. Longe de invalidar o

estudo, essa ausência delimita seu alcance e mostra que a própria disponibilidade e continuidade dos dados constituem um desafio para avaliar longitudinalmente a política.

Assim, quando os diferentes materiais são colocados em sequência, a primeira década deixa de parecer um conjunto de episódios isolados e passa a revelar um processo contínuo de institucionalização. A audiência chega ao Rio Grande do Norte concentrada em Natal, passa a ser observada por pesquisas que identificam tanto novas possibilidades de controle quanto permanências nas práticas decisórias, expande-se territorialmente diante de limitações logísticas, atravessa a ruptura provocada pela pandemia, incorpora gradualmente serviços de proteção social e termina o período inserida em uma reorganização mais ampla do funcionamento da justiça criminal, relacionada ao juiz das garantias, ao BNMP 3.0 e à atuação multiprofissional. Essa sequência não permite afirmar que todos os problemas inicialmente identificados tenham sido solucionados, mas permite demonstrar que o instituto sofreu mudanças relevantes e que sua efetividade depende de algo mais complexo do que sua simples previsão normativa: depende de como a informação é produzida antes da audiência, de como a pessoa presa consegue participar do ato, de como as instituições se articulam territorialmente e de quais respostas são oferecidas depois da decisão.

Conclusão

A análise da trajetória das audiências de custódia no Rio Grande do Norte entre 2015 e 2025 mostra que sua consolidação ocorreu de forma gradual e acompanhada por mudanças institucionais relevantes. A implantação inicialmente concentrada em Natal criou um novo momento de controle judicial da prisão, aproximando a pessoa custodiada da autoridade responsável por decidir sobre a continuidade da privação de liberdade. Entretanto, as pesquisas realizadas nos primeiros anos demonstram que essa inovação passou a conviver com práticas já existentes no sistema de justiça, como a forte valorização das informações produzidas no flagrante, a presença de subjetividades nas interações e a permanência de padrões de seletividade penal. Dessa forma, a existência da audiência ampliou as possibilidades de controle e participação, mas não significou, por si só, a superação dos problemas anteriormente presentes no processo decisório.

Com o passar dos anos, a própria estrutura das audiências foi sendo modificada. A regionalização instituída em 2020 evidenciou que a garantia de apresentação ao Judiciário também depende de condições administrativas, como transporte, disponibilidade de equipes, estrutura física e articulação entre instituições e diferentes regiões do estado. Ao mesmo tempo, a incorporação de atendimento psicossocial, proteção social e orientações posteriores à soltura ampliou o alcance atribuído à audiência, mostrando que as necessidades identificadas nesse momento não se encerram necessariamente com a decisão judicial. O material da Defensoria Pública reforça essa continuidade ao demonstrar que a pessoa liberada ainda precisa compreender o andamento do processo, eventuais medidas cautelares e os caminhos para manter o acesso à defesa.

Assim, os dez primeiros anos das audiências de custódia no Rio Grande do Norte revelam um processo de institucionalização marcado simultaneamente por avanços e permanências. O estado passou de uma experiência concentrada na capital para uma estrutura regionalizada e progressivamente relacionada a outros serviços, enquanto parte dos desafios identificados nas pesquisas iniciais continuou dependendo da forma como as práticas institucionais são conduzidas. A pesquisa também encontrou como limite a ausência de uma série estadual homogênea que permita comparar, ano a ano, os mesmos indicadores de decisões, relatos de violência, perfil dos custodiados e encaminhamentos sociais. Por essa razão, a principal contribuição do levantamento está em reunir e articular fontes dispersas para reconstruir, com base no que pode ser efetivamente comprovado, a trajetória das audiências no estado. O conjunto analisado indica, portanto, que sua efetividade não depende apenas da existência formal do procedimento, mas também da qualidade da participação da pessoa custodiada, da circulação das informações, da estrutura disponível e da capacidade de articulação entre as instituições antes, durante e depois da audiência.

Referências

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Audiência de custódia: avanços e desafios. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 53, n. 211, p. 301-333, jul./set. 2016.

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Brasília, DF, 1992.

BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Brasília, DF, 1992.

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial. Brasília, DF: CNJ, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório Unidades da Federação: Rio Grande do Norte. Brasília, DF: CNJ.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório de seis anos das audiências de custódia: Rio Grande do Norte. Brasília, DF: CNJ.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Audiências de custódia completam 10 anos com dados inéditos. Brasília, DF, 24 fev. 2025.

CRUZ, Jorge Henrique Tatim da. Prisões cautelares e audiência de custódia: uma análise do impacto no encarceramento provisório. 2018. Dissertação (Mestrado em

Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Passou por uma audiência de custódia? Fique atento! Seu processo não acabou. Natal: DPE/RN.

IDDD – INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA. O fim da liberdade: a urgência de recuperar o sentido e a efetividade das audiências de custódia. Relatório Nacional. São Paulo: IDDD, 2019.

JESUS, Claudio Roberto de; SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. Análise das audiências de custódia realizadas no estado do Rio Grande do Norte, na comarca de Natal. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 193-214, fev./mar. 2019.

PRADO, Alessandra Rapacci Mascarenhas; ROMÃO, Vinícius de Assis (org.). Audiências de custódia no Brasil: a prática em debate. Salvador: EDUFBA, 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Justiça. Resolução nº 18/2015-TJ. Disciplina a instalação da Central de Flagrantes e a realização da audiência de custódia na comarca de Natal. Natal: TJRN, 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Justiça. Resolução nº 04-TJ, de 12 de fevereiro de 2020. Institui polos regionais para a realização de audiências de custódia no Estado do Rio Grande do Norte. Natal: TJRN, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Justiça. Resolução nº 37, de 13 de novembro de 2024. Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do juiz das garantias no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: TJRN, 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Justiça. Portaria Conjunta nº 42, de 27 de setembro de 2024. Regulamenta os Polos de Custódia e Flagrantes no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: TJRN, 2024.

SEREJO, Lucas André Ferreira; FERREIRA, Luma Soares Sabbadini Martins; CASTELO BRANCO, Thayara Silva. Para além das audiências de custódia: análise sobre a importância do Estado Social após a liberdade do indivíduo para evitar a reincidência criminal. International Journal of Scientific Management and Tourism, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 1-17, 2024.

CÓDIGO: HS1725

AUTOR: AISLA CALIANE DE MOURA MENDES

ORIENTADOR: ANNA BARBARA ARAUJO TALONE

TÍTULO: Cartografia social dos equipamentos de cuidado de Ponta Negra, Natal

Resumo

Quem cuida, de quem, e com o apoio de quais equipamentos? Este relatório apresenta resultados parciais do plano de trabalho de Iniciação Científica vinculado ao projeto "Famílias, Trabalho e Cuidado em perspectiva comparada e realidades singulares", que investiga a organização social do cuidado em Ponta Negra, Natal (RN), sob perspectiva socioterritorial. Partindo da premissa de que os arranjos de cuidado são moldados pela disponibilidade de infraestrutura urbana, a pesquisa realizou um mapeamento exploratório dos equipamentos de cuidado do bairro, com foco na Vila de Ponta Negra. A metodologia combinou deslocamentos a pé e de transporte coletivo, observação etnográfica e diários de campo, permitindo reconhecer localização, acessibilidade e inserção cotidiana desses espaços no território. Foram identificados equipamentos de saúde (UBS), cultura e formação política (Casa Socialista), educação (Escola Municipal São José e CMEI Haydee Monteiro Bezerra de Melo) e cultura e memória (rendeiras da vila), revelando contrastes socioespaciais dentro do bairro. Paralelamente, a pesquisa avançou para sua fase formal, com a preparação da submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa via Plataforma Brasil, etapa necessária às entrevistas em profundidade previstas. Os resultados reforçam a relevância do território como categoria analítica para compreender as desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam o cuidado.

Palavras-chave: cuidado; território; equipamentos de cuidado; desigualdades sociais.

TITLE: Social Cartography of Care Facilities in Ponta Negra, Natal

Abstract

Who cares, for whom, and with the support of which facilities? This report presents partial results from an Undergraduate Research work plan linked to the project "Families, Work, and Care in Comparative Perspective and Singular Realities," which investigates the social organization of care in Ponta Negra, Natal (RN, Brazil), from a socio-territorial perspective. Starting from the premise that care arrangements are shaped by the availability of urban infrastructure, the research carried out an exploratory mapping of care facilities in the neighborhood, focusing on the Vila de Ponta Negra. The methodology combined travel on foot and by public transport, ethnographic

observation, and field diaries, identifying the location, accessibility, and everyday role of these spaces within the territory. Health, a cultural and political formation space (Casa Socialista), education (Escola Municipal São José and CMEI Haydee Monteiro Bezerra de Melo), and culture and memory facilities (the neighborhood's lacemakers) were identified, revealing significant socio-spatial contrasts within the neighborhood itself. In parallel, the research advanced into its formal phase, preparing the project's submission to the Research Ethics Committee via Plataforma Brasil, a step required for the in-depth interviews planned ahead. The findings reinforce the relevance of territory as an analytical category for understanding the gender, race, and class inequalities that cut across care.

Keywords: care; territory; care facilities; social inequalities.

Introdução

As sociedades contemporâneas enfrentam um desafio persistente: apesar da ampliação da participação feminina no mercado de trabalho remunerado, a responsabilidade pelo cuidado de crianças, idosos e pessoas dependentes continua distribuída de forma desigual entre homens e mulheres. Em contextos marcados pela colonialidade (QUIJANO, 2005), essa desigualdade de gênero se cruza com desigualdades de raça e classe, de modo que mulheres negras e de baixa renda arcam desproporcionalmente com o trabalho de cuidado, tanto o remunerado quanto o não remunerado (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; PICANÇO; BRITES, 2014).

Este relatório situa-se no âmbito do projeto em rede "Famílias, Trabalho e Cuidado em perspectiva comparada e realidades singulares" (PVC21096-2023), coordenado pela professora Felícia Picanço (UFRJ), com coordenação adjunta de Jurema Brites (UFSM), Thays Monticelli (UFRJ) e Anna Bárbara Araujo (UFRN), financiado pelo Edital Pró-Humanidades do CNPq. O projeto investiga valores, atitudes e práticas relacionados aos papéis de gênero e à divisão do trabalho doméstico e de cuidados, articulando um eixo quantitativo (survey) a um eixo qualitativo, realizado por meio de trabalho de campo em quatro cidades brasileiras: Natal (RN), João Pessoa (PB), Rio de Janeiro (RJ) e Santa Maria (RS).

Especificamente, este relatório apresenta os resultados do plano de trabalho de Iniciação Científica desenvolvido em Natal, com foco no bairro de Ponta Negra, zona sul da cidade. A escolha desse território como unidade de análise não é incidental: como apontam Power e Williams (2020), os arranjos de cuidado são simultaneamente construídos e restringidos pela disponibilidade de recursos urbanos (transporte público, saneamento, equipamentos de saúde e educação) de modo que o território molda a natureza e as possibilidades concretas do cuidado. Somada a essa chave analítica, a perspectiva interseccional (HAGQVIST, 2018; PICANÇO et al., 2021) permite compreender como gênero, raça, classe e geração atravessam de forma distinta a organização social do cuidado em diferentes contextos socioespaciais dentro de um mesmo bairro.

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar a organização social do cuidado em Ponta Negra, destacando como as dinâmicas socioterritoriais e as desigualdades espaciais impactam essa organização. De forma específica, buscou-se: a) mapear os

equipamentos públicos, privados e comunitários de apoio ao cuidado presentes no território; b) reconhecer, por meio da observação etnográfica, a acessibilidade e a inserção cotidiana desses equipamentos na vida do bairro; e c) preparar as condições formais, sobretudo éticas, necessárias ao aprofundamento da pesquisa por meio de entrevistas em profundidade nas fases subsequentes.

Cabe destacar que este plano de trabalho vem sendo executado por duas bolsistas de Iniciação Científica em sequência, sob a mesma orientação: as atividades exploratórias de campo, realizadas em janeiro e abril de 2026, foram conduzidas em conjunto com a bolsista anterior, enquanto a preparação da submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a continuidade das atividades de mapeamento foram desenvolvidas a partir de maio de 2026. O relatório está organizado de modo a refletir essa continuidade: a Metodologia descreve os instrumentos e procedimentos empregados nas duas etapas; os Resultados e discussões apresentam os equipamentos de cuidado identificados no território, articulados à literatura sobre organização social do cuidado; e as Conclusões indicam os limites da fase atual, ainda anterior à aprovação do CEP, e os encaminhamentos previstos para a próxima etapa da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, ancorada na etnografia urbana e no diário de campo (AZEVEDO, 2016) como instrumentos privilegiados de produção de dados. Optou-se por essa abordagem porque o objetivo desta etapa não era ainda a realização de entrevistas em profundidade - que dependem de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) -, mas sim o reconhecimento do território, o mapeamento dos equipamentos de cuidado nele presentes e a construção de familiaridade com o campo, condição necessária para as fases subsequentes da pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado no bairro de Ponta Negra, Natal (RN), com ênfase na Vila de Ponta Negra, área historicamente menos privilegiada do bairro, em contraste com a orla e os condomínios de alto padrão da região. As idas a campo, conduzidas em dupla (por questões de segurança e de riqueza da observação compartilhada), seguiram um procedimento deliberado de deslocamento: em vez de utilizar aplicativos de transporte (Uber) diretamente até os locais de interesse - prática recorrente em campos anteriores da equipe -, optou-se por combinar transporte coletivo (ônibus da linha 73, trajeto zona norte–Ponta Negra) com deslocamentos a pé de até 2,5 km entre pontos. Essa escolha metodológica teve como objetivo observar o entorno, o comércio local, o fluxo de pessoas e a presença ou ausência de praças e equipamentos de cuidado ao longo do trajeto, e não apenas nos pontos finais de observação - um dado que se perderia caso o deslocamento fosse feito porta a porta.

Um procedimento recorrente foi a solicitação de orientação a pessoas encontradas no percurso (comerciantes, moradoras, transeuntes) em vez do uso exclusivo de GPS, o que permitiu tanto a checagem da precisão das rotas digitais quanto o início de uma inserção mais horizontal no território, menos mediada por tecnologia e mais por interação direta com moradoras.

Em cada equipamento identificado, buscou-se: (a) observar a arquitetura, a sinalização (ou ausência dela) e o fluxo de pessoas; (b) quando possível, estabelecer uma conversa informal com funcionárias/os ou responsáveis pelo espaço, apresentando a pesquisa e seus objetivos; e (c) registrar essas observações em diário de campo, produzido em coautoria pelas pesquisadoras presentes, com apoio de registro fotográfico do entorno e das fachadas dos equipamentos. Esse procedimento foi aplicado, por exemplo, na Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila, na Casa Socialista, na Escola Municipal São José, no CMEI Haydee Monteiro Bezerra de Melo e no espaço das rendeiras da vila.

O trabalho de campo compreendeu duas etapas, conduzidas por bolsistas de Iniciação Científica em sequência sob a mesma orientação. A primeira etapa, exploratória, ocorreu em janeiro e abril de 2026, no âmbito do projeto de pesquisa e, posteriormente, do projeto de extensão "Cuidar no território: Diagnóstico social participativo sobre o cuidado de pessoas dependentes em Ponta Negra", que ampliou a perambulação exploratória com a incorporação de uma nova bolsista de extensão ao campo. A segunda etapa, iniciada em maio de 2026, deu continuidade ao mapeamento e avançou para a formalização ética da pesquisa: foram analisados o protocolo de pesquisa anteriormente aprovado pelo CEP e os documentos de referência disponibilizados pela orientadora, com vistas à adequação do projeto às exigências da Plataforma Brasil, incluindo a elaboração dos Registros de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLEs) e do Termo de Dispensa de RCLE para as atividades de observação já realizadas, que não configuram coleta de dados identificáveis de participantes.

Cabe destacar os limites éticos observados nesta fase: por não haver ainda aprovação do CEP, as interações em campo restringiram-se a conversas informais e de curta duração, sem registro de dados pessoais identificáveis e sem gravação de áudio ou vídeo dos interlocutores, em conformidade com as diretrizes de pesquisa em fase pré-aprovação.

Cabe uma observação sobre o termo "cartografia", que dá nome ao plano de trabalho. Nesta fase, o mapeamento realizado tem caráter predominantemente textual e fotográfico, registrado nos diários de campo, e ainda não resultou em um artefato cartográfico propriamente dito (mapa georreferenciado ou croqui sistemático dos equipamentos identificados). A produção desse artefato é o próximo passo planejado, condicionado à aprovação do CEP e à consolidação de um roteiro mais amplo de pontos visitados, de modo que a cartografia social do território possa ser construída a partir de dados já triangulados com relatos das próprias famílias, e não apenas com a observação da equipe de pesquisa.

Paralelamente ao trabalho de campo, a produção de conteúdo para o perfil de divulgação científica @cuidaterritorio seguiu procedimento próprio: seleção de conceitos-chave da literatura sobre cuidado, elaboração de textos em linguagem acessível segundo estrutura editorial fixa (abertura, problematização, explicação do conceito, conexão com a pesquisa e convite à continuidade), e uso de recursos interativos (enquetes em Stories) para aferir a familiaridade do público com os temas tratados.

Resultados e Discussões

Os resultados apresentados a seguir decorrem do mapeamento exploratório realizado na Vila de Ponta Negra, Natal (RN), entre janeiro e agosto de 2026, e são organizados por tipo de equipamento identificado, seguidos de uma discussão que articula os achados de campo à literatura sobre organização social do cuidado.

4.1 O território: contrastes socioespaciais dentro do bairro

Um primeiro resultado, ainda que de ordem descritiva, mostrou-se analiticamente relevante: Ponta Negra não constitui uma unidade socioespacial homogênea. A Vila de Ponta Negra - área de ocupação mais antiga e popular do bairro, cortada por ruas estreitas, comércio local intenso e fluxo constante de pedestres - contrasta fortemente com áreas próximas, como a região onde se localiza a Casa Socialista, caracterizada por casarões, ruas largas, condomínios de apartamentos e reduzido movimento de pessoas nas calçadas. Esse contraste, percebido de forma incidental durante os deslocamentos a pé entre pontos de observação, corrobora a premissa metodológica de que os arranjos de cuidado são moldados pela geografia social do território (POWER; WILLIAMS, 2020): a Vila concentra a maior parte dos equipamentos de cuidado identificados - UBS, escola, CMEI, espaço das rendeiras -, enquanto a área adjacente, de perfil socioeconômico mais alto, praticamente não apresentou, no percurso observado, equipamentos públicos de cuidado comparáveis, e sim majoritariamente residências fechadas e serviços terceirizados de manutenção urbana.

A opção metodológica por deslocamentos a pé e de ônibus, em vez do uso de aplicativos de transporte porta a porta, revelou-se decisiva para captar esse contraste. Em observações anteriores da equipe, realizadas por Uber diretamente até os pontos de entrevista, esse tipo de heterogeneidade interna ao bairro não havia sido perceptível com a mesma clareza - o que reforça a defesa, já presente no projeto de pesquisa mais amplo, de que o "como" as pessoas circulam pelo território é tão relevante quanto os pontos fixos que ocupam (GUIMARÃES, 2019).

Também chamou atenção a crescente autonomia da equipe em relação ao uso de GPS: ao longo das idas a campo, houve uma progressiva substituição da orientação por aplicativos de mapas pela solicitação direta de informações a moradoras e comerciantes locais. Esse deslocamento metodológico, inicialmente pragmático, tornou-se também uma estratégia de aproximação e reconhecimento junto à população da Vila, e produziu, incidentalmente, um dado etnográfico: em mais de uma ocasião, pessoas abordadas nas ruas reconheceram a equipe de pesquisa de visitas anteriores realizadas no âmbito do CRAS, sinalizando que a presença da pesquisa já começa a ser identificada por parte dos moradores como algo recorrente no território.

4.2 Equipamentos de saúde: a Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila

A UBS da Vila de Ponta Negra foi um dos primeiros equipamentos mapeados e um dos que gerou observações mais detalhadas. Identificável à distância pela cor azul característica das unidades básicas de saúde e pelo fluxo constante de pessoas entrando e saindo, a unidade chamou atenção por um detalhe aparentemente pequeno, mas significativo: a ausência de qualquer placa de identificação em sua fachada. Esse dado, registrado em mais de uma visita de campo realizada em datas distintas (janeiro e abril de 2026), sugere não se tratar de uma falha pontual, mas de uma característica persistente do equipamento — um indício de possível invisibilização institucional de

um serviço, ainda que amplamente reconhecido e utilizado pela população local, o que é consistente com relatos de precariedade material dos equipamentos primários de saúde em áreas populares (FONTOURA, 2023).

A arquitetura do local também se destacou por sua singularidade em relação a outras unidades de saúde já conhecidas pela equipe: a recepção funciona como uma extensão externa do prédio, com um pequeno alpendre e bancos de madeira que servem tanto de espaço de espera quanto de ponto de convívio informal - no dia da visita, dois homens que pareciam ser motoristas terceirizados da unidade conversavam sentados nesse espaço. A recepção interna, composta por uma janela ampla apoiada em uma bancada de mármore, disponibiliza preservativos femininos e masculinos ao lado do quadro de avisos, o que indica a oferta de ações de saúde sexual e reprodutiva na unidade - um equipamento potencialmente relevante para o circuito de cuidado de mulheres da Vila, ainda que este dado mereça aprofundamento em fases posteriores da pesquisa.

A equipe teve a oportunidade de conversar informalmente com Priscila, administradora da UBS, que relatou cursar uma especialização na UFRN e demonstrou compreensão da rotina acadêmica das pesquisadoras. Priscila esclareceu que o procedimento para inserção formal da equipe na unidade seguiria o mesmo modelo já adotado junto ao CRAS: envio de e-mail à Secretaria Municipal de Saúde de Natal, com posterior autorização para início das atividades de observação e entrevista. Esse relato evidencia um primeiro contorno do circuito burocrático-institucional que qualquer pesquisa ou intervenção sobre cuidado em saúde no território precisa necessariamente atravessar, e que será formalizado, do lado da equipe de pesquisa, pela submissão em curso ao Comitê de Ética em Pesquisa.

4.3 Espaço cultural e de formação política: a Casa Socialista

A Casa Socialista, identificada pela equipe no percurso de campo, é um espaço cultural e de formação política, e não um equipamento de assistência social - classificação equivocada em versão anterior deste relatório, corrigida a partir de contribuição de colega que atuou anteriormente neste plano de trabalho e conhece melhor o espaço. Está localizada em uma área do bairro distinta da Vila propriamente dita - mais próxima da orla, entre casarões e condomínios, com pouco movimento de pedestres. Essa localização, relativamente afastada da Vila, onde se concentra a população mais diretamente relacionada às dinâmicas de cuidado mapeadas pela pesquisa, é um dado que merece problematização: mesmo sendo um espaço de formação política e cultural, sua distância física da Vila pode dificultar o acesso e a participação da população que mais se beneficiaria de suas atividades.

Na visita realizada em janeiro de 2026, a equipe encontrou a casa fechada, sem sinais de atividade, e não obteve resposta a chamados. Segundo divulgação nas redes sociais do espaço, ocorreria naquele dia uma distribuição pontual de alimentos (feijão); a equipe não chegou a presenciar essa atividade. É importante destacar que essa ação pontual não define a natureza do equipamento: a Casa Socialista se propõe, sobretudo, como espaço de formação política e cultural, não de assistência social, ainda que eventualmente realize ações de solidariedade material. Essa distinção é relevante para a análise, pois evita reduzir um espaço de organização política e cultural comunitária a uma função assistencial que não lhe é própria.

4.4 Equipamentos educacionais: escola e CMEI

Dois equipamentos educacionais foram identificados no percurso: a Escola Municipal São José, de ensino fundamental I, e o CMEI Haydee Monteiro Bezerra de Melo, voltado à educação infantil. Ambos se inserem diretamente na rede de equipamentos utilizados pelas famílias da Vila para a externalização, ainda que parcial, do cuidado de crianças (CORREA, 2023), liberando tempo de trabalho remunerado ou de outras tarefas domésticas para os adultos responsáveis.

A Escola Municipal São José chamou atenção da equipe por sua área física reduzida - notavelmente mais estreita do que escolas municipais com as quais a equipe já tinha familiaridade, que costumam ocupar quase um quarteirão inteiro. A escola está inserida em um contexto urbano de uso misto e intenso, com fluxo constante de pedestres e veículos, comércio local ativo, e vizinhança direta com uma barbearia, o conselho comunitário do bairro e uma igreja católica - configurando um pequeno núcleo de equipamentos e instituições comunitárias concentrado em poucos quarteirões.

O CMEI Haydee Monteiro Bezerra de Melo foi localizado após reconhecimento de ruas já percorridas em visitas anteriores da equipe, no contexto de entrevistas realizadas por meio de método de amostragem em bola de neve. No momento da observação, ouviam-se crianças cantando com as professoras, em um momento que parecia corresponder a um intervalo entre atividades - um indício sonoro e cotidiano da rotina de cuidado coletivo e educação infantil praticada no equipamento. A equipe já havia entrevistado, em ocasião anterior, uma professora vinculada a esse CMEI, o que situa esse equipamento não apenas como um ponto observado à distância, mas como um nó já parcialmente integrado à rede de interlocutoras da pesquisa.

4.5 Cultura, memória e cuidado: o espaço das rendeiras da vila

Um dos achados mais significativos do mapeamento foi o espaço identificado por uma faixa como restaurante, mas que, na prática, funciona como sede de um grupo de rendeiras da Vila. Segundo relato de Darlene, uma das mulheres responsáveis pelo espaço, o local operava originalmente como restaurante, mas, após a morte do proprietário, passou a funcionar exclusivamente como ponto de encontro e trabalho das rendeiras, mantendo a placa original como forma de preservação da memória do espaço.

O local funciona de segunda a sexta-feira, com dois grupos de rendeiras - um no turno da manhã e outro no turno da tarde - e oferece um curso de renda, criado pelas próprias rendeiras com o objetivo explícito de evitar que essa prática cultural se perca ao longo do tempo. O espaço interno, descrito por Darlene como uma espécie de museu, reúne peças de renda, máquinas de costura antigas, objetos de pesca, pinturas e esculturas, além de registros fotográficos de atividades culturais da comunidade - configurando um equipamento híbrido, que não se enquadra nas categorias convencionais de equipamento de cuidado (saúde, educação, assistência), mas que cumpre funções de sociabilidade, transmissão intergeracional de saberes e, indiretamente, de sustento econômico para mulheres mais velhas da Vila.

Nas conversas com as rendeiras, a equipe identificou o uso do título "Mestre/a" para designar as rendeiras mais experientes no ofício, título compartilhado com os homens à frente de grupos de dança folclórica locais, como Pastoril e Bumba-meu-boi - presentes

em murais espalhados pela Vila. As rendeiras também relataram os efeitos da "engorda da praia" (obra de recuperação costeira) sobre a atividade pesqueira artesanal na região, relatando que, após a intervenção, os pescadores locais não conseguem mais pescar como antes - um dado que extrapola o escopo estrito do cuidado, mas que ilustra como as transformações urbanas e ambientais do território reconfiguram, em cadeia, as condições de vida e de trabalho das famílias da Vila, incluindo aquelas ligadas ao cuidado e à subsistência.

4.6 Discussão: circuitos de cuidado e o papel do território

Em conjunto, os equipamentos identificados - UBS, Casa Socialista, escola, CMEI e o espaço das rendeiras - não podem ser compreendidos isoladamente, mas como partes de um circuito de cuidado (GUIMARÃES, 2019) montado cotidianamente pelas famílias da Vila para dar conta das demandas de cuidado e de reprodução social. Esse circuito articula, de forma desigual e nem sempre previsível, equipamentos públicos (UBS, escola, CMEI) e espaços de iniciativa comunitária - de formação política (Casa Socialista) e de sociabilidade e cultura popular (rendeiras da vila) -, cuja existência e funcionamento dependem, em larga medida, de arranjos informais, redes de ajuda mútua e da mobilização das próprias mulheres da comunidade, como no caso do curso de renda criado e sustentado pelas próprias rendeiras.

Essa configuração dialoga diretamente com o conceito de organização social do cuidado (HIRATA, 2022), que compreende o cuidado não como responsabilidade exclusivamente individual ou familiar, mas como resultado da distribuição de responsabilidades entre Estado, mercado, família e comunidade, o chamado "diamante do cuidado" (RAZAVI, 2007). No caso observado, o vértice "Estado" aparece de forma ambígua: presente por meio de equipamentos formais (UBS, escola municipal, CMEI), mas marcado por sinais de invisibilização, como a ausência de placa na UBS. Já o vértice "comunidade" aparece de forma robusta e autônoma tanto no espaço das rendeiras quanto na Casa Socialista: ainda que com propósitos distintos - preservação de saberes tradicionais e sustento econômico, de um lado; formação política e cultural, de outro -, ambos são construídos e sustentados por iniciativa comunitária, à margem da oferta estatal direta, e cumprem, ainda que não intencionalmente no caso da Casa Socialista, funções adjacentes de sociabilidade entre mulheres da comunidade.

4.7 Divulgação científica: o perfil @cuidaterritorio

Paralelamente ao mapeamento de campo, integrei a curadoria e produção de conteúdo do perfil @cuidaterritorio no Instagram, canal de divulgação científica vinculado ao eixo de comunicação do projeto guarda-chuva e articulado ao site institucional cuidaterritorios.com.br. O trabalho consistiu em planejar e produzir conteúdos que traduzissem, em linguagem acessível, conceitos centrais da pesquisa sobre cuidado sem perder seu rigor teórico, seguindo uma lógica editorial progressiva: apresentação do projeto e da equipe, seguida de conteúdos conceituais introdutórios e, posteriormente, de conteúdos sobre territórios, práticas e equipamentos de cuidado.

Entre os conteúdos produzidos, destacam-se publicações introdutórias sobre "O que é cuidado?" e "O que é organização social do cuidado?", estruturadas em cinco etapas (abertura, problematização cotidiana, explicação do conceito, conexão com a pesquisa e convite à continuidade), e que mobilizaram diretamente referenciais teóricos do projeto,

incluindo o diamante do cuidado (RAZAVI, 2007) e a distribuição de responsabilidades entre famílias, Estado, mercado e comunidade. Também foram utilizados recursos interativos nos Stories, como enquetes (por exemplo, "Você já conhecia o conceito de organização social do cuidado?"), com o objetivo de estimular participação e mapear a familiaridade do público com os temas da pesquisa.

Essa frente de trabalho envolveu ainda a definição de diretrizes de identidade visual (tipografia, cores, composição dos cards) e a produção de material audiovisual, com resultados iniciais positivos para um perfil institucional recém-criado: o primeiro Reels produzido em colaboração com o LIS alcançou aproximadamente 2 mil contas e cerca de 3 mil visualizações, com predominância de público que ainda não seguia o perfil. Esse resultado reforça o potencial da divulgação científica como dimensão complementar à pesquisa, ampliando a circulação do conhecimento produzido sobre cuidado para além dos públicos diretamente vinculados ao projeto.

Conclusão

O mapeamento exploratório realizado na Vila de Ponta Negra permitiu identificar e caracterizar um conjunto diversificado de equipamentos de cuidado - de saúde, educação, cultura e formação política - e reconhecer, de forma preliminar, como esses equipamentos se articulam em circuitos cotidianos montados pelas famílias do território. Os resultados evidenciam que o cuidado em Ponta Negra não pode ser compreendido sem considerar a dimensão socioterritorial: a heterogeneidade interna ao bairro molda diretamente a disponibilidade, a distribuição e a acessibilidade dos equipamentos de apoio ao cuidado.

Entre os achados mais significativos, destacam-se a persistente ausência de identificação visual da UBS da Vila, a localização da Casa Socialista - espaço de formação política e cultural - em área distante da população que mais se beneficiaria de suas atividades, e a existência do espaço das rendeiras da vila como equipamento comunitário híbrido, sustentado autonomamente por mulheres mais velhas. Esses achados corroboram a leitura do cuidado como resultado da distribuição desigual de responsabilidades entre Estado, mercado, família e comunidade (RAZAVI, 2007), com um vértice comunitário particularmente ativo diante de lacunas na oferta estatal.

Confrontando os resultados aos objetivos específicos do plano de trabalho, é preciso reconhecer um alcance parcial: o objetivo (c) identificar equipamentos públicos, privados e comunitários foi plenamente atendido, e o objetivo (b) relacionar os circuitos a desigualdades espaciais - foi parcialmente atendido, no nível da observação qualitativa dos contrastes socioespaciais. Já os objetivos (a) e (d), voltados à descrição dos circuitos de cuidado a partir da unidade doméstica e de sua relação com políticas públicas, não puderam ser plenamente alcançados nesta fase, pois dependem de entrevistas em profundidade com famílias, ainda não realizadas por ausência de aprovação do CEP. Da mesma forma, o produto cartográfico que dá nome ao plano ainda está em construção, conforme detalhado na Metodologia.

Como encaminhamentos, indicam-se: a conclusão da aprovação do projeto pelo CEP; a realização de entrevistas semiestruturadas com moradoras responsáveis por tarefas de cuidado, de modo a atender aos objetivos (a) e (d) ainda pendentes; e a produção do artefato cartográfico do território, consolidando os objetivos deste plano de trabalho em sua integralidade.

Referências

AGUIRRE, Rosario; BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; PERROTTA, Valentina. Los cuidados en la agenda de investigación y en las políticas públicas en Uruguay. Íconos. Revista de Ciencias Sociales, n. 50, p. 43-60, 2014.

ARAÚJO, Anna B. Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 3, p. 43-69, 2018.

ARAÚJO, Anna B. Políticas sociais, emoções e desigualdades: enredando o trabalho de cuidado de idosos em uma política pública municipal. 2019. 203 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

AZEVEDO, Aina. Diário de campo e diário gráfico: contribuições do desenho à antropologia. Áltera - Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 100-119, jan./jun. 2016.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009.

CORREA, Ranna. Entre a política de creches e o cuidado infantil: uma análise dos serviços de educação e/ou cuidado no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. p. 225-248.

DAVIS, Shannon; GREENSTEIN, Theodore. Why study housework? Cleaning as a window into power in couples. Journal of Family Theory & Review, v. 5, n. 2, p. 63-71, 2013.

FAUR, Eleonor. El cuidado infantil en el siglo XXI: mujeres malabaristas en una sociedad desigual. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

FONTOURA, Natália. Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

GUIMARÃES, Nadya A. Os circuitos do cuidado: reflexões a partir do caso brasileiro. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 2019, Boston. Comunicação... Boston: LASA, 2019.

GUIMARÃES, Nadya. Cuidados: tecendo e desfazendo direitos. Política & Trabalho, n. 59, p. 204-225, jul./dez. 2023.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. Sociologia & Antropologia, v. 1, p. 151-180, 2011.

GUIMARÃES, Nadya; VIEIRA, Priscila. As "ajudas": o cuidado que não diz seu nome. Estudos Avançados, v. 34, n. 98, p. 7-24, 2020.

HAGQVIST, Emma. Toward gender equality in practice? Cross-national patterns of change in the gendered division of housework over two decades. Journal of Comparative Family Studies, v. 49, n. 3, p. 355-377, 2018.

HIRATA, Helena. O cuidado: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

MARCONDES, Mariana. Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda. 2019. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

MILLER, Edward; BOOTH, Mark; MOR, Vincent. Assessing experts' views of the future of long-term care. Research on Aging, v. 30, n. 4, p. 450-473, 2008.

PEREIRA, Bruna. Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual. Brasília: Ipea, 2016. (Relatório de pesquisa).

PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara; COVRE-SUSSAI, Maíra. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 38, e0177, 2021.

PICANÇO, Felícia; BRITES, Jurema. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

POWER, Emma R.; WILLIAMS, Miriam J. Cities of care: a platform for urban geographical care research. Geography Compass, v. 14, n. 1, e12474, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAZAVI, Shahra. The political and social economy of care in a development context: conceptual issues, research questions and policy options. Geneva: UNRISD, 2007. (Gender and Development Programme Paper, n. 3).

RUIZ, Felipe Jaramillo; GUZMÁN, Yenny; CORTÉS, Mónica. Encuentros y desencuentros: análisis de los debates en torno al Sistema de Cuidado de Bogotá D.C. desde el enfoque de la discapacidad y el género. Colombia Internacional, n. 115, p. 57-84, 2023.

SOLÍS, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; CHAUCA, Delia Miriam. Cuidado, comunidad y común: experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida. Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global, 2018.

SOTO-VILLAGRÁN, Paula. Paisajes del cuidado en la Ciudad de México: experiencias, movilidad e infraestructuras. Íconos. Revista de Ciencias Sociales, n. 73, p. 57-75, 2022.

CÓDIGO: HS1726

AUTOR: LUDMILLA FONSECA DA SILVA DANTAS

ORIENTADOR: CLAUDIO ROBERTO DE JESUS

TÍTULO: Audiências de custódia e os mecanismos de controle e responsabilização da atividade policial.

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos das audiências de custódia sobre a atuação e a rotina dos profissionais de segurança pública, com ênfase na perspectiva de policiais militares em relação às audiências de custódia. A pesquisa busca compreender como os policiais percebem esse mecanismo de controle judicial e de que forma sua implementação se relaciona com as práticas desenvolvidas no cotidiano profissional, especialmente nas situações que envolvem abordagens, prisões em flagrante e condução de pessoas custodiadas. Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa, tendo como principal procedimento metodológico a realização de entrevistas semiestruturadas com policiais militares que possuíam experiência em abordagens e prisões em flagrante. A análise inicial das entrevistas permitiu identificar aspectos relacionados à divisão das atribuições entre as instituições envolvidas no fluxo da prisão, à necessidade de fundamentação e documentação das ações policiais e às percepções dos agentes sobre os mecanismos de controle de sua atuação. Os resultados preliminares também apontaram para uma possível redução da participação dos policiais militares nas etapas posteriores à entrega da ocorrência à Polícia Civil, indicando a necessidade de investigar como as informações e os efeitos das decisões tomadas posteriormente retornam, ou não, aos profissionais responsáveis pela atuação inicial.

Palavras-chave: Audiências de custódia; Atuação policial; Segurança Pública;

TITLE: Custody hearings and mechanisms for the oversight and accountability of police activity.

Abstract

This research aims to analyze the impact of custody hearings on the work and routines of public security professionals, focusing on the perspective of military police officers. The study seeks to understand how officers perceive this mechanism of judicial oversight and how its implementation relates to their daily professional practices—particularly in situations involving stops, arrests *in flagrante*, and the transport of individuals in custody. A qualitative approach was adopted, utilizing semi-structured interviews with military police officers experienced in conducting stops and making arrests *in flagrante* as the primary methodological procedure. Preliminary analysis of the interviews identified aspects related to the division of duties among the institutions involved in the arrest process, the requirement to substantiate and document police actions, and the officers' perceptions regarding mechanisms for monitoring their conduct. Preliminary results also suggested a potential reduction in military police involvement in the stages following the handover of the case to the Civil Police, indicating a need to investigate how information and the consequences of subsequent decisions—or the lack thereof—reach the professionals responsible for the initial intervention.

Keywords: Custody hearings; Police conduct; Public security;

Introdução

A audiência de custódia constitui um procedimento processual penal por meio do qual a pessoa presa em flagrante deve ser apresentada diretamente à autoridade judicial, em regra, no prazo máximo de 24 horas. O ato possui dupla finalidade: de um lado, permite ao Judiciário avaliar a legalidade da prisão, bem como a necessidade de sua manutenção ou a possibilidade de concessão de liberdade provisória; de outro, possibilita a verificação de possíveis ocorrências de tortura, maus-tratos ou violência no momento da prisão ou durante a condução da pessoa custodiada. A instituição das audiências de custódia no Brasil está relacionada aos compromissos assumidos pelo país em tratados internacionais de direitos humanos, especialmente a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), em seu artigo 7º, e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em seu artigo 9º. Apesar desses compromissos, a apresentação imediata da pessoa presa não foi efetivamente implementada durante décadas. A mudança ocorreu em escala nacional a partir de 2015, com a Resolução nº 213 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editada no contexto das discussões sobre a situação do sistema prisional brasileiro e da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 347, que reconheceu a existência de um “Estado de Coisas Inconstitucional” no sistema penitenciário. Inicialmente, a Resolução nº 213/2015 estabeleceu procedimentos voltados principalmente às pessoas presas em flagrante. Posteriormente, no julgamento definitivo da ADPF nº 347, o Supremo Tribunal Federal ampliou a compreensão sobre a obrigatoriedade da audiência de custódia, alcançando diferentes modalidades de prisão. Paralelamente, a Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, incorporou expressamente o instituto ao Código de Processo Penal, promovendo alterações, entre outros dispositivos, nos artigos 287 e 310. No Rio Grande do Norte, as audiências de custódia foram institucionalizadas na Comarca de Natal em setembro de 2015. A Resolução nº 18/2015-TJRN, de 16 de setembro daquele ano, regulamentou a instalação da Central de Flagrantes e o funcionamento das audiências de custódia na capital potiguar,

relacionando sua implementação às garantias previstas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e ao controle judicial da prisão (TJRN, 2015). Além de possibilitar a análise da legalidade e da necessidade da prisão, a audiência de custódia também desempenha importante função de controle da atuação dos agentes estatais envolvidos na captura e condução da pessoa presa. O contato direto entre a autoridade judicial e a pessoa custodiada permite identificar possíveis situações de violência ou maus-tratos e pode contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de responsabilização e controle da atividade policial. Entretanto, pesquisas empíricas realizadas em diferentes contextos brasileiros apontam que existe uma distância entre os objetivos normativos atribuídos às audiências de custódia e sua realização cotidiana. Fatores estruturais, institucionais e culturais podem limitar a efetividade do procedimento como mecanismo de controle da atuação policial. Entre os aspectos observados estão a permanência de práticas de segurança durante as audiências e a presença ostensiva de agentes policiais armados, elementos que podem influenciar o ambiente em que a pessoa custodiada presta suas declarações. Diante desse contexto, torna-se relevante deslocar a análise para além da sala de audiência e compreender o fluxo institucional que antecede a apresentação ao Judiciário. A prisão envolve uma sequência de ações que começa na abordagem policial e passa pela captura, apreensão de objetos, produção de registros, condução, formalização do flagrante e encaminhamento às instituições responsáveis pelas etapas posteriores. Assim, compreender as audiências de custódia também exige investigar como os profissionais que atuam nas etapas iniciais percebem esse procedimento e suas possíveis.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, tendo como objetivo compreender, a partir da perspectiva dos policiais militares, os possíveis impactos das audiências de custódia sobre suas práticas profissionais e sobre a rotina de trabalho das instituições de segurança pública. A escolha da abordagem qualitativa esteve relacionada à necessidade de compreender as experiências, percepções e interpretações dos participantes acerca de suas atividades profissionais e das mudanças ou implicações decorrentes da implementação das audiências de custódia.

A principal técnica de produção de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas com policiais militares. O roteiro de entrevistas foi elaborado de modo a contemplar um conjunto comum de questões, possibilitando a comparação entre as experiências dos participantes, ao mesmo tempo em que permitiu o aprofundamento de aspectos específicos relacionados às suas vivências profissionais. As questões abordaram, entre outros aspectos, a atuação dos policiais em ocorrências que resultaram em prisão em flagrante, os procedimentos adotados após a prisão, o contato com o sistema de justiça e as percepções dos participantes sobre as audiências de custódia e seus possíveis efeitos sobre a atividade policial.

Os participantes foram selecionados de forma intencional, considerando a experiência profissional e a possibilidade de contribuição para os objetivos da pesquisa. Inicialmente, foram priorizados policiais militares com experiência em abordagens, prisões em flagrante e procedimentos relacionados à apresentação de pessoas presas ao

sistema de justiça. Essa estratégia de seleção buscou reunir participantes que possuíssem experiências diretamente relacionadas ao objeto investigado, possibilitando a identificação de diferentes percepções sobre a relação entre a atuação policial e as audiências de custódia.

As entrevistas foram realizadas de forma individual, mediante apresentação dos objetivos da pesquisa e autorização dos participantes. Os relatos foram registrados e posteriormente organizados para análise, preservando-se a identidade dos entrevistados e as informações que pudessem permitir sua identificação. A análise do material buscou identificar aspectos recorrentes nos depoimentos, bem como diferenças e particularidades presentes nas experiências relatadas pelos policiais.

Desse modo, a metodologia adotada permitiu aproximar a discussão sobre as audiências de custódia da realidade cotidiana dos profissionais responsáveis pelas abordagens e prisões em flagrante. A partir dos relatos obtidos, buscou-se compreender não apenas os procedimentos formais relacionados às audiências de custódia, mas também como esses profissionais perceberam suas repercussões sobre a rotina de trabalho, os procedimentos policiais e a relação estabelecida entre a Polícia Militar e as demais instituições que integram o sistema de justiça.

Resultados e Discussões

Os resultados obtidos permitiram construir algumas interpretações preliminares sobre a atuação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte e, ao mesmo tempo, ofereceram pistas relevantes para orientar o desenvolvimento da pesquisa. Embora os dados ainda não permitam formular conclusões definitivas, a análise da entrevista realizada revelou aspectos importantes sobre o fluxo institucional da prisão, a produção de informações e documentos, a percepção dos policiais sobre a legislação e o papel dos mecanismos de controle na atividade policial.

Um dos aspectos que mais se destacou foi a existência de uma possível ruptura no acompanhamento do fluxo institucional da prisão. Na narrativa do entrevistado, a Polícia Militar participa de maneira intensa das etapas iniciais da ocorrência, envolvendo a abordagem, a prisão, a apreensão de objetos e a condução da pessoa à autoridade competente. Entretanto, após a entrega da ocorrência à Polícia Civil, essa participação tende a diminuir. O entrevistado descreveu essa passagem utilizando a expressão de que, posteriormente, o policial “só encaminha”. Essa afirmação pode ser compreendida não apenas como uma descrição da divisão formal de atribuições entre as instituições, mas também como um possível indício de descontinuidade no fluxo de informações. O profissional responsável por produzir parte significativa dos registros e informações iniciais da ocorrência nem sempre acompanha a forma como esses elementos são posteriormente processados, questionados ou utilizados pelos demais atores do sistema de justiça.

Esse aspecto assume particular relevância para a pesquisa, uma vez que sugere que as repercussões das audiências de custódia sobre a atividade policial podem estar relacionadas à existência, ou não, de mecanismos de comunicação e retorno entre as

instituições. Caso o policial responsável pela prisão não tenha acesso às informações sobre eventuais questionamentos, decisões ou problemas identificados posteriormente no procedimento, a possibilidade de que a audiência de custódia produza processos de aprendizagem e provoque adaptações nas rotinas policiais pode ser limitada. Dessa forma, a questão não se restringe à existência do controle judicial sobre a prisão, mas envolve também a maneira como as informações produzidas a partir desse controle retornam — ou deixam de retornar — às instituições responsáveis pelas etapas anteriores do processo.

Outro elemento relevante identificado na entrevista diz respeito à produção material e documental do flagrante. O entrevistado destacou procedimentos como a realização da busca pessoal, a apreensão e preservação de objetos e a elaboração do relato da ocorrência para apresentação à autoridade policial. A narrativa evidencia que a atividade policial é percebida pelo próprio profissional como um processo que ultrapassa a captura da pessoa suspeita, envolvendo também a construção das condições materiais e documentais necessárias para que a ocorrência tenha continuidade dentro do sistema de justiça. Nesse sentido, a entrevista aproxima-se novamente da questão da circulação das informações, uma vez que os acontecimentos observados inicialmente pelos policiais precisam ser transformados em registros e elementos que possam ser compreendidos e utilizados por outros atores institucionais que não presenciaram diretamente a ocorrência.

A relação entre atuação policial e legislação também apareceu como um aspecto significativo. Ao afirmar que a legislação “restringe muito” a atuação policial e mencionar dificuldades relacionadas à existência de elementos objetivos para determinadas abordagens, o entrevistado apresentou uma percepção sobre os limites jurídicos impostos à atividade policial. Essa fala, contudo, não deve ser interpretada como evidência de que a legislação efetivamente restringe de maneira excessiva a atuação dos policiais. O relato permite, antes, identificar uma percepção profissional acerca da relação entre experiência prática, discricionariedade e necessidade de fundamentação jurídica. Esse contraste apresenta-se como uma questão relevante para as próximas etapas da pesquisa, especialmente para compreender como os profissionais distinguem aquilo que consideram identificar a partir de sua experiência cotidiana daquilo que conseguem justificar e documentar de acordo com as exigências jurídicas.

A discussão sobre o uso de câmeras corporais apresentou, por sua vez, outra dimensão importante relacionada aos mecanismos de controle e responsabilização da atividade policial. Na percepção apresentada pelo entrevistado, o registro audiovisual pode assumir simultaneamente a função de mecanismo de controle e de proteção do próprio policial. Essa dupla interpretação permite compreender a tecnologia de maneira menos simplificada, não apenas como um instrumento externo de fiscalização da conduta policial, mas também como um recurso capaz de produzir evidências que podem proteger o agente diante de acusações, questionamentos ou controvérsias posteriores. A ambivalência identificada nesse relato constitui, portanto, uma categoria relevante para as próximas entrevistas, especialmente para compreender como os policiais interpretam mecanismos contemporâneos de controle, registro e accountability.

Considerados conjuntamente, esses elementos permitem formular uma hipótese analítica preliminar para orientar a continuidade da pesquisa. Os efeitos percebidos do controle judicial sobre a atividade policial podem estar menos relacionados a mudanças

diretas provocadas pelas audiências de custódia e mais associados à ampliação de uma cultura de registro, fundamentação, documentação e possibilidade de revisão posterior da atuação policial. Entretanto, essa hipótese ainda não pode ser confirmada a partir de uma única entrevista. Seu papel, neste momento, consiste em orientar a realização das próximas entrevistas e verificar se os padrões identificados se repetem, assumem diferentes configurações entre os participantes ou são relativizados a partir das experiências de policiais de outras instituições, especialmente da Polícia Civil.

Assim, os resultados obtidos até o momento devem ser compreendidos como achados iniciais da pesquisa, capazes de indicar caminhos para o aprofundamento da investigação. A continuidade da coleta de dados permitirá confrontar essas primeiras interpretações com outras experiências profissionais, contribuindo para uma compreensão mais ampla das relações entre as audiências de custódia, os mecanismos de controle e as práticas cotidianas dos profissionais responsáveis pelas etapas iniciais do fluxo da prisão.

Conclusão

Os resultados obtidos até o momento permitem compreender que as audiências de custódia estão inseridas em um fluxo mais amplo de atuação institucional, no qual a Polícia Militar desempenha papel fundamental nas etapas iniciais da ocorrência, especialmente na abordagem, na prisão e na condução da pessoa custodiada. Após a entrega da ocorrência à Polícia Civil e o encaminhamento ao sistema de justiça, contudo, a participação dos policiais militares torna-se mais limitada, evidenciando uma possível descontinuidade no acompanhamento das etapas posteriores do processo.

As entrevistas também indicaram que os policiais percebem a existência de limites legais cada vez mais definidos para o exercício de suas funções, sobretudo no que se refere às abordagens, às prisões e à necessidade de fundamentação e documentação dos procedimentos realizados. Essa percepção evidencia a importância de analisar como os profissionais compreendem e incorporam as exigências jurídicas em suas práticas cotidianas, bem como de que maneira essas exigências podem influenciar suas decisões e formas de atuação.

Nesse sentido, os resultados preliminares sugerem que as audiências de custódia devem ser compreendidas não apenas como um mecanismo de controle judicial da prisão, mas também como parte de um conjunto mais amplo de práticas de controle, registro, fundamentação e revisão da atuação policial. A análise das entrevistas realizadas até o momento permite levantar questões sobre os possíveis efeitos desse mecanismo sobre as práticas profissionais e sobre a percepção dos agentes de segurança pública, especialmente no que diz respeito à necessidade de justificar e documentar suas ações.

Entretanto, por se tratar de resultados preliminares, essas interpretações ainda não permitem estabelecer conclusões definitivas sobre os efeitos das audiências de custódia na rotina policial. As entrevistas que serão realizadas com outros policiais militares e civis possibilitarão aprofundar essas questões, confrontar diferentes experiências profissionais e identificar possíveis convergências e divergências entre os participantes.

Dessa forma, a continuidade da pesquisa permitirá verificar em que medida as audiências de custódia produzem mudanças efetivas nas rotinas, nos procedimentos e nas percepções dos profissionais envolvidos nas diferentes etapas do fluxo institucional da prisão.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Brasília, DF: CNJ, 2015. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2234. Acesso em: 24 ago. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME; DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Manual sobre tomada de decisão na audiência de custódia: parâmetros gerais. Brasília, DF: CNJ, 2020. 185 p. ISBN 978-65-88014-52-3.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. Relatório audiência de custódia: 6 anos. Brasília, DF: CNJ, 2021. 97 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018. 304 p. (Justiça Pesquisa).

JESUS, Maria Gorete Marques de. 'O que está no mundo não está nos autos': a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. 2016. 275 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: 10.11606/T.8.2016.tde-03112016-162557.

KÜLLER, Laís Boás Figueiredo; DIAS, Camila Nunes. Audiências de custódia e o funcionamento do sistema de justiça criminal: rupturas ou permanências? Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 13, n. 1, p. 234-253, 2019. DOI: 10.31060/rbsp.2019.v13.n1.1045.

SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo; JESUS, Claudio Roberto de. Análise das audiências de custódia realizadas no estado do Rio Grande do Norte, na Comarca de Natal. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 13, n. 1, p. 193-214, 2019. DOI: 10.31060/rbsp.2019.v13.n1.1032.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 18/2015-TJ, de 16 de setembro de 2015. Disciplina a instalação da Central de Flagrantes e o funcionamento da audiência de custódia na Comarca de Natal. Natal: TJRN, 2015. Disponível em: https://atos.tjrn.jus.br/files/resolu%C3%A7%C3%A3o%2018-2015%20-%20central%20de%20flagrantes%20e%20audiencia%20de%20cust%C3%B3dia.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

CÓDIGO: HS1728

AUTOR: SARA GABRIELA DE LIRA COSTA

ORIENTADOR: ROSANNE BEZERRA DE ARAUJO

TÍTULO: A Representação da Natureza na Obra de Mary Shelley “Frankenstein or The Modern Prometheus”: Uma Perspectiva Ecocrítica

Resumo

Este estudo apresenta a investigação da relação estabelecida entre os seres humanos e o meio-ambiente dentro do romance Frankenstein ou o Prometeu moderno (1818), escrito pela romancista inglesa Mary Shelley. O objeto de estudo deste artigo consiste nas paisagens utilizadas pela autora, as quais revelam o poder dos lugares visitados pela narrativa e a forma como o espaço é refletido em seus personagens. O objetivo dessa produção é analisar como a autora utiliza da ecologia para melhor expressar os sentimentos de inquietude e paz de Victor Frankenstein, assim como a interconectividade entre homem e natureza. Através desta, espera-se gerar compreensão entre literatura e a natureza representada neles e oferecer uma análise literária contribuinte ao meio acadêmico em expansão sob a lente ecocrítica. O referencial teórico tem como fundamento a aplicação dos estudos da Ecocrítica, com ênfase principal nas cooperações provenientes de Lawrence Buell (1996), Cheryll Glotfelty e Harold Fromm (1996), Dana Phillips (2003), Greg Garrard (2004). A investigação indica o elo entre o homem e a biodiversidade e clima presentes na geografia em que ele está inserido, revelando a participação do meio-ambiente como agente modelador e alvo de modelagem das emoções e da sua conexão com a humanidade, resultando em personagens afetados física e psicologicamente pela natureza.

Palavras-chave: Ecocrítica. Mary Shelley. Frankenstein

TITLE: The Representation of Nature in Mary Shelley’s Work “Frankenstein or The Modern Prometheus”: An Ecocritical Perspective

Abstract

This study investigates the relationship between human beings and the environment in the novel “Frankenstein or The Modern Prometheus” (1818) by the English novelist Mary Shelley. The article focuses on the landscapes employed by the author, which reveal the power of the places visited within the narrative and the way space is reflected in the characters. The aim is to analyze how the author uses ecology to better express the feelings of restlessness and peace experienced by Victor Frankenstein, as well as the interconnectedness between humanity and nature. Through this analysis, the study seeks to foster an understanding of the relationship between literature and the nature depicted within it, while contributing a literary analysis to the expanding field of ecocriticism. The theoretical framework is grounded in ecocritical studies, drawing primarily on the work of Lawrence Buell (1996), Cheryll Glotfelty and Harold Fromm (1996), Dana Phillips (2003), and Greg Garrard (2004). The investigation highlights the link between humanity and the biodiversity and climate of the surrounding geography, revealing the environment's role as both a shaper of emotions and a recipient of emotional projection; this results in characters who are physically and psychologically affected by nature.

Keywords: Ecocriticism. Mary Shelley. Frankenstein

Introdução

Há séculos, a natureza é usada pela humanidade como um símbolo: de textos sagrados à fábulas, contos à coleções fantásticas, os elementos naturais se tornam espelhos para a representação de algo ou alguém. Assim sendo, a humanidade interage com o meio em que se encontra e o molda de maneiras positivas e negativas. A oposição entre esses modos é visível, por exemplo, através da observação dos inúmeros projetos ambientais que objetivam preservar a vida marinha ao coexistirem com o aquecimento global, desmatamento e tecnologias perigosas para a fauna e flora na Terra. No entanto, o cenário no qual o ambiente deixa de ser apenas moldado e passa a cumprir também o papel de modelador, ganhou reconhecimento nos últimos tempos com o surgimento de análises sobre a relação humanidade-ecossistema. Ao passar do tempo, o âmbito literário adentrou esse campo de estudos em suas investigações e deu origem à teoria crítica literária que hoje conhecemos por Ecocrítica.

Com isso em mente, foram encontrados no romance oitocentista “Frankenstein” ou “O Prometeu Moderno” (1818) de Mary Shelley, ambientes — principalmente naturais — de extrema importância para a representação emocional das personagens que compõem a obra. Transitando de laboratórios à florestas, do Polo Norte a lagos na Suíça, a autora usou dos espaços naturais e seus desenhos geográficos para expressar os sentimentos do protagonista Victor Frankenstein, assim como, serem influenciados por esses mesmos ambientes que os refletem interiormente. Portanto, as características mencionadas acima fizeram do romance o alvo perfeito para o olhar analítico da lente dos estudos ecológicos literários.

Posto isso, ao identificar a existência de muitos estudos que focam na análise de responsabilidade e ética ambiental da humanidade para com a natureza, este estudo surgiu sob a justificativa de ter despertado um interesse de estudo em uma leitura pessoal e acadêmica, assim como seguir outra linha em comparação às pesquisas já realizadas. Ao considerar a interconectividade entre a natureza e os personagens da obra de Shelley, a análise propõe uma aproximação de uma observação da ordem inversa: a maneira como a autora utiliza da ecologia e geografia para melhor compreender os sentimentos de seus personagens. Dessa maneira, pretende-se oferecer uma análise literária da interconectividade na qual a natureza modela e espelha os homens e vice-versa, contribuindo para o campo acadêmico em expansão sob a lente teórica escolhida. Assim, objetivamos através deste caminho, a investigação da maneira pela qual a autora utiliza dos ambientes para melhor expressar os sentimentos de Victor Frankenstein, enxergando a conexão entre as emoções da humanidade e sua representação na natureza.

Nesse contexto, almeja-se responder à seguinte questão: “Como a autora utiliza a natureza como mensageira da inquietude paz em meio aos sentimentos de Victor Frankenstein?”. A partir desses questionamentos, será possível investigar como a natureza, através de seus fenômenos, mudanças climáticas e manifestações simples atua como um espelho dos estados emocionais e lutas internas dos protagonistas. Tendo em mente, as teorias e pesquisas que fundamentam e auxiliam a realização desta pesquisa, partiremos então para a nossa análise.

Metodologia

A Ecocrítica (ou Ecopoética), teoria sob a qual se fundamenta esta pesquisa, adota um método interpretativo e interdisciplinar de análise. No livro *The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology*, os autores Cheryll Glotfelty e Harold Fromm definem a ecocrítica como “o estudo da relação entre literatura e o ambiente físico.” e a considera “uma abordagem centrada na terra para os estudos literários.” (Glotfelty; Fromm, 1996, p.xviii, traduções nossas).

Sendo assim, é através desta definição proposta na antologia de estudos de Glotfelty e Fromm, amplamente difundida e aceita pela comunidade crítica literária, que baseamos nossa análise ecocrítica da obra de Shelley. Nesse contexto, este estudo é uma pesquisa qualitativa literária, onde se opta por realizar uma análise qualitativa dos dados através da lente da teoria mencionada anteriormente, investigação que concebeu a identificação das respostas para as perguntas abordadas na seção de introdução.

Como caminho proposto, temos: leitura integral inicial, análise inicial, seleção de capítulos e trechos pertinentes, estudo teórico para posterior fundamentação, segunda

análise sob a lente dos conceitos abrangidos pela teoria crítica literária escolhida e, por fim, produção escrita dos resultados finais. O foco temático da análise segue os três pontos principais do estudo: a natureza como portadora/mensageira da paz em meio aos sentimentos de Victor Frankenstein e a forma como ela atua como um espelho dos estados emocionais e lutas internas do protagonista.

Para a realização desta, foram selecionados trechos de capítulos do romance para compor o corpus de análise, trechos esses que contém representações da natureza, do espaço físico, bem como das relações humanas com o meio. A escolha dos excertos foi realizada com base em correspondência aos critérios de cada especificidade analisada nas perguntas que este estudo almeja investigar, eles se encontram nos capítulos 4, 5, 6 do primeiro volume, capítulos 2 e 3 do segundo volume, e capítulo 3 do terceiro e último volume.

Para este estudo, serão levados em consideração a base/fundamentação da teoria de nomes importantes para a lente sob a qual este estudo está sendo conduzido. Para a realização deste estudo, teremos como base a Ecocrítica e seus conceitos apresentados/estabelecidos em *"The Environmental Imagination"* de Lawrence Buell (1995) e *"Ecocriticism"* escrito por Greg Garrard (2023).

Na primeira obra mencionada acima, Buell (1995) decide dividir seu livro em três categorias: *I -Historical and Theoretical Contexts, II - Forms of Literary Ecocriticism* e *III - Environmental Sainthood*. Para este estudo, o foco foi estabelecido sob os conceitos estabelecidos na primeira seção por se aproximar mais dos objetivos de análise desta pesquisa. O capítulo escolhido foi o primeiro, o qual é intitulado *Pastoral Ideology*, homônimo ao conceito trabalhado neste.

Em sua obra, Garrard (2023) explora conceitos chave como: poluição, pastoral, natureza selvagem, apocalipse, animais, indigeneidade e a Terra. Neste estudo, foi decidido utilizar o capítulo 4, intitulado *"Wilderness"*, no qual o autor traz observações relacionadas a estética natural, a natureza selvagem do velho mundo, o sublime e a perspectiva de Edmund Burke com os sentimentos do "sublime" e do "belo", a natureza selvagem na América do Norte, o problema da natureza selvagem e a possibilidade do novo selvagem. Burke retrata o sublime como um sentimento que localizado em lugares sombrios ou preenchidos pela escuridão, tremor e temor, como abismos ou a ponta de um precipício, sendo admirado por sua vastidão e poder, enquanto o belo é amado pela delicadeza e pequenez.

Resultados e Discussões

A Natureza Como Espelho Mensageiro de Inquietude e Paz Para Victor Frankenstein

Ao adentrarmos o texto em seus capítulos iniciais, três e cinco do primeiro volume, assistimos a transição emocional e de percepção interna do protagonista Victor Frankenstein à medida que sua criação é finalizada e ganha vida. Tendo iniciado como um estudioso das artes da filosofia natural e, posteriormente, unindo seus estudos às descobertas galvânicas, o cientista começa sua jornada, longe de Geneva e perto de um destino fatídico, tanto para si quanto, futuramente, para sua criatura.

Victor, então, sofre uma mudança radical em seu processo: o seu grande projeto que antes o fazia utilizar palavras de deslumbramento e espanto, como é possível ver nos comentários do próprio estudioso em *"The astonishment which I had at first experienced on this discovery soon gave place to delight and rapture."* e *"But this discovery was so great and overwhelming, that all the steps by which I had been progressively led to it were obliterated, and I beheld only the result."* (Shelley, 1818, p. 40), deixam para trás o entusiasmo diante do sucesso de seus planos, do resultado que o permitiria trazer luz (conhecimento/vida) a um mundo sombrio (sem conhecimento/vida), tal qual Prometeu em seu mito.

As palavras que ele usa para descrever até mesmo a natureza que o rodeava durante aqueles momentos passam a adquirir uma carga, geralmente, associada à negatividade, em uma premonição aos eventos que se seguiriam, o que assume ainda mais sentido quando lembramos que o Victor que conta a história já viveu os dias sobre os quais nos conta. A evidência dessa transição inicia nas primeiríssimas palavras do quinto capítulo do livro, ao chamar a noite de "sombria". Seguindo então para uma descrição que o situa em uma madrugada, ainda sem sol por ser apenas uma da manhã, com direito à uma chuva, também de forma sombria e/ou triste, contra a janela e uma vela cuja chama já se extinguia e, a julgar pela data aos quais ele provém ao leitor na primeira frase *"It was a dreary night of November"*(Shelley, 1818, p. 45) unida ao contexto de local dado nos capítulos prévios, denota-se também que estava muito frio a julgar pelo inverno alemão em plena madrugada na cidade em que ele estava.

É nesse contexto que nos deparamos com um conceito altamente relacionado à época do Romantismo, o conceito de sublime. Mencionado na obra *Ecocriticism* de Greg Garrard e apresentado no livro *Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and the Beautiful* de Edmund Burke, a ideia denota que objetos sublimes costumam ser vastos, ameaçadores, e sombrios, como é o caso de montanhas, tempestades, cavernas e pontas de precipícios. Enquanto as coisas belas evocam sentimentos de agradabilidade, as coisas sublimes evocam emoções carregadas de peso, afetando quem está se relacionando com elas de maneira intensa e, mesmo em todo o seu "exagero", ainda assim, o sublime traz prazer e/ou vertigem pelo sentimento de insignificância que ele evoca.

Quando depositamos atenção à frase mencionada anteriormente, a qual contém a palavra *"astonishment"*, é possível relacionar o caso de Victor Frankenstein ao que Burke afirma em seu livro ao dizer "A paixão provocada pelo grande e pelo sublime na natureza... é o assombro; e o assombro é aquele estado da alma em que todos os seus movimentos ficam suspensos, acompanhados de certo grau de horror." (Burke; Phillips, 1990, p. 53, tradução nossa). Através do assombro que o envolve ambientalmente, enxergamos a beleza da escrita de Shelley ao fazer com que o espanto de Victor para com o que acontece externamente no ambiente seja um momento no qual seus movimentos são suspensos para refletir através da natureza, o turbilhão de eventos que ocorrem na história do personagem.

Em seu livro, Garrard realiza uma análise da visão burkeana aplicada a algumas obras e nela é explicado que "O desenrolar da experiência em uma única frase transmite a luta do eu lírico para descrever uma profusão de impressões sensoriais contraditórias e vertiginosas." (Garrard, 2023, p.70). Ele afirma ainda que "O eu lírico não consegue abarcar a paisagem sublime na linguagem e vê-se forçado a buscar refúgio em grandes abstrações como forma de recuperar o controle." (Garrard, 2023, p.71)

Se aplicarmos essas mesmas possibilidades na obra de Shelley, encontraremos nos trechos apresentados até então, uma situação similar na qual é perceptível que a descrição dada por Victor ao ambiente, pode ser ser vista também como uma maneira do personagem lidar com a luta de descrever sentimentos quando falava de si mesmo e as emoções que todos os transtornos causados pela Criatura e por ele mesmo o causavam. Assim, ele os projetava em sua descrição da natureza e tornava mais digerível o processamento de suas emoções ao aplicá-las em outro ser que não a si.

Essa observação é complementada ao notarmos que Victor se sentia consolado e tranquilizado em meio ao ambiente pastoral ao ter seus pensamentos distraídos pelo cenário. Assim como, os ambientes sublimes traziam a harmonia entre a alegria e luz que o levavam para longe do mundo obscuro segundo a possibilidade de análise poética que Garrard traz em: "percebe até mesmo qualidades opostas, como a escuridão e a luz, em uma harmonia inapreensível [...]" (Garrard, 2023, p.70). Estas observações são perceptíveis ao lermos os trechos:

These sublime and magnificent scenes afforded me the greatest consolation [...] They clevated me from all littleness of feeling; and although they did not remove my grief, they subdued and tranquilized it. In some degree, also, they diverted my mind from the thoughts over which it had brooded for the last month. (Shelley, 1818, p.87)

I remembered the effect that the view of the tremendous and ever-moving glacier had produced upon my mind when I first saw it. It had then filled me with a sublime ecstasy that gave wings to the soul, and allowed it to soar from the obscure world to light and joy. The sight of the awful and majestic in nature had indeed always the effect of solemnizing my mind, and causing me to forget the passing cares of life. (Shelley, 1818, p.87 e 88)

Ao prosseguirmos em nossa observação, percebemos que depois de criar uma atmosfera tenebrosa, Victor não faz rodeios e apresenta ao público à sua criação, tão agitada e sombria quanto a natureza que o envolvia: um olho amarelo e opaco, uma respiração difícil e um movimento quase que convulsivo partindo dos membros de sua criação. O "projeto" que antes o maravilhava, viria a se resumir aos nomes de *"wretch", "hideous", "ugly", "a thing such as even Dante could not have conceived"* que o cientista usaria para descrever sua criação em diferentes capítulos do livro.

O próprio Victor explicita tal mudança ao dizer *"[...] now that I had finished, the beauty of the dream vanished, and breathless horror and disgust filled my heart."* (Shelley, 1818, p. 45) uma verdade e uma criação tão difíceis de suportar que o forçaram a correr e fugir para longe de seu quarto. O início marcado por tamanha agitação tanto no ambiente quanto internamente em Victor, mantém a escolha de palavras e ambientação pelo restante do capítulo: *"fear", "rain", "comfortless sky", "irregular steps", "frightful", "my heart palpitated"* e *"trembled excessively"* o que é refletido até mesmo na maneira como a escrita de Shelley se torna mais dinâmica e rápida na entrega dos eventos seguintes.

O que nos leva a um espelho: a natureza refletindo as emoções e lutas internas repletas de medo, decepção e agitação vividas por Victor através de manifestações naturais como na chuva sombria, madrugada fria e céu desolador. Esse espelho, porém, habilita-se também a ser o reflexo de momentos raros de paz, como é observado ao analisarmos o capítulo 6.

Victor decide retornar para casa após a morte do irmão mais novo, William, e a caminho de Geneva, ele permanece na cidade de Lausanne, Suíça por dois dias. Nela, apesar de estar em um estado mental doloroso, ao contemplar o lago de águas plácidas e as montanhas nevadas rodeadas de calmaria, a imutabilidade do lugar que conhecia, o afetou, tendo em mente sua própria fala ao dizer a qual o restauraram de alguma forma, segundo *"By degrees the calm and heavenly scene restored me"* (Shelley, 1818, p. 63).

Inserido em um ambiente descrito por ele como celestial, diante de seus olhos estavam o lago, uma cadeia de montanhas arborizadas de maneira densa entre a França e a Suíça

conhecida como Jura, e o iluminado pico de Mont Blanc. Tamanhas graciosidades da natureza se tornaram. então, as testemunhas de seu choro, suas montanhas queridas e belo lago o dando boas-vindas com claros picos, e plácidos e azuis céus e lago, beleza natural vista como o indicativo de duas possibilidades: *"Is this to prognosticate peace, or to mock my unhappiness?"*(Shelley, 1818, p. 63)

Ainda no sexto capítulo, oficialmente de volta à Geneva, a natureza assume um tom ambíguo que mistura os dois sentimentos anteriormente espelhados à medida que Victor atravessa o lago de Secheron para chegar ao bairro de Plainpalais. Com direito à uma transição de céu sereno e raios que iluminavam ainda mais o pico de Mont Blanc, sua travessia tem a paisagem transformada por uma tempestade rápida ao chegar, responsável por nublar o céu e fazer a chuva cair. Nesse momento, enxergamos que ambas as teorias postuladas pelo cientista se provam reais. A natureza parece zombar de sua infelicidade sem deixar a paz por completo. Mais tarde, a tempestade, ainda assim, conseguiria capturar a admiração de Victor, o qual viria a nomeá-la *"beautiful yet terrific"* e mais uma vez, o estudioso teria seu espírito acalentado pelo ambiente que o cercava, a julgar pelo seu testemunho em *"This noble war in the sky elevated my spirits;"* (Shelley, 1818, p. 64)ainda no mesmo capítulo.

No livro *The Environmental Imagination*, Lawrence Buell traz o comentário de que em algumas visões, o pastoral "tornou-se quase sinônimo da ideia de (re)torno a um estado de existência menos urbanizado e mais "natural." (Buell, 1995, p.32). Já Garrard, quando debate sobre a temática do pastoral, comenta a visão de Raymond Williams sobre o ambiente pastoral, mencionando que, para Williams, o elemento pastoral é caracterizado pela nostalgia. Greg Garrard afirma ainda que o pastoral e a nostalgia trazida por ele são como "uma 'escada rolante' que nos leva de volta a um passado supostamente melhor." (Garrard, 1995, p. 42). Sob essas lentes, é possível denotar que a nostalgia trazida a Victor pelo ambiente pastoral no qual ele estava inserido nos momentos de descrição naturais o levavam a um passado "melhor", onde seu irmão ainda estava vivo, sua Criatura não havia ganhado vida e ele não tinha arrependimentos.

Apesar da chegada rápida de tal tempestade, os raios tornam o pico de Mont Blanc mais belo e a chuva traz um senso de lentidão, o qual é tanto pacífico por prolongar o momento pré-descoberta de novas más notícias, quanto o tortura em uma vagareza/morosidade dolorosa. O próprio Victor destaca a velocidade que o ambiente assumiu ao contar *"I soon felt the rain coming slowly in large drops, but its violence quickly increased."*(Shelley, 1818, p. 64) e tal passagem marca um momento de destaque para a análise.

A natureza presente na obra e escrita de Shelley foi utilizada sabiamente para interagir, espelhar, relacionar, prognosticar e imitar os sentimentos dos personagens, mas não só a eles. O elemento natural assume o papel de espelho também da própria história, ao prever

o restante da narrativa: Uma tempestade que chegou rápida demais (a mudança do posicionamento de Victor quanto à sua criação), uma chuva que vem devagar, mas em largas gotas (um problema que revela sua natureza aos poucos mas em grande peso) e com uma violência em rápido crescimento (o nível de violência que a narrativa assume a cada capítulo e reviravolta).

A paz, porém, retorna brevemente durante o segundo capítulo do segundo volume quando Victor descreve *"These sublime and magnificent scenes afforded me the greatest consolation that I was capable of receiving."* (Shelley, 1818, p.87) quando visitou Arveiron, um afluente do rio Arvo na França. Apenas para ser vencida pela melancolia da montanha-russa de paz e inquietude que Shelley continuou a tecer nos capítulos que vieram pela frente, a exemplo dos dois trechos mencionados a seguir.

Temos Victor afirmando o que a chuva fazia com seus sentimentos em *"The rain depressed me; my old feelings recurred, and I was miserable."* (Shelley, 1818, p.87). E se avançarmos mais para o capítulo três do terceiro volume, Victor se encontra em nas Ilhas Órcades, e após ponderar o futuro de suas criaturas, decide destruir o projeto. É no capítulo quatro, porém, que Victor O cientista explica que passou a noite acordado, com nervos agitados e olhos inflamados por ficarem vigiando os arredores e a miséria. É nesse contexto que Victor encontra descanso na natureza *"When it became noon, and the sun rose higher, I lay down on the grass, and was overpowered by a deep sleep."*(Shelley, 1818, p.164).

Conclusão

Ao chegarmos ao fim de nossa análise da obra de Shelley, chegamos à conclusão de que ao longo de toda a narrativa, a autora utilizou sabiamente o potencial dos cenários ambientais presentes em sua história e com isso, representou as emoções relacionadas ao alento e inquietante de seu protagonista através dos fenômenos naturais que retratou. Assim como também foi sagaz ao espelhar os momentos do arco narrativo e do arco do personagem de sua obra através das manifestações ecológicas naturais, até mesmo gerando um foreshadowing dos momentos intensos que viriam mais adiante na narrativa.

Com o surgimento da abordagem da Ecocrítica, diversas obras foram postas sob a lente de tais estudos em relação à obra de Shelley, assim como nossa pesquisa. Dentre nosso levantamento de revisão de literatura, e mostrou-se válido mencionar que destacam-se pesquisas prévias com excelentes leituras da obra escolhida para este estudo e, portanto, as mencionamos abaixo para leitores interessados em outros olhares da mesma lente teórica.

Em *'"Acorns and berries afford me sufficient nourishment": An Ecocritical Reading of the Monstrous in Mary Shelley's Frankenstein and Patrick Ness's A Monster Calls' (2019)*, a pesquisadora Mascha Hansen estabelece a relação entre monstro e "salvação". Ela percebe as histórias monstruosas como frutíferas, e afirma que os monstros também

podem possuir o papel de salvador devido aos seus poderes de alerta. Hansen analisa como a crise do querer fazer o bem mas, em vez disso, fazer o mal, pode ser a personificação de preocupações ambientais e como os monstros têm o poder de fazer os leitores encarem quem realmente são e o que fazem na Terra, dando às criaturas monstruosas o paradoxo de ser monstro ao mesmo tempo em que ele pode ser salvador em uma perspectiva ecológica.

Enquanto isso, em *"Journey to Deportation*: An Ecocritical Analysis of Frankenstein" (2025), da autoria de Shanshan Wang, temos a análise de três deportações que Victor Frankenstein sofre durante a narrativa: a perda familiar e de si e o impulso autodestrutivo. Este artigo explora como o cientista sofre por causa da natureza, a consequência de ignorar a conexão natural, a relação entre ambições individualistas, potencial para destruição e responsabilidade ética e abordagem aos avanços científicos e tecnológicos de maneira humilde e responsável.

Por fim, destaca-se também o estudo *"Ecocriticism Associating Literature and Ecology to Raise Environmental Consciousness"* (2025) de Qhudia Wajid, o qual aborda de maneira mais generalizada a relação entre literatura e ambiente ao integrar diferentes campos (interdisciplinaridade) durante a análise de desafios socio-ecológicos. Wajid traz um excelente estudo para à leitura daqueles que desejam começar a adentrar o campo de associação entre as duas áreas, especialmente tendo em vista aumentar a consciência ambiental, examinando a evolução e metodologia dos estudos da ecocrítica e sua influência sobre a literatura e a cultura.

Referências

BUELL, Lawrence. **The environmental imagination**: Thoreau, nature writing, and the formation of American culture. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

BURKE, Edmund; PHILLIPS, Adam. **A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

GARRARD, Greg. **Ecocriticism**. New York: Routledge, 2023.

GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (org.). **The Ecocriticism Reader**: landmarks in literary ecology. Athens: University of Georgia Press, 1996.

HANSEN, Mascha. **"Acorns and berries afford me sufficient nourishment"**: an ecocritical reading of the monstrous in Mary Shelley's Frankenstein and Patrick Ness's A Monster Calls. Palgrave Communications, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-7, 19 nov. 2019. DOI: 10.1057/s41599-019-0353-3. Disponível em: https://doi.org/10.1057/s41599-019-0353-3. Acesso em: 14 abr. 2026.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**: the 1818 text. London: Penguin Books, 2018.

WAJID, Qhudsia. **Ecocriticism**: Associating Literature and Ecology to Raise Environmental Consciousness. Manar Elsharq Journal for Literature and Language

Studies, v. 3, n. 3, p. 50-57, ago. 2025. DOI: https://doi.org/10.56961/mejlls.v3i3.1061. Disponível em: http://meijournals.com/ara/index.php/mejlls/index. Acesso em: 14 abr. 2026.

WANG, Shanshan. **Journey to Deportation**: An Ecocritical Analysis of Frankenstein. Journal of Education and Educational Research, jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.54097/wpc1we51. Acesso em: 12 abr. 2026.

CÓDIGO: HS1734

AUTOR: GABRIEL WAYLAND E MACIEL SILVA

ORIENTADOR: JUCIANO DE SOUSA LACERDA

TÍTULO: Caracterização quantitativa dos dispositivos midiáticos ofertados nos recursos educacionais abertos dos cursos do AVASUS

Resumo

Este estudo analisa quantitativamente a influência das estratégias midiático-comunicacionais no engajamento de estudantes em cursos autoinstrucionais na plataforma AVASUS, desenvolvida pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da UFRN para o Ministério da Saúde do Brasil. Foram sistematizados quantitativamente as características dos dispositivos midiáticos ofertados nos recursos educacionais abertos dos cursos em relação às lógicas interacionais, hipertextuais, multimidiáticas/transmidiáticas e de plasticidade/customização contidas nessas ofertas. A análise quantitativa do corpus de recursos educacionais abertos (REA) de 466 cursos permitiu mensurar a relação da oferta de recursos midiáticos com o engajamento, a certificação e a percepção dos usuários matriculados. Entre os resultados, destaca-se que os módulos do AVASUS, em sua maioria, ofertam uma multimidialidade de suporte, operam principalmente sob a lógica da Interação Reativa e oferecem uma hipertextualidade axial ou linear-expandida.

Palavras-chave: Educomunicação; AVASUS; Multimidialidade; educação permanente em saúde

TITLE: Quantitative characterization of media elements provided in the Open Educational Resources of AVASUS courses

Abstract

This study quantitatively analyzes the influence of media-communication strategies on student engagement in self-instructional courses on the AVASUS platform, which was developed by the Laboratory for Technological Innovation in Health (LAIS) at UFRN for the Brazilian Ministry of Health. The characteristics of the media elements provided within the courses' open educational resources were quantitatively systematized, focusing on the interactional, hypertextual, multimedia/transmedia, and plasticity/customization logics inherent in these offerings. A quantitative analysis of the corpus of open educational resources (OER) from 466 courses made it possible to measure the relationship between the provision of media resources and the engagement, certification, and perceptions of enrolled users. Key findings indicate that the majority

of AVASUS modules offer multimedia support, operate primarily based on a logic of reactive interaction, and feature axial or linear-expanded hypertextuality.

Keywords: Educommunication; AVASUS; multimediality; continuing health education

Introdução

A educação mediada por tecnologia via ambientes virtuais de aprendizagem evoluiu muito nos últimos 20 anos com o aumento exponencial da potência das infovias digitais e com inovações para maior qualidade da distribuição digital de vídeo, a exemplo do streaming (Garcia; Aires, 2021). Os recursos educacionais abertos (open source) autoinstrucionais ganham cada vez mais em qualidade comunicacional (Garcia; Aires, 2021; De Sousa et al, 2022).

A educação permanente do profissional de saúde em plataformas de educação à distância, desenvolvidas com estratégias pedagógicas e midiático-comunicacionais de e-Learning e m-Learning, para cumprir as ODS 3 e 4, pode se pautar nas lógicas dos processos de formação e aprendizagem ao longo da vida (Alheit & Dausien, 2006). Para isso, são concebidos ambientes de aprendizagem como ecossistemas comunicativos (De Oliveira Soares, 2002; Sartori, 2010; Silva & Messa, 2013; Martin-Barbero 2014b) que buscam gerar sinergia entre os diferentes modos de aprendizagem, complementando-se organicamente (Alheit & Dausien, 2006).

Na lógica da formação em saúde ao longo da vida, o Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desenvolveu em 2013, para o Ministério da Saúde, o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde, mais conhecido como AVASUS (avasus.ufrn.br). Atualmente AVASUS está em sua versão 2.0 e caminha para a versão 3.0. São 1.698.983 usuários registrados (dados de setembro de 2026), com 4.937.452 inscrições realizadas, 3.137.955 certificados emitidos em 507 cursos ativos e 8 inativos (Cf. https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/dashboard/transparencia.php).

Por ser a segunda maior plataforma de aprendizagem em saúde das Américas, elegemos o AVASUS para investigar nesta pesquisa por ser uma experiência de educação mediada por tecnologia do Ministério da Saúde do Brasil, com abrangência em todo território nacional. Os 515 cursos do AVASUS apresentam distintos formatos, linguagens midiáticas, duração e modelo aprendizagem (tutorial/autoinstrucional). Há cursos com mais de 120 mil usuários matriculados, outros com 100 mil, 90 mil, 80 mil, 60 mil e 40 mil inscritos, contudo há também cursos abaixo de 3 mil matrículas.

A grande maioria desses cursos é autoinstrucional, ou seja, o aluno estuda no seu próprio ritmo, sem a presença de um tutor. Esse formato traz um grande desafio: como manter o estudante engajado e garantir que ele realmente aprenda sozinho? O engajamento dos alunos nesse tipo de curso depende muito dos tipos de mídia utilizados (como vídeos, textos, infográficos) e de como a plataforma é organizada.

O presente artigo integra a pesquisa principal “Processos midiático-comunicacionais aplicados ao desempenho de plataformas de recursos educacionais abertos: o caso do

Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde do Brasil", desenvolvida com apoio do CNPq (Edital Nº 09/2023 / processo No 316628/2023-9-CNPq). A hipótese de trabalho da pesquisa principal se apresenta como forma síntese de questão-problema da pesquisa no seguinte movimento: o desenho educomunicativo de propostas de cursos de educação permanente para profissionais de saúde, na lógica da formação ao longo da vida, pode avançar de uma lógica instrumental (interface como ferramenta/instrumento), para uma lógica da emancipação (interface como lugar de interação) (Scolari, 2018), com o desenvolvimento de competências comunicacionais e habilidades associadas à plataforma virtual de aprendizagem que possibilitem exercitar a "autonomia comunicativa" (Freitas; Lacerda, 2018)?

O presente artigo de Iniciação Científica teve como objetivo central contribuir na sistematização quantitativa das características dos dispositivos midiáticos ofertados nos recursos educacionais abertos dos cursos do AVASUS para dimensionar as lógicas interacionais, hipertextuais, multimidiáticas/transmidiáticas e de plasticidade/customização contidas nessas ofertas.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa em comunicação aplicada, de abordagem qualitativa, a partir de uma argumentação dedutiva (Fragoso et al, 2011), na qual pressupostos da educomunicação são confrontados com fatos empíricos da educação mediada por tecnologia, relacionados à oferta de recursos educacionais abertos do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS), desenvolvido pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para o Ministério da Saúde do Brasil.

O presente artigo de iniciação científica contribuiu para o terceiro movimento metodológico da pesquisa principal, que visa analisar quantitativamente os dispositivos midiáticos ofertados nos recursos educacionais abertos (open source) mediados por tecnologia e autoinstrucionais, desenvolvidos para a formação humana em saúde, ofertados nos 515 cursos do AVASUS.

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão do corpus da pesquisa, a coleta e sistematização levaram em conta os dois modelos de cursos: supervisionados e autoinstrucionais. Nos cursos supervisionados há tutores que acompanham e mediam a interação dos estudantes num curso específico. Nos cursos autoinstrucionais, as interações previstas são desenhadas para que o próprio cursista se relacione diretamente com a plataforma sem o auxílio de terceiros. Portanto, somente os cursos autoinstrucionais foram incluídos como parte do corpus da pesquisa.

A partir dos critérios acima, o conjunto de cursos autoinstrucionais que fazem parte do corpus da pesquisa (Bauer et al, 2002) foram sistematizados em suas características interacionais (Lacerda, 2006; Primo, 2007), hipertextuais (Landow, 1995; Paiva; Nascimento, 2009), multimidiáticas/transmidiáticas (Massarolo & Mesquita, 2014; Scolari, 2015, 2018), de plasticidade e customização (Manovich, 2006; Primo, 2007; Scolari, 2018) contidas nessas ofertas, correlacionando com os dados estatísticos da plataforma em termos de número de usuários matriculados, de taxas sucesso de conclusão de cursos e ranqueamento da avaliação da experiência do usuário.

A plataforma AVASUS conta com 515 cursos, chamados de módulos, destes, 497 foram levados para a análise, os excluídos se tratavam de cursos de especialização. Dos 497 cursos levados para a análise, 31 foram excluídos da análise pois exigiam um "pré-teste" sobre conhecimentos de saúde aplicados ao tema do curso e por se tratar de uma pesquisa de comunicação, não teríamos a competência necessária para desenvolver tal tarefa.

Desta forma, 466 cursos foram planilhados e coletados os seguintes dados: Módulo, Status, Usuários Totais (da plataforma AVASUS), Matriculados (quantidade de alunos que efetuaram matrícula em cada módulo), Direito a Certificação (quantidade de alunos que concluíram o curso, e por isso, tem direito ao certificado), N° Avaliações (quantidade de alunos que avaliaram o curso com notas de 0-5), Nota dos Usuários (média da avaliação dada por cada aluno), Carga Horária, Q° Mídias (quantidade de mídias em cada curso) Q° Tipo Mídias (quantos tipos de mídia diferentes cada curso possui).

Foram contabilizados todas as mídias dos 466 cursos, e estas foram divididas nas seguintes categorias: PDF, Vídeos, Imagens, Áudios, Cartões, Infográficos, Slides, Tabelas/Planilhas, Fóruns e outras categorias. Também foram sistematizados os cursos por Tipo de recurso midiático; Tipo de Interação; Tipo de Hipertextualidade; Características Multimídia; presença de Plasticidade/Customização, relacionando com o Número de Matrículas e a avaliação realizada pelo usuário na plataforma.

Convém ressaltar que a Inteligência Artificial (IA) atuou como ferramenta de suporte nas etapas posteriores da metodologia. Após a consolidação do mapeamento dos cursos e da sistematização das anotações qualitativas do pesquisador, as informações foram inseridas na IA Gemini com o propósito exclusivo de auxiliar na estruturação primária dos dados. Todo o processo subsequente de análise, interpretação e redação final do artigo foi realizado de maneira estritamente autoral.

Resultados e Discussões

A análise quantitativa do corpus de recursos educacionais abertos (REA) do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS), desenvolvido pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN) para o Ministério da Saúde, nos permitiu mensurar a relação da oferta de recursos midiáticos com o engajamento, a certificação e a percepção dos usuários matriculados.

Inicialmente, a plataforma contava com 515 módulos, deste total foram excluídos os cursos de especialização e “pai presente” restando 497. Foram ainda excluídos 31 cursos por exigirem a aplicação de "pré-testes" com conteúdos específicos da área de saúde, tarefa que extrapolava a competência do autor deste trabalho. Finalmente, o corpus final da pesquisa consistiu em 466 cursos autoinstrucionais.

A categorização dos 466 cursos por carga horária revela uma dominância de módulos de média e curta duração:

- Até 5h: 128 cursos;

- De +5h a 10h: 23 cursos;

- De +10h a 15h: 41 cursos;

- De +15h a 30h: 176 cursos;

- De +30h a 60h: 67 cursos;

- Mais de 60h: 31 cursos.

Ao correlacionarmos a duração com o Direito à Certificação observa-se que os 239 cursos com até 9 mídias possuem carga horária média de 14,87 horas e alcançam uma taxa média de conclusão de 70,37%. Em contrapartida, os 227 cursos com 10 ou mais mídias possuem média de 38,88 horas e apresentam uma taxa de conclusão de 63,56%.

O levantamento das mídias distribuídas entre as categorias (PDF, Vídeos, Imagens, Áudios, Cartões, Infográficos, Slides, Tabelas/Planilhas, Fóruns e Outras) evidenciou a maior recorrência de dois tipos de recursos:

Quantitativamente o PDF é o tipo de recurso que mais aparece no AVASUS:

- Total de unidades: 3.388 PDFs

- Representatividade: Corresponde a 41,44% de todas as mídias cadastradas na plataforma (3.388 de 8.175 mídias).

- Presença: Está presente em 359 dos 466 cursos (77,04%).

Por outro lado, os vídeos lideram em termos de abrangência (em quantos cursos o formato aparece pelo menos uma vez):

- Presença: Está presente em 420 dos 466 cursos (90,13% de todos os cursos possuem pelo menos 1 vídeo).

- Total de unidades: 2.452 vídeos (29,99% do total de mídias).

Apesar da presença massiva desses formatos, a variação do número de tipos de mídias por curso predomina os cursos com de 1 a 3 tipos de mídia, representando 89,27% de todo o corpus analisado, 416/466 cursos:

- 0 tipos de mídia: 3 cursos — Taxa Média de Conclusão: 80,35%

- 1 tipo de mídia: 117 cursos — Taxa Média de Conclusão: 71,08%

- 2 tipos de mídia: 203 cursos — Taxa Média de Conclusão: 65,09%

- 3 tipos de mídia: 96 cursos — Taxa Média de Conclusão: 68,44%

- 4 tipos de mídia: 31 cursos — Taxa Média de Conclusão: 66,40%

- 5 tipos de mídia: 11 cursos — Taxa Média de Conclusão: 55,30%

- 6 tipos de mídia: 5 cursos — Taxa Média de Conclusão: 47,68%

Caráter Multimídia Dos Cursos Ofertados

A análise da diversidade de linguagens revela que a ampla maioria dos módulos do AVASUS ofertam uma multimidialidade de suporte (Manovich, 2006; Scolari, 2008), 346 cursos dos 466 analisados possuem e 2 a 6 suportes midiáticos distintos, alcançando 74,25% da oferta. Essa variedade de formatos visa atender às diferentes formas de aprendizagem e estratégias de retenção da atenção do público.

Tipos de Interação

Por serem cursos majoritariamente autoinstrucionais (sem a mediação de tutores), 426 operam principalmente sob a lógica da Interação Reativa (Primo, 2007). Nestes módulos, a ação do aluno limita-se ao consumo de conteúdo e a comandos de progressão linear (como avançar páginas, acessar vídeos, visualizar PDFs ou responder a questionários automáticos).

Por outro lado, a Interação Mútua (Primo, 2007), onde ocorrem trocas bidirecionais e a promove construção de sentido compartilhado, está presente em apenas 40 cursos, representada exclusivamente pela oferta dos “Fóruns de Discussão". A escassez desse recurso evidencia que a arquitetura do AVASUS privilegia a autonomia e a individualidade do cursista.

Hipertextualidade

Embora a interface da plataforma garanta a autonomia para que o cursista escolha o que irá acessar e a ordem que irá acessar de maneira deliberada. Os cursos seguem uma linha de raciocínio praticamente cronológica. Ou seja, se o aluno resolver adiantar, provavelmente, não conseguirá reunir as informações para que façam sentido tão facilmente (Paiva; Nascimento, 2009).

Os cursos são projetados para que o aluno siga a Hipertextualidade Axial ou Linear-Expandida (Landow, 1995). Desta forma, a proposta de contrato de leitura da oferta de percurso é sucessiva e linear, não havendo nenhum mecanismo para impedir a navegação desordenada por parte do usuário. Assim, esta é operacionalmente possível, o que desestruturaria a coerência pedagógica planejada, mas o que se pode interpretar é que na oferta há uma percepção que imagina o público fazendo justamente o percurso ofertado.

Percepção e Experiência do Usuário

Os 10 cursos com maiores notas somam 57 mídias, destes:

- 5 ofertam apenas 1 tipo de mídia;

- 3 ofertam 2 tipos de mídia;

- 1 oferta 3 tipos de mídia;

- 1 não oferece nenhum tipo de mídia.

Por outro lado, os 10 cursos com as menores notas acumulam 134 mídias distribuídas da seguinte forma:

- 6 ofertam 2 tipos de mídia;

- 4 ofertam 3 tipos de mídia.

Os 10 cursos com maior taxa de sucesso somam 61 mídias oferecidas da seguinte forma:

- 1 curso oferta 1 tipo de mídia;

- 4 cursos ofertam 2 tipos de mídia;

- 4 cursos ofertam 3 tipos de mídia;

- 1 curso não oferece nenhum tipo de mídia.

Da maneira em que os 10 cursos com menor taxa de sucesso acumulam 301 mídias das quais:

- 5 cursos ofertam 1 tipo de mídia;

- 2 cursos ofertam 2 tipos de mídia;

- 2 cursos cursos ofertam 2 tipos de mídia;

- 1 curso oferta 5 tipos de mídia.

Em termos quantitativos, fica difícil estabelecer uma relação direta entre uma oferta diversificada de mídias no mesmo suporte, pela multimidialidade (Manovich, 2006; Scolari, 2008) e os melhores índices de avaliação ou melhores taxas de sucesso. É possível perceber que uma ambiência propícia à “autonomia comunicativa” (Freitas; Lacerda, 2021) não depende somente da complexidade das ofertas midiáticas, mas em algum ponto é possível que a carga horária, o tipo de navegação (Landow, 1995; Paiva; Nascimento, 2009) e a plasticidade da interface (Manovich, 2006; Scolari, 2018), de se adaptar ao tipo de tecnologia que usuário utiliza (notebook, smartphone ou desktop, por exemplo) estabeleça algum tipo de inferência sobre os resultados quantitativos.

Conclusão

Por haver um conjunto de variáveis que estão fora do controle do tipo de recorte feito pela pesquisa, a hipótese que se aventa da análise dos dados quantitativos correlacionados (tipos de mídia, quantidade de mídias ofertadas, quantidade de horas, taxas de certificação e média das notas atribuídas pelos cursistas) se distingue da hipótese de partida, de que uma maior oferta de recursos didáticos midiáticos corresponderia aos melhores índices de certificação e de avaliação dos cursos. O que se pode perceber, por enquanto, é que os cursos com as maiores taxas de sucesso e melhor avaliação pelos usuários seriam aqueles que apresentam menor quantidade e diversidade de dispositivos midiáticos.

Desta forma, prevaleceria uma nova hipótese, segundo a lógica de que os cursos com mais engajamento seriam os que demandam menos esforço do cursista. Em se tratando de que, em termos de tipos de mídia, há uma grande concentração de materiais editados em formato PDF, muitos deles tendo que ser feito o download para melhor ser acessados e consumidos, é possível que na realidade de muitos dos cursistas, que usam aparelhos como smartphones para se apropriar dos cursos, se encontre uma maior dificuldade em relação à plasticidade e customização da plataforma.

Os estudos qualitativos previstos na pesquisa poderão acenar para uma melhor compreensão do funcionamento do fenômeno, num olhar de maior profundidade, abrindo novas perspectivas.

Referências

ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Bettina. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 32, n. 1, p. 177-197, Apr. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2020. https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000100011.

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. Comunicação & Educação, n. 23, p. 16-25, 2002. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i23p16-25

DE SOUSA, Francenilde Silva et al. Avaliação de um Programa de Formação para Produção de Recursos Autoinstrucionais na Educação a Distância. EaD em Foco, v. 12, n. 2, p. e1889-e1889, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.18264/eadf.v12i2.1889

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREITAS, T. C. ; LACERDA, Juciano de Sousa . A 'Pedagogia da Autonomia' de Freire e a 'Autocomunicação de Massa' de Castells no fortalecimento do protagonismo estudantil na educação híbrida em tempos de pandemia. INTERCOM (SÃO PAULO. ONLINE), v. 44, p. 145-158, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1809-58442021308

FREITAS, T. C. ; LACERDA, Juciano de Sousa. Da Pedagogia da Autonomia de Freire à Autocomunicação Digital de Castells. In: Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2018. v. 41. p. 1-15.

GARCIA, J. L.; AIRES, M. L. L. EDUCAÇÃO NA ERA DOS STREAMINGS: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS COMO FATOR POTENCIALIZADOR DA APRENDIZAGEM. Cine-Fórum UEMS , [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: https://anaisonline.uems.br/index.php/cineforumuems/article/view/7600. Acesso em: 14 jul. 2023.

LACERDA, Juciano de Sousa. Estudo comparativo dos ambientes digitais Sampa.org e Telecentros.com.br: interatividade, hipertextualidade, multimidialidade. Revista Fronteira (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-8226 Revista Fronteiras (Online)), v. 8, p. 185-195, 2006.

LANDOW, George P. Hipertexto – la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Paidós, Barcelona: [s.n.], 1995. 284 p.

MANOVICH, Lev. El lenguaje en los nuevos medios de comunicación: la imagen en la era digital - 1° ed. - Buenos Aires , Paidós, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A comunicação na educação. São Paulo: Editora Contexto, 2014b.

MASSAROLO, J. C.; MESQUITA, D. Reflexões teóricas e metodológicas sobre as narrativas transmídia. Lumina, v. 8, n. 1, 15 ago. 2014.

PAIVA, V. L. M. de O.; NASCIMENTO, M. do. Hipertexto e complexidade. Ling (dis)curso [Internet]. 2009. Sep;9(3):519–47. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1518-76322009000300005

PRIMO, Alex. Interação Mediada por computador: Comunicação, Cibercultura, Cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SARTORI, Ademilde. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. Comunicação Mídia e Consumo, v. 7, n. 19, p. 33-48, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.18568/cmc.v7i19.193

SCOLARI, C. A. Hipermediaciones: Elementos para una Teoría de la Comunicación Digital Interactiva. Barcelona: Gedisa, 2008.

SCOLARI, C. A. Narrativas Transmídia: consumidores implícitos, mundos narrativos e branding na produção de mídia contemporânea. Parágrafo, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 7-20, mar. 2015. ISSN 2317-4919. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/291>.

SCOLARI, Carlos A. Las leyes de la interfaz. Barcelona: Gedisa, 2018.

SILVA, A. L.; MESSA, F. C. Tensões e distensões no campo educomunicativo da televisão: o conceito de ecossistema comunicativo na visão latinoamericana. Conexão ´ Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul ´ v. 12, n. 24, jul./dez. 2013.

CÓDIGO: HS1736

AUTOR: ARTHUR PAULO CAVALCANTE SANTOS

ORIENTADOR: MARCILIO DE SOUZA VIEIRA

TÍTULO: Memórias da dança na UFRN - Continuidades

Resumo

A pesquisa investigou a memória e a história da dança produzida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), buscando compreender a contribuição de grupos, companhias, artistas e demais agentes para a construção e continuidade da cena da dança universitária e potiguar. O estudo realizou uma revisão crítica da historiografia da dança natalense, valorizando diferentes fontes, experiências e narrativas.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva fenomenológica, inspirada em Merleau-Ponty, articulada à história oral e à pesquisa documental. Foram considerados relatos, entrevistas, documentos, fotografias, vídeos e observações como fontes para a compreensão das experiências e trajetórias da dança universitária.

Como resultado, a pesquisa contribuiu para a constituição e organização de fontes históricas e de um acervo de referências sobre a dança na UFRN, fortalecendo a preservação de sua memória e ampliando o acesso a esses registros por estudantes, pesquisadores, artistas e pela comunidade.

A pesquisa “Memórias da Dança na UFRN – Continuidades” evidenciou a multiplicidade de sujeitos, experiências e práticas que constituem essa história, contribuindo para preservar o passado e reconhecer as continuidades e transformações da dança na UFRN e no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Dança; Memória; História da Dança; Dança Universitária; UFRN; Acervo

TITLE: Memories of Dance at UFRN – Continuities

Abstract

This research investigated the memory and history of dance produced at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), seeking to understand how groups, companies, artists, and other agents contributed to the development and continuity of the university and local dance scene. The study conducted a critical review of dance historiography in Natal, valuing different sources, experiences, and narratives.

The research was developed from a phenomenological perspective, inspired by Merleau-Ponty, combined with oral history and documentary research. Testimonies, interviews, documents, photographs, videos, and observations were considered as sources for understanding the experiences and trajectories of university dance.

As a result, the research contributed to the development and organization of historical sources and a reference archive on dance at UFRN, strengthening the preservation of its memory and expanding access to these records for students, researchers, artists, and the wider community.

The research "Memories of Dance at UFRN – Continuities" highlighted the diversity of individuals, experiences, and practices that constitute this history, contributing to the preservation of the past and the recognition of the continuities and transformations of dance at UFRN and in Rio Grande do Norte.

Keywords: Dance; Memory; Dance History; University Dance; UFRN; Archive.

Introdução

Nesse processo de visitação a dança em âmbito universitário se faz necessário uma revisão da historiografia da dança natalense produzida na UFRN formulada a partir da ótica da história da dança moderna e contemporânea brasileira e ocidental, além de complementar, tal reflexão a respeito de suas fontes, tanto no que concerne ao próprio conceito de fonte, quanto às usadas pelas vertentes tradicionais desta mesma historiografia. Justifica-se o projeto/plano de trabalho por propor um acervo da memória da dança da UFRN que possa ser visitado por alunos da rede básica de ensino do estado, por alunos dos cursos do departamento de Artes e de outros departamentos, por artistas potiguares interessados em dança e pela criação de um acervo de dança na/da UFRN. Tal acervo possibilitará, a partir da pesquisa, um mapeamento de grupos, companhias, escolas e indivíduos de dança que contribuem ou contribuíram com a dança potiguar criada, executada na universidade.

Metodologia

A busca por investigar a temática abordada levou-nos a privilegiar uma metodologia que buscasse compreender o fenômeno pesquisado numa perspectiva fenomenológica indissociada de nossas experiências com a dança em na UFRN e com a Arte. O método de pesquisa fundamenta-se na fenomenologia, em particular no pensamento filosófico de Merleau-Ponty (1999). Utilizamos dessa forma a Fenomenologia como método para essa pesquisa ao adotá-la como método despimo-nos de uma atitude apoiada em uma lógica linear racionalista. Recorrer à fenomenologia para estar pensando o referencial metodológico desse trabalho é também estarmos pensando numa fenomenologia que aponte contribuições para as memórias da cena da dança na UFRN e consequentemente na cidade do Natal, embora saibamos que esta fenomenologia não aponta especificidades sobre dança e arte, no entanto, a Fenomenologia pode contribuir para a compreensão desse fenômeno. Ao adotarmos a Fenomenologia como método de pesquisa, incorporamos à mesma a atitude interpretativa ancorada na experiência vivida e aberta às aventuras da reflexão (BICUDO, 1994). Neste trabalho a Fenomenologia vai estar direcionando nosso olhar para os caminhos das memórias da dança produzida e em produção na UFRN como conhecimento da Arte e da Educação. É importante frisar que, mesmo encaminhando metodologicamente este estudo, o uso da fenomenologia não significa a descoberta de um sentido final ou unicamente verdadeiro. Antes de tudo, porque o sentido não é literal, para que se possa apontar interpretações em uma rede discursiva faz-
se necessário encontrar pistas significativas que revelem a fala ideológica. Para a produção de dados de pesquisa será utilizada a técnica da história oral, com vistas a recuperar informações a respeito das memórias da cena da dança no âmbito universitário. A escolha dos atores sociais da pesquisa não segue
uma amostragem probabilística, assim serão realizadas entrevistas com professores, diretores de dança, bailarinos, cenógrafos, jornalistas da área, além de consulta a documentos, vídeos e fotografias. Para essa pesquisa haverá duas naturezas de dados a serem colhidos. Aqueles reunidos nas observações in loco, na coleta das produções narrativas locais e no acompanhamento dos grupos e companhias de dança, bem como pessoas ligadas a dança potiguar, que informam as descrições da história dessa manifestação artística na universidade. De outro lado, a consulta de fontes historiográficas, desse modo, na análise
dessas informações se faz necessário um tratamento metodológico que aponte para a pesquisa, extensão e ensino, que combine as perspectivas sincrônica das observações de campo e diacrônica da leitura dessa dança pela fala dos entrevistados e demais fontes secundárias. O trabalho com fontes historiográficas, por sua vez, coloca, para um pesquisador do campo, o desafio metodológico de empreender uma leitura do passado a partir dos documentos escritos.

Resultados e Discussões

Os resultados alcançados evidenciam que a pesquisa sobre a história da dança na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) possui um importante potencial de preservação, sistematização e produção de conhecimento acerca da memória da

dança universitária. A continuidade do mapeamento de indivíduos relacionados a essa trajetória amplia a compreensão sobre os sujeitos que participaram da construção dessa história, permitindo reconhecer diferentes experiências, práticas e contribuições que, muitas vezes, permanecem dispersas ou pouco registradas.

Nesse sentido, a ampliação do levantamento de fontes documentais e narrativas constitui um aspecto fundamental da investigação. A articulação entre documentos, relatos e memórias possibilita compreender a dança não apenas como uma prática artística, mas também como uma experiência vinculada à formação universitária, às relações sociais e à construção de identidades e memórias coletivas. A valorização dessas diferentes fontes contribui, portanto, para uma perspectiva mais ampla da história da dança na universidade, considerando tanto os registros institucionais quanto as experiências daqueles que vivenciaram esse percurso.

A organização dos materiais relacionados à memória da dança universitária também representa um resultado significativo, uma vez que a reunião e sistematização dessas informações favorecem sua preservação e posterior consulta. O desenvolvimento de um arquivo ou acervo virtual surge, nesse contexto, como um importante desdobramento da pesquisa, possibilitando ampliar o acesso aos materiais produzidos e reunidos durante a investigação. Mais do que armazenar documentos, a constituição desse acervo pode contribuir para a democratização do acesso à memória e para a criação de novas possibilidades de pesquisa, ensino e extensão.

Por fim, a aproximação entre pesquisa, memória, ensino e comunidade aponta para uma dimensão que ultrapassa a produção acadêmica. Ao preservar e tornar acessíveis histórias, documentos e experiências relacionadas à dança universitária, a pesquisa estabelece uma relação entre passado e presente, criando condições para que esse patrimônio de experiências seja conhecido, discutido e ressignificado por diferentes públicos. Dessa forma, os resultados alcançados não representam apenas etapas concluídas, mas constituem a base para a continuidade da investigação e para o fortalecimento de um campo de estudos dedicado à memória da dança no contexto universitário.

De modo geral, os resultados demonstram que a pesquisa vem contribuindo para mapear sujeitos, ampliar fontes, organizar documentos e narrativas e criar estratégias de preservação e difusão da memória da dança universitária na UFRN. A construção de um acervo virtual e a produção de conhecimento a partir dos materiais levantados ampliam o alcance da investigação e possibilitam que seus resultados sejam apropriados por pesquisadores, estudantes, artistas e pela comunidade. Assim, a pesquisa se consolida não apenas como um processo de recuperação histórica, mas como uma ação de preservação da memória, produção de conhecimento e democratização do acesso ao patrimônio cultural e artístico produzido no âmbito universitário.

Conclusão

A pesquisa permitiu avançar na construção de uma memória sistematizada da dança universitária na UFRN, evidenciando a importância de reconhecer, preservar e dar

visibilidade aos sujeitos, práticas, documentos e narrativas que constituem essa trajetória. O mapeamento realizado e a ampliação das fontes consultadas demonstram a existência de um conjunto significativo de experiências que pode contribuir para a compreensão da presença da dança no contexto universitário.

A organização dos materiais e a perspectiva de desenvolvimento de um arquivo/acervo virtual constituem, nesse processo, importantes estratégias de preservação e democratização do acesso a essa memória. Ao transformar documentos e relatos dispersos em materiais organizados e acessíveis, a pesquisa cria condições para a continuidade de novas investigações e para a utilização desse conhecimento em ações de ensino, extensão e formação artística e acadêmica.

Conclui-se, portanto, que investigar a história da dança na UFRN não significa apenas recuperar acontecimentos do passado, mas produzir condições para que essa história permaneça viva, acessível e em permanente construção. A pesquisa reafirma, assim, a memória como campo de conhecimento e como instrumento de valorização das experiências artísticas e formativas produzidas na universidade, fortalecendo a relação entre pesquisa, memória, ensino, arte e comunidade. Como continuidade, pretende-se ampliar o mapeamento, aprofundar a análise das fontes e consolidar o acervo virtual, garantindo que os resultados da investigação possam alcançar diferentes públicos e contribuir para novas pesquisas sobre a dança e sua história no contexto universitário.

Referências

BICUDO, Maria A. Viggiani e ESPÓSITO, Vitória H. Cunha. (org). A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994.
DANTAS, Gleydson Rodrigues. A arte de Terpsicore em Natal 1959 a 1979: por uma construção histórica da dança teatral. Monografia em História UFRN, Natal, 2005.
DUFRENNE, Mikel. Estética e Filosofia. Tradução de Roberto Figurelli. São Paulo: Perspectiva, 2004.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. 2 ed. São Paulo: Associados Editorial, 2006.
FUX, Maria. Dança, experiência de vida. Tradução de Noberto Abreu e Sila Neto. 3 ed. São Paulo: Summus, 1983.
GARAUDY. Dançar a vida. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
LABAN, Rudolf. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.
LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
LANGER, Susane. Sentimento e forma. São Paulo: Perspectiva, 1980.
LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do ocidente medieval. Vol. I. Coordenação de tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006.
MARQUES, Isabel A. Ensino de dança hoje: textos e contextos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
MERLEAU-PONTY, Maurice. O olho e o espírito. Tradução de Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
OSINSKI, Dulce. Arte, história e ensino: uma trajetória. São Paulo: Cortez, 2001.
PORPINO, Karenine de Oliveira. Dança é educação: interfaces entre corporeidade e estética. Natal: EDUFRN, 2006.
PORTINARI, Maribel. História da dança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
SENA, Maria de Fátima Alves. Arquivos da dança na cidade: uma história do ballet municipal de Natal. Monografia em Educação Física, UFRN, Natal, 2008. S
VIEIRA, Marcilio de Souza. O sentido do ensino da dança na escola. Revista Educação em Questão, Natal, v. 29, n. 15, p. 103-121, maio/ago. 2007.
VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques. História do corpo: Da renascença às luzes. Tradução de Lúcia M. E. Orth e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques. História do corpo: As mutações do olhar. O século XX. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CÓDIGO: HS1759

AUTOR: ALVARO MATHEUS DE ANDRADE PESSOA

ORIENTADOR: SEBASTIAO LEAL FERREIRA VARGAS NETTO

TÍTULO: Relações entre ecologia política e pensamento ameríndio

Resumo

A pesquisa consiste numa análise crítica dos valores que regem nossas relações sociais a partir de uma crítica dos povos ameríndios, bem como da teoria anarquista, partindo de uma lógica dcolonial de questionamento. Percbemos como inegável a crise ecológica na qual estamos imersos e que a mesma é fruto de séculos de uma lógica de dominação, dominação que começa na relação com seu semelhante, outro ser humano, e que se extende a tudo que nos cerca, tão somente em função de um acúmulo de recursos, para transformar estes em acúmulo de lucros. Partindo de análises contrahegemónicas tecemos uma critica dos agentes interventores na crise climática?ecológica, e dos limites de suas práticas, até mesmo as que visam mitigar o problema, e como estas não dão conta de nos tranquilizar quanto aos rumos que estamos tomando coletivamente. Que para novas formas de percebermos e avaliarmos a situação na qual estamos inseridos, se faz necssário horizontes morais fundados em novos valores (ou ao menos se não novos, outros que não os hegemónicos atuais), que possam nos assegurar de uma relação sam e sensata, garantindo a todos o acesso a bens indispensáveis a vida e como elaborar novos crivos dfinidores de tais.

Palavras-chave: Pensamento ameríndio; decolonialidade; crítica contrahegemónica.

TITLE: Indigenous thought and political ecology: circulation of ideas and comparative perspectives between Latin America and Europe.

Abstract

This research offers a critical analysis of the values governing our social relations, drawing upon the perspectives of Amerindian peoples and anarchist theory through a decolonial lens. We recognize the undeniable ecological crisis in which we are immersed as the product of centuries of a logic of domination—a domination that begins in our relationship with fellow human beings and extends to everything around us, driven solely by the accumulation of resources for the sake of profit. Drawing on counter-hegemonic analyses, we critique the actors intervening in the climate and ecological crisis—as well as the limitations of their practices, even those aimed at mitigation—and examine why these efforts fail to reassure us regarding the path we are

collectively taking. We argue that, to perceive and evaluate our current situation in new ways, we need moral horizons grounded in new values (or at least values distinct from the current hegemonic ones)—values that can ensure a healthy, sensible relationship with the world and guarantee everyone access to life's essentials—while also establishing new criteria for defining those essentials.

Keywords: Amerindian thought; decoloniality; counter-hegemonic critique.

Introdução

Temos por objetivo inicial analisarmos a crítica amerindia à perspectiva social e existencial da Europa, efetivando assim uma análise comparativa entre os valores morais, éticos por assim dizer, dessas duas (se é que se trata apenas de duas) visões de mundo e de exçistência no mesmo. Temos por ponto de partida epistemológico uma abordagem, do que hoje se chama em meios acadêmicos, decolonial, portanto uma perspectiva contra-hegemónica de pensar e perceber a realidade, logo, também, uma forma não hegemónica de problematizar as questões. Que questões seriam essas a nos inquietar? Principalmente se os valores dominantes que vigoram atualmente, a saber, se uma sociedade organizada e voltada, prioritariamente, para a busca do lucro, pode garantir um futuro ecologicamente viável, que garanta uma vida digna para a ampla maioria das populações hmanas do planeta. E porque não, também, das populações não humanas do planeta? Entendemos que as diversas catastófres ambientais que vêm assolando diversas partes do globo, asssim como a última pandmia de Covid-19, relacionada à perda de habitat natural por especímes selvagens, implicando na circulação de patógenos aos quais não temos defesas, nos coloca numa posição imperiosa de avaliarmos se os rumos que estamos dando ao planeta, é de fato, o que buscamos conjuntamente enquanto espécie. Os efeitos, melhor denominados de impactos, ecológicos da chamada Revolução Industrial, são inquestionáveis. O ciclo natural de aquecimento e resfriamento do planeta, sofre uma catálise com o efeito estufa dcorrente do acúmulo de gases resultantes, principalmente, da queima de combustíveis fósseis, elevando a temperatura do planeta em mais de 1,2°C (chegando a ultrapassar os 1,5°C em 2024), desde meados do século XIX. Elevação d temperatura que levaria milhares de anos se no ritmo natural. Tal fato, amplamente comprovado, dá origem aos fênomenos El Nino e La Nina, o casal d filhos do capitalismo, por assim dizer. Porém, décadas de educação socio ambiental nas escolas, campanhas envolvendo setores públicos e privados, muitas vezes em parceria, não vêm surtindo efeitos significativos. Não seria mais do que tempo de nos perguntarmos se usarmos as mesmas táticas e abordagens, que vêm sendo insuficientes, para resolver tais danos (cada dia mais intensos e piores) não seria um contrassenso? Ante essa inquietante questão, ponderamos que o pensamento ameríndio se configura em contraponto epistemológico à mercadológica (lógica do lucro), e fonte de novos aportes críticos para pensarmos o modlo social no qual estamos inseridos e alternativas, a partir de novos (antigos) valores éticos, para avaliarmos possibilidades atuais e futuras de superação, contorno ou mesmo, amenização, das crises ecológicas que se nos apresentam cada vez mais intensamente.

Metodologia

Tivemos por metodologia a análise comparativa de teóricos ameríndios, bem como da teoria anarquista, seus pensamentos e suas críticas às perspectivas européias de entendimento coletivo. Partimos de uma abordagem decolonial para pensarmos os limites éticos/morais, bem como organizacionais, das atuais formas de nos relacionarmos no e com o mundo. Basicamente, análise comparativa de perspectivas organizacionais.

Resultados e Discussões

Entendemos ser inquestionável a condição de crise ecológica na qual estamos inseridos. Ante tais fatos cabe-nos a pergunta: é sensato, em termos gerais de interesse enquanto espécie, seguimos no rumo em que estamos? Nos parece interessante questionarmos se a atual era em que nos encontramos permite perspectivas coletivas de futuro? Falamos em "era" para pensarmos a partir da idéia de Antropoceno, isto é, uma era planetária, que afeta e abarca com seus efeitos todo o planeta e sua cadeia de sistemas interconectados, porém que, nas atuais condições de vida no planeta, tem por principal fator de inflência, nessa rede de sistemas interconectados, a ação humana, sendo assim o Antropoceno seria uma era geológica cuja maior pressão de mudanças desencadeada no planeta é a intervenção humana, que afeta dsd a crosta terrestre e suas várias camadas, oceanos e suas vidas marinhas, flora e fauna de praticamente todos ecosistemas do planeta, água potável e o acesso à mesma da maior parte dos seres vivos do planeta, bem como do solo arável para cultivo de alimentos. E o pior, o Antropoceno se caracteriza, fundamentalmente pela destruição massiva dos recursos mais fundamentais para toda a vida na terra (naõ apenas a vida humana, mas das demais espécies vivas na terra, vegetais e animais). Metáfora amplamente conhecida é a d que se a idade da Terra fosse a de 24h, a vida humana teria meros segundos d duração em toda sua totalidade, porém as alterações que executamos no corpo material do planeta nunca antes foi realizada por espécie alguma, e sozinhos, como espécie, já conseguimos exterminar, de modo irreverssível uma infinidadde grupos de seres vivos. A maior parte destas "façanhas" o fizemos a partir de por volta de 1850, quando da Revolução Industrial, logo em nome de um suposto progresso técnico pautado na noção de dominação da natureza. Percebamos, o próprio ser da noção de progresso, se sustenta, principalmente em sua origem, na percepção de que para haver um avanço social coletivo se fazia necssário a dominação dos elementos naturais, logo implicando uma abordagem hierarquizada da relação do humano com o não humano, vendo este como sujeito fora do natural (validando assim a crítica de Krenak à perspectiva européia de "meio ambiente" ao invés de um ambiente total, ou o todo de um ambiente). Mas esse "progresso" social humano, pautado no domínio material, via a técnica, da natureza, nada mais é do que a justificação ética/moral da exploração dos recursos naturais em nome do lucro, assim o domínio da natureza nada mais é do que a extenção da lógica d dominação do homem pelo homem. Sendo assim a relação dos seres humanos com eles mesmos, e de tais com tudo que não for humano, são regidas imperativamente pela lógica do lucro, portanto uma mercadológica. Porém, é-nos sensato continuarmos a regermos nossas relações interpessoais, produtivas, distributivas e ambientais tão somente, ou mesmo, primordialmente por essa noção de lucro, por essa mercadológica? Nos parece que não. Mas também nos é pertinente apontarmos aqui, em simultaneidade com a análise crítica dos limites das atuais condições organizativas da sociedade, perspectivas contrahegemónicas de pensamento e análise, que por sua vez oferecem alternativas, não só analítico críticas, mas também de valores éticos e modelos

organizacionais. Para tanto partimos da crítica ameríndia, principalmente nos autores Ailton Krenak e Nego Bispo, bem como de uma epistemologia e crítica anarquistas, que nos permitiu maior manobrabilidade para avaliarmos o papel de atores dos setores não apenas privados (portanto capitalistas), bem como de atores públicos (como os limites e contradições do próprio Estado na gestão e mitigação de danos ecológicos sob sua responsabilidade). Nesse sentido, no que tange os limites do Estado no que diz respeito à suas atribuições, podemos destacar dois casos locais, ocorridos aqui mesmo no Brasil, um de médio alcance temporal e outro em tempo presente. Se trata dos casos da Usina de Belo Monte, que alagou vasto território florestal e deslocou todo o povo índigena remanescnte Guarani-Kaiowá, afetando drasticamente seus estilo de vida e inviabilizando a propagação e preservação de sua cultura em toda sua dignidade, ou inviabilizando significativamente, porém quando considramos a ligação de suas tradições com o entorno de seu território e constatamos sua interdependência, percbemos que o exercício cultural desse povo foi dráticamente comprometido. Tudo em função d uma produção energética que atenda o mercado industrial e as massas urbanas mais homogenea em suas práticas de consumo. Aqui percbemos o Estado causando um dano ambiental de proporções consideráveis, dizimando as possibilidades de exercício cultural de um povo, e suas peculiaridades étnicas, em nome da homogeinização popular atrás do abstrato conceito de cidadão. Assim o dano ambiental da Usina Belo Monte (passados 10 anos se constata que alguns desses danos são bem maiores que o previsto e sem perspectiva de reversão dos mesmos) e o massacre cultural do povo Guarani-Kaiowá é um efeito colateral menor em comparação ao benefício social geral adquirido (outro mito que uma década de resultados e números desmentem, ond a geração de energia feita por Belo Monte não afetou a vida média do brasileiro), logo uniformizar cada vez mais uma população para melhor controle e gerenciamento" da mesma. O outro projeto, de responsabilidade do Governo Federal e que ignora valores éticos de vários povos tadicionais, que está em disputa atualmente é a exploração de combustíveis fosséis na foz do Rio Amazonia, de grande impacto à vida no rio e de alterações drásticas de suas correntes afetando diretamente a piracema (subida contra a corrente de várias espécies para desova) e também a própria cosmologia (o entendimento existencial) de vários povos índigenas que vivem às margens do Rio Amazonia, também em função do lucro (se considrarmos que a maior parte da extração de petróleo é para produção de combustível automotivo e que o automovel é uma das principais mercadorias do capitalismo, que articula toda uma rede de outras indústrias em função de si, percbemos uma ação governamental em função do lucro final de setores privados). Podmos avaliar criticamente o setor privado a partir do exemplo dos bio combustíveis, apresentado como uma alternativa à queima de combustíveis fosséis, como sendo uma ação possível de empresas para o mercado energético. Porém a exploração da monocultura para biocombustíveis alija as populações, principalmente as mais vulneráveis, do acesso ao solo, ampliando o lobie e inflacionando o acsso à terra, além de destinar menos extenções de terras para a produção alimentar, gerando assim dois efeitos colaterais graves, a concntração do solo e a inflação alimentar. Outra iniciativa a se avaliar com bastante atenção é um dos resultados da Rio+20, conferência do clima sediada na cidade do Rio de Janeiro em 2012, 20 anos após a Eco92 (sediada na mesma cidade), com o intuito de avaliar as realizações apontadas pela agenda ambiental 20 anos antes e reorganizar novas medidas. uma dessas novas medidas apresentada na Rio+20 foi a adoção dos chamados "pontos de carbonos", uma grandeza de emição de gases poluentes de matrizes energéticas, que na prática serve para que países que emitem em demasia gases do efeito estufa possam pagar a países com matrizes energéticas não poluentes, para continuarem emitindo

massivamente gases do efeito estufa, a partir de suas matrizes energéticas extremamente poluentes. A solução, no caso, foi transformar o ár em mercadoria de troca. Mais uma vez se apresenta a mercadológica dominando em dtrimento da preservação de um todo ambiental adequado a todas as espécies viventes. Percebemos, portanto um limite ético dos valores que guiam nossas relações sociais, que um "capitalismo verde" o qual vend mercadorias aparentemente "ecologicamente corretas", assim como medidas governamentais homogeinizadoras, não são garantidores de soluções realmente efetivas para a crise ecológica que se nos impõem a todos. Assim sendo, uma superação da noção de dominação que impera do homem para com o homem e do homem para com a natureza é que precisa ser superada. Para tanto valores dos povos ameríndios e de como estes entendm sua relação com a terra podem ser a fonte para novas balizas morais e epistemológicas de vida.

Conclusão

Concluímos que a aplicação de uma análise contrahegemónica da teoria anarquista, acaba por demonstrar que nem todo pensamento e epistemologia surgida na Europa parte ou passa por práticas de dominação, e assim não alimentam regimes hierarquizantes. Este campo epistemológico também nos aporta ferramentas e pontos de perspectiva que nos permitem uma crítica mas livre e acurada dos atores sociais implicados na gestão e propagação da crise ecológica, permitindo assim um melhor entendimento das responsabilidades e limites de cada um desses atores. Os pensadores ameríndios nos oferecem críticas a mercadológica européia a partir de valores tradicionais que entendem o sujeito em total vínculo e interdpendência com o meio onde vive, esse entendimento de totalidade com o entorno possibilita a noção de pertencimento à natureza e o ambiente em que se vive, sem passar por uma relação hierarquizada, portanto de dominação, seja com o semelhante ou a natureza. Percbemos que a crise ecológica se funda na mesma lógica que a dsigualdade social reinante, a lógica do lucro, surgida na Europa e propagada para todos os cantos, principalmente no que tange à suas consequências e catastrofes, pelo Sistema Totalitário da Mercadoria, e que a superação desses valores é uma urgência moral e material, para a garantia da sobrevivência, humana e não humana, na terra. que portanto, a crise ambiental não é apenas efeito do "casal de filhos" do capitalismo, EL Nino e La Nina, mas também, e principalmente, dos valores éticos que nos regem atualmente. Indicamos que se faz necessário um maior aprofundamento na crítica ameríndia, indo busca recuando no tempo e em outros sítios da América Latina, como por exemplo os povos zapatistas do Sul do México, passadas e novas críticas, que venham a se somar as já alcançadas com os autores por nós estudados.

Referências

BISPO, Nego. Colonização, Quilombos: modos e significados. PDF. BISPO, Nego. Quilombos, modos e significados. PDF. KRENAK, Ailton. Idias Para Adiar o Fim do MUndo. Ed. Companhia das Letras. Rio de Janeiro. 2019. KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. Ed. Companhia das Letras. 2021. https://itha-iath.org/a-ecologia-anarquista-ideias-e-praticas-do-socialismo-libertario-sobre-as-relacoes-entre-natureza-e-sociedade/?s=0 https://libertamen.wordpress.com/2025/03/22/anarchy-041-tierra-1964-

tom-jones-alan-albon-tim-meadows-john-ellerby-robert-swann/?s=0
https://libertamen.wordpress.com/2025/03/13/ambientalismo-sin-estado-la-critica-al-estado-desde-perspectivas-ecoanarquistas-2021-francisco-j-toro/?s=08
https://bibliotecaanarquista.org/library/murray-bookchin-agricultura-radical?s=08#:~:text=Uma%20abordagem%20radical%20da%20agricultura,como%20um%20oikos%20%2D%20um%20lar
https://libertamen.wordpress.com/2024/12/10/doble-poder-y-ruptura-climatica-2024-jack-murray/?s=08 https://libertamen.wordpress.com/2024/12/04/lo-que-los-libertarios-de-derechas-no-entienden-de-los-ultimos-100-anos-2024-kevin-carson/?s=08
https://libertamen.wordpress.com/2021/12/09/e-4-2-pueden-los-espacios-naturales-sobrevivir-bajo-el-capitalismo-del-laissez-faire/?s=0
https://libertamen.wordpress.com/2021/12/09/e-1-1-es-la-industria-la-causa-de-los-problemas-medioambientales-anarchist-faq/?s=0
https://libertamen.wordpress.com/2021/12/09/e-1-cuales-son-las-causas-fundamentales-de-nuestros-problemas-ecologicos-anarchist-faq/?s=0
https://libertamen.wordpress.com/2021/12/09/seccion-e-introduccion-que-creen-los-anarquistas-que-causa-los-problemas-ecologicos-anarchist-faq/?s=08

CÓDIGO: HS1767

AUTOR: ANNA VIVIAN GOMES DA ROCHA

ORIENTADOR: LORENA GOMES TORRES

TÍTULO: Decolonialidade no Ensino de Design: confluências pedagógicas entre a UFRN e o panorama nacional

Resumo

Historicamente, o ensino de Design no Brasil baseou-se em teorias e modelos vindos do Norte Global, muitas vezes sem considerar a nossa própria realidade cultural e social. Em resposta a isso, o pensamento decolonial propõe valorizar os saberes e as vivências do Sul, tendo a prática pedagógica em sala de aula como um caminho essencial para essa transformação. Este artigo tem como objetivo analisar como os temas e posturas decoloniais aparecem na prática dos professores do curso de Design da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A metodologia utilizada foi a História Oral, por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro docentes da instituição. Os relatos locais foram organizados e comparados com os dados qualitativos nacionais reunidos na tese de doutorado de Lorena Gomes Torres (2022). Os resultados apontam que, assim como no restante do país, os professores da UFRN buscam incentivar a autonomia dos estudantes, o diálogo horizontal e a reflexão crítica nos projetos, destacando-se uma atenção especial às questões sociais e territoriais da região.

Palavras-chave: Design Decolonial. Pedagogia Decolonial. Ensino de Design.

TITLE: Decoloniality in Design Education: Pedagogical Practices intersections between UFRN and the national scene

Abstract

Historically, design education in Brazil has relied on models and theories imported from Global North, often overlooking our own cultural and social context. In response, decolonial thinking seeks to value knowledges and experiences from the Global South,highlighting classroom teaching as an essential space for change. This paper aims to analyze how decolonial perspectives appear in the teaching practices of professors from the Design program at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The methodology was based on Oral History, using semi-structured interviews with four faculty members. The local testimonies were analyzed and compared with national data collected in the doctoral thesis of Lorena Gomes Torres (2022). The results show that, similarly to the national context, professors at UFRN emphasize student autonomy,

open dialogue, and critical thinking in design projects, with a strong focus on local and social realities.

Keywords: Decolonial Design. Decolonial Pedagogy. Design Teaching.

Introdução

A história do ocidente consolidou-se a partir de uma dinâmica de dominação que transbordou o fim oficial das administrações coloniais. Sob essa ótica, o colonialismo deu lugar a um padrão global e multifacetado de opressão que opera simultaneamente nas dimensões do poder, do ser e do saber: a colonialidade (Quijano, 2005). Ademais, esse sistema instituiu o eurocentrismo como modelo universal de conhecimento, desqualificando e silenciando as práticas e saberes do Sul Global (Santos, 2007).

Contra a corrente dessa lógica, a decolonialidade vem propor outras formas de existir no mundo. Longe de se reduzir a um movimento de enfrentamento, o pensamento decolonial constitui uma ideia contínua de confluência e valorização de saberes cosmológicos (Santos, 2023). Trata-se de um movimento de reconhecimento do pluriverso (Escobar, 2016), que afirma a importância do saber não-dominante e reivindica novas formas do fazer, longe do “modelo universal”, que tanto aflige o campo do Design.

Nesse cenário, métodos pedagógicos alternativos, como a educação popular, surgem como um caminho fundamental e viável para a fortificação do design decolonial. Como argumenta Paulo Freire (1987), quem defende a educação horizontal e a conscientização crítica como basilares para a emancipação do sujeito, a pedagogia pode viabilizar o questionamento dos sintomas coloniais da sociedade, transformando a docência em um ato mediador, em que o estudante designer reconhece sua própria história e contexto cultural, iniciando a transição de uma lógica extrativista de "projetar para" para uma postura decolonial de "projetar com" o povo (Torres, 2022, p. 273).

Por isso, o presente trabalho propõe analisar e compreender a vivência pedagógica sob a ótica decolonial no ensino superior de design no Rio Grande do Norte (RN). Para tanto, a pesquisa fundamenta-se na análise entre dados qualitativos de depoimentos orais de docentes do curso de Design da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e de professores de vários estados do Brasil, compilados na tese de doutorado de Lorena Gomes Torres (2022) e no artigo publicado de Torres, Almendra e Braga (2022). Ao confluir as vivências, resistências e metodologias do âmbito regional com o panorama nacional, busca-se evidenciar as particularidades, os avanços ou o da docência decolonial em design no RN e no Brasil.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, com fundamentação da História Oral, orientando-se pelas diretrizes de Verena Alberti (2005) e Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006), assim como foi feito na tese de doutorado de Lorena Gomes Torres (2022), intitulada “Design Decolonial: Contribuições ao

Pensamento Crítico e Projetual no Ensino de Design no Brasil", e no artigo publicado no 14º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design de Lorena Gomes Torres, Rita Assoreira Almendra e Marcos da Costa Braga (2022), de mesmo nome da tese.

A adoção da História Oral nesta pesquisa parte do entendimento de que ela se configura como um procedimento metodológico de construção de fontes por meio do registro de testemunhos e memórias (Delgado, 2010). Como pontua Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010), a história da humanidade é marcada por contradições e transformações socioculturais contínuas; nesse sentido, a narrativa oral permite entender como os indivíduos vivenciam essas dinâmicas ao longo do tempo, registrando interpretações únicas.

Sob a perspectiva de Verena Alberti (2013), o depoimento oral possui plena legitimidade documental frente a outras fontes históricas. Enquanto registros escritos tendem a estacionar visões do passado, a história oral capta a memória e o pensamento em constante movimento. Além disso, essa abordagem insere o pesquisador de forma ativa e crítica na produção do documento, viabilizando um espaço dialógico para investigar as práticas docentes e os caminhos decoloniais no ensino de design.

Para a constituição dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com duração média de 40 a 60 minutos, gravadas e posteriormente transcritas; ocorrendo de forma presencial e individual com quatro docentes atuantes no curso de Design da instituição: Olavo de Magalhães Bessa, Amanda Pereira Freire, Arthur Carvalho de Melo e Elizabeth Romani.

Seguindo a mesma estrutura aplicada por Torres (2022), o roteiro seguiu quatro categorias: iniciou-se pela A) formação acadêmica e pelo B) mercado de trabalho, com foco em entender como iniciou sua trajetória; e finalizou-se com as C) referências decoloniais e com a D) experiência docente de cada um, voltada à carreira acadêmica e influências teóricas que moldaram suas posturas pedagógicas.

O tratamento dos dados baseou-se na comparação qualitativa. As narrativas orais obtidas na UFRN foram conectadas com o panorama nacional documentado nos depoimentos da tese de Torres (2022) dos entrevistados: Prof. Dr. Raimundo Diniz (UFMA); Profa. Dra. Isabella Aragão (UFPE); Prof. Me. Yuri Simon (UEMG); Profa. Dra. Maria Regina Álvares Correia Dias (UEMG); Prof. Dr. João Leite (UERJ-ESDI); Profa. Dra. Cyntia Malaguti (FAUUSP). Esse procedimento possibilitou mapear convergências, dissidências e singularidades nas abordagens pedagógicas adotadas em âmbito local frente ao cenário das demais universidades públicas brasileiras, consolidando um panorama mais amplo sobre a reinvenção do ensino de design no estado e no país.

Resultados e Discussões

Formação acadêmica

O professor Olavo de Magalhães Bessa realizou sua graduação em Desenho Industrial na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre 1984 e 1989. Após a graduação, Bessa concluiu seu Mestrado em Design na PUC-Minas (2000–2001). Por conseguinte, fez Doutorado em Desenho Industrial no Instituto Politécnico de Milão (2003–2007), onde foi professor entre 2013 e 2016, e logo tornou-se professor efetivo da UFRN em 2010.

Bessa afirma que sua experiência na graduação foi marcada por uma grade integral de forte rigor técnico nos laboratórios da instituição, tendo contato com nomes consagrados do design brasileiro. O aprendizado deu-se principalmente pelo fazer nas oficinas, sob o modelo projetual clássico e funcionalista, no qual o termo "decolonialidade" ainda não existia no vocabulário do curso, embora ele tenha citado certa semelhança com movimentos artísticos contracorrentes dos anos 80.

A professora Amanda Pereira Freire ingressou no ensino superior em 2006, na primeira turma do curso de Design do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/Caruaru), concluindo posteriormente seus estudos no campus Recife em 2011. Posteriormente, Freire deu continuidade à sua formação na UFPE, avançando para o Mestrado (2018–2020) e para o Doutorado em Design na mesma instituição (2020–Atual).

Sua vivência formativa combinou o primeiro ano em Caruaru com o restante em Recife, experimentando a transição tecnológica da época, ainda que com bastante cunho social. Durante a pós-graduação, engajou-se no laboratório O Imaginário (UFPE), focado na integração entre ensino, pesquisa e extensão. O grupo atua em questões de produção artesanal e industrial, desenvolvendo projetos voltados para o apoio e o desenvolvimento de comunidades artesanais

Inicialmente, Arthur Carvalho de Melo graduou-se em Direito (2012–2016) na UFRN, o que lhe garantiu bagagem nas ciências sociais e engajamento em movimentos populares estudantis. Em seguida, cursou a graduação em Design (2018–2022) na mesma instituição, em um período mais recente e atípico. Ademais, expandiu sua relação com o visual graduando-se na Licenciatura em Artes Visuais (2024) e ingressou no Mestrado em Artes Visuais na UFPE (2024–atual) em seguida. Seu percurso de pós-graduação e formação artística também inclui a participação em editais públicos, curadorias e exposições (como a coletiva A montanha como metáfora– ou o tempo [2022]e a individual Lago [2024]).

Ele conta que entrou no curso de Design atraído pelo desenho artístico e se deparou com outro tipo de metodologia, o que o incentivou. Contudo, ele aponta que sua segunda metade de sua graduação foi atravessada pela pandemia de COVID-19 em 2020 e a consequente migração para o ensino remoto emergencial, quando teve que se redescobrir e investiu em sua formação artística paralela.

Por sua vez, Elizabeth Romani teve sua trajetória de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) entre 2000 e 2006, onde também fez seu Mestrado (2008-2011) e Doutorado (2012-2016) em Arquitetura e Urbanismo, esse último com período sanduíche no Instituto Politécnico de Milão. Após seu título de doutora, tornou-se professora efetiva da UFRN em 2016.

Ainda em sua graduação, construiu uma diversa base que já questionava para quem e por que tais projetos eram feitos, chegando a cursar na grade disciplinas de cunho social, de produto e de gráfico, ainda que defina sua graduação como "brutalista". Em sua pós-graduação e trajetória docente, Romani se aprofundou nos campos da comunicação e do design de produto, coordenando e participando de projetos que visam desenvolver técnicas de acessibilidade e de preservação do patrimônio potiguar.

Após a exposição das respostas da primeira categoria, é possível colocar lado a lado os relatos locais da UFRN com o compilado nacional de entrevistas da tese de Torres (2022), notando-se importantes convergências. Em ambos os grupos, constata-se que a formação inicial ocorreu sob a hegemonia dos formatos eurocêntricos e ditos "universais". Nenhum dos entrevistados, sejam eles do cenário nacional ou da UFRN, teve contato com o conceito de decolonialidade durante a graduação.

Quanto às dissidências, enquanto o recorte de Torres (2022) concentra-se majoritariamente em formações nos tradicionais polos do Sudeste e Sul do país, o corpo docente da UFRN apresenta uma maior diversidade de origens geográficas e temporais. Coexistem no cenário local vivências de décadas e regiões mais distantes, experiência de interiorização e transição tecnológica e formação local recente marcada pelo ensino remoto emergencial.

Mercado de trabalho

A vivência prática de Olavo de Magalhães Bessa teve início durante sua graduação na UFRJ, conciliando o estudo integral com estágios no período da noite. Nesse sentido, ele especialmente se lembra de trabalhar com sua professora Ana Maria de Moraes (também citada por Raimundo Diniz à Torres), quando fez os desenhos ergonômicos de um de seus livros. Ao longo de sua carreira profissional, Bessa atuou como projetista em indústrias e prestou consultorias, desenvolvendo produtos no setor moveleiro e eletrodoméstico. Um marco pessoal dessa atuação deu-se durante seu período de doutorado na Itália, onde integrou equipes internacionais atuando na fase conceitual (concept design) para o mercado europeu.

A inserção profissional de Amanda Pereira Freire ocorreu no contexto de transição tecnológica do design gráfico e digital. No início de seu período de estágio, atuou principalmente com as demandas emergentes da internet e desenvolvimento de interfaces (web design). Essa vivência no mercado privado tradicional a incomodou e a guiou para uma atuação de impacto socioeconômico. Freire vinculou-se ao Laboratório O Imaginário (UFPE), trabalhando diretamente com comunidades artesãs e cooperativas de produção tradicional. Posteriormente, iniciou sua atuação na curadoria da Feira Nacional de Negócios de Artesanato (FENEARTE).

Arthur Carvalho de Melo, por sua vez, construiu uma trajetória profissional fortemente ligada ao campo das artes visuais. Ao ingressar no campo do Design, Carvalho optou por focar no setor independente e nas bolsas de pesquisa, como em sua experiência no IDEMA, em vez de focar no mercado tradicional de agências de publicidade. O docente atuou ativamente na elaboração de projetos culturais, obras artísticas e direção de arte para produções audiovisuais e cinematográficas potiguares.

Em sua argumentação, Arthur afirma que a lógica de trabalho advém da visão colonial imposta ao povo brasileiro. O professor reivindica o tempo livre, o afeto e a convivência comunitária como elementos legítimos da criação, transportando essa filosofia para o ambiente acadêmico, onde a docência e o projeto são vivenciados como espaços de troca de saberes e conscientização.

Já Elizabeth Romani, ao longo de sua trajetória, realizou estágios de modo paralelo ao curso. Distanciando-se da prática tradicional de arquitetura ou urbanismo, a docente direcionou a sua atuação para a área gráfica, trabalhando com projetos de sinalização e design editorial. Para além disso, a professora também destaca a gestão de horários para conseguir conciliar a graduação integral com o trabalho.

A conexão entre as trajetórias de mercado dos docentes da UFRN e os dados da tese revela outras convergências. Em ambas as amostras, constata-se um sentimento de descontentamento com o modelo do mercado tradicional, caracterizado pela mercantilização do projeto. Tanto na UFRN quanto no cenário nacional, existiu certa busca pela por projetos de extensão como uma tentativa de ter vivências sociais e comunitárias na profissão.

No que se refere às diferenças, o panorama nacional reúne trajetórias com atuações de mercado predominantemente situadas em consultorias para indústrias de grande porte e escritórios tradicionais do eixo Sudeste. Por outro lado, a UFRN apresenta uma atuação profissional mais descentralizada: abrange desde o centro industrial europeu até o engajamento com laboratórios regionais de artesanato e cinema no Nordeste.

Referências

Em seu depoimento, Olavo de Magalhães Bessa citou desde os clássicos do design, até a filosofia contemporânea e as teorias críticas do Sul. Em sua trajetória, o docente destaca a marca deixada por professores da UFRJ, como Wyllie Lacerda, Roberto Verschleisser, Ana Maria de Moraes (cuja ideia de que "a culpa nunca é do usuário" influenciou diretamente sua postura de escuta) e Léa Guimarães (que abriu caminhos para filósofos como Félix Guattari, Deleuze e Nietzsche). No campo do urbanismo e da teoria visual, menciona estudos sobre Kevin Lynch, Bruno Munari e Aloísio Magalhães.

Como pedagogia fundamental em sua docência, Olavo mobiliza a obra de Paulo Freire para estimular a autonomia reflexiva dos discentes em sala de aula. Mais recentemente, sua curiosidade intelectual expandiu-se para o pensamento decolonial por meio de autores africanos como Achille Mbembe.

Amanda Pereira Freire possui um posicionamento político explícito, seu viés marxista. Sua bagagem foi profundamente marcada pelas professoras da UFPE Ana Maria Andrade e Virgínia Cavalcanti (assim como Isabela Aragão em Torres, 2022), responsáveis por apresentá-la ao Laboratório O Imaginário na pós-graduação, além de dar bastante destaque a Gui Bonsiepe e seu livro “Design, Cultura e Sociedade” (2011). Em sua prática na UFRN, Freire incita discussões críticas em disciplinas como Teoria do Design, trabalhando artigos que denunciam o mito do design como solucionador de problemas e apontam a perspectiva decolonial como um caminho viável de desconstrução.

A bagagem de Arthur Carvalho de Melo fundamenta-se bastante na pedagogia libertadora. Na docência, Carvalho adota a metodologia de Paulo Freire e de Bell Hooks como princípio, defendendo a sala de aula como um espaço horizontal, no qual inexistem saberes superiores e onde o professor assume o papel de educando. Para além das referências pedagógicas, o docente apoia seu pensamento nas cosmovisões contracoloniais de pensadores brasileiros, como Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) e Ailton Krenak. Essas leituras sustentam sua crítica à colonialidade, permitindo-lhe questionar barreiras do próprio curso, como os custos de materiais que excluem estudantes vulneráveis, e valorizar os repertórios populares do Nordeste.

Em sua narrativa, Elizabeth Romani menciona a influência de docentes e pesquisadores marcantes de sua trajetória acadêmica, como Vicente Gil e Maria Lúcia Bressan (FAUUSP), além de citar Bruno Munari. Na prática em sala de aula nas disciplinas técnicas, a docente opta por não impor bibliografias rígidas; em vez disso, orienta seus alunos através de artigos e pesquisas recentes da área e incentiva que os estudantes pesquisem o cenário local do Rio Grande do Norte; assim como Yuri Simon incentiva alunos a utilizar seus próprios repertórios em suas disciplinas da UFMG (Torres, 2022).

Dessa forma, torna-se claro que a principal semelhança reside na incontestável centralidade de Paulo Freire como a inspiração compartilhada por docentes locais e nacionais. O pensamento freireano é a chave para justificar a quebra da hierarquia na sala de aula, a valorização da sabedoria dos discentes e o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia projetual.

Observa-se que, em relação às divergências, enquanto a amostra nacional ancora-se de maneira predominante nos clássicos da decolonialidade (como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Catherine Walsh e Arturo Escobar), o corpo docente da UFRN apresenta uma perspectiva mais diversa, pois emerge entre os professores locais tanto pelos textos críticos, quanto pela a valorização do contexto local e com a carga crítica que Carvalho, especialmente, inclui em seu modo de ensinar.

Experiências Decoloniais

Dentre as experiências conduzidas e vividas por Olavo de Magalhães Bessa, ele aponta que seu incentivo à autonomia crítica do discente poderia soar decolonial, ainda que não se defina assim. Essa postura desdobra-se em projetos nos quais o estudante é provocado a compreender profundamente as possibilidades do projeto. Além disso, a sua atuação na gestão do Museu Câmara Cascudo (MCC) da UFRN e na antiga coordenação do projeto Vernáculo materializa uma prática contra-hegemônica em ações de preservação da memória, cultura material e aproximação entre o saber acadêmico e as camadas populares.

A atuação de Amanda Pereira Freire apresenta o incentivo a debates críticos e desconstrução de narrativas ditas “dogmáticas” do design. A docente desenvolve leituras orientadas a demonstrar como é necessário questionar a lógica capitalista dentro da área. Além disso, sua experiência é formada pelofazer design de forma relacional, sistêmica e colaborativa no Laboratório O Imaginário e no contexto do artesanato. Na tese de Torres, Isabella Aragão aponta exatamente o mesmo projeto como o principal movimento decolonial de sua vivência universitária.

Arthur Carvalho de Melo gosta de redefinir as dinâmicas de poder no espaço acadêmico. Em suas disciplinas, Carvalho fomenta exercícios que utilizam materiais acessíveis e que abraçam saberes locais, ao mesmo tempo em que questiona ativamente as estruturas da própria universidade. O docente transforma, assim, o ato pedagógico numa experiência de liberdade e "de ser brasileiro". Além disso, também promove eventos de extensão na UFRN de valorização do design local, como O que é nosso (2025-2026) e Mi gente es lo que queda de mi tierra (2025).

O potiguar também conta que possuiu anos de militância ativa no Levante Popular da Juventude (ligado ao MST) durante sua graduação, e, de maneira muito similar, Cyntia Malaguti vivenciou a luta de movimentos estudantis na USP, em 1977, e na sua turma de formação na ESDI (Torres, 2022). Ambos utilizam a vivência política popular como caminho para subverter o design.

Na metodologia de Elizabeth Romani, destaca-se por um compromisso contínuo com o design inclusivo e a acessibilidade voltada a Pessoas com Deficiência (PCD). Esse percurso consolidou-se a partir de sua pesquisa doutoral sobre livros táteis ilustrados para crianças cegas na FAUUSP/Fundação Dorina Nowill, desdobrando-se na UFRN em parcerias com o Centro de Educação e o Centro de Biociências.

Entre suas iniciativas destacam-se a concepção do Jardim Sensorial da UFRN (espaço de ensino de ciências voltado a vivências multissensoriais inclusivas), projetos de adequação de acessibilidade espacial e informacional para os museus universitários e ações de pintura coletiva nos mesmos. Embora ela não se identifique como decolonial, aponta que em suas disciplinas articula procura tratar a comunidade e órgãos públicos locais como "clientes reais", permitindo que os discentes desenvolvam livros, revistas e materiais gráficos que retornam, aponta a docente, como investimentos concretos à sociedade e incorporam o repertório do RN.

Em ambos os cenários, local e nacional, observa-se a materialização do princípio de "design com e para o povo" (Torres, 2022, p. 272): a sala de aula é convertida em um espaço onde os alunos são orientados a projetar a partir de demandas de comunidades, movimentos populares e grupos em situação de vulnerabilidade, como PCDs. Tanto na UFRN quanto no cenário brasileiro, os professores atuam como facilitadores do conhecimento, rompendo com a postura impositiva colonialista para valorizar a autonomia e a construção relacional de soluções projetuais.

Ademais, o panorama nacional concentra suas ações de investigação-ação participativas em comunidades periféricas e na criação de laboratórios ou grupos com foco social. Em contraste, na UFRN as abordagens insurgentes distribuem-se pela grade da graduação: manifestam-se em debates teóricos do design e artesanato, na valorização da cultura nordestina, no incentivo da autonomia e em projetos aplicados à acessibilidade.

Análise geral dos depoimentos locais

A análise das narrativas orais revela que a presença da decolonialidade no corpo docente de Design da UFRN não se manifesta de forma homogênea, mas se apresenta de diferentes formas. De um lado, identifica-se um polo de atuação explicitamente contra-hegemônico representado por Arthur Carvalho e Amanda Freire, já diferentes de entrevistados por Torres et al. (2022) que se autodistanciavam da identificação como

decoloniais, como Yuri Simon. Sob essa ótica, Carvalho se vê abertamente como um educador transgressor que articula a educação popular freireana às cosmovisões contracoloniais.

Ao defender o ócio como ato essencial de resistência contra a imposição da hiperprodutividade, o docente desconstrói e ensina a desaprender muito da lógica colonial. Paralelamente, Amanda Freire ancora sua atuação em uma leitura crítica do mundo essencialmente anticapitalista. Ainda que a docente compreenda sua própria formação mais próxima do marxismo e entenda a decolonialidade como "uma das perspectivas críticas possíveis", sua metodologia tenta desmistificar mitos antigos do design, redirecionando o olhar para os sistemas artesanais e comunitários.

Por outro lado, mas não exatamente contrapositivo, Olavo Bessa e Elizabeth Romani representam perfis cujas bases formativas estão historicamente atreladas ao tradicionalismo, como o modernismo clássico no sudeste do país e no Politécnico de Milão, por onde ambos passaram em seus doutorados. Contudo, longe de reproduzirem passivamente o eurocentrismo, ambos os professores incentivam questionamentos às hierarquias que conhecemos, a partir de suas próprias ferramentas.

Como argumenta Catherine Walsh (2013), as pedagogias decoloniais configuram-se por ações que provocam fissuras na ordem moderna. Na docência de Olavo, esse comportamento ocorre quando o professor mobiliza Paulo Freire para conferir autonomia aos estudantes a fim de construir um espaço seguro de tentativa e erro para seus alunos.

De modo análogo,embora não direcionado ao ecodesenvolvimento como Cyntia Malaguti (Torres, 2022), Elizabeth Romani desconstrói o design “universal” ao focar no design inclusivo e na acessibilidade para PCDs. Projetos como o desenvolvimento de livros táteis para crianças cegas, o Jardim Sensorial da UFRN e a investigação para requalificação museológica materializam aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2007) conceitua como ecologia de saberes: o reconhecimento de corpos, percepções e memórias historicamente marginalizados pela colonialidade. Além disso, ao recusar a imposição do seu próprio estilo e estimular que os alunos pesquisem referências do RN, Romani estimula a autonomia do estudante e valoriza o repertório local.

Assim, seja pela militância contracolonial e anticapitalista, seja pela troca de saberes não-hierárquica ou da valorização cultural, essas confluências de abordagens e posturas metodológicas demonstram que os docentes investigados procuram romper (alguns de forma inicial, alguns de forma explícita) com os dogmas opressores do Design e consolidar uma prática formativa orientada ao pluriverso (Escobar, 2016).

Conclusão

Foi investigada como a pedagogia decolonial no corpo docente de Design da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) se apresenta, tomando como estudo quatro entrevistas orais feitas com professores em comparação com a tese de

doutorado de Lorena Gomes Torres (2022) e do artigo publicado de Torres, Almendra e Braga (2022).

Os resultados demonstram que a decolonialidade na UFRN não se articula de maneira uniforme, mas sim de forma plural na grade curricular. Por um lado, identificam-se posturas explicitamente insurgentes as quais desafiam as imposições dogmáticas do design e formatos tradicionais de aula, como a de Arthur Carvalho, que se identifica como professor decolonial, e a de Amanda Freire, que não se identifica como decolonial, ainda que fuja bastante do tradicional.

Por outro lado, os perfis de base mais modernista, como os de Olavo Bessa e Elizabeth Romani, não se destacam em decolonialidade, mas também buscam provocar fissuras fundamentais na matriz eurocêntrica, ao valorizar a autonomia e repertório do estudante e ao fomentar o design inclusivo e a acessibilidade, ainda que com sintomas da colonialidade.

Visando investigações futuras, destaca-se a possibilidade de incorporar novas amostras e estudos de caso em outras instituições de ensino superior pelo Brasil. Torna-se essencial dar continuidade à documentação dessas práticas, fortalecendo uma rede de saberes comprometida com uma educação brasileira de design profundamente conectada à realidade do Sul.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BESSA, Olavo. **Entrevista concedida à Vivian Gomes.** Natal, 03 jul 2026. Gravação em áudio e transcrição.

CARDOSO, Rafael. **Uma introdução à história do design.** 3. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

CARVALHO, Arthur. **Entrevista concedida à Sarah Alcântara**. Natal, 03 nov 2025. Gravação em áudio e transcrição.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal.** Popayán: Universidad del Cauca, 2016.

FREIRE, Amanda. **Entrevista concedida a Sarah Alcântara.** Natal, 23 abr 2026. Gravação em áudio e transcrição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** A colonialidade do saber, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos Estudos CEBRAP, 2007.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora / Piseagrama, 2023.

ROMANI, Elizabeth. **Entrevista concedida à Sarah Alcântara.** Natal, 13 jul 2026. Gravação em áudio e transcrição.

TORRES, Lorena Gomes. **Design Decolonial: Contribuições ao pensamento crítico e projetual no ensino de design no Brasil.** Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

TORRES, Lorena Gomes; ALMENDRA, Rita Assoreira; COSTA, Marcos Braga da; "Design Decolonial: Contribuições ao Pensamento Crítico e Projetual no Ensino de Design no Brasil", p. 3365-3380. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 14., 2022, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. São Paulo: Blucher, 2022, DOI 10.5151/ped2022-4256425

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Quito: Abya-Yala, 2013.